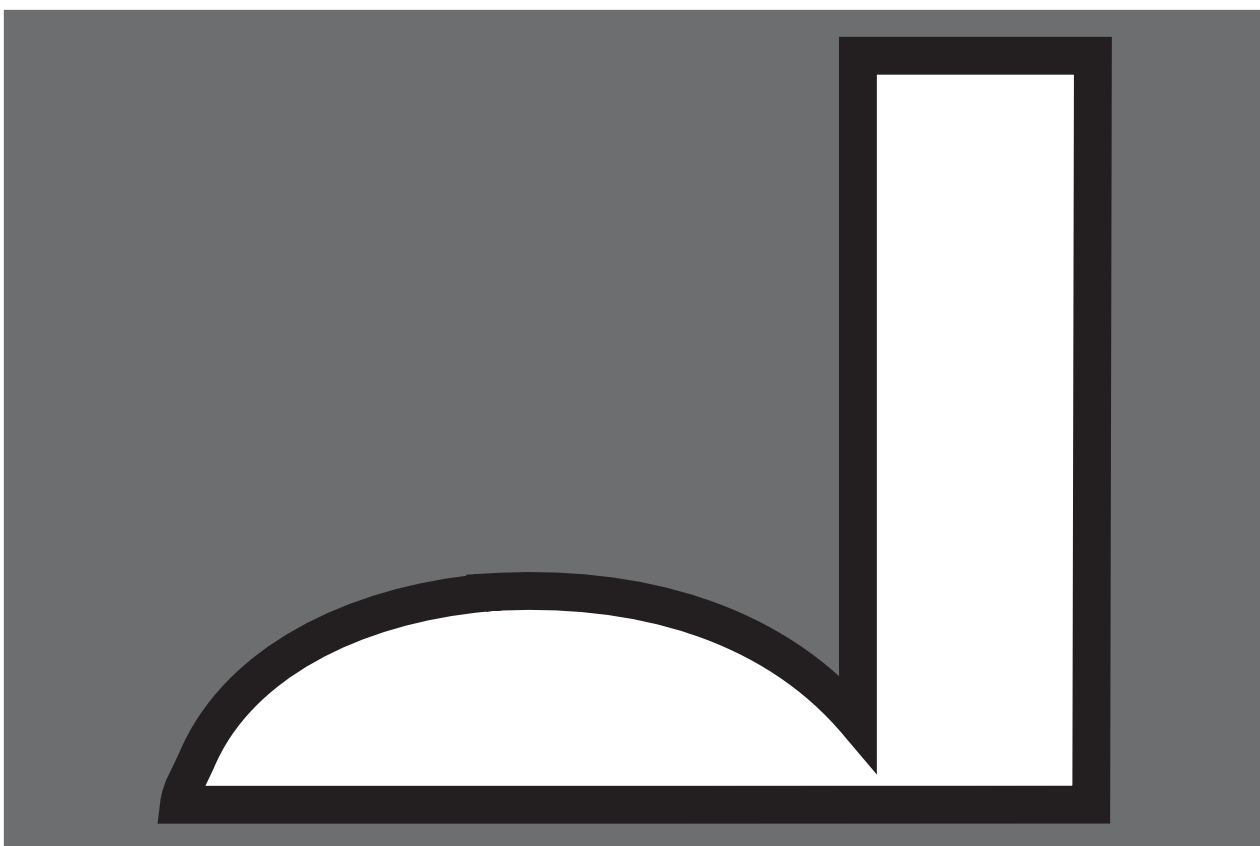




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**RESENHA MENSAL
(269, II, DO RISF)
(PERÍODO DE 1º A 24 DE DEZEMBRO DE 2007)
E
ATAS DAS COMISSÕES**

VOLUME II

ANO LXII – SUP. AO Nº 212– TERÇA-FEIRA, 25 DE DEZEMBRO DE 2007– BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES 	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles 	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – RESENHA MENSAL (Período de 1º a 24 de dezembro de 2007)	00011
2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES	
2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE	
Ata da Trigesima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na Sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal (republicação).....	00114
Ata da Trigesima Quarta Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00131
Ata da Trigesima Quinta Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00146
Ata da Trigesima Sexta Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00169
Ata da Trigesima Sétima Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de novembro de 2007, às 09:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00188
Ata da Trigesima Oitava Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de dezembro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00212
Ata da Trigesima Nona Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de dezembro de 2007, às 10:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa, Senado Federal	00231
2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS	
Ata da Quadragésima Segunda Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas	00250
Ata da Quadragésima Terceira Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, terça-feira, às 14:15 horas.....	00256
Ata da Quadragésima Quarta Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10:00 horas	000258
Ata da Quadragésima Quinta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas	00267
Ata da Quadragésima Sexta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas	00289
Ata da Quadragésima Sétima Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas	00309
Ata Da Quadragésima Oitava Reunião (Extraordinária) Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 29 De Novembro De 2007, Quinta-feira, Às 11:00 Horas	00325
Ata Da Quadragésima Nona Reunião (Extraordinária) Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 5 De Dezembro De 2007, Quarta-feira, Às 11:00 Horas.....	00340
Ata Da Quinquagésima Reunião (Extraordinária) Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 12 De Dezembro De 2007, Quarta-feira, Às 10:00 Horas.....	00352
2.2.1 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde	
Ata da Oitava Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 13 de novembro de 2007, terça-feira, às 10:00 horas.....	00375

Ata da Nona Reunião Extraordinária Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 27 de novembro de 2007, terça-feira, às 10:00 horas.....

00401

2.3. – Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania – CCJ

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em conjunto com as demais comissões permanentes, em 6 de fevereiro de 2007, terça-feira, às 16 horas, no Plenário do Senado Federal

00423

Ata da 2ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 7 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da ala Senador Alexandre Costa

00424

Ata da 3ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, Nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00440

Ata da 4ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 28 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, Nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00475

Ata da 5ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 7 de março de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00507

Ata da 6ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de março de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00531

Ata da 7ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 21 de março de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00560

Ata da 8ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 28 de março de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00585

Ata da 9ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 4 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00608

Ata da 10ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00613

Ata da 11ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00638

Ata da 12ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00682

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 26 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00704

Ata da 14ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 9 de maio de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00743

Ata da 15ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, Da 53ª Legislatura, realizada em 16 de maio de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00769

Ata da 16ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 23 de maio de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00788

Ata da 17ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00807

Ata da 18ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 13 de junho de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00826

Ata da 19ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 27 de junho de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00844

Ata da 20ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 4 de julho de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa

00873

Ata da 21ª Reunião Ordinária em Conjunto com a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 4 de julho de 2007, quarta-feira, às 11 horas, na sala de reuniões da ccj, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II

00889

Ata da 22ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00922	zada em 16 de outubro de 2007, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01210
Ata da 23ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 8 de agosto de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00938	Ata da 34ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 17 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01220
Ata da 24ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 8 de agosto de 2007, quarta-feira, às 11 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00954	Ata da 35ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01228
Ata da 25ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 15 de agosto de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00970	Ata da 36ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2007, terça-feira, às 12 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Cost	01259
Ata da 26ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	00994	Ata da 37ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2007, às 15 horas e 16 minutos	01262
Ata da 27ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de agosto de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01019	Ata da 38ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 31 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01298
Ata da 28ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01051	Ata da 39ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 1º de novembro de 2007, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01353
Ata da 29ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 19 de setembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01078	Ata da 40ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01418
Ata da 30ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 26 de setembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01109	Ata da 41ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 12 de novembro de 2007, quarta-feira, às 14 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01445
Ata da 31ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 3 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01140	Ata da 42ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, terça-feira, às 12 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa	01461
Ata da 32ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II	01189	Ata da 43ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, Da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, terça-feira, às 15 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa	01465
Ata da 33ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, reali-		Ata da 44ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa	01525

Ata da 45ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2007, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da ccj, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa..... 01540

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa..... 01557

Ata da 47ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01584

Ata da 48ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01604

Ata da 49ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01631

Ata da 50ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01663

Ata da 51ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 19 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa 01680

2.4 – Comissão de Educação – CE

Ata da 61ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007..... 01707

Ata da 62ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007..... 01729

Ata da 63ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de novembro de 2007..... 01744

Ata Da 64ª Reunião Extraordinária e 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2007.. 01762

Ata da 65ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de dezembro de 2007..... 01777

Ata da 66ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de dezembro de 2007..... 01798

Ata da 67ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2007..... 01814

2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 31ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada com as Comissões Finanças e Tributação—CD; Fiscalização Financeira e Controle—CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização—CN, dia 30 de outubro de 2007, terça-feira, às 10:00 horas, no Plenário nº 2, do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados. 01849

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizadas em 27 de novembro de 2007, às 11:30 horas. 01872

Ata da 37ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizadas em 11 de dezembro de 2007, às 11:30 horas. 01882

2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 31ª Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 21 de junho de 2007, quinta-feira, às 09h00, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 01886

Ata da 32ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 27 de junho de 2007, quarta-feira, às 09 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 01924

Ata da 33ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 3 de julho de 2007, terça-feira, às 14h00, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II 01953

Ata da 34ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 14 de agosto de 2007, terça-feira, às 15h00, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 01991

Ata da 35ª Reunião (Extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 16 de agosto de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02013

Ata da 36ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 23 de agosto de

2007, Terça-feira, às 09h00, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02029	pativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de outubro de 2007, quarta-feira, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.	02195
Ata da 37ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 06 de setembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02045	Ata da 47ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 1º de novembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, no auditório Petrólio Portela, Anexo II.	02199
Ata da 38ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de setembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02056	Ata da 48ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 1º de novembro de 2007, quinta-feira, após a 47ª reunião, no auditório Petrólio Portela, Anexo II.	02202
Ata da 39ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 20 de setembro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02073	Ata da 49ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 07 de novembro de 2007, quarta-feira, às 11 horas, na sala de reuniões nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02238
Ata da 40ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 27 de setembro de 2007, quinta-feira, às nove horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02083	Ata da 50ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de novembro de 2007, terça-feira, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02257
Ata da 41ª Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 27 de setembro de 2007, quinta-feira, às quatorze horas, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02111	Ata da 51ª Reunião (Extraordinária) conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 22 de novembro de 2007, quinta-feira, às nove horas, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02259
Ata da 42ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 04 de outubro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02125	Ata da 52ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 27 de novembro de 2007, terça-feira, às nove horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02279
Ata da 43ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 11 de outubro de 2007, quinta-feira, às nove horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02136	Ata da 53ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 28 de novembro de 2007, quarta-feira, às quinze horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02323
Ata da 44ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de outubro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.	02165	Ata da 54ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 29 de novembro de 2007, quinta-feira, às 14 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.	02359
Ata da 45ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de outubro de 2007, quarta-feira, às 09:00 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.	02181	Ata da 55ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura,	

convocada para o dia 05 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 14 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 02378

Ata da 56ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 05 de dezembro de 2007, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 02390

Ata da 57ª Reunião (Extraordinária) conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 12 de dezembro de 2007, quarta-feira, às dez horas, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02412

Ata da 58ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 13 de dezembro de 2007, quinta-feira, às 09 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 02434

Ata da 59ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 18 de dezembro de 2007, terça-feira, às 09 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 02462

2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02492

Ata da 42ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02516

Ata da 43ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02533

Ata da 44ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada no dia seis de dezembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02548

Ata da 45ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada no dia treze de dezembro do ano de dois mil e sete, às dez horas. 02568

2.8 – Comissão de Serviços de Infra-estrutura – CI

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto com as demais comissões permanentes, em 06 de fevereiro de 2007, às 16 horas, no plenário do Senado Federal 02582

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de junho de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02584

Ata Da 23ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de junho de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02602

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de julho de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02605

Ata da 25ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02623

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02647

Ata da 27ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02683

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02693

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de outubro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02726

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de outubro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02727

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02754

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02763

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de novembro de 2007, às 11 horas. 02788

Ata da 34ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02809

Ata da 35ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02833

Ata da 36ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02866

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de dezembro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02877

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de dezembro de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. 02893

2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da Décima Segunda Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 31 de maio de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 02912

Ata da Décima Terceira Reunião (Extraordinária) e Sexta Reunião da Subcomissão Temporária De Reforma Tributária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de junho de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 02924

Ata da Décima Quarta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de junho de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 02951

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2007, às 11 horas e 19 minutos. 02968

Ata da Décima Sexta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de julho de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 02988

Ata da Décima Sétima Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 02995

Ata da Décima Oitava Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de agosto de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03003

Ata da Décima Nona Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de agosto de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03029

Ata da Vigésima Reunião (Extraordinária) e Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007, terça-feira, às 14 horas. 03043

Ata da Vigésima Primeira Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de setembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03056

Ata da Vigésima Segunda Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03064

Ata da Vigésima Terceira Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03085

Ata da Vigésima Quarta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03101

Ata da Vigésima Quinta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03121

Ata da Vigésima Sexta Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03128

Ata da Vigésima Sétima Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de outubro de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03136

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, às 17 horas e 44 minutos. 03149

Ata da Vigésima Nona Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03152

Ata da Trigésima Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2007, quinta-feira, às 11 horas. 03156

Ata da Trigésima Primeira Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª

Legislatura, realizada em 4 de dezembro de 2007, terça-feira, às 11 horas.....	03165	Ata da 37ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 31 De Outubro De 2007.....	03263
2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA			
Ata da 29ª Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28, de novembro de 2007.....	03166	Ata da 38ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2007.....	03286
Ata da 30ª Reunião (Conjunta) e 12ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de dezembro de 2007.....		Ata da 39ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007.....	03301
2.10.1 – Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis			
Ata da 12ª Reunião (Conjunta) e 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007.....	03211	Ata da 40ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007.....	03308
Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de dezembro de 2007.....	03222	Ata da 41ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2007.....	03328
2.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT			
Ata da 36ª Reunião Extraordinária Conjunta Com A 35ª Reunião Extrordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, Realizada Em 25 De Outubro De 2007.....	03241	Ata da 42ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2007.....	03350
		Ata da 43ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2007.....	03363
		Ata da 44ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007.....	03391
		Ata da 45ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2007.....	03345.

Ata da 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2007, Quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e quarenta e três minutos, do dia dez de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Epitácio Cafeteira, Valdir Raupp, Romero Jucá, Valter Pereira, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, João Ribeiro, Magno Malta, José Nery, Antonio Carlos Júnior, Marconi Perillo, Osmar Dias e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia, Ideli Salvatti e Kátia Abreu, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Paulo Duque, Almeida Lima, Gilvam Borges, Edison Lobão e Arthur Virgílio. Justificam a ausência, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Romeu Tuma. Registra-se a presença do Senador José Agripino. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM 2) SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2007 (TURNOS SUPLEMENTAR) – TERMINATIVO – “Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer prazo para o julgamento das ações penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, nos casos de foro especial por prerrogativa de função”. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatoria: Senador Jefferson Péres. Em 03/10/2007, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 281, de 2007, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 1) ATO Nº 1, DE 2007-CCJ, “Altera o Regimento Interno para dar nova disciplina às arguições de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania”. Autoria: Senador Marco Maciel. Relatores designados: Senadores Jefferson Péres, Edison Lobão e Antonio Carlos Valadares. Parecer: Favorável. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 6) PROJETO DE RESOLU-

ÇÃO DO SENADO Nº 38, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO – “Altera dispositivos da Resolução n.º 20, de 1993, instituindo o regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal”. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007 (PL. nº 004203, de 2001, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, acatando as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 16 e 21 e rejeitando as Emendas nºs 1, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22 e 23. Em 29/08/2007, foram oferecidas as Emendas nºs 1 a 23, de autoria do Grupo de Trabalho, criado no âmbito da CCJ, destinado a tratar das proposições que versam sobre “Reforma Processual Penal”, composto pelos seguintes Membros: a Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon e Romeu Tuma. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Passa-se à apreciação da matéria incluída como EXTRAPAUTA – ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2007 (PL. nº 1.631, de 2007, na Casa de origem) – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Adelmir Santana. Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5 a ele oferecidas. No prazo regimental, foram oferecidas as seguintes Emendas: Emendas nºs 1, 2, 3 e 5, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e a Emenda nº 4, de autoria do Senador Inácio Arruda. A matéria tramita simultaneamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática em regime de URGÊNCIA, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, c/c o art. 375, I, e art. 122, II, “b”, do RISF. Resultado: Aprovado o Parecer que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5. ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2007 (PL. nº 4.744, de 2005, na Casa de origem) – NÃO TERMI-

NATIVO – “Altera o art. 6º da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza o Poder Executivo a transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública (Aumenta de três para quatro o número de diretores)”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Edison Lobão. Relatoria “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **REQUERIMENTOS APRECIADOS:** 1) **REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007-CCJ**, “Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos sejam convocados os Ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Saúde, José Gomes Temporão, da Previdência Social, Luiz Marinho e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias para comparecem em reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, visando prestar informações pormenorizadas acerca da arrecadação e aplicação dos recursos recolhidos na forma da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, conforme disposto na legislação em vigor”. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. Resultado: Aprovado. 2) **REQUERIMENTO Nº 18, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos dos arts. 58, parágrafo 2º, incisos II e V, da Constituição da República e 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as seguintes instituições para, em audiência pública conjunta, discutirem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na pessoa de seu diretor-presidente, Dr. Dirceu Raposo de Mello; Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), na pessoa de seu presidente, Dr. Gilberto C. Leifert; Associação brasileira de Agências de Publicidade (Abap), na pessoa de seu presidente nacional, publicitário Dailton Pastore; Associação Brasileira das Emisoras de Rádio e Televisão (Abert), na pessoa de seu representante em Brasília (DF), Dr. Flávio Cavalcanti Filho; Câmara Americana de Comércio (Amcham/ São Paulo) na pessoa do presidente de sua força-tarefa nacional sobre a Anvisa, advogado Gustavo Moraes; Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), na pessoa de seu vice-presidente executivo, Dr. Rafael Sampaio. Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER), na pessoa do seu diretor jurídico Dr. Lourival J. dos Santos. Autoria: Senador Jefferson Péres. Resultado: Aprovado. 3) **REQUERIMENTO Nº 19, DE 2007-CCJ**, “Nos termos do Artigo 336, inciso II, com-

binado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PRS nº 37, de 2007, que tramita em conjunto com o PRS nº 40, de 2007”. Autoria: Senadores Marco Maciel e José Agripino. Resultado: Aprovado. 4) **REQUERIMENTO Nº 20, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal – SF, audiências públicas com os Srs. Abaixo assinalados, a fim de que sejam prestados esclarecimentos sobre precatórios. A matéria é objeto da Proposta de Emenda Constitucional nº 12, de 2006, da qual fui designado relator. Dr. Raimundo Cezar Brito Aragão – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. Mauro Ricardo Machado Costa – Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo; Dr. Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Dr. Arno Hugo Augustin Filho – Secretário do Tesouro Nacional; Dr. José Filipi Júnior – Prefeito de Diadema e Coordenador da Comissão dos Precatórios das Prefeituras; Dr. Vulmar de Araújo Coelho Junior – Juiz do TRT/RO; Dr. Paulo Marcos Borges Rizzo – Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Dr. Felipe Nobre – Representante do Sistema Financeiro; Dr. José Baracho Júnior – Representante dos Credores Públicos. Autoria: Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovado. 5) **TERMO ADITIVO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 20, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Governador do Mato Grosso do Sul, Dr. André Puccinelli, ou o Secretário de Estado que ele designar, para a audiência de instrução à PEC n.º 12, de 2006, que acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. Autoria: Senador Valter Pereira. Resultado: Aprovado. A Presidência encerra a Reunião, às doze horas e cinquenta minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: 4) PLS Nº 207, DE 2007; 5) PLC Nº 20, DE 2004; 7) PLS Nº 240, DE 2006 –COMPLEMENTAR; 8) PEC Nº 12, DE 2005; 9) PEC Nº 20, DE 2007; 10) PLS Nº 9, DE 2007; 11) PLS Nº 10, DE 2007; 12) PLS Nº 202, DE 2007; 13) PLS Nº 251, DE 2007; 14) PLC Nº 90, DE 2006; e 15) PLC Nº 112, DE 2005; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e provada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria só de fazer uma comunicação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Presidência está distribuindo, a partir de agora, cópia da Resolução aprovada na última reunião sobre os Projetos de Resolução nº PRS 37/2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, e nº 40/2007, de autoria do Senador João Durval. Esses Projetos foram relatados pelo Senador Jarbas Vasconcelos e a matéria foi discutida e votada na última quarta-feira. Como, todavia, em função de acordos feitos foram incorporadas novas emendas, a Mesa, a Presidência desta Comissão achou adequado que se entregasse aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania cópia da proposição aprovada com as mudanças já devidamente incorporadas para que não reste nenhuma dúvida sobre o texto que foi discutido, votado na última reunião realizada quarta-feira, semana passada. Então eu gostaria de dar ciência às Sras. e os Srs. Senadores da providência da Mesa e também gostaria de aproveitar a ocasião para dizer que a primeira matéria que estamos submetendo à consideração é o PRS (soa a campainha) (interrupção no áudio).

Eu gostaria de dizer que vamos iniciar o turno suplementar do Projeto de Lei nº 281/2007, matéria de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que teve como Relator o Senador Jefferson Peres, e, como se sabe, no dia 03.10.2007 foi aprovado o substitutivo ao PLs nº 281/2007, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no artigo 282, c.c. o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas substitutivas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral em função do artigo 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal. Em discussão a matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, já por ocasião da última reunião em que

votávamos em primeiro turno, eu considerei muito positiva a sugestão do Senador Jefferson Péres, os seus cuidados no sentido de que o Congresso Nacional, o Senado Federal não tenha uma intromissão no procedimento do Supremo Tribunal Federal no que diz respeito ao que poderia ser caracterizado as suas normas internas, e por causa disso ele avaliou melhor que, sobretudo, ao invés de estabelecermos um prazo para exame do assunto e daí ser trancada a apreciação da matéria, a apreciação de quaisquer outros assuntos, aqui a sua sugestão foi no sentido de não haver prescrição com respeito à responsabilidade daqueles que tenham processos examinados pelo Tribunais Superiores. Estou de acordo, portanto, com a sugestão apresentada pelo Senador Jefferson Peres.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão a matéria. Não havendo nenhuma Senadora ou Senador desejando discuti-la, eu vou por a matéria em votação no turno suplementar. Também devo mencionar que não foram oferecidas emendas. O substitutivo, conseqüentemente, é dado como definitivamente adotado sem votação. Isto é por força do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, passamos a seguir para o item nº 6.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, concedo a palavra a V. Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Já completou a votação portanto?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Já completei. V. Exª. tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É que eu não entendi, V. Exª. não disse permaneçam como estão os que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Porque não é votado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...Não é votado?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não, não é votado. Se no turno suplementar não há emenda, como não houve, então a matéria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Basta o registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Por força do artigo 284 do Regimento Interno.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas também não houve objeção, portanto foi aprovada a matéria, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – De acordo com o Regimento.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu quero esclarecer um ponto, eu não sou regimentalista não, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Se for apresentada emenda, é votada apenas a emenda no segundo turno ou todo o Projeto. Se houver...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Aí seriam votados os dois.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – ...Os dois?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Os dois, mas não houve nenhuma emenda, e, conseqüentemente, pelo Regimento Interno, no artigo 284, a matéria é considerada aprovada.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então eu gostaria de passar para o item 6, a não ser que V. Ex^a., nobre Senador Eduardo Suplicy, deseja levantar alguma questão de ordem sobre...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, Sr. Presidente. Eu estou encaminhando à Mesa, entreguei a V. Ex^a. o requerimento que igualmente foi apresentado e já aprovado pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais para que venhamos a ter uma audiência conjunta das Comissões, dos Ministros da Fazenda, da Previdência Social, da Saúde, do Desenvolvimento Social, que são justamente as áreas que diretamente tratam da CPMF. Foi aprovada em segundo turno ontem, na Câmara dos Deputados, a emenda à Constituição sobre a CPMF, que, portanto, virá ao Senado. Essas Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos são obviamente áreas onde estes assuntos são tratados. Entretanto, é justamente na CCJ que a CPMF será tratada. Ontem conversei com o Presidente da CAE, Senador Aluísio Mercadante, estou tentando falar com a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que está acompanhando o seu filho que sofreu uma pequena cirurgia, não grave, hoje em Fortaleza, ela está lá acompanhando, mas justamente, Sr. Presidente, eu gostaria de propor que esse requerimento seja aprovado também na CCJ, de tal maneira que quando se fizer a Audiência Pública com os Ministros, e gostaria que V. Ex^a. dialogasse com os Presidentes da CAE e da CAS para o entendimento sobre o melhor dia da Audiência Pública, mas a Audiência Pública deverá, portanto, ser realizada também com a CCJ. Poderíamos até fazer em Plenário, mas dado o interesse tão grande praticamente todos os

Senadores estão muito interessados no diálogo sobre a CPMF.

Eu até gostaria de aproveitar aqui a oportunidade, Senador Marco Maciel, sobre um tema que inclusive está dificultando o andamento de nossos trabalhos no Senado Federal. Eu me refiro ao episódio da substituição dos Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, que causou estranheza junto a todos nós, e eu quero até aqui transmitir um pensamento com muita sinceridade ao líder do Democratas, Senador José Agripino Maia, porque ainda ontem vi na televisão o programa do DEM, onde é dito que aqueles que votaram pelo Senador Renan Calheiros são os mesmos que vão votar pela CPMF. Ora, Sr. Presidente, eu quero aqui registrar que para o líder do Democratas dizer isso na televisão, em cadeia nacional, algo que não corresponde à verdade, eu vou dizer que não corresponde à verdade porque eu, por exemplo, sou um Senador que, com todo respeito ao Senador Presidente Renan Calheiros, mas como avaliei que houve quebra do decoro parlamentar eu votei, ainda que na sessão reservada, em voto secreto, mas aqui digo que votei pela cassação, e, entretanto, eu vou votar pela CPMF. Então aquela observação, assertiva tão forte proclamada para o Brasil inteiro pelo líder do DEM não é verdadeira, eu recomendo que ele possa ali expressar algo que seja verdade, e isso não é verdade, inclusive do ponto de vista da palavra de um Senador, ele que está cobrando a verdade do Senador Renan Calheiros, como todos nós temos dito em cada momento, então será bom que o líder do Democratas também diga a verdade no programa nacional pela televisão.

Mas eu gostaria de aqui dizer, com respeito à iniciativa do Senador Valdir Raupp, eu que estava presente e ouvi o Senador Jarbas Vasconcelos fazer um pronunciamento onde ele expõe, e isso ele o fez em 22 de agosto passado e eu o aparteei, onde ele expõe a sua exposição de crítica à CPMF, mas eu, como tenho a convicção de que o Senador Jarbas Vasconcelos é uma pessoa que está disposta sempre a ouvir argumentos, eu gostaria muito que ele tenha a oportunidade de ouvir os Ministros Guido Mantega, Temporão, Patrus Ananias e Luiz Marinho sobre a relevância da CPMF, e, portanto, eu considero esta audiência muito importante. Então, Sr. Presidente, eu peço a V. Ex^a. que considere este requerimento. O tempo da audiência obviamente V. Ex^a. irá marcar com os demais, mas não fará sentido fazermos audiência na CAE e na CAS sem que também haja a presença da CCJ, dada a importância desta audiência. Como todos os Senadores estarão querendo discutir, quem sabe V. Ex^a. possa até sugerir que as três Comissões se reúnam em Plenário, mas isso é algo que caberá a

V. Ex^a., mas eu sugiro que o requerimento possa ser aqui ser apreciado nessa sessão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É sobre o mesmo tema?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – É sobre o mesmo tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra V. Ex^a, o nobre líder Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu gostaria, caminhando na mesma linha do Senador Eduardo Suplicy, registrar que ontem o Plenário da Câmara aprovou em segundo turno a matéria da CPMF, portanto, essa matéria chega hoje ao Senado. Ela tramitará, por ser Emenda Constitucional, somente na Comissão de Constituição e Justiça. Existe, como falou o Senador Suplicy, requerimentos para discutir a questão de aplicação de recursos do CPMF na CAE e na Comissão de Infra-Estrutura, e nós entendemos, assim como o Senador Suplicy também, que a matéria deverá tramitar aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Então eu vinha também com essa mesma sugestão, que de que nós fizéssemos uma audiência conjunta, comandada pela CCJ, através de V. Ex^a. e da Relatora que será designada, agregando as contribuições e a discussão das outras duas Comissões, mas que pudesse ser feito ou em Plenário ou aqui na Comissão de Constituição e Justiça em sessão conjunta. Além disso, como nós temos um tempo exíguo para discussão, pedir a V. Ex^a. que já em contato com a Relatora programasse o número de Audiências Públicas, da data das Audiências Públicas para que nós possamos também sugerir nomes, enfim, montasse já a programação para que nós tenhamos um calendário que possa otimizar, que possa maximizar um prazo curto no sentido de discutir a CPMF. Então eu quero também corroborar as palavras do Senador Eduardo Suplicy e dizer que ontem eu tratei com o Ministro Guido Mantega, ele está à disposição para vir para as Audiências Públicas, mas seria muito mais produtivo que elas acontecessem em conjunto, sob o comando de V. Ex^a. da CCJ, porque a matéria tramita aqui. Então o Ministro Guido só aguarda o convite e a data marcada para que possa comparecer rapidamente à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, em função das manifestações do nobre Senador Eduardo Suplicy e do Senador Romero Jucá eu indagaria aos dois nobres Senadores se S. Ex^{as}. desejam que a matéria seja votada aqui agora, porque eu entendo que ainda não chegou, for-

malmente falando, ao Senado a proposta de Emenda Constitucional.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas eu sugiro que seja votado, até porque nas duas Comissões já foi votado, e o requerimento foi assinado por mais de cinquenta Senadores.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – É importante que tenha já o requerimento votado para que a gente possa construir a sessão conjunta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que é consensual, acredito, de maneira que uma vez aprovado V. Ex^a. terá condições de já dialogar com os demais Presidentes e com os Ministros para ver a melhor data da Audiência Pública que teremos com os quatro Ministros, inclusive se será melhor primeiro a audiência com o Ministro da Fazenda para daí termos a audiência com os Ministros da Saúde, Desenvolvimento Social e da Previdência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou submeter, portanto, o requerimento do nobre Senador Eduardo Suplicy, subscrito por outros eminentes Senadores e Senadoras...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Na cópia anexa V. Ex^a. tem todos os demais Senadores que assinaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal requeremos sejam convocados os Ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Saúde, José Gomes Temporão, da Previdência Social, Luiz Marinho, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para comparecerem em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania visando prestar informações pormenorizadas acerca da arrecadação e aplicação dos recursos recolhidos na forma da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, conforme disposto na legislação em vigor. Em votação a matéria. As Sras. e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciarmos a discussão do item 6 da pauta, eu passo agora a ler requerimento de autoria do Senador Jefferson Peres, solicitando, nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V da Constituição da República e artigo 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as seguintes instituições para em Audiência Pública conjunta discutirem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Ciência e Tecnologia a questão dos limites legais para regulamentação da propaganda comercial. São sugeridos os seguintes nomes: Agência Nacional de

Vigilância Sanitária na pessoa do Sr. Diretor Presidente, Dr. Dirceu Raposo de Mello, Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR, na pessoa do seu Presidente Gilberto Leifert, Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP, na pessoa do seu Presidente Nacional, o Publicitário Dalton Pastore, Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, na pessoa do seu representante em Brasília, o Dr. Flávio Cavalcante Filho, Câmara Americana de Comércio – AMCHAM-SP, na pessoa do Presidente e sua força-tarefa nacional sobre a ANVISA, Advogado Gustavo Moraes, Associação Brasileira de Anunciantes – ABA, na pessoa do seu Vice-Presidente Executivo, Dr. Rafael Sampaio, Associação Nacional dos Editores – ANER, na pessoa do seu Diretor Jurídico Dr. Lourival Santos. Este requerimento é de iniciativa do Senador Jefferson Péres, como eu já tive a ocasião de tornar público, e vou submeter a votos para que possamos posteriormente marcar a data da referida Audiência Pública. Em discussão a matéria. Como não há orador inscrito para discuti-la eu vou submetê-la a votos. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora vamos passar, a matéria já está sendo distribuída a todos os membros da Comissão, à discussão e votação do ato nº 01, de 2007, da CCJ, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria teve origem numa iniciativa da Presidência e teve como Relatores os nobres Senadores Jefferson Peres, Antonio Carlos Valadares e Édison Lobão, que apresentaram um substitutivo. A matéria está em discussão. Antes eu gostaria de passar a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, Relator da matéria, para que nós possamos então discuti-la, se for o caso, e votá-la, se não tiver nenhum impedimento para que nós possamos deliberar com relação ao assunto. Com a palavra, portanto, o nobre Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – V. Ex^a. quer que eu leia o parecer, é isso? Pois não. Sras. e Srs. Senadores, foi uma sugestão originária do próprio Presidente da Comissão, Senador Marco Maciel, que entendeu necessária a criação de algumas regras referentes a que disciplinassem a arguição de autoridades, regras inexistentes hoje nesta Comissão, de forma que hoje o processo de sabatina é feito da maneira que todos entendem, sem que os argüidos estejam, por exemplo, obrigados a apresentar outra coisa a não ser o seu *Curriculum Vitae*, de forma que foi constituída uma Comissão formada por mim, pelo Senador Lobão e Senador Valadares, e chegamos a um consenso a respeito deste anteprojeto ora submetido a esta Comissão. Eu dou como lido o relatório,

se algum Senador quiser pedir vista para apresentar sugestões eu verei isto como uma contribuição, senão de qualquer maneira, Sr. Presidente, minhas congratulações a V. Ex^a., porque é melhor ter regras que não sejam as ideais do que não ter regra alguma, ficar arbitrariamente a critério de cada um.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço o relatório feito pelo nobre Senador Jefferson Péres e concedo a palavra para discutir a proposição ao nobre Senador Eduardo Suplicy. Tem S. Ex^a. a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a V. Ex^a. e ao Senador Jefferson Péres por essa contribuição importante relativa às normas e arguições de autoridades no âmbito desta Comissão. Eu tenho algumas dúvidas relacionadas a algumas das exigências que foram colocadas, tais como estar se solicitando dos eventuais interrogados, quando Advogados, por exemplo, rol de clientes e demandas dos últimos cinco anos, uma vez que tal providência pode conflitar com o Código de Ética e Disciplina da OAB que veda aos Advogados a divulgação do nome de seus clientes e demandas, salvo quando autorizado pelos mesmos e em benefício da causa que patrocina. Também me pergunto e gostaria de refletir a respeito se não seria um exagero solicitar também do cônjuge e dos seus dependentes a evolução patrimonial, se isso não extrapolaria os objetivos da própria sabatina, que é a de auferir as condições técnicas do indicado ao cargo que pleiteia. Mas para que possamos melhor refletir sobre esses temas eu peço vista, Sr. Presidente, para que possamos analisar com o tempo adequado a contribuição de V. Ex^a. e do Relator, Senador Jefferson Péres. Portanto, peço vista, Sr. Presidente.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –Sr. Presidente, me permita. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador, fique inteiramente à vontade para pedir vista e apresentar sugestões, porque foi uma Comissão, eu próprio fui vencido em algumas restrições que fiz, de forma que o Projeto não é meu, é de uma Comissão, faça as sugestões que entender necessárias.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É nesse espírito, Sr. Presidente, que vou pedir vista, e também quer acrescentar que há uma preocupação que acredito que seja de muitos, porque salvo engano nós temos para os próximos dias a arguição de autoridades, já marcadas. Se for aprovado aqui para a partir de hoje, se haver isso é capaz de atrasarmos a arguição

dessas autoridades, então eu avalio que isto deveria estar valendo e, também por causa disso, eu avalio que seja prudente pedirmos vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – ...Sr. Presidente, apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Para discutir a matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Apenas para registrar, Sr. Presidente, que eu também gostaria de pedir vista, portanto eu sugeriria que a vista pudesse ser coletiva, até porque muitos Senadores e Senadoras não estão aqui e é importante que se debra sobre essa questão, mas eu queria especificamente registrar a minha preocupação quanto aos itens B, que trata da questão de parentes até segundo grau que participaram ou que participem de empresas ou gerentes de empresas, o item C, evolução patrimonial do cônjuge e dos parentes, e o item G, da relação de clientes nos últimos cinco anos. Eu não sei se não é um excesso que inclusive abre uma série de informações que talvez não fossem necessárias de serem prestadas. Portanto, eu peço vista também, registrando que nesses três pontos eu emito preocupação e acho que deveríamos discutir melhor esta questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Demóstenes Torres também deseja pedir vista da matéria. Então tendo em vista a solicitação de vista da proposição, eu retiro-a da pauta e ela deverá, pelo fato de ter havido solicitação de mais de um Senador, que as vistas serão coletivas e a matéria voltará, portanto, à Ordem do Dia, na reunião da próxima quarta-feira.

Vamos passar agora ao item 6, Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2007, não terminativo. Altera dispositivos da Resolução nº 20, de 1993, instituindo o Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. O Projeto é de autoria do Senador Valter Pereira, aliás, Vice-Presidente desta Comissão. A relatoria é da Senadora Lúcia Vânia, aqui presente. O Parecer da Relatora é pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria será posteriormente apreciada também pela Comissão Diretora. Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu parecer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Venho ao exame desta Comissão, nos termos do artigo 101 do Regimento Interno do Senado Federal, para opinar sobre a sua constitucionalidade, juridicidade e seu mérito o Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, que institui o Regu-

lamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. A proposição principia por suas disposições gerais as quais sujeitam os trabalhos do Conselho de Ética do Senado a este Regulamento, que dispõe sobre a matéria em harmonia com o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal e com o Regimento Interno do Senado Federal. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar atua mediante provocação da Mesa do Senado Federal, de Partido Político com representação no Congresso Nacional, de Parlamentar, de Cidadão ou de Pessoa Jurídica de acordo com normas pertinentes. O Projeto de Resolução detalha os procedimentos adotados em caso de representação ou de denúncia, cada qual com os seus agentes legitimados. Tais peças acusatórias somente podem abordar atos ou missões ocorridas após a diplomação Senador e de seus Suplentes, mas o julgamento somente pode ocorrer após a posse.

A condenação do Senador da República por ato de impropriedade, por prática de crime por abuso de poder econômico ou por atos contrários à ética em qualquer instância, inclusive administrativa, ainda que não transitada em julgado, torna-o inelegível para integrar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Após a eleição de seus membros o Conselho de Ética reunir-se-á para instalar os seus trabalhos e eleger em escrutínio secreto o seu Presidente e o seu Vice-Presidente. A sessão será presidida pelo último Presidente do Conselho, se reeleito, ou pelo Senador mais antigo ou ainda o mais idoso. O Presidente do Conselho de Ética votará em caso de empate. As reuniões serão convocadas com antecedência de dois dias úteis e não podem ocorrer simultaneamente com a Ordem do Dia das sessões ordinárias deliberativas ou extraordinárias, sob pena de nulidade do que foi deliberado, como acontece com as demais Comissões. As reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado serão públicas, exceto quando tratem de sigilo fiscal, bancário, telefônico ou da intimidade de pessoas ou que envolva o interesse de menor. O Conselho pode reunir-se extraordinariamente fora do Senado para audiência de instrução de representação ou por Comissão instituída por três membros, inspecionar lugares ou coisas a fim de esclarecer o fato ligado ao objeto da representação. As diligências a serem realizadas fora do Senado dependerão de autorização prévia da Mesa Diretora. Ao dispor sobre o processo disciplinar, o Projeto de Resolução cuidadosamente diferencia o processo de representação, artigos 8º, 9º e 10º, do processo de denúncia artigo 11. Em qualquer caso o direito de defesa é assegurado. O Conselho pode solicitar à Mesa o afastamento provisório do Senador representado do cargo que ocupe na Mesa nos casos

suscetíveis de perda de mandato, desde que ocorra as condições necessárias para tanto, como a verossimilhança de alegação de prática e ato incompatível com o decoro parlamentar, prova material do fato imputado e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação à imagem do Senado Federal. O afastamento será decidido por voto aberto e maioria absoluta. Caso o processo exceda o prazo de sessenta dias, o representado retorna às suas funções sem prejuízo do regular prosseguimento do feito.

A proposição dispõe sobre a instrução probatória, artigos 14 a 25, das nulidades, artigo 26 a 30, e então da apreciação do Parecer em reunião cujos procedimentos são criteriosamente definidos. Após a leitura do relatório, das palavras do representado e de seu Procurador, a palavra retorna ao Relator para a leitura do voto. Em seguida, inicia-se a discussão, nela podendo intervir Senadores que não integram o Conselho. A discussão e a votação realizar-se-ão em reunião pública, ressalvado o disposto no artigo 7º, § 3º, que trata dos sigilos e da presença de menor. O Conselho deliberará em votação nominal e aberta. O resultado final será publicado no Diário do Senado Federal. Cabem recursos das decisões de questões de ordem ou de reclamação resolvida conclusivamente pelo Presidente do Conselho. Destinado ao Plenário do Conselho de Ética, esse recurso não tem efeito suspensivo. Em processo disciplinar cabe também recurso da decisão do Conselho à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no prazo de três dias, contados da publicação do resultado final da votação do Plenário do Senado Federal. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciará exclusivamente a regularidade jurídico-formal do procedimento adotado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e o respeito ao devido processo legal. Em suas disposições finais o Projeto de Resolução determina que para a apuração dos fatos e das responsabilidades previstas no Código de Ética, o Conselho poderá solicitar, por intermédio da Mesa do Senado, auxílio de autoridades públicas, sobretudo no que diz respeito à remessa de documentos necessários à instrução probatória. O prazo da investigação e do julgamento pode ser prorrogado a requerimento do Presidente e mediante deliberação do Conselho. A esses processos disciplinares aplicam subsidiariamente naquilo que for cabível os Códigos de Processo Civil e Processo Penal, nesta ordem.

Ao justificar sua iniciativa, o Senador Valter Pereira recorda o lapso temporal entre a vigência do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal e a atual situação, sem que fosse elaborado seu regulamento ali previsto. Propõe-se, então, a preencher tal lacuna mediante a proposição que apresenta. Informa

que a proposta tem por base o regulamento semelhante do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, com algumas modificações, adaptações e acréscimos. Do mesmo modo adaptou algumas normas do Código de Processo Civil e do Processo Penal, sobretudo no que diz respeito à produção de prova testemunhal, documental e pericial, sobre o depoimento pessoal e nulidades. Ressalta que o Projeto contempla as regras para o pleno exercício do direito de defesa, assim como a natureza transparente que procura imprimir ao funcionamento do Conselho de Ética, onde as sessões serão públicas e as votações abertas.

Por fim, ressalta que o Projeto veda a participação no Conselho de Ética de Senadores que tenham sido condenados, mesmo com sentença não transitada em julgado, por prática de ato de improbidade, por prática de crime por abuso de poder econômico ou por atos contrários à ética em qualquer instância, inclusive na esfera administrativa. Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise – São evidentes os méritos da proposição que ora examinamos. Sua oportunidade é incontestável e sua iniciativa meritória, sobretudo diante dos processos recentes e atuais porque tem passado o Senado. A forma do Projeto encontra-se em harmonia com os preceitos constitucionais, regimentais e legais, e sua juridicidade deve ser ressaltada na medida em que a disciplina a matéria de modo abstrato e genérico, respeitando a razoabilidade e a proporcionalidade constitucional. O Senado Federal, com efeito, necessita por aprovar o regulamento do seu Conselho de Ética, previsto no artigo 24 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com o objetivo de definir os seus procedimentos em atenção, sobretudo, aos compromissos que o Poder Legislativo deve honrar com a transparência e a publicidade de seus atos e processos.

Ao assumirmos esta relevante incumbência tivemos a cautela de consultar ainda diversos juristas, especialistas em direito constitucional, em matéria regimental e até mesmo cientistas políticos. De igual modo, nossa assessoria técnica, em exaustivo trabalho com a consultoria legislativa do Senado Federal, produziram estudos e análises comparativas de grande profundidade que abrangeram as principais características do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e algumas investigações de direito comparado, tudo com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da nobre proposta do Senador Valter Pereira.

No plano internacional, somente os Estados Unidos da América disponibilizam, inclusive em sítios eletrônicos oficiais, dados precisos sobre o tema. Ainda assim a existência de tais regras no direito norte-ame-

ricano já estabelece precedente suficientemente adequado para a sua aplicação no Brasil, em virtude de o direito constitucional brasileiro ter sido profundamente influenciado pelos Estados Unidos e por constituírem ambos, Brasil e Estados Unidos, Repúblicas Federativas Presidencialistas, cumprindo o Parlamento nos dois sistemas funções bastante semelhantes. Eu acho que eu vou pular um pouquinho, agora vou à conclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, a Relatora vai concluir, portanto, o seu Parecer, apresentando as conclusões.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Sr. Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em vista disso, no que diz respeito ao mérito de tais procedimentos, resguardando-se as diferenças existentes entre o sistema normativo brasileiro e o norte-americano, além da tradição parlamentar do Brasil, a proposição em exame apresenta qualidades indiscutíveis. Ao tempo em que se busca com o futuro Regulamento ordenar formas mais claras, responsáveis, sobretudo justa, o trabalho do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa fez-se necessário construir um termo normativo mais preciso, conciso e respeitador da sistemática regimental. Nesse sentido alguns pontos. O PRS 38, de 2007, trata em parte de matéria que afeta diretamente a Resolução do Senado nº 20, de 1993 – Código de Ética e Decoro Parlamentar, ensejando especial atenção e cautela com a necessidade de consonância a sistema que deve pautar a atuação do Conselho. Ademais, a recente discussão do PRS nº 37, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que tramitou em conjunto com o PRS nº 40, de 2007, de iniciativa do Senador João Durval, deflagrou alterações substanciais à referida Resolução, as quais devem ser observadas a partir do relatório do Senador Jarbas Vasconcelos, incorporado com o Parecer desta Comissão, sobretudo em respeito à decisão soberana do presente Colegiado. Portanto, propõe-se uma reformulação sistemática do presente Projeto, de sorte a adequá-lo não somente às normas regimentais da Casa mas, sobretudo, entender ao espírito de independência e regularidade processual algemado pelo Parlamento e pela sua sociedade brasileira, especialmente na transparência dos trabalhos do Conselho de Ética.

Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar se alguém vai pedir vistas, se não eu não leria todo o relatório.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Eu gostaria de pedir um aparte a V. Ex^a.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concedo a palavra, pela ordem, ao

nobre líder Romero Jucá e posteriormente concederei a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy para também formular questão de ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu queria primeiro registrar o excelente e profundo trabalho feito pelo Senador Valter Pereira ao propor essa Resolução, registrar a importância e a magnitude do trabalho da Senadora Lúcia Vânia, que melhorou a proposta e ampliou em várias questões, mas eu queria sugerir, não só pedir vista, mas dar uma vista coletiva sobre essa matéria, porque é uma matéria extremamente importante, todos nós vamos ter que discutir, é importante que haja majoritariamente a presença de Senadores e Senadoras, portanto eu queria sugerir a vista coletiva e não a vista individual.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy. A seguir, concederei a palavra ao nobre Senador Agripino e a seguir à Senadora Ideli Salvatti, líder do PT.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que há um aspecto importante do Projeto e do Parecer da Senadora Lúcia Vânia relativamente à designação do Relator, que passa a ser mediante sorteio entre os membros do Conselho e não filiados ao Partido Político do representante ou do representado, para promover as devidas apurações dos fatos e responsabilidades. Aqui me parece, Senadora Lúcia Vânia, vai como uma sugestão, que seria próprio que houvesse prazo para designação do Relator, porque nós estamos vivendo um momento aqui em que... muitos estamos fazendo apelo ao Senador Leomar Quintanilha para que designe o Relator e ele vem tendo dificuldades, eventualmente ele poderia até aproveitar a sugestão aqui colocada de designar por sorteio, na forma que se ele está com tanta dificuldade então já aproveitaria, nada o impediria, mas o importante é o prazo. Então eu sugeriria que V. Ex^a, ou aqui na vista coletiva, vamos sugerir que o Presidente tem um prazo para designar o Relator e que seja de bom senso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Eduardo Suplicy, ao meu ver, não apresentou nenhuma questão de ordem, antes discuti a matéria. Como está anunciado o pedido de vista, eu nesse caso interromperia a discussão da proposição em benefício da economia processual e passaria para o item subsequente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora eu gostaria de saber quais são os Senadores interessados no pedido de vista. Senador

Romero Jucá. Há mais alguém que deseja? Senador Jefferson Péres. Então vista coletiva, portanto a matéria sai da Ordem do Dia, devendo retornar na próxima quarta-feira.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo, pela ordem, agora a palavra ao nobre Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta tendo em vista a unanimidade reunida em torno do Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2007, que dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra o Senador em processo instalado no Conselho de Ética. Como essa matéria foi produto de uma discussão ampla na sessão da quarta-feira passada e o texto apresentado em termos finais pelo Senador Jarbas Vasconcelos é produto de consenso entre todos os Partidos Políticos que compõem esta Comissão e a matéria foi aprovada por unanimidade, eu gostaria que V. Ex^a. submetesse aos líderes presentes o regime de urgência, para o qual eu solicito a tramitação deste Projeto, regime de urgência, que faria com que, se os líderes concordassem, esse projeto pudesse ser aprovado como o foi, no consenso, por entendimento partidário na Comissão pudesse igualmente ser aprovado por consenso no Plenário do Senado em regime de urgência urgentíssima. É a proposta que faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A proposição de V. Ex^a. será atendida, mesmo porque tem respaldo regimental previsto no artigo 336 do Regimento Interno. Devo aproveitar a ocasião, nobre Senador José Agripino, para cumprimentar o trabalho feito pelo Senador Jarbas Vasconcelos como Relator nesta Comissão das proposições de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e João Durval. Portanto, eu consulto a Comissão sobre a concessão da urgência para a matéria solicitada pelo nobre líder Senador José Agripino. Os Srs. e Sras. Senadoras que tiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Concedo a palavra agora à nobre líder Ideli Salvatti para suscitar a sua questão de ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós temos um Projeto de Lei que veio da Câmara que está com urgência constitucional e tramitando conjuntamente em três Comissões. Na Comissão de Assuntos Econômicos ele já foi aprovado,

terminou de ser aprovado agora na Comissão de Ciência e Tecnologia e ele está agora, a última Comissão para apreciação, é aqui na Comissão de Constituição e Justiça. É um Projeto muito importante porque ele reestrutura o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. Eu sei que o Senador Marco Maciel tem especial atenção para este assunto, tem vinculação inclusive...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Mesmo porque a Lei é de minha autoria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ...É de sua autoria, e o que nós gostaríamos de solicitar é da possibilidade do Projeto ser tratado com inversão de pauta e nós poderemos votá-lo. Eu não sei se antes do Projeto que o Senador Demóstenes vai votar, que também é um Projeto muito importante, que nós não pudemos dar atenção devida na semana passada, que é a reestruturação do Tribunal do Júri, que faz parte também daquele nosso grupo de trabalho de agilização do Judiciário brasileiro, mas se não for possível ser feito antes do Projeto que o Senador Demóstenes vai relatar, que nós possamos fazer em seguida, porque havendo o acordo, e pelo que eu entendi na sessão de ontem, com o prazo até o dia 02 de novembro para que as representações fluam no Conselho de Ética, a Casa deverá ter normalidade de votações. Portanto, nós poderemos ter votações hoje à tarde, tem apenas uma Medida Provisória trancando a pauta, e aí nós poderíamos apreciar esse Projeto tão importante que faz uma reestruturação no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. Então era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria, é o PLC nº 80, que eu gostaria que ele entre na pauta, se não antes do projeto do Senador Demóstenes vai relatar, mas se possível em seguida.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, depois a seguir ao Senador Valter Pereira.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um esclarecimento antes de passar para o item seguinte. É que o Projeto, esse Projeto do Senador Valter Pereira, nós acatamos na íntegra o Projeto do Senador Jarbas Vasconcelos. Então aquilo que o Senador Valter Pereira acrescentou sem prejuízo do que já havia sido votado, nós consideramos. Portanto, eu acredito que aqueles que vão apreciar ou que vão ler o Projeto precisam ficar bem atentos com relação a isso. É claro que o Senador Valter Pereira tem algumas observações a

fazer, embora desacordando de alguns pontos que eu considero normal, porque ele defende um ponto de vista que foi discutido aqui em relação às condicionalidades para o membro do Conselho de Ética participar, e essas condicionalidades foi amplamente discutida e definido um texto. Eu preferi pegar um texto que já era consenso. Portanto, essa é a explicação que eu gostaria de dar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora eu concedo a palavra, também por uma questão de ordem, ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, V. Ex^a. deve se lembrar muito bem de uma sessão, a penúltima realizada por esta Comissão, onde eu acabei atropelando V. Ex^a. e a Senadora Lúcia Vânia para que fosse apreciada essa matéria com a maior urgência possível. Quero aqui, nesse momento, depois de conhecer o trabalho produzido pela eminente Senadora Lúcia Vânia, dizer que compensou a espera. Efetivamente a ilustre parlamentar produziu um trabalho de grande qualidade, que enriqueceu muito a proposta que fora oferecida inicialmente e que merece de todos os parlamentares que têm certa preocupação com a tramitação desses processos, todo interesse e todo o cuidado no exame a partir de agora, porque na verdade ele vai ser o nosso Código de Processo dentro do Conselho de Ética. Portanto, ao cumprimentá-la quero dizer que vou sugerir algumas mudanças aqui posteriormente, mas de forma geral o trabalho produzido por ela é da melhor qualidade possível e poucos reparos merecem ser discutidos aqui nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria de, em rápidas palavras, cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório que ofereceu e estender meus cumprimentos também ao Senador Valter Pereira, que é o autor do Projeto que ensejou a manifestação da nobre Senadora Lúcia Vânia, e espero, portanto, que na próxima quarta-feira nós possamos não somente discutir, mas votar a referida proposição com o substitutivo, com as emendas incorporadas pela Relatora.

Passo agora a responder a questão de ordem levantada pela Senadora Ideli Salvatti, líder do PT. Eu vou submeter ao Plenário da Comissão, tão logo o Senador Demóstenes Torres produza o Parecer sobre a matéria que altera o Tribunal do Júri, a inversão de pauta, de tal maneira que após a relatoria de S. Ex^a. nós possamos votar o Projeto de Lei que dispõe sobre alterações ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Se não houver manifestação em contrário eu considero aprovada a referida inversão de pauta. Aprovada.

Com a palavra o nobre Senador Demóstenes Torres. Ele já relatou o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007, não terminativo, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativo ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. A matéria de iniciativa da Presidência da República e o parecer do Relator é pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta, acatando emendas e rejeitando outras. No dia 29 de agosto de 2007 foram oferecidas emendas de 1 a 23, de autoria do grupo de trabalho criado no âmbito da CCJ destinado a tratar das proposições que versam sobre “Reforma Processual Penal”, composto pelos seguintes membros: Senadora Ideli Salvatti, Senador Jefferson Peres, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Pedro Simon e Senador Romeu Tuma. Eu gostaria também de aproveitar a ocasião para dizer que tendo sido a matéria já em breves traços sido relatadas pelo Relator, eu concedo a palavra a S. Ex^a. para que ele possa proferir observações que complementam as alterações que ele faz no referido Decreto-lei de 1941. Com a palavra o nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a. permissão para falar da Mesa, uma vez que também tem um Power-Point a ser apresentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Convido V. Ex^a., portanto, para vir à Mesa para que possa...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Fazer a sua exposição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presi-

dente, quero dizer que a gente começou a fazer escola aqui, não é Senador Demóstenes? Para as pessoas poderem entender, o PowerPoint do Código de Processo Penal, agora para o Tribunal do Júri, acho de fundamental importância, louvo a técnica pedagógica, e quem sabe daí, Senador Demóstenes, a gente consiga fazer com que se dê atenção para esta profunda mudança no processo judicial brasileiro, que esta Comissão está fazendo sem o debate e o destaque devido, porque na semana passada alteração no Código de Processo Civil, Código de Processo Penal e hoje alteração no Tribunal do Júri. Então que a gente possa, até com todos esses recursos que a gente está se esforçando no trabalho da Comissão para chamar a atenção para este assunto, que a gente finalmente consiga pautá-lo como algo importante e positivo, o que o Senado está fazendo neste momento.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Quero confessar à Senadora Ideli Salvatti que a inspiração vem realmente da exposição que V. Ex^a. fez. Então eu cumprimentar o nosso Presidente, as Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores.

Esse é um Projeto que veio do Poder Executivo em 2001, primeiro para a Câmara dos Deputados. Lá ele estava reunido com uma série de outros Projetos. Era uma alteração geral, Sr. Presidente, do Código de Processo Penal. Posteriormente esse Projeto único foi desmembrado em vários e eles foram elaborados por uma Comissão composta pelos juristas Ada Pellegrini Grinover, Petrônio Calmon Filho, Antônio Magalhães Gomes Filho, Antônio Scarance Fernandes, Luiz Flávio Gomes, Miguel Reale Júnior, Nilzardo Carneiro Leão, Reneri Aldote(F), Rogério Lauria Tucci e Sidney Benetti, e dizer, claro, que eles detêm uma gama de conhecimentos muito grande, só que nós também preferimos buscar, além deles, o Conselho de alguns Promotores de Justiça, Juízes de Direito, membros do Ministério da Justiça, a Comissão que foi presidida pela Senadora Ideli Salvatti e que recebeu inclusive sugestões da Suprema Corte, e eu gostaria de mencionar as figuras do Dr. Pedro Abramovay, do Sr. Leandro Galluzi e da Sra. Daniela Antoniazzi, Técnicos do Ministério da Justiça, além de alguns Promotores de Justiça como o Dr. Abraão Amisy Neto, João Telles de Moura Neto e Tito de Souza Amaral, de Goiás, Edílson Mougenot Bonfim, de São Paulo, toda uma gama, um grupo de Promotores de Justiça do Rio Grande do Sul, o Professor Fernando Tourinho também, doutrinador em processo penal com muitas sugestões, os Juízes de Direito com as sugestões oferecidas pela sua Associação de Magistrados.

Bom, em síntese, do Projeto que veio da Câmara, eu apresentei algumas modificações. O Projeto, ele basicamente versa sobre o seguinte: cria-se um procedimento próprio para os processos de competência do júri mais célere do que o hoje adotado. O processo do Tribunal do Júri hoje, ele é tiranossáurico. Ele ainda tem muito do Século XIX, do século XVIII, então ele está sendo modernizado até para que o jurado, que é leigo, possa responder adequadamente às perguntas. Nós perguntamos direito para os jurados. Muitos de nós não daríamos conta de responder aquelas perguntas. Então haverá uma simplificação, sendo que na primeira fase do procedimento, que é uma outra inovação, todos os atos serão concentrados numa única audiência. Hoje, só para relembrar, o Promotor oferece a denúncia, aí o Juiz recebe a denúncia, marca o interrogatório, faz-se uma defesa prévia, depois se houve as testemunhas arroladas pela acusação, depois pela defesa, aí vem a decisão de pronúncia,

um despacho saneador, quer dizer, isso tudo acaba para ficar concentrado tudo numa única audiência. Feita essa primeira fase o Juiz pronuncia, impronúncia, absolve sumariamente ou desclassifica o crime. Feita essa segunda fase tem o libelo-crime acusatório, que também praticamente não tem finalidade. O libelo e a contrariedade ao libelo, que delimitam a acusação e a defesa, mais a acusação. Agora acaba-se com o libelo e o Promotor fica adstrito com o que há na decisão de pronúncia ou, se não houver a pronúncia, ele recorreu e o réu foi a júri em decorrência dessas decisões posteriores, ele fica adstrito a essas decisões.

Uma outra situação. A regra é o réu assistir o seu julgamento. Agora o julgamento se dará mesmo que o réu se encontre solto ou ele não compareça. Então o julgamento passa a ser adiado somente em casos especiais, e será realizado ainda que o acusado solto deixe de comparecer à sessão, ele devidamente intimado deixe de comparecer. O preso, ele será intimado e, se ele não for conduzido ao julgamento, continua sendo adiado, a não ser que ele e o Advogado peçam para que ele não compareça e a sessão se realize sem a presença dele. Acaba-se a triangulação Juiz, Promotor, Testemunha, Jurado, ou seja, as perguntas passam a ser diretas tanto para a testemunha quanto para o interrogado. Nós que já fizemos muitos júris, o Senador Valter Pereira inclusive, sabe que há uma dificuldade, porque muitas vezes o Juiz indefere ou o Juiz faz uma pergunta traduzindo o que a gente perguntou e que não é exatamente aquilo, então isso acaba. Agora o Juiz continua com o poder de comandar a sessão. Se ele acha que alguma coisa está sendo abusiva, algum constrangimento, alguma pergunta que induza o réu para o lado A ou para o lado B, o Juiz ainda continua Presidente e podendo indeferir as perguntas, mas o debate e as perguntas passam a ser feitas de forma direta.

Os quesitos, eu vou apresentar de forma mais detalhada daqui a pouco, eles são simplificados, mas são basicamente três. Responde sobre a materialidade, ou seja, o réu morreu? Responde sobre a autoria: quem matou foi fulano? E depois pergunta-se se o réu é inocente. Eu até perguntaria a pergunta: o réu é culpado? Mas houve uma ponderação sistemática por conta do Ministério da Justiça que a pergunta deveria ser ao contrário, aliás, a proposta original eram quatro cédulas, as duas que iriam responder sim ou não e nesse quesito culpado ou inocente, mas os operadores de direito, principalmente Juízes e Promotores, entenderam que entregar quatro cédulas para os jurados, ao invés de duas, sim ou não, condenado ou absolvido, culpado ou inocente, em muitas regiões do Brasil infelizmente o analfabetismo ainda é grande,

especialmente o analfabetismo funcional, o que complicaria a resposta.

Sobre agravantes e atenuantes, esse sistema será aplicado inteiramente pelo Juiz de Direito.

Suprime-se o protesto por novo júri. O que é o protesto por novo júri? É aquele recurso automático quando o réu é condenado há vinte anos ou mais. Vinte anos ou mais tem direito a novo júri, automaticamente, sem qualquer motivo. Nós inclusive já havíamos aprovado aqui, no Senado, há um ano e meio, dois anos, um Projeto da minha autoria com esse teor, mas parou na Câmara. Então agora nós estamos extinguindo o protesto por novo júri.

Algumas propostas foram apresentadas pela Comissão liderada pela Senadora Ideli Salvatti, não é, e que eu optei por acatar a grande maioria. Embora esteja aqui na redação rejeitada, é porque a grande maioria já fazia parte do substitutivo que eu iria apresentar. Então a primeira alteração proposta diz respeito ao artigo 406. A redação original que veio da Câmara dizia o seguinte: "o Juiz, se não rejeitar a denúncia, a receberá". Isto é um absurdo, o Juiz recebe a denúncia. Então foi feito evidentemente para absolver, a finalidade mesmo dos operadores era criar a absolvição, mas eu estou voltando ao bom direito, aquilo que no mundo inteiro acontece dessa forma. O Juiz, se não receber a denúncia, a rejeitará. Se não fica a regra que a denúncia oferecida está equivocada. O Juiz, se não rejeitar a denúncia, a receberá. É uma verdadeira inversão de valores.

Eu optei também por manter o texto atual com pequena modificação nos dois parágrafos do artigo que anteriormente eram apenas explícitos quanto a arrolar testemunhas. Ele dizia assim: "a acusação arrolará testemunhas" ou "as testemunhas de acusação". Não existe testemunha de acusação ou testemunha de defesa, as testemunhas são do processo. Então são testemunhas arroladas pela acusação e arroladas pela defesa. Parece uma coisa pequena, mas fica a impressão que alguém que vá depor está ali para fazer o jogo de A ou de B, quando ele tem que esclarecer o que aconteceu.

No caso do § 5º, do artigo 411, eu estou propondo a redução dos debates de duas horas para uma hora e meia e acrescentar essa meia hora na réplica e tréplica que era de meia hora. Então hoje a sistemática é como? Faz-se a sustentação do Ministério Público, da acusação, e da defesa, pelo prazo de duas horas. Então nós estamos reduzindo para uma hora e meia. E a réplica e a tréplica, que era de meia hora, fica acrescida em meia hora, então fica uma hora para a réplica e para a tréplica. Isso por quê? Porque pode ser inclusive que a defesa pode apresentar algumas

teses que podem vir e que não tenha aparecido ainda no processo. Então a acusação, o Ministério Público, terá tempo suficiente para vir nessa réplica e apresentar os seus argumentos.

No artigo 411, quando o Juiz encerra a instrução, não havia prazo para ele oferecer a decisão de pronúncia. Eu estou dizendo que ele oferecerá imediatamente nessa audiência de instrução e julgamento ou nessa audiência de instrução probatória, digamos assim, e que ele deve sentenciar imediatamente, ou se não no prazo máximo de dez dias.

O artigo 421, ele trazia na minha opinião um absurdo jurídico que era não levar para a audiência do Tribunal do Júri, a última audiência, as provas que pudessem ser repetidas. Então a testemunha que fez um depoimento no Tribunal do Júri, não é nem na Delegacia de Polícia, o depoimento dela não poderia ser remetido nem para o Juiz, quer dizer, é algo completamente surreal, seria mandado só as perícias, as provas irrepetíveis, aquelas que não pudessem ser produzidas novamente, e isso faria com que houvesse um verdadeiro vale-tudo na sessão do Tribunal do Júri. As provas teriam que ser produzidas ali, desconheceria-se praticamente tudo que foi produzido no passado, e também acabaria praticamente com a possibilidade do falso testemunho. Por quê? Porque a testemunha ali poderia dizer o que quisesse, porque na prática seria o seu primeiro depoimento.

No § único, do artigo 422, previa-se que as testemunhas residentes fora da Comarca seriam ouvidas por carta precatória, naturalmente, e que isso deveria ser juntado ao processo com a antecedência mínima de cinco dias de antecedência da sessão do júri. Eu também terminei com isso por quê? Porque bastaria arrolar testemunhas, eu arrolo uma testemunha no Amazonas, outra em Roraima, nunca vai ser ouvida e a sessão do Tribunal do Júri nunca se realizaria. Não é verdade? Então com isso, chegando ou não chegando a sessão se realizará. O § 4º, do artigo 426, prescreve que o jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença no ano anterior ficará excluído da lista geral por dois anos. Eu diminuí para um ano, porque em cidades pequenas onde eu já fui Promotor, cidades de cinco mil habitantes é difícil você fazer a lista de jurados, ainda mais se você não puder repetir por dois anos. Então eu estou colocando um ano só porque é a prática. É melhor se nós descêssemos conta de fazer por dois anos, mas quase sempre não damos conta de fazer isso. O § 5º, apesar de dizer que seria de dois anos, fala-se que a lista será completada. Então a lista não será completada, a lista será efetivamente renovada.

No artigo 428, onde se prevê desaforamento, só havia o desaforamento a pedido do acusado, não

havia a pedido do Ministério Público. Então por uma questão de isonomia estou colocando também que se pode fazer o desaforamento. O que é o desaforamento? Desaforamento não é quando Almeida Lima fica bravo, desaforado não, é quando se pede para se julgar em outro foro, quando há suspeição em cima dos jurados e etc. Então pode o Ministério Público, e muitas vezes é o Ministério Público que pede, porque há parentesco, há aquela tendência quase sempre de absolvição, amigos e etc. Eu quero pedir desculpas ao Senador Almeida Lima pela ausência, foi uma brincadeira das mais respeitadas.

No artigo 430 se aumenta de três para cinco dias o prazo para habilitação do Assistente de Acusação. Eu não vi razão alguma nisso. Retirei do artigo 431 a expressão “quando houver requerimento”. É evidente que o Juiz somente determinará a intimação das testemunhas cujo depoimento tenha sido requerido pela acusação ou defesa. E retirei também do artigo o seu § único, o dispositivo que previa que os jurados seriam sorteados e convocados na forma dos artigos 432 a 435. Se já está lá dizendo qual a forma, para que repetir?

No artigo 432 tinha mais um fator que eu considero que seria apenas para atrasar o julgamento. Previa o seguinte: que para o sorteio dos jurados o Juiz intimará o Ministério Público, todos os Promotores, os Assistentes, os Querelantes, os Defensores dos acusados para a sessão de sorteio dos jurados. Então eu simplifiquei, porque basta um não comparecer que não se faz o sorteio. Então ficou: vai se intimar o Ministério Público, a OAB e a Defensoria Pública, porque ali é só o sorteio de jurado, mais nada, não está decidindo. Então, quer dizer, daquele rol de oitenta ou trezentos ou quinhentos jurados serão sorteados tantos para servirem naquela sessão. Um outro dispositivo é que dizia que todos os jurados seriam convocados para sorteio. Imaginem os senhores convocar mil e quinhentos jurados, se um não comparecesse, ou teria que fazer essa sessão, não tem, sem cabimento também esse dispositivo.

O artigo 436 pretendia reduzir a idade mínima de vinte e um para dezoito anos para que o cidadão possa servir à justiça como jurado. Eu considero que a idade de vinte e um anos é razoável porque já se tem uma maturidade suficiente para julgar, para decidir sobre a vida de outros, até porque Juiz de Direito, Promotor, também começa a ser Juiz, ainda mais agora com a experiência, a partir de vinte e cinco anos, por aí.

Nos artigos 442 e 443 eu imponho multa ao jurado faltoso e à testemunha faltosa, porque ali falava que em condução coercitiva, outras coisas, mas não tinha uma penalidade razoável.

Em relação às emendas apresentadas eu fiz da seguinte forma: as emendas foram apresentadas pela Senadora Ideli Salvatti, Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon e Romeu Tuma.

O artigo 463, ele aumenta a exigência presencial mínima de quinze para dezenove jurados e aumenta de vinte e um para vinte e cinco. Eu aumentei para vinte cinco e mantive o número de quinze, porque não tem cabimento você aumentar o quorum para garantir a sessão e aumentar o número mínimo, porque aí se alguém faltar continua do mesmo jeito, continua sendo a diferença de seis. Então aumenta o quorum para vinte e cinco, mas mantenho o número de presentes para se iniciar a sessão de quinze. Os jurados, aqueles impedidos ou suspeitos, continuam sendo computados para a constituição do número legal.

Aqui no caso havia um desmembramento automático do júri quando dois jurados eram acusados e um recusava um jurado e outro aceitava aquele jurado. O que é que acontecia então? O processo prosseguia em relação àquele que aceitasse. Muito bem. Isso levava a combinação entre os Advogados principalmente quando haviam três, dois acusados, e por quê? Com a ausência daquele no julgamento um jogava a culpa nas costas do outro. Agora o que eu faço? Quando há recusa, aquela recusa é considerada uma recusa processual, então vai se diminuindo o número, de tal sorte que se nós encontrarmos sete jurados, os sete jurados julgarão aqueles dois. Alguns dizem o seguinte: mas isso é inconstitucional? E não é inconstitucional, eu explico o por que. Porque o acusado, ele tem direito a recusar o julgamento pelo Juiz, pode até alegar, nesse caso imotivadamente ele pode recusar, ou ele pode alegar impedimento ou ele pode alegar suspeição, mas o réu não pode escolher o seu Juiz, em nenhum lugar do mundo o réu pode escolher o seu Juiz, sendo que isso acaba com uma manobra protelatória e uma manobra que muitas vezes acabava confundindo os jurados, ou seja, nós vamos julgar os dois ao mesmo tempo, a não ser que não se encontre aquele número mínimo de sete.

O artigo 475 previa que a sessão seria filmada pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia ou técnica similar sempre que possível. O que é que eu fiz? Acabei com o “sempre que possível”. Fazer dessa forma, depois faz-se a degravação da sessão, é muito mais ágil e acaba-se praticamente com os atos procrastinatórios.

Eu vou passar o PowerPoint, se alguém tiver alguma dúvida eu esclareço depois, porque o projeto é grande, são quase cem artigos alterados no Processo Penal. Perdão porque realmente é grande.

Esse é o projeto, eu já falei dele.

Isso daí também eu já mencionei, já mencionei, já mencionei, pode ir em frente.

Muito bem, aí está dizendo “as principais alterações”. Como é que está no Código de Processo Civil hoje? O Juiz, ao receber a queixa ou a denúncia, designaria data do interrogatório ordenando a citação do réu e a notificação do Ministério Público, se for o caso do querelante ou do assistente. Na instrução do processo serão inquiridos no máximo oito testemunhas de acusação e até oito de defesa. Como é que fica? O Juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder a acusação por escrito no prazo máximo de dez dias. Então haverá contestação, como é no Processo Civil. A acusação deve arrolar no máximo oito testemunhas e na resposta o acusado poderá argüir preliminares e alegar o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas e arrolar testemunhas. Então fica tudo aí como é mais ou menos no Processo Civil. Hoje como que é no Código de Processo Penal? As testemunhas de acusação serão ouvidas dentro do prazo de vinte dias quando o réu estiver preso e de quarenta quando ele estiver solto, e essa contagem do prazo é a partir da defesa prévia. Acabou a defesa prévia começa a contar esse prazo. Como é que vai ficar? O Juiz determinará a inquirição das testemunhas e a realização das diligências requeridas pelas partes num prazo máximo de dez dias. E como é que vai ser essa contagem do prazo? Quinze dias, dez da contestação e cinco do Ministério Público, a partir daí se conta esse prazo de dez dias. Hoje, como é que vai ficar então? A instrução preliminar. Primeiro vai se ouvir o ofendido, depois as testemunhas arroladas pela acusação, depois as testemunhas arroladas pela defesa, depois os esclarecimentos dos peritos, as acareações, o reconhecimento de pessoas e coisas, por último o interrogatório do acusado. Reconhece-se aí que o acusado pode se utilizar do seu interrogatório como meio de prova, como meio de defesa, e, portanto, ele o fará por último. Haverá os debates orais e essa conclusão, isso que eu incluí, o Juiz dará a decisão na hora ou no máximo de dez dias. A conclusão do procedimento será de no máximo noventa dias. Muito bem, como é que vai ser então? As provas vão ser produzidas numa audiência só. Hoje nós temos várias. As alegações orais serão da seguinte forma: palavra à acusação e à defesa por vinte minutos, prorrogáveis por mais dez. Mais de um acusado: tempo individual para a acusação e defesa para cada um. Assistente do Ministério Público, se houver, dez minutos para a manifestação, e aí, se houver assistente, dez minutos para a defesa. Nenhum ato será adiado, salvo quando imprescindível a prova faltante, determinando o Juiz

a condução coercitiva de quem deva comparecer. Se comparecer uma parte das testemunhas e outra não, como é que é hoje? Se adia a audiência. Agora não, vão ser ouvidas, vão ser inquiridas aquelas testemunhas que comparecerem, na ordem certa. Se forem arroladas pelo Ministério Público, primeiro as do Ministério Público, se forem arroladas pela defesa, primeiro as da defesa. Hoje, após a instrução haverá alegações finais de cinco dias para a acusação e defesa, é esse o prazo, e o querelante fala antes do Ministério Público por igual prazo. Se tiver assistente fala junto com o Ministério Público por esse prazo. São oferecidas as alegações e passa-se à fase de pronúncia. E hoje, como é que ficou? Após a inquirição e o interrogatório, na mesma audiência, ocorrerão os debates orais, e encerrada a instrução passa-se à fase de pronúncia. E a pronúncia, como é que vai ser feita? O Juiz pronunciará o réu motivadamente. Se convencido que há o crime, que há indícios de que o autor seja o criminoso, e passa o Juiz a pronunciar agora da seguinte forma. Quando é que haverá pronúncia? Quando houver materialidade do fato, é um pouco diferente, quando houver indícios suficientes da autoria ou de participação. E a impronúncia, quando haverá impronúncia, quando haverá, como que é hoje? O Juiz julgará improcedente a denúncia ou a queixa se não se convencer da existência do crime ou de indício suficiente que o réu seja o autor. Enquanto não for extinta a punibilidade, se houver novas provas, novo processo poderá ser instaurado. Como é que fica a impronúncia? Se o Juiz tiver dúvida, se ele não se convencer da materialidade do fato ou de indícios suficientes de autoria e enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, se houver nova prova, poderá ser feita. E a absolvição sumária, quando é que ela acontece? Quando houver alguma circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena: legítima de defesa, estado de necessidade, exercício regular de um direito ou alguma forma de isenção da culpabilidade também. Então nesse caso o Juiz absolve sumariamente e há o chamado recurso ex-offício para que o Tribunal confirme essa decisão. Como é que vai ficar? O Juiz absolverá provada a inexistência do fato. Então se o Juiz tiver dúvida, ele impronuncia. Se ele tiver certeza que não existiu o fato, ele absolve sumariamente. Provado não ser o acusado autor ou partícipe do fato, ou seja, se tiver dúvida ele impronuncia. Se ele tiver certeza da existência do fato, de que ele não é o autor, o Juiz absolve sumariamente. Que o fato não constituiu infração penal, por exemplo, tem alguma coisa aí que aconteceu a morte, mas aconteceu por caso fortuito ou força maior, e que, portanto, não é infração penal. Espera aí, volta ali. E demonstrado, aí volta as duas coisas, demonstrada a causa de isen-

ção de pena ou de exclusão do crime, ou seja, nós tínhamos duas hipóteses para a absolvição sumária e passamos a ter cinco hipóteses para a absolvição sumária. Então a absolvição sumária. Agora é a inexistência do fato, não ser o acusado autor ou partícipe do fato, não constituir o fato infração penal, além das outras duas tradicionais.

Bom, hoje, como é o Código de Processo Penal? Caberá recurso no sentido estrito da decisão que pronunciar ou impronunciar o réu. Como é que vai ficar? Caberá apelação contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária. Então haverá recurso em sentido estrito só para decisão de pronúncia. A impronúncia passa a ser apelação, e até com um sentido lógico nisso.

Se dos autos constarem elementos, isso está assim hoje, de culpabilidade de outros indivíduos não compreendidos na queixa ou na denúncia, o Juiz, ao proferir a decisão de pronúncia ou impronúncia, ordenará que os autos voltem ao Ministério Público para aditamento da peça inicial do processo e mais diligências do sumário. Isso daqui já tinha sido derrubado pela jurisprudência, porque o Juiz não pode mandar aditar, o Promotor aditar, o Promotor tem que examinar, ele pode aditar ou não. Então eu estou deixando claro que retornará ao Ministério Público, inclusive para aditar, se for o caso.

Hoje, passada e julgada em decisão de pronúncia, o escrivão abre vista dos autos ao Ministério Público pelo prazo de cinco dias para oferecer o libelo acusatório. Como é que fica? Transitou em julgado, acabou o libelo, vai imediatamente ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri. Vai para que? Já para marcar, o Juiz dá um despacho saneador, vê o que tem que ser feito e marca a audiência.

No texto da Câmara é isso que eu já mencionei para os senhores, só seriam mandadas para a sessão as provas cautelares e não repetíveis. Então vai para produzir tudo que for preciso na audiência para o jurado ter conhecimento.

A lista anual de jurados. Como é que é hoje? Trezentos a quinhentos jurados no Distrito Federal e nas Comarcas de mais de cem mil habitantes, oitenta a trezentos nas comarcas ou nos termos de menor população. Como é que fica? Oitocentos a mil e quinhentos nas Comarcas de mais de um milhão de habitantes, trezentos a setecentos nas Comarcas de cem mil habitantes, oitenta a quatrocentos nas Comarcas de menor população. O jurado que tiver, que eu já disse, a intenção original do projeto era de não repetir jurado por dois anos, eu coloquei por um ano só porque em muitos lugares a gente não consegue formar novo Conselho.

Como é que é a situação hoje do número de jurados para julgamento por sessão? O Tribunal do Júri compõe-se de um Juiz que é o seu Presidente e de vinte e um jurados que se sortearão dentre os alistados, sete dos quais constituirão Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento. Eu estou aumentando aquele número para vinte e cinco para facilitar o julgamento. Então não serão mais vinte e um e sim vinte e cinco. E o quorum mínimo? Eram dezenove jurados, não é, comparecendo, e nós estamos colocando esse quorum mínimo, a Câmara queria alterar para dezenove e nós estamos mantendo os quinze jurados, porque você aumenta para vinte e cinco, mas mantém o quorum mínimo, porque se você aumentar o quorum mínimo não tem significado a alteração.

Idade mínima para ser jurado, o texto da Câmara colocava dezoito, eu coloco para vinte e um anos, porque para julgar é preciso ter um pouco mais de maturidade.

Multa ao jurado faltoso, que era de cem mil réis, que ninguém sabe exatamente o que era isso mais, e a partir de agora o jurado que não comparecer, a multa será de um a dez salários mínimos, de acordo com a condição econômica do jurado.

Julgamento sem a presença do acusado. A Lei ficou de que forma? Se não comparece o réu ou o acusador particular com justa causa, o julgamento será adiado para o seguinte e se não puder realizar-se, na que estiver em curso. Como é que ficou? O julgamento não será adiado pela ausência do acusado solto, do Assistente ou do Advogado do querelante. Só se não comparecer o Advogado do réu, porque aí não tem jeito de fazer, mas nessa hipótese se marca também para a próxima sessão possível. E se o acusado estiver preso? Ele pode requerer, juntamente com o seu Advogado, que não compareça. E se ele for intimado para comparecer e a justiça falhar nisso, aí sim o processo será adiado.

Aqui é aquela história da separação do julgamento, que eu já contei para os senhores. Hoje se um réu recusa e o outro aceita, se desmembra o julgamento, e depois no julgamento separado cada qual pode combinar o que quiser, isso era feito. Agora se houver a recusa de um só, considera-se a recusa do processo e prossegue-se até que esse número. Se ele for inferior a sete, naturalmente aí sim o processo será desmembrado. Caso contrário, não.

Na Câmara vinha algo que dizia exatamente o seguinte: que as partes e os jurados poderão requerer acareações, reconhecimento de pessoas e coisas, esclarecimentos dos peritos, bem como a leitura das peças que se referiram exclusivamente às provas colhidas por carta precatória e as provas cautelares antecipadas

ou não repetíveis. Então não podia nem ler nada, até porque não estaria lá. Também nós deixamos, tudo que existe pode ser apresentado ao jurado, e a leitura das peças processuais, que é um negócio chatíssimo, muitas vezes feito apenas para procrastinar, isso se dará num prazo máximo de duas horas.

Essa inquirição das testemunhas diretamente pelas partes, eu já mencionei aos senhores, então a regra era perguntar ao Juiz e o Juiz perguntava à pessoa que respondia. Agora as perguntas podem ser feitas diretamente. Agora os jurados, esses continuarão, quando quiserem fazer pergunta continuarão fazendo as perguntas indiretamente, porque o jurado não tem conhecimento técnico algum e pode realmente querer direcionar dessa forma.

O interrogatório, da mesma forma, será feito diretamente e os jurados que quiserem perguntar, perguntarão através do Juiz.

O registro dos depoimentos, como é que é hoje? Faz-se um termo, os depoimentos das testemunhas, o que foi feito pela acusação, pela defesa, e reduz-se a termo. Então os registros serão feitos por gravação magnética, eletrônica, estenotipia ou técnica similar, destinado a obter maior fidelidade e celeridade na colheita da prova, e ao fim essa transcrição será feita com a degravação.

Os debates nós modificamos, como disse aos senhores, que hoje duas horas, mais meia hora para cada um, ficou uma hora e meia, mais uma hora para a réplica e tréplica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciado fora do microfone).

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Olha, isso é um termo que é utilizado aí, eu coloquei tudo que tinha, tudo que for permitido para a transcrição está valendo.

O uso do argumento da autoridade fica proibido. Era proibido se mencionar a decisão de pronúncia, mas a decisão de pronúncia é o que vai delimitar a acusação. Então não pode ser utilizado o argumento de autoridade fazendo-se alusão à pronúncia, às decisões dos Tribunais, uso de algema, porque aí o Promotor também pode ou o Assistente dizer: “olha, fulano é tão culpado que o Juiz o pronunciou”. Não, esse argumento da autoridade do Juiz, ou da algema: “olha, é tão perigoso que está sendo algemado”. Então isso tudo não poderá ser utilizado para tentar convencer o jurado.

Os quesitos. Como é que é hoje? Fato principal de conformidade com o libelo. Pode passar, vamos correr aqui, é porque é um projeto ... Em algumas circunstâncias expostas no libelo se perguntava tudo sobre o crime. E como é que ficou hoje? Os quesitos vão ser

sobre materialidade, fulano morreu no dia tal, às tantas horas, fulano levou tantos tiros e veio a óbito? Sim. Depois, foi fulano que deu o tiro? Sim. Aí pergunta se o réu deve ser absolvido, sim ou não? A partir daí não se pergunta mais sobre direito. Se tiver alguma causa de diminuição de pena pergunta-se, se tiver algum caso de circunstância qualificadora, empregou-se o meio cruel, empregou-se asfixia e tal. O que é fato o jurado responderá. O que é direito, só o Juiz de Direito.

A resposta será sempre por maioria. Alcançou-se quatro votos, mais de três, encerra-se a votação, para evitar aqueles sete a zero para se absolver ou para se condenar porque aí fica sabendo quem absolveu e quem condenou. Então a regra é o sigilo das votações. Então passou-se de três votos, ou seja, quatro a um, quatro a dois, quatro a três, imediatamente se encerra a votação. Se os jurados decidirem pela condenação, aí ele vai votar sobre causa de diminuição de pena alegado na defesa, circunstâncias qualificadoras ou casos de aumento de pena.

E se for desclassificado, se o jurado responder que o crime não é homicídio, mas lesão corporal seguida de morte? Aí é competência do Juiz singular, faz-se o quesito a esse respeito, vai para o Juiz e o Juiz julga. Se houver tentativa, vai se perguntar: “fulano não morreu”, aí o jurado vai dizer que ele não morreu, que houve tentativa. Então tudo que é fato responde o jurado e tudo que é direito responde o Juiz de Direito. Se for desclassificado para outra (ininteligível) do Juiz singular, é o Juiz do Tribunal do Júri que julgará, se for crime de menor potencial ofensivo vai ser julgado, se for desclassificado quem julga também é o Juiz, então ele sai dali com o julgamento. Se houver era desclassificação ele sai dali também julgado. O processo não será enrolado mais.

O fim do protesto por novo júri, eu já disse para os senhores. Condenado há mais de vinte anos hoje tem direito a um novo júri. A partir daqui não, qualquer que seja a pena ele terá direito a um novo júri se houver era a nulidade ou a decisão for contra a prova dos autos.

Acho que é um procedimento bom, estamos dando a celeridade, inovando em relação ao Tribunal do Júri e extraindo melhor a vontade do jurado que julga. É isto, Sr. Presidente, pedindo desculpas pela demora, que realmente o Projeto é muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa cumprimenta o relatório apresentado pelo nobre Senador Demóstenes Torres e põe em discussão a matéria. Para discuti-la, concedo a palavra ao nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, inicialmente para cumprimentar o exaustivo

trabalho produzido pelo Senador Demóstenes Torres, que vem referendar já o elevado conceito que ele desfruta nesta Comissão e nesta Casa como um diligente jurisconsulto e um especialista nessa área criminal. Indiscutivelmente o Relator fere questões fundamentais no sentido de agilizar a tramitação do processo. Essa foi a dedução que tirei do relatório produzido pelo eminente Senador Demóstenes. Têm questões aqui que são atávicas até, que foram removidas como até mesmo essa questão da solenidade da audiência. Efetivamente uma audiência, para quem milita no fórum, percebe que os procedimentos são anacrônicos, que precisam realmente ter uma modalidade de comunicação que seja mais objetiva. Essa questão aferida com relação à audiência é fundamental, porque um obstáculo que se observa claramente, aliás é até uma artimanha dos Advogados, quando arrola testemunha já é prevendo essa procrastinação para que não se realize a audiência, e depois de não realizada essa audiência tem que entrar numa agenda de outras audiências que às vezes é designada para daí seis meses, às vezes oito meses para frente, então o processo acaba perenizando em prejuízo da sociedade, porque a sociedade está cobrando medidas mais duras contra a impunidade, e isso aqui é uma ferramenta muito certa no sentido de evitar a impunidade. Eu acho que o Parecer do Relator é quase que irreparável. Eu consultaria o Presidente se isso daqui está em fase terminativa ou se ainda comporta algum adiamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Comporta adiamento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu pediria anuência ao ilustre Relator para pedir vista, não que tenha enxergado aqui qualquer defeito, é que o Projeto efetivamente é grande, é grande e eu acho que essa é uma oportunidade rara para se mexer numa questão que efetivamente hoje é objeto de grande inquietação da sociedade, porque diz respeito também à impunidade. A impunidade é decorrente em grande parte da procrastinação que se faz na justiça e V. Ex^a. está atacando muito isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Posso dar uma sugestão a V. Ex^a.? Haverá turno suplementar, então se pudéssemos aprovar hoje o efeito seria o mesmo, porque no turno suplementar, daqui até lá V. Ex^a. poderá apresentar quaisquer emendas, e eu me comprometo a discutir com V. Ex^a.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu concordo...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Desculpe interromper o nobre Senador Demóstenes Torres, mas nessa hipótese o turno suplementar não se dá na Comissão, se dá lá no Ple-

nário, salvo se V. Ex^a. ... eu acho que não resta outro caminho a não ser o pedido de vistas, porque o turno suplementar, na hipótese, vai ocorrer no Plenário, e no Plenário é mais difícil.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – ...É mais difícil, mas com certeza vai ser o próprio Senador Demóstenes o Relator, e discutindo-se previamente com ele a possibilidade de se acolher ou não. Eu acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Se V. Ex^a. optar por esse caminho, tudo bem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Nós estamos brigando tanto pela celeridade, eu acho que nós tínhamos que dar o exemplo da celeridade a partir de hoje.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Teria que talvez pedir vista mesmo, é melhor...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Então para a próxima sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então eu peço o pedido de vistas e garanto a V. Ex^a. que será mantido o princípio da celeridade, na próxima sessão estaremos com as nossas sugestões, se forem o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E certamente a Casa se beneficia com as contribuições de V. Ex^a., que V. Ex^a. conhece e domina o assunto, e como bom jurista que o é certamente contribuirá para aprimorar ainda mais a proposição. Retirando portanto...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Quero cumprimentar também o Relator pela evolução tecnológica. Hoje ele fez uma apresentação aqui que do ponto de vista pedagógico é mais produtivo, não é, eu acho que essa metodologia ... aliás, é uma metodologia que eu venho adotando para palestras em universidades sobre o pacote de violência que depois eu vou mostrar para V. Ex^a., e quero inclusive que V. Ex^a. me ceda o CD dessa palestra aqui, que ela vai ser incorporada às que eu estou fazendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito bem. Então, tendo em vista a solicitação do Senador Valter Pereira, a matéria sai da Ordem do Dia e retornará na próxima quarta-feira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora ^a...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Passo agora ao item extrapauta, Projeto da Lei da Câmara nº 80, de 2007, trata-se do PL 1.631, de 2007, não terminativo, que dispõe sobre o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, que altera o Decreto-lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.878, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providência. A iniciativa é do Presidente da República e a relatoria é do Senador Adelmir Santana. Eu queria saber...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Pois não, concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a. Eu gostaria apenas que apenas fosse concisa porque...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu vou ser muito concisa. O Senador Valter Pereira pediu vistas do Projeto relatado pelo Senador Demóstenes, eu queria apenas transformar em vista coletiva para que a gente desta forma tivesse efetivamente na semana que vem a possibilidade de fazer a votação, por conta de que nós estamos buscando agilizar o máximo a tramitação dos Projetos aí que tem como objetivo agilizar o processo judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nobre Senadora, eu já havia intuído que essa era a intenção do Senador Valter Pereira quando proclamou, na sua intervenção, que devolveria na próxima semana. Com a palavra, portanto, o nobre Senador Adelmir Santana, que é o Relator da proposição cuja ementa já li, e o Parecer de S. Ex^a. é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto e das emendas de nºs 1 a 5 apresentadas. No prazo regimental foram oferecidas as seguintes emendas: 1, 2, 3 e 5, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e a emenda nº 4, de autoria do Senador Inácio Arruda. A matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e Ciência e Tecnológica, Comunicação, Inovação e Informática. Com a palavra o nobre Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora. Este Projeto que submete a exame é que destina reestruturar o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnológica. Eu, dado o avançado da hora, vou me ater a destacar apenas que cria a administração um conselho gestor e fixa atribuições também a um conselho diretor. Ao mesmo tempo caberá à FINEP o exercício da Secretaria Executiva do Fundo. O Projeto, como bem colocou V. Ex^a., foi distribuído para duas outras Comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos e a

Comissão de Ciência e Tecnologia, Projeto esse que já foi aprovado nessas duas Comissões. Portanto, eu vou me ater aqui apenas à análise, dado o avançado da hora, e levando em conta que esse Projeto já teve a aprovação de mérito nessas duas Comissões. Análise – De acordo com o inciso I, do artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência. Em face disso, e considerando que a matéria foi distribuída a outras Comissões temáticas do Senado Federal, o presente Parecer analisará apenas as questões referentes à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Complementar nº 80, de 2007. Para atender ao regime de urgência constitucional a proposição tramita simultaneamente em todas as Comissões das quais foi distribuído, ou seja, à CCJ e às Comissões de Assuntos Econômicos, de Ciência e Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática. Do ponto de vista formal a proposição atende aos requisitos constitucionais relativos à competência da União, artigo 24, incisos I e IX, e às atribuições do Congresso Nacional, também constitucionais, artigo 48, inciso I, e à iniciativa privativa da Presidência da República – Constituição Federal, artigo 61, § 1º, inciso II, letras “b” e “e”. Sob ao aspecto material nota-se que a matéria está em concordância com os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil – Constituição Federal, artigos 1º a 4º, e com os direitos e garantias fundamentais – Constituição Federal, em especial o artigo 5º.

Além disso, está atendido o requisito constante do artigo 218 da Constituição Federal que estabelece se como dever do Estado a promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico da pesquisa e da capacitação tecnológica. O Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico infraconstitucional em vigor no país, atendendo também aos princípios gerais do direito. Não há também óbices de natureza regimental à tramitação da matéria. Por fim, a técnica legislativa e a redação empregada estão adequadas, conformando-se às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Voto – Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2007, bem como das cinco emendas apresentadas. É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Proferido o Parecer pelo nobre Senador

Adelmir Santana, que como as Sras. e os Srs. Senadores ouviram, concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto, não somente com relação à proposição matriz, mas também com relação às cinco emendas apresentadas. Vou, portanto, passar à discussão da matéria. Não havendo interesse em discuti-la, vou pô-la em votação.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Presidente, só para dar uma informação, como eu fui Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, eu rejeitei as emendas, mas isso não tem nada a ver com o procedimento aqui que é de constitucionalidade e juridicidade, mas as emendas, no mérito, foram rejeitadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, eu tinha, aliás, ciência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Como complemento, tanto nesta Comissão como na outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente, eu já tinha ciência de que as emendas não haviam sido acolhidas. Portanto, em votação a matéria. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passemos agora ao penúltimo item da pauta da reunião de hoje. Trata-se de matéria que será relatada pelo Senador Antônio Carlos Júnior, Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2007, não terminativo, que altera o artigo 6º da Lei 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza o Poder Executivo em transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública, e essa operação basicamente aumenta de três para quatro o número de diretores. Atualmente são três. O Relator *ad hoc* será o nobre Senador Antônio Carlos Júnior, que emitiu Parecer pela aprovação da proposição com a emenda que apresenta. Concedo a palavra, portanto, ao nobre Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 29 é somente alterar de três para quatro o número de diretores da Casa da Moeda do Brasil, empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda. É a criação de uma diretoria comercial, visando desenvolver uma política mais atuante para a entidade em busca de novos mercados e clientes. Se não gerasse despesa a criação desse cargo poderia ser feita por Decreto Presidencial autorizativo de alteração do estatuto da empresa. Não sendo este o caso, pois o cargo é remunerado, há necessidade de autorização do Poder Legislativo, conforme prevê o artigo 48, inciso X, da Constituição, que cabe dizer ao Congresso Nacional dispor sobre todas as maté-

rias de competência da União, especialmente sobre criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o artigo 84, inciso VI-B. Assim não vemos qualquer óbice legal ou constitucional para o prosseguimento da proposição. Do ponto de vista formal entendemos que a redação da Emenda do PLC pode ser aperfeiçoada no sentido de fazer referência à alteração proposta e não à ementa da Lei 5.895, de 1973. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei com a emenda abaixo mencionada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Parecer do Relator é favorável à aprovação da proposição com a emenda que apresenta. Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, vou encerrar a discussão e por a proposição em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de aproveitar a ocasião para também submeter à discussão e votação requerimento de autoria do líder Valdir Raupp no sentido de que seja realizada uma Audiência Pública relativa à proposta de Emenda Constitucional nº 12, de 2006. Trata-se da momentosa questão dos precatórios. Ele sugere que sejam convidados para a referida Audiência Pública as seguintes pessoas: o Dr. César Brito Aragão, Presidente da OAB, do Conselho Federal da OAB; Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Federação Nacional dos Municípios; Dr. Arnold Agostin Filho(F), Secretário de Tesouro Nacional; Dr. José Felipe Júnior, Prefeito de Diadema e Coordenador da Comissão dos Precatórios das Prefeituras, do Juiz Vulmar de Araújo Coelho Júnior, do Tribunal Regional do Trabalho de Rondônia, do Dr. Marcos Borges Rizzo, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes e das Instituições de Ensino Superior – ANDES/SN, Dr. Felipe Nobre, representante do sistema financeiro e Dr. José Baracho Filho, representante dos credores públicos. Em discussão a matéria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, concedo a palavra ao nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, pelo jeito não tem nenhum Governador arrolado nessa lista. Eu acho que seria importante incluir os Estados mais endividados para falar sobre a situação que eles ficariam diante desta proposição que vai ser submetida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Eu, antes de responder a S. Ex^a,

nobre Senador Valter Pereira, vou ouvir a intervenção que sobre o assunto deseja fazer o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Eu queria, Sr. Presidente, concordar com a posição do Senador Valter Pereira, porque é importante a presença de Governadores para discutir esse assunto com mais profundidade. Embora o Secretário de Fazenda de São Paulo seja uma expressão importante, mas eu concordo, eu acho que poderíamos ouvir o Governador de outros, até de um outro Estado. Eu acho que tem que dar um peso a esse assunto que ele merece. Eu concordo com a proposição do Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu já sugeriria, Sr. Presidente, incluir o Governador André Puccinelli, de Mato Grosso do Sul, que é o meu Estado, que é um Estado que está passando por graves dificuldades financeiras e onde o precatório realmente tem uma repercussão importante nas finanças do Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, a Mesa não tem nenhuma oposição a fazer à sugestão apresentada, mas gostaria de apenas ponderar que já é muito elevado o número dos convidados. São nove convidados.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Poderíamos fazer duas sessões talvez, o assunto é relevante, V. Ex^a. sabe que tem uma celeuma muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa, a Presidência também pretende, para que a Audiência Pública não enterra os trabalhos ordinários da Comissão, que isso seja feito em horário distinto da reunião das quartas-feiras, e a Presidência então propõe que seja feita na próxima terça-feira, dia 16 de outubro, às 14:30, até a Ordem do Dia. Então nós teríamos que desdobrar, portanto, o número de convidados, para que possamos atender também às limitações regimentais, porque como sabem V. Ex^a., Sras. e Srs. Senadores, terça-feira é dia de reunião deliberativa, pode até não ocorrer, mas é dia de reunião deliberativa, salvo se houver uma Medida Provisória, que são abundantes, pode isso não ocorrer. Então nós temos toda uma maneira de reduzir esse número, esse universo de convidados.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas na terça-feira, nesse horário, estamos chocando com a sessão ordinária?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Estamos, porque ficou marcado para 14:30, mas começando a Ordem do Dia vamos ter que suspender, porque o regimento determina que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu acho que teríamos que estudar...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Como V. Ex^a. é do partido do líder, ou seja, do Senador Valdir Raupp, V. Ex^a. poderia conversar com o líder para ver a melhor forma de operar essas alterações. Já com relação à Presidência não há problema.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu acato a orientação de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Está certo? Então eu gostaria, antes também de... pois não, com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Presidente, eu também queria concordar com V. Ex^a. em relação à data, porque se nós colocarmos nas quartas-feiras, nós vamos empurrar a pauta para bem mais adiante. Então eu concordo inteiramente com essa posição que V. Ex^a. tomou, eu endosso perfeitamente, eu acho que nós temos que fazer em outras datas que não as quartas-feiras, às dez horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente, e que não coincida juntamente com os trabalhos ordinários da Comissão.

Antes de encerrar a sessão eu gostaria de mais uma vez lembrar que tendo em vista a urgência solicitada pelo Senador José Agripino para os Projetos de autoria dos Senadores João Durval e Delcídio Amaral, que foram relatados pelo Senador Jarbas Vasconcelos, tendo em vista a urgência pedida a matéria deve ser apreciada hoje à tarde, e é a ocasião também para nós reconhecermos o trabalho que o Senador Jarbas Vasconcelos fez com relação à matéria, elucidando uma questão extremamente aguda, sobretudo no instante que nós vivemos, e acredito que possamos hoje votar a matéria, posto que a sua transformação em Resolução muito vai concorrer para que nós possamos aprimorar os nossos procedimentos com relação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Também deve aproveitar a ocasião para dizer que estamos certos também que na próxima quarta-feira teremos que aprovar a proposta do Senador Valter Pereira, com o Parecer da Senadora Lúcia Vânia, para que também o Regimento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tenha uma nova configuração, conforme aliás vem sendo demandado pelo Plenário da Casa e expresso através das suas diferentes lideranças.

Eu gostaria, antes de encerrar a sessão, colocar em votação o requerimento de autoria do nobre Senador Valdir Raupp e agradecer a presença de todos,

declarar encerrada a sessão e convocar a próxima reunião para a próxima quarta-feira, à hora regimental, ou seja, às dez horas. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 12h50.)

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 16 de outubro de 2007, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, do dia dezesseis de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Epitácio Cafeteira, Valdir Raupp, Valter Pereira, Gilvam Borges, Eduardo Azeredo, Jefferson Péres, Inácio Arruda, João Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro e da Senadora Serys Slhessarenko, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Paulo Duque, Romero Jucá, Almeida Lima, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Edison Lobão, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e a Senadora Lúcia Vânia. Justificam a ausência, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Marcelo Crivella. Registra-se a presença do Senador Paulo Paim. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização da 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA para instruir a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2003 (Tramitam em conjunto as PEC's nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005; e 12, de 2006), "Altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios". Autoria: Senador Maguito Vilela e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Tramita em conjunto com as seguintes propostas: PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2003, "Dá nova redação ao § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais". Autoria: Senador Efraim Moraes e outros Senhores Senadores; PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2004, "Altera o artigo 100 da Constituição Federal, e dá outras providências (Dispõe sobre Precatórios Judiciais)". Autoria: Senador Pedro Simon e

outros Senhores Senadores; PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2005, "Altera o art. 100 da CF para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento de precatórios judiciais". Autoria: Senador José Maranhão e outros Senhores Senadores; PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2005, "Dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios". Autoria: Senador Sérgio Cabral e outros Senhores Senadores; PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2005, "Altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios". Autoria: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores; PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2006, "Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios". Autoria: Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores. Em 13/12/2006, foi realizada a 1ª Audiência Pública para instruir a matéria. Presentes à 2ª Audiência Pública, aprovada em 10/10/2007, conforme Requerimento nº 20, de 2007-CCJ, de autoria do Senador Valdir Raupp, e Termo Aditivo nº 1, de autoria do Senador Valter Pereira, os seguintes convidados: Dr. Marcos Luis Borges de Resende, representante do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, Dr. Raimundo Cezar Brito Aragão; Dr. José Roberto de Moraes, representante do Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Mauro Ricardo Machado Costa; Dr. Eduardo Coutinho Guerra, representante do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Arno Hugo Augustin Filho; Dr. José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior, Presidente da Comissão de Precatórios da OAB-MG. Justifica a ausência, o Dr. Felipe Nobre, Representante do Sistema Financeiro. O Senhor Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ, passa a presidência dos trabalhos da Reunião ao Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão. Usam da palavra, os Senadores Valdir Raupp, Relator, Jefferson Péres, Eduardo Azeredo, Paulo Paim e Valter Pereira. A Presidência encerra a Reunião, às dezesseis horas e cinco minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à realização da segunda audiência, aliás, da segunda Audiência Pública para instruir as propostas de Emenda à Constituição nº. 01 e 23 de 2003, 51/2004, 11, 29 e 61/2005, 12/2006, que tramitam em conjunto e versam sobre a mesma matéria, precatórios judiciais.

Desejo, portanto, dizer também que a referida Audiência Pública está sendo realizada atendendo a uma solicitação do líder do PMDB, o Senador Valdir Raupp, aqui presente. Gostaria de convidar, portanto, os convidados desta Audiência Pública, o Dr. Marcos Luiz Borges de Resende, que representa o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB; Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão; gostaria de convidar também o Dr. José Roberto de Moraes, representante do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Mauro Ricardo; O Dr. Eduardo Coutinho Guerra, representante do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Arno Hugo Augustin Filho, e o Dr. José Alfredo Oliveira Baracho Júnior, que é Presidente da Comissão de Precatórios da OAB de Minas Gerais. Vamos... Podemos sentar.

Tendo em vista a Reunião de lideranças, que se realiza neste instante, e tendo em vista que às 16 horas, nós precisamos começar a ordem do dia, eu vou solicitar dos ilustres convidados que sejam concisos nas suas exposições, posto que nós não vamos ter condições de ensinar mais de 10 minutos para cada um dos expositores. E também gostaria de acrescentar o que é o óbvio, que nós estamos dispostos também a receber contribuições que tenham sido ou que venham a ser encaminhadas por escrito.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Dr. Marcos Luiz Borges de Resende, que representa, como eu disse, o Dr. Raimundo César Britto Aragão, que é o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB. Com a palavra o Dr. Marcos Luiz Borges de Resende.

DR. MARCOS LUIZ BORGES DE RESENDE: Exmo. Sr. Senador Marcos Maciel, eminente Presidente dessa Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, nobre Senador Valdir Raupp, líder do PMDB e Relator da PEC 12, caros colegas advogados, eminentes representantes de entidades que compõem a Mesa, senhoras e senhores, esse tema relativo à PEC

12 é um tema extremamente sensível porque ele diz respeito ao Estado Democrático de Direito, que cumpre a todos nós velarmos. A situação hoje criada pelo não pagamento das dívidas judiciais por Estados e Municípios é uma situação que atenta contra o Estado Democrático de Direito, porque há Estados com mais de 15 anos sem pagar os precatórios; há outros com mais de 20 anos sem pagá-los, e tudo isso gera uma crise de desobediência civil. O Estado, para poder punir os sonegadores, para poder punir as infrações, ele precisa dar o exemplo, o exemplo de cumpridor das normas jurídicas e das decisões judiciais e, portanto, essa é uma situação que depõe contra o exemplo que o Estado deve dar no pagamento das suas dívidas.

O precatório foi criado na Constituição de 1934 para moralizar os pagamentos devidos pelo Poder Público porque, naquela época, só os “amigos do rei” é que recebiam os seus créditos e, portanto, foi instituída a ordem cronológica de apresentação de precatórios para o pagamento na estrita ordem de apresentação. Ocorre que, por deficiência na redação da Constituição de 1938 e pelas interpretações que o Supremo Tribunal Federal deu ao texto da Carta, a verdade é que o Poder Judiciário ficou completamente desarmado para fazer valer, cumprir as suas decisões. O Tribunal Superior do Trabalho vinha dando interpretações no sentido de que se expedisse ordem de seqüestro, quando não houvesse o pagamento nas datas apropriadas. Mas, o Supremo Tribunal entendeu que só se houvesse inversão da ordem de pagamento, é que o seqüestro seria possível.

Como não há outra penalidade, o crime de responsabilidade, que é previsto na Lei 1079, é inócuo porque são as Casas Legislativas que julgam, e a própria intervenção federal, o próprio Supremo entendeu que era uma medida extremamente forte em razão desses não pagamentos e, portanto, não deferiu a intervenção federal; o juiz fica simplesmente desarmado para fazer cumprir a decisão judicial e, com isso, muitos Estados chegaram a 10, 15, 20 anos sem pagar, sem cumprir as decisões judiciais.

A PEC 12, ela é extremamente necessária, enquanto proposta para resolver o problema, enquanto iniciativa do Judiciário para enfrentar um problema que, de fato, busca tratar dessa situação de desobediência civil que existe no Brasil, no que diz respeito ao cumprimento das decisões judiciais por Estados e Municípios. Ocorre que a proposta em si, o conteúdo dela, com todo o respeito aos seus elaboradores, é a pior possível, porque ela é pior do que a situação anterior; ela acaba com a ordem cronológica e ela acaba com a preferência dos créditos alimentares. Ela dispõe que parte dos recursos que seriam separados para o

pagamento das dívidas judiciais, iriam para um leilão, e outra parte iria para... 70% iriam para o leilão e outra parte iria para uma ordem apenas de valor, ou seja, os precatórios maiores dificilmente seriam pagos numa ordem estritamente de valor.

A Ordem dos Advogados do Brasil, em momento algum, se coloca contrária à iniciativa de resolver o problema; o problema precisa ser resolvido porque não se pode admitir que o Estado não cumpra suas decisões, as decisões judiciais. Ocorre que a maneira com que se encontra proposta a PEC 12, ela pode depor, inclusive, contra a imagem do Brasil, nos foros internacionais. Imagine se colocar na Constituição que o credor do Estado precisa se submeter a um leilão de deságio para receber seus créditos. O Brasil ostenta uma posição, no cenário internacional, de local seguro para se investir; o Brasil aspira àquela conquista da posição de *Investment Grade* pelas agências que avaliam a segurança para investimento. Imagine-se o credor, o investidor internacional, como é que ele vai colocar um dinheiro num país em que, se ele investir, por exemplo, em títulos públicos, e tiver qualquer problema quanto ao recebimento, ele vá se socorrer do Poder Judiciário e o Poder Judiciário não funciona contra o Poder Público, até porque se coloca na Constituição que os credores contra o Poder Público têm que se submeter a leilão de desconto para se recebimento da dívida.

Portanto, a Ordem dos Advogados do Brasil, através das suas Comissões nas diversas seccionais, como também na Comissão da OAB Federal, ela vem discutindo o assunto, já há bastante tempo, e ela tem propostas concretas no sentido de se aperfeiçoar o teor da PEC 12, para que se possa restabelecer o Estado Democrático de Direito, no que diz respeito ao cumprimento das decisões judiciais. E a proposta que a OAB apresenta, já tivemos várias reuniões com o eminente Senador Valdir Raupp, que nos tem recebido com toda abertura, com toda simpatia, com todo interesse em resolver o problema, a proposta da OAB importa em substituir o leilão, o leilão de credores, pelo juízo conciliatório judicial, até porque, nesse juízo conciliatório, haveria a homologação judicial e, com isso, o respaldo da coisa julgada a dar segurança jurídica a todas as transações que vierem a ser feitas para a redução dessa dívida.

A OAB também propõe uma solução de ingresso de recursos nos Estados e Municípios, mediante redução da dívida desses Estados e Municípios com a União Federal, daquilo que elas pagarem de precatórios. Nós sabemos que essa dívida de precatórios, hoje, já há tantos anos com esse problema sem solução, ela deve estar chegando perto dos 100 bilhões de reais;

há dois anos atrás, o Ministro Jobim apurou 62 bilhões de reais. E não há interesse nenhum da classe dos advogados em estrangular os Governadores, deixá-los em situação problemática quanto às suas contas, mas esses mesmos Estados e Municípios transferem para a União, anualmente, mais de 25 bilhões de reais, apenas a título de juros da sua dívida para com a União. Portanto, se eles pudessem abater, nem que fosse parte desses juros, o valor que pagarem a título de precatório, isso seria uma iniciativa que daria fôlego a esses entes públicos para terem recursos para fazerem face a esse desafio, que, na verdade, é essa dívida tão grande, que se acumulou.

Outra sugestão importante que a Ordem dos Advogados coloca é a seguinte: Todos os Estados devedores têm Dívida Ativa superior à dívida de precatório; todos eles, se fossem executar a dívida de IPTU existente, que é a dívida mais segura que tem, porque tem o próprio imóvel para garantir a dívida, eles teriam mais a receber do que o que devem a título de precatório.

Portanto, a inoperância de muitos Estados...
(soa a campainha).

...No sentido... Eu vou concluir, Sr. Presidente. A inoperância de muitos Estados, no sentido de cobrar a sua dívida ativa e, conseqüentemente, fazer recursos para pagamento da dívida judicial em precatórios, ela gera essa crise de desobediência civil, que nós estamos vendo no Brasil. E, portanto, a proposta que a OAB apresenta também permite a securitização da dívida ativa, com vistas à realização de recursos destinados ao pagamento dos precatórios.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, é urgente enfrentar esse tema porque a dívida, quanto mais o tempo passa, mais ela se avoluma. Nenhum governante quer pagar dívida gerada por um governante antecessor, mas, quando ele assume um ente público, ele assume com os créditos e com os débitos, portanto, esse assunto precisa ser equacionando pelo Congresso Nacional, não pensando que os políticos podem vir a ser Governadores, mas pensando no Brasil inteiro, pensando na ordem jurídica, pensando na imagem do Brasil perante os organismos internacionais; está aí a necessidade de se moralizar essa questão, sem retroceder aos tempos anteriores a 1934. Nós precisamos de um texto que assegure o pagamento integral das decisões judiciais, facultando àqueles que quiserem antecipar o recebimento dos seus créditos a conciliação judicial, com vistas ao recebimento em valores menores, mas, naturalmente, em tempo mais rápido. Portanto, nós temos um texto a entregar a V.Exa...

(soa a campainha).

...Que foi gerado dentro da Comissão da OAB Federal, que é exatamente a nossa proposta para o substitutivo ao texto da PEC 12. Muito obrigado.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço ao nobre representante da OAB, o Dr. Marcos Luiz Borges de Resende, não somente por haver feito uma concisa discussão, mas pelo fato também de ter trazido consigo uma proposta de Emenda à Constituição, uma sugestão ao substitutivo à proposta de Emenda da Constituição nº. 12/2006.

Dando seqüência aos nossos trabalhos, eu vou conceder agora a palavra ao Dr. José Roberto de Moraes, que representa o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Mauro Ricardo. E eu gostaria de dizer ao Dr. José Roberto de Moraes, que, durante a discussão que o senhor fará, eu terei que me ausentar por alguns minutos e, passando a Presidência ao Vice-Presidente dessa Comissão, o nobre e ilustre, também advogado, Senador Valter Pereira. Com a palavra, S.Exa.

(troca de presidência)

DR. JOSÉ ROBERTO MORAES: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhor Vice-Presidente, Sr. Senador Valdir Raupp, Relator dessa polêmica matéria, aqui falando por São Paulo, mas que, em empate também pelos demais Estados da Federação, é preciso lembrar um pouco da origem dessa dívida; é preciso lembrar por que é que a dívida chegou hoje aos 100 bilhões, referidos pelo nobre representante da OAB, somando Prefeituras e Estados? Até 1994, tendo em vista a inflação existente, e eu digo sem medo nenhum, o Estado fingia que pagava precatório; o credor fingia que recebia e o Judiciário fingia que tudo estava bem, por uma simples razão: Os precatórios eram calculados até junho de um ano, até primeiro de julho de um ano, para serem pagos em dezembro do ano seguinte, ou seja, 18 meses depois. Com uma inflação de 30, 40, 50% ao mês, quando chegava no final do exercício seguinte, o valor pago era de 1%, 2%, no máximo, daquele valor originariamente previsto. E a correção desses 18 meses era jogada para o período subsequente, para ser paga na mesma sistemática.

Então, nunca nenhum precatório seria liquidado, nenhum deles seria liquidado, sempre geraria rabinhos para frente, todos eles, e todo mundo vivia bem, quase que numa “ilha da fantasia”. No entanto, a partir de janeiro de 95, com a estabilização da moeda, é que o problema começou a parecer sério, por quê? Todas aquelas correções dos períodos anteriores, e que vinham sendo passadas de ano para ano, chegaram em 95, já agora com o seu valor real. Mais ainda, os precatórios novos que estavam entrando, não entravam mais

naquele esquema anterior, com 18 meses de defasagem na hora do pagamento. Havia os 18 meses, mas os 18 meses não representavam redução alguma, já que a moeda estava estabilizada. Resultado: a cumulação deste passado com a chegada dos novos pelo valor real, é que acabou provocando o impasse. Não tivesse acontecido isso, talvez, até hoje, nós estivéssemos brincando de pagar precatório e os credores brincando de receber precatório.

Com essa realidade, com esses valores, a situação especialmente dos Estados, que não têm outra possibilidade de Receita, a não ser aquelas receitas já pré-determinadas, a situação ficou absolutamente insustentável, e eu dou aqui o exemplo de São Paulo, embora o Estado de São Paulo tenha pago, de 95 até agora, 10 bilhões e 500 milhões de reais, em precatórios, a dívida hoje, do Estado de São Paulo em precatórios, é de 17 bilhões de reais; tendo pago 10 bilhões já, nesses últimos anos. Exatamente por causa dessa origem que ela teve das correções existentes. Diversas soluções foram tentadas para resolver, a primeira delas ou uma delas foi aquela introduzida pela Emenda 30/2000, que não fez, naquela ocasião, o Congresso, nenhum estudo sobre o que estava acontecendo; partiu-se do pressuposto de que os precatórios de natureza alimentar estavam em dia e vamos fazer uma concessão para os Estados, para dividir, em 10 parcelas anuais, os não alimentares, só que agora, como estava dividindo em 10 anos, vamos colocar punição severa; se não pagar aquele décimo, seqüestro, poder deliberatório do valor para tributos etc.. Partindo do pressuposto de que o alimentar estava em dia. Resultado: Hoje, no Estado de São Paulo, os precatórios de natureza não alimentar estão rigorosamente em dia, pagando os décimos da Emenda Constitucional nº. 30. Em compensação, os alimentares estão no ano de 1998, por quê? Os recursos existentes, que são os mesmos, não existem fontes diferentes; São Paulo paga, mais ou menos, esse ano deverá pagar mais de um bi e 600, o ano passado chegou a pagar dois bilhões de reais de precatórios, mas, desses dois bilhões, um bilhão e 300 milhões foram para pagar o décimo, privilegiando os grandes credores, privilegiando as empreiteiras, privilegiando aqueles que têm maior valor para receber. Enquanto isso, como o recurso é o mesmo, aquele pobre credor de precatório alimentar, funcionário público, pensionista etc., não consegue receber o dele, não consegue receber o seu valor porque a Emenda 30 criou essa situação perversa. A PEC 12, a redação originariamente proposta, vem para tentar resolver essa situação, de caráter transitório, verificando que essa é uma situação decorrente dessa acumulação de inflações passadas; ela vem por pouco tempo, para

resolver em determinado tempo, até que o valor da dívida de um Estado corresponda àquele valor que ela tenha para pagar.

Então, a sistemática que ela previa é uma sistemática do possível. O nobre representante da OAB disse que o Supremo Tribunal Federal se recusou a decretar intervenção federal porque entendeu que era uma medida forte de mais. Desculpe, nobre representante, não foi isso. O Supremo Tribunal Federal indeferiu os casos de intervenção federal, e os que foram jogados foram todos do Estado de São Paulo, por uma simples razão, teoria da impossibilidade; nós apresentamos ao Supremo a divisão do nosso orçamento, com as parcelas carimbadas e o que restava para pagar. A conclusão que o Supremo Tribunal Federal chegou foi a seguinte: O que irá fazer o interventor se o que é possível no Orçamento para pagar é só esse valor que o Estado de São Paulo demonstrou que vinha pagando todo ano; o interventor não podia fazer mais nada. Brincou, na ocasião, o Ministro Sidnei Sanches: “A não ser que o interventor viesse com o trem pagador”, ou seja, se ele viesse de Brasília para São Paulo com o dinheiro para pagar, aí, poderia até resolver, mas, fora disso, não havia vantagem, utilidade alguma do decreto de intervenção, simplesmente o interventor não faria nada a mais do que o Governador, na ocasião, estava fazendo.

Daí porque o Ministro Nelson Jobim, desde o momento em que ele assumiu a Presidência do Supremo, ele dizia: É preciso que o Judiciário dê a sua contribuição para resolver esse impasse. Não decretamos a intervenção federal porque ela é inútil, mas essa situação que foi formada por esse passado precisa ser resolvida. Conversou com os Tribunais de Justiça, com os Estados, com os grandes Municípios, com os credores, com OAB etc., para poder chegar a esse tipo de proposta, que seja uma proposta que primeiro dói nos Estados e Municípios, no sentido que representa mais do que eles hoje estão gastando com precatório, mas, em compensação, representa uma saída do possível. A própria possibilidade de parte de esses precatórios ser negociada em Bolsa ou em Câmaras etc., proporcionará que aquele valor, que hoje fica na mão do intermediário, do bancário etc., passe a beneficiar os próprios credores de precatório, porque aquilo que foi descontado no leilão de um precatório, o chamado deságio, será utilizado para pagar novos precatórios. Com isso, se encontra uma solução do possível. É muito interessante fantasiar situações e dizer que nós precisamos resolver, os Estados têm que pagar, de uma hora para outra, tudo isso. Isto é fantasia.

Eu costumo brincar...

(soa a campanha).

Eu estou terminando, Excelência. Eu costumo brincar que o Governador de São Paulo, jamais vai acontecer de ele abrir uma gaveta e encontrar 17 bilhões guardados lá, e dizendo: “Está vendo? Ninguém quis pagar precatório; eu achei agora 17 bilhões e vou colocar em dia os precatórios”. Não existe; é fantasia, mesmo porque o Orçamento do Estado hoje é todinho vinculado; a parte que sobra é mínima e a Emenda prevê exatamente a utilização dessa parte.

Por essa razão, eu reitero aqui, que já foi feita ao Senador Valdir Raupp, de uma versão de uma minuta de proposta dos Estados, praticamente mantendo toda a estrutura da PEC 12. Muito obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – A Mesa agradece o Dr. José Roberto de Moraes. Acho que os esclarecimentos dele foram muito proveitosos, e vamos, agora, passar a palavra para o Dr. Eduardo Coutinho Guerra, esclarecendo, porém, que esse alarme é automático. Não precisa se preocupar com a cobrança da Presidência, que, na verdade, foi fixado um prazo de 10 minutos, e ele é deflagrado automaticamente. E V. Sa. tem o prazo necessário para fazer a exposição.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu não estou vendo daqui quem é o próximo expositor...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – É o Dr. Eduardo Coutinho Guerra; ele é representante do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Arno Hugo Augustin Filho, Tesouro Nacional.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Tesouro Nacional.

SR. EDUARDO COUTINHO GUERRA – Excelentíssimo Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, Exmo. Sr. Relator, Senador Valdir Raupp, Excelentíssimos Srs. Senadores, agradeço, em nome da Secretaria do Tesouro Nacional, a oportunidade de participar dessa Audiência Pública, com o objetivo de discutir e de ouvir as questões relacionadas aos aspectos da proposta de Emenda Constitucional sobre o regime especial de pagamento de precatórios.

Inicialmente, peço desculpas em nome do Secretário do Tesouro Nacional que, apesar de ter recebido essa convocação na quinta-feira, não teve condições de alterar a sua agenda com um compromisso fora de Brasília e poder está aqui presente na discussão.

É importante ressaltar que o Ministério da Fazenda considera o tema extremamente relevante, do ponto de vista da busca de soluções para o volume dos precatórios devidos pelos Estados e Municípios; a garantia de um fluxo de pagamento regular; a possibilidade de redução dos valores desses precatórios e

uma expectativa de uma redução gradual do estoque dos precatórios, num contexto, uma situação factível.

Naturalmente, o Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional têm consciência da complexidade da matéria, que envolve aspectos tanto de natureza econômico-financeira, quanto aspectos de natureza jurídica. É... Muitas vezes, contraditórias. Muitas vezes, uma solução que alcança objetivos de natureza financeira, ela gera problemas de ordem jurídica ou vice-versa. Nesse sentido, a posição da Secretaria do Tesouro Nacional tem sido de apoiar as discussões, apoiar os Estados e Municípios no debate, que é realizado nesta Casa, e, ao mesmo tempo tem a expectativa de que o resultado seja um Projeto que alcance, que auxilie, em grande medida, os interesses dos Estados e Municípios, com respeito aos princípios legais e aos direitos dos credores.

O prazo que tivemos entre a convocação a essa consulta não nos permitiu fazer um retrospecto ou uma avaliação de todos os dispositivos em discussão no Senado Federal, em razão da complexidade; é natural termos posições também diferentes, dentro do Ministério da Fazenda, em relação a alguns aspectos e, portanto, não tivemos condição de trazer uma posição institucional, uma posição definitiva, embora tenhamos com clareza o objetivo de contribuir para que esse debate seja o mais aberto possível, que todas as posições sejam colocadas e que essa preocupação com a situação fiscal dos Estados, a importância de se buscar uma solução tenha lugar durante essa discussão, essa negociação.

Colocamos, dessa forma, à disposição para aprofundar discussões técnicas, específicas em relação ao tema. Não o fizemos em profundidade até o momento, tendo em vista esta necessidade de debate entre as partes envolvidas, entre os Estados e Municípios, e as entidades aí, que representam os interesses dos credores e também os princípios legais e constitucionais da matéria.

O Ministério da Fazenda, ele concentra, não centraliza informações em relação a estoque de precatórios e fluxo de pagamento, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que os precatórios não pagos após a publicação da lei, ou seja, a partir do exercício de 2000, sejam considerados como dívida consolidada e, nesse sentido os relatórios de gestão fiscal, conforme os modelos definidos e divulgados, eles apresentam informação em relação aos precatórios vencidos após 2000 e ao estoque dos precatórios anteriores a 2000.

Confrontando esses dados com informações que nós temos, de outras fontes, aparentemente há algumas diferenças; muito provavelmente, em razão de reconhecimento ou não de determinados valores de

precatórios, e observamos uma evolução, no período de 2000 a 2003, no sentido de crescimento do estoque desses precatórios, naturalmente, uma redução dos precatórios mais antigos, mais um crescimento do estoque dos precatórios emitidos a partir de 2000.

De acordo com um levantamento rápido, que foi feito, mas consolidando dados do relatório de gestão fiscal, o estoque dos precatórios dos Estados atingiria um montante de cerca de 26 bilhões de reais, exclusivamente de Estados, de acordo com o relatório de gestão fiscal, publicado pelos entes da Federação, os Estados.

Quanto a eventuais propostas, portanto, como foi colocado, o Ministério da Fazenda está à disposição para analisá-las, propostas que sejam factíveis, do ponto de vista legal e também do ponto de vista financeiro, por parte da União. Só passando rapidamente alguns pontos em relação a possíveis alternativas que estão sendo avaliadas, lembramos o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda à União realizar operações de crédito com outros entes da Federação, incluídos no conceito de crédito, a assunção de dívidas ou obrigações de terceiros. E, em relação também à dívida com a União, essa constitui o maior ativo financeiro da União, nas suas contas, e já representou um subsídio implícito, na diferença de taxas de juros, de cerca de 60 bilhões de reais... Já há um parcelamento por 30 anos e, na hipótese de geração de resíduo, um prazo adicional de mais 10 anos para a quitação desses resíduos.

Aqui, nós temos dois aspectos que devem ser analisados; um deles é a própria noção da Lei de Responsabilidade Fiscal, de postergação de dívidas. A depender da proposta que seja avaliada, podemos estar caracterizando uma postergação do pagamento de dívida e, possivelmente, uma infração à Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, é um aspecto que deve ser analisado mais detalhadamente. E a outra é a própria sustentabilidade dessas dívidas, também de responsabilidade dos entes contratados pela União, em que se busca ter um equilíbrio, do ponto de vista fiscal, uma postergação de pagamentos, ela pode acarretar um crescimento desses resíduos, com um efeito importante, um efeito negativo, na capacidade futura do próprio ente, de suportar o serviço dessa dívida.

Então, eu acho que são aspectos gerais, que devem ser colocados, mas, sobretudo, que é importante é que a Secretaria do Tesouro Nacional está à disposição para aprofundar e discutir qualquer alternativa que seja colocada. Em relação ao projeto específico, as discussões que estão sendo feitas pelo Relator, entendemos de uma análise muito rápida, ainda não oficial, que caminha num sentido de buscar uma con-

ciliação desses interesses. Então, na medida em que haja possibilidade de avanços em alternativas que busquem uma conciliação e viabilizem...

(soa a campainha).

SR. EDUARDO COUTINHO GUERRA – A proposta, entendemos que devam ser igualmente exploradas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – A Mesa agradece ao Dr. Eduardo Coutinho pela exposição e, sobretudo, a informação de que a Secretaria está aberta para dialogar, nesse momento tão importante, que antecede a apreciação de matéria tão relevante.

O próximo expositor será o Dr. José Alfredo de Oliveira Baracho, Presidente da Comissão de Precatórios da OAB. Então, veja que a OAB está na Mesa representada por dois Delegados, então, já começou uma medição de forças aqui, nosso Relator, Valdir Raupp. Aqui está bem equilibrada a divisão de forças; ninguém está descuidando. Mas, com a palavra, o Dr. José Alfredo de Oliveira Baracho.

DR. JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO – Ilustre Senador Valter Pereira, Senador Valdir Raupp, ilustres Senadores que compõem essa Comissão, eu pretendo fazer uma breve divergência em relação ao que foi exposto pelo Dr. José Roberto, concordando parcialmente com essa reflexão que ele propõe sobre a origem da dívida. Acho que, sem dúvida nenhuma, o ano de 94 marca o início de redução do processo inflacionário no país, e isso, sem dúvida, tem que ser considerado, mas, ao mesmo tempo, eu entendo que houve um certo descuido, por parte dos entes públicos, com as dívidas que lhe foram impostas por sentença judicial. Esse descuido, ele remonta, muitas vezes, à própria impunidade, à inexistência de sanção; como o ente público não responde pelo não pagamento de precatórios, como não há sanções claras, em virtude do não pagamento de precatórios, ele teve, então, a possibilidade de postergar esse pagamento e, aproveitando, evidentemente, o episódio do fim do processo inflacionário, para acoplar o não pagamento dos precatórios, enfim, às equações necessárias, após 1994.

Então, isso é um fato; não restam dúvidas de que o fim da inflação é determinante, mas há, por outro lado, uma inexistência de punição para o Poder Público e, nesse ponto, eu acredito que a própria Constituição não foi interpretada, de forma a preservar a vontade do constituinte, porque o art. 100 da Constituição, claramente, excluía dos precatórios as dívidas de natureza alimentar, e o Supremo Tribunal Federal proferiu uma decisão insustentável, mas que, enfim, é a que acabou prevalecendo, no sentido de que também as dívidas alimentares deveriam estar em precatórios e

isso contribuiu para que o equilíbrio fiscal dos entes públicos demorasse um pouco mais. Se as dívidas alimentares estivessem sendo pagas, como determinava o art. 100 da Constituição, certamente o equilíbrio seria alcançado mais rapidamente e, posteriormente, a decisão do Supremo Tribunal Federal, que impede a intervenção, novamente eu discordo do Dr. José Roberto, isso não é uma ficção, mas era a única sanção prevista para o não pagamento de precatórios. Com a impossibilidade de aplicação dessa sanção, pelo menos até este momento, os entes públicos se sentiram livres para simplesmente não pagar.

E eu vejo nisso um outro problema, que é o destino das dívidas alimentares; de um lado, o art. 100 da Constituição excluía dívidas alimentares de precatórios; em virtude de decisão equivocada do Supremo Tribunal Federal, elas passaram a constar de precatórios, e o que foi mais grave, posteriormente, a Emenda Constitucional n°. 30 acabou gerando uma realidade, que viabilizou, como foi exposto pelo Dr. José Carlos, o pagamento das dívidas não alimentares, e as dívidas alimentares ficaram como resíduo, ou seja, é uma inversão completa do que foi determinado pelo art. 100 da Constituição, que excluía verbas alimentares do precatório; o Supremo as fez constar de precatório e agora, com a Emenda 30, mais uma vez, as dívidas de natureza alimentar vão ficar postergadas e o grande estoque vai ficar sendo de natureza alimentar.

Eu acho que isso é muito preocupante porque nós estamos falando de salário, fundamentalmente, de muitas pessoas, que deveriam receber, de forma digna, o que lhes é devido e até, muitas vezes, pessoas doentes, pessoas idosas, que não estão sendo corretamente contempladas pelas sentenças judiciais que lhes foram favoráveis.

Feitas essas observações, eu tenho algumas considerações sobre a PEC 12; eu acredito que a PEC 12, ela tem um aspecto que pode vir a ser positivo, desde que seja transitório, desde que seja transitório, que é a determinação de 3% da Receita para pagamento de precatórios. Isso pode ser positivo se for relativamente ao estoque, ou seja, como uma medida transitória, porque não se justifica ter esse limite porque seria um modo de permitir aos governantes que gastassem mais do que 3%, mas o que teriam que pagar estaria limitado a 3%; assumiriam obrigações acima de 3%, mas só teriam que pagar 3%.

Então, como medida transitória, ela é até positiva, porque eu vejo que a maioria dos Estados hoje, no Brasil, e Municípios, não estão destinando ao pagamento de precatórios este percentual. A maioria dos Estados e Municípios destina ao pagamento de precatórios percentual muito inferior. O Estado de São

Paulo, parece que é o mais próximo, está destinando 2,5% para o pagamento de precatórias; Minas Gerais, meu Estado, está destinando 0.9% apenas. Então, neste sentido, um percentual mínimo ou, que não seria o percentual máximo, seria interessante para fazer com que houvesse fluxo de pagamento suficiente para enfrentar a dívida.

Agora, eu vejo um aspecto negativo na PEC 12, que é o leilão. O leilão, ele é negativo, e aqui eu expus ao Senador Valdir Raupp essa experiência em Minas Gerais, eu volto a dizer, Minas Gerais, não estou colocando aqui como exemplo porque basta ver o percentual destinado ao pagamento de precatórios, é apenas 0.9% do seu orçamento, mas a experiência de conciliação, em Minas Gerais, ela tem trazido algumas... Alguns resultados interessantes, no sentido de que algumas dívidas, alguns precatórios, que foram emitidos em valor muito alto, foram revistos no juizado de conciliação, e nós tivemos um caso emblemático, em Minas Gerais, um precatório que era superior a 20 milhões, acabou sendo pago em 17 mil; 20 milhões acabou sendo pago em 17 mil porque havia erro de cálculos. Apenas um juizado de conciliação pode detectar esse tipo de distorção...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

DR. JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO – Exatamente, exatamente. Apenas num juizado de conciliação pode haver a correção dessas distorções porque, num leilão, é o valor de face que vai ser considerado; o valor de face vai ser objeto de leilão e eventuais erros no cálculo não serão detectados. No juizado de conciliação, há um momento para se detectar eventuais erros de cálculo, então, nossa proposta, a proposta da OAB envolve a substituição do leilão pelo juizado de conciliação. O Senador Valdir Raupp, em uma Reunião que nós tivemos na liderança do PMDB, entendeu que o fluxo, eu citei a experiência de Minas como exemplo, e ele mencionou: “Mas o fluxo é pequeno”. De fato, é pequeno, mas, se 3% da receita fosse destinado ao precatório, nós teríamos um fluxo mais significativo e, ao mesmo tempo, nós teríamos a possibilidade de corrigir essas distorções, e ainda digo mais, Minas Gerais tem oferecido, no juizado de conciliação, em média 70% do valor de face e a grande maioria dos credores tem aceito esse deságio de 30%. Então, é uma experiência que pode ser positiva.

Bem acredito que a PEC 12, ela deve também, na nossa opinião, e essa é a proposta da OAB, e nós endossamos as palavras do Dr. Marcos a respeito, deve envolver uma forma de compensação de crédito, não sei se apenas com dívida ativa, mas é um caminho, compensar precatórios para quitação de dívida ativa,

e a securitização consta também na proposta da OAB, seria uma alternativa interessante. O que nós achamos imprescindível é a preservação da ordem cronológica; isso é imprescindível porque a preservação da ordem cronológica, como destacou o Dr. Marcos, é o que evita o casuísmo no pagamento das dívidas do Poder Público.

Por outro lado, a preservação da ordem cronológica, ela vai preservar os credores mais desfavorecidos; são exatamente aqueles que precisam do socorro da lei para ver garantidos...

(soa a campanha).

...Para ver garantido o pagamento de seus créditos.

Então, me parece necessária a preservação da ordem cronológica e há modos de conciliação entre juizado de conciliação e preservação da ordem cronológica, como nós também já expusemos, em certa oportunidade, para o Senador Valdir Raupp.

A última questão que eu gostaria de abordar é que essa conta da Secretaria do Tesouro Nacional, ela não reflete a realidade. Na verdade, acredito, São Paulo assumiu 16 bi; se apenas São Paulo tem uma dívida de 16 bilhões de reais, Minas Gerais tem uma dívida, reconhecida, de quatro bilhões; só aí, são 20 bilhões de dívidas dos Estados. Então, não é possível que a dívida total esteja nessa faixa de 26 bilhões. Parece-me que isso é relativo ao ano de 2003, mas, ainda assim, eu acredito que a dívida é bem superior a esse valor.

Novamente Senador, eu agradeço a oportunidade de fazer essa exposição e estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – A Presidência agradece a objetividade com que os oradores se houveram nessa exposição. Eu acho que todos os expositores cumpriram rigorosamente o tempo, o que é uma atitude atípica nesta Casa, não é, Senador Jefferson?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – V. Exa. me permite, já que falou nisso, eu devo lembrar que, hoje, o Presidente comunicou que a ordem do dia começará às 16h00 em ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Ótimo. Então, vai dar tranquilamente para concluir os trabalhos dessa Comissão, nessa primeira etapa que, na verdade, tem mais exposições para serem feitas em outra...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Faltam apenas 12 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – ...12 minutos? ...Em outra Sessão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pelo horário combinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Está certo. Mas, ao agradecer a contribuição dos expositores, principalmente do Dr. José Alfredo, que falou por último, eu quero passar a palavra para os debatedores, os Senadores presentes. Então, algum Senador que desejar fazer qualquer questionamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com a palavra, o Relator. E, em seguida, eu passo para V.Exa., Senador Jefferson Péres.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro agradecer aí a presença dos nossos convidados, Dr. Marcos Luiz Borges Resende, Dr. José Roberto de Moraes, Dr. Eduardo Coutinho Guerra e Dr. José Alfredo de Oliveira Júnior.

Sr. Presidente, esse é um tema bastante complicado. Se não fosse assim, não teríamos aqui sete PEC's tramitando nesta Casa; a primeira, de 2003, a nº. 01, de autoria do Senador Maguito Vilela, que não está mais nessa Casa; a segunda PEC, nº. 23, de autoria do Senador Efraim Moraes; a terceira PEC é nº. 50, de autoria do Senador Pedro Simon; a PEC nº. 11, de autoria do Senador José Maranhão; a PEC nº. 59, do Senador Sérgio Guerra; a PEC 61, de autoria do nobre Senador Paulo Paim, de 2005. E a PEC 12, que é essa, que foram apensadas, todas as PEC's em um relatório, que é a PEC nº. 12, de autoria do Senador Renan Calheiros. E já faz mais de dois anos, já vai para três anos que essa PEC deu início aqui no Senado Federal; esteve, por um longo período, com o Senador César Borges, como Relator, depois, o Senador César Borges ocupou um cargo na Mesa. No ano passado, perdão, no início desse ano, e aí, o Senador Antonio Carlos Magalhães passou essa PEC para eu relatar.

Eu confesso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que já relatei inúmeros Projetos nesta Casa, mas esse é um dos mais intrincados, um dos mais difíceis porque os pontos de divergência são muito grandes, muito fortes; não existe uma proximidade de pensamento entre as partes, entre uma parte e outra. E não são muitas as partes; são os Estados, os Municípios, tendo em vista que a União já não se discute mais, porque já está em dia com os seus precatórios. Os credores, os credores... Se bem que várias categorias, alimentícios, não alimentícios, pequenos e grandes valores, e o problema maior está nos grandes valores. Eu tenho certeza de que os pequenos já muitos estão sendo pagos, em Estados e Municípios, principalmente os alimentícios, até 60 salários mínimos, que não precisa enfrentar filas cronológicas, que é uma coisa

muito boa. E o grande valor, as duas partes têm razão; eu acho que tanto os advogados, a Ordem dos Advogados do Brasil e seccionais dos Estados, quando dizem: "É um calote". Se os valores fossem reais, eu concordaria plenamente que isso seria um calote; o problema é que muitos valores não são reais. Eu fui Governador do meu Estado, como Prefeito, não tive nenhum problema de precatório, mas, no Estado, eu tive. Quando eu assumi o Estado, em 1995, a Receita do Estado era em torno de 14 milhões de reais. Depois, quando eu terminei o Governo, já tinha chegado a 50, 55 milhões de reais, no final de quatro anos. Hoje, está, talvez, em torno de 200 milhões de reais. A Receita cresceu muito, por mês. Mas eu já recebi o Estado com mais de 300 milhões de precatórios, de desapropriação de terras; é um Estado novo, a capital, para poder crescer, os Governos, na época, quando os Prefeitos ainda eram nomeados, nas capitais, então, era o Governo que bancava as desapropriações de terras, e eu me deparei lá com precatórios, pelo menos uns dois, três, de valores acima de 100 milhões de reais. Uma que um Estado que arrecadava, na época, 14, 20 milhões por mês, ia pagar um precatório de 100 milhões de reais, de uma única pessoa. E o que é que é aconteceu? Os verdadeiros donos já morreram, dois, pelo menos, do Estado, em São Paulo, vários, Minas Gerais; em São Paulo, tem precatório de 70 anos. Já devem ter morrido aí duas gerações, já praticamente, e os netos já estão para receber.

Então, esses grandes valores que são complicados. Então, um terreno desapropriado, na época, que hoje chega a 300 milhões de reais, se você for avaliar ele hoje, ele não vale 300 milhões; deve valer uns 50, 30, sei lá.

Então, tem que existir uma forma de deságio, eu não sei se através do leilão ou em uma junta de conciliação, mas o deságio é justo; talvez até em mais de 50%, em alguns casos, claro que não podemos aqui generalizar todos os casos, mas, em alguns casos, até mais de 50% deve haver o deságio, senão, o valor é injusto e o Erário, o Estado, e os Municípios, os Estados e Municípios não poderão pagar isso nunca.

Então, tem que encontrar um equilíbrio, e o Relator não é nada mais do que um mediador das partes. Eu tenho tentado buscar esse equilíbrio, mas não está sendo fácil. Eu espero que, depois dessas duas rodadas de Audiência Pública, que já é a terceira, porque houve uma, quando o César Borges era o Relator, a gente possa encontrar um caminho para buscar, senão o equilíbrio total, mas, se aproximar um pouco do equilíbrio, para que os Estados e Municípios possam pagar.

Eu acho que o zero vírgula não sei quanto por cento que Minas Gerais está pagando é pouco. Na PEC 12, ela diz que tem que ser 3% para os Estados e 1,5 para os Municípios. Eu já admito reduzir até os 3% para 2,5; São Paulo está propondo 2,3, está muito próximo, então, tem alguns pontos que a gente vai chegar num entendimento, num acordo. O que está mais difícil, que eu vejo, chegar num acordo, é a questão do leilão, que a OAB é terminantemente contra o leilão, e, para resolver o problema dos Estados e Municípios, o leilão seria muito importante para alguns casos. Se bem que não vão se levar 100% para leilão; vão se levar 50%. Eu já tenho uma versão que 50% de valores para leilão e o restante ficando para as filas, as ordens cronológicas. Os menores valores e alimentícios esses seriam... Não enfrentáramos filas, teriam preferência.

Então, eu vejo que a gente vai chegar, depois dessa última rodada de discussão e Audiência Pública, a gente deve chegar, senão no equilíbrio, mas, próximo do equilíbrio, para a gente poder colocar, eu também não quero ficar, foi uma missão que o Ex-Presidente dessa Comissão, Senador Antonio Carlos Magalhães, me deu e, como todas as relatorias que eu peguei até agora, eu deu conta, dei cabo e terminei, eu quero terminar essa também. Eu espero, até o final do ano, votar, pelo menos aqui na CCJ, senão, no Plenário do Senado, para encaminhar à Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com certeza, o ilustre Relator tem um grande desafio, que é vencer essas contradições, que são muito pronunciadas, mas... O primeiro orador inscrito, Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Faltam cinco minutos só, será que...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – V.Exa. só vai enriquecer o debate.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Apenas para registrar que... Quão oportuna e necessária essa audiência e a votação desses projetos todos. É uma situação, realmente, que deixa muito mal a todos: credores, as milhares vítimas da injustiça de não pagamento, principalmente pequenos credores, por outro lado, governantes assediados por decisões judiciais impossíveis de serem executadas.

Eu sou um anfíbio; eu sou formado em Direito e fiz curso de pós-graduação em economia. Eu acho que todo bacharel em direito devia fazer isso, e todo economista deveria fazer pós-graduação em Direito. Assim, os economistas não atropelariam a ordem jurídica e advogados e juízes não atropelariam a ordem financeira.

Como disse o representante da Secretaria da Fazenda de São Paulo, inexecutável o instituto da intervenção federal por esse motivo: O Supremo não vai cumprir nunca porque seria inexecutável e inútil. O que é que o interventor poderia fazer? Tem um orçamento que ele teria que cumprir, E, por outro lado, ele não teria como fabricar dinheiro. Então, que situação do interventor; nomeado interventor para cumprir a decisão judicial impraticável, de forma, é claro, que isso não pode permanecer, é até ridículo a Constituição do país não poder ser cumprida, o Poder Público calotear credores, enfim, como disse o Senador Valdir Raupp, tem que se buscar uma solução de equilíbrio, por isso a CCJ está de parabéns em colocar o tema em debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Também eu tive a experiência de governar o Estado e ver a dificuldade que é você querer pagar os precatórios e não ter dinheiro para pagar os precatórios e conseguir fazer a combinação das duas situações. Eu queria colocar um ponto, que me parece muito relevante, o Brasil viveu mais de duas décadas sob regime de alta inflação. O Plano Real, que, às vezes, é esquecido, ele foi um marco na mudança da ordem econômica brasileira, não há como negar isso, tudo que acontece hoje de bom está vindo de lá, foi quando o Brasil virou um país normal, que as coisas começaram a se encaminhar. E daí, os precatórios, pelo menos, na época minha lá, de Governador, um grande número, a maioria eram esqueletos do período de alta inflação, e aí tem de tudo: tem ação que não foi devidamente defendida por advogados do Governo, tem erros de números, por causa das conversões erradas de moedas, agora, não podemos ficar na situação de hoje, de que os credores não conseguem receber nada, ficam empurrados anos e anos.

Então, eu queria ver, Senador Raupp, se nós não poderíamos fazer um corte, quer dizer, o que é precatório até o Plano Real, e o que é precatório de lá para cá, quer dizer, os precatórios que são oriundos do período inflacionário teriam um tipo de tratamento e, do período de estabilidade econômica para cá, aí sim, poderia ter um tratamento, eu diria, mais rigoroso para o pagamento. Essa me parece ser... Isso é um esqueleto ainda; o Plano Real teve vários esqueletos que apareceram, os chamados esqueletos. Um deles é, sem dúvida alguma, o dos Precatórios. São precatórios que você vai fazendo atualização, esses valores aí que você citou, V.Exa. citou, seguramente são ainda do período de alta inflação. Aí, você tinha atualizações que passavam. Era isso que eu queria colocar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De forma muito rápida, só queria cumprimentar a CCJ, e não é a primeira audiência de precatório, que nós participamos, acho que já houve uma meia dúzia, no mínimo. É tão grave a questão dos precatórios, que a Comissão de Direitos Humanos, a qual eu presido, entendeu que a questão dos precatórios é também uma questão de direitos humanos, devido à gravidade dos fatos, as pessoas morrendo e não recebendo, e claro que vamos convidar o Senador Valdir Raupp, como Relator, para participar também do debate, no momento adequado, espero até que a gente resolva aqui e Oxalá, Deus que não precise nós levarmos para a Comissão de Direitos Humanos. Mas gostaria, para concluir o meu raciocínio bem rápido, nesse um minuto, de dizer que eu sou do Rio Grande do Sul e todos lembram o incidente, o acidente, enfim, da TAM, e lá estava uma Comissão de idosas, de mulheres lutadoras, chamadas “as velhinhas do crochê”...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Lideradas pela D. Júlia.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – D. Júlia, que estiveram conosco inúmeras vezes, faleceram, sonhando em receber os seus precatórios. Por isso que eu queria lembrar que, tanto a PEC nº. 1, que é do Senador Maguito, e a PEC nº. 61, que é de minha autoria, eu só entrei com ela porque, no momento em que o Maguito saiu da Casa, para fortalecer a 61, que é efetivamente para que os idosos, baseado no Estatuto do Idoso, e ali para mim há 60 anos, sejam os primeiros a receber e não entrassem nesse verdadeiro leilão da vida, onde a maioria vai abrir mão da maior parte daquilo que tem de direito, para receber uma parcela muito pequena.

Eu quero dizer que eu comungo da preocupação do Relator, é um encontro de contas muito difícil, mas eu estou torcendo ainda que os que têm de direito a receber uma dívida que lhe deve o Estado, eles possam efetivamente receber somente aquilo que tem de direito. Então, vamos participar desse debate com maior tranquilidade, na busca da justiça social, ou seja, o Estado deve, o Estado tem que pagar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Bom, o Senador Raupp, que fez uma declaração, segundo a qual os grandes precatórios é que constituem o maior estorvo para se encontrar uma solução consensual, eu acrescentaria aqui um dado que me fora passado pelo Dr. José Roberto. E que avaliza tranquilamente o pensamento, a convicção de V.Exa.

Uma dívida de 2,4 bilhões do Estado de São Paulo foi reduzida para 11 milhões; é uma coisa parecida com a que foi levantada pelo Dr. José Alfredo também.

Então, essa desproporção, essa última informação do Dr. José Roberto, diz respeito a uma dívida que foi reduzida judicialmente, ou seja, passou por todo um processo do contraditório, houve certamente perícias, houve tudo aquilo que acontece num processo judicial e, mesmo assim, o veredicto foi esse: Caiu de 2,4 bilhões para 11 milhões.

Então, realmente é uma soma astronômica. E isso daí se espalha pelo Brasil afora. Então, esse debate se reveste de grande importância para subsidiar V.Exa. e, com certeza, a responsabilidade que V.Exa. carrega é muito grande porque nós estamos lidando aqui com o dinheiro público, estamos lidando aqui com o direito adquirido, estamos lidando com a vida das pessoas, as verbas alimentícias, então, efetivamente o assunto é muito delicado.

Essa audiência, hoje, eu acho que cumpriu a sua finalidade, mas, outra vai ser designada para a oitiva de mais expositores, nós teremos que ouvir aqui algum representante de Estado pobre também, que nós já ouvimos aqui o Estado rico; é preciso ouvir também o Estado pobre, certo? E, com certeza, nós vamos fazê-lo.

Então, nós agradecemos a participação de todos os expositores, Dr. Marcos, Dr. José Roberto, Dr. Eduardo, Dr. José Alfredo, e fica a data a ser designada pelo Presidente dessa Comissão para a próxima Audiência Pública. Está encerrada esta Sessão.

(Sessão encerrada às 16h05.)

Ata da 34ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 17 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e cinquenta e um minutos, do dia dezessete de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Romero Jucá, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Inácio Arruda, João Ribeiro, José Nery, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Flexa Ribeiro, e da Senadora Serys Slhessarenko, Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Ideli Salvatti, reúne-se a presente Comissão.

Deixam de comparecer, os Senadores Sibá Machado, Epitácio Cafeteira, Pedro Simon, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana e Arthur Virgílio. Justifica a ausência, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) ATO Nº 1, DE 2007-CCJ**, “Disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania”. **Autoria:** Senador Marco Maciel. **Relatores designados:** Senadores Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares. **Parecer:** Favorável. Em 10/10/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, tendo o Senador Eduardo Suplicy oferecido a Emenda nº 1. Em 17/10/2007, durante a discussão da matéria, os Relatores oferecem Parecer favorável à Emenda nº 1, do Senador Eduardo Suplicy, e acolhem as sugestões do Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado o Ato nº 1, de 2007-CCJ, com a Emenda nº 1-CCJ, e alterações acolhidas. **ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 12, DE 2002** (Ofício Nº 00074, de 17/05/2002, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 3.133, de 27 de junho de 1989, do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 264350, que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º da referida Lei municipal (taxa de conservação e serviços de estradas municipais com base de cálculo próprio de imposto)”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Pelo arquivamento dos Ofícios “S” nºs 12 e 13, de 2002. **Resultado:** Aprovado o Parecer que conclui pelo arquivamento dos Ofícios “S” nºs 12 e 13, de 2002, que tramitam em conjunto. Tramita em conjunto com o **OFÍCIO “S” Nº 13, DE 2002** (Ofício Nº 00075, de 17/05/2002, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos no artigo 52, inciso X da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 3.133, de 27 de junho de 1989, do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 259889, que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º da referida lei municipal (taxa de conservação e serviços de estradas municipais com base de cálculo

lo próprio de imposto)”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **ITEM 3) OFÍCIO “S” Nº 25, DE 2002** (Ofício Nº 00191, de 19/09/2002, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, cópia da Lei Municipal nº 7.428, de 1994, com a redação dada pelo artigo 2º da Lei nº 7.539, do Município de Porto Alegre; do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 251238 em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 7º e parágrafos da referida Lei Municipal (reajuste de vencimentos/salários vinculado a indexador futuro constitui ofensa ao princípio da autonomia municipal)”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Parecer:** pelo arquivamento dos Ofícios “S” nºs 25, de 2002, e 81, de 1998. **Resultado:** Aprovado o Parecer que conclui pelo arquivamento dos Ofícios “S” nºs 25, de 2002, e 81, de 1998, que tramitam em conjunto. Tramita em conjunto com o **OFÍCIO “S” Nº 81, DE 1998** (Ofício Nº 00224, de 04/11/1998, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, bem como do parecer da Procuradoria-Geral, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão e da versão do registro taquigráfico do julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 187142, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, dos arts. 25, 27 e parágrafos do referido Ato das Disposições Transitórias (inclusive questão de ordem levantada pelo Presidente, Ministro Moreira Mendes, que decidiu que “a decisão tomada, como a presente, em recurso extraordinário interposto em ação direta de inconstitucionalidade estadual tem eficácia ‘erga omnes’, por se tratar de controle concentrado)”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007** (PL. nº 004203, de 2001, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências”. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, acatando as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 16, 21, 24, 25 e 26, e rejeitando as Emendas nºs 1, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22 e 23. Em 29/08/2007, foram oferecidas as Emendas nºs

1 a 23, de autoria do Grupo de Trabalho, criado no âmbito da CCJ, destinado a tratar das proposições que versam sobre “Reforma Processual Penal”, composto pelos seguintes Membros: a Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon e Romeu Tuma. Em 10/10/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, tendo o Senador Valter Pereira oferecido as Emendas nºs 24, 25 e 26, que receberam Parecer favorável na presente Reunião. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), acolhendo as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 16, 21, 24, 25 e 26; e rejeitando as Emendas nºs 1, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22 e 23. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2007 – TERMINATIVO** – “Altera o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas, e com os Municípios com o objetivo de prevenir o seu uso indevido, e possibilitar a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas”. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Romeu Tuma. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para redistribuição. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2007 – TERMINATIVO** – “Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir as atividades de salvamento e resgate no trânsito entre as destinações possíveis dos recursos arrecadados com as multas de trânsito”. **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a requerimento da Relatora. A Presidência encerra a Reunião, às onze horas e trinta minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **5)** PRS Nº 38, DE 2007; **7)** PLC Nº 20, DE 2004; **8)** PLS Nº 240, DE 2006 – COMPLEMENTAR; **9)** PEC Nº 12, DE 2005; **10)** PEC Nº 20, DE 2007; **11)** PLS Nº 9, DE 2007; **12)** PLS Nº 10, DE 2007; **14)** PLS Nº 251, DE 2007; **15)** PLC Nº 90, DE 2006; **16)** PLC Nº 112, DE 2005; **17)** PLC Nº 28, DE 2003; e **18)** PRS Nº 7, DE 2007; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta

a 34ª reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Pois não. Aprovado.

A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias: O ato nº 1 de 2007 da CCJ, cujos Relatores são os Senadores Antonio Carlos Valadares e o Senador Jefferson Péres, o segundo item é o ofício S, nº 12 de 2002, oriundo, portanto, do Supremo Tribunal Federal. Como o Senador Romero Jucá, líder do Governo, pediu vistas da proposição e vai trazer Emendas, eu vou, então fazer a inversão de pautas, tratarmos da discussão e votação do Item 02, para posteriormente apreciarmos o item primeiro da pauta. O Item 02, como eu disse, é um ofício S, oriundo, portanto, do Supremo Tribunal Federal, que encaminha ao Senado Federal para fins previstos no artigo 52, inciso 10 da Constituição Federal, cópia da lei municipal nº. 3133, de 21 de julho de 1989, no município de Araçatuba, estado de São Paulo. Do parecer da Procuradoria Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela corte, nos autos de um recurso extraordinário, nº. 264350 que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º da referida lei municipal que diz respeito a taxa de conservação e serviço de estradas municipais com base de cálculo próprio de imposto. O Relator da matéria é o nobre Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

Eu concedo, portanto, a palavra a S.Ex^a., nobre Senador Eduardo Azeredo, para que faça a leitura do voto. Antes, todavia, vou anunciar a Ementa. Encaminha o Supremo a referida proposição e a matéria tem nesta Casa a apreciação terminativa, daí porque concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo para proferir o seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sim, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, trata-se de ação de referente a taxa de conservação e serviço em estradas de rodagem do município de Araçatuba que foi julgado inconstitucional, os artigos foram julgados inconstitucionais. Nos termos do inciso 10º do art. 52 da Constituição Federal, compete ao Senado Federal privativamente suspender a execução no todo ou em parte tem de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Pelo que está nos autos, as decisões já transitaram em julgado, cabendo ainda aduzir quanto a requisitos do apontado no artigo 96 da lei fundamental que os aspectos em questão, segundo atas em anexos, fo-

ram canceladas pela maioria absoluta dos Ministros que integram a Suprema Corte. Entretanto, os artigos 3º a 6º da lei 3133 de 89, do município de Araçatuba, que foram declaradas inconstitucionais pelo STF, não mais vigem. Os artigos 158 a 170 da lei complementar de 1997, que institui o sistema tributário do município de Araçatuba, revogaram-na tacitamente passando a dispor exaustivamente sobre as taxas de conservação de estradas de rodagem.

Por essa razão não haveria sentido propor a edição de resolução para suspender a execução da lei considerada inconstitucional, uma vez que esse mesmo objetivo já fora alcançado com edição da lei revogadora pelo município de Araçatuba. Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pelo arquivamento dos ofícios S nº 12 e 13, de 2002. É o voto.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – O Relator, nobre Senador Eduardo Azeredo, proferiu voto no sentido da aprovação da referida matéria, no sentido do arquivamento da referida matéria. Agora passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que é Relator do outro item S, constante da pauta da sessão de hoje. Trata-se do item nº. 3 da pauta de hoje e a Ementa é a seguinte: Encaminha ao Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal, cópia da lei municipal nº 71428 de 1994, com a redação dada pelo art. 2º da lei número 7539 do município de Porto Alegre. Do Parecer da Procuradoria Geral da República da versão do registro taquigráfico do julgamento da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela corte nos autos do recurso extraordinário nº 251238, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º e parágrafos da referida lei municipal relativa a reajustes de vencimentos e salários vinculado ao indexador futuro, constituindo uma ofensa ao princípio da autonomia municipal. Como eu tive a oportunidade de dizer, autoria do Supremo Tribunal Federal, o Relator é o nobre Senador Antônio Carlos Valadares e eu concedo, portanto a S.Exª., já que fiz a leitura da Ementa, a palavra, para que profira o seu voto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE) – Passamos a análise, Sr. Presidente. O ofício S nº 81 de 98, o mais antigo, quando submetido ao exame desta CCJ, nos idos de 98, teve como seu primeiro Relator o saudoso Senador Josafá Marinho, o qual, no entanto, não elaborou Relatórios sobre o assunto. Coube ao Senador Bernardo Cabral, em finais do ano 2000, a quem foi redistribuído esse ofício, para relatar, concluir que houve um equívoco por parte do Supremo no envio a esta Casa do presente ofício que

deve ser devolvida ao Pretório Excelso, juntamente com a documentação aí anexada. Argumento ao ilustre Relator Bernardo Cabral em comunicação dirigida ao Presidente da CCJ que o Ministro Moreira Alves levantou questão de ordem para decidir se haveria (soa a campanha) necessidade de comunicação ao Senado Federal da decisão do Supremo, pois nesse caso se está diante de ação direta de inconstitucionalidade com repercussão no âmbito federal, estando em causa norma constitucional estadual que reproduz norma da Constituição Federal. Assim a decisão do Supremo tem efeito *erga omnes*, que não se limitará ao estado do Rio de Janeiro, mas a todo país, por ter ela sido emanada da Suprema Corte. Sr. Presidente, tendo em vista que esse Parecer foi distribuído a todos os Srs. Senadores que já tem conhecimento do seu inteiro teor, passemos ao voto. Em face do exposto, opina-se pelo retorno ao arquivo do ofício número 81 de 98, nº. 224 PMC de 98, na origem, juntamente com o ofício S nº. 25 de 2002 que lhe foi apensado. É o Parecer, salvo melhor juízo, Sr. Presidente.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – O Parecer do Relator foi, como V.Exªs. puderam verificar, pelo arquivamento da matéria. Eu pretendia fazer a votação em conjunto dos dois ofícios S, o relatado pelo nobre Senador Eduardo Azeredo e este último, relatado pelo nobre Senador Antônio Carlos Valadares. Todavia como podemos ter problema de número, eu gostaria, então, passar para o item primeiro da matéria (soa a campanha) e está presente aqui o Senador Antonio Carlos Valadares, que é Relator da proposição, e eu, portanto, passaria esse item um, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Os Relatores, a proposição é da presidência da Comissão, Senador Marcos Maciel, os relatores designados foram Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares (soa a campanha) e Edison Lobão que já não se encontra mais na Comissão. Razão pela qual eu pedi aqui a presença do Senador Antonio Carlos Valadares para que relatasse a matéria.

Foi apresentada uma Emenda pelo Senador Eduardo Suplicy e o nobre Líder do Governo no Senado, o Senador Romero Jucá, também deseja apresentar Emendas à proposição. Então talvez fosse melhor, por economia processual, que primeiro o Senador Romero Jucá apresentasse suas sugestões para que o Relator, quando for se manifestar, já tivesse conhecimento das Emendas que tenham sido apresentadas à relatoria. Portanto, com a palavra, o nobre Senador Romero Jucá. Eu gostaria de informar ao Senador Romero Jucá que é o Item 01 da pauta da sessão de hoje e depois

nós votaríamos, após apreciar essa matéria, os dois ofícios S e se o tempo der, vamos também discutir o item que diz respeito ao Regimento Interno do Conselho de Ética e decoro parlamentar, cuja Relatora é a Senadora Lúcia Vânia. Mas concedo, então, a palavra, se S.Ex^a., o Senador Romero Jucá já estiver habilitado, concederei a palavra a S.Ex^a., para oferecer as suas Emendas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) –Sr. Presidente, a questão, que eu gostaria de levantar é apenas a discussão da supressão de alguns itens de exigências que foram feitas aqui na propositura, que eu entendo que talvez fosse um pouco mais forte do que a necessidade que nós teríamos. Então, por exemplo, o item A, aliás, o item B, de que ele e os seus parentes, de até segundo grau, participaram ou participaram como sócios, proprietários ou gerentes de empresas ou entidades não Governamentais com a discriminação de referidos períodos. Eu acho que poderia ser somente ele, quer dizer, os seus parentes até segundo grau é algo que amplia bastante o leque de informações. Então a primeira modificação seria manter só o titular informando e não os seus parentes até segundo grau. O C, a proposição é retirar tudo, da sua evolução patrimonial do cônjuge dependente dos últimos cinco anos, contado retroativamente ao ano em que se deu sua indicação. Então como isso é uma informação sigilosa, em tese, se houvesse uma necessidade posterior, mas eu acho que generalizar esse pedido de evolução patrimonial e todas essas informações que são informações fiscais, talvez fosse também um pouco forte, portanto a proposição seria retirar o item C. E o item G, e o item G da relação dos seus clientes nos últimos cinco anos, contrato retroativamente no âmbito, que é também um tipo de exposição que de contrato de relação de trabalho que eu acho que é também um pouco, um pouco acima da necessidade da informação adicional. Então seria a supressão parcial do item B e a supressão geral do item C e do item G.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Relator da matéria, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sras. E Srs. Senadores, a sugestão em exame para disciplinamento das arguições de autoridades no âmbito desta Comissão é da autoria do Senador Marco Maciel e o objetivo é criar exigências e disciplinar o processo de avaliação de indicados a cargo público nos termos do art. 101, inciso 2, alínea I do Regimento Interno do Senado Federal em atendimento ao que dispõe ao art. 52, inciso 3, alíneas A, C e E da Constituição Federal. A Carta

de 1988 determina, em várias situações, a formação de ato complexo para a escolha de autoridades que ocuparão tais cargos. Trata-se de ato administrativo formado pela vontade do chefe do Poder Executivo, do Poder Legislativo. Nesse sentido a sugestão objetiva de disciplinar mediante a adoção de procedimentos, o processo de avaliação de indicados no âmbito da CCJ propõe o autor, o nobre Presidente, Senador Marco Maciel, que a avaliação seja realizada em duas etapas. Na primeira o Relator apresentará um relatório à CCJ com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais. Nessa oportunidade não será exigida a sua presença. Cumprida essa exigência, que é a preliminar, o relatório será discutido. Na segunda etapa o indicado será submetido a arguição pelos membros da Comissão. Análise: O estado democrático de direito exige como pressuposto necessário que as decisões adotadas pelo Poder Público obedeçam aos princípios da legalidade e transparência. Assim as regras a serem disciplinadas demonstrarão que os critérios fixados pela Constituição Federal para escolha de autoridades públicas, submetidas ao crivo desta CCJ, serão respeitadas.

Por outro lado a democracia e o princípio da separação dos poderes também amparam a medida na exata proporção de que para o preenchimento das vagas ou postos que serão ocupados pelos indicados pelo Presidente da República serão observadas regras que efetivem as exigências constitucionais para que esses cargos possam ser, de fato e de direito, preenchidos. Ressalte-se que a sugestão de autoria do Senador Marcos Maciel busca estabelecer com espírito público procedimentos formais e objetivos no nível infra-legal a serem seguidos por ocasião da apreciação de indicações de autoridades pelo Presidente da República.

Sem dúvida alguma a pré-existência dessas regras, válidas para todo e qualquer indicado, reflete o princípio democrático da transparência das decisões políticas e administrativas adotadas pelo Poder Público, a democracia brasileira sobressai engrandecida com tal medida. Sob o prisma regimental não há impedimento à adoção, pelas comissões, de atos reguladores destinados a sua regulação interna. Ao contrário, com a criação das competências terminativas por parte desses colegiados técnicos, seu funcionamento passou a aproximar-se ainda mais da sistemática regimental cometida ao Plenário e a requerer, por conseguinte, a criação de mecanismos de autuação similares ali praticados. Tudo isso sem necessidade de alteração do regimento interno ou de resolução a ser aprovada pela Casa.

Nesse sentido o voto é pela aprovação das sugestões com Emendas que estão sendo, nesse momento,

aceitas pela relatoria e da iniciativa dos nobres Senadores Eduardo Suplicy e Romero Jucá. A Emenda do Senador Eduardo Suplicy adiciona a alínea B do ato nº 1 de 2007, alínea B do art. 2º, a expressão e em seguida o relatório será votado. Como é que está a redação atual? A relação das publicações de sua autoria com as referências bibliográficas que permitam a sua recuperação e em seguida o relatório será votado. Esta é a Emenda do Senador Eduardo Suplicy, mas é no art. 2º, digo melhor, no art. 2º aqui, na segunda etapa o indicado será submetido a arguição dos membros da Comissão e, em seguida, o relatório será votado. Essa que é a Emenda do Senador Eduardo Suplicy, complementando a redação do item B do artigo 2º. Quanto as Emendas do Senador Romero Jucá, a meu ver, elas têm total procedência e merecem a nossa aprovação, de vez que essa Comissão de justiça, que está regulamentando matéria tão importante na indicação de autoridades do Poder Executivo, não pode se tornar, de forma alguma, uma, transformar uma simples arguição num processo inquisitório, entrando em detalhes, como, por exemplo, a informação sobre parentes até segundo grau. Conversei com o nosso Presidente, ele acha que é totalmente favorável a esta mudança, ou seja, que haja a supressão do item B do art. 1º do ato número 1 de 2007 e que também a supressão da exigência de parentes, mas que apenas o titular seja obrigado a apresentar essas informações. Já o item C do art. 1º o Senador Romero Jucá propõe a sua supressão total. Como é que está escrito este item? De sua evolução patrimonial, do cônjuge e de dependentes nos últimos cinco anos contados retroativamente ao ano em que deu sua indicação com a discriminação de dívidas e de respectivos credores. Aqui está um outro Relator, o Senador Jefferson Peres, que, logicamente que eu não posso decidir sozinho, eu quero perguntar ao nobre Senador Jefferson Péres se S.Exª. concorda com o item B, se ao invés de as informações serem amplas, envolvendo parentes até o segundo grau, que essas informações se restrinjam única e exclusivamente ao titular, ou seja, a pessoa que foi indicada?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Concordo com V.Exa. Acho que sim. Concordo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Muito bem. Agora o item C, o Senador Romero Jucá propõe a sua supressão total. O item C diz assim: As autoridades e tal, tal, apresentação de declaração do indicado no inciso 2 de sua evolução patrimonial, quer dizer, o indicado é obrigado a apresentar evolução patrimonial também do cônjuge e dos dependentes nos últimos cinco anos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Isto é um exagero.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Contado retroativamente no ano em que sua indicação com a discriminação de dívidas e de respectivos credores, aí vai entrar muito na vida particular do indicado. V.Exª. concorda com a sua supressão? Então eu também concordo, V.Exª. tenho razão, Senador Romero Jucá. O item G, V.Exª. propõe também a retirada? O quê é que diz? Que o indicado teria que apresentar relação de clientes nos últimos cinco anos contados retroativamente ao ano em que se deu a sua indicação em caso de atuação como advogado, quer dizer, se ele for advogado, ele teria que apresentar relação nominal de todos os clientes, durante cinco anos.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Um grande advogado vai apresentar 10.000 (risos).

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tanto, V.Exª. concorda, como eu concordo, e tenho certeza que o nobre autor deste ato também concorda com a sua supressão.

(soa a campainha)

Sendo assim, Sr. Presidente, o meu Parecer é favorável com as alterações propostas pelas Emendas dos Senadores Eduardo Suplicy e Romero Jucá com a aprovação dos dois Relatores. Agradeço a V.Exª.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou proceder, portanto, agora, tendo em vista compromissos que outros, de senhoras e Srs. Senadores em outras Comissões, vou proceder, então agora, a votação da matéria. Vamos fazer duas votações nominais: A primeira é para esse Item 01 e uma segunda para os itens S. Vou começar a colher os votos. (soa a campainha) Começando pelo Senador Jefferson Peres, que é Relator na Comissão no Conselho de Ética, de matéria relevante e precisa retornar a referida Comissão. Por isso, começaria convidando, para dar o seu voto, o nobre Senador Jefferson Péres. Como vota V.Exª?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Com o Relator, sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com o Relator. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy, (soa a campainha) Senador Aloísio Mercadante, Senador Epitáfio cafeteira, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Antonio Carlos Valadares e o Relator, um dos Relatores da matéria. Sim. (soa a campainha) Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) –
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador Ademir Santana? Senador Demóstenes Torres, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim,
com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador Tasso Jereissati? Senadora Ideli Salvatti. Senador Marcelo Crivella. Senador João Ribeiro. Senador Marcelo Crivella. Senador Magno Malta. Senador Valdir Raupp. Senador José Maranhão. Senador Neuto de Conto. Senador Inácio Arruda. Senador Jayme Campos. Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com
o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador João Tenório. Senador Marconi Perillo. Senador Mário Couto. Senador Osmar Dias. Eu acho que já temos quórum. 13 Senadores votaram a favor, conseqüentemente o ato foi aprovado. Vamos escolher os votos, agora, dos dois ofícios S, que foram, cujos Relatores pediram, opinaram pelo arquivamento. Então basta uma só votação, vou colher os dois, votação para os dois processos, uma só votação para os dois processos. Senador Jefferson Péres?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Sim. Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy? Sim. Senador Eduardo Suplicy sim. Exatamente. São, ela fez... Senador Aloísio Mercadante? Senador Aloísio Mercadante sim. Senador Eptácio cafeteira. Senador Mozarildo

Cavalcanti. Senador Antônio Carlos Valadares. Sim. Senador Jarbas Vasconcelos?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador Pedro Simon. Senador Romero Jucá? Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador Gilvam Borges. Senador Ademir Santana. Senador Demóstenes Torres. Senadora Kátia Abreu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim,
Sr. Presidente tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador ACM Júnior. Senador Eduardo Azeredo. Senadora Lúcia Vânia. Senador Tasso Jereissati, já votou. Senadora Ideli. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) –
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senadora Patrícia, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu gostaria de votar, até porque o Parecer é do Senador Valadares foi muito bem redigido, então com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senadora Ideli Salvatti com o Relator. Senadora Patrícia Saboya. Senador João Ribeiro. Senador Magno Malta. Senador José Nery. Senador Wellington. Senador Leomar Quintanilha. Senador Valdir Raupp. Senador José Maranhão. Senador Neuto de Conto. Senador Eliseu Rezende. Senador Jayme Campos. Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) –
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM-PE) – Senador Marconi Perillo. Senador Mário Couto. Senador Osmar Dias. Obtivemos 14 votos favoráveis, portanto, são aprovados o Item 02 e 03 que foram, de acordo com o parecer dos Relatores, favoráveis aos arquivamentos dos referidos ofícios S. Consulto agora S.Ex^a., a nobre Senadora Lúcia Vânia, se V.Ex^a., consulto V.Ex^a., para saber se V.Ex^a. se considerada habilitada a oferecer Parecer ao projeto que V.Ex^a. relata, que tem como fulcro iniciativa do Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão? Trata-se do item 5 da pauta da sessão de hoje e trata-se de projeto não terminativo nº 38 de 2007, que altera dispositivos da resolução nº. 20 de 1993, instituindo o regulamento do Conselho de Ética e decoro parlamentar do Senado Federal.

A autoria, como disse, é do Senador Valter Pereira, Relatoria é da Senadora Lúcia Vânia que oferece Parecer pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Observo que no dia 10 de outubro, semana passada, portanto, foi concedida vista coletiva nos termos regimentais, tendo o Senador José Nery oferecido as Emendas um, dois e três, pendentes de Parecer. A matéria será, depois de aprovado nesta Comissão, apreciada pela Comissão diretora. Concedo a palavra à nobre relatora, Senadora Lúcia Vânia, para oferecer relatório sobre as Emendas.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, tendo em vista o número de Emendas apresentadas hoje e algumas sugestões da liderança do Governo e também uma reunião que nós temos agora com o Vice-Presidente, eu pediria a V.Ex^a. que pudesse discutir o relatório na próxima reunião. Acredito que eu teria mais tempo para analisar as Emendas e, ao mesmo tempo, poderia estar livre para a reunião já marcada às 11: 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V.Ex^a. será atendida pela Mesa, vez que trata-se de uma reunião extremamente importante, razão pela qual, eu concedo mais um prazo, mas gostaria de ouvir o Senador Valter Pereira que, aliás, é autor da proposição que é objeto de relatório da Senadora Lúcia Vânia.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Obviamente a razão apontada pela ilustre Relatora tem a sua razão de ser. Agora, é preciso estabelecer neste momento o encerramento do prazo para a apresentação de Emendas, porque se ela for surpreendida novamente na próxima reunião, terá dificuldades para apreciar avalanches de Emendas. Então a sugestão que eu daria a V.Ex^a., que encerrasse o prazo de apresentação de Emendas a fim de que desse condições para ela apreciar aquelas que já foram apresentadas.

(soa a campainha)

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V. Exa. Pois não. Concedo a palavra, pela ordem, à nobre Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Olha, eu gostaria de dizer que na próxima reunião a gente vai fazer, mais ou menos, semelhante como foi feito aqui com o Senador Jarbas Vasconcelos, com o relatório que ele apresentou. Nós vamos ajustar as sugestões com o Plenário, eu acho que fica uma coisa mais justa e que isso não impede que as Emendas sejam feitas, desde que elas cheguem com antecedência para que a gente possa analisá-las, não tem problema. Mas eu gostaria de dizer que eu gostaria de colocar esse

relatório em discussão para que o Plenário também opinasse naquelas questões de mérito que são mais complicadas e mais complexas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa, a Mesa agradece as contribuições oferecidas, tanto pelo Senador Valter Pereira, quanto pela Relatora, Senadora Lúcia Vânia. O Senador Valter Pereira tem razão e acudiu bem a Mesa quando apontou a necessidade de que nós declarássemos encerrado o prazo para o oferecimento de Emendas, já que a matéria já está há bastante tempo na ordem do dia e S.Ex^a., portanto, está atendido e a Mesa agradece a contribuição que V.Ex^a. trouxe. Assim como também agradece a contribuição da Senadora Lúcia Vânia e a matéria, conseqüentemente, integrará como prioridade, como primeiro item, como primeiro item a questão da discussão em votação do novo regimento do Conselho de Ética e decoro parlamentar do Senado Federal. A mesa também gostaria de anunciar que na próxima semana pretende fazer também a sabatina dos indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho, para vagas existentes na referida corte trabalhista e o fará após a discussão e votação dessa matéria, tendo em vista a relevância que ela encerra e tendo em vista também a prioridade que já a Comissão havia imprimido ao referido projeto. Antes de encerrar a sessão, eu gostaria de agradecer a presença de suas Excelências.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão a V.Ex^a., é muito rápido? O PLC 20 teve pedido de vistas com apresentação de 3 Emendas pelo Senador Valter Pereira. Eu aceito as Emendas, se V.Ex^a. quiser, são pequenas Emendas, pequenas alterações, mas substanciais, eu aceito, se V.Ex^a. quiser dar como discutida, encerrada, já foi apresentado pelo Senador Valter Pereira na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, a Mesa não se opõe a proposta de V.Ex^a., gostaria apenas de saber se o Plenário está de acordo com a proposta de V.Ex^a.?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Que nós discutimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – De minha, da parte da Mesa eu vou, eu vou então, eu vou então (soa a campainha) pôr em votação a matéria, ou seja, o item 4, que altera dispositivos do decreto Lei n° 3689, de 3 de outubro de 1941, código do processo penal, relativos ao tribunal de júri e dá outras providências. É a iniciativa do Presidente da República, o Senador Demóstenes Torres foi Relator nesta Casa, seu Parecer é de conhecimento público e ele diz acolher as Emendas que foram oferecidas, 3 Emendas que foram oferecidas à proposição.

Consulta, portanto, o Plenário se poderemos colocar a matéria em votação? Não havendo objeção, ponho a matéria em votação. As Sras. e Srs. Senadores que tiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Antes de encerrar a sessão...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de (soa a campainha) fazer um Requerimento relativo a discussão da CPMF com a convocação de algumas pessoas, inclusive, autoridades para que a gente pudesse debater esse assunto com profundidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, e eu gostaria que V.Ex^a. encaminhasse à Mesa proposição nesse sentido que pode fazer o ...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – A idéia seria a convocação do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, (soa a campainha) o Ministro Paulo Bernardo, do Presidente da FIESP, Paulo Scaff, do economista José Roberto Afonso. Então eu vou providenciar...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria que V.Ex^a. formalizasse e a Mesa apreciará tempestivamente a proposta de V.Ex^a.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria apenas de ...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – De realçar aqui o trabalho desenvolvido pelo Senador Demóstenes Torres na elaboração de projeto de tamanha importância para dar celeridade ao processo penal e, sobretudo, para dar uma feição mais moderna às audiências, ao tribunal de júri e etc... E na visita que fiz ao eminente Senador, percebi que o seu gabinete foi transformado numa verdadeira oficina coordenada pelo professor Tito, que é o seu assessor, e a quem merece aqui destaque na contribuição com os trabalhos que se desenvolveram aqui. E quero realçar também a abertura com que o eminente criminalista ouviu a todos no encaminhamento desse projeto, acolhendo sugestões, inclusive, vindas da OAB, como é o caso de algumas sugestões, que eu trouxe da OAB, seção de Mato Grosso do Sul, que foram elaboradas por juizes consultos renomados, como o professor Jaime Santiago, professor Danilo de Abreu, que são consultores do Senado e da OAB de Mato Grosso do Sul, o Dr. Fábio Trad(F), doutora Regiane Alves de Arruda e a Dra. Andréa Flores. Então com esses registros gostaria de fazer justiça a muitos que contribuíram, já que a legislação é ampla, precisava de cuidados muito especiais

e esses cuidados foram tomadas, não só pela equipe do Doutor Demóstenes, o Senador Demóstenes, como também pelos técnicos da OAB.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa agradece a contribuição que o Senador Valter Pereira trouxe ao lembrar o nome das pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para que o trabalho do nobre Senador Demóstenes Torres fosse coroado de êxito e a mesa aproveita a ocasião para cumprimentar o Senador Demóstenes Torres, bem assim o Senador Valter Pereira pela forma avisadamente com que chamou a atenção da Mesa para a relevância da explicitação dos nomes de pessoas que colaboraram para o bom desempenho das atividades do Senador Demóstenes Torres e, antes declarar encerrada a sessão, convoca reunião para a próxima quarta-feira, às 10 horas, para tratar de matéria não votada nesta reunião e de outros que serão incorporadas a pauta, inclusive, aquela que diz respeito a sabatina dos indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão para que nós possamos comparecer a uma reunião da mesa diretora do Senado Federal, dos líderes e dos presidentes das Comissões, com S.Ex^a., o Vice-Presidente no exercício da presidência, o Senador, o ex-Senador José Alencar. Está encerrada a sessão.

(soa a campainha)

(Sessão encerrada às 11h30.)

Ata da 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Epitácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, João Ribeiro, Magno Malta, José Nery, Valdir Raupp, José Maranhão, Jayme Campos, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Osmar Dias e das Senadoras Serys Slhessarenko, Kátia Abreu,

Lúcia Vânia e Ideli Salvatti, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Demóstenes Torres e Arthur Virgílio. Registra-se a presença dos Senadores Romeu Tuma e Francisco Dornelles, do Subprocurador-Geral do Ministério Público do Trabalho Luiz Antônio Camargo de Mello, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região José Edílson Elizário Bentes, do Desembargador Nilton Augusto de Brito Nobre, do Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho Grijalbo Fernández Coutinho, do Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA Cláudio José Montesso, do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta, da Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho Juliana Vignolli, e do Desembargador Leonardo Tavares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da 1ª PARTE da Pauta: **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 41, DE 2005** (Ofício Nº 00069, de 05/07/2005, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 413782, que declarou a inconstitucionalidade do inciso IV do *caput* e do § 1º do art. 19 do Decreto nº 3.017, de 1989, do Estado de Santa Catarina (proíbe a impressão de documentos fiscais para as empresas em débito com a Fazenda Estadual)”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ. **ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 54, DE 1996** (Ofício Nº 099-P/MC, de 18/06/1996, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, proferido nos autos do Recurso Extraordinário 375-0/320, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 03.05.86”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Parecer:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. **ITEM 3) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – “Altera dispositivos da Resolução nº 20, de 1993, instituindo o regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal”. **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Relatoria:**

Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, com o acolhimento das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 18 e 22, e acolhimento parcial das Emendas nºs 2, 15, 16, 19 e 20; pela prejudicialidade da Emenda nº 9; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 11, 12, 17, 21 e 23. Em 10/10/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 17/10/2007, foram recebidas as Emendas nºs 1, 2 e 3 do Senador José Nery; as Emendas nºs 4 e 5 dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Renato Casagrande; as Emendas nºs 6 e 7 do Senador Pedro Simon; e as Emendas nºs 8 a 23 do Senador Aloizio Mercadante. Em 24/10/2007, durante a discussão da matéria, o Senador Romero Jucá oferece a Emenda nº 24, acolhida pela Relatora. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2007** (PL. nº 07570, de 2006, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça”. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Passa-se à apreciação da matéria incluída como EX-TRAPAUTA – **ITEM 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 43, DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – “Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o processo de apresentação, de tramitação e de aprovação dos projetos de lei de consolidação”. **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatoria “ad hoc”:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto. Passa-se à apreciação da 2ª PARTE da Pauta: **ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 166, DE 2007** (Mensagem nº 730, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Doutor Márcio Eurico Vitral Amaro, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região do Estado de Mato Grosso do Sul, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.” **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Parecer:** Votação Secreta. Usam da palavra, os Senadores Valter Pereira, Relator, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Tasso Jereissati e o Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ. **Resulta-**

do: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor Márcio Eurico Vitral Amaro para compor o Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com dezenove votos favoráveis. **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 165, DE 2007** (Mensagem nº 729, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Doutor Walimir Oliveira da Costa, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região dos Estados do Pará e Amapá, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.” **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Parecer:** Votação Secreta. Usam da palavra, os Senadores Romero Jucá, Relator, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Tasso Jereissati e o Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor Walimir Oliveira da Costa para compor o Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com dezenove votos favoráveis. **ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 167, DE 2007** (Mensagem nº 731, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Doutor Maurício José Godinho Delgado, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região do Estado de Minas Gerais, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.” **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Votação Secreta. Usam da palavra, os Senadores Eduardo Azeredo, Relator, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Tasso Jereissati e o Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor Maurício José Godinho Delgado para compor o Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com dezenove votos favoráveis. Retoma-se a apreciação da 1ª PARTE da Pauta: **ITEM 15) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 7, DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – “Altera a designação da Comissão de Educação para Comissão de Educação, Cultura e Desporto”. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CE a 3-CE. A matéria foi examinada pela Comissão de Educação e será apreciada pela Comissão Diretora. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CE-CCJ a 3-CE-CCJ. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 21, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com o Ministro Guido

Mantega, o Ministro Paulo Bernardo, o Presidente da FIESP Paulo Skaf, os economistas José Roberto Afonso e Samuel Pessoa, para instruir a PEC 89, de 2007, que trata da prorrogação da CPMF”. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO Nº 22, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o ex-ministro da Fazenda, Senhor Pedro Malan, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que ‘Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências’”. **Autoria:** Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 23, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o ex-Secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que ‘Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências’”. **Autoria:** Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **4) REQUERIMENTO Nº 24, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Senhor Paulo Skaf, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que ‘Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências’”. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **5) REQUERIMENTO Nº 25, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o senhor Deputado Antonio Palocci, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que ‘Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências’”. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **6) REQUERIMENTO Nº 26, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Paulo Bernardo, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que ‘Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências’”. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Resultado:** Aprovado. **7) REQUERIMENTO Nº 27, DE 2007-CCJ**, “Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Senhor José Roberto Afonso, economista, para em

Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'". **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **8) REQUERIMENTO Nº 28, DE 2007-CCJ**, "Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Professor, economista da Fundação Getúlio Vargas, Senhor Samuel Pessoa, para, em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'". **Autoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Resultado:** Aprovado. **9) REQUERIMENTO Nº 29, DE 2007-CCJ**, "Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Professor Ives Gandra Martins, especialista em Direito Tributário e Finanças, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'". **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado:** Aprovado. **10) REQUERIMENTO Nº 30, DE 2007-CCJ**, "Considerando que este Senado Federal está prestes a votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que trata da prorrogação do prazo previsto no *caput* do Art. 84 do Ato das Disposições Transitórias, referente à CPMF, requeiro, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos seguintes convidados: – Representante da FEBRABAN; – Representante da FIESP; Representante do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário; Dr. Ives Gandra – Advogado Tributarista; Dr. José Roberto Afonso – Economista do BNDES (temporariamente cedido à Subcomissão de Reforma Tributária da CAE); Dr. Márcio I. Nakane – Prof. da Universidade de São Paulo (autor do trabalho "Os efeitos da CPMF sobre a Intermediação Financeira"); Prof. Pedro H. Albuquerque – Professor Assistente da University of Minnesota Duluth. "Os Impactos Econômicos da CPMF – Teoria e Evidência". (Artigo Publicado no VI Concurso Nacional do Tesouro Nacional – Tópico de Finanças Públicas); Dr. Hugo de Brito Machado – Presidente do Instituto Cearense de Estudos Tributários." **Autoria:** Senadores Tasso Jereissati e Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **11) REQUERIMENTO Nº 31, DE 2007-CCJ**, "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para a MSF nº 165, de 2007". **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:**

Aprovado. **12) REQUERIMENTO Nº 32, DE 2007-CCJ**, "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para a MSF nº 166, de 2007". **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **13) REQUERIMENTO Nº 33, DE 2007-CCJ**, "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para a MSF nº 167, de 2007". **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **14) REQUERIMENTO Nº 34, DE 2007-CCJ**, "Nos termos do disposto no Artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado do §3º do Art. 13 do substitutivo da Senadora Lúcia Vânia ao PRS nº 38, de 2007 (para restabelecer os incisos I, II e III do Art. 13 do PRS nº 38, de 2007 afastando o §3º do substitutivo)". **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Resultado:** Aprovado. **15) REQUERIMENTO Nº 35, DE 2007-CCJ**, "Nos termos do disposto no Artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado do §1º do Art. 3º do substitutivo da Senadora Lúcia Vânia ao PRS nº 38, de 2007 (para restabelecer o §3º, do Art. 2º do PRS nº 38, de 2007)". **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Resultado:** Aprovado. **16) REQUERIMENTO Nº 36, DE 2007-CCJ**, "Nos termos do disposto no Artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado do Art. 3º, que trata da inelegibilidade do PRS nº 38, de 2007 (para restabelecer o Artigo suprimido pelo substitutivo)". **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Resultado:** Aprovado. A Presidência encerra a Reunião, às treze horas e trinta e oito minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **5) PLC Nº 20, DE 2004; 6) PLS Nº 240, DE 2006 – COMPLEMENTAR; 7) PEC Nº 12, DE 2005; 8) PEC Nº 20, DE 2007; 9) PLS Nº 9, DE 2007; 10) PLS Nº 10, DE 2007; 11) PLS Nº 251, DE 2007; 12) PLC Nº 90, DE 2006; 13) PLC Nº 112, DE 2005; 14) PLC Nº 28, DE 2003; e 16) PLS Nº 148, DE 2003; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.**

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da

Reunião anterior. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A primeira parte da presente Reunião destina-se à deliberação de ofícios “S”, que são dois, e depois vamos apreciar o Projeto do Regimento Interno do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que será relatado pela Senadora Lúcia Vânia e, a seguir, se houver condições, vamos apreciar, extrapauta, uma proposição que diz respeito à continuidade da reforma judiciária, que será relatada pelo nobre Senador Raupp, líder do PMDB nesta Casa. E, a seguir, vamos fazer as sabatinas dos três indicados para o Tribunal Superior do Trabalho, iniciando-a com a oitiva do Dr. Mário Eurico Vital. E a prioridade que nós vamos dar ao indicado decorre do fato de haver sua mãe, D. Ivette Amaro, falecido ontem à noite. E ele necessita ir ao sepultamento da senhora sua mãe.

Item 01. A Relatora, nobre Senadora Lúcia Vânia, eu vou enunciar a Ementa e V.Exa., nobre Senadora, fará a leitura do voto. “Encaminha ao Senado Federal, para fins previstos no art. 52, inciso X da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria Geral da República da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº. 413782, que declarou a inconstitucionalidade do inciso IV do *caput* do § 1º do artigo 19 do Decreto nº. 3017/1989, do Estado de Santa Catarina (Proíbe a impressão de documentos fiscais para empresas em débito com a defesa com a Fazenda Estadual)”. A autoria é do Supremo Tribunal Federal, e a Relatoria, como já tive oportunidade de enunciar, é da nobre Senadora Lúcia Vânia. O parecer de S.Exa. é pela apresentação de Projeto de Resolução. Concedo, pois, a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

(soa a campainha).

Eu vou apenas ler o voto, uma vez que todos os Srs. Parlamentares já têm ciência do Projeto. O voto: “Assim, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, considerando a jurisprudência sedimentada na Suprema Corte, atendendo mais à conveniência e oportunidade, votamos pela suspensão do inciso IV do *caput* do artigo 19 do Decreto nº. 3017, de 1989, do Estado de Santa Catarina, nos termos do Projeto de Resolução abaixo, estando prejudicada a suspensão de execução do § 1º do mesmo artigo, por ter sido revogado. Projeto de Resolução do Senado: Suspende a execução do inciso IV do *caput* do artigo 19 do Decreto 3017, de 28 de fevereiro de 1989 do Estado de Santa Catarina. O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade

do dispositivo do diploma legal, constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário de 413782-8, do Estado de Santa Catarina, resolve: Art. 1º: É suspensa a execução do inciso IV do *caput* do artigo 19 do Decreto 3017, de 28 de fevereiro de 1989, do Estado de Santa Catarina. Art. 2º: Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Relatora, Senadora Lúcia Vânia”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Depois de ouvir o Relatório da Senadora Lúcia Vânia, que sugere apresentação de Projeto de Resolução sobre a matéria que acaba de relatar, passo agora a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, para proferir o seu parecer de matéria cuja Ementa vou anunciar: “Encaminha ao Senado Federal cópia de acórdão transitado em julgado, proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº. 375-0/320, declarou a inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º da Lei nº. 6.747, de 03 de maio de 1986”. Autoria, como é sabido, do Supremo Tribunal Federal. A Senadora Serys será a Relatora, que opina pelo arquivamento do referido ofício S. Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

(soa a campainha).

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, de conformidade com o que nosso Presidente já leu, eu gostaria de passar, já diretamente, para análise, uma vez que o Relatório, todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras já têm conhecimento. A análise: “De acordo com os arts. 91, inciso II e 103, III do Regimento Interno do Senado Federal, visto que cabe a esta Comissão discutir e votar Projetos de Resolução que versem sobre a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em sede de controle incidental de inconstitucionalidade. No caso vertente, identificamos óbices intransponíveis a que seja editada a Resolução Senatorial, qual seja, circunstância de já ter sido exercitada, anteriormente à lei em discussão, a competência de que trata o art. 52, inciso X da Constituição Federal. Com efeito, em 24 de outubro de 96, foi editada a Resolução do Senado 79/96, que suspendeu...

(soa a campainha).

...A execução dos arts. 2 e 3 da lei 6747, de 12 de junho de 86, em face do julgamento de ação ordinária nº. 274, pela Suprema Corte. Além disso, não foi providenciado o envio do texto da lei, cuja execução se deve suspender, que constitui formalidade essencial a ser observada, nos termos do art. 387 do RISF. Voto: Ante o exposto, considerando o que dispõe a Resolução do Senado nº. 79, de 1996, votamos pelo arqui-

vamento da comunicação, nos termos do art. 133, III do Regimento Interno do Senado Federal, por falta de objeto. É este o nosso voto, Sr. Presidente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Proferido o parecer pela nobre Senadora Serys Slhessarenko, vou submeter a matéria à votação. Os dois itens, o item 1 e o item 2. O primeiro, que foi relatado pela Senadora Lúcia Vânia, conclui pela aprovação do Projeto de Resolução. O segundo, relatado pela Senadora Serys, conclui pelo arquivamento do Ofício S. Vou colher votos.

(soa a campanha).

Inicialmente, pelo item 01. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)
– Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eptácio Cafeteira; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Jarbas Vasconcelos; Senador Pedro Simon; Senador Almeida Lima; Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com as Reladoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito bem. Senador Gilvam Borges; Senador Adelmir Santana; Senador Demóstenes Torres; Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Arthur Virgílio; Senador Eduardo Azeredo; Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Tasso Jereissati; Senador Jefferson Péres. Vou colher votos de suplentes na Comissão. Ideli Salvatti; Senador Inácio Arruda; Senador Marcelo Crivella; Senador João Ribeiro; Senador Magno Malta; Senador José Nery; Senador Osmar Dias.

(soa a campanha).

Bom, então, prosseguindo. Senadora Roseana Sarney; Senador Leomar Quintanilha; Senador Valdir Raupp...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador José Maranhão; Senador Neuto de Conto; Senador Eliseu Resende, Senador Jayme Campos; Senador José Agripino; Senador Álvaro Dias; Senadora Maria do Carmo Alves; Senador Flexa Ribeiro; Senador João Tenório; Senador Marconi Perillo; Senador Mário Couto; Senador Osmar Dias. A proposição foi aprovada por 14 votos favoráveis.

Passemos ao Item 2, que foi relatado pela Senadora Serys, que pede o arquivamento do referido Ofício S, que tem o número 099 PMC, de 18/06/1996. Vou colher votos. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado; Senador Eduardo Suplicy; Senador Aloizio Mercadante; Senador Eptácio Cafeteira; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Antonio Carlos Valadares...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jarbas Vasconcelos; Senador Pedro Simon...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Romero Jucá; Senador Almeida Lima; Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. O voto de V.Exa. foi devidamente anotado. Senador Valter Pereira...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Adelmir Santana...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Romero Jucá; Senador Demóstenes Torres; Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior; Senador Arthur Virgílio; Senador Eduardo Azeredo; Senadora

Lúcia Vânia; Senador Tasso Jereissati; Senador Osmar Dias.

(soa a campanha).

Vou agora proclamar o resultado. Assim, gostaria de antes chamar também os suplentes para conferir o *quorum*. Senador Marcelo Crivella; Senador Valdir Raupp; Senador Flexa Ribeiro; Senador João Tenório; Senador Marconi Perillo; Senador Mário Couto; Senador Osmar Dias.

(soa a campanha).

Sr. Senador Alvaro Dias...

(soa a campanha).

Senador Alvaro Dias vota também com o Relator. A matéria foi aprovada com 16 votos pelo acolhimento do parecer da Relatora, Senadora Lúcia Vânia, que pede o arquivamento do referido S. Agora gostaria, e peço a atenção das Sras. e Srs. Senadores, inclusive dos líderes, eu vou submeter à votação os pedidos de Audiência Pública para apreciação da CPMF. Como são vários os pedidos, vamos submeter à aprovação do Plenário e, posteriormente, conversaremos com os líderes sobre a forma de proceder às referidas Audiências Públicas.

Então, vou submeter em primeiro lugar o pedido de Audiência Pública do nobre Senador Antonio Carlos Júnior, que pede o comparecimento do Ministro Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento; Paulo Skaff, Presidente da FIESP; Professor José Roberto Afonso, economista do BNDES, e Samuel Pessoa, economista e professor da FGV. Em votação o Requerimento de S.Exa. o nobre Senador Antonio Carlos Júnior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A seguir, vou submeter a voto também uma solicitação da Senadora Lúcia Vânia, também de Audiência Pública, que solicita seja feita Audiência Pública para ouvir o Economista José Roberto Afonso, do BNDES. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A seguir, segue uma solicitação do Senador Alvaro Dias, para que seja ouvido em Audiência Pública o jurista Ives Gandra Martins, advogado, especialista em Direito Tributário. Aprovado... Em votação. Aprovado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora, S. Exa., o nobre Senador Valter Pereira também tem um requerimento de Audiência Pública? Não?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não. Não é isso. Eu gostaria só de indagar de V.Exa. se a Audiência Pública aí é numa data só ou se...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Isso é o que nós vamos discutir e, conforme enunciei, em Reunião que faremos com os líderes, para definirmos quais e em que dias serão feitas as Audiências Públicas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu gostaria de sugerir, então, a V.Exa. e aos líderes presentes que, nessas Audiências Públicas, deveriam ser ouvidas três autoridades ou, no máximo quatro, porque a experiência tem nos revelado que, quando há um número excessivo de palestrantes, cai muito a produção, cai muito a qualidade da Sessão.

Então, se nós realizarmos uma Audiência Pública de um assunto tão relevante como este, temos que nos preocupar, sobretudo, com a qualidade dos debates. E, para isso, o máximo seriam os três ou quatro palestrantes.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu acho que a solicitação de V.Exa. é pertinente...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pela ordem, Sr. Presidente...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Pela ordem, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E concedo agora a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Romero Jucá e, a seguir, à Senadora Kátia Abreu.

(soa a campanha).

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Dentro ainda da questão que está sendo tratada, eu gostaria de sugerir que nós pudéssemos fazer, na Audiência Pública, um dia com as entidades do Governo, portanto, um dia com os segmentos que são favoráveis ao CPMF e um outro dia com os segmentos que são contrários à CPMF, para que a gente pudesse realmente aprofundar o debate e, só depois, nós teríamos a manifestação da Comissão. Portanto, fica essa sugestão a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não, eu acho a sua sugestão... Uma sugestão que deve, evidentemente, ser objeto da Reunião que nós vamos promover. Gostaria de...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Para esclarecimento do Plenário...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria de... Gostaria de conceder a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu para seguirmos, encerrarmos esse item.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de referendar a soli-

citação e a sugestão do Senador Valter. Eu acho que ele realmente tem toda razão. O excesso e o acúmulo de convidados em Audiência Pública acabam prejudicando a opinião e a palestra de todos, então, também concordo que nós pudéssemos fazer as Audiências Públicas no mínimo três, no máximo quatro pessoas de cada vez.

Com relação à sugestão do Senador Romero Jucá, eu peço desculpas para discordar porque acho que não é útil que nós possamos ouvir apenas quem é a favor da CPMF e, depois, no outro bloco, quem é contra. Isso pode ficar prejudicado porque, numa Sessão ou outra, pode haver falta de Senadores. E se nós tivermos um debate equilibrado em todas as Audiências Públicas, eu acho que teria um aproveitamento maior por parte da maioria deles e dos convidados que aqui puderem estar. Mas, principalmente por conta dos Senadores, que acho que teria um balizamento equilibrado nas Audiências Públicas, se nós tivermos na mesma audiência quem é a favor da manutenção da CPMF e quem é contra a CPMF.

E acho, Sr. Presidente, que essas Audiências Públicas serão importantíssimas para o meu Relatório. Eu realmente estou interessada em ouvir todas as partes, embora já tenha a minha opinião formada, e sou contra a manutenção da CPMF, por vários motivos que aqui exporei no futuro, mas eu tenho certeza absoluta de que dados serão checados e servirão para dar maior base e conteúdo ao meu Relatório.

Fico muito satisfeita com a sugestão dos colegas, acho que são pessoas importantíssimas, que estão sendo convidadas e que merecem todo o nosso respeito e que nós precisamos ouvi-las para tratar de uma matéria tão importante no país, como é a CPMF. Obrigada, Sr. Presidente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço à Senadora Kátia Abreu a contribuição que traz ao debate do tema e devo, por oportuno, observar o seguinte: Já se encontram aprovadas as seguintes solicitações de Audiências Públicas: A primeira, do Senador Eduardo Suplicy, que, inclusive, sugere que a Reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania seja feita conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais. O Senador Antônio Carlos Júnior, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Álvaro Dias... São... Os requerimentos a que aludi estão já, ou melhor, foram já devidamente aprovados.

Eu indagaria agora se poderíamos iniciar e eu gostaria de ouvir a opinião da Relatora da matéria, a discussão do item 3, que “altera dispositivos da Resolução nº. 20/1993, instituindo o Regulamento do Conse-

lho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. Autoria do Projeto é do Senador Valter Pereira, aliás, Vice-Presidente desta Comissão. E a Relatoria, como é de conhecimento público, é da Senadora Lúcia Vânia. O parecer de S.Exa. foi pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Em 10 de outubro de 2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 17/10 foram recebidas as Emendas 1, 2 e 3, do Senador José Nery; as Emendas...

(soa a campanha).

4 e 5, dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Renato Casagrande; 6 e 7, do Senador Pedro Simon, e as Emendas 8 a 23, do Senador Aloizio Mercadante, pendentes de parecer.

A matéria será posteriormente apreciada pela Comissão Diretora. Devo dizer também, por oportuno, que já foi encerrado o prazo para apresentação de Emendas. Eu gostaria de convidar S.Exa., a nobre Senadora Lúcia Vânia, para tomar assento à Mesa, para que possa apresentar seu Relatório e, abrindo condições para que...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu acredito que ela, falando da Mesa, ficará mais audível a sua exposição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – E o Presidente faz questão de ter um Parlamentar à sua esquerda.

(soa a campanha).

(risos).

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Bom dia a todos...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E se V.Exa., como autor da proposição desejar estar...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Vou debater, Sr. Presidente.

(soa a campanha).

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Bom dia a todos...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Lúcia Vânia, uma sugestão, se V.Exa. poderia fazer a exposição, pegando na mão do Senador Marco Maciel, para ele tirar a mão da campanha porque a gente não consegue...

(risos).

V.Exa. poderia falar ali, acalmando, tal, para ter uma Sessão tranqüila.

(risos).

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Bom dia a todos. Eu gostaria de perguntar aos Srs. Parlamentares se haveria necessidade de ler o Relatório ou

só os comentários sobre as Emendas. Poderia ser só os comentários sobre as Emendas? Mais fácil...

(soa a campanha).

Eu gostaria de ressaltar aqui que esta reportagem ouviu diversos Senadores aqui, como o Senador Romero Jucá, Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, inclusive, do Senador Jarbas Vasconcelos, nós aproveitamos a alteração que ele fez no Código de Ética, aos arts. 14 e 15, e retratamos esses artigos na íntegra, sem nenhuma alteração, embora tenha havido várias Emendas, solicitando essa alteração. Como eu entendi que o que foi debatido aqui já tinha sido consensuado(F) entre todos os Parlamentares, eu achei por bem deixar a redação semelhante à que foi já aprovada aqui.

Os eminentes colegas fizeram diversas sugestões, não formalizadas em Emendas. Entre essas mudanças propostas, renovamos a redação do §2º do art. 7, que trata das reuniões necessariamente reservadas, quando tratarem de dados sigilosos, intimidade das pessoas ou interesse de menor. A redação conferida pelo substitutivo anterior dava margem a interpretações equivocadas, no sentido de que o Conselho poderia deliberar quando lhe conviesse, por realizar reuniões fechadas ou voto secreto. A fim de repudiar pouco completa essa posição, optamos por manter sob a nova redação o texto proposto pelo autor do Projeto. Optamos ainda por definir um prazo para o Presidente do Conselho designar o Relator da redação, art. 9º, inciso II, o que antes não havia sido cogitado. E por criar o critério de justa causa, art. 13, § 3º, fitado no Direito Processual Penal para análise do Relator preliminar, ao ponderar a necessidade de afastamento do membro com cargo diretivo. Também suprimimos, no art. 19, a possibilidade de quebra de sigilo telefônico, tendo em vista que a Constituição, em seu art. 5º, inciso XII, somente a permite, mediante ordem judicial.

No que tange ao sigilo bancário e fiscal, a Lei Complementar nº. 105/2001 abre essa possibilidade, uma vez aprovado o pedido pelo Plenário do Senado Federal. Quanto às demais sugestões, essa relatoria se encontra aberta ao debate, durante essa Reunião da Comissão, para incorporar ao texto sugestões que o aperfeiçoem e expressem o consenso da Comissão.

Eu gostaria de ler aqui as Emendas que foram aprovadas para que os senhores possam fazer uma avaliação do que foi alterado no seu conjunto. As Emendas de mérito, que são as mais importantes, eu já coloquei aqui os dois itens que eu fiz modificação. As de redação, eu pediria aos Srs. Parlamentares para não evidenciá-las, uma vez que são muitas, e que os senhores têm em mão aí o Relatório.

Foram apresentadas, de redação, 16 Emendas, e, de mérito 23, num total de 23. Emenda nº. 01, do Senador José Nery: "Altera o art. 8º, §1º. Assunto: Trata da abrangência da representação. Essa Emenda foi rejeitada. A justificativa da rejeição é que foi consensuado(F), no Relatório do Senador Jarbas, e existe jurisprudência fixando este parâmetro... Perguntaria se estou lendo muito rápido ou posso continuar?"

Emenda nº. 02, do Senador José Nery: "Altera o artigo 8º, § 1º a 4º. Assunto: Altera o § 1º, suprimindo o antigo inciso III. Altera o § 3º para aumentar o prazo de dois para cinco dias úteis. C – Altera o § 4º, prevendo a possibilidade de reapresentação da representação; após sanados os vícios, propõe que seja automaticamente ao Conselho de Ética. Essa Emenda foi acolhida em parte, relativa aos itens A e C. O inciso III do § 1º já havia sido suprimido. Quanto ao aumento do prazo, implicará em demora excessiva e despropositada. No que toca à reapresentação automática ao Conselho, é, de fato, mais coerente.

Emenda nº. 10, do Senador Aloizio Mercadante. Suprimir o inciso III do art. 9. Trata de excluir a previsão de até três Sub-Relatores. Essa Emenda foi acolhida na íntegra. Justificativa: Ela foi acatada, no parecer da CCJ, pelo Senador Jarbas, que não haveria mais a previsão dos três Sub-Relatores. Na mesma lógica, foi acolhida integralmente a Emenda nº. 18, do Senador Aloizio Mercadante, que altera o art. 16, que suprime a expressão "ou a Comissão de Inquérito".

Emenda nº. 19, do Senador Aloizio Mercadante. Altera o art. 18. Refere-se a acrescentar a expressão "observado o contraditório". Essa Emenda foi acolhida em parte. Ela foi acatada no art. 12, que trata da regra geral de ampla defesa. Ao invés de nós estabelecermos, como havia sido pedido, a Emenda, nós colocamos no artigo que trata da defesa, em que ali nós acrescentamos a solicitação do Senador Aloizio Mercadante.

Emenda nº. 23, também do Senador Aloizio Mercadante, altera o art. 30. Recurso em Questão de Ordem. Acolhido em parte. Justificativa: O texto foi melhorado, suprimindo os termos "reclamação" e "conclusivamente", onde se lê: "contados da intimação, na própria Sessão", leia-se: "a partir da própria Reunião". A redação da parte final vai ainda ser aperfeiçoada.

Sugestão do Senador Valter Pereira. Altera o art. 13, do inciso, aliás, dos incisos I a III. Assuntos: Requisitos para afastamento dos Senadores representados que ocupem cargos diretivos na Mesa e em comissões. Resultado: Acolhido em parte. Justificativa: Acrescentou-se a justa causa como condição para o afastamento. Por outro lado, não foi mudado o requisito do inciso III, posto que deveras subjetivo.

Outra sugestão do Senador Valter Pereira, restituir ao Projeto dispositivo suprimido no substitutivo. Assunto: Inexigibilidade, afastamento dos membros do Conselho quando existir processo criminal condenatório, mesmo sem trânsito em julgado. Conclusão: Rejeitada. Justificativa da rejeição: A Constituição Federal e o próprio Regimento Interno do Senado Federal asseguram o direito à presunção de inocência. Ninguém pode ser considerado culpado antes da decisão transitada em julgado. Este assunto também foi objeto de debate, quando do Relatório do Senador Jarbas Vasconcelos, e acredita que o ponto que nós encontramos foi tratado no seu Relatório. Portanto, eu permaneço com as decisões tomadas.

Alternativas para o acatamento parcial. Sugestão da assessoria: Tornar possível o afastamento, em virtude da sentença não transitada em julgado. Esse é uma alternativa que se pode colocar, uma vez que o Senador Valter Pereira insiste que aqueles que tenham o processo, mesmo que não esteja transitado em julgado, ele seja afastado ou não seja... Não faça parte, como membro do Conselho de Ética.

Então, nós temos uma sugestão oferecida pela consultoria, nesse sentido: tornar possível o afastamento, em virtude da sentença não transitada em julgado, de duas formas: ou por meio da denúncia do Senador, ele próprio renunciaria a participar, ou mediante a participação de qualquer membro do colegiado.

Então, eu deixaria esse assunto para ser definido aqui entre os nossos pares. Essas eram as Emendas mais importantes e que...

(soa a campanha).

...Eu gostaria de saber da impressão de cada um dos senhores quanto a essas alterações. Procurei atender o maior número possível de Emendas, mesmo que não pudesse atender na íntegra, atendemos parcialmente, acatamos as sugestões daqueles que estiveram no Conselho de Ética, como o Senador Casagrande, que teve uma experiência recente, com a falta do Regimento, ele pôde, junto com o Senador Valadares, apresentar Emendas que foram aproveitadas no Relatório, na íntegra; aproveitamos a experiência de outros Senadores regimentalistas, juristas e de alguns juristas que convidamos para nos ajudar neste Relatório. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão o Relatório anual de Senadora Lúcia Vânia. Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior e, a seguir, ao líder, Senador Romero Jucá. E, como terceiro debatedor, o Vice-Presidente desta Comissão, o nobre

Senador Valter Pereira. Com a palavra, o nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Eu queria me pronunciar, fazendo aqui a menção devida ao trabalho da Senadora Lúcia Vânia, em cima também do trabalho do Senador Valter Pereira, um trabalho exaustivo de acolher o máximo de sugestões e com critérios extremamente positivos de aceitação ou de rejeição.

Então, eu gostaria de me pronunciar, apoiando o substitutivo da Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Senador Valter Pereira, autor da proposta, eu quero primeiro registrar a importância de nós estarmos aqui discutindo e aprovando o Regimento do Conselho de Ética. Essa era uma questão imprescindível, que faltava; gerou uma série de debates e até desencontros, no próprio Conselho, por falta da regulamentação e, portanto, eu quero aplaudir a iniciativa do Senador Valter Pereira e o excelente trabalho realizado pela Senadora Lúcia Vânia que, com paciência, com competência, ouviu a todos e ajustou a proposta. Eu mesmo discuti vários assuntos, praticamente todos, exceto um, foram acolhidos, e eu gostaria, Sr. Presidente, dizendo que quero discutir ainda o art. 19, que diz respeito à quebra de sigilo fiscal e bancário, mas, tirando esse aspecto específico, nós vamos apoiar o substitutivo porque ele, sem dúvida nenhuma, foi muito bem aprimorado pelo trabalho da Senadora Lúcia Vânia.

No que diz respeito ao artigo 19, a Senadora Lúcia Vânia já retirou a quebra de sigilo telefônico, mas manteve a quebra de sigilo bancário e fiscal na Comissão, indo ao Plenário. Isso equivale a transformar... Só quem tem esse poder são as CPI's. Isso equivale a transformar a Comissão de Ética numa CPI permanente. Não sei se isso é algo muito forte. Então, eu prefiro defender a retirada do art. 19 e que efetivamente a quebra de sigilo bancário e fiscal, se necessário, já que é uma matéria sigilosa, siga os trâmites normais hoje da Constituição.

Portanto, eu apresentarei um destaque para retirar todo o art. 19, mas, fora esse assunto, nós vamos acompanhar favoravelmente à matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Aloizio Mercadante. E a seguir... Aliás, ao Senador Valter Pereira. E, a seguir, ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Valter Pereira e, a seguir, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –

Bom, Sr. Presidente, inicialmente, eu quero reconhecer aqui a diligência que orientou o trabalho da Senadora Lúcia Vânia; a diligência, a competência e a paciência. Efetivamente, ela ouviu, teve paciência para ouvir a todos, aliás, é uma (interrupção no áudio) da eminente Senadora é a abertura para o debate. E ouviu os interessados, os Senadores, e, sobretudo, teve uma assessoria competente, que lhe deu a mão, com que ela debateu muito e chegou a um trabalho efetivamente primoroso. Melhorou o trabalho que tínhamos oferecido, a proposta que tínhamos oferecido a esta Comissão.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de colocar, todavia, em questão algumas mudanças que eu acho que esta Comissão deveria observar atentamente, já que o Conselho de Ética tem algumas características especiais e um forte componente político. A primeira... A primeira mudança que eu me permito divergir da eminente Relatora diz respeito ao art. 2º do Projeto original, que aparece no art. 3º do substitutivo da Senadora Lúcia Vânia. No art. 2º, § 3º, está prevista... Está previsto o prazo a partir do qual se configura a infração.

Então, diz aqui § 3º: “A representação e denúncia somente poderão abordar atos ou omissões ocorridos após a diplomação do Senador e seus respectivos suplentes. No substitutivo, a ilustre Parlamentar prevê que é durante o exercício do mandato do representado. Na verdade, Sr. Presidente, o nosso entendimento é de que o fato que muda substancialmente o Estado da pessoa que efetivamente lhe confere a representação popular é o da diplomação. A partir da diplomação, já começam a produzir, inclusive, os efeitos criminais perante o Supremo Tribunal Federal. O Supremo só pode processar um Parlamentar, aliás, só pode processar um determinado indivíduo, investido no mandato Parlamentar, antes da diplomação. Se ele não se diplomou, efetivamente, ele está sujeito. A partir do momento da sua diplomação, ele já pode ser processado. Se, para efeito de processo criminal, conta-se o prazo a partir da diplomação para lhe conferir as franquias e os benefícios da Constituição, esse deve ser também o marco que devemos estabelecer para que essas infrações sejam passíveis de apreciação por parte do Senado Federal.

Eu acho que acompanhar aquilo que está na Constituição, no que se refere aos aspectos criminais, seria uma medida que daria uma coerência muito maior para apreciação desses casos. A outra... O outro reparo que eu faço é com relação ao art. 3º do Projeto original. O substitutivo suprimiu esse art. 3º. E esse art. 3º fala da inexigibilidade para o Conselho. O que diz o art. 3º? “São ineligiáveis para integrar o Conselho

de Ética os Senadores que tiverem sido condenados, mesmo com a sentença não transitada em julgado, por prática de ato de improbidade, por prática de crime, por abuso do poder econômico ou por atos contrários à ética, em qualquer instância, inclusive, na esfera administrativa.

A ilustre Senadora argüi, para sustentar a sua... A supressão desse dispositivo, o princípio da presunção da inocência. Efetivamente, ela está laborando dentro de um princípio que é constitucional, que é legal, e que é reconhecido por todos nesta Casa. Todavia, nós não podemos perder de vista que o Conselho de Ética é um órgão que cumpre uma função extremamente delicada; ele cuida da conduta. Então, veja, Sr. Presidente, como é que reagiriam, por exemplo, aqueles analistas que acompanham os trabalhos desta Casa, e a própria opinião pública, vendo que o Conselho de Ética teria, na sua composição, alguém que, mesmo na instância singela, estivesse com uma sentença condenatória.

Aqui, na verdade, nós não estamos colocando em dúvida o mandato de quem vai compor o Conselho. Nós estamos colocando uma regra daquele que vai ser designado para julgar outros, que foram ou que estão sendo denunciados ou acusados de práticas. E não fica bem para o julgador, ele próprio estar respondendo.

Quando se coloca um dispositivo onde se exige que ele tenha, pelo menos, uma sentença condenatória, a fim de garantir essa lisura completa, essa retidão inquestionável, tem-se já um dispositivo que garante que existem ali sinais muito fortes de que o próprio não tenha a condição necessária para promover o julgamento de colegas acusados; só pode julgar alguém que esteja infringindo, pelo menos em tese, a conduta ética, aquele que está acima de qualquer suspeita, aquele que está acima de qualquer dúvida, aquele cuja conduta efetivamente não só parece, como efetivamente é irreparável.

E se existe já um sinal, se existe um indício, e ninguém pode negar que o indício mais forte do que uma sentença condenatória, mesmo em primeiro grau, é o mais forte de todos, que poderia colocar em dúvida essa capacidade de julgar. Nós não estamos aqui colocando em dúvida o mandato, direito adquirido, nada. O que nós estamos colocando em dúvida é se alguém que tem suspeita de um comportamento de improbidade, se ele pode ou não fazer o julgamento de seus colegas.

O outro dispositivo, Sr. Presidente, eu gostaria da atenção de todos os Srs. Senadores, diz respeito ao art. 13. O art. 13 do Projeto original, que também tem o mesmo número no substitutivo da Senadora Lúcia Vânia. De certa forma, a Senadora abrandou as con-

dições que estão sendo colocadas no art. 13. E essas condições, na verdade, não constituem nenhuma inovação porque elas já existem no Código de Processo Civil. Está no art. 273 do CPC. O art. 13 diz o seguinte. “Nos casos suscetíveis a perda de mandato, o Conselho poderá solicitar à Mesa do Senado Federal o afastamento provisório do Senador de seu cargo, em órgão diretivo da Casa, desde que exista verossimilhança da alegação de prática de ato incompatível com o decoro Parlamentar. 2) Prova material do fato imputado. 3) Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação à imagem do Senado Federal”.

A Senadora Lúcia Vânia embutiu o §3º, substituindo esses três requisitos por um apenas, vazado nos seguintes termos: “Nos demais casos, o pedido de afastamento deverá ser fundamentado e demonstrar a justa causa”. Eu acho que, de certa forma, está atendido. Mas, se ficasse, se persistisse a redação original, nós teríamos requisitos mais claros, mais objetivos para definir se deve ser aceita ou não a representação.

Com essas ponderações, eu abro, então, essa discussão para que seja melhor examinado, inclusive, eu peço que sejam votados em separado esses dispositivos, a fim de que cada um desses casos seja debatido separadamente. Com isso aqui, Sr. Presidente, eu encerro minha primeira intervenção.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, para discutir a matéria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, eu queria parabenizar a Relatora, dizer que eu me sinto... Sra. Relatora, eu queria basicamente agradecer; das 15 Emendas que nós apresentamos, 10 foram acolhidas. Queria parabenizar V.Exa., primeiro pelo diálogo, que sempre pautou seu mandato, e a consistência desse Relatório, que me parece muito grande em relação à definição de normas e procedimentos do Conselho de Ética.

Eu tenho uma Emenda, que eu gostaria de entender um pouco o pensamento de V.Exa. Eu não entendi por que separar o voto do Relator do Relatório. Quer dizer, primeiro apresenta o Relatório, que é público e depois o voto, que será sigiloso. Eu entendo que isso é uma peça articulada. É uma única... É um único elemento. Quer dizer, o Relatório, ele fundamenta o voto. Eu não entendi por que essa separação. Essa é uma das sugestões que eu tinha feito, que mantivesse como um todo articulado, e eu entendo que não há necessidade de nós separarmos.

A segunda ponderação que eu faço é que eu entendo... Eu só queria entender. A representação contra um Senador só pode ser feita por Presidente

de partido político? Por partido político. Não, porque hoje é assim.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não. Representação, por partido político. Mas a denúncia ao Conselho de Ética, contra qualquer Senador, pode ser feita por qualquer cidadão brasileiro.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ah tá. Está bom.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Já concluiu sua intervenção, nobre Senador? Concedo agora a palavra ao próximo Senador inscrito, que é o Álvaro Dias. Aliás, o último orador inscrito.

E acho que poderíamos depois iniciar o processo de votação, visto que há um aparente consenso, salvo numa matéria...

(soa a campainha).

E pediria ao nobre Senador Alvaro Dias que fosse conciso, posto que nós temos, depois, a sabatina de indicados para o TST. Com a palavra, o nobre Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, serei conciso, como pede V.Exa. Primeiramente agradecer aos Democratas, que me oferecem espaço nesta Comissão, uma vez que estive ausente durante todo esse período, em razão de ser membro da Mesa, e, por ser membro da Mesa, estava impossibilitado de pertencer às comissões. Com alteração procedida, com o Projeto de Resolução que possibilita a presença de membros da Mesa nas Comissões, retorno à Comissão de Constituição e Justiça, por gentileza e concessão do líder José Agripino, dos Democratas.

Eu quero louvar o trabalho da Senadora Lúcia Vânia, pelo competente Relatório que apresenta, sanando, sanando... Sr. Presidente...

(soa a campainha).

...O Relatório da Senadora Lúcia Vânia preenche lacunas que nos colocavam em situação de verdadeiro constrangimento, diante da opinião pública. Eu vou citar apenas um exemplo: Havia a jurisprudência firmada sobre a questão de fatos que antecedem ao exercício do mandato. O Supremo Tribunal Federal deliberou, firmou jurisprudência, de que fatos referentes a um período anterior ao exercício do mandato não seriam considerados para efeito de quebra de decoro Parlamentar.

Evidentemente, quem não é Parlamentar não tem como quebrar o decoro Parlamentar. Ainda ontem, uma representação, que não guardava relação com esta realidade, foi encaminhada à Mesa e arquivada. Representação com o Senador Eduardo Azeredo. Essa situação de constrangimento existe exatamente por-

que não há a exata compreensão para este fato. Com esse Relatório, com esta proposta de alteração da Resolução nº. 20, esse fato fica definitivamente posto nos devidos termos: Não há mais como estabelecer qualquer dúvida em relação ao comportamento adotado até aqui, em relação a essa questão.

Eu quero apenas informar que, na Reunião de ontem, da Mesa do Senado Federal, apresentou-se uma Emenda ao PRS nº. 37, e que significa alteração a esta proposta, também do Senador Valter Pereira. Diz respeito à representação oferecida por partido político. A alteração diz o seguinte: O art. 14 da Resolução do Senado Federal nº. 20, de 17 de março de 93, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 14: "A representação contra Senador, por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, será oferecida diretamente ao Conselho de Ética e Decoro PARLAMENTAR, pela Mesa ou por partido político com representação no Congresso Nacional".

Portanto, ao contrário do que ocorre hoje, as representações de partido político não serão encaminhadas à Mesa do Senado Federal. E sim, diretamente ao Conselho de Ética, encurtando a trajetória e evitando essa discussão que temos travado. Se a Mesa discute apenas formalidade, discute a admissibilidade ou não, ou se entra na questão de mérito.

Portanto, essa é uma alteração que nós sugerimos à Relatora, por tratar-se já de deliberação da Mesa do Senado Federal, na Reunião de ontem. Apenas essa alteração, Senadora Lúcia Vânia, é que eu apresento a V.Exa., para sua consideração, e também ao autor da proposta, o Senador Valter Pereira, porque já houve, na Reunião de ontem, essa deliberação da Mesa do Senado Federal.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e, mais uma vez, os nossos aplausos à Senadora Lúcia Vânia pela forma com que conduziu esse Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Encerrada a discussão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria que V.Exa. fosse breve porque estamos com...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Somente para encaminhar a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ah, sim. Então, deixa eu encerrar a discussão. Encerrada a discussão, vou ler os requerimentos de destaque, que devem preceder à votação. São três requerimentos de autoria do nobre Senador Valter Pereira, Autor do Projeto, que solicita que seja

feito destaque para votação em separado o §1º do art. 3º do substitutivo da Senadora Lúcia Vânia ao PRS nº. 38, o outro... E vou passar a S.Exa. a cópia do Requerimento de destaque; o segundo destaque é o § 3º do art. 13 do substitutivo da Senadora Lúcia Vânia ao PRS nº. 38/07, para restabelecer os incisos I, II e III do art. 13, afastando o § 3º do substitutivo. E o último Requerimento de destaque, do Senador Valter Pereira, diz respeito à votação em separado do art. 3º, que trata da inexigibilidade cogitada no art. 3º, para restabelecer o artigo suprimido pelo substitutivo.

Vou ler agora a única Emenda supressiva que foi apresentada. A única Emenda apresentada que, aliás, é supressiva, determinando que se suprima o art. 19, que dispõe o artigo, leia-se: 'Nos casos puníveis com a perda de mandato, o Conselho, em petição fundamentada, poderá solicitar à Mesa, em caráter de urgência que submeta ao Plenário do Senado, Requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do representado. Passo também às mãos de S.Exa., a nobre Relatora.

E concedo agora a palavra à Relatora, para proferir o seu parecer sobre os destaques e também sobre a única Emenda apresentada, que é de autoria do líder Romero Jucá.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Olha, em relação ao destaque do Senador Romero Jucá, eu gostaria de dizer que eu me baseei na lei do sigilo bancário. Mas não tenho, desde... Se o Plenário concordar, eu não tenho nada a me opor a esse destaque.

Em relação ao destaque do Senador Valter, eu já exaustivamente já conversei com ele. No que diz respeito à data da diplomação, até... Após a diplomação, eu simplesmente me baseei no Relatório do Senador Jarbas Vasconcelos, que já fez uma alteração no Código de Ética. E foi consensuado aqui, por todos, houve um debate enorme a respeito desse assunto e, por fim, chegamos à conclusão de que o ideal seria o que está aí no substitutivo, que é exatamente o que foi colocado na mudança do art. 14 e 15 do Código de Ética, Relatório feito pelo Senador Jarbas Vasconcelos.

Portanto, eu sou contra alterar qualquer modificação naquilo que já foi consensuado. Acho que é uma perda de tempo nós abrirmos este debate novamente, uma vez que já foi definido aqui, em menos de 30 dias.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – V.Exa. me permite um aparte? Nós poderíamos ir discutindo cada um dos destaques, Sr. Presidente? Porque aí eu vou fazendo algumas ponderações, por exemplo...

(soa a campainha).

No art. 2º, eu gostaria que todos prestassem atenção, que isso aqui é relevante. Veja o seguinte, no art. 2º, se persistir o Projeto original, onde se diz que “após a diplomação dos suplentes, que a representação poderá abordar omissões ocorridas após a diplomação”, com o substitutivo, nós vamos, na verdade, estender a outros mandatos. Isso aqui é muito arriscado porque, veja o seguinte, suponhamos que o Parlamentar tenha exercido o mandato de Vereador, há questão de 10 anos atrás ou 15 anos atrás e, de repente, ele é representado perante esse Conselho. Do jeito que está a redação, permite que aconteça isso, que ele seja punido aqui por um fato acontecido lá. Olha aqui o que é que diz: “Ocorridas durante o exercício de mandato do representado”.

Então... Do mandato... Acho que poderia, do mandato do representado. Agora, por que é que eu estou me atendo à questão da diplomação? Da diplomação, estou me atendo porque, veja o seguinte. Vamos prestar atenção no que diz a Constituição. Art. 53, § 2º: “Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante por crime inafiançável”. Nesse caso, os altos serão remetidos, dentro de 24 horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. Ora, se a Constituição está garantindo uma prerrogativa que protege a liberdade perante o Supremo Tribunal Federal, por que é que ele também não assume essa obrigação? A obrigação de estar completamente livre de qualquer problema cometido após a diplomação?

Então, se existem direitos, existem obrigações. Se existe o direito de... Se existe a proteção para o seu mandato, a partir da diplomação, não se justifica que ele fique isento também das penalidades a partir da diplomação. Então, esse que é o fundamento constitucional que eu invoco. É uma analogia, que eu acho que deveria ser aplicada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valter Pereira, eu encareceria a V.Exa. que já se manifestasse sobre os três destaques, para que nós possamos, então, encerrar esse procedimento e possamos apreciar a Emenda supressiva...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu acho que...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Presidente, eu gostaria de dar uma resposta a esse aí. Eu quero dizer que eu, pessoalmente, não tenho nenhuma objeção, desde que o Plenário se sinta a vontade em rediscutir o assunto, porque já foi alterada, no Código de Ética, a questão de 30 dias. Eu simplesmente reproduzi. Agora, se o Plenário entender que deva abrir

a discussão novamente, eu não tenho nada a impedir isso, a me...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Tem a palavra S.Exa. para comentar os dois outros, os demais destaques.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu acho que esses dois primeiros são mais ou menos correlatos. Esse terceiro destaque aqui, nós distribuimos aqui a redação, e é uma questão só de redação. Na versão original, eu acredito que dá uma margem de segurança maior porque estabelece objetivamente os casos em que são admitidas as representações. Tem que haver a verossimilhança da alegação da prática de ato incompatível com o decoro Parlamentar. Não é uma mera alegação, Não é um conceito de subjetivo. Tem que... Se não houver a verossimilhança, tem que haver a prova material. Se não houver nenhum dos dois, que haja o fundado receio de dano à imagem do Senado.

Então, são condições objetivas, são requisitos objetivos, que eu acho que só dão mais segurança para o caso de representação.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em relação...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então, os senhores... As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos em destaque, permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora vou, antes de submeter à votação dos três pedidos de destaque, eu gostaria de pôr em votação o parecer da Senadora Lúcia Vânia, favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, ressalvados os destaques.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E a Emenda supressiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E aí, vamos discutir a Emenda supressiva. Concedo a... Em votação o parecer da Senadora Lúcia Vânia, ressalvados os destaques. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos agora apreciar os três destaques e, a seguir, a Emenda supressiva do nobre Senador Romero Jucá.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Olha, em relação ao... Poderia responder o ponto? Senador Valter, em relação a esse último destaque, o terceiro, eu só não acatei a Emenda porque a consultoria entendeu que a técnica Legislativa, como está aí, seria mais sintética e mais própria. Agora, eu não tenho nada a me opor, a especificar. Eu simplesmente bus-

quei aquilo que entendíamos ser mais correto e mais sintético para poder transmitir isso aqui.

E a justificativa de justa causa, ela é semelhante à ação penal, uma vez que a verossimilhança à prova material, o receio de dano irreparável, que o Senador trouxe do Processo Civil, não são recomendadas ao processo disciplinar. Essa é a visão que a consultoria tem. No entanto, eu não teria nenhuma dificuldade em acatar o seu destaque.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou submeter... Vamos, então, votar o primeiro destaque. O primeiro destaque foi feito para votação em separado ao § 3º do art. 13 do substitutivo. As Sras. e Srs. Senadores...

(soa a campanha).

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, art. 3º ou art. 2º? Primeiro destaque é art. 2º, pelo menos por aqui. Se for o artigo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Ah, substitutivo é terceiro, está certo. Não, nós vamos votar o texto da Senadora Lúcia Vânia. Ele pediu para votar em separado o texto para poder debater e poder derrotar. Quem for...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois é. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o § 3º do art. 13 do substitutivo da Senadora Lúcia Vânia, permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, só uma questão que foi levantada pelo Senador Valter Pereira, no texto da Senadora Lúcia Vânia, está: “durante o exercício de mandato do representado”. Se trocasse o “de” por “do mandato do representado”, resolveria o problema, ficaria “do mandato”. Eu acho que talvez pudesse desfazer essa...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Aliás, foi a única modificação que eu fiz, e poderia voltar ao invés de “de” a “do” mandato...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em votação. As senhoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontra. O destaque... O destaque deixa de ser apreciado, por haver ocorrido um acordo da Relatora com os demais membros da Comissão. Agora, o segundo destaque...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, tem um detalhe aqui, no art. 2º, eu gostaria de chamar atenção que, à vezes, é um fato muito sutil, que passa desapercibido. No

Projeto original, refere-se a “após a diplomação do Senador e seus respectivos suplentes”. No substitutivo, não alcança os suplentes...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Só se tiver em exercício. Porque se o suplente, se ele está em exercício, não está como Parlamentar, ele não está exercendo o mandato.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Exatamente, ele não está em exercício; uma vez que está em exercício, ele é Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Uma expectativa de mandato

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas, veja o seguinte...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Ele tem a perspectiva. Senador, me permita, ele tem a perspectiva de vir a ser Senador. Perspectiva. Quem está na perspectiva de ser Senador não pode ser julgado. Ele está no exercício pleno do mandato.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas eu argüi aqui, eu argüi aqui, Senador ACV, o art. 53 da Constituição, onde se lê claramente que, “desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos, em 24 horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão”.

Ora, o comando constitucional é claro em reconhecer que, a partir do momento que houve a diplomação como suplente...

(soa a campanha).

Porque o suplente é diplomado, a partir deste momento...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador, mas nós não acatamos “desde a diplomação”.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Como?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nós não acatamos o seu destaque, “desde a diplomação”. Nós acatamos o parecer do Senador Jarbas, que é “desde a posse”.

(soa a campanha).

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pois é. Eu acho que se alcançasse desde a diplomação, nós daríamos uma segurança maior ao Senado, à imagem do Senado. Eu acho que é incorreto fugir de um comando constitucional que estabelece uma diretriz. A diretriz, o fato gerador de um mandato está aqui na diplomação...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A diplomação apenas confere a eleição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas não é isso que diz a Constituição. Ele foi eleito...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E a diplomação confirma, perante a Justiça Federal, a sua eleição...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não, mas aqui...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a perspectiva de vir a assumir o mandato, caso ele tenha direito...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Presidente. Sr. Presidente...

(soa a campanha).

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas o comando constitucional não labora nessa direção. O comando constitucional diz claramente que é após a diplomação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas fala em membros. V.Exa. falou: “membros do Congresso”. Membros. O suplente não é membro do Congresso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas é diplomado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas ele não é membro.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra, como apartando ao Senador Valter Pereira, ao Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, está em maioria, mas quero registrar em Ata que lamento muito isso. Parece-me, com o devido respeito por todos, que o Senador Valter Pereira tem razão. A todos os direitos correspondem deveres; se ele tem direitos, prerrogativas e adicionadores, inclusive de se, ao ser preso, ser solicitado, ser comunicado o fato ao Senado, ele já deveria ter deveres também de Senador. Com certeza. Neste país é assim, Sr. Presidente. Sabe quantas vezes a palavra “direitos” existe na Constituição Federal? Talvez os Senadores aqui não saibam. 74 vezes. Sabe quantas vezes existe a palavra deveres? Quatro apenas.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ponho agora o destaque, o segundo destaque, em votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu quero discutir o segundo destaque, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, pelo Regimento, eu quero dizer ao nobre líder só quem pode...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Então, eu quero encaminhar à votação. Apenas fazer um

registro. Eu vou encaminhar, mantendo o texto da Senadora Lúcia Vânia, porque eu acho que o art. 3º do dispositivo, que o Senador Valter Pereira quer votar, ele é muito draconiano. Ele diz, inclusive, que um Senador que, no passado, tenha, na esfera administrativa, tendo algum tipo de problema, não pode fazer parte do Conselho de Ética. Eu acho que os procedimentos têm que ser transitados em julgado. Os procedimentos têm que ser apurados. Uma esfera administrativa, num determinado momento do passado, não pode efetivamente macular toda uma possibilidade de carreira política, principalmente se não ficar provado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não é carreira política. É o Conselho de Ética. Nós não estamos cassando mandato de ninguém.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Você está tolhendo o mandato de determinados Senadores que, eventualmente, no passado, possam ter tido algum tipo de problema e provado que efetivamente...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não, aí tem que ter uma sentença...

(soa a campanha).

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – De primeiro grau. Claro...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – O texto diz o seguinte: “São inelegíveis para integrar o Conselho de Ética os Senadores que tiverem sido condenados, mesmo com sentença não transitado em julgado, por prática de ato de improbidade, por prática de crime, por prática de abuso de poder econômico”, que efetivamente é ação eleitoral que, em toda campanha, campeia contra todo mundo, em todos os fóruns, “ou por atos contrários à ética, em qualquer instância, inclusive na esfera administrativa”. Quer dizer, isso é um negócio...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em votação a matéria. As Sras. e Srs. Senadores que são favoráveis a que se mantenha o texto da Relatora, permaneçam como se encontram. O voto foi aprovado, com o voto divergente do Senador Valter Pereira.

Vou passar agora à votação do terceiro e último destaque.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Presidente, V.Exa. pediu que todos se mantivessem aprovando o texto da Relatora. Então, está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O terceiro destaque é ao art. 3º, que trata da inelegibilidade para restabelecer o artigo suprimido pelo substitutivo. O art. 3º.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Qual é o texto? Art. 3º do...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – É o art. 3º do substitutivo. Ele propõe, no Projeto original, ele especifica algumas razões para se considerar a admissibilidade da denúncia ou da representação. Esse destaque, eu não vejo nenhuma dificuldade em acatar o texto do autor do Projeto; eu só procurei adequar, dentro da técnica Legislativa, e amparado na lei, que me permite isso. No entanto, não é uma coisa que venha a alterar o mérito da questão. Portanto, eu não tenho nenhuma objeção, a não ser que o Plenário tenha.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Nós vamos acompanhar o Senador Valter Pereira, até para não ficar contra tudo, em homenagem... Menos à técnica Legislativa e mais ao espírito dele de regulamentar essa questão, que foi importante.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não, mas V.Exa. acompanhou no principal...
(soa a campanha).

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Que é no Regimento Interno. Eu acho que o regulamento é importante.

(soa a campanha).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora, eu gostaria de colocar em votação a matéria, fazer uma observação que acho oportuna. É que o nobre Senador Valter Pereira, quando apresentou o destaque, ele mencionou o art. 3º. E, na realidade, se tratava do art. 13º. Por isso que a Mesa não pôde atender prontamente a solicitação do Senador Jefferson Péres. Mas, de toda maneira, eu acho que está esclarecida a questão...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, Sr. Presidente...
(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É sobre essa questão. Na verdade, a Relatora procurou melhorar a redação do art. 13, sem, de maneira nenhuma, interferir na questão principal, abordada pelo Senador, autor da matéria, Senador Valter Pereira.

A redação da Senadora, da Relatora, a meu ver, ela é mais clara. Ela explica, com maior precisão, como o Conselho de Ética deverá atuar no caso da instauração de processo contra Senador. Eu vou ler apenas o que ela escreveu. “Nos casos suscetíveis à perda de mandato, o Relator, concluindo pela instauração do processo, deverá apresentar, no Relatório preliminar, que será submetido à deliberação do Conselho, a manifestação sobre a necessidade ou não do afastamento

do representado, no cargo dirigente, em Comissão ou na Mesa, que eventualmente exerça”.

Quer dizer, ela é mais extensiva, mais explicativa. Só isso... Do que a redação do Senador Valter Pereira. Nos casos suscetíveis à perda de mandato, o Conselho poderá solicitar à Mesa do Senado o afastamento provisório do Senador representado de seu cargo em órgão diretivo da Casa-
(soa a campanha).

Quer dizer, é só o cabeçalho que é mais preciso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares e vou submeter a voto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Gostaria só de fazer um esclarecimento ao Senador Antonio Carlos. O cabeçalho está correto, está redondo, dos dois. A única mudança que eu propus foi que os requisitos sejam esses, primeiro, verossimilhança, segundo, prova material e terceiro, fundado receio...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas continua. Continuam esses requisitos...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não. Ali está: ser fundamentado e demonstrar sua justa causa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Continuam esses requisitos, desde quando ela colocou em reticências...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não, V.Exa. está cometendo um equívoco...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não continua, Relatora? Todos os requisitos que V.Exa. apontou, ela aprovou.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu não teria nenhuma objeção, uma vez que o Senador Valter é o autor do Projeto. Então, eu acho que seria até uma homenagem a ele, uma vez que não altera absolutamente nada no conteúdo. Um acordo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).
(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Há um parecer favorável da Relatora e, conseqüentemente, eu consulto as Sras. e Srs. Senadores se estão de acordo com o parecer da Relatora. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, considero aprovado o referido destaque. E concedo agora a palavra para...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu só faço...
(soa a campanha).

Um reparo, a minha dúvida é puramente de redação, é “suscetíveis à perda de mandato”. Seria bom dar... Esse “a” aí...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Suscetível de perda... V.Exa. tem total razão e, na redação final, já podemos cogitar dessa correção. E concedo a palavra agora, para discutir, a única Emenda, que é uma Emenda supressiva, de autoria do nobre Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, registrar que o art. 19 prevê a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal do representado, através de pedido do Conselho de Ética ao Plenário. Eu acho que essa é uma medida muito forte. É uma medida que transforma o Conselho de Ética, que tem que fazer uma análise especificamente da ética e da questão política, numa possível até Delegacia de Polícia, numa CPI permanente. Eu acho que eu proponho a retirada do art. 19, que se mantenha o texto constitucional, “quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico”, segue normalmente o que determina a Constituição. Portanto, o pleito é para a retirada do art. 19.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concedo a palavra à Relatora, que vai emitir o seu parecer à Emenda 24, que é objeto da Emenda supressiva do nobre Senador Romero Jucá.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Olha, o meu objetivo era dar mais consistência ao Conselho. Agora, não tenho nada a me opor, desde que o Plenário concorde a Emenda seja suprimida. Eu não tenho nenhuma objeção em relação a isso.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O parecer da Relatora é... Não se opõe a que seja acolhida a referida Emenda. Consulto o Plenário se as Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Encerrada a discussão da matéria.

Ponho agora em... Já que encerramos a votação da matéria, eu passo agora ao item nº. 04. E quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, pelo Relatório que apresentou, e passo, como disse, ao Item 04: “Trata-se do Projeto de Lei da Câmara 75/2007, cujo Relator é o Senador Valdir Raupp, líder do PMDB, e a autoria é da Presidência da República. O parecer do Relator é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica Legislativa, no mérito, pela sua aprovação”.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proceder à leitura do seu parecer. Antes, devo, mais uma vez, lembrar que, a seguir, vamos ter a sabatina dos três magistrados indicados para a composição de

vagas existentes do Tribunal Superior Eleitoral. Com a palavra, o nobre Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame dessa Comissão o PLC nº. 75/2007, de autoria do Presidente da República e oriundo da Câmara dos Deputados, instituindo custas judiciais devidas à União, cujos valores e hipóteses de incidência encontram-se previstos nas tabelas existentes nos seus anexos, que tenham por fato gerador a prestação de serviço público de natureza forense, nos processos de competência originária recursal, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça do STJ.

Originalmente, o Projeto outorgava poderes ao Presidente do STJ para, anualmente, mediante ato próprio, rever os valores das custas, de modo a preservar seus valores reais. No entanto, após a aprovação da Emenda na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, posteriormente ratificada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, daquela Casa, propôs-se alteração no texto do Projeto, de modo que os valores das custas deverão ser corrigidos anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Em seguida, o Projeto esclarece que a cobrança das custas que prevê não exclui as despesas estabelecidas em Legislação processual específica, inclusive, o porte de remessa e retorno dos autos. Em outro aspecto, além de estabelecer o modo pelo qual o recolhimento das custas deverá ser feito, também preceitua que, exceto nos casos de isenção legal, não serão realizadas distribuições de feitos, nem a prática de atos processuais, como o pagamento do respectivo preparo, salvo os atos ordenados de ofício pelo Relator.

Eu perguntaria se todas as Sras. e Srs. Senadores concordassem, eu já poderia ir direto ao voto, se já tiveram conhecimento dessa matéria. “(interrupção no áudio) seja no que diz respeito à sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica Legislativa ou redação. Destaca-se que o artigo 24, § 4º da Constituição Federal atribui competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal pela Legislação, consequentemente sobre custas de serviços forenses”. Do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, consideramos o PLC nº. 75/2007 louvável no mérito, opinando, ainda, pela sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica Legislativa, razão pela qual merece ser aprovado por essa Comissão.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão. Não havendo quem deseje discutir, vou encerrar a discussão e submeter a votos.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

(soa a campanha).

Antes de iniciarmos a sabatina dos indicados para o Tribunal Superior do Trabalho, vou, em função de solicitações feitas, colocar, extrapauta, o Projeto de Resolução nº. 43, de autoria do nobre Senador Tião Viana, que “altera o Regimento Interno do Senado para dispor sobre o processo de apresentação, de tramitação e de aprovação de Projetos de lei de consolidação”. Trata-se de matéria que eu considero, perdoe-me expender uma opinião sobre esse assunto, estando na Presidência, considero muito importante, porque ajuda a fazer com que nós reduzamos esse chorrilho de leis que há no Brasil. E as técnicas de consolidação têm sido bem sucedidas no mundo todo, e o Brasil não pode ficar estranho a esse procedimento, que tem dado resultados tão positivos para a segurança jurídica de nosso país e, conseqüentemente, para o melhor desfrute da cidadania.

Como S.Exa. o Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, se encontra em missão do Senado em seu Estado, conforme ofício que dirigiu à Presidência do Senado, eu concedo a palavra para relatar *ad hoc* ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, a própria apresentação do Projeto do Senador Tião Viana, modificando... Apresentando Projeto de Resolução, em que o Senador Mozarildo Cavalcanti seria Relator, e não podendo comparecer à Reunião de hoje, V.Exa. me designa para oferecer o parecer, eu mantenho o parecer do Senador Mozarildo, que é favorável à matéria, faço minhas as palavras de V.Exa., como Presidente da Comissão, que fala, sobretudo, da oportunidade de se votar, de se atualizarem as questões da Casa, do Senado Federal. De forma que voto... O voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Resolução nº. 43/2007 e, no mérito, pela sua aprovação.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O parecer do Relator da matéria, nobre Senador Jarbas Vasconcelos, é favorável à aprovação da proposição, por considerá-lo constitucional, jurídico e merecedor também de acolhida regimental. E, no mérito, S.Exa. opina pela sua aprovação. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

(soa a campanha).

A matéria agora vai ao Plenário. Primeiro, à Mesa Diretora, para quem eu submeto posteriormente ao Plenário do Senado.

Vou agora iniciar uma outra etapa da nossa Reunião e dizer que o primeiro... Que vou convidar, em primeiro lugar, para a sabatina, o magistrado Márcio Eurico Vital Amaro. E estou dando prioridade a S. Exa. por haver perdido sua mãe na madrugada de hoje e necessita embarcar para o seu Estado, o Estado do Mato Grosso, para poder apresentar... Para poder estar presente ao sepultamento da senhora sua mãe. Então, eu solicitaria ao nobre Senador Eduardo Suplicy e Eduardo Azeredo que o introduzam aqui na sala, para que nós possamos fazer a oitiva de S.Exa.

(soa a campanha).

O Relator da matéria é o nobre Senador Valter Pereira. Eu gostaria que S.Exa. viesse à Mesa para proferir o parecer. A seguir, vamos ouvir o Dr. Walmir Oliveira da Costa, cujo Relator, Senador Romero Jucá e, finalmente, vamos ouvir o Dr. Maurício José Godinho Delgado, cujo Relator é o nobre Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Relator da matéria. Concedo a palavra ao nobre Senador Valter Pereira, que já se encontra habilitado a proferir o seu parecer. E, a seguir, vamos ouvir o Dr. Márcio Amaro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Senadores, em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. a distinção de ter-me designado para relatar a indicação do Dr. Márcio Eurico Vitral Amaro, já que se trata de um Magistrado do meu Estado, figura largamente conhecida e muito estimada pela sociedade de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul.

E quero também associar-me à tristeza que hoje o acomete, em razão do passamento de sua querida mãe, que foi noticiado quando ele já estava aqui em Brasília, aguardando o cumprimento desse ritual imposto pela Constituição, de comparecer aqui para esta sabatina.

Em cumprimento... Passo a relatar, Sr. Presidente. “Em cumprimento ao art. 52, inciso III, “a” e ao art. 111-A, ambos da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República, por meio da mensagem acima ementada, submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Dr. Márcio Eurico Vitral Amaro, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região do Estado do Mato Grosso do Sul, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

O indicado é brasileiro, nascido no dia 27 de junho de 52, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Formou-se em Direito, em 1980, pela Universidade Católica de Minas Gerais. Ingressou no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Brasília, Distrito Federal, por meio de concurso público, tendo sido nomeado para o

cargo de Juiz do Trabalho substituo, em 1987; promovido, por merecimento, em dezembro de 89, passou a exercer o cargo de Juiz Presidente da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá, Mato Grosso, tendo exercido, ainda, a Presidência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Nova Andradina, Dourados, ambos de Mato Grosso do Sul, Brasília, Distrito Federal e Aquidauana, do meu Estado.

Promovido pelo critério de merecimento para exercer o cargo de Juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede em Campo Grande-MS, tomou posse em 07 de janeiro de 1993, em Sessão preparatória de instalação daquele Tribunal. No dia 08 de janeiro de 93, foi empossado no cargo de Presidente do TRT da 24ª Região, para o biênio 93/94. Portanto, o indicado, além de ser um dos membros mais antigos, foi o primeiro Presidente do TRT da 24ª Região, com sede em Campo Grande. Foi convocado para atuar no Tribunal Superior do Trabalho, nos períodos compreendidos entre fevereiro e dezembro de 98 e agosto de 2002 a junho de 2003.

Na sua vasta carreira profissional, vale destacar, ainda, as atuações do indicado como assessor da Presidência do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, de 78 a 81; advogado trabalhista, de 1980 a 1987; instrutor do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa, entre 81 e 82; Professor do Centro de Ensino Unificado de Brasília, UNICEUB, em nível de pós-graduação, em 1991; Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2006; Vice-Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 24ª Região – AMATRA-24, no biênio 97/98; Diretor do Conselho Executivo da Escola Superior da Magistratura do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, no biênio 2001/2002; integrante de diversas comissões de concursos para provimento de cargos de Juiz do Trabalho, de reestruturação e criação de novas Varas do Trabalho, do Regimento Interno do TRT da 24ª Região, e de acompanhamento do estágio probatório dos Juízes substitutos do Tribunal.

Participou também, como palestrante, debatedor, expositor conferencista e coordenador, em vários seminários, painéis e cursos na área do Direito. Atualmente, é Desembargador Federal do Trabalho e preside a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª região. Trata-se de indicação elogiável, não só pelas suas qualidades técnicas, mas também porque prestigia a representação federativa, que há tempos veio defendendo nesta Comissão e nesta Casa. É que não há e nunca houve, nem no Supremo Tribunal Federal, nem no Superior Tribunal de Justiça, nem no Tribunal Superior do Trabalho, nem no Tribunal Superior Eleitoral ou

no Superior Tribunal Militar, um membro originário do Estado que tanto me honra representar nesta Casa, o pujante Estado de Mato Grosso do Sul.

Aliás, em Mato Grosso do Sul, o sentimento não é diferente. Tanto é verdade, que todas as forças políticas do Estado se mobilizaram em favor do indicado. Eis que agora, pouco mais de dois meses depois de ter feito tal ponderação, a indicação do Dr. Márcio Eurico Vitral Amaro começa a corrigir essas distorções, pois, uma vez aprovada, finalmente um representante de um Tribunal de Mato Grosso do Sul integrará a mais alta Corte trabalhista.

Embora originário de Minas Gerais, o indicado desenvolveu plenamente suas potencialidades no campo do Direito do Trabalho e constituiu grande parte de sua carreira em Mato Grosso do Sul. Além de sua qualificação técnica, acredito que o indicado reúne condições pessoais e morais para ocupar o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Profissional conciliador, cortês, firme, disciplinado, zeloso, respeitoso, de fino trato com os colegas, com os advogados, com os funcionários, com os jurisdicionados, enfim, um verdadeiro Magistrado.

Diante do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação presidencial. Está, portanto, concluído o meu Relatório, Sr. Presidente. Nosso voto é favorável.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – O voto do Relator da matéria, nobre Senador Valter Pereira, é favorável à aprovação do indicado. E agora concedo a palavra ao Dr. Márcio Amaro para fazer a sua exposição. Com a palavra, portanto, o Dr. Márcio Amaro.

(soa a campanha).

DR. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

– Obrigada. Exmo. Sr. Senador Marco Maciel, digno Presidente desta Egrégia Comissão. Excelentíssimos Senadores que compõem essa Egrégia Comissão, senhoras e senhores, embora seja esta uma experiência esperada e mesmo ansiada, depois de tudo que passamos para chegar até aqui, é difícil evitar, neste momento, uma gama desencontrada de sentimentos. Todos eles, contudo, sobrepujados, sobretudo agora, pela emoção. É que nunca, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nem nos meus sonhos mais dele delirantes, pude supor que um dia teria a honra de apresentar-me perante o Senado do meu país, visando ao provimento de um alto cargo na hierarquia do Judiciário brasileiro.

Perdoem-me, pois, se essa emoção, sobretudo agora, obnubilar de algum modo a clareza que se

espera da minha exposição. E permitam que eu, sem embargo disso, me dê a conhecer.

Ingressei, como ressaltado pelo eminente Senador Valter Pereira, em seu Relatório, na Magistratura do Trabalho, no dia 21 de setembro de 1987; há 20 anos, portanto. Tendo prestado concurso público perante o TRT da 10ª Região, com sede em Brasília. Na época, a jurisdição do TRT da 10ª Região abrangia, além do Distrito Federal, os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o que permitiu que eu, como Juiz substituto e depois como titular, atuasse em diversos pontos dessa diversificadíssima região, adquirindo uma experiência que considero valiosa para minha carreira de Juiz.

Com a criação, em fins de 1982, do TRT da 24ª Região, em Mato Grosso do Sul, por desmembramento do TRT da 10ª Região, foi promovido, por merecimento, para o novo Tribunal. Em ato contínuo, eleito por meus pares para presidi-lo em seu primeiro biênio de existência, em 1993 e 94. Fui, portanto, o Juiz instalador do TRT da 24ª Região, na qual até aqui permaneço. Sinto orgulho em dizer, senhores e senhoras, sem falta modéstia, que contribuí para imprimir, naquele Tribunal, a marca da austeridade e do respeito à coisa pública. Apanágios que, a par da presteza e qualidade de seus julgamentos, fizeram com que o Tribunal granjeasse o respeito dos jurisdicionados e de toda a comunidade jurídica de Mato Grosso do Sul, como o pode testemunhar e testemunhou o eminente Senador Valter Pereira.

Esse bom nome do Tribunal reverberou, inclusive no TST, como provam as sucessivas convocações de seus juízes para atuarem naquela colenda Corte, como também já agora, a minha inclusão em lista para provimento do cargo de Ministro. É com base, portanto, na minha já larga experiência de muito trabalho na Magistratura do Trabalho, que tenho a honra de submeter meu nome a V. Exas., o que faço com humildade pessoal, mas com sereno orgulho profissional de que não estou postulando uma sinecura qualquer. Antes, prontificando-me não apenas a contribuir com o TST para a solução de milhares de processos que ali aguardam julgamento, como também me prontificando a participar ativamente, como Juiz e cidadão, para a discussão de grandes temas que envolvem a questão trabalhista em nosso país. Muito obrigado.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Acabamos de ouvir a manifestação do Dr. Márcio Amaro, e o Senador Eduardo Suplicy deseja fazer uma manifestação. Concedo a palavra a V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria, então, primeiro, de transmitir ao Dr. Márcio

Eurico Amaro, meus sentimentos pelo falecimento da senhora sua mãe, mas, mesmo nessa situação que, obviamente, V.Exa. precisa se deslocar para a cidade onde ela se encontra, em Mato Grosso do Sul, avalio que seria importante que nós aqui fizéssemos as perguntas relativas à sua designação para o Tribunal Superior do Trabalho.

Qual é a posição de V.Exa. sobre o veto presidencial que, de alguma forma, inibe a atuação do Fiscal do Trabalho, a Emenda 03, da Super-Receita? Vou fazer três perguntas. Na sua avaliação, o processo de trabalho necessita de reformas? Que sugestões teria? No que diz respeito à reforma sindical, que foi objeto de votação recente, na Câmara dos Deputados, e que veio para o Senado, portanto, nós Senadores deveremos estar votando a Legislação sobre a reforma sindical, qual é a posição de V.Exa., qual é a sua visão sobre a importância da pluralidade sindical e sobre a contribuição sindical obrigatória, que é um dos temas muito debatidos e avalio que será importante que nós possamos conhecer a sua análise a respeito? Obrigado.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, o Dr. Márcio Amaro.

DR. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO – Eu considero, Senador Suplicy, que o Direito do Trabalho é apenas um ramo das Ciências Sociais, que não pode... Vejo assim, não pode ser analisado de forma estanque, como ciência social que é. Nós temos graves problemas nesse país, ninguém melhor que V.Exa. sabe disso, e o grande problema, e eu sei que é caro a V.Exa. também, é o problema da distribuição de renda. Esse é o grande problema do Brasil.

Então, tudo que venha, em termos de reforma, que não tenha, como postulado corrigir essa distorção que nós temos no país, venha apenas para engrossar os incontáveis códigos, os incontáveis compêndios que nós temos... Mas, objetivamente, Senador, eu acho que qualquer reforma que se queira fazer nesse terreno deve passar primeiro pela reforma sindical. Essa é a mais importante. Não há como se fazer uma reforma trabalhista sem se reformar a estrutura sindical. E eu sou pela pluralidade sindical. Acho que é um sistema mais democrático, e que possibilitaria o exercício pleno da liberdade sindical. Não sei se respondi a contento a todas as questões, mas, basicamente, esse é meu ponto de vista.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Convido agora o...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Valter Pereira deseja também se manifestar novamente sobre a indicação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu queria apenas fazer um registro, Sr. Presidente. Como eu disse no Relatório, as forças políticas do Estado de Mato Grosso do Sul se mobilizaram, todas unidas em favor da indicação do Dr. Márcio, do Desembargador Márcio, para o Ministério. Mas, aqui, confesso a V.Exa., que tomei uma iniciativa: Levei o indicado para uma audiência com o Ministro da Justiça, onde sustentei, perante aquela autoridade, que o pacto federativo não estava sendo observado nessas indicações e consultei o Ministro a emprestar o seu apoio na indicação do ilustre Desembargador Amaro... Márcio Amaro.

Então, pela primeira vez ocorreu a indicação de um sul-mato-grossense para esse alto posto. E acredito que a palavra do Ministro deve ter repercutido favoravelmente e pode ter contribuído para essa indicação. Eu não poderia deixar de fazer esse registro por uma questão de justiça.

DR. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO – Muito obrigado, muito obrigado.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria agora de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá, para apresentar seu Relatório sobre a indicação do Dr. Waldir Oliveira da Costa para o Tribunal Superior do Trabalho. Com a palavra, S.Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Convido S.Exa. para que venha à Mesa para proferir o seu Relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores indicados. Sr. Presidente, o Presidente da República indicou ao Senado o nome do Dr. Waldir Oliveira da Costa, Juiz do Tribunal Regional da 8ª Região do Estado do Pará e do Amapá, para compor o Tribunal Superior do Trabalho. E é com muita satisfação que relato a indicação do Dr. Waldir, primeiro pelas qualidades, pelo currículo, pela história, pela experiência, e também pela visão amazônica(F), tão necessária, da integração nacional. Nós acabamos de ouvir o relato de um representante do Mato Grosso do Sul, agora estamos encaminhando representação do norte, através de um indicado do Estado do Pará e do Amapá, e isso mostra a complexidade do Brasil e a importância do processo federativo.

O indicado é brasileiro, formado pela Universidade Federal do Pará, e Mestre em Direito Público. Desde 1989, atua no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Atua como Juiz convocado para compor o Tribunal Regional do Trabalho; foi promovido por critério de merecimento para o cargo de Juiz togado e convocado diversas vezes para atuar no Tribunal Superior do Trabalho, no período entre 2000 e 2007. Antes disso, na sua vida profissional, atuou no CNPq, no Museu Paraense Emílio Goeldi, foi Presidente e Vice-Presidente da AMATRA, e lecionou em diversos cursos jurídicos.

Portanto, para ser sucinto e para ser rápido, nós estamos dando parecer favorável, por todas as condições que o Dr. Waldir preenche, nos quesitos de conhecimento, de moralidade, de história, de currículo, desejando a ele uma aprovação tranquila no Senado e a certeza de que honrará o Brasil e a Região Norte no Tribunal Superior do Trabalho. O voto é favorável, Sr. Presidente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Relator da matéria, o Senador Romero Jucá, ofereceu parecer favorável à indicação do Dr. Waldir Oliveira da Costa. Antes de ouvir a exposição do indicado, eu gostaria de registrar, por oportuno, que se encontram presentes nesta Casa o Dr. Luiz Antonio Camargo de Mello, Subprocurador Geral do Ministério Público do Trabalho, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que compreende os Estados do Pará e do Amapá; o desembargador Nilton Augusto de Brito Nobre, que integra também o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, do Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho; do Dr. Cláudio, Presidente da ANAMATRA, como se sabe Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. E, finalmente, gostaria também de referir que está presente também o Presidente da nossa Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Sebastião Vieira Caixeta, acompanhado da Sra. Juliana Vignolli, que é Vice-Presidente da referida associação, isto é, da ANPT. Concedo, pois, a palavra...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de conceder a palavra ao indicado, Dr. Waldir Oliveira da Costa, eu concedo a palavra, para uma breve manifestação, ao nobre Senador Flexa Ribeiro, representante do Estado do Pará aqui no Senado Federal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só para registrar também a presença, junto com o Desem-

bargador Nilton Nobre, do Desembargador Leonardo Tavares, do Tribunal de Justiça do Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço a contribuição que V.Exa. presta à Mesa e quero manifestar, assim, o nosso regozijo em ver presentes, aqui nesta Casa, membros da Justiça do Trabalho. E concedo, pois, a palavra ao Dr. Walmir Oliveira da Costa, para se manifestar a respeito da indicação.

DR. WALMIR OLIVEIRA DA COSTA – Obrigado, Sr. Presidente. Excelentíssimo Sr. Senador Marco Maciel, digníssimo Presidente da Egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Exmo. Senador Valter Pereira, digno Vice-Presidente da CCJ, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Magistrados, Srs. Advogados, demais autoridades presentes, caros colegas, Dr. Márcio Eurico, nossa solidariedade pelo passamento de sua mãe, Dr. Maurício Godinho Delgado.

Egrégia Comissão, gostaria de destacar, de meu *curriculum vitae*, um aspecto que reputo importante na minha trajetória, de que sempre estudei em escola pública. Provenho de uma cidadezinha do interior do Estado do Pará, nordeste do Estado, Irituia, que é distante 170 quilômetros de Belém, de uma família humilde. E por isso tenho a honra e orgulho de dizer que sempre estudei em escola pública, inclusive, a graduação, na Universidade Federal do Pará, e o curso de Mestrado em Direito Público, também na mesma universidade. Depois de advogar por cerca de oito anos, ingressei na Magistratura Trabalhista por concurso público, como Juiz substituto e, em 1992, fui promovido a, então, Juiz Presidente de Vara do Trabalho, que era Junta de Conciliação e Julgamento da época. Fui convocado para o TRT em 1995 e, em 97, pelo critério de merecimento, fui promovido para Juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho do Pará e Amapá.

Em 2000, foi convocado para o colendo Tribunal Superior do Trabalho pelo Ministro de Rider Nogueira de Brito, atual Presidente daquela colenda corte. Retornei a Belém em dezembro de 2002 e, em agosto de 2004, novamente fui convocado ao TST, agora pelo Ministro Gelson de Azevedo, que é do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, originário do Rio Grande do Sul, ou seja, do Oiapoque ao Chuí.

Nesses cinco anos e meio de convocação, julguei mais de 14 mil processos, sempre procurando a justa composição do conflito entre capital e trabalho. Na minha dissertação de Mestrado, em 1998, na Universidade Federal do Pará, propugnei a competência da Justiça do Trabalho para julgar pedido de indenização por dano moral e material decorrente da relação do trabalho, isto porque, em 1992, já proferira uma

sentença, reconhecendo a competência da Justiça do Trabalho para julgar esse tipo de conflito que, em 1999, o Supremo placitou essa tese e V.Exas., pela Emenda 45, confirmaram essa competência da Justiça do Trabalho para julgar em lides em que se deduz pedido de reparação por dano moral e material.

Como professor e magistrado, teria procurado difundir que o processo trabalhista deve ser célere, sem prejuízo da qualidade dos julgamentos. É assim que procuro fazer na minha atuação como magistrado. De certo modo, fico frustrado quando me deparo, no TST, com mais de 220 mil processos para serem julgados. E se nós formos aprovados, e tomarmos posse, já cerca de 13 mil processos nos aguardam, para cada um de nós. Frustra-me porque entendo que a prestação jurisdicional deve ser célere. E, dentre os inúmeros problemas que assolam o Poder Judiciário para essa morosidade, está o próprio Magistrado, a pessoa que conduz o processo. Eu acho que nós devemos fazer a *mea culpa* de que nós deveríamos nos empenhar mais em prol de uma justiça mais rápida, propugnando a conciliação dos interesses em conflito, a solução abreviada dos conflitos, por meio dos Juizados Especiais, a aplicação de penalidades aos litigantes de má-fé, aqueles que apenas litigam para retardar a entrega da prestação jurisdicional. E também incentivarmos o chamado processo coletivo, em lugar das demandas individuais. Creio que o Juiz do século XXI deve estar atento para essa coletivização do processo.

O meu currículo já foi lido pelo ilustre Senador Romero Jucá, que agradeço a generosidade do Relatório, que muito me honra. Sr. Presidente, quero agradecer a amável acolhida da CCJ, dos seus membros que, humildemente, também coloco meu nome à aprovação dessa egrégia Comissão, esperando contribuir para que o Poder Judiciário brasileiro seja melhor e que propicie aos mais pobres uma prestação jurisdicional rápida e eficaz. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Suplicy, que deseja fazer uma intervenção ao indicado. Mas, antes, gostaria de registrar também a presença do Senador Eurípedes Camargo, suplente do Senador Cristovam Buarque, que se encontra também no nosso Plenário. Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, gostaria de perguntar ao Dr. Walmir Oliveira da Costa qual o alcance do termo da relação de trabalho na Constituição Federal, para fins de competência da Justiça do Trabalho? Qual o entendimento de V.Exa. sobre o comum acordo

para o ajuizamento do dissídio coletivo? Entende-se que é condição da ação ou pressuposto processual. E gostaria também de lhe perguntar a respeito desta decisão importante, que nós mesmos, no Senado Federal, teremos, uma vez que a Câmara dos Deputados votou essa questão, se avalia que a contribuição sindical deve ser obrigatória ou voluntária. São essas as indagações que gostaria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, se puder me inscrever também. Senador Marco Maciel, se V.Exa. puder me inscrever.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concedo agora a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, quero saudar a todos os indicados e prestar aqui a minha solidariedade ao Juiz Márcio Amaro, que perdeu sua mãe. Deus lhe dê forças, irmão, nessa hora difícil. Eu queria fazer uma pergunta ao nosso nobre indicado. O Brasil, hoje, tem um problema sério no desemprego. A população economicamente ativa gira em torno de 80 milhões de brasileiros. Dessa população, o IBGE diz que 10% se encontram no desemprego aberto. Quer dizer, em torno de oito milhões de brasileiros, na semana em que o IBGE faz a pesquisa, foram considerados desempregados. E, para serem considerados desempregados, eles não podem indicar qualquer atividade econômica. O sujeito foi na praia para vender picolé, ainda que não tenha vendido nenhum picolé, não é considerado desempregado. Há também o subempregado; 25%, hoje, essa população que a gente vê pelas ruas, aos berros, tentando vender alguma coisa para sobreviver, ganhando menos de um salário mínimo e sem carteira assinada. 25%.

Agora, o IBGE aponta uma outra categoria, o desalentado. O desalentado não busca emprego, não distribui currículos, não é subempregado, simplesmente se “encostou”, digamos assim, num aposentado, num parente, e não procuram mais emprego. Dos que trabalham, 70% estão ganhando até três salários mínimos. Uma grande preocupação desse Senado, de todos nós, é aumentar a participação da renda do trabalho na renda nacional. A participação dos salários na renda nacional. Talvez seja uma preocupação das mais importantes dessa Casa porque que isso tem muito a ver com a saúde. Quem trabalha, quem come melhor, adoece menos, pratica menos crimes. O Rio de Janeiro, esse ano que passou, teve 300 mil crimes cometidos; 70% são na região metropolitana. O senhor imagina, nós tivemos 111 mil lesões corporais dolosas. 111 brigas de faca, navalha, balas perdidas, bêbado atropelando gente na rua. No total, são

300 mil crimes cometidos num Estado, numa região metropolitana, sobrecarregando os hospitais, os médicos... Um clima terrível, muito ligado a esse quadro que disse o senhor, de desemprego, de subemprego, e de desalentados.

Qual a opinião que V.Exa. tem com a contribuição que a Justiça do Trabalho poderia dar para nós diminuirmos isso? Quer dizer, qual seria, numa reforma trabalhista, ou... Não sei, numa relativização das relações trabalho-capital... Quer dizer, como é que nós poderíamos iniciar um debate e ter a contribuição da Justiça do Trabalho no enfrentamento dessas causas? É a visão de V.Exa. que eu gostaria de conhecer nesse momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o Dr. Walmir Oliveira da Costa, para responder a interpelação feita pelo nobre Senador Marcelo Crivella.

(soa a campanha).

DR. WALMIR OLIVEIRA DA COSTA – Sr. Senador Marco Maciel, obrigado. Agradeço ao Senador Suplicy pela pergunta e, em seguida responderei à ilustre indagação do Senador Marcelo Crivella. A Emenda Constitucional 45 introduziu na Constituição da República a chamada relação de trabalho, no sentido amplo da expressão, e ampliando a competência da Justiça do Trabalho, não só para as questões relacionadas ao vínculo de emprego formal, mas todo e qualquer trabalho humano, em que haja uma relação de dependência, seja no plano jurídico, seja no plano econômico.

Mas, entendo, Sr. Senador, que há um certo limite na Constituição para a expressão “relação de trabalho”. Não a considero ampla ao ponto de abranger relação de consumo, que é regida pelo Código de Defesa do Consumidor, como V.Exa. bem o sabe. Excluo desse tipo de atividade os profissionais liberais. Não eu, mas até o próprio legislador, já o fez, salvo engano, no artigo 14 § 3º do Código de Defesa do Consumidor, que é a Lei 8078/90. Portanto, essa relação de trabalho, que é abrangida pela competência da Justiça do Trabalho, é aquela em que há um prestador de serviços, seja com vínculo empregatício ou sem vínculo empregatício, e que necessite da tutela jurisdicional dessa Justiça especializada. Mas, repito, não aborda, a meu juízo, a relação de consumo, no caso, incluídos os profissionais liberais.

Com relação ao comum acordo como um requisito para o ajuizamento da ação de dissídio coletivo, está posto no art. 114 § 1º da Constituição, V.Exa. me pergunta se eu entendo que é pressuposto processual ou condição da ação. Na minha visão de professor e de magistrado, trata-se de um pressuposto processu-

al, que pode ser superado. Mas, embora o TST entenda que é uma condição da ação. Isso não é apenas uma mera terminologia porque a condição da ação, ela é insuperável; o pressuposto processual, desde que possa ser de aptidão ou de validade na relação jurídico-processual, ele pode ser superado. O que eu entendo, Senador, do comum acordo, é que deve haver uma contrapartida, não se podendo deixar alvedrio do sindicato patronal ou de trabalhadores a iniciativa do conflito. Deve-se buscar sempre a conciliação das partes. A solução jurisdicional não é a melhor. Parece-me que uma arbitragem seria mais consentânea. E esse comum acordo deveria ser feito para que houvesse sempre o ajuizamento quando que as partes não se conciliassem.

V.Exa. me perguntou também sobre...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A obrigatoriedade ou não da contribuição sindical.

DR. WALMIR OLIVEIRA DA COSTA – V.Exa. sabe que o patamar do modelo sindical brasileiro sempre foi calcado em três vertentes, que eram a representação paritária, os classistas, a questão da unicidade sindical e da contribuição sindical. E, recentemente, a Câmara aprovou um Projeto de Lei, extinguindo a contribuição... Ou melhor, estabelecendo que a contribuição sindical seria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Voluntária.

DR. WALMIR OLIVEIRA DA COSTA – ...Através de autorização do trabalhador. Parece-me que essa é a hipótese mais consentânea com a nossa realidade brasileira, da democratização das relações de trabalho. Impor-se a contribuição sindical não me parece ser uma solução mais adequada. Mas eu fico aqui apenas preocupado de que essa solução seja abrupta, repentina, porque nós devemos também pensar numa extinção talvez paulatina, ao longo de alguns anos, para evitar também o enfraquecimento sindical, porque muitos sindicatos dependem nessa contribuição, ou seja, eu concordo que deva ser mediante uma autorização do trabalhador para a contribuição não ser compulsória. Mas me parece que isso deve haver uma espécie de gradação para que essa aplicação seja feita porque, repito, embora o sindicato deva buscar outros meios materiais de recursos para a sua sobrevivência, essa extinção abrupta equivaleria a quase uma extinção. Dificilmente os trabalhadores iriam autorizar. Ela poderia tornar ou enfraquecer a atividade sindical. Não sei se respondi.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

DR. WALMIR OLIVEIRA DA COSTA – Agora, responderei ao ilustre Senador Marcelo Crivella. V.Exa.

coloca uma situação muito difícil, no Brasil, que é o chamado trabalho informal, aquele sem a carteira de trabalho anotada, aquele trabalhador... Cerca de 50% da mão-de-obra brasileira, segundo as estatísticas, não possui a carteira de trabalho anotada.

Senador, eu acho que políticas públicas é que devem ser criadas e V.Exas. são os representantes legítimos da sociedade para buscarem essas soluções, junto com o Governo, com o Poder Executivo. A Justiça do Trabalho, Senador, que poderia contribuir para o debate. Porque V.Exa. sabe que nós resolvemos conflitos intersubjetivos e, até conflitos de massa, mas dentro de cada processo, e não no aspecto mais amplo dessa discussão. O que eu entendo que a Justiça do Trabalho poderia colaborar seria, de modo indireto, na celeridade da prestação jurisdicional, a fim de que quem tivesse o seu direito fosse satisfeito, de uma forma que a própria sociedade se pacificasse, através dessa solução jurisdicional. Penso que, desta maneira, talvez poderíamos minorar o problema porque, repito, políticas públicas é que devem ser criadas para que o problema seja sanado. Espero ter respondido a V.Exa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Exa. acha que se devem flexibilizar as relações trabalhistas?

DR. WALMIR OLIVEIRA DA COSTA – Esse tema da flexibilização vem muito à baila, a partir do final do Século XX e, agora no século XXI. A flexibilização deve ser adotada, não para suprimir direitos trabalhistas, mas para permitir um maior... Uma maior maleabilidade nas relações de trabalho. Flexibilizar, mas deixando um patamar mínimo de direitos assegurados na Constituição.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Acho que V.Exa. tem o mesmo pensamento do que eu. Quer dizer, esse seria a participação do trabalho no capital. Seria distribuição de lucros e coisas nesse sentido, de tal maneira que a motivação do empregado pudesse ser o principal fator de flexibilização, sem tocar nos direitos trabalhistas sagrados da nossa Constituição, já conquistados, desde a época de Getúlio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Presidência que agradece a V.Exa. Concedo a palavra agora, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro, aliás, conterrâneo do indicado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Marco Maciel senhoras e Srs. Senadores, eu quero, como primeiras palavras, sentimentar(F) o Dr. Maurício Delgado... Dr. Márcio, desculpe, pela perda de sua genitora. E parabenizar aos três nobres indicados para o cargo de Ministro do TST. Tenho certeza absolu-

ta que, pelo currículo de V.Exas., nós, a Comissão de Constituição e Justiça, irá aprová-los para que possam assumir essa tão importante função da Magistratura trabalhista brasileira.

E quero fazer uma saudação especial ao Desembargador Federal do Trabalho, Waldir Oliveira da Costa, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região pela merecida indicação para Ministro do Colendo Tribunal Superior do Trabalho em vaga reservada a juízes de carreira da Magistratura nacional trabalhista. O Ministro Valmir, já posso chamá-lo desta forma, paraense, como V.Exa., Ministro, manifesto minha alegria pela escolha do nome de V.Exa., que dignifica o Estado do Pará, juntamente com demais paraenses, que chegaram ao TST.

Presidente Marco Maciel, o Pará tem uma história importante no Tribunal Superior do Trabalho. O atual Presidente, o Ministro Rider Nogueira Brito é paraense, como também tivemos ex-presidentes do TST, os Ministros Raimundo de Sousa Moura, Presidente da Corte, no período de 1980 a 1982, e o Ministro Orlando Teixeira da Costa, também Presidente de 1993 a 1995. A escolha do nome...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O senhor me dá um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com toda honra e prazer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – ...Antes, evidentemente, parabenizando a todos três, nossas condolências ao futuro Ministro Amaro, mas ele esnobou tanto aqui em relação ao Pará, que eu vou pedir ao... Cearense não tem nenhum no TST. E eu... Você vê, vive reclamando do Pará, que as lagostas do Pará vão para o Ceará... Então, agora está esnobando, não tem nenhum compromisso dos paraenses e mato-grossenses, e mineiros de colocar um cearense lá.

(risos).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nobre Senador, você tem todo apoio do Pará. Tasso Jereissati, ele, além de cearense, ele é paraense de coração também. Então, ajuda o desenvolvimento das duas regiões; tanto norte quanto nordeste.

Como eu dizia, a escolha do nome de V.Exa., Desembargador Valmir, é merecido reconhecimento de suas qualidades morais e intelectuais, demonstradas ao longo de sua trajetória na Magistratura paraense como Juiz togado e nas inúmeras convocações para atuar no TST. Sei que V.Exa. é graduado e mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará, não exerce atividades apenas na Magistratura, lecionando nos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade da Amazônia, além de ter sido Presidente da

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região.

É palestrante e conferencista respeitado nos meios jurídicos nacionais. O perfil de jurista ético, tenho certeza, marcará sua atuação no Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Eu quero desejar, tanto a V.Exa., Ministro Valmir, quanto ao Ministro Márcio e ao Ministro Maurício Delgado, sucesso na nova função que exercerão e que Deus os abençoe nesta missão à frente do Tribunal Superior do Trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu acredito que não há mais nenhum Senador ou Senadora inscritos para se manifestar ou arguir o indicado. E, portanto, não havendo, portanto, nenhum mais... Nenhum outro interpelante, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para proferir o seu Relatório sobre a indicação do Dr. Maurício José Godinho Delgado, mensagem nº. 67/2007, de iniciativa do Presidente da República. Com a palavra, S.Exa., e eu desejaria convidá-lo, se S.Exa. o desejar, para integrar à Mesa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pois não, Presidente. Muito obrigado. Eu profiro o Relatório daqui desta bancada. O nome do Dr. Maurício José Godinho Delgado é indicado para exercer o cargo de Ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga reservada a juízes de carreira da Magistratura trabalhista.

É natural de Lima Duarte, Minas Gerais, ele é filho do Desembargador Maurício Paulo Delgado e Maria do Carmo Godinho Delgado; formou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e, em 82, obteve o título de mestre em Ciências Políticas e, em 84, doutor em Direito, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Maurício Delgado ingressou na magistratura trabalhista em 89, como Juiz substituto, por concurso público, tendo sido promovido, em 90, a juiz titular. Presidiu as Varas trabalhistas das cidades mineiras de Governador Valadares, Varginha, Itabira, 2ª Vara de Contagem; já em Belo Horizonte, presidiu a 1ª e a 31ª Varas trabalhistas. Em 2004, ascendeu, por merecimento, ao cargo de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, onde atualmente preside a 1ª Turma.

Destacam-se também na sua carreira jurídica, a sua atuação junto à Secretaria de Estado da Fazenda, em Minas, no período de 83 a 89, e também o indicado se destaca pela sua atuação no magistério universitário, já havendo lecionado na Faculdade de Ciência Política e Direito da Universidade Federal de Minas, sendo atualmente professor da faculdade mineira da Pontifícia Faculdade Católica de Minas Gerais, a PUC

Minas, lecionando tanto para graduação, como para pós-graduação.

Ainda no seu currículo, consta que já ministrou mais de 35 cursos sobre Direito do Trabalho, cerca de 80 conferências, e possui mais de 70 artigos publicados em obras coletivas e revistas nacionais sobre Direito do Trabalho e Ciência Política. São de sua autoria 13 livros sobre Direito do Trabalho, Curso de Direito do trabalho, Capitalismo, Trabalho e Emprego; um deles até meu filho, que é Advogado, disse que estudou nele. Estudou muito, lá na PUC de Minas. Em razão de sua destacada atuação no magistério jurídico, é chamado constantemente a participar de bancas de teses universitárias, de concursos públicos e certames acadêmicos.

Participa do Estudo Brasileiro de Direito Social, de São Paulo, e é filiado à Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região, a AMATRA-3. Foi ainda aprovado em vários concursos públicos, sendo relevante mencionar que foi em primeiro lugar para professor assistente de Direito da Faculdade de Direito da UFMG, também em primeiro lugar para Juiz Federal do Trabalho substituto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, também ainda para Procurador Fiscal e Advogado do Município de Belo Horizonte.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, consideramos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, e eu quero ainda acrescentar que todas as informações, no meu Estado de Minas Gerais, na área do direito do trabalho, são extremamente positivas a respeito da capacidade, da formação do Dr. Maurício Delgado, tendo ele todas as condições para exercer o honroso cargo a que é indicado, de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. É o voto, Sr. Presidente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo o nobre Senador Eduardo Azeredo proferido o seu Relatório, eu concedo a palavra ao Dr. Maurício José Godinho Delgado, para fazer a sua exposição. Tem S.Exa. a palavra.

DR. MAURÍCIO JOSÉ GODINHO DELGADO – Muito obrigado. Exmo. Sr. Presidente desta egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Marco Maciel, a quem presto minhas homenagens, Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores integrantes desta Comissão, excelentíssimos Senadores Eduardo Azeredo, Valter Pereira e Romero Jucá, que nos deram a honra de relatar as três mensagens ora examinadas, demais autoridades presentes, demais pessoas aqui presentes, inicialmente, quero registrar minha grande emoção, Sr. Presidente,

Srs. Senadores e Senadoras, por passar, por vivenciar este momento, que é o ápice da minha vida pessoal e da minha vida profissional.

Quero dizer que é com muita honra que eu compareço perante o Senado da República, que representa, juntamente com a Câmara dos Deputados, a democracia institucionalizada do país e submeter meu nome, juntamente com os demais colegas, a quem também cumprimento, mais uma vez, nesta cerimônia, em Sessão solene, aqui ocorrida.

Quero dizer que esse procedimento democrático institucional, estabelecido pela Constituição, é de grande relevância e traduz mais uma manifestação do equilíbrio entre os poderes da República. Gostaria de agradecer a grande gentileza com que fomos todos nós recebidos pelos Senadores, durante as últimas semanas, em que viemos nos apresentar, em consonância com o importante rito constitucional ora fixado. Quero agradecer também as palavras aqui expressas pelo Exmo. Senador Eduardo Azeredo, a meu respeito e de minha vida profissional e pessoal.

Em rápido sumário, Sras. e Srs. Senadores, eu sintetizaria a minha vida profissional a partir da mais sincera e plena dedicação ao Direito, em especial ao Direito do Trabalho, seja desde os bancos escolares da UFJF, às salas de aula da UFMG e, posteriormente, da PUC de Minas, seja em particular e com toda ênfase ao longo de minha vida experiência como magistrado.

Sou filho de pai que foi Juiz de Direito por décadas, pelo interior de várias cidades de Minas Gerais, até atingir, tempos depois, o Tribunal de Justiça do meu Estado, aprendendo, desde a infância, a força da idéia de justiça e idéia de labor, trabalho. A minha decisão de ser Juiz foi construída e maturada no tempo e no exemplo. A minha formação jurídico-profissional, reiteradamente vinculada à área do trabalho e emprego, acentuou seu foco nesta linha, nos últimos 20 anos. Na magistratura trabalhista, que exerço acerca de 18 anos, sempre compreendi como fundamental combinar a busca da incessante celeridade na prestação jurisdicional com a permanente construção do ideal de justiça. Esta sempre me pareceu a grande diretriz constitucional que tem dirigido minha vida de Magistrado: dedicação e celeridade no processo, sem perda da consistência na prestação jurisdicional.

Nesta medida que me parece residir a lógica da Constituição de 1988, que não só autoriza, como estimula a constante busca de aperfeiçoamento profissional pelo Juiz; rapidez contínua, celeridade, sim, mas com efetiva e real justiça. Sempre busquei manter a absoluta prioridade da atuação judicial, nesse período de quase duas décadas de exercício da função judicante. Embora sem perder a presença nos bancos da

academia universitária do país. A experiência de magistrado, de quase 20 anos, consolidou-se a partir da base e da experiência do magistério, de cerca de 30 anos, propiciando a visão da relevância do papel do Direito na vida institucional e democrática de nosso país. Grandes lições foram retiradas da vida judicante, tais como a essencialidade da dedicação e do trabalho constantes, a relevância do equilíbrio e da sensatez nos momentos mais difíceis, a reverência à contribuição de todos os que compõem a comunidade jurídica. Uma dessas lições que aprendi na experiência judicial reside na importância do Direito do Trabalho para o aperfeiçoamento de nossa economia e de nossa sociedade, por ser o ramo jurídico que mais de perto e de modo mais abrangente realiza a meta decisiva da idéia de justiça social.

Temos testemunhado e sido partícipes dos desafios postos desde a Constituição de 1988, visando operar a aperfeiçoar o sistema judicial do país, inclusive a Justiça do Trabalho. O labor do Congresso Nacional tem sido incansável nessa direção, com dezenas de diplomas legais, voltados à melhoria da estrutura e operação de todos os distintos órgãos judiciais. Nesta nova fase que ora se avizinha, submetidos à honrosa avaliação do Senado da República, esperamos poder contribuir, em grau ainda maior, para esse processo de aperfeiçoamento institucional.

Com os meus renovados agradecimentos e o respeito, mais uma vez manifestado a esta egrégia Comissão e ao Senado Federal, encerro estas sintéticas palavras.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra, para interpelar o indicado, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, muitos de nossos colegas aqui enalteceram a cada um dos três Ministros indicados. Mas eu acredito que também a melhor homenagem que eu posso fazer, como já para os dois primeiros, é fazendo perguntas, porque é o sentido maior da presença dos senhores aqui.

Então, ao Dr. Maurício José Godinho Delgado, percebo, nas suas... Nos seus trabalhos, dentre outros assuntos, a remuneração e salário no Direito Trabalhista, a sua tese principal, sobre a natureza jurídica do poder empregatício, e política trabalhista e sindicato no Brasil e, então, gostaria de lhe perguntar. Como compatibilizar a aplicação do parágrafo único do art. 60 da lei de recuperação judicial, com os arts. 10 e 448 da CLT, considerando que o empregado da unidade produtiva isolada, alienada é credor de várias verbas de natureza trabalhista da empresa em recuperação.

Segundo, a Emenda Constitucional 45, de dezembro de 2004, introduziu, no cenário jurídico político brasileiro, dois institutos inéditos: O Conselho Nacional de Justiça e o mecanismo da súmula vinculante. Poderia fazer um juízo crítico de ambos os institutos? As suas vantagens e desvantagens?

Finalmente, na verdade, penúltima, terceira e penúltima, me refiro à questão da terceirização do trabalho. Há muitas empresas e instituições, como o próprio Senado Federal, dizer de uma instituição aqui perto, que contrata servidores, alguns, na própria folha de pagamento do Senado e outros, através de empresas prestadoras de serviços. Como é que, do ponto de vista constitucional, da legalidade da súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que distinção deve haver, do ponto de vista da licitude da forma de contratação, através de empresas e de terceiros, e que tipo de responsabilidade, cuidados, que deveremos ter, no que diz respeito à relação jurídica, direitos dos trabalhadores e que sugestões teria V.Exa., no que diz respeito à possível modificação na lei que viríamos ter, nós Senadores? E, finalmente, tendo em conta esta sua reflexão, seu conhecimento da remuneração, do salário e do bem-estar das pessoas e a relação entre seres humanos que desejam, de alguma forma, contribuir para o seu sustento, para a riqueza da comunidade, de nossa nação, como é que avalia V.Sa. o conceito de uma renda básica incondicional como um direito das pessoas, tal como prevista na lei aqui aprovada? Avalia V.Exa. que isto pode representar, para os seres humanos, um grau mais elevado de liberdade, de dignidade? Vamos supor o caso de uma pessoa que, por vezes, se olharmos histórias e cenas como os filmes “Cidade de Deus” ou “Falcão – Meninos do tráfico” ou “Tropa de elite”, vamos ali observar situações em que pessoas, às vezes, por condições tão inadequadas de sobrevivência, acabaram sendo instadas a colocar sua vida em risco, a serviço da criminalidade e quem sabe, se tivessem uma alternativa de sobrevivência, poderiam estar melhor escolhendo qual o seu destino, inclusive a sua inserção na força de trabalho e, quem sabe até, com maior grau de liberdade. Então, pediria uma reflexão a respeito desse tema também. Muito obrigado.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria de indagar o Dr. Márcio se gostaria de responder o Senador Eduardo Suplicy...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concederia, então, a palavra ao Sena-

dor Tasso Jereissati, que... E S.Exa., então, responderá às duas interpelações.

(soa a campanha).

Com a palavra o nobre Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Desculpe, mas a sugestão é, como V.Exa. gosta de dizer, eu quis uma vez usar o mesmo termo que V.Exa., para minha honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Com a palavra, S.Exa..

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Eu sei que o Senador Suplicy já fez pergunta sobre o Projeto que foi votado na Câmara, em relação à obrigatoriedade da contribuição, mas eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores também sobre o repasse obrigatório às centrais sindicais, ou seja, o contexto das duas questões inovadoras que foram colocadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao indicado para responder as indagações feitas pelos Senadores Eduardo Suplicy e Tasso Jereissati.

DR. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO – Muito obrigado. Agradeço às indagações do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Tasso Jereissati e procurarei respondê-las sinteticamente. Com respeito a compatibilização do art. 10 da lei de recuperação judicial, que é uma lei recentíssima, com os antigos arts. 10 e 448 da CLT, que tratam da sucessão trabalhista, de fato, esta foi uma das modificações trazidas pela nova Lei de Falências, este é um tema que está em profundo debate, na jurisprudência e na comunidade jurídica.

Sempre que surge uma lei nova, a lei traz, evidentemente, uma série de inovações e cabe à comunidade jurídica em geral, as diversas instituições, irem fazendo o processo natural de decantação, que é um processo inerente ao bom funcionamento da democracia, para que se faça, inclusive, a compatibilização das inovações, com a tradição cultural do país. De maneira que me parece que a nova Lei de Falências trouxe uma série de mudanças muito importantes; a antiga Lei de Falências era de 1946 e, de fato, a experiência dos últimos 60 anos mostrava que ela tinha uma série de deficiências; o processo falimentar era muito lento de ser resolvido, de maneira que a lei tentou trazer uma maior celeridade.

Agora, eu vejo que a jurisprudência tem caminhado, embora o debate esteja em aberto, na direção de se buscar fazer com que a inovação não seja tão radical assim, a ponto de colocar em risco os direitos trabalhistas. Eu vejo com muita simpatia a idéia de se fazer uma atenuação nesse processo de eliminação da possibilidade da sucessão trabalhista, porque essa...

Esse processo, se for levado a uma radicalidade na sua aplicação, evidentemente que ele vai comprometer a integralidade dos antigos créditos trabalhistas.

De maneira que o debate está em aberto, os tribunais, inclusive, estão decidindo de uma maneira bastante diferenciada ainda, mas, nesse debate, me parece que é importante nós mantermos uma linha de preservar os direitos fundamentais também.

Com relação à Emenda Constitucional 45 e essas duas criações da Emenda, o Conselho Nacional de Justiça, e a súmula vinculante, eu sempre fui favorável à criação de um órgão de... Superior ao Ministério Público e ao Judiciário. É claro que a experiência antiga, que havia na tradição brasileira, se originou do período autoritário, e, portanto, ela era vista com muita ressalva. Hoje creio que o Parlamento agiu com muita celeridade ao criar o Conselho Nacional de Justiça, acho que é muito importante, tem dado grande contribuição, também o Conselho Nacional do Ministério Público. Parece-me que é importante... Todos os clássicos da teoria democrática sempre disseram que um dos grandes problemas do poder é exatamente estabelecer formas de aperfeiçoamento com um certo controle do poder.

Parece-me, portanto, que o Conselho Nacional da Justiça não afeta a independência do Judiciário nem a independência do Ministério Público e traz uma contribuição importante, como mais um instrumento para que o poder seja sempre bem exercido, em função dos ditamos da Constituição.

Com relação à súmula vinculante, me pareceu também que o Parlamento brasileiro agiu com muita prudência. Se a modificação tivesse sido feita no sentido de dar um poder extremado às decisões dos tribunais superiores e mesmo do Supremo Tribunal Federal, eu veria com ressalva. Há um risco de nós fazermos uma concentração exacerbada de poder, em qualquer poder da República. Isso não seria prudente. Mas a súmula vinculante, da maneira que foi construída, ela exige, em primeiro lugar, um *quorum* muito qualificado, o que é difícil, do ponto de vista real. O funcionamento das instituições. Portanto, aí já temos uma limitação muito grande. E essa limitação tem se mostrado eficiente, tanto que o Supremo Tribunal Federal aprovou poucas súmulas vinculantes. Eu acho que essa experiência, ela tem que se maturar, ao longo de um bom período de tempo, para que nós pensemos em novas fórmulas de centralização da jurisprudência.

Eu acho que uma das grandes virtudes da jurisprudência é que ela tem uma racionalidade, uma transparência, mas que ela possa ser também modificada ao longo do tempo. A sociedade muda muito, ainda mais uma sociedade jovem e grande como a brasileira;

o Brasil é um continente, é bom que nós, os tribunais superiores, ouçam a diversidade do Brasil. De maneira que eu creio, eu tenho a impressão, a minha opinião tem sido essa, de que o parlamento agiu com muito cuidado, com muita prudência ao criar um instituo, mas não o criar com poderes excessivos.

Com respeito à terceirização, este é um tema que talvez seja hoje o mais debatido na nossa área, na nossa vida de magistrados, todo dia nós enfrentamos esse problema e, na verdade, nós sentimos falta, os juízes sentem falta de uma Legislação que resolva uma série de problemas que a terceirização traz, do ponto de vista prático, do ponto de vista de justiça social e que a terceirização, se exacerbada, ela gera problemas sob essa ótica e, na verdade, o processo de interpretação do Magistrado, embora tenha uma certa riqueza, é muito limitado. A jurisprudência pode avançar, mas ela não... Jamais vai substituir o papel do Poder Legislativo.

Por isso eu creio que, nesse tema, nós realmente estamos precisando não só de certos aperfeiçoamentos jurisprudenciais, mas também de uma contribuição do poder político da nação, do Parlamento, para regular, de uma certa maneira, a terceirização. Nós temos... Não temos um diploma que regule a terceirização.

Com respeito à renda básica, mencionada por V.Exa., quero, em primeiro lugar, prestar minhas homenagens, recebi o livro, já havia adquirido o livro e tive o prazer de o receber novamente, já o tinha, mas agora tenho com a dedicatória, e me parece uma idéia muito importante, sob o ponto de vista de construção de uma maior justiça social no Brasil, de um Estado de bem-estar social no Brasil.

Portanto, me parece uma linha de reflexão importante para as instituições no país. É um tema que escapa um pouco à área estritamente trabalhista, porque, pela natureza da proposta, ela abrangeria as pessoas, os brasileiros, independentemente da existência da relação de emprego, ou da relação de trabalho, daí, digamos, exatamente a importância da sua extensão, mas eu tenho a impressão de que nós temos que manter como norte, e é o que a Constituição nos diz, sempre a idéia de aperfeiçoar as condições de inserção dos brasileiros na sociedade, independentemente do seu talento, do seu preparo individual. Nessa linha, me parece que é uma grande contribuição à cultura jurídica do país.

Com relação à pergunta feita pelo nobre Senador Tasso Jereissati, sobre a contribuição sindical, desde a década de 1990, nós vimos, nós temos insistido na necessidade de uma mudança no sistema sindical brasileiro, no sentido de o adequar as próprias propostas mais democráticas da Constituição de 88. Então,

a contribuição sindical obrigatória, ela é uma dessas figuras mais debatidas nesse contexto de reformulação do nosso sistema sindical. Eu me lembro que, na época da constituinte de 1987 e 88, se chegou a debater a possibilidade da sua extinção. Parece-me que a sociedade brasileira já está madura na direção de se caminhar para a substituição dessa figura, que tem, evidentemente, as suas vantagens para o financiamento do sistema sindical, mas que traz também muitos problemas, principalmente com relação à representatividade do sistema sindical. Por isso que essa figura tem sido tão debatida nas últimas décadas.

Então, me parece que nós estamos num processo de encaminhamento, com relação à superação dessa figura, mas eu vou concordar com o Desembargador Valmir, eu também acho que é preciso... Como se trata de uma mudança de grande impacto na sociedade, é preciso que... O ideal seria que houvesse uma graduação nesse processo de superação. Uma graduação me parece que resolveria porque, na verdade, quase todas as forças políticas falam na mudança desse sistema de financiamento do nosso... Das nossas instituições sindicais. De maneira que eu creio que é importante o processo de modificação, mas é também importante que ele seja feito de um modo gradativo, que não comprometa evidentemente a adaptação dos sindicatos às novas condições criadas pelo legislador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Na minha questão, também estava colocada... Os 10% que seriam...

(soa a campainha).

...Obrigatoriamente repassados às centrais sindicais. Se houvesse essa figura, a sua visão, a visão dos senhores sobre se é uma instituição moderna, democrática, se vai nesse sentido.

DR. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO – As centrais sindicais, elas nunca fizeram parte do sistema trabalhista brasileiro. Na década de 60, nós tivemos um pequeno exemplo de uma tentativa de se criar uma central sindical, que acabou também não se consolidando, e não foi objeto de reconhecimento pela ordem jurídica do país. As centrais sindicais, tais como existem, desde a década de 80, também não são institucionalizadas, não fazem parte do sistema trabalhista. Parece-me que, se o sistema sindical for alterado no sentido de... Ou adequar mais ao espírito democrático da Constituição de 1988, eu creio que, nesse aspecto, nós estamos numa fase de transição, nos últimos 18 a 20 anos, eu tenho a impressão de que se as centrais passarem a fazer, a compor um sistema sindical modificado, é evidente que, como parte do sistema sindical, elas também têm que ter os instrumentos para a sua existência, o que não me parece, talvez, que fosse

adequado, é manter exatamente o sistema tal como ele é no passado e apenas fazer uma modificação com relação à distribuição de recursos.

Então, eu tenho a impressão de que, nesse caso, essa me parece a oportunidade melhor, porque já temos quase 20 anos de experimentação da Constituição, para se fazer uma mudança nesse contexto, mas essa mudança é eminentemente política; ela cabe ao poder político. Como Magistrado, eu, inclusive, obviamente, tenho que seguir o texto estrito da Legislação. O Magistrado não tem esse poder tão criativo, como é o poder democrático do legislador. O legislador é que cria, respeitado o parâmetro da Constituição.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não havendo nenhuma Senadora ou Senador desejando interpelar o último expositor, que foi o Dr. Delgado, eu gostaria de, portanto, solicitar aos Senadores Flexa Ribeiro e José Nery para que funcionem como escrutinadores, desejando informar que votaram 19 Srs. Senadores. E gostaria que fizessem a apuração...

(soa a campanha).

Para que nós possamos anunciar o resultado. Enquanto está sendo feito o processo de apuração, eu gostaria de comunicar ao Plenário que nós pretendemos, a seguir, votar as demais indicações de Audiências Públicas para... Audiências Públicas solicitadas para a Emenda Constitucional que prorroga a DRU e a CPMF.

E, finalmente, nós pretendemos também, através de relatoria que será feita pelo nobre Senador Eduardo Azeredo, aprovar a nova denominação da Comissão de Educação do Senado Federal e fixar o seu horário. São as duas últimas matérias que nós apreciaremos hoje, já que estamos próximos das 14h00, e devemos encerrar a Sessão, obviamente, a Reunião, antes das 14h00, até por uma imposição regimental.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, 19 votos... Por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, a Mesa, então, recebeu dos Senadores Flexa Ribeiro e José Nery a comunicação de que os...

(palmas).

Votaram 19 dos 21 integrantes desta Comissão, e a escolha foi feita à unanimidade... Por unanimidade. O que representa o reconhecimento, conseqüentemente, dos... Da vida pública dos referidos Magistrados, que já estão prestando relevantes serviços à Corte trabalhista do nosso país e que agora vão integrar a Corte superior, o Tribunal Superior do Trabalho.

E, ao cumprimentá-los, eu desejo fazer os votos de pleno êxito no exercício da missão que lhes está sendo confiada, e esperar também que nós continuemos a avançar no aprimoramento das instituições brasileiras. A PEC... A Emenda à Constituição 45 foi um passo extremamente relevante e, de alguma forma, a Emenda Constitucional 45 contribuiu também para que a Justiça do Trabalho pudesse melhor desempenhar sua função, na medida em que ampliou, foi o único Tribunal, na Emenda Constitucional 45, que teve sua composição ampliada, o único Tribunal Superior, que foi justamente o Tribunal Superior do Trabalho. Nós acreditamos, esta foi a posição do Senador José Jorge, que, por esse caminho nós também estaremos assegurando que a Justiça Eleitoral possa prestar um melhor serviço à sociedade, na medida em que, contando com mais Magistrados, possa julgar também mais feitos, contribuindo para a justiça social no nosso país.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu pediria a V.Exa. que tramitassem os processos em regime de urgência, para que pudesse ser encaminhada ainda hoje ao Plenário a possibilidade da votação, em Plenário, ainda dos três Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu acolho a sugestão do nobre Senador Flexa Ribeiro e consulto ao Plenário. Se V.Exas. estiverem de acordo. Como não há oposição à proposta, considero-a aprovada, e espero que seja rapidamente aprovada pelo Plenário do Senado Federal, vez que a Pauta não está trancada por nenhuma Medida Provisória, algo raro no Parlamento brasileiro, de modo especial no Senado Federal.

Então, eu gostaria de passar para a terceira etapa da nossa Reunião, concedendo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo. Antes, todavia, eu gostaria de submeter ao Plenário os seguintes pedidos, requerimentos de Audiência Pública para a PEC da DRU e da CPMF. Os Requerimentos do Senador Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro para que seja ouvido o ex-Ministro da Fazenda, Pedro Malan; o do Senador Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro para que seja ouvido o Dr. Márcio Lisboa; Requerimento do Senador Flexa Ribeiro para que seja convidado o Dr. Paulo Skaff, Presidente da FIESP; Requerimento do Senador Flexa Ribeiro para que seja ouvido o Deputado Antônio Palocci, ex-Ministro da Fazenda; Requerimento do Senador Marconi Perillo, também subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro, para que seja convidado o Ministro do Planejamento,

Paulo Renato; do Senador Eduardo Azeredo, para que seja convidado o Economista Samuel Pessoa, da Fundação Getúlio Vargas; e do Senador Tasso Jereissati, para que sejam ouvidos o Presidente da FEBRABAN, o Presidente da FIESP, o representante do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o professor Ives Gandra, advogado especialista em Direito tributário; professor José Roberto Afonso, Economista do BNDES... Senador, perdoe, professor da USP Márcio Nakane(F); professor Pedro Henrique Albuquerque, professor da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, e o professor Hugo de Brito Machado, que foi Desembargador do Tribunal da 5ª Região e, atualmente, preside o Instituto Cearense de Estudos Tributários.

Em votação as referidas solicitações de Audiências Públicas, feitas através de requerimentos apresentados à Mesa. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo para relatar, como Relator *ad hoc*, o parecer da Senadora Serys Slhessarenko. Tem a palavra S.Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente Senador Marco Maciel, o Relatório da Senadora Serys Slhessarenko, que tenho a honra de relatar *ad hoc*, ele altera a designação da Comissão de Educação. A primeira altera o dia e o horário definido para as Reuniões da Comissão de Educação no Regimento Interno do Senado, quarta-feira, às 11h30, pela nova redação, as reuniões passam oficialmente a acontecer às 11h00 das terças-feiras. Ainda, já modificado na Comissão de Educação pelo Relator Flávio Arns, também fez constar a sugestão de que o substantivo “desporto” seja alterado para “esporte”, mais condizente com os usos atuais na língua portuguesa. O voto, em vista do exposto, é favorável pela aprovação do PRS 2007, bem como as Emendas 1, 2 e 3 da Comissão de Educação. Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Relator da matéria, o Relator *ad hoc*, nobre Senador Eduardo Azeredo, proferiu seu parecer favorável à aprovação do Projeto de Resolução nº. 07/2007, que altera a designação da Comissão de Educação para a Comissão de Educação, Cultura e Desporto. A autoria é do Senador Cristovam Buarque; Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, mas, como S.Exa. não se encontrava presente no momento, embora estivesse aqui durante longo período da Reunião, o Relator *ad hoc* foi o Senador Eduardo Azeredo, que produziu o parecer pela aprovação do Projeto e pela aprovação das Emendas 1-CE a 3-CE, ou seja, Emendas oriundas da própria Comissão de Educação. A matéria foi examinada pela Comissão de Educação e será apreciada agora pela Mesa Diretora.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Declaro, portanto, não havendo nenhuma manifestação em contrário, aprovado o parecer do Relator. A matéria, como disse há pouco, vai à Comissão Diretora.

Antes de encerrar a Sessão, eu gostaria de comunicar as Sras. e Srs. Senadores integrantes desta... Deste Colegiado que, na próxima semana, é possível que nós tenhamos que realizar mais de uma Reunião, além da Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista Emendas que deveremos nos manifestar ao Orçamento da União e também tendo em vista a tramitação da PEC, que dispõe sobre a manutenção da DRU, da Desvinculação de Recursos da União, bem assim, da contribuição provisória, que ou chamado de movimentação financeira, ou chamado também por imposto do cheque, que estão... Que serão... Tanto a DRU, quanto a CPMF serão... Estão sendo objetos de Emenda Constitucional, que determina ou que propõe a sua prorrogação até o ano de 2011. Então, é possível que tenhamos que fazer alguma Reunião Extraordinária, talvez uma Audiência Pública, para que possamos analisar, com a devida importância, proposições tão relevantes e objeto de tanto debate.

Antes de encerrar a referida Reunião, eu desejo dizer que, nada mais havendo a tratar, eu pretendo encerrar, neste instante, a Reunião, mas, antes de fazê-lo, eu gostaria de lembrar que, em caráter ordinário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estará reunida novamente, na próxima quarta-feira, à hora prevista, inclusive, no Regimento Interno, ou seja, às 10h00 da manhã.

Portanto, desejo, encerrando a Sessão, agradecer a presença de Sras. e Srs. Senadores, e expressar também meu agradecimento pelo elevado número de integrantes que compareceram à Reunião, concorrendo, assim, para que nós possamos reduzir a enorme quantidade de feitos que se encontram pendentes de apreciação nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Está encerrada a Reunião.

(soa a campainha).

(Sessão encerrada às 13h38.)

Ata da 36ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2007, Terça-feira, às 12 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às doze horas e nove minutos, do dia trinta de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Pre-

sidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Eptácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Inácio Arruda, José Maranhão, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Flexa Ribeiro, Osmar Dias e das Senadoras Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio, Jefferson Péres e as Senadoras Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação das Emendas ao PL nº 31, de 2007 – CN, que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011”. **ITEM ÚNICO – Discussão e Votação das cinco (5) Emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 31/2007-CN (Projeto de Lei do PPA 2008-2011).** O Senador Tasso Jereissati apresenta o relatório sobre as quatorze (14) Emendas oferecidas ao Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, são aprovadas as seguintes Emendas ao Plano Plurianual para o período 2008-2011: **EMENDA Nº 1-CCJ) Ação:** 8980 – Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal; **Valor:** R\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais); **Iniciativa:** Senadores Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares. **EMENDA Nº 2-CCJ) Ação:** 8914 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais; **Valor:** R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais); **Iniciativa:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **EMENDA Nº 3-CCJ) Ação:** 2316 – Serviço Penitenciário Federal; **Valor:** R\$ 241.715.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões e setecentos e quinze mil reais); **Iniciativa:** Senador Flexa Ribeiro. **EMENDA Nº 4-CCJ) Ação:** NOVA – Apoio à implantação de Núcleos de Defesa Pública Especializados; **Valor:** R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais); **Iniciativa:** Senadora Serys Slhessarenko. **EMENDA Nº 5-CCJ) Ação:** 8988 – Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública; **Valor:** R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais); **Iniciativa:** Senador Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às doze horas e vinte e um minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião, como sabem V.Exas., se destina à discussão e votação das cinco emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011, conhecido pela sigla PPA. Foram recebidas 14 emendas.

Vou conceder a palavra agora ao Relator da matéria o nobre Senador Tasso Jereissati. S. Exa. tem, portanto, a palavra para proferir o seu parecer sobre as emendas apresentadas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente passo a ler o relatório com a análise das propostas de emenda ao Plano Plurianual feito a esta Comissão.

A análise das propostas apresentadas eu vou resumir em função do... Como é que V. Exa. diz? Para efeito de economia processual. A análise e os exames das propostas apresentadas.

Os exames das 14 propostas de emendas sugeridas a esta Comissão demonstram que a proposta de emenda nº 5 de autoria do Senador Flexa Ribeiro não poderá ser aprovada, tendo em vista, que se trata de programação de responsabilidade de órgão não afeta, no caso o Ministério da Saúde, não afeta as competências desta Comissão, conforme o art. 43 e anexo da Resolução nº 01 de 2006. B) a proposta de emenda nº 7 de autoria da Senadora Serys também não poderá ser aprovada vez que o objeto não apresenta interesse nacional que contraria o disposto no art. 44, item 2 da Resolução nº 01 de 2006. C) as propostas de nº 9, 10, e 11 todas de autoria da Senadora Serys não podem ser examinadas, tendo em vista, que se referem a atividades com valor previsto para o período do PPA inferior ao limite fixado pelo parecer preliminar.

Item 225, § 1. E da proposta de emenda nº 12 de autoria também da Senadora Serys não poderá ser aprovada em face de abranger no seu título mais de uma ação orçamentária o que contraria o disposto no art. 44, § 2º combinado com o art. 47, § 2º da Resolução nº 01 de 2006. As demais propostas apresentadas atendem as disposições da legislação vigente sobre a matéria.

Voto: diante do exposto votamos para que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania delibere pela apresentação das seguintes emendas ao projeto de Plano Plurianual 2008/2011: Emendas ao PPA – 1) emenda de autoria do Senador Romero Jucá e Mozarildo Cavalcanti para construção e ampliação de unidades do Departamento do Polícia Federal no valor de 145 milhões. 2) de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti apoio à construção e ampliação de estabelecimentos penais estaduais de 800 milhões. 3) de autoria do Senador Flexa Ribeiro para o serviço penitenciário federal de 240 milhões, 715 mil. 4) de autoria da Senadora Serys Slhessarenko apoio à implantação de núcleos de defensoria pública especializada no valor de 32 milhões. 5) de autoria do Senador Flexa Ribeiro apoio ao reaparelhamento das instituições de segurança pública 800 milhões. No total de 2 bilhões, 18 milhões e 715 mil.

Propomos ainda que a Secretaria da CCJ seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas ao PPA 2008/2011 junto à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Esse é o nosso voto que prestamos aqui perante essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Tasso Jereissati, Relator da matéria acaba de proferir o seu parecer.

E abro a questão à discussão. Não havendo nenhum Senador desejando discutir a proposição, eu vou encerrar a discussão e submeter à votação.

A matéria é objeto de votação simbólica que Sras. e Srs. Senadores subscreveram o livro de presenças. Há, portanto, mais do que quorum regimental que é de apenas 12 membros a 15 assinaturas de membros da Comissão.

Então eu considero aprovado o parecer do nobre Tasso Jereissati e a Secretaria da Comissão vai atender a demanda do Sr. Relator para que seja, tempestivamente, encaminhada a matéria votada hoje à Comissão de Orçamento para acrescentar as emendas oferecidas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Antes de encerrar a sessão eu gostaria de lembrar que, de acordo, com matéria aprovada na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça teremos hoje a primeira Audiência Pública a partir das 15h. Estarão presentes o Dr. José Roberto Afonso, Economista do BNDS, o Dr. Samuel Pessoa, Economista e Professor da Fundação Getúlio Vargas e o Vice-Presidente do Instituto Atlântico Shermant(F) e membro também da Agência Brasileira de Classificação de Risco e de Crédito do Professor Paulo Rabelo de castro.

Após a exposição de cada um dos expositores a matéria será discutida e poderá haver, obviamente, a interpelação das Senadoras e Srs. Senadores sobre os temas relativos a PEC que prorroga a desvinculação do DRU e, ao mesmo tempo, prorroga também até 2011 o CPMF.

Amanhã às 10h da manhã, dia 31 no plenário da Comissão nós vamos ter a oportunidade de ouvir sobre a mesma matéria a PEC da DRU e da CPMF os seguintes expositores: o professor da USP Márcio Esaú Nakani, o Deputado Federal e ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, o Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB de São Paulo o Dr. Antonio Cargos Rodrigues do Amaral, um conhecido advogado e também indicado pela FEBRABAN que por questões ligadas à viagem do indicado submeteu o nome do Dr. Gabriel Jorge Ferreira. Ele é um grande advogado, especialista em questões tributárias, mas também ele foi presidente da FEBRABAN e também foi presidente da CMF que é a Confederação Nacional de Instituições Financeiras e, atualmente, é o seu primeiro vice-presidente. E, por fim, ouviremos a palavra do Dr. Paulo Skaf, Presidente da FIESP que já se encontra em Brasília.

E também quero dizer que na próxima quinta-feira, 1º de novembro, às 10h vamos ouvir a exposição dos Ministros de Estado: o Ministro Guido Mantega da Fazenda, o Ministro Paulo Bernardo do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministro José Gomes Temporão da Saúde e, finalmente, do Ministro Patrus Ananias o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

E com essas reuniões nós encerramos a parte vestibular ao exame da matéria relativa à desvinculação da DRU e da prorrogação também do CPMF, encerramos essa parte de instrução do processo para que, posteriormente, então possamos acolher as emendas apresentadas e encaminhar todo esse dossiê à Relatora da matéria Senadora Kátia Abreu para que possa proferir o seu parecer em data a ser tempestivamente anunciada.

Portanto, feitos esses esclarecimentos eu gostaria de declarar encerrada esta reunião e, ao mesmo tempo, reiterar o convite para que possamos contar com a presença das Sras. e Srs. Senadores às três reuniões que se realizarão a partir de hoje à tarde, amanhã de manhã e quinta pela manhã relativas a PEC da DRU e CPMF.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a sessão.

E querendo registrar também a presença, além, do Senador Tasso Jereissati que foi Relator da matéria,

do Senador Jarbas Vasconcelos e do Senador Antonio Carlos Valadares a quem concedo a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, haveria uma reunião para discussão das emendas ao PPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Já foi feita. O Senador Tasso Jereissati já fez, inclusive, o parecer sobre a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu apresentei uma emenda. Não sei se o Senador Tasso levou em consideração. É, mais ou menos, igual ao do Senador Romero Jucá para a construção em todo Brasil de obras da Polícia Federal.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Já foi acatada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Foi acatada a emenda? É semelhante ao do Senador Romero Jucá.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares construção e ampliação da unidade do departamento...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, eu agradeço a V. Exa. como Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E reconhecer também o exemplo do Relator com relação à emenda de V. Exa..

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Muito Obrigado, Presidente. Obrigado Governador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 12h21.)

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2007, terça-feira, às 15 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quinze horas e dezesseis minutos, do dia trinta de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Eliseu Resende,

José Agripino, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Osmar Dias e das Senadoras Serys Slhessarenko, Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Ideli Salvatti, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Sibá Machado, Aloizio Mercadante, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon, Gilvam Borges, Arthur Virgílio e Jefferson Péres. Registra-se a presença dos Senadores Cícero Lucena e Renato Casagrande. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização da **1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** para instruir a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007** (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados) “CPMF e DRU”, “Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”.

Autoria: Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. À matéria foram oferecidas as Emendas nºs 1 e 2 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; as Emendas nºs 3 e 4 do Senador Valter Pereira; a Emenda nº 5 do Senador Osmar Dias; a Emenda nº 6 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; as Emendas nºs 7, 8 e 9 do Senador Antonio Carlos Valadares; e a Emenda nº 10 do Senador Alvaro Dias. Presentes à 2ª Audiência Pública, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, aprovado em 10/10/2007, e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007, os seguintes convidados: Paulo Rabello de Castro, Vice-Presidente do Instituto Atlântico e Chairman da SR Rating, Agência Brasileira de Classificação de Riscos de Crédito; Samuel Pessoa, Economista e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV); José Roberto Afonso, Economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Justifica a ausência, Pedro H. Albuquerque, Professor da University of Minnesota; Hugo de Brito Machado, Presidente do Instituto Cearense de Estudos Tributários; e Paulo de Barros Carvalho, Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Usam da palavra, os Senadores Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Valadares, Valter Pereira, José Agripino, Flexa Ribeiro, as Senadoras Lúcia Vânia e Kátia Abreu, Relatora, e o Presidente da CCJ, Senador Marco Maciel. A Presidência encerra a Reunião, às dezenove horas e quarenta minutos e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotípia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se, como sabem V.Ex^{as}., à realização da primeira Audiência Pública para instruir a proposta de Emenda Constitucional nº. 89/2007, que, “prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do ato das disposições constitucionais transitórias e dá outras providências”, que versa sobre CPMF e DRU.

Já se encontram presentes dois expositores. O Dr. José Roberto Afonso, Economista e que se encontra atualmente servindo ao Senado Federal na Comissão de Assuntos Econômicos, e também gostaria de convidar para integrar a Mesa o também Economista Dr. Paulo Rabelo de Castro, que é Vice-Presidente do Instituto Atlântico e que será o segundo expositor. O terceiro expositor é o Economista e professor da FGV, Samuel Pessoa que já se encontra em Brasília e em deslocamento aqui para o Plenário desta Comissão.

Concedo a palavra, então, como primeiro expositor ao nobre Assessor e Economista, Dr. José Roberto Afonso. O Economista disporá de 20 minutos para a sua exposição. Com a palavra, portanto, Dr. José Roberto Afonso.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Boa tarde. Queria agradecer o Senador Marco Maciel pela oportunidade de comparecer a esta Comissão, cumprimentar os demais Senadores presentes, em especial a Senadora Kátia Abreu, que é Relatora da matéria.

Eu vou seguir aqui uma apresentação, que é vício de Economista, a gente sempre... Mas acho que por ser um tema árido, com o recurso aí do audiovisual ajuda a gente expor as idéias.

O que eu queria aqui abordar na essência, a meu ver, a grande pergunta que eu queria fazer é por que CPMF e DRU? No slide seguinte... Na verdade, são normas transitórias. Quer dizer, o que eu estou antecipando aqui um pouco o que eu abordarei nos próximos 20 minutos e na verdade antecipando a minha conclusão, que eu acho que ser ou não ser, ser contra ou a favor, não é a questão. Acho que as questões mais relevantes têm a ver primeiro perguntar por que estas medidas sempre foram propostas como medidas emergenciais e nunca definitivas? Por que continuaram sendo prorrogadas e nunca se alcançou a mudança estrutural que se aguardava quando elas foram propostas transitoriamente. E principalmente

por que é que daqui a quatro anos nós não estaremos sentados aqui eventualmente discutindo de novo uma nova proposta de prorrogação?

Eu acho que agora pode ser diferente, porque há uma oportunidade única em condições sociais, econômicas e políticas para mudanças. E o que eu quero defender é que acho que é possível agora, primeiro, se implantar um regime de responsabilidade fiscal na União, porque hoje isso na verdade no Brasil é parcial, vale para alguns governos e não para outros, e se iniciar o processo de redesenho do sistema tributário. Isso na essência é a exposição que eu venho trazer aqui, Senador Marco Maciel.

Bom, o ponto de partida, se me permite expressar até esses dias na Comissão Tributária o Senador Dornelles vinha usando muito, quer dizer, nós também temos uma jabuticaba, ou mais uma jabuticaba no campo tributário e fiscal. Imposto sobre o cheque. O mundo inteiro não usa, não aplica imposto sobre o cheque. Apenas seis países latino-americanos e quase todos eles também caráter provisório. A própria Venezuela acabou de... O Presidente Hugo Chávez criando um imposto sobre cheque. Rapidamente o que eu quero dizer é assim. Não é algo que o mundo não conheça. Os Estados Unidos aplicou um imposto semelhante a esse para financiar a guerra espanhola há dois séculos atrás. Quer dizer, o mundo não aplica não é por desconhecimento, e sim porque esse é um tributo que tem na avaliação da imensa maioria dos países as desvantagens devem superar as vantagens.

E um outro ponto que acho que é pouco discutido e que tem muito a ver com a discussão da DRU, a questão de contribuições sociais. Em quase todo mundo contribuição social é contribuição sobre folha salarial. Eu me atrevo a dizer que acho que é só no Brasil, mas como não deu tempo de fazer a pesquisa concreta, pelo menos eu não conheço e a gente tem estudado, lido razoavelmente. Qualquer outro País que tenha contribuição além de salário contribuição sobre vendas, contribuição sobre lucro, contribuição sobre movimentação financeira. Essas são... Por isso que eu quero dizer assim são jabuticabas, coisas que dá só no Brasil e a gente exporta quando muito aqui para os vizinhos.

Qual é a origem? Quer dizer, por que é que foram criadas e por que é que são transitórias? Aliás, eu queria enfatizar aqui bem que nós estamos discutindo duas medidas. A imprensa só destaca CPMF. Mas na verdade a Emenda é para prorrogar a CPMF e a DRU. Acho que a gente não precisa entrar em detalhes o que é que significa, por muito já foram conhecidos, mas queria retomar não o que significa, mas sim porquê. Por que é que foram, no slide seguinte, por que é que

foram criadas? Foram criadas e sucessivamente modificadas. Acho que não custa lembrar, nós já tivemos seis Emendas Constitucionais em torno do imposto sobre cheque e cinco Emendas constitucionais em torno da desvinculação da receita. Por uma coincidência, ambas as medidas começaram a ser aplicadas no mesmo ano, em 1994. E pra mim, na verdade, elas são irmãs siameses dos problemas ou do que aconteceu no sistema fiscal e tributário brasileiro. As motivações são semelhantes. Quando foi criado o imposto sobre cheque, na época defendido ainda no final Governo Collor, Governo Itamar, era defendido claramente que o objetivo era aumentar a carga tributária temporariamente. Depois a DRU, logo em seguida, o objetivo também era tributário. Era compensar a queda do imposto inflacionário. Isso medidas que antecederam ao real. Imposto inflacionário caiu, mas as regras continuam aí. E as demais medidas, e outras motivações era flexibilizar o orçamento e criar formas de custeio extraordinário da saúde, principalmente quando foi convertido em CPMF depois virou seguridade social.

O objetivo na verdade das duas medidas, os objetivos são os mesmos. De um lado atender a um ajuste fiscal da União, é um objetivo, que a gente vai ver que na minha opinião isso não está sendo feito, e segundo e principal aguardar a adoção ou efetiva implementação de mudanças estruturais que assegurem o equilíbrio fiscal permanente de longo prazo.

Então, a primeira conclusão que eu queria antecipar aqui, que eu acho que o mero ato de propor a prorrogação da CPMF e DRU é a confissão que: Primeiro, o ajuste fiscal de curto prazo da União é frágil. Todos nós sabemos aqui, extremamente dependente de uma carga tributária alta e crescente. E segundo, e principal, até hoje não foi adotado um equilíbrio fiscal e duradouro. Porque se já tivéssemos promovido, tivéssemos chegado a esse... Cumprido esses dois objetivos não precisaríamos estar aqui discutindo essas medidas.

Eu queria voltar... Eu vou voltar esse assunto em seguida, mas antes eu queria passar no próximo slide, quer dizer, a pergunta é a seguinte, por que é que... Se CPMF e DRU não resolvem, por que é que se repete? Qual é a origem de continuarmos aplicando CPMF e DRU? Na minha opinião, porque de forma crescente constituem os atalhos mais curtos, cômodos e eficazes para quatro situações. Uma recarga tributária, uma recentralização federativa, uma redução social ou da política social e um relaxamento fiscal. Esses quatro pontos eu quero abordar em seguida, pediria desculpas aos Senadores, como Economista quero mostrar alguns números para na verdade fundamentar o que nós estamos defendendo. Quer dizer,

recarga tributária. Primeiro ponto. Os demais tributos sem ser a CPMF aqui só a arrecadação federal como nós podemos ver pelo gráfico tiveram um aumento que mais do que compensa a CPMF. Esse gráfico vem desde quando foi promulgada a Constituição de 88, a arrecadação tributária que é só federal e só da receita do Brasil, quer dizer, não se confunde com o conceito global de carga tributária, resolvi como discussão de CPMF tem a ver com a discussão de receita focar aqui mais nesse ponto. E quando saiu a Constituição de 88 a receita do Brasil mal arrecadava 10% do PIB e hoje está arrecadando mais de 17% do PIB. Foi criado imposto sobre cheque em 94 e depois recriado em 97 a CPMF que está rendendo hoje na Casa de 1,4% do PIB é a barrinha mais clara. O que a gente pode ver pela barra mais escura é que os demais impostos, ali a gente está destacando o ano de 2007, já superam a arrecadação que se tinha, a arrecadação federal com a CPMF até o ano, por exemplo, de 2003. O ano de 2002 é atípico por conta de receitas federais.

Então, independente da CPMF os demais tributos aumentaram e aumentaram bastante e, aliás, há uma meta oficial proposta pelo Governo Federal no âmbito do Plano Plurianual que aumente mais ainda até o ano de 2011. No segundo slide que eu queria destacar e que está colado é a questão das contribuições. Boa parte desse aumento de carga tributária não se deu via impostos, se deu via contribuições. Se a gente, por exemplo, uma análise agregada de 98 para cá, do aumento da carga tributária que global que nós tivemos no País, apenas 11% foi de ICMS. Os demais impostos não chegam a explicar 1/3. Quer dizer aumento de carga foi feito via contribuições. Por que é que foi feito via contribuições? Porque através do mecanismo da DRU as contribuições são convertidas em impostos de livre aplicação. E hoje nós chegamos a essa situação que mostra o gráfico da direita que no âmbito federal, na arrecadação da União as contribuições são mais do que o dobro do que a arrecadação de impostos.

Então, nós temos dois sistemas tributários nesse País que tem discutido muito isso na CAE, o Senador Marco Maciel acompanhou na constituinte. Foi feito todo um esforço enorme durante a constituinte para padronizar, sistematizar, melhorar o sistema de impostos, com princípio de anualidade, foram cortados cinco impostos que eram cumulativos federais, foi assegurada a não cumulatividade, mas paralelo a isso nós tivemos um mecanismo de crescimento de contribuições e essa expansão só se deu, a meu ver, foi estimulado pela aplicação da DRU. A DRU, na sua origem, muita gente aqui... Acho que não custa registrar rapidamente, o objetivo dela na verdade era usar COFINS e contribuição sobre o lucro para pagar os aposentados

da União. Porque a lei orgânica da Previdência tinha proibido que se utilizasse essas contribuições diretamente. No fundo é transferir recursos do orçamento da seguridade social para o orçamento fiscal.

Bom, esse mecanismo tributário tem problemas, tem. A CPMF é cumulativo, quanto maior a cadeia produtiva... eu não vou me estender porque eu estou preocupado com o prazo, mas quanto maior a cadeia produtiva mais imposto se paga. Não tem que considerar só o imposto que está incidindo sobre cheque passado pelo empresário, mas sim o que está embutido no preço do que ele compra. Isso é um estudo do FGV de São Paulo que calcula que, por exemplo, um setor de abate de animais ou na indústria têxtil a CPMF chega a representar 3% do valor adicionado.

No slide seguinte eu também queria aqui reforçar que muita gente, acho que tem uma certa ilusão no debate atual que diz: Não, a CPMF pega o sonegador. Pega o sonegador indiretamente. Mas na verdade não é só a CPMF que atinge o sonegador. Todos os tributos indiretos no Brasil atinge o sonegador. A CPMF é o menor deles. Aliás, atinge o sonegador que sonega em real e não em dólar, e que sonega em contas bancárias do País. Porque que sonega em dólar e faz transições no exterior não se consegue pegar. E é 0,38% sobre uma transação. Enquanto que a soma de ICMS, COFINS, PIS e os demais tributos indiretos na carne representa 23% do preço do custo da carne, segundo estudo do IBPT, leite 50%, num aparelho de televisão 60 e em três produtos que ninguém escapa, telefone, energia elétrica e gasolina a carga supera 60%. Quer dizer, não há uma pessoa nesse País ou uma empresa que, na minha opinião, consiga viver ou funcionar sem estar usando energia elétrica, sem estar de alguma forma usando gasolina e telefone. E, portanto, quando usam esses produtos também estão pagando impostos e impostos indiretos.

Se isso é bom do ponto de vista de arrecadar, isso tem sério problema do ponto de vista social. No slide seguinte ele é grande, eu só vou aqui citar e fica aqui a contribuição, é um estudo feito pela USP de São Paulo que mostra o resultado do Brasil usar e abusar de tributos indiretos, que é o seguinte. Quanto mais se ganha nesse País menos se paga em proporção ao consumo. Na esquerda, o cálculo da FIPE é que quem ganha dois salários mínimos paga até 48% da renda de tributos, enquanto que quem ganha mais de 30 salários mínimos paga 26%, quase a metade. E a CPMF está dentro dessa conta porque ela é repassada por preço dos bens e serviços. Quer dizer, a idéia de que uma pessoa que não faz... Não tem conta bancária não paga CPMF é falsa. Porque ela paga CPMF embutida no que ela compra. E o problema no Brasil é

que os mais pobres comprem mais, consomem mais do que os mais ricos e por conta disso estão pagando mais impostos.

Bom, o segundo bloco que eu quero abordar aqui por que é que esse conjunto... Por que repetir, é a recentralização federativa, quer dizer, depois que foram disparados esses instrumentos a União pode reverter as perdas que teve na Constituição de 88 e passou a fazer isso de forma cada vez mais acelerada. Só para ilustrar, em 91 que é ano de menor posição da União, na hora de dividir o bolo tributário da União a União tinha 54,7% de tudo que se arrecadava no País. Quer dizer, a Constituição de 88 na partida a União tinha 60 e caiu para 54, e o ano passado já subiu para 57%. Os Estados são os grandes perdedores nesse processo. Quer dizer, a recentralização serve para aumentar a carga tributária e serve para aumentar a receita disponível na União. E isso cria no slide seguinte problemas também pelo lado da despesa. Não significa necessariamente que a União vá gastar mais. Por exemplo, na área de saúde e saneamento, gastos que nós temos as informações da Secretaria do Tesouro com base dos balanços oficiais das três esferas de Governo mostram que, por exemplo, desde a adoção da Emenda nº. 29, de 2000 até 2006, aqui nós estamos falando de gastos total, não só a vinculação, a despesa da União caiu, a de Estados e Municípios subiu. Então mesmo com os Estados e Municípios tendo uma participação menor na receita tributária eles passaram a ter uma responsabilidade maior na saúde como também se fizer esse gráfico em educação e várias outras áreas também vai aparecer.

Bom, por falar nesse ponto eu queria chamar atenção para a terceira crítica que eu queria fazer a essa combinação que significa o que eu chamaria de um reducionismo da política social e de gasto social. Quer dizer, no Brasil passou-se a tratar o social como se fosse limitado apenas a benefício. E política social se faz de forma muito mais ampla, inclusive mais eficaz além de benefícios. Quer dizer, não tem nada contra se pagar e terem aumentado os benefícios sociais. Mas aqui nesse gráfico só queria destacar que de 2000 para 2006 a carga tributária subiu 3,5% do PIB e apenas 0,4% do PIB foram aplicados em maiores gastos com educação e saúde. Os benefícios sociais como um todo tiveram sim um aumento de 2,3. Ainda assim fica faltando um pedaço para chegar ao aumento da carga que foi destinado especialmente para pagamento de juros. Quer dizer, nesse meio termo, na minha opinião, a nossa política fiscal o nosso desdobramento é que nós estamos reduzindo a nossa política social apenas a benefícios. Um bom retrato disso é também na área de saúde, o slide seguinte que acho que o

debate está na ordem no dia. Aqui sim são os relatórios oficiais da Secretaria de Tesouro sobre quanto o Governo Federal gasta com saúde para cumprir a Emenda Constitucional nós verificamos de 99 para cá o gasto está praticamente estável. De 1.7 para 1.7 do PIB. O que significa também que a criação da CPMF não significou um aumento de investimentos na área de saúde. E acho que isso é até um ponto importante a se atentar para que não se... Não adianta você colocar mais CPMF de um lado e retirar a outra fonte de recurso e o todo diminuir.

Por último, nessa questão social, eu acho que precisa se discutir a fundo o efeito da DRU sobre a seguridade social. Esse é um ponto que vem... TCU vem chamando atenção todo ano nos pareceres que ele dá das prestações de contas, das contas federais. Porque na verdade quando não se considera a DRU sobre as contribuições para seguridade social, por exemplo, no ano de 2006, a seguridade social em vez de ter um déficit de 1,4 teria tido um superávit de 0.25. Temos aqui uma certa esquizofrenia fiscal. Porque a gente cobra contribuição social, aplica a DRU que tira da área social e usa a DRU para financiar benefícios previdenciários, Bolsa Família que são da área social. Quer dizer, por que é que a gente precisa ficar dando tanto essa volta.

E por último, a minha crítica principal é que eu chamaria o quarto... é o relaxamento fiscal que vem se dando no âmbito federal. Todo mundo fala no bom desempenho das contas públicas, mas quero alertar aqui que o bom desempenho vem sendo muito mais puxado por Estados e Municípios e empresas estatais e não pelo Governo Federal. Essa conta que é feita pela Assessoria do Senador Tasso mostra que de janeiro a setembro, com base nos últimos dados divulgados o superávit primário do Governo Federal é decrescente, governo central, é decrescente. Em 2007 é o mais baixo desde 2002. No slide seguinte, sei que a tabela é grande e eu estou correndo aqui, mas eu queria destacar que primeiro semestre... (soa a campainha) quando a gente coloca o resultado primário como um todo, vocês podem ver que o resultado primário dos governos, Estados e Municípios subiu 0,57, e o da União subiu 0,15. Quer dizer, Estados e Municípios estão fazendo esforço fiscal que é algo quase três vezes maior o que o Governo Federal está fazendo neste ano. E o resultado a destacar lá em cima no resultado nominal que chegou a situação que os Estados têm superávit nominal. Quando a gente defende nesse País ter déficit nominal zero, na verdade os Estados não só zeraram seu déficit nominal quanto estão tendo superávit nominal. Quer dizer, o que tem em caixa... o que gera para caixa é mais do que suficiente para pagar todas suas

despesas e juros da dívida. Não fosse o desempenho de Estados e Municípios e o desempenho também das empresas estatais, o resultado do setor público como um todo não estaria muito bom.

Um outro comentário, quando a gente olha a dívida líquida. Isso aqui são dados do Banco Central. Se fizer a conta, por exemplo, de 2000 até 2007 que todo mundo comemora, a dívida de fato caiu. Caiu de 46 para 44% do PIB. Quando a gente vai abrir por segmento a dívida federal cresceu de 28 para 31. Então a dívida do setor público caiu porque caiu a de Estados e Municípios e empresas estatais. Porque a dívida federal está crescendo.

E o último comentário de relaxamento fiscal e que pra mim é dos mais sérios pela magnitude envolvida, é o que se passa com a gestão da dívida pública brasileira. A taxa de juros cai e a despesa com juros não cai na mesma proporção. Por exemplo, de janeiro a setembro a média da Selic do ano passado para esse ano caiu de 11.6... Aqui é só os dez meses. Perdão, os nove meses. Nós tivemos uma queda de 22% na Taxa Selic. E os gastos com juros caiu só 6%. Não caiu mais por quê? O Governo trocou papéis Selic por prefixados... Preocupado com o tempo, Senador. Por papéis prefixados que custam caro, e segundo porque está aumentando as reservas cambiais. Quanto mais reserva cambial maior o custo fiscal. Não estou dizendo que a gente não tenha que ter reserva cambial, mas é bom ter claro para o País que acho que isso não está claro que essa magnitude de reservas cambiais tem um custo fiscal altíssimo que é dado pela diferença entre o que nós ganhamos aplicando reservas lá fora e o que nós perdemos aplicando aqui dentro.

Por último eu tenho uma grande crítica, a questão... Só voltando antes o slide anterior. Só um comentário rápido. O que sempre foi dito é o seguinte, trocamos papéis de Selic por prefixados, que são papéis de longo prazo para ficarmos menos vulneráveis na crise. Agora, o que aconteceu com a estrutura da dívida dos papéis da dívida imobiliária(F) e mercado? No final do ano passado, 5% eram papéis de curtíssimo prazo que estavam no mercado aberto. Quando teve a crise de julho, isso subiu para quase 15%. Na verdade, em setembro nós ainda estamos 13% da dívida pública é papel de curtíssimo prazo, papel que gira em cerca de um mês. Então eu confesso que eu não entendo. Quer dizer, eu deixei de economizar nos juros para trocar por um papel de longo prazo e quando o mercado ficou nervoso no longo prazo e quis voltar para o curto prazo, pelo visto ele conseguiu ir. Porque se tem hoje mais papéis de curto prazo dentro do peso da dívida pública do que se tinha quando o Governo Lula tomou posse e que todos nós sabemos que tinha uma crise de

confiança muito grande. Quer dizer, este cenário aqui de crítica tem que mudar. E eu acabei me demorando aqui nas críticas, queria passar as propostas.

Quer dizer, acho que é mais do que na hora de se fazer uma transformação eficaz e efetiva. Essa transformação no slide seguinte, a meu ver, tem que responder a seguinte. Por que é que a União não se submete à responsabilidade fiscal? Como, aliás, vimos até aqui que Estados e Municípios estão se submetendo. Para isso acho que nós podíamos aproveitar esse período de transição aqui proposto para fazer um ajuste em três etapas: Um ajuste fiscal imediato que envolve parar de crescer gasto e dívida. Reestruturação fiscal. Na verdade, antes de reduzir eu acho que nós temos que parar de aumentar a carga, aumentar gasto. Nós estamos há dois ou três anos nesse País discutindo redução de carga tributária e de gasto, na verdade continuou subindo. Eu primeiro tenho que parar de crescer para no segundo momento começar a reduzir gasto e a meu ver retomar a descentralização fiscal e também fazer a reestruturação tributária. O ajuste...

Primeiro ponto, ajuste fiscal da União imediato. Queria aqui trazer algumas idéias. No âmbito Legislativo que essa é a Casa Legislativa, primeiro, passa a meu ver pela União ter limite para a dívida. Cabe ao Senado fixar limite para a dívida consolidada da União. Foi fixado para Estados e Municípios e não foi fixado para a União. E na minha opinião pessoal, o limite da União tinha que ser igual a dos Estados que é 200% da receita por uma questão inclusive de isonomia federativa. Já posso aqui antecipar rápido a preocupação, se tiver uma crise como é que a União faz? A Lei de Responsabilidade Fiscal na própria lei já prevê quatro mecanismos de flexibilização em caso de crise, de calamidade pública, quer dizer, ninguém vai ter uma regra rígida que não possa ser alterada. Agora, com quatro brechas na minha opinião não é justificativa para a União não ter limite. A União também deveria ter limite para dívida imobiliária. Aliás, esses dois limites estão previstos na Constituição. Eu acho que esse limite como proposto cinco vezes a receita corrente tendo um limite preventivo de 90%. Ambos os limites mantêm a dívida congelada mais ou menos na posição que está hoje exigindo uma redução. Os limites de despesa de pessoal, eu acho que nós precisávamos de um limite preventivo. Quer dizer, além do limite que está na Lei de Responsabilidade Fiscal, colocar um limite que a própria lei prevê que seja um sinal amarelo, esse limite ao invés de 90% ser 60% fora a discussão de revisão de teto, um Projeto de Lei Complementar que vem para o Congresso, pelo que eu sei não está sendo mais discutido discutida na Câmara por iniciativa do Governo.

E por último, meta de resultado nominal. Não precisa emendar a Constituição para fazer déficit nominal zero. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que a própria LDO fixe meta para o superávit primário e também para o nominal e que acho que pode ser zero em três anos. Hoje a situação da União ela extrapola todos os limites. Só para os senhores terem uma idéia, o gasto com pessoal está na casa de 80 milhões e o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é 150 milhões. Ou seja, não existe limite. O limite, a dívida consolidada que não tem limitado nenhum está... Acho que no slide seguinte, é primeiro gráfico. Depois eu posso retomar no debate. A dívida consolidada da União hoje está em 2,1 vezes a sua receita. E a dívida imobiliária em 4,3 vezes a sua receita. Por isso que eu pessoalmente acho que você colocar, por exemplo, no slide seguinte um limite da dívida da União de dois, quando a gente compara com os Estados, ela só vai estar... Só tem o Rio Grande do Sul, pelo menos, em agosto último com uma posição superior à da União. Não acho que... Se os Estados conseguem cumprir, por que é que a União não conseguiria cumprir?

Bom, a segunda etapa que eu chamaria proposições de médio prazo, reestruturação fiscal, acho que poderia passar por se fixar um limite de despesa corrente para a União que ela em quatro anos voltasse ao mesmo patamar que ela tinha em 2002, e enquanto essas metas não são atendidas, (soa a campanha).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – É que eu estou preocupado que eu estourei o tempo. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pode esclarecer, por favor.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Eu acho que só voltar mais um que fica mais claro. Eu estou indo rápido...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – (pronunciamento fora do microfone) apenas um Estado do nordeste que é Alagoas. Os outros todos são Estados ricos que estão com sua proporção de endividamento sobre sua receita mais alta. Não é sobre receita. São os Estados ricos.

(soa a campanha)

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP) – Presidente, permita apenas dizer que se for possível ao Prof. José Roberto Afonso nos proporcionar, além dos slides, também uma cópia do texto que apresenta, bem como os demais...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Secretaria vai providenciar a todos os Srs. e Srs. Senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Facilitaria muito o nosso diálogo. Por favor.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Eu peço desculpas porque estou preocupado com o tempo. Por isso que estava correndo mais rápido. Eu tinha deixado uma cópia aqui com a Secretaria, eles estão reproduzindo. Vou repassar aqui mais devagar. De qualquer forma, nos debates posso voltar esse assunto com calma.

Aqui são os limites da... Mais famosos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A esquerda o limite, DCL é Dívida Consolidada Líquida. O principal limite da dívida. Há uma proposta aqui nessa Casa propondo um limite de 3,5 vezes. E hoje o limite... hoje, a posição de dívida é 2.1. Ou seja, esse limite que aqui está proposto e que nem é aprovado, não significa limite nenhum, porque é absolutamente... Daria uma folga para a União ainda de 1,4 vezes a sua receita. Quer dizer, nós estamos falando aqui que você poderia se endividar um ano e meio arrecadando é o parâmetro. Por isso que na minha proposta era que fosse criado esse limite e que esse limite ao invés de 3,5 vezes a receita fosse duas vezes a receita.

A segunda barra é a despesa de pessoal. DP é despesa de pessoal. A despesa de pessoal do Executivo hoje representa 22% da receita. E a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê um limite de 40,5%. Quer dizer, ou seja, a folha é a metade do limite. Por isso que eu digo que o limite não funciona. Quer dizer, por isso que a folha de pessoal não pára de crescer, em grande parte porque a receita cresceu muito, e ainda teria uma folga hoje que quase dobrar a folha de pagamento em termos reais e não teria estourado esse limite. Nesse sentido que eu acho que poderia ter um limite preventivo. E a dívida imobiliária, hoje, ela representa 4,3 vezes. Aliás, eu queria chamar atenção, se me permite, uma coisa muito curiosa. A dívida imobiliária que é um pedaço da dívida consolidada é maior, a dívida imobiliária é maior que a dívida consolidada. Em grande parte porque eu tenho muitos papéis emitidos, e ao mesmo tempo eu tenho um caixa do Tesouro grande demais. Aliás, caixa do Tesouro hoje supera 10% do PIB. Não conheço nenhum País do mundo, tirando países árabes que tem um caixa tão alto. O que também significa que o Tesouro tem uma folga muito grande para gerir a dívida em momento de qualquer turbulência. O que de novo não justifica, a meu ver, não é cabimento nem legal, nem técnico, nem federativo para a União não ter limite para a sua dívida. E o limite que eu estou propondo aqui, contribuição pessoal minha no slide seguinte era que a União tivesse o mesmo limite dos Estados, que é duas vezes a sua receita. Hoje é só o... O Tesouro que está ali é o segundo, só o Rio Grande do Sul que está com 2,5, Alago-

as 2,03, Tocantins no outro triângulo com uma dívida que equivale a 10% da sua receita. Esse quadro feito a um ano atrás, há cinco anos atrás era bem diferente a maior parte dos Estados estavam mais endividados e fizeram o ajuste. Só estou comentando que eu não entendo por que é que a União não pode estar sujeito ao mesmo processo. O fato também de ter o limite de dois, por exemplo, o caso do Rio Grande do Sul, não significa que ele esteja desequilibrado porque ele tem um tempo. Na própria Lei de Responsabilidade Fiscal para fazer o enquadramento.

Bom, passando, eu tinha falado ajuste fiscal as medidas imediatas, eu queria falar um pouco do fluxo, sugestões de medidas, mas de médio prazo. A meu ver, o mais importante era se ter um limite de despesa corrente, que eu pessoalmente achava que podia ser mesma magnitude de 2002, esse limite pode ser agregado, pode ser incluindo, tem que tirar as transferências intergovernamentais, pode se manter ou não o juro. Na verdade, quero até antecipar aqui, se manter os juros dentro do limite, isso estimula a queda dos juros que abre um espaço fiscal e você redistribua para outras finalidades. Agora, mais importante do que o limite, e aqui eu quero enfatizar, limite é algo que a gente verifica *ex post*. O importante é atuar *ex ante*. É ter medidas que te ajudem a levar para esse limite. E na minha opinião, quer dizer, se a despesa corrente está acima da meta, você tem que atuar em cima da origem da criação das despesas. E eu acho que, por exemplo, uma hipótese que poderia ser transitoriamente quando não se alcança essa medida vedar a edição de medida provisória que: Um, criasse ou majorasse qualquer tributo. Aliás, lembrando taxa, contribuição, tudo isso é tributo. Abrir ou remanejar dotação orçamentária via Medida Provisória. Aliás, a Constituição prevê medida provisória sobre orçamento só em caso de calamidade pública. E criação de entidades ou cargos por Medida Provisória. Eu quero aqui antecipar, eu pessoalmente acho que o parâmetro é o mesmo que vale para estados e municípios. Todos os governadores e todos os prefeitos desse País conseguem gerir suas contas e muito melhores como nós vimos ponto de vista fiscal sem baixar Medida Provisória e sim usando Projeto de Lei e eu não vejo por que é que o Governo Federal não poderia usar do mesmo recurso.

E a outra questão que é mais importante, é que a criação de novos gastos, só voltando o slide anterior, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que um novo gasto, um novo compromisso possa ser compensado ou via redução de outros gastos ou via aumento de receita. O que aconteceu nos últimos anos e particular na União, toda compensação foi feita via aumento de receita e não lado do gasto. Acho que poderia se

suspender essa compensação pelo lado da receita por um período de dez anos. Volto, o slide seguinte só está mostrando, quer dizer, o que nós estamos propondo aqui é parar de crescer. Eu ainda nem... Não consigo... Acho que no mínimo tem que se parar de crescer, esse gráfico mostra expansão de despesa corrente da União nos últimos anos, aliás, não tem investimento, mas o levantamento feito por investimento é mesmo em 2007 até janeiro de 2007 é igual de 2002. O que mostra que o nosso problema é de expansão de gastos.

Outras medidas de longo prazo que poderiam acompanhar essas e que eu acho que era importante estarem sendo adotadas juntas, completar o processo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Até hoje não foi criado um Conselho de Gestão Fiscal previsto na lei inclusive por iniciativa do Congresso. Acho que é urgente revisar a Lei 4.320. Acho que a iniciativa dessa revisão a partir do Executivo, já existem projetos tramitando aqui, mas não se avança. Muitos dos problemas hoje que nós temos de... No processo fiscal na verdade não são problemas na Lei de Responsabilidade Fiscal, são questões para serem resolvidas na revisão da Lei 4.320 e uma maior transparência fiscal que acho que tem que começar, como tem sido discutido na CAE pelos próprios tributos. Quer dizer, a nota fiscal deveria explicitar o que está se pagando dentro do que está consumindo. Uma divulgação mais detalhada de contas acho que todo processo de revisão de controles tem que ser revisto.

A reestruturação orçamentária, eu vou passar... Peço desculpas, Senadores, vou passar mais rápido. Posso voltar no debate. Esse processo... Slide seguinte, processo de reestruturação orçamentária eu acho que deveria também contemplar alternativas para desvinculação, pra gente não precisar ter DRU. Não precisamos ter DRU no momento que o Fundo de Participação FPE, FPM contemplasse toda a receita tributária proposta, que, aliás, já foi feita pelo Ministério da Fazenda e acho que não precisa esperar a Reforma Tributária como um todo para ser adotada. O SUS que está se discutindo, precisa ter uma solidez no seu custeio. Eu pessoalmente gosto da idéia de valor *per capita*. Se for uma base de financiamento a mais ampla possível. Agora, uma questão fundamental é regulamentar as transferências de Estados e Municípios para que os repasses do SUS tenham o mesmo tratamento legal e demonstrativo do FPE/FPM. Tem que ser feito a cada dez dias, se houver atraso tem a responsabilização de suas autoridades. Os repasses do SUS hoje constituem a segunda transferência mais importante do País. E não são regulados nem por lei, é por uma Portaria do Conselho Nacional de Saúde.

E por último acho que a gente precisa repensar o orçamento da seguridade social e eventualmente avaliar se tem um orçamento da área social como um todo, que na hora que eu transformar contribuições em impostos exige que a gente coloque no lugar vinculações pré-datadas. Não é difícil de fazer isso tudo. O slide seguinte aqui só estava ilustrando. Por exemplo, no ano passado se a gente considerar o que foi repassado de FPE para os Estados, por exemplo, 28 bilhões de reais que é o resultado de 21,5 do IRPI. Isso representaria 5,8% do total da receita tributária da União. Quer dizer, só trocar a base e é uma conta aritmética a mais simples possível. Por exemplo, na área de saúde, para Estado seria 2%, para Municípios 3,2%. No todo dá 22% manter o mesmo repasse como um todo.

Por último, é a reestruturação tributária. Eu acho que uma questão de princípio fundamental que se tem que adotar aqui é que receitas extraordinárias devem custear gastos extraordinários. Não tem cabimento receita extraordinária está financiando gasto permanente. Qualquer dona de casa, qualquer empresário sabe isso. Acho que é urgente providenciar o desembarque da CPMF. Isso pode passar de um lado... a receita da CPMF poderia estar sendo aplicada em desonerações, no COFINS e PIS, por exemplo, para diminuir a cumulatividade dar um crédito equivalente à alíquota de CPMF nas compras que podem ser deduzidas de COFINS e PIS/PASEP e crédito a vista de bens capital. Folha salarial, acho que depois aqui o Samuel vai abordar um pouco. Só completando anteriormente. Pode se restituir a CPMF caso ela seja cobrada aos empregadores como uma proporção. Só voltar o slide anterior, e quanto maior o encargo em relação ao faturamento maior devia ser a responsabilidade. ICMS eu acho que a CPMF se for mantida transitoriamente poderia estar sendo usada para financiar, honrar diretamente junto aos exportadores os créditos acumulados de CPMF exigindo em contrapartida dos Estados que o problema não se repita ou pare de crescer. E eventualmente compensar Estados pela perda de giro caso também se coloque crédito a vista de investimentos produtivos e bens de usos e consumo no lugar da guerra fiscal.

Por último, eu só quero fazer aqui um comentário no slide seguinte, vou concluir mesmo, Senador, é a questão da CPMF fiscalizatória. Quer dizer, muito tem sido dito que a CPMF teria a função de fiscalizar. Descobrir bases que não estão sujeita a outros impostos. O que eu só queria registrar aqui é o seguinte, o único estudo, dois estudos disponíveis na Receita Federal, no site da Receita datam de 1999. São dados de 99. E mostram, por exemplo, à esquerda, que da base da CPMF só 20% não era identificável. Então essa idéia

de que a maior parte das transições bancárias correspondem a sonegação, em 99 era 20%. Seria muito importante que a Receita mostrasse a meu ver qual era essa posição atualizada e quero crer que esses 20% tenham diminuído. Porque se não diminuiu é porque a CPMF não funcionou para combater a sonegação. Estamos falando de 99 para 2007 temos aí nove anos. Esse mesmo estudo da receita, por exemplo, compara em alguns setores da atividade econômica qual é a movimentação financeira com a sua receita bruta. Isso é interessante e isso devia ser... Eu não sei se é feito com regularidade, espero que sim, e que apenas não esteja sendo divulgado. Eu acho que deveria se divulgar o que aconteceu nos últimos anos e passar a divulgar com periodicidade. Isso não tem nada a ver com quebra de sigilo bancário e fiscal que ninguém está falando aqui em mostrar a conta de uma empresa ou de um contribuinte. Eu acho que essas informações são relevantes, inclusive para a nossa discussão (soa a campanha) tributária para saber até onde a CPMF é mesmo um tributo fiscalizatório.

Bom, a minha conclusão, e aí concluo mesmo, acho que assim, nós temos um momento único para transformar o provisório em transformações... em permanente. E do ponto de vista econômico, eu queria encerrar aqui nesse slide, há quatro anos atrás no debate que teve aqui nessa Casa que eu tive acompanhando foi dito que não se podia mexer na CPMF ou na DRU se a economia não crescesse mais, se a inflação não reduzisse, se o câmbio não reduzisse, se a taxa de juros não reduzisse, se o superávit primário não subisse, se a dívida não caísse. Tudo isso aconteceu. A única coisa que não aconteceu é se ter uma regra ou distinção ou de desembarque de CPMF e DRU. Acho que nós temos excelente momento para não apenas discutir porque manter ou porque acabar, mas sim por que é que é provisório, quer dizer, se é provisório, é porque não se resolveu o permanente. E precisamos atacar os problemas permanentes. E espero aqui ter podido trazer subsídios para tanto. Peço mil desculpas, Senador Marco Maciel, por ter me estendido.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradece a contribuição do Dr. José Roberto Afonso, Economista que está prestando serviços inclusive aqui ao Senado Federal, e passo agora a palavra ao Dr. Paulo Rabelo de Castro que já foi apresentado anteriormente. E a Mesa tem também a comunicar que está se iniciando agora a Ordem do Dia. E eu vou conceder a palavra ao Dr. Paulo Rabelo de Castro, mas posteriormente talvez teremos que fazer... Suspender por 20 minutos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Só para ajudar, Presidente, a Ordem do Dia hoje não vai deliberar nada. Não vai se votar nada porque a Medida Provisória... trancando a pauta. Então acho que nós temos que ter preocupação com a Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V.Ex^a me traz uma ótima notícia, mas acontece que poucos minutos quando ainda aqui se encontrava o Senador Antonio Carlos Valadares, o Demóstenes e também o Almeida Lima, me procurou o Senador Jefferson Peres dizendo que vai fazer um discurso agora, primeiro da ordem do dia. E que gostaria de ter a presença dos colegas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Por esta razão sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então por esta razão que eu conversei com ele eventualidade suspender a Sessão por 20 minutos tão logo comece o pronunciamento de S.Ex^a, o Senador Jefferson Peres. E V.Ex^a trouxe uma boa notícia, se não há Ordem do Dia, ou seja, se não vai ser votado nenhum item da ordem do dia por trancamento de pauta em face da medida provisória, nós teremos mais tempo para discutir e debater. Mas já vamos ganhando algum tempo ouvindo a palavra do Dr. Paulo Rabelo de Castro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu também estou de acordo que ouçamos lá e cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Tá certo.

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Boa tarde a todos. Primeiro lugar registro meu agradecimento e pela oportunidade e pela honra inclusive de estar aqui presente na tarde de hoje, a convite da Presidência desta Comissão e cumprimentar na pessoa da Senadora Kátia Abreu, Relatora da matéria, todos os demais Senadores e Senadoras aqui presentes participantes da Comissão.

Nos 120 slides que eu preparei para apresentar, nós vamos ter uma visão complementar a excelente apresentação que o meu antecessor o Economista José Roberto Afonso acaba de fazer. Na realidade... (soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu vou ter que novamente interromper o Dr. Paulo Rabelo de Castro que também, como assim fez o Prof. José Roberto Afonso, que tem excelente contribuição a apresentar, mas é que a Mesa está agora insistindo que está aguardando a suspensão da Ses-

são da reunião da Comissão para que nós possamos ir ao Plenário e depois retornamos a ele.

Eu vou fazer um apelo inclusive aos expositores que têm seus compromissos também que aguardem um pouco mais e acredito tão cedo quanto possível nós estaremos aqui de volta.

Sessão suspensa às 16h05.

Sessão reaberta às 16h38.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Declaro reaberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que destina-se a ouvir os economistas José Roberto Afonso, Paulo Rabelo de Castro e Samuel Pessoa no debate relativo à PEC 89 que discute a CPMF e a DRU.

Então, com a palavra o Economista Paulo Rabelo de Castro, para a sua apresentação.

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Sr. Presidente, agradeço a palavra, peço desculpas pela interrupção que não foi motivada por uma ação nossa, mas devidamente já explicada, e gostaria de retomar com o fato de que havia...

Prosseguindo. Nós havíamos mencionado para motivar a reflexão do... E atenção dos nossos espectadores e da própria Comissão, de que nós teríamos aqui 120 slides para apresentar. Na realidade são 12. E eu pretendo, Sr. Presidente, manter mais razoavelmente dentro do horário. Mas a idéia dos 120 slides diz respeito um pouco a tudo que nós vamos discutir a seguir. O Governo tem feito várias brincadeiras a respeito do assunto da CPMF. Uma dessas brincadeiras é dizer que ele não pode passar sem ela. É uma brincadeira parecida com essa de nós dizermos que temos 120 slides para apresentar, mas não temos 120 slides. É diferente. Nem tudo é aquilo que parece. E ao Governo quer fazer parecer que a receita fiscal sem a CPMF, como já demonstrou, aliás, brilhantemente o Economista José Roberto Afonso que me precedeu, é uma receita crescente, crescente em termos reais, mesmo já retirado o cálculo da inflação embutido em cada período anual, e mesmo assim a CPMF ela quando expurgada da receita demonstra que temos um... Uma curva ascendente da arrecadação fiscal total e em particular na arrecadação fiscal federal.

Portanto, o contexto do debate é distinto daquele contexto que eu diria até maniqueísta em que aqui nós estamos sendo submetidos como cidadãos. Falo aqui como cidadão, embora supostamente com informações mais especializadas sobre esse assunto. Os cidadãos estão tendo a seguinte informação do Governo. Se... Quem é contra a prorrogação da CPMF só pode ser

contra o Brasil. Só pode ser contra o equilíbrio fiscal, tendo em vista que nós temos uma situação em que o Governo não pode passar sem a CPMF.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu gostaria de fazer uma breve interrupção.

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Primeiro lugar para agradecer ao Senador ACM Filho que estava na presidência desta Casa na ausência de Presidente e Vice. E segundo para convidar o Presidente efetivo para assumir o comando dos trabalhos.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria que V.Exª continuasse até o término da exposição do Dr. Paulo Rabelo de Castro. E quero cumprimentá-lo também pela forma como está presidindo a reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito obrigado.

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Nesse caso prosseguimos. Na realidade, o contexto do debate é distinto daquele que maniqueísticamente parece ser, porque justamente pelo contrário nós gostaríamos de contextualizar esse debate primeiro demonstrando que o aumento da carga tributária tem equivalido no Brasil a uma redução permanente do Produto Interno Bruto brasileiro. E isso vem possivelmente a complementar a visão orçamentária financeira e fiscal já trazida pelo debatedor anterior. O que nós queremos aduzir agora é um outro efeito muito danoso desta vez macroeconômico e social porque atinge obviamente a criação, a geração de empregos no Brasil, e que passa ao largo desse debate em que argumenta-se que nós temos aí ou teríamos um almoço grátis, ou seja, quanto mais o Governo arrecada ele mais pode fazer o bem. E o bem se traduz não só por medidas em favor da saúde como medidas em favor da Previdência Social e como medidas em favor da assistência social particularmente da Bolsa Família.

Antes, a economia funcionasse nesses termos. Na realidade, tudo existe em função de uma compensação de um custo, de um custo de oportunidade, um custo social e cada aumento da arrecadação corresponde a alguém que deixa de fazer alguma coisa e esse deixar de fazer alguma coisa hoje está punindo o setor privado que contribui para o aumento da arrecadação. Portanto, esse é o primeiro contexto importante. O segundo contexto que possivelmente virá a complementar a exposição anterior, é o contexto jurídico. Que também tem sido muito escantado dentro dessa discussão. O que dizer dos riscos da possível prorro-

gação? Dos riscos jurídicos e judiciais dessa possível prorrogação. Tratarei desse assunto.

E finalmente para concluir gostaria de discutir as vantagens versus desvantagens de uma extinção imediata ou de uma hipótese de uma extinção gradual.

Para começar a primeira parte da discussão, gostaria de lembrar os senhores que muito tem sido repetido já que o Brasil está desacostumado do ato de crescer que nunca antes neste País o Brasil tem crescido tanto quanto tem crescido agora. Este gráfico secular do crescimento brasileiro mostra que lamentavelmente a geração a que eu pertencço ela é responsável, e eu junto com esta geração, particularmente os economistas desta geração pela maior catástrofe econômica e financeira talvez jamais produzida num País que antes crescia como hoje cresce para a nossa admiração os chamados tigres asiáticos. Eu não vou me deter nessa discussão secular, o material será entregue as Sr^{as} e os Srs. Senadores, mas basta ver a linha tendencial que vai na direção dos 8% da média decenal de crescimento, com o pico no período chamado de modernização acelerada entre o fim dos anos 60 e meados dos anos 70 em que a taxa decenal de crescimento brasileiro atinge a um nível superior a 10% e depois o desmanche dessa modernidade durante 30 anos que se completam justamente no desfecho entre a data de 1977 e 2007, o ano corrente.

Portanto, toda a questão tributária já apresentada pelo debatedor anterior, toda a tendência ao aumento extraordinário da carga financeira no País que ainda onera sobremaneira a despesa publica e impõe um ônus que de certa forma é o que faz o Governo inventar contribuições sobre contribuições, tudo isso decorre de uma estagnação brutal da economia brasileira. A economia brasileira, no entanto, ela está submetida durante todos esses anos ao que eu chamo de uma cruz tributária. Nós estamos pregados nessa cruz tributária em que acompanhando o crescimento da curva tributária de arrecadações há um decréscimo da taxa de expansão do Produto Interno Bruto. E, portanto, a análise que nós fizemos da relação causal que existe entre essas duas é o que escapa ao debate atual sobre a CPMF. Se nós passarmos ao largo dessa discussão arriscamos estar adotando uma atitude contemplativa em relação ao efeito macroeconômico mais danoso de todos trazido pela CPMF e pelo aumento da carga tributária de um modo geral, que é a redução permanente do PIB brasileiro.

A carga de hoje, em última instância, contrata a perda de PIB amanhã, no ponto em que ela se encontra. Portanto, reduzir a carga tributária e aproveitar todas as oportunidades e não existe a meu ver oportunidade mais favorável do que essa em que um tributo

de caráter provisório chega ao seu fim, o normal seria aproveitar para assumir a sua extinção, muito pelo contrário, não só estamos prejudicando o trabalhador hoje que perde oportunidades de emprego porque nós não estamos crescendo mais tanto quanto poderíamos, como é o trabalhador que também paga mais pela avalanche tributária e algumas das lâminas anteriormente apresentadas já demonstram cabalmente a carga tributária relativamente maior de quem ganha menos. Mas eu gostaria de principalmente lembrar uma relação mais importante do que a carga tributária média, que é a noção pouco falada da carga incremental. Ou seja, da carga marginal em termos econômicos. Que é aquela que decorre do efeito danoso do aumento progressivo da carga ao longo do tempo, como nós temos demonstrado. Ou seja, o fato num determinado ano, acompanhando esse exemplo porque ele é extremamente importante.

De um ano um em que o PIB esteja no índice 100, cem unidades produzidas pelo Brasil, e vai crescer 4% até o ano dois, portanto vai estar produzindo 104 unidades neste ano dois. Se como aconteceu desde o ano passado e em todos os outros anos anteriores a carga tributária ao mesmo tempo estiver aumentando apenas o que parece pouco, um ponto percentual por ano, ela tem saltado de fato no mundo real brasileiro, de 35, por exemplo, para 36%, como saltou no ano passado, basta fazer as contas, e é uma conta de multiplicar ou dividir 36% de 104 dá 37,34 unidades, portanto a diferença, o aumento de cargas em número de unidades é 2,44 unidades, que o setor privado tem que transferir para o setor público de um ano para outro a mais. Mas quanto é que 2,44 corresponde no total da produção a mais produzida, na produção adicional que de quatro unidades. 2,44 dividido por quatro que também é uma conta muito simples, não é 36%, e o Economista obviamente entende esse conceito que a diferença da média e do conceito marginal. Não. A carga tributária relevante no Brasil passa de 60%. E essa é a sensação efetiva de sufocamento que sente o empresário brasileiro quando por um motivo que ele não consegue traduzir bem ou explicar razoavelmente ou racionalmente ele se percebe sendo tolhido na sua capacidade de investir, na sua capacidade de aumentar o tamanho de seu negócio, de gerar mais empregos, de alguma forma ele se vê sufocado por essa carga tributária. Não é à toa. É porque na realidade ele não paga pouco mais de 1/3 em relação ao PIB total. Essa é a carga média. Mas para que o Governo vá carregando cada vez mais carga, na margem o Governo tem que estar indo buscar, abocanhar mais de 60% de tudo que se produz adicionalmente. Alguém vai ter que estar, em outras palavras, devolvendo praticamen-

te tudo o que fez a mais e quantos setores agricultura, por exemplo, muitas vezes se sente assim, ela se percebe devolvendo praticamente tudo que teria evoluído de um ano para outro.

A idéia da carga tributária crescente nos leva, portanto, a uma primeira grande conclusão que ela é uma carga que destrói os investimentos privados e finalmente também destrói a arrecadação potencial nos anos seguintes.

Portanto, muito mais do que limitar despesas, que eu acho que é uma generosa idéia de enxugar gelo, e faço essa observação porque vejo já uma tendência a se propor mecanismos de controle de despesas, são até interessantes quando pontuados especificamente como demonstrou o Prof. Afonso para itens específicos como despesa de pessoal. Macroeconomicamente a imposição tem que ser sobre o limite à carga tributária. Por exemplo, 35%. E cadente no tempo. Essa seria a única transação viável. Controlando-se a torneira de entrada, pode-se controlar a torneira de saída principalmente se houver uma regra de déficit nominal cadente ou zero. E faço a conta porque ela corresponde a uma pesquisa realizada pelo Instituto Atlântico, não vou apresentar obviamente os detalhes técnicos, mas apenas para... Se os senhores observarem o aumento da carga tributária em pontos percentuais do PIB, um ponto percentual, dois, três, quatro, cinco, a soma obviamente vai aumentando, fazemos uma conta de perda do PIB do setor privado, e depois a perda do PIB total do setor público, e vamos verificar que economicamente o aumento da carga tributária em cinco pontos percentuais do PIB, por exemplo, que corresponde à última linha, o que equivale a dizer o que é que aconteceu com o nosso País na diferença entre termos uma carga de 30% do PIB e termos hoje uma carga de 35% do PIB.

Este Governo ao tentar prorrogar a CPMF diz que o Brasil ficou melhor ainda. Eu diria que a nota zero na sabatina de economia. O Brasil ficou pior ainda. Porque ele acaba de perder, de contratar uma perda permanente da ordem de 1,43 pontos percentuais de crescimento, de taxa de crescimento, todos os anos daqui para frente até que a carga volte a 30% do PIB.

Isso quer dizer, esse ano estamos crescendo 4,5%, estamos felizes, talvez por causa da bonança internacional estamos muito mais felizes do que no período de crise internacional que vivemos no ano passado. Poderíamos estar crescendo 6%, e não 4,5. Porque na verdade aos 4,5 nós teríamos que incrementar 1,43, ou seja, praticamente 1.5 percentuais a mais.

Segundo fato muito importante é o risco da prorrogação. Passando da área macroeconômica para a área jurídica e judicial. Pouco se fala dos riscos ju-

diciais da prorrogação. Eu tenho muitas dúvidas se esse risco não é um risco presente. Fizemos a conta do valor da CPMF devidamente atualizada em termos inflacionários desde o início da sua arrecadação. São 450 bilhões de reais. Será que o Senado Federal não deveria examinar o risco judicial de nós termos amanhã ou depois o início de ações de ressarcimento tendo em vista o evidente descumprimento da finalidade para a qual a CPMF foi criada? E em se tratando, não faremos aqui um discurso de ordem de teoria do direito, mas os senhores sabem muito bem a diferença entre imposto e contribuição. Quando o Supremo Tribunal Federal disse não para a caracterização desse tributo como imposto e o caracterizou, aliás, corretamente como uma contribuição, e verão na teoria de finanças que trata-se de uma contribuição para-fiscal ela só se justifica no universo do direito se a finalidade é estritamente direcionada e cumprida. Na medida em que nós temos cabal evidência do descumprimento desta finalidade nós não só temos aí um esqueleto financeiro como estaremos na hipótese de prorrogação da CPMF votando o risco de um aumento desse esqueleto financeiro de 450, segundo meus cálculos, para algo próximo de um trilhão de reais. Que vai empalidecer o tamanho do grande acórdão do FGTS. E para tanto já posso até lhes dar os cenários, vão para 2011, possivelmente como alternância de poder, possivelmente, e se houver essa alternância de poder eu poderia apostar com qualquer um aqui que fatalmente haverá uma ação judicial para a devolução desse um trilhão de reais para a sociedade brasileira. Que hoje está por pessoa numa conta de 2.400 reais.

Portanto, esse é um assunto extremamente grave para o qual trazemos à baila inclusive o suporte, essa semana foi produzido a divulgação desse estudo da FGV que não tínhamos notícia anteriormente, Prof^a Thatiane Piscitelli da Escola de Direito, indo para um outro lado, e não tive acesso ainda ao estudo, mas pela entrevista jornalística ela disse: A CPMF deixou de ser contribuição para ser imposto, a lei não está sendo respeitada. Portanto, em se tratando de um trabalho especializado, de uma escola especializada, é praticamente o preâmbulo de uma grande polêmica judicial a respeito da validade jurídica desta contribuição.

Para concluir, em vista de tudo que já foi apresentado até agora, a conta acumulada de 450 bilhões, não me resta a menor dúvida de que seria muito mais interessante não prorrogar a CPMF e digo mais, aí vem a conta positiva, fruto do mesmo exercício econômico feito e apresentado aos senhores no momento antes.

O que é que aconteceria com o País se nós... (soa a campainha) Posso prosseguir por mais um minuto ou

dois, Presidente? Se renunciássemos a essa arrecadação fiscal. Em um ano o impacto direto em termos de aumento do PIB, diferentemente do que diz e alega a Frente Governamental seria, segundo os nossos cálculos econométricos da ordem de um ganho de 10 bilhões de reais diretos, ao que se acrescenta um impacto de 3,3 bilhões indiretos. Notem bem, aqui não está uma conta que provavelmente quem sabe os representantes da FIESP apresentarão numa outra oportunidade, porque eles acabam de divulgar isso no seu site que são os ganhos financeiros porque o Governo também economiza juros da ordem possivelmente de cerca de 13 bilhões na hipótese de ele deixar de cobrar a CPMF porque ela deixa de incidir sobre a própria carga tributária. Aqui não. A conta não é financeira, a conta é macroeconômica. E, portanto, o valor da arrecadação da CPMF pelo aumento do PIB subsequente à sua renúncia, em apenas seis exercícios fiscais o Brasil já estaria crescendo o suficiente para repor em arrecadação tudo aquilo que havia renunciado. É o equivalente a fazer um investimento por assim dizer, o cálculo financeiro é: Faça o investimento de 35 bilhões e ele me faz um repagamento, uma amortização integral desse investimento já nos primeiros seis anos, a partir dos seis anos é puro lucro. Portanto é o raciocínio inverso do raciocínio do prejuízo a que estamos submetidos pelo aumento incessante da carga tributária.

Na hipótese de uma gradual, que não vermos com bons olhos, por causa principalmente dos riscos judiciais algumas medidas de compensação, além daquelas excelentemente apresentadas por José Roberto Afonso, poderia lembrar. A principal e a mais óbvia e aquela que a cidadania reclama desse Senado Federal é a imposição de um limite à carga tributária brasileira. É insuportável que o Congresso Brasileiro, o nosso representante aqui em Brasília permita qualquer criação, prorrogação, alteração para mais de qualquer categoria tributária sem o respeito necessário ao bolso do consumidor brasileiro e ao bolso do empresário brasileiro, principalmente do trabalhador brasileiro no sentido de se impor um controle formal, uma limitação formal da carga tributária que eu proponho 35% do PIB.

Segundo aspecto interessante é que nós poderíamos imaginar se a insistência pela prorrogação for tanta, numa CPMF de caráter reembolsável. Por isso a idéia de que no caso do reembolso estaria-se pelo menos diminuindo, mitigando o risco desse ressarcimento futuro que eu acho que fatalmente ocorrerá na hipótese de uma prorrogação pura e simples. Uma terceira idéia é muito simples, por que não perguntar ao povo? Ou seja, eu acho que o mecanismo do referendo popular que nesse caso inclusive não teria grande custo político porque é uma pergunta a mais

nas eleições municipais do ano que vem, colocaria o povo no meio da discussão para perguntar se ele está de acordo com este imposto do cheque e a sua prorrogação seria então suspensa na hipótese de uma negativa a partir desse referendo popular.

E concluo para dizer que acho que toda discussão sobre controle despesa pública resultará infrutífera se nós não tivermos de fato uma auditoria da gestão pública como um todo. Se os senhores pensam que isso nunca foi feito em lugar nenhum, relembro apenas e não é a primeira vez que lembro isso, que a revolução fiscal norte-americana lamentavelmente adulterada nesse último período pela administração George W. Bush começou o não com o bom comportamento fiscal de William Clinton porque também concluiu esse trabalho, mas começou de fato na administração Ronald Reagan. Quando chamou um empresário, Peter Grace que comandando um grupo de empresários montou um sistema de auditoria da despesa pública federal norte-americana. E depois de mais de um ano de trabalho entregou um alentado trabalho, estudo, praticamente revolucionando a visão que os próprios Estados Unidos tinham a respeito de como se gastava dinheiro na máquina pública norte-americana. A partir desse momento, que foi no início dos anos 80, aliás, diga-se de passagem, um Relatório que foi produzido e custeado integralmente por aqueles empresários, pelo próprio setor privado se deu um passo gigantesco e no caso do Governo americano de humildade, de se colocar à disposição do setor público, que paga os impostos, que paga as contribuições para ele averiguar como se gastava, e desculpe, viu-se obviamente que se gastava muito e mal. Se o Governo tiver o peito de assumir o desafio de se submeter a uma auditoria de gestão pública pelos dez maiores empresários brasileiros eu até toparia uma prorrogação.

SR. PRESIDENTE VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Agradeço a exposição feita pelo Dr. Paulo Rabelo de Castro, e na sequência eu convido o Presidente desta Comissão, Senador Marco Maciel, para assumir o comando dos trabalhos.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de conceder a palavra ao Economista Samuel Pessoa, agradecer mais uma vez a colaboração que nos prestou o sempre solícito Senador Valter Pereira em presidir a Sessão durante o momento em que estávamos cumprindo compromisso no Plenário da Casa.

Concedo, portanto, agora a palavra ao Senador... Ao Economista Samuel Pessoa sem, todavia, não fazer antes uma referência pela contribuição que trouxe

aqui o Prof. Paulo Rabelo de Castro. Com a palavra, portanto, o Dr. Samuel Pessoa.

SR. SAMUEL PESSOA – Queria agradecer o Presidente dessa Comissão o convite de vir aqui, aos Srs. Senadores. É difícil imaginar que eu tenha alguma contribuição inteligente a dar nesse debate depois do brilho das duas apresentações que me antecederam. A minha fala vai ser muito curta. Eu vou enfatizar dois aspectos. Primeiro, gostaria de discutir a CPMF no contexto da eficiência econômica e vou dizer exatamente o que eu entendo por isso, e depois discutir um pouco de economia política. Como é que a gente pensa, como eu penso a CPMF no bojo da Reforma Tributária que é um dos assuntos em pauta na questão tributária aqui nessa Casa. Só esses dois pontos acho que seriam as duas contribuições que eu poderia dar, as duas brilhantes palestras que me antecederam.

O Economista Paulo Rabelo que me sucedeu, mostrou com toda clareza e eu concordo inteiramente com o argumento dele, que a carga tributária no Brasil é tão grande, e uma carga tributária grande tem um impacto muito forte sobre eficiência da economia, ou seja, sobre o estímulo ao trabalho, estímulo a acumulação de capital, estímulo ao empreendedorismo, estímulo à atividade produtiva em geral que eu acho que é seguro dizer que qualquer redução de carga tributária hoje, no médio prazo, ou seja, passado dois, três, quatro anos, vai gerar um impacto sobre o crescimento econômico muito maior. E que... Mas em qualquer redução de carga tributária hoje, redução de impostos de alíquotas de impostos vai gerar um impacto sobre o estímulo à atividade econômica que vai produzir um crescimento econômico e a médio prazo esse crescimento econômico vai aumentar a receita do Governo inclusive. Quer dizer, se o Governo conseguir durante dois, três ou quatro anos, abrir mão de impostos e lá na frente vai ter um bônus. E a sociedade vai ter um bônus maior ainda. Eu acho que um País com as características do Brasil que arrecada 35% do PIB já está para lá, já passou muito desse ponto.

Então, eu vou começar minha apresentação com uma afirmação polêmica. Porque acho que é importante a gente reconhecer esse fato para nós sabermos onde nós estamos. E quando eu falo eficiência econômica, o que eu estou pensando? O que o imposto faz? O imposto faz a seguinte coisa. Eu tomo uma ação, eu como empresário, como trabalhador ou como capitalistas, como agente econômico em geral. Eu tenho alguma ação no setor produtivo, eu tenho alguma ação na economia. Sou um agente econômico, eu faço alguma decisão, alguma ação, faço alguma coisa. Esta minha ação vai gerar um retorno privado. Retorno privado que a ação gera é aquilo que eu

ponho no bolso. A minha ação também vai gerar um retorno social que é o impacto daquela minha ação sobre mim e sobre todos os outros, que é o quanto a sociedade aumenta de produto. Na teoria econômica diz que o mundo vai bem quando as regras que existem numa economia são tais que retornos privados e retornos sociais são muito parelhos. Andam mais ou menos juntos. Quer dizer, quando eu tomo uma ação e essa ação gera um retorno pra mim parecido com o retorno que essa ação gera para a sociedade, então eu estou numa situação boa. Vou gerar crescimento econômico, vou gerar desenvolvimento, vou gerar uma boa situação de longo prazo. Se as regras, se as leis, se a institucionalidade que prevalece numa economia num dado instante do tempo faz com que esses dois retornos, o retorno privado e o retorno social advindo das ações das pessoas seja muito diferente, é economia gera problemas. O exemplo típico, extremo de uma atividade que gera retorno privado, mas não gera retorno social é uma atividade de roubo, por exemplo. O roubo, a pessoa que rouba ela está gerando renda para si. Eu posso olhar uma atividade de roubo como uma empresa privada. Como uma atividade que tem o cálculo econômico racional, eu invisto recursos, esses recursos geram renda para a pessoa, mas para a sociedade não aconteceu nada. Para a sociedade houve simplesmente uma transferência de valores de uma pessoa a outra.

Bem, o que é que tributo faz? O tributo faz com que uma pessoa toma uma ação, essa ação gera uma renda, essa renda é uma medida do retorno do esforço dessa ação e o tributo tira uma parte. Então o tributo ele gera uma dessintonia entre retorno privado e o retorno social. E evidentemente uma sociedade de nível de renda média como a nossa, com tributos tão elevados, essa dessintonia está pesando. E é por isso que quando a gente reduz a carga tributária, reduzindo uma alíquota de imposto, essa redução vai gerar um impacto sobre o crescimento tão grande que a médio prazo inclusive compensa a perda de receita no curto prazo que o Estado tem. Isso não acontece em qualquer situação. Se a carga tributária for muito pequena não vai dar um retorno tão grande, mas uma economia com as nossas características nós já passamos desse ponto.

Bem, o problema é a dificuldade de avaliar a CPMF é que uma economia pobre como a nossa, para conseguir arrecadar uma carga tributária, uma quantidade de impostos cavalgar como a nossa economia arrecada ela lança mão de inúmeros impostos. E eu acredito, e aí eu vou falar com toda franqueza com os senhores, eu não posso afiançar isso com toda a minha assinatura porque não tem trabalhos técnicos em pro-

fusão que garantem essa minha afirmação. Mas acho que dá para fazer essa afirmação com certa tranquilidade. Quer dizer, a CPMF não é o pior imposto vigorando no Brasil hoje. Ela não é o pior. Quer dizer, eu acho que se nós fizermos que nós economistas chamamos o modelo de equilíbrio geral calibrado, certinho, e conseguíssemos medir direitinho esse fenômeno, eu acho que o imposto sobre a contribuição patronal na folha de salários é o imposto pior. Ou imposto sobre a cumulação de capita, imposto sobre a decisão de investimento, hoje é um imposto pior. Em que sentido é que é um imposto pior? Todos esses impostos geram esse efeito que estava discutindo aqui agora que foi enfatizada na palestra que me antecedeu. Se eu reduzir a alíquota desse imposto vai ter um impacto sobre o crescimento. Quando eu digo que do ponto de vista econômico a CPMF não me parece o pior imposto é que se eu reduzir a alíquota da CPMF acho que vai ter um impacto sobre crescimento, mas tem outros impostos se eu reduzir a alíquota vai ter um impacto talvez até maior.

Eu não posso afiançar integralmente essa afirmação. Acho que ninguém poderia afiançar integralmente essa afirmação porque a gente não tem estudos suficientemente completos que permita a gente avaliar com segurança. Mas por que é que me parece que isso acontece? Porque apesar da CPMF ser um imposto muito ruim, imposto em cascata, ela tem uma base muito ampla. Se compararmos, por exemplo, a CPMF com a contribuição patronal, a contribuição patronal tem uma alíquota muito grande 20% e uma base relativamente pequena que é o mercado de trabalho formal. A CPMF pega toda a economia, todas as transações da economia e tem uma alíquota relativamente baixa. E a CPMF não é que ela só pega o setor informal. A CPMF pega tudo. Setor formal e informal. Mas a vantagem da CPMF é que ela não discrimina o setor formal do informal. A contribuição patronal só pega o formal. A CPMF pega os dois.

Então, estou aqui numa situação me parece bem paradoxal que eu me considero um Economista bem ortodoxo, nunca apoiei nenhum tipo de invencionice e um Economista ortodoxo está dizendo que a CPMF não é tão ruim. Isso é meio paradoxal. Concordo que é bastante paradoxal. E acho que a fonte desse paradoxo é dupla. A primeira fonte desse paradoxo é que o Brasil arrecada uma carga tributária absolutamente fora de padrão. Não existe nenhum País no mundo com nível de renda *per capita* do Brasil que arrecade tanto quanto o Brasil arrecada. E o segundo ponto é que há outros impostos que tem uma complexidade brutal e que geram, oneram atividade produtiva devido a essa complexidade. ICMS é exemplo disso. Temos inúmeros

Estados, cada Estado tem a sua lei, inúmeras alíquotas. Ou seja, não me parece que seja possível nós pensarmos a CPMF fora do contexto mais geral da estrutura tributária nossa. Esse que é o paradoxo. O paradoxo é uma economia que arrecada 35% do PIB, com nível de renda nossa, com estrutura de impostos complexas quanto a nossa. Então eu não consigo imaginar CPMF uma renovação da CPMF sem uma Reforma Tributária. Acho que a gente tem que enfrentar o problema de frente. O problema é que nós temos que simplificar a estrutura de impostos, principalmente a estrutura de impostos indiretos, que é uma maluquice na nossa economia. Então nós temos que fazer uma Reforma Tributária. E é nesse contexto que temos que eu acho que a gente tem que pensar, nós temos que pensar a renovação ou não da CPMF. Qual é a utilidade, qual é a funcionalidade de uma possível renovação da CPMF para que nós avancemos nesse debate junto da sociedade com o Executivo aqui no Legislativo?

Bom, me parece que das reformas que são necessárias para que a economia adquira um crescimento mais robusto e mais sólido, um crescimento que não seja tão baseado numa situação internacional favorável, mas um crescimento que venha das... Que emane das forças produtivas internamente da nossa sociedade nós temos que fazer defesas reformas. Todo mundo sabe a lista. Temos que pensar na reforma previdenciária, temos que pensar na reforma trabalhista, temos que pensar na reforma administrativa. O problema é que do ponto de vista da viabilidade política dessas reformas me parece que hoje é o momento da Reforma Tributária. Porque se nós pensarmos todas essas reformas, tanto a previdenciária, trabalhista, como administrativa, ela têm grupos da sociedade organizada, muito bem organizados que são contrárias a essa.

Por outro lado, a sociedade civil como um todo ainda não está 100% consistente da importância da reforma previdenciária, da importância da reforma trabalhista e da importância da reforma administrativa. A sociedade ainda não percebeu, não acordou para a importância dessas reformas e acho que o resultado da última eleição presidencial apontam nesse sentido. Então a reforma que hoje tem mais viabilidade política porque ela não tem nenhum grupo da sociedade organizado contrário a ela é a reforma tributária. E mais ainda, hoje existe folga fiscal da União, sim. E as duas palestras que me antecederam, José Roberto mostrou uma profusão de dados que a União tem recursos. Significa que a União tem possibilidade de criar mecanismos para compensar possíveis membros da federação que sejam perdedores numa possível reforma tributária. Então nós temos viabilidade política, e nós temos condições orçamentárias para atravessarmos esse...

Esse mar tempestuoso da reforma tributária. Ora, qual é o problema da reforma tributária? Do ponto de vista de economia política, o Executivo ele é naturalmente conservador. Não é esse Executivo, é da natureza do Executivo. E eu entendo isso. Por pior que essa carga tributária seja, por pior que a estrutura de impostos da economia brasileira seja, no sentido de desestimular o trabalho, desestimular a atividade empreendedora e gerar entraves ao crescimento econômico, por pior que ela seja, do ponto de vista do Executivo, e é bom que nós fizemos aqui, essa carga tributária ela está cumprindo o papel. Ela está gerando receita suficiente para fazer frente aos gastos públicos. E isso é importante, pois isso garante, tira do nosso horizonte o problema inflacionário.

Então o Executivo olha, diz: Eu tenho uma institucionalidade ruim, eu tenho uma estrutura tributária ruim, mas ela faz o serviço dela. O Executivo ele tem um viés *pro status quo*. Ora, quando eu vou mudar a estrutura tributária, eu introduzo risco no processo. A gente não sabe rigorosamente como é que vai ser o dia seguinte da reforma. Exatamente. E o Executivo tem um viés *pro status quo*. Ele tem medo, ele é averso ao risco, e, portanto, o Executivo acaba bloqueando a reforma. Portanto, me parece muito difícil que uma Reforma Tributária ela prospere com incentivo do Executivo. Se o Executivo não tiver algum estímulo muito forte para fazer isso.

Por outro lado, no presidencialismo brasileiro a gente sabe que nenhuma grande reforma prospera se não tiver o apoio do Executivo. A gente sabe como funciona a tramitação de leis importantes, a gente sabe o poder que o Presidente tem no nosso sistema político. Portanto, a minha avaliação é que a renovação pura e simples da CPMF por quatro anos é uma manutenção do status quo. Quer dizer, se a CPMF for renovada por quatro anos eu acho muito difícil, não esse Executivo, mas acho qualquer Executivo, dificilmente bancaria com toda a força um projeto de reforma tributária. Porque há riscos numa reforma tributária e o Executivo ele vai ser muito *pro status quo*. Ele vai ser muito conservador, e é da natureza do Executivo sê-lo. O que eu acho que nós deveríamos fazer? O que seria ideal para a sociedade no ponto de vista? Eu não estava atento a esse problema jurídico. Preciso voltar a pensar nesse problema que introduz elementos novos no meu entender que eu não tinha me atentado. Me parece que o ideal seria... o Governo já tem acenado que vai mandar para o Congresso um projeto de Reforma Tributária. De fato, a Secretaria de Política econômica do Ministério da Fazenda tem feito um enorme, um belíssimo trabalho de preparar um projeto de Reforma Tributária simplificando toda a estrutura de impostos indiretos.

Que é onde exatamente se concentra os maiores problemas do ponto de vista de custo administrativo e de complexidade na nossa estrutura tributária.

Ora, por que é que nós não renovemos a CPMF por um ano que é tempo suficiente para que o Congresso aprecie e negocie com os diversos setores da sociedade uma reforma tributária, e que no bojo de uma reforma tributária nós discutimos o problema da CPMF. Se reduz a alíquota da metade, se extingue a CPMF, o que vai fazer com esse imposto. Que é um imposto muito ruim, mas dado a estrutura tributária hoje talvez nem seja o pior. E me parece que se nós renovássemos por um ano aí sim o Governo, o Executivo teria interesse em tocar a reforma tributária. E eu não vejo nenhum motivo por que é que tem que renovar por quatro anos. Se existe um processo que está prosperando na Fazenda e se existe um entendimento dessa Casa que a reforma tributária é uma prioridade ela precisa ser feita. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu desejo, antes de abrir os debates, de fazer uma comunicação. Amanhã, nós vamos realizar mais uma reunião de Audiência Pública, e pretendemos iniciá-la às 10h da manhã. Porque tem a vantagem de não concorrer com as atividades do Plenário. E estarão presentes à referida Audiência Pública cinco expositores. São eles: Márcio Nakane que é o professor da USP, o Deputado Federal ex-Ministro da Fazenda Antonio Palocci, o Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB de São Paulo, o Dr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, que é um tributarista, tendo em vista que o Prof. Ives Gandra submeteu-se recentemente a uma operação e se encontra convalescendo, teremos também a presença do Dr. Gabriel Jorge Ferreira, que representa a FEBRABAN e foi Presidente da FEBRABAN e da CNF, a Confederação Nacional de Instituições Financeiras, e finalmente a presença do Dr. Paulo Skaf que é o presidente da FIESP. Serão cinco expositores na reunião que se iniciará amanhã às 10h. E era esta a comunicação que eu gostaria de fazer, solicitando inclusive as Sras. e Srs. Senadores que compareçam porque acredito que essas audiências muito contribuem para o esclarecimento do tema. Abro, portanto, agora os debates, e indago se há alguma pergunta a formular O Senador ACM Júnior...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria também de participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Depois o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Kátia Abreu, e o Senador Adelmir Santana. Aliás, até vou... Se a Relatora anuir, diz que é sempre a precedência da mulher, mas nesse caso, se ela anuir, como ela é Relatora ela poderia talvez

se reservar o direito de fazer interpelações ao final. Então gostaria depois do Senador Adelmir Santana ouvir também o Líder José Agripino e o Senador Valter Pereira. E ao final a Senadora Relatora Kátia Abreu. Concedo, portanto, a palavra pela ordem de inscrição ao Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, senhores expositores, Srs. Senadores, Relatora Kátia Abreu. Esse debate é extremamente importante porque, na verdade, o que está havendo, e eu conversava isso um pouco antes de iniciar a Sessão com o Dr. Paulo Rabelo de Castro, o que há é uma... Um relaxamento fiscal. É uma farra fiscal no Brasil. Quer dizer, nós não precisávamos nem estar discutindo tanto a questão da CPMF porque talvez se houvesse mais seriedade na condução da política fiscal nós estaríamos, a Senadora Kátia Abreu estaria relatando a reforma tributária, e não a questão da CPMF. Então o que é que acontece no Brasil? As despesas crescem... Quer dizer, as receitas, a carga tributária cresce muito. E as despesas acompanham e ultrapassam a carga tributária. As despesas correntes. Ou seja, o Brasil gasta mal, não adianta dizer que a CPMF financia a saúde porque não financia mais. Na verdade ela está fazendo caixa para o Governo gastar discricionariamente. Ou seja, o grande problema que nós temos, e a CPMF vem como oportunidade de a gente frear a farra fiscal. Eu vejo que, digamos, a não renovação da CPMF é a grande oportunidade que nós temos de frear a farra fiscal. E aí fazer com que o Governo passe a fazer uma gestão fiscal efetiva. Porque eu fiquei contente no ano passado quando surgiu aquela idéia do ex-Ministro Delfim Neto de apontar para a zerragem do déficit nominal num certo espaço de tempo onde seriam comprimidas as despesas, e digamos a conseqüente queda também dos juros, porque a Taxa Selic vinha caindo e de qualquer maneira apontando já para um ajuste fiscal, essa alíquota poderia cair com mais rapidez e isso faria com que nós pudéssemos alcançar dentro de um certo prazo um déficit nominal zero que seria o ajuste fiscal ideal para nós.

Contudo, eu tenho a impressão que o Governo se inebriou com o excesso de arrecadação e esqueceu esse assunto e passou a gastar desbragadamente em despesas correntes, aumentando os gastos com o custeio da máquina e simplesmente deixando uma função que poderia deixar de ser do Governo a médio prazo, mas não a curto, que são os investimentos em infra-estrutura, na verdade o Governo poderia ir transferindo-se para o setor privado. Mas nós temos uma cultura de muito tempo, muito setor público investindo em infra-estrutura. Quer dizer, o Governo teria

que se preocupar com isso, e não aumentar gastos correntes.

Então, nós temos agora uma... Quer dizer, fora todos os defeitos da CPMF como um imposto regressivo, como uma... Um tributo que incide em cascata, e que já tem desvirtuado todas as suas aplicações, mas seria a grande oportunidade de nós promovermos dentro do Congresso forçarmos o ajuste fiscal. Acho que seria a grande contribuição que nós do Senado Federal poderíamos dar ao País, era ao não renovarmos a CPMF, a gente obrigar o Governo a fazer um ajuste fiscal verdadeiro. E aí sim nós poderíamos crescer com a carga tributária mais moderada, e com a qualidade fiscal melhor, o que levaria até o País para uma condição, digamos, uma visibilidade externa maior e uma condição fiscal de ajuste permanente. Eu acho que pra mim a grande missão do Senado agora deveria ser brecar a CPMF para forçar o Governo a fazer um ajuste fiscal. Aí nós teríamos sinceramente uma grande contribuição dada pelo Senado ao invés de dizer amém simplesmente aos... à farra fiscal do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço as observações do Senador ACM Júnior, e para dar uniformidade aos nossos debates, eu gostaria de fixar um limite de tempo de cinco minutos. Não sei se seria bastante para a formulação das indagações. E interpelações. Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então as interpelações elas são feitas em bloco de quantos Senadores e depois... Haveria as respostas. Não é Presidente? Bom, a meu ver, a continuidade da CPMF e agora a sua prorrogação, se justificam aparentemente pela omissão, tanto do Executivo como da falta de mobilidade do Poder Legislativo em considerar a reforma tributária um instrumento indispensável e prioritário à regularização da vida econômica do nosso País. Todos os convidados foram enfáticos em reconhecer que a Reforma Tributária deveria ser o primeiro passo o lado da contribuição que essa reforma poderia dar com a redução da carga tributária. E a facilitação do pagamento dos impostos.

A meu ver, uma prorrogação em que a alíquota permaneça inalterável, batendo em 0,38, sem nenhuma possibilidade de redução, mesmo que gradativa, estimula a continuidade desse processo de omissão e de descaracterização do próprio Poder Legislativo e dominado pelo impasse das Medidas Provisórias, deixa que nada aconteça. Reforma política não acontece, reforma tributária não acontece, e tudo fica à mercê de uma contingência que poderia ser alterada substancialmente se houvesse uma liderança capaz de conduzir essas reformas.

Houve uma oportunidade, Sr. Presidente, ímpar na reeleição agora do nosso Presidente. Como da primeira vez em que ele foi eleito. Em duas votações convincentes que demonstraram insofismavelmente a confiança do povo brasileiro numa mudança, numa alternância de poder. Da vez passada, eu estava pela primeira vez aqui como Senador da República, Dr. Paulo de Castro, e recebemos a visita na Comissão de Justiça do então Ministro da Saúde, o Dr. Jatene. E aqui ele fez um relatório que nos deixou bastante impressionados. Todos participantes da Comissão de Justiça, nós ficamos não só impressionados como penalizados com a grave situação da saúde no Brasil. Então ele propôs uma saída para momentaneamente resolver aquela crise que abarcava a saúde em todo o Brasil. Como eu descendia de um Estado pequeno, e como descendo, o Estado de Sergipe que estava sofrendo o impacto dessa crise na saúde (soa a campainha) Eu então me ofereci para estudar com ele uma saída. E a saída foi justamente a criação da CPMF. Havia um imposto no Governo de Itamar a contribuição que ela poderia ser cobrada de imediato sem aquela exigência da anualidade. E além do que a meu ver também não haveria a redistribuição com as unidades federativas Estados e Municípios. Aceitas essas preliminares, e eu senti que no Senado havia praticamente uma unanimidade, aí eu assumi a liderança aqui no Senado desse movimento, meu partido, um partido pequeno, na época tinha dois Senadores e até hoje só tem dois Senadores, o PSB, não teríamos nenhuma possibilidade de aprovar a CPMF. Ela só foi aprovada porque o Ministro Jatene conseguiu emocionar o Senado, a Câmara dos Deputados, ele tinha uma grande liderança, uma grande confiabilidade política e ficou então essa Emenda com o nome de Emenda Jatene. No meu Estado a Emenda Valadares logicamente com o objetivo predeterminado de me queimar com a comunidade e eu fui obrigado tantas e tantas vezes a seguir os passos do Senador Almeida Lima que ele de rádio em rádio dizia: Esse homem é candidato à reeleição. E eu mostrei que aquela CPMF ela vigorava apenas por um ano, como de fato só vigorou por um ano com alíquota de 0,20 destinado única e exclusivamente à saúde. E eu fui o Senador mais votado de Sergipe depois da CPMF. Porque o povo entendeu que ela tinha um caráter provisório, e não permanente, e que era para atender uma situação especialíssima daquele ano de 96, 97.

Agora, por incrível que pareça, Sr. Presidente, isso é histórico que vou contar, o Fernando Henrique Cardoso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez várias declarações contra. O Malan contra. Que vem amanhã participar de uma palestra aqui. E mes-

mo assim ela foi aprovada. Eu estava tranqüilo, que depois daquele ano com a resistência do Ministro da Fazenda, com a resistência do Presidente da República, que esta CPMF ia para o arquivo. E que jamais ela seria prorrogada. Não é que o Malan começou a tomar defesa da CPMF e prorrogou não sei quantas vezes logicamente que contra meu voto.

Agora, eu acho o seguinte. Ou se reduz gradativamente de forma a que possa zerar no ano de 2011, ou como se faça como propôs o Dr. Samuel Pessoa uma renovação por um ano ou jamais teremos nesses quatro anos uma Reforma Tributária. Porque a Reforma Tributária ela sofre resistências nos Estados. Sofre resistências nos Estados por quê? Porque nenhum Estado quer perder. Todos Estados querem ganhar. E a União não abre mão também da sua fatia.

Então, é muito difícil fazer uma reforma tributária porque falta vontade política. Agradeço a V.Ex^a essa minha participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a colaboração do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, e concedo a palavra agora pela ordem de inscrição ao Senador Valter Pereira, que é o Vice-Presidente da Comissão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O Dr. Paulo Rabelo, Sr. Presidente, fez uma advertência aqui que eu acho que todos precisam prestar muita atenção. Pela primeira vez foi cogitada aqui a hipótese de grandes rombos em razão de possíveis demandas que possam surgir em função do descumprimento das finalidades para as quais a CPMF foi criada.

Então, é de se lembrar aí o Plano Bresser, o Plano Collor, o Plano Verão... Uma série de planos econômicos que foram aplicados em nosso País, e que depois geraram efetivamente grandes transtornos ao Governo e prejuízos ao erário público. E aqui eu faria uma indagação. Não tenho conhecimento até hoje de nenhuma demanda nesse sentido. Eu indagaria ao Dr. Paulo se a sua intervenção decorreu apenas de uma percepção ou se resulta-se de alguma discussão que já começa a ser travada nos meios econômicos ou empresariais a fim de que a gente tenha mais ou menos uma base de informação para que as nossas convicções sejam lastreadas amanhã.

Outra questão que eu gostaria de indagar, e não só ao Dr. Paulo, mas aos outros expositores, é com relação à hipótese da extinção gradual do tributo. É óbvio que uma contribuição como a CPMF, cuja estimativa de receita para o ano que vem chega à casa de 40 bilhões de reais, traria um impacto caso fosse extinta do dia para noite. Eu particularmente vejo com simpatia e tenho defendido a extinção desse tributo, porém de forma gradual. Por quê? No meu entendi-

mento, é preciso efetivamente desonerar, mas não se pode perder de vista as conseqüências que uma decisão abrupta poderia acarretar nas contas públicas e nos planos de investimentos e nas necessidades de custeio do Governo. Então na hipótese de uma desoneração desse tributo de forma gradual, qual seria o prazo ideal? Levando-se em conta principalmente que o Governo tem excessos de arrecadação. Então nas contas de excesso de arrecadação e da desoneração gradual, qual seria o prazo ideal para se chegar à extinção da CPMF? Eu particularmente apresentei uma Emenda prevendo uma extinção gradual no prazo de quatro anos. Começaria em 2008, seria 2008, 2009, 2010 e 2011. Se esse seria um prazo curto, existe proposta que para 2011, proposta para 2014, então existe proposta para todo tipo de gosto. E a minha indagação é qual seria aquela que mais se compatibilizaria com o excesso de arrecadação.

Bom, acho que seriam essas duas indagações que eu gostaria de fazer.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, inicialmente para responder as interpelações do Senador Valter Pereira, o Dr. Paulo Rabelo de Castro, e posteriormente o Dr. José Roberto Afonso e depois o Dr. Samuel Pessoa.

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Sr. Presidente, eu procurarei ser breve, apesar da complexidade e a profundidade das perguntas, dos quesitos, mas indo direto ao primeiro ponto se existe ou não uma discussão no campo jurídico começando a ser travada ou já sendo travada ou até mesmo preparações para uma eventual petição inicial no sentido de buscar o ressarcimento da CPMF. A resposta, Senador, é de que onde tem fumaça tem fogo. E eu imaginava apenas que havia uma pequena fumaça, uma fumacinha conceitual ao estabelecermos o princípio que por não ser imposto, e a gente às vezes apenas por um certo lapso escorregamos na nomeação da CPMF recorrentemente como imposto. Ah, CPMF é um imposto, imposto. Ela é do gênero tributo, mas ela tem uma caracterização no universo tributário muito especial. Ela é uma contribuição parafiscal. Também poderia ser chamada uma contribuição social. O parafiscal é tão importante quanto o substantivo. Contribuição. Ela tem uma característica de imposto, mas imposto não é. E esse é o perigo conceitual no campo jurídico, a mim parece, e foi por aí que procuramos conceituar esse risco. É um risco realmente grave e sério. Porque, no momento em que o Ministério Público que tem o dever constitucional de defender a sociedade e principalmente defender a legalidade for... Levar em conta o que já está patenteado pelos relatórios do Tribunal

de Contas da União, de que uma parte substancial da contribuição esteve esterilizada nos cofres públicos para fazer o superávit fiscal e não atendeu a finalidade, eu poderia praticamente lhe asseverar que do ponto de vista conceitual é uma batalha judicial pré ganha pedir o ressarcimento de toda a parte que não foi utilizada no fim a que se destinava aquela contribuição. Exatamente porque imposto não é. Parece imposto, mas imposto não é. Pior...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Intervindo exatamente no que o senhor está falando, eu lembraria o seguinte. De 42% a parte que está sendo aplicada efetivamente na saúde. Então, a maior parte efetivamente não está.

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Perfeito. Acabou atendendo a objetivos outros criados por leis ulteriores. O que também introduz um elemento não emergencial a essa contribuição parafiscal. Pior ainda, o trabalho do qual não tínhamos notícia ao tempo em que levantamos a tese do ressarcimento, inclusive numa Audiência Pública na Câmara, meses atrás, fomos surpreendidos semana passada por esse persuasivo depoimento da Profª Thatiane Piscitelli da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, levantando a mesma questão, mas por um ângulo, a meu ver, muito mais gravoso para a tese da prorrogação da CPMF. E eu não tive nem tempo, para lhe dizer a verdade, de ir à Lei Complementar 105, aparentemente, para verificar do argumento da professora. Mas é tão lapidar que me pareceria não provável que ela tivesse escorregado nesse argumento. Aparentemente, segundo o argumento da professora, a Lei Complementar é clara. A contribuição foi criada no momento, inclusive bem lembrado pelo Senador Valadares, emocional em que se pretendia atender a um apelo emotivo do então Ministro Jatene para dar suporte às despesas de capital faltantes às despesas correntes. Ou seja, não era um problema só de pagar a despesa corrente do salário do médico, da enfermeira. O problema principal era a reforma do hospital, era a compra do tomógrafo, e assim por diante. Qual é o argumento da professora? A professora diz que segundo o levantamento dela, entre 0 e 2% deve ter sido o total da despesa alocada em capital. Que é quase a totalidade e no último ano, no último período 2006, por exemplo, a totalidade do gasto foi para despesa corrente, descumprindo totalmente a finalidade para a qual foi criada. Acho que esse argumento perante o Supremo Tribunal, deixa todo mundo, inclusive quem não usa saia, com saia justa, muito justa para não dar suporte e ganho de causa a uma tese do ressarcimento.

Portanto, eu devo advertir o Senado desse gravíssimo risco. E aí vem a segunda parte da sua pergunta,

se a extinção tem que ser gradual, porque existe uma gestão orçamentária a ser vencida, para juntar uma mitigação do risco de um futuro reembolso, de um futuro ressarcimento a única hipótese que eu antevejo de uma eventual prorrogação no limite desta contribuição é que ela seja tornada reembolsável. E acompanhando a opinião do Prof. Samuel Pessoa, me parece que o principal candidato à utilização dos créditos dessa CPMF parece ser a contribuição...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Seria um empréstimo compulsório?

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Na verdade ela tem a característica, ela pode continuar sendo chamada de contribuição parafiscal, mas eu emendaria dizendo que recolhe-se até 2011 e a partir de 2012 devolve-se. O que empurraria o que a tese sustentada pelos economistas aqui presente, e pela sociedade brasileira, o Governo ter que pensar seriamente, como dizia o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior numa reforma tributária para ver, que é o que reclama a sociedade brasileira. Ou seja, embora dando-lhe a vantagem de uma contribuição ainda vigente de 2008 a 2011, não só ele estaria sem a CPMF como estaria contingenciado ao reembolso a partir de 2012. Ou seja, a sociedade brasileira teria quatro anos para pensar em largar o fumo.

E aí encerro para lhes dizer, a tese da prorrogação da CPMF é como a tese de parar de fumar. Eu nunca vi ninguém parar devagarzinho. Ou nós entendemos que nós precisamos em prol da saúde, acho que de certa forma é até boa a imagem, porque o fumo causa conforto, causa prazer, obviamente dependência também, e é por isso que muita gente faz uso do fumo e de outras drogas. Mas encurta a vida. Assim como a CPMF encurta a vida produtiva do País, diminui o potencial de crescimento e como vemos, e por acaso os números nossos rodados em uma tese econométrica independente batem com os números do José Roberto Afonso. Ou seja, o que nós estamos arrecadando hoje em bilhões de CPMF é exatamente o que nos foi confiscado em perda de PIB pelo aumento da carga tributária nos últimos anos. Os mesmos 35 bilhões. É como se fosse uma espécie de castigo por nós sermos incontinentes em matéria tributária.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra agora o Dr. José Roberto Afonso.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Primeiro, eu queria referendar o que foi dito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, ele destacou muito bem que não basta pensar só na CPMF, mas a gente tem que pensar na política fiscal como um todo. E o que nós estamos

demorando na minha opinião pessoal a decidir nesse País aqui é quando se vai iniciar um processo de Reforma Tributária, processo, nós não vamos dormir um dia com o sistema e concordar com outro, e principalmente, que eu acho que é mais urgente ainda que no curto prazo quando vamos adotar responsabilidade fiscal para a União. Porque a União não tem. Ela gosta de impor e exigir dos outros, mas ela não pratica. Ela empredica(F), mas não pratica. E queria enfatizar que não precisa só Emenda Constitucional...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dr. José Roberto, o senhor me permite só um... Olha, no Plenário na semana passada eu reivindiquei porque esse é um projeto que está desde... Há sete anos na CAE. Reivindiquei do Senador Mercadante e do Senador Romero Jucá que é o atual Relator que eles coloquem para votar a regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal para a União. Isso, quer dizer, o projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos, mas não anda. Então eu fiz essa solicitação para que isso fosse considerado tanto pelo Presidente quanto pelo Relator. Obrigado.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – E eu acrescentaria, Senador, se me permitisse uma sugestão, seria importante não só votar esse projeto como mudar o projeto porque ele está colocando um limite que na verdade excessivo, ao mesmo tempo não se explica por que é que não se quer ter o projeto, mas acho que era fundamental vincular o limite da União a dos Estados. Por quê? Se subir o dos Estado, sobe da União. Se caiu da União, cai o dos Estados. Eu não vejo porque o Governo Federal tenha que ter um tratamento diferenciado em relação aos governos estaduais. E eu reforçaria que muito do que nós estamos conversando aqui não precisa de Emenda Constitucional. Eu concordo, o senhor lembrou muito bem, a proposta do Deputado Delfim Neto, Prof. Delfim Neto, déficit nominal zero, acho que é uma proposta excelente, e insisto, pode ser adotado por lei... Por uma meta fixada na LDO. Como até mesmo no Plano Plurianual que está se votando.

O Senador Valadares levantou a questão da saúde. A CPMF na saúde e isso me fez lembrar um ponto muito importante a origem da CPMF para a saúde foi transitório. Quer dizer, foi um tapa buraco na linguagem popular. Por isso que depois se fez uma Emenda 29 e que com essa Emenda o gasto com a saúde está completamente descolado o financiamento. Cortar ou não a CPMF não tem nada a ver com a saúde. Não sei porque exatamente agora voltou-se a dizer que se não tivesse a CPMF a saúde teria problema. Pela Constituição há uma obrigação de gastar com a saúde. E eu pessoalmente acho que a saúde não tem que ter uma

fonte específica de financiamento. Tem que seguir o processo atual, ou é um percentual do PIB ou valor per capita, eu José Roberto pessoalmente gosto de valor per capita porque acho que o objetivo da Emenda na saúde é garantir o recurso, uma aplicação mínima da saúde e isso é muito importante quando a economia tem ciclos. Principalmente quando cai a arrecadação é quando mais se precisa de saúde. E se eu ficar preso a um tributo específico vai faltar recurso quando a população mais precisa.

Por outro lado vai sobrar quando não precisa que é quando está crescendo. Então a garantia de um valor per capita pra mim seria melhor. A segunda alternativa é trabalhar com uma base ampla que acho até que se está se discutindo e que da mesma forma que o Ministério da Fazenda está propondo a base ampla para o FPM/FPE acho que a mesma base ampla poderia ser o referencial para a aplicação em saúde. Porque uma base muito ampla ela atenua os efeitos cíclicos. Pode estar subindo um imposto e caindo um outro imposto.

Por último, o Senador Valter Pereira tinha levantado... Levantou. Eu queria enfatizar o ponto das ações judiciais, complementando o que o Prof. Paulo Rabelo já colocou aqui, muito desse problema de não aplicação de contribuições que não é só CPMF, CIDE e várias outras não sendo aplicada na sua origem de criação está tudo escrito em parecer de TCU. E não tenho dúvida que esses pareceres vão ser utilizados provavelmente por Advogados em ações judiciais. Inclusive lá está registrado quanto de contribuições sociais, sobre o lucro, COFINS, CPMF deixaram de ser aplicados na área social e estão acumulados no caixa da União.

E por último, para encerrar o Senador me permite eu estou correndo aqui bastante. A questão de desembarque ou não, eu queria alertar para um ponto que eu acho que não tem sido observado muito no debate. É que o projeto original do Governo, do Presidente da República enviado para essa Casa para prorrogar a CPMF prevê que a alíquota da CPMF vá a zero. Na verdade, hoje na Constituição tem uma alíquota cravada de 0,38. E o que o Presidente da República propôs é uma banda que vai de 0,38 a zero. O texto é claro. A alíquota poderá ser reduzida ou anulada total ou parcialmente. Eu tenho uma grande curiosidade de saber por que é que o Presidente propôs, levantou a hipótese de zero? Quer dizer, será que a equipe econômica, será que a área fazendária, será que o Banco Central não está preocupado com a incidência da CPMF no dia que nós tivermos taxa de juros decente, inflação baixa e essa CPMF possa gerar desintermediação. Esse, aliás, é o principal problema porque o

resto do mundo não cobra CPMF. Eu, José Roberto particularmente acho que a CPMF é o pior tributo que existe. Por quê? Ela onera exportação, ela onera bens de capital, onera folha salarial e ela provoca uma desintermediação bancária muito grave. Não fosse isso, os outros países certamente já teriam copiado.

E eu quero crer que a proposta original do Executivo quando ele levantou a hipótese de alíquota zero ele já estava prevendo ou pensando que ele vai ter problema para cobrar esse imposto na frente. Por isso que eu queria encerrar aqui no ponto onde a gente começou a colocação do Senador Antônio Carlos, o mais urgente possível é se iniciar, não o desembarque na alíquota, e sim o embarque no ajuste fiscal. Hoje não gosto da idéia de reduzir a alíquota gradualmente da CPMF. Isso era para ser feito em 2003, que, aliás, se tentou aqui nessa Casa e eu ajudei a defender. Por quê? Porque naquela época a carga tributária ia crescer e poderia se trocar a CPMF, reduziria a CPMF em troca da COFINS que a gente avisou que estava subindo. Agora a questão é outra, primeiro parar de subir e segundo começar a reduzir. E nesse sentido pessoalmente eu acho que melhor do que redução gradual da alíquota é usar a receita extraordinária da CPMF para financiar gastos extraordinários. Como a desoneração tributária, como resolver o passivo dos exportadores que são soluções pontuais, tópicas e imediatas que precisa, aliás, muito tempo para se abandonar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra agora o Dr. Samuel Pessoa.

SR. SAMUEL PESSOA – Muito obrigado, Presidente. Antes, um comentário. O Paulo Rabelo trouxe esse problema da questão judicial. Tem um pesadelo que está baixando na minha cabeça. Alguns anos atrás eu comentei isso no gabinete, acho, gabinete do Senador Tasso, que estranho, existe uma série de... Um monte de formas de arrecadação, de contribuições, não só a CPMF que são dinheiros que tem uma função muito específica no momento da criação da contribuição. O que aconteceu e é perfeitamente compreensivo, uma parte desses recursos foram utilizados para fazer primário. Só que o Governo com esses recursos não pode recomprar dívida pública no mercado primário, no mercado final do título. No dia do vencimento de título o Governo pega o dinheiro e compra. Porque se fizer isso está dando destino para aquele recurso e não pode dar aquele destino porque aquele recurso tem outro destino. Então o que o Governo faz? Deixa no caixa dele e o mercado secundário de título. Por isso que o José Roberto nos mostrou na apresentação dele a dívida bruta tem crescido não mais que a dívida líquida. É um recurso que está no caixa, então ele

faz parte do ativo da União, na hora que eu componho dívida bruta da União com os recursos da União dá uma dívida alíquota mais baixa.

Então, se houver procedência jurídica para esse problema, esse problema aplica-se não só para o CPMF, mas aplica-se com toda e qualquer contribuição que tenha uma destinação bem definida no momento da sua criação e que uma parcela tem sido usada para fazer primário. Então é possível que nós tenhamos um problema muito grande pela frente.

Com relação à CPMF, o fim da CPMF, eu acho que tem uma questão de economia política. Da mesma forma que eu afirmei que o Executivo ele é conservador, e eu entendo a dificuldade que o Executivo tenha por sua exclusiva iniciativa bancar um processo de reforma tributária, o Executivo também sempre que receita aparece, o gasto sobe. Isso não é só no Brasil. Isso é um qualquer lugar do mundo.

Então, a única forma de exigir que o Executivo comece a utilizar melhor os seus recursos e comece a pensar em forma mais eficiente do gasto público é botando uma trava na arrecadação. É reduzindo a arrecadação. Reduziu a arrecadação, aí a saúde conversa... Sempre que eu vejo pessoas da área de saúde tem inúmeras ineficiências. E esse Governo inebriado com essa possibilidade imensa de aumento de carga tributária, de receita, ele simplesmente não toma as ações necessárias para melhorar a eficiência da saúde, melhorar a eficiência da educação, e assim sucessivamente. A gente sabe, por exemplo, que o MEC está criando um monte de escolas novas profissionalizantes, acho excelente isso, mas, por exemplo, o MEC está criando essas escolas com regime de trabalho do regime jurídico. Contrato público, com concurso público, tal. A gente sabe que para escola profissional esse contrato de trabalho hiper ineficiente, a gente sabe que escola profissional tem toda experiência da fundação em São Paulo que contrata professores, contrata trabalhos CLT, contrata médicos, engenheiros para darem aula no curso... nesse tipo de curso profissionalizante. Tem maneiras de gerir muito mais eficientes e o Governo não está se preocupando com essa questão. Por que é que ele não se preocupa com isso? Porque falta recursos. Então o que eu diria: Ao reduzir a CPMF a primeira coisa é que nós vamos estimular o Governo a melhorar a gestão.

Então, no primeiro momento parece que falta muitos recursos e os recursos aparece quando a gente corta os recursos. A sociedade já deu demonstrações que ela vai punir qualquer Executivo que produzir inflação. Então se nós cortarmos a carga tributária, o Governo vai ter que cortar gastos. Acho que isso é bem claro.

Com relação ao calendário de quatro anos, acho que quatro anos é mais do que suficiente. Na minha conta, dois anos seriam suficientes. A experiência que a gente em dos últimos anos é que a receita tem aumentado a carga tributária em 1.6% do PIB em todo ano. 1.6% do PIB em dois anos dá 1,2. É uma CPMF. Pouco menos. Pouquinho de gestão já deu.

Então, não precisa ser muito bom em aritmética para perceber que tem espaço para zerar a CPMF tranquilamente em dois anos. E um ano também dá. Com a velocidade de aumento da receita, mas em dois anos com certeza. Dois anos sem forçar a barra, sem nenhuma violência com relação ao orçamento público.

No tempo que me resta, gostaria de fazer uma observação que é com relação à questão conceitual, que eu acho que é importante que nós tenhamos claro. Todo ano, a carga tributária tem aumentado. O que é a carga tributária? É tudo de tributo que o setor público arrecada dividido pelo PIB. O Governo, muitas vezes, a Receita Federal alega que esse aumento da carga tributária não é um aumento verdadeiro de carga tributária porque não houve aumento de nenhuma alíquota de impostos. Simplesmente a receita ficou mais eficiente, a receita está reduzindo a sonegação, e, portanto, está aumentando a formalização da economia e esses fatos estão fazendo com que a receita aumente mais velozmente do que o PIB. E eu acho maravilhoso, acho excelente que a receita esteja ficando cada vez mais eficiente e que a sonegação caía.

Agora, do ponto de vista econômico, da eficiência econômica naquele sentido que eu na minha apresentação inicial me referi, um aumento de carga tributária que é consequência de um aumento de eficiência da receita, do ponto de vista econômico, ele é um aumento de carga tributária para o empresário, para o trabalhador, para quem for. Imagine uma empresa que esteja na informalidade. Não estou defendendo a informalidade aqui. Estou olhando friamente como Economista o impacto da tributação sobre o estímulo ao trabalho, estímulo à atividade produtiva. A empresa está na informalidade porque para ela é mais rentável estar na informalidade. Se ela é obrigada a se formalizar porque a fiscalização aumentou e nada mais acontece, ela, no mundo formal, ela vai ser menor ou vai até fechar. No formal. Porque senão já estaria no formal. Ela foi para o informal porque é mais rentável para ela. Se obrigar ela se formalizar ou vai sair do mercado ou vai reduzir. A atividade econômica vai cair. Então, eu só diria...

Então, para que de fato o aumento da eficácia da receita redunde em aumento de eficiência econômica, sempre que a receita aumenta mais do que o PIB porque a fiscalização melhorou o Governo tem que devolver reduzindo alguma alíquota. Aí ganha com

uma mão, perde com a outra, ele fica no zero a zero, mas a eficiência da economia como um todo melhorou. Mas, se ele não devolveu por meio de redução de alíquota aumentos de carga tributária oriundos de melhora da eficácia da receita, do ponto de vista da eficiência econômica, ocorreu, sim, um aumento de carga tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra agora pela ordem de inscrição ao nobre Líder, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, senhores expositores, eu queria começar pela colocação que o Dr. Samuel Pessoa acabou de fazer. A explicação clássica das autoridades do Governo que dizem que a arrecadação melhorou porque melhorou o nível de desempenho da receita. Curioso. O curioso é que melhorou na CSLL onde houve um brutal aumento de alíquota, no COFINS de importados onde houve um brutal aumento de alíquota e na CPMF. Foi aí que aumentou a arrecadação. Aumentou a arrecadação em função de aumentos de alíquotas de capacidade de trazer o imposto, mas produzindo evidentemente a consequência inevitável que é retirar da capacidade de investimento de reproduzir na economia ganhos lucros e tirar essa condição. Que é o que nós estamos querendo agora remover.

Eu tinha uma pergunta, eu tenho algumas preocupações. A posição do meu partido, é clara com relação a... Até porque temos uma cláusula pétrea no estatuto do partido, lutar contra o aumento de carga tributária. E acho que o País que chegou a 160 bilhões de dólares de reserva, e que paga uma nota preta para ter essas reservas, está na hora. Já ficou madurinho. Já está na hora de baixar a carga tributária principalmente porque o País é governado por um cidadão que tem o Ministro que diz que quando a carga tributária ficar claramente identificada como crescida, o Governo vai começar a baixá-la. Está na hora. Está na hora para cumprir a palavra. Não para nada, é para cumprir a palavra do Governo. Não é para nada.

Muito bem. Nós estamos dentro de uma discussão que vamos ser claros, o País está mobilizado para ela, Paulo. Se a gente tivesse falado de reforma tributária, não haveria 30% da atenção do Brasil que há porque a discussão é CPMF e não é reforma tributária. Porque é que a atenção do Brasil voltou-se para a questão CPMF? Porque a CPMF é provisória, tem data para terminar, e porque a CPMF foi criada para se destinar à saúde que vai muito mal, obrigado.

Então, para que é que ela... Por que é que tem que continuar? Por que é que a CPMF tem que continuar? Foi criada para a saúde, a saúde está muito mal. Foi criada com 0,20, está em 0,38, e só se fala em desvio.

Só se fala em que na saúde aplicou-se em custeio, em investimento melhorar quantidade de leito, desempenho dos hospitais. Neco! Então o que nós precisamos construir com os senhores são argumentos políticos, técnicos, argumentos técnicos tem consequência política. Nós temos que conquistar votos para acabar a CPMF. Ou para encontrar o melhor caminho para o País. Só se consegue construir raciocínio lógico com capacidade de argumentação em cima de fatos claros. Nós estamos discutindo um imposto que mobiliza o País inteiro, um imposto que é antipático, mas que dizem que quebra... Se ele acabar quebra o País. Ah, se acabar a CPMF quebra o País e acaba a Bolsa Família. Então nós temos que encontrar argumentos, e a Relatora, é a angústia dela deve fazer um mês que não dorme procurando para defender a sociedade e encontrar caminhos que justifiquem... Perdeu três quilos já. Que justifiquem a antítese dessas afirmativas de que o País vai quebrar e que a Bolsa Família vai acabar e etc, etc, etc, nós temos que construir com argumentos técnicos as explicações para mostrar ao País que nem o País quebra, para conquistar votos, o voto de Valter Pereira, que estava aqui, o voto de Renato Casagrande, e nem a Bolsa Família acaba. Como? Nós temos um elenco, José Roberto Afonso, um elenco de argumentações. Por exemplo, ou mexer no superávit primário. Será que o Brasil precisa eternizar o superávit primário em 5%? Será que não dá para calibrar? Eu estou inteiramente convencido de que se você destravar a economia com o fim da CPMF você vai criar o alento psicológico. Eu não esqueço, acho que foi George Bush quando assumiu baixou a carga tributária. Todo mundo disse: Vai quebrar o País. Fez foi explodir a economia enfrenta. Criou um alento psicológico. O Brasil hoje está precisando de um alento psicológico no que diz respeito à queda da carga tributária. A CPMF que mobiliza a atenção do país terminando vai criar um alento, um ânimo novo na economia. Um ânimo em cima de uma expectativa de que agora vai baixar a carga tributária e um ânimo porque você vai diminuir realmente as despesas de quem investe para gerar emprego e renda para as pessoas. Muito bem. Mas para isso tem que convencer. Convencer com o quê? Eu acho que a Relatora está debruçada sobre superávit primário, sobre excesso de arrecadação, sobre arrecadação não prevista... Mas eu tenho uma dúvida que é a minha pergunta. Para os três. A dívida interna do Brasil, ano que entra vai andar em torno de um trilhão e meio. Monumental. A Taxa Selic está em 11.25, no orçamento eles já dizem que vai baixar dois pontos percentuais, vai para 9.25. Mas é o que eles dizem e o orçamento já prevê essa queda de dois pontos percentuais. Mas a gente sabe que o fim da

CPMF vai diminuir uma despesa que não vai ter que ser remunerada pela União que é a tomadora dos empréstimos, é quem compra os títulos da poupança do Senador Valter, ACM Júnior, etc, etc. Na minha conta... na minha conta informações do Banco Central, José Roberto Afonso, essa queda é de 0.93. Eu não sei se estou certo ou não. Se for 0.93, e se ela for aplicável a toda a dívida interna que eu não sei se é, e a outra pergunta se é ou não é. Se é 0,93 se é aplicável a toda a dívida interna. Ela produzirá 13 bilhões de reais de economia. 13 bilhões de reais significa uma Bolsa Família e meia.

Então, isso é um argumento político formidável. É um dos argumentos políticos de que nós podemos dispor para salvar o País e animar o País a se encorajar o País para que volte a crescer.

Então, a pergunta de forma muito objetiva é: Eu estou certo ou estou errado ao imaginar que seja, que a contribuição na taxa de juros seja de 09, e eu estou certo ou estou errado de que ela incide sobre 100% ou não? É 50, é 70, é 80? Quanto de um trilhão e meio que ela incidirá. Eu perguntaria aos três.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, pela ordem, o Dr. José Roberto Afonso, a seguir o Dr. Paulo Rabelo de Castro, e enfim o Prof. Samuel Pessoa.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Nobre Líder Agripino, Senador Agripino me permitisse eu queria não só responder a pergunta, mas repassar um pouco dos seus comentários mais gerais.

Eu acho que é muito importante essa discussão de carga tributária que o senhor colocou de início porque está se fazendo uma confusão entre causa e consequência. Está se discutindo a causa. Abaixei... Houve ou não aumento de alíquota, houve ou não aumento de base? A questão essencial é consequência. Que é o que Prof. Paulo Rabelo procurou demonstrar aqui na minha opinião brilhantemente a exaustão. A consequência é mais receita nas mãos do Governo e menos renda disponível no setor privado. Isso na verdade economia. Matemática. E matemática simples. A outra questão arrecadação, a carga está subindo porque o PIB está crescendo. Não, a carga sobe quando a arrecadação sobe mais do que o PIB. Se a arrecadação sobe 13%, e a economia a produção sobe 7%, 8% nominal, que é o que está acontecendo, a carga tributária vai crescer. E a conta do colega meu Economista Micair(F), é que o aumento da carga tributária esse ano será de 1.1% do PIB. Ou seja, a pergunta que a gente faz é o que é que nós temos de essencial, novo em setembro que não tinha em janeiro? Porque aumentou a arrecadação em 1.1. Eu não conheço nada de novo que tenha acontecido nesse período que se possa dizer que não

se possa prescindir pelo menos dessa receita que já... E que não era esperada. Aliás, o aumento da carga esse ano está surpreendendo todo mundo.

Um outro ponto importante como combater, queria aqui reforçar o que o Prof. Samuel colocou, o senhor colocou, é importante não só atuar sobre limite de carga, mas atuar na origem. Aonde que nasce aumento de carga? Nasce quando se tomam decisões, majorar alíquotas, aumentar a base e isso com base em legislação e eu queria fazer coro aqui com propostas que vem sendo divulgado pelo Economista, pelo nosso amigo Everardo Maciel que diz: É preciso proibir a edição de leis aumentando o tributo. Essa é a forma mais eficaz de pelo menos estabilizar, parar de aumentar a carga tributária. O Everardo é até a favor da CPMF. E nós somos contra. Acho que todos os economistas têm ponto comum. Como está não dá para ficar e precisa se mudar esse contexto.

Por último, uma preocupação que se coloca que o senhor destacou bem sobre o Bolsa Família, até estava conversando com Senadora Kátia Abreu, acho que poderia antecipar, eu não sei de onde que surgiu essa idéia de que vai faltar dinheiro para o Bolsa Família. Eu posso dizer o seguinte, se por acaso a CPMF não for aprovada, aposentado, Bolsa Família e saúde estão garantidos. Pode faltar dinheiro para fazer obra, talvez até para pagar salário de servidores, repassar recursos ao Congresso. Por que isso? Porque por iniciativa do Governo, por uma Medida Provisória que o Governo baixou no início do ano, ele disse o seguinte, o superávit financeiro do Tesouro pode ser destinado para cobrir despesas com a seguridade social. Na LDO, que Senador estava me alertando, por iniciativa do Governo, aprovada pelo Congresso e convertida em lei está escrito: Se faltar algumas das receitas extraordinárias que estão sendo discutidas no orçamento como a CPMF, se faltar essa receita, no limite, se não der para cortar outra despesa, não cortar receita, saca-se o superávit financeiro. Superávit financeiro, quero aqui alertar, não é o conceito econômico, não é o fluxo, é o estoque. É o nome contábil da contabilidade pública que se dá ao caixa. É a disponibilidade de caixa do Tesouro. E hoje o Tesouro tem disponibilidade de caixa não sei exato quanto, mas com certeza 250 bilhões de reais.

Então, por lei, por duas leis, por uma lei do PAC, aliás, uma Medida Provisória no âmbito do PAC, pela LDO lá está escrito. Se faltar recurso, saca-se do caixa para pagar despesas com a seguridade. Que envolve as aposentadorias e envolve Bolsa Família. Quer dizer, eu até entendo que essa questão financeira não econômica. Agora, financeiro é não vai faltar dinheiro para pagar aposentado, para pagar bolsista, beneficiado do Bolsa Família e nem para pagar saúde. Que faz parte

da seguridade social. Bom, a sua questão da dívida, eu acho que é muito importante a gente alertar...

Bom, este ano, até setembro, neste ano, o gasto com juros reduziu 0.9% do PIB que era o número que o senhor citou. Daria para reduzir mais? Daria, que era o que eu passei aqui na exposição muito rápida. A minha opinião daria para reduzir muito mais. Se a taxa de juros caísse mais rápido. Que o próprio mercado esperava uma queda maior da taxa de juros do que ocorreu. Agora, o ponto principal é que essa taxa de juros, a Selic, ela afeta 1/3 da dívida pública hoje. Quer dizer, 1/3 de imediato que está em Selic. Porque o Governo... Quando o Governo começou, iniciou a trajetória de redução de Selic, ele começou a trocar Selic por papel prefixado. Aliás, foi igualzinho quando a gente trocou dívida externa por interna. Quando viu que o dólar ia cair trocamos a dívida que era em dólar por dívida interna, que é muito mais caro, e depois nós comemoramos que não temos dívida externa. De fato não temos dívida externa, mas estamos pagando uma fortuna por isso.

Hoje também acumular reserva cambial custa muito caro e trocar dívida de Selic por papel prefixado numa velocidade tão rápida quanto nós trocamos, nós estamos deixando de economizar gastos com juros. Essa queda de 0.9 poderia ser muito maior se não tivéssemos ido para papel prefixado. O que me preocupa, além disso tudo, ou me assusta, até hoje não consegui ter explicação, era a lógica é: Bom, vamos Selic que são títulos que vencem em até um ano. E um papel prefixado são títulos mais caros, com taxas mais altas, porém, vão vencer em dois ou três anos. Agora, o que aconteceu com a estrutura da dívida pública em junho, julho para cá? A posição da dívida no mercado aberto, que é o de curtíssimo prazo, saltou de cinco para 15% do total da dívida. Na verdade, se a gente olhar de 2005 para cá saltou de dois para 12, 13%.

Então, o que aconteceu foi muito simples quando teve a crise, aumentou o papel do mercado aberto que é em Selic, mas só que é de curtíssimo prazo. São operações... Quer dizer, alguém do mercado não quis ficar com o papel longo, bateu na porta do Tesouro e Banco Central e trocou por um papel de curto prazo. Hoje posição de curtíssimo prazo da nova dívida pública, volto a insistir é 13% o total da dívida, o papel em Selic é 33, dois meses atrás foi 15%. Quer dizer, o Overnight era metade do estoque da dívida em Selic. Por que é que se ocorreu para isso, eu não sei. Confesso até hoje não vi uma explicação razoável. Eu ouvi, li nos jornais que as autoridades monetárias estavam preocupadas com a entrada de capital externo que isso ia contaminar o mercado. Se eu entendi, o investidor brasileiro fica com papel de longo prazo na crise. Mas

o investidor, quem entra de última hora aqui dentro pode receber um papel que rende tanto quanto outro de longo prazo e que pode sacar daqui a um mês, dois meses. Quer dizer. Tem algo que não se explica. Essa questão da gestão da dívida, estou me alongando, eu peço desculpa, Senador Marco Maciel, eu acho que é fundamental, é pouco discutida. Quer dizer, não sei, eu pessoalmente não sei direito o que está acontecendo. Eu ainda continuo achando que é uma caixa-preta. E tem um impacto como o senhor destacou nas contas públicas enorme, monumental. Se essa redução de juros fosse maior e se essa administração da dívida permitisse uma economia mais rápida de juros, com certeza teria uma sobra suficiente para compensar CPMF, para atender, melhorar financiamento da saúde e várias outras questões.

Por último, sobre a questão de superávit primário, Senador Agripino, eu queria lembrar o seguinte, nós somos mais realistas do que os reis. Por exemplo, questão de empresas estatais, investimento em infra-estrutura, que é o que preocupa, como o senhor levantou, em 2001 e 2002 o Governo Brasileiro acordou com o FMI que os investimentos da PETROBRAS com recursos próprios seriam excluídos da meta de déficit público. O FMI concordou. E pelo contrário, até hoje divulga pelo mundo todo como ele FMI é bonzinho que deixou no Brasil uma boa empresa como a PETROBRAS que tem governança corporativa está fora do limite da dívida. Mas nós em 2003 colocamos a PETROBRAS de novo para dentro da apuração por iniciativa exclusiva brasileira. Por que isso? Porque como a PETROBRAS gera superávit e tem uma dívida líquida negativa, ou seja, tem mais dinheiro em caixa do que ela deve, isso permite esconder quem está com problema. Volto a insistir, quem está com problema é o Tesouro nacional. Quem não está fazendo seu papel de gestão fiscal na minha opinião pessoal é o Governo Federal. Por isso tem que exigir de Estados, Municípios e de empresas estatais afetando áreas onde a atuação estadual e municipal é crítica como Segurança Pública, saúde, educação, ou áreas onde que a infra-estrutura é crítica, infra-estrutura onde a atuação das empresas é fundamental, quer dizer, eles têm que fazer o dever de casa que não está sendo feito pela União. Por isso que eu queria voltar no ponto do Senador Antônio Carlos tinha aberto nesse debate. Precisamos que a União faça ajuste fiscal. E isso acho que é o fundamental precisamos que a responsabilidade fiscal chegue no Governo Federal que hoje não tem. Espero ter... Peço desculpas por ter me alongado, mas espero ter...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, só um esclarecimento. Acho que o José Roberto Afonso é muito objetivo. Se eu bem

compreendi, há uma caixa-preta em torno do volume de recursos da dívida interna que seriam de curto, médio ou longo prazo. Não se saberia. Mas 13% deveriam ser Overnight de curtíssimo prazo. E 33 sujeito a Selic. Pelo menos isso. Ou seja, pelo menos 50% do trilhão e meio seriam sujeitos à CPMF. Em operações realizáveis no período de um ano.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Na verdade, a maior parte da dívida que está no curtíssimo prazo essa que cresceu agora bastante ela está atrelada à Selic. Quer dizer, o que aconteceu era assim, nós saímos da Selic quando tivemos a crise, voltamos para a Selic. Agora voltamos para a Selic de que forma? Da pior forma possível. Que com um papel que vence em um dia, um mês ou dois meses. Então porque é que eu deixei de economizar com juros, por que é que eu troquei tanta posição de Selic por prefixado se quando o mercado espirrou voltou? A posição do mercado em agosto, perdão, em junho, julho, volto a insistir, nos chegava a 3%, 4% da dívida pública que estava no curto prazo. Hoje, posição final de setembro é 13%. Apesar de ser dito que a crise passou, que não tem problema nenhum, que está tudo certo. Mas temos hoje 13% da dívida pública no curto prazo. Só que aí voltou para a Selic. Mas voltou na pior condição possível e insisto, a minha outra questão é outra. Quer dizer, por que é que eu fui para o longo prazo para quando tivesse uma crise eu permitisse ao mercado voltar para o curtíssimo prazo que é o que aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra agora o Dr. Paulo Rabelo de Castro.

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – (pronunciamento fora do microfone) o mínimo que posso fazer é lembrar o José Simão que diz não sem razão que nós somos o País da piada pronta. O País da mentira pronta também. O senhor nos convida a salvar o País da mentira. Com argumentos persuasivos. Eu tenderia a concordar, vamos procurar argumentos que tendo base técnica tenham também o condão de mobilizar o emocional dessa população que hoje está sendo literalmente cevada pela carga tributária escorchantes. E aí vem o senhor e coloca insensivelmente três perguntas:

Será que o País quebra sem a CPMF? E se nós não prorrogarmos a CPMF? Como compensar essa falta de arrecadação? E, finalmente, a pergunta que seria na hipótese dessa CPMF não mais existir, o que ganharia o País na realidade com isso?

Em relação à primeira pergunta, se o País quebra com a CPMF, obviamente não quebra. Essa é a grande mentirinha que está sendo lançada e que admissível no plano da política, que a gente faça força para ven-

cer com exageros argumentativos, mas o fato da vida é que como colocou bem o Economista José Roberto Afonso, a questão da saúde está na Emenda 29. Não tem nada que ver com a CPMF. E a questão da Bolsa Família, tanto quanto da Previdência está no superávit primário, portanto, no caixa do Governo. Nada tem com a CPMF. O que tem a ver com a CPMF? Apenas a vontade de fazer a chamada arrecadação máxima como declarado por todos os órgãos de Governo até o nível da Presidência da República. O que está sendo em debate e nisso cumprimento V. Ex^a pela capacidade de ver argutamente a questão política, não é o debate só da CPMF. É um debate de ideologias. E é por isso que ele emociona e que traz à baila posições diferenciadas. É o País da arrecadação máxima versus o País da arrecadação módica que estão em debate. Tem gente que acredita que quanto mais o País arrecadar é assim que se tem que fazer. Porque o País se salva pela capacidade do Estado fazer as coisas. E existe gente que acredita que quem faz as coisas são os brasileiros. E que quando o Governo não atrapalha, quando Brasília acorda mais tarde, a gente comemora nas cidades brasileiras. E com o perdão da palavra, incluindo essa Casa, infelizmente. O clamor da cidadania é que o Governo tire a mão do nosso bolso.

Portanto, o País não quebra não e muito pelo contrário, acho que ficou aqui mais do que provado, tanto do plano financeiro quanto nas contas macroeconômicas é que quanto menos carga tributária, e quanto mais rápido nós nos livrarmos desta que seria provisória extingüível, mais rapidamente nós estamos comprando o crescimento futuro e salvos dessa mentira. Mas se isso não bastasse, como mobilizar o emocional da população? De uma maneira muito simples. Se o Governo quiser prorrogar, que ele prorogue da seguinte maneira. Entregando para cada um, para cada pessoa o valor dessa CPMF para que ele faça o seu seguro saúde. Reforme-se a saúde através de um sistema em que recebamos uma bolsa saúde.

Ou seja, nós temos que discutir em que sentido a população de fato estaria sendo beneficiada por essa CPMF, que de fato não está. E aí entramos na questão de volta que eu volto a chamar atenção do ressarcimento. Realmente, eu acho que essa é uma questão extremamente grave. Ousaria dizer se o Governo fosse oposição e oposição fosse Governo nós hoje já teríamos uma Ação Civil Pública peticionando o ressarcimento da CPMF, o que daria 2.400 reais per capita de um cheque para cada brasileiro. Cerca de 10 mil reais por família. O que daria para fazer muita saúde. Talvez por um excesso de responsabilidade escrupuloso moral da oposição, não tenha acudido a ninguém esse pensamento malicioso. O problema é que essa

espada de Dâmocles, na medida em que uma entidade da reputação da Fundação Getúlio Vargas venha apontar o seu dedo acusador dizendo esta contribuição descumpriu a sua finalidade social específica e é passível de ressarcimento. Ao que vem aduzir o Prof. Samuel Pessoa também da... E soma-se a CIDE que foi esterilizada, cujos relatórios do TCU estão aí para provar. De forma que nós estamos possivelmente diante de talvez o maior esqueleto financeiro da República. E nós temos, Senadora Relatora, uma espinhosa missão de enfrentar esse esqueleto financeiro.

Portanto eu acho que nós devemos nos conter na sanha prorrogacionista, e eu diria, Senador, para completar o seguinte. É realmente o País da piada pronta. Um País que ainda teima em gastar 150 milhões de juros para rolar uma dívida no mesmo dia ou na mesma tarde em que os oficiais da economia do Governo comemoram a próxima chegada do grau de Investment Grade, e aqui fala um classificador de risco, são duas declarações incompatíveis entre si. Tem que escolher uma e abandonar a outra, ou abandonar uma e escolher a outra. Porque um País que está virando Investment Grade não pode ser um País que ao mesmo tempo gasta 150 bilhões ao ano para arrolar uma dívida trilhonária e muito menos que encarrega papéis de curtíssimo prazo como se fosse um pré-falido. E digo mais, as empresas classificadoras de risco que se acautelem contra o Investment Grade do risco de dívida interna porque o Governo ainda não fez a sua parte. Qual foi a parte que foi feita e porque acena as empresas de risco estrangeiras a respeito de um futuro Investment Grade? É porque o setor privado fez a sua parte e enquanto o Governo e Brasília dormiam, fez-se o maior superávit agrícola de todos os tempos, ganhou-se o dobro, o triplo com a venda das *commodities* minerais.

Portanto, o Governo acordou com o cheque de 100 bilhões de dólares que é a minha conta, estritamente de graça. E esse é o milagre do Investment Grade antes de qualquer outro milagre. O Governo sim tem um mérito importante. Ele atrapalhou poucos o êxito do milagre do setor privado. Mas a parte que lhe cabia, que dizia respeito à melhora da gestão pública e a melhora do endividamento público, acautele-se também os senhores os classificadores de risco olham a dívida bruta. Porque caixa se gasta de um dia para outro inclusive com as eventualidades. Eu como classificador de risco, quando analiso uma empresa estou analisando o endividamento obviamente líquido no sentido de verificar se tem ou não caixa, mas o relevante, a informação importante e relevante para o classificador de risco é a dívida bruta que se aproxima de 70% do PIB no Brasil. Onde os Estados e Municípios fizeram já há

muito tempo a sua parte muito melhor que o Governo Federal. E, portanto, eu diria que do ponto de vista da dívida interna o Brasil ainda está meio longe de obter um Investment Grade sério.

Portanto, nós temos que apressar o nosso passo porque a grande consequência disso tudo é a perda de crescimento e a perda de geração de empregos.

Portanto, repito, no País da piada pronta, o Governo tem mais de 35 bilhões de economia de juros para fazer amanhã como temos falado insistentemente: Somos um País “capinanceiro”, um país de capitalismo financeiro, onde os juros são exorbitantes, a rolagem da dívida é uma caixa-preta sim e nós estamos sempre “educorando” as expensas do setor privado, da cidadania e do trabalhador brasileiro. Nós estamos sempre discutindo aqui, lamentavelmente temos que observar isso como cidadãos cada vez que temos a honra de vir aqui, discutir como é que nós salvamos o Governo da sua própria má gestão. E nunca nos preocupamos de salvar o trabalhador e a empresa brasileira da má gestão do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra agora o Prof. Samuel Pessoa.

SR. SAMUEL PESSOA – Muito obrigado, Sr. Presidente. A pergunta complexa do Senador José Agripino. Se eu entendi bem, quer dizer, nós sabemos que tem uma carga tributária muito grande sobre o pagamento de juros do Governo. Não só uma parte da CPMF incide sobre o pagamento de dívida pública, mas a gente sabe que tem Imposto de Renda também sobre o pagamento da dívida pública.

Então, eu sou um investidor, eu compro um papel de um ano, esse papel de um ano rende 11,25, uma Selic deixa um ano arrodando o meu papel, depois de um ano eu retiro esse recurso e eu vou pagar 20% de Imposto de Renda sobre os 11,25. Notem os senhores que não é 20% de Imposto de Renda sobre o juro real, que o juro real 11,25 menos a inflação. É 20% de Imposto de Renda sobre juro nominal. E também quando eu resgato esse papel evidentemente incide o CPMF. E a pergunta é: Essa renda do Governo, será que ela não tem um impacto simplesmente de aumentar a taxa de juros que o Governo paga? De tal forma que do ponto de vista das finanças públicas a operação seja neutra? Ou seja, o que acontece quando há carga tributária sobre a dívida pública? Agora, o detentor de título, a pessoa que vai comprar o título público vai exigir do governo uma remuneração adicional, uma elevação de taxa de juros para compensar aquele imposto que vai ter que pagar no final, no investimento do papel.

Então, o imposto aumenta, a existência do imposto sobre os juros que o Governo paga aumenta a

receita do Governo, mas por outro lado como aumenta a taxa de juros que o setor privado requer do Tesouro para arrolar os seus títulos, aumenta o custo financeiro da dívida pública. Do ponto de vista do déficit público, déficit nominal, é neutro. Que aumenta arrecadação, aumenta o gasto financeiro, as duas coisas se cancelam. Governo dá com uma mão e tira com a outra. Do ponto de vista da forma como a gente comunica com a sociedade a situação fiscal, pode parecer que não é neutro. Porque aparece um primário grande, fica um primário inflado. Fica um primário grande, inflado e fica uma componente financeira, pagamento financeiro da dívida pública também inflado, por quê? Porque naquele pagamento financeiro da dívida pública tem um monte de impostos que estão incididos lá. Eu acharia, no meu ponto de vista, do ponto de vista das transparências das contas públicas seria bom que nós eliminássemos todos os impostos sobre títulos públicos. Qual seria o impacto sobre o déficit nominal zero, simplesmente reduziria o primário, a gente veria que o primário não é tão grande quanto a gente acha que ele é, também reduziria conta financeira, o custo de rolagem da dívida pública, os dois efeitos se anularia do ponto de vista do superávit operacional e do ponto de vista de superávit nominal seria neutro. Mas aí vem a pergunta do senhor. Quer dizer, se eu entendi a pergunta, me parece que era essa. Se eu acabar com a CPMF vai ter uma economia então. Exatamente vai ter uma economia. Então, o impacto da redução da CPMF sobre as contas públicas vai ser menor. Por quê? Porque uma parte da CPMF incide sobre a rolagem dos títulos da dívida pública, e ao reduzir a CPMF, automaticamente na competição do mercado a taxa de juros que o setor privado vai requerer para arrolar os títulos vai ser um pouco menor e, portanto, o Governo vai gastar menos pagando juros da dívida pública.

Agora, essa conta é muito difícil de ser feita. O Governo, o que o Governo arrecada da CPMF é alguma coisa de 40 bi, por aí. Esses recursos todos são arrecadados nas diversas operações que são feitas na economia. Todos os cheques emitidos, todas as transferências entre pessoas no sistema bancário... E um subconjunto dessas operações que significa transferir um recurso de um título público de uma conta investimento para uma conta corrente. Que é quando incide a CPMF numa operação de rolagem de dívida pelo setor privado de dívida da União. Do Tesouro. É muito difícil saber do total de transações nas quais incide a CPMF, quais são dessa natureza que seriam aquelas transições que sofreriam, que gerariam uma redução de gastos com rolagem de dívida pública pelo Governo. Eu acho que não é um número tão grande assim. Porque a CPMF, como havia dito na minha primeira apresen-

tação, ela tem uma base ampla. E a base dela não é só essa operação. Nunca fiz essa conta, é uma conta complexa de ser feita, eu vi os números de 12 bi, acho número pouco alto demais. Então não sei se me pareceria muito segura essa linha... certamente essa linha de argumentação ela é muito segura para desonerar Imposto de Renda sobre a dívida pública. O Governo ganha de um lado e paga com a outra. É neutro. Porque a base de incidência é só dívida pública. Imposto de Renda sobre remuneração da dívida pública. Agora, a CPMF tem uma base de incidência muito ampla. Me parece que o argumento mais forte com relação a CPMF, ou fim da CPMF, continuo insistindo que do meu ponto de vista é melhor nós renovarmos por um ano e vincularmos à Reforma Tributária que a gente tem que fazer isso logo. Agora, a extinção da CPMF, o que sustenta ela é a enorme elevação da carga tributária. É só nós mostrarmos para sociedade quantos bilhões a mais por ano o Governo tem tido. E a mais... Não é a mais de aumento da receita nominal. É a mais de aumento da receita além do aumento do PIB. Se nós fizermos nos últimos três anos quantos bilhões o Governo ganhou além... Ele ganhou pelo crescimento do PIB, a gente vai ter muito mais do que uma CPMF. Se pegarmos os últimos quatro anos, quanto aumentou a arrecadação do setor público. Além do crescimento do PIB, certamente vai dar uma CPMF e meia ou mais. E me parece que esse é um argumento forte que justifique a redução de um imposto tão distorcido quanto o imposto sobre movimentação financeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, gostaria de submeter apreciação de V.Ex^a e do Plenário se nós poderíamos fazer os questionamentos agora em grupos. Só temos, me parece que Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de pedir a minha inscrição e a Senadora Kátia Abreu. Que ela vai encerrar com brilhantismo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ela regimentalmente na condição de Relatora vai dispor de tempo especial. E nós tínhamos estabelecido aqui que de cinco minutos para cada interpelante. Então a concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, após V.Ex^a, e os expositores responderão e finalmente a Senadora Kátia Abreu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, senhores expositores, em primeiro lugar gostaria de cumprimentá-los pela brilhante exposição que tivemos aqui nessa tarde. A minha pergunta é para o Prof. José Roberto. Não ficou muito claro pra mim

no final quando V.S^a colocou a questão da CPMF, o excesso da CPMF poderia ser compensado com a desoneração tributária aproveitando inclusive o passivo do setor exportador. Então eu gostaria de ter isso um pouco mais esmiuçado. O que seria considerado esse excesso da CPMF, o quanto significaria isso. E qual é o setor exportador que poderia ser beneficiado com essa redução. Essa era a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ouço agora as interpelações do nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu não ousou interpelar esses brilhantes economistas que nos brindam com as suas informações. Eu quero só lamentar de não ter podido assisti-las porque lamentavelmente a gente tem que estar em vários lugares ao mesmo tempo. E isso aí a física ainda não resolveu essa questão do Congresso. São várias reuniões que marcadas no mesmo horário. Mas eu estou com o material que foi distribuído, já fiz uma breve leitura aqui e lamento como eu disse de não ter estado presente para ouvir as explicações. Mas, eu quero só me fazer algumas considerações a respeito da prorrogação ou não da CPMF. Temos conversado muito com o José Roberto Afonso e com o Samuel nas reuniões de bancada, a respeito da forma de encaminhar essa discussão. Uma forma que o PSDB pretende que seja responsável. E por tudo aquilo que se toma conhecimento, a cada dia eu estou mais convencido de que aquilo que foi agora explicitado é a realidade. Ou seja, o País não vai quebrar se a CPMF for extinta. Ou melhor, se a CPMF não for implementada novamente. Porque extinta ela será 31 de dezembro de 2007. Nós vamos criar um novo imposto a partir de primeiro de janeiro de 2008.

O Governo faz um terrorismo junto à sociedade dizendo que se a CPMF não for prorrogada, não haverá recursos para a saúde. Não haverá recursos para o Bolsa Família. Agora, a mentira tem perna curta. O difícil é você conseguir levar essa informação a toda a sociedade brasileira, que fica atemorizada com relação à posição que o Legislativo vai tomar pela prorrogação ou não da CPMF. Mas, por que é que eu digo que tem perna curta? Já foi dito agora aqui e nós sabemos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias já define que você utilize os excessos de arrecadação para cobrir as despesas de Bolsa Família, de saúde, ou seja, vai faltar recursos também não para investimentos. A Governadora do meu Estado, ela está divulgando no Estado que quem votar contra a CPMF é contra o Estado do Pará. Porque o Estado do Pará vai deixar de receber um bilhão e trezentos milhões do PAC. Eu tenho dito lá no meu Estado que pode ter alguém mais a favor

do Pará do que eu. Ou melhor, pode ter alguém tão a favor do Pará do que eu, mais do que eu não.

Então, eu tenho consciência que o Presidente não encaminhará os recursos do PAC ao Pará se quiser penalizar a Governadora que é do partido dele. E não os paraenses. Porque não é da CPMF que virá os recursos para o PAC. O que vai obrigar o Governo a fazer? Diminuir os gastos que já deveria ter feito há muito tempo. Melhorar a qualidade dos seus gastos.

Então, isso que o Governo está preocupado. Que essa ganância que está sendo feita pelo Executivo vai ter que ser refreada. Ele vai ter que cair na real e começar a fazer a reforma tributária que precisa ser feita para que haja uma diminuição de carga. E aí a questão da saúde, eu tenho os dados aqui interessantes. Só para confirmar, em 95, em 1995, a União gastava per capita 85.71 dólares/ano. Quando isso em 95. No início, antes da aprovação da CPMF. Agora em 2005, com a CPMF, ela... O gasto de saúde da União caiu para 74.47 dólares per capita/ano. Como é que o Governo pode dizer que é a CPMF que dá recurso para a saúde? Se sem a CPMF a União 85 dólares e 71 centavos e com a CPMF reduziu? O que houve, lamentavelmente, como foi dito várias vezes aqui, dá com uma mão e tira com a outra. Ou seja, pega o recurso da CPMF, parte para a saúde, que está discutindo só 42% que é o que vai para a saúde, os outros 58 vai para a ganância do Governo, e tira o recurso que ele deveria colocar para a saúde. Quando o Ministro Adib Jatene propôs a questão da CPMF, o quadro da economia nacional era outro, a necessidade de ter um imposto provisório era para aplicar integralmente na saúde, então foi convencido o Congresso Nacional para que se criasse esse recurso para ajudar na saúde. E lamentavelmente o que se vê é que ao longo desse tempo todo houve foi uma arrecadação. E mais, ao longo desse tempo, um outro dado importante, se somarmos a contribuição dos Estados e Municípios com a da União para a saúde, nós vamos ter um gasto per capita de 152.97 dólares. Ou seja, os Estados e Municípios estão participando hoje praticamente com valor igual ou maior do que a União. Ou seja, cada vez a União retira recursos da saúde e transfere responsabilidade para os Estados e Municípios, e não quer fazer a revisão do pacto federativo e não quer fazer a redistribuição das contribuições que fica concentrada unicamente na federação.

Então, o que eu vejo é que não há mais como se enganar a sociedade. É melhor que o Governo dissesse claramente: Olha, eu preciso dos 40 bilhões que eu preciso gastar. Eu preciso criar Ministério, eu preciso comprar um outro avião... Eu preciso fazer alguma coisa. A contratar mais Assessores... Mas, de

forma mais clara. Porque se nós formos olhar aqui o nosso vizinho aqui a Argentina, a Argentina gasta 300 dólares per capita/ano em saúde. E não vamos falar nos países de primeiro mundo que ultrapassa a casa de mil dólares per capita ano.

Então a situação do Brasil está essa situação de calamidade pública que se encontra por falta de responsabilidade ou de vontade política de fazer.

Eu quero parabenizar aos nossos palestrantes, e dizer que eu já estava convencido. E cada vez eu me convenço mais. Eu lamento só, Presidente Marco Maciel, que não tenhamos aqui nessa... Ouvindo essa exposição a base do Governo. Eu gostaria de ter aqui o Senador Aloizio Mercadante...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –

Uma retificação aqui. Eu sou da base do Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu

vou fazer referência a V.Ex^a, Senador Valter Pereira. Eu vou fazer uma referência elogiosa a V.Ex^a. Lamento não ter aqui o Senador Aloizio Mercadante, não ter aqui o Senador Romero Jucá, não ter aqui o Senador Suplicy, a Senadora Ideli... Porque no momento de argumentação é por aqui que nós vamos colher as informações necessárias para ter o argumento técnico. Eu não citei o Senador Valter Pereira como da base do Governo porque eu tenho certeza que o Senador Valter Pereira ele é independente. Ele faz parte da base do Governo, mas ele tem responsabilidade com o País, e com os brasileiros. E eu tenho absoluta certeza que ele vai votar pela extinção da CPMF. Ele está aqui apenas colhendo as informações para consolidar o raciocínio que já é dele. Ele tem se mostrado independente a ponto de ter relatado contra o Governo para extinguir a Secretaria de Assuntos Extraordinários de Longo Prazo. A Sialopra(F). Eu parabenizei naquela altura porque um Senador da base do Governo que era Relator que achava que o Governo ia aprovar, ele relatou pela extinção e nós aprovamos. E Senador Valter Pereira, eu quero me solidarizar com V.Ex^a porque V.Ex^a fez esse esforço cívico de relatar pela não criação da Sialopra(F), e lamentavelmente V.Ex^a foi o autor do upgrade ao Secretário que virou Ministro através de Decreto presidencial.

(soa a campanha)

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Pre-

sidente, pela ordem. Se o senhor preferir para que nós possamos agilizar nosso horário também estou disposta a fazer seguindo o Senador Flexa Ribeiro minhas considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Tem a palavra V.Ex^a.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Muito obrigada. Quero cumprimentar os nossos participantes,

os economistas José Roberto Afonso, Paulo Rabelo, amigo antigo, Samuel Pessoa, Dr. Samuel pessoa, agradecer essa contribuição maravilhosa ao meu Relatório. Eu quero só reafirmar o que disse o Senador Flexa, infelizmente a base do Governo com exceção do Senador Valter Pereira não está aqui para ouvir. Mas eu tenho certeza, Flexa, que na quinta-feira, no dia dos Ministros de Estado estarão todos aqui para ouvir os seus Ministros. Eu acho que nós temos que conviver com o contraditório. Nós temos que ouvir todas as partes. Eu estarei aqui firme ouvindo a todos, embora já tenha em princípio a minha opinião a respeito da CPMF, mas acho que tudo... Nós estamos numa Casa democrática e as pessoas têm o direito de se manifestarem e de participar desse grande debate para o País.

Quando o Dr. Samuel Pessoa falou a respeito da tradição não só brasileira, mas quase que da América Latina, 100%, os governos não se vêem estimulados para diminuir gastos públicos e, portanto, diminuir receitas. E as pessoas, especialmente pessoas, cidadãos comuns, trabalhadores, empresários, donas de casa, chefes de família, fala: Kátia, será que não seria tão simples o excesso de arrecadação, o Governo ir guardando numa conta e no final do ano vai lá e guarda e fica sem a CPMF para poder se cobrir. Claro que o cidadão comum não tem obrigação de conhecer do Orçamento Geral da União e como ele funciona. Porque na realidade, com excesso de arrecadação do ano seguinte, quando Governo faz o seu projeto, não só prevê o excesso de arrecadação como o excesso de gastos juntos. Isso na cabeça de um pai de família é inadmissível. Num pai de família responsável isso não pode entrar na cabeça dele. E nem de uma mãe de família que tem responsabilidade. É a poupança que eles imaginam que isso é possível no orçamento.

Então eu concordo com que o senhor diz, Dr. Samuel, que será uma bola de neve eterna, a mania da América Latina onde predomina e caracteriza o populismo econômico de aumentar seus gastos a medida que a sua demanda cresce. Só para dar um exemplo, e os Senadores estão com a memória bastante ativa, porque recentemente foi aprovado o mínimo de 1% para os Prefeitos deste País. Quantos anos nós levamos para aprovar esse 1%? Esse 1% significa o ano que vem cinco anos nós levamos para fazer com que o Governo quisesse abrir um pouquinho a mão para 5.400 Prefeitos do País. Cinco mil, se não me engano, Sr. Presidente Marco Maciel... Cinco mil e tantos Municípios no País. 5.563 Municípios do País para 190 milhões de habitantes. Porque ninguém mora na União, não. Eu nunca ouvi falar que ninguém tem interesse na União. Eu vejo que as pessoas moram nos

Municípios. Dois bilhões de reais para 190 milhões de pessoas que moram nas cidades brasileiras avaliem para tirar a CPMF. Que são 40 bilhões.

Então, eu atesto que a sua tese será infinitamente pior de ser convencida para o Governo, em qualquer hipótese, circunstância de tirar 40 bi se demoraram cinco anos para tirar dois para os Prefeitos.

Bom, eu gostaria também de dizer ao Dr. José Roberto Afonso que nós conversamos a respeito de como manipular o orçamento, de como atuar no orçamento caso alguma receita falhe.

Então, às vezes as pessoas: não, termina seu Relatório rápido porque você pega o excesso, diminui pela CPMF, já sobra tanto para o Governo e fica por isso mesmo. Nós temos que lembrar que a discussão do Senado é diferente da Câmara. Quando foi discutido na Câmara não tinha Peloa(F) 2008.

Então, hoje nós temos uma responsabilidade muito grande em apresentar um Relatório que seja legal, que seja técnico e que não venha, Deus que me livre, virar uma chacota nacional. Então nós estamos amarrado numa legislação da LDO, que é o art. 100 da LDO, onde todos os anos quando se faz o Projeto de Lei Orçamentária é normal que todos os governos aprove uma lei, prevendo uma falta de arrecadação. Não necessariamente CPMF. Qualquer tipo de arrecadação, de falha na economia que possa faltar, e aí? O que é que o Governo pode fazer? Aonde que ele pode atuar? Aonde ele pode procurar uma substituição numa hora do aperto? Todo Governo aprova essa lei, na LDO. E agora conversando com o Dr. José Roberto agora pouco no intervalo por conta da Sessão do Plenário, eu tive a curiosidade de buscar no meu gabinete a aprovação dessa lei dos anos anteriores que nós só estávamos a deste ano, de 2008. E na de 2008, como o senhor disse, o Governo já está prevendo o fim da CPMF, e ele modificou essa lei na LDO para a minha surpresa, porque como é um praxe, uma prática, uma tradição, normalmente todas essas determinações são idênticas de ano para ano. Mas, para o Governo Lula, quem fez o de 2003 ainda foi o Governo anterior, para esse Governo em diante, de 2003 em diante, foi acrescentado o § 5º do art. 101, não 100, desculpe, art. 101... Desculpe. Isso aí mesmo. § 5º que foi para 2003, 04, 05, 06 e 07. O restante é idêntico dos governos anteriores. Aonde está prevendo que na falta do recurso nós poderemos usar o superávit financeiro? Pela primeira vez em quase oito anos de orçamento foi incluído neste Governo esse § 5º. E isso atestando o que o Dr. José Roberto disse agora há pouco. O Governo se preparou para ficar sem a CPMF. Nesse § 5º, ele dá duas opções. Duas opções para o... Entre tantos outros parágrafos anteriores, que são a repetição de

todos os anos, mas nesse especificamente ele diz: Poderá substituir receita pelo excesso de arrecadação de outras fontes, transferir, e inclusive de operações de crédito. Operações de crédito significa aumenta de dívida pública. O Governo admite até essa hipótese. E em segundo lugar, admite diretamente que nós possamos que o Governo possa se utilizar do superávit financeiro que é a poupança do Governo que hoje está em 258 bilhões de reais. Quando você tem uma reserva financeira, é para suprir uma crise financeira. Como faz um pai de família quando tem uma poupança em casa e precisa investir para a melhoria de vida real dessa família. Ele pode sim lançar mão de uma parte dessa poupança para dar equilíbrio a essa família. Sem por isso desmanchar a poupança inteira. Sem por isso desmanchar toda a sua reserva para uma outra oportunidade futura. Um pai de família, uma família brasileira não tem diferença nenhuma de um Governo municipal, estadual ou federal.

Então eu quero aqui deixar registrado essa situação. Essa circunstância. Aonde o Governo Federal sugere operações de crédito para substituir receita e que nós possamos lançar mão do superávit financeiro. Eu quero ainda lembrar ao meu Líder Agripino que não pôde mais estar aqui, quando ele disse que o Presidente Reagan dos Estados Unidos fez isso. Cortou despesa para depois cortar tributo. Eu quero dizer que desde John Kennedy foi o último que eu encontrei, que eu não acabei ainda os meus estudos, John Kennedy foram dez bilhões de dólares àquela época de corte no seu primeiro ano de mandato. E só sofreu crises posteriores à sua morte quando veio a guerra do Vietnã e os Estados Unidos gastou exorbitantemente nessa guerra e deu desequilíbrio. No México foi assim, no Chile foi assim, em qualquer lugar do mundo você corta receita para cortar gasto. Eu volto ao exemplo da família. Vá dizer para os seus filhos, a classe média brasileira para os seus meninos que ganham de mesada, dez, vinte reais no sábado que seu salário não alterou em nada e que você quer diminuir a mesada dele. Vai tentar fazer uma reunião dessa de família. Quando seu salário não alterou nada e você diz: Não posso mais legislar mais três ar-condicionados. Só um. O banho não pode durar mais dez, só cinco minutos. Não tem quem convença uma família de economizar depois que o gasto exorbitou. Agora, se o salário falhar, se o dinheiro diminuir de verdade, se aquele pai que ganhava mil vai ganhar quinhentos... Pois não, Senador... Secando a fonte, a família, claro que vai se unir nesse momento difícil, todo mundo dar as mãos e fazer a economia que precisa ser feita.

Se um cidadão brasileiro dá conta, um cidadão responsável, por que é que nosso Governo, o Presi-

dente da República do Brasil não é capaz de fazer o mesmo e dar o exemplo à Nação? Nós vamos esperar nós voltarmos numa maré ruim da economia brasileira para falar em reforma tributária? Em diminuição de impostos? Nós só podemos falar agora. Não é porque é o Presidente Lula que é o Presidente. É porque a economia brasileira está pedindo. Ela está sufocada. Quando você falou, Dr. Paulo Rabelo, do setor agropecuário agora pouco, é o retrato explícito do que significa a carga tributária. Eu estou acostumada a todos os dias os repórteres virem a mim e dizer: Agricultura produz mais e mais e mais superávits e os produtores rurais estão reclamando. É exatamente isso que o senhor disse. O agronegócio vai muito bem e o agricultor vai malísimamente mal porque todo o seu ganho está indo embora no mesmo ano com a carga tributária pesadíssima sobre seus ombros, de toda a cadeia produtiva.

Então, Sr. Presidente, eu quero para finalizar fazer uma consideração aos meus colegas. Agora há pouco chegou aqui uma matéria do Estadão, do repórter João Domingos dizendo que o Líder Romero Jucá oferece uma proposta com relação à distribuição da alíquota da CPMF.

Sr. Presidente, eu com toda franqueza, não quero aqui abrir mão de reiterar minha condição de oposição, que aliás me sinto muito bem nela, muito confortável, com a minha consciência bastante tranqüila, é meu dever, foi assim que quiseram as urnas, mas eu quero pedir ao Governo, e ao nosso Líder Romero Jucá que é nosso colega, que essas propostas tem que ser levado a sério. Mesmo que não vão se efetivar. Essa proposta não está considerando o Senado e não está considerando a sociedade brasileira. Quando eu aponto aumento na alíquota da CPMF para a saúde, eu estou mentindo para o povo brasileiro. A regulamentação da PEC 29, sim, se ficar 10% da variação do PIB ou 5 ou 30 ou 40, isso é aumento real de receita para a saúde. Eu vou dizer porquê. Embora todo mundo aqui já saiba. Nós temos duas legislações que dizem respeito à saúde. Uma é a PEC 29 que obriga 0,20 da CPMF para a saúde. E depois aprovamos... Desculpe, primeiro a CPMF... Desculpa, nós temos a CPMF que destina 0,20 para a saúde. Se isso fosse verdade hoje e nós tivéssemos apenas com ela e com essa obrigatoriedade, nós teríamos apenas 20 bilhões para a saúde. Seguido a PEC 29 no ano de 2000 que determinou que era o gasto do ano mais a variação do PIB nominal que já conta com a inflação. Esses dois artigos da Constituição têm que ser cumpridos. Ou seja, a PEC 29 está em 45 bilhões e, portanto, a CPMF com seus 0,20 e 20 então obrigatoriamente a PEC 29 tem que

estar sendo cumprida junto como o artigo que diz respeito a divisão da CPMF.

Então qualquer alteração que o Governo venha a oferecer em cima da alíquota do CPMF imaginemos que o Governo decida que 0,38 será inteiro da saúde. Mesmo assim, já está sendo cumprido, Senador Valter. Isso aqui não é verdadeiro. Porque se eu alterar como está aqui determinado 0,28 da CPMF para a saúde em 2011, isso significa 27 bi. A PEC 29 já está orientando que é 45. Isso aqui é uma falácia. Isso é um engano, isso aqui é uma mentira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Senadora Kátia, eu gostaria de fazer uma intervenção. Acho que a declaração do Senador Romero Jucá, que é Líder do Governo no Senado, é um sinal de que o Governo começa a abrir as portas para o entendimento. E eu acho que não se deveria descartar liminarmente essa possibilidade. Entendo que é um momento muito decisivo para o destino da saúde pública no País o que nós estamos vivendo agora. Até porque no momento em que na Câmara houve um freio para a tramitação da Emenda 29, e que enseja com isso uma negociação para estabelecer um novo pacto, restabelecer a verdade com relação à destinação da saúde, eu acho que as críticas que V.Ex^a faz tem toda pertinência e merece ser devidamente avaliadas. Todavia, eu acho que nós não devemos de forma alguma fechar portas para o entendimento. Um entendimento que preveja ao mesmo tempo um socorro à saúde, que a saúde precisa de socorro, e também a desoneração tributária, porque aqui hoje todos estão acordes com um ponto. A carga tributária no Brasil precisa ser revista. Não é possível imaginar um desenvolvimento duradouro, um desenvolvimento vigoroso como a sociedade espera com essa carga tributária no lombo de quem produz.

Então, é necessário essa desoneração e todos estamos acordes. Mas é necessário também que haja um entendimento entre Governo e oposição para que se alcance esse objetivo. Ou no imediato ou a curto prazo ou a médio prazo, mas nós temos que buscar esse entendimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senador, em momento algum eu aqui disse que as portas ou estou discutindo que o Governo não tem direito de fazer as suas propostas. Só não posso me calar diante de uma proposta que não é verdadeira e não é real. Por favor, Senador, deixa eu terminar meu raciocínio. Por favor. Essa proposta não é real. Essa proposta não é verdadeira. Em qualquer percentual que eu ofereça para a sociedade brasileira e para o Congresso, especialmente para o Senado em cima da contribuição da CPMF, não é uma proposta honesta, Senador. Não é uma proposta honesta. Porque o valor máximo que

hoje arrecada a CPMF já está sendo usado pela PEC 29. Então nada que ele nos oferte vai crescer a esse valor. Muito pelo contrário, a PEC 29 está fazendo com que o gasto na saúde seja maior do que da CPMF. Então, por favor, eu acho que temos que levar o debate a sério. Acho que todos têm o direito de fazer propostas. O Governo tem direito de fazer propostas, os líderes, nós estamos numa Casa democrática onde temos que ouvir as pessoas. Por isso estamos aqui sentados até essa hora ao esforço de todos que estão aqui. Porque nós queremos aprender, nós queremos ouvir, nós debater, agora vamos debater com seriedade. Eu estou com a expectativa muito alta com relação a vinda dos Ministros aqui. Eu acho que o Senado Federal está disposto a discutir e ouvi-los. Menos vir pregar aqui calamidade, que o fim do mundo vai acontecer, que Bolsa Família vai acabar, que a saúde vai ser destruída e que o PAC vai parar.

Quero lembrar ao Senador Flexa Ribeiro que não se preocupe com o PAC. O PAC apenas 14% do PAC tem dinheiro do Governo Federal. Não sou eu que disse está no site do Ministério do Planejamento, Fazenda e Casa Civil. O restante é iniciativa privada e das estatais. Mesmo dos 14% que é a parte do Governo a execução orçamentária desse ano é 15 bilhões autorizados, 7 empenhado e 1.7 executado. Nós já estamos em outubro encaminhando para novembro. Essa é a eficiência do Governo brasileiro hoje.

Então eu gostaria apenas de pedir aos senhores, nossos convidados, que avaliassem essa legislação... Essa LDO com a aprovação desses requisitos porque o nosso Relatório ele será estritamente enquadrado na legislação. Nós vamos procurar formas e maneiras que o próprio Governo fez. Nós só vamos relembrar o Governo. Como fazer para substituir a CPMF? Foram eles que escreveram. Está aqui escrito. Nós só vamos nos relatórios lembrá-los de que uma lei foi escrita e aprovada por eles no Congresso Nacional e aqui está a arma, aqui está o grande segredo, a grande jóia da coroa para substituir a CPMF sugerida pelo Governo Federal. Muito obrigado Sr. Presidente, e aos nossos convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao Dr. José Roberto Afonso para inclusive responder a indagação da Senadora, a nobre Senadora Lúcia Vânia, e a seguir os demais expositores para que possam também responder as colocações feitas pela Relatora, Senadora Kátia Abreu.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Queria agradecer a Senadora Lúcia Vânia a sua indagação e eu queria dizer que na verdade a resposta está intimamente ligada à discussão da saúde, puxada pelo Senador...

Pela Senadora Kátia como a questão federativa que o Senador Flexa comentou.

Minha posição é a seguinte. Aliás, recorrendo a figura da economia popular que a Senadora Kátia Abreu destacou. Quer dizer, sobretudo nas casas de famílias menos abastadas, as pessoas mais pobres, você usa para cobrir gasto permanente sua receita permanente. Então você vai usar o seu salário para pagar suas despesas, por exemplo, de moradia... De alimentação. Se você tem uma receita extraordinária, ganhou uma herança, quer dizer, no geral você faz o quê? Aplica numa compra de carro, na compra de imóvel, quer dizer, receitas extraordinárias para despesas extraordinárias. A CPMF e saúde, quer dizer, eu entendo que a CPMF na sua criação era uma receita extraordinária para combater uma situação extraordinária que era gravíssima porque naquele momento a saúde estava sendo sufocada pela expansão da Previdência Social. E eu acho que hoje a situação da saúde é a mesma, só que além da Previdência tem a assistência social que está sufocando e o conceito de seguridade social que eu acho excelente da Constituição de 88, na verdade foi para o espaço. Acho que isso é que precisa rediscutir agora junto com a questão de financiamento em gasto.

Eu, na minha opinião pessoal, acho que não tem cabimento vincular CPMF com uma alíquota maior, com uma alíquota menor para saúde. Saúde é gasto permanente. Está no texto permanente da Constituição. CPMF está na norma transitória. É só olhar o que é que o jurista fez. Hoje, na prática, o que é que acontece na figura orçamentária? Você tem CPMF, COFINS, contribuição sobre o lucro líquido e se remaneja dotações. Eu posso chegar aqui hoje e pegar todo o Ministério da Saúde e colocar como fonte de recurso a CPMF. Como eu posso colocar toda a CPMF para dentro... Boa parte dela para dentro da Previdência. Quer dizer, essa não é a questão.

Eu acho o seguinte, nós já passamos o sufoco da Emenda Jatene, a Emenda 29 criou um outro padrão para a saúde, o que precisa se discutir e o que está sendo discutida é uma outra fonte estável para a saúde que não pode ser a meu ver, acho que então é o momento para desembarcar totalmente da CPMF. E essa fonte pode ser o total da receita tributária. Aliás, a fonte é a DRU. A receita mais abrangente que existe é a base da DRU que estamos aqui discutindo. Essa base abrangente da DRU está na hora de trocar DRU que não precisa ter DRU por base abrangente para FPE/FPM e para a saúde. Eu iria além, eu acho que essa base abrangente também deveria ser destinado para fundo de desenvolvimento regional. O que me preocupa muito questão colocada pelo Senador

Flexa aqui é até onde dependendo do ajuste que vier a ser necessário ser feito esse ajuste não vai ser feito de novo a conta dos governos estaduais e municipais. Aliás, me parece pelo que eu li no jornal não é uma hipótese. Acho que foi algo anunciado. Como, aliás, me espanta muito quando eu vi uma apresentação do Ministro da Fazenda na Câmara, cujo último slide dizia o seguinte: Olha, o conceito de gasto com saúde é uma. E se a CPMF cair o conceito vai ser outro. Quer dizer, está lá no slide oficial. Pra mim conceito com gasto com saúde é um só. Não pode ser com ou sem receita. E acho que essa base abrangente, por exemplo, da DRU poderia ser destinada para o Fundo de Desenvolvimento Regional que começou a ser destinado nessa Casa e financiar os Estados e Municípios. Assim como eu acredito que financiamentos que Estados e Municípios consigam obter atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo os limites do Senado, não deveriam poder ser contingenciados por uma norma do Banco Central.

Aliás eu acho que isso até indiretamente é um desrespeito a essa Casa. E é um desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Por que é que eu fiz uma lei, por que é que eu disciplinei, por que é que exijo tanto esforço dos Governadores se na hora de tomar o crédito, na hora de ele ter um financiamento para fazer um investimento a decisão não é técnica, e sim depende do que é que está acontecendo. Acho que essa discussão saúde... Isso tudo aqui envolve a discussão de federação, comentário que o Senador Marco Maciel que está na hora de se discutir.

Respondendo especificamente sua pergunta, quero dizer assim, se por acaso for mantido a CPMF, como é uma receita é extraordinária tem que ser usada para gasto extraordinário. Uma hipótese gasto extraordinário é liquidar o passivo acumulado pelos Estados junto aos exportadores por conta do ICMS. Isso não é algo que acontece todo ano. Isso é um passivo que existe e pode ser quitado. E nesse sentido que acho uma receita extraordinária cobre uma despesa extraordinária. Como eu acredito, uma hipótese também que já se discutiu aqui usar a própria... Restituir a CPMF para desonerar a folha salarial por um período. Agora, isso tudo, volto a insistir, acho que o conceito, o princípio melhor dizendo, não conceito, é receita extraordinária tem que financiar gasto extraordinário. Gasto permanente como saúde, tem que ser coberto por receita permanente. Por último...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Presidente, eu posso fazer uma pergunta aí no meio? Só para ficar claro pra mim a resposta. A questão da fonte de financiamento da saúde. Uma parte vem da CPMF outra parte vem do orçamento da seguridade. Esse

orçamento da seguridade ele supriria o que seria retirado da CPMF? Uma vez que há um déficit enorme na Previdência?

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Primeiro, Senadora Lúcia Vânia, queria lembrar o seguinte, parte dos recursos que originalmente eram atribuídos à seguridade social, hoje são retidos pela DRU. Isso fazia sentido há dez anos atrás, quando eu só estava remanejando fonte. Como cresceu é muita despesa Previdência, como cresceu a minha despesa com assistência e a saúde na verdade não cresceu, essa discussão toda da saúde que, aliás, é a mesma do Jatene, a mesma do Serra até hoje. Como a saúde não perde. Não é nem como ganha. É como ela não perde porque virou a variável de ajuste dentro da seguridade. Se não aplicar a DRU e destinar integralmente COFINS, contribuição sobre o lucro líquido para a seguridade social perfeitamente cobre boa parte dos recursos da saúde. Agora, eu pessoalmente defendo uma base ampla porque acho que já tinha que se preparar para a reforma tributária e na reforma tributária eu não... Qual é a proposta inclusive do Governo? Uma boa proposta eu quero aqui voltar a reafirmar que é fundir os impostos, fundir as contribuições, fundir contribuição sobre o lucro líquido com imposto de renda pessoa jurídica, juntar COFINS, PIS/PASEP com IPI, CIDE, FUST, na verdade tem um monte de coisa para se juntar e criar um único imposto. Nesse sentido, a base abrangente libera o espaço para a gente fazer a reforma tributária. Eu tenho que ter uma base abrangente e com uma destinação específica. E inclusive a Emenda... Perdão, o texto constitucional da saúde eu acho muito adequado que ele não coloca vinculação no texto constitucional. Aliás, uma enorme confusão para não dizer preconceito. O que está sobre saúde é bem diferente do que está sobre educação. O que está dizendo é o seguinte, Lei Complementar vai definir como é que a União aplica o mínimo em saúde. E esta lei vai ser revista a cada cinco anos. Que a idéia de você periodicamente estar reavaliando. Por isso que eu acho que pode ter uma base abrangente, a mesma base do FPE/FPM pode ser a base da saúde. Com a Lei Complementar exigindo uma aplicação mínima ou um percentual da base abrangente ou volto a insistir, eu pessoalmente gosto mais de valor per capita. Porque isso garante o mínimo de aplicação. Se eu tiver uma recessão pode ser até que o percentual tenha a subir. Quando a economia estiver crescendo muito pode ser que caia. Porque estamos falando de manutenção da saúde.

Agora, eu acho que misturar a discussão de CPMF transitório com saúde permanente não tem porquê. Quer dizer, nós não estamos mais há dez anos atrás

onde estava tapando o buraco. Queremos encontrar a solução permanente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu quero dizer o seguinte. Eu concordo em gênero, número e grau com a definição que V.Ex^a deu para essa aplicação dos recursos da CPMF. Efetivamente o que existe aí é uma farsa com as quais nós estamos convivendo desde que foi instaurada a CPMF e o que o senhor está propondo é exatamente acabar com essa farsa. Eu acho que a CPMF o certo seria se o Governo quer efetivamente utilizá-la como imposto, que transforme num imposto. Aí vai entrar no bolo para o financiamento dos gastos permanentes. Eu acho que essa definição está correta.

O que eu tinha sugerido aqui à Senadora Kátia é que neste momento começa a aparecer sinais de negociação. E acho que o Congresso tem que aproveitar sim os sinais de negociações e aprofundar porque está chegando a hora da verdade, e é preciso que nós tenhamos as habilidades necessárias para encontrar essa verdade.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Eu só queria concluir, Senador, e nessa linha que o senhor estava aqui comentando, e no último comentário em relação que disse a Senadora Kátia, eu queria reforçar: Intencionalmente ou não, o Governo se preparou para essa mudança da CPMF. Primeiro, volto a insistir, a PEC enviada pelo Presidente da República não propõe prorrogar a alíquota de 0,38. Ele diz: A alíquota pode ir de 0,38 a zero. Quer dizer, ele considerou essa hipótese, a Câmara fez uma alteração promovida pelo ex-Ministro Palocci que estará aqui amanhã, acho que poderia até pedir para ele esclarecer porque a redação está confusa. Acho que inclusive dará... Se a intenção foi dizer que a alíquota, a banda é de 0,38 a 0,20 vai dar mais margem para a ação judicial. Agora, o que eu queria enfatizar é que as regras colocadas pela Senadora significa o seguinte: O Congresso não tem que tomar iniciativa nenhuma caso a CPMF caia. Já está na lei. O Governo já fez isso primeiro e fez duas vezes. Volto a insistir. Na Medida Provisória que criou fonte de financiamento para a Caixa Econômica do PAC, onde diz que o superávit financeiro do Tesouro pode ser aplicado na seguridade social. Esta medida garante que, volto a insistir, não vai faltar dinheiro. Dinheiro mesmo, não falta caixa para pagar aposentado, para pagar saúde e para pagar beneficiário do Bolsa Família. E na LDO ele expandiu o conceito. A diferença que eu vejo que a Senadora Kátia está falando é que na LDO ele foi além. Ele disse: Não só para seguridade como para qualquer coisa. Se faltar usa-se o superávit financeiro.

Acho que essas questões poderão ser muito bem esclarecidas pelos Ministros quando estiverem aqui. Porque essas Medidas Provisórias, a PEC foi assinada pelos Ministros. Disposição de motivo. E por último, só insistiria muito, aí é questão pessoal nossa para a Reforma Tributária na linha do que o Senador colocou. A CPMF como um imposto fiscalizatório. Todos nós sabemos que para ser imposto fiscalizatório não precisa de alíquota 0,38. Pode ser 0,00038. Agora o que precisa é que se mostre como está sendo usada. Não individualmente. Insisto, a Receita Federal tem estudos de 99. Por que é que ela não divulga a posição atual? Quanto da base da CPMF hoje não está sujeito à tributação. Porque lá atrás era só 20%. Que eu até acho baixo. Por setor, por segmentos pessoa física, qual é a relação entre movimentação financeira e renda declarada? Essas são... Essa, perdão, são insumos importantes para a discussão tributária.

Por último, só um ponto, questão de desoneração tributária que diz que é uma renúncia. Até queria deixar um assunto para ser explorado de novo com a reunião com os Ministros. Hoje existe uma série de isenções na CPMF. Por exemplo, se eu vender uma ação para o Prof. Paulo Rabelo de Castro ou comprar uma ação dele não tem CPMF. E no orçamento de renúncia tributária não consta isso como renúncia. Não há perda nenhuma. Agora, se eu tenho uma indústria de tecelagem, fabrico um vestido, vendo, fabrico uma roupa, vendo para o professor que tem uma loja e ele vai vender esse vestido na sua loja, tem imposto na venda do tecido para ele, e tem imposto quando ele vende para o público. Por que é que tirar a CPMF das transições produtivas é renúncia? Por que é que tirar da exportação, por que é que tirar bens capitais é renúncia e não é renúncia cobrar CPMF sobre transações com ações, sobre a conta investimento como foi lembrado aqui pelo Samuel? Quer dizer, o senhor colocou muito bem, o nosso sistema tributário, o nosso sistema fiscal está em essência um jogo “me gana que eu gosto” e eu acho que chegou a hora de começar a se esclarecer. Ninguém aqui é oposição e nem é Governo. Nem é base, está contra ou a favor. Está na hora de fazer as reformas permanentes. Essa acho que era a mensagem principal que eu e os outros colegas aqui estamos tentando passar.

(soa a campainha)

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Senhores, serei breve. Brevíssimo. Primeiro agradecer pela honra do convite formulado, pela oportunidade de participar e debater, e saio daqui, Senador, realmente remunerado intelectual e moralmente pelas exposições dos Senadores e da Senadora Relatora em particular pela sua sinceridade, porque antes de mais nada falou-se aqui

de grandeza, que é o que falta ao País cuja taxa de crescimento minguou. Eu voltarei apenas a lembrar, a taxa secular de crescimento cujo gráfico mostrei, é o primeiro gráfico da minha apresentação que é o assunto sobre o qual paira toda essa discussão pormenorizada de CPMF. Não estamos discutindo CPMF. Estamos discutindo de uma família onde todos brigam e ninguém tem razão. Onde o Governo diz que ele é o provocador do crescimento, mas na realidade o crescimento não vem do aumento da arrecadação nem da prorrogação da CPMF. Talvez, e foi o que procuramos demonstrar, muito pelo contrário, é exatamente do aumento consistente da arrecadação tributária que nós temos tido de certa forma, a síndrome do crescimento brasileiro nos últimos anos. Isso ficou mais do que comprovado aqui nos debates. O que fazer e a Relatora foi muito persuasiva em relação a isso, eu lembraria, pode ser que esteja usando uma metáfora meio forte, a CPMF só é um problema de saúde, Senadora, num único sentido. O Governo está doente. Ele é um narco dependente. Ele é um narco dependente e a droga é recurso público. Ele precisa cada vez mais disso e cada vez mais numa proporção de um ponto percentual do PIB pelo menos para que cada pingo que ele leva ele consiga produzir os efeitos políticos desta administração e inclusive das anteriores. Porque aqui como disse muito bem o Prof. Afonso, não estamos aqui para ser nem situação e nem ser oposição. Somos brasileiros fartos de tanta carga tributária e tanta má execução orçamentária.

Pois bem. Eu acho que a Senadora já deu a solução, o Senado Federal virou uma clínica de desintoxicação. Cabe ao Senado Federal desintoxicar esse narco dependente. Retirar-lhe com todo efeito que isso possa provocar de debate, de fúria, de estupidez, de mentiras, inclusive de violência eventualmente, nós precisamos dominá-lo e restringi-lo. E eu nunca vi se fazer uma desintoxicação aumentando a dose. Portanto, é preciso reprimir a dose. Imediatamente. Extinguir aquilo que já estava para ser extinto. Mas do ponto de vista orçamentário e saindo da metáfora, foi muito feliz a Senadora e com isso termino, e ao lembrar pra mim a aula com a qual vou para casa do art. 5^a. Na verdade, o § 5º do art. 100. Além do superávit financeiro as possibilidades de operações de crédito. Se o Governo narco dependente quiser o meu dinheiro, que ele teme emprestado, ainda que compulsoriamente. Ou seja, se ele de fato precisa que ele me pegue emprestado e me devolva em 2011, me devolva em 2010, me devolva em 2009, mas eu quero meu dinheiro de volta. Isso não tem nada que ver com a saúde. A CPMF é um assunto de dependência a recursos públicos crescentes.

Portanto, vejo um perigo enorme, repito, de petições com base no descumprimento de finalidade, acho que o Senado não pode se envolver no risco político de dar trela a um aumento desse esqueleto financeiro, vejo quase que inevitável o enfrentamento no futuro desse esqueleto, eu acho que a primeira coisa que o Senado deveria colaborar com o Governo era diminuir o grau dessa sua dependência e o grau desta contingência financeira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra agora o Economista Samuel Pessoa.

SR. SAMUEL PESSOA – É difícil falar alguma coisa depois de... Intervenção tão contundente do meu colega Paulo Rabelo.

SR. PAULO RABELO DE CASTRO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. SAMUEL PESSOA – Eu acho que tem uma preocupação que me parece que procede, tanto da Senadora Relatora quanto do Senador José Agripino que é como que nós comunicamos com a sociedade essa decisão radical? Eu acho que é uma decisão radical. Porque vai ser um primeiro sinal dos últimos 20 anos, talvez, 15 anos, que a sociedade vai estar dando para o Governo. Olha, chega, agora nós temos que mudar a nossa prática. E aí eu acho que nós temos que lembrar como é que nós chegamos aqui. Por que é que nós chegamos aqui? Na minha opinião, nós chegamos aqui também porque nós vivemos numa sociedade extremamente desigual. É uma sociedade muito desigual, e uma sociedade desigual tem uma característica específica. Na sociedade desigual, a renda mediana, quer dizer, o que é a renda mediana? Se eu pegar todos os cidadãos que moram numa sociedade e botá-los em fila do mais pobre ao mais rico, eu posso pegar os 50 primeiro por cento, pegar a metade dos cidadãos, aquele cidadão que está bem na metade ele recebe o que a gente chama de renda mediana. Agora, uma sociedade muito desigual, a renda média da sociedade é muito maior do que a renda mediana, do indivíduo mediano. E a gente sabe que essa diferença entre médio e mediana, desculpe estar sendo pouco técnico, mas ela gera uma pressão latente por redistribuição. E eu acho que é isso um pouco o que aconteceu nos últimos dez anos. Existe de fato uma pressão ambos os setores da sociedade, uns setores mais meritorios do que outro, uma pressão mais meritória do que outra. Mas existe uma pressão por redistribuição. E é por isso que a carga tributária aumentou tanto e é por isso que o gasto público aumentou tanto e é por isso que essas políticas elas têm sido referendadas em eleições. Quer dizer, os governos que aumentaram a carga tributária têm sido reeleitos. E nós temos que levar isso

em consideração. Quer dizer, até hoje tem havido ou houve na sociedade uma pressão por um aumento de gasto público. E a sociedade ela, na média, quando eu digo na média, o eleitor mediano, o eleitor que recebe a renda média ele preferiu aumentar o gasto mesmo que o custo fosse aumento da carga tributária.

Então entendo perfeitamente a preocupação dos senhores com a comunicação na sociedade. A impressão que nós temos é um pouco essa a minha impressão, é que o equilíbrio político mudou. Quer dizer, hoje a sociedade por um lado cansou de aumentar imposto, estamos chegando num limite que não acho que é um limite físico, mas é um limite do que a sociedade está disposta. A sociedade não quer mais pagar imposto. E, por outro lado, essa situação de crescimento econômico um pouco melhor que a gente está passando por choque externo positivo, queremos nós que continue, Oxalá continue por muitos anos, a China continua crescendo e valorizando as nossas *commodities* no mercado internacional e facilitando a nossa vida, mas eu acho que esse crescimento positivo ele está gerando uma perspectiva nova nos cidadãos. Quer dizer, os cidadãos estão começando a perceber uma integração na sociedade, não pela redistribuição de renda, mas uma integração pelo mercado de trabalho. A partir da sua capacidade individual de gerar renda. E acho que essa deveria ser a forma de nós comunicarmos para a sociedade essa mudança no regime fiscal que nós estaremos introduzindo se nós terminarmos com a CPMF, ou se fizermos uma ampla reforma tributária e no bojo dessa ampla reforma tributária iniciarmos um período de redução de carga tributária.

Chega de integrar as pessoas na sociedade por bolsa ou por transferência. Vamos integrar pessoas pelo dinamismo do mercado de trabalho. A partir da capacidade individual e da capacidade de trabalho. Acho que nós temos sinais que na próxima eleição a sociedade já vai mostrar que o equilíbrio político mudou. Portanto, eu acho que uma saída que a gente poderia tentar, uma que eu gosto muito é aquela renovação por um ano condicionada uma reforma tributária que seria aprovar em 2008. A outra foi mencionada pelo meu colega Paulo Rabelo, é um referendo. Exatamente para nós devolvermos para a sociedade essa questão. Sociedade. O que a sociedade deseja? Vamos continuar aumentando o gasto público, vamos continuar aumentando do ano passado para cá o aumento não é mais só de transferência, mas tem aumento grande de gastos em atividade meio, em salário de pessoas da administração. Vamos manter esse regime que é um crescimento medíocre, baseado no aumento de carga tributária e no aumento de gasto público a uma velocidade maior do que o gasto, ou chegou o momen-

to de nós mudarmos o regime fiscal e passamos para outro equilíbrio, um equilíbrio virtuoso em as pessoas vão ser incorporadas na economia via o mercado de trabalho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de encerrar a presente reunião, eu desejo expressar em meu nome pessoal, mas também em nome do Senado Federal pelas... Expressar nossos agradecimentos aos expositores do dia de hoje. O Dr. José Roberto Afonso, o Dr. Paulo Rabelo de Castro, e também o Dr. Samuel Pessoa. Eles contribuíram para que nós fertilizássemos o debate sobre as questões relativa à PAC que está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

E ao tempo em que agradeço a colaboração dos debatedores, também eu aproveito a ocasião para lembrar que amanhã às 10h nós temos mais uma Audiência Pública cujos expositores já foram anunciados, e na quinta-feira às 9h da manhã teremos a presença dos Ministros de Estado. Da Fazenda, do Planejamento, o Ministro do Trabalho e o Ministro de Desenvolvimento Social.

Então, feitas essas comunicações, eu quero mais uma vez agradecer... Agradecendo a contribuição dos expositores, expressar também a minha convicção de que os debates podem ajudar a que nós aprimoremos as nossas instituições e possamos também criar condições para construir um desenvolvimento mais justo.

Está encerrada a reunião.

(Sessão encerrada às 19h40.)

Ata da 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 31 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e vinte e três minutos, do dia trinta e um de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Adelmir Santana, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Marcelo Crivella, Magno Malta, Valdir Raupp, José Maranhão, José Agripino, Flexa Ribeiro, Osmar Dias e das Senadoras Serys Slhessarenko, Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Ideli Salvatti, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Sena-

dores Aloizio Mercadante, Epitácio Cafeteira, Gilvam Borges, Demóstenes Torres e Arthur Virgílio. Registra-se a presença dos Senadores Renato Casagrande, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Guerra, Flávio Arns e César Borges e dos ex-Senadores Rodolpho Tourinho e Eurípedes Camargo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização da **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** para instruir a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007** (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados) “CPMF e DRU”, “Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. À matéria foram oferecidas as Emendas nºs 1 e 2 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; as Emendas nºs 3 e 4 do Senador Valter Pereira; a Emenda nº 5 do Senador Osmar Dias; a Emenda nº 6 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; as Emendas nºs 7, 8 e 9 do Senador Antonio Carlos Valadares; e a Emenda nº 10 do Senador Alvaro Dias. Presentes à 2ª Audiência Pública, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, aprovado em 10/10/2007, e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007, os seguintes convidados: Márcio Issao Nakane, Professor da Universidade de São Paulo (USP); Antonio Palocci, Deputado Federal; Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB/SP, em substituição ao Advogado especialista em Direito Tributário e Finanças, Ives Gandra Martins; Gabriel Jorge Ferreira, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), representante do Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Fábio Colletti Barbosa; Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Justificam a ausência, Pedro Malan, ex-Ministro da Fazenda, e Marcos Lisboa, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Usam da palavra, os Senadores Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares, José Agripino, Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Flávio Arns, a Senadora Kátia Abreu, Relatora, e o Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ. A Presidência encerra a Reunião, às dezesseis horas e quatorze minutos e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia in-

formatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização da segunda Audiência Pública para instruir a proposta de Emenda Constitucional nº 89, de 2007, que “prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, que versa sobre “CPMF e DRU”. Estão presentes os seguintes convidados: o Professor Márcio Nakane, Professor da USP, o ex-Ministro da Fazenda e atual Deputado Federal Antonio Palocci, o Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB de São Paulo, o Dr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, o Dr. Gabriel Jorge Ferreira, Diretor Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF, e o Dr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

Antes de iniciarmos a exposição, a mesa gostaria de comunicar aos expositores de que disporão de vinte minutos para suas respectivas exposições, podendo o prazo ser um pouco prorrogado dependendo da relevância da matéria a ser exposta. Trata-se da segunda Audiência Pública e vou iniciá-la concedendo a palavra ao professor Márcio Nakane para fazer a sua exposição.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – É uma sugestão para que V. Exª. possa dar as boas vindas ao nosso ex-colega que hoje está aqui presente, o Senador Rodolfo Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Então a mesa, atendendo à solicitação do Senador Eduardo Suplicy, registra com muito prazer e satisfação a presença do Senador Rodolfo Tourinho, que durante praticamente oito anos aqui nesta Casa deu uma notável contribuição, não somente à solução dos problemas nacionais, inclusive no campo energético, mas também uma contribuição muito boa no campo tributário, mercê da sua experiência nesse ramo, entre outras especializações que caracterizam sua densa formação intelectual. Eu quero também saudar os convidados aqui presentes, espe-

cialistas no assunto, a imprensa, e também a presença de Deputados Federais e de Senadores, como é o caso do Senador Eurípides Camargo. Concedo, pois, a palavra ao Professor Márcio Nakane.

SR. MÁRCIO ISSAO NAKANE: Obrigado, Presidente. Bom dia a todos, bom dia aos colegas de mesa, bom dia aos prezados Senadores e aos demais convidados. Eu vou ser na verdade bastante breve nessas minhas considerações iniciais porque eu acho que o meu papel aqui é mais como um economista, como um técnico, e eu imagino que talvez boa parte das considerações que eu vá fazer aqui hoje, de fato algumas delas já feitas na Audiência Pública de ontem e, portanto, eu pretendo ser muito breve nessas minhas considerações iniciais.

Eu queria começar agradecendo o convite, o honroso convite feito para poder participar dessa Audiência Pública, eu também gostaria de parabenizar na verdade todo o trabalho envolvido nessa Comissão, o trabalho dos Senadores, não só com relação às Audiências Públicas em si, mas também com toda a discussão feita em torno desse assunto tão relevante. A gente acompanha pela imprensa parte das negociações, inclusive com o próprio Governo e, ao meu ver, me parece que isso um sinal de maturidade, não só da Casa, como do Governo, em tentar de alguma forma se avançar, fazer proposições que de alguma forma avancem nessa agenda de discussão, e para mim isso é um aspecto extremamente favorável de maturidade digamos de ambas as partes. Eu acho que essas Audiências Públicas que estão sendo realizadas nessa semana também se inserem nesse papel, nesse papel de tentar de alguma forma, de uma forma não apaixonada, mas com argumentos técnicos e proposições, avançar na discussão. Então eu gostaria de parabenizar o trabalho de todos nesse sentido.

Eu vou começar fazendo uma distinção que a meu ver me parece relevante e que, ao meu ver, está um pouco misturado nessa discussão sobre a prorrogação da CPMF, que é a discussão entre o tamanho da carga tributária no país, de um lado, e a composição dessa mesma carga tributária entre os vários impostos, contribuições e assim por diante, de outro. Eu acho que boa parte, digamos, do clamor da sociedade ou da oposição da sociedade a uma eventual prorrogação da CPMF, ela está muito relacionada com o primeiro aspecto, ou seja, o aspecto de que a carga tributária no Brasil, a arrecadação tributária dividida pelo produto do país, pelo PIB, por exemplo, está em níveis que a sociedade considera como sendo muito elevados, tem se elevado nos últimos anos e assim por diante. Então me parece que boa parte da oposição ou da objeção que a sociedade demonstra com relação à CPMF está

muito relacionada com esse aspecto, quer dizer, existem até vários movimentos na sociedade, tipo “Chega CPMF”, “Xô CPMF”, coisas dessa natureza, isso eu acho que reflete em boa medida esse sentimento que existe na sociedade de que, enfim, a carga tributária no país parece ser muito elevada. Então eu acho que esse é um aspecto da discussão, mas também tem um outro aspecto dessa mesma discussão que diz respeito à composição da carga tributária, que mesmo que a gente concorde que a sociedade transferir, digamos, para o Governo, 35% ou, enfim, qualquer número, qualquer percentual do que ela produz para o Governo, mesmo assim ainda resta a questão de saber qual é a melhor maneira de arrecadar esse volume de recursos, tal seja, ainda resta uma questão a respeito de composição da carga tributária, e aqui eu acho que a gente sabe muito menos a respeito de como é que a CPMF funciona. Eu acho que tem um sentimento meio generalizado, até entre os especialistas, de que a CPMF não é um bom tributo, que ela tem vários defeitos, e na verdade eu queria talvez um pouco qualificar, não discordar dessa visão, mas um pouco qualificar essa visão.

Eu acho que o que acontece com relação ao primeiro ponto de vista que eu mencionei, ou seja, sobre a questão da carga tributária, eu acho que não há, enfim, eu acho que não há muito na verdade sobre o que discutir, eu acho que esse sentimento da sociedade brasileira de que alguma forma a gente já está perto do limite suportável, digamos, pela economia de carga tributária, eu acho que é um sentimento justificável, é um sentimento que faz sentido. Então eu queria concentrar um pouco da discussão sobre o segundo aspecto, sobre o aspecto que diz respeito à composição dessa mesma carga tributária. Aqui eu acho que o aspecto importante ou um dos aspectos importantes na discussão é o grau de distorção que os diferentes impostos acarretam na economia. Então, quer dizer, eu acho que o primeiro ponto que eu acho que tem que também ficar claro é que em maior ou menor grau, em maior ou menor medida, todos os impostos causam distorções na economia, quer dizer, todos os impostos mexem com preços da economia, mexem com as decisões das pessoas, ou seja, as pessoas tomam as suas decisões a respeito do que comprar, de que bem se comprar, a quantidade de que bem se comprar, como aplicar os seus recursos, onde alocar o seu esforço de trabalho e assim por diante, em parte pela estrutura tributária que existe no país. Então eu acho que o primeiro ponto importante é esse, é de que todo imposto em alguma medida causa distorção. Então eu acho que tem alguns argumentos dizendo que a CPMF é ruim porque ela é distorciva, eu acho que

isso não é um argumento, porque em maior ou menor grau todo imposto causa distorção.

Então eu acho que o ponto importante para a gente olhar, para a gente prestar atenção, é como que relativamente há outros tipos de impostos, a ser um imposto ou uma contribuição como a CPMF, ela se caracteriza. E aqui é que eu digo que a gente sabe muito pouco sobre esse assunto. Na verdade existem pouquíssimos trabalhos que eu conheça, precisamente sobre esse ponto, sobre o grau de distorção relativa da CPMF comparativamente a outros tipos de impostos. Então o que a gente sabe em princípio em teoria, do ponto de vista teórico?

Em primeiro lugar obviamente o grau de distorção de um imposto depende da alíquota desse imposto. Então parece meio óbvio imaginar que quanto maior foi a alíquota de um imposto, maior vai ser o grau de distorção que ela vai acarretar. Sobre esse aspecto específico, a CPMF tem um bom desempenho, precisamente porque a CPMF tem uma alíquota nominal muito baixa, 0,38%, então sob esse primeiro aspecto ela se dá muito bem, digamos, comparativamente a outros impostos que nós temos no país, imposto sobre folha de pagamento, imposto sobre bens e assim por diante.

Eu acho que o segundo aspecto que as pessoas mencionam, e aí sim a CPMF eu acho que é muito ruim, é o fato de que o grau de distorção de um imposto, ele também depende do fato de se ele é ou não é um imposto em cascata, ou seja, se ele é ou não é um imposto que afeta as várias etapas produtivas, as várias etapas do processo produtivo. Então, de novo, do ponto de vista de teoria, de teoria econômica, é um fato mais ou menos estabelecido que impostos sobre bens finais, sobre setores finais de produção, ao contrário de imposto que taxam ou que recaiam sobre setores intermediários, devam ser favorecidos no que diz respeito ao seu grau de distorção. Então sob esse aspecto a CPMF é um imposto ruim, é um imposto ruim precisamente porque ela onera todas as etapas do processo produtivo, o que dá a ela então esse caráter de ser um imposto em cascata, um imposto tipo pirâmide, enfim, o nome que se queira dar. Então o que a literatura tem mostrado é que impostos ou sobre o valor final da produção ou sobre o valor intermediário, o valor adicionado, devam ser preferidos a esse tipo de imposto.

Tem um terceiro aspecto para mencionar que é, digamos, a base de arrecadação do imposto, e sob esse aspecto, de novo, a CPMF não é ruim, quer dizer, a CPMF é um imposto que por pegar depósitos à vista, ela tem uma base de arrecadação muito ampla. Então essa é uma das vantagens, de novo, da CPMF,

quer dizer, de incide não só sobre o setor formal da atividade, como seria a boa parte dos impostos que nós temos, mas também ela pega o setor informal e tudo mais. Então ela, nesse sentido, ela, de novo, apresenta uma vantagem sobre os outros impostos, ou seja, ela tem uma base de arrecadação ampla, o que permite, portanto, que precisamente por conta dessa base de ampliação ampla, permite que mesmo com uma alíquota muito baixa, de 0,38, o poder arrecadatário da CPMF é muito elevado, quer dizer, o Governo consegue arrecadar muito mesmo com uma alíquota muito baixa precisamente porque essa base de arrecadação é muito elevada.

Eu acho que um quarto aspecto para mencionar, também sob esse aspecto, eu acho que a CPMF tem vantagens relativamente a outros tipos de impostos que é a facilidade de arrecadação. Então é um tipo de tributo em que você não precisa ter uma grande máquina, digamos, arrecadatária, montada na Receita Federal, para que o Governo consiga levantar esses recursos.

Então eu diria o seguinte nessa breve descrição que eu fiz: a CPMF, do ponto de vista de distorções que ela causa na economia, ela comparativamente a outros impostos tem tanto aspectos positivos como aspectos negativos, é no fundo, eu acho que no fundo é um trabalho empírico que a gente tem que fazer, é um trabalho de pegar os dados e olhar o que os dados nos dizem a respeito desse assunto. Então eu acho que não é uma profissão de fé que a gente tenha que fazer, quer dizer, eu acho que não é uma questão, sob esse aspecto específico, de ser a favor ou contra a CPMF. Eu acho que sobretudo aqui, sobretudo aqui a gente tem uma questão técnica que é saber: dado que eu quero arrecadar um certo volume de recursos, qual é a melhor maneira de fazer essa arrecadação? A melhor maneira, nesse aspecto muito particular, que é olhar para o grau de distorções que os diferentes tipos de tributos acarretam na economia. Como eu falei, sobre essa questão, a gente sabe muito pouco, na verdade a gente não sabe quase nada, ou seja, a gente não tem quase nenhum estudo aplicado, estudo empírico, tentando avaliar o grau de distorção relativa da CPMF, ou seja, o grau de distorção da CPMF comparativamente a outros tipos de tributos. Então eu acho que o melhor trabalho que eu conheço sobre esse assunto, senão um dos únicos trabalhos de fato, na verdade eu estou até com um documento aqui, é um trabalho do Banco Mundial, o autor chama Rodrigo Cesco, onde ele tenta comparar... a pergunta dele é um pouco distinta, a pergunta dele é a seguinte: suponha que eu tenha um Governo que queira levantar recursos. Na conta dele é um Governo que quer levantar 2% de recursos, 2%

do PIB de recursos adicionais. Aí a pergunta dele é: se esses 2% de recursos adicionais do Governo viessem totalmente de um imposto tipo o imposto sobre consumo, se viesse totalmente de um imposto tipo CPMF, ou seja, um imposto sobre transações financeiras, se viesse totalmente de um imposto sobre a folha salarial ou se viesse totalmente de um imposto sobre o capital, qual dessas quatro possíveis alternativas diminuiria ou geraria a menor distorção sobre a economia? Então é uma pergunta muito específica, certamente eu acho que não é uma pergunta que talvez interesse para boa parte da discussão aqui, mas, de novo, quer dizer, eu acho que é um dos pouquíssimos trabalhos que a gente tem tentando de alguma forma avaliar o mérito da CPMF relativamente a outros tipos de impostos. E a conclusão desse trabalho, a conclusão do autor, é que nesse leque de quatro opções, imposto sobre consumo é imbatível, então imposto sobre consumo é o que gera a menor distorção, é o que tem o melhor desempenho em termos de crescimento da economia, só que a CPMF, em algumas das simulações, ela é o segundo melhor imposto, ou seja, a CPMF nessa conta muito específica, quer dizer, levando vantagem de um lado, desvantagens de outro, a CPMF fica à frente de imposto sobre folha salarial e à frente de imposto sobre capital, sobre acumulação de capital. Então, de novo, quer dizer, eu não estou aqui sugerindo que essa simulação reflita a situação que o Brasil se defronta atualmente, mas eu diria que é um sinal ou eu diria que é pelo menos alguma indicação de que nessa contabilidade de prós, quer dizer, aspectos favoráveis e aspectos desfavoráveis, a gente tem que olhar com cuidado essa questão. Então eu diria que esse é o ponto principal desse trabalho, ou seja, basicamente o ponto, basicamente a mensagem que eu gostaria de deixar aqui, basicamente, é que não é trivial pensar que a CPMF é um imposto ruim. Eu acho que a gente tem um pouco dessa concepção de que por ser um imposto em cascata, automaticamente ele é um imposto ruim. Mas eu acho que o ponto que eu gostaria de ressaltar aqui é que eu acho que isso não é toda a discussão, a discussão não deve se estirar totalmente nesse aspecto.

Bom, aí resta a questão, eu acho que na verdade é o propósito dessas Audiências Públicas e também o propósito de toda a discussão atual, é exatamente o que fazer. Eu acho que tem algumas propostas postas à discussão, quer dizer, propostas que vão desde a não prorrogação da CPMF até, enfim, aceitar a PEC como ela veio, passando por várias emendas, quer dizer, emendas que propõem, por exemplo, reduções graduais da alíquota da CPMF ou emendas que tentam amarrar melhor esse vínculo da CPMF com a saúde,

com os gastos em saúde, enfim, eu acho que têm várias propostas postas à mesa, postas à discussão. Eu diria que eu considero como favorável, uma proposta a qual me atrai muito, eu acho que é uma variante (soa a campainha) de uma proposta que tenta vincular uma possível prorrogação da CPMF à discussão de reforma tributária, eu acho que esse é um aspecto fundamental, quer dizer, na verdade tudo que eu falei aqui, os dois primeiros pontos que eu chamei a atenção, que dizem respeito à carga tributária em si e à composição dessa carga tributária, no fundo no fundo é uma discussão de reforma tributária, então para mim, eu acho isso fundamental, ou seja, de fato se se concordar com uma eventual prorrogação da CPMF por quatro anos ou por menos do que quatro anos e assim por diante, eu acho absolutamente fundamental que essa prorrogação, em se concordando, esteja de fato condicionada e de fato atrelada a uma discussão de reforma tributária, quer dizer, eu acho que esse é o aspecto que para mim é o fundamental nessa discussão atual sobre o assunto. Lembro que, digamos, há quatro anos atrás a gente estava mais ou menos nessa situação, ou seja, a gente estava também num ambiente de prorrogação da CPMF, também com a promessa de que ela seria prorrogada porque logo em seguida seria apresentada uma discussão, um projeto de reforma tributária e tudo mais, quer dizer, então eu lembro que há quatro anos atrás a gente estava mais ou menos nessa situação e eu espero, sinceramente eu espero que dessa vez a gente tenha de fato condições para que isso seja atendido.

Eu também sou favorável há alguma redução na alíquota da CPMF, eu não sei exatamente de quanto seria essa redução progressiva ao longo dos próximos anos, mas eu acho que isso seria um sinalizador muito importante para a sociedade a respeito do primeiro ponto que eu fiz, ou seja, a respeito do ponto de que de fato a gente está numa situação de saturação do ponto de vista tributário e, portanto, o Governo e seus representantes estão sinalizando para a sociedade de que o caminho lá na frente é uma reforma tributária que almeje uma redução na carga tributária. Então eu sou favorável a uma combinação disso, uma combinação de alíquotas decrescentes condicionada a uma discussão de reforma tributária.

Eu acho que eu já me estendi da minha locação inicial de tempo, então eu vou parar por aqui nessas minhas considerações iniciais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a contribuição do Professor Márcio Nakane e desejo comunicar ao Plenário da Comissão que já há oradores inscritos para o debate, sendo que deveremos realizá-los após a exposição

dos convidados. Concedo, agora, portanto, a palavra ao Dr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, que aqui representa a OAB da Seccional do Estado de São Paulo. Com a palavra o nobre expositor.

SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Sr. Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ, Sra. Relatora Senadora Kátia Abreu, Srs. e Sras. Senadores e Senadoras, colegas de mesa.

Em primeiro lugar, Senador Marco Maciel, eu gostaria de dizer que tenho a honra de estar nesse momento também substituindo o Professor Ives Gandra Martins, que sofreu uma cirurgia e ficou impossibilitado de comparecer a esta Comissão, mas tive também a honra de já participar na CCJ da Câmara dos Deputados, em nome da OAB e do Conselho Federal da OAB, também debatendo esse tema, e me sinto insuficiente de alcançar obviamente a genialidade do Professor Ives Gandra, mas me sinto confortável por ter sido seu assistente direto por oito anos, no seu escritório de advocacia, e ter sido seu sucessor na cadeira de Direito Constitucional na Universidade Mackenzie. Depois o tema, também, Sr. Senador, me levou, a questão tributária, a estudar na Universidade de Harvard, onde também me dediquei à questão de finanças, matemática financeira, políticas públicas, enfim, o que me propiciou uma visão abrangente do sistema tributário e da formulação das políticas públicas consistentes. Então pretendo fazer uma brevíssima exposição a V. Ex^{as}. tratando um pouco de uma forma mais abrangente do sistema tributário pátrio para finalizar na inserção da CPMF neste tema, porque sei que o nosso Presidente da FIESP, Dr. Paulo Skaf, fará uma análise mais específica até dos impactos maléficos na sociedade.

Todo sistema tributário, como é evidente, visa prover recursos para fazer frente às necessidades da máquina pública. É evidente que nenhum país e nenhuma economia cresce sem carga tributária consistente e confiável. Todo debate que se faz ao se desenhar um modelo tributário, pelo menos deveria ser um debate anterior à configuração de um modelo tributário, passa justamente pela identificação das respectivas bases econômicas sobre a qual haverá a incidência tributária. O que é que nós podemos tributar em termos de geração de caixa para o Poder Público? Os financistas vão estudar as melhores bases que vão estar ou na fase de produção de aquisição da riqueza, quando a riqueza é produzida, ou quando a riqueza é imobilizada, a riqueza poupada, a riqueza num patrimônio, ou a riqueza consumida, no momento em que o cidadão destrói a sua riqueza trocando-a por bens e serviços ofertados na sociedade. Então o grande tema é: qual é a base tributária mais razoável, mais justa, que permita

maior eficácia na arrecadação, que permita também equidade, ou seja, a distribuição de cargas e benefícios por toda a sociedade.

O sistema tributário nacional não passa por esse debate. Na realidade se iniciou em 1966, no Código Tributário Nacional, uma certa divisão dos tributos segundo categorias econômicas, mas desde então nós tivemos profundos recortes nesses sistemas, nos últimos quarenta anos, que torna hoje o nosso sistema essencialmente injusto, complexo, opaco e aéreo. Ética não faz parte do sistema tributário brasileiro, por isso é um sistema notoriamente regressivo e de uma incidência patrimonial. Como é que nós conseguimos entender que o crescimento econômico brasileiro é pífio, praticamente o pior entre os países emergentes, salvo o Haiti, e termos, em contrapartida, uma carga tributária que cresce consistentemente? Ora, se não há geração de riqueza nova, evidentemente esta carga tributária que cresce não está atrelada a esta geração de riqueza e tem o seu impacto, é óbvio também, no plano do consumo. Isso significa dizer, Sr. Presidente, que a nossa carga tributária é essencialmente sobre o patrimônio, sobre a riqueza já existente. Isso é perceptível, por exemplo, nós vemos que a indústria automobilística está altamente aquecida, mas vamos imaginar um cidadão que tem um veículo de dez mil reais, que troca esse veículo e adquira um veículo novo. A alta incidência tributária na compra do veículo anterior é perdida, é corroída, e ela incide novamente sobre o novo veículo. Vamos imaginar também uma geladeira. O sujeito comprou a geladeira, ela perdeu o seu uso, quebrou. Vou comprar uma geladeira nova. Ora, quando eu comprei a geladeira anterior, dentro daquele preço havia uma porção substancial de tributos que há novamente nesta nova geladeira, o que vale dizer: o cidadão transferiu duas vezes para o Poder Público a tributação sobre o seu refrigerador. Então isso explica, de certa forma é sintomático, de porque nós conseguimos sempre arrecadar, mas o sistema tem arrecadado mais constantemente, sem crescimento econômico: é porque o nosso sistema tributa o patrimônio. Um outro exemplo: se V. Ex^{as}. pegarem o equivalente a mil reais há dez anos atrás e fizerem ajustes para a inflação hoje em dia, vão ter a nítida percepção do empobrecimento do brasileiro. A perda do poder aquisitivo da moeda nos últimos dez anos ou quinze anos, se quiserem mais, foi substancial. Vale dizer que o brasileiro está muito mais pobre hoje do que estava há quinze anos atrás para a mesma quantidade de moeda com os ajustes inflacionários. O que significa isso isto? Que este empobrecimento da sociedade é que explica também, em parte, o crescimento da carga tributária. Então a eficácia da arrecadação é um fato, é

evidente que nós sabemos que a eficácia com tributos, como CPMF, aumento de fiscalização, gera aumento de arrecadação, mas a desconexão entre aumento de arrecadação e o crescimento econômico significa que nós estamos cada vez mais tirando riqueza já existente da sociedade.

Também convivemos nos últimos anos com a explosão de direitos do contribuinte. Isso foi sistemático. Houve aumento de base de cálculo, aumento de alíquotas e implosão de direitos do contribuinte. De penhora *on-line* a inscrição da dívida ativa sem direito de defesa do cidadão, a multa por distribuição de dividendos e de remuneração no trabalho, criação da Super Receita. Pude apresentar durante a discussão da Super Receita, uma série de emendas, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, o qual tivemos a honra do Senador Rodolfo Tourinho ter incorporado em grande parte essas emendas aqui no Senado Federal, emendas simples de defesa a direitos do cidadão que foram dizimadas na última votação por acordo de corredor na Câmara dos Deputados.

E temos uma inflação legislativa que se projeta num dado terrível que todo provisório no Brasil tenha a sua tendência a permanência, até porque o principal instrumento legislativo brasileiro é uma Medida Provisória. Então a Medida Provisória, de provisória não tem nada, porque se manifesta na permanência da legislação e, com isso, afoga, subtrai a competência própria do Poder Legislativo, com que V. Ex^{as}. possam estar a reboque do Poder Executivo na apresentação de reformas tributárias e temos que tais, por essa falta justamente de iniciativa própria no âmbito do Congresso Nacional. Alguns números demonstram que 97% de todas as normas produzidas no Brasil, desde 1988, são números do IBPT, do DIEESE, demonstram que essas normas são produzidas ou pelo Executivo diretamente ou por iniciativa do Poder Executivo. Está na hora do Congresso resgatar essa está competência, porque aqui é a Casa da democracia, aqui é que nós temos condições de debater e de trazer reflexões a V. Ex^{as}.

Relativamente à CPMF. A grande virtude apresentada pela CPMF, que é a sua simplicidade na arrecadação, na realidade é o seu grande defeito. Na realidade a carga tributária projetada pela CPMF se insere no organismo do sistema tributário nacional como um verdadeiro câncer. Aliás, eu tenho dúvida se o seu efeito é mais deletério como câncer ou como Aids, talvez o Deputado Palocci é que é médico pudesse esclarecer melhor como que se dá essa corrosão no sistema do nosso organismo tributário nacional, mas é a CPMF um verdadeiro câncer do sistema justamente por se esconder na produção de todos os bens e serviços.

Ela é um adicional ao imposto sobre a renda, ela é um adicional ao pagamento de aposentadorias, ela vai confiscando e substancialmente correndo todas as etapas da vida econômica da Nação. Então esta que é a sua virtude é o seu defeito. Aliás, aliás diria que democraticamente é um tributo fascista, porque justamente por se esconder ele não permite que o cidadão identifique a carga tributária real por parte das suas atividades econômicas, e justamente por esse dado é que nós temos no Brasil distorções, por exemplo, é o único país do mundo, e isso eu discuti com colegas do FMI, é o único país do mundo, por exemplo, que faz o cálculo por dentro do ICMS. Parece que uma parte do IVA francês eles também estão fazendo. Por que é que nós fazemos o cálculo por dentro? Para esconder do cidadão quanto ele paga de tributo. Ele acha que paga 25%, mas a alíquota efetiva chega a 33%. E assim faz a CPMF também, se esconde em cada uma das atividades. Então aparentemente não há custo social porque nós não identificamos o quanto é tributado. Isso é péssimo para o sistema, porque diminui também a capacidade do cidadão de fiscalização do próprio exercício do poder.

Vários danos são conhecidos pela CPMF, produz verticalização, até eu debatia com o Secretário Everaldo Maciel na sexta-feira em São Paulo, e o Secretário Everardo Maciel dizia: "ah não, eu nunca vi a CPMF, os tributos cumulativos induzirem a integração econômica, a verticalização de empresa". Eu falei: "Secretário, ainda bem que agora o senhor está na iniciativa privada, porque eu participei de várias operações, desde formação de pólos petroquímicos, de estruturação, reorganizações societárias, em que as empresas levavam em consideração para fazer a sua reorganização societária e verticalização, PIS, COFINS e CPMF. Então são fatos da vida, ela induz sim a verticalização empresarial.

Papel da CCJ aqui no Congresso Nacional. Foi usual durante a ditadura militar, o regime militar, e ainda sofremos um pouco disso depois da democratização, que o Congresso Nacional ficasse a reboque do Poder Executivo. Quando tivemos a estabilidade do Plano Real começamos a pelo menos resgatar um pouco a identidade do que seria o Congresso Nacional, e não há dúvida que o Congresso hoje passa por uma crise de identidade, seja pelo escândalo na Câmara dos Deputados, o Mensalão, seja pelo escândalo do Presidente desta Casa, que é um tema altamente preocupante quando nós estamos falando do Presidente de um Poder. A representatividade do Presidente do Congresso Nacional ficou o que? Destinada às páginas quase que de fofocas policiais do noticiário. E isto por quê? Justamente pela subtração da competência de V.

Ex^{as}. nessa atividade legislativa. Estivesse na semana passada a convite do Senador Tasso Jereissati na Subcomissão de Reforma Tributária, aqui da Comissão de Assuntos Econômicos. O que é que me parece? Se passar a CPMF é evidente que não haverá reforma tributária, não tenha essa solução Professor Nakane, é evidente que não haverá. Na época do Presidente Fernando Henrique e do Vice-Presidente Doutor Marco Maciel havia mais respeito a esta Casa, onde pelo menos vinha um Ministro, que era o Ministro Pedro Parente, Chefe da Casa Civil, apresentar proposta de reforma tributária. Sem denegrir a competência técnica do expositor que tem vindo a esta Casa em nome do Congresso Nacional, mas tem vindo autoridades agora de segundo escalão. Daqui a pouco vão mandar de terceiro escalão. E passam alguns *slides* a V. Ex^a. e dizem: “olha, achamos que isto aqui será a reforma tributária”. Dois meses depois voltam: “mudamos de idéia, conversamos com alguns Secretários de Fazenda, não é mais isso que apresentamos a V. Ex^{as}., agora o tema é outro”. Então me parece que a questão da CPMF se insere num momento essencial da vida da Nação e num momento essencial da busca da personalidade do Congresso Nacional agora nas mãos do Senado Federal. Por que eu digo isso? Quando nós analisamos a Constituição, a Constituição no seu art. 5º, ela informa: “ninguém será privado da liberdade de seus bens sem o devido processo legal”, é a cláusula do “*due process of law*”. Essa cláusula do devido processo legal se projeta tanto numa análise formal do processo como na análise da razoabilidade e da proporcionalidade. Quando V. Ex^{as}. verificam o *caput* do art. 37, diz que a Administração Pública estará submetida ao princípio da moralidade administrativa e da eficácia. Se formos no inciso XV, do art. 52 da Constituição, informa o *caput* que é da competência exclusiva do Senado Federal – e V. Ex^{as}. – avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional, a sua estrutura, seus componentes e o desempenho das administrações públicas tributárias da União, Estados e Municípios. Me parece que a conjugação tanto do princípio do devido processo legal quanto da eficácia, eficiência e moralidade administrativa do *caput* do art. 37 e do inciso XV, do art. 52 da Constituição, trazem, Senador Marco Maciel, Sra. Relatora Senadora Kátia Abreu, a competência para que esta CCJ faça sim uma análise do mérito substancial da proposta. Não se trata de dar à CCJ uma atividade meramente vamos dizer carimbadora. Quando eu participei da discussão na CCJ estava o Ministro Gregori, Advogado Geral da União, que na sua exposição, muito competente na representação do Governo, o Deputado Palocci estava presente também, a apresentação do Ministro

Gregori foi muito tranqüila, ele diz: “olha, isso daqui já é passado, várias vezes os senhores já carimbaram aqui, a CCJ não tem competência para avaliar”. Essa é a posição do Poder Executivo. A posição do Poder Executivo é que o Congresso Nacional não manda. A competência do Congresso Nacional, na visão do Poder Executivo, é que os senhores são meros carimbadores. E é isto que a sociedade espera de V. Ex^{as}., justamente resgatar esta competência na avaliação da justiça, da equidade, da eficiência, da moralidade administrativa, da proporcionalidade, e analisar se um tributo como este, que é a CPMF, como eu disse que se esconde em todo o organismo da sociedade, na realidade reflete algo de bom para o país, aliás, até numa atividade finalística, pois é claro que passando a CPMF não haverá mais qualquer discussão sobre a reforma tributária.

Sr. Senador Marco Maciel, com isso eu encerro essa minha participação inicial, mas realmente insistindo que nós devemos dar respostas novas para situações novas, quer dizer, nós não podemos dirigir o país, não podemos formular as políticas públicas brasileiras olhando no retrovisor. “Ah não, esse tributo já se inseriu”. Provisório, nós sabemos que é uma certa ambigüidade para enganar a Nação. Tudo que é provisório no Brasil vai ficando permanente. A posição da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, a posição do Conselho Federal da OAB é unânime no sentido de que esse tributo não reflete a estrutura constitucional brasileira, ele não se insere dentro de uma estrutura saudável ao desenvolvimento da Nação, ele é intrinsecamente injusto, extrinsecamente regressivo porque colhe muito mais do mais pobre que é quem não vê, que vê corroído o pedacinho do seu salário aqui, é não é só o direto não, não basta só botar uma isenção para quem ganha até mil reais ou até mil e setecentos reais, porque a grande maldade desse tributo é naquilo que não se vê, é no todo o seu potencial, vamos dizer, corrosivo da riqueza da sociedade que é retirada sem que a sociedade veja como.

Então, Sr. Senador, fico à disposição, nesse debate são as minhas colocações iniciais, em nome das Ordens dos Advogados do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço desde já a contribuição do Dr. Antonio Carlos do Amaral, que veio aqui em nome da OAB, do Conselho Federal e da Seccional da OAB de São Paulo, e dizer que posteriormente, como já foi anunciado, faremos os debates após a apresentação dos expositores. Concedo agora a palavra ao Deputado Federal Antônio Palocci, ex-Ministro da Fazenda.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Bom dia aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, aos profis-

sionais das entidades aqui presentes, aos amigos da imprensa. Eu queria agradecer ao Senador Marco Maciel ao convite, dizer que é uma satisfação atender ao vosso convite e aqui comparecer, principalmente fazendo ao lado de pessoas como o Dr. Gabriel Paulo Skaf, o Dr. Antonio Carlos e o Professor Márcio Nakane.

Indo direto ao assunto, eu queria apenas dois ou três gráficos, não foi chateá-los com a apresentação, mas é apenas para colocar algumas questões para o debate.

Coloquei aqui seis perguntas que talvez sejam perguntas que estejam mais freqüentes, eu como Relator da matéria na Câmara participei de todos os debates e esses temas eram muito debatidos, quer dizer, os impostos continuam aumentando ou não estão aumentando? Eu pus no gerúndio porque sabia que o Governador do Distrito Federal não estaria aqui. Por que a carga tributária, entretanto, não pára de crescer? Quer dizer, esta é uma questão, é um fato, os dados estão demonstrando. Uma outra questão importante: a arrecadação crescente autoriza gastos crescentes? Quer dizer, é um outro problema presente que eu gostaria de colocar alguns dados. A quarta questão: a CPMF pode ser dispensada, quer dizer, existe a hipótese equilibrada de dispensar a CPMF? Uma quinta hipótese: por que a reforma tributária não avança? O Dr. Antônio Carlos abordou um pouco isso agora. E terceiro: quais seriam, evidentemente, na minha modesta opinião, as melhores escolhas de curto prazo?

Aqui o professor Raul Veloso reuniu, em porcentagem de PIB, todas as medidas que foram tomadas nos quatro últimos anos em matéria tributária. As medidas e os efeitos legais dessas medidas. Em azul, acima, estão as medidas que oneraram as alíquotas dos tributos, e o que está negativo, evidentemente, desoneram alíquotas de tributos. Foi feito um gráfico agregando, por porcentagem do PIB, todas as medidas tomadas no último período, e se verifica que a soma das medidas de desoneração são maiores do que as medidas de oneração de tributos. Não vou me estender sobre isso, até porque todas essas medidas foram votadas aqui no Senado, então são de conhecimento de todos os Senadores e Deputados na medida em que nenhuma dessas medidas foi fruto de Decretos, elas são frutos de Projetos de Lei ou Medidas Provisórias ou Emendas Constitucionais que aqui foram apreciadas e votadas. Então esse é uma primeira observação importante. Nos últimos anos as medidas de desoneração superam as medidas de aumentos de alíquotas, e isso é demonstrado de maneira bastante detalhada por esse gráfico do professor Raul Veloso. Tem várias outras maneiras de demonstrar isso, mas eu queria apenas colocar isso como uma questão.

Agora, seguindo, por que a carga tributária aumenta? Porque a carga tributária, apesar desse dado objetivo, continua aumentando permanentemente nos últimos anos e nos últimos meses. E aqui nós podemos, ao desagregar os dados da Receita Federal e verificar quais são os impostos que estão aumentando, aqui estão pelo menos seis motivos pelos quais a arrecadação está aumentando. Primeiro que o país elevou a sua taxa de crescimento ao dobro do que vinha observando no período anterior. Muitos acham insuficiente a taxa de crescimento do Brasil, mas o fato é de que ela é o dobro do que o próprio Brasil fazia na década passada. Então dobrar o crescimento econômico significa um aumento de arrecadação, evidentemente, e normalmente o aumento de arrecadação não é proporcional ao aumento da taxa de crescimento, é superior ao aumento da taxa de crescimento, em todas as retomadas de ciclo isso tende a acontecer, ou seja, se o país cresce 4% ao ano, a arrecadação normalmente não cresce 4% ao ano, cresce 6%, 6,5%, 5,5% ao ano, que é característica do início dos ciclos de expansão. Então isto está acontecendo agora no Brasil sem nenhuma surpresa, é o que acontece no mundo inteiro permanentemente nesses ciclos.

O segundo aspecto é o aumento da formalização do trabalho. Vocês devem estar observando nos dados mensais do trabalho, desde o meio de 2004 o trabalho formal está crescendo mais do que o trabalho informal no Brasil, isso é, inverteu-se a tendência de relação entre geração de trabalho formal e informal, e desde meados de 2004 o emprego formal está crescendo a taxas mais elevadas do que o emprego informal no Brasil, formalização do trabalho, impostos e, portanto, em níveis de mais de um milhão por ano. Também aqui é mais do que o dobro do período anterior, o nível de formalização do trabalho, não só geração de vagas, mas também formalização bastante mais elevada pelas características que a economia vai assumindo, dado o prolongado período de equilíbrio econômico que o Brasil vive.

A terceira questão é a maior formalização das empresas por três motivos principais: o acesso mais ampliado a crédito, não se faz acesso a crédito sem formalização, cada vez menos o sistema financeiro fornece crédito para informais, evidentemente o crédito exige um nível de formalização; segundo aspecto importante é o acesso ao mercado de capitais. Nesse ano, se não me engano, cinquenta e sete novas empresas já abriram seu capital, fizeram ofertas primárias na Bolsa de Valores Brasileira, há um movimento bastante forte de financiamento das empresas via mercados de capitais, desde o ano passado o mercado de capitais passou a fornecer recursos para as empresas em va-

lores superiores ao próprio BNDES, de maneira que a formalização induzida por esse movimento de abertura do mercado de capitais é bastante significativa. Para dar dois exemplos bastante claros, que são conhecidos de todos nós, principalmente de dois setores que eram extremamente informais e estão passando a ser totalmente formais, eu citaria a construção civil e o setor de frigoríficos, o setor de carnes. O setor de construção civil era tradicionalmente muito informal no Brasil, isso apresentado pelos próprios empresários do setor, o nível de informalidade da construção civil era extremamente elevado. Hoje, como as principais incorporadoras e as principais empresas de construção estão na Bolsa de Valores, portanto, todas elas formalizaram integralmente as suas atividades e provocam a formalização de toda a cadeia produtiva que se relaciona com essas grandes empresas. O mesmo tem acontecido com o setor de carnes, que era outro setor bastante informal e que hoje todo ele está acessando também mercados de capitais e se tornando também formal. Isso traz uma arrecadação adicional bastante elevada para a Receita Federal; um terceiro ponto é o grande aumento da exposição do país ao mercado global, ou seja, ao grau de abertura da economia brasileira, que era 14% há quatro anos atrás, é próximo de 30% hoje, então dobrou o grau de abertura da economia e significa um amplo aumento de movimentos de importação e exportação e todo o movimento de importação e exportação, salvo desvios que são vezes ou outras detectadas pela Receita Federal ou pela Polícia Federal, o movimento de exportação e importação normalmente tem alto grau de formalização. Então são três grandes fatores de formalização. O aumento das taxas de lucro das empresas é um outro fator. Se nós observarmos a taxa de lucro das empresas cinco anos atrás e vemos o lucro das empresas no ano passado ou nesse ano, nós vamos observar aumentos da ordem de 200%, de 250% dependendo do setor, o que é um aumento bastante significativo da lucratividade das empresas. O que nós temos observado, inclusive, é que várias empresas do chamado Setor Real da Economia, ultrapassando a lucratividade do sistema financeiro, mostrando um vigor da economia bastante importante. Em quinto lugar a criação da Receita Federal do Brasil, também votada nessa Casa. A criação da Receita Federal aumenta a eficiência do setor, a ação fiscal tem sido mais intensa, mais eficiente e, portanto, com resultados mais significativos. E, por fim, os governos estaduais, porque aqui está se tratando de carga tributária global, os governos estaduais têm mostrado grandes ganhos de arrecadação. O dado do último mês mostra que vinte Estados do Brasil, nada menos do que vinte Estados dos vinte e sete estão

com ganhos de arrecadação real superiores à União, superiores à União. Portanto, o que se observa é que há razões econômicas para o aumento da arrecadação, o que nos traz a seguinte questão, quer dizer, esse aumento saudável de arrecadação deveria nos induzir a pensar em movimentos positivos também saldáveis no sentido de consolidar conquistas da economia e fazer reformas que possam acentuar os ganhos dessas mudanças.

Seguindo, eu queria colocar uma questão aqui, quer dizer, esse aumento deve ser permanente, crescente? Eu penso que não, provavelmente não. Ali procurei listar alguns motivos. Primeiro que o crescimento dos lucros das empresas tende a se acomodar, os lucros não vão crescer permanentemente ano após ano na velocidade que estão crescendo hoje. O movimento de formalização via mercado de capitais também tende a estabilizar. Depois que duas centenas de empresas abriram o seu capital, cada vez mais o impulso dessas aberturas do mercado de capital será um pouco mais contido, será um pouco mais estável. O quarto ponto é a incerteza sobre o crescimento mundial de médio prazo. A crise do sistema financeiro mundial, ocorrido a partir do setor habitacional americano, mostra alguma preocupação, e os ganhos de eficiência da administração tributária não são ilimitado, ou seja, os gastos correntes crescentes podem produzir um impacto fiscal se nós não considerarmos claramente que esse impulso de arrecadação não é permanente.

Seguindo, a CPMF poderia ser dispensada? Na minha maneira de ver, penso que não. Dispensar quarenta bilhões... penso que não à vista, de uma única vez, ou seja, penso que de um ano para o outro se eliminar quarenta bilhões do orçamento é extremamente grave do ponto de vista de ajuste das contas públicas, eu acho que não se equilibram as contas com uma retirada desse porte do equilíbrio fiscal do país. Penso, por outro lado, que se é desejo do Congresso Nacional e do país a redução de carga tributária, é perfeitamente possível de ser realizado e este é um bom momento para que isso seja feito na medida em que a arrecadação cresce de maneira expressiva, mas isso tem que ser feito ao longo do tempo, ao longo dos anos, e acompanhado, evidentemente, de redução de gastos. Se nós não estivermos ao lado da redução da carga tributária a redução de gasto público, nós vamos levar o país há um impasse de ajuste de contas.

Seguindo, aqui eu queria falar rapidamente de qualidades e defeitos da CPMF. A CPMF é o imposto mais produtivo existente no Brasil. A produtividade tributária da CPMF permite que com baixa alíquota se arrecade um razoável percentual do PIB. Não há imposto mais produtivo que a CPMF no Brasil, Senador Marco

Maciel. Se nós compararmos a CPMF com qualquer outro imposto, em termos de produtividade tributária, ela é a mais produtiva, ou seja, com menor alíquota traz melhor arrecadação. Ela é de seis ou sete vezes mais produtiva do que a COFINS, por exemplo, e esse é um dado importante, ou seja, o bom imposto, no meu modo de ver, não é só o imposto de boa incidência, é aquele imposto que arrecada mais impondo menos carga aos indivíduos e empresas. Então essa é uma característica positiva da CPMF. Segundo, ela tem efeito progressivo e não regressivo. Ali alguns dados, vinte e sete milhões de pessoas contribuíram com a CPMF em 2006, não é todo mundo que paga CPMF. Em 2006 foram vinte e sete milhões de pessoas. Trabalhadores até três salários mínimos têm desconto na contribuição do INSS correspondente ao valor da CPMF. Aposentados até dez salários mínimos não pagam a CPMF ao receber a sua aposentadoria. Saques, contas simplificadas, segundo as normas do Conselho Monetário Nacional, não pagam CPMF. Saques do fundo de garantia, PIS/PASEP não pagam CPMF. Então existem um conjunto de isenções de CPMF que fazem com que boa parcela das pessoas de menor renda não arquem com esse tributo. A CPMF é praticamente insonegável e esse é um dado importante do ponto de vista de não ser um imposto que produz concorrência desleal na economia, e tem um baixo custo de conformação.

Seguindo, aqui é uma questão importante. O fato da CPMF ter se desenvolvido de maneira expressiva no Brasil tem muito a ver com o nosso sistema financeiro ser bastante automatizado, é um dos sistemas que mais tem automação no mundo, o sistema financeiro brasileiro, e também a nossa Receita Federal ser bastante informatizada. Vocês sabem que o Brasil é o país que mais tem cobrado Imposto de Renda via eletrônica, até a Receita Federal tem sido premiada em fóruns internacionais permanentemente pela alta produtividade do seu sistema de informática, inclusive é o país que mais recebe Imposto de Renda por via eletrônica, facilitando para o contribuinte e para o Fisco a prática de pagamento de tributos.

E, por fim, alguns defeitos da CPMF que eu acho que nós devemos discutir com transparência e franqueza. Primeiro, desintermediação financeira, esse é o efeito mais temido dos efeitos da CPMF. O que nós temos observado nos últimos anos é que na atual alíquota isso não tem ocorrido, mas esse é um risco para esse tributo. Se esse tributo tiver alíquotas elevadas, eles provocam desintermediação financeira, evidentemente, e com aumento de custos para as empresas, na verdade, e para as pessoas, quer dizer, quando a gente fala em desintermediação financeira as pessoas falam: "bom, basta não usar o sistema financeiro", mas

não usar o sistema financeiro significa usar sistemas mais caros e não menos caros, portanto, aumento de custo para as empresas. O custo do crédito de curto prazo tem efeito negativo na CPMF. Na verdade hoje, atualmente, um capital de giro provavelmente até treze, catorze dias, deve estar pagando mais CPMF do que juros, então esse é um efeito negativo que é importante de ser destacado. A cumulatividade é um efeito negativo, o Dr. Antônio Carlos e o Professor Márcio levantaram essa questão, mas veja: o efeito cumulativo de CPMF, isso é medido de várias maneiras, eu não quero me estender aqui, mas em testes econométricos simples mostra que o efeito negativo cumulativo da CPMF existe, mas não é maior do que a maioria dos impostos de efeito cumulativo, inclusive dos impostos teoricamente de valor agregado. Pega-se, por exemplo, para pegar um exemplo, o ICMS que não deveria incidir além do valor agregado e não deveria incidir sobre a exportação. Pergunte para as dez maiores empresas exportadoras hoje do Brasil se elas têm ICMS, acúmulo de crédito de ICMS e compare com o acúmulo de crédito da CPMF. Afirmando para vocês que o acúmulo de crédito da ICMS é mais de dez vezes do que o acúmulo de crédito da CPMF, afirmo com toda a tranquilidade, o Dr. Paulo Skaf sabe dessa realidade, que é o acúmulo de crédito de CPMF por causa dos fatores interestaduais, que é um problema que a gente precisa resolver hoje, é um problema sério para as empresas, porque a Lei diz que ela é isenta, mas de fato ela acumula créditos, então, ou seja, a CPMF tem sido efeito cumulativo na cadeia produtiva, mas menor do que outros tributos. E, por fim, o tamanho da alíquota. Aqui, de fato, um imposto como a CPMF tem muita sensibilidade quanto ao tamanho da alíquota. Eu acredito que até seria recomendável que ao longo do tempo a alíquota seja um pouco menor do que é hoje e nunca muito superior ao que é hoje, porque de fato aí os efeitos cumulativos e de desintermediação seriam importantes.

Por fim, eu queria sugerir aqui, eu acho que o debate é oportuno, que para a melhoria do ambiente econômico é um debate que diga respeito à reforma tributária, há um compromisso do Governo, eu não posso falar aqui pelos Ministros do Governo que vão estar aqui amanhã, podem esclarecer isso, mas há um compromisso do Governo de enviar ainda neste final de ano a reforma tributária, e eu acho que através dela nós devemos tomar uma decisão sobre permanência ou não da CPMF, sobre o papel da CPMF ao longo do tempo, sobre legislação, unificação da legislação dos Impostos de Valor Agregado, sobre simplificação do sistema, sobre uma possível eliminação do IPI. Por exemplo, o IPI eu penso que é um imposto já ultrapas-

sado no Brasil, ele é um imposto que se soma a outros tributos de valor agregado. E, por fim, acho que há uma série de questão de microeconomia importantes que dizem respeito também à discussão de melhora do ambiente econômico a ser debatido aproveitando esse momento (soa a campainha) de boa arrecadação e de possibilidade de realizar reforma tributária. E, por fim, escolhas de curto prazo, o último ponto que eu queria apresentar. Nesse momento se debate quais seriam as escolhas melhores. Se se deseja reduzir a carga tributária, se deveria se recorrer a reduções da CPMF ou a reduções de outros tributos, como folha de pagamento. Eu queria ressaltar que acho possível se buscar níveis de redução da carga tributária no Brasil, acho desejável que nesse momento se trabalhe nesse sentido, mas é importante que nós trabalhemos ao mesmo tempo redução de gastos públicos. Não vamos nos esquecer que boa parcela da arrecadação tributária se torna automaticamente gasta pelo alto nível de rigidez que tem o nosso orçamento federal, quer dizer, 85% do nosso orçamento federal é destinado a gastos vinculados ou obrigatórios. Então qualquer aumento de arrecadação vem automaticamente acompanhada de vinculações que obrigam gastos correntes, poucos desses gastos correntes são decorrentes de decisões de governos, muitos vem a partir da rigidez que tem o nosso orçamento. Tudo isso tem que ser levado em conta num momento em que se busca construir nível de redução tributária e nível de reduções de gastos públicos. Não basta querer reduzir gastos públicos, é preciso observar os níveis de vinculação e de rigidez que nosso orçamento, infelizmente, tem, e que precisam ser levados em conta.

Sr. Presidente, eu acho que esses são os pontos que eu gostaria de colocar, eu acho que o meu tempo já está se esgotando, eu queria apenas colocar esses pontos e sugerir aos Srs. e Sras. Senadoras que no debate da CPMF, considerem fundamentalmente as questões: 1) A CPMF é o mais produtivo de todos os tributos brasileiros, nenhum outro tributo produz mais do que a CPMF em termos de eficiência tributária; 2) 56% das ações fiscais da Receita Federal junto a pessoas físicas e 13% das ações fiscais das ações da Receita Federal junto a pessoas jurídicas são decorrentes das informações trazidas pela CPMF. De 2001 a 2007 a Receita Federal buscou, através de ações fiscais, 41,6 bilhões de reais a partir de informações da CPMF. Portanto, uma nova CPMF foi arrecadada de outros tributos a partir de informações obtidas da CPMF.

Então eu penso que é legítimo o debate sobre o tamanho da carga tributária, é legítimo o debate sobre redução de carga tributária, mas penso que nós devemos levar em conta a qualidade dos tributos e o efeito

econômico que cada um dos tributos tem. Tributos que têm alta sonegação têm efeitos sobre a concorrência na economia muito negativos e que ao serem utilizados para a política tributária têm efeitos econômicos piores do que tributos com grande eficiência e eficácia.

É isso que eu gostaria de colocar, agradeço ao vosso convite, Senador Marco Maciel, e fico à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço a contribuição que trouxe o Deputado Federal Antônio Palocci, ex-Ministro da Fazenda, e quero aproveitar a ocasião para anunciar o próximo expositor, que será o Dr. Gabriel Jorge Ferreira, Vice-Presidente da Confederação Nacional de Instituições Financeiras e que também aqui representa a FEBRABAN, porque o representante da FEBRABAN não pode comparecer e ele o faz também em nome da FEBRABAN, e devo dizer que ele presidiu também a FEBRABAN há anos atrás, é Advogado Tributarista e, portanto, tenho a satisfação de conceder-lhe a palavra nesse instante para a sua exposição.

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Muito obrigado Sr. Presidente Marco Maciel, Relatora Senadora Kátia Abreu, companheiros de mesa, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Inicialmente devo dizer que é sempre um prazer comparecer a este fórum para, dentro das minhas limitações, mas com a máxima de boa vontade, poder esperar contribuir para o debate de tema tão importante quanto esse sobre a prorrogação da CPMF.

De início eu queria fazer uma referência que quando esse imposto estava para ser instituído no Brasil, nós já conhecíamos a experiência dele na Argentina, que foi um país vizinho que dele primeiro se utilizou, sendo que eu tive a oportunidade de ir à Argentina, conversar com empresários, conversar com Advogados, com autoridades fazendárias para entender um pouco como que se administrava a cobrança de uma tributo dessa aparente complexidade e que depois se revelou de extrema facilidade. Mas o que me chamou a atenção nos contatos que mantive na Argentina naquele momento era a quantidade de consultorias que existiam, voltadas todas elas sobre como conviver com este tributo ou até mesmo como evitá-lo, e também dava para sentir que a economia passava a experimentar uma certa desintermediação financeira face à introdução desse tributo.

Mas voltando aqui para a nossa realidade, eu gostaria de dizer aqui algumas palavras, colocando aqui algumas visões sobre o pensamento do setor financeiro a respeito desse tributo.

Primeiro sob o ponto de vista macroeconômico, eu acho que é importante ponderar que a CPMF envolve muito mais do que apenas arrecadar impostos

ou repassar recursos dele oriundos. É sempre bom recordar que a CPMF foi criada como forma de dar sobrevida ao sistema de saúde que estava carente de recursos de custeio e de investimento, sendo que ela acabou sendo prorrogada de forma sucessiva, foram quatro prorrogações, e também sendo importante recordar que ela começou com uma alíquota de 0,18%, 0,20%, e hoje chegou ao patamar de 0,38%. É bom lembrar também que esse aumento de alíquota foi feito num período em que o país estava sob os efeitos de uma forte crise internacional, o que, portanto, exigia maior aporte de recursos, e que hoje não existe mais. Então aqueles fatores aleatórios que existam naquele momento justificaram esse aumento de alíquota que foi feito e que hoje não está mais presente.

Foi aqui mencionado pelos expositores anteriores de que o país carece de uma reforma tributária no sentido de o país ter realmente um sistema de tributação que não onere o investimento, que estimule a produção, que aumente a competitividade brasileira, o que é um assunto que vem sendo debatido já há muitos anos, atualmente de novo o assunto voltou à tona, está em discussão o que seria uma reforma tributária, mas é difícil dissociar essa discussão da CPMF do assunto de reforma tributária.

A CPMF é sem dúvida alguma um imposto ruim e perverso sob vários aspectos. Primeiro que ele incide sim em cascata, ele incide sobre todas as fases da produção, e o curioso é que quando um empresário, que tem no seu ativo recursos financeiros e transfere esses recursos financeiros para a compra de um bem de produção, para a compra de uma máquina, para a compra de um equipamento, este ato de investimento sujeita-se à tributação. Então aí já resulta a perversidade de que se reveste esse tributo, de que dentro de um mesmo patrimônio, dentro de uma mesma estrutura empresarial, a simples movimentação de recursos para possibilitar a aquisição de bens destinados a investimentos já ficam sujeitos ao tributo. É um tributo regressivo porque ele atinge as camadas mais pobres, afora a repercussão que ele tem sob os custos e, portanto, não deixa de ter um caráter inflacionário. Também contribui esse imposto para a desintermediação financeira. Não se tem uma estatística do que é que poderia estar dentro do sistema não fora a CPMF, mas o fato é de que sem dúvida alguma basta os recursos não transitarem pelo sistema financeiro para que esse imposto não incida. Também ele estimula, por este mesmo motivo, a formação de poupança financeira. Recursos que poderiam estar canalizados para dentro do sistema bancário, recursos de poupadores que poderiam estar sendo canalizados para tomadores de

crédito, também perdem essa oportunidade em função da tributação pela CPMF.

Mas o fato, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que eu queria mais chamar a atenção, é a regra injusta que sujeita o crédito, que é fundamental para o crescimento econômico, para a produção, é que o crédito fica sujeito à CPMF, e incide duplamente, incide quando o crédito é concedido e quando ocorre a sua movimentação e incide quando da liquidação. Portanto, duas vezes o crédito é punido em função da tributação pela CPMF.

Além disso, a CPMF tem uma natureza quase que confiscatória porque ele incide sobre o movimento da conta corrente bancária. Isso significa que ele está incidindo sobre o que? Ou incide sobre o patrimônio, sobre os recursos que já é de titularidade do contribuinte, ou ele incide sobre uma renda gerada e que já foi considerada tributada, ou incide sobre recursos de terceiros de que um contribuinte detenha a titularidade momentaneamente. Isso são considerações que eu fiz do ponto de vista macroeconômico.

Também queria fazer aqui algumas considerações do ponto de vista jurídico, que é a questão de definição do fato gerador, da tributação pela CPMF. O fato gerador é a descrição na Lei daquele fato, daquela hipótese de que, em uma vez ocorrendo, gera a obrigação tributária. Esta é a grande segurança que tem o contribuinte de que nenhum imposto pode ser exigido sem que tenha ocorrido o fato gerador, que é o que gera a obrigação tributária. Pois bem. A legislação que instituiu a CPMF é uma legislação muito flexível em relação às hipóteses de incidência. A legislação básica, no seu art. 2º, define, através de oito incisos ou sete incisos quais os fatos que determinam a ocorrência do fato gerador, e dois deles têm disposições muito genéricas que falam todos os demais lançamentos ou "todos os demais recursos que foram transmitidos e que possam caracterizar como uma movimentação financeira. Portanto, aí nós temos essa impropriedade de que a descrição do fato gerador não é tecnicamente correta porque não define com clareza e precisão em certos momentos qual é a hipótese de incidência, e isso, naturalmente, gera insegurança para o contribuinte, gera insegurança para o cidadão. E se isso tem sido admitido e tem sido tolerado é porque acho que houve uma adesão da sociedade com relação a isso, imposto por entender que esses recursos eram importantes para o país face à conjuntura existente quando de sua criação e, depois, de suas sucessivas prorrogações.

Acho que a nossa contribuição aqui, todos nós que aqui estamos, é de trazer para V. Ex^{as}. idéias que os auxiliem no debate dessa importante questão de prorrogação da CPMF.

Já foi dito aqui que é notório que a carga tributária brasileira tenha atingido níveis preocupantes e que deve ser responsável sim, essa carga tributária, por uma queda expressiva do crescimento potencial do PIB nos últimos anos, e a queda deste produto potencial deve-se, basicamente, a este conjunto de impostos de baixa qualidade que aqui foi repetida algumas vezes, com a CPMF à frente, e que o que é pior, pois esse aumento de carga tem sido usado não para investimentos, mas sim muito mais para o custeio de gastos correntes. Entre outros problemas isso leva a distorções. Primeiro que a redução da taxa de poupança nacional se traduz em queda de investimento e, portanto, do crescimento econômico, portanto, não geração de empregos ou de aumentos de empregos. Sabe-se que a redução da carga tributária, de outro lado, poderia provocar um crescimento potencial da economia brasileira, porque os investimentos privados seriam motivados a fazer projetos novos, a criar programas de expansão, programas de investimentos, se nós não tivéssemos então essa ineficiência tributária, inclusive a da CPMF.

Portanto, algumas sugestões que eu colocaria aqui para V. Ex^{as}. seria de que a prorrogação da CPMF deveria vir acompanhada de um compromisso, de uma trajetória consistente de redução da arrecadação ou de redução da própria CPMF. Então nós poderíamos raciocinar, por exemplo, com a hipótese de se fazer uma redução gradual da ordem de 0,2% do PIB de redução de arrecadação, eu aqui não estou falando de 0,2% da alíquota, mas sim de 0,2% do montante de arrecadação em relação ao PIB ou, alternativamente, pensar-se numa redução gradual da alíquota, algo em torno de 0,03% ou 0,04%, terminando então ao final de um período de seis, sete anos, com uma alíquota residual, uma alíquota muito pequena, ou, ainda, mantido esse mesmo raciocínio, se buscar alguma redução de impostos como PIS, como COFINS, em benefício do investimento, em benefício da desoneração, portanto, do investimento, como forma de administrar essa redução gradual da contribuição provisória sobre movimento financeiro. Nessa redução gradual, Ex^{as}., eu gostaria de alertar de que seria importante também começar a fazer uma desoneração seletiva. Então começando pelo crédito. O crédito poderia ser o primeiro item a ser contemplado com essa desoneração gradual, de forma a possibilitar que esse crescimento vertiginoso que o crédito vem tendo se expanda ainda mais por conta de uma maior eficiência de sua utilização em havendo essa desoneração. Quando eu falo aqui em crédito, eu também me estendo, é claro, ao mercado de capitais, que é fundamental para o crescimento econômico, as grandes economias que tiveram desenvolvimento sus-

tentável e rápido deveu-se muito a recursos investidos via crescimento das empresas através de recursos captados pelo mercado de capitais.

Acho que em linhas gerais eram as idéias que eu gostaria de colocar, e gostaria de terminar com uma sugestão. Aqui falou-se muito da virtude da CPMF pelo fato de que ela tributa a economia informal ou pelo menos parte dela, que é de fácil arrecadação, que ela ajuda a controlar a sonegação, que são virtudes reconhecidas. Mas essas virtudes, elas devem ficar restritas a essas hipóteses e não como virtude arrecadadora. Então a sugestão que eu faria era que a CPMF, quando atingisse um nível de alíquota, no prazo de sete anos, quase que simbólico, ela poderia ser mantida como uma contribuição antecipada de tributos federais de pessoas físicas e jurídicas, e, portanto, compensável.

Eram essas, Senador Marco Maciel, as considerações que eu queria trazer para o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço a contribuição trazida pelo Dr. Gabriel Jorge Ferreira, que aqui representa não somente a FEBRABAN, mas também representa a Confederação Nacional de Instituições Financeiras, e aproveitar a ocasião para dizer que vamos iniciar agora a oitava do último debatedor desta manhã. Trata-se do Dr. Paulo Skaf, Presidente da FIESP, a quem concedo, neste instante, a palavra, e após a exposição do Presidente da FIESP nós vamos abrir os debates ouvindo, inclusive, os Senadores que já se inscreveram para participar da referida Audiência Pública. Com a palavra, portanto, o Dr. Paulo Skaf.

SR. PAULO SKAF – Obrigado, Sr. Presidente Senador Marco Maciel, Sra. Relatora Senadora Kátia Abreu, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Deputado Antônio Palocci, companheiros da mesa, Dr. Gabriel, D. Amaral, Professor Nakane, lideranças, senhoras e senhores.

Em 1996, contrariando toda a sociedade brasileira, foi criada uma contribuição com a finalidade de resolver o problema da saúde do país. Essa contribuição nasceu em 1996 para durar três anos, até 1999, com a alíquota que seria cobrada nas movimentações financeiras de 0,20% e com foco exclusivo para a saúde. A promessa era que três anos depois teríamos solucionado o problema da saúde do país e esta contribuição desapareceria. A sociedade foi tolerante, aceitou e nasceu a CPMF. Passaram-se onze anos, se arrecadou mais do que duzentos bilhões de reais, o problema da saúde do país – não precisamos perder tempo aqui em comentar, que todos sabem o caos que se encontra a saúde do Brasil. A alíquota que era de 0,20% passou a 0,38%, quase dobrou, e há quatro anos, através de

uma Emenda Constitucional, foi prorrogada e com aviso prévio que terminaria no dia 31 de dezembro de 2007, no último dia deste ano. Coincidentemente nós estamos vivendo um período de grande aumento de arrecadação, estamos falando em setenta bilhões de reais de aumento de arrecadação. Nestas circunstâncias, só por estas razões, considerando que esta contribuição está aí há onze anos quando deveria durar três, considerando que perdeu seu foco exclusivo ao longo desses anos, a saúde, considerando que não resolveu e que não atingiu o seu objetivo, considerando que dobrou de alíquota e considerando que a Lei e a Constituição determinam o fim desta contribuição no último dia desse ano, já seria suficiente para nós terminarmos com essa contribuição. E ainda mais, num período de grande aumento de arrecadação.

Se falou aqui em reforma tributária. O Deputado Palocci bem colocou aqui os pontos que se poderia conseguir com a reforma tributária: fim da guerra fiscal, agilidade, simplificação, mas não desoneração. Nos projetos que são discutidos da reforma tributária não se fala de desoneração. Então a única chance que nós temos de desonerar é cumprir a Lei e a Constituição e terminar com a CPMF no dia 31 de dezembro de 2007, abrindo a porta para a reforma tributária, mas desonerando, porque as outras questões da reforma tributária podem atender outras questões, como eu disse: simplificar, agilizar, acabar com a guerra fiscal, mas não estar previsto desonerações. Então se nós não conseguirmos desonerar um imposto que sem fazer nada ele some, porque está na Constituição, que esperança se tem que nós vamos desonerar naqueles que não estão previstos em Lei de serem eliminados? É lógico que se a reforma tributária, que o Governo diz que encaminhará ao Congresso nos próximos trinta dias, for discutida ao longo dos próximos meses – e aí sim parte da discussão que se faz hoje aqui tenha ouvido a ser debatido no país -, aí caberia: qualidade de impostos, esse é melhor do que aquele, mas não é isso que nós estamos discutindo nesse momento. Nós estamos discutindo o fim do imposto que está previsto na Constituição, nós estamos discutindo a única chance de desoneração, concreta, verdadeira e real, num momento em que a sociedade brasileira não aceita em hipótese nenhuma mais aumento de carga tributária. Aqui eu ouvi falar em prorrogação da CPMF, não é prorrogação, é a recriação. A Lei manda terminar e ela seria recriada. Isso é aumento de carga tributária, um imposto que morre e que é recriado, é aumento de carga tributária, e no momento que há um grande incremento na arrecadação do Governo.

Muito bem. Então diante desses fatos, para mim, já seria suficiente como cidadão brasileiro, diante des-

ses fatos e sabendo que este é um imposto regressivo sim, que foi bem colocado aqui, que não se trata só daqueles que têm meios de pagamento que pagam CPMF não. Quando se planta o trigo, se colhe o trigo, se transporta o trigo, se beneficia no moinho, se beneficia a farinha de trigo e coloca o pãozinho na padaria, lá está embutida de forma cumulativa a CPMF em todos os estágios, lá tem quase 2% de CPMF de forma invisível, que o pobre, de um salário mínimo, paga igual àquele que ganha vinte ou trinta salários mínimos. É imposto injusto sim. Faz pagar, paga-se muito mais aqueles que ganham menos.

Agora vem a discussão. Tudo bem, então é certo, eu acho que é inconteste que a contribuição nasceu e já deveria ter terminado há oito anos, eu acho que é inconteste que o problema da saúde não foi resolvido, eu acho que é inconteste que ela é regressiva. Em outros impostos regressivos você tem políticas, você pode pegar o IPI e desonerar a cesta básica, a CPMF não. Mas essas discussões não cabem agora, nós não estamos escolhendo de onde tirar quarenta bilhões ou trinta e nove bilhões no ano que vem do orçamento, se é da CPMF ou se é de outros impostos. Não é essa a discussão, porque o próprio Governo coloca que não abre mão do valor. Se não abre mão do valor já declara que qualquer que seja a reforma tributária, não vai desonerar porque não abre mão do valor.

Agora o que nós temos que discutir? É possível, de forma responsável então, eliminarmos essa contribuição, esse imposto, ou isso poderia acarretar prejuízos como foi dito no PAC, na saúde ou nos programas sociais? Eu quero adiantar aqui, e vou pedir a paciência de todos, para fazermos algumas análises, algumas reflexões com alguns slides aqui.

Primeira preocupação sobre gastos públicos. O Deputado Palocci, ele levantou se a arrecadação influi nos gastos. Então vamos dar uma olhada aqui. Gastos públicos e receita tributária cresce acima do crescimento do PIB. Mas vamos fazer uma análise aqui de 2004 a 2007. Em 2004, enquanto nós tivemos um crescimento do PIB de 5,7 %, nós tivemos um aumento de arrecadação total de 9,3% e despesa de 9,4%. Aqui são valores reais e aqui estão nominais, com inflação. Aqui está expurgada a inflação, são valores reais. Então o que a gente observa? De 2004 a 2007, conforme a receita cresce a despesa creche também, só que a despesa cresce mais do que a receita. Então aqui, por exemplo, esse ano, a receita cresceu 7,9% a despesa vai lá para 10,8%. Aqui 8,8%, 9,1% e assim por diante. Em relação ao crescimento do PIB... realmente até o aparelho se assustou com os gastos, viu um impacto aí.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É que a manutenção do aparelho vem com os recursos públicos (risos).

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, pela ordem, enquanto nós possamos resgatar a palestra, pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de registrar, eu estou recebendo algumas ligações no meu gabinete e e-mails de que nesta madrugada passou a repetição da Audiência Pública de ontem, às três e quarenta e cinco da manhã apenas, e que normalmente essa repetição é feita às vinte e uma e trinta, vinte e duas horas. Então eu gostaria que V. Ex^a. pudesse verificar, com relação a esses horários, porque três e quarenta e cinco realmente é uma audiência bastante baixa, e não é o hábito e costume da CCJ, que é uma Comissão prioritária para a TV Senado. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a contribuição de V. Ex^a., Senador Kátia Abreu, e a presidência desta Comissão vai tomar providências junto à Secretaria de Comunicação Social e levar o assunto também à mesa diretora do Senado, porque eu acho que o direito à informação é um direito do cidadão e essa é uma matéria de relevante interesse social, é uma matéria que interessa diretamente à cidadania e à prática da democracia participativa. Eu agradeço a contribuição que V. Ex^a. traz aos nossos debates.

SR. PAULO SKAF – Presidente, se o senhor me permitir, eu acho que eu poderia continuar...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, só para informar que a Audiência está sendo transmitida ao vivo desde o seu início. Só para registrar, até para...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sim, mas a Senadora Kátia Abreu se refere à sessão da reunião de ontem, da qual V. Ex^a participou.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo, obrigado.

SR. PAULO SKAF – Muito bem. Se o senhor permitir, então vamos continuar sem a...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, pois, o Presidente Paulo Skaf.

SR. PAULO SKAF – Então no que nós observamos é que não longo desses anos nós temos um crescimento de receitas acompanhado de um crescimento de despesas, e que também o crescimento de despesas, em termos reais, tem se portado de duas a três vezes maiores do que o crescimento do PIB. A exemplo de 2005, tivemos um crescimento do PIB de 2,9%, crescimento de despesas acima de 9%. Em

2006, 3,7%, crescimento de despesa acima de 10%, ou seja, se nós projetarmos isso, isso é altamente preocupante, o crescimento dos gastos serem duas a três vezes percentualmente maiores do que o crescimento do PIB. Também chegamos à conclusão, nessa análise, de que andam juntos as despesas com as receitas: mais receita, mais despesa. É lógico que nós não estaríamos aqui levantando isso, nesse momento, e deixando passar, durante esses anos, nós assumimos há três anos e terminamos o nosso primeiro mandato da FIESP há três anos, logo no primeiro ano, em 2005, entregamos um primeiro trabalho, e aí voltamos aqui às transparências, de gastos públicos, um primeiro trabalho em junho de 2005, depois um outro trabalho já em parceria com a BOVESPA e o IEDI em outubro de 2006, depois um outro trabalho em novembro de 2006. Muito bem. Durante todo esse tempo nós não sentimos, inclusive o Ministro Palocci talvez vá lembrar, este primeiro eu lhe entreguei em mãos, como Ministro da Fazenda, propondo questões concretas para que a gente pudesse ter um controle nos gastos públicos. Mas nada disto, na prática, ocorreu. Nada disso ocorreu. Então nós chegamos à conclusão, quer dizer, as despesas públicas crescem continuamente acima do crescimento do PIB, as receitas crescem em ritmo semelhante. Há uma necessidade de nós termos uma estabilização/redução dos gastos públicos com redução de impostos. Então gasto público segue o crescimento da carga tributária? A pergunta eu acho que combinamos, até o Deputado Palocci fez algo parecido, ou será que é a carga tributária é que segue o crescimento do gasto público? Durante algum tempo acreditou-se que a redução dos gastos públicos precederia a redução da carga tributária. Hoje não. Torna-se claro que a redução da carga tributária que precede e é indutora da redução e aumento da eficiência do gasto público. E nesse contexto, também, é que deve ser vista a eliminação da CPMF, no aspecto de gastos públicos, que nós temos claro hoje que o que precede é a arrecadação. Quanto mais recursos, mais gasto.

Outra questão. Nós falamos em desonerações. Eu ouço alguns anúncios que nós tivemos trinta bilhões de desonerações ao longo desses últimos três ou quatro anos. Bom, eu não fiz esta conta para essa assegurar se foram trinta, vinte ou nove ou quinze, mas nós fizemos a conta daquilo que houve de oneração, de aumento. Quando se terminou com o fim da cumulatividade do PIS e COFINS, e aqui está, são dados da própria Receita e IBGE, durante todo este tempo somou sessenta e um bilhões, seiscentos e vinte e oito milhões de reais de acréscimo de impostos com o fim da cumulatividade do PIS e COFINS. Então essa a afirmação constante de que houve redução, que houve

uma desoneração de trinta bilhões, se esqueceu de ver o que houve de oneração. Só está se falando de um lado da história. Se nós tivermos verdadeiramente trinta bilhões de desonerações e sessenta e dois quase que foi onerado, nós temos ainda uma diferença negativa de trinta e dois bilhões de reais.

Muito bem. A outra questão é a seguinte. Tá bom, então chegamos à conclusão que a carga tributária é elevada, temos aí restrições quanto à qualidade dos serviços públicos na saúde, na educação, na segurança pública, chegamos à conclusão que esta contribuição já deveria ter terminado há muitos anos, ela veio provisória, está aí há onze anos, chegamos à conclusão que temos receitas, receita de impostos que puxam despesas, que há necessidade de dar uma controlada melhor nisso. Porém, há uma colocação de como, como fazer isso em 2008? Como fazer isso sem prejuízo dos programas sociais da saúde ou do PAC, pois existem afirmações que há uma impossibilidade e há propostas que deveríamos fazer isso eu não sei em quantos anos, eu não sei de que forma e tal.

Então vamos fazer uma análise aqui conjunta. Muito bem. Primeiro item. Foi mandado um Projeto de Lei de orçamento para o Congresso, esse projeto está no Congresso, pelo Executivo para o Congresso. Nesse Projeto de Lei de orçamento, o primeiro item que nós devemos analisar é a receita líquida de transferência, ou seja, a receita líquida do Governo Federal depois de repasse aos Estados e Municípios. Vamos agora analisar este item. No Projeto de Lei está previsto, está aqui, 2008, Projeto de Lei, quinhentos e sessenta e cinco bilhões, é o que está no projeto que foi mandado pelo Executivo. Muito bem. O próprio Senado, a Comissão de Orçamento, revisou a receita para quinhentos e setenta e cinco. Neste momento o Relator é o Senador Francisco Dornelles, houve essa revisão, não é mais quinhentos e sessenta e cinco, é quinhentos e setenta e cinco, o próprio Senado. Estes dez bilhões, só estes dez bilhões já permitiria, dos trinta e nove bilhões previstos à CPMF, você tira dez, o problema já virou vinte e nove, então de cara já não precisaria ser 0,38%, já poderia ser 0,28% só com essa revisão feita no próprio Senado do lado das receitas. Então a grande pergunta, de onde tirar, aqui na receita tem dez bilhões de diferença já reconhecida pelo próprio Senado. Porém, nós não concordamos apenas com dez. A nossa previsão são de quinze bilhões e quatrocentos. Por quê? O próprio Deputado Palocci fez aqui uma afirmação, correta, que o crescimento da arrecadação é maior do que a taxa de crescimento do país, por isso que nós temos um crescimento nominal de 9%, 10%, e a arrecadação, como está ocorrendo esse ano, está prevista um aumento de arrecadação

acima de 13%, pelas razões que o Deputado Palocci explicou. Por essas mesmas razões, no ano que vem, a previsão do PIB de crescimento neste ano, dados do Governo, é de 4,7%, para 2007. Para o ano de 2008 a previsão do Governo é de 5%, e até nós concordamos que há possibilidade de crescer mais no ano que vem, e a inflação, que está prevista esse ano para 3,8%, a previsão do próprio Governo é 4% para o próximo ano. Ora, se nós este ano tivemos 13% de aumento na arrecadação e se o crescimento do PIB para o próximo ano será maior do que este, o crescimento para 2008 é maior do que 2007, e a inflação será maior que em 2007, o que nós faz crer é que no mínimo o crescimento de arrecadação para 2008 será igual ao de 2007, pelas razões aqui expostas, e como nós vamos ter uma arrecadação este ano em torno de quinhentos e catorze, quinhentos e quinze bilhões, colocando 13%, que é a mesma taxa de crescimento que deve dar esse ano, nós chegamos a uma previsão para o ano que vem de quinhentos e oitenta e um bilhões, com 13%, mas por essas razões de crescimento maior, uma inflação maior, pode dar 13,5%, pode dar 14%, mas estamos pondo 13%. Por isso que apesar do Senado, da Comissão de Orçamento, já ter corrigido e atualizado de quinhentos e sessenta e cinco bilhões para quinhentos e setenta e cinco bilhões, a nossa previsão é quinhentos e oitenta e um bilhões de forma conservadora, e se nós estivermos certos tem quinze bilhões a mais do lado da receita previsto no orçamento, e se o Senado, nessa revisão conservadoríssima que foi feita de quinhentos e setenta e cinco, são dez bilhões. De qualquer forma, os quinze bilhões aqui já é quase metade do valor da CPMF, só na receita. Então aquela grande pergunta: “mas de onde tirar os trinta e nove bilhões?” É só corrigir a receita aqui, ou dez ou quinze bilhões, uma boa parte da CPMF já estaria resolvida.

Agora vamos analisar aqui a questão de pessoal. A questão de pessoal, no projeto que está aqui no Senado, está prevendo cento e trinta bilhões para o próximo ano. Muito bem. O que é que acontece? No âmbito do PAC o Poder Executivo encaminhou ao Congresso, está no Congresso, o PLC nº 01, de 2007, foi proposto pelo próprio Executivo, no âmbito do PAC, limitando o crescimento anual da folha de pagamento, inclusive inativos, à taxa de inflação, IPCA, acrescentado do índice real de 1,5% ao ano de 2007 a 2016. Muito bem. Isto daqui, este Projeto de Lei é do Governo, é do Poder Executivo, encaminhado no âmbito do PAC. No entanto, se nós pegarmos em 2007, quanto será o gasto de pessoal? Cento e dezoito bilhões. E quanto está no Projeto de Lei que está do orçamento? Cento e trinta bilhões. E quanto seria se nós aplicarmos isso que o Governo propõe, pegar o valor de um ano,

acrescer a inflação mais 1,5%? Seria cento e vinte e quatro bilhões e quinhentos, ou seja, se o orçamento seguir a própria orientação do Projeto de Lei encaminhado pelo Executivo nós teríamos uma economia de cinco bilhões e meio aqui neste item. Agora por que é que veio como cento e trinta? Porque foi criado vinte e oito mil, novecentos e sessenta e nove novos cargos no Projeto de Lei que está aqui no Congresso. Então este item de despesa de pessoal, seguindo a própria proposta do Ministério da Fazenda, a própria proposta do Governo, seguindo o PLC que está aqui no Congresso, não gastaríamos para o próximo ano cento e trinta bilhões, gastaríamos cento e vinte e quatro, então teríamos mais cinco bilhões e meio aqui do lado das despesas de economia.

Agora vamos para despesas discricionárias. As despesas, como aqui todos sabem muito melhor do que eu, nós temos as despesas obrigatórias, que são aquelas independentes de decisões do Governo, benefícios previdenciários, seguros desemprego, pessoal, encargos e etc, e temos as discricionárias, que são decididas pela vontade do Governo, como gastos sociais, saúde, educação, bolsa-família, produção, agricultura, infra-estrutura, poderes e tal. Muito bem. Esses são em valores, aqui são percentuais. Para o orçamento de 2008, este Projeto de Lei que está aqui no Congresso, que foi enviado pelo Executivo, está previsto um aumento de 11,6% no item infra-estrutura. Então eu quero aqui dizer o seguinte: o que está se propondo, eliminar a CPMF, não mexe em PAC nenhum, porque os quinhentos e quatro bilhões do PAC, 86% é da iniciativa privada e das estatais, não é do orçamento da União, e os 14% que são do orçamento da União, em torno de sessenta bilhões de reais, em quatro anos, que dá de dez a quinze bilhões por ano, está nesse item previsto aqui de vinte bilhões em 2007 para vinte e dois, setecentos quarenta bilhões, e ninguém vai mexer aqui, esse crescimento de 11,6% que fique aí.

Atividades-meio do Governo, Poderes. Cresce, nesse orçamento que está aí 44,3%, sai de quinze bilhões para vinte e um, oitocentos e sessenta bilhões, ou seja, muito mais do que a infra-estrutura, do que o PAC, muito mais do que o social que vai crescer 16,6%. Legislativo, Judiciário, Ministério Público: 13,8%. A média ponderada aqui de crescimento de 2007 para 2008 neste item das despesas discricionárias, há um crescimento de 14,8%. Ninguém está mexendo em nada aqui. Então o PAC está na infra-estrutura, os programas sociais estão aqui incluídos nesses setenta e dois bilhões, setenta e três bilhões, a saúde está incluída aqui, e, ainda, aceitando 44% de aumento das atividades-meio do Governo. Dessa forma nós temos um aumento de 14,8% de 2007 para 2008. E aí o que

é que nós devemos analisar, o que ocorreu nesses últimos anos? O empenho de janeiro a setembro, nos últimos quatro anos, este ano o menor valor, o menor percentual que foi empenhado, em outros anos foram empenhados 64%, 65%, 72 %, nesse ano 61%. Até o final, quer dizer, o empenho de janeiro, durante todo o ano, durante esses anos, foi em torno de 87%. Nós vamos considerar, para efeito de previsão, 90%, ou seja, apesar que até o momento foi menor que os outros anos, vamos considerar maior. Então aqui o que acontece? No orçamento da União está considerado cento e vinte bilhões e seiscentos como número de 2007, e sobre esses cento e vinte bilhões é que está sendo considerado os 14,8% de aumento para... aliás, perdão, em 2007 está considerado cento e doze bilhões e novecentos, como se nós fôssemos cumprir 100%, empenhar 100% desse valor, só que na realidade, como nós vimos no *slide* anterior, na melhor das hipóteses nós vamos fazer 90%, e 90% é acima de todos os anos anteriores. Aí na realidade, em 2007, seria cento e dois bilhões, não cento e doze bilhões. Então os 14,8% que está no orçamento, no Projeto de Lei de orçamento, está sob o cento e doze bilhões. 14,8% sobre cento e doze dá cento e vinte, são os cento e vinte bilhões e seiscentos que estão no Projeto de Lei. Só que a realidade, ficando em torno de cento e dois bilhões, o que é natural de ocorrer, e eu não estou falando de executado, eu estou falando de empenhado, muitas vezes não executa. Muito bem. Nesses cento e dois, pondo esse índice de 14,8%, quer dizer, não reduzindo nada na saúde, nada no social, nada no PAC, chegamos a cento e dezessete bilhões. De cento e vinte bilhões que está no Projeto de Lei para cento e dezessete bilhões, que deve dar na realidade, é mais doze bilhões e quatrocentos que temos aqui de sobra e folga no orçamento.

Então aqui já vimos a receita, a despesa com pessoal, despesa discricionária.

Efeito do juro e CPMF. Vamos lá. Existe um trabalho, no ano que vem, no ano de 2008, a dívida pública do Governo Federal estará em torno de um trilhão e meio. Existe um trabalho do Banco Central, não é um trabalho da FIESP, não é um trabalho do Congresso, é um trabalho do Banco Central que eu entrego aqui às mãos do Presidente da Comissão, que diz que sem a CPMF, quer dizer, o Banco Central poderá praticar a taxa de juros menor, pois não precisará compensar o aplicador pelo custo da contribuição. Assim, com uma SELIC 0,93% menor, numa dívida de um trilhão e meio, que é a dívida média para o ano de 2008, e você podendo economizar 0,93% sobre um trilhão e meio, você tem uma economia de treze bilhões e novecentos. Treze bilhões e novecentos é que vai gastar a menos

e isso quem diz é o estudo do Banco Central que está aqui sendo entregue ao Presidente da CCJ. Alguns podem contestar e falar: “ah eu acho que 0,93% é muito”. OK, então quanto é? 0,80%, 0,70%? É inconteste que tenha efeito, então não é treze bilhões, não é catorze, é doze, é onze, é aí alguém pode falar: “mas o Presidente Henrique Meirelles teria dito alguma coisa que estão nos jornais que pode haver aumento de juros”. Pelo que eu ouvi, caso não haja redução dos gastos, se houver redução do superávit primário, mas aqui nós não estamos falando nisso. Nós estamos falando exatamente em reduzir receitas para segurar gastos, para não ter que subir juros. Agora a CPMF direto, isso é estudo do Banco Central. Então aqui nós teríamos uma economia de treze bilhões e novecentos.

Efeito da SELIC e juros. Aqui é o seguinte: no armamento de 2008 está previsto uma taxa média SELIC de 10,1%, olha aqui, e o orçamento se baseia na Pesquisa Focus, e a Pesquisa Focus tem superestimado juros nos últimos anos. Para 2008, então o que acontece? Vamos ver aqui. De 2005 para 2006 a Pesquisa Focus previa 16,3%, o efetivo foi 15,3%, então estar superestimado em 1%. De agosto de 2006 para agosto de 2007 a Pesquisa Focus previa 13,5%, a realidade deu 11,9%, então tinha 1,6% a mais. Para esse ano, 10,1%, nós estamos sendo muito conservadores e considerando apenas que ela esteja superestimando em 0,5%, não em 1% e nem 1,6%, em 0,5%. Então o que acontece? Se a Taxa SELIC média do ano não for 10,1% e sim 9,6%, reduzindo apenas 0,5%, ela pode ser também 9%, haverá uma economia de sete bilhões e meio, porque já vimos que a dívida é de um trilhão e meio, e esta economia representa sete bilhões e meio.

Outro item – resultado das estatais. As estatais são do Governo e elas pagam CPMF. Então as empresas estatais recolheriam, em 2008, uma soma estimada de dois bilhões, e logicamente a parte da economia com o fim da CPMF deveria aumentar o resultado das estatais em um bilhão, por que é o que nós temos como previsão, que seria a distribuição para o próprio Governo. Então haveria também uma folga de um bilhão aí.

E o último item, há um trabalho do Banco Mundial, que, aliás, o Professor Nakane aqui se referiu, que está aqui, eu gostaria de entregar também às mãos do Presidente da Comissão, o Senador Marco Maciel, que diz o seguinte: estima que o fim da CPMF pode aumentar o PIB em vinte e sete bilhões e quinhentos. Ora, se a CPMF prevê arrecadar no ano que vem trinta e nove bilhões, parte vai para a poupança, na estimativa do Banco Mundial aumentaria o PIB em vinte e sete bilhões e meio. Assim, a arrecadação federal

líquida também seria maior em cinco bilhões e meio. A arrecadação do Governo Federal é de 25% do PIB. Então líquida, depois de se repassar a Estados e Municípios, fica 20%. 20% de vinte e sete bilhões e meio dá mais cinco bilhões e meio.

Se nós somarmos as receitas, como já mostramos, que estão subestimadas a nosso ver em quinze bilhões, mas já reconhecida pelo próprio Senado de dez bilhões, a questão de pessoal, que ao invés de criar vinte e nove mil cargos novos fosse respeitado a PLC nº 01 encaminhada pelo próprio Governo a esta Casa, teríamos cinco bilhões e meio; as discricionárias, baseado num percentual, respeitando todos os aumentos, porém com uma base realista, teríamos doze bilhões e quatrocentos; o efeito de acordo comum, o estudo do Banco Central, sem a CPMF, de economia nos juros da dívida do Governo, de um trilhão e meio, teria treze bilhões e novecentos; o efeito de sete bilhões e meio na redução da Taxa SELIC, o resultado das estatais, de um bilhão, e o efeito de crescimento do PIB de acordo com o Banco Mundial. A soma disso dá sessenta e um bilhões e duzentos. Como a CPMF prevista neste orçamento é de trinta e nove, a pergunta que eu faria seria o seguinte: além da eliminação da CPMF e a retirada desses trinta e nove bilhões, o que é que vai se fazer com os outros vinte e dois que tem possibilidade de ter? Ou, se alguém tiver dúvida e contestar, por exemplo, “não, eu acho que esse estudo do Banco Central está com valor muito elevado, deveria ser 10% e não 13%, enfim, temos uma folga de vinte e dois bilhões, além dos trinta e nove. Então a pergunta que fica é: por que não o cumprimento da Constituição Federal, por que não o cumprimento da Lei, por que não o respeito à sociedade brasileira que não quer mais impostos, por que não repassar... aqui foi dito claramente pelo Deputado Palocci do aumento de arrecadação, de mais eficiência, de crescimento do país. Quando se aumenta a arrecadação, não é para se aumentar despesas públicas, é para repassar essa eventual vantagem à sociedade. Repassar de que forma? Reduzindo a carga, reduzindo a carga tributária.

Já em relação à questão fiscalizatória, óbvio que se o intuito fosse fiscalizador da CPMF, não estaria no projeto 0,38% para os próximos quatro anos, nem 0,28%, nem 0,18%, nem 0,1%, estaria zero e muitos outros zeros e um unzinho lá no final só para efeito fiscalizador. Não é isso que nós assistimos. E nós sabemos que também, desde o ano de 2001, tem a Lei nº 105, de quebra de sigilo bancário, que dá toda a instrumentação necessária, e como diz o próprio Ministro Palocci, que foi Ministro da Fazenda e conhece muito bem, a nossa Receita Federal pode nos dar orgulho

pela sua eficiência, pela sua alta tecnologia. O Ministro, na Audiência Pública que participei na Câmara, disse que quando era Ministro recebia inúmeras visitas do exterior para ver o funcionamento da nossa Receita Federal. Ora, uma Receita Federal tão eficiente, com tanta tecnologia e com uma Lei que dá o instrumento legal para quebra de sigilo e para tudo que precisa, não é a CPMF arrecadando quarenta bilhões que tem que se misturar a este assunto.

Então Presidente Senador Marco Maciel, Relatora Senadora Kátia Abreu, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vai aqui um apelo da sociedade brasileira: vamos acabar com isso, não vamos permitir, é a única chance que nós vamos ter de redução da carga tributária, é a única chance, no âmbito das discussões da reforma tributária, a única chance de desoneração é com a CPMF e que está prevista na Lei, porque do resto pode ser simplificações, agilizações, fim da guerra fiscal, mas não prevê desonerações.

Eu gostaria ainda de pedir licença ao senhor, Presidente, e entregar nas mãos da nossa Senadora e Relatora um milhão e trezentas mil assinaturas de todos os Estados do Brasil e que foram mandadas, enviadas de centenas de entidades e pessoas de todos os Estados do Brasil. Muito obrigado pelo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu convido a Senadora Kátia Abreu para receber o abaixo-assinado.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu estou solicitando, antes de restabelecermos...

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu estou solicitando, antes de restabelecermos a reunião...

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Eu estou solicitando que sejam removidos os abaixo-assinados para a sala da relatora exatamente para que nós possamos dar sequência à nossa reunião, mas nós não podemos de deixar de reconhecer também de que se trata de um exercício de cidadania...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...de cidadania participativa, ou seja, democracia participativa. Eu concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy e a seguir ao

Senador Tarso Jereissati. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de observar aqui que o Presidente da FIESP e todos aqueles que aqui ingressaram na Comissão de Constituição e Justiça realizaram, inclusive com cartazes democraticamente expressando seus sentimentos, realizaram algo bastante inusitado na história da Comissão de Constituição e Justiça. Eu aqui fiquei pensando comigo mesmo, Senador Kátia Abreu e Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, que nesse momento está quase que impossibilidade de ver a mesa, que se estivesse, eu vou lembrar aqui, se estivesse presente e sendo o Presidente da CCJ o seu pai, Senador Antonio Carlos Magalhães, e se por ventura tivesse adentrado aqui para entregar numa manifestação tranqüila, pacífica, ordeira como o fizeram o MST, a CUT e outras entidades de movimentos sociais, o Senador Antonio Carlos, pela tradição, ficaria um pouco preocupado, e imagino, como muitas vezes nós ouvimos, teria dito ... olha, mas eu aqui quero saudar a manifestação democrática. O Presidente Paulo Skaf sabe, eu vou ter aqui a oportunidade de externar o meu ponto de vista, que é diferente, mas eu acho muito saudável. Eu só quero cumprimentá-lo, Senador Marco Maciel, que V. Ex^a. teve uma atitude que foi um pouquinho diferente daquela de...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP) – ...V. Ex^a. sabe do apressado que eu tenho pelo seu pai, mas ele tinha uma tradição que qualquer coisa que fosse assim um pouco além do usual aqui, ele tinha uma preocupação de manter a ordem, mas a manifestação hoje foi tranqüila, foi democrática, e eu cumprimento o Senador Marco Maciel. Quem sabe ele estivesse inclusive lembrando o seu pai, o seu pai hoje estaria aqui abençoando o Presidente Marco Maciel, “olha, hoje vamos ser democráticos porque afinal é uma manifestação de muitas pessoas”.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Senador Suplicy, me permite só uma palavrinha?

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP) – Claro.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Bom, o Senador Antonio Carlos Magalhães, em 1979, ainda durante o último Governo Militar, ele liberou não só Salvador como o Centro de Convenções do Estado da Bahia para a realização do Primeiro Congresso da UNE, quer dizer, após 1964. Então ele liberou, ele

estimulou que fosse feito em Salvador, ele liberou o Centro de Convenções para o Congresso da UNE.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Muito bem. A minha manifestação aqui é de respeito, atenção e carinho, mas de qualquer forma foi um acontecimento não tão usual que aconteceu, acho que foi democrático e eu estarei aqui expressando a minha opinião com respeito aos argumentos apresentados, inclusive pelos que democraticamente assinaram este manifesto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo para uma questão de ordem ao nobre Senador Tarso Jereissati, concedo a palavra a V. Ex^a.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)
– Presidente Marco Maciel, V. Ex^a. sabe sobejamente o imenso respeito e a admiração que tenho por V. Ex^a. e tenho dito e repetido e continuarei a repetir que nenhum Senador tem mais condições, conhecimento, experiência, dignidade, somados a conhecimento jurídico, para presidir essa Comissão como V. Ex^a. tem. Eu não tenho a menor dúvida disso. Agora pediria a permissão a V. Ex^a. para dizer que eu humildemente não sou jurista, não tenho a experiência necessária, mas com certeza se estivesse hoje na Presidência dessa Comissão, pelo Regimento dela, não teria permitido essa demonstração, que é democrática, é até simpática, mas por mais simpática que seja e que eu próprio tenha simpatia pelo movimento, não acho que condiz com o trabalho dessa Comissão, com a normalidade do trabalho dessa Comissão, e vai dar vazão a que outras demonstrações desse tipo sejam feitas aqui, às vezes não tão simpáticas como essa. Acho que o Senador Supply, com a sua sutileza que lhe é peculiar quis dizer isso, e ao mesmo tempo ele mais do que quis dizer isso, ele quis convidar outras entidades para fazer a mesma coisa, o Ministro Palocci conhece melhor o Supply do que eu e ele sabe que o que ele quis fazer aqui nesse momento não foi um elogio e nem outra coisa, foi colocar, eu conheço bem o Senador Supply. Então eu queria dizer que por mais simpática que seja essa demonstração, ela para mim não é adequada, não é adequada ao trabalho, não é adequada à tradição de funcionamento dessa Comissão e, com certeza, para mim especificamente, apesar da simpatia que tenho pela instituição, tenho pela tese, tenho por tudo isso, não ajuda a reforçar as minhas convicções, porque não faz parte de determinadas regras que têm que ser respeitadas, e aí sim, as regras só são respeitadas em nome da democracia. Quando não existem regras e valores, a democracia não existe também. Então eu gostaria que isso, que essas regras e esses valores desta Casa fossem respeitadas também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Passo em breves palavras a responder às questões de ordem suscitadas. Em primeiro lugar, com relação à intervenção do Senador Eduardo Supply, eu gostaria de recordar que o Senador Antonio Carlos Magalhães, que por anos presidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ele se houve muito atento às grandes demandas da sociedade, e nunca se privou a uma boa interlocução para que nós pudéssemos aprovar projetos que de alguma forma representassem os sentimentos da sociedade brasileira. Inclusive muitas proposições, inclusive de sua autoria, gostaria de lembrar do orçamento participativo, a questão da luta contra a fome, o pacote antiviolência e etc. Daí porque eu gostaria de aproveitar a ocasião para render nossos homenagens, que, aliás, já foram feitas pelo seu filho, que aliás é um competente membro desta Comissão, o Senador ACM Júnior, eu gostaria de me juntar à palavra do seu filho no sentido de reconhecimento à memória do seu pai pela longa vida pública que teve e pela contribuição que trouxe ao país e às instituições.

Com relação à colocação do nobre Senador Tarso Jereissati, eu a recebo como uma observação extremamente válida, mas devo salientar, como, aliás, V. Ex^a. mesmo fez questão de observar, que foi uma manifestação feita de forma ordenada, inclusive o Presidente Paulo Skaf solicitou antes que a mesa autorizasse a que se entregasse esse abaixo-assinado, na realidade trata-se de uma movimentação que é a FIESP fez, penso que em São Paulo...

SR. PAULO SKAF – E centenas de outras entidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Em cooperação com centenas de outras entidades, no sentido de que o Brasil se manifestasse com relação a esse polêmico projeto que prorroga a DRU e a CPMF. Então foi devidamente autorizado pela mesa, não houve nenhum agravo ao bom funcionamento da reunião e, por outro lado, também devo dizer que a manifestação foi feita de forma, friso mais uma vez, autorizada, mas também eu diria de forma a trazer ou fazer presente a mobilização que a FIESP tinha feito.

Eu sempre tenho presente que a democracia representativa deve conviver com a democracia participativa. Quando fui Governador de Pernambuco, isso no século passado, no milênio passado, eu fiz questão de tomar como lema de Governo democracia com participação. O meu Vice-Governador era o hoje Deputado Federal Professor Roberto Magalhães, e o Prefeito do Recife, que hoje é o meu primeiro suplente e ex-Ministro da Fazenda, o professor Gustavo Krause, e todos

nós trabalhamos, os três, articulados nessa idéia de desenvolver uma democracia participativa, que precisa ser mais exercitada em nosso país. Enfim, a democracia é cidadania, como lembrou certa feita com razão Ulisses Guimarães, mas a cidadania se exerce na forma organizada pelos meios participativos que a nova Constituição de 1988 assegurou, daí porque eu acho que quanto mais nós aprofundarmos a prática da democracia participativa, observando a Lei, manifestações feitas pacificamente, nós estamos concorrendo para construirmos não somente uma sociedade democrática, mas também uma sociedade em que o cidadão possa se manifestar e trazer também uma contribuição às instituições representativas de que o exemplo bem eloquente é o Congresso Nacional, e de modo particular é bom lembrar que o Senado Federal tem um papel de Casa revisora e, conseqüentemente, ele exercita nesse momento esse papel extremamente relevante. O papel revisor do Senado Federal brotou já na primeira Constituição brasileira, a Constituição outorgada de 1824, 25 de março de 1824, se eu não estiver equivocado, e isso foi repetido nas Constituições que lhe sucederam, por exemplo, a Constituição de 1891, de 21 de fevereiro de 1891, se eu não estiver equivocado, e assim todas as Constituições posteriores, salvo a de 1937 por motivos óbvios. Então eu encerro o esclarecimento à colocação feita pelo Senador Tasso Jereissati dizendo que eu tenho esperança que nós possamos dinamizar os mecanismos participativos para que o representante fique cada vez mais próximo do representado e, assim fazendo, nós estamos concorrendo para construir uma sociedade verdadeiramente democrática.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Pois não, com a palavra...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Eu

acho que eu preciso responder, que eu acho que eu não fui claro, eu queria deixar bem claro a V. Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Longe de mim ser contra a democracia participativa e longe de mim ser contra manifestações da FIESP. O que eu estou pedindo é que é importante para que essa Casa mantenha a sua respeitabilidade, que o Regimento Interno seja respeitado e que terceiros que venham a esta Casa fazer demonstrações sejam muito bem-vindos nessa Casa, nos corredores, em todos os lugares que são próprios para isso. Mas durante o funcionamento dessa Comissão, me parece, *data vênica*, V. Ex^a., que foge a Regimento dessa Casa, e

para que a democracia, o Legislativo seja respeitado, o Regimento precisa ser respeitado e a Casa precisa ser respeitada. Portanto, longe de mim qualquer crítica ou ser contra a democracia participativa, e aqui eu encerro a minha questão, e me parece que se a democracia participativa significa isso tudo, daqui a pouco nós termos no Plenário durante um discurso a participação do MST pela terra e dos ruralistas pela não terra dentro do Plenário e nós vamos entrar num ano de enorme desordem. Tive a ousadia de levantar essa questão a V. Ex^a., mas só para lembrar as conseqüências, que o Regimento parece ser meramente formal em determinado momento, mas ele tem razão de ser para evitar desorganizações profundas. É isso que, com todo respeito que tenho a V. Ex^a., eu queria deixar claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Eu agradeço mais uma vez a contribuição que V. Ex^a. trouxe e vou mais além. Eu gostaria de dizer que V. Ex^a. suscita questões que são relevantes e nós estaremos atentos a essa questão. Eu gostaria apenas de observar que a reunião que nós estamos realizando é uma Audiência Pública e, conseqüentemente, foram convidados setores da comunidade brasileira, além de representantes do Governo, e é natural, portanto, por se tratar de uma Audiência Pública, se admita que segmentos possam se manifestar, mas gostaria de salientar que a entrega desse abaixo-assinado foi feita em função de uma solicitação feita pelo Presidente Paulo Skaf, que eu tive a oportunidade de concordar, e acredito que nós precisamos também estar atentos às questões que V. Ex^a. citou muito bem, de respeitar a ordem, o estado de direito democrático e etc, e também dizer que entendemos que esse caminho da democracia representativa é uma alternativa que se põe aí na interpretação, na exegese se assim posso dizer da Constituição de 1988. O senador Pedro Simon deseja falar ou não?

Então vamos abrir os debates, agradecendo a contribuição tanto do Senador Suplicy, mas também do Senador Tarso Jereissati, a quem tanto aprecio, eu diria que tenho com relação a ele uma admiração por hereditariedade, e quero também mencionar que já estamos atentos a questões futuras. Há uma frase de um personagem de Eça de Queiroz, o Conselheiro Acácio, que disse certa feita: “as conseqüências vêm sempre depois, nunca antes, nunca antes”, e ele repetia, era uma coisa de grande significação filosófica, “as conseqüências vêm depois, nunca antes”, e a gente tem que estar atento às conseqüências (aplausos). Com a palavra...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr.

Presidente, pela ordem, só para...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Presidente, pela ordem, isso daí já é uma consequência (risos).

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr.

Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já estou chegando, hein.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr.

Presidente, apenas para lembrar que o Dr. Paulo Skaf, assim como todos os outros, o Ministro Palocci e os demais economistas, ele é um convidado da Audiência Pública e esse material faz parte da sua apresentação pessoal, só que ele não poderia carregar essas pilhas todas sozinhas e convidou um grupo de pessoas para trazer o seu material apresentado na Audiência Pública, Sr. Presidente (aplausos).

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Presidente, as consequências continuam em andamento, hein (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Então vamos iniciar os debates, vou solicitar a cooperação dos colegas, das Sras. e Srs. Senadores, fixar em cinco minutos para as interpelações. O primeiro inscrito é o nobre Senador Eduardo Suplicy, o segundo é o Senador Mozarildo Cavalcanti, o terceiro é o Senador Antônio Carlos Valadares, o quarto é o Senador e líder José Agripino, o quinto é o Senador Antonio Carlos Júnior e o sexto é o Senador Flexa Ribeiro. Concedo, pois, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr.

Presidente, senhores conferencistas. Eu gostaria de em primeiro lugar manifestar democraticamente que em alguns pontos eu difiro da manifestação dos senhores que se opuseram à votação hoje da CPMF. Com respeito ao Presidente da FIESP, eu avalio que é muito importante que pudesse o senhor estar falando também sobretudo do conteúdo do que é feito com os recursos da CPMF, porque em cada comunidade, pode ser numa Vila, numa Cidade, num Estado, numa Federação, é perfeitamente possível cidadãos chegarem à conclusão: “olha, nós precisamos aqui levantar certos recursos, arrecadar de boa vontade perante todos, para realizar algo que todos nós chegamos à conclusão de que isto é importantíssimo para nós”. A FIESP, muitas vezes, faz isso, ao longo da sua história o fez, arrecada recursos, é um exemplo de uma comunidade para realizar serviços que são importantes para o fortalecimento dos objetivos, e da mesma maneira a comunidade, a população, os brasileiros, assim o fazem, e há certas ocasiões em que uma comunidade toma uma decisão para realizar dispêndios, como, por exemplo, neste caso para a saúde, para a previdência, para o bolsa-família,

que são considerados hoje muito importantes. Eu tive a oportunidade de assistir o diálogo que manteve o senhor com o Ministro Adib Jatene, no Programa Roda Viva, que me pareceu muito importante quando o senhor o convidou para que ele assinasse esse manifesto que aqui nos trouxe, e ele disse, com muita fidalguia, com muito respeito, que ele avaliava como importante, ele que foi um dos responsáveis pela criação dessa contribuição, onde ele historiou inclusive que aquilo que ele imaginava ser necessário para a saúde e tanto se empenhou, convencendo o Congresso Nacional e a sociedade brasileira que era necessário ter esses recursos, uma vez aprovado, quer dizer, aquilo que veio para a CPMF acabou de alguma maneira sendo diminuído porque outros recursos que estavam indo para a saúde acabaram sendo destinados para outras fontes, causando inclusive que ele tivesse saído do Governo, mas ele, hoje, tinha a consciência clara de que se faz necessário dar continuidade a isso. Na sua exposição não ficou claro com respeito à questão: bem, o que é que hoje está sendo feito com esses recursos e o que é que vai acontecer se eles por ventura desaparecessem? Eu avalio como extremamente importante a exposição, por exemplo, que os Ministros responsáveis pelas respectivas áreas, que eu mencionei, virão aqui e avalio como fundamental que nos esclarecem exatamente quanto estão e como estão sendo destinados estes recursos. Então eu quero dizer que avalio que faltou essa parte.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Federal, ex-Ministro Antonio Palocci, que aprofundasse a sua resposta sobre um aspecto que não estava nas seis perguntas, mas estava nas suas respostas, até porque o Dr. Antônio Carlos Rodrigues do Amaral enfatizou isso, outros menos, é a questão: em que medida nos estudos feitos até como Relator, mas ao longo do Ministério da Fazenda e as demonstrações, em que medida é a CPMF regressiva, pesando mais sobre os pobres do que os ricos? Se pode aprofundar a resposta, pois mencionou que em verdade os que pagam hoje a CPMF constituem uma parcela minoritária da sociedade, mas eu gostaria de que pudesse aprofundar isso diante das observações, por exemplo, do Dr. Antonio Carlos do Amaral, quando ele mencionou que o peso que recai sobre aqueles que são mais pobres é mais significativo do que para os ricos. Qual é a demonstração que o Ministério da Fazenda e V. Ex^a., como Relator, tem para esclarecer de maneira mais conclusiva este aspecto, que eu considero fundamental.

Há um aspecto que o Dr. Gabriel Jorge Ferreira mencionou, que eu gostaria que também o Ministro Palocci, o Deputado Palocci comentasse, que são os efeitos para a poupança, se de fato estaria havendo

uma conseqüência de diminuição da poupança e de desestímulo também ao crédito, porque me parece que a evolução ocorrida não indica exatamente esta tendência, ainda que ele tenha assim afirmado. Então eu agradeceria se pudessem ambos refletir a respeito.

Com respeito a Professor Márcio, eu acho que a sua proposição de que poderíamos ter uma reforma tributária de maior racionalidade para o futuro, me parece um caminho adequado, mas eu gostaria que pudesse nos dizer em que direção deveria ser esta reforma tributária. Eu, por exemplo, avalio que sim, deveríamos estar colocando os impostos que hoje são cobrados sobre o trabalho, sobre os salários, muito mais sobre o valor adicionado do que propriamente sobre os salários. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, eu concedo então a palavra, inicialmente, ao...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, permita pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – É uma questão de ordem que eu vou levantar a V. Ex^a. de caráter puramente metodológico. Como tem muita inscrição...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Fazer em bloco?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – ...Fazer em bloco de quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a contribuição a V. Ex^a., aliás é um excelente Vice-Presidente da Comissão e eu incorporo a sua sugestão, até em benefício da economia processual.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) –. Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero apoiar a proposta do Senador Valter Pereira e complementá-la para que fosse feito em bloco e com um rodízio entre os partidos para que não concentrasse...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Há uma inscrição, há uma inscrição feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu acho que na inscrição tem uma grande diversidade partidária entre os inscritos, há uma grande diversidade partidária entre os inscritos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para não concentrar só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Então eu vou passar ao segundo inscrito, que é o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, senhores convidados. Eu quero dizer primeiramente, Sr. Presidente, que graças a Deus eu tenho uma formação que me ensinou muito a ouvir para depois fazer algum diagnóstico e, por último, adotar uma conduta terapêutica, que é a de médico. Eu ouvi atentamente todos os expositores aqui e algumas coisas me chamaram a atenção, fundamentalmente. Primeiro que fala-se muito em imposto, imposto, imposto, mas a CPMF é um imposto ou uma contribuição? Pelo que sei é uma contribuição que fica só com a União, só com a união. Segunda coisa: aqui há um ponto importantíssimo abordado pelo representante da OAB, a questão do direito do cidadão, que realmente me parece longe do que está sendo cogitado, tanto quando foi instituída quando foi depois mantida, e como médico eu me sinto traído pela instituição e pela prorrogação desse imposto, porque foi instituído, como foi dito aqui, para salvar a saúde pública no país, e eu fui Secretário de Saúde duas vezes de um Estado pobre, que é Roraima, e vi a dificuldade que se tem para ter profissional, para se ter medicamento, para se ter equipamento. Isso não mudou nada a realidade do país nesses anos, em nada, para pior, mudou para pior. Então não mudou a saúde e aqui foi dado um exemplo muito importante: é também uma contribuição mentirosa, porque passa para a população a idéia de que é um imposto justo, que só paga quem movimenta com cheque, e não é verdade. O Dr. Paulo Skaf colocou muito claramente aqui: tanto faz ser um milionário da Avenida Paulista comprar um pãozinho quanto faz um pobrezinho da favela comprar um pãozinho, paga o mesmo valor que está embutido ali pela CPMF nos diversos estágios, desde o plantio do trigo até a feitura final do pão.

Eu já tenho hoje, diríamos assim, uma impressão diagnóstica que me leva firmemente a pensar em votar contra esta nova recriação da CPMF, nova recriação, e acho que os defensores da CPMF têm que ter argumentos mais convincentes, argumentos mais claros, e que não venham com uma nova enganação de que vamos salvar a saúde ou que vamos desonerar futuramente. O Senado não pode pegar uma rasteira aqui e só se recuperar quando? Só se recuperar quando? Vir falar agora de reforma tributária, neste momento, eu acho brincadeira, no sexto ano de um mesmo Presidente. Por que não se falou em reforma tributária durante esses seis anos? Então repito: hoje eu tenho

uma impressão diagnóstica e uma conduta terapêutica delineada ainda, não está assumida.

Eu quero ouvir mais, quero discutir mais, quero ser mais bem informado, como eu acho que a população brasileira tem que ser mais bem informada, e não pode haver essa propaganda de achar... eu conversei há poucos dias em Roraima com muitos pobres que achavam que a CPMF não tinha nada a ver com eles, “não, nem pegam em cheque, nem sei o que é conta bancária”, e no entanto está pagando a CPMF do mesmo jeito. Então é importante que a gente debata isso de maneira muito clara para que amanhã não fiquemos todos nós ou como mentirosos ou como coniventes com a mentira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti e passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior e a seguir ao líder o Senador José Agripino.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador, eu estou inscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Me perdoe, Antonio Carlos Valadares, me perdoe.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Se o xará quiser falar logo não tem problema.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa faz a retificação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, conforme todos nós sabemos e aqui ficou bastante evidenciado, a CPMF, criada há onze anos atrás, em 1996, através da chamada Emenda Jatene, tinha a finalidade de disponibilizar recursos para o financiamento público para o setor saúde. Ela foi instituída através de uma Emenda Constitucional que previa uma alíquota de até 0,25%. Entretanto, na sua regulamentação, a alíquota ficou fixada em 0,20% e vigorou por dois anos. O que se esperava é que debelada a crise da saúde neste período de dois anos, ela fosse extinta definitivamente, era a expectativa que o Senado e a Câmara, assim como eu, que fui o primeiro signatário desta proposta, que no Brasil ficou conhecida como a Emenda Jatene, mas que no meu Estado os meus adversários chamavam de Emenda Valadares, porque fui eu que assumi aqui no Senado a sua instituição. A prorrogação criou realmente um fato novo, de vez que isso não estava previsto. O Governo Fernando Henrique Cardoso e até o próprio Ministro da Fazenda, o Malan, ele fez várias declarações contra a instituição da CPMF, mas devido realmente ao prestígio do então Ministro Jatene, da Saúde, o Governo

terminou se acomodando e deixou que a CPMF fosse aprovada. Ora, na prorrogação o que eu estranhei foi que o Governo como um todo, principalmente o Ministro Malan, que era contra, gostou da arrecadação, achou boa, porque a máquina arrecadadora se esforça muito pouco para que o volume de recursos chegue aos cofres públicos, naquela época para o Fundo Nacional de Saúde, e agora não mais para a saúde, pois a prorrogação se destinava também a tapar rombos na previdência e posteriormente também, com a criação do Fundo da Pobreza pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, 0,08% com destinação a este Fundo, e 0,10% para a previdência.

Entretanto, Sr. Presidente, infelizmente em 1995, antes da criação da CPMF, eu tenho dados aqui da coordenação da auditoria cidadã da dívida, o Ministério da Saúde recebia recursos da ordem de 2,12 % do PIB, 2,12 do PIB, 14,9 bilhões de reais. Onze anos depois, me parece que o ex-Ministro Palocci falou em 1,37% do PIB, aqui nesse dado é 1,72%, mas o mais correto é o de V. Ex^a., representando 39,9 bilhões de reais na arrecadação da CPMF. Com a aplicação da DRU a saúde fica com mais ou menos catorze bilhões de reais. Então houve não só no Governo passado, também no atual Governo, uma queda em termos proporcionais da aplicação de recursos públicos em relação à saúde, significando dizer que houve redução de repasses de recursos de outras contribuições como COFINS, a Contribuição Sobre o Lucro Líquido, e uma aplicação maior da CPMF em relação à saúde, que recaiu sobre a saúde.

O Presidente da FIESP, Dr. Paulo Skaf, fez uma análise que realmente nos impressionou, com números que foram tirados de hipóteses bastante próximas da realidade, de que a nossa arrecadação poderá fazer uma economia de sessenta e um bilhões de reais, o que tornaria, segundo o nosso Presidente da FIESP, dispensável a CPMF.

Agora de outro lado o que eu escuto e ouço dizer é que se a CPMF não fosse aprovada haveria sem dúvida alguma uma crise financeira que poderia prejudicar os programas sociais do Governo.

Por outro lado, há pessoas que pensam, inclusive eu penso assim, que se pelo menos não houver uma redução da alíquota, mesmo que de forma paulatina, assim como o Governo passado se acomodou é natural que a equipe econômica também vá se acomodar, o próprio Congresso Nacional poderá continuar cruzando os braços sobre isso e não haverá a reforma tributária, de vez que há uma arrecadação certa, efetiva e determinada que se torna permanente, o que tira a preocupação do Governo em fazer a reforma tributária, mesmo porque há divergências muito sérias entre o

que o Governo Federal propõe, em termos de reforma tributária, inclusive o próprio Congresso Nacional, e os Governadores dos Estados que não abrem mão de perdas que eles acham consideráveis, importantes e essenciais ao desenvolvimento de seus projetos e dos seus programas de trabalho.

Por isso, Sr. Presidente, encerrando a minha participação, eu gostaria de perguntar ao nobre Deputado Antonio Palocci, que foi o Relator com muita competência, com muita sabedoria e brilho com que ele se conduziu na Câmara dos Deputados, eu gostaria de comunicar a V. Ex^a.: o que é melhor neste momento? Manter a CPMF com 0,38%, sem nenhuma concessão aos setores que querem a sua própria extinção, imprimir uma certa graduação na queda da alíquota ou extingui-la de uma vez por todas, atendendo às ponderações e os números que aqui foram apresentados pelo presidente da FIESP Paulo Skaf, que afirmou peremptoriamente com os números aqui apresentados que a CPMF se torna dispensável, que a sua extinção, pura e simples, iria sem dúvida alguma contribuir para um crescimento maior do país, conseqüentemente para um aumento da arrecadação de forma vegetativa e natural. Agradeço a V. Ex^a., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu que agradeço a V. Exa.. Concedo a palavra ao nobre líder José Agripino para fazer a sua intervenção, sendo que com a intervenção de S.Ex^a. nós encerraremos o primeiro bloco e vamos ouvir então os expositores. Antes, contudo, eu gostaria de dar ciência que estamos distribuindo, conforme foi solicitado, um trabalho do Banco Central do Brasil intitulado “Os Impactos Econômicos da CPMF – Teoria e Evidência”, de autoria do economista Pedro Henrique Albuquerque. Esse é um trabalho de junho de 2001, então a presidência vai fazer chegar às mãos das Sras. e Srs. Senadores o exemplar do referido documento. Concedo, portanto, a palavra ao nobre líder Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Senhor Presidente, senhores expositores, Sras. e Srs. Senadores. Presidente Marco Maciel, eu acho que essas Audiências Públicas estão sendo de imensa valia. Ontem nós tivemos a presença de três economistas, de muito boa qualidade, que nos produziram ou que nos entregaram excelentes ferramentas de raciocínios para conduzir o voto. Eu acho que nós estamos cuidando de um assunto que é vital para o futuro do país. Há os que dizem que o fim da CPMF quebra o país e há os que dizem que o fim da CPMF impulsiona o país para o rumo correto.

Eu quero votar com absoluta responsabilidade e vou votar com responsabilidade. Para isso é que

eu estou aqui pacientemente ouvindo, estudando o assunto. Nunca me dediquei, nunca em matéria nenhuma me dediquei tanto, me aprofundei tanto em estudar orçamento, em aprofundar-me em questão de economia como nessa matéria, porque eu acho que nós estamos vivendo um *turning point* importante. Eu tenho algumas convicções e acho que nesse momento nós estamos numa grande oportunidade para tirar talvez a minha maior dúvida. Eu tenho algumas convicções. Por exemplo, o Ministro Palocci, a quem respeito muito, nós somos adversários, mas somos amigos, ele falou uma verdade que eu aceito: a arrecadação cresceu porque a economia cresceu. Claro que a economia cresceu, mas a arrecadação cresceu, aí são os dados que eu andei pesquisando, a arrecadação cresceu porque cresceu e muito mais do que qualquer outra arrecadação, a arrecadação da CSLL, da COFINS, principalmente COFINS Importados e a CPMF. Esses foram os carros chefe, foram a locomotivas do crescimento da receita. Por quê? Porque houve aumento de alíquota na CSLL e na COFINS e houve a cobrança da COFINS Importados. Então o aumento de carga tributária, o aumento da receita é produto do crescimento da economia? É, mas é produtividade também de crescimento de alíquota.

Segundo, acho que foi o Professor Nakane que falou sobre a qualidade de imposto. Muito bem colocada as suas conceituações. A minha preocupação é social. Eu sou engenheiro de formação, mas político há anos e a minha obrigação é interpretar o sentimento da sociedade. Nesse momento o meu papel como líder de um partido é interpretar o sentimento do cidadão. Os que são Governo, claro, defendem interesses do Governo; eu que sou partido de oposição, tenho que defender interesse do cidadão. Há um dado que a mim preocupa, a qualidade do imposto da CPMF. É bom, é médio, é ruim? Ele é um imposto injusto, na minha convicção. Por que é que ele é injusto? Porque os estudos aos quais eu tive acesso mostram que para quem ganha – eu entendo que há uma desoneração para quem ganha até mil, cento e quarenta reais, três salários mínimos, há uma compensação na desoneração da contribuição previdenciária. Mas há a CPMF do consumo e, considerando isso, eu tenho dados nos quais confio e acredito que, para quem ganha até dois salários mínimos, a participação da despesa da CPMF desta família na renda familiar é de 1,8%. Quem ganha até dois salários mínimos compromete 1,8% de sua renda familiar com o pagamento da CPMF. E quem ganha mais do que trinta salários mínimos, os ricos, comprometem 1,2%. Isso é uma coisa absolutamente injusta. Então é um imposto, do ponto de vista social, injusto.

Mas a minha maior preocupação, e aí é aonde que vai a minha pergunta, é com um dado (soa a campainha) que me apavora, no médio prazo, médio prazo. Nos últimos quatro anos, no ranking do crescimento das despesas correntes, das receitas líquidas e do PIB, quem mais cresce, quem está no topo do gráfico são as despesas correntes, são os gastos do Governo. Em seguida vem as receitas líquidas, muito acima das despesas correntes, e em terceiro o PIB. Ou seja, o PIB crescendo, o PIB é a riqueza do país, o PIB crescendo sempre menos do que a receita, a receita crescendo mais do que o PIB, ou seja, carga tributária pesada, e as despesas correntes, a gastança do Governo crescendo mais do que todos. A galinha dos ovos de ouro vai morrer. Se não houver uma injeção na veia, vai matar a galinha dos ovos de ouro, é o PIB. Como que você cresce PIB? Eu não conheço.

Nós estamos num grande momento. A Nação, olha aí, um milhão e tantos assinaturas entraram aqui agora, o Tasso Jereissati se abespinhou, essa coisa, mas eu acho que foi um gesto democrático. A sociedade está voltada para a questão CPMF, é uma questão psicológica importante. Na hora que nós acabarmos o imposto que atrai a atenção do Brasil haverá uma repercussão psicológica sobre o crescimento do país. Os agentes econômicos se encorajarão a investir, isso é o que eu acho.

O Congresso, como disse o Dr. Antonio Carlos Amaral, o Congresso tem obrigações, tem prerrogativas e não tem o direito de criar imposto. Eu acho que está tendo a oportunidade agora de diminuir a carga tributária, porque está na mão dele acabar ou não, em 31 de dezembro, a CPMF. Então é a nossa oportunidade. O que é que eu acho que pode impulsionar crescimento? Diminuição de carga tributária. Quebrando o país? Não, aí eu não votaria. Eu, Marco Maciel, eu não voto na CPMF, eu não voto a prorrogação se alguém me provar que o país quebra. Agora se ficar provado que o país não quebra, que há alternativas e que as alternativas conduzirão a um bom futuro para o país, eu voto e vou cabalar votos, eu voto e vou cabalar votos. Eu estou convencido disso, mas eu queria tirar a prova dos nove.

Eu acho que o Dr. Paulo Skaf trouxe um petardo, não foi a pilha de papéis não, foram os números. Os sessenta e um bilhões, que são questionáveis, são, e está na hora da gente estabelecer aqui um confronto com talvez o mais qualificado dos oponentes, o Ministro Palocci. Eu queria ouvir o confronto entre os argumentos do Dr. Paulo Skaf, que mostram que a receita da CPMF é de trinta e nove bilhões. As economias são de sessenta e um bilhões, ainda tem um troco de vinte e dois bilhões para você dizer: "não, aqui não

é 14%, aqui é 13%. Não, aqui não são 9%, aqui são 8%". Ainda tem este colchão, este colchão. Eu queria e estou vivamente interessado em ouvir o confronto em torno dessa questão, porque aí você vai ter a resposta a uma dúvida: o país quebra ou não quebra? O país pode abrir mão ou não pode? Chegou a hora de desonerar ou não chegou a hora de desonerar? Não minha opinião sim, mas eu quero ouvir os argumentos: chegou a hora de desonerar? É a nossa vez de agir com responsabilidade, de acabar com esse imposto que é travador do crescimento, que significa 1% na taxa de juros, que vai significar um mundo de consequências em matéria de economia no serviço da dívida interna, que vai significar uma componente psicológica importantíssima na retomada de crescimentos? É isso que eu queria ouvir, o confronto entre os números do Dr. Paulo Skaf e o que o Ministro Palocci teria a dizer, Dr. Gabriel, para ver se eu me convenço de vez, porque o meu partido fechou questão com justificadas razões e eu não votaria para quebrar o país. Eu quero ter a certeza absoluta de que estou votando certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos agora então ouvir as respostas de interpelações feitas pelos quatro primeiros Senadores inscritos. Eu gostaria de saber do nobre Professor Márcio Nakane se ele tem alguma observação a fazer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Me permita, Presidente, sugerir que eventual direito de réplica possa ser feito, para não prejudicar aos demais que não falaram ainda, ao final de todos os demais, e quem tiver vontade de ainda ponderar algo, dadas as respostas, façamos ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu acolho a questão de ordem de V. Ex^a., desde que a tréplica fique para o bloco final. Então eu vou conceder a palavra ao professor Márcio Nakane para as suas observações.

SR. MÁRCIO ISSAO NAKANE: Eu queria dizer inicialmente que do meu ponto de vista eu acho que foi extremamente proveitosa essa manhã e princípio de tarde de discussões, eu me sinto muito honrado de poder estar participando dessa sessão, sobretudo eu acho que o ponto final do Senador José Agripino eu acho que foi correto, eu acho que sobretudo a gente está aqui principalmente porque a gente tem dúvidas mesmo sobre o assunto. Eu acho que a apresentação do Dr. Paulo Skaf foi nesse sentido, eu acho que ela teve essa grande vantagem de pelo menos apresentar alguns números que possam eventualmente ou suscitar a discussão com o Governo e tudo mais e, por outro lado, fazer com que os Srs. Senadores possam tomar a decisão, qualquer que seja ela, de forma mais esclarecida. Então eu quero dizer que eu estou muito

satisfeito, muito honrado de estar participando desse debate por esses motivos.

Eu acho que exatamente por conta disso, o Senador Eduardo Suplicy me perguntou sobre reforma tributária, eu concordo que eu acho que não é exatamente não é o momento e nem é esse momento para que se discuta isso, eu acho que tem umas duas ou três propostas na verdade sobre isso, já apresentadas para a sociedade, o próprio Governo já deu pistas da sua própria proposta no passado, a FIPE, que é uma instituição ao qual também está associada a Faculdade de Economia da USP a qual eu pertenço, ela lançou muito recentemente, no ano passado, uma proposta que eu achei muito convincente, muito boa de reforma tributária, e eu acho que todas as propostas estão mais ou menos convergindo nesse problema de simplificar, de dar maior importância para impostos de valor adicionado e tudo mais, eu acho que são esses mais ou menos os princípios, digamos, de uma discussão eu diria sobre reforma.

Eu acho que tudo que aconteceu aqui hoje, inclusive essa manifestação, as várias declarações, elas estão muito ligadas àquele primeiro ponto que eu mencionei, ou seja, o primeiro ponto de que de fato eu acho que parece que existe um consenso, um sentimento generalizado de que a carga tributária no país já está perto digamos do que seria aceitável e, portanto, o movimento no sentido da desoneração seria mais do que bem-vindo.

Eu acho que a discussão aqui, se a gente vai para uma coisa tão radical quanto extinguir pura e simplesmente ou se a gente vai por uma coisa mais progressiva, eu acho que esse que é o tom da discussão, mas que a direção no sentido de uma maior desoneração seria desejável, eu acho que tem mais ou menos quase que um consenso sobre isso, e assim como o Senador eu também fico ansioso para ver o eventual debate sobre os números apresentados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, agora, o Dr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral.

SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma brevíssima apreciação da questão deste movimento democrático que V. Ex^a. permitiu. Em minha tese de mestrado na USP, em Educação e Filosofia, eu fiz sobre ética social e as atividades advoca-assilábica(F) como essenciais à democracia, da democracia participativa, aliás, lastreada em Projeto de Lei de V. Ex^a. que é da regulamentação do lobby. Eu tenho a impressão que atenderíamos até a preocupação justa e legítima do Senador Tarso Jereissati se V. Ex^a. até regulamentasse mesmo a prática do lobby para transformar o exercício

da democracia participativa na presença da sociedade. Um dado que me apareceu muito importante de V. Ex^a. ter permitido essa manifestação de um milhão e trezentas mil assinaturas, porque estivemos com o Deputado Arlindo Chinaglia na Câmara dos Deputados e ele dizia: “mas os senhores, OAB, CNS, FIESP, SESCON, os senhores não representam o povo”. Então eu acho que aqui é uma demonstração que o povo está participando desse debate assiduamente e com muita preocupação.

Rapidamente respondendo alguma das indagações. Senador Suplicy, embora seja um truísmo eu ousaria enfatizar um tema que V. Ex^a. perguntou: a destinação da CPMF é uma boa destinação? Essa foi a interrogação de V. Ex^a. Eu elaboraria melhor, quer dizer, nós poderíamos pensar em algum tributo que não tenha uma destinação boa? Percebe, quer dizer, a pergunta de V. Ex^a.: “não, mas a COFINS tem uma destinação boa”. Em princípio todos os tributos têm uma boa destinação. Alexis de Tocqueville costumava dizer o seguinte: “não há problema político que não comece ou termine em um tributo”. Essa é a grande questão, porque as demandas sociais, como a sociedade vai se transformando numa sociedade complexa, são maiores do que a capacidade de geração de recursos, então por isso que há as escolhas, mas todos os tributos têm em si uma finalidade boa. Então não é porque há uma pseudofinalidade, uma suposta, uma presumível finalidade boa na CPMF, então mantemos todos os tributos o tempo todo, senão não será a Emenda Jatene, será a Emenda Maquiavel, porque os princípios sempre justificarão os meios. Ora, se é um fim bom... E há uma pressão do ponto de vista econômico e a Senadora Kátia Abreu me referiu como economista, eu tenho formação em economia também na Universidade de Harvard, mas a minha formação é em Direito, e eu insistiria nesse tema de dizer que a CPMF em si é um corrosivo de todo o sistema tributário nacional e que os fins não justificariam os meios utilizados, porque os meios são mais danosos, e por isso é que eu insisti até no princípio do devido processual legal, e que V. Ex^a.s aqui no Senado podem sim fazer essa ponderação de meios e fins, a proporcionalidade, até o tema tratado pelo Senador José Agripino.

Com relação ao crescimento, receita gera despesa. Infelizmente, já no Século XIX, o Dr. Paulo Skaf disse que é uma percepção um pouco recente, não é tão recente não. Fagner, não o músico, não o compositor, mas um economista alemão, ele fez um trabalho interessantíssimo dizendo que a máquina pública, a burocracia, tende a crescer em tamanho e importância, é uma lei inexorável das atividades governamentais. Então se elas não são barradas, elas crescem em ta-

manho e importância. Não vou me alongar, mas nós temos a criação de TV pública. V. Ex^a. não acha que vai vir uma taxa? Não vai vir alguém inventar: “não, a TV pública é bom, vamos criar agora uma taxa de TV pública”. Quer dizer, é evidente que todos esses problemas que estão sendo criados vão pressionar a utilização de despesa e sempre se alegará a instauração do caos, se não passar determinado tributo se instalará o caos.

A relação da alta produtividade que o Ministro Palocci citou, nobre Relator na Câmara dos Deputados, é que a alta produtividade, ela está ligada justamente à alta incidência de juros antes a uma inflação elevada. Depois que nós tivemos debelada a inflação, a partir de 1995 pelo menos a inflação em níveis perversos no país, o que é que nós tivemos? Taxas de juros mais elevadas do mundo. Evidente que a CPMF é de alta produtividade porque ela se esconde dentro dessa taxa levada, que se tivéssemos taxas de juros em níveis mundialmente aceitos, evidentemente que ela teria um impacto tremendo, e sabemos que a Bolsa de Valores só voltou a ter resultados depois do trabalho feito pelo Dr. Raimundo Mariani, em nome da Bovespa, em que houve a isenção dos mercados de capitais, senão destruíamos o mercado de capitais brasileiros. “Ah, mas é só 0,38%”. Bom, só 0,38% destruiria e corroeria todo o país. Então a alta produtividade está relacionada a uma taxa de juros elevada.

Simplicidade. Evidente que simplicidade é o objetivo de qualquer sistema tributário. A DERRAMA era extremamente simples. Chegavam lá os senhores representantes do Rei e tributavam 20% sobre o patrimônio da pessoa, enforcando em praça pública o sonegador, também era simples. Poderíamos dar vários exemplos históricos, o Imperador Vespasiano que tributou o uso das latrinas públicas, ele chamava o filho que se revoltava e falava: “filho, cheira aqui as moedas das latrinas”. O filho cheirou e falou: “pai, não cheira mal”, e o Vespasiano respondeu: “o dinheiro nunca cheira mal, meu filho”. Então se formos pela linha dos fins justificam os meios, nós vamos sempre encontrar mecanismos de criação de novos tributos. Então simplicidade tem que estar compatível com a simplicidade.

E, por fim, Sr. Presidente, uma falácia que me impressiona, é engraçado como alguns temas vão sendo repetidos e depois eles acabam quase que entrando no imaginário popular, que é a tal da questão fiscalizatória que a CPMF traz. Evidentemente o Governo pode utilizar-se dos instrumentos legislativos adequados para criar um sistema de informação dos bancos, cria-se ali uma alíquota de 0,1%, 0,001% que não arrecada nada, é simplesmente um instrumento de fiscalização para determinar que os bancos, os cartões de crédito,

as atividades financeiras que estão sendo visualizadas pelo Governo, apresentem mensalmente uma projeção baseada em uma alíquota meramente informativa não arrecadatória para fins de fiscalização, se fosse o caso desse mecanismo gerar a eficiência fiscalizatória.

Por fim, eu recebi uma ligação, Sr. Presidente, do Presidente do Conselho Federal da OAB, só enfatizando que realmente eu estou aqui em nome também do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, além da Seccional de São Paulo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra, pela ordem de exposição, ao Deputado Federal Antonio Palocci, ex-Ministro da Fazenda.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Bom, eu vou procurar ser objetivo aqui nos pontos colocados. O Senador Eduardo Suplicy levanta a questão da regressividade ou progressividade da CPMF. O Senador deve se lembrar quando da instituição da CPMF, esse foi um grande debate, e quem melhor traduziu os elementos desse debate foi a economista Maria Conceição Tavares, Professora, que explicou a questão num momento difícil, em que a CPMF não existia e era muito difícil de fazer as ponderações sobre o imposto. Eu lembro que os dois grandes debates da criação da CPMF era se ela atingia mais os pobres do que os ricos, ou seja, progressividade, e desintermediação bancária. Esses eram os dois grandes debates antes dela ser criada. No caso da incidência dela sobre a renda, a Professora Maria Conceição Tavares mostrou, antes dela existir, que ela tinha o caráter progressivo e não regressivo.

E aqui vamos abrir os dados de maneira muito transparente, quer dizer, quando o Senador José Agripino mostra que ao consumo de alimentos sobre as famílias que ganham menos incide percentual maior de imposto, o senhor não está falando nada errado, isso é verdade. Mas isso acontece para todos os impostos, na medida em que o consumo básico feito pelas famílias de diferentes rendas vai incidir em termos de impostos inversamente proporcional à renda, evidentemente. É verdade o que o senhor falou, mas isso é verdade para todo e qualquer imposto, pelo simples fato de que a relação consumo de alimentos, cesta básica, das famílias mais pobres, é proporcionalmente muito mais alto do que das famílias milionárias, vamos dizer, para ir ao extremo. Portanto, o percentual de imposto pago sobre alimentos é inversamente proporcional. A questão da CPMF é um pouco diferente porque temos que considerarmos a incidência e a destinação dela. Eu concordo com o Antônio Carlos que aqui não é questão de defender a CPMF pela destinação, mas aqui o caráter progressivo dela é dado sim pela destinação,

porque é a apuração e a destinação de um tributo que faz com que ela seja progressiva ou regressiva. Por exemplo, se nós arrecadamos tributo do consumo de alimentos e pagamos o tributo para aposentados que ganham mais de dez salários mínimos, evidentemente estamos fazendo um movimento regressivo, mas se nós arrecadamos a CPMF de vinte e sete milhões de pessoas, esse é o dado de 2006 e não me parece que sejam as pessoas mais ricas, as que mais movimentam recursos, não me parece que seja, evidentemente são as pessoas de maior posse, embora muitas pessoas de renda baixa também paguem, basta movimentar dinheiro que pagam, mas são vinte e sete milhões de pessoas que não são os mais ricos, e a destinação da CPMF é SUS, Previdência e Bolsa-família, de novo o contrário, aí são os mais pobres. Então pela arrecadação e destinação ela é certamente progressiva, eu não tenho nenhuma dúvida da progressividade, embora o dado do Senador José Agripino esteja correto, mas é correto para todos os impostos. Aqui, diga-se de passagem, este argumento, que é verdadeiro, de que: "não, a CPMF está lá no pão, a CPMF está lá na carne", todos os impostos significam custos, estão no pão, na carne, todos os impostos, esse é o custo dos impostos. Não é possível imaginar um imposto que é cobrado da cadeia produtiva e não apareça no produto, isso não existe, todos aparecem de alguma forma, alguns têm incidência mais adequada, outros menos adequada, dependendo da base em que ele incide, mas todos significam custos, por isso eu responderia dessa forma à questão formulada pelo Senador Eduardo Suplicy, que foi abordada também pelo Senador José Agripino. Eu não tenho dúvida que considerando não só a compra da cesta básica, mas a incidência e destino da CPMF, ela é progressiva, como nos ensinou a Professora Maria Conceição Tavares antes dela existir. Naquela época eu não conseguia enxergar isso porque era muito difícil ver um imposto antes dele ser criado, mas a Professora definiu bem aquilo. O senhor me pergunta também, Senador Suplicy, se ela tem efeito negativo sobre o crédito. Veja, sobre o crédito de longo prazo a CPMF representa custo, eu não acredito que ela reduza o crédito, ela reduz custo. Sobre o crédito de curtíssimo prazo ela tem um efeito mais negativo, porque aí até imagino que a alocação de recursos das empresas até se obriga a mudar na medida em que imagino uma empresa tomando crédito de capital de giro por dez dias, quinze dias, aí a CPMF é maior que os juros, então de fato ela tem um efeito mais negativo, e isto foi utilizado aqui, de novo eu quero francamente debater aqui com o Antônio Carlos, foi utilizado como um motivo de falsa produtividade da CPMF, por causa desse efeito do crédito. Aqui eu insisto no seguinte:

esse é um defeito da CPMF, a CPMF incidir sobre o crédito é um defeito dela. Eu imagino a CPMF, se ela se tornar um imposto permanente, que ela não deve incidir sobre crédito, eu acho que é um erro ela incidir sobre crédito. A CPMF foi introduzida para movimentação financeira, não foi introduzida para movimentação financeira e crédito. Então o crédito aqui é uma distorção. Agora ela reduz crédito? Eu acho que não, eu acredito que não, mas ela interfere sim no crédito de curto prazo. A poupança é isenta e as aplicações, em 2004 nós enviamos para essa Casa, foi aprovada, a isenção da movimentação de diferentes aplicações. Então hoje um cidadão que muda a sua aplicação financeira não paga a CPMF, a partir da criação da chamada Conta Movimento que foi criada em 2004, então a poupança não é tributada da CPMF.

O Senador Antonio Carlos Valadares, eu vou deixar para o final, e quero aceitar aqui o desafio colocado pelo Senador José Agripino, de entrar no debate concreto sobre as consequências de não aprovar o imposto aqui. Senador, não pretendo convencê-lo, eu acho que as suas convicções são muito sólidas, são legítimas, eu não pretendo convencê-lo, mas aqui eu acho que é um debate importante, quer dizer, se nós temos o desejo e vamos supor que o desejo seja unânime do país de reduzir quarenta bilhões de arrecadação, a minha questão é a seguinte: então é o nosso desejo, vamos fazê-lo, mas as contas públicas não suportam fazer isso de um mês para o outro. Esse é um ponto fundamental, as contas públicas não suportam essa mudança. Queremos fazer, vamos fazer, então vamos decidir se vamos fazê-lo em cinco anos, em seis anos ou em quatro anos ou em dez anos, aí depende do nosso conservadorismo ou da nossa coragem de fazer as coisas com menor espaço de tempo. Eu queria colocar essa questão muito objetivamente porque o controle da inflação nesse país já nos custou os últimos treze anos, foram treze anos para controlar a inflação no Brasil. Se nós olharmos treze anos antes, a inflação no Brasil era de 30% ao mês, já foi de 80% por cento ao mês, foi 1000% ao ano, quer dizer, só nos últimos treze anos é que, a partir de muito esforço de equilíbrio das contas, o Brasil conseguiu controlar a inflação. Então a questão que eu coloco é o seguinte: se nós vamos diminuir ou não a carga tributária é uma decisão do país, que envolve o Governo, os Parlamentares, o Senado, a Câmara e a sociedade muitas vezes aqui representada nesses vários segmentos. Agora se a decisão é fazê-lo, vamos fazê-lo de uma maneira que nós não levemos ao desequilíbrio das contas.

As hipóteses que o Dr. Paulo Skaf faz são de muita boa fé, eu disse isso no debate da Câmara e digo aqui. O Dr. Paulo Skaf é uma pessoa responsável e faz

um debate responsável. Agora nós não podemos arriscar hipóteses que não necessariamente se realizem. Eu lembro aqui o grande argumento utilizado desde o início dessa sessão, que eu acabei de aprender aqui com o Senador Marco Maciel, que é o argumento do Conselheiro Acácio: “as conseqüências vêm depois”, e aqui é questão fundamental. Nós temos que ter toda a cautela sobre decisões como essas porque as conseqüências vêm depois, o problema é que vem mesmo. E aqui eu penso que hipóteses, por exemplo, de redução de gastos, precisam ser acompanhadas de decisões de redução. Vamos ser francos, vamos ser verdadeiros, Deputado Paulo, Senador José Agripino: o que está em pauta no Plenário da Câmara neste momento? Emenda 29. O que está em pauta no Plenário do Senado neste momento? Emenda 29. Qual é o debate real que está ocorrendo? Bom, a frente de saúde quer sessenta e nove bilhões nos próximos quatro anos e o Governo já ofereceu vinte e três bilhões. Não deu acordo, está uma guerra, mas a dúvida aqui não é quanto vai abaixar do gasto público, é se nós vamos elevá-la em vinte e três bilhões ou em sessenta e nove e meio bilhões. Esse dois projetos estão na pauta dessa Casa e na pauta da Casa da Câmara, são os dois projetos principais. Eu perguntaria: quais são os projetos que estão na pauta da Câmara, na pauta do Senado, para reduzir gastos? Se alguém souber, me avise, porque eu não conheço, eu estou atrás de alguns, mas não consigo encontrar. Esse é o Brasil real. Eu poderia aqui fazer, eu já fiz a minha parte lá na Câmara, mas eu poderia aqui fazer uma preleção de bondades para agradar as pessoas que vieram trazer tão democraticamente o abaixo-assinado, “não, vamos reduzir”, mas não quero fazer isso porque nós precisamos encarar a nossa realidade. Aqui os gastos estão crescendo, Paulo Skaf, os gastos estão crescendo, isso é realidade, o senhor conhece isso, em boa parte crescem vinculados, porque o nosso orçamento é rígido, em outras parcelas são decisões de fato do Governo para aumentá-lo ou diminuí-lo, agora vamos ser honestos aqui, não vamos esconder a nossa realidade, o debate real que está no nosso Plenário é quanto nós vamos aumentar para a saúde, gastos para a saúde. Eu sou médico, eu quero ser honesto, eu sou médico e não vou brigar com a minha saúde, que é tão importante a saúde pública do país, ou vamos brigar contra isso? Agora a dúvida aqui é se vai ser vinte e três bilhões ou sessenta e nove e meio bilhões.

Eu não vi nenhuma proposta aqui de reduzir gastos, de aumentar eficiência, de aumentar produtividade do serviço, nenhuma proposta. Aqui é se nós vamos aumentar vinte e três ou sessenta e nove. Então, por isso, eu não digo, Senador José Agripino, eu

não digo que os dados do Dr. Paulo Skaf são falsos, que ele estaria inventando, jamais eu vou usar esses argumentos, até porque eu respeito a seriedade do debate aqui e a seriedade das pessoas também. Agora eu acho que são cálculos que não devem se observar na nossa realidade, pelo menos no curto prazo, no curto prazo nós não fazemos esse tombo de quarenta bilhões nas nossas contas, mesmo todos querendo, o fato é que nem todos estão querendo, mas mesmo todos querendo nós não damos um tombo de quarenta bilhões, e aí eu respondo a pergunta do Senador Antonio Carlos Valadares: o que eu acharia melhor – para concluir – sobre a CPMF? Mantê-la em 0,38%, extingui-la ou fazer redução gradual? Eu acho que mantê-la em 0,38% significa não dar nenhum sinal sobre a questão da evolução da carga tributária. Extingui-la, eu já coloquei os meus argumentos, eu acho que corremos todos os riscos sim. Não vou fazer aqui aquele tipo de coisa, “não, senão tiver CPMF o país quebra”, eu não vou trabalhar com argumentos dessa natureza. Eu digo que as contas não ficam em ordem. Tirar quarenta bilhões à vista, as contas não ficam em ordem. Como vamos resolver, eu não sei. Como diz o Conselheiro Acácio, “as conseqüências vêm depois”. Agora eu debateria uma saída para a CPMF, que seria assim uma redução gradual ao longo de um período, e vamos discutir esse período. Agora eu insisto: vamos discutir, ao lado disso, como nós vamos compensar o aumento de gastos, ou seja, quando for para a pauta o aumento dos recursos da saúde, eu não sou contrário a ter aumento nos recursos da saúde, mas vamos decidir então quais são os outros gastos que nós vamos reduzir para poder melhorar a saúde pública. Nós vamos dar mais vinte e três bilhões da saúde e vamos tirar vinte e seis, vinte e sete bilhões da onde? Não tem da onde tirar? Eu acredito que tenha, eu acredito que tenha, temos que se fazer um esforço. Eu me lembro quando o Ministro Luiz Dulce foi fazer com vários Ministérios do Governo um estudo sobre os programas da juventude, ele pegou a cidade do Rio de Janeiro e foi estudar quais os programas municipais, estaduais e federais destinados à juventude só na cidade do Rio de Janeiro. Tinha sessenta programas, sessenta programas municipais, estaduais e federais destinados aos jovens da cidade do Rio de Janeiro. Será que isso é eficaz, será que isso é produtivo? Um outro Ministro me propôs recursos para um projeto numa determinada área de infra-estrutura, eu pedi a ele: “vamos olhar no orçamento para ver se tem algum igual”. Fomos olhar e tinha dezessete iguais, não era dois, três, quatro, eram dezessete programas iguais. Então nós temos como dar mais eficiência ao setor público? Temos. Temos como dar produtividade? Temos, mas precisa ser

dado, não é só dizer que dá para fazer, precisa fazer. No momento que formos aumentar os bilhões para a saúde, temos que no mesmo dia ou no dia anterior, juntos, no mesmo projeto, reduzir gastos da mesma ordem, se não fica demagogia, me desculpe o termo, dizer assim: “não, vai dar, vamos baixar, vamos tirar e tal”. Como eu sei que não estou debatendo aqui com pessoas irresponsáveis, e insisto, o Dr. Paulo Skaf tanto na Câmara como aqui atrás objetivamente proposições, eu diria que se nós chegarmos à conclusão que devemos buscar reduções dessa ordem, então devemos debater reduções reais de gastos do país, e aí eu acho que as coisas se realizam.

A minha proposição tem sido no sentido de fazer reduções de carga tributária em longo prazo, assim como redução de gasto de longo prazo, eu tenho defendido a redução de gasto desde 2002, 2003. Eu acho que o Brasil deve fazer metas de redução de 0,2%, de 1%, de 2%, o que for, redução de gastos correntes, porque não só para reduzir a carga tributária, mas para buscar efeitos de aumento do investimento privado no país. É o investimento privado que vai nos dar aumento de PIB e solução das grandes questões sociais do Brasil. É o crescimento da economia privada que vai nos dar esse retorno que nós buscamos. Se o Estado brasileiro quer ser grande, ele vai limitar o tamanho do setor privado, isso é uma lei, é uma lei inexorável, quer dizer, é assim em todas as economias, mas nós não podemos deixar de ser um estado grande no ano que vem, nós precisamos primeiro decidir isso, depois nós precisamos fazer isso com muita cautela e com muito cuidado. Não vamos nos esquecer, não foi o Presidente Lula que há dois anos começou a aumentar o gasto público. Faz quinze anos que os gastos públicos sobem acima do PIB no Brasil. Isso não é inerente ao meu partido, ao seu partido, isso é inerente à cultura brasileira e ao estado que nós tradicionalmente estamos construindo, e eu não sei se erradamente, eu não sei se nós estamos errados. É lógico que isso tem que ir até um determinado limite, nós temos que construir um acordo social sobre qual é esse limite; se não tiver limite, nós vamos limitar o crescimento do setor privado e, por consequência, como disse o Senador José Agripino, vamos limitar o nosso PIB ao final das contas. Por isso é precisa ter uma ponderação e construir consensos em torno dessas questões. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, eu antes de passar a palavra ao Dr. Gabriel Jorge Ferreira, eu gostaria de registrar que já está presente aqui o Deputado Federal Paulo Bornhausen, do DEM de Santa Catarina, e esteve presente até a poucos minutos o Deputado Federal Paulo Renato,

que foi Ministro da Educação. Concedo a palavra ao Dr. Gabriel Jorge Ferreira.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Pela ordem, Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Amanhã é véspera de feriado e eu tive muito receio às dez da manhã, quando estávamos somente a relatora e eu, tive medo de não haver quorum, depois a sala encheu. Amanhã é um dia de quorum comprometido e eu gostaria de sugerir a V. Ex^a. que marcasse a sessão, é importante, com a presença dos Ministros, para ser iniciada às nove da manhã. Eu já conversei com o líder do Governo, que não está presente, Romero Jucá, e ele me disse que havia contatado com o Ministro Mantega e ele havia concordado com a presença às nove da manhã para que nós possamos ter pelo menos de nove ao meio-dia, porque após isso muitos parlamentares vão voltar para as suas bases, para termos um debate pelo menos na parte útil da manhã. É a sugestão que eu quero fazer a V. Ex^a. é que amanhã, ao invés de começarmos às dez, iniciarmos às nove da manhã. É a proposta que faço a V. Ex^a., pedindo desculpas pela oportunidade e interrompendo a palavra do Dr. Gabriel, mas é para aproveitar o contra um que ainda está numeroso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa acolhe a sugestão de V. Ex^a., essa questão já era uma preocupação de V. Ex^a. desde ontem, e também eu gostaria de pedir aos colegas que venham um pouco mais cedo para que nós possamos ter também o que é importantíssimo no caso, que é o debate sobre o tema. Com a palavra o Dr. Gabriel Jorge Ferreira...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Estaremos aqui, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Diretor Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Muitas das questões colocadas já foram tratadas aí pelos expositores que me antecederam, mas eu gostaria de enfatizar aqui alguns aspectos que eu mencionei durante a minha exposição. Bom, primeiro eu acho que não há nenhuma dúvida de que a CPMF está condenada a morte. Eu acho que a questão é saber quando que ela deve morrer. Não há nenhuma dúvida sobre isso, é um imposto que tem realmente muito mais defeitos, muito mais problemas do que virtudes, a única virtude é aquela de baixo custo de operação e de arrecadação, e, ainda, como subproduto de identificar contribuintes

faltosos, mas o fato é de que os efeitos superam muito, muito e muito essas virtudes, essas qualidades, por tudo que já foi dito aqui.

Bom, nós devemos refletir sobre o seguinte: o país está vivendo uma situação ímpar em termos de visibilidade sobre os fundamentos de sua economia. Foi feito um sacrifício grande de se fazer um ajuste fiscal enorme, com grande sacrifício para a sociedade, durante todos esses anos em que nós saímos dos regimes de vinculação para o regime de estabilização monetária, o país realmente passou por diversas crises, superamos e estamos hoje num mar mais calmo e resistimos inclusive a crises recentes aí no mercado como o dos Estados Unidos, o mercado de épocas, de crédito imobiliário.

O Paulo Skaf fez aqui uma brilhante apresentação, bem fundamentada, mostrando claramente distorções que poderiam haver entre os dados orçamentários, que poderiam eventualmente gerar recursos para compensar uma parte de perda de arrecadação da CPMF se ela não for renovada ou se ela não for recriada, indicando também os ganhos de aumentos de arrecadação. Tudo isso é inquestionável, eu não tenho nenhum reparo a fazer, longe de mim de questionar todos esses números que foram apresentados pelo Dr. Paulo Skaf, mas nós vivemos num mundo que dá muitas voltas, ocorrem mudanças e nós então precisamos agir com certa prudência, porque uma decisão tomada, de que não se prorroga a CPMF, pode ter repercussões muito positivas do lado do contribuinte, sem dúvida alguma, que deixa de ter o ônus de um imposto que se sabe é bastante perverso.

Eu me lembro uma vez, o Congresso Nacional, há muitos anos, discutia a ratificação ou não de um Decreto-Lei do Governo, que era o Decreto-Lei 157, que criava estímulos ao mercado de capitais, era um regime que estimulava a aplicação, pelas pessoas físicas, na compra de fundos de investimento e isso deu um movimento muito importante para o mercado de valores mobiliários na época. Em algum momento entendeu-se que não era mais necessário aquele incentivo, que se podia abrir mão dos recursos 157, que aquilo não tinha nenhum efeito no mercado, e no entanto o Congresso rejeitou aquele Decreto-Lei 157 e a repercussão foi muito negativa, naquela ocasião as bolsas desabaram, houve realmente assim uma perda muito grande de importância do mercado de capitais na economia brasileira naquele momento, e é claro que aqui não tem comparabilidade em termos de dimensão de valores entre um fato e outro, mas eu estou apenas dando um exemplo sobre que tipo de repercussão poderia advir de uma decisão que fosse interpretada de uma forma equivocada ou precipitada.

Então eu acho que a prudência recomendaria de que com todos os defeitos da CPMF, ela poderia continuar a sua trajetória, ela poderia continuar, mas claramente com uma trajetória de redução de alíquota associada ao volume de arrecadação de tributos em geral, e aí, como eu mencionei na minha exposição, poderíamos trabalhar com alguns parâmetros, ou se trabalha com um volume de arrecadação em relação ao PIB, eu mencionei aqui 0,2%, que seria um parâmetro que serviria de base para ou redução de alíquota de CPMF ou redução de outros tributos como PIS e COFINS. E por que isso? Porque isso daria a segurança de que o Governo continuaria contando com um volume de recursos que ele espera contar para continuar com os seus programas sociais e os outros investimentos em áreas importantes, mas dando uma sinalização clara de que esta prorrogação é uma prorrogação que tem dia para terminar sim, buscando essa redução gradual baseada em parâmetros associados ao PIB, ou pode buscar uma alternativa também de reduzir alíquota, como mencionei, de 0,03% ou 0,04% se isso trouxer mais visibilidade para os agentes econômicos ou se isso for mais conveniente do ponto de vista de atingimento do objetivo de se fazer de uma vez a reforma tributária.

Eu havia mencionado de que era fundamental desonerar o crédito, como o Ministro Palocci aqui acabou de citar realmente é um equívoco um crédito que ainda é impactado pelo nível de taxa de juros que temos no Brasil e ainda assim existe uma incidência de um imposto que seria cobrado duas vezes, como eu disse, quando se dá o crédito e quando se de sua liquidação, Então, infelizmente, a carga tributária é alta, vem aumentando a arrecadação, e esse aumento de arrecadação, ele não está sendo aplicado na desoneração, ele está sendo migrado para gastos do Governo, onde estaria digamos o equívoco de se prorrogar a CPMF porquanto não há um compromisso com esse controle de gastos. Então eu entendo de que para o país ainda pode ser importante continuar com esse imposto, com o claro compromisso de redução gradual, e, ainda assim, aplicada de forma seletiva, desonerando, por exemplo, o crédito e o mercado de capitais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo, agora, a palavra ao Presidente da FIESP, Dr. Paulo Skaf.

SR. PAULO SKAF – Obrigado Presidente, obrigado Senador Marco Maciel. Inicialmente eu gostaria de agradecer a pergunta e responder ao Senador Eduardo Suplicy quando me indagou sobre dar esses recursos, a CPMF, o destino deles, e eu queria deixar claro, Senador, que para que o senhor tenha atendimento a serviços públicos, o senhor não precisa obri-

gatoriamente ter contribuições especiais, para isso é que tem o orçamento da União, para isso é que tem a arrecadação da União, para isso que nós temos 36% sobre o PIB de impostos que se recolhe. No ano que vem, sem a CPMF, desconsiderando a CPMF, a arrecadação é entre quinhentos e quarenta e quinhentos e cinquenta bilhões de reais. Por isso que foi demonstrado aqui, através de inúmeros e não em hipóteses, número do orçamento da União, se pegou o projeto de orçamento de 2008, números reais, quando se fala que a receita lá está quinhentos e sessenta e cinco e o próprio Senado fala: “não, é quinhentos e setenta e cinco”, tem dez bilhões, a diferença é número, isso não é hipótese, isso não é imaginação, não está se conjecturando, está se baseando numa realidade. Então com o que acontece? Com os quinhentos e quarenta ou quinhentos e cinquenta bilhões de arrecadação do Governo Federal, depois de distribuir para Estados e Municípios, líquido, no bolso do Governo Federal, é para atender as necessidades, e foi demonstrado que esses recursos são suficientes para os programas sociais, para a saúde e para tudo isso, senão nós precisaríamos, Senador Suplicy, uma CPMF para a educação, outra CPMF para a segurança pública, outra CPMF... E o que nós vamos fazer com a arrecadação? Então vamos acabar, vamos mudar todas as regras... Esta tal da contribuição nasceu temporária por um socorro há onze anos, e logicamente os Governos, como diz o Deputado Palocci, desde 2002 ele está lutando para reduzir os gastos públicos, reconhece que os gastos são superiores ao crescimento do PIB e sem dúvida está correto em dizer que esse aumento não é recente, porque nos últimos vinte anos nós saímos de uma carga tributária de 22%, 23% do PIB, para 36%, certo, sem considerar que a sociedade paga educação, parte da sociedade paga educação, saúde, segurança, previdência, tudo de forma privada, quer dizer, se nós fomos fazer a conta, a carga tributária passa dos 40% em relação retornos, ao que dá de retorno à sociedade. Então simplesmente o que nós estamos discutindo aqui, há uma confusão nesse debate, há uma confusão. A CPMF não tem nada a ver com a saúde. A CPMF não tem nada a ver com a saúde. Por quê? Porque o orçamento da União de 2008 está lá previsto, salvo engano, quarenta e sete bilhões para a saúde. Isto quem está garantindo é a Emenda 29, que desde o ano 2000 diz que os recursos para a saúde serão aumentados de acordo com o crescimento do PIB. Então quem determina que vai ser este valor, quem dá esta garantia não é a CPMF, é a Emenda 29, está na Constituição, o Governo tem que cumprir a Constituição. E os recursos para isso? Precisa CPMF? Têm os recursos da União, para isso tem a arrecadação,

para isso o Governo Federal vai por no bolso no ano que vem, em 2008, sem CPMF, mais de quinhentos e quarenta bilhões de reais. É com quinhentos e quarenta bilhões de reais que tem que fazer essas coisas, e que está demonstrado e não como hipóteses. Eu aqui ouvi a palavra segurança, imprevisto, mas eu quero dizer que nós aqui encontramos sessenta e um bilhões. Precisávamos de trinta e nove. Temos só uma faixa de segurança de vinte e dois bilhões e ainda não é segurança suficiente? Isto liquidando a CPMF agora em dezembro.

Então eu gostaria de deixar assim claro que nós não estamos aqui filosofando, quer dizer, aqueles que dizem que não é possível, não mostram porque. Senador Agripino, aqueles que dizem que não é possível, não mostram porque não é possível. Nós estamos mostrando porque é possível. Estamos mostrando que a receita está subestimada e a receita verdadeira, na visão do Senado, é dez bilhões a mais, e na nossa é quinze, isto é realidade, e isto já é trazer a alíquota de 0,38% para 0,28%, só aí na receita. Nós estamos mostrando que o próprio Governo mandou um Projeto de Lei, o PLC nº 01, de 2007, que diz lá: pegue os gastos de pessoal de um ano, ponha a inflação e mais 1,5%. Se for feito isto é mais cinco bilhões e meio. Deputado Palocci, isso não é hipótese. Meu caro Gabriel, isso não é uma conjectura. Isso é só querer fazer, é só fazer, e quem é que inventou isso? O próprio Governo, ele que está propondo esse PLC, não somos nós que estamos falando “vamos fazer dessa forma”. Agora há necessidade de criar vinte e nove mil novos cargos públicos, a sociedade está de acordo com isso?

O Deputado Palocci fala que não está nada em discussão no Congresso em relação a redução de gastos. Bom, mas o Governo não mandou nada, não encaminhou nada para a redução de gastos, pelo contrário, pelas despesas discricionárias o item Poderes, que são atividade-meio à sociedade, as empresas todas se apertaram nessas suas atividades-meio e foram atrás das atividades-fins. Os Poderes são atividades-meio do Governo. As atividades-meio estão com 44%, Deputado Palocci, 44% do orçamento. Eu pergunto ao senhor não como Ministro, não como Deputado, não como do partido de base, porque aqui acima de tudo somos brasileiros, eu pergunto: o senhor está de acordo com 44% a mais no item Poderes para o próximo ano? E aí estamos falando do que? De social, de saúde? Nós estamos falando de Poderes. O senhor está de acordo com este aumento? A taxa do crescimento de PIB para o próximo ano nominal é 9%, está certo, e 44% em poderes. E qual é o grande sacrifício? Nós estamos falando em choque de gestão e nós estamos demonstrando, aceitando isso, acei-

tando isso e pegando apenas o cálculo em cima de uma base verdadeira, e não estamos discutindo choque de gestão, isso que é importante. Ninguém aqui está falando: “olha, precisa cortar pessoal, não pode dar aumento, vamos fazer choque de gestão”. Esta é uma outra história, ninguém falou disso. Nós estamos seguindo tudo e que está não na teoria, está escrito no Projeto de Lei Orçamentária, está lá “receita”, está lá “nova receita”, aquela que deve ser a realidade. Está lá o gasto com pessoal, está lá uma proposta dentro do espírito do próprio Governo. Está lá despesas discricionárias, mantendo tudo, Senador Suplicy, está lá, o social 16,6% acima desse ano, o valor desse ano mais 16%, estamos de acordo. Na infra-estrutura está lá 11% e tanto, estou de acordo, mas eu preferiria que tivesse mais aumento no social e menos nos Poderes. Se eu tivesse que montar esse orçamento, eu montaria um pouco diferente, mas estamos de acordo. Nós estamos discutindo o que está numa base de cento doze bilhões, quando a base deveria ser cento e dois, aí dá mais dez bilhões. Não estamos filosofando.

Agora quem está dizendo com responsabilidade e chegamos à conclusão que a porta da reforma tributária é a desoneração, o Ministro Palocci disse aqui e sou testemunha, muitas vezes conversamos, da necessidade de segurarmos esse gasto público, que também não é dos últimos quatro anos, esse é um mal que vem já de mais tempo, não tenha dúvida. Há vinte anos nós tínhamos 22% do PIB em carga tributária, hoje temos 36% e falta dinheiro, fechamos com déficit nominal ainda.

Então eu não tenho dúvida nenhuma que quando se fala em saúde, vamos discutir a Emenda 29, vamos discutir a regulamentação que ficou quatro anos sem regulamentar, isso é que defende a saúde, não é CPMF. CPMF é apenas mais um instrumento de arrecadação para somar a todos os outros impostos e a cesta ficar mais rica, mais cheia de moedas. Isto é a CPMF. E se nós chegarmos à conclusão que não, que a CPMF é que garante a saúde, então vamos propor novas CPMF's: para a educação, para a segurança, para tudo, e vamos ver o que a gente faz com os quinhentos e quarenta, quinhentos e cinquenta bilhões de arrecadação. Só que, eu repito, isso tudo depois de passado a Estados e Municípios que está previsto para o próximo ano.

Quanto à questão também dessa discussão se é regressiva ou não é, eu não tenho dúvida que é regressiva, eu não tenho dúvida que é regressiva. Esta afirmação de tantos milhões de brasileiros que pagam CPMF, nós estamos nos baseando naqueles só que tem meios de pagamento, mas temos sim que considerar que está no preço das mercadorias, e tem aí,

Deputado Palocci, uma diferença. O senhor citou de outros impostos, o senhor sabe que outros impostos o senhor mexe, por exemplo, a cesta básica não tem isenção de outros impostos? A CPMF não tem. Está lá embutida no pão. Então o senhor pode fazer políticas onde o senhor pegue outros impostos que estão nos preços das mercadorias, traça políticas e fala: “eu desonero esses impostos da cesta básica para baratear para o povo”. Da CPMF ninguém fala nisso, está lá embutido de forma invisível.

Agora eu repito aos Srs. Senadores, à Sra. Senadora, eu repito que essa discussão de qualidade de imposto é uma discussão que também não é para esse momento. O que nós estamos objetivando discutindo agora é o seguinte: está na Constituição que a CPMF deve terminar em 31.12.2007, com aviso prévio de quatro anos, há quatro anos atrás se sabia que nesse momento, no final desse ano, deveria terminar. Nos quatro anos nós tivemos aumento de gastos, aumento de arrecadação. O senhor sabe, Deputado Palocci, que em outros momentos não se tinha o aumento de arrecadação que está se tendo agora. Então como fazer, qual o segredo? O segredo é que temos setenta bilhões de aumento de arrecadação. Agora se não vamos conseguir, no momento que se tem setenta bilhões no ano ou por ano de aumento da arrecadação, uma contribuição que nasceu para durar três anos, enfim, e que os números no orçamento mostram a possibilidade de terminar, se neste momento nós não vamos terminar com ela, e se nesse momento, Deputado Palocci, esse grande brasileiro, merece respeito de todos nós, eu pessoalmente tenho um orçamento muito bom com o Deputado Palocci, porém ele sabe do grande problema do gasto público no Brasil, e sabe que o que vem primeiro é diminuir o recurso. Então se nós temos aí abundância de recursos e vamos aprovar e continuar com recursos abundantes, o que vai acontecer com os gastos? Eu até estranho muitas vezes estas propostas, vamos terminar, o Deputado falou de um mês para o outro, mas não é de um mês para o outro, porque a CPMF não vai render quarenta bilhões em janeiro. A CPMF vai render ao longo do ano, é de um ano para o outro, e de um ano para o outro é que tem crescimento de arrecadação.

Então eu não quero me alongar, eu quero dizer aqui o seguinte: a nossa posição não é a posição partidária, eu não tenho vínculo partidário com nenhum partido, nunca tive na vida, filiação partidária eu nunca tive. A FIESP não tem preferências partidárias, nós defendemos o interesse do país, a nossa proposta e o nosso compromisso é com o Brasil. O que nós estamos discutindo aqui não é nada contra o Governo, nem contra o Sr. Presidente da República, absolutamente.

Na primeira eleição do Presidente Lula fui eu um dos poucos empresários do Brasil que o defendeu publicamente, quantos muitos tinham receios em relação a uma possível vitória do PT lá atrás, eu não demonstrei receio nenhum publicamente, e continuo tendo muito respeito pelo Presidente Lula e também nós procuramos dar todo o apoio ao Governo, porque nós não somos contra o Governo. Temos inúmeras parcerias, tanto com Governos Municipais, temos parcerias com todas as Secretarias, Governo Estadual, Governo Federal, inúmeras parcerias, inúmeras pastas, Ministérios, agora o que estamos discutindo aqui, com toda a isenção partidária, é apenas uma causa que a nosso ver, nós estamos nas ruas, estamos nas ruas, estamos conversando em todos os níveis, e só não é contra a CPMF quem não sabe o que é CPMF. Infelizmente parte da população não sabe o que é não sabe que paga, mas se descobrir, e quando descobre, é contra, e ninguém concorda com o aumento de carga tributária, ninguém concorda nesse momento com recriação de imposto, e os números permitem que esse encaminhamento não seja feito dessa forma. Então eu quero apelar aqui que para a gente realmente encare a discussão de forma como deve ser, porque o que eu sinto muitas vezes é uma mistura de assuntos, falar de CPMF e misturar com saúde, o Deputado Palocci falou que está se discutindo vinte e três bilhões em quatro anos, ou seja, cinco bilhões por ano a mais para a saúde. Ora, reduza o percentual de Poderes e aumente para a saúde, para isso é que tem setenta, oitenta bilhões a mais de arrecadação. Então eu vejo assim, agora eu concordo com o que o Deputado falou: precisa ter a decisão. O que o Brasil quer? O Brasil quer realmente, nós estamos num momento de estabilidade econômica, estamos num momento que o mundo está indo muito bem, está alavancado, com crescimento alto, o Brasil está melhorando o seu crescimento, nesse ano estamos com crescimento maior do que os outros anos, ainda abaixo da média mundial, mas estamos com resultados melhores, temos esperança do ano que vem ter um bom resultado, mas o país não é só estabilidade econômica. Você precisa de reformas, precisa de reformas. Precisa desburocratizar, precisa simplificar, agilizar, aumentar cada vez mais a competitividade, enfim, temos problemas também. Nós estamos discutindo, não estamos negando que existem coisas boas, é lógico que tem coisas boas, e a melhor de todas é o potencial do Brasil que todos nós acreditamos e confiamos. Agora nós temos problemas. Então neste momento a recriação de um imposto e sem necessidade para ele, a recriação de imposto vai acarretar em mais receita, que vai puxar mais despesa e esse círculo vicioso vai continuar. Se nós queremos mudar, nós

temos que enfrentar mesmo de acordo, quer dizer, a idéia é o bem do Brasil, a idéia não é prejuízo de área nenhuma. Lógico que se os números não mostrassem isso, lógico que se nós não estivéssemos nessa fase de aumento de arrecadação, nós poderíamos chegar à conclusão: “olha, precisamos acabar com a CPMF, mas não pode ser de um ano para o outro, tem que ser em dois anos, tem que ser em três anos”, mas os números mostram que dá. Então eu pergunto: “por que dois anos, três anos, quatro anos, por quê?” Por que alguém acha que deve ser em cinco anos ou em dez anos. E por que até 2011, Deputado Palocci? Se é tão importante a CPMF, se é tão necessária como alguns pregam, então que vire imposto definitivo, Senador Suplicy. Por que só até 2011? Se é imprescindível a CPMF para o país, é o melhor imposto do mundo, então está errada a PEC. Agora a PEC coincide com o plano do Governo. Então cada vez cada um pensa naquele seu período, mas temos que pensar um pouco no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Encerrado o primeiro bloco, vamos passar para o segundo bloco que tem apenas três Senadores inscritos, Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro e Valter Pereira, e depois vamos conceder a palavra à Relatora porque ela tem precedência regimental e também é filha de Deus. Então vamos conceder a palavra aos três interpeladores e, depois, ouviremos a Relatora Senadora Kátia Abreu. Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Ministro Palocci, Dr. Paulo Skaf, Dr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, Dr. Gabriel, Professor Márcio Nakane, Sras. e Srs. Senadores. O que na verdade nós gostaríamos de estar discutindo hoje aqui era uma proposta de ajuste fiscal do Governo que a médio prazo levasse ao déficit nominal zero. Isso é o que gostaríamos de estar discutindo, não é exatamente o fim da CPMF ou a continuidade da CPMF, esse não era o debate que eu gostaria de estar fazendo, mas infelizmente o Governo, enquanto tiver um instrumento como CPMF na mão, ele não vai fazer ajuste fiscal. Essa que é a questão, ele não vai fazer ajuste fiscal. Então já que nós temos a oportunidade de provocar um ajuste fiscal de imediato, eu acho que nós deveríamos ser contra a prorrogação da CPMF porque teríamos uma excelente oportunidade de conter a ascensão da carga tributária e obrigar o Governo a reduzir seus gastos. Por exemplo: nós estamos vendo aí esses gastos, esses recursos para financiar despesas correntes de mérito questionável como a criação de cargos comissionados, expansão de benefícios sociais com objetivos clientelistas e etc.

Então eu preferia estar fazendo ajuste, mas já que não podemos vamos tentar mostrar porque é a que a CPMF deveria ser cortada agora, já que isto provocaria o ajuste fiscal.

A CPMF, em si, agora entrando na questão do tributo em si, eu não tenho dúvida que ela é regressiva, já que o repasse aos preços dos produtos e serviços oneram principalmente os mais pobres. Mesmo aqueles que não têm conta bancária pagam a contribuição ao adquirir os bens que consumimos. Também a questão da cumulatividade que onera todas as etapas da cadeia produtiva, gerando distorções alocativas, vai de encontro então aos esforços de se eliminar a cumulatividade no sistema tributário brasileiro, como ocorreu no caso do PIS e COFINS, no PIS e o COFINS nós tivemos eliminação de cumulatividade e a CPMF é cumulativa.

A CPMF também é nefasta ao prejudicar a circulação da moeda e causar um certo grau de desintermediação bancária financeira, ou seja, você tende a estimular operações fora do sistema bancário.

Outro efeito também negativo é a oneração do crédito, já que a cunha fiscal é aumentada e as taxas de juros acabam sendo... Por exemplo: numa operação com uma taxa de 2% ao mês em trinta dias, o ônus da CPMF atinge 20%, porque a taxa passa para 2,39%.

Então a CPMF é um tributo sem dúvida nenhuma ruim porque inclusive as presenças em outros países como a Argentina, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia, não tem nenhum país de primeira classe aqui, é também negativa.

Então eu não gostaria de estar discutindo esse assunto, porém, já que nós temos a oportunidade e o Governo não faz, eu acho que o Congresso poderia promover um ajuste fiscal. Na medida em que nós derrubássemos a prorrogação da CPMF nós estaríamos iniciando um ajuste fiscal que o Governo teima em não fazer, inclusive o Governo simpatizou-se pela proposta do Ministro Delfim de zerar o déficit nominal num certo tempo e depois esqueceu o assunto. Então vamos provocar o ajuste fiscal e vamos votar contra a CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Marco Maciel, Sra. Senadora, Srs. Senadores, Ministro Palocci, Dr. Gabriel Jorge Ferreira, Dr. Paulo Skaf, Dr. Antônio Amaral, Dr. Márcio Nakane, nossos convidados, sejam bem vindos. Eu tenho a certeza dos senhores enriquece o debate e faz com que possamos aprofundar os conhecimentos e votarmos com tranquilidade a questão da permanência ou não da CPMF.

Ministro Palocci, tenho por V. Ex^a. respeito e admiração. V. Ex^a. como Ministro – e eu disse isso aqui por diversas vezes quando V. Ex^a. como Ministro esteve em várias audiências no Senado Federal e mesmo em encontros outros do setor produtivo, em que V. Ex^a. foi do Governo Lula, tenho certeza absoluta, o alicerce que deu possibilidade a que dentro da responsabilidade fiscal o Brasil continuasse a política macroeconômica que vinha do Governo Fernando Henrique, com os ajustes feitos no Governo Lula, mas que não houvesse, evidentemente, o desapego ou vamos dizer a despreocupação em manter a reta do equilíbrio fiscal para que não voltássemos com a inflação que tinha sido debelada com o Plano Real. V. Ex^a. tem uma capacidade de persuasão absolutamente perfeita. V. Ex^a. por diversas vezes nesses encontros, quando discutíamos a modificação da alíquota do PIS e COFINS, pela não cumulatividade, V. Ex^a. repetiu diversas vezes que a alteração era neutra, que não haveria aumentos de carga, não haveria aumento de receita, e se por acaso houvesse seria feito um novo equilíbrio, uma nova verificação de alíquotas para que pudesse ajustar. Na realidade se mostrou exatamente ao contrário. Os cálculos todos, os estudos todos mostravam que haveria aumento de arrecadação, ela ocorreu e não houve a redução da alíquota para que pudesse ter o equilíbrio previsto por V. Ex^a.

Então o que nós estamos discutindo hoje, e V. Ex^a. é autor de um livro, "A Cigarra e a Formiga", a fábula do *La Fontaine*, então eu acredito, e aí eu pergunto já a V. Ex^a., ainda há pouco o Senador Marco Maciel fez referência ao Conselheiro Acácio, "que as consequências vêm depois". Nós estamos vivendo a consequência, Ministro, a consequência não é a que vai vir a partir de agora, já foi avisado da consequência há quatro anos atrás quando a CPMF foi prorrogada com o prazo de extinção em 2007. Então o Governo tinha que ter feito o dever de casa, sabendo que a CPMF seria extinta em 31 de dezembro de 2007, para que fizesse os ajustes necessários para que não houvesse mais essa discussão de que o Brasil pode quebrar se a CPMF não for prorrogada. Então eu colocaria o Governo mais como cigarra no caso aí, que gastou ao longo desses anos de forma descompromissada os aumentos de arrecadação que vem ocorrendo a cada tempo, e quero dizer mais uma vez, realçando o trabalho de V. Ex^a., que depois da saída de V. Ex^a. do Ministério da Fazenda, a qualidade dos gastos públicos piorou e muito, piorou e muito, o que se vem verificando ao longo desse tempo em seguida.

Com relação à questão da CPMF eu gostaria de perguntar a todos os nossos convidados para que eles pudessem fazer uma avaliação. Eu tenho dados, o Go-

verno afirma de que a questão da saúde é questão da arrecadação da CPMF. Dados estatísticos nos mostram que antes da CPMF, em 1995, a União investia em saúde per capita/ano algo em torno de oitenta e cinco dólares e setenta e um cents. Onze anos depois da adoção da CPMF, em 2005, a União investe per capita/ano na saúde setenta e sete dólares e quarenta e sete cents, ou seja, se criou um imposto para alocar recursos na saúde e houve uma regressão da aplicação da União na saúde. Para ficar mais claro, causar mais espanto ainda, nesse período houve uma diferenciação entre o gasto da União e gasto de Estados e Municípios. Se nós somamos os gastos em 2005 dos Municípios, Estados e União, perfazem cento e cinquenta e dois dólares e noventa e sete cents per capita/ano, e a União entra com apenas 49,8% disso, ou seja, quem está assumindo a responsabilidade maior na questão da saúde são os Estados e Municípios, que pela Emenda 29 eles são obrigados a aplicarem 15% e 12% da sua receita líquida na saúde, quando a União, ela tem que aplicar a do ano anterior, mais a variação do PIB, ou seja, ela não se obriga a aplicar um percentual da receita. Nós aprovamos aqui no Senado uma proposta inclusive do Senador Tião Viana, que era o autor do projeto, com a relatoria da Senadora Patrícia Saboya, também trazendo para a União o comprometimento de 10% na aplicação a nível de saúde, como estamos discutindo também por que é que os Estados e Municípios estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal, até ela foi realmente um elemento que veio a ajudar a sanear a questão do equilíbrio fiscal brasileiro, mas a União não tem nenhuma limitação nos seus gastos. Então é preciso também que na CAE a gente possa discutir qual a participação da União na questão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu gostaria que os senhores me esclarecessem primeiro isso, se a CPMF é um recurso para a saúde, por que houve uma redução da aplicação per capita/ano ao longo desse tempo todo? Segundo, por que é que não foi feito o ajuste ao longo desses quatro anos, quase cinco anos do Governo do PT, para que não fosse preciso agora se pensar em renovar a CPMF, já estaria feito esse ajuste. Em seguida, nós estamos falando em algo em torno de trinta e nove bilhões de CPMF. Desse trinta e nove bilhões, 42% deles vão para a saúde. Quanto desoneraria a União se a CPMF fosse extinta na rolagem da dívida pública? Porque nós estamos falando de trinta e nove bilhões, mas o Estado contribui nesses trinta e nove bilhões, a União, contribui nesses trinta e nove bilhões com algo, segundo levantado na exposição do Dr. Paulo Skaf, com algo em torno de treze bilhões. Então nós estamos falando de trinta e nove

bilhões menos treze, nós estamos falando de vinte e seis bilhões já, não mais de trinta e nove.

Na sua exposição, Ministro Palocci, V. Ex^a. diz que o aumento da arrecadação se deve ao crescimento do desenvolvimento do país, à melhoria da máquina arrecadatória e cita uns outros: maior formalização das empresas, aumentos das taxas de lucro das empresas, mas na transparência seguinte V. Ex^a. diz que essa tendência de crescimento não deve se manter. Aí eu pergunto: o Presidente Lula, que anuncia que o país vai ter crescimento crescente da sua economia, que esse ano deve gerar algo em torno, segundo ele, de 4% a 5% crescente daqui para frente, então a tendência é que a arrecadação continue crescendo, talvez não cresça no mesmo ritmo, talvez não cresça no mesmo ritmo, mas a tendência é de manter o crescimento. Olha, ela já atingiu um nível que nos dá um colchão de segurança que permite abrir mão, ou melhor, vou usar uma expressão mais correta, não recriar um novo imposto. Nós não estamos abrindo mão da CPMF. Se ela for prorrogada, o Congresso Nacional está criando um novo imposto a partir de 1º de janeiro de 2008, ou seja, nós estamos aumentando a carga tributária, porque a carga tributária será reduzida em 31 de dezembro de 2007 com a extinção da CPMF. Então, V. Ex^a. não acha que esse ajuste poderia ser feito nos gastos do Governo, não há como arrumar esses vinte e seis bilhões que nós estamos discutindo e diminuir nos gastos, melhorando a sua qualidade, ao invés de fazer um terrorismo? A Governadora do meu Estado vai à televisão dizer que quem votar contra a CPMF vota contra o Pará, porque têm um bilhão e trezentos milhões do PAC para ser investido no Pará. Mal sabe ela que os recursos do PAC não vêm da CPMF. É preciso que o Presidente Lula informe a Governadora que os recursos do PAC, como já foi dito aqui, a maioria virão da iniciativa privada e do Governo Federal apenas sessenta milhões, para que ela possa entender que a CPMF, prorrogada ou não, não vai influenciar o investimento no Pará, porque se assim o fosse não era ela que estaria defendendo o Estado, seríamos nós aqui, os parlamentares da bancada do Pará. Eu tenho certeza que o Presidente Lula, sendo do mesmo partido, não vai penalizar os paraenses que votaram nele na eleição passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir, concedo a palavra ao último Senador inscrito, o nobre Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, antes de mais nada eu gostaria aqui de dizer da admiração que sempre tive pelo ilustre Ministro Palocci quando esteve investido na função de Minis-

tro da Fazenda e indiscutivelmente cumpriu um papel importantíssimo do Governo do Presidente Lula, dando-lhe a estabilidade necessária para que fosse bem sucedido naquela fase. No entanto, eu sou compelido a divergir do ilustre colega, hoje parlamentar, quanto a alguns aspectos de sua fala aqui.

Eu gostaria de ponderar ao Ministro Palocci que componho aqui a base do Governo e tenho votado invariavelmente as propostas do Governo porque tenho uma história de disciplina partidária e sempre que o meu partido me orienta eu sigo à risca a orientação partidária. Mas essa questão do aumento da carga tributária é uma questão que já me levou a promover inúmeras críticas, não ao Presidente Lula, mas ao seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, que já naquela época mostrava uma voracidade incontrolável por receita, e isso seguiu no Governo do Presidente Lula, ele não reverteu. Então eu comecei a criticar o aumento da carga tributária na época do Presidente Fernando Henrique e continuo fazendo-o hoje. Eu não concordo com o aumento da carga tributária. Eu acho que não tem nenhuma razão pela qual possamos encontrar uma justificativa, porque isso contraria a tendência do mundo inteiro, as economias do mundo inteiro têm uma tendência diferente daquela que está sendo assinalada no Brasil. O que eu acredito que aconteceu na verdade, com relação à CPMF, foi o seguinte: em 1996 o Governo e Congresso botaram no bolso do contribuinte brasileiro uma cascavel. O desafio hoje é tirar essa cascavel do bolso de cada contribuinte, esse é o grande desafio, e acredito o seguinte: que se não for aproveitada essa oportunidade para tirar, ou tirar essa cascavel devagarzinho ou tirar bruscamente, ela nunca vai sair, ao contrário, vão colocar outras cascáveis, outras jararacas nos outros bolsos que restam do contribuinte.

V. Ex^a. disse aqui que não conhece no Congresso nenhum projeto que visa controlar gastos, melhorar a qualidade dos gastos públicos e etc. Nesse particular também tenho que divergir de V. Ex^a.. Por quê? V. Ex^a. sabe que nós vivemos num sistema presidencialista, e o sistema presidencialista de governo confere ao Poder Executivo essa função de promover os gastos, de selecionar os gastos e etc, e isso daí o Governo tem deixado assim marcas muito profundas que não abre mão. Veja que aconteceu recentemente, Sr. Ministro, o seguinte: tinha um projeto que criava a SEALOPRA, certo, uma Secretaria de Planejamento de longo prazo. Se é de longo prazo não poderia ser uma Medida Provisória, não apoiada zero uma medida que só se justificaria pela urgência e pela relevância. Se era de longo prazo não era urgente. Era uma contradição danada. Pois bem. Até hoje eu pergunto para todas as

pessoas, meus amigos do Governo: qual é a serventia da SEALOPRA se nós temos o Ministério do Planejamento e ninguém me dá uma resposta conveniente? E de repente o Governo entendeu que aquele era um investimento necessário e urgente. E o Congresso fez aquilo que o senhor falou, chegou aqui com o projeto, o Congresso falou: "olha, no nosso entendimento esse é um gasto desnecessário". E o que fez o Governo? Recriou a SEALOPRA de outra forma, insistiu no gasto. Eu não crítico o Governo por isso não. Eu, aliás, fui Relator da matéria, mas eu fui mais pelo aspecto formal, porque eu entendo que no sistema presidencialista quem tem que definir o que é prioridade, quem tem que definir as diretrizes do Governo, quem tem que definir os gastos, quem tem que estabelecer a qualidade dos gastos é o Poder Executivo, não é função do Legislativo. Aliás, se nós examinarmos este livrinho aqui, a Constituição, e o Regimento Interno desta Casa, nós vamos perceber que existem muitas restrições para a iniciativa de projetos que implique em gastos públicos. Portanto, é do Executivo, e eu acho que é legítimo, o sistema é presidencialista, eu até defendi o parlamentarismo no passado porque eu acho que o parlamento tinha que compartilhar mais com esses gastos, com essas definições de prioridades, de diretrizes, etc e etc. Mas também não advogo uma medida radical com relação à CPMF. Eu tenho responsabilidade. Acho que todas as medidas que podem trazer transtornos de envergadura têm que ser muito bem avaliadas, e é por isso que apresentei uma Emenda que estabelece uma extinção gradual da CPMF durante quatro anos, e é sobre isso que eu quero fazer a minha intervenção a V. Ex^a.

Veja o seguinte: eu tenho alguns dados, eu não participei aqui da exposição feita pelo Dr. Paulo Skaf e por outros expositores, inclusive por V. Ex^a. Portanto, não acompanhei os números, mas os números que eu pincei foram os seguintes: em 2004 houve um excesso de arrecadação de cinco bilhões. Posso estar errando aqui para menos, não para mais. Em 2005 um excesso de arrecadação de dezessete bilhões. Em 2006 um excesso de arrecadação de oito bilhões, perfazendo ao todo aqui cerca de trinta bilhões de excesso de arrecadação. Se eu estiver errado é para menor, não para maior. Pois bem. Se a CPMF vai provocar uma repercussão de quarenta bilhões, obviamente o impacto aqui vai ser mínimo se for em quatro anos. Se for em cinco anos o impacto vai ser nulo. Portanto, Sr. Ministro, a indagação que eu lhe faço é exatamente essa, e faço ao senhor e faço aos demais participantes: seria quatro anos ou seria cinco anos o prazo ideal para se administrar a extinção da CPMF? Aliás, eu vou até plagiar aqui o meu amigo Flexa Ribeiro, porque na verdade não é a extinção. Na verdade o que nós temos que ter

consciência muito clara é que nós estamos recriando um tributo. Então se para evitar esse impacto nas contas públicas, que eu acho que não teria exatamente por esses números, se quatro ou cinco anos seria o prazo ideal. Então com essa indagação, que eu estou aqui, hoje eu até ouvi uma notícia publicada por um órgão de imprensa, eu acho que se não me engano A Folha de São Paulo, dizendo que eu estou entre os indecisos. Eu não estou entre os indecisos. Eu sou contra, contra definitivamente o aumento da carga tributária, e aqui, embora seja uma contribuição, uma contribuição provisória que veio para fazer um socorro, socorrer a saúde que estava na UTI e não conseguiu prestar esse socorro, mas de qualquer forma no momento em que nós renovarmos, nós estaremos efetivamente sobrecarregando o contribuinte nosso que hoje é um contribuinte que paga a mais cara carga tributária do mundo, senão for a mais alta, é uma das mais altas. Então eu sou contra o aumento da carga tributária, mas entendo que se for possível a extinção gradual, se isso daí leva a uma mitigação dos efeitos que isso pode provocar, certo, e ouvindo aí os conselhos do Conselheiro Acácio que já foi lembrado por tanta gente, eu acho que nesse patamar aqui fica palatável e eu ficaria muito à vontade para votar a CPMF. Agora se for para manter os termos que foram anunciados pelo Ministro Mantega como imexíveis, parafraseando aqui o Magri de boa memória, eu diria o seguinte: eu me sinto muito desconfortável para contribuir para com o Governo desta vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir concedo a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu, Relatora da PEC em discussão, para que ela faça as suas interpelações.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada Sr. Presidente. Quero cumprimentar os nossos convidados, é um prazer poder ouvi-los a todos, eu tenho certeza absoluta que as nossas Audiências Públicas como a de ontem e também a de amanhã, embora os Ministros de Estado que aqui estarão são a favor da CPMF e a vontade e a determinação da Relatora é contrária à CPMF, mesmo assim eu faço questão absoluta de ouvir os seus argumentos, até mesmo para que a gente possa debater e conviver com o contraditório, que eu acho que é o exercício de democracia e eu acho que todos nós devemos fazer no dia-a-dia.

Deputado Palocci, eu ainda ouvi por esses dias, nesses trabalhos com a CPMF, uma pessoa dizer que está cansado de ver todo mundo querer defender o Governo da sua má gestão, mas não vê ninguém querendo defender o povo e as empresas do país contra a má gestão do Governo. Na realidade também são idéias e teses de economistas de que nenhum Execu-

tivo, não desse Presidente, de qualquer Executivo, ele tem uma tendência ao conservadorismo, ele não quer mudar o *status quo*. A dúvida, a dúvida traz insegurança. Será que vai piorar, será que vai melhorar. Então o será, de qualquer forma, tradicionalmente, traz essa comodidade e este conforto ao Executivo, levando a eles, todos eles, todos os Executivos, a ser contrário às grandes reformas, não procurar fazê-las, tanto é a prova de que nós estamos aqui até hoje, o senhor foi Ministro de Estado, também teve a sua oportunidade, desculpe a franqueza, oportunidade maravilhosa de fazer a reforma tributária, em que pese o senhor possa até ter tentado, mas também não conseguiu. Eu acredito até na sua boa vontade de ter querido a reforma tributária, mas se ela não sai de jeito nenhum, alguma coisa errada tem, porque se todo mundo nesse país só fala de reforma tributária, em todos os partidos, em todos os rincões deste país todo mundo anseia por uma reforma tributária e ela não sai, alguma coisa errada tem que ter, e eu prefiro acreditar na força do Governo, de qualquer Governo, não só deste Governo, que é a força do Executivo nacional que não tem o menor interesse nas reformas, exatamente pelo princípio que disse, pela manutenção do *status quo* e para fugir da dúvida.

Então, Ministro Palocci, eu acredito que a experiência da CPMF é uma experiência hesitosa, hesitosa porque ela confisca, ela é compulsória, ninguém tem direito de discutir, vai lá e tira. Com relação a essa questão dos vinte e sete milhões de brasileiros que pagam CPMF e que o senhor disse que na realidade todos os impostos são com produção, claro que sim, o senhor tem razão, mas vocês do Governo nos obrigaram a fazer essa defesa, é óbvio que todos os impostos estão no consumo, mas pela colocação do próprio Governo, como o senhor na sua palestra, o senhor quis resumir o pagamento da CPMF em vinte e sete milhões de pessoas. Os líderes do Governo aqui dentro quiseram dizer que quem só paga CPMF é quem tem conta bancária, que só são os ricos que arrecadam CPMF. Então o senhor vai ter que compreender que de certa forma nós tínhamos que esclarecer a sociedade melhor do que ela já é esclarecida, mas esclarecer ainda com mais força de que não é verdade, que a CPMF está em tudo que nós fazemos, só não está no ar que respiramos.

Agora a reforma tributária, eu disse agora a pouco, é uma unanimidade, mas nesse período todo trabalhando na relatoria que tive o privilégio de ser nomeada pelo Presidente Marco Maciel, a quem eu agradeço muito a confiança, eu também vi que têm outras teses que são unânimes: gasto público, contratação de pessoal especialmente, gastos exorbitantes desnecessários, a

carga está pesada, a CPMF é um mal imposto. Mesmo aqueles que aqui no Senado eu tenho certeza que já declararam o seu voto a favor da CPMF, todos eu sinto que tem o desejo de diminuir a CPMF, de acabar com ela. Eu não vejo ninguém, eu não escutei ninguém ainda dizer que ela teria que ficar permanente. Eu não ouvi nenhuma unanimidade em favor deste imposto aqui no Congresso ou fora dele, em lugar algum. Então com relação a esses gastos públicos que é uma compulsão, o senhor desculpa, eu sou psicóloga também, mas é uma compulsão quase que obsessiva pelo gasto pura e simples. Todo mundo tem um instinto narcisista, mas o do Governo, pelo poder e pelo belo, está praticando atos que não são muito recomendáveis com relação a esses gastos. Nós sabemos que na realidade, eu disse isso aqui ontem, que às vezes um cidadão comum, que não tem a obrigação de conhecer o orçamento profundamente, ele pensa: mas por que é que tudo que arrecadou a mais não fica guardadinho numa conta e depois a gente vai lá e mata isso e tira esse imposto? Porque é assim que qualquer pai de família faz, sobrou dinheiro ele não gasta, guarda para uma hora difícil. Então o pai de família brasileiro pensa que o pai, o Governo Federal, deveria fazer a mesma coisa, que é o pai de uma grande família de cento e noventa milhões de filhos, fazendo uma analogia, como gosta o nosso Presidente. Então na realidade não é assim. Nós sabemos que o que é projetado para arrecadar no ano seguinte já é incluído no orçamento e já é gasto antecipadamente e aprovado por nós no Congresso Nacional. Concordo com o senhor que existe também as despesas obrigatórias que na realidade, no meu ver, muitas das vezes é nocivo ao país.

Então Sr. Deputado, Ministro, eu acho que nós tínhamos que ter a coragem pelo Governo, porque talvez o Governo, por essa comodidade, deixa de acreditar no país, e nós não podemos deixar de acreditar no país, como o senhor mostrou agora a pouco, que essa maré que nós estamos hoje pode passar. Eu também posso morrer amanhã e nem relatar a CPMF. Então eu não vivo em função do “se”, como o senhor também acha que os dados são hipotéticos, viver em cima do “se” é complicado, se não continuar com essa arrecadação, se isso não acontecer.

Eu acho que nós não teremos nunca mais na vida uma outra oportunidade igual a essa para fazer a redução da alíquota. Se o senhor pegar os países da América, começando lá pelos Estados Unidos, eu consegui chegara até John Kennedy e achei corte de receita antes de despesa. Ele de uma vez só tirou dez bilhões de dólares e se acomodou, e só não deu certo depois porque ele morreu, veio a Guerra do Vietnã, os gastos foram exorbitantes e desequilibraram

época. Mas desde John Kennedy, Reagan, Bush, México, Chile, todo mundo trabalhou assim como um pai de família brasileiro que vê o seu salário reduzido, se adequa, sofre seis meses, sofre um ano. Eu não quero aqui em momento algum dizer que, se Deus quiser, findando com a CPMF, que 2008 será um mar de rosas não, mas eu tenho certeza que nós temos musculatura para suportar essa redução desses quarenta bilhões. Eu confio no país, eu confio na nossa responsabilidade, eu tenho certeza que o setor produtivo vai reagir, que vai colaborar como tem colaborado aqui até hoje, aliás, tem sido feito um papel excepcional no crescimento do país, até o senhor sabe disso, Ministro. Então eu acho que está havendo um pouco, eu não sei se é verdadeiro ou não, mas de falta de confiança no potencial do Brasil e tudo que nós passamos ao longo desses anos todos para chegar até aqui, Plano Real, os choques internacionais, os esqueletos do armário que foram tirados. O Governo contribuiu, mas o povo contribuiu muito mais arcando com tudo isso e pagando os seus impostos. Então num momento positivo como esse, por que não tirar? Eu não encontro um economista nesse país que não diga que não tenha que diminuir os gastos públicos e o Governo não diminui os gastos públicos. O Governo não faz nada para isso. Eu só quero lembrar a V. Ex^a. que redução de gastos, infelizmente, infelizmente é de autoria do Executivo. Não é de autoria do Congresso Nacional. Nós não podemos colocar e abrir nenhum Projeto de Lei aqui que venha impor gastos públicos, redução de gastos públicos, limite de gastos, limite de endividamento. Nós não podemos fazer. Mas tem sim senhor, o Governo anterior enviou Projeto de Lei para cá, o Senador Mercadante foi nomeado o Relator, depois foi nomeado Presidente da CAE e repassou o projeto para o Jucá e o Jucá está com ele na mão e não põe para votar desde 2003, impondo o Governo Federal que cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal como os Municípios e Estados estão fazendo e muito bem. Aliás, o nosso superávit fiscal nós devemos a Estados, Municípios e Estatais. Então eu acho que nós temos também a responsabilidade de dar esse exemplo e fazer com que o Governo Federal também cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Que foi uma iniciativa do Executivo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Que foi uma iniciativa do Executivo, exatamente, Senador. Então eu acho que esses limites da dívida federal, da dívida mobiliária, dos gastos públicos, da carga tributária, eu sinto muito, sinto muito mesmo, mas tem que vir do Executivo.

Agora eu gostaria de iniciar o meu questionamento para V. Ex^a., por que é que o Governo que vai chegar, e eu espero, o nosso país vai chegar ao *investment grade* no ano que vem, como está sendo noticiado, paga cento e cinquenta bilhões de dólares de juros por ano e tem papéis de curtíssimo prazo no montante de 13% da dívida mobiliária, que são papéis de país falido. Nós estamos caminhando para o *investment grade* e estamos com 13% da dívida mobiliária em cima de papéis de país falido, de curtíssimo prazo. Houve uma transferência dos papéis da SELIC para o prefixado, foi motivo de Audiência Pública e da vinda do Henrique Meirelles aqui, Presidente do Banco do Brasil, mas houve também, no momento da crise, uma transferência brutal para os papéis de mercado aberto, que é o *overnight* da vida e esses prazos curtos. Então eu gostaria muito de entender, eu não consegui, sinceramente eu estou fazendo uma pergunta com muita sinceridade, eu não consegui entender o que houve, tem alguma coisa errada por aí.

Também eu queria que o senhor pudesse me responder com relação à falta da CPMF. Nós temos uma legislação aprovada e enviada pelo Governo Federal. Todos os anos, não é novidade deste Governo, todos os anos quando vai se aprovar a LDO o Governo manda um artigo que significa: o que fazer se a receita faltar? Esse ano o artigo é o 100(F). O senhor foi Ministro até 2006. Eu fui olhando e observando, isso daqui foi discutido ontem, eu também coloquei, com relação a essa legislação de como substituir os gastos, a arrecadação que venha a faltar. No último Governo, no Governo anterior, a legislação veio, foi votada junto com a LDO faltando um parágrafo. Não é que estava faltando, foi acrescido um parágrafo a mais pelo Governo atual, inclusive com a sua participação, Ministro da Fazenda, junto com o do Planejamento. Então aqui é bem claro: todas as votações do que fazer do Governo anterior e começou com este Governo já no ano de 2004, não 2003 porque quem votou em 2003 foi o Governo anterior, no final do ano. Vocês acrescentaram o seguinte parágrafo e eu gostaria que V. Ex^a. pudesse comentar a respeito desse parágrafo. Esse parágrafo sugere uma das formas de substituição de falta de recursos: “no caso de não aprovação das propostas de alteração previstas no *caput*, poderá ser efetuada a substituição das fontes consideradas por excesso de arrecadação de outras fontes – ou seja, eu posso pegar fonte de lá que sobrou e passar para cá -, inclusive de operações de crédito – operações de crédito é que geram e aumentam a dívida pública – ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial”. Eu gostaria muito de saber porque é que V. Ex^a. contribuiu, colaborou e participou na inclusão desse parágrafo votado na LDO e

enviado pelo Executivo, não foi o legislativo que incluiu, foi o Executivo que mandou. Será que vocês estavam imaginando que de fato o Congresso Nacional ia tirar a CPMF? Nós sabemos que o superávit financeiro hoje, se eu não estiver errada, deve estar em torno de duzentos e cinquenta e oito bilhões de reais. Então que mensagem é essa que vocês estão nos dando, que dica é essa, que deixa é essa? É aqui o lugar, é aqui que nós temos que ir buscar para substituir a CPMF? Eu gostaria muito de ter a sua consideração e a sua resposta. Também gostaria que comentasse a respeito das reformas do Estado tão necessárias ao Brasil, se nós podemos continuar vivendo com vinte quatro mil cargos de confiança, com trinta e seis Ministérios e cento e quinze Estatais.

Encerro por aqui, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a todos pela presença e, se quiserem fazer, eu gostaria muito de ouvir uma consideração a respeito dessa substituição. O Paulo Skaf apresentou uma solução, mas que os demais pudessem considerar essa questão desse artigo da LDO que trata exatamente, especificamente e objetivamente onde substituir, e tem que obedecer aqui, Dr. Paulo Skaf, apenas nesse artigo, só poderemos substituir receita em cima desse artigo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a intervenção da nobre Relatora da matéria, a Senadora Kátia Abreu, e passo a palavra agora aos expositores. Não sei se o Professor Nakane tem alguma observação a fazer. Com a palavra o Professor Nakane.

SR. MÁRCIO ISSAO NAKANE: Eu queria fazer observações sobre alguns aspectos pontuais que foram discutidos aqui, foram levantados aqui e ali. O primeiro aspecto é sobre esse ponto de regressividade ou progressividade da CPMF que surgiu na discussão. Só queria mencionar, quer dizer, na resposta anterior eu havia mencionado esse trabalho que foi feito pela FIPE, uma proposta de reforma tributária, e lá existem algumas informações, não especificamente sobre a CPMF, mas com tributos que tenham essa característica de serem indiretos como a CPMF, e claramente nesse relatório da FIPE a gente tem a observação de que esse tipo de tributo, tributos indiretos, de uma forma geral, são claramente regressivos. Então nesse relatório da FIPE você tem famílias, domicílios com até dois salários mínimos, 45,8% da renda dessas famílias vai para impostos indiretos, e quando você vai lá para o topo da distribuição, famílias com mais de trinta salários mínimos, a participação de tributos indiretos na renda é de 16%. Isso vai decaindo na medida em que a renda da família vai aumentando, então assim não é uma evidência sobre a CPMF, mas é uma evidên-

cia bem forte sobre impostos que tem mais ou menos essa mesma natureza.

A única coisa que eu gostaria de mencionar e que também foi objeto de alguma discussão aqui, que é o problema da produtividade da CPMF, a CPMF sendo um imposto bastante produtivo, e aqui foi mencionado que talvez isso tivesse alguma coisa a ver com juros, com o nível dos juros praticados no país, eu acho que foi o Dr. Antônio Carlos que sugeriu de que são juros elevados que aumentam a produtividade, mas eu acho que na minha opinião é exatamente o oposto, eu acho que se com juros mais baixos, quer dizer, se a gente diminui, por exemplo, a SELIC, coisa desse tipo, isso deve aumentar a produtividade da CPMF pelo simples fato de que juros elevados são um custo de manutenção de conta corrente, ou seja, quando os juros estão muito elevados vale mais a pena eu ficar nos meus fundos financeiros, que pela conta investimento as aplicações são exatamente isentas de CPMF, do que ficar em conta corrente, ao passo que quando você diminui os juros básicos do país você diminuí esse custo de oportunidade, digamos, e você vai manter os seus recursos em conta corrente, portanto, com essas movimentações sujeitas à CPMF. Então me parece que o efeito de juros mais baixos é exatamente no sentido de aumentar a produtividade da CPMF.

O último aspecto que eu gostaria de comentar, que também foi mencionado aqui e ali, é CPMF e operações de crédito. Foi dado o exemplo pelo Deputado Palocci, inclusive, de que para operações de curto prazo, especialmente, a CPMF, ela é tremendamente onerosa, ela é tremendamente distorciva, e na verdade eu tenho até um trabalho que também está na série de *working papers* do Banco Central, eu posso até passar às mãos do Presidente, que olha especificamente sobre CPMF e intermediação financeira, é um trabalho meio antigo, é um trabalho de 2002, mas o fato de ser um trabalho antigo, ele tem a vantagem de que naquela época a gente teve muitas alterações nas alíquotas da CPMF, então a gente teve desde 0,2%, teve períodos que a alíquota foi para 0%, depois ela aumentou e assim por diante. Então essa variabilidade nas alíquotas da CPMF é muito útil para a gente tentar precisamente capturar os efeitos sobre o comportamento das pessoas. Então desde aquela época a gente está com uma alíquota de 0,38%, e o que eu queria chamar a atenção especificamente nesse trabalho é que lá a gente tentou quantificar o impacto da CPMF sobre o questionário de *spread* bancário, ou seja, sobre diferença entre a taxa ao tomador de crédito e a taxa do CDB, taxa do depositante, e assim como a gente pode ter num salário de uma pessoa uma definição como salário bruto ou salário líquido, ou seja, o salário bruto como sen-

do um salário inclusive os impostos, o salário líquido como sendo o salário de fato, que o trabalhador leva para casa, para o *spread* bancário tem exatamente a mesma diferenciação, ou seja, a gente pode calcular o *spread* bancário em termos brutos, ou seja, a diferença entre a taxa de empréstimo que o tomador está pagando e a taxa de depósito que o aplicador está recebendo, e a taxa líquida, ou seja, aquela taxa que sobra de fato para a instituição financeira, uma vez que se descontem, por exemplo, tributos como a CPMF. Então o que o documento tenta evidenciar é que a CPMF, na verdade, ela aumenta o *spread* na sua definição bruta, ou seja, os tomadores finais pagam mais pelos empréstimos, que é o elemento de onerar o custo do empréstimo, os aplicadores de CDB recebem menos por sua aplicação e o sistema financeiro por sua vez, ou seja, a sua definição de *spread* líquido, a CPMF diminui o *spread* líquido, ou seja, no final das contas todo mundo acaba pagando uma parte, numa operação de intermediação, todo mundo acaba pagando uma parte desse tributo, quer dizer, os tomadores finais, porque eles pagam mais nas suas operações de empréstimo, os depositantes porque recebem menos pelo seu CDB, e os bancos, porque liquidamente eles têm um *spread* menor, o *spread* líquido, ou seja, uma vez descontada a tributação.

Então, enfim, eram essas também as minhas considerações sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço ao Professor Márcio Nakane e concedo agora a palavra ao Dr. Antonio Carlos Amaral, que representa o Conselho Federal da OAB e a OAB de São Paulo, a Seccional de São Paulo.

SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL: Sr. Presidente, muito obrigado. Vou iniciar rapidamente fazendo um brevíssimo comentário à consideração do Professor Nakane para afirmar que realmente nós temos interpretações diversas, Professor Nakane, tanto em relação ao cômputo de juros como a proposta da FIPE. A proposta da FIPE me apareceu, se é a que eu estou pensando, aquela de substituir todos os produtos sob consumo por um IVV, se é essa que o senhor se referiu, me parece que é uma das piores propostas apresentadas no país nos últimos anos, mas eu sei que o senhor não pode se opor à proposta da FIPE.

Em questão dos juros, eu fico com os estudos da Secretaria da Comissão de Finanças do Congresso Nacional federal dos Estados Unidos e da Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos, que quando analisou a hipótese de se criar um tributo sobre o cheque nos Estados Unidos, porque essas idéias foram de dois Professores que teoricamente fizeram um *paperzinho*(F)

em Harvard e que infelizmente caiu na mão da pessoa errada no Brasil, isso me contou o Professor Carlos Albuquerque(F), da FEC(F), infelizmente ele deu para uma pessoa que começou a advogar aquilo como sendo imposto único, mas que a Secretaria do Tesouro Norte-Americano era radicalmente contrária porque dizia que ia ter impacto direto na formação da taxa de juros. Então a análise que eles fizeram e a eficiência da economia americana é muito grande para fazer esse tipo de análise, então eu fico com os estudos da Secretaria do Tesouro Norte-Americano que não acataram sequer a hipótese de debater, o Congresso Federal Norte-Americano debater a questão de CPMF. Mas isso demonstra também aquele grande filósofo brasileiro, Professor Nakane, Vicente Matheus, já que falamos do Conselheiro Acácio, Vicente Matheus que dizia “o difícil não é fácil”. Então certamente estamos de posse aqui de uma questão muito complexa.

O Senador Flexa Ribeiro fez algumas considerações do porquê é que nós reduzimos os investimentos na saúde. Senador, a questão à resposta no fundo é muito direta, quer dizer, é falta de vontade política. O Governo tem na sua base de arrecadação quinhentos e vinte, quinhentos e trinta bilhões de reais para alocar nas despesas públicas, mas nós estamos vivendo um momento de certa crise institucional. Por isso que quando eu fazia aquela análise inicial, eu dizia de se resgatar a dignidade e a atuação do Senado Federal e do próprio Congresso Nacional. Por que é que o Supremo foi decidir fidelidade partidária? Pela simples questão que o Governo, ao cooptar todos os Deputados e Senadores para a sua base, ele está criando um partido único, quer dizer, uma linha chavista, “vamos acabar com o Congresso Nacional, criamos um partido único pela cooptação”. Então como um bombeiro do sistema, das instituições brasileiras, o Supremo Tribunal Federal simplesmente diz isso: “olha, vamos ter que resgatar um pouco dessa dignidade da fidelidade partidária se não vai implodir o Poder Legislativo”, por isso que já tem vários textos, e V. Ex^a., Senador Marco Maciel, deve ter acompanhado, de juristas muito sérios dizendo para que existe o Senado, questionando: “olha, para que existe o Senado? E vou fazer a segunda pergunta: “para que existe a Câmara?” Então é evidente que esta linha de raciocínio leva à destruição do Congresso Nacional, que é a Casa onde o povo tem acesso, aonde é possível entregar as um milhão e trezentas mil assinaturas, porque lá nos cem empresários ricos, o Presidente Lula recebe, mas ele não recebe o um milhão e trezentas. O povo não consegue chegar no Ministro do Ministro Palocci, agora o povo consegue chegar aqui. Então na medida em que notas destruímos e diminuímos a competência

do Congresso Nacional, nós estamos é corroendo a democracia e por isso é que a OAB está preocupada. Então um dos pontos que a OAB debate é o resgate da competência do Congresso Nacional, a mesma questão greve no serviço público e a mesma questão de reforma tributária. Resgato o que eu falei na primeira parte da minha intervenção, participei da Subcomissão de Reforma Tributária, o Senador Eduardo Suplicy estava lá na semana passada, eu dizia: não há reforma tributária, há uma cortina de fumaça e, efetivamente, se passar a CPMF, Senador Valter Pereira, passou a CPMF não há reforma tributária, não vai haver debate absolutamente nenhum neste país, vai acabar o debate simplesmente com passar a CPMF.

Eu gostaria de finalizar falando de alguns mitos para ficar claro talvez a posição de alguns temas que são importantes, sempre respeitando as ponderações do Deputado Palocci, mas há sempre a teoria do caos, quer dizer, a teoria do caos é própria do brasileiro. Desde que qualquer um de nós se lembre por gente, a teoria do caos: “vai acabar”. A Emenda nº 3, “se a Emenda 3 passar vai voltar a escravidão no Brasil”, quer dizer, então se criam mitos a partir dos quais nós fazemos uma discussão social e que o Governo sempre tem razão. O Governo é o grande pai, é o grande irmão, ele controla tudo, ele sabe tudo, e nós que somos o povo temos que ser comandados. Por isso que até no nosso direito administrativo, é curioso, nós que somos cidadãos, somos tratados como administrados. O Governo é o administrador. Então são temas filosóficos, quer dizer, o Governo sabe o que é bom para a Nação e não atua de uma forma subsidiária. Então, primeiro grande mito, só quem tem cheque paga. Me parece que a exposição do Dr. Paulo Skaf foi muito clara e parece que qualquer análise sensata, quando se vê que é um câncer esse tributo, é um câncer no nosso sistema, ele se esconde em toda a cadeia, e é justamente essa virtude que o órgão arrecadatário elogia, ninguém sabe que está pagando o tributo, mas a sociedade inteira se ressentida. É também comum, super estimam-se perdas e subestimam-se receitas. Já foi assim, eu debati na época com o então Ministro Palocci, a MP 232, era comum, conversa com a Secretaria da Receita Federal, com o próprio Ministro Palocci, era um caos, era a teoria do caos: “se não passar a MP 232 vai haver rombos nas contas públicas”. Não passou a Emenda 232, não acabou o país. Não estou tirando a seriedade dos argumentos do Ministro Palocci porque eu sei também de amigos que são da Receita Federal, colegas de Harvard, que dizem o seguinte: “olha, não passa um dia que não tem seis ou sete pedidos de desoneração lá na Receita Federal”. Então nós estamos criando vários Brasis, é o Brasil

da informalidade, é o Brasil que paga e paga muito, é o Brasil do contribuinte que não tem defesa. Agora o Governo, enfim, tomou medidas de destruir o Conselho de Contribuintes, já não há praticamente o Conselho de Contribuintes, que era um órgão de defesa administrativa, praticamente acabou, agora querem inscrever no SERASA. Olha que maldade, que crueldade, ainda vai se pegar os primeiros contribuintes que ganham até dez mil reais, quer dizer, o sujeito tem uma dívida de mil, dois mil reais com o Fisco, nem sabe, aí ele vai passar o cheque e não vão aceitar o cheque, quer dizer, são iniciativas de crueldade que o Governo está fazendo e não há debate. Me parece que nos últimos anos o Governo que menos debateu questão tributária foi infelizmente o Governo do Presidente Lula, que era o grande homem que dizia que estaria aberto aos debates na sociedade.

Outro mito que eu gostaria de deixar claro é a questão do efeito fiscalizatório. Senadora Kátia Abreu, nós temos as obrigações principais e as obrigações acessórias no campo da tributação. A obrigação principal é o recolhimento do tributo. A obrigação acessória é aquela burocracia que nós fazemos para colaborar com o Governo, dizendo colaborar eu estou sendo não preciso, porque é uma obrigação do contribuinte de prestar informações burocráticas para que auxiliem na fiscalização. O que eu estou dizendo que o Governo pode criar como obrigação acessória para que as instituições financeiras forneçam, num movimento financeiro, que consiga suprir os mesmos efeitos da CPMF. Então é uma falácia alguém dizer: "olha, precisa ter a CPMF porque ela é um subproduto", eu estou dizendo que este subproduto pode ser alcançado por obrigação acessória, sem qualquer arrecadação.

E realmente eu finalizo, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, em que a posição, tanto da Seccional de São Paulo como do Conselho Federal, é um tema que foi muito debatido, nós temos participado de vários debates com várias instituições no Brasil inteiro, é posição fechada contrariamente à recriação da CPMF, é uma posição no momento em que V. Ex^{as}. podem resgatar a dignidade do Senado Federal e realmente começarmos um novo tempo, até o Senador José Agripino falava desse *turning point*, quer dizer, essa mudança de filosofia. Senador Marco Maciel, parece que V. Ex^a., que sempre esteve desbravando as questões de ponta no Brasil, questão de arbitragem, questão de regulamentação do lobby, todas essas matérias, tem todas as condições e tem todo o apoio como Advogado, de homem do mundo do Direito que é, para comandar essa mudança, mudança essencial para a vida de todos nós brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a manifestação lisonjeira ao meu respeito por parte do Advogado Antonio Carlos Amaral e aproveito a ocasião para agradecer a sua presença aqui nos nossos debates. Passo agora a palavra ao Dr. Gabriel Jorge Ferreira, Presidente da CNF.

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – A maioria das questões estão reservadas aqui ao nosso Ministro Palocci, mas eu gostaria de fazer aqui uma última reflexão sobre alguns pontos que foram colocados pela Senadora Kátia, pelo Senador Antonio Carlos Júnior, em relação à questão de ajuste fiscal e em relação a receitas ou substituição de queda de receita. Então eu queria fazer dois comentários sobre esses dois tópicos.

Bom, primeiro é que nós temos realmente um sistema tributário já muito debatido aqui, perverso, e existe sempre uma disputa muito grande por receitas. Os Municípios vivem através do imposto a eles destinado, como o ISS, tentando aumentar alíquotas desse tributo no afã de aumento da arrecadação e tudo isso gerando as distorções que tem sobre preço dos serviços financeiros, principalmente que é o alvo preferido desses aumentos de alíquotas e outras medidas aí que a gente nota no sentido de buscar receita. Por quê? Porque nós temos um sistema onde a própria União procurou em algum momento fazer o seu "planejamento fiscal" estabelecendo impostos sobre menor base, mas com outra denominação. Esse sistema tributário perverso e ruim também gera um imenso contencioso fiscal, quer dizer, o Fisco, no afã de arrecadar, ele cria tributos, ele aumenta alíquotas e quase sempre viola preceitos constitucionais que levam o contribuinte ao exercício de seu direito de questionar, e temos, portanto, um contencioso fiscal imenso, e mesmo com algumas concessões legislativas no sentido de reduzir encargos, reduzir multas ou parcelar débitos, os REFIS que foram criados, ainda assim não se produziu os resultados esperados em termos de objetivos de arrecadação. Então tem um contencioso fiscal, como eu disse, muito grande, o Judiciário está com uma carga enorme de processos onde o Estado, vamos dizer, em geral responde por uma parcela muito grande dos processos judiciais e que revela justamente esse conflito permanente entre Fisco e contribuinte, sempre no objetivo de fazer a arrecadação para que o Estado possa cumprir com os seus objetivos.

Algumas vezes, em conversa com órgãos de Governo, sugeri para alguns interlocutores, por que é que o Governo não fazia um esforço, por exemplo, de buscar fontes de recursos alternativos que não necessariamente estivessem previstas nos seus orçamentos. Então, por exemplo, o Governo tem um imenso conten-

cioso contra contribuintes inadimplentes, é a chamada dívida ativa, não só da União, como também da previdência, e que devem ser recursos muito expressivos. Então por que é que não se cria um mecanismo, por que é que não se estuda, pelo menos se estude, a possibilidade de por alguma forma administrar esses recursos de uma maneira mais eficiente? Eu não estou aqui nem falando da qualidade do serviço judicial de cobrança, eu estou falando é de fazer um gerenciamento financeiro que pudesse viabilizar o retorno desses recursos antecipadamente, de forma a gerar uma receita extraorçamentária, vamos dizer, para os cofres públicos. Eu sugeri isso em algumas oportunidades, tanto em relação à previdência como com relação à União, mas não senti assim grande repercussão, talvez pelo fato de que isso deva dar algum trabalho, deva ter alguma dificuldade de levantamento, mas sem dúvida nenhuma se fosse possível fazer com que os efeitos financeiros desses recebíveis pudessem ser mobilizados através do sistema financeiro, através de um sistema de gestão de recursos, por que é que isso não é olhado como uma forma de aliviar essa pressão sobre a arrecadação tributária e eventualmente até sobre a dificuldade de administrar, num prazo que seria desejável, a redução do gasto público? Esse mesmo raciocínio em relação a recebíveis também poderia ser estendido ao patrimônio da União, ao patrimônio imobiliário da União, não só da União como também da previdência. Eu participo do fórum da previdência, a gente discute a reforma da previdência e ali a gente vê o grande desafio que se tem de como é que se viabiliza o equacionamento dessa questão do déficit da previdência.

Então tem formas alternativas que se poderia buscar, e eu imagino que esses recursos devem ser muito expressivos, quando se imagina que tem uma dívida ativa inscrita, tanto da União quanto da previdência, devem ser recursos realmente macro, são números macro, é a minha impressão. Num dado que eu tinha de dois anos atrás, entre União e previdência, esses números ultrapassavam a duzentos e cinquenta bilhões de reais, até talvez esses números sejam muito mais expressivos.

Então esse era um ponto que eu queria mencionar, naturalmente eu não entrei muito bem no ponto que a Senador Kátia Abreu tocou, que fala daquele parágrafo que seria uma reserva, vamos dizer assim, face a uma eventual contingência de faltar uma arrecadação importante, mas eu acho que esses espaços de maior eficiência da administração do patrimônio público e patrimônio imobiliário, seja patrimônio de créditos a receber, isso pudesse ser também uma alternativa que ajudaria na diminuição dessa angústia de como que

administra receita, arrecadação e a questão do gasto público, que sem dúvida alguma é hoje o grande foco dessa reunião aqui, porque ele é que está pressionando, vamos dizer, a preservar um tributo que todos nós aqui, acho que é uma unanimidade, que tem todos os seus inconvenientes. Eram essas as considerações que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir passo a palavra ao Deputado e ex-Ministro da Fazenda Antonio Palocci.

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Todos os créditos da União, dívida ativa, inscrita o ou não inscrita, todos esses créditos, teria que se desenvolver um mecanismo que possibilitasse a utilização dos efeitos financeiros desses recursos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O senhor tem idéia de quanto que montaria isso ou ainda não foi feito esse estudo?

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Não, eu não tenho hoje esse número atualizado, mas eu acho que a Fazenda e a Previdência certamente devem ter esses dados.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Bom, eu tenho um número grande de questões aqui, mas eu vou procurar resumir em teses mais simples e diretas. Primeiro eu queria fazer um reparo, se me permite o Antonio Carlos do Amaral, que fez uma afirmação de que o Governo Lula não debate tributos. O Governo Lula, em abril de 2003, o Presidente Lula trouxe pessoalmente uma proposta de reforma tributária ao Congresso Nacional, pessoalmente, feita junto com os Governadores. Essa proposta não foi votada até hoje. Atenua-se aqui a posição do Senado, que a votou por duas vezes, ela está parada lá na Câmara. O Senado a votou por duas vezes ou uma vez, uma vez na verdade, ela veio ao Senado, o Senado debateu, votou e devolveu à Câmara, mas ela ficou parada na Câmara até hoje, quer dizer, então não me parece que enviar projeto de reforma tributária ser um descompromisso com o debate tributário, e o Presidente Lula, desde o primeiro mandato e agora de novo, agora ele está propondo aos seus Ministros da área econômica enviar uma segunda versão, porque não há sequência naquela discussão, ela acabou virando uma versão complexa, acho que não teve um curso positivo depois de um determinado período em que ela não foi votada, ela acabou acolhendo tudo quanto era tipo de Emenda e não virou um bom projeto. De novo o Presidente Lula está propondo que os seus Ministros da área econômica encaminhem um segundo projeto de reforma tributária. Então não me parece que um Governo que faz dois projetos de reforma tributária teria exatamente

um descompromisso com o debate tributário, eu penso que é uma demonstração contrária exatamente.

Segundo, houve um conjunto de desonerações feitas nos últimos anos, eu mostrei ali em termos de percentual do PIB, mas esse Senado conhece perfeitamente porque votou cada um deles aqui. Todos os projetos de desoneração ou quase todos foram votados aqui, só não foram aqueles que foram relativos ao IPI que foram feitos por Decreto. Fora esse, todos os demais, são em torno de trinta bilhões de desonerações, que foram votados aqui pelo Senado e pela Câmara. Então todos conhecem esses projetos, que são projetos importantes, por isso aí já respondendo a questão...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Ministro, me permite uma apartezinho?

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Por favor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu não posso ouvir isso sem fazer uma crítica. Eu sou da base do Governo, mas veja o seguinte: V. Ex^a. está acompanhando o empenho que o Governo está fazendo para aprovar a CPMF, todos nós aqui somos testemunhas. Nenhuma dessas duas propostas teve esse empenho, Ministro. Então o fato de mandar um Projeto de Lei para o Senado não significa que está discutindo. Eu quero ver a vontade política do Governo no momento em que ele efetivamente envidar todos os seus esforços, passar aí um mês, dois meses, seis meses, articulando, chamando a sua base, chamando os seus parceiros, chamando a oposição para negociar, para conversar e falar: “olha, nós temos o prazo de entrada e temos o prazo de saída para uma reforma tributária”. E isso daí infelizmente, Ministro, não aconteceu. O Governo mandou projeto, falou: “bom, está aqui para vocês, lavei as mãos”. Não está correto. Nós não podemos reconhecer isso como um esforço do Governo para que haja efetivamente uma reforma tributária. Vontade política pela reforma tributária, Sr. Ministro, infelizmente nós, que somos Governo, nós que representamos o Governo, nós temos que admitir publicamente: o Governo não deu mostras de que efetivamente tenha um projeto e quer a aprovação de um projeto que implique inclusive na redução da carga tributária ou numa justiça fiscal que se faça...

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Senador Valter Pereira, nessa parte da história eu participei diretamente. Tudo bem, eu prometo fazer mais esforços, mas eu me lembro aqui que no último dia de votação aqui no Senado, ficamos nós todos, eu fiquei acompanhando porque negocieei o detalhe final da votação aqui, ficamos até três horas da manhã aqui.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas aí eu vou no raciocínio do Flexa, do Senador Flexa, pois a conduta de V. Ex^a. é diferente da conduta que se adota hoje.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Não, veja: eu penso que o Governo deve enviar um novo projeto agora e vai se empenhar por ele, até porque há convicção no Governo de que uma reforma tributária faz bem ao país. E mais, ela vai ser desprovida, o que é bom, pelo fato de estarmos num momento de boa arrecadação é bom uma reforma tributária nesse momento, porque fora desse momento a tendência é que a reforma tributária aumente a carga tributária, essa é a tendência de reforma. Quando você tem uma situação como a de hoje, em que há um bom resultado da arrecadação tributária, é um bom momento para fazer uma reforma, porque os governos não estão pressionados para aumentar a carga. Como eu disse aqui hoje, e são dados objetivos, vinte Estados da Federação estão com aumentos reais de arrecadação superiores ao Governo Federal esse ano, vinte Estados da Federação. Os outros também estão com aumentos, um pouco abaixo do aumento real federal, mas estão com aumentos importantes de arrecadação esse ano. Então essa é uma grande oportunidade para se fazer a reforma tributária. Em 2000 tentamos, eu me lembro que o Senador Tourinho era Ministro na época, nós fizemos só na parte final do debate dez reuniões de cinco horas, foram cinquenta horas de reunião e não conseguimos, em 2000, foi em 2000 isso. Depois houve o segundo movimento em 2003 onde avançou-se, algumas questões foram resolvidas ali, toda a desoneração da cesta básica de alimentos foi fruto desse debate da reforma tributária, mas o projeto como um todo não foi concluído. Agora vai se buscar um novo esforço e eu acredito que o Governo vai se empenhar nesse esforço, como nós nos empenhamos naquelas madrugadas aqui de 2003 a 2004, temos que apostar nisso.

Agora eu queria, Sr. Presidente, pegar algumas questões aqui que são importantes de esclarecimentos e de opiniões. O Senador Flexa Ribeiro fala que nós dizíamos que o PIS/COFINS era neutro. Veja, ele era neutro, mas claramente houve uma introdução de PIS/COFINS em produtos importados, que não havia. Então de fato isso trouxe uma arrecadação maior, isso foi uma mudança feita aí nessa parte da reforma que foi aprovada, pois o Brasil não cobrava PIS e COFINS de produtos importados, o que dava um desequilíbrio entre o produto nacional e o produto importado. O produto importado era beneficiado em relação ao produto nacional e aqui nós ajustamos isso na parte que foi aprovada da reforma e cobramos PIS/COFINS de produtos importados. Isso trouxe aumento da arrecadação.

dação. Eu quero aqui dizer ao Dr. Paulo Skaf que eu não conheço esses dados de sessenta e um bilhões a mais da COFINS. Os dados que eu tenho aqui da arrecadação de 2004 para cá, se considerar valores correntes, dá trinta e um bilhões a mais, considerados valores de 2006 dá vinte e um bilhões a mais, em nenhuma hipótese dá sessenta e um. Talvez, eu não estou dizendo que o seu dado...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente, pela ordem. Ministro, na realidade não só o PIS e COFINS na importação, mas o novo COFINS de 3% para 7,5%, só esses dois impostos que foram criados neste Governo, em detrimento da desoneração de 30% que o senhor deu, apenas esses dois dá quarenta e quatro bilhões a mais em arrecadação. Isso nós não estamos contando nem a Contribuição Sobre o Lucro Líquido...

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – ...Não é sessenta e um bilhões, a senhora está incluindo um imposto que é o PIS e está dando quarenta e pouco, não é sessenta e um só a COFINS.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – E ainda não está aqui embutido a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, que foi de 12% para 32% para os prestadores de serviços, a contribuição previdenciária sobre os inativos, a que prorrogou a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, o aumento de 32% para 40% da base de cálculo...

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Não, eu mostrei ali, eu mostrei na apresentação que houve aumento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – ...O senhor fez uma apresentação de desoneração, em detrimento da CPMF. Então se na realidade nós fomos colocar os números, o preto no branco, o Governo arrecadou muito mais do que desonerou. Está claro, esta conta é explícita e pública, não tem dúvida sobre ela, Ministro, trinta bi...

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Podemos debater.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra o Deputado Antonio Palocci.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – O Presidente é que define como que vamos fazer o debater. Eu trouxe os dados agregados em percentual do PIB, posso lhe enviar os dados, projeto por projeto, esses dados não são reservados, foram votados aqui no Senado e na Câmara. Alguns só que não foram votados que são decorrentes de Decreto, Imposto de Importação e IPI são decididos por Decreto. Fora isso foram votados aqui, são projetos conhecidos, aprovados aqui no Congresso Nacional, mas isso não é o funda-

mental da questão. O fundamental da questão é que de fato o aumento mais recente da arrecadação, está claro que ele não é decorrente de alíquotas, até porque vamos considerar esses últimos anos, esses aumentos todos que houveram, que a senhora citou, são de 2004. Em 2005 e 2006 não houve nenhum aumento de tributo e a arrecadação aumentou, na verdade por efeito do crescimento econômico, formalização e etc. Esses são os efeitos, aliás, todos os Estados estão tendo aumento de arrecadação e não estão aumentando tributos. Isso é efeito econômico, isso é saudável, isso não é uma má notícia, isso é uma boa notícia, isso nos permite fazer políticas tributárias melhores. O pior seria se com esse arcabouço tributário, com essa carga que nós temos, a arrecadação estivesse caindo. O que nós iríamos fazer para resolver? Criar tributo aonde? Quer dizer, aonde iríamos apertar mais o país em termos tributário? Então o fato de que o país está evoluindo bem na sua arrecadação, nos Estados e na União, é a melhor notícia do ano, ou seja, a economia está nos devolvendo impostos, então vamos procurar melhorar a nossa política tributária e devolver para a economia impulso para crescimento econômico. Eu acho que esse é o ponto que nós devemos resgatar aqui. Portanto, eu acho que há condições de fazer uma reforma tributária e de fazer simplificação do sistema tributário nesse momento de forma bastante positiva. Se vamos fazer ou não, não é uma questão só do Governo, o Governo deve enviar o projeto, eu acho que nós temos todos que fazer um esforço para que ele possa ser de fato votado.

Insisto que não faremos um ajuste de redução de carga pensando em redução de carga e aumento de gastos ao mesmo tempo. Eu não fiz aqui uma acusação ao Senado e à Câmara de não ter projetos de redução de gastos. É evidente que a iniciativa desses projetos sejam do Executivo. Eu estou falando aqui da realidade do país, quer dizer, eu estou falando de nós todos, Governo, Câmara, Senado. Os debates que estão colocados nesse momento em geral não são debates de redução de gastos, são debates de aumento de gastos, essa é a realidade, e todos aqui, vários aqui que se pronunciaram disseram do fato positivo que é a regulamentação da Emenda 29. Eu também acho positivo, mas ela tem um custo, varia aí entre vinte ou sessenta bilhões. Alguns defendem que seria vinculado à receita, aí daria vinte bilhões a mais por ano, daria oitenta bilhões nos próximos quatro anos, quer dizer, a gente fala assim na maior: "não, vamos tirar cinquenta bilhões, quarenta bilhões da CPMF, vamos aumentar oitenta bilhões da saúde". Eu não sei fechar essa conta, com a minha pequena experiência aí no Ministério eu não sei como fechar uma conta em que

você tira quarenta e põe oitenta em gastos e fecha. Eu acho que não fecha. Isso é o ponto que nós precisamos aqui francamente debater.

A Senadora Kátia Abreu me fez uma série de perguntas, e eu sugeriria Senadora, eu acho mais adequado até que algumas perguntas de procedimento sejam feitas aos Ministros amanhã. Eu estou aqui na mesma qualidade da senhora, fui Relator na Câmara, a senhora é Relatora aqui, somos parlamentares e vamos debater, mas eu não posso responder sobre como eventuais negociações serão feitas, não tenho essa possibilidade, mas diria para a senhora que acho que uma série de questões que a senhora coloca têm razão de ser, são questões informadas e razoáveis do ponto de vista do debate. Agora de fato nós não temos saídas fáceis para a questão orçamentária pelo equilíbrio das contas. A senhora fala, por exemplo, por que o Brasil paga cento e cinquenta bi de juros e ainda tem papéis curtos? Bom, essa é a nossa dívida, quer dizer, felizmente no meu período no Ministério da Fazenda eu tive a possibilidade, felizmente, de não aumentar a dívida pública, a dívida caiu de 57% a 44% do PIB.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Com taxa de juro alto.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Com taxa de juro alto, quer dizer, tivemos que praticar taxa de juro alto para controlar a inflação, mas derrubamos a dívida para níveis mais baixos, sendo que a dívida está caindo agora também, a dívida continua caindo. Então, quer dizer, foi feito um esforço real de redução, agora por que é que nós pagamos mais de cem bilhões de dívida? Porque somos muito endividados, a nossa história foi endividamento, nós temos mais de um trilhão de dívida interna. Resolvemos uma questão muito importante, que era um dos dois grandes constrangimentos do país, que era a questão do nosso endividamento externo. Em termos de contas externas o Brasil nunca esteve tão bem. Nós saímos de uma posição de grande devedor externo, hoje o Brasil é credor em moeda estrangeira, não só em relação à dívida externa, como em relação aos mais de 30% de dívida interna denominada em moeda estrangeira, foi todo limpadinho isso, quer dizer, não temos mais dívida em moeda estrangeira nacional e as nossas reservas são maiores do que a nossa dívida externa. Portanto, o Brasil é credor em moeda estrangeira. Daqui há alguns meses a dívida total do Brasil vai ser negativa. Nesse momento a dívida pública é negativa, a dívida externa, mas daqui há alguns meses a dívida total, somada à dívida privada, vai ser negativa. Isso é uma mudança extraordinária das contas do Brasil, conquistada com o esforço de todo o país nesses últimos anos e tudo que resultou em coisas muito positivas. Agora ainda temos

dívida alta, ainda temos que comprometer boa parte dos nossos recursos para pagamento de dívida.

Alguns tratam essa questão como pouco importante, mas eu acho que toda vez que o Brasil... eu não estou dizendo a senhora ou outros aqui presentes, mas no debate sobre essa questão do nosso endividamento, muitos falam: “não, não devia dar bola a isso, o Governo não deveria se preocupar tanto em pagar a dívida, deveria por todo o dinheiro em educação, todo dinheiro em saúde”. Bom, toda vez que nós pensamos assim com argumentos muitas vezes muito razoáveis na área social e tal, o que sobrou foi mais dívida depois e agora nós estamos pagando. Esse é o problema, quer dizer, quando a gente fala, nas vezes que o Brasil decidiu não pagar, não ficou lá para alguém pagar, ficou para nós pagarmos, para a nossa geração pagar. Até hoje nós temos títulos da dívida que são títulos oriundos dos momentos que nós decidimos não pagar, porque achamos que era melhor não pagar ou em alguns momentos que não conseguimos pagar a dívida, sendo que ela vem dobrada agora para nós e a nossa geração tem que pagar. Então boa parte dos recursos que nós arrecadamos no nosso orçamento hoje são destinados à dívida do passado, há planos econômicos que no passado produziram efeitos maravilhosos, mas que agora estão apresentando suas contas, têm aqueles planos que num decreto presidencial controlava todos os preços e era a felicidade geral da Nação e tudo se resolvia. Bom, estão aqui no Supremo Tribunal Federal e no STJ. Cada votação é um bilhão, dez bilhões, vinte bilhões, que caem nesse orçamento dessa geração e que serão pagos. Então eu acho que esses procedimentos é que a gente precisa ter em vista e devemos evitar que essas coisas voltem a acontecer com o país. Por isso que eu digo e quero completar aqui, Senador, não quero me estender demais pelo adiantado da hora, por isso que eu digo o seguinte: quando nós falamos “agora não vamos perder a oportunidade de reduzir um tributo, vamos ter mais confiança no país e vamos agora acabar com a CPMF”, olha, isso tem muito o ambiente dos grandes momentos em que o país tomou decisões redondamente enganadas do ponto de vista de política econômica. Eu assim faço um apelo principalmente a todos no sentido de que a gente volte atrás e estude a nossa própria história. Não precisa estudar a história de outros países, de outros países às vezes não funciona.

A Senadora Kátia Abreu traz um argumento aqui de política econômica americana é verdadeira. Todas as informações que a senhora deu das atitudes de governos americanos em relação aos déficits fiscais são verdadeiros, só que os Estados Unidos pode fazer isso, os Estados Unidos faz um déficit fiscal e comer-

cial ao mesmo tempo e suporta isso, mas eles estão uma economia que pode suportar isso. O Brasil não suportaria um déficit desse gênero como os Estados Unidos tem suportado nesse momento. Ele tem 7% do PIB de déficit comercial e até poucos meses atrás 5% do PIB de déficit fiscal, quer dizer, é uma economia que o mundo financia. Só o Banco Central da China tem um trilhão de títulos americanos, bom, eu não sei, o Banco Central da China não está comprando título brasileiro, quer dizer, essa é a realidade das economias do mundo. Então eles podem ter esse déficit, mas o Brasil não pode, o Brasil tem que fazer superávit primário pelo menos, já que a gente não consegue fazer superávit nominal, pelo menos que a gente faça superávit primário para colocar a nossa dívida em queda e o país equilibrado. Agora eu não daria, eu concordo com o Paulo Skaf quando eles diz que o país não é só estabilidade, mas vamos tomar cuidado com essa questão que o país não é só estabilidade, é verdade, mas nada acontece em termos de crescimento e desenvolvimento sem estabilidade, quer dizer, o valor da estabilidade a nossa história já nos ensinou quanto é importante, e eu fico preocupado quando a gente fala: “não, não vamos perder, não vamos deixar de ter a coragem de agora eliminar esse imposto. Agora chegou a hora, vamos fazer, não vai ter outra oportunidade”, quer dizer, vamos tomar cuidado com o que nós estamos fazendo com o equilíbrio das nossas contas que a duras penas foi trazida a esse estágio, e não foi trazido só pelo Governo que eu participei não, há muitos anos aí muito esforço é feito para que as contas se equilibrem e para que o país possa, tendo estabilidade, começar a explorar os benefícios do mercado de capitais, a explorar os benefícios da ampliação do crédito, a explorar os benefícios da ampliação do setor imobiliário, que agora voltam a dinamizar a economia brasileira.

Eu fico bastante temeroso de que medidas radicais e de grande porte em termos de contas públicas coloquem isso a perder. Isso é o ponto fundamental, por isso sou simpático à tese como levantou o Senador Valter Pereira de redução de longo prazo, elas são consistentes, quer dizer, por isso que eu digo que se nós chegamos à conclusão, a CCJ, o Senado, a Câmara, o Governo, isso é uma conclusão que o país tem que chegar, que nós devemos caminhar para uma carga tributária menor, então vamos com muita responsabilidade colocar isso em perspectiva, de quantos anos for razoável no entendimento entre Governo, parlamento e a sociedade civil, empresariada, no sentido de buscar realizar isso de maneira adequada. Agora eu não tenho nenhuma dúvida, nenhuma dúvida, com a “pequena experiência” que tenho, eu tenho uma ex-

periência relativa na área econômica e política, mas com essa experiência eu não tenho nenhuma dúvida de que tirar de um ano para o outro, me corrigiram aqui que não é de um mês para o outro, é de um ano para o outro, tirar quarenta bilhões do orçamento público de um ano para o outro, ao mesmo tempo vamos aqui lembrar que estamos pondo aqui vinte, trinta, sessenta, como querem alguns, a mais na saúde, essa conta não fecha, e contas que não fecham cobram preços, e os preços cobrados é desequilíbrio, inflação, dívida crescente, aí nós começamos tudo de novo o esforço de por o país em ordem. Nós que conhecemos o custo dessas crises para o país, que vivemos tantas delas nos últimos anos, eu acho que a gente preferiria, nesse momento, explorar os benefícios da estabilidade e não colocar em risco as contas de maneira como elas já foram colocadas muitas vezes. Eu não quero aqui de forma alguma com esses argumentos desqualificar ou criticar proposições que sejam contrárias à manutenção desse ou daquele imposto ou que busque uma redução de carga tributária. Eu acho que buscar redução de carga tributária é saudável e legítimo, mas eu faria o apelo de que a gente busque fazer isso de forma equilibrada, de maneira que a economia do país suporte, de maneira que as contas públicas suportem e que a gente possa garantir a essência da estabilidade do crescimento econômico. É uma contribuição que eu queria deixar aqui...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Pela ordem, Sr. Presidente. A pergunta mais importante, talvez eu possa não ter me expressado bem, mas perguntei a V. Ex^a. por que começou essa votação da LDO com a inclusão desse § 5º indicando a utilização do superávit financeiro para substituir crédito, foi na sua gestão como Ministro da Fazenda junto com o do Planejamento. Então eu gostaria que você pudesse fazer esse comentário, por que a inclusão sugerindo a utilização de superávit financeiro, repito, para cobrir déficits na arrecadação?

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Essas coisas, essas questões do... essas questões em relação a... a... a medidas emergenciais e equilíbrio de finanças, Senadora Kátia, não podem ser tratadas como saídas do porte de uma mudança de quarenta bilhões, essa é a questão fundamental.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – O que seria suportável? Se não seria quarenta, seria quanto? Se o senhor acha que quarenta não é suportável, o senhor deve saber o mínimo. Quem sabe o máximo, que quarenta não dá...

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Não seria fácil para eu falar, por isso que eu disse que tem questões que só podem ser respondidas por Ministros,

porque seria fácil eu estar fora do Ministro hoje e falar que é suportável tirar trinta, vinte, dez, quer dizer, seria uma posição cômoda que eu não quero ter aqui. Eu acho que o mais importante é isso: se nós temos desejo e consenso em torno de redução de carga tributária, fazemos um planejamento de longo prazo. Eu acho que outra coisa as nossas contas não suportam e nós vamos pagar o preço disso, isso não sai de graça para o país. Não é para o Governo que não sai de graça, não sai de graça para o país. E insisto: desequilíbrios fiscais não são novidades para nós. O nosso país já viveu diversas vezes desequilíbrios fiscais com esse mesmo pensamento que a gente às vezes a gente levanta aqui: “não vamos perder a oportunidade, vamos ter coragem, então vamos”, então vamos, fomos e deu errado, várias vezes, não foi uma só ou duas ou três, foram várias vezes que a gente viu essa experiência.

Senador, foi um prazer estar aqui ao seu lado, muito obrigado pela gentileza do convite, eu espero ter trazido alguma contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço também a presença de V. Ex^a. e passo a palavra agora ao empresário Paulo Skaf, Presidente da FIESP. S. Ex^a. vai ter que após a exposição se retirar, posto que ele já tem compromissos em Brasília e em São Paulo, daí porque vamos ter que liberá-lo após essa interpelação, e vou conceder os dois minutos a V. Ex^a. para a tréplica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É que eu queria fazer exatamente ao Dr. Paulo Skaf.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sim, mas então deixa eu fazer a intervenção...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas daí ele vai embora e eu não posso...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Mas ele vai explicar, ele vai explicar então a V. Ex^a. Concedo dois minutos a V. Ex^a. para a tréplica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de primeiro dizer da minha afinidade com o propósito seu e da FIESP de preocupação com o crescimento do país, de não ver a capacidade ociosa da indústria em larga escala com altos graus de desemprego na economia e a sua participação no debate sobre a taxa de juros, sempre visando um crescimento, o melhor da economia, e, finalmente, nós estamos chegando numa direção melhor, tão bem propugnada ao longo desses anos, desde que assumiu a FIESP, eu acho que foi importante isso. Eu quero dizer isso para dizer que há muitos pontos de afinidade, embora neste caso aqui eu estou tendo uma divergência com

respeito ao seu objetivo e de outros, inclusive dos que vieram aqui.

Eu acho que é importante assinalar que a teoria econômica mostra que há circunstâncias, que não são as presentes, em que para que haja o crescimento de economia, melhor utilização da capacidade, diminuição do emprego e tudo, e a Senadora Kátia Abreu não lembrou desta época, mas é também parte da história dos Estados Unidos quando se procurou aumentar o gasto público, inclusive para além da arrecadação, para exatamente se ter um período tal como agora nós estamos nos aproximando de crescimento mais acelerado. Então isso também precisa ser levado em conta.

No que diz respeito à questão da regressividade e da progressividade, como houve pontos de vista divergentes, eu gostaria de assinalar que pelos argumentos até agora apresentados, ainda não ficou inteiramente claro, muito menos, me desculpe caro Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, de que a CPMF é um câncer e contra sobretudo os pobres. Eu quero até formular uma pergunta aqui ao terminar, mas gostaria de perguntar: a FIESP, por acaso, verificou quanto custa a CPMF? O senhor mencionou quanto há de CPMF, assinalou, mas muito brevemente, não disse com precisão, no preço do pão qual é a CPMF que incide? No preço, digamos, no preço de uma baguete de um real quanto é? No preço de um sapato de cem reais quanto é? No preço de um automóvel de vinte mil reais qual é a incidência da CPMF? Se uma pessoa gasta mil reais, ela vai gastar três reais e oitenta, assim indo mais direto. Se gastar dez mil reais, serão trinta e oito reais e assim por diante. Então o que me parece é que a pessoa, ao gastar mais, e esta foi a questão que a Professora Maria da Conceição Tavares nos expôs com clareza certa vez, na verdade eu não estou persuadido de que os mais pobres pagam mais, e gostaria até de então perguntar: das um milhão e trezentas mil assinaturas, prezado Deputado Antônio Palocci, quantas assinaturas há de beneficiários do programa bolsa-família? E por que é que considero relevante isso em relação à pergunta anteriormente feita? Porque me parece que cerca de quarenta e cinco milhões de brasileiros, ¼ da população, correspondendo a onze milhões e cem mil famílias, que vezes quatro dá esses quarenta e cinco milhões aproximadamente, estes, muito provavelmente, ao estarem conscientes de que são beneficiários do programa bolsa-família (falha no áudio) que o coeficiente de desigualdade no Brasil diminuiu desde a instituição dos mesmos nos últimos quatro ou cinco anos, pois bem, será que eles assinaram, será que eles vieram aqui dizer “nós estamos contra a CPMF” ou tiveram eles, como eu acredito, a percepção de que a CPMF, embora incida sobre o que eles gastam,

representem para eles um benefício muito acentuado que a sociedade brasileira e o Congresso Nacional, inclusive por proposição de quem? Do Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, que propôs e nós aceitamos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...o Presidente Paulo Skaf. Concederei-a posteriormente, que ele terá que se retirar para um evento agora e retornar a São Paulo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – É porque o meu questionamento ainda era ao Ministro Palocci, mas eu vou ouvir com prazer o Presidente Paulo Skaf, depois eu retornarei ao Ministro Palocci.

SR. PAULO SKAF – Muito obrigado Senador, obrigado Presidente. Senador Suplicy, em primeiro lugar eu afirmo ao senhor que os beneficiários do bolsa-família não precisam da CPMF para continuarem beneficiários. Essa é uma discussão que leva ao engano, porque como já lhe disse e estão demonstrados pelos números do orçamento, os quinhentos e quarenta bilhões de reais de arrecadação de impostos para o próximo ano, independente da CPMF, é dinheiro suficiente para a bolsa-família continuar e ser aumentada, aliás, o programa social, no item social, como foi demonstrado e o senhor observou, cresce de 2007 para 2008 16,6%, de crescimento, enquanto que gastos com Poderes 44%. Então eu quero dizer ao senhor que não tem nada a ver CPMF com bolsa-família. Não é porque um pedaço da CPMF vai para isso que no orçamento da União não tenha dinheiro para fazer a mesma coisa independente da CPMF, senão eu repito ao senhor que precisaríamos de uma CPMF para a educação, uma CPMF para a segurança pública, uma CPMF para qualquer item. Para isso é que tem a arrecadação do Governo, para isso é que a arrecadação do Governo Federal, de 2006, que era quatrocentos e cinquenta e cinco bilhões livres, que ficou no bolso do Governo, depois de passar para Estados e Municípios, quatrocentos e cinquenta e cinco em 2006, em 2007 quinhentos e quinze e no ano que vem previsto de quinhentos e oitenta a quinhentos e oitenta e cinco bilhões. Tirando a CPMF, o senhor mesmo assim terá quinhentos e quarenta bilhões de reais.

Quanto à questão se esses que estão aqui, um milhão e trezentas mil pessoas, de todos os Estados do Brasil, estão nominadas e com RG's. Aí caberia alguém a checar se tem aqui pessoas que recebem bolsa-família, fica um pouco difícil, pois o manifesto foi espontâneo, as pessoas não declararam se recebem

ou não bolsa-família, eu não saberia lhe responder, mas as pessoas estão identificadas aqui, não se trata de documentos que não tenham identificação de nome e R.G. e que possam ser verificados com quem tenha a possibilidade disso. E quero lhe dizer, que pelo que sinto em todos os cantos, que não são só esses um milhão e trezentas mil pessoas que foram formalmente e assinaram. É muito difícil encontrar alguém que saiba da CPMF, saiba que tem a CPMF embutida nos preços, saiba que paga-se a CPMF e conheça a realidade do orçamento, como é verdadeiramente, não com afirmações abstratas, "que não é possível", mas sem dados exatos. Uma coisa é pegar o número e falar: "é possível sim, a receita aqui não é X, é X e mais tanto", e eu repito então ao senhor: tanto para a bolsa-família como para a saúde não depende da CPMF. Nós não podemos e não devemos misturar esses assuntos.

Em relação ao percentual, Senador, estudos feitos mostram que o percentual de CPMF nos produtos vão de 1,5% a 2,2%, depende do produto, e sem dúvida nenhuma, não precisamos também fazermos muitas reflexões, que se o percentual é o mesmo no pão, no leite, na alimentação, na camisa, na calça, óbvio que aquele que ganha mais e está pagando a mesma CPMF, ele está pagando menos do que aquele que ganha menos. Uma pessoa que ganha um salário mínimo e compra um litro de leite está pagando a mesma CPMF do que aquele que compra o mesmo litro de leite e que ganha trinta salários. Então é óbvio que aquele que ganha menos paga mais.

Eu também queria lhe dizer, o senhor falou sobre gastos públicos, deu o exemplo americano, mas uma coisa são investimentos públicos, meu Senador. Uma coisa é se tratar de estradas, ferrovias, portos, aeroportos, logística e criar condições para o país se desenvolver. Outra coisa são gastos públicos com juros, com custeio e o investimento. O gasto público de juros nos últimos cinco anos, se pagou oitocentos bilhões de reais, sendo cento e cinquenta, cento e cinquenta bilhões por ano. Então que gastos são esses que levam ao crescimento?

Eu queria aproveitar e dizer ao Deputado Palocci também que em momento nenhum eu subestimei ou desvalorizei a estabilidade econômica. O que eu disse aqui, que fique muito claro, é que é muito importante sem dúvida nenhuma a estabilidade econômica, mas quando se tem a estabilidade econômica tem que se pensar nas outras coisas, nós não podemos ficar curtindo sempre o mesmo problema. Se nós conquistamos a estabilidade econômica, se nós ultrapassamos essa barreira da estabilidade econômica ou da instabilidade, ótimo, página virada, vamos cuidar da estabilidade, mas vamos cuidar das outras coisas. É isso que eu

quis dizer, que um país não vive assim: “bom, agora temos estabilidade, está tudo bem”. Não, para estar tudo bem precisa de reformas estruturais, para estar tudo bem precisa de reforma tributária, precisa de reforma política, precisa de reforma trabalhista, para estar tudo bem precisa reduzir e controlar gastos públicos, eliminando desperdícios, para estar tudo bem precisa sim ter segurança jurídica, segurança pública no país. E o que a sociedade quer, Deputado Palocci, o senhor descreveu bem este cenário positivo de arrecadação, que é muito positivo, só que a expectativa da sociedade dentro desse cenário, primeiro: é melhor gestão e melhor qualidade nos serviços, que o senhor há de convir que apesar desse cenário positivo os serviços públicos para a população de saúde, de educação, de segurança, aonde sequer a pessoa se sente segura, o mais simples, o mais humilde num ponto de ônibus, dentro de um ônibus é assaltado e em muitos Estados do Brasil. Então isto tudo a sociedade exige, quer é qualidade e gestão melhor nos serviços públicos. Em relação ao aumento da carga, da arrecadação, a expectativa da sociedade é que seja devolvida para ela. Não significa arrecadar mais, fica com mais e gasta mais. Então o que se precisa, o PAC está aí, mas o PAC não sai do orçamento da União, está saindo sessenta bilhões em quatro anos. Dos quinhentos e quatro bilhões 86% são estatais e setor privado. Então nós temos essa realidade.

Eu queria também, Deputado Palocci, com todo respeito que tenho ao senhor, o senhor quando faz certas comparações, que fala que a conta não bate, os números também não batem da forma que são colocados. Por exemplo, quando o senhor disse, “eu não entendo como, nós vamos por vinte e três bilhões de reais a mais para a saúde e abrimos mão dos quarenta bilhões”. Bom, quando o senhor fala em vinte e três, são quatro anos. Se nós só formos considerar a CPMF para quatro anos, a quarenta por ano e sendo que está crescente a arrecadação, nós estamos falando em cento e setenta bilhões. Então é cento e setenta para falar dos vinte e três, fora o aumento de (falas sobrepostas). Não, não, não, um momentinho, não é pior não, e o senhor está esquecendo do aumento de arrecadação. Por exemplo, para o próximo ano, fora da CPMF, há uma previsão de quarenta bilhões de aumento de arrecadação. Este ano teve aumento de arrecadação. Então o que nós temos que considerar? Eu coloquei de forma transparente, pior ou melhor não importa, é a forma que deve ser. Então o que eu entendo é que essa discussão em relação a aumentos e tal deve ser uma discussão não filosófica, deve ser numérica. O que eu não quero aceitar só é essa colocação como que se fosse uma aventura falar em deso-

neração, como se fosse uma aventura falar em controle de gastos. Aventura é não ter controle de gastos, aventura são os gastos subirem duas ou três vezes mais percentualmente do que o crescimento do PIB. Isto é uma aventura, isto me preocupa com o futuro do país. Aventura é nós achamos que está correto um grande aumento da arrecadação acompanhada com igual ou superior aumento de gastos, e aventura é nós termos, vamos dizer, uma carga tributária elevada, e quando tem uma oportunidade que a Constituição já previa há muito tempo, o final de um imposto, nós recriarmos ele, porque se nós não recriarmos nós estamos correndo riscos. Eu não entendo estes riscos, quer dizer, vamos fazer conta, vamos ver a receita e as despesas, isso é um balanço. Se a receita e a despesa mostra que é possível se retirar parte da carga aproveitando esse momento de excesso de arrecadação e repassando à sociedade parte desse aumento de arrecadação, me parece positivo.

Então eu gostaria de insistir com isso que como nós estamos aqui todos discutindo, sem dúvida a visão de todos, o objetivo de todos, é o bem maior do país, ninguém aqui está discutindo interesses pessoais ou particulares, e dentro da visão do interesse maior do Brasil eu entendo claramente que para nós, para a sociedade brasileira, não só para um milhão e trezentas, eu acho que para muitos milhões de brasileiros que tenham consciência, informação e conhecimento dos dados, da verdade, não estão de acordo com recriação e nem criação de novos impostos. O que se espera sim, é ótimo, vamos crescer, estamos crescendo, ótimo, o que nós conquistamos de positivo está conquistado, vamos buscar conquistar aquilo que falta e que ainda não conquistamos. Tudo isso é muito positivo, e que o excesso e a abundância de recursos seja repassada à sociedade da forma da desoneração, através da desoneração. Até, eu repito, a reforma tributária que se discute, eu não vejo em nenhuma das discussões, em nenhuma das reuniões, em nenhum dos projetos, desoneração. A chance, a oportunidade é agora de se falar em desoneração (soa a campainha). Agora é lógico que existem contas a serem feitas e se as contas mostram que pode se desonerar, muito bem, e CPMF é meio jabuticaba, não é uma coisa que tem no primeiro mundo, nos países, então nós inventamos alguma coisa que aqui achamos uma coisa fantástica, e com todo respeito, Deputado Palocci, há poucos anos o senhor mesmo era contra a CPMF. Então não deve ser tão bom. De qualquer forma são situações, são momentos distintos e tudo, então eu só queria deixar isto, porque há muita responsabilidade sim e o foco que nós damos não é de uma forma aventureira, de emoção não, é baseado em números e dados e

desde que me mostre o contrário eu estou de acordo, até mudaria de opinião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria de informar ao Senador Eduardo Suplicy que não vai haver Ordem do Dia. Estamos começando, vai ser aberta, anunciada a Ordem do Dia, mas logo encerrada por inexistir acordo para votação de Medidas Provisórias. Então eu concedo, para uma rápida intervenção, porque já estamos completando quase seis anos de reunião consecutiva.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Isso é bom, isso é uma demonstração ao Brasil inteiro que o Senado está preocupado e está discutindo uma matéria da mais alta responsabilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V. Ex^a. tem razão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É do interesse de todos os brasileiros. Mas o meu questionamento, Ministro Palocci, é muito rápido. V. Ex^a. não respondeu a uma pergunta que eu fiz, e fez referência novamente na sua exposição, de que não pode perder arrecadação de um mês para o outro ou de um ano para o outro. Aí eu tinha feito um questionamento a V. Ex^a., por que é que não foi feito o ajuste durante esses cinco anos, quatro anos e oito meses, que já se sabia que a CPMF, o Governo Lula já sabia que a CPMF ia ser extinta em 31 de dezembro de 2007. Por que é que não foram feitos os ajustes para que se não alegasse que a perda era de um mês para o outro ou de um ano para o outro? A segunda pergunta que eu acrescentaria, e é ping-pong, V. Ex^a., como parlamentar, V. Ex^a. já teve a oportunidade de debater e votar ou a criação, eu não sei se era parlamentar na época, ou a prorrogação em algum momento da CPMF. Como V. Ex^a. votou? E a terceira pergunta, aí é uma dúvida que eu tenho, porque ontem, na audiência de ontem, o economista Paulo Rabelo de Castro levantou uma questão aqui que deixou-me, pelo menos a mim, preocupado. De que o fato de se ter desvirtuado os recursos da CPMF, que era 100% para a saúde, ter só alocado 42%, e 58% está na bolsa-família, está em outros programas do Governo, isso pode trazer um questionamento a nível do Judiciário e criar um novo esqueleto daqueles que V. Ex^a. se referiu de compromissos que vão ser argüídos na justiça de devolução por esse CPMF pago não da forma como foi aprovada em Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o ex-Ministro e Deputado Federal Antonio Palocci.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Veja, começando por essa última questão, não há risco de

ser considerado desvirtuamento de destino o uso para a bolsa-família e previdência porque isso foi feito em função de uma PEC, uma proposta de Emenda Constitucional, que é a PEC 37, de 2001, art. 76, incisos I, II e III. Naquela PEC foi modificada a destinação, assim como no caso do Fundo de Combate à Pobreza, foi aqui no Senado que foi originado o Fundo de Combate à Pobreza...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Proposta do Senador Antônio Carlos Magalhães e da Comissão de Combate à Pobreza, com a anuência de todos nós.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – ...Pois é, e essa, por acaso, não foi de origem do Executivo, foi de origem aqui do Legislativo, nem o próprio Senador Marco Maciel estava aqui, era o Vice-Presidente na época, então foi uma criação aqui do Senado para sustentar o Fundo de Combate à Pobreza, criando o 0,08% dos 0,38% da contribuição. Então veja: todas essas mudanças que foram feitas foram através de Emendas Constitucionais, e um grande jurista me ensinou uma vez, Senador Marco Maciel, que constitucional é tudo aquilo que está na Constituição. Então no caso isso está tudo constitucional porque isso está na Constituição, eu não vejo problema de crise jurídica.

O que o PT votou no passado? O PT na oposição, Senador, votou uma vez contra e uma vez a favor. Eu me lembro bem disso porque quando surgiu o imposto nós fizemos um grande debate, o Senador Suplicy participou ativamente disso. O debate naquela época era esse de fato, se a CPMF atingia os mais pobres ou não, se traria grande desintermediação financeira ou não, e o Professor Adib Jatene fazendo uma grande campanha com relação à necessidade de recursos na saúde. Então num momento nós votamos contrários, quando estávamos na oposição, e em outros momentos nós votamos favorável, o PT realmente se dividiu nesses momentos e tivemos essas duas votações, mas já votamos favorável, mesmo estando na oposição.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – E consensualmente votamos favoráveis ao aumento.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Na Emenda do 0,08%, destinada ao Fundo de Combate à Pobreza, o partido votou favoravelmente, também na oposição. Então são três votações, nas quais o partido votou uma contrário e duas a favor, para registro histórico só. Mas aqui eu queria fazer outro registro histórico. O Dr. Paulo Skaf me pergunta: “por que se esse imposto é importante, por que propor até 2011?” A única vez que eu assinei a proposta, que foi em 2003, de prorrogação da CPMF, eu o fiz de forma permanente. Eu defendo, essa é a minha opinião, a CPMF não deveria ser extinta, na minha opinião ela deveria

existir com alíquota menor, mas ela é um imposto que não deveria ser extinta, e encaminhei para esse Senado aqui, eu encaminhei aqui em 2003 a proposta de que ela valesse permanentemente, foi a Câmara e o Senado que preferiram, na época, que ela tivesse uma periodicidade de quatro anos, nós explicamos naquela época...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer, Sr. Presidente, só para esclarecer, que aqui no Senado nós aprovamos a reforma tributária que está na Câmara dos Deputados e aprovamos com diminuição da alíquota da CPMF, a partir do ano de 2008 a alíquota seria de 0,08% permanente, mas diminuindo de 0,38% para 0,08%, para a partir do ano que vem seria somente de 0,08%, essa foi a reforma tributária aprovada...

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – Aprovada aqui no Senado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – ...Aprovada por unanimidade, inclusive com a participação do Governo atual.

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI (PT-SP) – É verdade, e eu ressaltei, Senador Flávio Arns, foi importante a sua colocação aqui, eu ressaltei aqui que nós tivemos esse debate e que infelizmente a reforma parou, e não parou por força do Senado, o Senado fez a votação, fez um projeto completo, definiu a CPMF, e aqui eu respondo à última questão do Senador Flexa Ribeiro, por que é que o Governo não se prepara para o fim da CPMF, não se preparou? Não se preparou mesmo, é verdade, nem esse, nem o anterior, nem o outro, nem o outro. Faz onze anos que ela está sendo renovada. É porque nós precisamos dar um caráter definitivo a ela: ela vai ser extinta, ela vai ser permanente com valor baixo, o que ela vai ser? Se está na hora, depois de onze anos de experiência, vai prevalecer a opinião que o Senado expressou aqui na reforma tributária, que ela se torna permanente com a alíquota de 0,08%, essa é a idéia votada aqui, ou não. Então é por isso que numa reforma tributária a decisão da CPMF precisa ser feita de forma mais definitiva. Se só prorrogar por mais quatro anos, esteja certo, seja qual for o Governo vai esperar que daqui há quatro anos ela seja renovada de novo. Numa reforma tributária isso pode ser definitivamente resolvido. Essa questão do imposto provisório se tornar permanente, essa não deve ser tratada como uma questão moral, desde que seja tratada com transparência para o país. Aliás, o Imposto de Renda surgiu há séculos atrás na

Inglaterra como um posto provisório, na França depois ele foi implantado, o Imposto de Renda, como imposto provisório, e faz alguns séculos que ele existe, mas originário é provisório. Se nós chegamos à conclusão, vamos supor que haja consenso, de que a CPMF é um bom imposto, não há problema nenhum em dizer ao país que ela passa de provisório a permanente, se chegarmos a essa conclusão. O problema é que o Brasil nunca discutiu CPMF no âmbito de uma reforma tributária, então fica nessa discussão se ela deve acabar ou não deve acabar, e sempre o Governo confia que daqui há quatro anos cria de novo. Então eu acho que chegou a hora de ter uma posição definitiva sobre CPMF, ela deve ser extinta ou não, se ela permanecer qual é a alíquota adequada. Eu coloquei aqui a minha opinião, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu quero, antes de encerrar a sessão, agradecer de forma muito sensibilizada a presença dos expositores, do ex-Ministro Antônio Palocci, do Dr. Gabriel Ferreira, do Presidente Paulo Skaf e sua comitiva, quero também agradecer ao Dr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral e ao Professor Márcio Nakane, e dizer que como nós não remuneramos os expositores, não vai incidir CPMF (risos), nem sequer houve lanche, mas já poderão ir jantar. Quero também, antes de encerrar a sessão, registrar a presença do Senador Rodolfo Tourinho, do Senador Eurípides Camargo e também dizer que estiveram presentes vinte e cinco membros da Comissão de Justiça e oito não membros, oito Senadores não membros da Comissão de Constituição e Justiça, e também quero lembrar que amanhã, às nove horas da manhã, nós vamos ter a última Audiência Pública com a presença dos Ministros Guido Mantega, do Ministro Paulo Bernardo, do Ministro José Gomes Temporão e do Secretario Executivo do Ministério de Desenvolvimento Social.

Então eu gostaria de encerrar a sessão, agradecendo também a presença e a participação das Sras. e Srs. Senadores e convidando-os para amanhã, a última Audiência Pública sobre a questão momentosa da DRU e CPMF. A DRU ficou um pouco oculta nos debates, mas também é uma matéria que não deixa de ser relevante.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão e convocada uma próxima em caráter extraordinário amanhã para as nove horas da manhã. Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 16h14.)

Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 1º de novembro de 2007, quinta-feira, às 09 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e quarenta minutos, do dia primeiro de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, Valter Pereira, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marcelo Crivella, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, José Agripino, Flexa Ribeiro e das Senadoras Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Ideli Salvatti, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Epiácio Cafeteira, Jarbas Vasconcelos, Almeida Lima, Gilvam Borges, Tasso Jereissati, Jefferson Péres e a Senadora Serys Slhessarenko. Registra-se a presença dos Senadores Gim Argelo, Renato Casagrande, Augusto Botelho e João Pedro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização da **3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** para instruir a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007** (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados) “CPMF e DRU”, “Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. À matéria foram oferecidas as Emendas nºs 1 e 2 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; as Emendas nºs 3 e 4 do Senador Valter Pereira; a Emenda nº 5 do Senador Osmar Dias; a Emenda nº 6 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; e as Emendas nºs 7, 8 e 9 do Senador Antonio Carlos Valadares; a Emenda nº 10 do Senador Alvaro Dias; e a Emenda nº 11 dos Senadores Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra. Presentes à 3ª Audiência Pública, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, aprovado em 10/10/2007, e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007, os seguintes convidados: Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; José Gomes Temporão, Ministro da Saúde. Justifica a ausência, Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Usam

da palavra, os Senadores Aloizio Mercadante, José Agripino, Marcelo Crivella, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande, Adelmir Santana, Sibá Machado, Valdir Raupp, a Senadora Kátia Abreu, Relatora, e o Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ. A Presidência encerra a Reunião, às dezesseis horas e trinta e um minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotípia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. As Sras. E Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião, como sabem V.Exas., destina-se à realização da 3ª Audiência Pública para instruir a proposta de Emenda à Constituição nº. 89/2007, que “Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, que versa sobre “CPMF e DRU”.

Foram convidados para a referida audiência, e se encontram já à Mesa, as seguintes autoridades: Dr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Dr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde; Dr. Paulo Bernardo, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Dr. Patrus Ananias, enviou à Secretaria desta Comissão expediente no qual diz não poder comparecer, como desejaria, à referida... A esta Audiência Pública, tendo em vista que já havia assumido compromissos anteriores, à mesma data, fora de Brasília. O Ministro, entretanto, manifesta sua disposição de debater a fundamental importância da CPMF em data compatível com sua agenda e previamente acertada.

Eu vou despachar o referido requerimento, o referido expediente do Ministro Patrus Ananias à Secretaria da Comissão para os devidos fins.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento interno do Senado Federal, a Presidência adotará os seguintes procedimentos: Os Srs. Ministros terão 30 minutos para sua exposição, art. 3898, inciso X. Em seguida, passaremos à fase de interpelação pelas Sras.

Senadoras e Srs. Senadores inscritos. A palavra aos interpelantes será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido, também disposição regimental do art. 398, inciso XI. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do Ministro interpelado. O interpelante poderá contraditar pelo prazo máximo de dois minutos. Réplica. O Ministro interpelado poderá... Terá o mesmo tempo para a tréplica, dois minutos.

Devo também registrar que se encontra integrando a Mesa a Senadora Kátia Abreu, Relatora da PEC, aqui... Da PEC que estamos agora apreciando, ou seja, a PEC nº. 89/2007, que trata da questão da CPMF e da DRU. Devo também acrescentar que os Srs. Ministros de Estado se encontram aqui presentes, tendo em vista requerimentos aprovados, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Antônio Carlos Júnior e do Senador Marconi Perillo.

Já se encontra inscrito para debater o líder do DEM, o Senador José Agripino Maia. E o Senador Aloizio Mercadante acaba de fazer uma solicitação no mesmo sentido e será o segundo inscrito para os debates.

Concedo agora a palavra ao Dr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda. S.Exa. disporá, como já anunciei anteriormente, de 30 minutos para a sua exposição. Com a palavra, S.Exa.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador. Bom dia a todos. Queria cumprimentar, em primeiro lugar, o Presidente Marco Maciel, desta Comissão de Constituição e Justiça; queria cumprimentar a Relatora, Senadora Kátia Abreu; queria cumprimentar as Senadoras, os Senadores, os técnicos, a imprensa, sempre presente, e agradecer a oportunidade para vir a esta Comissão para dar esclarecimentos sobre a contribuição, sobre a CPMF. Preparei um *PowerPoint* para ajudar na minha argumentação que está sendo colocado.

Mas queria dizer que a CPMF é fundamental para garantir o equilíbrio fiscal do Governo e para viabilizar o financiamento das políticas públicas... Quem é que está operando? Está atrasado... A CPMF foi criada, conforme os senhores sabem, na década de 90, num momento em que o Governo, ou os governos de então, passavam por dificuldades fiscais. Havia um desequilíbrio fiscal, uma crise fiscal do Estado e foi preciso criar este tributo, que começou como tributo sobre o cheque, de modo a ajudar a alcançar um equilíbrio fiscal maior. E, desde então, esse tributo tem sido prorrogado e tem cumprido uma função fundamental porque promove um volume de recursos importante para o Estado, de modo que tem auxiliado na obtenção do superávit

primário e equilíbrio do fiscal que temos praticado, há pelo menos nove anos, no país.

Eu não preciso dizer aos senhores do benefício de termos um equilíbrio fiscal no país. O equilíbrio fiscal significa uma elevação de confiança dos investidores no país; significa uma redução da nossa vulnerabilidade, e que, portanto, se traduz em reduções das taxas de juros que são obtidas pelos agentes econômicos brasileiros, empresários, consumidores etc. Reduções de taxas dentro do país e taxas fora do país. Portanto, é bastante importante a manutenção desta responsabilidade fiscal, deste equilíbrio fiscal que vem sendo conquistado no país, nos últimos nove, 10 anos.

O equilíbrio fiscal é importante também para períodos de turbulência, como esse que tivemos recentemente no país. Esta turbulência, que ainda não terminou, ela afeta principalmente as economias mais fracas, as economias que não estão sólidas, as economias que não têm uma solidez fiscal e de contas externas. Então, nós podemos dizer que graças, entre outras coisas, ao nosso equilíbrio fiscal é que pudemos passar praticamente ilesos, diante dessa turbulência que foi desencadeada há cerca de dois meses atrás. Então, isso provou a vantagem de termos um equilíbrio fiscal para enfrentar situações adversas. Passemos adiante.

Alguns analistas têm argumentado que o aumento de arrecadação que ocorreu no país, nos últimos dois anos, torna a CPMF dispensável. Nós poderíamos abrir mão dos 37, 38 bilhões da CPMF por causa do aumento da arrecadação. Eu queria dizer que isto é um grande engano, que esta visão é incorreta. E vou procurar demonstrar com números que esta arrecadação ainda é necessária porque ela é absorvida pelas despesas obrigatórias; conforme os senhores sabem, o Orçamento da União, no Brasil, é um Orçamento que tem 90% das despesas obrigatórias; é um Orçamento muito engessado. É, portanto, o Governo Federal nem tem a possibilidade de arbitrar a utilização dos recursos; eles têm que ser usados compulsoriamente, então, uma boa parte da arrecadação vai para despesas obrigatórias e uma outra parte vai para programas sociais e aumento de investimentos.

Então, passando adiante, queria mostrar, em números, esta realidade, fazendo uma comparação entre o Orçamento para 2008, a proposta orçamentária que foi enviada para 2008, e aquilo que está se cumprindo em 2007. Então, a primeira linha mostra as receitas; nós estamos trabalhando com uma previsão de receita bruta, para 2007, de 609 bilhões e, para 2008, 682 bilhões. Portanto, um acréscimo de arrecadação total, não é só da CPMF, mas de todos os tributos, da ordem de 73 bilhões.

Vamos ver como esses recursos serão utilizados. À primeira vista, os mais apressados diriam: "Bom, 72 bilhões a mais podemos usar isso para acabar com a CPMF e sobra dinheiro". Vou mostrar que é um grande equívoco porque, desses 73 bilhões, 17,3 são transferências para Estados e Municípios. Então, o Governo não tem nenhuma ingerência relação a esses recursos. Sobra uma receita líquida de 56 bilhões. Mas aí nós temos o resultado primário. Temos que produzir a meta de resultado primário prevista para 2008. Portanto, são mais 4,9 bilhões. O que resta? 51 bilhões disponíveis. Vamos adiante.

Então, nós temos 51 disponíveis, sem o resultado primário, deduzido o resultado primário. Então, passa para a página seguinte. Nós temos 42 bilhões de despesas obrigatórias. Daqueles 52, 42 são despesas obrigatórias. Então, vejam, pessoal e encargos sociais, é o aumento da folha de pagamento, que já está dado, e, portanto, são 11,6 bilhões a mais para a folha de pagamentos. O aumento dos benefícios previdenciários, 15,6 bilhões. Isso é o resultado, evidentemente, de um aumento do salário mínimo, que é um Projeto que foi apreciado nas duas Casas e aprovado nas duas Casas. Portanto, há um consenso sobre este aumento. Depois, nós temos pagamento de LOAS; é automático. E nós temos o cumprimento da Emenda 29 da Saúde, sem as modificações feitas ontem. Portanto, no seu formato anterior, a qualquer modificação, nós temos que acrescentar 3,2 bilhões para a Saúde, para cumprir a Emenda 29; o FUNDEB, também uma lei aprovada, tem o aumento de 1,1 bilhões, e os demais gastos nós conseguimos reduzi-los.

Aí, trata-se de, provavelmente, precatória, decisões judiciais, etc., que estão sendo reduzidas em 1,7. Portanto, sobraram 9,8 bilhões... Está disponível, ou seja, tirando as despesas obrigatórias compulsórias, que tem que ser feitas, quer queira, quer não, sobram 9,8; 9,8 mais aqueles 1,7 bilhões, que está sendo economizado das demais despesas. Passando para a página seguinte.

Passando adiante, nós vemos que, então, nós temos, de fato, realmente disponíveis para o arbítrio do Governo, nada mais do que 10,6 bilhões, que são aplicados da seguinte forma: 2,2 bilhões, é a terceira linha, para a família... Para o PAC; seria um reforço dos investimentos do PAC; nós, este ano, estamos com a previsão de 15,8 bilhões; são programas que os senhores conhecem bem: saneamento, habitação, etc., vão todos para os Estados, e é um aumento do investimento do Governo. Está previsto um aumento de 2,2 bilhões para o PAC. Para o Bolsa Família, está previsto um aumento de 1,8 bilhões, que corresponde fundamentalmente apenas à correção do valor que era

dado em 2003. Desde 2003, até esta data, não houve correção do benefício. Portanto, o benefício está sendo corrigido. Então são 1,8 bilhões.

Nós estamos colocando mais três bilhões para a Defesa, porque a Defesa precisa de um reforço; as Forças Armadas, para reequipar as Forças Armadas brasileiras, que não estão numa situação muito favorável, dos equipamentos, principalmente, um reforço de três bilhões. O programa de Justiça, PRONACE, mais 1,5 bilhões, e Educação, é o PAC Educação, 1,9 bilhões.

E, com isto, nós utilizamos todos esses 10 bilhões de recursos que, de fato, estão ao arbítrio do Governo Federal. Então, os senhores vejam quais são as finalidades que estão sendo dadas a esses tributos. Então, qualquer redução significa eliminar algum desses gastos que estão aí elencados. Passemos adiante.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Ministro. Sr. Presidente, pela ordem. Só um favor. Eu gostaria que voltasse àquela tela anterior. Ministro, eu não estou bem certa, eu acho que faltou um item aí, eu não sei se está nos itens adiante; cadê a despesa de Poderes do Executivo e dos Ministérios?

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Ali em outras, "outras despesas", ali, a última linha. "Outras despesas", os poderes estão ali. Pode passar adiante.

Bom, portanto, a partir desses dados que eu apresentei, podemos concluir que a interrupção da cobrança da CPMF, que seria uma frustração de receita de 39 bilhões, para 2008, porque estamos falando do próximo ano, ela comprometeria a estabilidade fiscal; nós vimos que não há, não haveria recursos suficientes para o cumprimento das despesas obrigatórias e muito menos dessas demais despesas sociais e investimentos que estão aí elencados. Teria que se fazer uma intervenção cirúrgica nas contas do Governo; fazer um corte dramático de todos os investimentos e de programas nacionais, mutilando esses programas para prejuízo da população. Passe adiante.

O mais importante a salientar é que a CPMF, ela é direcionada para o financiamento de programas sociais, fundamentalmente para a Saúde, 42% dos recursos são direcionados para a Saúde; 21% para benefícios da Previdência; 21% para o Fundo de Combate à Pobreza, e o restante representa a DRU, que, conforme verão também, são direcionados para a área social. Pode passar adiante, pode passar adiante.

Aqui nós temos uma comparação da evolução da arrecadação da CPMF comparada com os gastos da Saúde e com os gastos do programa Bolsa Família, que é apenas um dos programas de transferência de renda que estão sendo postos em prática. A linha... A curva vermelha representa a arrecadação da CPMF.

Então, os senhores podem ver que a CPMF, em 2003, representou uma arrecadação de 23 bilhões; ela vai subindo, chegando, em 2007, a 36 bilhões e há uma previsão para 2008 de 39 bilhões. Reparem os senhores que esses valores arrecadados são inferiores aos valores de despesa com Saúde, que é sempre maior; por exemplo, em 2007, 44 bilhões. Aí, estão as despesas de Saúde com pessoal, e a Bolsa Família, 8,6.

Para 2008, a projeção da CPMF é de 39 bilhões de arrecadação contra uma despesa de Saúde de 47, quase 48, mais 10, cerca de 58 bilhões, só nesses dois programas sociais. Portanto, CPMF sozinha não consegue dar conta do conjunto de despesas que foram apresentadas, que é apenas uma parte das transferências que faz o Governo, as transferências sociais do Governo. Passamos adiante.

Aqui nós temos um gráfico do investimento público, que vem crescendo. Embora ainda represente um percentual pequeno do PIB, nós temos feito um esforço para que esse investimento feito diretamente pelo Governo atinja algo como 1% do PIB. É o mínimo necessário para os investimentos em infra-estrutura, que são fundamentais para permitir o crescimento econômico de 5%, que está ocorrendo no país. A construção de infra-estrutura, a construção de equipamentos, etc. Passemos adiante.

Nós podemos ver aqui a composição das despesas do Governo. É para mostrar que, sim, as despesas correntes têm aumentado, neste Governo. Porém, o que tem aumentado é fundamentalmente a rede de proteção social. Então, a pirâmide vermelha representa as transferências de renda, ou seja, Assistência Social, Previdência, Saúde, Educação, Abono, Seguro Desemprego e demais auxílios que são concedidos à população. Os senhores podem notar uma evolução... Uma evolução expressiva. Nós estamos aí com o percentual do PIB. Nós tínhamos, em 2002, 8,47% do PIB e nós, em 2006, estamos com 10,3% do PIB. Como o PIB está crescendo, significa que essas despesas na rede de proteção social estão aumentando. Em contrapartida, as demais despesas de custeio primário, o famoso custeio da máquina, está se mantendo praticamente constante, com pequenas oscilações. O que mostra que o Governo, de fato, ele não está aumentando os gastos de custeio da máquina; ele está contendo gasto de custeio, tem algumas oscilações, mas, em 2006, temos um gasto de custeio que é inferior àquele que se fazia em 2002. Isso, levando em consideração que hoje a ação do Governo é muito mais ampla do que era em 2002. Basta ver as curvas de gasto com as transferências de renda. Portanto, mais programas sociais estão sendo implantados, e isto requer despesas de custeio. Passemos adiante.

Agora, nós temos... São as mesmas comparações, só que em bilhões de reais, a preços de agosto. Portanto, são todos em moeda... A mesma moeda corrente de agosto. Nós vemos aqui a parte vermelha do gráfico, são as transferências, a rede de proteção social, e o custeio primário. Então, o custeio primário, ele, na verdade, sobe um pouquinho, em 2002, de 43 bilhões para 36 bilhões em 2006. Repito, para permitir a implementação de um volume de ações muito maior do Governo, de muito mais programas nacionais. Passemos adiante.

Bom, só para fazer um breve apanhado do comportamento da carga tributária nesses últimos anos. De 98 a 2002, a carga tributária subiu 3,5 pontos percentuais do PIB. Subiu de 16,1 para 19, 7 do PIB. E essa elevação se deu pela elevação das alíquotas do COFINS, da CPMF, CIDE combustíveis etc. De 2002 a 2004, houve uma extensão da incidência do PIS e COFINS sobre importações, a pedido do próprio empresariado, para haver, digamos, condições iguais com a produção nacional, e a elevação de algumas alíquotas do PIS e COFINS. No entanto, a arrecadação decresceu 0,1 ponto percentual. Isso pode ser visto na tabela a seguir. Nessa tabela, nós temos, 98 a 2002, esse aumento de 3,5% de arrecadação, e esse aumento de arrecadação não se deu por crescimento da economia. Se deu por aumento de tributos.

2002 a 2004, nós temos um recuo da arrecadação. Um recuo da arrecadação, que os senhores podem ver por que. Tributo sobre o lucro diminuiu. Diminuiu porque, de fato, a atividade econômica estava mais fraca, e mesmo o PIS e COFINS, de fato, aumentaram nesse período, quando ele deixou de ser em cascata e passou a ser em valor agregado, houve um aumento, porém, foi compensado pela queda de outros tributos. De modo que, em 2002 e 2004, houve uma queda de arrecadação de 0,1%.

De 2004 a 2006, houve, sim, uma expansão da carga tributária, da arrecadação. E ela está explicada ali naqueles números. É bom que nós os detenhamos para sabermos exatamente por que é que subiu a carga tributária. Ela não subiu por causa de novos tributos ou de mudanças alíquotas a maior. Não subiu por causa disso. Muito pelo contrário, nesse período, nós estávamos reduzindo tributos. Ela subiu porque tributação sobre o lucro, é a primeira linha que lá está: 0,7% de elevação. Porque as empresas estão faturando mais, tendo lucros maiores e, portanto, pagando mais Imposto de Renda. Tributos relacionados à renda do trabalho. Ali, significa um forte processo de formalização da mão-de-obra. Está havendo um aumento do emprego, um aumento expressivo do emprego; este ano, por exemplo, nós já criamos mais de um milhão e 600 mil

empregos com carteira assinada, e esse aumento de emprego com carteira assinada, ele provoca um aumento da contribuição previdenciária. Portanto, é um aumento de arrecadação muito salutar, que implica na formalização da mão-de-obra. PIS e COFINS caindo na arrecadação, apesar da economia se expandindo. Portanto, aquele aumento de 1,3%, passando para a próxima página, não se deve a aumento de tributos. Muito pelo contrário, nesse período, nós fizemos diminuição de tributos. Se deve, em primeiro lugar, ao bom desempenho da economia. Quando a economia cresce, a arrecadação aumenta. Se deve ao aumento do emprego, conforme eu acabei de demonstrar. Se deve ao aumento do faturamento e do lucro das empresas, que pagam mais Imposto de Renda, não porque haja qualquer alíquota maior, mas porque elas realizaram um lucro maior. E, por último, mas não menos importante, se deve à formalização, neste período recente, na economia brasileira, nós estamos vendo um processo de formalização das empresas. Tem mais gente trabalhando dentro da lei e pagando tributos.

Eu queria salientar que a CPMF e outros tributos que aí estão não são obstáculos para o crescimento da economia. É claro que se você reduzir os tributos, você vai baratear o custo do investimento e vai estimular o investimento e o crescimento. Porém, eu quero dizer que, de modo nenhum, os tributos que aí estão são obstáculo para o crescimento da economia. Tanto é verdade que a economia brasileira hoje está crescendo a um ritmo próximo de 5% e, portanto, está havendo uma aceleração do crescimento da economia e se a CPMF fosse um obstáculo, esse crescimento não estaria ocorrendo. Aliás, se pegarmos um período em que a CPMF não existia, pegamos os anos 80, um ano de crise sucessivas, a CPMF não existia e a economia brasileira crescia menos. Então, não há uma correlação direta entre tributo e crescimento. Então, você pode ter, com a mesma carga um crescimento maior da economia. Vamos passar a diante.

A CPMF apresenta algumas vantagens. A primeira vantagem é que ela faz um combate à sonegação. Ela consegue detectar os movimentos de sonegação. O sonegador consegue escapar de praticamente todos os demais tributos; ele consegue sonegar Imposto de Renda, consegue sonegar ICMS etc., mas não consegue escapar da CPMF, a menos que ele não trabalhe com os Bancos, só com malas de dinheiro, o que é muito difícil no país.

A CPMF, ela tem uma incidência universal, ou seja, ela pega todo mundo. Todas as transações são. E ela tem uma facilidade de recolhimento. O contribuinte não precisa preencher nenhuma guia. O recolhimento é automático e ela não requer fiscalização também. E

pesa pouco nos produtos. É claro que ela tem um aspecto negativo, que ela é um tributo cumulativo, que incide várias vezes nas transações. Porém, como é muito pequeno, é um tributo pequeno, mesmo que ele seja cumulativo, ele acaba resultando, na somatória, num tributo pequeno. Vamos dar um exemplo prático aqui: Um automóvel, qual é a incidência da CPMF num automóvel, que é um dos itens que tem mais carga tributária? A carga tributária de um automóvel médio é de cerca de 42% do preço do automóvel. A CPMF representa 1,13% desses 42%. Portanto, realmente, não é muito expressiva. A CPMF paga pelo cidadão, diretamente nas suas transações financeiras, também não é muito expressiva, tanto é verdade que a maioria das pessoas nem sabe quanto paga de CPMF no banco. Não se dá ao trabalho de olhar porque realmente é um valor pouco expressivo. Passamos adiante.

Bom, o Governo do Presidente Lula tem como diretriz a desoneração tributária. Então, vejam, não se trata aqui de dizer que somos contra a desoneração. Nós sabemos que a desoneração tributária é uma necessidade, no Brasil, porque o Brasil, de fato, nos últimos anos, nas últimas décadas, ele acumulou uma carga tributária elevada. E, para que possamos dar condições de competitividade à produção, para que possamos diminuir os tributos pagos pelo consumidor brasileiro, é preciso fazer uma desoneração tributária. Só que essa desoneração, ela tem que ser feita de forma planejada. Ela tem que ser uma desoneração que desonere fundamentalmente os setores que têm uma repercussão econômica e social melhor, por exemplo, desonerar o investimento porque faz com que aumente a produção, o emprego, tem que escolher a desoneração mais vantajosa para a economia brasileira. E, então, redução de custo de investimentos, por exemplo, na construção civil; nós fizemos várias desonerações redução de IPI, PIS COFINS etc. para vários itens de investimento, para setores como construção civil, que é um setor que está crescendo. Nós fizemos a desoneração da cesta-básica, a ampliação do prazo de recolhimento dos tributos. Isso tudo que fizemos em 2004 e 2007. Estímulo à poupança em longo prazo, diminuindo Imposto de Renda; correção da tabela do Imposto de Renda, que não se corrigia há muitos anos, foi corrigida já duas vezes, 18%, e vai ser corrigida nos próximos anos.

E, para citar a última desoneração de relevo, nós temos a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, aprovada nesta Casa também, que vai desonerar a micro e pequena empresa brasileira. Só aí, são cinco bilhões de redução de arrecadação da esfera federal. O total desonerado, de 2004 a 2007, ele perfaz um total de 36 bilhões de reais. Portanto, estamos fazendo a de-

soneração, só que é uma desoneração planejada, gradual; é uma desoneração que não deixa, não permite o desequilíbrio das contas públicas, com um olho na desoneração, mas outro olho no desequilíbrio fiscal, e é uma desoneração que permite a viabilização dos programas sociais, sem a eliminação dos programas sociais. Passemos adiante.

Bom, o Governo hoje está trabalhando com uma proposta para a aprovação da CPMF. Ontem, foi aprovada, na Câmara, a regulamentação da Emenda 29 da Saúde, que estabelece um repasse da CPMF para a Saúde. Todos nós sabemos que a Saúde é um dos setores mais carentes da sociedade brasileira. Ela requer recursos adicionais e, em função disso, foi aprovada essa regulamentação, que implica numa transferência de recursos da CPMF, recursos adicionais, além daqueles que já são alocados na CPMF, de recursos adicionais equivalentes a, no primeiro ano, de 2008, de 10,17% da CPMF. Nós estamos trabalhando com uma CPMF em torno de 39 bilhões, portanto, quatro bilhões serão alocados em 2008; Cinco bilhões em 2009...

(soa a campanha).

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – ...Seis bilhões em 2010, e nove bilhões, em 2011, alocados, perfazendo um total de 24 bilhões alocados na Saúde, a partir de recursos da CPMF.

Então, estamos retornando àquela idéia inicial de que a CPMF deveria reforçar os recursos da Saúde. A Saúde é uma necessidade, então, entre desonerar, entre reduzir ou deixar a arrecadação e transferi-la para a Saúde, esta está sendo a preferência do Governo.

Então, além disso, para terminar, Presidente, a outra proposta é desonerar a parte da pessoa física da CPMF na movimentação bancária. Isso beneficiaria 80, 90% da população brasileira, deixaria de pagar o recurso. Nós ainda estamos finalizando os estudos para esse item. Nós propomos fazer outras desonerações de investimento; havendo sobra de recursos, havendo uma arrecadação a maior, havendo a contração das despesas de custeio, que é uma preocupação permanente do Governo, nós podemos fazer outras desonerações de investimento. Estamos, a todo o momento, buscando fazer desonerações de investimento no país. Desoneração da folha de pagamentos também é um objetivo importante, e aí nós podemos analisar a possibilidade de pegar uma parte do sistema S; o sistema S, hoje, ele tem uma arrecadação de 12 a 13 bilhões por ano, e talvez uma parte deste recurso poderia ser colocada para desonerar a folha de pagamento, porque ele incide sobre a folha de pagamento. Ele representa 3,5% das contribuições para a folha de pagamento. Então, a redução parcial, evidentemente,

desse recursos do sistema S poderia nos permitir a desoneração de folha de pagamentos.

E, para finalizar, Presidente, já passando um pouco do meu tempo, o compromisso do Governo em apressar a Reforma Tributária porque, no âmbito da Reforma Tributária, nós poderemos, sim, caminhar para uma estrutura tributária mais moderna, de modo a acomodar melhor a CPMF a essa estrutura. Uma simplificação tributária vai beneficiar os investidores, os consumidores, e poderemos acomodar melhor a CPMF, talvez até começando uma redução a partir da compensação que virá da Reforma Tributária para a CPMF. Muito obrigado, Presidente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço ao Ministro Mantega o fato de haver observado o tempo, visto que ainda temos duas outras exposições a cargo do Ministro José Gomes Temporão da Saúde e do Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento. Concedo, agora, pela ordem, a palavra ao Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão. S.Exa. disporá de 30 minutos.

(soa a campanha).

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Muito bom dia. Eu quero cumprimentar o Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão, meus colegas, meus companheiros de Ministério, Guido Mantega e Paulo Bernardo, Senadora Kátia Abreu, Relatora da PEC da Comissão, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e demais Parlamentares, a idéia é que eu possa apresentar, de maneira bastante objetiva, de que maneira o Ministério da Saúde utiliza os recursos da CPMF, que compõem parte significativa do seu Orçamento. Acho que é pertinente essa apresentação e essa discussão, até porque recentemente eu fui surpreendido por uma... Pela publicação, na imprensa, de uma pesquisa, que eu colocaria entre aspas, da Fundação Getúlio Vargas, eu fiquei muito preocupado com a qualidade da pesquisa que a Fundação Getúlio Vargas anda fazendo porque a pesquisadora que coordenou a pesquisa parece que, de metodologia de pesquisa nada entende. E chegou a afirmar um disparate impressionante que era de que nada dos recursos da CPMF não teriam sido utilizados nos gastos em Saúde...

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Posso fazer um aparte?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Pois não.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – (pronunciamento fora do microfone) apenas um esclarecimento para dizer que não foi exatamente uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Eu tenho que falar porque eu sou Professor da Fundação Getúlio Vargas. Não é

corporativismo, mas é para esclarecer que uma Professora da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas é que deu aquelas declarações. Então, não é uma pesquisa oficial da Fundação Getúlio Vargas...

(soa a campanha).

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO –

Bom, esclarecido esse ponto, vamos para...

(risos).

...O próximo, por favor. Então, na realidade, isso é preciso esclarecer, quer dizer, como o Ministério da Saúde, isso foi um grande avanço na estruturação do SUS, o Ministério transfere recursos, fundo a fundo, para Estados e Municípios, para que Estados e Municípios possam, então, a desenvolver um conjunto de atividades e ações em Saúde.

Então, a CPMF, ela tem sido a principal fonte de financiamento, nós vamos ver, cerca de 85% dos gastos no Brasil, em despesas de média e alta complexidade, que são executadas através dos Estados e Municípios, provêm da CPMF. Nos Estados e Municípios, praticamente o mesmo padrão, mas a destinação é a manutenção da rede assistencial de média e alta complexidade, principalmente os hospitais de referência de alta complexidade, aí nós temos os hospitais universitários vinculados ao MEC, a rede do próprio Ministério da Saúde, a rede das entidades filantrópicas que, no Brasil, representam 45% das internações, por exemplo; o conjunto de hospitais que fazem transplantes de órgãos, os hemocentros, os centros especializados em hemodiálise, todos tratamentos de câncer, cardiologia, ortopedia, neurologia, otorrinolaringologia, enfim, todas sub-especialidades, também a manutenção do SAMU, do serviço de atendimento móvel de urgência, que hoje já cobre 90 milhões de pessoas, e dos centros de especialidade odontológica, que são os centros especializados em tratamentos mais complexos em Saúde oral.

No período de 97 a 2007, a CPMF representou, em média, 40% das fontes que o Ministério da Saúde dispôs para a execução de ações de Saúde. A próxima.

Eu queria me deter um pouco nesse quadro porque nós saímos de uma discussão vazia de números, de percentuais, e entramos exatamente em que é que os recursos são utilizados. Aí, a discussão ganha uma outra dimensão. Então, os recursos da CPMF, em 2006, eles foram utilizados, e também aproveitados para fazer uma propaganda do Sistema Único de Saúde, que também, às vezes, as pessoas não têm a dimensão do que é esse serviço que presta tão bom serviço à população brasileira. Nós tivemos 865 milhões de atendimentos realizados. Sendo, entre eles, 854 milhões de atendimentos ambulatoriais, consultas e atendimentos

médicos especializados, 268 milhões; exames de laboratório, 348 milhões; exames de rádio diagnóstico, 45 milhões; ultra-sonografia, 10 milhões; cirurgias ambulatoriais, o procedimento, cada vez mais, se dissemina, sete milhões; tratamentos de hemoterapia, transfusões e tratamentos de doenças hematológicas, 20 milhões; oito milhões e 700 tratamentos de pacientes portadores de câncer; nove milhões de tratamentos que mantêm os nossos brasileiros vivos, que dependem de uma máquina de hemodiálise, aguardando um transplante de órgão, e outros procedimentos ambulatoriais, mais 134 milhões.

Os recursos foram usados também no financiamento das 11 milhões e 700 mil internações que o Sistema Único de Saúde ofereceu à população brasileira naquele ano. Três milhões... Entre elas, três milhões e 100 mil cirurgias; dois milhões e 200 mil partos; um milhão e 600 mil internações em pediatria, aí estão discriminadas, por exemplo, as mais importantes: pneumonia em crianças, crise asmática em criança; infecções do trato gastrointestinal; internações clínicas em adulto, três milhões e 700, destacando a insuficiência cardíaca e outros tipos de internação, um milhão e 14.

Então, nós saímos de uma discussão abstrata para uma discussão prática. Sem os recursos da CPMF, nós deixaríamos de ter realizado esse conjunto de procedimentos, que são absolutamente fundamentais para a manutenção das condições de atendimento público aos 80% de brasileiros que só dependem do SUS. Quero chamar atenção também, mesmo aqueles brasileiros que têm um plano privado, o seguro Saúde, usam também o Sistema Único de Saúde nesses procedimentos, principalmente nos atendimentos de urgência e emergências, quando sofrem um acidente, um acidente de trânsito, ou sofrem algum tipo de violência, são atendidos nas redes de hospitais de urgência e emergências públicos. Quando precisam de um transplante de órgãos, porque 85% dos transplantes são realizados no Sistema Único de Saúde, ou quando necessitam de um tratamento mais complexo, inclusive com fornecimento de medicamentos para tratamentos de doenças mais caras ou mais raras, é o Sistema Único de Saúde que também financia. Então, na realidade, todos os brasileiros dependem desse sistema. Próximo.

Praticamente a totalidade dos recursos da CPMF, então, são utilizados naquele conjunto de procedimentos que nós chamamos de média e alta complexidade. Então, de 2003 a 2007, nós temos aí essa composição, ou seja, em 2007, nós vamos gastar cerca de 18 bilhões e 200 em procedimentos de média e alta complexidade, e a CPMF é responsável por 85%, praticamente, desses recursos. Próximo.

Aqui nós temos... Esse quadro mostra que na média, em média, ao longo dos anos, desde 97, cerca de 40%, aproximadamente, em média, dos gastos do Ministério da Saúde, nas suas ações serviços de Saúde, provém da CPMF. Em 2007, nós vamos ter um gasto de 15.8; a diferença entre o 15.3 do quadro anterior é que também destinamos recursos da CPMF para o custeio de outras atividades do Ministério da Saúde, que não a média e alta complexidade. Mas a maioria maciça dos recursos da CPMF são destinados a gastos de média e alta complexidade. Próximo.

Esse é interessante mostrar como é que nós distribuímos pelo Brasil, Estado por Estado, os recursos da CPMF no custeio das ações de média e alta complexidade. E é importante notar, e isso é uma questão que vou fazer um comentário adiante, há uma grande concentração desses gastos nas regiões Sul e Sudeste, por quê? Exatamente porque isso acompanha a concentração tecnológica, principalmente na alta complexidade, onde estão instalados os principais centros de tratamento, os hospitais que realizam transplantes, os hospitais de alta complexidade, como o INCOR, em São Paulo, o Instituto Nacional do Câncer, no Rio; as Santas Casas ligadas às instituições de ensino. Há uma tendência de concentração nessas regiões porque é nessas regiões que nós temos a concentração tecnológica instalada.

É importante destacar que, no PAC Saúde, que nós vamos anunciar brevemente, nós temos toda uma estratégia de tentar reduzir essa tendência, fortalecendo a capacidade dos Estados da região Norte e Nordeste em instalarem centros de tratamento especializados. Um bom exemplo é... Recentemente eu estive em Rio Branco, inaugurando o Centro de Tratamento em Alta Complexidade em Câncer. Até então, todos os pacientes do Acre que dependiam de um tratamento de câncer tinham que se deslocar para Manaus ou para Recife ou até para São Paulo ou até para o Rio de Janeiro para fazer o tratamento. Agora o Acre dispõe de um centro que atende 100% das necessidades daquele Estado. E a idéia é que possamos estar fazendo isso, de maneira estruturada e planejada. Próximo... Acho que acabou.

Bom, no PAC Saúde, que eu apresentei ao Presidente Lula e que nós... Eu queria destacar isso porque isso tem muito a ver com a CPMF também. Para sair um pouco de uma discussão, insisto, nesse tema, que é um pouco vazia, de quanto precisamos para a Saúde; precisamos de alguns 10% da receita bruta, outros, precisamos de 9%, enfim. Trabalhei num Projeto, num novo plano de Saúde para o país, bastante consistente, que aborda a questão da Saúde em todas suas dimensões, da promoção e prevenção à dimensão econômica da

Saúde, que é uma questão importante, que gostaria de frisar. Normalmente se pensa em Saúde como gasto, mas Saúde é investimento. A Saúde é a única política social que tem uma finalidade. É importante, do ponto de vista de política social, de melhoria da qualidade de vida da população, mas ela também tem uma dinâmica econômica importantíssima, é 10% do PIB, são nove milhões de empregos diretos e indiretos, e as indústrias da Saúde hoje, junto com a indústria bélica, são as indústrias que estão na fronteira do conhecimento, do desenvolvimento de novas tecnologias, de novas abordagens terapêuticas na melhoria da condição de vida da população mundial, eu diria.

E, no Brasil, o que está acontecendo? Nós, esse ano, nós vamos fechar a balança setorial comercial das indústrias da Saúde, ou seja, a diferença entre o que as indústrias da Saúde instaladas no Brasil exportam ou importam, essa balança será negativa em cinco bilhões de dólares. Está havendo uma gradual dependência, uma gradual dependência do país de tecnologia desenvolvida lá fora e até mesmo de tecnologia de domínio comum, mas que continuamos criando emprego lá fora. Um bom exemplo, esse déficit comercial setorial de cinco bilhões negativos, 30% dessas importações estamos fazendo da Índia e da China. Um exemplo prático: o Brasil instala 22 mil marca-passos nos pacientes, através do Sistema Único de Saúde. Nós importamos todos eles. Pergunta: Existe alguma barreira tecnológica a produzir no Brasil? Nenhuma. Por que não se produz aqui? Porque é mais barato importar. Então, a idéia é que utilizemos o poder de compra do Estado que, nessa área, é muito importante, aliado ao BNDES e à indústria privada, para produzir aqui hoje o que nós estamos importando, e reduzir essa vulnerabilidade.

O PAC trata também da questão dramática, que é o atendimento de urgência e emergência, que é o tempo longo de espera por especialista, pelas condições de atendimento, muitas vezes, inadequadas, na rede pública e na rede conveniada. Trata também da qualificação e da formação profissional. Enfim, é um plano abrangente; a estimativa é que nós necessitamos de 36 bilhões para implementar esse plano. Vamos fazer isso em seis anos e, nos primeiros quatro anos, ontem, nós tivemos a aprovação, na Câmara, da Emenda 29, é que 24 bilhões desses 36 sejam adicionados ao que a Saúde já tem, através da correção pelo PIB, pela variação do PIB, em quatro anos. E que esses recursos venham, numa escala gradativa da CPMF, ampliando a destinação dos recursos da CPMF para um gasto social, que me parece fundamental importante.

Quero destacar que isso tem um significado político de grande importância, que é dar para a sociedade

transparência de para onde o dinheiro está indo. Se nós estamos dizendo que vamos gastar 24 bilhões em quatro anos, nós saberemos dizer e iremos dizer para a sociedade para onde cada um desses recursos estará indo, com objetivos, metas e indicadores e resultados esperados, num trabalho pactuado com Estados e Municípios, que é uma característica importante e inovadora do nosso Sistema Único de Saúde. Então, isso qualifica o gasto da CPMF, porque amplia seu gasto na área da Saúde, o que é fundamental para a sociedade brasileira, e permite mostrar com muita clareza para onde os recursos estão indo, em que atividades estão sendo destinados, de maneira tão clara quanto os dados que eu acabei de mostrar. Eram esses meus comentários, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço ao Ministro Temporão, inclusive, pelo fato de haver concluído sua exposição antes até do tempo que lhe foi destinado, e concedo, em seguida, a palavra ao Ministro de Planejamento e Deputado Paulo Bernardo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, é que, com o acréscimo de 24 bilhões no Orçamento, ele não precisa de muito tempo para explicar o que ele precisa.
(risos).

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Sra. Relatora, Senadora Kátia Abreu, Sras. e Srs. Senadores, Ministro Guido Mantega, Ministro Temporão, senhoras e senhores... Presidente, eu fiz uma apresentação, que eu não vou usar, porque, durante a apresentação do Ministro Guido Mantega, eu percebi que nós devíamos ter combinado um pouco que, na verdade, eu iria repetir uma série de dados e, portanto, vou deixar de usá-la. Eu pedi para a minha assessoria apenas para, se tivermos condição técnica de fazer se eliminar a maior parte da apresentação, para fazer, no final da minha fala, uma apresentação de um quadro que eu preparei, a pedido, talvez não a pedido, mas inspirado num debate que fiz com o Senador Romero Jucá, sobre as despesas do Governo e evolução das despesas, é um debate que eu sei que está sendo travado, dentro do Senado, e eu gostaria de fazer algumas ponderações sobre isso e mostrar esse quadro. Se não tivermos condições de mostrar, vou distribuir impresso.

Mas eu queria iniciar, Sr. Presidente, dizendo que acho que todos nós estamos de acordo que o Brasil hoje vive um ciclo de crescimento mais vigoroso e, sobretudo, nós queremos que esse ciclo de crescimento seja sustentado. É fundamental que o processo de crescimento que nós deixamos de ter, repito, com índices mais vigorosos durante quase 30 anos, não

seja interrompido por deficiências, por gargalos, por problemas nossos, nos próximos anos. Por isso, nós achamos que é fundamental, cada vez mais, melhorar o ambiente de negócios no país... E eu diria que esse ambiente melhorou muito já.

Se nós pegarmos o quadro que nós tivemos nas últimas décadas e compararmos com que está acontecendo hoje, nós vamos ver que estamos com grandes vantagens: Inflação controlada, contas públicas, consistentes, ajustadas, a dívida pública diminuindo em relação ao Produto Interno Bruto, a renda das famílias com crescimento real, as empresas com rentabilidade que, num nível que não acontecia há praticamente 25 anos, os investimentos públicos e privados em franco crescimento, e a nossa dívida externa praticamente eliminada.

Eu acho, no entanto, Presidente Marco Maciel, a principal conquista do Brasil, se nós contarmos dos anos 80, principalmente dos anos 80 para cá, foi a conquista, a chegada de um ambiente de estabilidade econômica e, sobretudo, de estabilidade das regras do jogo. É fundamental que o ambiente de negócios do país seja previsível, que as empresas tenham confiança para planejar e executar seus investimentos e fazer as suas atividades num ambiente de previsibilidade.

Nós tivemos, durante particularmente os anos 80 e uma parte dos anos 90, grandes dificuldades com o controle do processo hiperinflacionário, e isso nos levou, levou o Governo a executar uma série de planos, em parte, bem sucedidos, em outra parte, naufragados, e isso gerou uma série de contenciosos e, principalmente, gerou uma falta de confiança, falta de credibilidade nas nossas condições para fazer o crescimento. A partir do Plano Real, acho que conseguimos estancar o processo de crescimento, embora ainda tenhamos um processo de crescimento da dívida, durante um período, e a carga tributária, o Ministro Guido Mantega já mostrou isso, pelo menos se pode dizer que nós temos há já praticamente 15 anos, sem que ninguém ache que amanhã vai ter um feriado bancário e que o Governo vai mudar regras de contrato, vai fazer congelamento de preço ou outras coisas que deixaram uma memória triste, muito complicada, muito difícil de ser absorvida num ambiente de crescimento.

E o PAC, quando nós montamos, a partir da eleição do Presidente Lula, no ano passado, a reeleição, e montamos o que viria a ser o PAC, a idéia era aumentar a parcela pública dos investimentos, fazer com que o Estado que, durante praticamente 30 anos, foi definhando na sua capacidade de investimento, voltasse a ter valores mais expressivos no crescimento, no crescimento de seus investimentos, mas, sobretudo, destravar a possibilidade de investimentos da iniciativa

privada. Nós achamos que é fundamental aumentar o investimento público, mas é mais importante ainda garantir condições para que a iniciativa privada possa fazer investimento. Felizmente, nós temos observado, nos últimos trimestres, que o volume de investimentos no país tem aumentado substancialmente, tem aumentado com velocidade, mas nós precisamos criar condições para que isso se torne constante e que, cada vez mais, seja fácil fazer isso.

Por isso nós incluímos no PAC alguns Projetos muito importantes, todos os senhores e senhoras Senadoras conhecem esse debate, mas acho que é bom falar. Além da microempresa, que foi no fim de dezembro incluída, a lei do resseguro, que quebrou o monopólio do resseguro no país, que, aliás, nós colocamos no PAC, mas foram aprovadas, já estavam em andamento nessas Casas, tanto na Câmara como no Senado, foram aprovadas e já sancionadas no início do ano, mas são leis importantes. A lei da microempresa já tem, se eu estiver atualizado, perto de três milhões e 200 mil empresas que aderiram.

Nós temos, ainda, instrumentos importantes que estão tramitando aqui, aparentemente estão indo muito bem, temos todas as condições de ter aprovação ainda neste ano, que são a lei do gás, que regulamenta a concessão, construção, e utilização de gasodutos no país, a lei da defesa da concorrência, a lei que define as competências na área ambiental e, portanto, regulamenta o art. 23 da Constituição. E um Projeto de Lei complementar que nós mandamos, está na Câmara, mas eu sei que o Senador Jucá apresentou aqui também, que é um Projeto que visa definir uma trajetória de crescimento das despesas com pessoal, mais controlada do que nós temos tido nos últimos anos.

O Ministro Guido Mantega falou do compromisso do Governo de apressar a Reforma Tributária, e eu apenas queria comentar que nós achamos fundamental que isso seja feito, que a Reforma Tributária seja feita e que seja uma Reforma Tributária abrangente, que ajude também na tarefa de alavancar o crescimento de forma virtuosa, com possibilidade de redução gradativa da carga tributária, ao contrário do que aconteceu nos últimos períodos, mas nós precisamos entender que isso é uma responsabilidade de todos. Nós... É fundamental que o Governo se engaje nisso, que o Governo mande para cá o Projeto, mas a tarefa tem que envolver a responsabilidade da oposição, tem que envolver a responsabilidade dos Governadores, que são parte mais do que interessada nisso, e todos nós sabemos que, quando nós falamos de Reforma Tributária, nós não temos um consenso fácil de ser... A não ser construído com muito diálogo. Mas eu diria que é uma responsabilidade, até porque oposição federal é Governo

nos Estados, é Governo nos Municípios, e todos nós estamos, com certeza, interessados nisso.

Eu queria me referir à CPMF, que eu acho que é um caso bastante ilustrativo da nossa situação. Quando eu falo de previsibilidade, de ter mais certezas para o ambiente de negócios, e a CPMF, o Ministro Guido Mantega mostrou, foi importante no esforço de ajuste fiscal que os governos fizeram, desde 93 até agora, portanto, não foi só o Governo do Presidente Lula; nós temos uma contribuição, que é provisória, mas ela custeia despesas da Saúde, da Assistência Social, da Previdência Social, que são despesas permanentes. Então, vejam bem, e é provisória, diga-se de passagem, já vai completar o 15º ano como contribuição provisória. Acho que é fundamental nós refletirmos sobre isso. É uma contribuição provisória; há 15 anos que custeia despesas que são permanentes e, diga-se de passagem, são despesas que são, além de provisórias, são... As despesas permanentes são crescentes. Nós estamos no meio da votação, da tramitação da regulamentação da área de Saúde, o Ministro Temporão já falou disso, fechamos ontem a votação na Câmara, esse Projeto vem aqui para o Senado, e nós estamos, de cara, já colocando para o ano de 2008, para o próximo Orçamento, que também está nesta Casa, mais quatro bilhões; em um período de quatro anos, vamos acrescentar 24 bilhões de reais.

O que eu estou querendo dizer é que, quando nós formos discutir a Reforma Tributária, nós vamos ter que decidir o que fazer com a CPMF. Se ela vai ser mantida, se vamos acabar com ela. E eu acho que é pública e notória a minha posição. Eu tenho falado isso, já conversei com o Senador Agripino sobre isso, já conversei com o Senador Tasso Jereissati, o Mercadante, eu defendo que nós mantenhamos a CPMF como tributo permanente e com redução das alíquotas. Você pode fazer uma redução que vai ter o efeito de desoneração efetiva da carga tributária, mas manter a CPMF como um imposto com a importância que tem para fazer o gosto à sonegação, para fazer a fiscalização e, ainda, alguma arrecadação, porque, de fato, uma parte dela é vinculada ao Fundo de Combate à Pobreza. Acho que poderíamos garantir pelo menos isso. Agora, nós vamos reduzir a CPMF ou vamos acabar com ela? É preciso ter outra receita para custear as despesas que nós temos, na área de Saúde, da Assistência e de Previdência Social. Acho que esse é o debate que nós temos que fazer. E, repito, esta contribuição foi importante no processo de ajuste feito nos Governos Fernando Henrique e no Governo Lula. Não foi só no nosso Governo. Nós teríamos que, portanto, definir novas fontes. Repito, essa tarefa não é uma tarefa do Governo porque, hoje, os partidos que

são oposição, já foram Governo, e podem e devem vir a ser, acho que nós vivemos um regime democrático, onde se alterna o poder, as forças políticas, portanto, eu acho que é um debate de todos nós.

Então, Presidente, eu queria dizer que é fundamental para nós. Acho impensável nós fazermos uma redução súbita de um recurso da ordem de 40 bilhões e, evidentemente, nós vamos desequilibrar o Governo, mas não é só isso, vamos desequilibrar o ajuste fiscal do Governo e, provavelmente, vamos ter grandes dificuldades para continuar no processo de crescimento, no processo de melhorar o ambiente de negócios que nós temos.

Eu queria mostrar esse quadro que está aí, ele, como eu disse, nós tínhamos pensado uma outra apresentação, mas pedimos para distribuir aí, se os senhores puderem acompanhar, é um quadro que mostra as despesas agrupadas, as principais despesas do Governo, e nós só colocamos aí a despesa primária corrente, ou seja, nós tiramos a despesa que não é primária, despesas de juros, financeira, e tiramos os investimentos. Então, vejam Sras. e Srs. Senadores, nós temos aí um... Tem todos os anos, mas podia passar o quadro para o lado... Virá-lo para o lado esquerdo? Isso.

Eu vou pegar só o ano de 2008, que o Projeto de Lei já está aqui no Congresso, e mostrar o que acontece com as nossas despesas, a previsão das despesas para 2008. Nós temos uma previsão de total de despesa primária, em 2008, de 599 bilhões de reais. 599 bilhões. Tirando desse total as despesas que são obrigatórias ou que, mesmo não tendo conceito de obrigatórias, na lei 4320, mas, por força da LDO ou por outras medidas posteriores, não podem ser contingenciadas, e eu vou citar, as transferências a entes sub-nacionais, FPF, FPM, todas as transferências, Lei Kandir, o Fundo do Distrito Federal, tudo isso dá 125 bilhões. Tirando isso, tirando os benefícios previdenciários, que totalizam 198 bilhões, tirando a despesa de pessoal, que dá mais bilhões de reais, e tirando, ainda, benefícios da LOAS, 15 bilhões; o abono e Seguro Desemprego, 19 bilhões; a função... A Bolsa Família, 10 bilhões; Saúde, ainda sem os números do Projeto que foi apresentado ontem, aprovado ontem, 40 bilhões; mais 13 bilhões da educação e mais três bilhões da Ciência e Tecnologia; e tirando mais cinco bilhões dos precatórios federais, nós vamos ter um valor das outras despesas, das demais despesas, de 49 bilhões de reais, ou seja, o que eu estou querendo dizer com isso é que, de um total da despesa primária de 599, 600 bilhões, arredondando, nós temos 49 bilhões que seriam as chamadas "despesas discricionárias", que

podem ser, digamos, contingenciadas, que o Governo tem margem para fazer manobra.

Então, quando nós falamos, e o Senador Jucá me procurou para discutir uma... A bancada do PSDB parece que tinha discutido com o Senador Jucá, essa questão do controle de gastos, eu fiz esse quadro para mostrar o seguinte: Se nós quisermos fazer, de fato, um controle de despesa, nós precisamos... Nós vamos precisar pensar no quadro como um todo. E o Governo tem pensado nisso. Nós mandamos para cá, Senador Agripino, um Projeto de Lei que limita o crescimento das despesas com pessoal. Nós não queremos fazer arrocho salarial, nós não queremos diminuir, até porque é impossível diminuir despesas de pessoal, a não ser que fosse um cataclismo, nós queremos que as despesas cresçam de maneira mais previsível e sustentada. Por isso nós mandamos para cá um Projeto que limitava em inflação de despesas de pessoal, não é salário; inflação mais 1,5% ao ano, em crescimento.

O Senador Romero Jucá me procurou, disse que tinha esse debate no Senado, e reapresentou o Projeto, aumentando um pouco o percentual para 2,5. Então, aí seria inflação mais 2,5 de crescimento real ao ano. Nós temos aqui tramitando um Projeto que estabelece uma política para o crescimento do poder aquisitivo do salário mínimo. Nós apresentamos um Projeto que prevê regra, até 2023, para o crescimento do salário mínimo, que não poderá ser superior ao crescimento da economia. Por que é que nós achamos importante isso? Porque é importante manter uma trajetória de crescimento do salário mínimo, mas que seja compatível com o crescimento das despesas da previdência. Eu não tenho o número exato aqui, mas o salário mínimo hoje representa um pouco mais de 50% do total das despesas previdenciárias do Governo Federal.

Então, para nós, é fundamental que nós tenhamos uma trajetória de previsibilidade do crescimento das despesas, tanto de pessoal, como do salário mínimo. E, aí, esse critério, na nossa opinião, garante uma coisa importante, que é que a despesa corrente do Governo não cresça mais do que o crescimento da economia, não cresça mais que o PIB. Por que isso? Porque, aí, vamos ter, como proporção do PIB, uma maior possibilidade de alavancar investimentos, e é importante, nós estamos falando de coisas assim, a política para o salário mínimo seria até 2023, com reavaliação no primeiro ano de cada Governo. Um novo Governo entra, faz uma discussão, um debate, propõe para o Congresso manter ou mudar a regra. E, da mesma forma, nós estamos propondo, para a despesa de pessoal, uma trajetória de 10 anos. Portanto, não é uma política para o Governo Lula. É uma política para

este Governo e para os dois próximos governos que serão... Que o sucederão.

Acho importante também, nessa questão de controle de gastos, um Projeto que já foi aprovado pelo Senado, ainda está na Câmara, que é a mudança de procedimentos e de gestão na Previdência Social, que, principalmente, dando novos critérios para a concessão do chamado Auxílio Doença. Esse Auxílio Doença é um benefício que cresceu, de dois bilhões, para mais de 11 bilhões, em menos de quatro anos. Portanto, mostrando que estava sendo concedido de maneira insustentável e, com certeza, as regras estabelecidas estavam favorecendo a concessão, de forma defeituosa ou até fraudulenta, desse auxílio doença, portanto, achamos importantíssimo que tenha sido aprovado pelo Senado e estamos fazendo um esforço para aprovar também na Câmara.

Eu encerro, Presidente, eu acho que nós poderemos usar aí o tempo que economizamos nessa minha exposição num debate aí, ouvindo os Srs. e Sras. Senadores e, evidentemente, vamos nos colocar à disposição também para responder. Agradeço.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço ao Ministro Paulo Bernardo a colaboração que deu, inclusive, ficando... Utilizando o tempo aquém do que lhe foi destinado, e vamos passar agora...

(soa a campainha).

...Aos debates, observando ordem de inscrição e especificamente pela autoria de requerimentos. O primeiro Requerimento, convidando o Ministro Mantega e os Ministros da área econômica... Bem, há já 11 Senadoras ou Senadores inscritos e também, por imposição regimental, está inscrita, em primeiro lugar, a Relatora da PEC, a Senadora Kátia Abreu. Então, vou conceder a palavra a S.Exa. para fazer as interpeleções aos Srs. Ministros de Estado aqui presentes. E devo também mencionar que S.Exa. disporá de cinco minutos para fazer as suas interpeleções.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente. Quero cumprimentar os Srs. Ministros de Estado; Ministro Temporão, da Saúde; Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento; Ministro Guido Mantega, da Fazenda, e agradecer pela presença. Eu, antes de iniciar minhas palavras, quero dizer que sinto muito que os debates que iniciaram terça e quarta-feira e terminam hoje, na quinta, não puderam contar maciçamente com a presença dos Senadores da base do Governo. Algumas exceções, como o Senador Eduardo Suplicy e Valter Pereira, porque eu acreditaria que, se todos estivessem aqui para debater com os economistas que participaram das Audiências Públicas, eco-

nomistas que não têm filiação partidária, economistas que trabalham pelo Brasil, economistas que têm o seu pensamento racional, e eu não pude ouvir, de nenhum dos economistas que aqui estiveram, não consegui ouvir de nenhum deles, de que a CPMF não é nociva e nem consegui encontrar nenhum que dissesse que a CPMF não poderia chegar ao fim. Com alguma exceção, talvez, um Economista sugeriu um, dois anos. Os demais, todos indicaram que a CPMF seria o grande estímulo que o Governo precisa para fazer a grande Reforma Tributária que o país necessita. Mas eu senti falta dos colegas, a maioria dos colegas Senadores, especialmente o Senador Mercadante, que responde pela área de economia do PT, que é o principal partido da base do Governo, que ele pudesse ter vindo discutir e questionar os economistas, que eu acho que o debate teria crescido, teríamos tirado muitas dúvidas, especialmente Senadores, como eu, que não têm um profundo conhecimento na área de economia, então, eu quero aqui registrar esse sentimento de que ficou faltando uma parte importante no debate junto com os economistas. Por isso que, quando o Senador Jucá sugeriu que os Ministros viessem sozinhos, sem os economistas, eu fui contrária a essa idéia, porque eu acho que nós precisamos ouvir o contraditório. E eu tinha certeza absoluta que, no dia dos Ministros, toda a base do Governo viria para apoiá-los, como é natural em qualquer Governo, que a sua base venha apoiar os seus Ministros e o seu Governo. Nada disso há de errado. Mas eu sinto muito por conta de que, na terça e na quarta, ao final das Audiências Públicas, especialmente ontem, um colega Senador me perguntou: “Você gostou das palestras de hoje. Você deve estar feliz com as palestras de hoje porque todas foram contrárias à CPMF”. E eu respondi a ele: “Não estou feliz, não. Estou bastante triste. Quanto mais eu ouço a opinião dos economistas a respeito do que deve ser feito pelo Brasil, mais me entristeço porque vejo a distância da receita unânime, como se fosse uma receita médica, dos economistas do país, e eu vejo o oposto acontecendo”. Então, disse para o colega, que é da base do Governo, “não estou feliz”. Não quero tripudiar o meu país. Eu fico triste quando eu ouço essas receitas que são inviáveis de ser viabilizadas pelo Governo, inviáveis, do ponto de vista governamental.

Mas, vamos continuar no nosso caminho. Eu gostaria aqui de fazer uma observação ao Ministro Mantega, com relação à sua apresentação, especialmente àquela tela que eu pedi para voltar atrás. Aquela tela que ele apresentou, das despesas discricionárias, ela não está errada. Não estou querendo acusar a sua tela. Eu só estou querendo apontar que faltou, na sua tela, o restante do Orçamento das despesas discricio-

nárias. O senhor apresentou, na sua tela, apenas uma despesa discricionária...

(soa a campanha).

...Para 2008, no valor... As não obrigatórias, no valor de 73 bilhões de reais. E, na realidade, as despesas não obrigatórias, elas somam 123 bilhões de reais. Ali, apenas o senhor escolheu os itens que quis escolher, que é um direito seu, de colocar na tela para apresentação, mas não é a tela completa; despesas não obrigatórias de investimento e de custeio somam 30 bilhões, mais 92 milhões e 800 de custeio e investimento. Eu quero dizer com isso que, se ali todas as despesas estivessem completas, os Srs. e Sras. Senadores e Senadoras iriam ver que foi proposto no (ininteligível) 2008, um aumento de gasto, apenas na Presidência da República, de 58%, aumentando o gasto da Presidência da República em mais de um bilhão de reais.

Se nós tivéssemos a oportunidade de ver, mas vocês terão, na apresentação do meu Relatório, aquela tela completa, ver que é possível excluir Saúde, programas nacionais do Governo, e excluir os investimentos e, apenas nas despesas de custeio, que são 92 bi e 800, não é possível que o Brasil e o Governo não consigam reduzir, no mínimo, 10% dessas despesas, como toda empresa se programa neste país, como todo pai de família se programa para um déficit ocasional importante e que é preciso fazer na família, na empresa, e um país não pode ser diferente, a União não pode ser diferente. A União não pode ter um Orçamento aonde ela não possa prever alguma coisa que pode acontecer, de revés no seu planejamento. Então, desculpa, Sr. Ministro, não é uma correção, apenas um acréscimo e um complemento na tela que V.Exa. apresentou agora pouco.

Com relação à desoneração, Sr. Ministro, eu gostaria também de fazer uma contradição. Quando o senhor apresenta a desoneração que o Governo fez em todo esse período e que dá um somatório de 35 bilhões de reais, eu quero informar aos colegas Senadores e Senadoras, para não esquecer, todo mundo aqui sabe, todo mundo votou, participou, mas são tantas matérias e o tempo vai passando, que às vezes a gente esquece dos detalhes. Essa separação do Imposto de Renda não é desoneração, é devolução de direito do trabalhador, da pessoa física, que não teve reparada a sua faixa de isenção durante os anos que a inflação veio corroendo o seu direito, o seu direito. A isenção de PIS e COFINS, como foi publicado na imprensa, de três bi e meio da Agricultura, isso não é desoneração. Isso é apenas um ajuste porque o produtor rural pessoa física não tem como se creditar na cadeia anterior. Então, isso é um ajuste que foi altamente complementado,

Ministro Paulo Bernardo, altamente complementado com o aumento da alíquota de COFINS, de três para 7,5. O senhor aponta uma desoneração de 35 bi. Mas, para não entrar em detalhes, eu quero apenas citar que o imposto de importação, PIS e COFINS sobre as importações e serviços e o aumento de três para 7,5 deu um aumento nas receitas do Governo de 61 bilhões de reais, em detrimento desses 35 de desoneração, que eu não julgo que é desoneração. Isso não é desoneração, Ministro. O senhor me desculpe. Isso é devolução para quem é de direito.

Quero ainda lembrar aos colegas, essa é uma matéria bastante recente...

(soa a campanha).

...Com relação a três mitos que o Governo tem colocado, a base do Governo e o próprio Governo, especialmente na Câmara, e depois amenizou um pouco o discurso porque viu que não estava conveniente, que era o discurso do fim do mundo. E nós temos que lembrar que o PAC está garantido hoje como uma despesa obrigatória, através da Medida Provisória 387, que o meu partido, os Democratas, inclusive, entrou na Justiça porque permite gastos em investimentos em obras públicas em ano eleitoral, coisa que a nossa Constituição não permite. Mas essa Medida Provisória foi aprovada e os recursos do PAC hoje, nessa medida provisória, apontam que são despesas obrigatórias com CPMF, sem CPMF, com COFINS, sem COFINS, assim como os recursos da Saúde, da Educação, são todas despesas obrigatórias, e assim ele foi igualado.

Com relação à Saúde, que é o segundo mito, que a Saúde vai chegar ao caos, me perdoe, Ministro Temporão, eu sinceramente, com muita sinceridade, tenho os melhores elogios ouvidos a seu respeito, as melhores indicações sobre a sua administração, sobre o seu conceito, e quero aqui adiantar que não existe nada pessoal, embora não tenha uma relação próxima ao senhor, estive no seu gabinete apenas uma vez, com o Secretário de Saúde do meu Estado, porque coloquei praticamente 90% das minhas Emendas individuais para o Governo do meu Estado, no item Saúde, para equipamentos hospitalares. Não coloquei, para nenhuma Prefeitura, nenhum quase centavo das minhas Emendas individuais, e estive com o senhor uma única vez.

Mas quero aqui deixar a minha impressão e gostaria que o senhor pudesse fazer um comentário. Não é uma pergunta. É apenas uma afirmação e gostaria muitíssimo que o senhor pudesse rebatê-la, se assim entender que tem necessidade. Ontem, lá na Câmara, eu ainda não tive tempo de me aprofundar do que foi aprovado lá. Apenas pelos jornais, hoje de manhã, que li antes de sair de casa, e eu sinceramente acho,

posso estar redondamente enganada, mas o que foi aprovado na Câmara ontem não passa de uma farsa para constranger os Senadores de votarem contra a CPMF. O que foi votado lá ontem contraria completamente a PEC 29. Nós temos dois artigos na Constituição, que tratam da Saúde. O primeiro instituiu a CPMF, que dividiu do 0,36, 0,20 para a Saúde. Em recursos de hoje, isso daria 20 bilhões de reais. Vamos deixar esse número guardado aqui na direita. E vamos para o próximo artigo, que nós aprovamos nessa Casa, que é a PEC 29, que foi ontem votada a sua regulamentação parcial na Câmara. A PEC 29 diz o seguinte: "Que os recursos da Saúde são o que foi gasto naquele ano, ao final do ano, e mais a variação do PIB nominal, já embutida a inflação, será o recurso do ano seguinte". Isso é piso. Nós não temos culpa que o Governo pegou esse piso e fez dele um teto. Porque poderia já estar gastando, independente de qualquer coisa, poderia estar gastando, se assim necessitasse, se assim quisesse, se assim tivesse prioridade, já poderia estar gastando muito mais do que isso. Mas não quer aumentar os recursos para o ano seguinte, ele segura e freia o gasto para que isso não passe para o ano seguinte, porque gastou, acabou. Não tem como voltar atrás. O que foi gasto naquele ano, se foi 40, 50, 60, ele passa para o ano seguinte e põe a variação do PIB.

Então, se nós pegarmos os 20 bi hoje, em tese, que seriam gastos na Saúde pela CPMF, e agora vamos para o lado de cá, analisar a peca 29; hoje temos previstos 45 bilhões, até o dia 31 de dezembro, para serem gastos. Isso, mais a variação do PIB, o Orçamento de 2008 deverá chegar em 48 bilhões. Devemos entender que, nos dias de hoje, 45 bilhões gastos em 2007, já está cumprindo o 0,20 de cá, os 20 bilhões da Saúde. Não é esse mais esse que é o dinheiro da Saúde. É esse e esse. Agora, se eu estivesse gastando aqui não 45, e estivesse gastando 19, eu estaria descumprindo os 20 de cá. E eu estaria errada. Então, o Governo está cumprindo os dois. Ao gastar 45, está cumprindo os 20, do artigo anterior da CPMF, e aumentou os gastos a mais do que o artigo da CPMF indicava.

Quero dizer com isso que a farsa aprovada ontem, ao vincular os percentuais da CPMF na Saúde, vai continuar do mesmo jeito que eu acabei de dizer. A fonte é a mesma, o caixa é único, a gaveta é uma só, o Bolsa é um só, como preferirem. Então, eu não tenho como fazer essa contagem. Eu não tenho como fazer essa vinculação. A não ser que tenha algum parágrafo em artigo aprovado ontem, que eu não vi, e que a Imprensa não tenha colocado. Que esse percentual destinado e votado ontem, vinculado à CPMF propositadamente para nos constranger no Senado, que ele venha a ser acrescido de 47 no seu piso da

Saúde. Se for, é um ganho, que pode ter sido feito. Mas não necessariamente nos percentuais da Saúde. E nem teria sido necessário votar isso porque, como eu disse no início, a PEC 29 é piso, não é teto. Quem transformou ela em teto foi o Governo, porque ele não quer aumentar os gastos, porque sabe que a bola de neve vai aumentando ao longo do tempo.

Então, Sr. Ministro, eu sei da importância da Saúde e por isso demonstrei, na prática, com as poucas Emendas individuais que nós temos, eu demonstrei, na prática, que realmente eu preocupo com a Saúde, embora eu me preocupe com o agronegócio do país, mas acho que a Saúde é em primeiríssimo lugar, junto com a Educação.

Com relação ao Bolsa Família, que ali foi mostrado, não integralmente, apenas o Bolsa Família foi ali tirado das ações da Saúde, o Bolsa Família realmente, de 2007 para o (ininteligível) 2008, teve um crescimento de 23%. Mas a área de Social inteira, do Ministro Patrus Ananias, que infelizmente não está aqui, no (ininteligível) 2008, apresenta um crescimento de 16%, enquanto na Presidência da República, de 58%. E ali eu chamei atenção para os Poderes, que são os Ministérios que não estavam ali. Apenas em custeio, no (ininteligível) 2008, apresenta um acréscimo no custeio de aumento de despesas de 44%. Apenas Ministérios; "poderes", nessa hora, não é o Judiciário, não. "Poderes", na definição do Orçamento, são os Poderes do Executivo, um aumento de 44%. É, na minha avaliação, eu que sou também psicóloga, é uma compulsão obsessiva pelo gasto e precisa de tratamento urgente, um tratamento urgente.

Nós já tivemos aqui uma Reforma Tributária, que foi paralisada. E nós sabemos que foi o Governo que não quis levar adiante, pelos seus motivos, que entendeu que não era própria ou que não era a alternativa certa. Eu até concordo, sinceramente, que jamais conseguiremos fazer uma Reforma Tributária nessa Casa se não fizermos a reforma do Estado.

E quero deixar uma pergunta para os Srs. Ministros, se é possível viver com 24 mil servidores públicos contratados, o que dá uma média de um servidor para cada 7600 brasileiros, enquanto que, nos Estados Unidos, são 4500 servidores, que dá um servidor por 66 mil. Mas, na Alemanha, é um servidor para 486 mil alemães. Será que no Brasil, Srs. Ministros, nós precisamos de um servidor para cada 7600...

(soa a campanha).

...Habitantes desse Brasil, com serviços que nós sabemos muito bem como estão oferecidos ao povo brasileiro? Eu gostaria que a eficiência dos demais Ministérios fosse à altura da Receita Federal, que é um órgão do Governo de alta eficiência, de alta profissio-

nalização. Agora, a Saúde, Ministro Temporão, apesar de todos seus esforços, eu moro no interior do Brasil, moro no Tocantins, eu tenho 139 Municípios. Não tem uma cidade do meu Estado que eu represento, que não tenha problemas gravíssimos com a Saúde: Com falta de remédio, falta de médico, condições de internação, isso é voz geral no Brasil todo. Eu sei que seu esforço é grande, mas a distância entre o seu desejo, que eu tenho certeza que é legítimo, e a realidade brasileira estão bastante distantes, o senhor pode ter certeza disso.

Outra pergunta que eu gostaria que o Ministro Paulo Bernardo e o Ministro da Fazenda pudessem me responder, que caminho pode ter um país, com qualquer nome que seja, qualquer nome que seja, o que pode acontecer com um país que tem a sua arrecadação acrescida de 8%, que gasta nove, e que tem um PIB de cinco? Por favor, essa resposta gostaria muito que ela fosse dada, é um desejo meu, estou aqui para aprender também, quero saber como é que pode subsistir um país com esses três índices? Nove, oito e cinco. Transfiro a pergunta para a família brasileira. É mais ou menos assim: Como pode um pai de família ganhar 500 e gastar 700? E ganhar 500 ou gastar 700? Ou ele vai deixar no fiado da mercearia, ou vai para um agiota, ou vai comentar um crime. O Governo Federal não precisa fazer nenhuma dessas três coisas: nem para o fiado, nem para o agiota e nem cometer crime; vai no bolso do cidadão brasileiro e tira a sua diferença e o seu déficit. Assim é muito simples. Assim é muito fácil se fazer.

Então, esses gastos nós precisamos dar fim a eles. Quando nós estamos falando de fim aos gastos, nós temos aqui, Senador Romero Jucá, líder do Governo...

...Nós temos aqui um Projeto do Executivo, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o senhor também foi líder, que enviou para essa Casa a regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal para a União. Porque só foi regulamentado para os Prefeitos e Governadores. Só Estados e Municípios que são obrigados hoje a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para a União não tem limite de gasto, de endividamento, de receitas... Por que nós não aprovamos? O senhor é o Relator da matéria na CAE. Eu acho da maior importância que o senhor pudesse relatar essa matéria e pudesse colocar em votação. Só pode ser autoria do Executivo essa matéria, que é regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu espero sinceramente, inicialmente o Relator era o Senador Mercadante, mas, como Presidente da CAE, ele transferiu essa Relatoria para o Senador Jucá, que tem toda a competência, eu

tenho certeza absoluta, para relatar essa matéria de importância para o país. Sr. Presidente...

(soa a campainha).

...Eu gostaria de discutir com os Srs. Ministros a respeito do artigo 100 da LDO. O artigo 100 da LDO, Ministro do Planejamento, foi o senhor quem fez, e o Ministro da Fazenda, que enviam para o Congresso Nacional, para que possamos aprovar, junto com a LDO. Esse art. 100, ele diz o seguinte: Se faltar receita, o que o Governo deve fazer? Dois pontos. Faltou receita: Eu posso fazer isso, isso... Todos os instrumentos para substituir receita não vinda, se... Quer seja CPMF ou não, estão no art. 100 da LDO. Esse artigo, ele vem sendo repetido ao longo dos anos, do Ex-Presidente, do ex-Governo e agora desse, com uma pequena diferença: Que, lá no fim desse art. 100, no seu § 5º, o Sr. Ministro Paulo Bernardo e o Ministro da Fazenda enviaram para o Congresso Nacional, que também nós podemos, o Governo Brasileiro, poderá, para substituir falta de receita, usar o superávit financeiro, além de excessos de fontes, de outras fontes, até mesmo de dívida pública; até mesmo da emissão de títulos, que significa dívida pública. Mas, nesse parágrafo mesmo, além de excesso de outras fontes, além de eu poder emitir título e fazer dívida, eu posso usar o superávit financeiro. Vocês estão sugerindo isso. Hoje o superávit financeiro é de 258 bilhões de reais.

Mas, eu sei por que é que vocês incluíram esse artigo no art. 100, esse parágrafo no art. 100 da LDO. Vocês incluíram esse artigo porque, ao longo do tempo deste Governo, vocês já lançaram mão, por duas vezes, entre Medidas Provisórias e Projetos de Lei, vocês já lançaram mão do superávit financeiro, entre 16 bilhões e 18, num total de 34 bilhões de reais, vocês já lançaram mão desse superávit financeiro por várias vezes. Isso aqui são dados atualizadíssimos do Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional.

Então, o superávit financeiro é uma poupança que o país tem para ser usada com responsabilidade; eu quero saber se essa inclusão desse § 5º foi apenas para emissão das Medidas Provisórias, para atendimento às prerrogativas do Governo ou, na realidade, nós, então, podemos, com a sugestão dos senhores, utilizá-las, lançar mão do superávit financeiro também para cobrir parte da falta da CPMF no Orçamento de 2008.

Então, Sr. Presidente...

(soa a campainha).

...Quero aqui encerrar a minha primeira participação, quero dar oportunidade aos colegas também de participarem, mas dizer que eu gostaria muito que essas respostas possam ter sido anotadas pelos Srs.

Ministros, pudessem ser respondidas e, posteriormente, falar novamente. Muito obrigada.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para registrar, como fui citado pela Senadora Kátia Abreu, queria só dar o posicionamento que é o seguinte: Esse Projeto que o Senador Mercadante passou para eu relatar, acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal e a definição dos limites de endividamento da União, faz parte, inclusive, do entendimento que está sendo construído com o PSDB, mas, atendendo também a um apelo caloroso dos Democratas, e havendo possibilidade de entendimento, nós vamos já pautar rapidamente, para que possa ser votado, talvez, até na próxima semana.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra, para responder às indagações feitas pela Senadora Kátia Abreu, a S.Exa. Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Guido Mantega. E, posteriormente, facultarei a palavra, nos termos das prescrições regimentais, ao Ministro Temporão e Ministro Paulo Bernardo. Com a palavra...

(soa a campanha).

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. V. Exa. pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Acho que a metodologia para as perguntas seria a alternância por partidos, por bloco...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exato. De acordo com a regra... Com relação aos comparecimentos de Ministros de Estado, há todo um procedimento previsto em várias disposições regimentais. E a Mesa vai seguir essa alternância e, inclusive, após a arguição da Senadora Kátia Abreu, vai usar a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy, que foi autor do Requerimento e tem preferência e apresenta também a alternância partidária.

Com a palavra, portanto, o... Respondida, creio, a questão de ordem suscitada pelo nobre líder Arthur Virgílio, concedo a palavra ao Sr. Ministro da Fazenda.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente. A Senadora Kátia Abreu mencionou aqui alguma discrepância de dados nas tabelas que eu apresentei. Eu não vejo onde possa haver essa discrepância. Eu apresentei os valores, os valores são oficiais, de Orçamento Oficial, as somas todas batem... Talvez a disposição dos dados tenha sido de uma forma diferente àquela que ela se referiu. Ela olhou uma outra disposição. Mas todas as despesas estão aí e todas as receitas também estão aí.

Então, depois, nós podemos sentar para ver o que está faltando. Mas não tem como escapar: receita total não pode ser superior a 682. Se somarmos todos os itens, vamos chegar lá na receita total. Mesma coisa com a despesa, a despesa autorizada ou que será autorizada, se for aprovado o Orçamento, a proposta orçamentária, serão exatamente essas que estão aqui. Agora, a disposição é diferente. Talvez, ela não coincida com a disposição dos dados da Senadora. Nós podemos sentar, em qualquer momento, e verificar isto.

Agora, ficou claro, nos dados que eu apresentei, nas tabelas coloridas, que a despesa de custeio está sendo contida no Governo. Ficou muito claro. Nós estamos aumentando, sim, os programas sociais e os investimentos porque isso faz parte da nossa estratégia de desenvolvimento. O país hoje está crescendo, estamos num ciclo de crescimento; esse ciclo de crescimento com diminuição das desigualdades sociais. E ele requer mais investimentos em infra-estrutura, e o Governo está fazendo uma pequena parcela disso, e, para a diminuição das desigualdades sociais, temos que fazer os programas sociais. E, portanto, estamos aumentando os gastos com transferências de renda. Então, nós sustentamos perfeitamente isso. Agora, propositalmente nós isolamos as diferenças de custeio e demonstramos que elas, como proporção do PIB, estão até inferiores à que se praticava no Governo anterior. Portanto, está havendo uma preocupação e um controle sobre as despesas de custeio.

A Senadora mencionou aqui que a correção da tabela do Imposto de Renda não é uma desoneração. Eu concordo com ela. Na verdade, se você não fizer a correção, você aumenta o tributo. Quando você faz a correção, você diminui o tributo. Queria lembrar que, no Governo dela, não houve nenhuma correção de tabela, portanto, no nosso Governo, nós fizemos já duas correções; 18% da tabela. Portanto... E fizemos uma programação para correções de 4,5%. Então, o que fizemos aqui foi impedir o aumento do Imposto de Renda que estava sendo praticado. Dessa maneira, nós deixamos... Quando você fez a correção, você diminuiu, de fato, o imposto a pagar naquele momento, mas era uma correção no passado.

Em relação aos 36 bilhões que eu apresentei, eu não vou ficar aqui numa discussão de semântica. De fato, o Governo deixou de arrecadar 36 bilhões, em função das medidas tributárias que foram tomadas. Vamos dar um exemplo prático: Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, aprovada por esta Casa também, ela corresponde a uma redução de tributos, sim, os índices que são aplicados, por exemplo, na contribuição sindical, ela diminuiu...

(soa a campanha).

...Para a maioria dos pequenos empresários, e nós temos... Deixaremos de arrecadar cinco bilhões por causa desta redução. Bom, se isso não é uma desoneração, não sei o que é desoneração. Desoneração é você reduzir um tributo existente, o cidadão pagava 10, passa a pagar seis, pagar cinco, e, portanto, o Estado deixa de arrecadar o equivalente àquela redução. Isso, sim, é desoneração.

A MP 387, se não me engano, é aquela que nós estabelecemos uma excepcionalidade para podermos liberar os recursos. É isso, João Bernardo? A 387 é para liberar e dar excepcionalidade para os Estados e Municípios para que eles possam ter acesso ao PAC de saneamento. Caso contrário, são tantas dificuldades dos Estados e Municípios, que esse dinheiro ia ficar parado, não íamos conseguir transferi-lo. Então, usamos a mesma excepcionalidade que existe para a Saúde, porque a Saúde também não pode deixar de ser transferida para podermos transferir os recursos para Saneamento, que, aliás, diga-se de passagem, Saneamento, pra mim, é Saúde. Eu não sou médico, não sou especialista, mas esse programa robusto de saneamento que existe no PAC, PAC Saneamento, são quase 40 bilhões de reais que serão investidos, nos próximos quatro anos, e serão uma linha auxiliar do programa de Saúde do Governo. Portanto, é importante, sim, ter feito essa Medida Provisória, dando essa excepcionalidade, só sob o risco de não conseguirmos passar o conselheiro para Estados e Municípios.

Agora, quanto à questão dos recursos da Saúde, a Emenda 29, quando foi sancionada pela primeira vez, acredito que foi em 2000 ou 2001, sancionada... 2000, pelo Governo anterior, estabeleceu um critério de correção. O critério de correção era pegar o recurso despendido no ano anterior e acrescido do PIB nominal. Portanto, estabelecia uma elevação real de recursos para a Saúde, que PIB nominal significa a correção da inflação e mais o PIB. Se o PIB era pequenininho, crescia pouco. A partir do PIB mais robusto, que está acontecendo agora, significa um aumento real de recursos para a Saúde.

Eu... A Senadora pergunta por que é que não colocaram mais recurso? Bom, eu devolvo a pergunta. Por que é que o Governo anterior, que fez essa lei, não colocou mais recurso? Eu, provavelmente, acho que os recursos eram insuficientes para colocar mais recurso, eu imagino. Foi colocado um recurso razoável. É claro que não dá conta de todas as necessidades da Saúde porque a Saúde é um setor muito carente, que exige muitos recursos. De qualquer forma, de 2002... De 2003 até esta data, nós aumentamos os recursos da Saúde, por conta desta lei, desta Emenda, de 27 para 45 bilhões. Então, houve um crescimento substantivo.

E aquilo que estamos fazendo agora é um adicional. Além desses 45 bilhões que existem na Saúde, que são corrigidos para o PIB nominal, nós estamos acrescentando um valor adicional. Portanto, há um esforço adicional. Aquilo que a Senadora estava reivindicando está atendido, com a regulamentação da Emenda 29. São mais quatro bilhões, além desses 45, mais quatro bilhões em 2008, mais cinco bilhões em 2009, mais seis em 2010 e mais nove bilhões em 2011. Se isso não é aumentar o recurso da Saúde, eu não sei o que é. São 24 bilhões. A somatória do aumento de PIB nominal, que causa um aumento real mais esses recursos que estão sendo adicionados, levarão os recursos da Saúde, em 2011, de 44 bilhões para 73 bilhões. É um aumento de 50% real de recurso da Saúde. Portanto, o Governo se preocupa com a Saúde, os Parlamentares que aprovaram essa Legislação e tenho certeza que o Senado fará a mesma aprovação dessa lei que aumenta, de fato, os recursos da Saúde e eles serão provenientes de mais uma fatia da CPMF.

Em relação à Reforma Tributária, eu queria dizer para a Senadora da disposição do Governo em aprovar uma Reforma Tributária. É necessário fazer uma Reforma Tributária porque hoje a estrutura tributária do país, ela é ineficiente, ela não serve aos propósitos de uma economia dinâmica, que está crescendo, e que precisa ter menos obstáculos tributários. Então, eu diria que nós queremos fazer, existe uma concordância da maioria dos Governadores, independente de partido, e eu acredito que nós conseguiremos o mesmo consenso que obtivemos para a aprovação da Lei Geral, que não deixa de ser uma Reforma Tributária, foi uma Reforma Tributária para pequena e média empresa, e nós conseguimos fazer juntos. Aí, situação e oposição se uniram, fizemos essa reforma, que é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que reduziu tributos, que simplificou a vida do pequeno empreendedor, porque diminuiu todos aqueles tributos para um só tributo, e nós podemos fazer o mesmo esforço no caso da Reforma Tributária. Posso declarar aqui que é uma das prioridades do meu Ministério, uma prioridade do Governo, e, nos próximos 30 dias, nós nos comprometemos a apresentar um Projeto de Reforma Tributária, que os senhores terão oportunidade de discutir, questionar e de melhorar certamente.

Acho que os demais itens...

(soa a campainha).

...Dizem respeito aos meus colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Muito obrigado. Eu queria apenas fazer alguns co-

mentários ao que a Senadora fez em relação à Saúde. Primeiro eu queria destacar o seguinte, uma das marcas mais importantes do Sistema Único de Saúde é a sua característica... Sempre foi, no seu processo de construção, depois a sua definitiva consolidação, na Constituição Brasileira, e, de lá pra cá, é a definição suprapartidária desse processo. O Sistema Único de Saúde foi construído suprapartidariamente. É evidente que os governos, os diferentes governos, aperfeiçoam, qualificam e deixam até sua marca. Mas é importante dizer que hoje o SUS é uma política de Estado. Onde distintos governos, qualificam, aperfeiçoam. Tanto isso é verdade, e concordando com a Senadora, reconhecendo as dificuldades da precariedade em muitas situações do atendimento do Sistema Único de Saúde, que há uma luta histórica por mais recursos para Saúde, que transcende os governos. Um marco dessa luta por mais recursos para a Saúde foi a luta do ex-Ministro Adib Jatene, exatamente na criação da CPMF, que deixou marcas profundas importantes no sistema. Um outro marco fundamental nessa luta foi do Governador José Serra, que foi exatamente quem brigou e conseguiu regulamentar a Emenda 29. Essa luta por mais recursos, eu acrescentaria, e a necessidade premente de nós tratarmos de maneira mais consistente o aspecto da gestão, da qualidade do gasto, do gerenciamento, é que eu estou exatamente trazendo nesse segundo mandato do Presidente Lula, para dentro da área da Saúde. Então, essa dualidade mais recursos e melhor gestão é a equação fundamental para nós qualificarmos essa importante política pública.

Então, portanto, na minha percepção, Senadora, ontem, o que nós tivemos na Câmara dos Deputados foi uma vitória da sociedade brasileira, do país, do Sistema de Saúde, em relação à Emenda 29. Veja, a Emenda 29 foi aprovada em 2000, ficou aguardando uma regulamentação até ontem. Essa regulamentação era uma aspiração fervorosa de todo o movimento da Saúde pública, em todas as conferências de Saúde, de lá pra cá, essa questão foi colocada como questão central. Parlamentares, entidades civis, entidades não-governamentais, médicos, profissionais de Saúde, militantes da reforma sanitária aspiravam, cobravam dos Governos e deste Governo também, a sua regulamentação. E nós conseguimos, a meu ver, através de um bom acordo, de um grande acordo, garantir que nós tenhamos a Saúde, corrigido, ano a ano, pela variação nominal do PIB, e um adicional que, em quatro anos, chega a 24 bilhões... Mais importante, o adicional que está vinculado a uma nova política, a um conjunto de metas, de programas, de iniciativas que vão qualificar esse Sistema de Saúde construído numa parceria entre o Governo Federal, Estados e Municípios.

Então, eu, ontem, saí de lá, pelo contrário, tenho 30 anos de Saúde pública, sou um dos militantes que constrói cotidianamente esse sistema, e eu saí feliz, porque eu saí sabendo que nós demos um passo muito importante na definição de uma das pernas dessa equação da Saúde, a do seu financiamento. Nós vamos ter que agora é mostrar para a sociedade brasileira que nós temos condições de gastar melhor esses recursos, com mais eficiência, para que eles tenham um impacto na qualidade do atendimento, superando essas críticas que a senhora, com muita consistência e com muita razão, faz.

O que havia ontem de, digamos assim, de divergência era, de um lado, uma aspiração da frente Parlamentar, uma proposta de que houvesse uma destinação de 10% das receitas da União para a Saúde, o que, do ponto de vista do Governo, seria inconcebível, do ponto de vista do volume de recurso adicional que iria para a Saúde, de um ano para outro, mas também conceitual, entendendo que uma maior vinculação vai contra uma série de princípios de gestão macroeconômica e de sinalização para o mercado e para os investidores. A opção de vincular...

(soa a campanha).

...Esse recurso adicional a um plano consistente numa gradualidade(F) de crescimento de despesas me parece, com certeza, foi um ganho importante.

Para finalizar, Sr. Presidente, nós estamos esquecendo de uma outra coisa fundamental que foi aprovada ontem. Em definitivo, nós acabamos com a dúvida de do que é que são gastos em Saúde. A Emenda 29, ontem, definiu, com clareza, o que são gastos em Saúde, que vai também permitir que os 17 Estados do Brasil que não cumprem a Emenda 29 hoje coloquem seis bilhões de reais a mais, por ano, no setor.

Então, a Saúde ganhou. Nós temos mais recursos, a estrutura de financiamento é mais consistente, tenho certeza que nós ontem demos um passo importante e o Senado vai apreciar a matéria e tenho muita confiança que isso... Vai aprová-la e isso estará sendo dado fundamental para o futuro do Sistema Único de Saúde. Muito obrigado.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão. Tem S.Exa. a palavra.

(soa a campanha).

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Senador. Eu quero me dirigir à Senadora Kátia Abreu, que fez algumas observações, indagações, questionamentos, e dizer, Senadora, que nós temos que fazer esse debate da forma como está

sendo feito. Acho que é importante ouvir esse tipo de questionamento, a questão do crescimento da receita, o crescimento dos gastos... Agora, nós precisamos também ter uma certa prudência no aspecto técnico, porque, se eu entendi bem a indagação de V.Exa., há uma comparação de crescimento real da economia com o crescimento nominal da receita, o crescimento nominal dos gastos. Quer dizer, quando eu digo que a economia esse ano vai crescer perto de 5%, 4,7; 4,8, significa dizer que vai crescer 4,7 mais o crescimento da inflação, que nós não temos ainda, mas dever ser da ordem de 4%. Então, essa comparação tem que ser feita ou variação nominal ou variação real para todos os fatores.

Nós, além disso, Senadora, nós temos uma previsão de crescer a economia em torno de 5%, mas isso não se dá de maneira igual. Veja o que está acontecendo em vários setores. O comércio, neste ano, vai aumentar seu faturamento em 10%. Já oito meses seguidos, que o crescimento é da ordem de 10%, e tem empresários que dizendo que vai passar de 10% de crescimento. A produção de alimentos, a indústria de alimentos tem crescido 10% ao ano, e esse ano vai manter esse crescimento. A produção de caminhões desse ano vai passar de 25%, de ônibus vai crescer mais de 25%. E o que é importante, as famílias estão tendo aumento real de renda, as empresas têm uma rentabilidade que não se verificava há 25 anos. Isso também influencia a nossa receita. Isso também significa melhorar a arrecadação do Governo.

Então, acho que esse debate dos gastos, ele é bem-vindo. Nós queremos discutir com V.Exa., queremos discutir com os Senadores e com os Deputados também essa questão. Só esclarecer, Senadora, essa... Esse art. 100 da LDO, que fala na utilização do superávit financeiro, a utilização do superávit financeiro é regulamentada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que permite a utilização, desde que seja utilizado na área de onde veio esse superávit. Então, por exemplo, um superávit financeiro da CIDE só pode ser usado para aquela finalidade que foi criada a CIDE. Não pode haver desvio para outra área. Portanto, é perfeitamente possível fazer isso, vale para outros tipos de receita.

E também com relação às observações de V.Exa. sobre os gastos da Presidência. Quando V.Exa. fala Presidência, está falando de uma ordem, na verdade, uma unidade orçamentária que tem uma série de subunidades ali dentro e nós, de fato, incrementamos os gastos, a previsão de gastos para o ano que vem subiu porque estamos aumentando as dotações da Secretaria de Recursos humanos, de Direitos Humanos, perdão, a Secretaria de Direitos das Mulheres, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, as polí-

ticas para a juventude são políticas que estão sendo complementadas, consolidadas...

(soa a campainha).

...A partir deste ano e, portanto, nós vamos ter um volume maior de gasto e são atividades meio.

E, finalmente, o Ministro Temporão já respondeu bem, mas o que foi votado ontem na Câmara, essa regulamentação da Emenda 29, ela garante que sejam continuados os reajustes pela variação do PIB para os recursos da Saúde, mas vai acrescentar, durante quatro anos, um valor a mais, que será incorporado na base de cálculo. Portanto, nós vamos ter, na prática, um salto aí, equivalente hoje a nove bilhões, mais a correção pelo PIB, nos recursos da Saúde. Portanto, de fato, não é uma farsa, Senadora. Vai haver um aumento real dos gastos da Saúde, além do crescimento do PIB, que é a inflação mais o crescimento da economia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Relatora da PEC, Senadora Kátia Abreu, para aviar o desenvolvimento da presente Reunião, vai abrir, nesse momento, o direito que ela, regimental, possui, de fazer réplicas ou tréplicas. E isso permitirá fazer com que nós possamos cumprir, então, o problema da audiência dos diferentes Senadores e Senadoras dos mais distintos partidos.

Eu gostaria também de aproveitar a ocasião para dizer que realmente essa é uma atividade muito importante. O Presidente americano Woodrow Wilson disse, certa feita, que o Parlamento tem três grandes funções: A de legislar, a de fiscalizar, mas também, sobretudo, a de ser um grande fórum de debates. Então, essa é a função que nós já estamos a exercendo agora, ou seja, uma função de foro de debates, que é fundamental para que o Parlamento seja, de fato, um sentimento de uma nação.

Então, feitas essas observações, eu vou passar agora a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que estava inscrito...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, como o Senador Aloizio Mercadante me pediu, por um compromisso que precisa de viagem, aliás, o Senador José Agripino também, mas eu não sei se...

(soa a campainha).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Podem os dois até usar a palavra. Eu abro a mão para a...

(falas sobrepostas).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço, então, a contribuição que V.Exa....

(falas sobrepostas).

...Empresta à Mesa e sem que isso vá importar, fique certo V.Exa., em qualquer tipo de cerceamento de debate; nós podemos repetir o que fizemos ontem em até quase 17h00...

(soa a campanha).

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Eu ficaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Mesmo porque, na Ordem do Dia, na Sessão do Plenário do Senado...

(soa a campanha).

Com a palavra, portanto, por cessão, ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Queria inicialmente agradecer a gentileza do Senador Supply, a elegância do trato; quero saudar os Ministros de Estado, Ministro Guido Mantega, José Gomes Temporão e Paulo Bernardo; saudar a Relatora, Senadora Kátia Abreu, e demais Senadores e Senadoras, e dizer que, do meu ponto de vista, nós vivemos um momento excepcional da economia brasileira. Um momento que nós lutamos e aguardamos, durante muitos anos, para encontrarmos um país hoje que tem reservas da ordem de 170 bilhões de dólares, que consegue estar, portanto... Eu não diria imune, mas bastante sólido para enfrentar turbulências financeiras internacionais. Um país que retomou uma trajetória de crescimento sustentável.

Quero lembrar que, nos últimos três anos, nós já crescemos 4,2% e esse ano estamos crescendo 5%, com o ritmo de alguns setores, como foi mencionado, automóveis, crescendo 27%; caminhões, 34%; eletrodomésticos, 20%; venda de computadores, 30%; a venda de cimento, nos últimos nove meses, cresceu 8,9%. E um país, portanto, que, ao retomar o crescimento econômico, precisa de investimento em logística e infra-estrutura. Está aí o desafio monumental na área de energia, de transportes, de portos, aeroportos; nós triplicamos o volume do comércio exterior, praticamente, nesses quatro anos e meio.

E o nosso Orçamento, depois de um longo período de hiperinflação e de baixo crescimento, ele ficou extremamente fragilizado pela crise fiscal financeira, pela dívida pública, o peso que a taxa de juros ainda tem na gestão das finanças públicas, e, portanto, estamos reduzindo a relação dívida/PIB, nós estamos melhorando o perfil da dívida pública, mas nós ainda somos um país submetido a severas restrições fiscais e financeiras do setor público.

Num cenário como esse, eu entendo que o papel fundamental do Senado Federal, com a maturidade das lideranças que estão aqui, é, através do diálogo, da negociação e da concentração, buscar uma solução

equilibrada para essa questão; preservar o equilíbrio das finanças públicas, preservar as políticas sociais, que foram fundamentais para melhorar a distribuição de renda no país. Eu quero lembrar que os 50% mais pobres dessa nação aumentaram em 32% a sua renda, nos últimos quatro anos, um terço do poder de compra efetiva e, para isso, se precisamos, de um lado, reduzir carga tributária, e eu estou entre aqueles que acham que há espaço para reduzir carga tributária, há espaço exatamente pelo crescimento, pela estabilidade, pela Saúde econômica do país, de outro, isso tem que ser feito preservando investimento e as políticas sociais, e fortalecendo as políticas sociais.

Bom, nesse sentido, eu entendo que o papel do Senado é buscar, de forma suprapartidária, construir esse caminho. Como nós fizemos na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que foi uma construção suprapartidária, que desonerou micro e pequenos empresários dessa nação, com maturidade, com disposição de diálogo e de construção de uma solução. E, por sinal, como nós fizemos na reforma da Previdência, no Projeto de Reforma Tributária que o Senado ofereceu à nação, como nós fizemos na lei de... Na Lei de Falências, e como fizemos em vários outros Projetos importantes na história recente.

E, nesse sentido, eu agradeço primeiro a atenção da relatoria com o meu mandato, e lamento profundamente não ter podido estar em todas as audiências. Mas pude, fui exatamente porque não pude estar, procurei Paulo Skaff e o Senador Tourinho e fui lá na FIESP para ouvir todos os argumentos da FIESP, levantei todas as informações, a visão de Orçamento que eles têm, os argumentos que apresentaram, além de outros que aqui estiveram, que eu tenho grande apreço e um grande reconhecimento pelo trabalho intelectual.

De qualquer forma, as razões que me levaram a não poder estar presente são as mesmas que levaram a Relatora a não poder estar presente em uma Reunião com o Presidente, em exercício, da República, com vários Ministros de Estado, 60 Senadores e todos os líderes para discutir a matéria que a Relatora relata. Agora, qual é a minha divergência com a Relatora? É que o DEM fechou a posição. Na realidade, a executiva nacional do partido já decidiu a posição da bancada antes de qualquer diálogo, antes de qualquer Audiência Pública, antes de qualquer construção de uma solução. E isso dificulta verdadeiramente a interlocução e o diálogo. Eu acho que as audiências, para nós ouvirmos os argumentos pró e contra, para formular políticas, para sair diferente da forma que nós entramos. Se eu tenho uma posição predefinida, fechada e definida pela Executiva do partido, não há liberdade de diálogo e construção.

Sobre o mérito, acho que apesar dessa dificuldade na tramitação da matéria, há setores da oposição que...

(soa a campainha).

...Estão buscando construir uma solução e um diálogo. E nós estamos chegando a uma proposta, quero aqui elogiar sobretudo a dedicação que o Ministro Guido Mantega tem tido com esse assunto, junto com outros Ministros de Estado, nós estamos construindo uma solução que me parece um caminho muito promissor para a questão da CPMF. De um lado, como reduzir carga tributária na CPMF? Primeiro, concentrar o Imposto de Renda Pessoa física. Por que no Imposto de Renda pessoa física? Porque, se eu reduzo a alíquota da CPMF, eu acabo desonerando quem sonega o caixa 2. Se eu reduzo a carga tributária no Imposto de Renda, eu estou beneficiando aqueles que pagam o imposto e que estão sobrecarregados pela carga tributária, que é alta, nesse país.

Então, a idéia de isentar a faixa de 1642 reais, que é a faixa de isenção do Imposto de Renda, quer dizer, essas pessoas não pagarão sobre a sua renda direta a CPMF. E deduzir parcialmente a CPMF das demais faixas de renda, nós estamos protegendo a classe média e desonerando a população mais pobre do país.

Em segundo lugar, a proposta de antecipar o pagamento do crédito do PIS/COFINS para as exportações, nós estamos desonerando o setor exportador, que foi fundamental na recuperação da economia, na geração de mais de oito milhões de empregos formais, e que está hoje penalizado pela taxa de câmbio. Então, é mais inteligente desonerar, através da antecipação do pagamento do crédito PIS/COFINS do que simplesmente uma redução de alíquota da CPMF. Nós estamos focando no setor exportador.

Da mesma forma, a proposta de reduzir o prazo de depreciação do capital, e essas duas medidas fazem parte de uma nova política industrial que o Governo apresentará ao país, mas estão sendo debatidas e construídas, juntas com a bancada do PSDB, essas soluções, ao antecipar... E da base do Governo, que participou intensamente todos líderes dessas negociações, ao antecipar... Ao reduzir o prazo para depreciação dos bens de capital, estamos desonerando o investimento. O investimento que gera o crescimento, que gera emprego, que gera renda, e que gera receitas futuras. Portanto, desonerar o Imposto de Renda pessoa física e isentando a população, os mais pobres desse país, a faixa de renda de 1642 reais, que é a faixa de isenção do Imposto de Renda, e deduzindo do Imposto de Renda a classe média, parte da CPMF que paga.

Ao desonerar o investimento e as exportações, nós estamos refocando(F) a redução da carga tributária, exatamente aonde nós deveríamos fazer. É muito mais inteligente economicamente, macroeconomicamente e do ponto de vista de política fiscal, desonerar Imposto de Renda, bens de capital e exportações, e, portanto, investimento em exportações, do que nós simplesmente reduzirmos a alíquota da CPMF.

Quero dizer, além disso, que esse entendimento, por sugestão da bancada do PSDB, passa por aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal que... Para a União, porque a União regulamentou para Estados e Municípios, e não regulamentou para ela mesma, limites de endividamento; quero alertar que é evidente que existem problemas macroeconômicos nisso; nós já vivemos crises cambiais e fiscais que mostraram que, às vezes, a dívida cresce em meio a uma grave crise financeira, mas o limite de 3,5 vezes a receita líquida do Estado é confortável para a situação fiscal e financeira e cambial que o país se encontra. Nós praticamente não temos mais dívida indexada ao câmbio, portanto, tem uma parte muito expressiva da dívida pré-fixada, e hoje é 1,8 vezes a receita líquida. Portanto, tem espaço para aprovar esse Projeto de Lei, já é compromisso do Governo.

Quero também parabenizar o Governo e os Governadores que pedem a aprovação da lei dos precatórios, uma lei que vai estabelecer... Nós temos um passivo de precatórios, 72 bilhões de reais que não são pagos; muitos Municípios estão tendo intervenção e seqüestros das suas receitas fiscais, e esse Projeto prevê que a lista será do menor para o maior valor; 30% paga quem está na lista e 70% do percentual que vai fixar na receita de Estados e Municípios iriam a leilão. E quem der o maior deságio recebe na frente. Portanto, em base a essa estrutura, o Senador Raupp é o Relator dessa matéria, falta apenas uma Audiência Pública, nós poderemos também dar um outro passo no entendimento, na votação de uma matéria fundamental para Estados e Municípios.

Quero elogiar também o entendimento que está sendo construído com a parcela da oposição que dialoga, que está disposta a ouvir argumentos e construir soluções de Estado para o Brasil, o entendimento que foi feito na Câmara. O que está sendo regulamentado significa, o ano que vem, um aumento de seis bilhões de reais dos Estados para a Saúde mais quatro bilhões de reais que vão ser adicionados. Nós estamos falando de 10 bilhões de reais a mais para essa situação da Saúde Pública, da alta complexidade, da média complexidade, do atendimento ambulatorial, que é um grande anseio do Brasil. Portanto, quero parabenizar a Câmara dos Deputados pelo grande entendimento e por entender

que o SUS não é bandeira eleitoral e partidária; SUS é política de Estado como é política fiscal.

Para concluir, é que a proposta que nós construímos é bastante complexa e se houvesse espaço nessa Comissão para discuti-la, seguramente, quem sabe, a gente consegue convencer até aqueles que já têm posição fechada. Então, essa posição, eu acho que foi muito inteligente e muito apropriada.

Quero terminar, Presidente, dizendo que vejo, na redução de carga tributária da folha de pagamento, também um caminho importante para gerar emprego formal e tem que ser feito com muita responsabilidade porque o sistema SUS tem um papel de formação de mão-de-obra qualificada, de treinamento de profissionais e, portanto, tem que ser feito com bastante equilíbrio.

E termino, dizendo que a apresentação do Projeto de Reforma Tributária em 30 dias permite que o ano que vem esse Senado se dedique verdadeiramente à Reforma Tributária porque, se nós tivéssemos feito, avançado, a Câmara tivesse avançada a nossa proposta de Reforma Tributária, hoje não estaríamos com essa agenda simplesmente de prorrogar o imposto com essas medidas que amenizam muito, eu diria, o impacto da CPMF e nós vamos ter uma desoneração bastante importante junto com o aumento da verba da Saúde. Portanto, o Senado e o Congresso estão dando uma contribuição, privilegiando a desoneração da baixa renda, de quem recebe... Paga Imposto de Renda, a classe média, o setor, os investimentos, e o setor exportador.

E por último, Presidente, eu só queria registrar que eu entendo que, depois desse debate que nós estamos fazendo, o Senado vai realmente se debruçar para concluir a Reforma Tributária. Nós temos uma Subcomissão, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Tasso Jereissati tem tido um papel fundamental no desenho de um Projeto de Reforma Tributária, e o Senado estará pronto a contribuir para essa discussão.

E termino, elogiando, especialmente o PSDB, pela atitude que teve nesse processo, contrariando pressões, interesses, mas disposto a negociar e dialogar. E fizemos o convite ao DEM, ao líder José Agripino, ao Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior, para que o DEM, oficialmente, estivesse participando, junto com a relatoria, das negociações que estão em curso. Mas o partido, como tem uma posição fechada, antes de qualquer debate, antes de qualquer discussão, se recusou a participar. Entendo, respeito, mas quero dizer que foram convidados e a disposição de diálogo e de construção continua aberta por parte da base do

Governo e, sobretudo, com o Governo na relação com o Senado Federal. Muito obrigado...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – A exemplo do que aconteceu com o Senador Eduardo Suplicy, que cedeu seu tempo ao Senador Aloizio Mercadante, S.Exa. o Senador Antonio Carlos Júnior cede a sua inscrição para o líder do DEM, o Senador José Agripino. E, como os Srs. Ministros de Estado não desejam fazer manifestações nesse período da Reunião, só o fazendo após a interpelação do Senador José Agripino, eu vou conceder, portanto, a palavra ao líder do DEM, o Senador José Agripino...

(soa a campanha).

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr.

Presidente, Srs. Ministros, Sra. Relatora, Srs. e Sras. Senadores, Sr. Presidente, nós estamos aqui há... Esse é o terceiro dia de Audiências Públicas, num profícuo trabalho, que é nossa obrigação levar a efeito. Eu digo “nossa obrigação”, Ministro Mantega, porque cabe ao Congresso, nesse momento, decidir a questão sobre se a CPMF vai ser ou não prorrogada. O Congresso não tem, em momento nenhum, Ministro Paulo Bernardo, o direito de criar impostos, criar tributos, criar ônus, mas, nesse momento, como se trata de reforma constitucional, votar a prorrogação ou não da CPMF é responsabilidade indelegável do Congresso. E votar com responsabilidade.

Nessa sala, estão presentes, com seus argumentos, os que são ao lado do Governo, que defendem, com seus argumentos, os pontos de vista do Governo, e aqueles que acham que têm que ficar ao lado do cidadão que, pelas manifestações de pesquisas de opinião pública reveladas até agora, pelo menos dois terços da população brasileira, claro, querem o fim da cobrança desse imposto. Os Democratas têm, nos seus estatutos, da formulação programática do partido, uma cláusula pétrea claríssima, que fala que é obrigação do partido e daqueles que fazem o partido lutarem contra o aumento de carga tributária. Eu acho que, nessa sala, não há ninguém, absolutamente ninguém, que seja contra a tese de lutarmos juntos pelo aumento de carga tributária. Ninguém. Essa é uma unanimidade. Uns têm alguns métodos e outros têm outros métodos. Mas, nesse momento, Senadora Kátia Abreu, é obrigação do Congresso votar o prosseguimento ou o fim da CPMF, que significa carga tributária. Não há nenhuma dúvida. CPMF significa carga tributária. É imposto bom, médio ou ruim? É abrangente? Qual é o valor dele? Ele é compensável? Isso são questões outras, que é carga tributária clara, é carga tributária clara.

Ministro Mantega, Ministro Paulo Bernardo, Ministro Temporão, anteontem e ontem nós tivemos exposi-

ções muito interessantes de economistas, e aqui ontem esteve o seu antecessor, o Ministro Palocci, ao lado de economistas de muito bom calibre, e o Presidente da FIESP, Dr. Paulo Skaff, e eu até tive oportunidade de provocar um confronto entre os argumentos de Paulo Skaff e os argumentos do Deputado Palocci. O Dr. Paulo Skaff, com números que aqui estão, colocou que, para 2008, por rubricas diversas, deverá se configurar uma arrecadação, a maior, de 61.2 bilhões de reais.

O Ministro Palocci teve a oportunidade, durante todo o debate desde as quatro da tarde, que nós tivemos, de contestar os números. Não o fez. Eu não quero voltar a esse assunto, até porque eu não quero polemizar, numa reunião que tem que ser pragmática e objetiva, em torno de números que podem ser hipóteses e que acontecem ou não acontecem. Mas o fato é que os números foram apresentados ontem, e o Ministro Palocci, que eu reputo homem competente, do ramo, como V.Exas. são do ramo, nós estamos discutindo um assunto que é a praia de V.Exas. Não é exatamente a praia dos Senadores, que têm que buscar...

(soa a campanha).

...Na opinião de V.Exas., os argumentos para votar a favor ou contra. Eu tenho um argumento para votar contra a CPMF. Mas eu não sou obtuso. Se alguém me convencesse ou convencer, eu seria capaz de levar para o meu partido uma proposta de mudança de opinião. Seria. Eu não sou obtuso. Eu prefiro não trabalhar com a hipótese que, pra mim, foi aventada ontem e confirmada ontem, de que haverá, pelos dados apresentados e pelos argumentos usados pelo Dr. Paulo Skaff, haverá um recurso adicional, decorrente de arrecadações, ou não-gastos ou economias, de 61.2 bilhões, que fariam, tranqüilamente, face à não arrecadação de 39 bilhões, produzida em 2008, produzindo uma folga, um colchão de até 22 bilhões de reais. Mas eu não quero discutir isso.

Qual é a preocupação que nos move a todos nós brasileiros? Que queremos que o país vá em frente? O Brasil está crescendo? Claro. Vai crescer 4,5%? Tomara que cresça cinco, tomara... Mas eu queria, Ministro Paulo Bernardo, que crescesse como a Rússia, a Índia ou a China. Ou como a Argentina ou como o Uruguai ou como a Venezuela, ela vai crescer a metade deles. Está crescendo? Está. Mas a metade do que poderia crescer, por quê? Por coisas que nós temos que fazer para evitar a notícia de jornal de hoje: "O Brasil está em 62º lugar do ranking de competitividade e em 131º, o último lugar, dos países pesquisados em taxa de juros no mundo".

A competitividade do Brasil está prejudicada, Presidente Marco Maciel, por três fatores básicos: Carga tributária, burocracia e taxa de juros. Está nas

nossas mãos, agora, agora, dar uma pancada no pior dos componentes, carga tributária. O que é que eu quero apresentar as S. Exas.? Evidências, números. Não números que foram projetados, números que estão acontecendo. Quanto é que vai arrecadar a CPMF esse ano? 35 bilhões, 36 bilhões? Eu não sei. É por aí. Será que se se tirasse a CPMF e se a CPMF não fosse cobrada este ano, o país quebrava? Essa é uma preocupação que, como brasileiro, eu tenho. Eu não poderia votar uma coisa para quebrar meu país. Aqui moram meus filhos, meus netos, aqui moramos todos nós. Eu quero que a Saúde melhore. Eu apostarei minhas fichas para que a Saúde melhore. A Emenda 29 é uma iniciativa Parlamentar que garante, dentro do Orçamento, prioridade de verbas para a Saúde. Subsidiariamente, o Governo está e, cavilosamente, agregando verbas da CPMF, dentro do bolo tributário, que tem que se destinar, pela Emenda 29, para a Saúde, que é uma unanimidade entre nós.

Ministro Mantega, vamos admitir que não se recolhessem os 36 bilhões da CPMF esse ano. Como é que o Brasil ficaria? Eu vou pegar elementos, Senador Arthur Virgílio, elementos do que já chegou para nós, do que já aconteceu. Não é número de prospecção. É o que já aconteceu. Quanto é que o Congresso, Senador Marco Maciel, recebeu até agora, em Medidas Provisórias que nós votamos contra, ou em PLN's, Projetos de Lei, contendo proposta de Projeto de crédito extraordinário por claro superávit financeiro por excesso de arrecadação? 23 bilhões de reais, sendo que, como parcela de superávit a subsidiar como fonte de recurso, desses 23 bilhões, 19 bilhões de reais. Ou seja, a arrecadação do país está crescendo? Claro que está crescendo. Tanto está crescendo que créditos extraordinários, que é uma coisa que se dedica somente a fatos extraordinários, emergências, estão sendo destinadas por créditos extraordinários que estão chegando ao Congresso e estão sendo aprovados contra o nosso voto. 19 bilhões de reais é a prova inconteste, já chegou ao Congresso, 23 bilhões, sendo que, dos 23, 19 bilhões de superávit financeiro. Então, já aconteceu. 36 bilhões menos 19 bilhões são 17 bilhões. Os 19 bilhões que foram para essa, aquela, aquela outra destinação poderiam ter atingido o grande objetivo do país, que é baixar a carga tributária, para que o PIB do país cresça, para que os agentes econômicos se encorajem em investir, para que as empresas se encorajem a multiplicar os empregos gerados. Há coisa mais nobre do que esta? Animar o país com recursos que estão dentro do país? Já chegaram aqui. Já chegaram; 23 bilhões, dos 23, 19 bilhões são superávit financeiro, excesso de arrecadação. Dos 36 bilhões, 16 bilhões, com certeza, podem estar dentro. Podiam

se abrir mão dos 36 pelo menos dos 19 bilhões. Vamos para frente?

Ministro Paulo Bernardo, meu dileto amigo, por quem tenho apreço especial, e digo de público, falou nas despesas discricionárias. Senador Marco Maciel, nessa etapa de discussão da CPMF, todos nós estamos dedicando, com especial profundidade, ao estudo de Orçamento, economia, rubrica orçamentária. Eu não sabia o que era despesa discricionária. Hoje eu não sou doutor, mas conheço bem. São as despesas, Ministro Temporão, que não são a obrigação trivial do Governo: Pagamento de pessoal e Previdência... São infra-estrutura, despesa com os Poderes, produção e investimentos, as despesas sociais, que são mais altas, Bolsa Família e etc., Poder Legislativo e Judiciário, Ministério Público e a reserva de contingência.

Todos os anos eu me dediquei ao estudo de quanto se empenha e quanto se realiza. E fiz o levantamento de 2004 até 2007. Em 2004, empenhou-se, de janeiro a setembro, 72% da rubrica que estava constando do Orçamento. E, em dezembro, chegou-se a um empenho global de 87,8%, ou seja, de janeiro a setembro, para nós fazermos uma referência ao que se pode, de verdade, com números ocorridos hoje, em 2004, se havia empenhado 72% e, ao final do ano, empenhou-se 88%. Em 2005, empenhou-se, até setembro, 64%, e até dezembro, 87% do previsto para o Orçamento. Em 2006, 64,87; em 2007, como é que anda, Ministro Mantega? A eficiência do Governo, a capacidade de gasto do Governo em empenhar e gastar. Eu já fui Governador duas vezes, eu sei como é difícil gastar. Mede-se a eficiência de Governo pela capacidade de gasto. Gasto com seriedade. Seriedade no trato do dinheiro público e no trato do objetivo.

Em 2007, até setembro, empenhou-se 61% do que está em despesas discricionárias do que se previa no Orçamento. Fazendo-se a projeção pela sequência histórica, se em 2004 foi 72 contra 87; em 2005, foi 64 contra 87; 2006 foi 64 contra 87, e agora está em 61%, com muita benevolência, eu posso admitir que 90%, no final do ano, estejam empenhados para serem gastos, das despesas discricionárias.

As despesas discricionárias estão orçadas em 112,9 bilhões. Se acontecer, este ano, o que aconteceu nos quatro anos passados, nós vamos ter a economia de não empenho da ordem de 10,8 bilhões de reais. Não vai se empenhar. Não se vai gastar. Então, esse dinheiro não é necessário. Ele poderia, portanto, ser dispensado da CPMF, que poderia não existir, este ano, para estar animando o país com a diminuição da carga tributária, que é o nosso objetivo, é a visão desenvolvimentista, com dados reais.

Nós estamos falando em 11 bilhões mais 19, estamos falando dos 30 bilhões dos 36 bilhões. E aí vem. Eu não quero falar em quanto a arrecadação crescerá, segundo ao Banco Mundial, 5,5 bilhões de reais, porque o PIB crescerá 27,5 bilhões de reais, se a CPMF desaparecesse. Eu quero falar apenas numa coisa que acontece, queira eu ou não queira eu. Se a CPMF acabar, Senadora Kátia Abreu, inevitavelmente a Taxa Célia cai. Cai porque o Governo, que remunera hoje em 11,25, não vai mais recolher dos doadores ou dos fornecedores do dinheiro para a dívida pública, para os títulos públicos, não vai pagar CPMF. Então, a taxa de juros cai, evidentemente que cai. A Taxa SELIC cai. É normal, é do mercado. Cai.

O número que eu tenho é de 0,9 pontos percentuais. Quanto é que está a dívida pública interna hoje? Um trilhão e duzentos bilhões. Mas, claro, ela não se vence toda neste ano; que se vença 50%. Que vença, portanto, 600 bilhões de reais, a uma taxa de 0,9, estão aí seis bilhões de economia que teria sido feita se tivéssemos acabado com a CPMF esse ano. 11 bilhões com 19, 30, com 6,36, morreu a CPMF e o Brasil animou-se; morreu a CPMF e o Brasil animou-se. É isso que eu quero, que todos nós queremos: Animação ao Brasil.

Ministro Mantega, o Brasil todo está olhando para o Congresso para ver se o Congresso acaba ou não acaba a CPMF. Por quê? Porque este é um imposto que pega todo mundo. Ele tem data para acabar. Está nas mãos do Congresso acabar ou não. O Brasil está exibindo recordes sucessivos de arrecadação, está vivendo um momento bom, podia ser muito melhor e, se a CPMF acabar, será muito melhor e cabe a nós brasileiros, de todas as matizes programáticas, nos juntarmos com os melhores argumentos para darmos o voto certo. Por essa razão é que o voto dos Democratas é pelo fim da CPMF. E eu queria ouvir o comentário de S.Exas. sobre os números que modestamente apresento.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra, para responder às interpelações do Senador José Agripino, líder do DEM, ao Ministro Guido Mantega. S.Exa. tem a palavra.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente. Queria dizer ao ilustre Senador Agripino que, em relação à carga tributária, não há divergências entre nós, e acredito entre a maioria das pessoas que estão neste recinto. Nós queremos uma redução da carga tributária. Nós sabemos que esta redução é necessária porque ela subiu muito, nos últimos anos no país, e que uma carga elevada evidentemente atrapalha

a produção, encarece os produtos brasileiros perante a concorrência internacional. Hoje o Brasil é um país globalizado, tem que concorrer, competir com produtos estrangeiros, lá fora ou aqui dentro, portanto, nós temos a plena consciência e, nesse ponto, nós coincidimos, de que é necessário reduzir a carga tributária.

A questão é saber como fazê-lo, em que áreas fazê-lo, aonde é mais conveniente fazê-lo? O senhor sabe que nós não poderemos, de uma hora para outra, fazer uma redução irresponsável da carga tributária porque correríamos o risco de termos um desequilíbrio fiscal no país, que foi construído a duras penas, por vários Governos. E nós não podemos correr esse risco. É uma conquista feita aqui no país, esse equilíbrio fiscal que hoje podemos exibir.

Então, uma redução da carga tributária, ela tem que ser gradual e planejada. E ela tem que ser feita fundamentalmente naqueles setores que causem um reflexo melhor na economia. Então, como não podemos fazer de tudo, gostaríamos de fazer uma redução geral da carga. Aliás, há tributos que podem ser até piores do que a CPMF porque ninguém gosta de tributo, vamos dizer a verdade. Nenhum empresário gosta de tributo. O consumidor também não gosta. Todo mundo gostaria de não pagá-los. Mas nós aqui, que somos homens de Estado, sabemos da sua necessidade porque, sem o tributo, não teria programa de Saúde, não teria segurança, uma série de coisas. Então, é necessário que haja uma tributação.

Eu falei "todos aqui no recinto", mas esqueci do Secretário Rachid, talvez seja o único que não queira reduzir a carga tributária. É apenas uma brincadeira. Mas, então... Ele não quer mesmo. Então, de fato, nós queremos, e mais do que isso, estamos fazendo a redução tributária, e podemos fazê-la em conjunto. Eu acredito que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que foi um empreendimento comum de todas as bancadas, que foi da Câmara, do Senado, da oposição, do Governo, todo mundo apoiou, é uma redução de carga tributária, feita para quem? O setor de micro e pequena empresa. Tem um impacto muito positivo porque é um setor que é responsável pela maior parte do emprego no país. Então, é bom desonerá-los porque vão garantir a geração de mais emprego, mais renda, etc. Então, isso é um planejamento de redução da carga tributária. Reduzir carga de investimento também é muito positivo. Tenho certeza que o Senador sabe disso, porque estimula o crescimento do país; investimento é criação de emprego, criação de renda. Então, é uma boa desoneração. E nós temos feito. Por exemplo, na construção civil, o senhor sabe, nós reduzimos o IPI de quase todos os insumos do setor e o setor hoje está crescendo. Não só por isso, evidentemente, porque tem

crédito, porque a economia está estável etc., mas também porque estamos fazendo uma redução de custo. Então, isto é uma redução planeja de carga.

Agora, qual é a capacidade de redução de carga que o Governo tem?

(soa a campainha).

E essa é um pouco a colocação que o Senador faz. Quando o Paulo Skaff diz aqui que nós vamos ter um acréscimo de arrecadação de 61 bilhões, para o ano que vem, ele erra. Ele erra para menos. Vou ajudá-lo, vou dizer, é mais do que isso. Eu pus os números na... lá dizer na lousa, é defeito de professor, coloquei na tela os números que mostram que nós vamos ter um aumento de arrecadação...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Então, Ministro, vamos dar um bonuzinho àqueles que vêm recolhendo CPMF; além de isentá-los, vamos dar uma restituiçãozinha. Se vai ter um excesso de arrecadação, dá para dar um retorninho a quem vem...

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – ...Mas deixa eu terminar o meu raciocínio, que o senhor vai ver que, infelizmente, não dá para dar tudo isso que o senhor gostaria. Não são 61, são 73 bilhões que nós esperamos arrecadar a mais no ano que vem. E eu mostrei aos senhores minuciosamente que, desses 73 bilhões, 17% é transferência para Estados e Municípios. É obrigatório. Não dá para contar com 73 bilhões, que nós temos que fazer o superávit primário, eu tenho certeza que o senhor apóia, como todos apóiam, a produção de um superávit primário porque isso diminui o endividamento, dá consistência ao país.

Aí, já sobraram 50 bilhões. Aí, nós temos as despesas obrigatórias que, quer queiramos ou não, temos que pagá-las. Despesas de Previdência. Benefícios previdenciários, que aumentam, e nós temos que pagá-los. É o déficit da Previdência. Então, nós temos que pagar. Só aí, são mais 15 bilhões. Pessoal e encargos sociais, já com os acordos salariais feitos, portanto, é uma despesa que se tornou obrigatória, nós temos mais 11 bilhões. Depois, nós temos o LOA's, Seguro Desemprego, que são leis que foram aprovadas no Congresso, mais 2,7 bilhões. Nós temos que colocar mais recurso na Saúde porque, segundo a Emenda 29, que foi aprovada no Congresso, nós temos que fazer a correção de PIB nominal nos recursos. Isso é obrigatório. Não tem escapatória. Então, o recurso de 2007, exceto pessoal, 39 bilhões, tem que ir para 42 obrigatoriamente, mais 3,2 bilhões. Depois, tem o FUNDEB, que todo mundo aprovou, também 3,1. Então, é ilusório achar que está sobrando esse... Que são 60 ou 70... Não tem 60. O que sobra mesmo são 10 bilhões. E eu mostrei que esses 10 bilhões vão para corrigir o PAC, aí, podemos, sim, discutir se vale

a pena para a sociedade que nós corriamos o PAC. Isso é uma discussão de mérito e nós achamos, do Governo, que é importante que o PAC tenha a correção da Bolsa Família, o PAC... Desculpe, troquei duas coisas. O PAC é investimento. E é importante, a meu ver, que façamos investimento em infra-estrutura porque o senhor disse, o país está crescendo; quando o país cresce, ele precisa de infra-estrutura. Ele precisa de mais estradas, ferrovias, portos, aeroportos e tudo mais. Então, é preciso fazer o mínimo de investimento público. Nós queremos que o setor privado faça a maior parte desse investimento, mas é preciso também que haja um pouco de investimento público.

Correção do Bolsa Família e, assim por diante. Eu listei aqui, Senador, e o senhor vai ver que não sobra nada. Ao menos que a gente não corrija o Bolsa Família, não dê o recurso para o PRONACE da Defesa, que me parece um bom programa, que transfere recursos para os Estados, e não se dê um acréscimo para a Educação, que é necessário para o país, e assim por diante.

Então, a rigor, a rigor, não existe essa disponibilidade. A União trabalha com um limite muito grande de recursos. A margem discricionária que temos é muito pequena. O senhor mencionou aí que o Brasil foi colocado, não sei por quem, no sexagésimo...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Está nos jornais de hoje. É fonte absolutamente acreditada.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Pois é, nos jornais. Essa fonte, me permita questioná-la Senador, porque isso discrepa frontalmente das opiniões dos investidores, das opiniões da comunidade financeira internacional. Eu voltei a semana passada de Washington, sou Governador do Brasil no fundo monetário e no Banco Mundial e, lá, pude colher as impressões de todos os investidores. E a opinião generalizada é que o Brasil hoje é, talvez, o melhor país para se fazerem investimentos. É o que oferece as condições mais favoráveis. Se o senhor quiser, eu lhe trago aqui *"The Economist"*, Relatório do FED Americano, posso lhe trazer vários documentos que contrariam esta opinião aqui...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Torço por isso, Ministro. Torço por isso.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Pois é. Então, vou dizer que há um equívoco em dizer que o Brasil é o 62º; o Brasil deve ser o quarto ou quinto país preferido como endereço de investimento. Não é para especulação, não; é para investimento. É para os que *IPO's* que estão sendo feitos, abertura de novas empresas, investimento direto, 34 bilhões esse ano.

Então, de fato, o Brasil hoje, ele se tornou um atrativo por quê? Pela solidez, pela responsabilidade fiscal, pela baixa vulnerabilidade que foi construída por todos. Todos nós construímos; os Governos anteriores construíram, nós continuamos. Há estabilidade fiscal, que nós temos hoje. Agora, tirar a CPMF nesse momento eu quero dizer que sim, ameaça você tirar... Haverá sim conseqüências. E não é de redução da taxa de juros; a taxa de juros poderá ser elevada porque ela ameaçaria esse equilíbrio fiscal que nós alcançamos. De uma hora para outra, ficaríamos sem 36 bilhões esse ano, 39 bilhões o próximo ano. Não seria fácil fazer um rearranjo do Orçamento, de modo a acomodar esse recurso.

O superávit primário, que é um dos nossos fortes argumentos para dizer que nós somos um país sólido e que tem futuro e que está crescendo, nós perderíamos esse argumento porque são quase 40 bilhões. O mercado, os investidores, os analistas se perguntariam: "Será que o Brasil, com... Sem 36, sem 40 bilhões conseguiria esse equilíbrio fiscal?" Nós teríamos que fazer, Senador, uma grande ginástica para acomodar uma quebra de arrecadação desta magnitude. Pelo que lhe mostrei, porque essas despesas que eu lhe mostrei, Previdência, pessoal, Saúde, são todas obrigatórias e temos que colocá-las. Aí, depois, nós vamos ter que ver onde é que nós vamos acomodar 36 bilhões. Não será nada fácil. E o superávit primário estará ameaçado porque, mesmo que a gente tire todos os investimentos, que serão de ordem de 15 e 18 bilhões, não dá para acomodar. Então, é zero de investimento, nós vamos ter que reduzir programas sociais e, mesmo assim, estaria ameaçado o equilíbrio fiscal. Então, de fato, eu acho que nós temos que ter a verdadeira dimensão do impacto que teria a não realização da aprovação da prorrogação da CPMF.

O senhor menciona créditos suplementares, o Paulo Bernardo vai falar a esse respeito, mas quero dizer que esses níveis de empenhamento que o senhor mencionou e são corretos, são normais a todo ano. Esses são valores que o Ministério do Planejamento acompanha. O Ministério da Fazenda, ele acompanha os desembolsos efetivos, e ele vigia para que o superávit primário seja alcançado. Nós temos que entregar, todo ano, um superávit primário, o senhor sabe; do ponto de vista da União, são 55 bilhões; somando tudo, dá 95, 100 bilhões de reais, em todos os níveis do Governo. Então, nós temos que entregar.

E, posso lhe garantir que, com esses créditos suplementares que o senhor mencionou, depois o Paulo Bernardo detalha, esses 19 bilhões que o senhor mencionou, eles estão dentro da conta e permitirão tão-somente o superávit primário que nós combina-

mos produzir esse ano, que é 3,8% do PIB. Um desses gastos, só para não ficar muito subjetivo, é um bilhão e 600, que nós acrescentamos para a Saúde recentemente, para corrigir a tabela do SUS. Pela primeira vez, então, dos 19, só para mencionar, não sei todos de cor, o Paulo Bernardo deve saber, mas um deles eu sei que é um bilhão e 600, que nós ajudamos a colocar e, portanto, era um recurso indispensável.

Portanto, nós não vamos ter sobra de caixa. O senhor poderá constatar, eu poderei voltar aqui para prestar contas ao senhor, no final deste ano, e mostrar que, no final deste ano, nós teremos cumprido os programas que estão autorizados pelo Legislativo, mais os créditos suplementares que estão sendo aprovados e faremos um superávit de 3,8% do PIB, que é aquele que foi estabelecido e é necessário para manter o equilíbrio fiscal. Portanto, eu acho que já respondi a maior parte das questões.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Só um minutinho. Quando me referi aos 61 bilhões da exposição do Dr. Paulo Skaff, ele não apresentou como superávit, ele apresentou como fontes alternativas para suprimimento ao Orçamento, pela perda da receita da CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Ministro Paulo Bernardo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Nobre Senador, em primeiro lugar, obrigado pelas palavras de V.Exa., e eu quero dizer que também o tenho em alta conta, nós temos tido sempre um trato da melhor qualidade e que iremos continuar cultivando esse relacionamento. Eu digo que tenho concordância com grande parte das questões conceituais que foram colocadas por V.Exa. Primeiro, aquelas questões básicas que, votar a prorrogação da CPMF é uma tarefa indelegável do Congresso, evidentemente que nós entendemos isso, também estamos de acordo e acho que toda essa sala está de acordo, que ninguém aqui defende aumento de carga tributária. Nós queremos, ao contrário, continuar fazendo o esforço para conter o crescimento e para fazer diminuir a carga com o percentual do Produto Interno Bruto, e nós queremos manter, de maneira sustentada, o nosso crescimento.

V.Exa. citou vários países, os países como Rússia, Índia, China ou Argentina, Uruguai, Venezuela, eu diria o seguinte, o Brasil tem suas as próprias características. Nós somos resultado daquilo que nós fizemos, ao longo dos anos e, particularmente, ao longo das últimas quatro ou cinco décadas. E isso coloca as condições para o

nosso crescimento. As condições macro, como dívida, inflação, todas as condições, a capacidade instalada, a infra-estrutura que nós fizemos. Então, eu acho que o Brasil, hoje, superou uma série de dificuldades que nós tínhamos, e repito, superou não foi este ano, não foi o ano passado, nós superamos depois de vários anos combatendo, principalmente a inflação, o desajuste nas contas públicas e, particularmente a partir do Plano Real, nós conseguimos controlar a inflação e conseguimos retomar uma imagem de país com as contas ajustadas, um país que consegue controlar o seu endividamento, fazer com que a dívida diminua com relação ao PIB. E hoje nós temos uma condição diferenciada.

V.Exa. lança um desafio que eu já tinha visto no jornal, que parece que foi falado ontem também. Será que o Brasil quebra se não tiver a CPMF? Eu tenho certeza absoluta que não. Não vai quebrar porque o país não quebra. Nós podemos entrar numa crise e desfazer uma série de avanços que nós tivemos. Agora, não vai quebrar. O Brasil não vai quebrar. Nós já tivemos, em 1982, se não me engano, o Brasil decretou moratória, nós entramos um processo hiperinflacionário, chegamos a ter 84% de inflação ao ano, nós chegamos a ter dívida 60 e tantos por cento de Produto Interno Bruto, mas um país não quebra. Nós não vamos quebrar. Acho que a questão é saber se nós vamos continuar mantendo a inflação controlada, a dívida caindo em relação ao PIB, se vamos continuar mantendo o juro em queda, o crescimento. Eu acho que isso não vai acontecer. Aí, com toda a franqueza, eu digo a V.Exa., se nós desarrumarmos o ajuste fiscal do Governo, nós não vamos. O que nós precisamos, Senador, é ter previsibilidade, aumentar o grau de certeza das pessoas e das empresas no país, na economia.

O senhor veja o seguinte, Senador Agripino, nós estamos a dois meses de 2008 e estamos discutindo se vamos ter ou não 8% da nossa receita para o ano que vem. Quer coisa mais incerta do que isso? Então, eu diria que esse debate tem que ser feito com a maior franqueza. E é tarefa do Governo, da oposição, é dos empresários, é de todos. Vem um líder empresarial aqui e fala todos esses números que V.Exa. citou, eu vi hoje no jornal, e levanta e fala tranquilamente que o Governo pode abrir mão de 8% da sua receita daqui para o ano que vem. Aí alguém fala...

(soa a campanha).

"Mas vamos fazer uma desoneração da contribuição do sistema S?" "Ah, não dá porque aí não pode". Ou seja, eles acreditam, com certeza, que "pimenta no olho dos outros é refresco". Nós não sabemos o que é feito com esses 13 bilhões da contribuição do sistema S porque não é fiscalizado pelo Tribunal de Contas

da União. Mas passa na Av. Paulista e V.Exa. vai ver a sede da FIESP. É mais luxuosa do que a sede dos grandes Bancos. Então, será que não é possível fazer um debate com outros termos? Eu acho que, pela forma como V.Exa. colocou, eu acho que é possível. Acho que deveríamos nos debruçar sobre isso. Acho que, para diminuir a carga tributária, que é um desejo de todos nós, nós temos que fazer uma Reforma Tributária, mas temos que cuidar também do gasto. Foi dito aqui, acho que pelo Palocci, para diminuir a carga tributária, nós temos que garantir a diminuição dos gastos. Por isso que eu digo, vamos discutir a limitação dos gastos de pessoal, o crescimento dos gastos, a questão do salário mínimo, para ter uma trajetória previsível. Esse é um desafio que acho que nós deveríamos colocar. V.Exa., com a responsabilidade de Governador, Ministro, pode entender que é importante para o Governo, e é uma responsabilidade da oposição, de alguém que foi Governo, que, no futuro, vai ser, com certeza, e que, portanto, tem também a responsabilidade de alguém que é representado em vários governos aí. Se somar os Governos estaduais dos quais o PSDB e o PFL participam, dá mais da metade dos Governadores dos Estados. Como o PMDB... Enfim, então, eu acho que esse diálogo de tão bom nível não pode deixar de ter continuidade no desdobramento prático. Eu provoco V.Exa. para que nós continuemos a discussão e possamos, eventualmente, buscar alguma saída de acordo...

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra, observando a ordem de inscrição, com as disposições do artigo 398, inciso XI do Regimento Interno, ao Senador Marcelo Crivella, do PRB. V.Exa. dispõe de cinco minutos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sr. Presidente...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem, com a licença do Senador Crivella...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– A situação...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite, Senador?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Concedo o aparte a V.Exa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não, não é nem aparte. Eu queria saber o critério do Regimento porque, na verdade, são três posições. Tem uma aqui a favor, tem uma contra e tem uma, do meu partido, que está negociando. Eu não sei se não deveria ter uma...

(risos).

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Não é posição em cima do muro, não. Não é posição em cima do muro; é negociando...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu queria colocar que, de certa forma, se não se considera que há três posições, pode ser que a gente esteja sendo passado na lista de inscrições aí.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Aliás, nós estamos discutindo também a terceira posição, a lei da homofobia, que está em tramitação nessa Casa. Mas nada a ver.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa está adotando, buscando cumprir as regras do Regimento Interno, o processo de inscrição *versus* partido, que vale dizer que aqueles que se inscreveram em primeiro... Logo mais cedo, esses têm uma certa prioridade, mas não a total prioridade porque isso vai oscilar em função das diferentes legendas partidárias. E, por isso, eu concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, que é do PRB, e, a seguir, culminando esse mecanismo, ao Senador Renato Casagrande, que é do PSB. Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, há quatro anos atrás, Ministro Mantega, eu quero saudar V.Exa., Ministro Temporão, orgulho lá do meu Estado, o Rio de Janeiro, de termos aqui um carioca, cumprindo tão bem seu papel, numa área, eu diria, crucial para o povo brasileiro. Eu quero saudar o Ministro Paulo Bernardo e a nossa nobre, valente Relatora Senadora Kátia Abreu. Mas, Sr. Presidente, quatro anos atrás, quando cheguei a essa Casa, Sr. Presidente, encontrei uma situação difícil. O Governo iniciava com uma economia, que eu diria, numa situação navegando em mares turbulentos: Taxa de juros, 24%. O déficit na balança comercial, 10 bilhões. A inflação apontava para um horizonte de dois dígitos, e o país vinha de uma fase de crescimento pequena, por condições internacionais, por contextos, eu diria, de recessão mundial, o Brasil estava inserido nessa situação, Sr. Presidente. O desemprego crescia, o subemprego crescia, o crédito estava diminuindo e a carga tributária dos anos anteriores havia subido muito, Sr. Presidente. Talvez, na década anterior a 2003, talvez tenha sido o período da história brasileira onde a carga tributária mais cresceu no nosso país, em termos de percentuais ao PIB.

Sr. Presidente, isso levou, naquele início de Governo, eu diria o período de lua-de-mel, o Governo tinha acabado de ser eleito, com as aspirações, diria, mais legítimas da população mais pobre do Brasil e do movimento sindical, levaram o Governo a aumentar a taxa

de juros. E, mais que isso, tivemos aqui uma reforma da Previdência que encheu esse Congresso com os movimentos de sustentação que nos haviam levado à vitória. Foram momentos difíceis. Momentos duros, de política macroeconômica, de corte de gastos, e o Brasil fez, naqueles instantes, um grave, eu diria, aí, um sério sacrifício, para colocar suas finanças em dia. Todos lembram disso, Sr. Presidente. O que conseguimos com isso? Ora, conseguimos vitórias. Já não temos mais um déficit na nossa balança comercial. Hoje temos um superávit. Acumulado, chega a quase 100 bilhões de dólares. Isso nos fará, ao fim desse ano, termos reservas internacionais girando em torno de 200 bilhões de dólares. O país volta a crescer. E volta a crescer de maneira festiva porque ampliamos nossa rede social. Estamos melhorando a distribuição de renda no nosso país. A participação do salário na renda nacional, que caía há 50 anos, apresenta melhora. Ainda somos um país extremamente concentrado, onde, segundo estudos recentes, 15% das famílias brasileiras são donas de 80% dos títulos da dívida pública; 15 mil famílias brasileiras possivelmente vão receber esse ano, ainda que tenhamos trazido de 24, depois 26, para 11,25 a nossa carga tributária, algo em torno de 100 bilhões de reais, o que é muito alto, Sr. Presidente. Porém, nossa meta de inflação de 4,5 não vai chegar a quatro, Sr. Presidente. Temos nossa Bolsa de Valores batendo recordes com investimentos estrangeiros a cada dia. A situação econômica do Brasil, hoje, em termos de risco, nas agências internacionais, é a mais baixa. O Brasil conquista internacionalmente, eu diria, um patamar que, há muito tempo, não tínhamos.

Um grupo de estudiosos da Inglaterra, recentemente, em Oxford, analisando a conjuntura internacional, resolveu iniciar a sua... As suas conversações sobre rumos internacionais com o Brasil. E o argumento que usaram é um argumento, Sr. Presidente, muito interessante. Se nós formos ver os grupos que se formam na política externa, grupos de países que se arranjam para negociar seus interesses, o Brasil está em todos; ele está no IBAS, ele está no BRIC's, está no G-20, no G-20+4.

A posição brasileira hoje, no cenário internacional, tem galgado, eu diria, renome e prestígio, que há muito tempo não tínhamos, Sr. Presidente. De tal maneira que, nesse cenário, eu faço aqui uma pergunta. Eu estive, Senadora Kátia Abreu, nas audiências que fizemos anteriores. E discutimos muito a questão da Saúde e a desoneração. Há espaço para a desoneração? Todos foram unânimes em dizer que há. A CPMF é o melhor caminho? Não. Não é porque nós já provamos, no passado recente, que, desonerando a construção civil, nós geramos mais empregos. E

esses empregos que geramos tiveram um efeito direto na queda do déficit da Previdência, que começa a cair agora, por questões econômicas, por atividade econômica no Brasil.

Ora, se nós aliviarmos a nossa carga tributária, na folha de pagamento, não vamos trazer para a formalidade milhares e milhares de empresas, e milhões e milhões de brasileiros; é bom lembrar que o subemprego, nesse país, está 20% no PEA. Nossa população economicamente ativa gira em torno de 80 milhões. Nós estamos falando de 20 milhões de brasileiros hoje, vivendo no subemprego, ganhando mínimo de salário mínimo e sem carteira assinada, desonerando a folha de pagamento. Já que nós temos agora a atração do crédito, expandimos o crédito. As empresas querem crédito, as pessoas querem crédito, é o momento exato para trazer para a formalidade milhões de brasileiros e milhares de empresas. Será que não é por aí, Sr. Presidente, que devemos falar em desoneração?

E mais, Sr. Presidente, não é só a desoneração, é preciso discutir também a distribuição de impostos do Governo com os demais entes. Acho que é tão importante a discussão da desoneração quanto da descentralização. E nisso, Sr. Presidente, a regulamentação da Emenda 29, que fizemos ontem, que não é fraude, é um grande avanço. Aliás, nós estamos discutindo hoje, às nove horas da manhã, aqui no auditório Petrônio Portela, centenas de sindicalistas, vários Senadores discutiam a nossa organização sindical. Nós arrecadamos, ano passado, com o imposto sindical, um bilhão de reais; 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para confederações, 20% para conta salário e emprego do Ministério do Trabalho. O Governo vai dividir essa conta agora. 10%, Sr. Presidente, são 100 milhões de reais. Agora vai para as centrais. É uma maneira de descentralizar os recursos, o que deve passar também por essa discussão.

Concluindo, Sr. Presidente, que eu quero dar espaço a todos os companheiros, eu quero dizer o seguinte: A Senadora Kátia Abreu falou sobre, Senadora, a quantidade de funcionários públicos no Governo. Acho que esse dado V.Exa. deveria checar porque a relação é inversa. Nos Estados Unidos, no Brasil, 8% dos ocupados são funcionários públicos. 8% dos brasileiros ocupados são funcionários públicos. Nos Estados Unidos, são 17; na Europa, são 25; nos países da Escandinávia, chega a 40% no setor público... Já concluirei, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa. a generosidade. No Estado Brasileiro, nós devemos, eu diria, se queremos melhorar o atendimento ao nosso povo, verificar que nosso Estado, na verdade, é raquítico, como diz o Presidente do IPEA, o economista Márcio Pochmann.

Sr. Presidente, eram essas as considerações, terminando, agradecendo aos ilustres palestrantes e dizendo realmente, quer dizer, quando a gente fala assim: Hoje, o Imposto de Renda nosso 27,5; nas aplicações financeiras, 15%; se um brasileiro se capitalizou no exterior e aplica de lá pra cá 0%. Ninguém discute isso. Não vem aqui ninguém da FIESP para discutir isso. Mas CPMF a gente discute. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço... Faço meu agradecimento ao Senador Marcelo Crivella e, como ele não fez nenhuma interpelação, nós vamos, então, continuar com a ordem de inscrição, culminando com a alternância partidária. Respalçado no Regimento Interno, concedo, portanto, a palavra ao nobre Senador Renato Casagrande.

(soa a campanha).

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, eu vou conceder a minha vez ao Senador Antonio Carlos Valadares, tem um compromisso, e o senhor me reinscreva, por favor, numa possibilidade aí, logo posterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, portanto, por cessão do nobre Senador Renato Casagrande, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Srs. Ministros Guido Mantega, José Gomes Temporão, Paulo Bernardo, Sra. Relatora Kátia Abreu, eu quero agradecer ao nobre líder do meu partido, Renato Casagrande, Senador Renato Casagrande, a cordialidade da cessão, da alternância, para falar em nome do nosso partido, em primeiro lugar, já que V.Exa. se inscreveu primeiro do que eu.

Sr. Presidente, já houve tempo em que os desvios da CPMF ocasionaram, originaram uma demissão de Ministro. É bom recordar que, no governo passado, quando era Ministro da Saúde, o Dr. Jatene, inconformado com a falta de compromissos assumidos antes da aprovação da CPMF para que o setor de Saúde fosse fortalecido, o Sr. Ministro, inconformado ante a conduta governamental, terminou entregando o Ministério da Saúde. E isso prejudicou substancialmente o bom andamento do trabalho que aquela autoridade vinha exercendo à frente daquela pasta.

Entretanto, ao longo do tempo, o Governo foi se conscientizando da sua responsabilidade. E hoje nós podemos constatar que, em primeiro lugar, aquilo que antes era objeto de divergência, no âmbito do próprio Governo, sobre a distribuição efetiva e concreta dos recursos da CPMF diretamente ao Fundo Nacional de Saúde, essa divergência, no atual Governo, passou a ser consensual. Não apenas com as instituições que

defendem maiores recursos para a Saúde, como, por exemplo, Grupo Parlamentar da Saúde, que aqui está o Deputado Federal Rafael Guerra, um grande lutador na Câmara dos Deputados e também no âmbito do Senado; ele está sempre presente aqui, no intuito do cumprimento estrito da Constituição, em defesa da Saúde do Brasil.

Agora, a própria aprovação, Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados, da regulamentação da Emenda 29 registra uma preocupação do Congresso, com o apoio do Governo, no sentido de criar obstáculos, ou evitar, de uma vez por todas, os desvios que aconteciam e ainda acontecem, inclusive, em 17 Estados, como aqui se referiu o nobre Ministro da Saúde, que não cumprem aquilo que é determinado pela Constituição.

Com a aprovação da regulamentação da Emenda 29, sem dúvida alguma, que haverá um bloqueio para que se evite, de uma vez por todas, uma queda da arrecadação da CPMF ou dos recursos destinados à Saúde, em função do descumprimento de disposições legais. Quer dizer, foi um grande avanço, sem dúvida alguma. Temos que colocar em cima da Mesa, não só do atual Congresso, como do próprio Governo, que chegaram à conclusão bastante razoável de que a Saúde não pode continuar na crise que está vivendo e viveu no passado.

Agora, há uma dúvida a imperar, no que diz respeito ao que foi aprovado ontem, já que, pelo menos no próximo ano, serão concedidos recursos adicionais à Saúde, da ordem de quatro bilhões de reais; cinco bilhões em 2009; seis, em 2010, e nove, em 2011. Então, o que é que houve? Um acréscimo adicional de quatro bilhões no próximo ano... Esses recursos sairão de onde? Eu presumo, uma parte desses recursos deve vir do repesamento da DRU, porque a DRU tira justamente 20% dos recursos gerais, inclusive da Saúde. Isso corresponde a mais ou menos quatro bilhões. Se o Governo renuncia aos 20% da DRU, automaticamente, essa renúncia vai proporcionar um acréscimo de quatro bilhões.

Gostaria de fazer a primeira pergunta. Se será com o mesmo objetivo, de onde vem esse acréscimo, esse adicional de quatro bilhões de reais, que serão aumentados gradativamente até o ano de 2011? Por outro lado, como também participante do Grupo Parlamentar em Defesa dos Municípios, eu, sinceramente, como um... Eu aplaudo a atuação do Ministério da Fazenda, também do Ministério do Planejamento, do próprio Ministro da Saúde, em tentar uma negociação com todos os partidos de oposição, com vistas a... Aos seus objetivos de aumentar ou de, pelo menos, permanecer com a receita programada para o nosso Orçamento.

Agora, há uma promessa que aqui temos o... “O Estado de São Paulo”, Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Guido Mantega, há um... “No Estado de São Paulo”, há uma reportagem que diz assim: “Repasses aos Estados podem cair. Proposta de descontar contribuições do Imposto de Renda afeta transferências da União”. Ora, nós sabemos que os Estados e o Distrito Federal têm 21,5% do Imposto de Renda; 23,5, os Municípios, e 13%... Tudo isso é destinado aos Fundos Regionais Constitucionais. São fundos constitucionais Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Então, eu perguntaria... Nós vamos arrecadar a previsão de mais ou menos 160 bilhões de Imposto de Renda, no próximo ano, sendo que, deste total, 77 bilhões serão destinados aos Municípios, eu perguntaria: Se, havendo essa negociação, não haveria uma redução da receita dos Estados e Municípios em cima de uma negociação da qual os Estados e Municípios não participaram ou não estão participando?

Por último, eu gostaria de perguntar se há uma disposição do Governo em conceder, no próximo ano, quatro bilhões, o que corresponde mais ou menos à incidência da DRU sobre as receitas gerais da Saúde, proporcionadas pela CPMF. Não seria de bom alvitre, então, se aprovar um mecanismo em que se proíba a incidência da DRU sobre os recursos da Saúde. Quer dizer, desonerar a Saúde de qualquer desconto com referência à DRU, se isso seria possível? Porque, sendo possível, naturalmente que aí atenderemos, de forma substancial, de forma concreta, numa Legislação aprovada aqui mesmo no Congresso Nacional, quem sabe... Como se trata a DRU de uma reforma constitucional, então, teria que ser um acordo, onde pudéssemos fazer esse... Essa redução da DRU geral, tirando do desconto a Saúde.

Então, eu perguntaria se é possível entrar num acordo a não incidência da DRU sobre os recursos destinados à Saúde através da CPMF. Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a V.Exa. também a colaboração com a Mesa e passo a palavra para responder à interpelação de V.Exa. ao nobre Ministro Guido Mantega, da Fazenda.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente. Respondendo ao Senador Valadares, de fato, o espírito da coisa é transferir a DRU para a Saúde. Reforçar é como se carimbar uma parte adicional da CPMF para que ela seja conduzida para a Saúde. Agora, como nós temos um problema de Legislação, que é o seguinte. A prorrogação foi aprovada na Câmara, e ela tem que ser aprovada também no Senado, sem modificações. Então, nós não podemos mudar

a lei. A lei da CPMF não está sendo mudada. O que nós estamos fazendo é utilizando um artigo que foi colocado na aprovação da prorrogação, na Câmara, que diz o seguinte, que o... “Que poderá ser apresentado um Projeto de Lei ordinário, podendo reduzir as alíquotas”.

Nós vamos ter que fazer uma Medida Provisória. Vamos fazer um outro ato, um outro instrumento, porque não podemos modificar. Então, na verdade, assim, a lei tem que ser aprovada tal e qual ela se encontra no Senado. Porém, paralelamente, nós dizemos: “Olha, o equivalente a 10% da CPMF será disponibilizado pelo Governo para a Saúde”. O equivalente porque nós não podemos mudar a lei agora porque senão ela volta para a Câmara e fica inviabilizado. Aí, não poderemos aprová-la a tempo. Então, paralelamente, nós dizemos: “Bom, foi aprovado 0,38”. Quer dizer, não houve nenhum comprometimento de arrecadação do 0,38, mas é como se o Governo estivesse abrindo mão do equivalente, desses 0,38, a mais ou menos, 0,04. É como se fizéssemos uma opção: em vez de reduzir a alíquota de 0,38 para 0,34, nós estamos pegando essa diferença e colocando para a Saúde. Em vez de reduzir a arrecadação em quatro bilhões, nós estamos aumentando a nossa despesa em quatro bilhões. Dá na mesma. Só que de forma a não inviabilizar a aprovação desta prorrogação, que ocorreria caso fizéssemos a mudança que o senhor está sugerindo. Aí, sim, tem que ser uma mudança na Emenda completar... A Emenda Constitucional. Em algum momento, a Emenda Constitucional poderá ser modificada porque, no fundo, o que vai acontecer? Quatro bilhões, no primeiro ano; cinco, no segundo; seis, no terceiro. Nós estaremos direcionando... É como se direcionássemos toda a DRU para a Saúde, retornando àquela concepção original que o senhor mencionou, do Adib Jatene, que tinha esta idéia, aumentar o recurso para a Saúde. Então, nós estamos aumentando o recurso para a Saúde o equivalente ao percentual da CPMF. Mas, por uma questão legal, jurídica, ela tem que ser feita por uma outra lei, um outro instrumento. Uma Medida Provisória... Aliás, a própria regulamentação já diz isso: O instrumento será esse. A regulamentação diz: “O equivalente a 10% da CPMF será transferido para a Saúde”.

Então, é uma adaptação, digamos. Mas, a lei, a CPMF continuará com a mesma redação, 0,38, só que nós estaremos reduzindo. Se fizermos outras reduções, a CPMF também terá que ser por Lei Ordinária, não será na Emenda. Tem que ser por lei ordinária...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E o outro foi acordo sobre o Imposto de Renda destinado a Estados e Municípios.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Veja bem, nós estamos amadurecendo uma proposta no sentido de aumentar a faixa de isenção de CPMF para a população de menor renda. Hoje já existe uma isenção para quem ganha até R\$ 1200,00. Quem ganha R\$ 1200,00 já recebe, já paga uma alíquota de Previdência a menor para compensar a CPMF. É como se não pagasse a CPMF. Existe uma proposta para elevar esse patamar para R\$ 1640,00, que é até onde há isenção de Imposto de Renda. E, para isso, nós teríamos que usar o mesmo recurso, diminuir a alíquota de contribuição previdenciária.

Agora, se fizermos isto acima de R\$ 1640,00, aí, nós teríamos que permitir uma dedução do Imposto de Renda. Então, quem paga, digamos, quem ganha até três mil reais, quatro mil reais, isso ainda está sendo amadurecido, discutido com o PSDB, isso não está definido. Mas, digamos, por hipótese, quem ganha três mil reais, como é que faz? Aí, nós teremos que estabelecer um valor que possa deduzir do Imposto de Renda. Então, ele deixa de... A CPMF que ele pagou deduz do Imposto de Renda.

Nesse caso, o senhor tem razão, nós estaremos dividindo o ônus com os Estados porque nós estamos diminuindo... É meio a meio, digamos, o ônus, nesse caso, com os Estados e o senhor tem razão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os Estados e os Municípios.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Estados e Municípios. As transferências porque o Imposto de Renda é um imposto que metade dele é transferida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, agora, dando seqüência aos trabalhos, vou propor que, sem prejuízo da alternância partidária e da ordem de inscrição, nós possamos fazer em bloco, como fizemos ontem, contribuindo em muito para a economia processual, ou seja, para que nós possamos ganhar tempo, sem prejuízo da interpeção aos Ministros.

Então, dentro dessa perspectiva, eu iniciaria um primeiro bloco, concedendo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro. A seguir, ao Senador Eduardo Suplicy e, após este, ao Senador Arthur Virgílio.

Então, seria... E, depois, teríamos um bloco adicional, que teria a presença... Teria a oportunidade de... Dar palavra ao Senador Sibá Machado... Bom, mas vamos iniciar esse terceiro bloco já.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V.Exa. está inscrito. Então, eu concederia a palavra, então, ao nobre Senador Flexa Ribeiro e, a seguir, como já anunciei, ouviríamos o Senador

Eduardo Suplicy e depois o Senador Arthur Virgílio. E também gostaria que, se fosse possível, observar o limite dos cinco minutos que, aliás, é o limite previsto no Regimento Interno...

(soa a campanha).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Marco Maciel; Relatora, Senadora Kátia Abreu; Ministro Guido Mantega, da Fazenda; Ministro José Gomes Temporão, da Saúde; Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sras. Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, é uma satisfação recebê-los na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. E registrar, como já foi feito anteriormente, que é lastimável que o bloco de apoio ao Governo não tenha participado das outras Audiências Públicas e, mesmo nessa, em que veio dar apoio, como é normal, aos membros do Governo, ele faz o seu pronunciamento e tem outros compromissos, se afastam da Comissão, do Plenário, porque, quando nós estamos aqui com uma... Mostrando uma vontade que, eu diria, de poder entender, de poder aprofundar o conhecimento para consolidar o voto que nós iremos dar em Plenário.

Eu tenho participado de todas as discussões que tratam sobre a questão da CPMF, desde o início. Quando o Presidente em exercício, o José Alencar, esteve aqui no gabinete do Presidente, e eu lá estive, e, naquela ocasião, o Presidente José Alencar disse que ele era contra a CPMF, que a CPMF era um imposto injusto, mas que ele tinha que defender a continuidade da cobrança por ser uma questão de equilíbrio fiscal do país. Mas, fez questão de posicionar... Se posicionar contrariamente.

Pelo que eu pude assistir das brilhantes exposições dos senhores, eu gostaria de fazer diretamente alguns questionamentos. Primeiro, o meu partido, o PSDB, de uma forma bastante responsável, abriu a negociação com o Governo no sentido de encontrar meios para que se possa atender ao anseio da sociedade brasileira, ao anseio dos brasileiros, no sentido de redução da carga tributária, que é insustentável atualmente. Pior do que isso, pior do que a carga tributária insustentável é a péssima qualidade dos serviços ofertados à sociedade. Começa pela luta do Ministro Temporão, na Saúde, pela luta do Ministro Haddad, na Educação, pela luta do Ministro Jobim, na área de Segurança... O que nós temos assistido é uma queda de qualidade, ao longo do tempo, nessas áreas de maior importância. Sem falar na infra-estrutura, sem falarmos na questão das estradas, dos portos, na questão do apagão aéreo... E por aí nós vamos.

Ou seja, nós estamos passando e temos que reconhecer que o Brasil atravessa uma situação de

tranquilidade, que eu diria, nunca dantes passado na história, como costuma dizer o nosso Presidente, é verdade. Mas, isso vem... É uma colheita que está sendo feita em função de... Do plantio da semente que foi feito desde 94, ainda no Presidente Itamar Franco, nos dois governos do Presidente Fernando Henrique, e que o Presidente Lula teve o equilíbrio...

(soa a campanha).

E a inteligência de dar continuidade aos programas do Governo passado, trocando de nome, de batismo, de apelido. Mas os programas são os mesmos. Mas aí eu gostaria de perguntar aos senhores, eu não estou convencido da necessidade da prorrogação da CPMF. Estaria, se houvesse, da parte do Governo, e eu disse isso ao meu líder, Senador Arthur Virgílio, e ao Presidente, ao meu Presidente, Senador Tasso Jereissati, se o Presidente aceitasse uma proposta que o PSDB fez. Se tem a intenção realmente de fazer a Reforma Tributária, porque esta mesma conversa o Congresso Nacional escutou em 2003, de que nós iríamos prorrogar a CPMF para que pudéssemos fazer a Reforma Tributária em seguida. O que é que aconteceu? A Reforma Tributária foi aprovada no Senado Federal, está engavetada na Câmara, por vontade política do Governo. Tão-somente por isso, tão-somente por isso. Se há esta intenção do Governo, então, vamos prorrogar a CPMF, Senador Arthur Virgílio, por um ano e vamos fazer a Reforma Tributária que o país espera há décadas. Não é só desse Governo não, desde o governo passado, de se fazer a Reforma Tributária durante este ano. E aí nós vamos ter o ano inteiro sem penalizar o Governo porque também, Ministro Mantega, não adianta V.Exas. colocarem, de forma terrorista, de forma alarmista, para a sociedade que, se o Senado não votar pela criação de um novo imposto... Porque o que nós estamos votando aqui não é pela prorrogação da CPMF. Nós estamos votando pela prorrogação de um novo imposto, a partir de primeiro de janeiro de 2008, porque a CPMF se extingue a 31 de dezembro de 2007.

Se essa... Esse discurso alarmista de que o país vai quebrar, de que se a CPMF não for prorrogada...

(soa a campanha).

...E mais, de que a receita da CPMF é necessária, lógico que toda receita é bem-vinda. Ninguém discorda disso. Toda receita é bem-vinda, agora, é preciso fazer os ajustes. E o Governo teve, de 2003 a 2007, o tempo suficiente para fazer os ajustes porque sabia que ela seria extinta em 2007. Aí, vem de novo o discurso: "O Governo não pode ficar sem 40 bilhões de um mês para o outro". Não é de um mês para o outro. E os brasileiros que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado sabem disso. Nós não

estamos tirando do Governo 40 bilhões, Senador Arthur Virgílio, de um mês para o outro. Tiveram quatro anos, cinco anos para que fosse feito o ajuste, para que, já sabendo que em 2008 não teria a CPMF. E o que aconteceu...

(soa a campanha).

...Nesses quatro, cinco anos? Houve aumento de gastos, houve aumento de gastos, como já foi colocado aqui; só em 2006, a receita cresceu 7.9%, Ministro Paulo Bernardo, e as despesas 10.8%. Como é que nós podemos, por que é que nós não reduzimos gastos, diminuindo o número de Ministérios deste Governo? Eu duvido que algum brasileiro saiba o nome dos 37 Ministérios ou Secretarias do Estado e Ministério desse Governo. Eu duvido. Ou o nome dos Ministérios, com exceção dos Ministérios que já são Ministérios históricos e importantes.

Há um tempo atrás, estive na Embaixada da Suécia, e lá, numa exposição, foi dito que a Suécia tem sete Ministérios. Sete Ministérios, a Suécia. O Brasil tem 37. E agora, com a SEALOPRA, 38. Para quê a SEALOPRA? Para gastar dinheiro. Para quê outras Secretarias e outros Ministérios? Para gastar dinheiro. Então, é por aí que temos que fazer o ajuste dos gastos públicos.

Então, eu vou agora fazer algumas perguntas pontuais aos Ministros. Ministro Mantega, o senhor, na sua exposição, apresentou, e aí são dados que confundem a nós Senadores, quanto mais aos brasileiros que nos assistem, o senhor mostrou, como receita de 2007, 609... Receita bruta, 609 bilhões. E receita líquida, 509 bilhões. O senhor sabe que não é isso mais. O senhor sabe, o Ministro Paulo Bernardo, no Ministério do Planejamento, já reviu esses números e confirmou que a receita prevista para 2006 é de 615 bilhões, e a receita... Bruta. E a líquida é de 514 bilhões. Aí, quando V.Exa. traz para o Senado números para tentar nos convencer da necessidade da continuidade de CPMF, V.Exa. usa um número que lhe interessa, que interessa ao Governo, e não o número real. O número real é o número revisto pelo Ministério de Planejamento e que não é o número que está na sua planilha.

Então, gostaria... Só aí, só aí, o Governo vai ter, em 2008, uma receita extra de 16 bilhões, partindo da receita prevista, revista pelo Ministério do Planejamento, e mais o incremento que o Governo diz que é de 12.1%, de incremento de receita, e que a gente estima que seja de 13.8%, sem falar... 13.5%, sem falar na revisão que a Comissão Mista de Orçamento já fez na receita. A Comissão Mista de Orçamento já pegou a proposta do Governo e já ampliou em praticamente 10 bilhões de reais a receita para 2008. Não estamos falando disso, Ministro Paulo Bernardo, nós estamos

falando dos números que o Ministro Mantega colocou aqui. Então, eu gostaria de ter de V.Exa. a confirmação, se os números são esses ou são os do Ministério do Planejamento...

(soa a campanha).

Não podemos aceitar, em princípio, as propostas colocadas pelo Governo ao PSDB. Foi muito bem colocado pelo Senador Antônio Carlos Valadares que a proposta de compensar a CPMF pelo Imposto de Renda é inaceitável. Eu não voto, aqui no Senado Federal, nenhum Projeto que retire de Estados e Municípios receita. É impossível o Governo Federal ficar querendo fazer bondade com o chapéu alheio, que é só o que faz; tira receita dos Estados, tira receita dos Municípios e, além disso, transfere recursos. Sabe por que, Ministro Temporão? Sabe por quê? Em 95, Ministro Temporão, em 95, antes do advento da CPMF, a União gastava *per capita*/ano 85,71 dólares.

Em 2005, depois de 200 bilhões de CPMF, que deveriam ser destinados à Saúde, ela está gastando 77.47 cents de dólar *per capita*/ano, ou seja, em vez de aumentar o gasto *per capita*/ano na Saúde, houve uma redução com o incremento da CPMF. Sabe por quê? Porque a CPMF foi criada, como ela seria complementar, recursos complementares para a Saúde, e ela foi usada como substitutiva. O Governo pegou o recurso da CPMF, colocou na Saúde, tirou os da receita da Saúde e jogou para outro destino. Faz aquilo que já foi dito aqui: usa o piso como teto. Então...

E mais, e mais, se nós somarmos os recursos aplicados de União, Estados e Municípios, na Saúde, em 2005, nós chegamos a 152 dólares e 97 cents. Sabe o que quer dizer isso, Ministro Temporão? E V.Exa. sabe muito bem, quer dizer que a União, cada vez sai mais da responsabilidade de atender aos brasileiros na área da Saúde. Ela tinha, em 1980, respondia por 75% da aplicação em Saúde, a nível Brasil, e responde hoje, em 2007, com 49.8. O resto é coberto por Estados e Municípios. E, na contrapartida disso, o que ocorre? Cada vez mais, a União tira recursos dos Estados e Municípios, e nós temos que fazer, sim, a Reforma Tributária e a revisão do pacto federativo; não é possível concentrar mais de 60% dos recursos da União, 24% nos Estados e 16 nos Municípios. É impossível que os Municípios e Estados respondam por 50% dos gastos em Saúde. Não dá para entender isso. Todos nós somos a favor. Não tem nenhum Senador da base do Governo ou de oposição que seja contra a Saúde, seja contra a Educação, seja contra a Segurança. Nós não somos contra. Somos a favor. Agora, queremos que isso chegue ao usuário, que chegue ao cidadão. E não está chegando. Eu gostaria de

ter de V.Exa. uma contestação ou uma confirmação a respeito desses números.

E, para concluir, eu lamento...

(soa a campanha).

...Senador Marco Maciel, mas os outros Senadores da base do Governo não tiveram limitação de tempo. Então, eu pediria isonomia também com relação à questão dos questionamentos. Eu gostaria de perguntar ao Ministro Paulo Bernardo, Ministro Paulo Bernardo, tenho uma admiração muito grande pelo senhor, pelo Ministro Temporão, pelo Ministro Mantega, mas V.Exa. está mal informado. V.Exa. acabou de dizer que o sistema S não é fiscalizado pelo TCU. Ele é fiscalizado, e não é de agora não, sempre foi. Tem todas suas contas auditadas e aprovadas pelo TCU.

E mais, eu lastimo, eu lastimo que o Governo use dessa prática inaceitável de constranger o Presidente da FIEPA, Paulo Skaff, propondo a redução ou a extinção do sistema S. Sabe por que é que eu lastimo isso? Porque o Paulo Skaff está fazendo um trabalho em defesa daquilo que ele acredita, que é a redução da carga tributária para aumentar a competitividade dos brasileiros, das empresas brasileiras, para que o Brasil possa exportar mais, possa produzir mais, que o brasileiro... Que os brasileiros possam ter um maior poder aquisitivo. E, aí, uma proposta dessas, numa hora dessas, nobre Senador Arthur Virgílio, é pura e tão-somente para constranger o Presidente Paulo Skaff. É inaceitável. Sabe por que é que é inaceitável? Porque quem mais defende o sistema S é o Presidente Lula. Eu próprio já assisti, do Presidente Lula, em diversas ocasiões, ele dizer, de viva-voz, que ele não seria o que ele é se não fosse o SENAI. Que o primeiro diploma, e disse isso com lágrimas nos olhos, com a voz embargada, o primeiro, o único que ele conseguiu, primeiro e único, foi dado pelo SENAI de coisa...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...E o Senador Arthur Virgílio lembra que o companheiro dos senhores, o ex-Deputado Jair Meneguelli vai ficar desempregado porque ele é Presidente do Conselho Nacional e do SESI. Talvez V.Exas. não estejam atendo para isso...

E mais, aí, eu quero dizer, é pena que o Ministro Haddad não esteja aqui, o sistema S trabalha com eficiência, trabalha com eficácia, trabalha como se trabalha nas empresas privadas, buscando metas, buscando programas a serem efetuados. Diferentemente do Governo, que transfere recursos e não cobra as metas dessa transferência desses recursos para as ONG's, que estão sendo objeto de uma CPI agora. O Ministro, o... O Ministro Haddad sabe quanto custa,

quanto custa a formação, a qualificação profissional de um aluno do sistema S? Em torno de seis mil reais. Isso, Ministro Bernardo, o TCU pode comprovar. Seis mil reais o quanto custa um aluno no sistema S para se formar profissionalmente, se qualificar profissionalmente. Sabe quanto custa o aluno nos CEFET's do Governo? V.Exa. sabe? 17 mil reais. Três vezes o que custa no sistema S. É por aí que o Governo erra. Em vez de qualificar os gastos e investir aonde tem eficácia, ele joga dinheiro pelo ralo. E aí não tem dinheiro para poder atender à sociedade.

Então, vamos fazer exatamente ao contrário. Vamos fazer exatamente ao contrário. Não é por aí...

(soa a campanha).

Tinha outras questões aqui para levantar. A última... Eu tinha várias. Não posso perder essa oportunidade, até porque eu quero votar com a minha consciência tranqüila, que eu estou votando pelo bem do Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu... Não. Mas posso ser convencido pelos Ministros. Acho que o Presidente Lula disse que “só poste que não muda de opinião”. Como nenhum de nós aqui é poste, então, a gente pode até mudar de opinião, hein? Só se for arrancado. “Poste e tartaruga só sobem em árvore se for enchente ou mão de gente”. Não tem outra. Mas, Ministro Paulo Bernardo, por último, V.Exa., como Parlamentar em 96, quando da criação da CPMF com a alíquota de 0,20 e 100% destinada à Saúde, como votou V.Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra, pela ordem, ao Senador Valter Pereira, que é inscrito pelo PMDB, partido que não teve a oportunidade, até agora, de se manifestar. A seguir, o Senador Arthur Virgílio e, posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy.

Então, eu concedo agora a palavra, como eu disse, ao Senador Valter Pereira, pedindo a S.Exa., que, aliás, é Vice-Presidente dessa Comissão, que, se possível, se manifeste dentro do período regimentalmente autorizado, que é de cinco minutos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Olha, Sr. Presidente, eu ia até pedir isonomia em relação ao Senador Flexa Ribeiro, mas, em consideração ao apelo de V.Exa., eu não vou pedir essa isonomia, não.

(risos).

Mas, Sr. Presidente, Srs. Ministros, obviamente quem vai falar pelo PMDB é o nosso líder, Valdir Raupp. Mas eu gostaria de falar, enquanto Senador da base aliada. E eu gostaria, inicialmente, de dizer o seguinte:

Eu tenho um histórico de críticas ao aumento da carga tributária em nosso país. E quando, desde a época em que foi instituída a CPMF, eu tenho lançado duras... Duros ataques a essa contribuição, até em artigos de jornal que publiquei, e, de sorte, que hoje, compondo a base do Governo, estou numa saia justa porque, embora a coerência tenha caído démodé, para mim, continua sendo uma baliza na minha vida pública.

E hoje nós estamos aqui com este desafio, que é da renovação da CPMF. E eu gostaria de formular algumas questões. A primeira delas diz respeito a essa sinistrose(F) que foi propagada, com relação possibilidade de não ser aprovada a CPMF. Nessa... Nesse ciclo de palestras que nós ouvimos, que nós... Do qual nós participamos, ouvimos aqui demonstrativos muito claros de que o excesso de arrecadação e a abstenção do Governo em relação a investimentos que deveriam ser feitos, e que acabaram não sendo feitos, acabaram dando sobras, dando folgas ao caixa, na verdade, a CPMF não causaria a destruição do Brasil. E isso aqui, ouvi até a fala do Ministro Paulo Bernardo, dando taxativamente a informação de que realmente o Brasil não vai acabar se, por acaso, a CPMF não for renovada aqui no Senado Federal e no Congresso.

Pois bem. Sei, entretanto, que algum impacto vai ter. São 40 bilhões, e esse impacto é que nós temos que discutir. Eu apresentei uma proposta, no sentido de promover a extinção da CPMF em quatro anos. O líder da minha bancada tem uma proposta no sentido de extingui-la num prazo maior, não sei se até 2011 ou até 2014, acho que é 2014.

Então, a primeira indagação que eu faria era nesse sentido, qual é o prazo que o impacto seria compatível? A outra indagação que eu quero fazer é o seguinte...

(soa a campanha).

...A CPMF é uma contribuição provisória. E aqui têm realmente ocorrido alguns eufemismos no Congresso, por exemplo, aqui tem a contribuição provisória, que, de repente, vai se tornando permanente. Mas o Governo não assume que vai ser permanente, certo? O Governo não assume. Teve aqui, há pouco tempo atrás, a criação da SEALOPRA, que é uma Secretaria de Planejamento. Uma secretaria de planejamento de longo prazo. Mas todos nós sabemos que vem através de uma Medida Provisória, cujos requisitos são exatamente a urgência; a urgência e a relevância. Então, são as contradições que a gente enfrenta.

No caso da CPMF, o que eu gostaria de indagar é o seguinte: Sendo... Por que o Governo não assumir a condição de imposto? Por que o Governo não assumir efetivamente esse aumento da carga tributária e ficar dissimulando, como se fosse uma contribuição

provisória, quando, na verdade, nós sabemos que não é provisória? Será que estaria escondido, atrás dessa omissão do Governo, o interesse em não repassar para Municípios, não repassar para os Estados? Porque todos nós sabemos da vinculação que Estados e Municípios têm com todo o sistema de arrecadação do país, todo o sistema de receitas. E todos nós sabemos também que os problemas da Saúde, mais graves, ocorrem nos Municípios. A CPMF foi criada para socorrer a Saúde. E, no entanto, o que nós sentimos é que o Município está excluído dessa receita. O Estado está excluído dessa receita.

Então, não seria o caso, Sr. Ministro, de ao invés de ficar batendo duro na questão da CPMF, não assumir essa questão da Reforma Tributária, não dar prioridade... Imagine V.Exa. se o Governo tivesse despendido todo o seu esforço, todo o empenho que está despendendo? Nós assistimos, aqui na Câmara dos Deputados, qual foi a luta do Governo, qual foi o empenho, qual foi o arrojo para que reverterse uma possibilidade de não passar a CPMF. Agora, imagine V.Exa. se esse esforço todo fosse despendido para uma Reforma Tributária; o Governo mandar um Projeto para cá, e discutir e se empenhar, e jogar, apostar todas as suas fichas para que essa Reforma Tributária... Absorvendo essa CPMF e partilhando com Estados e Municípios todos resultados dessas receitas, como manda a Constituição, não seria uma atitude mais coerente, mais firme, mais segura? Então, essa é a primeira questão que eu coloco.

A segunda questão, Sr. Ministro, é a seguinte, houve uma advertência, por um dos expositores, que me chamou a atenção, na condição de Advogado. Eu nunca tinha efetivamente prestado atenção no enfoque que fora dado para essa questão da CPMF, que é o seguinte. A CPMF, como foi criada para ser provisória, como teve uma destinação específica, que foi de socorrer a Saúde, e, de repente, ela vem se renovando, renovando, numa verdadeira simulação da sua natureza original. E, como, no decorrer dessas renovações, também foram sofrendo desvios de finalidade, por exemplo, uma parte para socorrer o superávit primário, outra parte para socorrer programas sociais etc., será que não correria o risco de um processo judicial, de repente, que foi a advertência que fora feita aqui nessa Comissão, um processo judicial tornar o molho mais caro que o macarrão? Por exemplo, nós tivemos aqui Plano Bresser, Plano Collor, Plano Verão, uma série de planos econômicos que seus autores vieram ao Congresso, asseguraram que estavam todos em plenas condições legais, em plenas... Atendendo a todos os requisitos constitucionais e, depois, os tribu-

nais foram efetivamente reformando, por quê? Porque foram encontrando os defeitos.

Então, veja o seguinte, o risco que nós corremos, e que foi objeto de advertência aqui, foi exatamente esse de ser mais um plano, de amanhã o Governo ser penalizado com uma ação judicial, com muitas ações judiciais, e o Governo ser compelido a ter que reparar um grande passivo que não está previsto no Orçamento. E o Governo, a indagação que eu faço, o Governo está preparado para isso? O Governo está seguro que amanhã não vai ter que enfrentar esse passivo nos tribunais?

Bom, Sr. Presidente, essa é a advertência que eu faço, aliás, advertência não, essas são as indagações que eu faço, sobretudo ao Ministro da Fazenda, e quero dizer aqui, Sr. Ministro, que, enquanto componente da base do Governo, tenho votado tudo a favor do Governo, menos a SEALOPRA, que eu relatei contra e ela não passou, certo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Aí voltou. Não foi respeitada a decisão que não era minha, uma decisão do Congresso. Decisão também que pode ser passível de uma apreciação judicial e de mais um passivo para o Governo, certo?

Mas quero dizer a V.Exa. que eu estou aqui com a maior boa vontade de encontrar um meio de votar com o Governo, por quê? Porque sempre tenho votado com o Governo, sempre tenho atendido à orientação da liderança. E quero continuar votando com o Governo, mas quero dizer que a CPMF, do jeito que está, não me dá nenhuma... Nenhum conforto para votar. Quero votar, prefiro votar até a CPMF embutida num Projeto de Reforma, um Projeto de Reforma Tributária, um Projeto que mostre claramente que foi acionado o gatilho de uma redução da carga tributária no Brasil, porque a carga tributária no Brasil é uma das mais altas do mundo e V.Exa. sabe disso. E eu gostaria de votar a CPMF embutida nesse Projeto. Se vier embutida num Projeto, eu estarei muito a vontade.

E outra coisa que acho que é importante deixar muito claro é o seguinte, eu entendo que efetivamente a destinação para a Saúde deve continuar sendo uma prioridade do Governo. Eu aqui reconheço, não só a competência do Ministro Temporão, como grande sanitário, que conhece a área onde atua, e que sabe muito bem como conduzir uma política nessa direção, como também reconheço que, nem Saúde, nem Segurança Pública, nenhuma prioridade se alcança se não tiver recursos. E é preciso que o Governo defina claramente as suas prioridades. E uma delas tem que ser a Saúde. Eu não consigo entender que tenha...

(soa a campanha).

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –

...Operado uma contribuição provisória, de 96 até hoje, para tirar a Saúde da UTI, e até hoje ela vem mantendo a Saúde na UTI. E não por incompetência, mas sim por falta de recursos. Essa é a minha intervenção, Sr. Presidente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Eu agradeço ao nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão, e concedo a palavra agora ao Senador Arthur Virgílio e, depois, ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr.

Presidente, eu certamente, até para historiar a negociação que temos feito com o Governo, eu vou precisar de mais que os cinco minutos regimentais, mas menos que os cinco minutos tem sido usados pelos meus colegas tão queridos. Sr. Presidente, o PSDB, partido complexo como é, e com imenso respeito à posição desse seu co-irmão de luta da oposição que eu tenho, resolveu abrir uma negociação com o Governo, aceitar uma negociação com o Governo. E fez uma proposta muito clara que aqui, eu, para resumir, Ministro Paulo Bernardo, eu cito os pontos da proposta feita pelo PSDB, e as respostas ainda genéricas que serão esmiuçadas, nas próximas horas, pela equipe econômica liderada pelo Ministro Guido Mantega. Nós pedimos mais recursos para a Saúde. E vou, daqui a pouco, dizer onde vejo uma clara insatisfação nossa.

Pedimos o enquadramento da União na Lei de Responsabilidade Fiscal; eu não cometeria a irresponsabilidade, nem meu partido tampouco, de pedir isso sem ressalvas, ou seja, crise cambial, uma calamidade, algo que exibisse o quão diferente, como ente, é a União, de Estados e Municípios, que, no Estado, corta despesas de qualquer jeito e o Estado sobrevive. A União não, ela pode ser surpreendida por algo que esteja acima da vontade do planejamento de um Presidente da República e de sua equipe. Mas, o Relator Romero Jucá já está se debruçando sobre isso e nós temos acertos para fazer de parte a parte, tanto o Governo quanto nós. E acredito até que, com ou sem CPMF, é um passo civilizatório significativo nós aprovarmos esse enquadramento.

Cobramos um redutor de gastos públicos. Eu disse ao Ministro Mantega, junto com o Senador Tasso Jereissati e Senador Sérgio Guerra, que propúnhamos 0.2% em relação ao conjunto de gastos públicos. E a resposta foi que aceitavam estabelecer um redutor sobre o custeio.

Pedimos desonerações e não especificamos onde. Demos alguns exemplos, aliás, folha de pagamento

das empresas e outros tributos ou contribuições que pudessem ser arrolados. E a resposta que obtivemos, ainda genérica, foi de que aceitavam o Governo PIS/COFINS para empresas exportadoras, também tratar com sensibilidade o episódio do desgaste de bens de capital e desonerar folhas de pessoal.

E, aí, entre os meus... Fui colega do Deputado Federal, do Ministro Paulo Bernardo, e ele sempre foi dos meus mais queridos amigos. Eu esperei tive, não sei se é característica ou defeito de ter muitos amigos no PT, e um dos mais queridos era o Ministro Paulo Bernardo. Mas evidentemente que a proposta que surgiu lá e que aqui foi ratificada de tirar os recursos do sistema S abala um pouco a credibilidade da proposta do Governo porque nós sabemos que o sistema "S" está protegido por norma constitucional, e, sendo assim, nós não teríamos como operacionalizar essa, digamos, que nós concordássemos, não seria possível operacionalizar essa... Nós queremos não só...

(soa a campanha).

...As propostas convincentes, como queremos as propostas com os mecanismos que levem à implementação efetiva dos compromissos assumidos pelo Governo. Mas... E dissemos, na hora, que onde desonerar, no caso da folha, fica mais a encargo de quem governa, de quem venceu as eleições para governar e venceu legitimamente com uma margem absolutamente brilhante e que, portanto, merece ter esse encargo de fazer as opções.

Ainda no campo das desonerações, e vamos para a principal que estava em tela, o CPMF. Nós propusemos, acabamos de ouvir qual seria a proposta de redução da alíquota e surgiu a idéia de, ao invés de discutirmos desoneração, de nós aproveitarmos a idéia do PMDB, de desoneração, de isenção até R\$1640,00, e, a partir daí, todos os demais brasileiros estariam beneficiados por uma dedução que teria que ser ainda especificada para que não fizéssemos algo regressivo. Não dá para cobrar de mim, que sou uma pessoa extremamente rica, a mesma coisa que se cobraria do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que é uma pessoa mais pobre. Então, teria que haver uma forma mais... Uma forma que estabelece justiça aí nesse episódio.

E, finalmente, esbarramos numa questão, o Governo tem suas razões processuais, nós temos as nossas razões políticas, que sem a exigência da prorrogação por um ano apenas, e não por implicância, porque nós entendemos que, nesse ano, nós teríamos o Governo obrigado, até porque queria a prorrogação da CPMF após esse ano, obrigado a aprovar uma Reforma Tributária verdadeira. O que perpassa, o sentimento da minha bancada é que o Governo, munido,

por três anos, dos recursos da CPMF, dificilmente se interessaria por fazer uma realização de uma efetiva Reforma Tributária. Então, isso é algo que está sendo discutido exaustivamente por nós.

O objetivo da nossa, da nossa... Estou observando que o telefone do Senador Augusto Botelho é ecológico...

(risos).

...O barulho da Floresta Amazônica, que ele apresenta muito bem o Estado de Roraima. Mas, o objetivo da nossa proposta foi redução de carga tributária e redução de gastos públicos. O Governo acrescentou ainda, e isso atende a Governadores e Prefeitos, acrescentou ainda e acho justo, a questão dos precatórios, que se estabeleça um limite, para evitar desorganizações, sobretudo das pequenas Prefeituras, a desorganização da Prefeitura que programa pagar seu pessoal, programa pagar seus fornecedores, e, de repente, uma decisão judicial vai e acaba com a perspectiva do planejamento, enfim.

Mas eu... As conversas que temos tido lá, com o Ministro Mantega, e foram conversas, todas elas, muito respeitadas, e eu considero que a proposta feita pelo Ministro foi de boa-fé, precisamos agora dos detalhes que podem nos levar a aceitar ou não o que foi especificado, eu tenho dito que essa negociação que nós propomos, ela visa reduzir gasto e já reduzir carga tributária, é boa para o Governo. Não está envolvido aqui cargo público, não está envolvido aqui vantagem pessoal para quem quer que seja, não está envolvido nada que não seja, inclusive, bom para o Governo. É um investimento para o Governo, que, se atende às nossas propostas de maneira convincente, ele aproxima a economia brasileira do grau de investimentos, porque são pré-requisitos essenciais a separarem o Brasil do tão sonhado grau de investimentos.

Mas eu tenho algumas observações a fazer. Uma delas, isso foi dito na primeira Reunião, todas muito respeitadas, muito fraternas, mas foi dito que, entre as nossas propostas subjetivas, havia uma que era essencial: Era nós sermos tratados com o respeito que achamos que merece o partido que se dispõe a negociar em condições tão penosas, quando teria sido muito fácil para o partido simplesmente dizer "não". E tem havido respeito por parte dos interlocutores.

Fui enfático, dizendo que a nós nos causa profunda repulsa essa discussão política em torno de um possível terceiro mandato e, quando a gente pensa que morreu a iniciativa do Deputado Devanir Ribeiro, que é uma pessoa ligada ao Presidente; o outro Deputado eu nem considero porque eu sei que quis aparecer um pouco no jornal. O Deputado Devanir, que não faz questão de aparecer no jornal, é figura ligada

ao Presidente. Mas, morre isso e agora me aparece o Presidente Chinaglia dando andamento a uma a uma proposta de Emenda Constitucional de um Deputado petista, uma figura das mais fiéis ao PT, que é o Deputado Fernando Ferro de Pernambuco, e autorizando a tramitação da PEC.

O Eminentíssimo Líder Romero Jucá disse que o PMDB vai fazer uma Reunião e provavelmente fechará a questão contra isso, me disse o Presidente Aloizio Mercadante que entraria em contato Presidente, que era preciso dar uma declaração muito enfática. Tipo assim: "Não assumirei no dia tal. Meu mandato acaba tal dia e não há nada que me faça, nesse mundo nem no outro, assumir qualquer prorrogação, qualquer situação que não seja a consolidação da democracia", que herdamos; democracia aperfeiçoada, aliás, num esforço de Itamar Franco e de Fernando Henrique de, digamos, de 10 anos de herança bendita, me permitam, mas uma herança bendita, o legado da consolidação democrática que receberam.

E, portanto, outra consideração foi essa, e o Senador Flexa abordou isso muito bem, é nós falarmos, eu quero louvar agora, se fiz uma crítica, quero louvar aqui a honestidade com que se houve o Ministro Paulo Bernardo, ao dizer da capacidade que o Brasil teria em sobreviver sem a CPMF. Eu digo isso com autoridade de quem está negociando uma hipótese de procurar aprovar a CPMF com concessões claras do Governo na direção da Saúde, já vou falar disso, rebaixamento de carga tributária e rebaixamento de gastos públicos... Eu dizia ao Ministro Guido Mantega que sua equipe econômica é tão competente, que eu não tenho nenhuma dúvida de que ele seria capaz de dirigir a economia brasileira sem a CPMF. E eu percebi que eu admiro mais o Ministro do que ele próprio se admira, que ele disse que não. Disse que não é possível de jeito algum. Mas fica aqui o meu elogio, enfim, irrecusável.

Nós entendemos que a prorrogação pura e simples da CPMF, ela incentivaria o desperdício dos recursos públicos e o baixo padrão de gestão, além de ser um agente indutor do adiamento da Reforma Tributária. Nós entendemos que, se a gente quer falar em rebaixamento de juros, ao invés de ficarmos numa crítica que eu julgo, às vezes, infanto-juvenil, ao que seria a pressa ou não pressa do Banco Central e eu tenho profunda admiração pelo trabalho que o Banco Central realiza, mas se queremos realmente baixar a taxa real de juros, nós temos que pensar, de maneira responsável, em rebaixar a carga tributária também. Principalmente neste ano, a União vai pagar 100 bilhões de juros de dívida federal. E a redução de gastos essencial. Cobramos do Ministro Mantega que o Go-

verno repensasse a contratação, Ministro Temporão, dos 60 mil cargos previstos para o ano que vem, ano eleitoral, e está isso no Orçamento, nós julgamos que é uma demasia, além dos Ministérios, são 37; é preciso se cortar, se melhorar a qualidade do ajuste fiscal, cortando no ângulo das despesas, para que sobre dinheiro para os investimentos eficazes, como, por exemplo, o da área de V.Exa., que é a área da Saúde.

Mas muito bem, o crescimento real da despesa pública, neste Governo, tem sido da ordem de 10% ao ano. É algo difícil de se sustentar ao longo do tempo. Eu entendo que a CPMF, que pode não ser, e aí tem razão o Governador José Serra, pode não ser o pior dos impostos, mas é um imposto que tem características de injustiça. E ele é... E ele não atinge apenas a quem usa o cheque. Atinge a todos pelos seus efeitos indiretos. Eu peguei aqui o exemplo de um trabalhador que tem uma renda média de R\$ 600,00, ele paga, por mês, R\$30,00 de CPMF. O que significa 5% da sua renda, não é pouco. Não é nada pouco. Fora os efeitos indiretos que pesam sobre ele, ICMS, IPI, PIS, CONFINS, ISS, e por aí fora.

Eu queria, nessa discussão nossa, que é profundamente honesta e uma reivindicação que fazemos é isso, que não se use essa linguagem e eu fiquei muito feliz de ouvir o Ministro Paulo Bernardo, como já tenho ouvido o Ministro Mantega também ir na mesma direção, é nós não usarmos dessa linguagem terrorista, enfim, porque o Senado será soberano para tomar sua decisão. Vai tomar sua decisão sujeito a críticas ou elogios, mas vai tomar uma decisão soberana e, na democracia, se tem que haver aceitação à decisão que tome o Senado Federal.

Mas, muito bem, então dizem: "Recursos para a Saúde vão ser diminuídos". Graças à Emenda Constitucional 29, o Governo Federal tem que destinar, pelo menos, 12% do Orçamento anual para a Saúde. Então, não vejo como o Governo Federal, sinceramente, fugir disso. E eu, por mim, o ideal seria que tirássemos o Bolsa Família dos cálculos de gasto com a Saúde para que pudéssemos pensar em efetivamente dar para esse jovem Ministro, que eu julgo competente, os meios para que ele possa fazer o trabalho adequado na área de Saúde.

Outra, "o Bolsa Família vai acabar se a CPMF for extinta". O Orçamento anual do Bolsa Família, que está em 13 bilhões, ele é garantido, pela estimativa real de receitas, para os próximos anos, o que é bem maior do que aquela que o Governo está, a meu ver, subestimando. Outra falácia que precisa ser corrigida, "o fim da CPMF evitará o PAC". O PAC prevê investimentos de 15 bilhões/ano, o que também vejo garantido pela receita efetiva projetada para 2008.

A idéia de que a CPMF seria um imposto eficaz, pois, até sonegadores não conseguiram escapar deles. Eu adoraria que os sonegadores tivessem que driblar apenas a CPMF. Eles driblam os demais impostos; quem não dribla imposto nenhum e não dribla a CPMF é o pobre; esse é que realmente não tem nem como sonegar, porque não tem o que sonegar, e é atingido claramente por um imposto que tem características regressivas e injustas. Mas, muito bem.

Outra falácia, "a CPMF é um bom imposto, o qual a sociedade paga e não sente no bolso". Ora, vamos admitir que a melhor coisa é nós termos transparência, que cada cidadão brasileiro tem o direito a saber exatamente o que paga, onde paga e por que paga, nos seus efeitos diretos e nos seus efeitos indiretos.

Outra: "Ninguém consegue governar sem a CPMF". Aí, quero dizer, primeiro, voltar à admiração que tenho pela equipe do Ministro Mantega, segundo à sinceridade com que aqui se houve o Ministro Paulo Bernardo, mas nós sabemos que há uma folga de arrecadação, este ano, estimada em talvez, 60 bilhões de reais, e se a gente... Ou seja, em um semestre, se arrecadou mais do que uma CPMF. Seria, nessa hipótese, seria o caso do Governo apertar o cinto em alguns setores, cortar no custeio, fazer o que faz o bom administrador: Corta no custeio para poder, inclusive, resguardar o investimento. E corta no custeio e tem muito o que cortar em custeio, pelo que vejo, nos gastos que o Governo propõe, a cada momento, muitas vezes, solicitando a aprovação aqui do Congresso Nacional.

Outra falácia: "A CPMF é tão boa, que já foi imitada por outros países". Na verdade, quem inventou a CPMF não foi o Brasil. Eu tenho muito mais convicção de que Santos Dumont inventou o avião do que a CPMF tivesse sido inventada pelo Brasil. E outros países que usaram a CPMF antes de nós até já conseguiram dela se livrar. E o Brasil deveria ter como meta se livrar da CPMF. Eu, como líder do PSDB, partido que tem Governadores que dirigem 51% do PIB brasileiro, eu não fui a favor da tal partilha e o Ministro Mantega sabe disso. Não fui a favor da tal partilha porque a tal partilha, entre Governadores e Prefeitos, inviabilizaria que, no futuro, nós pensássemos em acabar com a CPMF. Poderia haver uma grita, a qualquer hora dessas, de milhares de Prefeitos aqui na porta, pedindo aumento de alíquota, numa eventual crise econômica que passasse. Então, tivemos o critério de trabalhar com esse nível de seriedade e de compromisso.

"O Governo se compromete a compensar a CPMF com uma Reforma Tributária". Esse, Ministro Mantega, é um ponto grave na bancada, nós vamos ter sucessivas reuniões, porque temos o exemplo de 2003, volto a dizer, não era nenhuma impicância em se cobrar,

até compreendo a dificuldade que tem o Governo de atender isso, mas não é implicância em se cobrar o ano de prorrogação, era se vincular a aprovação dos dois anos restantes à efetiva aprovação da Reforma Tributária. E já sobre isso falei, tempos atrás. Agora, se, por ventura, nós vamos ver agora o outro lado, nós teríamos, como benefício, a necessidade de o Governo fazer uma Reforma Tributária. Outro benefício, redução de bens e serviços. Isso na hipótese extrema da extinção da CPMF que o meu partido não tem querido, tem dito que não quer e tem lutado para que não seja assim, na medida em que quer compreender parte das razões do Governo e quer que o Governo aceite parte das suas razões, ou seja, o PSDB não está querendo propor um tudo ou nada, em que o Governo pode ganhar por um pouquinho ou perder por um pouquinho ou que o Governo pode até, reunindo número, não ter tempo para votar até o dia tal... Ou seja, o PSDB tem tentado evitar o tudo ou nada. Poderá ir para o tudo ou nada, mas está tentando evitar o tudo ou nada.

E vamos ter uma Reunião que vai ter a Executiva, os Deputados que estão aguardando o respeito que a eles devemos e será com eles a tomada de decisão. Evidentemente que sem ignorar os nossos governadores, eu repito, é um partido complexo, não é um partido simples. Eu sei que nenhum partido aqui é simples, só estou dizendo o quão complexo é o meu. Nós temos, muito bem, nós acreditamos que, nessa hipótese extrema, poderia haver uma redução de preço de bens e serviços, com magnitude que variasse de 0,38 a 5%. Nós teríamos o Governo obrigado a racionalizar seus gastos. Nós teríamos a possibilidade de, a médio prazo, a economia começar a crescer, até porque nós deixaríamos de confiscar de pessoas determinado imposto. E, a partir daí, mais empregos. E, a partir daí, aumento do poder aquisitivo da população mais pobre, porque teria redução no preço dos bens e serviços que passariam a adquirir nos serviços e nas operações de crédito também. E, portanto, aumento da competitividade da economia. E, finalmente, diminuição da taxa de juros real, no médio e longo prazo, porque nós sabemos que, algum momento, nós teremos que enfrentar essa questão da carga tributária tão alta. Muito bem.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, sem nenhuma fantasia e com realismo, com profundo realismo, e eu já encerro, nós estamos aguardando que o Governo quantifique, precifique(F) as respostas genéricas que já nos deu, para que possamos levar à bancada de Senadores e à bancada de Deputados e à Executiva do partido a proposta do Governo. O partido tem mostrado nenhuma intransigência. Tem mostrado um enorme desejo de dialogar. Eu entendo

muito pessoalmente que o diálogo é bom, ainda quando eu possa achar que não vai dar muita coisa, lutei muito para termos a democracia no país, e o diálogo é, de fato, algo que deve ser adubado, que deve ser construído.

Entendo que, se essa negociação der certo e depende do Governo ser sincero e generoso em relação à proposta que não tem nela embutido nada de pessoal, não tem nada de fisiológico, não tem nada; ninguém aqui está pedindo Diretoria de Caixa Econômica, Diretoria de FURNAS ou de URNAS ou não sei o quê... Nada. Estamos discutindo o Brasil e pontos que são bons para o Governo. Se Governo adota os pontos que o PSDB sugere, o Governo pode, inclusive, crescer para nos enfrentar eleitoralmente, de maneira melhor e mais conveniente, porque estará fazendo o Governo digestão mais aperfeiçoada do que se que poderia estar constatando nesse momento. O Governo teria que, então, nos responder a tempo de nós podermos levar à bancada e vermos se aceitamos, rejeitamos liminarmente ou se fazemos uma contraproposta, teria que ser estudada pelo Governo, devolvida a nós, para que nós pudéssemos, no almoço da nossa bancada, de terça-feira, nós termos os números definitivos.

E podemos ter às 19h00, quando começará inevitavelmente a Reunião da bancada de Senadores e Deputados com a Executiva do partido, nós termos os números e a opinião da bancada de Senadores, porque o partido lutará e eu lutarei muito especificamente por unidades. Nós não queremos sair disso...

(soa a campainha).

Com o preço da desunião... Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. um segundo a mais... O preço da desunião, o PSDB quer pagar quaisquer preços pelo país, mas preferiria não pagar o preço da quebra da sua unidade. Nós vamos lutar muito para que o partido seja racional, responsável, ele será na sua resposta, mas uno.

E, portanto, eu, se quiserem fazer alguma apreciação, Ministro Mantega, talvez em relação ao que temos negociado, eu tenho mais é que dizer que não fiz perguntas específicas, fiz observações que estão sujeitas a trovoadas, a críticas dos Srs. Ministros, mas devo lhes dizer que meu partido tem se pautado, não pela... Não por outro sentimento que não o de expressar; expressar o desejo de, ao fim e ao cabo, nós emergirmos daqui com duas conquistas, uma, algo melhor para o contribuinte, rebaixamento de carga tributária e gastos públicos menores, e outro, a meu ver, um patamar de diálogo que, a meu ver, pode, dando certo ou não dando certo essa negociação, mas de inaugurar um patamar de diálogo novo, que acaba com aquela história que valia no tempo da ditadura, "não sobe

rampa". No tempo da ditadura não subi rampa e nem estou querendo subir rampa nenhuma agora, mas não posso me furtar a um debate democrático, que, se não der certo, não deu certo. E, se der certo, deu certo. Eu torço para que dê certo, sinceramente, que dê certo. Muito obrigado.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedemos agora a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy e, concluído esse bloco, os Ministros responderão às interpelações feitas e, a seguir, vamos começar o último bloco, para o qual estão inscritos cinco Senadores. E, finalmente, ouviremos novamente, como prevê o Regimento Interno, a palavra da Relatora, que será justamente a última intervenção...

(soa a campanha).

Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Prezado Senador Marco Maciel, Presidente, Sra. Kátia Abreu, Relatora, prezados Ministros Guido Mantega, José Gomes Temporão e Paulo Bernardo, gostaria de fazer algumas perguntas muito objetivas. Primeiro, com respeito à questão da DRU, a desvinculação de receitas da União, se for para ser transformada, de provisória em permanente, essa questão... A CPMF seria... Precisaria o Governo, na sua estimativa, também que houvesse o mesmo procedimento com respeito à DRU? Pelos dados apresentados, a desvinculação de receitas da União, a chamada DRU, no ano passado, de 32 bilhões e poucos, cinco bilhões foram para a DRU. Poderia nos informar qual foi exatamente a destinação destes recursos da desvinculação de receitas à União? São para, de alguma maneira, diminuir o endividamento público ou também para diversos programas e de que natureza? E avalio que a resposta a essa pergunta é bastante importante para que a finalidade desta arguição seja a melhor atendida, o melhor atendido possível, porque acredito que cada um de nós, brasileiros e brasileiras, precisamos estar sempre muito cientes da destinação que é dada aos recursos.

Eu, há pouco, estava examinando, por exemplo, a minha conta, o extrato da conta bancária do Banco do Brasil. Então verifiquei que tem uma qualidade na CPMF, no que diz respeito a qualquer de nós podemos ver, no nosso extrato bancário, quanto pagamos de CPMF, no que diz respeito à movimentação bancária. Então, verifiquei que hoje é dia primeiro de novembro, nos 31 dias de outubro o Banco do Brasil registrou, na minha conta bancária, três pagamentos que somaram, por exemplo, R\$ 164,00 e pouco, para dar um exemplo pessoal. Há pouco perguntava à Senadora Kátia

Abreu se ela, como Relatora, procurava sempre saber, e ela disse que sim, que ela procura saber quanto paga também de CPMF. Ressaltou a mim que não é apenas isto, mas porque, claro, quando adquirimos quaisquer bens, como o automóvel, o Ministro Guido Mantega aqui observou, no preço do automóvel, uma parcela de impostos muito significativa, 42% e, destes 42, há uma parcela que é referente à CPMF.

Eu agradeceria, Ministro Guido Mantega, porque, quando dos economistas que vieram aqui e, assim como também alguns advogados, representantes da OAB, assim por diante...

(soa a campanha).

...Alguns registraram que, na avaliação deles, a CPMF seria... Teria um grau de regressividade(F) muito intenso. Nós ouvimos também outras opiniões, e a minha compreensão é de que não é tão regressivo, ao contrário, tem alguns aspectos exatamente de progressividade. E, sobretudo, quando nós compreendemos bem qual é o sentido à aplicação dos recursos da CPMF. E mesmo que, dos recursos da CPMF, são destinados à Saúde, à Previdência, ao Programa Bolsa Família e, assim por diante, que sejam destinados à população brasileira que, por tanto tempo, esteve tão destituída de direitos, é claro que, eu podendo pagar, digamos, um pouco mais, mas compreendendo bem que estes recursos estão sendo destinados a um maior equilíbrio de Saúde, do ponto de vista social da nação, eu, então, estarei compreendendo bem que isto é para o bem da nação brasileira e de toda a população.

E é por esta razão, Ministro Guido Mantega, que eu agradeceria se puder, na sua avaliação, com exemplos, aqui mostrar o quão progressivo ou regressivo é a CPMF, na forma como é arrecadada, nas diversas formas, e também na forma como é despendida.

Ao Ministro Temporão, agradeceria se puder nos aprofundar um pouco mais com respeito à qualidade dos gastos da Saúde, porque nos mostrou o número de atendimentos, para os mais diversos tipos de tratamentos, mas há ainda um grau de insatisfação da população brasileira e, inclusive, em alguns Estados que, nos últimos meses, tiveram até paralisação do serviço de Saúde, com respeito à qualidade.

Então, quais são os passos que estarão sendo dados, em se mantendo ou se tornando mais permanente e, ainda com estes recursos que vão ser destinados, dadas as decisões da Câmara e do Senado, proxima mente, que garantias hoje tem a população de que a qualidade do serviço de Saúde será melhorada?

Como foi feita, foi explicada, a perspectiva de possível desoneração da pessoa física da CPMF, no que diz respeito à movimentação financeira, em que

termos, Ministro Paulo Bernardo e Ministro Guido Mantega, isto pode ser considerado? Quer dizer, será... Que tipo de desoneração, para quem exatamente, se aquilo que estava sendo proposto pelo Senador Francisco Dornelles é razoável, se 1600 e pouco, no máximo, de conta bancária ou deveria ser esse limite de 1200, segundo os cálculos que o Governo tem, o que seria adequado?

Como os senhores têm dito que a CPMF tem ajudado muito, inclusive, a cobrar impostos do setor informal da economia, eu pergunto se, através da CPMF, desde que ela existe, se é possível hoje se saber qual o tamanho da economia informal no Brasil? Se o Ministério da Fazenda, do Planejamento, têm estimativas com respeito a isso.

No que diz respeito ao futuro, e aqui, então, coloco essa questão ao caro Ministro Paulo Bernardo, se for para, no futuro, diminuir a CPMF, considerando que o programa Bolsa Família provavelmente permanecerá e, conforme V.Exa. sabe, a perspectiva que eu tenho, aprovada pelo Congresso, sancionada pelo Presidente, é de que possamos ter, para o futuro, não apenas o Bolsa Família, mas uma renda básica de cidadania, considerando que está tramitando na Câmara dos Deputados, já aprovada no Senado por consenso, na Câmara, nas Comissões de Economia, de Constituição e Justiça e agora está na Comissão de Finanças e Tributação, o Projeto de Lei que institui um Fundo Brasil da Cidadania que, quando instituído poderá estar financiando uma renda básica como direito à cidadania para todos, então... E isso até, com respeito a este Projeto, o Deputado Ciro Gomes foi designado Relator e está o estudando com atenção, eu gostaria de perguntar: Poderia ser este um caminho se, por ventura, para os próximos anos, a CPMF tiver diminuída a alíquota e, conforme analisou V.Exa., então, teríamos que pensar noutras fontes e isto no bojo da Reforma Tributária, da Reforma Previdenciária, agora que os foros estão analisando isso.

Enfim, Sr. Presidente, são essas as questões que tenho...

(soa a campanha).

Mas gostaria de cumprimentar o espírito com que o líder do PSDB colocou aqui a sua disposição de estar realizando esta negociação, nos termos mais altos, com respeito ao objetivo público maior e gostaria, inclusive, de estimular V.Exa., como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mas tão digno representante dos Democratas, a passar esta boa energia para a Senadora Kátia Abreu, como Relatora e também representante dos Democratas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Encerrado esse bloco, eu vou conceder,

então, a palavra ao Ministro Guido Mantega para fazer suas considerações sobre as interpelações feitas.

(soa a campanha).

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente. Eu acho que a questão que mais surgiu das colocações feitas pelos Senadores é o que diz respeito à Reforma Tributária. De fato, em 1963, se fez uma tentativa de realização de Reforma Tributária que, depois, resultou apenas de uma mudança mais modesta de alguns tributos. Talvez, naquela época, não houvesse, de fato, um Projeto mais maduro de Reforma Tributária, que tivesse condições de ser aprovado. Além disso, talvez não houvesse também as informações suficientes para saber como fazer uma nova redivisão(F) de tributos, que mantivesse o pacto federativo, dentro daquela correlação estabelecida.

No entanto, Srs. Senadores, o quadro hoje é diferente. Eu acredito que nós conseguimos elaborar um Projeto de Reforma Tributária muito mais avançado, muito mais satisfatório do que aquele que havia naquela ocasião. Eu assumi o Ministério da Fazenda, há um ano e meio atrás, acho que já faz um pouco mais, porque o tempo passa depressa, infelizmente, e mandei dar prioridade máxima à Reforma Tributária porque eu acredito que ela é um instrumento fundamental para que nós possamos modernizar nossa estrutura tributária, que é a arcaica, que não facilita a produção, que causa problemas para o empresariado brasileiro, principalmente pela diversidade de tributos que existem de um Estado a outro.

Então, nós assumimos com vontade essa reforma, nós a estamos discutindo com os Governadores. Portanto, Senador Flexa Ribeiro, a reforma não está engavetada, muito pelo contrário, consulte o Governador do seu Estado para saber como ela está sendo discutida com todos os Governadores; está sendo discutida no CONFAZ, que é o Conselho dos Secretários de Fazenda, e eu pessoalmente tenho discutido com alguns Governadores. Então, posso lhe dizer que a discussão está caminhando, a reforma está amadurecendo, e hoje nós já temos mais instrumentos para superar um problema, que havia, três, quatro anos atrás, que era um conhecimento mais preciso dos dados... Um conhecimento mais preciso dos dados de arrecadação de cada Estado. Que quando você faz a reforma, um dos objetivos da reforma, por exemplo, é passar a cobrança da origem para o destino. Você tem que saber exatamente quanto um determinado Estado arrecadava, quanto ele vai arrecadar, quanto vai ser repassado para ele. Então, nós avançamos muito nos instrumentos para a detecção dessa base de dados. Nós estamos construindo com os Estados uma base de dados consolidada, que nos trará uma visão clara

da participação de cada unidade da federação. Isso está em curso; os Estados estão assinando convênios com a União, eu até me prontifiquei a arcar com os gastos dessa implantação nos Estados, e isso está caminhando.

E queria dizer que, nos próximos 30 dias, nós estaremos apresentando essa proposta de Reforma Tributária. Portanto, ela vai sair do forno e será trazida à discussão aqui dos senhores. Então, eu me comprometi, é um compromisso com o PSDB, faz parte da nossa discussão, do nosso acordo, que se apresente essa proposta nos próximos 30 dias. E ela será cumprida. Nós vamos apresentar a proposta e os senhores verão que é uma proposta mais avançada, mais madura do que aquela que havia no passado, e ela tem condições de prosperar. Ou seja, ela... Nós procuramos remover os óbices que havia, as diferenças, porque não é fácil fazer uma Reforma Tributária que agrade a 27 Governadores, que agrade os interesses de regiões distintas do país. Mas acredito que nós avançamos, vamos criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento, que vai alocar recursos dos Estados, que podem perder com o fim da guerra fiscal, e assim por diante.

Eu acredito que nós poderemos não só apresentar esse Projeto, como aprová-lo no ano seguinte. E temos condições de fazê-lo. E eu estarei empenhado para que isso aconteça. Isso é uma questão importante para nós. Então, isso é um compromisso nosso, que os senhores poderão cobrar, a apresentação do Projeto e depois o trabalho para que o Projeto seja aprovado. Claro que haverá críticas, mudanças, discussões, um amadurecimento, mas acredito que poderemos ter o mesmo destino, nós poderemos dar a esse Projeto o mesmo destino que demos à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que também era uma lei complexa, uma mudança substantiva que se fazia da Legislação, das modalidades, era... Já havia uma junção das três instâncias da Federação e foi feito e está funcionando, então, seguindo a mesma trilha e que resultou de um trabalho conjunto de todos os partidos, nós poderemos fazer a Reforma Tributária.

Então, um compromisso meu aqui, de público, nos próximos 30 dias, nós teremos a proposta de Reforma Tributária. É claro que, com essa Reforma Tributária, nós temos que repensar a CPMF. Se há um ambiente adequado para repensar a CPMF, é no âmbito da Reforma Tributária. Porque a Reforma Tributária vai pensar todos os tributos. Repensá-los. Vai juntar tributos. Então, no âmbito federal, nós queremos juntar vários tributos. No âmbito estadual, o IVA estadual. Vamos... Temos que discutir como é que fica uma nova... É uma nova estruturação. Um IVA federal, um IVA estadual. O que entra em cada um deles. O IVA estadual, unificação

das 27 leis que existem hoje numa única Legislação, com certos graus de liberdade.

Então, é claro, tem problema da guerra fiscal, origem e destino, tem problemas, porém, eles podem ser resolvidos. Nós estamos no caminho certo. Eu posso dizer aos senhores; os senhores poderão checar com os seus Governadores, os Governadores dos seus Estados, para saber a quantas anda essa discussão que vem sendo feita fundamentalmente no CONFAZ. Então, nós vamos trazer essa discussão para cá. Trazer para este fórum, de modo que os senhores possam dar sua contribuição. E poderemos avançar muito.

Não é possível que nós aproveemos a prorrogação da CPMF por apenas um ano, por uma questão operacional, porque isso significaria uma mudança em relação ao Projeto aprovado na Câmara e teria que voltar o Projeto à Câmara, inviabilizando o prazo. Então, nós perderíamos o prazo de prorrogação que tem que se dar entre o final deste ano; até 31 de dezembro deste ano temos que ter o Projeto prorrogado ou não. Então, se ele fosse modificado, dessa maneira, por 12 meses, seria uma modificação, teria que voltar à Câmara. Então, seria impossível por este fato.

Agora, independente do Projeto, eu posso garantir que será apresentado esse Projeto de Reforma Tributária, um compromisso meu, os senhores poderão me cobrar...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Tem S.Exa. a palavra, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só queria dizer ao Ministro Mantega que, se a alteração for feita no Senado, isso pode, se o Governo concordar, pode ser feito imediatamente, haverá tempo suficiente para aprovar na Câmara, porque tramitará também em nível de acordo de lideranças, fechado o Congresso, como um todo, para fazer isso. Então, a desculpa de que não há tempo para fazer não confere, neste instante.

(soa a campanha).

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Bom, primeiro lugar, não é nenhuma desculpa. É a constatação da realidade que o tempo é curto. Mesmo sem essa tramitação, o tempo é bastante escasso. Já é escasso do jeito que está, imagina se tiver que voltar para a Câmara. Então, eu sou contrário a esse encaminhamento. Então, o encaminhamento é... Eu assumo o compromisso, vamos apresentar esse Projeto de Reforma Tributária, ele já está elaborado, se quiserem ter conhecimento, eu posso dar conhecimento, no formato

que ele se encontra, poderemos já marcar discussões aqui e levá-lo adiante.

Em relação ao sistema S, queria dizer o seguinte, acho que não há nenhum tipo de arrecadação que deve ser imune a uma fiscalização e objeto de discussão, assim como tudo que o Governo... Que o Executivo faz deve ser objeto de crítica, análise, discussão, os gastos são questionados, as destinações, os tributos, como se deve fazer numa democracia, eu acredito que um recurso da ordem de 13 bilhões de reais, que representa mais do que a maioria dos Estados arrecada num ano, nós temos a obrigação de verificar se a destinação que está sendo dada é adequada. E, se nós estamos num esforço de redução de gastos e de tributos, que o considera a filosofia adequada, e nós já estamos praticando, o Governo Federal pratica, que eu posso mostrar a lista de desonerações, nós podemos também viabilizar outras desonerações, olhando a possibilidade de reduzir uma parte do sistema S.

Então, não vejo... Que o sistema S não é intocável. E podemos chegar à conclusão que ele é muito eficiente e está indo muito bem e dá uma contribuição. Agora, são 13 bilhões de reais, é muito dinheiro. Acho que três ou quatro Estados do Brasil têm essa receita. Eu não sei se eles fazem o gasto adequado a esse recurso. Conheço muita gente que tem dúvidas, que questiona isso. Pode ser que nós possamos pegar 20% desse recurso para desoneração da folha de pagamento, por exemplo. Porque trata-se aqui de pensar, no Brasil, numa desoneração em várias frentes. Acho que nós temos que fazer desoneração em várias frentes. Há algum tempo que eu venho dizendo da necessidade de desonerar a folha de pagamento para estimular a produção brasileira.

Então, eu não excluo a possibilidade de fazer uma análise mais detida, se tem fiscalização ou não, nós poderemos verificar com facilidade. Nós temos que levar em consideração que, como o sistema S, ele recebe uma parte da folha de pagamento e a folha de pagamento está subindo muito nos últimos tempos, está tendo um aumento de arrecadação extraordinário, que eu já mandei levantar.

Então, mantidos os recursos adequados para o sistema, pode ser que o sistema possa contribuir com uma parte da desoneração de folha de pagamento. O Governo não quer nada. Não é para pegar para o Governo. Não. É para desonerar a folha de pagamento. Porque o sistema S incide sobre a folha de pagamento. Se não me engano, são 13,5% dos 20 da contribuição previdenciária. É representativo. Para os empresários que tem...

Portanto, eu acho que nós devemos examinar essa questão. Não é retaliação, não é perseguição

de ninguém. Apenas, que eu não vejo porque alguém deva ficar, digamos, incólumes, sem sofrer uma análise. Praticamente é recurso público. Esse recurso não é um recurso privado. É um recurso público, de natureza pública, portanto, deve ser verificado e fiscalizado. Assim como os senhores cobram eficiência do Governo, e acho correto, devem cobrar a eficiência do sistema de Saúde, eficiência da Educação, eficiência da... Devem cobrar e nós temos que prestar contas e mostrar se realmente nós temos que deixar nenhum seguimento...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro, permite?

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Claro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Uma coisa bem rápida. Na verdade, concordo com V.Exa., acho que nada está imune à investigação, a teste de eficácia, de eficiência, apenas eu lembrava, na parte que me cabia, que se nós estamos fazendo uma negociação e queremos instrumentos ágeis para implementar os compromissos assumidos pelo Governo, me parece que estaria fora desse leque o sistema S, pela proteção constitucional. Poderia ser tratado isso fora, aparte... Pois é. Mas não na negociação que teria que ser decidida até terça-feira... Esse foi o sentido da minha observação.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Eu concordo consigo que esse é um procedimento demorado. Não vamos fazer... Fica difícil de entrar agora nessa discussão mais imediata, que tem pressa. Mas nada impede, porque a nossa intenção é prosseguir na desoneração. Acho que, assim como os senhores têm colocado essa posição, nós também temos este pensamento. Nós coincidimos. Eu acho que a maioria dos partidos quer que o Brasil continue fazendo desonerações. Só que nós temos que ver como fazê-las e aonde fazê-las. Então, será um processo, não é algo que termine aqui nesse processo. É um procedimento. Independentemente do avanço que possamos ter ou da desoneração que possamos ter, nós podemos prosseguir.

Discordo do Senador que disse que o Governo joga dinheiro pelo ralo; o Governo não joga dinheiro pelo ralo, e o aumento de gastos que temos feito, em geral, são feitos, a maioria esmagadora, são para programas sociais. Então, o Governo Federal não joga dinheiro pelo ralo. O Governo tem sim aumentado programas sociais. O Brasil viveu, durante muito tempo, uma escassez grande de recursos e, portanto, destinava poucos recursos para programas sociais. Agora que nós temos um pouco mais de recursos, é natural que eles sejam destinados para programas sociais. É o caso da Saúde, nós acabamos, ontem, de ter uma lei aprova-

da, uma regulamentação na Câmara, que implica em aumentos de gastos sociais. Mas são gastos relevantes e que eles estão direcionados por um programa. Existe um programa para alocação desses gastos. Isto é válido não só para a educação, mas é válido para o PAC... O PAC de educação segue o mesmo caminho. Existem critérios para alocação dos recursos, de modo a exigir eficácia desses gastos.

Respondendo ao Senador Valter Pereira, que colocou aqui a questão... São históricas as críticas ao aumento da carga, e eu concordo com isso. De fato, eu mesmo já falei muitas vezes que a carga tributária é elevada no país. A questão é como fazer essa redução, de forma organizada. Também não há nenhuma sinistrose(F) aqui sendo colocada. Quer dizer, o que eu tenho que deixar muito claro, é minha responsabilidade demonstrar aos senhores que a extinção pura e simples da CPMF causaria grandes transtornos ao Estado brasileiro, causaria transtornos de imagens do país, porque seria questionada a sustentabilidade fiscal, porque, de uma hora para outra, nos privaríamos de um tributo dessa magnitude, e traria muitas consequências muito sérias, porque teríamos que abortar praticamente todo programa de investimentos que está no PAC para o próximo ano e vai para os Estados. Está comprometido com todos os Estados brasileiros. Isto causaria sérios danos.

Também não vejo a possibilidade de extinção desse tributo, em quatro anos, conforme foi mencionado pelo Senador Pereira. É claro que nós, Valter Pereira, é claro que nós podemos vislumbrar uma redução e, aliás, é isso que está em Pauta, na discussão aqui, nós estamos passando uma parte da CPMF para a Saúde. Então, isso é uma forma de desoneração. Nós estamos discutindo com o PSDB, e também com a nossa base aliada, outras formas de desoneração.

E queria dizer, Senador Arthur Virgílio, que o que nos leva a sentar numa Mesa e discutir uma possibilidade de um acordo, eu diria que são convergências; convergências programáticas. Não quero dizer que nós devamos fazer uma fusão dos dois partidos aqui, não chego a tanto. Mas quero dizer que comungamos certos princípios filosóficos em relação a certas discussões tributárias. Nós queremos fazer a redução, a desoneração tributária, nós também queremos fazê-lo, pode haver diferença de ponto de vista de como fazê-lo, mas também queremos fazê-lo, estamos fazendo.

Então, acho que nós podemos caminhar juntos nessa direção, queremos fazer contensão de gastos de custeio, desde que esses gastos não sejam os gastos sociais que eu acredito que os senhores também não quero queiram porque estão propondo aumento de recursos para a Saúde. Então, eu acredito que há

uma convergência mesmo filosófica e por isso nós temos a condição de sentar à Mesa e, juntamente com toda a base aliada, que comunga desses princípios, chegar a um denominador comum, que tem que ser uma redução de carga para o contribuinte, aí eu acredito que nós devemos pessoa física, o contribuinte de baixa renda, acredito que esta é a filosofia também, que nos une, ao invés de fazer uma redução linear da alíquota, encaminhar para uma redução que beneficie principalmente os contribuintes de baixa renda.

Então, eu... Elevando o nível de desoneração hoje, quem ganha até R\$ 1200,00, quase R\$ 1200,00, arredondando, já não paga a CPMF das transições financeiras. Só paga aquilo que está embutido nos produtos, mas não paga transação porque é, ele tem uma compensação na contribuição previdenciária. Ele paga menos. E agora estamos estudando como fazer isto para as faixas superiores. Quem ganha acima de R\$ 1640,00, como fazer para que ele também pague menos CPMF. É nesse sentido que vão os nossos estudos, nossa combinação. E é uma maneira de desonerar a CPMF.

Portanto, nós queremos sim, nós estamos flexibilizando de modo que a CPMF tenha um peso menor em cima do contribuinte brasileiro. Nós queremos, estamos tratando o PSDB com todo respeito, e essa questão do terceiro mandato, eu queria dizer que, do meu ponto de vista, ela é uma questão totalmente extemporânea, que não tem cabimento nenhum. Inclusive, é algo que certamente prejudica o Presidente da República. Quando se coloca em discussão o terceiro mandato, se prejudica o Presidente, por quê? Porque ele está em plena vigência do seu mandato, está fazendo, na minha modesta opinião, um bom Governo, portanto, não cabe, a três anos e alguns meses das eleições, colocar aqui a sucessão presidencial. Isso se faz quando o candidato é fraco e o Governo acabou. O Governo está fraco. Ele não tem mais sentido de ser, aí, você começa a colocar a sucessão, antecipa a sucessão.

Então, eu acho uma questão prematura e extemporânea, inadequada. E, olha, pelo que eu conheço do meu Presidente, ele não comunga dessas idéias de terceiro mandato. Ele já, aliás, já disse isso publicamente, ele não comunga. São iniciativas que estão sendo tomadas à sua revelia. Portanto, eu acho que ele continua afirmando que não está interessado nisso. E eu acho que essa discussão só o enfraquece, só o prejudica. Traz prejuízo a ele. Porque eu acho que não é hora de discutir sucessão, terceiro mandato, quarto mandato.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Permite uma breve palavra, Senador Guido Mantega? Apenas que comungo com o seu ponto de vista.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Bom, eu não terminei...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Continua com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Bom, eu vou tentar...

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – O Senador Arthur Virgílio está a par que eu, inclusive, convidei o Deputado Devanir Ribeiro para ser ouvido, mas nós Senadores do PT, inclusive, vamos expressar um ponto de vista que comunga com que o Ministro Guido Mantega acaba de expressar e que, inclusive, tem sido expresso pelo Presidente Lula.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Suponho, Senador Suplicy, que V.Exa. está no partido errado.

(soa a campanha).

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – então, continuando aqui, o Senador Arthur Virgílio falou que o trabalhador de R\$600,00 paga R\$30,00 de CPMF, só se ele for informal. Porque, se for formalizado e pagar contribuição sindical, ele não paga porque ele se beneficia de uma redução.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É grande a faixa de informalidade nesse nível de renda.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – É verdade. E nós estamos fazendo um esforço para que haja uma formalização. Aliás, a formalização é bastante expressiva hoje no país. Concorde que a decisão cabe ao Senado, que o Senado é soberano, mas queria dizer também que a maioria dos Governadores com quem eu tenho falado, inclusive, de todos os partidos aqui presentes, tem se manifestado favoráveis à prorrogação da CPMF. Praticamente todos os Governadores têm se manifestado neste sentido.

Para finalizar, queria dizer, não há folga de arrecadação. Eu já tentei demonstrar isso no início da minha apresentação; se fala muito em folga de 50, 60, 70 bilhões. Se houvesse essa folga, estaríamos muito felizes. Porque se pudesse cortar a CPMF, nós cortaríamos. Mas, infelizmente, não há essa folga. Queria lembrar que o Brasil, apesar de ter avançado muito, ainda é um país carente, cujos recursos não são suficientes para a implementação de todos os programas que são necessários. A Saúde, com todo dinheiro que tem lá, com 44 bilhões mais esses 23, ainda não terá o recurso suficiente para resolver todos os problemas

desse segmento. Então, nós precisamos de recursos para colocar nos programas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ministro, permite um aparte?

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Explique para a Nação que esses 23 são em quatro anos, porque pode passar a idéia de que é 44 mais 23, quando não é realidade.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Perfeitamente. Esses 23 são escalonados em quatro anos, mesmo porque não teríamos condições para fazê-lo de uma hora para outra. Então, são quatro bilhões no primeiro ano; cinco, no segundo; seis, no terceiro e nove, no quarto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Que correspondem aos 20% de DRU. Só está entregando o que já era da Saúde.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Exatamente, mas queria também aproveitar e já esclarecer ao Senador Suplicy qual é a destinação da DRU?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro, eu cometi um equívoco, viu? Porque me chama a atenção o Senador Augusto Botelho e é verdade. É R\$ 30,00/ano. E não mês. A alíquota de 0,38. Eu quero retificar.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Certo, perfeito. Em relação à DRU, eu queria dizer ao Senador Suplicy que, em primeiro lugar, nós, neste procedimento que estamos encaminhando, não se trata de transformar a CPMF, nem a CPMF nem a DRU em permanente, porque não se trata disso. Estamos só prorrogando. Agora, o senhor pergunta como é que usamos a DRU. A DRU vai toda para a ação social. O exemplo mais claro é com a CPMF. A CPMF, 20% da CPMF é DRU. Então, aproximadamente, são sete milhões. É menos porque o Fundo da Pobreza, que está lá, ele não está sujeito. Então, dá mais ou menos 17% da CPMF é DRU. É só o Senador olhar para os recursos da Saúde para saber, são 44 bilhões para a Saúde e a CPMF é 36 bilhões. Então, é fácil adivinhar para onde vão os recursos. Se nós colocarmos os outros programas sociais, vão para os programas sociais.

A DRU foi introduzida pela necessidade de trazer alguma flexibilidade a um Orçamento que é extremamente rígido. O Orçamento brasileiro, ele tem uma rigidez de mais de 90%. Então, você criou, foi o Governo anterior que criou esta flexibilidade, corretamente, adequadamente, e nós queremos manter, que é o mínimo que você tem para poder fazer alocações. E vai tudo para o social, porque o que... Os programas que estão entrando são sociais. Na minha exposição, pude demonstrar o que está subindo. É transferência

de renda, que mais está subindo. Portanto, a DRU vai toda para o social. Só que temos uma margem de alocação para ver onde é que aloca.

Eu não sei se a CPMF tem toda essa regressividade(F) que foi mencionada. Alguma regressividade(F) ela tem, mas ela não é tudo isso. Por quê? Porque a população que ganha R\$ 1200,00 não paga aquela financeira. Paga evidentemente aquela que está embutida nos produtos. Quem faz transições financeiras de maior vulto paga mais CPMF. Em geral, quem tem mais recursos é que faz mais transações financeiras e acaba pagando. Talvez exista um núcleo de injustiçados que são pequenos empresários que fazem operações de capital de giro com frequência. Esses pagam mais. E esse é um segmento realmente que nós temos que pensar como desonerar no futuro. Até era uma das nossas propostas que depois eu abandonei. Desonerar esse segmento. Mas fica por uma próxima ocasião.

A última questão do Suplicy é se, através da CPMF, nós podemos medir o tamanho da economia informal. Não podemos medir exatamente, mas nos ajuda muito a pegar a sonegação. Ela é um instrumento muito útil porque aí não tem escapatória. O cidadão, se ele praticou movimentação financeira muito acima da renda que ele declarou, ele está sonegando. E é por aí que nós detectamos. Você vai lá, movimentação de 10 milhões por mês, e ele não declara Imposto de Renda, é claro que ele tem uma renda escondida. Então, eu não sei precisar os números, mas certamente a sonegação está diminuindo no Brasil, por várias razões. Obrigado, Senador.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos ouvir agora as respostas que serão oferecidas pelo Ministro José Gomes Temporão, Ministro da Saúde.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Bom, o prezado Senador Flexa Ribeiro fez uma série de comentários sobre aspectos de financiamento setorial. É verdade que, nos anos 80, Senador, quando nós olhávamos como era a estrutura de financiamento setor Saúde, tínhamos, praticamente 75% dos gastos em Saúde eram federais, e 25% estaduais e municipais. Mas é de se chamar atenção que isso antecedia à Constituição de 88. É bom nós todos lembrarmos, esse país tão injusto que nós temos, que apenas há 20 anos atrás nós tínhamos dois tipos de brasileiros, os que tinham emprego informal, que tinham, portanto, direito ao atendimento médico Previdência Social, pelo INAMPS, e os outros, que eram a grande maioria da população brasileira, que eram objeto da caridade e da filantropia.

Só em 88 a Saúde passou a um direito de cidadania para todos. Isso é um gigantesco avanço. Isso significou o quê? Da noite para o dia, o sistema público incorporou uma massa de brasileiros sem uma base de financiamento que desse sustentabilidade, no longo prazo, a esse setor. Foi o que nós vimos no início dos anos 90, quando o ex-Ministro Antônio Brito retira os gastos com Saúde da Previdência e joga no Orçamento da União; nós tivemos uma crise brutal, a Saúde teve que pegar dois empréstimos no FAT, e depois a história nós já conhecemos, é o esforço do ex-Ministro Adib, em relação à CPMF e, finalmente, em 2000, com esforço do ex-Ministro José Serra, pela primeira vez, o setor Saúde tem uma base de financiamento que, pelo menos, lhe permitiu recuperar parte da perda dos anos 90; parte da perda dos anos 90. É fácil observar olhando os gastos do Ministério da Saúde, de 2000 para cá, que há um crescimento significativo de recursos. Evidentemente que esse aumento não acompanha as necessidades do setor.

Houve evidentemente também um aumento significativo da participação de Estados e Municípios, até porque houve uma brutal descentralização de atribuições e competências, de serviços e também houve mudanças de Reforma Tributária e de repasse de recursos financeiros, que mudou completamente o cenário. Então, hoje nós temos, a grosso modo, 50% dos gastos são da União, 50% de Estados e Municípios. Mas tem uma característica que eu queria chamar atenção, todos os sistemas de Saúde que tenham um recorte de cunho universal como o brasileiro, no mundo inteiro, a França, a Itália, o Canadá, a Inglaterra, a participação do gasto público no gasto total está acima de 70%. E, no Brasil, hoje, a participação do gasto público no gasto total é de 45%. Ou seja, os gastos privados, hoje, no Brasil, são maiores do que os gastos públicos. Gastos privados, aí incluídos os planos de seguros, sejam corporativos ou individuais, e o desembolso direto. Principalmente na aquisição de medicamentos, que o Governo Federal vem enfrentando, de maneira muito interessante, através da farmácia popular. Hoje já temos quatro mil pontos que vendem medicamentos subsidiados e, dentro do PAC Saúde, nós chegaremos a 20 mil pontos, em 2011.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ministro, poderia dizer aos brasileiros quanto gasta *per capita*/ano a Argentina em Saúde e um exemplo de um país de primeiro mundo?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Bom, eu fiz umas continhas rápidas, enquanto o senhor falava, ao dólar de hoje, o Brasil gasta 570 dólares, aproximadamente, por habitante/ano, ok? 270 dólares de gastos públicos, 330 gastos privados. Então, o Cana-

dá gasta 1800 dólares *per capita*/ano; Estados Unidos não valeria a pena falar porque, só para ter uma idéia, o mercado mundial é de 600 bilhões de dólares/ano; metade desse mercado está nos Estados Unidos. É uma sociedade extremamente medicalizada(F), e acho que a gente não tem muito a aprender ali. Nós temos mais a aprender na Inglaterra, no Canadá, na Itália e na França, a meu ver.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Hein? Na Venezuela, não conheço muito bem o sistema de Saúde de lá. Olhe...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – ...É exatamente por isso, Senador, por essa situação e a necessidade... Eu queria chamar atenção, rapidamente, para três aspectos fundamentais. Hoje o Sistema de Saúde Pública, hoje ele está pressionado por pelo menos três fenômenos dramáticos; os médicos que trabalham cotidianamente no sistema público sabem do que estou falando. Epidemia de violência... Epidemia de violência; 34 mil mortos por acidente de trânsito, homicídios, em agressões. Essa epidemia de violência, ela é uma carga significativa de gastos no sistema público, principalmente. Epidemia de... Transição demográfica. A população está envelhecendo muito rápido. 10% da população brasileira já tem mais de 60 anos. Mas olha que curiosidade, para cada 100 mulheres com mais de 60 anos, só tem 80 homens; estão morrendo antes de chegar aos 60. Então, recomendando a todos homens presentes que se cuidem. E façam exames de prevenção, não bebam demasiadamente, nem fumem, mantenham o peso e pratiquem exercícios com regularidade.

Bom, mas a transição demográfica coloca um peso adicional sobre o sistema. E outro fenômeno é a pressão por incorporação de novas tecnologias, novos medicamentos, novos métodos diagnósticos, novos procedimentos terapêuticos, isso pressiona o sistema. Então, é evidente a necessidade de mais recurso. Exatamente essa compreensão do Governo, que levou à última vitória significativa, um passo importante para o país, que é... Que foi a regulamentação da Emenda 29, onde nós vamos ter, além dos 12% para Estados, dos 15% pra Municípios e da variação nominal do PIB para Governo Federal, um recurso adicional, em quatro anos, de 24 bilhões. E eu quero chamar atenção para esses números. Hoje nós temos a soma de gastos federal, estadual e municipal, no sistema público, montam aproximadamente 80 bilhões. Nós chegaremos a 2011 a 130 bilhões. Um aumento de 50 bilhões ou de

60% em quatro anos. Por quê? Porque seis bilhões aproximadamente deixam de entrar ao ano dentro de Estados e Municípios, pela ausência de uma regulamentação do que são gastos em ações e serviços, agora, nós temos e através do PAC Saúde, mais 24 bi. Um avanço extremamente importante.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Ministro, esses 24 bilhões iriam para Estados e Municípios de que forma? Isso não ficou claro. Porque a Emenda aprovada ontem não diz isso. Existe só essa informação aos Governadores de que iriam 24 bilhões para Estados e Municípios. Mas não está claro na lei.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Vou abordar rapidamente aqui. O prezado Senador Arthur Virgílio fez alguns comentários, enfim, acho que já respondi. Quer dizer, na realidade, o que foi aprovado ontem foram duas questões muito importantes; um, em definitivo, que são ações e serviços em Saúde, gastos em Saúde. Foi consensual, não houve divergência, na realidade, nós obedecemos à Resolução de 2003 do Conselho Nacional de Saúde. Dois. Mantivemos a participação de Estados e Municípios no financiamento, e acrescentamos, pelos próximos quatro anos, 24 bi como uma parcela crescente de participação da CPMF, do gasto em Saúde e, a partir de 2012, parte dessa parcela se incorpora ao piso, o que garante, ao longo do tempo, uma sustentabilidade econômico-financeira. Me pareceu, pra mim, me pareceu uma solução bastante consistente, bastante interessante, do ponto de vista prático, objetivo.

Teria uma pequena... Um pequeno comentário sobre... Eu vejo muita cobrança sobre excesso de contratação de funcionários públicos pelo Governo. Olha, eu te digo o seguinte, no meu Ministério, naquele prédio, trabalham mil funcionários terceirizados. Mas eu não estou falando de funcionários de área meio, estou falando de analistas com mestrado e doutorado, que têm contratos precários com organismos internacionais e que são hoje o cérebro do Ministério da Saúde. E nós precisamos... Esses são quadros da Administração Pública. São quadros que têm que ser funcionários de carreira, que são os quadros que fazem avaliação, gestão, planejamento, monitoramento, auditoria do sistema. Os meus hospitais, no Rio de Janeiro, o Ministério tem nove hospitais. Ali, é um pouco diferente. Nós precisamos contratar gente, sim. Mas eu prefiro, antes de contratar, implantar um novo modelo de fundação estatal de direito privado, que é o Projeto de Lei que está na Câmara dos Deputados e que, no entendimento do Governo, Paulo Bernardo e eu que somos os padrinhos dessa história, de uma certa forma, temos certeza que esse novo modelo de gestão para os

hospitais públicos vai lhe dar um grau de eficiência e, no gasto, e de comunidade muito maior.

Senador Suplicy abordou a questão do gasto em Saúde. Eu queria chamar atenção para uns dados interessantes. O sistema público brasileiro ele... Com muita frequência, é vítima de uma certa incompreensão. Por quê? Pela característica da área da Saúde. Mas eu vou dar alguns números que mostram o que está acontecendo nesse país e que não é obra apenas deste Governo; é obra de um Projeto de Estados, suprapartidário, que já vai fazer 20 anos o ano que vem.

O Brasil hoje é o segundo país do mundo em número de transplantes de órgão. Só os Estados Unidos fazem mais transparentes do que nós. Entretanto, nós temos 70 mil brasileiros aguardando um transplante. Nós temos que fazer mais; já fazemos muito e temos que fazer mais. Nós tivemos uma redução de 50%, no semi-árido, de internações de crianças por desnutrição. Isso é uma associação do Programa de Saúde da Família com o Bolsa Família. Tivemos uma redução significativa dos Municípios cobertos pelo programa de Saúde da Família, que são aqueles Municípios de IDH mais baixo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, por insuficiência cardíaca. Isso é um sinal de que a qualidade do atendimento ambulatorial houve uma melhora. Tivemos uma redução importante, olha só, 20% de redução de internações em idosos, por pneumonia, reflexo da política universal de vacina contra a gripe, que o Brasil é um dos poucos países do mundo que fazem; esse ano nós imunizamos 85% das pessoas com mais de 60 anos no país.

Então, existem dados e evidências de que o sistema melhora a sua cobertura, melhora a sua qualidade. Qual é o problema? De um lado, as necessidades são muito maiores do que a capacidade do sistema público de prover essas necessidades... Vou lhe dar um número, esse ano 90 mil brasileiros vão precisar fazer cirurgia, quimioterapia e radioterapia para tratar o câncer. 90 mil, desses 250 mil brasileiros, não terão condições de ter acesso à radioterapia e no tempo que nós consideramos adequado, pela falta de hospitais de tratamento em câncer, com radioterapia, com acelerador linear, que possam atender essa demanda. Mas nós temos também, ao lado dessas deficiências ou insuficiências, que são de recursos, eu quero enfatizar a necessidade de qualificar melhor o gasto. Aí, eu responderia a pergunta do Senador Eduardo Azeredo, que é de que maneira nós vamos repassar esses recursos. E aí nós estamos inovando também. Porque, tradicionalmente, sempre que a Saúde consegue recursos adicionais, fica pouco claro de para onde os recursos estão indo. Nós precisamos de recursos. Qual é a idéia, então, desses 24 bi que nós teremos em quatro anos, que es-

tão dentro do PAC? Esses recursos serão repassados para Estados e Municípios. Mas nós vamos propor uma mudança: Repassados para Estados e Municípios, em cima de uma proposta de contratualização(F), ou seja, o Governo Federal estabelecerá contratos de gestão, contratualização(F) com os Estados e este, por sua vez, com os Municípios, onde ficarão bastante claras em que áreas os recursos serão utilizados, com que objetivos, com que metas, que indicadores e serão utilizados para monitorar esses gastos. O ideal é que nós façamos isso e faremos isso por conjunto de recursos transferidos entre o Governo Federal, Estados e Municípios. Mas nós vamos inovar, inclusive, a idéia dentro do PAC Saúde, de criarmos um fundo especial que premie os Estados e Municípios que consigam um desempenho no alcance das metas diferenciado. Não competindo entre si, mas cada Estado e cada Município olhando para si próprio. À medida que vou alcançando um nível de desempenho melhor, eu teria um repasse adicional, um bônus do Governo Federal por esse desempenho. Era isso. Obrigado.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu pergunto ao Ministro Paulo Bernardo se não deseja fazer alguma...

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Vou falar rapidamente, Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Consideração. Pois não. Com a palavra, S.Exa. o Ministro Paulo Bernardo.

(soa a campainha).

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Primeiro, eu queria dizer para o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos de acordo que o quadro positivo que nós temos hoje, em termos de conjuntura econômica e mesmo social, vem de antes; eu acho que, até acho que V.Exa. ainda não tinha chegado, eu tive a oportunidade de falar isso. Eu acho que o Brasil, principalmente, antes também, mas principalmente a partir do Plano Real, quando conseguimos controlar a inflação e conseguimos começar a colocar ordem em certos problemas, principalmente na questão fiscal, que não só da União, mas de Estados e Municípios e estabeleceu-se uma disciplina e, depois, no Governo Lula, nós conseguimos avançar tremendamente. Então, nós estamos de acordo com relação a isso.

E também queria dizer, Senador, quando V.Exa. fala a questão do Presidente da FIESP, o Governo não tem a menor intenção de constranger o Presidente da FIESP nem ninguém, assim como também não ficamos constrangidos quando ele vem aqui fazer avaliações e críticas. Eu, por exemplo, olhei a apresentação que ele fez ontem, eu acho inconsistente, estão errados os

números dele. Estão errados. Mas ele veio aqui para um debate. O Senador Marco Maciel disse: "A Casa tem que legislar, fiscalizar e debater". Acho que o debate é absolutamente salutar, portanto, nós fazemos isso com maior respeito. Acho que é importante fazer esse debate.

E uma outra questão que V.Exa. me provocou foi saber como é que eu tinha votado em 96. Eu votei contra. E, evidentemente, que eu falei, me provocou, V.Exa. perguntou, tem aí embutido toda uma série de avaliações e eu diria... Eu queria dizer o seguinte, eu tive a oportunidade de aprender muito depois disso; votei a favor, em 2003, e, naquela época, uma boa parcela do PSDB ajudou a aprovar a CPMF. Nós temos os líderes que estavam aqui, em 2003, porque senão nós vamos cair numa coisa que é o seguinte, quando eu sou oposição, então, eu voto contra, quando sou Governo, voto a favor... E como é que fica? Eu acho que a trajetória de um homem público tem que se pautar também pela coerência. Eu, por exemplo, digamos, se fosse visto na condição de oposição, daqui a três anos, ia ficar muito constrangido de fazer aqui discurso contra a CPMF, pelo menos nos moldes que eu fiz em outra ocasião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ministro, pela coerência, eu votaria contra em 2003 também.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Pois é. Eu disse que tive a oportunidade de refletir bastante e aprender, portanto, agora também, depois que aprendi, não posso simplesmente desaprender, não é verdade? Então, acho que isso... Acho que não é um bom caminho...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Seja bem-vindo ao PSDB.

(risos).

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – E conto com o seu voto, Senador.

(risos).

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Aliás...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o voto, não. Com... Eu sou... Vou avalizar a entrada de V.Exa. no PSDB...

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Eu agradeço, mas quero ponderar mais uma coisa com V.Exa., V.Exa. declarou, talvez assim, sem fazer uma reflexão mais profunda, "eu não voto Projeto que tire receita de Estados e Municípios". Foi a proposta dessa discussão de eventualmente se aumentar a isenção e dar uma... Tiraram o Imposto de Renda. Vou dar um exemplo para V.Exa.: Nós votamos aqui uma lei, que foi sancionada pelo Presidente, se não me engano, em 07 de janeiro deste ano, que foi a lei do SUPER SIMPLES, ela tirou

da União, Estados e Municípios uns oito a 10 bilhões de reais. E eu tenho certeza absoluta de que V.Exa. votou a favor desse Projeto, que foi a lei do SUPER SIMPLES. E foi importante. Nós temos que comemorar isso, porque fizemos um esforço, onde o Governo Federal abriu mão de mais de cinco bilhões; os Estados, de uma parte, os Municípios... Mas nós vamos deixar florescer, com muito mais vigor, as microempresas, que são absolutamente mais importantes.

Então, eu acho que nós temos que tentar fazer uma coisa dessas também na Reforma Tributária; apostar que nós podemos reduzir a carga tributária e ganhar no crescimento da economia. Aliás, quando foi votado o SUPER SIMPLES, quando foi votado o SUPER SIMPLES, apareceram algumas lideranças do sistema S que queriam excluir dessa verdadeira reforma que foi feita, as contribuições para o sistema S. Ou seja, ia deixar o imposto e deixar a contribuição para o SUPER SIMPLES. Aí, o que ia acontecer, Senador Arthur Virgílio? Ia ter empresa que ia pagar 3% de imposto para União, Estados e Municípios repartirem, e iam pagar 3,5 para o sistema S...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me permite um aparte?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – É evidente que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A proposta não era nessa proporção. Era a mesma proporcionalidade de todos os outros tributos.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Perfeitamente, Senador, mas, de qualquer forma, eu acho que a forma que foi encontrada pelo Congresso foi superior, foi melhor, falou: "Olha, também nesse aspecto nós vamos fazer uma desoneração". Então, acho que foi positivo porque nós conseguimos avançar mais, em termos de desoneração.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ficou caracterizado que iam ficar nos três

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Está bom. Eu acato a ponderação de V.Exa. Mas, só para dizer, Senador Flexa Ribeiro, eu acho que nós temos que aprofundar o debate e tentar chegar num bom termo. Com certeza, isso vai servir de base para o nosso debate sobre a Reforma Tributária. Senador Valter Pereira falou, vários dos Senadores, V.Exa. falou, nós temos que fazer um esforço conjunto nessa questão da Reforma Tributária. E eu repito: isso não é tarefa do Governo Federal apenas; é tarefa do Governo Federal, da oposição, das empresas, do Governo Estadual, do Governo Municipal. Então, é fundamental discutir isso.

A questão do Senador Suplicy, me perguntou sobre a renda básica de cidadania, aliás, eu fui um dos Relatores, quando o Projeto esteve na Câmara,

eu acho o seguinte, Senador, na Reforma Tributária, se eu entendi bem a pergunta, na Reforma Tributária, nós vamos ter que decidir qual tributo vai permanecer, como é que vai ser montado o sistema. Então, a CPMF pode perfeitamente, se for o desejo de todos, ser eliminada ou ter a sua alíquota reduzida, ter outras condições. Mas, evidentemente, nós vamos ter que montar um sistema harmônico, com as necessidades de financiamento dos entes federativos, porque reforma também vai afetar a vida dos Estados e Municípios. Então, o Fundo Brasil de Cidadania, é esse o nome, também teria que estar com a previsão de fontes de recursos, dentro desse novo arcabouço.

Finalmente, só para encerrar, Presidente Marco Maciel, é que também V.Exa. tem alguma responsabilidade porque mandou servir uma sopa aqui para os membros da Mesa, e isso nos deixou, digamos assim, mais revigorados para permanecer. E é bom, porque diz que ontem o debate foi até 17 horas...

(soa a campanha).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ministro Paulo Bernardo, permite um aparte?

(risos).

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ontem, nós temos ficado, ao longo deste três dias aqui, até 16, 17h00. Ontem, o Senador Marco Maciel não serviu lanche a ninguém. Hoje, ele, indiscriminadamente, só serviu para a Mesa. Esqueceu os Senadores e os...

(soa a campanha).

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senador Flexa, quem enviou a sopa foi o Mercadante. O Senador Mercadante enviou só para os três Ministros. Eu e Marco Maciel também não ganhamos a sopa.

(risos).

(falas sobrepostas).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A sopa era interessante, tinha uma...

(soa a campanha).

Um copo amarelo, um verde e um azul, parece. As cores do Brasil.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O que eu gostaria de dizer é que, como nós não recebemos o lanche, não houve incidência de CPMF.

(risos).

(soa a campanha).

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Senador, eu encerro, só para comentar, eu acho que o Ministro Guido Mantega já falou, Senador Arthur Virgílio, primeiro acho importante que nós estejamos discutindo

novamente, nesses termos, agradeço as palavras de V.Exa., e eu também acho que essa idéia de discutir terceiro mandato, Emenda Constitucional, é completamente fora de propósito. Eu posso dizer o que eu tenho ouvido do Presidente Lula, aliás, ele já manifestou sua opinião por esses dias, publicamente, que ele acha que uma das conquistas fundamentais da democracia é a alternância de poder, que isso é importante, que nós temos que acreditar nisso.

Portanto, eu me somo às avaliações que foram feitas, o Senador Jucá falou alguma coisa nesse sentido, eu acho que nós temos que também nos colocar de acordo sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos agora iniciar o último bloco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu gostaria... Ter direito à tréplica, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu pediria a V.Exa. que abrisse mão para que nós pudéssemos dar mais cinco Senadores que restam.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É só porque não foi respondida uma questão sobre o número que o Ministro Mantega colocou, de 609 bilhões, e que o Ministro Paulo Bernardo reviu para 615. Eu gostaria de saber se é 615 ou 609.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, o Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Quem produz os números é o Ministério do Planejamento. Então, cada dois... A cada bimestre, é feito um Relatório, atualizando os dados desses números. Provavelmente, esse número que eu tenho aqui foi um número para comparar com a proposta orçamentária que foi apresentada, em agosto, pelo Ministério. E, nesse ínterim, deve ter tido um outro Relatório que aumentou o número. Então, o senhor deve ter razão, deve ter aumentado o número, e vai ter mais um aumento, até o final do ano, que haveria um último Relatório. Então, os números são revistos, em função deles, são feitos esses créditos suplementares. Por exemplo, um bilhão e seiscentos para a Saúde etc., vai se ajustando o gasto de fato...

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria agora iniciar o terceiro o último bloco. Antes, porém, gostaria de fazer uma observação alusiva ao Ministro Temporão. Ele tem um compromisso no Rio de Janeiro; o seu avião está previsto para voar às 16h00, ele terá que se retirar para cumprir o compromisso no Rio de Janeiro. Iniciamos, então, o último bloco, concedendo... Agradecendo a colabo-

ração que ele nos trouxe, e concedendo a palavra ao Senador Renato Casagrande, para a sua interpelação, e gostaria de contar com a contribuição de V.Exa. na administração do tempo.

A seguir, ouviremos o Senador Adelmir Santana; depois, Senador Sibá Machado, e o líder Valdir Raupp.

(soa a campanha).

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, Sra. Relatora, eu serei muito rápido, Sr. Presidente. Na verdade, acho que o debate é um debate positivo; o debate da CPMF, nesse ano, naturalmente não participei dos outros momentos de prorrogação da CPMF, mas o debate da CPMF, esse ano, tem trazido pontos positivos...

(soa a campanha).

Primeiro para conhecer as entranhas da máquina pública, do equilíbrio fiscal, da arrecadação, das despesas, o debate que se faz hoje, em torno da política fiscal do Governo, um debate importante para a sociedade brasileira, e o Congresso fez, na Câmara, está fazendo no Senado, um debate com muita responsabilidade, e eu acho isso, Ministro Paulo Bernardo, um debate importante, porque nos permite conhecer melhor e acompanharmos melhor, e verificarmos algumas questões que já são ditas e confirmadas e reconfirmadas(F), e que exigem que o Governo, através do debate interno do Governo, e nós aqui no Congresso possamos tomar medidas concretas. Nós temos a oportunidade de debater dois pontos de fragilidade do Governo. Primeiro, é a carga tributária. E segundo é a qualidade do gasto. Vou primeiro falar da qualidade do gasto porque Ministro Temporão está saindo.

Nós temos uma arrecadação alta e nós temos, apesar da arrecadação alta, uma crítica veemente, não só a este Governo, que sou membro, sou base dele, mas a outros Governos, de que nós gastamos mal. Nós temos muito dinheiro e gastamos mal o nosso dinheiro. Uma das maneiras de a gente gastar melhor é nós, de fato, gastarmos onde mais precisa. A Saúde, está claro, que nós precisamos. Não precisamos só de dinheiro, não. Acho que tem uma questão de gestão, que o Ministro Temporão está debatendo, que eu acho que é fundamental, porque se nós colocarmos o dinheiro, dinheiro, dinheiro, não melhorarmos a gestão, não vamos resolver o problema da Saúde. Então, o problema de gestão, que eu acho fundamental que o PAC da Saúde possa tratar disso com detalhes, para que a gente possa melhorar a gestão.

Mas, sem sombra de dúvida, os caminhos que nos levam à possibilidade de aprovação da CPMF, isso não é base de Governo nem oposição, porque tanto a

base do Governo como oposição, acham que deviam fazer esse discurso dessas duas vertentes, da qualidade de gasto e do aumento da carga tributária.

O compromisso do Governo é ele ter 24 bilhões a mais do que a correção pelo PIB, ano a ano, na área de Saúde, é uma conquista que o Congresso está tendo e está levando o debate com o Governo junto à sociedade brasileira. Nós temos que aumentar o recurso da Saúde. Então, quero primeiro reconhecer isso; desses quatro anos que nós vamos ter para frente, até 2011, esse plus de recurso na área de Saúde é uma vitória importante, que nós estamos conquistando, para a sociedade brasileira, e esse é um debate feito do Congresso todo, da Câmara e do Senado, com o Governo, com as entidades da sociedade. A minha única preocupação, Ministro Temporão, é que nós vamos ter a correção do PIB mais o recurso a mais, oriundo da CPMF, de acordo com Projeto de Lei aprovado ontem, lá na Câmara dos Deputados. Eu estou até... Pedi à minha assessoria para fazer uma proposta de Emenda porque vamos resolver o caso por quatro anos. Vai chegar em 2012, vamos ter a correção pelo PIB de 2011, que vai ser em cima de 64, 65 bilhões de reais, pelo PIB, sim, pelo PIB, será. Nós vamos 47, dividindo pelo PIB...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Posso esclarecer? É que em 2011, os nove bi que entram a mais, eles se incorporam à base.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Mas a lei não está...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Então... Está escrito isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Está claro?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Está claro.

(soa a campanha).

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Então, vai ser em cima dos 73.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO – 73. É outra coisa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Então, se é em cima dos 73, resolve o problema porque você tem uma base que não é inferior ao volume de recursos de 2011. Então, isso resolve efetivamente o problema, o § 5º do art. 5º, não tinha compreendido que era dessa forma. Isso resolve efetivamente o problema.

Então, melhorar a qualidade do gasto é fundamental. A outra questão, que eu acho fundamental também, é a desoneração. Nós temos uma carga tributária, acho que o Governo deveria trabalhar, o Governo e Congresso deveriam trabalhar num teto de carga

tributária, acho que nós estamos debatendo... Ontem tivemos uma Reunião com o Ministro Guido Mantega, a oposição, o PSDB teve uma Reunião, a base aliada teve uma Reunião, se apontaram caminhos na direção de termos desonerações em alguns setores da economia brasileira, mas, efetivamente, Ministro Guido Mantega, não sabemos o tamanho dessa desoneração ainda. Acho que nem V.Exa. deve saber ainda exatamente esse cálculo do tamanho da desoneração. Mas é fundamental por quê? É o ganho com a Saúde e essa desoneração que vai dizer quanto que nós estamos avançando, nesses dois caminhos, da qualidade do gasto e das desonerações, que leva a argumento nosso aqui interno, para que a gente possa aprovar a continuidade da CPMF.

E também refletir um pouco que, com base naquilo que vamos aprovar ou estamos debatendo com relação à Lei Complementar, do artigo da PEC 29, do art. 198 da Constituição, nós estamos transformando CPMF e recursos para a Saúde como irmãs siamesas. Eu acho que nós tínhamos que talvez também pensar num financiamento da Saúde que não estivesse só vinculado a mais, porque há um questionamento com relação a este vínculo só pelo PIB. Mas acho que é um debate que vamos fazer no decorrer desses próximos anos, para que a área de Saúde, de fato, tenha essa capacidade de dar retorno para as ações nossas, no país, que são... Que é uma área que já demonstrou completamente que está com dificuldade de atender às demandas que nós temos hoje no nosso país.

Então, Presidente, para ser bastante sucinto, queria manifestar minha opinião, concordando que esse caminho da desoneração e o caminho de aumento de recursos da Saúde são caminhos que podem fazer com que o Congresso avance na aprovação da CPMF.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Obrigado, nobre Senador Renato Casagrande, pela colaboração que deu, não somente oferecendo sugestões, mas também pela brevidade com que o fez.

E agora, dando seqüência, concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana e, a seguir, ouviremos o Senador Sibá Machado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sra. Relatora, Srs. Senadores, muito se falou sobre Reforma Tributária, e até mesmo há promessa e o compromisso do Ministro Mantega em remetê-la nos próximos 30 dias. É sabido dos nossos posicionamentos, sempre buscando a necessidade que haja efetivamente uma Reforma Tributária. Essa matéria é discutida aqui no Congresso, vem sendo discutida, desde a época do Governo anterior

ao Governo Lula. Avançou, em alguns momentos; em 2003, o Presidente Lula juntou todos os Governadores, veio ao Congresso, veio à Câmara, mais precisamente, e encaminhou uma Reforma Tributária. Essa Reforma Tributária foi examinada na Câmara, veio ao Senado, aqui ela foi aperfeiçoada, foi melhorada, e voltou à Câmara. Portanto, lá na Câmara, o Governo tem, inclusive, uma maioria folgada, uma maioria expressiva. Seria o momento de se rever ou de verificar como andam as proposições feitas aqui no Senado.

A Reforma Tributária, naturalmente agora, com a aprovação também da regulamentação da Emenda Constitucional 29, pena que o Ministro da Saúde já tenha saído, certamente vai regular as ações de Estados, Municípios e a União, e definir claramente o que são recursos da Saúde ou como devem ser gastos e em que devem ser gastos.

O Ministro, em referência à redução que vem sendo alcançada, em algumas... Algumas doenças, algumas internações, algumas questões. Eu tenho me batido, e já tenho feito alguns pronunciamentos nessa direção, que a coisa, às vezes, é muito mais simples. Talvez, se tivéssemos um atendimento integral nos Municípios, nas pequenas cidades, evitar-se-ia o verdadeiro turismo que existe hoje, de doentes atrás das cidades pólos, na busca de uma consulta. E, muitas vezes, consegue essa consulta e não é atendido integralmente. Eu me refiro ao atendimento do SUS, e que poderia ser evitada uma internação futura se esse atendimento se desse também com a questão dos medicamentos. Não há um rincão desse país que não tenha uma drogaria, uma pequena farmácia e tal qual estamos fazendo com as farmácias populares, credenciando iniciativa privada, em algumas cidades maiores, hoje em torno de duas mil já estão credenciadas, seria importante que, ao regulamentar-se essa... A Emenda Constitucional 29, também se pensasse nessa questão porque, aí, evitar-se-iam, como eu disse, as internações e uma redução brutal no custo da assistência à Saúde, porque, provavelmente, com 100, com 150, com 70, poderia ser evitado esse volume de turismo de doentes de uma cidade pequena para as cidades-pólo. Isso já tivemos a oportunidade de demonstrar, em pronunciamentos anteriores, e poderíamos fazer com recursos exequíveis, conquistar o Orçamento do Ministério da Saúde.

Mas, o que me chamou atenção para pedir essa intervenção, eu nem estava inscrito num primeiro momento, é que eu sinto uma total dissociação do desconhecimento sobre a questão do sistema S. Eu não tenho procurações para falar por todas essas instituições, mas, como dirigente do Conselho Deliberativo Nacional do SEBRAE, que é considerado um dos com-

ponentes do sistema S, como partícipe do SENAC e do SESC, acho que há uma incompreensão no que vem sendo colocado com relação a isso. A alteração do sistema S, bem colocou o Ministro, é uma coisa demorada. Seria muito mais simples que nós fizéssemos a reforma constitucional, porque alterar o sistema S, considerar isso uma alteração simples, não é. Porque bem colocou o Senador Arthur Virgílio, isso é um preceito constitucional.

Há também uma colocação do Ministro Guido Mantega, que fez referência a essas contribuições, como recursos públicos. Há controvérsias sobre isso, se são ou não recursos públicos. A verdade é que são recolhidos através da contribuição da folha de pagamento, não só esses que estão sendo citados aqui, SENAC, SESI, SENAI, mas todo sistema considerado de terceiros, e esses terceiros, inclusive, pagam para que se dê esse processo de recolhimento. Há uma comissão cobrada pela receita, anteriormente pela Previdência, hoje, pela junção, pela Super-Receita, para fazer essa cobrança e fazer esse repasse a quem de direito.

Dizer que essas instituições não têm um sistema visível, que aqui ficou claro, mais ou menos colocado, como se fosse uma caixa-preta. Esses sistemas têm conselhos nacionais, conselhos estaduais, constituídos por empresários que, de fato, é quem paga a conta, por representantes dos trabalhadores e por representantes do Estado. Isso se dá em cada regional e se dá também nas direções nacionais.

E os conselhos fiscais, vejam os senhores, destas instituições, que não são apenas como nas sociedades limitadas ou sociedade anônimas constituídas apenas de três membros, mas um número maior, a maioria dos membros do Conselho Fiscal é indicada pelo Estado. Há representante dos empresários, representante dos trabalhadores e do Estado. Além disso tudo, tanto do ponto de vista orçamentário, das contas e visitas temporárias, visitas freqüentes, são vigiados e fiscalizados pela CGU e pelo Tribunal de Contas. É uma constante essa vigilância. E as contas têm que ser aprovadas, tanto por um, como por outro. Portanto, não existe essa questão de não ser fiscalizado.

Só para dar uma dimensão, essas instituições que funcionam no Brasil há mais de 60 anos, e eu vou citar mais aquelas que estão afeto a mim, apenas pegando a questão do SENAC, por exemplo, em 2006, foram mais de dois milhões de atendimentos. E desses, mais de 700 mil, quase 700 mil, mais não, quase 700 mil, inteiramente gratuitos. A capilaridade dessas instituições, do SENAC, do SESC, está em torno de 3500 Municípios, fazendo um, naturalmente, na área da formação profissional, e o outro, na área da assis-

tência. Esse exemplo, eu disse aqui que ia citar apenas SESC e SENAC, uma vez que o meu colega Flexa já citou as questões do SESC e SENAI, mostra claramente o tamanho da dimensão dessas instituições e a seriedade e a fiscalização intensa em que elas são... Que é exercida sobre elas, tanto pelos empresários, que constituem esses conselhos, como também pelo Tribunal de Contas e a CGU.

Então, a capilaridade do SENAC chega a quase três mil Municípios, com mais de 475 escolas em todo o país. Nós temos, inclusive, barcos, barcos-escolas, que atuam na região amazônica, formando mão-de-obra necessária àquele mercado. Não vou me estender aqui o que é o SENAC, são 60 anos, seria tomar tempo demais dos senhores.

Com relação ao SESC; o SESC, ao contrário da formação da mão-de-obra, trata da assistência. Na área... E, para ter uma idéia, em 2006, foram matriculados, nas unidades do SESC, de comerciários, que é a nossa clientela, não são os industriários; é do SESI, foram matriculados quatro bilhões e duzentos mil comerciários, freqüentando as unidades do SESC. Foram feitos 650 bilhões de atendimentos, no SESC. Na área da educação, da Saúde, do lazer, da ação social... Além disso tudo, nós temos ações sociais que englobam outras populações, que não apenas os comerciários. Um exemplo, vou citar apenas um: É o Projeto que nós temos, chamado "Mesa Brasil". A pedido do Presidente da República, quando lançou o "Fome Zero", nós fomos chamados a participar de um ação como essa, e hoje temos um programa que já distribuiu nesses últimos... Distribuiu em 2006, só em 2006, 22 milhões de quilos de alimento. Sem ser dinheiro do SESC. Isso é um trabalho feito entre empresários e as unidades do SESC, fazendo processos de interligação entre doadores e receptores.

Ao contrário do Fome Zero, ao invés de fazermos isso para as famílias individualmente, isso é feito junto a instituições. E, aí, entram asilos, creches, casas de pequenos... De crianças; mais de um milhão de pessoas foram atendidas nesse ano de 2006.

Eu ainda queria, Sr. Presidente, citar o caso do SEBRAE, que também se inclui entre as questões do sistema S, do qual eu sou Presidente do Conselho Deliberativo Nacional. O SEBRAE tem mais de 35 anos também. SESC e SENAC, mais de 60 anos. E quando eu digo isso, tem o SESI e o SENAI. O SEBRAE tem 35 anos atuando como agência de fomento ao micro e pequeno empresário. E se preocupa, e foi citada aqui muitas vezes, a questão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que não podemos esquecer, que foi dada a capilaridade do SEBRAE e que foi quem elaborou o anteprojeto nacional para isso, discutindo,

em todos os Estados brasileiros, com todas as confederações patronais e o Governo encampou o Projeto e mandou para esta Casa, mandou para o Congresso, que o aperfeiçoou, modificou, foi o possível, mas que ainda temos alguns setores que não foram contemplados e que, para minha visão, foi uma Reforma Tributária às avessas. Pelo menos, contemplou parte do empresariado nacional, formado pelas micro e pequenas empresas que, na realidade, do ponto de vista relativo, é o maior número.

Entretanto, alguns Estados que tinham programas especiais também, como existia apenas o Simples, não aderiram integralmente ao SUPER SIMPLES, um trabalho que vamos desenvolver ou estamos desenvolvendo nos Estados brasileiros. O SEBRAE atua nas 27 unidades da Federação, na área da indústria, da agricultura, do comércio, do serviços.

Eu quis dizer isso, senhores, apenas pegando os três “S”, que são inúmeros. E dizer claramente, pegando uma frase do Ministro Paulo Bernardo, começou dizendo o seguinte: “Se os empresários acreditam que pimenta nos olhos dos outros não arde”, não vou dizer a complementação final, passe na Av. Paulista e tal e tal. Aqui falasse referências, às claras, à FIESP. Exatamente. Referência clara à FIESP. Eu não sei quais são as relações e o que é que leva a essa discussão, mas, ao incluir a questão da FIESP, e jogar nesse balaio todo o sistema S, isso nos preocupa muito.

E aqui também tem uma baluarte de defensora do SENAR, que é da área da agricultura, que é a nossa Relatora. Então, senhores, eu queria apenas, dando um exemplo, Sr. Ministro Paulo Bernardo, e não tenho procuração do SESI e nem do SENAI, mas, recentemente o programa de educação do SENAI e do SESI foi objeto de premiação pelo próprio Governo Federal, que considerou a instituição como relevante contribuinte no controle externo e ao país. E, só na área da educação, estão previstos, para esses próximos três anos, 10 bilhões e 450 milhões na área da educação, a ser feito pelo SESC.

Eu queria dizer, portanto, e dizer que propor, mexer nas contribuições do sistema S, que significa participação do empresariado, de todos os níveis, da agricultura, da indústria, do comércio e dos serviços, do empresariado nacional, na questão da responsabilidade social, que vem desde 1946, porque é uma forma compulsória, eles pagam isso compulsoriamente, bem como na formação profissional, através dessas instituições citadas, com essa proteção constitucional, dita pelo Senador e afirmada pelo Senador que me antecedeu, é inaceitável. É inaceitável e fora do momento, em que se discute a CPMF. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a V.Exa. e concedo, agora, a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Paulo Bernardo, Sr. Ministro Guido Mantega, nossa Relatora Kátia Abreu, Srs. Senadores... Sr. Presidente, em primeiro lugar, para fazer uma ressalva sobre esse tema do terceiro mandato. Queria até atenção do Senador Arthur Virgílio porque estou tratando essa situação como uma situação individual de quem está comentando. Até mais, porque se vale uma pessoa levar, até onde quer, uma opinião como essa, eu quero que valha a minha, porque a minha é no sentido contrário. Eu sugeri a esta Comissão, que já foi votada aqui, uma PEC no sentido de fim da reeleição. Foi isso que eu propus, consultei a bancada para tal e não fiz um ato isolado.

Então, todos os fóruns que já fui, vou agora cobrar, daqui para frente, uma opinião mais contundente porque, mais que palavra, é importante um gesto da nossa bancada e da direção do nosso partido para saber até onde que um militante nosso tem o direito de fazer um debate dessa natureza, digamos assim, sem um aprofundamento do coletivo.

Mas, sobre o nosso sistema, Sr. Presidente, eu já ouvi bastante, durante os debates e acompanhando pela mídia, e queria fazer uma pequena comparação, aqui, com que eu vivi no momento. Comparação destes dados sobre a CPMF, uma aula sobre tributação, o equilíbrio fiscal do país, o desenvolvimento e tantas outras coisas que nós já ouvimos. Mas, Ministro Guido Mantega, em 1969, quando eu tive o meu primeiro emprego, trabalhavam, na minha casa, naquela época, cinco pessoas. Meu pai, eu e mais três irmãos. E minha mãe costumava, no final do mês, recolher os salários de todos nós porque ela era a revelação do gerenciamento da casa. Recolhia os salários e dividia os montinhos de dinheiro para cada tipo de despesa; despesa da energia; despesa da... Do alimento; a despesa de tudo ela separava aquele dinheirinho. E destinava para nós, conforme a idade e o padrão de cada um, então, para meu irmão mais velho, que tinha uma namorada, um pouquinho mais, e eu, que era o mais novo, era um pouquinho menos. Mas, na casa, tinha uma regra que os cinco que trabalhavam fora, quando chegassem, tinham que encontrar coisas que os que não trabalhavam fora tinham que cumprir. Então, roupa lavada, casa arrumada, as coisas em dia, da casa, os outros faziam. Então, a casa era para todos. Então, os investimentos para dentro e para fora era para todos. E eu gostei muito das lições da minha mãe. E queria fazer essa comparação com a realidade de hoje. Então falando dos números do Brasil. Então, nosso país aqui,

com esta nossa Casa, todos aqui tem que ter o direito a uma partilha, a algo que tem que ser oferecido.

Então, o empresariado brasileiro, acho que, nesses últimos anos, tem conseguido diversificar sim as importações do nosso país. Nós temos conseguido apatriar(F) muitos dólares para o Brasil; temos conseguido uma série de vantagens e que, nesta competição internacional, nós competimos com países, que eu acho que essa é a cantilena, quando se faz o G-20, quando se faz a Rodada de Doha, o que temos feito nessas negociações, na representação brasileira? Que as negociações se dêem com respeito maior sobre aqueles que estão num grau de desenvolvimento menor. E, quando o empresariado brasileiro pede uma redução de carga tributária, está correto quando pede isso. Acho que todos nós gostaríamos de ter maior competitividade.

Porém, os investimentos que o Brasil tem feito no chamado dever de casa local é muito importante observar. Acho que aquela crise da gripe aviária, que o setor da área de aves e ovos no Brasil parecia que entrou em bancarrota. Mas, por conta, da transferência de renda, os pobres do Brasil conseguiram dar o consumo praticamente do destino total da produção daquele período. Os números que a gente tem trabalhado aqui, sobre a CPMF, propriamente dita. Muitos dados foram dados. O Presidente da FIESP, Paulo Skaff, esteve aqui ontem e tem um número que eu não consegui entender, que era a primeira pergunta que eu queria fazer. Como é que é o efeito real, se o encerramento da CPMF se der agora, em dezembro, o que ela impacta, de verdade, na redução da Taxa SELIC? Porque eu não consegui compreender isso. É verdade que não sou da área, mas, se pudesse ouvir isto, seria muito importante para nós.

A outra é o Governo abdicar de uma receita que hoje está indo praticamente 100% para os pobres. Então, sobre a CPMF, eu queria fazer a seguinte comparação: No Imposto de Renda, a gente carimba o grande desenvolvimento equilibrado das regiões. Aí tem dinheiro de FPM, FPE, e os fundos constitucionais, que vão no esforço de transferência para, digamos assim, os investimentos estruturantes. Mas tem 1200 Municípios no Brasil, Sr. Ministro Guido Mantega, que têm isto como praticamente a... Praticamente a única fonte de renda. Ele não consegue fazer um exercício de ter o IPTU, de ter o ISS, de ter outras receitas locais. É uma dificuldade.

Então, a pulverização de Municípios teve que, de certa forma, pode parecer um equilíbrio democrático, mas teve um desequilíbrio de investimento. Então, no meu entendimento, o FPM vem para corrigir isso.

O FPE também é uma correção da transferência e o próprio fundo constitucional.

Então, no caso da transferência da CPMF para os pobres, que é o que eu considero, então 0,20 para SUS, então, recursos para os pobres; o 0,10, que vai para a Previdência, vai para complementar a dificuldade, inclusive, de alguns que são, com a nossa Previdência solidária, para aqueles que não tem conseguido comprovar arrecadação. Então, vide o caso dos pobres do campo, que não têm como comprovar, por carteira assinada, que tem a contribuição para o sistema da Previdência. Então, vai para isso. E os recursos da transferência de renda para os pobres das cidades, que, aí, é o Bolsa Família. Claro que atinge também o campo, mas considero mais os recursos previdenciários para os pobres do campo e os recursos do Bolsa Família para os pobres da cidade.

Então, estamos criando também um ambiente favorável a um consumo interno, a uma circulação interna. Aquele número da Taxa SELIC, todo mundo esperava que ia ter um corte, que não houve, eu fiquei também impressionado. Por que é que não houve o corte? A resposta é que a indústria do Brasil está recebendo uma demanda tão forte, que corre o risco de não atender essa demanda. E nós termos um período inflacionário um pouco maior pela frente. Então, é preciso tomar este cuidado. Então, não tem remédio doce nesta hora. O remédio, de certa forma, é amargo. O que precisa é do ambiente. E aí, comparando de novo com a minha casa, nós queremos o que há de bom para todos, investimentos em infra-estrutura que cheguem para todos com qualidade, investimentos no sistema de Saúde, os investimentos no sistema de Educação, os investimentos de todas as ordens para todas as pessoas.

Então, já que nós estamos falando no sentido de convencimento, gostei das brincadeiras que saíram, mas considere sérias também, de que ninguém aqui é uma pessoa que seja considerada um poste. Estamos aqui para ser convencidos e, diante disso, a pergunta que ficasse um pouco mais clara para qualquer brasileiro que possa ouvir a resposta do nosso Ministro Guido Mantega, e estendo, inclusive, depois à própria Relatora. Qual é a matemática, a fórmula, a equação que vamos usar, então, para oferecer ao Brasil, num determinado período, esta redução de carga tributária? Porque já ouvimos sugestões de todas as naturezas. Me parece que a única bancada que tem posição mais convencida aqui é a bancada dos Democratas. Acredito que todas as demais bancadas têm ressalva, inclusive, ao partido de alguns Parlamentares que têm dado um esforço de contribuição para a solução deste problema. Não me parece convincente porque

outra demanda que apareceu aqui, que eu considero o imposto de arrecadação mais justo em relação aos demais, da CPMF, é porque pega todos? Pega, mas pega no bom sentido. O número que uma pessoa contribui, estávamos aqui conversando com o Senador Arthur Virgílio, com um salário de R\$ 600,00, ela paga, por mês, dois reais e 28 centavos. Uma pessoa que ganha 10 mil reais também vai pagar uma insignificância em relação a isso.

Então, estamos aqui, cobrando de todos, para passar para os que não têm muita coisa ou os que não têm absolutamente nada. Então, diante disso, eu faço uma pergunta, se a CPMF se revela um dos tributos com maior, digamos assim, indicador de justiça, diante deste fato, inclusive, colocando na formalidade a parte da economia informal, porque para qualquer camelô que tem uma receita hoje acima de mil reais por mês, eu acredito que esse camelô tem uma conta bancária, e, quando ele tem uma conta bancária, contribui, contribui sobre pouco. Então, quem tem pouco, contribui sobre pouco e quem tem mais, contribui sobre mais.

Então, diante disso, qual é o esforço que nós podemos, então, apontar para uma negociação de dizer, em X período de tempo, a redução da carga oferecida, não só empresariado brasileiro, mas a todas as pessoas que contribuem, de certa forma, com qualquer um desses tipos de tributos que temos aqui elencados.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço a contribuição do nobre Senador Sibá Machado, e concedo agora a palavra, como último orador, ao nobre líder do PMDB, Senador Valdir Raupp. Quero até cumprimentá-lo pela forma paciente e, talvez até resignada, com que esperou todo o seu tempo longo, inclusive, invocando a condição de líder para obter alguma preferência. Portanto, tem a palavra S.Exa.

(soa a campanha).

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Temos que ter paciência, não é, Presidente? Matéria interessante, e a população brasileira espera de nós a melhor solução.

Cumprimento o Presidente dessa Comissão, Senador Marco Maciel; Ministro Guido Mantega, da Fazenda; Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento; Ministro Temporão, que teve se ausentar por motivo de viagem; nossa Relatora, Senadora Kátia Abreu; as Sras. e os Srs. Senadores, dizer que quem fala por último corre o risco de repetir tudo aquilo que já foi falado. Mas, como essa nossa fala agora só vai sair à noite, na TV Senado, já entrou a Sessão do Senado às 14h00, já começou, então, talvez o público seja outro.

Eu queria iniciar e queria tranquilizar o Senador Arthur Virgílio quanto ao aspecto do terceiro mandato. O PMDB, que tem a maior bancada aqui no Senado, pode até discutir e votar o fim da reeleição, jamais a ampliação. E tenho certeza de que não é esse o pensamento do Presidente Lula também, que já foi falado aqui pelos Ministros e Parlamentares do PSDB. Eu anotei aqui, durante... Inclusive, durante os últimos dias das discussões, das propostas apresentadas, tanto pelo PSDB quanto pelo PMDB, quanto pela base aliada, já que os Democratas, como falou o Sibá, já estão ou não estão com suas decisão tomada, o primeiro seria o aumento de verbas para a Saúde, que eu acho que é muito bom. E não é pouco, se formos analisar que, no ano de 2008, poderá ter 52 bilhões de reais para a Saúde, não é pouco. Talvez, no passado, o que possa ter havido foi a má aplicação desses recursos. Eu tenho certeza de que o Ministro Temporão é um Ministro sério e que está com um bom programa, um bom Projeto na área da Saúde e vai aplicar muito bem esses recursos. E chegando, em 2011, com 73 bilhões de reais. Em qualquer país de mundo, isso é muito dinheiro para ser investido numa área como a da Saúde. É claro que, quanto mais recursos para a área da Saúde, melhor para atender a nossa população. Mas não adianta ter muito dinheiro, se é mal aplicado, e, às vezes é melhor ter um recurso razoável como esse, e ser bem aplicado. E isso nós concordamos.

Segundo, incluir a União na Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa é uma proposta do PSDB. Acho que é razoável também, conversamos com o Ministro Guido Mantega, e ele está de acordo.

Terceiro, o redutor dos gastos públicos. Nós, que já fomos Prefeito por dois mandatos e Governador, nós sabemos que o crescimento da folha de pagamento, o crescimento dos gastos públicos é vegetativo. É muito difícil conter. Mas está na hora. Eu acho que já está na hora de estancar esse crescimento nos gastos públicos. E eu acho que o Governo também está de acordo.

Também o redutor na alíquota da CPMF. Existem inúmeras propostas tramitando no Congresso, tanto no Senado quanto na Câmara, de um redator da alíquota da CPMF. Eu mesmo tenho uma proposta aqui no Senado, que vai até 2014, de 0,38 para 0,08. Ficaria aí um fundo permanente para o combate à pobreza e o combate à sonegação. Que isso o Governo também admite discutir posteriormente, que não dá mais tempo de discutir isso esse ano. Da mesma forma, a desoneração da folha de pagamento, e diminuir, como já falamos aqui, a carga tributária. Diminuir a carga tributária, que está muito alta. Isso aí, acho que todos os Senadores, todos os políticos do Brasil concordam.

Antecipar os créditos do PIS/COFINS para as empresas exportadoras. Esse também é um tema apresentado pelo PSDB, que eu acho muito justo. Isso aí também ajuda, de certa forma, a diminuir a carga tributária.

A desaceleração acelerada para bens de capitais. Isso já foi discutido o ano passado, quando fui Relator-Geral do Orçamento, volto agora à discussão para ampliar esse item aí.

A isenção da cobrança de CPMF para quem ganha até R\$ 1700,00. O Projeto é de 1200, mas já tem Emenda de 1700, de 2000, de 2500; isso aí cabe agora, nesse entendimento, ver que número... A minha proposta é quem ganha até quatro salários mínimos, que poderá ser ampliado. E, da mesma forma, a dedução de CPMF e IOF da base de cálculo do Imposto de Renda para pessoa física. É outro Projeto meu. Esses dois Projetos que podem ser condensados num só, que o Senador Mercadante vem defendendo, e eu já apresentei há algum tempo aqui no Senado Federal. E eu vejo que isso aí, Presidente, são Projetos que agradam a maioria porque vai contemplar a grande maioria dos contribuintes, porque o pequeno é a grande maioria. Os que ganham mais e movimentam mais são aqueles que pagam mais. Esse é um Projeto simpático, além de ser simpático, tem efeito psicológico muito bom no meio da sociedade e aqui dentro do Senado também. E tiraria pouco, não daria um percentual muito alto dessa isenção de impostos.

Eu queria, para encerrar, falar dos precatórios, da PEC 12, que estou relatando aqui no Senado, e é um Projeto importante também, que vai ajudar os Estados e Municípios. Nós estamos tentando encontrar um equilíbrio. É difícil encontrar o consenso. O consenso não vai encontrar nunca porque a Ordem dos Advogados é contra, parte dos credores são contra, os Estados são a favor, os Municípios, aqui no Congresso não tenho muita dificuldade de aprovar. Acho que o problema da rejeição é mais na externa e não interna, mas eu estou aí tentando encontrar um misto que possa atender os precatórios alimentícios, possa atender às pessoas de mais idade, que já não têm muito tempo mais para esperar para receber esses recursos, e o leilão, para diminuir aqueles grandes precatórios, de 300, 400 milhões de desapropriações de terra, que tem até de 70 anos; tem precatórios de 70 anos no Estado de São Paulo; o meu Estado, que é novo, tem precatório de 20, 25 anos, imagina os Estados mais antigos. São impagáveis. Tem precatórios hoje que são impagáveis. Não adianta o credor hoje querer receber, que não vai receber nunca. Ou o Governo prioriza a folha de pagamento, custeio da Saúde, da educação, ou vai pagar precatório de 50, 60, 70 anos.

Então, era essa a contribuição, Sr. Presidente, que eu queria dar neste momento. Muito obrigado.
(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço, mais uma vez, as contribuições dadas pelo Senador Valdir Raupp, líder do PMDB, aliás a maior bancada do Senado Federal, e concedo a palavra, para suas observações finais, à Relatora da matéria, a nobre Senadora Kátia Abreu. Com a palavra, S.Exa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero utilizar desse momento, provavelmente deverá ser a nossa última Audiência Pública antes da apresentação do Relatório, em primeiro lugar, agradecer aos nossos convidados que estiveram aqui terça, que estiveram quarta e também aos Ministros de Estado que estiveram aqui hoje para tirar as nossas dúvidas e debater esse assunto tão importante.

Na realidade, Ministro Mantega e Paulo Bernardo, eu tenho certeza que 100% dos Senadores gostariam, nesse momento, de não estarem discutindo CPMF. Nós gostaríamos mesmo de estar discutindo uma reforma de Estado, aonde nós pudéssemos reduzir os 36 Ministérios, os 24 mil cargos de confiança que, aliás, o Senador Crivella levantou uma dúvida, e eu gostaria de dizer que esses números são do IBGE e, inclusive, foram publicados na revista Época. Que nós pudéssemos, inclusive, reduzir as estatais, que nós pudéssemos fazer uma revisão no pacto federativo, para que a gente pudesse fazer uma Reforma Tributária mais tranqüila. Nós não podemos mais continuar com 12 funções sobrepostas entre Municípios, Estados e União porque, dessa forma, nós jamais conseguiremos fazer uma Reforma Tributária em paz. Eu não acredito nessa reforma, sem redução de carga agora, já, para provocar essa reforma, e que nós todos pudéssemos caminhar dessa forma. Um exemplo apenas é o ensino fundamental, que é função tanto da Prefeitura como do Estado.

Então, são essas funções sobrepostas, com esse pequeno exemplo, e são muitos, que temos que definir a função de cada um e, portanto, após a definição da função de cada um, é que nós vamos, com facilidade, estabelecer o percentual que cada um precisa. Não há o que discutir. Não há o que guerrear. Do ponto de vista administrativo, nós não podemos mais suportar que um cidadão que queira uma licença ambiental, que ele tenha que tirar uma na Prefeitura, uma no Governo do Estado e uma na União.

Então, eu acho que, partindo desse princípio, é uma tese do meu partido, e que eu referendo, que nós, principalmente o Senador Marco Maciel, que é

um assunto que ele estuda bastante, nós precisamos, antes de mais nada, antes da Reforma Tributária, a reforma do Pacto federativo e a reforma de Estado. Agora, quem nos pautou foi o Governo. Ao invés de estarmos aqui apreciando, o Governo enviou para nós a CPMF. O problema não é só a CPMF. Se ela custa 0,38 ou 0,36. O importante é a carga tributária que estamos enfrentando. Essa carga tributária, Senador Sibá, que ninguém mais suporta carregar. E, quando nós estamos falando de conta bancária de R\$ 30,00, de R\$2,00, de R\$10,00, de R\$100,00, como o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que acha que paga pouco, eu discordo. Quero ver quem é que vai contabilizar o CPMF na conta do supermercado, na mercearia, na padaria. Apenas para uma geladeira, que uma pessoa trabalhadora, pobre, tem que comprar, 43% de impostos. Quem quiser comprar um carro popular, é 48% de impostos. E, assim, todos os alimentos. Em tudo que um cidadão vai fazer na face da terra.

Então, eu estou discutindo CPMF, neste momento, tenho o prazer de ter sido indicada pelo meu Presidente Marco Maciel, não é por gosto, não. Eu gostaria de estar discutindo aqui outras coisas. Foi o Governo que nos pautou. Mas eu queria muito falar com os meus colegas Senadores, especialmente com o PSDB, que é nosso companheiro, foi nosso companheiro de Governo, e hoje somos companheiros na oposição. Queria algumas observações, por parte do seu partido, que é composto por Senadores do maior calibre, da maior inteligência e preparo. Com relação ao que foi feito na Câmara ontem, eu disse, àquele momento, e o Ministro Temporão não está mais presente, mas que ali foi aprovada uma coisa tão absurda e tão desrespeitosa com os Senadores da República, que lá aprovou um percentual da CPMF para a Saúde, que é uma contribuição provisória para assuntos que são permanentes, que é a Saúde, vinculando a CPMF lá, mesmo antes de ela ser aprovada no Senado Federal. Ou é excesso de confiança ou excesso de atrevimento e desrespeito. Não poderia ter sido votado isso na Câmara em detrimento do Senado Federal. Isso chama-se coação, constrangimento ao Senado Federal. É essa consideração e o zelo que o Governo Federal tem por suas instituições. Não mede consequências, em nenhum minuto, para nos constranger dessa forma. E ainda fazer que a base do Governo, os Deputados Federais, possam votar, para a Saúde, uma contribuição que nem sequer sabe se vai persistir. Se Deus quiser, não vai.

Então, gostaria muito que, principalmente o PSDB, que democraticamente está interessado nessas discussões e que eu tenho o maior respeito, até me desculpe por essa solicitação, mas é na condição de

companheiros da oposição e da nossa amizade, que faço aqui essa observação.

A segunda observação, disse bem o Sibá, agora há pouco, também o Senador Flexa e tantos outros...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite, Senadora?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Claro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ...Porque eu fiquei exatamente para ouvi-la, em função da sua solicitação, dizer que, em relação a esse episódio, e eu tecnicamente ouvi aqui o Deputado Rafael Guerra, não estava satisfeito com os termos da negociação. E ficou de explicar isso melhor para nós outros, em conversa que teremos no início da próxima semana. Mas, quanto à idéia da coação em si, se foi essa a intenção, não funciona pra gente de jeito algum. Ou seja, simplesmente nós estamos analisando as propostas do Governo, de maneira soberana, isenta, altaneira, se ela... A proposta não nos convencer, o nosso voto será um; se não convencer, será outro, e o problema de ter aprovado alguma coisa sem fundo, sinceramente, será do Governo, e não nosso. Se por ventura, portanto, quero até acreditar que o nível da conversa que temos tido não teria sido essa a intenção, se foi, com relação a nós, é mera perda de tempo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Não é só com relação ao PSDB, Senador. Mas também querer constranger os Democratas e querer constranger aos Senadores de outros partidos, que já estão definidos pelo não à CPMF, querendo nos constranger perante a sociedade, mas o Governo esquece que temos outro Projeto votando aqui no Senado Federal e que, a qualquer momento pode ser aprovado, e não é o mesmo da Câmara.

Com relação, Senador Arthur Virgílio, aos questionamentos e apresentações que nós tivemos aqui, ao longo desses três dias, e que realmente trouxeram dúvidas aos Senadores e, provavelmente, às pessoas que estão aqui assistindo a essas demonstrações e essas palestras, e aos gráficos que aqui foram apresentados. Isso pode ser verdade, o Paulo Skaff está certo, a FIESP está errada, quem é que está certo e quem é que está errado? Realmente, eu concordo que isso deve trazer muitas dúvidas na cabeça de todos os Senadores e, com razão.

Então, eu proponho que o Governo pudesse, na realidade, não se esquivar dos números e da realidade e poder conversar francamente, especialmente com os Senadores que querem entender a matéria e que estão tentando em um esforço hercúleo, ajudar o Governo. Eu gostaria muito de discutir com o Ministro Paulo Bernardo, que disse que aprendeu muito ao lon-

go desse tempo, e eu discordo, porque ele faz parte da Comissão de Orçamento desde os tempos dos anos 90, ele é um especialista em Orçamento e eu acredito que a experiência dele nessa área não é de agora, já é de anos e anos atrás.

Mas eu gostaria muito de conversar com ele, neste momento, a respeito do superávit financeiro. Esse superávit financeiro que está indicando, indicado na LDO, no art. 100, que mencionei anteriormente, como uma das possibilidades de utilização por parte do Governo, caso haja redução de receitas. Se não pudesse usar o superávit financeiro, este Governo não teria colocado, no seu § 5º do art. 100, essa possibilidade de utilização do superávit financeiro. Eu só quero lembrar que o Governo utilizou-se de seis bilhões e 600, em 2005, desse superávit financeiro, através de Medidas Provisórias e créditos suplementares; em 2006, utilizou-se de 11 bilhões e 900, e este ano, como disse o líder Agripino, utilizou-se já de quase 20 bilhões desse superávit financeiro; um total, em apenas três anos, de 37.3 bilhões nessa utilização. Isso é no balancete patrimonial de 2006, que é o último consolidado, quem quiser, pode ter acesso.

No superávit financeiro, que hoje tem... Hoje não, balanço de 2006, nós temos 257 bilhões de reais. Nem tudo é financeiro; grande parte é contábil. Mas, desse superávit financeiro, que tem 257 bilhões de reais, nós temos dois tipos de recursos lá dentro. Nós temos de fonte livre, e nós temos de fonte vinculada. De fonte livre, nós podemos utilizar até 40 bilhões de reais, que não são vinculados porque, quando eu arrecado de fonte primária, eu só posso usar em fonte primária. Então, livre, eu posso usar onde eu quiser. Eu posso utilizar, isso o Governo pode utilizar-se de 40 bilhões de reais dessa fonte livre, do patrimônio balanço 2006. Mas hoje, não está fechado o balanço, mas hoje já tem cinco bilhões a mais de fonte livre, dentro do superávit financeiro, que poderia ser utilizado.

Na fonte, vinculada, aonde tem que ter um cuidado especial para utilizar, nós temos, mesmo assim, dentro da fonte vinculada, nós temos acumulado, guardado o superávit financeiro, sete bilhões da CIDE, nós temos quatro bilhões de concessões, das concessões que o Governo faz com a iniciativa privada, nós temos três bilhões do Fundo da Pobreza, e nós temos sete bilhões, diretos da CPMF, guardados nesse superávit financeiro.

Então, eu gostaria muito que o Ministro Paulo Bernardo pudesse discutir esse assunto conosco. E, na realidade, Ministro, quando o senhor disse, com muita cautela, e o senhor está corretíssimo, nós temos que ter cuidado com as contas públicas do Brasil, com o superávit, eu quero dizer que V.Exa. ainda tem que

concordar comigo, que a União tem que fazer melhor a sua parte. Se hoje o superávit nominal... Se há superávit nominal, nós temos que acender uma vela para os Prefeitos, os Governadores dos Estados e Presidentes de estatais, que fizeram a sua parte e deram, no bolo geral, um superávit nominal para essas contas. Porque, se nós tirarmos o Governo central apenas, nós vamos encontrar um déficit nominal dessas contas. Os Prefeitos, os Governadores e as estatais fizeram a sua parte. O Governo Federal ainda está deficitário nas suas contas nominais.

Quero ainda, Presidente, dizer que eu ouvi aqui várias vezes, principalmente pelos Senadores da base do Governo e dos próprios Ministros, o quanto o momento é excepcional. Ouvimos aqui, por várias vezes, com muito mais força pelo Senador Mercadante, que é especialista, economista, mas eu quero aqui lembrar que não existe milagre; as coisas acontecem ao longo de anos, tanto para arruinar quanto para consertar. E eu concordo que esse momento é um momento excepcional. Mas nós não podemos deixar de considerar que nós tivemos um Plano Real importante, e que teve muita gente aqui que votou contra; nós tivemos as privatizações, que muita gente aqui foi contra; nós tiramos esqueletos do armário das estatais, junto aos Governos dos Estados, dívidas homéricas foram retiradas. Concordo que esse Governo manteve o arrocho com relação à inflação, o ajuste, a observação com relação à inflação. Mas o momento internacional é extraordinário, onde está puxando para o crescimento os países em desenvolvimento. E os investidores, a iniciativa privada, o empreendedorismo brasileiro, é que têm cooperado com esse momento excepcional. Esse momento excepcional não é só de agora. Esse momento excepcional é de alguns anos, inclusive, do Governo anterior, que propiciou uma continuidade e que as coisas pudessem acontecer como estão. E só não estamos aproveitando muito mais desse momento excepcional mundial, porque estamos gastando muito mais do que podemos. Nós crescemos 20%, de 2001 para cá, no PIB, e aumentamos as nossas despesas em 67; não tem quem resista e quem possa acompanhar um crescimento mundial, com esses números que hoje se apresentam.

Eu quero, Sr. Presidente, para responder ao Senador Suplicy, se me permite, com relação à regressividade. Você disse, Sibá, Senador Sibá, V.Exa. disse que, numa conta de pouco salário, é... Um cidadão paga dois reais e pouco. Numa conta... Um salário de 600 paga dois reais e pouco. Transforma isso em percentual. Transforma em percentual porque, para o pobre, o pouco é muito. Sobre o salário de um cidadão que ganha dois salários mínimos, a incidência da CPMF é 1.80. E

de quem ganha acima de 30, é 1.20. Isso é conta real. É só transformarmos em percentuais, que nós vamos achar a regressividade(F), que é clara, aberta, e não tem dúvida para ninguém, em lugar algum.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer alguns comentários. Nós temos hoje, pelo Brasil afora, três paradigmas muito clicados, especialmente no interior do Brasil e, às vezes, até aqui no Congresso Nacional, nós temos um paradigma que diz que o político forte é aquele que está do lado do Governo sempre. Quem está com o Governo tem tudo; quem está com o Governo é poderoso. Se essa tese persistisse, imagine o que seria do povo brasileiro, sem um mínimo de oposição, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, e também aqui no Congresso Nacional. E esse é um paradigma que eu tenho enfrentado, no meu Estado, como oposição ao Governo Federal, e como aliada do Governo do Estado do Tocantins, que apóia o Governo Federal.

A segunda... O segundo conceito é de que base de Governo tem que fazer tudo, a qualquer custo e a qualquer preço. Base é base. Eu discordo do pensamento do Governo Federal, ao pensar dessa forma, inclusive, explícita várias vezes pelo Presidente da República. Base é base. Base é base, mas, cada um tem que ser respeitado individualmente. E ninguém aqui pode esquecer que os interesses lá de fora, da rua, dos Municípios e dos Estados, são muito maiores do que do Governo Federal. Não conheço nenhum cidadão que more na União. Eu só conheço quem mora nos Municípios.

E quero aqui, por último e terceiro lugar, terceiro paradigma, é com relação a negociar. Agora há pouco, o Senador Mercadante, e eu insisti e pedi a ele que ficasse aqui, que eu gostaria de falar com a presença dele. Mas, infelizmente, ele tinha compromisso e teve que se retirar. Ele disse, agora há pouco, que nós, os Democratas, estamos radicalizando, que nós fechamos questão e não aceitamos negociar. Então, eu acho que essa moda de que tudo é preciso ser negociado, nós temos que quebrar com esse paradigma, porque eu concordo que nós temos que nos esforçar para negociar, dentro dessa Casa, que é uma Casa democrática. Mas eu discordo que nós tenhamos que negociar princípios. Para mim, princípio é como a coluna vertebral. Todo mundo sabe o que acontece com o ser humano que tenha atingido a sua coluna vertebral e tenha ela quebrada. E é princípio dos Democratas, está no nosso estatuto partidário, que nós somos contra a elevação de carga tributária. E eu só espero que o Senador Mercadante possa respeitar este princípio e que nós nunca demos direito a ele de acreditar as ações e atitudes dos Democratas. Mesmo porque, em nenhum momen-

to, em todo esse episódio, desde que sou Relatora e mesmo antes, anunciada, mas, sem receber o Relatório, em nenhum momento, ninguém me viu na Tribuna dessa Casa ou aqui nas Comissões, acusando o PT ou quem quer que seja, de como votou no passado e como vota hoje. Mas, hoje, o Senador Mercadante está nos obrigando a fazer esse reparo.

Nós não dissemos, em nenhum momento, quem votou contra a CPMF no passado, sem negociar nada, absolutamente nada; quem votou contra o Plano Real, quem votou contra o FUNDEF, quem votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se é para cobrar o passado, nós também sabemos cobrar. Eu só espero que o Senador Mercadante possa respeitar o contraditório, possa respeitar a oposição, porque nós não demos direito a ele de nos fazer reparo. Nem mesmo quando ele votou a favor de Renan Calheiros, nós pedimos a ele reparo ou nós pedimos a ele que não endurecesse e que negociasse. Nós jamais fizemos ataques a votos de quem quer que seja, nessa Casa.

Então, nós esperamos a mesma atitude por parte da base do Governo. Talvez seria muito mais fácil e muito mais normal, diante desse paradigma, que eu estivesse atrás da presidência de FURNAS, que eu estivesse atrás da Presidência de algum órgão público, como fez o Deputado da base do Governo, na Câmara Federal; enquanto não conseguiu o cargo, não entregou o Relatório. Nós vamos entregar o Relatório na hora certa, mas não atrás de cargos e acordos espúrios. Nós queremos o prazo é para convencer nossos colegas porque nós temos a convicção de que nós estamos corretos. Nós estamos num momento extraordinário, como o próprio disse, o Mercadante. Momento extraordinário requer que nós tenhamos ações extraordinárias.

E eu não mudei de opinião, quando votei a favor da CPMF na criação, que na criação nem aqui estava. Quem mudou foi o momento econômico, não foi o voto da oposição no passado, dos governistas no passado. O momento econômico é outro, completamente diferente. E exatamente nesse momento nós não só não precisamos da CPMF, nós não precisamos da grande maioria desses impostos.

Agora há pouco, o Ministro Temporão disse: O gasto *per capita* no Canadá, nos Estados Unidos, mas que não dá para comparar. Concordo absolutamente com ele. Mas não podemos comparar o gasto com a Saúde *per capita*, mas também não podemos comparar a carga tributária com países desenvolvidos, que acodem o cidadão do berço ao túmulo. Enquanto que os países emergentes, competidores nossos, estão com a carga de 27. Como nós vamos dar conta de concorrer com isso? Todos nós estamos vendo o que a China está fazendo com as exportações brasileiras.

Apenas nesse último trimestre, foi um bilhão a menos de dólar para os Estados Unidos, porque a China foi lá e tomou o nosso mercado, porque tem mais poder de competitividade, porque não tem essa carga tributária louca que estamos pagando aqui. Não temos a burocracia que enlouquece o cidadão brasileiro. Nós não somos competitivos; nós estamos perdendo a nossa competitividade, embora eu acredite no Brasil. Eu tenho certeza que nós podemos recuperar.

E esse crescimento, Sibá, em cima da SELIC, é porque se eu tirar 0,38 do percentual da taxa de juros, é óbvio que vou diminuir ela. Se diminuir a SELIC, se ficar menor, o juro da dívida é em cima dela. Vou pagar menos juros. Vai sobrar mais dinheiro no Governo para isso. E o PIB vai crescer 0,4, que significa quase cinco bilhões a mais de arrecadação. Nós temos os números exatos para compensar a falta da CPMF. Ela não nos fará falta e ela é o único instrumento, é o único instrumento, hoje, no Brasil, que poderá forçar uma Reforma Tributária. Todo o Executivo, como ouvimos aqui outro dia, de um Economista, todo o Executivo ele tem um viés *pro status quo*. Ele odeia dívida. Qualquer Executivo, não esse. Todos Executivos detestam a dívida, a incerteza, mas quero dizer novamente a este Governo que nós temos poder para isso. Nós temos poder para superar, de quebrar esse *status quo*, esse conformismo, esse conservadorismo e nos atrevermos um pouco mais. É isso que nós queremos da iniciativa privada, é o que nós queremos também do Brasil.

O que nós não podemos é resolver os problemas da má gestão governamental e esquecer de defender o povo, as empresas, o setor produtivo da má gestão do Governo. O que nós queremos é um país real; Um país de capital aberto, capitalista, que abre suas portas e não nos embrenharmos no populismo econômico, que é a característica da América Latina como um todo. A CPMF é a jabuticaba da América Latina. Não existe em nenhum lugar do mundo. E o que nós menos queremos na vida, nós não precisamos de um semi-Deus filantrópico. Não precisamos de um semi-Deus filantrópico. Nós queremos que o Estado Brasileiro cuide das suas principais funções e que valorize os talentos, que valorize os cérebros, que valorize o empreendedorismo no país, e deixe o empresariado fazer o restante. E o Estado Brasileiro fiscalizar, regulamentar os interesses da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, eu tenho muita fé que o Senado Federal ainda tem tempo para refletir muito, muito sobre isso. Conversar com os economistas do país; eu não encontrei nenhum, como disse no início, que fosse contrário a essa idéia. Com CPMF aprovada, nós não teremos Reforma Tributária. Muito obrigado, Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Com a palavra, pela ordem, V. Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A Senadora Kátia Abreu fez uma colocação a respeito da intenção do Governo no sentido de aprovar a Emenda 29, que era de constranger e pressionar o Senado, e como o Ministro Temporão, que conduziu esse processo, não está aqui e eu o acompanhei, particularmente e pessoalmente, todo o processo de negociação na Câmara, eu queria só fazer uma observação, até para, de certa forma, restabelecer a posição do Governo.

A posição do Governo foi de negociar com a bancada da Saúde, com o PSDB, que desde o primeiro momento em que nós procuramos o entendimento, colocou como prioridade o aumento de investimento na Saúde, e a Emenda 29 calhou de estar exatamente no processo de discussão, tanto na Câmara quanto no Senado, patrocinada pelo Senador Tião Viana. Qual foi a idéia? A idéia foi o seguinte, a Emenda 29, a proposta originária dela, vinculava 10% da receita corrente. E, portanto, era uma vinculação direta no Orçamento, que engessava o Orçamento e que, de certa forma, vai contra as práticas de um bom Orçamento. O que a bancada da Saúde, o Ministro Temporão, os Governos, Parlamentares, PSDB, todos nós fizemos? Procurar uma fórmula para que, ao mesmo tempo em que não se vinculasse diretamente o Orçamento, engessando a peça orçamentária, nós tivéssemos um referencial de cálculo para que, efetivamente, houvesse ganho na liberação desses recursos. E, para isso, foi negociado e discutido e se fez, na proposta da Emenda 29, uma equivalência à arrecadação do CPMF, que vai ser um mecanismo liberado através do processo da DRU. Não é diretamente na mudança da alíquota do CPMF.

Então, não houve nenhuma intenção do Governo em pressionar o Senado, ou qualquer Parlamentar, pelo contrário, não seria o acréscimo de mais quatro bilhões, em 2008, que iria pressionar. Se já tem 20 bilhões direcionados na renovação do CPMF, para o próximo ano, para a Saúde, já constando na proposta orçamentária que nós vamos discutir aqui no Congresso.

Portanto, eu gostaria de restabelecer esse posicionamento, a posição do Governo foi transparente, foi de buscar mais investimentos para a Saúde, foi de respeitar os Parlamentares, todos eles, participaram dos debates, e isso, inclusive, foi discutido no Conselho político formado por todos os partidos e líderes da base e, portanto, apesar da visão da Senadora Kátia Abreu, eu quero dizer que não foi essa a intenção do Governo nem de pressionar na Câmara e muito me-

nos no Senado. Nós estamos tendo uma tratativa, com todos os partidos de alto nível, discutindo propostas, e respeitando a individualidade e as circunstâncias de cada partido. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu vou conceder a palavra... Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só queria que o nobre líder do Governo, Senador Romero Jucá, me explicasse, o que foi aprovado ontem na Câmara vincula diretamente o aumento de recursos da Saúde à CPMF, vou concluir, e exatamente durante os quatro anos próximos. Então, eu queria esclarecer... Que V.Exa. me esclarecesse, primeiro, por que é que vincula a CPMF? Se a CPMF não for prorrogada, a Saúde não terá recurso? Ou o Governo vai tirar da receita da União para cumprir o acordo de aumentar os quatro bilhões na Saúde?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu quero dizer primeiro que eu não estou no debate. Fiz apenas...

(falas sobrepostas).

Quero registrar só o seguinte: O que foi aprovado ontem não foi o aumento da alíquota da destinação do CPMF para a Saúde...

(falas sobrepostas).

(soa a campanha).

...O que foi aprovado ontem foi a referência de ampliação. A CPMF está sendo tida como referência no cálculo da destinação dos recursos. Somente isso.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Passo, então, a palavra ao nobre Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e, a seguir, ouviremos, para suas considerações finais, o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Devo dizer que já estamos reunidos há seis horas e 34 minutos, sem interrupção, e estiveram presentes 23 membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; quatro Senadores não membros, e foram feitas 13 interpelações de diferentes... Quatro diferentes Senadores de distintos partidos.

Concedo a palavra, agora, ao Ministro Guido Mantega, para suas considerações finais.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente. Tendo em vista o adiantado da hora, não é conveniente fazer aqui um discurso para este grande grupo de esfomeados que aqui se encontram na nossa frente, que já perderam toda a paciência, embora eu tenha profundas discordâncias com que foi dito aqui pela Senadora Kátia Abreu.

Quero me resumir à questão que está aqui em Pauta, e dizer que hoje, de fato, o país caminha para um cenário muito favorável. Nós estamos implementando, finalmente, um crescimento sustentável no país, e isso se deve a uma série de coisas, que todos já sabem. Há muito tempo nós não tínhamos esse crescimento sustentável. Esse crescimento se dá, não só com o crescimento econômico, mas com a melhoria social da população, porque se dá com aumento do emprego, com o aumento de programas sociais, com uma ação mais determinada do Governo, e a obtenção de um recurso como a CPMF é fundamental para a manutenção desta trajetória positiva que nós estamos trilhando. É uma trajetória que eu não via há muito tempo no Brasil. Não vou dizer que nunca vi antes, mas, pelo menos, nos últimos 25 anos, não se via o Brasil crescer em bases sólidas, não se via tamanho otimismo entre os vários segmentos sociais, todos os segmentos sociais melhorando de vida, desde a população de baixa renda, os empresários ganhando mais, faturando mais, e pagando mais impostos, o que é devido. E esta harmonia que nós encontramos e esse processo virtuoso que estamos trilhando é um dos poucos países que estão diminuindo a pobreza e que estão reduzindo as desigualdades de renda do mundo. Se quiser, eu posso passar os dados aqui.

Então, nós estamos implantando um novo modelo de desenvolvimento, e ele se dá pela ação combinada do setor privado com o Estado, e pela função que o Estado está desempenhando, promovendo programas sociais, que alguns querem cortar. Quando alguns falam em redução de despesa, redução de gastos públicos, não querem admitir que querem cortar programas sociais. Isso tem que ser dito com toda as palavras. É o Estado mínimo, querem o Estado mínimo, que fracassou 10, 20 anos atrás aqui no Brasil.

Então, nós não queremos isso, o sucesso se deve a que o Estado, sim, tenha uma ação; não é um velho Estado desenvolvimentista, e faz programas sociais e, para isso, precisa de recursos. E aumenta gastos sim. Claro que temos que controlar gastos de custeio; o gasto de custeio tem que ser controlado permanentemente; não podemos permitir desperdício. Agora, não vamos confundir. Tem muita gente que quer confundir. Gasto social, programa social, transferência de renda, que não se fazia há muito tempo, que diminui a pobreza de forma impressionante, aqui no país, com gasto corrente.

Agora, a CPMF é importante, sim, e ela pode turvar este processo virtuoso no qual nós estamos. Pode turvar, sim, no mínimo, pelo lado das expectativas. O Brasil hoje é considerado um país seguro, confiável, e tem muita gente de fora vindo investir aqui por causa

disso. Inflação sob controle, equilíbrio fiscal... Então, não é verdade que a União não cumpre suas metas fiscais; cumpre rigorosamente. Nós temos superávit primário permanente no nosso Governo e nós estamos caminhando para o superávit nominal zero, Senadora. Nos próximos dois anos... Ainda não é, só que é o mínimo superávit primário de toda a história. Ainda não é, só que tivemos superávit primário de 10% do PIB, de 8%, 6%. Hoje temos 2% do PIB de déficit nominal. E vamos para zero. Então, nós estamos no caminho certo. E nós precisamos...

E temos que reduzir tributos também. Eu defendo esta bandeira de forma organizada, não de forma intempestiva. Porque, de forma intempestiva, nós poderemos arranhar esta confiança que existe no equilíbrio fiscal brasileiro. Vão se perguntar: O que vai acontecer se o Brasil não tiver esse recurso? Nós vamos ficar no limbo. O juro vai subir. Não vai descer. Vai subir. Sabe por quê? Por causa do risco país. O risco país vai subir pela incerteza quanto à arrecadação que nós vamos ter e se vamos cumprir com o (ininteligível) fiscal, está certo?

Então, nós temos que tomar muito cuidado, não brincar com isso. Essa é uma conquista de todos. Este equilíbrio fiscal, essa responsabilidade é de todos. Reconheço aqui, é do Plano Real, do Governo anterior, do Governo atual e, portanto, não deve ser posta em xeque. Temos que tomar cuidado. Então, vamos, sim, fazer desonerações. Nós estamos apresentando aqui um programa de flexibilização da CPMF, que nós estamos conversando com o PSDB. Os Democratas poderiam perfeitamente estar discutindo aqui essa Pauta. É uma Pauta de desoneração, que está aqui, e o Senador Raupp colocou muito bem, que começa com aumento de verba na Saúde, sim, porque era uma reivindicação do setor. Nós não planejamos de votar a Emenda 29 ontem, Senadora. Para mim, isso foi mais um problema que eu tive que administrar, ontem e anteontem e esses dias. Eu preferiria que isso fosse votado numa outra ocasião e coincidiu, e tivemos que dar uma solução, porque houve uma pressão da Câmara e do Senado existe uma pressão para votação também. Há uma disputa pra ver quem é que vota antes. Então, eu preferiria que não tivesse. Mas já que teve, tivemos que tomar uma decisão.

Então, nós estamos aqui apresentando uma proposta de flexibilização no que diz respeito à CPMF, aumento de verba na Saúde, Lei de Responsabilidade Fiscal, que controla gastos da União; estamos dispostos a aceitar isto; redutor de gastos públicos. Aprovando essa lei que controla a despesa de funcionalismo, isso é um dos maiores gastos públicos que nós temos, nós estamos dispostos a ajudar essa

Emenda das precatórias, porque isso beneficia a todos os Estados e Municípios; nós podemos pensar numa desoneração tributária de investimentos e colocar em cima da Mesa isso, pode ser discutida; e redução da CPMF para pessoa física, de modo que não prejudique os Estados, se for o caso. Até R\$ 1600,00, isenção, e, em cima disso, estamos dispostos a discutir, abertos à discussão, e outras medidas de desoneração que nós podemos discutir juntos, dizem respeito a PIS COFINS etc., depreciação acelerada.

Então, eu queria dizer que a disposição do Governo é de negociar; nós estamos dispostos a mostrar todos os números, aliás, os nossos números já são públicos, tudo que eu falo aqui, todos os *PowerPoint* estão no site do Ministério, todos os dados sobre arrecadação fiscal estão diuturnamente disponíveis no Ministério; se não for suficiente, darei as explicações adicionais a qualquer momento, documentadas, não deve ficar nenhuma sombra sobre nenhum número. Estamos à disposição e, quando digo isso, digo para todos. Se os democratas quiserem, se o PSDB, qualquer um que quiser as informações, as terá, e nós aprofundaremos. Então, a disposição é de flexibilizar, de negociar, chegar a um entendimento sobre isso.

Convido todos os partidos a que aceitem essa disposição nossa de conversar, de flexibilizar, por quê? A radicalização, uma posição irascível em relação a essa questão, pode ter consequências sérias sobre o país. Além dessas que eu mencionei, também sobre a disponibilidade de recurso para investimento e para os programas sociais. Então não é pouca coisa que está em jogo aqui nessa Mesa.

Eu já abusei da paciência dos senhores, peço desculpas, e agradeço o tempo que me foi dispensado. Obrigado, Senador.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra agora ao nobre Ministro Paulo Bernardo, para as suas considerações canais.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Presidente Marco Maciel. Apenas para corroborar o que foi dito pelo líder Romero Jucá e pelo Ministro Guido Mantega, na verdade, se dependesse da posição do Governo, nós teríamos aguardado para fazer a votação da Emenda da regulamentação da Saúde, depois de definida a questão da CPMF.

De fato, a Câmara decidiu que faria a votação, e nós não temos como impedir isso, como não teríamos como impedir se fosse o Senado que tivesse tomado essa decisão. De forma alguma isso pode ser tratado como uma demonstração de despreço do Governo para com o Senado, como parece pensar a nobre Senadora Kátia Abreu.

Com relação à questão do superávit financeiro, Senadora, o superávit financeiro, ele é apenas o saldo de caixa de uma determinada receita vinculada. Portanto, não é uma receita primária. Quando nós montamos o Orçamento, nós tínhamos que considerar a possibilidade de ter CPMF e de não ter CPMF, que, de fato, ela não foi aprovada, nós não tínhamos isso como resolvido, portanto, nós apontamos como fonte orçamentária, isso não é receita primária, como fonte orçamentária, para fechar o Orçamento, nós apontamos o superávit financeiro, como fontes de algumas das despesas que nós colocamos.

Agora, o problema todo está mantido. Nós precisamos aprovar a CPMF, precisamos da prorrogação, e resolve esse tipo de problema que está colocado, que V.Exa. aponta, na proposta orçamentária. Se não for aprovada a CPMF, fica o problema. Nós temos que resolver com outra fonte de receita; nós temos que conseguir outra receita equivalente ou, evidentemente, temos que diminuir a despesa para fazer o equilíbrio do Orçamento.

Então, esse problema está colocado. Daí porque nós temos colocado, o Ministro Guido Mantega tem falado, eu tenho falado, o Ministro Temporão, nós precisamos aprovar a prorrogação da CPMF. Acharmos que a tarefa subsequente, o Ministro Guido Mantega já se comprometeu, é mandar para cá uma Reforma Tributária, onde nós vamos discutir qual vai ser o novo arcabouço aí na... Subsequente, em termos de estrutura tributária, onde, inclusive, deverá ser contemplada a questão da CPMF. Se vai ficar a CPMF, se não vai, já manifestei minha posição aqui. Mas a Reforma Tributária vai dizer o que deve ser feito nesses termos.

Portanto, são essas as minhas considerações, Sr. Presidente, agradeço a paciência de V.Exas..

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria de agradecer...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Gostaria que fosse breve.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Brevíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Por favor, então, muito breve.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como a Senadora Kátia Abreu, por três vezes, citou-me, gostaria apenas de transmitir a ela que, no início deste século, quando o seu companheiro de partido, Senador Antonio Carlos Magalhães, aqui propôs e... Na Comissão de Combate à Pobreza, chegarmos a um consenso para que fosse criado o Fundo de Combate à Pobreza, e nós, do Partido dos Trabalhadores, Senadora Marina

Silva, foi quem foi a Relatora, votarmos a favor para que isso fizesse parte da CPMF e que nós, então, Senadora Kátia Abreu... Queria apenas a sua atenção por um instante... Quando eu e o Senador Sibá Machado aqui relatamos que é preciso ver a CPMF não apenas do ponto de vista da arrecadação, mas do ponto de vista do que é feito da sua contribuição, quando o Ministro Temporão aqui explicou as ações tão significativas da Saúde que, certamente, acontecem também em Tocantins, de melhoria das condições de Saúde, ainda que tenha muito que melhorar, mas, sobretudo, com a consciência de que, por exemplo, ser quase um quarto da população brasileira, hoje, está sendo beneficiada pelo Bolsa Família, então, é isso que eu gostaria que V.Exa. compreendesse, que há um sentido muito forte, que é, no meu entender, de benefício aos que têm menos e, claro, estamos pagando muito mais significativamente àqueles que têm mais.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de encerrar a Sessão, gostaria de aproveitar a ocasião para agradecer a presença do Ministro da Saúde, Ministro José Temporão; do Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, e do Ministro Guido Mantega. E também gostaria de cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, pelo trabalho que ela está realizando.

Quando eu a escolhi para Relatora da matéria, no meio de muitas sugestões que surgiam, eu tive consciência de que, embora sendo uma Senadora que estava no início de seu primeiro mandato, ela estava habilitada a fazer um bom trabalho. E é a conclusão que nós estamos chegando, no momento em que estamos dando mais um passo para a discussão desse... Dessa PEC, que diz respeito à manutenção da DRU e da prorrogação da CPMF.

Eu quero, portanto, cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pelo trabalho que está realizando, demonstrando, assim, que vai produzir um excelente trabalho, honrando, conseqüentemente, não somente o nosso partido, o DEM, mas também honrando as tradições do Senado Federal.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente,

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, ficando convocada uma próxima para quarta-feira, às 10h00 da manhã, conforme dispõe o Regimento Interno.

(soa a campainha).

(Sessão encerrada às 16h31.)

Ata da 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e vinte e um minutos, do dia sete de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Epiácio Cafeteira, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Valdir Raupp, José Agripino, Marconi Perillo e das Senadoras Serys Slhessarenko, Kátia Abreu e Ideli Salvatti, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Demóstenes Torres, Arthur Virgílio e a Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2007** (PL. nº 04205, de 2001, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências”. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 11. Em 29/08/2007, foram oferecidas as Emendas nºs 1 a 11, de autoria do Grupo de Trabalho, criado no âmbito da CCJ, destinado a tratar das proposições que versam sobre “Reforma Processual Penal”, composto pelos seguintes membros: a senadora Ideli Salvatti e os Senadores Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon e Romeu Tuma. Em 09/10/2007, foi oferecida a Emenda nº 12, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que recebeu Parecer contrário. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ, de iniciativa do Relator, e contrário às Emendas nºs 1 a 12. **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 14, DE 2006** (Ofício Nº 00075, de 13/09/2006, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte,

no *habeas corpus* nº 82959, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 1º de setembro de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do artigo 2º, § 1º, da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Parecer:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 46, DE 1999** (Ofício Nº 00121, de 16/09/1999, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia dos acórdãos proferidos por aquela Corte, no Recurso Extraordinário nº 199.281-6, que declararam a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, na parte que alterou a redação dos arts. 7º e 27 e respectivos parágrafos da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação que lhes foi conferida pelas Leis nº 10.394, de 20 de novembro de 1987, nº 10.805, de 27 de dezembro de 1989, e nº 10.921, de 30 de dezembro de 1990, todas do Município de São Paulo, bem como cópia da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão (IPTU progressivo – violação do princípio da isonomia tributária)”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Parecer:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2007** (PL. nº 07204, de 2006, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e dá outras providências”. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e adequada técnica legislativa do Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e adequada técnica legislativa do Projeto. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2006** – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO – “Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada”. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Marconi Perillo. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 16) PROJETO DE LEI DO**

SENADO Nº 148, DE 2003 – TERMINATIVO – “Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina”. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento das Emendas nºs 1 e 2, na forma da Emenda que apresenta, e aprovação da Emenda nº 3. À matéria, foram oferecidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, e a Emenda nº 3, de autoria do Senador Marcelo Crivella. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ (correspondente às Emendas nºs 1 e 2 da Senadora Serys Slhessarenko) e com a Emenda nº 2-CCJ (correspondente à Emenda nº 3 do Senador Marcelo Crivella). **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 564, DE 2007 – TERMINATIVO** – “Altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de Partidos Políticos”. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3) EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 25 a 36 oferecidas ao PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO** – “Dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências”. **Autoria das Emendas de Plenário nºs 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35 e 36:** Senador Marconi Perillo. **Autoria das Emendas de Plenário nºs 29, 30 e 32:** Senador Pedro Simon. **Autoria do Projeto:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Parecer:** Pela aprovação das Emendas nºs 26-PLEN e 27-PLEN, na forma das Subemendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 25-PLEN e 28-PLEN a 36-PLEN. Durante a discussão da matéria, o Relator, Senador Aloizio Mercadante, sugere adequações redacionais na alínea b, inciso I, § 2º, do art. 2º, constante da Subemenda à Emenda nº 26, de Plenário. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 26-PLEN e 27-PLEN, na forma das Subemendas-CCJ, e contrário às Emendas nºs 25-PLEN e 28-PLEN a 36-PLEN. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2004 (PL. nº 00609, de 2003, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO** – “Proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994”. **Autoria:** Deputado Elimar Máximo Damasceno. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Parecer:** Pela

aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2007 – TERMINATIVO NA CAS** – “Altera o art. 19 da Lei 7.998 de 11 de janeiro de 1990, para incluir entre as competências do CODEFAT a definição dos critérios para a utilização dos recursos do FAT a qualificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública”. **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 do Senador Cristovam Buarque. Em 22/05/2007, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Cristovam Buarque. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. A Presidência encerra a Reunião, às treze horas e quatro minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **7) PEC Nº 12, DE 2005; 8) PEC Nº 20, DE 2007; 9) PLS Nº 9, DE 2007; 10) PLS Nº 10, DE 2007; 12) PLC Nº 90, DE 2006; 13) PLC Nº 112, DE 2005; 14) PLC Nº 28, DE 2003; 17) PLC Nº 26, DE 2007; e 15) PRS nº 7, de 2007 (Retirado da Pauta); e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.**

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Na verdade o “pela ordem” é apenas uma informação que eu desejaria de V.Exª. Leio nos jornais que a leitura do parecer, uma matéria importantíssima que é a CPMF que essa leitura seria feita na próxima segunda-feira, que como todos sabem é um dia vazio. Eu pergunto, se for confirmado, a idéia é que pela certeza de que haverá pedido de vista e para realizar Sessão real-

mente de discussão e votação na quarta, em Sessão Ordinária. É isso? Ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou fazer uma breve exposição. Ontem à noite, a convite do Presidente em exercício Senador Tião Viana, eu compareci ao gabinete de S.Ex^a juntamente com o Senador José Agripino, Líder dos Democratas. E estava presente o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá. Então discutimos a questão da apresentação do Relatório da Senadora Kátia Abreu, e então acertamos que a leitura do Relatório seria feita em Sessão Extraordinária a se realizar às 14h da segunda-feira. E por se tratar de matéria polêmica, já admitimos que certamente haveria pedido de vistas.

Então, o calendário ficou estabelecido até aí, e acredito que poderemos na quarta-feira já estar em condições de votarmos terminativamente o parecer da Relatora.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Eu não discordo disso. Com certeza haverá pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E vistas coletivas, certamente.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Coletiva. Mas não há garantia de quórum na segunda-feira, mesmo para a leitura. Ou haverá?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nós estamos fazendo... Aí a Presidência da Comissão está fazendo uma grande mobilização para que tenhamos quórum. Nós precisamos da presença de 12 Senadores. Entre titulares e suplentes da Comissão. E o Presidente do Senado em exercício também disse que mobilizará Senadores e Senadoras com o mesmo objetivo. Eu espero que consigamos obter o quórum no meio da tarde, marcamos a reunião para as 14h, mas é possível que só obtenha quórum depois das 15 ou 16 para a leitura do Relatório que é a peça inicial para que...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então estando S.Ex^a Senador Jefferson Peres satisfeito com as explicações dadas pela Presidência, eu passarei agora para o Item 04 da ordem do dia. Por não se encontrar presente o... Eu gostaria então de... Por não se encontrar presente o Relator do Item 01, o Senador Valter Pereira, o Relator do Item 02, Senador Aloizio Mercadante que também é o Relator do Item terceiro, eu começaria concedendo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que é Relator do Projeto de Lei da Câmara nº. 37/2007, Item 4, PL nº. 04205/2001 na Câmara dos Deputados não terminativo. A Ementa é a seguinte: Altera dispositivos do

Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal relativos à prova e dá outras providências. A matéria é de iniciativa do Poder Executivo. A Relatoria nesta Comissão é do Senador Mozarildo Cavalcanti. O parecer do Relator é pela aprovação do projeto com três Emendas que apresenta. E pela rejeição das Emendas nº. 01 e pela rejeição das Emendas de 01 a 11. No dia 29/08/2007 foram oferecidas Emendas de nº. 01 a 11 de autoria do Grupo de Trabalho criado no âmbito da CCJ destinado a tratar das proposições que versa sobre reforma processual penal. Composto pelos seguintes membros. Senadora Ideli Salvatti, Jefferson Peres, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon e Romeu Tuma. Concedo, portanto, a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras. Eu vou dispensar... Peço permissão para dispensar a leitura do Relatório, já que foi distribuído o parecer, e vou apenas ler a análise e o voto do meu parecer.

Preliminarmente registro não existirem vícios de constitucionalidade ou juridicidade na proposição em exame. A matéria nela tratada está compreendida no campo da competência da União para legislar sobre direito processual consoante dispõe o art. 22 inciso I da Constituição Federal, bem como tem o seu autor legitimidade para iniciar o processo legislativo nos termos do art. 61 também da Constituição Federal. Quanto à técnica Legislativa temo ser necessário substituir na redação proposta para o § 3º do art. 159 uso da expressão “vítima” por “ofendido” que já é utilizado no Código de Processo Penal, a fim de evitar a dualidade de conceitos que é, portanto, a Emenda nº 01.

No mérito somos do entendimento de que as alterações pretendidas efetivamente contribuirão para o aperfeiçoamento da legislação processual penal em especial ao atualizar o CPP as relevantes garantias asseguradas pela Constituição de 88 enfatizando a adoção pelo Brasil do sistema acusatório com efetividade. Por quanto no atual estágio da nossa legislação processual penal diversos são os autores brasileiros a professar a idéia de que aqui verificamos a ocorrência de um sistema acusatório apenas aparente, impuro ou mesmo misto em razão dos resquícios decorrentes de toda a nossa longa tradição aquisitiva.

No sistema acusatório que se preze, a rígida separação entre as funções de investigar, de acusar, de defender e de julgar, que deverão ser exercidas por órgãos distintos. Trata-se de um processo de partes informado pela estrita aplicação dos princípios do contraditório, da ampla defesa e de demais garantias constitucionais, necessariamente público em que reina a livre apreciação das provas a ser feita pelo órgão

juiz imparcial equidistante do Ministério Público e do acusado.

Todos os Projetos de Lei da chamada reforma do Código de Processo Penal estão fundados no modelo acusatório reconhecidamente e mais apto à consecução de processo penal não apenas ético, mas igualmente mais simples, célere, transparente, desburocratizado, trazendo maior eficiência e atacando a impunidade. Temos agora, portanto, a oportunidade de ouro para romper com a nossa cultura jurídica de raiz inquisitiva, tornando clara a opção pelo modelo acusatório puro. Sucede que para impedir que a doutrina e jurisprudência continue interpretando a lei nova com a mentalidade antiga, cremos ser indispensável radicalizar a redação de algum dispositivo da presente proposição de modo a não deixar qualquer margem para uma interpretação salvacionista de cunho inquisitivo, repito.

É importante ter em mente analisar o projeto que altere especificamente o título sétimo da prova do Código de Processo Penal que só pode ser prova apta embasar a condenação do acusado aquela produzida sob o fogo cruzado do contraditório. Daí porque louvamos a nova redação proposta para o art. 155 do CPP. Ousamos, no entanto, sugerir a supressão da palavra “exclusivamente” de seu texto Emenda nº. 02. É que em nosso entendimento já constitui exceção bastante ressaltar as provas cautelares não repetíveis ou antecipadas valendo frisar que mesmo estas deverão ser submetidas a um contraditório deferido por ocasião da instrução criminal. É nesse sentido, aliás, salutar a alteração proposta no texto do art. 159, em especial nos seus §§ 5º e 6º que a par de sacramentar a possibilidade de indicação de assistentes técnicos pelas partes estendeu a atuação desses profissionais às perícias realizadas no Inquérito Policial.

Outra questão de maior relevância abordada pelo projeto diz respeito à divisão do ônus na prova no Processo Penal. O vigente art. 156 do CPP prevê que a prova da alegação incumbirá a quem a fizer. Esse dispositivo embora não seja alterado no PLC nº 37 é objeto de calorosa discussão na doutrina e jurisprudência em face do princípio constitucional da presunção de inocência e do favor do rei, segundo o qual para que se imponha à condenação do réu é indispensável que a acusação demonstre a prática de crime além de qualquer dúvida razoável. Na dicção da doutrina clássica, no entanto, constitui ônus da acusação provar os fatos constitutivos da infração quais sejam a existência de um fato considerado ilícito penal, por força de lei e a realização do fato por ação atribuível ao denunciado enquanto a defesa incumbe demonstrar a ocorrência de fatos extintos impeditivos ou modificativos tais como a prescrição, a coação irresistível, o erro do tipo(F) ou

proibição, causa de exclusão da ilicitude ou inimizabilidade. Só que na vigência do modelo acusatório tal repartição do ônus probatório há de ser sopesada com a existência do dia da eventual dúvida razoável.

Assim, ainda que não tenha o réu se desincumbido totalmente da atribuição de demonstrar os inúmeros requisitos indispensáveis ao reconhecimento da legítima defesa se ao menos conseguiu incutir no magistrado dúvida a respeito da sua ocorrência, a decisão deverá ser absolutória, pois in dubio pro reu. Em que pese à manutenção da redação vigente do novo caput do art. 156 que a atualização proposta para o texto do art. 386 oriunda da Câmara dos Deputados chegou a bom termo em especial no que diz respeito a inciso VI que prevê a imperiosidade da absolvição quando houver fundada dúvida sobre a existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena. De rigor, entretanto, a correção do erro material que excluiu indispensável remissão no art. 21 do Código Penal é que se dispõe sobre o erro sobre a ilicitude do fato. Aí a Emenda nº. 03.

Talvez fosse o caso ainda em homenagem à consecução do efetivo sistema acusatório do Brasil de simplesmente excluída da proposição a redação constante do § 1º do art. 156 proposto que trata da iniciativa probatória do Juiz. Isso porque não existe devido processo legal sem o pressuposto de uma jurisdição independente imparcial uma clara vedação legal à possibilidade da produção da prova de ofício pelo Juiz que visa exatamente resguardar o magistrado de qualquer comprometimento psicológico prévio com a prova. Há que se reconhecer, no entanto que não comprometerá imparcialidade do Juiz a faculdade de determinar a produção de prova de maneira supletiva à atividade das partes em atenção aos estritos requisitos fixados pelo art. 156 por não se dar de forma predeterminada a forma a favor da acusação ou da defesa.

Quanto as demais alterações destaco a relevância e clareza da disciplina proposta para a questão da prova ilícita em atendimento ao dispositivo constitucional constante no art. 5º, inciso LI, bem como o nítido aperfeiçoamento das disposições atinentes ao papel e direitos da vítima no processo penal.

Passemos por fim à análise das Emendas apresentadas pela Comissão instituída no âmbito do Poder Judiciário. Como já foi abordado neste relatório, a chamada reforma do processo penal é a oportunidade única para aprimorar aplicação do sistema acusatório no Brasil. Nesse exato contexto é que também já advertimos para o risco da interpretação fundada em nossa tradição inquisitiva. Dito isto temos que as Emendas apresentadas devem ser todas rejeitadas justamente por em nosso modesto entender não contribuírem para

a adoção de um sistema acusatório que se pretende efetivo e livre de ranços inquisitivos pelo Brasil. Como exemplo podemos citar a Emenda nº. 07 que busca preservar a inquirição inicial do Juiz quando da oitiva das testemunhas sob o fundamento que o destinatário primeiro da prova é o Juiz. Olvidando o fato de que o processo penal moderno é um processo de partes em que a prova do crime coube essencialmente ao Ministério Público não cabendo ao Juiz, portanto, não ser supletivamente a atividade das partes. Qualquer iniciativa probatória. É exatamente o que se assegura em sua redação atual o Parágrafo Único do art. 212 do CPP. Sobre os pontos não esclarecidos o Juiz poderá complementar a inquirição. Ademais, há que se prestigiar a longa tramitação do Projeto de Lei na Casa iniciadora, a Câmara dos Deputados, visto que muitas das questões suscitadas pelas Emendas já foram objeto de discussão por mais de seis anos. É o caso da Emenda nº. 02 que se opõe ao impedimento do magistrado que tomar conhecimento de prova julgada ilícita semelhante posição já foi esposada no voto em separado do Deputado Luis Antônio Fleury Filho e estão devidamente aprovadas pela Câmara dos Deputados. Tampouco entendemos possam servir de justificativa válida para impedir as alterações legislativas propostas a ocorrência de eventuais dificuldades de ordem prática tais como as deficiências de instalações, equipamentos ou pessoal, como parecem ser as questões evocadas para justificar as Emendas 5, 6 e 8.

Quanto a Emenda nº. 12 proposta pela Senadora Serys Slhessarenko, com a devida vênua também não é o caso de acolhê-la. O ponto central da referida Emenda parece repousar sobre a obrigatoriedade de que os laudos periciais passam a ser elaborados apenas por um perito oficial e não por dois, como hoje prevê a legislação em vigor. Da justificação original ao Projeto de Lei nº. 4.205/2001, consubstanciada na disposição de motivo do então Ministro da Justiça, colhemos que a intenção do autor era simplificar a realização das perícias. A premissa que se coloca então é a seguinte. Como hoje os peritos criminais são funcionários públicos organizados em carreiras próprias com autonomia e formação continuada, não existe sentido em se exigir que trabalhem sempre em duplas. Mesmo quando a perícia for de relativa simplicidade de modo a atender formalismo da legislação. Temos, no entanto, como excessivo esse apego a um critério meramente quantitativo que efetivamente não tem mais razão para prosperar. Afinal, a nova disciplina que se pretende inaugurar as perícias oficiais poderão ser complementadas pelo trabalho dos assistentes técnicos tanto da acusação quanto da defesa em verdadeiro contraditório.

Assim, finalmente se dará real significado à disposição do art. 182 do Código de Processo Penal ao prever que o Juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo, rejeitá-lo no todo ou em parte. De rigor, por fim, salientar que o próprio Projeto de Lei da Câmara nº 37/2007 ressaltou que em se tratando de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado o Juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar mais de um assistente técnico.

Voto. Em razão do exposto somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 37/2007, com as seguintes emendas do Relator ficando expressamente rejeitadas as demais. Emendas nº. 01 da CCJ. Substitua-se o § 3º do art. 159 de que trata o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara de 2007 o emprego da expressão “a vítima” por “ao ofendido”. Emenda nº. 02. Suprima-se a expressão “exclusivamente” da redação proposta para o caput do art. 155 de que trata o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara. Emenda nº 03. Dê-se ao inciso VI do art. 386 de que trata o art. 1º do Projeto de Lei nº. 37 da Câmara dos Deputados a seguinte redação. Existir circunstâncias que exclua o crime ou isente o réu de pena. Artigos 20, 21, 22, 23, 26 e 28, § 1º do Código Penal ou mesmo se houver fundada dúvida sobre a existência. Esse é o voto com as Emendas apresentadas, Sr. Presidente.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Relator da matéria, Senador Mozarildo Cavalcanti apresentou o seu parecer pela aprovação do projeto com três Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas de 1 a 12. Devo também acrescentar que esse... Como já disse anteriormente, aliás, que esse projeto integra aquele conjunto antiviolença que já foi aprovado na Câmara e é matéria de iniciativa do Poder Executivo. Em discussão a matéria. (soa a campainha) Com a palavra o Senador Jefferson Péres depois a Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Nenhum reparo ao parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti com o qual eu concordo inteiramente. Mas, apenas para comunicar que numa reunião dos líderes ontem com o Presidente do Senado, Senador Tião Viana, ficou acordado que este projeto seria votado hoje com outros dois que fazem parte do conjunto elaborado em consonância com a Presidência do Supremo Tribunal Federal, que foi mencionado por V.Exª agora. Então se for aprovado agora sem pedido de vista eu vou requerer urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradece a intervenção do nobre Senador Jefferson Péres e concede a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu quero dizer que em primeiro lugar eu acho que é com muita honra que a gente com o parecer exarado nesse momento pelo Senador Mozarildo, nós estamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça concluindo o trabalho que nos foi delegado por esta Comissão. Foi constituído um Grupo de Trabalho para que a gente pudesse dar celeridade e fazer com que a Comissão de Constituição e Justiça se debruçasse sobre os projetos que tratam do processo judicial. E a Comissão de Constituição e Justiça já aprovou dois projetos em caráter terminativo, um da minha autoria, outro que o Senador Jefferson Péres relatou, modificando o Código de Processo Civil de autoria do Senador Suplicy, esses dois projetos já foram encaminhados à Câmara e nós estamos agora com os três projetos que restam e que precisam de deliberação do Plenário. Dois já foram aprovados por esta Comissão, que é alteração no Código de Processo Penal e as alterações no Tribunal do júri. E nós estamos agora concluindo a terceira, para completar todo o espectro de alteração processual que é o projeto relatado pelo Senador Mozarildo que trata da questão das provas, de como é que se constituem a questão das provas no processo judicial. Por isso seria muito importante se nós pudéssemos ter aprovação e hoje à tarde é este o compromisso que o Senador Jefferson colocou nos líderes nós teríamos uma Sessão dedicada à votação desses três projetos, o Plenário teria condição de ter a amplitude do que nós estamos propondo em termos de modificação processual para que a nossa justiça seja uma justiça ágil, seja uma justiça que efetivamente se apresente de forma a atender os anseios para diminuição inclusive da impunidade que é algo muito forte na sociedade brasileira neste momento.

Por isso que nós estamos fazendo, parabenizando o Senador Mozarildo pelo seu parecer, pelo seu Relatório, e solicitando até porque nós já tivemos oportunidade em outras Sessões aqui da Comissão de Constituição e Justiça de se algum Parlamentar tiver alguma Emenda de nós podermos dar o parecer inclusive no ato, como fizemos no caso quando eu apresentei o meu parecer a respeito do processo penal que o Senador Valadares apresentou uma Emenda, o Presidente, o Senador Marco Maciel suspendeu por alguns minutinhos a Sessão, nós avaliamos, acatamos, acolhemos a Emenda e aprovamos o Relatório. Por isso o nosso apelo seria no sentido de aprovarmos o parecer tão bem emitido pelo Senador Mozarildo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não havendo nenhum Senador ou Senadora desejando discutir a matéria, vou encerrar a discussão e pô-la em votação. Em votação o parecer

favorável ao projeto com três Emendas que apresenta. E pela rejeição das Emendas de nº. 1 a 12 do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. As Srs e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Voltamos de fora ao Item 01 da pauta que é o ofício S. Como se sabe, originário do Supremo Tribunal Federal. O Relator da matéria é o nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente desta Comissão. Ele conclui o seu parecer pela apresentação de projeto de resolução. A Ementa é a seguinte. Encaminha ao Senado Federal para os previstos no art. 52 inciso X da Constituição Federal, cópia da legislação do parecer do Ministério Público Federal, da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte no *Habeas Corpus* nº. 92959, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 1º de setembro de 2006 mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do art. 2º § 1º da Lei nº. 8.072 de 25 de julho de 1990. Autoria, como eu disse, é do Supremo Tribunal Federal. O Relator nobre Senador Valter Pereira a quem concedo a palavra para fazer a leitura do voto. Como temos habitualmente adotado nesta Comissão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, o Relatório. Mediante Ofício “S” nº. 14 o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Senado para os fins previstos no art. 5.210 da Constituição Federal cópia da legislação do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte no HC 82959 cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça em 1º de setembro de 2006, mediante o qual o Plenário dessa Corte declarou a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º da Lei 8.072 de 25 de julho de 1990. O mencionado dispositivo declarado inconstitucional determina que a pena prevista para os crimes hediondos para a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo será cumprida integralmente em regime fechado. O acórdão assevera que o presente citado conflita com a garantia da individualização da pena, consagrada no art. 5º da Constituição Federal. O Relator do HC, Ministro Marco Aurélio argumentou que o regime de cumprimento individualizado da pena racionaliza-se e sua progressividade incentiva o condenado a correção de sua conduta com vista futura inserção no meio social. Pontifica ainda que a Lei 8.072 de 1990 contém preceitos que fazem pressupor não a observância de uma coerente política criminal, mas foi editada sob clima de emoção como se no aumento da pena e no rigor do regime estivessem os únicos meios de afastar-se o elevado índice de criminalidade.

Eu vou fazer uma pequena leitura aqui da análise. Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição compete ao Senado Federal privativamente suspender a execução no todo ou em parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Foram atendidas as exigências regimentais constantes do art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal relativas à documentação que deve instruir o processo enviado ao Senado pelo Supremo Tribunal Federal, ou seja, o texto do dispositivo legal examinado cópia do acórdão do Supremo Tribunal Federal do parecer da Procuradoria Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

O voto. Ante o exposto, e atendimento à norma constitucional citada e ao inciso III do art. 101 do Regimento Interno do Senado e considerando ser inegáveis a conveniência e a oportunidade de imprimir-se no caso eficácia *erga omnes* a declaração de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal o nosso voto é no sentido da propositura do seguinte projeto de resolução. O Senado Federal no uso da competência que lhe confere o art. 5.210 da Constituição e considerando a inconstitucionalidade declarada do Supremo Tribunal Federal no *habeas corpus* nº. 82959 resolve: Art. 1º fica suspenso o § 1º do art. 2º da Lei 8.072 de 25 de julho de 1990. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Então aqui, Sr. Presidente, está o voto e está também o projeto de resolução. No entanto, é preciso fazer um comentário. Não cumpre aqui colocar em dúvida a decisão do Supremo Tribunal Federal. Efetivamente é uma decisão que foi tomada em caráter definitivo e que nos cumpre promover a sua homologação pela via legal que é esta que nós estamos adotando. Acontece que a decisão do Supremo vai na direção contrária a todo pensamento da sociedade brasileira que quer medidas mais duras, principalmente com relação a crimes hediondos. Fica, portanto, aqui uma conclamação a V.Exª a todos os componentes dessa Comissão no sentido de estudar uma medida constitucional para fazer face a essa demanda já que o índice de criminalidade é crescente e a bandidagem, a delinquência está a vontade, muito a vontade porque sabe que o cumprimento da pena no Brasil tem sido mais no campo da ficção do que na realidade crua das leis processuais.

Então, fica aqui o alerta para que nós tomemos uma medida mais cedo ou mais tarde no sentido de tornar eficaz a vontade do Legislativo que está traduzindo por sua vez a vontade da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradece a intervenção do nobre Senador Valter Pereira, bem como a apresentação do seu parecer e informa a S.Exª e ao Plenário que

esta Presidência tem um projeto que busca dar nova disciplina à tramitação dos chamados Ofício “S”. E eu espero oportunamente falar sobre esse assunto aqui na reunião, em futura reunião, posto que acho que é importante que nós possamos também fazer um juízo político sobre a matéria. Para não nos alongarmos, eu indago se alguém deseja discuti-la, se não vou encerrar a discussão e submeter a votos o parecer do nobre Senador Valter Pereira que é pela apresentação do Projeto de Resolução do Senado oferecido como conclusão do parecer. Como a matéria exige votação nominal, vou passar a chamar os integrantes titulares da Comissão para que ofereça seu voto.

Senadora Serys Slhessarenko, Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy, Senador Aloizio Mercadante, Senador Epitácio Cafeteira, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Pedro Simon; Senador Romero Jucá, Senador Valter Pereira, obviamente com o... (risos) Senador Gilvam Borges. Senador Adelmir Santana, Senador Demóstenes Torres, Senadora Kátia Abreu, Senador Antônio Carlos Júnior, Senador Eduardo Azeredo, Senador Tasso Jereissati, Senador Jefferson Peres, Senador Inácio Arruda, Senador Marcelo Crivella, Senador Ideli Salvatti. Senador Eliseu Resende, Senador Flexa Ribeiro, Senador João Tenório, Senador Marconi Perillo, Senador Mário Couto, Senador Marconi Perillo. Com o Relator. Senador Valdir Raupp. Senador Osmar Dias. (soa a campainha)

A matéria foi aprovada por 14 votos favoráveis e nenhum voto contra. Passamos agora ao Item 2 cujo Relator é o nobre Senador Aloizio Mercadante. Trata-se também de Ofício “S” nº. 46 de 1999. Ofício nº. 00121 de 16/09/1999 na origem terminativo. Encaminha ao Senado Federal o Supremo Tribunal Federal para os fins previstos no art. 52 inciso X da Constituição Federal cópia dos acórdãos proferidos por aquela Corte no recurso extraordinário nº 199.281-6 que declararam a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº. 11.152 de 30 de dezembro de 1991 na parte que alterou a redação dos artigos 7º e 27, e respectivos parágrafos da Lei nº. 6.989 de 29 de dezembro de 1996 com a redação que lhes foi conferida pelas leis nº 10.934 de 20 de novembro de 1987 e 10.805 de 27 de dezembro de 1989. E nº 10.921 de 30 de dezembro de 1990. Todas do Município de São Paulo bem como cópia da referida legislação do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão “IPTU Progressivo” violação do princípio de isonomia tributária. Como disse, autoria da proposição é do Supremo Tribunal Federal e o Relator é o nobre Senador Aloizio Mercadante, que oferece parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. Concedo a palavra a

S.Ex^a, o Senador Aloizio Mercadante para que faça a leitura do voto. Por economia processual já que fiz a leitura da Ementa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, essa decisão do Supremo é uma ADIN. Portanto, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que declarou inconstitucional a norma. E sendo assim ela tem eficácia imediata. Portanto, eu queria dar meu voto como lido porque o Senado não tem outra tarefa a não ser votar pelo arquivamento da matéria. Se fosse uma decisão inter partes, o Senado poderia se manifestar. Sendo uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, nossa tarefa é simplesmente encaminhar o arquivamento. Portanto, meu voto pelo exposto, votamos pelo arquivamento do expediente do Supremo Tribunal Federal. E dois, exposição de motivos e análise do voto com lido para acelerar os trabalhos da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – O parecer do nobre Senador Aloizio Mercadante é, portanto, pelo arquivamento do referido Ofício “S”. Não havendo quem queira discutir o parecer do Relator, eu vou submeter a matéria a votação. E como exige votação nominal vou começar a fazer a chamada das Sr^{as} e Srs. Senadores.

Senadora Serys. Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy, Senador Aloizio Mercadante, obviamente já ofereceu seu voto como Relator da matéria. Senador Epitácio Cafeteira, Senador Mozarildo Cavalcanti. Sim. Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Pedro Simon. Senador Almeida Lima. Senador Valter Pereira. Senador Gilvam Borges. Senador Adelmir Santana; Senador Demóstenes Torres; Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Arthur Virgílio, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, Senador Jefferson Péres; Senadora Ideli Salvatti, Senador Inácio Arruda, Senadora Patrícia Saboya Gomes, Senador Marcelo Crivella, Senador João Ribeiro, Senador Magno Malta, Senador Valdir Raupp, Senador José Maranhão, Senador Neuto de Conto, Senador Eliseu Resende, Senador Gilvam Borges. Senador Eliseu Resende, Senador Jayme Campos, Senador Álvaro Dias, Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Flexa Ribeiro, Senador João Tenório, Senador Marconi Perillo, Senador Mário Couto, Senador Osmar Dias.

A matéria obteve 14 votos favoráveis e conseqüentemente a matéria vai para o arquivo de acordo com o parecer do nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, apenas consultaria V.Ex^a já se haveria possibilidade de nós fazermos a inversão de pauta, três anos já tramita nessa Comissão um projeto para tirar a bebida alcoólatra de posto de gasolina. Já há um consenso na Casa, inclusive no Governo para que a gente vote e haja um requerimento de urgência, é matéria terminativa, tem parecer favorável do Senador Tasso Jereissati, já consta na pauta já três Sessões, três reuniões já consta na pauta. Se pudéssemos Sr. Presidente aprovar faríamos um grande bem ao Brasil. É um apelo que faço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Agora eu gostaria de lembrar a V.Ex^a o nobre Relator Senador Tasso Jereissati não se encontra presente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Mas já entrou na pauta três vezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Eu pergunto se seria conveniente para V.Ex^a sem o...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– E posso consultá-lo. Posso ligar para ele e consultá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Pois não. Então concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS)

– Eu quero fazer um apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – O nobre Senador Pedro Simon já havia falado comigo sobre também inversão de pauta para incluir a criação da Universidade do Pampa dentre os itens prioritários. Assim como também o Senador Adelmir Santana com relação... Exatamente.

Então, eu vou conceder... Vou tendo em vista não haver objeção a inversão da pauta, eu concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon para proferir o parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 84/2007, PL nº 07/2006 da Câmara dos Deputados, não terminativo, que institui a Fundação Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA e dá outras providências. A autoria do Poder Executivo, o Relator Senador Pedro Simon cujo parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e adequada técnica legislativa do projeto. A matéria não é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça posto que será enviado posteriormente à Comissão de Educação para oferecer parecer sobre o mérito. Com a palavra S.Ex^a Senador Pedro Simon.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para solicitar inversão de pauta em relação ao Item 06.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Posteriormente nós submeteremos essa matéria a... Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Na hora que nós analisamos aqui a implantação da Universidade do Pampa, queria dizer algumas palavras sobre esta vasta região do Rio Grande do Sul. Por essa iniciativa acredito que é necessário em primeiro lugar fazer justiça em homenagem ao Governo Federal que tem na figura do ilustre Ministro Dr. Fernando Haddad, Ministro da Educação, um de seus melhores quadros. Sua atenção, dedicação e sensibilidade aos temas da educação exige nosso reconhecimento. Não é exagero realçar o seu brilhante trabalho naquela pasta. A despeito inclusive da incessante luta por recursos que é travada entre a área econômica e que todos sabemos ter uma obsessão pela retenção de investimentos até mesmo em áreas prioritárias.

Os brasileiros do Brasil inteiro conhecem a palavra Pampa. E a identificam com o Rio Grande do Sul. No inconsciente dos brasileiros a Pampa está também ligado a uma noção de riqueza, de abundância. Mas infelizmente já foi, mas não é hoje. Se estabelecermos uma linha imaginária cortando o Rio Grande do Sul perceberemos que exatamente a metade sul, aí está concentrada uma das regiões mais pobres ou a região mais pobre do nosso País. Perdão, do nosso Rio Grande do Sul. Muitos Municípios indicadores sociais são semelhantes às regiões do nosso nordeste. Aos mais pobres regiões do País. Temos índices existentes, por exemplo, nas zonas mais árida do nordeste ou na zona do Rio Grande do Sul.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que esse projeto da apreciação de instituição da Universidade Federal do Pampa de natureza pública sobre a supervisão do Ministério da Educação com sede em Furnas(F) na cidade do Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, (ininteligível) do qual integra o seu estatuto ser inserido no Cartório de Registro Civil competente que lhe dará personalidade jurídica à UNIPAMPA, terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa de diversas áreas do conhecimento e promover extensão universitária mediante atuação multi-Campi da região da metade sul. O patrimônio da UNIPAMPA será constituído pelos bens patrimoniais das universidades federais disponibilizados para funcionamento dos Campi de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito(F) na data da lei, bem como o direito de vir a adquirir e incorporar ações ou legados

que receberão da União, Estados e Municípios. E de outras entidades públicas ou particulares. Incorporação que resulta em serviço realizado.

Os bens e os direitos da UNIPAMPA serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de que o objetivo não poder ser alienado, a não ser em casos de condições permitidas. Será aceita a doação de bens livres e (ininteligível). Para se integrar à UNIPAMPA, independentemente de qualquer formalidade os cursos de todos níveis das Universidade Federal Pelotas, Santa Maria existentes nos Municípios previstos no art. 3º ficando os alunos regularmente matriculados automaticamente incorporados ao corpo discente. Ficam redistribuídos para a UNIPAMPA os cargos ocupados e vagos, o pessoal das Universidades Federais de Pelotas e Santa Maria.

Ora, Sr. Presidente, eu peço a transcrição do meu intenso e longo parecer. Mas quero felicitar o Ministério da Educação. Quero felicitar os governos municipais dessa região e os municípios, porque está havendo hoje uma data realmente muito importante. Nós da metade sul que estamos vivendo uma hora dramática, onde se fala até emancipação para se criar um novo Estado, que foge à nossa tradição, nós da metade sul que vemos uma região enorme que já foi das mais prosperas do Brasil se tornar uma região praticamente excludente nós achamos que esse é um ato importante que é feito e é importante numa hora em que temos uma mágoa muito profunda por parte do Governo Federal. Desses últimos 10 ou 15 anos, onde essa região vem sido sofrida, amargurada, e não tem tido apoio a presença, não estamos pedindo caridade, nós não estamos pedindo que tenhamos a possibilidade de vivermos do favor do Governo Federal, nós estamos pedindo que o Governo Federal entenda que essa região é próspera, que já foi grande, que tem todas as condições para levar a uma posição de liderança, precisa um empurrão, precisa uma compreensão, precisa um atendimento para que ela realmente cumpra o seu papel. Eu vou favorável a esse projeto, apresento meu parecer com muita humildade e com muita emoção, porque acho que nesse momento a metade sul, a zona sul do nosso Rio Grande do Sul está recebendo algo efetivamente positivo para o seu desenvolvimento. Era isso, Sr. Presidente.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Relator da matéria, Senador Pedro Simon, oferece parecer favorável pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa adequada ao projeto. E tendo em vista ao exposto, vou indagar se há algum Senador ou Senadora que deseje discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir

vou submeter a votação. Trata-se de matéria não terminativa na Comissão, vai à Comissão de Educação e conseqüentemente a votação será simbólica. As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator e conseqüentemente a matéria permaneçam como se encontram. Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos. Pela ordem.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu solicitaria a V.Ex^a se possível a inversão na pauta do Item 19.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. A Mesa vai atender a solicitação de V.Ex^a e vai então dar agora a palavra ao nobre Senador Marconi Perillo e posteriormente apreciaremos a matéria objeto da colocação da prioridade do Senador Marcelo Crivella, depois do Senador Adelmir Santana...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Ex^a porque eu tenho uma viagem 11h30. Se não tiver nenhuma divergência dos nossos pares...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes da matéria do Senador Marcelo Crivella e do Senador Jarbas Vasconcelos, V.Ex^a terá a palavra como Relator.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – É uma matéria simples.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concordo com V.Ex^a. Então concedo a palavra ao nobre Senador Marconi Perillo, que é Relator da matéria.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Item 06.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Colocando, todavia, o Item 03 que é aquele que está em regime de prioridade na Comissão, que diz respeito à repressão ao crime organizado e dá outras providências.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Depois eu peço a V.Ex^a a inversão para o Item 06, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marconi Perillo para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 240/2006 complementar não terminativo que altera a Lei Complementar nº 24 de 7 de janeiro de 1975 para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, ICMS sejam concedidos com maioria qualificada. A autoria do Senador Flexa Ribeiro, e o Relator Senador

Marconi Perillo que opina pela aprovação do projeto Emenda que apresenta. A matéria não é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania posto que será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Aloizio Mercadante. Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo para proferir o seu parecer sobre a matéria.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. O Projeto de Lei Complementar caracterizado a Ementa de autoria do nobre Senador Flexa Ribeiro, altera a Lei Complementar nº. 24 de 7 de janeiro de 75 com a finalidade de flexibilizar a tomada de decisões relativas a concessão e a revogação de benefícios fiscais relativamente ao ICMS no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, o CONFAZ. São duas as alterações propostas no art. 2º o § 2º projeto determina que tanto a concessão quanto a revogação passe a ser aprovado por maioria qualificada de 4/5 pelo menos dos representantes estaduais presentes. No texto atual a concessão exige a manifestação unânime das unidades da federação e a revogação pode ser feita pela vontade 4/5 dos representantes presentes.

No art. 4º, § 2º, dispõe que tanto o convênio quanto a revogação total ou parcial de benefícios passem a ser considerado rejeitado se não forem expresso ou tacitamente ratificados pelo Poder Executivo de no mínimo 4/5 das unidades da federação. O texto hoje em vigor é exigida a ratificação unânime das unidades federadas para concessão e de 4/5 delas para a revogação. O projeto será na continuação apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Não foram apresentadas Emendas junto a essa Comissão.

Análise: Não há qualquer óbice de natureza constitucional a regular tramitação do projeto. Embora se trate de tributo reservado à competência estadual, incumbe à União nos termos do art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "G" mediante adição de Lei Complementar regular a forma como mediante a adição de Lei Complementar regular a forma como mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. Tampouco a qualquer restrição de iniciativa. Podendo estar essa ser exercida por qualquer representante com assento nas Casas do Congresso Nacional. Igualmente o projeto satisfaz todos os requisitos de regimentalidade, de juridicidade e técnica legislativa. O projeto representa inegavelmente, e eu tenho a experiência de ex-Governador, como V.Ex^a, evolução importante e necessária no mecanismo de apuração da vontade das unidades federadas quando se trata de decidir sobre benefícios fiscais vinculados ao ICMS. Com efeito, a exigência da unanimidade para aprovação e

para ratificação dos convênios tem-se mostrado fator paralisante na formulação e na execução da política tributária realizada pelos Estados.

O Brasil é um País de dimensões continentais comportando grande e rica heterogeneidade em matéria econômico social com diversidade de recursos naturais e de estágios de desenvolvimento. Além disso, a própria extensão territorial faz ressaltar, por exemplo, a questão relativa a variação climática. Não é raro haver simultaneidades de calamidades opostas. Seca no sul, excesso de chuvas na região centro-oeste, ou secas no nordeste, inundações no sul, etc. Com isso, a tomada de decisões no marco da política econômica com vista ao desenvolvimento e outras decorrentes da necessidade de administrar contingência de curto prazo fica na dependência de negociações intrincadas visto que o instituto da unanimidade confere imenso poder de barganha a cada uma das unidades federadas em relação as demais.

O modelo federativo que emergiu da Constituição de 88 relativizou a autonomia dos entes federados em muitos pontos, como seria natural. O pacto federativo tem sua base justamente a finalidade de mitigar parcelas da autonomia de cada unidade para compor equilibradamente a viabilidade do funcionamento integrado da União. No campo tributário, e mais precisamente na área do ICMS o constituinte teve a visão preponderante da harmonia para com o objetivo maior evitar a deflagração de uma competição predatória no que com o tempo passou-se a denominar guerra fiscal que acabou sendo muito necessária para muitos Estados em estágio de desenvolvimento.

Evidentemente não se afasta peremptoriamente o uso do instrumento tributário como componente importantíssimo da administração de cada ente em especial na legítima busca do desenvolvimento econômico e social. Entretanto, esse instrumental deve ser utilizado de modo a que a vantagem de um não seja necessariamente a ruína dos demais. Ou seja, o resultado de uma política local não pode ser considerado bom se o resultado do conjunto for negativo. Da mesma forma o objetivo global perseguido deve considerar o impacto particular de cada unidade. O resultado global não pode ser considerado ótimo se ele é obtido a custa do sacrifício desproporcional de uma unidade federativa. A sinergia do sistema como um todo deve ser considerada tão importante quanto o objetivo localizado de cada membro da federação. Em essência o que se discute nesse projeto é a proporção de vontade política que uma entidade federada na defesa de seus próprios interesses legítimos quase sempre pode dispor para impedir que as demais concentrem ou concentrem uma determinada política de benefício

fiscal na área do ICMS. Na lei original que, aliás, é bem anterior à Constituição de 88 e ao pacto dela traduzido ficou assentado o poder de veto individual. Ou seja, é bastante que uma unidade federada entenda de não fornecer a unanimidade para que todas as demais vejam frustrada a intenção de estabelecer determinada isenção, por exemplo. Embora assim venha funcionando há mais de 30 anos não há como deixar de observar que o poder de veto individual é exagerado a medida em que representa um *capitis deminutio* dos demais componentes do sistema. E o poder exagerado de interferência na autonomia política das demais unidades, principalmente levando em conta que no limite será a vontade política de 1,27 avos bloqueando a vontade política, ou seja, autonomia somada de 26, 27 avos dos demais Estados.

Como bem ressalta o ilustre autor do projeto a própria lei atual é contraditória, pois exige unanimidade para aprovação. Porém, conforma-se com o quórum de 4/5 para a revogação. Ou seja, a vontade unânime pode ser considerada por uma composição menor. Quatro quintos dos Estados se sobrepõem a unanimidade deles na mesma matéria. Por isso a proposta deve ser aprovada com um acréscimo, Sr. Presidente. Trata-se temperaria(F) decisão plenária com a decisão das regiões de tal maneira que os assuntos sejam enfocados também sob a ótica do interesse regional, abrindo a possibilidade de defesa de cunho desenvolvimentista de unidades federadas sem perda da respectiva federativa. Com o acréscimo ora proposto a aprovação e a revogação dos convênios passarão a ser feitas pela maioria de 4/5 dos representantes presentes de todas as unidades federativas ou federadas. Cumulativamente cada região do País em votações apartadas deve dar o seu assentimento mediante aprovação da maioria simples dos seus respectivos representantes presentes. O que se deseja com isso é a valorização da cultura da integração regional a partir de um conceito de harmonização de políticas de balanceamento de interesses regionalmente localizados.

O voto, Sr. Presidente. Em face de todo o exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº. 240/2006 complementar com a seguinte Emenda. Emenda nº 01 da CCJ: Dê-se ao art. 2º § 2º da Lei Complementar. Nº. 24 de 7 de janeiro de 1975 nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº. 240/2006 complementar a seguinte redação. Art. 1º, os arts. 2º e 4º da Lei Complementar nº. 24 de 7 de janeiro de 1975 passam a vigorar com a seguinte redação. Art. 2º, § 2º, para a concessão ou revogação total ou parcial de benefícios são exigidos cumulativamente: I) O voto favorável de 4/5 pelo menos dos representantes presentes. Inciso

II. O voto favorável da maioria simples dos representantes presentes por região.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que estou convencido do acerto do Senador Flexa Ribeiro ao apresentar esse projeto que com certeza vai corrigir uma distorção importante em relação à questão do ICMS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão a matéria. Para discutir concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, essa proposição que eu considero uma proposição muito complexa, porque envolve a concessão de benefícios ou de incentivos fiscais mudando inclusive a composição, a estrutura do voto no CONFAZ, podendo contribuir ou não, só a prática é que vai dizer para a instalação de uma nova guerra fiscal na federação do Brasil que fui Governador de Estado e sempre as decisões que demandavam a instituição de incentivos fiscais, as votações se processavam de forma unânime com a participação de todos, sem nenhuma discrepância, o que significa fortalecimento da federação, unidade da federação. Sem querer entrar no mérito neste momento, parabenizando ao Relator um Senador que passou pelo Governo do Estado, teve uma participação expressiva no fortalecimento do seu Estado, empreendendo programas que até hoje repercutem nacionalmente, tanto isso é verdade que chegou aqui como um dos Senadores mais bem votados, mas eu gostaria de se tratando de uma matéria tão complexa pedir vistas a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Antônio Carlos Valadares pede vistas do projeto para reestudar a matéria e a Mesa então concede a vistas solicitada. Indaga se há algum outro Senador também solicitar vistas da referida proposição. Então o pedido de vistas é atendido...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, peço também para ser vistas coletivas dado a relevância da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – São vistas coletivas tendo em vista o Senador Aloizio Mercadante haver pedido também vistas da proposição. Passamos então...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, pela ordem rapidamente. Apenas para dizer ao Senador Antonio Carlos Valadares que este projeto tem como objetivo reduzir a guerra fiscal. V.Ex^a terá a oportunidade de conversar com os Secretários Estaduais de Fazenda, com os Governadores, e perceberá que este projeto de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro que eu tive o prazer de relatar com certeza vai

estar disciplinando algo que não foi disciplinado ainda e vai estar com certeza reduzindo...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a concede um aparte? Nós poderíamos em conjunto, se é que V.Ex^a está de acordo, pedir uma Audiência Pública para que os Secretários da Fazenda, por exemplo, viessem participar do debate sobre essa matéria.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Claro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Que aí nós tiraríamos todas as dúvidas se há uma unanimidade ou não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com certeza. Eu conversei muito com o Secretário de Fazenda e estou convencido de que é um projeto que reduz a guerra fiscal.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então nós podemos em conjunto fazer o Requerimento, pedindo a presença aqui...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao Senador Jefferson Péres que deseja... Bom, eu diria que vou conceder a palavra a V.Ex^a, mas há um pedido de vista coletivo. Então...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, apenas para dizer que Senador Valadares tem inteira razão. É um projeto que interessa a todos os Estados, mas os interesses são conflitantes às vezes, e eu creio que uma Audiência Pública com a presença dos Secretários ou de alguns Secretários seria muito útil para que nós possamos votar esta matéria com plena convicção do que fazemos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu queria fazer um apelo ao Senador Antonio Carlos Valadares e aos meus nobres pares, esse projeto é da maior importância em função de regulamentar a questão do CONFAZ. Hoje existe uma ditadura da minoria. Basta que um único Estado não concorde com os outros 25 Estados e Distrito Federal para que a proposta seja não considerada. O que nós estamos pedindo aqui no nosso projeto é apenas para regulamentar isso, para que seja a votação por maioria de qualidade. Então eu queria, Senador Antônio Carlos Valadares, esse é um projeto da maior importância para o seu Estado, para o Estado de Sergipe que é

um dos Estados prejudicados exatamente na questão das resoluções do CONFAZ.

Então, eu... Não interessa evidentemente para os Estados mais desenvolvidos, porque eles usam o poder de veto para não deixarem passar os pleitos dos Estados ainda em desenvolvimento.

Então, eu solicitaria a V.Ex^a que nós pudéssemos... Eu concordo com a Audiência Pública, o Senador Jefferson Péres tem toda razão, vamos discutir isso numa Audiência Pública, mas não vamos procrastinar o andamento do processo aqui na CCJ. Porque ele é não terminativo.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu entendo. Eu estou só pedindo ao Senador Antonio Carlos Valadares que a gente prove na CCJ e na CAE que ele irá para a CAE e lá nós faremos as Audiências Públicas para discutir o mérito do projeto. Mas não tem porque não aprovar aqui que é não terminativo. Nós estamos só procrastinando o projeto. Então eu concordo com o Senador Antonio Carlos Valadares, concordo com o Senador Jefferson Péres no pedido de vistas com o Senador Mercadante, mas peço que o parecer do nobre Senador Marconi Perillo seja aprovado aqui na CCJ e a gente possa dar andamento aqui no projeto e possa ser discutido da forma terminativa na CAE.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Na CAE.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para atender ao apelo do Senador Flexa Ribeiro e Senador Marconi Perillo. É o seguinte, V.Ex^a já praticamente Decretou o pedido de vistas. Entretanto, tendo em vista que nós temos na CAE uma própria Subcomissão que trata da Reforma Tributária, nós poderíamos depois de aprovar esta matéria encaminhá-la a esta Comissão para tramitação normal e inclusive com o pedido de Audiência Pública quando os Secretários da Fazenda estarão aqui presentes para ratificarem in totum ou não esta matéria de tão alta indagação importância para os destinos de nossos Estados e conseqüentemente para a federação brasileira.

Portanto, Sr. Presidente eu retiro o meu pedido de vistas e obviamente o Senador Mercadante que me acompanhou deverá falar nesse sentido.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, nós no prazo de 30 dias teremos o projeto de Reforma Tributária encaminhada pelo Poder Executivo. Com esse projeto nós estamos alterando a relação entre os entes federados do ponto de vista

relação entre os Estados. Eu não tenho a experiência do Senador Marconi Perillo nem do Senador Valadares que foram Governadores de Estado e viveram de perto as negociações e o papel estratégico que o CONFAZ tem. Agora, a unanimidade do CONFAZ é uma larga tradição republicana. Portanto, a alteração acho que deve ser necessariamente ser precedida de uma consulta aos Secretários de Fazenda que o autor e o Relator já disseram que fizeram. Mas de qualquer forma acho que o Senado deveria ter esse cuidado. Mas vejo esse encaminhamento como bastante correto. Poderíamos votar hoje na CCJ com o compromisso na Comissão terminativa que é a CAE, nós faríamos a Audiência Pública com os Secretários de Fazenda para ouvir pelo menos um representante de cada região do Brasil para analisar como eles interpretam esta matéria. Então nós faremos a Audiência Pública na CAE e desta forma nós estaríamos de acordo encaminhamento proposto pelo Senador Valadares que com muito cuidado e com esse rigor Parlamentar estava pedindo vistas para aprofundar a reflexão sobre um tema tão complexo como foi a expressão que ele utilizou. Nós, portanto, retiramos o pedido de vistas com o compromisso de fazermos a Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a retirada dos pedidos de vistas por parte do nobre Senador Antônio Carlos Valadares e do nobre Senador Aloizio Mercadante, vou, portanto, encerrar a discussão da matéria, submetê-la a votação. Em votação o parecer favorável ao projeto de autoria do Senador Marconi Perillo com Emenda que apresenta. As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Passamos, portanto, de acordo com a inversão da ordem do dia que foi feita... Passamos agora, portanto, de acordo com a inversão de ordem feita, para o Item 16º o Projeto de Lei nº. 148/2003 terminativo cujo autor Senador Marcelo Crivella que se encontra aqui presente e o Relator nobre Senador Tasso Jereissati que já se encontra também presente na referida... Nesta reunião. O parecer do Relator é pela aprovação do projeto com o acolhimento das Emendas nº. 01 e 02 na forma de Emenda que apresenta e aprovação da Emenda nº. 03. A matéria foram oferecidas Emendas 01 e 02 de autoria da nobre Senadora Serys Slhessarenko e a Emenda nº. 03 de autoria do Senador Marcelo Crivella. Serão feitas duas votações nominais. Sendo a primeira para o projeto e a segunda para as Emendas. Antes de conceder a palavra para uma breve intervenção nobre Senador Flexa Ribeiro gostaria que V.Ex^a colaborasse com a Mesa tendo em vista o grande número de matérias pendentes de votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – 30 segundos, Presidente. Só para agradecer Senador Antonio Carlos Valadares e ao Senador Mercadante e ao Senador Jefferson Peres pela retirada do pedido de vista e parabenizar o Senador Marconi Perillo pelo Relatório e vamos discutir, fazer Audiência Pública na CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, portanto, agora como Relator da matéria o nobre Senador Tasso Jereissati. Trata-se do Item 16º e Projeto de Lei do Senado terminativo nesta Comissão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, o PLS nº. 148/2003 de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condição de consumo imediato em postos de combustíveis e suas lojas de conveniência. A proposição insere-se no âmbito da competência da União para legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre produção e consumo. Distribuída inicialmente ao saudoso e inesquecível Senador Antônio Carlos Magalhães, temos a honra de substituí-lo na relatoria. A Emenda nº. 01, da Senadora Serys Slhessarenko, além da comercialização veda também o consumo de bebidas alcoólicas naqueles estabelecimentos. Justifica a Senadora que segundo os dados do sindicato da categoria está comprovado que nessas reuniões os jovens consomem basicamente bebidas trazidas de casa de modo a evitar despesas no local. Entendemos, portanto, que se o objetivo do projeto é diminuir o número de acidentes provocados por condutores embriagados, parece evidente que o fato pernicioso em si é o consumo de bebida alcoólica em posto de combustível. O condutor irá consumir ir a bebida e em seguida romper marcha com o veículo, pouco importando se a bebida foi ou não nele adquirida. A Emenda nº. 02 também de autoria da mesma Senadora, estende a qualquer estabelecimento comercial localizado ao longo das rodovias fora do perímetro urbano a vedação para a comercialização de bebidas alcoólicas destiladas ou aquelas que possibilitem o consumo imediato. Entendemos que os mesmos motivos que justificam a proibição nos postos se aplicam aos estabelecimentos ao longo das estradas tradicionais pontos de parada para motoristas que exageram na bebida. Não se diga que a vedação inviabiliza essa atividade econômica, pois sua atividade principal é a distribuição a varejo de combustíveis para veículos automotores. E a despeito de não haver estudo específico que sobre a matéria nos últimos anos os postos de combustíveis tornaram-se ponto de encontro privilegiado entre jovens antes e após as chamadas “baladas”, ali encontrando e consumindo farta quantidade de

bebidas alcoólicas. Daí porque a repressão deve incidir não apenas sobre a venda em postos, a qual estimula o consumo no próprio estabelecimento, mas também sobre o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências do posto de combustível independentemente de onde tais bebidas forem adquiridas. As Emendas nº. 01 e 02 devem, portanto, ser acolhidas na forma de única Emenda aperfeiçoando o texto. Ressalta-se que o que se pretende evitar é a comercialização de bebidas em condição de consumo imediato. Portanto, a venda de bebida destiladas em função da possibilidade de serem consumidas imediatamente estão vedadas. Entendemos que para as bebidas fermentadas especialmente cervejas, a temperatura deve ser o parâmetro condicionante para sua proibição ou permissão buscando mais uma vez impedir o consumo imediato.

Já a Emenda nº. 03, de autoria do próprio Senador Crivella, dá nova redação para o art. 2º determinando que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão os atos ilícitos previstos nessa lei mediante a edição no âmbito de sua atuação das normas que se fizerem necessárias ao seu cumprimento. Sendo concorrente a competência para legislar sobre a matéria, agiu bem o Senador em explicitar a atribuição de poder regulamentar a cada ente da federação. A mesma Emenda inclui um art. 3º ao projeto considerando infrator a pessoa física ou jurídica proprietária do posto de combustível sujeito às seguintes sanções. A – Multa fixada em montante não inferior a cinco mil reais e não superior a 50 mil reais corrigidos monetariamente a partir da publicação da lei almejada pelo IPCA ou índice equivalente que venha substituí-lo; B: Suspensão temporária da atividade; C: Cassação de autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade; D: Interdição total ou parcial do estabelecimento. As penas de suspensão temporária de atividade cassação de autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade de interdição total ou parcial do estabelecimento apenas serão aplicadas na hipótese de reincidência. Colhemos integralmente a sugestão do autor.

Ao atuar sobre a comercialização de bebida a presente proposição complementa o Código de Trânsito Brasileiro que trata exclusivamente da punição do motorista. A presente proposta estende a responsabilização aos donos de estabelecimento, sejam postos de combustíveis ou quaisquer estabelecimentos fora do perímetro urbano ao longo das rodovias que lucram com a venda de bebidas e, portanto, não têm interesse em diminuir consumo, contribuindo assim mesmo que indiretamente para a violência no trânsito. Trata-se, portanto, de medida da maior relevância em que eu parabeno a iniciativa do Senador Crivella, pois

esta medida poderá salvar vidas e vidas de jovens ao longo de todo o Estado Brasileiro.

Voto é, portanto, pela aprovação do PLS com a aprovação da Emenda nº. 03 e acolhimento das Emendas nº. 01 e 02 na forma da seguinte Emenda. Emenda: Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº. 148/2003 a seguinte redação. Art. 1º, ficam proibidas a comercialização e ingestão de bebidas alcoólicas destiladas ou aquelas cuja temperatura permitam consumo imediato em postos de combustível e nas respectivas lojas de conveniência. Parágrafo Único. Estende-se a proibição prevista no caput a qualquer estabelecimento comercial localizado fora do perímetro urbano ao longo das rodovias. É este meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradeço agradece ao Senador Tasso Jereissati o parecer apresentado e coloca em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra para discutir ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Eu queria basicamente elogiar o Senador Crivella por essa iniciativa. Ela foi objeto de um intenso debate no passado nessa mesma Comissão, nós já tínhamos construído um entendimento de mérito que finalmente está sendo formalizado e encaminhado, acho que o Congresso Nacional, o Senado em particular já deveria ter aprovado há muito tempo essa iniciativa que seguramente serviria para aumentar a segurança nas estradas e diminuir tantas vítimas que nós assistimos cotidianamente produto do uso da bebida alcoólica. É evidente que isoladamente ela não resolve, mas ela contribui para esse esforço de preservação das vidas e mais segurança no trânsito em particular nas rodovias brasileiras. Por isso quero parabenizar o Senador Crivella pela iniciativa e o Senador Tasso Jereissati pela Relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não havendo nenhuma Senadora ou Senador desejando discutir a proposição, vou encerrar a discussão e colocar em votação a matéria.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Por se tratar... Pois não. V.Exª deseja discutir?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Gostaria de fazer uma indagação ao Senador Tasso Jereissati. Ele está aí?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Está sim.

(soa a campainha)

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador Tasso, V.Exª aceitou essa Emenda que modifica o art. 1º. Estou lhe perguntando, que discrimina fala em bebidas alcoólicas destiladas ou aquelas cuja temperatura permita o consumo imediato. V.Exª acolheu esta Emenda?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)
– Acolhi.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador, eu gostaria de fazer uma ponderação a V.Exª. Aqui presume-se, parte da presunção, de que por exemplo, uma cerveja quente com a temperatura normal não é consumível. E aí eu discordo de V.Exª, me permita, porque eu acho que uma pessoa realmente dependente toma qualquer bebida. Se estiver sentindo necessidade de fazê-lo. De forma que eu não sei, eu nem apresento Emenda, mas estaria sugerindo se não seria melhor ingestão de bebidas alcoólicas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O objetivo basicamente que eu entendi da proposta do Senador Crivella e que a qual eu me identifico inteiramente é basicamente uma redução drástica da violência provocada pela embriaguez de jovens. Que de uma maneira geral, mas especificamente dos jovens brasileiros cuja estatística tem aumentado drasticamente mortes em trânsito por motivos de embriaguez. Acho que não tem... É impossível controlar aqui exatamente o dependente. O dependente anda com vidro de álcool, perfume, passa em algum lugar, um pequeno frasco na bolsa... E nós não vamos impedir isso. Mas se nós dificultarmos as possibilidades, as reuniões, as oportunidades para que os jovens se reúnam, por exemplo, eu tenho visto não sei se V.Exª tem visto também acontecido em Manaus, mas em várias capitais brasileiras faz parte da onda hoje reuniões em postos de gasolina, os jovens se reúnem ou antes ou depois das festas, ficam ali bebendo e depois saem, fazem chacinha e depois saem para algum lugar, alguma reunião e isso tem causado problemas seriíssimos. Então o objetivo básico é esse. É reduzir as oportunidades para que isso aconteça quando o jovem mais especificamente está ao volante.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sem a ilusão de que irá impedir totalmente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Senador Tasso, talvez pudesse sugerir o aperfeiçoamento da redação a partir da intervenção que me parece apropriada do Senador Jefferson Péres. Porque ingestão, cuja temperatura permita a ingestão imediata, eu acho que fica muito abstrato e na realidade não

resolve o problema. Talvez ser mais preciso. Quer dizer, é proibido também oferecer qualquer outra bebida resfriada no local. Porque aí está claramente direcionado qualquer outra bebida alcoólica resfriada. Acho que esse é mais um fator inibitório.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Porque do jeito que está, evidente que uma cerveja quente pode ser ingerida. Como nós estamos discutindo. Então a redação ela é inócua. Se nós fizermos que é proibido também oferecer uma bebida alcoólica resfriada, nós estamos cerceando pelo menos essa tentação de uma cerveja gelada. Acho que poderia colocar proibido oferecer qualquer outra bebida alcoólica resfriada. As destiladas e qualquer outra bebida alcoólica resfriada. Com isso você inibe o consumo. Acho que aprimora a redação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente. Eu gostaria de discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, o Senador Jefferson Péres em parte tem razão. Efetivamente aqui não está uma causa... Não se ataca uma causa determinante da violência se formos analisar pontualmente. Todavia, é preciso levar em conta que a bebida geralmente aumenta de consumo na medida em que há uma instigação para isso, em que há algum tipo de promoções, algum tipo de... Alguns tipos de promoções, alguns tipos de estímulos. E quando o motorista chega no posto de gasolina, no posto de combustível e encontra já uma... Um freezer recheado de bebidas alcoólicas, é claro que o estímulo pode brotar com naturalidade. Mesmo que numa taxa mínima de consumidores isso pode ocorrer. De sorte que quanto menos se ofereça, quanto menos estímulo se produza, quanto menos excitação se faz sobre o consumo de bebidas, a sua redução mesmo que tímida neste ou naquele estabelecimento acaba beneficiando no todo.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador Valter Pereira, V.Ex^a me permite um aparte? Parece que está havendo um mal entendido. Eu absolutamente não disse que o projeto é inócua. Concorro inteiramente com o projeto. O projeto é utilíssimo e acho que vai ter efeitos benéficos. Porque a minha restrição foi ao contrário. Como está, na Emenda acolhida pelo Senador Tasso, o posto pode vender, por exemplo, cerveja quente. Eu gostaria que não vendesse bebida nenhuma. Quente ou fria. Foi essa a minha intervenção.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então V.Ex^a tem razão inteiramente. Eu concordo com o Senador Jefferson Peres. Acho que efetivamente deve-se evitar a venda de bebida. Deve-se evitar a venda de bebida, a apologia ao consumo de bebida, tudo isso tem que ser evitado. Porque qualquer tipo de incentivo, qualquer tipo de estímulo vai ter algum tipo de resultado no aumento do consumo. E é sabido que o consumo de bebidas alcoólicas tem contribuído de forma muito expressiva no aumento das estatísticas de violência em nosso País, principalmente nos acidentes de trânsito. E o mais grave ainda, muitos deles o condutor acaba se livrando até da necessidade de exame de aferição do consumo de bebidas. Por quê? Porque quem tem veículo geralmente é pessoa de determinado nível de esclarecimento e que sabe usar os seus direitos. Basta que ele se negue a fazer o exame, a se submeter ao exame de dosagem alcoólica para que ele se livre disso. Portanto, eu acho que a medida mais radical que é de proibir a venda de bebidas alcoólicas seja no seu natural, ou seja, resfriada é medida salutar. Proibir a venda é medida salutar, sim.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Marcelo Crivella, autor da proposição.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu em primeiro lugar quero agradecer até a Deus por nós estarmos deliberando sobre essa matéria que há três anos se encontra nessa Comissão e já foi discutida várias vezes. E agradecer também o Relatório do Senador Tasso Jereissati brilhante e que se sensibilizou com esse drama que hoje envolve as famílias brasileiras de vêem seus filhos bebendo em posto de gasolina com a direção do carro eminente. Chega ali com o automóvel, bebe e sai dirigindo o automóvel. Talvez se nós pudéssemos na redação: Fica proibida a comercialização, ingestão de bebidas alcoólicas em posto de combustível atenderíamos me parece ao pensamento da Comissão. Deixando de especificar destilados e resfriados. A ingestão de bebidas alcoólicas em posto de combustível e nas respectivas lojas de conveniência, que é a proposição expressada aqui pelo Senador Jefferson Peres. Se houver concordância da Comissão, e do Relator, claro, que é o principal, eu fico... (soa a campainha) Fico felicitado. Fico bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, para se manifestar sobre a sugestão do Senador Marcelo Crivella. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– O objetivo me parece do Senador Marcelo Crivella e aqui também acompanhado pela Emenda na Senadora Serys, é não vedar de uma maneira total a venda de bebidas em estabelecimento ao longo das estradas de uma maneira geral. Eu vou dar o exemplo aqui do Senador Aloizio Mercadante que costuma ir para o Guarujá fins de semana com a sua família. Ele põe sua bermuda, sua camisa colorida, bermuda, uma sandália japonesa e vai para o Guarujá com a sua caixinha de cerveja para tomar a beira da sua residência na praia lá perto. Não sei se seria uma restrição forte demais que impediria um hábito e uma atividade econômica levando quase a uma lei seca geral. A famosa...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –

(pronunciamento fora do microfone)

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Aí

fica a sugestão ao Senador Mercadante. Mas no caso me parece que seria uma restrição de uma atividade que existe e que não atenderia ao espírito da Emenda que diz o seguinte, e aqui também foi falado pelo Senador Valter, diminuir as oportunidades, não dar oportunidades. Eu acho... Então eu acho que há um equívoco também do Senador Valter porque exatamente proíbe aquela geladeira cheia de cervejas geladas. Mas permite a venda da cerveja quente. No caso, o que significaria isso? Significaria que dificilmente se reuniria uma porção de jovens para ficar bebendo cerveja quente num bar à beira de estrada. É esse o objetivo que me parece mais apropriado sem se restringir de uma maneira completa a facilidade do cidadão. É essa a minha posição. Me parece apropriada a proposta do Senador Mercadante, a Emenda do Senador de redação quando ele clarifica mais, dá mais clareza a redação quando fala em bebidas resfriados nesse sentido. Então eu entendo a intenção que é de proibir de uma maneira total e... Ao máximo evitar as oportunidades, mas me parece que desta maneira se alcança os objetivos sem que haja maiores restrições ao consumo e à comercialização desse tipo de bebida.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sr.

Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE) – Em seguida eu gostaria de falar também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – E a seguir o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sr.

Presidente, Srs. Senadores, tornou-se comum o Parla-

mento Brasileiro discutir proposições e aprovar Projetos de Lei passando para a sociedade a falsa impressão de que estas leis venham significar a salsaparrilha, ou seja, o chá para todos os males, e muitas das vezes deixando de enfrentar a questão, o problema na sua causa, de forma verdadeira.

Sem retirar o mérito deste projeto, muito menos dos objetivos que eu tenho certeza absoluta do seu autor, o Senador Marcelo Crivella, eu quero assumir a responsabilidade de dizer que pra mim este é um dos projetos que se enquadra exatamente neste perfil a que me referi. Quando a gente passa para a sociedade a impressão de que nós iremos resolver o problema ou até mesmo mitigá-lo. Eu não vejo desta forma.

Se nós quisermos resolver este problema e a visão me parece aí que se estende o foco diz respeito à questão do acidente de trânsito, dos graves acidentes que nós temos presenciado nas estradas e nas cidades, não é por este lado. Por que não se encarar a obrigatoriedade, a sujeição do condutor de veículos ao exame obrigatório que mede o teor alcoólico e punilo e retirá-lo do volante? E punir com mais gravidade a reincidência?

Ora, bebida alcoólica destilada. A cerveja não é destilada. Mas em Estados onde a temperatura em determinada fase do ano é muito baixa, não há necessidade de levar a cerveja ao freezer, à geladeira. O vinho não é destilado. Não é bebida alcoólica destilada. E não há necessidade de refrigeração até pela alteração do seu sabor, prazer. Não há menor necessidade.

Por outro lado, o Parágrafo Único diz: Estende-se a proibição prevista no caput a qualquer estabelecimento comercial localizado fora do perímetro urbano, ao longo das rodovias. O que tem a ver um ônibus de turistas passar por um restaurante por uma churrascaria e fazer uso de uma cerveja ou de qualquer outra bebida? A proibição é para o condutor. Não é para o passageiro.

Então, a gente passa para a sociedade uma imagem de que este é um projeto que vai resolver as questões. Se o foco principal abordado é a questão do trânsito, dos acidentes. Eu vejo, Sr. Presidente, como inócuo...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senador, permite um aparte?

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Cla-

ro que sim.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) –

Eu concordo com V.Ex^a de que a lei não pode, vamos dizer assim, na palavra fria, na letra fria resolver todas as panacéias do mundo. Mas seguindo o raciocínio de V.Ex^a o Código Penal seria inócuo porque proíbe o homicídio e se continuar matando. A verdade é que

nessa Casa como em todos os tempos no Legislativo nós procuramos coibir de uma maneira equilibrada aquilo que achamos que faz mal à sociedade que terá efeitos benéficos. Nesse ponto de vista, a lei é benéfica. Afinal de contas, nós temos como foi dito aqui, jovens que se reúnem em postos de gasolina, e eu me lembro quando apresentei esse projeto imagens que saíram na internet de um casal aqui em Brasília que depois de saírem do posto de gasolina embriagados, o motorista, na verdade a passageira, a moça, no desastre que houve aqui no eixo perdeu uma perna. E eu trouxe aqui as fotografias. E eles se embriagaram num posto de gasolina. Se nós proibirmos a venda de bebidas em postos de gasolina poderemos prevenir acidentes como esse no futuro. Por isso que eu peço a compreensão de V.Ex^a e já estamos discutindo esse projeto há três anos para que a gente tire efetivamente bebidas alcoólicas dos postos porque está causando morte, sobretudo entre jovens, como disse o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Senador Marcelo Crivella, eliminada esta possibilidade no posto de gasolina ou na loja de conveniência que se tornaram os points, outros points serão criados. E não é esta alternativa. A alternativa é encararmos o problema de frente já que o motorista hoje ele não se... Não é pessoa obrigada a se submeter aos exames devidos. Uma churrascaria que esteja à margem de uma rodovia, BR ou estadual, estará proibida de vender qualquer bebida alcoólica aqui descrita. É uma lei que vai se tornar letra morta. Que não terá aplicabilidade. E a gente passa para a sociedade a impressão de que nós estamos resolvendo um problema. E não estamos resolvendo um problema. Nós devemos, sim, ampliar a discussão e buscar alternativa para a diminuição considerável dos acidentes nas ruas, avenidas, das áreas urbanas e nas rodovias desse País. Mas esta aqui não é a alternativa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Permite um aparte? *Data venia* do respeitável entendimento que V.Ex^a expõe, eu quero divergir. Eu entendo que todo estímulo ao uso de bebida alcoólica é o estímulo ao acidente, é o estímulo a novas vítimas, porque indiscutivelmente as estatísticas estão aí para mostrar que uma grande parte dos acidentes ocorre em função de uso indevido, de uso imoderado de bebidas alcoólicas. E o posto de gasolina é um estabelecimento, veja que nós habituamos até usar a expressão “posto de gasolina”. É uma expressão que não é correta. É um posto de combustível. Porque ali vende gasolina, vende álcool, vende diesel, etc. Mas na verdade tem uma finalidade específica e isso deveria, até no contrato já proibir a venda de bebidas alcoólicas. Porque ali é um

estímulo. O sujeito chega ali, encontra um freezer cheio de bebidas refrigeradas, com um atrativo, etc. Eu acho que não só... Eu concordo com V.Ex^a num aspecto. É uma medida tímida. Nesse aspecto eu concordo. Que eu acho que tinha que eliminar todo tipo de apologia ao uso de álcool. Todo tipo. Inclusive a propaganda televisiva, de rádio...

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – O Congresso brasileiro tem essa coragem? O Senado Federal tem essa determinação? Aí eu concordo com V.Ex^a.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Acho que deve radicalizar mais. Inclusive a propaganda. Você liga a televisão, o que você assiste? Você assiste as propagandas mais criativas, são aquelas destinadas à apologia do uso de álcool. São as mais criativas. Então, eu entendo que...

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Nobre Senador Valter Pereira, o aparte a V.Ex^a está mantido, mas permita fazer uma observação. O Senado Federal...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O aparte tem que ser curto. Já fui até longo demais.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Mas a discussão para mim ela é benéfica. O Senado Federal teria essa coragem? Os Srs. Senadores teriam essa coragem?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu teria coragem. Eu teria. Eu respondo por mim. Eu teria. Se tiver um projeto aqui e posso até tomar iniciativa de proibir a propaganda de bebida alcoólica na televisão que aí sim nós estaremos promovendo uma restrição no atacado, e não no varejo. Acho que é correto. Talvez a Emenda que poderia sugerir ao Relator seria ampliar. Acho que tem que criar toda uma rede de proteção ao transeunte, às possíveis vítimas do trânsito porque é sabido, as estatísticas mostram que uma das principais causas de acidente de trânsito que tem ceifado vidas de pessoas, que tem provocado a dilaceração de pessoas é exatamente o uso imoderado de bebidas alcoólicas.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Eu concordo, nobre Senador, com todas essas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria de solicitar ao Senador Almeida Lima que conclua a sua manifestação que há outros oradores inscritos e ainda temos muitas matérias relevantes a serem observadas e discutidas nesta reunião.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Pois não, Presidente. Eu irei concluir dizendo exatamente o seguinte. Não apenas o caput do art. 1º que é um projeto com o artigo único, não apenas o caput, eu

veja como inócuo, como Parágrafo Único quando diz: estende-se a proibição prevista no caput a qualquer estabelecimento comercial localizado fora do perímetro urbano ao longo das rodovias. Proibição para motorista, para aquele que está ao volante, mas estabelecer qualquer tipo de proibição generalizar e vou mais além, quando a gente fala aqui da obrigatoriedade do exame, de verificação do teor alcoólico, eu gostaria de saber se o Congresso tomaria essa atitude.

A segunda, para concluir, Sr. Presidente, se o Congresso Nacional e o Senado Federal tomará a atitude de proibir qualquer tipo de propaganda na televisão, nos meios de comunicação, na mídia, de bebidas alcoólicas. E gostaria de ter acesso porque é público à prestação de contas de todos os candidatos eleitos que foram financiados por distribuidoras de bebidas e fábricas de bebidas de cervejarias, como se posicionariam diante de um projeto desse. (soa a campainha) O que eu não posso admitir é ficarmos aqui no Congresso Nacional a votar projetos passando para a opinião pública a idéia de que estaremos resolvendo os problemas exatamente nesse setor. É isso que eu não gostaria. E eu estou chamando atenção é exatamente para isso. Porque coloca-se um projeto desse e vende-se para a sociedade a idéia de que nós estaremos resolvendo o problema dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras diminuindo esta comercialização de bebidas alcoólicas.

Por esta razão, Sr. Presidente, eu não sei se seerei contra ou irei me abster, mas vejo como inócuo o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, a seguir a Senadora Kátia Abreu e posteriormente ao Senador Aloizio Mercadante. Todavia, a Mesa vai solicitar que as manifestações se circunscrevam no período de cinco minutos posto que ainda temos matérias relevantes a discutir e daí a razão pela qual eu faço o apelo aos membros dessa Comissão de que sejamos concisos nas intervenções. Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, se pelo menos esta legislação não vingar, no futuro, não vier a ser aprovada no Congresso Nacional, pelo menos no que diz respeito ao fator educativo, elucidativo da questão do uso de bebidas alcoólicas nas estradas, está bastante evidenciados de que a utilização do álcool tem causado acidentes sérios nas estradas brasileiras. Aliás, as maiores causas de morte em nosso País são o uso de arma de fogo e os acidentes de veículos nas nossas estradas. Uns causados pelas péssimas condições das estradas,

outras pela imprudência dos motoristas e outras vezes pelo uso excessivamente do álcool nas estradas.

O Senador Tasso Jereissati fez o seu parecer e aceitou três Emendas melhorando substancialmente o projeto original da iniciativa do Senador Crivella. Como todos nós sabemos é um homem preocupado com as condições sociais do Brasil. O seu objetivo é levado sem dúvida alguma por uma evidência, por uma realidade que existe no Brasil. Não só adultos, mas principalmente jovens que ao longo das estradas usam o álcool e quantos perdem as suas vidas em virtude dessa imprudência? Dirigindo veículos em alta velocidade ao longo das nossas estradas. Por isso eu considero que até do ponto de vista educativo, da conscientização da população é importante que projetos como esse sejam apresentados. Porque o jovem ou o adulto que acompanha o debate desta matéria através do rádio e da televisão, porque há uma divulgação intensa dos trabalhos do Senado Federal. Vai se conscientizar da importância do fator proibitivo do uso indevido do álcool, os motoristas que percorrem as nossas estradas.

Por essa razão, Sr. Presidente, com as melhorias que foram introduzidas no projeto original que acatou três Emendas como eu falei, uma Emenda da Senadora Serys Slhessarenko, uma outra Emenda também da mesma Senadora, e por último uma Emenda que foi apresentada pelo próprio autor da proposição, Senador Marcelo Crivella. Esse projeto está pronto para ser votado como uma verdadeira advertência aos motoristas do Brasil, da proibição do uso de um veneno que poderá causar mortes em todo Brasil. Por isso eu voto favorável à proposta do Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente. Gostaria apenas rapidamente dar a minha contribuição, a minha opinião pessoal em favor do Senador Marcelo Crivella e parabenizar pela autoria do projeto extraordinário e também ao Senador Tasso Jereissati pela Relatoria. Sou totalmente a favor e gostaria até de posteriormente apresentar ao Senador e aqui nessa Comissão os números, resultados estatísticos dessa lei após a implementação no Canadá. O Canadá proibiu radicalmente a venda de bebidas alcoólicas em todas as suas estradas, quer sejam municipal, estadual ou federal, e ainda ampliou mais, proibição de vendas de bebidas alcoólicas em qualquer estabelecimento com menos de 500 metros das escolas públicas do País inteiro também no sentido de combater o uso de bebidas alcoólicas pela juventude, pelos jovens. E os números são extraordinários o resultado depois dessa

proibição. Concorro totalmente com essa idéia. Acho que nossa função principal não é defender apenas as revendedoras de bebida que são empresários do Brasil que nós respeitamos e que estamos lutando inclusive pela diminuição de impostos para que o empresariado brasileiro possa sobreviver e continuar crescendo, mas a nossa obrigação maior é defender a família brasileira. A perda do pai, da mãe, de filhos nas estradas do Brasil que está um número assombroso. Eu tenho certeza absoluta que não é um paliativo. É uma proposta inteligente e que, com certeza, dará resultados significativos no futuro, assim como deu no Canadá. E assim que eu conseguir levantar novamente esses dados que guardei muito tempo, eu pretendo apresentar ao senhor autor do projeto para que possa manifestar e publicar isso no sentido de fortalecer essa proposta. Parabéns e concordo totalmente.

Tenho coragem também assim como o Senador Valter Pereira aqui declarou de enfrentar no Congresso Nacional essa discussão. E muito mais, com relação à mídia, a propaganda, não só de bebidas alcoólicas, mas também de produtos que causam obesidade. Nós temos hoje no Brasil 18 milhões de brasileiros obesos especialmente um aumento terrível na criança. Crianças obesas, crianças diabéticas no aumento assustador. Nós temos também que seguir a legislação do primeiro mundo, não no sentido apenas de copiar, mas copiar as estatísticas, os efeitos que isso tem provocado ao longo do tempo. Na Inglaterra a última legislação mais forte com relação a obesidade freou o anúncio desses alimentos na mídia de forma extraordinária. Então eu acho que temos que respeitar as empresas de comunicação, são fundamentais para o Brasil, entendemos que precisam do patrocínio para a sobrevivência, é empresa como outra qualquer que gera lucro, riqueza, emprego, mas nós temos que em primeiro lugar lembrar das famílias, lembrar da sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Aloizio Mercadante que já estava inscrito para discutir a matéria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Sr. Presidente, eu queria fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E peça a seguinte brevidade na manifestação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Eu tenho sido sempre bastante objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É verdade.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– É meu estilo. Eu considero esse projeto um avanço

no sentido de coibir a bebida alcoólica, especialmente nas rodovias. Partindo do raciocínio do Senador Almeida Lima, ele considera que o combate à propaganda terá mais eficiência na redução do alcoolismo do que qualquer outra medida. Pode ser. De fato. Por exemplo, no cigarro nós avançamos, proibimos a propaganda do cigarro e há de fato uma redução no número de fumantes. E há uma contra propaganda na embalagem. Mas a pergunta que eu faço, mesmo que nós tivéssemos uma restrição à publicidade de bebidas alcoólicas já aprovadas no País, será que nós deveríamos permitir que o estabelecimento na beira da estrada pudesse ter uma garrafa de cachaça ali disponível, um visual bem bonito, uma cerveja gelada e toda aquela lista de bebida disponíveis com a propaganda local? Isso não é um estímulo à bebida? No local mais inapropriado que é a rodovia? Então, partindo da radicalidade da intervenção do Senador Almeida Lima não vejo como não votar favorável a esse projeto. Porque é um projeto que pelo menos dá um passo concreto. Ainda que a gente possa dar outros passos nessa direção. Ele proíbe o acesso à bebida destilada e coíbe outras bebidas que possam estar sendo oferecidas para o consumo imediato e estimulado através da refrigeração. Então acho que é um passo importante, acho que vai na direção correta e quero lembrar que em São Paulo já tivemos essa lei e foi muito bem aceita e foi implementada e ajuda na redução da violência no trânsito praticamente nas estradas. Ainda que evidentemente não resolva o problema da dependência do alcoolismo, como também a propaganda não vai resolver. Quem já é dependente já é dependente, não tem como reverter isso. Mas eu acho que é um passo necessário, está bem colocado no local inapropriado que é a rodovia e tenho certeza que o Senador Almeida Lima votará favorável e continuará essa campanha para aprovar uma proposta mais radical. E por último neste caso específico, a política fiscal, a arrecadação de tributos é também o estímulo ao não consumo. Por isso que a carga tributária sobre cigarro e bebida ele é bastante elevada. Se nós estudarmos um pouco mais e profundamente a questão tributária nós poderemos verificar que é um estímulo ao não consumo a carga tributária no setor.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– 28 bilhões, Sr. Presidente. São os acidentes no Brasil. 28 bilhões de reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra pela ordem ao nobre Senador Marconi Perillo, a seguir o Senador Antonio Carlos Júnior e finalmente ao Senador Moza-rildo Cavalcanti.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de uma aten-

çãozinha ao Senador Perillo. Eu gostaria de pedir autorização a V.Ex^a para deixar consignado o meu voto e ausentar-me e dar validade ao meu sufrágio já que eu tenho um compromisso inadiável nesse momento. Eu me ausentaria, mas deixaria o meu voto.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senadora Kátia Abreu pediu o mesmo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Queria fazer uma sugestão de encaminhamento, Sr. Presidente. Nós desistimos agora do debate para que V.Ex^a possa proceder. Eu vou votar favorável, e quero cumprimentar o Senador Crivella, o Senador Tasso, quero cumprimentá-lo e dizer que voto favorável porque em São Paulo já...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Vamos começar a colher os votos e encerrar, portanto, a discussão. Vou começar a colher os votos. Senadora Serys Slhessarenko, Senador Sibá Machado; Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – A

favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– A favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-

RR) – Sr. Presidente, sou a favor e quero declarar que não só sou a favor desse projeto como qualquer... Como médico, qualquer projeto que vise resguardar a saúde das pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Valadares, com o Relator; Senador Jarbas Vasconcelos, com o Relator; Senador Pedro Simon; Senador Almeida Lima; voto contra Senador Almeida Lima; Senador Valter Pereira, com o Relator; Senador Gilvam Borges. Senador Adelmir Santana, Senadora Kátia Abreu.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Deixou o voto consignado aqui comigo e o Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior; Senador Tasso Jereissati, Senador Jefferson Péres, Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senador Jefferson Péres deixou voto comigo como sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Senador Inácio Arruda, Senadora Patrícia... Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Senador Flexa Ribeiro, com o Relator; Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Senador Osmar Dias não se encontra.

Bom, por 12 votos... A Senadora Serys vota... Como vota a matéria? Vota sim.

Então, 11 votos favoráveis, um não. (soa a campanha) Passamos então... Eu gostaria de consultar o Relator da matéria, nobre Senador Tasso Jereissati, a sua... Como S.Ex^a se manifesta com relação às Emendas e... Porque se os Senadores... O parecer de V.Ex^a das Emendas é o parecer favorável.

Então, poderemos considerar esta votação como valendo também para as Emendas com o parecer favorável. Então encerro a discussão... Melhor, a votação da matéria e passamos agora ao Item nº. 19, cujo Relator é o nobre Senador Tasso Jereissati e o autor é o Senador Jarbas Vasconcelos. Com a palavra pela ordem nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-

BA) – (pronunciamento fora do microfone) também colocado Item 11 que é não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Pois não. (soa a campanha) Vamos seguir. Depois tem o projeto do Senador Aloizio Mercadante e a seguir o item que V.Ex^a... Item 11.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pre-

sidente, pela ordem. O Senador Paulo Duque fez uma ligação pra mim que estava precisando se ausentar e pedia que tirasse de pauta...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Exatamente. Já foi atendido. Conversou comigo também. Ele conversou comigo e já atendemos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu

sou o Relator. Não será...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Não será discutido nem votado nesta reunião. Ele esteve comigo ontem e não deu tempo. Foi tirado de pauta em função de já encontrar a pauta já impressa. Com a palavra o nobre Senador Tasso Jereissati para relatar o Projeto nº. 564/2007 que altera os dispositivos da Lei 9.096 de 19 de setembro de 95. Lei dos Partidos Políticos. E Lei 9.569 de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil para dispor sobre

a responsabilidade civil em execução de dívidas de partidos políticos. Parecer do nobre Senador Jarbas Vasconcelos é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação. Com a palavra o nobre Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº. 564/2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos que promove alterações na lei dos partidos políticos e no Código de Processo Civil com três objetivos. O projeto visa determinar que a responsabilidade por dano causado a dívida contraída cabe exclusivamente ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tiver dado causa ou mesmo excluída a solidariedade de outros órgãos da direção partidária. Impede que os riscos do fundo partidário por serem de origem pública possam ser objeto de penhora e determina que a execução contrapartida especialmente a penhora eletrônica somente alcance o órgão partidário que tenha contraído a dívida executada ou que tenha dado causa à violação de direito ou ao dano. Ao justificar a sua iniciativa, o Senador Jarbas Vasconcelos informa que nos últimos anos as direções nacionais em alguns casos as próprias direções estaduais de partidos políticos vem sendo surpreendidas por processos de execução em ações de perdas e danos ou de cobrança de dívidas ajuizadas contra órgãos partidários municipais. Aduz ainda que os Juízes têm adotado a penhora eletrônica autorizada pelo art. 655 A, recentemente introduzido ao Código de Processo Civil. Assim, os recursos oriundos do Fundo Partidário dos Órgãos Estaduais e Nacional são bloqueados de surpresa sem que estes tenham tido qualquer conhecimento prévio das ações. A proposição se nos afigura constitucional, jurídica e adequada aos ditames do Regimento Interno do Senado Federal além de atender a Lei Complementar nº. 95 de 97. As razões bem fundamentadas apontadas pelo autor na justificação do projeto nos dispensa de maiores considerações. Cabe apenas ressaltar que se afigura abusivo devido a forma com que as atividades diretórios municipais dos partidos são gerenciadas que eventuais dívidas contraídas por esses órgãos sejam cobradas direções estaduais e nacional dos partidos políticos as quais em muitas circunstâncias sequer tinham conhecimento do dano ou da dívida e do processo de sua cobrança. Cada campanha municipal ou estadual é dotada de uma organização financeira própria que muitas vezes prescinde da colaboração ou da assistência da direção estadual ou nacional do respectivo partido.

Assim, não haveria como estabelecer um vínculo de solidariedade necessária entre todos os órgãos diretivos dos partidos políticos, sob pena de ensejar

uma crise de gestão nessas instituições fundamentais para a democracia brasileira, em prejuízo de todo o sistema jurídico. Por fim cabe ressaltar quanto à impenhorabilidade dos recursos do fundo partidário que são de origens pública. Trata-se de proposta que conta com precedente, pois o próprio Código de Processo Civil em seu art. 649 inciso IX dispõe que são absolutamente impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituição privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social. Pelo relevo das funções constitucionais atribuídas aos partidos políticos justifica-se o mesmo tratamento dado pelo projeto aos recursos do fundo partidário por eles recebidos. Ademais, o fundo partidários não é a única fonte de recursos dos partidos, os quais dispõe de recursos próprios oriundos de contribuições de seu filiados ou de doações de pessoas físicas e jurídicas que ficam excluídos da cláusula de impenhorabilidade.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº. 564/2007 votando quanto ao mérito por sua aprovação querendo aqui mais uma vez ressaltar as Emendas às propostas que têm sido feitas pelo Senador Jarbas Vasconcelos valiosíssimas ao longo desse seu primeiro ano de mandato no sentido de aprimorar e aperfeiçoar a vida político-partidária nacional. É esse meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Relator da matéria, o nobre Senador Tasso Jereissati opinou pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação do projeto, de autoria do nobre Senador Jarbas Vasconcelos. O Projeto de Lei do Senado nº. 564/2007. Por ser matéria terminativa, vamos proceder a votação nominal após a discussão da matéria. Eu indagaria se alguém interessado discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir vou submeter a votação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar a iniciativa do Senador Jarbas Vasconcelos que vem regulamentar uma matéria fundamental para a vida dos partidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço a V.Ex^a e corroboro sobre as palavras de V.Ex^a produziu a respeito da proposição ora em discussão. Eu quero dizer o seguinte, antes de começar a votação nominal, quero comunicar o Plenário que a Mesa não contabilizou os votos dos Senadores que não se encontravam presentes no momento da votação. Tivemos, portanto, 11 votos presentes, além de um... 11 favoráveis, um não, do Senador Almeida Lima e também contabilizamos lógico que estava presente inclusive o voto do autor da proposição. Isso eu gostaria de dizer porque o Regimento Interno não nos

dá acolhida para que eu possa... Como citado votação nominal, ao pressuposto de que a pessoa se encontra presente. O regimento, portanto, não me dá acolhida para que assim possa proceder embora saiba que os Senadores que não estavam presentes estavam de acordo com a proposição. Então, eu passo agora à votação da matéria.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sr. Presidente. Eu peço a palavra a V.Ex^a pela ordem. Apenas para indagar em se tratando de uma matéria que eu particularmente considero importante, mas como se trata de uma votação ostensiva, nominal, se há quórum para a deliberação, para que não haja prejuízo quanto à deliberação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa vai colher os votos. Se não houver fica adiada a votação da matéria. No momento encontram-se presentes 12 Srs. Senadores que é justamente o quórum para metade mais um. Vamos começar a colher os votos. Senadora Serys, Senador Sibá Machado; Senadora Serys...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Serys votou, sim. Senador Sibá Machado; Senador Eduardo Suplicy, sim; Senador Aloizio Mercadante, sim; Senador Eptácio Cafeteira; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Jarbas Vasconcelos, autor da matéria; Senador Pedro Simon, Senador Romero Jucá; Senador Almeida Lima, sim; Senador Valter Pereira; Senador Gilvam Borges; Senador Adelmir Santana; Senador Demóstenes Torres; Senadora Kátia Abreu, Senador Antonio Carlos Júnior; Senador Eduardo Azeredo; Senadora Lúcia Vânia; Senador Tasso Jereissati, Relator; Senador Jefferson Péres, Senadora Ideli Salvatti; Senador Inácio Arruda; Senadora Patrícia Saboya; Senador Marcelo Crivella, com o Relator; Senador João Ribeiro, Senador Magno Malta; Senador José Nery; Senadora Roseana Sarney; Senador Wellington Salgado de Oliveira; Senador Leomar Quintanilha; Senador Valdir Raupp; Senador Neuto de Conto; Senador Eliseu Resende; Senador Jayme Campos; Senador José Agripino; Senador Álvaro Dias; Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador João Tenório; Senador Marconi Perillo, com o Relator; Senador Mário Couto; Senador Osmar Dias. A Mesa apura o seguinte. Votaram 12 Srs. Senadores. 10 sim. O autor ajuda o quórum e o Presidente também ajuda o quórum que se encon-

tra presente. Autor Senador Jarbas Vasconcelos e eu como Presidente da Comissão. Então votaram a favor 10 Srs. Senadores e apuramos 12 votos, visto que o voto do autor já está automaticamente computado e assim também o do Relator.

Então, a matéria foi aprovada por 12 votos... Por 12 votos favoráveis... Por 10 votos favoráveis, melhor, computando-se também a presença do autor e do Presidente. Passemos agora o Item 03 cuja matéria é o nobre Senador Aloizio Mercadante. Trata-se de Projeto de Lei do Senado nº. 150/2006. Ele integra o conjunto de medidas antiviolação. E o projeto não é terminativo na Comissão. Dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências à sua Ementa. Foram apresentadas Emendas no Plenário, nº. 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36 do Senador Marconi Perillo. Autoria das Emendas no Plenário nº. 29, 30 e 32 de autoria do Senador Pedro Simon. Autoria do projeto é a Senadora Serys Slhessarenko. O Relator como já ocasionou anunciar Senador Aloizio Mercadante. O parecer do Relator é pela aprovação das Emendas nº. 26 Plenário e 27 na forma das Subemendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nº. 25, 28 e 36. Todas Emendas do Plenário. Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante para proferir o seu Relatório.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras. Retorno a esta Comissão para análise das Emendas 25 a 36 de Plenário o Projeto de Lei do Senado nº. 150/2006 que dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências. A proposição foi aprovada por esse colegiado com as Emendas de 1 a 24 na CCJ em reunião realizada no dia 21 de março de 2007. Quero aqui destacar o papel decisivo que teve o Senador Antônio Carlos Magalhães naquele pacote que nós votamos de Segurança Pública onde este projeto é um dos projetos importantes. Projeto que contou com a participação do Ministério Público e da Polícia Federal, do Banco Central, da Receita Federal, da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, juristas... Foi um projeto construído com bastante profundidade por todas essas instituições que tem um grande desafio no combate ao crime organizado. As Emendas de nº. 29, 30 e 32 são de autoria do Senador Pedro Simon e as demais de autoria do Senador Marconi Perillo. Propõe o seguinte. Eliminar as exigências do número mínimo de três pessoas para que se configure a organização criminosa. Incluir no § 2º do art. 2º do PLS a palavra “explosivo” e reprimir a ação das organizações criminosas que intimide ou influencie qualquer funcionário público e não aqueles envolvidos na apuração de crimes referentes à atua-

ção da organização criminosa. Suprimir a expressão de empresas de constantes no inciso VIII e inciso IX do texto final do Parágrafo Único do art. 1º a fim de que sejam protegidas das ações das organizações criminosas valores e cargas de modo geral e não apenas empresas que os transportam. Incluir entre os meios de obtenção de prova a quebra de sigilo postal. Regular o instituto da colaboração premiada realçando e detalhando a atuação do Ministério Público o qual deverá inclusive formular a proposta. Acrescentar a possibilidade de alteração definitiva da identidade civil do colaborador ao final do processo. Regular o interrogatório on-line. Prever o confisco de bens ou valores apreendidos ou adquiridos pela organização criminosa, bem como sua destinação ao Fundo Nacional de Segurança Pública, ao Fundo de Prevenção Recuperação e de Combate às Drogas e ao Fundo Penitenciário Nacional. Incluir um Conselho Especial de Subsistema de Inteligência da Segurança Pública ao lado do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência. Os quais exporão sobre competência de seus órgãos centrais com vistas a ampliar a rede de combate às organizações criminosas. Caracterizar o crime de quadrilha ou bando pela associação de três ou mais pessoas para fim de cometer qualquer infração penal não somente criminal.

Análise. É certamente louvável a preocupação dos ilustres autores da Emenda com o aperfeiçoamento da Emenda PLS 150/2006. No que concerne a exclusão do número mínimo de integrantes para que se configure uma organização criminosa tal como pretende a Emenda nº. 25 o nosso sentir haveria confronto com o texto da convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional promulgada pelo Decreto Presidencial nº. 5.015 de 2 de março de 2004 cujo art. 2º, alínea “a”, define grupo criminoso organizado como grupo estruturado de três ou mais pessoas existente algum tempo e atuando consertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves anunciadas na presente convenção com a intenção de obter direta ou indiretamente o benefício econômico ou outro benefício material.

A Emenda nº. 26 propõe alterar o § 1º do art. 2º para prever que nas mesmas penas do caput incorrerá o agente que por meio da organização criminosa intimide ou influencie qualquer funcionário público e não apenas aqueles envolvidos na apuração dos crimes relativos a atuação das organizações criminosas. De fato, parece-nos inapropriado a restrição constante da redação atual do PLS. Apresentamos assim Subemenda nos termos propostos pelo Senador Marconi Perillo com alguns ajustes redacionais. Porém no que se refere a segunda alteração proposta por essa Emenda,

entendemos de necessária a inserção do termo “explosivo” no § 2º do art. 2º do PLS nº. 150/2006 haja vista a redação atual já contemplar instrumento destinados ao crime organizado os quais certamente os abrange. Entre os crimes enumerados no Parágrafo Único no art. 1º do PLS nº 150/2006 consta o crime contra empresa de transporte de valores ou cargas e recepção de bens e produtos que constituem proveito auferido por esta prática criminosa. O Senador Marconi Perillo tem razão afirmar que o bem jurídico a merecer tutela da futura lei não é a empresa em si, mas o transporte de valores ou cargas. Apresentamos, porém Subemenda uma vez que o dispositivo a ser alterado é e não inciso IX do art. 2º do PLS e não o inciso VII conforme constante na Emenda 27.

Por meio da Emenda 28 pretende-se incluir entre os meios de obtenção de prova e quebra de sigilo de correspondência ocorre que o art. 5º, inciso XII da Constituição Federal determina ser inviolável o sigilo da correspondência. A violação dessa garantia constitucional em relação a pessoas que sequer se encontram sob custódia do estabelecimento penal e com estrita finalidade de reunir provas não se justifica. A própria Constituição excepcionaliza esse direito tão somente nos casos de decretação do estado de defesa do sítio.

As Emendas 29 e 32 do Senador Pedro Simon pretende regulamentar o Instituto da Colaboração Premiada ressaltando a atuação do Ministério Público ao qual deverá inclusive formular a proposta. Vale lembrar que no direito brasileiro tem prevalecido em termos de colaboração premiada a redução de pena admitindo-se em caráter excepcional o perdão judicial. As Emendas referidas diferentemente privilegiam a (ininteligível) a idade do órgão acusador cuja constitucionalidade pode inclusive ser contestada. Por exemplo, propõe-se que a sentença será vinculada nos termos do acordo celebrado entre investigado e Ministério Público. Emenda nº 29. E isso ao nosso ver contraria os princípios constitucionais da individualização da pena na independência do livre convencimento magistrado. Parece-nos mais adequado que o debate sobre este e outros aspectos de colaboração premiada seja objeto de um Projeto de lei específico. Quanto a alteração definitiva da identidade civil do colaborador, tal como preconiza a Emenda nº 31 já existe essa previsão no andamento jurídico vigente. O art. 16 da citada lei altera o art. 57 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 73, Lei dos Registros Públicos para disciplinar o procedimento a ser seguido pelo Juiz no caso de alteração de nome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime. No que tange a realização do interrogatório por meio de videoconfe-

rência Emenda 33 essa possibilidade já foi inserida no texto do projeto por meio da Emenda nº. 10 da CCJ. O mesmo ocorre com a Emenda nº. 35, pois o texto final aprovado por esta Comissão também já faz referência de forma genérica a órgãos de inteligência brasileiro retirando a menção expressa e restritiva do sistema brasileiro de inteligência, SISBIN. Quanto a possibilidade de confisco Emenda nº. 34 cumpre esclarecer que ela dispensa a previsão expressa no projeto uma vez que o art. 91 no Código Penal que determina a perda em favor da União do produto ou proveito de crime é aplicável tanto a crimes de sua parte especial quanto aos tipificados em legislação extravagante. Além disso, o PLS nº. 150/2006 prevê a possibilidade do Juiz decretar no custo da investigação da ação penal a apreensão a seqüestro de bens, direitos ou valores (ininteligível) ou existentes em seu nome. Objeto dos crimes previstos nesta lei procedendo-se de forma do art. 125 a 184 Decreto-Lei 3.689 de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, art. 22 caput.

Por fim a Emenda nº 36 sugere a alteração do art. 288 do Código Penal para caracterizar o crime de quadrilha ou bando pela associação de três ou mais pessoas para fim de cometer infração penal e não apenas crime, conforme o ordenamento vigente. Vale lembrar que mesmo o texto original do PLS nº. 150/2006 já contemplava alteração nos termos inseridos pela Emenda.

Voto. Ante o exposto, votamos pela rejeição das Emendas 25 e 28 e 36 de Plenário e pela aprovação das Emendas 26 e 27 de Plenário apresentadas ao PLS nº. 150/2006 na forma das seguintes Subemenda. Subemenda a Emenda 26 de Plenário. Dê-se ao § 2º do art. 2º do PLS 150/2006 a seguinte redação. Nas mesmas penas incorre que por meio de organização criminosa fraudula licitações em qualquer de suas modalidades ou concessões, permissões e autorizações administrativas intimida ou influencia testemunhas o funcionário público responsáveis pela apuração da infração legal e impede ou dificulta a apuração de crimes que envolvam a organização criminosa, financia campanhas políticas destinadas a eleição de candidatos com a finalidade de garantir ou facilitar ações de organizações criminosas. Subemenda à Emenda 27 do Plenário, dê-se ao inciso IV, do art. 2º do PLS 150/2006 a seguinte redação. Art. 2º, quanto ao transporte de valores ou cargas e a recepção dolosa de bens. Sala das comissões, Senador Aloizio Mercadante. Este é o parecer. Esse é o nosso voto para as Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Relator da matéria, o nobre Senador Aloizio Mercadante deu parecer pela aprovação das Emendas de Plenário nº. 26 e 27 na forma das Sube-

mendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº. 25, 28 e 36 todas também do Plenário. Eu, portanto, ponho em discussão.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra para discutir à nobre Senadora Serys Slhessarenko e a seguir o nobre Senador Almeida Lima. E a seguir o Senador Marcelo Crivella. Tem a nobre Senadora Serys a palavra para discutir a proposição.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Senador Relator, eu estou sem voz, mas vou tentar falar um pouquinho. As Emendas acolhidas pelo Relator, pelo Senador Mercadante, aliás, as Emendas feitas pelo Senador Marconi Perillo e acolhidas pelo Relator, Senador Mercadante, fazem reparos importantes e aprimoram o projeto. E eu tenho total concordância com o parecer. Até porque esse projeto na sua origem é de minha autoria e eu venho acompanhando ele muito de perto. E eu gostaria apenas de reforçar que esse projeto ele é de tamanha importância, de tamanha... a envergadura dele é tão grande que nós precisamos acelerar o seu andamento e fazer com que ele vá para o Plenário e seja aprovado mais rápido possível, seja encaminhado para a Câmara, porque realmente a gente possa ter um mecanismo concreto de combate às organizações criminosas. O Congresso Nacional tem que dar logo essa resposta à sociedade. Que está aí pedindo uma resposta contra o crime organizado. Porque a gente tem realmente penas mais duras contra a organização criminosa. Que na realidade ela não tinha nada que proteger sociedade contra organizações criminosas. Existiam as punições, vamos dizer assim, individuais de pessoas que dentro de uma organização cometiam crime. E a partir da aprovação deste projeto a organização nós teremos penas muito mais duras quando houver realmente o ajuntamento, vamos dizer assim, de pessoas para como organização para atacar como crime organizado. Eu diria que é um dos projetos mais importantes nessa área e que precisa ser votado com agilidade necessária para se dar resposta que a sociedade está esperando. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Almeida Lima. Para discutir a proposição.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sr. Presidente, apenas uma retificação na palavra do nobre Senador Aloizio Mercadante, pois entendi que S.Exª pretendia fazer referência ao inciso IX do art. 2º do PLS 150 quando ele fez a leitura à Subemenda à Emenda nº. 27. S.Exª pronunciou inciso IV quando

a intenção na verdade pelo que consta do próprio parecer e voto é inciso IX, para que a Ata não fique com essa imprecisão em sua memória.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa diligenciará e agradece a colaboração de V.Ex^a., mas a Mesa diligenciará para corrigir a citação incorreta que V.Ex^a mencionou. Eu concedo então agora, pela ordem, a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que esse projeto, sem sombra de dúvida, é de fundamental importância para o nosso País. Hoje na capa dos principais jornais do Estado do Rio de Janeiro se mostra a repressão que a polícia tem feito aos, diria, meninos e adolescentes do narco varejo das drogas. Há um esforço muito grande do Governador para combater o consumo e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Porém, Sr. Presidente, com dificuldades o Estado consegue lançar suas mãos aos importadores, aos organizadores, aos financiadores a essas organizações transnacionais que trazem a droga para cá, que trazem as armas para cá. Portanto, esse projeto é fundamental nesse momento da vida nacional. Eu quero aplaudir o projeto e o Relatório do Senador Aloizio Mercadante. Apenas fazer, Sr. Senador Aloizio Mercadante, uma sugestão para a contemplação de V.Ex^a. Na Subemenda nº. 26 de Plenário, no art. 2º, § 2º, nas mesmas penas incorre quem por meio de organização criminosa, fraudula licitações... Item B, intimida ou influencia testemunhas... Eu aí poria também peritos, intérpretes ou funcionários públicos responsáveis pela apuração de infração penal. Isso porque muitas vezes a justiça recorre a peritos para poder formar a consciência do fato.

Então, se V.Ex^a puder acatar acho que ficaríamos com uma lei mais completa. Era essa, Sr. Presidente, a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o Relator da matéria, o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Em relação à intervenção do Senador Almeida Lima, ele tem toda razão. Era inciso IX, eu li com bastante rapidez preocupado com o esvaziamento da Comissão, que era o Item 3 da pauta acabou sendo último item da pauta, e em relação à sugestão do Senador Crivella eu não tenho qualquer objeção. Intimido ou influencia testemunhas... Poderia colocar funcionários públicos ou não responsáveis pela apuração da infração penal. Porque aí fica mais abrangente todos eles estarão abrigados nessa exigência. E então seria essa correção.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Perfeito, Sr. Presidente. Acho que a interpretação do Relator é perfeita.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Intimida ou influencia testemunhas ou funcionários públicos ou não responsáveis pela apuração da infração penal. E desta forma dou como lido o nosso Relatório e solicito a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não havendo quem queira discutir vou submeter a matéria a votos: Em votação o parecer favorável das Emendas nº. 26, 27 do Plenário na forma de Subemendas que apresenta o Relator e contrário às Emendas nº. 25, 28, 36 também do Plenário. As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

O nobre Senador Marcelo Crivella é o Relator do Item 05. Que proíbe e é matéria não terminativa, portanto, não vai exigir votação nominal. O Item 05 que proíbe inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condições de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nº. 6.015 de 31 de dezembro de 1973, Lei de Registros Públicos, e a Lei 9.835 de 18 de novembro de 1994. A proposição é de origem da Câmara dos Deputados, o autor foi o Deputado Elimar Máxima Damasceno, e a Relatoria nesta Comissão do Senador Marcelo Crivella, como já tive ocasião de salientar. O parecer do Relator é pela proposição do projeto e concedo a palavra a S.Ex^a para proferir o seu Relatório.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. Em exame nessa Comissão o PLC nº. 20/2004 oriundo da Câmara dos Deputados onde foi aprovado como substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania daquela Casa em caráter terminativo. As alterações legislativas dele proposta têm em vista não permitir que continuem sendo feitas inserções nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhante. Intenta-se com esse propósito, Sr. Presidente, a inclusão de dois dispositivos com aquele sentido de idêntico teor na Lei de Registros Públicos, a Lei 6.015 de 1973, e na lei que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal dispondo sobre registros notariais e de registros, Lei 8.935/94. Argumenta o autor da matéria que se por um lado a nossa Constituição Federal não admite qualquer tipo de discriminação a cidadãos brasileiros que não tendo a mínima condição financeira para arcar com as custas de certidão de nascimento, de óbito e de outras certidões, vêem-se diante da humilhante situação de obterem tais certidões com expressões nelas inseridas que indicam sua condição de pobres declarados como forma de constrangê-los

para não requerer a gratuidade que lhes é assegurada pelo nosso ordenamento jurídico.

Análise. A esta Comissão compete nos termos no art. 101, inciso I do Regimento Interno opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhes forem submetidas por despacho da Presidência. Dentre as quais, com base na alínea "D" do inciso II do referido artigo regimental a se incluído do Direito Civil de que trata o projeto em análise. Em outro aspecto consta-se que a matéria não afronta o ordenamento jurídico e na sua tramitação não violou o nosso Regimento Interno.

Em seu mérito, a iniciativa é altamente louvável, pois pretende coibir a infausta e despropositada prática de submeter aqueles que se valem do direito de gratuidade na obtenção de certidões nos órgãos de registros públicos a vexatória situação de ter consignado na certidão respectiva a indicação da sua condição de pobreza. Aliás, é imprescindível consignar que essa malsinada prática colide frontalmente com o princípio da dignidade da pessoa humana com assento no art. 1º inciso III da Constituição Federal e tido como principal direito fundamental constitucionalmente garantido. Trata-se de valor moral e espiritual inerente à pessoa que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas e conseqüentemente o respeito à integridade moral da criatura humana que na situação em apreço vê-se claramente violado. Dessa forma, toda pessoa pelo simples fato de existir traz a dignidade de todo ser que não se compatibiliza com qualquer ato discriminatório, quer em razão de seu nascimento, etnia, capacidade intelectual, saúde mental, crença religiosa ou posse. Acreditamos que o presente projeto apesar da sua aparente singeleza, servirá com um importante instrumento para contribuir na edificação do primado da dignidade humana da nossa sociedade, razão pela qual merece o apoio dos nobres pares para sua aprovação nos termos em que vê redigido na sua Casa de origem.

Voto. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 20/2004. Era esse, senhor, o Relatório... Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O parecer do Relator é favorável a proposição como nós acabamos de ouvir. E a matéria, por não ser terminativa na Comissão pode ser votada em votação simbólica.

Então, não havendo nenhum orador habilitado para discutir a matéria, eu vou encerrar a discussão e submeter a votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Vamos agora votar o último item que diz respeito ao Projeto de Lei do Senado nº. 251/2007 cujo Relator é o nobre Senador Antônio Carlos Júnior. O projeto de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Que altera o art. 19 da Lei nº. 7.998 de 11 de janeiro de 1990 para incluir entre as competências do CODEFAT a definição dos critérios para a utilização dos recursos do FAT à qualificação dos profissionais dos órgãos de Segurança Pública. O parecer do Relator é pela aprovação do projeto da Emenda nº. 01 do Senador Cristovam Buarque. Em 22 de 05/2007 foi recebida Emenda nº. 01 do Senador Cristovam Buarque. A matéria será apreciada depois pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Tendo em vista o exposto, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior para proferir a leitura do seu Relatório. É o Item 11.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – A proposição altera a Lei nº. 7.998 de 11 de janeiro de 90 para incluir entre as competências de gestão e deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, a aprovação e acompanhamento da execução do plano de trabalho que tenha por objeto a requalificação de profissionais dos órgãos de Segurança Pública. O projeto determina ainda que o CODEFAT para realizar esse plano poderá celebrar convênios e parcerias com Estados da federação. Em sua justificação afirma o autor que a segurança pública necessita de todos recursos possíveis para se aparelhar e bem combater o crime. Assim sendo, prossegue, busca-se encontrar maneira de financiar a requalificação dos profissionais da área afirmando que a pertinência de se utilizar recursos do FAT reside no fato de que policiais bem treinados e qualificados beneficiam toda a sociedade especialmente o trabalhador.

O Senador Cristovam Buarque apresentou a Emenda nº. 01 da CCJ para incluir no âmbito da iniciativa a previsão da requalificação dos profissionais da educação básica. Assevera o Senador Cristovam que o aprimoramento da educação básica depende entre outras ações da melhoria na gerência e repasse dos recursos para a educação. Dessa maneira, assegurar os profissionais da educação básica uma parcela dos recursos do FAT é medida que se assegurará continuidade da qualificação dos profissionais desta área.

Compete a essa Comissão no que expõe o art. 101 do Regimento Interno do Senado opinar pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhes forem submetidas por despacho da Presidência. O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. A iniciativa no âmbito do direito do trabalho está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais. Não

obstante a análise de mérito que será feita na Comissão de Assuntos Sociais, salientamos que realmente é necessário que haja um compromisso social para garantir melhores condições de trabalho para profissionais de segurança pública e educação. Assim sendo a iniciativa é louvável e deve ser acolhida pelos méritos que encerra. Portanto, o voto é pela aprovação do projeto com a Emenda nº. 01 da CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Relator da matéria, nobre Senador Antonio Carlos Júnior é, como ele próprio manifestou, favorável à aprovação do referido projeto. Eu indago se há alguma Senadora ou algum Senador que deseje discutir a proposição. Não havendo quem queira discuti-la vou submeter a votos. Como disse anteriormente por não se tratar de matéria terminativa nesta Comissão a votação será simbólica. As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo nada mais a tratar na presente reunião eu vou encerrá-la convocando uma nova reunião para segunda-feira em caráter extraordinário às 14h para ouvirmos o parecer da Senadora Kátia Abreu relativo à PEC que prorroga a DRU e a CPMF. Está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 13h04.)

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 12 de novembro de 2007, quarta-feira, às 14 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos, do doze de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Romero Jucá, Almeida Lima, Adelmir Santana, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Marcelo Crivella, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, José Agripino, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Mário Couto, Osmar Dias e das Senadoras Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Ideli Salvatti e Roseana Sarney, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Eptácio Cafeteira, Pedro Simon, Valter Pereira, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo e Jefferson Péres. Registra-se a presença dos Senadores Renato Casagrande, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, Papaléo

Paes e Heráclito Fortes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à apreciação da **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007** (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados) “CPMF e DRU”, “Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. À matéria foram oferecidas as seguintes Emendas (Pendentes de Parecer) – Emendas nºs 1 e 2 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; Emendas nºs 3 e 4 do Senador Valter Pereira; Emenda nº 5 do Senador Osmar Dias; Emenda nº 6 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; Emendas nºs 7, 8 e 9 do Senador Antonio Carlos Valadares; Emenda nº 10 do Senador Alvaro Dias; Emenda nº 11 dos Senadores Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra; Emendas nºs 12, 13 e 14 dos Senadores José Nery e Paulo Paim; Emenda nº 15 do Senador Marcelo Crivella; e Emenda nº 16 do Senador Antonio Carlos Valadares. Foram realizadas 3 Audiências Públicas para instruir a Proposta: a primeira em 30/10/2007, a segunda em 31/10/2007 e a terceira em 01/11/2007, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, aprovado em 10/10/2007, e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007. Durante a Reunião, foram recebidos os Votos em Separado do Senador Romero Jucá, que conclui pela aprovação da Proposta e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 16, e do Senador Antonio Carlos Valadares, que conclui pela aprovação da Proposta e pela apresentação de Projeto de Lei que disciplina a redução progressiva da alíquota. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais, até a Reunião Extraordinária convocada para o dia 13/11/2007. A Presidência encerra a Reunião, às dezesseis horas e dezessete minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os

Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. (soa a campanha).

Antes de iniciarmos a Ordem do Dia desta Reunião Extraordinária, eu gostaria de dar ciência aos membros da Comissão, titulares e suplentes, que amanhã, às 12h00, será realizada uma Reunião Extraordinária, faço questão de frisar, desta Comissão, para dar parecer às Emendas apresentadas à Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008, o PLOA 2008. O Relator da matéria é o nobre Senador Eduardo Suplicy. A Reunião se realiza amanhã, uma vez que o prazo se encerra amanhã, no fim da tarde. No dia 14, à hora regimental, ou seja, 10h00 da manhã, vamos realizar nossa Reunião ordinária, com Pauta já distribuída a todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

E, finalmente, na quarta-feira, às 14h30, será realizada uma Audiência Pública para instruir a proposta de Emenda à Constituição nº. 01/2003, de autoria do nobre Senador Valdir Raupp. Ele é o primeiro subscritor da matéria que tramita em conjunto com as PECs nº. 23/2003, 51/2004, 11, 29 e 61/2005 e 12/2006, que dispõe sobre precatórios judiciais. Eu gostaria de dizer que, como são várias as PECs que foram apresentadas sobre o tema, o Relator será o Senador Valdir Raupp, que é o líder do PMDB nesta Casa.

Feito este aviso, eu gostaria de anunciar agora o item único desta Sessão. Trata-se da proposta de Emenda à Constituição nº. 89/2007, PEC nº. 50/2007, na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre CPMF e DRU, como é de conhecimento público. "Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências."

A iniciativa da PEC, da proposta de Emenda Constitucional, é do Presidente da República. A Relatora da matéria, como é de conhecimento também público, é a Senadora Kátia Abreu. À matéria foram oferecidas seguintes Emendas, pendentes de parecer, que será oferecido posteriormente: Emendas nº. 01 e 02, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; e Emendas 03 e 04, do Senador Valter Pereira; Emenda nº. 05, do Senador Osmar Dias; Emenda nº. 06, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; Emendas nº. 07, 08 e 09, do Senador Antônio Carlos Valadares; retirada a Emenda nº. 08, apresentada em 12/11/2007; Emenda nº. 10, do Senador Álvaro Dias; Emenda nº. 11, dos Senadores Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra; Emendas nº. 12, 13 e 14, de autoria dos Senadores José Nery e Paulo Paim; e Emenda nº. 15, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Como já tive ocasião de mencionar, na data de hoje, o Senador Antônio Carlos Valadares solicitou a retirada da Emenda nº. 08 e também é oferecida a Emenda nº. 16.

Eu gostaria também de mencionar que, para a instrução do processo, foram realizadas três Audiências Públicas. A primeira, realizada no dia 30/10/2007. A segunda, no dia 31/10/2007, e a terceira, em 01/11/2007, conforme Requerimento nº. 17/2007 – CCJ, aprovado em 10 de outubro de 2007, e os Requerimentos 21 a 30/2007 – CCJ, aprovados em 24 de outubro de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo, pois, agora a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu para...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Presidente, pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Só uma comunicação, antes de a Relatora começar o seu relatório...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. V.Exa. tem a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Fui comunicado, há pouco, pela líder do bloco, Senadora Ideli Salvatti, que eu devo ser substituído nessa Comissão, tendo sido indicado pelo PTB, que faz parte do bloco, por discordar da proposta do Governo, de aprovação da CPMF, tal como está. Então, como eu não sei se vou ter a oportunidade de, mais na frente, me pronunciar, já que já estou avisado que vou ser retirado, eu quero registrar aqui, portanto, que o meu voto seria, se continuasse na Comissão, contrário à aprovação da CPMF, tal como proposta pelo Governo. Iria ouvir, ainda, o Relatório da nobre Senadora e as Emendas. Mas, como já fui avisado que vou ser retirado, queria fazer esse registro, antes mesmo do Relatório.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Óbvio que não tem nada mais legítimo do que o gesto da Senadora Ideli de ver qual é a conveniência tática do seu bloco e, portanto, eu não estou aqui para emitir juízo de valor sobre isso. Até porque poderia eu próprio ser levado, numa circunstância que não é, graças a Deus, a do meu partido, a fazer algo parecido. Mas

eu fico feliz, por outro lado, porque isso me parece que nitidamente cristaliza o voto do Senador Mozarildo Cavalcanti contra a matéria no Plenário.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, pela ordem, após a manifestação do líder Arthur Virgílio, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, a retirada da Emenda nº. 08 deu-se pelo seguinte: É que a redução que nós propusemos nessa Emenda começaria no ano de 2009, a redução da alíquota. Enquanto que a Emenda 16, que substitui a 08, eu proponho a redução da alíquota a partir do ano de 2008. Era essa a explicação que eu gostaria de dar a V.Exa. e à Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Acolhe a manifestação do nobre Senador Antônio Carlos Valadares e concede, pela ordem, a palavra ao nobre líder dos Democratas, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, estou sendo surpreendido e... Surpreendido pelo hipotético substituído Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu suponho que S.Exa. tenha sido comunicado pela... Comunicado hoje. Bom, é um direito. Eu não quero discutir, do ponto de vista regimental, se há legitimidade ou não há legitimidade. O que eu quero discutir é que está se fazendo uma mudança na regra do jogo, no início do jogo, no apito inicial. E isso, evidentemente, poderá sujeitar as relações entre os que querem a prorrogação e os que são contra a prorrogação da CPMF a um tensionamento(F) das relações. Esse fato não é, por hipótese alguma, aceito como um fato corriqueiro, por parte dos Democratas. Eu entendo um desrespeito, claro, é uma posição pessoal minha, ao Senador Mozarildo, mas essa é uma questão que a ele compete. Agora, entendo que se está unidade a regra do jogo pela mudança da constituição da Comissão de Constituição e Justiça, na última hora, sem aviso prévio, e o que nos dá o direito e a legitimidade para fazermos aquilo que julgarmos conveniente daqui para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa, ciente da manifestação do Senador Mozarildo Cavalcanti, deseja aproveitar a ocasião para convidá-lo que se o afastamento se confirmar, continuar participando dos debates, que S.Exa., como

Senador, tem direito de participar, ainda que não seja titular nem suplente da Comissão, dos nossos trabalhos. E, portanto, eu concedo agora a palavra...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Pela ordem, ao nobre Senador Flexa Ribeiro e depois a S.Exa. Senadora Ideli Salvatti, líder do PT.

(soa a campainha).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Marco Maciel, Relatora, Senadora Kátia Abreu, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, já foi dito pelos Senadores que me antecederam que, regimentalmente, a nobre Senadora Ideli Salvatti tem toda a legitimidade para fazer a substituição que foi aqui anunciada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu quero só aproveitar esse momento para me solidarizar com o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela forma correta e determinada do seu posicionamento, que ele aqui expressa antes do início desta Sessão, em que a nobre Relatora vai dar conhecimento do seu parecer. E lamentar porque, há poucas semanas atrás, tivemos um episódio semelhante a esse, também com a substituição de dois Senadores aqui da CCJ e que o resultado não trouxe nenhum benefício ao Governo, muito pelo contrário.

Então, eu queria pedir à nobre Senadora Ideli Salvatti, que me parece que ela ainda não deu entrada no protocolo, porque Senador Mozarildo tomou conhecimento de que, nesse instante, de que seria substituído, para que ela repensasse se é uma estratégia política correta ou não a substituição de um Senador que é membro, desde o... Por indicação do bloco do Governo na CCJ e que, por discordar de uma posição pontual, está sendo substituído dessa forma, que eu considero não... Apesar de regimentalmente permitida, mas politicamente incorreta.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra, pela ordem, à nobre líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito grata, senhor Presidente. Em primeiro lugar, eu quero agradecer as palavras do Senador Arthur Virgílio, que entende perfeitamente a situação política que nós estamos vivenciando e que, portanto, o artigo do Regimento que permite a qualquer líder, numa determinada situação, de fazer as substituições devidas e adequadas para o objetivo central que se almeja, possam ser alcançados.

Agora, gostaria também de deixar muito claro de que busquei, até a última hora, e o Senador Mozarildo

é testemunha, de levar à discussão, eu já fiz inúmeras substituições em Comissões, ao longo deste ano, na Casa, e nunca tive qualquer tipo de reclamação ou debate porque sempre busquei fazê-lo, dentro do consenso dos líderes e dos membros da Comissão, atendendo determinadas necessidades.

Espero que, da forma como nós conduzimos também este processo, conversando, de forma muito franca e respeitosa, entre eu e o Senador Mozarildo, que nós não tenhamos nenhum problema da nossa convivência. E, para os que estão angustiados, o Senador Mozarildo não sairá da Comissão. Ele apenas deixou de ficar como efetivo e está mantido como suplente. Portanto, ele estará em todas suas prerrogativas de debate, de apreciação, de relatoria, se o Presidente da Comissão assim o desejar, e tão-somente nós não poderemos contar, porque infelizmente, apesar de todos os nossos apelos, nós não poderíamos mesmo contar com o voto dele favorável à prorrogação da CPMF. Mas até, conforme conversa que nós tivemos, nunca houve qualquer tipo de situação, aqui na CCJ, que ensinasse, em outro momento, sobre outra matéria, muito pelo contrário, o Senador Mozarildo foi um excelente parceiro naquela Comissão que nós constituímos para agilizar os processos judiciais; foi, inclusive, Relator de um importante Projeto, que foi aprovado por unanimidade, na última quarta-feira, numa demonstração inequívoca de que nós não temos nenhum problema de relação com o Senador Mozarildo.

Agora, todos sabem que esta votação da CPMF é uma votação que tem um caráter extremamente delicado para com o país, para com os recursos necessários para que o país continue se desenvolvendo e distribuindo renda e, principalmente, promovendo a inclusão social, recursos que a CPMF contribui de forma significativa.

E, portanto, eu quero aqui deixar registrado que buscamos, até a última hora, não ter a necessidade de fazer a... Não foi nem substituição, nós... Só a alternância, que eu espero, inclusive, que seja só neste período, que foi essa sinalização, inclusive, que eu fiz ao Senador Mozarildo; depois, passada essa votação, nós poderíamos, inclusive, recompor a sua posição como efetivo. Mas ele continuará convivendo, não tão só como Senador, mas como membro da CCJ, infelizmente, durante um pequeno processo de votação, na condição de suplente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Presidente, pela ordem.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concedo a palavra, pela ordem, ao

nobre Senador Arthur Virgílio, que já tinha solicitado anteriormente, e logo após, ao Senador Osmar Dias. E ao Senador Mário Couto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Presidente, só para registrar que a decisão do bloco do Governo, de manter o Senador Mozarildo como suplente, renova as esperanças da oposição. Porque, de repente, o novo titular, que eu não sei quem é, tem uma enxaqueca, aí, volta o Mozarildo.

(risos).

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, o nobre Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, eu queria fazer uma consulta a V.Exa. A substituição de um Senador, numa Comissão, tem um rito, tem algumas providências que antecedem a esse... Essa tomada de decisão. Entre elas, a leitura de um expediente na Mesa do Senado. Eu gostaria de saber se já houve isso, se já foi lido.

(soa a campainha).

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Se já foram cumpridos, enfim, os passos para se concretizar esse ato de substituição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente. Eu posso informar, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A informação que a Presidência pode dar é que o Requerimento não chegou ainda à Mesa...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu posso informar, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Desta Comissão. E também não fui cientificado pela Mesa do Senado que tenha ocorrido entrada no Plenário. Mas, talvez, como a líder se encontra presente, ela possa lhe esclarecer se já foi adotada essa providência, que, regimentalmente, é a recomendada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu posso fazer a explicação de forma muito clara. É óbvio que seria absolutamente inadmissível da minha parte, antes de ter a conversa final com o Senador Mozarildo, que só foi feita agora no início da Sessão, eu tomar qualquer providência no sentido da modificação da composição.

Portanto, nós fizemos a conversa, mediante a confirmação da posição de voto do Senador Mozarildo, só a partir disto é que eu assinei o documento e ele foi, há poucos minutos, encaminhado ao Plenário para a sua leitura.

Portanto, o Senador Mozarildo, no dia de hoje, na Sessão de hoje, continua na condição, obviamente, de efetivo.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, concedo agora a palavra ao nobre Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Presidente, vou ser rápido, mesmo porque vários Senadores já...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – tem a palavra V. Exa.

(soa a campanha).

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – ...Se pronunciaram a respeito do fato. Só para dizer, Presidente e nobre Relatora, que este fato não é um fato que se vê toda hora. É um fato raro...

(soa a campanha).

Pode até ser legal, concordo, mas é um raro. Isso não é normal. E, logicamente, que deixa o Governo aqui, até para que todos os líderes tomem conhecimento, que se pode trocar. É o jogo do Governo. O Governo não quer, obviamente, ninguém aqui na Comissão, que vá votar contra a CPMF. Então, está claro, o Governo mostrou isso hoje claramente. E também nós temos a obrigação, como disse o Senador Arthur Virgílio, de fazermos a mesma coisa, se isso for o caso.

Eu pedi o aparte, Presidente, apenas para prestar minha solidariedade ao companheiro Mozarildo, agradecer a Deus porque este voto está garantido no Plenário; ele está aborrecido, não é para menos, não é para menos, não acreditaram... Faltou credibilidade no Senador. Que é isso? Senador de quantos anos? Só porque ninguém... Voz do Senador para mim... Ninguém conseguiu convencê-lo até hoje que a CPMF é boa para o país, ia votar contra. Ia, não. Vai. Felizmente, vai.

Então, eu quero dizer aos líderes do PSDB, do PFL, que podem fazer a mesma coisa daqui para diante. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou conceder a palavra agora à nobre Senadora Kátia Abreu. Antes, porém, devo comunicar ao Plenário desta Comissão que o parecer da Relatora está sendo distribuído a todos os membros da Comissão, titulares, suplentes e Senadores presentes.

Concedo, portanto, a palavra à Relatora, Senadora Kátia Abreu. Tem S.Exa. a palavra.

(soa a campanha).

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de, excepcionalmente, pedir autorização de V.Exa. para usarmos o *datashow* nessa parede, para que os nossos Senadores e Senadoras

possam ter uma visibilidade melhor da nossa apresentação. Habitualmente, nós usamos essa tela, que também serão reproduzidas aqui nossas transparências, mas eu preferi que aqui pudesse ser de frente, para melhor comodidade dos meus colegas, Senadores e Senadoras. Nós pretendemos não fazer aquela leitura tradicional, só apenas do voto final, e transpor o nosso Relatório e todas as nossas idéias através de um *datashow*, para que possa, sim, ficarem melhor esclarecidas aos colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, portanto, a Senadora Kátia Abreu.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, antes da Senadora começar a sua exposição...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

(soa a campanha).

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A idéia que tenho é de que é evidente, até pelo acordo que se fez, que se terá vistas até amanhã, para que se faça a votação da matéria amanhã. Então, a minha sugestão era que, se algum Senador tiver dúvidas, ao final da explanação da Senadora Kátia Abreu, que V.Exa. abrisse um tempo, apesar das vistas, para que se fizesse uma preliminar aqui, em cima das dúvidas suscitadas nessa primeira abordagem do Relatório da Senadora.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa vai examinar a proposta de S.Exa., nobre Senador Arthur Virgílio. Portanto, com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigado, senhor Presidente. Eu gostaria de pedir que pudessem apagar essas luzes, por favor, para ficar mais visível.

Eu quero cumprimentar a todos os colegas, Senadores e Senadoras, a todos os presentes, e dizer que, ao longo dessa semana, por várias e várias vezes, principalmente a imprensa, me questionou quanto tempo eu levaria para apresentar este Relatório. E, na realidade, eu busquei em Édith Piaf a resposta para essas perguntas, que, quando perguntava qual o tempo suficiente de uma apresentação, ela respondeu que "*nide ja, nide ancor(F)*", "nem já, nem antes e nem agora". Então... E "nem ainda". Então, eu quero ficar neste meio termo da sugestão de Édith Piaf, para não cansar os senhores e nem que possa ser tão rápido que não possa elucidar as dúvidas que possam vir até agora.

Eu gostaria, senhor Presidente da nossa Comissão, CCJ, agradecê-lo pela confiança do convite para relatar uma matéria tão importante aqui nesta Casa. Mesmo com o início de mandato, eu quero agradecer esta confiança e essa oportunidade, principalmente, ao senhor, a V.Exa., agradecer ao meu líder, José Agripino Maia, ao meu Presidente dos Democratas, Rodrigo Maia, ao Senador Presidente da Fundação Liberdade e Cidadania, dos Democratas, Senador Jorge Bornhausen, os colegas, Deputados e Senadores Democratas, por essa confiança e essa oportunidade; agradecer a toda a equipe do meu gabinete, os técnicos de orçamento, que aqui nos ajudaram, aos economistas, que puderam contribuir e que, se não fosse toda essa equipe, eu jamais conseguiria apresentar as nossas teses com a clareza que eu espero aqui poder apresentar.

Mas, agradecer também a todos vocês, colegas Senadores e Senadoras, a todos da oposição e também da base do Governo, pela consideração, pelo carinho, pela maneira gentil com que tem conversado e tratado comigo, desde o início da destinação dessa relatoria, e eu tenho, então, que agradecer a todos vocês, independente do pensamento de cada um a respeito dessa matéria.

Agradecer a todas as manifestações que recebemos de todo o Brasil, e um agradecimento especial à imprensa. À toda a imprensa, que foi da maior importância, neste período, para esclarecer à sociedade do que nós estamos tratando e o quanto é importante essa matéria para o país.

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu tenho absoluta convicção e conhecimento da responsabilidade que tenho aqui nas mãos. Eu não gostaria de fazer deste Relatório, deste momento e desse episódio apenas uma luta da oposição contra o Governo ou vice-versa, mesmo porque nós estamos aqui tratando, neste momento, nós estamos tratando de uma coisa muito maior, que se chama Brasil. Nós estamos tratando dos brasileiros, das nossas famílias brasileiras, nós estamos falando de recursos da saúde, nós estamos falando de recursos do PAC, nós estamos falando de recursos do "Bolsa Família", dos investimentos para o país, nós estamos falando da economia brasileira e de sua estabilidade, principalmente nós estamos tratando aqui, nessa matéria, do nosso futuro, do futuro das famílias do Brasil.

E eu confesso que tive dois sentimentos distintos, em todo esse período de quase 60 dias de trabalho e de estudo. Um primeiro sentimento de satisfação, por ter tido a oportunidade de conviver com tantas pessoas brilhantes, na área de economia e de orçamento, aonde eu tive a oportunidade de aprender muito. Não

o suficiente, não o que deveria, mas bastante, para me deixar bastante satisfeita, com esses novos conhecimentos que aqui pude obter com a experiência desse Relatório. E um segundo sentimento, de muita preocupação. Em todos esses dias, em nenhum momento, eu consegui encontrar algum técnico, algum economista, algum especialista em orçamento, algum jurista que, de verdade, pudesse dizer que a CPMF é um imposto bom para a sociedade e que esse momento não fosse o melhor momento para que nós pudéssemos fazer as melhores mudanças e as necessárias mudanças de que nós tanto precisamos.

A grande opção que tem que ser feita nesse momento é se nós vamos aproveitar o crescimento internacional e apenas surfar nessa onda ou se nós vamos fazer também a nossa parte, somado a essa onda internacional de crescimento, e que nós possamos, então, aumentar ainda mais os patamares e os percentuais de crescimento do PIB que o Brasil se arrasta, ficando na lanterna dos países que compõem o BRIC, que nós conhecemos tanto.

Nós precisamos enfrentar, de maneira corajosa, e eu tenho certeza de que no Senado Federal não falta essa coragem, nós precisamos enfrentar o descompasso terrível da política monetária do Governo e da política fiscal. A política monetária, que nos sinaliza, a todos os momentos, de que nós temos que conter a inflação, de que nós temos que conviver com o arrocho, de que nós precisamos lutar por esse equilíbrio da inflação. E, ao mesmo tempo, nós temos uma política fiscal, praticada pelo Ministério da Fazenda, que tende e estimula a expansão dos gastos completamente, totalmente, se opondo à política monetária do Governo.

É esse descompasso da política monetária e da política fiscal que nós do Senado temos a obrigação, e nunca vamos fugir dela, de tentar fazer com que ela possa ser composta.

Enfim, nós estamos aqui, na verdade, para discutirmos e debatermos, não oposição e Governo, Governo e oposição. Nós temos que achar um caminho de como nós podemos fazer para livrar a sociedade brasileira dessa carga tributária tão alta, como é que nós podemos fazer nós, Senadores e Senadoras, para livrar as pessoas, as famílias, desses 40 bilhões de reais.

Eu gostaria de dizer que nosso Relatório será apresentado em três fases. Nós vamos fazer, o mais rápido possível, para que não possa cansar a todos vocês, mas nós vamos fazer, em primeiro lugar, uma contextualização da economia brasileira e nossos dados macro. Posteriormente, nós falaremos especificamente da CPMF e, finalmente, as sugestões e alguns exercícios, para que nós possamos encontrar um caminho, todos nós juntos, para que o Governo possa ficar livre

da CPMF, ficar... Abrir mão da CPMF e a sociedade ficar livre do pagamento desses 40 bilhões de reais.

Antes de abrir a primeira tela, eu quero dizer ao Senador Mozarildo Cavalcanti que a sua presença na CCJ, mesmo não votando na CCJ, me dá muita alegria, muito prazer, e eu me sinto realizada e confortada em saber que V.Exa. já tem o seu voto definido em favor do Brasil. E que mesmo não votando aqui, eu gostaria de pedir a sua presença, que o senhor continuasse conosco, porque o senhor não é só importante pelo seu voto na CCJ, a sua importância é muito maior do que este voto. Por favor, a primeira tela.

Esses números todos nós já estamos cansados de ver, que é o aumento da carga tributária, ao longo desses anos de 99 a 2007, nós tivemos quase 10% de aumento de carga tributária, de 28% para 33. O que nos preocupa, nessa pesada carga tributária, não é só o descompasso da nossa carga tributária em relação aos nossos países competidores; o que nos preocupa sobremaneira, com relação à carga tributária brasileira, é que, desses 33% de tudo que o país arrecada, de tudo que o Governo, Estados, União e Municípios arrecadam neste país, 48% está focado e dependente do consumo. E apenas 23% do que é arrecadado neste país está em cima da renda.

Então, quando nós falamos que a nossa preocupação é de que 48% estão tributados em cima do consumo, isso significa que este tributo sai da conta do trabalhador, quando ele se dirige ao supermercado, quando ele se dirige à farmácia, quando ele se dirige à loja de roupas, de eletrodomésticos, enfim, quando ele pega todo o seu salário, que nada sobra para poupar, e ele vai aos caixas do comércio do Brasil inteiro gastar o seu recurso e ali deixar 36% de carga tributária para que os empresários, pequeno, médio ou grande, possa captar esses recursos e entregar para Estados, União e Município.

Ao contrário dos Estados Unidos, os impostos arrecadados nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, que é 48% em cima do consumo, lá, apenas 16% da arrecadação dos Estados Unidos é em cima do consumo e 49% em cima da renda, totalmente ao contrário do que nós praticamos no Brasil.

Com esses dados e esses números, nós precisamos mostrar ao Governo que nós jamais poderemos fazer mudanças em maus momentos. Nós precisamos fazer as mudanças justamente quando os momentos bons estão presentes. E esse crescimento mundial, ele está dando essa grande oportunidade aos países emergentes para que eles possam fazer essas grandes transformações, os grandes ajustes necessários, para que possam crescer e deslanchar e saírem de países em desenvolvimento para países desenvolvidos.

Então, senhor Presidente, nós precisamos, nesse momento, evitar que o Governo apenas coloque na nossa economia, na formação do PIB brasileiro; o Governo não pode continuar contribuindo com 20 e tirando, com a outra mão, 36. Isso significa esse descompasso e essa diferença tão grande do que o Governo gasta com que o Governo tira é que nós estamos, não só tirando a gordura, o suor do povo brasileiro, mas nós estamos entrando na carne e tirando o seu próprio sangue para manter essa carga tributária tão pesada. Próximo, por favor.

Aqui eu gostaria rapidamente de mostrar que nós estamos com uma carga tributária de 36, praticamente igual à carga tributária de países industrializados, e nós estamos muito distantes dos países comparados a nós, que também são países emergentes, com a carga de 27. O que isso pode significar para nós? Significa como uma indústria ou como um segmento de serviços. Quando eu estou trabalhando, a minha preocupação é avançar e buscar mercado e preocupar com meus concorrentes. O que eles estão fazendo melhor do que eu, que eu possa copiá-los, para que eu não possa perder a minha competitividade? E eu quero transferir esse exemplo de industrial brasileiro ou de qualquer lugar do mundo, que a nossa indústria concorrente é a indústria chinesa, é a indústria indiana, é a indústria Rússia, é a indústria do México e a indústria do Chile. Nenhum industrial pode ir para o mercado, buscar esse mercado, com uma carga tributária de 36, e os seus concorrentes, ferozes, entre outros atributos que têm as suas economias, concorrerem conosco com uma carga tributária de 27. Essa carga tributária é de países emergentes. A carga tributária dos países da América Latina, que são também nossos concorrentes, está em torno de 24 a 25%.

E a consequência real disso, ela já está acontecendo. Do ano de 2006 para o ano de 2007, o Brasil perdeu, nada mais nada menos, do que um bilhão de dólares, Senador Wellington Salgado, um bilhão de dólares em exportações para os Estados Unidos. E nós perdemos esse espaço, nada mais nada menos, para a nossa indústria concorrente que, no caso, é a indústria China.

Se nós continuarmos com essa evolução de perda de mercado americano apenas, ao longo de 10 anos, um bilhão de dólar/ano, em 10 anos, nós vamos perder metade das exportações para os Estados Unidos, para a China, se nós não tomarmos uma providência corajosa e urgente, não contra o Governo, mas para proteger o nosso país desse concorrente tão forte que temos hoje.

A carga tributária da Índia, país emergente, 9.7; carga tributária da China, 19.8; carga tributária da

Rússia, chega a quase 30. E o Brasil, diferente dos países que compõem o BRIC, nós estamos com 36% de carga tributária.

Para os Srs. e as Sras. Senadoras terem uma idéia, do ano de 2000 a 2006, os nossos concorrentes, China, Índia e Rússia, aumentaram suas exportações, de 2000 a 2006, em mais de 200%; de 200 a 288%, aumentaram suas exportações. E nós, brasileiros, do ano de 2000 a 2006 só conseguimos aumentar nossas exportações em 149%. A próxima, por favor.

Na minha opinião, eu tenho certeza que na opinião de todos os senhores que têm o preparo e conhecimento da economia, sabem que esse gráfico é um gráfico crítico. Eu quero aqui transferir a pergunta para um pai de família, brasileiro, responsável. Como pode um pai de família, brasileiro, aumentar a sua arrecadação, aumentar o seu ganho em 7.8% e aumentar os seus gastos em 9.1, enquanto o Produto Interno do país cresce 4.7? Se alguém conseguir me explicar qual é a mágica que vai fazer com que um país possa sobreviver com esses indicadores, eu gostaria muito de aprender. E isso significa que o ritmo de crescimento das despesas, ele não pode ser absolutamente maior do que o crescimento do PIB, que é o Produto Interno Bruto, que é tudo que é produzido neste país.

Isso significa, quando esses dois indicadores de despesas e de gastos estão muito acima do Produto Interno Bruto, significa que eu estou desaquecendo a economia, que eu estou tirando recursos da produção e do desenvolvimento. E, lá, vocês vão observar o que ocorreu no ano de 2006 e persiste no ano de 2007, e com a velocidade do aumento dos gastos públicos, nós vamos continuar nessa escalada que nós não sabemos qual o fim poderá chegar.

Apenas do ano de 2000 a 2007, seis anos, as despesas públicas cresceram 62% e o Produto Interno Bruto, o PIB, cresceu apenas 20%. A próxima, por favor.

Aqui é uma tabela de produtos que as famílias brasileiras costumam, entre tantos outros produtos, costumam utilizar, e eu quero focar principalmente no café e no leite, aonde aquele quilincho de café, que a dona de casa compra no supermercado, 21% do preço do quilo de café são impostos. E, desses 21% de impostos embutidos no quilo do café, 4% é a CPMF. E, no caso do leite, os impostos correspondentes a um litro de leite é 13% de impostos, um litro de leite que uma família brasileira compra na padaria, 13% são impostos, e, desses 13%, 5% é CPMF.

Eu gosto muito da geladeira porque é uma utilidade, é um utensílio de primeira necessidade, que não existe nenhuma dona de casa que possa viver sem esse eletrodoméstico tão importante, que tem 47% de

carga tributária, ou seja, uma geladeira de R\$ 800,00, uma geladeira de R\$ 850,00, quase a metade do preço de uma geladeira, que é um utensílio de primeiríssima necessidade, uma geladeira simples, a metade... De uma dona de casa pobre, da classe média, tem que deixar a metade do preço da geladeira para entregar para o Estado Brasileiro financiar seus gastos exorbitantes, mês a mês. Próximo, por favor.

Nós tivemos aqui uma Audiência Pública, a semana retrasada, com os Ministros de Estado, que nos honraram aqui com a sua presença, e o Ministro Mantega disse, nessa oportunidade, que o Governo teria, neste período, desonerado a sociedade brasileira em 30 bilhões de reais. E aqui eu tive a oportunidade de contraditá-lo a respeito desses impostos e dessa desoneração, mas eu não quero aqui novamente cansá-los.

Vamos imaginar que o Ministro Mantega estivesse falando a mais pura e simples verdade, que nesses 30 bilhões não estivesse, inclusive, a correção da tabela do Imposto de Renda, que tudo realmente fosse desoneração. Eu quero apenas lembrar a todos vocês que os impostos criados, de 2003 até agora, especialmente e principalmente os aumentos, as majorações que tivemos nas alíquotas, apenas de PIS e COFINS, nós tivemos um aumento de... Nós tivemos um aumento... Aumento em arrecadação, de 60 bilhões de reais. Mesmo que tivesse desonerado, que não é a realidade, mas considerando que sim, ao mesmo tempo, o Governo deu 30 e tomou 60, apenas de PIS e COFINS.

Nessa lâmina, eu quero aqui que os senhores possam observar, do que, na realidade, nós estamos tratando aqui? Nós estamos tratando aqui o futuro e o ciclo virtuoso que o Brasil precisa entrar, a exemplo de outros países. Essa é a nossa luta. Não pensem as pessoas lá fora ou as pessoas do Governo que nós estaríamos aqui nos desgastando, lutando tanto, apenas por uma briga pessoal, com quem quer que senha. Nós estamos aqui fazendo nosso papel constitucional, que é defender o Estado Brasileiro. É aquele ciclo virtuoso que nós precisamos entrar, que é o ciclo da China, que é o ciclo da Índia e que é o ciclo do Chile. O Brasil está totalmente na oposição desses países. O que nós queremos dizer com esse ciclo virtuoso? Que hoje nós estamos com uma carga tributária pesada, em cima de um gasto excessivo, por parte do Governo. Quando eu tenho carga tributária alta e muito gasto público, não sobra dinheiro nem para os empresários e nem para o Governo fazerem os seus investimentos. Se eu não tenho investimentos, se eu não tenho poupança, eu não posso fazer os investimentos. Se eu não faço investimentos, o meu PIB não cresce. E, portanto, não gera os empregos.

Então, o que nós precisamos fazer, neste momento, a que nós estamos trabalhando? Nós precisamos diminuir os gastos públicos, isso é fundamental que o Governo possa agir como um pai de família responsável, neste Brasil; que nós possamos definitivamente diminuir os gastos públicos para que nós possamos diminuir a carga tributária e, assim, sobrar o dinheiro da poupança, tanto pública como privada, para que nós possamos fazer os investimentos, para que nós possamos crescer o PIB porque, a cada meio por cento de crescimento do PIB, nós aumentamos enormemente a arrecadação tributária para o Governo. E o que é mais especial, nós conseguimos aumentar uma base de emprego.

Apenas para avaliar o Chile, o Chile é um país que tem apenas 2% de poupança a mais do que o Brasil. Olha o que significa esses 2% de poupança a mais, quanto o Chile cresceu e quanto o Brasil cresceu, no período de 94 a 2005. Apenas com 2% a mais de poupança, proporcionando investimento e proporcionando o crescimento do país. A próxima, senhor. A próxima, por favor.

Aqui, rapidamente, apenas para que a gente possa, neste momento, entrar na segunda fase, que é especialmente a CPMF, aonde nós queremos mostrar a sua característica e o quanto ela é nociva à economia. E, na realidade, o fim da CPMF vai significar muito mais do que apenas terminar e findar com um imposto nocivo para o país. Mas eu tenho muita crença de que através do fim da CPMF, ela servirá como uma alavanca propulsora da Reforma Tributária que todos nós, no Senado, por unanimidade, esperamos fazer.

Então, a arrecadação, que já foi 6.9 bilhões, nós estamos com 36. Nós, que alguns anos atrás, de 95 a 2002, já arrecadamos nove bilhões de CPMF, de 2003 a 2007, nós estamos arrecadando 27 bilhões de CPMF por ano. Nós estamos arrecadando três vezes mais o valor da CPMF do que do ano de 95 a 2002. A próxima.

Essa é para mostrar o avanço da CPMF sobre o contribuinte. A CPMF, Senador Sibá Machado, ela já significou R\$ 42,00 *per capita*. E hoje a CPMF corresponde a R\$ 188,00 *per capita* para demonstrar o avanço dela sobre o contribuinte. Agora nós estamos... Próxima tela, por favor. Próxima tela.

Aqui, nós estamos tentando demonstrar aos senhores e às senhoras alguns pontos importantes de quanto a CPMF é nociva para a sociedade. No art. 150 da Constituição Federal, prevê, no seu inciso IV, onde veda a utilização de tributos com efeito de confisco. Este é um artigo importante da Constituição, mas ainda não pudemos debater para medir e achar o ponto certo de quando um tributo é apenas um tributo ou quando

ele se torna um confisco. Essa discussão é uma discussão ampla, que nós precisamos nos aprofundar, para estarmos vigilantes, não só nesse Governo, mas nos Governos vindouros, para que nossos impostos nunca possam se transformar de tributos a confisco da população.

Mas seu primeiro efeito nocivo é seu imposto em cascata, de péssima qualidade. Gostaria muito que os senhores compreendessem, não sei se me fiz entender neste quadrinho primeiro, mas para que eu possa arrecadar 39 bilhões da CPMF, eu tenho que tributar 10 trilhões de reais. Isso significa quatro PIB's brasileiros. Essa conta é facilíssima de achar. Basta pegar os 40 bi da CPMF e dividir por 0.38. Você vai achar 10 trilhões de reais. É o que você precisa tributar para arrecadar os 39 bilhões da CPMF. É uma judiação o que nós estamos fazendo com a nossa economia, o que nós estamos fazendo com a nossa sociedade; o nosso PIB é apenas dois trilhões e meio. Então, um PIB sozinho não é suficiente para arrecadarmos os 39 bilhões, Senadores.

O segundo ponto, e mais ainda em cascata, todos nós sabemos que, em toda atividade, em todos os momentos, é uma arrecadação indireta. Não é uma arrecadação com carnê, que você vai na boca do caixa e paga. Mas é o mais perverso, porque ele é indireto e aciona todas as fases da economia. O segundo ponto é o seu sentimento... É a sua atuação confiscatória(F). E eu vou dar, para exemplificar, um e-mail que eu recebi da Bahia, do interior da Bahia, aonde o cidadão me reclamava o seguinte, que ele vendeu uma casinha por 10 mil reais, e ele não tinha conta corrente. Ele pediu uma conta de um parente emprestado e depositou. Lá pelas tantas, o parente ia viajar, e ele estava prestes a negociar uma casa do mesmo valor num outro lugar, e ele teve que tirar dessa conta desse parente e passar para a conta de outro parente, para que pudesse estar com o dinheiro disponível na hora que comprasse a casa. Simplesmente, só, "dona Senadora", ele escreveu assim, "quando eu fui comprar minha casinha de 10 mil reais, eu tive que tirar uma diferencinha(F) emprestada de alguém porque o Governo confiscou um pedaço da minha casa". Então, isso que é ser confiscatório(F).

Nesse episódio, não houve transição financeira, não houve ganho de patrimônio, simplesmente estão lhe tomando um pedaço do seu patrimônio, assim como o assalariado, que soa o mês todo, coloca o dinheirinho na conta e, quando vai tirar, está lá o confisco em cima do seu salário. Quem é que diz que naquele salário houve ganho patrimonial? Nós só vamos saber no final do ano, na declaração de Imposto de Renda.

O terceiro ponto é o tributo do tributo. Então, se eu pego um cheque e pago o IPVA do meu carro, o IPTU da minha casa, o ICMS, o COFINS, todos os pagamentos em cheque que eu faço ou que eu saco da minha conta, eu estou pagando de novo a CPMF. É tributo do tributo. Próximo, por favor. E ainda tem gente que conseguiu colocar o apelido desse imposto de imposto do cheque.

A quarta questão nociva deste imposto é a questão da regressividade, que têm muitos Senadores aqui que debateram e ficaram preocupados com essa regressividade da CPMF. Ela é escandalosa. Em cima de um cidadão, que ganha até dois salários mínimos, eu coloquei números conservadores, escolhi os cálculos mais conservadores, que têm economistas que dizem que é 2%, então, está aqui, para quem ganha... Alguma dúvida, Senador? Em cima de quem ganha até dois salários mínimos, a CPMF significa 1.8%. E quem ganha mais de 30 salários mínimos, ela incide com 1.20 apenas. Próximo, por favor.

Aqui é o quinto ponto para que nós possamos acabar com a CPMF. Nós poderíamos ficar aqui muito tempo falando sobre ela, mas eu vou poupá-los e vou tentar ser mais rápida possível. Aqui é o seguinte. Esse número é... 10.1% da SELIC é a previsão própria para 2008 do Governo, no PLOA 2008. Então, o Governo está fazendo uma previsão de que, o ano que vem, a Taxa SELIC estará 10.1, certo? Aí, vem um estudo do Banco Central, que foi distribuído aqui no dia dos Ministros, deu um constrangimento danado aqui dentro, um estudo do Banco Central, que propõe o seguinte: Se a CPMF não existir, a Taxa SELIC cai 0.93. Se a CPMF não existir, nós teremos redução da Taxa SELIC. Mas, mesmo assim, um amigo disse outro dia: "Mas você nem está aparecendo oposição, quer ajudar tanto o Governo". Num número mais conservador, de outro economista que nós escolhemos, não estamos usando o 0.93 do Banco Central, nós estamos avaliando apenas uma redução de 0.50, aonde a Taxa SELIC, então, poderá cair para 9.5.

É muito importante guardar este número porque, lá na frente, nós vamos ver quanto o Governo vai economizar pela retirada, pelo fim da CPMF, com a ajuda de todos os senhores, está nas nossas mãos, lá na frente nós vamos entender que essa redução pequena, essa pequena redução que vocês estão vendo aí, de 0,5%, quanto o Governo vai economizar, lá na frente do nosso Relatório. Vamos para frente.

E acaba que, nessa circunstância, a CPMF, ela não vai inteira para o Governo gastar. Porque, se eu tenho uma SELIC alta, a minha dívida está atrelada a ela, eu vou pagar muito mais despesas com o juro da dívida. E eu vou perder uma parte do efeito da CPMF.

Então, se eu tirar a CPMF, meu juro vai cair. Mas, vamos para frente.

Aqui nós já estamos indo para a fase final do Relatório, e terceira, aonde nós vamos tentar demonstrar, com base legal, o que é que nós podemos fazer para chegar lá. Mas, antes disso, eu gostaria de citar um dado, fontes oficiais, apenas, no ano de 2007, Senador Wellington Salgado, o Governo arrecadou, a mais, 56 bilhões de reais. Em compensação, gastou a mais 50.9 bilhões de reais. Enquanto isso, a CPMF só significou 36 bilhões de reais.

Então, neste ponto, eu gostaria de explicar para os colegas que eu usei duas formas para encontrar o caminho de substituir a CPMF. Eu não quero, de forma alguma, eu que, leiga sou, apenas psicóloga, produtora rural, aqui vir dar aula de economia para o Governo e, muito menos, para meus colegas que têm muito mais experiência do que eu, mas, junto com vários economistas, com vários técnicos do orçamento, com vários juristas, nós estamos pretendendo fazer um exercício com os senhores, para que a gente possa achar esse caminho, com tranquilidade, com a consciência tranquila, de poder votar e dizer ao Governo, mesmo aqueles que são da base: "Sou da base, mas estou seguro com o meu voto porque o meu voto é correto". Esse exercício é apenas para isso, para nos dar a tranquilidade, que nós todos, não só a base do Governo, mas também para os Senadores de oposição, que têm essa preocupação com a economia brasileira, de que nós possamos votar com tranquilidade que o Brasil não vai sair da América Latina, do mapa da América Latina, porque vai ficar sem 40 bilhões de reais.

Então, nós focamos o nosso Relatório em dois pontos: O primeiro, na LDO. Nós aprovamos a LDO, em junho deste ano, que foi enviada até abril, se não me engano, e lá na LDO, nós sabemos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que vai orientar o orçamento da União. Lá na LDO, tem sempre um artigo, e isso é natural em todas as LDO's, de todos os Governos, tem um artigo que diz o seguinte: O que eu, Governo, faço se faltar uma receita? Então, o próprio Governo envia para o Congresso Nacional e nós aprovamos essa prescrição médica. Então, na realidade, eu poderia parar o projeto por aqui, pegar o artigo 100 da LDO, e dizer: "Está aqui, Governo. Você que deu a receita. Você vai procurar os meios e caminhos de redução de gastos e de gastos desnecessários e arrumar as fontes substitutas". Então, aqui só para passar todos, esse art. 100, esse é o caput do art. 100. Esse é o corpo, é o meio principal, não principal, mas uma parte do artigo 100, apenas uma página, que é um artigo pequeno, e até aqui, este artigo da LDO, que nos ensina aonde buscar receita substitutiva, ele é idêntico

aos Governos anteriores. A única novidade, de 2003, para cá, de 2004, desculpa, porque quem fez a LDO de 2003 foi o Governo anterior, mas, de 2004 para cá, foi acrescentado um parágrafo. Gostaria que passasse ele. Foi acrescentado esse parágrafo. O restante é tudo igual aos outros Governos, às outras LDO's que vieram para cá. O que tem de excepcional nesse parágrafo? É porque, neste parágrafo, o Governo dá mais três sugestões de como encontrar o substitutivo, o substituto para os 40 bilhões de reais.

E, aí, colegas, Senadores, colegas, Senadoras, eles estão propondo mais três fontes: Excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive, de operações de crédito, isso significa emitir título e endividar o país, e isso é uma coisa que pode acontecer; você deixa de pagar uma conta e se endivida para pagar outra ou você poderá usar o superávit financeiro. Essa é uma receita que está na LDO, enviada pelo Governo. Então, é de autoria do Executivo e demonstra o que nós podemos fazer nestes casos. Próximo.

Bom, colegas, eu gostaria muito que pudessem, junto comigo, que a gente pudesse exercitar, isso aqui é apenas um exercício de sugestões, estritamente dentro da Legislação, embasado na LDO e nas contas de economistas de todo o país, que podem nos indicar o que vai ocorrer de positivo com a economia se a CPMF for retirada.

Então, repito, nós queremos é tranquilidade para mostrar para nós mesmos, em primeiro lugar, para nossa consciência, de que nós não daremos prejuízo à Saúde, nós não daremos prejuízo ao Bolsa Família, aos investimentos, e, principalmente, ao equilíbrio da nossa economia. O máximo que nós queremos mostrar é que o Brasil precisa de disciplina orçamentária; precisa de disciplina orçamentária para avaliar a carga nas costas do povo brasileiro.

São sete... São seis exercícios, que aqui nós vamos fazer, que nós podemos discutir outros números e outros indicadores, outras fontes, e nós estamos aqui totalmente abertos para isso, mas nós fizemos este exercício para apresentar aos senhores e às senhoras, para que nós pudéssemos, juntos, chegar à conclusão ou não, de que é possível ficar sem os 40 bilhões de reais.

E eu começo pelo nº. 01, aonde cada item daquele, eu pretendo ir numa tela, explicando cada item, e voltando nela novamente. Eu já usei 30 minutos, vou usar mais 15, senhor Presidente, para encerrar essa apresentação. Nós estamos, aí, sugerindo o... O cancelamento de despesas discricionárias de custeio na rubrica Poderes e Administração. Quando eu digo Poderes, não é o Poder Judiciário. São os poderes Ministérios. Por favor, apresente a tela seguinte. Essa diz

respeito a essa nossa propositura. O que ocorre? Os Poderes, os Ministérios e a Presidência da República, vão chegar até o dia 31 de dezembro com um gasto de 15.1 bilhões de reais. E está pedindo, no PLOA 2008, um aumento dessas despesas, repito, discricionárias e, para que não fique nenhuma dúvida, em despesas discricionárias não tem folha de pessoal, não tem servidor público, porque isso é despesa obrigatória. Apenas nas despesas discricionárias, nas despesas livres, nós estamos impondo ao Chefe do Executivo e os seus Ministros 36 Ministérios que nós possamos ter um corte e não considerar esse aumento, manter o que foi gasto em 2007, apenas com a variação da inflação. Então, no caso de ser 15.1 bilhões de reais para o Executivo e seus Ministérios, teriam, na verdade, 15.7, aonde apenas aí, nas despesas discricionárias de custeio, nós poderíamos ter uma economia de 6.2 bilhões de reais. A próxima, por favor.

Volto na tela novamente, para que a gente possa se ater ao segundo item, onde nós estamos propondo o cancelamento proporcional de despesas de capital, historicamente não empenhadas, no valor de sete bi e meio. Próxima tela, para explicar esse nº. 02.

Se vocês observarem esses anos de 2004, 2005 e 2006, nós vamos encontrar essas despesas de capital que não foram empenhadas, no valor de 27, em 2004, 28%, em 2006, e, com certeza, deverá chegar a 28% em 2007, que são despesas de capital, que não foram empenhadas.

Eu vou dar um exemplo de que são essas despesas não empenhadas, com certeza, serão as minhas Emendas individuais, vão estar aí dentro que, com certeza, não serão empenhadas, muito menos pagas, as Emendas do Senador Marconi Perillo, do Flexa Ribeiro, do Mário Couto, do Mozarildo. Eu acho que estarão as Emendas do Arthur Virgílio, do Senador Tasso, Jarbas Vasconcelos, com certeza, também suas Emendas poderão estar aí nesse bolo de recursos de despesas de capital não empenhadas. Então, na realidade, o que nós estamos sugerindo não é aproveitar um recurso que não existe. Antes que alguém diga: "Mas como vamos aproveitar o que não foi empenhado? O que não foi empenhado não há existência?" Na realidade, o que nós estamos solicitando é um orçamento real, é um orçamento do tamanho da eficiência do Estado. Não adianta nós fazermos um orçamento de 100 para o Governo, se ele, historicamente, só consegue, a sua eficiência só alcança 70% do que o orçamento aqui dentro é sugerido.

Então, para que você dar uma função de 100 para o Estado Brasileiro, se ele só consegue empenhar e executar 50? Então, vamos fazer um orçamento real, que nós podemos, com certeza, não pedindo nem 27,

nem 28 nem 29 das despesas de capital, mas apenas 25% dos 30 bilhões do ano que vem, que dará um total de sete bi e meio. Todo esse exercício que nós estamos aqui fazendo, discutindo e conversando, isso estamos falando de 2008; é apenas um ano, aonde o PLOA já foi apresentado, que nós temos que obedecer à risca o que está sendo proposto no Orçamento. Em 2009, nós teremos uma folga muito maior. O Brasil vai crescer muito mais depois do fim da CPMF e, aí, nós teremos, o ano que vem, um ano inteiro para fazer a Reforma Tributária, que todos nós aqui queremos fazer. Próxima.

Nº. 03 é o excesso... Na realidade, é a reestimativa(F) já confirmada pelo Congresso. A explicação da terceira, por favor. Está aí. Na realidade, nós já estamos... A Comissão de Orçamento, este ano, no mês de setembro, já identificou, se não me engano, o Relator é o Senador Dornelles, já identificou um excesso de arrecadação na sua reestimativa(F) na Comissão, uma receita líquida de transferência, no valor de nove bi e meio. O que quer dizer isso? O Governo apresentou o PLOA 2008, pensando que ia arrecadar 565. Mas, na verdade, já viu, de acordo com o comportamento da economia, que vai arrecadar 577. Dá nove bi e meio, e isso está fechado e efetivado na Comissão de Orçamento.

Então, na realidade, se o Governo estivesse realmente disposto abrir mão de receitas para diminuir a carga tributária, esse aqui ele não precisava nem pensar, nem dois minutos, em abrir mão para devolver para sociedade, porque isso aqui é real e aprovado pela Comissão de Orçamento.

E usando os mesmos moldes econométricos, para achar os 9,5 bi, que a Comissão do Orçamento achou, nós fizemos, até o dia 31 de dezembro, e encontramos mais dois bi. Então, apenas aqui, nós teremos mais 11 bi e meio, onde o Governo poderá usar para substituir a CPMF. Próximo, por favor.

Agora faltam apenas mais três itens... Esse próximo item e o outro item, eles dizem respeito diretamente com o fim da CPMF. Nós, se conseguirmos, todos os Senadores, a maioria, votar contra a CPMF, nós vamos ter dois ganhos extremamente positivos na economia, com o fim da CPMF. O primeiro ganho é que nós vamos ter um aumento de arrecadação pelo crescimento do PIB e nós teremos uma melhor eficiência das empresas brasileiras. O que é que isso quer dizer? Isso quer dizer que, se nós tirarmos a CPMF, acabarmos finalmente com ela, nós lembramos, naquela coluna lá atrás, que eu pedi aos senhores para guardar aquele número, a SELIC não ia diminuir meio ponto? Então, se nós extinguirmos o 0,38 da CPMF, nós vamos ter 0,5% a menos na SELIC. Portanto, nós teremos menos

juros. O que acontece com o empresariado quando o juro diminui? Quando o juro diminui, ele investe mais. Se ele investe mais, ele acaba arrecadando mais com esse crescimento do PIB.

E eu quero dizer para os senhores, com garantia absoluta, que apenas sem a CPMF, nós temos um crescimento do PIB de 0.6%. 0.4, diretamente no crescimento do PIB e 0.2 pela eficiência das empresas que vão melhorar muito mais. Porque, hoje, as empresas brasileiras, elas ao invés de elas fazerem planejamento administrativo de gestão, elas estão fazendo planejamento tributário. Muitas empresas estão avançando, em outros Estados, não por uma vontade própria, por um desejo macro de expansão econômica, mas... Não é para sonegar também não. Mas para dançar e lutar com a carga tributária que tem. Senador Adelmir Santana, que representa a Federação do Comércio, sabe o que isso significa. Se uma pessoa, um industrial, recolhe o ICMS no Estado do Tocantins, e for exportar pelo Paraná, quando ele chegar lá, ele não tem o ICMS para creditar. Então, o que ele vai fazer? Vai ter uma indústria no Tocantins e uma no Paraná. Isso vai dar competitividade para ele? Não. Ele está fazendo isso para combater o imposto e lutar contra o imposto. Ele não sabe se aquilo vai ser bom para as finanças da sua empresa.

Então, apenas com esse fim da CPMF, nós teremos um crescimento do PIB e também uma maior eficiência das empresas e dando automaticamente um aumento de arrecadação para o Governo, no valor de três bi e 600, apenas com o crescimento de 0.6% do PIB. Próxima.

E esse item é a segunda grande vantagem porque nós vamos ficar com menos... Sem a CPMF. Então, essa é a segunda vantagem da não existência dela. O que significa? Nós vamos diminuir as despesas com juros, em consequência do fim da CPMF em 1.4 bilhões de reais. E eu faço questão absoluta de explicar aonde que nós achamos esse 1.4 bilhões de reais. É uma conta que pode parecer complicada, mas é muito simples.

Veja bem, o que nós fizemos, a nossa equipe toda? Nós pegamos a dívida mobiliária interna, que hoje é um trilhão e meio, a dívida interna, nós separamos os títulos apenas que vão vencer em 2008. Porque não deve um trilhão e meio e não vai vencer tudo em 2008. Senão daria um volume muito maior para o Governo. Mas não é tudo, e nós temos que agir com responsabilidade, nós temos que agir de acordo com a norma orçamentária e com a verdade principalmente.

Então, na realidade, o que nós fizemos foi pegar esse um trilhão e meio de dívidas e encontramos lá dentro, desse um trilhão e meio, 450 bi que vencem o

ano que vem. Apenas 450 bi vencem o ano que vem. Nós pegamos a conta de todos os 450 bi? Não. Nós pegamos só a parte que está atrelada à SELIC, que é mais ou menos 60%. Então, nós pegamos 270 bi, que vencem o ano que vem e que está atrelado à SELIC. Multiplica 270 por 0.5 pontos a menos na SELIC, o que vocês vão achar? Um bi e quatro. Um bilhão e quatrocentos. Apenas pegando o valor da dívida que vence em 2008, que está atrelada à SELIC e multiplicando pelo meio por cento que vai cair da SELIC. Você acha 1.4 bilhões de reais. Aos anos vindouros, se essa taxa continuar caindo, Senador Jucá, esse valor será muito maior, ultrapassará, com certeza, quase 20 bilhões de reais, se nós formos diminuindo os juros SELIC, onde está atrelada a nossa dívida.

Próxima e última é o superávit financeiro, que está naquele § 5º, lá atrás, do art. 100 da LDO, aonde o Governo incluiu esse § 5º. Portanto, permitindo que nós possamos usar esses valores moderadamente, embora não esteja escrito que é moderadamente, mas nós temos que ter muita responsabilidade com o nosso superávit financeiro porque ele é muito importante para o país. É o nosso colchão de liquidez. Então, o que está ocorrendo? “Ah, mas nós vamos usar o superávit financeiro pela primeira vez?” Não. Passa a tela, por favor.

Apenas no ano de 2007, o Governo Federal já usou 19 bilhões do superávit financeiro, através das Medidas Provisórias. Foi a primeira vez? Não. Passa a próxima tela, por favor. Ele usou 2.9 bilhões, em 2005, do superávit financeiro; ele usou 11.9 bilhões, em 2006, e esse ano 19. Portanto, do superávit financeiro, de um valor hoje, que está em torno do dia 31/10, eu peguei o balanço patrimonial da União, o nosso colchão de liquidez, que é o superávit financeiro, tem 353 bilhões de reais. E o Governo, nesses três anos, já se utilizou de 33 bilhões para fazer acomodações no orçamento. Aí, alguém podia perguntar: “Mas não alterou o superávit primário, porque o Governo usou 33 bilhões do superávit financeiro?” Na realidade, não, porque, ao longo do ano, as receitas vão entrando e vai matando e substituindo essas fontes e devolvendo esse dinheiro. No final do ano, se ainda faltou, o que o Governo faz? Aquela coisa da empurra com a barriga para o ano seguinte. Empenha e joga em “restos a pagar” exatamente no valor para cobrir o superávit financeiro.

Então, se nós utilizarmos apenas, como estamos sugerindo, nove bi para completar os 40... Volta a tela, por favor. Eu quero apenas lembrar... A outra ainda... Eu quero apenas lembrar que, do superávit financeiro, alguém podia dizer assim: “Ah, mas nós podemos usar os 350 bi?” Não. Não podemos. Nós só podemos usar as fontes livres. E, dos 350 bi, nós temos 45 bilhões de

fonte livre que, se a fonte é livre, o gasto pode ser livre. E, nas vinculadas, nós conseguimos encontrar, não devia estar ali, mas está, nós estamos na fonte vinculada do colchão nosso, do colchão de liquidez, nós estamos lá depositado 3.4 bilhões da própria CPMF. Então, como é vinculada, foi a única fonte que eu achei no recurso vinculado, que tirou para a CPMF, pode ser usado de volta para a CPMF. Então, nós temos 45 bilhões mais 3.4. Quanto menos usarmos deste dinheiro, melhor para o Brasil. Por isso que nós deixamos apenas este valor... A metade do que o Governo utilizou este ano; o Governo utilizou 20, repito, nós estamos apenas sugerindo a utilização, para 2008, de 9.8 bilhões, para fechar e matar os 40 bilhões que nós pretendemos ficar, que é sem a CPMF. Próxima, pode passar.

Nós temos três mitos que o Governo tem dito à população, que nós vamos ter um caos. Primeiro é o Bolsa Família. Vocês não viram, em momento algum, eu indicando, nesse exercício que nós estamos aqui fazendo, que vamos cortar despesas no Bolsa Família. Nós estamos indicando apenas corte nas despesas discricionárias dos Ministérios e da Presidência da República. O Bolsa Família ficará intacto. Próximo.

O outro mito é o mito da Saúde, que eu acho que vocês já estão até cansados de eu ouvir, de tanto eu falar da PEC 29, da Emenda Constitucional 29, que o Governo insiste tanto nela, que nos obriga a falar toda hora dela, que recurso da Saúde não tem nada a ver com CPMF, se ela vai existir ou não vai. A Emenda Constitucional 29 é clara. O que é o recurso da Saúde? É o gasto naquele ano mais o PIB nominal. Isso vai dar o recurso do ano seguinte, independente do que ocorra. Então, o dinheiro, esse ano, deverá chegar a 45 bilhões, o gasto com a Saúde, até o dia 31 de dezembro, se nós colocarmos o PIB nominal, o dinheiro do ano que vem é 48 bilhões de reais, com CPMF ou sem CPMF.

Agora, acontece que a nossa Emenda Constitucional 29, que nós aprovamos na Casa, ela não era um teto; ela era um piso. O Governo é que fez dela um teto porque não quer gastar mais recurso com a Saúde porque, depois do gasto feito, se o Governo quiser diminuir o gasto com a Saúde, ele não tem como mais porque a Emenda Constitucional 29 não permite. Então, se, lá na frente, imaginem que o gasto com a Saúde chegue em 50 bilhões, o Governo: “Vamos reduzir um pouco, que já está suficiente”. Não tem como. O gatilho vai disparando, a cada ano, e é o gasto do ano e mais o PIB nominal. Então, estão garantidíssimos(F) os recursos com a Saúde.

Última é o PAC. Esse eu gostaria um minutinho mais de atenção e paciência dos senhores, para mostrar que esse último mito, ele, na realidade, é o seguinte:

Todo mundo ouviu, por várias vezes, quando do anúncio do PAC, que ele seria 503 bilhões de reais. E a sua divisão, inclusive está no site do Ministério do Planejamento, de todos os órgãos do Governo, que, dos 503 bilhões, apenas 67 são do Governo Federal. 219 são das estatais, dos seus investimentos próprios, e 216 da iniciativa privada, gente. Isso, dividido em quatro anos. Então, isso significa que o PAC esse ano poderia ter gasto 16 bilhões. Se alguém aqui tiver curiosidade, peça à assessoria para tirar no SIAF a execução orçamentária desses 16 bi, que deveriam ser tido gastos esse ano. Eu vou dizer para vocês, dos 16 bi autorizados por nós, tem apenas metade empenhado e dois bilhões pagos. Como é que alguém pode alardear que o PAC vai acabar, que os investimentos serão prejudicados, se nem o que está autorizado, ele não dá conta de gastar? Como é que nós, porque vamos tirar a CPMF, vamos atingir e implicar uma dificuldade nos investimentos do país? A ineficiência em operar o orçamento está muito maior do que a questão da CPMF.

E por final, encerrando, senhor Presidente, agradecendo a todos a paciência, aí está a pesquisa CNI-Bope, aonde demonstra a vontade da população. O setor público já arrecada muito e pode abrir mão da CPMF, 62%. E uma pessoa fez uma brincadeira comigo, num determinado livro, dizendo o seguinte: "Alguém já disse que tudo que o povo quer o Congresso acaba fazendo". Eu tenho certeza que nós todos juntos, base, oposição, num sentimento cívico, num sentido de grandeza pela mudança na nossa economia, pelo equilíbrio da nossa política monetária com a política fiscal, para que a gente não fique apenas "surfando" na carona da onda do mundo que está crescendo, mas nós possamos fazer a nossa parte, aproveitar a onda, sim, mas aproveitar para melhorar a nossa eficiência, diminuir essa carga tributária. Nós temos aqui uma pesquisa interessante, que ainda quero, para terminar, falar a respeito da DRU, aonde nós pretendemos, aqui no Relatório, aprovar a continuidade da DRU, mas, por responsabilidade, absolutamente responsabilidade, nós temos a noção do quanto o orçamento da União é vinculado, dificultando a Administração Pública, mas que, a partir de 2009, nós possamos excluir os recursos da Educação da vinculação da DRU. Nós precisamos investir em Educação neste país. É só através da Educação que nós vamos poder melhorar a renda *per capita* do Brasil.

E aqui eu queria, rapidamente, para finalizar, mostrar a pesquisa do Robert Barro, hoje é um Economista de Harvard. Com certeza, se não for esse ano, o ano que vem, ele deverá ganhará Prêmio Nobel de Economia, onde ele pesquisou 100 países. Cada ponto percentual de queda, na relação gasto/PIB, o PIB *per*

capita real poderia estar crescendo 0,15 ponto percentual. Isso significa que, nos próximos 45 anos, se isso ocorresse, apenas duas gerações basicamente, nós poderíamos estar com uma renda *per capita* o dobro do que nós estamos hoje. E os investimentos em Educação, nós sabemos os resultados extraordinários que eles podem significar para o Brasil.

Só para ter uma idéia, se os Estados Unidos hoje têm uma média de anos de ensino, nas escolas, de 13 anos, e o Brasil, apenas de cinco. E o grande responsável, principalmente 75% da responsabilidade da disparidade da renda *per capita* brasileira com a americana, é justamente menos anos na escola que a nossa população tem, as nossas crianças e os nossos jovens.

Então, por isso eu gostaria de, finalmente, ler o voto para encerrar a minha apresentação, apenas o voto final: "Pelos argumentos acima expostos, opinamos pela constitucionalidade do art. 1º e inconstitucionalidade do art. 2º da proposta de Emenda à Constituição nº. 89/2007 e, no mérito, pela rejeição da prorrogação da CPMF, com supressão do art. 2º e pela aprovação da prorrogação da DRU, em seu art. 1º, ressaltando da desvinculação os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, a partir de primeiro de janeiro de 2009, conforme as Emendas abaixo apresentadas e, por consequência, rejeitamos as Emendas de 01 a 16".

Muito obrigada, senhor Presidente. Muito obrigada, colegas Senadores e Senadoras pela paciência, pela atenção de todos vocês, por terem me ouvido até aqui, neste momento. Muito obrigada.

(soa a campainha).

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de conceder a palavra, pela ordem, eu gostaria de dar ciência de expediente que acaba de chegar, encaminhado pela Mesa Diretora do Senado Federal, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Diz S.Exa.: "Nos termos regimentais, indico a substituição do Senador Mozarildo Cavalcanti pela Senadora Ideli Salvatti, como membro titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, passando o Parlamentar a ocupar a referida Comissão como 5º suplente, em substituição ao Senador João Ribeiro. Ademais, designo o Senador João Ribeiro como 1º suplente, bem

como o Senador César Borges como 3º suplente, em substituição à Senadora Patrícia Saboya. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os cumprimentos de consideração e estima”.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino e, a seguir, ao líder Senador Romero Jucá.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Em que lugar fica o Senador Mozarildo, como suplente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – 5º suplente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ah, então, não tem enxaqueca que chegue. Não vota realmente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, o Senador José Agripino, líder do DEM.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Eu queria fazer um registro, senhor Presidente, antes de serem aberto os debates, do acerto do partido na escolha Senadora Kátia Abreu como Relatora da matéria que acaba de ser apresentada. Eu desejo fazer o registro. S.Exa. é psicóloga, é produtora rural, ela não é Economista. Ela apresentou números e dados que significam, traduzem o sentimento da população brasileira, como ela encerrou a apresentação, mostrando que 2/3 querem o fim da CPMF. Ela colecionou argumentos de caráter político, com fundamento técnico, mostrando que já é hora, sim, do Brasil abrir mão de um imposto que, antes de tudo, é absurdo, porque é imposto cobrado até sobre prejuízo. Ela deixou claro, é imposto cobrado até sobre prejuízo.

S.Exa. foi buscar argumentos na lógica, na realidade nacional, na capacidade da economia brasileira hoje poder abrir mão de um imposto antipático, perverso; perverso porque, como ela mostrou, sobre o rico, que ganha 30 salários mínimos, a CPMF pesa com o percentual de 1.2% sobre a renda. O pobre, que ganha o salário mínimo, o peso é de 1.8% na renda familiar. O imposto é perverso porque, como já disse, é cobrado sobre todos, por igual, 0.38., e sobre tudo, até sobre prejuízo.

S.Exa. mostrou o malefício do imposto que está prejudicando até as exportações do Brasil. Mostrou a progressão. Se a carga tributária não cai, se esse imposto prossegue, o Brasil, que vem caindo no ranking da competitividade dos países do mundo, vai perder, com certeza absoluta, no ranking da competição e vai gerar desemprego.

S.Exa. mostrou, com clareza, que aquilo que o Governo mostra vai se prejudicar o programa de inves-

timentos do PAC. Vai se prejudicar o programa Bolsa Família. Com dados e com números, ela mostrou que não. Com números, ela mostrou que não. De modo que, antes de qualquer coisa, eu quero apresentar, em nome e do meu partido, os mais efusivos cumprimentos à Senadora Kátia Abreu, que se comportou como economista, falando em favor do sentimento do cidadão, com dados técnicos e com argumentos políticos que podem até ser contestados, porque, claro, que a base governista vai defender os interesses do Governo, mas ela, como nós, estamos e vamos continuar ao lado do cidadão e do interesse do Brasil. Cumprimentos à Senadora Kátia Abreu pelo belo Relatório apresentado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

(soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu vou conceder para uma breve intervenção ao Senador Arthur Virgílio, para, a seguir, conceder ao nobre líder do Governo, Senador Romero Jucá.

(soa a campanha).

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A minha será breve mesmo, senhor Presidente. É para colocar a posição do PSDB, deixando bem claro que amanhã é o dia para nós discutirmos detalhadamente o mérito da questão, mas o PSDB, que tentou, por todos os modos, negociar uma saída intermediária com o Governo Federal, não se arrepende disso, é da sua índole, ele pedia desonerações que não vieram de maneira honesta, de maneira substancial, e pedia redutor claro dos gastos públicos, e a proposta ficou nebulosa e se perdeu por falta da credibilidade necessária.

O PSDB assume a sua posição muito nítida. Há apelos, apelos honrosos do Presidente da República. Honrosos sim. Nós tratamos com o maior respeito o que venha do senhor Presidente da República. Mas não pode pedir aos seus interlocutores do PSDB, a nós, que fomos debater a questão com o Ministro Guido Mantega e sua equipe, com o líder Romero Jucá, com o Presidente Aloizio Mercadante, não pode pedir que nós nos caracterizemos. Pode-se pedir tudo, menos a honra. “Ao Rei, se concede muita coisa. Não se concede a honra”.

Portanto, a posição nossa é essa. E não existe amanhã mudarmos. Votaremos contra, em bloco, hoje; votaremos contra, no Plenário, porque nós, que estamos abertos para qualquer negociação futura, nós estamos abertos para negociação qualquer outra, mas esta, infelizmente, não deu certo. E a negociação não teria que dar certo necessariamente. Nós tentamos e esta não

deu certo. Pode ser que, numa próxima, dê. Se der, o PSDB não hesitará em comparecer outra vez à Mesa de conversa com o Governo Federal, para buscar um bom termo, que significa consenso no país.

Parabenizo a Senadora Kátia Abreu pela bela exposição que fez, e eu, pessoalmente, que não quero discutir o mérito hoje, digo apenas que não tenho nenhuma dúvida de que há duas hipóteses, o Governo, sem a CPMF e perdulário, levará o país à bancarrota fiscal em pouco tempo. O Governo, sem a CPMF, e se resolver assumir os caminhos duros, porém absolutamente frutuosos da austeridade, ele poderá aumentar a sua taxa de crescimento, eu não tenho nenhuma dúvida disso. Poderá crescer mais ainda porque a desoneração injetará ânimo psicológico e injetará dinheiro, recurso para que se possa fazer o revigoramento da capacidade de investir, do pequeno ao grande. O grande, em máquinas; o pequeno, até na reforma de um quarto da sua casa, alimentando, no pequeno nível, a indústria da construção civil.

Portanto, nós que estamos discutindo aqui em bom nível, espero que a linguagem terrorista, do tipo, eu não gosto nem da linguagem ufanista de que coloca a OPEP, antes de a galinha colocar o petróleo nos postos de gasolina, não gosto da linguagem terrorista do tipo “vai acabar isso, vai acabar aquilo”. Vamos discutir aqui com seriedade. Esta é uma discussão técnica e não é um comício. Vamos discutir com seriedade e vamos ver os prós e os contras dessa medida, e o PSDB tem todo o arsenal de argumentos para rolar a favor da aprovação do relatório da Senadora Kátia Abreu, senhor Presidente. Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pelo trabalho importante que realizou, pelo debate que vai poder se travar aqui, a partir de hoje e amanhã, por conta dessa matéria, e dizer, senhor Presidente, que eu esperei até o último momento, para que a Senadora Kátia Abreu pudesse apresentar Relatório, onde pudesse aprovar a renovação da CPMF. Como Relatório da Senadora Kátia Abreu é pela inconstitucionalidade e contra o mérito, eu entreguei à Mesa um voto em separado, que coloca a posição da renovação da CPMF e o voto da constitucionalidade para que possa ser também, no mesmo momento, apreciado.

Gostaria de dizer que, apenas para registrar, o que foi colocado pelo Senador Arthur Virgílio, que o Governo e que a base do Governo, no Senado, a todo o momento, procurou discutir, no mérito, o avanço da proposta de desoneração tributária e de controle de gastos. Nós vamos continuar avançando nessa direção, senhor Presidente. Não é porque, em determinado momento, parou o entendimento com o PSDB, que a base do Governo vai deixar de continuar avançando, buscando a contensão de gastos, buscando o controle fiscal e, mais do que isso, a própria desoneração tributária.

Então, não vou entrar no mérito da discussão, discordo de algumas colocações feitas pela Senadora Kátia Abreu, o meu voto, em separado, é exatamente no sentido oposto, e, em decorrência dos entendimentos, inclusive, que tivemos, solicito que seja dada uma vista coletiva, vou pedir vista coletiva, acho, para todos Srs. e Sras. Senadoras, tanto do voto do parecer da Senadora Kátia Abreu, quanto do meu voto para que, de acordo ainda com o meu entendimento, nós possamos discutir e votar essa matéria amanhã.

Portanto, ao entregar o voto, eu estarei, a partir de amanhã, também à disposição para travar o debate e discutir os pontos divergentes que nós entendemos dessa proposta.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradece a contribuição do Senador Romero Jucá e acolhe o seu voto em separado, com o pedido de vista, porque eu creio que ele é mais compatível com as regras regimentais. Inclusive, o que está previsto no art. 128 do Regimento Interno, bem como no art. 132. E acredito que, com o pedido de vista de V.Exa., eu gostaria de indagar se há um outro...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, senhor Presidente. Eu gostaria também de pedir vista e, assim, coletivamente todos...

(falas sobrepostas).

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Vistas coletivas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vistas coletivas ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino também pede vista. Senador Marconi Perillo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu queria só...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

(soa a campainha).

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só saber se nós teremos acesso a essas transparências da Senadora Kátia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, o Relatório dela está sendo distribuído.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas sem a transparência, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Mas ela colocará à disposição porque estava dentro de uma pasta. Dentro de uma pasta, contém as transparências e os quadros.

(falas sobrepostas).

(soa a campainha).

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, dentro do Relatório, o Relatório formal, estão todas as telas, todas as planilhas, dentro do Relatório formal.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então, eu agora comunicaria ao Plenário desta Comissão que vai ser, com o pedido de vista, encaminhado também o voto em separado do Senador Romero Jucá. E, para que possamos dar continuidade aos procedimentos necessários à discussão e votação da matéria, eu convoco uma Reunião Extraordinária da Comissão para amanhã, às 16h30 minutos, quando estarão... Terão transcorrido as 24 horas regimentalmente solicitadas.

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de encerrar a Sessão...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Apenas o seguinte, Senador Marco Maciel, tem uma proposta de Emenda Constitucional de nº. 96/2003, que está aguardando relatoria e parecer, que eu pediria de V.Exa., por favor, se for possível, acelerar... Apenas um pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Emenda refere-se a que matéria?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É uma matéria que não tem...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Relação...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ela tem uma relação indireta a essa discussão, que ela é uma Emenda Constitucional referente à DRU e gastos com educação. Mas ela está à parte, ela não está vinculada...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa vai chamar a referida proposição para análise e designação de Relator.

Nada mais havendo a tratar, desejo declarar encerrada a presente Reunião e convocar Reunião Extraordinária para discussão da matéria para amanhã, às 16h30.

E, agradecendo a presença de todos, gostaria de lembrar também que, amanhã, às 12h00, nós teremos uma Reunião Extraordinária para que possamos apreciar as Emendas apresentadas ao Orçamento Geral da União para o exercício de 2008. O Relator da matéria é o nobre Senador Eduardo Suplicy. Está encerrada a presente Reunião.

(soa a campainha).

(Sessão encerrada às 16h17.)

Ata da 42ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, Terça-feira, às 12 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às doze horas e quarenta e três minutos, do dia treze de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Tasso Jereissati, Wellington Salgado de Oliveira, Leomar Quintanilha, José Maranhão, José Agripino, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Kátia Abreu, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Jefferson Péres e a Senadora Lúcia Vânia. Registra-se a presença do Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao PL nº 30, de 2007 – CN, que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 2008”. **ITEM ÚNICO – EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 30/2007-CN (Projeto de Lei Orçamentária para 2008).** O Senador Eduardo Suplicy apresenta o Relatório sobre as trinta e nove (39) Emendas oferecidas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios esta-

belecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, são aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA-2008: **I) APROPRIAÇÃO – EMENDA 01-CCJ) UO** – 12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau; **Ação:** 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal (E-Jus); **Valor:** R\$ 80.000.000; **Iniciativa:** Senador Valdir Raupp. **EMENDA 02-CCJ) UO** – 34104 – Ministério Público do Trabalho; **Ação:** 4262 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público do Trabalho; **Valor:** R\$ 50.000.000; **Iniciativa:** Senadora Patrícia Saboya Gomes. **EMENDA 03-CCJ) UO** – 15101 – Tribunal Superior do Trabalho; **Ação:** 5093 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus); **Valor:** R\$ 50.000.000; **Iniciativa:** Senador Marco Maciel. **EMENDA 04-CCJ) UO** – 30909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL; **Ação:** 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União; **Valor:** R\$ 40.000.000; **Iniciativa:** Senador José Maranhão. **II) REMANEJAMENTO – EMENDA 05-CCJ) Tipo:** Inclusão; **UO** – 30101 – Ministério da Justiça; **AÇÃO** – 8853 – Apoio à Implementação de Políticas Sociais; **VALOR** – R\$ 10.000.000; **Iniciativa:** Senadora Serys Slhessarenko. **EMENDA 06-CCJ) Tipo:** Acréscimo; **UO** – 30101 – Ministério da Justiça; **AÇÃO** – 8853 – Apoio à Implementação de Políticas Sociais; **VALOR** – R\$ 33.800.000; **Iniciativa:** Senador Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e vinte e seis minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número legal e regimental declarado aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da CCJ ao orçamento 2008, Projeto de Lei nº 30/2007. Foram recebidas 39 Emendas.

Eu concedo agora a palavra para relatar e dar parecer sobre as Emendas apresentadas ao nobre Senador Eduardo Suplicy designado pela Presidência para relatar a matéria. Com a palavra, portanto, S.Exa., observando que foram apresentadas 39 Emendas nesta Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, o fato de ter havido 39 Emendas significa uma dificuldade para todos nós e, inclusive, para mim como relator, ainda mais porque só posso estar sugerindo, segundo a Resolução nº 01, apresentar quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento relativas às matérias que lhe sejam, regimentalmente, afetas e as seguintes subáreas temáticas órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público, Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A análise empreendida focalizou, inicialmente, a adequação das propostas de emendas apresentadas à disposição de legislação vigente especialmente a nº 01 e informo que, inclusive, pode haver modificação da Resolução nº 01, uma vez que foi designada a Comissão nesse sentido que deverá concluir os seus trabalhos no dia de hoje e as demais orientações contidas no parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Ao final analisou-se o mérito de cada uma das propostas apresentadas.

Com respeito às propostas de emendas apresentadas, as Propostas de Emendas 27, 38 não poderão ser acatadas, tendo em vista que se refere a ações situadas em subárea temática e o Ministério da Defesa não afeta esta Comissão. A Proposta de Emenda 15 refere-se à ação que não é de competência da União o que contraria o art. 25, 6º da LDO de 2008. As propostas de Emenda 7 e 13 e o objetivo de consignar dotações da Defensoria Pública da União para implementação de Defensorias especializadas na área de violência doméstica contra a mulher. No entanto, a DPU atua somente no âmbito federal cujos órgãos do Poder Executivo e Judiciário não têm competência para atuar na área da violência doméstica. As demais propostas de emendas atendem as exigências da legislação vigente. Diante do exposto analisando o mérito de cada uma das ações propostas, e levando em conta essa dificuldade, que eu peço a compreensão de meus colegas, de não podermos atender a todos o que gostaríamos de fazer, sugiro a deliberação para apresentação das seguintes emendas ao Projeto de Lei 30/2007, Projeto de Lei Orçamentário Anual para 2008 PLO 2008. A Emenda nº 01 do Senador Valdir Raupp acréscimo de despesa, justiça e federal do primeiro grau para implantação de sistema integrado de gestão, informação

jurisdicional da Justiça Federal no valor de 80 milhões. Da Senadora Patrícia Sabóia Gomes acréscimo de despesa do Ministério Público do Trabalho, defesa do interesse público no processo judiciário 50 milhões. Do presidente Marco Maciel à Defensoria Pública da União implantação do sistema integrado de gestão de informação jurisdicional da Justiça do Trabalho, 50 milhões. José Maranhão da Unidade FUNAPOL, prevenção e repressão de crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União Nacional, 40 milhões. Valdir Raupp, remanejamento no Ministério da Justiça apoio e implementação de políticas sociais, 33 milhões e 800, totalizando 253.800 milhões. Propomos ainda que a Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas ao Projeto de Lei do Orçamento da União de 2008 junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Senador Suplicy acaba de apresentar o seu relatório. E submeto a matéria à discussão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra para discutir o nobre Senador Demóstenes Torres e, aliás, ilustre membro desta Comissão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator Eduardo Suplicy, o Senador Eduardo Suplicy com a inteligência que lhe é peculiar o trato com a coisa pública que é inerente a sua atuação, fez uma proposta de acolher diversas emendas, uma de remanejamento e, é claro, que há diversos pleitos. Ele teve a opção de acolher quatro num total de 39. Então, naturalmente, que acaba desagradando em algum momento. Mas eu quero lhe parabenizar porque, na realidade, ele acaba contemplando o Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública da União e o Fundo Nacional de Polícia.

Eu queria fazer uma ponderação com o Senador Suplicy em relação a essa Emenda nº 04 do Senador José Maranhão que trata de acréscimo de despesa que é justamente para o Fundo Nacional de Polícia, se não me engano, e que eu acho que tem que ter dinheiro mesmo para prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União nacional. Agora, eu gostaria de solicitar ao Senador Suplicy que ponderasse nos seguintes termos: é tradição desta Comissão não acrescentar recursos ao

Executivo ou para o Executivo, até porque o Sr. Presidente da República dispõe do instrumento do remanejamento ou de outras medidas, como acréscimos de despesas provindos também, oriundos de acréscimo de arrecadações futuras.

E nós temos aqui duas situações que o nosso querido Senador Eduardo Suplicy poderia contemplar e que complementar, na minha opinião, o brilhante trabalho que ele fez como relator.

A Emenda de nº 04 de autoria do Senador Valter Pereira destina ao Ministério Público Federal 50 milhões de reais para modernização das instalações do Ministério Público Federal. Agora veja bem V. Exa., V. Exa. na Emenda 01 do Senador Valdir Raupp destina a Justiça Federal de 1º grau 80 milhões de reais para implantação do sistema integrado de gestão de informação jurisdicional na Justiça Federal Nacional. Então poderia V. Exa., muito bem, no lugar da Emenda 04 porque eu tenho certeza que o Executivo vai fazer isso, e nós mesmos vamos provocar para que a polícia tenha sempre mais recurso, contemplar aqui o Ministério Público Federal, ou então se V. Exa. entender que para ser harmônico, inclusive, com a Emenda 01 que V. Exa. colheu destinar ao Supremo Tribunal Federal 30 milhões de reais para implantação de sistema integrado de gestão da informação no Supremo Tribunal Federal, ou seja, me parece, inclusive, mais harmônico juntamente com a proposta que V. Exa. fez. Quero dizer não tenho nenhuma contrariedade em relação a isso. Mas eu acredito que o Executivo vai resolver os seus próprios problemas, enquanto que os Poderes, eu e o Ministério Público sempre temos a maior dificuldade para resolver no futuro essas situações. De sorte que eu solicitaria a V. Exa., como sugestão, sem nenhuma afronta ou que V. Exa. decidiu que se fosse possível trocar a Emenda nº 04 por uma das duas, ou melhor, trocar o item 4 a Emenda 20 do Senador José Maranhão que destina 40 milhões de reais para a FUNAPOL, se em vez disso V. Exa. poderia substituir por uma dessas duas emendas, a 04 que acode o Ministério Público ou a 29 que acode ao Supremo Tribunal Federal. É esta sugestão, Sr. Presidente, Sr. relator.

(soa campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador da matéria, o ilustre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu preciso fazer uma consulta à assessoria até do ponto de vista da viabilidade da aceitação da proposição que o Senador Demóstenes Torres faz, com muito respeito aqui, tendo em vista as diversas demandas. E eu estou sendo informado, no que diz respeito às propostas de remanejamento, que poderia

ainda ser considerada sem prejuízo do que já foi colocado, que poderia ser ainda considerada a Emenda de nº 14 referente à construção do marco normativo para enfrentamento do racismo institucional.

Peço apenas um minuto mais, Sr. Presidente, para a devida consulta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A sessão está suspensa por alguns minutos, tendo em vista, a necessidade do Relator no ato interessando Eduardo Suplicy fazer consultas que o levem à apresentação final do seu parecer.

Sessão suspensa às 12h57.

Sessão reaberta às 13h17.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Relator da matéria, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, no que diz respeito à Emenda de nº 03 de autoria de V. Exa. que é de acréscimo de despesa, queria retificar porque V. Exa. mesmo assim havia definido numa errata(F) se destina não à Defensoria Pública da União, mas ao TST, implantação do sistema integrado de gestão da informação jurisdicional na Justiça do Trabalho e jus, 50 milhões de reais. No que diz respeito a remanejamento, como é possível ter mais do que uma, até quatro, além, de nº 05 do Senador Valdir Raupp para o Ministério de Justiça (soa campanha) apoio e implementação de políticas sociais é possível e cabe, portanto, acrescer a Emenda da Senadora Serys Slhessarenko com respeito ao racismo institucional na área de governo, justiça e segurança pública implementação de políticas de segurança, emenda aqui no valor de 10 milhões referente a remanejamento. Eu gostaria de acrescer essa aqui como remanejamento. Então esta aqui é a Emenda que é de nº 13. (soa campanha), refere-se então à Emenda 13. (soa campanha).

Sr. Presidente, os Senadores José Maranhão e Demóstenes Torres estão aqui num diálogo difícil, porque ambos gostariam de chegar a um melhor entendimento possível, democrático. E eu quero aqui me comprometer junto ao Senador Demóstenes Torres que tem tanto apreço pelo Ministério Público de estar me empenhando também para que possa a sua sugestão ser considerada. Mas eu estou aqui diante de uma limitação de ordem prática levando em conta que aqui nós só podemos ter número de emendas tal como definida, então não estou conseguindo ser, suficientemente, generoso com o Senador Demóstenes Torres, como gostaria de fazê-lo sempre. Em que pese ele ter feito o apelo antes do Senador José Maranhão

na chegada aqui à Comissão. Mas eu não tenho como, Sr. Presidente, neste instante aqui, a não ser assumir o compromisso de na próxima vez que V. Exa. me designar e ser honrado com esta designação, aí sim atender com a maior atenção, eu vou primeiro ouvir o Senador Demóstenes Torres, que não é possível toda vez atender a todos, simultaneamente, Sr. Presidente. É uma das dificuldades, ainda mais V. Exa. que já foi governador e vice-presidente da república sabe bem o que é quando há recursos escassos e inúmeras solicitações.

(soa campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Eduardo Suplicy apresentou as alterações ao parecer que apresentou. E eu gostaria então de saber se algum Senador deseja discutir o parecer do nobre Relator. (soa campanha). Com a palavra o Senador José Maranhão. Eu pediria só a S. Exa. que pudesse ser breve porque há outros oradores e também porque logo mais vamos começar uma reunião sobre CPMF aqui neste mesmo plenário.

(soa campanha).

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Eu acho, Sr. Presidente, que ser breve aqui é uma necessidade orgânica, porque essa discussão não comporta mais delongas.

Na verdade, a nossa Emenda a de nº 04 já foi acolhida pelo parecer de S. Exa. o Relator Senador Suplicy. Evidentemente, que o Senador Suplicy na sua fina educação está dizendo do constrangimento que teria de aceitar a indicação do Senador Demóstenes Torres, e eu quero só nesse aspecto me juntar ao Senador Suplicy e dizer que eu gostaria muito de poder atender o Senador Demóstenes Torres que é meu amigo, eu sou um admirador gratuito do Senador Demóstenes Torres, mas, infelizmente, eu não posso concordar com essa mudança, inclusive, porque ela já foi acolhida pelo Relator, e também pelos compromissos que resultaram da iniciativa da emenda. Só isso que eu queria dizer.

(soa campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não havendo ninguém mais que deseja discutir...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, apenas eu queria retificar em vez de 13 é 14 a Emenda da Senadora Serys Slhessarenko.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – 14. Eu tomei nota disso, ficou claro.

Eu só pediria ao nobre, o último orador inscrito é o Senador Epitácio Cafeteira e gostaria que S. Exa. fosse conciso, tendo em vista, razões que foram alegadas agora.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Vou ser o mais conciso possível.

Eu estou acompanhando o voto do Relator, o Senador Demóstenes, o Senador José Maranhão de forma que ficasse registrado isso. Sou a favor deles.

(soa campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Obrigado. Então eu gostaria de considerar, portanto, aprovado o parecer do Senador Suplicy, duas de aprovação e uma de remanejamento.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Com duas de aprovação e duas de remanejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em votação. Aprovado...

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Quatro de apropriação e duas de remanejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então, não havendo quem queira mais discutir, declaro encerrada a discussão. Em votação. Aprovado. E concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Flexa Ribeiro. Pois não, com a palavra S. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Era só para consultar o nobre Relator Senador Eduardo Suplicy. Eu fiz uma emenda, mas já está aprovado e não a mais o que discutir. (soa campainha). É matéria vencida.

Mas eu só queria saber se ele atendeu, Senador Suplicy, tem uma emenda aqui para o reaparelhamento das instituições de segurança pública. Esta Emenda está atendida em alguma das que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria de chamar a atenção do Senador Flexa Ribeiro que foram apreciadas 39 emendas e apenas seis poderão ser acolhidas, quatro, na realidade, duas com remanejamento, daí a dificuldade que o Relator teve em relação... Mas ele vai esclarecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só estou perguntando se essa emenda se enquadra em algumas delas?

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Mas essa emenda está contemplada na emenda do Senador José Maranhão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – De reaparelhamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É. Está parcialmente atendida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então que pudesse incluir também como atendida a Emenda 37, mesmo parcial, de forma parcial, Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Se o Relator não tiver nenhuma oposição.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Sr. Presidente, ela, de alguma forma, é atendida, mas eu acho que há limitações no que diz respeito ao que diz as normas da Resolução nº 01 de eu poder fazer esse acréscimo. Fica em homenagem ao Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então a mesa, tendo em vista... Então em função de razões expostas pelo Relator a Mesa lamenta informar que a proposição não foi atendida nos termos pretendidos pelo ilustre Senador Flexa Ribeiro que tanto tem participado dos debates aos debates aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu agradeço a colaboração do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Só para confirmar, porque já tinham encerrado a votação e, pela ordem, pediu a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Quer dizer que está aprovada a Emenda 04? (soa campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Emenda 04 está aprovada.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão.

E gostaria de convidar a todos os Sras. e Srs. Senadores membros da Comissão para que estejam aqui às 15h para a discussão da PEC 8950 na Câmara que trata da DRU e da CPMF.

Está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 13h26.)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 13 de novembro de 2007, Terça-feira, às 15 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às quinze horas e trinta e seis minutos, do dia treze de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Epitácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Vir-

gílio, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, João Ribeiro, Inácio Arruda, César Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, José Maranhão, Neuto de Conto, José Agripino, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, João Tenório, Marconi Perillo, Mário Couto, Osmar Dias e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Roseana Sarney, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Pedro Simon, Gilvam Borges e Eduardo Azeredo. Registra-se a presença dos Senadores Romeu Tuma, Garibaldi Alves Filho, Renato Casagrande, Cícero Lucena, João Pedro, Augusto Botelho, Expedito Júnior e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à apreciação da **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007** (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados) “**CPMF e DRU**”, “Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Parecer:** Pela constitucionalidade do art. 1º e inconstitucionalidade do art. 2º da Proposta e, no mérito, pela rejeição da CPMF e aprovação da prorrogação da DRU, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 16. À matéria foram oferecidas as seguintes Emendas: Emendas nºs 1 e 2 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; Emendas nºs 3 e 4 do Senador Valter Pereira; Emenda nº 5 do Senador Osmar Dias; Emenda nº 6 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; Emendas nºs 7, 8 e 9 do Senador Antonio Carlos Valadares (retirada a Emenda nº 8, em 12/11/2007); Emenda nº 10 do Senador Alvaro Dias; Emenda nº 11 dos Senadores Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra; Emendas nºs 12, 13 e 14 dos Senadores José Nery e Paulo Paim; Emenda nº 15 do Senador Marcelo Crivella; e Emenda nº 16 do Senador Antonio Carlos Valadares. Foram realizadas 3 Audiências Públicas para instruir a Proposta: a primeira em 30/10/2007, a segunda em 31/10/2007 e a terceira em 01/11/2007, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, aprovado em 10/10/2007, e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007. Em 12/11/2007, foi retirada a Emenda nº 8 e oferecida a Emenda nº 16, pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Em 12/11/2007, foram recebidos o Voto em Separado do Senador Romero Jucá, que conclui pela aprovação da Proposta e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 16, e o Voto em Separado do Senador Antonio Carlos Valadares, que conclui pela aprovação da Proposta e pela apresentação de Projeto de Lei

que disciplina a redução progressiva da alíquota. Em 12/11/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Durante a discussão da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares retira o Voto em Separado de sua autoria. A Comissão rejeita o Requerimento nº 37, de 2007-CCJ, de autoria do Senador Marconi Perillo, que solicita o adiamento da votação da matéria. É aprovado o Requerimento nº 38, de 2007-CCJ, de autoria do Senador Arthur Virgílio, de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 10, de autoria do Senador Alvaro Dias. Após Destacada, é rejeitada a Emenda nº 10. **Resultado:** É rejeitado o Relatório da Senadora Kátia Abreu. A Presidência designa o Senador Romero Jucá Relator do Vencido. É aprovado o Voto em Separado do Senador Romero Jucá, que passa a Constituir o Parecer da CCJ, que conclui pela aprovação da Proposta e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 16. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotípia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 43ª Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da reunião anterior, ocorrida ontem à tarde. As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Gostaria de salientar que já assinaram a lista de presença, 24 Sr^{as}. e Srs. Senadores. Portanto, há número mais do que regimental.

A presente reunião destina-se a deliberação da proposta de Emenda à Constituição nº 89/2007 que prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do ato das disposições transitórias da Constituição e dá outras providências que versam, como é de conhecimento público sobre CPMF e DRU.

A Relatora da matéria a Senadora Kátia Abreu proferiu ontem seu Parecer pela constitucionalidade do art. 1º e inconstitucionalidade do art. 2º da proposta e, no mérito, pela rejeição da CPMF e aprovação da prorrogação da DRU com duas Emendas que apresentou e pela rejeição das Emendas de nº 1 a 16. À matéria foram oferecidas as seguintes Emendas: 1 e 2 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi,

e Emendas 3 e 4, do Senador Valter Pereira, Emenda 5 do Senador Osmar Dias, Emenda 6 dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, Emenda 7 e 9 do Antônio Carlos Valadares, retirada a Emenda nº 8 e como foi anunciado ontem, Emenda 10 do Senador Álvaro Dias, Emenda nº 11 do Senador Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra, Emendas nº 12, 13 e 14 de autoria dos Senadores José Nery e Paulo Paim, e Emenda nº 15 do Senador Marcelo Crivella. E finalmente a Emenda 16 do Senador Antônio Carlos Valadares que a Mesa toma como voto em separado.

É bom registrar que foram realizadas durante toda a tramitação da referida Emenda Constitucional nesta Comissão, três audiências públicas para instruir a proposta. A primeira se realizou no dia 30 de outubro de 2007, a segunda dia 31 de outubro do mesmo mês e a terceira do dia 1º de novembro de 2007, conforme requerimento nº 17 da CCJ aprovado em 10 de outubro de 2007 e requerimentos 21 a 30/2007, aprovados em 24 de outubro de 2007. (soa a campainha)

Concedo a palavra agora para proferir seu voto em separado e autor também do pedido de vista.

SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Ao nobre Senador Romero Jucá. Se S.Ex^a quiser vir para... desejar ser mais ouvido ou melhor pode vir à Mesa para ler o seu voto em separado. Após o voto em separado do nobre Líder Senador Romero Jucá, eu vou conceder a palavra ao Antonio Carlos Valadares que também é autor de um voto em separado materializado através da Emenda, se eu não estou equivocado a Emenda nº 16. Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE) – Presidência, na verdade eu apresentei uma Emenda e logo após a apresentação do voto em separado do Senador Romero Jucá eu apresentei um outro voto em separado ao encerramento da Sessão. Na verdade a Emenda já foi rejeitada pela Relatora. Em função da rejeição eu apresentei o voto em separado. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Com a palavra pois o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)

– Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr. Presidente, eu quero primeiro registrar aqui ao apresentar esse voto em separado, não me move nenhuma contestação pessoal ou qualquer busca de confronto nem com o relatório da Senadora Kátia Abreu, nem com a bancada de Parlamentares que, por posição política definiram o voto contrário a CPMF.

Apresentei um voto em separado porque entendo que o melhor caminho para o Brasil (soa a campainha), que o melhor caminho para as contas públicas, para responsabilidade fiscal, inclusive, para dar continuidade a um programa que não começou nesse Governo, não começou no Governo do Presidente Lula, um programa de ajuste fiscalização de responsabilidade dos gastos de formação de superávit primário, enfim toda uma ação de responsabilidade com a coisa pública que se iniciou com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O meu voto em separado, longe de contestar dados que poderia contestar de impacto tributário apresentadas pela Senadora Kátia Abreu, mas não vou fazê-lo, vai procurar trilhar um outro caminho, que é exatamente o caminho dessa construção responsável para a diminuição da carga tributária que é algo que todos nós queremos. O discurso de que a carga tributária brasileira é alta, é um discurso uníssono nessa Casa. O discurso de que o Governo precisa gastar melhor também é um discurso uníssono. Nós entendemos que precisamos os gastos públicos, é por isso que no bojo da renovação da CPMF, nós procuramos abrir através do Governo, das suas lideranças do Ministro Guido Mantega, do Ministro Walfrido, enfim, da área econômica do Governo, uma discussão para buscar a aprovação da CPMF com a contribuição da melhoria do sistema tributário brasileiro.

Nós procuramos o entendimento com os partidos da Base do Governo, e com o PSDB especificamente no sentido de buscar uma proposta que pudesse, aprovando a CPMF, iniciar um processo ou ampliar um processo de redução da carga tributária. Os entendimentos com o PSDB não evoluíram, pelo menos até agora, mas nós continuamos a trabalhar com a Base do Governo no sentido de construir essa proposta de redução da carga tributária. E hoje eu gostaria de anunciar que nós evoluímos para um acordo onde, Sr. Presidente, alguns pontos ficaram definidos com a Base do Governo. Pontos, inclusive, que fizeram parte do início de entendimento também com PSDB.

Primeiro, nós vamos buscar a aprovação do projeto de minha autoria, que é similar ao projeto que está na Câmara dos Deputados que cria o limitador para gastos públicos de pessoal. A proposta é que no ano seguinte só se possa gastar o que foi gasto com pessoal no ano anterior corrigido pela inflação mais 2,5%. Essa proposta será colocada mais uns dias em votação aqui no Senado.

Um segundo entendimento é exatamente a ampliação dos recursos com a Saúde Pública. O Congresso já tinha avançado bastante na indicação de prioridades de gastos com a saúde, através da aprovação

da Emenda Constitucional que garante a atualização dos recursos investidos na saúde pelo crescimento do PIB, mas, além disso, o Governo negociou com a bancada da Câmara e do Senado, com a bancada da Saúde, com os Parlamentares e aqui eu quero registrar especialmente o esforço do Presidente do Senado Senador Tião Viana que fez uma Emenda sobre essa questão, e também do Presidente Arlindo Chinaglia e o Governo conseguiu evoluir e construiu entendimentos que além nos próximos quatro anos da renovação dos recursos com atualização do PIB para a saúde serão aplicados a mais 24 bilhões de reais com a indicação percentual de crescimento do CPMF como referência exatamente para que houvesse essa referência para os investimento na saúde.

Portanto, dentro do entendimento confirmado pela base do Governo no Senado, está também a aprovação dos 24 bilhões de reais para o investimento na Saúde Pública e, por fim, foi construído também o procedimento de desoneração da carga tributária atendendo a apelo de diversos segmentos da Base do Governo.

Está aqui o Antonio Carlos Valadares, que foi autor de uma Emenda que foi contemplada dentro do processo de entendimento, está aqui o Senador Jefferson Péres que explicitou a posição do PDT de diminuição dos gastos correntes, de melhor forma de gastos públicos e desoneração da alíquota do CPMF de forma igualitária, e isso fez com que a base reunida hoje com o Ministro Guido Mantega e o Ministro Walfrido Mares Guia construísse o seguinte entendimento de desoneração da CPMF.

Primeiro: Será isento de pagamento de CPMF ou o correspondente ao CPMF, os salários até 2 mil, 894 reais. Para aqueles que ganham até 2 mil, 894 reais haverá um abatimento do INSS do empregado correspondente ao valor efetivo da CPMF. Portanto na prática funcionará como que se o salário até 2 mil, 894 reais fosse isento de CPMF. E conseguimos também, uma redução importante na alíquota do CPMF para chegar até 2011 a 0,30, portanto, caindo de 0.38 para 0.36 já em já em 2008, para 0.36 em 2009 para 0.32 em 2010 e para 0.30 em 2011, uma redução de 0.08 que corresponde a valores de hoje a uma diminuição na arrecadação nos quatro anos de 20 bilhões de reais. Portanto, algo extremamente relevante para a desoneração tributária e para o Tesouro Nacional.

Essa construção foi confirmada pelas lideranças partidárias e pela Área Econômica e eu faço esse relato porque fará parte do nosso entendimento para a aprovação da CPMF. A proposta é que promulgada a CPMF seja editada no mesmo dia uma Medida Provisória com a redução para os quatro anos das alí-

quotas do CPMF da forma como prevê hoje a própria Emenda Constitucional através da Emenda colocada na Câmara dos Deputados.

Então, nós estamos apresentando o voto em separado para a renovação do CPMF com essas características que eu estou relatando e eu registro o seguinte: Aqui foi discutido se deveria ou se não deveria poupar os 40 bilhões de reais. A nossa visão é que esses 40 bilhões devem ser e serão menos, porque será reduzido, deve ser direcionado para o melhor gasto. Investir melhor na Saúde e aí eu quero registrar aqui os 24 bilhões definidos pelo Ministro Temporão da Saúde. Estão vinculados a um programa de ação e de metas, não é apenas mais dinheiro para o Ministério da Saúde repassar ao Deus dará, ao sabor da decisão política, não. É um programa que tem metas definidas que vai ter ação por ação definidas nos Estados e que vai procurar recompor a qualidade do gasto público na Saúde.

Então, Sr. Presidente, para evitar ler o voto, já que eu fiz os comentários necessários, eu leria só o voto que pelo exposto, voto pela aprovação integral da proposta da Emenda a Constituição nº 89 e pela rejeição de todas as Emendas decorrentes exatamente desse entendimento que foi explicitado aqui. Estou à disposição para qualquer esclarecimento e agradeço a oportunidade.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. (soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Jefferson Péres pediu a palavra pela ordem ou deseja discutir a matéria?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Eu vou fazer uma indagação ao Senador Romero Jucá, um esclarecimento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu pedi a palavra pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então tem a palavra V.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu pedi palavra pela ordem em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, em seguida darei a palavra a V.Ex^a. e V.Ex^a, também já está inscrito já para falar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sim, mas...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir, para questão de ordem, para inscrever o Senador Valter Pereira.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Depois me inscreva para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador Romero Jucá eu saí do encontro com o Ministro Guido Mantega antes de terminar porque ia ouvir depoimentos importantes e não ouvi o começo da sua explanação. Como é que ficou concretamente a criação de um mecanismo de contenção da expansão dos gastos correntes no Plano Federal? Como é que ficou? Como é o que Governo vai se comprometer? O Ministro em princípio concordou, mas eu não ouvi uma proposta. Como será feito isso e quando?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador Jefferson Péres eu relatei no início que foi um dos pontos exatamente colocados pelo PDT e que eu já, exatamente prevendo esse debate, no início do debate, inclusive, com o PSDB, eu apresentei um projeto que está na Comissão de Assuntos Econômicos que reduz os gastos correntes com pessoal criando um limitador de gastos correntes.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Só com o pessoal?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A proposta inicial é só com o pessoal. Nós evoluímos na discussão para discutir a questão de passagens, diárias, e tudo mais. Se V.Ex^a quiser apresentar Emenda nós vamos discutir, emendar o texto e votarmos aqui com urgência e remetemos a Câmara dos Deputados. Essa, em princípio era a idéia que tínhamos permeado a discussão. Se V.Ex^a tiver outra sugestão nós vamos acatar com muita satisfação.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Eu já vou colocar a minha posição daqui a pouco.
(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora concedo a palavra pela ordem ao nobre Líder Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, hoje praticamente não se terá atividade relevante de Plenário, eu diria que o centro nervoso, e é natural que seja assim, o centro nervoso dessa Casa se dará se localizará aqui sobre a Presidência de V.Ex^a aqui na Comissão de Justiça da Casa. Eu gostaria e já rapidamente toquei nesse assunto com o Líder Senador Romero Jucá, eu gostaria de lavar aqui um protesto em nome da bancada do PSDB em relação ao algo que foi previsto por nós, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Marconi Perillo, eu próprio, a Senadora Marisa Serrano, o Mário Couto, o Senador Flexa Ribeiro, nós todos fizemos... o Tarso Jereissati e o Senador Eduardo Azeredo, ou seja, nossa bancada eu não sei se alguém dos treze deixou de falar sobre isso, mas nós avisamos que era indecoroso o Governo bus-

car o direito concedido pelo Congresso Nacional num Projeto de Lei de Conversão permitindo transferência de recursos federais sem restrições no período eleitoral, período de campanhas, a Prefeitos. Dissemos que isso era uma forma de se burlar resultados eleitorais. Aqui e essa era uma posição do PSDB que para que houvesse, nesse episódio, unidades das oposições, e obteríamos essa unidade se não tivesse havido o acordo que foi feito ao Senador José Agripino pelo Senador Romero Jucá. Nós então aceitamos seguros de que a Câmara não iria fazer o que nós dissemos que ela ia fazer. Nós procuramos acreditar que a Câmara não ia fazer aquilo que nós dissemos e sabíamos que ela ia fazer. Sabíamos que íamos ser enganados? Quem sabe? Mas nós dissemos que ia ser assim, tivemos resposta não seria assim desça vez.

Ou seja, nós colocamos o limitador de quatro meses... colocamos o limitador de quatro meses, naqueles quatro meses de campanha eleitoral não haveria transferência de recursos federais, vai para a Câmara, a Câmara derruba e agora está nas mãos do Presidente de quem nós reclamamos, já concedo o aparte ao Senador Romero Jucá, de quem nós reclamamos que vete o dispositivo que é prejudicial ao processo democrático, porque deturpa e corrompe o processo eleitoral.

Isso é mais um dado na nossa relação de desconfiança crescente com o Governo. Ou seja, ainda agora alguém perguntou: “Você viu o Senador Jefferson Peres falando algo quero saber o que... como é que o Governo prometeu”, enfim. Eu sugeri ao Senador Jefferson Peres para fazer uma pergunta, outra: “Não o que o Governo prometeu”, é que mecanismo Senador Jefferson Péres, o Governo oferece para se comprometer, cumprir com o que prometeu? Porque senão me parece que aquilo que de cosmético foi oferecido e o PSDB foi muito importante nisso porque o simples fato de nós termos negociado mostrou para o Governo que para ele ser minimamente viável até na base dele ele precisaria fazer alguma concessão. O PSDB não acredita e não acredito que Governo possa fazer uma Reforma Tributária em ano eleitoral com dinheiro... empanturrado de recursos oriundos da CPMF. Isso aí para nós foi fulcral. Fora os números escamoteados, fora a previsão para baixo do que eu vou discutir daqui a pouco, a previsão para baixo de arrecadação da CPMF. Mas esse episódio é assim, nossa bancada hoje ficou, Senador Romero Jucá, em estado de revolta porque se a gente põe algo que é consenso do Senado e que visa a moralizar a eleição, o processo eleitoral aí na Câmara o Governo não impede que pessoal faça aquilo que na minha terra se chama de jabaculê. Jabaculê é aquilo tudo ao

contrário, tudo é errado, é irregularidade em cima de irregularidade, então faça o jabaculê lá na Câmara e nós estamos agora dependendo de assinatura imperial do Presidente. Eu cobro essa assinatura, a minha bancada não tem mais disposição de votar mais coisa alguma, nada, nada, nada. Somos contra a votação. A Senadora Marisa Serrano ia à reunião de Líder hoje, não houve a reunião, ela irá amanhã ou irei eu amanhã para dizermos que não temos vontade de votar mais nada, porque essa matéria merece que sobre ela se nos dê uma explicação, e essa explicação não a base de palavras, ela tem que ser à base de assinatura. O Presidente tem que vetar isso aí e mostrar que ele não quer deturpar o resultado eleitoral. Se o Presidente fizer isso eu vou para a tribuna aplaudi-lo. Se não fizer isso eu irei para a tribuna criticá-lo duramente, porque ficaria patente e demonstrado que querem subverter o resultado das eleições transferindo o dinheiro federal para conspurcar o processo, entupindo Prefeitos aliados de dinheiro buscando por isso, eu repito, burlar o resultado eleitoral.

Portanto a disposição da minha bancada é muito ruim, ela não é boa, ela não é nem um pouco boa, poucas vezes eu falei tão pela minha bancada como estou falando nesse momento. Poucas vezes falei tão pela bancada com tanto legitimidade como nesse momento. Estão todos os Senadores do PSDB revoltados. Eu queria chamar a atenção do Senador José Agripino que na verdade entendeu que ia ser feito um acordo. Não tenho dúvida que o Senador Romero Jucá usou de boa fé como os líderes, os demais líderes do Governo enfim do PT e do Governo, mas o fato é que o prejudicado é o processo eleitoral. Em segundo lugar o prejudicado é o candidato da oposição. O certo seria, Senador Marco Maciel, fazer esse protesto lá, mas lá ninguém ia me ouvir hoje, então aqui é o lugar correto para dizer que nós estamos decidindo uma matéria essencial para o Governo e essencial para nós nesse momento, inclusive, derrubá-la, essa questão da CPMF e sob esse clima. O clima não está nem um pouco bom. Me sinto burlado, me sinto traído, me sinto desrespeitado. Quando eu digo eu não sou fulano de tal pessoa física, CPF tal, é eu PSDB. Eu bancada do próximo PSDB. Bancada de oposição porque burlaram também o José Agripino, burlaram o DEM.

Então Senador Agripino naquilo que parecia que nós tínhamos encontrado a forma para não acontecer aquilo não foi eficaz o Governo tem como passar dinheiro para Prefeitos amigos em pleno momento eleitoral. E isso é contra a dignidade do processo. Eu queria lavar esse protestado e dizer que o estado de espírito do PSDB é esse.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pela ordem.

SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP) – Pela ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria dar um esclarecimento ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP) – Pela ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E aproveitar ao Senador Agripino que também deverá se manifestar também sobre essa questão. Eu queria fazer duas questões, Senador Arthur Virgílio. Primeiro, dizer que na questão do dispositivo nós terminamos não colocando aquele prazo de 120 dias. Terminou sendo uma opção e que nós seguimos retirar o Parágrafo Único como nós retiramos também a questão das ONG's. A Câmara voltou os dois mecanismos. Não só o Parágrafo Único, mas também aquela questão de poder fazer empréstimo via entidades privadas.

Eu já levantei com esse tema hoje, estou tratando no Palácio, a minha posição pessoal vai ser pedir o veto da Presidência sobre as duas matérias, não negocie com o Governo ainda, portanto, não posso antecipar a posição do Governo, mas posso dizer que trabalharei nesse sentido, porque entendo que nós discutimos, avançamos e não é intenção, como não é intenção do Governo burlar a legislação eleitoral para fazer qualquer tipo de repasse irregular para prefeitura em período eleitoral. Se não é a opção do Governo e resta essa dúvida eu defenderei que esse processo possa ser efetivamente esclarecido com o veto.

Eu quero fazer esse registro apenas para dizer que nós estamos comungando com a mesma posição.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra agora. Concedo a palavra agora a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante e depois ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – De forma muito...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir ao Senador José Agripino.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – De forma muito breve, Presidente. Eu acho que nós estamos discutindo uma questão que diz respeito ao caráter republicano desse País. O princípio da alternância de poder é um princípio fundamental do processo democrático e nós não podemos de forma alguma alterar uma regra que me parece disciplinadora da atitude dos governantes nos processos eleitorais. Portanto, eu quero não apenas me solidarizar integralmente pela

manifestação feita pela oposição, e tenho certeza que a intervenção do Senador Romero Jucá terá amparo de toda a base do Senado e juntos nós dialogaremos com as lideranças da Câmara para que se restabeleça um princípio republicano essencial a democracia que é não ter gastos públicos que alterem a natureza do processo eleitoral, durante o processo eleitoral e, tenho certeza que nós construiremos esse entendimento no País preservando essa conquista democrática.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, apenas para lembrar ao Senador Romero Jucá que quando ele concordou aqui em retirar esse Parágrafo, ele falou em nome do Governo. Então no momento em que ele está colocando que não ainda não pode assegurar e que vai negociar com o Governo, fica uma posição ambígua difícil de entender, porque quando foi feito, V.Ex^a falou como Líder do Governo e em nome do Governo. Eu tenho aqui seria cansativo, mas se quiser eu distribuo a todos aqui quando V.Ex^a fala que o Governo concorda em retirar, portanto, V.Ex^a falou em nome do Governo. Se aconteceu isso e o Governo não vetar, não é negociação de V.Ex^a que nós estamos pedindo, nós estamos exigindo que o Governo cumpra com a palavra e com o acordo que foi feito.

Na verdade, eu ainda não tive oportunidade de ver cumprido nenhuma negociação com o Governo que eu tive oportunidade de fazer. Nenhuma. Não é maneira de dizer, nenhuma. Se puder eu posso listar, mas aqui não vou fazer isso. Eu tenho aqui trechos do discurso de V.Ex^a falando: “O Governo concorda”, “O Governo concorda”.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Apenas para registrar Senador Tasso Jereissati que o que houve foi aprovação pela Câmara dos Deputados. O Governo não se manifestou. O Governo irá se manifestar no momento da sanção ou do veto de determinada matéria. Por enquanto foi uma posição da Câmara dos Deputados sem interferência do Governo e, portanto, nós vamos manter contato o Governo exatamente para tentar dirimir essa dúvida e resolver essa questão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador e Líder do DEM José Agripino, a seguir pela ordem a Senadora Lúcia Vânia e a seguir. V.Ex^a está inscrita para discutir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu ainda pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E a Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, a posição pelo Senador Arthur Virgílio, a observação feita pelo Senador Arthur Virgílio, que foi objeto de conversa que tive a meia hora atrás, pessoal tête-à-tête com o Presidente em exercício do Senado Senador Tião Viana me traz uma preocupação ainda maior. O Senador Romero Jucá que eu reafirmo é um homem bom de entendimento, de diálogo, tomou o compromisso é verdade que é em nome claro, dele, mas do Governo, de que aquilo que nós propúnhamos fosse o acordo para que a matéria fosse aprovada no Senado. Que matéria? A automatização de liberação do recurso do PAC para habitação popular, para habitação. Para entidades federadas, para Estados e Municípios e colocaram, então de pára-quebras, para entidades privadas tipos ONG's. Ora, nós temos a CPI das ONG's em andamento, foi feito o primeiro acordo, o de retirar-se no texto a art. 12 que se referia a liberação de recursos para a ONG's. Havia no texto um parágrafo que eu reputava, o PSDB reputava capcioso que excepcionalizava para entidades federadas a liberação ou recebimento de recursos em período eleitoral sem que se considerasse a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, abria-se uma janela real pelo parágrafo que foi ao final retirado, para que entidades federadas, Estados ou Municípios, independente de observar-se ou não a LRF pudesse em período eleitoral continuar recebendo dinheiro. Pactuamos e foi retirado o parágrafo que nos dava conforto e segurança. O que é que nós entendemos? Que a Câmara, já que o Governo pelo Senado, pelo seu Líder do Senado estava garantindo um texto moralizador, que a Câmara efetivaria.

Senador Arthur Virgílio, foi feita hoje uma proposta apresentada ao PMDB ao PSB a partidos da base de se encaminhar no dia 30 uma proposta de reforma tributária para discussão. Veja V.Ex^a, a coordenação do Governo entre Câmara e Senado uma Reforma Tributária, Senador Tasso Jereissati, que nós discutimos há quatro anos atrás em 2003, até hoje está parada na Câmara por inação do Governo ou falta de liderança do Governo. O fato que acabou ser pactuado semana passada no Senado, e que deveria ser referendado pela Câmara, pela mesma Base do Governo, ao contrário do que se pactuou, foi desfeito. Qual é a credibilidade que tem o Governo de propor para que a sua base vote a CPMF, que no dia 30 vai apresentar uma proposta de Reforma Tributária como há de três anos ou quatro anos atrás que votamos aqui e empacou na Câmara. Com que autoridade tem ele de prometer a remessa

de uma Reforma Tributária que venha a ser aprovada? Pode ter ser até apresentada, agora discutida e aprovada, pelo exemplo de semana passada e de hoje, eu não tenho segurança nenhuma de que esta Reforma Tributária prometida, como a que votamos depois de muito entendimento entre os líderes, há quatro anos atrás e nunca chegou a conclusão, da mesma forma é fácil prometer a remessa de uma nova reforma que não vai acontecer coisíssima nenhuma. Cesteiro que faz um cesto, faz um cento.

É para a reflexão deste Plenário. Nós estamos num momento de definição do futuro do País votando a CPMF, nós sabemos quem são os nossos interlocutores. Eu posso confiar demais no Senador Romero Jucá, mas na palavra deste Governo eu tenho direito de não acreditar.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Após a manifestação do Líder do Senador Agripino eu concedo a palavra por uma questão de ordem a nobre Senadora Lúcia Vânia, a seguir a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores. Sr. Líder do Governo eu gostaria também aqui de fazer coro às palavras do Senador Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, uma vez que eu fui uma das pessoas que o procurou no Plenário e alertou pela situação embaraçosa que nós estávamos de ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. E, V.Ex^a na ocasião concordou. Eu gostaria de saber se V.Ex^a continua concordando e tem a mesma posição que o Senador Aloizio Mercadante externou aqui.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu acabei de falar, aliás, o Senador Aloizio Mercadante concordou comigo, eu falei antes. Então a minha posição continua a mesma e nós vamos trabalhar todos para que essa questão seja esclarecida e resolvida.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – A colocação do Senador Tasso Jereissati, porque naquela ocasião V.Ex^a falou como representante do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Naquela ocasião eu falei como Líder, disse que não era responsável pela questão da votação na Câmara, que tem tido muita desconexão entre votação de Câmara e Senado, independente de Base do Governo, mas que defenderia se a Câmara retornasse a matéria defenderia o veto como vou defender. Eu vou defender o veto dentro do Governo, não posso dizer que eu vou vetar porque não sou eu que veto, quem veta é o Presidente da República, mas vou defender o veto junto à Casa Civil, junto à coordenação política do Governo, porque entendo que o Governo não precisa ficar com essa desconfiança. Não precisa, não é intenção de o

Governo transferir recurso irregular para Prefeitura três meses antes da eleição, não é esse o objetivo do PAC. Se o objetivo do PAC fosse esse não estaria assinando toneladas de dinheiro com Governantes, Prefeitos e Governadores da oposição. Então não é.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Mas todas as vezes que for fazer um acordo será que feito dessa forma?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Estaria tornando obrigatório um gasto que não obrigatório. O Governo está tornando obrigatório um gasto que não é obrigatório exatamente para poder implementar o PAC com mais ação. Eu posso garantir a V.Ex^a ao Senador Tasso Jereissati, ao Senador Arthur Virgílio, ao Senador Agripino ao Senador Aloizio Mercadante, a todos os Senadores e Senadoras do Senado que estão cumprimentos com a lisura, com a responsabilidade e com a disputa leal e a postura séria do Governo, que nós vamos trabalhar para resolver essa questão. Pode ficar tranqüila.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Romero Jucá, eu quero chamar também a atenção do acordo também feito por V.Ex^a comigo, no Plenário a respeito da Infra-Estrutura. Foi feito 15 dias antes, sobre a possibilidade de financiamento para armazéns, no entanto o Governo vetou.

(soa a campanha)

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Presidente Senador Marco Maciel...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de conceder a palavra.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Por favor, me inscreva para uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V.Ex^a para discutir ou para uma questão de ordem?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Para questão de ordem sobre esse mesmo assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então V.Ex^a terá palavra após a manifestação da Líder Senadora Ideli Salvatti que já se inscrevera anteriormente para a questão de ordem.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Eu lhe agradeço, Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu também peço a V.Ex^a depois do Senador Mário Couto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente é óbvio, que esta situação da votação feita pela Câmara derrubando o acordo construído aqui no Senado, traz uma dificuldade para o encaminhamento, inclusive, das votações que precisam ser feitas. Hoje por exemplo, a reunião de líderes acabou não aconte-

cendo, apenas a Senadora Marisa Serrano pelo PSDB, esteve presente, e os demais Partidos acabaram não comparecendo. E para nós, é muito importante que possa ser reconstituído o acordo. Até porque, quando nós fizemos o acordo aqui modificando o texto da Câmara era porque na proposta original não havia aquela questão dos repasses em período eleitoral e nem para ONG's, portanto, o que nós acordamos aqui foi a reconstituição do texto original do Governo, por isso que eu tenho a convicção de que nós devemos recompor, devemos fazer um apelo ao Presidente para que vete, agora o fundamental neste momento, Senador Romero Jucá, era de que nós pudéssemos retomar rapidamente o motivo central dessa Reunião que é o debate dos dois, do parecer da Senadora Kátia Abreu e do seu voto em separado para nós podermos deliberar a matéria que nós traz com tanta audiência no dia de hoje a Comissão de Constituição e Justiça, que é a votação da CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra agora pela ordem ao Senador Mário Couto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Presidente eu entendo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E a seguir ao Senador Alvaro Dias.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Presidente pela ordem. Eu gostaria só que V.Ex^a ao conceder a palavra pela ordem a algum Parlamentar, e se o Parlamentar fosse discutir mérito, V.Ex^a debitasse à sua conta no momento em que for discutir mérito, porque o que se observa é que às vezes se pede a palavra pela ordem, discute-se o mérito e depois se inscreve para falar pelo mérito também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradece a colaboração de V.Ex^a nobre Senador Valter Pereira, aliás, Vice-Presidente desta Comissão. Com a palavra Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Presidente ninguém pode estar preocupado aqui com o tempo, Presidente. Nós temos até meia-noite, cinco horas da manhã para ficar aqui. Eu não estou preocupado com o tempo, não, nós estamos discutindo um assunto de suma importância para a nação brasileira e que o prestígio próprio Líder do Governo está em jogo. Eu fico preocupado não é com nada não, eu fico preocupado com o prestígio do Líder do Governo. Porque se o Líder do Governo faz um acordo em Plenário e derrubam o acordo, em que situação fica o Líder do Governo? Aliás, já não é a primeira vez que

eu vejo isto, Presidente. Já é a segunda vez. Fizemos também o acordo com a Líder lá para a transportes escolares e eu vejo a atitude do Líder querer resolver e não dão condição para o Líder resolver. Eu peço ao Presidente Lula que dê condições para o Líder trabalhar, porque assim a cada dia nós vamos perdendo a confiança no Líder. Ele assume uma responsabilidade com o Senador Tasso Jereissati, assume uma responsabilidade com o Senador Arthur Virgílio, com a Senadora Lúcia Vânia e imediatamente lá a Câmara derruba este acordo, e aí como é que fica o Líder do Governo? Eu já estou aqui na oposição defendendo o Líder do Governo! E é um assunto que nessa questão de acordos já é preocupante, quanto mais preocupante é a questão do mérito, porque aí nós vamos derrubar tudo aquilo que nós alcançamos em relação a eleição nesse País. Vai ser desmoralizante. Eu espero que o Governo lhe dê condição, eu vou usar a palavra certa, lhe dê moral para V.Ex^a resolver essa situação. Muito obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Alvaro Dias que é o último inscrito para a questão de ordem. Com a palavra S.Ex^a

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Essa palavra “acordo” vai ficar em desuso no Congresso Nacional, ela tem que ser excluída dos dicionários das nossas atividades ou nos proclamaremos os grandes ingênuos da República. Não é possível mais admitir que lideranças do Governo, em nome do Governo, assumam compromissos que são desonrados sistematicamente na Câmara dos Deputados. Nós tivemos outras experiências e não temos mais o direito de nos colocarmos como os campeões da ingenuidade nesse País.

Aliás, essa não é uma Casa de ingênuos. É uma Casa de políticos experientes, ex-governadores, ex-Ministro, ex-Presidentes da República, ex-Embaixadores. Esse não é o lugar adequado para ingenuidade, mas eu creio que também que essa é uma Casa que deveria ser, pelo menos, da respeitabilidade, e não tem sido. Não é um lugar para se desonrar compromisso a toda hora. Não é o lugar adequado para se fazer promessas e não cumpri-la. Está se tornando rotina isto. É por esta razão que eu me coloco já na coluna dos céticos, absolutamente céticos em relação a negociações com o Governo, entendimento com liderança, defendendo a tese de que o Partido, o nosso Partido, que aqueles que integram partido de oposição na Casa não devem mais aceitar a convocação para o entendimento. Nós já nos cansamos, já estamos escaldados, como diz o Líder Senador Agripino: “Gato escaldado tem medo de água fria”. Nós estamos espantados com essas promessas

feitas sistematicamente e descumpridas como rotina. Nós podemos lembrar fatos importantes como da reforma da Previdência, onde se admitiu aqui a inovação de uma PEC paralela, fato inusitado, fruto da criatividade parlamentar, exatamente na busca de entendimento e depois verificamos o que ocorreu quando essa PEC paralela chegou a Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, o esforço que se fez aqui a partir de liderança partidárias como Senador Tasso Jereissati, Senador Arthur Virgílio, Senador e José Agripino, relativamente há um monstrego que aqui chegou e que estava apelidado de Reforma Tributária. Fez-se um esforço, melhorou-se o que era possível melhorar, avançou-se um pouco com o compromisso de que aquilo que passasse por aqui seria respeitado pelo Governo. Na Câmara dos Deputados o Governo aproveitou o que lhe provia aproveitar, o que lhe interessava aproveitar, aquilo que significava aumento de receita e ignorou o restante, que até hoje está por ser deliberado lá na Câmara dos Deputados.

Portanto Sr. Presidente essa Medida Provisória que era uma excrescência em matéria de injuridicidade, de inconstitucionalidade, o Líder Senador Arthur Virgílio foi para a tribuna e elencou inúmeros pontos de inconstitucionalidade da Medida Provisória. Apesar de tudo houve um gesto de boa vontade da oposição do Senado Federal que acabou permitindo a votação simbólica da Medida Provisória com a sua aprovação para que pudéssemos assistir depois mais uma vez esse espetáculo de desrespeito, de descompromisso que há aqui sempre celebrado com aval de liderança do Governo. Falar aqui em reconstruir o acordo ou restabelecer o acordo é exigir demais da nossa ingenuidade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, eu também caminho na mesma linha que meus colegas de oposição. Acho que o Governo ele tem nos adoçado o bico aqui no Senado. O que acontece? Sempre nós temos um ponto de divergência e nós encontramos nos Senadores do Governo, um leito para que essa divergência bata e ali ela seja aplainada, ela acabe. Assim acontece e aconteceu com o Senador Romero Jucá que para todo pleito que nós apresentamos ele tem uma solução. Acontece com o Senador Aloizio Mercadante, que é uma pessoa que tem belíssimas idéias, nós discutimos e transformamos essas divergências em soluções. Acontece também com a Senadora Ideli Salvatti, mas acontece também, que sistematicamente o Governo vem descumprindo os acordos que são

feitos pelos seus líderes aqui. É verdade. Eu lembro, Senador Romero Jucá, isso é do primeiro ano desse Governo. Não é de antes. Veja só do exame criminológico, está aqui o Senador Tasso Jereissati, nós criamos uma Subcomissão de Segurança Pública, o Governo fez um acordo nós mostramos o que exame criminológico era uma bobagem que nós íamos jogar monstros nas ruas, que a criminalidade ia aumentar, foi preciso descumprir-se um acordo na Câmara, o Governo dá azo ao que foi acordado lá, desprezar o que foi acordado aqui e depois que a criminalidade aumentou, que os monstros foram para as ruas, o Governo manda um projeto para resolver o problema que poderia ser resolvido lá atrás.

Que moral tem aqui todas essas autoridades, todos esses Senadores? Eu até prefiro dizer que autoridade tem esses Srs. Senadores para garantir que o Governo vai garantir isso ou aquilo?

Então na realidade nós estamos jogando conversa fora, por que na prática o que é que acontece? O Governo transforma em Lei tudo aquilo que é contra a nossa vontade. Nós acordamos, nós conversamos, nós enfrentamos, mas Senadora Kátia Abreu, não dá. Dá para acreditar que o Governo vai descumprir com a Câmara o que foi acertado? Porque aqui os Deputados dizer o seguinte: “Mas espera aí o Governo acertou isso conosco, acertou uma coisa com a Câmara e outra coisa completamente diferente com o Senado. Então o Governo vai ter que descumprir com alguém”. Essa não é uma definitivamente uma boa medida não é um procedimento que deve ser tomado.

Eu acho, inclusive, Senador Arthur Virgílio, concordando com V.Ex^a nós temos que começar a pensar em respaldar as nossas medidas muitas vezes nos recorrendo ao Supremo Tribunal Federal. Não dá mais para fazer um pacto para ser descumprido no momento seguinte. A boa vontade dos Srs. Senadores, a competência dos Srs. Senadores do Governo é patente, é notável, é notória, mas o Governo não respeita a vontade dos seus líderes nessa Casa.

Daí porque, Sr. Presidente, o Governo ele se transformou num Governo extremamente bifronte. Uma coisa que é sagrada do Parlamento é a palavra. A palavra tem que ser cumprida. Qual a palavra que vai ser cumprida? É a palavra que foi dada no Senado ou é a palavra que foi dada na Câmara dos Deputados? De sorte que eu conclamo a meus colegas de oposição, não por ser oposição, mas a fazer respeitar os acordos que nós estamos realizando aqui. E muitas vezes isso só será possível indo a Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradece a contribuição do Se-

nador Demóstenes Torres. Eu tenho duas comunicações a fazer ao plenário. A primeira comunicação é a seguinte: Nos termos regimentais comunico a V.Ex^a que passarei a ocupar a titularidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, em vaga anteriormente ocupada pelo Pedro Simon do PMDB do Rio Grande do Sul, que passará a integrar a referida Comissão como membro suplente. Assinado Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

A segunda comunicação que a Mesa deseja fazer ao Plenário, diz respeito ao entendimento havido com o Senador Antonio Carlos Valadares, por se tratar o voto em separado de S.Ex^a de matéria a ser disciplinada através de Projeto de Lei, S.Ex^a resolveu de comum acordo com a Presidência retirar a referida proposição e tratar...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente eu estou inscrito para falar no momento da discussão eu irei falar sobre o voto em separado. Gostaria que V.Ex^a me concedesse esse privilégio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não e V.Ex^a está inscrito para discutir posteriormente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – À não ser que V.Ex^a permita.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pela ordem o nobre Líder o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Presidente só para esclarecer essa substituição, do Senador Pedro Simon. O Senador Pedro Simon chegou hoje um pouco tarde e não participou da reunião da bancada, ou melhor, dos membros da bancada na CCJ com o Ministro da Fazenda Guido Mantega, com o Ministro da Coordenação Política Walfrido Mares Guia para fechar a proposta que saiu da reunião da bancada na semana passada, da nota da bancada e do fechamento da questão da bancada. E no entendimento eu conversando com o Senador Pedro Simon, a Senadora Roseana conversou também o Senador Pedro Simon, e ele me disse que não estava ainda em condições de votar, está discutindo, vai continuar discutindo até a votação em Plenário, mas não estava

hoje em condições de votar a favor desta proposta da bancada junto ao Governo.

Eu queria ler aqui, Sr. Presidente, já para concluir justificando essa situação do Senador Pedro Simon. A proposta que saiu hoje da base não só do PMDB, mas praticamente de toda a base aliada, dos líderes, dos membros da CCJ e da base aliada, primeiro é um redutor da alíquota de 0,02% anualmente até 2011, até onde vai o projeto, perfazendo um total de 0,08, segundo compromisso do Ministro de apresentar até o dia 30 do 11, portanto, até o dia 30 deste mês a proposta da Reforma Tributária com vista a desoneração geral dos tributos. A compensação ou isenção da CPMF para quem ganha até 2 mil, 894 reais por reais por mês, na contribuição da Previdência Social e isso Sr. Presidente, vai abranger mais de trinta milhões de contribuintes que não vão pagar CPMF. Eu acho que esse é um ponto muito importante que avançou inclusive fazia parte das negociações da bancada do PSDB. É bom que se diga que foi importante também até o momento as discussões com o PSDB junto a esse projeto. Um limitador dos gastos do Governo que pode a inflação e mais 12,5%, incluir a União das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. E por último, Sr. Presidente, uma solução discutida na Câmara dos Deputados da dívida dos produtores agrícolas, discutida na Câmara há poucos dias que será também resolvida até o mês de dezembro.

Eu acho que com essa proposta que estava na nota do PMDB nós estamos em condições de votar a CPMF. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço ao nobre Líder Senador Valdir Raupp.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro e a seguir o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E posteriormente o Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Marco Maciel, Sr^a. Relatora Senadora Kátia Abreu, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores é de lamentar novamente, Senador Romero Jucá, que mais uma vez o Governo descumpra os acordos que

são feitos pelos seus representantes, como V.Ex^a no Plenário do Senado Federal. Agora mesmo a Medida Provisória que traz uma excrecência, que cria uma excrecência que é a transferência de recursos para firmar novos convênios com Prefeitura ou órgãos mesmos que inadimplentes e que durante o processo eleitoral que foi aprovado na Câmara, derrubada no Senado Federal com acordo assumido pelo Líder do Governo, pelo Líder de que seria respeitado quando a Medida Provisória voltasse a Câmara Federal e tomamos conhecimento que lá novamente o Governo derruba a vontade do Plenário do Senado Federal e não cumpre o acordo que foi aqui firmado.

Não a primeira vez, Senador Romero Jucá, V.Ex^a para aprovar a FUNDEB, Senador Romero Jucá, mas V.Ex^a está atento à leitura aí da proposta do PMDB? V.Ex^a está atento a leitura que o Senador Valdir Raupp fez agora, de uma proposta que a gente pode até acreditar, porque está chegando a época do Natal e Papai Noel deve trazer algum presente para o Governo, para que ele venha a cumprir isso aqui.

Eu acho que isso aqui é um presente de Natal que o Governo está oferecendo ao PMDB. Mas fiquem certos Srs. Senadores do PMDB, V.Ex^{as} não ganharão presente de Natal e que não é de V.Ex^{as} é da sociedade brasileira, que será novamente enganada na sua totalidade pelo Governo do Presidente Lula.

Mas eu volto a falar com o Senador Romero Jucá, e gostaria que V.Ex^a me respondesse, por favor, que há praticamente dois meses quando fomos aprovar o FUNDEB no Plenário do Senado Federal, V.Ex^a assumiu um compromisso que no prazo de 15 dias o Governo encaminharia uma proposta para resolver o problema do transporte escolar que penaliza todos os municípios brasileiros.

Eu tenho andado pelo meu Estado, Senador Mário Couto, tem andado pelo Estado do Pará e em todos os municípios a reclamação primeira do Prefeito é que, primeiro, a Governadora deixou de transferir os poucos recursos que tinham para o transporte escolar. Não recebe nada e gastam valores que são insustentáveis para a economia do Município. V.Ex^a Senador, Romero Jucá, assumiu um compromisso público, na tribuna que em 15 dias o Governo encaminharia uma solução para que nós pudéssemos não incluí-lo no FUNDEB, como nós tínhamos a emenda para que pudéssemos resolver. Passados 60 dias, nada até agora foi feito. Os municípios continuam sem ter uma solução para o transporte escolar. Como esperaram durante cinco anos pelo aumento de 1% na participação do Fundo do FPM. Eu indago a V.Ex^a: Esse acordo feito por V.Ex^a em nome do Governo para os municípios brasileiros, não vai ser cumprido também? É mais um? Porque

ainda há pouco, Senador Romero Jucá, quando V.Ex^a terminar de falar ao telefone eu continuo a minha.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Presidente, vamos discutir o projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não vou discutir, não. Eu considero uma falta de consideração do Senador Romero Jucá, eu estou me dirigindo a ele e ele está conversando com o Presidente Lula.

(risos)

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador Flexa Ribeiro...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não concluí.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu não tenho...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não concluí.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Espera aí, me ouça. Eu não estou fazendo graça.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu estou com a palavra. Presidente eu estou com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu estava ao telefone.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Deixa eu concluir, Presidente, eu estou com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu estava no telefone tratando desta questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu estou com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E a informação que eu recebi, aí os Deputados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente eu estou com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – É que as 387 não tinha sido concluída a votação ainda. Não sei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu ainda não acabei de perguntar, está respondendo o quê? Posso concluir?

(soa a campainha)

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu estou tratando essa questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a permite que eu conclua?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pode, claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sabe que eu tenho uma maior... tenho admiração por V.Ex^a

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Valei-me se não tivesse hein? V.Ex^a me enchendo o saco desse jeito?

(risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Presidente Lula não poderia ter escolhido um Líder tão competente quanto V.Ex^a, até porque V.Ex^a já é Líder desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, e será Líder do próximo Governo do PSDB. Não é Senador Tasso Jereissati?

(risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nós já estamos antecipando o convite para que V.Ex^a permaneça Líder do Governo, são mais oito. Nos próximos oito anos do PSDB V.Ex^a já tem o cargo garantido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Contamos com ele Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas voltando ao questionamento eu chamo a atenção de V.Ex^a

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Já começa mal o PSDB. Loteando o Governo.

(risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu não estou loteando.

(risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu estou escolhendo o que há de melhor, porque a competência do Senador Romero Jucá já foi comprovada... aliás, Senador Valter Pereira, não é só com o Senador Romero Jucá, o Presidente Lula teve a inteligências de escolher pessoas vindas do PSDB e os programas do PSDB para que tivesse êxito no seu Governo. Está aí o Presidente do Banco Central, o Deputado Federal, eleito pelo PSDB, o Dr. Meirelles, estão aí os programas todos iniciados pelo PSDB e continuados pelo PT, que são programas que dão certo. Os programas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– É quase um discurso de adesão, mas, bem vindo, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Aloizio Mercadante, eu costumo dizer, Senador Aloizio Mercadante, que as coisas boas não são novas, e as coisas novas não são boas. Então, eu estou só querendo concluir para ter a resposta... Eu só quero concluir se me permitirem. Eu só quero saber do Senador Romero Jucá se nós vamos. Eu pedi ao meu Líder, Senador Arthur Virgílio. Senador Arthur Virgílio, eu pedia V.Ex^a que o PSDB obstruísse as Sessões do Plenário se até 31 de outubro o Senador Romero Jucá não trouxesse as soluções para os Prefeitos. (soa a campanha) Nós estamos nos dia 13 de novembro e quero ouvir do Senador Romero Jucá, tem a solução do Governo ou é mais um presente de Papai Noel?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Só uma questão de ordem, Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Eu queria solicitar que após a resposta do Líder Romero Jucá nós respeitássemos a lista de inscrição para poder iniciarmos o debate que nós temos uma Ordem do Dia e um ponto que é a PEC da CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Serei bastante breve, Sr. Presidente. Eu ontem, e usando do máximo de honestidade intelectual, eu disse compreender as razões táticas do Governo ao substituir o Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu disse que isso assegurava mais do que nunca o voto do Senador Mozarildo Cavalcanti a tese anti CPMF no Plenário e que aqui era algo desagradável, criticável, mas enfim que isso que faz parte do jogo político dada a correlação de força que se esboçava ou se esboça na Comissão de Justiça. Portanto eu não estou aqui tampouco para criticar o Líder Raupp pelo direito de substituir o Senador Pedro Simon, e o Senador Pedro Simon tem o direito de ser substituído. Eu sou uma pessoa muito crédula, acredito em tudo. Tenho horror a mito. Não acredito que a esta altura um homem que foi Ministro da Agricultura, um homem que é Senador da República há 500 anos, um homem que não tem opinião sobre a CPMF eu não acredito. Eu trago a minha filha Ana Carolina de 12 anos e ela vai falar direitinho porque é que se deve revogar a CPMF depois de um acordo com o partido do pai dela não ter avançado de maneira honesta com o Governo. Minha filha pode vir depor se quiser numa Audiência Pública. Eu não aceito. O Senador Pedro Simon não tem o direito de não ter opinião clara sobre a CPMF, não tem direito. Pode votar como quiser, a favor do Governo, pode votar contra, pode este abster. Agora, opinião, tem que ter. Vamos acabar com esse negócio de mito aqui dentro.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, nobre Senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu fui citado, queria falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Epitácio Cafeteira, se V.Ex^a anuir, o Senador Valdir Raupp, como citado, terá direito à palavra, a seguir S.Ex^a

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, queria dizer ao Senador Arthur Virgílio que o Senador Pedro Simon é um homem de partido. É um homem de respeito e que eu admiro e respeito muito. E pela unidade do

partido, pela unidade da bancada é que foi tomada essa decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, agora, pela ordem e último orador inscrito para uma questão de ordem, o nobre Senador Eptácio Cafeteira. Tem a palavra V.Ex^a

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta, porque eu vi todo mundo falar “pela ordem” e cada um disse sua razão pessoal para votar a favor ou contra a CPMF. Eu acho que não tem mais ninguém para discutir a matéria. Tudo já foi colocado na sua verdadeira questão de ordem. De forma que eu acho que já invertemos a coisa, todo mundo já levantou a questão de ordem e disse porquê fez, ou seja, quase todos contra a medida. E eu, ao olhar aqui, eu vi do alto dos meus 83 anos, que eu assisti muita coisa nessa Casa e na outra Casa. E, na realidade, era muito difícil era ser oposição no período militar. Porque lá não se discutia. Quando a gente era contra, cassavam, fechavam o Congresso. Hoje já está bem mais macio, mas eu acho que cada um deve trabalhar dentro da ferramenta que tem.

E aquela história que a Ministra do Turismo disse “relaxa e goza” é isso que o pessoal da oposição tem que fazer. Relaxar e gozar. Não tem mais outra coisa para fazer. (risos) porque a essa altura dos acontecimentos, já se sabe que a maioria da CCJ é a favor da CPMF. Então, eu acho que todo mundo que tinha alguma razão para discutir, não tem mais. Já esgotou. Eu assisti aqui a pergunta mais demorada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite um aparte, Senador Eptácio Cafeteira? Relaxar eu entendo, agora gozar com a cara do contribuinte, talvez. Não posso imaginar que seja outro tipo de coisa.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Vou dizer uma coisa para V.Ex^a Eu era do PMDB e perdi o meu Líder que foi o que entortou a máquina. E com muita honra, era vice-Líder de Alencar Furtado. Agora o que precisa é que a pessoa tenha consciência. Quando é minoria, tem que esperar a vez de ser maioria e se o Líder Senador Romero Jucá já foi Líder do PSDB e Líder desse Governo, porque ele é competente. É porque ele, na realidade, ele sabe exercer a função de Líder.

Agora, eu vi a pergunta mais demorada da minha vida foi quase como um aparte do Mão Santa, bem demorada. A minha colocação é que não tem mais o que discutir. Eu quero é ver essa proposição ser votada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Cafeteira, V.Ex^a me permite um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou conceder a palavra agora ao Senador Romero Jucá para que ele possa responder a respeito da sua pessoa e, a seguir, vamos ouvir o Senador Antonio Carlos Valadares que é autor do segundo voto em separado.

(falas sobrepostas)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu quero uma questão de ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Presidente, em respeito as colocações feita pelo Senador Flexa e pelo Senador Mário Couto, eu quero registrar que a questão do transporte escolar eu tenho cobrado diuturnamente a proposta que o Ministério da Educação está construindo com a associação de prefeitos. Tenho cobrado insistentemente e quero ver essa proposta entregue para que a gente possa cumprir efetivamente o compromisso de até o final do ano ter essa legislação que atende as Prefeituras. Sei da importância do transporte escolar para os municípios e quero agradecer o carinho das palavras tanto do Senador Mário Couto, como do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Voto em separado.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Eu falo depois dele, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Fala quando iniciarmos a discussão da matéria após a intervenção do Senador Antonio Carlos Valadares. Se V.Ex^a quiser ocupar, vir à Mesa, poderá fazê-lo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, é uma honra para mim participar da Mesa. Se V.Ex^a permitir eu falo aqui mesmo do Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V.Ex^a escolhe, não tem problema.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É o seguinte. No dia de ontem, antes do término da Sessão da Comissão de Justiça, eu tive a oportunidade de apresentar um voto em separado logo em seguida ao do Senador Romero Jucá simplesmente porque o nosso partido, o PSB, que aqui é integrado pelo Senador Renato Casagrande e, por mim, não concordava como, aliás, não concorda com nenhuma das propostas que foram colocadas pelo Governo e pela oposição. O Governo propunha uma PEC que veio da Câmara sem nenhuma alteração, fixando alíquota de 0,38% para a CPMF sem admitir, a princípio, qualquer

redução nos valores dessas alíquotas. E nesse ínterim a Senadora Kátia Abreu que tem a simpatia de todos nós pelo brilho de sua inteligência e pela pessoa que é cordial com todos os seus colegas, merece, sem dúvida alguma, os elogios e os aplausos de todos nós. Mas, em função dos interesses do País que neste momento não podem abrir mão de 40 bilhões de reais sem uma alternativa adequada para suprir essa deficiência financeira, nós apresentamos uma alternativa, qual seja a redução gradativa da CPMF neste voto em separado, de acordo com os seguintes percentuais que constam da pauta que foi distribuída a todos os Senadores. 0,36% em 2008. 0,34% em 2009. 0,32% em 2010 e 0,30% em 2011. Essa foi a proposta que nós apresentamos no dia de ontem.

Anteriormente, o Governo, numa tentativa de conseguir, não digo um consenso, mas um acordo mais interessante, acordo político, procurou o PSDB visando convencer os seus integrantes da necessidade da permanência da CPMF admitindo a redução não da alíquota, mas a desoneração da incidência da CPMF sobre determinados valores de salários que chegou até a mais de 4 mil e 300 reais.

Entretanto, hoje, Sr. Presidente, dois participantes do Governo da maior responsabilidade política e administrativa, se reuniram com os representantes dos partidos aliados no gabinete da liderança do Governo sob a coordenação do Senador Romero Jucá e resolveu ouvir o pensamento, as idéias e as sugestões dos partidos aliados. Eu considero que esta conversa com os dois Ministros e os partidos aliados, ela frutificou desde quando idéias que haviam sido debatidas aqui nesta Comissão, que haviam sido divulgadas pela imprensa foram aceitas pelos representantes do Governo. Inclusive, esta sugestão que eu apresentei no dia de ontem, eu não digo a V.Ex^a que foi em decorrência da força e do prestígio do PSB nessa Casa, porque nós só temos dois Senadores. Quem sabe devido a ser uma proposta equilibrada que atendeu aos interesses dos mais diferentes partidos que compõem a base do Governo. E esta proposta foi capitaneada na reunião pelo Senador Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que como é do conhecimento de todos, um expert em acordo político, um homem brilhante nas intermediações que faz aqui no contato diário com os Senadores da República tanto da base quanto da oposição.

Aqui, Sr. Presidente, muito se falou da falta de cumprimento de acordo. Não sei se para constranger aqueles que participaram efetivamente no gabinete do Líder do Governo de um acordo visando a aprovação da desoneração para quem ganha até 2.824 e como também a redução paulatina ou gradual das alíquotas.

Ora, o que é que o Governo promete? O que o Governo se compromete com relação à redução das alíquotas? O Governo se compromete e foi dito isso já publicamente através da nossa mídia brasileira que aceita essa redução que começa em 0,36 a partir de 2008 e termina em 0,30 em 2011 perdendo o Governo uma arrecadação em torno de 20 bilhões de reais, sem dúvida. Além disso, proporcionando a partir do próximo ano, quatro bilhões, cinco bilhões, seis bilhões e nove bilhões, encerrando-se em 2011 para a saúde, perfazendo um total de 24 bilhões de recursos que seriam represados pela DRU, mas que serão liberados única e exclusivamente para o Fundo Nacional de Saúde.

Com a aprovação deste acordo, Sr. Presidente, fica consolidada a posição do 0,20% em favor da saúde durante todos os próximos quatro anos. Terminada a CPMF, haverá a extinção, terminado o prazo de vigência da CPMF, haverá a sua extinção e enquanto isto, o Governo mandando, como vai mandar, até o dia 30 deste mês o projeto de Reforma Tributária que já está pronto, o Congresso Nacional terá amplas condições de construir um grande acordo envolvendo não somente Parlamentares das duas Casas, mas também Governadores e Prefeitos e termos uma Reforma Tributária que possa consubstanciar no seu conteúdo, no seu texto, todas as aspirações da sociedade, dos Governadores, dos Prefeitos, do próprio Congresso.

Sr. Presidente, eu sei que V.Ex^a está já querendo apertar o botão. Eu agora estou participando da discussão, enquanto outros foram apenas questões de ordem que demandaram 10, 15 minutos eu ainda não tenho nem 10 minutos que estou falando sobre um voto em separado.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que diante desses argumentos mais do que adequados, eu gostaria de pedir à V.Ex^a, em razão do acordo feito publicamente pelo Líder do Governo com a presença do Ministro Mantega que ratificou a proposta aqui da Comissão de Justiça que eu apresentei.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – V.Ex^a me permite um aparte? Apenas para dizer que V.Ex^a apresentou a proposta. Hoje nós negociamos com base na proposta que V.Ex^a apresentou e está confirmado todo o procedimento que é o voto em separado da Emenda Constitucional está confirmado para ser editado uma Medida Provisória assim que for promulgada a renovação da PEC. Portanto eu faria um apelo à V.Ex^a já que está atendido o preceito da Emenda de V.Ex^a que o voto em separado pudesse ser retirado para que efetivamente nós pudéssemos votar apenas o voto em separado que eu apresentei.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a como gosta de adivinhar o pensa-

mento dos seus liderados, eu já estava adivinhando o pensamento de V.Ex^a, tanto que já ia concluir por um pedido de retirada do voto em separado, na certeza de que haverá o cumprimento do acordo feito em bases legítimas com os aliados, aqueles que defendem o Governo nesta Casa. Inclusive, houve resistência, nós sabemos, o próprio Senador Valter Pereira que é vice-Presidente dessa Casa que está lá na reunião, depois de conversar com a liderança do seu partido e ouvir a ponderação de todos nós, terminou aceitando votar, acompanhar e acreditar no compromisso assumido hoje pelo Governo através dos seus representantes do Ministério.

Por isso, Sr. Presidente, eu retiro, peço a retirada do voto em separado e, nesse instante eu quero afirmar que diante do exposto, voto favoravelmente à proposta do Governo com as alterações que serão concretizadas através de uma Medida Provisória, aliás, no voto em separado nós estávamos concluindo pela apresentação de um projeto de lei em regime de urgência. Logicamente se o Governo, ao invés de um projeto de lei prefere uma Medida Provisória que é, a meu ver, muito mais rápida, claro e vai valer em 2008, eu gostaria de pedir à V.Ex^a a retirada com voto favorável à proposta do Senador Romero Jucá, que apresentou o seu voto em separado, retirando o meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradece a manifestação do Senador Antônio Carlos Valadares, a colaboração que oferece ao retirar seu voto em separado, posto que a sua Emenda não dizia respeito à matéria constitucional, que é o objetivo da PEC 89 no Senado, 50 na Câmara dos Deputados, e considera V.Ex^a como tendo sido o primeiro a discutir a matéria relativa à Emenda Constitucional em...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a, eu não entendi. O voto em separado não se referiria à Emenda Constitucional? Se refere.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não é isso. Eu quero dizer que V.Ex^a conclui com a apresentação de um projeto de lei.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E repudia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente. Eu quero agradecer a colaboração de V.Ex^a e fazer o seguinte. Passar agora a palavra à Senadora Kátia Abreu para fazer suas razões e a seguir, iniciar a discussão passando a palavra ao Senador José Agripino.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu vou conceder V.Ex^a após a consideração da Senadora Kátia Abreu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas questão de ordem, V.Ex^a

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Qual seria a sua questão de ordem?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero consultar a V.Ex^a que o Presidente Tião Viana ele tem sido britânico na abertura da Ordem do Dia às 16h. São 16h58, quero saber se vamos ter Ordem do Dia hoje ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não vai ter Ordem do Dia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não terá ordem do dia hoje?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Presidente Marco Maciel, eu me inscrevi para uma questão de ordem. O senhor esqueceu, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não esqueci, não.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Eu queria fazer a minha questão de ordem. É rápida e antes da Senadora. V.Ex^a próprio falou que depois do Senador seria eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, V.Ex^a tem a palavra e peço que seja breve.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Eu não vou tomar muito tempo, eu só queria esclarecer uma colocação que fez o nobre Senador Eptácio Cafeteira e eu pedi até um aparte para ele ansioso para falar com ele. Senador, V.Ex^a sabe o respeito que tenho aos seus 83 anos, mas fique certo de que não há aqui nenhuma intenção de ferir V.Ex^a. Ao contrário, tenho um profundo carinho por V.Ex^a. Mas quero dizer que a minoria nesta Casa é uma minoria que tem responsabilidade e que vai discutir os projetos, obviamente. Não é por ser minoria que nós vamos calar ou que nós não temos o direito de discutir a matéria. Eu tenho certeza que todos os Senadores, inclusive V.Ex^a veio para cá mesmo com os sacrifícios que têm V.Ex^a que está superando uma doença, veio para cá e não tem hora para sair, e a oposição quer mostrar a sua posição, obviamente, em relação à CPMF, e eu peço que V.Ex^a tenha paciência, porque nós vamos discutir arduamente aqui no Plenário. Tenha certeza disso. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Obrigado Senador Mário Couto e passo a palavra à Senadora Kátia Abreu para as suas considerações. E a seguir vamos iniciar, após a Senadora Kátia Abreu se expressar, vamos iniciar a discussão

da matéria concedendo a palavra em primeiro lugar ao nobre Líder do DEM o Senador José Agripino.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras. Eu gostaria de usar esse momento inicial rapidamente apenas para fazer algumas considerações, especialmente no que diz respeito às matérias que hoje li na imprensa sobre as críticas do Ministro Mantega, especialmente, ao nosso relatório aqui apresentado.

Quero dizer inicialmente que sinto muito pelas críticas agressivas com relação ao relatório numa tentativa de desconstruir um trabalho que eu me dediquei muito. Elaborei este relatório para que pudesse, com muita responsabilidade, em primeiro lugar, dar tranquilidade aos Senadores da República, aos meus colegas, Senadores e Senadoras, para que pudessem votar não com a oposição e nem com a base do Governo. Mas que pudessem de verdade votar com o Brasil.

Nós trouxemos aqui um relatório extremamente técnico, embasado na LDO que é a lei que regulamenta o nosso orçamento. E as outras alternativas baseadas nas leis de economia, o que significa os avanços que a economia pode ter caso nós possamos reduzir a carga tributária.

Então, eu só lamento muito que o Ministro Mantega possa ter se defendido atacando, porque ele não tem, na realidade, argumentos consistentes, reais e verdadeiros que possam reverter a cabeça dos Senadores e as suas convicções. Os Senadores hoje estão preparados, a sua grande maioria, e eu espero que todos, no dia da votação final, estejam com esse sentimento amadurecido. Que nós não estamos aqui hoje tratando da CPMF para prejudicar o Presidente Lula ou para prejudicar o seu Governo. Nós estamos aqui hoje neste momento porque a economia recomenda, porque o momento recomenda, porque nós estamos crescendo, porque está havendo uma exorbitância na arrecadação desse país porque está havendo também uma exorbitância nos gastos públicos no Brasil.

É por conta dessa unanimidade, dos economistas do país, dos jornalistas que cobrem a economia, de todos os técnicos tributaristas, técnicos em orçamento, não existe praticamente nenhum deles que não seja favorável a este momento de mudança. Nós não podemos utilizar para fazer as mudanças os piores momentos. Será que nós vamos ter que esperar uma crise internacional (soa a campanha) para fazer as mudanças? Será que nós vamos precisar esperar um período de inflação, implantação de planos novos, problemas que o país pode enfrentar a qualquer momento para fazer essas mudanças? Não. O mundo inteiro, o mundo inteiro está dando uma oportunidade aos países emergentes, aos países em desenvolvimento para

que nós possamos ordenar as nossas despesas, que nós possamos realinhar a nossa economia. Essa é uma oportunidade única e uma oportunidade rara que o Ministro Mantega, que o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo não está sabendo orientar e ter essa visão tão importante.

O que nós queremos em é unanimidade na opinião dos economistas e dos Senadores dessa Casa é de que a hora é agora. Nós não teremos uma hora mais própria do que essa. Agora, nós não podemos vir com propostas que possam iludir esse momento, que possam mascarar esse momento tão ideal, que possam iludir o contribuinte com propostas de remendos, de arremedo de respostas, de propostas. Arremedos não. Nós queremos uma mudança consistente, uma mudança verdadeira. Não estamos preocupados apenas em desonerar parte da população ou meia dúzia da população, porque eu quero saber nessa proposta, Senador Romero Jucá, quem vai desonerar a CPMF na boca no caixa do supermercado, quem vai desonerar CPMF na boca do caixa na farmácia, na loja de sapato, na loja de roupa? Ninguém vai desonerar se não formos nós Senadores da República. Nós sim, vamos desonerar da cesta básica, da compra do trabalhador brasileiro este imposto pernóstico, esse imposto tão nocivo para a nossa sociedade. Mas muito mais do que isso, nós Senadores e Senadoras, com o fim da CPMF, nós vamos, na verdade, elevar o Governo a fazer a Reforma Tributária ampla que nós precisamos.

O fim da CPMF não vai resolver os problemas do Brasil, será apenas o primeiro passo (soa a campanha) como uma criança quando aprende a andar que dá os seus primeiros passos. O fim da CPMF será o primeiro passo para o caminho de uma reforma de Estado, para a discussão das funções sobrepostas do pacto federativo. Nós precisamos enfrentar e conseguir colocar o Brasil nos trilhos da competição. A América Latina está com a carga tributária de 24 a 25%. Esses países todos têm a renda per capita maior do que o Brasil. Todos, sem exceção, inclusive a Venezuela, apesar de todos os seus problemas políticos. Todos esses países, Uruguai, Argentina, México, Chile, Venezuela, todos têm a renda per capita maior do que Brasil e têm uma carga tributária de 24 e 25. Mas esquecemos os países da América do Sul e vamos comparar a nossa carga tributária com os países emergentes que são os nossos verdadeiros competidores, que são os industriais que vão tomar o nosso mercado aqui dentro e lá fora. Eles estão com a carga tributária que variam de 19 a 27% e nós estamos com a carga de 36.

Então, eu quero dizer aos Ministros de Estado, com todo o respeito que cada um deles merece, são Ministros de Estado, de que nós queremos muito mais

do que isso. Nós não queremos um arremedo, uma regressividade na alíquota da CPMF que não é verdadeira, que não vai dar os resultados imediatos fortes que a economia precisa. E que quando o Ministro Mantega, na tentativa de querer desconstruir o meu relatório, o meu trabalho que eu me empenhei tanto, que eu estudei quase 60 dias para trazer à altura que essa Casa merece, embora sendo uma leiga, mas me assessorando dos técnicos melhores que pude ter no país. Quando ele chama meu relatório que ele não passa de uma fumaça, eu quero dizer para ele, para o Ministro Mantega, que o dinheiro do contribuinte é que está virando fumaça nesse país, que é o dinheiro do contribuinte que está virando fumaça nos gastos do Governo, (soa a campainha) que é a torneira aberta, a torneira da fumaça aberta dos gastos públicos é que está levando o dinheiro do contribuinte embora. O meu relatório não é fumaça, Sr. Ministro de Estado, Sr. Ministro da Fazenda, eu espero que V.Ex^a possa dar compasso a política fiscal, como a política monetária do Banco Central, porque é esse descompasso entre uma política monetária que pede a nós todos brasileiros que fechemos a mão para economizar e conter a inflação e V.Ex^a ao contrário da política monetária, embora excessivamente conservadora, é V.Ex^a que abre a mão do outro lado e que permite os gastos públicos excessivos que nós estamos convivendo e assistido a todo o momento neste país.

Quero, Sr. Presidente, também aqui dizer que os técnicos do Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, eles conhecem muito bem como se utiliza do superávit financeiro. Quem me indicou a usar o superávit financeiro como uma sugestão, como um exercício foi o Parágrafo 5º da LDO, de autoria do Executivo, que mandou para essa Casa e foi aprovada em julho deste ano sugerindo ao Governo, a ele próprio, que pudesse usar o superávit financeiro. Eu tenho a impressão que os Ministros não leram o art. 100 da LDO. Não foi a Relatora que criou a utilização do superávit financeiro. Apenas esse ano de 2007 o Governo já usou quase 20 bilhões de reais do superávit financeiro! O que é isso? Será que nós vamos enfrentar um debate dessa natureza e dessa gravidade mentindo? Não falando a verdade?

Eu quero que Governo faça com essa utilização de 9.8 bi. 10 bilhões para suprir a falta da CPMF como foi sugerido aqui apenas ontem. Nós temos outros exercícios importantes a serem feitos que vão dar no mesmo cálculo dos 40 bi que não serão necessários. Eu sugiro ao Governo que ele faça com esses quase 10 bi que nós sugerimos o mesmo que ele faz todos os anos quando usa recursos do superávit financeiro.

Em 2005 foram 2 bilhões, em 2006, os três anos deram 10 bi anual de uso do superávit financeiro. Como o Governo fez para não dar desequilíbrio no superávit primário? Eu sugiro ao Ministro que ele faça a mesma coisa. Porque só o governa pode tudo e qualquer opinião ou ação de um Parlamentar da base ou da oposição signifique um pecado mortal?

Eu sugiro à V.Ex^a, Ministro Paulo Bernardo, que o senhor faça da mesma forma junto com o Ministro Mantega quando usou o superávit financeiro ao longo desses anos, que V.Ex^a possa substituir e V.Ex^a sabe muito bem, muito mais do que eu, o que significa o cálculo acima da linha e abaixo da linha para justificar através dos restos a pagar e do floating(F) como o senhor vai substituir esse superávit financeiro. Não quero aqui cansar os meus colegas com esses termos, que eu própria tive que aprender com dificuldade, mas que V.Ex^a com os seus técnicos conhece muito mais do que todos nós. O senhor sabe como suprir e substituir essa utilização do superávit financeiro. Não venha dizer que o uso dele por parte do Governo só tem bônus e que a sugestão por parte do Congresso Nacional significa um ônus para os caixas do Governo. Não queira que as pessoas não façam o que V.Ex^a está fazendo. Todos os anos sem exceção.

E quero aqui, por último, a principal crítica do Governo com relação ao PAC. Com relação ao PAC, colegas Senadores, nós tiramos hoje do CIAF. Os recursos do PAC deste ano de 2007, a dotação orçamentária foi de 16 bilhões de reais, 227 autorizados por esta Casa. No dia de hoje, nós temos 8 bilhões e 600 apenas empenhados, ou seja, 53% empenhado. E nós temos, na realidade, pago dos 16 bilhões autorizados, o Governo só conseguiu pagar 2 bilhões e 400 milhões de reais. Como posso eu reclamar de cortes nos investimentos se eu não tenho eficiência e capacidade sequer para gastar o orçamento autorizado por essa Casa e disponibilizado pelo Governo? Como nós podemos compreender um argumento desse? Está no CIAF, para quem quiser ver. O Governo não consegue gastar nem o autorizado em investimentos.

Agora, pegue para ver os gastos de custeio. A gastança pública de custeio como está a execução orçamentária em comparação aos investimentos que país precisa. Quero aqui apenas dar três exemplos, porque nós vimos por várias vezes o Governo argumentar de que principalmente os Governadores iam ficar sem saneamento básico, sem a construção das redes de esgoto, e aqui nós temos, no Ministério da Saúde, implantação e melhorias do sistema público de esgotamento. Nós temos uma dotação autorizada, isso é PAC, isso é o PAC, os 16 bilhões do PAC. Nós temos autorizado para sistemas públicos de esgota-

mento do Ministério da Saúde 276 milhões de reais, milhões de reais, e só temos até agora 20 empenhado e 1 milhão, 300 mil executado. Que importância é essa aos investimentos e às redes de esgoto deste país? Com uma execução pífia? E com essas ameaças vãs que o Governo vem fazendo a respeito da não CPMF, da não continuidade dela na execução orçamentária do PAC?

Ainda quero aqui lembrar, no Ministério do Transporte, recursos do PAC da ordem de 50 milhões de reais, sabe quanto tem empenhado? Nada. Sabe quanto tem pago? Nada, absolutamente nada.

Ainda, construção de trecho rodoviário, Senador Arthur Virgílio, e Senador Jefferson Péres, em Manaus, na divisa do Amazonas com Rondônia. 100 milhões de reais autorizados. Apenas 19 empenhados. Nada pago até agora para essa obra de investimento do PAC.

E, por último, para não cansar os senhores, o CIAF está à disposição de todos. Nós temos aqui, ainda no Ministério do Transporte, trecho rodoviário na divisa de Mato Grosso com Pará, Santarém, 150 milhões de reais autorizados. Nada empenhado e nada pago.

E ainda, no Ministério das Cidades, com relação a esgotamento sanitário, 470 milhões de reais empenhados e nada pago, e nada executado.

Então, colegas Senadores e Senadoras, o que nós precisamos é o que nós temos na mão, a nossa consciência tranquila de que nós estamos (soa a campanha) lutando hoje aqui no Congresso Nacional é a favor do Brasil, é a favor do seu progresso, é a favor da sua caminhada na competição com os países emergentes que estão nos deixando na realidade para trás. Tenho certeza absoluta que a consciência, o amadurecimento, a convicção de cada um vai falar mais alto nas suas pesquisas que tem os seus gabinetes totalmente equipados para chegar às conclusões que aqui nós trouxemos após 60 dias de estudo. Muito obrigada a todos os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Presidência vai iniciar agora a discussão da matéria após a manifestação da Senadora Kátia Abreu. Vai conceder a palavra dez minutos para cada Sr. Senador, em primeiro lugar, o Senador Aloizio Mercadante a seguir, Senador José Agripino.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Gostaria que V.Exª fosse breve.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Serei breve. Para reparar uma justiça e eu tenho horror a sofrer injustiça e horror maior ainda a cometer injustiça. Tem uma nota que passo a ler do Senador Pedro Simon.

Esclarecimento: “Diante de informações e versões desencontradas sobre o episódio da minha substituição da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, venho a público prestar o seguinte esclarecimento. Hoje à tarde ao chegar ao Senado, comuniquei aos líderes do Governo no Congresso e do PMDB que votaria contra a permanência da CPMF. Fui informado então através da Senadora Roseana Sarney que a bancada do PMDB decidirá votar favorável e substituir quem se declarasse contra. Mantenho a minha convicção e darei meu voto contrário a CPMF, quando da votação definitiva no Plenário do Senado”.

Ou seja, tinha razão eu ao supor que seria absolutamente inaceitável que uma figura do calibre moral, do calibre político, da experiência do Senador Pedro Simon não tivesse opinião formada sobre a CPMF, e ele mostra aqui que tem não só opinião formada, como mostra que a opinião formada é em sentido contrário à aprovação da renovação desse imposto, Sr. Presidente. Portanto, minhas desculpas públicas ao Senador Pedro Simon e o registro de que S.Exª continua a merecer toda a confiança de seus pares.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente. Eu peço desculpas por ter que voltar ao tema.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, infelizmente mais uma vez tenho que pedir a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Tem a palavra S.Exª tendo em vista haver sido citado, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu queria até, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores que a Srª. Roseana Sarney tivesse aqui, Líder do Senador Romero Jucá, que se referiu a líderes do Governo, e não a Líder da bancada. E a Senadora Roseana não está aqui, eu acho que nem o Jucá agora nesse momento não está. Mas não houve nenhuma decisão da liderança da bancada em substituir quem não fosse votar. Se fosse assim, eu teria substituído o Senador Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco. Nós tivemos uma manhã de mais ou menos quatro horas de convencimento através das propostas da bancada e do Governo para convencer o Senador Valter Pereira que contribuiu muito para avançar nos entendimentos, inclusive ampliando o redutor da CPMF, graças ao empenho e à dedicação do Senador Valter Pereira. Ele queria 0,05%. E o Ministro da Fazenda queria apenas 0,01%. E nós chegamos no entendimento a 0,02%, com aquela isenção da faixa de 2.894 reais, que eu acho que foi um avanço muito grande, que não é 30 milhões, são 35 milhões de contribuintes que vão... Então veja bem, eu acho que está havendo e o ruído da informação para quem conhece essa área e aqui

tem dezenas ou quase uma centena de pessoas da comunicação, a coisa mais complicada que existe é o ruído da informação. Porque a Roseana conversou com o Senador Pedro Simon, eu conversei pessoalmente com o Senador Pedro Simon e as coisas não estão batendo muito. Não houve em momento algum uma decisão da liderança da bancada em substituir arbitrariamente quem fosse votar contra a CPMF. Senador Valter Pereira sabe disso e está aqui o Senador Jarbas Vasconcelos. Tudo bem, o Senador Pedro Simon pode dizer que é a sua opinião e a sua opinião estava formada de votar contra, e isso ele realmente falou que se ele viesse aqui, isso é verdade, ele me falou que se ele viesse aqui ele ia votar contra. Está declarado. É verdadeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu pediria a V.Ex^a que não concedesse aparte para...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Pela bancada é que foi tomada essa decisão e eu tenho certeza que logo mais a verdade vai vir à topa tona e é verdadeiro que o Senador Pedro Simon falou que se viesse aqui votaria contra, por isso houve a substituição. Porque ele falou: “Se vocês quiserem pode fazer a substituição, porque se eu for à Comissão eu vou votar contra”, isso é verdadeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Dou a palavra agora, pela ordem, ao Senador Marconi Perillo, encarecendo à V.Ex^a que seja breve na questão de ordem, a seguir a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, a impressão que eu tenho embora não seja da nossa alçada, é que o Senador Jarbas Vasconcelos não foi substituído porque a essa altura a bancada do Governo já fez as contas e já sabe qual será o resultado final em função das mudanças anteriormente já realizadas. Mas repito, não é da minha alçada, não tenho que entrar nesse meio.

Mas gostaria também de lavar o meu protesto embora saiba que muitos já acertaram aqui sobre o assunto em relação aos acordos, Sr. Presidente. Na semana passada eu ainda questioneei o Líder Senador Valdir Raupp com relação ao acordo com relação a Medida Provisória 387. Ele garantiu, aliás, o Líder Senador Romero Jucá, ele garantiu que acordo seria cumprido, nós o advertimos de que na Câmara esse acordo seria derrubado, ele disse que reafirmava o compromisso junto ao Senador José Agripino, junto ao Senador Arthur Virgílio, junto a mim e a tantos outros, e, no entanto, mais esse acordo não foi cumprido.

Eu gostaria rapidamente de lembrar de alguns acordos descumpridos. Os vetos aos projetos de recriação da SUDENE e da SUDAM, o nosso formato das superintendências esteve em discussão desde 2003. No entanto após um texto acordado o Governo vetou exatamente as disposições que faziam a diferença em relação ao novo formato.

A Super Receita, fizemos também um acordo depois de longas negociações, a chamada Emenda nº 03 que estabelece que no exercício das atribuições da autoridade fiscal a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho com ou sem vínculo empregatício deverá ser sempre precedida de decisão judicial. Portanto, mais esse acordo o Governo não cumpriu conosco.

A gestão de florestas, da mesma forma, Sr. Presidente, não houve cumprimento. Depois, o acordo do Refis(F) o veto da repactuação das dívidas rurais, a ADENE, a ANAC, também tivemos um acordo. Depois o estatuto da micro empresa, o limite de endividamento dos Estados, a MP 387. Enfim, Sr. Presidente, não dá para considerar acordo com o Governo. O Governo não cumpre acordo e não será na CPMF, Senadora Kátia Abreu, que o Governo haverá de cumprir. Parabéns à V.Ex^a, minha solidariedade. V.Ex^a está com o Brasil. Nós não temos que estar com o Governo de plantão. Temos que estar com o Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço a manifestação do Senador Marconi Perillo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, V.Ex^a tinha anunciado e o primeiro inscrito é o Senador José Agripino. Eu gostaria de manter a minha inscrição onde eu estava. Gostaria de ouvir o Senador José Agripino e depois falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Já que V.Ex^a cede, eu vou conceder a palavra ao Senador José Agripino.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Em que lugar eu estou, Sr. Presidente? Em que lugar eu estou?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É o sexto inscrito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Está bom, muito obrigado. A bancada do PSDB toda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente. Então, a seguir, depois de V.Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, Senador Valter Pereira, Senador Jefferson Péres, Senador Alvaro Dias, Senador Valdir Raupp, Senador Flexa Ribeiro, Senador Marconi Perillo, Senador Renato Casagrande, Senador Mário Couto, Senador João Tenório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Demóstenes Torres, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E agora o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o Senador Sibá Machado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Senador Eduardo Supply.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, o senhor me inscreveu, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Inscrevi sim. Com a palavra, o nobre Líder, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores. Sr. Presidente eu gostaria de ter ouvido o Senador Aloizio Mercadante com os argumentos que S.Ex^a seguramente vai apresentar, por uma razão, (soa a campainha) é que eu fui, V.Ex^a é testemunha, um dos que mais pugnaram pela realização de Audiências Públicas para que o confronto de idéias, de argumentos, para que o debate produzisse o esclarecimento da matéria do ponto de vista técnico. E eu gostaria que o Senador Aloizio Mercadante que é um técnico de muito boa qualidade tivesse a oportunidade de falar primeiro para que eu pudesse, quem sabe, até me convencer, já que não me convenci com os argumentos que aqui foram trazidos pelos Ministros Mantega, Temporão, Paulo Bernardo, pelo ex-Ministro Palocci, e participei ativamente dos debates com S.Ex^{as}, quem sabe os argumentos do Senador Aloizio Mercadante pudessem fazer com que a minha opinião mudasse. E digo isso com muita responsabilidade, Sr. Presidente, porque V.Ex^a sabe que a posição que eu estou apresentando não é apenas minha, é a posição do nosso partido, que tem na sua formulação programática uma cláusula pétrea que nos obriga a todos a lutar contra o aumento de carga tributária.

E nas Audiências Públicas que aqui foram realizadas e fizemos um grande esforço, foram horas e horas de debate em que a Senadora Kátia Abreu competente Relatora pacientemente recolheu argumentos e contra-argumentos para preparar o seu relatório, nos debates que aqui foram realizados, eu não consegui encontrar argumento que me convencesse de que o meu partido estava errado contra o aumento de carga tributária. Porque nos argumentos que eu coloquei, um dos argumentos que eu vi, nada mudou a minha informação de que o Brasil vem exibindo recordes sucessivos de arrecadação. E não é apenas por eficiência de máquina nem pelo crescimento da economia, é, sim senhor, pelo aumento do PIS, da COFINS, da CSLL e da CPMF. O PIS e COFINS foram sobretaxados. A CSLL teve a sua base de cálculo elevada de 12 para 32%. Os importados foram taxados com a COFINS. Houve

aumento de alíquota e por isso, sim senhor, ao longo dos anos o aumento da arrecadação aconteceu pela carga tributária que cresceu. E é notório que a carga tributária cresceu. Pelo crescimento da economia sim, mas pelo aumento da carga tributária de alíquota, de tributação. E a nossa obrigação é evidentemente lutar contra o aumento de carga tributária. A carga tributária no Brasil que vem crescendo todos os anos, todos os anos, e que nos levam a fazer questionamentos e não aceitar falsos argumentos.

Presidente Marco Maciel, eu não aceito, o meu partido não aceita ameaças de que se a CPMF acabar, o PAC vai sofrer interrupção ou a Bolsa-Família vai acabar. E não aceita porque conhece os números.

O Programa de Aceleração do Crescimento conta com 503 bilhões de reais. Desses 503, vou dar dados do CIAF. Apenas 68 bilhões são da União, 17 bilhões por ano. Esse ano foram empenhados até agora 7,5 bilhões de reais. Estão previstos, estavam previstos 17, empenharam 7,5 e gastaram apenas 4. Nós estamos em novembro. De 17, gastaram 4 e dos 4, 2 foram restos a pagar do ano passado. Não me venham, portanto, dizer que o Governo é o modo e perfeito e acabado de eficiência e se a CPMF acabar, acaba o PAC. Não acaba coisa nenhuma, até porque, na argumentação que eu apresentei ao Ministro Palocci, ao Ministro Mantega, ao Ministro Temporão, ao Ministro Paulo Bernardo, eu demonstrei com fatos que já aconteceram, que, por exemplo, Medidas Provisórias que já foram votadas nessa Casa, mostraram claramente 19 bilhões de reais de aumento de arrecadação não prevista. O dinheiro da CPMF já estava no orçamento. Sobraram 19 bilhões que o Governo remanejou. Não precisava, portanto, da CPMF, se foi capaz de remanejar o excesso da arrecadação de 19 bilhões de reais.

A Bolsa-Família ficaria comprometida. Como comprometida se já houve o excesso de arrecadação e nas despesas discricionárias ficou claro que aqui superestimou-se 11 bilhões de reais de comprometimento orçamentário? Isso tudo eu disse para os Ministros e esperei a contradita para que eu pudesse me convencer do contrário. Não me deram nenhum argumento contrário. Quem cala consente, concordaram com os meus argumentos!

A minha obrigação, Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, é ficar ao lado da população. Claro que os governistas tem a obrigação de ficar ao lado do Governo, mas nós que como partido político de oposição temos obrigação de ficar ao lado do cidadão, temos com argumentos consistentes é que defender a aprovação da tese do fim da CPMF para proteger o cidadão. Por conta de quê? O Líder do PMDB aqui falou da desoneração de 30 milhões de habitantes.

Nós trabalhando, Sr. Presidente, não é por 30 milhões, estamos trabalhando é por 190 milhões de brasileiros. Nós estamos trabalhando é pela competitividade desse País. Me apavora ou me apavoram os dados de que eu disponho. O crescimento, se você fizer no ranking de crescimento das despesas, das receitas e do PIB em 2005, de 2004 para 2005, as despesas cresceram 10%, as receitas 8,5 e o PIB cresceu na faixa de 3%. 2005 para 2006, as despesas cresceram de 10 para 10,8. A receita cresceu 8,1. O PIB cresceu 3,7. Para 2007, a despesa vai crescer 9,1. A receita 7,8 e o PIB 4,7. Todos os anos, seguidamente, as despesas estão crescendo mais do que a receita e olha que está ocorrendo recorde de receita que são batidos pelos recordes de despesa e o PIB ficando para trás, estão matando a galinha dos ovos de ouro, Sr. Presidente. Estão matando a competitividade do Brasil. Não me venham com essa história de que vão acabar com o PAC, vão acabar com o Bolsa-Família. Eu estou preocupado é com o futuro do Brasil. Aliás, em matéria de futuro, Senadora Kátia Abreu, nós estamos com uma novidade, que venha nos ajudar, que vem trazer o argumento novo para nós que queremos o fim da CPMF. Foi o Presidente Lula que anunciou que com as descobertas da Petrobrás, o Brasil vai fazer parte da OPEP. Eu já vejo o Lula fantasiado de sheik árabe! Vai! Então, vamos nadar em dinheiro, Senador Arthur Virgílio! Só há argumentos em favor do fim da CPMF. A OPEP, se o Brasil for competitivo com a nossa vitória, com a nossa vitória do fim da CPMF, o Brasil vai adquirir competitividade, competitividade que tem perdido ao longo dos tempos. De 2005 para 2006 e 2007, o Brasil caiu no ranking da competitividade nos países do mundo, segundo o fórum mundial de 57º para 66º, para 72º lugar. Por conta de quê? De carga tributária, de juros, de burocracia e de corrupção. O que nós temos que fazer? Apostar no futuro do Brasil independente do Brasil membro da OPEP e a oportunidade que se apresenta é única para o Congresso. Não será outra. Ou é agora ou não haverá.

Senador Jefferson Péres, nós não temos o direito de aumentar nem diminuir carga tributária por iniciativa nossa, mas nós temos o direito de votar Reforma da Constituição. Está no nosso voto mexermos na Constituição e pararmos definitivamente a cobrança da CPMF já que o Brasil vive um grande momento econômico que tem condições de abrir mão da CPMF, está na nossa mão proteger o cidadão brasileiro e dar ao Brasil a condição de competitividade. Fazer com que o Brasil tenha a chance de crescer com uma Rússia, a Índia, a China, a Argentina, os nossos vizinhos, a e o Peru, a Colômbia, Uruguai, o Chile. Por que não temos o direito de crescer como eles? Por que vamos

crescer apenas a 4 ou 5% no máximo? Por que nós não damos uma oportunidade ao Brasil de ser competitivo pela diminuição da carga tributária que é a pedra de toque para isso? Não vejo argumento em contrário. Não me deram argumento em contrário, não me deram. Fizemos Audiências Públicas, ouvi os argumentos, apresentei argumentos, não fui rebatido e eu não tenho outra razão se não neste momento recomendar aos meus companheiros que estão todos aqui, vão todos votar para o voto, sim, a favor do Relatório da competente Senadora Kátia Abreu.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra como segundo orador inscrito, ao Senador Aloizio Mercadante. S.Ex^a disporá assim como fez Senador José Agripino de dez minutos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, Sr^a Relatora. Eu começaria comungando dessa afirmação do Senador José Agripino que nós vivemos de fato um importante momento econômico, um momento que há muito tempo nós não atravessávamos. Mas um momento que foi muito difícil ser construído e se nós não tivermos responsabilidade pública, se nós não tivermos um compromisso de construção desse caminho que está sendo pavimentado para o crescimento sustentável, é um momento que nós poderemos perder como já perdemos tantas vezes na história recente do Brasil. Nós temos hoje é verdade com 173 bilhões de dólares no caixa, mas um cenário internacional de início de uma turbulência e com tendências à recessão.

Nós estamos com inflação sobre controle abaixo de 4,5% que é a meta do Banco Central. Nós estamos com crescimento do PIB de 5%, mas no cenário internacional que começa a se mostrar mais adverso do que foi até agora. Nós estamos num momento em que a renda per capita de 50% mais pobre da população cresceu 32% em quatro anos, um ritmo chinês de crescimento. E esse talvez seja o maior desafio da história econômica e do futuro econômico desse país.

Agora, num momento como esse, ele foi construído com muito sacrifício e o primeiro chamamento que eu faço são exatamente aos Senadores que se empenharam na construção da responsabilidade fiscal, Senadores como Jefferson Péres que relatou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Senadores como Arthur Virgílio que se empenharam na construção desses valores. A responsabilidade fiscal desse país exige responsabilidade na decisão que nós vamos tomar. Nós não podemos abdicar de 40 bilhões de reais do orçamento numa votação marcada por uma disputa política, eleitoral, partidária, ideológica, sem a racio-

nalidade da reflexão que esse Senado tem sabido promover em tantas matérias igualmente relevantes e importantes.

Chamo a atenção, peço apenas, Sr. Presidente, se poderia solicitar licença (soa a campainha) e descontar do meu tempo. Assistência, se poderia reduzir o tom para gente poder refletir, se não cada vez fala mais alto, fica mais difícil. Nós construímos, por exemplo, na lei geral da micro e pequena empresa, uma decisão suprapartidária de desoneração, e a primeira proposta é vamos simplesmente dobrar o teto da lei da micro e pequena empresa e nós chegamos à negociação que isso tinha que ser feito em degraus para não permitir simplesmente uma medida que ia continuar sem resolver o problema tributário, e desoneramos em seis bilhões de reais. O relatório era do PSDB, aqui era do DEM e foi uma decisão suprapartidária. Por que é que nós deveríamos construir nesse momento uma decisão suprapartidária de desonerar sim, de reduzir carga tributária progressivamente, responsavelmente e ampliando os gastos sociais especialmente em saúde porque eles são absolutamente inadiáveis, urgentes, imprescindíveis ao povo brasileiro.

Eu queria primeiro fazer alguns comentários sobre o Relatório da Senadora Kátia Abreu. A primeira afirmação jurídica, nós não podemos aprovar a CPMF porque ela é inconstitucional e é um imposto confiscatório. Ora, há 13 anos esse imposto existe, há 13 anos, e ele foi aprovado exatamente nas condições que nós estamos discutindo. E sem as concessões que nós faremos. Se fosse inconstitucional, seguramente o Supremo Tribunal Federal já teria aprovado a inconstitucionalidade. E foi objeto de várias representações no Supremo, tenho aqui disponível a ADIN do pleno do Supremo que diz basicamente: Não é constitucional, pode ser prorrogada e rejeita também as alegações de confisco de rendimentos, redução de assalario, bitributação e ofensa aos princípios de isonomia e da legalidade. O pleno do Supremo já decidiu e já resolveu.

Portanto, esse argumento jurídico ele não se sustenta, tem decisão jurídica do pleno do Supremo e uma decisão já de várias vezes do Congresso Nacional. Por que essa é a primeira discussão relevante? Porque partindo da tese da inconstitucionalidade, a Relatora está propondo acabar com a CPMF, mesmo aqueles que defendiam a redução significativa da sua alíquota, diziam que esse era um imposto imprescindível da fiscalização. Acabar com a CPMF sem manter sequer uma alíquota fiscalizatória nós estaremos estimulando a sonegação, a fraude fiscal. Todos sabem a importância estratégica que esse imposto tem, a importância decisiva que ele tem para a Receita Federal combater

o caixa 2, a lavagem de dinheiro, a sonegação, porque toda fraude passa pelo sistema financeiro.

Então o primeiro grave equívoco e aqui juridicamente não se sustenta essa tese e estou com a decisão do pleno do Supremo para quem quiser analisar. E seguramente partindo desse pressuposto que não se sustenta juridicamente nós estamos tomando uma decisão que nós vamos na realidade desconstituir um instrumento de fiscalização e controle imprescindível à Receita Federal do Brasil.

O segundo argumento, e ele é repetitivo no parecer e em vários momentos ele aparece, é que é um imposto indireto, portanto, regressivo. Ora, para quem estudou política tributária sabe que todo imposto indireto, imposto cumulativo é por natureza regressivo. Regressivo significa que ele não é proporcional a renda ou a riqueza, portanto, quem ganha menos paga mais. Só que este é um imposto regressivo que vem depois de vários outros impostos que têm uma incidência muito maior do ponto de vista da regressividade do que a CPMF. A CPMF é o sexto imposto em termo de arrecadação. A frente dele, por exemplo, está o ICMS, que arranca o equivalente a 7,39% do PIB. Depois o imposto de renda, 5,9% do PIB, a contribuição previdenciária 5,3% do PIB, o COFINS 3,9% do PIB. O FGTS 1,6% do PIB e a CPMF é 1,38% do PIB. Portanto, o impacto de regressividade é muito menor, é dos menores entre os impostos regressivos que nós temos e que só serão resolvidos numa Reforma Tributária que eu espero sinceramente que esse Congresso novamente o Senado se concentre e que a Câmara possa nos acompanhar numa futura decisão.

Terceiro argumento apresentado pela Relatora é que ela afirma que não é razoável pressupor como fato gerador a simples movimentação de valores no mercado financeiro. Eu pergunto: Por que não é razoável? Nós estamos vivendo a financeirização da riqueza, nós estamos vivendo o lucro do sistema bancário como não houve na história internacional nos diversos países. É mais do que razoável. Um dos Prêmios Nobel importantes da economia o Torben(F), defendeu a idéia da taxação da movimentação financeira como um instrumento fundamental de distribuição da riqueza. Primeiro é razoável. Segundo, eu pergunto se mais do que razoável, não é indispensável num país que tem esse nível de informalidade pelo menos manter a CPMF com uma alíquota de fiscalização, e nem isso o relatório permite. Simplesmente liquida esse instrumento e destrói e vou repetir, um argumento fundamental, o instrumento talvez mais eficaz da receita é de fiscalizar a sonegação e evasão fiscal do País.

Em terceiro lugar, a Relatora apresenta alguns argumentos que a alíquota não é módica. Ora, a ar-

recadação da CPMF corresponde a 4,07% da arrecadação total do País. E apenas 1,38% do PIB. Portanto, não procede aquela tabela que o peso da CPMF em alguns produtos, eu posso voltar isso depois se for necessário, chega a 6%. 6% da receita, e não 6% do preço. Num automóvel é 1%. No leite é 1%. Na carne é 1%. O peso relativo da CPMF é exatamente o peso relativo do PIB tirado o movimento da renda. Portanto, é em torno de 1%. E nós temos que falar o peso no produto do imposto. O peso no produto no PIB é 1%. A CNA mostra que é em torno de 1%. A ANFAB(F) mostra que é 1% no cálculo final do preço de um carro, além da Receita Federal que tem o estudo acabado sobre isso. Portanto é módico e nós precisamos reduzir a alíquota. E vamos reduzir a alíquota.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senador Aloizio Mercadante, eu gostaria de declarar ao Plenário e a V.Ex^a que se V.Ex^a assim quiser, nós podemos fazer um acordo e votar uma alíquota simbólica para efeito de fiscalização da CPMF e os Democratas concorda com essa sua proposta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Acho muito bom que V.Ex^a apresente isso, pelo menos nós não teremos o risco que além de perder a receita que desestabiliza financeiramente o país, perdemos o instrumento de fiscalização. Já demos um passo nessa audiência, mesmo que eu perca o relatório do Senador Romero Jucá, pelo menos teremos uma alíquota de fiscalização, já valeu a minha argumentação, o risco do ponto de vista eu diria devastador da Receita Federal está amenizado. O que resta continuar discutindo é se nós devemos abdicar de uma receita desse montante sem o gradualismo e sem medidas que dêem segurança macroeconômica e equilíbrio às finanças públicas do país.

E aí eu vou ao argumento final, Presidente. O argumento final. O argumento final eu queria tratar das simulações que a nobre Relatora apresenta em relação ao impacto da retirada da CPMF. Por exemplo, ela afirma e é uma afirmação que eu diria que a história pode desmontar, caso seja aprovado esse relatório. E nós poderemos verificar. Se nós acabamos com a CPMF, a taxa de juros vai cair e nós vamos ter uma economia de 5 bilhões de reais. Primeiro que nós podemos acabar com 40 bilhões de reais na receita e o mercado reagir pela falta de previsibilidade da relação dívida PIB, a taxa de juros não só a longo prazo como do próprio Banco Central, imediatamente ser obrigatoriamente elevada e nós vamos recuar numa política monetária que vem se flexibilizando e que é fundamental que se flexibilize para o crescimento econômico do país.

Em segundo lugar, ela diz que ao retirar a carga tributária, nós vamos ter um crescimento imediato do

PIB e elimina do seu raciocínio o multiplicador keynesiano que é o elemento já largamente consolidado na literatura econômica que nem todo gasto público impede crescimento. O gasto público que vai, por exemplo, para infra-estrutura, para aumento da logística, para produção de energia, para produção de estradas, ele é indispensável ao crescimento da economia. Ele alavanca o crescimento, ele gera renda, portanto a qualidade do gasto público deve ser discutido, e não simplesmente a idéia que a redução do investimento do gasto público é por si só um instrumento de crescimento econômico. Não há na literatura e eu diria que não há na história econômica nenhuma demonstração cabal desse argumento que eu diria que está de forma irrealista e inconsistente apresentada no relatório. E terceiro (soa a campainha) sobre os cortes das despesas financeiras...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V.Ex^a por favor, concluir.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, eu vou ser bastante objetivo. Só que nós tivemos duas horas de discussão que não diziam respeito à matéria, tivemos uma longa apresentação da Relatora que eu tive toda a atenção, por sinal fiquei até ontem à noite sem conseguir receber aquelas planilhas, só pude tê-las hoje pela manhã e estou procurando ser o mais objetivo possível. Eu concluir o raciocínio dada a complexidade dessa matéria. Vou ser o mais objetivo possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito obrigado, eu agradeço a V.Ex^a

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senador, todas as planilhas ali apresentadas estavam no relatório, escritas no relatório formal publicada. Era só V.Ex^a ler todo o relatório que lá tinha, ontem à noite ainda ia achar todas as planilhas ali sugeridas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu li todo o relatório durante a apresentação e depois posso demonstrar que não vejo dessa forma. Em relação ao corte das despesas, nós temos aí uma redução implícita no relatório de 11 bilhões 200 milhões de reais de superávit primário. Isso significa necessariamente uma mudança na trajetória da relação dívida/PIB com implicações na taxa de juros abortando um processo de crescimento econômico que eu diria que foi conquistado com muita dificuldade dado a leitura que nós poderemos ter da fragilidade financeira do Estado Brasileiro que continua grave, apesar de todo o esforço fiscal que começa no Governo anterior e prossegue nesse Governo.

Para terminar, Sr. Presidente, nós construímos uma proposta. Uma proposta de aprovar a lei dos precatórios, uma proposta de colocar mecanismo de

controle financeiro na Lei de Responsabilidade Fiscal para a União que nunca foi aprovada. Uma proposta que prevê controle de gasto de custeio, o gasto, inflação, mais 2,5% de crescimento real para folha de pagamento, todos os demais gastos de custeio. Eu tinha muito mais comentários a fazer sobre orçamento, farei depois, vou me inscrever de novo para poder voltar e aprofundar os argumentos.

Estamos fazendo uma proposta de isentar até quem ganha até o limite da contribuição previdenciária 2 mil, 894 reais. Por que contribuição previdenciária? Para não incidir sobre imposto de renda que foi uma das críticas apresentadas pelo próprio PSDB para não interferir no fundo de participação dos Estados e Municípios. Ora, estamos fazendo a contribuição previdenciária vai ser abatida mensalmente, nós estamos isentando 35 milhões de pessoas da CPMF direta que incide sobre a renda. Estamos reduzindo a alíquota da CPMF de 0,38 para 0,36, para 0,34, para 0,32, para 0,30. São 20 bilhões de reais mais 3 bilhões e 200. São 23 bilhões e 200 milhões de reais de isenção tributária, mais ou 6 bilhões que nós fizemos na lei geral de micro e pequena empresa, mais várias novas isenções, eu tenho aqui uma lista de pelo menos dez projetos que nós aprovamos buscando desonerar tributariamente o país. E nós estamos aumentando em 24 bilhões de reais as despesas com saúde. A CPMF financia nada menos que 85% das internações hospitalares. São 12 milhões de brasileiros internados nos hospitais anualmente para cirurgia, parto e tantas complexidades. E nós sabemos em que condições. Que direito tem o Senado Federal de abdicar desse esforço de aumento na receita da saúde? Se nós estamos votando a PEC 29 já aprovada na Câmara e é exatamente a CPMF que permite alavancar os recursos com a saúde, e ao mesmo tempo que nós estamos mantendo o financiamento ao Bolsa-Família que é um dos programas de maior alcance social nesse País.

Portanto, nós estamos aprofundando as políticas sociais de proteger os mais pobres e a política fiscal no Estado Social Democrata, para aqueles que são sociais democratas, é exatamente a política fiscal que se apropria do excedente da riqueza para financiar as políticas sociais e diminuir a desigualdade na sociedade. É isso que faz a CPMF. Tira fundamentalmente de quem tem e cada um dá uma pequena contribuição para poder manter o sistema único, os hospitais públicos e o Programa de Bolsa-Família. E nós estamos desonerando as alíquotas e isentando uma parcela da população.

Por tudo isso, Sr. Presidente, eu acho que nós devemos votar e aprovar a PEC. Mas eu gostaria muito, gostaria sinceramente, me empenhei profundamente

nisso e eu espero que até o final dessa votação seja possível aprofundar esse debate. Nós poderíamos fazer isso suprapartidariamente e pensar a nossa responsabilidade histórica com o crescimento com o equilíbrio das contas públicas e com a preservação das políticas sociais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço ao nobre Senador Aloizio Mercadante a intervenção que acaba de fazer. E antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito que é o nobre Senador Antônio Carlos Júnior, eu concedo a palavra para uma questão de ordem ao nobre Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, é porque eu ouvi atentamente as razões, as argumentações do Senador Aloizio Mercadante e aqui ficou uma dúvida. Eu não conheço a proposta do Senador Romero Jucá e nós não recebemos até agora a proposta do Senador Romero Jucá. A minha pergunta, e nós não podemos nem discutir os números com ele porque não conheço a proposta. A minha pergunta, Presidente... Presidente Marco Maciel, a minha pergunta é se eu posso pedir vista dessa proposta para estudá-la com profundidade. Porque eu não conheço. Eu acho que ninguém aqui a não ser... ao voto alternativo do Senador Romero Jucá. A não ser a base aliada que ouviu a explanação, e eu não posso nem discutir com o Senador Aloizio Mercadante porque não conheço a proposta. Os números que ele falou ali e sei da competência do Senador, me parece estar muito exagerados, mas eu não tenho o direito de discutir nem duvidar, já que eu não conheço a sua proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu posso facultar a V.Ex^a um exemplificar da proposta do Senador Romero Jucá. E devo também acrescentar que houve, na reunião de ontem, um pedido de vistas coletivas com relação à proposta da Senadora Kátia Abreu. E gostaria de dizer à V.Ex^a também que a proposta da Senadora Kátia Abreu terá preferência na votação, posto que ela é Relatora da matéria. Então, após encerrarmos a discussão, vamos votar a proposta da Senadora Kátia Abreu que a manifestou ontem e foi objeto de vista coletiva de inclusive Parlamentares de diferentes agremiações partidárias.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – A minha demanda não é em questão a proposta... Me parece que tem duas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Tem a proposta do Senador Romero Jucá.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Tem o voto em separado do Senador Romero Jucá

e não temos condições de votar a proposta do Senador Romero Jucá sem conhecê-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente. E vamos fazer chegar ao conhecimento de V.Ex^a

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – É preciso estudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente. Nós podemos, foram concedidas vistas ontem, mas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.
(soa a campanha)

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Tem um arrazoado curto a fazer, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Secretaria da Comissão informa que o voto em separado do Senador Romero Jucá, que foi ontem apresentado, foi publicado no Diário..., na pauta da Sessão de hoje. Está publicado nesse avulso que foi distribuído a todas as Sr^{as}. e Srs. Senadores. E agora, efetivamente, e também com os pedidos de vista, ele foi encaminhado juntamente com o voto da Senadora Kátia Abreu. A proposta foi apresentada ontem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Foi tornada pública ontem e distribuída ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Inclusive apresentou ontem após o relatório da Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu havia pedido pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Arthur Virgílio, depois V.Ex^a, depois o Senador Valter Pereira e depois o Senador Sibá Machado, por fim, o Senador Aloizio Mercadante (soa a campanha) com a palavra, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, veja, tem muita razão o Senador Tasso Jereissati que aliás está hoje descumprindo uma regra de vida que ele costuma falar... não falo, não? Tá bom, é uma história parecida com o Roberto Carlos, enfim, mas tem a ver com o bilhete que lhe passei. Mas tem razão, falando com o máximo de sobriedade o Senador Jereissati, porque eu devo parabenizar o Senador Aloizio Mercadante pela brilhante exposição que fez do seu ponto de vista. Foi bastante eloqüente e foi bastante consistente, embora defendendo um ponto de vista que rebaterei quando chegar o meu turno.

Agora, demonstrou, S.Ex^a, um conhecimento dos desdobramentos e dos dados do Relatório do Senador Romero Jucá que sinceramente não estão ao meu alcance. Eu tenho aqui um pequeno registro que me chegou às mãos por um colega, por um companheiro do PMDB. Por que o PMDB teria fechado questão? Aliás, não fechou bem questão porque o Senador Jarbas Vasconcelos vai votar contra e não seria o único no PMDB. Mas eu gostaria, Sr. Presidente é de ver se é possível isso ou não, porque o Senador Aloizio Mercadante foi bastante, eu repito, bastante consistente na sua fala e demonstrou um conhecimento que nós todos aqui não temos. Eu sinceramente, não ocorreu ninguém da minha Assessoria que não é incompetente, o Senador até pode dizer, mas a Assessoria não é, e não ocorreu a ninguém que pudéssemos ter tido esse nível de intimidade que o Senador Mercadante demonstrou com o relatório do Senador Jucá, não. Por outro lado, eu sei o que regimento é omissor. Quando há omissão, recorre-se à analogia ou à outra Casa ou ao fato de que tem o relatório oficial. Se pode pedir vista do relatório oficial por que não pode pedir vista do relatório outro que visa mudar o rumo das coisas? É uma atitude normal, regimental, democrática, mas que visa mudar o rumo das coisas. Visa mexer com toda a estrutura que estava previamente montada, porque inclusive pretende se vitorioso, o Senador Jucá no seu relatório, alterar a própria, altera ideologicamente e altera o modo de ver a aprovação da CPMF ou a sua rejeição. Eu não vejo óbice regimental, gostaria muito que V.Ex^a se manifestasse sobre isso não vejo óbice regimental já que há omissão. O que não é proibido pelo entendimento constitucional é permitido, e V.Ex^a poderia nos aclarar sobre isso. (soa a campanha) nos conformaremos com qualquer que seja o resultado da sua decisão, enfim, qualquer que seja a sua decisão, mas é pertinente a preocupação do Senador Tasso Jereissati. Ou seja, hoje nós votaremos sem dúvida alguma com o relatório da Senadora Kátia Abreu, até porque não temos a menor possibilidade de estudar o relatório do Senador Romero Jucá e não temos capacidade hoje de opinar sobre os números aqui expostos pelo Senador Aloizio Mercadante na sua equilibrada e competentíssima exposição.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra, pela ordem, e pedindo para ser breve, à nobre Senadora Ideli Salvatti e assim ao Senador Sibá Machado e, posteriormente o Senador Valter Pereira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Serei muito breve. Senadora Kátia Abreu apresentou o seu parecer no dia de ontem. O Senador Romero Jucá

apresentou um voto em separado que foi tornado público, foi distribuído e está nos avulsos no dia de hoje, desde ontem disponibilizado para todos os Senadores. (soa a campainha) O voto em separado do Senador Romero Jucá ele é muito claro, é a manutenção do texto conforme veio da Câmara. Portanto, no relatório do Senador Romero Jucá, não há nada a ser debatido ou ser modificado, não. Ele é pura e simplesmente o que veio da Câmara.

Acontece que junto com a prorrogação conforme veio da Câmara, há uma negociação que durante um período o PSDB participou, depois não quis mais continuar participando, nós gostaríamos muito que continuassem participando, e, portanto, todas as questões que estão sendo debatidas como a questão da redução da alíquota gradual conforme foi apresentado pelo Ministro Mantega, isso não será na PEC que nós estamos votando, será numa Medida Provisória. A questão da isenção para quem ganha até 2.894 é em projeto de lei que já está tramitando. Portanto, nenhuma das questões que estão sendo conversadas com o Governo no sentido de aperfeiçoar, como é o caso dos 24 bilhões a mais que veio aprovado pela Câmara na regulamentação da Emenda 29, nada destes números e destas questões dizem respeito (soa a campainha) ao parecer, ao voto em separado do Senador Romero Jucá, que é pura e simplesmente a manutenção do texto conforme veio da Câmara. Portanto, já foi concedido o pedido de vista.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– V.Ex^a me permite um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois

não, Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) –

V.Ex^a me diz então que toda essa argumentação usada tão brilhantemente pelo Senador Mercadante não tem nada a ver com a discussão que nós temos aqui?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não,

Senador Tasso Jereissati. O que eu estou dizendo...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Porque toda essa numerologia o que Senador Mercadante usou não tem nada a ver com a discussão a aqui, pois de fato nada está sendo proposto agora nessa discussão de alternativo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, Senador Tasso Jereissati. Se V.Ex^a prestou bem atenção no que eu falei, e eu não quero ter as minhas palavras distorcidas, toda a argumentação do Senador Aloizio Mercadante, os números e tal, foram referentes aos argumentos que a Senadora Kátia Abreu apresentou no seu relatório e argumentos para a manutenção da CPMF... Senador Tasso Jereissati, V.Ex^a pode ter outra

interpretação, depois o Senador Aloizio Mercadante vai poder falar. O que eu quero apenas deixar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– O Senador fez alusão a uma série de números o que Governo já está desonerando. Desculpe, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim, é porque nós já aprovamos aqui medidas desonerando...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Não, não. O Senador fez alusão aqui a uma série de números de desoneração que vão ser feitas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Que já foram feitas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – A senhora me desculpe, mas não está correspondendo aos fatos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Que já foram feitas, inclusive. Resumindo se V.Ex^a me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Gostaria que concluísse que ainda tem outros...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pare-

cer da Senadora Kátia Abreu, voto em separado do Senador Romero Jucá pelo texto conforme veio da Câmara, tornado público ontem, distribuído, publicado. Portanto, o pedido de vista que foi feito ontem coletivamente conforme o regimento prevê deve ser feito uma única vez já está vencido, já está vencido. (soa a campainha), portanto, não caberia sobre hipótese alguma, Sr. Presidente, um novo pedido de vista para um texto que é um voto em separado público e notório, inclusive, desde ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Com a palavra, Senador Sibá Machado, pela ordem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr.

Presidente, só para deixar claro essa discussão. Porque exatamente, isso é importante que fique esclarecido aqui. Senador Jefferson Peres, alguns Senadores. O que nós estamos votando aqui hoje então, segundo as palavras da Líder, é: Alternativa 1. O relatório da Senadora Kátia Abreu. Alternativa 2: Ficar com o texto que veio da Câmara. É isso que está sendo discutido aqui. Não está se discutindo nenhuma outra coisa, ou seja, aqui não há nenhuma mudança. Então, exatamente. Os números que o Senador Aloizio Mercadante ser referiu foram números.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa antes decidir de acordo com o Regimento Interno, a Mesa vai decidir a questão de ordem. Mas antes, vai ouvir o Senador Sibá Machado e também o Senador Valter Pereira que pediram.

(soa a campainha)

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– E eu por ter sido citado gostaria de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu pediria que V.Ex^a colaborasse com o andamento dos trabalhos e se manifestasse depois.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Mas eu fui citado três vezes e quero falar sobre a matéria, art. 14.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu só pediria a atenção do Senador Tasso Jereissati, porque esse assunto, Senador Tasso Jereissati. Senador Tasso Jereissati, o assunto é exatamente o seguinte: Um relatório contra o outro. O relatório do pedido de vistas apresenta o texto da Câmara, agora, houve uma negociação que concluiu hoje por volta do meio-dia que várias dúvidas foram dirimidas nessa reunião. E o Senador Jefferson Peres, no início ainda da nossa reunião de hoje à tarde, perguntou em que bases ficou o acordo e quais os pressupostos que comprovariam a sua realização e que vários Senadores pediram a palavra pela ordem para duvidar se haveria ou não o cumprimento do acordo. Foi nesse sentido. Portanto, nós estamos aqui no meio do debate com os argumentos do Senador Aloizio Mercadante a nossa Relatora entendeu que poderia manter uma alíquota simbólica no sentido de garantir o propósito da fiscalização por conta da CPMF.

Então, nós estamos entendendo agora no entendimento do Senador Mercadante que nós podemos agora discutir os argumentos para a manutenção dos valores da CPMF com base no argumento da Câmara Federal. Portanto, o nosso entendimento é que não cabe mais nenhum pedido de vista, primeiro porque é uma questão regimental, segundo porque entendemos que agora o argumento é do método do cumprimento do acordo firmado hoje entre os Ministros Guido Mantega, Mares Guia e os Senadores que compareceram ao gabinete do Líder do Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa vai então por economia processual decidir a questão nos termos regimentais. Na realidade,

de, não há pedidos de vistas para voto em separado. E conseqüentemente, a Mesa em benefício da economia processual, resolve não conceder as vistas e dizer à S.Ex^a, o nobre Senador Tasso Jereissati, que S.Ex^a vai receber todas as informações necessárias e ao longo do processo, do procedimento de votação, a matéria poderá surgir para ser votada em função do desfecho da votação do parecer da Relatora Senadora Kátia Abreu. Então, eu dou com seqüência a inscrição dos oradores, ouvindo agora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Sr. Presidente, art. 14 por ter sido citado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pedindo, eu vou pedir à V.Ex^a que seja muito breve, temos 18 outros oradores inscritos. E em seguida eu vou conceder a palavra, após a intervenção de V.Ex^a, ao Senador Antonio Carlos Júnior. Com a palavra, o nobre Senador Aloizio Mercadante com base no art. 14.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Em primeiro lugar, a Relatora ao acatar a idéia de uma alíquota mínima fiscalizatória, nós removemos o argumento da inconstitucionalidade e o argumento do confiscatório do imposto da CPMF. Nós estamos discutindo agora se a alíquota é eminentemente fiscalizatória ou ela deve ser fiscalizatória e arrecadatária que é a tese que eu defendi.

Sobre a proposta que nós vamos votar hoje é basicamente a manutenção da PEC, porque não há como alterá-la para voltar à Câmara, mas isso não impede que o Senado e instrumentos complementares, Medida Provisória, projeto de lei, possa não só reduzir a alíquota da CPMF, como nós estamos propondo e V.Ex^a se empenhou que isso fosse feito, como definir uma faixa de isenção de preservação como V.Ex^a ajudou a construir esse mecanismo e os outros pontos que nós estamos mencionando que são pontos de uma agenda que o PSDB transformou publicamente num ponto de negociação com o Governo e que estão sendo plenamente incorporados.

Portanto, eu acho que nós demos um passo bastante importante na decisão de hoje, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então com a palavra, ACM Júnior. Com a palavra, S.Ex^a

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BR) – Sr. Presidente, Sr^a. Relatora, Sr^{as}. e Srs. Senadores. No voto do ilustre Senador Romero Jucá, ele diz que é importante discutir a alocação de recursos públicos,

mas o melhor momento para isso seria na avaliação da proposta orçamentária ora em curso. Contudo, nós aqui talvez preferíssemos, nós dos Democratas e com certeza o PSDB também, preferíamos estar discutindo o ajuste fiscal e Reforma Tributária. Ajuste fiscal que o Governo teima em não fazer, embora, no primeiro mandato do Presidente Lula, o Ministro Palocci namorou (soa a campainha) as idéias do ex-Ministro Delfim Neto de déficit nominal zero, o que seria, digamos, a grande proposta para o Brasil poder reduzir a sua taxa de juros e crescer. Seria zerar o déficit nominal num certo tempo. Mas, o comando do Governo no segundo mandato, desprezou essa idéia. E nós passamos a ter gastos crescentes como, por exemplo, as despesas primárias do Governo Federal, em 2003, eram 15,7 do PIB. Hoje elas são 18.5 do PIB. E isso gerou um aumento de 80 bilhões em despesas primárias correntes do Governo central. Imagine. Ora, se nós deveríamos estar aqui discutindo ajuste fiscal, Reforma Tributária, para que o Brasil pudesse crescer. Mas nós sabemos que não há boa vontade do Governo, não há interesse nenhum em fazê-lo. Tanto de controlar gastos como de repartir recursos. Ou seja, as disputas entre União, Estados e Municípios não serão solucionadas, porque não há boa vontade no Governo em fazê-lo. Então, o que nos resta? Utilizar este momento agora, que é renovação da CPMF para nós provocarmos, ao não renovarmos a CPMF, provocarmos o ajuste fiscal e uma Reforma Tributária.

Mas voltando ao relatório do Senador Romero Jucá, ele diz que a CPMF é necessária para não comprometer gastos sociais e investimentos. Porém, ela já parte de uma premissa equivocada. Não se poderia defender a prorrogação da CPMF à luz do orçamento de 2008, (soa a campainha) uma vez que quem errou foi o Governo ao considerá-la a receita certa na elaboração do projeto da LOA 2008.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, a exposição do Senador Antonio Carlos está sendo prejudicada, Sr. Presidente. Senador Antonio Carlos, me permita, por favor. Presidente Marco Maciel, a explanação do Senador Antônio Carlos cheia de peso e consistência técnica está sendo prejudicada (soa a campainha) pelo burburinho que está insuportável na sala.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu solicito ao Plenário que se mantenha em silêncio para que nós possamos ouvir a intervenção do nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BR) – Justamente por serem despesas obrigatórias, o Governo não poderia contar para a sua execução em

2008 com recurso de uma contribuição provisória com extinção prevista para 2007.

Alega ainda o Senador Romero Jucá que não há fonte de compensação para CPMF, para substituição da CPMF, por causa da questão da manutenção do superávit primário. E ele temia a redução do superávit primário. Claro, ninguém quer redução do superávit primário. Contudo, existe um floating(F) que é, digamos, o que fica do que é processado no ano e não é liberado, e o que é liberado tem uma diferença que no ano passado atingiu 15 bilhões de reais e que isso forma superávit financeiro. E o superávit financeiro poderia compor o resultado primário.

Então, não é verdade que não haja fontes para sustentar manutenção do resultado primário. Portanto é mais um ponto que nós poderíamos rebater.

Outro ponto: O voto do Senador diz que o fim do imposto poderia arrecadar aumento das taxas de juros. Isso não é verdade, não é verdade, porque não vejo como isso pudesse proporcionar a taxa de juros. Apenas porque ameaçaria o superávit primário. O superávit primário não está ameaçado, portanto, a taxa de juros também não estaria. E depois que a CPMF reduziria investimentos públicos. Como? A CPMF está financiando gastos correntes. Regressividade, Senador Romero Jucá alega que o custo da CPMF pago pelas empresas, os efeitos são mínimos na regressividade. Mas ele admite que o imposto é regressivo. Então, ele penaliza os mais pobres, porque os mais pobres, mesmo que não paguem diretamente, o pagam indiretamente.

Cumulatividade, ele é cumulativo e vai aumentando o preço dos bens de serviços penalizando os mais pobres. E o Senador Romero Jucá não pode negar que é cumulativo.

Outro ponto que é desintermediação bancária, que ele alega que não ocorreu nos quase 11 anos de vigência da CPMF. Não há dados que nos permitam afirmar ou negar ter havido desintermediação bancária. De outro lado é discutível ao menos bastante razoável aceitar que a existência de um tributo sobre movimentação financeira formal fará com que as transações informais passem a ocorrer.

Oneração do crédito. O Senador Romero Jucá reconhece que nas operações de curto prazo, em especial a de reforço de capital de giro e também para as pessoas físicas elas são penalizadas pela CPMF. Novamente o Senador Romero Jucá admite distorções no instituto da CPMF. Ele reconhece que a CPMF onera o crédito, mas afirma, sem sustentação, de que ela não foi capaz de prejudicar o crescimento dos empréstimos concedidos. Seu relatório afirma também que não se pode negar que as operações de curto prazo, em es-

pecial as de reforço de capital de giro, são particularmente penalizadas pela sua curta duração e deveriam ser exoneradas.

Insonegabilidade e automaticidade de cobrança. Outro argumento. São atributos desejáveis a qualquer tributo, mas evidentemente não são determinantes para a sua manutenção.

Poder de fiscalização, dizendo que é uma ferramenta extraordinária para fiscalização. Por que então não teríamos uma alíquota como do relatório da Senadora Kátia Abreu de 0,001? Se é fundamental, essa alíquota resolve a questão da fiscalização.

O fim da CPMF poderia elevar a Taxa Selic, outro argumento do Senador Romero Jucá. Por quê? Não há nenhum efeito vinculado, segundo ele, de redução, eliminação da CPMF com redução da Taxa Selic. Isso é um argumento dele. Porém, é claro que no momento que você reduz a Taxa Selic, você gera um benefício da economia. Porque o juro nominal cai porque o Governo pode cobrar taxas menores para construção dos seus títulos e também isso faz um impacto em cadeia, porque todos os juros não só o primário, mas todos os juros da economia também serão reduzidos.

Então, os argumentos que o Senador coloca para a questão da manutenção da CPMF realmente são argumentos que podem ser rebatidos e somente o aspecto fiscalizatório é relevante no que ele colocou.

A questão do resultado primário é absolutamente defensável e a Senadora Kátia Abreu no seu relatório ela mostra que com o superávit financeiro que o Governo vem utilizando, ele pode manter o superávit primário, porque esse é o grande problema (soa a campanha).

Agora, só para concluir, nós não deveríamos, repito, estar aqui discutindo CPMF, e sim ajuste fiscal e Reforma Tributária. Agora, é o nosso único caminho, já que o Governo não quer discutir nenhuma coisa nem outra. O sinal de Reforma Tributária que o Governo mandou hoje, eu não acredito, porque não vai prosperar, ela entra aqui, mas não prospera. Então, nós temos a grande oportunidade de fazer o ajuste fiscal e a forçar a Reforma Tributária eliminando a CPMF. Esse é o posicionamento que eu vejo e nós não deveríamos perder a oportunidade de... não perder a oportunidade de iniciar o ajuste fiscal e a Reforma Tributária agora. Sendo aprovado o relatório da Senadora Kátia Abreu e sendo confirmado esse relatório em Plenário, nós estaríamos iniciando automaticamente um ajuste fiscal sério e uma Reforma Tributária efetiva. Esse posicionamento eu acho que deveria sensibilizar os Srs. Senadores já que o Governo Federal, olha esse número aqui que é muito importante.

O Governo Central continua expandindo suas despesas. O Governo diz que a relação dívida/PIB vem caindo. E ela vem caindo mesmo, de 46.5, em 2006 para 43.7 em 2007. Só que o Governo Central vem aumentando essa relação de 30.8 para 31. Quem vem fazendo economia são Governos Estaduais, Municipais e empresas estatais. Esses é que vem fazendo economia. O Governo Central está gastando mais, e isso vai acabar prejudicando a economia brasileira se nós não tivermos um freio nesses gastos. Então vai chegar um momento, o momento em que a conjuntura internacional for desfavorável, nós teremos problemas sérios na frente. Nós temos que nos preocupar, nós estamos num período de bonança na economia internacional, mas isso pode não ser permanente. Então, nós temos que estar ajustados no nosso lado fiscal para que nós possamos enfrentar turbulências maiores no futuro. Vamos ser responsáveis. Da mesma forma o que Senador Mercadante, Senador Romero Jucá fala em responsabilidade para aprovar a CPMF, eu falo em responsabilidade para fazer ajuste fiscal, porque aí que nós vamos nos preparar para o futuro para enfrentarmos situações adversas.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a palavra do Senador ACM Júnior e pela cessão da Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra, vou conceder a palavra a V.Ex^a, mas antes vou anunciar que o próximo orador será o Senador Jefferson Peres. Com a palavra V.Ex^a, e a seguir fala o Senador Jefferson Peres.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Queria lamentar o constrangimento causado por V.Ex^a ao Senador Flexa Ribeiro. Eu que lhe admiro muito, sei da sua paciência, V.Ex^a não precisa se afobar, ninguém está afobado aqui, Presidente. Eu lhe admiro muito, até pela sua prudência, pela sua paciência, eu acho que V.Ex^a de repente ficou um pouco nervoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Absolutamente.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Vamos com calma. V.Ex^a, infelizmente causou um constrangimento ao Senador que queria fazer uma questão de ordem séria, baseada no Regimento Interno da Casa. Vamos com serenidade, ninguém aqui está apressado. Eu acho que nós devemos ter tranquilidade nessa hora, Presidente. Eu lhe admiro profundamente, tenho certeza que V.Ex^a vai continuar dando direito a cada Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu acho que o Senador Flexa Ribeiro

suscitou ao longo da reunião pelo menos cinco questões de ordem.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Ele foi à sua presença fazer o questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ele veio ao meu convite, eu o convidei que viesse à Mesa. Gostaria de esclarecer. Eu que convidei S.Ex^a que viesse a mim para dar explicações, porque S.Ex^a suscitou ao longo do debate várias questões de ordem e também está inscrito para falar. Inscrição para falar. E eu convidei para que viesse à Mesa e expliquei porque não concedi a palavra naquele instante tendo em vista que resolvera decidir a questão de ordem posto que a matéria para mim estava muito clara em função da disposição expressa do Regimento Interno que não cogita de pedido de vista para voto em separado.

(soa a campanha)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, devo na verdade testemunhar a admiração muito grande, muito significativa do Senador Mário Couto por V.Ex^a. É o que a todos nós transmite nas conversas informais e nas reuniões oficiais de bancada que regularmente se praticam às terças-feiras. E quando alguém admira alguém com tanta força e V.Ex^a é um homem admirável, talvez isso suscite a cobrança dura, a cobrança firme. Mas devo dizer que o crédito que V.Ex^a desfruta no seio das oposições e no entendimento da Casa é exatamente o respeito que por V.Ex^a tem o Senador Mário Couto, que não teria feito no seu estilo, no estilo vigoroso não teria feito essa observação se não tivesse V.Ex^a em altíssima conta, se fosse outro Presidente, talvez, que não merecesse dele todo esses quilates de admiração, S.Ex^a talvez deixasse passar em branco. Então entendo a manifestação do Senador Mário Couto como uma manifestação de apreço, de respeito pela sua presidência e V.Ex^a de fato é um grande Presidente da Comissão de Justiça da Casa, já tendo exercido todos os cargos dessa República sempre com enorme fidalguia, com enorme sentimento democrático. Mas tenho certeza que interpretei eu muito bem o afeto do Senador Mário Couto por V.Ex^a que é o mesmo por toda a bancada do PSDB.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Líder Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Só para acrescentar o que o Senador Arthur Virgílio colo-

ca, a manifestação do Senador Mário Couto só atribui a V.Ex^a absoluta isenção na condução dessa reunião, que V.Ex^a é Democrata, os tucanos votam como nós, e o Senador Mário Couto, que é tucano, sentiu-se incomodado e manifestou-se a V.Ex^a como magistrado. V.Ex^a, na verdade, é o magistrado que nos honra a todos. V.Ex^a tem o nosso aplauso.

Agora, eu queria deixar claro, eu percebi no Plenário umas inquietações com relação à proposta que o Senador Aloizio Mercadante apresentou e a Senadora Kátia Abreu de plano acolheu. Mas é preciso esclarecer. A Senadora Kátia Abreu não acolheu no relatório dela a inclusão de uma alíquota fiscalizadora. Se a base do Governo concordar em derrubar a CPMF, nós concordamos, sim, em votar uma Emenda Constitucional que garanta por um tempo que se julgue conveniente uma alíquota fiscalizatória que nós possamos vir a pactuar, que seja no campo restrito da alíquota fiscalizatória, fiscalizatória é 01, 02, é por aí. Não que a Senadora Kátia Abreu concorde em incluir no relatório de S.Ex^a uma alíquota fiscalizatória. Não, o partido é contra a CPMF, mas se o objetivo é garantir a fiscalização da receita, nós estamos abertos ao atendimento e ao acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradece os esclarecimentos apresentados e a Mesa também deseja expressar o apreço que tem pelo Senador Flexa Ribeiro. Tanto isso é que tão logo eu o convidei para que viesse aqui e explicasse as razões pelas quais não deferi na ocasião o pedido de palavra “pela ordem”. A mesma coisa eu posso estender ao Senador Mário Couto que também tem sido um assíduo membro dessa Comissão e concorrendo com o seu espírito público, seu talento, a sua capacidade de trabalho ao desenvolvimento de nossas atividades.

Inclusive quero agradecer também as manifestações tanto do Líder Senador José Agripino como também do Líder do PSDB o Senador Arthur Virgílio. E concedo a palavra...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, só para associar-me ao Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino, dizer que V.Ex^a que tão bem conduz como magistrado essa Comissão de Constituição e Justiça, e todos nós sabemos que essa é uma Sessão tensa, é uma Sessão que provoca discussões acirradas, mas que V.Ex^a tem levado a contento a direção. E houve apenas um mal entendido, porque naquela ocasião, não me referia mais à questão do pedido de vista, mas V.Ex^a me fez a gentileza de convidar-me para ir até a Mesa, expliquei a V.Ex^a qual era a questão de ordem que ia levantar e o farei após a votação do Relatório da Senadora Kátia Abreu. Então, a questão

de ordem será levantada após a votação do Relatório da Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Presidência agradece a colaboração de V.Ex^a e concede a palavra agora ao nobre Senador Jefferson Péres. Tem S.Ex^a a palavra.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu não falo aqui pelo PDT. A questão está aberta no meu partido e eu talvez fale por dois ou três Senadores da bancada.

Desde o início, eu tentei desfocar essa discussão em torno... muito concentrada na CPMF e alargá-la para colocar dentro do contexto mais amplo de um ajuste fiscal. Aliás, algo o que PSDB também tentou fazer, sem êxito. Porque, Sr. Presidente, eu acho que será inútil nós simplesmente prorrogarmos a CPMF com a alíquota atual ou até mesmo com uma redução de alíquotas como eu sempre defendi e outros. Será inútil porque nós estaremos transferindo um problema que vem de longe, que é grave e que afeta todos os Governos. É o problema do crescimento incontrolável, até aqui, dos gastos correntes, Sr. Presidente.

O crescimento da carga tributária do Brasil ela vem implacavelmente, sistematicamente nos últimos anos. Sr. Presidente, quando estiver esgotado o meu tempo, me avise.

Em 1997 era 27% do PIB, Governo Fernando Henrique. Continuou crescendo. No Governo atual era 32, já está em 35 a 36% do PIB. E nós só vamos poder ou reduzir essa carga tributária, Sr. Presidente, ou pelo menos mantê-la no atual patamar se nós atacarmos a questão do gasto público, porque vigora a Lei de Parkinson. A burocracia cria sua própria despesa, tem uma tendência perversa a crescer. Se nós não formos a fonte, Senador Eduardo Suplicy, para estancar este mal com um dispositivo permanente, eu não quero “fulanizar” a discussão, não estou propondo nada para o Governo Lula, é para o País de forma permanente. Nenhum Governo vai deixar de expandir o gasto público, principalmente o gasto corrente.

O problema do Brasil não é só a carga tributária, é principalmente, muito mais a qualidade do gasto público. Um grande intérprete da América Latina Octávio Paz no livro antológico Ogro Filantrópico que estuda o Estado Mexicano, mas parece que está estudando o Estado Brasileiro, ele diz que o Estado é, naquele País e aqui também, é perdulário, ineficiente e corrupto. Perdulário, ineficiente e corrupto. Eu não tenho fórmula mágica para erradicar a corrupção do Estado. Eu não tenho varinha de condão para tornar o Estado eficiente, mas acho que podemos sim criar um mecanismo para que o Estado deixe de ser perdulário e só vamos conseguir isso institucionalmente mediante

um mecanismo legal ou inserido na Constituição que imponha limites à expansão. Eu não quero congelar os gastos correntes, Senador Romero Jucá, eu quero que ele cresça menos do que o aumento do PIB ou menos que o aumento da arrecadação.

O PSDB talvez não tenha atentado para um dos pontos propostos pelo Ministro Mantega, que eu acho que infelizmente outros fatores impediram que o PSDB continuasse a negociação e eu não discuto, mas ele propunha, um dos itens era a contenção dos gastos públicos. Só de pessoal, que não basta, Senador Romero Jucá, e aí eu vou ao ponto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite um aparte, Senador Jefferson Peres?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Bem rapidamente. O PSDB propôs 0,2% a título de redução de gasto público no geral e o Governo respondeu com uma proposta já antiga do Ministro Paulo Bernardo, não é ruim, mas é uma proposta já antiga, em relação a gastos de pessoal, apenas isso. A nossa idéia era PIB cresce e primeiro, diminui o gasto público. PIB cresce e o Governo fica proibido de fazer o que está fazendo hoje, a farra fiscal de 9% reais em média ao ano acima de cada crescimento do PIB. Sei PIB cresce 2%, ele gasta 9% de reais a mais. Se o PIB cresce 5, eles fazem a mesma coisa. Ou seja, queríamos nós brecar a ganância. O Governo deu resposta foi considerada insuficiente por nós.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – O PSDB propôs números, portanto. Metas. Então fez o que deveria ter feito mesmo.

Senador Romero Jucá, a sua... Hoje o Ministro Guido Mantega disse que concordaria com uma redução gradual da alíquota. Essa foi uma das propostas do PDT. Outra era a contenção dos gastos correntes. Agora foram definidas... Foi definida a desoneração. Que me parece pouco, mas enfim, já é uma sinalização. Mas não estou satisfeito, Senador Romero Jucá, com a resposta do Governo no que tange ao mecanismo de contenção. V.Ex^a me acena com o seu projeto aqui, mas que só ataca, só contém o reajuste dos servidores públicos. Além de não ser suficiente, jogaria sobre as costas do funcionalismo todo o peso da contenção dos gastos. Mas creio que tem que ser os gastos correntes em geral. Eu gostaria muito que o Governo concretizasse essa proposta. Dissesse quando vai mandar, é uma Lei Complementar, mas dizer que vai mandar a proposta, dentro de certo prazo que faz essa proposta não a mim, a V.Ex^a... A todo o Senado. Do contrário, não me satisfaz. E eu vou deixar bem claro e explícita minha posição nessa Casa. Lá no Plenário eu votar ou

sim ou não. Se até lá o Governo mandar uma proposta que me pareça satisfatória, eu voto pela prorrogação. Se não me satisfizer vou votar contra, ainda que seja o único voto para alcançar 49 votos. Aqui eu vou me abster. Lá não me absterei. Vou me abster como quem diz ao Governo: Olha, a sua proposta não me agrada, mas ainda vou lhe dar um crédito até o Plenário. Estou fazendo isso de forma muito responsável. Não acho que a rejeição da CPMF seja um desastre, um Tsunami, mas acho que vai gerar sim turbulência. Num cenário internacional muito incerto que já começa a ficar cinzento. Mas ainda assim eu corro o risco de votar contra a CPMF em Plenário se o Governo não criar um hemostático. Parece hemorragia de gastos públicos. (soa a campainha) Que o Estado continue corrupto. Gostaria que não fosse. Que continue ineficiente. Mas perdulário nós temos meio de evitar que continue.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ... Inclusive a colaboração que lhe deu ficando aquém dos 10 minutos que lhe foram destinados, e concedo a palavra agora a seguir ao Senador Arthur Virgílio. Para discutir a matéria. O Senador Valter Pereira é o oitavo. Virá após a Senadora Lúcia Vânia e a seguir V.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Eu recebi aqui um resumo que estava nas mãos de um companheiro do PMDB, das propostas do Governo e nelas não constam, inclusive, uma proposta do Governo a nós do PSDB referente aos precatórios. Ou seja, colocar um limite para cobrança de precatórios para evitarmos a desorganização, sobretudo, das pequenas Prefeituras que acabam não pagando pessoal, não pagando fornecedores porque uma decisão de primeira instância vem e atropela o planejamento desses dirigentes públicos. Mas Sr. Presidente, o PSDB foi muito claro ao longo do processo negociador. Ele falava em saúde, o Governo responde com algo que é considerado até... Sobre tudo pelo pessoal do setor, algo insuficiente. E com uma dose de malícia que diz assim 4 bilhões a mais agora, em 2009 5 bilhões a mais, depois 6 bilhões a mais, em 2011. E foi aí que eu comecei a acreditar que não haveria terceiro mandato, em 2011 quando já não seria mais o Presidente da República o atual, 9 bilhões. Mais o atrelamento ao piso. As pessoas que estão morrendo por falta de atendimento de saúde quem faz a denúncia em tom de gravidade extrema é o Ministro Temporão, elas estão morrendo agora, elas não vão esperar para morrer em 2011. Agora, o PSDB não voltará a depender dele não permitirá votação na Emenda 29 enquanto não houver o desfecho da CPMF. Porque não cairá uma certa chantagem branca do tipo: temos que aprovar a CPMF de qualquer jeito senão

não se tem esse benefício para saúde. O atrelamento é muito ruim.

Sr. Presidente, nós propusemos Reforma Tributária. E propusemos aprovação da CPMF por um ano apenas. Nesse ano o Governo ansioso por ter a CPMF por mais outros três, ou outros dois, sei lá, o Governo se esforçaria, aí sim, para aprovar uma Reforma Tributária. Ninguém no PSDB infelizmente o Veríssimo matou a velhinha em Taubaté, ninguém no PSDB nem a velhinha de Taubaté se tivesse viva acreditaria que o Governo com os bolsos cheios do dinheiro da CPMF vai se preocupar em fazer Reforma Tributária. Reforma Tributária para o Governo significa DRU e significa CPMF e nada mais. Nós propusemos desonerações outras, e elas vieram todas elas e a expressão do Senador Sérgio Guerra todas elas sem que o Governo metesse a mão no bolso. Era um mero jogo contábil, um mero manejo de tempo, mas desoneração efetiva. Ou seja, o Governo tirar do seu bolso para permitir folga efetiva ao contribuinte, isso não acontecia nas desonerações propostas. O Governo revogou todas as possibilidades de acordo efetivo com os Governadores. Nada de COFINS, saneamento, nada de CIDE, isso foi um outro ponto que nos levou, nós somos um partidos de iguais, nós não temos nenhum Aiatolá Khomeini a dizer como é que a gente se porta no PSDB, nenhum Governador que diga assim: Olha, hoje você está de verde amanhã venha de azul. Não existe isso, simplesmente não existe isso no PSDB e as tentativas de negociação por trás da banca de Senadores nos ofende sem resolver absolutamente em nada o problema do Governo em relação aos votos de que ele necessitaria que são os votos do PSDB.

Desoneração da CPMF. Se V.Ex^a puder, Sr. Presidente, eu gostaria de... Algumas vezes até muito conhecidas. (soa a campainha) Sr. Presidente, desoneração da CPMF. Eu vou aqui ler para V.Ex^a um resuminho aqui. O Governo calcula um teto de 40 bilhões para arrecadação de CPMF. Nossa Assessoria Técnica, que é muito competente ela aponta um piso de 41,5 bilhões. Ou seja, desoneração de apenas dois bilhões seria ridículo, porque na verdade o Governo estava pensando em conceder apenas 500 milhões que seria a diferença nessa continha que estou fazendo. Mas faço um outro cálculo aqui bem simples. Se a arrecadação fosse de 40 bilhões como diz o Governo, com o crescimento econômico que a gente vai estimar em 4%, será um pouco mais de 4%. O impacto do crescimento econômico sobre a arrecadação daria o crescimento vegetativo da CPMF em 1.6 bilhão. Ou seja, seria a multiplicação de 4% por 40 bilhões. Muito bem. Com a desoneração proposta aos seus aliados e não a mais, desoneração proposta aos seus aliados, 0,02% ano,

nós temos de início dois bilhões de reais de desoneração. Ora, se nós descontarmos daí o crescimento vegetativo de um bilhão e seiscentos milhões nós vamos ver que o Governo está propondo para os seus aliados apenas 400 milhões de desoneração. Apenas isso. Não mais do que isso. Nenhum tostão a mais do que isso. Nós propusemos, Sr. Presidente, o redutor de gastos, e um aparte ao Senador Jefferson Peres. Não quero redundar, já disse qual era a proposta do PSDB. O Governo responde com uma contraproposta pequena insignificante em relação ao que nós havíamos proposta ainda por cima com a questão social. Ou seja, jogando o peso da economia que quer fazer em cima de servidores públicos. Nós propusemos e aí o Governo aceita e é uma coisa boa, deveria fazer isso com ou sem acordo com quem quer que fosse o enquadramento da União nos rigores da lei de responsabilidade fiscal. O Governo dessa proposta que está aqui em minhas mãos não fala mais em precatórios, era uma coisa boa, e agora insere visivelmente um gatilho aqui. Dívidas produtores agrícolas até dezembro. Ora, nós sabemos que o agronegócio é responsável pela saúde da balança comercial brasileira, junto com essa Vale do Rio Doce tão odiada pela via campesina e pelos companheiros do que chamam de movimento social lá do MST. Muito bem. Insere-se esse gatilho e pelo que eu vejo esse gatilho não comoveu a Senadora Kátia Abreu que é figura claramente ligada à proteção do agronegócio por ser de um Estado propício ao agronegócio. É um gatilho. É um gatilho puro e simples. Porque no fundo a resposta do Governo é insuficiente é... Resposta do Governo a seus aliados e não mais a nós. É insuficiente por dois motivos muito básicos. Ela é muito tímida quando fala em redução de gastos. E ela é absolutamente pífia no que se refere à Reforma Tributária. Nós não acreditamos. Nós estaríamos concedendo ao Governo algo que pareceria com cheque em branco, e esse cheque em branco nós não podemos dá-lo não vejo os mecanismos para o Governo fazer cumprir a sua proposta. A proposta do Governo é frágil, digamos, Sr. Presidente, que a proposta do Governo fosse melhor. Eu queria duas coisas, e isso foi dito por mim, pelo Senador Tarso Jereissati, Senador Sérgio Guerra ao Ministro Mantega. Nós queríamos além de uma proposta que fosse defensável perante a bancada, nós exigíamos que o Governo nos oferecesse os mecanismos que nos levasse a acreditar na sua determinação de cumprir a palavra empenhada. Fora disso, são palavras ao vento ou são poemas escritos à beira-mar. Escritos para serem levados pelas águas.

Sr. Presidente, estou aqui com uma declaração do Ministro Guido Mantega que me conforta muito. Ministro Guido Mantega que é uma pessoa extremamente sin-

cera e habilidosa, o Ministro diz aqui que pode aprovar CPMF sem o PSDB. Eu fico muito tranquilo porque se é assim nós não estamos simplesmente sequer colocando em risco projeto nenhum do Governo. Quem fala isso, Sr. Presidente, é o Ministro Guido Mantega. Está aqui no noticiário da Folha de São Paulo on-line. Mantega agora diz que o Governo pode aprovar CPMF sem PSDB. Acho que seriam bem-vindo se fôssemos lá pra fazer um confeito de bolo. Fique tranquilo. Porque se é assim, então cai por terra o discurso do meu colega e querido amigo do Senador Mercadante, do caos que vai acontecer isso, vai acontecer aquilo. Eu entendo que não acontece caos qualquer, mas pelo visto, o Governo não terá problema nenhum para aprovar a CPMF no Plenário segundo as palavras desse especialista em política que é o Ministro Guido Mantega e conhecimento do parlamento que é o Ministro Guido Mantega. Fico muito tranquilo e o Governo deve estar, portanto, tranquilo, deve dormir em berço absolutamente esplêndido. Porque número ele tem muito mais do que 49 porque se tiver só 49 o Ministro não esnobaria os votos do PSDB do jeito que fez. Fico tranquilo. Repito. Não quero nada de mal para o Ministro Mantega, figura que eu admiro pessoalmente de maneira sobeja. Mas Sr. Presidente, vou aqui dar a minha opinião. Se o Governo, e temos aqui quero registrar a presença de um dos economistas mais talentosos que este país conhece, que é o economista Samuel Pessoa. Nós temos... E ele é tão genial que não presta atenção nesse detalhe tipo alguém que o elogia. Ele pensa o tempo todo e pensa com muita percuciência. Mas eu vou dizer para V.Ex^a, Sr. Presidente, o que penso. Se o Governo opta não tendo a CPMF opta pela gastança desenfreada ele leva o Brasil a uma crise fiscal, e o Brasil protegido pela conjuntura internacional, e protegido pelas reformas feitas do início da estabilização econômica de Itamar, passando pelo Governo do Presidente Fernando Henrique, e pela belíssima gestão do primeiro mandato do Presidente Lula com o Ministro Palocci à testa da economia, nós, se o Governo opta... Se não fosse isso nós teríamos uma crise fiscal hoje já posta no país. Mas se o Governo opta por não tendo a CPMF insistir na gastança, nós veremos a crise. Se o Governo opta por não tendo a CPMF segurar gastos públicos para valer, enxugar Ministérios, não contratar, por exemplo, os tais 60 mil servidores sem concursos em ano eleitoral, o que me sugere muito mais esforço de eleição do que propriamente preocupação do funcionamento da máquina, se o Presidente não mantém essa cabeça de dizer que choque de gestão é contratar funcionários públicos, é algo que me soou como absurdo dito por alguém que já tem a experiência de cinco anos de magistratura maior

da nação. O Governo poderá com essa desoneração a ser imposta pelo Congresso Nacional, o Governo poderá Sr. Presidente é ver crescimentos... Crescimento econômico mais robusto do que aquele previsto não só pelos técnicos do Governo, como por todo analista brasileiro ou internacional que tenha a sério os números do Brasil em suas mãos. E em seus cérebros. O Brasil pode a partir daí injetar no psicológico uma enorme euforia nos cidadãos. É o empresário que vai comprar a máquina nova, é o cidadão comum que vai fazer o aumento da sua casa, um quarto para a sua filha ter um quarto sozinha, longe da... Independente da sua irmã... Enfim, é euforia porque vai ter dinheiro. Não é verdade se dizer que se retira da economia 40 ou 41 bi. Não. Se retira do Governo, e se deixa nas mãos dos cidadãos. Se alivia o contribuinte e se sinaliza para uma queda efetiva e para uma intenção de queda da carga tributária no País. Ou seja, Sr. Presidente, eu peço um pouquinho de tempo para concluir e vou dizer mais duas coisinhas.

Sr. Presidente, o que acontece, Sr. Presidente, é isso. O Governo ele precisa optar. Sair desse dilema de gastar e querer arrecadar mais. Gasta mais e arrecada mais. Para fazer uma homenagem à euforia do Presidente da República com o poço petrolífero, ele precisa sair desse drama neo shakesperiano de "Tupi or not Tupi?". Ele precisa sair disso. Precisa sair disso. Tem que aprender a arrecadar menos e tem que aprender a gastar muito menos para que a nossa economia... Isso quem disse é um aliado emérito do Presidente Lula que aliás não simpatiza nem um pouco com o meu partido, para ser sincero eu até me dou muito bem com ele, mas meu partido não simpatiza com ele que é o Ministro Delfim Neto. Então ele diz que a economia tem que caber no PIB. E o Governo não tem a menor intenção de fazer a economia caber no PIB. E aí, Sr. Presidente, quando a gente ouve esse canto de sereia que 90% dos desonerados estarão protegidos pela mudança proposta pelo Governo, se esquecem de que a CPMF está presente em tudo. Ela tem uma presença quase divina. A CPMF pelo mal ela é quase deificada porque ela está presente em tudo. Ela está presente inclusive na vida daqueles que não têm conta em banco. Porque ela está onerando os produtos adquiridos por aqueles que não têm conta em banco.

Portanto, gostei muito do nível da discussão aqui proposto. O nível proposto aqui. Disseram... Ah, mas nós... E o Senador Mário Couto agiu com muita sabedoria. Ah, porque nós estamos gastando tempo. Não. Se eu tenho dúvidas e se o regimento me permite interpellar a Mesa, ou se o regimento me permite questionar eu não tinha que chegar aqui feito um soldadinho e simplesmente votar como gostaria talvez o Governo,

a sua liderança, os seus líderes. Não. Nós perdemos, gastamos duas horas, três horas, poderíamos ter gasto quatro horas. A palavra gasto não é correta. Nós investimos no bom andamento da Sessão à luta para aclararmos as nossas dúvidas. Nós não queremos nenhuma dúvida de processo. O que levantou o Senador Jereissati em relação à questão regimental? V.Ex^a foi acatado com a sua autoridade quando disse que nós não tínhamos direito nisso. Eu continuo com dúvidas, mas acato a palavra de V.Ex^a por saber que V.Ex^a de fato é o magistrado que está aqui para conduzir com decência e não com partidismo uma Sessão tão importante como essa. Porque essa é a marca da vida de V.Ex^a Mas então, Sr. Presidente, nós estamos fazendo o debate, como diria meu querido Mercadante outra vez, um debate qualificado. Estamos aqui para cotejar os nossos números, nossos dados, e esse debate vai entrar nas casas, nos ouvidos, nos cérebros, no coração das pessoas ao longo desse mês que nos separará do dia da votação. Se a votação tiver tempo para ser feita ao longo do mês de dezembro.

Sr. Presidente, eu encerro dizendo que não há porque o Governo temer o que ele chama de efeitos negativos da supressão da CPMF. Tem que temer essa coisa deletéria de ele não aprender a gastar menos do que arrecada. Nenhuma família é sustentável assim, nenhuma empresa é sustentável assim. E não seria sustentável um Governo que a vida inteira gastasse mais do que aquilo que é capaz de arrecadar. O Governo precisa mexer, dar um mergulho nas suas águas mais internas. E emergir melhor para o Brasil. Emergir melhor para o Brasil. O Governo precisa fazer isso. Emergir com efetivo respeito à responsabilidade fiscal.

Dessa vez encerro mesmo, Sr. Presidente, para lhe dizer uma coisa. Eu fiz discurso longo sobre isso ontem. Estão contando com o ovo que a galinha ainda não pôs, essa história de Tupi... E eu torço para que seja de fato um lençol fantástico, não só o de Tupi que poderia dar oito milhões de barris, mas que nas adjacências, haja petróleo. Um petróleo difícil de ser extraído, um petróleo que não se extrai com barril barato, só se extrai com barril nas alturas. O Presidente diz: Eu quero barril barato. E ao mesmo tempo quer que explore Tupi, ele está de novo uma outra dúvida Shakesperiana. "Tupi ou not Tupi?" Porque se não tiver com a tecnologia atual e com o preço mais baixo não é possível se fazer uma exploração econômica daquele petróleo.

Mas muito bem, Sr. Presidente. Nós estamos entendendo que a PETROBRAS tem sido sacrificada. Eu fui a favor da quebra do monopólio, como V.Ex^a foi a favor da quebra do monopólio. Eu entendo que a PETROBRAS não deve optar pelo estabelecimento

de um monopólio outra vez que só é ruim para ela, inclusive, escamoteando essas áreas da exploração, da concorrência, das suas concorrentes. É exigência do bom mercado a concorrência, sim. Mas veja que eu quero dar uma penada pela PETROBRAS. Municípios arcam junto com os Estados com o grosso(F) do superávit primário que é essencial para não perdermos uma razoável entre a dívida pública e o PIB. E quem ajuda os Municípios mesmo são as estatais. A União cada vez mais tira o corpo fora disso. Cada vez mais a União se escafede desse compromisso. Então eu gostaria de fazer uma proposta aqui muito clara. A União passaria a se responsabilizar de maneira mais decente, mais conseqüente pelo superávit primário, e liberaria parte dos recursos que hoje são despendidos pela PETROBRAS para a PETROBRAS poder fazer sua parte e poder concorrer para valer nessa questão das áreas adjacentes a Tupi. Ou seja, o superávit seria o mesmo, isso é essencial. Mas ele teria que ser obtido sem ser pelo aumento da carga tributária e teria que ser obtido com União se onerando mais. É um dever dela, ela está fugindo desse dever, e desonerando a PETROBRAS até para a PETROBRAS transformar de fato o nosso Presidente em sheik árabe. Senão não vai. Como está não vai. 40 bilhões de dólares só para construir as iniciais plataformas. 40 bilhões de dólares. E tem incertezas. Nós não sabemos o que vai sair dali. Já falei das incertezas de preço. Aqui está uma proposta muito clara. Mas não venham dizer que o Governo não vive sem a CPMF. Vive. Aí vem aquela conversa passadista. Ah, mas no tempo em que o senhor foi Líder do Governo Fernando Henrique o senhor tem o discurso... Eu fico muito feliz porque para a minha auto-estima é bom porque eu às vezes eu fico embaixo eu falo assim: Ninguém me admira, ninguém me ama, ninguém me quer, ninguém me gosta. De repente o pessoal lembra: Olha o que ele disse no dia tal. Olha, no dia tal ele falou assim. Aí diz a gravata que eu estava, o terno que eu estava, quantos quilos eu estava pesando. Eu fico feliz. Agora, vamos comparar duas situações. 11 crises sistêmicas que se eu tivesse tempo eu enunciaria as 11. Crises sistêmicas internacionais. Hoje nenhuma crise internacional que tenha de fato atingido o País. A imobiliária não chegou ao Brasil de maneira significativa. Atingirá o Brasil. Mas não a nível de provocar recessão aqui dentro ou provocar tumulto maior. E nós, Sr. Presidente, vemos o Governo nadando, navegando em mar de Almirante, voando em céu de Brigadeiro, insistindo que não pode abrir mão de um imposto que foi criado no Governo Itamar Franco e mantido e até ampliado no Governo do Presidente Fernando Henrique, para primeiro, se implantar a estabilidade e segundo, para se resolver

questão da saúde depois com o aumento da alíquota houve desvio de finalidade e terceiro para se ter o enfrentamento a tantas crises que sobrevieram àquele momento em que V.Ex^a era o Vice-Presidente da República. Hoje não há nenhuma crise. Eu pergunto por que então não cortar despesas? Por que desmontar a ação estratégica que era dirigida pelo Coronel Oliva, irmão do Senador Aloizio Mercadante e darmos esse intelectual brilhante que é Mangabeira Unger, essa tal Secretaria Especial que outros, os maliciosos, não eu, tenho muito respeito por ele, os maliciosos chamam de SEALOPRA. Os outros chamam de SEALOPRA. Eu não faria isso porque tenho um respeito intelectual por ele. Por que não cortar despesas para valer?

Ou seja, Sr. Presidente, nós negociamos e temos uma palavra só. O PSDB não tem uma bancada de peteca, não é iô-iô. O PSDB não vai e volta. O PSDB disse já a opinião oficial, a opinião oficial vem da autonomia dos Senadores e com essa autonomia concordam Governadores, ex-Presidente Fernando Henrique, concordam Prefeitos, concorda o nosso candidato a Presidente da República Geraldo Alckmin... Concordam todos. Nós vamos votar a favor do Relatório da Senadora Kátia Abreu. É uma determinação nossa. Repito, para encerrar, não temos aqui nenhum Aiato-lá que nos diga, daqui a pouco o telefone toca, é um Governador me dando uma bronca. Não existe. Nem eu digo onde colocam viadutos e nem me dizem como é que conduz uma bancada aqui. Há respeito mútuo, há muito diálogo, há muita compreensão. Nossos Governadores quase todos passaram pelo Congresso, muitos deles foram líderes partidários. Sabem muito o que é a palavra empenhada. E sabem muito bem quanto nos esforçamos inclusive para darmos respostas às demandas deles. O Governo preferiu não negociar conosco. Foi muito mais ameno com o Deputado Cunha lá na questão de FURNAS do que conosco que não queríamos nada pessoal. Nós queríamos apenas diminuição de gastos públicos e diminuição de carga tributária para valer. Essa proposta que eu tenho aqui em mãos ela pode ser boa para justificar a vontade de votar no Governo dos governistas. Mas ela não é nada que nos sensibilize. Para nós não falou, para nós não nos disse. Eu encerro aqui com uma contribuição do meu colega Senador Cícero Lucena que diz que está voando em céu de Brigadeiro. Mas tem, esqueci de fazer boas pistas de pouso no país, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, a Mesa... Não cabe a Mesa interferir nos debates, mas já que V.Ex^a se referiu à crises sistêmicas, convém recordar que no octoênio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, só nos anos 1996 e no

ano 2000 nós não tivemos crises externas. Ou seja, nos oito anos todo o octoênio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, só em 1996...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – E o que nos ajudava era a compreensão da oposição que nós tínhamos que era muito boazinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – (risos) E valendo dizer também que mesmo quando se refere a anos que nós não tivemos crises sistêmicas, isso não quer dizer que nós não nos defrontássemos com problemas internos graves, inclusive ataques especulativos contra o próprio real feito, esses ataques feitos por brasileiros, inclusive. Mas então sem querer interromper com considerações marginais sobre essas questões que nos preocupam nesse instante, eu concederia a palavra agora à Senadora Lúcia Vânia, e a seguir usará da palavra o nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^a. Relatora, Srs. Parlamentares. Sr. Presidente, eu gostaria em primeiro lugar de destacar aqui o trabalho da Senadora Kátia Abreu. Eu acredito que é muito importante nesse momento em que estamos votando uma matéria que é do interesse do país, que à frente dessa matéria esteja uma Senadora competente e responsável. Ao lado de ser competente e responsável, ela dá também uma lição em relação a competência da mulher nessa Casa. A mulher na atividade política é tida apenas como a responsável pelas questões sociais. E a Senadora Kátia Abreu que tem uma formação na área de ciências humanas pôde se abstrair, abstrair-se de sua formação para se dedicar de corpo e alma a este tema. E pôde aqui expressar como se expressa uma dona de casa, como se expressa uma dona de casa quando fala de orçamento. Eu acredito que a maior lição que nós podemos levar dessa discussão aqui hoje é a forma fácil, a forma feminina de tratar um tema complexo como esse.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que eu gostaria de estar aqui discutindo uma proposta do Governo que significasse avanço àquilo que já foi feito neste país. Uma proposta que significasse avanço como V.Ex^a bem colocou na sua entrevista ontem na Globo News quando V.Ex^a dizia que gostaria de estar aqui discutindo uma Reforma Tributária. Nós gostaríamos de estar aqui discutindo como colocou muito bem aqui o Senador ACM Júnior, o Senador Jefferson Peres, o Senador Arthur sobre o ajuste fiscal. E eu, como V.Ex^a, Arthur e Tasso e tantos outros que participamos do Governo Fernando Henrique ficamos um pouco surpresos com a palavra do Senador Mercadante, quando ele fala do excelente momento que vivemos hoje na economia nacional. Mas é preciso lembrar aqui para viver

esse excelente momento que nós estamos vivendo foi preciso consolidar a dívida de Estado e Município que não tinha controle. Foi preciso tirar os esqueletos dos armários que não se pagavam através das privatizações. Foi preciso criar uma Lei de Responsabilidade Fiscal que tivemos aqui uma oposição dura, e foi preciso enfim de reduzir o tamanho do Estado e controlar as despesas. Eu participei ativamente disso. Participei extinguindo, ajudando, pensar um modelo para a área social que não fosse aquela antiga LBA que já tinha prestado o seu serviço. O Ministério da Ação Social, a CBIA, onde nós tínhamos um monstrego na área social e onde a atividade meio consumia quase todo o recurso ficando nada para a atividade fim. Então nós promovemos tudo isso. E isso demandou esforço da sociedade. Isso demandou uma geração. Uma geração que viveu sobre o tacão da inflação. E se hoje o PSDB sai para querer negociar com o Governo, é porque nós temos responsabilidade com isso que nós construímos. Mas nós queríamos um passo à frente. Nós não queríamos um passo atrás. E eu sinto poder estar aqui hoje, não poder estar aqui hoje discutindo este avanço. Discutindo alguma coisa que fosse boa para a sociedade e para a nossa economia. Mas, no entanto, isso não foi possível. Por isso vamos votar todos nós do PSDB com o Relatório da Senadora Kátia Abreu. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu cumprimento a Senadora Lúcia Vânia pela sua intervenção, não somente competente, mas também concisa, e a Senadora Kátia Abreu deseja fazer uma breve observação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Rapidamente, Sr. Presidente, mas eu não poderia deixar de fazer um comentário após a Senadora Lúcia Vânia falar. Eu fico muito feliz, muito agradecida porque foi exatamente esse sentimento que tive ao fazer o Relatório. De poder nós mulheres estarmos atuando em outras áreas, não aquelas impostas por paradigmas antigos na área social, educação e saúde, mas que realmente Senador Marco Maciel e meu partido tinham me dado uma oportunidade única e que nesse momento eu tinha que lutar muito e trabalhar e fazer uma coisa muito responsável porque estava em jogo essa mesma atuação que V.Ex^a acabou de dizer a respeito da mulher numa área tão diferenciada que não é habitual no Brasil. Agradeço muitíssimo as suas palavras, fico lisonjeada, e é isso que nós sabemos fazer. A dona de casa é uma especialista nata no orçamento. E o nosso orçamento que a gente trata com tanta simplicidade ao aprofundar no orçamento da União que embora pareça complicado, mas tem o mesmo princípio do orçamento doméstico. Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente desta Comissão. Com a palavra S.Ex^a

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, inicialmente eu quero me associar às palavras da Senadora Lúcia Vânia para homenagear a...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Senador Valter, só para concluir o que disse a Senadora Kátia Abreu. Ao final concluímos, é a dona de casa uma grande economista. Não é verdade?

(risos)

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas associando-me às palavras da Senadora Lúcia Vânia, eu quero prestar minha homenagem aqui à ilustre Senadora Kátia Abreu, que indiscutivelmente qualquer que seja o resultado que se produzir desta Sessão, ela será a grande vencedora. Porque conduziu o processo de uma forma transparente, participativa, democrática, que invariavelmente foi marcando tento e foi construindo uma nova forma de abordagem de uma questão que precisava realmente ser emulada, que precisava ser discutida, e ela discutiu trazendo técnicos, trazendo os interessados, trazendo agentes do Governo e trazendo todo mundo para travar esse grande debate. Portanto meus parabéns à Senadora Kátia Abreu pela competência com que se conduziu e pelo labor que marcou aí toda a sua trajetória nesse memorável processo.

Mas Sr. Presidente, a minha posição é a posição que se assemelha muito a do Senador Jefferson Peres. Aliás, eu acho que de todos os parlamentares é aquele com que mais eu me identifiquei nesse processo foi com o Senador Jefferson Peres. Entendo que o Governo foi muito conservador. O Governo se encolheu demais, não negociou suficientemente para avançar numa proposta que fosse conciliadora e que atendesse à média das expectativas desta Comissão. Eu particularmente quero dizer a V.Ex^a que acabei me rendendo a uma decisão da minha bancada. Minha bancada entendeu que devesse aprovar a proposta com as inovações que foram introduzidas, e a partir do momento em que ela tomou uma posição no sentido de buscar alguns avanços, no sentido de procurar o consenso, eu acabei contribuindo para que... Para que... (interrupção no áudio) aquilo que tivesse aprovação do PMDB. Então, dessa proposta resultou num redutor. Um redutor da alíquota em 0,02% anualmente até o ano de 2011. Obviamente foi extremamente modesta. Eu concordo aqui que deveria ter sido muito maior esse avanço. O que o Governo queria, na verdade, era manter a integralidade daquilo que ele conseguiu aprovar na Câmara dos Deputados. Cedeu um pouco,

cedeu muito pouco. Mas assumiu um compromisso numa questão que eu acho que é fundamental, que é a questão da Reforma Tributária. Comprometeu-se o Ministro de que até o dia 30 deste mês vai mandar uma proposta de Reforma Tributária, onde ali será possível rediscutir a questão da CPMF à luz da carga tributária que é a questão fundamental. A questão da CPMF é uma questão marginal. Na verdade, o que está asfixiando o crescimento do país é a excessiva carga tributária que incide sobre a produção. E nesse sentido eu quero dizer aqui muito a vontade, Sr. Presidente, que se até o dia 30 não tiver chegado a esta Casa uma proposta onde se reabra a discussão da CPMF no contexto da Reforma Tributária, o meu voto no Plenário vai ser diferente do voto que eu vou dar, que eu vou proferir aqui. Porque não posso acreditar que só no discurso nós possamos evoluir. É preciso evoluir na prática. É preciso evoluir numa proposta que seja concreta, palpável. E quando o Governo acena com a possibilidade de avançar numa proposta tributária, que reduza a carga de impostos no país, é claro que esta proposta me seduz. Me seduz e foi a razão pela qual eu evolui na aprovação da proposta do Governo. Entendo aqui que a isenção da CPMF para quem ganha até 2.894 reais é uma perfumaria que vai atender grande parte dos contribuintes. Mas, não vai alcançar o objetivo fundamental que é desonerar a produção. E nesse sentido também eu acho que o grande gancho que nós temos pela frente aí vai ser a discussão da Reforma Tributária. O limitador de gastos que foi pactuado é um esforço que se fez na base aliada também porque o discurso feito pela oposição na cobrança de uma qualidade melhor para o gasto público é procedente. Nós também entendemos que é procedente. O Governo tem que rever os seus gastos. E talvez se ele não consiga rever através de sua atitude própria, de sua vontade própria, é preciso que haja alguma norma que possa levá-lo a isso. Não basta também o discurso, é preciso que o Governo se submeta através de procedimentos legais às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cobrei hoje do Ministro, Sr. Presidente, porque é preciso que haja nesses compromissos uma determinação de cumpri-los. E o que aconteceu na aprovação da CPMF na Câmara? Para conseguir o número suficiente de votos o Governo assumiu um compromisso com a base ruralista com assento naquela Casa de equacionar a questão da dívida do setor agrícola. E o compromisso do Governo até hoje não foi cumprido. Não foi cumprido. Porém, o Ministro garantiu que até o mês de dezembro ele vai cumpri-lo. Pois bem, Sr. Presidente. Dezembro deste ano. E eu quero dizer aqui alto e de bom som que este compromisso terá que ser

resgatado antes da votação em Plenário. Antes da votação em Plenário. É mais uma condição para balizar o meu voto no Plenário. É mais uma condição. O que eu quero aqui deixar muito claro que a posição que exige desde o início de redução da carga tributária, do cumprimento dos compromissos do Governo está em pé. Hoje, a concessão que fiz de votar favoravelmente é para não ficar na contramão de toda a minha bancada e para também não ser acusado amanhã de não ter contribuído para que o processo tivesse um andamento regular. Não tenho nenhum compromisso de votar essa matéria no Plenário se não forem cumpridas aquelas que foram apalavradas para serem resgatadas até o dia da votação.

Então, Sr. Presidente, em função de tudo isso, eu renovo aqui a minha posição de que a redução da carga tributária é o fundamento que alicerçou a minha conduta até agora e vai continuar balizando os meus votos e minhas posições nos próximos passos que deveremos dar na apreciação da CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir vou conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Álvaro Dias. Devo também uma explicação à Senadora Ideli Salvatti que fez uma permuta a meu pedido com o Senador Jefferson Péres. Mas S.Ex^a, como é Líder, vai permanecer na Comissão poderá tolerar que nós possamos atender outras demandas e logo a seguir eu pretendo dar a palavra a V.Ex^a...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Se a Senadora Ideli quiser falar já eu cedo e falo depois dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concedo então a palavra ao Senador Alvaro Dias e a seguir se a Senadora Ideli também concordar, eu com darei a palavra ao Líder Valdir Rapp e portanto... A seguir viria o Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, primeiramente o aplauso à Senadora Kátia Abreu pelo extraordinário trabalho que realizou, nos conferindo tranquilidade nesse exercício da convicção pessoal. Porque V.Ex^a, além de demonstrar a correção desse posicionamento contrário à CPMF, traz as alternativas de receita substitutivas que poderão oferecer ao Governo tranquilidade quanto a capacidade estabelecer o equilíbrio fiscal e orçamentário. Evidentemente com providências ágeis, afirmativas e competentes. Eu gostaria até de não discutir esse competente parecer da Senadora Kátia Abreu, por ser desnecessária essa discussão em ra-

zão da clareza e da competência com que o ofereceu a esta Comissão. Quero analisar questões que têm sido colocadas. Em primeiro lugar, eu não creio que em matéria tributária o que é provisório seja ideal ou mesmo adequado. A CPMF se fosse um imposto ideal ou adequado, não seria instituído provisoriamente. Certamente não seria instituído provisoriamente. O que é provisório, a meu ver, não organiza, não confere estabilidade e segurança aos agentes do processo econômico. Pelo contrário, desorganiza, oferece a instabilidade e a insegurança. Talvez tenha sido por isso que a ex-toda poderosa do FMI, Dr^a. Anne Krueger ter afirmado ser este o pior imposto já inventado. Não quero discutir se ela tem razão ou não tem razão, mas prefiro afirmar não ser esse o imposto adequado. Pode ser confortável para o Governo, pelo resultado da receita que aufer, mas certamente a médio e longo prazo produz efeitos nocivos ao crescimento econômico do país. Se não fosse o Governo imediatista, oportunista eu diria, certamente reconheceria que o fim da CPMF ao contrário de reduzir a receita pública, a incrementará a médio e longo prazo, significará estímulo ao crescimento econômico e por consequência aumento da receita pública. Quando o Governo anuncia a disposição de debater uma Reforma Tributária, a meu ver não faz com sinceridade. Se tivesse o Governo realmente esse propósito aceitaria a prorrogação da CPMF por um ano como propôs o PSDB na negociação que por educação política aceitou realizar com o Governo. É claro que se o Governo desejasse promover uma Reforma Tributária para valer, aceitaria a prorrogação por um ano. Em um ano seria suficiente para o debate e para a aprovação de um novo modelo tributário mais compatível com a nossa realidade econômica e social impulsionador do crescimento econômico e distribuir da nossa riqueza.

Portanto, não acredito no propósito do Governo de realizar Reforma Tributária. Também não acredito nas promessas de desoneração porque certamente desonerar de forma significativa seria extinguir a CPMF. Que em 11 anos confiscou do povo brasileiro cerca de 258 bilhões de reais. Certamente esta movimentação financeira, a movimentação financeira deste valor produziria um incremento, estimularia o crescimento econômico do país que resultaria ao final em receita maior para o Poder Público. Ao contrário, o aumento da carga tributária reduz o crescimento econômico. É o denominado efeito *crowding out*. Expulsão. A cada aumento de 1% da carga tributária há uma perda de 6,7% do Produto Interno Bruto. Isso é extremamente importante a se considerar no momento em que se discute a prorrogação da CPMF. Eu ouvi aqui uma afirmativa que com a qual não posso concordar. Que

a CPMF tira de quem tem. Não, não é um Robin Hood às avessas. Aliás esse Governo não tem vocação para Robin Hood às avessas. Ao contrário. Não tem vocação para Robin Hood às avessas. São os banqueiros que comemoram os maiores lucros da história desse país. Portanto, não tem esta vocação. E a CPMF não tira de quem tem para dar para quem não tem. E essa isenção a que atribui o Governo para quem ganha até determinado valor é uma isenção em parte. Porque na verdade aqueles que não têm conta bancária, aqueles que não possuem talão de cheque também estão pagando a CPMF, já que este é o imposto perverso, é o imposto em cascata que incide não só sobre todos os outros tributos, mas incide também e principalmente sobre o preço final de todos os produtos. Por essa razão todos pagam. Aqueles que possuem conta bancária e aqueles que não as possuem. Não se trata como disse o Senador Aloizio Mercadante de abdicar, de aumentar os recursos para a saúde. Nós não podemos estabelecer essa relação. O Governo tem a obrigação de aumentar os recursos da saúde independentemente da prorrogação da CPMF. Não é a prorrogação da CPMF que vai assegurar o aumento dos recursos da área de saúde pública. O que tem que assegurar é o dispositivo constitucional que obriga e a necessidade, já que a saúde é caos absoluto no país.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as despesas crescem assustadoramente, todos os Senadores que já se pronunciaram abordaram a necessidade imperiosa do Governo reduzir seus gastos, por se tratar de um Governo perdulário, além de perdulário, a meu ver, incapaz de gerenciar e aplicar corretamente os recursos públicos, não estabelecendo a exata relação custo/benefício dos investimentos. Ou seja, não conseguindo definir prioridades com eficiência. As despesas crescem mais do que o Produto Interno Bruto, proporcionalmente, crescem mais do que a receita proporcionalmente, e crescem, sobretudo, em razão do que é supérfluo, dos paralelismos que são instituídos, da superposição de ação em muitas áreas, do crescimento exorbitante da máquina pública, despesas que crescem, sobretudo, com a manutenção da máquina pública que cresce com pessoal, com... São despesas correntes, portanto, que crescem de forma assustadora. Não são despesas com a área de saúde, com a área de educação, com serviços essenciais para a população brasileira. São despesas exatamente com aquilo que é supérfluo. E há necessidade de reduzir a carga tributária para promover o crescimento econômico do país. O crescimento da carga tributária é que justifica o desempenho aquém dos países emergentes que se verifica em relação ao crescimento econômico do Brasil. O Brasil cresce mais do que o Haiti. Vejam só. Exatamente porque cresceu

de forma exagerada a carga tributária inibindo o processo de crescimento econômico do país. Longe de serem os ricos os que mais pagam, como disse aqui o Senador Aloizio Mercadante, são os trabalhadores as maiores vítimas desse tributo. Não só porque pagam, porque pagam nos produtos consumidos e no crédito, no custo dos produtos consumidos e no crédito, mas porque o efeito mais danoso é o indireto, por matar empregos e a produtividade geral da economia. Sem dúvida, Sr. Presidente, o fim da CPMF terá, sobretudo, um objetivo essencial para mudar o Brasil. Obrigar o Governo a reduzir gastos públicos. A adotar mecanismos eficientes de redução dos gastos públicos. Porque é bom repetir sempre, o Governo vem gastando muito mal, de forma perdulária. O Governo vem gastando com o supérfluo. E o Governo só mudará de postura se nós estabelecermos esse freio, com o fim da CPMF. O fim da CPMF, portanto, faz bem ao país porque melhora o país, e fará bem ao Governo, porque exigirá do Governo maior competência de gerenciamento. E quem sabe o Governo possa aprimorar-se na obrigação de reduzir gastos públicos e discutir Reforma Tributária. E essa é a consequência mais importante para o país. Obrigar o Governo a discutir a Reforma Tributária. Com CPMF certamente ele não discutirá a Reforma Tributária. Aliás, o Arthur Virgílio, Senador Arthur Virgílio meu Líder, se tranqüilizou em relação ao terceiro mandato por entender que as atitudes do Governo que diz respeito à redução ou a aumento de gastos com saúde no país faz com que ele conclua que o Governo não está pensando no terceiro mandato. E eu poderia plagiando o Senador Arthur Virgílio dizer que também acredito que o Governo e o Presidente Lula não pensa no terceiro mandato. Porque se pensasse no terceiro mandato aceitaria extinguir a CPMF agora porque a médio e longo prazo haverá um estímulo ao crescimento econômico e por consequência uma receita pública maior. Se o Governo estivesse investindo no terceiro mandato com inteligência certamente admitiria agora extinguir a CPMF.

Sr. Presidente, eu creio que a sorte está lançada e o Senado Federal vai decidir pelo rompimento com aquilo que é provisório para estabelecer com competência o que tem que ser permanente, o que tem que ser definitivo. Um modelo tributário compatível com as aspirações da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço ao nobre Senador Alvaro Dias a contribuição que trouxe ao debate, e concedo agora a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro e a seguir ao Líder Senador Valdir Raupp.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Nos tempos do Presidente Antonio Carlos Magalhães nessa altura já teria um lanchinho para o pessoal aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Mas o Senador Antonio Carlos Magalhães tinha uma grande preocupação com o combate à fome. (risos) Aliás legítima. Mas eu concedo a palavra, portanto...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senadora Ideli não estava inscrita?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sim. Ela estava inscrita e eu solicitei que fizesse uma permuta com o Senador Jefferson Péres. Portanto ela ainda não falou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas eu faço questão de ouvir primeiro a Senadora Ideli para depois me pronunciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então seria a Senadora Ideli Salvatti, depois V.Ex^a e a seguir Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu declino da palavra para dar mais tempo aos outros. Já fiz duas questões de ordem, estou satisfeito. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Tá bom.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, para prestar um rápido esclarecimento. Após eu gostaria de falar. Após as falas eu gostaria de uma ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sei. Pois não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, só para saber...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pode ser até para encaminhar a votação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Quantos ainda estão inscritos, Sr. Presidente? Quantos?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Ideli Salvatti, Senador Valdir Raupp que declina, Senador Marconi Perillo, Senador Renato Casagrande, Senador Mário Couto, Senador João Tenório já não se encontra mais no Plenário, Senador Demóstenes Torres, Senador Wellington Salgado, Senador Eduardo Suplicy, Senador Sibá Machado, Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Temos dez então. Ok, Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E para encaminhar à votação eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. A Mesa anotará a solicitação do Senador Ex^a.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Todo mundo desistiu, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não. São os que estão inscritos. Concedo agora a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agradeço, Sr. Presidente. O Senador Valadares diz que estão ansiosos, mas muito faladores aqui atrás.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que muitos parlamentares já expuseram as suas posições, seus números, seus argumentos. E eu fiz questão de manter a minha inscrição porque não quero falar. Apenas quero externar algumas posições públicas. A primeira delas é a posição da ampla maioria, e eu não sei se eu estaria errada em dizer quase que da totalidade dos Governadores sinalizando como de fundamental importância a prorrogação da CPMF e o que isto acarretaria a sua brusca extinção, o que acarretaria nas atividades dos próprios Governos estaduais. Vários Governadores, inclusive de partidos da oposição têm se manifestado desta forma, fazendo inclusive apelos às suas bancadas, aos seus parlamentares pela prorrogação.

A segunda manifestação, Senador Marco Maciel, é de uma pessoa absolutamente acima de toda e qualquer suspeita político-partidária. É uma figura pública, respeitadíssima pelo trabalho que exerce, pelo trabalho inclusive maravilhoso do trabalho que ela coordena que é a Dr^a. Zilda Arns Newman. Já tive a oportunidade de fazer a leitura no Plenário, vou fazer aqui também na Comissão porque eu acho que o apelo que faz a Dr^a. Zilda Arns é contundente com relação a prorrogação da CPMF. Ela diz o seguinte: Em nome da Pastoral da Criança, organização que acompanha dois milhões de crianças e gestantes em todos os Estados do país, e da Pastoral da Pessoa Idosa, que acompanha mais de 92 mil idosos a cada mês, solicito de V.Ex^a o voto de aprovação da prorrogação nesse momento da CPMF. Os recursos dessa contribuição financeira são imprescindíveis para a saúde pública. Eles são necessários para superar os problemas gravíssimos de saúde em nosso país. Agradeço o apoio e atenção, e que Deus ilumine a sua decisão. Esta correspondência da Dr^a. Zilda Arns em nome, como Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, e representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil no Conselho Nacional de Saúde, eu acho que é um apelo contundente de quem faz ação social

extremamente importante, eficiente e competente no sentido de superar as mazelas da miséria e da exclusão social.

E por último, eu queria ainda fazer a leitura também de uma outra... De um outro debate, de alguém que tem tudo a ver com a CPMF. E foi publicado hoje na coluna da jornalista Mônica Bergamo. Que é a reprodução de um episódio ocorrido num jantar, um jantar exatamente para arrecadação de recursos para o INCOR, e foi o debate entre o Adib Jatene e o Paulo Skaf da FIESP. Então vou fazer a leitura porque acho que é mais do que qualquer argumento que eu possa usar, tanto a Dr^a. Zilda Arns quanto o Dr. Adib Jatene podem falar com contundência e com conhecimento pleno do que estão falando. A Dr^a. Zilda Arns em termos de ação social e da área da saúde. E o Dr. Adib Jatene por ter sido o idealizador da questão da CPMF. Então a coluna da Mônica Bergamo diz o seguinte: Dedo em riste, falando alto o cardiologista Adib Jatene, pai da CPMF, um dos maiores defensores da contribuição diz a Paulo Skaf, Presidente da FIESP que defende o fim do imposto. “No dia em que a riqueza e a herança forem taxados, nós concordamos com o fim da CPMF. Enquanto vocês não toparem, não concordamos. Os ricos não pagam impostos, e por isso o Brasil é tão desigual. Tem que pagar. Os ricos têm que pagar para distribuir renda”. Numa das rodas formadas no jantar beneficente para arrecadar fundos para o INCOR no restaurante a Figueira Rubayat, Skaf cercado por médicos e políticos que apóiam o imposto de cheque tentam rebater, “mas Dr. Jatene, a carga no Brasil é muito alta”, e Jatene: “Não é não, é baixa. Tem que pagar mais”. Skaf continua: “A CPMF foi criada para financiar a saúde e o Governo tirou o dinheiro da saúde. O senhor não se sente enganado?” E Jatene responde: “Eu não. Por que vocês não combatem a COFINS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social que tem alíquota de 9% e arrecada 100 bilhões? A CPMF tem alíquota de 0,38, e arrecada só 30 bilhões”. Skaf diz: “A COFINS não está em pauta. O que está em discussão é a CPMF”. Aí responde Jatene: “É que a CPMF não dá para sonegar”.

Então eu queria apenas, Presidente, registrar estes dois documentos. O documento encaminhado a todos os Senadores pela Dr^a. Zilda Arns, e o debate entre o Dr. Adib Jatene e o Sr. Paulo Skaf no jantar de arrecadação para o INCOR, porque estas duas leituras retratam mais do que qualquer argumento que eu possa utilizar. Porque falam exatamente em nome... São duas pessoas que falam com conhecimento pleno de causa, de quem faz a assistência à saúde, a assistência social, e quem foi o idealizador da contribuição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se me permite, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Acho que está dentro do meu tempo ainda, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A jornalista Mônica Bergamo reproduziu corretamente, porque eu fui testemunha dessa conversa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor assistiu, né?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Estava ao lado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra pela ordem ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Marco Maciel, Sr^a. Relatora Senadora Kátia Abreu, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero, primeiro, parabenizar a Senadora Kátia Abreu pela forma dedicada e responsável como ela elaborou o seu parecer e a forma didática da exposição que ela fez na apresentação do mesmo. Evidentemente que a minha posição em relação à CPMF é conhecida de todos. No meu Estado, o Estado do Pará, desde o primeiro instante eu sempre me posicionei contrário à criação de um novo imposto a partir de primeiro de janeiro de 2008. Eu digo novo imposto porque a CPMF ela se extingue a 31 de dezembro de 2007. E aí, Senadora Ideli Salvatti, V.Ex^a tem por parte do Governo uma ação que eu diria de métodos terroristas, no sentido de querer incutir na sociedade brasileira de que o Brasil vai acabar se a CPMF não for prorrogada. Que não haverá recursos para a área da saúde se a CPMF não for prorrogada. Que não haverá recursos para o PAC se a CPMF não for prorrogada. Senadora Ideli, V.Ex^a não vai estar aqui para ouvir. Eu a ouvi tão atentamente para poder rebater a...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Flexa Ribeiro, eu lhe ouço tantas vezes por dia que agora eu tenho que cobrir uma emergência no meu gabinete. Até porque V.Ex^a já falou tantas vezes sobre a CPMF. Eu também já sei o que V.Ex^a vai falar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu ainda tinha a esperança de reverter o voto de V.Ex^a. Então, se a CPMF não for prorrogada, me parece para os brasileiros todos que o mundo e o Brasil acabam no dia seguinte. Ora, todos nós sabemos que isso não é verdade. A CPMF tão somente traz para os cofres da União algo em torno de 40 bilhões de reais de uma receita que só em 2007 vai extrapolar, vai dar um acréscimo de arrecadação correspondente a uma CPMF e meia. Ora, a Senadora Kátia Abreu mostrou didaticamente quais as áreas que poderiam ser reduzidas os

gastos para que pudesse suprir os 40 bilhões que não serão arrecadados com a CPMF. Mas eu não precisaria de tanto, Senadora Kátia Abreu. Eu não precisaria de tanto. Eu precisaria apenas de aderir ao Governo e aqui o faço com a maior... Eu diria a maior alegria, de dizer que o Governo faz um discurso de que o Brasil cresce a taxas que se aproximam dos países do primeiro mundo. Que o Brasil hoje vive uma situação nunca dantes vivida por todos os brasileiros desde que Cabral aportou aqui na nossa Bahia. Então, o que nós temos que acreditar, e que todos nós temos que entender é que isto realmente vai acontecer. O nosso país vai continuar crescendo como realmente já o faz agora em 2007. E com o crescimento da economia haverá o aumento da arrecadação. Fora isto, é preciso que o Governo entenda que ele precisa ter necessidade de fazer cortes nos seus gastos e melhorar a qualidade dos mesmos. Não é possível, Senador Tasso Jereissati, que o país como o Brasil tenha 37 Ministérios.

Eu outro dia estava conversando com o Senador Romero Jucá e disse ao Senador Romero Jucá: “Senador Romero Jucá, se V.Exª me disser agora, me listar agora o nome dos 37 Ministros do Governo Lula, eu até concordo com V.Exª em dizer que a gente pode levar ao PSDB para que o PSDB abra, amplie a negociação”. Lamentavelmente o Senador Romero Jucá se esforçou bastante, Senador Sérgio Guerra. Se esforçou bastante. Mas não chegou em 20 Ministros. Sete os que trabalham, que são aqueles que vieram do Governo Fernando Henrique. Agora, os outros 30 que a gente não sabe quem são, lamentavelmente, se perguntar a qualquer brasileiro, Senador Marco Maciel, qualquer brasileiro. Saber o Ministério do Presidente Lula ninguém sabe. Outro dia eu tive uma informação que a Suécia, a Suécia tem sete Ministérios. Sete. E é um país de primeiro mundo. E o Brasil tem 37.

Senador Suplicy, V.Exª quer meu voto para a prorrogação da CPMF? Quer? Diga agora os 37 Ministros do Presidente Lula. Se V.Exª disser os 37 Ministros eu vou ter que me render à evidência de que V.Exª realmente conhece por dentro o Governo que V.Exª tão bem defende.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Se falar só 20 leva meu voto. (risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) –

Não quero nem o nome dos Ministérios. Quero o nome dos Ministros.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE) – V.Exª admite cola?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) –

Não faça isso, Senador Antonio Carlos Valadares. Cola nem no ENEM.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – É só pedir auxílio aos universitários.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Vamos pedir auxílio ao Governo. Mas eu queria pedir aos nobres pares, e eu realmente pretendia fazer um debate elevado com a Senadora... qualificado com a Senadora Ideli. Lamentavelmente a Senadora Ideli tem muitos compromissos como Líder do PT. E ela lamentavelmente nas grandes discussões das matérias ela apenas diz o que pensa e não ouve aquilo que ela deveria ouvir para melhorar o debate e qualificar melhor o debate.

Eu hoje... Hoje, Senador Marco Maciel, nós tivemos oportunidade na CAE de fazer a oitiva dos três novos indicados à Diretoria do Banco Central. É uma pena que o Senador Mercadante não esteja aqui agora. Eu fiz um questionamento aos três novos diretores que irão assumir a Diretoria do Banco Central e perguntei a eles que em 28 de fevereiro de 2007 as reservas internacionais do Brasil eram da ordem de 100 bilhões de dólares. No dia 9 de novembro passado, essas reservas atingiram 173 bilhões de dólares. Isso quer dizer, Senador Sérgio Guerra, 173 bilhões de dólares, isso quer dizer que em 8 meses, de fevereiro a novembro, o Banco Central comprou 72 bilhões de dólares. 72 bilhões de dólares. E isso, sabe quanto custou aos brasileiros? Quanto custou? Porque ele compra e tem um deságio na taxa de compra e de venda. Então isso custou aos cofres, custou aos brasileiros 33.3 bilhões de reais. Foi quanto custou ao Brasil a compra pelo Banco Central de 72 bilhões de dólares. Ou seja, quase que a CPMF toda. E sabe o que leva essa compra dos dólares pelo Banco Central, leva que o real fique cada vez mais apreciado em relação ao dólar, levando os setores exportadores brasileiros a situação de dificuldade. Aí vem o Governo, e é bom que a nação saiba disso, vem o Governo e diz que está criando fontes de redução da carga, dando incentivo à exportação e diz que isso está custando à nação 30 bilhões de reais. Ora, para que é que ele está dando incentivo à nação que custa à nação 32 bilhões de reais se ele está gastando do outro lado 33 bilhões de reais para deprimir o setor exportador brasileiro? Então, não tem lógica essa defesa do Governo. Não há lógica. Qualquer argumento que o Governo use você não defende, não tem argumento para defender. Então o que nós precisamos fazer? Nós precisamos atender a sociedade brasileira nós estamos aqui representando cada um de nós com muita honra os nossos Estados. Nós estamos aqui representando os brasileiros de todos os Estados do Brasil. Os 26 Estados e o Distrito Federal. O que a maioria da sociedade brasileira quer? Dito por estatísticas, por pesquisa. Quer o fim da CPMF. Sabe por

que querem o fim da CPMF? Porque diferentemente do que diz o Senador Mercadante que a CPMF tira dos ricos para dar aos pobres, não é verdade. Está provado que quem mais paga a CPMF são os que têm menos poder aquisitivo. E não são só somente aqueles que usam o sistema financeiro. Muito pelo contrário. Aqueles que nunca entraram num banco são aqueles que mais pagam a CPMF. Porque a CPMF está embutida várias vezes. Não é uma só vez. No litro do leite, no quilo da farinha, no pão do pão nosso de cada dia, no feijão, no arroz. É lá que está a CPMF. É lá que quando o Governo isenta a cesta-básica dos impostos, ele esquece de tirar da cesta-básica a CPMF para poder reduzir mais o valor.

Então eu quero aqui fazer um apelo, eu quero fazer um apelo a todos os Senadores que querem o desenvolvimento do Brasil. Eu dizia que os indicados à Diretoria do Banco Central, eu perguntei a eles também porque se com a queda da CPMF a Taxa Selic poderia ser reduzida em 1%. Sabe qual foi a resposta deles? Nenhuma. Eu tive que me ausentar, eu tive que sair, eu fiz o questionamento, e tive que sair para uma reunião lamentavelmente tinha que ir na reunião da bancada do meu Estado, mas deixei um Assessor nosso para que ouvisse as respostas, e tão logo voltei, a primeira coisa que eu quis saber, como foi que a minha pergunta tinha sido respondida. Simplesmente não responderam. Não responderam por quê? Porque eles teriam que confirmar aquilo que eu estava dizendo, perguntando, melhor. Ou seja, se nós derrubarmos a CPMF, nós podemos reduzir a Selic. Aí dizem: Mas a Selic no Governo do Fernando Henrique... Eu já ouvi isso, era de 20%. Está em 10. Lógico, porque houve um crescimento e uma desestruturação da economia nos últimos seis meses do Governo Presidente Fernando Henrique pelo efeito Lula. A economia não sabia, os empresários não sabiam como é que o Presidente iria se comportar, se faria a prática do discurso que ele fazia ou como prática ele adotaria as linhas de gestão do PSDB. E foi isso que ele fez. Eu quero parabenizar o Presidente Lula. Quero dizer que ele teve um papel importante na manutenção do equilíbrio fiscal, um papel importante na manutenção do Plano Real, do controle da inflação. Por quê? Porque ele deu continuidade a toda a política macroeconômica que vinha de oito anos. O que nós estamos colhendo hoje, Senador Jarbas Vasconcelos, o que nós estamos colhendo hoje é o fruto do que foi plantado desde 94, desde 95. Quando foi feito o Plano Real em 94. É isso que nós estamos colhendo hoje. E nós não podemos jogar fora. Este é o momento de nós conquistarmos algo que lutamos há muito tempo que é a Reforma Tributária. E se nós não derrubarmos a CPMF nós não faremos a Refor-

ma Tributária. Porque o Governo não tem interesse em fazer a Reforma Tributária porque ele está muito satisfeito, muito bem satisfeito com o que está arrecadando. Então ele não quer correr risco para levar adiante a Reforma Tributária. Foi o que eu disse na ocasião em que o nobre Senador Raupp colocou aqui as promessas do Governo para que o PMDB pudesse fechar a questão em relação à manutenção da CPMF. Nenhuma daquelas promessas vai ser cumprida no tempo hábil pelo Governo. O Ministro Guido Mantega esteve numa reunião de líderes que eu participei com o Presidente do Senado Federal e prometeu que ele iria em 15 dias resolver os vetos da SUDAM e da SUDENE da Emenda três. Já se passaram quatro meses, e até hoje nada naquilo que foi prometido foi cumprido.

Eu encerro as minhas palavras, Senador Marco Maciel, conclamando e dizendo que eu tenho consciência, tenho certeza de que o voto pela extinção da CPMF é aquilo que é melhor para a sociedade brasileira, é aquilo que vai trazer condições do Brasil crescer mais rápido. É aquilo que vai trazer condições de melhorar a qualidade de vida. E em hipótese nenhuma vai faltar dinheiro para a saúde, porque o que vai dar condições da saúde é a regulamentação da Emenda 29. Esta sim, Presidente Lula, esta que tem que ser aprovada, que está aqui no Plenário do Senado, nós temos que aprovar os 10% da receita da União para aplicação na saúde, e não o que foi gasto no ano anterior, mas a correção do PIB da inflação. É através da Emenda 29 que nós vamos dar sequência, dar condições à saúde. E também não vai faltar dinheiro para Bolsa Família, não vai faltar dinheiro para o PAC porque nós vamos ter arrecadação suficiente para suprir os 40 bilhões que vão deixar de ser tungados da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo e posteriormente a palavra será concedida ao nobre Senador Mário Couto. Tem S.Ex^a dez minutos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, era esse o tempo. Cada orador tem 10 minutos.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores. O Governo Lula teve tempo suficiente, Senadora Kátia Abreu, para nos dar pelo menos um grande motivo no sentido de refletirmos a respeito da CPMF. Eu acho que se o Governo Lula tivesse pelo menos acenado concretamente com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal Federal, já que os Estados e Municípios são enquadrados, nós teríamos condições e discernimento suficiente para pelo menos começarmos uma discussão

séria. Mas nem isso, Senadora. O Governo Federal tem tentado ou vem tentando desde o início da tramitação da PEC 89/2007 que trata da prorrogação da CPMF coagir a consciência do Congresso, especialmente dos Senadores, numa duvidosa linha de argumentação que repete sem descanso. Ou a CPMF ou a saúde. Ou a CPMF ou o PAC. Ou a CPMF ou a governabilidade, e assim por diante. Em resumo, o que pretendem impingir a essa Comissão é um falso raciocínio que pinta à CPMF como se fosse uma necessidade incontornável, uma verdadeira tábua de salvação. Uma solução obrigatória. O único remédio contra o caos eminente caso a CPMF seja aprovada. Toda essa mistificação, Senadora Kátia, entretanto cai perante a lúcida análise contida no Relatório de V.Ex^a Relatora dessa matéria. Que ecoa, incorpora, e acrescenta grande parte daquilo tudo que eu mesmo, a bancada do PSDB, os Senadores da oposição e até mesmo parlamentares pertencentes a partido da base de apoio ao Governo vimos repercutindo no Plenário e aqui na CCJ.

O Brasil hoje será muito melhor sem a CPMF. A CPMF tem como fim a saúde? É uma pergunta. Não, não tem. O que o Governo aporta para a saúde com uma das mãos via CPMF, a outra mão tira descontando dos recursos que tradicionalmente sustentam a área originados de outras fontes, aliás, menos de 50% dos recursos da CPMF são destinados à saúde pública no país. A CPMF é justa porque todos pagam? Não. Ela não é justa. Quando todos são taxados pela mesma alíquota, pagam mais os mais pobres porque o pouco para eles custa muito mais caro do que para os mais ricos. E todos pagam. Mesmo quem não tem conta em banco, Senadora, Presidente Marco Maciel, mesmo quem não tem sequer uma caderneta de poupança, porque a CPMF pesa e não apenas uma, mas várias vezes sobre toda cadeia de produção, inclusive a do pão, leite, a do transporte urbano e a do remédio. Pesa toda vez que o cidadão compra qualquer artigo de primeira necessidade. Pesa inclusive quando o recurso para a compra vem do Bolsa Família. As famílias com renda de menos de dois salários mínimos gastam mais de 1.8% dela com a CPMF. Aquelas famílias com mais de 30 salários mínimos pagam menos de 1.2% de CPMF. Isso está muito claro no lúcido Relatório da Senadora Kátia Abreu.

Menos CPMF, portanto, representa mais para quem produz e mais para quem consome. Sua extinção seria benéfica inclusive para a própria arrecadação. Para a própria receita. Mas de maneira saudável ajudando a reduzir a informalidade das empresas e do emprego. E reordenando o investimento privado e alocação dos ativos financeiros disponíveis. O Governo incessantemente diz que é impossível governar sem os

40 bilhões de reais da CPMF. Nesse ponto, mais uma vez o Relatório é definitivo. A própria extinção da contribuição vai gerar efeitos fiscais positivos da ordem de cinco bilhões, alavancando o PIB via maior eficiência do setor privado e menos despesas públicas com juros. O uso de mecanismos contidos na LDO 2008, reestimando receitas, cancelando receitas discricionárias ou não empenhadas e aproveitando parcela do superávit financeiro entra com os outros 35 bilhões. Até aí, senhoras e Srs. Senadores, a conta já fecha sozinha. Nem é necessário elencar possibilidades adicionais a já citadas, nem mesmo sintomaticamente um bilhão que viria da melhoria dos resultados das empresas estatais. Elas mesmas, grandes contribuintes da CPMF. Por que então o Governo Lula insiste na CPMF? Contribuição que um dia foi útil ao setor saúde durante o período de estabilização da moeda. Mas que hoje somente infelicitava o Brasil. Talvez para justificar a ineficiência da máquina pública. Talvez para justificar o aumento dos gastos, as despesas públicas especialmente com cargos políticos. Contratando... Talvez, enfim, Sr. Presidente, para manter privilégios que esse Governo não toma iniciativa em retirá-los. Talvez para não desnudar a realidade das contas da Previdência, eximindo o Governo de agir para resolver um problema que não pode ser mais colocado de lado, a questão da Previdência é séria e o Governo não ataca só a Reforma Tributária, mas deixa de atacar a Reforma da Previdência que talvez seja hoje um dos maiores problemas do país. Talvez pelo que se vê para continuar o processo de inchaço da máquina do Estado contratando correligionários apadrinhados para as áreas meio, ao invés de contratar servidores...

Eu pediria, Sr. Presidente, atenção dos Srs. Senadores, nossos colegas. (soa a campainha) Nós estamos tratando de um assunto sério, Sr. Presidente. Está difícil pra mim continuar o raciocínio com as conversas paralelas, e até desrespeitosas em se tratando de colegas parlamentares. Talvez pelo que se vê para continuar o processo de inchaço da máquina do Estado contratando correligionários apadrinhados para as áreas meio ao invés de contratar servidores de carreira para áreas fim. Talvez finalmente para justificar os níveis insustentáveis da carga tributária que já arranham os 40% do PIB ou justificar o crescimento de 112% das despesas públicas entre 2001 e 2006, enquanto no mesmo período o investimento caiu 57%.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, o falso nacionalismo do discurso pró CPMF está exposto. É um assalto às forças vivas da nossa sociedade e da nossa economia, forjada para sustentar um nível jamais visto de irresponsabilidade governamental para com o equilíbrio das finanças públicas. E a responsabilidade da União, me-

lhor dizendo, uma vez que Estados e Municípios estão ajustados por força da Lei de Responsabilidade Fiscal. E a União teima em não colaborar com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal que possa enquadrar a União. Não somos uma Suíça que tributa em 30% do PIB, embora ao contrário do Brasil devolva tudo isso em serviços públicos de primeira linha. Devemos mirar, isso sim, o exemplo do Chile que arrecada 19% do produto nacional. Tem serviços melhores do que os nossos, e fundamentalmente deixa o setor privado produzir e gerar a riqueza e empregos e principalmente a construção do futuro.

O meu partido, Sr. Presidente, o PSDB não pode fechar, e não fechará seus ouvidos ao clamor popular pelo fim da CPMF. Um milhão de assinaturas foram trazidas a nós pela FIESP, além de milhares de outras manifestações pedindo um basta a esse imposto. Não posso nem quero acreditar que o Senado se negará a tomar o primeiro e efetivo passo no sentido de reduzir a carga tributária rejeitando a CPMF. E esse passo se dá hoje aqui Sr^{as}. e Srs. Senadores, nessa Comissão, que muito a propósito se indignou em hora muito feliz de Constituição, Justiça e Cidadania. Concluindo, Sr. Presidente, peço o voto dos meus pares ao Relatório da Senadora Kátia Abreu. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Mário Couto. S.Ex^a tem a palavra por 10 minutos. E a seguir concederei a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Presidente Marco Maciel, primeiro eu quero... Presidente Marco Maciel, primeiro eu quero ratificar a minha admiração e apreço por V.Ex^a Saiba disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito obrigado a V.Ex^a Sabe da recíproca.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Muito obrigado. Senadora Kátia Abreu, eu fico olhando para V.Ex^a, olhei, pensei... Não saia daqui decepcionada não, Senadora. Não saia. Saia daqui sabendo que V.Ex^a cumpriu a sua obrigação. Cumpriu o seu dever de brasileira. De brasileira! V.Ex^a está de parabéns pelo Relatório que fez. Olhe para esse Senador aqui. Há duas semanas atrás este Senador fez uma das mais belas peças de Relatório que já vi na minha vida. Estrçalharam o Relatório dele. Estrçalharam. Até hoje eu ainda não vi ele muito feliz. Até hoje. Até hoje. Sei o quanto ele sofreu naquele momento em que foi derrubado o seu Relatório porque ali sabíamos, Senadora, que era uma quadrilha estabelecida na INFRAERO. Olha o caos aéreo como está. E este homem acenou para o Governo e o Governo: Derrube parte do Rela-

tório dele exatamente onde estava o maior índice de corrupção. E é isso, eu queria chegar a aí, Senadora, para dizer a V.Ex^a, eu não sei se no momento eu não estava presente ou se V.Ex^a não falou no vosso Relatório. V.Ex^a não disse que a corrupção nesse país precisa também ser contida. Porque é um gasto que se o Governo conseguisse conter sabe quanto é, Senadora, o custo da corrupção anual nesse país? Senador Tasso Jereissati, custa 3.5 bilhões de dólares! 3.5 bilhões de dólares! É quanto custa a corrupção nesse país. E se nós não derrubarmos esse imposto o povo vai continuar pagando a corrupção neste país, Senador Presidente. Não tem justificativa nenhuma! Pode ter o poder, pode ter autoridade, autoridade do poder, e derrubar o vosso Relatório. E eu posso até já dizer a conta do poder. Vai dar 12 a 9. Mas lá, Senadora, lá vai ser diferente. Não saia daqui decepcionada, não. Deite a sua cabeça no seu travesseiro e diga a Deus que V.Ex^a cumpriu com a sua obrigação e com o seu dever de Senadora. Em favor da sua pátria, que a senhora... Tenho certeza que a senhora ama tanto. Não adianta, Senadora. Não adianta nenhuma justificativa. Foi bom porque a oposição mostrou ao povo brasileiro. Aqueles que estão a favor do povo brasileiro e aqueles que estão contra o povo brasileiro. Aqui, Senadora, é o seguinte. Uns obedecem a ordem do rei. Uns obedecem a ordem do rei. Os outros obedecem a ordem do povo. E é isso que V.Ex^a fez. V.Ex^a está obedecendo a voz do povo. Se nós dissermos aqui, Senadora, e não adianta questionar mais, não adianta, se nós dissermos aqui agora o quanto a população brasileira já pagou de imposto, é o suficiente para nós dizermos que o imposto da CPMF tem que acabar nesse país. 770 bilhões até ontem. Está lá no painel em São Paulo, na associação comercial. É quanto o brasileiro já pagou de imposto até hoje, Senadora. Se nós dissermos aqui o que a senhora colocou muito bem no vosso Relatório, quando algumas Senadoras subiram no Plenário deste poder, deste Senado Nacional para dizer, Senadora, pisme, Senadora, olhe o que eu ouvi nas Sessões, que o povo que ganha menos não paga o imposto. Que o imposto, a CPMF era só para quem usava cheque, Senadora. E ouvi não foi só um. Eu vi várias colocações nesse sentido. V.Ex^a mostrou com os dados que quem ganha dois salários mínimos paga 2%. Quem ganha acima de 20 salários paga 1.2. Viu, Senador Aloizio Mercadante ainda agora e eu baixei até a cabeça. Ele dizendo... Foi, Senador Jarbas Vasconcelos. Ele dizendo que só quem paga o imposto são os que ganham mais, são os ricos. Pelo amor da Santa Filomena, Senador Mercadante! Pelo amor da Santa Filomena, Senador Mercadante! Não me diga mais isto. Então, Senadora Kátia Abreu, não adianta,

a senhora pode fazer um Relatório de mil páginas, mas quem vai decidir hoje aqui é o poder, Senadora. Infelizmente é o poder. Dizer que foi o Fernando Henrique criou o imposto... Não adianta, Senadora. Mas eu quero aqui... Não quero lhe derrubar não, Senador. Quem sou eu para lhe derrubar. V.Exª é muito grande. Não vou lhe derrubar não. Quem sou eu para lhe derrubar? Mas não adianta. Mas nós não vamos desistir da nossa luta, Senadora. Saibam os governistas. Nós não vamos desistir da nossa luta! E tenho certeza que esse país haverá de festejar a derrubada deste maldito imposto. Nós vamos para o Plenário, Senadora, fique certa disso. E o povo brasileiro está fazendo assim para V.Exª (palmas). Parabéns, Senadora, pelo seu Relatório. Se derrubarem não vá para sua casa triste, porque lá no Plenário nós haveremos de ganhar e a população brasileira está do nosso lado. Tenha certeza disso. Um grande abraço e meus parabéns, Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir, concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres e posteriormente ouviremos a palavra do Senador Wellington Salgado. Com a palavra agora, portanto, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, Srª. Relatora, Srª. Senadora, Srs. Senadores. Esse fim de semana foi simbólico e elucidativo para o mundo em termos de educação política. Nós temos um falastrão extraordinário na América Latina. Um homem que conseguiu corroer as bases da democracia na Venezuela, e que vez por outra ataca o Brasil, vez por outra ataca o Senado Federal e que nós temos levado isso aqui na galhofa. O rei da Espanha teve a oportunidade de dizer ao Sr. Chávez uma frase que nós brasileiros perdemos a oportunidade diversas vezes. Perguntou ele: “Por que não se cala?” E teve o Sr. Chávez uma reprimenda muito grande em troca da sua língua cumprida e do seu jeito desastrado de governar. Essa semana a Senadora Ideli Salvatti teve um destempero verbal, e me perdoe pela ausência, ao dizer, ao comentar sobre a votação da CPMF, ela disse a seguinte frase: “Na hora do vamos ver, sempre pinga uns votinhos dos tucanos e dos DEM na horta do Governo”. Me parece que essa é uma questão que merece uma discussão extraordinariamente profunda. Se propôs muitos dos Senadores ou se propuseram muitos dos Senadores independentemente do partido a discutir o que era melhor para o Brasil. Será que se a Senadora Lúcia Vânia ou o Senador Tasso Jereissati, ou o Senador Arthur Virgílio que se dispuseram a discutir e tivessem acertado uma proposta decente que o Governo poderia ter feito e não fez, será que isso seria a chavinha de voto dos tucanos e do DEM na horta do Governo?

Então nós precisamos ter respeito, respeito grande principalmente o respeito político, nós estamos vivendo uma deterioração de costumes no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, diante de tudo que aqui foi dito e da proposta que foi feita, eu pergunto: Por que não se cala o Governo quando propõe um redutor de alíquota de 0,02% anualmente até 2011, se o Governo vai governar até 2010? E essa redução é ridícula, é uma afronta, é um bombonzinho para adoçar principalmente a boca dos governistas. Pergunta: Por que não se cala o Governo quando vem com o compromisso do Ministro de apresentar até o dia 30 de novembro proposta de Reforma Tributária se não o fez até hoje? E mais, se três dos grandes Senadores dessa Casa, Pedro Simon, Jefferson Peres e Valter Pereira, que são governistas, porque se eles não confiam na palavra do Governo, por que é que eu que sou da oposição tenho que confiar? Porque é que não se cala o Governo quando vem com a compensação da CPMF para quem ganha até 2.894 por mês quando nós sabemos que 48% do consumo, ou seja, da totalidade dos 100% arrecadados, 48% vem do consumo. Enquanto que nos Estados Unidos essa alíquota é de 13% e esse percentual é de 13%. Ou seja, quem paga a CPMF mesmo no Brasil é quem é mais pobre. Por que é que o Governo não se cala quando vem com o limitador de gastos que chega só até o salário, e não ao custeio do Governo? Por que é que não quer economizar o Governo para fazer investimentos? Por que o Governo não se cala quando propõe a inclusão da União nas restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas sabe que isso tem que ser feito através de uma proposta de Emenda à Constituição?

Então, Sr. Presidente, Srª. Relatora Kátia Abreu, nós vivemos um momento, sim, de intranquilidade política no Brasil. O Brasil cresce. A economia vai bem. Mas até para usar uma frase feita, o povo vai mal. E nós temos um princípio. O nosso partido, a oposição tem um princípio. Nós aceitamos negociar desde que não sejam os princípios. Quando a Senadora Ideli Salvatti fez esse deboche com os partidos de oposição ela nos agrediu, ela nos ofendeu. Votaríamos de qualquer forma se a proposta do Governo fosse uma proposta boa. Se a CPMF não fosse uma contribuição, um imposto que na realidade acaba punindo a quem mais precisa ter um dinheirinho no bolso.

De sorte, Sr. Presidente, quero dizer muitos precisam se calar no país. Muitos precisam se calar no mundo. Não é só o Presidente Chávez, o falastrão que vez por outra vem ao Brasil, ataca-nos aqui dentro ou lá da Venezuela dirige impropérios ao Senado Federal. Muitos de nós também temos que refletir nas nossas palavras. Aqui existem ou deveriam existir homens

honrados e decentes, preocupados com o futuro do país, preocupados com partidos políticos que tenham princípios e tenham ideais. E da minha parte, voto com a Senadora Kátia Abreu. Convicto. Voto por saber que ela fez um Relatório decente. Por comprovar que o Governo poderia sim abrir mão dessa receita se decidisse economizar em outros pontos, em fazer o Brasil crescer, em mudar a sua orientação. Não é só esse Governo, não. O Governo gastador, Governo inchado já é moda no Brasil há muito tempo. Essa responsabilidade social e essa responsabilidade fiscal têm que estar dentro da nossa consciência. Então eu não me calo para dizer: Voto com a Senadora Kátia Abreu e com o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres pela contribuição que trouxe e também pela colaboração que deu na administração do tempo.

Concedo, pois agora a palavra ao nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira. V.Ex^a disporá de 10 minutos para discutir a proposta em debate.

(soa a campainha)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o pior momento para um Senador novo, que entrou na política, ainda não adquiriu a embocadura, o que acontece? É conversar fora daqui do Senado. Porque você senta e começa a conversar e pergunta assim: Peraí, a questão da CPMF, quem criou a CPMF? Qual foi o Presidente que criou? Quem criou foi o Presidente Itamar Franco. O Presidente Itamar Franco criou a CPMF e depois entrou o Presidente Fernando Henrique. Muito bem. Quanto era que era a alíquota do... Do CPMF? Era de 0,25. Aí foi para 0,38. Quem criou a DRU? Senador, quem criou a DRU? Foi em que Presidência? Governo de quem? Fernando Henrique também.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Foi uma obra excepcionalmente boa para o país do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. O que diz a DRU? Que você pode usar 20% da arrecadação da maneira que bem quiser. Agora, veja bem, quando chega aqui na discussão, fica toda a oposição não reconhecendo o filho que criou. Na verdade, esse filho foi criado no Governo do Presidente Fernando Henrique. Não estou culpando o Presidente Fernando Henrique, não. Porque era válido, era importante ser criado. Agora, toda a oposição chega aqui bate no filho, bate no filho, e diz que o filho não é dele. O filho é de vocês, sim. Balança a criança que o filho é de vocês. O filho é de vocês. O filho é de vocês.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senador, V.Ex^a pode dar queixa no juizado de menores mais próximo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tudo bem. Aí vamos pior, Presidente Marco Maciel, aí você começa a analisar os dados. Não, porque o aumento de imposto que foi colocado no Governo Lula, é um absurdo, está fazendo... Está onerando a sociedade. Aí eu peguei, pedi o gráfico. Vamos trabalhar nos gráficos. 95, quando o grande Presidente Fernando Henrique assume, qual era a carga tributária e percentual do PIB? Para a União. Estou falando Estados e Municípios, não. Era 18,3% do PIB era a carga tributária. Quando o grande sociólogo Presidente Fernando Henrique sai do Governo, já era de 22.1. Os oito anos passou de 18.3 para 22.1. Muito bem, e no Governo Lula? No Governo Lula passou para a União de 22.1 para 23.7. Ou seja, no Governo do Presidente Lula subiu a carga tributária do PIB de 1,6%. E quanto subiu no Governo anterior? No Governo anterior subiu 3,8%. Então, de 95 para cá subiu quanto no PIB? 5,4%. Aí você faz uma continha. 3,8 foi no Governo Fernando Henrique, dividido por 5,4 dá 70%. Ou seja, nesse período o aumento do PIB, de carga tributária foi de 70% no Governo passado. Aí todo mundo chega aqui e fala não, porque está demais tem que cortar. Ora, viciaram o sistema e para você tirar o vício de alguém tem que tirar devagarzinho. Não dá para você chegar simplesmente tirar o vício que vai morrer. É assim que funciona. Então tem que ir tirando devagar. O que faz hoje o Ministro Mantega numa reunião? Promete que vai tirar... Queria 0,1 para tirar por ano. 0,001. Na discussão com o PMDB, ficou a base aliada, desculpe, Senadora Ideli, ficou em 0,02. Agora, para cada 0,01 é um bilhão. Ou seja, o Governo vai diminuir dois bilhões na arrecadação por ano. Agora, vocês querem o quê? O que mais que o Governo faça? Vocês criaram o filho, o Governo Lula adotou o filho, está cuidando do filho, agora está tentando botar o filho para fora de casa para trabalhar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – E às vezes tem que prender, Senador.
(risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agora o pior. Vamos mais. Tem mais quatro e vinte, vou respeitar meu tempo. Sem alarde, sem nada. A carga tributária da União passou então de 18.3 em 95 para 22.1. Quando o Presidente Fernando Henrique saiu e passou para 23.78. Agora vamos para os Estados. Porque todo mundo fala na carga total, mas não dividiu quanto foi pra União, quanto foi para o Estado e quanto foi para o Município. É só pegar e estudar. Mas ninguém quer estudar.

Todo mundo quer chegar e falar, não quer estudar. Eu estudei, fui atrás da informação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– É que V.Ex^a é professor universitário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tá bom. Vamos lá. Em 2002 a carga tributária dos Estados sobre o PIB era de 8,4 quando Fernando Henrique saiu. Hoje é de 9. Esse dinheiro vai para os Estados. Não vai para o Presidente Lula e nem vai para a caixa único da União. Vai para os Estados. Agora vamos mais, vamos para os Municípios. O Município. O Município em 2002 era 1.38. Hoje é 1.46. Então o que acontece? Estão aqui todos os gráficos que eu fui atrás e procurei. Agora, botam tudo na conta do Presidente Lula.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Wellington, a fonte é do Ministro Mantega?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A fonte para quem quiser ver é do Ministério da Fazenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É dele mesmo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tá bom. Ai vocês vão falar isso. Vocês não podem falar isso. Desacreditar os dados. Não é possível que o Ministério da Fazenda vai me dar dados errados. Eu não acredito nisso. Como não acreditaria nos dados que V.Ex^a apresentasse no Governo Fernando Henrique. Não acreditaria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É só curiosidade. Não estou dizendo que está errado ou certo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tem mais. Aí fala o seguinte, a carga tributária do PIB, como a Senadora colocou é de 36%. 23.7, mais 9 mais 1,5. E quando o Fernando Henrique saiu era de 22. 22.1. Passou para 23.7 para a União. Resumindo, não mudou tanto, Senador. Agora o pior. Eu vou consultar...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Repete o dado, Senador, por favor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O dado, em 2002 quando o Presidente Fernando Henrique saiu a carga tributária percentual do PIB era de 22.1. Para a União. Hoje é de 23.7. Variou 1.6. 1.5, né? Agora eu vou pegar, aí eu peguei e fui no IBGE, fui ver o seguinte. Tá bom, eu sou Senador por Minas Gerais. Fui ver na região sudeste, quais são os 30 piores Municípios da região sudeste... As 30 piores rendas per capita dos Municípios da região sudeste. Dos 30, 30 em Minas Gerais. Senadora Kátia Abreu, não fique irritada comigo que eu achei que a senhora fez um grande trabalho e elogiei V.Ex^a

Achei realmente. Não voto com ela. Aí eu fui consultar, Senadora Kátia Abreu, na região norte. Quais são os 30 Municípios na região norte que têm a menor renda per capita? Dos 30 Municípios, 30 Municípios de Tocantins. A senhora é Relatora. 30 Municípios com a menor renda per capita, todos de Tocantins, igual a Minas. Aí fui ver Goiás. Que é a região centro-oeste. Por que fui ver Goiás? Porque gosto do Senador Demóstenes e o Senador gosto do Senador Marconi. O homem que Governou aquele Estado durante oito anos. Senadora Lúcia Vânia, desculpe. Dos 30 Municípios, 15 são de Goiás. Com a menor renda per capita. Melhorou. Desculpe, na região centro-oeste. Eu peguei na região sul que eu peguei da Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Já está se confundindo, Senador Wellington. É melhor ter calma porque V.Ex^a não fez o dever de casa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Infelizmente, Senador Demóstenes, dos 30, 24 são de Goiás.

(falas sobrepostas)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu quero dizer o seguinte. Como é que vocês podem votar contra a CPMF que é um dinheiro que vai ser dividido e vai ser atendido esse Município. Entendeu? Eu não consigo entender. Eu vou votar pela CPMF porque eu espero que esse dinheiro que seja arrecadado seja colocado nesses 30 Municípios que ninguém deve ter talão de cheque. Que o único banco que tem lá é o Banco Postal que é dos Correios, do Ministério da Comunicação que tem Ministro Hélio Costa. É o único banco que tem lá nessa cidade. Agora, isso eu falo fora daqui. Quando sentam comigo, querem conversar eu tenho que falar essa verdade toda e ninguém consegue entender. Mas como? É isso que está aí. Mas como era isso que falamos, não é isso que sai no jornal. Não é isso que sai. Mas é a verdade. Isso é a verdade que tem que ser dita e ninguém diz. Essa é a verdade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Permite um aparte? Presidente, só...

(falas sobrepostas)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero corrigir uma informação. Não é aparte não, Presidente. É para história. É para história.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Presidente, vamos votar.

(soa a campainha)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Senador Wellington, Presidente Marco Maciel, o Senador Wellington errou aqui. A DRU foi criada pelo Presidente Itamar Franco como Fundo Social de Emergências

Publicado no Diário Oficial no dia 2 de março de 94, Emenda Constitucional nº. 01. E aí eu digo, se ele...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Isso é que eu chamo de debate qualificado.

(falas sobrepostas)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Se

ele fosse passar no teste do ENEM, ele estava reprovado.

(falas sobrepostas)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a

está reprovado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ministro da Fazenda é quem Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– É um debate qualificado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. S.Ex^a disporá de 10 minutos. A seguir o Senador Sibá Machado. E mais adiante o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo pela maneira como tem conduzido esta reunião das mais importantes da CCJ neste ano. E dizer à Senadora Kátia Abreu, Relatora designada por V.Ex^a, que considere o seu parecer muito estimulante. E cumprimento-a pela maneira como se dedicou a estudar essa matéria que hoje mobiliza corações e mentes pelo Brasil inteiro. Quero dizer que tenho dúvidas a respeito de seus argumentos, especialmente no que diz respeito à questão da incidência da CPMF. Aliás, até telefonei para o Instituto Brasileiro de Planejamento Urbano, o Sr. Gilberto Amaral para tirar algumas dúvidas, porque o seu parecer sobre a incidência da CPMF sobre o xampu, sabonete, geladeira, celular e veículo apresentou dados diferentes daqueles que, por exemplo, foram divulgados pelo próprio IBPT na revista Veja de 26 de setembro de 2007. Então eu gostaria de solicitar um esclarecimento a respeito de se pode V.Ex^a esclarecer... Vamos pegar um produto. V.Ex^a inclusive o produto que considerou muito relevante, a geladeira, porque afinal de contas a geladeira é um bem de uso essencial para a maioria das famílias brasileiras que têm a possibilidade de ter mesmo que uma geladeira modesta em sua residência. Então, segundo a revista Veja de 27 de setembro, citando o mesmo IBPT, a incidência na geladeira seria de 2,25 e segundo seu Relatório, de 4,8%.

Ora, o ideal seria que V.Ex^a pudesse aqui expressar e nos relatar como exemplos a compra desde o primeiro tipo de insumo, o segundo, terceiro, quarto, e assim por diante, até que se tenha a compra, me refiro que possa V.Ex^a explicar, desde a primeira

etapa de insumos até a compra pelo consumidor final na loja como é que chegou a este valor de 4,8, se puder nos exemplificar porque assim teríamos a melhor maneira de conhecer de fato. Também gostaria de lhe perguntar como é que pode a CPMF para a carne no seu cálculo ser de 1,38...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senador Suplicy, me permita um aparte?

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – E o leite apenas chegar a 5%. Porque gostaria de conhecer... Se quiser responder isso e depois eu continuarei.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – É um minuto, Senador.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Pois não.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Na realidade... Por favor, se não eu não consigo responder o Senador Suplicy e gostaria de respondê-lo com a atenção que ele merece. Quando nós colocamos que a CPMF representa 4.8 de imposto e não 2,5, é em cima do total da carga de 47. E não em cima do preço direto da geladeira. A CPMF em cima do preço total da geladeira é 2.25. Mas em cima dos impostos todos cobrados que é 47%, se o senhor fizer a conta, dá 4.8 a incidência dela no total de impostos, e não no seu preço geral, Senador. Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Acho que foi importante esse esclarecimento. Gostaria de colocar que no que diz respeito à questão da progressividade e regressividade, é importante aqui citar o que foi inclusive chamado atenção pelo Senador Romero Jucá, no seu parecer, quando citou o estudo do Economista, ex-Deputado que foi inclusive do PFL, meu colega professor na Fundação Getúlio Vargas, que foi inclusive Diretor da Escola de Administração de Empresas, e hoje é Vice-Presidente da FGV, mas ele avalia e chegou a estudos concluindo que a regressividade da CPMF é muito pequena. É mínima. Na menor faixa de rendimento até 455 reais a CPMF representa 1,64% da renda, na segunda até 1.215,33 é 1,58, na terceira, 2.450 é de 1,51 e na quarta de 8.721 é de 1,41. Mas, além deste aspecto de regressividade relativamente pequena, no meu entender, quando se considera o benefício da CPMF a destinação dos recursos para a saúde, para a Previdência e para o Bolsa Família, criado aqui inclusive por iniciativa do Senador Antônio Carlos Magalhães, quando foi acrescido 0,08 para a finalidade de se financiar ou de compor o fundo de combate à pobreza, então aí nós tivemos uma destinação de recurso que faz com que possamos compreender hoje por que é que as famílias de menor renda, os representantes da população relativamente mais pobres

estão percebendo que há um benefício na hora de se destinar os recursos da CPMF que a justificam. E eu avalio que, portanto, deve... Levando em consideração o resultado final da CPMF para toda a população, que ela deve permanecer.

Considero importante a sugestão dos Senadores como o Senador Antônio Carlos Valadares e tantos outros como o Senador Osmar Dias e que aqui hoje se expressaram, de que seria próprio ter uma diminuição ao longo dos anos do valor da alíquota. Então, isto está compreendido na palavra do Senador Romero Jucá quando estabelece que ao longo dos próximos anos a alíquota da CPMF será diminuída.

Eu avalio que inclusive para o financiamento do Programa Bolsa Família, e levando em consideração que nesses próximos anos nós poderemos ter a transição do Programa Bolsa Família para um dia termos uma renda básica de cidadania paga a todos os habitantes deste país, e até mesmo aos estrangeiros que porventura aqui já estejam há cinco anos, como prevê a Lei da Renda Básica de Cidadania, então nós poderemos ter a criação de um fundo como o Fundo Brasil de Cidadania, baseado dentre outras coisas em parte dos royalties decorrendo da exploração de recursos naturais, a notícia de que o Brasil aumentou significativamente as reservas de petróleo constitui uma boa notícia nessa direção, de tal maneira, Sr. Presidente, que avalio que o parecer do Senador Romero Jucá hoje merece ser apreciado positivamente com todo respeito pelo trabalho da Senadora Kátia Abreu. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Sibá Machado. S.Ex^a disporá de 10 minutos para a sua intervenção.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu faço a pergunta... Depois de mim tem mais quantas pessoas para falar, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Depois falará o Senador Jarbas Vasconcelos e finalmente o Senador Renato Casagrande.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Renato Casagrande, não estão, então eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ele pediu para ser avisado que ele está no gabinete. Ele está vindo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então vou retirar minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Senador Jarbas Vasconcelos também retirou a sua inscrição. Consequentemente eu gostaria de saber se o Senador Renato Casagrande deseja fazer sua intervenção...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, enquanto o Senador Casagrande chega ao Plenário dessa Comissão, eu gostaria de usar uns cinco minutos. Inclusive eu pedi a V.Ex^a anteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Mas acho que devemos... Temos que agora encerrar a discussão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então no encaminhamento da votação...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V.Ex^a poderá usar da palavra. Mas não nessa fase para que nós possamos processualmente conduzir sem sobressaltos. O Senador Renato Casagrande não deseja falar, e conseqüentemente ele não sairá do seu Gabinete para esta Comissão. Então, vamos passar... Antes de mais nada eu quero declarar encerrada a discussão, e vou passar a ler Requerimento que foi encaminhado à Mesa. De autoria do Senador Marconi Perillo.

Venho requerer a V.Ex^a nos termos do art. 315 combinado com o art. 279 inciso III do Regimento Interno do Senado Federal o adiamento da votação da PEC nº. 89/2007 para que seja analisado com maior profundidade o voto em separado apresentado tendo em vista ser formalidade essencial ao juízo de valor dos Senadores sobre a matéria. E o adiamento seria para o dia subsequente, ou seja, dia 14/11/2007. Isto é, amanhã.

Há também um pedido do Senador Antônio Carlos Valadares que também deseja encaminhar a votação. Vou submeter a votos inicialmente o Requerimento do Senador Marconi Perillo.

(falas sobrepostas)

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu gostaria de contraditar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Para encaminhar favoravelmente gostaria que o PSDB indicasse o seu representante. Se é V.Ex^a o próprio Líder. Então com a palavra o Líder Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, não há como negar que... Eu quero apenas, Sr. Presidente, V.Ex^a não há neste momento nenhuma vontade nossa no sentido da procrastinação. Queremos marcar a posição com nitidez. No Plenário vai ser difícil eu confirmar que não teremos interesse em procrastinar porque lá nós teremos com toda certeza se não sair vitorioso hoje o Relatório da Senadora Kátia Abreu. Mas até para provar que não há interesse procrastinatório e, portanto, pedindo aos Senadores, com certeza ao Senador Demóstenes, Líder da minoria pedindo ao Senador Demóstenes e acertei

com o Senador Demóstenes e com V.Ex^a isso ainda há pouco, nós gostaríamos de indicar duas pessoas apenas, não todas, duas pessoas para falarem pela oposição, o Senador Marconi Perillo autor do Requerimento e o Senador Mário Couto. E imagino que se o Governo tiver interesse ele colocaria até essas duas pessoas. Se não tiver interesse para nós não mudaria. Mas nós, Senador Romero Jucá que é autor de voto separado fará isso e certamente mais alguém. Quem sabe o Senador Aloizio Mercadante para que o debate se qualifique. Mas então os nossos Senadores seriam Senador Marconi Perillo autor do Requerimento e Senador Mário Couto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra por cinco minutos ao Senador Mário Couto... Perdoe, ao Senador Marconi Perillo e a seguir ao Senador Mário Couto. Com a palavra o Senador Marconi Perillo por cinco minutos. Por imposição regimental.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Eu resolvi apresentar este Requerimento porque o pedido de vistas ao voto em separado de iniciativa do Senador Líder do Governo, Romero Jucá, foi de apenas um dia, Sr. Presidente, e essa matéria é uma matéria muito delicada. Uma matéria que exige, merece muita discussão, muita atenção. Por outro lado, na medida em que por ventura for derrotado o voto da Senadora Kátia Abreu, prevalecerá a partir de hoje o voto em separado de autoria do Senador Romero Jucá. Já que é uma possibilidade concreta, real, em virtude da maioria do Governo aqui nessa Comissão, eu pediria ao Senador Romero Jucá, aos líderes da situação, que levasse em consideração este pedido da oposição para que nós pudéssemos nos debruçar melhor em relação ao voto de iniciativa dele para que não pairasse nenhuma dúvida em relação aos pontos que são extremamente contraditórios quanto aqueles expostos no Relatório da Senadora Kátia Abreu. Nós todos já discorremos muito sobre essa matéria, já colocamos todos os números, todas as nossas opiniões, todas as nossas posições, trouxemos gráficos, fizemos simulações, o Governo fez a mesma coisa, de modo que eu não vejo nada demais que o Governo possa ceder mais um dia a fim de que aprofundemos o Relatório do Senador Romero Jucá. Essa que é a ação da CPMF é hoje aguardada com muita ansiedade por parte da sociedade brasileira. Estou provado aqui, Sr. Presidente, que paga mais a CPMF os mais pobres, paga menos CPMF os mais ricos. Estou provando aqui que há o fim da CPMF resultará em melhoria da qualidade do sistema de arrecadação, o sistema tributário no país. Também restou comprovado aqui pelo Relatório da Senadora Kátia

Abreu, que existem fontes concretas para substituir a fonte CPMF. E eu estou convencido de que a medida em que a CPMF for rejeitada, o Governo com certeza vai tomar uma Série de iniciativas no sentido de dar um choque de gestão à administração Federal, reduzindo gastos correntes, melhorando a qualidade do gasto público, aprovando a Lei de Responsabilidade Federal, gastando menos com comissionados, buscando políticas efetivas no sentido de se reduzir a carga tributária, de se aprovar as reformas. De tal sorte que nós da bancada da oposição estamos convencidos de que a CPMF é um imposto de baixa qualidade, que está na contramão dos interesses do país, está na contramão da competitividade do Brasil. O Brasil já pode prescindir com certeza da CPMF e esse apelo que nós fazemos ao Senador Romero Jucá é para que possamos cotejar com pouco mais de tempo, já que hoje o dia foi muito atribulado, com o Relatório da Senadora Kátia Abreu, ou seja, com o voto em separado do Senador Romero Jucá. Quem sabe, Senador Romero Jucá, possamos encontrar pontos de concórdia nesse seu documento, sei que muito bem elaborado. De modo que Sr. Presidente encaminho aqui com a convicção de que trata-se de um Requerimento importante para afunilarmos a votação nessa Comissão. Estamos pedindo apenas mais um dia a fim de que possamos dar o nosso veredito final. Repito, a sociedade brasileira espera de todos nós aqui, essa alta Casa de leis, o Senado da República, um voto consciente, um voto a favor do Brasil. Não a favor do Governo, o Governo tem que se adequar às realidades, tem que gastar menos, tem que gastar com mais qualidade, mas a favor da sociedade brasileira. Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao Senador Mário Couto, por cinco minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu sugeriria que V.Ex^a ouvisse primeiro Governo se apresenta alguém e fizesse alternância. Aliás, a praxe da Sessão. Fizesse a alternância. O Senador Aloizio Mercadante vai fazer uma qualificada explanação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então eu concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante para contraditar a manifestação do Senador Marconi Perillo e a seguir concederei a palavra ao Senador Mário Couto. A duração da intervenção o Senador Mercadante bem conhece o Regimento Interno, é a manifestação é de cinco minutos apenas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço, Sr. Presidente. Primeiro lugar eu gostaria de reafirmar que o voto do Senador Romero Jucá é

conhecido, foi publicado dentro do prazo regimental, só há pedidos de vistas uma única vez na tramitação do processo, portanto, do ponto de vista regimental nós estamos absolutamente seguros e amparados para que a votação se realize agora.

No mérito, Sr. Presidente, nós estamos... O parecer do Senador Romero Jucá restabelece a Emenda Constitucional como veio da Câmara. Ou seja, é um fato que nós temos há 13 anos no Brasil a CPMF e foi implantada, e foi mantida ao longo de todo o Governo anterior. O PSDB a conhece profundamente, da mesma forma o DEM conhece esse imposto e as suas qualidades e seus problemas. Eu só queria aproveitar essa intervenção para concluir dizendo que se sabe que esse é o imposto que ajuda o combate à sonegação, se sabe que esse é o imposto que financia 85% dos gastos hospitalares, todo atendimento de média e alta complexidade, se sabe que esse é o imposto, e aqui eu gostaria da atenção, é o imposto progressivo em relação à renda. Quem ganha até 1.750 reais são 56,5% dos contribuintes, e que recolhem apenas 2,6% da CPMF. Eu pediria silêncio, Sr. Presidente. (soa a campanha) Quem movimenta 8.770 reais representam 6,1% dos contribuintes e são responsáveis por 56,7% da receita. Então mais da metade do recolhimento da CPMF diz respeito a apenas 6% dos contribuintes. E a proposta, essa proposta vai ser aprimorada com novos instrumentos. Nós estamos dando isenção, estamos reduzindo a alíquota, são 23 bilhões e 200 milhões de reais em quatro anos de desoneração, além de aumentar o gasto de saúde em 24 bilhões. Agora, essa negociação continua. Nós estamos aberto a dialogar com a oposição, buscando entendimento, mas nós temos a convicção que podemos e devemos votar imediatamente a matéria. Era o que nós tínhamos a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Mário Couto, para...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Presidente, vou ser breve. Não quero entrar no mérito da questão, porque o mérito já foi amplamente debatido nessa Sessão. Acho que todos sabem da minha posição e do meu partido em relação ao problema. Eu só acho, Senador Romero Jucá, que é extremamente bom para o Governo que se possa adiar por mais um dia a votação do seu voto em separado. Não vejo porque o Governo se preocupar com isso. Ao contrário, lógico, V.Ex^a sabe que o voto em separado de V.Ex^a não vai mudar meu voto. Mas mesmo para votar contra eu tenho que estar bem preparado, saber o que V.Ex^a diz no seu Relatório, e eu ainda não tive a oportunidade de fazer isso porque a matéria entrou em questão hoje. Então não vejo porque o Governo estar preocupado. Eu acho

que é bom para o Governo que se tenha mais um tempo para votar amanhã, e Presidente, eu confio em V.Ex^a. Era tudo que tinha que dizer, acho que o mérito não cabe mais discutir, apenas encaminhar essa questão do voto em separado. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, Líder do Governo para contraditar a manifestação do Senador Mário Couto. Com a palavra S.Ex^a

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante já levantou todas as razões regimentais e de mérito e, portanto, vou apenas encaminhar contrário ao Requerimento do Senador Marconi Perillo para que ele seja rejeitado e nós possamos votar hoje a matéria.

(soa a campanha)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, uma Questão de Ordem, Presidente. Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra para Questão de Ordem o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pelo regimento do Senado Federal, o art. 128 diz o seguinte: Vencido o Relator, o Presidente...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – V.Ex^a está se considerando derrotado já? Que isso? Vamos deixar o pessoal votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu pediria ao Senador Flexa Ribeiro a colaboração para só fazer as... Só levantar essa Questão de Ordem após a votação. Após a votação do Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Tá bom. Depois de vencido a gente faz a... (soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos votar... (soa a campanha) Vamos votar agora o Requerimento que já foi... Vamos votar agora o Requerimento do Senador Marconi Perillo que já foi lido e é de conhecimento do Plenário. Tanto isso é verdade que ele foi defendido por dois Srs. Senadores e contraditado por dois outros. Para evitar dúvidas no procedimento de votação, eu vou optar por fazer uma votação nominal. E vou começar, portanto, fazendo a chamada dos membros titulares. Gostaria, todavia, de observar que o autor do Requerimento não vota. No caso, o Senador Marconi Perillo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A liderança do Governo encaminha voto não, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – A minoria vota sim, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – PSDB indica o voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então a minoria através do PSDB, do DEM e dos partidos de oposição...

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Democratas também votam “sim”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Votam “sim”. E os membros que apóiam o Governo votam “não”. Vou começar a colher os votos. Em votação nominal, faço questão de frisar. Vamos começar convocando os titulares. Pelo bloco de apoio ao Governo. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eptácio Cafeteira. Senadora Ideli Salvatti, não. Senador Aloizio Mercadante, não. Senador Antonio Carlos Valadares, não. (soa a campainha) PMDB. Senador Jarbas Vasconcelos, sim. Senador Valdir Raupp, não. Senador Romero Jucá, não. Senador Almeida Lima, não. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não com as ressalvas que fiz em meu pronunciamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa tomou nota do pronunciamento de V.Ex^a Senador Gilvam Borges. Não se encontra. Então vou convocar um suplente. Senadora Roseana Sarney não se encontra. Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Completa então os votos do PMDB. Passamos agora aos titular do bloco da minoria. Senador Adelmir Santana. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Azeredo. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Contra a CPMF, Sr. Presidente. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pelo PDT, Senador Jefferson Péres. S.Ex^a não se encontra presente. Bom, então... Vou convocar agora um Senador que integre o bloco da minoria. Eli-seu Resende não se encontra, Senador Jayme Campos não se encontra, Senador José Agripino esteve presente, mas no momento não se encontra. Senador Alvaro Dias, sim. Então está completo o voto da minoria. Vamos agora...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – O voto do Eduardo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Falta um.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não, porque o autor não vota. Completou o quórum com a convocação do Senador Alvaro Dias. (soa a campainha) O resultado final é o seguinte. 12 votos “não”. 8 votos “sim”. O Presidente não votou, por motivos óbvios, e o autor também não, em face de imposição regimental. Então vou proclamar o resultado, o Requerimento foi, portanto, rejeitado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Há sobre a Mesa...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O Senador Alvaro Dias votou no lugar de quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Votou em função do Senador Adelmir Santana que não está presente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – E o Senador José Agripino em quem votou?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Faltou um voto. Faltou convocar um suplente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador José Agripino é suplente. Agora há um Requerimento... Agora eu desejo consultar o Senador Antonio Carlos Valadares se deseja fazer agora a sua...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, eu não vou fazer nenhum pronunciamento, eu queria fazer apenas um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então tem a palavra V.Ex^a

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O esclarecimento é o seguinte, é que eu retirei o voto em separado em face do acordo que terminou redundando na aprovação in totum das idéias que nós apresentamos aqui sobre as alíquotas, reduzindo ao longo de quatro anos até complementar 0,30% da CPMF. Neste voto separado eu termino apresentando um Projeto de Lei em regime de urgência. E aqui se suscitou alguma dúvida se eu poderia ter apresentado esse projeto em regime de urgência. Poderia sim, de acordo com o art. 133, inciso V do Regimento Interno, eu poderia apresentar este projeto para reduzir as alíquotas ao longo de quatro anos. Mesmo porque a própria PEC já autoriza a redução dessas alíquotas.

Com esta explicação eu gostaria de dizer que não há motivo para a continuidade deste voto em separado, de vez que uma Medida Provisória com maior eficácia de tramitação será apresentada pelo Governo aceitando todas as alíquotas que tiveram a aprovação das lideranças em reunião hoje no gabinete da liderança do Governo com o Ministro de Estado Mantega, da Fazenda. Era essa a explicação que eu gostaria de dar a V.Ex^a, porque nós retiramos o voto em separado, mas que o projeto anexado a ele era totalmente regimental. Agradeço a V.Ex^a

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço a V.Ex^a, e quero cumprimentá-lo pela breve intervenção, e a seguir então passo para ler o Requerimento do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa nos seguintes termos. Nos termos do art. 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado para Emenda nº. 10 de autoria do Senador Álvaro Dias, a PEC nº. 89 no Senado e 50 na Câmara de 2007. Sala das Sessões, 13 de novembro de 2007. No caso de destaque para votação em separado, só há um orador que pode falar que é o autor do Requerimento. Então consulto o nobre Senador Arthur Virgílio se deseja fazer encaminhamento. Tem S.Ex^a a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, o Requerimento do... O Requerimento que apresentei dando eco à Emenda de autoria do ilustre

Senador Álvaro Dias, ele é singelo. Ele corresponde a uma definição nossa depois de todo esse processo negociador de que participou o PSDB. Eu digo que ele é singelo porque lavrado em linguagem inteligível, clara, e V.Ex^a vai compreender perfeitamente o porquê de eu dizer que ele tem a ver com fim do processo negociador. Não se chegou a bom termo, a proposta do Governo é frágil, ela não caminha na direção correta, números não foram apresentados com exatidão, ele é singelo porque ele propõe pura e simplesmente extinguir a CPMF. Por isso que eu digo que ele é singelo. Ele acredita de maneira nítida que o Brasil sobrevive sim e muito bem sem esse imposto. Basta o Governo fazer a opção da austeridade, do corte de gastos, basta o Governo aproveitar o mundo que ainda sorri em matéria econômica, basta, enfim, o Governo optar pelo caminhar do corte de despesas para pondo fim à gastança que levará a uma crise fiscal de médio prazo, o Governo inclusive impulsionar o crescimento econômico a taxas mais significativas do que aquelas projetadas dentro do quadro atual e nos parâmetros que são dados pelo Governo que é gastador, que é perdulário, que desperdiça recursos.

Portanto, se tivesse havido a negociação ativa, correta, de boa-fé que culminasse com um acordo, e o acordo teria que ser bom para o país, menos gastos públicos, menos carga tributária de maneira significativa, bom para o contribuinte, repito, menos carga tributária, nós não teríamos que discutir esta matéria que representa uma nítida e justa e saudável explosão do Senador Alvaro Dias contra uma ordem que não deve perdurar. Ao invés de se fazer o que gostaria o Governo e não pode, e não pode até porque ficou patente nas negociações com o PSDB que não podia manter o que havia proposto e por isso já começam os entendimentos paralelos e as alternativas que virão por Medida Provisória ou sei lá mais como, tudo isso fruto já daquela conversa inicial com o PSDB, o Governo passou depois a ter que contentar minimamente a sua base, ou quando nada dá à sua base o pretexto para que possa votar e votarem eles próprios a base votar suas bases dizendo que conseguiram algum rebaixamento de carga tributária. Mas como não foi satisfatório o entendimento, e como não caminha numa direção justa o que propõe o Governo para sua base, ele mais dá uma justificativa para seus Senadores não serem tão mal recebidos nos seus Estados do que propriamente investe na idéia de uma economia mais desonerada. Aí o Senador Alvaro Dias apresentou esta Emenda que eu tenho a honra de defender imaginando eu, eu sempre acreditei em milagres, que posta votos desta vez nós vamos tocar no coração e na sensibilidade da maioria governista, e quem sabe

vendo essa matéria ser aprovada por unanimidade, porque era a hora de nós testarmos a capacidade do país realmente sinalizar para valer que tem compromisso com carga tributária menor e mais justa para um país que oferece péssimos serviços para seus contribuintes e esse país infelizmente se chama Brasil, Sr. Presidente. Então eu encaminho imaginando que quem sabe poderei ter sensibilizado aqueles votos que faltam para nós obtermos a vitória e já liquidamos a história aqui. Ou seja, aqui fica despidendo o Relatório da Senadora Kátia Abreu. Se aprova isso aqui já não tem mais CPMF. Simplesmente nós fulminamos a CPMF aqui e, portanto, imagino que não era nem isso o que pretendíamos no início. Mas sendo assim, é o que pretendemos neste momento e, portanto, contra a CPMF e contra a carga tributária elevada numa hora que não há necessidade de mantê-la nesse patamar a favor de justiça para os contribuintes, a favor de uma economia que possa crescer desonerada, a favor de crescimento sustentável, a favor de cortes de gastos públicos, favor de racionalidade econômica, eu encaminho a favor da aprovação da Emenda do Senador Alvaro Dias destacada com muita honra por esta liderança do PSDB, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa deseja... A Mesa deseja registrar a presença do Senador Adelmir Santana. Com a presença de S.Ex^a fica completa a representação da minoria. Feito esse esclarecimento, a Presidência vai submeter a exemplo do que fez no Requerimento anterior, a matéria a votação nominal. Lembrando mais uma vez, todavia, que o autor do Requerimento não poderá votar. Concedo a palavra ao nobre Líder...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – V.Ex^a vai votar o Requerimento para fazer o destaque? É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Tem sido uma praxe nossa aqui concordar com o Requerimento para que o destaque possa seja votado. Então nós em vez de votarmos nominal agora, votaremos nominal quando for votar o destaque. Portanto a gente aprova o requerimento em homenagem ao Senador Arthur Virgílio...

(falas sobrepostas)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, já não perdemos a zero, já está um a um. Vamos ver no que dá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então vou submeter a votação simbólica. As Sr^{as}. e Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento feito pelo Senador Arthur Virgílio, perma-

neçam como se encontram. Aprovado. Vamos agora votar o destaque.

Em votação, portanto, o parecer... Em votação, portanto, o parecer que conclui pela constitucionalidade do art. 1º e inconstitucionalidade do art. 2º da proposta e no mérito pela rejeição da CPMF e aprovação da prorrogação da DRU com duas Emendas que apresenta. E pela rejeição das Emendas nº. 01 a 16. Trata-se do Parecer da Senadora Kátia Abreu que foi lido ontem e ontem também foi objeto de distribuição dos avulsos aos integrantes da Comissão e hoje foi exaustivamente debatido, discutido e agora nós estamos justamente colocando em votação o Parecer.

(falas sobrepostas)

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– A minoria vota, sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Por uma Questão de Ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de uma orientação de V.Ex^a no sentido de orientar o voto. Já que meu voto em separado é um voto que mantém o texto original, eu gostaria de saber se na votação votando “sim” vota com a Senadora Kátia Abreu ou votando “não” vota com o meu Relatório que é exatamente a manutenção do texto que dá na mesma coisa, mas por uma questão de economicidade já que ao ser rejeitado o texto dela se mantém o texto original eu gostaria de propor que houvesse já um “sim” com a Senadora Kátia Abreu ou “não” com o voto em separado que mantém o texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em que pese o apreço ao nobre Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, e as colocações que ele acaba de fazer, mas a Mesa por desejar cumprir o regimento em toda sua integralidade, opta para fazer as duas votações em caráter nominal. Então, vamos começar, portanto, contando com a colaboração de S.Ex^a, Senador Romero Jucá, vamos começar, portanto, a chamada nominal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Primeiro votaremos o Relatório da Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Kátia Abreu.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sendo derrotado votaremos o meu voto após isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente. Votar separadamente em duas votações.

(falas sobrepostas)

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A liderança do Governo encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

(falas sobrepostas)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O bloco vota “não”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não sei se algum outro partido deseja fazer alguma manifestação através de suas lideranças. Então, vamos submeter a matéria a votos. Vamos começar com...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, para caminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É bom lembrar que vamos votar a matéria ressaltado o destaque é importante deixar bem claro esse fato. Então vamos começar a chamada nominal, iniciando pela... Pelo bloco de apoio ao Governo. E convidando inicialmente a Senadora Serys Slhessa-
renko para proferir seu voto.

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Epitácio Cafeteira. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Valadares, não. Senador Jarbas Vasconcelos pelo PMDB.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valdir Raupp, não. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Almeida Lima, não. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Lamentavelmente, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Gilvam Borges. Como S.Ex^a não se encontra presente eu vou convidar o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que é o segundo da representação como suplente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Ex^a nunca tive um convite tão educado. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Como vota V.Ex^a?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como é que é Juca? Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos agora passar a colher os votos dos integrantes do bloco da minoria. Senador Adelmir Santana. Sim. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim, com a Relatora Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Contra a CPMF, Sr. Presidente, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Azeredo. Como S.Ex^a não se encontra presente, eu vou convidar para proferir o voto o primeiro suplente do bloco da minoria, presente, Senador Alvaro Dias. Como vota S.Ex^a?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Voto sim, portanto. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Encerrado o voto da minoria, vou colher o voto do PDT cujo representante nessa Comissão Senador Jefferson Peres. S.Ex^a não se encontra presente. Eu indago se o Senador Osmar Dias se encontra presente. Então, vou... (soa a campainha) Votaram, portanto, todos os membros da Comissão. Titulares ou

suplentes. Vou proclamar o resultado. Nove votos “sim”. Doze votos “não”. O Presidente, como é de natureza regimental, não vota. Portanto, foi rejeitado, portanto, o Parecer da Senadora Kátia Abreu. Agora vamos passar para a votação do voto em separado do Senador...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra para Questão de Ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Tem S.Ex^a a palavra para formular a Questão de Ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, conforme o regimento do Senado Federal, no capítulo dez dos Relatores, art. 128, diz: Vencido o Relator, o Presidente da Comissão designará um dos membros em maioria para suceder-lhe exceto se o fato ocorrer apenas em relação a parte da proposição ou Emenda quando permanecerá o mesmo Relator. Consignando-se o vencido pormenorizadamente no parecer. O artigo, no § 5º do art. 132 diz o seguinte: Verificando-se a hipótese prevista no art. 128, ou seja, vencido o Relator, o parecer vencedor deverá ser apresentado na Reunião Ordinária imediata, salvo deliberação em contrário do Presidente. Não está escrito, mas é ele que decide.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem para contraditar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Juca, além de precoce ele é criativo, esse rapaz.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria nesse momento de fazer a designação do Relator do vencido, no caso o Senador Romero Jucá. E concedo a palavra a S.Ex^a para se desejar contraditar a manifestação do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu agradeço a atenção de V.Ex^a Quero dizer que já está sobre a Mesa o voto em separado como o voto do vencido, a matéria já está entregue, estou apto a relatar a matéria, e, portanto, gostaria que a matéria fosse votada nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, tendo em vista as manifestações feitas, eu gostaria de consultar o Plenário...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem. O que aconteceria se porventura, o que acontecerá se porventura for rejeitado também o Relatório do Senador Romero Jucá?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos votar o voto em separado. Eu solicito aos líderes das respectivas bancadas que façam o encaminhamento para que as Sr^{as}. e Srs. Senadores possam manifestar o seu voto com pleno conhecimento de causa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Democratas vota “não”.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A liderança do bloco de apoio vota “sim”, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Minoria “não”.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Para orientar o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o Líder Valdir Raupp pelo PMDB.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, diante dos avanços conseguidos nas negociações com o Governo de um redutor da alíquota de 0,02 anualmente até 2011 perfazendo 0,08%, compromisso do Ministro de apresentar até o dia 30/11 a proposta de Reforma Tributária com vista a desoneração geral dos tributos, a compensação ou isenção da CPMF para quem ganha até 2.894 reais por mês. Limitador dos gastos do Governo inflação mais 2,5%. Incluir a União nas restrições na Lei de Responsabilidade Fiscal. Negociar a dívida com os produtores, e aí com certeza os ruralistas estão contentes e também os pequenos produtores rurais, de renegociar a dívida até dezembro deste ano, então com todas essas propostas o PMDB e também de acordo com a nota apresentada pelo PMDB na semana passada fazendo praticamente todas essas reivindicações o PMDB encaminha o voto “sim” ao Relatório, ao voto em separado do Senador Romero Jucá.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Com a palavra o nobre Líder do PSDB, Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Porque as desonerações são cosméticas e insuficientes em relação a CPMF apenas 400 milhões de reais se levarmos em conta que o crescimento vegetativo será de 1.6 bilhão e, portanto, 400 milhões de reais é mais uma forma, um escapismo para se dizer a base que ela pode dizer na sua base eleitoral que ela obteve alguma coisa. Porque o Governo pode apresentar até antes desse prazo o projeto de Reforma Tributária. A

minha questão é saber da disposição efetiva de votá-lo se porventura obtiver a CPMF pelo jeito que pretende pelo tempo que sugere. E porque o redutor de gastos públicos é insuficiente. O PSDB vê proposto algo mais amplo, o Governo propõe algo que inclusive cai nas costas dos servidores públicos e não é capaz de realmente apontar na direção de uma redução significativa dos gastos. Por tudo isso o PSDB encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Presidência, antes de submeter a questão a votos, deseja inicialmente lembrar que amanhã às 10h, hora regimental, haverá uma Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça para apreciação de 15 proposições. Entre as quais duas indicações para o Tribunal Superior do Trabalho, que serão relatadas... Perdoe, o STJ, Superior Tribunal de Justiça, e que terão Relatório preliminar amanhã e também Projetos de Lei. E também gostaria, a Presidência, de cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pelo excelente Relatório que produziu, que teve um reconhecimento não somente dos membros da Comissão, mas de toda a Casa e em que pese tenha sido recusado por uma circunstância política não pode deixar de merecer o reconhecimento da Casa e de modo especial o reconhecimento, o meu reconhecimento posto que ela se dedicou com muito espírito público, muita dedicação ao longo de mais de 30 dias a elaboração do Parecer, oferecendo, portanto, uma contribuição que enriquece o Senado Federal e de alguma forma também é o reconhecimento da presença feminina no Senado da República. Vou, portanto, submeter agora a votos... o voto em separado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BR) – Democratas encaminha o voto “não”.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Sr. Presidente, o... Eu estava pronto para dizer o nome dos 37 Ministros, mas como... Como o Senador Flexa... (falas sobrepostas) como ele não votou hoje, eu vou dizer em Plenário.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Vou tomar a tabuada.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Deixei para dizer em Plenário porque ele não votou hoje, o Senador Flexa Ribeiro.

(falas sobrepostas)

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria sugerir ao Senador Supply, além dos 37 Ministros uma breve exposição sobre renda mínima.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, Sr^{as.} e Srs. Senadores, é natural que depois de seis horas de reunião consecutiva que

haja um clima de descontração, e até um certa sensação de recreio. (risos) Mas embora não tenha havido merenda escolar. Agora, mas de toda maneira eu queria dizer que vamos submeter a matéria em votação ressaltando o destaque. Depois é que votaremos o destaque. E agora, portanto, vou colher os votos dos líderes dos partidos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Sr. Presidente, pela ordem. Se foi derrotado o parecer da Relatora, o destaque está prejudicado. Porque ele incidia sobre o Relatório apresentado. Está prejudicado o destaque na medida que foi derrotado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Para contestar, Sr. Presidente.

(falas sobrepostas)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Para contestar, Sr. Presidente. Porque isso nega o darwinismo político. As pessoas podem evoluir, mudar de idéia de uma hora para outra, sim, se contar de argumentos sólidos. Ou seja, nós não podemos apostar no imobilismo. Portanto, a favor do darwinismo político que se rechace a proposta do meu querido Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Portanto...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente...

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT)

– Vamos votar, Sr. Presidente. Vamos votar!

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Senador Alvaro Dias. Vamos, portanto, submeter a voto, ressaltando o destaque. As lideranças já se manifestaram. O Senador Romero Jucá pela liderança do Governo vota “sim”. Os Democratas por intermédio do Senador ACM Júnior “não”. O PSDB pelo Senador Arthur Virgílio encaminha o voto... Encaminha o voto “não”.

(falas sobrepostas)

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – O PMDB encaminha o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Vou começar a colher os votos mediante votação nominal para que não reste nenhuma dúvida sobre o procedimento.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– E a minoria também encaminha “não”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – O Senador Demóstenes Torres como Líder da minoria vota “não”. Vou confessar a colher os votos. Pelo bloco do Governo. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado, sim. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eptácio Cafeteira. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Junto com o Senador Arthur Virgílio, sim.
(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Valadares, sim. Titulares do PMDB. Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Romero Jucá, sim. Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valter Pereira. Senador Gilvam Borges. S.Ex^a não se encontra presente, eu vou colher o voto do primeiro suplente presente que é o Senador Wellington Salgado de Oliveira. Como vota S.Ex^a?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como me orienta o Líder Jucá, sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Passamos agora a colher os votos da minoria. Senador Adelmir Santana, não. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Contra a CPMF, Sr. Presidente. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Azeredo não se encontra presente e nesse caso vou colher o voto do primeiro suplente presente do referido bloco. Como vota o Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Tasso Jereissati, não. Pelo PDT, Senador Jefferson Péres e também não se encontra presente o seu suplente o Senador Osmar Dias. Está concluído o processo de votação e vamos agora apurar para o oferecimento do resultado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, eu gostaria antes da proclamação da votação onde todos os Senadores estão cansados, de saída, mas antes disso ainda tem o destaque, Sr. Presidente? Eu gostaria, Sr. Presidente, por favor, Líder Jucá, gostaria que me descesse a oportunidade, apenas meio minuto em dizer a todos os Senadores e Senadoras os que votaram contra o meu Relatório, os que votaram a favor que absolutamente não me sinto derrotada. Me sinto muito feliz com o sentimento de dever cumprido e o que mais importante é que a esperança do Brasil não pode acabar. Nós precisamos combater e continuar combatendo essa carga injusta, essa carga abusiva em cima de quem trabalha neste país. Nós perdemos hoje uma batalha mais saímos daqui com a esperança vitoriosa e com a certeza de que no Plenário desta Casa onde os Senadores não podem ser substituídos para não dar voz ao seu sentimento eu tenho certeza absoluta que a ampla maioria dos Senadores da República vão votar com o Brasil. Muito obrigada a todos que puderam votar com o nosso Relatório. Muito obrigada a todos. Um abraço aos que não puderam.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É o seguinte o resultado. 12 Sr^{as} e Srs. Senadores votaram “sim” e 9 “não”. E concorrentemente esse destaque passa a constar... Esse... Voto em separado foi aprovado e passa a constituir o Parecer do vencido. Agora vamos colocar em votação o destaque. Também vamos submeter ao processo de votação nominal como já o estamos fazendo desde o início desta reunião.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A liderança do Governo encaminha o voto “não”, Sr. Presidente. Contra o destaque.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – A minoria vota “sim”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Líder da minoria, Senador Demóstenes Torres vota “sim”.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Contra a CPMF, Sr. Presidente, nós encaminhamos pelo PSDB “sim”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Senador Arthur Virgílio vota “sim”.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Os Democratas vota “sim”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Os democratas vota “sim” através do Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – O PMDB encaminha o voto “não”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O PMDB encaminha o voto “não”. E eu acredito que podemos começar o processo de chamada de todos os presentes. Vamos colher o voto inicialmente do bloco de apoio ao Governo. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eptácio Cafeteira. Senadora Ideli Salvatti. Senador Antonio Carlos Valadares, não. (soa a campainha) Senador Jarbas Vasconcelos, sim. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Almeida Lima, não. Senador Valter Pereira, não. Senador Gilvam Borges não se encontrando presente eu vou colher o voto do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que é o primeiro suplente presente. Como vota S.Exª?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Voto não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos colher os votos agora dos integrantes do bloco da minoria. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Contra a CPMF, Sr. Presidente. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Contra a CPMF, Sr. Presidente. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Azeredo. Como não se encontra presente vou colher o voto do Senador Alvaro Dias. V.Exª não poderá votar porque é autor da Emenda. Então vou colher o voto do Senador Flexa Ribeiro. Então vou colher o voto da Senadora Lúcia Vânia. Sim. Senador Tasso Jereissati.

O resultado é o seguinte: 8 votos “sim”, 12 votos “não”. O autor não votou e a Presidência também não votou. Como se sabe o Presidente só vota em caso de empate. Então... Rejeitada, portanto, a Emenda destacada.

A Mesa, antes de encerrar a Sessão, deseja reiterar que amanhã às 10h da manhã de acordo com as regras do Regimento Interno haverá Sessão Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente Sessão. Agradecendo a presença de todos.

(Sessão encerrada às 21h45.)

Ata da 44ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e seis minutos, do dia quatorze de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a

Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Epitácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Inácio Arruda, César Borges, Marcelo Crivella, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e das Senadoras Ideli Salvatti e Kátia Abreu, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Valdir Raupp, Romero Jucá, Almeida Lima, Gilvam Borges, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e as Senadoras Serys Slhessarenko e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação de matérias incluídas como **EXTRAPAUTA – ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 196, DE 2007** (Mensagem nº 825, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho”. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Parecer:** Votação Secreta. **Resultado:** Concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 198, DE 2007** (Mensagem nº 826, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do parágrafo único “in fine”, do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor Sidnei Benetti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito”. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Parecer:** Votação Secreta. **Resultado:** Concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 49, DE 2007** (Ofício Nº 00085, de 30/08/2007, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Pa-

recer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 426059, publicado no Diário da Justiça de 23 de setembro de 2005, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 6º do artigo 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (base de cálculo da gratificação complementar de vencimento não inferior ao salário mínimo)”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Parecer:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. Em 14/11/2007, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Jarbas Vasconcelos. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 2, DE 2001** (Ofício Nº 00004, de 21/02/2001, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no *Habeas Corpus* nº 77724, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 9.639, de 26 de maio de 1998 (amortização e parcelamento de dívidas com o INSS)”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ. Tramita em conjunto com o **OFÍCIO “S” Nº 52, DE 2000** (Ofício Nº 00123, de 05/09/2000, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do *Habeas Corpus* nº 77734, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 11 da referida lei federal (amortização de dívidas com o INSS)”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **ITEM 3) OFÍCIO “S” Nº 44, DE 1997** (Ofício Nº 00090/P-MC, de 20/05/1997, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, cópias do Parecer do Ministério Público Estadual, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 204827, através do qual declarou a inconstitucionalidade do art. 7º e seus incisos I e II, do art. 87, *caput* e incisos I e II, e do art. 94, da Lei Municipal nº 6.989/66, todos com a redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990, do Município de São Paulo”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Parecer:**

Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. **ITEM 4) OFÍCIO “S” Nº 74, DE 1997** (Ofício Nº 00152/P-MC, de 02/09/1997, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, cópia da Lei nº 6.374, de 01.03.89, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 191648, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 24, § 1º, nº 04, da Lei nº 6.374/89 do Estado de São Paulo”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Parecer:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2007** (PL. nº 02800, de 2003, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera os arts. 3º e 8º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996 (Dispõe sobre a reorganização da carreira dos Policiais Cíveis do Distrito Federal)”. **Autoria:** Deputado José Roberto Arruda. **Relatoria:** Senador Adelmir Santana. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2007**, “Altera o art. 155 da Constituição Federal, para permitir que o Estado de origem cobre ICMS nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica”. **Autoria:** Senador Paulo Duque e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Parecer:** Pela aprovação da Proposta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003** (PL. nº 05657, de 2001, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB”. **Autoria:** Deputado José Roberto Batocchio. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2005** (PL. nº 02462, de 2000, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no Estado do Ceará, e dá outras providências”. **Autoria:** Deputado Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Leomar Quintanilha. **Relatoria “ad hoc”:** Senador Tasso Jereissati. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização

e Controle. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006** (PL. nº 06248, de 2005, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (Determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)”. **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria “ad hoc”:** Senador Valter Pereira. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Presidência declara encerrada a Reunião, às onze horas e cinquenta e dois minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **6)** PEC Nº 12, DE 2005; **8)** PLS Nº 9, DE 2007; **9)** PLS Nº 10, DE 2007; **13)** PLS Nº 217, DE 2006; **14)** PLS Nº 574, DE 2007; e **15)** PLS Nº 88, DE 2007; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental, declaro aberta 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. e Srªs. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à deliberação de matérias que foram, com antecedência, distribuídas às Srªs. e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão. Vamos iniciar a Reunião colocando dois assuntos que são extrapauta, mas são extremamente relevantes.

O primeiro é a Mensagem nº. 196/2007, na origem 825/2007, não terminativo e de autoria do Presidente da República. Que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal da Justiça do Estado de Santa Catarina para compor o Superior Tribunal de Justiça, STJ, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, em conformidade com o Ato nº. 01/2007 da CCJ, publicado no Diário Oficial no dia 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica às Srªs.

Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feita em duas etapas: Na primeira etapa, o Relator ou a Relatora apresentará o Relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do Relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado ou indicada será submetido à arguição dos Membros da Comissão, e em seguida será realizada a votação em escrutínio secreto.

Passemos à primeira etapa: Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, que é a Relatora da Mensagem nº. 285/2007 na origem, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, indicado para ocupar vaga no STJ decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho.

Tem a palavra S.Ex^a, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, é com muito orgulho e satisfação que eu apresento o meu Relatório, o meu parecer à Mensagem de nº. 196 do Sr. Presidente da República, indicando para compor, como Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o Desembargador Jorge Mussi, pessoa nascida no Estado de Santa Catarina e que desenvolveu, ao longo de toda sua vida, um currículo extremamente importante na área jurídica, e que muito nos orgulha de ter sido elevado a esta importante Corte do judiciário brasileiro.

Eu gostaria então de poder fazer a apresentação do meu Relatório, dando conta deste extenso currículo que o Dr. Jorge Mussi apresenta e que, indiscutivelmente, foi levado em profunda consideração para a sua indicação pelo Presidente da República.

O *Curriculum vitae* com amplos esclarecimentos sobre o indicado deixa claro que o Dr. Jorge Mussi é brasileiro, filho de Alfredo Mussi e Valda de Oliveira Mussi, e nasceu em Florianópolis, capital do meu querido Estado de Santa Catarina, no dia 08 de março de 1952. Bachalou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, no ano de 1976.

O Dr. Jorge Mussi foi Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no período de 1980 a 1982, e foi Superintendente da Fundação Catarinense de Desenvolvimento da Comunidade entre 1982 e 1983. Em 1983, foi Consultor Jurídico do Estado de Santa Catarina. Atuou como Procurador-Geral do Município de Florianópolis entre 1983 e 1985. Na Ordem

dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, atuou como Conselheiro Estadual entre 1986 e 1991, e como Diretor-Tesoureiro entre 1986 e 1991. Ocupou a função de Juiz Substitutivo do Tribunal Regional Eleitoral da Santa Catarina em 1988 e 1989, e de Juiz Efetivo do mesmo Tribunal, entre 1989 e 1991. Exerceu a Advocacia no período compreendido entre 1977 e 1994. Da atividade jurídica, cabe destacar ainda que desde 1994 até a presente data, ele é Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Naquele Tribunal, foi integrante da Primeira Câmara Cível, da Segunda Câmara Criminal, das Câmaras Criminais Reunidas, do Órgão Especial do Tribunal Pleno, e de 2003 a até a data atual, é integrante do Tribunal Pleno e presidiu a Corte entre 2004 e 2006.

Dentre as atividades docentes, registra-se que foi membro da Comissão Organizadora do Concurso para ingresso na Carreira da Magistratura de Santa Catarina, de 1990 a 2000. Foi Coordenador do Curso de Preparação para Magistratura da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina em 2000/2001, e desde 1994 até a data atual é Professor Convidado Permanente da Escola Superior de Advocacia da Ordem Dos Advogados Do Brasil, Seção de Santa Catarina.

O Dr. Jorge Mussi é remanescente de lista. Ele integrou, na lista anterior, tendo sido o segundo mais votado em lista quádrupla, onde foram escolhidos dois indicados que já atualmente compõem o Superior Tribunal de Justiça. Desta vez, ele foi o mais votado, obtendo 19 votos no primeiro escrutínio, em lista composta com candidatos do Distrito Federal, Pará e São Paulo.

O currículo do Dr. Jorge Mussi informa também que o indicado ministrou cursos e palestras, presidiu congressos e seminários de estudos jurídicos em vários ramos do Direito.

Enfim, ele reúne os atributos constitucionais em que se destaca um notável saber jurídico e reputação ilibada, imprescindíveis para o desempenho do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para o qual foi indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Aliás, Senador Marco Maciel, muito orgulha a Santa Catarina a indicação do Dr. Jorge Mussi, que voltará, eu tenho certeza, pela aprovação desta Comissão e também do Plenário do Senado, com a sua efetiva nomeação para compor aquela alta Corte, muito honrará o nosso Estado, que já tem entre os seus membros o Dr. Paulo Galotti, que é também catarinense e foi alçado ao Superior Tribunal de Justiça, representando de forma muito dignificante o nosso Estado.

Portanto, é com base neste currículo extremamente dignificante, que nós estamos apresentando o nosso voto favorável à apreciação e à escolha do Dr.

Jorge Mussi para compor o Supremo Tribunal de Justiça, na condição de Ministro indicado pelo Presidente da República. (soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A nobre Relatora da indicação do Dr. Jorge Mussi acaba de oferecer o seu parecer. E passo agora a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, que é Relator da Mensagem nº. 198/2007, Mensagem nº. 826/2007 na origem, e que submete à apreciação do Senado Federal, o Presidente da República, o nome do Dr. Sidnei Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, STJ, no cargo de Ministro na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

O Relator da matéria, como já tive ocasião de assinalar, é o Senador Aloizio Mercadante, a quem concedo a palavra para apresentar, conseqüentemente, o seu Relatório Preliminar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, o Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem Presidencial nº. 198/2007, nº. 826 de 1º de novembro de 2007 na origem, submete à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. Sidnei Agostinho Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Supremo Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

Eu vou suprimir da minha exposição oral, mas darei como lido, as condições regimentais e legais que permitem essa indicação, bem como a descrição dos novos procedimentos da Comissão, e irei direto à leitura do *Curriculum vitae* do indicado.

O *Curriculum vitae* registra que o Desembargador Sidnei Agostinho Beneti é brasileiro, casado, nascido em Ribeirão Preto/SP, em 28 de agosto de 1944, filho de Fioravante Beneti e Inádia(F) Andrade Nogueira Beneti.

Fluente nos idiomas: Inglês, francês, alemão, espanhol e italiano, o Sr. Sidnei Beneti possui conhecimentos que lhe facultam, ainda, a leitura do latim. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da USP, em 1968. Durante o curso, foi Presidente do Diretório Acadêmico, representante dos alunos na Congregação por eleição direta e Presidente da Academia de Letras, entre outras atividades ligadas ao Direito. É Doutor em Direito Processual pela Faculdade de Direito a USP, realizou o Curso de Especialização em Direito Privado e Direito Processual na mesma Faculdade. Foi Pesquisador Convidado da Max Planck Institute, Alemanha,

nos Institutos de Direito Penal Internacional Freiburg im Breisgau, em 1988, 1993, 1994 e 2002; de Direito Privado Internacional em Hamburgo, em 1995, 1996, 1998, 2001 e 2006; Direito Público Internacional, em Heidelberg, em 2003; Direito Social em Munique(F), em 2004. Tem participado de bancas examinadoras de Mestrado e Doutorado na Faculdade de Direito da USP e da PUC de São Paulo, e é Professor Titular da Faculdade de Direito da São Bernardo do Campo, além de destacada contribuição doutrinária sobre precedentes e organização judiciária. É Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de São Bernardo, Autarquia Municipal várias vezes conceito A pelo MEC e Selo de Qualidade da OAB. Foi Professor de Direito Administrativo, Direito Civil e Prática Civil. Foi Professor da Faculdade de Direito da USP, Coordenador e Professor de Instituições Judiciárias por seis anos e Professor de Prática Civil por dez anos. Na Escola Paulista de Magistratura foi Professor de Ética Profissional e Direito Processual Civil e Penal. Foi Professor de Direito Processual Civil e Penal nos Cursos Damásio Evangelista de Jesus e Instituto dos Advogados de São Paulo. Foi Professor da Faculdade de Direito de Sorocaba e da Universidade Paulista, UNIP. Na Faculdade de São Bernardo foi Parainfo das turmas 1984, 1989 e 1999, Patrono das turmas 1993, 2003 e 2006 e deu nome à turma de 1995.

Sr. Sidney Beneti ingressou na Magistratura em segundo lugar entre 84 aprovados, e tomou posse, em 1972, como Segundo Juiz Substituto de Rio Claro. Tomou posse como Desembargador em 1995, e em sua extensa carreira na Magistratura, destacam-se as várias atividades relacionadas com atividades judiciais e docentes, como a participação em Comissões de Cursos para Ingresso de Novos Juizes da Magistratura. Foi Diretor-Presidente da Escola Nacional de Magistratura, ENB, portanto tem uma excelente experiência na formação de Juizes, e foi Diretor Adjunto de Assunto Internacionais nas gestões do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Frequentou o Curso de Formação de Juizes e Administração de Justiça na Escola de Magistratura e Ciências de Formação da Magistratura; na Alemanha, “Deutsche Richterakademie” (Trier); na França, “École Nationale de La Magistrature” (Bordeaux-Paris); nos Estados Unidos; na Espanha, na Escola Judicial de Barcelona.

Participou de seminários e estudos nacionais e internacionais sobre a Formação da Magistratura e Reforma do Poder Judiciário, destacando-se nas organizações pelo Conselho de Justiça Federal, Escola da Magistratura e Tribunais Nacionais, pela UNCITRAL, das Nações Unidas, pela INSOL, pela Cumbre Ibero-Americana de Presidentes de Corte Suprema de Jus-

tiça, pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Dr. Sidnei Beneti tem exercido profícua atividade associativa internacional na Magistratura. Na qualidade da Presidente da União Internacional de Magistrados, foi Presidente da União Internacional de Magistrados e Presidente do Grupo Hiperamericano. Presidiu os Congressos Mundiais de Juízes em Vale de Bravo, no México, em 2004; em Montevideu, no Uruguai, em 2005; em Siofok, na Hungria, em 2006; e os Congressos Ibero-Americanos de San Juan, Porto Rico; Assunción, Paraguai; Chihuahua, no México e Porto Alegre, Brasil.

Participou ativamente de Comissões de Reforma Legislativa, como Código de Processo Civil, Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais, entre outras atividades da igual relevo.

Quero destacar especialmente essa grande presença na representação dos Magistrados em nível internacional como Presidente da Associação Mundial, da União Internacional de Magistrados, e também na elaboração de Processos Legislativos como o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal e a Lei de Execuções Penais.

É membro de diversas associações de Direito, nacionais e internacionais, além de inúmeras contribuições para o estudo do Direito por meio de aditivos publicados individualmente e em obras coletivas em revistas especializadas no Brasil, na França, nos Estados Unidos, na Espanha e na Alemanha. Destacam-se vários livros que o nosso indicado publicou, e esse “Modelo de Despachos e Sentenças”, os Juízes o tratam como um burrinho, quer dizer, serve para orientar todos os Juízes em todo o território nacional, e tem uma grande publicação, está na sexta edição, entre vários outros. “A Conduta do Juiz”, terceira edição; “Execução Penal”, e tantas outras obras importantes pela consistência teórica e também pela experiência na magistratura.

Ademais essas informações que realçam a sua extensa experiência profissional, o indicado apresentou uma série de argumentações em cumprimento ao disposto no art. 1º Inciso III do Ato nº. 01/2007 da CCJ. Tem 35 anos completos de carreira na Magistratura, tem 21 mil votos proferidos nos Tribunais e 35 volumes encadernados de cópias de sentenças selecionadas proferidas no primeiro grau. Dedicção por longo tempo à atividade docente e à formação e aperfeiçoamento de Juízes, autoria de livros nacionais importantes na orientação dos novos Juízes, ativa participação em trabalhos relacionados com a reforma da Legislação Processual, contato permanente com as transforma-

ções do Poder Judiciário, da Magistratura e do Direito, no País e no exterior.

O currículo do Dr. Sidnei Beneti revela, portanto, que ele reúne os atributos constitucionais em que se destaca notável saber jurídico e reputação ilibada, imprescindíveis para o desempenho do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para o qual foi indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Registra-se, por fim, que o indicado apresentou todos os documentos exigidos no Ato nº. 01/2007 da CCJ em 17 de outubro de 2007.

Diante do exposto, submeto a escolha do Dr. Sidnei Agostinho Beneti a apreciação e julgamento desta Comissão, certo de que os Srs. ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Eu acho que todos puderam perceber que a extensão do currículo acadêmico, profissional, a representação internacional e no Brasil, a presença na história da Magistratura é de uma riqueza, eu diria, muito especial, e deu um imenso trabalho poder sintetizar o currículo do Dr. Sidnei Agostinho Beneti nestas poucas páginas, que eu diria que não estão à altura da sua biografia e sua história, mas eu fiz um esforço de síntese para que nós possamos apreciar a qualidade do indicado. E tenho a absoluta convicção de que será uma grande contribuição ao STJ do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Aloizio Mercadante acaba de proferir seu Relatório alusivo à indicação do Dr. Sidnei Beneti. E como a Senadora Ideli Salvatti já proferiu seu Relatório com relação à indicação do Dr. Jorge Mussi, eu ponho em discussão os Relatórios. Se não houver quem queira discutir, eu encerro.

Pois não, eu concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu noto que, dentre as extraordinárias contribuições feitas pelo Dr. Sidnei Beneti, há um artigo, dentre dezenas que eu poderia destacar, mas por uma razão especial, na Revista da Escola Paulista de Magistratura, em setembro de 2002, há um artigo: “Por que ler Euclides da Cunha?”. Por que eu menciono isso? Porque hoje, em Quixeramobim, na terra de Antônio Maciel Conselheiro, o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior deve saber que, antes de outro Antônio ter recebido um apelido, Antônio Maciel Conselheiro também era chamado de Antônio Malvadeza. Aqui eu faço isso com muito carinho por essa personalidade que será objeto de um acontecimento muito especial por ocasião dos 105 anos da publicação de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. Hoje se inicia a apresentação,

por cinco dias, de “Os Sertões”, em que Quixeramobim, na terra de Antônio Maciel, o Conselheiro.

E do dia 28 de novembro até 02 de dezembro, por cinco dias seguidos, no Estádio da Cidade de Canudos, se apresentará também essa peça, convidado todo o povo, inclusive por José Celso Martinez Corrêa, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, todo o território brasileiro, que infelizmente contribuímos para o massacre de Canudos. Então é como que uma manifestação para o “desmassacre” de Canudos.

E eu fiquei aqui, inclusive, encarregado de convidar os Senadores da Bahia para que estejam em Canudos do dia 28 a 02, se possível um dos dias, e os dos Ceará, em Quixeramobim.

Mas exatamente porque o Dr. Sidnei Beneti foi um dos que aqui recomendam a leitura de Euclides da Cunha é que eu faço essa menção. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa agradece a V. Ex^a.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, eu só queria registrar que, como conheço o indicado e a extensão do currículo e a qualidade da representação, podem ter a absoluta convicção de que, no Supremo Tribunal de Justiça, ele não será o Antônio Conselheiro, continuará sendo o Magistrado equilibrado nas suas sentenças, mediando com convicção, mas com muita firmeza, com toda a carreira que ele expressa nesse currículo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa não pode se manifestar sobre assuntos de mérito, mas eu não posso deixar de reconhecer que o Desembargador Sidnei Beneti é uma figura que de fato honra a Magistratura paulista.

E quero aproveitar a ocasião para, em função do aparte do Senador Eduardo Suplicy, e como S.Ex^a. se referiu a Euclides da Cunha, eu gostaria de recordar, se eu não estou equivocado, que em no ano 2009 devemos celebrar os 100 anos do falecimento de Euclides da Cunha, e acho que essa efeméride, se assim posso dizer, não pode passar sem uma boa participação do Senado Federal, ele que teve uma tão densa atividade intelectual e política, que foi muito além das suas obras, da sua obra básica, que é considerada a sua obra-prima, “Os Sertões”, visto que ele produziu textos sobre problemas relativos à Amazônia, enfim, trechos muito importantes para o melhor conhecimento da realidade brasileira, enriquecendo também a nossa literatura. Então eu vou considerar...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – As Bancadas da Amazônia e do Nordeste não poderão estar ausentes dessa comemoração.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É verdade. Eu concordo com V. Ex^a.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sobretudo o Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente. E acho até que nós devíamos instituir o ano de 2009 como o ano de Euclides da Cunha.

Então, em discussão a...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu estarei junto com V.Ex^a. nessa iniciativa...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – E se considerar adequado, convidar o próprio elenco de José Celso Martinez Corrêa para apresentar “Os Sertões” ou aqui no Senado ou no Teatro Nacional de Brasília como parte destas comemorações, inclusive estimulado pela publicação do Dr. Sidnei Beneti.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então eu vou encerrar a discussão. Encerrada a discussão, estão concedidas vistas coletivas com relação às duas indicações.

E vamos começar então agora com os projetos de Ofício S. Como se encontra presente aqui o Senador Jarbas Vasconcelos, que é Relator do Item 02, eu concedo a palavra a S.Ex^a. para relatar o Item 02, Ofício nº. 49/2007, Ofício nº. 00085 de 30/08/2007 na origem. O projeto é terminativo, o que significa dizer que vai exigir votação nominal, e o referido Ofício S trata – Aspas – “De ofício de proposição encaminhado ao Senado Federal para os fins do art. 52 Inciso X da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento da referida Legislação, da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº. 426.059 publicado no Diário da Justiça de 23 de setembro de 2005, mediante o qual o Plenário da Corte, no caso o Supremo Tribunal Federal, declarou a inconstitucionalidade do §6º do art. 1º da Lei nº. 9.503, de 08 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (base de cálculo da gratificação complementar de vencimento não inferior ao salário mínimo)”. A autoria, como já disse, é do Supremo Tribunal Federal, e a Relatoria do Senador Jarbas Vasconcelos, a quem concedo a palavra para oferecer o voto.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, o Ofício S nº. 49/2007, firmado pelo Exma. Sr^a. Presidente do Supremo Tribunal Federal, no qual S.Ex^a. remete para os fins previstos no art. 52

da Constituição Federal, é cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº. 426.059, pelo qual esta Corte declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade do §6º do art. 1º da Lei nº. 9.503, de 08 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina.

Entretanto, num caso específico de que trata o presente Ofício S, a edição de Projeto de Resolução não é mais necessária, uma vez que o mesmo dispositivo da lei catarinense ora analisado já foi objeto de exame por esta Comissão no dia 19 de setembro de 2007, que concluiu pela edição do Projeto de Resolução. Trata-se dos Ofícios S nºs. 44 e 45, de 2005, cujo parecer foi do eminente Senador Pedro Simon, e já publicado no dia 30 de outubro. Daí a (soa a campainha) desnecessidade de um Projeto de Resolução.

Pelo exposto, votamos pelo arquivamento do Ofício S nº. 49/2007. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Senador Jarbas Vasconcelos conclui pelo arquivamento do referido Ofício S. Como a matéria é terminativa, vou colher os votos dos membros da Comissão.

Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Ideli Salvatti. Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Jarbas Vasconcelos já votou como Relator.

Senador Valdir Raupp. Senador Valter Pereira, Vice-Presidente. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Com o Relator.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Meu voto é com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Inácio Arruda. Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa vai proclamar o resultado. O parecer do Relator foi aprovado por 13 votos favoráveis e nenhum voto contrário ou abstenção. Portanto, a matéria vai ao arquivo do Senado Federal.

Concedo agora a palavra ao Item 01, cujo Relator é o Senador Demóstenes Torres. Trata-se do Ofício S nº. 02/2001. Ofício nº. 0004 de 21/02/2001 na origem. Trata-se, como V. Exas. sabem, Sr^{as}. e Srs. Senadores, de projeto terminativo. A ementa é a seguinte – Aspas: “Encaminha ao Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte no Habeas Corpus nº. 77.724, que declarou a inconstitucionalidade do § Único do art. da Lei nº. 9.639, de 26 de maio de 1998 (amortização e parcelamento de dívidas com o INSS)”.

A autoria, como já tive ocasião de assim salientar, é do Supremo Tribunal Federal. O Relator da matéria, Senador Demóstenes Torres, apresentou parecer pela apresentação de Projeto de Resolução. E concedo, portanto, a palavra a S.Ex^a. para oferecer seu parecer.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então, como o parecer do Relator é favorável, eu passo então ao Item 03, cujo Relator é o Senador Vice-Presidente desta Comissão, Senador Valter Pereira. Trata-se do Ofício S nº. 44/1997, Ofício nº. 00090/P-MC de 20/05/1997 na origem. Trata-se, como todos nós sabemos, de ofício encaminhado pelo

Supremo Tribunal Federal ao Senado Federal, contendo cópias do parecer do Ministério Público Estadual, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº. 204.827, através do qual declarou a inconstitucionalidade do art. 7º em seus Incisos I e II, do art. 87 caput e Incisos I e II, e do art. 94 da Lei Municipal nº. 6.989/1966, todos com redação dada pela Lei nº. 10.921/1990, do Município de São Paulo”.

Eu concedo portanto a palavra ao Senador Valter Pereira, que é Relator da referida proposição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, vou à análise. Na falta de maior desenvolvimento da utilização da súmula vinculante instituída pela Emenda Constitucional nº. 45, mantém-se a utilidade da previsão de competência do Senado Federal para suspender a execução de todo ou em parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Essa figura, introduzida no sistema brasileiro pela Carta de 1934, perdeu, de acordo com algumas lições doutrinárias, destacando-se de Gilmar Mendes, de Celso Bastos, nas obras de Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade, respectivamente, muito de sua utilidade, à vista de controle abstrato de normas sensivelmente incrementado pelo sistema da Carta Política vigente. Permanece, contudo, útil para o trato adequado da decisão incidental de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa suspensão estende *erga omnes* os feitos da decisão proferida no feito por aquele Tribunal, ampliando o leque dos beneficiáveis, na medida em que, se não retira da lei a sua condição, impede irrevogavelmente a produção de seus jurídicos efeitos. Trata-se, não obstante, à força dos efeitos, de atribuição facultativa do Senado Federal, segundo as melhores lições doutrinárias, facultativa, política, irreversível, e ocorrendo atrelada à extensão material do julgado do Supremo Tribunal Federal, na precisa lição do Ministro José Celso de Mello, em “A Constituição Federal Anotada”, segunda edição, Saraiva, 1986, representando, essas questões, matérias preclusas no âmbito doutrinário, e em grande medida também, no jurisprudencial. Vai, portanto, veicular juízo de valor de fundo eminentemente político, de conveniência política desta Casa quanto à necessidade de suspensão da norma impugnada pela via da exceção.

No caso sob exame, verifica-se que, dado o tempo transcorrido desde a comunicação do STF ao Senado, todos os dispositivos legais impugnados abrangidos pelo Ofício S nº. 44/1997, que já foram objetos de suspensão mediante atos desta Casa, a saber: Resolução do Senado nº. 08 de 21 de junho de 2005,

que deu consequência ao acórdão proferido pelo STF no Recurso Extraordinário nº. 188.391; Resolução do Senado Federal de nº. 35, de 28 de junho de 2005, que deu consequência ao acórdão proferido pelo STF no Recurso Extraordinário de nº. 199.966/SP; Resolução do Senado nº. 13, de 07 de março de 2006, que deu consequência ao acórdão proferido pelo STF no Recurso Extraordinário nº. 210.586/SP.

Ressalte-se, outrossim, que os dispositivos legais censurados já haviam sido alterados pela Lei nº. 11.152, de 30 de dezembro de 1991, do Município de São Paulo, sendo que parte da nova redação também foi alvo de impugnação pelas decisões do Supremo, que ensejaram os atos suspensivos do Senado. Assim sendo, constata-se que nenhuma providência adicional se impõe a esta Casa em relação ao assunto.

Diante de todo o exposto, manifestamo-nos pelo arquivamento do processo relativo ao Ofício S nº. 44/1997, nos termos do art. 133-3 do Regimento Interno da Casa. (soa a campainha) É o nosso parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Valter Pereira opinou, em seu parecer, pelo arquivamento do Ofício S que teve ocasião de relatar.

Concedo agora a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, que é Relator do Ofício S nº. 74/1997. Vou ler apenas a ementa: “Encaminha ao Senado Federal cópia da Lei nº. 6.374, de 1º de março de 1989, bem como da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº. 191.648 do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 24 § 1º e nº. 04 da Lei nº. 6.374/89, do Estado de São Paulo”.

A autoria, como já tive ocasião de informar, é do Supremo Tribunal Federal, e o Relator, Senador Aloizio Mercadante, conclui pelo arquivamento do referido Ofício S.

Concedo a palavra a S.Ex^a. para relatar a matéria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, como já foi dito, eu resumir a minha intervenção dizendo que se trata de uma lei que propunha, na definição da base de cálculo do ICMS, que o montante do imposto sobre produtos industrializados, IPI, na operação realizada por estabelecimento simplesmente equiparado a industrial, pela Legislação relativa ao imposto federal. E esse mecanismo foi objeto de um recurso extraordinário ao Supremo. O Supremo achou procedente a representação e o acórdão do Supremo definiu a lei como inconstitucional. Mas a

Assembléia Legislativa revogou a lei anterior através da Lei nº. 10.619, de 19 de julho de 2000. Ao revogar a Legislação que era objeto dessa decisão do Supremo, eu diria que o meu voto, portanto, em face ao exposto, é pelo arquivamento do processo referente ao Ofício S nº. 74/1997, nos termos do art. 133 Inciso III do Regimento Interno desta Casa. Eu caminho ao arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então nós vamos agora iniciar a fase de discussão. Vamos fazer discussões de todos, vamos submeter à discussão os quatro Ofício S. Se ninguém desejar discutir, eu vou então agora iniciar a votação. (soa a campainha) Eu gostaria de chamar a atenção das Sras. e Srs. Senadores, vamos começar a votação nominal e vamos precisar, portanto, de quorum.

O primeiro item a ser submetido à votação é o Item 01, que concluiu pela apresentação (soa a campainha) de Projeto de Resolução. Vou começar a fazer a chamada.

Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Ideli Salvatti. Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Valadares, que eu não... Perdoe, eu não tinha, apesar de estar de óculos, eu não tinha visto...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu acho que nós vamos ter que fazer, (soa a campainha) Sr. Presidente, acho que nós vamos ter que fazer uma vaquinha aqui para comprar novos óculos para V. Ex^a., que eu já notei aqui umas duas vezes dificuldades para...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. A Casa sensibilizada agradece.

Então, Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valdir Raupp. Senador Romero Jucá. Senador Almeida Lima. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Azeredo. Senadora Lúcia Vânia. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jefferson Péres. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então já o Item 01 obteve 13 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum voto contra. Agora vou submeter, agora, a votação dos Itens 03 e 04, que opinam pelo arquivamento dos respectivos Ofícios S. Vou começar a chamada nominal.

Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sibá Machado. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante. Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Ideli Salvatti. Senador Antonio Carlos Valadares. Será que meus óculos estão...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Ele mudou de lugar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O senhor está enxergando bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com o Relator. Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então vamos proclamar o resultado. Os Ofícios 03 e 04 foram aprovados com 13 votos favoráveis, nenhum branco e nenhuma abstenção. Esses

ofícios são pelo arquivamento das respectivas proposições.

Passemos então agora ao Item nº. 05, não terminativo. O Relator da matéria é o nobre Senador Adelmir Santana, a autoria é do então Deputado José Roberto Arruda. A ementa é a seguinte – Aspas: “Altera os Arts. 3º e 8º da Lei nº. 9.264, de 07 de fevereiro de 1996 (Dispõe sobre a reorganização da carreira dos Policiais Cíveis do Distrito Federal)”.

O parecer do Relator, nobre Senador Adelmir Santana, é pela aprovação do projeto na forma de substitutivo que apresenta. A matéria, não terminativa, será apreciada posteriormente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo, pois, a palavra ao nobre Relator da matéria, Senador Adelmir Santana, para proferir o seu Relatório.

Com a palavra S.Ex^a.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é um projeto, como bem colocou a Presidência, de 2007, de origem da Câmara dos Deputados, do então Deputado José Roberto Arruda, já com a preocupação com os policiais do Distrito Federal, visando modificar o cargo e carreiras do policiais civis do Distrito Federal. Ele teve inicialmente a Relatoria do Senador Romeu Tuma, a quem eu quero render as minhas suas homenagens ao seu trabalho, aproveitando do seu Relatório importantes contribuições, da sua lavra, inclusive, com relação ao substitutivo apresentado.

É bom que se diga que após o início da tramitação desse projeto na Câmara dos Deputados, foi editada uma nova lei, de nº. 11.361, de 19 de outubro de 2006, resultado da conversão da Medida Provisória 308/2006, para alterar a remuneração dos cargos e das carreiras de policiais do Distrito Federal.

Esse projeto Lei nº. 26, portanto, na forma em que foi aprovado na Câmara dos Deputados, procura alterar a redação do art. 8º da Lei 9.264/96, apenas para manter a uniformidade do texto legal quanto à nova denominação de Agentes de Polícia de Execução Penal. A publicação da nova Lei nº. 11.361/2006, ao determinar a revogação daquele artigo, tornou anacrônica essa disposição do Projeto de Lei nº. 26. Em razão disso, em que pese o fato da análise do mérito, e ressalvada a condição que vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devemos consignar a nossa satisfação com a Justiça da proposição, por proceder, aos atuais Agentes Penitenciários da Polícia Civil do Distrito Federal, denominação mais adequada à sua inserção institucional. Mesmo havendo alteração da lei, esse fato não foi corrigido.

Portanto, em face do exposto, sou pela aprovação pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº. 26, na forma do substitutivo que apresentamos. Esse substitutivo, Sr. Presidente, tem por objetivo, naturalmente, adequar, uma vez que a Lei 11.361 é que efetivamente foi modificada por uma nova lei, ou modificou a lei anterior, nº. 9.264. Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Para discutir matéria, eu concedo a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu não gostaria de fazê-lo, mas forçoso me é de pedir vistas, depois do trabalho extenuante do Senador Adelmir Santana, no sentido de (soa a campanha) apresentar um relatório substantivo em relação a carreira dos policiais civis do Distrito Federal. Mas eu gostaria de examinar melhor os aspectos da constitucionalidade, porque normalmente essa matéria incorre em vício de iniciativa. Então, só para que a gente possa examinar... Não, incorre em vício de iniciativa. (soa a campanha) Então gostaria de pedir vista, para a gente examinar melhor. Terça-feira, quarta-feira nós

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Certo. Então eu concedo ao nobre Senador Inácio Arruda...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E apreciamos a matéria na quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Que está solicitando visto do processo...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Vou pedir vista também. Pode ser coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E o Senador Demóstenes Torres também está pedindo vista, então serão vistas coletivas. E a matéria então retornará ao exame da Comissão na próxima quarta-feira.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E aproveito para pedir à V. Ex^a., se for possível, a gente examinar o Item 11, que também não terminativo, que poderia ser examinado, é um projeto de minha autoria...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Eu apenas gostaria, como está presente o Relator do Item 07, que é o Senador Flexa Ribeiro, eu concederia a palavra a S.Ex^a., se ele se considerar habilitado a proferir o parecer agora, e posteriormente apreciaremos então o Item nº. 11, atendendo à solicitação de V. Ex^a., Sr. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ, Srs. Senadores, submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta de emenda à Constituição, PEC nº. 20/2007, subscrita pelo Sr. Paulo Duque e por outros 40 pares, a qual altera o art. 155 da Constituição Federal para permitir que o Estado de origem cobre ICMS nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificante, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica. A proposição compõe-se de três artigos. O seu cerne está no art. 2º, primeira parte, que ao revogar a Alínea b do Inciso X do §2º do Ar. 155 da Constituição Federal, elimina, no caso de operações com petróleo e derivados e com energia elétrica, a incidência exclusiva no destino do imposto sobre operações relativas de circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação, ICMS. O art. 1º da PEC ajusta a redação do §2º ao art. 155 da Constituição Federal às revogações alvitadas no art. 2º O art. 3º da proposição determina a entrada em vigor da Emenda Constitucional no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação.

Na justificação, os subscritores apontam a injustiça a que são submetidos os Estados produtores de petróleo e derivados de energia elétrica. O ICMS incidente sobre essas mercadorias cabe integral e exclusivamente ao Estado onde ocorrer o consumo. O erário do Estado produtor não auferir receita alguma. Propugnam que as operações com essas mercadorias se sujeitem à regra ordinária de incidência do ICMS nas operações interestaduais. Não foram apresentadas emendas.

Análise: Nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre as propostas de emenda à Constituição Federal. A proposta foi subscrita por mais de um terço dos membros do Senado Federal, em consonância com o Inciso I do art. 60 da Constituição Federal. Está vazada em boa técnica Legislativa, consoante a Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998. A PEC não altera as cláusulas pétreas de que trata o § 4º do citado art. 60 da Constituição Federal. Ao contrário, elimina odiosa discriminação contra os Estados produtores de petróleo e derivados de energia elétrica, vigente desde a promulgação da Constituição de 1988. Para justificá-la, por ocasião dos trabalhos da Assembléia Constituinte, argumentou-se que a produção de energia elétrica e petróleo foram frutos de pesados investimento federais e que beneficiar os Estados produtores geraria protestos dos demais Estados que já não teriam sido contemplados com essas grandes obras.

Passados quase 20 anos, o próprio argumento recomenda o expurgo do tratamento discriminatório. Estima-se o que Estado do Pará e do Paraná deixam de auferir, ao ano, cerca de 300 e 430 milhões, respectivamente, a título de ICMS que incidiria sobre a geração de energia elétrica. O Estado do Rio de Janeiro renúncia a cerca de dez milhões ao ano por conta do ICMS sobre a produção de petróleo e derivados que está proibido de cobrar. Se esses Estados foram beneficiados por investimentos federais, essas inversões já foram pagas pela renúncia fiscal ao longo de 19 anos.

Por essa razão, a incidência do ICMS sobre operações relativas a petróleo e derivados e à energia elétrica devem voltar ao trilho das operações interestaduais ordinárias, que é o regime misto de partilha. É o que faz, com muita propriedade, a PEC sob análise.

Voto: Em face do exposto, o voto é pela aprovação da proposta a emenda à Constituição nº. 20/2007.

Este é o voto, Sr. Presidente. (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão. Para discutir o nobre Sr. Senador Valter Pereira, e a seguir o nobre Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu vou pedir vistas do projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado. Bom, se S.Ex.^a. o Senador...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu também quero vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então vistas coletivas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Até porque, Sr. Presidente, eu acho que aqui está faltando uma emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Tem a palavra V. Ex.^a.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – A emenda aqui no caso eu acho que é a seguinte: Vamos distribuir melhor essa cobrança e também os *royalties* do petróleo. Aí fica equilibrado para todo mundo. Certo?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Está concedida vista, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedidas vistas coletivas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ok, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E a matéria voltará a debate na Comissão, discussão e votação na Comissão, na próxima quarta-feira, dia 21. (soa a campainha) Agora, nobre Senador Inácio Arruda, como o Relator da matéria de autoria de V. Ex.^a. não se encontra presente, eu vou conceder...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu vou conceder a palavra ao Senador... Bom, V. Ex.^a...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu estou propondo a V.Ex.^a. pedir ao Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Posso também fazer o seguinte: O Senador Tasso Jereissati relataria *ad hoc*?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Tendo em vista não se encontrar presente o Senador Leomar Quintanilha. Eu talvez faça o seguinte: Vou conceder dez minutos a S.Ex.^a. para que possa fazer a leitura do parecer, e enquanto isso nós apreciamos o projeto de que é Relator do Senador Demóstenes Torres, que é o nº. 12, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB”. Autoria do deputado José Roberto Batochio, que aliás foi Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O Relator é o Senador Demóstenes Torres, que oferece parecer pela aprovação do projeto. Com a palavra S.Ex.^a.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, é um projeto simples e acho que justo. O que propõe o Deputado Batochio? A modificação no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, para ajustar um dispositivo. O que diz esse dispositivo? Que os honorários podem ser cobrados em até cinco anos do cliente. O honorário devido pode ser cobrado em até cinco anos. Mas aplica-se a Regra Geral do Código Civil para a ação de prestação de contas que o Advogado tem que fazer ao cliente. Qual era o prazo geral no Código Civil de 16, 20 anos? E no atual Código Civil? Dez anos. O que ele está propondo? Como o prazo para cobrar honorários é de cinco anos, que tenham isonomia. O prazo para prestar contas, do Advogado, exigido pelo

cliente, seja também de cinco anos. Parece-me justíssimo e por isso eu voto favoravelmente.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Item 12. O nobre Relator Senador Demóstenes Torres oferece parecer favorável. Em discussão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão, para discutir a matéria. Em discussão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Apenas para cumprimentar a iniciativa do Deputado José Roberto Batochio e a Relatoria do Senador Demóstenes Torres. Efetivamente era preciso estabelecer uma equidade entre os direitos de Advogados e de clientes. E aqui, efetivamente, foi feita a devida reparação. Acho que é uma iniciativa louvável, corrige uma distorção da lei e merece a nossa aprovação.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa indaga se mais há alguém interessado em discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir a referida proposição, eu encerro a discussão e vou submeter a matéria à votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

(soa a campanha)

Passemos então ao Item nº. 11, que se trata de um projeto de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no Estado do Ceará, e dá outras providências”. O Relator *ad hoc* é o Senador Tasso Jereissati, aliás também representante do Ceará aqui no Senado Federal, e que oferece parecer, como Relator *ad hoc*, pela aprovação do projeto. A matéria não é terminativa, será apreciada ainda pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle.

Por fim, eu gostaria de dizer que concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati para relatar a referida proposição.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara PLC nº. 112/2005, apresentado em 2000 pelo então Deputado e hoje Senador Inácio Arruda e outros, propõe a criação de área de proteção ambiental denominada Serra da Meruoca, situada na serra do mesmo nome, localizada nos Municípios da Meruoca, Massapê, Alcântara e Sobral, no Estado do Ceará.

A criação da mencionada APA tem por finalidade: Garantir a conservação dos remanescentes florestais da região; proteger os recursos hídricos, a flora e a fauna silvestres; promover a recomposição da vegetação natural e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante o disciplinamento das atividades econômicas regionais; ordenar o turismo ecológico; fomentar a educação ambiental e preservar as culturas e tradições locais.

Os limites da área da proteção ambiental da Serra da Meruoca estão estabelecidos no art. 2º da proposição.

Esse PLC foi recebido pelo Senado Federal em 2005, novembro de 2005, e distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e posteriormente será apreciado no mérito pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle.

O Relator anteriormente designado para o exame da matéria na CCJ manifestou-se pela aprovação do PLC e o parecer, entretanto, não chegou a ser votado pela Comissão. Com o fim da Legislatura e em virtude da disposição no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato nº. 97/2002 do Presidente desta Casa, a proposição permaneceu em tramitação. Nesta oportunidade nos cabe, como Relator *ad hoc*, relatar a matéria.

Conforme mencionado inicialmente, coube ao saudoso Senador Ramez Tebet examinar a matéria no âmbito da CCJ, onde o Relator posicionou-se favoravelmente ao PLC. Cabe observar que, na ocasião, o Senador fez uma correta análise dos aspectos da constitucionalidade e judicialidade sobre os quais compete esta Comissão manifestar-se, com a qual manifestamos plena concordância.

Trata-se também, no mérito, de uma proposição do maior significado, pois a Serra da Meruoca é uma das regiões, um dos microclimas mais importantes do Estado do Ceará, tratando-se de uma Serra de rara beleza natural, com a vegetação de Mata Atlântica muito exclusiva, e que é de extrema importância a preservação e a criação dessa APA.

Portanto, o voto do Relator é favorável e eu queiria me congratular pelo Senador Inácio Arruda e dos outros signatários, por iniciativa tão importante.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Relator da matéria, Senador Tasso Jereissati, é pela aprovação do projeto de iniciativa do então Deputado Federal, hoje Senador Inácio Arruda, e eu vou submeter a matéria à discussão.

Não sei se há Senador interessado em discuti-la. Se não houver quem deseje discutir, eu vou encer-

rar a discussão e submeter a matéria à votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, ou melhor, que aprovam o parecer do Relator, nobre Senador Tasso Jereissati, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora o Item 10 seria o último item a ser apreciado nesta Reunião. Trata-se do Item 10, projeto não terminativo, de autoria da Deputada Sandra Rosado, do Rio Grande do Norte, e como já disse é não terminativo. Ele – Aspas – “Acrescenta §3º-c ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências (Determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)”.

O Relator é o Senador Valdir Raupp. Como S.Ex^a. não se encontra presente, vou designar como Relator *ad hoc* o nobre Senador Valter Pereira, que é Vice-Presidente desta Comissão. O parecer do Relator é pela aprovação do projeto.

Com a palavra, portanto, Senador Valter Pereira, para relatar a referida proposição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, a União tem competência privativa para legislar sobre registros públicos, nos termos do art. 25, aliás, do Inciso XXV do art. 22 da Constituição Federal. O Congresso é competente para dispor sobre a matéria. A iniciativa Parlamentar é legítima, conforme art. 61 da Constituição, tendo em vista que a matéria não se insere entre aquelas reservadas à iniciativa do Presidente da República. A Lei nº. 9.534, de 10 de dezembro de 1997, instituiu a gratuidade do Registro Civil de Nascimento e do Assento de Óbito, bem como da primeira certidão respectiva.

Na justificação do projeto, a Deputada Sandra Rosado ressalta que a iniciativa da proposição deve-se ao fato de que muitos cartórios, em vários Municípios do País, vêm descumprindo, inexplicavelmente, essa determinação legal. Não restam dúvidas de que a proposição é meritória. Se a Lei 9.534/97 avançou no sentido de assegurar o direito da gratuidade dos registros e certidões mencionados, a medida proposta concorre para tornar a norma mais eficaz, ao determinar que o próprio cartório deverá informar ostensivamente aos interessados sobre esse direito em quadro afixado em local de grande visibilidade.

Cabe ressaltar que, nos termos da Lei nº. 9.812, de agosto de 99, o descumprimento da gratuidade prevista na Lei nº. 9.534/97 sujeita os oficiais de registro infratores às penalidades de repreensão, multa ou suspensão por 90 dias, e até, no caso de reiterado descumprimento, à perda da delegação.

Devidamente informados sobre o direito de gratuidade, os interessados não só o exercerão com mais frequência, como também estarão mais aptos a representar ao juízo competente sobre o seu descumprimento por parte do Cartório para aplicação das penalidades cabíveis. Registre-se ainda que, uma vez transformada em lei a proposição respectiva, o descumprimento da medida por ela instituída, por si também sujeitará os oficiais de registro que infringirem a norma às penalidades previstas na Lei nº. 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Meu voto, em vista do exposto, é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº. 150/2006, e no mérito, por sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O parecer do Relator, Senador Valter Pereira, é pela aprovação do projeto. Quer no que diz respeito à sua admissibilidade como matéria constitucional, legal, quer também no que diz respeito ao mérito da proposição.

Desejo, portanto, agora, abrir a matéria à discussão. Senador Demóstenes Torres, para discutir a matéria, tem a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, é um projeto simplisinho e interessante. Por quê? A Lei de Registros Públicos prevê que o Registro de Nascimento de Óbito é gratuito, e a primeira certidão, ela também é gratuita. E aí o que acontece? Acontece é que muitos Cartórios vêm descumprindo essa regra. Então o Cartório passa a ser obrigado a afixar todas as suas custas e emolumentos, e há uma previsão de multa se descumprir esse item – E isso é interessante – e mais, até a perda da concessão do registro. Daí porque eu acho que é um projetinho interessante, bom, de utilidade pública, e voto tranquilamente de maneira favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu indago se ainda há quem queira discutir a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, vou submeter a votos. Como não se trata de proposição terminativa, a votação será simbólica. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a proposição permaneçam como se encontram. Aprovada.

Eu gostaria, antes de encerrar a presente Reunião, de fazer duas comunicações. A primeira, que hoje, às 14 e 30 horas, nós vamos realizar uma Reunião Extraordinária para realizar a última Audiência Pública para instruir a proposta de emenda à Constituição nº. 01/2003, que tramita em conjunto com as PEC's nº. 23/2003; 51/2004; 11, 29 e 61, de 2005; e 12/2006.

Que dispõem, as referidas PEC's – Faço questão de mencionar -sobre precatórios judiciais. Já fizemos uma divulgação ontem da realização dessa reunião que ocorrerá hoje à tarde, e gostaria de contar com a presença de todos, por se tratar de matéria relevante para a instrução das PEC's, que são muitas que existem sobre o tema, o que demonstra claramente que se trata de um assunto extremamente polêmico. Deverão estar presentes à referida Audiência Pública as seguintes pessoas: Dr. João Quirino(F), representante do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, cujo titular é o Dr. Paulo Ziulkoski; estará presente também o Prefeito de Diadema, que é Coordenador da Comissão dos Precatórios das Prefeituras, o Dr. José de Filippi Júnior; o Dr. Vulmar de Araújo Coelho Júnior, Juiz do TRT de Rondônia; e finalmente o Dr. Luís Henrique Schuch, representante do Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ANDES.

Portanto, eu gostaria de, mais uma vez, reiterar a solicitação no sentido de contar com a presença de todos e todas Senadores à referida Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião, convocando à Reunião Extraordinária de hoje à tarde, e também lembrando que, na próxima quarta-feira, dia 21, às 10 horas, hora regimental, por sinal teremos uma Reunião Ordinária da referida Comissão.

Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 11h52.)

Ata da 45ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2007, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos, do dia quatorze de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Eptácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Valter Pereira, Adelmir Santana, Antonio Carlos Júnior, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Inácio Arruda, César Borges, Marcelo Crivella, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e das Senadoras Ideli Salvatti e Kátia Abreu, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer,

os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e as Senadoras Serys Slhessarenko e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização da **3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** para instruir a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2003** (Tramitam em conjunto as PEC's nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005; e 12, de 2006), "Altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios".

Autoria: Senador Maguito Vilela e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. Tramita em conjunto com as seguintes propostas: **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2003**, "Dá nova redação ao § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais". **Autoria:** Senador Efraim Moraes e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2004**, "Altera o artigo 100 da Constituição Federal, e dá outras providências (Dispõe sobre Precatórios Judiciais)". **Autoria:** Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2005**, "Altera o art. 100 da CF para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento de precatórios judiciais". **Autoria:** Senador José Maranhão e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2005**, "Dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios". **Autoria:** Senador Sérgio Cabral e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2005**, "Altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios". **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2006**, "Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios". **Autoria:** Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores. Foram realizadas duas Audiências Públicas para instruir a matéria: a 1ª em 13/12/2006 e a 2ª em 16/10/2007. Presentes à 3ª Audiência Pública,

aprovada em 10/10/2007, conforme Requerimento nº 20, de 2007-CCJ, de autoria do Senador Valdir Raupp, e Termo Aditivo nº 1, de autoria do Senador Valter Pereira, os seguintes convidados: Dr. João Guerino, Prefeito de Colatina/ES, representante do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, Dr. Paulo Ziulkoski; Dr. José de Filippi Junior, Prefeito Municipal de Diadema/SP e Coordenador da Comissão de Precatórios das Prefeituras; Dr. Vulmar de Araújo Coêlho Junior, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho – RO; e Dr. Luiz Henrique Schuch, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, representante do Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, Dr. Paulo Marcos Borges Rizzo. Justificou a ausência, o Dr. André Puccinelli, Governador Estado do Mato Grosso do Sul. Usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, Relator, Valter Pereira e o Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ. A Presidência declara encerrada a Reunião, às dezesseis horas e quarenta e seis minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião como sabem V.Ex^{as}, destina-se à realização da terceira e última Audiência Pública para instruir as propostas de Emenda à Constituição nº 1 e 23/2003, 51/2004, 11, 29 e 61/2005 e 12/2006 que tramitam em conjunto e versam sobre precatórios judiciais. O Relator da matéria é o nobre Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB nesta Casa, a maior bancada partidária nesta Casa, e eu gostaria de inicialmente convidar para integrar a Mesa o Dr. João Guerino representando o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski. Dr. Vulmar de Araújo Coêlho Júnior, Juiz de Direito no Estado de Rondônia, também convidar o Dr. José de Filippi Júnior, Prefeito Municipal de Diadema e Coordenador da Comissão de Precatórios das Prefeituras. E finalmente o Sr. Luiz Henrique Schultz, representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior,

ANDES, cujo Presidente é o Dr. Paulo Marcos Borges Rizzo. Eu gostaria que tomassem assento à Mesa dos trabalhos e vou conceder a palavra por 20 minutos a cada um dos expositores. Começando pelo Dr. João Guerino que representa aqui o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski. Com a palavra o ilustre Dr. João Guerino.

SR. JOÃO GUERINO – Senador Marco Maciel, Exm^o. Sr. Senador Marco Maciel, obrigado por mais essa audiência, obrigado por mais esse momento. Quero cumprimentar Exm^o. Sr. Senador Valdir Raupp, cumprimentando a todos os outros Senadores. Quero saudar o colega Prefeito Filippi, de Diadema, cumprimentar o Dr. Vulmar de Araújo, e o Dr. Luiz Henrique Schultz, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes.

Nós fizemos uma breve apresentação do pensamento da Confederação Nacional dos Municípios, onde vamos fazer um relato do nosso posicionamento e nossa defesa em relação a PEC nº. 12, que ela foi originada de várias gestões e debates promovidas lá no início pelo Ministério Público e pelo Ministro Nelson Jobim, perdão, então Presidente do Supremo Tribunal, apresentado no Senado Federal e pelo Senador Renan Calheiros, o formato da PEC ele cria um regime no qual a União, Estados e Distrito Federal tomariam disponíveis os recursos para aplicação de pagamento de precatório de 3% da despesa líquida real e os Municípios 1,5%. Os recursos mencionados distribuídos em 70% destinados para leilões, com deságio pagamento a vista de precatório e 30% destinado para pagamento de precatórios não quitados por leilão. E também a extinção da ordem cronológica e cumprindo a aplicação dos recursos destinados a PEC, o Poder Público estaria isento de sofrer seqüestro pelos Tribunais de Justiça.

Bom, o cenário atual que a gente apresenta para vocês, de acordo com estimativa do Supremo, nós temos hoje um setor público com dados de 2004 uma dívida de 60 bilhões em precatórios, Municípios e Estados. Só os juros e correção monetária nos últimos 15 anos cresceram cerca de 23% ao ano. O número de precatórios tem obrigado alguns Municípios praticamente a criarem departamentos para gerenciar essa questão. Muitos Estados e Municípios não prevêm seus orçamentos recursos mínimos para pagamento de precatórios, e alguma vezes prevêm mais e não conseguem em hipótese alguma cumprir. Uma guerra jurídica entre os credores consegue decisões judiciais determinando o seqüestro de receita e os Municípios com liminares impedindo tal iniciativa. Existe hoje uma grande distinção entre valores devidos de alguns precatórios e o valor real de mercado dos mesmos. Meu

Município mesmo um terreno que custa 200 mil reais estamos com precatórios de 4,5 milhões.

Aí vou apresentar uma tabela rápida do total de precatórios pendentes, municipais e estaduais. Nós temos o meu Estado, o Espírito Santo, hoje os Municípios um bilhão e 90 milhões e o Estado com quase 7 bilhões de estoque de precatórios. E a gente tem que às vezes questionar até os vícios de origem. Então, se somar Municípios e Estados com dado de 2004 nós estamos chegando aí 61 bilhões hoje deve passar de 100 bilhões esse estoque. Se nós mantivermos a situação atual, a situação atual o que acontece praticamente que nenhum Estado e Municípios conseguem resolver os seus problemas em tempo limitado? Por exemplo, o Estado de Pernambuco, o Estado de precatório 83 milhões pagou em 2003... 83 bilhões, pagou 4 bilhões, com a despesa primária líquida de 6 bilhões. Quer dizer, 7% apenas... 0,07%. E ele gerou um fluxo de precatório de 16 milhões. Quer dizer, o tempo para se pagar isso vai ser praticamente infinito. Ele não vai conseguir quitar essa dívida na estrutura atual. Alguns Estados conseguem, lá Rio de Janeiro em 9 anos, alguns Estados, São Paulo em 45 anos, Tocantins em 10 anos. Espírito Santo praticamente não consegue, é infinito. A PEC nº. 12 vem dar um alento para essa situação. Ela vinculando a receita da União, Estados e Municípios para pagamento de precatório 3% da despesa que era proposta e 1% para os Municípios 3 para a União e Estados. Quer dizer, termina com a distinção entre precatórios alimentares e não alimentares. Isso é importante. Altera a ordem de pagamento de cronológica para crescente de valor. Isso é uma ação importante. Permite e aí sim permite que o Poder Público se beneficie do deságio através dos leilões. Prevê uma compensação prévia, fator importante para nós. Uma compensação prévia da dívida ativa, pois se de um lado o Poder Público deve 60 bilhões, nós temos aí 380 bilhões para receber só estaduais 169 bilhões e Município 74 bilhões. Aproveitando a Resolução do Senado, a 33/2006, que permite a terceirização também da nossa cobrança das dívidas, hoje 5% dos Municípios já terceirizaram essa dívida, essa cobrança. E já desde que terceirizaram praticamente 30% da dívida foram quitadas. Com isso a gente tem um alento e aí surge uma perspectiva melhor.

Diante disso, a gente vê o lado positivo, tanto para o Estado e Município como para os credores. Para o Estado e Município, o Estado poderá ter uma redução do valor devido em precatório. Questão de deságio é extremamente importante. Será concedido um prazo maior para pagamento. O Estado poderá se apropriar do deságio na compra de precatórios. O Estado terá desvinculação de parte da receita para o pagamento de

precatórios. Então, você não fica com aquele comprometimento, aquela briga. Haverá ingresso de receita não esperada para os Estados e Municípios, uma vez que se apropriarão do Imposto de Renda dos precatórios para servidores. Fim das punições de seqüestro, intervenção para aqueles que optaram pelo novo sistema. Isso é fantástico, essas intervenções e seqüestros a multa 10%, aliás temos que pensar numa sugestão de uma Emenda, um projeto em que os Municípios não sejam penalizados com essa multa de 10% já que nós não temos agilidade para pagar essa multa quando ocorre, quando você não quita em 15 dias.

Para o credor, na maioria dos Estados 30% a serem destinados à fila representa um valor maior do que atualmente destinado. Provável redução do deságio hoje existente do mercado secundário de precatório. Hoje o deságio está 65%, 70% nós podemos ter uma redução desse deságio de acordo com o jornal Valor Econômico, mas não temos essa informação com tanta firmeza. Maior liquidez para o precatório, com os leilões, aqueles que quiserem poderão rapidamente receber seus precatórios. Um poder liberatório da dívida ativa, uma compensação e uma maior justiça social. Quer dizer, os precatórios de menor valor serão os primeiros a serem pagos e não se submeterão a deságio. Fantástico isso aí. Diante disso, nós temos os novos números com a perspectiva diante daqueles mesmos valores com estoque de precatório, com a despesa primária líquida, os 6% e 1,5% e também com fluxo de precatórios, olha o quadro como é que fica. O Acre com quatro anos ele quita seus precatórios. Alagoas com um ano, Amazonas com um ano. Quer dizer, alguns Municípios, alguns Estados... Volta, só para pegar o meu Estado aí. O Espírito Santo continua aí infinito ainda, mas nós vamos ter aí a maioria dos casos resolvidos com essa situação. Isso é importante para população, importante para o credor e é uma boa saída. Eu acho que muito melhor do que a situação atual. A necessidade de solução é o que a gente está debatendo e isso já foi pelo ritmo de crescimento dos precatórios antigos e o volume do pagamento atual dos entes públicos não há solução nem mesmo a longo prazo para a questão dos precatórios. Diante da situação atual e aí tem a necessidade dessa mudança. A vinculação dos recursos de Estados e Municípios permite, segundo estimativa do próprio Supremo, que tenhamos uma solução a médio e longo prazo, ainda mais com as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao serem pagos primeiramente os precatórios de menor valor, estará sendo dado celeridade aos processos de pequeno valor que hoje demoram anos em função dos grandes, de grandes mais antigos terem precedência sobre eles e os entes públicos não terem

recursos para honrar os mesmos. Essa também é uma solução fantástica. E quando se fala em crescimento econômico, e em maior necessidade de investimento, podemos verificar que caso a União, Estados e Municípios tenham que pagar o teto de recursos que passaram a se vinculados com precatórios anualmente serão transferidas a sociedades 14,8 bilhões. 50% do investimento público atual. Quer dizer, hoje se investe aí 30 bilhões. E se nós olharmos, por exemplo, pelo PAC ou olharmos pelo Bolsa Família, esse volume de recursos que nós estamos colocando a disposição é fantástico. Bom, a nossa posição ela... Nós somos favorável a PEC nº. 12, especialmente estabelecimento de um teto para o pagamento, e a quebra da ordem cronológica facilitando essa forma liquidação dos precatórios de menor valor e as negociações sobre deságio precatórios inflacionados. Essa tese é fantástica. A incidência do limite sobre a despesa primária líquida ou a receita líquida real, o percentual da vinculação, a fila de precatórios de menor valor e do leilão. O debate será 1,5 a 2%, a vinculação a gente pode... Isso tem que se trabalhar, negociado, e nós propomos que os leilões dos precatórios possam ser feitos pelos atuais sistemas de Pregão Eletrônico utilizados para licitação, desatrelados da Comissão de Valores Imobiliários que alguns Municípios vão ter muita dificuldade de aplicar, que os grandes precatórios alimentares, coletivos possam ser desdobrados em individuais para se beneficiarem da fila de menor valor, senão você tem lá um sindicato entra com dois mil servidores, a média de precatórios está sendo 12 mil reais, você tem um estoque em... Você tem um precatório altíssimo e se ele for desmembrado você tem como pagar. Que a multa prevista na CPC de 10% pelo atraso de mais de 15 dias em pagar, é isso que eu falei, em pagar o débito judicial seja desconsiderado para o Poder Público. Uma vez que não é viável operacionalmente esse prazo, não tem Poder Público que consegue pagar em menos de 15 dias. Temos problema de caixa, de orçamento, não tem velocidade para isso. Nós não somos setor privado. Isso é aplicado para o setor privado. O setor público não tem essa agilidade. Nenhum dos municípios defendem o calote da dívida com precatórios. Todos defendem a construção de um mecanismo que viabilize o pagamento de débitos sem inviabilizar as gestões municipais. Nós estamos comprometidos com a Lei de Responsabilidade Fiscal. A gente vê bons casos no Brasil. Eu acho que a maioria dos Municípios tem gestões modernas, e nós queremos resolver esse problema. Acho que defendemos essa PEC nº. 12 e defendemos esse modelo assim como a forma de resolver o mais rápido possível e em menor curto espaço de tempo essa solução que é ingrata principalmente

para a população, para o credor. É isso, Senador, muito obrigado pelo espaço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Presidência agradece a contribuição trazida pelo João Guerino representante da Confederação Nacional dos Municípios, e quero cumprimentá-lo pela forma clara como expôs essas safras questões relativas aos precatórios e vou em seguida dar a palavra ao Dr. Vulmar de Araújo Coêlho Júnior que é Juiz do Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Rondônia, aliás Estado aqui representado de forma muito competente pelo Senador Valdir Raupp. Concedo a palavra, portanto, a S.Ex^a.

SR. VULMAR DE ARÁUJO COÊLHO JÚNIOR – Exm^o. Sr. Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Exm^o. Sr. Senador Valdir Raupp, digno no Relator desta PEC, Dr. João Guerino representante da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. José Fillipi Júnior, Prefeito de Diadema, Dr. Luis Henrique, representante do Sindicato dos Docentes do Ensino Superior.

Apesar de Juiz vou tentar seguir o mesmo brilho e concisão do Dr. Guerino e clareza para permitir realmente um raciocínio fluído e contribuir de fato.

Acredito, Presidente, que a nossa convocação se deva à experiência corajosa que o nosso Senador Raupp quando Governador em enfrentar de forma muito corajosa realmente a dívida enorme que Rondônia tem. Por quê? Rondônia é um Estado dos mais novos da Federação e já tem um acúmulo de precatórios gigantesco. E realmente se buscam soluções, se trabalham de forma corajosa e determina frente à sociedade na tentativa de solucionar esse impasse.

A Emenda em estudo nos permite trazer algumas contribuições praticadas no âmbito da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre. O TRT da 14^a Região ele tem jurisdição no Estado de Rondônia e no Estado do Acre. E nós temos aí, digamos assim, dois espelhos muito distintos. Um Estado tenta dentro dos seus limites pagar alguma parcela desse precatório, outro Estado alegando suas dificuldades, nada paga. Alguns Municípios celebram termos de cooperação e vão pagando algumas parcelas. Outros Municípios sequer dão bola a essas requisições. Então nós temos situações extremamente distintas. Mas o que tem servido de alento para nós nos últimos anos é uma prática que tem sido tornada comum na Justiça do Trabalho no Brasil e em Rondônia, que foi a instituição do juiz auxiliar de precatórios. Esse juiz auxiliar é uma entidade, digamos, informal, ela não está prevista na CLT, vem apenas dentro da tradição da CLT que eu acho que é uma das tradições que ainda vai vigorar por muito tempo no país

desse esforço de conciliação, esforço esse que hoje até o Supremo Tribunal, através do Conselho Nacional de Justiça agora próximo de 8 de dezembro terá de novo movimento conciliar e legal, há um esforço muito grande, e esse juizado de conciliação ele age da seguinte forma. Primeiro, busca junto aos Estados e Municípios a celebração de termos de cooperação. O que são esses termos de cooperação? É o Estado e Município assumir uma obrigação durante 12 meses em parcelas mensais de um determinado valor. Valor esse que é colocado sob a custódia desse ajuizado, e aglutinado numa conta vão sendo chamados os credores em audiências para tentar uma conciliação. Então, nós temos, por exemplo, uma tabela já de deságio. É uma tabela que foi criada por um critério nosso, as requisições de pequeno valor, ou seja, até 40 salários mínimos não estariam sujeitas a deságio. De 14 mil reais até 20 mil reais já haveria um deságio de 20%. E acima de 110 mil reais um deságio de 30%. Agora, nada impede em que as partes possam estabelecer parâmetros diferentes. Quando essa Comissão, esse juizado foi instalado, nós tínhamos em torno de 2.500 precatórios a serem pagos. Hoje restam cerca de 700 precatórios. Essa evolução de pagamento ela se mostra materializada da seguinte forma. O Estado de Rondônia deposita atualmente, está terminando agora em dezembro o atual convênio 400 mil reais por mês. Por exemplo, o Departamento de Estradas de Rodagens de Rondônia, 28.330 reais. O Município de Ji-Paraná, estou citando apenas alguns, 32.500. O Município de Senador Guiomar, no Acre, 5 mil reais. Então veja essa diversidade de valores demonstra a boa vontade de todos em chegar ao que é possível. Então, quem pode mais paga mais. Quem pode menos paga menos. E se senta à mesa com essa tabela de deságio na busca de um acordo, diga-se de passagem, nesses quase 1.500 precatórios resolvidos, apenas de um caso não houve acordo imediato. Houve uma impugnação à conta. O Juiz quando recebe esse valor convoca as partes para a audiência, ele verifica também se essas contas não apresentam inexatidão. São muito comuns erros materiais, juros sobrepostos, contas de planos econômicos que até hoje estão rendendo dividendo. Então é feita uma revisão dessas contas. E nesses mais de 1.500 exemplos, ou quase 1.500 exemplos de situações já resolvidas, nós já tivemos resistências nos demais houve essa conciliação. O que nós temos a desfavor disso é porque não há uma obrigatoriedade de nem Estado nem Município celebrem esses acordos. Depende da visão política de cada dirigente. Então, a nosso ver, essa questão do leilão que está proposta na Emenda, permita apenas um comentário, ela poderá levar até a uma caracterização de preço vil. Porque nós não...

O leilão não tem um limite. Quer dizer, está aberto ao público. Qual será o valor máximo e qual será o valor mínimo, não há uma definição prévia. Senão perde a característica do que representa o leilão, mas pergunto: Esse valor será aceito pelo credor? Quer dizer, são credores já históricos, são pessoas que estão esperando há 10, 15 anos. Em média. Se não mais. São pessoas, até vejo uma das Emendas que cuida dos idosos, é uma Emenda que até deve ser relativizada porque quase todos já são idosos. Sem falar dos diversos espólios e herdeiros que já atuam nos processos porque muitos já morreram e pelos dados corretos que a Confederação Nacional de Municípios apresenta, alguns créditos levarão infinito para serem quitados. Então a preocupação com os idosos é importante a nível na nossa filosofia de vida, da nossa... Do nosso avanço da nossa civilização, mas hoje quase todos já são idosos. Então essa Comissão, esse ajuizado ele precisaria de um reforço, penso eu, que seria o Congresso Nacional impor realmente a vinculação de receita para o pagamento desses precatórios. E liberar, aí me parece extremamente sedutor ao dirigente, ele desse obrigação se ele celebrasse um acordo, se ele viesse anualmente... Isso é feito ano a ano, Presidente, porque nós não sabemos o dia de amanhã. Nós já vemos a Bolsa de Valores todo dia com comentários do que vai acontecer nos Estados Unidos, a bolha imobiliária vai para frente, se vai para trás, então isso reflete no nosso país. Não há como fazer projeções além de 12 meses nesse tipo de situação, que a cada 12 meses se senta e se renova. O Estado de Rondônia já renovou várias vezes. Outros Municípios também. Nós já estamos com experiências reiteradas. Não é a nossa primeira... Não é o nosso primeiro ano de atuação. Então o que nós temos a favor desse sistema é que a vontade das partes sentadas de frente a frente com seus representantes legais, seus Advogados, seus Procuradores do Estado tentam objetivamente uma composição. E esse deságio vem realmente tornar isso atrativo. Não sei se seria um atrevimento da minha parte, até pensar se nosso legislador já definir que pagamentos dessa ordem, principalmente os que são chamados alimentares como são os trabalhistas em geral, por estarem há 10, 15, 20 anos na espera, eles deixam de ser alimentares. Essas pessoas já estariam tísicas a espera desses alimentos. Eles são hoje na verdade pagamentos de uma natureza transmutada para indenizações. Porque depois de 10, 15 anos receber o salário que não me foi pago há 10, 15 anos atrás, ele não tem mais, penso eu, a natureza alimentar. Já seguindo uma certa tendência no Superior Tribunal de Justiça já seria um caráter indenizatório e não estaria sujeito ao Imposto de Renda retido

na fonte. Então seria porque o Imposto de Renda tem também um peso significativo nessa conta, não sei se essa avaliação dos encargos fiscais e previdenciários não serviriam de um alento e de um incentivo maior às partes a negociar.

Então o que eu posso lhe trazer e trago pasta com documentos tanto ao Relator, a V.Ex^a e aos membros da Casa, desta Comissão, são exatamente os termos de cooperação que foram celebrados com o atual Governador renovou, o Governador Cassol, com alguns Municípios, e que isso tem dado certo. Agora, ao limite, o grande calcanhar são aqueles Municípios onde o Estado diz: Não, não quero celebrar esse acordo. Em base alguma. Nem 5 mil, nem 400 mil, nada. Isso realmente nos cria uma fragilidade. Talvez essa Emenda tenha realmente essa vitória de obrigar essa vinculação da renda de um percentual mínimo, e deixando o administrador livre dessa obrigação se celebrar um termo ou um acordo dentro do que possa ser elaborado. Basicamente, Senador, seria essa a nossa contribuição e a nossa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Caro Dr. Vulmar de Araújo Coêlho Júnior, eu quero cumprimentar V.Ex^a pela exposição feita que trouxe inclusive uma contribuição... Uma sugestão muito interessante da experiência que vem sendo praticada pela justiça trabalhista nos Estados de Acre e, sobretudo, Rondônia, e eu acredito que as sugestões que V.Ex^a oferece de alguma forma podem contribuir para encontrarmos caminhos de como enfrentar essa questão tão difícil.

Eu gostaria de indagar ao nobre Senador Valdir Raupp se ele deseja fazer alguma observação.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, primeiro pedir desculpa por ter que me ausentar porque eu estava votando no Conselho de Ética. Votou o primeiro Relatório lá e eu tive que ir lá rapidamente. Ainda bem que as Comissões estão próximas aqui. Mas dizer que nesse início de audiência está sendo muito proveitosa. Eu queria fazer só uma indagação. Ele estava falando sobre o assunto da conciliação. É uma espécie de junta de conciliação entre os Advogados e as partes e o TRT, os tribunais do trabalho?

SR. VULMAR DE ARAÚJO COÊLHO JÚNIOR – (pronunciamento fora do microfone)... Responde por ambos Estados, e os Juízes titulares encaminham para esse juizado os seus precatórios. E eles são ordenados e convocados a medida que o dinheiro vai sendo disponibilizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então passaria agora dando sequência a nossos trabalhos a palavra ao Prefeito de Diadema,

Município importante da região metropolitana de São Paulo, o Prefeito José de Fillipi Júnior, que aqui também representa a Comissão de Precatórios das Prefeituras Municipais. Eu concedo, portanto, a palavra ao nobre Prefeito para a sua exposição.

SR. JOSÉ FILLIPI JÚNIOR – Exm^o. Sr. Presidente Senador Marco Maciel, meus cumprimentos. Meus cumprimentos também ao Senador Valdir Raupp, Relator da proposta de Emenda Constitucional nº. 12, demais Senadores e Senadoras presentes, saudar os meus colegas aqui de Mesa, o Prof. Luiz Henrique, Juiz Dr. Vulmar, Prefeito Guerino de Colatina no Espírito Santo.

Nós estamos diante, caro Senador Marco Maciel, de uma questão que tem a ver com o aperfeiçoamento das instituições democráticas brasileiras. Eu não tenho duvido disso. Acho que nós a partir de 88, sobretudo, com a nossa Constituição eu tenho muita honra e orgulho de ser o Prefeito de Diadema pela terceira vez, trabalhei em cinco gestões Municipais, três delas como Prefeito, e acredito muito no aperfeiçoamento, na força dos Municípios como um fator importante na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Então eu queria fazer essa introdução um pouco caracterizando de fato. Nós estamos diante de uma proposta de Emenda Constitucional que vem no sentido de aperfeiçoar o funcionamento e, sobretudo, aperfeiçoar a questão das finanças municipais. Eu quero dizer da importância de regular essa questão também dos Estados, mas eu falo aqui também quero me ater a minha condição de representante dos Municípios. Eu tenho participado na Frente Nacional de Prefeitos como um dos Prefeitos interessados em aperfeiçoar a legislação, portanto, já há três anos que nós estamos debatendo e discutindo e procurando contribuir com esse tema.

Queria também saudar e foi importante a apresentação do Prefeito Guerino representando a Confederação Nacional de Municípios que é uma entidade irmã com a qual a gente sempre trabalha na representação dos Municípios uma representação muito difícil, porque nós temos a complexidade e a diferença, a diferenciação de Municípios de dois, três, quatro mil habitantes, até metrópoles e Municípios que representam até um conjunto de cidadãos e população maior que muitos países. E também com realidades financeiras distintas, diversas. Então eu não tenho dúvida que os Senadores, os Deputados, e aqui em se tratando do Senado eu acho que é um desafio muito grande procurar consolidar, aperfeiçoar e estruturar uma legislação que possa valer para uma realidade tão distinta, tão complexa. Mas nós não podemos nos... Não podemos abrir mão e não podemos nos assustarmos com essa realidade dura, complexa, e, portanto, temos que enfrentar. Essa

questão ela é complexa, porque se nós analisarmos o lado do credor e o lado do ente federado, nós vamos ver que parece que os dois lados têm razão. E muitas vezes tem mesmo. E muitas vezes eu como Prefeito eu procuro me colocar do outro lado numa perspectiva de quem é credor da Prefeitura. Seja de precatório alimentar ou não alimentar. Para que a gente possa ter nessa perspectiva um entendimento de uma questão tão complexa como essa. E, portanto, eu acho que nessa perspectiva de que aparentemente os dois lados diante de uma determinada apresentação do problema os dois lados parece ter razão, é que nós temos que nos esforçar para que a gente possa fazer a melhor proposta no sentido de aperfeiçoar em relação ao que existe hoje. Acho que é disso que se trata. Nós podemos avançar no aperfeiçoamento da legislação.

Eu, Senador Marco Maciel, como eu disse, desde 2004 a gente vem trabalhando, discutindo, tive inclusive debatendo com o Senador anteriormente a essa questão, o Senador... O Senador da Paraíba... O Senador... Me desculpa, esqueci o nome. Tem inclusive uma Emenda proposta... Efraim Morais. Depois um debate com o Senador Efraim Morais nós tivemos a oportunidade de participar de um Grupo de Trabalho constituído na época pelo então Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim. Eu quero aqui registrar a minha avaliação, o meu conceito, eu o respeito de uma atitude acho que muito corajosa do Ministro do STF porque eu acho que o Ministro Nelson Jobim à época o Presidente do STF ele incorporou, ele personificou essa questão muito dura e difícil dos dois lados. O drama dos Presidentes dos Tribunais de Justiça que tinham que decretar sobre o manto e a legislação vigente tinha que decretar seqüestro em Municípios ou Estados. E a razão de Prefeitos e Governadores para impossibilidade de executar não só o pagamento daquela dívida judicial como as tristes e graves consequências que um eventual seqüestro pudesse causar.

Então acho que o estudo que o Ministro Nelson Jobim fez é que também dá origem um pouco a essa tabela apresentada pelo Prefeito Guerino, nós podemos também caracterizar situações distintas, diversas, Estados que já estão cumprindo sua obrigação constitucional, tem condições financeiras de fazer o pagamento e Municípios a mesma coisa e outros com graves problemas. Bom, a partir daí, com diversas reuniões, com Governadores, com Prefeitos, se propôs a PEC 12. Ela foi assinada por 33 Senadores, no ano passado, Senador Marco Maciel, teve como primeiro nome da lista o Senador Renan Calheiros, por ser o Presidente desta Casa, e todos os grandes partidos, partidos grandes e médios partidos daqui dessa Casa assinaram essa proposta. E eu gostaria, portanto, de

me ater e fazer os destaques que eu acho pertinentes a respeito dos avanços que na minha opinião essa PEC propicia.

Primeiro que ela... Ela não exige e não cria obrigação de todos os entes federados ingressarem no regime especial. Os Municípios e Estados que estão cumprindo com o seu dever e pagando as suas dívidas judiciais não precisariam e não deveriam entrar no regime especial. Acho que isso já é uma contribuição importante para essa diversidade a qual já me referi. Nós temos Municípios para citar alguns, eu peço licença aos senhores e senhoras, que possa citar alguns Municípios que eu conheço, Municípios do Estado de São Paulo. Município de São Caetano do Sul, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Municípios que não apresentam pelo menos até agora problemas no pagamento dos precatórios e dívidas judiciais. Existem alguns Estados como nós podemos ver na tabela apresentada pelo Prefeito Guerino. Então, não haveria necessidade.

Agora, no caso de entes federados que têm dívidas judiciais, a PEC pelo menos a proposição que nós estamos abordando e defendendo ela cria essa obrigação para que os entes que têm dívida judicial entrem nesse regime especial. É a primeira observação que eu gostaria de fazer de uma qualidade de um fator muito positivo que eu vejo.

A outra questão é a instituição do leilão. É uma questão polêmica, nós mesmos que estudamos isso inicialmente nós achamos uma proposta que poderia até não atingir o seu objetivo, não ser compreendida, não ser operacionalizada, mas eu queria, Senador Marco Maciel, depois de analisar, avaliar, hoje eu tenho plena convicção que o leilão representa um avanço na questão do trato dos precatórios judiciais. Porque hoje, de fato, na realidade vivida pelos Municípios e pelos Estados já existe uma apropriação do deságio de títulos judiciais e essa apropriação desse deságio é feita pelo setor privado. Existe a comercialização de títulos judiciais. Os precatórios muitos deles não estão mais na mão dos detentores originais ou dos proprietários originais quando se trata de precatórios de desapropriação. Então, já existe essa negociação, vamos dizer, informalmente. Ou de uma maneira não regulamentada. E o que é pior, de uma maneira unicamente pelo setor privado essa é minha opinião. Então, o leilão ele vai criar essa possibilidade e essa perspectiva de nós termos o deságio sendo apropriado pelo Poder Público.

Em relação à proposta original, havia um problema de fato. Os precatórios de grande valor. Poderíamos aqui simplificarmente nomeá-los como mega precatórios. Precatórios que, por exemplo, representavam...

Representam 20 vezes o valor que um ente federado colocaria a disposição para o leilão. E se este credor tivesse apenas uma oportunidade de apresentar este título no leilão ele deveria conceder um desconto, aí sim, Dr. Vulmar tem razão na preocupação dele com relação ao aviltamento da proposta, para poder efetivar esse direito ao crédito ele deveria dar um desconto de 90, 92, 95% do seu valor de face. E nesse caso de fato esse precatório praticamente ser extinto ou seria na opinião de alguns detentores de precatórios dessa natureza. Nós até ouvimos: Bom, prefiro não receber nada, entrego de graça e ter um verdadeiro calote. Isso a gente pode aperfeiçoar permitindo, aliás a proposta que nós apresentamos depois para o Senador Valdir Raupp já incorpora uma nova redação levando em conta a possibilidade destes detentores de títulos poderem apresentar parcialmente uma parcela desse precatório original. Então se o precatório é 20 vezes ele pode apresentar 30, 20% do seu valor original para disputa do leilão e depois nos anos subseqüentes novamente procurar ter acesso a esse crédito.

A outra questão que eu acho muito importante é a questão da compensação da dívida ativa com os precatórios já foi mencionada pelo meu colega Guerino, queria reforçar, a questão da ordem crescente de valores. Eu acho que essa questão eu queria falar associado a uma outra grande vantagem que eu vejo, outro grande benefício na PEC 12 que é nós igualarmos o nível de importância dos precatórios alimentares com não alimentares, que aliás por uma distorção, uma falha na legislação aconteceu o inverso. Quer dizer, os precatórios alimentares deveriam ter precedência sobre os não alimentares, o que acontece hoje é justamente o inverso. Os alimentares estão numa fila ou numa condição posterior à execução desse crédito que hoje é por força inclusive da questão do seqüestro basicamente os créditos não alimentares estão sendo liberados, estão sendo acesso muito mais rápidos na frente dos precatórios alimentares. Com a instituição dessa ordem crescente de valor eliminando essa diferenciação de alimentar e não alimentar, acho que nós vamos conseguir repor na minha opinião essa injustiça e que muitos Prefeitos, Governadores, têm procurado, Dr. Vulmar, fazer exatamente isso que senhor relatou. Nós na nossa Prefeitura nós temos um diálogo permanente com os detentores de precatórios alimentares, tivemos uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e mesmo sofrendo seqüestros muito fortes. A nossa Prefeitura de Diadema ela sofreu de 2005 para cá, para falar desse mandato nós sofremos um seqüestro diário médio de 30 mil reais inclusive sábados e domingos. Quer dizer, nós sofremos perto de 30 milhões de reais de seqüestro

e mesmo assim pagamos 30 milhões de precatórios entre precatórios alimentares e não alimentares. Fizemos uma proposta, uma espécie de acordo com o Tribunal do Trabalho, com o Tribunal de Justiça, e estamos concedendo da ordem de 300, 400 mil reais por mês. Nesse ano tivemos mais dificuldades, foram menos, 200 mil reais por mês para equacionarmos a questão dos precatórios alimentares. Então isso foi feito apesar do peso e da dificuldade do sofrimento do seqüestro que nós recebíamos por conta da Emenda 30, por conta da legislação vigente e esse vazio, entre aspas, existe na legislação com relação às obrigações e eventualmente as punições que caberiam aos entes federados no caso dos precatórios alimentares nós procuramos fazer isso de forma negociada. Acho que a PEC 12 repõe essa questão de uma forma na minha opinião mais justa, estabelece essa ordem crescente de valores, a nossa Prefeitura, Senador Marco Maciel, nós estabelecemos inicialmente os 40 salários mínimos como pequeno valor e depois por conta da Emenda 37 nós estabelecemos um menor valor um pouco acima dos 40 salários mínimos. 20 mil reais na época. Aliás, é o maior pequeno valor da grande São Paulo. E dívidas judiciais até 20 mil reais em Diadema não existem mais. Aliás, não existe precatórios 20 mil reais. Nós pagamos o requisitório emitido pelo eminente Juiz de Direito e com isso nós estabelecemos um critério na minha opinião mais justo de pagar os pequenos créditos e aí todos eles, alimentares e não alimentares.

E para concluir, Senador Marco Maciel, eu gostaria de aqui ressaltar uma questão que eu acho muito importante que também a PEC 12 coloca como um avanço e um aperfeiçoamento na legislação atual. E tem a ver com os credores. Muito mais do que agora eu falando não como o direito de um Prefeito ou como representante aqui de um ente da federação, mas muito mais com as obrigações e deveres que vão cair e recair sobre as nossas costas. Acho que está justo. A PEC 12 ela propicia um maior garantia de fluxo de pagamento, Dr. Vulmar. Na minha opinião é um dos grandes avanços da PEC. Fazendo com que o ente federado que ingresse nesse regime especial ele transfira duas vezes ao ano um crédito referente ao percentual estabelecido na lei. Então em abril e março ele vai estabelecer um depósito já para o Tribunal de Justiça fazer o pagamento dos créditos, aí na diferenciação quem escolher a fila, o credor que escolher a fila ele vai receber de acordo com a sua ordem de valor uma vez aprovada a lei. E quem participar do leilão também vai ter a possibilidade de participar duas vezes do leilão, mas isso é o grande destacar e eu gostaria de frisar. Os recursos saem do ente federado e já vai

para uma conta judicial. Isso vai haver uma questão muito mais de garantia, Senador Marco Maciel, da execução do direito. Porque nessa disputa que existe hoje entre o credor que quer o seqüestro e o Prefeito que não quer deixar o dinheiro ser seqüestrado, o que acontece? Esse recurso fica dois, três quatro anos. Aí é uma situação muito injusta para todos. Quer dizer, eu não quero que meus recursos sejam seqüestrados. Então eu faço de tudo, recorri a tudo que foi instância para que esse recurso não seja levantado pelo credor. E o credor quer levantar seu recurso. Então essa demora de dois, três, quatro anos não deixa de ser um impedimento para a execução do direito. E acho que nós com essa... Com os repasses dos recursos que muitos credores ou representantes dos advogados, enfim, quem tem opinião muito contrária à PEC levanta isso como uma dificuldade. Acho que isso na verdade é um facilitador. Acho que vamos fazer com que os fluxos dos recursos que não é no percentual que muitos gostariam, mas que as Prefeituras e Estados podem pagar, vai estar disponível de imediato com os credores. Acho que esse é um grande avanço que nós podemos estar construindo na execução e na consolidação e na aprovação desta lei.

Eu agradeço aqui a oportunidade, espero ter contribuído para o debate e aprofundar as questões, temos ainda muitas coisas, é uma questão muito complexa, difícil, mas quero saudar, Senador Marco Maciel, a disposição dessa Casa, a disposição do Senador Valdir Raupp, eu já tive a oportunidade de nos reunirmos algumas vezes, sei da dificuldade, da complexidade, é quase que Dr. Vulmar, um Senador que se comporta muitas vezes quase que como um Juiz ouvindo ali as duas partes. Como é que nós vamos dar a nossa opinião, e vamos exarar a sentença buscando fazer justiça ou fazer um aperfeiçoamento na legislação, mas de qualquer maneira o que no traz aqui eu tenho certeza é isso, o aperfeiçoamento da legislação brasileira no sentido de sermos o mais justo possível com relação tanto a população que precisa dos... Das ações, das Prefeituras e dos Estados como os credores também com justo direito isso é a necessidade de receber seu justo crédito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Após ouvirmos a manifestação do Prefeito José de Fillipi Júnior, do Município de Diadema, eu antes de conceder a palavra ao professor Luiz Henrique Schultz que representa aqui o sindicato do ANDES, eu desejo expressar em nome da Casa e do Plenário dessa Comissão nossos agradecimentos pela contribuição que trouxe, e expressar também a opinião de que em se tratando de um assunto extremamente complexo e que precisamos realmente de muita refle-

xão para chegarmos às soluções adequadas tendo em vista inclusive o volume dos recursos comprometidos no ressarcimento, que estariam comprometidos para que os precatórios fossem efetivamente pagos.

Concedo agora pois a palavra ao professor representante do ANDES, do Sindicato Nacional dos Docentes de instituições do Ensino Superior, Dr. Luiz Henrique Schultz.

SR. LUIZ HENRIQUE SCHULTZ: Muito obrigado, Excelência Senador Marco Maciel que preside esta Comissão. A satisfação e a honra de termos tido essa oportunidade de trazer aqui a abordagem do ANDES, Sindicato Nacional a respeito do tema. O Senador Valdir Raupp, Senador Relator deste tema. Dizer da satisfação em especial por estarmos aqui já que quando liberamos sobre esse tema nosso Congresso no início de março, deliberamos no momento em que pairava uma certa tensão no ar com notícias de que o assunto viria de tal forma precipitado na tramitação do Senado que talvez nem passasse pelas Comissões. Então nós estamos aqui dando a prova testemunho vivo de que essa Casa discute e o testemunho do esforço que o Senador Relator tem feito em ouvir as partes. O ANDES, Sindicato Nacional, na sua relação com a base que tem níveis distintos de atuação enquanto organizações de ensino superior, municipais, estaduais, federais e particulares, nesse aspecto houve na sua síntese, na síntese dos seus congressos, dos seus eventos, manifestações, experiências, relatos, sentimentos que brotam exatamente da relação do servidor público, do professor, que se relaciona com outros servidores públicos de vinculação com Prefeitos, de vinculação com Governadores de Estado e de vinculação com a União. Então essa síntese que eu... Vai referir aqui a minha fala, vai balizar a minha fala, provavelmente traga uma abordagem distinta das que ouvimos até aqui. Porque tocada pela abordagem do credor, no caso. E essa abordagem será distinta, eu percebi durante as falas em vários pontos. O primeiro ponto é de que esse tema dos precatórios, conforme a nossa análise, conforme o que ouvimos das nossas bases ele não é em especial um problema de um ente público. Ele é em especial uma questão do direito fundamental, de pessoas a maior parte deles como já foi referido aqui de certa idade, a maior parte deles na vinculação com as diversas... Os diversos entes federados do Poder Público, e que diante de um direito reconhecido pela justiça, a origem dos precatórios é o ilícito cometido, identificado pela justiça e uma sentença que transitou em julgado. Nós não estamos aqui em particular diante de um drama só do ente público, mas estamos diante de uma obrigação do ente público e de um direito do cidadão na sua segurança jurídica, no seu direito fun-

damental de não ter... Não ver resolvida essa questão. Afinal de contas, como um calote muitas vezes sim. Até pela idade, como já foi colocado aqui, são inúmeros os relatos, as tricoteiras lá no Rio Grande do Sul são exemplos hoje mais público no país de que a esperança termina com a vida de receber um direito fundamental que é seu. Nesse aspecto, a abordagem principal que nós trazemos é não de um favor, com aquele que teve uma sentença transitada em julgado sobre a qual transita um precatório, e que a regra inclusive na relação entre os poderes, entre o judiciário e o Executivo é: Decidiu pagou. Nós temos aqui no Brasil essa peculiaridade na ordem jurídica que é o sistema de precatórios, que não é comum na maior parte dos países que é um sistema que inclusive preserva o trâmite do Executivo de previsão orçamentária e prazos para efetivar o pagamento. Então, na nossa avaliação esse é o primeiro ponto de diferença de abordagem do que foi colocado até aqui que tem que ser preservado na construção de uma solução para a questão.

O segundo aspecto que é de diferença de abordagem, é que nós não consideramos adequada a comparação de uma pretensa possibilidade futura com a situação atual como se a situação atual fosse obra do acaso. A situação atual é resultado de um processo, e aí chamamos atenção dos Senadores, que estão debruçados diante da questão até aqui, que a situação atual de descumprimento das decisões judiciais tem favorecido, facilitado e induzido a que se, em primeiro lugar se os gestores dos vários entes federados sejam induzidos a uma certa tolerância com o ilícito diante das opções que tem que tomar na hora da relação com os seus servidores públicos. Em segundo lugar nas opções de destinação orçamentária uma opção, inclusive foi declarado aqui nessa Mesa, zero em relação às dívidas de precatórios.

Um terceiro aspecto que eu gostaria de retomar, uma outra abordagem diferente das que tem sido colocadas aqui, é da comparação entre a dívida de precatórios com o disponível da despesa líquida dos vários entes federados. Ora, se nós quisermos ser justos no tratamento da questão, ao tratar de despesa de precatório, dívida de precatório, nós estamos tratando de dívida pública. E não podemos estar comparando com receita líquida ou despesa líquida do ente federado. Deveríamos para ser justo nesse caso então e é por ontem nós apontamos ao final o encaminhamento, trabalharmos despesa do ente federado, seja despesas do precatório, seja despesas financeiras outras com uma coisa só. Por que é que a Lei de Responsabilidade Fiscal distingue recursos dos entes federados para pagamento de despesas públicas financeiras e omite-se em relação a despesas públicas de precatório que

deveriam ser priorizadas? Já foi referido aqui também, a maior parte delas despesas de natureza alimentar.

Um outro aspecto que acho que não podemos aceitar na abordagem desse tema é de que as dívidas são impagáveis. Ora, a Constituição... A constituinte debruçou-se sobre isso, apontou uma alternativa em 88, essa alternativa não foi cumprida, o Congresso Nacional assumiu em solidariedade talvez com os demais poderes, os Executivos e o Judiciário uma alternativa na PEC 30, no ano de 2000, que seria a solução negociada para a questão dos precatórios, e o que nós percebemos, sim, é uma palavra dura, mas nós temos que usá-la aqui, o que tem havido é um calote de direitos consignados pelo Poder Judiciário em ações trânsito em julgado das mais variadas ordens. Se apresentam o volume das despesas como volume muito elevado para os entes federados. É verdade, precisamos de um equacionamento para isso, mas foi buscado um equacionamento em determinado momento para as dívidas dos entes federados através da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós tivemos já a dívida externa brasileira dita como impagável. Foi construído um processo de equação e hoje todos mencionam que está controlada, a dívida externa brasileira. Então o que se coloca aqui na verdade é uma hierarquia de importância de enfrentamento da questão.

A nossa Constituição federada ela é igualmente consubstanciada em nossa Constituição no pacto federativo que nos rege, na tradição republicana, na separação dos poderes e no respeito entre os poderes. A própria Constituição, e aí chamaria atenção aos Senadores, principalmente ao Senador Relator, a própria Constituição no seu art. 60, § 4º dispõe que não será objeto de proposta de Emenda tendente a abolir a separação dos poderes e os direitos de garantias individuais. E o que nós temos nessa matéria? Diante de que estamos debruçados nessa matéria? Exatamente movimento que se articularam no período constituinte, não houve a solução, uma nova articulação na Emenda 30, e a inércia dos executivos e em boa medida uma passividade do Judiciário na efetivação daquilo que são em boa parte débitos alimentares. Desse sentido, o que temos preconizado e foi deliberação do nosso Congresso Nacional a partir da análise deste quadro é que o assunto tem que ser equacionado na perspectiva da elaboração dos orçamentos da destinação do recurso público com as suas prioridades. E não como uma nova Emenda Constitucional.

Nesse sentido, apontamos a possibilidade de tratá-lo da mesma forma, por exemplo, que são tratados os créditos financeiros. Que a Lei de Responsabilidade Fiscal distingue tanto é que nos habituamos a tratar de receita e despesa tributária líquida. Aqui nós estamos

diante de dívidas, talvez de hierarquia superior. Pelo menos de hierarquia social superior àquelas financeiras. Nesse sentido, a alternativa que propomos seria a construção da responsabilidade dos entes federados em responder pelos precatórios, particularmente os precatórios alimentares, da mesma forma com que se enfrenta com a questão das dívidas financeiras. Que a Lei de Responsabilidade Fiscal soube trabalhar na sua construção e vem sendo operada sem a necessidade de um novo trato constitucional para aquilo que já recebeu detalhadamente o trato constitucional.

É nesse aspecto, Srs. Senadores e demais membros aqui desta Mesa, deste Plenário, que nós vimos trazer deliberação de nosso Congresso e da construção que vimos fazendo com outros... Outras organizações da sociedade no sentido de que se respeite a Constituição, no sentido de que se trate os créditos judiciais no espírito da separação dos poderes, no espírito dos direitos fundamentais, e que se construa na mesma perspectiva que foi feita a construção na Lei de Responsabilidade Fiscal para as dívidas financeiras, dos entes federados, a solução para este caso. Defendemos que se mantenha a perspectiva da antiguidade, é possível se encontrar outras alternativas que já são definidas na Constituição a partir da Emenda 30, e que, com isso se caminhe para o respeito à separação dos poderes, aos direitos fundamentais e garantias fundamentais individuais que a Constituição protege e não se relaxe a questão a uma nova saída tangencial por modificação constitucional, como foi tentado na época da Emenda 30 e que lamentavelmente não operou. E não operou não por inconsistência da Emenda 30. Simplesmente porque não houve força política de implementá-la. Veja que é um tema que nos coloca em região delicada do ponto de vista da ordem constitucional dessa nação. Nos coloca em posição delicada do ponto de vista da ordem constitucional dessa nação. Se constitui um campo de sombreamento, de sombra, onde realmente o Estado de Direito não opera. E na nossa avaliação não por falta de instrumentos, mas por falta de prioridade. Nesse aspecto, trazemos a contribuição aqui constituída, debatida, com as nossas bases em todo Brasil, com outros sindicatos, e que difere substancialmente de outras apresentadas aqui. Que não se abandone a perspectiva da separação dos poderes, que não se abandone a perspectiva dos direitos e garantias individuais, e que se considere os créditos especialmente os créditos de natureza alimentar em ações trânsito em julgado perante as esferas federadas dos Municípios, dos Estados e da União como uma prioridade, com elementos já passíveis de equação através da Emenda 30 que foram colocadas através da Emenda 30, e outros que possam ser articulados em eventual

trato na Lei de Responsabilidade Fiscal, dando pelo menos a consideração a esses créditos que é dada ao crédito financeiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concedo agora a palavra para algumas achegas sobre o assunto ao Dr. Vulmar de Araújo Coêlho Júnior, que é Juiz do Tribunal Regional do Trabalho dos Estados de Rondônia e Acre, que deseje fazer considerações, como já disse, adicionais sobre o tema.

SR. VULMAR DE ARAÚJO COÊLHO JÚNIOR – É apenas uma colocação. São crenças que às vezes cada um de nós carrega. Eu não posso acreditar que esse país cultive o calote como uma determinação da vontade da maioria de sua população. Lamentavelmente quando nós sofremos um calote, eu já fui vítima também, porque o meu devedor tenho que acreditar está em dificuldade e mesmo me decepcionando muitas vezes não me sendo leal ele não tem como me pagar. Eu dou exemplos sem citar municípios, mas no interior de Rondônia, Presidente, nós já temos requisições de pequeno valor se transformaram em seqüestro e não se encontrou nada na conta do Município. Requisição de pequeno valor. Tenho certeza que o Senador Raulo tem conhecimento desses fatos. Então, quando eu penso no mecanismo da conciliação, não é uma busca de aumentar nossas atribuições, a relevância do Poder Judiciário do Trabalho. Não é nada disso. Porque acho que se sentar na Mesa, olho no olho e chegar a uma solução. Porque estamos falando de precatórios, Dr. Guerino, nós estamos esquecendo que esses precatórios têm seus filhotes que são os precatórios suplementares. Que são valores até uma determinada época, mas que quando são pagos vem os suplementares. Quer dizer, essa conta que aponta com muita certeza para o infinito, talvez seja duas vezes o infinito. Porque tem o infinito e depois tem os acessórios desde quando essa conta foi realizada.

Então quando eu penso na conciliação e o penso de forma até dolorosa, penso que o credor tem que receber. Não tem a menor dúvida, mas temos que saber até onde o devedor de fato pode ir. Esse é um país que tem um cobertor ainda pequeno. Queremos que ele seja imenso, do tamanho do seu território, mas o cobertor ainda é pequeno. Então essa decepção de temos que acreditar que alguma coisa nós não vamos receber e já perdemos muito, isso vai ter que ser assimilado por nós e ver o que é possível ainda salvar dentro de expectativas realistas.

Então acho que a conciliação traz essa solução, essa possibilidade dessa negociação leal, respeita também aquilo que adquiriu em transações, cessões de crédito, porque nós vemos nos jornais das grandes

idades, nos classificados compra-se precatórios. Isso é perfeitamente legal. Tanto o Código Civil antigo como o atual permite essa cessão de créditos. Então hoje esses que... Esses investidores, vamos dizer, que fizeram isso risco em comprar precatórios, irem para um leilão eu tenho medo que isso leve para a porta da justiça uma nova discussão e se jogue para mais 20 anos a solução ou pelo menos um encaminhamento uma questão muito complexa. Ela não é fácil. Então quando eu penso na conciliação, Sr. Presidente, é apenas nesse sentido que eu acho que ela tem a capacidade de evitar discussões judiciais suplementares, quem sabe com o amparo do Legislativo, Poder Judiciário possa até discutir já o precatório que está na Mesa e quem sabe o suplementar que ainda está para trás, que não se sabe ainda quanto é, e como uma forma definitiva de se poder amearhar uma solução, ainda para essa geração que está com vida e que as próximas gerações não passem por essa provação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Presidência agradece as observações adicionais que V.Ex^a acaba de produzir, e eu indagaria ao nobre Senador Valter Pereira que aliás é o Vice-Presidente desta Comissão se não desejaria tecer algumas considerações e depois eu... Se o Senador Raupp como o Relator se precisar desejar falar antes, depois eu concederia a palavra... Então com a palavra ao nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Primeiramente para felicitar a iniciativa do Senador Raupp de provocar a Comissão para esta série de Audiências Públicas porque esse assunto realmente enseja um questionamento muito grande, inquietações monumentais, principalmente na área dos operadores do direito, por parte dos Prefeitos também, Governadores. De sorte que esse assunto realmente tem que ser enfrentado. Mais cedo ou mais tarde tem que ser enfrentado. Essa questão de amparar-se na norma jurídica, seja ela constitucional ou infraconstitucional, para resolver um drama desse tamanho, todos nós sabemos que vai mais para o campo da ficção do que da realidade.

Há uma legislação que veio em boa hora para disciplinar de forma mais implacável esses abusos que são cometidos por administradores mormente em final de administração que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na minha avaliação, a maior obra que foi edificada pelo Governo Fernando Henrique foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Que hoje segmentos importantes da área política repelem e querem revogar. Acredito que se a Lei de Responsabilidade Fiscal fosse... Tivesse aí uns 50 anos de existência, nós não teríamos esse monumental passivo que a todos inquieta. E a minha

indagação aqui especialmente ao Dr. João Guerino, que representando aqui a Confederação Nacional dos Municípios certamente pode ter alguns números, eu gostaria de fazer... Gostaria de me informar do seguinte. Quando foi adotada a Lei de Responsabilidade Fiscal, esse passivo já era grande, já era monumental. Mas, o que foi gerado a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal está produzindo... Aliás, a lei está produzindo os efeitos desejados? Ou seja, aquele passivo gerado está dentro das condições palatáveis pela administração, exigidos pelo... Para que as contas públicas sejam bem equacionadas? Então, essa é a indagação que eu gostaria de fazer. Porque eu concordo em parte com que o Dr. Luiz aborda, mas como eu disse anteriormente, o que se acumulou de passivo hoje para ser administrado pela legislação não vai sair do lugar. É um atoleiro que sei que não tem saída. Em função disso, eu tenho a convicção de que com a Lei de Responsabilidade Fiscal se for tudo zerado, eu acho que nós vamos passar a viver uma nova ordem. Então essa é a indagação primeira que eu gostaria de fazer não só ao Dr. Guerino, mas aos outros que tiverem resposta adequada para essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o Prefeito João Guerino.

SR. JOÃO GUERINO – Bom, ouvindo o Dr. Luiz Henrique a gente começa a fazer algumas reflexões. O Brasil pela sua extensão são realidades completamente diferentes e distintas também. Se nós temos uma grande desigualdade social, nós temos maior ainda uma desigualdade entre os Municípios e uma desigualdade regional. Por exemplo, São Paulo você tem Paulínia com receita per capita de talvez 30, 40 vezes maior do que a receita per capita menor. No meu Estado nós temos uma receita per capita de um Município que hoje é seis vezes... 6,4 maior, a menor receita total per capita, mas daqui a três anos ele vai ser 20 meses voar. Então são realidades completamente diferentes. Alguns têm muitos recursos, outros nada. A Lei de Responsabilidade Fiscal, como o Senador Valter Pereira falava, chegou tarde. Ainda bem que chegou. E nós estamos corrigindo muitas distorções. Tomara a Reforma Tributária corrija alguma distorção ainda maior, a importância dessa Reforma Tributária, principalmente na questão do valor adicionado fiscal, mas hoje os gestores municipais são gestores gerentes dos repasses constitucionais. Praticamente nós não temos recursos para fazer investimento. 90% dos Municípios não têm recurso para fazer investimento algum. Simplesmente pega recursos lá da saúde, recursos da educação, ou Emendas parlamentares, ou os programas nacionais, o que seja, e simplesmente gerenciam. A questão da dívida externa foi resolvida,

mas tem que ver que a União fica com mais de 60% dos recursos brasileiros. E os Municípios estão ficando com menos de 13%. E é lá nos Municípios que a Constituição Federal pregou que é lá que nós temos que realizar, e cada vez uma demanda crescente, muito forte, pesada, obrigação a que os juízes a pressão que nós sofremos, e cada vez menos recursos e simplesmente vivendo de repasse constitucionais. Então, da onde tirar realmente eu não sei. Para resolver esse problema, Dr. Luiz. Não achamos soluções para 90% dos Municípios brasileiros. Não vou falar pelos Estados. Hoje alguns Estados estão investindo aí 10%, 15%, mas a maioria dos Estados estão investindo 2%, 3%. Não vou falar pelos Estados, mas os Municípios regra geral não tem condição de continuar com esse modelo. E o estoque da dívida tem aumentado justamente pela correção monetária. Não são origens novos porque nós estamos errando muito menos com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Errando muito menos. E os erros, assim, o debate está muito forte. E aí errando menos, mas existem erros, mas a origem, o debate é muito mais forte. Então acreditamos, por isso que apresentamos uma tabela. Se pudesse colocar, o senhor não estava presente, uma tabela em que justamente responde ao questionamento do senhor. Em alguns Estados e Municípios, com essa proposta, em dois anos, em três anos, a média por cálculo se fosse pegar o Brasil como um todo, é em 3,3 anos esse estoque de precatórios seriam resolvidos. É lógico que aí minimizando os novos precatórios.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Concorde que com a Lei de Responsabilidade Fiscal hoje não voltaria a acontecer esse acúmulo de passivo que...

SR. JOÃO GUERINO – Em hipótese alguma. Senador, quem dera que a Lei de Responsabilidade Fiscal tivesse vindo há 20 anos atrás. Hoje ser Prefeito, ser gestor do Município é colocar a força no pescoço, é colocar o nome, toda uma história de vida de alguns gestores para apanhar, para sofrer em cima de endividamentos que não somos nós. Além do que o maior problema é o que foi no passado. Quando eu assumi meu Município assumi com uma dívida de 16 milhões. Quando eu ganhei a eleição a dívida era de 16 milhões. Quando eu assumi a dívida era 21 milhões, já paguei mais de 10 milhões e a minha dívida está chegando em 47 milhões. Hoje está em torno de 100 milhões. Naquela época 47 milhões. É completamente inviável dívida com INSS, FGTS, precatório inviabiliza qualquer gestão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O seu Município é?

SR. JOÃO GUERINO – Colatina, no Espírito Santo. Eu queria dizer que todos os precatórios que estão surgindo nós estamos, no caso específico defendendo aqui a Colatina, nós estamos parcelando conforme não um cronograma, mas muito bem pensado pelo Dr. Vulmar uma regra para o Brasil que é interessante, mas nós estamos junto com o Juiz do Trabalho, negociando, parcelando essa proposta, mas essa é uma proposta interessante. Nós vemos aí que o Acre, com essa proposta em quatro anos ele elimina o estoque de precatório. Ali, Senador Valter Pereira, são o fluxo são os precatórios novos que vão surgindo. Então, Senador Raupp, eu quero parabenizar o senhor por esse debate, a importância disso é fundamental. Nós queremos resolver. Nós em hipótese alguma queremos dar calote. Então, ali Senador Valter Pereira, o senhor que me perguntou, aquele fluxo é novos precatórios que vêm surgindo que às vezes são precatórios que vêm de 1970, 80, 90, que agora estão caindo nas nossas contas.

Eu acredito que essa é a solução boa para o credor. Sem dúvida, Dr. Luiz, essa é a solução que vai minimizar o problema. Nós queremos e foi pensado por essa Casa, pensada pelo Supremo, olhando o lado do credor, acho que é a melhor solução para todos nós. Não tenho dúvida disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Indago ao Senador Valter Pereira se deseja fazer alguma... Então, passo a palavra...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Só falar a propósito da menção que o Prefeito João Guerino fez sobre as dificuldades dos Municípios, é de se lembrar aqui, por exemplo, que hoje com a Constituição de 88 os direitos sociais se ampliaram de tal forma que realmente ficou quase que tudo imprevisível. Hoje, por exemplo, um Prefeito de repente tem o orçamento organizado, estruturado, está cumprindo rigorosamente. Aí começa a aparecer umas receitas médicas com a ordem do Juiz para comprar um remédio importado, às vezes o produto nem tem aprovação ainda no país. Isso está acontecendo do dia-a-dia das Prefeituras municipais principalmente as Prefeituras mais pobres do país. Hoje de manhã por coincidência, V.Exª. ainda estava presidindo a Sessão quando nós tomamos conhecimento aqui de um projeto visando alterar a destinação... Aliás, a responsabilidade do ICMS... Aliás, do ICMS?... Era do ICMS. E o que se preconizava ali era que os Municípios produtores de petróleo estivessem... Fossem poupados dessa obrigação na produção e fossem gravados lá no destino. Aí eu fiz até uma contraproposta para o Relator. Então tudo bem, vamos aprovar a sua proposta. Muito boa. E vamos aprovar uma outra rateando para os outros

Municípios os royalties. Vamos repartir a riqueza para repartir também as obrigações. Porque infelizmente o que o senhor falou aí é procedente. Nós temos vários Brasis. Municípios que estão se empanturrando porque têm riquezas naturais que os favorecem e outros morrendo a míngua. Infelizmente essa é a dura realidade. É o pacto federativo que precisa ser revisto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra agora ao nobre Senador Valdir Raupp, aliás é autor da realização da Audiência Pública e também Relator da matéria.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Sr. Senador Valter Pereira, Srs. Convidados para esta Audiência Pública. Dr. André. Acho que eu peguei a relação errada aqui. É que houve...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não pôde comparecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – É o João Guerino, representante da confederação, nosso querido amigo Paulo, Dr. Vulmar, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho Rondônia e Acre, Dr. José Fillipi Júnior, já tivemos algumas vezes em conversa em audiência, Coordenador da Comissão de Precatórios das Prefeituras, Dr. Luiz Henrique, do Sindicato das Instituições de Ensino Superior. O Dr. Luiz Henrique estava preocupado com a pressa, com a... De repente esse projeto sair atropelado. Acho que aqui no Senado, o Senador Marco Maciel que já foi Ministro, Governador, Vice-Presidente da República, por dois mandatos, Presidente da República interinamente várias vezes, agora Presidente da CCJ, acho que ele mais parece um monge com essa paciência nesse momento aqui num dia de quórum baixo no Senado, mas ele está aqui firme, presente, já presidiu a CCJ pela manhã e está aqui a tarde presidindo essa Audiência Pública. Queria agradecer a paciência e a dedicação do Senador Marco Maciel. E o Senado é conhecido pela sua isenção, cautela na aprovação dos projetos. Até porque é a Casa da Federação e ela que é a moderadora. Os projetos passam primeiro na Câmara, na sua grande maioria, poucos iniciam aqui no Senado para depois vir para o Senado. E se houver alguma alteração elas acabam voltando novamente para o Senado. Então o Senado é que traz esse equilíbrio aqui para o Congresso Nacional. E não seria um projeto desse de tanta complexidade, de tantas divergências que o Senado ia aprovar ele a toque de caixa.

Por isso nós estamos aqui já... Só depois que eu assumi já foram várias audiências, não só Audiências Públicas, mas audiências no meu gabinete, audiências na OAB, audiências fora... E por fim, estamos encerrando aqui com mais duas Audiências Públicas. O ex-

Presidente da CCJ era contrário, inclusive. Já houve várias Audiências Públicas, não vai resolver o problema marcar mais Audiências Públicas, mas eu confesso que estou muito contente, muito feliz por essas duas últimas audiências públicas. Acho que foram muito boas, sobretudo essa de hoje. Falo com muita sinceridade, com muita franqueza que está sendo muito proveitosa para o fechamento final do nosso Relatório.

Esse assunto é tão complexo que de 2003 até hoje foram sete Projetos de Emenda Constitucional. Esse é o sétimo. Esse que estou relatando é o sétimo. Em 2003 teve um projeto do Senador Maguito Vilela, que não está mais nessa Casa, que é a PEC nº. 01. Depois veio ainda em 2003 a PEC nº. 23 de autoria do Senador Efraim Morais. Já em 2004 a PEC 51 de autoria do Senador Pedro Simon. Em 2005 a PEC nº. 11 de autoria do Senador José Maranhão. Em 2005 ainda a PEC nº. 61 de autoria do Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Em 2006 a PEC nº. 12, que é essa que nós estamos relatando, que já vai para dois anos, que já passou por essa relatoria o Senador César Borges, que realizou algumas Audiências Públicas, que debateu isso exaustivamente acredito com todas as partes envolvidas, e mesmo assim ainda tem assunto para... se pudesse debater por mais seis meses, por mais um ano, acho que não teria fim pela sua... Pelo grau da complexidade que é essa PEC. Eu confesso que está sendo um dos relatórios, Presidente Marco Maciel, mais difícil que eu estou enfrentando, eu relatei aqui as Parcerias Público-Privadas, foi complicada, e chegamos no final aprovando por unanimidade. Com a ajuda da oposição, discutindo o Governo e oposição, e o Senador Relator não é mais nada do que o mediador. É espécie de um Juiz mesmo. Ele acaba mediando as partes. Isso que eu tenho feito em todas as relatorias, eu relatei a Comissão Geral de Orçamento, que é uma área complicadíssima e conseguimos relatar e aprovar dentro do prazo regimental. Não prejudicando a União e os Municípios. E essa PEC eu acho que se não tivesse tido essa herança de décadas, 70 anos, existe precatórios no Brasil hoje de 70 anos. Como é que um Governador ou um Prefeito que assume depois de 70 anos um Estado ou uma Prefeitura vai pagar tudo que ficou acumulado em apenas uma gestão? Ou mesmo que seja em duas, agora com o instituto da reeleição? Ficou talvez um pouco mais fácil com a reeleição. Os Prefeitos, Governadores e até Presidente da República com a possibilidade de ficar oito anos no mandato, mas quando era só quatro, que não faz muito tempo que foi instituída a reeleição.

É impossível. Se não houver uma forma de flexibilizar, de melhorar as condições dos Estados e Municípios, o credor vai ficar na expectativa achando que

vai receber, e muitos já morreram nessa expectativa, e ainda vão morrer alguns sem receber, meu Estado que é um Estado novo já tem precatório de 30 anos. De 30 anos. E alguns já morreram sem receber. Eu conheço dois, pelo menos, dois senhores que já faleceram na esperança de receber esse precatório e não receberam. Precatário de 100 milhões, 150 milhões, de 80 milhões, e o Estado não tem condições de pagar. Ou paga precatório ou... Por que é que o Judiciário não... Na maioria dos casos não intervém nos Estados e Municípios? Porque é o próprio recurso dos poderes que tem que ir para pagar os precatórios. Vai ficar o Judiciário sem receber, o Ministério Público sem receber, a Assembléia Legislativa sem receber, os funcionários sem receber. Se tivesse que pagar tudo que está transitado em julgado o que é devido algumas prefeituras vão ficar durante o mandato todo do Prefeito pagando precatório e não vai tocar mais nada. Então o erro não é de agora. E nem da justiça também. O erro é de que no passado a justiça aí pode ter até ter tido erro da justiça pela morosidade da justiça julgar, de determinar que as Prefeituras e os Estados pudessem cumprir esse precatório.

Eu estou tentando encontrar um misto que possa trazer... Se não satisfazer todas as partes, mas pelo menos não prejudicar demais aquelas que estão contrárias. Quando se fala em aviltamento de valores, eu acho que isso já foi feito em grande escala. Com todo respeito, mas uma boa parcela desses 70 bilhões aproximadamente de precatórios já foram vendidos. E vendidos até por 10% do valor. Com deságio de 90%. Isso estão empresas privadas, escritório de Advocacia... Está cheio. No Brasil inteiro. Precatórios em Bancos... Agora estão em alguns Estados a justiça está dando ganho para pagamento de ICMS, de tributos, a justiça no Rio Grande do Sul está dando ganho as empresas que estão entrando, que comprem o precatório por um preço com deságio altíssimo para pagar tributos, e aí as Prefeituras e Estado estão em dificuldade também porque tem que ser no valor quando vai pagar tributo é no valor cheio, no valor de face, e aí que vem o grande problema.

Então eu estou tentando encontrar um misto aí que possa pelo menos na sétima versão, vai para a oitava agora porque a sétima já não vai dar mais, a oitava versão deste Relatório. Então estou tentando encontrar um misto aí que os alimentícios não vão para leilão. Ao contrário do que estava na PEC original, no texto original, que era liberado, geral para leilão, que eu estou deixando em torno de 30% dos valores que vão ser estabelecidos de 2,5 a 3% para os Estados e de 1,5 para os Municípios. 30% para alimentícios sem... Que precisam entrar em leilão, dentro das filas crono-

lógicas. 40% para leilão e 30% para os precatórios não quitados no leilão. Quem não quiser levar para leilão fica 30% do montante dos recursos para os precatórios que não irão para leilão. Quem não quiser levar para leilão, mas 50% do valor, dos grandes valores obrigatoriamente deverão ir para leilão. Essa é a única forma que eu estou encontrando para aliviar um pouco essa dívida de precatórios. A União... Por que a União? A União sempre arrecadou mais, a briga sempre foi pela distribuição do bolo tributário. Do bolo da arrecadação. A União sempre ficou com a fatia maior. Logo a União hoje está em dia. A União com o equilíbrio fiscal e o aumento de arrecadação que vem crescendo a cada ano já está em dia. Rigorosamente em dia. A União está ficando fora dessa PEC. Está ficando fora. Nós já discutimos com a OAB nacional, por várias vezes, e a preocupação deles é que a União entrasse. E não precisa entrar. Se está em dia, se os Estados estivessem em dia não precisava entrar. Então não precisa entrar. Então essa PEC é exclusivamente para Estados e Municípios. Acho que aí já é um avanço.

Então encerro aqui, Sr. Presidente, não ainda concretizando nosso Relatório, vou trabalhar por mais uma ou duas semanas para apresentar à CCJ. Eu sei que agradar talvez não agrade nem a maioria, mas eu... É o máximo que eu estou podendo fazer é ouvir todas as partes e tentar buscar aí o equilíbrio, o máximo possível de equilíbrio entre credores, devedores e advogados, que são as três partes hoje envolvidas desses precatórios. E agradeço a participação de todos. Foi muito valiosa a participação de V.S^{as} foi sem dúvida muito valiosa para a concretização, para a finalização do nosso Relatório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria... Eu quero agradecer as contribuições trazidas pelo nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão, e também dos comentários feitos pelo Senador Valdir Raupp, que já está muito familiarizado com o assunto, posto que é Relator da matéria e está preocupado em oferecer uma solução que possa ajudar a resolver essa grande questão nacional.

Ouvindo o relato do Dr. Vulmar, ele se referiu que vai até o infinito e depois se reportou também além do infinito. Aí me lembrei de um livro de (ininteligível), se não me engano "O peixe fora d'água". Não me lembro se é exatamente esse o título. Que ele se refere ao fato daquilo que a gente sempre diz no Brasil. "Ah, estamos chegando no fundo do poço". Aí o (ininteligível) diz: "Pior que o poço não tem fundo". Quer dizer, a coisa pode ir além do... Essa que é a grande questão. Às vezes a gente está pensando que está chegando no fundo do poço, mas é um equívoco. O poço não tem fundo. Pode

ir mais adiante. E essa é uma questão que a meu ver me preocupa muito, porque...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente. E me preocupa muito porque envolve questões sociais relevantes, e envolve também o equilíbrio fiscal dos entes federativos.

O Senador Valter Pereira ao concluir sua intervenção ele falou numa questão que eu gostaria de em rápidas palavras tocar, que é a questão federativa. No fundo é o seguinte, a Constituição de 88 definiu os Municípios em entes federativos. Foi a primeira Constituição Brasileira a definir os Municípios como entes federativos. É lógico que durante a Constituição do Império em 1824 que o Brasil era um Estado unitário veio as províncias os Municípios gozavam de... Senados da Câmara, como se chamavam, gozavam de certa autonomia, etc, mas nunca houve formalmente nenhuma Constituição Republicana essa definição de a partir de 1891, nenhuma definição do Município como ente federativo. Então, hoje nós temos aquilo que Miguel Reale chamou com alguma propriedade de o federalismo trino. Porque a federação brasileira é constituída a União, dos Estados e agora também dos Municípios, mas se nós formos olhar do outro lado da ponte, vamos verificar que em que pese os Municípios tenham passado a condição de entes federativos, eles da outra parte estão sendo vítimas de uma grande concentração dos recursos em torno da União em detrimento, portanto, dos Estados, mas também dos Municípios. Pode parecer um paradoxo, mas é o que se observa. E de alguma forma a questão de CPMF expressa isso. Quer dizer, quando o Governo criou a CPMF, no começo, aliás veio como imposto, IPMF, depois se transformou em contribuição, e qual foi seu principal objetivo ao transformar-se o IPMF em CPMF. Fazer com que, a exemplo do que acontece Imposto de Renda pessoa física e jurídica e com o IPI não fosse repassado a Estados e Municípios. Então, o que acontece é que os Municípios tiveram em função da sua declaração como entes federativos ampliadas as atribuições, muitos novos encargos, e os Prefeitos se vêem agora com muitas dificuldades em governar, e atender a demandas inclusive da sociedade, etc.

Então, eu considero que o grande problema brasileiro nesse momento deve ser olhar essa questão federativa. Quer dizer, olhar a questão federativa de um lado como Reforma Política, Reforma Constitucional, Reforma do Estado que precisamos melhorar a nível de governabilidade do país e do outro lado olhar também um ajuste fiscal. Um ajuste fiscal que contemple essa questão que foi colocada acho que pelo Dr. Guerino da

grande diversidade brasileira. De fato nós somos uma federação extremamente assimétrica sobre o ponto de vista social, e extremamente diversificada sob o ponto de vista étnico, extremamente desigual sob o ponto de vista de recursos, enfim, se nós formos olhar toda essa complexidade da nossa federação, nós vamos verificar que se impõe também um grande ajuste fiscal. E esse ajuste fiscal há de dar uma maior... Melhores condições aos Estados e também aos Municípios. Eu acredito que enquanto nós não fizermos isso, nós não vamos ter executado aquilo que construía a preocupação maior da Constituição de 88 que foi expressa pelo Presidente Ulysses Guimarães, de fazer uma Constituição cidadã. Como chegar ao cidadão. A forma de chegar ao cidadão é chegar através do Município, do Estado e do Município. Quer dizer, fazendo com que nós possamos descentralizar o ato de governar do país. Porque um país com a expressão territorial que tem, com as dimensões populacionais que ostenta, não tem outra saída a não ser descentralizar. Ou adotar como se fala hoje no princípio da subsidiariedade, fazer com que o que uma instituição menor pode fazer que não seja feita por uma instituição maior. E acho que isso é uma questão pra mim muito aguda, porque está tornando a federação numa instituição que vive uma grade crise. Aliás, se nós formos olhar a federação brasileira que surgiu com a Carta de 24 de fevereiro de 1891, ela tomou como paradigma a Constituição Americana de 1787, que aliás fazendo 220 anos agora. Sofreu apenas 26 alterações, se não estou equivocado. Pois bem, mas a partir da Constituição de 1891, nós nos declaramos República Federativa. Aliás, antes da Constituição de 1891 já no Decreto de Deodoro, 15 de novembro de 1989, amanhã vai fazer 118 anos, no Decreto de Deodoro já se dizia: Proclamo provisoriamente, disso lembro CPMF, proclama-se provisoriamente a República e a nação brasileira... A redação é mais ou menos o seguinte, proclama provisoriamente a República como forma de Governo da nação brasileira. Então, a partir da Constituição de 1891 nós nos definimos como entes federativos, mas vimos de um Estado unitário. Diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos. Os Estados Unidos naturalmente houve um grande acerto político que fez com que esse acerto político fez com que 13 colônias, etc, se reunissem, etc, e se transformasse numa verdadeira federação. Então, uma verdadeira federação é aquela que surge da União de Estados, que antes estavam separados. No Brasil não, já havia um Estado unitário. Então as províncias tinham limitadíssima autonomia. Então, isso explica porque a nossa federação já nasceu débil. E ao longo de todo esse percurso histórico, ao longo das diferentes Constituições nós continuamos

federação extremamente débil. Frágil. Então também é bom lembrar que não houve no Brasil nunca um pacto federativo. Quer dizer, se fala, por exemplo, nos Estados Unidos houve um pacto federativo. A questão fiscal foi uma questão aguda. Quer dizer, eles debateram durante anos e anos até concluir o texto da Constituição e uma das questões básicas era a questão federativa da qual botou inclusive o Senado como ente representativo dos Estados. Eles usavam até uma expressão latina, "Et pluribus unum". De muitos, um. Ou seja, de muitos Estados estavam... Estava... De muitos Estados estava brotando com o constitucionalismo americano uma verdadeira federação. E houve um Presidente americano, talvez tenha sido Reagan que de certa feita que não foi a União que fez os... Que fez os Estados. Foram os Estados que fizeram a União. E isso não houve no Brasil. Então como consequência dessa questão nós sofremos com esses desequilíbrios que se expressam de forma cada vez mais dramática na medida em que a nova Constituição incorporou, como lembrou o Senador Valter Pereira também o Senador Valdir Raupp e aqui alguns membros da Mesa que não... A Constituição de 88 incorporou novas obrigações de um Estado social para atender as diferentes demandas da nossa sociedade. Então, a questão é muito grave. Precisa ser enfrentada. E por isso que eu defendo já algum tempo que nós devamos pensar nessas reformas institucionais, de um lado, que... Eu prefiro chamar reformas institucionais do que reformas políticas porque o Brasil não reclama simplesmente melhorar o sistema político, tem que olhar muito mais do que isso, tem que olhar os conflitos entre os poderes, tem que olhar a questão federativa, tem que olhar as instituições republicanas que também estão em crise. Temos que olhar, portanto, de um lado dessa questão que eu chamaria questão de reformas institucionais, fazer instituições que dêem ao Brasil condições de governabilidade, instituições que não fiquem na dependência das pessoas, é bom lembrar que as pessoas passam, mas as instituições devem ficar. E deve do outro lado pensar num grande ajuste fiscal. Essas duas providências a meu ver essenciais nós queremos construir o país com o qual nós sonhamos. Stefan Zweig falava muito naquela história do Brasil, país do futuro. Eu acredito. Eu sou otimista com relação ao Brasil. Mas... E penso que nós podemos ter uma grande presença no século que se inicia, mais do que um século, um novo milênio, mas só teremos essa presença maior na hora que nós desatarmos esses dois nós. O nó institucional de um lado e o lado fiscal do outro.

E eu aproveito então a ocasião, desculpe essa digressão, mas eu aproveitaria essa ocasião para agradecer a contribuição que todos trouxeram, que

já foi expressa inclusive pelo Senador Valdir Raupp, quando mencionou que esta talvez tenha sido a melhor Audiência Pública, eu quero prolongar, portanto, nossos agradecimentos a todos os que... Os convidados a essa audiência compareceram, mas quero também agradecer as contribuições trazidas pelo Senador Valter Pereira e pelo Senador Valdir Raupp e expressar mais do que a convicção, a certeza que nós possamos encontrar o bom caminho. Há um bom Relator, um Senador experiente que já foi também Governador, Deputado, etc, tem todas as condições de fazer um bom trabalho e começar a conseqüentemente a resolver um problema que tem uma implicação econômico-financeira de um lado, mas tem uma grande implicação social de outro. E se não houver mais quem deseje falar, eu... Pois não.

SR. JOSÉ FILLIPI JÚNIOR – Eu gostaria de três minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Tem a palavra.

SR. JOSÉ FILLIPI JÚNIOR – Até respondendo rapidamente aqui e confirmando a minha opinião, Senador Valter Pereira, a questão que o senhor levantou, se de fato a Lei de Responsabilidade Fiscal ela vem produzindo efeitos favoráveis, e outro destaque que eu gostaria de fazer com relação a esses efeitos favoráveis, da Constituição de 88. Que o exemplo de Diadema, nós temos hoje um estoque de precatórios não pagos de 280 milhões. Os 10 maiores representam 150 milhões. Mais da metade. Os dez maiores. Um total de 160. Todos eles foram anteriores a 88. São desapropriações de 82, 83, 69, 78... Então, depois de 88 o mecanismo das desapropriações que é o caso mais grave em Diadema, em algumas cidades essa questão também é grave, principalmente cidades que explodiram, Diadema cresceu na década de 70 e 80, 10% ao ano, portanto, foi o maior... Aliás, o censo de 80 registrou isso, foi o maior crescimento populacional do Brasil durante a década de 70, o crescimento populacional de 10% ao ano. Então não posso nem culpar de certa forma o meu antecessor, Prefeito, porque ele tinha que fazer como? Desapropriação de avenidas, de espaços públicos? E foi essa de certa forma a herança que nós recebemos.

Eu gostaria, encerrando, Senador Marco Maciel, fazer aqui um breve comentário, Prof. Luiz Henrique, até pedir uma... A gente pode aprofundar isso em outro momento, mas eu acho que o senhor como representante dos detentores de títulos de precatórios alimentares, gostaria muito de ter o senhor como aliado da PEC 12. E digo porquê. Porque acho que se nós não mudarmos a legislação como ela está, vai ficar pior. Para nós e para os senhores. Porque o seqüestro de

receita ele conspira contra... ainda mais contra o exercício do direito dos precatórios alimentares. Por não ter esse mecanismo, vamos dizer, “eficaz”, de garantir os recursos dos entes públicos para pagamento e liquidação do precatório alimentar, o não alimentar tem esse instituto, tem esse instrumento. E o que vem acontecendo é que na prática o seqüestro desses grandes valores vem dificultando ainda mais a capacidade dos entes federados de pagar os precatórios alimentares. Então, nós precisamos corrigir a legislação. Não pode ficar como está. Essa é a minha opinião.

E, Senador Marco Maciel, o Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça adotou um critério interessante, que nós podíamos até pensar em aperfeiçoar na legislação. O seqüestro, o Tribunal de Justiça de São Paulo, quando concede um seqüestro, concede o direito àquele credor. Vai lá e seqüestra os recursos do ente federado, no caso uma Prefeitura ou Governo do Estado. No Rio Grande do Sul, o que eles fazem? Eles... É uma questão que a gente pediu até para estudar e aprofundar esse tema. O seqüestro é concedido, mas os recursos não vão para o credor. Vai para ordem cronológica. Eu acho que isso já é um mecanismo que eu achei muito interessante para fazer justiça. Eu acho que o Tribunal de Justiça... Porque de fato o seqüestro lá embaixo, no 30º lugar, ele conspira contra o pagamento dos anteriores. Então, acho que são mecanismos que nós podemos estar buscando e aprofundando e aperfeiçoando. A legislação pode ser aperfeiçoada e nós gostaríamos dos precatórios alimentares serem nossos aliados na aprovação dessa PEC. Obrigado, Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nada mais... Se nenhum dos expositores desejar fazer qualquer consideração, vou agradecendo mais uma vez a excelente contribuição, declarar encerrada a presente reunião e convocando uma Ordinária para próxima quarta-feira, dia 21 de novembro... Perdoe, na próxima terça-feira, às 14h30 para apreciação de dois Ministros indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho e na próxima quarta-feira, às 10h, a Reunião Ordinária do Tribunal Superior do Trabalho, STJ... Perdoe. Superior Tribunal de Justiça, STJ, e na quarta-feira 10h da manhã a Sessão Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, às 10h.

Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 16h46.)

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2007, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às quatorze horas e vinte e três minutos, do dia vinte de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Eptácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azere-do, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Inácio Arruda, César Borges, Marcelo Crivella, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Jayme Campos, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Osmar Dias e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Romero Jucá e a Senadora Kátia Abreu. Registra-se a presença do Senador Paulo Duque. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 196, DE 2007** (Mensagem nº 825, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho”. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Parecer:** Votação Secreta. Em 14/11/2007, foi apresentado e discutido o Relatório da Senadora Ideli Salvatti e concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. Na presente Reunião, é procedida a arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta Comissão. Usam da palavra a Senadora Ideli Salvatti (Relatora), os Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Valter Pereira, Eduardo Suplicy, Neuto de Conto e o Senador Marco Maciel (Presidente da CCJ). **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor Jorge Mussi para compor o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com vinte e dois votos favoráveis. **ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 198, DE 2007** (Mensagem nº 826, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à apreciação do Senado

Federal, nos termos do parágrafo único 'in fine', do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor Sidnei Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito". **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Parecer:** Votação Secreta. Em 14/11/2007, foi apresentado e discutido o Relatório do Senador Aloizio Mercadante e concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. Na presente Reunião, é procedida a arguição do indicado, em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta Comissão. Usam da palavra o Senador Aloizio Mercadante (Relator), a Senadora Ideli Salvatti, os Senadores, Antonio Carlos Valadares, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Valter Pereira, Eduardo Suplicy, Neuto de Conto e o Senador Marco Maciel (Presidente da CCJ). **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome Doutor Sidnei Beneti para compor o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com vinte e dois votos favoráveis. Usam da palavra para arguir os indicados, os Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Valter Pereira, Eduardo Suplicy e a Senadora Ideli Salvatti. A Presidência declara encerrada a Reunião, às dezessete horas e vinte e sete minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. As Sr^{as}. e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

(soa a campanha)

A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias. Item 01, mensagem nº. 196/2007, mensagem 825/2007 na origem, não terminativo, que

submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho. A proposição é de iniciativa, como sabem V.Ex^{as}., do Presidente da República. A Relatora da matéria é a Senadora Ideli Salvatti. Como se sabe, a votação é secreta após o parecer da Relatora e o respectivo processo de oitiva do indicado.

O segundo Item trata-se da mensagem nº. 198/2007, mensagem nº. 826/2007 na origem, não terminativo também. Que submete à apreciação do Senado Federal nos termos do Parágrafo Único do art. 104 da Constituição Federal o nome do Dr. Sidnei Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro na vaga destinada a Desembargadores dos tribunais de justiça decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Autoria da mensagem é, como sabem V.Ex^{as}., da Presidência da República. O Relator designado é o Senador Aloizio Mercadante. Após o parecer dos... Os pareceres dos respectivos Relatores, Senadora Ideli Salvatti e Senador Aloizio Mercadante será feita a oitiva dos indicados e após, como conclusão do processo, será feita a votação secreta.

Essa Presidência julga oportuno comunicar que no dia 14/11/2007 foram apresentados e discutidos os relatórios da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Aloizio Mercadante. E concedida automaticamente vista coletiva conforme disposto no art. 2º, alínea "A", §§ 1º e 2º do ato nº. 01/2007, CCJ. Referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta Comissão. Eu vou solicitar ao nobre Senador Aloizio Mercadante que conduza até o Plenário o Dr. Sidnei Beneti, que é o indicado pela mensagem 198/2007 para ocupar vaga no Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

Eu convido o nobre Senador Aloizio Mercadante para que... E também para que introduza aqui o Dr. Jorge Mussi, que é o indicado para vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho para ocupar, portanto, o cargo de Ministro do STJ.

Eu concedo, pois a palavra... (soa a campainha) Concedo, pois agora a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante para que ele apresente o seu parecer.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Presidente, eu vou... Nós tínhamos já apresentado

o Relatório no âmbito da Comissão, mas eu acho que era oportuno fazê-lo novamente. E vou me concentrar basicamente no currículo do Desembargador Sidnei Agostinho Beneti, que eu acho que é muito rico. Tanto do ponto de vista da sua experiência profissional, na longa carreira de magistrado, são 35 anos de carreira, a sua produção acadêmica, muitas obras, algumas inclusive de... Largamente utilizados pelos Juízes para despachos e sentenças. A sua experiência de representação que vem desde a juventude, e como magistrado chegou a Presidente Internacional da Associação de Magistrados, a sua também rica experiência na formulação de políticas para a magistratura, para o Poder Judiciário, a reforma do Poder Judiciário, o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal, Lei de Execuções Penais, então é um currículo bastante extenso, muito rico que eu faço questão de reapresentá-lo. O curriculum vitae registra que o Desembargador Sidnei Agostinho Beneti é brasileiro, casado nascido em Ribeirão Preto, São Paulo, em 28 de agosto de 1944, filho de Fuoravante(F) Beneti e Nádia Andrade Nogueira Beneti. Fluente dos idiomas inglês, francês, alemão, espanhol e italiano, o Sr. Sidnei Agostinho Beneti possui conhecimentos que lhe facultam ainda a leitura do latim, *ceteris paribus* esta parte. Formou-se em direito na Faculdade de Direito da USP, em 68, durante o curso foi Presidente do Diretório Acadêmico, glorioso 11 de agosto, representante dos alunos da congregação com eleição direta e Presidente da Academia de Letras entre outras atividades ligadas ao direito. É doutor em direito processual pela Faculdade de Direito da USP, realizou o curso de especialização em direito privado e direito processual na mesma faculdade. Foi pesquisador convidado do Max Planck Institute, Alemanha, nos institutos de Direito Penal Internacional em 88, 93, 94 e 2002, de Direito Privado Internacional em Hamburg em 95, 96, 98, 2001 e 2006, Direito Público Internacional em Heidelberg em 2003, em direito social em Munique 2004. Tem participado de bancos examinadores de mestrado e doutorado nas faculdades de Direito da USP e da PUC de São Paulo, e professor titular da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Além de destacada contribuição doutrinária sobre precedentes e organização judiciária. É professor titular de direito processual civil da Faculdade de Direito de São Bernardo, autarquia municipal, várias vezes conceituado pelo MEC selo de qualidade da OAB, foi professor de direito administrativo, direito civil e prática civil. Foi professor da Faculdade de Direito da USP, coordenador e professor de instituições judiciárias por seis anos e professor de prática civil por 10 anos A Escola Paulista de Magistratura, foi professor de ética profissional e direito processual civil e penal.

Foi professor do direito processual civil e processual penal nos cursos Damásio Evangelista de Jesus, do Instituto de Advogados de São Paulo. Foi professor da Faculdade de Direito de Sorocaba, Universidade Paulista UNIP, na Faculdade de São Bernardo foi paraninfo das turmas 84, 88, 99, patrono das turmas 93, 2003, 2006 e deu o nome a turma de 95. Sr. Sidnei Beneti ingressou na magistratura em segundo lugar entre 84 aprovados e tomou posse em 72 como segundo Juiz substituto de Rio Claro. Tomou posse como Desembargador em 95 e sua extensa carreira de magistratura destaca-se em várias atividades relacionadas com a atividade judiciário docente com a participação em comissões de concursos para ingresso novos Juiz na magistratura. Foi Diretor Presidente da Escola Nacional de Magistratura, e foi diretor-adjunto de assuntos internacionais na gestão do Ministro Sálvio Figueiredo Teixeira. Frequentou o curso sobre formação de Juízes e administração da justiça na Escola de Magistratura e Ciência de Formação da Magistratura da Alemanha, em Trier na França na École Nationale de la Magistrature em Bordéus, nos Estados Unidos, em Ottawa, na Espanha, em Barcelona, e participou de seminários e estudos nacionais e internacionais sobre a formação da magistratura e reforma no Poder Judiciário. Destacando-se os organizados pelo Conselho da Justiça Federal, Escola de Magistratura e Tribunais Nacionais pela UNCITRAL das Nações Unidas pelo INSOL, pelo ibero-americano de Presidente de Corte Suprema de Justiça, e pelo Banco Mundial e pelo BID.

Dr. Sidnei Beneti tem exercido profícua atividade associativa internacional na magistratura. Na qualidade de Presidente da União Internacional de Magistrado, UIM, e de Presidente do grupo ibero-americano presidiu os Congressos Mundiais de Juízes, em Vale de Bava(F) no México, em Montevideu no Uruguai, em Siofoc(F) na Hungria, e os congressos ibero-americano em San Juan em Porto Rico, Assuncion em Paraguai, Chihuahua no México e Porto Alegre no Brasil. Participou ativamente de comissões e reforma legislativa, como do Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, e da lei de execuções penais dentre outras de igual relevo. É membro de diversas associações de direito nacional e internacionais, além das inúmeras contribuições para o estudo de direito por meio de artigos publicados individualmente em obras coletivas em revistas especializadas no Brasil e na França, e nos Estados Unidos na Espanha e na Alemanha destacando os livros que posso citar. Modelo de espaço de sentenças, está na sexta edição, é largamente utilizado pelos Juízes como modelo burrinho como diz a magistratura, para modelo de despacho de sentença, da conduta do Juiz também está na terceira edição da

Editora Saraiva, Execução Penal da Saraiva, Juízes especiais civis e criminais, com a Ministra Fátima Nancy Andrigli, Del Rey. O Juiz na audiência com a Ministra Fátima Nancy Andrigli e a organização judiciária de prática civil da Faculdade de Direito de São Bernardo. A atualização de O Juiz de Edgard de Moura Bittencourt, em colaboração com Cornélio Vieira de Moraes Júnior e Antônio Carlos Matias Couto, Millennium, Comentários do Código Civil volume 14 na coleção Florence, ademais essas informações que realça a sua extensa experiência profissional o indicado apresentou uma série de argumentações em cumprimento ao disposto no art. 1º, inciso III do ato nº. 01/2007 da CCJ. 35 anos completos de carreira da magistratura, cerca de 21 mil votos proferidos nos tribunais e 35 volumes encadernados cópias de sentenças selecionadas e proferidas em primeiro grau, Senador Antônio Carlos agora vai lê-las para poder aprimorar essa arguição, essa pequena e sintética reprodução na magistratura, dedicação por longo tempo à atividade docente a formação e aperfeiçoamento de Juízes, autoria de livros nacionalmente importantes na orientação a novos Juízes, ativa participação em trabalhos relacionados com a Reforma da Legislação Processual, contato permanente com as transformações do Poder Judiciário da magistratura do direito no País e no exterior.

O currículo do Dr. Sidnei Beneti revela, portanto, que ele reúne os atributos constitucionais em que se destaca notável saber jurídico, reputação ilibada, imprescindível para o desempenho do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça para o qual foi indicado pelo Exmº. Sr. Presidente da República.

Registra-se por fim que o indicado apresentou todos os documentos regidos pelo ato nº 01/2007 da CCJ de 17 de outubro de 2007.

Diante do exposto, submeto Sidnei Agostinho Beneti a apreciação e julgamento desta Comissão certo que seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre indicação presidencial.

Eu reapresento a leitura, Presidente, acho que poderíamos começar a arguição. Nós tivemos, nós sempre temos nas nossas reuniões pelas quartas-feiras pela manhã, estamos com sobrecarga muito grande de trabalho, e peço até desculpa por outros colegas que não estão ainda no momento, nós tivemos Comissões, estão terminando agora a audiência, inclusive uma importante audiência tanto uma votação de projeto na Comissão de Educação e na Comissão de Infra-Estrutura que infelizmente atrasaram demais e nós somos poucos, para 11 Comissões, 81 Senadores e agora mesmo temos também a CPI funcionando. Então é uma sobrecarga muito grande de trabalho e essa é uma...

é um horário novo. Nós não havíamos experimentado, mas tenho certeza que será exitoso pela importância da educação e pelo interesse dos nossos pares na indicação. Foi muito bem recebida as indicações Dr. Jorge Mussi e Dr. Sidnei Beneti e tenho certeza que seremos felizes nesse encaminhamento.

A minha primeira colocação é que na sua vasta experiência profissional consta... e de representação nacional, a participação na Reforma do Judiciário. Eu perguntaria: Nós... Eu inclusive trabalhei intensamente Reforma do Judiciário, essa que recém aprovamos depois de 12 anos de tramitação no Congresso Nacional. À época então o Presidente do Supremo Nelson Jobim teve uma participação bastante significativa, e quero lembrar aqui o Senador José Jorge que era o Relator da matéria, talvez porque eu fosse Economista, Líder do Governo e ele um engenheiro professor de matemática, nós conseguimos andar com uma certa facilidade na Reforma do Judiciário porque as pressões corporativas eram muito fortes, é um tema bastante complexo, e há uma questão de fundo que é a morosidade da sentença. A sobrecarga. Tivemos Juiz aqui com 21 mil votos proferidos, e seguramente esses votos foram para instâncias superiores, seguramente agora no Superior Tribunal de Justiça também verificar. Conversei semana passada com uma Juíza, e ela me dizendo que já estava cumprindo oito mil votos.

Então, como reduzir as instâncias de recurso, como agilizar os processos para que a justiça se faça com mais rapidez? Nós aprovamos no Supremo a súmula vinculante e no STJ a súmula impeditiva de recurso, mas não surtiram, pelo menos até o momento a eficácia que nós gostaríamos que tivesse. Essa é a minha primeira pergunta, quais são as sugestões em relação a essa questão?

Uma segunda questão que eu quero transformá-la pública, mas que já fiz a pergunta, como tratar essa questão de parentes e muitas vezes filhos que advogam, que têm bancas, que tem uma presença militante na Advocacia, do ponto de vista da ética profissional e do desempenho da função de magistrado. O senhor já me respondeu com bastante competência, o próprio estatuto da OAB prevê procedimentos, mas seria oportuno também que nós tivéssemos a oportunidade de tratarmos desse assunto que é sempre de interesse da sociedade.

Uma terceira questão que eu levanto é sobre a Lei de Execuções Penais. Eu... Nós nos empenhamos muito aqui na Comissão, recentemente com a presença do saudoso Senador Antônio Carlos Magalhães, rendo aqui minhas homenagens a ele, ele se empenhou muito no pacote da segurança pública. Nós criamos um grupo de seis Senadores e trabalhamos intensa-

mente nessa agenda no Código de Execuções Penais. Na realidade era um pacote de segurança mais ampla, mas nós temos algumas contribuições. E eu apresentei quatro projetos. Que foram aprovados já no Senado, estão na Câmara, espero que brevemente sejam aprovados, um inclusive está sendo rediscutido hoje, é um quinto projeto, um primeiro projeto que eu apresentei e nós aprovamos eu queria saber a opinião como é que vocês vêem essa questão da gestão do sistema penitenciário que hoje é um dos problemas fundamentais da segurança pública no País, nós estamos com as prisões superlotadas, organizações criminosas tomando conta, substituindo a disciplina do Estado no sistema prisional, rebeliões, essa semana tivemos várias mesmo em São Paulo, a primeira... O primeiro projeto é separar os presos por grau de periculosidade em quatro níveis. Réus primários num tipo de presídio, os reincidentes não perigosos, segundo nível, os perigosos no terceiro nível, chefe do crime organizado num quarto nível que são os presídios de segurança máxima.

Segundo, introduzir o monitoramento eletrônico de presos. Que é um sistema inclusive tivemos seminário recente no Ministério da Justiça, um Juiz da Paraíba inclusive já introduziu o sistema sem ainda o estatuto legal, é uma coisa que vem sendo bastante utilizada nos Estados Unidos, Europa, França, agora muito positiva a experiência que é aquela pulseira, tornozeleira eletrônica e que dá segurança ao Juiz de manter a prisão domiciliar sob controle da polícia. Tanto para saídas temporárias, aqueles indutos, quanto para regimes semi-aberto, mas principalmente para os presos que estão aguardando a centena que nós temos 175 mil presos aguardando julgamento sobrelotando as cadeias e muitas vezes sem esse instrumento.

O terceiro projeto que nós aprovamos é o das penas alternativas. Quer dizer, estimular a prestação de serviço. Agora mesmo estava vendo uma matéria antes de vir para cá, o Mike Tyson foi um grande pugilista, mas é um cidadão sempre com problemas com a justiça, vai ter 300 dias de prestação de serviço à comunidade. Foi preso com cocaína no automóvel. Um dia de cadeia e 300 dias de prestações de serviços comunitários. Então as penas alternativas para aquelas sentenças inferiores a um ano, que não pode ser só cesta básica, tem que ser trabalho, pagar prestando serviço acho que esse também seria uma outra grande contribuição ao sistema, à modernização do sistema prisional.

E finalmente a progressão da pena por trabalho e educação. Nós estamos construindo um mecanismo de progressão da pena por trabalho e educação.

Então, eu estenderia também, Dr. Jorge Mussi se quiser comentar, mas faria inicialmente a pergunta ao Dr. Sidnei Beneti, não sei se nós faremos a pergunta a primeiro ao Dr. Sidnei, então faria as perguntas ao Dr. Sidnei, mas já as deixo para que o Dr. Jorge depois...

E finalmente dizer que me senti muito honrado em relatar a indicação de um profissional do Estado Brasileiro com essa riqueza de experiência profissional, com essa cultura, com essa experiência de representação. Tenho certeza que será uma contribuição muito grande, me sinto muito orgulhoso especialmente por São Paulo nosso Estado de poder contribuir para a magistratura nacional com a indicação do Dr. Sidnei que tenho certeza que continuará abrillhando a Corte como fez ao longo de 35 anos de carreira como magistrado, com essa tão vasta rica e eu diria inspiradora carreira e parabeno aqui publicamente a sua trajetória, me sinto muito honrado, Presidente, com a indicação que tive dessa Relatoria.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – S.Ex^a já está inscrito. Eu gostaria de antes dar seqüência aos nossos trabalhos, de registrar a presença além do Senador Aloizio Mercadante que é Relator da indicação do Dr. Sidnei Beneti para cargo no STJ, registrar a presença do Senador Antonio Carlos Júnior, da Bahia, do Senador Antonio Carlos Valadares do Estado de Sergipe e do Senador Adelmir Santana do Distrito Federal, do Senador Neuto de Conto de Santa Catarina, aliás, conterrâneo do Senador Mussi indicado também para uma vaga no STJ e também do Senador Eduardo Suplicy que é também Senador pelo Estado de São Paulo assim como o Senador Aloizio Mercadante. E gostaria também de registrar a presença aqui do ex-Deputado... Ex-Presidente da ELETROBRAS Deputado Cláudio Ávila, do Dr. Roberto Rosa, Deputado Advogado aqui no Distrito Federal, da Dr^a. Angela Coronel que é Assessora Parlamentar do STJ e de Advogados, familiares, personalidades, Assessores do Senado que estão também assistindo essa reunião. E então eu vou conceder a palavra... Gostaria também de registrar a presença do líder do PMDB nesta Casa, o Senador Valdir Raupp, assim como também que é Senador pelo Estado de Rondônia e também registrar a presença do nobre Senador pelo Estado de Tocantins, e que... Leomar Quintanilha, que deve estar vindo de uma das reuniões de CPI nesse momento e ele é, como eu disse, do Estado de Tocantins. E também eu gostaria de registrar a presença da Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, que é Relatora da indica-

ção do Dr. Jorge Mussi. E também agora registrar a presença do Vice-Presidente da Comissão, Senador Valter Pereira e que pertence à bancada do PMDB nesta Casa e é representante... Representa aqui o Estado de Mato Grosso do Sul.

Então, vou conceder agora a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, e depois vou também... (soa a campainha) Seria melhor talvez fazer a sua exposição e depois V.Exª terá a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, se V.Exª não se incomodar, não sei se V.Exª já abriu a votação. É que eu sou Relator de uma matéria na Comissão de Orçamento. Se V.Exª pudesse, eu poderia fazer logo a pergunta, vou lá na Comissão relatar e volto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. (soa a campainha) E eu naturalmente então concederei a palavra a V.Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª, e as minhas saudações ao Dr. Jorge Mussi, e Sidnei Beneti, ilustres Desembargadores que estão sendo indicados para o STJ.

Eu queria apenas fazer uma pergunta que me surgiu de ontem para cá de vez que há possibilidade de o Governo vetar um dispositivo que nós aprovamos no pacote de reformas para a agilização do Judiciário dispondo sobre a ouvida de réus acusados de alta periculosidade num sistema de videoconferência. Foi uma matéria amplamente aqui discutida, onde vários Senadores se empenharam pela aprovação desse novo mecanismo de agilização do nosso Judiciário, que leva em consideração alguns fatores como, por exemplo, o da segurança, da economia, da velocidade na tramitação dos processos criminais. Inclusive o Senador Mercadante que foi um dos grandes lutadores...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Permite um aparte, Senador Antonio Carlos?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em favor da aprovação desta matéria, ver como eu estou vendo com surpresa essa possibilidade de um veto à matéria tão importante. Concedo um aparte a V.Exª.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria me associar inteiramente a essa intervenção porque a segunda vez que o Congresso Nacional aprova esse instrumento. Anteriormente o Supremo havia analisado e deu um parecer contrário, acho que por inconstitucionalidade, não sei exatamente, não me lembro qual foi a fundamentação jurídica e nós reapresentamos num novo texto legal que é facultado ao Juiz a possibilidade da videoconferência. Não é uma imposição. É um instrumento complementar. Se ele sentir a necessidade indispensável de uma audiência

frente a frente com o acusado ele pode requerer, mas haveria esse instrumento. Isso reduz custos de uma forma absurda. O Estado Brasileiro precisa ter mais racionalidade, mais agilidade. Os instrumentos da modernidade tecnológica estão aí a disposição de agilizar a justiça. Esse é, por exemplo, uma das razões talvez um instrumento que poderia trazer economia, agilizar o processo, permitir muito mais rapidez e segurança na sociedade na remoção. Quanto custa remover um chefe do crime organizado hoje, por exemplo? É estrutura que imobiliza, os gastos.

Então queria parabenizá-lo pela lembrança e dizer que espero que o Governo não vete esse dispositivo e que a gente consiga avançar na modernização do processo de oitivas de réus.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então complementando a minha indagação, eu assino embaixo todas as afirmações feitas pelo Senador Mercadante, e dizer que espero que o Governo não venha vetar. Mas eu gostaria de saber da opinião dos futuros Ministros a respeito de um mecanismo moderno de agilização do Judiciário, promovendo a segurança, a economia de gastos, enfim, possibilitando ao Juiz uma alternativa para a ouvida de um criminoso de alta periculosidade, sendo deslocado através, por exemplo, de uma cidade de um trânsito tão intenso como São Paulo venha abrir a perspectiva, o horizonte de uma ação criminosa de colegas daquele acusado no sentido de libertá-lo a qualquer custo e no caminho, nesse trajeto ocasionar a perda de vidas humanas, além de tudo a que me referi. Agradeço a V.Exªs.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de passar a palavra ao Dr. Sidnei Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e indicado pelo Poder Executivo para uma vaga existente de Ministro no Superior Tribunal de Justiça, eu desejo registrar a presença aqui entre nós do Ministro Ademar Ghisi, do Tribunal de Contas da União, que, aliás, vem a ser conterrâneo também do Dr. Jorge Mussi que será sabatinado logo a seguir. Então concedo agora a palavra para suas considerações ao Dr. Sidnei Beneti.

SR. SIDNEI AGOSTINHO BENETI – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Marco Maciel, Srs. Senadores e Senadoras, eminentes Relatores, Senadora Ideli Salvatti, Senador Aloizio Mercadante. Magistrados presentes, Advogados, senhoras e senhores.

Eu quero, se me permitir, antes de mais nada dizer umas poucas palavras dizer o que significa esse momento pra mim. É um momento realmente de importância extraordinária em minha vida de estar sub-

metido a essa arguição perante o Senado Federal. Sou um magistrado de um dos Estados da Federação, e venho neste momento perante todos os Estados da Federação representados pelos Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras integrantes do Senado da Nação. Isto tem uma importância no pacto federativo extraordinária. Sinto na minha... Tenho consciência perfeita de que se aprovado por V.Ex^{as}. estarei alterando o meu modo de trabalhar, a minha matéria de trabalho para trabalhar realmente em nome, neste caso, já da federação brasileira. O que pesa muito para a compreensão individual do pacto federativo.

Do ponto de vista individual também quero dizer que essa satisfação se acompanha de uma emoção muito grande. Sou um homem do interior, venho de família simples de Ribeirão Preto, cresci culturalmente, fiz toda minha vida em função da escola pública, venho do ginásio, colégio, da escola primária e da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sempre na escola pública, e meu tirocínio, a minha aprendizagem se completou na magistratura que também é uma forma que o povo brasileiro oferece a todo profissional Juiz de aprender, oferecendo nada mais nada menos que as pessoas que são julgadas com objeto da nossa aprendizagem.

Tenho imensa honra, um enorme orgulho de estar aqui. E tenho também muita satisfação de estar agora a inaugurar um sistema de arguição regido por um ato desta Comissão de Constituição e Justiça. Em que se deu uma forma diferente de conduzir esses trabalhos, com uma fase preliminar e agora com esta fase da arguição a que nós nos submetemos. Depósito nas mãos honradas das Sr^{as}. Senadoras e dos Srs. Senadores, os meus cumprimentos mais emocionados de me ouvirem aqui neste momento.

Com relação às perguntas que foram formuladas, eu gostaria de trazer algumas observações a respeito de alguns assuntos. São assuntos basicamente na maior parte deles da ordem da criminal, talvez ficasse mais apropriado ao eminente Desembargador Jorge Mussi que é um magistrado criminal de tradição no Estado de Santa Catarina, mas eu posso avançar algumas considerações se V.Ex^{as}. me permitirem e se o eminente Desembargador Jorge Mussi com seu senso crítico me perdoar as falhas da incursão no quintal do vizinho ou no jardim dos outros.

Vou começar com a primeira questão do eminente Senador Valadares. A ouvida das pessoas em juízo tem uma importância fundamental. No direito anglo-americano que é onde surgiram os instrumentos eletrônicos de tomada de depoimentos, vale como em nenhum outro sistema do mundo uma regra que é de que todas as pessoas têm direito a um dia na Corte.

Esse dia na Corte é sagrado para o sistema anglo-americano. Mas é preciso não esquecer que exatamente nesse sistema anglo-americano é que veio a se produzir esta adaptação dos meios tecnológicos de comunicação para que esses meios de comunicação modernos possam instrumentalizar uma melhor justiça. A justiça também é um fenômeno de comunicação. A base do processo é o conhecimento processual. O conhecimento processual, conhecimento, sabemos bem, é uma operação mental em razão da qual o objeto se torna conhecido. Quer dizer, entra no nosso intelecto e passa a ser representado dentro da nossa mente. Esse conhecimento, tanto que ele seja adequado, seja perfeito, não tenha distorções, na verdade importa pouco como que se realiza esse conhecimento. Desde que ele não tenha distorções, desde que não seja produzido por intermédio de mecanismos que engane o sujeito cognoscente que é o Juiz que vai tabular todos esses dados vindo da realidade objetiva para o seu julgamento. Pois bem, os meios modernos podem auxiliar muito a atividade jurisdicional. E não é por acaso, como eu disse, nesse sistema em que mais se prestigia a idéia de um dia na Corte, sistema anglo-americano, tenha surgido o interrogatório por intermédio dos mecanismos eletrônicos. E não só o interrogatório. Também as audiências. Certa vez em São Paulo há muito tempo, digamos, há uns 20 e tantos anos fui convidado por um colega de faculdade para ouvir um depoimento que ia ser prestado a um júri americano. E esse depoimento era de um cidadão estrangeiro, americano, que estava no Brasil e queria prestar esse depoimento no escritório de Advocacia contactado por telefone pelo júri americano e havia apenas a necessidade de que houvesse Advogados de ambos as partes presentes no escritório de Advocacia para que estivesse certeza de que o depoente estava depondo com perfeita liberdade de falar aquilo que ele queria.

Vejam que os mecanismos de comunicação podem ser utilizados. Não vejo razão para se vetar pura e simplesmente, não quero dizer evidentemente vetar no sentido do Governo, o Executivo ponderará isso no âmbito da sua... Dos seus poderes constitucionais e vetando ou não no uso o direito de veto. Quero dizer vetar no sentido leigo da expressão, no sentido jurídico para não utilizar traduzindo melhor a expressão os meios eletrônicos de... Para o interrogatório. Mas, com algumas cautelas. A primeira delas é esta, é que seja facultado ao Juiz e que realmente não se torne pura e simplesmente uma regra por comodismo ou como muitas vezes pode acontecer na condução da dinâmica dos trabalhos judiciais. Em segundo lugar, que em questões realmente importantes que haja dúvidas pessoais a respeito daquela pessoa que está

sendo interrogada em juízo realmente seja facultado em alguns casos até obrigatório que seja trazida essa pessoa para o interrogatório. Pode haver questões atinentes à identificação da maior relevância que leve à necessidade da presença pessoal. Todos Juízes experientes sabem disso e tenho na minha experiência pessoal isso já. Houve processo em que eu pretendi dispensar a presença do réu porque o réu em temor à testemunha, a testemunha era caixa de um estabelecimento bancário que estava grávida e tinha sido objeto de assalto no momento que estava grávida ela me disse que não poderia ter esse réu presente na sala de depoimentos e eu fui conversar com o réu e disse para ele: Escuta, o problema é esse. Nessa questão. E ele me respondeu: Doutor, mas eu quero ser reconhecido. Porque não fui eu. E trouxe de alguma forma muito cuidadosa, expliquei para essa caixa de estabelecimento bancário que eu iria deixar este acusado fora, que ela iria identificá-lo mais ou menos e não seria colocado tão frente a frente, tomando certos cuidados de como fazer e ela olhou para ele e disse: “Não, realmente nunca vi essa pessoa na vida”.

“Bom, falei, se a senhora nunca viu na vida, agora ele pode vir aqui dentro e ficar responder o resto das perguntas normalmente”. Quer dizer, há cuidados que um Juiz experiente pode tomar seja qual foi o instrumento de colheita dessas informações para atividade processual, mas em termos de permitir que o sistema processual como um todo utilize dos meios modernos de colheita de informações de interrogatórios por via eletrônica eu não hesitaria em permitir. Vi isso várias vezes nos Estados Unidos funcionando muito bem e nem mesmo os acusados tinham tanto interesse de ser transportados para longas instâncias para prestar depoimentos. E veja que eu estou ficando exclusivamente na análise da validade da intimidade do ato judicial. Nem estou divagando na questão de custos que realmente é importante para o aparelhamento da justiça. Não vejo problemas para um Juiz experiente. O processo, além do mais, o processo é um processo acusatório inquirindo um processo em que há debates de ambas as partes. As partes podem sustentar ao Juiz se houver o prejuízo o Juiz tomará essas cautelas para sair da regra geral que seria aquele... A negativa do depoimento prestado pela forma eletrônica. Ou do interrogatório do acusado prestado pela forma eletrônica.

Algumas das considerações, das indagações do eminente Senador Aloizio Mercadante eu tenho a impressão de que é o momento já de avançar para respondê-las também, Sr. Presidente, já posso falar e tudo, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V.Ex^a. tem a palavra para responder as indagações.

SR. SIDNEI AGOSTINHO BENETI – Pois não. Todas são indagações da maior importância para se nortear um sistema jurídico melhor de prestação da justiça para o País.

Com relação às questões da reforma, eu quero dizer que eu acredito na melhoria da reforma realizada pela Emenda Constitucional nº. 45. Embora com vários problemas decorrentes da própria reforma e da implantação da reforma. Fala-se muito que uma reforma equivale a várias revoluções. E é verdade. As reformas convulsionam a realidade objetiva, convulsionam as bases físicas do nosso trabalho, convulsionam a geografia do sistema, no nosso caso judicial, de maneira que tornam difíceis algumas coisas. Eu venho de São Paulo, São Paulo, por exemplo, a fusão dos tribunais de alçada ocasionou uma dificuldade que até agora nós não conseguimos superar. Porque por exemplo, havia quatro sistemas de informática que não conversavam entre si e até hoje não conversam. De maneira que os senhores podem entrever as dificuldades concretas decorrentes daí. Havia transporte de processos, cada um localizado no seu Tribunal de alçada de tal maneira que as viaturas do Tribunal percorriam distâncias conhecidas e menores para levar processos aos Juízes integrantes dos tribunais. Agora com a fusão passamos a ser 356 Desembargadores e esses transportes se espalham por toda a cidade de São Paulo. Funcionários que entravam mais tarde passaram a entrar mais cedo, por exemplo. Chefias de serviços acabaram sendo alteradas, famílias que viajavam junto para vir trabalhar tiveram o seu modo de viver alterado. Quer dizer, há várias consequências terríveis nas reformas. Várias vezes pensei: Será que foi útil realmente fundir os tribunais de alçada assim? Ou se teria sido melhor pura e simplesmente transformar aquilo que era um problema da magistratura que era o cargo de Desembargador e juiz de alçada, a diferença, transformar todos Desembargadores passaram a integrar a mesma carreira e as unidades continuavam funcionando para trabalhar com mais calma. As reformas trazem esses problemas, mas são reformas úteis e por outro lado também sei muito bem que se não fossem reformas, se não fosse um certo convulsioneamento dessa geografia física do trabalho a verdade é que as coisas ficariam estagnadas e não caminhariam para uma melhoria. Uma crise dessa é boa para o Judiciário. O Judiciário tem que passar por elas embora seja uma máquina que já crise estática há muito tempo de tal maneira que se adiciona uma outra crise fica difícil resolver o problema. Reforma é mais

ou menos o seguinte, nós não podemos imaginar que toda a reforma seja para o bem e vá dar certo. Não se pode associar a idéia de reforma a idéia de melhoria necessária. Reforma pode ser para pior sabemos muito bem disso que acontece nas nossas casas quando começamos reformas em dado momento nós queremos que elas terminem desde que todos os trabalhadores vão embora e fiquemos em paz e preferiríamos o que era antes muitas vezes.

Pois bem, essas reformas trouxeram, da Emenda 45, trouxeram algumas coisas importantes realmente para os tribunais como o nosso Tribunal de São Paulo elas trouxeram uma forma de participação maior de todos os julgadores de segundo grau na formação das diretrizes do Tribunal de Justiça. Houve uma democratização interna importante do Tribunal de Justiça num caso grande com o Tribunal de São Paulo. Houve uma descentralização dos trabalhos internos que realmente têm importância muito grande. Houve em função da reforma constitucional, é preciso não esquecer, a distribuição imediata de todos os processos que antes aguardavam a distribuição por lotes ou por cotas no meu Tribunal, o Tribunal de São Paulo, que provocou um retardamento muito grande. Embora isso tenha trazido uma quantidade enorme de serviço, a verdade é que não podiam ficar paralisados, de maneira que havia de ser essa distribuição realmente imediata dos processos. Houve uma preocupação na formação de uma jurisprudência estável. Isto é muito sério. Porque o nosso sistema processual é um sistema que vem de uma dispersão de órgãos decisórios que leva à formação de julgados concorrente de formas diferentes. De tal maneira que se cria realmente uma perplexidade para todo usuário dos mecanismos da justiça para saber qual seja o sentido da interpretação da lei no País. Aqui a reforma tomou partido. Criou o mecanismo da súmula vinculante ou o mecanismo da repercussão geral. São mecanismos ainda para serem exercitados, mas seja como for a reforma vetorizou de que isso é importante para a sociedade brasileira e resta o desafio para os tribunais chegarem a uma solução. O próprio Conselho Nacional de Justiça que é um tema sempre extremamente sensível na magistratura, a reforma ocorrida no Brasil foi interessante. Porque ele se colocou dentro do Poder Judiciário. Ele é um dos órgãos do Poder Judiciário. Não sei se atentou muito bem o que significa, mas em vários países do mundo o Conselho de justiça ficou à margem do Poder Judiciário. De tal maneira que aí fica difícil ubicar e saber afinal de contas como é que se comanda todo o aparelhamento Judiciário. O nosso não, ficou muito bem colocado dentro da estrutura do Poder Judiciário nacional, e a própria composição ficou adequada melhor do que de muitos países do

mundo em que os conselhos viraram verdadeira... Me perdoe a expressão, uma espécie de sanfona, aumenta e diminui dependendo das pressões quanto aos seus membros integrantes de uma ou outra das carreiras integrantes da atividade jurisdicional.

Em suma, as reformas e acompanhadas as reformas processuais vem de uma certa maneira vetorizando alguma coisa de melhor, mas é preciso não esquecer que reforma é uma materialização de boas intenções. E as boas intenções muitas vezes trazem efeitos perversos. Sabemos como se diz o inferno está cheio de boas intenções. De tal maneira que muitas reformas precisariam em alguns pontos ser repensadas para que se chegue a alguma coisa de melhor. Digo isso fazendo até uma espécie de meia culpa. Porque tenho participado de comissões de reforma. Participei da Comissão de reforma do Código de Processo Civil nomeado na ocasião pelo Ministro da Justiça sob a Presidência dos Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e Athos Gusmão Carneiro. E há algumas coisas ali que eu acho que acabaram congestionando mais o andamento processual. É preciso pensar melhor para depois.

Com relação eminente Senador Mercadante, há outras solicitações de reflexão, como, por exemplo, a questão de parentesco. O parentesco nos tribunais. Este é um problema imenso em todo mundo. As questões judiciais nós não podemos imaginar que elas sejam privilégio nosso. O Brasil não inventou os problemas e nem vai inventar muitas soluções. Embora muitas soluções que nós importemos tenhamos que fazer a tradução adequada para a nossa realidade. Este problema existe. É um problema que existe e o sistema jurídico do mundo enfocam isso pelas maneiras mais possíveis no sentido de descobrir soluções. Mas, seja como for, o nosso sistema jurídico nacional é um sistema que enfoca isso de uma maneira me parece bastante sensata e é consentânea com aquilo que se passa no mundo. Nesse ponto a tradição brasileira se colocou no sistema do Código de Processo Civil e Código de Processo Penal, acompanhado depois com as repercussões no Estatuto da Advocacia e também da própria lei orgânica de magistratura, mas principalmente nos códigos de processo. E a regra, trocando em miúdos é muito simples. É o seguinte, parentesco, quem está no processo exclui o parente que vai entrar. A regra como diria o nosso comentarista esportivo, a regra é clara. A regra é clara. Se o Juiz está no processo e o filho ou o pai vai aceitar o mandato para ingressar naquele processo ele não pode aceitar. Ele deve ficar fora do processo e recusar o ingresso naquele processo. Sobre tudo se o ingresso for no sentido de excluir está no código de processo esta regra. Excluir o Juiz do

processo. Está no art. 134, Parágrafo Único do Código de Processo Civil. E em segundo lugar, se já está filho, pai ou parente na linha colateral acho que até o segundo grau no processo, o julgador, Ministro, Juiz, seja que tipo de órgão jurisdicional for não pode julgar o processo. No caso nosso São Paulo já há uma notação dos impedimentos lá de tal maneira que quando nós informamos os casos de impedimentos e esses processos não são distribuídos. É que é preciso apertar o controle administrativo dos tribunais para que não haja situações em que venha o processo por descautela. Porque por exemplo, esse controle vai muito firme no tocante ao Relator. Vai também ao revisor, mas nem sempre é muito eficiente no tocante a saber quem vai compor a turma julgadora como terceiro julgador, por exemplo, mas esse é um problema que não interfere na regra que realmente é uma regra clara, boa, e que é a regra aplicável em todo mundo.

Se tiver ainda um minutinho, senhor eminente Senador Presidente, eu gostaria dizer com relação apenas ao sistema penitenciário. O processo penal é um processo muito interessante, porque o processo em si brasileiro até que é um processo bom. Nós estamos agora num processo de reforma do processo penal, eu participei dessa Comissão que elaborou grande parte dos projetos, foi presidida pela Prof^a. Ada Pellegrini Grinover nomeada pelo Ministro da Justiça também da época, e os projetos são bons visando a reforma. Há projetos maravilhosos no tocante a reforma, mas de modo geral o processo penal até que flui, salvo um ou outro problema de estrangulamento da máquina. Como são as intimações pessoais, necessidade de presença do acusado em todos os atos do processo, coisas que podem ter um tratamento mais leve para a fluidez processual. O problema do processo penal é que ele começa com a investigação penal a cargo da polícia e termina com a execução da pena. Que também é um problema não da competência do aparelhamento Judiciário. Aquilo que é do Judiciário de modo geral tem soluções, não são tão difíceis. É uma questão de um bom exercício de uma técnica de gestão da máquina judiciária da incumbência de cada um dos Juízes e dos tribunais como um todo. Mas, realmente a investigação penal é um problema sério, é uma questão de opção por modelos, se inquérito policial ser julgado de instrução, se Juiz de instrução, isso são problemas difíceis no mundo todo. O nosso modelo é um modelo antigo, é um modelo que pode ser aprimorado bastante, mas está aí com suas dificuldades. E termina com a execução da pena. A execução da pena brasileira é uma execução extremamente gravosa. Porque do ponto de vista Judiciário além das questões materiais, além das questões de improvisações no próprio sistema

de execução penal que são terríveis, porque aqui se experimenta *in anima nobile*, se experimenta sobre o ser humano. Também falta muitas vezes um sentido de praticidade nas execuções. E algumas questões acabam provocando outras. Dou o exemplo. A idéia de descentralizar os juízos de execução, vários juízos dependendo das dimensões do Estado, como estou lembrando o meu caso de São Paulo, criaram-se juízos de execução penal em várias comarcas. Aí evidentemente nós vamos ter Juízes na execução penal com pontos de vista diferentes do ponto de vista jurídico em cada uma dessas unidades de Juízes, Ribeirão Preto, Prudente, Santos, Campinas, São Paulo. Nós teremos Juízes mais rigorosos e Juízes menos rigorosos na aplicação de alguns institutos que pode dar o encurtamento das penas ou uma somatória maior de tempo para as penas. E é claro que as pessoas que estão nos presídios, que são realistas pela própria condição vão imaginar sempre a sua pena calculada pelo companheiro muitas vezes de delinquência que tem um Juiz que aplica a pena com mais liberalidade ao passo que outros tenham a pena muito mais agravada por causa de ter outro critério judicial. Então estes que estão com maior quantidade de pena naturalmente vão entender que sua pena está vencida ou que algo estranho ocorreu na do outro, e aí também outro subproduto. A transferência de presos se torna complicada em função das preferências por um presídio ou por outro dependendo da órbita de cada um desses aplicadores dessas unidades aplicadoras da lei. Quer dizer, há consequências sérias. Isso pode ser sanado? Pode ser sanado, por exemplo, pela criação de câmaras especializadas da execução penal em segundo grau. Abrindo-se um fast track recursal para a questão de execução penal atinente a réu preso, que suba rapidamente para a Câmara e havendo uma Câmara só em cada Tribunal esta realmente dá uma diretriz única rapidamente para todos bem ou mal fica desse jeito depois se devolve para a justificação dos tribunais superiores para estabelecer se é crime continuado, se não é crime continuado, se é concurso material, se é concurso formal, e assim por diante.

No tocante a penas alternativas, questão muito bem colocada pelo eminente Senador Aloizio Mercadante, aqui eu faria uma distinção em primeiro lugar no seguinte, as penas alternativas são importantíssimas. Elas participam do elenco de penas não privativas de liberdade. De tal maneira que é preciso no juízo de execução de organização judiciária já isolar a unidade judicial no caso de ser unidade judicial muito grande daquela que aplica as penas aos presos daquelas que aplicam a penas alternativas. Porque evidentemente as que aplicam penas aos presos que executam, condena-

ções a presos deve ter um tratamento especial, porque lida com ser humano preso. Misturar os dois, provoca normalmente uma plethora, uma inflação de quantidades de autos de processo na unidade judicial que isso chega a centenas de milhares. São Paulo uma época se falava em 100 mil processos na Vara de Execuções Penais. Não sei, não fui checar esses números, mas se falava disso. Evidentemente estava tudo ali com uma dificuldade muito grande de gerenciar grandes números. Aí precisaria para as penas não privativas de liberdade, entre as várias alternativas, chegar a um mecanismo melhor. Mais uma vez a função faz o órgão e o órgão faz também o exercício da função para que realmente se aplicassem bem essas penas alternativas. Também seria o caso de puxar um pouco pela imaginação para descobrir outras modalidades de penas alternativas. Porque as penas alternativas quando nós nos lembramos dela, nós lembramos a prestação de serviço à comunidade que é importante, mas não é só ela. Muito melhor é a pena que se torne cumprida em um ato só, e não na prática de atos reiterados. A prática de atos reiterados isso gera a obrigação de fazer. Obrigação de fazer no direito civil é a obrigação de cumprimento mais difícil, é mais difícil exigir a obrigação de fazer do que a obrigação de coisa certa. Vai lá e toma um bem e entrega para o outro. É mais fácil do que obrigar a pessoa a manter um comportamento durante um determinado tempo. Talvez as penas alternativas nós devêssemos puxar um pouco pela imaginação para descobrir pouco mais de modalidades que elas se tornassem exauridas num ato só. Cito um exemplo. Não tem pena nenhuma no Brasil como, por exemplo, suspensão da posse do veículo no caso de infração cometida ao veículo seja inclusive pelo filho que com direção inabilitada, direção sem carta, evidentemente, seria a suspensão do veículo por uma, duas semanas, isso certamente seria muito mais significativo do que muitos tipos de prestação de serviço à comunidade que a pessoa vai receber alguém para prestar um serviço que ela não sabe como faz aquele serviço e muitas vezes acaba aquele que recebe o serviço não vendo a hora do prestador de serviço realmente ir embora porque é uma pessoa que não ajuda a unidade onde vai prestar o serviço. Eu penso diretor do pronto-socorro recebendo pessoas que não sabem absolutamente nada e que ele tem de ensinar a trabalhar por pouco espaço de tempo e que depois não vai dar sequência para a sua atividade.

Há muitas digressões aqui. No sistema norteamericano eles desenvolveram várias maneiras de prestações de serviços e várias maneiras de interdição de direitos. Algumas delas absolutamente impensáveis para nós. Até que repugnam a nossa consciência e o

nosso modo de encarar as coisas brasileiras. Eles têm as chamadas *chemi(F) penalt(F)* *Chemi(F) penalt(F)* é pena realmente de envergonhar a pessoa. Vem a juízo, o ofendido tem o direito de dizer umas tantas palavras ofensivas para o outro na frente do Tribunal e o outro agüenta aquilo ali porque é forma de cumprir a pena de sofrer aquela *chemi(F) penalt(F)*. Um certo tempo eu vi uma entrevista na TV Sanc de uma pessoa que foi condenada por importunação de menores. Então, cumpriu um certo tempo da pena, por abuso sexual de menores. E depois no processo da *propesion(F)* que ela ficou... teve um período presa, depois um período em liberdade constou que o delito tinha sido cometido no carro dela. Ela teve de colocar uma placa no carro dela dizendo: Crianças, afaste-se desse veículo porque aqui vai dirigindo um que foi condenado por abuso sexual de menores. Evidentemente não se pode num sistema chegar a isso. Me parece isso realmente demais, mas há várias maneiras outras que podem chegar realmente a um bom sistema de penas alternativas que sejam como essa que eu citei da privação da posse do veículo. Não apenas da interdição do direito de dirigir, porque a pessoa dirige sem carta, mas na verdade há todo um leque. E esse leque eu nem colocaria para a Vara das Execuções. Os conselhos da comunidade, conselhos de execuções poderiam trabalhar com o Juiz das Varas e isso seria uma maneira de instigar a criatividade dos Juízes tomando cuidado para que não houvesse soluções aberrantes, mirabolantes como essa que eu acabei de citar aqui, não pensa que estou propondo isso, de modo nenhum é essa a propositura que se faz, mas um certo controle a respeito de como fossem essas penas alternativas. Eu não sei se eu respondi a tudo, Senador Mercadante, mas...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Eu me sinto inteiramente satisfeito, e se o senhor continuar respondendo o Dr. Jorge depois não vai ter o que responder. (risos) Então nós vamos ter Sessão daqui a pouco, Ordinária, e votação em Plenário e hoje tem que suspender a Sessão. Por isso que eu me sinto plenamente satisfeito e honrado.

SR. SIDNEI AGOSTINHO BENETI – Peço desculpas de me estender.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então dando sequência aos nossos trabalhos, eu concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, que é Relatora da indicação do Dr. Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que está sendo indicado para ocupar vaga de Ministro no Superior Tribunal de Justiça. Desejo antes registrar a presença do nobre... Gostaria antes de registrar a presença do nobre Deputado Federal Décio Lima da bancada de Santa Catarina, e de outras

autoridades presentes a esta sabatina. Concedo, pois a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agradeço, Sr. Presidente, e com muita honra na semana passada apresentei o meu parecer favorável a indicação do Senador... Aliás, do Senador não, desculpa, do Desembargador Jorge Mussi para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e queria da mesma forma cumprimentar com muito carinho o Dr. Sidnei Beneti que estava aqui comentando com o Senador Mercadante, uma pessoa que transmite, aliás, os dois, transmitem tranquilidade, transmitem toda esta... Este acúmulo da vida profissional no mundo jurídico que o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça exige obrigatoriamente. Queria também cumprimentar o Dr. Ademar Ghisi, catarinense que está aqui prestigiando e o meu colega de bancada federal, o Décio Lima que eu vou aqui confessar, vou entregar um pouquinho pelo que eu sei é companheiro de dominó do Dr. Jorge Mussi. (risos) Então está aqui na condição de Parlamentar catarinense muito honrado com a indicação e disse que tem uma estrela no coração, Botafogo, já são questões outras que não quero entrar, mas dizer que é um momento muito especial esse da sabatina, de podermos estar fazendo as questões, fazendo as perguntas e podendo ouvir das pessoas que vão estar ocupando o posto de Ministro, o cargo de Ministro uma das mais altas Cortes do Judiciário brasileiro, como é o Superior Tribunal de Justiça, para nós um momento de muita responsabilidade. E eu queria fazer o seguinte questionamento, se me permitirem aos dois indicados. Nós tivemos agora bem pouco... Há bem pouco tempo uma modificação significativa na Justiça brasileira, com duas alterações no mundo jurídico que causaram profundos debates. Houve muita polêmica. Que foi a questão da súmula vinculante e da Constituição do Conselho Nacional de Justiça, o órgão externo ao Judiciário e tanto a súmula vinculante quanto o Conselho Nacional de Justiça eles estão em pleno vigor e nós já podemos de alguma forma sentir pelo menos sobre determinados aspectos os seus resultados. Então eu gostaria de poder ter da parte dos dois indicados um posicionamento como é que vêm, como é que analisam esta mudança na estrutura jurídica com a aprovação destas duas modificações que é o estabelecimento da súmula vinculante e do Conselho Nacional de Justiça. E se algo deva ou não ser aprimorado nas duas... relativas as duas modificações.

A outra questão, nós estamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça com um grupo de trabalho buscando dar celeridade a projetos que estão nesta Casa para podermos alterar o processo judicial. Então nós já aprovamos uma alteração profunda no Código de

Processo Penal, no Tribunal do Júri, na obtenção das provas, já aprovamos alteração no Código de Processo Civil, e agora estamos aguardando abrir a pauta pra gente poder fazer as votações no Plenário. Todo debate que nós fizemos para dar... Esse Grupo de Trabalho, inclusive tivemos uma excelente relação com a Ministra Ellen Gracie, ela subsidiou... Nos subsidiou inclusive com sugestões, com propostas, e, portanto, para nós esta questão das alterações no processo judicial e de forma muito especial visando diminuir aquilo que toda a sociedade brasileira deseja que é a diminuição da morosidade da justiça, é algo que tem motivado o grupo que é composto Senador Pedro Simon, Senador Mozarildo, Senador Jefferson Peres, Senador Romeu Tuma, no sentido de que a gente possa efetivamente aprovar o mais rapidamente possível.

Então, além das duas modificações já feitas, o Conselho e a súmula vinculante, eu gostaria também de ouvir da posição dos nossos dois juristas o que é fundamental se modificar no processo jurídico para que a gente possa ter efetivamente uma diminuição da morosidade. Quer dizer, quais são as questões centrais para ver se pelo menos nós estamos indo no caminho certo naquilo que a gente já aprovou na Comissão de Constituição e Justiça e está aguardando votação no Plenário.

Essas seriam, Presidente, as minhas indagações e queria aqui já deixar registrado que não tenho a menor sombra de dúvida que a aprovação que eu não tenho dúvida será feita por unanimidade nessa Comissão e depois lá no Plenário vai engrandecer e muito o STJ, e para nós de Santa Catarina uma honra muito grande de que nós possamos voltar a ter dois catarinenses no STJ. Nós já tivemos o Ministro Hélio Mosmann, atualmente temos o Ministro Paulo Gallotti, e com certeza termos a presença do Dr. Jorge Mussi honrará e muito o Estado que represento aqui no Senado Federal, como também na Câmara o Deputado Décio Nery de Lima. Então era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra, portanto, agora ao Dr. Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Santa Catarina e devo registrar também aqui a presença do Deputado Paulo Bornhausen, Deputado Federal por Santa Catarina. E, portanto, com a palavra o Dr. Jorge Mussi para suas considerações.

SR. JORGE MUSSI – Exm^o. Sr. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Marco Maciel, ao cumprimentá-lo o faço de maneira extensiva e prazerosamente a todos os Srs. Senadores que compõem a presente Comissão. Quero saudar a Senadora Ideli Salvatti, Relatora designada nesse procedimento, pessoa cujo caráter é temperado

pela chama do seu idealismo, é um exemplo da participação ativa da mulher na vida pública brasileira, e ao cumprimentá-lo o faço às Exm^{as}. Sr^{as}. Senadoras que compõem a presente Comissão. Quero saudar os meus amigos de Santa Catarina que renunciaram os seus afazeres profissionais e particulares e que aqui estão nesta hora, neste momento importante da minha vida a que estão ao meu lado. O gesto de cada um de vós, vocês podem ter certeza que ficará gravado no fundo do meu coração. Quero dizer aos Srs. Senadores que compareço perante esta Comissão com simplicidade e com humildade, preservando em mim a tranquilidade de minha alma no aconselhar de rui(F). Vivo um instante em que a alma vibra, o coração pulsa mais forte, e as recordações emergem e bailam no meu espírito. Até parece que estou diante do dia 17 de dezembro de 1976, quando coleí grau na Universidade Federal de Santa Catarina, no curso de direito. Os dias subseqüentes abri meu escritório de Advocacia, onde exerci esta nobre profissão por 17 anos. Me entreguei com amor e com entusiasmo à Advocacia Criminal, à Tribuna do Júri, de onde recebi grandes lições de solidariedade humana. Ainda há pouco, a eminente Senadora Ideli Salvatti colocava da reforma do Código de Processo Penal e por uma dessas extraordinárias coincidências, no dia de ontem buscando me atualizar sobre a pauta do Senado observei que está para ser examinada hoje no Plenário a nova roupagem e o novo procedimento do Tribunal do Júri. Quero cumprimentar esta Comissão e a mercê de Deus que seja aprovado porquanto a sociedade brasileira e que a Constituição Federal não deixam Juiz togado julgar um dos crimes mais graves que existe no Código Penal, o homicídio qualificado. Que é chamado uma pessoa simples do povo, mas esses julgamentos por centenas de vezes têm sido anulado porque as pessoas não têm a compreensão do que estão votando. É perguntado a um cidadão simples sobre dolo eventual, sobre legítima defesa putativa que vem do latim *putatis* que quer dizer supõe essas pessoas não sabem responder a complexidade de quesitos. Isso tem levado a nulidade de julgamento e o descrédito dessa instituição perante a sociedade brasileira. Observei no projeto que o Senador Demóstenes foi o Relator, que caso aprovado será extirpado da legislação processual brasileira a figura do protesto por novo júri, será suprimido o libelo crime acusatório, será permitido o julgamento com réu revel, será o mais importante de tudo, simplificado as perguntas e a quesitação. No sistema americano, uma única pergunta *guilty or not guilty*, e aqui se indagará sobre a autoria e materialidade sobre a culpabilidade ou não, e a aplicação da pena e sua dosimetria ficará a cargo do Juiz togado.

Penso que esse mecanismo se entregar à sociedade aquilo que está esculpido pela Constituição Federal de que é mantida a instituição do Júri, nós teremos a oportunidade de revigorar este procedimento àquilo que o grande tratadista francês Cassel(F) Maior, na sua obra *La justice longe la liberté* definiu o Tribunal do Júri como um símbolo da solidariedade humana. Com esse procedimento penso que estamos dando uma nova roupagem entregando um documento ágil, enxuto e de fácil compreensão e aí sim nós teremos menos morosidade e mais celeridade na prestação da jurisdição.

Respondendo a pergunta do eminente Senador Aloizio Mercadante, e também da Senadora Ideli Salvatti, no tocante a mecanismos para se agilizar a justiça, eu tenho dito sempre e sempre, que com a Constituição de 88, com o Código de Defesa do Consumidor, com o Estatuto do Idoso, com o dano moral, as pessoas cada vez mais têm procurado a justiça. E isso é muito bom. Isso é um exercício de cidadania e isso só acontece no Estado Democrático de Direito. Mas nós do Judiciário não estamos preparados para dar vazão a esse grande número de processos. Segundo dados que tenho, no Brasil a cada três segundos é afluída uma ação. E nós somos 15 mil Juizes. E não temos ainda mecanismos para prestar jurisdição em prazo razoável. E aí nós temos que ter um pouco de criatividade. Vou relatar a V.Ex^{as}. uma experiência que entendo fascinante. Ao assumir a Presidência do Tribunal de Justiça do meu Estado já disse desde logo que ia voltar os meus olhos para o primeiro grau de jurisdição, aonde tramitavam um milhão e meio de processos. A demora na entrega da prestação jurisdicional às vezes o limite da paciência e da tolerância se esgota. E nós temos que nesse início de milênio, em que o Brasil começa a fazer profundas reformas, com o novo Código Civil, com o novo Código Comercial, eu dizia ao Senador Tião Viana na visita protocolar que fizemos na semana passada, de que a necessidade que Legislativo e Judiciário cada vez mais se unir, mãos e mãos, gestos e gestos, e destinos e destinos para que nós possamos prestar jurisdição em prazo pelo menos razoável. Buscando a criatividade. Em Santa Catarina entendi de uma das formas de resolução dos conflitos é através da conciliação. Fizemos uma experiência em Blumenau, e naquele final de semana memorável marcamos 4 mil audiências. O Deputado Federal Décio Lima era o Prefeito. Teve uma participação decisiva para esse exercício de cidadania. Marcamos quatro mil audiências, sábado e domingo, levamos para lá 200 conciliadores. Quem eram esses conciliadores? Alunos da Escola Superior da Magistratura, alunos da Escola Superior do Ministério Público, da Advocacia, levamos

84 oficiais de justiça, 65 veículos para que pudesse ser feita as intimações, e ao final desse exercício de cidadania o índice de conciliação foi de 70%. Nos processos de crime tributário, de menor potencial ofensivo em que é permitido a transação o Ministério Público propunha o acusado a suspensão do processo através da transação penal desde que ele pagasse 10% do valor que foi entendido de que houvera sonogado. E todo esse dinheiro arrecadado foi doado ao Corpo de Bombeiros e às APAE's de Blumenau.

No campo de Direito Comercial, chamei a direção dos três Bancos privados e disse que processo de Banco na conciliação mexeria com o bolso das pessoas. E hoje a situação que passa o País eles teriam que dar a sua contrapartida. E os Bancos atenderam esse chamamento. E fizeram uma proposta de anistia de 90% da dívida, cobravam 10% em quatro vezes. O índice de conciliação nessa matéria foi de 100%.

Então, não que seja uma fórmula mágica, longe disso, mas uma maneira de nós implementarmos com agilidade é a conciliação. Essa experiência em Santa Catarina foi feita num final de semana, e como as pessoas começaram a remeter carta à Presidência do Tribunal de Justiça pedindo que o seu processo entrasse na conciliação, nas ruas onde eu passava: Desembargador Jorge Mussi, meu processo não vai entrar na conciliação? Resolvemos fazer a Semana Estadual de Conciliação nas 110 comarcas do Estado e botamos em pauta cem mil processos. Índice de conciliação 60%. 60 mil processos foram para um arquivo. Então esta é uma maneira esta mudança eu queria colocar ela é de ordem cultural. Eu encontrei resistências. Não tenho dúvida disso, mas é uma idéia que trago a V.Ex^{as}., porque como disse certa vez o grande jurista e sociólogo Gaspar Martins, as idéias não são como metais que se fundem. E quem sabe nessa troca de idéias no dia de hoje eu não poderia deixar de trazer essa experiência que tive à frente do Tribunal de Justiça. Mesmo porque o direito não é estático. Ele é dinâmico. E nós precisamos de ter e implementar mudanças como disse certa feita o grande jurista alemão Rudolf Von Ihering na sua obra Luta pelo direito. Ele disse o seguinte, que aquilo que existe deve ceder ao novo pois tudo que nasce há de perecer. Entendi que não poderia pecar pela omissão, e essa experiência da conciliação eu penso que seria uma grande maneira de nós darmos vazão a esse grande número de processos. E por quê? Porque quando as partes sentam, discutem, se cumprimentam e resolvem seus problemas, mais nada interessa ao Juiz e nem ao Promotor e nem ao Advogado porque está alcançado o fim da justiça que é a paz social. Essa experiência que lá em Santa Catarina e depois tive o prazer de vê-la no pas-

sado a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal adotar o dia 8 de dezembro como o Dia Nacional de Conciliação.

No tocante, Srs. Senadores, verdadeiros guardiões da federação, a colocação feita pelo Senador Mercadante, no tocante ao sistema penitenciário brasileiro, nós sabemos de como ele se encontra. E nós temos que ter algumas alternativas. Eu tenho um livro de um tratadista holandês, professor da Universidade de Rotterdam, Luke Hulsman(F) ele escreveu a obra Penas perdidas. Tive a oportunidade de conhecê-lo num evento interamericano aqui no Rio de Janeiro, e ele diz nessa obra que nós devemos nos preocupar com o encarceramento só naqueles delitos que os franceses chamam de intoleráveis. Então o estupro, o seqüestro, o latrocínio, esses delitos nós temos que nos preocupar. E naqueles de menor potencial ofensivo, as penas alternativas eu penso que é a grande saída. Eu só, eu particularmente, só acredito na recuperação de um preso através da laborterapia. Só através do trabalho. Não adianta em 24 horas ele ter 22 de cárcere e 2 horas de sol. Porque o seu pensamento será voltado para a criminalidade. Penso que a grande saída é através do trabalho, e as penas alternativas como dei aquele exemplo dos crimes tributários em que é permitida a transação penal, o pagamento de pecúnia e esse dinheiro revertido a Corpo de Bombeiros, ou a APAE, como fizemos Deputado Décio Lima naquele final de semana em Blumenau, num verdadeiro exercício de cidadania.

No tocante, Senadora Ideli Salvatti, a súmula vinculante e eu sou um entusiasta e digo a V.Ex^a porquê. Porque a Constituição do Brasil estabelece a pluralidade de graus de jurisdição. Ela estimula cada vez mais a se recorrer. Hoje uma sentença de um Juiz no interior é apenas um carimbo para recorrer ao Tribunal e ao Tribunal um carimbo para chegar ao Superior Tribunal de Justiça que criado com a Constituição de 88 hoje já tramitam lá em torno de 200 mil processos. Então quando a matéria é repetitiva, depois que o Supremo Tribunal Federal disse 30 mil vezes que é devido a correção monetária no Fundo de Garantia, eles na Constituição de guardião da Constituição e eu presumo que essa decisão tem ela a força vinculante. Mesmo porque para ser editada uma súmula é preciso 2/3 de seus membros e ela pode posteriormente ser modificada ou revigorada.

No tocante ao Conselho Nacional de Justiça, também vejo com entusiasmo como um órgão de planejamento da Justiça brasileira. Na área da cultura digital, na área da informática, em que nós precisamos ter procedimentos padronizados, acho que ele

veio em boa hora e é uma garantia para a sociedade brasileira.

O aspecto ainda perguntado pelo Senador Valadares sobre o interrogatório através da videoconferência, eu penso que o processo penal brasileiro ele busca a verdade real. E o Juiz ainda que o processo esteja concluso com a sentença a teor do art. 502 ele pode se tiver alguma dúvida inclusive transformar aquele processo em diligência para ouvir o réu. Eu acho que a videoconferência vem em boa hora. Vejam V.Ex^{as}. o deslocamento de um preso ao fórum. Se esse carro vira e esse preso porventura vir a óbito, o custo, o aspecto da escolta para transportá-lo, a parte de veículo, a economia que dá o Estado, por exemplo, em São Paulo para transportar um preso até o fórum, evidentemente como disse V.Ex^{as}. aquela solução proposta pelo Senador Mercadante o Juiz terá a faculdade se entender se necessário formar sua convicção ouvir o acusado, nada, absolutamente a opor. Mesmo porque essa decisão do Supremo Tribunal Federal que afastou a videoconferência me parece que foi ancorado no princípio da ampla defesa com os recursos a ela eminente. Então o Juiz de Direito, se achar necessário, como bem colocou o meu colega, o Desembargador Sidnei Beneti, poderá convocar o réu para dirimir qualquer outra dúvida.

Sr. Presidente, não sei se enfrentei todas as questões que foram colocadas, mas por amor à brevidade, eu aqui encerro a minha prerrogativa me colocando à disposição dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu desejo dizer a V.Ex^a, nobre Desembargador Jorge Mussi, que V.Ex^a realmente teceu considerações sobre as questões que foram aqui suscitadas por Senadoras e Senadores. E desejo, por oportuno, já que V.Ex^a fez referência a alteração do processo do júri em nosso País, que se encontra aqui presente o nobre Senador Demóstenes Torres que foi autor... Relator, perdoe, do projeto oriundo da Câmara.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Desembargador Sidnei Beneti fez parte dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E ele a isso se referiu quando fez a sua exposição, mas devo também dizer que isso faz parte de um chamado pacote de antiviolação de cuja Comissão V.Ex^a fez parte aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania juntamente com a Senadora Ideli Salvatti, com o Senador Mozarildo Cavalcanti, penso que também o Senador Aloizio Mercadante e outros colegas talvez Senador Valter Pereira também e que contribuíram, portanto, para a modernização da legislação penal brasileira.

E gostaria agora de conceder a palavra por haver solicitado inscrição ao nobre Vice-Presidente desta Comissão, nobre Senador Valter Pereira, para fazer suas considerações aos indicados, portanto, ao Senador Sidnei Beneti quanto ao Senador Jorge Mussi. Com a palavra S.Ex^a.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Senador Valter Pereira...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Senador Valter Pereira, se V.Ex^a me permitisse, e também...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sim, quero observar que o Senador Antonio Carlos Júnior também já havia pedido inscrição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – O líder Arthur Virgílio me telefonou me pedindo para que eu fosse ao Plenário. Eu tenho que me ausentar, eu gostaria de fazer uma brevíssima consideração se meus colegas me permitissem. Pode ser, Senador? Então, primeiro cumprimentar aos Desembargadores, Sidnei Beneti e Jorge Mussi, com certeza Ministros, inclusive já depusitei meus votos em favor de V.Ex^{as}., os dois com passado grande na magistratura, no mundo jurídico, V.Ex^a oriundo do quinto, e V.Ex^a um magistrado típico. Que tem visões que podem ajudar a nossa justiça a ir adiante. Eu assisti apenas a consideração do Desembargador Jorge Mussi, e acho que nós temos um problema a ser resolvido. Um problema que foi abordado por ele e que é um problema que nós também temos sentido aqui no Senado. Que problema é esse? É o problema da jurisdição, digamos assim, ampliadíssima que nós temos no Brasil. O Desembargador Jorge Mussi chega a dizer, e eu concordo, que tanto o Juiz de primeiro grau quanto de segundo grau viraram tribunais de passagem. E o Supremo Tribunal e o STJ viraram tribunais ordinários. Na realidade, nós temos muito que fazer acerca dessa dimensão. O que nós podemos fazer? Nós já buscamos a súmula com efeito vinculante para o Supremo. O Supremo tem usado de forma muito parcimoniosa. Até porque é algo que sofreu uma repulsa por parte do mundo jurídico, mas venceu a tese, venceu a argumentação de que o Supremo é a última instância e não estaria de forma alguma sumulando matéria de fato. Matéria de direito que vem congestionando os tribunais e que repetidas vezes vem ser decidida da mesma forma. Ao STJ e aos tribunais ordinários, a esses tribunais foram negados a súmula com efeito vinculante que eu acho que foi um erro e criou-se algo que é meio, digamos, etéreo. Que ainda está na Câmara dos Deputados. Que a súmula impeditiva de recursos e que tem merecido também,

digamos, comentários não muito satisfatórios, principalmente por conta dos magistrados. Especialmente por conta do Superior Tribunal de Justiça que os senhores agora integrarão.

Algumas sugestões têm parecido, como a criação de alçadas, inclusive do primeiro para o segundo grau. Dando a entender que apesar da democracia aparente que reina no Poder Judiciário, ou seja, toda a decisão pode ir aos tribunais superiores e até ao Supremo, isso na realidade tem feito com que a justiça não seja prestada. Até porque uma das características da justiça é a celeridade.

Então eu indagaria aos senhores que alçadas são essas que nós podemos criar, ou que procedimentos são esses que nós devemos adotar, que reformulação é essa que nós podemos fazer para que a justiça não continue apenas crescendo de forma numérica, mas que gere aquela prestação jurisdicional que V.Ex^a reclamou. Como é que nós devemos fazer? Simplificar procedimento, Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, quais as decisões que devem ficar restritas ao primeiro grau? Quais as que devem ficar restritas ao segundo grau? Como é que nós devemos fazer para que não pare principalmente e de forma injusta sobre o Judiciário aquela sensação de que o Judiciário não julga? Porque realmente Juiz faz o que pode, mas os senhores vão chegar lá agora cada qual vai ter no mínimo 12 mil processos para julgar no mês. Segundo os Ministros. Então é algo impossível. Cada Juiz do Supremo, ou melhor, o Supremo julga 110 mil processos por ano. Tem 180 mil processos lá. O que nós devemos fazer para que haja uma racionalidade nisso? Porque aí, digamos, até há uma simulação de julgamento. Os senhores não vão conseguir julgar esse número de processos. Muitas vezes um processo... Porque aparece repetidas vezes. Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores sobre esse problema sério. Outros existem, por exemplo, em relação ao Conselho Nacional de Justiça do Ministério Público, não vou questionar a esse respeito, mas nós estamos entendendo que o Conselho tem agido mais como um órgão... Mais um órgão interno do que propriamente aquele controle externo que foi reclamado. Muitos já começam a reclamar, inclusive a modificação, que os Juízes e os promotores que se encontram lá acabam julgando para eles mesmo, mas eu me cingiria a essa pergunta acerca dessas alçadas de como é que a gente consegue fazer que a justiça melhore, julgue mais rapidamente e ao mesmo tempo os senhores não fiquem com aquela sensação de impotência e nós não fiquemos com a sensação de que afinal de contas o Judiciário não prestou o serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Indago... Eu gostaria de antes de conceder a palavra ao nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão, para conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, que por um lapso ele foi, depois do Senador Mercadante, o segundo a se inscrever. Então para não cometer injustiça (risos) Exatamente na Comissão de Constituição e Justiça, e também eu quero agradecer ao Senador Valter Pereira pela compreensão e colaboração no bom desenvolvimento dos nossos trabalhos. Portanto, com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Júnior. Tem S.Ex^a a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Desembargadores Sidnei Beneti e Jorge Mussi, na verdade não é uma sabatina nem uma argüição, porque na verdade o currículo de V.Ex^{as}. já obviamente indica a aprovação da Comissão em relação aos nomes dos senhores. Portanto, é muito mais a oportunidade de ouvi-los do que propriamente de fazer inquirições. Minhas inquirições, minhas... Meus pontos de debate já foram colocados por vários Senadores, inclusive iguais exatamente as da Senadora Ideli Salvatti. Portanto, já que o Desembargador Jorge Mussi já respondeu à Senadora, eu aproveitaria para fazer as mesmas perguntas ao Desembargador Sidnei Beneti. A opinião dele sobre a súmula vinculante, e as resistências que se encontram não só no lado dos Advogados como também da primeira instância, e sobre o que fazer para agilizar os processos, modificações na legislação, atualização da legislação... Que sugestões ele teria inclusive isso... Essa provocação na sabatina do Ministro do Direito, nós... Ele deu um exemplo aqui de 28 possibilidades de recursos que foi uma coisa que espantou a todos, (risos) e que inclusive ele está... Ele pretende ajudar nós do Senado a desenvolvermos alguns mecanismos para melhorar essa... Cortar um pouco dessa dificuldade processual. Mas eu queria então ouvir a opinião do Ministro Sidnei Beneti e também se o Dr. Jorge Mussi quisesse complementar alguma coisa eu ficaria satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Com a palavra o Desembargador Sidnei Beneti.

SR. SIDNEI AGOSTINHO BENETI

– Muito obrigado, muito apropriadas as observações e questões trazidas pelos eminentes Senadores. É interessante que eu vim para uma argüição do Senado preocupado assim, vão me colocar para... Na parede com relação a algumas coisas. E noto que aqui nós somos várias pessoas sentadas em uma tarde procurando melhores soluções pela justiça. E isto me honra muito os emi-

nentes Senadores e Sr^{as}. Senadoras, me permitirem participar de uma reflexão. Eu diria quase que isso corre como uma *james seccion(F)*. Estamos aqui vendo vários componentes de uma mesma orquestra nacional na busca de um melhor aparelhamento de justiça.

A questão da demora judiciária é um problema, volto a dizer, mundial. É ligado a vários problemas. É ligado a problema da demora judiciária, demora do processo, e é ligada também a problema da qualidade da decisão judicial. Porque as coisas andam juntas. Se a decisão judicial qualificada se forma com uma certa rapidez, essa decisão é absorvida pela sociedade e pelos usuários da vida jurídica, principalmente os Advogados e as pessoas que fazem negócios, as pessoas que programam suas vidas, que antevêm as consequências de seus atos. De maneira que se trata de equilibrar. Como fazer com que a qualidade da justiça, a qualidade de cada decisão judicial seja boa e de tal maneira infundir essa confiança que os casos futuros serão decididos da mesma maneira. Isso se chama técnica de precedentes. A doutrina de precedentes. A doutrina de precedentes tem o seu ponto mais aprimorado no direito mundial no sistema chamado de *camon(F) low*, que é o direito de origem inglesa. Se espalhou para os Estados Unidos, para os países de formação do direito inglês, o sistema anglo-americano de modo geral tendo o Estados Unidos acrescentado o fenômeno do federalismo apenas e a existência de uma Corte Suprema, coisa que não havia originariamente na Inglaterra. Como funciona esse sistema? Esse sistema é um sistema que permite de uma certa maneira uma aceleração do processo. E ele permite uma aceleração com qualidade maior. Em primeiro lugar, é um sistema que pactua com a eliminação dos autos, nós não temos o princípio da unicidade dos autos. Esse princípio da unicidade dos autos, esse processo, esse maço de papéis, isto é altamente paralisante da fluidez das decisões. Porque eu tiro processo, levo concluso para casa, a essa altura pára todo mundo, o advogado espera, o perito espera, o perito tira os autos, pára o Juiz, pára o Advogado, pára todo mundo, depois tem que intimar, espera aquele prazo, isso vão se somando pontos mortos do processo. O sistema de *camon(F) low*, não é evidentemente uma regra absoluta, mas ele tem... Ele não tem essa unicidade dos autos. As partes vão trabalhando com a questão, trabalham, trabalham, o Advogado, o autor trabalha, trabalha o Advogado do réu trabalha com o cível com a questão, e dado momento eles pedem o dia na Corte e levam aqueles *farieus(F)*, que são aqueles maços de documentos que eles têm numerados entre si e de tal maneira numerados na mesma ordem para todos. O Juiz também tem um daqueles *farieus(F)*,

eles vão produzindo documentos e esses documentos são mandados para a Corte. São mandados para cada uma das partes. Eles têm uma fase que chama *desclosior(F)* que tem de mandar toda a evidência de um para outro para que seja leal no momento que for sustentado perante o Juiz.

Então toda a questão se prepara. Não começa um processo. Não é o tempo do processo ainda demorando. E todos vão preparando até o momento que se dá uma coisa que se chama *certificate readiness*, é o caso da certificação de que o processo está pronto. Pede o dia na Corte e vão para lá e a Corte faz a ouvida, preliminar reading(F) e depois entra a ouvir as testemunhas e decide. A decisão é uma decisão de muito boa qualidade. Porque em princípio não trabalha com Relator. O processo vai, todos estudam, digamos que a Corte tenha como a Corte Suprema dos Estados Unidos, nove Juizes que são os Ministros da Corte Suprema dos Estados Unidos. Esses nove todos eles estudam essa questão, vão para uma Sessão que se faz às quintas-feiras, chama Conference, na Conference estuda essa matéria, todos estudam, todos são muito conscientes de tudo que está sendo julgado. Não é esse fenômeno que é típico de Judiciários como o nosso, e Judiciários latinos da chamada tirania do Relator. E o Relator, se ele errar, meu Deus, se ele errar, é muito provável que ele leve o julgamento para o lado errado. Porque só ele estuda como regra muito aprofundadamente toda a questão porque ele é sorteado previamente. Ou estabelecido previamente. Pois bem ali se forma aquele julgamento, formado aquele julgamento aí eles designam quem vai redigir o julgado. É como se fosse o Secretário da Ata. Se o Presidente faz parte da maioria vencedora, o Presidente é o Relator. A gente pensa Estados Unidos, Inglaterra, o Presidente da Câmara é Relator de tudo? Não. É que todos discutiram muito a questão e depois a formalização escrita daquilo ficou em nome dele. E fica em nome dele o que é ótimo para a sociedade. Porque a sociedade sabe que na época do Presidente fulano de tal as decisões eram assim. Forma-se depois o bloco da minoria, *centrum(F) opinion*, que é o voto vencido e ficam dois votos. Daí o julgamento é muito facilmente inteligível. Porque polariza o foco de uma decisão majoritária e polariza o foco do que perdeu. São as decisões e está decidida a matéria. Facilita andar o processo. Não tem de um paralisar o outro como se fosse linha ferroviária única, tem de esperar o trem passar para outro caminhar naquele sentido. Não sabia disso. Um dia em visita aos Estados Unidos, queria ver os autos que era para saber como é que era. Eu pedi para meu colega que era o Juiz que nos entendia o que eu falava, preciso melhorar aqui a

minha explicação. Expliquei melhor, pensei que fosse problema de transmissão do idioma, então ta bom. Saiu, foi lá fora, tinha uma pilha de papéis ele me entregou tudo aquilo. Era aqueles farius(F) dele Juiz de que ele não necessitava mais. Pois já tinha julgado, era caso encerrado, e estava alterando para a faxina levar embora. Ele deu aquilo. Ele deu aquilo, levei embora para São Paulo e está comigo até hoje na minha cidade. Porque os Advogados também tinham, todos tinham. Quando se faz um recurso para o Tribunal, o recurso se faz por... é como se fosse caderneta espiral. Cada um faz a sua e manda com o seu pedaço. Depois ele manda a prova. Quer dizer, um não paralisa o outro. Esse é um dos problemas. Segundo a formação da vontade colegiada. A vontade colegiada formada desta maneira ela faz com que a decisão seja melhor do que a decisão de uma pessoa. Claro que a vontade colegiada é muito melhor. Por isso que segundo grau tem mais de um nos sistemas em que o primeiro grau tem apenas um. O que não é comum no mundo. Nós temos de... Se quisermos caminhar de alguma maneira, enfrentar problemas como esse. O suporte papel da jurisdição. O suporte papel da jurisdição na unicidade dos autos escraviza o julgamento e faz com que os tempos demorem. O sistema de *civil law*, direito europeu continental de modo geral tem autos. E eles são mais demorados. Mesmo os sistemas europeus mais de *civil law* continentais, que são mais ágeis. Como é o sistema alemão. Há questões que realmente demoram muito. Eu fui uma vez perguntar, eu estava muito preocupado com a questão das questões previdenciárias. Fiz uma investigação em Monique, no Instituto Max Planck sobre o processo previdenciário. E eles têm lá uma... A Alemanha tem uma jurisdição social. Social (ininteligível). A jurisdição social é só para matéria previdenciária. É como se fosse a Justiça do Trabalho que nós temos especializada lá é para a questão previdenciária. E eu preocupado: "Isso aqui anda depressa?" "Sim, anda depressa". "Resolve. Quanto tempo?" "Resolve isso aí em quatro, seis meses a questão". Mas por quê? Depois eu perguntei. "Mas e se esgotarem todos os recursos até a Corte constitucional?" "Bom, aí já vai caminhar por vários anos. Isso pode chegar nove anos para chegar a uma decisão dessa". Mas o grosso das questões, vejam, num sistema que tem autos, o sistema que tem Relator, eles descobriram a maneira diferente de trabalhar. Que foi criando essa justiça especializada ela não tem o problema que nós temos de esgotamento das vias administrativas. Porque aquela justiça já faz de uma certa forma uma integração com as vias administrativas sendo judiciária. Discute-se na Alemanha se ela deve existir ou se não deve existir até hoje, mas a verdade é que isso foi criado pelo heinrich

alemão, existe até hoje, subsistiu ao nazismo, passou pela Constituição de Varma(F), nazismo, e foi depois institucionalizada melhor sobre Willebrand. E inclusive é muito curioso, porque o Diretor que trabalhava antes do regime nazista, permaneceu e permaneceu também depois, o Presidente geral. Quer dizer, um modelo de eficiência, de neutralidade judiciária na organização dos papéis que tinha que funcionar.

Nós temos de caminhar para descobrir mecanismos desses. São muito difíceis dentro do sistema nosso, que nós estamos de uma certa forma condenados, que é o sistema europeu continental traduzido do direito português para o Brasil e com os problemas.

As súmulas vinculantes vêm, como eu disse, a demonstrar uma preocupação com esta questão de formação da jurisprudência estável. Mas, não vão solucionar todos os problemas de jurisprudência estável. Porque vamos ver, no mundo os países que têm jurisprudência estável com mais facilidade nem mesmo têm súmula, nem mesmo tem enunciado os julgamentos que são os países de *canon(F)* in low. Certos países nem podem ter. Não pode citar, não pode citar. Tem de citar o corpo do acórdão inteiro para comparar o caso para ver se o caso é exatamente igual ao outro, e não aquilo que nós pusemos no resumo e que nós podemos ter errado um pouco ao redigir aquele resumo ou pode ter sido elaborado por algum auxiliar do Juiz ou que tenha elaborado de alguma maneira sem aprender bem todo o sentido daquela matéria. Dois países tentaram a simulação. A Itália, que existe até hoje o maximário na Corte de cassação. Esse maximário passa o julgamento, vai para eles para que eles estabeleçam as normas. Aquilo que ficou, digamos, sumulado, maximário. Máxima significa a súmula de denominação que foi dada no sistema italiano. E a outra a Alemanha tentou. A Alemanha tentou lá para fins... Meados, para fins do Século 19. E não conseguiu chegar a uma padronização da jurisdição por intermédio da sumulação. No direito anglo-americano isso não existe, mas existe um mecanismo de filtro dos processos de tal maneira que quando se forma uma decisão, e essa decisão é consistente, passa-se a recusar o re julgamento daquela mesma questão pelos filtros intermediários. E são filtros da própria Corte. Há dois sistemas de filtros eficientes no mundo. Um é o sistema do *cesium horari(F)*, do direito anglo-americano, e outro é o sistema que na Alemanha se descobriu que se chama que é um recurso constitucional. No sistema norte-americano, vai-se a matéria para os julgadores, eles olham naquela reunião da Conference, está decidido, está decidido, não vai mudar. Não mudou a lei, não mudou a realidade objetiva da sociedade. Não há argumentos novos, eles olham. São nove Juízes da

Corte Suprema. Se quatro... Se a maioria resolve não julgar, mas com quatro vencidos, a dúvida é pelo acesso recursal. Se tem quatro votos favoráveis a julgar, eles julgam. Se não tem quatro votos favoráveis a julgar, não julgam. Arquivam aquilo. Porque não é o momento para rejulgar aquela matéria. Até hoje se tenda abrir a decisão sobre *low(F) versus reade(F)*, que é a decisão sobre o aborto. Deve ser da década... Deve ser de 1976, mais ou menos. Dessa decisão demorou quase dez anos na Corte Suprema nos Estados Unidos. Mas uma vez tomada realmente não se mexe mais. Aborto é uma das questões que racham qualquer pensamento político, jurídico, nacional, sociológico, religioso nacional. Então resolveram deixar quieto lá como está isso aí. Isso se chama *stare decisis et non quieta movere*. Está decidido e não se mexe naquilo que está quieto. E o resto para os filtros intermediários se recusa. Não tem quatro votos para julgar, fica arquivado e não cabe recurso nenhum. Mas votos, julgamentos dos próprios integrantes da Corte. Não são preparadores da Corte. São os próprios magistrados da Corte. Então se sabe também que se for julgado vai perder. Porque aquilo vai ficar daquele jeito. A Alemanha inventou um intermediário, das Cortes, sobretudo da corte constitucional e aquilo que corresponde ao Superior Tribunal de Justiça alemão tem lá uma Comissão de três, passa por eles, eles olham. É a questão já decidida. Ou é a questão mal preparada, ou é a questão que não tem sentido. Por qualquer motivo não vai julgar se der três a zero para recusar não cabe recurso nenhum, está recusado o julgamento daquela matéria. Se um entender que deve julgar, na dúvida em prol do acesso a justiça recursal e se vai julgar. Isso no tocante aos tribunais. São mecanismos que estão aí no mundo outro mecanismo importantíssimo que foi até aplicado na Europa largamente é a especialização de órgão julgador em segundo grau, e nos tribunais superiores. A Corte que corresponde ao Superior Tribunal de Justiça alemão tem uma... Tem uma Câmara para julgar nulidades processuais. Questão processual outros não podem julgar concorrentemente senão vai ter divergência. Então como só ela julga ela dá uma diretriz única e todo mundo sabe que é aquilo, julga por juízo prejudicial. Isso no tocante ao segundo grau. Perdão, só vou estender um pouco, no tocante a especialização. Veja o efeito da especialização de segundo grau que foi uma das tônicas da reforma alemã que chamou reforma de aceleração processual na época. Tudo da década de 70, na Alemanha. Ela... Criaram-se câmaras especializadas. Nós fizemos isso em São Paulo, recentemente, com a Câmara de Falências. Aproveitando que houve uma lei nova de falência que sabiamente colocou que os casos novos seriam regidos pela lei nova e os antigos

pela lei antiga, nós pensamos é um divisor de águas. Então os casos novos serão julgados pela União, por uma entidade judiciária nova que foi uma Câmara de falências. Eu dei o parecer nesse sentido ao Tribunal, o Tribunal apoiou, e constituímos uma Câmara nova. Pois bem, o número de recursos das matérias caiu em mais da metade. Por quê? Porque todos passam a saber no meio falimentar que no fundo é aquela orientação que vai prevalecer. E deu um efeito extraordinário. Que as Sessões dessa Câmara, são Sessão com público. Porque são pessoas que trabalham naquelas matérias e sabem que ali terão, digamos, uma orientação estável para o norteamamento futuro das suas questões.

No tocante ao primeiro grau. No tocante ao primeiro grau o que faz são mecanismos de descarte de processos e mecanismos de desjudicialização dos processos. Nos mecanismos de desjudicialização dos processos há um largo espectro. Primeiro a chamada alternativa de *esperitum esolution(F)* são meios alternativos de solução de controvérsias. Mais importante dos quais arbitragem e a mediação. Em alguns lugares a junta arbitragem com a mediação com uma coisa que chama *case management* que é uma análise do caso feita previamente pelos tribunais e aí ele diz se manda para arbitragem, se manda para a mediação ou se *ajudication*, vai julgar. Quer dizer, ali vê qual o melhor encaminhamento para a questão e não ficar isso simplesmente ajuizado para ter uma sentença porque se tem uma sentença claro que vai ter um recurso, não há como cercear o recurso por parte da parte ou por parte do Advogado. Nem que seja porque ele não se conforma teoricamente com alguma coisa que foi decidida. É ilusão pensar em limitar o Advogado de recorrer. Os tribunais é que têm de descobrir como controlar isto com organização judiciária para que recorrer não seja vantajoso recorrer. E nem é, nem propõe aplicação de penalidades. Acho que isso não é mecanismo de solucionar como não soluciona nos países mais importantes do mundo.

Outros mecanismos são os filtros. Nesses filtros do *case management* alguns Estados foram concluído a tal *early neutral evaluation* leva-se para uma Comissão chefiada por um Juiz, ele faz uma avaliação prévia. Faz uma avaliação prévia e diz: Olha... Com as partes. Nesse caso o senhor vai ganhar e vai ganhar tanto no modo de ver. E o senhor perde e paga tanto. Quer resolver assim? Ou passa para o processo? Se passar ao processo, tem custas que são altas, custas em muitos países... Até países que aboliram as custas. A França aboliu, a Holanda aboliu, que eu sei, mas há países que as custas são caras. Americano as custas são caras, a Alemanha se faz em muitos casos seguro para pagar as custas dos processos. Como técnicas

dissuasórias de vir ao juízo inutilmente. Pois bem faz a *early neutral evaluation* e manda para o caso. Ou para a *ajudication* ou para a mediação ou para a arbitragem. São mecanismos. A Inglaterra começou com alguma coisa que é quase que impensável. Há um escrito do Prof. Barbosa Moreira, aqui em português sobre isso, que a Inglaterra começou com espécie de código de processo, coisa que nunca teve na Inglaterra. E começou lá com uma... Com um princípio da proporcionalidade. Entra processo, eles calculam quanto vai custar. Custa muito mais do que aquilo que a pessoa vai ganhar? Então se extingue o processo e se arquiva o processo. Precisa procurar outras formas de solucionar a controversa em vez de entrar com a questão judicial. Não estou propondo nada disso. Esse problema todo... O que eu quero dizer é que há vários mecanismos, nós temos que refletir um pouco mais para chegar a mecanismos consistentes. Temos a súmula vinculante. Não acho que o problema tenha sido má vontade da magistratura. Se a súmula não provar bem. Eu acho que é um mecanismo um pouco mais complicado do que vários outros que pode-se resolver simplesmente com a organização judiciária, mas é um filtro. E plantou a idéia de que tem de ter o filtro. O que é muito importante. Isso rompeu um foco de resistência muito grande. E acho que vai frutificar. Depende de nós agora conseguirmos uma maneira de fazer aplicar bem a súmula vinculante. Também acho que é importante não é ser vinculante ou não ser vinculante. Salvo para o Estado. Para o Estado é importante que seja vinculante. Para o Poder Público, quero dizer. É importante que seja vinculante. Porque o que é o Poder Público? E o que é o Judiciário? Todos são o Estado nacional. De forma que o Poder Público Executivo ou órgãos que praticam a administração pública vem a juízo porque decidiram em algum momento E aquilo encontrou resistência. Lide, surgiu a lide. Se encontrou essa resistência, é porque é como um particular que estivesse litigando com outro e também tem resistência. É preciso que surja outro organismo que decida, diz lá a teoria processual de que (ininteligível) em atividade substitutiva. Ele vai substituir aqueles dois que não conseguem compor aquilo lá, o objeto... Chama o germe da social que é a lide. O germe da desagregação social que é a lide. Pois bem, se o Poder Público é trazido a juízo e decide, é o próprio... A própria parcela digo a Administração Pública que pode ser Administração Pública judiciário também ou do Legislativo. Trazido a juízo, e decide, o Juiz ao decidir também é o Estado. É o Estado que decidiu.

Então, não há porque imaginar um antagonismo entre os dois. Porque substitutivamente acabou decidindo aquilo que outros não conseguiram deci-

dir. É uma questão de estabelecer os *check balances* para que não haja intromissões indevidas em matérias que sejam para os quais os poderes não sejam aparelhados. Mas, fora isso, se houvesse sumulação sistemática, isso já resolveria bastante. É preciso saber que os nossos tribunais pararam de sumular com o tempo. Eu tenho bastante tempo de magistratura. Algumas súmulas do Supremo quando foram feitas, nós tivemos resistência. Eu mesmo imaginava onde se viu lembram-se lá o tempo... Casamento da ofendida com quem não seja o ofensor. Se extingue a possibilidade. Isso é uma questão histórica hoje em dia. Mas nós pensarmos onde se viu ele casou, o outro e esse que é o que devia ser condenado é o autor. Fica solto por causa do fato do outro porque resolveu a vida dela. Eu tinha resistência no começo. A prescrição retroativo. Eu tinha resistência no começo, mas depois de ver que todos estão aplicando isso, foi sendo absorvida pelo meio jurídico, eu pensei, mas por que é que só os meus acusados passam ter um tratamento diferente de todo o resto da tropa nacional que anda com outro passo? Então também acabei levando à aplicação dessa matéria.

Em súmula, há vários mecanismos, esses mecanismos podem ser aprofundados e nós temos de verificar qual é o que mais convém para nós. Por sorte do Judiciário e do aparelhamento Judiciário importar experiências bem sucedidas não paga royalty. E isso não é tecnologia pela qual se tenha de pagar. É preciso ter olhos para ver, tirar um pouco a cabeça da nossa caverna de Platão em que vive colocado o meio jurídico, judiciário nacional muitas vezes, e buscar aquilo que está no enxoval do mundo para trazer para nós. Desculpe Sr. Presidente, eminentes Senadores e Senadoras, eu haver me estendido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão, para fazer as suas interpelações e suas arguições.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente inicialmente eu gostaria de fazer uma ponderação que eu fiz já desde o início nos primeiros dias de minha participação nesta Comissão. Vejo aqui diante do Plenário duas indicações. Uma de um Desembargador do Estado de São Paulo e outra do Desembargador de Santa Catarina. E fico feliz de saber que a representação federativa está se pronunciando com duas unidades da federação distintas. No entanto, na composição dos tribunais ainda é frágil essa representação. Muito frágil. Há poucos dias atrás nós votamos aqui, poucas semanas atrás nós votamos aqui o primeiro nome de um representante do meu Estado do Mato Grosso do Sul, para compor um Tribunal Superior do

Trabalho, TST. E no STJ não há nenhum contrerrâneo meu representando o meu Estado. E a região centro-oeste de maneira geral é pobre nessa representação. Brevemente acredito que virá um nome do meu Estado para compor uma lista e eu quero ter o prazer aqui de ter a oportunidade de relatar.

De qualquer forma, eu não posso dizer... Não posso deixar de registrar aqui a impressão que tive das duas exposições feitas pelo Desembargador Sidnei e pelo Desembargador Jorge Mussi. Lamento não poder sorver o quádruplo, o quádruplo ou o quádruplo das lições que V.Ex^{as}. ministraram aqui para os componentes desta Comissão, especialmente a mim que na condição de Advogado fora das lides de repente com essa exposição toda aqui eu sinto que eu não estou participando de uma sabatina. Mas de uma verdadeira aula de atualização do direito com grandes mestres. Não tenho a menor dúvida que o STJ vai se enriquecer com a presença dos dois Desembargadores nessa Corte. Então, meus parabéns aqui pela cultura jurídica que manifestaram, pela contribuição que deram aqui, eu pela certeza de que vão contribuir muito para o judiciário naquela importante Corte.

Essa sabatina, Sr. Presidente, ela tem o condão de estabelecer um link entre aquele que milita na atividade política, que está em contato com a sociedade, e aquele que está no Tribunal. Está no Tribunal estudando, decidindo, e fazendo-se verdadeiros escravos dos autos. Que a vida do magistrado é essa. E nessa luta que o magistrado tem para cumprir com seus afazeres, e... Normalmente ele acaba se tornando um técnico do direito. Um cientista do direito. E acaba às vezes até perdendo um pouco da sua visão social do que acontece na área jurídica e na área política. E o que nós que fazemos esse outro lado que é a parte política colhemos é exatamente a impressão da sociedade. E trazemos aqui para a Tribuna, e para as Comissões os clamores que sentimos na sociedade. E hoje a questão da segurança, a questão da atividade do judiciário, da produção do judiciário, produção judiciária, passam a ser gênero de primeira necessidade para a sociedade dada a violência que se alastra por esse País afora. Ainda ontem quem assistiu os noticiários televisivos percebeu, constatou, verificou uma cena dantesca. Um turista, com a sua família numa passarela da praia de repente é assaltado por um ciclista em condições terríveis morre esmagado por um carro depois de uma cena dessa de violência, levando uma imagem ruim do Brasil para fora, especialmente dessa beleza extraordinária que é o Rio de Janeiro, e espantando até mesmo os turistas que procuram a cidade do Rio de Janeiro e procuram o Brasil como opção para seu entretenimento, para o seu lazer. Mas nós tivemos aí

outros exemplos tristes, como do João Hélio, aquela criança que saiu arrastada por um carro, etc. Então tudo isso forma um cenário que leva a uma cobrança muito constante dos políticos e dos magistrados do nosso País. A cobrança cada dia que passa mais dura. E leva também uma descrença. Uma descrença de que as coisas parecem não encontrar solução. Uma das cobranças mais freqüentes que nós recebemos é quanto a impunidade. A vítima não se conforma de ver o seu ofensor desfilando nas ruas depois de ter ceifado uma pessoa da sua família, ou ter ceifado uma... Porque a vítima, na verdade, é a família. Que a família que sobrevive. Ela que vai sofrer. Aquele que perdeu a vida já sucumbiu, terminou o sofrimento. Mas a família que está viva essa continua sofrendo.

Então, o que se passa na cabeça das pessoas? É que a impunidade tem que acabar. E que nós políticos estamos sendo impotentes. Que a polícia não está cumprindo o seu dever, que o inquérito mal feito leva o marginal a ganhar a liberdade. Às vezes o... Uma generosidade de justiça acaba também colocando na rua o mal feitor. E o Congresso tem tido uma produção muito grande de leis para conter. Porque a função do Congresso é essa. A função do Congresso é de produzir as normas, a do Judiciário é de promover o julgamento, e a do Executivo de criar as condições para que o que foi feito pelo Congresso, o que foi feito pelo Judiciário não vire ficção. E sim que se aplique. Pois bem. Mas o Congresso criou uma infinidade de leis que hoje de repente são expugnadas pelo Judiciário. Atos Cortes Superiores têm derrubado muitas normas aprovadas aqui pelo Senado Federal, e nós temos assistido aqui e aprovado... Promovido aqui o arquivamento de muitos Ofícios "S" porque o Supremo interpretou que a lei é inaplicável por uma razão ou por outra e acaba aquilo que se aprovou aqui acaba passando para os arquivos sem efeito. É o caso, por exemplo, dos crimes hediondos. Os crimes hediondos que são os crimes de latrocínio, de extorsão qualificada pela morte, de extorsão mediante seqüestro na forma qualificada de estupro, atentado violento ao pudor, epidemia com resultado de morte, envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte, genocídio, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas e afins, terrorismo, tudo isso está na legislação. E de repente nós temos informações de que delinquentes processados por essas normas e que teriam que cumprir a integralidade da pena de repente desfilam pelas ruas porque foram beneficiários da progressão, foram beneficiários de regimes semi-abertos, etc.

Então, o Data Senado que é um instituto de pesquisa do Senado fez uma pesquisa muito ampla nesse sentido que orientou muito os trabalhos aqui da Comis-

são criada pelo saudoso Presidente desta Comissão, Antônio Carlos Magalhães, que foi denominado como pacote antiviolação, e muitas dessas medidas estão sendo questionadas.

Então, eu acho que ao fazer essa pequena... Essa pequena, não, essa longa digressão, o que eu gostaria de ponderar é que essas facilidades, esses benefícios que são atribuídos a criminosos de alta periculosidade porque são criminosos que perderam completamente o sentido da vida, perderam completamente o sentimento humano pelas pessoas, quer dizer, esses benefícios não são compreendidos pela sociedade. Em todas as reuniões que a gente frequenta, em todos os debates com os quais a gente trava com a comunidade, esse assunto vem à tona com uma cobrança dura e não adianta explicar que a pena não é um castigo, mas sim que é uma forma de se reeducar, de se ressocializar, etc. E não adianta também explicar que o Estado às vezes se abstém de dar as condições para o cumprimento dessas penas porque as pessoas não entendem assim. As pessoas querem uma reparação rigorosa principalmente quando se coloca um delinquente deste com todas essas características de maldade, e de repente ele vai para rua e comete novos crimes e volta a reincidir e de repente voltam para as ruas novamente. Então há uma incompreensão muito grande por parte da sociedade que não aceita qualquer tipo de explicação para esses fatos.

Então estou colocando essa digressão aqui porque eu acho que tem que haver uma parceria entre Judiciário e Legislativo para criar normas que sejam exequíveis. Normas que sejam... Que sejam consentâneas com a expectativa da sociedade. A indagação que eu faço, qual tipo de contribuição que pode ser dado? Será que não falta um pouquinho mais do Judiciário se dedicar também à parte legislativa? Não falta um pouquinho mais do Judiciário de interagir com a sociedade, para que a sociedade se sinta mais segura com as suas... Com os poderes constituídos com o Judiciário com o Legislativo e com o Executivo?

Outra questão que eu vou auferir aqui é o seguinte. Dentre as medidas que foram aprovadas aqui no pacote antiviolação, existem os recursos tecnológicos que foram apontados aqui pelo Senador Demóstenes, é o caso da teleconferência, das pulseiras, das tornozeleiras e outros mais, e que de repente são objetos de muita celeuma dentro do próprio Judiciário que parece que prefere ficar no campo da filosofia, e fica filosofando sobre a questão dos direitos humanos quando o povo está querendo resultados práticos.

Então, como é que V.Ex^{as}. chegam o uso desses recursos tecnológicos que são hoje colocados à disposição do Judiciário para agilizar os processos? Eu não

vejo nessa questão da teleconferência, por exemplo, apenas esse viés econômico que vai ficar mais barato. Eu acho que além de ficar mais barato, o que é mais importante é que vai dar agilidade. O que precisa o Judiciário é ter agilidade, dar respostas mais rápidas.

Uma indagação que eu gostaria de fazer do ponto de vista operacional, é o seguinte. As comarcas em todos os Estados são criadas em abundâncias. Hoje existe no meu Estado, por exemplo, há uma multiplicação de comarcas, todos os anos há um crescimento muito grande. Então, realmente o Poder Judiciário hoje detém uma capilaridade extraordinária. Porém, a gente não sente que haja uma expansão também nos tribunais. Os tribunais parecem que são mais engessados. São... Eu não sei se acompanha, se o crescimento no número de... Na composição dos tribunais regionais se acompanham o mesmo... A mesma expansão que ocorre nas comarcas. E a indagação que eu faço é a seguinte. Esse descompasso, esse possível descompasso que há entre o crescimento das comarcas, a multiplicação das comarcas e o pouco crescimento dos tribunais na composição dos tribunais, será que esse descompasso também não contribui para que os processos fiquem presos nas Cortes Estaduais? Então essas são as indagações que eu faço. Do mais, Sr. Presidente, o que eu gostaria de dizer é da satisfação de ouvir lições tão abalizadas como nós ouvimos hoje. Efetivamente eu hoje senti aqui que nós não participamos de uma sabatina, mas podemos desfrutar de belas lições do direito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu vou conceder a palavra para responder as arguições feitas pelo nobre Senador Valter Pereira ao Desembargador Jorge Mussi. E, aliás, por se tratar de uma pessoa especializada na área penal, e também por sugestão do próprio Desembargador Sidnei Beneti. O futuro Ministro. (risos)

SR. JORGE MUSSI – Senador Valter Pereira, eu ouvi atento as colocações de V.Ex^a e estou persuadido de que elas efetivamente são na sua totalidade procedentes. Mas penso, quando V.Ex^a coloca de que a sociedade brasileira ela não tem a compreensão de quando se vê um cidadão condenado com sentença transitada em julgada por um crime de latrocínio, um assalto, um seqüestro, de repente ele progride de regime e volta ao convívio da sociedade e aí uma cobrança. E eu também como um Juiz também sinto essa irresignação por parte de uma família enlutada, uma família que perdeu um ente querido. E V.Ex^a coloca com ofuscante nitidez um aspecto que eu acho que nós Juizes pagamos um preço. Nós demoramos muito para nos aproximarmos da sociedade. Hoje nós estamos pagando esse preço. E V.Ex^a quando coloca da necessidade de como se

num processo simbiótico haver um estreitamento entre o Legislativo e o Judiciário porque a nossa ferramenta de trabalho, nós operadores de direito são os preceitos jurídicos, são os códigos. Então, exemplificando num crime de latrocínio a pena mínima é com 20 anos, será que a sociedade entende que isso é pouco? Será que a solução seria aumentar esta pena? Então isso passa por uma ampla discussão que eu penso que nós do Judiciário com o Legislativo temos que conversar mais e trocar mais as idéias quando eu disse que elas não são como metais que se fundem na lição de Gaspar Martins. No tocante à colocação que V.Ex^a faz que se num segundo grau de jurisdição há uma carência de magistrados, deveriam ter mais Desembargadores, eu diria a V.Ex^a o seguinte. Não tenho uma percepção de todo o Brasil, mas no Rio Grande do Sul são 125, no Paraná 120, São Paulo 363, Rio de Janeiro 164, e isso acho que é proporcional ao primeiro grau. Ao primeiro grau de jurisdição. O Desembargador Sidnei Beneti, uma das maiores autoridades neste País em matéria de processo, quando fez a colocação e eu fiquei aqui a pensar da necessidade de nós entrarmos na área da especialização. Se na medicina é assim, se na odontologia, se na engenharia, por que não também na área do direito? Eu tive uma experiência, não sei, alguém disse que talvez seja a primeira que ocorreu, mas na capital nós retiramos de seis Varas Cíveis 15 mil processos e instalamos uma Vara de Direito Bancário. Com 12 meses, essa Vara começou com 12, 13 mil processos, coloquei lá quatro Juízes eles foram no meu gabinete e entregaram a sentença cinco mil. Mas por quê? Porque a matéria é repetitiva. É juro bancário, é contrato, é SERASA. Então na área de especialização, isso eu penso que daria vazão a esse grande número de processos e mais velocidade na entrega da prestação jurisdicional. Agora no segundo grau de jurisdição, ou tanto no primeiro, o processo tem um prazo de maturação colocando na área criminal há uma construção jurisprudencial de que a instrução tem que terminar em 89 dias ou 90 dias, mas vamos supor que isso não seja um exercício aritmético exato, um réu preso se não tiver sido julgado em 120 ou 150 dias, inexoravelmente através de habeas corpus ele terá restabelecido o seu status libertado.

Então eu penso que às vezes nós demoramos muito a falta de magistrado, no Brasil nós somos 15 mil. Um concurso de ingresso na magistratura hoje em qualquer Estado leva em torno de um ano e meio, dois anos. Então, eu digo assim, você pode escolher o seu médico. Você pode escolher o seu dentista. Mas você não pode escolher o seu Juiz. Por mais autoridade que você tenha você não pode escolher o seu Juiz. O Juiz é aquele que o Estado lhe dá. Então nós precisamos

ter uma magistratura boa, uma magistratura independente e hoje com esse grande número de Faculdade de Direito quando abre um concurso de ingresso na magistratura, aparece três, quatro, cinco candidatos, ao final do ano três, quatro cinco magistrados. Então nós temos um pouco de dificuldade na escolha de Juízes para integrar o Judiciário brasileiro. Com essas colocações e me colocando à disposição de V.Ex^a, eu encerro minha colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, eu vou dar a palavra ao nobre Desembargador Sidnei Beneti que deseja fazer também algumas considerações sobre as questões aqui suscitadas.

SR. SIDNEI AGOSTINHO BENETI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Perdão, Senador Suplicy, prometo ser breve. Existem caminhos para algumas coisas. Uma na questão, como se lembrou da questão bancária, Senador Valter Pereira as questões suscitadas por V.Ex^a. É preciso distinguir a lide individual que é um processo que eu tenho com o vizinho com relação ao muro ou alguma questão parecida, ou locador ou locatário daquilo que é a lide múltipla ou macrolide. Macrolide.

Então, por exemplo, bloqueio de ativos patrimoniais do Plano Collor. Isso formaram-se filas nos tribunais para entrar com Mandado de Segurança para desbloqueio. Questões atinentes a aposentados. São todas iguais. Questões atinentes a funcionários, são todas iguais. Há uma lei, há um questionamento a respeito da lei e isso desencadeia uma infinidade de quantidade de questões. Mas no fundo é a mesma lide, o mesmo problema e os processos é que são diferentes.

Então, é preciso ver um mecanismo de aglutinação dessas macrolides para que se decida uma vez só ou umas poucas vezes chamando várias pessoas que queiram sustentar na figura de... hoje em dia se chama de *amicus curia* e depois se decide e uma vez decidido a questão fica tranqüilizada. Esse é um desafio para os processos civil brasileiro de como descobrir isto. Vários sistemas do mundo já descobriram e nós estamos ainda procurando como fazer. Mas é importante. Essas macrolides, nós sabemos que elas vêm, de forma que nós podemos estabelecer aqui uma estratégia para as questões sazonais. Elas são questões sazonais. São os vendavais que vêm por aí. E o Judiciário tem como detectar se ele se organizar um pouco para isso. Porque ele percebe que está formando em primeiro grau aquele tipo de problema. Estão entrando muito aquelas questões idênticas em várias Varas. De forma que é possível detectar e ver uma maneira... é preciso aí abrir um caminho como

se abre caminho para trem expresso. São sazonais. Precisa ter um fast track. Realmente para essas têm de abrir caminho preferência absoluta e julga depressa, julga depressa lá em cima e julga depressa lá em cima. Que é para estabilizar isso aí o mais depressa possível senão elas vão gerando outras e aí se torna realmente uma massa de processos que obstaculiza a prestação jurisdicional e inclusive para eles, e passa a ser uma forma de vantagens adicionais, a parte, como uma acumulação de riqueza, por exemplo. Juros... Vários efeitos conexos do processo.

A outra questão para se pensar é a questão da prisão cautelar brasileira. Nós não conseguimos avançar. No projeto Código Processo nós pensamos várias maneiras no garantismo penal de ver uma maneira de não irem para prisões de maneira cruel, como são as prisões brasileiras. Mas a verdade é que isto no mundo existem sistemas que fazem com que a prisão, quando se trata de delinquência realmente difícil, pesada, de difícil localização da culpa, dure mais do que os prazos de prisão brasileiros. Que são prazos muito curtos perto da duração da prisão no mundo. Estou lembrando da questão da prisão preventiva alemã. Decreta-se, o Juiz, não existe prisão em flagrante. Sempre leva para o Juiz e o Juiz tem que decretar a prisão preventiva. Em 24 horas tem que apresentar para o Juiz. O interessante é que não tem plantão. Apresenta para um Juiz que for encontrado e ele tem de decidir se fica presa ou se não fica presa aquela pessoa. E ali essa prisão dura seis meses. E depois pode ser prorrogado. Só que aí já não é o próprio Juiz que está com o serviço muitas vezes com problemas é o Tribunal que vai prorrogar o prazo. E pode numa questão realmente de importante ficar mais.

Outra coisa, há mecanismos por intermédio dos quais não é preciso punir ninguém. Mas se torna vantajoso correr com processo para os organismos da justiça. Estou lembrando da questão alemã de novo. Prende-se a pessoa, ela está sendo processada aqui, lá numa cidade, na outra, terceira e quarta. Vários Juízes envolvidos. Pois bem, qual é o mecanismo de aceleração? O mecanismo de aceleração é o seguinte. O Juiz que ficar por último vai executar a pena. Executar a pena é uma coisa difícil. Porque trata-se de ficar com a pessoa muito tempo com as suas agruras, suas dificuldades, então os Juízes procuram correr depressa com isso aí para não ficar por último. É aquele jogo antigo do mico preto, nós brincávamos quando criança. Quem ficar por último vai ter um problema maior. Existem mecanismos que nós podemos encaminhar um pouco isso aqui. Mas eu queria não perder a oportunidade para frisar esses três que estão aqui. O sistema de penas precisa ser pensado de novo. É perigoso

desencadear isso. Não custa ficar pior. Volto a dizer a questão das reformas. As reformas nós pensamos que idéia de reforma é sempre para melhor. Mas ela pode piorar. Várias vezes têm piorado instituições e até nas casas, nas coisas da vida. A engenharia. Quantas vezes fez coisas que ficaram piores do que era antigamente? Mas, vale um pouco no sistema... Em alguns sistemas o que chamam de penas... São três palavras... Eu procurei lembrar, acho que é fast, shock e Sharp(F), rápida, forte e cortante.

Então, não é uma pena longa, como nós temos para fatos que não são tão importantes mais para a sociedade. Mas é uma pena que fica realmente efetiva. Digamos, 15 dias de prisão mesmo. Prisão em boas condições. Não prisão misturada para virar uma... Uma universidade de delinquência. Apenas alternativas de fácil execução. Isso é imaginação do jurista brasileiro precisa descobrir essas penas. Eu lembrei de privação do veículo. Pode ser privação do computador. Tira-se depois devolve, fica sem computador. Agora os internautas são realmente ao computador não passarão mais tempo sem computador. Isso é sentido pela pessoa. Há vários mecanismos que podem ser buscados para isso.

Vejam como que as penas brasileiras são antigas. As penas... A pena assessória... Não é assessória, a pena cumulativa obrigatória, que é de multa, no Código Penal brasileiro existe para os crimes patrimoniais. Lá em 1940 se pensava que penas... Os crimes patrimoniais as pessoas são cúpidas. Visa a coibir a cupidez. É o ganancioso de patrimônio. Quando os nossos crimes patrimoniais viraram criminosos sociais em grande parte. Então já não é mais aquele motivo da pena antiga que ainda está no Código de Processo Penal. Mas eu tenho medo de desencadear uma mexida geral das penas que precisa olhar. Isso é prato que se come frio. Olhar com muito cuidado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –

Mas tem que ousar. Indiscutivelmente tem que ousar. Não pode permanecer do jeito que está. E fico feliz de saber aqui que os senhores têm aqui essa visão de que precisa mudar. Que precisa mudar. A sociedade está exigindo e os senhores estão pensando nessa direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra para suas indagações ao nobre Senador Eduardo Suplicy. Tem S.Ex^a a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, eu estou preocupado com a Ordem do Dia e vou procurar ser breve, porque sei que está para haver um entendimento ali e haver a votação, então em breve teremos que nos

deslocar para o Plenário. Mas eu gostaria em primeiro lugar de cumprimentar a ambos os Desembargadores pela excelente exposição que estão fazendo, pelo... E pela vida a que seus currículos apresentaram. Ao Desembargador Jorge Mussi quero cumprimentá-lo inclusive pela forma com que os Senadores dos diversos partidos de Santa Catarina testemunharam sobre a sua vida e a sua contribuição. Ao Dr. Desembargador Sidnei Beneti, quero cumprimentá-lo também pela contribuição que aqui deu a todos nós e inclusive, Presidente Marco Maciel, como V.Ex^a na semana passada lembrou-nos que o Senado Federal em 2009 venha fazer a devida homenagem aos cem anos do falecimento de Euclides da Cunha, então eu me dei conta, agora já tendo lido o artigo do Dr. Sidnei Beneti sobre: Por que ler Euclides da Cunha, pois bem, em 2002 por ocasião do centenário da publicação de Os Sertões, o Dr. Sidnei Beneti escreveu um parágrafo que eu vou me permitir ler e sugerir que se vamos ambos conforme e outros propor um Requerimento visando a homenagem aos cem anos do falecimento de Euclides da Cunha, quem sabe possamos inserir a seguinte observação do Dr. Sidnei Beneti.

“Por que ler Euclides da Cunha hoje? Porque toda a sua obra de estilo candente faz transversar no tempo e constatar a etiologia da mesma servidão humana. Modernizar as faces dos mesmos problemas. Nova ótica, nova ciência e a conclusão idêntica. Falta-nos o real enfoque político da sociedade que detecta a patologia social para que a tragédia do arraial de Canudos não se repita e não se tenha de volver a evocação de um cientista da insanidade. Ler Euclides para relembrar o crime do passado, e não o repetir no futuro”.

Dr. Sidnei Beneti aqui registra como Euclides da Cunha disse sobre aquele massacre na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo e com esse sentido de evitar que nunca mais possa vir a acontecer em nosso País. É uma contribuição que eu sugiro esteja inserida no Requerimento que V.Ex^a propõe o façamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço a V.Ex^a. e declaremos como ano Euclides da Cunha. O centenário do falecimento dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Nas últimas semanas e meses, inclusive o Presidente em exercício do Senado, Senador Tião Viana, mostrou-se muito preocupado com a chamada politização da justiça. Porque em face de a Constituição de 1988 ter expresso em alguns lugares princípios vagos, as chamadas normas programáticas, isto fez com que se desenvolvesse um processo que por vezes foi chamado de politização da justiça. Eu gostaria de lhes perguntar se

entendem que ao interpretar tais normas os Ministros dos tribunais superiores têm disposto de possibilidades hermenêuticas que na prática acabam legislando ainda que não tenham um mandato para isso. Se acreditam que isso poderia até mesmo colocar em risco a democracia brasileira ou que recomendações têm ambos a nós do Senado Federal ao Congresso Nacional para minimizar este tipo de problema. Eu me refiro, por exemplo, a decisões importantes que a Justiça Eleitoral e o próprio Supremo Tribunal acabaram tomando, por exemplo, com respeito às questões de fidelidade partidária que não foram ainda objeto de decisões que tornem inteiramente claras as normas que devem ser seguidas, seja no que diz respeito à fidelidade partidária para chefes de Poder Executivo, ou para Parlamentares eleitos. Então, foi isso que inclusive suscitou preocupações de diversos Senadores, e inclusive do nosso Presidente em exercício, Tião Viana.

Mas eu vou lhes colocar um problema... Agora não vai ser uma Sessão de jazz, prezado Sidnei Beneti. Vou lhes colocar um problema difícil para nós Senadores, mas quem sabe ambos poderão trazer luz a nós. Referente a uma questão que não foi suficientemente claramente definida pela constituinte, pela Constituição de 88 ao dizer no art. 54 que os Deputados e Senadores não poderão desde a expedição do diploma firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de Direito Público, autarquia empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público salvo quando contrato obedecer a cláusulas uniformes. Se trata de uma questão de decisão para os próximos dias de nós Senadores. O Senador Jefferson Peres, no seu parecer sobre a questão se houve ou não quebra de decoro Parlamentar do Senador Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, concluiu por ele ter infringido esta norma, porque de alguma maneira através de terceiros teria mantido uma relação com empresa concessionária de serviço público, no caso em meio de comunicação que levou a uma situação que o Senador Jefferson Peres considerou como quebrando a norma do art. 54. Mas, acontece que no ano passado os jornais O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo relataram a respeito de estudo feito por pesquisador da Universidade de Brasília, segundo o qual um em cada dez Deputados Federais e quase 25 dos 81 Senadores, se não 25, naquele dia, teriam relações com meios de comunicação que precisariam ser melhor esclarecidas. Será que estariam infringindo ou não este art. 54 e o próprio Código de Ética do Senado que diz que não deveriam Senadores estarem tendo uma relação com meios de comunicação. Foi por causa disso que no dia 3 de julho eu fiz um pronunciamento e apresentei um Requerimento à Mesa para

que justamente possa a Mesa Diretora do Senado, o Senado Federal, definir a teleologia do disposto no art. 54, inciso II letra "A" da Constituição, nos casos de concessões a Parlamentares. E este Requerimento veio, foi à Mesa do Senado que o encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça onde aguarda a designação do Relator por parte do Presidente Marco Maciel. O Relator obviamente vai ter uma dificuldade em explicar o espírito da letra, se estou definindo bem o que é a palavra teleologia que ambos certamente sabem melhor do que eu, porque convivem com tais termos, ou termo tal como este. Mas quem sabe ambos possam ajudar o Relator que o Presidente Marco Maciel vai designar para que o Senado Federal defina com clareza o que pode e o que não pode. E quem sabe então os senhores transmitam luz a nós Senadores que num dos próximos dias teremos uma importante decisão a tomar. Essa é a minha pergunta. Portanto não é... (risos) Não sei se vai ser propriamente tocar uma música, mas eu espero que possamos aqui ser melhor esclarecidos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, eu até faria uma observação. Eu não sei se S.Ex^{as} desejam se manifestar, pois uma vez...

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Coloquei em situação difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Uma vez escolhidos os senhores poderão quem sabe julgar feitos sobre o tema. E talvez aí não possam ter esse... passam a posição. Mas...

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Ambos com inteira liberdade para responder, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Evidente. Estou aqui naturalmente fazendo uma observação tendo em vista a complexidade do tema que V.Ex^a suscitou. Mas eu indagaria então inicialmente ao Desembargador Jorge Mussi se gostaria de fazer...

SR. JORGE MUSSI – No tocante à fidelidade partidária e a preocupação que colocou o ilustre Senador Eduardo Suplicy, e que o Senador Tião Viana também a mim fez chegar eventualmente haver até um conflito na independência dos poderes, eu penso que o Supremo Tribunal Federal ao emitir, ao votar a questão ele foi provocado. Ele foi provocado através... no dia 4 de outubro, através dos mandados de segurança 22.602 do PPS, 22.603 do PSDB e 22.604 do DEM. Sendo que os dois primeiros foram indeferidos e o último deferido em parte. Então como colocou o Senador Eduardo Suplicy de que havia uma lacuna, o Supremo Tribunal Federal na condição de guardião da Constituição e provocado decidiu, mas eu penso

que não haverá o conflito porque até tenho aqui e há por parte o Senado Federal aprovou por unanimidade em dois turnos em 17 de outubro a proposta de V.Ex^a a Emenda Constitucional que impõe a fidelidade partidária.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Com a qual estou de pleno acordo e nós inclusive chegamos a um aperfeiçoamento da proposta original inclusive foram acatadas sugestões de aperfeiçoamento. E eu espero que aprovada esta proposição ficará claro a partir da próxima eleição de como todos deveremos sempre estar seguindo a norma da fidelidade partidária.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra agora o Desembargador Sidnei Beneti.

SR. SIDNEI AGOSTINHO BENETI – Eminente Senador Eduardo Suplicy traz uma questão maior do que as nossas mãos. Me lembra um verso de Drummond de Andrade, está na... Sentimento do mundo. "Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo". Que é coisa grande. Lembrava outro também, não sei se é Camões ou é (ininteligível). Vem da Grécia, avena e fruta arruda. Agora vem de fruta arruda. Realmente uma questão de grande expressão.

No tocante àqueles (ininteligível) vazios, voltando à primeira questão, no tocante aos vazios da norma, isso é comum. As normas não exaurem todas as previsões da sua força regulamentadora. De forma que sobra alguma questão para que o Judiciário interprete. Mas evidentemente o legislador pode preencher o vazio da norma, alertado inclusive em que não fique sob a decisão judicial alguma questão que não deva ser decidida pelo Judiciário, ele legisla estabelecendo como que se faz a norma para aquela matéria. E o que se coloca então numa questão como essa de fidelidade partidária me parece que o caminho fica realmente sobre os ombros dos órgãos das diferentes nacionais. A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Presidente da República pelo poder de sanção ou veto. E se for constitucional que seja também por intermédio de uma norma constitucional. E quanto fica a questão em aberto, os riscos existem. Os riscos existem e os riscos fazem parte da vida. Inclusive de as pessoas envolvidas imaginarem se devem correr os riscos ou não correr o risco. Neste momento a norma também está sendo aplicada. A sua potencialidade está atingindo por uma capilaridade muito além do que o escrito da norma. E é um efeito importante. É um efeito importante porque faz com que os setores envolvidos que estavam mais ou menos postos em sossego para voltar à terminologia da poesia de Camões, se movimentem. Eu fico imaginando certas questões importantes, por exemplo, participação dos empregados lucro de empresa. Uma

questão difícil. Não sei se nesse momento está regrado ou não. Mas me lembro que se arriscava a ver alguma invocação jurisprudencial ou judicial nesta matéria e o Judiciário ia se pronunciar. No começo se recusou o mandato de jurisdição(F). Mas se houvesse realmente uma decisão judicial nessa matéria, seria uma decisão tomada com os meios parcos de formação de má vontade de que o Judiciário dispõe não com os meios de perscrutar toda a vontade da sociedade que o Juiz evidentemente não é legislador, mas tem que decidir. Não pode deixar de decidir. Essa matéria, eminente Senador, acho que ficará realmente para o Senado e a Câmara decidirem.

Agora, com relação ao dispositivo do art. 54, realmente o que o texto diz é isso. Eu não sei até agora a interpretação que tenha sido dada pelo Supremo. Realmente o corpo Legislativo terá de desbravar esta matéria e aguardar aquele turno seguinte que existe, e que existe também para os julgadores que não são do Supremo Tribunal Federal. Nós decidimos e ficamos imaginando o que será feito da nossa decisão. A vida judiciária é um exercício de humildade forçada. Queramos ou não, nós nunca falamos por último. Ainda que falemos por último, como é o Supremo Tribunal Federal. Porque a norma pode ser alterada até mesmo de alguma maneira que tenha algum efeito retroativo se se tratar de norma penal que dê a retroatividade benéfica. E assim ficamos todos nós na questão jurídica. A questão jurídica realmente não tem como dar a última palavra. O Prof. Alfredo dizia que esse é o bem comum. Bem comum é a norma jurídica. Nós pensamos que o bem comum é abrir estradas, é colocar serviços essenciais. Hoje em dia de uma certa maneira participam também como os direitos humanos dessa geração última. Mas é a norma jurídica, e a norma jurídica terá de ser dada pelo... A interpretação pelo Supremo Tribunal Federal. Infelizmente realmente V.Ex^a trouxe uma questão que é muito maior do que as nossas forças nesse momento.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Eu agradeço as respostas de ambos, Sr. Presidente, e renovo o apelo para que possa então V.Ex^a designar o Relator do Requerimento 782/2006 para que então o Senador escolhido possa contribuir para definição da teleologia do disposto no art. 54. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, eu gostaria de agora de dizer que vamos declarar encerrada a votação. Com a palavra o nobre Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Sr. Presidente, tinha me inscrito e fiquei...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Perdoe, então. Tem a palavra V.Ex^a. Vai

fechar com chave de ouro. Com a manifestação de V.Ex^a.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)

– Sr. Senador Presidente Marco Maciel, Senador Suplicy, eminentes Desembargadores Sidnei Beneti e meu conterrâneo Desembargador Jorge Mussi. Nessa Comissão sou suplente, por isso que eu fico por último. Pois a minha área mais... Sou efetivo na Comissão de Assuntos Econômicos e da Agricultura, onde eu sou o Presidente. Vou falar somente três minutos, Sr. Presidente, porque nesse aprendizado desta tarde eu vou colocar mais uma preocupação e uma das maiores das quais eu carrego, que são as riquezas perdidas, produzidas por um estudo muito profundo da Mackenzie, em parceria com a revista Exame que durante um ano percorreram e analisaram o Brasil em todos seus segmentos. E também examinaram os segmentos jurídicos. E como sou da economia, eu vou entrar à área jurídica na economia. E dizem eles que já existe no País em torno de 54 milhões de processos represados. E que praticamente dá a cada três brasileiros de um processo na justiça. E nesta proporção, e principalmente pelas razões que elas são realizadas, e pela morosidade e não pelo Judiciário, e sim pelo volume de trabalho e que traz para o meio econômico uma segurança. Insegurança jurídica. Em vários segmentos. E eu não vou entrar na insegurança porque nos fala desde a informalidade, a macroeconomia, a infra-estrutura, e quando entra nas deficiências públicas, e que aí chega inclusive no Judiciário, ele nos traz que ela é responsável por 20% da lentidão no crescimento. E se nós pudéssemos recuperar esses quatro segmentos apontados certamente o País em três anos alcançaria a velocidade da China. E o que me preocupa e vou só citar alguns dados, precisaríamos de uma tarde inteira para trazer todos esses pontos, é que se nós crescemos o ano passado 4%, e o Judiciário tem uma responsabilidade de 20%, nós deixamos de produzir em 2006, 16 bilhões de reais para a economia do País. E dentro desse estudo que se aprofunda cada vez mais, ele revela, ele revela com tanta clareza e tanta profundidade o segmento. E aí eu me preocupo muito, porque o Judiciário que tem tantas frentes para atender, tantos caminhos para responder como nós vimos aqui a tarde de hoje, e praticamente muito pouco se fala naquilo que ele pode fazer para o desenvolvimento e o crescimento do País. É lógico que isso tem que ter velocidade. E a velocidade ela é muito lenta, difícil de fazer andar num momento em que a economia do mundo, a rapidez, a velocidade de todos os segmentos e principalmente da comunicação ele parece um paradoxo para enfrentar esse tão difícil fato. Mas deixando nessas pequenas palavras e

nesse pequeno relato, e eu quero cumprimentar principalmente os dois Desembargadores, em particular o meu conterrâneo, que traz na sua história de vida, nas ocupações de todos os seus cargos, quer seja como Advogado, como homem público em várias ações públicas ou como Desembargador, tudo que tem trazido de bom para Santa Catarina e para o País. Quero aqui homenageá-lo, cumprimentá-lo, parabéns. Será para nós catarinenses e para o Brasil uma esperança muito forte e uma realização efetiva quando chega ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Parabéns a ambos. Muito obrigado.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Vou solicitar ao nobre Senador Neuto de Conto e a Eduardo Suplicy para que funcione como escrutinadores para que nós possamos proclamar o resultado. E após a proclamação do resultado vou... Declararei encerrada a Sessão e os presentes ficam liberados para almoçar.

(interrupção no áudio)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – A Presidência proclama que de acordo com a manifestação dos dois escrutinadores, Senadores Neuto de Conto e Eduardo Suplicy, que o resultado foi 22 votos sim, nenhum voto contra, e, portanto, eu desejo cumprimentar o nobre Desembargador Jorge Mussi e Sidnei Beneti.

E antes de encerrar a presente reunião, eu desejo convocar a próxima Reunião Ordinária para amanhã, às 10h da manhã, de acordo, aliás com as normas regimentais. Agradecendo a presença de todos, está encerrada a presente reunião.

(soa a campanha)

(Sessão encerrada às 17h27.)

Ata da 47ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e quatro minutos, do dia vinte e um de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Epitácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres,

João Ribeiro, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Moza-rildo Cavalcanti, Magno Malta, Jayme Campos, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e das Senadoras Serys Slhessarenko e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Arthur Virgílio e as Senadoras Ideli Salvatti e Kátia Abreu. Registra-se a presença do Senador Paulo Duque. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propon-do a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 101, DE 1997 (Ofício Nº 205/P-MC, de 10/11/1997, na origem) – TERMI-NATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, cópia da Resolução nº 271, de 1989, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e do Parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do mandado de segurança nº 21055, que declarou a inconstitucionalidade da referida Resolução”. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatoria “ad hoc”: Senador Jefferson Péres. Parecer: Pelo arquivamento do Ofício “S”. Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 39, DE 2001 (Ofício Nº 00110, de 16/10/2001, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal cópia da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986, do Estado de São Paulo, do Parecer da Procura-doria-Geral da República, da versão do registro ta-quigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 174184, que de-clarou a inconstitucionalidade do artigo 25 e parágrafo único da referida lei estadual (reajuste de vencimen-tos, remuneração, salários, proventos e pensões dos servidores estaduais pela variação do IPC)”. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Parecer: Pelo arquivamento do Ofício “S”. Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2007 (PL. nº 02800, de 2003, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Altera os arts. 3º e 8º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996 (Dispõe sobre a reorganização da carreira dos Policiais Civis do Distrito Federal)”. Autoria: Deputado José Roberto Arruda. Relatoria: Senador Adelmir Santana. Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Em 14/11/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 4)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2005, “Altera o § 1º do art. 18 da Constituição Federal, para dispor sobre a correspondência entre as áreas geográficas de Brasília e do Distrito Federal”. Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senadora Ideli Salvatti. Parecer: Pela aprovação da Proposta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2007, “Altera o art. 155 da Constituição Federal, para permitir que o Estado de origem cobre ICMS nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica”. Autoria: Senador Paulo Duque e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Parecer: Pela aprovação da Proposta. Em 14/11/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2007 – TERMINATIVO – “Altera os arts. 121 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ser agente público integrante de carreira policial, no exercício da função ou em razão dela”. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 574, DE 2007 – TERMINATIVO – “Introduz § 3º ao art. 801 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (Dispõe sobre modificação de apólice coletiva de seguros)”. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Pedro Simon. Relatoria “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. A Presidência declara encerrada a Reunião, às doze horas e quatorze minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: 6) PLS Nº 9, DE 2007; 7) PLS Nº 10, DE 2007; 8) PLS Nº 217, DE 2006; 11) PLS Nº 188, DE 2007; 12) EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 oferecida à PEC Nº 59, DE 2005; 13) PLS Nº 197, DE 2005; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a referida proposta queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a deliberação de matérias que foram distribuídas para conhecimento das Sras. e Srs. Senadores com a devida antecedência. Vou passar ao primeiro item, que se trata de matéria terminativa. Como o Relator da matéria, o Senador Magno Malta, não se encontra presente, eu consulto ao Senador Jefferson Péres se poderia relatar *ad hoc* a referida proposição que passo a ler. Trata-se do item primeiro, o Ofício “S” nº 101, de 1997.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A ementa é a seguinte: Ofício nº 205/P, dígito MC, de 10.11.1997, na origem. Terminativo. “Encaminha ao Senado Federal, cópia da Resolução nº 271, de 1989, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e do Parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do mandado de segurança nº 21055, que declarou a inconstitucionalidade da referida Resolução”. A autoria, como se sabe, é do Supremo Tribunal Federal. O Relator, agora designado, Senador Magno Malta, que opina pelo arquivamento do referido Ofício “S”. Concedo, pois, a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pois não, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Parecer do Relator, Senador Magno Malta, termina por propor o seguinte. VOTO. Diante de todo o exposto, manifestamos pelo arquivamento do processo relativo ao Ofício “S” nº 101, de 1997, nos termos do artigo 133, inciso III, do Regimento Interno desta Casa. É o voto, Sr. Presidente, então é pelo arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O voto do Relator da matéria, o Senador Jefferson Peres, é pelo arquivamento do Ofício “S”, conforme, aliás, consta da pauta como primeiro item desta reunião.

Passo agora a apreciar o Item 3, cujo Relator é o nobre Senador Adelmir Santana. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2007, PL nº 02800, de 2003, na Câmara dos Deputados, não terminativo. A ementa é a seguinte: “Altera os artigos 3º e 8º da Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996 (Dispõe sobre a reorganização da carreira dos Policiais Civis do Distrito

Federal)". A autoria é do Deputado José Roberto Arruda. O Relator é o nobre Senador Adelmir Santana. O Parecer do Relator, Senador Adelmir Santana, é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Devo lembrar que em 14.11.2007 foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Portanto, friso mais uma vez, não é matéria terminativa. Concedo, pois, a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente, na reunião anterior fizemos a leitura do nosso relatório, bem como do voto, e eu queria apenas reafirmar, mais uma vez, em face das exposições feitas, é um projeto que já veio da Câmara, do hoje ilustre Governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, atende ao preceito, não há aqui nenhum envolvimento de recursos, alterações de funções, mas atende a uma velha aspiração desse contingente de Policiais Civis. Eu queria apenas ler mais uma vez o voto. Em face do exposto, somos pela aprovação por constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara de nº 26, de 2007, na forma do substitutivo a seguir. O substitutivo também foi lido na última reunião. Solicito aos nossos pares que votemos pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão a matéria, e concedo a palavra para discuti-la ao nobre Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Não é nem para discutir, Presidente, é para dizer que o projeto, no mérito, vai ser apreciado pela Comissão de Relações Exteriores, nós só estamos analisando a constitucionalidade. De qualquer modo, asseguro aos interessados que se trata de uma questão de nomenclatura, mas importante para eles, o que não implicaria em aumento do gasto público. Informo que até por isso, já entrando no mérito, eu não tenho porque votar contra, sou a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Senador Jefferson Péres manifestou-se favoravelmente à aprovação da referida proposição, salientando, inclusive, que a matéria foi também distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde o mérito da proposição será apreciado. Aqui, como lembrou S. Ex^a., o Senador Jefferson Péres, está se apreciando apenas a questão da admissibilidade, ou seja, sua constitucionalidade, sua legalidade, sua juridicidade, até sua regimentalidade. Portanto, eu ponho a matéria em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o parecer do nobre Rela-

tor, o Senador Adelmir Santana, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Vou conceder agora a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, que é Relator do Item 02 da pauta, Ofício "S" nº 039, de 2001. Ofício 00110, de 16 de outubro de 2001, na origem, terminativo. A ementa é a seguinte: "Encaminha ao Senado Federal cópia da Lei Complementar nº 467, de 02 de junho de 1986, do Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 174.184, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 25 e seu § único. Trata-se de lei estadual, relativa a reajuste de vencimentos, remuneração, salários e proventos e pensões dos servidores estaduais pela variação do IPC". É bom recordar que esses Ofícios "S" são, como sabem V. Ex^{as}., de iniciativa de autoria do Supremo Tribunal Federal. O Relator da matéria, o nobre líder Senador Aloizio Mercadante, é pelo arquivamento do referido Ofício "S". Eu concedo a palavra a S. Ex^a. para que ele possa prolatar o seu Parecer.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, como esse tem sido um procedimento onde nós já temos consolidado aí uma atitude da Comissão, eu vou direto à leitura da análise. Nos precisos termos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução de todo ou em qualquer parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Trata-se no presente caso do artigo 26, de seu § único, da Lei Complementar nº 467, de 02 de julho de 1986, declarada inconstitucional incidentalmente por decisão da Suprema Corte, tomada por maioria absoluta de votos, nos termos do artigo 97, da Lei Maior, e transitada em julgado em 03 de outubro de 2001. A intervenção do Senado Federal nesse caso tem o propósito de excluir a norma impugnada do ordenamento jurídico, de forma a evitar que venha a incidir em outras relações jurídicas, incidência que já deslegitimada pelo guardião da Constituição da República. Considerando, no entanto, que o dispositivo guerreado já foi revogado pela Lei Complementar Estadual nº 535, de 1988, não se apresenta ao Senado Federal nenhuma providência normativa a ser tomada, já que os referidos pretéritos da norma impugnada se esgotaram com a incidência da decisão do Supremo Tribunal Federal, objeto do presente Parecer. Observa-se que em face da confirmação da revogação do dispositivo legal, há que se considerar insubsistente o Parecer anteriormente emitido, constante das fls. 29/32 do processado. VOTO. Em face do exposto, e tendo em

vista o disposto no artigo 133, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, votamos pelo arquivamento do processo relativo ao Ofício “S” nº 039/2001. Sala das Comissões, o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Parecer do Relator, Senador Aloizio Mercadante, é pelo arquivamento do referido Ofício “S”. Eu coloco agora em discussão tanto o Item 01 quanto o Item 02. O primeiro que já foi objeto de relatoria feita pelo Senador Jefferson Péres é pelo arquivamento do Ofício “S”, assim como foi o parecer do Senador Aloizio Mercadante com relação ao Item 02. Em discussão as duas proposições que concluem pelo arquivamento dos respectivos Ofícios “S”. Em discussão. Indago se há quem esteja desejando discutir a matéria. Como se trata de matéria terminativa, teremos que fazer votação nominal. Então eu adio a votação das duas proposições para que nós possamos prosseguir na apreciação de outros itens da pauta até que haja quorum pleno para as respectivas votações nominais.

Passo, portanto, agora ao Item 04 da pauta da reunião de hoje. Trata-se de proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2005. A ementa é a seguinte: “Altera o § 1º do artigo 18 da Constituição Federal, para dispor sobre a correspondência entre as áreas geográficas de Brasília e do Distrito Federal”. O primeiro subscritor da Emenda Constitucional é o nobre Senador Cristovam Buarque. A Relatora da matéria, Senadora Ideli Salvatti, que não se encontra em Brasília, razão pela qual eu designo como Relator *ad hoc* o nobre Senador ACM Júnior. O Parecer é pela aprovação da proposta. Concedo, pois, a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior para apresentar seu Parecer como Relator *ad hoc*. Tem a palavra S. Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. A proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2005, do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, altera o § 1º do artigo 18, da Constituição Federal, para determinar que Brasília é a capital federal e sua área geográfica corresponde a do Distrito Federal. É o que dispõe o seu artigo 1º. O artigo 2º da proposta contém a cláusula de vigência. Os autores argumentam que o Distrito Federal, desde a Constituição de 1988, goza da condição de unidade federada especial que exerce, cumulativamente, com as competências legislativas e tributárias, reservadas a Estados e Municípios, artigos 32, § 1º, e 147 da Constituição Federal, porém, com limitada autonomia porque depende da União para o funcionamento de instituições fundamentais para a capital como o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Polícia e o Corpo de Bombeiros. A essa situação se soma um elemento que vem

gerando graves problemas de interpretação sobre a condição de Brasília do ponto de vista jurídico e institucional. O artigo 32 da Constituição Federal veda a divisão do Distrito Federal em Municípios, enquanto o § 1º, do artigo 18, concede a Brasília, não ao Distrito Federal, a condição de capital federal. O que pode parecer uma contradição de menor monta, tem gerado graves equívocos do ponto de vista geográfico e sócio-cultural, como a idéia de que Brasília é apenas a parcela do Distrito Federal conhecida como Plano Piloto e denominada região administrativa de Brasília. Admitida essa interpretação, não podem se considerar brasilienses os moradores das demais vinte e cinco regiões administrativas, absurdo que se torna evidente se imaginarmos que a atual região administrativa de Brasília poderia ser regularmente cindida em, por exemplo, uma região administrativa da Asa Sul e outra da Asa Norte, e nem por isso Brasília seria subdividida, conforme apontam os autores da proposta.

S. Ex^{as}. recorrem aos ensinamentos de Ives Gandra Martins e Celso Ribeiro Bastos em sua obra Comentários da Constituição do Brasil, Volume III, Tomo I, para reafirmar como eles a conveniência de desfazer-se dessa posição ambígua decorrente da não coincidência física entre o Distrito Federal, como ente autônomo da federação, e Brasília, capital federal e sede de Governo. Segundo os autores citados, a Constituição não elege o Distrito Federal como a capital do Brasil, mas Brasília, com o que distingue a capital do país da circunscrição territorial apresentada na federação. Na situação em que se encontra prosseguem os autores da PEC: Brasília ficou reduzida quase a um nome símbolo da sede administrativa da República Federativa do Brasil, condição da qual discordam. Para eles, os habitantes do Distrito Federal, independentemente da localidade em que vivam, são igualmente brasilienses. Portanto, não admitem que, a pretexto da ambigüidade do texto constitucional, prosperem sentimentos e ações discriminatórias em relação aos brasilienses que não morem no Plano Piloto.

A proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2005, preenche os requisitos formais de juridicidade, boa técnica legislativa, além de atender as exigências estabelecidas no artigo 60 da Constituição Federal. De fato, contém um número suficiente de assinaturas e não se destina a abolir a forma federativa de estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e nem os direitos e garantias individuais. Sua aprovação, além de contribuir para o esclarecimento de uma situação ambígua, promoverá certamente modificações significativas na definição do espaço geográfico da capital federal, como benefícios para toda a sua população. A vista do exposto, opino pela constitucio-

nalidade e juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, e voto, quanto ao mérito, pela aprovação da proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2005. Este é o Parecer da Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Antonio Carlos Júnior proferiu Parecer favorável à aprovação da referida proposta de Emenda Constitucional. Abro a matéria à discussão por parte do Plenário e indago se há quem queira discuti-la. Eu não sei se o nobre Senador Eduardo Suplicy deseja discutir o assunto. Com a palavra S. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, esta proposição é do Senador Cristovam Buarque e nós precisamos levar em consideração que se trata da iniciativa de um Senador que foi Governador do Distrito Federal, que certamente quando propõe que se leve em consideração que Brasília continue sendo a capital federal, mas que sua área geográfica venha a corresponder à do Distrito Federal, que isto vai significar para todos aqueles que vivem no Distrito Federal algo de muito significado, e em verdade aqueles que vivem no Distrito Federal consideram normalmente que estão vivendo na capital do Brasil. Sobretudo porque esta iniciativa é de uma pessoa que aqui vive, que conhece tão bem, que é um dos mais legítimos representantes do povo do Distrito Federal, eu acho que ela merece a nossa atenção. Eu acho que será importante podemos ouvir também a opinião dos demais Senadores do Distrito Federal, mas, em princípio, avalio que a Relatora, a Senadora Ideli Salvatti, avaliou bem ao dar o Parecer favorável à proposição. Portanto, de acordo com a Relatora, votarei com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. O Parecer do nobre Senador ACM Júnior foi referendado pelo Senador Eduardo Suplicy, que também se manifestou pela aprovação da PEC. Dando seqüência à discussão eu concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, que, aliás, é Senador pelo Distrito Federal e, portanto, deseja manifestar sua opinião. Concedo, portanto, a palavra a S. Ex^a.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Obrigado Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu acho que a proposta de Emenda à Constituição do Senador Cristovam, bem como o relatório, traduzem bem a situação que vive algumas pessoas que moram em áreas que não sejam o Plano Piloto. Na verdade o Distrito Federal tem uma condição diferente por ser indivisível, mas nós já temos cidades satélites aqui que têm mais de quinhentos mil habitantes. Então, como bem colocou o Senador Suplicy, algumas pessoas, que mesmo morando em cidades bem distantes,

quando saem daqui de Brasília e chegam nas suas origens ou no lugar em que estão visitando, que fazem a pergunta: “aonde o senhor mora?” “Ah, eu moro em Brasília”. Então eu acho que essa Emenda visa corrigir essas distorções. Quando você emplaca um carro, por exemplo, em Gama, em Taguatinga, na Ceilândia, a placa também do carro sai Brasília – Brasília/DF, e nenhuma das pessoas, por mais simples que elas sejam, muitas vezes até moram em cidades que não são do Distrito Federal, mas ainda assim fazem afirmação que moram em Brasília. Então a cidade de Brasília realmente ficou reduzida, do ponto de vista como está hoje constitucionalmente, apenas ao Plano Piloto, à sede da República, e isso incomoda de certo modo, como bem colocou o autor da proposição, o Senador Cristovam, parte dessa população que vive na cidade satélite. Portanto, eu queria, primeiro, me solidarizar com a Relatora e com o autor da proposição e reafirmar que se comete uma justiça com relação a essas populações. Portanto, me manifestar favoravelmente à proposição. O Distrito Federal é indivisível, não tem o Município de Taguatinga, não tem o Município de Ceilândia, então eu acho que a proposição corrige uma distorção, Sr. Presidente, que é um anseio de todas essas populações. Este é o meu voto, favoravelmente à matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu indago se há...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Para discutir, o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu entendo que, no fundo, o que nós estamos fazendo, é passar a denominar Distrito Federal como Brasília. É isso. Eu acho que deveria ser feito dessa forma, o Distrito Federal passa a se chamar Brasília, porque nós já tivemos Distrito Federal em Pernambuco, já tivemos Distrito Federal na Bahia, já tivemos Distrito Federal no Rio de Janeiro. A capital federal era o Rio de Janeiro, mas chamava-se Estado da Guanabara, Estado do Rio de Janeiro. Então não tem sentido chamar Estado do Distrito Federal. Eu acho que tem que ser Brasília. Então seria Brasília, a denominação desse território, desse quadrilátero, passará a ser Brasília, nós estamos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quando se falar em Distrito Federal, estará se falando em Brasília.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Brasília, a área passa a ser Brasília.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – E as pessoas não ficarão mais com essa preocupação

de dizer assim: “não, você mora onde?” “Ah, eu moro no Gama”. Não, “eu moro em Brasília”, como eles dizem quando se afastam daqui da unidade federativa. As placas dos carros, mesmo você emplacando no Gama, é Brasília, mas quando você vem, aí vem assim uma placa: “limite de Goiás com o Distrito Federal. Há tantos quilômetros Gama”. Aí você sai do Gama, aí você chega: “a tantos quilômetros Brasília”.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Então, mas nós temos lá o Estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio de Janeiro.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) –

Certo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Quer dizer, o que nós estamos fazendo é o seguinte: o Estado do Distrito Federal vai se chamar Brasília e terá um Município que se chama Brasília.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) –

Que é único, como é constitucionalmente.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –

Mas ele continua a ser...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Na época do

Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro equivalia ao Distrito Federal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Exatamente. O Rio de Janeiro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A cidade do

Rio de Janeiro era o Distrito Federal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Era o Distrito Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Estado do

Rio de Janeiro era um outro ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E mesmo as-

sim tinha Madureira, tinha Bangu, tinha...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Não, mas é diferente, é diferente pelo seguinte: o Estado do Rio de Janeiro tinha um Município que era a cidade do Rio de Janeiro, que foi Distrito Federal. Na época...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aí você está

comparando Brasília com...

(Soa a campanha)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Distrito Federal

era a cidade do Rio de Janeiro.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Era a cidade do Rio de Janeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estado do Rio

de Janeiro, a capital era Niterói.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Exatamente, depois passou a ser Estado da Guanabara e depois voltou a ser Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – O

Distrito Federal é que passou a ser Estado da Guanabara.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não deixou de ser. Quando Brasília foi ser a capital do país, o Distrito Federal, o que era Distrito Federal...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– A fusão Guanabara...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O que era Distrito Federal virou Guanabara.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O

que nós estamos fazendo é: o Distrito Federal passa a se denominar Brasília.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –

Mas continua a ser Distrito Federal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Continua a ser Distrito Federal, e Brasília é um Município dentro de Brasília.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –

Não é município, não, é Distrito Federal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– O Plano Piloto, como é que vai se chamar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, continu-

am as regiões administrativas.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) –

Porque o Distrito Federal é indivisível, mas nós temos cidades satélites hoje que têm quatrocentos, quinhentos mil habitantes.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Serão

considerados bairros, Senador?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Re-

giões administrativas, mas todas pertencentes à Brasília. O que a gente quer é mudar a terminologia e todas essas coisas, todo o Distrito Federal é Brasília.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – O

Distrito Federal compreende Brasília e toda a área.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) –

Exatamente, exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Não, não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E as

cidades.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Não, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É confuso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Não é confuso, nós temos que deixar bem claro, senão vamos fazer aqui uma mudança que depois cria mais confusão do que ajuda, está certo? Isso daqui significa mudança no mapa do Brasil, significa nas escolas e etc. e tal. Vai ter um desdobramento. Então o que está sendo proposto é: o Distrito Federal, a área territorial do Distrito Federal passa a se denominar Bra-

sília. Agora o Plano Piloto continuará sendo Brasília. Então uma região administrativa, uma região administrativa, continua sendo denominada Brasília. Então o Plano Piloto continua sendo denominada Brasília e o Distrito Federal, o território, Brasília.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres, depois o Senador Sibá Machado.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Poderiam até ter nomes diferentes, poderia ser Brasília e o Distrito Federal ter outro nome, como é Washington DC.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Washington DC, bem lembrado.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – A cidade é Washington e o distrito se chama Columbia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Columbia, o distrito é Columbia, Washington DC, e no passado...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu acho que a gente poderia, talvez, conversar com o Senador Cristovam para ver se a gente não consegue construir uma concepção que ajude a esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Na verdade...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Porque se não nós vamos atender a expectativa do cidadão, eleitoralmente isso tem um certo sentido, eu tenho certeza que o Senador Adelmir Santana e Cristovam Buarque estão motivados para ir em busca desse sentimento da população, mas há um problema de concepção nacional, do que é o território, do que é o Plano Piloto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É verdade.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Porque se fosse lá, o Distrito Federal chamasse Planalto Central, está certo, o Distrito Federal é Planalto Central e Brasília é a região administrativa do Plano Piloto, fica mais fácil, pode até ser Brasília, mas de qualquer forma tem que ter uma diferenciação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Aliás, nobre Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a. colocou muito bem quando compreendeu exatamente a intenção do primeiro subscritor da PEC, que é o Senador Cristovam Buarque. Ele quer que haja uma correspondência entre Brasília, uma correspondência de áreas entre Brasília e o próprio Distrito Federal, e, em síntese, ele quer que

passse a se chamar Brasília. Essa eu acho que a *mir legis*(F) do autor, do primeiro subscritor da propulsão, que é o Senador Cristovam Buarque. Agora como a matéria está suscitando debate, eu não sei se V. Ex^a. ou o Senador Sibá Machado, que também pediu para discutir a matéria, e eu darei a palavra já ao Senador Sibá Machado, consultando depois se, tendo em vista a ausência do autor, senão seria o caso de haver um pedido de vista para que nós pudemos esclarecer melhor a matéria. Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, só uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, Senador ACM Júnior.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A questão é meramente redacional. Talvez um ajuste na redação resolva o problema. Então o que se pode fazer é consultar o próprio Senador Cristovam, o Senador Adelmir e tal, e se fazer um ajuste redacional, porque aí acaba com toda a dúvida.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Você veja que na proposição, Sr. Presidente, ele diz assim: O artigo 18, § 1º: “Brasília é a capital federal e sua área geográfica corresponde ao Distrito Federal”. Eu acho que exatamente atende a esse preceito que V. Ex^a. coloca.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – O espírito está plenamente atendido, a questão...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu para contribuir vou pedir vistas para que a gente faça uma redação bem apropriada e me comprometo a trazer na semana que vem. Não tenho tem divergência de mérito, tenho concordância com a idéia, mas só gostaria de ter segurança de dar um passo que seja duradouro, que nós não tenhamos aqui a mesma expectativa que tivemos lá na época de criar o Estado da Guanabara, onde os cariocas não gostaram e tivemos que voltar atrás. Aqui os candangos, seguramente, todos os brasilienses gostam da idéia, é muito mais fácil fazer a mudança, mas eu peço vista para ver se a gente consegue dar uma forma redacional adequada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Que a vista seja coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concedo vista coletiva ao Senador Aloizio Mercadante, Senador Adelmir Santana e Senador ACM Júnior, e, conseqüentemente, a mesa lamenta não poder ouvir a manifestação do Senador Sibá Machado que certamente ocorrerá quando a matéria for devolvida para análise da Comissão.

Neste instante, portanto, volto os Itens 01 e 02. Vamos fazer, portanto, a votação nominal (soa a campanha). Vamos submeter, agora, à votação nominal os Itens 01 e 02. As duas matérias são objeto de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e os Relatores concluíram pelo arquivamento das referidas proposições. Como sabem V. Ex^{as.}, a declaração de inconstitucionalidade das leis é competência privativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não vai sequer à análise do Plenário, daí porque eu chamo a atenção dos ilustres pares para a votação que vamos realizar agora. Vou começar a votação pelo bloco de apoio ao Governo. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então vou proclamar o resultado. Votaram sim onze Srs. Senadores. O Presidente, como dispõe o regimento, não vota. Estão presentes, portanto, doze Senadores. As matérias foram arquivadas em função dos Pareceres apresentados pelos respectivos Relatores.

Portanto, agora, nós passamos para o Item 05, cujo Relator é o nobre Senador Flexa Ribeiro. A autoria é do Senador Paulo Duque e outros Srs. Senadores. Trata-se de proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2007. A ementa é a seguinte: “Altera o artigo 155 da Constituição Federal, para permitir que o Estado de origem cobre ICMS nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica”. Como disse a autoria é do nobre Senador Paulo Duque, que se encontra presente, e outros Srs. Senadores. É bom lembrar que no caso de proposta de Emenda Constitucional, o primeiro subscritor é tido como autor, se bem que para que a matéria possa ser apreciada é necessário que subscreva a proposição vinte e seis outros Srs. Senadores, o que foi realizado. Portanto, a matéria está, sob o ponto de vista de instrução, correta, e eu concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro para proferir Parecer sobre a proposição. Aliás, V. Ex^{a.} teria que talvez repetir o Parecer, posto que foi objeto de vista coletiva nos termos regimentais na sessão realizada em 14.11.2007.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, para debater a matéria, como já foi lido o Parecer, foi pedido vista coletiva, eu gostaria de debater o tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra S. Ex^{a.}, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu nesse momento me sinto muito a vontade em discutir essa matéria, porque com o UBS(F) 400 e 500 e agora com a descoberta do Campo de Tupi, do Pré-Sal, São Paulo vai estar muito bem posicionado nessa agenda de Estado que vai ofertar petróleo à Nação e gás. O potencial só do UBS(F) 400 é de dezessete bilhões de metros cúbicos, está sendo construída a plataforma de exploração, o gasoduto sai ali por Caraguatatuba, pega o gasoduto Rio/Santos. São Paulo, portanto, e muitos Municípios do litoral vão ser beneficiados pelo royalty de petróleo, e esse potencial do Campo de Tupi, daqueles quarenta e um blocos que são reservas provavelmente hoje projetadas, correspondentes à metade das reservas que o país tinha, eu acho que o Estado vai estar muito bem contemplado nessa matéria.

Agora entendo também que o Rio de Janeiro, com essa mudança, o Estado do Rio de Janeiro já é altamente beneficiado com o royalty do petróleo. É uma fonte de energia, de receita, extraordinária para o Estado do Rio de Janeiro, e um Estado que tem sido muito bem tratado pela União, particularmente nesse Governo, haja visto o PAN, os investimentos que foram feitos, estruturantes no Estado. Agora essa redação, muito bem construída pelo Senador Paulo Duque, que é um Senador que conhece profundamente seu Estado, tem uma longa vivência como Deputado Estadual, significa um aumento de ICMS para o Rio de Janeiro de dez bilhões de reais/ano. Agora dez bilhões de reais a mais que vai sair de outros Estados. Outros Estados vão passar a transferir receita para o Rio de Janeiro, e para outros estados que são Estados geradores, pólos geradores de energia, inclusive energia hidroelétrica, como é o Estado do Pará, no caso da hidroelétrica, que vai aumentar ainda mais o seu potencial de geração de ICMS. Tem uma aliança ali, Pará e Rio de Janeiro, muito competente. O Senador Marcelo Crivella veio reforçar essa aliança. Qual é a ponderação que eu faço? Eu acho que essa passagem da origem para o destino é o grande debate do IVA e da reforma tributária que está chegando esse mês. Nós vamos retomar esse debate da passagem da origem para o destino. Agora ao passar da origem para o destino nós vamos ter que construir mediações para não desequilibrar o pacto federativo. Então a ponderação que eu faço é que eu acho que o Presidente deveria deixar para nós tratarmos desse assunto no bojo da reforma tributária, que será uma matéria prioritária no âmbito desta Comissão, porque se trata originalmente de uma Emenda Constitucional. Eu acho que é o grande debate desta Comissão, a passagem da tributação da origem para o destino, que não deve ser feito só no petróleo, isso tem que ser feito no conjunto dos produtos, porque aí sim nós teremos o favorecimento dos Estados mais pobres em relação a Estados mais ricos, e isso tem que ser feito com uma transição para não desequilibrar nenhum Estado da Federação. E isso, nós tínhamos construído esse entendimento quando propusemos o IVA, a ser implantado no prazo de sete anos, na reforma tributária. Na ocasião o Senador Tarso Jereissati, o Senador Romero Jucá, o Senador Rodolfo Tourinho, eu e tantos outros, trabalhamos muito naquele projeto de reforma tributária, que é a base da proposta que o Governo vai apresentar, que está concluindo a negociação com diversos Estados da Federação. Então, agora, alterar apenas a energia, sem tratar do conjunto dos tributos, nós vamos criar um ruído que não contribuirá para a discussão da reforma tributária. Nós estamos na antevéspera da reforma tributária, e a minha pro-

posta, viu Presidente, a reforma tributária vai tratar de todos os tributos da origem para o destino para criar um Imposto Sobre o Valor Adicionado: o IVA Federal, o IVA Estadual e o IVV Municipal, este pelo menos é o desenho inicial. Nós não conseguimos criar um único IVA porque os Estados não queriam abrir mão do poder de tributar. Agora passar apenas a energia para o destino, sem alterar o conjunto das regras de tributação de ICMS, nós vamos criar um grande desequilíbrio na federação e acho que nós não deveríamos fazer isso sem a mediação necessária...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – ...e sem a discussão no âmbito da reforma tributária. Muito obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Há oradores inscritos. Eu vou conceder a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Marcelo Crivella, depois ao Senador Adelmir Santana, depois ao Senador ACM Júnior, depois ao Senador Sibá Machado, e, finalmente, ao Senador Demóstenes Torres.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu peço também a inscrição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Então o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Jefferson Péres.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu peço a inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E ao Senador Avaro dias.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, para discutir essa matéria. Eu gostaria de lembrar a essa Comissão que desde a nossa Constituição, essa nossa distribuição dos royalties do ICMS, com relação à origem e destino, tem trazido um desequilíbrio para os estados produtores nesse setor de energia. O Pará perde produzindo minério de ferro. O Rio de Janeiro perde produzindo petróleo e gás. E todos os demais Estados da Federação. Quem ganha, Sr. Presidente, por exemplo, Paraná perde? Paraná perde muito produzindo energia elétrica, com as suas grandes hidrelétricas. Quem ganha muito com isso são os grandes centros, tipo São Paulo, porque é o maior consumidor de petróleo e, no caso do petróleo, se taxa no consumo. Como ele é o maior consumidor, recebe o ICMS. No caso da energia elétrica, aonde se paga o ICMS? No consumo. Quem é o grande consumidor

de energia no nosso país? O nosso maior Estado, o Estado de São Paulo.

Porém, Sr. Presidente, nos produtos industrializados, como automóveis, como geladeiras, como bens de capitais, que São Paulo é o maior produtor, aí já não vale mais a regra de se pagar no consumo, já não se divide com o resto do país, pois se paga na origem, e esta é a grande discussão que nós precisamos fazer. Essa é a grande discussão, Sr. Presidente, que nós precisamos fazer. Nós, do Rio de Janeiro, mas o senhor também de Pernambuco, sobretudo os nossos Estados do Nordeste. Veja, Sr. Presidente, que a regra é desfavorável a todos, não é só ao Rio de Janeiro não. É desfavorável aos Estados que também não produzem minério de ferro, não produzem energia elétrica e hidráulica, não produzem petróleo e gás, mas consomem muitas geladeiras, muitas televisões, muitos aparelhos industrializados que vem de São Paulo. Portanto, essa discussão é que nós precisamos averiguar.

Já no princípio do meu mandato tentei, como o Senador Paulo Duque faz agora, enfrentar o debate. Naquela ocasião também se dizia que deveria ser discutida na reforma tributária. Não o foi. Acho que o argumento do Senador Mercadante também será um argumento muito mais protelatório(F) de quem quer enfrentar isso para a gente resolver. Eu estou ouvindo os mesmos argumentos.

Já com relação aos royalties, eu quero lembrar ao Senador Mercadante que os royalties são compensações ambientais, não podem entrar nesse debate que nós estamos fazendo aqui sobre uma legislação que prejudica economicamente o Brasil inteiro em benefício do nosso maior Estado, que nós temos todos muito orgulho de São Paulo, todos nós temos um imenso orgulho do Estado de São Paulo, que é a nossa locomotiva, e não queremos deixar, não queremos que não seja, tenho o maior orgulho de São Paulo por toda a contribuição que traz ao nosso país, mas só não queremos, Sr. Presidente, é que essa desigualdade regional prevaleça, continue, aumente, porque é injusta. Essa é a grande discussão, o grande debate que eu proponho a essa Comissão, e mais cedo ou mais tarde nós vamos ter que enfrentá-lo, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Sr. Presidente, só por ter sido citado, artigo 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então com a palavra S. Ex^a., o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Eu acho que nós temos que debater esse tema com profundidade, mas não de forma simplificada. Primeiro, hoje, com esse preço do barril do petróleo a cem dólares, noventa dólares, o repasse de royalties

para os Estados produtores de petróleo é uma coisa absolutamente espetacular, e o Rio de Janeiro tem sido favorecido não apenas por essa política, mas também tem sido favorecido por programas nacionais na área da segurança pública, o Pan-americano. Eu estou dando um exemplo concreto do Rio de Janeiro dizendo que há sim uma unidade da Federação. Agora ao alterarmos a regra de repartição do ICMS apenas num item, nós vamos desequilibrar brutalmente a Nação e os outros Estados, porque todos os Estados que não são geradores de energia – e é a maioria dos Estados da Federação, não são geradores de energia...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Mas são consumidores, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– ...Vão ser prejudicados brutalmente, porque a principal fonte de tributação do ICMS é exatamente energia para a maioria dos Estados brasileiros.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senador, me permite um aparte, me permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Essa é a grande fonte de...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Vamos passar para o consumo. Nós estamos fazendo hoje no refino, São Paulo é o que mais refina. Vamos passar para o consumo que a gente distribui para o Brasil inteiro. Aí tem o consumidor da Amazônia, tem o consumidor de Pernambuco, tem o consumidor do Rio Grande de Norte, vamos pagar ICMS no consumo ao invés de pagar no refino.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Só quero dizer o seguinte, eu quero concluir. Eu acho, entendo as razões do Senador Crivella, Paulo Duque, os Senadores defendem seus Estados. Agora para esta Casa, que tem como responsabilidade o equilíbrio do pacto federativo, fazer uma mudança dessa natureza sem analisar ao impacto fiscal em cada um dos Estados, qual é a perda de receita, quem perde e quando perde, quais são as medidas compensatórias, porque a partir de 1º de janeiro, se essa PEC for aprovada, alguns Estados vão ter uma perda brutal de receita, todos o Centro-Oeste vai ser dizimado do ponto de vista da sua receita tributária, boa parte dos Estados do Nordeste serão duramente prejudicados...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Dizimados?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– ...e do Sudeste e parte dos Estados, que não são ofertadores, não ofertam energia. Portanto, não podemos fazer uma mudança sem a análise do impacto, quais são os impactos que nós vamos ter. Nós vamos compensar isso com os royalties do petróleo? Nós

vamos criar um fundo de transição? Porque na nossa proposta de reforma tributária, nós tínhamos um fundo para fazer a transição para amenizar o impacto daqueles Estados que iam perder, e os ganhos iam sendo repassados progressivamente no período de cinco anos. Aqui não, não há nenhuma mediação, não há estudo do impacto fiscal financeiro nos Estados, o CONFAZ não foi consultado e nós estamos mudando uma regra constitucional, alterando de forma brusca e decisiva a repartição da receita dos Estados. Quero só concluir...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Só quero concluir, Presidente, que os grandes conflitos na história se deram exatamente por repartição de tributos na federação. Esta é a origem inclusive da convenção...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Voltemos à revolução paulista.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– ...que permitiu a constituição...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Vamos voltar à 30, revolução paulista.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– ...que levou à convenção e à Constituição americana. Por isso, eu pondero que sem esse estudo, sem essa avaliação e sem a construção de uma mudança mais profunda na repartição do ICMS, não vejo como esta Comissão possa votar desta forma uma matéria com essa gravidade e com as implicações...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, eu fui citado aqui, artigo 14, Sr. Presidente, artigo 14.

(falas sobrepostas)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Dois Senadores pediram a palavra pela ordem: o Senador Jefferson Péres e o Senador Flexa Ribeiro. Eu concedo inicialmente ao Senador Jefferson Péres, depois a S. Ex^a., o Senador Flexa Ribeiro. Porém, se vê que trata-se de um assunto inflamável.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –

Sr. Presidente, eu me sinto muito à vontade porque o Amazonas é um Estado auto-suficiente em petróleo bruto e exportador de derivados, além de produzir petróleo e gás tem uma grande refinaria em Manaus. Portanto, o Amazonas, meu Estado, será beneficiado por esta Emenda.

Mas, Sr. Presidente, eu sou Senador da República, eu não sou Senador apenas ... eu represento o Amazonas, mas eu sou Senador da República e

procuro ser. Isto afeta Estados, inclusive não apenas São Paulo, Estados pobres que são consumidores, Estados pobres que são consumidores. Muito bem. O Amazonas será prejudicado, Estados pobres que são apenas consumidores serão prejudicados, não é isso? É isso? Estados muitos pobres. Então, Sr. Presidente, se for colocado em votação, eu, como Senador do Amazonas, tenho que votar, tenho que votar, mas, Sr. Presidente, eu acho que o Senador Aloizio Mercadante tem razão. Como tem impacto em outros Estados, inclusive Estados pobres, merece uma reflexão. Quem sabe fazer isso, eu pondero aos autores, quem sabe fazer isso escalonadamente ao longo de três ou quatro anos para...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– O senhor me concede um aparte?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –

...Já vou conceder, Senador Crivella, com muito prazer. Quem sabe gradativamente para não haver um impacto grande, brusco, nos Estados pobres que são consumidores. Pois não, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– V. Ex^a. tem toda a razão. Eu proponho aqui uma Emenda. O Senador Duque propõe ICMS de petróleo na produção. O Senador Mercadante defende no refino, São Paulo é o maior refinador. Eu proponho no consumo. Todos na bomba de gasolina, o ICMS seria ali no consumo. Então nós dividiríamos essa riqueza por todos os Estados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Não, não é assim não. Não, não, hoje é no refino. Hoje o ICMS do petróleo é cobrado no refino. As maiores refinarias estão no Sudeste, as maiores refinarias estão no Sudeste. A primeira do Brasil está em São Paulo. Nós poderíamos cobrar então na bomba de gasolina. A bomba de gasolina seria o fator decisivo para a cobrança de ICMS. Eu acho que V. Ex^a. e todos nós estaríamos contemplados.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –

Só para concluir, Senador Crivella, eu faço uma ponderação. Sr. Presidente, não seria melhor, é uma pergunta que eu faço a todos os Senadores, diante de um projeto tão polêmico que se retirasse hoje de pauta para votar na próxima semana e se buscasse um consenso, uma Emenda que fosse consensual, quem sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – A sugestão do Senador Jefferson Péres é semelhante à apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante, que nós retirássemos de pauta a proposição para melhor análise. Agora eu não gostaria de submeter a referida proposta à votação do Plenário

sem antes ouvir, porque pediu a palavra pela ordem, o nobre Senador Flexa Ribeiro, que aliás é o Relator da matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu agradeço, Presidente. Apenas para dizer ao Senador Mercadante que ele está invertendo a ordem. Ele está dizendo que somente o caso da energia é que nós vamos fazer a cobrança na geração. Na realidade nós estamos corrigindo, Senador Mercadante, uma falha que vem prejudicando o Estado geradores de energia e, no caso, produtores de petróleo, desde há muito tempo. Na Constituinte de 1988 foi feita uma proposta exatamente para que petróleo e energia...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Flexa Ribeiro, mas o que nós estamos discutindo é passar tudo para o destino. V. Ex^a. quer trazer a energia para a origem, então nós estamos indo na contramão da reforma tributária que esse Congresso aprovou, esse Senado aprovou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...Não, o que eu quero dizer a V. Ex^a. é que desde 88 todo o ICM, parte maior do ICM, é cobrado na produção, na origem, então o Brasil inteiro...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas o IVA...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...paga ICMS para o setor automobilístico, que era, naquela altura, concentrado em São Paulo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Exatamente, mas a idéia do IVA, do Imposto Sobre o Valor Adicionado, é exatamente para passar para o destino, e o royalties é para compensar os Estados geradores de energia pela União.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas, Senador Mercadante, verifique o contra-senso. No caso da energia nós já estamos aplicando o IVA desde 1988, porque o que V. Ex^a. está propondo não vai mudar nada na energia, porque o ICMS da energia é cobrado no destino, então já é o IVA.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Por isso que nós estamos propondo a reforma tributária, tributar todos os tributos no destino e fazer um transição, constituir um fundo de desenvolvimento regional para compensar outros mecanismos que não seja a guerra fiscal. Esse é o sentido todo da reforma tributária que nós construímos nessa Casa e peço o testemunho do Senador Tarso Jereissati que participou ativamente da elaboração dessa proposta, a idéia do IVA, que é consolidada nacionalmente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V. Ex^a. sabe que lamentavelmente a reforma tributária se busca há décadas e não se consegue fazer. Então a minha

proposta é que se corrija de imediato essa anomalia e na reforma tributária se faça a transformação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nós não podemos é impedir o andamento da PEC porque vamos fazer uma reforma tributária. Ela pode ser, Senador Marco Maciel, mais discutida, eu acredito nisso, agora nós não vamos parar o andamento da PEC esperando a reforma tributária. Se a reforma vier antes da PEC está resolvido o problema.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador Flexa Ribeiro, não se poderia, como proposta de conciliação, dividir a cobrança entre origem e destino, porque hoje é totalmente...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Não, como está só na origem. Não, entre não contribuintes é só na origem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, eu só queria fazer uma pergunta, se vai manter as inscrições para a discussão, porque eu estou preocupado, porque senão o debate se encerram e, se vai encerrar, eu vou pedir vista de imediato, se não chegar ao final do debate.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com essa argumentação eu gostaria de...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Eu só queria esclarecer ao Senador Flexa Ribeiro ... Não, nada contra V. Ex^a., Senador Sibá, mas, Senador Flexa Ribeiro, como está aqui no Item 02, nas operações interestaduais entre contribuintes, mas no Item 03, nas operações destinadas a não contribuintes, o imposto caberá ao Estado de origem. Poderia dividir em qualquer...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu concordo com V. Ex^a., tem que ser o mesmo tratamento que é dado aos demais produtos, parte para o Estado produtor e parte ao Estado consumidor. Eu concordo em gênero e grau com V. Ex^a.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, então eu concedo a palavra pela ordem, para formular questão de ordem...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E o autor da PEC também concorda, Senador Jefferson Péres.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então eu concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sr. Presidente, apenas para sugerir à mesa e aos nobres debatedores que retirem essa proposta, não pelo mérito, retirem do debate de hoje. Mesmo na semana que vem é impossível entrar num acordo sem fazer as contas. Por exemplo, o Estado de Goiás é grande produtor de energia elétrica, mas quem diz que o que ela consome de petróleo, se isso sair das suas mãos, não é verdade, se voltar para ali a cobrança, mas ao mesmo tiver que pagar o ICMS como paga de petróleo, vai dar um grande problema para o Estado. Tem um outro grande problema, ou pode não dar, pode ser bom. Agora tem um outro grave problema no Brasil, que é a questão do biodiesel, que é algo muito bom, mas que muitos ambientalistas dizem que vão causar também um grande impacto ambiental. Pode ser que os Estados produtores de biodiesel, a exemplo de Goiás, Mato Grosso, queiram também discutir a questão do royalty. E a divisão dos royalties?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com certeza.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Quer dizer, então é uma questão que não é tão simples. Aparentemente é muito boa para o Estado de Goiás, aparentemente é muito boa essa questão para o Estado do Pará. Mas e se não for? Nós temos que fazer as contas, eu acho que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Quando a gente olha para mim, que sou de um Estado produtor de energia elétrica, parece que a coisa é boa demais.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Mas e se não for? Eu acho que nós precisamos fazer as contas, eu não acho que isso vai se resolver na semana que vem também. E aí? Aí vem o Sibá que é do Acre e fala: “Não, mas o Acre vai se arrebrantar”.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com certeza.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Como é que a gente entra num acordo. Então, me parece que é uma questão extremamente complicada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, me permita um complemento a esta fala. Eu acho que nós estamos tratando de um assunto extremamente delicado, eu entendo que cada Senador aqui representa muito bem o seu Estado, e o que eu pediria é que a gente tomasse um cuidado de, em matérias dessa envergadura, que se evitasse um pouco pensar apenas no seu Estado de origem, porque se tem uma

defesa que eu faço no Brasil é nessa matéria de energia, por questão de honra cada um dos vinte e sete Estados brasileiros produzir a energia de alguma fonte em alguma quantidade, até mesmo para poder ter mais poder de participação num momento como este. A outra é que Estados como o nosso, que gerava a partir de térmicas isoladas, ao ser interligado com Rondônia nós perdemos quarenta milhões de reais por ano, que é um bom dinheiro em qualquer lugar do mundo, especialmente lá no Estado do Acre. Então eu gostaria de que a gente deixasse de lado um pouco aqui a paixão mesmo e pudesse analisar isso a partir de uma situação mais geral, toda a fonte mineral e energética do Brasil ser tratada, e está aqui uma coisa que é complicadíssima: este assunto chamado royalty.

Eu fiz uma PEC aqui pedindo uma pequena modificação no que diz respeito à participação do royalties da União, que não trata do Município e nem do Estado de origem, mas da União, e isto já virou um vespeiro, porque eu estava propondo que, a partir dos Estados produtores, este recurso destinado à ciência e tecnologia, ficasse vinculado 50% de seu montante a investimento nos Estados não produtores ou que fixasse pelo menos na sua região de origem, e isto já foi um embaraço. A Senadora Ana Júlia apresentou outro projeto no que diz respeito a minério, especialmente de ferro, e isso deu uma complicação aqui muito grande, e eu estou agora fazendo um estudo sobre a questão mineral e gostaria muito que se o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Paulo Duque pudessem aguardar um pouquinho, porque eu queria inserir no debate também a conclusão desse estudo sobre a questão mineral. E aí eu faço aqui este apelo para que a gente tome um cuidado, a partir dos vinte e sete Estados da União, e legislar essa partida(F) de uma visão nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa vai fazer três ponderações. A primeira é a seguinte: há muitos oradores inscritos. Em segundo lugar, há uma solicitação da palavra, pela ordem, do Senador Tarso Jereissati. Em terceiro, a terceira ponderação é a seguinte: sem prejuízo de ouvirmos os oradores inscritos, nós possamos, se o Plenário estiver de acordo, retirar a proposição da Ordem do Dia para uma melhor análise da matéria, pela complexidade que ela envolve. Aí é bom lembrar que nós, diferentemente do que aconteceu na Constituição americana de 1787, nós não fizemos no Brasil um pacto federativo e cujas consequências ainda hoje sofremos. Então eu concedo a palavra ao Senador Tarso Jereissati para formular uma questão de ordem e posteriormente retirá-la, se o Plenário com isso concordar, a matéria da Ordem do Dia, sem prejuízo de ouvirmos os oradores.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Fazer Audiência Pública, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Talvez seja o caminho. Mas concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Tarso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Eu

gostaria de informar aos Srs. Senadores que nós temos uma Subcomissão de Reforma Tributária vinculada à CAE – Comissão de Assuntos Econômicos, que tem se dedicado exclusivamente à discussão desse assunto, da questão da reforma tributária, promovido Audiências Públicas sucessivas, em que os grandes debates que têm sido feitos até agora é a questão da cobrança do impostos no consumo, do imposto indireto no consumo ou na origem de maneira geral, estudando em cada aspecto as suas repercussões. Temos um assessoria técnica contratada pela Subcomissão que tem dado toda a assessoria, consultoria, levantado números de uma maneira bastante técnica, e que esta discussão, aqui neste momento, eu não diria que não me parece o Fórum adequado, mas no momento ela é quase que inócua, porque ela terá que passar pela CAE e tem que vir no bojo de uma grande discussão de reforma tributária. Na PEC não passa, na PEC não passa porque tem uma discussão sobre reforma tributária. A própria SubComissão já formou um projeto, independente do projeto que nós estamos na respectiva do Governo que venha a chegar...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sobre

essa matéria que...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– ...De reforma tributária de uma maneira geral, especificamente o ponto mais debatido, que tem causado mais polêmica, porque têm interesses divergentes entre União, Municípios e Estados, entre os Estados entre si, algumas vezes Municípios, é a questão de origem e destino. Então é uma questão muito técnica que está sendo discutida e eu proporia que fosse levada essa discussão, inclusive, para uma sessão da própria Subcomissão, quando todos os números estão à disposição, dados estão à disposição, e que qualquer medida que seja tomada de uma maneira isolada neste momento, ela é inócua até pela confusão que vai trazer, sem resultados concretos imediatos à discussão que tem que ser feita de uma maneira muito mais abrangente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Portanto, formulada a questão de ordem do Senador Tarso Jereissati, eu submeteria ao Plenário se estaríamos de acordo em retirar a proposição da Ordem do Dia, sem prejuízo de assegurar aos oradores inscritos o direito de discutir a matéria.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr.

Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – São os seguintes os oradores inscritos: o Senador ACM Júnior, o Senador Álvaro Dias, o Senador Valdir Raupp e, finalmente,...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr.

Presidente, eu declino da palavra, eu quero fazer minhas as palavras do Tasso Jereissati. A sugestão que eu queria dar é que deixássemos para a reforma tributária. Isto aqui é um prenúncio, esta discussão de hoje é um prenúncio que vai acontecer na discussão da reforma tributária que vai chegar nos próximos dias aqui nesta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – E como o assunto é tranqüilo também.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Pre-

sidente, Sr. Presidente, eu também quero...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Pois não, Senador Álvaro dias, tem S. Ex^a. a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Embora

o Paraná tenha muita pressa na solução dessa questão, porque perde cerca de quatrocentos cinquenta milhões de reais por ano, e isto não é pouco, oferece boa parte do seu território sem contrapartida, não há no país lamentavelmente uma política compensatória adequada em relação a determinados Estados, e o Paraná é vítima disso. Apesar dessa pressa, nós concordamos com o Senador Tarso e com todos os que se pronunciaram. Essa discussão é inócua, não é este o Plenário para este debate, é um debate de tamanha profundidade e que exige um cenário diferenciado. Eu creio que uma Comissão Especial para debater esse assunto, que resolva essa questão do desequilíbrio, da injustiça distributiva dos recursos públicos no país, eu creio que... é claro que a reforma tributária, a discussão da reforma tributária seria ideal, mas nós estamos discutindo reforma tributária há dez anos no Brasil, eu não sei quando vamos aprovar essa reforma tributária, Sr. Presidente, mas de qualquer maneira tem razão todos aqueles que se pronunciaram propondo que transfiramos este debate para outro Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Eu vou conceder a palavra ao Senador ACM Júnior e, logo em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra S. Ex^a., nobre Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Essa questão, essa PEC, vem num momento em que essa questão de reforma tributária já está passando do tempo de ser resolvida e, talvez, a melhor forma de resolvê-

la é aqui dentro desta Casa, e aí na SubComissão da Reforma Tributária, sob o comando do Senador Tarso Jereissati, que talvez seja o foro mais adequado para se discutir todas essas questões. Então eu também acho que é um jogo de soma zero onde, se alguém ganha, alguém vai perder. Então sem se fazer um estudo profundo sobre as repercussões nos diversos Estados, embora a Bahia seja produtora de petróleo, mas é um jogo de soma zero, que vai afetar muitos Estados. Então seria uma irresponsabilidade da nossa parte aprovar a toque de caixa uma Emenda Constitucional desse tipo. Nós precisamos debatê-la e estudar bastante as repercussões que ela possa ter nos diversos Estados. E, além do mais, porque como ela altera o artigo 155 da Constituição, o artigo diz que passa a autorização de cobrança aos Estados e Municípios, então ele autoriza e os Estados e Municípios vão cobrar. Então, portanto, seria uma delegação extremamente perigosa se ela fosse dada da forma que está. Então eu concordo com vários dos Senadores que se manifestaram, vamos levar esse assunto para ser discutido no âmbito da reforma tributária que vier do Governo e também no âmbito da SubComissão de Reforma Tributária, e nós não podemos discutir esse caso isolado de uma maneira em cima da perna e de uma forma precipitada. Então eu acho que o bom senso prevaleceu e a retirada dessa proposta, para ser melhor discutida, é o melhor caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito obrigado ao nobre Senador ACM Júnior. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu concordo com tudo que foi dito aqui, da necessidade de se aprofundar a discussão da matéria. A matéria é polêmica, a matéria é tão polêmica que ela não é resolvida desde há muito tempo. Tentamos fazer a inclusão da energia, da cobrança de parte do ICMS na geração na Constituinte de 1988 e não obtivemos êxito. Eu acho que deva ser feita, como a proposta do Senador Crivella, uma Audiência Pública. O Senador Tarso Jereissati propõe, e tem razão, quando diz que existe uma SubComissão para tratar da reforma tributária. Só que regimentalmente a PEC, ela passa tão somente na CCJ e daqui para o Plenário. Então, Senador Tarso Jereissati, lamentavelmente ela não poderia ser encaminhada à SubComissão de Reforma Tributária...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas esse assunto...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, não, sim, sim, o assunto, corretamente. Temos duas soluções dentro do regimento: uma é o Senador autor da PEC, Paulo Duque, retirá-la. A outra é nós fazer-

mos Audiência Pública, que é a que eu proponho, em conjunto com a SubComissão de Reforma Tributária. Poderíamos fazer em conjunto com a SubComissão de Reforma Tributária...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Me permite um complemento aqui, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...para discutirmos e aprofundarmos a questão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Senador Flexa, o Governo tem anunciado que também deve mandar um projeto para apreciação no Congresso no que diz respeito à reforma tributária, além de todo este acúmulo que o Senador Tarso já fala que tem a Comissão na SubComissão. O que nós estamos querendo sugerir é que haja uma coincidência no tratamento do debate, pois o assunto é bastante provocativo. Digo para V. Ex^a. que recorri de apresentar o projeto sobre royalties também, que é uma coisa que eu gostaria também de tratar, mas eu queria então que a gente pusesse tudo no pacote do debate. Isto aqui é uma suspensão, não é uma retirada porque eu acho que está bastante provocativa a proposta de Emenda. Então a Audiência Pública que V. Ex^a. está propondo...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, quem propôs foi o Senador Crivella.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – ...Tã, a Audiência Pública seria no sentido de suspensão da matéria, até mesmo para que a gente ganhe um tempo para ter todas essas proposituras...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nessa Audiência Pública precisaria que chamar aqui o CONFAZ, o representante do CONFAZ, o representante da indústria do petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, nobre Senador Crivella. Eu solicito a V. Ex^a. que faça à mesa o requerimento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Farei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E acolhendo a assinatura, se assim posso sugerir a V. Ex^a., a sugestão do Senador Sibá Machado de chamar também os membros da SubComissão de Assuntos Econômicos que estão estudando a matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então faria uma reunião conjunta...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Farei isso, Sr. Presidente, farei isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V. Exa. encaminha à mesa, e eu, portanto, retiro a matéria da...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, só um comentário. Eu só queria registrar que de janeiro a outubro deste ano o Rio de Janeiro recebeu três bilhões, trezentos e sete milhões de reais a título de royalties e participações especiais.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador, do jeito que o senhor coloca, o royalty é compensação ambiental.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Crivella, deixa eu só concluir. O texto da Constituição não fala em compensação ambiental, o texto diz o seguinte: “é assegurada, nos termos da lei, aos Estado, Distrito Federal e Municípios, bem como órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial, zona econômica exclusiva ou compensação financeira por esta exploração”. Mas hoje, nós não temos nesse artigo...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Compensação financeira por essa exploração.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas nesse artigo, no artigo 20, fala de exploração, geração de energia. Não está o etanol. 65% do etanol do Brasil, que hoje é uma fonte de energia fundamental e é alternativa ao uso da gasolina, está no Estado de São Paulo, não é considerado e não recebe recursos. Da mesma forma o biodiesel. A expansão para o Centro-Oeste do biodiesel e do etanol não está contemplado, por exemplo, nessa fonte. A energia eólica do Ceará não está contemplada nessa fonte de recebimento de royalties. Então esse debate precisa ser aprofundado, mas vai ser mais complexo do que nós estamos iniciando, e podendo fazer todas as suas reflexões, quem sabe nós vamos conseguir construir, através de um debate qualificado, uma boa solução para o Brasil. Muito obrigado.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Apenas para fazer um pequeno reparo à fala do Senador Aloizio Mercadante, com quem eu concordei, eu concordei com o Sr. Senador Aloizio Mercadante desde o início, pedindo cautela e dizendo que me sinto à vontade porque, com a cobrança na origem,

o meu Estado vai ser beneficiado. Mas, por exemplo, o Acre, do Senador Sibá Machado, que é um Estado mais pobre do que o Amazonas, Senador, começar a receber energia elétrica das Usinas do Madeira, portanto, e continuar a receber derivado de petróleo do Amazonas e de outros Estados, não poderá cobrar um centavo de ICMS. Então seria altamente prejudicado. Agora quanto ao royalty, eu quero discordar do Senador Aloizio Mercadante. O royalty, Senador Crivella, não é apenas por questão ambiental não, é para indenizar o Estado produtor pela exploração de um recurso esgotável, não renovável, que um dia se extinguirá. Essa é a natureza do royalty, é o que me parece.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É ambíguo esse conceito, porque a gente inclui aqui recursos hídricos, não é apropriado, mas de qualquer forma... recursos hídricos para a geração de energia. É que na realidade, quando nós concebemos a Constituição, não existia essa fonte de energia com a importância e a estratégia que a nova matriz energética impõe. Então é uma reflexão que precisamos aprofundar.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Mas precisa de muito debate para chegarmos a um consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concordo, realmente a matéria é extremamente polêmica, envolve o chamado da parque federativa. Então eu retiro a matéria da Ordem do Dia, aguardo o requerimento do Senador Crivella propondo uma Audiência Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a SubComissão de Assuntos Econômicos que trata da reforma tributária, a ser marcada oportunamente.

Vamos passar agora, portanto, ao Item 10 da pauta. Trata-se de um projeto de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Altera os artigos 121 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como circunstância que agrava a pena a hipótese da vítima ser agente público integrante da carreira policial, no exercício da função ou em razão dela”. A Relatora é a Senadora Serys Slhessarenko, a quem concedo a palavra para proferir seu Parecer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Como o senhor já anunciou a proposta faz duas alterações no Código Penal. O projeto é de autoria do Senador Álvaro Dias, que adiciona uma circunstância qualificadora para o crime de homicídio, artigo 121, e uma causa de aumento de pena para o crime de ameaça, artigo 147, ambas para o caso de a vítima ser agente público ocupante de carreira policial em exercício da função ou em razão dela. Não foram apresentadas emendas. Não vislumbramos óbices de natureza constitucional

ou regimental à aprovação da matéria. A proposta é meritória, o projeto aumenta o desvalor da ação nos casos de homicídio e ameaça quando praticada contra agente policial no exercício da função ou em razão dela, ou seja, abrange os casos em que o policial é morto ou ameaçado quando está exercendo sua função ou pelo simples motivo de ser policial ou ter atuado em algum caso que tenha lhe trazido represálias. Ao aumentar a punição para o agente que reage criminosamente, a atuação do Estado, ao seu dever de segurança pública proposta, valoriza a carreira do policial e gera uma função de prevenção geral positiva, alertando a sociedade para o agravamento da sanção em caso de resistência e obstrução ao poder-dever constitucional do Estado. Não podemos aceitar passivamente os assassinatos de policiais nos grandes centros urbanos só porque atuava e usava fardas. Essa é uma provocação ao Estado Democrático de Direito que merece, como resposta, toda a severidade da lei penal. VOTO. Sr. Presidente, em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2007.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sr. Presidente, eu vou pedir vista desse projeto e explico. Nós já aprovamos aqui, eu fui Relator de um projeto semelhante que é um pouco mais abrangente do que esse. Mais abrangente por quê? Porque aqui é somente quando o crime é praticado contra o agente público em razão da sua função, ou seja, um Delegado, um Promotor, um Juiz, que esteja exercendo corretamente a sua profissão, um Fiscal, e que acabam sendo assassinado e etc. Na outra que nós aprovamos aqui, que já está na Câmara, também quando o agente se utiliza do cargo para praticar o crime. Então quando o Promotor, o Juiz, então quando ele também se utiliza do cargo para praticar o crime, então aí nesse caso ele sofre a punição como aquele outro que agride.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Me concede um aparte, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Pois não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu creio que o que abunda não prejudica, Senador. Nós corremos o risco sempre de ver projetos na Câmara rejeitados ou paralisados. Não vejo porque interromper a tramitação desse projeto em razão de existir um outro semelhante à frente dele, até porque nós não temos a garantia de que o outro será aprovado. Portanto, eu creio que é um reforço à tese, ou seja, é uma oportunidade a mais, é uma possibilidade a mais. Então eu peço a V. Ex^a. que reveja esse pedido de vista, porque nós somos muito atrasados em matéria de deliberação sobre projeto dessa natureza e somos muito cobrados por isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Senador, veja o seguinte: se nós aprovarmos será mantido dessa forma. Será apenas ampliado para o caso de o agente público ser o criminoso. A proposta de V. Ex^a. é que quando o agente público, pela sua atuação, é...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – V. Ex^a. poderia apresentar uma emenda ampliando.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– É isso que eu vou fazer, é exatamente isso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Eu acho que a gente poderia fazer...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então retorna na próxima sessão, na próxima reunião da Comissão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Isso, para fazer igual, até eu acho que também era de autoria de V. Ex^a., se não me engano.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senador Demóstenes, V. Ex^a. me permite um aparte? Eu gostaria de pedir a V. Ex^a. que acrescentasse, na sua Emenda, o caso, por exemplo, dos outros que se envolvem no inquérito, por exemplo, o perito.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sim, sim, é agente público em geral.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Isso é geral, é agente público.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Está aberto, é agente público.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Está contemplando.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Todos estão contemplados, estão todos contemplados?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu concordo então com o pedido de vista do Senador Demóstenes, eu sei que é um especialista da matéria e vai ampliar a nossa proposta, certamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Demóstenes, e se for contratado, por exemplo, eu fui, como engenheiro, eu não era um agente público, eu era um engenheiro e fui contratado como perito para verificar o desabamento de uma obra. Eu sou um engenheiro da iniciativa privada.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Certo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Uma especialidade. Não sou agente público, não sou do quadro do Governo. Eu estaria contemplado nessa lei se fosse ameaçado de vida?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Estaria, porque o Código Penal traz uma definição do que seja agente público. É o da administração di-

reta, indireta ou aquele que de alguma forma esteja investido de autoridade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– A redação não é essa, mas é mais ou menos isso. Qualquer um que esteja a serviço do Governo é considerado agente público.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Eu indago à Senadora Serys, Relatora da matéria, se deseja falar.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Nós concordamos, Sr. Presidente, porque vai ampliar e é importante, é um projeto do meu ponto de vista de extrema relevância para a proteção dos agentes públicos, e ao contrário, dos agentes públicos com relação à proteção da sociedade. É importante que seja ampliado, eu concordo sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Então V. Ex^a. se manifesta favorável ao pedido de vista do...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Sou favorável sim ao pedido de vistas e o Senador deverá fazer já a Emenda na próxima semana. Obrigada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR)

– Sr. Presidente, há concordância também da nossa parte e, certamente na próxima reunião da Comissão, na próxima semana, nós já teremos condições de deliberar a respeito. O Senador Demóstenes Torres trará, com a Emenda que propõe, aprimorando essa proposição, que é, como disse a Senadora Serys, de relevância. É claro que, isoladamente, não é um projeto que resolve situações graves, mas no conjunto de proposições apresentadas no Senado e na Câmara nos últimos meses, certamente aprimora a nossa legislação a favor da segurança pública no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Tendo em vista o pedido de vista do nobre Senador Demóstenes Torres, a matéria sai da Ordem do Dia e S. Ex^a., oportunamente, trará o seu Parecer, já na próxima semana, o que será muito bom, e eu não posso deixar de reconhecer a contribuição que o Senador Demóstenes Torres vem oferecendo ao ordenamento(F), se assim posso dizer, da nossa legislação penal e processual penal.

Portanto, retirada a presente matéria da Ordem do Dia, passamos agora ao item nº 09. Eu vou pedir ao Senador Antônio Carlos Valadares, já que o Relator da matéria, Senador Pedro Simon, não se encontra presente, para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 574,

de 2007, terminativo, que “Introduz o § 3º, ao artigo 801 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (Dispõe sobre modificação de apólice coletiva de seguros)”. O autor é o Senador Sérgio Zambiasi. Foi apresentado Parecer favorável ao projeto, que será relatado, como já tive a ocasião de mencionar, pelo nobre Senador Antônio Carlos Valadares. S. Ex^a. tem a palavra, e gostaria de mencionar, inclusive ao Senador João Ribeiro, que é matéria terminativa, portanto, precisamos da sua presença para que possamos votar a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE) – Eu agradeço, Sr. Presidente. Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 574, de 2007, de autoria do eminente Senador Sérgio Zambiasi, que tem por escopo alterar o artigo 801 do Código Civil, para facultar ao Poder Executivo nos casos em que houver modificação da apólice em vigor, que implique ônus ou dever aos segurados, regulamentar excepcionalidades relativas à aplicação das regras previstas no § 2º, garantida a ampla divulgação ao grupo segurado. Na justificação, o seu ilustre autor esclarece que o mercado de seguros expandiu-se com a previsão da autorização legal para a contratação mediante apólice coletiva, ressentindo-se o tema, porém, da falta de mecanismos específicos para essa contratação por associações, sindicatos, órgãos de classes, federações, confederações, partidos políticos e entidades eclesiais. Conclui que a introdução do § 3º no artigo 801 do Código Civil permitirá ao Poder Executivo, nos casos de modificação da apólice com ônus para os segurados, consignar dispositivos especiais relativos à obrigatoriedade da anuidade expressa desses mesmos segurados, que se representar em 3/4 partes do grupo, com ampla divulgação desse procedimento. O projeto apresenta-se consentâneo com os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, tendo em vista que, compete privativamente à União, legislar sobre direito civil, a teor do disposto no artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, e que a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, o que atende ao *caput* do artigo 48 da Carta Magna, no qual se confere aos Deputados e Senadores livre iniciativa para disciplinarem o tema. No que concerne à juridicidade, a proposição atende a todos os requisitos, pois é versada sobre a forma de Lei Ordinária, propõe inovação no ordenamento jurídico, contém o atributo da generalidade, afigura-se com potencial coercitividade e revela-se compatível com os princípios gerais de direito. O mesmo pode ser dito quanto à regimentalidade, porquanto a proposição é adequada às disposições do artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal. Quanto à técnica legislativa, não há reparos quanto à

redação oferecida ao meu ver ao § 3º, a ser aditado ao artigo 801 do Código Civil.

No que tange ao mérito, compreendemos justa e oportuna a proposição de fato do § 3º proposto. Consta que nos casos de modificação da apólice em vigor, que implique ônus ou dever aos segurados, será facultado ao Poder Executivo regulamentar excepcionalidades relativas à aplicação da regra prevista no § 2º, garantindo preliminarmente a ampla divulgação ao grupo segurado. Ora, é evidente que nos casos de desequilíbrio contratual é proposto geralmente de forma unilateral pelas seguradoras, e como bem lembra o ilustre Senador Zambiasi, é praticamente inexecutável buscar a concordância dos segurados na forma prevista do § 2º do artigo 801, que impõe que a modificação da apólice em vigor dependerá da anuência expressa de segurados que representem 3/4 do grupo. Dada a impossibilidade do devido resguardo jurídico dos seguros, em face à total falta de operacionalidade dos mecanismos de concorrência das alterações, e lembrando que essa insegurança, que é real e freqüente, deixa o segurado em situação de desamparo e a mercê das disposições que não estão sob o seu controle, julgamos lícito que o Poder Executivo, provocado, poderá promover regulamentações que restaurem o equilíbrio e a equidade desses contratos. Com base nas presentes considerações, o votado é pela aprovação do PLS nº 574, de 2007. Este, Sr. Presidente, é o Projeto de Lei do Senador Zambiasi, sendo que ele tem apenas um dispositivo, acrescenta o § 3º ao artigo 801, que diz assim: “nos casos em que houver modificação da apólice em vigor que implique ônus ou dever aos segurados, será facultado ao Poder Executivo regulamentar a excepcionalidades relativamente à aplicação da regra prevista no § 2º, garantindo, preliminarmente, a ampla divulgação ao grupo segurado”. É, portanto, um projeto em defesa de todos os segurados em caso de modificação de apólice. É pela aprovação, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Para discutir, senhor Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Parecer do Relator, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, é pela aprovação da proposição. Concedo a palavra, para discutir, inicialmente, ao Senador Demóstenes Torres, depois ao Senador Marcelo Crivella. Tem a palavra o nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sr. Presidente, esse projeto me parece também um projeto simples e bom. O que acontece hoje? Acontece

que alguém contrata uma apólice com alguma seguradora. A seguradora faz uma modificação unilateral. Para que haja o resguardo dos direitos dos segurados é preciso que 3/4 deles se reúnam para que provoque essa modificação, ou seja, na prática jamais alguém vai conduzir reunir 3/4 desse grupo. O que é a apresentação do projeto? Diz que, quando provocado, o Governo poderá analisar se houve um desequilíbrio financeiro quando daquela alteração e aí regular aquele desequilíbrio. Eu acho que é um projetinho muito bom. Projetinho no bom sentido, curto, objetivo e que regula perfeitamente esse desequilíbrio que...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pequeno e eficiente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Exatamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Eu diria mais: o projeto é como o Relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Exatamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– É como o Relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Pronto, excelente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella para discutir a matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Pois é, eu fiz um elogio aqui ao Relator, mas ele não ouviu. É como os valiosos perfumes franceses.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu sou relatar *ad hoc*, apenas estou repetindo a palavras do eminente Senador Pedro Simon.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Então os dois, cabe aos dois, a analogia cabe aos dois.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Ex^a.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– São como os bens perfumes franceses. Mas, Sr. Presidente, apenas para dizer o seguinte: um dos temos mais candentes que essa Casa enfrenta, e que nós recebemos por e-mails, são reclamações de participantes, de pessoas que entraram, que ingressaram nos plano de saúde. Hoje, o preço, a cada vez é mais alto, e eles tiram do contrato determinados atendimentos que estavam assegurados antes, fazem modificações unilaterais, porque estão alegando equilíbrio de contrato. Agora a fiscalização disso, Sr. Presidente, são longas ações na justiça, que demoram muito, e aí o sujeito que tem essa apólice, que é dono, que paga para si e para sua família essa prestação de serviços, acaba sendo imposto a aceitá-la sem qualquer outro

recurso. Nem mesmo o Ministério Público tinha outro recurso a não ser as raias da justiça que são longas, devido ao imenso número de processo que esta em todos os nossos Tribunais. Agora, com esse projeto, muda. O Governo poderá, através de outros dos seus órgãos, possivelmente até a sua Agência, intervir nesse contrato. Eu acho de extrema relevância, vou votar favorável e é uma conquista para todos que nesse país tem hoje um plano de saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Não havendo nenhuma Senadora ou nenhum Senador inscrito para discutir a matéria, vou encerrar a discussão. Encerrada a discussão. Submeto, pois, agora, à votação nominal, posto que se trata de projeto terminativo. Vou começar a chamada pelos Senadores titulares do bloco de apoio ao Governo. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – De acordo com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloízio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Senador Antônio Carlos Valadares é o Relator. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Tarso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sim, Presidente, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Com o Relator.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – O Senador Magno Malta está presente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa agradece a contribuição do Senador João Ribeiro. O Senador Flexa Ribeiro não se encontra presente, embora tenha participado ativamente dos trabalhos. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa registra o voto do Senador Jayme Campos e agradece também a sua colaboração, posto que está em trabalhos em outra Comissão. A mesa vai então proclamar o resultado. Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O resultado é o seguinte: treze Senadores votaram a favor, portanto, pela aprovação do projeto de autoria do Senador Zambiasi, que teve como Relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Valadares. Nenhum voto contra, nenhuma abstenção. O Presidente, por imposição regimental, não votou. Então a matéria está aprovada e, por se tratar de matéria terminativa, irá agora para votação em Plenário. A matéria será encaminhada, portanto, à Secretaria Geral da Mesa, que oportunamente colocará a matéria na Ordem do Dia.

Desejo, antes de encerrar a reunião, fazer as seguintes observações.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– O Item 06...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Item 06 foi retirado de pauta por solicitação do Senador Relator, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Que por motivo de viagem não pode permanecer hoje aqui em Brasília. A mesma coisa ocorreu com relação ao Item 07, pois o Senador Eduardo

Azeredo, também Relator, pediu, face às razões já anunciadas, para que fosse retirado de pauta, que será incluído na Ordem do Dia da próxima reunião, na próxima quarta-feira. O Item 08 também foi retirado da Ordem do Dia, até por se tratar de matéria terminativa não foi submetido a votos, o Senador Mozarildo Cavalcanti estava presidindo a Comissão de Comissões Exteriores, e ele não pode, como Relator, estar presente. O Item 11 também foi retirado da Ordem do Dia por não se encontrar o Senador Eduardo Azeredo, Relator da matéria, em Brasília, que é um projeto que dispõe sobre o benefício de pagamento de meia entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos. Aliás, o Senador Eduardo Azeredo, é autor da proposição juntamente com o Senador Flávio Arns. O Relator da matéria é o Senador Demóstenes Torres. O Item 12 foi retirado da Ordem do Dia por solicitação do autor da proposta, e do Relator, o Senador Jarbas Vasconcelos. O mesmo aconteceu com o Item 13, pois o Relator da matéria, o Senador Jarbas Vasconcelos, solicitou que a matéria fosse retirada da Ordem do Dia, sendo que serão incluídas, ambas, na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nada mais havendo, portanto, a tratar, a presidência encerra a presente reunião, convocando a próxima para a próxima quarta-feira, na hora regimental, ou seja, dez horas da manhã, com a nova reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e agradece a presença das Sras. e dos Srs. Senadores presentes. Está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 12h14.)

Ata da 48ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e dezesseis minutos, do dia vinte e oito de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Epitácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, João Ribeiro, Inácio Arruda, César Borges, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Neuto de Conto, José Agripino, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Mário Couto e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comis-

são. Deixa de comparecer, o Senador Tasso Jereissati. Registra-se a presença dos Senadores Cícero Lucena e Renato Casagrande. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR SOBRE A REPRESENTAÇÃO (SF) Nº 003, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** – “Requer a instauração de processo por suposta quebra de decoro parlamentar do Senador Renan Calheiros”. **Autoria:** Democratas – DEM e Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. **Relatoria:** Senador Arthur Virgílio. **Parecer:** Pela inexistência de quaisquer vícios de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade no Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. O Parecer será submetido à apreciação desta Comissão para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do inciso V, do artigo 15, da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar”. O Senador Aloizio Mercadante encaminha, para publicação, Declaração de Voto, nos termos do art. 316 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Aprovado o Parecer da CCJ que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a Representação (SF) nº 3 de 2007. O Senador Marco Maciel passa a Presidência dos trabalhos da Reunião ao Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão. **ITEM 4) EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004**, “Altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar”. **Autoria da Emenda nº 2 – PLEN:** Senador Almeida Lima e outros Senhores Senadores. **Autoria da Proposta:** Senador Sérgio Cabral e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Parecer:** Pela rejeição da Emenda nº 2, de Plenário. Em 06/09/2006, foi aprovado o Parecer favorável à Proposta, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 2, de Plenário. **ITEM 5) EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1 oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006**, “Inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar”. **Autoria da Emenda nº 1 – PLEN:** Senador Almeida Lima e outros Senhores Senadores. **Autoria da Proposta:** Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador

Tasso Jereissati. **Relatoria “ad hoc”**: Senador Flexa Ribeiro. **Parecer**: Pela aprovação parcial da Emenda nº 1, de Plenário, nos termos da Subemenda que apresenta. Em 19/09/2007, foi aprovado o Parecer favorável à Proposta. Durante a discussão da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares oferece sugestão para substituir a expressão “voto aberto” por “voto ostensivo”, acolhida pelo Relator. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 1, de Plenário, nos termos da Subemenda-CCJ. **ITEM 6) EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007**, “Altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (Determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)”. **Autoria da Emenda nº 2 – PLEN**: Senador Almeida Lima e outros Senhores Senadores. **Autoria da Proposta**: Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador Tasso Jereissati. **Relatoria “ad hoc”**: Senador Flexa Ribeiro. **Parecer**: Pela aprovação parcial da Emenda nº 2, de Plenário, nos termos da Subemenda que apresenta. Em 19/09/2007, foi aprovado o Parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ. Durante a discussão da matéria, o Senador Flexa Ribeiro reformula o voto do relatório para aprovar parcialmente a Emenda nº 2, de Plenário, nos termos da Subemenda que apresenta, acolhendo sugestão do Senador Antonio Carlos Júnior. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 2, de Plenário, nos termos da Subemenda-CCJ. **ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2005**, “Altera o § 1º do art. 18 da Constituição Federal, para dispor sobre a correspondência entre as áreas geográficas de Brasília e do Distrito Federal”. **Autoria**: Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senadora Ideli Salvatti. **Parecer**: Pela aprovação da Proposta. Em 21/11/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado**: Retirado de Pauta a requerimento do autor. Passa-se à apreciação de matéria incluída como **EXTRAPAUTA Item 1) MENSAGEM (SF) Nº 218, DE 2007** (Mensagem nº 881, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza”. **Autoria**: Presidência da República. **Relatoria**: Senador Marcelo Crivella. **Parecer**: Votação Secreta. **Resultado**: Concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comis-

são. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007 – TERMINATIVO NA CE** – “Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos”. **Autoria**: Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns. **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres. **Parecer**: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. A Presidência declara encerrada a Reunião, às doze horas e cinquenta e oito minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **2)** OFS Nº 32, DE 1996; **3)** OFS Nº 51, DE 2007; **8)** PLS Nº 9, DE 2007; **9)** PLS Nº 10, DE 2007; **10)** PLS Nº 217, DE 2006; **11)** PLS Nº 88, DE 2007; **13)** EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 oferecida à PEC Nº 59, DE 2005; **14)** PLS Nº 197, DE 2005; e **15)** PLS Nº 85, DE 2007; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotípia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 48ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião se dividirá em duas etapas: A primeira etapa trata-se do Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a representação SF nº. 003/2007, não terminativo. “Requer instauração de processo por suposta quebra de decoro parlamentar do Senador Renan Calheiros”. Autoria, Democratas, DEM, e Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB.

O Relator da matéria é o nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio. O Parecer de S.Exª é pela inexistência de qualquer vício de constitucionalidade, legalidade, juridicidade ou regimentalidade no Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

O Parecer será submetido à apreciação desta Comissão para exame dos aspectos... Sob o ponto de vista dos aspectos constitucional, legal, como eu disse, jurídico e regimental nos termos do inciso V, do art. 15 da Resolução do Senado Federal nº. 20/1993 que “institui o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar”.

Feitas essas considerações preliminares, eu consulto o nobre Senador Arthur Virgílio se já se encontra habilitado para proferir seu Parecer e também consulto S.Ex^a sobre se deseja ler o Parecer aqui da Mesa, porque talvez facilitasse uma melhor compreensão por parte dos membros da Comissão.

Gostaria também de mencionar que se encontra presente também o Dr. José Fragozo Cavalcante, Advogado do Senador Renan Calheiros. Como se sabe, por dispositivo regimental, o art. 16 da Resolução nº. 20/1993 o Advogado está habilitado a questionar durante qualquer fase do processo. Razão pela qual foi solicitada a sua presença, ele se encontra, portanto, participando desta reunião, e fará intervenção, se necessário for, no desenvolvimento dos nossos trabalhos. Concedo pois a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio para a leitura do seu Parecer.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Pois não, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. O Relatório.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal aprovou por maioria o Parecer apresentado pelo Senador Jefferson Peres sobre a Representação nº. 03/2007 de autoria do DEM e do PSDB contra o Senador Renan Calheiros por quebra de decoro parlamentar.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar concluiu após o exame da peça exordial e dos fatos ali apontados, bem como do resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Senador Relator que contempla audiências e exames de provas documentais e periciais das peças de defesa apresentadas pelos Procuradores do representado, que o Senador Renan Calheiros incorreu em condutas vedadas pela Constituição o que impõe a aplicação da perda do mandato nos termos do art. 55, inciso II da Constituição Federal combinado com o art. 5º, I da Resolução nº. 20/1993.

A esta Comissão cabe tão-somente examinar os aspectos formais nos planos da constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Parecer aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar conforme o Regimento Interno do Senado em seu art. 101, inciso I, nos termos que estatui a Resolução nº 20 de 1993. Art. 15. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos. Cinco. Em caso de perda de mandato, o Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico o que deverá ser feito no prazo de cinco Sessões Ordinárias. Cabe-rá ao Plenário do Senado a decisão sobre o mérito do Parecer cujos aspectos formais ora se examinam nos termos do art. 15, VI da Resolução nº. 20 de 1993.

O Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar principia pela descrição em seu Relatório da representação nº. 3/2007 na qual menciona os fatos que motivaram a sua representação. A representação informa que a revista Veja edição nº. 2020 de 8 de agosto de 2007, traz revelações gravíssimas a respeito da participação velada do representado em empresas de comunicação adquiridas com recursos de origem não declarada fazendo referências a reportagens intitulada “Mais laranja de Renan”. A reportagem em questão noticia que o representado é dono de duas emissoras de rádio em Alagoas que valem cerca de 2,5 milhões de reais e até dois anos atrás foi sócio do jornal O Diário cujo valor é de 3 milhões de reais.

A representação registra que segundo a revista tais negócios do Senador são clandestinos e irregulares, forjados de modo a manter o anonimato dos envolvidos, pois as empresas teriam sido adquiridas em nome de laranjas por meio de contratos de gaveta e com pagamentos efetuados em espécie, parte em dólares e parte em reais. Sempre de acordo com a representação, a revista Veja diz ter conseguido acesso aos documentos que comprovam que o representado criou uma empresa de comunicação, incorporou emissoras de rádio e escondeu tudo isso da Receita Federal, da Justiça Eleitoral e do Congresso Nacional.

Nesse sentido a reportagem traria os detalhes da formação do império de comunicação do representado por controle da JR Difusão que passou pelas mãos de laranjas e posteriormente teria sido transferida para as mãos de Renan Calheiros Filho. Tudo adquirido com recursos de origem não identificada.

A partir de então o Parecer transcreve a reportagem do aludido semanário na qual as imputações acima mencionadas são descritas com maior detalhe. Destaco especialmente as tentativas para a realização da compra de empresas de comunicação em que se visualiza a intermediação por terceiros e a participação do acusado. Neste sentido, o empresário João Lyra seria o sócio oculto dos negócios, os articuladores da empreitada indicariam cada qual uma pessoa para assumir a condição legal de “proprietário”, entre aspas, proprietário. Da parte do representado, Sr. Carlos Ricardo Santa Rita, funcionário do seu gabinete e ex-tesoureiro de sua campanha. Da parte de João Lyra, o representante seria seu amigo e corretor de imóveis o Sr. José Carlos Paes, da lavra do Senador Jefferson Péres o Parecer traz as considerações finais que foram expedidas pelos partidos representantes dos termos seguintes. Aspas. “De acordo com os partidos representantes a reportagem revela que o representado valeu-se de recursos de origem suspeita, não declarados à Receita Federal e à Justiça Eleitoral nos momentos

próprios. Revela a movimentação de um milhão e trezentos mil reais em dinheiro vivo, parte em moeda americana. Apresenta contratos, recibos e documentos registrados na junta comercial de Alagoas, ou seja, a prova cabal daquilo que já suspeitava que o representado opera somas importantes de recursos de origem desconhecida. Ainda de acordo com os representantes, trata-se de ato indecoroso com potencialidade para macular a imagem do Senado e da classe política, pois se resume na utilização do poder para enriquecimento ilícito pela sonegação de proventos, quicá de origem lícita, bem como na falsidade de informações devidas. O Parecer do Conselho de Ética registra as normas legais aplicáveis ao caso nomeadamente o art. 55, II e § 1º da Constituição, art. 32, II, do Regimento Interno da Casa, art. 2º do Código de Ética e Decoro Parlamentar e assinala o entendimento dos partidos representantes para os quais comprovadas as graves denúncias o representado deverá suportar uma das sanções previstas na legislação de regência.

Finalmente são transcritos os pedidos da representação nº. 3/2007, a saber:

Primeiro, o encaminhamento da presente representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para instauração de processo disciplinar por suposta quebra de decoro parlamentar pelo representado nos termos dos artigos 12 e 21 da Resolução nº. 20;

Segundo. A notificação do representado para querendo tomar ciência apresentar sua defesa plena;

Terceiro. Que sejam solicitados à revista Veja os documentos expostos na matéria acima citada;

Quarto. O depoimento pessoal do representado e de todos os citados na reportagem;

Quinto. Confirmadas as denúncias estampadas pela reportagem da revista Veja a aplicação da sanção cabível ao representado.

O Parecer registra que a Mesa Diretora do Senado Federal, após debates e exames de pareceres entendeu que não lhe cabe o exame do mérito da representação e concluiu no sentido do seu encaminhamento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ao descrever a instrução probatória o Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar registra que depois de recebida a representação e tomada uma primeira decisão no sentido de as representações números 3 e 4 serem reunidas sobre a Relatoria do Senador Almeida Lima, o colegiado entendeu que deveria separar os processos tendo então sido atribuído ao Senador Jefferson Peres a missão de relatar a representação de número 3. A instrução probatória iniciou-se com a solicitação do Sr. Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, de encaminhamento ao Relator de todo o material coletado por ocasião de sua ida a Alagoas para ouvir os

Srs. João Lyra e Luis Carlos Barreto Góes. Solicitação, aliás, prontamente atendida. Procedeu-se a notificação do representado, ocasião em que ele tomou conhecimento das declarações prestadas perante o seu Corregedor e apresentou sua defesa. A seguir, buscou-se ouvir o que teriam dizer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar os senhores João Lyra e José Amilton Barbosa dos Santos, ex-contador das empresas e da suposta sociedade entre Lyra e o representado; Sérgio Luis Ferreira, ex-sócio de José Hamilton, Ildefonso Tito Uchôa, Nazário Pimentel, Marcelo Tadeu Lemos de Oliveira, Juiz de Direito da 16ª Vara Criminal de Maceió e Teotônio Vilela Filho, ilustre Governador do Estado de Alagoas. Esses quatro últimos a Requerimento do representado. Nesse pondo aduz o Parecer. Nem todos aceitaram comparecer limitando-se João Lyra a enviar declarações por escrito que foram contestadas pelo representado. Ildefonso Tito Uchôa a responder a questionário enviado por esta Relatoria na data de ontem. No que se refere a Nazário Pimentel terminou por prestar depoimento neste Conselho também na data de ontem tendo também sido juntada aos autos declaração sua realizada em cartório na qual afirma entre vários detalhes da operação de venda das empresas que a participação do representado deu-se unicamente como intermediário entre ele e o Sr. João Lyra. Em seguida, comenta contradições entre os depoimentos dos contadores que não autorizariam o seu uso em qualquer sentido do Parecer, e ao concluir registra a restrição a melhor funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, restrições essas que não foram bastantes, entretanto, para impedir que o Relator firmasse sua convicção.

Ao sumarizar a defesa do representado, o Parecer rejeita as preliminares de inépcia da petição inicial da representação que alegava haver reflexo de disputas políticas regionais sobre o processo, além de argumentar que a cassação do mandato seria punição desproporcional por afastar o representado da atividade política por período demasiado longo.

Por tais razões, ainda segundo a defesa, caberia ao Relator da representação fazer juízo prévio de admissibilidade e diante de petição inicial carente de pressupostos de fundo de forma rejeitá-la liminarmente, incitando a doutrina afirma que o indeferimento de petição inicial inepta é dever do magistrado, e não faculdade.

Quanto ao mérito da representação, o Parecer sintetiza o entendimento da defesa no sentido de que, "se dê o crédito a reportagem jornalística veiculadas por revistas da Editora Abril que comandaria a campanha difamatória em face da qual teria sido ajuizada ação de reparação por danos morais. O representado

entende que os membros e os partidos subscritores da representação são suspeitos por serem adeptos e aliados na prevenção cassatória o que lhes tiraria a imparcialidade para apreciar e julgar o caso”, e fecha aspas para a defesa. Além disso, seriam falsas as imputações do empresário João Lyra.

Em sua alentada análise o Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar principia por examinar criteriosamente as alegações de inépcia da representação. Após diversas considerações conclui, abro aspas de novo, Sr. Presidente. “Não entendemos dessa forma. Primeiro porque no texto da representação foi feita a referência a diversos documentos identificáveis e conforme verificado a posteriori de fato existentes. Segundo porque ainda que não houvesse tal menção este conselho tem a faculdade regimentalmente conferida pelo art. 15, inciso IV para proceder à instrução probatória quando achar necessário não sendo assim indispensável à prova pré-constituída para abertura do processo disciplinar neste âmbito como, aliás, confirma toda a tradição deste Conselho”. Fecho aspas o Parecer do Senador Jefferson Peres. E menciona jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que abona a tese esposada no Parecer pela qual, aspas mais uma vez, “não é necessária prova pré-constituída para dar trâmite à ação penal bastando para tanto conjunto razoável de indícios”. Fecho aspas.

Assim as questões preliminares apresentadas pela defesa são rejeitadas. Em seguida, articulam-se argumentos substanciais a respeito do tempo em que as ações teriam sido praticadas pelo fato de que algumas delas teriam sido anteriores ao atual mandato de Senador da República exercido pelo representado para expressar o entendimento de que, aspas, “um ato indecoroso que seja capaz de manchar a imagem do Congresso o será dentro de um intervalo de tempo de um mandato como também em mandatos ulteriores”. Reforça a sua convicção com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal da lavra do Ministro Néri da Silveira dos autos do Mandado de Segurança 23.388/DF. Aspas então, “para a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal”. A cristalizar-se o entendimento de que determinada legislatura não pode conhecer de fatos ocorridos na anterior, estaremos estabelecendo período de verdadeiro vale-tudo nos últimos meses de todas as legislaturas. Se restarem provados os fatos a ele imputados deverá esta Casa agir lançando mão dos princípios constitucionais colocados a sua disposição quais sejam o da razoabilidade, o da máxima efetividade da norma constitucional, além de valer dos princípios que lastreiam o sistema político nacional para emitir juízo político declarando a perda do cargo de Deputado Federal por parte do representado”.

Fecho aspas. E finalmente conclui quanto ao tema do aspecto formal novas aspas “para o Supremo Tribunal Federal”. Ministro Néri da Silveira. Porém, ainda que não houvesse esses precedentes deve-se, sobretudo, registrar que as condutas que passaremos a analisar não se esgotaram no tempo. Ou seja, trata-se de condutas continuadas. Analisaremos adiante se procedem ou não as denúncias de interposição de terceiros na propriedade de empresa de radiodifusão.

No entanto, independentemente de nossas conclusões, a denúncia diz respeito a uma conduta que teria se iniciado 1988 continuando até a presente data motivo pelo qual invade inclusive no aspecto temporal o presente mandato. Fecho aspas para o Parecer do Senador Jefferson Peres.

Ao resumir os aspectos formais do mérito da representação, o Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar assinala, aspas mais uma vez, “a situação que se apresenta nos autos do ponto de vista formal não dá azo a múltiplas interpretações. Em apertada síntese, trata-se de uma série de alterações societárias em empresas de comunicação no Estado de Alagoas pelos quais entre os anos de 1999 e 2007 passaram uma dezena de pessoas por vezes alternando-se na participação societária de diferentes empresas. O empresário João Lyra conhecido empresário do setor sucroalcooleiro alagoano participou formalmente da composição societária da gestão de um grupo de comunicação integrado por pessoas que são ou que já foram funcionários lotados em cargos de confiança no gabinete do Senador Renan Calheiros ora representados. Segundo o empresário a denúncia que iniciou esse processo por quebra de decoro essas pessoas comporiam a sociedade apenas formalmente, ocultando verdadeiros sócios que seriam representados”. Fecho aspas para o Parecer do Senador Perez mais uma vez.

Por tais motivos, ao encaminhar suas conclusões, o Parecer sentencia que, aspas, “se esse conjunto de evidências não configurar interposição de pessoas com o fito de ocultar a participação de um sócio, não saberíamos dizer que espécie de conduta serviria para fazê-lo”. E fecho aspas. Assim tantos indícios reunidos conferem credibilidade ao Relatório são afinal fatos a compor contexto suficientemente robusto para dar embasamento a outras conclusões, circunstâncias, aliás, expressamente previstas no art. 239 do Código de Processo Penal in verbis. Art. 239. Considera-se indício a circunstância conhecida e provada que tendo relação com o fato autorize por indução concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.

Está animado o negócio, em Presidente? Estou sentindo que tem um clima animado. Estão no ânimo

do carnaval. Por isso, um conjunto tão forte de indícios bem vale como uma prova até mesmo porque no sistema atual do processo penal brasileiro o princípio da livre apreciação das provas ou do livre convencimento do Juiz dá lastro a uma postura mais investigativa e por isso mesmo menos formalista. Abri e fechei aspas mais uma vez.

Ao mencionar o enquadramento legal pertinente ao caso, recorda o que determina o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, art. 4º. É ainda vedado ao Senador, segundo, dirigir ou gerir empresas, órgãos e meios de comunicação considerado como tal pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a execução de serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens. E nesse mesmo contexto a Carta Magna assinala. Art. 54, os Deputados e Senadores não poderão, inciso II desde a posse: A) Ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada. Em face de tais comportamentos a Constituição determina inapelavelmente, art. 55 perderá o mandato o Deputado ou o Senador, primeiro, que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior. Segundo, cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar. § 1º, é incompatível com o decoro parlamentar além dos casos definidos no Regimento Interno o abuso das prerrogativas asseguradas a membros do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas. Em conclusão, ante tudo que foi aqui relatado e analisado, por força dos artigos 54, inciso II, alínea A e do art. 55, incisos I e II, ambos da Constituição Federal, bem como os art. 4º, inciso II e art. 11, inciso II do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, opinamos nos termos do Projeto de Resolução em anexo pela procedência da representação nº 3/2007, razão pela qual recomendamos a aplicação de pena de perda do mandato ao Senador Renan Calheiros por haver infringido decoro parlamentar. Novamente abri e fechei aspas para o Relatório do Senador Jefferson Peres.

Cabe o registro, Sr. Presidente, no presente Parecer da regularidade da representação nº. 03/2007, da corrente atitude da Mesa Diretora do Senado Federal que lhe examinou os aspectos formais e o encaminhou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e do entendimento dessa Corte no sentido da sua adequação formal e, portanto, de sua admissibilidade. A análise dos autos da representação levou o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal às conclusões que ora se examinam em cujo mérito não cabe a esta Comissão de Justiça adentrar.

Verifica-se que na tramitação do processo relativo a representação nº 03/2007 de sua apreciação pela Mesa Diretora do Senado Federal até a decisão final do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar passando pelo trabalho executado competentemente pelo Relator, Senador Jefferson Peres, foram rigorosamente cumpridos os mandamentos constitucionais e regimentais, observando-se o devido processo legal e assegurando-se ao reclamado o mais amplo direito de defesa.

Do voto, Sr. Presidente. Em face do exposto, concluímos no sentido da inexistência de quaisquer vícios de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade do Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal sobre a Representação nº 03/2007, em razão do que votamos pela sua admissibilidade em consequência pelo encaminhamento à Mesa Diretora do Senado Federal do projeto de Resolução respectivo. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Parecer do Relator, como acabamos de ouvir, conclui pela inexistência de quaisquer vício de constitucionalidade, legalidade, juridicidade ou regimentalidade no Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Eu consulto o Dr. José Frago Cavalcante, Advogado no Senador Renan Calheiros, se deseja usar da palavra nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 16, que permite ao Advogado acompanhar toda a tramitação dos procedimentos de decoro parlamentar.

SR. JOSÉ FRAGOSO CAVALCANTE: Não, Excelência. A defesa aguarda a deliberação de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Dr. José Frago Cavalcante não se manifestará. Abro, portanto, a discussão da matéria. Indago às Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, se desejam se manifestar. Com a palavra o nobre Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu não vou querer polemizar muito, mas eu queria deixar bem claro quando eu fiz o juramento, quando assumi o Senado, o juramento foi: Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País. Desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar à união, a integridade e independência do Brasil. Nas minhas convicções pessoais, eu acredito que foi quebrada a Constituição quando o voto foi aberto no Conselho de Ética. Isso nada tem a ver com a questão do julgamento da causa, com a avaliação, com o Relatório do Senador Arthur Virgílio. Mas eu não consigo me convencer de que o voto teria que ser aberto

na Comissão de Ética. Pelo que eu estudei em atos anteriores acontecidos no Senado, pelo que ouvi em declaração de Ministro do Supremo onde diz que o assessorio nunca pode ser diferente da peça principal. E se a peça principal é o voto secreto no Plenário as demais Comissões teriam que seguir a mesma ordem. Essa é uma convicção pessoal minha e queria deixar bem claro porque muitas vezes entendem que essa convicção tem a ver com defesa sem racionalidade. Não é isso. Eu, na minha convicção, eu acredito que a Constituição está sendo quebrada no momento que a votação é aberta aqui e na Comissão de Ética. Esse é meu posicionamento. Portanto, se eu votar como suplente o meu voto será contrário ao do Relator, ilustre amigo Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Indago se ainda há... Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Apenas para tranquilizar o Senador Wellington Salgado, o Senador Almeida Lima ingressou com a medida judicial no Supremo Tribunal Federal pedindo a liminar para que reconhecesse, entre outros motivos, que o voto secreto deveria ser estendido também à Comissão de Constituição e Justiça e ao Conselho de Ética. Foi negado a liminar. E as liminares do Supremo, dadas ou negadas são confirmadas, a decisão monocrática em mais de 95% dos casos. E vale dizer que a Ministra Carmem Lúcia começou a adentrar no mérito da questão entendendo que a Constituição, quando ela prevê algo, ela praticamente restringe aquilo que está previsto. E faz inclusive um paralelo com o regimento da Câmara... Tese, aliás, esposada pelo Senador Arthur Virgílio na outra Sessão, no outro processo, lá no Conselho de Ética.

Então, o próprio Supremo Tribunal Federal embora não tenha julgado definitivamente a demanda, dá a entender que... A minha tese também, que o procedimento esposado tanto pelo Conselho de Ética, tanto por lá quanto por aqui, é um procedimento absolutamente constitucional. Também não é por amor à polêmica. É só para fazer o registro e deixar tranquilo o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Epitácio Cafeteira e posteriormente o Senador Eduardo Suplicy. Para discutir concedo a palavra ao Senador... Já ao Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Sr. Presidente, nós que fomos eleitos Senadores sabemos o trabalho que tivemos. O convencimento que levamos ao nosso eleitorado. Não se constrói do dia para noite um nome.

Então, eu fico assim abismado como é que nós aqui vamos julgar não um documento, não há nenhum documento. Há indício. Há indício. E nós, de repente, avançamos sobre uma unidade da federação. E tentamos cassar o mandato do Senador. Eu jamais darei meu voto por indício. Porque passei já minha vida toda, já sofri muitas calúnias, inclusive em revista dessas que se dizem credenciadas.

De forma que o meu voto não será jamais para tirar o representante de um Estado no Senado Federal. Só queria colocar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra agora o nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, do ponto de vista que esta Comissão tem a avaliar e decidir se houve qualquer vício de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade no Parecer cuidadoso do Senador Jefferson Peres, que foi aprovado pelo Conselho de Ética, avalio que o Parecer do Senador Arthur Virgílio é correto e com ele estou de acordo. Ressalto dois aspectos, Sr. Presidente: O primeiro é que o Senador Renan Calheiros fez a mim próprio e certamente a inúmeros outros Senadores um apelo para que ouçamos com muita atenção os argumentos, a defesa que ele próprio, além daquela que será apresentada por seu Advogado, fará na Sessão do Senado Federal que vai examinar este caso se a decisão aqui for favorável pela Comissão de Constituição e Justiça. E eu quero aqui registrar, Sr. Presidente, que obviamente este apelo será por nós atendido. Por mim próprio. Porque assegurar o direito de defesa do Senador Renan Calheiros, como a qualquer cidadão num julgamento é essencial e nós precisamos imbuídos que estamos de nossa atribuição neste instante como juizes de assegurar este direito e, portanto, ali ouviremos com toda atenção os seus argumentos.

Mas o segundo aspecto que é quero ressaltar, Sr. Presidente, refere-se ao que o Senador Jefferson Peres e agora o Senador Arthur Virgílio colocam em seu Parecer o enquadramento legal pertinente ao caso tanto no art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar que é vedado ao Senador dirigir ou gerir empresas, órgãos e meios de comunicação, considerados como tal pessoas jurídicas que indiquem ser objeto social e execução de serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, e também o que está no art. 54, inciso II que os Deputados e Senadores não poderão desde a posse ser proprietários controladores ou diretores de empresas que gozem de favor decorrente de contrato com a pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada.

Justamente, Sr. Presidente, encaminhei um Requerimento há um ano, em 3 de julho do ano passado, e V.Ex^a ainda ontem, Presidente Marco Maciel, informou-me que... E dialogou com o Senador Pedro Simon e o designou para dar o Parecer e eu agradeço a providência. Mas eu ressalto este aspecto porque a decisão sobre este assunto, o Requerimento em que peço que seja melhor esclarecido a teleologia do que expressa o art. 54 da Constituição é muito relevante, inclusive para a decisão que estamos tomando. E dessa maneira eu agradeço a atenção do Presidente Marco Maciel em designar, despachar o Relator para essa matéria e ressalto que inclusive ontem conversei com o Senador Pedro Simon avaliando que dada... Dado o seu conhecimento, a sua experiência, a sua... E a credibilidade dele, a sua isenção certamente ele dará um Parecer importante e relevante sobre este assunto que se relaciona ao voto que estamos aqui decidindo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Almeida Lima para discutir a matéria.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras. Para que fique bem claro, e este é o meu objetivo, clarear e não confundir, o Regimento Interno da Casa no seu art. 101, inciso I, diz expressamente que cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhes forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer Comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de Comissão para o Plenário.

De forma concordante com esse dispositivo, o Código de Ética e Decoro Parlamentar, estabelece que os seus pareceres conclusivos, quando não pelo arquivamento, antes de serem apreciados pelo Plenário do Senado Federal devem ser submetidos a esta Comissão para uma análise sob a ótica exclusiva do disposto neste inciso I do art. 101. Não competindo a esta Comissão nenhuma apreciação acerca do mérito.

Portanto, contrariando aqui aquilo que foi dito pelo Senador Demóstenes Torres, em referência à palavra do nobre Senador Wellington Salgado, eu devo expressar que como esta Comissão não trata do mérito da causa, bem que poderia a Constituição Federal, no seu art. 55, § 2º, ser interpretada de modo a permitir que nesta Comissão o voto seja expresso de forma aberta.

No entanto, a Comissão que aprecia o mérito da causa, e que vota o mérito da causa, que analisa as provas e que no caso é o Conselho de Ética, e que

já emite juízo de valor sem agressão à norma constitucional do § 2º do art. 55, não se pode falar em voto aberto. Só se poderá falar em voto aberto naquele Conselho quando se pretende de forma clara ferir de morte a norma constitucional e em vias de consequência o próprio Estado de Direito que nós devemos em qualquer circunstância preservar.

Por esta razão é que eu quero rebater também as palavras do Senador Demóstenes Torres, quando diz que o Supremo Tribunal Federal assim entendeu. Não. O Supremo Tribunal Federal não se manifestou. O Supremo Tribunal Federal se manifesta pelo seu colegiado. Tratou-se apenas de uma decisão monocrática não de mérito, mas negativa de um pedido de liminar. Aqui nós estamos na Comissão de Constituição e Justiça. E o mínimo que se pode exigir dos seus membros é o respeito à Constituição. É o mínimo valor jurídico que se deve dar à norma constitucional. O respeito às normas do País. E nós não podemos, embora não seja aqui o meu propósito estabelecer nenhuma querela, nenhum debate acalorado, mas não se pode tentar esquecer o mínimo do que nós consideramos como princípios legítimos do Estado de Direito. Não podemos ver como norma a criação de um monstro. Isto não é uma peça jurídica. O que se produz nesse processo não é uma peça jurídica. É um monstro jurídico. Do ponto de vista formal, que é o que nos cabe aqui ora analisar, e lá no Conselho de Ética, do ponto de vista substantivo, de mérito.

Portanto, nobre Senador Demóstenes Torres, a decisão da Ministra Carmem Lúcia foi uma decisão equivocada. Uma decisão menor. Uma decisão sem nobreza jurídica. S.Ex^a tinha a obrigação de analisar a matéria do ponto de vista constitucional com nobreza jurídica. Faltou a S.Ex^a, a Ministra do Supremo Tribunal Federal nobreza jurídica. Aliás, eu vou mais além, sobretudo, quando não submeteu a sua decisão ao Plenário. O que é comum naquela Corte nestes casos, até por uma questão de humildade, de estabelecer a revisão da sua decisão à Corte. E ela preferiu não fazê-la para conhecer a posição dos seus pares.

Portanto, nada de legalidade tem neste processo. Comete-se um atentado à Constituição, e eu não tenho outra alternativa senão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, votar contra o Parecer do nobre Senador Relator Arthur Virgílio.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sr. Presidente, como fui mencionado pediria a V.Ex^a apenas o direito de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Tem a palavra V.Ex^a, mas gostaria que fosse breve na sua intervenção.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Apenas para dizer que o Senador Almeida Lima confirmou o que eu disse. Eu disse, que concordo com ele, aqui não é lugar de julgar mérito, mas que ele tentou uma acolhida junto ao Tribunal da sua tese de que o voto deveria ser fechado no Conselho de Ética em instâncias subseqüentes. E que a Ministra Carmem Lúcia negou a liminar. Agora, muito bem. A decisão do Supremo também é para ser criticada. Mas a Ministra acolheu a tese majoritária decidida pelo Conselho de Ética. O Conselho de Ética decidiu que o voto lá era aberto. E a Ministra simplesmente disse: “Essa decisão a priori é constitucional”. A priori por quê? Porque ela não julgou o mérito.

Então sem querer polemizar e sem querer entrar em atrito também com o Senador Almeida Lima não vejo razão também para que nós fiquemos aqui batendo na Ministra do Supremo porque ela decidiu que o voto é aberto. Só isso, Sr. Presidente.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Pela ordem S.Ex^a, nobre Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Fazendo uso do mesmo direito do nobre Senador Demóstenes Torres...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E se possível com a maior brevidade.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Serei brevíssimo, mais breve do que ele, é preciso que se ponha as palavras nos seus devidos lugares. S.Ex^a, o Senador Demóstenes Torres disse que não adiantaria estar aqui a bater na Ministra. Foi isso que eu tendi, nobre Senador? Esse foi o procedimento de quem aqui?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Garanto que não foi meu.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – V.Ex^a atribui esse procedimento a alguém aqui?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – A V.Ex^a.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – A mim?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – V.Ex^a, não criticou a Ministra?

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Criticar a Ministra é bater à Ministra? Eu pediria que V.Ex^a retificasse o seu palavreado. A sua expressão.

(soa a campanha)

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – O Senador Almeida Lima não agrediu a fisicamente a Ministra do Supremo Tribunal Federal...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Se não daria Lei Maria da Penha.
(risos)

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Exatamente. Não bateu na Ministra Carmem Lúcia. Eu retifico o que eu disse.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Eu não agredi, Sr. Presidente, fisicamente e nem por palavras. Nem por gestos, nem por expressões. Agora, eu sou um Senador da República. Eu represento um poder tanto quanto a Ministra Carmem Lúcia. Se V.Ex^a assim não se dá a autoridade que tem, eu me dou. E eu tenho todo direito, sobretudo, aqui na mais alta Corte Legislativa do País, sobretudo, na Comissão de Constituição e Justiça estabelecer no mérito a crítica jurídica que eu desejo fazer. Se V.Ex^a se considera subalterno ou subordinado ao Supremo Tribunal Federal, esse é um direito de V.Ex^a. Agora, eu pediria que não desse esta mesma conotação a esta Casa e muito menos a este Senador. Eu tratei a Ministra com todo respeito, com toda dignidade. Agora, tenho o direito de analisar o mérito de qualquer decisão. Eu queria que V.Ex^a compreendesse isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Senador Almeida Lima tem o direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra pois agora ao nobre Senador Eduardo Azeredo, pedindo a V.Ex^a que seja breve na intervenção, para que possamos encerrar a discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, é no mesmo tema. Eu quero só dizer que a Ministra Carmem Lúcia é uma constitucionalista respeitada, foi aprovada aqui por essa Comissão, pelo Plenário do Senado, e a expressão que faltou grandeza à Ministra realmente é uma expressão que não é correta usada aqui pelo Senador Almeida Lima. Ele tem todo direito...

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Grandeza, não. Nobreza jurídica. E mantenho. E não disse que ela não é especialista em constitucionalidade. Não a diminuí em momento algum. Mas disse que do ponto de vista jurídico lhe faltou grandeza, nobreza, foi a expressão que usei.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que as minhas palavras não fossem deturpadas. Elas fossem entendidas e de fato como estão sendo expressadas. E não vou permitir que desviem o sentido das minhas palavras. Disse que faltou na decisão dela nobreza jurídica. E mantenho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para dizer o seguinte. Até para deixar bem esclarecido, o Senador

Almeida Lima quer estabelecer uma polêmica sem causa. Eu não vou entrar nessa. O que ele disse, o que eu disse e é verdade, é que ele procurou o Supremo Tribunal Federal, e ele tem direito a fazer as críticas dele. Agora, não sou obrigado a endossar o que ele pensa. Até porque a Comissão de Constituição e Justiça decidiu que o voto é aberto. O Conselho de Ética decidiu. O Senado decidiu, portanto, com divergência naturalmente, como a do Senador Almeida Lima. E a Ministra respaldou a decisão da maioria. Por ora.

Então não vou entrar, ele está contrariado com a decisão da Ministra, acha que faltou grandeza, nobreza jurídica, eu penso exatamente o contrário. Até porque com frequência eu faço críticas aqui às decisões do Supremo Tribunal Federal. Especialmente em matéria penal.

Agora, não vou entrar nessa polêmica até porque o que eu disse foi simplesmente isso. Eu relatei um fato. V.Ex^a foi ao Supremo e liminarmente a pretensão de V.Ex^a de ter o voto fechado não foi acolhida. Só. Eu menti? Não.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – E respeitei a decisão. Mas V.Ex^a dizer que bati na Ministra, tenha paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Senador Aloizio Mercadante deseja fazer... Solicitando a V.Ex^a que seja breve para que nós possamos encerrar a discussão. Com a palavra o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, não serei breve. Não serei porque acho que esse não é um tema qualquer. Nós estamos tratando da cassação do mandato de um Senador que tem uma longa vida pública, foi Presidente dessa Casa por duas vezes, e não creio que a discussão fundamental nessa Comissão seja essa que nós estamos debatendo. A discussão fundamental que devemos fazer é primeiro se existe vício de constitucionalidade. Do meu ponto de vista não há e compartilho com o Relatório do Senador Arthur Virgílio. Segundo, se há legalidade e juridicidade no Parecer do Conselho de Ética. E a legalidade e a juridicidade são basicamente assegurar que o devido processo legal e o amplo direito de defesa e o contraditório na construção da conclusão e do Relatório. E acho que nós tivemos sim no âmbito do Conselho de Ética o contraditório, o devido processo legal e o amplo direito de defesa. Quero aqui resgatar os argumentos fundamentais da defesa que fiz questão de aprofundar e que estão contemplados no competente Relatório do Senador Arthur Virgílio.

A defesa ela alegou inicialmente a inépcia da petição inicial argumentando em favor do princípio da presunção da inocência e argumenta pela ausên-

cia de justa causa com condição para o exercício da ação penal. Quanto ao mérito, ela alega que é falsa a imputação feita pelo Sr. João Lyra, bem como as afirmações da reportagem, argumenta que cabe ao autor demonstrar as acusações conforme o princípio da distribuição do ônus da prova.

Com relação à participação Sr. José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, na sociedade da radiodifusora alega que o negócio se deu de maneira transparente, mediante pagamento por cheque do representado que seriam doações ao filho devidamente documentadas e declarada à Receita Federal.

Por fim, a defesa requer o arquivamento da representação por inépcia ou em caso de rejeição desse pedido solicita à Polícia Federal perícia contábil de documentos do Sr. João Lyra e demais empresas mencionadas, solicita à Receita Federal auditoria nas contas bancárias do Sr. João Lyra e arrola testemunhas.

Com relação às conclusões do Relator, e aqui quero dizer que considero o Relatório do Senador Jefferson Peres, apesar de mencionar sete indícios, indícios sustentam o depoimento e sustentam a conclusão final do Parecer. Por quê? Porque inicialmente ele rejeita as preliminares da arguição da defesa e em seguida explicita o entendimento quanto a época dos ocorridos do fato recusando o raciocínio de que o Conselho de Ética estaria impedido de analisar fatos anteriores ao exercício do mandato Parlamentar. Em seguida ele arrola sete indícios: O primeiro indício que a documentação confirma o que teria sido o depoimento de João Lyra, datas, nomes, valores das transações comerciais, demonstrando que as empresas sofreram inúmeras alterações societárias, mas passaram pelas mãos de pessoas muito próximas em 2005 após o rompimento do Sr. João Lyra e o representado que teria ficado com o jornal e o representado com as rádios. Depois ele apresenta no seu Parecer, o Senador Jefferson Peres, uma carta enviada por ex-proprietário Nazário que confirmou em cartório aonde ele oferece ao representado na época, o Senador Renan Calheiros era Ministro da Justiça, com o objetivo de estabelecer, entre aspas, “as condições que nos permitam o diálogo acerca da montagem de uma parceria comercial, apresentamos a V.Ex^a a posição de nossas empresas”. Depois ele volta com o documento do gabinete do Senador demonstrando a participação relativa de cada um dos que seriam sócios dessa empreitada. O Sr. Nazário Pimentel, João Lyra e Sr. Renan, 50, 25 e 25%. Depois o Sr. Tito Uchoa, suposto laranja do representado, oferece uma versão inverossímil sobre a participação nos negócios e nunca foi a juízo contra o Sr. João Lyra a fim de obrigar a retificar a denúncia que havia feito. E, além disso, o representado não buscou

ação de reparação contra João Lyra, e finalmente o indício seis que me parece o mais consistente e absolutamente coerente com a denúncia que havia sido apresentada e que sustenta a conclusão final do Relatório. As pessoas indiciadas pelo Sr. Lira como sendo representantes do representado estiveram ou efetivamente estão lotados em seu gabinete. Sr. Tito Uchôa e Carlos Santa Rita. A informação é confirmada pelo Diretor Geral do Senado. Ambos ainda são sócios do Sr. Renan Filho na empresa JR Radiodifusão e no sistema Costa Dourada de Radiodifusão. E finalmente a participação do Sr. Renan Filho nas diversas sociedades de radiodifusão foram adquiridas e pagas por meio de cheques do próprio representado. Isso foi declarado à Receita Federal pelo representado.

O que me parece esse conjunto de indícios? Eles absolutamente são construídos ao longo da história dessas relações comerciais que foram estabelecidas e a partir especialmente do indício seis há uma afronta ao art. 54 da Constituição.

Eu quero dizer aqui de público que com relação ao fato do filho do Parlamentar ser proprietário do veículo de comunicação e concessão, poderia se dizer que claramente há o favorecimento do Parlamentar. Entretanto a condição de pai e filho, que é insuperável não pode ser razão para impedir que exerça seu trabalho como empresário do ramo e outro como Parlamentar.

No entanto, o fato do Assessor do Gabinete ser proprietário da rádio no Estado de origem do Parlamentar é clara burla ao mandato da Constituição. São situações que impõem ao Parlamentar para preservar a ética e o decoro que os demita quando adquirirem rádio se já fossem Assessores ou sequer os contratasse se fossem donos.

Ademais, os elementos juntos dão condições de concluir sem qualquer dúvida de que houve quebra de decoro parlamentar por conta da participação do Senador Renan Calheiros no negócio da radiodifusão.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que eu considere na primeira representação que haviam indícios, mas não havia uma prova conclusiva. Não havia uma prova que a empreiteira Mendes Júnior havia pago as contas do Senador Renan Calheiros através de lobista Cláudio Gontijo. Não havia. Essa era a minha conclusão. E com toda transparência sustentei esta posição e me absteve e sustei minha decisão porque os indícios não eram conclusivos e não me levariam a votar favorável àquele Relator.

Este Relatório novamente nós temos indícios, sete indícios, mas que estão consistentes com o depoimento que foi feito, a defesa não conseguiu desconstituir as afirmações e, sobretudo, o fato dos dois controladores da rádio quando há rompimento da sociedade, serem

ou terem sido... Um ainda é e o outro foi Assessor direto do Presidente Renan Calheiros.

Por isso eu quero dizer que acompanho o Parecer do Senador Arthur Virgílio e do Senador Jefferson Peres e considero que é uma decisão muito dura, dramática para esse Parlamento, mas são consistentes... a conclusão é consistente com o Relatório com os indícios arrolados e com os depoimentos que foram apresentados. E não há vício de constitucionalidade, há legalidade e há juridicidade ao devido processo legal, ao amplo direito de defesa, e ao Relatório consistente e apresentado pelo Senador Jefferson Peres e referendado pelo Senador Arthur Virgílio. E terão o meu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador José Agripino, depois ao Senador Jarbas Vasconcelos e por fim ao Senador Marconi Perillo. A todos eu vou solicitar que as intervenções sejam breves para que nós possamos encerrar a discussão e fazer a votação da matéria em tempo hábil.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu serei brevíssimo, quero apenas cumprimentar o Relator Senador Arthur Virgílio pela propriedade do seu Relatório, ele dedicou-se com atenção especial, até porque o caso é um caso especial que faz com que o Brasil olhe para esta sala e vá olhar na semana que entra para o Plenário do Senado. S.Ex^a, Senador Arthur Virgílio, cingiu-se especificamente às questões de vícios de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade no seu Parecer que é conclusivo pela inexistência de vícios, coonesto o Relatório com o qual eu concordo do Senador Jefferson Péres, e eu deverei votar essa matéria e votarei a favor do Relatório do Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, é apenas para ressaltar o conteúdo, a forma, a clareza com relação aos dois pareceres. Tanto o Parecer do nobre eminente Relator Jefferson Péres, no Conselho de Ética, quanto do eminente Senador Arthur Virgílio.

Quero apenas chamar atenção da Casa que não é apenas essa representação. O que deve ser levado em conta é o conjunto da obra. A expressão não é minha. Eu ouvi aqui durante esse processo... os processos contra o Presidente da Casa licenciado. Eu acho que, por exemplo, a maior falta de decoro praticada pelo Presidente licenciado foi exatamente o uso e abuso das prerrogativas de Presidência da Casa em defesa própria. Se defendendo constantemente.

De forma que queria deixar registrado meu voto favorável nessa Comissão e ressaltar tanto o Parecer do Senador Arthur Virgílio quanto o Parecer que estamos analisando aqui nesta Comissão, do eminente Senador Jefferson Péres.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo rogando mais uma vez a S.Ex^a brevidade para que nós possamos encerrar a discussão.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, serei breve, mas não poderia deixar de ressaltar os pareceres dos ilustre Senadores Jefferson Péres, que fez análise de mérito no Conselho de Ética, e agora também não poderia deixar de levar em consideração, enaltecer e elogiar o lúcido Parecer do ilustre Senador Arthur Virgílio, que dá o Parecer pela constitucional, juridicidade, boa técnica legislativa aqui nessa Comissão.

O Senador Jefferson Péres ataca a questão de mérito com muita competência, inclusive reforçando aqui a sua convicção em relação à própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, da lavra do Ministro Néri da Silveira, nos autos de mandato de segurança onde ele coloca no aspecto temporal que todas essas condutas continuaram, temporalmente falando, se iniciaram antes da posse do Senador Renan Calheiros neste Senado e depois tiveram seqüência, essa é a conclusão do Ministro e a conclusão do Relator, depois o Senador Arthur Virgílio com sensatez, equilíbrio, espírito de justiça, mas levando em consideração a Constituição e o regimento da Comissão de Justiça, o regimento do Senado, deixa muito claro aqui no seu voto de que a matéria não dispõe de qualquer vício de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e que o acusado, quer dizer, o representado teve todo o direito de defesa.

Dessa forma, caso tenha condições de votar, votarei de acordo com o Parecer do Senador Arthur Virgílio, a quem cumprimento mais uma vez pelo brilhante Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Está encerrada a discussão. Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio para considerações finais.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, para encaminhar à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Então seja breve para a última palavra ser do Relator, como, aliás, já recomenda o regimento. Com a palavra V.Ex^a com a devida brevidade para que nós possamos iniciar a fase de votação também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado a V.Ex^a. É bom que fique bem claro e transparente que a decisão que aqui iremos tomar não entra no mérito da questão. A Comissão de Constituição e Justiça cabe analisar a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade do Parecer aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Acho que neste ponto é incontestável a importância do Parecer da lavra do Senador Arthur Virgílio. O qual analisando esses aspectos chegou à conclusão de que o trabalho da Comissão de Ética não feriu em qualquer hipótese os direitos... O direito de defesa do representado e obedeceu a todos os requisitos constitucionais e regimentais.

Por isso, Sr. Presidente, segundo o art. 15 do Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução nº. 20/1993 que aqui diz: Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos. Em caso de perda de mandato, o Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos aspectos constitucionais... Digo melhor, no singular, para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico. O que deverá ser feito no prazo de cinco Sessões Ordinárias.

Portanto, caberá ao Plenário do Senado entrar na questão do mérito. Aqui nós estamos apenas evidenciando os aspectos a que me referi: constitucionalidade, legalidade e juridicidade. Agradeço a V.Ex^a e acompanharei o Relatório do Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Encerrada a discussão, concedo a palavra ao nobre Relator da matéria, Senador Arthur Virgílio e a seguir faremos a votação nominal. Por isso gostaria de pedir a presença, que Sr^{as.} e Srs. Senadores permanecessem no Plenário da Comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, de maneira bastante breve, e referindo-me às falas do Senador Eduardo Suplicy, Eduardo Azeredo, Aloizio Mercadante, José Agripino, Jarbas Vasconcelos, Marconi Perillo e Valadares, tenho que registrar e agradecer a expressão de concordância com a oportunidade, com a adequação do Relatório.

Gostaria de modo muito respeitoso e fazendo um vôo de pássaro, analisar a questão posta pelo Senador Wellington Salgado que foi muito bem respondida pelo Senador Demóstenes Torres. Ou seja, monocraticamente que fosse o Supremo Tribunal Federal pelo Relator da matéria julgou que não cabia a legítima... O legítimo direito de demandar(F) o Senador Almeida Lima, mas julgou a Relatoria que não cabia se dar naquele momento ganho de causa à tese do voto secreto no Conselho de Ética.

Muito bem. O Senador Almeida Lima agiu com legitimidade. Não foi vitorioso na sua pretensão. E por isso se feriu com igual legitimidade a disputa pelo voto... Com o voto secreto no Conselho de Ética.

Quanto aqui ao jogo das palavras, e palavras mais duras, eu vejo que tudo fica na querela entre dois notáveis juristas. A Ministra Carmem Lúcia e o Senador Almeida Lima, e, portanto, não confiro eu maior relevância aos adjetivos. No substantivo nós temos algo que, a meu ver, tem a ver com o processo de formação das leis. As leis nascem na verdade da evolução dos costumes. Da evolução civilizatória de uma sociedade. E eu percebo que a mão é nós brevemente termos o voto aberto, completamente aberto para se analisar esses episódios de cassação de mandato. A contramão já se mostra, apesar de nós termos ainda legalidade no Plenário para o voto secreto, a contramão já se mostra a manutenção do voto secreto. Ele vai se medievizando levando-se em conta não há porque não se discutir uma matéria como essa de maneira aberta no Plenário. Dessa vez infelizmente não será assim, mas esperando que não aconteçam mais casos semelhantes, se acontecer esses casos, eu creio que em tempo breve nós teremos aferição pelo voto aberto.

Em relação ao Senador Cafeteira e voltando e concordando com o Senador Aloizio Mercadante, mas discordando do meu prezado amigo Eptácio Cafeteira que questionou o Senador Jefferson Peres em relação a suposta condenação por indícios, nós temos para a lei Processual Penal, art. 239 do Código de Processo Penal, indício é a circunstância conhecida e comprovada que tendo relação com o fato principal a ser provado autorize por indução a concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias. Então indício vem do radical latino *index*. Significa aquilo que indica. E por isso que nós temos o tal dedo indicador. Que é o que indica os objetos, indica o que um ser humano quer. Tem um ditado popular bem claro. Fumaça é indício de fogo. E por outro lado, há tempos atrás indício não valia como prova para a lei penal brasileira consolidado. Para o sistema Legislativo Brasileiro hoje, porém, indícios são provas e em tese em pé de igualdade com a perícia, a confissão, os testemunhos, os documentos, isso é o que diz o próprio art. 239.

Portanto, eu creio perfeitamente legítimo o Relatório do Senador Jefferson Péres e mais uma vez constitucional, e apto a ser aprovado. Eu entendo até que pela unanimidade desta Casa já que... Desta Comissão que aqui não se discute o mérito, se discute se é constitucional o que obrou o Senador Jefferson Péres. Me parece que é constitucional. O mérito foi discutido uma vez no Conselho de Ética e deverá ser discutido outra vez, será discutido outra vez no Plenário que aí

então seria a hora das manifestações no sentido contrário dos que acham que o mandato do Senador Renan Calheiros deva ser mantido. E legitimamente pela cassação de mandato aqueles que entendem que teria havido quebra de decoro e que os indícios são provas suficientes para condenar o Senador. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Encerrada a discussão, vou iniciar a votação da matéria. E vou fazer a votação nominal. Para que fique bem claro e inequívoco a... Bem clara e inequívoca a aferição do quórum. Pelo bloco de apoio ao Governo. Senadora Serys. Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – De acordo com o Relator, Sr. Presidente. Me permita um acréscimo? Pois são inúmeras as ocasiões em que nós damos votos secretos. O voto secreto deve ser algo para preservar se o Senador deseja ou não revelar. Tantas são as ocasiões em que o voto secreto aqui por nós é aberto e revelado a exemplo da votação que nós elegemos aqui a Presidenta do Supremo, a Ministra Ellen Gracie, como a própria Ministra Carmem Lúcia, pois muitos foram os Senadores que aqui dissemos abertamente numa votação secreta que estávamos votando nela. Da mesma maneira, na Sessão do Conselho de Ética, na Sessão que teremos inclusive agora será aberta muito seremos aqueles que iremos manifestar o nosso voto. Eu voto de acordo com o Parecer do Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu voto com o Relator e encaminho à Mesa a declaração de voto por escrito para que conste em Ata dessa...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A Mesa da Comissão recebeu sua declaração de voto e mandou já apensar a Ata da reunião para que conste os devidos fins, para que conste da deliberação dessa Comissão. Senador Eptácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Sr. Presidente, eu sou homem de uma vida extensa, vida pública. Não é uma grande vida pública. Mas foi uma vida que me orgulhou. Foi uma vida que me encheu de felicidade. Eu jamais deixei de dormir porque tivesse deixado um problema sem resolver. Eu vou repetir para qualquer dos Srs. Senadores, se tiver somente indício, eu voto contra... Voto contra a cassação. Contra o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vota contra o Relatório do nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)
– Pessoa que conheço e que respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, conforme já tive oportunidade de declarar pessoalmente, eu vou seguir o posicionamento muito claro do Senador Valadares.

Portanto, os aspectos legais, constitucionais estão cumpridos, portanto, é este o Parecer do Senador Arthur Virgílio, e o debate de mérito não está em questão nem em votação neste momento. Apenas os aspectos legais e constitucionais que foram cumpridos no procedimento do Conselho de Ética. Portanto, sigo a orientação do meu Líder Valadares e voto a favor do Parecer do Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente. Cheguei a ficar animado achando que ela ia dizer que o Líder era eu.

(risos)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Menos, Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Como vota V.Ex^a, nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu voto, como eu disse, acompanhando o Relatório brilhante do Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – PMDB. Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) e voto pelo mérito também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Pedro Simon. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pela constitucionalidade, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sr. Presidente, eu voto contra o Parecer do nobre Relator Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Contra o voto do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora o bloco da minoria. DEM e PSDB. Senador Adelmir Santana. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior, sim. Senador Arthur Virgílio. Relator já voto anunciado. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Lúcia Vânia. Sim. Senador Tasso Jereissati se encontra ausente do País. Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou fazer a chamada agora dos suplentes. Suplentes do bloco de apoio ao Governo. Senador João Ribeiro não se encontra, Senador Inácio Arruda também não se encontra, Senador César Borges também não se encontra, Senador Marcelo Crivella também não, Senador Mozarildo Cavalcanti idem, Senador Magno Malta não, Senador José Nery não.

No PMDB. Senador Wellington Salgado de Oliveira. (soa a campainha) Então já o PMDB já todos os titulares votaram então conseqüentemente não há possibilidade de manifestação do nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

No bloco da minoria, os suplentes. Senador Eli-seu Resende, Senador Jayme Campos, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Alvaro Dias. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Flexa Ribeiro...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com o Relator. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
– Sim, com o Relator.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou proclamar o resultado da votação. 17 Srs. Senadores votaram pelo acolhimento do Parecer do nobre Senador Arthur Virgílio. Três votos contrários. O Presidente obviamente por imposição regimental se absteve.

Portanto, eu proclamo que foi aprovado o Parecer do Senador Arthur Virgílio, que reconheceu que a matéria está adequadamente instruída, atendidos os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade. A matéria agora vai, portanto, à Mesa do Senado Federal.

Desejo, antes de passar para a segunda etapa da nossa reunião, dizer que atendendo uma demanda de ordem pessoal, eu vou ter que me retirar da presente reunião e vou passar a Presidência ao nobre Vice-Presidente, Senador Valter Pereira. Sinal que a Presidência estará em boas mãos.

E quero aproveitar a ocasião para fazer somente duas observações. É que a seguir teremos duas votações já sob a Presidência do Senador Valter Pereira, duas votações dos Ofícios “S”, e exigem voto nominal. Encareceria, portanto, que as Sr^{as}. e Srs. Senadores não se retirassem do Plenário neste momento.

Segundo lugar gostaria também de dizer que na próxima quarta-feira nós vamos apreciar o Parecer do Senador Demóstenes Torres sobre as propostas de Emenda Constitucional relativa à condição de suplente. Foram apresentados inclusive... Foram apresentadas sete PEC's do Senador Jefferson Péres, Senador Valdir Raupp, Senador Sibá Machado, Senador Valter Pereira, Senador Expedito Júnior, Senador Tião Viana e Senador Eduardo Suplicy. E também devo dizer que ele vai dar Parecer sobre essas sete matérias. E por se tratar de assunto relevante é que eu faço, explícito a necessidade, portanto, de comparecimento na próxima reunião da Comissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem apenas. Inclusive solicito, Sr. Presidente, se V.Ex^a pode ainda permanecer alguns instantes. É coisa muito rápida. Por conta do seguinte. Na segunda-feira eu e o Senador Cristovam Buarque tivemos uma importante reunião com o Ministro Mantega e o Ministro Fernando Haddad. Tendo em vista que a PEC que está tramitando sobre a prorrogação da CPMF também prorroga a DRU. A desvinculação das receitas da União. E na conversa, na reunião mantida segunda-feira, tanto eu quanto o Senador Cristovam fomos levar a possibilidade de que nós pudéssemos... Não obviamente na Emenda Constitucional que está já no Plenário aguardando Emenda, mas numa outra Emenda Constitucional que

inclusive já está nesta Comissão desde 2003, desde janeiro deste ano aguardando inclusive a designação de Relator que nós pudéssemos gradativamente da mesma forma como vai ser feita na CPMF com a redução da alíquota também reduzirmos a educação, irmos retirando a educação da DRU.

Portanto, nós tivemos hoje pela manhã, tanto eu quanto o Senador Cristovam Buarque, uma sinalização de que é possível, sim, fazer esta retirada da educação da DRU gradativamente. De tal forma que a partir do ano que vem, ao invés de, no caso da educação ser 20% baixar para 15, depois para 10, depois para 5, de tal forma que a educação ficaria totalmente fora da desvinculação das receitas da União em três anos.

Portanto, Senador Marco Maciel, eu gostaria de fazer um apelo para que V.Ex^a pudesse designar ainda hoje o Relator de tal forma que nós pudéssemos tramitar, e aí já quero pedir o apoio de todos os líderes, de todos os Parlamentares que negociaram, que fizeram propostas para aperfeiçoar a questão da CPMF, de mais recursos para a saúde, que nós também pudéssemos ter a tramitação efetiva desta PEC, a PEC 96, para que nós pudéssemos aprová-la também junto com outras medidas que serão provadas beneficiando a saúde.

Então era esse o apelo, Senador Marco Maciel, que eu precisaria fazer a V.Ex^a. Por isso que eu pedi que o senhor permanecesse alguns minutinhos a mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. A Presidência acolhe a sugestão de V.Ex^a, e eu agora convido o nobre Senador Valter Pereira para dar sequência aos nossos trabalhos. E gostaria também de mencionar que o Senador Cristovam Buarque está pedindo para retirar o Item de pauta, que vai ser feito pelo Senador Valter Pereira acompanhado de uma carta que ele apreciaria se fosse lido, uma carta muito breve pelo Presidente da... Em exercício da Comissão, o nobre Senador Valter Pereira. Portanto, passo a palavra a S.Ex^a... Aliás, passo a Presidência a S.Ex^a.

(troca de presidência)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Pela ordem, também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pelo jeito, esse jeito... é o Senador ACV.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado, Senador Valter Pereira. V.Ex^a já começa com o pé direito.

Olha, eu gostaria de perguntar a V.Ex^a se esta pauta seguirá o roteiro traçado anteriormente pelo Presidente Marco Maciel, qual seja, incluindo o Item 4 a Emenda de Plenário nº. 02 oferecida à PEC nº. 38/2004, não terminativo, proposição esta que eu sou o Relator. Como se trata de não terminativa, e há preocupação com o quórum, se V.Ex^a pudesse colocá-la logo em votação eu agradeceria. Mas isto de acordo com a conveniência da Mesa. Só estou lembrando que se trata...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – V.Ex^a. quer que eu observe a pauta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não, eu quero que observe a ordem, logicamente, mas como existem matérias terminativas, eu não sei se há quórum para votação de matérias terminativas, como esta que consta do nº. 4, Item nº. 4 não é terminativa, eu gostaria de ponderar V.Ex^a que a colocasse em votação esse Item que está na página 182. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não vejo óbice de seguir aquilo que está pautado na ordem, pelo menos até o Item 4, onde V.Ex^a aparece como Relator.

Portanto, nós vamos passar agora ao primeiro Item da pauta, que é o Item 2 que trata de Ofício “S”.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tem número para votar, Sr. Presidente? É terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Se jeito regula, não tem quórum para votar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Por isso que estou ponderando a V.Ex^a irmos para o Item 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então vamos ao Item 4 direto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, o Senador Wellington Salgado pediu ordem e eu também.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Me perdoe.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Ele pediu primeiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres. Eu só queria colocar, eu não tive oportunidade de votar, Sr. Presidente, eu queria deixar uma coisa bem clara. Na minha sensibilidade, claro que o Senador Demóstenes tem conhecimento jurídico maior do que eu, eu tenho uma sensibilidade de que o Supremo ainda não se manifestou. No momento que a Ministra Carmem Lúcia der a decisão monocrática e sujeitar,

a decisão dela pra mim já é 70% e levar ao Conselho a decisão, eu na minha ignorância jurídica vou me sujeitar a decisão do Supremo. No momento que eu tenho dúvida é porque na minha consideração ainda não há uma decisão concreta do Supremo, embora exista uma não liminar para que se possa conduzir o processo. Mas é só isso que eu queria colocar porque não tive oportunidade de votar, que eu sou suplente na Comissão e todos os quadros estavam presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Prestado o esclarecimento, passo a palavra pela ordem ao Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – É para solicitar a V.Ex^a que retire de pauta o Item 11. Eu fiquei de apresentar hoje uma sugestão, mas é que há uma proposta de entendimento do Governo conosco, e eu prefiro, se V.Ex^a concordar, deixar para apreciar a matéria na próxima quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Item 11. A Mesa entende que não há óbice, salvo se o Plenário decidir em contrário. Como não há manifestação do Plenário sobre esse assunto, está retirado da pauta. Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Valter Pereira, os Ofícios “S” 32 e 51, itens 2 e 3, tramitação terminativa de autoria... Cujo Relator é o Senador Tasso Jereissati, e que tinha me solicitado que eu fizesse a Relatoria, o Presidente fez a indicação, Presidente Marco Maciel para que eu fizesse Relatoria ad hoc, ele tem o mesmo objeto das Emendas de Plenário nº. 2, nº. 1 e da PEC 38, PEC 50 e PEC 86, 4, 5 e 6 que tramitam em regime não terminativo aqui na CCJ. Cuja Relatoria é do Senador Antonio Carlos Valadares, a proposição, Senador, a proposição é vossa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Desculpe, estava lendo aqui o Parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Item 4...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Bom, na verdade eu sou autor do substitutivo, o autor da matéria originária é o ex-Senador Sérgio Cabral. Logicamente que a proposta dele era radicalmente contra o voto secreto. E nós em função do consenso que foi estabelecido nessa Comissão fizemos uma alteração para atender as lideranças. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – A ponderação do Senador Flexa Ribeiro tem razão de ser. Os Itens 5, 6 não são terminativos, portanto, não dependem de quórum. Eu acho

que são passíveis de ser mantidos sem nenhum tipo de prejuízo para apreciação dessa Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu não me refiro à questão do quórum, eu me refiro que o objeto é o mesmo dos...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – V.Ex^a entende que é incompatível com a decisão...?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Exato. Quer dizer, vai... Tem o Parecer do Senador Tasso Jereissati que é terminativo, e que trata da mesma questão do voto secreto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pois é. V.Ex^a quer discutir os três? Simultaneamente? Que aqui o que me consta é que V.Ex^a foi designado o Relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ad hoc do 5 e do 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Isso. 5 e 6. V.Ex^a vai discutir? Aliás, vai apresentar o Relatório?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu pedi preferência para o Item 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Bom, Item 4. Emenda de Plenário nº. 2 oferecida a proposta de Emenda à Constituição nº. 38. Altera os artigos 52, 55 e 66 da Constituição Federal para estabelecer voto aberto nos casos em que menciona terminando com voto secreto do Parlamentar. Autoria da Emenda nº. 2, Plenário, Senador Almeida Lima e outros. Autoria da proposta, Senador Sérgio Cabral e outros Senadores, sendo a Relatoria do Senador Antônio Carlos Valadares, mais conhecido por ACV. Parecer é pela rejeição da Emenda nº. 2 de Plenário. Em 6 de setembro deste ano foi aprovado o Parecer favorável à proposta na forma da Emenda nº. 1. CCJ. Substitutivo. Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o Relatório e seu voto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, trata-se de examinar a Emenda de Plenário nº. 2. A proposta de Emenda à Constituição nº. 38/2004 da iniciativa do ilustre Senador Almeida Lima, a Emenda, que altera a redação do § 2º do art. 55 da Constituição Federal para estabelecer o voto ostensivo dos Deputados ou Senadores nos casos de decisão sobre a perda de mandato Parlamentar previstos no referido dispositivo. Ademais a proposição assessória sobre análise tem também o objetivo de consignar o prazo de até 90 dias contados da promulgação da Emenda Constitucional de que trata para que as

duas Casas do Congresso Nacional elaborem norma específica disciplinando as fases dos procedimentos e o os prazos, inclusive espécies recursais adequados aos processos de perda de mandato.

Análise. Cabe a esta Comissão opinar sobre a Emenda relatada nos termos regimentais art. 359. Cabe ponderar com relação à alteração proposta para o § 2º do art. 55 da Constituição Federal estabelecendo voto ostensivo dos Deputados ou Senadores nos casos de decisão sobre perda de mandato Parlamentar que tal alteração é objetivo originária da proposta de Emenda à Constituição nº 38/2002, e que a ostensividade do voto está expressa na Emenda nº. 1 acolhida por esta Comissão e por nós apresentada como Relator por ocasião da sua apreciação inicial por este colegiado.

Quanto a proposta de consignar o prazo de até 90 dias contados da promulgação da Emenda Constitucional de que se trata para que as duas Casas do Congresso Nacional elaborem norma específica disciplinando o processo de perda de mandato, devemos inicialmente ponderar que a Constituição Federal atribui ao Senado e a Câmara competência privativa para elaborar o respectivo Regimento Interno. Art. 51, inciso III, art. 52, inciso XII, e que, portanto, conforme nos parece matéria referente a procedimento de regência de perda de mandato de Deputado ou Senador é matéria de regimento interno no sentido amplo da expressão que alcança as normas regimentais propriamente ditas, e também as normas conexas que são da competência exclusiva da respectiva Casa.

Ademais, a nossa convicção é no sentido de que não cabe fixar prazo para obrigar órgão que detenha a competência privativa para iniciar o processo legislativo e assim proceder. A experiência legislativa do País tem demonstrado que regras nesse sentido não têm obtido eficácia desejada. Cabe também que levar em conta que há em vigor resoluções que regulamentam a matéria disciplinando o procedimento de que tratamos. Nesta Casa está em tramitação o Projeto de Resolução nº. 38/2007 que altera as regras referentes ao Código de Ética e Decoro Parlamentar. Diploma legal que trata dos procedimentos referentes a perda de mandato Parlamentar, inclusive esta matéria que me refiro no Parecer é da autoria de V.Ex^a, que é o Projeto de Resolução nº. 38 alterando o nosso regimento.

Desse modo sem desmerecer o louvável objetivo dos seus propugnadores, pelas razões acima despendidas não nos parece adequado ainda que por meio de Emenda à Constituição fixar prazo para que o Senado e a Câmara elaborem norma específica disciplinando o processo de perda de mandato.

Portanto, Sr. Presidente, pelas razões exposta opinamos pela rejeição da Emenda nº 2 de Plenário à proposta de Emenda à Constituição nº. 38/2004.

Sr. Presidente, eu acho esse Parecer tem como objetivo evitar uma procrastinação dessa questão da regulamentação da questão da perda de mandato por quebra de decoro parlamentar. De vez que Senado e Câmara teve que se reunir para fixar prazos e nós sabemos que esse tipo de tramitação no âmbito do Congresso Nacional é um tipo de tramitação demorado, que vai sem dúvida alguma redundar em nada. E a norma que nós aprovamos aqui através da Emenda Constitucional nº. 38 ela vai ficar praticamente engavetada sem nenhuma utilidade. Por isso que nós estamos rejeitando a Emenda e preferindo a regulamentação que V.Exª teve a sábia iniciativa de apresentar no Senado Federal. Agradeço a V.Exª.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Obrigado pelo relatório, Senador ACV, e com a palavra para discutir a matéria, o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Total razão ao Senador Antonio Carlos Valadares. Se nós formos estabelecer em 90 dias um trabalho conjunto das duas Casas para estabelecer um procedimento próprio, isso não vai acontecer nunca. Isso vai ser norma morta. Até porque não é uma decisão do Congresso, é uma decisão da Casa. A perda de mandato por quebra de decoro... Então nós temos essa iniciativa e como bem salientou o Senador Antonio Carlos Valadares, V.Exª inclusive tomou a iniciativa de fazer essa regulamentação.

Então acho que tem toda razão o Senador Antonio Carlos Valadares respeitando o que foi proposto pelo autor da Emenda, eu acredito que seria uma matéria procrastinatória. Daí porque concordo com ele que essa Emenda deve ser rejeitada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Continua em discussão essa matéria. Para discutir, Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Eu também quero dar meu apoio à posição do Senador Antonio Carlos Valadares e eu voto exatamente pela rejeição da Emenda da mesma forma que ele relatou.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Continua em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP) – Sr. Presidente, também manifesto meu voto favorável ao Parecer do Senador Antonio Carlos Valadares e salientando que sou favorável, inclusive a sempre ter-

mos o voto aberto nessa circunstância, tanto para a cassação de mandatos ou não, mas também para as demais finalidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Para discutir o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só para parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares pelo seu Parecer e dizer que vou votar a favor até porque o Item 5 da pauta, como me referi, é também com o mesmo objetivo de tornar o voto aberto. Como todos nós queremos que seja.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Na verdade o nome técnico vai ser “ostensivo”. Voto ostensivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Continua em discussão a matéria. Como não há oradores inscritos e em homenagem à transparência e, sobretudo, à celeridade processual, vamos fazer a votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Item seguinte da pauta. A Emenda de Plenário nº. 01 oferecida a proposta de Emenda à Constituição nº. 50/2006, incluir o art. 50 A e altera os artigos 52 e 55 e 66 da Constituição Federal para estabelecer voto aberto nos casos em que menciona terminando com o voto secreto Parlamentar autoria da Emenda 01, Senador Almeida Lima, e outros Senadores... Autoria da proposta Senador Paulo Paim e outros Senadores, Relatoria Senador Tasso Jereissati. Parecer pela aprovação parcial da Emenda nº. 01 de Plenário nos termos da Subemenda que apresenta. Em 19 de setembro foi aprovado o Parecer favorável à proposta. Concedo a palavra ao Relator, ilustre Relator Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Valter Pereira, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, primeiro dizer da satisfação em poder relatar o Parecer do nobre Senador Tasso Jereissati como Relator ad hoc. O Relatório do Senador Tasso Jereissati diz que a proposta de Emenda à Constituição PEC nº. 50/2006 que tem como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, o objetivo é extinguir a votação secreta em todas as deliberações no âmbito do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal e suas Comissões.

Para isso, acrescenta art. 50-A à Constituição Federal vedando expressamente a votação secreta nas deliberações. E exclui as expressões por voto secreto... e por voto secreto, por voto secreto e em escrutínio se-

creto. Respectivamente nos, incisos III, IV e XI do art. 52, § 2º do art. 55 e do § 4º do art. 66 da Constituição Federal. Nos termos do Parecer nº. 816/2007 de 19 de dezembro de 2007 essa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manifestou-se pela aprovação da PEC nº 50/2006. Encerrada a discussão em primeiro turno, sem debate, a matéria foi objeto de Emenda em Plenário cujo primeiro signatário é o Senador Almeida Lima. Subscrita por número suficiente de Senadoras e Senadores, nos termos regimentais, a Emenda contém dois artigos. O primeiro efetua mudança no § 2º do art. 55 da Constituição Federal, na redação oferecida pela PEC nº. 50/2006, estabelecendo que o voto no qual se decidirá a perda de mandato de Parlamentar nos casos dos incisos I, III e VI do art. 55 será ostensivo. Ou seja, aberto. O art. 2º da Emenda determina que em Resolução específica de cada Casa, aprovada em até 90 dias contadas da data da promulgação desta Emenda Constituição, aspas, “as duas Casas do Congresso Nacional elaborarão norma específica disciplinando as fases, procedimentos e prazos às regras de aplicação, as relações processuais já formadas à data de promulgação desta Emenda, inclusive as espécies em instâncias recursais adequadas ao processo de perda de mandato”. Fecho aspas. Esse é o Relatório, Sr. Presidente. Vamos à análise.

Argumenta os autores da Emenda em defesa das mudanças que é preciso garantir o contraditório e a ampla defesa e evitar alterações movidas por casuismo ou revanchismo político. Para isso, considera-se necessária a definição nas duas Casas do Congresso Nacional do rito processual para a perda de mandato. São pertinentes e defensáveis os argumentos apresentados pelos autores. Entendemos, todavia, que não se pode acatar as alterações propostas pelas razões que passo a expor.

Quanto ao estabelecimento de prazo para o Congresso Nacional regulamentar o rito, trata-se de norma de eficácia duvidosa, porque não imperativa, não coercitiva, norma que impõe procedimentos e prazos sem sanção para o seu não cumprimento. Pode ser apontada como carente de juridicidade. O não cumprimento da exigência não acarretará qualquer sanção ao Congresso Nacional, pois a alta imposição de prazo não tem o poder de fazer com que se cumpra se não houver a imposição de sanção. Além disso, as duas Casas dispõem de procedimentos para julgamentos desses casos. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados aprovou em 31 de outubro de 2001 regulamento que dispõe sobre o funcionamento e a organização de seus trabalhos. Estruturado em 24 artigos trata do processo disciplinar da defesa da instrução probatória, da apreciação do Parecer e de

recursos determina procedimentos e prazos e assegura o contraditório e a ampla defesa. No Senado, além das normas regimentais e das constantes na Resolução nº. 20/1993 que instituiu o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tramita o Projeto de Resolução nº. 38/2007, de autoria do Senador Valter Pereira aprovado por essa CCJ em 24 de outubro deste ano, relatado pela Senadora Lúcia Vânia, o PRS nº. 38/2007 institui o Regimento Interno do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. A Emenda 1 de Plenário, em seu art. 1º mantém a mesma redação do § 2º do art. 55 da Constituição Federal. Apenas substituindo a expressão, aspas, “por voto secreto”, fecho aspas, pela expressão aspas, “por voto ostensivo”, fecho aspas. Essa Emenda se distingue da proposta contida na PEC 50/2006 apenas na forma, pois esta última se limita a suprimir a expressão, aspas, “por voto secreto”, fecho aspas, do texto do § 2º do art. 55.

Por outro lado, pode-se concluir que a Emenda 1 de Plenário ao se limitar a alteração do art. 55 pretendeu manter o voto secreto no texto atual dos artigos 52 e 66 da Constituição Federal divergindo assim da proposta contida na PEC 50/2006.

Assim, diz o Relator nobre Senador Tasso Jereissati, não concordando com que pretende a Emenda 1 de Plenário em seu art. 1º resolvemos oferecer uma Subemenda com o objetivo de recuperar as propostas contidas na PEC 50/2006 com algumas alterações. Entendemos que a regra das deliberações legislativas deve ser o voto aberto em obediência ao princípio geral de que o processo legislativo deve ser público e transparente, assim como deve ser os atos da administração pública.

Todavia, o princípio comporta exceções especialmente em decisões que podem afetar o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo como as votações para aprovação de autoridades.

Em face disso, estamos de acordo com a proposta contida no art. 50-A acrescida Constituição Federal nos termos do art. 1º da PEC nº. 50/2006. O qual visa instituir como princípio geral a votação aberta mediante a vedação de votação secreta nas deliberações no âmbito do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal e suas Comissões. Todavia, impõe-se dar nova redação ao artigo proposto aproxima conferir mais clareza à norma. Já a supressão das expressões “voto secreto” do processo de escolha de autoridades previsto nos, inciso III, IV e XI dos art. 52, nos termos do art. 2º da PEC 50/2006 entendemos que pode ser mantido em parte. Ao princípio geral do voto aberto impõe-se algumas exceções mantendo o voto secreto em alguns casos. Sobre tudo na escolha de autoridades

detentoras de cargos vitalícios, ou titulares de órgãos ligados a área da segurança nacional.

Já nos casos de perda de mandato previsto no § 2º do art. 55 e no caso de apreciação de vetos previstos no § 4º do art. 66 da Constituição Federal estamos de acordo com a eliminação do voto secreto como proposto no art. 2º da PEC 50/2006. Os intensos debates sobre o voto aberto nos casos de perda de mandato, tanto no âmbito do Plenário do Senado como em seu Conselho de Ética e na Comissão de Constituição e Justiça indicam consenso em torno da necessidade de sua adoção para assegurar ao Senado importante instrumento de legitimação democrática ao facultar ao eleitor o conhecimento e a fiscalização da posição de seus representantes. Também se impõe o voto aberto na escolha de várias autoridades, principalmente do Poder Executivo especialmente para ocuparem cargos de administração indireta, como agências reguladoras e órgão de gerência setorial.

Assim, entendemos que ao tornar aberto os votos nesses casos estaremos conferindo maior cuidado na análise dos currículos em referência dos indicados. Posto que o Senador teria necessidade de aprofundar os questionamentos ao candidato como forma melhor de avaliar sua competência para o cargo. Nessa linha de considerações outra matéria que está merecendo tratamento diferenciado no Parlamento, especialmente em atendimento à independência dos poderes exigindo que assumamos nossas responsabilidades como Parlamentar é o do julgamento dos vetos presidenciais. A forma como são hoje votados, diz o nobre Senador Tasso Jereissati em sua análise, não se coaduna com a postura de independência e altivez que o Congresso e seus membros devem ostentar diante do executivo. Devemos enfrentar sem medo ou Subcomissão as decisões do Presidente da República que não atendam aos interesses da população votando abertamente sem medo de retaliações. Esta análise, Sr. Presidente. Vamos ao voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação parcial da Emenda nº 1 de Plenário, a proposta de Emenda à Constituição nº 50/2006 nos termos da seguinte subemenda. Substitutivo à PEC. Subemenda à Emenda nº. 1 de Plenário. Inclui o art. 50-A e altera os artigos 52, 55, 56 da Constituição Federal para estabelecer voto aberto nos casos que especifica. As Mesas da Câmara dos Deputados, e do Senado Federal nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional. Art. 1º, fica incluído na Constituição Federal o art. 50-A com a seguinte redação. Abro aspas. “Art. 50-A. Nas deliberações no âmbito do Congresso Nacional, Câma-

ra dos Deputados, Senado Federal e suas Comissões as votações serão abertas”. Fecho aspas.

Art. 2º. O art. 52 da Constituição Federal acrescido de um inciso IV e renumerados os atuais incisos IX a XV passa a vigorar com a seguinte redação. Art. 52, inciso III. Alínea A, magistrados nos casos estabelecidos na Constituição, alínea B, Ministro do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República. Alínea C. Procurador-Geral da República. Alínea D, Presidente e diretores de agências estaduais incumbidas de temas vinculados a inteligência e assunto estratégicos. Inciso IV. Aprovar previamente por voto aberto após arguição pública a escolha de, alínea A, Governador de território. Alínea B. Presidentes e diretores do Banco Central. Alínea C, titulares de outros cargos que a lei determinar. Inciso V, aprovar previamente por voto aberto após arguição que poderá ser secreta a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

Art. 3º. O § 2º do art. 55 e o § 4º do art. 66 da Constituição Federal passo a vigorar com a seguinte redação. Art. 55. O § 2º nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal por voto aberto e maioria absoluta, mediante a provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional assegurada a ampla defesa. Art. 66, § 4º. O veto será apreciado em Sessão conjunta dentro de 30 dias a contar de seu recebimento só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores em Sessão Pública e escrutínio aberto;

Art. 4º. Essa Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. Este é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – (pronunciamento fora do microfone) voto do Relator substituto, matéria agora é colocada em discussão. V.Exª Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Pelo que entendi então, abre-se para cassação, para votação de veto, para autoridades do Executivo e ficam... Sessões são fechadas apenas... Aliás, não as Sessões, as votações para magistrados de tribunais superiores e do Supremo Tribunal Federal.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E perda de mandato também.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Magistrados nos casos estabelecidos por essa Constituição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E Tribunal de Contas também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Fechadas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Os Ministros dos Tribunais Superiores, do Supremo, os Ministros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral da República e Presidente e dirigentes da ABIN. É isso? O resto é aberto. Abre tudo. Acho que é uma boa proposta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – V.Ex^a pediu a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior. E logo em seguida passo a palavra a V.Ex^a para discutir a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria exatamente ressaltar que isso foi quase que um consenso aqui. Nós discutimos bastante, o Senador Jarbas, o Senador Demóstenes, o Senador Tasso. Então nós... praticamente foi um consenso e, portanto, eu recomendo e voto pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com a palavra para discutir o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, esse último Relatório que foi lido pelo eminente Senador Flexa Ribeiro, da lavra do Senador Tasso Jereissati, é um Relatório que sem dúvida alguma veio a aperfeiçoar a PEC nº. 50, que antes já foi debatida aqui no âmbito desta Comissão. E que agora em face de uma Emenda apresentada, a Emenda de Plenário, o Senador Tasso Jereissati resolveu fazer uma reformulação do seu Relatório anterior fixando mecanismos, a meu ver, mais equilibrados, mais consentâneos com a vontade maioria dos Srs. Senadores. De modo aqui que fixou de modo geral as votações ou as deliberações no âmbito do Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, as deliberações serão feitas mediante o voto aberto ou o voto ostensivo.

Aliás, eu gostaria que em face de uma sugestão que foi dada em outra matéria pelo Senador Demóstenes Torres, eu gostaria que mudasse a expressão “as votações serão abertas”, “as votações serão ostensivas”. Mudar a redação desse art. 51-A, que é uma iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que se colocasse em vez de ser “votações serão abertas”, “votações serão ostensivas”, como já foi aqui decidido pela Comissão de Justiça anteriormente em outra matéria semelhante. Na de nº. 38.

Bom, então de modo geral as votações serão ostensivas, mas existem as exceções que não são a regra. As exceções estão aqui no art. 52 que já foram

lidas pelo nobre Senador ad hoc Flexa Ribeiro. E ainda há a questão do veto. De acordo com o art. 55, será o voto ostensivo. O que é que ele diz aqui? Nos casos do inciso I e II... O voto será apreciado em Sessão conjunta dentro de 30 dias só poderão ser... Em Sessão Pública em escrutínio aberto... Quer dizer, Aberto, é. Ou em votação ostensiva. Então seria em votação ostensiva, né Senador? Seria melhor?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ela foi...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em aberto, colocaríamos em votação ostensiva.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para justificar, no Relatório do Senador Tasso Jereissati ele adotou a expressão votação aberta porque era a que consta na PEC 50 que foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas V.Ex^a. concorda em fazer a substituição...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Votação aberta...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Votação ostensiva.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Voto ostensivo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Ok. Agradeço a V.EX^a. Eram essas sugestões...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Melhora a redação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E voto favorável ao Parecer do Senador Tasso Jereissati com os meus parabéns e as minhas felicitações.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Continua em discussão. Para discutir o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, compreendo que muitos dos Senadores avalia como adequada e com todo respeito o Parecer indicado pelo Senador Flexa Ribeiro. Mas eu aqui manifesto minha preferência pelo voto aberto para tudo. Conforme já votamos inclusive em Plenário. Então assim expresse. Há um avanço em direção ao que havia, mas ainda com algumas limitações e a minha preferência é para sempre todos os votos serem abertos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com a intervenção de V.Ex^a é preciso esclarecer o seguinte, que o Senador Flexa Ribeiro ao acolher a sugestão do Senador ACV e do Senador De-

móstenes Torres acaba incorporando no Relatório dele a expressão “voto ostensivo”, ou “votação ostensiva”. De sorte que para subsistir essa... Para restabelecer a expressão original teria que V.Ex^a requerer destaque da matéria salvo engano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não acredito que a intenção do Senador Suplicy seja votar contra. Ele quer só restabelecer o voto aberto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Só para um esclarecimento.

(falas sobrepostas)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É uma ponderação. Eu sou... O Parecer dele avança em direção a termos mais voto aberto. Mas ainda... Aberto ou ostensivo, não é a questão. Aberto ou ostensivo. Só que eu sou favorável...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – V.Ex^a. quer que vota generalizada-mente...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em todas as questões, em todos os nomes sempre aberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas é apenas uma ressalva, não é nenhuma sugestão. Ou V.Ex^a pretende votar contra? (falas sobrepostas)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero votar no avanço. Houve um avanço. Mas eu sou a favor de avançar mais ainda. Aberto e ostensivo ir-restritamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito bem, é uma consideração de V.Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, é o seguinte. A proposta que estamos analisando que é a PEC nº. 50 ela foi inicialmente apresentada pelo Senador Paulo Paim, que estabelecia o voto ostensivo em todas as situações. E agora o Senador Tasso Jereissati faz um Parecer estabelecendo exceções que já foram aqui referidas. Também a PEC 38 que inicialmente foi de autoria do Senador Sérgio Cabral, hoje Governador do Rio de Janeiro, estabelecia voto aberto em todas as situações. Mas em virtude das discussões que foram aqui feitas, designado o Relator pelo então Presidente, o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, nós alteramos a proposta inicial e apresentamos um substitutivo que vai ser objeto de votação pelo Plenário fixando o voto aberto para a perda de mandato. E deixando que as outras votações fossem objeto de outra Emenda Cons-

titucional. Quem sabe a Emenda nº. 50 vai complementar a Emenda nº. 38. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não havendo mais orador inscrito, dou por encerrada a discussão e vamos então aos votos. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o Parecer do ilustre Relator Flexa Ribeiro, inclusive nos termos da Subemenda que apresenta, permaneçam como estão. Não havendo nenhuma manifestação em contrária, está aprovado o Parecer com a subemenda.

Vamos ao Item seguinte da pauta, que é Emenda de Plenário nº. 2 oferecida a proposta de Emenda à Constituição nº. 86, altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal. Determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores. Autoria da Emenda 2, Plenário, Senador Almeida Lima e outros Senadores. Autoria da proposta, Senador Alvaro Dias e outros Srs. Senadores. Relatoria, Senador Tasso Jereissati, e agora como Relator substituto o Senador Flexa Ribeiro. Parecer é pela rejeição da Emenda nº. 2 de Plenário, e é bom lembrar que no dia 19 de setembro deste ano foi aprovado o Parecer favorável à proposta com a Emenda 1 da CCJ. Concedo a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Valter Pereira, Srs. Senadores. Novamente com muita honra que vou fazer a leitura do Parecer do nobre Senador Tasso Jereissati. Que diz sobre a proposta de Emenda à Constituição nº. 86/2007 cujo primeiro signatário é o Senador Alvaro Dias. Altera o § 2º do art. 255 da Constituição Federal para estabelecer o voto aberto na decretação de perda de mandato de Parlamentar. Nos termos do Parecer nº. 817/2007 de 19 de setembro de 2007 essa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manifestou-se pela aprovação da PEC nº 86/2007 com a Emenda nº. 01 do Relator que torna mais claro o texto de sua Ementa. Encerrada a discussão em primeiro turno, sem debates, a matéria foi objeto de Emenda em Plenário cujo primeiro signatário é o Senador Almeida Lima. Subscrita com número suficiente de Senadores e Senadoras, nos termos regimentais, a Emenda contem dois artigos. O primeiro promove duas mudanças no § 2º do art. 55 da Constituição Federal na redação oferecida pela PEC nº. 86/2007. Trata-se de estabelecer que o voto no qual se decidirá a perda de mandato de Parlamentar nos casos dos incisos I, II e VI do art. 55 seja ostensivo e que a além da ampla defesa seja assegurado também o contraditório. O art. 2º da Emenda determina que aspas, “Resolução específica de cada Casa aprovada em até 60 dias contados da data de promulgação desta Emenda Constitucional definirá procedimentos, prazos, espécies e instâncias recursais,

regras para sua aplicação às relações processuais já formadas à data da promulgação desta Emenda". Fecho aspas. Este é o Relator, Senador Presidente. Vamos à análise.

Argumenta-se em defesa das mudanças que é preciso garantir o contraditório e ampla defesa e evitar as alterações movidas por casuísmo ou revanchismo político. Para isso considera-se necessário a definição nas duas Casas do Congresso Nacional do rito processual por perda de mandato. São pertinentes e defensáveis os argumentos apresentados pelos autores. Entendo todavia que se deve manter o espírito original da proposta tal como aprovada nesta Comissão pelas razões que passo a expor. A expressão "voto aberto" constante no texto original aprovado por esta Comissão é suficientemente clara e, portanto, sua substituição pela expressão "voto ostensivo" não trará nenhum ganho de clareza para a proposição. O mesmo argumento pode ser usado para rejeitar o acréscimo da expressão "contraditório", pois a ampla defesa contempla um processo em que se obedece esse princípio.

Quanto ao estabelecimento de prazo para o Congresso Nacional regulamentar o rito, trata-se de norma de eficácia restrita porque não imperativa e não coercitiva que já foi dito no processo anterior. Norma que impõe procedimentos e prazos sem sanção para o seu não cumprimento pode ser apontada como carente de juridicidade. O não cumprimento da exigência não acarretará sanção ao Congresso Nacional, pois a auto imposição de prazo não tem o poder de fazer com que se cumpra sem imposição de sanção a norma alterada é auto executável. Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Desse modo, o voto é pela rejeição da Emenda de nº. 2 de Plenário e pela manutenção dos termos do Parecer nº. 817/2007.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Bom, feita a leitura do Parecer e voto do Relator, passamos então à discussão. Para discutir, o Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Nós acabamos de aprovar na outra Emenda uma mudança de redação de voto aberto para voto ostensivo. Essa aqui recusa o termo voto ostensivo e mantém o voto aberto. Então nós estamos com uma contradição que a gente tem que resolver.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – É verdade.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Então ou a gente reformula a outra ou aceita essa do voto ostensivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com a palavra o ilustre Relator Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior tem toda razão. Como no Parecer anterior o nobre Senador Tasso Jereissati mantinha o voto aberto porque assim estava aprovado na PEC 50, e por proposição do Plenário nós acatamos a alteração para atendermos o termo "voto ostensivo" ao invés de "voto aberto", eu acato também no Parecer agora lido e faço a alteração dele, deste Parecer acatando a Emenda na parte do "voto ostensivo". Não do contraditório, do voto ostensivo. Ou seja, a rejeição que estava aqui no Parecer passa a ser aceitação parcial com relação à expressão voto ostensivo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Continua em discussão. Senador ACV com a palavra para discutir.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A ponderação do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior já aceita pelo nobre Senador Flexa Ribeiro ela realmente tem sentido. Ela tem o objetivo de harmonizar o Regimento Interno do Senado com os termos que serão utilizados futuramente pela Constituição. Que aqui mesmo na subseção 2 das modalidades de votação do Regimento Interno do Senado se fala em duas modalidades: A votação ostensiva e a votação secreta. De modo que tem todo sentido manter essa expressão votação ostensiva porque aí faremos um casamento perfeito entre o regimento e a Constituição. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Continua em discussão o Parecer do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem mais queira discutir, está encerrada a discussão. Vamos aos votos. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o Parecer do ilustre Relator Senador Flexa Ribeiro, com alteração parcial sugerida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, através de subemenda oral.

No Item 7 da pauta, como foi anunciado pelo ilustre Presidente desta Comissão, Senador Marco Maciel, foi recebida correspondência subscrita pelo Senador Cristovam Buarque nos seguintes termos. Sr. Presidente Marco Maciel, quando nasci em Recife me tornei recifense, e Pernambucano ao mesmo tempo. Quando nasce na Ceilândia é apenas ceilandêz, porque não existe o conceito de distrito federense. Por isso todos que nascem no Distrito Federal, não importa em que cidade, se diz brasiliense. Mas a lei não lhe dá

cobertura. A proposta de Emenda à Constituição nº. 12/2005 que eu submeti ao Senado tenta trazer para cada um que nasce no Distrito Federal o direito de se dizer brasileiro. Apenas isto. Quando nasce no Plano Piloto, não fica bem ser chamado de plano pilotense, ele é brasileiro e duplamente. Como nasce em São Paulo capital é paulistano. E São Paulo Estado é paulista. Pode Parecer uma mudança desnecessária para os 10 mil que nasceram no Plano Piloto em 2007 que já se diz brasileiro, mas significa muito aos outros 33 mil que nasceram nas demais cidades e que não tem razão de serem chamadas de satélites.

Hoje o Distrito Federal tem 48% de sua população nascida dentro do quadrilátero dessas 76% que nasceram fora do Plano Piloto. Dentro de 20 anos, esta relação será de 82%. Todos sem o direito de se dizer brasileiro. A PEC 12/2005 busca corrigir esta falha. Mas diante da reação contrária por não entendimento ou por preconceito, solicito como autor do projeto retirá-lo enquanto fizermos audiências para ouvir a comunidade. Os habitantes de cada cidade do Distrito Federal, Câmara Legislativa, os conselheiros, líderes comunitários, ou Instituto Histórico e Geográfico, o Instituto de Arquitetura, o Governador do DF, o arquiteto Oscar Niemeyer ou seus representantes. Não duvidarei nenhum segundo em retirar definitivamente o projeto se estas audiências passarem a idéia de que ele é inconveniente. Mas espero que antes dela ele seja rejeitado... Aliás, ele não seja rejeitado. Esperando-se anos ainda para que no futuro outro Senador venha apresentar projeto semelhante. Em 28 de novembro de 2007, Senador Cristovam Buarque.

Então, eu... Como o autor não está aqui nesta Sessão, entendo que devamos tirá-la da pauta para ulterior deliberação. Se todos estiverem de acordo, está retirado da pauta. Não havendo nenhuma manifestação em contrária, está sobrestada até segunda ordem.

Nós temos ainda dois itens que poderiam entrar na pauta, mas eu vou limitar-me, dado ao adiantado da hora, a um Item, que é a Mensagem nº. 218, não terminativa, que submete a consideração do Senado Federal nos termos do art. 123 da Constituição Federal o nome do Tenente Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente Brigadeiro-do-Ar Henrique Marine de Sousa. Essa mensagem é de autoria da Presidência da República. O Relator é o Senador Marcelo Crivella, que foi designado pelo Senador Presidente desta Comissão, Marco Maciel.

Então, esta feita a leitura, mas na ausência do Relator e nos termos do art. 383 do Regimento Interno em conformidade com o Ato nº. 1 publicado no Diário

Oficial de 24 de outubro de 2007 essa Presidência comunica aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades dessa Comissão será feita em duas etapas: Na primeira o Relator fará o Relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais. Ocasão em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do Relatório e na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Já na segunda etapa o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e em seguida será realizada a votação em escrutínio secreto. Como está ausente o Relator designado, Senador Marcelo Crivella, fica designado o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior para a leitura do Relatório do Senador Marcelo Crivella sobre a indicação do Tenente Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos. Com a palavra o Senador ACMJ.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Presidente da República faz do Tenente Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar em virtude da aposentadoria do Tenente Brigadeiro-do-Ar Henrique Marine de Sousa. S.Ex^a possui todos os cursos de carreira, bem como o curso de preparação de instrutores da escola de comando Estado Maior da Aeronáutica e curso de superior de defesa continental no Colégio Interamericano de Defesa em Washington, Estados Unidos. Entrando para a força em 1961, tornou-se aspirante em 66, segundo Tenente, Capitão, Major, chegando a Tenente Brigadeiro-do-ar em 2004. O curriculum vitae do Tenente Brigadeiro-do-Ar indica a sua profunda e extensa experiência castrense, tendo exercido as funções de Chefe de Estado Maior da Aeronáutica, Chefe Maior de Defesa do Ministério da Defesa, Secretário de logística e mobilização de ciência e tecnologia do Ministério da Defesa, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, Comandante do terceiro comando regional, e Comandante da Universidade da Força Aérea. No cumprimento de suas missões com mais de sete mil horas de vôo desempenhou funções de relevância com destaque para os relacionados a controle de tráfego aéreo e defesa do espaço aéreo. Atuou ainda como Assessor do Colégio Interamericano de Defesa em Washington, Estados Unidos. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu tinha dito que restavam duas matéria e uma delas é a de V.Ex^a. E então essa matéria solicitada pelo Senador Demóstenes Torres é o Projeto de Lei do Senado nº. 188, terminativo na CAE... aliás, na CAE não, na CE, e que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para estudantes e idosos em espetáculos artístico, culturais e esportivos. Autoria, Senador Eduardo Azeredo e Flávio Arns, e Relatoria do ilustre Senador Demóstenes Torres. Parecer é pela aprovação do projeto com três Emendas que apresenta. Essa matéria será apreciada pela Comissão de Educação em decisão terminativa. Concedo a palavra ao ilustre Senador Demóstenes Torres, para proferir o seu Relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é um projeto de preocupação do Senador Eduardo Azeredo, Senador Flávio Arns, porque a Medida Provisória nº. 2.208 de 17 de dezembro de 2001 bagunçou esse sistema de expedição de carteira de estudante. Criou quase que uma máfia. Hoje na internet, qualquer um tira essa carteira, e isso acaba criando uma série de problemas, principalmente para os produtores de espetáculo.

Os próprios estudantes da UNE, ontem tive oportunidade de me reunir com eles, com os dirigentes, também estão devidamente preocupados, porque algumas entidades estudantis foram compostas sem eleição, sem nada, com o único objetivo de angariar recurso, fabricar essas carteiras de estudante de forma completamente irregular. Então, como liberou para todo mundo, há uma espécie de fraude generalizada na emissão dessas carteiras. Muito bem.

O que propõe o Senador Eduardo Azeredo, Senador Flávio Arns, eu concordo, apenas apresento uma Emenda no meu entendimento para aperfeiçoar um pouco mais essa redação, o que nós estamos propondo? O que eles propõem e que eu concordo?

Primeiro, em relação a quem tem mais de 60 anos não tem problema. É só apresentar sua carteira de identidade comprovando. Em relação ao estudante, será considerada válida a carteira de identificação estudantil, que dará direito ao desconto a confeccionada de conformidade com o modelo padronizado pelo Ministério da Educação, expedida pelo próprio Ministério e pelas Secretarias Distrital e Estaduais de Educação. Porque essa matéria, o Supremo já decidiu, ela é de competência concorrente tanto da União quanto dos Estados. Ou por entidades por ela reconhecidas. É claro que o Ministério da Educação não vai expedir carteira. Ela vai padronizar. Claro que as Secretarias não vão se preocupar com isso. Mas estamos dando essa possibilidade, até porque não podemos restringir,

mas é óbvio que elas vão credenciar algumas instituições, como as universidades ou entidades de direito estudantil que tenham credibilidade, que realmente existam. Então o objetivo é acabar com essa máfia, Senador Presidente, Srs. Senadores e o Senador Eduardo Azeredo juntamente com o Senador Flávio Arns preocupados ambos com essa situação propõem e eu acato. Eu também sugiro que... Nós estamos autorizando, porque nós não podemos criar, que o Poder Executivo uma vez autorizado por nós crie mediante Decreto um Conselho Nacional de Fiscalização, Controle e Regulamentação da meia entrada e da identificação estudantil. Porque mesmo com... Digamos, com esse enxugamento que será feito, muitas vezes isso poderá fazer com que... Como acontecia antigamente. Essas instituições também abusem do direito que lhes for conferido de poder expedir essas carteiras. Então como nós não podemos criar, nós autorizamos o Poder Executivo a criar esse órgão de fiscalização.

Em síntese é isso, Sr. Presidente. Tinha mais algumas matérias que eu achei por bem não... Ainda vai para a Comissão de Educação, que elas sejam discutidas efetivamente lá como a não cumulatividade de promoções, ou seja, que acaba criando um absurdo. Porque na realidade a pessoa quer cobrar cem reais por um show, mas acaba colocando 200 reais para todo mundo. Quem apresenta carteira, ou quem leve um quilo de alimentos, etc, então eu não toquei nesse ponto, porque acho que o Poder Executivo depois vai ter condição através desse Conselho de elaborar regras melhores do que nós estabeleceríamos aqui.

Uma outra questão também era de limitação do número de carteiras, eu também, me pareceu que a matéria seria inconstitucional porque nós vamos estabelecer que 40% aqui vão entrar ou 10% ou 30%... Então o estudante ficaria mais estudante do que o outro.

Então, essas matérias eu deixei de fora para que esse Conselho regulamente, inclusive a fiscalização, o próprio Ministério da Educação e as Secretarias possam devidamente regulamentar essa matéria.

Mas, em síntese, eu mantenho o que o Senador Eduardo Azeredo deseja, o Senador Flávio Arns deseja, os dois desejam que é justamente acabar com essa máfia de expedição de carteira de estudante, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Em discussão o Parecer do ilustre Senador Demóstenes Torres. Com a palavra para discutir o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, apenas para agradecer o Relatório do Senador Demóstenes, que corrige realmente essa questão da inconstitucionalidade, e lembrar que esse

projeto vem sendo discutido há mais de três anos, é fruto de um consenso com as entidades estudantis, com os artistas, com as entidades realizadoras de eventos, nós tivemos várias Audiências Públicas aqui no Senado, das quais participamos, e o que se busca é exatamente o benefício final da pessoa que tem direito à meia entrada. Veja que hoje as estatísticas são assustadoras. Em teatros chega a 80, 90% de meias entradas. Em cinemas 70%. O que acaba acontecendo é que a meia entrada desaparece. Porque ela está desmoralizada fruto da fraude que acontece. Então o projeto acabará beneficiando aos estudantes que realmente terão direito a uma meia entrada. De maneira que eu agradeço ao Senador e voto evidentemente pedindo voto favorável de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEB-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero dar um depoimento aqui apoiando o projeto e o Relatório projeto do Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Arns e Relatório do Senador Demóstenes porque na Bahia isso virou um caos. Ou seja, os eventos culturais musicais passaram a ter sérios problemas, inclusive relatado, eles dobram o preço e dão meia entrada. Quer dizer, se uma vez que for regulamentado, haverá cobrança justa da meia entrada e o preço justo também para aquele que não tem direito à meia entrada. Então era preciso haver uma regulamentação mais forte e esse projeto caminha nessa direção e eu também voto favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Para discutir Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Valter Pereira, apenas para parabenizar o Senador Eduardo Azeredo, Senador Flávio Arns e o Relator Senador Demóstenes Torres pela forma correta de regulamentar o benefício para pagamento de meia entrada para estudantes, idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos. Já havia necessidade realmente de se ter uma legislação que pudesse ordenar a liberação desse benefício para essas categorias. Então, quero apenas parabenizar e declarar o voto a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Bom, como não tem ninguém inscrito para abordar este assunto, eu pediria a vênua aos componentes dessa Comissão para emitir também um juízo de valor a esse respeito. E não vou discutir o mérito, porque o mérito foi muito bem sustentado pelo Senador Demóstenes Torres, pelo Senador Azeredo

que é um dos autores e pelos demais componentes que usaram da palavra.

Todavia eu gostaria de chamar atenção aqui, e veja que eu sou componente da base de apoio do Governo. Faço parte da base governista. Mas uma crítica que historicamente venho fazendo, mesmo antes de assumir a minha cadeira aqui no Senado, é quanto ao abuso das Medidas Provisórias. E aqui vai uma indagação. Uma indagação a V.Ex^{as}. Uma Medida Provisória para regular desconto de ingressos em espetáculos. Onde está o cabimento? Onde está a relevância? Onde está a urgência? Onde está a constitucionalidade da Medida Provisória? Efetivamente eu faço esse alerta chamando atenção e dando a contribuição para o Governo. Eu acho que o Governo tem que efetivamente prestar mais atenção nisso. Quantas vezes sofrem duras críticas no Plenário desta Casa simplesmente por imprudências como essa aqui. Quer dizer, não tem efetivamente cabimento uma Medida Provisória para regular uma atividade como essa aqui, regular concessão de desconto para espetáculos. Do meu entendimento, a relevância e a urgência que estão... Que são requisitos constitucionais, são aquelas que realmente estão ligadas a imprevisibilidade, aos danos que podem ser causados. Aí sim. Mas quando se vê uma matéria desta natureza regulada por Medida Provisória já se percebe com toda clareza que há efetivamente um abuso na emissão de Medidas Provisórias. V.Ex^a quer discutir, Senador?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quero pedir vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Quer pedir vistas?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não há problema de pedir vistas. Se o Plenário concorda está concedida vistas a V.Ex^a. É regimental.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, quero só pedir ao Senador Inácio Arruda... Isso, como eu disse aqui, tem três anos de discussão, é consenso entre os estudantes, os artistas... Tudo bem. Claro que...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Se não tiver nenhuma dificuldade nós votaremos a matéria na Sessão seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Trata-se de uma prerrogativa do Senador. Então o Senador Inácio Arruda tem vista dessa relevante matéria que trata de desconto de ingresso em espetáculos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Inácio Arruda chegou agora, nesse instante, parece que veio só para pedir vistas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu não vim só para pedir vista, é porque eu cheguei agora, então vou ter que pedir vistas para poder analisar o projeto. Senão não consigo votar. Agradeço a V.Ex^a o atendimento da prerrogativa, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Quer ouvir o Relatório de novo? O Senador Demóstenes está pronto para fazer a leitura.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu não vou pedir esse sacrifício. Prefiro ler o relatório com mais calma.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Se V.Ex^a quiser eu faço também uma síntese. (risos) Faço uma síntese. A matéria é uma Medida Provisória que se pretende revogar que foi utilizada para conceder, para regular descontos em cinemas, teatros...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu participei já das discussões na Comissão... Estou acompanhando a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Esta acompanhando a matéria. Então V.Ex^a tem vistas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Valter Pereira, parece que o Senador Inácio Arruda da mesma forma que V.Ex^a é pertencente à base do Governo, mas ele pensa de forma diferenciada de V.Ex^a. V.Ex^a colocou a sua posição que é da base do Governo, acho que não concorda com a forma açodada com que o Governo encaminha as Medidas Provisórias, e colocou como exemplo claro essa questão da meia entrada por Medida Provisória. Talvez o Senador Inácio Arruda, como esse é legitimamente da base do Governo, de não... De acompanhar...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Protesto. Porque eu também sou legitimamente da base do Governo.

(risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – No sentido de acompanhar...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Senador Flexa quer confundir a base do Governo. Não vamos cair nessa esparrela de jeito nenhum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, Senador Inácio Arruda. É que talvez V.Ex^a não queira vir aqui para derrubar a Medida Provisória que já foi dito que trouxe ao invés de trazer... Trouxe complicações. Mas tudo bem. É direito regimental de V.Ex^a concedido vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Está concedido vista. Mas eu gostaria de lembrar outro detalhe importante. Essa Medida Provisória é de 2001. Veja como é que o cachimbo fez a boca torta do Governo. Então, de 2001.

Então, é um hábito, é uma rotina que é antiga... E que vem inclusive do Governo do tucano, Excelência. É preciso reconhecer isso. Está cheio de tucano também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É anterior. Mas nunca antes nesse País se editou tanta Medida Provisória como nesse Governo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Foi o Senador Romero Jucá que defendeu naquela época.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Vamos fazer as contas, Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Em função do adiantado da hora, eu gostaria de pedir vênio do Plenário... Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria de registrar a presença...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, estou aqui ao meu lado o Senador Valadares que acompanhou atentamente o Relatório do Senador Demóstenes, e está aqui fazendo comentários sobre o justo Parecer de V.Ex^a, e de que a matéria ainda vai à Comissão de Educação onde é terminativo, então digamos assim, no mérito seria mais apropriado nós discutirmos, embora essa matéria está sendo discutida na Comissão de Educação, embora estive aqui está sendo discutida na Comissão de Educação, fosse mais adequado, já que as questões que eu tenho são no mérito e não na questão da constitucionalidade eu gostaria de retirar o pedido de vista para examinar a matéria da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então, com a retirada do pedido de vista, antes de encerrar a Sessão nós vamos colocar a matéria em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada por unanimidade antes que outro venha aqui pedir o pedido de vistas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Muito obrigado pelo atendimento de nossos apelos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só para fazer um registro, Presidente Valter Pereira, que se encontra presente aqui no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça um grupo de alunos do Co-

légio Ideal do meu Estado, do Pará, da capital Belém, acompanhado do Prof. Marcelo Rufino de Oliveira, são 11 alunos que fizeram de Belém prestar vestibular na UnB, em várias universidades em vários cursos. E eu quero saudá-los. Eles estão percorrendo o Congresso Nacional, assistindo como é que se faz o trabalho Parlamentar e se encontram agora aqui na Comissão de Constituição e Justiça lá na Tribuna e ao saudar os alunos eu quero só mandar também um abraço aos diretores do Colégio Ideal, que é um colégio que vai desde o ensino de primeiro grau até o ensino universitário. Diretores, professores, Messias, Prof^{ra}. Leide, Prof. Trindade que são amigos nossos de muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – A Mesa se associa às homenagens prestadas pelo Senador Flexa Ribeiro a professores e alunos do Pará que se encontram em visita à Comissão de Constituição e Justiça, pugnando para que tenham o melhor aproveitamento possível na visita que fazem a esta Casa do Congresso Nacional.

Está encerrada esta Sessão.

(Sessão encerrada às 12h58.)

Ata da 49ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e dois minutos, do dia cinco de dezembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Eptácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, João Ribeiro, Inácio Arruda, César Borges, Marcelo Crivella, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, José Agripino, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Registra-se a presença do Senador Romeu Tuma, do Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica Brigadeiro-do-Ar Átila Maia da Rocha e do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cherubin Rosa Filho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da

Pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 218, DE 2007** (Mensagem nº 881, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO – “Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza”.

Autoria: Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Parecer:** Votação Secreta. Em 28/11/2007, foi apresentado e discutido o Relatório do Senador Marcelo Crivella e concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à **primeira etapa** do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. Na presente Reunião, é procedida a arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do Ato supracitado, referente à **segunda etapa** do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para compor o Superior Tribunal Militar, com vinte e um votos favoráveis e um voto em branco. **ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2006**, “Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira”. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Eptácio Cafeteira. **Parecer:** Pela aprovação da Proposta com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Passa-se à apreciação da matéria incluída como EXTRAPAUTA **ITEM 1) EMENDAS DE PLENÁRIO nºs 1 a 19** oferecidas à **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007** (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados) “CPMF e DRU”, “Prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”. **Autoria das Emendas de Plenário nºs 1 a 19:** Senadores Osmar Dias, Alvaro Dias, Senadora Maria do Carmo Alves, Senadores José Agripino, Antonio Carlos Júnior, José Agripino, Osmar Dias, Efraim Moraes, Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Júnior, Eliseu Rezende, Efraim Moraes, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Demóstenes Torres, Senadora Kátia Abreu, Kátia Abreu, Senador Pedro Simon e Senador Geraldo Mesquita Junior, respectivamente. **Autoria da Proposta:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Parecer:** Pela rejeição das Emendas nºs 1-PLEN a 19-PLEN, e pela apresentação de uma Emenda de Redação. Em 13/11/2007, foi aprovado o Voto em Separado do Senador Romero Jucá favorável à Proposta e contrário

às Emendas nºs 1 a 16, apresentadas no âmbito da CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela rejeição das Emendas nºs 1-PLEN a 19-PLEN e pela apresentação da Emenda de Redação nº 20-CCJ à Proposta. Após Destacada, é rejeitada a Emenda nº 2-PLEN. REQUE-RIMENTO APRECIADO – 1) REQUERIMENTO Nº 39, DE 2007-CCJ, “Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 2-PLEN oferecida à PEC nº 89, de 2007”.

Autoria: Senador Alvaro Dias. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e cinquenta e oito minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **2)** OFS Nº 32, DE 1996; **3)** OFS Nº 51, DE 2007; **4)** PEC Nº 11, DE 2003 (Tramita em conjunto com as PEC's nºs 8 e 42, de 2004; nºs 1, 12, 18 e 55, de 2007); **5)** PLS Nº 9, DE 2007; **6)** PLS Nº 10, DE 2007; **7)** PLS Nº 217, DE 2006; **8)** PLS Nº 88, DE 2007; **9)** EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 oferecida à PEC Nº 59, DE 2005; **10)** PLS Nº 197, DE 2005; **11)** PLS Nº 85, DE 2007; **13)** PLS Nº 367, de 2003 (Tramita em conjunto com os PLS's nºs 21 e 36, de 2004); **14)** PLS Nº 86, de 2005; e **15)** RQS Nº 1230, de 2007; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 49ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: Item 1 – Mensagem (SF) Nº 218, de 2007 (Mensagem nº 881, de 2007, na origem), de iniciativa do Presidente da República, matéria não terminativa. “Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 123, da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para exercer o cargo de Ministro no Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza”. Como já tive ocasião de salientar, a autoria da proposição é da Presidência da República, sendo que o Relator é o Senador Marcelo Crivella. O Parecer é oferecido, portanto, pelo Relator, e a votação é secre-

ta. Esta presidência comunica que em 28.11.2007 foi apresentado e discutido o relatório do Senador Marcelo Crivella e concedida automaticamente vista coletiva, conforme disposto no artigo 2º, alínea “a”, §§ 1º e 2º do Ato nº 01, de 2007, CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. Na presente reunião procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b”, do artigo 2º, do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta Comissão.

Convido os nobres Senadores Aloízio Mercadante e Jarbas Vasconcelos para conduzirem o convidado ao recinto da reunião. Consulto ao nobre Senador Marcelo Crivella, Relator da proposição, se deseja fazer uso da palavra para as suas considerações.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Consulto também se S. Ex^a. deseja fazê-lo aqui da mesa para que a sua exposição possa ser melhor apreciada pelos membros da Comissão. Com a palavra o Relator da matéria, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, Sras. Senadoras Kátia Abreu e Ideli Salvatti, Srs. Senadores, Sr. José Américo dos Santos, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da rádio Senado.

É com muita honra, Sr. Presidente, que eu venho apresentar o relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 218, de 21 de novembro de 2007, do Sr. Presidente da República, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 126 da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza. Essa Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar em virtude, como eu disse, da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos Ministros do Superior Tribunal Militar. Atendendo a preceito regimental, o *curriculum vitae* do interessado foi encaminhado juntamente com a Mensagem. Segundo referido documento, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, filho de

Antônio dos Santos e Cândida de Jesus dos Santos, nasceu em 13 de janeiro de 1945, no Rio de Janeiro. S. Ex^a. possui todos os cursos de carreira, bem como cursos de preparação de instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – ECEMA, o curso superior de Defesa Continental do Colégio Interamericano de Defesa em Washington. Entrando para a Força em 1961, tornou-se Aspirante em 1966, Segundo-Tenente em 1967, Primeiro-Tenente em 1969, foi promovido a Capitão em 1972, a Major em 1976, a Tenente-Coronel em 1983, a Coronel em 1990, e em 1996, onze anos atrás, alcançou o posto de Brigadeiro-do-Ar, de Major-Brigadeiro-do-Ar em 2000 e de Tenente-Brigadeiro-do-Ar em 2004.

O *currículo* do Tenente-Brigadeiro-do-Ar indica sua profunda e extensa experiência castrense. Entre suas inúmeras funções destacam-se a de Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica desde abril de 2007, de Chefe do Estado-Maior de Defesa do Ministério da Defesa em 2006 e 2007, da Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa em 2005 e 2006, de Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo em 2004 a 2005, Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional em 2002 a 2003, e de Comandante da Universidade da Força Aérea de 1999 a 2000. No cumprimento de suas missões, com mais de sete mil horas de voo, desempenhou funções de relevância, com destaque para as relacionadas a controle de tráfego aéreo e a defesa do espaço aéreo. Atuou, ainda, como assessor do Colégio Interamericano de Defesa em Washington, DC.

O militar em apreço foi agraciado com diversas condecorações, nacionais e estrangeiras, com destaque para as brasileiras, a saber: a Ordem do Mérito Aeronáutico – Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar – Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval – Grande Oficial; Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grande Oficial; Ordem do Mérito Rio Branco – Grã-Cruz. No exterior destacam-se a Medalha Bernardo O'Higgins, do Chile, no Grau de Grande Oficial; a Medalha da Junta Interamericana de Defesa e a Medalha da Cruz de Ex-Combatente, da Polônia.

Tendo em vista, Sr. Presidente, a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. Portanto, Srs. Senadores, membros dessa Comissão, é com o maior orgulho e como Senador do Estado do Rio de Janeiro que eu apresento a indicação do Exmo. Sr. Presidente da República do nome do meu conterrâneo José Américo dos Santos, cujo *currículo* não deixa qualquer dúvida, não deixa pairar qualquer sombra de dúvida sobre sua competência. É uma vida tecida no estudo, no trabalho, na bondade e, sobretudo, nessa inflexível

determinação de preservar e servir os valores perenes da nossa Pátria. É, portanto, um brasileiro ilustre, orgulho do povo fluminense que ora se submete à sabatina nessa Comissão e para quem devotadamente peço o voto dos meus pares. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Proferido o Parecer do Relator, o nobre Senador Marcelo Crivella, eu concedo agora a palavra, por até dez minutos, ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para sua exposição. Com a palavra S. Ex^a.

SR. JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS: Muito obrigado Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Marco Maciel, Exmo. Sr. Relator Senador Marcelo Crivella, a quem eu agradeço as bondosas palavras, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores.

Inicialmente gostaria de externar a minha satisfação e grande honra em comparecer a esta Audiência no Senado do meu país. Este momento reveste-se de especial atenção para a minha emoção, haja visto que estou há mais de quarenta e seis anos servindo à Nação brasileira nas asas soberanas da minha amada Força Aérea Brasileira, desde o dia 06 de março de 1961, mas ainda no instante em que o meu nome está sendo apreciado para substituir o eminente Ministro do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, por força de sua aposentadoria.

Relembro a minha vida simples no Rio de Janeiro quando trabalhava duro com o meu pai, português, chegado ao Brasil em 1941, na área de comércio de restaurantes e botequins. Era uma vida repleta de sacrifícios, mas eu ainda tinha algum tempo para visualizar, com brilho nos olhos, as aeronaves que cruzavam os céus da cidade mais linda do Brasil, que é o Rio de Janeiro.

Assim, após um difícil concurso público eu entrava para a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, localizada em Barbacena, em 1961. A minha vida de Tenente foi repleta de emoções, mas não esqueço nunca a realização de inúmeras missões de transporte aéreo nos antigos C-47 e os vôos especialmente para a região da Amazônia, quando levava medicamentos, comida para as povoações menos atendidas naquela região gigantesca. Sem dúvida, para um jovem carioca, aquelas eram efetivas lições de cidadania e de aprendizado em relação à nossa Pátria.

Ainda como Capitão consegui tornar-me bacharel em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Unificado aqui da nossa cidade de Brasília. Após este período, como assistente do eminente e saudoso Mi-

nistro do Superior Tribunal Militar, Tenente Brigadeiro Carlos Alberto de Oliveira Sampaio, estive naquela organização do Poder Judiciário por um período de dois anos. Foi uma época de grande aprendizado, pois ganhei experiência como chefe do gabinete do Ministro Presidente, atuando como coordenador das atividades de reestruturação dos gabinetes dos Ministros daquela Corte e como coordenador dos processos administrativos e jurídicos de responsabilidade do gabinete. Mais tarde, aproveitaria estes ensinamentos no Superior Tribunal Militar ao participar como aluno no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Distrito Federal, cursando algumas disciplinas na área de direito.

Ainda como Major fui piloto presidencial das aeronaves Boeing 737 do Grupo de Transporte, onde passei seis anos da minha vida profissional.

Com muito orgulho posso afirmar que, após sete mil horas de vôo como Oficial Aviador da Força Aérea Brasileira, conheço todo o território brasileiro, sem exceção. Durante o período vivido na Força Aérea também posso dizer que a área de ensino é a minha paixão. Foram mais de onze anos como instrutor de Cadetes, instrutor de vôo, SubComandante Chefe do Departamento de Ensino da Escola Preparatória de Cadetes do Ar em Barbacena, Comandante da nossa Universidade da Força Aérea e da Escola de Comando Estado-Maior da aeronáutica, ambas situadas no Campus Universitário do Campo dos Afonsos. Por essa afinidade com a área de ensino fui designado para representar a Força Aérea no Colégio Interamericano de Defesa, situado em Washington, nos Estados Unidos, por um período de dois anos, onde realizei o Curso Superior de Defesa Continental.

Após ter comandado a Universidade da Força Aérea e a Escola de Comando Estado-Maior, fui designado como chefe do gabinete do ex-Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Carlos de Almeida Batista, quando tive a oportunidade de interagir com inúmeros órgãos do Governo brasileiro, especialmente quanto ao atendimento de solicitações emanadas desta Casa.

Em seguida, fui transferido para o Terceiro Comando Aéreo Regional, com sede na cidade do Rio de Janeiro, sendo responsável pelo Comando da Aeronáutica de uma área enorme dos Estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Efetivamente foi um período de grande atividade em que tivemos diversos contatos com as lideranças políticas desses Estados, especialmente nas áreas relativas à segurança, coordenando a atuação de aproximadamente vinte e três mil civis e militares, algo em torno de 33% do efetivo do Comando da Aeronáutica. No decorrer da minha vida militar na Força Aérea fui Comandante de

diversas Organizações, sempre mantendo excelentes contatos com os integrantes do Poder Judiciário nas esferas estadual, municipal e federal.

Da mesma forma sou sincero em afirmar que o que mais me orgulha é a experiência acumulada nesses quarenta e seis anos em praticamente todas as áreas de atuação do Comando da Aeronáutica: área de ensino, de pessoal, logística, aviação civil, operações áreas, defesa aérea do nosso país e controle do espaço aéreo.

Nos anos de 2005 e 2006 atuei como Chefe Estadual da Defesa, sendo responsável pela substituição e deslocamento de contingentes da nossa Força de Paz no Haiti, cujo montante creio que deva ter excedido a dois mil e quatrocentos militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea, em relação à Força de Paz de mil e duzentos homens que o Brasil mantém naquele país irmão, e também responsável pelas manobras combinadas envolvendo os efetivos das três Forças.

Finalmente, como Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, recebi a incumbência do meu Comandante, Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, de ser responsável pela estruturação de todo o planejamento estratégico da Força Aérea, cujo horizonte alcança o ano de 2023.

Efetivamente nunca poderia imaginar que o destino iria me conduzir até o dia de hoje, sendo oportuno finalizar dizendo que a minha carreira militar serviu como base de sustentação e preparação para o cargo que ora estou sendo apreciado.

Após estas considerações, Sr. Presidente, gostaria de tratar alguma coisa relativa à minha vida profissional, afirmando que a minha conduta eu tenho pautado de forma a honrar os compromissos assumidos por ocasião do juramento proferido perante a Bandeira Nacional. Assim sendo, agradeço a atenção de todos, colocando-me à disposição para esclarecimentos julgados necessários, reafirmando o meu compromisso de que no desempenho de minhas funções, caso venha a ser aprovado como Ministro do Superior Tribunal Militar, observarei fielmente as leis existentes, em especial a nossa Carta Magna e os princípios da ética e da moralidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos agora, dando seqüência a esta sabatina, após a exposição do indicado, Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, eu concedo a palavra para interpelar ao primeiro orador inscrito, que é o Senador Eduardo Suplicy. Tem S. Ex^a. a palavra. O segundo será o Senador Aloizio Mercadante e o terceiro o Senador Valter Pereira, Vice-Presidente desta Comissão.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente Senador Marco Maciel, Senador Marcelo

Crivella, Relator, prezado Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos. A trajetória, a contribuição de V. Ex^a. para a Aeronáutica, tendo funções tão significativas nas Forças Armadas, o credenciam de maneira extraordinária para o Superior Tribunal Militar.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas bastante objetivas. 1) A Constituição, em seu artigo 142, § 2º, afirma que não haverá *habeas-corpus* em relação a punições disciplinares militares. Qual a sua opinião a respeito dessa restrição? 2) A Constituição Federal determinou que a participação dos militares nos partidos políticos é vinculada à saída da ativa, conforme o artigo 142, inciso V. Como V. S^a. analisa essa disposição constitucional? 3) O trânsito em julgado de sentença condenatória na Justiça Comum, em processos contra militares, não seria suficiente para a decretação do afastamento do oficialato? A razão dessa pergunta é porque hoje é necessário um novo julgamento por um Tribunal Militar para determinar se a condenação na Justiça Comum significará o afastamento do oficialato. 4) Finalmente, uma pergunta sobre a Bandeira brasileira. O senhor sabe que isto é relatado em Os Sertões, inclusive na peça que foi encenada em Canudos, nos últimos dias, na primeira parte “A Terra e o Homem” há a cena em que está se propondo ao Brasil da época, logo após a proclamação da República, que se coloque na Bandeira brasileira “Amor, Ordem e Progresso”, que inclusive era a proposição dos positivistas, Augusto Conte e outros. Entretanto, houve um movimento, que é mostrado na cena da peça Os Sertões, que alguns acharam que “Amor” era algo que não deveria estar. Entretanto, há alguns, inclusive o nosso saudoso Senador Darcy Ribeiro, publicitários como Carlito Maia, o Deputado Chico Alencar que apresentou proposta nesse sentido, de que seria próprio que se restabelecesse a proposição original. Tendo em conta que V. S^a., por sua trajetória e respeito à Bandeira brasileira, como nós conhecemos das solenidades das Forças Armadas que sempre estão homenageando a Bandeira brasileira, eu agradeceria se puder nos dar a sua reflexão sobre esta iniciativa, se considera que ela poderia ser seriamente considerada, sendo que obviamente disto dependeria de uma decisão do Congresso Nacional, mas, como me parece algo que merece pelo menos uma reflexão, eu gostaria de ouvi-lo a respeito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu vou conceder a seguir a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante e S. Ex^a., o indicado, Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos responderá às duas interpelações, até por um processo de economia de tempo. Eu gostaria, antes de dar a palavra ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo

dos Santos, de registrar a presença aqui do Tenente-Brigadeiro-do-Ar, ex-Ministro do STM, Cherubim Rosa Filho, e também do Brigadeiro-do-Ar Átila Maia da Rocha, que é o Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica junto ao Congresso Nacional. Com a palavra o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Sr. Presidente Senador Marco Maciel, eu queria inicialmente parabenizar o Relator, Senador Marcelo Crivella, pela forma como expôs o *curriculum*, a trajetória profissional e a competência inegável do Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para exercer essa função, importante para as Forças Armadas, junto ao Superior Tribunal Militar.

Eu queria primeiro expressar aqui o meu reconhecimento por uma vida de quarenta e seis anos prestada à Força Aérea do Brasil, que não é qualquer coisa, e principalmente na passagem em que V. Ex^a. lembra, voar a Amazônia naqueles Douglas DC-3, eu tive essa experiência também. Naquele tempo, sou filho de uma família militar, era o único transporte possível para algumas regiões do país, e principalmente naquele Douglas Pára-quedista, assento de ferro, pela janela entrava vento direto, a turbulência, porque andava numa faixa de muito mais turbulência que os aviões voam hoje, portanto, eu acho que era um trabalho heróico, importante, de integração nacional, de transporte, de infra-estrutura, sobretudo de atendimento àquela população que está na fronteira do Brasil, muitas vezes num posto militar, uma prelação, que a Força Aérea é a única que presta serviços. Queria aqui, portanto, reconhecer publicamente esse trabalho que até hoje é indispensável e que foi fundamental para manter a integração nacional e a construção dessa Nação. Eu queria, portanto, parabenizar a todos os servidores das Forças Armadas Brasileiras.

Eu me sinto contemplado com as perguntas do ponto de vista do desafio jurídico de exercer essa função no Tribunal Superior Militar expressa pelo Senador Suplicy, mas a minha pergunta é uma só: quais são, do ponto de vista de V. Ex^a., as principais diretrizes do planejamento estratégico da Força Aérea para esse próximo período? Eu sinto que nós temos tido primeiro um investimento muito baixo em termos de equipamento e modernização das Forças ao longo dos últimos anos, é uma coisa que não pode mais continuar, o Brasil tem que modernizar as suas Forças Armadas, tem que fortalecer a profissionalização, a capacidade de mobilidade, sobretudo na Amazônia, e eu entendo que algumas Forças perderam um pouco esse planejamento estratégico. Exemplo claro é a Marinha que tinha um investimento muito grande, importante, estratégico, em termos de submarinos para preservar o Atlântico

Sul, o projeto do submarino nuclear, e a compra, por exemplo, de um porta-aviões, que são mais de dois mil homens embarcados, o custo operacional é uma mudança total de foco, e a oportunidade de compra que a França ofereceu eu não sei se deveria ser de fato a prioridade de investimento da Marinha Brasileira. Portanto, eu gostaria de saber quais são as diretrizes fundamentais de planejamento estratégico e como implementar essa estratégia ao longo dos próximos anos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para comentar as indagações e interpelações feitas pelos nobres Senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante.

SR. JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS: Muito obrigado Sr. Presidente. Senador Suplicy, é uma honra estarmos juntos aqui e podermos então comentar os pontos que o senhor apresentou.

Em relação ao *habeas corpus* relativo a transgressões disciplinares, eu acredito que em termos de transgressões disciplinares, para manter a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas, o texto constitucional, ora em vigor, ele está adequado, Senador. É muito comum com relação a transgressões disciplinares alguns juízes de primeira instância concederem a liminar sustentando aquela punição. Normalmente a Força tem apelado e numa segunda etapa esta punição tem sido mantida, porque ela consta do texto constitucional. Tem havido um critério bem definido, principalmente na minha Força, em relação a dar a todos todas as condições para aqueles que cometem transgressões disciplinares, ou seja, o direito ao contraditório, a presença sempre de testemunhas, de tal forma que o procedimento hoje existente no Comando da Aeronáutica, na Força Aérea, para esse caso nós consideramos adequado, Sr. Senador. Esta é a resposta em relação ao seu primeiro questionamento.

Participação de militares. Eu já comandeí mais de dez organizações militares e sempre tratamos com muito carinho aqueles servidores na Nação militares que pretendem se candidatar a qualquer cargo eletivo no país. Esse afastamento é extremamente saudável porque impede qualquer tipo de envolvimento político dentro do quartel. Então eu digo para o senhor, sem sombra de dúvida, tive diversos Oficiais, Sargentos, Taifeiros, que sempre também profissionalmente respeitaram as normas existentes e nunca fizeram qualquer tipo de campanha dentro dos quartéis. Eu considero extremamente salutar que se mantenha esse afastamento do servidor militar para que ele possa, então, tomar todas as medidas julgadas necessárias para verificar se consegue alcançar este cargo, mas

da forma como está colocado hoje eu vejo sempre que está sempre adequado, Senador.

Com relação ao terceiro item, do trânsito em julgado e que teria que ser submetido aqui ao afastamento do Oficial, existe uma estrutura bem definida na área militar com relação às auditorias, e à instância superior e o Superior Tribunal Militar, que é o órgão para o caso de Oficiais Generais que é o órgão competente para nos julgar, mas eu acredito que desta forma também está bem colocado. Eu não faria nenhuma restrição, Sr. Senador.

A quarta pergunta é a mais difícil, devido ao conhecimento do senhor, mas eu diria, até o nosso Senador Crivella conhece a nossa família, a palavra “amor. Eu acho que essa palavra é muito importante e temos que viver com ela dentro do nosso espírito. Eu tenho amor à minha Pátria, à minha Força Aérea, à minha família. Eu acho que toda hora, quando nós visualizamos a Bandeira do Brasil, ela está dentro de nós. Eu gostaria de manter o “Ordem e Progresso”, mas o amor está intrínseco, Senador, e eu sei que o senhor é uma pessoa que também sempre prima por essa palavra em todos os seus procedimentos. Eu gostaria de agradecer o livro que o senhor me deu. Não tive tempo ainda de ler.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS: Senador Aloizio Mercadante, muito obrigado pelas bondosas palavras. O planejamento estratégico da Força Aérea, que está sendo encaminhado ao Ministro Jobim e que prevê um horizonte de dezesseis anos até o ano de 2023, ele está caminhando bem, dentro dos recursos que estão sendo alocados, aquilo que a Nação pode efetivamente colocar. O Brigadeiro Saito, nosso Comandante, desde que assumiu o Comando tem dado uma especial atenção às missões de caráter social. Por isso, então, que uma das primeiras prioridades do nosso Comandante foi submeter à apreciação do Ministério da Defesa a compra de aeronaves para substituir o já idoso Búfalo. Eu sei que quando o senhor era jovem, como eu, nós voávamos no C-47, eu pilotando e o senhor como passageiro, mas hoje nós temos que ter uma aeronave para substituir e dar apoio principalmente às organizações do Exército situadas na faixa de fronteira de toda a Amazônia nossa. Então essa aeronave, que foi comprada da Espanha porque não tínhamos aqui no país, ela está prestando excelentes serviços já, dando apoio ao nosso Exército. Esse foi um dos primeiros compromissos do Comandante Saito. O segundo compromisso dele é sempre, em toda a compra, em toda a manutenção, sempre verificar a indústria de defesa nacional. Então nós temos uma série

de contratos com a nossa empresa brasileira, a EM-BRAER, e sempre que possível ... e hoje temos certeza em afirmar que 78% de todo o material, equipamento aéreo da Força Aérea Brasileira, ou foi construído ou está sofrendo transformações modernas nas empresas nacionais. Então o compromisso da Força Aérea sempre é privilegiar a indústria de defesa nacional. O terceiro ponto, depois que o nosso Comandante esteve aqui nesta Casa, no Senado Federal, na CREDEN, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é relativo à aquisição de uma aeronave supersônica que possa efetivamente garantir a superioridade aérea e a soberania do espaço aéreo brasileiro. Então eu daria para o senhor, Senador Mercadante, que o planejamento estratégico da Força Aérea está coerente com a nossa visão para a defesa e cumprimento da missão constitucional nossa. Eu não tenho dúvida nenhuma em afirmar. Este plano estratégico tem mais de quinze projetos, todos eles numa velocidade compatível e coerente com os recursos alocados, eles estão efetivamente coerentes com a estratégia de se manter no país uma Força Aérea capaz de cumprir a sua missão constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de darmos seqüência às interpelações, eu gostaria de lembrar que o primeiro inscrito agora é o Senador Valter Pereira, a seguir a Senadora Kátia Abreu, o Senador Sibá Machado, e, por fim, o Senador Adelmir Santana. São os quatro interpeladores inscritos. Antes, porém, eu gostaria de iniciar o processo de votação, podendo colher aqui na presidência as cédulas para que possam proferir o voto, que é, como V. Ex^{as}. sabem, secreto, até por imposição constitucional. Portanto, concedo agora a palavra, dando seqüência às interpelações, ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nobre Senador Valter Pereira. Tem S. Ex^a. a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Obrigado, Sr. Presidente. Tenente-Brigadeiro José Américo, quem examinar o *curriculum* de V. Ex^a. sabe muito bem que está preparado para assumir essa honrosa função para a qual V. Ex^a. fora designado. O que se observa claramente é que trata-se de um Oficial General dotado dos melhores títulos e de grande experiência na área em que atua durante toda a sua vida castrense. Portanto, V. Ex^a. não vai ter nenhuma dificuldade, já que não faltam a V. Ex^a. as credenciais para exercer o mister para o qual fora designado.

Eu gostaria de fazer alguns questionamentos, o primeiro dos quais é sobre o conhecimento jurídico que é indispensável para quem vai exercer uma função judicante. V. Ex^a., pelo que eu observei, tem um conhecimento holístico. Além da sua atividade profissional, V.

Ex^a. bacharelou-se em Administração de Empresas e andou fazendo umas incursões também pela área do direito. Iniciou o seu curso de Ciências Jurídicas e depois o interrompeu, porém, deve ter absorvido algum conhecimento que lhe vai ser útil nessa nova empreitada. Mas a indagação que eu faria é sobre a questão do direito dentro da cultura militar, porque não são todos os Oficiais Generais que se submetem à apreciação desta Comissão que conseguem romper essa área do conhecimento militar para adentrar ao direito, à administração de empresa, como V. Ex^a. exhibe em seu *curriculum*. Então eu gostaria depois que V. Ex^a. discorresse sobre o conhecimento do direito para o militar que não adentra a essas outras áreas através da busca de uma formação acadêmica formal.

A outra indagação que eu gostaria que V. Ex^a. respondesse é sobre a questão da reestruturação e da modernização do sistema operacional da Força Aérea Brasileira. Hoje há uma discussão, latente ainda na área do Governo e na própria sociedade, sobre a necessidade da modernização, sobre a decisão política do Governo de adquirir novos equipamentos, e uma celeuma muito grande sobre qual tipo de equipamento que deva ser importado. Existe aí uma discussão sobre a tecnologia russa, sobre os equipamentos franceses, os americanos estão também ávidos para fornecer esses equipamentos, e existe também uma discussão se os equipamentos devem ser mais antigos, podem ser mais antigos ou se devem ser equipamentos de última geração, tem essa questão da transferência da tecnologia que eu acho que é uma das exigências fundamentais do Governo brasileiro, e eu gostaria que V. Ex^a. então expusesse qual a sua opinião sobre todos esses temas que estão hoje na discussão em torno dessa modernização dos equipamentos da Força Aérea.

A outra questão que eu gostaria que V. Ex^a. discorresse é sobre se o SIVAM. Então o que é que eu gostaria de saber? O SIVAM está cumprindo efetivamente a sua missão? Está sendo eficaz à tecnologia que foi tão questionada àquela época em que se optou por este tipo de equipamento? O espaço aéreo da Amazônia está hoje melhor vigiado? Precisa de uma vigilância maior? Precisa de complementação? Então essas são as indagações que eu gostaria que V. Ex^a. respondesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo, agora, a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu para fazer as interpelações ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, indicado para o STM. Tem S. Ex^a. a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente. Eu quero cumprimentar o Relator

Marcelo Crivella pelo seu relatório, quero dizer ao Brigadeiro-do-Ar José Américo que fico muito feliz em conhecê-lo, especialmente o seu *curriculum*, conhecer um ilustre brasileiro como V. Ex^a. Quarenta e seis anos de serviços prestados à Aeronáutica e, o que é mais interessante, serviu em todas as áreas da Aeronáutica, mostrando que conhece ela profundamente, inclusive foi responsável por estruturar o planejamento da aeronáutica até 2023, se não me engano, que V. Ex^a. disse agora a pouco. Seria muito bom se nós pudessemos receber sempre na CCJ, na CAE, nas demais Comissões, indicações do Governo para algumas representações como Agências, Ministérios, com pessoas que tivessem o *curriculum* que V. Ex^a. tem. Infelizmente nem sempre vem até ao Senado Federal pessoas que realmente irão representar os órgãos, as instituições, que o Brasil tanta precisa firmar. Parabéns pela sua competência, pela sua dedicação, Á Força Aérea Brasileira, fico bastante feliz em encontrar um homem com o espírito público igual a V. Ex^a.

Eu gostaria de questionar em dois assuntos específicos. O primeiro é o seguinte: o senhor participou e coordenou pessoalmente a estruturação, o planejamento da Aeronáutica. Como o senhor vê a questão do caos aéreo brasileiro, a questão dos controladores de vôos, essa demanda e essa pendenga com relação a se são civis ou se continuam militares. Como V. Ex^a. vê esta questão dos controladores especificamente? O que lhe parece a princípio a questão da INFRAERO, sua privatização ou a sua continuidade no serviço público? Com relação aos equipamentos do CINDACTA's, nesse planejamento que V. Ex^a. fez para a Aeronáutica Brasileira, eu não sei se é da competência, mas se lá também já indicava, e quando foi feito esse planejamento que indicaria a mudança desses equipamentos, a substituição desses equipamentos para melhor segurança dos vôos no Brasil? Então a minha primeira indagação é com relação ao papel da Agência, da ANAC, INFRAERO, controladores e equipamentos do CINDACTA.

A segunda questão, Brigadeiro José Américo, eu gostaria de saber a sua opinião com relação à segurança do país nas faixas de fronteira. O senhor sabe que na faixa de fronteira existem vários produtores rurais, que estão há muitos anos nessas faixas de fronteiras, que foram estimulados a estarem lá por uma indicação das Forças Armadas para a segurança nacional. Tiveram toda uma facilidade para chegarem até essa faixa de fronteira. Devido às dificuldades encontradas à época, são títulos de propriedade há mais de cem, duzentos, trezentos anos, familiares, e que hoje, após ocuparem essa faixa de fronteira para diminuir o risco do nosso país, em colaboração com as Forças Arma-

das, a essa orientação, hoje esses produtores rurais, que estão na faixa de fronteira, estão sendo, através de uma Instrução Normativa nº 27, do INCRA, estão sendo penalizados e correndo o risco de perderem as essas propriedades rurais, pois o INCRA está estabelecendo uma nova fórmula para a observância com relação aos índices de produtividade na faixa de fronteira, contrariando totalmente a Lei e a Constituição Federal. Então eu gostaria que V. Ex^a. pudesse dizer a respeito da importância desses produtores ou não, na sua opinião, por eles estarem na faixa de fronteira brasileira, a quinhentos quilômetros de toda essa divisa com os demais países. Mais uma vez desejo-lhe boa sorte no dia de hoje e também no seu mandato como Ministro do Superior Tribunal Militar. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra, de acordo com as inscrições feitas, ao Senador Sibá Machado e, a seguir, ao Senador Adelmir Santana. Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo. Em primeiro lugar parabenizar V. Ex^a., li o *curriculum vitae* de V. Ex^a. e fiquei muito impressionado, pois é um exemplo de servidor público, servidor da Pátria.

Eu gostaria de fazer apenas duas perguntas, Brigadeiro. A primeira delas é sobre investimentos na área de tecnologia de reaparelhamento das Forças Armadas, porque eu visitei a experiência do Submarino Tamoio, da Marinha, e vejo um trabalho muito dedicado no sentido de que o Brasil alcance a tecnologia do submarino nuclear. Então a primeira pergunta é saber se, no ramo da Aeronáutica, nós temos lá algum projeto em curso, em desenvolvimento, e que seja considerado de ponta na área de tecnologia nacional.

A segunda pergunta seria um comentário que V. Ex^a. possa fazer sobre a competência da justiça quando as Forças Armadas são empregadas em casos da ordem pública. Então eu gostaria de saber como V. Ex^a. vê, como V. Ex^a. pensa sobre estas questões.

São as perguntas que eu faço e já dedicando aqui todo o meu apressado e o meu respeito pela vida de V. Ex^a., a dedicação às Forças Armadas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo, agora, a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana e, após as colocações do Senador Adelmir Santana, eu vou conceder a palavra ao indicado, o nobre Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, para responder as interpelações feitas. Com a palavra o nobre Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente Marco Maciel, Sr. Tenente-Brigadeiro José Américo dos Santos, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Quero inicialmente parabenizar o Sr. Relator Senador Marcelo Crivella pela qualidade do relatório, ao mesmo tempo parabenizar o nosso Brigadeiro pela sua história, a história familiar, a história militar, e a gente percebe inclusive a sua emoção com relação à Pátria, com relação à família e com relação à sua própria vida de militar. Sabemos a importância do cargo que V. Ex^a. está sendo indicado pela Presidência da República e queremos desejar, naturalmente, que haja um bom desempenho.

A minha pergunta é levando em conta toda a sua formação militar, a formação familiar e patriótica que o senhor externou durante a sua explanação, é como o senhor interpreta e como vê a questão da Lei do Abate, caso isso venha a ser em determinado momento objeto de julgamento por V. Ex^a.? Essa é a minha questão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos para responder às interpelações feitas pelos Senadores que acabam de se manifestar.

SR. JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS: Muito obrigado Sr. Presidente.

Senador Valter Pereira, muito obrigado pelas bon-dosas palavras de V. Ex^a. Sabemos do conhecimento do senhor na área jurídica, mas o senhor falou a respeito do direito dentro da vida militar. É o que nós, os Chefes e os Comandantes, sempre pautamos, pela regra do direito. Os nossos livros, os nossos conhecimentos, fazem com que sempre pautemos nossas ações dentro da caserna por aquilo que é do direito, tanto que mesmo com algumas evoluções, como o Senador Suplicy tinha comentado a respeito de questionamentos sobre transgressões disciplinares, sempre na vida militar pautamos a nossa decisão, a nossa avaliação, dos nossos militares, pela correta interpretação daquilo que é de direito. Então, dentro da nossa cultura militar, eu vejo como extremamente normal, Senador.

O senhor falou a respeito da reestruturação e modernização do sistema operacional da Força Aérea. A intenção do Comando da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Saito, e já tem autorização para isso, é iniciar o processo da aeronave de combate, projeto denominado FX, a partir do dia 1º de janeiro de 2008. Essa aeronave teria que ser, e provavelmente será, Senador, de quinta geração. Quinta geração é o termo que nós estamos utilizando para definir a aeronave dentro do Estado da Arte. A Força Aérea Brasileira, desde o retorno da Segunda Guerra, ela tem sempre privilegiado e sempre procurado manter equipamentos aéreos que permitam dar sustentação à nossa soberania. Nós não queremos nada além daquilo que a Nação pode

proporcionar. Entretanto, sempre mantivemos, nesses últimos sessenta anos, não uma liderança, nós não gostamos muito dessa palavra, mas sim uma atualização de equipamentos que permitam que a Força Aérea seja capaz de dar uma resposta segura e firme à sociedade brasileira. Então esse processo que o Comandante Saito já tem a autorização para iniciar a partir do dia 1º, envolverá análise de diversas aeronaves estrangeiras, mas, como o senhor bem colocou, é importante que haja, em todo esse processo, transferência de tecnologia. Nós queremos efetivamente que esse processo, que será um processo caro para a Nação brasileira, seja efetivamente compensado com transferência tecnológica para o país.

Sobre o SIVAM, o Projeto SIVAM terminou no dia 23 de novembro de 2005. Nessa data o sistema passou a ser denominado, na Força Aérea Brasileira, de CINDACTA IV. Todos os equipamentos de última geração foram situados na área menos desprovida que existia anteriormente, que é a área da Amazônia, e a Força Aérea, num esforço muito grande, e o país num esforço muito grande, colocou naquela área, embora possa parecer despercebido por alguns segmentos da sociedade, trinta e dois destacamentos de controle do espaço aéreo naquela área. Então, daquilo que nós tínhamos no passado, e que o Senador Mercadante teve a oportunidade de voar quando ainda jovem deslocando-se com a sua família, cujo pai era militar, hoje nós temos uma Amazônia diferente. A colocação desses destacamentos é importante para o país porque, além de tudo, tem a presença nossa, a Força Aérea, além da presença constante dos militares do Exército, em maior número, e os companheiros da Marinha na parte fluvial. Então eu digo para o senhor que o Projeto SIVAM, hoje denominado CINDACTA IV, ele efetivamente está funcionando e, felizmente, em boa hora, pois a Força Aérea conseguiu recobrir todo o território nacional. O CINDACTA IV – SIVAM veio completar uma lacuna enorme naquela área desprovida de todos os equipamentos. Eu digo para o senhor, com certeza, que os equipamentos estão funcionando. Obviamente depois desse tempo as garantias dadas pelos fabricantes já cessaram, mas a Força Aérea tem investido consideravelmente para manter esses radares funcionando.

Senadora Kátia, muito obrigado pelas gentis palavras, sempre é um prazer comparecer a esta Casa. Com relação ao planejamento estratégico, a idéia do nosso Comandante, Brigadeiro Saito, e o planejamento estratégico contempla, é a modernização e atualização de todos os CINDACTA's. Acabamos de falar sobre o CINDACTA IV na Amazônia. Este está com os equipamentos modernos e que tem longo tempo agora

para que possa sofrer uma modernização, dentro dos próximos dez anos não precisaremos. O segundo CINDACTA que sofreu recentemente uma modernização muito grande, é o CINDACTA de Curitiba, CINDACTA II. Este CINDACTA, que foi o segundo a ser implantado pela Força Aérea no Brasil, ele precisava, e como, de atualização de equipamentos, e praticamente está com 90% dessa modernização realizada. O próximo passo, além aqui do CINDACTA de Brasília, é o nosso CINDACTA de Recife. O CINDACTA de Recife, efetivamente, ele ainda não está modernizado, e inicia pelo planejamento estratégico a modernização no início do ano de 2008. Até o ano de 2023, que é o horizonte que a Força Aérea prevê para o planejamento estratégico, dezesseis anos, todos esses CINDACTA's sofrerão modernização também. Portanto, até 2023 temos dezesseis anos para cuidar do CINDACTA II, Recife, voltarmos aqui a Brasília, fazer as modernizações necessárias. A pergunta básica da senhora foi: efetivamente o planejamento estratégico da Força Aérea contempla modernização desses equipamentos? A resposta é sim, com certeza absoluta, pois estamos no dia-a-dia fazendo esse planejamento. A idéia do Ministério da Defesa, do Exmo. Sr. Ministro, com relação aos órgãos Força Aérea, DECEA e...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria se fosse possível, Sr. Presidente, de pedir um pouquinho mais de silêncio para que eu pudesse ouvir a minha resposta, por favor (soa a campanha).

SR. JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS: ...Com relação às colocações feitas pela senhora, Senadora, INFRAERO e ANAC, a intenção do nosso Ministro realmente ao criar a Secretaria de Aviação Civil é colocar ali na égide do Ministério da Defesa a coordenação completa de toda a área, envolvendo a infra-estrutura de transportes no país, a infra-estrutura aeroportuária, a infra-estrutura da aviação civil e principalmente também a infra-estrutura da Força Aérea relacionada com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Eu acho que com essas colocações eu teria respondido à primeira indagação da senhora.

Com relação à segunda indagação, que é mais difícil para um homem da Força Aérea, segurança na faixa de fronteira, existe uma legislação que ampara e apóia todas as Forças quando operando dentro da faixa de cento e cinquenta quilômetros, que é a faixa de fronteira. A Força Aérea tem dado total apoio aos órgãos militares, principalmente aos companheiros do Exército, e aos órgãos da estrutura federal, e estadual também, com relação ao apoio em determinadas ações. Com relação à parte de produtores rurais e etc., lamentavelmente nós não temos esse conhecimento

na Força Aérea porque esse assunto foge da nossa alçada. Lamentavelmente eu não poderia emitir agora um comentário a respeito, Senadora.

Eu creio que teria tentado responder às suas duas indagações. Muito obrigado, Senadora.

Senador Sibá Machado, com relação aos investimentos na área de defesa, o exemplo mais importante que nós temos agora nessa área, Senador, é com relação a um novo projeto da EMBRAER, denominado C-390, que é uma aeronave de transporte de carga, de pára-quedista, de reabastecimento em voo, e que nós consideramos esse projeto estratégico para a defesa nacional, mas o mais importante é que ele é fruto exclusivo da tecnologia brasileira, um projeto genuinamente nacional, feito pelos nossos engenheiros da área de São José, e a gente fica muito satisfeito de dentro do planejamento estratégico darmos primazia a um produto tecnológico nacional. Há pouco eu estava me referindo que a Força Aérea hoje tem 78% dos seus produtos ou fabricados no país ou modernizados no país, com a compra dessas aeronaves, e as outras que estão vindo para policiar a Amazônia, na faixa de fronteira, eu acredito que esse percentual possa atingir em cinco anos um total de 85%. Nós, na Força Aérea, pensamos na excelência do produto nacional e vamos sonhar, talvez nós não estejamos mais, mas que a Força Aérea voe somente em aviões nacionais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, eu só queria fazer uma complementação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Brigadeiro, ainda na linha da pergunta do Senador Sibá, aquela hipótese de substituição dos Bandeirantes por um avião casa menor(F) está abandonado?

SR. JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS: Senador Azeredo, inicialmente tenho uma enorme satisfação de conversar com o senhor por causa dos laços da Vilma, de Barbacena, que é do seu Estado.

Senador, o Projeto Casa 212 não está mais no planejamento da Força Aérea. Nós conversamos bastante sobre este assunto na área do Ministério da Defesa, o Sr. Ministro entendeu as colocações, e eu diria para o senhor que seria um projeto em que nós poderíamos aproveitar melhor os recursos, é um produto estrangeiro. Nós estamos transferindo esses recursos para a modernização de uma das principais aeronaves que nós temos, para dar apoio na Amazônia, que é o Bandeirante. Nós temos hoje algo em torno de cem aeronaves Bandeirantes. Dessas cem aeronaves, trinta e cinco serão desativadas e cinquenta e cinco serão

mantidas no Estado da Arte agora. Nós preferimos empregar esses recursos nos aviões nacionais com empresas nacionais, de tal forma que a gente possa garantir o emprego do nosso pessoal aqui. Então, em princípio, a aeronave de transporte Casa 212-400, de fabricação espanhola, não consta do planejamento da Força Aérea, do planejamento estratégico.

Dando continuidade, Senador Adelmir Santana, muito obrigado pela pergunta do senhor, há uma ligação com Brasília, pois o terceiro filho nasceu aqui em Brasília há algum tempo atrás. A questão da Lei do Abate, Senador, a questão da Lei do Abate, ela foi criada em outubro de 2004, a Lei do Abate foi muito discutida, é uma situação delicada para a Força Aérea, de extrema responsabilidade, mas eu diria para o senhor o seguinte: ela está sendo cumprida dentro de tudo que diz respeito ao bom senso, à parte operacional e à responsabilidade. Desde quando foi promulgada a lei nós preparamos muito as nossas equipagens dentro daqueles oito procedimentos envolvidos dentro das medidas necessárias. Fazendo um vôo junto com o senhor agora, quando uma aeronave é considerada saindo da normalidade, isto é, os radares dos nossos CINDACTA's apresentam-na como um vôo irregular, entram em vigor determinadas medidas. A primeira medida é denominada "medida de averiguação". Para esta averiguação é enviada uma aeronave interceptora que vai verificar a situação da aeronave a longa distância, a sua matrícula, mandar uma mensagem para o centro em terra, faz-se o contraste dessa informação com o que nós temos nos bancos da Agência Nacional de Aviação Civil, anteriormente DAC, para que então o piloto se aproxime, informe numa plaqueta a frequência que essa aeronave vai ter que falar, e através de sinais visuais, para dar um procedimento para ela. Então nós estamos tratando de quatro procedimentos relacionados com as "medidas de averiguação". Definido que essa aeronave realmente é um aeronave suspeita, surgem as "medidas de intervenção". São dois procedimentos: o desvio dessa aeronave da rota e a obrigatoriedade de pouso. Na obrigatoriedade de pouso já é feito um contato com os órgãos que têm o poder de polícia, a Força Aérea não tem, para que recebam essa aeronave no solo. A aeronave poderá se negar. Entra então o sétimo passo, o sétimo procedimento, que é a "medida de persuasão". Realmente o piloto, a aeronave se coloca ao lado dessa aeronave considerada ilegal e faz um tiro de advertência, não na aeronave, mas para ele sentir que o espaço aéreo está sendo controlado. E a oitava e última medida ou procedimento seria o "tiro de destruição". Quem está autorizado para dar essa ordem? Somente o Comandante da Aeronáutica, por delegação de competência

do Exmo. Sr. Presidente da República. Nesses últimos anos fomos caminhando e já chegamos próximo de uma "medida de persuasão", do tiro lateral, mas nunca tivemos aqui no país ainda de usar desse artifício. O que preocupa um pouco é a base legal, isto é, a cobertura jurídica que poderia o nosso piloto ter com relação a esse tiro que na legislação está denominado como "tiro de destruição" ou a Lei do Abate mais conhecida. Eu espero ter atendido ao senhor.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Eu presumo que o senhor atenda ao preceito da lei.

SR. JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS: Sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Encerrada a arguição do indicado, o nobre Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, indicado pelo Sr. Presidente da República para exercer as funções de membro do Superior Tribunal Militar, eu vou declarar encerrada a discussão e começar a chamada nominal para que nós possamos concluir o processo de votação. Eu gostaria de observar que a chamada das Sras. Senadoras e Srs. Senadores será feito de acordo com as composições partidárias. Então vamos começar pelo bloco de apoio ao Governo. Senador Sibá Machado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, a votação é secreta?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ele está chamando para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu estou chamando para votar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Ah, tá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu vou convidar o Senador Jefferson Péres e a Senadora Kátia Abreu para que venham até a mesa para a apuração da votação. Funcionarão, portanto, como escrutinadores. Eu gostaria de informar ao Plenário que votaram vinte e dois Sras. e Srs. Senadores.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, vinte e um votos sim e um voto em branco.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou proclamar o resultado. Votaram vinte e dois Srs. Senadores, sendo vinte e um votos sim e um voto em branco. Conseqüentemente, foi aprovado, de acordo com as normas constitucionais e regimentais, o nome do Tenente-Brigadeiro José Américo dos Santos para a vaga de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Brigadeiro Marini, e, conseqüentemente, desejo cumprimentar o nobre Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, fazer votos de pleno êxito nas funções que

vai desempenhar e também agradecer a presença de ilustres Oficiais Gerais da Força Aérea Brasileira que compareceram à presente reunião.

Antes de passar à segunda etapa da nossa reunião, eu gostaria de solicitar do Plenário da Comissão que autorizasse a mesa a conceder preferência ao Item 12, que será relatado pelo nobre Senador Epitácio Cafeteira. Trata-se de matéria...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Trata-se de matéria que já estava incluída na Ordem do Dia há algumas sessões, e S. Ex^a., o Senador Epitácio Cafeteira, terá um compromisso logo a seguir, daí porque se puder relatar agora teria a vantagem de não continuar a matéria na Ordem do Dia sem sua apreciação. Eu ouço agora, pela ordem, o nobre Senador Romero Jucá, líder no Governo nesta Comissão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria da atenção de todos para solicitar a V. Ex^a. que após o Item a ser relatado pelo Senador Epitácio Cafeteira, que V. Ex^a. mencionou, nós pudemos colocar extrapauta o meu relatório sobre as emendas da CPMF que já se encontram entregues à Secretaria da Comissão. Como é uma matéria que tem um calendário exíguo, eu gostaria de fazer esse apelo a V. Ex^a., dizendo que estou pronto para relatar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V. Ex^a. será atendido, inclusive eu já recebi, ontem à noite, o Parecer de V. Ex^a., e conseqüentemente, tão logo seja relatada a matéria pelo nobre Senador Epitácio Cafeteira, nós vamos iniciar a discussão e votação do terceiro Item, que é justamente relativo à CPMF. Com a palavra o nobre Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Sr. Presidente, eu fui incumbido de fazer o Parecer sobre a Emenda à Constituição nº 49, de 2006, que “Dá nova redação ao § 2º do artigo 20 da Constituição, para dispor sobre alteração da faixa de fronteira”. Submete-se ao exame desta Comissão a proposta de Emenda à Constituição – PEC 49, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, cuja ementa é transcrita em epígrafe. A proposição tem por objeto reduzir a largura da faixa de fronteira que atualmente é de cento e cinquenta quilômetros. O autor da PEC afirma que a fixação da faixa de fronteira em cento e cinquenta quilômetros encontra-se em descompasso com a realidade internacional. Lembra que vivemos o tempo da integração regional e da construção de blocos econômicos. Por ter sido mais sensível e para

que se aplique tais dinâmicas, é em verdade a faixa de fronteira que hoje se vê engessada e relegada economicamente à hipossuficiência diante da legislação que ora pretendemos atualizar. Nos termos do artigo 356, do Regimento Interno do Senado, a proposta foi distribuída a essa Comissão em atendimento ao artigo 332, do Regimento Interno do Senado Federal. No final da 52ª Legislatura foi encaminhada à Secretaria da mesa, passando a tramitar por força desse mesmo dispositivo e do Ato do Presidente nº 92, de 2002. Ao retornar a esta Comissão, o Senador Tuma, designado Relator, manifestou-se contrariamente à proposta. Em razão do Senador não mais integrar a CCJ, a matéria foi redistribuída a esta relatoria. Não há vício no que concerne à constitucionalidade e juridicidade.

Com a interligação do processo de globalização verificado sobretudo após o fim da Guerra-Fria, passando a viver em um mundo sem fronteiras, sabemos que especialmente após o advento da Internet muitas atividades e transações entre setores internacionais são realizadas a despeito da existência de fronteiras físicas entre os países em que se encontram. Além disso, conceitos tradicionais como o de soberania vem sofrendo transformação de seu conteúdo. Diante dessas constatações, não há como negar a necessidade de rever antigos paradigmas que levaram o Estado brasileiro a fixar a faixa de fronteira em cento e cinquenta quilômetros de largura. A faixa de fronteira está tradicionalmente ligada à defesa nacional e mais precisamente tem o cunho de proteger o território estatal de eventuais ataques de forças estrangeiras. Entretanto, não deve estar alheio à idéia de desenvolvimento regional. De fato não há mais como persistir com atual limite para a faixa de fronteira, tal como estabelecido na Constituição, ignorando-se as mudanças provocadas no Estado brasileiro pelo fenômeno da globalização, bem como pelo processo de integração regional. Entendendo nesse sentido que as fronteiras do Centro Sul do território brasileiro, por serem diretamente atingidos pelo processo de integração, notadamente mais intenso nessas regiões, sobretudo em virtude de sua alta densidade populacional, devem ser disciplinadas diferentemente, diferenciadas em relação às fronteiras Centro Norte, cuja as especificidades locais ainda justificam a manutenção da extensão atual, baixo povoamento tempo nas fronteiras relativo à ausência do Estado, presença de recursos naturais, e, supostamente, cobiçados por estrangeiros, dentre outros. Vale lembrar que na medida em que o próprio Estado brasileiro incentiva a integração regional, deverá dar à população diretamente afetada por este processo condições para que também possa dele participar. Com

isso a integração certamente será legitimada, pois não se limitará a meros ajustes entre Governo.

Por essas razões somos a favor da aprovação da PEC 49, de 2006, em exame com as alterações propostas. Voto. Do exposto, voto pela aprovação da proposta de Emenda à Constituição nº 2006, com a seguinte redação: Emenda CCJ: Dê-se ao artigo 20 da Constituição, de que trata o artigo 1º da PEC (ininteligível) de 2006, a seguinte redação: § 2º – A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres dos Estados localizados ao Norte de Rondonópolis(F) de Mato Grosso e a faixa de até cinquenta quilômetros de largura nas fronteiras terrestres dos demais Estados, incluindo Mato Grosso do Sul, designadas com faixa de fronteira, são consideradas fundamentais para a defesa do território nacional e sua utilização serão reguladas em lei.

Portanto, Sr. Presidente, esta Emenda, que tive a honra de relatar, ela faz diferenciação entre os Estados do Norte, onde não há povoação, e os Estados do Sul, fartamente povoados. Então são cinquenta quilômetros para os Estados do Sul e cento e cinquenta quilômetros para os Estados do Norte. Esse é o relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Acabamos de ouvir o parecer do Relator, nobre Senador Epiácio Cafeteira. S. Ex^a., proferiu parecer favorável à proposição, cujo primeiro subscritor é o Senador Sérgio Zambiasi, e ofereceu uma Emenda visando aprimorar a proposição. Eu ponho agora a matéria em discussão e indago ao nobre Senador Demóstenes Torres...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – ...se deseja discutir a preposição.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É que eu não vou discutir, Presidente, eu vou pedir vistas do projeto, e aí até para economia processual, se V. Ex^a. conceder vistas suspendemos a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Eu concedo a vista, mas como todavia já tinha oferecido a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sem prejuízo, sem nenhum problema, eu estou pedindo vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – ...eu concedo as vistas sem prejuízo da manifestação do Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sr. Presidente, apenas para dizer que é um projeto

que aparentemente é muito bom porque abre o espaço para que sejam reduzidos, a partir principalmente com a Emenda do Senador Cafeteira, a partir do Mato Grosso do Sul a faixa de fronteira em cento e cinquenta quilômetros. Eu ia solicitar a mesma providência do Senador Sibá Machado, uma vez que como o projeto é muito bom, principalmente para efeito de ocupação e de economia, eu também queria ouvir a opinião do Ministério da Defesa sobre se isso não oferece qualquer risco às nossas fronteiras. Então, louvando o Parecer do Senador Epiácio Cafeteira, eu acho que a providência adotada pelo Senador Sibá Machado é muito boa para que nessa semana, eu acho que o intuito dele é o mesmo, é consultar o Ministério da Defesa para ver se não há qualquer óbice nessa redução à segurança nacional. Somente com esse intuito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Foi concedida vistas à proposição, a matéria sai de pauta, e indago...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir vistas em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vistas em conjunto. Então...

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...vistas conjuntas, solicitação do Senador Sibá Machado e da Senadora Kátia Abreu. Com a palavra o nobre Senador Relator Epiácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Eu quero dizer ao nobre Senador Demóstenes, e aos demais Senadores que pediram vista, que essa consulta já foi feita. Essa consulta já foi feita, nós vamos chover no molhado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Perfeito, é que V. Ex^a. não mencionou, mas se V. Ex^a. fez, eu concordo com V. Ex^a.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Quem fez foi o próprio autor da Emenda, o Senador Sérgio Zambiasi. A diferença, Senador Demóstenes, é que nos Estados do Norte o povoamento é muito fraco, mas no Rio Grande do Sul e nos Estados do Sul é diferente, então nós temos que nos adaptar a essas realidades.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Tanto que V. Ex^a. oferece uma Emenda que melhora essa compreensão. Eu entendi bem, V. Ex^a. mantém os cento e cinquenta quilômetros nos Estados do Norte e...

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – No Sul nós temos municípios fronteiriços.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)

– ...Perfeito. Se V. Ex^a. afirma que a consulta foi feita, eu desisto do pedido e voto com V. Ex^a. Se a consulta já foi feita, como disse V. Ex^a., é chover no molhado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Passamos, portanto...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, demais Senadores e Senadoras presentes. Na semana passada eu fiz um comunicado e um apelo ao Presidente desta Comissão, Senador Marco Maciel, para que nós pudéssemos dar andamento a uma proposta de Emenda Constitucional que trata da questão da educação ser retirada gradativamente da desvinculação das receitas da União, que é a PEC de nº 96. Há uma sinalização concreta da parte do Governo, inclusive em Audiência da qual participou o Senador Cristovam Buarque na segunda-feira passada, juntamente com o Ministro Mantega, o Ministro Fernando Haddad, e a resposta concreta do Governo de que está plenamente de acordo que a educação possa sair gradativamente, de tal forma que nós tenhamos uma redução já para o ano que vem de 15%, depois 10%, depois 5%, acabando definitivamente com o desconto nos recursos obrigatórios a serem aplicados na educação.

Portanto, Senador Marco Maciel, até para que nós possamos responder, hoje é capa de todos os jornais de circulação nacional, o fraco desempenho dos alunos brasileiros em matemática, em leitura. É o quarto pior em matemática e é o sétimo pior em leitura de cinquenta e sete países avaliados, e, portanto, eu acho que a melhor maneira que nós temos para dar a resposta a isto é garantindo os recursos mínimos obrigatórios da educação, conforme a Lei Calmon preconizou e foi aprovada, isso consta na nossa Constituição brasileira. Por isso, Sr. Presidente, eu faço de novo o apelo à designação do Senador Jefferson Peres para que ele possa, inclusive ele já sinalizou que está pronto para dar inclusive um Parecer rápido, adequando o texto da PEC ao acordo fechado com o Ministro Mantega e o Ministro Fernando Haddad. Então é esse o apelo, Senador Marco Maciel, que mais uma vez que eu volto a fazer, porque nós temos que dar a resposta. Os dados que estão em todas as manchetes são muitos contundentes para que a gente não tome nenhuma providência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa ouviu com a devida atenção a intervenção da nobre líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, e a presidência informa ao Plenário que ontem

mesmo solicitou que a proposição viesse à presidência, e o Presidente da Comissão cogita em designar o Senador Jefferson Péres para relatar a proposição, sendo que tão logo a reunião da Comissão se encerre o processo seguirá para o gabinete de S. Ex^a., o Senador Jefferson Péres.

Eu quero dizer, sem querer interferir nos debates, que a presidência se associa às manifestações com relação à importância da educação. A educação é a grande questão brasileira ainda não resolvida. Avançamos nos últimos anos, não podemos deixar de reconhecer, mas ainda é uma questão a exigir muitos meios e recursos, e mais a mais nós sabemos que vivemos num mundo marcado por uma grande revolução científica e tecnológica e que o Brasil não pode deixar, portanto, de dar a importância à educação, que será o grande instrumento para que o país seja não somente uma Nação democrática, mas também uma Nação justa. Portanto...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...respondida a questão de ordem, eu passaria ao Terceiro Item.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres. Tem a palavra S. Ex^a.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, como disse a Senadora Ideli Salvatti, eu aceito a incumbência porque esta é uma importante conquista da educação, que foi o compromisso do Governo de fazer aprovar esta PEC, de ter o apoio de toda a base do Governo nesta PEC, que vai carrear, a partir do próximo ano, dar um considerável acréscimo às verbas destinadas à educação. De forma que, Sr. Presidente, eu darei Parecer rapidamente e claro que favorável à Emenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ouvida a nobre manifestação do nobre Senador Jefferson Péres...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Flexa Ribeiro. S. Ex^a. tem a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Marco Maciel, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Eu pedi para discutir ainda a questão levantada pela nobre Senadora Ideli Salvatti, que tem todo o

nosso apoio, Senadora Ideli. Todos nós propugnamos para que a educação realmente deixe de ser um discurso como uma prioridade de Governo e passe a ser uma prática. Então os recursos são necessários para que nós possamos avançar. Na discussão em Plenário o nobre Senador Osmar Dias levantou uma questionamento de que ele tem uma PEC já aprovada no Senado Federal, que está na Câmara e que pode ser imediatamente aprovada lá e retornada, e não iniciar um novo processo aqui pelo Senado. Eu gostaria de ouvir de V. Ex^a. se essa providência foi tomada. Se lá na Câmara, que o Governo tem a maioria com bastante tranquilidade, não pode ser aprovada imediatamente, já que está em recesso branco, lamentavelmente, a Câmara Federal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu posso dar a informação que o Senador Flexa Ribeiro pediu?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra S. Ex^a., Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Flexa Ribeiro, inclusive eu já tive a oportunidade de entregar para o Senador Osmar Dias o que é na realidade que foi feito. Quando estava tramitando a proposta de Emenda Constitucional da reforma tributária, foi feita uma Emenda à PEC da reforma tributária. Acontece que com a aprovação parcial da PEC da reforma tributária e a sua sanção, todas as emendas que eram referentes à PEC da reforma tributária deixaram de existir. Então na realidade não existe esta PEC conforme foi colocado no Plenário pelo Senador Osmar Dias. Eu já tive a oportunidade inclusive de esclarecer, portanto, inclusive entreguei para o Senador Cristovam Buarque toda a documentação. Portanto, se nós queremos que a DRU avance retirando a educação, nós temos que aprovar esta sim, e, aliás, eu quero dizer mais: já quero fazer o apelo. Apresentado o Parecer pelo Senador Jefferson Peres, que eu tenho certeza que fará com a maior celeridade possível, que nós façamos um acordo dos líderes para que esta PEC possa, inclusive como já fizemos em outras propostas de Emenda Constitucional, ela tenha uma possibilidade de quebra dos interstícios e ela possa ser votada rapidamente no Plenário do Senado para nós concluirmos o ano aqui no Senado com esta tarefa executada.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Agradeço, Presidente, eu agradeço a nobre Senadora Ideli Salvatti e quero desde já, Presidente Marco Maciel, deixar registrado que quando tramitar a PEC na CCJ, apresentarei uma Emenda estendendo também o mesmo objetivo de liberar recursos, através da redução gradual da DRU para a educação, para a área de

saúde; já que vamos fazer para a educação, façamos também atendendo à saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa inicia, portanto, a apreciação do Item 01 extrapauta. Trata-se da proposta de Emenda Constitucional nº 89, cujo Relator é o nobre Senador Romero Jucá. A ementa da referida proposição é a seguinte: “Prorroga os prazos previstos no *caput* dos artigos 76 e 84, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências”. A autoria das emendas de Plenário de 1 a 19 são dos Senadores Osmar Dias, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Antonio Carlos Júnior, José Agripino, Osmar Dias, Efraim Moraes, Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Júnior, Eliseu Resende, Efraim Moraes, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Demóstenes Torres, Senadora Kátia Abreu, Senadora Kátia Abreu e Senador Pedro Simon, respectivamente. A autoria da proposta, como sabem V. Ex^{as}., é do Presidente da República. O Parecer do Relator, a quem concedo a palavra, é pela rejeição das emendas de Plenário nº 1 a nº 19 e pela apresentação de uma Emenda de redação. Observo que no dia 13.11.2007 foi aprovado o voto separado do Senador Romero Jucá, favorável à proposta e contrário às emendas de 1 a 16 apresentadas no âmbito desta Comissão, ou seja, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Concedo, pois, agora, a palavra ao nobre Senador Romero Jucá para proferir relatório sobre as emendas de Plenário nºs 1 a 19.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu apresentei à Comissão Parecer acerca das dezoito emendas entregues em Plenário, com mais de vinte e sete assinaturas. O Parecer, eu serei bastante sucinto para que nós tenhamos tempo para o debate, mas farei uma análise de cada Emenda apresentada por cada Senador. Nós tivemos o cuidado de analisar cada Emenda e eu gostaria de rapidamente apresentar o Parecer e os comentários acerca de cada Emenda.

A Emenda nº 1, do Senador Osmar Dias, a Emenda nº 4, do Senador José Agripino e a Emenda nº 13, do Senador Eduardo Azeredo, são emendas que reduzem paulatinamente a alíquota do CPMF. Eu gostaria de registrar que nós não acatamos essa proposta porque no dispositivo da própria proposta da Emenda Constitucional hoje já existe a possibilidade, um dispositivo, que permite que essa redução seja feita através de Projeto de Lei ou Medida Provisória. Além disso, já há um acordo do próprio Governo que a partir do próximo ano a alíquota já será reduzida, num acordo com a base inclusive, o Senador Valter Pereira que está aqui presente foi um dos autores da proposta, o PDT também do Senador Jefferson Peres colocou

essa questão, e o Governo concordou por redução paulatina, por Medida Provisória, que será proposta assim que promulgada a Emenda Constitucional, reduzindo 0,02% a cada ano, até chegar a 0,30% em 2011. Portanto, deixo de acatar as três emendas por, em tese, já estarem dentro do processo de negociação e ser, portanto, não necessária à mudança na Emenda Constitucional.

A Emenda nº 02, do Senador Alvaro Dias, a Emenda nº 10, do Senador Antônio Carlos Júnior, a Emenda nº 16, da Senadora Kátia Abreu, são emendas de supressão do artigo 2º, ou seja, são emendas que inviabilizam o cerne da proposta. Então nós demos Parecer contrário, efetivamente porque nós queremos por mérito a manutenção da CPMF. O Parecer, então, é contrário.

As Emendas nº 05, do Senador Antonio Carlos Júnior, a Emenda nº 12, do Senador Efraim de Moraes, a Emenda nº 14, do Senador Sérgio Zambiasi, a Emenda nº 18, do Senador Pedro Simon, e a Emenda nº 19, do Senador Geraldo Mesquita, são emendas que tratam da reestruturação da cobrança do CPMF, ora como mecanismo de abatimento do Imposto de Renda no futuro da declaração, ora com distribuição dos recursos para Estados e Municípios. Nós entendemos que são mecanismos válidos, mas que são mecanismos que precisam ser discutidos numa reforma tributária, efetivamente para se recompor o modelo tributário brasileiro e não simplesmente inferir aqui na proposta de renovação da CPMF até 2011. Como nós estamos lutando pela reforma tributária, o Governo vai apresentar a reforma tributária e nós esperamos que isso possa ser discutido e aprovado no próximo ano, deixo de acatar as emendas, mas mencionando o mérito de cada uma no que diz respeito à discussão de um novo modelo tributário.

Quero dizer, Sr. Presidente, que parcialmente a Emenda nº 4, do Senador José Agripino, de nº 3, da Senadora Maria do Carmo Alves, e a Emenda nº 11, do Senador Eliseu Resende, está sendo atendida parcialmente na Emenda de redação que faço, porque essas três emendas propunham a renumeração do artigo 95 para o artigo 96 da ADCT, exatamente porque nesse íterim de tramitação da PEC foi aprovada uma outra Emenda Constitucional onde esse artigo foi mencionado como 95.

Portanto, esse é o Parecer, o Parecer é contrário por todos os motivos que elenquei aqui, e nós estamos fazendo uma Emenda de redação para – eu vou falar sobre a DRU agora -, uma Emenda de redação sobre a questão da renumeração de artigo.

A Emenda nº 17 da Senadora Kátia Abreu, a Emenda nº 15 do Senador Demóstenes, nº 9 do Se-

nador Antonio Carlos Júnior, nº 8 do Senador Efraim Moraes, nº 7 do Senador Osmar Dias, nº 6 do Senador José Agripino, tratam da DRU. Eu gostaria de registrar que o Governo fez um acordo, sendo que o PDT, o Senador Cristovam, e a Senadora Ideli de certa forma encaminharam essa negociação, mas é um acordo que é um acordo em prol da educação brasileira, onde o Governo se compromete a paulatinamente, nos próximos quatro anos, retirando 25% a cada ano do contingenciamento da DRU, ou seja, ao final de quatro anos não haverá mais desvinculação de receitas na questão da DRU. Na questão da saúde o Governo propôs um mecanismo parecido, porque os recursos do PAC que estão sendo anunciados hoje e firmados com Estados e Municípios, levará em conta, os aumentos dos vinte e seis bilhões de reais, levará em contas exatamente a alocação de recursos da DRU da saúde. É um mecanismo que está sendo composto exatamente para alocar mais recursos para a saúde.

Então eu diria, Sr. Presidente, para encerrar, que a negociação de renovação da CPMF, além de propiciar o trabalho profícuo aqui de todos os partidos aqui no Senado, redução da alíquota paulatinamente, ampliação do limite de não desconto do CPMF para R\$ 2.894,00, levou em conta também essa negociação para atender a DRU da Educação e para melhorar os recursos da saúde. Com tudo isso eu diria que é um ganho importante para a sociedade brasileira e é por isso que nós damos Parecer contrário e vamos encaminhar da forma como originalmente está proposta a Emenda Constitucional, com a Emenda de Redação nº 20 que apresento renumerando o artigo 96. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, para eu tirar uma dúvida, por favor, do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria, antes de conceder a palavra à Sras. e Srs. Senadores, a presidência gostaria de salientar que fez distribuir, minutos atrás, o avulso contendo o Parecer do relator e a sua manifestação com relação às emendas apresentadas. Trata-se, ao meu ver, de um subsídio importante para a discussão da matéria que ocorrerá a seguir. Agora, inicio a discussão do Parecer do Relator, nobre Senador Romero Jucá. Concedo a palavra, em primeiro lugar, à Senadora Kátia Abreu, a seguir ao Senador Eduardo Azeredo e a seguir ao Senador José Agripino. Concedo, pois, a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu para discutir.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Senador Romero Jucá, Relator da matéria, pudesse aqui me tirar uma dúvida. Durante todo esse período de discussão da CPMF o

PDT fez algumas exigências, como agora acaba de dizer, ao atendimento ao Senador Cristovam Buarque, que infelizmente preferiu essa diminuição dos recursos da DRU da Educação paulatinamente 2011 em detrimento da nossa Emenda, do nosso relatório, que exclui a educação da DRU totalmente em 2009. Infelizmente vejo com muito pesar o aceite por parte do Senador Cristovam Buarque dessa negociação.

Também o Senador Jefferson Péres colocou em todos os momentos que não votaria a favor da CPMF se o Governo não trata-se da limitação dos gastos públicos. Eu gostaria, Senador Jucá, de saber se esse pedido do Senador Jefferson Peres está incluso no seu relatório, que é a limitação dos gastos públicos em geral e não só dos servidores, se já consta do seu relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senadora Kátia Abreu, eu gostaria de registrar que primeiro essa limitação de gastos públicos não pode estar no meu relatório porque nós estamos votando no relatório uma Emenda Constitucional de renovação da CPMF. Nós demos vários passos no sentido de ampliar a contenção de gastos públicos. Aprovamos ontem na CAE dois mecanismos importantes, uma limitação do endividamento da União, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal previa a limitação de Estados, Municípios e União. Estados e Municípios já tinham sido limitados e a União nunca tinha sido limitada, sendo que nós aprovamos ontem na CAE. Aprovamos também um limitador para o crescimento das despesas com pessoal, um limitador importante, e hoje pela manhã nós tivemos uma reunião com o Ministro Guido Mantega, com o Senador Jefferson Peres representando o PDT, discutindo exatamente outras formas de atuar na ação de contenção de gastos. Ficou conversado que o Governo encaminhará, na LDO do próximo ano, um redutor para gastos de custeio. Nós não temos ainda caminhos para gastos correntes com previdência, com a saúde, com as Forças Armadas e com a previdência, porque seria de certa forma inútil criar qualquer tipo de mecanismo quanto a isso, mas avançamos nos gastos de custeio de manutenção dos Ministérios. Agora é claro que isso não será proposto à Emenda Constitucional e sim no instrumento compatível, que é a LDO que registrará esse limitador de gastos de custeio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo. A seguir falará o Senador José Agripino, o Senador Arthur Virgílio e o Senador ACM Júnior. Com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, a CPMF é provisória. É evidente que não

há um momento mais adequado para que ela seja extinta ou no mínimo tenha uma redução significativa do que esse momento em que há excesso de arrecadação reconhecida por todos, de maneira que eu queria apenas defender a Emenda que apresentei, como alternativa que nós pudéssemos ter não a extinção, mas uma solução de meio termo em que houvesse uma redução efetiva da alíquota da CPMF, de maneira que eu solicitaria do Senador Romero Jucá apenas uma explanação mais adequada, porque baixar de 0,38% para 0,36% no ano que vem é muito pouco. O Governo está numa gastança, como é sabido, e gasta sem o conceito básico que toda a administração deve ter de controle dos seus gastos, de maneira que a posição que defendi foi exatamente essa, de que nós tivéssemos uma solução alternativa, voltando ao percentual da origem da CPMF, 0,20%, exclusivamente para a saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre líder, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro que não foi feito até agora, que é do interesse absoluto do meu partido, que é o partido de V. Ex^a., em atender ao apelo à quase convocação do líder do Governo, Senador Romero Jucá, que acumula nesse momento as funções de líder e Relator do Projeto de Lei ou da proposta de Emenda à Constituição que prorroga os efeitos da CPMF, para que, como disse S. Ex^a., até quinta-feira, e quinta-feira é amanhã, nós possamos votar no Plenário a matéria que nesse momento se encontra em discussão. A matéria nem ao menos se encontrava na pauta, a pauta distribuída por V. Ex^a. na semana passada, e V. Ex^a., em nome do nosso partido, acolheu, dentro do objetivo de votarmos e votarmos logo a CPMF, tendo em vista que nós entendemos que temos votos para atingir o nosso objetivo, que é encerrar a cobrança da CPMF, nós concordamos da inclusão em extrapauta dessa matéria na sessão de hoje para que as emendas pudessem ser apreciadas e votadas, algumas vão ser objeto de destaque e contarão com o nosso “de acordo”, mas aqui eu quero desde já fazer um apelo para que, tendo em vista a convocação do líder Romero Jucá para que nós pudéssemos votar até amanhã, quinta-feira, no Plenário do Senado a CPMF, se alguma das emendas por ventura vier a ser aprovada, que é o que eu desejo, não venha a ocorrer em consequência pedido de vistas, porque isso poderia significar um ato procrastinatório que iria de encontro à intenção do líder do Governo e daqueles que na Oposição nesse momento pactuam do mesmo pensamento. Oposição e Governo, pela opinião do líder do Governo, querem

votar amanhã. Está na imprensa, é declaração do líder do Governo Romero Jucá, nós, Democratas, e claro que o Senador Arthur Virgílio falará pelos Tucanos, nós estamos desejosos de ver este assunto disputado, discutido, definido no voto amanhã, quinta-feira, de modo que eu queria, com isso, registrar a posição do partido, que V. Ex^a. em nome dele preside esta Comissão, de termos concordado com a exclusão extrapauta da apreciação do relatório do Senador Romero Jucá com o voto sobre as emendas, que contarão algumas deles com o nosso decidido apoio, mas aqui fica a reiteração do compromisso que tem que ser conjunto do Governo e da Oposição em que votemos amanhã, quinta-feira, essa matéria, e a minha convicção de desejar votar amanhã é que eu acho que a matéria está madura, os votos estão definidos e, a menos de manobras inconfessáveis, os votos devem ser colocados na urna ou no painel amanhã, conforme proposta do líder do Governo. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço à manifestação do nobre Senador e líder José Agripino. Concedo agora a palavra ao nobre Senador e líder do PSDB Arthur Virgílio. Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu estou bastante comovido com o gesto do Senador Romero Jucá de fazer essa importante concessão de passar para 96 o artigo de nº 95, essa alteração atendendo ao Senador José Agripino, mas nós aqui estamos também procurando demonstrar a nossa boa vontade, de modo a que o Senado não se prive de ver apreciada matéria tão relevante quanto a CPMF. O Governo entende que é a sua tábua de salvação, nós entendemos que é uma oportunidade de se desonerar o contribuinte brasileiro, de se tornar mais eficaz o funcionamento da economia brasileira, mas o fato é que sabendo eu que tem pelo menos um destaque firmado pelo Senador Alvaro Dias nesta matéria, nós do PSDB entendemos, depois de muita maturação, depois de um pensamento muito ... de uma reflexão muito séria feita para dentro da bancada e feita para fora da bancada, nós aqui, numa demonstração igualmente de boa vontade, imaginamos que hoje se resolve aqui. Eu não vejo razão para mais delongas. Eu quero colocar aqui para o líder Romero Jucá o que já foi exposto pelo Senador José Agripino: nós estamos completamente à disposição do Governo para votar isso amanhã, facilitando, portanto, a apreciação em segundo turno de maneira célere da matéria que está sendo julgada por todos nós. Amanhã seria um dia bom, nós mobilizaríamos a base, mobilizaríamos a base de Oposição e imagino que deve estar aguerrida a base de Governo para o cotejo. Portanto, amanhã,

se for o caso, ou quando o Governo achar que está pronto para terçar as armas democráticas do voto conosco, mas nós, de antemão, já treinamos o suficiente e o combate agora, quem diz o momento, o quando e o como, é o próprio Governo, sob a liderança sábia e competente do Senador Romero Jucá.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Me permite um aparte, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permito com muita honra, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – V. Ex^a. está muito condescendente, porque a gente tem que na verdade é acolher ao apelo do Senador Romero Jucá que fez explicitamente “vamos votar na quinta-feira”. Nós estamos aqui atendendo ao apelo dele cavalheirescamente, nós estamos fazendo a união de Governo e Oposição, eles com as armas deles, nós com as nossas, mas que não passe da quinta-feira.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Veja como é difícil para mim, pela amizade pessoal, desatender ao Senador Romero. No começo eu queria postergar, postergar, postergar, mas o coração é sentimental, é coisa de escorpião, escorpião explode e não dura cinco minutos. Então estamos prontos para atender ao Senador Romero e a base do Governo, e, portanto, a votação amanhã é uma boa ocasião para nós mostrarmos que queremos saber o que pensa o Senado. Não queremos impedir de ver o Senado se pronunciando livre e soberanamente sobre matéria tão relevante. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço à manifestação do nobre líder Arthur Virgílio e concedo a palavra, agora, ao Senador ACM Júnior. Com a palavra S. Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu aqui me manifesto, após a manifestação do nosso líder José Agripino, de que chegou a hora da gente votar efetivamente. O partido vai atender ao apelo do Senador Romero Jucá para colocar isso em votação amanhã, o Presidente da Comissão facilitou toda a tramitação da votação das emendas. Portanto, amanhã será o grande dia da votação, onde nós estaremos, com certeza, iniciando um processo de ajuste fiscal e reforma tributária, coisas que o Governo precisaria fazer já há muito tempo e não fez. Com certeza amanhã vai ser um marco do início de uma reforma tributária e de um ajuste fiscal. Portanto, eu quero aqui me associar à manifestação do líder José Agripino, também do líder Arthur Virgílio, no sentido de que nós aceitamos digamos o apelo do Senador Romero Jucá e vamos votar amanhã a PEC nº 89.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço a manifestação do nobre Senador ACM Júnior e concedo a palavra, agora, ao nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira. S. Ex^a. tem a palavra. Com a palavra o nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira. Se S. Ex^a. não desejar falar agora, eu concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu preferia, Sr. Presidente, que eu estou captando, falta um voto do PMDB, eu estou correndo atrás aqui (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então eu concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Olha a feira (soa a campainha). Presidente, é uma verdadeira Feira do Caruaru.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu solicito silêncio ao Plenário, vez que há orador se manifestando sobre uma matéria extremamente relevante. Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Como é sabido esta é a primeira vez em dez anos que um Governo sinaliza com a redução gradativa da CPMF até a sua completa extinção. Tanto isso é verdade que eu apresentei aqui um voto em separado, e na reunião da bancada aliada com o representante do Governo, o Ministro Mantega, essa proposta foi levada à reunião e o Governo terminou aprovando-a com a redução de 0,02% ao ano, gradativamente, até ao limite de 0,30% no ano de 2011, quando a CPMF será extinta por completo. Isto implicará, caso o Senado aprove, numa renúncia de receita da ordem de vinte bilhões de reais em favor da sociedade. Ocorre, Sr. Presidente, que nesse instante acabou de falar o Senador Eduardo Azeredo, do PSDB, que apresentou uma outra proposta alternativa, em termos de Emenda Constitucional, fixando novos limites para a cobrança da CPMF de 0,30% em 2008, 0,25% em 2009, 0,22% em 2010, e ao final, em 2011, em 0,20%, como foi a alíquota apresentada na sua forma original, quando da sua aprovação pelo Congresso Nacional em 1996. Ora, Sr. Presidente, com a apresentação desta proposta o PSDB se insere no debate, quem sabe, para um entendimento com o Governo no sentido de uma redução gradativa, maior até do que eu apresentei e o Governo aceitou. Enquanto a proposta que eu apresentei e o Governo aceitou no ano de 2011 ficará com a alíquota de 0,30%, a do Senador Eduardo Azeredo diz que ficará com a alíquota de 0,20%. Logicamente

que como vice-líder do Governo nesta Casa, no Senado Federal, eu vejo com bons olhos toda e qualquer proposta que venha a garantir, pelo menos nesses próximos quatro anos, recursos certos e determinados para a saúde pública do Brasil, porque pelo menos cento e quarenta milhões de brasileiros estão a depender de recursos oriundos da CPMF, e são pessoas que não podem pagar o seguro particular de saúde.

Eu vejo sinceramente, Sr. Presidente, com muita simpatia essa proposta do Senador Eduardo Azeredo. Logicamente que quem dá a última palavra é o Governo. Então se é um eminente Senador do PSDB que apresenta essa proposta como uma alternativa e se o Governo tem dificuldade, que eu não sei se tem, eu não sei quem está blefando aqui no Senado Federal, se é o Governo ou se é a Oposição, pois a Oposição diz que ganha, o Governo diz que ganha, mas e se não ganhar? Eu acho que do perdido, a metade. Se o Governo não pode aprovar até 0,30%, aprovando até 0,20% já garantiu um percentual bastante elevado de recursos em favor da CPMF, de vez que essa queda da arrecadação vai ser gradativa, não vai ser de forma repentina. Sr. Presidente, eu não votarei nesta Emenda, mas eu acho que esta Emenda tem que ser colocada na mesa de negociação com o Governo, porque é uma alternativa, além da que eu já apresentei. Esta aqui vai retirar, eu acredito, em torno de uns trinta bilhões; a que eu apresentei retira uns vinte bilhões da receita da CPMF. Mas é melhor do que perder tudo. Se os senhores perguntarem: V. Ex^a. está pessimista, Valadares? Não, é que eu não tenho os dados, eu não tenho as informações, eu não saí cabalando voto em favor da CPMF. Eu apresentei a minha proposta e estou aguardando que o Senado Federal aprove ou não a nossa proposta, que é de redução gradativa até terminar em 0,30%. A de Eduardo Azeredo termina em 0,20%. Então, finalizando as minhas palavras, Sr. Presidente, eu quero dizer que vejo com muita simpatia essa proposta do Senador Eduardo Azeredo como uma alternativa para a negociação com o PSDB, que, afinal, de forma sensata e equilibrada, através de um Senador de Minas Gerais que é defensor da saúde pública do Brasil, ele faz parte comigo do grupo de defesa da saúde do Brasil, eu considero uma proposta equilibrada e que deve se levar em conta no ambiente das negociações propostas pelo Governo federal. Eu agradeço a V. Ex^a., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa agradece a V. Ex^a. Concedo agora a palavra, se o desejar, ao nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Realmente eu estava inscrito, mas estava localizando o Senador Almeida Lima para a nossa votação aqui. Eu já o encontrei, ele está a caminho, já está aqui o Senador Almeida. Mas o que eu queria dizer, Sr. Presidente, é que a questão da CPMF, nós estivemos inclusive na negociação com o Governo, e aí o que me deixa triste é que essa negociação, essa abertura de canal, de cessão por parte do Governo de algumas questões relativas à CPMF, começou do encontro com o PSDB. O PSDB marcou encontro, sentou, conversou com o Ministro Mantega, na época o nosso mineiro Mares Guia, todos nós animados, e de repente o PSDB se retira da mesa. Mas deixou lá uma sementinha, deixou uma sementinha plantada, que foi a semente de tentar uma negociação, cederem um espaço, o que é muito importante. E daí o que é que veio? Veio o Senador Valadares, que participou da reunião também, e conseguiu arrancar do Ministro Mantega, eu estava presente também, o Senador Valter Pereira do PMDB, foi uma negociação difícil, mas o Governo cedeu, cedeu 0,02% ao ano, que o Senador Azeredo falou que não é nada, mas cada 0,01%, Senador Azeredo, é um bilhão de reais. 0,02% são dois bilhões de reais que o Governo deixará e vai distribuir, vai deixar de arrecadar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) –

Eu não disse que não é nada, eu disse que é pouco.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V. Ex^a. está muito exigente, está muito exigente. Eu acho que dois bilhões é uma quantidade razoável, o Governo cedeu.

Outra questão também foi a questão da DRU, que através do Senador Cristovam e também o PDT conseguiu uma vitória, de não usar a DRU com relação à educação. E o que acontece? Nós precisamos lembrar que criança com febre e doente não vai para a aula, criança com febre e doente não vai para a aula. Então não adianta nada nós termos uma vitória da DRU e não usar a questão para a saúde. A Senadora Serys sabe muito bem disso, é professora do ramo. O meu filho, se ficar doente, não vai para a aula, nós vamos cuidar. Então se não tivermos esse dinheiro aprovado para a saúde, Senador Sérgio Guerra, que está com atenção, eu estou sentindo que estou despertando a atenção de V. Ex^a., eu sei que é um voto difícil, mas só de despertar a atenção eu sei que V. Ex^a. está pensando um pouco. Então veja bem, temos que ter atenção, porque se não tiver o dinheiro para a saúde, não adianta a DRU, e o Presidente Lula, ele vem cuidando tão bem da educação que ele colocou um Ministro que não é político. O Ministro é um técnico, um sanitarista, que está trabalhando com afinco, está lutando para tentar mudar a questão da saúde. Agora se nós tirarmos todos os quarenta bilhões não há como mudar a

saúde. Eu, sinceramente, Senador Valadares, V. Ex^a. claro que administra a casa, a sua casa. Então de repente você dá o dinheiro em casa e fala assim: “você vai pegar esse dinheiro, vai pagar o plano de saúde, com esse outro aqui você vai pagar o carnezinho de aposentadoria e com esse outro aqui você vai fazer a feira”. E o que é que acontece? O senhor descobre que de repente o dinheiro para a saúde não foi todo usado. Aí V. Ex^a. não vai mais deixar dinheiro em casa? Não, não pode. Vai sentar, vai reunir e vai corrigir o que está errado. Então o Governo também tem esse propósito. Nós temos que corrigir. Nós somos Senadores, podemos legislar. Se o 0,38%, onde 0,20% vai para a saúde e nós precisamos de mais dinheiro para a saúde, então nós vamos fazer essa mudança, como V. Ex^a. negociou com o Governo e conseguiu mais 0,02%, V. Ex^a. e o Senador Valter. Agora simplesmente tirar todo o dinheiro, tirar todo o dinheiro, quarenta bilhões do cofre do Governo, eu não consigo entender isso, eu não consigo entender. Tirar simplesmente o dinheiro e falar o seguinte: “não, o Governo tem superávit, não precisa desse recurso”. Olha, pelo amor de Deus. Hoje o Governo gasta menos, proporcional ao PIB, com mão-de-obra, com funcionário público, do que o Fernando Henrique gastava em 2002.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador, V. Ex^a. me concede um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo, V. Ex^a. foi Presidente desse partido. Claro, um aparte, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington Salgado, é o seguinte: o Governo atual está fazendo uma redução gradativa na base de 0,02% ao ano durante quatro anos, e quando terminar a CPMF ficará com 0,30%, quer dizer, está reduzindo o montante da CPMF, da alíquota da CPMF. O que ocorreu em relação ao Governo passado? Aumentou de 0,20% para 0,38%. O Governo atual está propondo uma redução gradativa até acabar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quem inventou a DRU?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É uma mensagem diferente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quem inventou a DRU?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Foi o Fernando Henrique Cardoso, quer dizer, ele primeiro aprovou o 0,20%, em seguida aumentou para 0,38%, ele ainda achou pouco, aumentou para 0,38%, então ele teve todo o dinheiro, enquan-

to governou, da saúde. Agora tirar de forma abrupta, quem vai sofrer é o povo pobre.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós não vamos sofrer não, agora o povo pobre que lá está lá no Sertão, em parte do Nordeste, vai faltar hospital, vai faltar remédio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só para terminar, deixa eu só fazer uma colocação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me permite um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Presidente, está encerrando o meu tempo...

(falas sobrepostas)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A proposta do Senador Eduardo Azeredo também é boa, é do PSDB, é uma proposta sensata, deve ser levada em conta também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Dois minutos, senão vai acabar o meu tempo Senador Flexa. Senador Marco Maciel, Presidente. Eu peguei os dados, dos trinta piores Municípios com renda per capita da região Sudeste, peguei os trinta piores Municípios com renda per capita da região Sudeste, sendo que os trinta piores estão Minas Gerais. Como é que esses trinta Municípios vão ter recursos se não forem canalizados pelo Governo? Querem que eu vote contra CPMF, onde trinta Municípios do meu Estado, com a pior renda per capita? Eu até achei estranho a Senadora Kátia Abreu votar contra, porque dos trinta piores Municípios da região Norte, trinta é de Tocantins, com a pior renda per capita. Goiás, Senador Demostenes, dos trinta piores Municípios, vinte e sete em Goiás, Senador Demostenes. V. Ex^a. que é um homem (soa a campainha) que representa muito bem o Estado de Goiás, talvez V. Ex^a. não tenha esses dados, mas eu estou passando para V. Ex^a. pensar a melhor a respeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador, me permita.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agora está na mão do Senador Marco Maciel, o Presidente, que o meu tempo acabou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Para uma breve intervenção, pela ordem, o nobre Senador Flexa Ribeiro, e a seguir concederei a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Marco Maciel, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero aqui parabenizar o Senador Wellington Salgado. Não tinha conhecimento, Senador Wellington, da competência de V. Ex^a. na área da economia. Sei que V. Ex^a. teve formação em direito, é pedagogo, engenharia, mas em economia agora eu estou vendo que V. Ex^a. é sem sombra de dúvidas um *expert*, pela lição que V. Ex^a. deu. Agora é importante que V. Ex^a. saiba que o PSDB, por ser um partido de uma oposição construtiva, abriu sim o diálogo com o Governo para que pudesse atender à sociedade brasileira. Lamentavelmente o diálogo não prosperou porque este Governo só sabe fazer acordo com outro processo, com processo de liberação de Emenda, processo de atendimento de Ministérios, processo de convocações, de Furnas. Esse tipo de negociação, Senador Wellington Salgado, o PSDB não faz. O PSDB não entra nessa seara de discutir que quer Furnas, que quer liberar Emenda, que quer liberar recursos para a...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Flexa, um pequeno aparte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...Eu estou com a palavra agora, V. Ex^a. me concedeu. Então eu queria dizer a V. Ex^a. ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Flexa, o senhor me concede um aparte depois?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...Eu darei, Senador. Então eu quero dizer que talvez o PSDB seja diferente desses outros partidos que negociam com o Governo desta forma. Nós não fazemos. Nós negociamos em favor da sociedade brasileira, principalmente daquele menos favorecido.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas então V. Ex^a. está concordando com...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Deixa eu concluir, Senador Sibá, deixa eu concluir.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – V. Ex^a. está concordando com a CPMF.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Deixa eu concluir. Então a CPMF foi sim criada no Governo Fernando Henrique Cardoso. A DRU foi sim criada no Governo do Itamar Franco, mas num momento diferente, completamente diferente da conjuntura de hoje, momento de crises importantes, crises internacionais, onde havia necessidade desse atendimento. Hoje não há mais essa necessidade.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas nós não estamos livres, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E aí eu quero dizer a V. Ex^a. o seguinte: os jornais de hoje trazem uma matéria do Presidente da Confederação

Municipal dos Municípios. Sabe V. Ex^a. quantos Municípios no Brasil recebem transferências para a área da saúde? Seiscentos e poucos. Sabe quantos Municípios existem no Brasil? Mais de cinco mil, mais de cinco mil e quinhentos. Então V. Ex^a. fica aqui dizendo e o Governo de que não vai haver recursos para os Municípios, para a saúde, mas não é verdade.

Agora o que eu acho, Senador Wellington Salgado, o que eu acho é que nós já discutimos essa matéria com profundidade. A sociedade brasileira toda está nos assistindo pela TV Senado, nos ouvindo pela Rádio Senado, e aguarda a posição do Senado Federal. Nós temos que votar. Ainda ontem o líder Romero Jucá veio a mim para conversar da possibilidade de se votar a CPMF amanhã no Plenário.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Senador Flexa, me dá um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Darei.

O Senador Arthur Virgílio gostaria de votar mais adiante, mas concordou, ele disse agora que concordava em votar amanhã. Então vamos votar, gente, vamos fazer o que o povo quer, vamos votar em Plenário a CPMF. Um aparte ao nobre Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Senador Flexa, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Ex^a. Eu tenho visto de uma maneira repetitiva até que, senão tiver a CPMF, vai ter crise nos hospitais, vão ter greves nos hospitais, não vai ter recursos para pagar os salários dos médicos. Tenho visto até que os maiores Municípios, os mais pobres, vão sofrer, e assim por diante. Eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Ex^a., se puder me responder. A CPMF existe hoje, está existindo, está em funcionamento a CPMF? Está, não é?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não só está existindo como está trazendo aos cofres públicos trinta e seis bilhões de reais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – A minha pergunta é a seguinte: a CPMF existe hoje e a saúde está em caos, os hospitais estão completamente desaparelhados. Hoje no meu Estado praticamente estão todos os médicos em greve. O Instituto José Frota, que é o hospital mais importante de Fortaleza, está paralisado completamente, com a existência da CPMF. Então não é por causa da CPMF que está em crise. Esse argumento não vale. Nós estamos percebendo isso acontecer no Brasil inteiro. Eu pergunto: CPMF existe? O que é que se fez para melhorar esses quarenta piores Municípios de Minas Gerais, Senador Azeredo? O que é que se fez para melhorar esses piores Municípios de Goiás, Senador Demóstenes? E a CPMF está aí.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (pronunciamento fora do microfone) (2:18:44)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mais um PAC, já não sei quantos PAC's são. V. Ex^a. sabe me dizer, Senador Wellington? Me diga quantos PAC's o Governo já lançou e qual o PAC que foi implantado? Por favor, Senador Wellington Salgado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– O paquiderme.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só o paquiderme segundo o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Concedo a palavra...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) –

Senador Marco Maciel, eu estava com a palavra e fui interrompido pelo Senador Wellington que, com esse tamanho discreto, figura discreta, toda essa sua personalidade extremamente discreta, ficou na minha frente distribuindo panfletos. Eu gostaria que houvesse um pouco mais de respeito por parte desse Senador em relação quando nós estamos com a palavra, assim como nós respeitamos quando ele está com a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE) – Concedo agora a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu não concluí ainda, Presidente, eu cedi um aparte.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – A minha argumentação é essa, que eu gostaria que V. Ex^a. comentasse.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu concluo já, Presidente. Eu quero perguntar ao Senador Wellington Salgado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Wellington Salgado, V. Ex^a. sabe quantos PAC's o Governo já lançou? Eu acredito que ele deveria lançar um somente, que é a redução do paquiderme que é o gasto público, aí sim, reduz o paquiderme do gasto público e estaria resolvido todos os PAC's que ele quer lançar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Flexa, me concede um aparte?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Pela ordem, Presidente. Presidente, pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– O debate está muito qualificado, Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu e após ao Senador Valter Pereira.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria que nós pudéssemos manter o debate, mas com silêncio razoável, não só com relação à minha palavra, mas de todos os colegas. Sinceramente ali atrás a discussão dos colaboradores, assessores, nossos visitantes, que nós temos o maior prazer de receber aqui na CCJ e em todas as Comissões, a presença de todos é importante, mas que por favor nós pudéssemos ter a oportunidade de ouvir os colegas e ouvir o contraditório, ouvir os debates. O barulho está insuportável, nós não estamos conseguindo ouvir o que cada um está dizendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa faz um apelo ao Plenário para que se mantenha em silêncio para que nós possamos continuar a debater a matéria, que é extremamente relevante.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Presidente, é só chamar o Senador Romero Jucá, porque ele está dando entrevista lá no fundo. Se ele vier para cá, diminui o movimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra a Senadora...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senador Romero Jucá, eu faço questão absoluta da sua presença aqui no Plenário como Relator, Senador Romero Jucá, porque eu tenho uma ótima notícia a dar a todos nós e ao Governo, sendo que a sua presença é muito importante, a sua intenção é muito importante.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Principalmente para ele vir votar também.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Nós vamos aguardar o Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra a nobre Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Presidente, enquanto o Senador Jucá não chega, será que eu poderia fazer uma comunicação bem rápida, Senador, enquanto o Senador Jucá não vem? É dizer que já demonstramos aqui a nossa boa vontade proponho inclusive para amanhã. Agora é evidente que não cabe esse comportamento coercitivo da base do Governo de tentar impor ao PSDB um voto. O PSDB vai votar do jeito que os seus membros decidirem e os seus membros decidiram ... não precisa fechar a

questão, não precisa de nada disso, agora veja: daqui a pouco vão propor um plebiscito para definir a posição do PSDB. Se essa moda pega, um plebiscito para decidir como que o PSDB vota. O PSDB vai votar como quiser, assim como o PT, no passado, no presente e será assim no futuro, votava, vota e votará como quiser, ou seja, estamos aqui numa discussão confundindo, embaralhando os momentos. Quando se implantou a CPMF, e foi no Governo do Presidente Itamar Franco, se o fez foi por absoluta necessidade posta pela prestabilidade econômica.

Depois as crises todas que, só não foram mais graves, porque nós contamos sempre com a compreensão do PT, esse é um fato, só não foram mais graves porque sempre contamos com o patriotismo, com a compreensão e com a maturidade do PT. Agora quando nós não temos crise, nós temos uma senhora oportunidade de baixar carga tributária, de desonerar a economia, de facilitar os caminhos da economia, até para enfrentar crises que possam vir, nós entendemos que o mínimo que se pode respeitar no PSDB é o seu direito de votar, e ele vai exercê-lo, de votar como ele acha que é melhor para o país. No mais, é uma conversa muito agradável, mas eu lamento, Sr. Presidente, que nessa insistência nossa de discursar a gente termine atrapalhando as conversas paralelas, e eu peço desculpas a todos esses que por ventura minha palavra possa estar atrapalhando nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço ao nobre Líder Arthur Virgílio. Eu concedo a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu. Sua V. Ex^a. tem a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu acabei de receber aqui em minhas mãos um documento que veio da Comissão de Orçamento, da Comissão Mista de orçamento, aonde a reestimativa para 2008 superou ao que foi apresentado por mim no meu relatório. Eu quero apenas lembrar aos colegas de que no dia da apresentação do meu relatório, eu apresentei seis pontos aonde o Governo poderia utilizar para substituição da CPMF, e num dos seis itens eu apresentei que o Governo já tinha tido uma reestimativa em setembro, pela Comissão Mista de Orçamento, aprovado, cujo Relator é o Senador da República, e essa reestimativa estava em nove bilhões e meio, e eu complementei no meu relatório dizendo que na segunda reestimativa, que deveria ocorrer em dezembro, que o Governo teria mais dois bilhões a mais do que o previsto para o PLOA 2008. Então daria um total de onze bilhões e meio que poderiam ser utilizados para substituir a CPMF. Só que para surpresa agradável de todos nós, foi aprovado hoje a segunda reestimativa, e não deu

os dois bilhões que eu apresentei no meu relatório aqui há algumas semanas atrás, mas a reestimativa do Governo está em 5,8 bilhões de reais, ou seja, eu apresentei onze bilhões e meio. Então, na realidade, nós temos 3,8 bilhões a mais da reestimativa aprovada hoje na Comissão de Orçamento.

Isso significa que nós temos então quinze bilhões para substituir a CPMF. Então eu repito, a minha reestimativa foi bastante tradicional, foi bastante responsável, e ao invés de dois bilhões houve uma reestimativa de cinco bilhões e oitocentos milhões de reais. Então, Senador Jucá, esses cinco bilhões, esses 5,8 bilhões de reais, com 3,8 bilhões a mais da reestimativa anterior, demonstra o quanto nós podemos ainda queimar de gordura para diminuir a carga tributária, não apenas a CPMF, mas fazer a reforma que o Brasil tanto precisa. Essa reforma, Sr. Presidente, que tem até colocado o Brasil numa situação bastante constrangedora diante do mundo. Agora a pouco saiu um relatório importantíssimo, que sai todos os anos, que é do *Paying Taxes*, que coloca o Brasil em último lugar de um ranking com relação ao tempo que as empresas se dedicam para cumprir as obrigações tributárias. Então eu repito, Sr. Presidente, as empresas brasileiras são as que dedicam mais tempo para cumprir com as obrigações tributárias entre cento e setenta e oito países analisados no estudo. Classificam os países de acordo com a complexidade de seu sistema tributário, mas considerando não apenas o custo representado pelos tributos, consideram não apenas a carga tributária, mas também a quantidade de taxas e o tempo gasto na execução dos procedimentos necessários.

Então, há alguns meses atrás o Dr. Jorge Gerdau deu uma entrevista à Revista Exame, se não me engano, onde ele coloca o número de trabalhadores que ele tem, que ele ocupa, apenas para lutar contra a carga tributária brasileira, não só o seu valor de 36%, 37%, mas a sua complexidade. Hoje o empresariado brasileiro faz planejamento tributário e não planejamento de gestão. Isso significa que o Brasil, os empresários do Brasil, estão gastando duas mil e seiscentas horas/ano para lutar e se adequar ao pagamento de todos os tributos cobrados neste país, enquanto a Nova Zelândia gasta apenas setenta horas, contra duas mil e seiscentas horas/ano. A Bolívia, que é aqui a nossa vizinha, gasta mil e oitenta horas/ano. Então, Sr. Presidente, eu quero ainda, para contraditar, especialmente o Ministro Mantega e agora a pouco um dos colegas Senadores, a questão dos recursos da saúde. Assim como o Governo tem insistido em dizer que o dinheiro da saúde vai acabar, nós da Oposição temos a responsabilidade de dizer que não é verdade, que os recursos da saúde estão garantidos pela Emenda Constitucional

nº 29, que foi aprovada por esta Casa, ou seja, com CPMF ou sem CPMF, com ou sem qualquer tipo de tributo, a Emenda Constitucional está valendo, ou seja, o recurso da saúde é o gasto naquele ano mais o PIB nominal que será o recurso do ano seguinte. Então eu acho que não convém ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, ficar pregando declarações falsas na imprensa e ameaçando os Estados e os Governadores com relação aos recursos da saúde. A pesquisa que nós temos agora, por último, Datafolha, mostra a preocupação da população com a saúde, que aumentou da pesquisa de março deste ano, ou seja, mesmo com a CPMF a saúde no Brasil está um caos, onde não têm remédios, medicamentos, não tem equipamento hospitalar, não tem médico bem remunerado, não tem médicos nos postos de saúde, têm filas e pessoas deitadas nos corredores dos hospitais. Isso demonstra, Sr. Presidente, que a questão da saúde não é apenas dinheiro, que a questão da saúde é uma questão de incompetência, é uma questão de gestão. O Governo tem que reconhecer que está gerindo mal os recursos que têm, porque com a CPMF não está conseguindo administrar bem, e a pesquisa mostra o quanto a sociedade está insatisfeita. Então eu repito a todos os colegas que conhecem bem a Emenda 29: os recursos da saúde não irão faltar, porque estão garantidos na Constituição, e o Ministro Mantega poderia na verdade arrumar mais argumentos técnicos, usar os seus economistas do Ministério, para não fazer ameaças, mas apresentar números reais, números concretos, rebatendo o nosso relatório, aos Senadores de Oposição, e até mesmo ao empresariado do Brasil, ao invés de atacar esse empresariado que até um dia já apoiou o Presidente Lula. Obrigada, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira, para S. Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Posteriormente, vou inscrever V. Ex^a. A seguir do Senador Valter Pereira está novamente inscrito o Senador Eduardo Azeredo, eu não sei se V. Ex^a. deseja novamente falar, a seguir o Senador Inácio Arruda, o Senador Tasso Jereissati e a Senadora Ideli Salvatti. Com a palavra o nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, parece-me que alguém pediu a palavra pela ordem e, nesta circunstância, teria a preferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Mas eu disse que concederia a palavra a

S. Ex^a., sendo que ela concordou que fosse colocada na lista de oradores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, eu tinha pedido pela ordem, mas era só pelo barulho.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr.

Presidente, se fosse em Mato Grosso do Sul nós diríamos que está chegando a hora da onça beber água. Efetivamente nós vamos tomar uma decisão que vai ao encontro de uma grande expectativa de todo país, cuja sociedade está olhando atentamente para os passos que o Congresso está dando, o Senado especificamente, na direção da CPMF. Confesso a V. Ex^a., Sr. Presidente e Srs. Senadores, que tanto a decisão que nós vamos tomar aqui na Comissão de Constituição e Justiça como aquela que deveremos tomar no Plenário desta Casa me deixa extremamente inquieto, porque sei perfeitamente o que é que representa a elaboração e a execução de um orçamento, e sei do impacto que poderá gerar uma decisão a ser tomada aqui envolvendo a bagatela de quarenta bilhões de reais. Confesso a V. Ex^a., Sr. Presidente, Srs. Senadores, que estamos numa saia justa desde o momento que votamos o primeiro relatório, porque o primeiro relatório não deixou muita flexibilidade para as nossas decisões. Entendo que foi um trabalho profícuo, desenvolvido pela eminente Senadora Kátia Abreu, que propôs uma extinção abrupta da CPMF, e exatamente aí é que existe a grande dificuldade para se tomar a decisão. Tivesse contemplado alguma proposta que previsse a extinção gradual dessa contribuição, eu não tenho dúvida que não teria qualquer tipo de preocupação com o voto que devo proferir nesses próximos dias. É bem verdade que houve uma negociação. Conversamos com o Governo, fizemos propostas ao Governo, o Governo cedeu, cedeu uma parte na Câmara e a outra parte no Senado, na Câmara aquiesceu com o texto da Emenda 29, que recheia de forma substancial a área de saúde, que é uma das grandes preocupações desta Casa. No Senado cedeu no momento em que aceitou uma redução gradual, embora, diga-se de passagem, muito modesta, de 0,02% ao ano, ao cabo de quatro anos seguidos. Cedeu na desoneração de contribuintes que percebem até R\$ 2.800,00, que ficariam livres da CPMF, e cedeu também no compromisso que assumiu de equacionar a dívida do setor agrícola brasileiro. Todavia, essas concessões que foram feitas pelo Governo ainda são pequenas diante do tamanho da carga tributária que onera o contribuinte brasileiro, de sorte, Sr. Presidente, que aqui na Comissão nós vamos acompanhar o Parecer lavrado pelo ilustre Relator Senador Romero Jucá e estamos avaliando o que é que vai acontecer no Plenário para

proferirmos o nosso voto lá, mas não posso deixar de registrar a grande inquietação que toma conta não só deste Senador, como dos demais aqui, com relação ao tamanho da responsabilidade que pesa sobre os nossos ombros com a medida que nós vamos votar no Plenário nos próximos dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agradeço ao nobre Senador Valter Pereira, as considerações que produziu, e concedo agora a palavra, pela ordem, a palavra ao Senador Inácio Arruda, a seguir o Senador Tasso Jereissati, o Senador Sérgio Guerra e, posteriormente, o Senador Marconi Perillo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, nós temos uma situação aqui muito interessante, porque quando estávamos na Câmara dos Deputados, eu lembro que ainda o Senador Sérgio Guerra, no PSB, naquela época, evidentemente, e nós do PCdoB, nós tivemos a oportunidade de votar duas vezes a CPMF. Numa das vezes, na primeira votação, nós votamos favoravelmente à CPMF, num bom debate com o médico e Ministro da Saúde Adib Jatene, votamos favoravelmente, e numa segunda votação da CPMF, numa segunda oportunidade de votação, de renovação da prorrogação da CPMF, nós votamos contrariamente. Não era um debate de mérito, porque eu creio que aqui entre nós, me parece que não há ninguém que esteja contrário ao mérito, mesmo porque uns criaram e outros estão dando continuidade à CPMF. Então não é um problema de mérito, é um problema de natureza política, como aconteceu conosco na segunda votação para a prorrogação da CPMF, a questão central para nós não foi no mérito, foi na política, era uma disputa política, um objetivo de derrotar o Governo naquele instante e nessas condições nós enfrentamos a votação, votando contrariamente à CPMF. Então o embute era de ordem política, não foi no mérito, não foi nos números, não era se a destinação da CPMF era mais ou menos para a saúde, se cobria toda a saúde. Não foi exatamente isso, foi o problema do embute político, e falo isso para registrar também uma importante reunião na sexta-feira da semana passada no Município de Salvador, capital do Estado da Bahia, com todos os governadores do Nordeste, incluindo os governadores que fazem parte da base do Governo e os que se opõem ao Governo, e todos, todos os nove governadores do Nordeste solicitaram do Senado da República, do Congresso Nacional, a aprovação da CPMF, porque são aqueles que têm a responsabilidade de utilizar os recursos, de aplicar os recursos na área de saúde.

Então há esse apelo, incluindo entre os governadores o Governador de Alagoas, que é do PSDB, e o

Governador do Estado da Paraíba, que é também do PSDB. Eu acho que é muito importante esse debate da CPMF, eu acho que está num patamar de discussão elevado, qualificado, está num debate muito bom, eu acho que temos condições de fazer uma votação tranqüila com as posições se estabelecendo no campo da política e no mérito, porque no mérito eu não vejo razão nenhuma para se votar contra o projeto, mesmo porque, Sr. Presidente, talvez se tivéssemos que negociar alguma coisa, devíamos negociar o seguinte: vamos zerar o IPI, vamos discutir com os governadores a alíquota de ICMS, redução de alíquota de ICMS, redução de IPI, jamais um imposto que tem tamanha facilidade de ser arrecadado como é o caso da CPMF. Talvez fosse o caso não só de manter a alíquota, mas até de ampliar, reduzindo de outros tributos que são facilmente sonegáveis, que tem facilidades para você desviar a sua arrecadação, que exige um aparato de fiscalização brutal dentro das empresas, talvez aí nós tivéssemos que negociar, mas a sua redução ou a sua eliminação, eu considero que seria um grande erro de todos nós se viermos a trabalhar nessa idéia, Sr. Presidente. Essa questão, eu friso apenas, sublinho da reunião que eu considere muito importantes dos governadores do Nordeste brasileiro, em Salvador, porque me parece que nas regiões de distribuição dos recursos da CPMF, é a que mais recebe recursos da CPMF para a área da saúde. Então uma atenção especial que a CPMF tem com o Nordeste brasileiro, Norte e Nordeste, é quem mais recebe recursos da CPMF. Então eu apelo aos Senadores dessa região especialmente, que nós não poderíamos cometer esse equívoco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, eu primeiramente gostaria de pedir que na discussão da CPMF e alguns assuntos que devem ser tratados com a maior seriedade, principalmente quando se discute questões como a saúde, que as coisas sejam feitas com a maior seriedade e sem nenhum tipo de levandade. Primeiro eu venho pedir aqui, ou mais do que pedir, exigir ao Senador Wellington respeito com o meu partido, o PSDB. Eu não aceito e não admito que certas atitudes sejam tomadas aqui e colocadas na chacota quando nós estamos discutindo assuntos seriamente. Foi levantada aqui uma falsa interpretação sobre a CPMF quando ela foi criada, eu não sei se falsidade por má-fé ou por ignorância, sobre a criação da CPMF, e o desenvolvimento seguinte da CPMF, e no momento em que estava se respondendo de uma maneira séria essa questão, o Senador levanta e sai

distribuindo panfletos pela Casa com essa sua figura delicada e discreta. Esses assuntos devem ser tratados com a maior seriedade. Colocando pontos nos is: a CPMF foi criada, aliás, com o nome de IPMF, no Governo do Presidente Itamar. Foi criada e em seguida foi novamente prorrogada num momento de crise fiscal, num momento de crise fiscal em que havia todo um desarranjo das políticas públicas brasileiras, bancos estaduais em crise, bancos estaduais quebrados, déficit público fantástico, início do programa de estabilidade fiscal como um programa de emergência, em que era necessário e aceito por todos os partidos, deveria ser aceito por todos os partidos, como um programa para cobrir uma situação de emergência, e, portanto, plenamente justificável, e por esta razão sempre com o nome de Imposto de Contribuição Provisória. Esse é um ponto.

A situação de hoje é uma situação completamente oposta há de vinte anos atrás ou quinze anos atrás. Nós vivemos hoje uma situação de abundância fiscal, de crescimento econômico mundial, em que a crise fiscal não existe mais e o processo de controle da inflação já está se consolidando. Eu não digo nem que está consolidado, já está se consolidando. Segundo ponto: a CPMF, eu queria deixar bem claro aqui, é uma contribuição. Contribuição não é repassada para os Municípios, muito menos para os Municípios mais pobres de Minas Gerais ou os Municípios mais pobres de Goiás. Contribuição não é repassada para Estado do Nordeste, contribuição não é repassada para Estado nenhum. IPI é repassado, Imposto de Renda é repassado. Então ou existe aqui uma tentativa de desinformar, de novo, de má-fé ou por ignorância, do que é a CPMF nos Estados. Terceiro ponto: a questão da saúde. A saúde hoje vive um caos completo. Existem greves em todos os Estados, problema de equipamento, epidemia de dengue em todo o país, isso com a CPMF em plena vigência, com a CPMF em plena vigência. Portanto, não é a CPMF que vai fazer melhorar nada. É gestão, gestão e gestão bem aplicada e gestão bem conduzida e o fim da corrupção, que é outro problema que deve acontecer para que a saúde melhore, e não a CPMF. Volto a repetir: a CPMF está em plena vigência e a saúde é um caos nesse país, hospitais em greve em todo o canto. Não venham mais com esse argumento, que é uma balela, e mais do que uma balela é uma mentira gigantesca que está se pregando neste país.

Agora cada vez que vem a situação tentar convencer e pressionar um partido como o PSDB que tem história, e história de coerência, todos aqui nós temos história de coerência fundado naquilo que nós plantamos, naquilo que nós nos comprometemos a fazer, e

principalmente em cima daquilo que nós fizemos, tudo isso, que venha se pressionar o PSDB com qualquer outra atitude em cima de mentiras e chacota, só vai fazer com que a nossa posição fique mais forte ainda e mais convicta, pois um Governo que usa a sua base para fazer esse tipo de mentira e colocação aqui não merece recursos adicionais porque vai desperdiçá-lo e, quando não, usar para objetivos menos honrosos até. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Bom, eu gostaria de agradecer a manifestação do Senador Tasso Jereissati e dizer a S. Ex^a. que de fato durante os oito anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e sem querer interferir nos debates, nós só tivemos dois anos, o ano de 1996 e o ano de 2000 que não tivemos crises externas também, o que demonstra conseqüentemente o acerto de sua administração, da administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Agora eu concedo a palavra...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Marco Maciel, artigo 14, eu fui citado e acho que eu vou, como disse o Senador Pedro Simon, vou tentar me colocar calmamente diante de um grande político como é o Senador Tasso Jereissati, que tem toda uma história, sempre defendeu o Ceará, as coisas importantes para o Ceará. Ele sempre lutou, revolucionou, aquela mudança histórica que aconteceu no Ceará. O Senador fica irritado, agora eu não falei mentira, Senador. Em momento algum eu desrespeitei o PSDB. Eu disse o seguinte: quem era o Ministro do Presidente Itamar, por quem eu tenho o maior respeito, quando foi criada a CPMF? Foi só essa pergunta. O Ministro era o ex-Presidente Fernando Henrique? Se for mentira minha ...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Responda.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – ...A informação que eu tenho é que o Ministro era o Presidente Fernando Henrique. Eu não estou culpando ninguém, eu estou culpando, eu estou falando o que aconteceu na história. A história aconteceu, você não tem como desfazer o que já aconteceu. A segunda coisa foi o seguinte: foi criada a CPMF com 0,20%.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Foi criado o IPMF.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O IPMF, Perfeito, IPMF, e depois mudou-se para 0,38%. Eu não estou discutindo se foi num momento propício para mudança, que tudo o que acontecia na economia teria que ser mudado, mas aconteceu. Mudou de 0,20% para 0,38%. Tudo bem, a história, aconteceu. Foi o que eu falei. A DRU, quem

criou a DRU, ou seja, aquilo que faz com que o Governo possa tirar 20% dos recursos e botar da melhor maneira possível. Quem criou o DRU? Foi também o Fernando Henrique ou foi no Governo Itamar?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Está falando comigo?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tá bom, eu não vou falar com V. Ex^a. Eu vou confirmar o meu posicionamento, mas em momento algum eu quis desrespeitar o partido de V. Ex^a. Eu não estou desrespeitando, eu não estou desrespeitando, eu estou falando da história, e outra coisa: eu sempre coloquei...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, não, presta atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tá bom, Senador. Eu quero dizer o seguinte: eu sempre tive no PSDB, V. Ex^a. sabe que eu sempre disse que o PSDB é o fiel da balança em alguns momentos importantes nesse país.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – (ininteligível) fiel livremente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sim, mas eu não estou dizendo que não vai ser.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – (ininteligível) furar poço, nós não queremos Furnas, não queremos Caixa Econômica, não queremos Banco do Brasil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Veja bem, agora eu não vou querer entrar num debate como o Senador Flexa colocou, que aqui não se faz troca, não se faz nada. Eu não vou entrar nesse debate, eu não quero entrar nesse debate. Veja bem, eu sei ler a história, eu sei ler as informações e tudo, mas eu não vou entrar nesse debate. Sabe por que eu não vou entrar? Por que eu acho que os senhores, os senhores são todos responsáveis. Os senhores já foram Governo, os senhores têm dois Governadores do qual de um eu sou fã incondicional, que é o Aécio Neves. Sou mesmo, o Azeredo sabe disso, e eu acho que esses dois são dois fortes candidatos para tentar vencer o candidato do Presidente Lula ou de um grupo que vai vir com os seus candidatos, e esses dois Governadores, esses dois Governadores...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Os outros quatro são bom também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – ...Tá bom, mas esses dois Go-

vernadores acreditam que a CPMF é importante para eles como Governadores, eles acham isso. Então eu procuro entender porque é que os Senadores do PSDB, para onde eles vão caminhar. O DEM eu até entendo, quer dizer, eu entendo o que eu não entendo. Agora o PSDB já foi Governo, tem dois grandes Governadores que podem ser Presidente desse país, e por que é que eles dizem que é importante a CPMF para os dois e aqui, quando eu vejo, eu procuro entender porque é que os Senadores do PSDB vão votar contra, se isso é importante para os Governadores, quer dizer, eu sei que Governador não vota...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Uma meia dúzia do seu partido vai votar com a gente, hein.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – ...Senador, eu estou discutindo o seguinte: onde é que eu posso ter uma racionalidade, eu procuro entender. Tá bom, política tem mudança como nuvem muda a cada momento. Agora quando eu vejo o Governador Serra, um homem que estudou a vida inteira para ser Presidente desse país, na trajetória política dele, você vê o Governador Aécio Neves, a nova geração, um homem que revolucionou Minas Gerais, aí os dois chegam e falam: “CPMF é importante”. É eu venho aqui, eu falo: “amanhã os Senadores do PSDB vão ver que precisam do Governo”. Aí eu sento, fico esperando, e não vem. Aí no outro dia eu sento de novo, fico esperando, e não vem. Aí os Governadores do Nordeste se reúnem e falam que CPMF é importante, tem um do PSDB também, dois do PSDB. Aí eu fico esperando e não vem. Eu olho para o Senador Flexa, não vem. Senador Arthur Vergílio, não vem. Senador Tasso Jereissati fala que eu desrespeitei o partido dele. Como que eu vou desrespeitar o partido de V. Ex^a., um partido que fez história nesse país? Em momento algum. Eu só falo fatos da história, sendo que fatos da história não pode irritar e nem desrespeitar o partido dos senhores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pelo artigo 14 eu vou conceder a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Senador Wellington, eu vou colocar também da maneira mais objetiva, vou tentar. Primeiro que quando eu falei que a CPMF ou a IPMF foi criada num determinado momento em que um recurso de emergência era essencial para o país e que hoje nós vivemos um momento exatamente oposto daquele para a qual foi criada a CPMF, é que eu falo que é uma distorção clara da história. Aqui eu vou tentar fazer um exemplo mais elementar possível para que V. Ex^a. possa entender o meu argumento, pois parece que V. Ex^a. não está en-

tendendo o meu argumento. Foi criado sim pelo meu partido, foi criado na época do Ministro Fernando Henrique, Ministro Fernando Henrique, nenhuma dúvida. Mas o meu argumento de que era uma situação econômica nacional e internacional completamente diferente, V. Ex^a. não entende. Então eu vou tentar fazer aqui um paralelo em função do horário. Uma e meia da tarde. Senador Demostenes Torres, V. Ex^a. está com fome? Ele vai almoçar. Depois do almoço eu vou perguntar: “Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a. está com fome?” O que é que V. Ex^a. vai me responder?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Eu estou de regime (risos).

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Aí

eu não posso dizer ... saciado, saciado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Você vê que o DEM quer criar embaraços.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não combinou o *script* antes, acabou com o exemplo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Então eu posso dizer: “Senador Demóstenes, V. Ex^a. é incoerente, porque há uma hora atrás V. Ex^a. estava com fome e agora está saciado, V. Ex^a. é um homem incoerente”. Então é esse exemplo. Na época nós tínhamos uma crise fiscal, estávamos com fome. Hoje nós estamos ao contrário, como se diz...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vai aplicar o redutor.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– ...saciados, mais do que saciados, nós estamos empanturrados, nós estamos empanturrados e está jogando dinheiro, a ponto do Governo jogar um bilhão para criar, por exemplo, uma TV Pública de brincadeira. Então, só como exemplo, está se jogando dinheiro fora. Então é essa a questão. Segundo, a falta de desrespeito quando eu vi que V. Ex^a. falou de uma maneira jocosa em relação ao PSDB, que não entende os Senadores do PSDB, e no momento que nós íamos responder, justamente, eu mesmo estava respondendo, V. Ex^a. se postou aqui na minha frente, novamente com essa sua figura tão leve e...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É problema genético (risos).

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Mas V. Ex^a. se postou na minha frente por problema genético?

(falas sobrepostas)

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Se

postou na minha frente e começou a distribuir panfleto enquanto eu falava com o Presidente. Então é essa ... eu não sei qual era o panfleto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É relativo ao PAC da saúde lançado hoje pelo Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Então é isso que eu chamo de falta de desrespeito, e é falta de desrespeito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nesse ponto, se foi todo esse debate por eu ter entrado na frente de V. Ex^a., me perdoe, eu peço desculpas quanto a isso. Na próxima vez sairei da frente, sairei da frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ideli Salvatti para uma comunicação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito rápido. A partir das duas horas a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos vai estar realizando uma Audiência Pública com a presença do Dr. Adib Jatene e da Dra. Zilda Arns, para tratar exatamente dos efeitos da questão da prorrogação ou não da CPMF na área da saúde e na área de políticas sociais. Eu acho que nós vamos ter uma boa oportunidade de dar continuidade a esse acalorado debate, inclusive vários Tucanos poderão rever o ex-Ministro da Saúde, da época da criação da CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra, se ainda desejar, ao nobre Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, eu vou ser rápido, primeiro para dizer o seguinte: essa questão da coerência do voto do PT na CPMF está profundamente mal colocada, e vou dizer o porquê. Primeiro porque há cinco anos atrás nós sentamos aqui, todos nós ou quase todos nós, e vários Senadores que estão aqui presentes fizeram um trabalho pela reforma tributária. O Senador Tasso era um deles, o Senador Mercadante era um deles, eu ajudei também, o Senador Tourinho que não está aqui e outros tantos, e nessa tal reforma tributária que nós aprovávamos no Senado, por Emenda do Senador Tasso foi prevista a extinção da CPMF, progressiva, de tal forma que ela ao final se transformasse apenas num instrumento arrecadatário fiscalizador. Essa aprovação se deu com o apoio do PT, do PMDB e de todos os partidos. Todos os partidos concluíram, há cinco anos atrás, que não cabia mais a CPMF. Então incoerentes são os que acham agora que ela deve continuar, porque todos nós, sem exceção, PT, PSDB, PMDB, DEM, PFL, concordamos ali que a CPMF devia ser continuada por um período que neste instante já estaria vencido, quer dizer, não teria mais CPMF, ela ficaria apenas num tamanho necessário para colaborar num esforço de fiscalização. Então é uma falsa questão essa de que nós votamos de um jeito ou votamos de outro.

Uma palavra sobre o que disse a Senador Kátia Abreu. Ela falou com toda a razão que no orçamento do ano que vem o Relator já descobriu receitas novas, o Relator Dornelles, que é uma pessoa responsável, e essa nova previsão de receitas tem cobertura e respaldo do Ministério da Fazenda. No passado todo mundo dizia que o Congresso aumentava as receitas, superestimava as receitas para criar a falsa ilusão de que tinha recursos para orçamento, para poder aprová-lo. Nos últimos três anos tem acontecido o contrário. As receitas estimadas no Congresso são inferiores às receitas efetivadas no Executivo, sempre há excesso de arrecadação. Então esse ano o Relator Dornelles, que é conservador, uma pessoa notadamente conservadora, fez uma expectativa nova de dez, quinze, eu não sei quantos milhões, eu acho que quase vinte bilhões, eu não sei ao certo. O fato é que na falta de uma política e de uma responsabilidade maior, Senadora, sabe o que acontece? Esses vinte bilhões estão sendo rateados na aprovação de emendas, emendas que serão gastas para aprovar a CPMF, entende? Essa que é a verdade pura e simples. Os vinte bilhões não vão para a saúde, não vão para lugar nenhum, vão para muitos lugares, mas não tem a menor responsabilidade fiscal nessa aprovação e muito menos a sua distribuição. Ela se dá para distribuição de aprovação de emendas de parlamentares, para projetos que, em 90% deles, carecem de responsabilidade pública, para um Governo que não dá prioridade e nem tem política de prioridade para liberar esses recursos, que os libera ao sabor dos ventos ou das votações, para não levantar nenhuma forma de suspeição. Então é apenas uma demonstração de descontrole, de falta de responsabilidade pública. Se não for aprovada a CPMF, e a minha visão é que não será, o que vai acontecer na prática é o seguinte: o Governo vai ter dificuldades? Vai ter. Eu só não sei se elas são saldáveis ou não. É provável que o sejam, é possível que a partir daí se tenha que apertar o cinto, que se tenha que refletir antes de liberar recursos, de ter efetivamente uma política de prioridades, de ter rigorosamente controle da despesa e do investimento público, de botar dinheiro no investimento e não na fantasia. É bom, é um choque de verdade num país que vive de ilusão.

Com relação ao Senador Wellington, o Senador é uma pessoa que tem a nossa consideração, mas com toda a razão e com toda a verdade, o Senador Tasso tem razão. O Senador Wellington anda brincando demais, e nesse assunto, com toda a simpatia que eu tenho por ele, não vale a pena brincar. É coisa muito séria. Nós estamos decidindo hoje quarenta bilhões de reais, hoje, amanhã ou depois de amanhã, que são importantes para o futuro do Brasil. Por isso o voto deve

ser tranqüilo. O voto não deve ser submetido a constrangimentos. O voto não pode ser resultado de pequenos acordos, de pequenas negociações. Tem que ser no sentido público para que não se venha alegar depois falta de coerência, falta de lucidez, falta de responsabilidade. Eu estou convencido de que o Congresso vai avançar nesse processo, para além dos partidos, por cima dos partidos e a favor do país, porque é preciso refletir agora no momento desse voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de encerrar a discussão eu vou conceder a palavra ao último orador inscrito, que é o nobre líder Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, apenas um minuto, não mais do que isso. É só para dizer, Sr. Presidente, que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, concedo a palavra a V. Ex^a., depois ao Senador Marconi Perillo, pedindo a ambos que sejam breves. Com a palavra S. Ex^a., o nobre Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu não vou reclamar que tem um Senador aqui na minha frente (risos). Com todo respeito ao Governo que passou, ao Governo atual, mas eu acho que o mais coerente nessa história de CPMF, o mais coerente nessa história de CPMF seria estabelecer um redutor, porque é muito difícil para um Governo abrir mão de quarenta bilhões de reais num orçamento. Está aí o orçamento em curso, para ser votado aqui no Congresso Nacional, e se a CPMF não for aprovada, de cara já vai ter problema na aprovação, vai ter que mudar alguma coisa no orçamento. Então o redutor, que foi a proposta inicial do PMDB, eu acho até que é pouco. Eu tenho projeto tramitando aqui na Casa que estabelece um redutor maior. Se estabelecesse um redutor maior até 2011, mesmo o próximo Governo que viesse, se não quisesse acabar de uma vez com o que restasse em 2011, poderia continuar com o redutor até acabar, com todos os percentuais, ou deixar apenas um percentual para o Fundo de Combate à Pobreza e o Combate à Sonegação, que era 0,08%. Então eu vejo, sinceramente, se eu estivesse fora, nem Governo e nem Oposição, eu diria que a coerência me diria que o redutor seria o mais sensato para se colocar nessa CPMF, não extinguir de uma vez e nem tampouco prorrogar integralmente a CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu não serei repetitivo, tampouco

cansativo, porque no Plenário da Casa eu já externei pelo menos quarenta e cinco razões sobejamente bem explicitadas para que a gente deva votar contrariamente à CPMF, especialmente em função do gasto público de baixíssima qualidade, do imposto de baixa qualidade, da carga tributária excessiva em cima dos trabalhadores e sobretudo do setor produtivo. Externei também a razão de votar contra pelo fato do Governo não estar destinando os recursos para a sua função precípua, que é a saúde, mas além de reiterar aqui o meu voto contrário à CPMF, eu gostaria de responder também ao Senador Wellington Salgado que pela segunda vez seguida cita o meu Estado e o Estado de Minas Gerais em relação a algum tipo de indicador. Eu queria lembrar ao Senador Wellington que nos últimos sete anos, nos anos em que eu fui Governador do Estado, o nosso PIB saltou de dezessete para cinquenta e um bilhões, ou seja, cresceu três vezes no período de sete anos, com dados agora do PIB de 2005. Eu queria também dizer que as nossas exportações multiplicaram-se por dez nesse período. Que nós saltamos no ranking do PIB de 12º para 9º lugar no Brasil. De 12º no ranking da competitividade para 9º lugar no Brasil, já estamos chegando a 8º. Gera-mos mais de quinhentos mil empregos líquidos nesse período e o nosso PIB industrial saltou de 12% para 30%. Além disso, Senador Wellington, todos os nossos indicadores sociais melhoraram substancialmente. O IDH, o índice pobreza melhorou muito acima da média nacional, reduzindo-se substancialmente, a expectativa de vida divulgada agora também melhorou muito acima da média nacional, assim como os índices de mortalidade infantil e materna, assim como também em relação aos gastos com saúde. Se o Brasil, se o Governo brasileiro estivesse gastando todo o recurso da CPMF na saúde, nós não teríamos hoje o caos em alguns hospitais brasileiros. Em Goiás nós gastamos, durante os sete anos de Governo, acima do que foi estabelecido pela PEC 29 e isso mesmo antes da existência da PEC 29. Portanto, nós fizemos o nosso dever de casa, cumprimos com o ajuste fiscal rigorosamente, com a Lei de Responsabilidade Fiscal e fizemos os investimentos necessários.

Mas eu queria me referir agora à Senadora Ideli Salvatti. Há mais de uma semana a Senadora se regozija com a vinda do Dr. Jatene para defender a CPMF, e sobretudo o contraponto dele é o Paulo Skaf. Agora ela se esquece que quando o Jatene precisava da CPMF, ela e o PT estavam radicalmente contrários à aprovação da CPMF. Eu queria saber se ela vai perguntar amanhã ao Dr. Jatene se o Governo Federal está agindo adequadamente para que a situação da saúde, num Estado como o Rio de Janeiro, esteja melhorando

adequadamente? Como o Senador Tasso Jereissati acabou de afirmar, faltam medicamentos, o custo dos procedimentos é baixíssimo, pessoas morrem à min-gua por falta de intervenção governamental na área da saúde. Nós queremos, pelo menos gostaríamos, que os recursos da CPMF tivessem sido destinados à saúde. Menos de 50%, 42% desses recursos foram destinados à saúde. Por essas e outras razões, Sr. Presidente, é que o meu voto consciente é contra a CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Declaro encerrada a discussão. Eu gostaria antes de fazer a seguinte observação. Encerrada a discussão, vou iniciar a votação. Gostaria de observar que há um pedido de votação em separado para a Emenda nº 2 do Plenário, oferecida à PEC nº 89, de 2007. O autor do pedido é o Senador Alvaro Dias. Então antes de submeter à votação o Parecer do nobre Senador Romero Jucá, eu vou colocar em votação em separado a Emenda nº 2 ao Plenário, o requerimento de destaque. Vou, conseqüentemente, submeter agora à votação do requerimento de destaque de autoria do Senador Álvaro Dias. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Concedo a palavra para encaminhar a votação e peço que S. Ex^a. mais uma vez colabore com a mesa, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, nós ouvimos com muita atenção as ponderações da Senadora Kátia Abreu, dentre outros dos Democratas e do PSDB, que observaram os seus argumentos contrários à CPMF, e é fato que nós, do Partido dos Trabalhadores, na primeira ocasião e em segunda, em que foi debatido e votada a CPMF, tivemos uma posição contrária, ainda que tivéssemos tido uma grande discussão quando, por exemplo, o Deputado Eduardo Jorge, a economista Maria da Conceição Tavares, argumentaram que seria adequado e racional a CPMF. Em outras votações, por exemplo, quando aqui nós votamos 0,38% incluindo os recursos para a previdência e para o Fundo de Combate à Pobreza, além dos recursos para a saúde, então aí nós já tínhamos o convencimento de que isto seria positivo, inclusive pela experiência, pelo debate, pelo conhecimento que viemos a ter, e hoje, Sr. Presidente, eu aqui expresso, como considero importante, que haja continuidade da CPMF, com a perspectiva de possivelmente estarmos diminuindo a alíquota e termos uma reforma tributária que torne mais racional toda o sistema fiscal tributário brasileiro. Por esta razão, cumprimentando o Senador Romero Jucá pelo seu Parecer, voto a favor do mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu vou, agora, por em votação o relatório do Senador Romero Jucá, ressaltado o destaque. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Declaro aprovado o Parecer do Senador Romero Jucá, com os votos contrários das bancadas dos Democratas e do PSDB.

Vamos pôr agora em votação a matéria destacada mediante requerimento do Senador Alvaro Dias.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que, como eu sou Relator, que o Parecer é contrário à Emenda do Senador Alvaro Dias. Portanto, o que vai ser votado é a Emenda, sendo que o Governo orienta o voto não, ou seja, a reprovação da proposta do destaque que está sendo votado. O voto da base do Governo é não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto sim, Sr. Presidente, pela aprovação do destaque assinado pelo Senador Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa indaga se é necessária votação nominal.

(falas sobrepostas)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então eu vou fazer a votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Tendo em vista que não se votou nominal na outra votação exatamente porque os Democratas e o PSDB queriam a votação nominal, agora nós concordamos com a votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vou começar a colher os votos. Os Senadores que votam de acordo com o Relator, votam “não”. As Sras. e os Srs. Senadores que votam contra a Emenda, votam “sim”. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar ao Senador Marco ni Perillo que ele expressou no interesse de ouvir o Dr. Adib Jatene, eu gostaria de informar que é daqui a dez minutos e não amanhã, é hoje. O meu voto é não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Meu voto é não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – PMDB, Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora no bloco do PMDB. Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Antes de dar o meu voto eu queria dizer, Senador Marconi Perillo, que eu caminhei com V. Ex^a. quando V. Ex^a. tinha 1% e ganhou o Estado de Goiás na primeira vez. Eu caminhei ao seu lado. Voto não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora eu vou colher o voto do bloco da minoria, DEM e PSDB. Eliseu Resende, Jayme Campos, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Completou o processo de votação. Indago se o suplente do PDT, Senador Osmar Dias, está presente. Não se encontra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Tem um Dias presente aqui, não pode (risos). Um Dias mais jovem não pode?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa vai proclamar o resultado. Houve nove votos sim e doze votos não. Conseqüentemente, foi rejeitada a Emenda.

Antes de encerrar a presente sessão...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, pela ordem, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra o nobre Senador e líder do DEM, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Romero Jucá, com as emendas de Plenário, já está apreciado e votado. Nós temos, portanto, condições plenas de votar essa matéria no Plenário do Senado. Por parte dos Democratas, nós propomos que essa matéria pudesse ser votada até hoje, se o Governo quiser nós votamos hoje no Plenário. Se não quiser votar hoje, votar amanhã impreterivelmente, e eu gostaria de ter a resposta e a posição por parte do Governo para que nós possamos fazer a devida mobilização dos nossos quadros, bem como o Governo dos quadros que dá o suporte político aos interesses do Governo. A posição dos Democratas é clara, nós contribuimos para que essa matéria fosse apreciada hoje, está apreciada, pelo nosso voto ela será apreciada hoje à tarde no Plenário, se não puder ser, amanhã, conforme solicitação da própria lideran-

ça do Governo. É a nossa posição, o nosso apelo e a nossa convocação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nobre Senador José Agripino, eu gostaria de dizer a S. Ex^a. que agora à tarde nós encaminharemos à mesa o processo, de tal sorte que se a mesa assim o desejar poderá por a matéria em discussão e votação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias e a seguir ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, apenas, em nome do Senador Arthur Virgílio inclusive, para dizer que esta é a posição do PSDB. Nós desejamos também encerrar esse capítulo se possível hoje, se não for possível hoje, amanhã. Se depender do PSDB, poderemos sim votar ainda no dia de hoje essa matéria, e mais uma vez reafirmar que, em que pese a insistência, principalmente do Presidente da República e do Governo em acionar Governadores do nosso partido, a nossa bancada deliberou a respeito dessa matéria de forma afirmativa e terminativa, sendo que não haverá exceção à regra. Os treze votos do PSDB serão destinados a derrubar a CPMF na votação de hoje ou de amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Marco Maciel, da mesma forma que o DEM e o PSDB já se colocaram à disposição para votação a partir de hoje, se possível, no Plenário do Senado, quero também falar pela liderança da minoria, já que o Senador Demóstenes Torres não se encontra mais presente, de que também a minoria está pronta para votar a PEC da CPMF a partir do encaminhamento que V. Ex^a. já disse que estará hoje à disposição da mesa do Senado. Então eu peço que o Presidente Tião Viana, que tem se comportado de forma eu diria como um magistrado à frente da presidência do Senado interinamente, que ele paute para hoje à tarde a votação da CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito obrigado ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente reunião, convocando para uma próxima reunião ordinária para a próxima quarta-feira, às dez horas, ou seja, hora regimental, posto que previsto no

Regimento Interno. Eu quero agradecer de modo muito sensibilizado a presença das Sras. e dos Srs. Senadores. Está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 13h58)

Ata da 50ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e nove minutos, do dia doze de dezembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Epitácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Valter Pereira, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Inácio Arruda, César Borges, Marcelo Crivella, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Neuto de Conto, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Savatti e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Gilvam Borges e a Senadora Kátia Abreu. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2003** (Tramita em conjunto com as PEC's nºs 8 e 42, de 2004, e as PEC's nºs 1, 12, 18 e 55, de 2007), "Altera a Constituição Federal para disciplinar a candidatura do suplente de Senador e a eleição para o Senado Federal em caso de vacância". **Autoria:** Senador Sibá Machado e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Pela aprovação da PEC nº 11, de 2003, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das PEC's nºs 8 e 42, de 2004, e nºs 1, 12, 18 e 55, de 2007. Em 05/12/2007, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, e, em 11/12/2007, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Marconi Perillo, à PEC nº 11, de 2003 (Pendentes de Parecer). **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Tramita em conjunto com as seguintes propostas: **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2004**, "Altera os artigos 46 e 56 da Constituição Federal, para estabelecer novas normas referentes à sucessão de Senador, na

hipótese de ocorrer vaga no transcurso do mandato”.

Autoria: Senador Jefferson Péres e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2004**, “Altera o art. 46 da Constituição Federal, para disciplinar a eleição e substituição de senador”. **Autoria:** Senador Valdir Raupp e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2007**, “Acrescenta parágrafo ao art. 56 da Constituição Federal, para vedar a convocação de suplente durante o período de recesso Legislativo”. **Autoria:** Senador Valter Pereira e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2007**, “Altera a redação do § 1º do art. 56 da Constituição Federal, para vedar a convocação de suplente quando restarem menos de cento e vinte dias para o encerramento do mandato”.

Autoria: Senador Expedito Júnior e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2007**, “Dá nova redação aos arts. 46 e 56 da Constituição Federal, de modo a introduzir novas regras para a suplência de Senador”. **Autoria:** Senador Tião Viana e outros Senhores Senadores; **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2007**, “Altera a Constituição Federal para instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal”. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores. Passa-se à apreciação da matéria incluída como EXTRAPAUTA – **ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2007**, “Autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel que especifica (Edifício Gustavo Capanema)”.

Autoria: Senador Paulo Duque. **Relatoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Retoma-se a apreciação da Pauta: **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 32, DE 1996** (Ofício Nº 86/P-MC, de 15/05/1996, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão proferido na Ação Originária nº 292-3/320 (Apelação Cível 44.294 – TJ/SC), do Estado de Santa Catarina, e do Parecer do Ministério Público”.

Autoria: Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Sibá Machado. **Parecer:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. **ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 51, DE 2007** (Ofício Nº 00074, de 09/08/2007, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 388359, de 2007, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 33 do

Decreto nº 70.235/1972, com a redação dada pelo art. 32 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, originária da Medida Provisória nº 1.863-51/1999 e reedições”.

Autoria: Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Sibá Machado. **Parecer:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. **ITEM 3) OFÍCIO “S” Nº 79, DE 1998** (Ofício Nº 221-P/MC, de 27/10/1998, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, e do Decreto nº 28.313, de 4 de abril de 1998, ambos do Estado de São Paulo, bem como da certidão de trânsito em julgado do acórdão, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 157905, que declarou a inconstitucionalidade do § 4º do art. 32 do referido Regulamento”. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador José Maranhão. **Relatoria “ad hoc”:** Senador Sibá Machado. **Parecer:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. **ITEM 4) OFÍCIO “S” Nº 38, DE 2001** (Ofício Nº 00096, de 26/09/2001, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso nº 229450, que declarou a inconstitucionalidade do inciso VII do artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (assegura a concursado o provimento no cargo no prazo máximo de cento e oitenta dias, contando da homologação do resultado)”.

Autoria: Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador José Maranhão.

Relatoria “ad hoc”: Senador Sibá Machado. **Parecer:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. **ITEM 5) OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2003** (Ofício Nº 00120, de 02/07/2003, na origem) – TERMINATIVO – “Encaminha ao Senado Federal cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 190264, que declarou a inconstitucionalidade do inciso VII do artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (assegura aos classificados em concurso público, dentro das vagas fixadas em edital, o provimento no cargo no prazo máximo de cento e oitenta dias, contando da homologação do resultado)”.

Autoria: Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relato-**

ria “ad hoc”: Senador Sibá Machado. **Parecer:** Pelo arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”. A Presidência declara encerrada a Reunião, às doze horas e dez minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **7)** PEC Nº 1, DE 2003 (Tramita em conjunto com a PEC nº 23, de 2003, PEC nº 51, de 2004, PEC’s nºs 11, 29 e 61, de 2005, e a PEC nº 12, de 2006); **8)** PLS Nº 9, DE 2007; **9)** PLS Nº 10, DE 2007; **10)** PLS Nº 217, DE 2006; **11)** PLS Nº 88, DE 2007; **12)** EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 oferecida à PEC Nº 59, DE 2005; **13)** PLS Nº 197, DE 2005; **14)** PLS Nº 85, DE 2007; **15)** PEC Nº 49, DE 2006; **16)** PLS Nº 367, DE 2003 (Tramita em conjunto com os PLS’s nºs 21 e 36, de 2004); **17)** PLS Nº 86, DE 2005; **18)** PLC Nº 24, DE 2007; e **19)** RQS Nº 1230, DE 2007; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 50ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação de dezenove matérias que constam da Ordem do Dia previamente distribuída às Sras. e Srs. Senadores. Eu vou iniciar, tendo em vista os dois primeiros Itens envolverem matérias que dependem de deliberação nominal e projetos conseqüentemente terminativos nessa Comissão, eu vou iniciar a discussão do Item nº 6, cujo Relator é o nobre Senador Demóstenes Torres. Trata das propostas de Emenda à Constituição nº 11, de autoria do Senador Sibá Machado, de nº 8, do nobre Senador Jefferson Péres, da Emenda nº 42, do nobre Senador Valdir Raupp, da Emenda nº 1, de 2007, do Senador Valter Pereira, da Emenda nº 2, de 2007, do Senador Expedito Júnior, da Emenda nº 18, de autoria do Senador Tião Viana, da Emenda nº 55, do Senador Eduardo Suplicy, e devo observar que também foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, a PEC nº 11, pendente também de Parecer, em 12.12.2007 foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Marconi Perillo. Concedo, pois, a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, que é

o Relator das proposições que acabo de anunciar. S. Exª. tem a palavra para proferir seu Parecer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, V. Exª. me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, pela ordem, à nobre Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, nós teremos hoje, obviamente, uma reunião muito curta da Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a questão da eleição do Presidente ao meio-dia. O Senador Jefferson Péres, que é Relator designado por V. Exª. para a PEC da retirada gradativa da educação da DRU, teria a possibilidade de solicitar uma deliberação extrapauta, mas tendo em vista o curto, exíguo espaço de tempo, nós gostaríamos de verificar com V. Exª. se é possível uma Extraordinária para o dia de amanhã, para nós podermos apreciar esta matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu tenho que consultar os demais membros da Comissão, mas de minha parte nada a opor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Da parte de V. Exª....

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu estou totalmente de acordo. Eu apenas gostaria de fazer antes consulta aos colegas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aos demais membros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Aos demais membros da Comissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas da parte de V. Exª. não haveria óbice se houver...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Também podemos fazer o seguinte: após o Parecer do nobre Senador Demóstenes Torres e depois de ouvirmos as pessoas que queiram discutir, que não são muitas, nós poderíamos também incluir a matéria como segundo Item, se o Plenário a isso não se opuser.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, esse projeto me chegou às mãos na sexta-feira da semana passada, eu já nem estava em Brasília, e dada a importância do mesmo, sem a menor dúvida, retirar a educação da DRU é muito importante, eu acho que é até consensual isso, daí o apelo da Senadora Ideli Salvatti que eu endosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Então se o Plenário estiver de acordo, nós poderemos, após a discussão da matéria que será relatada pelo nobre Senador Demóstenes Torres, nós poderíamos apreciar uma extrapauta com a inclusão como segundo Item da proposição relativa

ao DRU, conforme sugere a nobre líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Se o relatório ficar pronto até então.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ah sim, mas se tal não ocorrer nós cogitamos de uma reunião extraordinária amanhã. De minha parte nada a opor, desde que a maioria com isso concorde.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, pois, o Senador Demóstenes Torres, Relator das propostas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores. Vieram às minhas mãos diversas propostas formuladas pelos Srs. Senadores tendentes a abolir ou a modificar o sistema que vige atualmente no Brasil que trata dos suplentes de Senadores. As propostas foram encabeçadas pelo Senador Sibá Machado, pelo Senador Jefferson Péres, pelo Senador Valdir Raupp, pelo Senador Valter Pereira, pelo Senador Expedito Júnior, pelo Senador Tião Viana e pelo Senador Eduardo Suplicy. Verifico, Sr. Presidente, que dois dos Srs. Senadores são suplentes, que estão ou no exercício temporário, como é o caso do Senador Sibá Machado, uma vez que a sua atuação se dá porque a titular se encontra ocupando um Ministério, e o Senador Valter Pereira, que hoje se transformou efetivamente em Senador em decorrência da morte do titular, Senador Ramez Tebet. Então qual é a razão dessa quantidade imensa de propostas? Eu acredito até que eu tive ... eu estive estudando esse tema, vi que no mundo inteiro a solução é uma ou outra. A concepção, ela por si só, ela não foi equivocada. Acontece que houve um número muito grande de vagas, atualmente nós temos 16% das vagas no Senado ocupadas por suplentes, isso não desonra a Casa de forma alguma, mas criou uma espécie de repulsa social a esse instituto, e os próprios Srs. Senadores, pela quantidade de propostas de Emenda à Constituição, onde praticamente todos os Senadores acabaram assinando essas Emendas, querem encontrar uma outra solução. E a solução, eu digo para V. Ex^a., para os Srs. Senadores, não é uma solução fácil. Imaginar como é que nós vamos resolver esse problema não é fácil. Eu imaginei de diversas formas, acabei conversando com praticamente todos os Senadores, vendo os anseios, inclusive os ensaios publicados, matérias jornalísticas, e confesso que a solução não é fácil. Como é que nós vamos acabar com este instituto e ao mesmo tempo encontrar um que possa ser melhor do que esse que já tem a repulsa social?

Eu concebi um substitutivo, em cima do que foi apresentado, nos seguintes moldes: primeiro, pensando na valorização do Poder Legislativo. O nosso Poder, ele tem até uma palavra feia, em tese é a equípólencia com outros Poderes, e V. Ex^a. até cunhou uma nova...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Equipotência.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– Então o nosso Poder, ele é equipolente ou equipotente com outro. Não há que se imaginar que um Ministro do Supremo ou um Presidente da República ou um Ministro seja superior ao Poder Legislativo. Acontece que nós estamos vivendo um fenômeno que se chama de executivismo. Querendo ou não o Executivo acaba tendo uma supremacia sobre os demais Poderes. Como é que nós podemos atuar para fiscalizar ou para fortalecer o nosso Poder de tal sorte que ele possa ser reconhecido como um Poder tão valorizado quanto o Executivo e o Poder Judiciário?

Então eu imaginei, Sr. Presidente, esse substitutivo, ele está amplamente à disposição dos Srs. Senadores para que haja discussão, inclusive para nós, que nós possamos encontrar a melhor fórmula. Eu propus então, Sr. Presidente, primeiro, que nós passaríamos a cumprir o mandato, essa era a regra, de oito anos. Como impedir que o Senador saia do mandato? Evitando, primeiro, que ele dispute eleição majoritária durante o ... Então, como disse o Senador Jefferson Péres, é uma matéria da maior importância para o Senado Federal.

Então, Sr. Presidente, eu estou propondo, primeiro, que o mandato seja cumprido integralmente. Para isso dois institutos do parlamento americano estão sendo adotados nesse substitutivo. Primeiro, o cumprimento integral com o Sr. Senador sendo obrigado a cumprir o seu mandato. Não pode sair para exercer cargo no Executivo, portanto, não pode sair para ser Ministro de Estado e não pode sair para ser candidato a cargos no Executivo durante o seu mandato, a não ser a última eleição que quase sempre coincide com o fim do seu mandato. Então o Sr. Senador que foi eleito para ser Senador tem que cumprir o seu mandato. Já há resistência na Casa, eu conversei com alguns Senadores. Para contornar a resistência, inclusive admitindo que uma mudança dessa não se dá num golpe, eu admito que nós poderemos colocar uma disposição transitória dizendo que aos atuais ocupantes do cargo de Senador são asseguradas essas prerrogativas, de se candidatar durante esse período em que é Senador e de ocupar o cargo de Ministro também durante esse período, ou seja, para as novas legislaturas, haveria uma renovação de 2/3 em 2011 e de 1/3 da Casa em 2015, quando o sistema passaria a vigir plenamente.

Na hipótese de vacância com a morte ou a renúncia ou qualquer outro caso, cassação de mandato do Sr. Senador, nova eleição será convocada, nova eleição será realizada no prazo de sessenta dias a partir do momento em que houve a vacância. E no último ano, como fica muito perto da eleição, eu estou propondo que o segundo colocado na eleição que aconteceu, que ele assuma o mandato para completá-lo. Também há divergências quanto a esse ponto. Essa foi da minha predileção, mas eu admito também que há outros institutos, por exemplo, como a sublegenda, que teve no regime militar e que por isso tem uma grande repulsa dos doutrinadores, mas que era uma solução a ser encontrada dentro do próprio partido ou coligação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadores Demóstenes, sem querer interferir no Parecer de V. Ex^a., eu gostaria de lembrar que foi a sublegenda que gerou a figura do segundo suplente. Sobre certos aspectos a sublegenda teve um certo reconhecimento de que ajudava os acordos partidários. Pode prosseguir V. Ex^a., eu não queria interrompê-lo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Perfeito. Então na sublegenda, que eu não acolho aqui, mas que se for a vontade da maioria da Casa não tem problema nenhum em refazer, então com a sublegenda os problemas partidários são acomodados e, lançando-se mais de um candidato a Senador, o segundo mais votado seria o primeiro suplente e o terceiro mais votado seria o segundo suplente.

E uma outra alternativa, que é uma alternativa que me parece também razoável, e não encontraria óbice constitucional, seria convocar, na hipótese de vacância, o Deputado Federal mais votado da coligação. Por quê? O Deputado Federal eventualmente pode ser até Presidente da República, dependendo da vacância que acontecer naquela ordem o Deputado Federal pode ser inclusive Presidente da República. Nós temos que decidir se é ou não o melhor método, porque o Deputado Federal foi votado, sendo que na hipótese da sublegenda também foi votado o Senador. Me parece que essa é a grande tormenta que tem o cidadão e a sociedade, é isso, o fato do suplente aparentemente não ser votado. No Brasil nós já chegamos a ter eleição para Vice-Presidente da República. Hoje também isso foi completamente absorvido e não se discute a respeito.

Então eu dei o Parecer nesse sentido, ou seja, pregando o cumprimento do mandato, impedindo o Senador de ser candidato durante esse mandato, a não ser na última oportunidade que ele tiver durante o seu mandato, ou seja, ele tem que cumprir o mandato, ele não pode ir para o Executivo, havendo a vacância nos

sete primeiros anos haverá a convocação e no último ano haverá o preenchimento da vaga com o segundo Senador mais votado, mas...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Votação do... (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – O primeiro foi o que morreu ou o que renunciou, então o segundo mais votado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Deputado mais votado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Não, o que eu estou propondo aqui é que quem perdeu a eleição para Senador, o segundo, seja... Muito bem, mas, como eu disse, primeiro, para que haja composição eu admito inclusive apresentar, já até discuti isso com o Senador Marconi Perillo, que apresentou a Emenda, eu apresento uma sub-Emenda dizendo que ficam resguardados os atuais Senadores desse direito, de se candidatar a qualquer tempo, para qualquer cargo e também de ocupar posto no Executivo, até que as novas legislaturas venham resolver esse problema, e admito também a possibilidade de haver tanto a sublegenda quanto de ser o Deputado mais votado do partido ou da coligação, no caso de vacância, chamado para completar o seu mandato. E no caso do Deputado Federal, deixando bem claro também, que fica ele sujeito tão somente ao tempo de mandato que ele tinha, isso na hipótese de nós acharmos também uma outra data para a vacância definitiva, não convocando eleição.

Então em síntese é isso, e me coloco à disposição para debater o tema.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, pela ordem, eu assumi compromisso com o Senador Jefferson Peres, porque V. Ex^a. pode querer pedir vistas. Então eu gostaria de antes disso, porque assumi um compromisso com o Senador Jefferson Péres, para que ele pudesse fazer a sua manifestação, assim como também com o Senador Jarbas Vasconcelos e com o Senador ACM Júnior, e agora também com o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A minha preocupação é que eu estou inscrito para falar lá no Plenário e a sessão está em vista de cair por falta de Senadores presentes, e aí certamente se eu ficar para ouvir a todos, que é um prazer para a minha pessoa, eu perderei lá, mas nesse caso eu vou ter que abdicar então do Plenário e ficar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Mas eu gostaria então, se V. Ex^a....

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu não quero prejudicar os Senadores...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sem prejuízo nenhum, Sr. Presidente, eu retiro a minha ida para o Plenário, eu estava inscrito lá, era da Marinha, é uma homenagem à Marinha do Brasil hoje, infelizmente não vai dar para ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu entendo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu quero ouvir os Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Então com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres, que, aliás, é autor da PEC que gerou o apensamento das demais. Com a palavra S. Ex^a.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Nós estamos tratando hoje de um tema relevante que é objeto de preocupação de toda a sociedade e obviamente de nós, Senadores. Uma coisa vai se tornando consensual: a figura do suplente, tal como está hoje, não deve continuar, porque o suplente, como sucessor do titular em caso de vacância, ele exerce todo o restante do mandato, e às vezes pode ser quase todo o mandato, no Amazonas já aconteceram dois casos, dois suplentes que ficaram sete anos no Senado, um por morte e o outro por renúncia do titular, sendo que num dos casos, senhores, foi realmente aberrante, pois o suplente tinha domicílio eleitoral no Amazonas, mas residência em outro Estado. Ninguém no Amazonas, fora um círculo muito restrito, o conhecia, e ele foi Senador por sete anos pelo Estado do Amazonas, sem ter nenhum vínculo com o Estado. Então isso é aberrante, Sr. Presidente, é ilegítimo, inteiramente ilegítimo isso, e sem demérito nenhum dos atuais suplentes, dos suplentes. Claro, eles estão exercendo um direito constitucional, alguns suplentes tiveram desempenho melhor do que os titulares, então não se sintam ofendidos e nem diminuídos por isso, mas como está não pode continuar.

A minha proposta, Sr. Presidente, em parte acolhida pelo Senador Demóstenes Torres, era no sentido de que a escolha permanecesse como hoje, dois suplentes escolhidos livremente, sem voto também, mas eles seriam apenas substitutos eventuais e não sucessores. Em caso de vacância haveria nova eleição, que poderia ser, até por economia, a primeira eleição seguinte, mesmo que fosse municipal, eleição para Prefeito, Vereador e para preencher a vaga no Senado, e no último ano a mesma coisa, portanto.

O Senador Demóstenes Torres até inovou propondo que os Senadores não possam exercer cargos de Ministros, não é isso? Me parece até coerente com a

minha, porque se não pode ser um suplente ficar sete anos aqui ou oito se o titular for Ministro durante sete anos. É quase a mesma coisa que ele o suceder. É claro que isso vai encontrar resistência porque muitos Senadores aspiram a ser Ministro, o que é legítimo, mas seria uma boa medida. Nos Estados Unidos o Senador não pode, o parlamentar não pode exercer cargo no Executivo.

Na hipótese de ser aceito eu concordo com a regra de transição, que não atingisse os atuais, mas só não concordo, só discordo.... A sublegenda, eu não sei, não me agrada muito não, quase tornar o cargo de majoritário em proporcional, eu não sei, mas o pior da sua proposta, me permita a discordância, seria a sucessão pelo derrotado, seria premiar o derrotado. E fazendo um humor negro, Senador Demóstenes Torres, no caso de serem adversários e inimigos, haveria uma grande tentação em retirar a vida do titular para assumir nos últimos dois anos (risos), seria unir o útil ao agradável, me permita. Me parece até esdrúxulo isso, eu não sei se V. Ex^a. concorda, mas seria premiar o derrotado.

Mas fora isso, é esta ressalva apenas, e discorrendo também da sublegenda, eu...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Então seria o Deputado Federal... No último ano, quando vaga?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Não, até o próprio suplente, porque ele não ficaria mais do que dois anos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – O senhor mantém a figura do suplente?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Não, veja bem, nos termos da minha proposta o suplente assume até a próxima eleição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Mantém o suplente.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Portanto, ele ficaria no máximo dois anos, e no último ano não faria diferença. Eu manteria o suplente, mas é uma opinião pessoal. Eu só não aceito mesmo é ter o derrotado premiado (soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A seguir concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos. O Senador Antonio Carlos Valadares está inscrito, será o sexto orador, no caso o quinto, porque o Senador Jefferson Péres já falou. Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Eu permutio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu concordo com a proposta do Senador Demóstenes Torres quase que integralmente. A minha discordância é igual a discordância do Senador Jefferson, é a questão da substituição no último ano pelo segundo colocado, que fatalmente será não só o candidato derrotado como o da coligação adversa, ou seja, o partido, como nós aqui defendemos a tese de que o mandato é do partido, então nós não vamos dar o resto do mandato para o partido adversário.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Imagine, Senador, a frustração dos eleitores que elegeram alguém e veio o derrotado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – É, são dois problemas: o derrotado e a coligação ou o partido adversário, derrotado também.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Também.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Então eu concordo, digamos, com qualquer fórmula que venha a resolver esse problema, até no último caso o suplente permanecendo no último ano, que não faz muita diferença, mas eu acho que, quando há vacância definitiva, é eleger realmente, a solução é eleger para a vaga, concordo perfeitamente, e olha que eu falo de uma forma isenta porque fui suplente e assumi o meu mandato agora, faz três anos e meio, então eu falo com absoluta isenção.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sem dúvida.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – E sou favorável, não há nenhuma dúvida quanto a tudo que se discutiu aqui. Agora a minha única discordância, eu acho que com certeza nós encontraremos um caminho de consenso para resolver essa questão do último ano. Eu acho que o Senador Demóstenes está aberto a isso, ou sublegenda, ou o suplente ficar no último ano, ou o Deputado Federal mais votado, qualquer dessas fórmulas eu aceito. A única fórmula que digamos eu discordaria é a do derrotado e da coligação derrotada, quer dizer, o candidato majoritariamente derrotado e a coligação, se o mandato é do partido, quer dizer, você vai premiar o partido adversário, mas eu tenho certeza que chegaremos a um consenso. Portanto, eu estou com o Parecer do Senador Demóstenes, nós vamos ajustar só esse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Suplicy, pela ordem de

inscrição. A seguir ao Senador Sibá Machado, para discutir.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Primeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A não ser que V. Ex^a. queira ceder ao Senador Sibá, permutar com o Senador Sibá. Então eu concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – ...Em seguida eu falo, Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Ex^a. por ter tratado com muito carinho essa matéria. Eu acho que os apelos que foram feitos via imprensa, sociedade, esta Casa mesmo, fez com que este assunto careça de um tratamento agora em definitivo. Claro que a forma de eleição dos suplentes, no nosso entendimento, ele foi um exercício até aqui do chamado voto em lista. Esta é uma observação que nós fazemos, da bancada do PT, uma votação em lista, onde se vota num titular seguido de dois suplentes.

Estamos agora, pelo que tanto ouvimos, eu particularmente em alguns momentos da minha atuação parlamentar me fez me debruçar sobre este assunto e uma reflexão profunda, e desde o primeiro momento que cheguei aqui no Senado tive o cuidado de apresentar, de reapresentar uma idéia que não era eminentemente minha, era da Senadora Marina Silva, que foi aproveitada e adaptada a esta situação, apresentei essa PEC de nº 11.

O Senador Demóstenes Torres teve o cuidado então de fazer um estudo acurado sobre todas as sugestões que foram aqui apresentadas e me sinto assim bastante feliz com o tratamento dado a cada uma delas, pelo que ele fez, e também vou concordar com a abertura da sua fala aqui, de que de que realmente não é um assunto tão simples, porque na medida que eu paro para pensar no assunto, Sr. Presidente, a gente começa a ver uma série de circunstâncias que nos deixa inseguros do que estamos de fato apresentando. Eu hoje, para ser sincero a V. Ex^a., tenho algumas dúvidas, inclusive da PEC que apresentei. Por quê? Porque o que eu acho que foi reclamado até aqui é a representatividade, eu acho que esse é o ponto fulcral, a representatividade do suplente. A segunda questão é se devemos ou não manter o papel dos suplentes nos moldes que nós vivemos atualmente. Tanto é que a minha PEC, então, trabalha com o que? A possibilidade de se vetar a suplência de parentes de até segundo grau, de consangüinidade, e a sugestão seguinte é praticamente igual ao que o Senador Jefferson Péres apresentou, no sentido de que o suplente só poderá

ficar no mandato, em qualquer circunstância de vacância, até a eleição subsequente. Portanto, mesmo que tenhamos uma eleição municipal, num intervalo de tempo deveria abrir a exceção naquele Estado para que tenha uma segunda eleição. Desta maneira, Sr. Presidente, a nossa preocupação agora é, com a decisão do Supremo Tribunal Federal de que o mandato pertence aos partidos, surgiu agora a grave pergunta que é: em sendo substituído o titular por pessoas de outros partidos, se nós não estaríamos incorrendo também numa questão que envolve uma decisão do Supremo. Neste caso...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sem objetar, Senador, eu também me debrucei sobre isso, sendo que não tem problema porque nós estaríamos criando uma nova sistemática constitucional, só por isso. Na atual sistemática sim.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Aí caberia.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Agora eu acho que essa solução que eu cogitei aqui, ela mereceu uma repulsa geral, quer dizer, então o segundo mais votado, essa daí já está descartado, pelo que eu percebi do que foi dito aqui pelos Srs. Senadores. Agora qual seria a melhor solução? A sublegenda ou a convocação do Deputado Federal mais votado? São as duas hipóteses apresentadas até agora. Ou a manutenção do suplente com a convocação de uma nova eleição até a mais próxima que se realizasse?

Então eu acho que a figura do suplente, na minha opinião, estou dizendo isso, independentemente da atuação de V. Ex^a., que eu considero um bom Senador. Eu não estou aqui para bajular V. Ex^a. ou algo semelhante, mas a figura do suplente parece que hoje merece uma repulsa popular. Então como acabar de uma forma satisfatória com o suplente? A primeira hipótese que eu apresentei, eu teria que apresentar uma, então essa me parece que já está completamente rejeitada. Qual seria a melhor que nós encontraríamos nesse aspecto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só um instantinho. Eu queria só, para não perder aqui o fio da meada, dizer ao Senador Demóstenes Torres, é uma sugestão que eu faço sem prejuízo do debate, Sr. Presidente, é que diante do afloramento das preocupações, se nós, para não pedir vista, eu não gostaria que fosse um pedido de vista, eu queria porque V. Ex^a. no meu entendimento tem todas as condições para reunir estas preocupações e dar o melhor texto, a melhor redação possível que responda por esta grande preocupação. E por que é que eu digo? Porque como é uma maté-

ria que interessa eminentemente ao Senado, que vai passar pela Câmara por uma questão de cumprimento regimental e constitucional, porém, é uma matéria que não está envolvendo os parlamentares de lá. Então que a gente ofereça o que há de melhor de redação possível. Então neste caso, para não carecer que a Câmara venha a aperfeiçoar, no meu entendimento, um texto que vai mexer eminentemente com o Senado. Portanto, o que eu queria sugerir, sem prejuízo do debate, é se nós pudéssemos dar um pouco mais de tempo para a gente dar uma conversada melhor com o Senador Demóstenes, ajustar da melhor maneira possível, Sr. Presidente, e aí, quando vier para cá, quem sabe a iluminação do Espírito Santo nos ajude a chegar ao entendimento (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então a proposta do nobre Senador Sibá Machado seria no sentido de tirar a matéria de pauta, é isso, agora?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É, se for o melhor entendimento para esta Comissão, mas sem prejuízo do debate, Sr. Presidente.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Eu concordo, só que eu acho que nós devemos discutir. Discute para se encontrar uma...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Um aparte aqui, nobre Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então a discussão continuaria?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Continuaría.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra agora ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Depois eu falo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – S. Ex^a. virá após. O Senador Antonio Carlos Valadares está inscrito após o Senador Suplicy, daí porque eu concedo a palavra ao nobre Senador Suplicy, a seguir o Senador Valadares e depois o Senador Jarbas Vasconcelos que pediu para...

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Presidente, eu vou pedir vista. É necessária toda essa discussão?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que é.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então, depois do Senador Valadares, concederei ao Senador Epitácio Cafeteira, depois ao Senador César Borges e aí poderia ocorrer os pedidos de vista, inclusive também ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Srs. Senadores e Sra. Senadora. Se trata finalmente de estarmos examinando, avalio que é um dos principais itens da reforma política, e felizmente o debate a respeito do Senador suplente ganhou tamanha força este ano, em anos anteriores já vinha, e eu quero recordar, Sr. Presidente, que desde a minha primeira legislatura, de 1991 a 1998, eu apresentei, na ocasião, Projeto de Lei que institua proposta semelhante à que eu agora apresento pela qual toda e qualquer pessoa que chegasse ao Senado viesse a ser eleito diretamente pelo povo. Na ocasião eu tinha proposto que na hora de cada Senador ser eleito também seriam eleitos dois suplentes, diretamente, pela mesma coligação ou partido, e foi então que este projeto recebeu o Parecer favorável do Senador Jefferson Péres, que acrescentou à minha proposta e eu estive de pleno acordo, que cada partido ou coligação poderia apresentar até quatro nomes para que então fossem eleitos como suplentes. Mas esta proposição foi considerada, pela Comissão de Constituição e Justiça, que deveria ser objeto não de Projeto de Lei, mas de proposta de Emenda à Constituição, e, portanto, eu resolvi apresentar, no início desta legislatura, uma nova proposta de Emenda à Constituição que tem exatamente este propósito, cada Senador será eleito com dois suplentes, também eleitos de forma direta nos termos da lei. Cada partido ou coligação partidária poderá apresentar até três candidatos a suplentes de Senador, levando em conta a reflexão do Senador Jefferson Péres, é a sua sugestão anterior.

Eu considero, Sr. Presidente, que essa proposta, ela resolve a aspiração de todos. Por quê? O que se tenciona fazer é que para o Senado sejam eleitas pessoas eleitas diretamente pelo povo. Então o titular é indicado pelo partido ou pela coligação, mas que também indica até três nomes, e será o povo que legitimará qual o primeiro e qual o segundo suplentes respectivamente.

Bem, nesta proposta eu acho que há apenas uma desvantagem a se refletir a respeito. Qual é? É que no momento da campanha eleitoral, além de estar se apresentando o Senador, o candidato titular, estará se apresentando, com maior ênfase do que hoje é feito, porque não se dá a devida atenção aos suplentes na campanha eleitoral, então os dois candidatos ou três candidatos a suplentes também deverão estar expondo as suas idéias, o seu nome, as suas proposições, em colaboração com o candidato a suplente. Então eu ouvi de alguns Senadores: “pôxa, mas a campanha vai ficar com menos tempo para o candidato titular, porque ele vai ter que dividir um pouco para os outros dois ou três candidatos a suplente”. Esta é uma desvantagem, mas

será uma desvantagem tão grande? Porque o propósito, avalio, de todas as sete proposições e mais a do Senador Demóstenes Torres, como Relator, é comum, que todo aquele que chegue ao Senado seja eleito de forma direta.

O Senador Antonio Carlos Júnior, aqui vindo ao Senado como suplente de uma pessoa que todos nós ainda ontem homenageamos e respeitamos, o Senador Antonio Carlos Magalhães, ele aqui está legitimamente e cada um dos Senadores que aqui chegaram e que são suplentes são tratados por nós todos de maneira igual e todos como Senadores representantes legítimos, porque isso é o que diz hoje a nossa Constituição.

Assim, eu quero dizer ao Senador Demóstenes, eu tenho afinidade com o propósito de termos sempre só Senadores titulares, minimizar o tempo de Senadores que não sejam eleitos diretamente, mas esta sugestão que aqui apresento, ela resolve para valer, porque o Senador para aqui chegar terá que ter tido o respaldo de todos.

Então eu acho adequado que estejamos tendo esta reflexão, pensando alto todos, e quem sabe com o pedido de vista, após essa reflexão, possamos todos chegar a uma aproximação das idéias e sugestões comuns. Quero dizer que, dentre as propostas apresentadas, há uma do Senador Valdir Raupp que guarda muita afinidade com a minha, porque ele propõe que cada coligação ou partido apresente três candidatos, qualquer dos três poderá ser o titular e respectivamente primeiro e segundo suplentes. É uma proposta que guarda semelhança com a minha e eu acho que poderia também ser acatada.

No que diz respeito à proposição de se diminuir o tempo do suplente até a próxima eleição, seja municipal, nacional ou estadual, se estiver ali com o mandato o suplente, que então haja nova eleição para a vaga de Senador titular, sobre isso eu acho que poderia haver uma combinação de ambas as propostas.

Mas, enfim, o objetivo de termos aqui no Senado apenas pessoas eleitas diretamente pelo povo, que eu avalio, deve ser consagrado e saúdo o esforço de todos para que possamos chegar a este propósito. Senador Valter Pereira, eu acho que V. Ex^a. gostaria muito de chegar ao Senado também com o respaldo de todos os eleitores, colocado de maneira ainda mais direta. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares. A seguir, o Senador Eptácio Cafeiteira.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, de fato em todas as eleições o Senador é eleito acompanhado de dois suplen-

tes que de uma forma geral são escolhidos em razão do fator confiança ou em razão de coligações para o fortalecimento da candidatura do titular. Vários debates e proposições já foram feitas aqui no âmbito desta Comissão, o interesse em torno dessa matéria é tão grande que sete emendas foram apresentadas, e com o substitutivo do Senador Demóstenes nós completamos um total de oito proposições visando estabelecer a regulamentação da escolha dos suplentes.

A PEC nº 23, que foi da autoria do Senador Marco Maciel, Presidente desta Comissão, que trata da questão da fidelidade, aceitou uma Emenda de minha autoria, qual seja, que os suplentes, em decorrência da obrigatoriedade do mecanismo da fidelidade, são escolhidos dentro do mesmo partido, isto é, o titular e mais dois suplentes do mesmo partido, porque aí nós estamos cumprindo não só o que já foi estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, em jurisprudência já reconhecida pelo próprio Legislativo, como através de proposição da iniciativa do Senador Marco Maciel, a fidelidade partidária tem que ser observada, não apenas com relação aos cargos proporcionais, eletivos proporcionais, mas também em relação ao Senado da República e ao Governo do Estado. Logicamente que em relação a Governadores pode acontecer de o suplente, ou seja, o vice, ser ou não do mesmo partido. Não há nenhuma obrigatoriedade que seja do mesmo partido, porque pode haver uma coligação e, na coligação, para a eleição de Governador o Vice pode ser de outro partido. Não é assim, Senador Demóstenes? Agora com relação ao Senado da República, na Emenda 23, do Senador Marco Maciel, ficou estabelecido que os suplentes serão do mesmo partido. Então para mantermos a coerência com relação à Emenda já aprovada por esta Comissão, é de bom alvitre que aceitemos o que já foi aprovado aqui, com um acréscimo de que os suplentes não poderão ser da mesma família. Não havia essa ressalva na Emenda 23. Cada Senador será eleito com dois suplentes do mesmo partido, isso é que foi aprovado aqui na Emenda 23. O que é que nós estamos propondo na Emenda nº 1, que não foi levada em conta pelo nobre Senador Demóstenes Torres? Cada Senador será eleito com dois suplentes do mesmo partido, isso já foi aprovado anteriormente, como eu falei, com o acréscimo “vedada a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim até o segundo grau ou por adoção do titular”. Esta sugestão, Sr. Presidente, se for aceita pelo nobre Relator Demóstenes Torres, ela vai preservar uma decisão anterior já assumida pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo que desta feita, até combinando também com a Emenda do Senador Sibá Machado, nós estamos colocando a questão do

parentesco. Então, mais uma vez, eu insisto junto ao nobre Relator Demóstenes Torres que reestude esta Emenda para mantermos a coerência com a fidelidade partidária e com aquilo que nós já aprovamos numa idéia embutida na Emenda do Senador Marco Maciel, a PEC nº 23, de 2007.

Eu agradeço a V. Ex^a., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu é que agradeço a V. Ex^a. Concedo agora a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Senador Epitácio Cafeteira, que já se encontra aqui à mesa.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Sr. Presidente, eu acho que realmente os Senadores caíram na real, ou seja, estão preocupados em legislar para que o Tribunal não legisle por nós. Agora existem peculiaridades. Já agora, pela legislação atual, o mandato não pertence mais ao Senador, pertence ao partido. Se o mandato pertence ao apartado, só a ele compete botar o suplente, e também, se o cargo é majoritário, não tem sentido se substituir um Senador de um partido pelo Deputado mais votado, que pode ser de outro partido. Então não há como fazer isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Mas ficou consignado que será do mesmo partido ou coligação, Deputado Federal do mesmo partido ou coligação. Essa foi uma proposta que apareceu também.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) –

Senador Demóstenes, mesmo sendo do mesmo partido ele foi votado para Deputado e não para Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Mas eventualmente acaba até Presidente da República, é uma eventualidade. Deputado pode terminar Presidente da República.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Eu estou apenas dando um palpite, eu não sou Relator. Eu estou apenas olhando aqui nessa Emenda o seguinte: aqui o que é verdadeiro e que tem que ser cuidado mesmo é esse Item, artigo 54, que proíbe o Senador de ser investido em cargo do Executivo. Ele foi eleito para Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Exatamente.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Na hora que ele vai ser escolhido para um cargo do Executivo, ele não está cumprindo o mandato.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Perfeito.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Então, nessa parte, aí está correto, mas não encontrei nenhum artigo que coincidissem com a realidade do mandato de Senador. Meus companheiros, esse mandato de Senador é uma das coisas mais honrosas que

existe, não se pode brincar com o cargo de Senador. Aqui há um suplente que representa realmente o titular, é o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, esse representa o pai, representa o pensamento do grupo político. O resto não é verdade. Nós aqui temos atualmente o Deputado Sibá, que vai tirar nove anos de suplente titular. Então nós temos que olhar com olhos dessa maneira, não podemos fantasiar, dourar a pílula. O que pode, pode, o que não pode, não pode. Eu acho que praticamente estão proibidas as coligações para o Senador. Então o Senador tem que vir com sua própria característica, com o carisma que ele possui.

Eu examinei o Parecer, vi o projeto, estou dando uma bicada sem ter direito a dá-la, apenas como membro da Comissão de Constituição e Justiça eu tenho que dizer o que eu sinto, é o meu segundo mandato de Senador, sendo que nem no primeiro e nem no segundo eu me afastei um só dia, porque o eleitor não votou no suplente, ele votou no titular. Eu não vou reclamar dos suplentes, não sou contra os suplentes, suplente tem que existir, agora tem que seguir a mesma linha do titular, tem que ser um legítimo representante do titular. Só assim vou aceitar e vou votar a favor. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra, a seguir, ao nobre Senador César Borges e posteriormente ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nós estamos nos debruçando sobre um assunto extremamente complexo. Temos um sistema hoje que vem funcionando em alguns aspectos a contento, como foi colocado pelo Senador Cafeteira, em alguns aspectos a contento e em outros nem tanto. Entretanto, é um sistema que está aí hoje em voga, funcionando. Nasce um clamor, principalmente por parte da mídia, no sentido de que não há legitimidade do suplente porque ele não foi eleito. Aí eu fico a refletir que nós temos, talvez exigindo até alguma representatividade, um voto popular mais do que de um Senador, o Governador do Estado, e no Governador do Estado, no passado, já houve eleição que seria direta para Vice-Governador. Hoje o sistema foi consolidado na forma de uma chapa única de Governador e Vice, e já assistimos por diversas vezes o titular, por falecimento logo no início do mandato, ser substituído pelo Vice durante todo o período.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – V. Ex^a me dá uma permissão, um aparte? V. Ex^a. tem inteira razão, só que no caso o Vice é o suplente. O mesmo critério para o suplente Senador poderia ser estendido ao cargo de Vice, de ele ser substituído, mas não sucessor.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Mas o Vice fica no cargo...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Atualmente, eu digo, nada impede que, aprovada essa PEC, se estendesse isso para os Vices.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Muito bem, ou uma coisa ou outra, por coerência se o mandato é majoritário tem que acontecer com o Governador, que talvez exija muito mais a representatividade e o voto popular, do que com o próprio Senador.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Tem toda a razão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Nós não podemos é ficar com dois pesos e duas medidas. Então, se vamos respeitar a votação popular, a manifestação da população, então que o Vice-Governador seja também eleito.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Me conceda um aparte. Eu concordo inteiramente, eu acho que é um tratamento isonômico, eu concordo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – No passado era assim e deixou de ser porque muitas vezes acontecia de você ter o Vice, isso acontecia, inclusive com Vice-Presidente da República, eleito o Jânio Quadros, o João Goulart era o seu Vice, aí deu uma complicação institucional no país, aí a legislação evoluiu no sentido de manter uma única chapa do mesmo partido.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Mais uma vez me permita interrompê-lo. Se tivesse sido eleito Milton Campos, não teria havido nem o golpe militar (risos).

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Então por aí V. Ex^a. vê como é complexa a situação.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Senador César Borges, eu pergunto se não haveria uma possibilidade do Senador ser registrado com mais de um suplente, mas poder fazer campanha com um ou com outro suplente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – A meu ver nós temos que tratar esse assunto de forma isonômica com a eleição para o Executivo. Agora se escolhermos a eleição com um suplente que seja solidário da chapa, chapa fechada com o Senador como é hoje, eu acho que esse sistema pode ser mantido. Eu, pessoalmente, não vejo grande dificuldade, desde que seja exposta à população que ao suplente, assim como você hoje faz a acompanha de Governador e de Vice. O que não precisaria, ao meu ver, era a figura do segundo suplente, mas sim a figura do primeiro suplente numa eleição que seria casada, uma eleição de lista, cada partido oferecendo a sua chapa de candidato ao

Senado e o suplente Senador. Caso contrário, que seja eleito então diretamente pelo voto popular também o primeiro suplente e os Vice-Governadores, senão nós vamos tratar de forma diferentemente.

Também, Sr. Presidente, eu não posso aceitar, essa limitação pode ser até boa para os Estados Unidos, mas a limitação de que um parlamentar não possa compor o Executivo, porque o Deputado pode e o Senador não poderia.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Não, o Deputado fica vetado também.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Também o Deputado fica vetado. Eu acho que se nós desejamos evoluir para o parlamentarismo, que é exatamente a composição do Executivo do Governo, e existem algumas democracias parlamentares exclusivamente com parlamentares, que seria a representação política no Executivo, eu acho que uma limitação indevida...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Me permita, Senador?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Permito, o assunto é complexo, eu estou externando aqui a minha opinião.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sim, só para dizer que não é incoerente. A coerência mostra que nas sociedades mais desenvolvidas, quando há presidencialismo, não é chamado parlamentar. Agora quando há o parlamentarismo, aí é o inverso, é o parlamentar que vai compor o gabinete, vai ocupar os postos. Então não é incoerente. Aqui nós estamos num sistema híbrido, misto, e como...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Como eu acho que nós evoluímos para o parlamentarismo, e eu gostaria que o país pudesse evoluir para o parlamentarismo, eu...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sim, mas se isso acontecer a mudança é automática, aí muda-se automaticamente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Você impedir que um parlamentar possa efetivamente dar a sua colaboração e contribuição ao Executivo, é uma limitação.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – É que o parlamentar não é menor, o parlamento não é menor que o Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. S. Ex^a. continua com a palavra ou terminou?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Só para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de dar a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, eu queria fazer uma brevíssima obser-

vação. Na realidade essa discussão tem muito a ver, na minha opinião, eu posso estar equivocado, com sistema de Governo. O presidencialismo norte-americano é um presidencialismo de rígida separação de Poderes, que aliás foi copiado pela Constituição mexicana no começo. O México seguiu muito o modelo norte-americano, assim como nós seguimos também o modelo norte-americano na Constituição de 1891. Então o que acontece? Lá não há possibilidade de um mesmo membro de Poder entregar um outro Poder. Já no Brasil não há uma rígida separação de Poderes. Se admite, conseqüentemente, a possibilidade de um membro do Legislativo integrar o Executivo. Então o que eu gostaria de dizer, antes de dar a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, é que nós podemos fazer uma opção pelo modelo americano de rígida separação, que aliás inspirou muito o presidencialismo, não somente as instituições republicanas, mas o sistema bicameral e o presidencialismo brasileiro, mas também podemos manter a sistemática atual fazendo esse sistema de listas. Mas eu não quero debater no exercício da presidência. Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas o debate de V. Ex^a., Presidente Senador Marco Maciel, é da maior importância pelo conhecimento que V. Ex^a. tem e pela experiência de V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero aqui parabenizar a Comissão de Constituição e Justiça por trazer à discussão esse tema que é da maior importância. A sociedade toda discute esse assunto, principalmente a questão dos suplentes. Eu assumi o Senado como suplente do Senador Duciomar Costa, já tinha disputado o Senado em 1998 e não obtive êxito, mas talvez até por essa proposta do Senador Demóstenes Torres eu teria chance, eu não lembro agora a posição, de ter assumido também pela vacância que houve naquela ocasião.

Eu acredito que nós temos que aprofundar a discussão dessa proposta e acho, no meu entendimento, a proposta que melhor me parece seria a Emenda do Senador Valdir Raupp, que já foi utilizada no passado com a denominação de sublegenda, quer dizer, o partido apresentaria três candidatos e o candidato mais votado dos três seria o titular, e os outros, pela ordem de votação, os dois suplentes, sendo que a somatória dos votos dos três candidatos definiria o Senador, a vaga de Senado para aquele partido. Essa é uma Emenda me parece que do Senador Valdir Raupp.

A proposta como está no relatório do Senador Demóstenes, de que na vacância assumiria o seguinte

mais votado, traz, sem sombra de dúvidas, a questão de conflito com a hoje já estabelecida fidelidade partidária, e mais do que isso, porque você estaria colocando na vaga um partido que não foi o vencedor, ou melhor, o escolhido pela população daquele Estado.

Então eu sou favorável que se regule o sistema, que se crie normas para que já no próximo processo eleitoral nós possamos definir como fazer a definição da escolha do suplente. No meu entendimento, salvo melhor juízo, eu sou pela Emenda do Senador Valdir Raupp, que os suplentes sejam também votados e que sejam escolhidos na proporção das suas votações.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Considerarei agora a palavra ao nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, eu gostaria de me inscrever também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Após a palavra de S. Ex^a., eu vou dar a palavra ao Senador Jarbas Vasconcellos, que vai pedir vistas. Então o Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão, tem a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O Senador Eduardo Suplicy, na sua delicadeza peculiar, quando estava abordando essa questão do suplente de repente olhou para mim e parece que sentiu assim um certo constrangimento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – É que V. Ex^a. estava olhando para mim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu estava olhando justamente para V. Ex^a., olhos nos olhos, porque na verdade eu sou um admirador do Senador Suplicy de muitos anos, do trabalho dele e etc., do trabalho e da retidão com que ele se conduz na vida pública e na vida privada, mas quando o Senador Suplicy percebeu que eu estava acompanhando atentamente a sua fala, ele sentiu-se parece que uma sensação de constrangimento, porque ele estava sendo observado por alguém que veio a esta Casa na condição de suplente, sendo que ele disse o seguinte: “o Senador Valter Pereira, por exemplo, gostaria de vir para cá com o voto”. Eu quero dizer ao Senador Suplicy que eu vim aqui com o voto. Eu fui votado e todos os suplentes são votados, essa é a grande verdade. Há um equívoco muito grande quando se aborda essa questão do suplente. Não existe nenhum suplente que não é votado. Todo suplente é votado. Por quê? Porque ele faz parte de uma chapa, e eu já vi suplente prejudicar a eleição do titular. Quando o suplente não ajuda, é uma pessoa que pode prejudicar.

Mas o fato é que eu vim para o Congresso, Sr. Presidente, em 1979 como Deputado Federal, e vim pelo voto direto. Vim em 1987 pelo voto direto. Vim em 1991 pelo voto direto. Eu fui também, já no começo da minha carreira, eleito Vereador também pelo voto direto. O que eu gostaria de ponderar é que realmente essa questão do suplente, ela é mal administrada, muito mal administrada pelos partidos políticos, pela mídia e pela própria sociedade, porque a sociedade observa geralmente o titular, não se preocupando quem é o suplente. Quando eu digo o suplente, eu estou incluindo o Vice, que o Vice também é um suplente. O suplente é um Vice e o Vice é um suplente, ninguém pode negar, e acho até que nós temos que enfrentar essa discussão, enfrentar este problema, mas não olhando só para o umbigo do Senado, nós temos que olhar no contexto geral. Nós temos que administrar aqui a questão do suplente, de Senador, e a questão do Vice, do Vice-Prefeito, do Vice-Governador, do Vice-Presidente da República. Eu acho que essa discussão não pode correr dissociadamente, ela tem que correr numa mesma esteira.

Entendo, Sr. Presidente, que mudança precisa ser feita. Do jeito que está o que nós percebemos é o seguinte: em algumas circunstâncias o Senador ou o Prefeito ou o Governador escolhe o seu virtual sucessor para lhe favorecer eleitoralmente, alguém que politicamente tem bastante vigor. Em outras circunstâncias, quando a candidatura do titular é efetivamente proeminente, forte, vigorosa, às vezes ocorre que a escolha é feita através de outros valores que não os eleitorais e os políticos. É muito comum escolher-se um empresário porque ele vai bancar a campanha do titular e às vezes é um empresário que não tem voto, às vezes é um empresário que pode ter até um elevado grau de rejeição. E de repente o que acontece? O eleitor vota no titular, que tem efetivamente um elevado grau de representatividade, e acaba engolindo, pela ocultação até, um substituto que não teria o respaldo e, mais do que isso, poderia ter até a rejeição. Então essa questão efetivamente tem que ser enfrentada.

Eu gostaria de lembrar aqui que mesmo que haja uma mudança no sistema, e eu acho que isso deve acontecer, o suplente é necessário, e concordo com o Senador Cafeteira, pois é preciso que se observe hoje o princípio que está sendo consagrado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que é o de conferir a titularidade ao partido. Eu acho que isso daí é fundamental. Eu acho que o titular e o vice têm que ser do mesmo partido. O titular Senador e o suplente têm que ser do mesmo partido. Essa é a minha opinião pessoal.

Eu gostaria até de lembrar aqui alguns casos eminentes, porque quando a mídia analisa e questio-

na essa questão do suplente, às vezes vai exatamente na direção daqueles episódios em que um suplente ou um vice tenha assumido em condições que causa até estranheza, que causa até repelência da sociedade, quando o substituto é chamado a ocupar o cargo do titular. Eu gostaria de lembrar que Fernando Henrique Cardoso, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso só virou Senador porque era suplente, era suplente do então Senador Montoro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E posteriormente se elegeu Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – E posteriormente se elegeu, até foi um grande Senador, eu conheço a biografia dele, foi um grande Senador e depois foi um grande Presidente, ninguém pode negar isso. O Senador Maranhão, o Senador José Maranhão foi candidato a Vice-Governador do então Senador e candidato a Governador Antônio Mariz. O Antônio Mariz se elegeu e o Zé Maranhão acabou substituindo-o, como vários outros casos que têm por aí em nossos registros. Pois bem. O que aconteceu? Foi um grande Governador, concluiu o mandato, reelegeu-se, quer dizer, foi um grande Governador, indiscutivelmente.

Então eu acho que essa discussão sobre os suplentes, sobre o vice, tem que ser melhor tratada e tem que observar rigorosamente essa questão da legitimidade. Eu acho que a representação política só é legítima em toda a sua plenitude quando efetivamente ela resulta do voto, quer dizer, resulta da vontade popular. Então eu acho que é saudável toda proposta que leve à necessidade do eleitor votar individualmente e não votar indiretamente, porque hoje ele vota, mas ele vota indiretamente. Ele dá o voto para o titular, ali na chapa tem o titular, tem o primeiro suplente, tem o segundo suplente. Então eu acho que a melhor proposta hoje é dar ao eleitor as condições dele escolher um suplente que se afine com o titular, que se afine com o partido que está disputando a eleição. Então essa é a minha posição pessoal.

Outras questões que estão sendo suscitadas aí são questões, por exemplo, do parentesco. O parentesco eu acho que se resolve através da Lei 64, a Lei 64 que trata das inexigibilidades. Eu acho que tem que ser na sede da Lei 64 e não da Emenda Constitucional que tem que se discutir essa outra questão do parentesco.

No mais, Sr. Presidente, eu acho que essa discussão é saudável, disse muito bem aqui o Senador Cafeteira que nós estamos hoje assumindo uma posição que pela inoperância, pela omissão do Congresso, acabou levando o Tribunal Superior Eleitoral a assumir esse papel, e eu acho que nós temos que assumir. Aliás, o Senado, a bem da verdade, o Sena-

do tem cumprido o seu papel. Nós temos uma reforma política que foi aprovada aqui pelo Senado, e essa reforma política repousa, repousa placidamente lá na Câmara dos Deputados. O que precisa, na verdade, é uma articulação, e agora, neste momento de mudança que nós estamos passando pelo Senado, eu acho que tem que começar uma articulação para que as medidas aprovadas pelo Senado tenham a ressonância na Câmara da mesma forma que as medidas aprovadas pela Câmara encontrem o respaldo no Senado. O que não pode é o Senado aprovar uma matéria aqui, a Câmara faz menoscabo lá, engaveta, e de repente a Câmara aprova uma coisa parecida lá, vem para o Senado e o Senado, exatamente em razão da omissão da Câmara, faça o mesmo. Pois bem. Eu acho que neste momento a primeira articulação que tem que ser feita é que para o Congresso caminhe junto, Câmara e Senado caminhem juntos.

No mais, Sr. Presidente, eu acho que é prudente esse pedido de vista, e o Relator, Senador Demóstenes Torres, que tem sido um homem, um parlamentar aberto a toda a discussão, está ouvindo as pessoas, está ouvindo outros parlamentares, há Emenda da minha autoria também tratando dessa questão da suplência sobre a qual eu conversei com o Relator, ele está aberto para discutir com todos e não tem um juízo acabado. Ele quer realmente trabalhar nessa linha de aprimorar, porque esse é o desejo do Congresso e é o desejo da sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana e a seguir ao Senador Jarbas Vasconcelos, eu gostaria rapidamente de dizer que o Senador Valter Pereira aferiu uma questão que até então, na minha opinião, estava encoberta, mas com ela eu já me preocupo há algum tempo, que é a distinção entre legalidade e legitimidade. Eu acho que a gente deslocou o eixo da discussão nessa questão dos suplentes. Eu não sei se o erro está no processo eleitoral. O processo eleitoral vinha mais ou menos indene, sem nenhum questionamento, desde o início da República Velha, mas sobretudo a partir da Constituição de 1946. O problema não está, portanto, na forma de eleger o suplente de Senador ou o Vice-Presidente da República ou Vice-Governador ou Vice-Prefeito, mas está mais na questão da legitimidade, o que está sendo questionado é a legitimidade da escolha. Mas, então, concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana e a seguir ao Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, tem a palavra S. Ex^a.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Eu tenho conhecimento de que o nobre Relator, o Senador Demóstenes, vai retirar o projeto para um estudo mais profundo. Logo, não tem sentido o meu pedido de vista.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Senador, se me permite, como o Senador Valter Pereira pediu vista, talvez fosse melhor V. Ex^a. também pedir, que aí seria um pedido de vista coletiva, sendo que as propostas viriam todas e aí, até por escrito, e eu me reuniria com o Presidente, nós marcaríamos com alguns Senadores ou até aqui na própria CCJ para encontrar a solução, ou senão, se quiserem também, eu retiro e podemos fazer da mesma forma. Mas se houver o pedido de vista coletivo, todo mundo traz o que tem, o que pensa, por escrito. Eu acho que fica mais fácil para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então, antes de conceder vista, eu vou dar a palavra ao Senador Adelmir Santana, para que nós possamos votar matérias que dependem de votação nominal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, eu só queria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu também peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, mas eu só gostaria que o Senador Adelmir fizesse a manifestação dele, que será curta certamente, para que possamos votar as matérias.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sei sucinto, Sr. Presidente. Aliás, a minha posição foi externada sempre que eu cheguei aqui. Eu sou contrário à figura dos suplentes. Não fui Constituinte em 1988, não fizemos a Lei Eleitoral, e na verdade isso é uma eleição majoritária, como é a eleição majoritária para Prefeito, Governador e Presidente da República. A terminologia de suplentes, de Senador, que é a mesma usada para as eleições proporcionais, é que me parece desfigurar essa questão do suplente e do Senador, porque na verdade o Senador Valter Pereira colocou bem, pois a Lei Eleitoral exige a propaganda do candidato ao Senado, do primeiro e do segundo suplente. Se algum candidato esconde os seus suplentes, certamente é porque esses suplentes tirarão voto do titular. Muitos, entretanto, mostram seus suplentes, porque certamente agregam algum voto no processo eleitoral. Agora num processo em que não se questiona a Vice-Presidência, a Vice-Prefeitura, a Vice-Governan-

ça, e se questiona a questão dos suplentes. O mandato longo de oito anos, com a permissividade de ocupar cargos no Executivo, de disputar eleições a cada dois anos, na verdade chega ao ponto que dois suplentes são até pouco, vai chegar um momento em que nós vamos discutir aqui quem sabe três suplentes. Então é preciso que a gente discipline essas questões, a questão do Poder Legislativo e Poder Executivo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E o parlamentarismo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Exatamente. Agora esses mandatos longos, a terminologia de suplente não me parece adequado. Eleições a cada dois anos, permitindo que o Senador se afaste para ser candidato a Prefeito, Governador, até Presidente da República, e ser Secretário de Estado, Ministro, é que efetivamente cria essas dificuldades.

Quero reafirmar o meu posicionamento, eu acho que nós temos que discutir essa matéria profundamente, não tenho nenhum constrangimento em discuti-la, mesmo chegando aqui na condição de suplente, mas é preciso que a gente regule essas questões de participação eleitoral com os detentores de mandato, e eu queria me incluir entre aqueles que acha que tem que ser vista coletiva para que a gente tenha a oportunidade de dar alguma contribuição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra ao nobre Relator da matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Eu queria só...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com há o pedido de vista do Senador Jarbas Vasconcelos e outros manifestaram aqui idêntica preocupação, eu vou conceder vistas e passamos agora a votar aquelas matérias que exigem votação nominal, que são os Ofícios “S”. Pois não, com palavra S. Ex^a.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Apenas para mostrar o tanto que essa matéria tem diversas soluções na Casa. Veja as propostas que apareceram hoje: 1) Fica como está; 2) Fica como está, vedado o parentesco; 3) Vota-se no suplente; 4) Sublegenda; 5) Chama-se o Deputado mais votado. Então são cinco alternativas e parece que as prediletas são ou votar no suplente ou a sublegenda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Falta um minuto para o meio-dia, nós temos a sessão para eleger o Presidente da Casa e não poderemos manter a reunião da Comissão. Eu queria perguntar, eu apresentei um Parecer, pedi que fosse colocado extrapauta, um projeto muito simples e objetivo, homenagem ao Senador Paulo Duque, que autoriza a União a transferir o Edifício Gustavo Capanema, que é um edifício que foi construído por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, entre outros arquitetos, reconhecidamente foi o Ministério da Educação e da Saúde no passado, para o Estado do Rio de Janeiro. É um projeto autorizativo, a votação é simbólica, e eu pediria a V. Ex^a. se poderia colocar isso na pauta, porque nós estamos comemorando aí o Centenário de Oscar Niemeyer, teremos uma sessão de homenagem a ele, e nós queríamos fazer essa homenagem ao Estado do Rio de Janeiro e ao Senador Paulo Duque.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu nada tenho a opor, e até devo dizer ao nobre Senador Aloizio Mercadante que foi proposta minha, então Ministro da Educação, para que o referido prédio se denominasse Gustavo Capanema. Eu sugeri isso ao Presidente Sarney, que o acolheu, foi baixado o Decreto nesse sentido, e a proposta que eu fiz foi em nome do então arquiteto Oscar Niemeyer, que admirava muito Gustavo Capanema, e por ter integrado a equipe de Gustavo Capanema ao tempo que foi Ministro da Educação, aliás, por um longo período, posto que durante o Governo de Getúlio Vargas, aquele período chamado autoritário, de 1937 a 1945. Então eu, de minha parte, nada tenho a opor. O Relator da matéria é o nobre Senador Aloizio Mercadante. Se o Plenário estiver de acordo nós colocaremos essa matéria e a seguir votaremos, sendo que vai exigir votação nominal, posto que é terminativo. Vamos colocar também os Ofícios “S”, que são seis outros que nós podemos...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, eu só queria ponderar que o Ofício “S” é uma prática necessária desta Comissão, mas não tem nenhum significado político para o Senado Federal, sendo que autorização ao Governo Federal da doação do prédio tem um significado pelo Centenário do Oscar Niemeyer, uma homenagem ao Estado do Rio, em particular ao mandato do Senador Paulo Duque. Eu solicitaria de V. Ex^a. se nós poderíamos votar esse projeto em primeira análise.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu estou de acordo. Se V. Ex^a. fizer o relatório, nós votamos, aí depois votaremos os Ofícios

“S”. Eu gostaria de fazer uma ponderação a S. Ex^a. Na verdade a apreciação dos Ofícios “S”, ao meu ver, tem uma significação muito grande para a sociedade, porque encerra o processo de elaboração da lei, quer dizer, quando o Supremo declara inconstitucional no todo ou em parte uma proposição, e se o Senado, em modo especial a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não se manifesta, isso produz uma certa insegurança jurídica, daí porque eu acho que a sua avaliação pela Comissão de Constituição e Justiça é importante, até porque é uma atribuição privativa desta Comissão. Concedo então a palavra a S. Ex^a., nobre Senador Aloizio Mercadante, para relatar a proposição.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Eu agradeço, eu vou ser muito objetivo. Eu vou citar aqui primeiro a menção ao Palácio Gustavo Capanema pelo Senador Paulo Duque. Entre os imóveis cuja doação ao Estado do Rio de Janeiro consideramos imprescindível, está o Palácio Gustavo Capanema. Localizado ao centro da cidade do Rio de Janeiro, o edifício foi concluído em 1945, após mais de dez anos de construção, tendo abrigado o Ministério da Educação e da Saúde quando o Rio de Janeiro ainda era a capital da República. Projetado por uma equipe de arquitetos integrada por Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Elaine Vasconcellos, o prédio constitui um marco da arquitetura modernista brasileira, com os seus jardins idealizados por Burle Marx, murais e painéis de Cândido Portinari, esculturas de Bruno Jorge, entre outras obras da arte contemporânea. Portanto, tem um grande valor artístico, cultural e histórico esta obra.

Eu tenho aqui toda a legislação para justificar a possibilidade de doação. Já está distribuído, eu pediria que se alguém tiver alguma dúvida, eu poderia oferecer, mas eu não citarei toda a legislação porque eu acho desnecessária. É constitucional, é legal, há fundamento jurídico, a União pode doar, e nós estamos apenas autorizando a doação.

Por conseguinte, a presente proposição, além de ter (ininteligível) sociais e administrativos, tem sólido faturamento jurídico e repousa sobre precedentes já aprovados nesta Casa. Deve se ressaltar, por último, que o projeto em comento em nada colide com as prerrogativas constitucionais, jurídicas e administrativas do Poder Executivo, pois trata de proposição meramente autorizativa, que obviamente dependerá para a sua efetiva concretização de ato daquele Poder.

Voto. Levando em consideração tais argumentos, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 107, de 2007. Esse é o voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O voto do Relator da matéria, o nobre Senador Aloizio Mercadante, é favorável à aprovação da referida proposição. Eu vou submeter a votos para que nós possamos cumprir a exigência regimental por se tratar de matéria terminativa. Senadora Serys, como vota S. Ex^a?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Voto a favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eptácio Cafeteira, Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É o Relator. Senadora Ideli, Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jarbas Vasconcelos?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Gilvam Borges, Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jefferson Péres?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos chamar alguns suplentes. Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Neuto de Conto, Senador Magno Malta, Senador Flexa Ribeiro, Senador Marconi Perillo, Senador Mário Couto. Vamos proclamar o resultado. A seguir vamos votar os Ofícios “S”.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE) – Inácio Arruda sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Inácio Arruda, perdoe, é que já completou a quota. O bloco de apoio do Governo votou integralmente já.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, nós ainda temos quorum para votar os Ofícios?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É só uma votação, nós vamos votar em bloco, fazemos só uma votação. Então eu vou submeter em votação em bloco as proposições de 1 a 5. O Relator é o Senador Sibá Machado e o Parecer de S. Ex^a. é pelo arquivamento dos referidos Ofícios “S” de 1 a 5. Então em votação. Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Sibá Machado é o Relator, já votou. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Eptácio Cafeteira, Senadora Ideli Salvatti, Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jarbas Vasconcelos?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Adelmir Santana, Senador Demóstenes Torres?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – Magno Malta sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora Senador Flexa Ribeiro, Senador... Bom, completou-se o quorum, onze Senadores votaram, eu estou presente, doze, seria o 12º, há o quorum e conseqüentemente são aprovados pelo arquivamento dos Ofícios “S” de 1 a 5.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Todos os Ofícios “S”?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Menos o 6º.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Podemos deixar o 6º para outra sessão, porque não teríamos quorum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Está perfeito. Então nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a sessão. Vamos discutir a possibilidade de uma sessão, uma reunião extraordinária amanhã, dependendo de um acerto com os colegas integrantes da referida Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 12h10.)

Ata da 51ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 19 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e vinte e seis minutos, do dia dezoito de dezembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel,

com a presença dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Inácio Arruda, César Borges, Marcelo Crivella, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Savatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer, os Senadores Aloizio Mercadante, Romero Jucá e Arthur Virgílio. Registra-se a presença do Senador Heráclito Fortes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 42, DE 2007** (Ofício Nº 1183/P, de 25/07/2007, e Of. nº 99-P/MC, de 19/09/2007, na origem) – **TERMINATIVO** – “Comunica que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 29 de agosto de 2007, por unanimidade, referendou a medida cautelar deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3929, para suspender os efeitos da Resolução nº 7, de 2007, de 21/06/2007, do Senado Federal, tão-somente com relação aos arts. 6º e 7º da Lei nº 7.003/90 e aos arts. 4º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 da Lei nº 7.646/91, ambas do Estado de São Paulo.” **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Jefferson Péres. **Parecer:** Pelo conhecimento e arquivamento do Ofício “S”. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo conhecimento e arquivamento do Ofício “S” nº 42, de 2007. Passa-se à apreciação da matéria incluída como EXTRAPAUTA – **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2003**, “Acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal”. **Autoria:** Senadora Ideli Salvatti e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Jefferson Péres. **Parecer:** Pela aprovação da Proposta, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4. Em 27/11/2007, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que recebeu Parecer contrário. Em 06/12/2007, foram recebidas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que receberam Parecer contrário. Durante a discussão da matéria, nesta data, a Senadora Kátia Abreu retira a Emenda nº 3. **Resultado:** Retirado de Pauta. Retoma-se a apreciação da Pauta: **ITEM 7) EMENDAS DE**

PLENÁRIO n°s 1, 2 e 3 oferecidas ao SUBSTITUTIVO do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – “Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro”. **Autoria da Emenda nº 1-PLEN:** Senador Romero Jucá. **Autoria das Emendas nºs 2-PLEN e 3-PLEN:** Senador Valdir Raupp. **Autoria do Projeto:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Parecer:** Pela aprovação das Emendas nºs 1, 2 e 3, de Plenário. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 1, 2 e 3, de Plenário. **ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2006**, “Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira”. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Epitácio Cafeteira. **Parecer:** Pela aprovação da Proposta com a Emenda que apresenta. Em 05/12/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Durante a discussão da matéria, a Comissão aprova o Requerimento nº 40, de 2007-CCJ, de iniciativa do Senador Sibá Machado, e o Termo Aditivo nº 1, de iniciativa do Senador Valter Pereira, que solicita Audiência Pública para instruir a matéria. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta para aguardar a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 4) EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005**, “Acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios”. **Autoria da Emenda nº 2-PLEN:** Senador Romero Jucá e outros Senhores Senadores. **Autoria da Proposta:** Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Parecer:** Pela rejeição da Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 2, de Plenário. **ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2007**, “Altera os arts. 142, 170, 194, 203 e 226, da Constituição Federal, e os arts. 79 e 80, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a cooperação das forças armadas com ações sociais civis, sobre a assistência social aos moradores de rua, e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Expedito Júnior e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Parecer:** Pela aprovação da Proposta com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007** (PL. nº 04126, de 2004, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”. **Autoria:** Comissão Parlamentar Mista – “Exploração Sexual”. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2005** (PL. nº 00160, de 2003, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Acrescenta art. 2ºA à Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal e dá outras providências (Estabelecendo competência privativa ao Executivo dos Estados e do DF para outorga da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro)”. **Autoria:** Deputado Inocêncio Oliveira. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Em 26/10/2007, foi oferecida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que recebeu Parecer contrário. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de iniciativa do Relator, e contrário à Emenda do Senador Flexa Ribeiro. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2007** (PL. nº 06672, de 2002, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – “Cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra”. **Autoria:** Deputada Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2007 – TERMINATIVO NA CE** – “Altera os arts. 1º, 5º e 16 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI e dá outras providências, para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não-gratuitas”. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 40, de**

2007-CCJ, “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a PEC nº 49, de 2006, que trata de mudanças na faixa de fronteira brasileira. Diante da relevância e importância do tema, solicito sejam convidados os senhores: 1 – Ministro da Justiça: Senhor Tarso Genro; 2 – Advogado Geral da União: Dr. José Antônio Toffoli; 3 – Procurador-Geral do INCRA – Dr. Valdez Adriani Farias; 4 – Procurador-Geral da República: Dr. Antonio Fernando.” **Autoria:** Senador Sibá Machado. **Resultado:** Aprovado. **2) TERMO ADITIVO nº 1 ao REQUERIMENTO Nº 40, de 2007-CCJ**, “Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao requerimento de autoria do Senador Sibá Machado, no sentido de que seja também convidado o General Jorge Armando Felix, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, para participar da audiência pública de discussão da PEC nº 49, de 2006, que dispõe sobre alteração da faixa de fronteira”. **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Resultado:** Aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 41, de 2007-CCJ**, Requeiro, nos termos do artigo 93 do RISF, a realização de audiência pública, para instruir a PEC nº 20, de 2007, que propõe “... *permitir que o Estado de origem cobre ICMS nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.*” Para tanto, solicita-se a emissão de convite às seguintes personalidades: Nelson Machado, Presidente do CONFAZ (em exercício); Alberto da Silva Lopes, integrante da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS; Júlio César Carmo Bueno, Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião, às doze horas e cinquenta e um minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **3) EMENDA DE PLENÁRIO Nº 3** oferecida à PEC nº 2, DE 2007; **9) PLS Nº 9**, DE 2007; **10) PLS Nº 10**, DE 2007; **11) PLS Nº 217**, DE 2006; **12) PLS Nº 88**, DE 2007; **13) PLS Nº 197**, DE 2005; **15) PLS Nº 367**, DE 2003 (Tramita em conjunto com os PLS’s nºs 21 e 36, de 2004); **16) PLS Nº 86**, DE 2005; **18) PLC Nº 83**, DE 2007; e **19) RQS Nº 1230**, DE 2007; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Havendo número regimental declaro aber-

ta a 51ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontrar. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação de várias matérias. São dezenove itens já constantes da pauta e quatro itens extrapauta. Eu gostaria de mencionar o fato de ser esta possivelmente a última reunião ordinária da Comissão nesta Sessão Legislativa, e por esse motivo nós temos que considerar a necessidade de fazer alguma inversão de pauta para que nós possamos votar matérias que venham a ser ainda deliberadas pelo Plenário nesta Sessão Legislativa, ou seja, até a próxima sexta-feira. Daí porque eu comecei dando a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Jefferson Peres, para relatar o Item 1, que é o Ofício “S” 42, de 2007. Como sabem V. Ex^{as}. os Ofícios “S” são de origem do Supremo Tribunal Federal e dizem respeito à declaração de inconstitucionalidade de lei de forma parcial ou integral, e a ementa é a seguinte: “Comunica que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 29 de agosto de 2007, por unanimidade, referendou a medida cautelar deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.929, para suspender os efeitos da Resolução nº 7, de 2007, de 21/06/2007, do Senado Federal, tão-somente – é aí que está a complexidade do problema – com relação aos arts. 6º e 7º da Lei nº 7.003/90 e aos arts. 4º, 8º, 9º, 10, 11, 12, e 13 da Lei nº 7.646/91, ambas do Estado de São Paulo”. A autoria, como eu disse, é do Supremo Tribunal Federal. O Relator, como também já tive a oportunidade de anunciar, é o nobre Senador Jefferson Péres, sendo que o Parecer é pelo arquivamento do referido Ofício “S”. Concedo a palavra, portanto, a S. Ex^a., o Senador Jefferson Péres, para proferir o seu relatório.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) –

Pois não Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Como V. Ex^a. disse, o que seria simples se tornou complexo porque o Senado foi induzido a erro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É verdade.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Involuntariamente. Portanto, eu vou ler só a parte final do meu Parecer, que é a seguinte: Cabe observar a propósito o disposto no *caput*, do art. 386, do Regimento Interno desta Casa, que impõe ao Senado Federal conhecer da declaração de inconstitucionalidade total ou parcial de lei somente quando proferida em decisão definitiva pelo Supremo Tribunal Federal. No

caso em exame ainda não houve julgamento do mérito da ADI 3.929-6/DF pelo STF. Nesse caso, cabe ao Senado Federal tão-somente tomar conhecimento da comunicação encaminhada pelo STF e remeter ao arquivo os autos do presente processo, tendo em vista a inocuidade de promover alteração da Resolução nº 7, de 2007, em face de estar essa norma pendente de julgamento do mérito pelo STF. Em face do exposto, opino pelo conhecimento e arquivamento do Ofício “S” nº 42, de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Parecer do nobre Senador Jefferson Peres é, como ele fez questão de mencionar, pelo arquivamento do referido Ofício “S”. Como a matéria exige votação nominal e no momento não há quorum para que possamos deliberar sobre a matéria, eu passaria ao Item subsequente, que também é Relator o nobre Senador Jefferson Peres, que diz respeito à proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, que acrescenta novo parágrafo ao art. 73, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU), no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal. A primeira subscritora da referida proposição, posto que é uma PEC, uma Proposta de Emenda Constitucional, é a líder Ideli Salvatti e outras Sras. e Srs. Senadores. O Relator, como já mencionei, é o Senador Jefferson Peres. O Parecer do Relator é pela aprovação da proposta, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 a 4. Observo que no dia 27.11.2007 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que mereceu Parecer contrário. Em 06.12.2007 foram recebidas as Emendas 2 a 4, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que receberam também Parecer contrário. Concedo, portanto, agora a palavra ao nobre Relator da matéria, Senador Jefferson Peres, para proferir a leitura de seu Parecer.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra S. Ex^a.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Eu peço a V. Ex^a. que retarde um pouco a apreciação deste projeto, porque surgiu uma dúvida de última hora que talvez me leve a apresentar uma Emenda. Então vamos votar o Item seguinte e aguardar um pouco. É o pedido que lhe faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não. Então, tendo em vista as razões fundamentadas apresentadas pelo Senador Jefferson Péres, eu tiro de pauta neste instante a matéria para

que nós possamos votar quando S. Ex^a., o Relator, estiver habilitado a proferir o seu Parecer.

Dou a palavra ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos para relatar o Item 7 da pauta, que diz respeito a matéria de grande interesse público, por se tratar de Projeto de Lei nº 209, de 2003, que “Dá nova redação a dispositivos da Lei 9.613, de 13 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro”. A autoria da Emenda nº 1 – Plenário, Senador Romero Jucá e outros Srs. Senadores. A autoria das Emendas de Plenário 2 e 3 são de autoria do Senador Valdir Raupp e outros Srs. Senadores. Como se trata também de projeto que já esteve em Plenário, a autoria, melhor, é do Senador Antônio Carlos Valadares. O Relator é o Senador Jarbas Vasconcelos, que oferece Parecer pela aprovação das Emendas nº 1, 2 e 3 de Plenário. A matéria foi já apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Concedo a palavra, pois, ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos para proferir Parecer sobre a matéria.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Retorna à CCJ para análise, após a aprovação do substitutivo ao PLs nº 209, de 2003, com as Emendas que lhe foram oferecidas em turno suplementar.

A Emenda nº 1 é de autoria do Senador Romero Jucá, procura incorporar a redação constante da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, ratificada pelo Brasil em 2005. A Emenda de nº 2, de autoria do Senador Valdir Raupp, propõe substituir a expressão “Autoridade Policial”, hoje constante da lei, pela expressão “Delegado de Polícia”, e finalmente a Emenda nº 3, também de autoria do mesmo Senador, Valdir Raupp, substitui a referência à Lei nº 10.409, de 2002, constante do art. 4º, hoje revogada pela expressão “lei específica”.

A Emenda nº 1 propõe incorporar ao texto do substitutivo o art. 2º da Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembléia da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1999 e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2000. Essa Convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional em 16 de setembro de 2005 e promulgada por meio de Decreto Presidencial nº 5.640, de 2005. A Emenda, portanto, incorpora a Lei nº 9.613, de 1998, o compromisso selado pelo Brasil com a comunidade internacional.

As outras duas Emendas trazem contribuições apenas formais. A Emenda nº 2 propõe substituir a expressão, como aqui já foi aludido, “Autoridade Policial” por “Delegado de Polícia”.

Por fim a Emenda nº 3 faz uma correção necessária, já que recentemente a Lei nº 10.409, de 2002,

foi revogada pela nova Lei de Entorpecentes, a Lei nº 11.343, de 2006.

Não vemos óbices para a incorporação das emendas apresentadas. Em razão do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação das Emendas nº 1, 2 e 3, de Plenário, oferecidas ao substitutivo do PLS nº 209, de 2003. É o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Abro a discussão da matéria após a apresentação do Parecer do Senador Jarbas Vasconcellos, Relator da matéria. Indago se há Senador ou Senadora interessada em discuti-la. Eu gostaria de mencionar que se trata de uma matéria muito importante e integra aquele pacote chamado Anti-Violência, que é uma contribuição que o Congresso Nacional vem dando para que nós possamos reduzir o nível de criminalidade no país e cujo trabalho está sendo feito em articulação também com o próprio Supremo Tribunal Federal, posto que a presidente do órgão, da instituição, tem colaborado para que nós possamos o mais rapidamente possível oferecer ao país uma legislação moderna e capaz, como disse a pouco, de reduzir as taxas de criminalidade em nosso país, em diferentes campos, inclusive no território da lavagem do dinheiro. Indago, portanto, se há alguém interessado, um Sr. Senador ou Sra. Senadora em discutir a proposição. A matéria é não terminativa. Conseqüentemente, nós já podemos colocá-la em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o Parecer do nobre Relator Senador Jarbas Vasconcellos permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 2 da pauta não vai ser apreciado por haver o nobre Senador Sibá Machado apresentado um pedido de Audiência Pública antes da votação da proposição. O Item 2 trata-se de proposta de Emenda à Constituição nº 49, de 2006, cuja ementa reza: “Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira”. A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores e Sras. Senadoras. O Relator é do nobre Senador Epitácio Cafeteira, que se encontra presente, e o Parecer do nobre Senador Epitácio Cafeteira é pela aprovação da proposta, com a Emenda que apresenta. Lembro que no dia 05 de dezembro de 2007 foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Gostaria também de dizer, vou mencionar novamente, que hoje o nobre Senador Sibá Machado apresentou Requerimento, nos termos regimentais do Senado Federal, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a referida PEC que trata de mudanças na faixa de fronteira brasileira. Ele apresenta como pessoas que deveriam ser convidadas, pessoas que deveriam se manifestar na referida Audiência Pública, o Sr. Ministro da Justiça

Tarso Genro, o Advogado-Geral da União José Antônio Toffoli, o Procurador-Geral do Incra, Dr. Valdez Adriani Farias. S. Ex^a. faz uma justificativa ao apresentar o seu pedido de Audiência Pública e o acolhimento desse seu pedido vai certamente levar à retirada de pauta da referida proposição. Antes de submeter a votação a matéria, eu gostaria de ouvir a manifestação do Relator da proposição, nobre Senador Epitácio Cafeteira. Tem S. Ex^a. a palavra.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Quando eu relatei esse projeto, essa PEC, houve questionamento se tinha sido ouvido o Estado Maior das Forças Armadas. Eu disse que sim, já tinha sido ouvido. Então quem tinha pedido, aceitou, mas o nobre Senador Sibá Machado, que não afeta a região dele, é somente na região sul do Brasil, pede agora que se ouça o Ministro da Justiça, o Advogado-Geral da União e o Procurador do Incra. Eu fiquei sem entender o porquê de tudo isso, a não ser que quisesse arquivar devagar, arquivar devagar. Então eu acho que a Comissão deve, antes de suspender, deliberar se vale a pena ouvir o Ministro da Justiça, o Procurador-Geral do Incra e o Procurador-Geral da União, sendo que eu concordo com o que a Comissão disser.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu lamento discordar do Senador Cafeteira, eu acho que o Senador Sibá tem razão. Essa redução da faixa de fronteira vai ter implicações positivas e negativas. O meu Estado do Amazonas tem uma ampla faixa de fronteira com Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, área despovoada com reservas indígenas, com ampla...

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Nobre Senador Jefferson Peres, não toca na região amazônica.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Como?

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Essa Emenda...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM)

Não é fronteira, não é faixa de fronteira?

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Mas não na região norte.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM)

Qual é a região então que toca?

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Região de Mato Grosso

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Apenas? Eu não conheço o projeto, eu li apenas o Requerimento do Senador Sibá. A faixa de fronteira da Amazônia está fora?

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Está fora.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Tá bom, então eu retiro o que disse.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Por isso que eu não entendi a posição do Senador Sibá Machado.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Eu ficaria muito apreensivo se isso atingisse a Amazônia.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Lá na região sul nós temos municípios de fronteira.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Eu retiro o que eu disse.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – nós temos município de fronteira onde está município vamos dizer em fronteira para outro município de outro país. Então o cuidado do nobre Senador Sérgio Zambiasi foi exatamente a questão do sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon e depois ao Senador Sibá Machado. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, nós estivemos, os três Senadores do Rio Grande do Sul, uma Audiência com o Presidente da República tratando de uma série de questões. Estava a Chefe da Casa Civil, o Ministro da Fazenda, esse assunto foi abordado, e aí se abordou que o Senador Sibá tinha pedido vistas desse projeto. Aí se fez um esclarecimento.

Como disse muito bem o Relator Cafeteira, o projeto visa resgatar uma tremenda injustiça no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, que na época de Getúlio Vargas criaram essa zona de fronteira, quando à época não tinha, em 1930, nenhuma preocupação com a zona da Amazônia. A preocupação era o Rio Grande do Sul, a guerra “inevitável” com a Argentina. Foi nessa ocasião que na década de 30 a 40 metade do exército brasileiro foi para a fronteira do Brasil com a Argentina. Nós temos cidades com Livramento que tem cinco quartéis, Santiago tem mais cinco quartéis do exército, metade está ali.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Deviam é estar na Amazônia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Aliás, é a tese que se defende, deve ir para a Amazônia, exatamente isso. Então na expectativa de que a guerra era inevitável, eu não sei quem é que criou isso, a

não ser no futebol a relação ali na fronteira sempre foi muito boa, nós não tivemos um incidente ao longo da história do Brasil com o Uruguai, com a Argentina, não tivemos nenhum incidente, agora isso judiou do Rio Grande do Sul, porque aquela região do Rio Grande do Sul, que era a mais rica, talvez uma das mais ricas do Brasil, região da pecuária, a metade norte do Rio Grande do Sul onde está Caxias, que é da colonização italiana, da colonização alemã, essa região não existia, era mato, não tinha nada, e a fronteira em Uruguaiana, Livramento, Alegrete, São Borja, até hoje se brinca que os pelotenses são meio afeminados, mas a razão é muito simples: a região era tão rica, tão próspera, que os filhos iam estudar na Europa, sendo que estudando na Europa, eles iam na França, modernizavam-se, vestiam-se diferente, e quando chegavam aqui, aqueles gaúchos grossos de bombacha e tal, e eles beijando as mãos das moças, usando perfume. Mas era uma região espetacular e hoje está vivendo um triste drama, um triste drama. Então uma das razões é esta. Então o que diz o Senador Zambiasi? Nas zonas da fronteira, como diz o Relator, dessa parte sul, diminui de cento e cinquenta para cinquenta quilômetros; não extingue, só diminui de cento e cinquenta para cinquenta. E não toca na região da floresta amazônica, pelo amor de Deus, ninguém ia cometer esse absurdo de imaginar que a gente ia tentar mexer na floresta amazônica. Aí o Presidente Lula disse que ia falar com o Senador Sibá, eu não sei se falaram. O Palácio falou com V. Ex^a.? Esse é o nosso Lula, ele garantiu para nós, primeiro ele ficou até irritado com V. Ex^a. quando pensou que V. Ex^a. tinha votado contra e o projeto tinha caído. Quando ele ficou sabendo que V. Ex^a. pediu vista, todos nós achamos que V. Ex^a. pediu vista e pediu vista certo a vista, V. Ex^a. foi absolutamente correto, que é o que agora o Senador Jefferson está dizendo: “não, temos que olhar para ver o que está acontecendo”, e aí ele disse: “não tem problema, ele vai pedir vista, vai olhar, vai ver que não tem nada que ver uma coisa com a outra, a área de Roraima fica igual, não mexe uma vírgula, apenas é na área sul, onde não tem como deixar de mexer”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Pedro Simon, mas o que pede o Senador Sibá Machado não é um pedido de vista, ele pede uma Audiência Pública.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sim, Audiência Pública, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Apenas como vamos deliberar o assunto

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Se o Senador quiser manter, eu não tenho nem como não

concordar que se concorde, mas apenas para já esclarecer de saída que o que está acontecendo é isso, não está mexendo, o projeto é transparente, é unanimidade, visa terminar com a injustiça cruel lá na zona da fronteira, cidades importantes não podem ter uma fábrica, não podem ter nada, porque estão na fronteira a cento e cinquenta quilômetros, onde não tem mais razão de ser. Agora se o Senador manter, tudo bem, apenas para esclarecer que a parte dele, que ele se preocupou com a mais justa razão, não tem absolutamente porque não mexe uma vírgula nela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo, agora, a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, autor do Requerimento, e a seguir concederei a palavra ao Vice-Presidente da Comissão, o Senador Valter Pereira.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Ex^a. e aos demais Senadores. O que me levou a ter esta preocupação, Sr. Presidente? Primeiro, que no histórico da faixa de fronteira é muito verdadeiro o que diz o Senador Pedro Simon, mas data de Dom Pedro II...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Senador, me permite. Ninguém do Palácio falou com o senhor, nem o Presidente, nem a Chefe da Casa Civil, ninguém falou?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu não acredito, ele falou assim: “eu vou falar agora com o Senador”. O Presidente Lula disse para nós, para mim, para o Paim e para o Zambiasi lá no Palácio, o Lula falou: “eu vou falar porque é importante, o Governo tem o maior interesse”, mas não falou.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas o que eu quero argumentar...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É isso daí.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas o que eu quero Argumentar, Sr. Presidente, é que em alguns momentos nós vamos ter opiniões também diferentes entre o Presidente da República, o Governo e eu e outras pessoas. Mas o que eu quero argumentar é que o Imperador Dom Pedro II criou a faixa de fronteira pensando, segundo ele, na defesa do território brasileiro, com sessenta quilômetros. A Constituição de 1934 expandiu para cento e cinquenta quilômetros pelas razões que o Senador Pedro Simon já lembrou aqui: o sul do país estava em convulsão, tinha a Guerra do Paraguai, o problema das cisplatinas e por aí vai. Só que de lá para cá todas essas terras foram incorporadas ao patrimônio da União, ao patrimônio da União. Então se de um lado, para a região sul e centro-oeste, não tem mais a necessidade da argumentação da

defesa das fronteiras brasileiras, porém, estas terras foram incorporadas ao patrimônio da União, cujo os títulos de muitos Estados foram contestados pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa à União. Portanto, eu fui, eu visitei diversas autoridades, conversei com muitas delas, inclusive o próprio Supremo, eu fui lá para tirar esta dúvida. Claro que recebi uma resposta da presidenta, Dra. Ellen Gracie, dizendo que como o Supremo é o juiz da causa, não poderia emitir nenhuma opinião pessoal. Portanto, eu procurei outras autoridades e ouvi delas diversos argumentos. Um é que este, de que é preciso estudar melhor o tamanho da faixa de fronteira porque do aspecto da defesa não se sustenta mais, mas ouvi de outro dizendo que nós podemos reacender uma nova batalha, uma verdadeira guerra jurídica, especialmente por aqueles que já perderam no Supremo causas dessa natureza, e que reativaremos. Temos ali uma série de municípios que foram criados, temos assentamentos, área de conservação, área de proteção, uma série de coisas, que viveram baseados no que é a faixa dos cento e cinquenta quilômetros de fronteira.

Portanto, eu acho que, embora aqui as argumentações colocadas dizem que há um prejuízo para os três Estados do sul da forma que está, nós estamos querendo evitar também, se constitucionalmente nos assegurarmos disso, se constitucionalmente nós não estaremos reativando no futuro, dizer que não podemos ter o Brasil A e o Brasil B, e se temos aí uma lei que é lineada à faixa de fronteira, ela não tenha que ser mexida a posteriori. Este é um dos problemas que me incomoda, Sr. Presidente. O segundo é a guerra jurídica.

Portanto, com o pedido de Audiência Pública, a gente desanuviaria aqui. Eu sei que o Governo tem um pensamento nessa direção, mas eu aqui também, nas minhas razões, tenho o direito e o dever também de apresentá-las. Portanto, o que eu peço é uma Audiência Pública onde a gente de uma vez por todas tiraria o problema constitucional e o segundo grande problema, e se nós não reativaremos um novo embate jurídico no Supremo. Por isso que eu peço a Audiência Pública.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Me permite, Senador?

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – V. Ex^a. me permite um aparte?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu volto ao dizer: eu estou plenamente de acordo com a Audiência Pública, eu acho que não há como não fazê-la. O assunto é tão sério, é tão importante, que vamos debater, vamos esclarecer, vamos trazer as pessoas

para não ter nenhuma dúvida. A única coisa que eu não entendi é que o Presidente disse que ia conversar com V. Ex^a. para esclarecer. Eu tenho certeza que V. Ex^a. convenceria o Presidente que a Audiência deve ser feita, como está convencendo a mim, vamos fazer a Audiência, mas o Presidente poderia ter telefonado.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– V. Ex^a. me permite um aparte? Eu pergunto: V. Ex^a. fez o Requerimento, então eu tenho direito de perguntar: por que o Procurador-Geral do Incra? O que tem o INCRA com isso? Eu não entendi, eu gostaria de saber.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Exatamente, Senador, pelo conflito fundiário, porque muitas dessas terras, o INCRA adquiriu ou por compra ou por desapropriação, ganhando por impasses judiciais, e, portanto, não são pequenas as áreas que estão contidas nessa faixa dos cem quilômetros proposto pela PEC, eu estive lá para conversar sobre este assunto, e ele levantou esta preocupação também. Em tese, concorda com a redução da faixa de fronteira porque já não se sustenta, mas tem o medo de que se a gente não corrigir previamente os problemas futuros do embate jurídico, ele acha que o país vai viver um momento de novas atribulações de propriedades fundiárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo, agora, a palavra ao nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, senhores membros deste Colegiado. Todos nós sabemos que existem leis que nascem pelos usos e costumes, pela tradição, e essas leis são tecnicamente denominadas e fazem parte daquela área do direito chamado direito consuetudinário, e existem também aquelas leis que pelo desuso, pelo envelhecimento, acabam também caindo de moda e sendo substituídas por outras, por outros hábitos e costumes. Esse caso aqui se enquadra nesta última hipótese. Existia uma norma constitucional que fixava e que fixa até hoje em cento e cinquenta hectares a área de faixa de fronteira, mas que pelo desuso caiu também, caiu do seu exercício, porque as exigências da sociedade assim o determinaram. De fato o que tem acontecido é um sepultamento real, efetivo, dessa norma.

Eu vou dar aqui um exemplo prático do que pode demonstrar a falência da eficácia dessa norma. A faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul abriga hoje assentamentos fundiários, e não é na faixa de cinquenta quilômetros, é na margem, é próximo, é um, dois, três, cinco, dez quilômetros, fez-se necessário criar os assentamentos ali. Todos os senhores conhecem aqui, porque se tornou muito famosa a Fazenda Itamarati, fica na faixa de fronteira, muito aquém dos cinquenta

quilômetros, muito aquém, de sorte que na verdade é um problema que precisa ser enfrentado porque hoje a própria Fazenda Itamarati, no Município de Ponta Porã, está numa situação que eu não diria de irregularidade e nem de regularidade, ela está na verdade no limbo, porque foi concebida, foi montado o assentamento, o Poder Público adquiriu por compra essa propriedade, estão lá os assentados trabalhando, produzindo, e, no entanto, existe uma situação jurídica de instabilidade. E isso eu observei muito bem a pouco tempo atrás, quando ocorreu a necessidade de o Governo Federal adquirir uma outra fazenda na faixa de fronteira, e aí então surgiu um impasse entre o INCRA e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o Ministério sustentando que deveria observar a norma constitucional de cento e cinquenta quilômetros, o que inviabilizaria completamente esses projetos de assentamento. Então o que se faz é necessário que o Congresso atente para a realidade, que se atualize, que atualize a legislação para fazer face a esses problemas.

No meu entendimento, Senador Cafeteira, ao fixar em cinquenta quilômetros eu acho que ainda nós nos manteremos nessa faixa do irrealismo ou do surrealismo, porque efetivamente na faixa de fronteira é necessário que se libere de uma vez as forças produtivas mesmo na faixa. Qual é o problema de permitir que a produção se dê na faixa de fronteira? Por que impedir isso? Por que permitir que só o tráfico opere nessa área? Infelizmente hoje o que nós desprendemos dessa norma constitucional é que existe um impedimento para a atividade produtiva. Essa é a grande realidade. Não pode haver transação de imóveis. Há uma restrição para financiamento. Então nós temos necessidade de cair na real com relação a essa questão da faixa de fronteira.

Eu gostaria de sugerir, eu acho que foi o Senador Sibá que propôs a Audiência Pública, é isso mesmo? Então eu gostaria de sugerir, inclusive, eu acho que a solicitação do Senador Sibá vai ser muito útil no sentido de definir claramente qual é a faixa que nós devemos efetivamente observar e adotar. No meu entendimento cinquenta quilômetros é muito. Pode ser que eu esteja enganado. Eu acho que nós tínhamos que chamar aqui para essa Audiência Pública, também para prestar esses esclarecimentos, o Ministro Chefe da Segurança Institucional, que é exatamente a autoridade que concede a autorização para a ocupação hoje dessas faixas. Certamente ele terá muito subsídios para oferecer a esta Comissão. O nome do Ministro é General Jorge Armando Felix, que nessa ocasião que tivemos um problema em Itaquiraí, teve que manifestar a sua anuência para que fosse adquirida a área que estava trazendo tantos problemas, tantos transtornos, e que

poderão trazer transtornos ainda ao INCRA ou ao próprio Ministério de Desenvolvimento Agrário. Então se nós chamarmos o General Armando Felix para manifestar a sua opinião aqui, eu tenho a convicção absoluta de que nós encontraremos os esclarecimentos necessários para determinar qual é a faixa ideal para ser observada. Era essa a intervenção. No mais, eu acho que a proposta em si, no mérito, é inteiramente pertinente.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA)

– Eu concordo com V. Ex^a., pode acrescentar neste Requerimento a colocação do General, que tem muito mais sentido do que alguns dos nomes que estão aí dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Agora eu concedo a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, é que eu não ouvi a sugestão do Senador Cafeteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Ele aceita que se seja incluído na relação dos membros da Audiência Pública o General Felix.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Inácio Arruda, último orador inscrito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, é notório que as razões argüidas desde o Império até o início da República, e mesmo nas Constituições subseqüentes no período republicano, que reconheceram a faixa, até aumentaram a faixa de fronteira, e que se sustentavam na questão da defesa, pois na prática mediam quantos dias de cavalaria levaríamos para alcançar a fronteira inimiga ou quantos dias os inimigos levariam para alcançar as nossas defesas no caso de um ataque. Então era medido em dias, quantos dias de cavalaria nós vamos levar. Isso estabeleceu a razão da faixa de fronteira.

Ocorre que hoje nós temos um processo de conurbação muito grande na fronteira que permite então você estabelecer usos distintos, e a própria Constituição já estabeleceu que a ocupação da faixa de fronteira para qualquer atividade será estabelecida em lei, lei ordinária. Já existe legislação para isso e está sob o controle exatamente da Secretaria de Segurança Institucional. Então eu vejo que deveríamos ter uma certa cautela não quanto ao objeto inicial da exigência de faixa de fronteira, salvo talvez a região amazônica que talvez pudesse permanecer nesse patamar de cento e cinquenta quilômetros. As demais áreas, no sudeste e no sul do país, nós poderíamos tranquilamente reduzi-la. O que é que ocorre é que essas áreas, em alguns

casos, são ocupadas por grandes propriedades, e na hora que você reduzir o tamanho da fronteira para cinquenta quilômetros, nós ficamos então com uma faixa de cem quilômetros. Imagina se alguém chega e diz: “olha, eu tenho a posse nessa área, eu quero reivindicar como minha”. Então tem muitos embaraços dessa ordem, dessa natureza, que tenho a impressão precisam ser dirimidos, não pela razão de defesa, não mais, mas pelo tipo de ocupação que essa fronteira teve durante esse Século XX, todo esse período, quer dizer, muita gente está por aí e uma fazendinha de cem quilômetros não é nada que a gente possa assim digamos dizer vamos desconsiderar. Então eu acho que o Relator tem agido muito corretamente, aliás, em todas as suas relatorias, de boa-fé, mas eu acho que essa Audiência é muito pertinente para que a gente possa examinar a questão do uso que está previsto aqui na Constituição, está aqui, dos bens da União, art. 20. Vamos descer aqui, § 1º, diz que você tem que ter uma lei para examinar a questão da ocupação da faixa de fronteira, lei ordinária. Nós já temos previsão de lei ordinária, já existe uma lei, nós poderemos até aprimorar essa lei para examinar, meu caro Relator, o uso, a ocupação dessa faixa. Aqui é que está o problema, não é mais o problema da segurança, exceto, digamos assim, amazônica, eu até considero que pode ser uma faixa menor, poderia ser quilômetros na Amazônia, não é pouca terra cem quilômetros, mas é preciso imaginar quem está ocupando essa faixa com algum tipo de uso, se não vai ser reivindicado da União, digamos assim, uma fazendinha de cem quilômetros. Então eu acho que é preciso a gente ter essa atenção, por isso é preciso essa Audiência Pública para a gente dirimir essas pequenas dúvidas que podem permitir o surgimento de fazendas com essa dimensão.

Por isso, Sr. Presidente, eu considero que a gente poderia retirar essa matéria de pauta, realizar uma boa Audiência Pública para resolver definitivamente a nossa faixa de fronteira. Obrigado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu peço a S. Ex^a. que seja breve para que possamos avançar na Ordem do Dia com outras questões.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu entendo, Sr. Presidente. Eu respeito totalmente, como eu já disse, a idéia, o projeto, que leva em consideração um dos aspectos que hoje na atualidade não se sustenta mais, que é o da defesa de fronteiras.

Mas só quero lembrar que eu visitei vários órgãos, só faltou o Ministério Público Federal, eu não estive lá, eu ia pedir até a V. Ex^a. que pudesse incluir

o Dr. João Antônio no Requerimento, convidá-lo também, foi o único que eu não ouvi, e eu ouvi realmente de “A” a “Z”, aqueles que concordam terminantemente com a idéia do projeto, aqueles que levantaram algumas ressalvas e aqueles que acham que isso vai nos trazer sérios problemas no futuro.

Portanto, a idéia de se ter Audiência Pública não se trata aqui de querer prejudicar o projeto de jeito nenhum, se trata de tirar uma série de dúvidas, o que eu acho que é até melhor de ir para Plenário e lá no Plenário alguém lembrar de algo, submeter a Emendas e devolver para a CCJ. Então eu acho que por uma economia até processual, a gente poderia na primeira oportunidade fazer essa Audiência Pública, limpa essa história definitivamente, e ofereceremos sim, com toda a segurança, uma votação tranqüila para oferecer este entendimento apresentado pelo Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em votação o Requerimento. Gostaria de acrescentar que foram recebidas duas sugestões: para que fosse convidado também o General Armando Jorge Felix e também um representante do Ministério Público Federal. Vou submeter à votação. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o Requerimento do nobre Senador Sibá Machado permaneçam como se encontram. Aprovado. Portanto, a matéria sai de pauta, tendo em vista Requerimento apresentado no sentido de que se realize Audiência Pública e que acaba de ser aprovado.

Passemos, portanto, agora, à votação nominal do Item 1, do Ofício “S”, que foi relatado pelo nobre Senador Jefferson Peres. O Parecer do nobre Senador foi no sentido de que seja feito o arquivamento do referido Ofício “S”. Vou começar a fazer a chamada iniciando pelos parlamentares do bloco de apoio ao Governo.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com palavra S. Ex^a.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Logo em seguida já estou apto a relatar o projeto extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, tão logo se encerre essa votação vamos passar a palavra a V. Ex^a. para relatar o projeto relativo à PEC da DRU.

Vamos começar, portanto, a fazer a chamada das Sras. e os Srs. Senadores. Senadoras Serys Slhessarenko, Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy, Senador Aloizio Mercadante, Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Pedro Simon, Senador Romero Jucá, Senador Almeida Lima, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Gilvam Borges, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Demóstenes Torres, Senadora Kátia Abreu, Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Vamos colher agora votos de suplentes. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Parecer do Relator, Senador Jefferson Péres, foi aprovado por quinze votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum voto contra. A presidência, por motivos regimentais, se absteve de votar. Portanto, participaram da votação dezesseis Sras. e Sras. Senadoras.

Vamos passar, pois, agora, para o Item extrapauta nº 1, que trata da Emenda à Constituição nº 96, de 2003, que acrescenta novo § ao art. 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal. A autoria é da nobre Senadora Ideli Salvatti e outros Sras. e Srs. Senadores. Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Peres para proferir seu Parecer sobre a matéria.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em exame a PEC nº 96, de 2003, cuja primeira subscritora é a Senadora Ideli Salvatti.

Análise. A PEC preconiza que o percentual de desvinculação de 20%, incidente sobre a MDE, seja reduzido gradualmente a cada exercício a partir de 2005, no original, nos termos de lei complementar. Assim os recursos vinculados ao MDE seriam aumentados aos longos dos anos de acordo com o que for definido na lei complementar a ser editada até a DRU não mais reduzir recursos vinculados à educação.

Mérito. Com o mecanismo da Desvinculação de Receitas da União (DRU), 20% dos recursos destinados à educação podem ser livremente alocados. Esses recursos desvinculados são destinados a outras despesas e ao superávit primário, em prejuízo ao sistema educacional do país, ficando a maior parte dos encargos da educação sob a responsabilidade dos Estados e Municípios. Nesse contexto a PEC nº 96 propõe corrigir esta distorção. Estabelece a redução gradativa da DRU para efeito do cálculo dos recursos e para manutenção e desenvolvimento do ensino. Assim, os recursos vinculados à educação seriam gradativamente recuperados, permitindo o aumento e a melhoria da educação pública. No entanto, a PEC remete à lei complementar essa redução que consideramos desnecessária. Assim como a DRU é auto-aplicável, a redução da desvinculação também pode ser. Portanto, propomos Emenda à PEC, definindo essa redução para 5% a cada ano, a partir de 2008, até a sua extinção em 2011. Com isso, torna-se desnecessária uma lei complementar e a Emenda à Constituição teria eficácia já em 2008, caso a DRU seja prorrogada. Ademais,

propomos a adequação da redação da Emenda a essa alteração. As Emendas nº 1 a 4 oferecidas, não atendem ao objetivo de reduzir, já a partir de 2008, porém, de forma gradual, o percentual da DRU incidente sobre recursos destinados à MDE, razão porque deixamos de acolhê-lo. Acolho no entanto, Sr. Presidente, a Emenda apresentada a pouco pela Senadora Ideli Salvatti, que transforma em Emenda de Relator, que é uma Emenda supressiva do inciso VIII, do art. 60, das Disposições Transitórias, que fica prejudicado com a aprovação desta PEC.

Portanto, o Parecer é pela aprovação da PEC nos termos da Emenda ora oferecida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão a matéria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão a matéria após a apresentação do Parecer do Relator, nobre Senador Jefferson Péres, que dá Parecer favorável, acolhendo Emenda que acaba de apresentar. Ponho a matéria em discussão e concedo a palavra, para discutir, em primeiro lugar, à autora da Emenda, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero agradecer ao Parecer do Senador Jefferson Peres, por ter feito as adequações necessárias e inclusive até a própria atualização. A proposta de Emenda Constitucional foi apresentada em 2003 e, portanto, depois de praticamente quase quatro anos, cinco anos, ela mereceria uma adequação no mínimo, a atualização pelo menos do prazo para a redução gradativa da retirada da educação da DRU, e este Parecer, apresentado pelo Senador Jefferson Peres, também foi fruto da negociação estabelecida com o Ministério da Fazenda e o Ministro da Educação, Ministério da Fazenda na pessoa do Ministro Guido Mantega, e da Educação, Ministro Fernando Haddad, que eu e o Senador Cristovam Buarque tivemos a oportunidade de realizar e de viabilizar. Recebemos o sinal positivo da parte do Governo da retirada gradativa da DRU da educação tendo em vista que, com o Programa de Desenvolvimento da Educação, com os recursos adicionais depois da aprovação do FUNDEB, aonde inclusive foi incluída a educação infantil, desde de zero até seis anos, e, portanto, com a somatória tanto do Programa de Desenvolvimento da Educação como dos recursos que serão alocados gradualmente já em 2007, 2008, 2009 e 2010 para a implementação plena do FUNDEB, nós poderemos sim ter os 18% da educação serem aplicados integralmente sobre os recursos arrecadados pela União a partir destes próximos anos, do ano de 2008, 2009 e 2010. Portanto, nada mais

justo de que nós façamos a alteração constitucional retirando a educação da DRU, porque na prática, com os recursos do FUNDEB, com os recursos do Programa de Desenvolvimento da Educação, nós estaremos praticando a retirada da educação da DRU, e, portanto, nada melhor do que consagrar na Constituição a impossibilidade da educação ter recursos reduzidos pela aplicação da DRU a partir desta redução gradativa que nós estamos apresentando a partir do Parecer muito bem elaborado pelo Senador Jefferson Peres. Por isso, eu agradeceria se nós pudéssemos fazer a votação no dia de hoje e, quem sabe, construirmos um acordo com todos os líderes, tanto da base do Governo quanto da Oposição, para que juntamente com a votação da prorrogação da DRU, no caso da educação, nós possamos aprovar também a PEC que reduz gradualmente a incidência da DRU na educação através de um acordo, quebrando os interstícios necessários à aprovação de uma Emenda Constitucional.

Então era isso, Sr. Presidente, e solicito o apoio de todos os parlamentares para a aprovação do relatório do Senador Jefferson Peres.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu não sei se ainda há Senadora ou Senador que...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, apenas para discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente, para discutir ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra S. Ex^a., Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Antes, apenas para complementar o que disse ainda a Senadora Ideli Salvatti, essa PEC é de 2003, estava parada aqui no Senado, mas quando se discutiu a CPMF, o PDT, por sugestão do Senador Cristovam Buarque, negociou com o Governo para retirar a educação dessa desvinculação, sendo que o Governo concordou. Apesar de a CPMF ter caído, o acordo continua em vigor e o Governo promete cumpri-lo. É verdade que a partir de 2008 não é mais possível, porque a Emenda irá para a Câmara, será promulgada para o ano e, portanto, vai vigorar sabe lá em que mês do próximo ano. Mas já a partir de janeiro, obviamente, que não é possível. Houve uma Emenda da Senadora Kátia Abreu incluindo a saúde na desvinculação.

Sr. Presidente, quanto ao mérito não tenho nada contra, mas eu creio que, em primeiro lugar, o Governo está perdendo receita agora com a queda da CPMF. O Governo vai perder quarenta bilhões, eu não vou entrar na discussão sobre isso porque seria extemporâneo, mas vai perder recursos. Agora concorda em reduzir a

desvinculação em relação à educação, gradualmente. É mais um engessamento do Governo. Se incluirmos a saúde a situação ficará muito pior para o Governo e eu receio que esta PEC acabe sendo derrubada, Sr. Presidente. Por isso eu mantenho o meu Parecer no sentido de retirar da desvinculação da DRU apenas a educação. Realisticamente, se for estendida à saúde, esta PEC vai ser derrubada, eu não tenho nenhuma dúvida disso. Lamento, eu gostaria muito que nos dásse a saúde, mas certamente o Governo, até por não ter feito acordo, não terá compromisso em aprovar a PEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Em discussão. Com a palavra, para discutir, o nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu peço destaque para a Emenda da Senadora Kátia Abreu. Votação em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Gostaria de indagar se há alguém interessado em discutir a matéria. Não havendo mais quem queira discuti-la, vou submeter a matéria à votação. Em votação o Requerimento em destaque apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Emenda 3, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Destaque relativo à Emenda nº 3. Vou submeter o Requerimento à votação do Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, só um instante. Eu quero ter um entendimento do que é que vai acontecer agora, qual é a questão?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Senador Flexa Ribeiro está pedindo destaque para a votação em separado da Emenda nº 3.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Que inclui a saúde na desvinculação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Que incluiu, que acrescenta como propriedade o Senador Jefferson Péres, a questão da saúde, além da educação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, se é esta a questão, eu quero fazer minha as palavras do Senador Jefferson Peres. Nós fizemos uma negociação com o Governo para a tramitação da CPMF. A CPMF não foi aprovada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nós quem?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Flexa Ribeiro, inclusive o PSDB, em duas madrugadas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não me consta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ...Em duas madrugadas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não me consta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ...Em reuniões que teve a presidência do PSDB, a liderança do PSDB, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Cícero Lucena, que inclusive participou das reuniões, e que depois voltaram atrás, não concordaram com aquilo que estava sendo colocado na mesa. Portanto, eu quero deixar de forma muito clara: teve um acordo, teve propostas para a prorrogação da CPMF. Isso não teve acordo, nós perdemos no Plenário, nem os apelos do próprio Senador Pedro Simon para que nós pudéssemos postergar a deliberação por dez, doze horas, foi acolhido por parte da Oposição. Portanto, agora, no acordo fechado na questão da retirada gradativa da educação da DRU, se nós tentarmos colocar aqui a retirada também da saúde da desvinculação, aqueles recursos extraordinários que nós já perdemos na negociação da Emenda 29, lá da Câmara, porque sem CPMF, aqueles vinte e quatro, vinte nove bilhões já não vão poder mais ser aplicados, se nós tentarmos aqui mais uma vez, entendeu, incluir aquilo que não foi combinado, nós vamos não só perder os recursos extraordinários da saúde, da Emenda 29, como também vamos perder a possibilidade de gradativamente desvincular a educação da DRU. Então eu quero ter um entendimento desta Emenda, deste destaque, porque se é para inviabilizar também o benefício para a educação, então que isso aqui fique claro, que fique claro. Não tem mais CPMF, portanto, não tem mais a Emenda 29, os recursos extraordinários, além da CPMF, do que a Emenda 29 colocaria na saúde, os vinte e quatro bilhões, já votados na Câmara, e agora nós estaríamos também, Senador Jefferson Peres, que é isso que eu quero que fique claro, que o PSDB e o PFL, os Democratas, digam aqui de forma clara que também querem impedir que a gente possa ter avanço na área da educação, porque incluir a saúde...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, para discutir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ...porque incluir a saúde em algo que não estava negociado, Senador Jefferson Peres, Senador Pedro Simon, é de novo inviabilizar avanço. Então eu quero ter um entendimento, que fique claro para a população, porque se insistirem nesta tecla, não tem como aprovar. Senador Jefferson Peres, não tem como aprovar uma alteração, entende, não tem como.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Disso eu não tenho dúvida.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu espero que a gente tenha clareza e a gente tenha a votação encaminhada conforme o acordo feito através da atuação do Senador Cristovam Buarque e da qual eu participei junto à Fazenda e Educação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A presidência gostaria de informar, por oportuno, que na realidade a discussão que se trava nesse momento, sobre ser extremamente oportuna, ela é estranha aqui à presidência, porque o local para o debate dessa questão talvez seja no fórum dos líderes, na reunião dos líderes, posto que a matéria será encaminhada à deliberação do Plenário. Eu faço esse esclarecimento para que fique bem claro que o que se debate aqui ou o que se discute aqui é a aprovação ou não da PEC que foi relatada pelo nobre Senador Jefferson Peres.

Concedo a palavra, para discutir a proposição, ao nobre Senador Álvaro Dias, e, depois, concederei a palavra ao Senador Marconi Perillo e à Senadora Kátia Abreu. S. Ex^a. vai se inscrever para...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Discutir também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então, depois, ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esse é um debate muito importante. O ideal, Sr. Presidente, seria uma deliberação casada. Nós deveríamos deliberar sobre DRU exatamente quando deliberarmos sobre orçamento e juntamente com a Emenda Tião Viana, que garante os recursos para a saúde. A matéria aprovada na Câmara dos Deputados que assegurava recursos para a saúde, estabelecia um vínculo com a CPMF. A CPMF derrotada (soa a campainha), derrota também a proposta aprovada na Câmara dos Deputados. A Senadora Ideli está nervosa lá, Sr. Presidente, um chá para ela, por favor, um chá para a Senadora Ideli para acalmar os ânimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Álvaro Dias, V. Ex^a. tem a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – De camomila de preferência, de camomila. Mas, Sr. Presidente, como a proposta aprovada na Câmara que regulamentava o dispositivo constitucional que assegura recursos para a área de saúde está inviabilizada porque estabelecia esse vínculo com CPMF, resta o

projeto do Senador Tião Viana, a proposta do Senador Tião Viana que obriga o repasse de 10% das receitas correntes pela União à saúde pública no país. Nós poderíamos votar ao mesmo tempo, já que o Governo não terá orçamento no mês de janeiro, poderíamos votar até em fevereiro essas matérias. Votaríamos a DRU e votaríamos a proposta do Senador Tião Viana que assegura os recursos para a área de saúde pública, e poderíamos votar hoje, nesse cenário, a proposta relatada pelo Senador Jefferson Peres. Desde que se assegurasse, evidentemente, a aprovação da proposta do Senador Tião Viana, certamente a Senadora Kátia Abreu até abriria mão da sua Emenda, uma vez que os recursos para a saúde estariam assegurados em razão da proposta do Senador Tião Viana.

Eu falo com entusiasmo da proposta do Senador Tião Viana porque é um Senador do Governo, então eu creio que nós não teríamos dificuldade de ter o apoio da base aliada para a aprovação desse projeto, sendo que acabaríamos com esse discurso de terrorismo, de que faltarão recursos para a saúde no país porque não há mais CPMF. Eu fico impressionado quando vejo o Governo tentando transferir a idéia de que saúde pública é algo de outro planeta e que nós temos que instituir uma moeda própria, específica, para o setor de saúde, que os recursos do orçamento não valem para atender a saúde pública. É evidente que esse é um discurso falacioso, não é um discurso honesto, que procura inclusive jogar a opinião pública contra aqueles que deliberaram por reduzir a carga tributária no país, excluindo do sistema tributário brasileiro essa contribuição que era provisória e foi se tornando permanente.

Portanto, Sr. Presidente, o que é mais importante, o que seria a meu ver adequado, seria esta deliberação conjunta. Eu até estou propondo à Oposição que negocie com a base aliada este entendimento. Votamos DRU quando votarmos a proposta de Tião Viana para a saúde. Só votamos DRU se concordarem em aprovar a proposta do Senador Tião Viana, pois assim resolveríamos a questão da saúde e poderíamos resolver a questão da educação, evidentemente, atendendo a essa proposta do Senador Cristovam Buarque, que faz parte de um acordo celebrado aí com o Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa agradece ao Senador Álvaro Dias e concede a palavra ao Senador Marconi Perillo para discutir a matéria.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, essa discussão envolvendo a apreciação da CPMF e da DRU está na minha opinião mal explicada, Sr. Presidente. O PSDB buscou colaborar, assim como outros partidos, no sentido de buscar o

entendimento, já que da parte do Governo, durante o ano todo, faltou disposição para o diálogo. Nós sempre propugnamos que os recursos da CPMF deveriam ser inteiramente destinados à saúde. Lamentavelmente pouco mais de 40% dos recursos da CPMF foram destinados à saúde nesse ano de 2007. E é exatamente por isso, Senadores, que as pessoas agonizam nas filas dos hospitais, exatamente por isso é que há um sucateamento enorme nos hospitais, nos postos de saúde nesse Brasil, por esse Brasil afora. Os recursos pagos aos procedimentos médico-hospitalares também são cada vez menores, não são reajustadas as tabelas em relação ao pagamento desses procedimentos. Enfim, o que toda a sociedade depreende hoje, Senadora Kátia, é que apesar dos recursos da CPMF terem sido ou pelo menos estarem no papel sendo destinados à saúde, a população agoniza com a falta de priorização à saúde. Não adianta o Governo querer agora culpar a Oposição pela derrubada da CPMF. A CPMF caiu porque o brasileiro não suporta mais o ônus de uma carga tributária pesadíssima, à ordem de quase 40% em relação ao seu Produto Interno Bruto. Nós procuramos, da melhor maneira possível, colaborar. Não foi possível, nós somos da Oposição, votamos contra, votamos contra porque esta era a vontade da sociedade brasileira e porque essa era o entendimento nosso da Oposição, o entendimento de que o Governo Federal deveria priorizar a partir do ano que vem a reforma tributária, reduzir impostos e garantir competitividade aos nossos produtos, aos nossos empreendedores.

Por que é que o Governo tem dito agora, o Presidente, os Ministros, que não faltarão recursos para a bolsa-família, para o PAC e etc., e não dá uma palavra em relação à saúde? Sabe por que, Presidente? Porque dos recursos da CPMF, ou seja, do montante de quarenta bilhões, nós temos cerca de trinta e sete bilhões que são hoje desviados da seguridade social, portanto, da saúde, para o fiscal, para o cumprimento do superávit primário. Portanto, se o Governo não necessitasse desse montante de quase quarenta bilhões de reais para pagar banqueiros, nós não estaríamos discutindo aqui a questão da PEC 29, da regulamentação da PEC 29, muito menos estaríamos discutindo aqui a questão da desvinculação de recursos para a saúde. O fato é que essa desvinculação existe em relação à saúde para garantir o pagamento dos banqueiros internacionais, nacionais, para garantir superávit primário. Essa é a verdade, não adianta querer culpar a Oposição, a Oposição não tem culpa se o Governo tem essa necessidade de desviar recursos originalmente definidos para a saúde para a formação do superávit primário.

Portanto, eu estou convencido de que nós devemos garantir a não desvinculação de recursos da educação e temos que garantir também a não desvinculação de recursos da saúde. Que o Governo encontre outras maneiras para fazer jus às necessidades aí em relação ao superávit primário, que o Governo busque outras alternativas no sentido de dar mais eficiência à máquina, reduzir gasto corrente, reduzir gasto público, gastar com mais eficiência. Não venham com esse discurso de que a Oposição será responsável por falta de recursos da saúde, para a educação. Não. A Oposição não aceita isso em hipótese alguma. A Oposição cumpriu com o seu dever cívico. O Brasil inteiro queria um basta a esses impostos, o Brasil inteiro quer que a reforma tributária venha para a pauta com prioridade no ano que vem. O Senador Tasso Jereissati tem feito um trabalho muito importante no sentido de garantir que uma das prioridades do Brasil e sobretudo aqui no Congresso seja a discussão da reforma tributária. Que o Governo compra a sua parte, traga para cá, para o debate, a reforma tributária, para que a gente tenha desoneração e, conseqüentemente, mais competitividade em relação aos nossos produtos.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu vou votar no Plenário contra a DRU, porque o Governo tem que encontrar outros mecanismos e parar de ficar culpando a Oposição em função da falta de recursos para a saúde. Dinheiro para a saúde tem sim e tem muito. É o dinheiro da assistência, é o dinheiro da seguridade. Esses recursos são desviados para o superávit primário. Está certo, o Governo tem que fazer o superávit primário. Busque outras fontes, mas pare de cobrar e pare de culpar a Oposição. Nós não temos culpa de incompetência alguma por parte do Governo Federal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente, não é pela ordem, é questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, com a palavra S. Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Regimentalmente, como autora da matéria, eu tenho direito a retirá-la, pedir para ser retirada de pauta. Eu quero aqui deixar bastante claro por que é que vou fazê-lo. Por que é que vou fazê-lo? Veja bem, desde 2003 esta matéria está para ser apreciada. Nós tivemos uma oportunidade importantíssima em todo esse processo de negociação da tramitação da CPMF de fazer e de termos avanços significativos na área da educação e

na área da saúde, mas infelizmente estamos perdendo a oportunidade de avançar. Eu sou uma pessoa que tenho clareza de que o processo negocial, principalmente aqui no Senado, se ele não ocorrer, nada avança. Sr. Presidente, eu pediria um pouco de (soa a campainha) silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu tenho clareza de que aqui no Senado, pela correlação de forças, mesmo tendo maioria, como ficou claro, porque quarenta e cinco continua sendo maior do que trinta e quatro, nós não alcançamos o número de votos necessários conforme a Constituição estabelece para que seja feita modificação na própria Constituição. Agora nós temos uma situação na votação desta matéria que já ficou claro. Aqui já ficou estampado, claro, entende, de forma explícita, por que é que aquilo que foi acordado, combinado, colocado Senador Jefferson Peres, de forma pública no Senado, no Plenário, na reunião de líderes, não vai poder avançar. Então eu não quero ter nenhuma responsabilidade por conta disto não avançar. Agora eu quero ter preservado, já que eu esperei desde 2003 para esta proposta de retirar gradativamente a educação da DRU, não me causará nenhum problema esperar mais uns dois meses para a gente poder votá-la em fevereiro. Por isso é que eu vou, até de forma tão gentil, acolheu as modificações, atendendo à negociação que o próprio Senador Cristovam Buarque de forma tão eficiente participou, eu tenho certeza que não causará prejuízo maior. Agora nós não vamos permitir que da discussão de algo acordado, combinado, colocado de forma pública e transparente que era um avanço para a educação, se transforme de novo num palco de guerra, num palco de disputa, num palco de até conturbação para a votação que nós teremos que fazer na tarde de hoje, que eu tenho certeza.

Então não tem problema, Presidente, está aí regimentalmente, eu estou solicitando que seja retirado da pauta desta manhã do dia 19 de dezembro, que a gente possa deixá-la à sua apreciação, e quem sabe daí, não só com o meu chazinho de camomila, mas quem sabe com um chá de maracujina que muita gente precisa tomar aqui no Senado também.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Tendo em vista o pedido da Senadora Ideli Salvatti...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes de retirar da pauta...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, qual é a diferença dos dois chás? (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Temos que chamar um especialista no assunto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Pedro Simon, é a gravidez do nervosismo, só isso. O meu se resolve com camomila, agora tem alguns da Oposição que só com maracujina.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Eu já tomei, Senadora, por isso eu estou calmo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, tem S. Ex^a. a palavra, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada. Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria aqui de manifestar o meu protesto. Essa Casa é uma Casa da democracia. Ninguém vai ganhar matéria nenhuma no Senado Federal na base da arrogância, da prepotência e do grito. O Governo praticou esses atos e por isso, um dos motivos fundamentais e principais que perdeu matéria da CPMF aqui na Casa, mesmo tendo na sua base de apoio mais de cinquenta Senadores. Mas por que agiu com soberba, com arrogância, com ameaça, no grito aqui dentro. Nós queremos sim votar a DRU, nós temos algumas condições importantes. Agora nos culpar e agir de forma ameaçando novamente a Oposição, não vai conseguir aprovar a DRU também não. Vamos abaixar o tom, vamos tratar os colegas com consideração, porque nós, Democratas, e PSDB, não fizemos acordo algum a respeito de DRU. O acordo foi feito dentro da base do Governo, do Governo com o PDT, para poder ganhar os seus quatro votos. Nós da oposição não acordamos DRU. Nós queremos sim, sabemos da importância de tirar a educação da DRU, mas nós também achamos a importância de retirar a saúde da DRU.

Quero aqui, Sr. Presidente, retirar a minha Emenda nº 3, porque entendemos, Democratas e PSDB, de que nós vamos condicionar a aprovação do projeto da regulamentação do Senador Tião Viana. Então nós queremos aqui deixar isso bastante claro. Só peço que não venha a responsabilizar a Oposição. A Oposição não fez acordo sobre a DRU, repito isso. O acordo foi feito para o PDT para ganhar os quatro votos dos Senadores do PDT. Então não os acuse de não cumprir acordo, não nos acuse de não cumprir esse acordo feito entre líderes, pois nós sempre cumprimos a nossa palavra. Esse acordo foi feito para lá e não com a

Oposição. E nós temos as nossas prerrogativas, nós queremos uma palavra firme do Governo de que não vai ter aumento de alíquota e que não vai ter proposta de aumento de impostos, isso em primeiríssimo lugar, e queremos solução para a saúde, porque que não vamos carregar sobre os nossos ombros esse ônus que o Governo, derrotado nos últimos dias, quer nos impor. Então vamos abaixar o tom, vamos conversar com humildade, vamos deixar a soberba em casa e o nervosismo também. Obrigada, Sr. Presidente. Eu retiro a Emenda nº 3 porque vamos condicionar a regulamentação do Tião Viana à aprovação da DRU.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro para discutir a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Marco Maciel...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, se não tem mais matéria, por que é que está sendo discutido?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É pela ordem então, Sr. Presidente, é pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Flexa Ribeiro, sendo que depois a mesa vai atender à solicitação de V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu agradeço ao Presidente Marco Maciel. Eu quero dizer ao Senador Pedro Simon o seguinte: a diferença entre a camomila e a maracujina, Senador, é que a base do Governo toma a camomila junto com Lexotan para ver se acalma, porque o Lexotan vem dissolvido na camomila. Mas eu queria dizer...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só se for na xícara de V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, eu não tomo Lexotan, eu não preciso de uma Lexotan. Eu estou tão tranqüilo, Senadora Ideli, que quero dizer a V. Ex^a., e estou pedindo a palavra pela ordem ou para discutir o assunto, que V. Ex^a. ainda a pouco afirmou, afirmou que o PSDB teria feito acordo com o Governo nas negociações da CPMF incluindo a DRU. Eu quero dizer aqui a todos os Senadores e a todo o Brasil pela TV Senado, que conversei com o líder, Senador Arthur Virgílio, e com o Presidente do Partido, Senador Sérgio Guerra, sendo que em nenhum momento, em nenhum momento dos entendimentos...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...Eu estou com a palavra, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Me permite um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu estou com a palavra e estou tomando a xícara que V. Ex^a. me mandou. Eu não dou aparte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito obrigado pela gentileza.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero dizer a V. Ex^a. que o Senador Sérgio Guerra e o Senador Arthur Virgílio me autorizaram a dizer a V. Ex^a. que em nenhum momento da negociação com o PSDB se tratou de DRU. Sempre foi tratado CPMF.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu não disse que tratou de DRU, eu disse que vocês fizeram negociação, fecharam acordo e voltaram atrás.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V. Ex^a. falou pela DRU, verifique nas notas taquigráficas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu não falei de DRU, eu falei que vocês sentaram duas madrugada, fecharam acordo e voltaram atrás.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu estou com a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Conclua, nobre Senador Flexa Ribeiro, sua exposição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Desde que V. Ex^a. me assegure a palavra, eu vou concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V. Ex^a. está com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então o que houve foi um diálogo, um diálogo construtivo do PSDB, que encontrou um Governo autoritário, um Governo com soberba, que por isso não conseguiu avançar na negociação. E continua desse jeito, haja vista a posição da líder do partido do Governo nessa sessão da Comissão de Constituição e Justiça. Não adianta, que nós todos aqui queremos o melhor para o Brasil. Nós queremos sim, Senador Jefferson Péres, aprovar o seu relatório com relação à desvinculação da DRU parcialmente para a educação, acordo que foi feito com o PDT para conseguir os votos do PDT para a manutenção da CPMF, com o Senador Cristovam Buarque, e não com o PSDB. E mais: nós não podemos aceitar que o Presidente da República vá para a imprensa, dizer que ele vai manter os recursos nos investimentos, vai manter os recursos nos programas sociais, que tem que manter, e não diz uma palavra sobre a saúde, não se compromete com a saúde do povo brasileiro, e quem tira o recurso da saúde não é a CPMF, quem tira o recurso da saúde, é bom que o brasileiro saiba disso, que o povo brasileiro saiba disso, é a DRU, que tira 20% da seguridade social, que dá os recursos suficientes para a saúde.

Então, Senador Jefferson Péres, nós temos que garantir sim os recursos para a saúde, tanto quanto para a educação, e é preciso, então, que aqui se faça um acordo para que se aprove o destaque da Senadora Kátia Abreu, e lá no Plenário vamos aprovar a PEC do Senador Tião Viana, da base do Governo, que foi Presidente interino do Senado, é o primeiro Vice-Presidente do Senado, que garante os recursos para a saúde, e lá nos retiramos, podemos assumir o compromisso de retirar a Emenda da Senadora Kátia Abreu. Agora nós não vamos aprovar aqui, pelo menos com o meu voto não, recursos que não garantam também para a saúde juntamente com a educação. Vamos aprovar a proposta da DRU para desvincular da educação, mas vamos aprovar o projeto do Senador Tião Viana, que já está na pauta do Senado, que garante os recursos para a saúde do brasileiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Jefferson Peres. Tem S. Ex^a. a palavra.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, vamos procurar colocar a discussão dentro da racionalidade, sem emoção.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. me permite um aparte?

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. lembra aqui da racionalidade, sendo que eu faria até um apelo aos membros dessa Comissão para que nós tentássemos convencer os colegas com a força dos argumentos e não com a força da voz. Eu faço isso em nome da saúde pública, em nome da civilidade, em nome dos avanços da tecnologia, da caixa de som, do microfone, em...

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Obrigado pelo aparte.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – ...em nome até da psiquiatria que já trata casos de ansiedade hoje de maneira indolor. Sr. Presidente, vamos voltar à racionalidade proposta aqui pelo Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Continua com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Vamos discutir com serenidade. Eu estou com a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V. Ex^a. já estava com a palavra, está com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Com serenidade, sem tentar demonizar os que descoraram de nós. O Governo fez um acordo com o PDT para atender a uma proposta do Senador Cristovam Buarque para retirar a educação apenas. Agora o Governo se julga desobrigado se for estendido a outros setores, inclusive à saúde. É um direito legítimo do Governo. Por outro lado, é um direito legítimo da Oposição de querer estender à saúde. Não vamos demonizar nem um lado e nem outro. Eu, realisticamente, acho que como o Governo tem maioria no Senado, se se julga desobrigado na hipótese de ser estendida a outros setores, a proposta que precisa de 3/5 não vai passar. Isso é realismo, não é terrorismo, não iria passar, não iria passar. Por outro lado, é como disse o Senador Crivella, vamos usar argumentos, sem paixão.

Senador Marconi Perillo, V. Ex^a. é um dos bons Senadores que nós temos, sério, preparado. No ardor da discussão, Senador Marconi Perillo, falar que quando se busca superávit primário se está desviando dinheiro para banqueiros internacionais ... V. Ex^a. é um homem do PSDB, que luta pela estabilidade macroeconômica, a DRU foi instituída no Governo Fernando Henrique, eu votei a favor naquela altura porque sabia que estava contribuindo para a estabilidade macroeconômica, para defender o crédito público.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Um aparte, Senador.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pois não.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Eu fui citado carinhosamente e respeitosamente por V. Ex^a. Eu não estou aqui fazendo qualquer tipo de apologia a calote, qualquer que seja, eu não estou aqui também fazendo apologia a que o Governo deixe de cumprir com as suas metas de superávit primário. O que eu estou querendo é desmistificar esse discurso de que a Oposição está tirando dinheiro da saúde. Quando se desvincula recursos da União através da DRU, 20% da seguridade para superávit primário, nós estamos, V. Ex^a. há de convir, retirando recursos da saúde, porque os recursos da seguridade vão para a saúde, para a formação do superávit primário. Então o que eu não posso admitir aqui é que tentem jogar nas costas da Oposição esse discurso de que não se têm recursos para a saúde. Recursos para a saúde têm, basta manter integralmente os 100% das receitas da saúde, que nós vamos ter quase quarenta bilhões a mais destinados à saúde. Essa discussão em relação

à DRU é uma discussão séria, a Oposição está interessada em colaborar, mas vamos colocar os “pingos nos is”. Os quase quarenta bilhões da CPMF podem muito bem ser compensados com os recursos da seguridade social. Se o Governo terá outras verbas disponíveis, são outros quinhentos. Agora de qualquer maneira eu reafirmo aqui o que disse anteriormente: há sim o compromisso com a responsabilidade fiscal, mas há também que se descortinar essa história relativamente aos recursos da seguridade social. Eu agradeço a V. Ex^a. pelo aparte.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Está vendo, Senador Marconi Perillo, como V. Ex^a. tem argumentos muito melhores do que os slogans esquerdistas do dinheiro para banqueiros internacionais? Que eu ouvi, que me desculpe os PTistas, quando eu defendi a DRU, anos atrás, no Governo Fernando Henrique, eu vi esse mesmo discurso dos PTistas, é dinheiro para os banqueiros internacionais. Não faz jus à sua inteligência e ao seu preparo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Senador Jefferson Peres, boa parte desses recursos do superávit primário é para pagamento de dívida sim.

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – V. Ex^a. sabe que quem deve ao Tesouro não são os banqueiros apenas, são os fundos de pensão, são pessoas individuais, que seriam caloteados senão fossem pagos, receberiam um calote do Poder Público que estraçalharia o crédito público.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – É verdade, nós temos quase um trilhão e trezentos bilhões de reais de dívida interna.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito bem. Mas, Sr. Presidente, apenas concluindo, respeitemos a posição da Oposição, mas se o projeto for retirado não é uma represália não, é porque realmente não seria aprovado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Com a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente, a líder do PT fez uma questão de ordem e retirou da discussão o projeto. Portanto, eu acho que acaba o objeto dessa discussão desde aquele momento em que foi pedida a retirada de pauta do assunto. Eu solicito a V. Ex^a. então que dê a resposta à questão de ordem colocada pela líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V. Exa. tem razão e eu vou, atendendo ao pedido da nobre Senadora Ideli Salvatti, retirar a proposição da Ordem do Dia.

Passamos ao Item nº 3, concedendo a palavra ao nobre Relator, Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Item 3, Sr. Presidente, é um PEC de sua autoria estabelecendo cláusulas de desempenhos para os partidos políticos. Ele já tramitou aqui, a PEC já tramitou aqui, recebeu uma Emenda do eminente Senador Antônio Carlos Valadares no sentido de incluir a possibilidade de dois ou mais partidos reunidos em federação para o fim de cumprir às exigências pertinentes à cláusula de desempenho no que se refere à sua PEC, a PEC de V. Ex^a. Essa Emenda do Senador Valadares foi derrotada por maioria de votos, o projeto foi encaminhado ao Plenário e o nobre Senador Antônio Carlos Valadares reiterou, voltou novamente a apresentar, já em Plenário, a Emenda.

Eu entendo, Sr. Presidente, de que essa Emenda deve ser feita pela via ordinária. Assim não entende o autor da Emenda. Eu peço a V. Ex^a. para que eu possa passar para o outro Item, porque havendo essa divergência entre mim e o Senador Valadares, eu pediria a V. Ex^a, que é o autor inclusive da PEC, que deixasse sobrestada essa PEC para que eu possa me entender com o Senador Antônio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu acolho a sugestão de V. Ex^a. e peço...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ... peço que V. Ex^a. relate o próximo Item.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não, concedo a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que é o autora da Emenda.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para agradecer ao Relator, a sua abertura, possibilitando um entendimento quem sabe, uma aceitação da nossa Emenda. Agora eu gostaria apenas de informar à Comissão de que a regulamentação da Emenda 29 sofreu um sobrestamento em face de um

pedido realizado no Plenário, um Requerimento que foi apresentado, eu no momento não sei quem foi o Senador que apresentou um Requerimento de tramitação em conjunto com outras PEC's que tratam do mesmo assunto. Então se essa tramitação conjunta se efetivar, e vai se efetivar certamente, porque é um Requerimento de Plenário, o que é que acontece? Todas as Emendas semelhantes serão apreciadas novamente pela Comissão de Justiça e pela Comissão de Assuntos Sociais e isso vai atrasar. Então o melhor seria que deixasse a Emenda, a regulamentação da Emenda da autoria do Senador Tião Viana tramitando sozinha, porque do contrário vai haver um atraso na sua tramitação. É preciso que haja um acordo de liderança no sentido de evitar que haja essa tramitação conjunta para não atrasar a sua tramitação. É a sugestão que eu faço às lideranças, inclusive do PSDB, que manifestaram interesse na tramitação rápida dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nobre Senador Antônio Carlos Valadares, a mesa acolhe a ponderação de V. Ex^a., a mesa está mandando verificar agora se esse pedido já foi apresentado, porque dele eu não tenho conhecimento, mas eu acho que V. Ex^a. tem razão no sentido de dar também celeridade processual a uma matéria de relevante interesse público.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Da palavra, pela ordem, ao nobre Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. presidente, eu sou o autor do referido Requerimento citado aqui pelo ilustre Senador Valadares. Ocorre, Sr. Presidente, que eu sou autor de uma outra PEC que busca regulamentar a Emenda 29, e segundo a opinião de técnicos do Tribunal de Contas da União, essa PEC e uma série de argumentos que nós temos em relação à questão da regulamentação da Emenda 29, vão melhorar e muito a própria regulamentação da PEC 29. O Tribunal de Contas da União, Senador Valadares, concorda plenamente com os nossos argumentos e com a nossa PEC. Portanto, nós podemos fazer um acordo no sentido de garantir celeridade às PEC's, mas eu vou manter o Requerimento, Senador, manter o Requerimento solicitando a tramitação conjunta, já que tem uma proposta que foi apresentada e que tem como objetivo uma boa redação e uma boa regulamentação para a PEC 29.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar, de requerer a V. Ex^a. inversão de pauta, colocando agora, caso os pares aprovem, o Item 8 para ser apreciado logo após esse Item 3. Eu peço, portanto, inversão de pauta para o Item 8.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra o nobre Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu aproveito a oportunidade de pedido de inversão de pauta e solicito também a inversão de pauta para o Item 17, que é também não terminativo, não precisa de quorum qualificado, poderíamos votá-lo tranqüilamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo, pois, a palavra ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – O Item 4 da Ordem do Dia da pauta trata de proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que incluiu dispositivo no art. 239 da Constituição Federal, de modo a permitir que os servidores públicos federais, estaduais e municipais, usufruam os benefícios decorrentes da aplicação de recursos oriundos da contribuição para o PASEP, recolhida dos entes públicos. Reconhecendo o elevado alcance social da proposição, em 06 de setembro de 2006 esta Comissão aprovou o relatório do Senador João Batista Motta, favorável à proposição, com a Emenda nº 1, da CCJ, de redação que passou a constituir o Parecer nº 1.094, de 2006, aqui desta Comissão. Vencida esta etapa, a matéria seguiu para deliberação do Plenário, onde foi apresentada em março último a Emenda nº 2, de Plenário, cujo primeiro signatário é o Senador Romero Jucá. Agora cabe a esta Comissão de Justiça posicionar-se sobre essa proposta de alteração da matéria. A Emenda nº 2 modifica a redação do § 5º, adicionado ao art. 239 da Constituição, conforme correção de redação efetuada pela CCJ, como pode ser abaixo constatada.

A redação proposta pelo Parecer nº 1.094, de 2006, desta Comissão: § 5º – pertence à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o produto da arrecadação das contribuições previstas neste art., devida por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, a ser aplicadas em ações e serviços de amparo aos respectivos servidores públi-

cos, inclusive para efeito de formação e requalificação profissional e de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais. Redação proposta pela Emenda nº 2, art. 239, § 5º: o produto das contribuições previstas neste art. será aplicado pela União em ações de serviços de amparo aos servidores públicos, inclusive para efeito de formação e qualificação e requalificação profissional e de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais na unidade federativa arrecadadora. Fica evidente, Sr. Presidente, que a nova redação do dispositivo, embora preserva a intenção de beneficiar os servidores públicos estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, retira (soa a campanha)...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu gostaria de pedir silêncio ao Plenário, visto que há Senador relatando matéria relevante.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – ...retira dos entes públicos autonomia na aplicação de recursos do PASEP em prol dos seus respectivos servidores. Isso porque mantém a atual estrutura de arrecadação e descentralização dos recursos nas mãos da União. O argumento básico que norteou a apresentação da Emenda em análise é a necessidade de preservar os recursos do PIS/PASEP, que de acordo com a justificação apresentada tem se revelado insuficiente para o pagamento das despesas legalmente estabelecidas, sendo necessário a utilização de outras fontes de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), principalmente receitas financeiras para cobertura de parte das despesas primárias. Para comprovar a assertiva, os signatários da Emenda apresentaram dados de 2006 que mostram um déficit do PIS/PASEP da ordem de novecentos e noventa e cinco milhões de reais. Analisemos, pois, os dados sob a ótica global do Programa Seguro Desemprego e do Abono Salarial previsto no art. 239 da Constituição Federal e regulados pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Como se sabe, a arrecadação para o PIS/PASEP, depois de retirada em 20% direcionados à Desvinculação de Recursos da União (DRU), direciona-se ao Fundo de Amparo ao Trabalhador responsável pelo custeio do Programa de Seguro Desemprego, pelo pagamento do Abono Salarial e pelo financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, tendo como recursos, de acordo com o art. 11, da Lei nº 7.988, de 1990: a) o produto da arrecadação das contribuições devidas aos PIS e PASEP; b) o produto dos encargos devidos aos contribuintes em decorrência da inobservância de suas obrigações; c) a correção monetária e os juros

devidos pelo agente aplicador de recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos; d) o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade de que trata o § 4º, do art. 239, da Constituição Federal; e) outros recursos que lhe sejam destinados. Assim, para concluir acerca da capacidade de direcionar a arrecadação do PASEP aos Estados, Distrito Federal e Municípios, se faz necessário analisar a situação financeira do FAT, ao contrário do que é feito na justificação da Emenda nº 2, que analisa apenas o fluxo financeiro decorrente da arrecadação das contribuições ao PIS e ao PASEP.

Neste contexto, Sr. Presidente, cabe verificar os dados constantes da tabela a seguir, oriundos da coordenação geral de recursos do FAT. De sua análise fica evidente que a arrecadação do PIS/PASEP representa cerca de 60% das receitas totais do FAT, equivalente a 28,8 bilhões de reais em 2006. O restante origina-se de outras fontes, dentre as quais se destaca a receita financeira decorrente da aplicação dos recursos do próprio fundo, arrecadação direta de recursos financeiros. Do total da arrecadação do FAT, o PASEP corresponde apenas a 15,5% do fundo, equivalente a 3,6 bilhões do orçamento executado em 2006. Comparando as receitas e despesas realizadas em 2006, constata-se um superávit de cinco bilhões, quinhentos e oitenta e cinco milhões de reais. Isso significa que as receitas do FAT são mais do que suficientes para arcar com o repasse de 40% da arrecadação para a aplicação em Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do BNDES para o custeio do Programa de Seguro Desemprego e do Abono Salarial. Além disso, é importante ressaltar o significativo crescimento real do patrimônio do FAT ao longo dos anos. De acordo com o gráfico aqui apresentado, este equivalia a quase cento e trinta bilhões em 31 de dezembro de 2006.

Conclui-se assim, Sr. Presidente, que a aprovação da PEC 59, de 2007, nos moldes aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça, não comprometerá o financiamento dos programas a cargo do FAT, como alegado na Emenda nº 2. Além disso, o direcionamento dos recursos para os Estados, Distrito Federal e Municípios, os aplique em programas de formação e requalificação profissional, bem como para o pagamento de benefícios a seus respectivos servidores. É uma questão de justiça e equidade. Além disso, para finalizar, a nova redação do § 5º, proposta pela Emenda nº 2, apresenta problemas. De acordo com esta, o

produto da arrecadação previsto no *caput* do art. 239 da Constituição, e não somente o produto do PASEP, passaria a ser destinado a ações e serviços de amparo aos servidores públicos. Isso significa, Sr. Presidente, destinar toda a arrecadação do PIS/PASEP para esse fim, o que é totalmente implausível.

Voto. Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2, de autoria do nobre Senador Romero Jucá, como primeiro signatário, à proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Senador Jarbas Vasconcelos acaba de proferir o seu Parecer sobre a proposição que acaba de relatar. Em discussão.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – De PEC já aprovada no Plenário e com Emenda que volta à Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Exatamente. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vou submeter à votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 5 da pauta, de acordo com a solicitação do Senador Sibá Machado...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu vou pedir vistas, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...Eu vou retirar de pauta tendo em vista pedido de vista de autoria de S. Ex^a., o nobre Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Item 6, eu também vou retirar da Ordem do Dia atendendo a uma solicitação da Senadora Lúcia Vânia, que é a Relatora da matéria. S. Ex^a. deseja, antes de apresentar seu Parecer, realizar Audiência Pública, razão pela qual a mesa, a presidência, tira a proposição da Ordem do Dia desta reunião.

Passamos agora à apreciação do Item 8º, cujo Relator é o nobre Senador Eduardo Azeredo. A mesa, todavia, antes de conceder a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, quer registrar aqui a presença do nobre Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a. tomou conhecimento que estava sendo pedido calmante aqui, ele trouxe alguns calmantes. Está à disposição.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, foi pedida uma inversão para o Item 17.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – V. Ex^a. será atendido. Vamos relatar agora o Item 8, posteriormente examinaremos o pleito de V. Ex^a. Com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Esse projeto já tramita há bastante tempo na Câmara e aqui no Senado. É submetido o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que acrescenta o art. 2º-A à Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, regulamentando o art. 236 da Constituição Federal. Na justificativa argüi-se que a proposta visa preencher lacuna legal, evitando-se que vários níveis do Poder tratem da questão, ao determinar que ao Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal compete privativamente a outorga da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro. Isso porque a Constituição Federal, no *caput* do art. 236, estabelece que os serviços notariais e de registro devem ser exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público, sem, contudo, explicitar a qual dos Poderes, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, competiria a outorga dessa delegação, se é ao Executivo, ao Legislativo ou ao Judiciário. Desse modo é que o projeto em apreço optou por atribuir a outorga da delegação do exercício da atividade notarial e de registro ao Poder Executivo da respectiva unidade da Federação em caráter privativo, na melhor tradição do direito brasileiro, conforme afirmou o Relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo a proposta confere ao Poder Legislativo respectivo a competência para dispor sobre a criação, extinção, cumulação, desacumulação, anexação e desanexação desses mesmos serviços, sobre qualquer modificação das atribuições das respectivas serventias, bem como sobre normas relativas ao concurso público de provimento da delegação mediante lei.

Assim, acredita-se que não mais se realizem concursos eivados de irregularidades nos editais e na avaliação de títulos e qualidades pessoais dos candidatos, de outorgas que não obedecem à ordem rigorosa de classificação do concurso público, de remoções suspeitas de titulares de cartório do interior para serventias mais rentáveis nas capitais, permitindo, por outro lado, que o Poder Judiciário se dedique por inteiro à importante tarefa de exercer vigorosa e rígida fiscalização sobre os atos praticados pelos notários e registradores, conforme bem relatado ainda na Câmara

ra. Além disso, o projeto cuida da disciplina relativa à designação do interventor pelo juízo competente nos casos de afastamento administrativo do titular da delegação e do seu substituto, conforme prevê o art. 36, § 1º, da Lei dos Cartórios.

Na análise, Sr. Presidente, passamos portanto ao que mais interessa, que é esclarecer, preliminarmente, que medida com propósito semelhante a outro projeto sob exame encontrava-se exposta no art. 2º, do projeto que deu origem à Lei 8.935/94, estabelecendo, todavia, que os serviços notariais de registro seriam delegados por ato do Poder Judiciário e não pelo Poder Executivo Estadual. Tal dispositivo foi acertadamente vetado pelo Presidente da República, ficando, entretanto, o chamado buraco negro, uma lacuna em relação à questão.

Em toda a análise que está aí descrita, na verdade tem uma Emenda do nobre Senador Flexa Ribeiro, que na sua argumentação entende que a proposta não deveria dar poder de outorga aos Governadores de Estado e Distrito Federal. Reconhecemos que seus argumentos são pertinentes quanto ao poder concedido aos Governadores, que eventualmente podem dar margem que prevaleça interesse político nessa ou naquela região de cada Estado. Entretanto, temos que ressaltar que o preenchimento das serventias por concurso público é preceito constitucional que permanece inalterado, e, ainda, fixado entendimento de que a outorga também não pode ser do Poder Judiciário, uma vez que esse já detém o poder de fiscalização. Em razão do feto presidencial à época da sanção da norma, somos levados a rejeitar a Emenda, dando seguimento à proposta como uma forma de dar solução a uma indefinição na atividade notarial que ocorre há mais de dez anos.

Voto. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2005, e pela rejeição da Emenda do meu nobre colega Senador Flexa Ribeiro, apesar de sua boa intenção, mas que iria contra o objetivo principal do projeto. Então é apenas uma Emenda de redação e o voto é este, Sr. Presidente, voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O nobre Relator da matéria, Senador Eduardo Azeredo, ofereceu Parecer favorável à aprovação da proposição com a Emenda que apresenta, e foi de Parecer contrário à aprovação da Emenda e de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Coloco em discussão

a matéria. As Sras. e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passemos agora ao 17º Item, que se trata de matéria que será relatada pelo nobre Senador Inácio Arruda. Eu vou ler a ementa: Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2007. PL nº 06672, de 2002, na Câmara dos Deputados. Matéria não terminativa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Deixa eu terminar só de anunciar a ementa. “Cria o rastreamento da produção e o consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra”. A autoria é da Senadora Vanessa Grazziotin e o Relator é o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer pela aprovação da proposição, sendo que a matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais. Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Tasso Jereissati. Tem S. Exª. a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Presidente, é porque tem o Item 14 da pauta, que foi pulado, está aqui presente o autor, Senador Marconi Perillo, e eu também que sou o Relator, estamos os dois presentes, nós gostaríamos que V. Exª. colocasse na pauta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdB-CE) – Sr. Presidente, vamos atender ao apelo do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Presidente, é que o Item 14, que foi pulado, estão presentes tanto o autor, Senador Marconi Perillo, quanto eu, o Relator, e nós encareceríamos que fosse colocado em votação, já que V. Exª. pulou para o 17.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – É porque tinha havido anteriormente o pedido de inversão com pauta, mas V. Exª. será atendido tão logo se encerre a apreciação da referida proposição.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdB-CE) – Sr. Presidente, vamos direto à análise do projeto. A iniciativa é louvável e mostra-se formulada em consonância com as disposições constitucionais e jurídicas. A instituição de fundos, programas ou sistemas têm sido freqüentes por meio de leis de iniciativa do Poder Legislativo. O que se visa aqui não é conferir atribuição a órgão público, matéria que seria da alçada exclusiva do Poder Executivo, mas de criação uma de sistema nacional benéfico para a coletividade, cuja execução configuraria uma nova etapa a partir da transformação da proposição em lei. O próprio projeto, reconhecida a evidência da proibição de iniciativa parlamentar para conferir tais atribuições a órgão público, cuidou no seu art. 5º de deixar ao alvitre do Executivo a operacionalização

do programa, estabelecendo que o órgão de vigilância sanitária competente o implante. Assim, não remete a questão a determinado órgão, o que seria vedado por força de imperativo constitucional inserido no art. 84 da Constituição Federal. Portanto, do ponto de vista constitucional não há objeções a levar.

No mérito, a proposição é plenamente oportuna porque se mostra condizente com o interesse público de poder contar com a eficácia e a segurança dos medicamentos a serem adquiridos para o consumo. Trata-se de questão de maior magnitude, que é o zelo pela saúde dos cidadãos, pelo qual todas as medidas legislativas devem ser bem acolhidas. Fortalece, assim, por meio de legislação infraconstitucional, um dos preceitos de maior relevo consubstanciado no estatuto fundamental, a saúde de todos como dever do Estado, mediante políticas sociais que visem a redução dos riscos de doenças e de outros agravos – art. 196 da Constituição Federal.

Voto. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto por constitucional, jurídico, conveniente e oportuno. Sr. Presidente, esse é o relatório, a análise e o voto, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Parecer do Relator é pela aprovação da proposição que, é bom lembrar, não é terminativo aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, posto que vai ser, a referida proposição, apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, vou encerrar a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passemos agora ao Item 14, se trata de Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2007, terminativo na Comissão de Educação. Vou ler a ementa. “Altera os arts 1º, 5º e 16 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, e dá outras providências, para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não-gratuitas”. A autoria é do Senador Marconi Perillo e o Relator é o Senador Tasso Jereissati, que opinou pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. Como disse anteriormente, mas é bom repetir, a matéria será apreciada posteriormente pela Comissão de Educação, em decisão terminativa. Concedo, pois, a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati para proferir o seu relatório da proposição.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, a proposta do Senador Marconi Perillo vem preencher lacuna da Lei nº 11.096, de 2005, que contempla apenas as instituições privadas de ensino superior, sejam elas com ou sem fins lucrativos, be-

neficientes ou não. A redação atual é omissa quanto à possibilidade de adesão ao PROUNI de instituições públicas não-gratuitas de ensino superior, criadas por lei estadual ou municipal, e existente na data da promulgação da Constituição de 1988, às quais por força do art. 242, do texto constitucional, foram excepcionalizadas do princípio da gratuidade da educação nos estabelecimentos oficiais. Diante disso, é de se notar a extrema relevância social da presente proposição, que certamente ensejará a ampliação do acesso dos jovens de baixa renda ao ensino superior. Muito embora expusemos este entendimento, salientamos que a análise do mérito do PLS em questão caberá à Comissão de Educação do Senado Federal em razão da matéria ser de sua competência. Por fim, salientamos a necessidade de ajustes formais na redação do art. 5º, *caput*, da Lei nº 11.096, de 2007, e de alteração no seu art. 14, de modo a se coadunar com as alterações trazidas pelo PLS e com conteúdo do art. 1º, *caput*, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Esta lei dispõe que o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior destina-se à concessão de financiamentos a alunos regularmente matriculados em cursos superiores não-gratuitos. Portanto, é de se concluir que o benefício não se limita aos estudantes das instituições privadas, estendendo-se também àqueles das instituições públicas não-gratuitas.

Voto. Portanto, o nosso entendimento é que a proposição não encontra óbices no que se refere aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 85, de 2007, com a Emenda que altera o art. 14 da Lei nº 11.096, de 2005, de modo a permitir que os alunos matriculados em instituições públicas não-gratuitas sejam beneficiados pelo FIES. Emenda: Acrescente-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2007, a seguinte alteração no art. 14 da Lei nº 11.096, de janeiro de 2005. Artigo 14 – terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) as instituições de ensino superior não-gratuitas que aderirem ao PROUNI na forma do art. 5º desta lei ou adotarem as regras de seleção de estudante bolsistas a que se refere o art. 11 desta lei.

Esse, portanto, é o meu voto, salientando aqui a importante iniciativa do Senador Marconi Perillo, que preenche uma lacuna bastante importante que não foi preenchida na legislação anterior, demonstrando mais uma vez o seu espírito público, de sua sempre atenção às coisas que interessam à população brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro. Tem S. Ex^a. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Marco Maciel, Srs. Senadores. Eu quero parabenizar o Senador Marconi Perillo, autor do projeto, e o Senador Tasso Jereissati, Relator. O Senador Marconi Perillo, com esse projeto, ele amplia a possibilidade do Programa Universidade para Todos (PROUNI) não só para as instituições de ensino superior privadas, mas como ele coloca no seu projeto, para aquelas instituições estaduais ou municipais que não são gratuitas, ou seja, dando também a oportunidade para que os alunos dessas instituições possam ter o benefício da bolsa para bancarem a sua formação profissional. Dessa forma o Senador Marconi Perillo atinge aquilo que o Governo não soube fazer, que é a universalização do acesso dos estudantes do ensino superior ao PROUNI, porque da forma que estava a lei, ela excluía do acesso ao PROUNI os alunos dessas instituições, que não são privadas, que são públicas, estaduais ou municipais, mas que não são gratuitas.

Então eu quero parabenizar ao Senador Marconi Perillo pela visão que V. Ex^a. teve de universalizar o PROUNI a todos os estudantes brasileiros, e parabenizar também o Senador Tasso Jereissati pelo brilhante Parecer que com certeza será aprovado por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Passo agora a palavra...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – ...ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior. A seguir, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. É meritório o projeto do Senador Marconi Perillo, pois ele preenche uma lacuna quando a atual legislação permite que as entidades privadas de ensino superior estejam contempladas no Programa PROUNI. Contudo, existem instituições públicas que não são gratuitas, então essas instituições estavam fora desse programa, mas o Senador Marconi Perillo vem e então universaliza a possibilidade do acesso ao ensino universitário, completando uma lacuna deixada pela legislação atual. Então eu vou parabenizar aqui o autor, o Senador Marconi Perillo, e também o relatório do Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy para discutir a matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, avalio que há mérito na proposta do Senador Marconi Perillo, ressaltadas pelos Senadores Flexa Ribeiro e Antônio Carlos Magalhães, mas eu recebo do Ministério da Fazenda uma nota técnica referindo-se

ao argumento de que a inclusão dessas instituições, colocadas no projeto, implica na verdade em renúncia fiscal, e a concessão de privilégios tributário sempre deve ser acompanhado de estudos sobre o impacto fiscal para que não sejam comprometidos os próprios programas em andamento.

Em virtude disso, para que possa melhor analisar essa proposta e quem sabe obtendo esta informação mais completa, me sinto na responsabilidade, reconhecendo o mérito dos projetos, de pedir vista, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, peço um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a., que foi Vice-Presidente da República, sabe que o Poder Executivo encaminha instruções sempre relativamente a se está adequado o projeto, se falta alguma coisa. Então me sinto aqui na responsabilidade de pedir que haja este...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Gostaria de pedir um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...a previsão de qual é o impacto disto do ponto de vista da renúncia fiscal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me concede um aparte, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Suplicy, V. Ex^a., como membro da base do Governo, toma uma atitude que o constrange muito. A televisão, TV Senado, deve estar mostrando a sua imagem ao solicitar vista desse projeto, uma imagem de constrangimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, não é. Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a. me permite?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Permito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V. Ex^a. está fazendo uma observação que não é justa. V. Ex^a. sabe que, um projeto que envolve renúncia fiscal, precisa ser acompanhado na sua demonstração do impacto disto. Em não havendo isto, faz-se necessário solicitar essa demonstração e, portanto, no cumprimento de meu dever constitucional, aqui nesta Comissão, eu vou pedir vista, porque se eu atender ao pedido de V. Ex^a. e do Senador Marconi Perillo, eu estarei faltando com um dever, com um dever constitucional que é de todos nós.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero fazer um apelo a V. Ex^a.: o mérito vai ser discutido na Comissão de Educação. Então nós vamos ter

oportunidade, Senador Suplicy, de discutir na Comissão de Educação, essa dúvida que V. Ex^a. está levantando, mas que eu posso antecipar a V. Ex^a. que existem recursos para o PROUNI. Nós não estamos criando, aumentando recursos. Nós estamos dando oportunidade, pelo projeto do Senador Marconi Perillo, que os alunos das Universidades Estaduais e Municipais pagas possam também aderir a esse Programa Universidade para Todos sem aumentar a despesa, sem aumentar a despesa.

Então eu queria pedir a V. Ex^a., até lembrando que esse programa que o Governo lançou, o Governo Federal, o PROUNI, foi iniciado pelo Governador Marconi Perillo no Estado de Goiás. Ele criou lá a bolsa-universidade que atendeu setenta mil jovens pagos com recursos do erário do Estado para que ele pudesse melhorar a qualificação profissional da juventude Goiana, lá é que nasceu essa bolsa-universidade que o Governo e que o Governador Marconi Perillo ofereceu como proposta, sugeriu ao Presidente Lula, sendo que o Presidente Lula assumiu essa proposta e lançou o PROUNI. Então o autor da idéia, que foi o Governador Marconi Perillo, hoje brilhante Senador da República, ele quer apenas aperfeiçoar o programa lançado pelo Governo Federal, porque no seu Estado já era atendido todas as universidades, tanto privadas quanto públicas pagas, e ele está querendo fazer esse aperfeiçoamento.

Então eu faria um apelo ao Senador Suplicy para que nós pudéssemos aprovar, para que tramitasse na Comissão de Constituição e Justiça, e na discussão do mérito, na Comissão de Educação, nós vamos poder aprofundar se há ou não impacto fiscal, se os recursos do PROUNI apenas possam ser ampliados para essa proposta do Senador Marconi Perillo. Eu acredito que nós não devamos travar aqui esse projeto, quando nós vamos ter uma discussão terminativa na Comissão de Educação. Então eu faço um apelo a V. Ex^a., Senador Eduardo Suplicy, para que retire o pedido de vista, e vamos ficar atentos para a discussão na Comissão de Educação.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Senador Tasso Jereissati, que deseja discutir a matéria, tem a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Eu também queria acompanhar o Senador Flexa por várias razões. A primeira é bem clara, essa que foi colocada, Senador Suplicy, que o mérito da matéria vai ser discutido na Comissão de Educação. Portanto, não me parece um momento adequado para paralisar o andamento de um projeto importante como esse. Se-

gundo, mesmo discutindo na questão do mérito, há um equívoco aparente, porque isso não é renúncia, não se trata de renúncia fiscal de maneira alguma. Se trata apenas de cobrir uma omissão, já que determinadas universidades e faculdades, justamente aquelas que têm mais apelo social, porque são públicas e foram feitas em circunstâncias que foram colocadas para cobrir determinados vazios na formação superior brasileira que não tenham os mesmos direitos, as mesmas condições que tem a escola privada. V. Ex^a., que durante tantos anos lutou pela solidificação do ensino público no país, do ensino superior público no país, me parece que também sempre entendeu dessa maneira.

Portanto, eu faria um apelo também, seguindo ao Senador Flexa Ribeiro, para que deixasse a discussão do mérito para a Comissão de Educação, pois não se percebe aqui nenhum assunto de extrema gravidade, como efeito fiscal, que possa determinar que se paralise um projeto dessa importância.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Com a palavra, mais uma vez para discutir a matéria, o nobre Senador Marconi Perillo. Tem S. Ex^a. a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Senador Tasso Jereissati, que com a experiência de três governos muito bem sucedidos à frente do Estado do Ceará, e também pela sensibilidade que lhe é peculiar, além do conhecimento e da qualificação técnica, colaborou de maneira muito importante para que esse relatório pudesse vir hoje à apreciação da Comissão. Eu quero agradecer aos Senadores Antônio Carlos Júnior, agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, pelo apoio a essa matéria, e gostaria de fazer um apelo também ao Senador Eduardo Suplicy no sentido de retirar o pedido de vista, já que nós estamos aqui na análise de admissibilidade, de constitucionalidade, de juridicidade, técnica legislativa, portanto, não estamos ainda apreciando o mérito, como já disseram aqui os Senadores que me antecederam, sobretudo o Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati. Além disso, Senador Eduardo Suplicy, eu aprendi a admirá-lo pela luta que V. Ex^a. sempre travou em favor dos programas de transferência de renda, os Programas de Renda Mínima. Eu próprio adotei esses programas, eu próprio fui pioneiro na adoção do cartão magnético para os programas de transferências de renda, e como Governador do Estado fui um Governador que, durante muitos encontros com o Presidente Lula, sugeri a ele alguns dos programas que estavam sendo adotados em Goiás, dentre eles o Programa de Bolsa Universi-

tária e também a junção dos programas sociais com a criação de um cartão único. Eu me lembro que quando o Presidente da República lançou o Programa Bolsa-Família no Palácio do Planalto, eu estava presente, e ele fez duas citações apenas, em termos de agradecimentos: uma a V. Ex^a. e outra à minha pessoa, porque nós dois tínhamos insistido muito para que ele pudesse juntar os programas sociais num único cartão de transferência de renda. Nós temos um compromisso com esses programas voltados à qualificação de estudantes universitários pobres e há uma lacuna nessa legislação na medida em que ela retira a possibilidade do estudante que cursa o ensino superior numa universidade pública, entretanto, onerosa, paga. Eu acho que nós vamos estar dando uma contribuição muito importante ao próprio Governo Federal no sentido de suprir essa lacuna. Conhecedor do espírito de sensibilidade de V. Ex^a., eu pediria a V. Ex^a. que retificasse a solicitação de vistas, já que eu pretendo que essa matéria tenha uma tramitação célere, sendo que com o pedido de vistas com certeza nós vamos atrasar muito. Muito obrigado, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – O Senador Antônio Carlos Júnior está pedindo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele não precisará, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu vou considerar o apelo dos quatro Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Na realidade são seis.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...levando em conta o seguinte: eu quero encaminhar ao Senador Marconi Perillo, eu tenho aqui só uma cópia, mas também para o Relator, Senador Tasso Jereissati, desta preocupação que veio na nota técnica do Ministério da Fazenda, que ressalta que precisaria haver tanto o estudo da renúncia fiscal, inclusive para que não se fira a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os detalhes estão aqui. Mas eu vou levar em consideração que há ainda que tramitar na Comissão de Educação, e que seria próprio num caso como esse que nós tivéssemos também o Parecer do Ministério da Educação, e eu espero que esta matéria tenha a informação completa para responder tanto a preocupação da Fazenda quanto as considerações que certamente o Ministério da Educação, que tem no PROUNI um de seus projetos de maior alcance e prioridade, que possa então se

estabelecer um diálogo construtivo entre os Senadores que aqui fazem este apelo e o próprio Executivo. Então eu vou retirar, pela consideração aos colegas, o pedido de vista, encaminhando ao Senador Marconi Perillo, que poderá transmitir ao Senador Tasso Jereissati, as objeções e a precaução do Ministério da Fazenda que havia pedido. Como haverá tempo hábil até o exame na Comissão de Educação, então eu retiro o pedido de vista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – S. Ex^a., o nobre Senador Eduardo Suplicy, retirou o pedido de vista. Dando continuidade à discussão da matéria, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – Eu queria agradecer a sensibilidade do Senador Suplicy, pois o mérito vai ser analisado na Comissão de Educação. Aqui, basicamente, era a constitucionalidade e juridicidade. Portanto, ao tempo em que a matéria vai tramitar é o tempo que as informações vão chegar e o processo vai se completar. Então eu agradeço a sensibilidade do Senador Suplicy, que é professor também de uma instituição que, digamos, estaria até enquadrada nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então eu encerro a discussão. Ponho em votação a proposição. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria, antes de encerrar a reunião, de submeter à votação o Requerimento do Senador Marcelo Crivella, que requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno da Casa, a realização de Audiência Pública para instituir a PEC nº 20, de 2007, que propõe “permitir que o Estado de origem cobre ICMS nas operações que destine a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica”. Para tanto, S. Ex^a. solicita a emissão de convite às seguintes personalidades: Nelson Machado, Presidente do CONFAZ em exercício, Alberto da Silva Lopes, integrante da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEP/ICMS, Júlio César Carmo Bueno, Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, e desejo dizer que, uma vez aprovado referido Requerimento, a data da Audiência Pública dependerá de deliberação posterior, visto que isso vai depender de conversações que teremos que manter com o Senador Marcelo Crivella, bem como com as pessoas que serão convidadas para a referida Audiência Pública. Em

discussão. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu estou de acordo com o Requerimento do Senador Crivella para que se faça Audiência Pública dessa PEC do Senador Paulo Duque, que eu sou o Relator e que trata da questão do ICMS na exploração de petróleo e de energia. Eu só queria pedir a V. Ex^a. que eu gostaria de acrescentar mais um nome, que eu não tenho agora, mas que encaminharei depois à Secretaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – A mesa aguarda a indicação de nome por parte de V. Ex^a., visto que ele apenas propôs três expositores e nós podemos fazer Audiências Públicas com até cinco expositores. Mais do que isso, geralmente, os resultados não são muito positivos porque há uma delonga muito grande no desenvolvimento da reunião e não produz os resultados que sempre se espera desse mecanismo de ouvir a sociedade e o Governo.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião e, aproveitando a ocasião, para agradecer a presença das Sras. e dos Srs. Senadores, bem como agradecer também à Secretaria da Comissão pelos trabalhos que realizou durante a sessão legislativa desse ano, que é a 1ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura, e dizer que os agradecimentos se estendem também àqueles que já se encontravam trabalhando com o Senador Antônio Carlos Magalhães, cujo falecimento tanto lamentamos, e se estende também a todos aqueles que de forma direta e indireta colaboraram para que os nossos serviços pudessem funcionar a contento. Agradecer, também, ao apoio que encontramos sempre da mesa diretora do Senado Federal, bem como da Secretaria-Geral da mesa, agora presidida pela Dra. Cláudia Lira. Então, repetindo, declaro encerrada a presente reunião, e teremos agora, possivelmente à tarde, a discussão e a votação de matérias, muitas das quais foram aqui aprovadas nestas nossas últimas reuniões. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 12h52.)

Ata da 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 20 de Novembro de 2007.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Siba Machado, Romero Jucá, Valter Pereira, Neuto de Conto, Adelmir Santana, Jonas Pinheiro, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, João Ribeiro, Wellington Salgado, Edison Lobão, Heráclito Fortes e Rosalba Ciarlini. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita e Marisa Serrano. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 18: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, para a cerimônia de anúncio do ‘Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2007/2010’, a realizar-se no dia 20 de novembro do corrente, às 15h30, no Palácio do Planalto. Informo que o evento contará com a presença do Exmo. Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva”. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Ex-Senador José Fogaça, para o ‘I Seminário Internacional do Projeto Sistema Intermunicipal de Capacitação em Planejamento e Gestão Local e Participativa’, a realizar-se nos dias 21, 22 e 23 de novembro do corrente, na cidade de Porto Alegre/RS, que contará com a participação dos representantes das oito cidades da América Latina e Europa, sócias do projeto”. **Comunicado 03:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência, convidando para a ‘Semana da Consciência Negra’ que irá realizar-se no dia 23 de novembro do corrente, às 19h, na Casa Thomas Jefferson. Informo aos Senhores Se-

nadores que a programação do evento encontra-se disponível na Secretaria desta Comissão”. Nesse momento, o Senhor Senador Gerson Camata requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, com o que todos concordam (**Item 02, Extra-Pauta**). **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 084, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. Nesse momento o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, pede para registrar em ata que projeto com idêntico objetivo foi apresentado pelo Senador Paulo Paim e aprovado, em caráter terminativo, nesta Comissão no ano de 2005 e encaminhado a Câmara dos Deputados. Prosseguindo o Senhor Senador Paulo Paim, solicita a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o PLC 084/07, com o que todos concordam. (**Item 01, Extra Pauta**). **Item 15: Projeto de Resolução do Senado nº 024, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Institui a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante”. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica o recebimento de expediente, via e-mail, do Senhor Senador João Vicente Claudino abrindo mão da relatoria, para agilizar a votação do Projeto. A presidência esclarece que a praxe adotada na Comissão é a de designar relator ad hoc, somente na terceira (3ª) sessão de ausência do relator, mas, uma vez recebendo comunicado ou documento no qual o Senador decline da relatoria e no sentido de evitar a procrastinação da discussão e deliberação da proposição, é igualmente praxe desta Presidência substituir o relator antes da 3ª Sessão de ausência. Para a matéria em tela o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque designa, como relator ad hoc, o Senador Antônio Carlos Valadares que apresenta novo parecer, favorável à proposição. O parecer favorável é aprovado. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 026, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que “Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferen-

ciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista ao Senador Cícero Lucena, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Institui o ano de 2007 como ‘Ano do Cinquentenário dos painéis Guerra e Paz, de Candido Portinari, instalados na sede da Organização das Nações Unidas’ – ONU, em 6 de setembro de 1957”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “Dispõe sobre a Universidade Federal do Gurguéia, UFG, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Piauí e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02 – CE aprovadas por 14 (quatorze) votos. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Autoriza o poder Executivo a criar a Universidade Federal Cora Coralina no Município de Goiás-GO, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02 – CE aprovadas por 14 (quatorze) votos. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador César Borges que, “Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, modificada pelo art. 6º da Medida Provisória nº 2164-41, de 24 de agosto de 2001, para restringir o acesso a estágio a estudantes que freqüentem cursos de educação superior, de educação profissional ou escolas de educação especial”. O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e a declaração de prejudicialidade (nos termos do art. 334 do RISF), é aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, solicita que conste em Ata que a Comissão reconhece a pertinência do projeto que, somente foi declarado prejudicado em virtude da aprovação dos Projetos nº 044/07, da Câmara dos Deputados e 473/03, do Senado Federal, que regulamentam o estágio, uma vez que atenderam as demandas propostas pelo Senador César Borges na presente matéria. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Téc-

nica Federal de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02 – sCE aprovadas por 16 (dezesesseis) votos. **Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Antônio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Lei da Câmara nº 069, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arnaldo Madeira, que “Considera o Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, o Berço da Colonização Japonesa no Brasil”. A presidência comunica o recebimento de correspondência da Senadora Marisa Serrano, solicitando que a matéria seja votada nesta Comissão. Em virtude do exposto, e cumprida a praxe deste colegiado, a presidência designa o Senador Cícero Lucena como relator ad hoc. O parecer favorável é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Urgência nº 052/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, Requer Urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 084, de 2007, que “Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e dá outras providências”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 053/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, requer “... a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater a questão das Políticas Públicas do Livro Didático e a ocorrência de ideologizações nos textos destinados à formação da criança e do jovem nas escolas, convidando os setores envolvidos na discussão do tema, e em especial as autoridades abaixo relacionadas. Deverão ser convidados para a exposição as autoridades, os especialistas e os representantes de entidades nominadas a seguir: 1. Sônia Schwartz Coelho, Coordenadora-Geral dos Programas do Livro, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); 2. Lúcia Helena Loli, Diretora do Departamento de Políticas de Ensino Médio do MEC; 3. Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg, Pesquisadora Sênior da Fundação Carlos Chagas e Especialista em Ideologia e Educação e Construção Social da Infância.; 4. Representante da Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (ABRALE); 5. Cláudio de Moura Castro, Mestre pela Universidade Yale e Articulista da Revista Veja na Área da Educação; 6. Ali Kamel, Jor-

nalista – Jornal O Globo e 7-Representante dos autores de Livros Didáticos”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006 e Projeto de Lei do Senado nº 065, de 2005, que tramitam em conjunto, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2007, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 030 de 2004, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007, Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2007 e Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2002 e Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007, que tramitam em conjunto.** O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata.

Passamos à análise da pauta, antes lendo três comunicados. Comunico, em primeiro lugar, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento do convite do Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, para a cerimônia de anúncio do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação 2007/2010, a realizar-se no dia 20 de novembro, hoje, do corrente ano, às 15:30 horas, no Palácio do Planalto. Informo que o evento contará com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República. Então aqueles Senadores que quiserem, estando lá presente representarão a Comissão.

Comunico também aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras o recebimento do convite do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, o ex-Senador José Fogaça, para o Primeiro Seminário Internacional do Projeto Sistema Intermunicipal de Capacitação em Planejamento e Gestão Local e Participativa, que vai se realizar em Porto Alegre nos dias 21, 22 e 23 de novembro corrente, e que contará com a participação dos representantes das oito cidades da América Lati-

na e Europa que são sócias do Projeto Sistema Intermunicipal de Capacitação em Planejamento e Gestão Local e Participativa, no que é preciso lembrar que Porto Alegre é uma cidade pioneira desde o tempo do Prefeito Tarso Genro. É preciso lembrar esse grande mérito do atual Ministro.

Comunico também aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras o recebimento de correspondência convidando para a Semana da Consciência Negra, que irá realizar-se no dia 23 de novembro do corrente, às 19:00 horas, na Casa Thomas Jefferson. Informo aos Srs. Senadores que a programação do evento encontra-se disponível na Secretaria desta Comissão. Eu estou me controlando, mas não me controlo para lembrar que o grande Presidente Thomas Jefferson foi dono de escravos [risos]e, segundo se fala, teve filho com escravas, mas isso é outro assunto. De qualquer maneira, é um dos grandes estadistas que houve e que fizeram com que os Estados Unidos se tornasse um país possível e a Casa Thomas Jefferson merece esse nome.

Passamos à pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se V. Exª. me permite também fazer uma comunicação, eu queria primeiro agradecer ao Senador Valdir Raupp do PMDB a minha recondução para esta Comissão, depois que foi aprovado o projeto de resolução permitindo que membros da mesa também participem de comissões técnicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E a outra coisa que eu queria aproveitar, eu estou dando entrada num pedido de Audiência Pública, vai às mãos de V. Exª., para a gente debater aqui o problema do livro escolar. Houve vários comentários, livros escolares comunizantes, livros escolares com problemas, com imprecisões históricas, então eu proponho convidar a Professora Sônia Schwartz Coelho, Coordenadora Geral dos Programas de Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a Dra. Lúcia Helena Loli, do Departamento de Políticas de Ensino Médio do MEC, a Dra. Fúlvia Mara de Barros Mott Rosemberg, da Fundação Carlos Chagas, especialista em Ideologia, Educação e Construção Social da Infância, um representante da Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos, o Cláudio de Moura e Castro, que é mestre da Universidade de Yale e articulista da Revista Veja, e o jornalista Ali Kamel, que andou escrevendo sobre isso. Ao mesmo tempo eu dei entrada num pro-

jeto que está na mesa e vai vir para cá, propondo o seguinte, Sr. Presidente: que o Senado possa designar uma Comissão de sete membros para avaliar os livros que são distribuídos gratuitamente pelos Governos, observar se há imprecisões históricas ou se eles estão ainda no século retrasado ensinado Marxismo, atrasando a nossa juventude, coisa que nem a China não faz mais. Esse projeto vai vir aqui, será submetido à análise da Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata, em primeiro lugar bem-vindo a essa Comissão, que o senhor já presidiu, e eu espero que com sua experiência me ajude para melhorar o trabalho de coordenação que eu faço. Em segundo, todo o meu apoio a esse seu requerimento, a essa sua proposta de Audiência, que a gente votará no final, extrapauta. Eu só gostaria de sugerir a inclusão do nome do autor ou de um dos editores desse livro que é o mais polêmico de todos. Eu acho que a gente merece ouvi-lo, porque um livro que vende três milhões e que tem sido tão criticado, ele merece vir aqui explicar, até porque na minha leitura do livro, que eu procurei ver, sinceramente --

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Ex^a. me disse que não tem esses defeitos tão graves quanto disseram.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Têm alguns, eu não via a necessidade de chamar o Presidente Kennedy de playboy, por exemplo, lá consta "um presidente playboy", não precisa disso. Eu acho que, ainda que tivesse sido, isso não é importante. Mas no conjunto, ou então ler o livro com cuidado, eu acho que ele merece vir aqui. Dizem que ele é muito arredo, então que venha o editor dessa pequena editora que publica esse livro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Concordo plenamente. Pequena não, se vendeu três milhões e seiscentos é bem grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade. Eu acho que seria interessante, ia ter a polêmica dele com o Ali Kamel e com os outros, e parabenizo todos os outros que foram escolhidos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Passamos então à pauta a partir dos não terminativos, esperando que chegue o quorum, e aqueles que tenham seus relatores presentes.

O primeiro é o Item 12, que institui a Fundação Universidade Federal do Pampa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Item 7, nós estamos presentes aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é terminativo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, posso passar à leitura?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Institui a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e dá outras providências. A autoria é da Presidente da República e a relatoria é do Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu vou fazer a leitura do relatório porque são somente duas laudas. Eu vou direito à análise. O projeto, Sr. Presidente, trata da criação da UNIPAMPA. Eu me vejo contemplado pela boa vontade de V. Ex^a., Senador Cristovam, porque nós já havíamos aprovado nessa Comissão exatamente um projeto autorizativo criando a UNIPAMPA, mas o Executivo é quem tem poder de que o projeto de fato fosse não só autorizativo, implementado na prática. Por isso que eu entendi e concordo com a iniciativa feita pelo Executivo, encaminhou à Câmara, mediante o entendimento que fizemos com todas as forças nesta região tão importante que é a zona sul do nosso Estado, e eu me vejo contemplado no projeto, por isso V. Ex^a. me honrou com a relatoria, já que eu tinha apresentado um projeto semelhante nessa Casa. Então eu farei a leitura da análise muito rápida.

O Projeto de Lei do Senado nº 084 institui a UNIPAMPA, que terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando, assim, sua inserção regional por meio da atuação Multicamp na Mesoregião metade sul do Rio Grande do Sul. Os cursos de todos os níveis integrantes dos campos das Universidades Federais de Pelotas e de Santa Maria, mas seus alunos passam a fazer parte, na data de publicação dessa lei, à UNIPAMPA.

A UNIPAMPA contará com a instalação inicial de unidade nos municípios de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito. São criados quatrocentos cargos de Professor da carreira do magistério e terceiro grau, além de mais quatrocentos outros cargos. Os cargos de reitor e de vice-reitor serão providos *pro tempore*, com o ato do Ministério da Educação, até que a UNIPAMPA seja implantada na forma do seu estatuto.

Na justificativa do projeto está ressaltado que a expansão da rede de ensino superior e a ampliação de investimentos em ciência e tecnologia são pontos centrais do Governo Federal. O fórum do debate sobre a reforma universitária, a criação do UNIPAMPA,

demonstra o compromisso do Governo com o desenvolvimento do país e da metade sul do Rio Grande do Sul, que é considerada a região mais pobre. Por isso, a iniciativa desta universidade, que abrangerá mais de cem municípios correspondente a uma área de 153,879 quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 2,6 milhões de habitantes. Muitos municípios que compõem a metade sul do Estado são fronteiriços em países integrantes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, o que lhe confere características econômicas, sociais, políticas e culturais que, do ponto de vista científico-acadêmico, são favoráveis à integração. A expansão do ensino universitário na região contribuirá para a reversão do processo de estagnação econômica regional, gerando um novo dinamismo, dinamismo nos setores agropecuário e agroindustrial voltados para os mercados nacional e internacional, especialmente no âmbito do MERCOSUL.

Com a implantação total da UNIPAMPA serão criados vinte e seis novos cursos de graduação que atenderão a dez mil alunos. Acreditamos que a criação da UNIPAMPA trará grandes benefícios para a região em apreço, além de ampliar a oferta no ensino superior, necessidade premente do país. Gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de mais de dois milhões e meio de habitantes da região, além dos eventuais interessados vindo de outros lugares do Brasil.

A criação da UNIPAMPA certamente deve responder a anseios a muito disseminados no Rio Grande do Sul e no país. Do ponto de vista do mérito(F) educacional é inegável que a universidade trará benefícios para a sociedade e para a construção de uma cidadania forte. VOTO. Pelo exposto, nosso voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 084/2007. Senador Cristovam, realmente eu nem leio o meu relatório, eu faço uma síntese, mas como nesse eu participei já no momento que aprovamos, semelhante a este, mas autorizativo, e o Governo entendeu que deveria mandar um projeto definitivo para essa questão, e foi conversado com todos os setores, eu me vi na obrigação de fazer uma rápida leitura para demonstrar, mais uma vez, o meu compromisso com esta proposta. Agradeço a V. Ex^a. por ter me indicado como Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim, antes de por em discussão eu queria dizer que talvez não tenha sido a melhor escolha, porque se fosse outro teria incluído no relatório o seu papel na origem desse projeto. O senhor, por modéstia, não pode fazer. Então eu quero, como membro da Comissão, incluir um parágrafo no seu relatório, lembrando que a idéia inicial dessa

universidade teve origem no Senado com base em proposta do Senador Paulo Paim. Claro que isso vai ter que ir abaixo da sua assinatura para não parecer que o senhor está dizendo isso, mas para ficar claro que foi um membro da Comissão, no caso eu que estou na presidência, que sugere este parágrafo, e isso, embora seja um caminho certo, que nós não podemos criar, é lamentável que o Executivo esteja fazendo o que deve, que é executando, mas sem dar o crédito devido aos parlamentares que tomam a iniciativa de propor essas coisas. Eu quero dizer que no meu caso pessoal, quando o projeto está para aprovar, o Executivo põe um projeto e assume a paternidade, como está tentando agora no caso do piso salarial do professor. Eu acho isso lamentável, porque é claro que tem que partir depois do Executivo, poderia fazer um reconhecimento. Então eu quero incluir no relatório, que conste da Ata, um parágrafo dizendo que esse projeto teve início no Senado e veio do Senador --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Da Câmara, ele está autorizativo lá na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): — Está autorizativo lá também, do Senador Paulo Paim. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu quero me solidarizar com a sugestão de V. Ex^a., eu acho que deve constar no relatório do Senador Paulo Paim, apesar da modéstia dele, senão por um aparte na discussão, o fato de que a origem, como V. Ex^a. bem acentuou, é de um projeto de autoria dele, aprovado pelo Senado e que tramita agora na Câmara.

Também eu preciso fazer, embora não caiba muito a discussão da matéria, um agradecimento público ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele sancionou ontem um projeto de minha autoria que era autorizativo e que inclui o Porto de Regência, no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, federaliza esse porto, tornando-o um porto federal, incluído na relação descritiva dos portos brasileiros, de modo que como às vezes se critica quando o Governo copia uma iniciativa, aqui eu tenho que agradecer ao Presidente pela sanção desse projeto que economicamente representa muito para o Estado do Espírito Santo e para a região central do Brasil, vindo até Brasília. Esse porto hoje é um porto de gás natural, um porto de petróleo e um porto que embarca insumos para as plataformas de petróleo que operam no litoral do Estado do Espírito Santo, de modo que eu agradeço publicamente ao Sr. Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone] ele acaba de dar um passo avançado para a Presidência do Senado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Santo Agostinho dizia, Sr. Presidente, que aquele que não tem a virtude da gratidão não têm nenhuma das outras virtudes cristãs, de modo que eu quero primar pela virtude da gratidão, pelo menos, já que as outras me falta.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): A minha mãe, por ser Franciscana, a minha santa mãe dizia, no colo dela eu aprendi que a gratidão é a mãe de todas as virtudes, e V. Ex^a. deu um passo avançado para a Presidência do Senado, acaba a se igualar com Garibaldi.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Longe de mim tal tentação. Pai, afasta de mim esse cálice [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O pai talvez afaste, mas talvez os pares não afastem. Ele pediu ao pai, não aos pares, que nos deixam com esperança.

Está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir eu passo à votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Com os parabéns ao Senador Paim, está aprovada a criação da Universidade do Pampa, que eu acho que vai dar uma grande contribuição, com a inclusão na Ata da sugestão que eu fiz, apoiada também pelo Senador Gérson Camata.

Passamos à discussão do item não terminativo que pudemos julgar, o Senador João Vicente Claudino abriu mão da relatoria, então eu peço ao Senador Valadares para ser o Relator *ad-hoc*. É o projeto que institui a frente parlamentar em defesa do ensino profissionalizante. O autor é o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu teria que fazer um esclarecimento antes do Relator usar a palavra, que eu acho que é importante. Eu conversei com o Relator, o Senador Vicente Claudino, e expliquei que é simplesmente a criação de uma frente parlamentar, ele entendeu e pediu que nós poderíamos indicar um Relator *ad-hoc* a favor da aprovação do projeto, que num primeiro momento ele estava remetendo para a Comissão de Justiça, ele disse: Paim, para mim não há problema nenhum, eu sou empresário, eu só posso ser a favor de uma frente parlamentar que vá ajudar a caminhada do ensino técnico, do qual V. Ex^a. organizou inclusive um seminário, eu sou inclusive o Relator, sendo que no meu relatório falaria inclusive dessa decisão que com certeza tomaremos agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço os esclarecimentos do

Senador Paim e passo a palavra ao Relator que tem a gentileza de apresentar o relatório *ad-hoc*.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Cristovam, eu só queria dizer, por gentileza, o seguinte: Paim, hoje é o dia de Consciência Negra e V. Ex^a. representa essa grandeza dessa raça, V. Ex^a. é o reviver de ... (ininteligível – 0:18:03) no Brasil e no universo de Martin Luther King. Então V. Ex^a. hoje, tinha que ser na Comissão de Educação esse grande reconhecimento à conscientização da primazia da raça negra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado ao Senador Mão Santa por ter lembrado esse assunto. Senador Valadares, com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, na verdade ao ser indicado por V. Ex^a. para relatar no padrão *ad-hoc* esta matéria, eu me sinto gratificado, desde quando estou ao lado do Senador Paulo Paim na criação de uma frente parlamentar em defesa da educação. Passemos logo à análise.

A criação de uma frente parlamentar em defesa da educação, como instrumento para atuação mais efetiva dos Senadores e um tema reconhecidamente vital para o futuro do país, certamente é meritória. Todavia, em que pese a solidez dos argumentos e a correta redação do projeto, julgamos não haver base no regimento do Senado para formalizar a criação de uma frente parlamentar mediante resolução. A tramitação inconclusiva de projetos semelhantes corrobora esse juízo inicial. Pelo exposto, o voto é pela remessa do projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para seu pronunciamento sobre a regimentalidade da proposta, condição prévia para a análise de mérito na Comissão de Educação. Sr. Presidente, houve --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu não sei se o Senador Valadares --

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tentando evitar maiores delongas na tramitação dessa matéria, quem sabe nós poderíamos transformá-la num requerimento --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): -- Num requerimento propondo a criação de uma frente parlamentar e não haveria necessidade então de que ela fosse ainda à Comissão de Justiça, a não ser que o autor esteja de acordo com o parecer, a sugestão do Relator que é o Senador João Vicente Claudino.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O acordo que eu fiz com o Relator é que nós aprovaríamos o projeto na forma original. Ele disse que é totalmente favorável,

é simplesmente a criação de uma frente parlamentar. Então nós aprovaríamos o projeto e não remeteríamos ele à CCJ, daí estaria criada a frente parlamentar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então essa idéia aqui de enviar para a Comissão de Justiça nós vamos abstrair do projeto?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, isso, seria para a aprovação do projeto original criando a frente parlamentar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então eu mudo o voto, no caso. Sr. Presidente, então em virtude do acordo a que se referiu o Senador Paulo Paim, o projeto seria aprovado em sua totalidade sem a necessidade de enviar ou de encaminhamento à Comissão de Justiça, ganhando etapas, ele seria aprovado de acordo com o seu conteúdo na forma original, aqui mesmo na Comissão de Educação, sem a necessidade de ser encaminhado à Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, de minha parte está corretíssimo, agora eu quero ver o regimento. O regimento permitindo fica dessa forma, senão a gente envia à Comissão de Constituição e Justiça. Está bem assim?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Está bem assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma questão só regimental.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V. Ex^a.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele é aprovado e vai, porque não é terminativo, à CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas vai aprovado, então já chega com força na CCJ.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já chega aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Rapidamente parece que não há necessidade absoluta de enviar à Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Melhorou ainda, então o meu Relator *ad-hoc* foi melhor do que a encomenda.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vamos para a votação. O Senador Colombo quer fazer uso da palavra? Não. Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir eu ponho em votação. O parecer é favorável, quem for a favor permaneça como esta. Está criada

a Comissão Parlamentar de Ensino Profissionalizante, a qual eu espero, Senador Paim, que o senhor me inscreva como um dos membros.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de me inscrever também com V. Ex^a.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria cumprimentar o Senador Valadares pela criatividade que ele teve, porque eu estava entendendo, inclusive, que ele teria que ir, mesmo com a aprovação favorável, à CCJ, mas a assessoria já orientou que está certa a posição do Senador Valadares, é uma frente parlamentar e não há motivo nenhum de ir para a CCJ. Muito obrigado, Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Paulo Paim, só para informar a V. Ex^a, quando eu governei o Estado, entre 1987 e março de 1991, eu consegui instalar pelo menos seis escolas profissionalizantes no Estado de Sergipe. As primeiras escolas profissionalizantes encarregadas pelo próprio Estado de seu funcionamento, as chamadas Escolas do Premem, que foram instaladas em várias cidades, não só na capital como no interior do Sergipe. Por isso eu sou favorável, sem dúvida alguma, à adoção do ensino profissionalizante como instrumento indispensável ao desenvolvimento do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Está em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos a palavra agora, voltando na agenda para o item não terminativo nº 09, cujo Relator é o Senador Marco Maciel. É o Projeto de Lei do Senado 448, de 2007, que dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos. A autoria é do Senador Pedro Simon e a relatoria é do Senador Marco Maciel, favorável. Eu passo a palavra ao Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, ilustre Senador Cristovam Buarque, Sras. e Srs. Senadores. Como o Presidente desta Comissão mencionou, passo a relatar o Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2007, que dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos. A autoria do projeto, como também já foi lembrado pelo Presidente da Comissão, é do Senador Pedro Simon, e o seu objetivo é autorizar a União a conceder contribuição orçamentária a instituições culturais nos Estados e no Distrito Federal destinadas à preservação da memória histórica e geográfica regional, atividade realizada comumente por instituições denominadas Instituto Histórico e Geográfico (gostaria de lembrar que o Brasil tem uma das mais antigas instituições,

que é o Instituto Histórico Geográfico Nacional, que faz um trabalho, aliás, excelente na preservação da nossa memória e vem ajudando e contribuindo muito para que também os Institutos Históricos Geográficos dos respectivos Estados possam trabalhar em associação no que diz respeito a projetos mais relevantes). O que pretende o Relator, o nobre Senador Pedro Simon, é que a União passe a cogitar de colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no limite da dotação possível, para que essas instituições possam dispor do apoio da União. Eu posso dizer que em Pernambuco há um Instituto Histórico Geográfico muito antigo, com mais de cem anos de existência, que sofre de muitas limitações financeiras, o que o impede de preservar, como seria desejável, o nosso patrimônio histórico e geográfico. O autor, o nobre Senador Pedro Simon, no artigo 2º estabelece que a instituição a ser beneficiada deverá ter caráter privado, não ter fins lucrativos, como aliás ocorre geralmente nesses institutos, ser registrada como associação civil e declarada de utilidade pública. O projeto determina, também, que a entidade que se habilitar no recebimento do auxílio previsto deverá possuir patrimônio próprio, biblioteca especializada e arquivos documentais abertos ao público, bem como comprovada atuação na unidade federada que representa. A proposição prevê, ainda, que o auxílio financeiro estipulado no artigo 1º só poderá ser aplicado nos equipamentos culturais da instituição.

O projeto foi encaminhado às Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, a qual caberá a decisão terminativa. Na Comissão de Educação, ou seja, nesta Comissão, não foram oferecidas emendas. Análise. Nos termos do inciso I, do artigo 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais de educação, da cultura, do ensino e dos desportos. Embora disponha prioritariamente sobre matéria financeira, o Projeto de Lei do Senado, do Senador Pedro Simon, contempla também, por intermédio de autorização de concessão de suporte orçamentário à preservação e à guarda de testemunhos históricos geográficos brasileiros, bem como a ampliação do acesso da população a acervo documental. Isso é uma maneira também de estimular o conhecimento da nossa história, porque a história é fundamental para que nós possamos projetar o nosso futuro, enfim, o futuro, tem um historiador italiano, Levi, que disse certa feita que o futuro tem um coração antigo. Então nós não podemos deixar de, ao pensar o futuro do Brasil, de lembrar o passado e quem sabe recolher contribuições úteis que possam iluminar o futuro do país.

Gostaria também de considerar que o mérito do projeto em comento reside exatamente no reconhecimento do papel desempenhado pelos Institutos Históricos Geográficos nas unidades federadas, respaldada pelos artigos 205, 215 e 216 da Constituição Federal, que também inovou nesse campo, na Constituição de 1988, na sua preocupação em preservar a nossa memória histórica. A usual dificuldade financeira caracterizada na administração de instituições voltadas para o fomento cultural e a preservação de acervos é de domínio público. Tais agremiações sobrevivem à custa do trabalho voluntário de seus integrantes e da atenção de alguns poucos setores da sociedade, com um impacto dos fomentos peculiares à área cultural em seu conjunto.

O intento do autor da proposição não é novo. Como bem informa a justificação do projeto, o Senador Pedro Simon, convicto da importância da matéria, dela se ocupara em proposição anteriormente apresentada, cuja rejeição pela Câmara dos Deputados motivou a adequação dos seus termos no sentido de atender aos requisitos legais relativos à questão orçamentária. Por todas essas razões, Sr. Presidente, julgamos oportuna a apresentação do projeto em epígrafe e chamamos a atenção para o seu inquestionável mérito. O voto, portanto, é no sentido pela aprovação do projeto, não somente no que diz respeito ao ponto de vista jurídico formal, mas também no que diz respeito ao mérito da questão, que reputo de relevante interesse do país. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Senador Marco Maciel, cujo parecer é favorável, e ponho em discussão a matéria. Senador Paulo Duque para discussão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu tenho uma indagação. A capital federal mudou-se para cá em 1961. Eu gostaria de saber da Presidência, do Relator ou de alguém, se existe algum instituto histórico aqui no Distrito Federal, no atual Distrito Federal, e onde fica isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Existe funcionando e muito bem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bem. E onde fica?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fica num dos setores reservados para autarquias lá pela Asa Norte, na área 900.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas existe?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Existe e funcionando muito bem, há anos sob a mesma direção, com um acervo bastante grande da criação de Brasília.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É uma espécie de --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Poderíamos marcar uma visita conjunta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É uma espécie de museu?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É um espécie de arquivo, mais do que de museu. Se quiser, podemos um dia ir visitar juntos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vamos, eu gostaria muito de ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos marcar, então vamos marcar um visita nossa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu acho que deveria ir toda a Comissão. Aqui na Comissão alguém conhece o instituto?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O perigo é que, se formos nós dois, que somos os mais velhos aqui, eles podem prender a gente lá no arquivo [risos].

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora --

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu estarei em boa companhia.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Paulo Duque, eu gostaria --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, o Senador Valadares.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, desculpe, eu não sabia.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu sou totalmente favorável à aprovação desse projeto que é simplesmente autorizativo e significa que o Poder Executivo, ao receber a sugestão do Poder Legislativo, deverá fazer os seus estudos, inclusive sob o ângulo orçamentário financeiro, e colocá-lo em prática. A assessoria está aqui nos informando que este PLs foi rejeitado, quer dizer, uma proposta semelhante foi rejeitada na Câmara dos Deputados. Então o Senador Pedro Simon, analisando a importância, a relevância do seu conteúdo, propôs no Senado Federal um projeto autorizativo. Então a assessoria sugere a aprovação do projeto, no mérito desta Comissão de Educação, pela importância incontestada dos Instituídos Históricos e Geográficos da preservação da memória do nosso país, inclusive do Estado de Sergipe existe um Instituto Histórico e Geográfico com uma boa sede e que tem prestado relevantes serviços à nossa população, à nossa sociedade. Então a su-

gestão é que posteriormente as questões orçamentárias sejam aprofundadas pela Comissão de Assuntos Econômicos. No mérito eu sou favorável, mas com este pequeno reparo, de que o assunto orçamentário seja resolvido por outra Comissão. Agradeço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou seja, a sua sugestão é que o projeto seja encaminhado à Comissão de Orçamento.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): À Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De Assuntos Econômicos, é claro. Está bem. Eu vou consultar ao Relator se estaria de acordo.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nada a opor com relação à proposta do Senador Antônio Carlos Valadares, eu acho até que ela contribui para que o projeto seja apreciado também sob o aspecto financeiro, sem o qual ele não terá eficácia plena. Mas gostaria também, Sr. Presidente, de aproveitar a ocasião, tendo em vista a intervenção do Senador Paulo Duque, de dizer que o Instituto Histórico Geográfico Nacional, que tem mais de cem anos de existência, é um instituição que funciona no Rio de Janeiro muito bem, e lembrar um detalhe: o Imperador Pedro II ia a todas as reuniões do Instituto Histórico Geográfico Nacional, ele não faltava às reuniões, não somente para ouvir reivindicações e etc., mas também para adotar e sugerir providências, e graças a isso o Instituto Histórico Geográfico Nacional é uma instituição reconhecida e reputada no exterior, sendo que hoje é presidida por um grande especialista no assunto, que é o Professor Arno Wehling.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Senador Valadares de estar lembrando que de fato está previsto que a matéria, depois de aprovada aqui, vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Está previsto. Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, a minha participação é para parabenizar tanto ao autor como o Relator, porque no caso específico da Paraíba nós temos o INFAEP(F), que é um órgão que dá uma belíssima contribuição. Uma cidade como João Pessoa, com mais de quatrocentos anos, e conseqüentemente precisando de um órgão que tenha independência, mais que seja bem estruturado, suficiente para fiscalizar principalmente as administrações municipais e a vontade também especulativa imobiliária, que no caso em João Pessoa a INFAEP(F) toma conta. Na Paraíba nós temos uma particularidade, Ex^a., que a nossa orla, em termos de construções verticais, ela é protegida na Constituição Estadual, limitando a altura dos

prédios à beira-mar em toda orla paraibana, e um dos órgãos que fiscaliza e que acompanha os quinhentos metros da orla marítima de avanço em território firme, em terra, é exatamente o INFAEP(F). Embora algumas administrações municipais tentem manipular e enfrentar as determinações do INFAEP(F), nós precisamos, sem dúvida, de estruturar bem mais o INFAEP(F) para que não esteja sujeito a algumas administrações municipais predadoras como eventualmente possa ocorrer. Então eu sou totalmente favorável e considero muito importante essa decisão dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo mais ninguém que queira discutir eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto, que vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu passo agora ao Item 06, cujo relator é o Senador Augusto Botelho e o Senador Tião Viana é o autor. É o Projeto de Lei do Senado nº 026, de 2007, que altera a Lei 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O relatório, Sr. Presidente. O Projeto de Lei nº 26, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, altera a lei que regulamenta o exercício profissional da enfermagem para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares, técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais o acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem. A lei que regulamentou o exercício profissional da enfermagem, de 1986, determinou que apenas enfermeiros, profissionais de nível superior e técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, técnicos de nível médio, podem exercer a profissão. Ao pessoal que ao tempo da entrada em vigor daquele regulamento se encontrava executando tarefas de enfermagem sem formação específica, foi autorizado a exercer as atividades sob supervisão de enfermeiro. Aos atendentes de enfermagem, pessoal de nível elementar, admitidos antes da vigência da lei, foi assegurado o exercício profissional sob orientação e supervisão de enfermeiro. A proposição em análise estabelece prazo até 31 de dezembro de 2017 para a inscrição de auxiliares e técnicos de enfermagem e de parteiras nos Conselhos Federais de Enfermagem, vedado a partir de então a prática de atividade de

enfermagem por pessoal sem formação específica e cancelando autorização para a prática de atendentes. Para obter o resultado desejável, determina que os auxiliares e técnicos de enfermagem e parteiras terão acesso diferenciado a cursos de graduação de nível superior de enfermagem, segundo o regulamento. A matéria deverá ser apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, a qual terá decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

O autor justifica a sua proposição como um meio de promover mudanças na estrutura de atendimento público de saúde, focadas nas qualificações dos profissionais de enfermagem que, segundo ele, formam a base de todo o sistema. Reconhecida a baixa qualificação profissional dos nossos quadros de enfermagem, que constituem enorme contingente de trabalhadores sem a qualificação técnica ideal, apesar da importância estratégica e de sua atuação. Da mesma forma, a adoção de princípios similar à formação superior para todos os professores primários, nos anima a adotar essa providência para o setor saúde. É preciso, no entanto, considerar o enorme esforço que será necessário para implementar tais mudanças. O levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre a assistência médico sanitária de 2005, identificou a existência de mais de cem mil trabalhadores nessa condição, razão pela qual cremos que os prazos estabelecidos serão insuficientes. Por outro lado, se concordamos com a solução proposta de impedir o exercício profissional daqueles técnicos e auxiliares de enfermagem que, por conveniência ou por não terem conseguido ter acesso ao curso de nível superior ou outro motivo de ordem pessoal, não se transformarão em enfermeiros, nos parecendo razoável permitir que mantenham o direito de permanecerem em suas funções até a aposentadoria. Por fim, cremos ser necessário corrigir a técnica legislativa para adequar o texto proposto ao estrito da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que prevê reunião de textos consolidados de matérias conexas, trazendo o artigo 2º da proposição para dentro do texto da lei que regulamenta o exercício da enfermagem. Em vista do proposto, somos pela aprovação nos seguintes termos, Sr. Presidente: o artigo 1º da Lei 7.491, de 25 de junho de 1986, passa a vigorar acrescido do artigo 22-A. A partir de 31 de dezembro de 2022 fica vedada a inscrição nos Conselhos Regionais de Enfermagem de técnicos de enfermagem, e a partir de 31 de dezembro de 2027 de auxiliares de enfermagem. O artigo 23, da Lei 7.491, de 25 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação: “é assegurado aos técnicos e auxiliares de enfermagem, já inscritos nos Conselhos Regionais de Enfermagem, e que nas datas estabelecidas no artigo

23-A se encontrem executando atribuições previstas, respectivamente os artigos 12 e 13 desta lei, o direito de permanecerem exercendo suas profissões até se aposentarem. § único: a partir de 31 de dezembro de 2017 não será permitido o exercício de atividades de enfermagem por atendentes de enfermagem". Mais um outro artigo da lei, o artigo 3º, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo, o 24-A: "os auxiliares e técnicos de enfermagem e as parteiras em exercício profissional na data em vigor desta lei, terão acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior de enfermagem, segundo dispuser o regulamento. A lei entra em vigor em sua publicação".

Sr. Presidente, essa lei visa melhorar a qualidade do atendimento em saúde sem agredir os direitos dos nossos atendentes de enfermagem, dos nossos auxiliares de enfermagem, que, como eu costumo dizer, são os anjos da guarda do paciente e do médico. Está aí o meu amigo Mão Santa que sabe disso. Se nós não tivermos uma equipe de enfermagem eficiente, atenciosa, cuidadosa, não adianta a gente fazer um trabalho bem feito na cirurgia, que ele não vai funcionar depois. Então esse projeto visa, além de fazer que todos os nossos enfermeiros, na terceira década, entrando pela quarta década desse milênio, sejam enfermeiros de nível superior, as pessoas que vão prestar assistência dentro do hospital, assistência de enfermagem, sejam de nível superior, como já é em alguns países, inclusive da América do Sul, nós vamos ter uma grande vantagem. E o acesso diferenciado, que vai ser regulamentado posteriormente, é para permitir que as pessoas que estão exercendo essas atividades, que queiram cursar o curso de enfermagem, tenham acesso. Eu acho que --

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exª. me permite uma --

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): -- a iniciativa do Senador Tião Viana é muito boa e vai melhorar a qualidade do atendimento à saúde. Com todo prazer, Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ilustre Senador, é uma aparte que eu queria propor, um esclarecimento, aliás, não é nem um aparte. V. Exª. é médico, V. Exª. entende muito do assunto e pode me esclarecer para ilustrar como eu devo votar. Eu temo, não pelas capitais, que tem lá suas faculdades de enfermagem, tem as suas escolas de enfermagem, mas eu temo nas pequenas cidades do interior onde o acesso a um curso superior de enfermagem é complicado, e às vezes a pessoa, até por posse, por falta de posse, não tem condições de ir à capital fazer o curso. Então é muito melhor que tenha lá um auxiliar de enfermagem do que não tenha ninguém, e a gente observa

que no mundo todo estão escasseando técnicos de enfermagem e enfermeiros com curso superior. Há pouco tempo esteve aqui um Senador italiano e ele nos disse que a Itália está se preparando para recrutar no Brasil seis mil enfermeiros de curso superior, porque na Itália poucas pessoas estão indo às escolas superiores de enfermagem, se dispondo a fazer esses cursos. Olha, se eles passarem aqui, com certamente salários melhores do que os nossos, e levarem seis mil, os nossos doentes vão ser atendidos por quem? Então é interessante, eu vejo que V. Exª. ampliou os prazos, deu mais condições, mas é bom a gente observar que, por exemplo, se falou agora na escola técnica; escola técnica de auxiliar de enfermagem, que seria muito melhor ter um técnico de enfermagem de nível médio do que não ter nenhum, que, como V. Exª. disse, são os anjos da guarda dos médicos e dos pacientes. É um esclarecimento que eu pretendo de V. Exª., se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu gostaria até de acrescentar, nessa linha de querer um esclarecimento. Há dez anos se fez uma lei obrigando que todo professor fosse de ensino superior. As escolas normais estão sendo fechadas. Eu acho que, além do que não vamos ter professores com curso superior, nós perdemos um patrimônio, que eram as velhas normalistas, que para as primeiras séries do ensino fundamental de fato tinham o conhecimento necessário, mesmo que não tivesse o diploma superior. A minha pergunta é: isso de fato melhora a saúde, mas não tem por trás também a idéia de proteger o mercado para aqueles que estudam nas universidades? O objetivo central é proteger a saúde ou proteger a universidade? Porque eu temo que em alguns momentos a gente está criando é a proteção à universidade e não a proteção ao serviço.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que esse prazo de dez e vinte anos que nós estamos dando é assim: nós estamos visando, porque o principal objeto dos trabalhadores da saúde é o paciente, o principal objetivo é o bem-estar e a qualidade do atendimento do paciente. Eu faço uma pergunta bem simples: é lógico assim que nós vamos ter dificuldades, que esse prazo que nós estamos dando pode ser depois no futuro até mexido, nós estamos dando dez anos para a parte técnica, e essas escolas, por exemplo, lá em Roraima nós temos um curso técnico de técnico em enfermagem na escola técnica que pode virar um curso de enfermagem de nível superior lá na frente, de tecnólogo, um curso com um tempo mais curto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tem legalizado o curso de auxiliar, de atendente e tudo, mas no caso nós temos que procurar melhorar a qualidade. Qualquer pessoa prefere ser atendido por um técnico mais com mais tempo de estudo do que com menos tempo de estudo. Então é lógico que nas cidades pequenas, no interior, nós temos que também lutar para interiorizar.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Augusto Botelho, e se acabar com o mestre de obra e todo mundo ser engenheiro como o Dr. Cícero Lucena? O Tião está muito novo, aqui vai falar a experiência, eu vou fazer quarenta e um anos de médico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria muito de ouvir a opinião do Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu fui prático, logo olhando para o Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria que o Senador terminasse a sua fala.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que a gente tem que procurar melhorar a qualidade. Alguns países até aqui da América Latina já estão adotando isso e está funcionando. O que nós temos que fazer é a interiorização do ensino, um estudo virtual com as faculdades, o ensino virtual que está chegando. Lá no meu Estado nós temos agora faculdade em todos os municípios, são quinze só também, mas são municípios distantes, com poucos recursos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na Paraíba são duzentos e vinte e três.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É, mais aí é porque lá, o Município mais perto de Boa Vista são sessenta quilômetros, daí para frente começa assim a ser cento e vinte, duzentos e cinquenta, trezentos, quinhentos, e com estradas e com dificuldade de acesso. Então a gente tem que levar a universidade para essas pessoas, vamos levar, e ontem foi inaugurada uma unidade de escola técnica, de ensino técnico, bem perto dos municípios do sul do Estado, onde não tinha nada de ensino superior. Eu acho assim que isso aqui, o ideal ... olha, aquela escola que veio lá do Gavião não sei de onde, aqui em São Paulo, que teve o melhor índice, a melhor nota, só perdeu para a escola do Mão Santa naquela prova, veio aqui e o que é que tinha? Todos os professores tinham curso superior, os professores estavam fazendo mestrado e tudo. Nós temos que melhorar a qualidade do ensino para o nosso povo e a qualidade da saúde também. Não é que a qualidade da saúde seja culpa dos enfermeiros, pois os nossos enfermeiros trabalham com o que eles têm, como podem, lutam. Quando eu cheguei em Roraima

tinha atendente de enfermagem, mas hoje em dia já não se faz mais escola de enfermagem, virou todas para auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem. Os próprios auxiliares estão fazendo curso para técnico, eles estão querendo melhorar, pelo menos eu estou falando pelo meu Estado e pelo do Tião também que é um que reflete. Vai haver dificuldade porque são cem mil pessoas que trabalham na área de enfermagem no Brasil, e nós precisamos, temos deficiência de enfermeiro no Brasil todo. Se a Itália vier e levar seis mil da gente nós vamos ficar com deficiência maior ainda, mas se a Itália pagar melhor é direito dos nossos enfermeiros irem para lá. Eu acho que esse projeto é meritório porque inclusive vai facilitar com que os enfermeiros tenham acesso à faculdade, os auxiliares, os técnicos e as parteiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa e depois o Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Mão Santa, me permita, porque na minha intervenção eu ia pedir exatamente sua opinião, e aí, se me permitir, eu gostaria de colocar algumas dúvidas para que o senhor possa também nos esclarecer. É possível? Muito obrigado.

Eu tenho uma preocupação, Senador Augusto Botelho, demais Senadores, porque eu tive uma experiência que, quando eu assumi a Prefeitura de João Pessoa, nós não tínhamos nenhuma equipe de saúde da família, e deixamos com cento e oitenta equipes de saúde da família, sendo a primeira capital a ter cobertura de 100% para o público alvo. E já naquele processo de seleção que existiu, nós encontramos e foram selecionados pela conveniência de pessoas que moram perto das famílias a serem beneficiadas, o posto de atendimento ser também no local, obviamente que nós não tenhamos pessoas qualificadas na área de saúde para ser, por exemplo, o agente comunitário de saúde. Deixamos um projeto em andamento onde a própria Prefeitura, mas aí é o caso de uma capital, tinha várias escolas profissionalizantes de técnicos de enfermagem onde nós montaríamos cursos específicos para esses agentes comunitários de saúde, transformando-os em agentes técnicos de saúde. A nossa meta era que todos os agentes comunitários de saúde fossem técnicos de saúde, obviamente que futuramente até atingir até o nível superior. Agora me preocupa muito num Estado como o da Paraíba, de duzentos e vinte três Municípios, com cidades também com distância de quinhentos quilômetros, quinhentos e vinte quilômetros, como é a própria cidade onde eu nasci, nós estabelecermos um atendimento só de nível superior, onde é uma meta que devemos atingir, mas a nossa

realidade, ela não nos dá a tranquilidade, Presidente, para que a gente tenha a certeza que atingiremos o nível superior, desprezando algo que eu acho que é consciência de todos, que é a importância do nível técnico. Então eu acho, a minha sugestão, eu gostaria de ouvir, e vamos ouvir também não só o relator, mas também o Senador Mão Santa que tem experiência nisso, no sentido de que nós discutíssemos um pouco mais esse projeto e estabelecer condições que eventualmente isso viesse a buscar o nível superior de todos. Então essa é a minha contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu posso entender como um pedido de vista isso?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu sugiro que não só um pedido de vista, mas que a gente abrisse até a discussão de Audiências Públicas nesse projeto, se o Relator assim concordar, para a gente ouvir as universidades, os níveis técnicos, os representantes das categorias, os Conselhos. Seria essa a minha proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que é uma boa idéia, mas o Senador Mão Santa pediu a palavra e eu não posso deixar de ouvi-lo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor Cristovam, atentai bem o que eu vou dizer aqui: hierarquia. Eu sou oficial da reserva, eu fiz o CPOR, mas eu quero dizer aqui que a hierarquia mais forte que existe em um país civilizado e organizado é uma hierarquia num hospital. Camata, ela é muito mais forte do que a hierarquia militar, isso em um hospital organizado de um país civilizado. Aquele que está lá, o diretor, ele passou, ele foi interno, R-1, R-2, R-3, R-4, chefe de enfermagem, chefe de clínica. Quando ele chega, tem essa hierarquia. Professor Cristovam, a hierarquia não é por fita e por estrela, é pelo saber de um hospital organizado de um país civilizado. É aquele respeito, é a hierarquia cultural. Ele está ali. Agora num mundo de aloprado tem a quebra dessa hierarquia. Mas isso, atentai as coisas.

O Luiz Inácio tem que entender que esse país teve grandes homens. Getúlio Vargas foi um desses grandes homens, mas não foi só ele não. Ele criou o DASP – Departamento de Assessoria ao Serviço Público. Tem lá um livro de Wagner Stelido(F) aonde que ele mandava todo funcionário público ler e, se não soubesse, não se promovia: Chefia, Liderança e Critério de Promoção. Critério de promoção. Então a saúde, como a engenharia, tem a sua hierarquia. Então eu entendo que aqueles cursos funcionavam e funcionavam muito bem, curso prático. Um ano eram esses de técnico de enfermagem, dois anos de auxiliar de enfermagem, e

tem o formado, como nós temos na engenharia, tem o mestre de obras, tem o técnico de obra, tem o engenheiro, o arquiteto, o engenheiro acima e tal. Então essa que é a hierarquia.

Agora ir para a Itália, não ir, já está indo. Professor Cristovam Buarque, bem aí no Chile eu estive com o Embaixador, então ele disse o seguinte: a melhor coisa do mundo é ser Embaixador do Chile, porque no Chile não está indo peão, o favelado, o desqualificado não. Está indo profissional, tem hospitais, todo o dinheiro é deles, é brasileiro, é oncotólogo, é cientista, um chama o outro, porque aí é o mercado, estão pagando melhor. Vocês sabem que o salário para médico aqui está igual a professor. Então isso é um mercado, eles estão aventurando e estão indo-se embora. Irão, os qualificados.

Agora eu entendo, e o Cícero deu a experiência real, que é uma vergonha, é uma vergonha nós termos esse programa de saúde familiar, que é bom, foi um avanço. Ele não é resolutivo, é aquele antigo clínico geral. A Inglaterra teve isso, Cristovam, a Inglaterra acabou, porque a pediatria da Inglaterra, todos vocês sabem a cultura da Inglaterra, eles que foram a Revolução Industrial, dominaram o mundo, colônia, África, então eles viram que de repente a pediatria da Inglaterra era uma das piores do mundo recente, porque todo mundo queria ser médico de família, como está ocorrendo no Brasil. Os médicos de família estão ganhando mais, então muitas cirurgias da minha idade, no fim de carreira, por exemplo, se o Lula der o golpe aqui, que é possível, está aí o Chaves, eu sei que eu vou [ininteligível], então eu não vou mais ser cirurgião no Piauí, porque sugiram outras tecnologias, laparoscopia que eu não dominava, eu vou ser médico de família. Então estão tirando com isso muitos profissionais capacitados porque deixam de exercer a sua profissão especializada. Um cirurgião, um anestesista é R\$ 9,00, anestesia, então ele vai ser médico de família, como foi. A Inglaterra acabou com esse programa, porque estava acabando com os especialistas, e Shakespeare, V. Ex^a., eu estou falando para V. Ex^a., ele dizia que o futuro é de quem soubesse mais de menos menos, quer dizer, é o especialista. Então o que está havendo, essa transformação, os médicos estão mal pagos, especialistas, e estão se derivando para médico de família.

Agora o Cícero Lucena, daí essa Casa, não houve Senado melhor do que nós. Olhem as caras aqui. Nós somos é bom. Esse negócio do Tião Viana não dizer estrela aqui, isso foi uma besteira que ele disse. Aquilo foi [ininteligível], jocoso, experimentado, homem lá do Nordeste, que foi Governador de um Estado, então numa brincadeira, ele era filho de Mão Santa, jocoso,

aí ele veio para o Senado e realmente ele foi Prefeito, foi Governador, então ele fez um comparativo da vida da luta de Governador, que V. Ex^a. foi, o Camata foi, da luta, e aqui, ele disse: o Senado é mesmo que um céu, na diferença que para o céu a gente tem que morrer, mas esse negócio de não ter estrela, não tem não, mas aqui tem os melhores homens da Pátria, que nunca dantes teve. Olhem as caras. Nós estamos aqui não é por favor não, pelo contrário, porque nós estamos, ao contrário de muitos, vivendo o momento mais difícil desse país, é nesse momento que a democracia está aí. Está aí, Tião, o Fidel que eu conheço, está aí o Chaves que eu conheço, está o Corrêa, o mais avançado deles, está o Morales, está aí o da Nicarágua, e nós, nós Tião, não somos estrelas não, mas nós somos a última esperança de manter a democracia desse país. Não tem outra não. A UNE que simbolizava a independência, que eu fui da UNE, a UNE está vendida. Eu só tive um medo uma vez de falar nesse Senado, foi no dia da UNE, Deus que me ajudou, foi o Pedro Simon, eu tive medo, porque a gente sente, a gente tem psicologia, eu sou médico há quarenta e um anos. Então nós, nós Tião, é aqui esse Senado a última resistência da manutenção da democracia verdadeira nesse país. Democracia é o respeito à oposição. É o que foi Rui, é o que foi Joaquim Nabuco, é o que foi o Mário Covas. Democracia aperfeiçoada que trouxe a oposição, trouxe alternância no poder. Se não tiver alternância de poder, não tem, e o meu amigo Luiz Inácio, eu votei no Luiz Inácio, o Luiz Inácio é gente boa, é caridade, V. Ex^a. sabe disso, que trabalhou com ele. O Luiz Inácio, graças a Deus ele fez essa escola técnica boa, o SENAI, isso é num país organizado, e ele não sabe inglês, porque ele estava citando uns que demoraram muito a governar. Quando ele começar a ler inglês, ele vai ver que a rainha Vitória passou sessenta e quatro anos governando a Inglaterra. Mas hoje, a democracia hoje que nós defendemos, tem que ter alternância de poder, e nós somos a última resistência. Daí falar em fechar o Senado, fechar o Senado, eu conheço o de Cuba, eu fui lá. V. Ex^a. já foi em Cuba? Eu fui, e fui no parlamento. Aí no meu jeito ... não, tem trezentos. Agora não tem partido, eles são eleitos, vão trabalhar feito uns quatro, aí eu perguntei: "e a última eleição aqui?" Foi a de Fidel Castro. "Quantos votos?" Trezentos. "Quantos têm?" Trezentos. "E o vice, o irmão dele?" Trezentos. E eles dizem que tem eleição, teve eleição. O nosso Chaves está aí, o Equador está aí, a Bolívia está aí, o Nicarágua está aí. Nós vimos um Deputado chorando com medo lá no Equador de ser preso. Então nós somos essa resistência, nós vamos valorizar cada qual paciente. Eu entendo que o Senado da República é um dos melhores Senados da história pela nossa luta, que

nós temos compromisso com a democracia e com o povo. Essa é a última resistência. Nunca dantes, Tião, houve um Senado tão bom como esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa, eu estou ansioso para aproveitar o quorum e votar terminativo, mas quero dizer, Senador Mão Santa, que este seu discurso é oportuno sim, e o Senado, de fato, tem um papel. Não que eu esteja com medo de ditadura, mas eu temo que não seja democracia e autocracias. Vamos tomar cuidado porque nós somos, Senador Camata, hoje, eu estive na Venezuela na semana passada e a sensação, a pergunta que eu me fiz não é quem é Chaves, é por que tem Chaves, fabricar o Chaves, e duas coisas: a insensibilidade da elite em relação aos problemas do povo e a desmoralização da classe política. As duas coisas estão acontecendo aqui, apesar de que o Presidente Lula é um homem que faz a coesão social, e o Presidente Chaves tem feito lá a dissensão e divisão social. Não há dúvida, essa é uma diferença fundamental.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas há um risco sim e a gente tem que estar alerta, só que esse é um assunto para outro momento. O Senador Cícero pediu vistas e sugeriu uma Audiência Pública.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Uma Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria que o senhor, na próxima semana, fará em conjunto. Então na próxima semana será alterada. A vista está concedida, na próxima semana nós aprovamos a Audiência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande pediu a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu sou autor de um requerimento da Comissão de Infra-Estrutura, onde está presente lá o Ministro de Minas e Energia e a diretora Maria das Graças, da Petrobrás, mas sou Relator de um matéria que gostaria de relatá-la para ver se a Comissão pode apreciar a matéria, que é o Item nº 11. Eu queria pedir inversão de pauta para que eu pudesse voltar para a Comissão de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Consulto à Comissão se está de acordo com a inversão de pauta conforme argumento tão bem apresentado pelo Senador Renato Casagrande.

de. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está feita a eleição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Tem quorum --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Tem quorum, vamos segurar, esse vai ser rápido porque não há contestações. Eu passo a palavra ao Senador Renato Casagrande, que vai relatar o projeto de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o autor é o Senador Valdir Raupp, cria a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia. Quanto ao mérito nós não temos nenhuma dúvida, porque o Brasil precisa cada vez mais de ensino profissionalizante, cada vez mais de termos essas instituições que trabalhem com esse objetivo, e o senhor sabe muito bem a importância dessas escolas técnicas. A única observação que eu faço é, primeiro, o seguinte: o meu relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senador Valdir Raupp com duas emendas. A primeira Emenda é que substitua a expressão Escola Técnica por Escola Agrotécnica, que é a expressão que o Ministério da Educação tem usado e é o que se propõe efetivamente na proposta do Senador Valdir Raupp. A segunda Emenda é só acrescentando um artigo, dizendo que esta lei entra em vigor na data da sua publicação. É o meu relatório favorável com as emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Está em discussão o parecer do Senador Renato Casagrande ao projeto do Senador Raupp. Não havendo quem queira discutir ponho em votação. Como é um projeto terminativo --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, eu só queria ver se nós podíamos dar urgência para o Item 02.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Vamos aprovar primeiro esse que está em votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): O Senador Renato Casagrande já deu o seu voto. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Esqueci algum? Não. Então está aprovado por unanimidade. Eu consulto à Comissão se tem alguma ressalva sobre as emendas. Aqueles que estiverem de acordo em manter o voto permaneçam como estão. Estão aprovadas as emendas.

O Item 07 é um projeto que dispõe sobre a Universidade Federal no Gurguéia, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. A autoria é do Senador João Vicente Claudino e a relatoria do Senador Mão Santa, a quem passo a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): De iniciativa do Senador João Vicente, João Vicente é um empresário vitorioso do Piauí, uma mentalidade muito avançada. Vem ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2007, que pretende criar a Universidade Federal do Gurguéia, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí, conforme o artigo 1º. Nos termos da proposição a instituição de-

verá ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, atividades conformadoras do princípio constitucional de indissociabilidade a ser observado nas normas de funcionamento da entidade. Os artigos 10 e 11 prevêem autorização do Poder Executivo para praticar atos necessários à nova instituição federal. O artigo 12 estabelece que a lei que resultar desse projeto entrará em vigor na data de sua publicação. A proposição foi distribuída a esta Comissão de Educação para deliberar sobre a matéria em caráter terminativo. Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo do regimento. Na justificção do PLs 291, o autor relembra que a região sul do Piauí, onde está inserido o Município de Bom Jesus, apontado nesse PLs como sede da Universidade Federal do Gurguéia, localiza-se num ecossistema rico, com oito milhões de hectares de cerrado, com parcela de semi-árido e ainda detendo jazidas hídricas no Vale do Gurguéia. Análise. A progressiva universalização do ensino médio e as crescentes exigências de escolarização emanadas do mercado de trabalho têm aumentado a procura de vagas do ensino superior. O Governo Federal tem demonstrado interesse na ampliação de vagas nesse nível de ensino. Dessa maneira, a interiorização do ensino superior pela via de desmembramento da universidade nos moldes propostos pode viabilizar o acesso de estudantes, sobretudo os mais carentes, principalmente do Vale do Gurguéia. A maior parte das universidades federais têm sede nas capitais do Estado, com expansão de oferta de ensino médio especialmente [ininteligível], muitas cidades do interior passaram a concentrar demandas significativas de alunos que justificam a oferta local de curso de graduação. Além disso, conforme sugere o artigo 43, da Lei 2.394, de 1996, conhecida Lei de Diretrizes e Base da educação, é de vislumbrar, a partir do funcionamento de tal universidade, a formação de profissionais em áreas de conhecimento afeitas às necessidades de locais e estímulo à investigação científica e [ininteligível].

O desmembramento da Universidade Federal do Piauí proporcionará retorno levado com pouco aporte financeiro quanto à criação da Universidade Federal do Gurguéia. A União estará, na verdade, cumprindo o que determina o artigo 46 da Constituição Federal, que estabelece prioridade e combate das desigualdades regionais.

Por tudo isso a iniciativa mostra-se social e economicamente relevante, a merecer acolhida de nossa parte. No que respeita aos aspectos da juridicidade e constitucionalidade não reclama reparo, apresentando-se quanto à técnica legislativa adequada à norma. Propomos, no entanto, pequenas alterações que jul-

gamos oportunas para conferir a proposição em plena conformidade à ordem jurídica constitucional. VOTO. Em face do exposto, somos pela aprovação com as emendas que se seguem. Dê-se à Emenda o projeto da redação. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale da Gurguéia, com sede na cidade de Bom Jesus, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí. Outra Emenda: fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Vale do Gurguéia por desmembramento da Universidade Federal do Piauí. Sala de Comissão, pronto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para elogiar a iniciativa do Senador João Vicente Claudino, bem como a relatoria do Senador Mão Santa, que sem dúvida nenhuma é a maior autoridade para emitir qualquer opinião sobre proposta de desenvolvimento e de crescimento do Piauí. Então, ao fazer o debate, eu já declaro o meu voto favorável a esse instrumento de justiça social que, sem dúvida nenhuma, fará ao Vale do Gurguéia com todo o seu potencial de desenvolvimento econômico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira mais discutir ponho em votação. Voto terminativo. Eu vou ler a lista dos presentes. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Mão Santa já deu o parecer, bem explicado. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): O Senador Cícero Lucena já se pronunciou. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Está aprovado o projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Eu quero saber se estão todos de acordo com as emendas. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Estão aprovadas as emendas. Senadora Ideli pediu a palavra, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, se os demais membros consentirem eu gostaria de podermos votar o Item 04, que eu sou Relatora, tendo em vista que eu tenho necessidade de ir à Audiência na Comissão de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): A Senadora Ideli pediu inversão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Tem quorum ainda. Então estamos de acordo e eu passo a palavra à Relatora. O Projeto de Lei é de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui o ano de 2007 como o ano do cinquentenário dos painéis Guerra e Paz de Cândido Portinari instalado na sede das Organizações das Nações Unidas. Eu passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o projeção é de autoria do Senador Inácio Arruda, é uma homenagem extremamente significativa para os painéis do nosso querido Cândido Portinari que estão instalados na sede da Organização das Nações Unidas. Estes painéis denominados Guerra e Paz completam exatamente o seu cinquentenário de

exposição. Esta iniciativa já tinha sido apresentada na Câmara dos Deputados no ano passado, no ano de 2006, através do ex-Deputado Paulo Delgado e do Sigmaringa Seixas, mas ele foi arquivado em razão do encerramento da legislatura. É muito importante, porque das mãos do nosso querido Portinari nasceram as imagens que denunciaram a violência e exaltaram o amor e o entendimento, e a temática da paz permeou toda a vida do Cândido Portinari. Então para nós seria muito importante que nós pudéssemos ter esta justa e legítima homenagem, até porque durante toda a militância política, como ocorreu em 1949, quando foi convidado a participar em Nova Iorque da Conferência Cultural e Científica para a Paz Mundial, a entrada do Portinari nos Estados Unidos foi negada, ele teve o seu visto negado até por uma represália política. Portanto, homenagear estes cinquenta anos de exposição dos painéis Guerra e Paz do Cândido Portinari é algo legítimo e eu considero inclusive imprescindível para resgatar o importante papel artístico deste que é um dos nossos principais pintores brasileiros. Então o nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Senador Paulo Duque está com a palavra para discutir o assunto.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, no Rio de Janeiro, minha cidade, existe o Palácio da Cultura, denominado Palácio Gustavo Capanema, seguramente V. Ex^a. o conhece, onde existem obras primas de inúmeros artistas nacionais, inclusive Cândido Portinari, Guignard, Di Cavalcanti, Bruno Jorge, Paulo Rossi, em suma, é um Palácio em que colaboraram os melhores, os mais autênticos, os expoentes da arte brasileira, na grande maioria autores nacionais. E até agora, veja bem, a capital veio para cá em 1961, aquele edifício que é considerado um monumento internacional, obra de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Mentrin(F) e outros, está lá subaproveitado e muito mal cuidado, daí porque eu ter feito um projeto transferindo para o Estado do Rio de Janeiro aquele monumento para ali ser instalada a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, que seguramente cuidará com muito zelo daquele Palácio, onde existem também vários painéis de Portinari. Creio que a maioria dos Senadores aqui presentes já estiveram lá visitando, motivo que eu saúdo o Senador e concordo com o voto expresso pela Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Eu queria que nenhum Senador saísse porque estamos com o quorum justo. Ponho em votação a proposta relatada pela Senadora Ideli. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a Relatora Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel, Senador Raimundo Colombo, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Valter Pereira não está. Senador Adelmir Santana.

CONS. ALENCAR SOARES: Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Item 16 está pronto para ser relatado e, por coincidência, eu sou o Relator desta matéria.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Estando presente o Relator, para dar maior

agilidade V. Ex^a. poderia dar prioridade à votação do mesmo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O Item 10, eu sou o relator, também peço permissão --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora não se trata mais de inverter a ordem. Agora eu volto à ordem. Senador Raimundo Colombo é o Relator, é o projeto que altera o § 1º, do artigo 1º, da Lei 6.494, de 07 de dezembro de 1977, modificada pelo artigo 6º, da Medida Provisória 2.164/41, de 24 de agosto de 2001, para restringir o acesso ao estágio ao estudante que freqüente curso de educação superior, de educação profissional em escolas de educação especial. Com a palavra o Senador Raimundo Colombo. Eu peço que os Senadores permaneçam porque está no limite. É o Item 10 e com esse item e mais um fechamos completamente a pauta. Senador Raimundo Colombo com a palavra.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Esse projeto é de autoria do Senador César Borges, ele tem um princípio nobre, é de conter a exploração do estagiário como mão-de-obra oficial. No entanto, nós aprovamos há alguns dias um Projeto de Lei que de certa forma atende ao interesse e à iniciativa do Senador César Borges, porque aumentou muito a fiscalização, aperfeiçoou a relação pedagógica, aprimorou bastante, ela também atribui responsabilidade a quem descumprir esses princípios, ela estabeleceu como prazo máximo de duração dois anos, foi um processo longamente debatido e votado por unanimidade. Dentro desse entendimento a gente acha que foi atendido o objetivo do Senador César Borges, que tenta exatamente impedir a exploração do estagiário como mão-de-obra regular e impedir a exploração da mão-de-obra. Dessa forma a gente faz o relatório pedindo então que ele fique prejudicado em relação ao projeto que foi votado recentemente por unanimidade e que no nosso entendimento atende à preocupação e dá vazão à iniciativa do Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, está em discussão. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu me sinto no dever de fazer aqui a defesa do meu projeto, respeitando o relato do nobre colega, Senador Colombo. Entretanto, a nossa proposição é muito simples, Sr. Presidente. O que nós acrescentamos na Lei 6.494 é o seguinte, é um único parágrafo. Os alunos a que se refere o *caput* desse artigo devem, comprovadamente, estarem freqüentando cursos de educação superior, de educação profissional de nível médio ou superior ou escola de educação especial, ou

seja, comprovar apenas de que o aluno está freqüentando regularmente esses cursos, porque se não houver a satisfação dessa exigência não há porque a existência de estágio, seria um burla você estar contratando alguém que não está devidamente habilitado a estar fazendo e recebendo como estagiário. Então essa é a nossa iniciativa. Eu gostaria de vê-la apoiada e por isso pedi o apoio dos pares, para que isso evite a exploração que há odiosa, inclusive a legislação permite, do aproveitamento de mão-de-obra não qualificada, menos onerosa à empresa. O Senador Colombo relata de que foi aprovado um projeto que haverá uma fiscalização. Eu desconfio muito, lamentavelmente, das nossas fiscalizações nesse país. Elas existem em lei, mas dificilmente elas têm eficácia, sendo que não tem eficácia porque não há fiscalização, nós não temos quem fiscalize e muito menos quem puna. A tradição lamentável aqui neste momento reconhecer é esta, ninguém fiscaliza e muito menos pune a quem não cumpre a legislação existente. Então que pelo menos deveria ser comprovadamente ou freqüentador dos cursos de educação superior, profissional de nível médio ou superior ou escola de educação especial. Então se os Senadores ... eu não posso, eu não sou membro da Comissão, eu estou falando aqui como simplesmente Senador, defendendo o meu projeto, mas o que eu gostaria é que os Senadores entendessem de que este projeto visa a exigir que o estágio tem que comprovar aquele que está freqüentando os cursos, senão ele não pode ser beneficiário de um estágio e também inibe aquele mal empresário que utiliza de pessoas para formar a sua mão-de-obra como estagiário, como subemprego. Era isso que eu tinha que falar.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, só para colocar, no projeto aprovado

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Relator.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): — o projeto aprovado faz essa exigência. A única diferença é que ele amplia ao nível médio regular, mas ele faz a exigência da comprovação de ser estudante, de ser aluno e ter a regularização com o número de freqüência. Todas essas exigências estão presentes no projeto que foi aprovado. A única diferença é que ele amplia para o nível médio também, só essa é a diferença.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, como nós construímos há muitas mãos este

acordo e o consenso para a aprovação do projeto alterando a Lei do Estágio, eu queria apenas fazer o seguinte registro, Senador César Borges: nós tivemos muita polêmica neste debate, inclusive com vários Senadores trazendo à tona projetos de sua iniciativa que já estavam tramitando na Casa, como foi o caso do Senador Osmar Dias, como foi o caso do Senador Agripino, do Senador Zambiasi, e foi uma pena que V. Ex^a. não tenha também feito o registro, talvez uma falha nossa, tanto minha como do Senador Raimundo Colombo, de não ter prestado atenção que estava tramitando um projeto de sua autoria também tratando sobre este assunto, porque se não teria ficado registrado como ficou dos outros Senadores que trataram deste assunto, porque aquilo que o Senador Raimundo Colombo falou é exatamente a verdade, ou seja, no projeto já está configurado a exigência e, inclusive, quando se estabelece o estágio, é obrigatório a assinatura de um termo de compromisso entre o aluno, o representante da instituição de ensino onde o aluno está freqüentando o curso, da área de onde ele vai prestar o estágio, e a empresa que vai conceder o estágio. Portanto, além da fiscalização, está muito bem cercado o compromisso das três partes, do estudante, da instituição de ensino e da empresa fica ali comprovadamente --

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Me dá um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): — Pois não, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (1:27:37) Inclusive do agente intermediador.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Do agente intermediador que também subscreve o termo de compromisso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Normalmente são essas instituições --

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O CIEE, por exemplo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): IEL(F), IEF(F), são instituições que fazem a intermediação entre alunos e as escolas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Por isso, Senador César Borges, seria assim da nossa parte eu acho que uma redundância aprovarmos o projeto de V. Ex^a., porque ele já está contemplado naquele que nós aprovamos há poucos dias atrás. Mas foi um pena, eu quero dizer assim que foi realmente uma pena nós não termos tido a oportunidade de registrar, da mesma forma como ficou o projeto do Senador Osmar Dias, do Zambiasi e do Agripino, a iniciativa que V. Ex^a. teve de se preocupar, de impedir a utilização do estagiário como mão-de-obra barata.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu só pediria a Senadora Ideli se ela pudesse me informar em que estágio está o projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ele foi aprovado aqui, foi para a Câmara agora, para a votação na Câmara em regime de urgência. Ele está em região de urgência constitucional inclusive, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Está bom, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, está em discussão, o Parecer é pela rejeição, com as explicações que deu a Senadora Ideli, de que realmente foi uma pena que a gente não tivesse acrescentado tudo isso e feito um só relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu não conheço o teor do projeto realmente que foi aprovado no âmbito da Comissão de Educação, mas se esse projeto incorpora, como disse o Senador Colombo, incorpora o espírito do meu projeto, eu não tenho porque lamentar, eu fico satisfeito, desde que resolva esse problema.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, só uma sugestão: para que nós não rejeitemos a idéia que foi realmente meritória do nosso Senador, ele poderia pedir a retirada para que ele não seja rejeitado. Há essa possibilidade regimental se o autor pedir a retirada, ao invés de uma rejeição pura e simples, porque nós iremos rejeitar, na verdade, pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou de acordo, agora sinceramente eu creio que ficaria registrado e a retirada é com todos os argumentos de que foi uma questão de tempo, não de mérito. Ao contrário, o mérito foi aceito. Então eu acho que deveríamos aprovar a retirada, mas tem que ficar claro na Ata, nas apresentações, nas falas, que não foi por causa de mérito e sim por uma questão de tempo, e eu, como Presidente da Comissão, lamento que eu não tenha tido também a iniciativa de incorporar as sugestões, respeitando a autoria, lembrando ao Senador Raimundo, mas eu acho que é o mérito. Então o que está em votação aqui é a rejeição, ao invés de ser a retirada.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Prejudicialidade, é isso que está em votação.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não há rejeição, porque realmente a idéia foi ótima, ela atende realmente as necessidades, e realmente a

gente sabe que nesses casos eles acontecem, só que nós já fizemos um Projeto de Lei que inibe ou impede praticamente essa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vamos votar a declaração de prejudicialidade. Senador Augusto Botelho, como vota.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator e elogiando o Senador César Borges, porque o que ele queria realmente era que fosse incorporado. Se ficou incorporado, ele está satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim pela declaração de prejudicialidade. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Raimundo Colombo já se pronunciou. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator e as homenagens ao autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Da mesma forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está aprovado o Parecer do Senador Raimundo Colombo, com os nosso cumprimentos ao Senador César Borges. Prejudicialidade.

Vamos agora ao Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007, cujo Relator é o Senador Antônio Carlos Valadares, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no Estado de Goiás. O autor é o Senador Marconi Perillo. Está com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Como disse V. Ex^a., a iniciativa do projeto é do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a citada escola, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Anápolis, no Estado de Goiás. Quanto à constitucionalidade do projeto, cabe lembrar o Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência. A luz desse Parecer não seria possível argüir a inconstitucionalidade, pelo contrário, nós apoiamos o mérito da proposição, porque ela não apresenta qualquer vício de iniciativa e de projeto de leis que autorizam o Poder Executivo a criar instituições de ensino. Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007, da autoria do eminente Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Não há manifestações. Os que estiverem de acordo eu peço que aceitem a chamada para a votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Flexa Ribeiro saiu a pouco. O Senador Antônio Carlos Valadares foi o Relator. Senador Valter Pereira não está. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está aprovado.

O último item, terminativo, é o Item 08, que eu aproveito a presença da Senadora.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O requerimento, vamos colocar, o requerimento não é terminativo. Esse é o último terminativo, que tem relatoria da Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal Cora Carolina, no Município de Goiás, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás. O autor é o Senador Marconi Perillo. Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Em seu propósito de autorizar a criação da Universidade Federal Cora Coralina, no Município de Goiás, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás, o PLs em tela também autoriza o Poder Executivo a criar cargos de direção, dispor sobre a organização, lotar na nova universidade mediante criação, transferência de cargos ocupados, etc. A proposição apresentada tem por objetivo também prestigiar a cidade de Goiás, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, desde 2001, como patrimônio mundial. Já a denominação da nova instituição de ensino constitui justa homenagem à poetisa Cora Coralina, exemplo de perseverança e de amor por sua bela terra. Ocorre, todavia, que as Universidades Federais não carregam denominação de pessoas, mas dos Estados, cidades ou regiões em que se localizam. Julgamos que convém manter essa tradição a fim de evitar uma corrida por homenagens que podem redundar em injustiças e em querelas indesejáveis. Assim, a honraria pode ser preservada mediante a denominação do campus da nova universidade como Campus Cora Coralina. VOTO. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2007, acolhida as seguintes emendas: substitua-se no PLs 450, de 2007, a expressão Universidade Federal Cora Coralina por Universidade Federal da cidade de Goiás, bem como a sigla UFCC por UFCG. Segunda Emenda: inclua o seguinte parágrafo no artigo 1º, do PLs 450, de 2007. § único: o campus UFCG é denominado Campus Cora Coralina. O meu voto é favorável, portanto, com essas duas emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, nós temos um Parecer favorável da Senadora Lúcia Vânia com duas emendas. Algum Senador quer discutir? Senador Mão Santa, vamos votar, é o último projeto terminativo. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Lúcia Vânia, prejudicada. Está aprovado. Eu consulto se todos estão de acordo com a manutenção das emendas. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Há um pedido do Senador Paim que eu adoto de pedir urgência na criação, em enviar ao Plenário rapidamente, a criação da Universidade UNIPAMPA. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Nós vamos então enviar hoje o pedido de urgência. Está aprovado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pedido não terminativo nº 17, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena, é o projeto 17, que é não terminativo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu sou *ad-hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão então o projeto não terminativo, depois vai o requerimento, que

considera o Município de Iguape, localidade no Estado de São Paulo, berço da colonização japonesa no Brasil. É de autoria do Deputado Arnaldo Madeira. A Relatora é a Senadora Marisa Serrano, que está em Montevideu como Deputada do MERCOSUL, abriu mão da relatoria, e nós passamos ao Senador Cícero Lucena como Relator *ad-hoc*.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Presidente. Eu começo a análise. A colonização japonesa no Brasil teve início em 1908 com a chegada do vapor Kasato Maru ao porto da cidade de Santos, trazendo setecentos e oitenta e um imigrantes lavradores contratados pela fazenda de café de São Paulo. Antes do início da Segunda Guerra o Brasil já havia recebido cerca de cento e oitenta mil imigrantes. Do pós-guerra até 1988 mais cinquenta e três mil chegaram ao país com o seu trabalho e a sua nova cultura. Com o decorrer do tempo os brasileiros aderiram não só a culinária dos novos habitantes, com os seus sashimi e sushi, como também as artes foram alvo de sua atenção, como atestam o origami, tipo de dobradura feita com papéis, os arranjos florais denominados ikebana e as miniaturas de árvores e arbustos, representado pelo bonsai. Na apresentação musical, o karaokê, desde a sua introdução no país, passou a constituir motivo não apenas de deleite pessoal, como de competição entre artistas amadores. A primeira grande concentração de japoneses se deu no Município paulista de Iguape, na região do Vale do Ribeira, com a fundação da colônia Katsura em 1913.

Destaca o autor da proposição, o Deputado Arnaldo Madeira, que a contribuição dos colonos para a integração geográfica do Vale do Ribeira é grande. Foram responsáveis pela ligação do Porto de Registro a Juquiá atingindo a estação ferroviária Santos/Jundiá e também de uma estrada ligando Cotia a Juquiá, via que hoje passa por Ibiúna, Piedade, Tapiraí, completando uma rede de comunicação fluvial, rodoviária e ferroviária que hoje são imprescindíveis na economia regional.

É inegável o alcance da proposição em análise que vem marcar, do ponto de vista normativo, um acontecimento histórico, indiscutível significado econômico, social e cultural. O voto, Sr. Presidente. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Nós temos um requerimento feito pelo Senador Gérson Camata que propõe a discussão sobre livros didáticos, que eu considero muito oportuna, e sugere os nomes da Dra. Sônia Schwartz Coelho, Dra. Lúcia

Helena Loli, Dra. Fúlvia Mara de Barros Mott Rosenberg, um representante da Associação Brasileira de Autor de Livros Educativos, o Professor Cláudio de Moura Castro e o jornalista Ali Kamel, e eu sugeri a inclusão também do autor do livro mais polêmico para esse assunto ou de um dos seus editores. Está em discussão. Não havendo quem esteja indo contra... sobre livros didáticos em geral. Esse livro que eu digo que vale a pena, esse é um livro de história que tem sido motivo de grande discussão, que tem tido uma vendagem de três milhões e que vale a pena ouvir o que tem a dizer o autor, que ele tem sido acusado de que o livro é parcial em relação a alguns assuntos da história. Não havendo ninguém contra, está aprovado o requerimento. Vamos tentar fazer esse ano ainda, senão faremos no começo do próximo ano. Está encerrada a sessão, que foi muito produtiva. Eu lamento que o Item 1, que eu sou o autor, o Relator está nos representando no MERCOSUL.

Sessão encerrada às 13h09.

Ata da 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 21 de Novembro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Crisovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Jonas Pinheiro, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo e Flávio Arns que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 047/07-CE, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que tem como objetivo discutir o “**Programa ‘Educação para a Nova Indústria’**”. Comparece à Audiência Pública, o Senhor Deputado Federal, Armando Monteiro, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Antes de

dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Gonzaga Mota, Ex Deputado Federal e Ex Governador do Ceará – PSDB/CE, Senhor Antônio Carlos Brito Maciel, Superintendente Corporativo da CNI; Senhora Regina Maria de Fátima Torres, Diretora Geral de Operações da CNI; Senhor Rafael Lucchesi, Diretor de Operações da CNI e Senhora Íris Walquiria Campos, Sócia-diretora da IW Comunicações. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Marisa Serrano, autora do Requerimento, Geraldo Mesquita, Cristovam Buarque, Cícero Lucena, Wellington Salgado e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, faz os comunicados que se seguem: **Comunicados: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Tribunal de Contas da União, convidando para o “I Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior”, a ser realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2007, no auditório Ministro Pereira Lira, Edifício Sede do TCU. Informo ainda que foi encaminhado para aos membros desta Comissão o referido convite e que a programação do evento encontra -se disponível na Secretaria desta Comissão” **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Cultura, Gilberto Gil, para o “Seminário de lançamento do Fórum Nacional de Direito Autoral”, a ser realizado no dia 05 de dezembro do corrente, das 09h30 às 17h45, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Informo aos Senhores Senadores que a programação do evento encontra-se disponível na Secretaria desta Comissão”. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

Essa reunião atende a um Requerimento nº 47 da Comissão da Educação, de 2007, aprovado que foi de autoria da Senadora Marisa Serrano, para realização de uma Audiência Pública com o objetivo de tratar do programa Educação para a Nova Indústria.

Eu quero dizer que apoiei totalmente o pedido da Senadora Marisa Serrano, mas depois da aprovação eu tive a oportunidade de conhecer o programa em mais detalhes, em um encontro com o Presidente, e hoje eu quero entusiasmadamente apoiar esse Requerimento que a Senadora Marisa Serrano fez e que vai nos permitir debater o que eu considero um programa que preenche uma grande lacuna que nós, do setor público, estamos causando. A CNI tem hoje um programa que merece ser divulgado para o Brasil inteiro. E, Presidente, essa audiência é para que os Senadores se esclareçam do assunto, sejam informados, mas é também para que o grande público brasileiro tome conhecimento.

Os Senadores hoje em dia, como o senhor como Parlamentar sabe também, estão envolvidos não apenas em diversas sessões como também em centenas de conversações sobre os diversos problemas que nós temos. Por isso, os Senadores da Comissão de Educação vão tomar conhecimento depois através dos relatórios que nós fazemos, alguns estão assistindo certamente nesse momento no meio de suas reuniões pela televisão, pela rádio, mas o importante é que a gente leve essa audiência para todo o Brasil e para todos os Senadores. Eu fico muito satisfeito em ter aqui a presença de Senadores, e queria convidar o Deputado Gonzaga para sentar-se conosco aqui ou sentar junto com os Senadores e não ficar aí. Para nós seria um grande privilégio que o senhor sente na frente aqui junto aos Senadores, como Parlamentar, como economista, como homem experiente, como Governador, claro!

Feito isso, Presidente, eu passo a palavra, a gente costuma ter um prazo, mas fique à vontade para apresentar seu programa, que caso de Ministro são 30 minutos, o senhor vai ter de Ministro, mas fique à vontade. Se for preciso mais nós concederemos.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE):

Muito obrigado, muito bom dia a todos, eu quero saudar especialmente o nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque, em quem me honra a circunstância de ser conterrâneo, esse ilustre brasileiro, agradecer muito e especialmente a Senadora Marisa Serrano pela honra que nos concedeu ao ser autora do Requerimento da nossa convocação, cumprimentar o Senador Geraldo Mesquita, os nossos companheiros, o nosso prezado

Gonzaga Motta. Dizer inicialmente que estamos aqui acompanhados de uma equipe do sistema, o sistema CNI e Sesi e SENAI, nós estamos acompanhados aqui da nossa Gerente Técnica, Mariana Raposo; a Diretora Técnica do SENAI Nacional, Regina; Superintendente Corporativo, Diretor de Operações Rafael Lucchesi.

O programa Educação para Nova Indústria é uma resposta que o sistema indústria pretendeu oferecer aos desafios de um momento que eu considero extremamente desafiador que o Brasil tem, não só na perspectiva da sua inserção nesse contexto internacional em que a indústria brasileira está exposta à competição, mas, sobretudo, também ao desafio de prover a oferta de mão-de-obra e de capital humano qualificado para o processo de crescimento e desenvolvimento do País nos próximos anos.

Eu creio que a chave desse processo de inserção, e eu diria que de desenvolvimento do País nos próximos anos, dependerá fundamentalmente dos investimentos que possam ser realizados na formação do capital humano do País. Todos sabem que o desenvolvimento é produto de uma combinação da utilização adequada do capital físico e aí todos nós sabemos que o Brasil dispõe de recursos fantásticos do ponto de vista de recursos minerais, de recursos energéticos e, mas esse capital físico tem que ser combinado com o capital humano porque só dessa forma as nossas riquezas poderão ser potencializadas no sentido de que a própria sociedade brasileira possa usufruir desse processo de crescimento e desenvolvimento.

A indústria especialmente sente esse desafio e sente a pressão competitiva que se coloca diante de nós com esse processo de extrema competição em que hoje o mundo vive. Sabem todos que desde o início da década de 90 as tarifas de importação no Brasil foram reduzidas de forma drástica e a indústria brasileira teve que responder rapidamente a essa circunstância, ou seja, a proteção que até então existia e que de algum modo permitia que setores até ineficientes da indústria do País pudessem sobreviver, de repente, essa indústria foi exposta a essa pressão competitiva e aí, meu caro Presidente, Senador Cristovam Buarque, alguns até previam que setores tradicionais da indústria brasileira pudessem ser desmontados por esse processo abrupto de redução das tarifas de importação e consequentemente do grau de proteção da indústria brasileira.

Infelizmente o que assistimos é que essa indústria, mesmo os setores mais tradicionais puderam responder ao longo desses anos. E eu daria como exemplo a indústria têxtil brasileira que foi muito atingida, em um primeiro momento, com esse processo de maior exposição, mas que pôde responder a partir

daí promovendo um processo de reestruturação e de incorporação de tecnologias o que faz com que o Brasil tenha hoje uma indústria têxtil em grande medida, moderna e competitiva.

Então a Confederação Nacional da Indústria dentro dessa visão e dessa compreensão, elegeu como pilar estratégico do seu processo de crescimento, do seu processo de planejamento a questão da educação. A educação como pilar fundamental. A indústria brasileira não terá capacidade de inovar se não tiver claramente o suporte de um processo educacional que responda a essas necessidades que estão aí colocadas diante de nós. E de outra forma os ganhos de produtividade da indústria nos próximos anos, dependerão em grande medida da capacidade de incorporar a inovação, a inovação de processos, a inovação de produtos e isso só poderá ser feito se tivermos efetivamente pessoas e um capital humano qualificado.

O que é esse programa Educação para Nova Indústria? O programa Educação para Nova Indústria foi concebido de forma, eu diria que confederativa a partir da base do nosso Sistema S da indústria, com a visão dos 27 departamentos regionais, no sentido de consolidar os orçamentos e todo esse esforço dentro de uma visão integrada de planejamento. Então o programa em grandes linhas considera que nós teremos que oferecer nos próximos quatro anos, 16,2 milhões de matrículas, combinando educação básica, educação continuada e educação profissional. A visão nossa é de que esse processo tem que ser um processo articulado.

Hoje, o trabalhador, precisa de mais escolaridade para assimilar o processo de treinamento. Então aquela visão mais estanque que prevalecia de separar a visão da educação profissional da educação básica, é algo que não se sustentará nos próximos anos. Ou seja, só combinando essa visão articulada educação básica, educação continuada e educação profissional, será possível elevar então a escolaridade do trabalhador brasileiro preparando-o para esse processo de capacitação e de treinamento.

Então, nessa visão, o Sesi atuando na área de educação básica e reforço pedagógico e o SENAI na sua área própria que é a da educação profissional. 16,2 milhões de matrículas nos próximos quatro anos, o que isso significa? Significa um esforço para incrementar a oferta do nosso sistema em aproximadamente 30% nos próximos quatro anos. Significam sete milhões e 100 mil matrículas no sistema Sesi e nove milhões e 100 mil matrículas no sistema SENAI. É um grande esforço que vai representar a mobilização de dez e meio bilhões de reais do nosso sistema nos próximos quatro anos.

Eu quero saudando a presença dos nossos Senadores Jonas Pinheiro; do nosso dileto amigo Senador Flexa Ribeiro, companheiro da indústria brasileira de muitos anos e o nosso prezado e estimado amigo Senador Adelmir Santana, Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae. Agradeço a presença de todos.

Mas como vinha explicando, o desafio é poder mobilizar recursos para garantir a consecução dessa meta nos próximos quatro anos. E esse programa ele pretende responder a emergência de algumas forças transformadoras que estão colocadas diante de nós. A primeira é que, dado o impacto das novas tecnologias, o trabalhador precisa, essas tecnologias estão mudando o perfil profissional do trabalhador. Um trabalhador que não sabe, por exemplo, que não tem noção, por exemplo, do que seja a questão da automação industrial, de como operar sistemas, controles lógicos programáveis, de interpretar um gráfico, é alguém que não estará evidentemente habilitado a poder cumprir, a poder atender às exigências desse mercado. Então o impacto das novas tecnologias requerendo um novo perfil profissional do trabalhador. Esse é um desafio importante.

O segundo e essa é uma questão que eu sei muito percebida pelos nossos Senadores que aqui estão: O desafio de prover essa oferta em regiões, nas novas regiões industriais do País. Felizmente houve uma mobilidade do capital produtivo. A geografia do emprego industrial mudou. Há regiões que há dez anos passados não tinham nenhum peso na formação da produção industrial do País e que passaram ter. Por exemplo, o Centro-Oeste hoje, tem na formação do PIB industrial do Brasil, um peso crescente. A região Norte também que passou a ter um peso maior.

Então, o desafio do sistema é prover essa oferta nas regiões que estão efetivas... Na chamada nova territorialidade da indústria, aonde a indústria se encontra agora com essa grande mobilidade do capital produtivo. Esse é um outro desafio. E temos também o desafio de manejar tecnologias de formação novas. O que significa dizer preparar os docentes e os gestores para um processo de educação flexível da chamada educação empreendedora, portanto, são novos conteúdos de formação que estão também exigindo novos perfis que se colocam para o sistema.

E finalmente o desafio que a própria aceleração do processo de crescimento do Brasil nos coloca, vejam que o PAC foi anunciado, é um programa de grande importância na área de infra-estrutura do chamado capital físico, mas o maior desafio do PAC hoje é o desafio de poder prover a mão-de-obra necessária a esses programas. Nós temos assistido já um quadro

preocupante de escassez de mão-de-obra em algumas áreas. Nós na indústria, por exemplo, percebemos problemas, por exemplo, em setores importantes como o setor petroquímico, como o setor sucroalcooleiro e também na área da construção civil, nós estamos diante, eu não diria de um apagão de mão-de-obra, mas estamos diante de dificuldades que estão se agravando e se não houver um esforço articulado do setor público com entidades e instituições como o Sistema S para prover essa oferta nos próximos anos, nós teremos problemas sérios que representarão um constrangimento quase que intransponível a esse processo de crescimento dos próximos anos.

Então nós estamos realizando, de nossa parte, esse esforço com a visão de que o nosso sistema vai responder a esse desafio que é o desafio de elevar de forma significativa essa oferta nos próximos anos e aí, minha cara Senadora Marisa Serrano, constatamos hoje uma situação que representa um paradoxo: Faltam empregos no nosso País, mas faltam trabalhadores. Nós temos desemprego, mas, infelizmente, não há hoje trabalhadores ou uma oferta adequada para atender as necessidades que se colocam nesses setores. Então hoje, o emprego evidentemente depende fundamentalmente da qualificação e da capacitação e cada vez mais nós teremos a necessidade de um trabalhador com melhor grau de formação.

Vejam que no que diz respeito à indústria os números são números produtos preocupantes: Do universo de 7.8 milhões de trabalhadores na indústria, 4.8 milhões, ou seja, 61% do universo de trabalhadores na indústria não têm a educação básica completa. Desses, 2.4 milhões não completaram o Ensino Fundamental. Então esse é o maior desafio que se coloca hoje para dar uma resposta adequada.

Esse programa tem quatro eixos fundamentais: Expansão e diversificação da oferta de matrículas e de vagas; outro aspecto importante é a modernização da nossa infra-estrutura física, laboratórios e escolas. Nós estamos nesse momento negociando com o sistema BNDES um processo de financiamento que permita que antecipemos em alguns anos esse investimento que o sistema pretende realizar na modernização dos laboratórios e na modernização das nossas escolas e dos nossos centros de formação.

Esse processo está muito bem encaminhado e nós já temos aí uma resposta preliminar à carta-consulta que encaminhamos e um outro eixo fundamental que é a capacitação de docentes porque não será possível atender a toda essa demanda sem investir fortemente na capacitação de docentes e dos gestores do nosso sistema. Então, eu gostaria de destacar também alguns outros aspectos de que nós estamos

olhando a questão da inclusão digital. Esse programa vai oferecer 28 mil computadores. Todas as escolas do Sesi no Brasil terão as suas unidades de informática equipadas e todos os docentes do sistema passarão a ter um computador.

De outra parte nós teremos laboratórios de ciência também porque hoje como sabemos há uma grande deficiência nas áreas de biologia, física e química, então, há uma estrutura de carros-laboratórios que equiparão essas escolas, são 510 laboratórios de ciência que serão instalados também na rede Sesi. Quero destacar ainda que na questão da oferta da educação para jovens, um ponto fundamental, meu caro Senador Cristovam Buarque, é ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola e aí temos o desafio de que 40% das vagas, 40% dos alunos já estarão em período integral nas escolas do Sesi. 40% dos alunos estarão já em regime de período integral que corresponde a 40% das matrículas do sistema.

Abrindo um pouco os números que correspondem a esses desafios do Sesi e do Senai eu gostaria de forma aqui rápida de poder dizer que, a esses 16 milhões e 200 mil matrículas correspondem ao desafio na área de educação básica de jovens e adultos dois milhões e 300 mil conclusões. Educação Básica de crianças e jovens: 850 mil matrículas. Na área de reforço pedagógico quatro milhões de matrículas. Na formação inicial e continuada de trabalhadores que é a parte que toca ao Senai, oito milhões 607 mil matrículas; educação profissional técnica de nível médio 482 mil matrículas. Educação superior, eu creio que é do conhecimento dos Senadores que o sistema Senai oferece cursos de graduação e pós-graduação em áreas muito importantes para formar tecnólogos em áreas muito importantes, por exemplo, os cursos de Engenharia Têxtil no Brasil, os melhores cursos de Engenharia Têxtil no Brasil, são oferecidos pelo sistema Senai. Temos, portanto, na área de Educação Superior 32 mil 690 matrículas; na área de competências transversais um milhão de matrículas e aí temos o Senai 24 horas e o Senai Itinerante.

Portanto, esses são os números que estão aí colocados e que constituem como eu já disse, um desafio muito importante para o Sistema S da indústria. Temos absoluta convicção de que o sistema responderá de maneira adequada a esse desafio que é como eu já disse, imperativo para que a indústria brasileira possa ter condições de não apenas de se inserir de forma crescente nesse mercado global, mas, sobretudo, de sobreviver em meio a esse ambiente que é cada vez mais marcado por um processo intenso de competição.

Então, era essa a parte inicial da nossa exposição e eu ficaria à disposição aqui com a nossa equipe, para esclarecer alguma, para fazer os esclarecimentos julgados necessários. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço o discurso feito pelo Presidente Armando Monteiro e quero dizer que talvez seja a primeira vez que eu escuto um discurso desse vindo de um industrial, vindo de um representante das classes produtoras. Já ouvi discurso até como esse de pessoas que faziam parte, mas saíram, se afastaram entraram em ONGs, entraram em movimentos.

Eu quero dizer que fico muito satisfeito com o discurso que eu ouvi e voltarei a comentá-lo depois, mas agora eu passo a palavra à Senadora que foi autora do Requerimento, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Deputado Armando Monteiro, toda a sua equipe da CNI que está aqui, o Deputado e amigo Gonzaga Motta que está conosco, os Srs. Senadores e dizer que o objetivo desse Requerimento foi justamente acompanhar o projeto em que eu participei do lançamento em Campo Grande na FIEMS, Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul, quando o atual Presidente Sérgio Longen, colocou a proposta dessa nova proposta para que nós pudéssemos ver a indústria com uma outra visão, a Educação para Nova Indústria.

E eu fiquei muito impressionada com os números que me foram colocados naquela noite em Campo Grande e pensei que era talvez o momento de nós ouvirmos o Presidente da CNI, porque não é só o número de Senadores e o conhecimento nosso, mas através da TV Senado para todo o País. Que nós pudéssemos saber um pouco mais de como a indústria vai atuar nesse campo mais fortemente do que vem fazendo e o que levou a CNI a colocar educação como a prioridade no seu trabalho atual.

E também porque me interessa muito, já que o Senador Cristovam Buarque eu li nos jornais hoje, esteve na tribuna antes de ontem com a bandeirinha do Brasil dizendo que progresso é educação? Educação é progresso, nós estávamos lá em Montevideu na reunião do Parlamento do Mercosul e eu não pude presenciar essa cena, mas o Senador Cristovam Buarque tem colocado sempre a idéia de que educação não pode ser feita por alguns luminares ou alguns que acreditam que sabem muito sobre educação ou determinadas pessoas em nichos, mas que educação deve ser sempre colocada como prioridade pela sociedade brasileira. Aquela mãe, Deputado Armando, que não vai à sua escola ver se o filho está indo bem, não con-

versa com os professores, não se interessa, ela não está sentindo a educação como uma prioridade.

Aquela que questiona, que luta, que quer o melhor e que denuncia se a escola não está ensinando a sua criança, aí então é sinal de que a sociedade está atenta para as questões da educação. Qualidade vai se fazer na educação brasileira a hora que a sociedade assumir que a educação tem de ser prioridade. Então eu gostaria, no lastro da sua exposição, alguns questionamentos ou alguns esclarecimentos que eu acho que são importantes, primeiro: Como fazer, como poderíamos, que sugestão o senhor daria a todos nós aqui no Senado para que as outras áreas que congregam também a produção no País, a CNA através da agricultura, comércio, serviços e outros que pudessem trabalhar nesse esforço? Nós estamos precisando todos juntos abrir cabeças e saber também, agricultura sabe com as altas tecnologias e com competitividade cada vez maior, ela também vai ter que fazer um esforço maior. E o SENAR está aí para dar essa resposta através da agricultura e da pecuária, mas isso também é o comércio e sim por diante.

Esse tem que ser um esforço que eu acho que a CNI pode, já que começou, nos auxiliar e nós aqui ajudarmos a difundir. Como a indústria, além desse trabalho que está fazendo com essas outras co-irmãs, fazer com que a gente possa fazer face à competitividade não só da China, mas de outros países emergentes? Esse é um esforço nacional. E queria que V.Ex^a. também nos colocasse se essa proposta que a CNI está fazendo para o País, foi discutida também, porque é em nível nacional, com o MEC para saber se o MEC sabe e vai poder trabalhar concomitantemente sem que haja superposição com o trabalho que a CNI está realizando, porque é um trabalho de vulto. E depois eu estava lendo esses dias que a indústria brasileira, e V.Ex^a. hoje colocou isso aqui muito categoricamente, está saindo dos seus redutos tradicionais.

Por exemplo, nós sabíamos que a indústria estava em São Paulo. Hoje sabemos que a indústria não está em São Paulo Capital, está em São Paulo interior. A indústria, por exemplo, está indo para uma cidade do meu Estado que até então era extremamente pacata e nós não víamos perspectiva desde o dia que a Noroeste do Brasil passou a não mais ser o caminho para o Oeste que é Três Lagoas, limite com São Paulo. Hoje Três Lagoas é uma cidade que atrai indústria, a *International Paper* está lá, por exemplo, que é da Votorantin, atrai indústrias de grande vulto e todo o País, mas não é só ela, é todo o nosso bolsão Sul-Matogrossense, é claro, porque faz divisa com São Paulo, Minas, Goiás, então está perto dos grandes centros consumidores.

Então, eu quero dizer que a interiorização da indústria é algo novo para o País, o País vai ter que ver não só educação, mas principalmente educação com outros olhos. Eu queria entender se o MEC, por exemplo, e que tem obrigação de dar essa unidade nacional, está atenta para as necessidades da indústria que os novos parâmetros curriculares nacionais que já estão... Nós precisamos de novos porque os últimos foram feitos no Governo do Fernando Henrique, que os novos parâmetros curriculares nacionais tenham a idéia de que há uma nova indústria, há uma nova demanda que tem que ser atualizada.

Eu quero principalmente nessa ótica agradecer muito a presença do Deputado e Presidente da CNI, Armando Monteiro, aqui na nossa Casa e dizer que é sempre bom, mas é sempre muito bom quando qualquer organismo, mesmo o Sistema S que recebe recursos públicos, possam dar uma resposta efetiva à sociedade através de um apoio maior à educação e ao conhecimento. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como temos tempo, eu preferiria passar já para o Presidente e depois eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Senadora, eu fico muito feliz porque acho que questões que a senhora encaminhou são muito importantes e eu me permitiria até fazer uma sugestão nesse momento ao nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque, que é o seguinte: Muito tem se falado sobre o Sistema S. E me permitam nem sempre essa discussão e a forma como a imprensa e alguns setores da sociedade trazem essa discussão de maneira adequada. Vejam que agora no contexto dessa discussão de CPMF, de imposto sindical, o Sistema S é colocado no debate, a meu ver, de maneira absolutamente enviesada e imprópria. Eu creio que o Sistema S, até pelo fato de administrar recursos de natureza parafiscal que são recursos compulsoriamente cobrados na folha, o Sistema S deve ter e precisa ter um controle social maior.

Nós estamos na nossa gestão tomando medidas concretas para dar transparência a esse processo de gestão. Nossas contas estão na internet e nós estamos hoje na disposição de promover um grande debate no País sobre a questão do Sistema S, mas um debate que possa se situar, meu caro Senador Cristovam Buarque, no contexto próprio, não de pressões conjunturais ou colada a discussão de outras matéria como esse ou como moeda de pressão política como me parece que adquiriu essa questão da discussão dos S. Mas discutirmos seriamente o modelo de formação profissional do Brasil e o papel que o Sistema S vem cumprindo nesse contexto.

E aí vamos discutir tudo, vamos discutir gestão, vamos discutir o modelo de financiamento, vamos discutir a experiência internacional nessa área, quais são os modelos referência para o Brasil. E aí me permita dizer que há três modelos nessa área apenas: O modelo europeu que se apóia também em contribuições compulsórias cobradas na folha, os programas de formação profissional foram sustentados na Europa através de um processo de imposição de contribuições cobradas compulsoriamente na folha de pagamento das empresas.

Há um modelo americano que é o modelo ultra-liberal em que as grandes corporações investem na formação e houve uma experiência de triste registro aqui na América do Sul, em alguns momentos, em que todos os programas de formação foram remetidos para o orçamento público e como, infelizmente durante largos anos esses países viveram processos de instabilidade macroeconômica, esses programas foram descontinuados ou em grande medida desestruturados, o processo de contingenciamento orçamentário e etc.

Qual é o grande mérito, a meu ver, do Sistema S? É que em um País cuja marca é a descontinuidade dos programas, os S graças ao modelo, a existência de um modelo próprio de financiamento puderam ao longo de 60 anos realizar ações que foram continuadas ao longo do tempo. É evidente que podemos discutir o grau de eficiência disso, vamos comparar um pouco essa relação custo benefício, o que é que o setor público faz nessa área, a que custo, o que nós fazemos, eu acho que essa é uma discussão que deve ser feita na sociedade brasileira e nós estamos dispostos a participar dessa discussão.

Mas levando em conta esse desafio dos programas ou da resposta que o Sistema S deve oferecer nesse momento em que o Brasil anda em um ritmo mais acelerado de crescimento, eu creio que seria muito interessante se essa Comissão pudesse trazer também os nossos companheiros empresários que gerenciam o Sistema S em outras áreas do comércio, da agricultura como a Senadora falou. Eu sei que todas essas estruturas realizam hoje programas importantes, ampliados, mas era muito interessante que a Comissão de Educação do Senado e da Câmara pudesse instá-los a poder dizer o que é que esses sistemas estão fazendo, como eles estão orientando os seus processos de planejamento e como se dá essa articulação entre o nosso esforço em relação ao esforço do setor público que deve ser sempre complementar e articulado.

Então eu acho que seria muito oportuno que nós pudessemos fazer essa discussão levando em conta também a estrutura do comércio, o setor, a CNA e eu tenho certeza que esses companheiros valorizariam

muito essa oportunidade. Quero também dizer que em relação a sua questão de como nós nos articulamos com o MEC nós fizemos uma apresentação do programa ao Ministro da Educação, ele tem conhecimento exatamente desse escopo e a orientação do Ministro é no sentido de que possamos fazer cada vez mais uma ação articulada e a partir, vamos dizer, dessa necessidade de alinharmos também os nossos esforços com as políticas públicas da área de educação e sempre reconhecendo certas peculiaridades do nosso sistema que tem que estar voltado fundamentalmente para as demandas da própria indústria, quer dizer, o nosso desafio se coloca sempre na perspectiva do que é que a indústria brasileira demanda sem esquecer naturalmente as nossas responsabilidades em relação ao conjunto da sociedade e da população. Então, essa articulação tem sido feita.

E finalmente essa questão que a Senadora frisou de maneira, a meu ver, muito adequada dessa mudança no mapa da indústria do Brasil e da necessidade do setor público ter um olhar também sobre isso, ou seja, se há regiões novas, novas fronteiras estão aí se afirmando no quadro da produção industrial do Brasil, nós temos que prover a oferta de educação nessas regiões sob pena de frustrar esse processo ou pior do que isso, não internalizar nessas comunidades os benefícios que podem advir desse processo.

Há, por exemplo, regiões que estão importando mão-de-obra e os jovens que lá vivem, por exemplo, são excluídos desse processo exatamente porque não têm ali a oferta de cursos e de capacitação necessários. Então essa é uma dimensão muito importante desse processo de planejamento e nós aqui, no Sistema S da indústria, estamos atentos a essa realidade. Por exemplo, ao definir as nossas prioridades porque o Departamento Nacional do Sesi e do Senai tem apenas um caráter normativo. Nós fixamos as diretrizes do sistema, os braços operacionais estão nos Estados, nos chamados Departamentos Regionais, mas como nós transferimos recursos para os sistemas regionais esse processo de transferência tem que estar orientado em função das demandas que estão surgindo nessas novas regiões do País.

Então nós estamos indicando claramente essas prioridades quando decidimos aqui na estrutura nacional, os critérios para transferir recursos ou os critérios que atribuímos de prioridades aos projetos que nos são encaminhados pelas estruturas regionais, era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, eu quero cumprimentar o nosso ilustre palestrante, Deputado Armando Monteiro, como também saudar a presença do Deputado Gonzaga Motta em nossa audiência, Senadora Marisa Serrano, enfim, os presentes.

Senador Cristovam Buarque, V.Ex^a. de alguma forma manifestou surpresa pela fala do Deputado Armando Monteiro, tão vinculada à questão vital na educação em um ambiente em que ele, com muita competência, transita, convive e preside, eu queria dizer que para mim não foi nenhuma surpresa. Eu tenho acompanhado a atuação do Deputado Armando Monteiro que, por sinal, em termos de Brasil, digamos assim, é universal.

O nosso pequenino Acre, por exemplo, tem sido alvo da preocupação do Deputado Armando Monteiro, eu pessoalmente já cruzei com ele em várias oportunidades em meu Estado, quando ele lá comparece para tratar das questões atinentes à sua gestão, a gestão dos companheiros da FIEAC, sempre com a preocupação de verificar o que está acontecendo, o que pode acontecer, o que deve acontecer na área que com muita competência ele preside. Eu digo isso para mostrar que ele poderia perfeitamente se restringir aos grandes centros do País, onde se avoluma a indústria, mas não, a preocupação dele... É por isso que não me causa qualquer estranheza ou surpresa e eu acho que quando ele expressa aqui a consciência exata da importância que tem a educação, indústria... O que é indústria?

É a utilização do conhecimento na transformação de bens. E não se faz isso sem o conhecimento da tecnologia, sem a educação formal, sem a educação profissional, eu creio que, sem qualquer sombra de dúvida, a CNI, presidida pelo Deputado Armando Monteiro, cumpre um papel muito importante nesse sentido. Acho até que o Governo perde inúmeras oportunidades quando senta para conversar como bem lembrou a Senadora Marisa Serrano, quando tenta formular políticas educacionais, currículos e etc. e não chama para essa conversa os representantes de entidades como a CNI, como o SENAR, como o Sistema S, vamos generalizar.

Porque seria de fundamental importância que o Governo aprendesse, que o Governo incorporasse toda essa experiência. A indústria de forma muito objetiva enxerga na educação, no processo educacional tanto profissional como aquele ordinário no sentido do convencional, a indústria enxerga o que é mais adequado, mais apropriado para o desenvolvimento, para o crescimento da indústria nacional. Nesse sentido,

nós não podemos ter o papel da indústria nessa tarefa, nessa formulação e o papel do Governo de forma dissociada e separada.

Eu acho que devemos evitar a repetição de ações no mesmo sentido, mas devemos perseguir a convivência estreita, o gozo dessa experiência que deve ser profunda entre as ações do próprio Estado, o próprio Governo, as ações das entidades que de forma muito mais objetiva tratam dessa questão. Eu sou testemunha da competência com que o Sistema S atua. Eu sou testemunha por dentro e por fora, eu estava revelando aqui para a Senadora Marisa Serrano que no final da década de 60 eu frequentei a escola Euvaldo Lodi em Benfica, Deputado, passei cerca de sete meses fazendo um curso de torneiro mecânico e posteriormente atuei como torneiro mecânico, mas alguém pode perguntar: "Mas por que não permaneceu?". Eu não permaneci porque ali se tratava de uma tarefa que muitos de nós recebemos naquela oportunidade, Deputado, de nos qualificarmos as nossas organizações políticas. Mandavam-nos para nos qualificarmos, para irmos para dentro das fábricas fazer o que nos cabia fazer.

Na ocasião, na época que lutávamos contra essa história já antiga, não permaneci por isso, apesar de o curso ter sido uma coisa impressionante para mim, a atividade ter sido muito prazerosa para mim, mas não era exatamente, talvez não fosse exatamente o meu caminho, eu estava ali cumprindo uma tarefa, uma tarefa política. Qualifiquei-me e tenho lembranças muito agradáveis desse período, mas sou testemunha, digo isso para reforçar o fato de que eu sou testemunha de como trabalha o Sistema S.

Para o senhor ter uma idéia antes da conclusão do curso, já havia um capataz das indústrias recrutando os futuros profissionais já com contratos ali para atuarem nas fábricas tal era a qualidade dos alunos que saíam dos cursos dos SENAI que eu tenho certeza absoluta que permanece até hoje. É verdade, é muito elevada a empregabilidade daqueles que se formam no SENAI e nas outras instituições.

E eu digo que sou testemunha externa também pelo que eu falei em termos aqui de testemunha da sua própria atuação pessoal, da atuação do CNI, da atuação do Sistema S como um todo, que a gente acompanha de fora. O Brasil aprende experiências com instituições que, às vezes, em um período funcionam muito bem e daqui a pouco declinam. No caso do Sistema S o que nós temos conhecimento e o que nós sabemos, é que é uma estrutura, uma organização, que tende sempre a se aperfeiçoar, sempre a melhorar, então, isso é um exemplo para todos nós, para o País e para o próprio Governo. Que o Governo se compenetre da necessidade de que sempre que for discutir políticas educacionais,

programas, currículos que convoque sempre essas entidades para sentarem e externarem a sua experiência que é rica. É uma experiência rica que como mostram aqui os números envolvem milhões de pessoas, milhões de jovens, milhões de profissionais, milhões de futuros profissionais.

Isso não à toa. Essa é uma experiência que nós não podemos deixar ali em um canto e o Governo cuidar de... Não, isso tem que ser conjugado, isso tem que andar de mãos dadas, Deputado, para que a gente tire o melhor proveito. Toda essa energia deve ser [soa a campainha] conjugada para que o País ganhe, para que o Senador Cristovam Buarque possa balançar a sua bandeirinha e dizer que a educação é progresso. Educação só será progresso quando a gente trilhar esse caminho, Senador Cristovam Buarque. Quando a gente conjugar todas as experiências que nós temos e esta aí o exemplo do Sistema S, da CNI, de tantas entidades que cuidam de forma muito objetiva, do suprimento de talento, de capacidade, de pessoas educadas para aquelas finalidades, essa é uma experiência muito rica que por vezes eu acho que muitas vezes a gente desperdiça no nosso País. Portanto, meus parabéns Deputado, foi ótima a sua presença hoje aqui na nossa Comissão, declinando aqui projetos e números que impressionam pela sua grandeza e pela sua magnitude e faço votos de que tudo continue como está, melhorando sempre como é a tendência que a gente observa dessas organizações. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Deputado Armando Monteiro.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Senador Geraldo Mesquita, eu quero agradecer muito essas suas palavras que eu sei que, lhe conhecendo que são sinceras, correspondem ao seu sentimento e eu tenho e vendo também agora o nosso Senador Cícero Lucena a quem agradeço muito a presença, eu acho que às vezes é importante que nessas entidades nacionais haja uma presença de brasileiros que estão de alguma forma vinculados a regiões menos desenvolvidas do País porque eu acho, meu caro Senador Cristovam Buarque, que o grande desafio da sociedade brasileira é o de fazer um desenvolvimento espacialmente equilibrado. Quer dizer o Brasil, infelizmente, não tem uma visão muito integrada do processo de desenvolvimento e isso tem acarretado um descompasso imenso nesse processo de desenvolvimento.

Então eu acho que a circunstância da minha origem nordestina, a compreensão de que o desenvolvimento só se realiza plenamente se for um processo integrador na sua essência, que me faz identificar

esse papel que um sistema nacional tem que cumprir como em qualquer que seja a sua esfera de atuação para priorizar essas ações. Por exemplo, o sistema do Acre ele precisa muito mais da presença do sistema CNI do que, por exemplo, um Estado que tem já um grau de desenvolvimento e estruturas que são capazes de... Mas eu gostaria de destacar ainda dois pontos muito importantes que o Senador Geraldo Mesquita referiu. Um é esse que deriva da compressão de qual é o papel indústria nesse processo de gestão do conhecimento.

O Senador Cristovam Buarque sabe que durante muito tempo a visão do processo de desenvolvimento tecnológico esteve muito associado ao papel Academia e dos centros de geração do conhecimento e das universidades. Só há pouco tempo passou-se a incorporar a compreensão de que o *locus* da inovação, o lugar onde o processo de desenvolvimento ocorre, fundamentalmente é a empresa. E felizmente a Lei de Inovação, até esse programa que foi lançado ontem do programa que é uma espécie de PAC na área de ciência e tecnologia, já incorpora essa compreensão de que a empresa é efetivamente o local em que o processo de inovação deve se realizar plenamente. E quem transfere o conhecimento para o conjunto da sociedade em grande medidas são essas estruturas porque o conhecimento quando ele não se transforma em uma solução ou em um produto ou ele não responde a uma demanda concreta da sociedade, é algo que se circunscreve apenas ao deleite de alguns, mas o grande desafio é transformar o conhecimento em algo que atenda uma demanda concreta da sociedade. E a indústria tem um papel a desempenhar nesse processo de como se transfere o conhecimento e se apropria socialmente o conhecimento. Eu acho que esse é um papel que a indústria desempenha.

E quero também referir um outro ponto muito interessante da colocação do Senador Geraldo Mesquita, que é quando ele diz que o sistema empresarial ele quis referir que há certa pontaria na identificação dos programas que são, que devem ser desenvolvidos. Ou seja, o empresário como tem essa inserção no mundo da economia, ele pode saber melhor e quais as necessidades concretas desse ambiente. É evidente que isso não significa que, por exemplo, os trabalhadores não tenham que ter um papel muito importante eles próprios, porque são em última instância destinatários dessas nossas ações. E, aliás, eu quero também aproveitar esse momento para informar que a representação dos trabalhadores nos Conselhos nacionais dessas entidades está sendo ampliada agora. No Conselho Nacional do Sesi nós passamos a ter agora seis representantes dos trabalhadores indicados

pelas entidades, etc. Isso é muito importante porque eles também precisam participar desse processo de planejamento, mas é fundamental que a gestão do sistema tenha uma liderança e é fundamental que os empresários possam ter esse papel porque eles têm essa pontaria, essa capacidade de indicar que áreas devem ser focadas nesses programas de formação.

Então era isso, eu agradeço mais uma vez Senador Geraldo Mesquita.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu como Presidente da Comissão, em geral a gente se reserva para ser o último, mas eu vejo que o Senador Wellington Salgado chegou porque estava na Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia onde eu estive um pouco antes e quero dizer Senador que o debate lá conseguiu balançar a minha cabeça sobre a conveniência ou não de manter a voz do Brasil em um horário rígido. Pela primeira vez eu tive dúvida ao ouvir um pronunciamento lá.

Então eu vou dar um pouco mais de tempo para eu falar, o Senador Cícero Lucena devia estar em outra Comissão. Quer falar agora? Ótimo. Senão eu ia fazer a minha fala para lhe dar mais tempo. Não, o senhor está querendo pode falar.

Bem, eu queria dizer da satisfação que eu tenho de ter escutado a sua fala aqui, sinceramente. Primeiro porque acho três pontos que eu acho que são raros no setor industrial agrícola produtivo brasileiro. Primeiro: A percepção de que hoje a educação é o insumo fundamental, a ciência e a tecnologia é o criador primeiro do valor no setor produtivo. Lamentavelmente isso ainda é raro.

Segundo: A percepção de que essa ciência e tecnologia, essa formação para o setor produtivo ela passa necessariamente pela formação da educação básica. Isso é raro. Ainda tem gente que acredita que você pode pegar uma pessoa recém-alfabetizada e transformar em um operador de fresa ou operador de qualquer outra coisa. Não tem mais como. E o Deputado Armando Monteiro foi muito claro nisso ao deixar aqui a visão de que a formação técnica profissional exige hoje um avanço na educação.

Essas moças que nos traduzem aqui ontem me deram uma lição. Uma jovem adolescente que eu conheço de uma família pobre eu coloquei para estudar para ser tradutora. E elas me disseram que a menina tem toda a habilidade necessária, mas não tem vocabulário, não vai conseguir ser uma tradutora de livros não é porque não tem vocação para fazer, mas porque não tem o vocabulário necessário para fazer a tradução. É inacreditável, isso viria de uma boa educação de base, Senadora Marisa Serrano, de uma carga de leitura. E terceiro ponto que para mim é muito gratificante é ver

o programa que vocês estão preparando para o Brasil inteiro. Que é um programa altamente ambicioso, eu diria até pretensioso até para pernambucano.

É um programa pretensioso, mas mesmo assim, é aí que vai a minha pergunta, mesmo assim comparado com o tamanho do Brasil toda essa ambição, vontade e uso de recursos de vocês ainda fica pequeno. Ainda fica pequeno dentro do Brasil, 14 milhões. É inacreditável – 16 milhões – é inacreditável que um grupo privado, porque é feito pelo setor privado, seja capaz de trazer 16 milhões, mas ainda fica faltando 32 milhões. E aí vem a minha colocação, como é que a gente pode usar, além desse trabalho específico que o Presidente da CNI em nome das instituições da CNI, trazem como eu diria educadores, na verdade, porque vão educar esses 16 milhões, como é que a gente pode fazer com que vocês sejam também educacionistas? Para lutar para que todos os outros 32 milhões sejam incorporados também através da ação efetiva da política, do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, nós. Eu quero saber como é que o Presidente da CNI que é Deputado Federal, que é um dos homens mais influentes hoje na República brasileira por seu papel, por sua relação com o Presidente, é capaz de influir nacionalmente? Como é que o senhor está vendo a sensibilidade ou não do Poder Público brasileiro para levar isso que vocês defendem e que eu não tenho nenhuma crítica como educador, nenhuma, como é que vocês levariam isso ao Brasil inteiro através do Poder Público e aí sim receber a bandeira dos educacionistas que é essa aqui, Senadora Marisa Serrano educação é progresso.

Eu quero deixar claro que não quero mudar a bandeira brasileira, eu quero incutir um novo espírito nela. Pode deixar escrito “Ordem e progresso” ou “Amor, ordem e progresso” como era a idéia inicial que Darci Ribeiro defendia.

Eu quero atrair o Presidente da CNI como líder político para essa campanha da educacionistas que, aliás, eu pego carona em um conterrâneo nosso chamado Joaquim Nabuco que criou o movimento abolicionista. A idéia do educacionismo é exatamente isso, inclusive, independe de Partido, nenhum Partido vai ser capaz de fazer isso. E nenhum Partido está fora disso e em todo Partido tem gente que defende essas idéias e em todo Partido tem gente que não defende.

Como é que a gente faz um Partido causa, transversal aos Partidos siglas que são os nossos de hoje? Então, eu lhe dou essa bandeira porque por sua fala já merece, mas cobrando seu papel como representante do meu Estado Pernambuco, homem influente na República para que essa experiência possa chegar ao Brasil inteiro.

Eu passo a palavra ao Deputado Armando Monteiro e depois eu passarei ao Senador Cícero Lucena e se o Senador Wellington Salgado também quiser fazer uma fala, também obviamente passarei. Primeiro o Deputado vai responder.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE):

Bom, eu quero dizer que há figuras que são importantes para... Aquela frase do Bertold Brecht há pessoas que são indispensáveis quase, eu acho que essa sua presença, Senador Cristovam Buarque, no debate da questão da educação no Brasil, a coisa que acho monotemática, mas no melhor sentido de eleger um tema que possa ser um tema absolutamente definidor, fundamental do que deve representar esse esforço da sociedade brasileira, eu acho que a sua presença é muito importante nesse País.

O papel que o senhor cumpriu, inclusive, nessa campanha presidencial na última e que pode ficar certo de que há uma semente que foi aí plantada no sentido de ir fazendo a sociedade brasileira entender que esse, o que o senhor chama de Partido causa, quer dizer, essa é uma causa fundamental no Brasil. O Brasil não vai verdadeiramente se emancipar nem emancipar as pessoas senão pela via da educação.

As ideologias são as compreensões de que elas em si mesmas não são capazes de operar essas transformações mais, ou seja, é precário o processo de poder atribuir hoje ao discurso ideológico a possibilidade de mudar a sociedade. As sociedades só mudam independente dos seus regimes políticos se conferirem à educação um papel fundamental. Então, nesse sentido eu até me honro de como seu conterrâneo ter a visão da sua importância hoje na cena brasileira em relação a essa questão da educação, essa cruzada aí.

Então eu me incorporo, evidentemente que de forma modesta, no sentido de dizer que onde estou e circunstancialmente no exercício do meu mandato Parlamentar, eu quero ajudar aqui que possamos impulsionar, expandir na sociedade brasileira essa compreensão do que representa a educação. E tenho procurado nos espaços onde atuo traduzir isso em ações concretas. Por exemplo, a Confederação Nacional da Indústria acaba de instalar o Conselho Temático de Educação. Antes as entidades empresariais apenas cuidavam nos conselhos temáticos daquilo que era mais óbvio: Infra-estrutura, política econômica, política industrial, nós criamos na Confederação o Conselho Temático de Educação. E creio que se transformará no mais importante Conselho da entidade porque vai tratar de educação para o trabalho, mas vai tratar fundamentalmente da questão da educação *latu sensu*.

E eu quero que a composição desse Conselho possa expressar a pluralidade dos atores que devem

atuar nesse processo, ou seja, não será um Conselho de empresários, embora seja um Conselho Empresarial. Então, eu quero que a partir daí que o nosso sistema-indústria, isso vai, a esse movimento, Senador, corresponderá à instalação de Conselhos Temáticos de Educação em cada uma das federações de indústria do País. Veja que isso terá um efeito importante nesse processo. E creio também que junto às próprias empresas, que de alguma maneira já realizam alguns programas no plano, vamos dizer, do que seja a responsabilidade social hoje, especialmente das maiores empresas, das grandes corporações, eu creio que podemos fazer também um esforço para que elas se mobilizem e possam ter uma presença maior nessa cruzada que nós precisamos empreender. Então é dessa forma que eu ainda que modestamente me incorporo e pode ficar certo que a esse seu Partido eu me filio com entusiasmo e a nossa bandeira o senhor traduziu de forma muito competente essa idéia de que até a ordem verdadeiramente ela dependerá da educação. Porque não poderá haver ordem sustentável em meio a tanta desigualdade e tantas diferenças. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Deputado Armando Monteiro, Presidente da CNI, eu quero lhe dizer que posso afirmar ao ouvir o seu último pronunciamento nesse instante respondendo ao Presidente Senador Cristovam Buarque, que os meus olhos brilharam com essa história do Conselho de Educação. Como eu não posso vê-los eu tenho certeza que o do Senador Cristovam Buarque brilharam mais do que os meus pela sua história e pela sua dedicação nessa área de educação a exemplo de tantos outros pares nossos aqui no Senado.

Mas eu quero dar o meu testemunho em relação à CNI quando da minha experiência como Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Paraíba que em uma parceria nós iniciamos uma escola, um projeto pioneiro naquela oportunidade, Presidente Senador Cristovam Buarque, que foi o Projeto Escola Zé Peão. A gente pegava o peão da construção civil, como chamamos lá no Nordeste, e procuramos um projeto de alfabetização onde no próprio canteiro de obra, no refeitório era instalada uma sala de aula para alfabetizarmos os trabalhadores da construção civil. Onde a empresa cedia uma hora do horário do trabalhador para que a gente pudesse desenvolver esse projeto que sem dúvida se multiplicou no Brasil e eu utilizei, inclusive essa idéia, depois naquele programa quando Prefeito que o Sr. Ministro de Alfabetização na cidade de João Pessoa que nós ampliamos para as in-

dústrias, ampliamos para os condomínios residenciais a idéia básica da Escola Zé Peão que foi fruto de uma parceria do Sindicato da Construção Civil de João Pessoa com a CNI, no caso, além de outros obviamente de treinamento de qualificação dos trabalhadores da construção civil.

Mas, Presidente Armando Monteiro, eu gostaria de lhe sugerir para que a CNI pudesse refletir um pouco sobre a uma experiência que nós tivemos em João Pessoa. Com a preocupação na escola pública municipal, nós fizemos uma parceria com a CEFET em João Pessoa onde das 90 escolas municipais daquele Município eram selecionados os dois melhores alunos por escola da última série do primeiro grau e dava um número então de 180 alunos. Daí era feita uma seleção para se formar uma turma de 40 alunos na Escola Técnica Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa.

Minha sugestão, e foi uma experiência muito exitosa, eu citei o primeiro ano; dos 40 que foram 36 passaram e nós sabemos do rigor da escola técnica lá na Paraíba. Embora a gente tenha tomado algumas precauções, tipo fornecer vale-transporte, fornecer o alimento a esses alunos, fornecer o fardamento para que eles não se sentissem em condições desiguais com os outros da escola técnica, mas sem dúvida nenhuma foi um êxito muito grande e até as escolas técnicas passaram em parte a adotar isso. A minha sugestão, eu não ouvi e não sei se V.Ex^a. falou, sobre a forma de seleção para a inclusão nos cursos que são patrocinados pelo Sistema S, em particular pela Confederação Nacional da Indústria. Mas a minha sugestão é que fossem feitas parcerias aonde tem essa escola com o serviço público, quer seja Municipal e hoje mais ainda porque o Ensino Fundamental, o primeiro grau antigo, é efetivamente na rede Municipal para que fossem aproveitados esses alunos da rede pública com o nível de aceitabilidade maior por parte da Confederação porque nós estamos, além de garantindo a continuação de seus estudos, nós estamos gerando oportunidade de renda e de empregos para esses jovens.

Então a minha sugestão é que a Confederação se dedicasse um pouco sobre um projeto de parceria com a rede pública para aproveitar esses alunos que são competentes, são dedicados, o que eles precisam é verdadeiramente de oportunidade.

E por fim, vi também no programa de vocês, a questão da preocupação com o ensino a distância. Eu acho que isso é fundamental, é um processo que pode ser democratizado com quantas vezes mais nós criarmos os centros de informática públicas, a escola disponibilizar os seus laboratórios, as escolas públicas disponibilizarem os seus laboratórios de informática

não apenas para os alunos da rede, mas para a comunidade da circunvizinhança, sem dúvida nós teremos chance de fazer cursos, porque não são só operadores de máquina que a indústria precisa, tem uma gama de outros técnicos que podem muito bem ser treinados e qualificados por vocês com essa responsabilidade social que eu sei que norteia o processo nas suas ações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deputado.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Senador Cícero Lucena, muito obrigado, eu quero agradecer essa contribuição que V.Ex^a. dá, a compreensão desse processo e creio que os dois pontos que foram trazidos pelo Senador são muito importantes. Essa parceria com o sistema público de modo a oferecer oportunidades a alunos que podem estar integrados a esse Programa Educação para Nova Indústria e, portanto, essa parceria é fundamental, quer dizer, nós estamos atentos a isso e quero registrar aqui que esse ponto é um ponto fundamental, sobretudo, levando em contas as características da educação em algumas áreas do País, dadas às especificidades, então, essa é uma questão fundamental.

E o no que diz respeito ao ensino a distância, nós temos como um dos eixos do programa essa compreensão de que para alcançar essas metas, nós temos que nos valer de métodos, de ferramentas que não podem ser meramente se cingir aos métodos convencionais e a coisa da educação presencial nesse caso. Então essa questão da educação à distância é uma ferramenta fundamental que nós vamos utilizar e grande parte dessas metas quantitativas já decorre exatamente da maior utilização dessa ferramenta como, por exemplo, da educação à distância.

Não sei se Mariana quer trazer alguma informação complementar sobre esses dois pontos? A parceria e da... Você precisa tocar aqui.

SRA. MARIANA: As parcerias elas efetivamente já existem, o SENAI recebe egressos, a Regina pode complementar. Na questão da educação à distância nós, no programa Elevação da Escolaridade, certamente vamos, nós já utilizamos hoje através do telecurso e também com o material impresso, o desafio é continuar usando TV, continuar usando material impresso, mas incorporar a isso as novas tecnologias de informação, então, nós já estamos desenhando educação à distância com conteúdo on-line para elevação da escolaridade, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Se o senhor me permite, eu gostaria de complementar a questão do Senador Cristovam Buarque quando ele diz "o que é que nós podemos fazer pela educação brasileira?". Eu diria além das ações que o

Sr. Deputado já levantou, eu diria, uma é a discussão e o Senador Cristovam Buarque há três semanas atrás participou de uma ampla discussão lá na CNI sobre a questão, educação e desenvolvimento, foi uma oportunidade boa.

Nós temos dentro da Educação para Nova Indústria duas ações dirigidas à educação pública, uma delas é um prêmio em parceria com a UNESCO, que é o prêmio SESI Qualidade na Educação e uma outra é nós estamos prestando consultoria para especialmente redes municipais no sentido de melhorar a qualidade da educação básica. Obrigada.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE):

Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passaria...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para concluir que eu não coloquei, mas eu queria só registrar que no momento dessa parceria com a rede pública que você estabelecer metas a disputa é fundamental até em um processo que a educação hoje está discutindo que é reconhecer e estimular, então, sem dúvida vocês estarão dando uma grande contribuição de estímulo aos demais alunos, não só aqueles que serão treinados, mas aqueles que tentarão ter o aproveitamento pelo sistema.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE):

Muito bem, Senador. Está registrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Wellington Salgado, que é o homem do ramo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cristovam Buarque, desculpe V.Ex^a. sabe que eu estava presidindo a outra Comissão de Comunicação da qual V.Ex^a. passa a fazer parte também agora, é muito importante em nossa Comissão tê-lo operando nessa Comissão. Agora primeiramente eu estou muito feliz de estar à frente do Deputado mais votado de Pernambuco. Na verdade esse é um Estado por quem eu tenho um carinho muito especial, V.Ex^a. sabe muito bem disso e nesse momento que eu cheguei, eu peço desculpas por ter chegado após a explanação de V.Ex^a., surgiu um assunto interessante que é a questão do ensino à distância. Além de eu ter sido nomeado pelo Presidente para fazer um relatório sobre as discussões que aconteceram, as audiências públicas aqui, eu acho que, eu acho não, eu tenho certeza, que é o futuro do País.

Eu fiz um doutorado em ensino à distância na UNED, Universidade Nacional de Educação à Distância na Espanha, e sempre os membros da UNED, me falavam os professores, falavam que o Brasil é um País que foi feito para o ensino à distância porque, na

verdade, é um País continental, eles sempre diziam isso. E uma coisa importante e que eu cometi um erro tremendo logo assim que eu entrei na questão do ensino à distância estudando, é que eu achava que a velocidade de estudo era a velocidade determinada pelo Poder Público ou pela Instituição quando na verdade a velocidade é de quem faz o estudo.

Essa é a vantagem do ensino à distância. Você faz a sua própria velocidade. Se você tem três filhos e trabalha de noite você faz duas matérias, se você não tem filho nenhum é só você e a esposa, se você é solteiro você tem a sua própria velocidade. Esse foi o primeiro erro que eu cometi ao debater o ensino à distância que eu achava que a velocidade tinha que ser... Comecei a fazer algumas contas para ver se era caro ou não para o Governo em cima de cinco anos e o professor simplesmente disse para mim: "Quem disse que cinco anos é o tempo ideal para esse aluno?". E ali eu comecei a entender as coisas. Então V.Ex^a. como Presidente tem um trabalho importante, o ensino à distância é um ensino onde não é mais centrado no professor e sim nas tecnologias como bem colocou a sua Assessora aqui, e é o futuro do País.

Na Europa ou na *Oprah Universe* onde começou, não existe o preconceito contra o diploma que é do ensino à distância quanto ao diploma presencial. Isso não existe mais, eu espero que aconteça isso no Brasil também. Levando em conta que o País tem criado, as pessoas que criam a legislação têm criado tanto problema para se fazer o ensino à distância porque na verdade você só... Vamos supor que seja centrado na televisão, no satélite, você desce e desce em uma tele-sala e lá você tem o professor, imagem lap(F) e você começa a criar algumas fontes de tirar dúvida ou por e-mail ou por fax que chegue lá e fala: "Agora eu vou responder para o Sr. Armando Monteiro. Olha, sua dúvida é essa aqui, isso é uma coisa simples". No entanto se começa com legislação, portarias, o Ministro que eu tenho um carinho especial, não ele, mas seus Assessores começam a criar uma série de dificuldades para o ensino à distância. Não é isso, o ensino à distância ele é livre, o que precisa ser é a avaliação presencial, isso eu não abro mão.

Eu defendo isso, a avaliação não pode ser à distância porque aí você tem a diferença do ensino à distância, a educação à distância e a educação aberta. A educação aberta ela é bem anárquica, não tem pré-requisitos, não tem nada você faz a hora que você quiser, a disciplina que você quiser. Já a educação à distância não, você tem de que fazer primeiro as disciplinas para obedecer uma continuidade.

Então, Sr. Presidente, eu fico chateado de não ter participado, mas vou pedir o que V.Ex^a. falou aqui, no

Senado a gente tem alguns Senadores que trabalham demais, e tem outros que aparecem demais, muitas vezes é injusto, é uma espécie de Senadores multi mídia e outros Senadores que carregam nas costas tudo e correm de Comissão em Comissão como também é na Câmara, com certeza, o Armando conhece muito bem isso.

Então, Presidente desculpe não estar presente, mas eu queria parabenizá-lo. V.Ex^a. que sempre colocou a educação como bandeira, muitos trabalharam tendo outras bandeiras, V.Ex^a. não. Não abre mão e lutou e carregou essa bandeira sozinho pelo Brasil inteiro e continua carregando e tenho certeza que em algum momento será recompensado todo o trabalho que V.Ex^a. faz. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu recebo um comentário como esse seu, me satisfaz muito. Presidente, eu passo para o senhor responder e fazer os comentários finais.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Agradecer ao Senador Wellington Salgado, eu sei que ele é um professor que conhece muito esse assunto. Sei, inclusive, também que lá em Pernambuco ele teve ou tem investimentos na área de educação, o seu grupo, mas achei muito interessante esses comentários que o Senador fez sobre a questão da educação à distância e como o Brasil é um País vocacionado para a utilização massiva desse instrumento que é tão importante. E atentei muito para essa observação feita por V.Ex^a. sobre a diferença entre o que seria educação aberta e educação à distância e também a preocupação de que a burocracia não termine por prejudicar, vamos dizer, a utilização dessa ferramenta que é tão importante em um País em que a causa da educação tem uma urgência e uma... Que ninguém desconhece.

Então Senador, eu lhe agradeço muito por essa contribuição e gostaria de também de dizer que em qualquer oportunidade que seja possível nós gostaríamos de fazer uma apresentação mais completa desse programa Educação para Nova Indústria que o sistema lançou agora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E eu gostaria de ter a oportunidade um dia de almoçar no Leite com V.Ex^a.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Pronto, vamos fazer isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que é o grande restaurante de Recife, maravilhoso.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): E aqui em Brasília também na nossa CNI, o senhor já se sinta convidado também para essa... O Senador Flexa Ribeiro de vez em quando nos honra com a pre-

sença, mas ultimamente anda meio arredio, eu não sei se é por conta de...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito trabalho, muito trabalho.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Muito trabalho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora mesmo se o Presidente me permitir... Conceder-me a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro, Senador, claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero primeiro me desculpar com o Presidente e com o Deputado Armando, eu tive que me ausentar da Audiência Pública porque tinha um projeto que eu era relator da CCJ, outro na CI e tive que ficar indo de uma Comissão à outra e se estendeu o projeto na CCJ em função de ser um projeto polêmico tanto a questão da cobrança do ICMS na produção de energia e petróleo que são os únicos dois insumos que o ICMS é cobrado no consumo e não na produção.

Mas eu quero parabenizar o Deputado Armando Monteiro, Presidente da CNI, Presidente do Conselho Nacional do SENAI e pela proposta que ele apresentou de investimentos no programa de educação. Senador Cristovam Buarque, ele é para nós aqui o guia, o nosso condutor no Congresso, no Senado especialmente na questão da educação. E ele é tido como, na própria campanha eleitoral quando foi candidato a Presidência da República de que ele era o discurso de uma nota só porque ele só tocava em educação. E eu digo sempre a ele que eu acho que não é o discurso de uma nota só, é o discurso da nota que vai resolver a questão do Brasil, é pela educação que nós vamos transformar esse País.

Se tivéssemos feito isso há 50 anos atrás seríamos outro País. Se tivéssemos feito isso há 30 anos atrás também já teríamos melhorado. Nós temos que começar um dia, a educação tem que ser prioritária. Agora, prioritária não no discurso, prioritária na prática, com a valorização do docente, com a qualificação do docente, não adianta você dar quantidade e não dar qualidade. Então nós estamos ainda discutindo um projeto do... Até fiz, pedi o auxílio do Senador Cristovam Buarque, a questão do processo hoje que é de aprovação automática que o aluno hoje não é mais reprovado, a não ser ao final do seu curso e isso precisa ser pelo menos regulamentado para que nós não estejamos gastando recursos da União sem ter a forma de mensurar o aprendizado ou não do aluno.

O Sistema S eu fico muito tranquilo em me posicionar em relação a ele porque o próprio Presidente é o maior propagandista do Sistema S e em especial

do SENAI. Ele já fez referências diversas que o único diploma que conseguiu e que o propiciou a avançar na vida como ser humano e chegar à Presidência da República, foi o diploma que ele conquistou de torneiro mecânico pelo SENAI de São Paulo.

E a CNI através do SESI/SENAI propõe investir agora mais de dez bilhões de reais exatamente naquele aspecto que vai possibilitar o avanço do Brasil que é na educação. Então Armando, eu não poderia deixar de vir aqui para fazer esse registro, dizer que nas suas palavras iniciais que eu assisti e eu já sabia disso das nossas reuniões lá na Confederação, de que você vai privilegiar exatamente essas regiões que estão em desenvolvimento. Que são aquelas como Amazônia e o meu Pará que estão avançando no setor industrial de forma importante, mas que precisam formar mão-de-obra para isso. Formar mão-de-obra para isso, quer dizer, nós hoje somos e acredito que já em breve suplantaremos Minas Gerais, o maior produtor de minério do Brasil. Então, temos lá a Vale do Rio Doce, temos o COA, temos lá as grandes mineradoras brasileiras, mas nós não temos que ficar na mineração, nós temos que ir para a metalurgia, nós temos que formar mão-de-obra para que a gente tenha lá agregação de valores a essas matérias-primas nossas que são exportadas em estado bruto e geram empregos na China, geram empregos em outros países e não para nós os brasileiros.

Então, eu quero tão somente registrar a satisfação de ver que a Confederação Nacional da Indústria, também preocupada com a qualificação, com a melhoria da educação faz um programa que atende a educação básica, através do SESI, e complementa na educação profissional através do SENAI, ou seja, ela vai informar e vai formar o cidadão brasileiro. À medida que o aluno sair do Sistema S, do SESI e do SENAI, ele vai sair qualificado para ele possa exercer uma profissão com dignidade. E hoje o próprio Presidente disse, e é sabido por todos, há uma escassez de mão-de-obra qualificada.

O grande problema da mão-de-obra não é falta de brasileiros querendo trabalhar, esses têm em excesso. O que falta são brasileiros que estejam qualificados para exercerem aquele tipo de trabalho que lhes é oferecido. Então, parabéns a CNI, parabéns Armando, vamos juntos tocar o projeto porque eu acho que se todos nós, se todas as entidades, ou melhor, se todo o cidadão brasileiro se engajasse na educação, cada um assumindo um compromisso pessoal de que nós iríamos trabalhar para que a educação fosse valorizada, nós vamos avançar no sentido que o Senador Cristovam Buarque tem apontado permanentemente. E não desista Senador Cristovam Buarque, não de-

sista porque “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Nós vamos conseguir colocar a educação na posição que ela merece.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Deputado.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE):

Agradecer ao nosso querido, Senador Flexa Ribeiro, que conhece profundamente o Sistema S, o Senador pôde já dirigir a nível regional as estruturas do Sistema S da indústria lá no Pará qual tempo em que presidiu a Federação das Indústrias do Estado do Pará, e como companheiro lá do sistema-indústria, em grande medida o Senador Flexa também sempre colocou essa preocupação com a compreensão de que o sistema tem que assumir cada vez mais um papel de maior responsabilidade nessa área. O programa Educação para Nova Indústria, meu caro Senador Flexa, é uma resposta a esse desafio que temos cada um na nossa área de enfrentar essa questão e me parece que com o conceito absolutamente atualizado de que a educação tem que ser articulada. Combinar elevar escolaridade e através da elevação da escolaridade fazer o treinamento e a capacitação.

Não é possível hoje treinar e capacitar, sobretudo com as novas, com o advento das novas tecnologias, um trabalhador que não tenha uma formação mínima, uma formação básica e o programa também, meu caro Senador Flexa, contempla um esforço muito grande e muito importante na área de capacitação de docentes e de gestores de tecnologia do sistema.

Eu quero aproveitar também para dizer, aproveitando essa presença ainda dos Senadores, que repetir algo que já pude dizer no momento anterior do debate, eu creio que mais do que nunca é preciso discutir o papel do Sistema S, mas no seu contexto próprio. Vamos discutir a educação, vamos discutir a formação profissional do Brasil, vamos discutir a eficiência das nossas ações e não fazer uma discussão do Sistema S enviesada e casada às questões conjunturais e muitas vezes até como moeda de pressão política e etc. Vamos discutir o papel que nós temos que cumprir com transparência, com maior controle social buscando uma maior eficiência e para isso o sistema-indústria está sempre disposto a discutir esse nosso papel.

Ao final eu peço, ao tempo em que agradeço muito por essa oportunidade, mais uma vez à Senadora Marisa Serrano, autora do Requerimento que deu origem a nossa convocação, agradecer muito ao Senador Cristovam Buarque, esse grande brasileiro que tem um papel, eu diria que um papel apostolar nessa área que é tão importante da educação no Brasil e eu

quero fechar dando uma notícia aqui aos Senadores que me parece uma notícia relevante.

Se realiza agora no Japão a 39ª edição do *World Skilss*, que é o maior torneio de formação profissional do mundo e o Brasil representado pela delegação do SENAI conquistou o segundo lugar em média de pontos nesse torneio dentre 48 países participantes com duas medalhas de ouro, três de prata, quatro de bronze e sete diplomas de excelência. Esse foi o melhor resultado do Brasil já obtido em 13 participações nesses torneios. E para nossa satisfação, e a satisfação do Senador Cristovam Buarque, um pernambucano conquistou uma das medalhas de ouro, sobretudo, quer dizer, na área de tecnologia de informação que é o pernambucano Anderson Carlos Moreira Tavares. Portanto, meu caro Senador Cristovam Buarque, eu queria trazer com muita alegria, fazer aqui esse registro e mais uma vez agradeço a todos por essa oportunidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cristovam Buarque só uma colocação se V.Exª. me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vem se tornando o vale do cílio brasileiro. Informática, muitas... Posicionamento de programas, eu procuro em Recife porque lá está realmente a... E justamente a medalha de ouro foi nessa área.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Nessa área. Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem eu quero agradecer a todos os presentes, de uma maneira especial agradeço a Íris Valquíria, Regina Maria Torres, Antônio Carlos Brito Maciel, Rafael Luchesi(F) que são da equipe do Presidente e dizer para ele que esse foi um dos bons momentos que a gente teve aqui, eu vou ver como a gente incorpora o seu depoimento como se fosse parte das audiências públicas que a gente fez sobre educação, teria sido muito bom que tivesse sido durante aquelas audiências, mas isso nós vamos tentar fazer.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores o recebimento do convite do Sr. Ministro da Cultura, Gilberto Gil para o seminário de lançamento do Fórum Nacional de Direito Autoral a ser realizado no próximo dia 05 de dezembro na cidade do Rio de Janeiro.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Tribunal de Contas da União convidando para o 1º Fórum sobre Instituições Federais de Ensino Superior a ser realizado no dia 27 e 28 de novembro no auditório Ministro Pereira Lira, edifício sede do TCU.

Senador Wellington Salgado esse convite que o senhor fez, aliás, sugeriu para que ele não deixasse de ir almoçar no Leite, eu quero pedir ao Deputado que convide um conjunto de primos dele dos quais eu fui professor particular, eu financiei o tempo de estudante de Engenharia como professor de Física e Matemática e houve um momento que eu virei o professor da família de diversos dos primos dele. Eu não sei se ele ficou de fora porque era mais velho, porque era mais novo ou porque não precisava. O fato é que esses primos são pessoas que eu tenho o maior carinho, e são grandes industriais hoje em São Paulo.

Até para mostrar, Senador, como nós somos ambíguos politicamente nesse País: No dia 01 de abril de 1964, eu, jovem militante de esquerda, na escola de Engenharia, saí de manhã cedo para dar aula aos primos dele, a alta aristocracia pernambucana. E a mãe dos meninos disse: "Está havendo uma revolução, eu queria que o senhor ficasse cuidando dos meus filhos" e eu fiquei ali dentro daquele palacete pensando: "E se os camponeses vierem. Eu vou para lá ou fico aqui?". Mas fiquei firme ali como preceptor dos jovens até que terminou e eu fui para a escola de Engenharia ver meus amigos sendo presos. Você vê a ambigüidade da classe média brasileira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na verdade V.Exª. foi protegido lá. Iria junto com os amigos presos também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas tenho grande lembrança de toda a família, são amigos até hoje e agradeço muito, Deputado Armando Monteiro, pelo trabalho que o senhor vem fazendo pelo Brasil afora.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h11.

Ata da 63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 27 de Novembro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Neu-

to de Conto, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Gerson Camata, Edison Lobão e Marco Maciel. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 035/07-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que tem como objetivo discutir a “**Violência nas Escolas**”. Comparecem à Audiência Pública, as Senhoras Miriam Abramovay, Secretária Executiva do Observatório Ibero-Americano de Violência nas Escolas e Diretora de Pesquisa do Instituto de Estudos Avançados para as Américas da Organização dos Estados Americanos – OEA; Sandra Maria Coli Férrer, Psicóloga Clínica e Organizacional e Especialista em Análise Clínica do Comportamento Humano e Adriana Costa de Miranda, Professora e Pesquisadora da Universidade Estadual de Roraima – UERR. Antes de dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Vereador Jorge Bernardi (PDT/PR) da Câmara Municipal de Curitiba e Suplente do Excelentíssimo Senhor Senador Osmar Dias (PDT/PR) e de estudantes da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Centro de Ensino Unificado de Teresinha – CEUT, Faculdade São José – FSJ (Timon – Maranhão), Faculdade do Vale do Ipujuca – FAVIP (Caruaru/PE), Faculdade Padre João Bagozzi (Curitiba/PR), Centro Universitário UNAÉS (Campo Grande/MS) e da Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro/RJ). Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Valter Pereira, Augusto Botelho e Cristovam Buarque, autor do Requerimento. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, faz o comunicado que se segue: **Comunicado:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do esporte, convidando para o ‘I Seminário Nacional do Programa Bolsa-Atleta’, a ser realizado no dia 28 de novembro de 2007, das 11h às 18h, no Hotel Nacional de Brasília. Informo ainda que a programação do evento encontra-se disponível na Secretaria desta Comissão”. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam

anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião atende a requerimento nº 035, da Comissão de Educação aprovado de autoria do Sr. Presidente para a realização desta Audiência Pública, destinada a discutir questões referentes à violência nas escolas, dando início a Audiência Pública solicito ao Secretário Júlio Linhares que traga os convidados para tomarem assento à Mesa.

Nós temos hoje três convidadas, todas três mulheres. Miriam Abramovay, Secretária Executiva do Observatório Ibero-Americano de Violência nas Escolas e Diretora de Pesquisa do Instituto de Estudos Avançados para as Américas, Organização dos Estados Americanos; Sandra Maria Coli Férrer, Psicóloga Clínica e Organizacional e Especialista em Análise Clínica do Comportamento Humano e Adriana Costa de Miranda, Professora e Pesquisadora da Universidade Estadual de Roraima.

Eu quero iniciar dizendo que essa Audiência Pública pode ser uma das mais importantes que nós já tivemos nesse período desse ano e olhe que nós já tivemos muitas audiências aqui, sobre diversos temas, mas essa toca um assunto que está hoje todos os dias nas páginas dos jornais, nas preocupações das 25 milhões de famílias que tem filhos nas escolas, está na cabeça da qualquer um que pense o futuro do Brasil. É a violência que hoje toma conta de nossas escolas.

Não apenas a violência importada das ruas para dentro das escolas, a violência nas paradas de ônibus, nas esquinas, mas a violência, interna mesmo a própria escola. É um fenômeno que não é apenas brasileiro, é um assunto que eu gostaria de ouvir as nossas apresentadoras falar, mas que no caso do Brasil tem uma dimensão a nosso ver além de maior, muito especial,

porque diz respeito a nós próprios, é um tema muito difícil de nós termos clareza de como enfrentar.

A gente sabe como enfrentar a qualificação do professor, a gente sabe o problema do salário do professor, pode não ter recurso, sabe como construir escola, como equipar escolas, como mudar o conteúdo, mas como controlar a violência, talvez, a gente hoje não tenha clareza de como fazer, por isso a minha proposta dessa Audiência que eu estou surpreso, temos quatro Senadores no dia de hoje. É muito difícil conseguir um quorum desses, eu quero dizer a vocês.

Os Senadores estão em quantidade enorme de Comissões e algumas que dão toques sobre problemas muito imediatos e que chama a atenção de todos, como CPMF, como cassação até mesmo de Senadores. Eu fico feliz em termos aqui quatro Senadores, mas lembro que o importante mesmo dessa Audiência é a transmissão pela televisão que vai para o Brasil inteiro, às vezes, ao vivo e depois, mas certamente pelo menos uma vez ou mais depois.

Os documentos que são depois taquigráficas e impressos e enviados aos Senadores, por isso eu estou satisfeito, temos os quatro Senadores aqui presentes, outros virão ao longo do dia, mas ao mesmo tempo a transmissão que a gente vai ter e a divulgação do assunto.

Por isso, eu passo a palavra à primeira de nossas apresentadoras que é a Professora Miriam Abramovay. Nós vamos dar 15 minutos, mais não cortamos a palavra, não cortamos a palavra, se falar demais, demais aí sim, mas aos 15 minutos vai tocar uma campainha, não pense que essa campainha significa a interrupção como o apito do Juiz de futebol, não é igual.

Miriam eu lhe passo a palavra.

SRA. MIRIAM ABRAMOVAY: Bom dia a todas, bom dia a todos. Eu queria agradecer o convite ao Senador Cristovam Buarque e a possibilidade de vir aqui um pouco discutir com vocês um tema que, na verdade, é um tema muito escondido. É um tema que não é considerado entre aspas um tema nobre. Porque eu estou dizendo isso? Eu acho que essa é a primeira questão. Fala-se no Brasil e muito se avançou em termos estatísticos, em termos da qualidade, do que é a educação no Brasil, dos problemas de qualidade da educação, mas nunca se toca, nunca se fala, nunca se une que a questão da qualidade está diretamente vinculada à questão de como se dão ações, relações sociais dentro das escolas, ou como é o clima escolar dentro de uma escola.

Existe um estudo de um rapaz, de um jovem da PUC, que faz um estudo bastante interessante que ele faz em relação, entre violência e proficiência dos alunos, ele é economista, a linguagem é pouco dife-

rente, ele não é sociólogo, ele é economista, mas ele vai econometricamente provando como as escolas são mais violentas, os alunos do SAEB, essas escolas tiraram piores notas.

Há três anos, eu já vim aqui uma vez falar sobre esse mesmo tema. E quando eu digo que não é um tema nobre, é porque de três anos para cá muito poucas coisas aconteceram, quer dizer, no sentido de que se considera outros temas sobre educação muito mais importantes, do que a questão da violência e das violências que existem dentro das escolas. Porque nós usamos violência no plural? Usa violências no plural, porque como bem falou o Senador, a violência não é só a violência que vem de fora para dentro da escola.

Essa violência que vem de fora para dentro ela é muito grave. A violência do tráfico influencia sim as escolas, a violência das gangues que é um fenômeno que nós temos no Brasil, é um fenômeno que nós temos em São Paulo, é um fenômeno que nós temos muito do Norte do Brasil, influenciam o cotidiano das escolas, seja, coisas que acontecem fora das escolas, podem ser resolvidas dentro da escola, como uma vingança, um problema entre as gangues ou um problema de tráfico de drogas.

A nossa escola é democrática em princípio serve para todo mundo, todos podem entrar na escola, ou seja, irmão de traficante, filho de traficante, o traficante, estão nas nossas escolas também. Qual é o grande problema? O grande problema é que o Brasil adora importar modas, hoje a gente escuta falar muito de *bulem*, por exemplo, *bulem* é uma teoria que vem do Norte e o Senador Cristovam Buarque pediu para eu falar um pouco das comparações, quer dizer, a violência efetivamente é um fenômeno não só brasileiro, ele é mundial, só que ele tem características muito específicas para o Brasil.

Nós importamos um pouco a questão do *bulem* para o Brasil que é um fenômeno do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um detalhe. Eu acho que seria bom explicar o que é o *bulem*, temos um público lá fora assistindo.

SRA. MIRIAM ABRAMOVAY: Na verdade *bulem*, eu traduzo como intimidação, mas *bulem* quer dizer que uma criança sofre a partir da intimidação de vários outras, não obrigatoriamente é físico, pode ser psicológico, ou seja, todos os dias, repetitivamente várias crianças fazem algum tipo de maldade ou jovens para algum jovem ou alguma criança, isso de forma repetitiva, tanto que nós temos até casos de suicídios em escolas, não só no Brasil, como em outros lugares no mundo. No entanto, no Brasil apesar de que existe a intimação esse é um fenômeno, nós temos outros

fenômenos importantes e o *bulem*, talvez, não seja o fenômeno mais grave.

O que acontece nas nossas escolas? Primeiro uma violência física muito grande ou uma violência onde se bate, onde as coisas são resolvidas não através da palavra, apesar de que a educação é o ato da palavra, nós teríamos que considerar a palavra como o sentido máximo da escola, as coisas se resolvem, muitas vezes, no tapa e nas brigas. Nós temos um tipo de violência de agressão verbal e as agressões verbais é um dos tipos de violência chamado micro violência, que é uma das violências mais graves, porque as agressões verbais elas se dão em função de apelidos, elas se dão em função de raça e cor.

Nós fizemos uma pesquisa que eu terminei o ano passado com a Dra. Mary Castro sobre a questão do racismo nas escolas que nós consideramos que é um tipo de violência, nós encontramos xingamentos, tais como: "picolé de breu, picolé de asfalto, toalha de mecânico", onde claro os próprios meninos se xingando. Mas existe um outro tipo de agressão verbal que é a agressão verbal do professor para com o aluno. Eu queria dizer quando a gente fala de violência é muito difícil, porque nós não podemos culpar ninguém, porque todos nós somos culpados na verdade.

Quer dizer, os professores são profundamente agressivos com os alunos, existe todo tipo de xingamento, de desmoralização para com os alunos, mas os professores também sofrem muito. Eles sofrem ameaças, muitas vezes, ameaças físicas. Eu encontrei nas minhas pesquisas, diretores que tiveram que abandonar não só a escola, como tiveram que abandonar o Estado por ameaças. Nós temos o carro, é um instrumento preferido dos alunos que furam os pneus, que riscam os carros, e a ameaça com as famílias de professores.

Nós temos, agressões físicas, já falei de ameaças, discriminação de racista, furto, o furto na escola é um fenômeno muito importante. Nós encontramos nas escolas violências sexuais, tanto entre os alunos, pessoas que entram de fora da escola, como de professores para com alunos também. Nós encontramos... Eu falei do tráfico, presença de drogas, então vocês podem ver que toda essa situação não é uma situação tranquila, além da violência simbólica do cotidiano, que o outro não pode responder, o outro não responde, que se dá através do racismo que se dá através do cotidiano da relação do professor aluno.

É fenômeno gritante de novo, eu queria justificar que ele desorganiza a escola, quer dizer, não há escola organizada onde há violência nas escolas. Qual o grande problema nisso?

Eu acho que existem três questões principais que é primeiro. A primeira questão é que a escola não responde a demanda dos alunos. A escola é uma escola do século passado, com crianças e jovens desse século, quer dizer, a escola não consegue responder a chamada cultura adolescente, a cultura jovem onde nada do que é jovem é permitido e reconhecido, se vocês pegarem alguma escola, as regras das escolas, vocês vão ver que é proibido usar boné, é proibido usar *piercing*, é proibido usar saia curta, e as razões são as mais diversas, inclusive, do boné que é um símbolo muito forte da juventude, dizem que é, os professores, diretores etc... É porque no boné se guarda droga.

Ora, droga se guarda no bolso, no sapato, em qualquer lugar. Eu acho que se escuta muito pouco o nosso jovem, se escuta muito pouco os nossos adolescentes, para se mudar a escola hoje, apesar de todos os planos de mudança sobre educação e apesar de tudo que já foi feito desde que começaram, o Cristovam até o Ministro Fernando Haddad principalmente as estatísticas que são saindo, principalmente os dados que estão saindo, que se está limpando os dados e mostrando a qualidade da educação. No entanto, não existem diagnósticos sobre como são as relações sociais, e isso quando o Senador Cristovam Buarque diz: "Não se sabe o que fazer", sim já se sabe o que fazer.

Quer dizer, as escolas precisam de um diagnóstico, além de um diagnóstico sobre as suas qualidades, um diagnóstico do que está contendo dentro da escola e como são as relações alunos e professores, isso é uma coisa tão grave que eu fiz um trabalho o ano passado aqui em Brasília em uma escola quando eu fui devolver os resultados que eu peguei para a Diretora, para poder começar a fazer um trabalho com os professores, com a Diretora e que eu mostrei que estava acontecendo dentro da escola, que eu tinha realizado um diagnóstico profundo, eu fiquei na escola oito meses, que existia gangues e que existia um problema de drogas na escola.

Ela disse: "Não. Nós não queremos mais você aqui, você não entra mais". Essa não é a minha escola.

A escola funciona com o quê? A lei do tráfico que é a lei do silêncio e a política da avestruz, ela funciona fundamentalmente dessa forma e, enquanto não houver uma política pública que possa mudar isso, vai ser muito difícil à mudança da escola, outra coisa que se pode fazer, eu acho, é abrir a escola para a família e para os pais, a escola culpa a família pelos problemas que ela tem, principalmente pelos problemas de violência, os pais culpam a escola, existe um jogo de

culpaabilização, mas a escola efetivamente é um espaço fechado para os pais.

Porque os muros da escola não são simbólicos, eles são reais. É muito difícil entrar em uma escola. Nós não temos uma sociedade, uma democracia tão forte que os pais possam reclamar da qualidade do ensino. Do que acontece com os filhos na escola, eles estão habituados a fazer isso. Eu acho que muitas vezes, eu falo isso aos professores, ficam muito zangados comigo, porque acham que eu estou dando mais tarefa para a escola, mas efetivamente teria que haver um diagnóstico entre a família e a escola.

Muitos países como a Espanha, por exemplo, tem políticas públicas chamadas de convivência escolar. A convivência escolar se faz um diagnóstico da escola, se devolve o diagnóstico. É uma das coisas mais difíceis para dizer o que está acontecendo na escola e para a escola também, devolver o que se podem fazer, porque nós não estamos acostumados a escutar os outros, e os adultos não escutam os adolescentes e os jovens e as crianças menos ainda.

Então, devolver aos pais, que eu acabei de falar, devolver o que está acontecendo no cotidiano dessa escola, poder pensar em projetos de mediação escolar, mediação é uma técnica que se usa, que está se usando em muitos Países da Europa e no Canadá principalmente onde se formam alunos, professores, Diretores e pais mediadores, porque os grandes conflitos que acontecem nas escolas, se nós pensarmos, entram armas.

Anteontem entrou uma arma em uma escola em Belo Horizonte, isso é o que a gente lê no jornal, alguém morre nas escolas, às vezes, dentro das escolas tem a questão com o tráfico, tem a questão da gangue, mas a principal violência que acontece dentro das escolas é a violência das relações sociais, das incivilidades, a chamada microviolências, as desordens, os ataques aos patrimônios, as brigas, a falta de respeito, ao tratamento etc, isso não é uma questão de boa ou má educação, isso é uma questão que tem que ser discutida com seriedade na nossa escola, como as humilhações, à falta de respeito, etc.

E que nós tenhamos uma escola principalmente mais democrática. Porque outras dificuldades também é que a escola saiba lidar com essa grande massa de população de uma escola que se democratizou, se popularizou, mas que também se massificou, e se massificou de uma forma onde os professores já não sabem mais lidar com esse tipo de população. Um exemplo que eu tenho, que eu cito sempre. Eu fiz a primeira avaliação da Bolsa-Escola aqui no DF do programa, do Senador Cristovam Buarque. E uma das coisas que me deixou muito chocada quando eu estava fazendo

essa avaliação é que quando eu perguntava para os professores qual a opinião deles sobre a Bolsa-Escola, muito deles diziam que a Bolsa-Escola era uma coisa péssima que tinha trazido bagunça e arruaça para dentro das escolas, porque aqueles alunos nunca deveriam estar dentro das escolas, eles deveriam estar fora das escolas e eles só estavam nas escolas por uma questão de receber o dinheiro.

Eu queria dizer que todas as pesquisas – há dez anos eu estou trabalhando sobre o tema – já fiz muita pesquisa, eu trabalho muito na questão da juventude, eu sou do Conselho de Juventude e que eu espero que esse seja um tema que vocês possam levar, que se possa falar, que se possa discutir, que se possa abrir e que nós deixemos do lado à política do tráfico e a política de colocar a cabeça para dentro e fingir que nada está acontecendo na escola. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora a Sandra Maria.

SRA. SANDRA MARIA COLI FÉRRER: Bom dia. Eu quero dizer que eu me sinto muito honrada em estar aqui. É um prazer.

Eu sou psicóloga clínica e gostaria de começar com o pensamento da Maria Montessori, que evitar conflitos é obra da política, construir a paz é obra da educação. Eu gostaria de falar que não é só da educação formal, não a educação informal também. Se hoje nós temos violência nas escolas nós podemos ir lá nas famílias e verificar que a família não só está nas escolas, mas que talvez seja um reflexo do que está acontecendo na família e na minha opinião não dá para a gente fragmentar esse olhar. Nós temos que olhar essa escola e olhar o indivíduo que está na escola, mas em todo o seu contexto.

Eu penso Senadores, que tenha chegado o momento de nós termos mais do que professores e Diretores nas escolas, nós precisamos ter psicólogos nas escolas, nós precisamos ter assistentes sociais nas escolas, nós precisamos ter pessoas que realmente cheguem àquela família daquele aluno que, de repente, está dando problema, não vamos nem falar aluno, daquele ser, daquele indivíduo, promotor, talvez, promovendo um pouco mais da violência e lá no núcleo dele verificar o que está acontecendo. Não adianta colocarmos hoje um guarda-costa nas escolas e como é que a gente fala? Um porteiro para verificar se aquele aluno, se aquele indivíduo, está entrando com ou sem droga, com ou sem arma, isso não vai resolver o nosso problema.

Nós precisamos ter esse olhar que eu chamo de olhar um pouquinho mais holístico, um pouquinho mais extenso, no sentido das relações sociais sim, mas não

só nas escolas, ora delas também. Nas famílias e isso só é possível com uma política pública séria. Milhares de psicólogos são jogados no mercado de trabalho a cada semestre, milhares de assistentes sociais são jogados no mercado de trabalho a cada semestre e porque não aproveitá-los? Para que nós possamos realmente andar na solução desse problema, deixarmos de ser avestruzes, não permitir que a política do tráfico funcione na escola, nem na escola e nem fora dela. Apresenta, mas isso é uma coisa grande “é coisa grande”, porque o problema é grande e a solução tem que ser grande sim.

Eu penso que não resolve. Existe essa necessidade de nós olharmos as relações sociais, as relações familiares. E lá verificar o ponto, o que está acontecendo. Esse aluno que é violento hoje na escola, falando na realidade de Brasília, ele vai ser violento na sociedade, ele vai parar na Papuda, que tem o sistema reformatório, não? Não tem não, tem de continuísmo. Tem com continuidade. Tem no fortalecimento até dos padrões o que levaram a ir para aquela Instituição. Isso também é violência. Isso também é educação.

Assim, eu gostaria que nós tivéssemos esse olhar e esse pensamento. E vendo cada, como a Miriam falou, diagnóstico das escolas, isso é fantástico, mas junto com o diagnóstico da escola, o diagnóstico das relações familiares. O diagnóstico das relações existentes naquela cidade. Se nós pegarmos São Sebastião, então vamos fazer um diagnóstico amplo do que existe ali, das necessidades que existe ali, das necessidades, das demandas de emprego, dos cursos que nós podemos oferecer, que eu penso que tudo isso esteja interligado. Se nós começarmos igual ao médico, a olhar fragmentadamente para as coisas, tenho a impressão que nós não vamos muito longe.

Eu tenho a impressão que se nós conseguirmos olhar mais globalmente para tudo isso e aí sim, ter sinalizações pontuais para essas coisas, eu tenho a impressão que nós vamos encaminhar. E usando o conceito de metacontingência, que é aquele conceito de que você insere uma sociedade para resolver um problema a médio, longo prazo, curto, médio e longo prazo. Você inclui mídia, você inclui Senadores, você inclui Governador, você inclui Prefeito, você inclui sociedade, você inclui o aluno, você inclui o pai do aluno, você inclui o professor, tudo no sentido de encontrar uma solução realmente verdadeira, não um paliativo.

Eu não vou utilizar os meus 15 minutos, se quiserem, se for permitido também uma conversa, se vocês quiserem perguntar alguma coisa a respeito disso que eu falei, enfim, a gente usar esses dez que faltam para um debate, eu estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a professora psicóloga Sandra Maria Coli Férrer e passo a palavra para a professora Adriana Costa de Miranda.

SRA. ADRIANA COSTA DE MIRANDA: Bom dia Srs. e Sr^{as}. aqui presentes. É um prazer estar participando dessa Audiência Pública, fico extremamente feliz de nós podermos estar tendo esse diagnóstico, porque essa é uma questão que atinge diretamente a saúde física e emocional das crianças. Eu vou falar de uma expressão específica de violência, que ocorre nas escolas que é o reflexo da violência doméstica, contra criança e adolescente na escola.

Eu trouxe um conceito de violência que eu trabalho só para a gente poder situar um pouco mais pontualmente esses fenômenos, as violências é um dos fenômenos sociais mais complexos e dinâmicos e não apresenta uma única definição, porque em cada expressão de violência, nós vamos perceber que ela tem características diferentes. Nietzsche Mixol coloca que considerando a existência de atos e estado de violência, a violência ocorre em situações de interação que causam danos à pessoa, danos variáveis, violência física, psicológica e o que eu quero chamar a atenção nessa definição é a questão dos atos e dos estados.

O que são os atos de violência? Os atos de violência podem ser desde a palavra que fere, que humilha, que pode se tornar sistemática desde a violência física, o uso de uma arma, o uso de enfim, da nossa mão. Qualquer instrumento que use. E os espaços de violência é que vão ter os desdobramentos psicológicos, emocionais para a vítima da violência. Por exemplo, uma criança que sofre violência sexual doméstica, por parte do pai, ela vai ter esse estado psicológico de violência prolongado, muitas vezes sendo difícil se recuperar, porque é uma confusão de papéis.

Eu sou filha, eu sou amante, quando fica grávida uma adolescente, eu sou esposa, o que eu sou do meu pai? Isso causa um conflito muito grande. Em relação à violência doméstica contra criança, eu tenho algumas considerações a serem feitas, que são transgressões de dever, de poder, de proteção do adulto. O adulto usa essa idéia de que ele é responsável legal pela criança para abusar desse poder que tem e a criança é uma coisa. Coisa no sentido de sujeição.

A minha filha, eu sei o que eu faço, é meu filho, não se mete quem educa sou eu e aí nós temos a violência, física, sexual, psicológica, a negligência que pode ser intencional ou não. Porque negligência intencional ou não? Nós sabemos que o Brasil é um País, é um dos Países aonde há maior desigualdade sócio-econômica do mundo. Eu vou relatar um fato para vocês. Nós fomos fazer uma visita a uma casa aqui

em Santa Maria, aonde havia sido denunciado que a criança sofria de maus tratos, sofria negligência e que estava dormindo com o cachorro. Quando chegamos lá, eu fui acompanhando uma assistência social e ela conversando com a mãe perguntou, não é uma abordagem direta, mas é, essa criança onde que mora? Onde que dorme sua filha? “Ah! Mas ela dorme junto com o nosso cachorro, que é muito bom para ela, porque a gente não tem coberta, então o cachorro a esquentava durante a noite e, assim, ela não passa frio”.

Às vezes, a negligência é uma forma que a família encontra de proteger a criança e isso se dá em função do reflexo da desigualdade sócio-econômica desse País e, por fim, o disciplinamento físico. O disciplinamento físico é uma crença no Brasil, de que ele seja capaz de modificar o comportamento da criança e do adolescente. Eu bato na criança para que ela, ou espanco, eu trouxe um outro *slide*, mas não vai ser necessário mostrar o que as pesquisas que estão sendo realizadas mostram. São vários instrumentos, garfo, faca, corte de língua, óleo quente no ouvido da criança, disciplinamento com varas, com paus, enfim, uma infinidade de instrumentos que são utilizados, enforcamento onde a criança muitas vezes ela não é encaminhada pela família para não ser culpabilizada, quando ela chega no hospital já em estado grave.

A escola é um espaço privilegiado para identificar essa violência? É, com certeza, é um espaço privilegiado. A escola é um espaço de convivência saudável é um espaço onde nós fazemos amigos, é um espaço aonde aprendemos várias coisas bacanas. É o espaço de saúde. Eu não gosto de falar da escola como professora, como educadora, como esse espaço só da violência, é um espaço de enfrentamento também da violência, de identificação dessa violência.

A rotina escolar, a convivência dos professores, o convívio, as atividades que são produzidas, de leitura, as brincadeiras, e a observação diária dos profissionais da educação que pode identificar alguma lesão. Ela é sim um espaço privilegiado de identificação. Mas nem sempre é possível se identificar. Mesmo sendo esse espaço privilegiado, por quê? A criança não tem o comportamento padrão para reagir a uma violência sofrida.

Uma criança que sofre da violência física, sexual ou psicológica, porque geralmente há uma interligação entre elas, ela pode expressar isso de uma forma agressiva, violenta na escola, como ela também pode ficar calada, muda, no cantinho dela, não mostrar que tem interesse pelas aulas. Não há comportamento padrão. Muitas vezes, fica difícil para o profissional da Educação identificar se aquela criança sofre ou não

violência em função disso, cada vítima reage de uma forma particular a isso.

Nessa situação de não reconhecimento, às escolas também podem produzir novas situações de violência, quando não conhecem o fenômeno, quando o olhar dispensado da vítima da violência também é um olhar de sujeição. Nas pesquisas que eu tenho realizado, teve uma situação aqui no Paraná, que foi bastante significativa de uma professora que me dizia: “Eu amarrei a criança sim”, uma criança de terceira série, nove anos. “Eu amarrei, passei o esparadrapo na boca dela, porque ela tem que apreender. Ela tem que apreender e chamei os outros professores para verem. A senhora não acha que está certo?” Eu falei, não, não acho, obviamente.

Quando o adulto tem esse olhar onde a criança também é uma coisa, fica difícil ele identificar essa violência, porque há uma naturalização dessa violência. Há preconceito, muitas vezes, profissionais e um pacto educacional que, às vezes, se forma. O pai chega na escola e fala: “Professora, se o meu filho aprontar, pode bater. Está autorizado por mim”. Muitos professores obviamente, a maioria eu acredito, respondem, não, isso é uma coisa de âmbito doméstico, não é papel da escola, pelo menos dentro das minhas pesquisas tem sido demonstrado isso.

Uma proposta que eu trouxe dentro do que eu tenho observado nas pesquisas que a escola pode ser sim um espaço de enfrentamento da violência doméstica, mas o que é necessário fazer? É necessário que haja capacitação desses profissionais, os profissionais da educação em geral dentro do que eu tenho trabalhado, se mostram muito sensíveis a essa questão, horrorizados até com algumas situações. Só que muitas vezes eles não conseguem reconhecer e não sabem o que fazer e desconhecem o jovem.

A capacitação é importante, sendo que ela tem que ser uma capacitação que haja uma sensibilização para esses profissionais em geral que consideram a criança uma coisa, ou que é tudo bem bater, no caso, eles só reconhecem quando há marcas profundas que a criança traz para a escola, alguma marca de disciplinamento físico. As capacitações também têm que contar com o apoio do profissional da educação, porque o que nós vemos que tem sido feito? É dada a capacitação, o profissional volta para a escola, daqui há dois, três meses ele se depara com uma situação de violência, quer fazer a denúncia, quer fazer o acompanhamento, às vezes, tem medo do agressor.

Vai procurar ajuda junto à direção, não encontra apoio. Então tem que ter apoio há esse profissional da equipe que capacita. Todos nós temos que estar inseridos nessa rede. Porque senão o profissional da

educação continua isolado. A questão do encaminhamento e o acompanhamento da criança. Como já foi dito aqui por essa Mesa, a rede escolar e a rede regional, elas têm que estar fortalecidas. A rede escolar, eu fico muito impressionada, como professora, todos os dias, eu fui professora aqui da Secretaria de Educação, treze anos, e tem escolas que são mais bem equipadas, mas todo dia, às vezes, eu chegava em casa impressionada: "Puxa vida que aula bacana que eu dei naquelas condições de trabalho". Por quê?

Infelizmente as nossas escolas ainda não têm um aparato bacana para que a gente possa desenvolver um trabalho dinâmico e interessante. E, muitas vezes, o professor é culpabilizado, quem dirá uma equipe formada para atender uma situação da violência doméstica. E essa situação, agora a gente sabe que não é diferente em muitas regiões do Brasil. A rede escolar tem que contar com os psicólogos, com Diretor, com todos envolvidos, os professores envolvidos nesse enfrentamento. E a rede regional, muitas vezes, o profissional dela, da educação ele, não é que há um fenômeno, ele não sabe que há uma rede regional, ele não sabe a quem procurar e quando sabe e quer participar dessa rede, muitas vezes, não há apoio: "Agora é o horário da coordenação, o horário da reunião, essa rede é secundária", essa rede regional tem que ser incorporada aos trabalhos da escola. Para que os profissionais da educação possam ter frequência, possam participar das discussões, possam integrar-se, possam argumentar com essa rede, possam colocar suas angústias, suas dúvidas.

Como política para enfrentamento da violência doméstica contra a criança e adolescente na escola, primeiro a capacitação que eu já falei, o investimento em recursos materiais e humanos nas redes escolares de regionais, gente esse ponto aqui me chama muito a atenção das pesquisas, muitas vezes, os professores colocavam assim: "Eu realizei grupos focais, entrevistas". Eu tenho trabalhado com esses dois instrumentos aonde possibilita o relato de casos e eles mostram muito angustiados o seguinte: "Eu sei que eu tenho um caso de violência, que eu tenho que denunciar, que o estatuto da criança coloca que isso é uma obrigação minha, mas o que eu vejo é os abrigos desmantelados, o Conselho Tutelar a gente chama não tem como vir atender, só tem um carro, falta gasolina, eu fui fazer a denúncia outro dia não tinha papel".

Quer dizer, muitas vezes o profissional da educação ele pensa, para quem eu vou encaminhar essa criança? Para ele sofrer outra violência, ele se sente responsável e essa imagem do serviço público em geral no Brasil, esses investimentos material e humano são importantes para o profissional da educação ter

também segurança ou maior segurança de que esse encaminhamento não vai trazer maiores prejuízos para essa criança. Como eu coloquei também o fortalecimento das redes escolares e regionais de atendimento criança e adolescente.

O papel do profissional da educação frente à violência [soa a campainha], estou concluindo, frente à violência doméstica contra a criança, geralmente nos livros, nos materiais é colocado que há denúncia aos órgãos de atendimento, mas eu tenho trabalhado já há algum tempo com a questão da prevenção, a prevenção escola tem um potencial tão grande, tão bacana para trabalhar com a prevenção, no diálogo com a família, no projeto de valorização da afetividade, da inserção da família na escola, e de tratar essa temática com as crianças, não no sentido de culpabilizar o pai, a mãe, o padrasto, mas no sentido de informar a ela o que é direito, a criança é vista por nós como um ser incapaz de entender.

Eu trabalho na Universidade Estadual da Roraima como vocês podem ver e lá nós temos uma área de tráfico de crianças pela Venezuela e pela Guiana e nós estamos fazendo um projeto muito bacana de informar às crianças, com livro de literatura infantil, o que é a violência sexual, o que é essa violência, o que é o tráfico? Então, por meio de uma história, as crianças tem acesso a essas informações e empoderadas dessas informações, elas têm mais condições de se defender, de não conversar com estranho, de saber que estão em área da fronteira, de saber que elas podem fazer para não envolver em relações que possam ser perigosas para elas, em relação à violência doméstica também.

O que eu tinha para falar é isso. Eu quero concluir só a minha fala, não deu para aparecer ali na imagem, mas eu coloquei ao fundo as imagens de uns girassóis, porque o girassol é símbolo do enfrentamento da violência doméstica contra a criança e adolescente. Qual é o significado disso? Eles sempre buscam uma posição adequada ao sol. Ele tem um movimento circular que dentro dessa significação é um movimento de re-significar, de pensar e demonstrar a força que a criança e o adolescente que sofre violência têm de procurar caminhos melhores, esses adolescentes e essa criança estão esperando o nosso apoio. É isso. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a fala das três expositoras e vou passar a palavra aos Senadores, como autor do requerimento, eu poderia ser o primeiro a inquirir, mas vou deixar por último, como Presidente.

Estão inscritos Senador Sérgio Zambiasi, Senador Valter Pereira e a Senadora Marisa Serrano. Ela

que precisou se ausentar por uma convocação urgente da sua Bancada. Eu passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Senador Cristovam Buarque e cumprimentá-lo pela iniciativa e dizer que o Presidente é realmente democrático. Eu acho que ele deve ser o último a falar com quem vamos aprender mais um pouco sobre esses conceitos todos que estamos ouvindo aqui, que eu acho muito importante.

É difícil trazer três temas, três manifestações, três pontos de vista e deles resumir para direcionar esta discussão, mas é muito interessante ouvir e aprender um pouco com as mais diversas pesquisas da Dra. Miriam, da Dra. Sandra, da Dra. Adriana, que nos traz essas experiências. Eu acho que a experiência mais global é da Miriam, porque faz uma visão mais ampla, a Dra. Sandra está observando que ela propõe alguma coisa nacional, mas ela tem o olhar naturalmente voltado para questões aqui do Distrito Federal, mas gostei da frase dela que: "Para grandes problemas tem que ter grandes soluções". Isso é verdadeiro, tem que ter coragem, fazer esses investimentos.

A experiência de fronteira da Venezuela e goiana lá em cima, bem diferente da nossa lá embaixo com o Rio Grande do Sul onde nós temos a fronteira da Argentina e Guiana que são culturas completamente diferentes e visões totalmente diferentes, inclusive, na visão de fronteira que não é a mesma coisa, até por um processo de Governo, seja da Guiana, eu acho que nessa Guiana a qual a língua que fala lá? Inglês, poucas pessoas aqui do Brasil sabem que nós temos uma fronteira que fala inglês e uma fronteira que fala francês, é um aspecto interessante e que é relevante, Senador Cristovam Buarque.

Há poucos dias na França, eu ouvi de um representante do Governo que eles têm a maior fronteira da França com o Brasil, um fato surpreendente. Essa diferença cultural, onde de repente a mãe lá, com a filha que dormia com o cachorro para se aquecer e vendo com naturalidade ela, talvez, lá no Sul, já mesmo na condição social muito excluída, dificilmente ela veria como algo natural. Foi aqui no DF, bom, as noites aqui são frias mesmo. É um aspecto das noites do DF são muito frias, secas e frias, contanto que a pessoa tem que se proteger realmente e fala que tem a experiência do frio de Sul.

Mas, a gente apreende que são tantos os problemas que tem que focar em algumas questões que eu acho básicas, Presidente, e a semana passada eu fui procurado pelo comandante da Brigada Militar da zona Norte de Porto Alegre, que é a zona mais populosa da capital, a Diretora de uma escola pública, e deve ter

algo em torno de dois mil alunos na escola estadual e as lideranças comunitárias. A pesquisa deles indica que na região desta escola, em um bairro chamado Rubem Berta, é uma das mais violentas de Porto Alegre e, provavelmente, da Região Metropolitana.

E tem uma experiência lá e na maioria dos Estados que é a experiência da escola aberta, que eu vi a questão do diálogo, temos escola, me parece que começa exatamente pela possibilidade da família ter inserção na escola, freqüentando os ambientes da escola, contanto que ela tenha ambientes para a família freqüentar. E eles concluíram que esse ambiente pode vir, por exemplo, através de um ginásio de esportes, de diversas possibilidades de atividades onde durante os sábados e domingos, ao invés de colocar um cadeado nos portões, os portões pudessem ficar abertos para que a sociedade, a comunidade pudesse freqüentar com seus filhos, seus alunos e provocar, portanto, esta integração que [soa a campainha] é proposta e se torna, portanto, uma referência em que toda a comunidade passa a ser responsável, não só pela preservação da escola, mas pela preservação do convívio no bairro com a comunidade.

Eu vejo que se nós não integrarmos essas ações Presidente, como assim o Ministério da Educação, o Ministério do Esporte, com os investimentos no sentido de instrumentalizar essas referências e deixar a escola sair do convencional e do tradicional. Acho que a escola tem que definitivamente sair fora daqueles conceitos antigos do tempo, em que eu freqüentei lá, que a gente chamava de primário, a escola primária e, depois, a escola secundária para um conceito completamente novo em que a criança traz mais informações, ela recolhe mais informações em casa, com acesso a Internet e etc e tal.

Eu acho que é uma revolução conceitual dentro da educação que deve se provocar. E isso exige muito investimento. Eu estou vendo agora aqui no nosso orçamento que, talvez, os menores orçamentos estão exatamente na área da educação, me chama muito à atenção um levantamento que foi publicado nesses dias agora, as nossas próprias emendas, eu fiquei indignado comigo mesmo, inclusive, ao perceber que as próprias emendas aqui do Congresso não atingiram o patamar comparável a outros setores de investimentos, as rodovias que precisamos muito, enfim, o turismo que precisamos muito. Porque é uma forma de gerar empregos.

Essas questões, eu não estou nem perguntando, eu estou acrescentando, ouvindo as experiências de cada uma das convidadas aqui e tento projetar a nossa responsabilidade nessa questão, Presidente, Senador Cristovam Buarque, muito mais neste sen-

tido do que simplesmente direcionar uma pergunta para uma ou para B ou para C. Eu acho que essas instruções nos levam a refletir sobre a nossa responsabilidade no sentido de buscar algumas alternativas que nos levem a promover mais investimentos para a gente trabalhar um diálogo realmente muito mais real e muito cotidiano da família com a escola, que eu acho realmente fundamental.

É apenas uma opinião, Presidente, não é nada mais do que isso, no sentido da gente continuar refletindo sobre o tema, que eu acho muito e muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Valter Pereira, antes anunciando a presença aqui que muito nos honra de um grupo de estudantes da Universidade Federal do Piauí; da Universidade Estadual do Piauí; do Centro de Ensino Unificado de Teresina; da Faculdade São José do Maranhão, em Timon; da Faculdade do Vale do Ipojuca, em Caruaru, Pernambuco; da Faculdade Padre João Bagozzi, em Curitiba, Paraná; do Centro Universitário em Campo Grande, Mato Grosso do Sul e da Universidade do Estácio de Sá, em Rio de Janeiro. Agradeço o interesse deles em estarem presentes em uma sessão de Audiência da Comissão de Educação do Senado.

Eu passo a palavra ao Senador Valter Pereira.

SR. SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, em 1989, fui Secretário de Educação de Mato Grosso do Sul e lá naquela ocasião, essa questão da violência já turvava a tranquilidade que deve existir em uma escola para que ela tenha uma boa produção.

A professora Miriam ponderou sobre alguns aspectos que eu acho que realmente precisa ser muito bem avaliado como, por exemplo, a incapacidade que a escola foi demonstrando de atender determinadas demandas. Demandas de alunos e demandas da própria comunidade escolar. Naquela ocasião em que tive a missão de administrar essa área tão delicada, eu me lembro de alguns episódios, um deles de uma escola problemática que era inadministrável por qualquer Diretor e cuja comunidade já a enxergava com um certo desprezo, tal era o índice de violência que tinha, depredação, os alunos faziam até necessidades fisiológicas nos corredores, além de quebrar vidraças, lâmpadas, etc.

Como simples observador constatei que a Vila onde estava instalada aquela escola chamada Vila Moreninha não tinha nenhuma praça para entretenimento, para o lazer das crianças, e que muito provavelmente o regulamento da escola estava tolhendo a única quadra

de esportes para os alunos utilizarem fora dos horários previstos pelas normas do estabelecimento.

Naquela ocasião tomei uma providência, destaquei para lá um professor de educação física que gostava muito da prática desportiva extracurricular e que sempre fazia aquelas promoções onde ele se encontrava e dei-lhe a missão, com aquela impressão que tinha sobre a deficiência, que exatamente uma demanda, uma demanda reprimida e não deu outro, Sr. Presidente, o professor foi para lá com todas as regalias, abriu as escolas e estabeleceu uma parceria com todos os alunos baderneiros das escolas que passaram, daí por diante, a ser os vigilantes da escola e resolveu o problema.

Essa questão das demandas reprimidas, indiscutivelmente, eu acho que é um dos defeitos que mais têm contribuído para a violência nas escolas. [soa a campainha] Todavia, não está aí só a causa, existe hoje uma infinidade de problemas e desconfio até que uma prática exacerbada de democratismo que uma é em democracia e outra coisa é o democratismo, o democratismo é o desvio da democracia quando se tem que discutir a amiúde se deve ou não comprar papel higiênico para um estabelecimento, aí já não é democracia. Papel higiênico é uma necessidade que tem em qualquer lugar utilizado pelo ser humano, mas quando se chega a esses exageros de ter que se discutido se deve ou não comprar um rolo de papel higiênico é, claro, que isso daí foge completamente aos padrões da democracia. Hoje existe um democratismo, isso é indiscutível.

Professor gosta muito de falar na democracia na escola, etc e etc, e quando se fala em democracia, por exemplo, eu sempre advoguei que a escola não deve ter eleição, a escola de Ensino Fundamental, escola de Ensino Médio, porque ali é uma fase de formação e a eleição todos nós sabemos quais são os desvios que ela proporciona quando atinge níveis de profissionalismo. E, hoje, eu vejo muitas escolas que fazem eleições com níveis de profissionalismo, com todas as concessões que ocorre, com todos os vícios que decorre dessa atividade que nós conhecemos sobejamente.

Eu tenho visto muitos problemas decorrentes do excessivo liberalismo, do excessivo acumpliciamento que tem ocorrido nas escolas. Eu acho que merece uma reflexão também nesses excessos de concessões que são feitos nos estabelecimentos de primeiro e segundo graus. Claro que dos segundo graus para frente à consciência política, aliás, a formação escolar já está mais forte, a cidadania já está mais pronunciada e já há uma nova concepção sobre o processo eleitoral e isso muda de figura.

Mas, eu acho que a escola tem que ter a democracia sim, dentro dos seus limites, mas tem que evitar o democratismo, que é o excesso, que é aquilo que está fora do limite. Sem disciplina é muito difícil. Eu inaugurei uma escola quando estava na Secretaria, Sr. Presidente, uma escola de segundo grau, preparatória para universidade. Essa escola foi padrão de disciplina e ao mesmo tempo que era padrão de disciplina, e não era disciplina só imposta, era disciplina pelo próprio projeto, pela própria concepção.

Essa escola que era padrão de disciplina foi padrão de ensino. Foi referência e colocou praticamente todos seus alunos na universidade. E, infelizmente, por causa do democratismo as portas dessa escola foram fechadas por uma Secretaria de Educação que tinha uma concepção completamente avessa, sem analisar resultados, porque eu acho que o mais importante, o que a escola precisa hoje e hoje mais do que nunca é acompanhar o desempenho e analisar os resultados. Porque enxergando seus direitos é possível corrigir e sem enxergar seus defeitos, sem ter um diagnóstico aprimorado é muito difícil.

A Folha de São Paulo veiculou recentemente a notícia da existência de uma patrulha escolar comunitária no Estado do Paraná. A autuação dessa fossa que é simultaneamente preventiva e repressiva envolve a realização e verificações nos materiais portados pelos alunos e providências adicionais que inclui o encaminhamento dos estudantes em alguns casos os Conselhos Tutelares e sempre que têm uma providência dessa que vai interferir um pouco na disciplina, no ordenamento das escolas, geram muitas discussões, muitas suspeitas de autoritarismo e etc e etc.

Eu gostaria de ouvir das expositoras hoje, o que cada uma acha dessas experiências do Paraná. Essa é a primeira indagação que eu faço, outra coisa é sobre essa crescente violência. A imprensa tem noticiado com bastante ênfase casos terríveis de violência que estão espantando os professores das escolas, porque da mesma forma que há violência, isso também foi acentuado pelas expositoras que há violência entre alunos e de professores para alunos, há uma crescente violência de alunos em relação a professores. E o mais grave, Sr. Presidente, é que existem professores que estão se submetendo a violências, calados pelo medo, ou medo de também serem vítimas ou pelo medo de demissão.

Porque no Brasil também tem essa questão dos direitos humanos que qualquer coisa que acontece já vem, já desaba aquela pecha de violação aos direitos humanos, essa é uma mercadoria hoje que quando fulmina algum profissional, às vezes, todo seu edifício profissional se desaba.

A indagação que eu gostaria de fazer é a seguinte, essa violência que se pratica hoje contra os professores, que torna o professor um alvo também, até que ponto é possível reverter e até que ponto é possível evitar que esses professores, às vezes, renomados, mas deixem a escola pelo desencanto, pela impotência de enfrentar esses problemas? A outra indagação que eu gostaria de fazer é se as Srs. têm conhecimento de pesquisas conduzidas pelas autoridades encarregadas da educação, no sentido de se saber quais as causas que estão por trás dessas violências?

E a outra indagação é o seguinte, essa questão da violência é tão forte e tão preocupante que hoje nós estamos realizando essa audiência. Eu não conheço, não tenho informação de que precedente, tenho informação de numerosas outras audiências públicas para tratar a qualidade do ensino, para tratar universalização do atendimento escolar, para tratar todos os temas, tema específico da violência é a primeira audiência que eu tomo conhecimento e como é um assunto que muito me interessa, estou aqui presente, apesar da estar prejudicado com a reunião que se realiza lá na CAE.

Como é um tema relevante, até que ponto não seria importante que o Ministério da Educação, e que as Secretarias Estaduais responsáveis por esta área não tenham um órgão em cuja composição deveria ter a participação de psicólogos, de assistência social, de autoridades policiais, porque existe a conotação policial e existe a conotação dos desajustes familiares que nós sabemos, que são as conotações mais sociais a fome, do desemprego, o alcoolismo, que tudo isso forma um caldo de cultura para pressionar a violência, até que ponto um órgão que cuidasse especificamente e permanente de examinar, de investigar e de propor para o Governo o combate à violência? Porque no meu entendimento, até o orçamento estadual, o orçamento federal reservado à educação deveria já ter as suas previsões e suas provisões para enfrentar esse problema.

O problema da violência é problema tão grave quanto o problema da qualidade de ensino, quanto na universalização do atendimento etc. E até agora não vi ninguém abordar essa questão com esse enfoque de ter um controle permanente como se fora também um ingrediente, uma própria disciplina da área da educação.

Então seriam essas às avaliações e as indagações que eu gostaria de fazer a todas as expositoras que, independentemente da abordagem feita por cada uma, as três abordaram temas realmente muito relevantes, muito importantes para enfrentar esse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Valter Pereira. Eu passo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sr^{as}. Expositoras. Primeiramente eu queria de desculpar, por não ter assistido todas, que eu queria ver esse tema, fiquei preso também por outro tema de violência contra a mulher lá no Pará, que estava sendo discutido na Comissão de Direitos Humanos. Que se essa visão de violência na escola fosse colocada, fossem educadas às pessoas e tudo não teria acontecido. Porque houve várias oportunidades e se evitar que aquilo acontecesse passou por várias pessoas e tudo se alguém tivesse um pouco mais, uma noção um pouco mais da humanidade, de humanismo e tudo, não teria acontecido, pelo menos de ficar aquele período todo, ficaria um pouco, interromperia aquela profissão de mulher no meio dos homens.

Mas, eu gostaria de me dirigir, eu só ouvi a palestra da professora Adriana, a palestra dela, a das Sr^{as}. eu não vi, eu vou ler depois, posteriormente que aquele fecho dela em relação ao diálogo com a família, trazer a família para dentro da escola e tudo, diminui a violência e melhora a qualidade da escola. Eu fiz o meu ginásio, terminei em 63 no ginásio Euclides da Cunha, lá em Roraima, meus filhos estudaram lá também.

Quando eu comecei a acompanhar os meus filhos foi que eu percebi que realmente naquela escola os pais têm participação ou tinham. Eu não sei se ainda estão tendo, até a época de 95 e 96 quando os meus filhos estudavam, tinham participação efetiva. Nós éramos provocados a participar nas escolas, ir as festividades, as reuniões de pais e mestres, então havia um controle da gente. A escola sempre foi uma escola de qualidade lá em Roraima. Eu não sei quanto tempo à professora Adriana está em Roraima, a Universidade dela eu participei do aniversário de dois anos dela, mas é nossa, do Estado de Roraima, tem dois anos, nós já estamos com quase quatro mil alunos.

É uma Universidade que foi colocada essa visão, foi muito boa do Governador do Estado, de colocar campus em todos os Municípios, só são 15 Municípios lá em Roraima, mas são longe uns dos outros e são difíceis às coisas, porque era uma necessidade das pessoas terminavam o segundo grau e ficavam lá, os que não tinham coragem de ir para Boa Vista, enfrentam o batente, ficavam lá parados.

A Universidade Estadual da Roraima está realmente chegando nas pessoas, e eu acho que essa visão do professor de que tem que incluir a família no diálogo e tudo, a família precisa participar, existe uma tendência no meu tempo eu já percebi, no tempo que eu já percebia, no tempo dos meus filhos estudavam

que eu ia as reuniões, alguns pais que queriam que o professor substituísse a família, a escola substituísse a família, a família é família, é a escola e escola.

Uma coisa que me provoca e eu acho que é uma violência dentro da escola, mas é violência com professor é alguns pais acharem que o filho tem direito a atender celular durante a sala de aula, aquela história de eleição de professor como o senhor falou, eleições de professores têm que ser por mérito, o professor tem que ter mérito, ninguém pode usar processos políticos convencional na escola, a nossa Universidade Federal teve uma alteração agora pelo Promotor, porque o voto tinha peso diferente dos professores, dos funcionários e dos alunos, ele colocou peso igual para todo mundo. Eu não sei qual vai ser o efeito da Universidade disso se não conseguir derrubar até a eleição, entendeu? Porque é lógico que vai ganhar o que for mais demagogo em qualquer lugar, quem faz mais demagogia ganha até nessa Casa também é assim mesmo para chegar aqui, muitos chegaram com demagogia.

Mas, eu acho que essa violência da escola previne a violência na frente. A gente educar. Ela chamou atenção para um fato que as pessoas realmente não sabem que tem direitos às crianças, não sabem dos seus direitos, muitos não sabem, pelo menos lá no meu Estado, nas escolas do interior, as coisas são mais complexas porque os meninos do interior só assistem televisão que chega geralmente a TV global, que chega em todo o canto e pouco se fala disso de direito e tudo, pouca informação se dá.

Mas, o nosso Estado é novo, nós temos uma Universidade nova e tudo. Eu fico feliz por saber que a professora Adriana já está pesquisando isso há muito tempo. Nós vamos ter uma pessoa para divulgar essa Universidade é a principal responsável pela formação dos nossos professores, do nosso Estado e perguntasse indireta que eu teria que fazer [soa a campainha] é: Lá em Roraima ela percebeu um nível de violência na escola maior do que nos outros lugares onde ela frequentou?

Senador Cristovam Buarque eu quero lhe parabenizar mais uma vez por trazer esse tema para debate aqui nessa Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Antes de passar a palavra às expositoras, eu queria antes de tudo isso agradecer aqui a presença do Jorge Bernardes, que além de Vereador de Curitiba e grande amigo, é o suplente do Senador Osmar Dias, assim que ele não é Senador por causa de quantos votos que não teve o Osmar para Governador? Por causa de cinco mil votos, e também ao professor Jorge Luís Bernardes que também está aqui. Jorge Luis é o mesmo, vieram aqui dois cartões.

É o Jorge Luis Bernardes, um prazer tê-lo aqui, Jorge, além disso, amigo e correligionário.

Eu queria fazer cinco colocações, não sei se são apenas perguntas, antes eu queria lembrar que a gente discute muito ponto específico sem discutir o geral. Essa garota que no Pará sofreu essa violência, a gente fala nesses dias todos como construir prisões para menores e profissões para as mulheres, ninguém lembrou, que eu saiba, que se essa menina estivesse em uma escola em horário integral desde os primeiros anos de sua vida, ela certamente não estaria naquela cadeia. A gente está pensando mais em construir cadeias para essas meninas do que como fazer com que através das escolas elas não precisem ir para as cadeias. É o velho esquema brasileiro de procurar soluções pequenas e imediatas e não soluções grandes, revolucionárias e gerais.

Dito isso, eu queria fazer aqui essas colocações. Primeiro como é que às três vêm o Brasil e o resto do mundo do ponto de vista da violência? É igual ou há características especiais do Brasil. Segundo, a escola e a sociedade brasileira é a escola que ficou violenta é apenas reflexo da sociedade ou é um reflexo agravado por uma juventude que é mais violenta do que a média? Terceiro que tem um pouco a ver com isso, se é específico da escola ou se é geral a violência, porque se for geral, e veio para ficar, não vamos ter jeito, vamos ter que conviver com detectores de metal e não com jovens pacíficos? O quarto é se é um problema dedicação ou de polícia ou temos que combinar os dois para sempre ou se temos que dar um tempo para a polícia, enquanto a gente muda à escola?

Quinto se é mais dos pais ou dos professores ou dos dois ou como combinar? E, finalmente, o que fazer do ponto de vista do Governo, a União, o Estado e Municípios e que recomendação vocês têm para que cada uma dessas entidades haja desde já? Que recomendação à gente tem, saindo daqui, para que os Prefeitos do Brasil 5.561 possam reduzir a violência? Os 27 Governadores, e o próprio Presidente da República? Essas são minhas seis misturas entre, colocações, perguntas e sentimento de quem, às vezes, acha que estamos perdendo a guerra.

Eu passo em primeiro lugar para a professora Miriam.

SRA. MIRIAM ABRAMOVAY: O Senador Sérgio já não está mais aí, mas o primeiro comentário que eu queria fazer é sobre escola aberta. Eu fui uma grande, agora não mais, mas fui uma grande conhecedora da escola aberta que começou quando eu trabalhava na católica, mas fazia pesquisa para a UNESCO. Eu realizei três avaliações da escola aberta, inclusive, do Rio Grande do Sul, sou uma fã integração da escola aberta,

mas eu acho que nós precisamos, tenho de ter muito cuidado de não pensar que o fato de abrir as escolas nos finais de semana foi obrigatoriamente mudar o que acontece na escola durante a semana.

Isso que eu acho que é um cuidado que nós precisamos ter apesar de ser um programa super importante, quer dizer, o que acontece no fim de semana é muito diferente do que acontece no cotidiano da escola. No fundo nós teríamos que ter escolas abertas durante toda a semana e todo dia e nós não temos. Como a escola é muito esquizofrênica em geral ela, muitas vezes, tem dupla personalidade. Tem uma personalidade onde ela abre a escola no final de semana, todos podem entrar pais, alunos, vizinhos e etc e durante a semana é muito difícil um pai entrar em uma escola. Eu quero chamar a atenção sobre isso.

Quando o Senador Valter Pereira falou, duas coisas, primeiro na incapacidade da escola para atender às demandas, eu acho que é exatamente isso, mas que nós também precisamos tomar cuidado, porque a escola de novo ela tem dupla personalidade. Ela tem uma capacidade total de atender as demandas, a escola não é democrática, ela é profundamente autocrática e ela pode cair em atitudes democratistas como o senhor bem falou, mas a escola não democrática ela é profundamente autocrática. Ela não escuta os alunos, muitas vezes, ela não escuta sequer os professores e muito menos aos pais e as outras pessoas do corpo pedagógico, ou seja, a escola é a questão de democratismo.

Eu acho que nós podemos algumas vezes confundir a questão de democratismo com os maus-tratos que os professores estão sofrendo. Efetivamente eles estão sofrendo maus-tratos, mas nós temos que perguntar por que eles estão sofrendo maus-tratos? Quer dizer, a escola não é um lugar de anjos, a escola é um lugar onde se dá relações e relações de conflitos e, muitas vezes, esse maus-tratos advém de relações de conflito, quer dizer, alguma coisa aconteceu antes, xingamentos, formas de tratar ou simplesmente não. Não gostam do professor, etc, e, mas essas coisas e preciso saber, conhecer, para que a escola possa responder o porquê essas situações.

Existe uma teoria que é uma teoria de dois sociólogos norte-americanos que foi usado na tolerância zero, quer dizer, dois sociólogos muito reacionários, mas que tem uma parte da teoria deles que eu acho profundamente interessante quando nós falamos de escola. Por quê? Porque a teoria chama *broken windows*. O que eles dizem? Eles falam isso sobre o bairro, ou seja, sobre tolerância zero. Quando existe no bairro uma janela quebrada se tende a maltratar o bairro e a quebrar todas as janelas. Eu acho que a mesma

coisa acontece à escola, a questão do cuidado com a escola. A questão do cuidado físico se nós entramos em uma escola brasileira e nós entramos no banheiro é uma vergonha, as meninas reclamam muito. Eu já fui em escolas onde as meninas ficavam três, quatro, cinco horas sem conseguir entrar no banheiro de tão sujo e maltratado que estava esse banheiro.

Outro ponto que eu acho que tanto o Senador Cristovam Buarque, como o Senador Valter Pereira levantou é a questão da polícia dentro da escola. Eu acho que é uma grande discussão. Eu acho que é uma grande discussão é: O que nós queremos? Medidas punitivas ou medidas repressivas ou medidas preventivas? Eu acho que isso é uma escolha, eu acho que isso está sendo discutido no Brasil hoje, eu acho que têm muitas escolas particulares que estão colocando detectores de metais nas escolas, uso de carteirinhas, enfim, isso claro isso não é repressivo, mas detectores de metais, etc.

Existe um pesquisador americano que se chama Dave onde ele pegou os bairros mais violentos dos Estados Unidos e fez uma pesquisa acompanhando o que é que tinha acontecido nessas escolas, a partir do momento que a polícia entrou dentro da escola. Porque a polícia entrou dentro da escola? A polícia entrou dentro da escola porque os professores disseram que o papel deles era ensinar e a questão de qualquer tipo de repressão e qualquer tipo de cuidado que tivesse a ver com disciplina não era com eles e sim a polícia. Os detectores de metais mais a polícia dentro da escola fez com que a violência triplicasse, não somente dobrasse. Primeira razão, porque o jovem em geral, ele vai fazer tudo para poder enganar, entrar com uma arma, entrar com uma faca, então o número de armas e de facas, etc começou a entrar nas escolas, isso ele não explica de que forma foi muito maior.

Segundo. Começou a existir nessas escolas uma sensação de vazio, por quê? Quem manda nas escolas? Quem não tem condições de dar conta do cotidiano das escolas, o que acontece na escola, o porquê precisa de polícia para nos controlar? Eu acho que isso é uma discussão. É uma discussão importante, porque são os professores, são os diretores, são os alunos e pais que tem que ver como essa violência tem que diminuir na escola. A polícia tem que ser utilizada quando há armas dentro da escola, quando há tráfico, quando há crime. Quer dizer, a polícia não pode ser utilizada quando dois alunos brigam e a polícia não pode estar dentro da escola, porque isso desmoraliza a escola, desmoraliza o Diretor e o aluno, no entanto, nas pesquisas que nós fizemos quando a gente pergunta qual a primeira solução para a violência nas escolas, evi-

dentemente, todo mundo diz que a polícia que seria a solução mais fácil.

Se existe pesquisa sobre causa da violência, sim, existem muitas. Eu mesmo quando tive na UNESCO tem a violência nas escolas, cotidiano das escolas entre violência, tenho um livro também Comissão Criança que chama caleidoscópio da violência nas escolas, aonde à gente vai mostrando o que, como, de quê forma acontece, tem um trabalho sobre droga, sobre sexualidade, eu estou falando de mim, mas existe uma série infinita de pesquisadoras que estão pesquisando essas causas também, elas são infinitas e entrando um pouco na questão das causas, eu acho que a gente poderia responder o que o Senador Cristovam Buarque falou, que é uma pergunta se a escola ficou violenta ou ela é reflexo da sociedade?

Eu acho que são as duas coisas. Porque se nós vamos dizer que a escola é o reflexo da sociedade nós estamos aqui para nada, ou seja, porque nós não podemos fazer nada, porque o tráfico ele é tão forte, o uso de armas nesses Países e a abuso de armas, inclusive, de armas que entram nas escolas, as gangues, etc. Nós não podemos fazer absolutamente nada. Existe uma violência que é interna da escola, que ela faz parte, que é a violência da incivilidade, da micro violência, da forma de tratar, da violência verbal, da violência simbólica, essa violência sim, nós podemos tratar.

Portanto, eu acho que são as duas coisas, de um lado, evidentemente, uma escola que está em um bairro violento, ela pode chegar a ser mais violenta, mas ela pode chegar a não ser mais violenta, porque o papel dos professores, o papel dos pais, o papel do gestor da escola, depende muito do que acontece dentro das escolas. Eu já encontrei duas escolas dentro da favela onde uma escola era tremendamente violenta e a outro não. Eu acho que tem toda uma atuação dentro da escola e uma forma de ser que mostra isso [soa a campainha].

Senador Cristovam Buarque eu vou falar bem rapidinho. O Senador Cristovam Buarque perguntou como é que a gente compara o Brasil com o resto do mundo. É muito difícil comparar o Brasil. Nós não temos estatísticas oficiais, isso é importante, no resto do mundo nós temos estatísticas oficiais, ou seja, quando existe alguma coisa de violência nas escolas existe um Diretor que vai lá e diz o que aconteceu. No Brasil isso não existe ainda. Nós temos pesquisas específicas, eu tenho pesquisa em 14 capitais, eu tenho pesquisa em cinco capitais, mas não existem no Brasil ainda estatísticas oficiais. É muito difícil a gente comparar, evidentemente, e pela lógica, Países que são mais violentos, tem mais violência em tudo, inclusive,

dentro da escola e, por último, sobre os pais ou professores. Eu acho algo que eu não sei falei e que os professores não estão preparadas para essa situação, eles não são preparados nas Universidades, eles não são preparados nos seus cursos e eles não sabem como enfrentar essa realidade.

Eu acho que faz parte de uma nova concepção sobre educação sim que, aliás, no pacote sobre educação não dizia, eu não sei nem se saiu no final, mas se chamou muito a atenção, porque não tinha uma palavra sobre violência nas escolas, uma palavra, foi chamada a atenção sobre isso depois não sei, eu não vi se foi colocado, mas acho que os professores, eles têm que ser formados de outra forma, eles têm que conhecer a realidade, eles não têm idéia dessa realidade que eles vão enfrentar. É muito difícil para eles.

E a questão dos pais. Eu acho que falando de políticas públicas, o que se pode fazer, quer dizer, eu acho que até um pouquinho antes do Senador Cristovam Buarque ele ia assinar um grande projeto sobre mediação escolar para ser realizado em São Paulo, que depois foi brecado, ou seja, já a partir das pesquisas com proposta sobre o que fazer e são ou Governo Federal, os Governos Estaduais ou Municipais, agora não se pode ficar esperando o Governo Federal. São os Estados e Municípios porque é muito mais fácil, é muito mais fácil fazer o diagnóstico, é muito mais fácil poder trabalhar com os professores, propor uma grande capacitação sobre esse tema e os temas relacionados à diversidade, não só a violência, todos os temas que tem que ver com aquilo que o professor não conseguiu ver na sua formação e também viverem no seu cotidiano.

Eu acho que existe um plano sim, existe um plano que se chama plano de convivência escolar onde nós esperamos que um dia algum Estado ou Município possa aplicar isso para mostrar para o resto do Brasil como é possível. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra à professora Sandra Maria.

SRA. SANDRA MARIA COLI FÉRRER: Quando eu cheguei ao professor Senador Cristovam Buarque, eu ouvia com muito carinho ele falar na doce revolução da educação, e eu trouxe para ele, na verdade, foi o pacote de impacto na mudança da cultura brasileira.

Quando a gente fala em violência na escola, em casa, a nós não podemos esquecer em nenhum minuto que nós estamos falando em seres humanos que desempenham papéis. Senador Cristovam Buarque é um ser humano que desempenha vários papéis, o aluno que está na escola, ele é um ser humano que desempenha vários papéis. O professor é um ser huma-

no que desempenha vários papéis. Quando a Adriana colocou sobre capacitação, formação, me veio muito o quê o professor Senador Cristovam Buarque defende, a formação unificada do professor que poderia entrar essa capacitação sim, essa deficiência que a Miriam coloca sim, que eles não vêem nas Faculdades, nas Universidades preparados para isso, para lidar com essa violência. Eu não vejo muita saída sem que nós possamos inserir psicólogos e, volto a dizer, eu estou sendo chata nisso, psicólogos e assistentes sociais nas escolas também para que possam ver as famílias.

Eu estou de pleno acordo com o Senador Valter Pereira quando ele coloca não seria possível que o MEC colocasse uma Secretaria e uma Comissão Permanente para isso? Eu acho que talvez fosse essa a solução. Onde começa a violência se é na escola, se na família, se um reflete o outro isso, é uma questão muito difícil da gente falar quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha. Sabe acho que é por aí, porque um reflete o outro, com certeza.

Sábado eu tive uma reunião com uma comunidade do Marajós que já é Goiás, é fronteira Goiás e Distrito Federal que falavam o seguinte: "Lá as crianças só brincam e de polícia e bêbado", porque é a realidade deles, ganharam um caminhão de brinquedos e só conseguiram brincar com os brinquedos depois que destruíram esses brinquedos, então vai adiantar intervir apenas na escola? Não vai gente. Tem que intervir na família! Tem que ir lá na família ver esse bêbado! Tem que ir lá ver o que essa polícia está fazendo!

Estou de pleno acordo que essa política que o senhor falou como é que a gente vê essa patrulha na escola, não resolve, vai triplicar e se a violência não for na escola vai ser na rua e amanhã ela vai estar na penitenciária, em um sistema igualmente violência e nada reformatório, e nada reformatório, porque isso é uma questão que a gente precisa ver também que é a questão das nossas penitenciárias.

Existe diferença entre o Brasil e o resto do mundo? Claro que existe, como existe também entre Planaltina, como existe plano piloto, como existe São Sebastião e cada um tem que ter um olhar municipalizado, isso eu não estou falando de controle de verba não. Eu estou falando em olhar, que a gente vai começar a mudar exatamente assim, olhando. Eu vou olhar esse Município, eu vou fazer um diagnóstico desse Município, dessa escola, da demanda dela, como não adianta saber que aquela demanda daquela escola, daquela escola não, a demanda de trabalho daquela cidade é de confeitaria e eu oferecer curso profissionalizante de computação, isso é política de *band-aid*, não vai resolver nada.

Abriu as escolas, tudo bem, concordo a Miriam também quando ela coloca que é um sistema esquizofrenizante, porque ela é aberta para brincar, mas não aberta para trocar outro tipo de idéia. A questão é escola e sociedade? Acho que um misto. É um misto. Porque a mídia está violenta, ela mostra, nós temos hoje um outro componente que é a Internet nós temos jogos que levam também a promoção dessa violência, por falar em jogos, eu até esqueci de falar, eu estou desenvolvendo um jogo de educação sexual e prevenção de violência sexual também pedofilia, inclusive, por Internet também. Como que a criança e o adolescente podem identificar isso. É um jogo, é uma coisa lúdica que vai estar em breve, se Deus quiser, nas escolas.

É um problema da educação ou da polícia? É um problema de ser humano mais uma vez eu falo, a polícia entra em último caso, agora eu não penso que ela entra, Senador, para corrigir ou para reformar. Infelizmente não. Isso é algo também que tem que ser repensado, que tem que ser mudado, ela entra para fazer uma correção, para abafar ali, mas ela vai estourar em outro lugar. E mais dos pais ou dos professores, volto a dizer, é do ser humano. E os dois têm que ser assistidos. E o que fazer entre Governo e Estado e Município? Eu creio que o Senador Valter Pereira tenha dado, falado uma grande, tenha dado uma grande idéia ou um grande início, um *start* nisso que seria o desenvolvimento de uma Secretaria se pudesse estar coordenando em nível Federal, Estadual e Municipal, no nosso caso, cidades satélites, ação dos profissionais de Psicologia e Assistência Social dentro das escolas e nas famílias.

Nós temos os Conselhos Tutelares que quando as crianças são encaminhadas para lá, o que acontece como a Adriana relatou, não tem papel, não tem isso, aquilo outro, os professores ficam com medo de uma reação, então se nós criamos, não tem profissionalismo, então se nós criamos, tivermos isso como um norte para a solução, eu acho que já terá sido uma grande coisa, Senador.

Como observatório e como uma solucionática, vamos dizer assim, que problemática nós vemos muitos e como eu falei antes e volto a falar para grandes problemas nós temos que ter grandes soluções, as pesquisas estão aí, elas estão mostrando então vamos para as soluções e as soluções são possíveis. "Ah! Vai precisar gastar muito", gente vamos usar os estagiários, vamos usar aqueles que estão saindo das Faculdades, das Universidades. Vamos propor convênios, com essas Universidades, entre Psicólogos, Sociólogos, Assistentes Sociais, e vamos colocar para trabalhar pelo Brasil.

É uma solução cara, exorbitante, não gente, precisa de boa vontade, precisa de boa vontade política, quando o Senador me disse quando eu trouxe esse pacote para ele, mas é possível da gente de garra, séria e de boa vontade. Acho que respondi tudo, não sei? É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora a Adriana.

SRA. ADRIANA COSTA DE MIRANDA: Eu gostaria de fazer uma observação quanto ao caráter da violência. A violência é um fenômeno multicausal e é um fenômeno extremamente democrático. E está em todas as classes sociais, em todos os grupos religiosos, e ela se fundamenta historicamente, ela não é algo natural, do ser humano por isso que ela tem esse caráter de mudança da nomicidade ao longo do tempo. O que era considerado violência antes, pode não ser considerado violência hoje.

Por isso respondendo, eu vou tentar responder em geral, as questões que foram feitas... Pode ser, mas hoje, porque esse fenômeno ele está tão visível? Por que nós consideramos que nós estamos dando visibilidade ao que antes era naturalizado. Eu acho isso um ponto extremamente positivo, levando em consideração o Sérgio Adorno coloca esse questão que o Brasil é um País extremamente violento em todas as suas relações.

Essa visibilidade já é um avanço para mostrar que se somos, não queremos ser mais ou queremos encontrar ações políticas para transformar essa realidade. Eu fico muito preocupada, porque geralmente quando se fala de violência nas escolas, foca-se muito a escola pública, e aonde isso é mais visualizada, porque a condição de pobreza ela pode potencializar de fato as violências, mas outras violências elas que são praticadas em escolas de classe média e alta nesse País, elas são encobertas.

Eu acho que é um fator do Brasil que não uma solução que a gente possa intervir, mas a questão da impunidade mesmo. A impunidade nesse País é muito séria, ela faz com que as pessoas não enfrentem esse fenômeno como deveriam, porque não acreditam de fato que vá haver um encaminhamento para determinadas situações.

Como é um fenômeno multicausal as ações também tem que ser múltiplas, essas ações não vão estar centradas em ações que caibam, vamos dizer assim, para todas as realidades do Brasil, por isso a idéia da Secretaria que foi colocada eu acho extremamente importante, mas que essas Secretarias tenham um diálogo direto com esses professores, com esses gestores, para que essas ações elas possam ser construídas,

possam ser participativas, porque muitas vezes chega uma diretriz educacional na escola, como eu relatei na minha apresentação, cumpre-se e, às vezes, o profissional da educação não tem nem informação sobre o que é esse fenômeno e nós temos situações de que a legislação muito, às vezes, é muito bacana, boa, aborda assim muitas questões, mas de que de fato ela não consegue ser implementada pela falta de diálogo, de desenvolvimento no grupo nessa discussão.

Nessa caso eu chamo a atenção da democratização das relações, porque o profissional da educação que está diretamente envolvido nas escolas com as crianças ele tem que ser ouvido, até mesmo para saber se o indivíduo tem noção de que é o fenômeno, como ele lida com isso e essa capacitação que possa ser feita seja norteado dentro daquela realidade, senão nós vamos estar gastando dinheiro público, fazendo capacitações gerais, sem ver a cor local, dessa questão.

Creio sim que a escola de tempo integral seja uma política extremamente importante, e a questão das atividades culturais esportivas na escola também, porque especialmente as atividades culturais, porque ali a criança e o adolescente têm a possibilidade de expressar suas potencialidades, suas dúvidas, suas angústias, é uma forma de expressão maravilhosa e são múltiplas essas expressões culturais, mas novamente essa escola de tempo integral não adianta a gente ampliar o tempo e não potencializar os recursos materiais e humanos dentro da escola, porque o aluno vai ficar ocioso dentro da escola e não na rua, ele vai ficar ocioso porque ele não vai ter o que fazer e como trabalhar.

Outro aspecto que eu acho importante à gente falar sobre a violência nas escolas é o Maffesoli é um teórico francês e ele coloca uma questão extremamente importante que é a violência, uma forma de interação social. Nós nos socializamos por meio de violência também. Essa questão da criança na hora do intervalo um empurra o outro, um bate no outro, é uma forma também de carinho de se aconchegar e o que eu tenho percebido é que algumas políticas tem sido extremamente voltadas para o monitoramento das crianças na escola, muitas vezes, essas crianças estão sem poder se expressar, porque, às vezes, um aluno que era um aluno problema, ele é chamado a ser um disciplinador da escola, ora isso é uma inversão de papel.

Paulo Freire coloca que dentro de nós, dentro do oprimido há um opressor, ele está fazendo o papel oposto, me parece, muitas vezes, eu não digo em todas as situações, mas muitas vezes ele toma o papel daquele que vai dizer: "Não pode fazer isso", de fato as relações qualitativas não estão melhorando. Temos

que compreender esse fator da convivência por meio dessa violência que se dá para a socialização, quando a Sônia, Sandra, desculpa, relatou a questão do desmonte dos carrinhos, eu me lembrei de uma atividade que nós fizemos na escola com aquelas, eu não sei como é o nome, aquelas molas que a gente vira e aí uma criança quebrou todas aquelas rodinhas e falou: "Tia agora eu tenho muitas, tenho muitas pulseiras eu não tenho só uma".

O que está por detrás também desse desmonte? É o que é quebrar, o estragar, qual é importante levar em consideração quando a convivência familiar dessa criança, mas também pensar por esse outro lado o que pode estar ocorrendo com a criança que não necessariamente seja uma expressão de violência. É uma expressão de descoberta. Enfim, bom, a questão das grades curriculares nas Universidades acho extremamente importante. Nós termos, sim, contempladas senão em uma disciplina específica, mas em algumas disciplinas, porque já que o fenômeno é multicausal dentro da sociologia, dentro da psicologia, os cursos de formação de professores possam fazer essa abordagem de forma integrada, interdisciplinar.

E, enfim, em relação aos questionamentos do Senador Cristovam Buarque é isso. Em relação ao que o senhor coloca, Senador Augusto Botelho, em relação a Roraima, se eu noto que é diferente? Nós vemos todas as expressões de violência, agora uma situação que é gritante lá no Estado a violência sexual contra criança. E o tratamento disso pela mídia também que é deplorável, porque há uma exposição total da criança nessas situações. A mídia é a gente sabe dessa questão [soa a campainha] violência é um objeto extremamente interessante para a mídia. Então muito bom para a mídia divulgar as situações de violência e ela não divulga, muitas vezes, situações que tem ocorrido na escola de enfrentamento dessas questões que são significativas também, que é um ponto que eu acho urge pesquisas que façam um levantamento dessas experiências que tem sido positiva no enfrentamento da violência.

Porque uma experiência em uma escola pode colaborar com outra. Uma questão é essa, a pesquisa dessas experiências. E o enfrentamento da violência sexual no Estado realmente, eu faço parte da Comissão Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual, Tráfico e Abuso e Exploração da Criança e o que nós percebemos é a questão muito forte de alguns preceitos realmente que a criança é posse e o silêncio que paira sobre a situação em vários momentos, poderia ter havido uma intervenção, mas a Comissão tem sido bem atuante. Eu não sei se vocês têm informações sobre essa questão, inclusive, casos de juízes que

tem se envolvido com violência sexual contra criança, que tem sido enfrentado. É uma questão que extrapola também a escola, que é bastante identificada nas escolas. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem eu quero agradecer e dizer que ninguém esperava que daqui saíssem soluções claras para esse problema. E um problema que a gente consegue ter soluções claras hoje em dia, mas esse, talvez, ainda menos. O quê eu insisto é que a violência na escola vem, sobretudo, da má qualidade da escola e a Miriam tocou nesse assunto.

A boa escola reduz a violência, entretanto, é uma coisa que, talvez, discorde dela é um outro tipo de violência, que é essa violência norte-americana e agora na Finlândia, que é uma violência que não daqui do dia-a-dia e das coisas pequenas ou mais ou menos, mas essa violência absurda de assassinatos em série e o que eu digo que discordo que é o tal do *bulem*, talvez, tenha algo a ver desse tipo, dessa violência enlouquecida desses jovens suicidas que matam pessoas.

O mau-trato aos alunos, gordinho, gordinho, ou chato, chato, burro, dentro das escolas, dentuço, isso vai terminando, criando um clima que, talvez, exploda dentro da criança, quando já adolescente. Porque o que a gente viu desses últimos casos, tanto da Finlândia como o recente, e um recente coreano, eu não digo também do *Columbine* anos atrás é que eles vinham sendo mal tratados ao longo de anos, por uma deficiência qualquer que eles tinham.

São duas coisas diferentes, essa violência, esporádica e terrível da Finlândia na semana passada e que os Estados Unidos tem sido o principal protagonista dela. Isso é uma violência. É uma questão psiquiátrica e também de polícia no sentido de criar mecanismo que proteja a nossa, é diferente só houve um caso aqui dessas violências e foi no cinema, não foi na escola. Houve um caso na escola também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Houve um caso de um menino que saiu, no interior de São Paulo, depois de uns quatro, cinco anos, voltou e atirou nos colegas. Nós tivemos um.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Teve um caso. Essas são violências psiquiátricas por razões psiquiátricas, eu falo dessas violências sociais que nós temos hoje, que a gente vai ter que enfrentar a qualidade da escola, para mim é o principal caminho, até porque isso reduz a violência social, que é importada para dentro da escola, embora estou de acordo com o que a professora Miriam, não é só a importação de violência de fora, senão não teria jeito, como ela disse, porque a gente estaria refém da sociedade violenta, mas a gente precisa continuar

trabalhando, não é professor Valter? Tanto na procura dessa escola que vai reduzir a violência, como também da redução da violência na escola, duas coisas diferentes.

SR. SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aduzindo ao que V.Ex^a. está falando, eu acrescentaria o seguinte. O Brasil hoje tem uma crise que, talvez, transcende a todas as outras que é a crise da gerência. Há uma deficiência da Administração que começa nos estabelecimentos de base como é o caso de uma escola, passa pelos estabelecimentos intermediários que são as Secretárias, os Governos, certo, e chega nos altos escalões.

É muito difícil ainda, agora ontem eu fazendo uma intervenção sobre essa questão da violência que eu ocorreu no Pará, eu abordei exatamente essa questão. O que é que se esperaria de uma autoridade que tem a responsabilidade de fazer a administração carcerária, por exemplo, é que de vez em quando fizesse uma visita no cárcere. Que de vez em quando fosse olhar, olho no olho, saber como é que estão sendo tratados os detentos.

O que se supra, por exemplo, de uma Administração escolar, uma responsável, uma Secretaria Estadual de Educação? Que de vez em quando compareça lá na base para saber como é que está funcionando a escola, e fez isso, Sr. Presidente. Por isso que eu tenho autoridade para falar, porque eu acompanhei, eu visitava de surpresa as escolas e encontrava cemitérios de conjuntos escolares que, de repente, às vezes, até inviabilizava o funcionamento da escola, porque não tinha aonde o aluno sentar, aonde ele produzir, etc.

Essa falta de gerência eu acho que é um dos principais gargalos que nós enfrentamos hoje, por quê? Por que nós temos uma Administração de gabinete. E no gabinete ninguém fica sabendo da realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estou de acordo. Eu estou defensor completo de que a gestão tem tudo a ver com a Administração, mas eu quero pedir o seu apoio, radicalizando um pouquinho, para o meu projeto que obriga que os filhos de Senadores, Deputados, Governadores tenham que estudar na escola pública, porque não uma visita de vez em quando, são os filhos da gente que vão trazer as informações para a hora do almoço, todos os dias. Esse projeto está na Comissão de Constituição e Justiça já com parecer negativo, não querem deixar nem que passem dali, é claro, que eu tomei um cuidado só para daqui a sete anos, quando melhorar.

E hoje até na minha aula, que eu dou aula toda terça-feira de manhã, esse assunto apareceu e um aluno disse uma coisa que eu devia ter pensado. Ele disse tem que tomar cuidado, porque vão fazer escolas

públicas especiais para os filhos dos Parlamentares, como, aliás, a União Soviética e a China no Regime Socialista tiveram. Os filhos dos quadros não estudavam nas escolas dos filhos do povo, mas eu queria discutir um dia com o senhor esse projeto, que pelo menos deixa subir um pouquinho mais para a gente debater, ao invés de morrer na CCJ, deixo subir um pouquinho mais, porque a gente debate conversa e vê que ele, talvez, fira algum dos preceitos constitucionais como tem dito.

Mas de qualquer maneira, isso é para confirmar o que o senhor diz, a gente fica muito no gabinete. A gente não vê a realidade do dia-a-dia, talvez a melhorar maneira de ver a realidade é que os filhos da gente estejam lá dentro, a sete anos, dá tempo para melhorar a escola pública e dá tempo para fazer a Copa do Mundos em sete anos e, aliás, eu não coloquei em sete anos por causa da Copa do Mundo, porque até o projeto é anterior. Eu coloquei sete anos, porque é quando a Brasil vai comemorar 125 anos da República, não é possível que a gente chegue no centésimo, vigésimo, sexto, de uma República com uma escola para ricos e para pobres diferentes, e os eleitos em uma escola diferente da escola dos filhos que elegem.

Eu coloquei 125 anos aí coincidiu que são sete anos e coincidiu que é o tempo da Copa do Mundo em 2014. Eu quero agradecer, dizer que esse tema continuará na próxima quinta-feira. Eu quero estar convidar por sugestão até do Senador Pedro Simon estamos trazendo aqui o Dr. Rubert Montanhês(F) ele analisa por outro lado, pelo lado psiquiátrico ele vai falar sobre a importância da prevenção da violência por meio de ações da primeira infância, ou seja, ele vai lá na ponta e tenta encontrar caminhos.

Isso faz parte da programação do Fórum Senado Debate Brasil que é um programa do Senador Pedro Simon e que a Comissão de Educação se juntou. Muito obrigado as três, e creio que ficamos com bons documentos aqui para continuarmos a discussão desse assunto tão importante.

Eu quero ler dois comunicados, um comunicado aos Srs. Senadores um recebimento de correspondência da Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento do Ministério do Esporte convidando para o Primeiro Seminário Nacional do Programa Bolsa Atleta, a ser realizado no dia 29 novembro, das onze, as dezoito, no Hotel Nacional de Brasília. E finalmente só esse.

Aqueles que quiserem assistir os Senadores, dia 28 de novembro de onze as dezoito, no Hotel Nacional. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h29.

Ata da 64ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 29 de Novembro de 2007.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONJUNTA**

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Geraldo Mesquita, Garibaldi Alves Filho, Heráclito Fortes, Euclydes Mello, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Cristovam Buarque, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romeu Tuma e Cícero Lucena, reúnem-se a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Marcelo Crivella, Gim Argello, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Romero Jucá, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Demóstenes Torres, Jayme Campos, Kátia Abreu, João Durval e José Nery. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 048/07-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e nº 068/07 – CAS, de autoria das Senadoras Patrícia Saboya e Rosalba Ciarlini, que tem como objetivo discutir a **“Importância da Prevenção da violência por meio de ações na Primeira Infância”**. A presente Audiência Pública, faz parte da programação do **Fórum Senado Debate Brasil**, “Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a Cadeia da Violência”, que acontece nos dias 28 e 29 do corrente, no Auditório Petrônio Portela. Comparece à Audiência Pública, o Doutor Hubert Montagner, Ph.D. em Psiquiatria Infantil, Neurofisiologista e Diretor de Pesquisa no Instituto Nacional de Saúde da França. Antes de dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, dos Excelentíssimos Senhores Elismar Prado, Deputado Federal (PT/MG), Welinton

Prado (PT/MG), Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia de Minas, Lourival Santos (PCdoB/MG), Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Uberaba – MG, Iraê Lucena, Deputada Estadual (PMDB/PB), Senhor José Augusto Figueiró, Médico e Presidente do Instituto Zero a Seis, Senhora Cláudia Siqueira, Diretora do Instituto Sidarta, Senhora Marilena Flores Martins, Presidente do IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar; Senhora Ângela Maria Maggioli Rabelo, Psicanalista e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa “Os Primórdios da Vida Psíquica e a Clínica dos Primeiros Anos”, Senhor Salvador Célia, Psiquiatra e Consultor da UNICEF, Senhora Cristina Paranhos, Secretária Municipal de Ação Social representando o Prefeito de Uberaba – MG, Anderson Aduato. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores Pedro Simon, , Wellington Salgado, Antônio Carlos Valadares, Lúcia Vânia e Patrícia Saboya, autora do Requerimento. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais**, lavrassem a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todas, bom dia a todos os Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a 64ª Reunião da Comissão de Educação, em conjunto com a 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 048, de 2007, da CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e nº 68, de 2007, da CAS, de minha autoria e da Senadora Rosalba Ciarlini, para realização dessa Audiência Pública destinada a discutir a “Importância da prevenção da violência por meio de ações na primeira infância”, dando continuidade ao Terceiro Fórum

do Senado que discute o tema “Violência na primeira infância”. Eu quero aqui cumprimentar ao Senador Cristovam Buarque, autor desse requerimento, que deveria estar aqui ao meu lado, na verdade presidindo essa sessão, que da Comissão de Educação, mas nós combinamos que iremos, ao longo da nossa Audiência, nos revezarmos. Então eu queria também, antes de iniciar, parabenizar mais uma vez o Senador Cristovam Buarque, do meu partido, o PDT, por ter conseguido, com a sua obstinação eu diria, com a sua luta pela educação, sendo reconhecido entre todos nós nessa Casa como o principal defensor da educação no nosso país, de uma educação libertadora, de uma educação que rompa com essa mesmice e que dê aos nossos filhos, aos nossos jovens, a oportunidade de uma vida muito melhor. E ele conseguiu, com essa luta, com que Governo se comprometesse a acabar definitivamente com a DRU – Desvinculação da Receita da União, e isso vai nos garantir mais recursos para a educação. Portanto, essa Casa e essa Comissão também parabeniza o Senador Cristovam Buarque por mais essa vitória, por mais essa conquista, e eu tenho certeza que nesse momento todo o povo brasileiro e principalmente os nossos filhos, as nossas crianças, os nossos adolescentes, estão nesse momento aplaudindo mais uma vez a iniciativa de V. Ex^a. Parabéns.

Eu quero cumprimentar também o Senador Wellington, que está aqui fazendo parte da nossa Comissão, como Presidente também da Comissão de Ciência e Tecnologia, a Sra. Iraê Lucena, Deputada Estadual do PMDB da Paraíba, que também tem uma grande luta em defesa dos direitos das nossas crianças, e a todos os nossos convidados e convidadas aqui presentes.

Dando início à Audiência Pública eu solicito o Senador Wellington que acompanhe o nosso primeiro convidado, Dr. Hubert Montagner, Ph. D. em Psiquiatria Infantil, e também o médico pediatra Dr. Laurista Corrêa Filho. Nessa nossa Audiência Pública nós teremos a tradução, que será feita pelo Sr. Manoel, tradutor, em função do Dr. Montagner falar em francês. Então eu queria dar as boas vindas aos nossos dois convidados, eu tenho certeza que hoje será um dia muito especial, tantos os nossos convidados como nós, Senadores, iremos tirar o maior proveito das lições que aqui nos serão dadas, e eu fico muito feliz de poder presidir essa sessão. A princípio nós teremos, para cada convidado, em torno de trinta a quarenta e cinco minutos para a exposição. Se for necessário aumentar o tempo, assim essa presidência fará. Sejam muito bem-vindos, e passo já a palavra, imediatamente, ao Dr. Montagner, Ph. D. em Psiquiatria Infantil.

DR. HUBERT MONTAGNER: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, senhoras e senhores. É uma grande honra e um imenso prazer para mim estar aqui presente.

Peço desculpas por falar em francês, infelizmente não sei falar sua bela língua. Eu poderia ter utilizado o meu idioma materno, mas teria sido pior. Minha língua materna é o briton, uma língua céltica instalada no oeste da França. Eu posso falar com um galês, porque o galês é quase a mesma língua, o que me permite aos meus amigos galeses e [ininteligível] nos encontrarmos numa mesa, com os nossos amigos ingleses, e falar mal dos ingleses [risos].

Eis o que eu gostaria de apresentar hoje de manhã. Para começar, vou apresentar algumas imagens das interações entre crianças, entre crianças muito jovens, já que tem entre quatro e seis meses de idade. Isso permitirá conscientizar-se de que as capacidades de comunicação das crianças são muito precoces, sendo que ao observarmos crianças acolhidas numa creche, fora da presença da mãe ou do pai, constatamos que são capazes de liberar suas capacidades de comunicação quando essas capacidades de comunicação foram inibidas no meio familiar. É por esta razão, entre outras, que quando temos o privilégio de seguir, de acompanhar as crianças no seu desenvolvimento, percebemos que a creche e as outras estruturas de acolhimento da pequena infância tornaram-se estruturas totalmente indispensáveis, sobretudo se quisermos erradicar a violência, se quisermos reduzir o fracasso escolar e se quisermos reduzir os distúrbios do desenvolvimento e do comportamento.

Precisamos parar de considerar a criança apenas pelo prisma da família. A criança é uma pessoa em si que só pertence a si mesma, e essa pessoa com a idade de dois meses, seis meses, dois anos, etc., é uma pessoa que já se desenvolveu muito antes de nascer. Sabemos que o que o bebê manifesta ao nascer, o que chamamos de inato, é o resultado já de uma combinação de influências. Têm obviamente as influências genéticas, têm as influências que vem da mãe e têm as influências que vem do ambiente em que evoluiu a mãe. Sabemos perfeitamente hoje que o feto tem informações precisas sobre alternância do dia e da noite porque ele recebe informações sobre o ritmo, vigília, sono da mãe dele, que são habitualmente organizadas segundo essa alternância do dia e da noite, mas que são organizadas também pelos ritmos sociais, já que esses ritmos sociais dependem, em grande parte, dessa alternância dia e noite. Isso significa que quando a mãe é insônica durante a sua gestação e quando o seu ritmo de atividade fica perturbado, o feto é capaz de percebê-lo. É por isso que

sabemos que já no sétimo mês de vida fetal [ininteligível] o feto é capaz de reconhecer a voz da mãe, é capaz de reconhecer a voz do pai, porque a voz grave, os sons graves, passam muito bem a barreira constituída pelo líquido amniótico. De forma mais geral o feto é aperfeiçoamento capaz de reconhecer as informações auditivas do mundo externo, as vozes humanas, também as sinfonias, as áreas, e pensamos cada vez mais, embora não seja totalmente demonstrado, que o feto é capaz de perceber as emoções da mãe e do pai através da sua capacidade de receber e provavelmente de decodificar os choros e manifestações de alegria, etc. Por isso, na casa da pequena infância que eu proponho aqui para sua reflexão e discussão no documento que lhes foi entregue, ele prevê três lugares abrigo, entre os quais um lugar de abrigo para as mulheres que esperam bebê, para ajudar a estabilizá-las durante a gestação e, portanto, a estabilizar o feto. Não vou entrar nos detalhes, encontrarão isso no documento. Eu diria apenas que essas casas da pequena infância que acolham as mulheres gestantes são peculiarmente indispensáveis para as jovens mães que tem doze, treze, catorze anos, para as mães viciadas, alcoólatras, depressivas, para as mães que vivem na rua, que foram rejeitadas pela família ou que se rejeitaram a si próprias, enfim, para fazer frente a toda essa miséria que a gente vê nos meios mais desfavorecidos, essa miséria que se constata nas periferias das grandes cidades francesas e que vocês têm no Brasil em especial nas favelas.

Depois de mostrar algumas capacidades precoces das crianças para que possam entender bem os desafios da questão, vou mostrar realizações de estruturas de acolhimento para a pequena infância na França para mostrar como é possível receber essas crianças, isto é, receber também as famílias, e o que as crianças constroem nas creches modificam as representações dos pais, mesmo dos pais abusivos, de pais que eles próprios sentem dificuldades ou vivem dificuldades.

O desafio da luta, portanto, do combate à violência, isto é, da prevenção da violência, é elaborar estratégias complementares ao nível da família, ao nível das estruturas de acolhimento e de educação, mas também das estruturas de cuidados. Elaborar estratégias que permitam enfrentar melhor a vida dos jovens em grupos, porque não podemos esquecer que os pré-adolescentes e adolescentes, mas também as crianças mais jovens, elaboram uma parte da sua construção dentro do grupo de pares e eu acho que não pensamos o suficiente em estratégias que permitam combater melhor a violência agindo dentro dos grupos de pares, e não podemos esquecer o que é preciso

fazer na cidade, com animadores de rua, com casas de adolescentes, mas devemos aprender, nós adultos, a criarmos estruturas para receber os adolescentes, depois que tenham aprendido a se autogerir, sendo que as cidades devem prever esse tipo de estrutura de autogestão, de autofuncionamento, com uma animação inteligente e a presença discreta de adultos.

Eu vou mostrar algumas imagens para mostrar como isso pode funcionar e, por favor, se tiverem algumas perguntas, não hesitem em fazê-las. Acho importante ter um debate contraditório e que cada um possa intervir como quiser, mesmo que seja de forma agressiva [risos].

Não vou descrever os estudos científicos que realizamos. Aqueles que estiverem interessados eu posso dar referências bibliográficas. Aqui estão duas crianças que se instalaram na segurança afetiva que eu tentei descrever ontem. As crianças instaladas na segurança afetiva são crianças que conseguem sair de seus bloqueios e de suas inibições, são crianças que podem liberar totalmente todo o leque de suas emoções e, portanto, compartilhar as emoções dos outros e acabar controlando suas próprias emoções. Reprovamos muitas vezes os jovens, os adolescentes e pré-adolescentes por não saberem controlar as suas emoções, mas isso não é possível enquanto não tiverem liberado suas emoções, e você não pode controlar alguma coisa que não liberou. As crianças seguras são também crianças que liberam sua linguagem, e sabemos nós, seres humanos, que a linguagem tem significação no fluxo das emoções e reciprocamente. As crianças seguras são crianças que também conseguem liberar o que chamamos de “competências alicerce” e que são necessárias para o desenvolvimento do cérebro.

Temos aqui representadas, rapidamente, essas capacidades básicas. Temos aqui duas crianças que se encontram pela primeira vez. Não se conhecem, os pais também não se conhecem. O que constatamos é que quando a sua posição foi organizada dessa forma específica com esses assentos organizados de forma especial, eles conseguem controlar o porte da cabeça e um dos fenômenos que marca imediatamente é a capacidade dessas crianças comunicarem olho no olho, como que se quiseram abrir mutuamente o livro das emoções da outra. Cada uma dessas crianças consegue reduzir a distância que a separa da outra. As duas mãos acabam se juntando, é um dos comportamentos que chamamos de “comportamento afiliativo” e é um dos primeiros fundamentos. Quatro meses de idade. Aqui essa criança levanta o pé, o bebê levanta o pé, o outro também levanta o pé. Tem um fenômeno

de imitação e eu posso garantir que as mães não são bailarinas na [ininteligível] [risos].

São dois meninos neste exemplo. Essa pergunta é muito pertinente. Os estudos foram feitos com dois meninos, duas meninas, uma menina e um menino, estudamos várias centenas de crianças nessa situação. As mães estão afastadas por volta de dois metros, ficam silenciosas e imóveis, e constatamos que quando as mães testemunham esses fenômenos elas vivem emoções extraordinárias, tendo mães que dispararam a chorar de tão surpresas pelas competências do seu bebê. O fenômeno de imitação continua e as duas crianças terminam olho no olho. No início, nas primeiras fotos, a gente estava em dois minutos desde o encontro. Aqui estamos em sete minutos e cinquenta e oito segundos, o que significa que durante oito minutos as crianças desenvolveram uma interação ininterrupta. As duas mãos terminam no prolongamento uma da outra, os dedos se tocam apenas e os dois olhares se encontram novamente. Aqui viram um dos fundamentos essenciais do desenvolvimento da criança.

Aqui um outro exemplo, ainda com crianças de quatro meses. Aqui uma menina e um menino. Na primeira imagem essa criança estende o braço tentando captar o olhar da outra, as duas crianças estão agora olho no olho, eles não se tocam, esse bebê dispara a rir e a outra também. Eu proponho que os Chefes de Estado ao se encontrarem. [risos] A gente faria mais comércio com a China [risos].

Aqui um exemplo um pouco mais complexo. Vamos ver que ponto é complicado. Aqui dois meninos, esse primeiro menino muito ator, o outro parece não participar da interação. O primeiro continua estendendo o braço e a mão, o seu objetivo é o cinto da roupinha azul da outra criança, do colete azul. Esta é a reação do outro menino, a mão vem se colocar no braço do outro. O menino vai pegar a mão do outro, só que tem quatro meses apenas. Depois de ter pego a mão do outro ele se coloca no contato olho no olho com o parceiro. Se uma menina bonita pegar a minha mão e procurar meu olhar, eu não tenho a mínima dúvida sobre as intenções dela [risos]. É uma pena que não aconteça com mais frequência.

Este daqui não recebeu resposta e coloca a mão na boca, como fazem todas as crianças que não o obtiveram uma comunicação.

Esse daí continua com o mesmo projeto. Eu sinto que segura o colete do outro que está interessando a ele, o que provoca o mesmo comportamento no outro menino. Esse outro menino pegou no cinto, mas é quase uma estratégia. De fato, naquele momento, ele estende o braço e o dedo e procura o olhar do outro.

Esse daí é um menino ator que procura um objeto [ininteligível] e esse daqui é uma criança, é um menino ator que situa a sua ação dentro de uma interação. Tudo isso dura muito tempo. É assim que termina tudo, a primeira criança continua se interessando pelo objeto, pelo cinto, e esse daqui está utilizando todo o seu poder de sedução. Mais uma vez, se uma mulher bonita fizer isso conosco, a gente tem quase, quase certeza da sua intenção [risos].

É importante que as crianças possam se realizar nas suas capacidades de comunicação, porque quando uma criança muito segura encontra uma criança pouco segura ou menos segura, ela vai transmitir para a outra elementos de comportamento que desempenham um papel no desenvolvimento da vida emocional e afetiva e no desenvolvimento dos processos cognitivos necessários para aprender e entender.

A partir do momento que podemos constatar que muito cedo as crianças eram capazes de sair dos seus bloqueios e das suas inibições, eram capazes de liberar todo o leque das emoções humanas, eram capazes de liberar a linguagem antes mesmo de falar, isto é, os elementos que podemos qualificar de lingüísticos e que são vocais, embora não falados sob forma de discurso. A partir do momento em que constatamos a precocidade na liberação das capacidades básicas necessárias para a construção do cérebro, e a construção do cérebro é interação com o corpo, resolvemos desenvolver estruturas específicas de cada idade, isso desde a maternidade.

Isso daqui foi instalado numa cidade do sul da França, numa maternidade. Aqui temos duas mães que fizeram um parto dois dias antes, com os seus bebês, num encontro com as suas próprias mães e suas crianças mais velhas. Nesse lugar medicalizado a mãe, a criança e o bebê encontram as famílias e os visitantes, amigos, por exemplo. A mãe, que teve um parto por cesariana, pode sentar confortavelmente com o bebê nos braços, sem cansar, ela pode instalar o bebê numa bacia, vai poder descobri-lo sem estar no quarto, sem estar numa situação de pessoa doente. Enquanto isso os mais velhos, as crianças mais velhas, que estão visitando a mãe, tomam conta de um espaço em três dimensões, de vez em quando o mais velho vai ver a mãe e a criança e se desenvolve uma relação a três interações, entre a mãe, o bebê e a criança mais velha. Implicitamente o bebê já está introduzido na família. A mãe, com o seu bebê, vai ao encontro da criança mais velha. Mostra-se que a criança mais velha ainda é importante para ela. Aí a criança mais velha pode viver a segurança afetiva e perceber que ele não está sendo abandonado, apenas do nascimen-

to e do fato que ele vai ter que compartilhar a ternura da mãe com o bebê.

Desse modo, nós conseguimos fazer os pais virem os pais, eles podem continuar sendo pais nas suas interações com as crianças mais velhas. Às vezes é difícil ter interações tranquilas entre a mãe, o pai, o bebê e a criança mais velha na maternidade. Nós vivemos coisas muito emocionantes nesse meio. Nós vimos mães tranquilizadas após um parto difícil, quando as relações com os pais estavam difíceis e quando a mãe estava em estado de angústia por não saber o que ia acontecer depois do nascimento. Então nós vimos que as mães ficaram tranquilizadas mesmo vindo de bairros difíceis da cidade. Isso mostra como com uma estrutura nova podemos tranquilizar mães que podem estar depressivas, angustiadas, que imaginam que a vida em casa vai ser difícil. As mães, os pais e as crianças mais velhas tinham possibilidade de voltar para esse lugar. Alguns voltaram durante um ou dois meses porque nesse lugar não tinha as emoções habitualmente difíceis que podiam existir na família por causa da depressão da mãe, por causa do ritmo de trabalho do pai ou por causa da miséria às vezes.

Agora falando sobre as creches, assim que as concebemos, isto é, na França, lugares que acolhem crianças a partir do fim da licença à maternidade, isto é, a idade de quatro meses, quatro meses e meio, às vezes três meses, pessoalmente não vejo porque não poderíamos acolher crianças desde os dois meses de idade, sob a condição de que a mãe seja integrada no funcionamento da estrutura, isto é, que ela tenha a possibilidade de interagir com os profissionais.

Aí estão os diferentes lugares de uma creche, como o saguão de acolhimento que têm várias funções. Isso permite aos profissionais receber as crianças e os pais, porque uma criança só se sente acolhida se os pais o são também. Temos aí o lugar onde os pais podem ficar, uma lanchonete, de sorte que nesse lugar de diálogos com os profissionais, nesse lugar lanchonete, que é um lugar onde têm convívios, as pessoas podem estar tranquilizadas, estar apaziguadas, tranquilizadas, antes de recomeçar as ocupações profissionais, e quando os pais são recebidos nesses lugares podem deculpabilizar(F) um trabalho, porque constataram que eles estão tranquilizados e que a criança não chora, não chora mais, não se agarra a eles antes de eles irem, a criança aceita a separação com os pais.

Aqui tem um grande lugar que se chama "esfera da motricidade das interações", que eu vou apresentar daqui a pouco, onde as crianças podem desenvolver a motricidade, interações, e fazer emergir os seus processos, os procedimentos cognitivos, isto é, o cérebro

que entende e aprende. Aqui vocês têm uma esfera do sono, pois é essencial respeitar o ritmo, vigília, sono de cada criança. Cada criança tem a sua identidade, vigília, sono. Aqui é o lugar do pessoal, dos empregados, muito perto do lugar de sono das crianças, de sorte que, quando uma criança tem um pesadelo, os funcionários podem intervir facilmente para tranquilizar a criança. Uma mãe que queira ficar no início do sono da criança pode fazê-lo, sendo que pode ser um pai também, um avô, etc. Muito perto da esfera dos funcionários tem um lugar quente, aonde tem fogões que permitem cozer, fazer olaria e esmalte com pais e crianças. Assim as crianças podem criar ao mesmo tempo que os pais, todo mundo é criador. Aqui temos a esfera do imaginário, um lugar extremamente calmo, com ambiente de pouca luz, com músicas suaves, com velas para poder ficar dentro, com ninhos também, e a esfera dos banhos lingüísticos. Vou explicar daqui a pouco como são concebidos. Aqui é a esfera do desenvolvimento da sensorialidade, a visão, audição, olfação(F) e gustação, sensibilidade tátil, etc. Vocês têm as esferas aquáticas, a esfera para os cuidados higiênicos e os cuidados médicos, e a esfera aquática lúdica, que vocês vão ver a que corresponde daqui a pouco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Eu posso fazer uma pergunta? Eu queria fazer uma pergunta: quantas crianças há em cada creche, elas são públicas ou privadas?

DR. HUBERT MONTAGNER: Nesse tipo de creche tem quarenta crianças.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): E é pública ou privada?

DR. HUBERT MONTAGNER: É uma creche municipal, depende da Prefeitura. É possível receber quarenta crianças porque num momento determinado as crianças ocupam a esfera da motricidade, outras a esfera do sono, outras na esfera do imaginário. Podemos receber crianças de idade diferentes, de sorte que os mais velhos ficam num lugar e os outros, os mais jovens em outro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quantos cuidadores para as quarenta crianças?

DR. HUBERT MONTAGNER: Nesse lugar umas vinte pessoas, uns vinte cuidadores, no total vinte cuidadores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Com o pessoal da cozinha, da administração, da limpeza? [soa a campainha]

DR. HUBERT MONTAGNER: Quando a creche está em equilíbrio, isto é, quando as crianças aceitam a separação com os pais, o efetivo pode aumentar, pode até ter dez crianças a mais, até crianças deficientes,

mas a creche precisa para isso estar em equilíbrio, isto é, que a proporção entre o número de crianças e profissionais deve ser evolutiva. Quando as crianças se conhecem bem, quando os equilíbrios de separação mutuamente consentidas são atingidos podemos aumentar o efetivo. Na medida em que a criança mais velha, dois anos, vai para a escola maternal, os mais jovens podem ser recebidos, acolhidos. É importante por isso ter creches evolutivas com no máximo um profissional para três crianças. Não é exatamente assim, porque podemos ser menos profissionais se as crianças estiverem seguras. Se as crianças não tiverem uma família que está com dificuldades graves, isto é, quando a família não está na miséria, nem na pobreza, quando não há ruptura no casal, quando os pais não estão desempregados e quando o ritmo de trabalho dos pais não é difícil, porém, quando as crianças não são seguras, porque temos também creches nas periferias, lutamos para ter essas creches nas periferias, aí é importante ter um profissional para duas crianças, e aí funciona.

Demoramos muito e gastamos muita energia, e o que estou descrevendo não era a situação de vinte anos atrás, mesmo que historicamente a primeira creche foi criada no centro da França, era uma creche empresarial na empresa Schneider, que talvez vocês conhecem, era uma creche de empresa, e no decorrer do tempo e de um século para o outro os Municípios se conscientizaram de que uma das prioridades políticas devia ser o acolhimento das crianças jovens. Tem cada vez mais responsáveis políticos que se conscientizaram de que isso era muito importante [palmas]. As pequenas crianças de hoje são aquelas que vão governar o país amanhã e a prosperidade de um país, a todos os pontos de vista, depende em especial das condições de acolhimento das crianças fora das suas famílias. Nunca podemos esquecer os quatro pólos que eu descrevi há pouco: a família, as estruturas de acolhimento e de educação, inclusive a escola, os grupos de pares e a cidade, com as casas de bairro, com as casas de adolescentes, etc.

Vou dar um curto circuito aqui porque não quero demorar e nem falar demais. Aqui é um exemplo de esfera de acolhimento das crianças. É simplérrimo. São crianças de dois a três anos, temos um contingente de um pouco mais de vinte crianças aqui. Esse é um espaço intermediário entre o fora e o dentro, entre a chegada dos pais de carro, bicicleta ou qualquer coisa, e o espaço de vida. Ao chegarem as crianças podem terminar de acordar porque é importante de manhã, antes de penetrar no espaço de vida, que as crianças estejam bem acordadas, bem vigilantes, bem alertas quanto ao seu ambiente, porque isso é a condição bá-

sica para que sejam atentas, é a condição básica para que estejam disponíveis e receptivas, é a condição básica para poder entrar nas aprendizagens dentro da estrutura, e é mais importante ainda para as crianças das periferias que chegam com medo na barriga. Aqui as crianças podem agir como quiserem e, apesar do que estão vendo aqui, o que é muito de leve, quase não há agressões. Eu conto muitas vezes uma anedota que é verdadeira. Quando começamos a publicar os nossos resultados científicos com grupos de crianças que acompanhamos durante um ou dois anos, todas as semanas, como qualquer cientista propusemos os nossos *papers*(F) aos periódicos, aos jornais, revistas americanas, e eu lembro de um artigo que foi recusado porque os colegas americanos consideravam que não era possível não ter agressões, porque quando as crianças pulam, mergulham, se ativam, elas canalizam o excesso de movimento, às vezes chamado de hiperatividade, mas aqui não há mais crianças hiperativas, as crianças estão atentas umas com as outras, elas canalizam sua agressividade. Todos nós somos pessoas agressivas, mas se somos seres sociais, capazes de viver num grupo social, é porque sabemos canalizar a nossa agressividade e não expressá-la em termos de agressão, menos no parlamento em Paris [risos].

Algumas fotos desse espaço. Aqui tem um pai que veio trazer a filha dele, o pai que continua a brincar com a filhinha, e olha como a mãe está frustrada. Então ela fala: "olha esse moleque o que é capaz de fazer?" Está rolando no chão com a filha dele, isso para dizer que a mãe, o pai, os pais, podem se investir nas interações com os seus filhos. Aqui é uma outra vista do lugar, as crianças podem andar sozinhas ou com outras, muitas vezes são os irmãos mais velhos que vem trazer o irmão menor e que vão depois para a escola maternal, que fica do lado, que podem entrar, podem terminar de acordar e se tornar atentas, disponíveis ao aprendizado. Dessa forma, quando entram na sala de aula depois, já estão tranquilizadas, acalmadas, e, portanto, estão receptivas e disponíveis frente à mensagem do professor.

Tentamos prever os diversos casos possíveis. Há algumas crianças que ficam ausentes durante vários dias ou várias semanas por causa de doença, por exemplo, ou têm crianças novas que acabam de ser matriculadas. Aqui temos um espaço de adaptação para a vida de grupo, ao lado desse espaço mais agitado. A experiência mostra que quando estruturamos espaços intermediários dessa forma, em seguida, nos espaços de vida, as crianças não estão fechadas sobre si mesmas, não vivem afastadas do grupo, não vivem no evitamento ou na fuga, não vivem no movimento pelo movimento, mas, antes de fazer, observam e es-

cutam. Esses são fundamentos necessários para as aprendizagens.

Agora dentro do espaço de vida, há pouco apresentei um espaço chamado de psicomotricidade. Eu vou mostrá-lo novamente. A esfera de psicomotricidade está aqui. É o âmagô, o coração da creche, e as pessoas de fora podem circular em volta desse espaço, inclusive as pessoas que estão sendo formadas. Dessa forma, podem descobrir a realidade das competências das crianças e isso me parece muito importante, que os profissionais, como também os pais que tencionam deixar seus meninos, seus filhos na creche, possam descobrir que quando uma creche é bem organizada e bem estruturada todos os meninos, as crianças, até as que têm mais dificuldades, conseguem construir as funções essenciais e conseguem se reconstruir, mesmo quando são deficientes.

Aqui é um espaço que vocês talvez vão achar um pouco sofisticado, que construímos em Montpellier. É muito fácil construir, não custa muito. Tem que ter uma equipe municipal constituída por artesões hábeis e motivados. Aqui é uma parede furada com buracos, orifícios, aqui é uma janela, alguns desses buracos têm uma cortina, estão fechados por uma cortina, aqui temos três painéis articulados, um, dois e três, sendo que podemos tirar esse painel daqui e trocar, botar outra personagem de desenhos animados, Branca de Neve e os Sete Anões, etc. Dessa forma podemos enriquecer o ambiente das crianças de um dia para o outro. As crianças têm a possibilidade de subir nas alturas, aqui estamos a um metro e sessenta de altura, utilizando uma rampa, que se vê melhor aqui, e chegam assim a um mezanino que é protegido por um balustrário(F) com toda segurança. Nesse tipo de ambiente nunca observamos um mínimo incidente, porque o espaço, a largura dessas tábuas, e o intervalo entre esses elementos do parapeito, são concebidos para que as crianças não consigam escalar. Vão ver para que serve um tal dispositivo. Do outro lado dessa parede há um corredor e as crianças podem se refugiar atrás. Dessa forma observamos que as crianças mais tímidas, com mais medo, mais amedrontadas, mais fechadas em si, podem ir atrás dos orifícios e comunicarem-se com os outros, porque tem uma barreira, tem uma parede que evita o contato corporal. Aqui tem um carrossel, e vocês sabem que, quando as crianças estão no carrossel, podem rir e rir muito. O carrossel é muito ansiolítico. Nós, adultos, também quando entramos num lugar que gira em torno de um eixo ficamos sorrindo, rindo, contando histórias. Parece não ser nada, mas é um dispositivo ansiolítico que ajuda as crianças mais ansiosas. Aqui temos uma escada, com treze degraus, concebida às dimensões das crianças, que dá acesso para um

outro mezanino com pequenos ninhos para poder se deitar. Alguns exemplos que mostram para que isso serve. Nesse espaço as crianças podem desenvolver o seu corpo totalmente, descobrem que são capazes de passar por cima dessa janela, já com dezesseis ou dezoito meses. Com dez meses apenas são capazes de subir parcialmente nessa estrutura. Com dois anos conseguem escalar muro de escada, conseguem rolar de barriga. Eu tento ajudar as crianças a serem selecionadas na equipe da França de atletismo de salto em altura, na prova de salto em altura. Os atletas brasileiros que esperem.

Essa parede, muito particular, tipicamente ajuda as crianças a descobrirem conceitos como atrás, na frente, e é assim que a gente descobre que um objeto pode ser aceito por um orifício maior. Dessa forma, as crianças adquirem o conhecimento da relatividade das dimensões. Também podem comunicar com o outro lado da parede. Uma outra criança sumiu da visão e na criança pode se formar a idéia de que a outra criança ainda está atrás, o que chama-se “permanência do objeto”. O grande psicólogo Piaget descreveu isso com dois anos de idade. Na verdade, o conceito de “permanência do objeto”, que faz com que a gente saiba que o objeto ainda está atrás, mesmo que a gente não veja, já se desenvolve com nove meses, assim que a criança estiver capaz de se deslocar sozinha no chão. Além dessa parede também tem um espelho e as crianças podem descobrir que sua imagem é sua imagem. Dessa forma, as crianças podem desenvolver todas as “competências alicerce” que eu descrevi, que são os fundamentos das construções cerebrais mais complexas.

Aqui é o exemplo de uma criança de dez meses que já é capaz de subir na rampa de quarenta e cinco graus. Aqui temos uma menina de três anos, muito tímida, que não ousa fazer essa escalada. Ela vai acabar escalando por imitação da criança menor. Vou acelerar, podem ficar tranquilos.

Eis o que acontece quando as crianças estão na plataforma. Todas podem observar o que acontece embaixo e vão descobrir o grupo que está agindo embaixo, vão aprender como funciona o grupo. Aqui os outros espaços da creche. Tem espaços simbólicos, são casinhas, mas casinhas abertas. Temos também os espaços de banho lingüístico. Dessa forma, muito antes de saberem ler, com vinte ou vinte e quatro meses, as crianças podem se juntar e olhar as imagens e o texto de um gibi, de um livro, qualquer coisa. Dessa forma, sobretudo quando os profissionais se envolvem, as crianças descobrem aos poucos que o que está escrito no desenho é a mesma coisa do que está dita, as crianças descobrem a linguagem humana em toda a

sua complexidade, isto é, a dimensão de decifrar através dos sinais da leitura e a dimensão vocal através do que é dito. Aqui é um espaço de sono, cada criança pode viver o seu ritmo vigília/sono. Algumas crianças resolvem dormir juntas, outras próximas, mas um pouco afastadas, outras aqui mais embaixo nas alvéolas(F). Temos espaços aquáticos quando o Município tem um pouco mais dinheiro. Isso foi o que concebemos numa creche. Nos parece importante que as crianças aprendam o meio aquático porque de qualquer forma um dia as crianças irão evoluir no meio aquático.

Essa é uma estrutura nova que está sendo realizada, é uma escola primária, portanto, com crianças mais velhas, mais velhas do que aquelas que devemos tratar aqui. Se eu estou mostrando essas imagens é para dizer que estamos atentos à continuidade entre as estruturas de acolhimento da pequena infância e a escola. Essa é uma nova escola, portanto, que não tem corredor, é na Córsega, está sendo construída. Aqui está o conjunto, tem um átrio no centro e em volta espaços vegetais, espaços verdes, que as crianças vão realizando por si mesmas, pois são as crianças que vão plantar as sementes, que plantam as árvores, as plantas, os alunos participam da construção do seu universo. Aqui é nas grandes linhas, aqui é uma rampa para as crianças portadoras de deficiência. Todo esse espaço aqui é reservado para acolhimento, aqui também, aqui é o espaço de psicomotricidade construído em função da idade das crianças, é aí que [soa a campainha] eles podem correr, evacuar o excesso de movimento e agressividade. Aqui é o espaço de biblioteca, que também é um espaço de valorização, valorização das crianças e das famílias. Aqui expomos de forma permanente o que realizam os pais e as mães, como bordados, por exemplo. Aqui é a escola maternal com o lugar de sono, aqui quatro salas de aula. Não tenho tempo para explicar o documento, mas o princípio nessa escola é que as crianças desenvolvem todos os seus meios de expressão primeiro, antes das aprendizagens. Aqui temos espaços intermediários entre duas salas de aula, o que permite a duas populações de crianças construírem juntas, ao mesmo tempo.

Não vou insistir mais do que isso, poderia até ter proposto a mostrar um colégio que recebe meninos de onze a dezesseis anos, crianças, mas eu estou consciente de ter demorado muito já, provavelmente porque eu tenho um gen ou vários gens de matracas, de falar muito [risos], de tagarela, mas isso não me impede de continuar.

Para concluir, não é mais possível, em 2007, considerar as estruturas de acolhimento da pequena infância como lugares, espaços de guarda. A gente não acolhe uma criança como se guarda uma mala, por

exemplo, quando a gente põe a mala no guarda volumes do aeroporto. A creche tornou-se indispensável para que as crianças possam implementar suas construções essenciais e para que as crianças se reconstruam quando o meio familiar está desconstruído ou desestruturado. A sociedade tornou-se extremamente complexa e insegurizante, menos em São Paulo, por exemplo [risos]. Não é mais possível raciocinar como trinta ou quarenta anos atrás. As crianças de trinta ou quarenta anos atrás ou até de dez anos atrás não são as mesmas, as famílias não são mais as mesmas, a tal ponto que não sabemos mais como definir a família. A grande família com os avós, os bisavós, não são as mesmas. A sociedade não é a mesma, as necessidades da sociedade não são as mesmas. Está na hora de considerarmos essas realidades. Não é um delírio que está me levando a dizer isso para os senhores. É importante que quando uma criança chegar a uma creche, quando chegar numa casa da pequena infância, ela se tranquilize, ela fique mais à vontade, possa se instalar na segurança afetiva, embora a sua mãe esteja doente, embora seus pais estejam doentes, e que tudo isso está deixando ele inseguro e culpabilizado, embora os seus pais estejam desempregados, embora eles tenham um ritmo de trabalho muito desestruturante, embora os seus pais estejam em conflito permanente, pois todas essas são as realidades da nossa sociedade. Não é o delírio meu, são realidades. Não podemos mais continuar deixando as crianças num meio familiar desestruturante, isso sem um mínimo juízo sobre os pais. Eu garanto que quando os pais e os filhos podem ultrapassar sua insegurança e o seu medo, porque podem chegar numa estrutura bem concebida, os pais vão embora tranquilizados e não culpabilizados, e dentro da estrutura tudo foi concebido para que as crianças possam continuar a prosseguir o desenvolvimento da sua motricidade, da sua sensorialidade, do seu esquema corporal, do seu sistema de comunicação, em especial a linguagem, porque a linguagem não se desenvolve independentemente das capacidades globais de comunicação. Não apenas a linguagem desenvolve um papel muito importante no desenvolvimento do pensamento como também no desenvolvimento da comunicação sobre todas essas formas. Vocês viram de que eram capazes crianças muito jovens. Se eu tivesse tempo, eu vou deixar o filme, vocês veriam a dinâmica da evolução das crianças no tipo de estrutura que apresentei e poderão ver que nesse tipo de espaços as crianças também desenvolvem o pensamento simbólico já com dois ou dois anos e meio. Dessa forma, de dois para três anos são crianças que já estão ancoradas na motricidade aliada com o pensamento, e isso é indispensável, obviamente.

Não se trata apenas de falar de capacidades motoras, mas se trata de saber de como essas capacidades motoras, dominadas, favorecem o desenvolvimento das funções mais complexas do cérebro e como esse funcionamento complexo do cérebro desempenha um papel essencial no domínio da motricidade e de forma mais geral das competências que eu chamei de “competências alicerce”.

Naquele momento que percebemos que a violência não é um final inevitável, podemos jugular a violência. Se permitimos às crianças, aos pré-adolescentes e adolescentes de poderem agir sobre si mesmos, não é de fora que se pode agir de forma eficaz, e aí é que vemos que as formas de repressão que utilizamos normalmente deveriam ser inúteis, se, se e se fizemos um esforço de construir estruturas de acolhimento, de cuidados e de educação que permitam aos seres humanos em desenvolvimento se autoorganizarem no respeito do grupo social onde vivem, no respeito das regras do grupo social, mas para que uma criança respeite as regras [soa a campainha] ela precisa estar instalada na segurança afetiva e ela precisa ter desenvolvido todas as funções que eu tentei descrever.

Vamos arregaçar as mangas e tentemos conceber e realizar essas diversas estruturas desde antes do nascimento até a adolescência, inclusive. Vamos aprender a considerar as crianças, os adolescentes e os pré-adolescentes como pessoas por inteiras e não como um reflexo da vida familiar e não apenas na perspectiva do progresso escolar, embora haja uma correlação entre a violência, a marginalidade social e o fracasso escolar. A isso temos que acrescentar os distúrbios do desenvolvimento e do comportamento. Para onde vai a nossa sociedade, nossas sociedades? Se não nos conscientizarmos que há um número por demais elevado de crianças em dificuldade, na França a violência existe apesar de todos os nossos esforços, o fracasso escolar não diminuiu nos últimos vinte anos e somos obrigados de criar estruturas para acolher as crianças que têm distúrbios graves. Está começando a diminuir na medida em que os políticos estão se tornando mais conscientes de que tudo começa ao nível da pequena infância e até antes, já que eu falei do feto. O ser humano é um contínuo com descontinuidades. Saibamos reconhecer o contínuo e saibamos reconhecer as descontinuidades, mas para isso é preciso deliberadamente que a pequena infância se torne uma escolha principal, primaz, daqueles que são responsáveis pela governança. A pequena infância é o poço da verdade. Obrigado pela sua atenção e desculpem-me por ter demorado [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Eu gostaria, antes de passar a pa-

lavra aos nossos Senadores inscritos, de registrar a presença do Dr. João Augusto, Médico e Presidente do Instituto Zero a Seis, Professora Cláudia Siqueira, diretora do Instituto Sidarta, Marilena Flores Martins, Presidente do IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar, inclusive eu recebi um livro ontem lindo, maravilhoso, Ângela Maria Rabelo, psicanalista e coordenadora do núcleo de pesquisas “Primórdios da Vida Psíquica e a Clínica dos Primeiros Anos”, Salvador Célia, psiquiatra e consultor da UNICEF, Cristina Paranhos, Secretária Municipal de Ação Social, representando o Prefeito de Uberaba, Vereador Lourival Santos, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, e quero também agradecer a colaboração da Lisle(F) Lucena, da organização do fórum do Senado “Debate Brasil” pelo apoio na realização também dessa Audiência Pública. Quero, em primeiro lugar, parabenizar por essa palestra extremamente importante para todos nós, principalmente para aqueles que têm uma dedicação na área da infância, na área da juventude, eu acho que tudo que o nosso Professor Montagner acaba de nos falar, foi uma verdadeira aula para mim, principalmente porque sou pedagoga, sou dessa área, que sempre me dediquei à causa das crianças e dos adolescentes, fico impressionada cada vez mais e convencida cada vez mais da importância de se valorizar a primeira infância. Eu acredito que a gente, no Brasil, vai começando a avançar nessa direção, porque há uma compreensão hoje muito maior do valor da primeira infância e das suas conseqüências no futuro, e como um grande instrumento, uma grande ferramenta realmente para diminuir a violência que hoje acaba desmantelando as famílias e acaba fazendo com que as nossas crianças e os nossos jovens, que teriam a possibilidade de um futuro muito melhor, acabem sendo seduzidos por tantos crimes, tantas mazelas. Como eu disse ontem, a questão da exploração sexual das crianças, o tráfico de drogas e a violência cotidiana, justamente porque ainda não fomos capazes de compreender o valor e a importância da primeira infância na vida de um ser humano. Portanto, eu quero agradecer mais uma vez ao Dr. Montagner, porque ele está nos brindando com o relato da sua vida, e o entusiasmo, porque o que é mais contagiante de tudo isso é o entusiasmo, o coração na frente, acreditando que essa causa, ela é importante e é através dela que nós vamos poder viver num mundo muito melhor. Muito obrigada em nome dessa Casa. Eu quero passar a palavra agora ao Senador Pedro Simon, que na verdade foi o autor que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. Quero lhe passar a palavra, Senador Pedro Simon, pela sua importância. Ontem V. Ex^a. fez um pronunciamento que todos nós

ficamos completamente emocionados, é o seu exemplo, é a sua história, mas eu acho que essa causa ganha um reforço muito grande quando nós temos à frente V. Ex^a. defendendo isso que é tão importante para todo o nosso país. Em seguida, eu passo a palavra também ao Senador Wellington Salgado. Infelizmente o Regimento não permite a participação do Plenário, eu fui comunicada que aqui na Comissão de Educação não existe, quer dizer, pelo Regimento, mas a Comissão de Educação também não tem permitido esse tipo de debate em função –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não têm precedentes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Não têm precedentes, e todos os Senadores estão em várias outras Audiências Públicas que estão acontecendo ao mesmo tempo. Eu quebraria na minha Comissão, mas ... Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sra. Presidente, do fundo do coração eu acho o seguinte: se têm precedentes, se não têm precedentes, eu não sei, mas que a gente deveria abrir o debate para Professores, como o Professor Célia, eu acho que nós ganharíamos muito e muito, nem que V. Ex^a. encerre essa reunião e reabra outra, mas eu faço um apelo, eu acho que seria muito ruim não fazermos isso.

Com relação ao Professor eu só faria uma pergunta: das vezes que o senhor tem vindo aqui, o que o senhor viu de melhor e de pior no Brasil com relação à infância? É só isso, o que melhorou e o que piorou?

DR. HUBERT MONTAGNER: Agradeço pela pergunta. Não posso responder, porque quando venho, venho a cada dois, três anos, foi tão pouco que eu sempre desejei, ainda desejo, é o que eu quis com o Salvador Célia em Porto Alegre, eu fui no campo, no terreno, eu vi bairros em situações difíceis a todos os pontos de vista, me beneficieei com tudo que Salvador me disse, fui também nas favelas, à Rocinha, visitei as creches, as escolas maternas, e o que eu posso dizer é o que eu vi, com os meus próprios olhos, mas não posso dizer se agora as coisas evoluíram ou não. Eu precisaria voltar para poder responder. Eu peço desculpas, não posso responder de outra forma. Há muitos anos que com Laurista Corrêa e com Maria Helena Corrêa pensamos nas estruturas de acolhimento da primeira infância, há muitos anos que elaboramos um documento sobre os princípios gerais que poderiam ser o uso das estruturas de acolhimento da primeira infância. Dessa vez eu propus um texto num volume do fórum, foi traduzido para o português, para dar uma idéia do que seria uma casa da primeira infância a todos os pontos de vista. Poderia ser possível discutir isso a partir dos documentos que existem, mas

o que eu desejo muito é que a reflexão sobre as estruturas de acolhimento da primeira infância leve em conta fatores ecológicos do ambiente, fatores sociais, culturais, étnicos, e se eu tivesse a honra e o prazer de conceber estruturas de acolhimento da primeira infância, de ajudar a concebê-las, eu não conceberia as estruturas da mesma forma, dependendo do fato de que se elas fossem realizadas em Brasília, nas favelas, em Porto Alegre, no Nordeste ou ainda na Amazônia. Este país é fantástico, poderiam realizar uma rede de estruturas de acolhimento da primeira infância e fazer interagir diferentes etnias e culturas do seu belo país. É o que estou tentando fazer no Oceano Índico, na Ilha de Reunião – Departamento Francês, interação com Madagascar, em um dos países mais pobres do mundo, a Ilha de Maioté (F), que também é um território francês, de forma mais geral nos Comoros (F), países mulçumanos e Ilha Maurício. Gostaríamos que não tivesse somente praias de areia branca e coqueiros, mas estruturas bem elaboradas para a primeira infância. Eu tenho consciência de não ter respondido à sua pergunta, mas eu não posso fazê-lo. Eu peço desculpas, lamento não poder responder, mas eu não pude seguir a evolução das coisas de um ano para o outro, não posso dar uma verdadeira resposta [soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador, muito obrigada. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Senadora Patrícia Saboya. Na verdade o trabalho apresentado pelo Sr. Hubert Montagner foi muito importante porque se você analisar pela posição do Doutor, você vê claramente em termos de cuidar, sendo cuidado pelo serviço público vai gastar muito menos do que administrar presídios mais tarde. Eu acho que essa é uma colocação fundamental e a preocupação a esse raciocínio lógico para os administradores públicos. Eu acho que também aqui os convidados entenderam esse posicionamento, essa colocação. Agora pessoalmente, claro que se eu tivesse assistido, tivesse visto aqueles *slides* iniciais quando eu era mais jovem, com certeza algumas conquistas frustradas que eu tive ao longo da minha vida, eu teria tido melhor resultado com o sexo oposto, com certeza [risos].

A primeira pergunta é simples, eu queria só explorar um pouco da sua pesquisa. Em determinado momento o Doutor colocou que uma criança com a mão na boca, ela não estaria conseguindo comunicação. O fato de uma criança chupar dedo será que estaria também com falta de comunicação? Essa é uma pergunta.

DR. HUBERT MONTAGNER: Agradeço pela pergunta. Eu vou explicar a dinâmica de uma interação. Quando uma criança está envolvida numa interação e quando não obtém resposta, tem tendência a privilegiar um comportamento de afastamento. Isso se traduz pela mão na boca, dedo na boca ou evitando ou olhando para o outro lado, é o fim da interação. Trata-se de uma modalidade de resposta freqüente. Isso não tem consequência. Eu só quis explicar como funciona uma interação entre crianças bem jovens, pequenas. Eu quis dizer que é uma comunicação, é mentor e receptor, emissor e receptor, cada um modifica o outro, mas são também silêncios na interação. Às vezes a interação só tem sentido quando há silêncio. O que eu quis explicar foi a dinâmica da interação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Uma segunda pergunta que eu teria também, aí já é mais uma tentativa de julgamento de um pai ausente, digamos assim. Por que é que só apareceu a figura do pai nos *slides* muito à frente, não naquela pesquisa inicial, quando nós temos a tentativa de comunicação entre duas crianças? Foi bem colocada pelo Doutor que a mãe estava a dois metros de distância e eu só esperando aqui o momento que o pai iria aparecer. Só apareceu nos *slides* muito lá na frente, naquele momento deitado no chão, brincando com a criança. Existe alguma relação na pesquisa que a figura paterna só aparece um pouco mais à frente na sua pesquisa ou foi realmente uma interpretação errada da minha parte?

DR. HUBERT MONTAGNER: Eu agradeço também por essa pergunta, o senhor faz a honra de perguntar várias numa só. As imagens que vimos viram ilustram [soa a campainha] pesquisas diferentes. Em se tratando de crianças nos assentos por razões de metodologia, nós começamos a convocar no nosso laboratório mães com suas crianças. Tínhamos constituído uma amostra em duas clínicas de maternidade. Em determinado momento convocamos dois pares, criança/mãe. No protocolo experimental há fases de interação de cada mãe com a sua criança, não falei sobre elas, mas há várias fases de interação entre as crianças, quando as crianças estão lado a lado, face a face, etc. Numa segunda etapa da pesquisa nós chamamos os pais com suas crianças, queríamos saber se tinha uma diferença, se existe. Há uma diferença na modalidade da interação do pai com a criança em relação com a modalidade de interação de cada mãe, isso não vai surpreendê-lo, mas quando pedimos para o pai se afastar, quando pedíamos às mães para se afastarem também, nós na verdade obtivemos os mesmos resultados para as interações entre as crianças. Essa é uma pesquisa.

Uma segunda pesquisa foi feita num lugar de acolhimento no meio de uma maternidade. Nós tínhamos constatado, na maioria das vezes, que quando a mãe fica no quarto da maternidade, depois do parto, recebendo ainda os cuidados no quarto, era difícil para a mãe, a criança e seu bebê bem receber o pai e a fátia. No que concerne à fátia constatamos que, quando vem ver a mãe na maternidade, vivem uma situação frustrante, porque a atenção da mãe está focalizada no bebê, o que faz com o que os mais velhos, as crianças mais velhas, se sintam inseguras, abandonadas, deixadas de lado. É freqüente encontrar os mais velhos no corredor, chorando, porque receberam um tapa no bumbum. Então quisemos criar um lugar de acolhimento não medicalizado, no qual as interações pudessem viver, existir entre a mãe, o pai, os mais velhos, as crianças mais velhas, e constatamos que há mais pais que vem nesse lugar do que pais que vem visitar a mãe na maternidade, no seu quarto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só coloquei, Presidente Patrícia, porque nós estamos vivendo uma nova fase agora de casais separados, da guarda compartilhada. Então V. Ex^a., que é uma estudiosa no assunto, de repente se tiver acesso a essa pesquisa pode vir a comprovar também que hoje o pai poder exercer [soa a campainha], o pai separado com a mãe separada, pode exercer o mesmo trabalho dessa defesa que está acontecendo agora, que é uma coisa nova na justiça brasileira, da administração compartilhada das crianças, de toda a vida. Eu acho que é importante essa pesquisa, nós temos acesso a ela depois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada ao Senador Wellington, é por isso que inclusive eu dei entrada agora num projeto que aumenta a licença paternidade para quinze dias para que os homens possam participar, depois dos seis meses garantidos também para as mulheres, que eu acho que é muito importante.

DR. HUBERT MONTAGNER: Uma resposta apenas. Eu fico muito grato por ter colocado essas perguntas para o pesquisador. A mãe é um parceiro obrigatório quando a criança não é uma criança abandonada, mas de qualquer forma durante a gestação o feto e sua mãe estão em interação, então a mãe é obrigatoriamente um parceiro. No entanto, é preciso acrescentar que a voz do pai é discriminada pelo feto como a da mãe, isto é, não podemos ter a priores na dinâmica das interações depois de nascer. Os dois pais são os parceiros de interação, obviamente com funções primárias diferentes. Está óbvio que apenas a mãe pode dar a mama, pode amamentar, agora o pai pode muito bem dar a mamadeira, e constatamos,

alías, que era importante o pai dar a mamadeira para que a mãe possa descansar, sobretudo à noite. É importante que uma mãe que acaba de dar à luz possa descansar e aí o pai desempenha um papel muito importante; na ausência do pai pode ser a avó, o avô, a irmã mais velha, o irmão mais velho, mas de qualquer forma é preciso ter pelo menos uma figura de vinculação, isto é, uma pessoa, a mãe, o pai ou uma outra pessoa da família com quem o bebê possa desenvolver interações que chamamos de afinadas ou harmonizadas, nas quais haja um ajustamento não apenas dos comportamentos, como também das emoções e dos estados afetivos, dos ritmos de ação, e nisso o pai não pode ser dissociado da mãe. Não há juízo de valor a ser feito. Claro está na nossa sociedade a figura de vinculação, a mais freqüente, é a mãe, mas não há razão para que o pai também não possa ser uma figura de vinculação.

Muitas vezes constatamos que os bebês se vinculavam com o pai melhor ainda do que com a mãe, e isso é muito importante quando a mãe for depressiva, ficar comida pela angústia, pela ansiedade, e sabemos hoje que um bebê, uma criança jovem, podem construir vínculos, vinculações múltiplas, e nas sentenças de justiça, pude escrever um artigo sobre isso há alguns anos, em que eu dizia que o julgamento mais freqüente da justiça era puramente ideológico. Habitualmente na França a criança fica com a mãe durante a semana de escola e o pai fica responsável pela criança durante o final de semana, mas por que é que os pais não poderiam passar a semana com o filho e por que é que a mãe não poderia passar o final de semana com o seu filho? O que pode ser muito desestruturante, na verdade, é que o pai, que quer mostrar implícita ou explicitamente à mãe que é o melhor pai, vai empilhar as atividades, isto é, empilhar os cansaços, as fadigas durante o final de semana. Um sábado e um domingo se transforma numa verdadeira correria, sendo que não se precisa ir para o jôquei clube para ver essas corridas de cavalo. Eu acho que a justiça deveria mudar suas representações, tendo como objetivo o interesse primaz da criança e ao mesmo tempo as interações a serem respeitadas todo o tempo passado com a mãe e todo o tempo passado com o pai. O que importa não é a duração do tempo passado com um ou com outro, mas é a qualidade das interações [soa a campainha]. Podemos passar apenas uma hora com uma criança, uma hora de uma intensidade emocional e afetiva muito forte que vai permitir que as duas, a díade possa criar uma vinculação segura, e você também pode passar vinte e quatro horas ou quarenta e oito horas muito desestruturantes para ambos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu pediria que ele escrevesse um livro e mandasse para os juízes [risos].

DR. HUBERT MONTAGNER: Aceito, mas se as cadeias forem confortáveis [risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Eu gostaria de registrar também a presença de Elismar Prado, Deputado Federal de Minas Gerais, e Wellington Prado, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia de Minas Gerais. Registro também a presença da Senadora Lúcia Vânia e passo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares para que possa fazer sua pergunta. Em seguida, Senador Antônio Carlos Valadares, eu também teria algumas perguntas a fazer. Nós vamos acatar a sugestão do Senador Pedro Simon, que é justamente de encerramos esta Audiência pública, e nós vamos abrir, dois minutos depois nós abriremos para que todos os nossos convidados possam participar, e teremos o Dr. Laurista como o medidor dessa mesa. Então com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Senador Pedro Simon também deseja fazer uma pergunta. Presidenta Patrícia Gomes, Dr. Hubert Montagner, demais acompanhantes dessa Audiência Pública. Nos últimos doze anos o Governo brasileiro tem se dedicado a uma preocupação que eu considero predominante entre as preocupações sociais, qual seja, a distribuição de renda, e, para isso, adotou um programa hoje chamado de "Bolsa-Família", que é financiado pelo Fundo Nacional da Pobreza, que recebe aporte de recursos inclusive da CPMF. O último levantamento feito pelo PNUD, que é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, constatou que esse programa "Bolsa-Família" repercutiu positivamente na distribuição de renda do país e, conseqüentemente, na melhoria da nutrição das crianças até seis anos de idade, inclusive fazendo com que houvesse uma queda acentuada da ordem de 60% da desnutrição das crianças do nosso país.

Então esse é um programa, sem dúvida alguma, gastando em torno de 0,5% do PIB que repercute internamente e também no exterior, já que outros países vêm aqui copiar o modelo brasileiro, que não é apenas desse Governo, é também do Governo anterior, mas o atual Governo intensificou esta ação, inclusive aprofundando o atendimento às famílias. Ora, é sabido que se uma mãe recebe algum recurso oriundo de um programa de distribuição condicionada de renda, como acontece aqui no Brasil, ela vai ter mais tempo de ficar em casa e não procurar uma ocupação fora de

sua residência, o que possivelmente deixaria a criança com menos de seis anos de idade a depender dos cuidados da mãe. Então eu gostaria de saber o que é que o senhor acha, Professor Hubert Montagner, da validade desse programa, da contribuição que ele pode dar à formação mental e física das crianças que no amanhã serão responsáveis pela condução da economia, através do trabalho, ou até mesmo do exercício de cargos políticos, de lideranças políticas, porque nós sabemos que se uma criança não é bem alimentada, se não recebe o carinho e os cuidados adequados dos pais, ele pode se tornar uma criança no amanhã frustrada, violenta e sem nenhuma condição de servir à sociedade, pelo contrário, criando problemas sérios, enchendo as nossa cadeias [soa a campainha] de presos que recebem também maus-tratos, e lá, a escola de assassinos, torna aquele cidadão ainda mais violento e difícil de recuperação. Portanto, eu gostaria de saber sua opinião sobre programas desse tipo, programas de distribuição condicionada de renda, como acontece aqui em nosso país.

DR. HUBERT MONTAGNER: Senador, agradeço a sua excelente e pertinente pergunta. Eu conheço os esforços muito importantes que foram desempenhados pela presidência e o Governo brasileiro, as medidas que tomaram são medidas muito importantes que honram o Brasil, é importante não ter uma única criança que não possa se alimentar, pois com certeza a alimentação desempenha um papel importante no funcionamento do cérebro, isso está claro. Consideramos isso como a satisfação de necessidades que eu chamo de primárias. Uma alimentação certa, uma boa alimentação equilibrada é necessária para o desenvolvimento do cérebro e do corpo. Isto posto, o tempo que eu passei com os senhores e que foi muito agradável, eu tentei transmitir a mensagem do que o âmago de uma criança é a segurança afetiva, isto é, a sensação que pode ter uma criança de não ser abandonada, de não ser posta, deixada de lado, de não ser maltratada, de não ser posta em perigo. Na França e na Europa eu conheço muitas famílias onde não há problema de alimentação nem da mãe, nem do pai, nem dos filhos. Na França também temos a sorte de poder contar com programas de alocações e segurança familiar. Eu vi, portanto, crianças, muitas crianças, infelizmente, que comiam à vontade, que não estavam carentes de alimentação, mas que estavam instaladas na insegurança afetiva. Quando uma criança, mas isso é verdade para todos os seres humanos, tenha a sensação de ser abandonada, deixada de lado, maltratada, de estar em perigo, aí é que vemos se desenvolver, muito claramente, condutas autocentradas nas crianças inseguras, mesmo que bem alimentadas.

Essas crianças autocentradas se afastam da sociedade, porque estão afetivamente inseguras e aos poucos vão para uma marginalização social, porque tem medo da sociedade que as tornam inseguras, ou então as crianças respondem à insegurança pela fuga [soa a campainha], pela fuga no consumo de álcool, no vício, no consumo de drogas, para o suicídio. Bom, ainda essas crianças inseguras, que têm a sensação de terem sido abandonadas, desenvolvem um movimento pelo movimento, que são as reives, as tecnopartes, danças de jovens que têm dificuldades muito graves, e que conseguem, apesar de tudo, viver um momento de prazer graças à hiperatividade, precisam mexer e mexer mais só por mexer, o que não é segurizante, não obrigatoriamente.

Outras crianças ainda que cuja a insegurança afetiva continua de um ano para outro não conseguem mais canalizar sua agressividade. São esses jovens que vão começar a expressar muita agressão, muita destruição, ao ponto de falarmos de violência, ou seja, a principal questão não é a violência, mas são as vias que levam as crianças, os pré-adolescentes e os adolescentes a se tornarem violentos, e a insegurança afetiva se nutre de quatro empilhamentos. A insegurança afetiva vivida pela criança em casa, porque é ignorada, maltratada pelos pais, sendo que infelizmente essa pode se desenvolver apesar da existência de um programa de alimentação bem concebido. A segurança afetiva é o coração, o âmago de uma criança, nada substitui a segurança afetiva, nada mesmo. Por isso eu acho que um programa interessante seria continuar o "Bolsa-Família", que eu acho muito importante, mas construir estruturas para receber as crianças inseguras, pois dessa forma vão poder enfrentar a insegurança afetiva dentro da família. Considerando as complicações mais importantes da nossa sociedade, todos nós obtivemos no campo que a depressão nervosa pode ser muito destruidora para uma criança. Felizmente sabemos como curá-la, mas em muitos meios têm mães depressivas, pais depressivos que não são cuidados, muitas pessoas nem sabem que são deprimidas [soa a campainha], e a angústia que vivem todos os dias um pai e uma mãe porque há o desemprego, porque não há mais aquele entendimento dentro do casal, tudo isso é muito destruidor. Por isso é preciso tentar recuperar o equilíbrio ao construir estruturas de acolhimento, de educação, de cuidados, onde a criança, o pré-adolescente e adolescente possam ultrapassar o seu medo. Nós, seres humanos, se formos [soa a campainha] invadidos pelos medos, temos a sensação de não ter mais cérebro, tudo acontece como se a gente não pudesse mais pensar, nem se organizar, mas isso é verdade para Prêmio Nobel também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senadora Lúcia Vânia, a última inscrita.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, senhores expositores, meus cumprimentos pela palestra, embora não tenha estado aqui desde o início, uma vez que estava presidindo a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Mas eu gostaria, pelo que eu ouvi, gostaria de fazer uma pergunta, e peço desculpas se já foi falado aqui, mas eu gostaria de saber de V. S^a. a opinião sobre casais separados que têm guarda compartilhada. Se esse compartilhamento não leva à insegurança da criança, uma vez que essa criança passa a não ter uma rotina muito seqüente. Então eu gostaria de saber de V. S^a. qual é a opinião a respeito deste assunto, uma vez que o Brasil adota já a guarda compartilhada.

DR. HUBERT MONTAGNER: Agradeço muito essa pergunta. Me perdoe, lamento dizer que a pergunta já me foi colocada e, portanto, já respondi. O que conta para uma criança é poder estar em interação afinada, isto é, num ajuste compartilhado das emoções com a sua mãe enquanto estiver com a mãe, com o pai enquanto estiver com o pai. O que conta não é a quantidade de tempo que se passa com um ou com a outra, mas sim a qualidade das relações, da criança com cada um dos pais, e se os dois pais fizerem o esforço de respeitar o tempo durante o qual o filho está com a mãe e o tempo durante o qual o filho está com o pai, vamos ter uma criança segura quando tudo corre bem. Então é importante que a justiça saiba que não é atribuir a guarda da criança durante a semana para a mãe e a guarda durante o final de semana para o pai, ou inversamente, mas o que é importante, eu acho, é pedir aos pais que tenham a obrigação moral de não obstaculizar um tempo inabitual que normalmente seria passado com a mãe e que vai ser passado com o pai, e aí eu acho que seria útil ter um mediador para organizar o diálogo entre os dois pais separados. O importante é que a criança esteja e viva uma segurança afetiva tanto com a mãe quanto que com o pai e tanto quanto com o pai quanto com a mãe, evitando-se a seguinte perversão: como o pai passar menos tempo com o filho durante o final de semana para deculpabilizar e para culpabilizar a mãe ao mesmo tempo, ele vai empilhar as atividades durante o final de semana. Ao sábado tem programação que começa às nove horas, almoço ao meio-dia, uma hora, outra atividade às quinze, à noite um espetáculo, ou então você fica em frente da televisão até meia-noite, mesma coisa para o domingo, e nós encontramos as crianças depois na escola, na segunda-feira, segunda-feira estão dormindo de manhã, às segundas-feiras estão agitadas. Esses

são os desvios nos quais não se pode entrar. Todos os magistrados da França, do Brasil e de outros lugares deveriam, primeiro, serem seres humanos seguros [soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada também.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Desculpas aí por ter que repetir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): De forma alguma, Senadora. Eu queria agora também fazer as minhas perguntas. No Brasil, Professor, apenas 9,9% das crianças pobres têm acesso à creche, creches públicas. Por isso eu tenho uma curiosidade de saber se o senhor tem o custo de uma creche como essa, o gasto que tem que ser feito. Bom, na verdade eu queria saber isso, quanto é que custa construir uma creche com esse modelo e qual seria, o que a gente chama de per capita, pago por mês às crianças?

DR. HUBERT MONTAGNER: Essa pergunta aqui eu entendo perfeitamente, já que são responsáveis pelo uso do dinheiro público. Na França temos várias categorias de creches. Algumas são municipais, então a creche é feita com orçamento municipal. Outras são feitas com o orçamento do Departamento, que é como um Estado, seria como um Estado federado. Temos creches associativas, creches que são como ONGs e que tem a possibilidade de construir creches colocadas sob sua responsabilidade. Há um controle feito pelos médicos da proteção materno-infantil do Conselho Geral, do Estado, do Conselho Federal, para ter certeza de não existirem intervenções. Temos creches de empresas, a Air France por exemplo têm creches, a Companhia Elétrica francesa também, a Companhia Ferroviária também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Para os funcionários?

DR. HUBERT MONTAGNER: Sim, para os funcionários. Agora há um fundo importante que é regido pela chamada Caixa de Alocação Familiar e que servem para as associações realizarem as creches, mas também têm patrocinadores privados. Então o dinheiro vem de muitas origens.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Essa específica aqui, que ele nos mostrou, são municipais?

DR. HUBERT MONTAGNER: Na verdade eu mostrei espaços em várias creches. Algumas eram municipais, outras eram creches de ONGs, de associações.

O custo, agora, depende obviamente do contingente de crianças que vão ser recebidas. Às vezes são sessenta crianças, mas quase nunca mais de ses-

enta, às vezes são quarenta, às vezes vinte, vinte e cinco. A última creche que ajudei a ser realizada, em Bordeaux, ela recebe vinte e cinco crianças, do qual 1/3 são portadores de deficiência, inclusive crianças psicóticas ou autistas, então é uma creche especial. Essa associação recebeu dinheiro dessa Caixa de Alocação Familiar, da Prefeitura, do Estado Federal, da União Européia, e agora estamos pedindo mais recursos para poder ampliar a creche, estamos pedindo para a Air France, para a Companhia Ferroviária, então você pode ter orçamentos mistos. Isto posto, é verdade que é caro [soa a campainha], mas são economias para amanhã, para depois de amanhã. Nisso é que é preciso refletir, tem que raciocinar a longo prazo, e no Brasil, tanto como na França, temos interesse em ter o máximo possível de crianças em instituição(F) e que estejam seguras, que não tenham medo de nada, nem de ninguém, e que possam se adaptar a tudo. Isto que é a conquista do mundo, e é óbvio que com adultos que estejam à vontade na cabeça, na mente, e à vontade no seu corpo, como a senhora, sem dúvida, e como a maioria dos Senadores, eu tenho certeza, é que podemos construir uma sociedade que está melhor, com menos desemprego, com menos pessoas destruídas, com menos pessoas violentas, com menos pessoas que precisam ir buscar um apoio químico junto a um médico. Existe uma quantidade de pessoas que hoje consomem soníferos demais, psicotrópicos demais.

Na Itália estão utilizando a ritalina para cuidar da hiperatividade, mas é perfeitamente estúpido [risos]. A chamada hiperatividade, o excesso de movimento, não traduz uma doença, mas sim traduz um mal estar, traduz uma insegurança afetiva, e eu acho que são os prescritores de ritalina que deviam ser tratados medicamente [risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada Professor. Eu tenho só mais uma pergunta, eu prometo que não vou mais perguntar, para que assim possa acontecer o debate. Eu só queria perguntar se essa experiência que o senhor fez, o senhor já teve alguma experiência, por exemplo, dessa natureza, em abrigos de crianças órfãs, crianças que não tem pai e nem mãe?

DR. HUBERT MONTAGNER: Eu agradeço também a pergunta, é assim que eu posso responder. Há creches da assistência pública, creches que recebem em particular órfãos. Essas creches não são diferentes das outras. Esse tratamento é para poder permitir que essas crianças instalem lá segurança afetiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Então, por exemplo, não existe orfa-

nato como aqui no Brasil só para criança abandonadas, as crianças abandonadas --

DR. HUBERT MONTAGNER: Não, não, são recebidos esses tipos de crianças --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): -- Moram na creche?

DR. HUBERT MONTAGNER: -- Mas são recebidos nas casas de pessoas, não há mais instituições especializadas para órfãos. As crianças abandonadas podem ser adotadas por famílias, em certos casos por uma pessoa, uma pessoa só que possa reunir vários critérios, certos critérios, mas nunca ficam sozinhas. Há crianças abandonadas que ficam em estruturas porque ninguém as adotou ainda, mas isso é transitório, e nós desejamos que isso seja transitório. Isso quer dizer que não há mais instituição especializada nesses casos. Quando uma estrutura recebe essas crianças, ela deve fazer com que a criança que não tem pais possa ter uma figura de vinculação, isto é, uma pessoa com a qual vai poder ter interações acordadas, afinadas, não vai ser o pai, nem a mãe, mas uma figura de vinculação que vai permitir que ela se instale num processo de vinculação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Na creche há essa pessoa?

DR. HUBERT MONTAGNER: São pessoas da equipe de profissionais, pessoas, recursos, são psicólogos, educadores, que de forma voluntária ou sendo remuneradas podem ser pessoas, figuras de vinculação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada. Bom, eu quero registrar a presença também do Senador Garibaldi Alves, e quero, nesse momento, encerrar essa Audiência Pública, agradecendo a todos os nossos convidados, principalmente a palestra mais uma vez brilhante, que já disse, do Dr. Montagner, que é uma referência para todos nós. Quero muito aqui agradecer a presença também de nosso querido Dr. Laurista, que é companheiro aqui de todas as horas nessa luta e nessa batalha pelas nossas crianças, registrando, portanto, então, como já fiz, a presença de todos. Nesse momento nós encerraremos essa Audiência Pública, o Dr. Laurista irá assumir a presidência, mas eu queria então agradecer e encerrar, e a pergunta, inclusive, que eu recebi aqui da Lorena, para que eu pudesse fazer, eu vou passar, porque ela terá também a oportunidade de perguntar ao Dr. Montagner se puder ainda ficar mais um tempo respondendo a algumas perguntas. Então muito obrigada a todos, está encerrada essa Audiência Pública [palmas].

Sessão encerrada às 12h57.

Ata da 65ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 4 de Dezembro de 2007.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Pedro Simon, Valter Pereira, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Kátia Abreu, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azere-do e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, João Ribeiro, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "Altera a Lei de Execução Penal para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, com a emenda do Senador Geraldo Mesquita e com a emenda da Senadora Marisa Serrano é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Rocha que, "Modifica a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias", tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloízio Mercadante que, "Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para introduzir a remição da pena pelo estudo". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade do PLS 164/07, que tramita em conjunto. É concedida vista ao Senador Paulo Paim, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 030, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan, que "Dispõe sobre o exercício da profissão

de Publicitário e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, acatando a emenda oferecida pela Senadora Marisa Serrano é aprovado. Nesse momento, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque passa a Presidência ao Senhor Senador Augusto Botelho para relatar o **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Acrescenta parágrafo único ao art. 51 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 065, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado que, “Altera os arts. 44 e 51 da Lei nº 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos, incorporando ao texto final as emendas nº 01, 02 e 03 – CE e rejeitando ainda o PLS 065, de 2005, que tramita em conjunto. Reassume a Presidência o Senhor Senador Cristovam Buarque. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Juvêncio da Fonseca que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”. A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é aprovado por 21 (vinte e um) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01 – CE aprovada por 20 (vinte) votos, assim como a declaração de prejudicialidade (nos termos do art. 334 do RISF) do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, aprovada por 21 (vinte e um) votos, que tramita em conjunto. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior que, “Altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para permitir que bolsas remanescentes do programa sejam destinadas a estudantes que tenham cursado parte do ensino médio em escolas privadas”. O relator designado é o Senador Marcelo Cri-

vella e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 13 (treze) votos. **Item 08: Projeto de Lei da Câmara nº 097, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “Dispõe sobre a transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre – FFFCMPA em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento de Urgência, com o que todos concordam (**Item 01, Extra-Pauta**). **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 062, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Cezar Schirmer, que “Denomina Rodovia Luiz Alves Rolim Sobrinho e Rodovia Senador Tarso Dutra os trechos urbanos da BR-287 que passam pela cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. **Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 071, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Edmar Moreira, que “Denomina Rodovia José Guarino Júnior o trecho da Rodovia BR-356, entre as cidades de Muriaé e Ervália, no Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável é aprovado. **Item 20: Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Uruaçu, no Estado de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia Mesquita e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Urgência nº 054/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi que, “... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, Requer Urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 097, de 2007, que “Dispõe sobre a transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre – FFFCMPA em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA e dá outras providências”. O requerimento é aprovado. Fica adiada, por falta de quórum a seguinte matéria: **Item 17: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007**. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2007, Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2007, Item 11: Projeto de Lei da Câmara**

nº 045, de 2007, Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 061 de 2007, Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007, Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2007, Item 17: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007, Item 18: Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2007, Item 18: Projeto de Lei do Senado nº 376 de 2007 e Item 21: Requerimento. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dezesseis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia. Eu sei que é difícil. Para mim é muito difícil cortar a música, viu? Mas nós vamos começar a nossa sessão e para ter música na escola, vai precisar que levemos adiante essa sessão. Mas agradeço muito há presença de vocês e agradeço muito que tenham animado meu pedido essa sessão.

Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª sessão Legislatura Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Senado a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nós vamos começar pelos não terminativos, cujos Relatores estão presentes. Então, vamos direto para o Item nº 6, cuja Relatora é a Senadora... Então para o Item 2, cujo Relator é o Senador Romeu Tuma. O Item 2 é o projeto que altera a Lei penal para dispor sobre assistência educacional devida aos presos. O autor é o Senador Demóstenes Torres, o Senador Romeu Tuma, cujo parecer é favorável e a quem eu passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com base no art. 61 da Constituição Federal e no art. 8º, inciso I do Regimento Interno do Senado, o Senador Demóstenes Torres apresentou projeto de Lei do Senado 461 de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, o microfone eu acho que não está funcionando. Senador Romeu Tuma está ligado?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está ligado. Que altera a Lei de Execução Penal para dispor sobre assistência educacional devida aos presos. Isso deve

ser interessante para o senhor também, Senador, que luta pela educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o nosso guru nessa área.

O referido PLS 461 de 2007 foi submetido à apreciação nas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e Cidadania, cabendo a esta última decisão terminativa sobre a matéria. Eu fico aqui na dúvida se é terminativa ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, é terminativa. Ela será terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque aqui alteraram. Infelizmente eu acho que o Assessor deu um erro aqui.

Recebida na Comissão de Educação em 13 com agosto, fomos designados pelo Presidente da Comissão. Aí vai, se V.Exª. eu vou ler o exame da proposição.

Observa-se que quando a gente regimentabilidade, nenhum óbice se registra relativamente à proposição em comento, haja vista que se conforma às disposições do Regimento Interno do Senado quanto às prerrogativas dos Senadores do art. 8º e das competências legislativas do Congresso Nacional, art. 203. Relativamente à juridicidade também não se vislumbra qualquer óbice à proposição em exame. Por quanto nas regras propostas não foram detectadas quaisquer agressões aos princípios gerais de direito, a ordem jurídica ou qualquer contradição lógica ou teológica.

Ressalta-se ainda que a matéria tratada na proposição inclui-se nas competências legislativas do Congresso Nacional, assim como nas competências legislativas da União.

Ademais, o projeto foi elaborado com uso de boa técnica legislativa, estando adequado aos termos da Lei complementar 95/98 que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das Leis.

Conclui-se assim que do ponto de vista de constitucionalidade e regimentabilidade técnica legislativa, a proposição não encontra nenhum obstáculo, por enquanto, não contraria nenhum dispositivo regimental constitucional.

As repercussões orçamentárias não acarretam quaisquer óbices de despesa, seja para a União, seja para os Estados, isso porque a proposição não visa criar nenhuma nova obrigação ao serviço, mas tão somente melhorar a disciplina, disciplinar as novas normas de execução ao serviço de atribuições já previstos na Lei com fontes de recursos já definidas. Se não vejamos o art. 17 o dever de prestar assistência educacional aos

condenados e aos presos provisórios já está definido pela Lei de Execução Penal art. 2 § Único e art. 17. Com efeito, no âmbito da União, o fundo penitenciário nacional já destina recursos orçamentários para execução dessa ação por meio da programação, vai o número, reintegração social do preso internado e egresso com dotação autorizada de 7.8 milhões no orçamento vigente 2.007 de 15 milhões para 2.008.

No cadastro da ação orçamentária 2.314 consta com o objetivo e finalidade o seguinte: aí vão os objetivos que citam os artigos referentes.

Portanto, o nosso voto com fundamento na análise empreendida e da regimentabilidade, juridicidade, constitucionalidade e do inegável mérito da matéria, opinamos pela aprovação do PLS 461 de 2.007.

Acho importante isso, Senador, Presidente, Sr. Presidente, acho importante, porque se nós levarmos um pouco de cultura aos presos, aos egressos, provavelmente eles terão uma consciência maior do que representa a sociedade como um todo para reingressar na sociedade.

E quero cumprimentar venho por essa luta que V.Ex^a. confirma, reconfirma e declara permanentemente em benefício da educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Eu ponho em discussão o assunto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para discutir, Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu voto a favor do projeto, tem todos os méritos. Mas eu acho que devia educação à distância, porque hoje tem até curso superior à distância. As penitenciárias e prisões brasileiras hoje, vejam-se recentemente o que aconteceu aqui a prisão de segurança máxima, de onde o Fernandinho Beira-Mar comanda o tráfico no Rio de Janeiro, tranquilo, vai lá advogado, vai lá esposa, agora vai lá professor, vai lá... Eu acho que nós, se não fizer a distância, através da televisão, saem presença física de professores, nós vamos cada vez ajudando mais os marginais. E ontem se provou que existem ONGs, até Parlamentares participando, Parlamentares aqui nossos, participando de ONGs que trabalham fazendo passeatas, carreatas, botando projeto de Lei para tramitar aqui dentro para defender os marginais. Eu acho que nós temos que tomar um pouco de cuidado com isso, porque eu acho que nós estamos do outro lado, não estamos do lado dos marginais, estamos do lado da sociedade que trabalha, que luta, que se esforça e que está sendo vítima cada dia

dos marginais que estão matando padre, freira, estudante, o diabo a quatro aí pela rua.

Temos que pensar um pouco até onde podemos ir sem que a nossa ação se transforme em uma ação de apoio ao crime organizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só um esclarecimento. Senadores, o que nós estamos, o que está sendo proposto aqui, Senador Gerson Camata, concordo plenamente com V.Ex^a., tenho ficado assustado com toda a movimentação que se faz dentro dos presídios. Felizmente ou infelizmente está no meu sangue esse acompanhamento permanente. Há uma revolta natural da sociedade.

Ontem nós vimos na televisão, hoje pela manhã no noticiário, por falta de lugar da liberdade vigiada, estão mandando preso para casa. Porque não tem lugar no presídio. Então, ele cumpre em casa. Desde que ele assine um compromisso de que vai respeitar o horário de se recolher. Quer dizer, não dá para acreditar que isso exista em um País que a Lei foi feita para todos.

Mas, aqui não há impedimento do ensino à distância. E como vai ser, talvez, a videoconferência, modificando o art. que seja obrigatório para que o juiz decida, esse equipamento tranquilamente poderá servir de videoconferência para os presos, porque há alguns presídios que os diretores já estão fazendo trabalho educacional e laboratorial para tentar recuperar os presos. Eu acho que não há impedimento nesse projeto e nem precisa de emenda para que haja realmente o ensino à distância. Vai depender dos Promotores que trabalham junto à Lei de execuções penais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu queria, também sou plenamente a favor do projeto, mas eu penso que o Senador Gerson Camata também tem razão que não podemos fechar só na parte presencial e embora eu quisesse consultar V. Ex^a. na proposta do Senador Demóstenes Torres no art. 39, inciso 11º, diz: "frequência regular às aulas dos cursos oferecidos". A frequência regular pode ser presencial ou não presencial. Quer dizer, a frequência é o acompanhamento das aulas. E a frequência pode ser dada pelo trabalho executado.

Eu acredito que aí a regulamentação através dos conselhos estaduais de educação, das Secretarias, poderia resolver essa questão. Agora, que não fique apenas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Talvez, uma emenda aqui para definir essa parte de regula-

mentação no ensino, podendo ser, talvez, coubesse, não sei se o Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Talvez, a frequência aos cursos oferecidos, e não frequência regular às aulas, o problema é regular às aulas, que eu acho que pode dar uma interpretação errônea. Se for frequência aos cursos oferecidos na forma do inciso, do art. tal que são vários cursos, aí não haveria problema. Gostaria de consultar V.Ex^a. os Senadores e Senadoras aqui presentes, porque poderíamos mudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC): Senador Cristóvão, Sras. e Srs. Senadores, eu também queria sugerir ao Senador Romeu Tuma acolhesse uma emenda que agora me ocorreu.

Vejam, em seguida nós estaremos apreciando um projeto aqui de grande importância que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Eu estive a pouco conversando com a professora Maria Isabel, da UNB, ela estava me dizendo aqui para a minha alegria e tristeza que está promovendo um curso à distância de teclado. Os alunos estão lá no Acre, na minha terra. 80 alunos.

Quería sugerir, Senador Romeu Tuma, que V.Ex^a. acolhesse uma emenda, já que está se tratando de educação nos presídios, que essa atividade contemplasse de forma consistente a educação musical também. Está aqui aprovada. A professora Maria Isabel está ministrando um curso à distância de teclado. Então, por que não introduzirmos uma prática dessa nos presídios?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria de ouvir a Senadora Marisa Serrano que hoje discutiu com os professores, com todos os interessados sobre o projeto que vem à frente porque eu não sei se já no projeto dela tem alguma previsão a respeito do assunto. Mas, eu acho que é cabível sendo assim emenda, as duas emendas. O ensino à distância e o ensino da música, porque o preso já não precisa nem ter cultura, ele vai gostar da música. E a música sensibiliza o cidadão, pode trazer uma tranquilidade e diminuir a violência através da música.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC): E amplia ainda mais o mercado de trabalho para os profissionais que militam na área da música.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço, Senador Geraldo Mesquita Júnior, e de fato o projeto como está permite cursos

também de música, não exclui nenhum. E permite a distância. Eu creio que a posição do Senador Gerson Camata não é proibir a presencial, de jeito nenhum. É incentivar mais à distância.

Eu creio que o projeto como está permite isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Além disso, se isso for o entendimento geral, ótimo, porque eu também acho que não, apenas para que não haja interpretações dúbias. Se houver qualquer tipo de interpretação que possa prejudicar, poderia ser transformado ao invés de frequência regular das aulas, de comprovação de realização dos cursos oferecidos, desde que seja realizada a comprovação dos cursos, tanto faz qualquer tipo, presencial ou semipresencial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E aí passa a responsabilidade para o diretor do presídio.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Se for possível essa emenda, se o Senador Romeu Tuma achar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não há nenhuma restrição da minha parte.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Não há restrição nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não há problema.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fica aceita a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa emenda então estaria decidida. Depois votaremos se estão de acordo com ela. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só quero deixar registrado o meu apoio ao projeto do Senador Demóstenes Torres, muito bem relatado pelo Senador Romeu Tuma.

O Senador Demóstenes Torres se tornou meio um especialista nessa área, e muito duro, inclusive, e tem que ser duro mesmo. E quando ele propõe uma alternativa como essa que é a questão da educação dos presos, eu acho que ele aponta caminhos. Em um momento como esse em que nós todos aqui, inclusive, naquela reunião da Comissão de Direitos Humanos, com aquele gravíssimo episódio do Pará, me lembro aqui das palavras do Presidente da OAB. O sistema prisional brasileiro está falido, mas falido mesmo.

Inclusive, naquele dia se dizia que em 17 Estados estava acontecendo um semelhante e vi com alegria que o próprio Ministro Tarso Genro essa semana usou a mesma expressão. Sistema prisional está falido. Nesse

momento, buscando alternativas para tentar recuperar os presos na forma, inclusive, do respeito aos Direitos Humanos, só pode ter o nosso apoio.

E eu concordo com a emenda aqui colocada, mas quero aqui dar o meu total apoio à proposta do Senador Demóstenes Torres e tão brilhantemente relatada pelo Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou colocar em votação o projeto e—

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, somente para dizer que estou totalmente de acordo com a iniciativa do Senador Demóstenes Torres. Relativamente é o Item 2, esse que nós estamos discutindo, que altera a Lei de Execução Penal para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos.

Eu queria registrar que recentemente a Comissão de Direitos Humanos da ONU mandou aqui um representante visitar as nossas cadeias, os nossos presídios. E este agente da ONU, da Comissão de Direitos Humanos, verificou através de suas visitas pelo Brasil inteiro, de que o nosso sistema prisional, ao invés de educar, ressocializar o preso é um verdadeiro mecanismo de formação de criminosos, piorando a sua violência, piorando o seu sentimento de praticar o crime, de ratificar a sua conduta criminosa antes de ir para a cadeia.

Logicamente que uma conduta do Estado no intuito de proporcionar aos presos uma educação adequada, vai servir, sem dúvida alguma, para reduzir esse ímpeto de criminalidade que é aumentado nas cadeias públicas no nosso País no nosso sistema prisional. Por isso, eu sou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu ponho em votação. Eu só vou retomar o que coloca o Senador Gerson Camata, que lamentavelmente a imprensa divulga e é natural, é lamentável, mas é natural, mas só os grandes crimes. Se a gente for olhar dos 200, 300 mil presos no Brasil, se a gente for olhar o crime que cada um cometeu, a gente vai ver que a imensa cometeu crimes muito levezinhos. Merecem estar presos sim, mas com pequeno esforço a gente pode recuperá-los. Agora esses bandidos mesmo, aí não adianta a gente ter qualquer condescendência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem um detalhe que é importante, que a gente tem que pen-

sar também. O regime penitenciário está falido, porque até a assistência jurídica aos presos praticamente não existe. Então, há benefícios ou há cumprimento da pena que o sujeito continua preso, porque não tem uma assistência jurídica que possa reivindicar os direitos que ele tem. Eu não sou, eu acho que bandido tem que ficar na cadeia, vê mofar, desculpa a expressão, mas tem coisas que não podem negar que está nos Direitos Humanos. O senhor não pode negar uma assistência jurídica àqueles que não tem poder para nada. Então, talvez, V.Ex^a. tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou pôr em votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Os crimes graves e tem os crimes leves.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A maioria. E só lembraria que o sistema penitenciário está falido porque tem outras coisas quase falidas no Brasil, como educação e emprego. Mas eu vou pôr em votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E permite, Presidente, inclusive, o Senado dependendo da decisão que ele vai tomar hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inclusive, o Senado dependendo da decisão que ele toma hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Eu vou colocar em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Agora eu vou colocar em votação as emendas. Então já votamos juntos. O Senador já aceitou. Então, está aprovado.

Vamos para o Item nº 6, que não terminativo cuja Relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves. É um projeto, são dois projetos, na verdade. Modifica a Lei 7210 de 11 de julho de 1.984, Lei de Execução Penal, para instituir o Ensino Médio nas penitenciárias, que é do Deputado Paulo Rocha e o outro projeto que altera dispositivo da mesma Lei para introduzir a remissão da pena pelo estudo que é do Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, pela ordem, sobre o projeto. Sr. Presidente, pela ordem, sobre o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sobre o projeto. Como os dois projetos são de um Deputado do PT e um Senador do PT, eles estão conversando sobre esse tema e eu pediria vista para ver se a gente chega aqui conversando com a Relatora em um entendimento sobre a votação final.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Haja vista é uma prerrogativa sua. Eu só queria lembrar que o projeto 164 é idêntico a um que já passou aqui de minha autoria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um motivo de eu pedir vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Absolutamente igual.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu peço vista, retiro para conversar com V.Ex^a. também.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quem é que falou?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Estou aqui atrás do meu amigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu só pediria ao senhor se pudesse relatar o Item 3 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos chegar lá. O Item 3 é terminativo e precisa de quorum. Faltam três Senadores. É não terminativo? Está bom. Vamos resolver primeiro. Então, está pedindo vista.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu peço vista até pelo motivo elencado aqui por V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cinco dias e virá na próxima reunião.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, é não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É não terminativo? Tem razão. Então vamos ao Item nº 3 que eu não deveria ter passado, peço desculpas, fui direto para o nº 6.

Que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e dá outras providências. O autor é o Senador Leonel Pavam, atual vice-Governador do Estado de Santa Catarina, e o Relator é o Senador Marcelo Crivella, a quem passo a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, é submetido ao exame dessa Comissão o projeto de Lei do Senado nº 30 de 2.004, que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de publicitário.

Para tanto, a proposição propõe, nº 1: A definição da profissão de publicitário, ou seja, aquele que em caráter regular e permanente exerce funções artísticas e técnicas para propaganda. 2. Ser privativo o exercício da profissão tendo publicitário, dos diplomados em

curso superior e excepcionalmente poderão obter o registro publicitário aqueles que vem exercendo comprovada e efetivamente a data da publicação da Lei as atividades publicitárias por um período mínimo de dois anos consecutivos ou total mínimo de três anos em período intercalados, na forma do regulamento. 3. O registro profissional no órgão competente no Ministério do Trabalho e emprego. 4. O elenco das atividades específicas do publicitário. 5. Obrigação dos estabelecimentos que prestam serviços de publicidade ou propaganda de manter em seus quadros de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços publicitários legalmente habilitados.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos.

Análise. A matéria disciplinada na proposição, regulamentação da profissão de publicitário incluem-se entre aquelas de iniciativa comum previstas no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema do Congresso Nacional nos termos do seu art. 48 com relação à iniciativa e a competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais. Também não identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstem a aprovação da matéria.

A Lei nº 4680 com 18 de junho de 65, regulamentou de maneira insatisfatória o exercício da profissão de publicitário, principalmente no que diz respeito à definição desse profissional e das atividades que lhe são peculiares e de ofício.

Atualmente, muitos sujam que em casos como esse, o aprimoramento da regulamentação de uma determinada profissão deve ser feita por meio da negociação coletiva em que as regras e as condições de trabalho de natureza profissional são delimitadas com base no entendimento entre os interessados. Argumentam seus defensores ser contraditório fazer da negociação coletiva, o grande instrumento jurídico para criar normas e condições trabalho e, ao mesmo tempo, continuar preservando as regulamentações pela via legislativa.

Convém lembrar, todavia, que a regulamentação legal das profissões integra a tradição de nosso ordenamento jurídico como o confirmam as diversas Leis e dispositivos da consolidação das Leis do trabalho.

A regulamentação das profissões teve seu início na década de 30 do século passado, com a finalidade de disciplinar determinadas profissões, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços. Nesse contexto, é meritória a regulamentação do exercício da profissão de publicitário.

Em um mundo globalizado, aonde a qualidade, a excelência de bens e serviços vem se sofisticando

cada vez mais, os profissionais da publicidade ou propaganda, necessitam ter habilitação especializada, pois os trabalhos a que são chamados a desenvolver não mais comportam amadores ou aventureiros de primeira viagem.

Além dos possuidores de formação específica, o projeto não desconhece a existência daqueles que já possuem larga experiência no setor. Por isso está previsto o reconhecimento dos que se dedicaram à pelo menos dois anos ininterruptamente ou há três anos em período intercalados à prática da publicidade.

A proposta vem ao encontro dos interesses da classe, que não obteve sua efetiva regulamentação apesar da Lei 4.680 de 18 de junho de 65 tenha tratado da questão do publicitário.

O presente projeto, portanto, longe de regulamentar uma nova profissão, visa tão somente corrigir lacunas na Lei, que é omissa em vários aspectos referentes a seu exercício.

Com a presente regulamentação, cria-se uma identidade mais fiel do publicitário e dão-se condições para que ele possa exercer sua profissão com amplitude de direitos, não permitindo atividade a terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação adequada para o seu exercício.

Por fim, com o intuito de adequar a proposição a Lei Complementar 95 de 98, que determina no seu art. 7º, Item 4 que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma Lei, procuramos ao final substitutivo que traz alguns aprimoramentos ao texto do projeto. art. 1º. O art. 1º *caput* do art. 6º e o art. 8º da Lei nº 4.680 de 18 de junho de 65 passam a vigorar com a seguinte redação: art. 1º são publicitários aqueles que em caráter regular e permanente exerçam as funções de natureza artística e técnica da especialidade nas agências de propaganda, nos veículos de divulgação ou em quaisquer empresas nos quais se estude, conceba, execute ou distribua a propaganda.

Considere atividades artísticas as que se relacionam com trabalhos gráficos, plásticos e outros também de expressão estética disto nada disso a exaltar e confundir pela imagem, pela palavra ou pelo som as qualidades e conveniências de uso ou de consumo das mercadorias, produtos e serviços a que visa à propaganda. art. 2. § 2º, perdão. Consideramos atividades técnicas as que promovam a combinação harmoniosa dos conhecimentos artísticos tendo em vista mandar a mensagem publicitária ao máximo de rendimento e impacto. art. 6º. São atividades privativas do publicitário. 1. Dirigir, planejar e prestar acesso consultoria e assessoramento sob promoção publicitária de propaganda. 2. Executar, produzir, redigir e cuidar da arte, mídia e veiculação da publicidade e propaganda. 3. Fazer es-

tudos, testes, investigações para obter informações de ordem comercial, publicitária ou técnica, a fim de promover ou aperfeiçoar a notoriedade de uma mercadoria ou serviço. 4. Planejar as modalidades da campanha publicitária. 5. Avaliar o produto, sua história, suas qualidades, seus prováveis consumidores, seu preço e a capacidade de sua produção, a fim de aquilatar a superioridade ou inferioridade dos concorrentes.

Participar da execução dos projetos e dirigir os trabalhos mecânicos encomendando clichês, opinando sobre a escolha de tipos, qualidade de papéis, cores, fotografias e outras matérias relativas a essas atividades. Item 7. Pesquisar informações sobre os veículos de comunicação, recomendando os mais eficientes e promovendo as negociações necessárias. Item 8. Exercer a vigilância para verificar do alcance dos objetivos, avaliando junto ao cliente o andamento das vendas.

art. 8º. O exercício da profissão de publicitário requer prévio registro do órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Emprego, mediante comprovação de identidade, estar em dia com as obrigações eleitorais, quitação com o serviço militar, cumprimento de estágio na área e conclusão de curso superior na área de Publicidade ou Propaganda, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País ou em País estrangeiro, devidamente registrado no órgão competente. art. 2º. A Lei 4.680 de 18 de junho de 1965 passa a vigorar acrescida dos seguintes Arts. 1A e 8A. O exercício da profissão de publicitário é privativo. 2, diplomados como publicitários, estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos, dos diplomados em curso similar no exterior após revalidação e registro de diploma nos órgãos competentes. § Único. A denominação de publicitária é privativa dos habilitados nos termos dessa Lei e que exercer funções de montador, arte-finalista, produtor, assistente ou auxiliar de produção, tráfico, auxiliar de mídia, assistente ou auxiliar de promoção, *controller*, fotógrafo publicitário ou de propaganda, produtor de audiovisual, produtor de filme publicitário ou de propaganda, gravador radifônico, *contact* veículos e *layout mam*.

Art. 8º A – os estabelecimentos que prestem serviços de publicidade ou propaganda manterão em seus quadros de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços publicitários realmente habilitados.

Art. 3º – Até 120 dias após a publicação dessa Lei, poderão obter o registro de publicitário aqueles que tendo concluído o 2º grau, vem exercendo comprovada e efetivamente a data da publicação dessa Lei, as atividades publicitárias por um período mínimo de dois anos consecutivos ou total mínimo de três anos em períodos intercalados, na forma do regulamento.

Essa Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sr. Presidente, esse é o relatório e eu faço aqui o pedido dos interessados, pedido do MEC, uma alteração, Sr. Presidente, uma alteração eu já proponho aqui, no art. 2º. Quando se fala curso superior, acrescentar no mínimo curso de graduação, para que esse curso superior não seja equivocadamente interpretado como Mestrado ou Doutorado. Curso superior nós trocaríamos ou acrescentaríamos, no mínimo, curso de graduação. Esse é relatório, Sr. Presidente, para o qual peço a atenção e o voto dos nossos pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço. Quero dizer que em nenhum momento eu vi um quorum tão alto nessa Comissão. Isso é obviamente uma homenagem nossa aos músicos brasileiros [palmas]. E a importância do projeto do músico. Devo dizer que o quorum de assistência é ainda maior, porque a outra sala eles estão assistindo tudo pelo telão com 80 pessoas.

Por isso, antes de passar a palavra à Marisa Senadora Marisa Serrano, eu quero pedir ao Senador Geraldo Mesquita Júnior se ele autoriza... calma, não votei ainda. Antes mesmo de votar, antes mesmo de discutir, eu já quero que todos saibam, pedir a permissão ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, para que quando terminemos esse assunto, em vez do primeiro assunto da pauta que é de minha autoria, a gente passe a discutir esse Item 4, que interessa tanto à educação musical no Brasil.

Voltando ao assunto do parecer do Senador, eu ponho em discussão e passo a palavra Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer uma solicitação ao nosso nobre Relator, Senador Marcelo Crivella, do § Único do Item 2, do art. 1A, dentro do art. 2, diz assim, § Único: "a denominação de publicitário é privativa dos habilitados nos termos dessa Lei". Sem nenhum problema. Mas aí vem: "e que exerço funções de montador, *past up*, arte finalista, produtor, assistente", e aí vai.

Eu queria dizer ao Senador Marcelo Crivella que, talvez, a gente pudesse ficar só na primeira parte do § Único, porque com a velocidade da tecnologia e com a quantidade de cargos e que todos os dias estão surgindo, fica muito difícil queremos enfocar aqui, fechar na Lei uma quantidade de itens além dos galicismos, como disse o Senador Eduardo que... mas eu acho que se o Senador Marcelo Crivella acreditar que é possível, estou plenamente de acordo com o projeto, com o substitutivo, mas eu acho que poderia substituir todas essas questões sem ter que destacar cada item,

porque se não, cada vez que surgir um curso novo ou uma habilitação nova, nós temos que mudar a Lei.

Era essa a minha sugestão ao Relator se ele, por acaso, achar que é conveniente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu vou consultar aqui o pessoal do Ministério da Educação, respondo a nossa querida Senadora em poucos segundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas, eu acho tão pertinente que nem nome tem ainda para essas profissões, por isso está escrito em inglês.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então, tem esse detalhe, foram eles que pediram, vou ouvi-los.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Romeu Tuma tinha pedido a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vi que a cautela do Senador Marcelo Crivella leu o relatório e o projeto por inteiro, para que prestássemos atenção. E a Senadora Marisa Serrano indicou algo que ela tem razão, porque o publicitário é uma profissão já reconhecida nas universidades. Tem escolas especializadas de grande envergadura. E o Brasil é um País que em matéria de publicitárias, tem ganhado vários prêmios no exterior. Então, se misturar muito as atividades relacionadas ao publicitário, porque ela vai ser difícil. Se todo mundo for reconhecido como publicitário aqui, é um pouco difícil, Senador Marcelo Crivella. Acho que mistura um pouco e tira a qualificação das outras profissões.

Eu concordo com a Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Romeu Tuma e queria ganhar tempo, porque aproveitar o quorum, temos muito projeto terminativos, é a penúltima sessão da legislatura desse ano. Eu quero pedir para pôr em votação o projeto com a emenda da Senadora Marisa Serrano.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Um instantinho, Presidente. Presidente, acabo de consultar aqui o pessoal do Ministério, eles acham pertinente a emenda da nossa Senadora, é verdade. É melhor a gente não restringir, até porque um avanço tecnológico, novas profissões vão surgindo a cada minuto que surge uma nova tecnologia. É melhor deixar só com o Item 2 e retirar o § Único.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está em votação do projeto com a supressão conforme a sugestão de emenda da Senadora Marisa Serrano. Os que estiverem de acor-

do permaneçam como estão. Está aprovado. Passo a Item nº 4. Passo ao Item nº 4.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Embora não membro da Comissão de Educação, eu vim aqui também até a pedido de todos aqueles que estão apoiando e aprovando o projeto que acaba de ser votado sobre o ensino de música nas escolas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não. Vamos começar agora a votar.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Não, ainda não? Pensei que fosse.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos começar agora.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Mas, registro que sou favorável, Sr. Presidente, embora não membro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor é não membro, mas tem uma cadeira guardada para o senhor aqui [palmas].

Pode estar aqui, Senador Eduardo Supply.

Eu vou pôr então em discussão o Item 4 terminativo, projeto de Lei do Senado nº 330 de 2.006, está tramitando em conjunto com o PLS 343/06.

Altera a Lei nº 9.394, de 1.996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

A autora é a Senadora Roseana Sarney, a Relatora é a Senadora Marisa Serrano. O parecer é favorável. Eu passo a palavra à Senadora com a emenda oferecida pela prejudicialidade do PLS 343 que tramita em conjunto. Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero aqui dizer da alegria dessa Casa em receber tantos jovens, tantos professores, tantos profissionais da área da música, dizer aos nossos nobres Vereadores e Senadoras que é sempre bom à gente poder trabalhar em uma questão que suscita não só o entendimento, a intelectualidade, mas garante também a sensibilidade das pessoas através de algo que é fundamental para a formação do ser humano.

Mas, esse projeto da Senadora Roseana Sarney, nº 330, ele faz parte de outro projeto que tem o nº 343, de 2.006, com seis dias de interregno entre a entrada da Casa entre um e outra, mas que tem o mesmo sentido. E esses projetos foram fruto de inúmeros encontros, reuniões e audiências realizadas pela Subcomissão permanente de cinema, teatro, música e Comunicação Social e com a participação conjunta de

toda a área musical brasileira. Várias vezes estiveram aqui discutindo essa proposta.

Eu quero resumir para todos os nobres pares a importância desse projeto da seguinte forma. A idéia é que a música passou a ser dentro da Lei da 9.394 que é a Lei das diretrizes e bases da educação nacional, que ela passe a integrar o § 2º do art. 26. E aqueles que estão lendo agora o projeto, eu queria dizer que o art. 26 da LDB diz apenas que a arte: "o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos".

O que a Senadora Roseana Sarney e os outros Senadores que subscritaram o outro projeto de Lei solicitam é o seguinte, que além disso, se coloque Item 1. A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular de que trata o § 2º. 2. O ensino da música será ministrado por professores com formação específica na área.

A proposta do projeto e o fulcro do projeto é exatamente esses dois itens. A arte continuará a ser trabalhada em todas as escolas como componente curricular obrigatório e, dentro disso, a música deverá ter conteúdo obrigatório, mas não exclusivo. Isso significa, Sr. Presidente, e Srs. Senadores e Senadoras, que os Conselhos Estaduais de educação, os Conselhos Municipais, as Secretarias Estaduais, as Secretarias municipais vão trabalhar a música da forma como for pertinente em cada sistema de ensino. E isso é importante para não obrigar que a escola tenha uma disciplina específica.

Eu acredito, Sr. Presidente, que vai caminhar para isso vai caminhar para ser uma disciplina específica, mas nesse primeiro momento, o que nós queremos é ter um professor de música na escola que propicie que a música seja trabalhada com as crianças, principalmente porque as escolas progressivamente e nós esperamos e estamos trabalhando para isso e V. Ex^a. como Presidente e o seu partido tem trabalhado muito para que as escolas se tornem em tempo integral, para que a música seja um componente de trabalho com as nossas crianças.

E aqui eu quero dizer a todos os Senadores e Senadoras que hoje a luta é muito grande para que o jovem goste da escola. Nós temos ouvido muitas vezes aqui nas Audiências Públicas dizendo como fazer para que a escola seja atraente para os jovens. A música pode ser o chamariz. O grande interlocutor junto aos jovens, porque não há jovem que não goste de música. Aliás, jovem não, todos nós. Por exemplo, o Senador Valter Pereira que está aqui hoje nos dando o prazer de participar da nossa Comissão, não há uma viagem

que ele faça a terra dele, Campo Grande que ele não esteja com o MP3 no ouvido, ouvindo música.

Isso é muito bom. É o sinal de que a música que aumenta, acalenta, traz boas recordações, faz devagar e, principalmente, auxilia a pessoa a fazer com que suas emoções aflorem.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui deixar a certeza absoluta que a música na escola vai fazer com que os alunos gostem mais da escola, que a escola possa propiciar entre os seus corpo docente e discente e a comunidade uma forma de interlocução muito maior, vai fazer com que a sensibilidade seja aflorada com muito mais frequência entre os seus membros e, principalmente, garantir também com esse afluxo um mercado de trabalho específico para os músicos desse País. E para aquelas universidades que trabalham com a música como estrutura terminativa nas suas grades curriculares.

Portanto, Sr. Presidente, peço a aprovação desse projeto e acreditando que com a sua aprovação, nós vamos fazer com que mais e mais pessoas agradeçam e sintam que vale a pena apostar na música.

E os senhores todos têm um manifesto pela implantação do ensino de música nas escolas feita por inúmeras, inúmeras associações de todo o País, pedindo o apoio dos Senadores a esse projeto.

Eu acho que valeria a pena apostarmos na sensibilidade, na cultura e no amor pela arte. Eram essas as minhas palavras. Obrigada [palmas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço calma no Senado. Peço calma e ordem e quero dizer que essa posição da Senadora foi praticamente unânime nas audiências que foram feitas, nos encontros que foram feitos e, inclusive, projeto muito parecido foi apresentado também pelo Senador Roberto Saturnino, Senador Sérgio Zambiasi e o próprio Senador Romeu Tuma e Senador Juvêncio da Fonseca. Só que o projeto da Senadora tinha chegado um pouco antes sem o nosso conhecimento e o da Senadora Roseana passa a ser o verdadeiro projeto. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Marisa Serrano, nós sabemos que o projeto é de uma mulher e a Relatoria de outra mulher. É grande a sensibilidade, o que não nega a sensibilidade dos homens em aprová-lo. [risos] Por quê? A senhora fez uma referência de que o Senador Valter Pereira usa para fazer a viagem como se tivesse nas nuvens e lá está. [risos] Eu tenho um irmão, Senadora, que infelizmente ele tem um ruído na cabeça dia e noite, porque eu acho que é circulatório e os médicos não conseguem

identificar e fazer o tratamento. Sabe qual é a receita que o médico deu para ele? Comprar um *Ipod* quando for dormir, ele dorme sossegado e o ruído desaparece em favor da música.

Eu achei nos Estados Unidos um *Ipod* desse tamanho que tem uma presilha para pôr no pijama. A música cura a doença. Quer dizer, é uma coisa tão importante que no tempo que eu estava no grupo tinha um orfeão na escola, a gente cantava, aprendia as letras musicais, além da igreja quando criança na Congregação Mariana e isso foi perdendo essa sensibilidade e cada vez mais a sociedade tem uma violência inexplicável alguns instantes. Talvez, a música consiga diminuir essa violência e vamos levá-la também para os presídios. Eu acho que é importante a tese que a senhora levantou e deu a nossa aprovação completa. E que os homens votem a favor, se não eu vou ficar muito triste. Parabéns, senhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continua em discussão. O Senador Valter Pereira tinha se inscrito.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como fui citado, Sr. Presidente, art. 14. Mas, Sr. Presidente, a Senadora Marisa Serrano não fez uma revelação inverídica. Ao contrário, realmente eu tenho o hábito de curtir a música, boa música, porque encontro nela a paz que realmente ela produz. E cultivo, quando estou viajando, cultivo quando estou trabalhando, sinto que a minha produção intelectual cresce na medida em que estou dividindo com a música o esforço intelectual.

E vejo o seguinte, Sr. Presidente. Hoje, independentemente da iniciativa que nós estamos tomando, nos municípios brasileiros, especialmente eu falo sobre aqueles com os quais eu tenho um contato mais direto, já há um esforço muito grande.

Andando por Mato Grosso do Sul, a Senadora Marisa Serrano faz isso com frequência, sabe muito bem do que estou falando. Nos municípios de Mato Grosso do Sul, uma grande parte das autoridades educacionais dos municípios já está se dedicando a esse ramo da cultura. As bandas, as fanfarras, os corais estão se multiplicando a cada dia que passa para desfrute da juventude que abraça esse tipo de atividade com bastante entusiasmo e exatamente nos estabelecimentos e nas Secretarias Municipais de Educação, onde a música tem sido adotada e tem sido incentivada, a tranquilidade é maior nas escolas, porque a juventude tem onde dar vazão a toda a sua potencialidade artística.

De sorte o que projeto é meritório, o relatório da Senadora Marisa Serrano indiscutivelmente traduz mais do que uma necessidade, um anseio da juventude e nós

só temos que nos somar a essa iniciativa que vai, sem dúvida alguma, vai trazer uma resposta esperada por muito tempo já de toda a juventude estudiosa do nosso País. Meus parabéns à Senadora Marisa Serrano e meus parabéns à Senadora Roseana e meus parabéns a V.Ex^a., Presidente, porque hoje consegue embelezar esta sessão. A presença da juventude, a presença de educadores nessa sessão hoje indiscutivelmente que é uma das derradeiras da Comissão de Educação para a alegria de todos nós. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para discutir, Sr. Presidente.

[palmas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Cristovam Buarque, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu quero aqui somar a tudo que já foi dito pelos meus pares que me antecederam e parabenizar, parabenizar a Senadora Roseana Sarney, autora do projeto, parabenizar Senadora Marisa Serrano autora do projeto, e dizer, Senador Cristovam Buarque, que V. Ex^a. como um batalhador pela educação ao trazer para a discussão e, com certeza, aprovação por unanimidade dessa proposta que torna obrigatório o ensino de música na educação básica ele é fundamental, porque há décadas passadas, já se tinha como matérias nas escolas públicas e também privadas o ensino da música. Depois foram deixados de lado e agora estamos retomando com um projeto tão bem proposto pela Senadora Roseana Sarney.

Como V.Ex^a. sabe e já foi dito aqui pelo Senador Valter Pereira, nas andanças nossas pelo interior dos nossos Estados e no meu Estado, o Estado do Pará, a gente tem oportunidade de ver em cada município que se chega sempre tem uma escola de música que é feita através de uma organização do município com doação de instrumentos e são os alunos os de menor idade, aqueles que recebem as autoridades que lá chegam fazendo uma demonstração do aprendizado que eles levam no conhecimento da teoria musical.

Eu quero parabenizar V.Ex^a. nesta sessão da Comissão de Educação que está totalmente lotada, com todos os Senadores presentes, exatamente para prestigiar este projeto de grande importância para a cultura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço, Senador. Eu quero dizer que já temos inscritos sete, e tem muitos outros projetos terminativos que eu gostaria que a gente pudesse votar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, um minuto para cada um.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um minuto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A gente fica ansioso para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dois para cada um. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu me inscrevi mais para dizer isso mesmo, de que nós temos que ser, nós temos que ter agilidade na votação, porque eu quero votar, mas daqui a pouquinho também já tenho um outro compromisso, então eu gostaria muito de votar a matéria.

Parabenizar a Senadora Roseana Sarney, parabenizar a Senadora Marisa Serrano, agradecer a presença dos alunos e professores aqui presentes, a presença deles aqui nos ajuda a enriquecer o nosso debate e podem contar com o meu voto e peço que todos sejam rápidos e objetivos. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sr. Presidente, também sendo objetivo para manifestar a concordância com o projeto, os cumprimentos às Senadoras Roseana e Marisa, a V. Ex^a., a todos que defenderam o projeto como esse. Nós já temos alguns Estados em que a música já é oferecida como opcional, mas é evidente, no meu Estado de Minas Gerais já temos um projeto de música na escola, mas é importante que conste como uma questão nacional. De maneira que a minha manifestação é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, vai ser bem rápido. São Tomás de Aquino, fundador da filosofia aristotélico-tomista, as bases da filosofia da cristandade, dizia o seguinte: *Bis orat qui bene cantat* que um tradutor traduziu quem canta é be-souro, mas não é isso. [risos] *bis orat qui bene cantat* é quem canta reza duas vezes. Eu acho que ali está manifestado todo o poder da música e nessa semana na Revista Veja tem uma reportagem interessante sobre a longevidade. Precisa-se de amigos, precisa de animal doméstico, ter filho e neto, mas precisa entender de música, ouvir música ou cantar música para viver um pouco mais.

Eu acho que as futuras gerações com essa Lei vão viver mais que nós aí. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, com este projeto, nós estamos assegurando nas escolas um espaço legal para o en-

sino da música. Como nós sabemos, é fundamental para a formação do jovem e também proporcionar oportunidade àqueles que constroem o futuro da nossa juventude, os professores.

Uma oportunidade para que participem ativamente da nossa vida social através de concurso público e possam exercer com aquilo que aprenderam nas escolas de música ao lado do nosso estudante, nossos jovens. Muitas vezes a gente passa em uma escola fundamental e gosta da música, mas não conhece nem os sinais da música, não sabe o que é uma escala, não sabe o que é uma pauta, não sabe o valor de uma nota, não conhece breve, mínima, semínima e, assim, por diante.

Quer dizer, passa a vida toda cantando, mas não sabe ler uma pauta musical. Isso é importante, porque na escola não vai haver a profissionalização, sem dúvida alguma, mas vai ajudar a despertar no jovem o sentimento musical e quem sabe transformar aquele jovem em um grande músico como nós temos tantos, a exemplo do Chico Buarque, de um Gilberto Gil, e tenho tantos outros que embelezam a arte musical. Portanto, eu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Cristovam Buarque, apenas para cumprimentar a nossa Relatora Senadora Marisa Serrano, a Senadora Roseana e foi o trabalho que a Subcomissão permanente de cinema, teatro, música, comunicação fez, produzindo um trabalho bonito de apoio, de atenção através das Audiências Públicas, de maneira que se chegasse aqui com um projeto pronto e reconhecendo também o trabalho de todos os profissionais do setor, alunos, professores, e na pessoa da professora Liane que é gaúcha, da universidade Federal do Rio Grande do Sul que está aqui presente, a nossa saudação em homenagem a todos os professores de música no Brasil, porque seguramente não há música na escola sem o professor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Cristovam Buarque, eu sou do tempo que a escola pública oferecia regularmente música. Eu tive aula de canto orfeônico, olha como eu sou antiga! Olha como eu sou antiga!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na sua época tinha. Tocava trombone, Sr. Presidente?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Voltinha na banda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadores, eu peço ordem para

gente poder votar rapidamente esse projeto e outros que nós temos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E sou conhecida aqui no Senado da República como uma Senadora que ama música. Aliás, este ano, eu fugi à tradição e não homenageei no dia nacional do samba que foi domingo esta grande força da cultura brasileira, inclusive, que colocou foi à forma que os afros-descendentes, inclusive, deram para se colocar, não é Senador Paulo Paim? Como resultado desta grande confluência de etnias que o nosso País tem e o samba que é exatamente a origem afro-descendente como a marca cultural, nossa marca musical.

Obviamente eu vou dar o meu voto com o maior prazer para o projeto de autoria da Senadora Roseana, de Relatoria da Senadora Marisa Serrano, dizendo que os homens vão votar com o lado feminino, obviamente, vendendo esse sentimento bonito que é o da música.

E dizer que com relação ao dia do samba, este ano eu não fui ao Plenário cantar, porque como nós estamos em um momento muito turbulento aqui no Senado da República, eu achei melhor não cantar, porque a única coisa que eu poderia cantar era o Paulinho da Viola que é aquela história do faça como o velho marinheiro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Podia cantar agora, Sr. Presidente, uma musicazinha.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se o senhor não tivesse me interrompido, eu já estava cantando, Senador Pedro Simon. O Paulinho da Viola diz muito bem, que quando as coisas estão meio turbulentas “faça como o velho marinheiro que durante o nevoeiro leva o barco devagar”, mas esse projeto da música é para já, rapidinho [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim e, depois, Senador Antônio Carlos Valadares.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu estou vendo que o Senador Eduardo Suplicy está fazendo escola.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pela ordem. Eu queria aqui repetir uma máxima do Senador Paulo Paim que diz que projeto bom é projeto aprovado. Eu sugiro que a gente vote o projeto e continue a discussão, porque tem Senadores que querem votar e sair.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E tem muitos projetos. Eu não gostaria de abrir mão de um projeto meu que é primeiro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só dizer, primeiro os meus cumprimentos à Comissão de teatro,

cinema, música e comunicação e dizer que eu tive a alegria de ser indicado para um outro relatório que vai garantir a renúncia fiscal para a compra de equipamentos musicais [palmas] parabéns Marisa e parabéns Roseana.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia, a última.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Rapidinho também. Quero cumprimentar a Senadora Roseana, Senadora Marisa Serrano e dizer a todos que estão aqui presentes da alegria de poder votar um projeto que houve tanta participação popular, tanta participação da sociedade. Sempre é bom votar um projeto que tem este apelo. Portanto, o meu voto é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado de Oliveira pediu a palavra. Por favor, Senador, 30 segundos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte. Muitas vezes nós fazemos votação, às vezes, na Casa e nos sentimos sozinhos nas Comissões. Hoje nós estamos em uma reunião maravilhosa, inclusive, ouvindo a Senadora Ideli Salvatti cantando e os senhores querem acabar rapidamente? [risos] é difícil ter um momento como esse que V.Ex^a. conseguiu ter aqui na Casa e querem acabar rapidamente? Nós temos que curtir esse momento. [risos] Temos que sentir com muito prazer. Nós temos vivido a Casa muito tensa, entendeu? Eu só queria fazer essa colocação. Parabéns para a Comissão, parabéns para todos. Agora vamos curtir o momento. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Até que de repente alguém pede vista e pára tudo, Senador. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de homenagear a Senadora Serrano e a Senadora Roseana pelo projeto e também falar que lá em Roraima, até 63, nós estudávamos canto orfeônico nas escolas e era a chance que a gente tinha de ter contato com a música mais elaborada, mais correta, porque os nossos professores eram os Padres que sabiam músicas de várias variações. Mas, em Roraima nós temos já uma escola de música estadual e a CEFET também tem uma escola de música.

E para encerrar eu gostaria de homenagear os nossos compositores mais antigos que são mais novos que eu lá em Roraima, o Eliezer, o Neuber, Zeca Preto e o Chico Teles. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar em votação. Há uma lista imensa de personalidades presentes que vou evitar listar, de ler, para ganhar tempo.

Senador Augusto Botelho, como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a Relatora Senadora Marisa Serrano e Roseana Sarney.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu voto com a música, com os músicos, com a autora com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a autora e Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado de Oliveira. Não votou?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. está muito rápido. [risos]. Queria dizer que eu voto aconselhado pelo Simon de Patrocínio que está aqui. Eu voto com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com a Relatora e com a Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano. Claro, voto conhecido. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, com a Relatora e confiando que o Governo ajude a aprovar na Câmara, que não fique só aprovado no Senado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esqueci algum? Não. Então, está aprovado por unanimidade o projeto. [palmas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pode pedir urgência? Não pode pedir urgente? Terminativo não precisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parabenizando a todos, só peço que não digam que o meu papel teve qualquer coisa de nepotismo por causa do Chico Buarque. [risos] Consulto se todos mantêm o voto pela emenda. Se tiverem de acordo, está aprovado.

Item 1, terminativo, que eu gostaria muito de ter a presença dos senhores. Eu passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho e passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior como Relator.

[troca de presidência]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Projeto de Lei do Senado Nº 116, de 2.006, tramitando em conjunto com o PLS 065/05. Acrescenta § Único ao art. 51 da Lei nº 9.394, de 20

de dezembro de 66, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas.

Com a palavra o Relator Senador Geraldo Mesquita Júnior. Aatoria do Senador Cristovam Buarque.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu tenho que ler mais três itens observações para ficar dentro da marca.

Obs.1: Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda. Obs. 2: No dia 16/05/07 foi realizada audiência pública para instruir o presente projeto, atendendo ao requerimento dos Senadores Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque, com o apoio do Senador Sibá Machado. Obs. 3: Na reunião do dia 18/09/07 foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti que não apresentou manifestação por escrito. Obs. 4: A matéria constou na pauta da reunião do dia 20/11/07.

Com a palavra, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na verdade, [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Façam a comemoração alguns passos adiante, fora da sala. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Na verdade, Sr. Presidente, esse relatório já foi oferecido a essa Comissão, vou apenas destacar alguns pontos que julgo fundamental.

Trata-se de duas proposições que pretendem alterar o sistema de ingresso nas escolas superiores do País.

V.Exª. propõe a introdução do sistema de avaliação seriada nas escolas, ou seja, os alunos desde o primeiro período já seriam, já teriam anualmente uma avaliação, portanto, seria, que poderia levá-los ao ingresso nas escolas superiores.

O Senador Sibá Machado, autor de um outro projeto, propõe modalidade de sorteio, ou seja, que o ingresso se faça por sorteio [soa a campainha] que o ingresso se faça por sorteio.

Propõe também o Senador Sibá Machado uma proposição que foi acolhida por mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Temos Orador na tribuna. Eu peço silêncio na Casa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC): O Senador Sibá Machado, da mesma forma, propõe uma alteração na redação do art. 51 que acolhia integralmente, mas em razão do mérito da sua proposta de introduzir o sistema de sorteio para ingresso nas escolas superiores, infelizmente, eu fui forçado a não acolher por razões que rapidamente explicito.

Entendo que o ingresso por sorteio estaria substituindo a questão do mérito pelo acaso. O aluno... entendendo, inclusive, que isso se constituiria em um desestímulo ao próprio processo de aprendizado, porque já que o aluno lá na frente vai se submeter a um sorteio, eu creio que a tendência é que se arrefeça o seu ímpeto, o seu propósito, de continuar se dedicando, estudando com afinco para um dia, ou se submeter ao vestibular ou ao próprio processo seletivo seriado ele obter sucesso em um processo como esse.

Eu vi, por exemplo, [soa a campainha] na proposição do Senador Cristovam Buarque que trata da introdução do sistema de avaliação seriada, eu destaquei, inclusive, aqui alguns benefícios que poderiam ser auferidos com a introdução de um sistema desses. Redução do nível de tensão imposto aos candidatos, por exemplo, quando comparado ao vestibular. Valorização do conhecimento adquirido logo após a sua assimilação. Redução da carga de conteúdo curricular ser avaliado em cada exame. Estímulo ao estudo mais sistemático por parte dos estudantes. Criação da oportunidade aos estudantes, professores e escolas de corrigir falhas, dê redirecionar os estudos a partir de boletins de rendimento individual e por escolas quando emitidos.

Achei por bem, Senador Cristovam Buarque, V.Ex^a, propõe em linhas gerais que a regra seja aplicada de uma maneira geral às universidades públicas. Apresentei emenda no sentido de alterar a disposição restringindo a norma sugerida às universidades federais.

Durante a tramitação dos dois projetos, o Senador Sibá Machado solicitou sobre o estamento de sua matéria sobre o argumento de que o Governo estaria propenso, teria já [soa a campainha] protocolado matéria que trata, auferir da questão de uma forma ou outra na Câmara dos Deputados. Com todo respeito, consideramos que isso não poderia se constituir em óbice ao trâmite dessas matérias aqui no Senado Federal e particularmente na Comissão de Educação.

Portanto, o meu parecer, Senador Cristovam Buarque, Sras. e Srs. Senadores é pela rejeição do projeto de Lei do Senado nº 65, de autoria do eminente Senador Sibá Machado como acolhimento de parte do seu projeto que vou explicitar em seguida e pela

aprovação do projeto de Lei do Senado nº 116 com as emendas que passo a oferecer a Casa.

Dá-se a emenda do PLS 116 à ementa, altera a ementa, seguinte redação: Altera o art. 51 da Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para ampliar a abrangência da norma disposta no dispositivo, bem como para nele inserir § Único que prevê a adoção de programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades federais.

Uma outra emenda dá ao art. 1 do mesmo PLS a seguinte redação: O art. 51 da Lei nº 9.394 passa a vigorar com a seguinte redação: é o teor da proposição que acolhi com origem no projeto do Senador Sibá Machado.

Art. 51. As instituições de educação de ensino superior, inclusive, as universidades, ao deliberar sobre o processo de admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos e critérios adotados sob a orientação no Ensino Médio, articulando-se com os órgãos do sistema de ensino da região.

E, por fim, o § Único. O processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação das universidades federais incluirá programa de avaliação seriada anual para estudantes do Ensino Médio. Logicamente que ficará ao alvedrio das escolas, das demais escolas de ensino superior privadas, inclusive, a acolhida ao sistema ou permanecer com o atual sistema de vestibular ou fazer, ou valer-se dos dois sistemas, ou seja, avaliação seriada e o vestibular até que lá no futuro se chegue a uma conclusão de que processo constrói mais, soma mais para o conjunto da educação no nosso País.

É o nosso parecer, Senador Cristovam Buarque, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão. Senador Cristovam Buarque com a palavra para discutir.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que esse projeto visa apenas levar a outras partes do Brasil o que já é adotado na Universidade de Brasília há 11 anos. Aqui na Universidade de Brasília, 50% das vagas são preenchidas por um exame que a UNB aplica aos alunos da primeira série do Ensino Médio, segunda série do Ensino Médio e terceira série do Ensino Médio. Entram os alunos que tiverem a melhor média. Não vêm alunos do Brasil inteiro, porque tem direito, aqui ficam ônibus e ônibus e ônibus.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse exame que é aplicado pela UNB ele é aplicado no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Com quais escolas?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

De todos que se inscreverem, todos os alunos que se inscreverem, e vem do Brasil inteiro. Essa cidade fica cheia de ônibus durante esses dias.

Com isso, o que é que se conseguiu? Primeiro o que se chama reduzir o drama do vestibular, porque não é uma só prova, são três em que pode se recuperar e mais, se perder nas três, tem 50% de vagas para o vestibular tradicional. Mas, o mais importante, os alunos passaram a estudar durante os três anos do Ensino Médio. Antes só estudavam no cursinho. Ninguém dava atenção ao Ensino Médio, agora estudam os três anos no Distrito Federal e os alunos que vem de fora.

Outra coisa. Vinculou melhor a universidade com o Ensino Médio. Criou essa vinculação. É um projeto de absoluto sucesso no Distrito Federal e hoje é adotado, creio que em Santa Maria, creio que em Paraíba, não sei se o Senador Cícero Lucena tem informação. É hora de levar para o Brasil inteiro. Obviamente, a Lei vai ter que respeitar a autonomia das universidades e algumas pode se manifestar até contrário. Mas, haveria uma indicação clara de que o sistema de avaliação seriada substituiria o vestibular para uma parte dos alunos. Não pode ser para 100%, porque que já terminaram o Ensino Médio há anos e tem direito de entrar no Ensino Médio.

Portanto, eu pediria muito o apoio dos Senadores para esta proposta que já tem 11 anos de teste. Uma boa parte dos alunos da UNB já se formou pelo PAS chama-se Programa de Avaliação Seriado. Esta é a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra, Senadora Marisa Serrano e a seguir, Senador Valter Pereira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É só pela ordem. Eu gostaria só de pedir vênua à V.Ex^a. para consignar o meu voto favorável à proposta, já que eu tenho que me ausentar, já consignaria o meu voto e eu já poderia cumprir meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Espere um minutinho que é nominal e eu não posso fazer isso. Só um minutinho.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só quero Sr. Presidente Senador Augusto Botelho, o Relator do projeto e o autor é dizer a V. Ex^{as}. que esse é um projeto que vale a pena a voto, a gente votar e concordo plenamente com as emendas do autor e primeiro, é o mérito que nós estamos focando, é o

estudo complementar durante a sequência do ano escolar e é o resgate da educação no Ensino Médio. Eu acho que isso é que é importante.

Nós tínhamos perdido isso com os cursinhos nesses últimos anos. E nós estamos resgatando com esse projeto a questão do Ensino Médio que é um grande problema, um grande gargalo na educação nacional.

Portanto, deixo aqui também o meu apoio integral ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senadora. Vamos passar à votação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, por favor, eu sei que nós temos pouco tempo, mas eu gostaria de consignar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O elogio que faço e a certeza de que hoje estou votando um projeto absolutamente convencido, sem qualquer dúvida, não só porque tem no Senador Cristovam Buarque o seu autor, mas que já foi experimentado na prática e está dando certo. De tal maneira que com essa convicção, Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Relator e o autor e passarmos à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Passamos então à votação. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Serrei bastante rápido Sr. Presidente. Só para dar o testemunho da experiência também vivida na Paraíba e, conseqüentemente, considero muito importante à iniciativa do Senador Cristovam Buarque e espero que todos possam votar favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Vai começar a votação. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de pedir ao Senador que esperasse um minutinho que a gente tem que votar a emenda e a rejeição do outro projeto. É bem rápido. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cristovam Buarque voto conhecido. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Como disse o Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu voto com o Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o autor, professor Senador Cristovam Buarque e com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pergunto aos senhores... Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Voto conhecido. Pergunto aos Srs. Senadores se mantém o voto com relação às emendas? Mantém. E em relação à rejeição do 065 do Senador Sibá Machado? Mantém o voto? Então... pela rejeição. Senador Paulo Paim, pela rejeição?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Valter Pereira. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Aprovado o parecer do Senador Geraldo Mesquita Júnior e todas as emendas. Passo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque à Presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero em primeiro lugar pedir a permanência aqui, porque temos dois projetos terminativos ainda rapidamente a gente vota.

E antes a declaração de prejudicialidade no Item 4, que eu peço que aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. É nominal um a um? Então vai ter que ser nominal. Eu vou insistir em dizer: O projeto de obrigatoriedade da música que era de autoria do Senador Roberto Saturnino e Senador Sérgio Zambiasi e eu próprio, Senador Romeu Tuma e Senador Juvêncio Batista e que ficou prejudicado pelo que já foi aprovado. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado de Oliveira. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon. Senador Marcelo Crivella. Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Sibá Machado que está presente. E o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos para o Item 20 que é o último item terminativo. A Senadora Lúcia Vânia é a Relatora. Autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal de Uruaçu no Estados de Goiás. Com a palavra Senadora Lúcia Vânia. O autor é Senador Marconi Perillo.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Projeto de Lei do Senado nº 456 de 2.007 de iniciativa do Senador Marconi Perillo, autoriza o Poder Executivo a criar no âmbito do Ministério da Educação a Escola Técnica Federal de Uruaçu no Estado de Goiás.

Como todos os Srs. Senadores com o parecer em mãos, eu vou apenas ler o voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de Lei do Senado nº 456 de 2.007. Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington. Senador Mão Santa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, eu não votei ainda. Com o Relator, com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Gerson Camata. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a competente Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon. Senador Neuto De Conto. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a Relatora Senadora Lúcia Vânia. Então, é o último.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O Item 5, Sr. Presidente, vamos votar, tem quorum. Vamos terminar bem o ano, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Item 5, não. O Senador... Item 7, Senador Marcelo Crivella é o Relator. Altera o art. 2º da Lei 11096 de 3 de janeiro de 2.005 e dispõe sobre o programa universidade para todos para permitir que bolsas remanescentes do programa sejam destinadas a estudo antes que tenham cursado parte do Ensino Médio em escola privada. O autor é o Senador Expedito Júnior. A palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, é apenas para estender PROUNI aos alunos do Ensino Médio.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, eu quero apenas também dizer que esse projeto é muito oportuno, porque o que tem acontecido no Brasil é um pouco isso mesmo. Sobre vaga do PROUNI e não é aproveitada. Por quê? Porque está se colocando que tem que vir sempre de escola pública. Acontece que tem muita cidade que não tem escola de ensino médio pública, os alunos tiveram que fazer escola privada.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, deixa-me explicar melhor que eu confundi o Senador Renato Casagrande. O programa PROUNI já está atendendo agora quase 300 mil pessoas, na verdade, tem vagas excedentes. E as vagas excedentes nós estamos dando com esse projeto de serem alunos carentes, mas que estudaram, porque alguém pagou, em escola privada.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, só esclarecer o cuidado com relação a essa discussão, Senador Marcelo Crivella, porque eu apresentei um projeto parecido, nós aprovamos aqui, ao chegar na Câmara recebeu parecer contrário e, infelizmente, nós fomos prejudicados na proposta. Apoio integralmente à proposta do Senador Expedito Júnior.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Este é o relatório. Eu passo à votação. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator e o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, vou votar, claro que já passou pela discussão, mas veja bem, a escola privada já atende pessoalmente esses alunos que vêm e aí tenta de alguma maneira dar uma bolsa para que não fique com uma cadeira vazia, mas eu vou votar com o projeto. Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marcelo Crivella é o Relator. Senador Pedro Simon. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado. Vamos para os não terminativos, pedindo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 13, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro o oito. O Item 8º dispõe sobre transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre em Fundação Universidade Federal de Ciências e Saúde de Porto Alegre. O Relator é o Senador Paulo Paim e autoria da Presidência da República. Com a palavra, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu não vou ler a parte um que é o relatório e só vou ler a análise que é mais rápida e só dizendo que esse projeto veio da Câmara de Deputados, foi aprovado lá por unanimidade e diz a análise.

Em nossos dias, um dos mais eficazes meios de promover a inclusão social é a expansão da rede de ensino superior. Isso demanda investimento maciço em educação, ciências e tecnologia. Reforma universitária capaz de adequar a rede superior de ensino à evolução dos tempos.

Esse parece ser o intuito da transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

A atual FFFCMPA é uma das mais reconhecidas instituições educacionais na área de saúde. Uma vez que compõe a vanguarda do ensino e da pesquisa de ponta. A excelência obtida pela FFFCMPA a credencia indubitavelmente a se converter em uma instituição autônoma, já especializada na ciência de saúde com o foco no ensino, na pesquisa necessária extensão.

Em resumo, Sr. Presidente, eu não vou ler toda a análise, porque eu sei que nós estamos com o tempo limitado e vou direto ao voto pela importância e o projeto já aprovado por unanimidade, eu voto pela aprovação do projeto da Lei da Câmara nº 97 de 2.007 e ao mesmo tempo já peço a V. Ex^a. que no segundo momento eu queria encaminhar um requerimento de urgência para que ele vá ao Plenário. Encerrei o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Ponho em votação em urgência ou não do requerimento. Quem estiver de acordo fique como está, está aprovada a urgência.

Então vamos votar, requerimento nos termos do art. 33 inciso 4º do Regimento Interno solicita à Comissão de Educação que solicita urgência para o projeto de Lei da Câmara nº 97 de 2.007, que dispõe sobre a transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre em Fundação Universidade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre. Está em discussão. Quem estiver de acordo permaneça como estão. Está aprovada a urgência.

Projeto nº 12, projeto de Lei da Câmara 062 de 2.007. Denomina rodovia Luis Alves Rolim Sobrinho e rodovia Senador Tasso Dutra os trechos urbanos da BR 287 que passa pela cidade Santa Maria no Rio Grande do Sul. Autoria do Deputado Cezar Schirmer, meu amigo e companheiro de partido. Relator Senador Sérgio Zambiasi. A quem eu passo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Esse projeto homenageia um ex-Prefeito e advogado de Santa Maria Dr. Luis Alves Rolim Sobrinho e ao nosso sempre Senador Tasso Dutra quanto trechos urbanos da BR 287 que passam pela cidade de Santa Maria e o parecer é favorável ao projeto do Senador Cezar Schirmer, Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Não havendo discussão, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Item 13.

Projeto de Lei de Câmara nº 071 de 2.007. Denomina rodovia José Guarino Júnior trecho da rodovia BR 356 entre as cidades de Muriaé e Ervália no Estado de Minas Gerais. O autor é o Deputado Edmar Moreira, o Relator Senador Eduardo Azeredo, a quem passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente, a denominação deste trecho vem realmente fazer justiça ao empresário Presidente do *Rotary Club* de Muriaé que lutou pelo asfaltamento do trecho rodoviário em questão. Esse trecho 65 quilômetros, essencial para o acesso a Belo Horizonte nessa região da Zona da Mata era tão precária que os motoristas preferiam fazer uso de outra rodovia 100 quilômetros mais longa, mas que era asfaltada. O Sr. Guarino faleceu em 12 de maio de 96 sem chegar a ver o resultado de sua luta. O projeto pretende, portanto, representar o reconhecimento do cidadão de Muriaé homenageado cuja dedicação foi ímpar na defesa daquela cidade. Eu pessoalmente pude autorizar parte desse asfaltamento ainda na época que era Governador e o trecho foi finalmente concluído agora no Governo do

Governador Aécio Neves, de maneira que o projeto do Deputado Edmar Moreira vem fazer justiça a essa figura de José Guarino Júnior que lutou muito por essa obra em benefício não só de Muriaé e Ervália, mas de toda a Zona da Mata de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, eu passo à votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada e com isso, está encerrada a sessão, que eu acho que deu um quorum que raramente o Plenário conhece. Parabéns a todos.

Sessão encerrada às 13h15.

Ata da 66ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 11 de Dezembro de 2007.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia onze de dezembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Aloízio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Sibá Machado, Valter Pereira, Adelmir Santana, Kátia Abreu, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, João Ribeiro, Valdir Raupp, Heráclito Fortes, Marco Maciel e Flávio Arns que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 078, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. (A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, deverão promover a formação e capacitação dos profissionais de magistério)". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável, com a emenda oferecida é aprovado. **Item**

04: Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Rocha que, “Modifica a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloízio Mercadante que, “Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para introduzir a remição da pena pelo estudo”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade do PLS 164/07, que tramita em conjunto. Neste momento o Senador Paulo Paim apresenta Requerimento de desapensamento dos projetos para que ambos passem a ter tramitação autônoma. O Projeto é retirado de pauta, em virtude da aprovação do Requerimento, e fica sobrestado na Comissão até a aprovação do Requerimento no Plenário da Casa. **Item 08: Projeto de Lei da Câmara nº 045, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que “Dá nova denominação à Reserva Federal que especifica (Altera a denominação do Parque Indígena do Xingu para o ‘Parque Indígena do Xingu Orlando Villas Bôas’)”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o parecer favorável é aprovado. **Item 09: Projeto de Lei da Câmara nº 061, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que “Denomina Ponte Ilha Grande a ponte rodoviária sobre o Rio Paraná entre os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer favorável é aprovado. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 060, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado José Carlos Elias, que “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável é aprovado. **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 609, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena que, “Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Patos, no Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2007**, de caráter

terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Insere o inciso VII no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor que as licenças periódicas dos profissionais da educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas pelos sistemas de ensino a cada sete anos de trabalho”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 06: Projeto de Resolução do Senado nº 068, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que “Denomina ‘Ala Senador Antônio Carlos Magalhães’ a área que dá acesso às 1ª e 2ª Vice-Presidências do Senado, à entrada secundária da Presidência e aos Gabinetes 4 e 5 do Edifício Principal, primeiro andar”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável, com a emenda oferecida é aprovado. Nesse momento, os Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Gerson Camata, requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência, com o que todos concordam. **(Item 04 – Extra Pauta).** **Item 19: Requerimento nº 055/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Cícero Lucena que, requer “.....nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito da Comissão de Educação, Audiência Pública com a finalidade de discutir o PLS 026/2007, de autoria do Senador Tião Viana, que ‘Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem’”. O requerimento é aprovado. **Item 20: Requerimento nº 056/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Duque que, requer “.....nos termos dos incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, destinada a debater os problemas enfrentados pelos professores e alunos de altas habilidades (Superdotados), bem como definir políticas públicas com vistas ao incremento das potencialidades desses alunos, Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vistas sobre a matéria o Ministro da Educação Fernando Haddad, o Vice-governador do Distrito Federal Paulo Octávio, o Secretário de Educação do Distrito Federal José Luiz Valente, o reitor da Universidade de Brasília Timothy Mulholland,

a especialista Professora da Universidade de Brasília Dra. Denise de Souza Fleith, Professor Isaac Roitman, da Agência de Fomento CNPQ e um representante dos alunos de altas habilidades (superdotados)". O requerimento é aprovado. Nesse momento os Senadores Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Geraldo Mesquita e Eduardo Azeredo, requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 057/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer, "... nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 167 de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, do Projeto de Lei da Câmara nº 95 de 2002 de forma a retomar sua tramitação autônoma". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 058/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Marisa Serrano, que requer, "... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, V, IX e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o propósito de debater a criação da empresa Brasil de Comunicação (TV Pública) por meio da Medida Provisória 398, com os seguintes convidados: 1– Franklin Martins, Ministro-Chefe da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República; 2– Daniel Pimentel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; 3– Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente do Grupo Bandeirantes e Assessor Jurídico da Associação Brasileira de radiodifusores – ABRA; 4– Maurício Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; 5– Christopher Torto, Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; 6– Ethevaldo Siqueira – Colunista do Jornal Estado de São Paulo". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 059/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita e Eduardo Azeredo, que requer, "... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, V, IX e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de ouvir os esclarecimentos do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, sobre a preocupante classificação dos estudantes brasileiros em 2006, no Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, assim como as neces-

sárias medidas que o governo Federal pretende adotar para a melhoria no desempenho dos nossos alunos". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Requerimento de Urgência nº 060/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Gerson Camata, que requer, "... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, Urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 068, de 2007 que "Denomina 'Ala Senador Antônio Carlos Magalhães' a área que dá acesso às 1ª e 2ª Vice-Presidências do Senado, à entrada secundária da Presidência e aos Gabinetes 4 e 5 do Edifício Principal, primeiro andar". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 05: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores Senadores e Senadoras o recebimento de convite do Exmos. Srs. Ministros de Estado, Fernando Haddad, da Educação, e Sérgio Machado Rezende, da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, para a cerimônia de anúncio do resultado da Olimpíada Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas – OBMEP de 2007, a realizar-se no dia 12 de dezembro do corrente, às 13h:30, no Auditório Renato Archer, do Ministério da Ciência e Tecnologia". **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de assinatura de atos de ações complementares ao Plano de Desenvolvimento da Educação, com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a realizar-se no dia 12 de dezembro do corrente, às 10 horas, no salão nobre do Palácio do Planalto". **Comunicado 03:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Deputado Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, informando que o Brasil, representado por alunos do SENAI, conquistou o 2º lugar no 39º WorldSkills-Competition 2007, maior competição mundial de formação profissional, para tanto, conquistamos a medalha de ouro em Mecânica de Refrigeração e em Tecnologia da Informação, a medalha de prata em Mecatrônica, Frezagem CNC e em Web Design, e a medalha de Bronze em Polimecânica, Desenho Mecânico CAD, instalações de rede PC e Manufatura integrada, além de medalha de Excelência em Tornearia, Soldagem, Eletrônica Industrial, Eletricidade Predial, Eletricidade Industrial, Joalheria e Design Gráfico, cabe ressaltar que os 24 alunos do SENAI que representaram o Brasil foram escolhidos através de um processo seletivo promovido a partir da Olimpíada do conhecimento, evento realizado bianualmente pela própria entidade". Ficam adiadas por

falta de quórum as seguintes matérias: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2007 e Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2007.** Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2007, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 296 de 2007, Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007, Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 410 de 2007, Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007, Item 17: Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2007 e Item 18: Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007.** O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da primeira Sessão Legislativa ordinária da 53ª legislatura. Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estariam de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado. Nós temos uma longa pauta e eu vou começar pelos não terminativos, cujos Relatores estejam aqui. O item nº 01, a relatoria é da Senadora Maria do Carmo Alves. Então eu passo a discutir o item nº 01. Projeto de Lei da Câmara 078/2007. Acrescenta parágrafos ao artigo 62 da lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (a União, o Distrito Federal, os Estados e os municípios) deverão promover a formação e a capacitação dos profissionais de magistério. Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Em exame nesta Comissão Projeto de Lei da Câmara de iniciativa do Poder Executivo que acrescenta os dois primeiro e segundo ao artigo 62 da lei 9394 de 20 de dezembro de 96 que é a lei de diretrizes e bases da educação. O parágrafo primeiro garante que a União, Distrito Federal, os Estados e os Municípios deverão promover a formação inicial continuada e a capacitação dos profes-

sionais do magistério, inclusive em regime de colaboração. O segundo permite o emprego de tecnologias e recursos de educação a distância para a capacitação e a formação continuada dos profissionais do magistério. Pelo artigo segundo, a lei que se transformar o PLC entrará em vigor na data da sua publicação. Não foram apresentadas Emendas ao projeto no prazo regimental. Então, a proposição em comento vem preencher uma lacuna que seria dificilmente suprida caso a União não interviesse nos Estados, Distrito Federal e municípios. A dificuldade administrativa e orçamentária dos entes federativos nessa área, mesmo levando em conta a Lei de Responsabilidade Fiscal e a assistência financeira prestada pela União, fica condicionado ao cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes dos governos beneficiados, somado a ausência de projeto educacional partilhado em âmbito nacional. Esses são alguns dos impedimentos a implantação definitiva de programas de formação inicial continuada e a capacitação dos profissionais do Ministério. Do magistério.

Dessa forma, percebe-se como indispensável a participação da União, não apenas de maneira supletiva, mas em regime de colaboração. Nos termos da proposição, o dever do Estado Brasileiro na oferta da educação torna-se transparente. A título... No título 9 da LDB das disposições transitórias, o artigo 87 inciso três cria a possibilidade de utilização da educação a distância e realização de programas de capacitação dos professores que estão em exercício. A lei de nº. 11502 de 11 de julho de 2007 que altera a lei 8405 de 09 de janeiro de 92 permite a continuação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, CAPES, subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte a formação de profissionais de magistério para a educação básica.

A referida lei ainda diz que no âmbito da educação básica a CAPES terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, Municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituição de ensino superior, públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério respeitando a liberdade acadêmica das instituições conveniadas.

Deve-se observar ainda, na formação inicial de profissionais de magistério, a preferência pelo ensino presencial conjugado com o uso de recursos e tecnologias de educação a distância. Tal ressalva deve ser feita quanto a formação inicial, momento em que se deve priorizar o ensino presencial pelo papel exercido pelo currículo oculto, ligado a comportamentos, atividades e valores. A utilização de recursos e tecnologias

da educação a distância deverá ser especialmente empregada na capacitação e na formação continuada de profissionais de magistério.

Com o atual desenvolvimento da educação a distância no país é importante garantir que o emprego dessa tecnologia atinja o maior público possível. Com vistas a aprimorar o projeto, propomos a retirada do termo, inclusive no inciso primeiro, a Legislação deve propor positivamente que os entes federados e o Governo central trabalhem em efetivo regime de colaboração por ínfima que pareça tal colaboração. A educação sairá enriquecida com essa interpretação.

O segundo, em virtude da fragilidade do termo especialmente após o modal poderão propomos uma redação que torne o sentido do texto mais claro. Adicionamos um parágrafo terceiro que trata da formação inicial dos profissionais de magistérios no molde da lei 11502/2007 de modo que não restem dúvidas quanto a sua inclusão no projeto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara com a seguinte Emenda. Emenda... Dê-se ao artigo 62 da lei 9394 de dezembro de 96 nos termos do que dispõe o artigo primeiro do PLC nº. 71/2007 a seguinte redação: Artigo primeiro. Artigo 62. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios em regime de colaboração deverão promover a formação inicial, continuada e a capacitação de profissionais de magistério. Segundo: A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologia de educação a distância. Terceiro: a formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial subsidiariamente fazendo uso dos recursos e tecnologias da educação a distância.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Essa é uma matéria de extrema relevância, de uma importância muito grande, Sr. Presidente, porque na realidade trata do aprimoramento, do aperfeiçoamento continuado dos profissionais de educação. Dos professores, aqueles que estão no dia-a-dia com as nossas crianças e jovens. E já que o Brasil está precisando dessa melhoria urgente da qualidade do ensino, nós estamos infelizmente colocados numa posição que nos deixa realmente envergonhados com relação à qualidade do ensino, haja visto todas as provas, as avaliações feitas e recentemente mais uma que nos deixou mais entristecidos, porque sem educação, como diz o nosso Presidente, sem a revolução da educação nós não conseguiremos jamais sermos um país forte, a condição de criar condições para que os professores para que possamos ter essa capacitação, o aprimoramento

continuado dos nossos profissionais é de extrema importância. Então eu gostaria de colocar aqui a minha posição de parabenizar a Relatora e o autor da matéria, porque considero isso importantíssimo para a educação, para a qualidade da educação, para avançarmos e melhorar a educação no nosso Brasil. Obrigada, Sr. Presidente. Em votação a matéria. Quem estiver de acordo, fique como está. Aprovado. Passo a Presidência ao Presidente titular, Senador Cristovam.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço à Senadora Rosalba e passamos ao próximo item, não terminativo ainda, cujo Relator esteja presente que é mais um projeto cuja Relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves. O Item nº. 04, Projeto de Lei da Câmara nº. 095 tramitando em conjunto com o PLS 164/07. Modifica a lei 7210 de julho de 1984 que é a lei de execução penal para instituir o ensino médio nas penitenciárias. A matéria constou da pauta da reunião do dia 20/11, na reunião do 04/12 foi concedida vistas ao Senador Paulo Paim que eu creio que já conversou com a Senadora e eu passo a palavra então à Senadora Maria do Carmo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu, eu conversei efetivamente com a Senadora Maria do Carmo sobre esse projeto e estamos construindo o seguinte entendimento. O Senador Mercadante entrou com pedido na Mesa para que o projeto dele seja desapensado do projeto do Deputado Paulo Rocha. Eu li o substitutivo da Senadora, acho que está muito bom, eu conversei com ela da seguinte forma. Nós desapensaríamos o projeto do Mercadante que seria então votado no momento adequado e nós permitiríamos que o substitutivo... Não é permitiríamos, temos concedido o acordo que o substitutivo da nobre Senadora que ficou muito bom, seria o substitutivo dela ao projeto Paulo Rocha e voltaria para Câmara naturalmente como teria que voltar. Esse é o entendimento, não sei como é que a Mesa pode encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de ouvir a opinião da Relatora. Se estiver de acordo não vejo nenhum impedimento para que isto seja feito.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Também não tenho maiores problemas para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não vê problema? Então a gente faria aqui o desapensamento. Haveria então a necessidade de um Requerimento pedindo... Faz aí e nós aprovamos com o aval da Relatora. Está bem? Então com isso já podemos passar à votação? É, está certo. Fazemos a votação do desapensamento e voltamos

depois a analisar esse projeto imediatamente. Claro. Por que não pode?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que ir para Mesa. Tem razão. Tá bom. Então eu ponho em discussão a proposta do Senador Paim de desapensar deste projeto, o projeto do Senador Mercadante. Havendo Requerimento feito, se alguém quer discutir... Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Requerimento do Senador Paim que vamos encaminhar à Mesa. Passamos ao próximo projeto que é o item 06, cujo Senador... Senador Gerson Camata que não está presente. O próximo item não terminativo cujo Relator está presente é a relatoria do Senador Geraldo Mesquita, que é o item nº. 08. Projeto não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº. 045/2007 que dá nova denominação a reserva federal que especifica, altera a denominação do parque indígena do Xingu para parque indígena do Xingu Orlando Vilas Boas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito justo inclusive, Presidente. O Deputado [ininteligível] Neto propõe algo como eu disse muito justo. A proposição foi apresentada na Câmara no dia 11 de março de 2003. Passou na Câmara, foi aprovada seguidamente e veio para essa Comissão onde recebeu Emendas no prazo regimental. A proposição preenche todos os requisitos da constitucionalidade, juridicidade, redação, etc. E aqui trata-se do inequívoco reconhecimento constado por Orlando Vilas Boas que construiu para alçar o Brasil no cenário internacional a condição de país que respeita os direitos de suas populações autóctones, embora os temas relacionados às áreas indígenas gerem com frequência conflitos envolvendo interesses econômicos e políticos, figuras como Orlando Vilas Boas simbolizam a determinação do brasileiro no sentido da preservação da herança cultural e dos valores humanísticos e ambientais que caracterizam o modo de viver dos nossos índios. Além dessas razões de caráter geral, que por si só motiva a deferência ora proposta, motivos específicos a ressaltar. Orlando Vilas Boas, juntamente com seus irmãos Cláudio e Leonardo veio a chefiar a famosa expedição Roncador Xingu criada pelo Governo Federal no início de 43. O mundo então vivia as tensões geradas pela Segunda Guerra e por determinação do Presidente Getúlio Vargas o grupo sertanistas partiu para o oeste do país com o objetivo de desbravar as áreas sobre as quais pouco se sabia. Esse trio de sertanistas foi fundamental para que no contato com os indígenas se produzisse o germe de uma nova cultura sobre esses povos.

O atual parque indígena do Xingu foi criado em 61 como desdobramento dos trabalhos exploratórios realizados sob a direção de Orlando Vilas Boas e seus irmãos. Nada mais justo, portanto, do que a homenagem oportunamente proposta pelo ilustre Deputado [ininteligível].

Em função do exposto, nosso voto é pela aprovação do PLC, Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita. Ponho o assunto em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. O próximo item é não terminativo, cujo Relator está aqui, é o Relator Cícero Lucena que é o item 12, cujo Relator é o Senador Cícero Lucena do Projeto de Lei da Câmara nº. 060/2007 que dispõe sobre a prestação de serviço de psicologia e Assistência Social nas escolas públicas de educação de base. O projeto é de autoria do Senador José Carlos Elias e eu passo a palavra ao nosso Senador Cícero Lucena, o item nº. 12.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Sr. Presidente. O Projeto de Lei PL nº. 60/2007 do Projeto de Lei 3688/2000 na origem que dispõe sobre a prestação de serviço de psicologia e Assistência Social nas escolas públicas de educação básica.

Em seus três artigos, o projeto em destaque busca assegurar o atendimento psicológico de Assistência Social aos estudantes das escolas públicas de educação básica. Ele resulta de substitutivo da Comissão de Educação e cultura da Câmara dos Deputados a nove proposições que tratavam do assunto encabeçado pela mais antiga, o PL 3688/2000 que originalmente dispunha apenas sobre a presença de assistentes sociais nas escolas públicas.

O PLC prevê que o atendimento será prestado por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde e por assistentes sociais ligados ao serviço público de Assistência Social. Esses profissionais podem atuar nas escolas ou preferencialmente nos serviços de saúde, Assistência Social em qualquer caso serão fixados número de vezes por semana e os respectivos horários mínimos de atendimento.

É estabelecido ainda o prazo de um ano a partir da data da publicação da lei para que os sistemas de ensino, de saúde e de Assistência Social cumpram as novas normas.

Por fim, a data da publicação da lei em que se converter PLC é previsto para a data de sua publicação. Na análise, Sr. Presidente. Com efeito as instituições escolares, em especial aquelas voltadas para o atendimento do amplo contingente de estudantes ge-

ralmente deixam de lado as necessidades e dramas individuais de seus alunos. Problemas de comportamento, de aprendizado dos estudantes tendem a ser tratados de forma superficial e muitas vezes até ignorado por professores e outros profissionais da educação premidos pela sobrecarga de serviços e eventualmente convencidos de que pouco podem fazer nas suas condições de trabalho para mudar os supostos determinismos do meio social ou da herança genética que pesa sobre seus alunos.

Apesar dos esforços de muitos desses profissionais, apenas no momento em que se comportam anti-sociais perturbam seriamente o cotidiano escolar se identifica a necessidade de atendimento individualizado e especializado. Como, todavia, a maioria das escolas de educação básica pública não tem profissionais qualificados e/ou que disponham de tempo para oferecer apoio a esses estudantes e os serviços público de saúde e de Assistência Social freqüentemente não são de fácil e rápido acesso, o tratamento que lhes é concedido tende a ser inadequado. Na verdade, considerável parcela das escolas particulares, principalmente das maiores já conta com psicólogos ou psicopedagogos e menos freqüentemente com assistenciais.

Já no setor público, apenas algumas redes escolares tem esses profissionais em seus quadros, mas quase sempre em número reduzido, o que impossibilita a sua presença em todas as escolas, ou pelo menos na maioria delas.

Desse modo as normas contidas no PLC podem contribuir para que a escola tenha maior capacidade de compreender os dramas vivenciados por seus estudantes mediante a intervenção de outros profissionais qualificados, os psicólogos e os assistentes sociais.

Se esse trabalho for bem desenvolvido o consequente bem-estar individual e coletivo dos estudantes trará por certo efeitos positivos sobre o desempenho escolar e de modo geral contribuirá para a melhoria da qualidade de ensino.

Devido o Relatório ter sido anteriormente divulgado, Presidente, eu vou direto ao voto. Em vista ao exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 60/2007 acolhida a Emenda a seguir apresentada. Dê-se ao artigo primeiro... Parágrafo primeiro do artigo... Artigo primeiro do PLC 60 nº. 2007 a seguinte redação. O atendimento previsto nesse artigo será prestado preferencialmente por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde, SUS, e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos e Assistência Social. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Cícero e ponho o assunto em discussão. Não havendo quem

queira discutir, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. O próximo item não terminativo é um Requerimento... Bem, aproveitando... O item não terminativo, cujo Relator está presente é o Senador Valter Pereira. É o item nº. 09. É o item não terminativo que se refere ao Projeto de Lei da Câmara nº. 061/2007 que denomina Ponte Ilha Grande a ponte rodoviária sobre o Rio Paraná entre os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. Eu passo a palavra ao Relator.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou direto à análise dispensando o relatório já que V.Ex^a. houve por bem fazer comentário sobre ele. Como bem alega o autor, Sr. Presidente, a denominação ponte ilha grande consentânea com a área de proteção ambiental em que se encontra, em muito facilitará a identificação geográfica dessa obra rodoviária de grande importância para o escoamento da produção regional destinado a exportação pelo porto de Paranaguá no Estado do Paraná. Plenamente justificado no mérito, o projeto disposto em boa técnica Legislativa encontra abrigo cumulativamente no artigo 2211 da Constituição Federal no tocante à reserva de competência Legislativa da União e nos artigos 48 e 61 relativamente ao âmbito da iniciativa parlamentar para proposição de leis. Encontram-se igualmente atendidos os requisitos de jurisdição e regimentabilidade. Regimentalidade. Voto. Ante o exposto, voto no sentido da aprovação do PLC nº. 61/2007. Concluído meu Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador. Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº. 061. Passamos à votação do item... É o item 20 porque o item 19, vamos esperar que o Senador Cícero Lucena regresse da outra Comissão que ele foi. Eu ponho em votação um Requerimento que é de minha autoria. Requeiro nos termos dos incisos 2 e 5 do artigo 90 do Regimento Interno realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de educação destinada a debater os problemas enfrentados pelos professores e alunos de altas habilidades, os chamados normalmente super dotados, bem como definir políticas públicas com vistas ao incremento das potencialidades desses alunos.

Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vista sobre a matéria o Ministro da Educação, Fernando Haddad, o vice governador do Distrito Federal Paulo Otávio, o secretário da educação do Distrito Federal José Luiz Valente, o Reitor da Universidade de Brasília, professor Timothy, a especialista

no assunto, professora da Universidade de Brasília, Doutora Denise de Souza Freitas e o professor Isaac Roitmann, da agência de fomento CNPq. Obviamente é um Requerimento para uma audiência que só terá lugar no próximo ano. Eu ponho em discussão. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, pelo que eu estou entendendo, V.Ex^a. pretende talvez convidar essas pessoas citadas no seu Requerimento e mais os próprios alunos bem dotados. Ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que é uma excelente sugestão sua.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É porque eu estou mais interessado em conhecer um aluno muito bem... Super inteligente, bem dotado intelectualmente, etc., do que o Ministro da Educação, o Vice-Governador... E tal. Eu nunca conheci alguém bem dotado em termos de conhecimento, educação, inteligência, etc., etc., etc. Não sei se V.Ex^a., por acaso no seu longo trajeto no ensino já teve a oportunidade de ouvir um aluno bem dotado... Sabe de tudo. Geografia, história, português... Tudo. Gostaria até de saber de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou responder. A razão do meu Requerimento é que há aqui no Distrito Federal um acompanhamento especial para crianças e jovens com habilidades especiais. Ou seja, os super dotados. O contrário daqueles que tem deficiências. Senador Paim, que está preocupado. E a escola está sofrendo alguns problemas.

É exatamente em função desses problemas que muitos dos pais, dos professores pediram que a gente fizesse uma audiência. Só que em vez de ser para analisar apenas o caso do Distrito Federal, por isso o senhor vê que está tão concentrado, nós analisaríamos a situação geral. De fato vale a pena. Do Brasil e vale a pena trazer alguns dos alunos. Como já está em Brasília a experiência, como fica muito mais simples trazer as pessoas daqui, como há uma crise no setor local, eu concentrei em pessoas daqui. Mas podemos chamar, sim, alunos. Acho que é uma excelente idéia. Semana passada eles fizeram um encontro aqui e eu fui jogar xadrez com esses meninos. De fato o grande campeão deles felizmente não estava presente que ele jogava contra nove ao mesmo tempo. Eu joguei um a um. Então não deu para sofrer tanta vergonha assim. Mas meninos de nove anos, dez anos. Então eu vou incluir na sugestão, se a Comissão estiver de acordo, a inclusão de alguns dos alunos ou um dos alunos, representante dos alunos que aqui esteja presente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Será uma ótima dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem. Não havendo mais quem queira discutir, aceito a sugestão do Senador Paulo Duque, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador... É o Raimundo Colombo? Por que eu não estou vendo, mas pela voz. Muito bem.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de pedir a V.Ex^a. para incluir na pauta, se for possível, o Requerimento de minha autoria e da Senadora Marisa Serrano que convida as pessoas envolvidas na criação da TV Pública e o propósito é debater a sua criação e o seu funcionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aceito o Requerimento extra pauta. Até isso precisa submeter à Comissão? É um excesso de democracia. Eu submeto ao pedido do Senador Raimundo Colombo como extra pauta o Requerimento que ele faz. Eu creio que o Senador Mesquita também vai querer incluir um Relatório... Um Requerimento extra pauta. É verdade?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O senhor tem razão. O senhor anda com bola de cristal.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita, primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador, é um Requerimento aqui nos termos do disposto do artigo 58 etc., estamos requerendo a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão com o objetivo de ouvir os esclarecimentos do Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, professor Fernando Haddad sobre a preocupante classificação dos estudantes brasileiros em 2006 no programa internacional de avaliação de alunos, PISA, assim como as necessárias [interrupção no áudio] Federal pretende adotar para a melhoria no desempenho de nossos alunos. Gostaria de que fosse incluído extra pauta o Requerimento ora lido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Paim também tem um requerimento extra pauta?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. Eu só quero pedir a V.Ex^a., se possível, com a chegada do Senador Zambiasi de a gente fazer uma inversão para votar o item 13. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu vou pôr em votação primeiro os dois requerimentos extra pauta. Quem estiver de acordo, permaneçam como estão. Estão incluídos. Agora Senador Paim, eu proponho a inversão de pauta para um projeto do item 13. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado e vamos para o item 13 cujo Relator é o Senador Sérgio Zambiasi. Ah, não temos número para o terminativo. Bem, nesse caso então vamos ao projeto do Senador Cícero, que ele tinha saído. Bem, eu vou colocar em votação então o Requerimento do Senador... Dos Senadores Augusto Botelho e Cícero Lucena. É o item 19. Antes de colocar do Senador Mesquita e do Senador Colombo. Requeremos nos termos regimentais que seja realizado no âmbito da Comissão de Educação Audiência Pública com a finalidade de discutir o PLS nº. 026/2007 de autoria do Senador Tião Viana que altera a lei 7498 de 25 de junho de 1996 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares, técnicos de enfermagem e as parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem. Para tanto solicitamos... Fala o nome do Senador... Eu leio um documento do Senador Cícero e do Senador Augusto Botelho, solicitamos o convite das seguintes autoridades. Representante do Conselho Federal de Enfermagem, representante do Conselho Federal de Medicina, Doutora Maria Helena Machado, Diretora do departamento de gestão e regulamentação do trabalho e saúde do Ministério da Saúde, Dr. Antônio Carlos Figueiredo [ininteligível], Diretor da CONASEM, Conselho nacional dos secretários municipais de Saúde e secretário de saúde Município de Maringá, São Paulo. Representante da Federação Nacional de enfermeiros. Está em discussão o requerimento dos dois Senadores.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, só uma orientação. A demanda de entidades que pretendem discutir, então nós estaremos deixando em aberto esses nomes para fazer depois a listagem. Era só essa colocação em meu nome e em nome do Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Então mantemos o Requerimento apenas sem os nomes. Eu ponho em discussão. Algum Senador quer se manifestar? Nenhum

Senador querendo se manifestar ponho em votação. Não havendo nenhuma manifestação contrária, está aprovado o Requerimento do Senador Cícero e Senador Botelho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, agora acho que se o Senador Zambiasi fazer a leitura... Só falta um e está vindo aqui já o... Está vindo. Ela vai só pegar o óculos dela. Que não é um tema polêmico, é uma escola técnica inspirada inclusive numa iniciativa do Senador Papaléo Paes.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar então... Vamos votar o terminativo, aproveitar o quorum. Então eu passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi que vai dar o parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 609/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar a escola técnica federal de construção naval no Município do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Cristovam, Senador Paim autor do projeto a quem eu quero cumprimentar pela oportunidade. A cidade de Rio Grande está se transformando num dos grandes pólos navais sul-americanos e tem todas as razões para isso. Inclusive, porque é a terra natal, Presidente Cristovam, do Almirante Tamandaré que é o patrono da Marinha. E até sugiro ao Senador Paim que em caso de aprovação da escola instalada seja batizada e ganhe em homenagem a ele o nome do Almirante Tamandaré. Amanhã, hoje é dia 11, dia 13 é o aniversário de nascimento do Almirante Tamandaré e o dia da Marinha e é uma forma também de homenagearmos toda essa história naval que o Brasil tem--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Creio que o segundo centenário.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim. Nós estamos com isso homenageando, homenageando a história naval da cidade de Rio Grande, lá onde começou o Rio Grande do Sul, na realidade, foi ali que aconteceu os primeiros embates em que o Rio Grande do Sul incorporou-se ao Brasil, Almirante Tamandaré teve uma história fantástica, maravilhosa, nascida a partir dali das suas incursões pelo mar e pelas lagoas e neste dia 13 nós temos o dia da Marinha e celebramos o aniversário de nascimento do Almirante Tamandaré. São razões além do que significa em termos de geração, de desenvolvimento, de emprego, renda para uma região que para nós é fundamental, a metade sul do Rio Grande do Sul que precisa de grandes investimentos e este do pólo naval é fundamental e a escola local é mais uma razão para desenvolvimento.

Por esta razão, Presidente Cristovam, nosso parecer é com louvor favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão o projeto. Senador Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Para discutir. Queria parabenizar o Senador Paulo Paim, a dupla fantástica do Rio Grande do Sul. Eu apresentei há pouco tempo atrás um projeto no mesmo sentido para que o Governo Federal se compromettesse a instalar uma escola técnica federal de construção naval artesanal lá no Município de Cruzeiro do Sul. Senador Buarque, Cruzeiro do Sul, digamos assim, é a sede da região do Juruá. É uma região que por tradição, tem uma tradição já longa e histórica de construção de embarcações pequenas, médias e grandes. Essa escola, o que representaria para o incremento dessa prática, para o resgate dessa cultura de construção de embarcações que está se esborroando no tempo, está se perdendo. Essa escola resgataria toda essa tradição, toda essa cultura, formaria jovens aptos a trabalharem numa possível indústria forte de construção de embarcações naquela região, não só para suprir o Juruá, mas toda a região da Amazônia, inclusive países vizinhos que têm nos rios os seus meios de locomoção. Portanto eu queria parabenizar essa dupla fantástica de Senadores do Rio Grande do Sul, Senador Paim, Senador Zambiasi pela iniciativa e lembrar que nosso projeto também vai no mesmo sentido de fazer com que se crie lá na região do Juruá, na sede em Cruzeiro do Sul um pólo de desenvolvimento e de construção de embarcações como esse que estão propondo na região mencionada aqui do Rio Grande do Sul.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente. Eu gostaria de rapidamente parabenizar os Senadores Paim e o Senador Zambiasi. Até porque quando falamos de escola técnica eu sou uma entusiasta. Eu acho que quanto mais o Brasil puder ter em termos de escola técnica terá sempre do meu trabalho todo o apoio para que possamos crescer cada vez mais e nessa área é de uma importância muito grande. Porque a gente vê o quanto o Brasil poderia... Poderá avançar em termos de indústria naval. E o Rio Grande do Sul já com essa característica, criando os profissionais, preparando de escola técnica, com certeza os técnicos vai dar uma boa contribuição ao Brasil. Então parabéns aos Senadores e gostaria de dizer que concordamos plenamente com o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, não havendo mais nenhum que queira se pronunciar, eu vou fazer a chamada dos Senadores para a votação. Senador Paulo Paim. Sena-

dor Sérgio Zambiasi foi o Relator, Wellington Salgado. Mão Santa... Senador Wellington, Senador Mão Santa, Senador Paulo Duque, Senador Geraldo Mesquita como vota? Senador Edison Lobão como vota? Senador Raimundo Colombo, Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Reconfirmando, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes, Senador Antônio Carlos Valadares... Senador Valter Pereira, Senador Adelmir Santana, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esqueci algum? Não

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valadares que está presente e Senador Cícero, questão de ordem. Antes, para dizer que está aprovado o projeto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem. Já que se encontra o Relator terminativo do item 14 aproveitando o quórum e dando sequência depois do 13, eu pediria que fosse votado. Item 14.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Tem orador na Mesa. O Senador Cícero pediu uma inversão de pauta para aproveitar a presença do Relator Senador Papaléo Paes. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada a inversão. Vamos ao item 14.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Projeto de Lei do Senado 485/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar o centro federal de educação tecnológica de Patos no Estado da Paraíba. Senador...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É uma questão jurídica muito importante nesse projeto e que abrange outros que já foram aprovados e outros que aí virão. Eu, imagine V.Ex^a, que eu estou apresentando e virá a esta Comissão uma proposição autorizando um projeto autorizativo, autorizando a que o Governo do Distrito Federal doe ao novo Estado do Rio de Janeiro o antigo prédio do Ministério da Educação no Rio--

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu considero um bom projeto peço que faça a sugestão para que possamos --.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está ainda na Comissão de Justiça que o considerou injurídico. Veja V.Ex^a. Eu estou provando aqui, com esse projeto, que eu aplaudo esse projeto dos Senadores

do Rio Grande do Sul, aplaudo o projeto, pode qualquer Casa do Congresso oferecer um projeto, uma proposição autorizativa, embora o Presidente da República já tenha essa autorização há muito tempo pela Constituição.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Na minha posição estou de acordo, vamos voltar a discutir isso, mas eu queria aproveitar o quorum que permite o projeto terminativo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): V.Exa. tem toda a razão.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas vamos votar agora. A palavra está com o Senador Papaléo Paes, para fazer a relatoria do projeto do Senador Cícero Lucena.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Projeto de Lei do Senado nº. 485/2007 de iniciativa do Senador Cícero Lucena. Autoriza o Poder Executivo a criar o centro federal de educação tecnológica de Patos, vinculado ao Ministério da Educação, o qual terá a sede no Município de mesmo nome no Estado da Paraíba. Nos termos do artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria objeto do Projeto de Lei do Senado nº. 485/2007 situa-se entre aquelas sujeitas à apreciação da Comissão de Educação. No que se refere ao mérito do Projeto de Lei do Senado 485/2007 de autoria do Senador Cícero Lucena impõe-se apontar a necessidade e a oportunidade de atuação mais efetiva do Governo Federal na expansão e interiorização da oferta de ensino tecnológico. Trata-se de investimento estratégico tendo em conta a demanda do mercado de trabalho dos profissionais altamente qualificados, essencial para o enfrentamento dos desafios da inserção competitiva do país na economia globalizada. Adicione-se a isso a constatação de que as nações bem sucedidas em reformas educacionais nas últimas décadas, investiram maciçamente nesse nível de modalidade de ensino, com o que conseguiram atrair empresas de tecnologia intensiva.

Cumpra lembrar, entretanto, a tendência a se considerar a inconstitucionalidade de projetos autorizativos voltados para a criação de estabelecimentos de ensino em face das disposições inseridas no artigo 61 parágrafo primeiro e segundo alínea 02 da Constituição Federal que atribui privativamente ao Presidente da República iniciativa de leis de criação e extinção de órgão da administração pública vinculada ao Poder Executivo.

Ademais, tais projetos podem ser inquinados de jurídicos porque desprovidos de força coercitiva para obrigar o chefe daquele poder a cumpri-los. A propósito é esse o entendimento da Câmara dos Deputados

sobre a questão. De qualquer maneira, o Senado Federal interpreta a matéria de forma distinta. Segundo o parecer 527 de 1998 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo como forma de colaboração a prática de ato de sua competência. Portanto, à luz do citado documento não caberia nesta Casa Legislativa a arguição e inconstitucionalidade do Projeto de Lei do Senado 485/2007 de autoria do Senador Cícero Lucena por vício de iniciativa. Então o meu voto, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 485/2007 de autoria do Senador Cícero Lucena, a quem eu quero repassar o reconhecimento da bela iniciativa para o Estado da Paraíba e cumprimentá-lo por ter tido esta iniciativa e eu a honra de relatar brilhante projeto de V.Ex^a. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra a Senadora Rosalba. Eu só quero pedir o máximo de concisão, mínimo de debates, porque tem outros projetos terminativos e um excelente quorum. Acho que temos mais quorum aqui hoje de que talvez no Plenário na hora de votar a CPMF. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu vou ser rápida. Dois minutinhos. Ta bom? Na realidade, o Senador Cícero está de parabéns e o Senador Papaléo como Relator. Porque esse projeto que fala do centro tecnológico para... Federal de educação na cidade de Patos, eu que sou nordestina, vizinha da Paraíba, a cidade de Patos ela está numa posição geográfica que também vai ter uma importância grande para o Seridó do nosso estado mais uma escola técnica de formação para a juventude, para os nossos jovens. Então é de importância muito grande e vai beneficiar não somente a cidade de Patos, mas toda uma região onde também há uma... Já não existe limites entre a Paraíba e Rio Grande do Norte pela proximidade e pela convivência amiga dos dois Estados dessas regiões. Então quero parabenizar e desde já dizer que meu voto é com o Relator, favorável à matéria.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo à discussão. Está encerrada a discussão. Eu vou à votação. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu voto com o autor e com o Relator.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Também, Sr. Presidente, com o relator.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado. Como

vota o Senador Wellington Salgado? Senador Mão Santa, saiu por um minuto. Senador Paulo Duque, como vota Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [Pronunciamento fora do microfone]. Que não procede de forma alguma os impedimentos que por vezes são suscitados na Comissão de Constituição e Justiça. Não há condição de se impedir que se vote um projeto autorizativo, embora o Presidente da República, o Poder Executivo já tenha esta prerrogativa. É como se fosse uma lembrança, mas é uma lembrança multiplicada por cem um projeto desse. Isso que o Governo tem que entender e a Comissão de Justiça também. A favor

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ta bom. Senador Paulo Duque a favor. Senador Geraldo Mesquita. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu voto com o Relator, mas eu queria dizer uma coisa muito interessante para nós aqui da Comissão de Educação. No Espírito Santo existia uma escola técnica, fundada por Nilo Peçanha. Priscas eras. Senador João Calmon, Presidente desta Comissão conseguiu, em 1976, a segunda escola técnica para o Espírito Santo. O atual Ministro da Educação, e aí cumprimento o Presidente Lula, está inaugurando esse ano e o ano que vem dez escolas técnicas. Parabéns ao Governo, numa hora que o Brasil precisa de educação técnica com o Relator, com o autor, parabéns.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo... Senador Edison Lobão. Senador Raimundo Colombo. Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Papaléo Paes, Senador Antônio Valadares. Eu peço que fiquem um pouquinho mais porque vamos... Senador Valter Pereira, Adelmir Santana, Cícero Lucena. [ininteligível]. Está aprovado o projeto. Eu passo... Na mesma página eu passo para o item nº. 16, cujo Relator é o Senador Cícero Lucena. Trata-se de um Projeto de Lei do Senado 433 que quero chamar a atenção que a descrição do projeto não coincide com o projeto. Senador [ininteligível]. É projeto que cria para os professores da rede pública o semestre sabático, nos moldes que tem os professores das universidades. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Início. Presidente, dizendo da minha satisfação e o prazer que tenho de relatar esse projeto de vossa iniciativa e procurando dar a nossa pequena contribuição para que ele possa atender os objetivos que todos nós desejamos. Vou direto à análise, Sr. Presidente.

A valorização dos profissionais de educação, entre os quais os professores, constituem com os pedagogos a categoria do magistério, preceito constitucional con-

tido no artigo 206, parágrafo 5º que inclui a exigência do plano de carreira com acesso por meio de concurso público de provas e títulos. A lei nº. 9394 de 1996, a LDB, repetiu o princípio da valorização no seu artigo terceiro, inciso sexto, reservando uma Sessão inteira para as disposições sobre os profissionais de educação e o artigo 67 explicitamente para as normas gerais a serem observadas pelo sistema de ensino em seus planos de carreira referentes a categoria do magistério público. Essas normas resumiam de certa forma uma pauta de reivindicações que os educadores sindicalistas haviam tentado institucionalizar no projeto original da LDB, oriundo da Câmara dos Deputados.

Dizem respeito a concurso público, aperfeiçoamento profissional com afastamento remunerado, piso salarial, progressão funcional, horas de atividades extra-classe incluídas na carga de trabalho. Mesmo com a publicação da lei e com a entrada em vigor do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, os profissionais de educação em geral e a categoria do magistério em particular não conseguiram superar a situação de desvalorização, tanto salarial como funcional e social.

Em 2006, com a Emenda nº. 53 dirimiu-se dúvidas que perdurou por muito tempo sobre a abrangência dos termos profissionais de educação ficando claro que se trata de todos os que de forma permanente trabalham na educação escolar com titulação ou habilitação pedagógica de caráter docente ou não docente, incluídos entre os primeiros os professores e entre os últimos, os pedagogos com habilitação em administração, orientação, supervisão escolar e os funcionários da escola com habilitação de apoio escolar em nível médio ou superior. A exigência do plano de carreira também consta no artigo 40 da recente lei 11494 de 2007 que regulamentou o fundo de manutenção, desenvolvimento da educação básica e a valorização dos profissionais de educação, grifo nosso, FUNDEB, com os seguintes termos. Artigo 40, os Estados, Distrito Federal e Municípios deverão implantar planos de carreira e remuneração dos profissionais de educação básica de modo a assegurar primeiro: remuneração condigna dos profissionais de educação básica. Segundo. Integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola. Terceiro. Melhoria da qualificação do ensino e aprendizagem.

O PLS 433/2007 do eminente Senador Cristovam Buarque que se distingue por sua defesa intransigente na educação pública e da valorização dos educadores chega em um momento importante no qual não somente a questão da licença sabática por ele proposta deve ser assimilada, mas toda a matéria que versa sobre a

carreira dos profissionais de educação como elemento de sua valorização deve ser reinscrita na LDB.

Ademais, deve-se criar normas impositiva de prazo legal para a implantação dos planos de carreira nas redes de ensino federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, como sugerem especialistas e gestores preocupado com a inobservância do dispositivo constitucional pela maioria dos entes federais. Sem absolutamente retirado o Senador Cristovam Buarque a autoria desse projeto, assim como de outros que já foram aprovados nessa Casa, a exemplo do que trata do piso salarial, consideramos fundamental no momento consolidar e aperfeiçoar a Legislação infra constitucional a respeito da carreira dos profissionais de educação em todas as áreas de ensino público. O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do PLS 433 de 2007 na forma seguinte: Projeto de Lei do Senado 433 com substitutivo de 2007. Altera o artigo 67 da lei 9394/1996 que fixa as diretrizes e bases da educação. O artigo primeiro, o artigo 67 da lei 9394 de 20 de dezembro de 96 passa a vigorar com a seguinte redação. Artigo 67. Os sistemas e redes de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação básica pública, inclusive assegurando-lhes os, seus planos de cargo e carreira. Segundo, vencimento igual ou superior ao piso salarial profissional nacional no termo da lei Federal. Quarto. Sétimo. A cada sete anos de trabalho, licença das atividades normais com duração mínima de um ano. Artigo segundo. Os poderes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios tem prazo de um ano a contar da vigência desta lei para instituir ou adequar a Legislação pertinente em seus planos de cargo e carreira. Parágrafo Único. O ente federado que não cumprir o prazo disposto no caput não terá aprovado suas contas, sujeitando-se às penalidades legais. Artigo terceiro, essa lei entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente. Esse é o voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu fiquei com uma dúvida. A idéia central do projeto que é um só artigo de criar licença sabática está mantida no seu...?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Está mandato, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em que ponto?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Vou identificar aqui, Sr. Presidente. Porque quanto ao item, Sr. Presidente, da lei do aperfeiçoamento tentar localizar aqui, Presidente, mas eu tinha orientado nesse sentido. Artigo 67, inciso 7, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como é que está?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Você podia repassar aí por favor? A cada sete anos de trabalho a licença e atividades normais com duração do mínimo de um ano.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está escrito na redação? Está sim. Então muito bem. Eu ponho em discussão o projeto e não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Senador Paulo Paim. Como vota? Senador Sérgio Zambiasi. Senador Wellington Salgado. Senador... Senador Hélio Duque... Paulo Duque. Grande amigo meu. Vou lhe contar depois a história do Sr. Hélio Duque, um homem que foi pra Cuba nos anos 50 e ficou até morrer aos 90 anos. Senador Geraldo Mesquita, Senador Gerson Camata, Geraldo Mesquita, como vota? Senador Gerson Camata, como vota? Senador Edison Lobão, como vota? Senador Raimundo Colombo. Senadora Rosalba. Senador Papaléo Paes. Senador Antônio Carlos Valadares, como vota? Senador Valter Pereira. Senador Valter Pereira teve que se retirar. Senador Adelmir Santana. Senador Cícero Lucena é o Relator. Senador Eduardo Azeredo. Aprovado o substituto. A matéria será incluída em pauta na próxima reunião para apreciação em turno suplementar nos termos dispostos no artigo 282 combinado com o artigo 92 do regimento interno do Senado--

[falas sobrepostas].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 18, Sr. Presidente, eu faço, o item 18 eu faço o Relatório em 30 segundos. Para garantir o quorum.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cadê o quorum? Não é possível. Perdemos o quorum? Vamos aos não terminativos. Aqui tem o Senador Valter Pereira também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não tem o quorum?

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas faltam quantos para o quorum? Esses dois estão de volta, não? Peço... Vamos colocar... Enquanto esperamos, vamos colocar em votação os dois requerimentos do Senador Geraldo Mesquita e do Senador Raimundo Colombo. Senador Raimundo Colombo, com a palavra para justificar o seu Requerimento.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, o Governo, pela Medida Provisória, 398 criou a TV pública. Existem países em que existe a TV pública e elas são um sucesso. Existem países onde ela é um cabide de emprego e totalmente desinteressante com nível de audiência zero. É interessante nós conhecermos qual é o pensamento, qual é a competência das

peessoas que vão dirigir, que tipo de enfoque elas vão dar, não há um preconceito, mas há uma necessidade de aprofundar essa questão. Então por esta razão nós estamos fazendo um requerimento com uma Audiência Pública convidando o Ministro-Chefe da secretaria de comunicação social da Presidência da República, Franklin Martins, o Sr. Daniel Pimentel Slaviero que é Presidente da ABERT, Walter Vieira Senevita que é o assessor jurídico da Associação Brasileira de Rádio-difusores, da ABRA. Sr. Maurício Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, A B I, Cristofer Torto, Presidente da Associação Brasileira de TV por assinatura, ABTA, e Etevaldo Siqueira, colunista do jornal O Estado de São Paulo. Este é o Requerimento. Mas está o Franklin Martins, ela pode ser incluída também. Mas ela... A idéia é que o Ministro, por ser hierarquicamente superior, seja ele o convidado.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão o Requerimento do Senador Raimundo Colombo, a quem... Alguém querendo discutir, não havendo, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos votar agora o Requerimento do Senador Geraldo Mesquita, e do Senador Eduardo Azeredo. Eu peço ao Senador Eduardo Azeredo que justifique o seu Requerimento que tem por objetivo convidar o Ministro da Educação para discutir os últimos péssimos resultados do Brasil.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, a justificativa é exatamente no sentido de que nós possamos saber quais são as providências, os planos para que nós possamos ter a melhoria da qualidade. Nós tivemos uma melhoria na universalização da educação no Brasil, mas a questão da qualidade ainda carece de novas providências. Então o objetivo é esse, possamos discutir quais são os planos.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Me permita, Presidente, é um assunto importante principalmente nesse momento. Eu sou membro da Comissão de Assuntos Sociais e sou Presidente da Subcomissão de Saúde e hoje nós ficamos esperando o Sr. Ministro da Saúde, José Temporão para uma Audiência Pública, aonde o Sr. Ministro iria fazer uma exposição sobre o PAC para a área da saúde. Então nós queremos aqui, eu fazer o registro aproveitando essa oportunidade para registrar que o Sr. Ministro não compareceu e eu vejo isso como muito grave, principalmente no momento em que nós queremos saber alguma coisa sobre a alternativa para área da saúde diante da discussão sobre a CPMF e o Ministro não compareceu, não mandou

ninguém... Então quero fazer o registro da ausência do Sr. Ministro e lamentar a ausência dele, principalmente nós que somos da área da saúde. Muito obrigado.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim tem a palavra, mas...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sobre o mesmo tema. Só para justificar.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não é melhor votarmos logo o Requerimento?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Podemos votar sem problema nenhum.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação o Requerimento do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Geraldo Mesquita. Os que estiverem de acordo fiquem como estão. Está aprovado. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para justificar ao Senador Papaléo Paes, eu fui um dos que aprovou o Requerimento para que o Ministro viesse na Comissão de Direitos Humanos e também na Comissão de Assuntos Sociais. O Ministro só não veio, Sr. Presidente, porque ele estava com o excelentíssimo Sr. Presidente da República discutindo CPMF, que é um tema que está mexendo com toda a sociedade brasileira e que o próprio Congresso Nacional... O Ministro me ligou, eu falei com ele e ele assegurou que ele virá ainda esta semana ou a semana que vem, se necessário, para discutir PAC da saúde e também a CPMF. Respondo ao Senador Papaléo Paes, com todo o carinho e respeito que ele merece, é da área da saúde, é médico, entendo que está correta a cobrança que ele fez e eu me vi na obrigação de fazer a justificativa, já que o Ministro colocou pra mim que não poderia vir devido a isso.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu aceito a justificativa.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):... Casa, especialmente ao meu ilustre prezado amigo Senador Papaléo Paes que por acaso ontem o Ministro da Saúde, Temporão, que mora no Rio, ele veio no último vôo, no mesmo avião que eu. Um vôo que chegou muito tarde aqui. Chegou mais ou menos meia-noite e meia. Eu não sei se isso terá influenciado de alguma maneira, de alguma circunstância para a ausência do Ministro, mas é um depoimento que eu quero lhe dar. Ele veio no último vôo do rio, no meu mesmo avião.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu vou passar a palavra ao item 06, que é não terminativo, cujo Relator é o Senador Gerson Camata, o autor é o Senador Tião Viana. Projeto de resolução do Senado 68/2007 que denomina ala Senador Antônio Carlos Magalhães a área que dá acesso às primeiras e segunda Vice-Presidência do Senado a entrada secundária da Presidência e aos gabinetes 4 e 5 do edifício principal no primeiro andar do edifício central do nosso Senado. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente eu acredito que eu não devo me demorar muito. Acho que é uma homenagem até singela, simples, pela figura que foi o Ex-Presidente, ex-Governador, ex-Ministro Antônio Carlos Magalhães para o Brasil e principalmente para esse Senado. E naquele local ali que ele transitava tanto, no gabinete nº. 05 que era o seu gabinete, o gabinete da Presidência, e aonde eu senti naquele dia daquele desmaio que ele teve ali que nós íamos perdê-lo e acabou infelizmente acontecendo.

O Senador Tião Viana, como Presidente do Senado interino teve a sensibilidade de colocar ali uma placa em homenagem ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Eu acho que é uma homenagem singela, simples, mas que o Senado e o Brasil devem a ele. É meu voto, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Camata coloca que realmente é uma homenagem singela ao Senador Antônio Carlos pela experiência que tinha, pela sua atuação aqui no Senado, sempre muito destemida, ele evidentemente merece várias homenagens. Mas esta é uma homenagem importante que vem exatamente nomear aquela ala porquanto ele passava sempre. Senador Antônio Carlos ele teve na sua bravura pessoal uma das suas principais características e esta homenagem é justa que o Senado lhe presta.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, não havendo mais ninguém que queira se pronunciar eu ponho em votação... Senador Paim? Não. Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Eu reafirmo também que é uma homenagem até singela diante da figura e do tamanho que foi o Senador Antônio Carlos Magalhães nessa Casa e em toda a história do Brasil nos últimos 50 anos. Senador Paim --.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senhor Presidente, eu pedia só se pudermos ter urgência nesse projeto que se pudesse fechar o ano ainda com essa homenagem.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim. Está bom. Há um Requerimento de urgência que seja enviado à Mesa do Senado. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos enviar ainda hoje. Senador Paulo Paim. Pela ordem? Não. Tem ainda algum não terminativo? Não tem mais nada. Mas eu quero, antes de passar ao Senador Paim, insistir que amanhã vamos ter a nossa última reunião. É uma reunião que não vai ter nenhum projeto terminativo nem não terminativo, não vai precisar votação. Mas eu gostaria que fosse uma reunião de grande quorum porque amanhã cada um dos que ficaram de relatar um capítulo daquelas nossas audiências, cada um vai apresentar.

A Senadora Rosalba vai apresentar o Relatório da educação infantil, o resultado da discussão dos relatórios setoriais do ciclo de audiências e idéias e proposta para a educação brasileira e o plano de desenvolvimento da educação, PDE. O Senador Marcone Perillo vai apresentar o capítulo do ensino fundamental. Senadora Marisa Serrano o capítulo do ensino médio. O Senador Antônio Carlos Valadares vai apresentar o capítulo ensino e extensão. O Senador Maciel o ensino superior pesquisa e formação. O Senador Flávio Arns educação especial. O Senador Wellington Salgado educação a distância. O Senador Paulo Paim, ensino técnico e profissionalizante. Todos os relatórios já estão conosco e aprovados nós vamos cumprir aquela idéia de levar ao Presidente do Senado e depois do Presidente do Senado ao Presidente da República. Claro que não mais esse ano, mas nós estamos com o documento, e eu gostaria de amanhã ter o maior número possível de membros até para nos despedirmos e desejarmos mutuamente feliz natal e próspero ano novo. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se permitir, eu sempre digo que projeto bom é projeto aprovado, senão fica só na intenção. E devido a isso que eu não falei na escola técnica do Rio Grande. Só agradecer à Casa, especialmente a V.Ex^a. e ao Senador Zambiasi que relatou pela importância de termos aprovado aqui, embora autorizativo, a escola técnica do Rio Grande, pelas informações que tenho nessa área nós vamos gerar até 2010 mais de 60 mil empregos no país, a metade sul do Rio Grande é a metade mais pobre, nós temos lá o porto do Rio Grande que tem potencial enorme e lá poderemos inclusive começar a construir os petroleiros. Então é nesse sentido que eu agradeço a Casa pela aprovação desta importan-

te escola técnica que vem caminhar ao projeto que V.Ex^a. aqui muito bem fez o debate que é o Relatório que eu vou apresentar das escolas técnicas. É mais um agradecimento e dar meus parabéns a todo o povo do Rio Grande e ao meu Estado por essa vitória aqui tão importante com a criação da escola técnica de Rio Grande, Naval de Rio Grande.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, antes de encerrar faço três comunicados que nos chegaram. Um comunicado aos Srs. Senadores e Senadoras informando o recebimento do convite dos excelentíssimos Srs. Ministros de Estado Fernando Haddad e Sérgio Machado Resende para a cerimônia de anúncio do resultado da olimpíada brasileira de matemática nas escolas públicas. Outro comunicado do Sr. Ministro da Educação para a solenidade de com convite para a solenidade de assinatura de atos de ações complementares ao plano de desenvolvimento da educação com a presença do Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva a realizar-se no dia 12 de dezembro do corrente ano às 10h00 no salão nobre do Palácio do Planalto. E comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Sr. Deputado Armando Monteiro, Presidente da Confederação Nacional da Indústria informando que o Brasil representado por alunos do SENAI conquistou o segundo lugar no 39º *Word Skills Competition* de 2007 que é a maior competição mundial de formação profissional. Cabe ressaltar que os 24 alunos do SENAI que representaram o Brasil foram escolhidos através de um processo seletivo promovido a partir da olimpíada do conhecimento, evento realizado bi anualmente pela própria entidade, CNI.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Antes de V.Ex^a. encerrar a Sessão, é só para lembrar um fato. O Sr. Arquiteto Oscar Niemeyer completa cem anos, quer dizer, viveu um século, coisa rara nessa altura dos acontecimentos. E ele viveu sempre no Rio, é carioca, iniciou uma carreira brilhantíssima lá no meu Estado, na minha cidade, quando ainda foi criado a faculdade nacional de arquitetura que não existia, existia faculdade de belas artes, depois é que foi criada a de arquitetura sob a direção de Lúcio Costa. Então ele vai ser homenageado, não sei se aqui em Brasília, não sei se V.Ex^a está a par dessa homenagem? É aqui em Brasília os cem anos do Oscar Niemeyer? Não sei se vai ser homenageado aqui. Foi a cidade que ele construiu, praticamente. E eu propus para o novo Estado do Rio de Janeiro uma vez que a

capital Brasília foi transferida para cá há quase meio século que o grande projeto dele do Rio de Janeiro que foi a construção do Ministério, aquele imóvel que hoje é o palácio de cultura, na época ainda de Getúlio, Presidente da República e Ministro da Educação e Saúde, o ex-Deputado Gustavo Capanema. Durante oito anos aquele palácio que é uma obra-prima no seu todo, que marcou uma época na arquitetura mundial durante esse tempo todo esse palácio que já deveria estar no patrimônio do novo Estado da Guanabara, acha-se inaproveitado, deteriorando, um palácio que tem as obras dos grandes autores brasileiros, grandes artistas brasileiros e estrangeiros, tipo Portinari, tipo [ininteligível], tipo Celso Antônio e podia citar os outros. Pois as obras primas estão lá no palácio. Eu fiz um projeto autorizativo, autorizativo que está na Comissão de Justiça já há algum tempo, oito meses, por aí, doando, ou emprestando, ou cedendo esse palácio ao Estado do Rio de Janeiro para que ali fosse, seja instalada a secretaria estadual de educação e cultura. Nada mais adequado. O palácio está inaproveitado. O palácio está...O Palácio Gustavo Capanema hoje está entregue a meia dúzia de talvez funcionários aposentados. São 16 andares, o maior auditório da América do Sul, o melhor e eu gostaria que esse processo viesse para cá. Mas me repugna e muito andar atrás de um Relator, seja qual for, seja qual for, para pedir, pedir, pedir, pedir. E é autorizativo o processo. É um projeto autorizativo e está certo que aprovemos isso. Eu sei que o Governador, na própria lei da fusão dos dois Estados, ele tem esta autorização, o novo Presidente da República, o atual Presidente da República, de praticar esse ato. O Rio foi muito injustiçado, muito esquecido. Tudo virou para Brasília. Esqueceu-se do Rio de Janeiro, esqueceu-se do antigo Estado do Rio de Janeiro, esqueceu-se do antigo Estado da Guanabara e tudo girou em torno da nova capital. É natural, eu entendo isso, eu entendo isso. Mas chegou a hora de defendermos o Rio de Janeiro com vigor, com instância e esse é um projeto importante. Veja V.Ex^a. que o Rio hoje é o maior produtor de petróleo, mas não pode, ele não pode, o Rio de Janeiro, cobrar o imposto ICMS sobre o petróleo, embora seja o maior produtor disso. Está proibido. A cobrança do ICMS é no destino e não na origem como se faz com qualquer produto de maneira que se V.Ex^a. puder me ajudar nisso... Ao homenagear Oscar Niemeyer e vamos também fazer com que o palácio Niemeyer, o palácio Gustavo Capanema, lá no Rio de Janeiro seja doado para a secretaria estadual de educação e cultura, e cultura.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, conte com o meu entusiasmo. Nada oponho porque eu considero que o prédio hoje

é subutilizado. Quando eu fui Ministro da Educação, tive alguma vez apenas lá, belíssimo prédio, o Ministro tem um escritório ali que não usa nunca, aquele prédio pode ser muito melhor utilizado se ele ficar nas mãos do Governo do Rio de Janeiro. Eu não tenho dúvida disso. Conte com o meu apoio.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h43.

Ata da 67ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 12 de Dezembro de 2007.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia doze de dezembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Geraldo Mesquita Júnior, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma e Cícero Lucena reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves e Marco Maciel. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A Presidência, registra a presença para acompanhar a reunião dos estudantes de Direito da Faculdade Damásio de Jesus – São Paulo. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, destinada a discussão e votação dos relatórios setoriais do “**Ciclo de Audiências Públicas: ‘Idéias e Propostas para a Educação Brasileira’ e ‘Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE’**”. **Item nº 01: Educação Infantil:** A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o relatório é aprovado. **Item nº 02: Ensino Fundamental:** O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o relatório é aprovado. **Item nº 03: Ensino Médio:** A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o relatório é aprovado. **Item nº 04: Ensino Superior – Ensino e Extensão.** O relator designado é o Senador Antônio Carlos Valadares e o relatório é aprovado. **Item nº 05: Ensino Superior – Pesquisa e Formação.** O relator designado é o Senador Marco Maciel e o relatório, lido pelo Senador Cristovam Bu-

arque, é aprovado. **Item nº 06: Educação Especial.** O relator designado é o Senador Flávio Arns e o relatório, lido pelo Senador Paulo Paim, é aprovado. **Item nº 07: Educação a Distância.** O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o relatório é aprovado. **Item nº 08: Ensino Técnico e Profissionalizante.** O relator designado é o Senador Paulo Paim e o relatório é aprovado. Nesse momento, o Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão Extra Pauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 061/07 – CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer, “... nos termos do disposto no art. 172, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 241 de 2007, que ‘Inscreve o nome de João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata no livro dos Heróis da Pátria’ seja encaminhado ao Plenário, para a sua apreciação”. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica que os relatórios aprovados estarão disponíveis, a partir do dia 13/12/07, no site www.senado.gov.br, no link desta Comissão. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrassem a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental declaro aberta a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião tem o objetivo de discutir e votar os relatórios setoriais do ciclo de Audiências Públicas denominada de idéias e propostas para a educação brasileira. Como sabem, os senhores e senhoras, durante semanas nós recebemos aqui um número grande de pessoas, personalizados, intelectuais, professores, alunos, e debatemos juntos os problemas da educação brasileira. Hoje nós vamos fazer a leitura dos subo relatórios que foram distribuídos para cada Senador. Eu peço a palavra, então, eu passo a palavra,

então, ao Senador Paulo Paim, que elaborou o relatório relacionado com o ensino técnico e profissionalizante. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, eu dizia aqui para o meu amigo, Senador Mesquita Júnior, que eu não poderia iniciar a leitura desse relatório sem primeiro cumprimentar a V. Ex^a. Eu quero dizer, eu não sei se o regimento permite, mas se o regimento permitir eu queria que V. Ex^a. fosse reeleito à presidência da Comissão de Educação. V. Ex^a. fez um belíssimo trabalho, se me permite dizer isso para V. Ex^a., V. Ex^a. tinha feito um belíssimo trabalho na Comissão de Direitos Humanos, eu tive a alegria de sucedo elo, continuei lá o seu trabalho. V. Ex^a. veio para a Comissão de Educação e deu, eu digo, uma nova roupagem, deu um novo visual a essa Comissão pelo debate que se fez a nível nacional sobre esse tema tão importante, é aquilo que V. Ex^a. diz, a revolução nesse país, palavras são suas, me permita repetir, passa pela educação. Então eu queria primeiro cumprimentá-lo, eu sei que essa poderá ser uma das últimas reuniões desse ano aqui nessa importante Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho dois anos de mandato ainda.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então eu estou pensando já daqui a dois anos, que V. Ex^a. vai se reeleger Senador e vai ter mais dois anos na presidência da Comissão de Educação, se depender desse Senador, pelo belíssimo trabalho. Eu teria mais um ano, também lá na Comissão de Direitos Humanos, e tive o apoio de V. Ex^a. quando fui indicado para aquela Comissão. Mas eu quero, nessa sessão, cumprimentar V. Ex^a., não só pelo ciclo de debate, mas por todo o trabalho que aqui foi feito, de fato foi uma Comissão que eu diria que fez um trabalho exemplificar a nível de Congresso Nacional, nem falo só Senado. Então é com alegria que nesse momento, eu não sei se o Senador Mesquita Júnior quem comentar antes, eu passaria a fazer a leitura do meu relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria só um aparte aí à sua fala, porque é inafastável a obrigação de, e aqui não é bajulação, é reconhecimento, do trabalho do professor Cristovam Buarque. Negócio de louco, eu também nunca vi isso aqui no Senado, eu estou aqui há quase cinco anos, é a primeira vez que eu vejo um direcionamento dentro de uma Comissão, Senador, para fazer um diálogo profundo, uma radiografia extensa, não é, do assunto que é tema da própria Comissão, e da forma como V. Ex^a. conduziu esse processo, de forma democrática, amplo debate, participação de inúmeros estudiosos, profissionais da área, acadêmicos, ou seja,

foi uma coisa absolutamente interessante. Agora com relação à sua recondução à presidência da Comissão, eu me permito divergir do Senador Paim, porque eu defendo uma tese aqui há muito tempo, com relação ao Senador Cristovam, eu gostaria de vê-lo Ministro da economia, porque pela primeira vez no país, talvez a educação tivesse vez.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É uma divergência positiva, ele quer ir além ainda.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu gostaria de vê-lo, eu defendo ele, ele sabe disso, eu defendo a ida do Senador Cristovam para Ministro da fazenda do país, porque talvez pela primeira vez a educação tivesse de parte do Ministro da fazenda, o Ministério mais importante do país, a sensibilidade, não é, de reconhecer que a educação como um todo no nosso país precisa de aporte de muito mais recursos, precisa de mobilização a partir daquele Ministério, com muito mais sensibilidade, com muito mais grandeza, entende? Então é a única divergência que eu gostaria de colocar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Uma boa divergência.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Senador Buarque, eu acho que o lugar dele é lá no Ministério da Fazenda, para que a educação no Brasil, pela primeira vez, seja contemplada com recursos abundantes e com a paixão que uma pessoa que sabe que a educação pode mudar a vida desse país, pode fazer numa área como aquela, tão importante e tão sensível.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço as duas manifestações, mas o Senador Geraldo Mesquita trouxe uma idéia que eu acho interessante, não de ser Ministro da fazenda, embora eu dizia que Paulo Freire deveria ser Ministro da fazenda, anos atrás, mas eu vou propor da gente fazer um debate aqui sobre o orçamento da República pela ótica da educação. Eu acho que pode ser interessante, tanto de onde tirar o dinheiro como também a capacidade de absorção do dinheiro, porque hoje a educação está numa menina ação tal que não é capaz de absorver o número muito grande de dinheiro. Por exemplo, se nós multiplicarmos por três o salário do professor, supondo que houvesse dinheiro para isso, Senador Paim, não ia melhorar muito a educação, porque eles não estão preparados, hoje, do ponto de vista da motivação, do treinamento, para dar o assalto educacional que esse salário permitiria. É triste dizer isso, mas é a verdade. Então se a gente decidisse colocar um computador para cada criança, os prédios não estão preparados para receber, eles

serão roubados. Além de que tem vinte e duas mil escolas sem luz elétrica. Então há um limite.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vinte e duas mil escolas sem luz elétrica?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sem, e vinte e duas mil sem banheiro. Mas são cento e oitenta e seis mil. Mas eu agradeço aos seus comentários, e quero dizer que.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer um segundo comentário ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que em relação à Comissão de Direitos Humanos, eu sou, eu só posso dizer com a maior tranquilidade, lá o assalto é seu, isso daí não há dúvida nenhuma, não há comparação, pelo menos com o meu período, o seu é muito, muito melhor, e eu lamento que grande parte das sessões coincidência em com os trabalhos aqui e a gente às vezes fica sem poder estar lá, mas aí não há dúvida, eu não vou comentar um elogio ao meu papel aqui, agora em relação à Comissão de Direitos Humanos, eu tenho consciência do assalto que foi dado depois que o Senador Paim chegou lá. Eu passo a palavra então.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço a bondade do Senador Cristovam, que eu não tenho nenhuma dúvida, Senador Cristovam, quando eu lá cheguei, eu percebi e não era pela fotografia, mas pelo trabalho, eu fiz questão que nós tivéssemos também lá a galeria dos ex-Presidentes, e Vekei muito orgulhoso de saber que V. Ex^a. está lá pelo trabalho que V. Ex^a. faz pelo país, mas quero me permitir, Senador Cristovam, cumprimentar o Júlio e toda a sua equipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Toda a equipe pelo trabalho que estão fazendo, a figura do Júlio, e ao mesmo tempo esse boletim. A única Comissão, a minha não tem, que faz esse boletim chamado observatório da Educação, Cultura e Esporte, e V. Ex^a. tinha implantado lá já na Comissão de Direitos Humanos, então eu quero dizer que meus cumprimentos também por esse boletim, que é um informativo que atualiza todo o mundo da educação, da cultura e do esporte e outra notícia que V. Ex^a. e sua equipe deixam a disposição de cada Senador. Parabéns por esse trabalho também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu entro no relatório que me foi designado por orientação de V. Ex^a. para que eu apresentasse o relatório final do ciclo de debate no que tange ao ensino técnico, um belo ciclo de debate. Vamos ao relatório. Eu vou lendo o relatório

e na medida que os outros relato teores forem chegando, a gente vai sintetizando aí todo o trabalho então. Da Comissão de Educação sobre o ciclo de Audiências Públicas e idéias e propostas para a educação brasileira e o plano de desenvolvimento da educação relativamente à educação profissional. Idéias e propostas. O plano de desenvolvimento da educação, editado no âmbito do programa de aceleração do crescimento do Governo Federal, tem por premissas a visão sistêmica da educação, a ... da qualidade do ensino e a prioridade da educação básica. Junto com a alfabetização, a educação continuada, a educação básica e o ensino superior, a educação profissional e tecnológica, figuram como eixo norte dor da agenda da educação em construção no país. No que tange especificamente a essa modalidade de ensino, o PED congrega, entre outras medidas: a) o reforço à articulação da escola pública, em especial o ensino médio e na educação de jovens e adultos, com a educação profissional, tendo como objetivo o desenvolvimento econômico local e regional; b) a implantação de instituições federais de educação, ciência e tecnologia (VETI), a revisão de normas legais e das diretrizes e bases para viabilizar a articulação da escola pública com a educação profissional; d) a atualização do Marco regulatório do estágio e da aprendizagem profissional; c) a expansão da educação profissional a partir de cidades pólo tendo por base os arranjos produtivos locais. A instituição de programa de educação profissional à distância em escolas públicas, estaduais, ensinos médios, situadas principalmente nas preferirias das grandes cidades; G) a ampliação da oferta da educação profissional a partir do programa da expansão da educação profissional, mediante financiamento das escolas, das redes estaduais da educação profissional. Idéias para a educação brasileira. O PED e a educação profissional tecnológica e a educação profissional tecnológica. A discussão do programa de aceleração do crescimento (PAC) passa necessariamente pela análise das políticas públicas para a educação técnica e profissional do país. Portanto, não seria possível conceber um plano de desenvolvimento da educação (PED) que não contemplasse essa mandado lido de ensino, dada a sua estreita ligação com o mundo do trabalho e consequentemente com a economia nacional. A criação de escolas técnicas não responde sozinha às demandas do setor produtivo para a educação profissional. Uma das reclamações recorrentes e alegadamente sustentada em pesquisas, dá conta de que o CAD amicíssimo da formação oferecida em tais instituições e nas escolas formais como um todo, não envolve o conhecimento de que o empresariado e o mundo do trabalho necessitam. Houve oportunidade nos deba-

tes de mencionar projeto do Banco mundial de desenvolvimento para junto à organização internacional do trabalho em gênero, cujo diagnóstico acerca da funcionalidade da educação profissional, em dezenas de países e centenas de instituições, será conclusivo quanto à verificação de que em matéria de desempenho os recursos profissionalizantes, dentro da escola acadêmica, eram os piores, seguidos pelas escolas técnicas. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que um problema de maior gravidade em que as escolas técnicas tropasamo, em todos os lugares do mundo e no Brasil, reside na constatação do que a lei não deixa lecionarem aquelas pessoas que conhecem a técnica, mas não tem o diploma para ensinar. Essa situação acaba criando lógica esferas no ensino, que determina, por incumbido a amadores. Trata-se de grande bloqueio à evolução da educação profissional de qualidade. Se por um lado tais estudos indicam que o ensino profissional, bem sucedido, é o que aguarda a sintonia e a articulação com o setor produtivo e com a economia local, é também certo que o objetivo primordial da educação escolar não deve ser determinado exclusivamente pelo mercado, por isso mesmo o PED é avaliado como sendo dotado de elemento extremamente importantes, especificamente em fase da perspectiva da expansão do sistema de educação federal por meio da criação de mais cem escolas técnicas e instituições de ensino superior e da expansão também do número de vagas para concurso de técnicos administrativos e docentes. Felizmente predomina aqui o consenso de que as escolas técnicas brasileiras, mormente as federais, funcionam muito bem, isso até está associado à formação específica que proporciono homem. Quando as escolas profissionalizantes são genéricas, com alma predominante acadêmica e um aprende-se mínimo para a profissionalização, acabam, aí sim, por não proporcionar a formação geral nem para o trabalho. Elas dão bom resultados quando têm um etc., quando tem uma cabeça que está voltada para essa atividade econômica profissional da cidade. A escola gás, do Rio Grande do Norte, por exemplo, onde só pensam em petróleo e gás, é uma excelente escola. Quer dizer, quando a escola está mergulhada no mundo e no lugar que ela funciona. Por isso a gente tem que acompanhar muito a demanda local. Nessa respectiva parece igualmente auspiciosa a preocupação com a realidade social para onde se expande a atuação da rede profissional federal. O atendimento das áreas reconhecidamente pobres é uma novidade interessante que se bem pensada e associada à potencialidade e vocação regionais, pode apresentar resultados promissores para o desenvolvimento econômico e social. Por isso, eu achei importante, Senador Mesquita Júnior, nós termos aprovado

ontem no nosso caso lá do Rio Grande do Sul, porque a chamada metade sul do Rio Grande vai de pelotas a avante, e nós termos aprovado ontem a escola técnica naval para a cidade de rio grande e que V. Ex^a. aqui fez inclusive a defesa junto com esse Senador, o Senador Zambiasi e outros.

Advertiu-se, entretanto, no que tange à ampliação da educação profissional, por meio da expansão da rede federal de escolas técnicas, a eminente ameaça do Projeto de Lei complementar nº um, de 2007, que altera a lei de responsabilidade fiscal para limitar o crescimento das despesas com pessoal no serviço público federal, de acordo com a proposição o aumento real da folha de pagamento da União ficará sujeito a um teto de um, cinco% no ano. De certo modo, a medida se dá na contramão do fortalecimento do estado indo autor do desenvolvimento. É o caso de examinar, essa é a recomendação, mais detidamente essa proposta, com vistas a não emperrar o processo de desenvolvimento educacional do país.

Outro tópico. O modelo de educação e a experiência do sistema indústria. A capacidade de técnicos e outros profissionais para as indústrias, a exemplo do que ocorre nas entidades do Sistema "S", ligado ao setor, de uma forma geral tem um custo significativo. O custo da oportunidade de oferta da educação profissional no ensino regular. Por sua vez, é ainda mais expressivo e as pessoas saem das escolas sem a preparação adequada para o trabalho. Há prejuízo para as pessoas que ficam impedidas de exercer atividades de maior complexidade técnica, mas também para as empresas que perdem competitividade. Desse modo, a política de apagar incêndio para suprir a deficiência do sistema educacional e elevar minimamente o desempenho da expressão do trabalho, envolve um gasto adicional muito grande. Na perspectiva de melhorar a qualificação para o mercado de trabalho é preciso mais do que expandir a oferta de vagas e elevar os níveis dos cursos de formação profissional em geral. Concretamente, a baixa escolaridade da população, aliada à falta de qualidade do ensino na educação básica, resulta em obstáculos à aprendizagem das técnicas profissionais. Com efeito, é difícil até mesmo implantar uma escola técnica de qualidade onde ainda não há conclusão do ensino médio, mesmo o trabalhador de funções elementares e poucas técnicas, hoje precisa de muita formação. O Senador Cristovam, numa oportunidade me dizia, Senador, eu tenho usado isso, V. Ex^a. é o nosso professor mesmo, diga Paim, use mais operador nas fábricas do que somente operários nas fábricas, porque essa preparação os operadores vão ter que ter devido ao avanço da tecnologia dentro das indústrias. Eu faço esse comentário me referindo a um

dos seus ensinamentos. É por conta dessa preocupação que o serviço social da indústria Sesi já há algum tempo articulou o ensino médio oferecido em sua rede de escolas com a educação profissional. O serviço nacional de aprendizagem industrial, SENAI, do qual eu fui aluno e me lembro que o Presidente Lula também foi, o aluno, a partir do segundo ano do ensino médio, faz a educação geral no Sesi e se for seu desejo e da família, ele faz também a educação profissional no SENAI, ou seja, o aluno entra no Sesi na pré-escola e sai do ensino médio, se preferir, com o diploma e a possibilidade de prosseguir nos estudos na educação tecnológica de nível inclusive superior. O sistema de indústria, o ensino técnico é uma mandado lido de ensino regular que oferece quarenta e oito habilitações em vinte áreas tecnológicas, entre aprendizagem, ensino técnico passam de quarenta mil as matrículas no ensino, quarenta mil as matrículas no sistema. Por força de lei, apenas a aprendizagem industrial é gratuita, mas por decisão da indústria, também o curso técnico do SENAI de São Paulo é gratuito. Eu espero que se estenda a todos os estados do país o ensino técnico SENAI gratuito. Senador Mesquita, Senador Wellington Salgado, no meu tempo que eu estava no SENAI, eu além de não pagar, eu recebia meio salário mínimo, eu recebia, e me lembro que aquela quota era paga, eu quero fazer aqui o meu reconhecimento, à Vinícola Rio Grandense, era um acordo do SENAI e a indústria, então a indústria adotava um jovem e dava meio salário com carteira assinada, inclusive com contribuição para a previdência. Então seria muito bom se voltassem a esse sistema, onde ninguém pagasse para fazer o curso no SENAI, eu estou dando como exemplo, e até eu acho que eu apresentei um projeto nesse sentido, a adoção por parte de algumas indústrias para que pudesse o aluno ter o mínimo de garantia em matéria de um certo valor para ele pagar o ônibus, a roupa, enfim, o material escolar. Os representantes do setor entendem que dispõe de um recurso compulsório e por isso mesmo tem de dar o retorno à sociedade quanto à aplicação da receita dessa contribuição, eu estou elogiando, aqui, no caso, que o destaque que foi dado ao SENAI de São Paulo. Foi seguindo a vocação inerente da área industrial que o sistema Sesi/SENAI passou a oferecer o curso de tecnólogo, com duração de três anos, para fazer frente à evolução natural das profissões e da economia. Sr. Presidente, eu estou avançando aqui no meu relatório e ele faz toda uma sustentação nesse sentido, eu vou agora pára, pára as conclusões preliminares para que a gente possa ir fazendo o debate com os Senadores que estão aqui presentes. No que tange às conclusões preliminares, no que tange à educação técnica e profissional, há o

sentimento de que o PED atende demandas históricas e emergenciais da sociedade brasileira, além de contemplar parte das idéias apresentadas durante o ciclo de Audiências Públicas realizadas por essa Comissão aqui no Senado Federal. Deva-se cuidar para que a preocupação com a explosão tecnológica não sobreponha a importância dos meios à finalidade de ensinar bem, a ler e escrever bem a língua, a matemática, a ciência. Não basta encher as salas de computadores e laboratório sofisticados, sem recursos mínimos para garantir a manutenção dessas inovações. É preciso zelar pelo investimento social de modo a evitar o desperdício. Deveras comum decorrente do abandono após eventual dano associado ao uso. E concluindo, não há dúvida que o ensino profissional deve ser contínuo e permanente, sempre incentivado, haja visto o potencial de melhorar a auto-estima e criar perspectivas no âmbito da escolarização formal, até mesmo a escola de ensino médio pode ser beneficiada com a agregação curricular voltada para a profissionalização e melhorar o acesso ao municipalizado mundo do trabalho. É preciso, pois, concluindo, como eu dizia, como sustentam os dirigentes do Sesi e do SENAI, superar a crença de que só se envolve o problema da educação profissional no estado e num país de dimensões continentais por meio da escola tradicional. Não mais remanesce em oportunas e portanto merecedoras de tramitação preferencial para efeito de exame no âmbito dessa casa legislativa, as matérias integrantes das proposições arroladas no quadro a seguir. Aqui no quadro a seguir, Sr. Presidente, nós temos inúmeras propostas de, eu diria de dezenas de Senadores, inclusive os que estão na sala nesse momento, o Senador Marconi Perillo, eu estou vendo aqui inúmeras do Senador, Senador Mesquita Júnior, Senador Wellington Salgado, César Borges, Kátia Abreu, de minha autoria também tem algumas, Osmar Dias, Sr. Presidente, particularmente como se pode vislumbrar, ampliação e qualidade de qualquer política pública sem a correspondente garantia de financiamento, vale lembrar a contribuição à propostos da Emenda à constituição PEC nº ... de 2005, e o Projeto de Lei do Senado, PLs vinte e quatro, de 2004, que tratam do fundo de desenvolvimento da educação profissional. Esse fundo, Sr. Presidente, com isso eu concluo, está com o relatório do Senador Demóstenes Torres que já garantiu a todos que dará o parecer favorável. Esperamos que ele seja aprovado o ano que vem. Era esse o relatório, Sr. Presidente, eu quero aqui naturalmente concluindo cumprimentar V. Ex^a. pela iniciativa, a todos os relatores setoriais desse ciclo de debate, todos são de suma importância. Eu termino com a sua frase: a

educação é a revolução que esse país precisa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado e eu quero parabenizar pelo relatório, eu creio que é uma ótima contribuição para o entendimento do problema do ensino técnico profissionalizante e também uma boa contribuição para o encaminhamento da solução desse problema no Brasil. Eu passo a palavra, agora, ao Senador Wellington Salgado, que é um dedicado promotor e especialista naquilo que ele vai relatar, que é o ensino à distância.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente. O meu relatório é um pouco extenso, eu queria citar algumas partes dele e fazer comentários extra pauta, digamos assim.

A primeira idéia para educação brasileira quanto à educação à distância. Um bom parâmetro para a verificação do estágio em que se encontra a educação à distância no Brasil, para advir de referência externa, nesse aspecto por diversas razões vale tomar como exemplo a universidade de Londres, que foi constituído como uma universidade popular, para combater o elitismo de Oxford e..., a cerca de cento e cinquenta anos. Nesse período coincide com a sua atuação na educação à distância. Enquanto isso, aqui no Brasil, o pensamento sobre a importância da educação à distância ainda tem longo caminho a percorrer, quer na questão infraestrutural, quer na regulamentação. Em relação ao primeiro problema, há de se reconhecer avanço expressivos no que tange ao último país terá de fazer a opção em tempo hábil, de modo a não prejudicar o desenvolvimento ..., o que redundaria em perda no campo econômico e social e educacional. O país conta hoje com cerca de duas mil e quinhentas entidades ou instituições de ensino superior e mais de quatro mil pólos de atendimento para aquelas universidades, que usam a educação à distância em todo o território nacional. Deve se ponderar, no entanto, que apesar 10% dos jovens brasileiros, com idade de dezoito a vinte e quatro anos, tem acesso a instituições de ensino superior, perfazendo cerca de quatro milhões de alunos em uma rede de grande complexidade. A forte tendência de se reconhecer que não fosse a educação no Brasil marcada pela tutela e pelo patronalismo estatal, esse quadro seria significativamente diferenciado para melhor. Para os defensores da EDA, o setor privado, esses dois aforados inviabilizam a EDA em face da... de que não se coadunam com o número de crescimento do número de instituições e alunos. Para tais segmentos, embora a constituição brasileira, em seu artigo 207, garanta autonomia para as universida-

des, o Ministério da Educação continua invocando a si a competência e a prerrogativa de aprovar as ações da IES, chamando isso de autonomia supervisionada. O certo é que argumentos representando a instituições de ensino e a Associação Brasileira de educação à distância, diante dos números crescentes em forma de atuação do MEC, levará à lentidão e ao estrangulamento das iniciativas da IES.

As discussões no ciclo de Audiências Públicas realizadas apontam relativamente a educação à distância a constatação de que iniciativa do Ministério da Educação são concilientes quanto ao conceito de educação aberta e de ensino à distância. Por quanto tão definição seja preliminar, a política do Governo Federal para a EDA mais relevante parece ser a substância das idéias e proposições para a educação brasileira discutidas ou aventadas ao longo do ciclo que ora se relata. Aqui eu queria fazer um adendo, Sr. Presidente, que muitas vezes não se explica qual a diferença entre educação aberta e educação à distância. Isso é algo importante. Muitas vezes se fala, ah, a universidade é aberta, e a universidade de educação à distância. São duas coisas completamente diferentes. A universidade de educação à distância, ela tem curriculuns, ela tem disciplinas que tem que ser feitas numa ordem, ou seja, tem pré requisitos, enquanto que a educação aberta, ela é um pouco até anárquica, porque você faz, ele te dá o curriculum e você faz o que quer na hora que você quiser. Não tem uma pré precatórios itens. Essa é a diferença clássicas entre uma e outra, e muitas vezes se confunde até mesmo porque é pouco tempo que se discute a educação à distância no país.

Ademais, quanto à legislação, não posso prescindir de tal definição, fez formando o consenso de que a EDA é tão evoluída, tão dinâmica que o esforço de conceituá-la se daria em vão, sem a menor perspectiva de permanência ou durabilidade que a lei enseja, afinal, o ensino à distância é estrados nos meios, isso é importantíssimo, Sr. Presidente, Srs. Senadores. O ensino do qual nós aprendemos, quando fomos à escola, ele é um ensino centrado no professor, o professor passa o conteúdo para o aluno, nós temos o quadro negro, o professor e o aluno. E é centrado no professor. O que acontece com o ensino à distância? Hoje ele é centrado nos meios. O professor deixa de ser a peça principal. Agora, por exemplo, quando você usa, o professor claro que ele vai ser sempre a peça principal, mas não é aquele centro, porque filmou, por exemplo, o Senador e professor Cristovam Buarque, manda numa fita para o aluno, o aluno bota a fita e assista o Senador Cristovam Buarque falando como se estivesse falando para nós, mas não está mais centrado nele, está centrada no meio, centrado no meio.

Ou um DVD, ou a Internet ou por exato lido. Essa é a grande diferença entre o ensino tradicional e o ensino à distância também. Por quê? no ensino à distância todo conteúdo, todo o ensino, é centrado nos meios de comunicação, cujo o acesso, na interrelação entre o aluno e o professor através dos meios.

No que consiste a conteúdo de debates, o EDA é visto de modo geral como instrumento de melhoria da formação de professores em exercício, mormente daqueles atuantes em localizados não alcançadas pelo ensino presencial, sobretudo em nível superior. O EDA apresenta-se como oportunidade ímpar para a consecução dessa finalidade. Ela viabiliza o acesso ao conhecimento e ao compartilhamento de experiência com outros docentes, imediato por tecnologia cujo domínio é essencial do exercício pleno do magistério. É a esse respeito viramos foram vários os testemunhos de ações bem sucedidas para a formação de professores com o uso do EDA. Aqui, Senador Cristovam e Srs. Senadores, eu não lembro do projeto, eu não sei se era o nome do projeto, em que o Governo treinava professores durante muito tempo, na época da escola de admissão, e aí espalhou esse projeto, eu não me lembro bem qual era o nome desse projeto no Ministério da Educação, treinou professores pelo Brasil inteiro. Esses professores nunca mais tiveram acesso à melhoria de qualidade, aquele grande movimento pela educação que houve no passado, aqui é que eu sinto falta, da minha querida mãe, grande reitora, e sempre essas experiências que eu não vivi, que ela me passa esses ensinamentos. O que acontece com esses professores? Eles foram deixados de lado, eles continuam como que papagaio, repetindo o que foi ensinado para eles, e não tem uma melhoria desse conteúdo, Senador Paim. Eu, quando fiz, aí eu tive a oportunidade de fazer um Doutorado de ensino à distância na Uno edifício, universidade nacional de educação à distância, na Espanha, em Madri, que é a sede, onde sempre me falava que o Brasil é o país preparado para o ensino à distância. Porque é um país continental. Então não tem como você ter, mandar um professor, dos grandes centros, que estão atualizados, por internet, por livros didáticos, mandar lá no interior da Amazônia passar conteúdo, é muito difícil, Senador Paim. Então se nós desenvolvermos o ensino à distância, aí não estamos ainda da melhor maneira possível, mas acho que já foi um passo, porque eu me lembro que quando tinha o antigo conselho federal de educação e eu presenciei a aprovação de um projeto, o primeiro projeto de ensino à distância, onde o Conselheiro falou: eu não acredito em ensino que não seja olho no olho. Eu não acredito em ensino que não seja olho no olho, aluno professor. Eu ouvi isso de um antigo Conselheiro. Isso já tem aí

uns vinte anos, quinze anos. E hoje mudou tudo, Senador Cristovam, mudou tudo. Nós aqui, por exemplo, estamos sendo filmados pela TV Senado e passo, e tudo que nós passamos aqui, eles estão aprendendo assistindo a TV Senado. Isso é uma maneira de ensino à distância. É verdade. Como que nós vamos ver o que o Senador Cristovam, o Senador Paim, que eu costumo falar, Senador Cristovam, todo mundo aqui tem alguns Senadores que parecem muito na mídia, tem outros que parecem pouco e trabalham muito. O professor Paim passou pele, Pelé fez mil e duzentos e poucos gols, o Senador Paim tem mil e poucos projetos, feitos na sua carreira.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Também, vinte e cinco anos aqui dentro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas vinte e cinco anos, claro que não vai ter contusão nenhuma e tudo, mas tem mil e poucos projetos, nós nunca falamos sobre o Senador Paim, que outro dia eu estava conversando com ele, eu falei: isso é uma coisa absurda, no entanto, ele trabalha, e esse conteúdo todo só é passado para o público através da TV Senado hoje, através da rádio Senado, que quando ele fala, alguém está escutando e aprendendo. Isso é o ensino à distância. Agora eu defendo que a prova tenha que ser presencial, isso eu não abro mão, Senador Cristovam, se não aí é o que a gente chama de educação permanente, aquela educação que você quer simplesmente porque quer aprender sozinho, aí tudo bem, a avaliação é sua, mas aquela que vai certificar, que o Governo vai dar o certificado, essa tem que ter, ser presencial. Na Espanha também é presencial, marca-se o dia e vai todo mundo naquele local, há uma loca posição emoção só para fazer aquela prova, e aí, método profissional, sentado direitinho, abram a prova, tempo, fecham a prova, acabou, aí se com o corrige a nota, vê-se alguém aprendeu ou não, porque se for pelo correio as provas também, aí eu não acredito, aí já é mais o que a gente chama de educação permanente, aquela que você quer aprender alguma coisa, sobre algum assunto, você tem o interesse próprio, tem interesse seu mesmo em aprender, aquilo então a gente passa o conteúdo, mas não vai certificar, vai te dar simplesmente, quer dizer, vai certificar, mas não a nível de país, de incidência profissionalmente e outras razões mais. Então o EDA oportuniza desse modo a aprendizagem fundamental que não pode ser ignorado nem desprezado pela sociedade e pelo povo brasileiro.

Regulamentação. A regulamentação é um dos aspectos mais controvertidos do EDA, da parte do Governo em todas as esferas não há dúvida quanto à necessidade de abaixar as atividades do EDA, de ba-

lizar, desculpe, as atividades do EDA. Submetendo as pelo menos em parte as normas que regem o ensino presencial regular, do ponto de vista das instituições de ensino, entretanto, a EDA é por saliência mandado lido de ensino associada à liberdade de iniciativa e organização. Nessa perspectiva, o setor privado se opõe peremptória e sistematicamente aos atos estatais de funcionamento do ensino à distância. A alegação é que a liberdade é característica extrínseca dessa mandado lido de ensino, que não comporta o instituto da autorização ou da tutela do estado. Desse modo, para esse seguimento, a iniciativa do MEC de normatizar a EDA constitui ousadia que deixa o Brasil na condição sei gênero de único país do mundo a legislar a educação à distância. Isso é, consequência de uma mentalidade superada, fundada na compreensão de que é o número de horas que o aluno fica sentado na sala de aula que importa, em detrimento da capacidade de pensar. E aqui, Senador Cristovam, eu queria relatar uma experiência minha, que eu quando fizesse Doutorado, tinha feito também o curso de engenharia, antes de fazer o de pedagogia, então eu sou sempre ligado a número, e fiz uma conta do seguinte: eu queria provar para o Governo que um aluno do ensino à distância era mais caro que um aluno presencial, lá na Espanha, e eu comecei, sentei, vi quanto o Governo pagava, que lá o Governo subo sadia para o aluno estudar, eu fiz a conta e falei: se o curso leva cinco anos e gasta-se tanto, tanto, eu fiz a conta e vi que o ensino à distância era mais caro. Aí quando sentei com o meu tutor, ele perguntou para mim: quem foi que disse que o tempo são cinco anos? Você já começou errado, porque o tempo, é o tempo de cada um, Senador Cristovam. Uma pessoa que tem três filhos, o outro que é solteiro, o outro que trabalha à noite, esse, cada um tem o seu tempo. Então um pode fazer o conteúdo em cinco anos, um pode fazer em dez anos. O tempo não é aquele que nós vamos definir, o tempo quem vai definir é o próprio aluno, isso é a coisa mais importante do ensino à distância. O tempo é você que vai fazer em função do seu trabalho, da sua condição familiar, do seu tempo que você tem para estudar. Isso é importantíssimo no ensino à distância. Então essa foi a primeira aula que eu tive quando eu comecei a fazer essa discussão. Chegamos ao absurdo tal de que a Costa Rica, aquele país pequenininho, tem uma universidade de educação à distância, Senador Cristovam, e agora só que parece no Brasil. Os nossos professores tendo todos que serem atualizados, agora eu vi um projeto, eu acho que foi aqui na própria Comissão de Educação, onde eu não sei se foi ... eu acho que foi de autoria de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para criar aquele período em que o professor continua recebendo do Poder Público, mas vai estudar, não é isso, Senador Cristovam, é o período de ano sabe particular. O que é o ano sabe particular? O professor que trabalha durante cinco anos, eu não sei se são cinco, sete anos, depois de sete anos, ele tem um ano pago pelo Poder Público ou se for uma lei, também pela iniciativa privada, para que ele possa estudar e se aperfeiçoar. Importantíssimo esse projeto, Senador Cristovam. Não dá para ficar repetindo, repetindo, repetindo, sem o professor ter uma tranquilidade de que vai continuar recebendo o dinheirinho que ele recebia todo mês, porém ele vai estudar agora, um ano estudando para que possa voltar e melhorar o sistema. Esse projeto já conta com o meu voto, Senador Cristovam, é importantíssimo, e esse projeto já é usado em alguns países da Europa, eles já tem, na Espanha eu sei que tem, ano sabe particular, que é a coisa mais normal do mundo, tira um ano e vai estudar, recebendo pelo Poder Público.

Muito bem. Pulando um pouco para não ser muito cansativo, o EDA na prática. Para muitos especialistas, a efetiva implantação da educação à distância no Brasil já disso poderia de recursos financeiros técnicos e humanos em quantitativo e qualidade suficiente para enfrentar o desafio de mas ficar a oferta. A oferta consolidada de curso em nível de pós graduação seria a evidência cabal para a possibilidade da EDA. Um exemplo claro, Senador Cristovam, é o que a FGV vem fazendo no país. A FGV, o que ela fez? Ela tem um acervo de grandes cabeças que de repente estão aposentados ou tem disponibilidade para ir em determinados locais do Brasil dar aula. Aqueles professores tem espaço para passar o seu conhecimento prático e teórico para pessoas de outros locais que não tem acesso a aquele conhecimento, e com isso a FGV começou a fazer um trabalho pelo Brasil, criando centros, e talvez se tornou o maior curso de pós graduação desse país, passando conhecimento. Aí, quando o MEC vê que ele cresceu bastante, aí cria regras para a poça graduação. Qual é o objetivo? É limitar? Olha, pelo amor de Deus. Saber não pode ser limitado, saber não pode ter regra para ser passado, saber tem que ser livre, passa, certifica e vai se acompanhar. Agora simplesmente criar regras... a última agora foi que para poder fazer ensino à distância tem que ter mestres e doutores. Não existe, não existe. Eu tenho um sonho de um dia ter uma aula onde o professor vai ter um garçom servindo, uma televisão, e quando ele entra no ar, Senador Cristovam, é como nós na TV Senado,

ele vai dar aula para cinco mil pessoas, e aí mando-se as dúvidas por fax, por e-mail, pela Internet, ele tira as dúvidas em um determinado momento, durante um cafezinho. Isso é a coisa mais fácil hoje. O preço do exato lido caiu assustadoramente. Um entre os, um custo que era em torno de oitenta mil, hoje você faz por dez mil, um curso. Imagina quem é que não quer ter uma aula sobre educação com o Senador Cristovam? Quem não quer, Senador Cristovam? Eu não estou falando porque estou na presença de V. Ex^a. não, quer quem é hora não ter uma aula sobre a questão do SESI SENAI com o Senador Paim, com toda a experiência que ele tem? Quem é que não ter uma aula sobre os problemas do estado do Goiás com o Senador Marconi Perillo, que foi o do Governador mais votado da história de Goiás, um dos. Quer dizer, isso é importantíssima, é só se sentar, ar condicionado, água gelada, câmera em cima. Não precisa ir para todo o Brasil, dali a imagem dele, o e-mail hoje nos dá condições de levar para todo o Brasil. Então é essa grande revolução que o ensino à distância vai fazer com o nosso país. Agora temos que liberar, soltar as amarras. Não pode toda vez que algo começa a creche era em educação, vai alguém, por aquele poder, e solta uma portaria. Não tem condições, o Senador Cristovam foi Ministro, eu não vi tanta portaria por parte de V. Ex^a. V. Ex^a. criou os caminhos, discutia bastante, sempre ouvia, eu me lembro de uma reunião, em que eu participei, na época que eu não era Senador, V. Ex^a. era Ministro, onde V. Ex^a. escutava tudo para depois decidir. Eu ficava até às vezes, eu tive duas oportunidades, de V. Ex^a. como Ministro, eu estive, eu achava até que V. Ex^a. estava sendo liberal demais até, mas por quê? por essa cultura da doutrina, de encaminhar, de dizer como que tem que ser, que a gente está sujeito durante toda a nossa vida. Para terminar, para não ser mais cansativo, eu queria passar as considerações finais.

De modo geral, no que tange à EDA, ensino à distância, o plano de desenvolvimento à educação, PDE, responde satisfatoriamente demandas históricas da sociedade brasileira. Ademais, de contemplar idéias apresentadas e discutidas durante o ciclo de Audiências Públicas realizada pela Comissão de Educação do Senado Federal. Por oportuno, vale mencionar que remanesce em tramitação nesta casa legislativa as matérias integrantes das proposições a seguir, relativamente à EDA: o Projeto de Lei da Câmara PLC nº sete oito, de 2007, do Presidente da República, que acrescenta o parágrafos ao artigo meia dois da lei nove três nove quatro, de 20 de dezembro de 1996, a lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB, para dispor sobre a formação e a capacitação dos profissionais de magistério, oferece grande incentivo à atualização da

EDA nos seguintes termos: artigo sessenta e dois – a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, inclusive em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar, especialmente, recursos e tecnologia de ensino à distância. A propósito, a lei onze quinhentos dois, de 2007, que reestruturou a CAPS, mediante a alteração da lei oito quatro zero cinco, de 09 de janeiro de 1992, já tratou do assunto objeto da proposição em alusão, estabelecendo que: artigo 2º, item um – na formação inicial de profissionais do magistério, dar-se à preferência ao ensino presencial, conjugado com o uso de recursos e tecnologia de educação à distância; item dois – na formação continuada dos profissionais do magistério, utilizar-se ao especialmente recursos e tecnologia de educação à distância. Já o Projeto de Lei do Senado, nº cento e dezoito, de 2004, do Senador Hélio Costa, acrescenta o inciso ao § 4º do artigo oitenta da lei nove três nove quatro, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais periódicas no curso de educação à distância. Trata-se, pois, de proposição mais abrangente, mais que confere à EDA tratamento oposto aqueles extraídos dos recursos da IES, previamente atuantes na área. Como contínuo em pauta, está aberta a emendas e conseqüentemente a aprimoramento. O que se percebe se tais proposições, sendo das mudanças das legislações aprovadas, é a importância, e essa mandado lido de ensino é, é a importância que essa mandado lido de ensino tem de assumir nas políticas de Governo e nas estratégias de ação das instituições de ensino. No amásio, há de se insistir na sensibilizo ação do Ministério da Educação e dos setores correspondentes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, quanto à necessidade de flexibilizar a regulação da EDA. Sem prejuízos dos estabelecimentos de controles afetos à qualidade de diversos programas oferecidos pelo conjunto de instituições atuantes na área.

Senador Cristovam, é esse o meu relatório, eu queria parabenizar V. Ex^a., que realmente essa Comissão tem procurado criar esses debates e V. Ex^a. que criou ao longo desse período de janeiro até agora a exposição da qual eu fui Relator, da questão do ensino à distância, eu queria parabenizar essa Comissão, porque realmente espero que essa Comissão mande para o Ministério as decisões que nós estamos tomando aqui, os resumos, e também espero que o Ministro Fernando Haddad, jovem, e quando a gente é jovem, é jovem e tem muito poder, Senador Cristovam, a gente fica muito vaidoso, muito vaidoso. Eu acho que ele já passou dessa fase, no início era essa fase, mas agora

ele já passou. Hoje o Ministro já está tranquilo no seu cargo, já tem toda aquela acomodação da situação, e eu espera que realmente o ensino à distância, que muitos meus amigos, na época que eu estudava, de Cuba à Bolívia, na Espanha, eles diziam o seguinte: o Brasil é um país que foi criado para o ensino à distância. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero parabenizar e agradecer ao Senador Wellington e dizer que eu lamento que a parte de defesa do ensino à indiferença que o senhor fez não esteja totalmente no relatório, que eu creio que deveria ser divulgado ao máximo à distância, e dizer que esse professor que o senhor citou, que acha que educação tem que ser olho no olho, ele esquece que hoje no mundo, a única coisa que só é possível olho no olho é namorar, que até sexo já tem virtualmente. Então (risos).

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não sou adepto (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então eu quero parabenizá-lo pela defesa, não há outro caminho a não ser o ensino à distância. Eu tenho aqui um problema de desde o tempo. Tanto a Senadora Rosalba quanto o Senador Valadares, mais ainda do que os outros, estão com urgência e pedem que ponhamos antes a leitura dos dois. Eu quero saber se.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu queria justificar primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Qual dos dois que fica na frente, na prioridade.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na verdade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): ... o partido está tendo uma convenção nacional. Eu saí da mesa, eu sou da executiva, para vir só defender esse relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou seja, uma convenção nacional.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Olhe, eu acho que.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que não precisava muita justificativa, bastava que a Senadora Rosalba quisesse falar, primeiro do que eu, ela já tem prioridade, não apenas porque nós devemos toda a atenção às mulheres, mas por causa da fidelidade com que ela tem cumprido a sua atividade aqui nesta Comissão. Então eu tenho

seis votações na Comissão de justiça, enquanto ela está lendo o relatório, eu peço licença, foi para lá e depois volto para ler o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu agradeço ao senhor. Eu quero agradecer, Senador, a sua compreensão e a sua elegância, como um tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba, eu quero dizer que se não quiserem ler todo o relatório, podem ler os pontos mais autos. Nós vamos ter que aprovar o relatório.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu pergunto se o item dois será feito logo após a leitura da Senadora Rosalba.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Logo depois da Senadora. Eu vou por em votação o relatório do Senador Paim, os que estiverem de acordo, permaneçam como estão, e o relatório do Senador Wellington, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Estão os dois aprovados. Eu aproveito para comunicar a presença dos estudantes de direito da faculdade dama cio de Jesus, que nos honram assistindo a nossa sessão. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam, eu quero inicialmente parabenizá-lo pela condução dos trabalhos este ano a nível da nossa Comissão, e parabenizando também a todos os colegas que participaram, porque na realidade eu acho que foi algo diferente. Nós não ficamos restritos apenas a analisar projetos de leis que passam por esta Comissão, mas a debater toda a questão da educação, partindo dessa análise do plano nacional de educação e eu espero, que foi o esse o sentido maior de todo esse trabalho, é que possamos contribuir realmente com os nossos relatórios, com as nossas idéias, com os debates que aqui aconteceram, para melhorar o plano nacional de desenvolvimento da educação. A minha área é a área da educação infantil, e sem desmerecer as demais, eu considero essa a prioritária, porque nós ... é exatamente o início de todo o processo educacional, e nós sabemos que se todas as nossas crianças, de zero a seis anos, tivessem hoje assegurado creche educação infantil de qualidade, seria o maior assalto de desenvolvimento de qualidade, de progresso, que o país poderia dar. Essa sim, o senhor que tanto fala na da revolução da educação, começaria por eles, pelos pequeninhos, porque a reflexão que fazemos agora, que ação em prol da criança, a educação infantil não é apenas o cuidado na primeira infância, deveria ser

tratado como assunto prioritário pelo Governo, porque é um investimento de retorno garantido. O objetivo maior da educação infantil não é somente preparar a crianças para serem alfabetizadas, e sim promover a construção do ser humano. Não se deve apenas preparar a crianças para se adaptarem ao mundo e sim dar lhes subsídios para que possam ser capazes de transformá-lo. A educação infantil compreende o ensino de criança com idade entre zero e seis anos, sendo dividido em duas fases: a primeira fase é a creche, que aceita crianças de zero a três anos, e a segunda é a pré-escola, que atende as crianças do período de quatro a seis anos. A legislação brasileira é uma das mais avançadas na área, ressaltando-se a Constituição Federal de 1988, o estatuto da criança e do adolescente de 1990, e a lei de diretrizes e bases da educação de 1996. Os direitos sociais e fundamentais das crianças são reconhecidos e garantidos, mas mesmo assim a educação infantil precisa ser aprimorada com novos projetos e maiores investimentos, principalmente maiores investimentos. Está cientificamente comprovado que o atendimento de criança no período que vai da gestação ao sexto ano de vida é fundamental na formação da inteligência, da capacidade de aprendizagem, das habilidades que acompanharam por toda a vida. Diversos estudos demonstram que a experiência de educação pré escolar tenha efeito significativo no rendimento acadêmico posterior, nas oportunidades de emprego, no combate à violência, na maior produtividade profissional, o que pode contribuir e contribuiu de maneira eficaz para compensar situações de desvantagens e reduzir as desigualdades sócio econômicas. Para o completo desenvolvimento da criança é imprescindível que o ambiente escolar seja propício à construção da autonomia e desenvolvimento das estruturas cognitivas, sócia e afetivas da criança. Isso acontecerá com os pequenos cidadãos na medida em que o Governo estabeleça metas relevantes de expansão e de melhoria da qualidade da educação infantil. O nosso desafio, como parlamentares, é concreto e imediato. Devemos criar condições para que todas as crianças tenham assegurado seu direito à creche e à pré-escola pelas próximas gerações. Devemos transformar em realidade a educação de nossas crianças. Elas não são apenas um projeto a longo prazo, mas o nosso presente e o nosso futuro.

Analisamos todo o programa de desenvolvimento da educação, Sr. Presidente, com ênfase também sobre as questões do Fundeb e também levando em consideração as informações, os debates, que nos foram trazidos aqui pelas mais altas autoridades em educação, e eu gostaria aqui de ler agora para a Comissão, a educação infantil, o o PDE na avaliação das

audiências da Comissão de Educação. Antes porém, eu gostaria de fazer apenas um ... o PDE, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com relação à educação infantil, não constitui para a educação infantil um projeto de grande educação. Ele tão somente uma sala específica para essa etapa escolar. Trata-se de um programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, que é o pró infância, programa que pretende investir oitocentos milhões de reais entre 2007 e 2010 para permitir a ampliação e a melhoria das instalações de estabelecimentos de educação infantil dos municípios e do Distrito Federal. O objetivo é custear até quatrocentos projetos por ano e tornar realidade a inclusão de criança com até seis anos de idade na rede pública. Ora, veja só, quatrocentos projetos por ano, nós temos mais de cinco mil e seiscentos municípios, mais de cinco mil e seiscentos municípios. Então é irrisório com relação à necessidade que sabemos que existe em todo o Brasil e em todos os municípios. De acordo com a Resolução do fundo nacional de desenvolvimento da educação, que estabelece as orientações e diretrizes para a execução da pró infância, os recursos do programa poderão ser usados em três tipos de obras da rede física da educação infantil: a) construção de creches e pré escolas; b) melhoria da infra-estrutura física, já existente; c) reestruturação e aquisição de equipamentos. Para solicitar os recursos públicos os municípios, os estados, o Distrito Federal, devem apresentar projetos ao fundo nacional de desenvolvimento da educação. A respeito de que tipo de obra será construída, de quais equipamentos serão adquiridos. Outras ações genericamente voltadas para a educação básica podem vir a favorecer a educação infantil. Embora não esteja claro o alcance desse efeito nas disposições que regulamentam os programas. É o caso da universidade aberta do Brasil, criada em 2005, que busca congrega instituições públicas de educação superior, estados e municípios, na Constituição de um sistema nacional de educação superior à distância. Ela tem por principal fim oferecer a formação inicial a professores, em efetivo exercício na educação básica pública, que ainda não tem graduação, bem como assegurar a educação continuada há quase dois milhões de profissionais. nós sabemos que na educação infantil é prioritário que possamos dar aos trabalhadores desta área, aos alfabetizadores dessa área, aos que cuidam das crianças, um aperfeiçoamento continuado e um nível de escolaridade crescente, porque nos municípios, infelizmente, quando se trata de pré-escola, sempre há uma cultura que nós precisamos reverter e que o professor da pré-escola, ele tem que ser o professor graduado, um professor qualificado, com cada

vez mais preparado, Presidente. Porque o que é que aconteceu? Coloca para ir para a pré-escola auxiliares, como se fossem pessoas que muitas vezes não tem nem o segundo grau. Isso não pode mais existir. Ora, se é o início da educação, se você não tem o melhor, o melhor professor formado, o professor preparado, inclusive ele deve ser preparado, aperfeiçoado, para tratar com a criança naquela fase, que é diferente você tratar o jovem do ensino médio, é diferente da criança já depois de sete, oito anos. Então tem, é um profissional especial, ele tem que ser preparado, e eu sei, eu quero até aqui fazer, enaltecer um trabalho, já que eu como prefeita trabalhei bastante lá na cidade de moço reconheça, com educação infantil, eu lembro que quando eu assumi, era o que nós víamos, e esse é o retrato do Brasil, creche é como se fosse um depósito de crianças. Não se pensa na creche com esse sentido educacional, da preparação desse cidadão. É muito mais para que a criança fique ali enquanto a sua mãe vai trabalhar, sem criar todo aquele processo de brincando e aprendendo que é muito positivo para a criança, para o seu desenvolvimento psíquico Instituto de Criminalística, para a sua associação. Então, Presidente, o que é que acontecia? Eu encontrei essa realidade, e tive, graças a Deus, parceiros importantes que me ajudaram bastante, a que a gente pudesse levar, dentro do processo de creche pré-escola, todo o material didático apropriado e a preparação dos professores, aceitando todos têm que ter nível superior, e isso conseguimos na nossa cidade. Aqueles que não tinham, nós demos condições a que tivessem, que se qualificassem, e a partir daí, com a UNICEF e com a fundação Ayrton Senna, nós fizemos um trabalho que os frutos se Deus quiser vamos colher muitos bons no futuro, na cidade, e que eu espero que esse modelo, esse exemplo, sirva para que possamos fazer muito no Brasil em termos da preparação desse futuro que começa agora com a nossa criança.

Então o que nós gostaríamos de colocar era que exatamente não sentimos o plano nacional dando essa importância que é a criança no seu primeiro momento do aprendizado. Os recursos, nós sabemos que foram poucos, foi graças à dispensação parlamentares aqui, já no Congresso e principalmente aqui no Senado, o senhor sabe muito bem, a nossa luta para fazer creche era dentro do Fundeb os valores para creche e para a educação infantil. E ainda não é suficiente. Ainda não é suficiente. Sem desmerecer mais uma vez eu digo, os outros níveis de educação, esse deveria ser o nível onde deveríamos ter mais recursos, até porque necessitamos de condições, tanto físicas como de profissionais capacitados, as turmas não podem ser turmas de trinta, 40 alunos, e sempre tem que ter

mais de um profissional com essas crianças. Então eu vou ler aqui a conclusão para que a gente possa concluir esse nosso trabalho e eu quero, mais uma vez, parabenizar e agradecer a oportunidade que me foi dada pela Comissão, e quero continuar como uma defensora, tanto nessa Comissão, como em todos os recantos, onde eu possa levar a minha voz na defesa das creches para todas as crianças e educação infantil de qualidade.

... do PDE em relação à educação infantil foi prontamente identificada ao longo das audiências da Comissão de educação. A meta de quatrocentos projetos por ano entre novos estabelecimentos e a melhoria de condições de outros já existentes é irrisória, como um pingo d'água no oceano. Já a inclusão da educação infantil no Fundeb representou sem dúvida um avanço. No entanto, é difícil admitir que as ponderações das creches pré escolas sejam inferiores à aquelas estabelecidas para o ensino fundamental e para o ensino médio, seja em tempo parcial ou integral. Ora, as necessidades dos alunos da educação infantil, no que diz respeito a qualificação dos professores, está lá seus materiais didáticos pedagógicos, são semelhantes ou maiores do que os demais estudantes. De qualquer forma, as ponderações fixadas para a educação infantil representaram um avanço em relação a propostas ainda mais desfavorável para essa etapa escolar. Ao mesmo tempo, levantou-se a situação desfavorável significativa parcela de municípios para acariciou eventualmente expandir a sua rede de educação infantil, e por conseguinte recebeu os recursos correspondentes do Fundeb, uma vez que suas condições financeiras limitadas, dependendo de transferência inter governamentais, tradicionalmente restringiram sua atenção nessa área. De todo o modo, a necessidade de o país desenvolver o atendimento escolar na primeira infância foi amplamente admitida. Com efeito, foi-se o tempo em que as crianças tinham, desde os seus primeiros anos de vida, a presença constante da mãe educadora. As mulheres brasileiras, assim como as de tantos países do mundo, liberaram-se das amarras seculares que as prendiam ao âmbito doméstico e conquistaram o direito de participação nos assuntos da esfera pública, bem como o de assumir novas responsabilidades na esfera produtiva. Todavia, mesmo após essas conquistas, as mulheres continuam a enfrentar grandes desafios, como a resistência até hoje marcante ao de qualidade do mercado de trabalho, e o dilema de conjugar os deveres da maternidade biológica e culturais com as exigências profissionais. Esse dilema poderia ser grande parte resolvido se o Poder Público assegurasse a oferta de creche de qualidade para as mães que não tem condições de arcar com os custos das vagas ofere-

recidas pelas instituições que cobram encargos pelos serviços prestados. Apesar dessas solteiras, a tabela apresentada a seguir, relativa à pesquisa nacional por amostra de domicílios, de 2005, do instituto brasileiro de jogos raiva e estatística, – IBGE, permite constatar que a taxa de frequência à creche ou escola na faixa etária de zero a três anos, atingia somente treze%, o que representava o expressivo contingente de dez milhões de crianças, sem um atendimento educacional que a constituição federal garante como direito. Nas regiões norte, centro-oeste e Nordeste, os índices correspondentes atingiam apenas na região norte cinco, oito%, na região centro-oeste 10% e na região Nordeste onze, sete%. Esses dados tornam-se mais preocupantes quando se compara o nível de rendimento mensal das famílias, cuja as crianças, com até três anos de idade, tem acesso a creches ou escola. Apenas oito, seis% das crianças de família com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo recebiam atendimento educacional, enquanto quase trinta e seis% das crianças de família em que esse rendimento era de mais de três salários mínimos, freqüentavam creche ou escola. Isso revela a inoperância do Poder Público em promover justiça social, já que as famílias mais pobres não tem como pagar encargos educacionais em estabelecimentos privados. A propósito, cabe lembrar que o segundo o senso escolar de 2006, quase quarenta e sete% das trinta e quatro, sete mil creches existentes no país eram mantidas pelo setor privado, ainda que parte delas voltadas para o atendimento gratuito de criança de família de baixa renda. E cerca de trinta e seis% das matrículas nessa etapa da educação infantil ocorriam em estabelecimentos particulares. O acesso escolar das crianças de quatro a seis anos, por sua vez, apresenta melhores resultados, embora com índices inferiores nas regiões menos desenvolvidas. Todavia, nessa faixa atira permanece a situação desfavorável dos mais pobres, enquanto 95, quatro% das crianças de famílias com rendimento médio per capita superior a três salários mínimos freqüentavam a escola, isso é um dado que realmente a gente apenas nas famílias mais pobres, apenas sessenta e três% das famílias eram atendidos, de três a seis anos. Todos esses dados ilustram parcialmente o quanto o Brasil precisa avançar para que nossas crianças com até seis anos de idade, tenham o direito de freqüentar a escola e recebam serviços de qualidade. Os silêncios do plano de desenvolvimento da educação a respeito da educação infantil são reveladores. A União ainda resiste em exercer de forma mais eficaz seus deveres supletivo em relação à oferta de creche e pré-escola, incumbência prioritária dos municípios nos termos constitucionais. Assim, é bem verdade que recursos são limitados para aten-

der as variáveis demandas dos ensinos fundamental e médio, da educação profissional e da superior, bem como de outras mandados lidos de ensino. Contudo, a falta de discussão com a sociedade na elaboração do PDE, talvez tenha contribuído para o papel secundário desempenhado pela educação infantil em suas ações. Assim, caberá aos municípios, no âmbito público e à família, conforme sua disponibilidade, o esforço maior para combater o déficit de atendimento de educação infantil, especialmente elevado na faixa etária de até três anos. Por isso, a colocação da educação básica como prioridade do PDE, divulgada com ênfase pelo MEC, é imprecisa, pois contém uma lacuna que não há como preencher adequadamente com o anúncio de quatrocentos projetos de educação infantil por ano, entre novos estabelecimentos e a melhoria das condições de outros já existentes. Ademais, a execução orçamentária dos próximos anos revelará o alcance dessa medida tão Ltda.. Por fim, como contribuição às ações planejadas e em curso do PDE, cumpre nos ressaltar que tramita no Senado proposições sobre educação básica que podem levar ao aprimoramento da educação infantil. Entre elas destacam-se por seu conteúdo, mas também por tratarem exclusivamente da educação infantil, o Projeto de Lei do Senado PLs nº duzentos e setenta e sete, que define condições de qualidade da oferta de educação escolar para a criança de cinco e seis anos. O Projeto de Lei da Câmara nº vinte e três, que dispõe sobre educação integral, parcial para criança para até seis anos de idade, e o PLs nº 54, de 2007, que objetiva garantir o reensino absolutamente escolar de criança com até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil. Esperamos, Sr. Presidente, que as audiências realizadas, públicas, pela Comissão de Educação do Senado, que contaram com a participação de respeitáveis estudiosos da educação brasileira, bem como as ponderações desse relatório e as proposições pertinentes em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos deputados, possam contribuir para que o papel de desenvolvimento da educação seja aprimorado e obtenha o sucesso que todos desejamos, e esse sucesso passa pela educação dos pequeninhos, creche e pré-escola. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, professora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se Einstein ainda não estivesse tido alguém que ajudasse logo na primeira infância, ele não teria vidro cientista. Eu ponho em votação o relatório da Senadora Rosalba, os que estiverem de

acordo permaneçam como estão. Aprovado. Eu quero discutir um problema que nós temos aqui. A qualquer momento podem nos chamar a Senadora Marisa Serrano veio chamar a atenção para a eleição do Presidente. É claro que sempre tem um tempo entre chamar, fala e votar. Mas ninguém vai querer estar fora. Eu pergunto: continuamos a leitura, fazendo bem brevidade, aprovamos sem a leitura, deixamos para o próximo ano? Vamos tocando. Eu gostaria que, então vamos tocando, fazendo de uma maneira mais resumida possível, está bem? Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Preliminarmente, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V. Ex^a. pela distinção ao conferir a mim essa responsabilidade de ser o subo relator para o ensino fundamental. A iniciativa de V. Ex^a. para a realização deste destes seminários, na minha opinião, revestiu-se de uma intenção absolutamente condizente com a maneira como que V. Ex^a. conduz essa Comissão e com que V. Ex^a. ao longo de toda a sua trajetória, toda a sua história de vida, tanto quanto professor, reitor ou também na vida pública, dedicou-se no sentido de fazer com que a educação seja efetivamente um instrumento de democratização de oportunidades, de agregação de valor a todos os seres humanos e até mesmo de melhoria das condições de vida da população, de modo que a partir dessa iniciativa de V. Ex^a. a Comissão de Educação do Senado Federal realizou nove Audiências Públicas para analisar e criar sugestões, não só ao PDE, mas sugestões à educação brasileira. Para orientar as discussões realizadas o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, enviou aos convidados uma série de questões e projetos apresentados no Senado, com relação aos temas. Como membro da Comissão, repetido, tive a honra de ser designado para a relatoria ou subrelatoria do ensino fundamental.

As ações do PDE, relacionadas ao ensino fundamental, são, dentre outras, eu vou fazer um resumo, Sr. Presidente, a instituição do IDEB, que é o índice de desenvolvimento da educação básica, com o estabelecimento da média de seis pontos a ser alcançada pela educação brasileira até o ano de 2000 e vinte e dois, com o acréscimo de 50% dos recursos do programa dinheiro direto na escola e etc.. Provinha Brasil, caminho da escola e pró escolar, Olimpíada brasileira de língua portuguesa e convênio com a fundação Itaú social, luz para todos, com o objetivo de priorizar as escolas de educação básica, garantindo energia elétrica para todas elas, piso salarial nacional do magistério de oitocentos cinquenta reais para uma jornada de quarenta horas a ser atingida em 2010, formação de professores à distância através do programa uni-

versidade aberta e inclusão digital, garantindo o laboratório para todas as escolas públicas de educação básica até 2010, programa mais educação, guia de tecnologias, etc.. Em síntese, de maneira variável, as sugestões e análises dos mais diversos participantes das Audiências Públicas representantes de todos os níveis de ensino, assim como nos diversos segmentos sociais que fazem educação ou a ela se submetem, enfatizaram a priorização de recursos, a profissionalização da gestão da educação, com garantia de recursos, o aumento da carga horária de aula dos alunos, uma reformulação profunda nos cursos de formação de professores, com a criação da residência pedagógica na formação para o magistério, a responsabilização docente através da avaliação dos alunos. Um plano de carreira docente atrativo aos jovens. Além das Audiências Públicas do Senado, Presidente, tive também o cuidado de ao lado da professora Eliana França ouvir educadores do meu estado, que enfatizaram basicamente as mesmas propostas que passo a discutir. Também vou fazer uma síntese, porque ao final estarei colocando as conclusões.

A adoção do PDE, na avaliação desses professores e educadores consultados, foi sem dúvida um avanço na política da educação do Governo, que a muito deveria já ter apresentado uma resposta concreta à área. O PDE produz mais uma vez a questão de continuidade em políticas educacionais nacionais, caracterizando as como políticas de Governo e não de estado, impedindo o alcance de resultados a médio e longo prazo. Essa é uma outra síntese das consultas que tivemos, que fizemos. Essa proposta, segundo esses consultados, só deveria compor um plano de educação se incorporado a uma proposta de padrões escolares mínimos na área de saneamento, construção, equipamentos e recursos materiais. Ausência de definição no PDE de padrões básicos de construção mobiliários, equipamentos de recursos pedagógicos para as escolas de educação básica, permite que se perpetuem as diferenças entre escolas no país, no mesmo estado e até em municípios, permitindo o funcionamento de escolas em prédios com condições precárias e sem o material e equipamento necessários ao desenvolvimento de um bom trabalho pedagógico. Também falta no PDE a preocupação com a definição de parâmetros curro claros, que norte em a educação básica, garantindo o caráter nacional do ensino, sem no entanto impedir a manutenção no curriculum do estudo da cultura e das diversidades regionais, etc.. Nessa linha, a provinha Brasil também fica prejudicada, além do que neste caso específico ainda soma-se o fato de ser a avaliação de aplicação voluntária realizada pelo próprio professor. As teorias e experiência em

processos avalio ativos tem comprovado a importância do procedimento de avaliação externa no processo de qualificação da educação. Além disso, o processo de alfabetização é talvez uns dos procedimentos pedagógicos mais complexos e hoje um dos maiores problemas no ensino do Brasil, entretanto, a exceção da provinha Brasil, não há no PDE nenhum problema ou ação destinada ou garantido aos professores e alunos avançados na superação dos problemas existentes e na qualificação teórico metodológica dos docentes para enfrentarem o desafio de garantir, aos seus alunos, o domínio da leitura e da escrita. Alfabetização só será cobrada ao final do segundo ano do ensino fundamental e assim mesmo se o professor quiser submeter a turma, a sua turma e a si mesmo à avaliação. Outro problema do PDE é a não definição de uma proposta de educação para o campo e uma política clara para a educação no meio rural. Outra ação importante, mas inócua por causa do valor, é a doação do piso salarial na forma apresentada. O valor de oitocentos cinquenta reais atingindo apenas em 2010, na minha opinião, desqualifica qualquer proposta de valorização salarial do docente e em nenhum momento se apresenta como motivador de carreira, principalmente para professores do ensino fundamental, segunda etapa, e do ensino médio, nas áreas de ciência e matemática. A LDB, Sr. Presidente, deixa claro que a partir do ano 2006 nenhum professor do ensino fundamental poderá exercer o magistério sem ter qualificação de ensino superior. No meu estado nós concluímos essa etapa e a partir do momento em que o professor tenha a formação superior, através da licenciatura plena parcelada ou de outro mecanismo, e na medida em que ele exerce sua atividade com quarenta horas aulas dias, ele passa a ter uma remuneração superior, já em 2006, 2007, ao piso que está sendo proposto de oitocentos cinquenta reais. O programa de formação de professores, através da universidade aberta, é outra ação que merece reparos. Não resta dúvida quanto à necessidade de qualificação de docentes, principalmente dos que estão em exercício, entretanto, também sobejamente discutido que a formação docentes hoje, desenvolvida pelas instituições de ensino superior, está muito aquém das necessidades dos sistemas público de ensino, além disso daqui, eu disco honro um pouco mais sobre crítica construtivas que foram feitas em relação a esse aspecto no âmbito das pessoas e educadores consultados.

Outro lapso no PDE é a ausência de programas com o objetivo de qualificar a gestão escolar em todos os níveis do sistema, mas principalmente o gestores escolares, a apenas o incentivo, a adoção de critérios qual ativos de competência na escolha dos gestores.

O próprio MEC, através de outros programas como o fundo escola, possui um série de ações já experimentadas e com resultados positivos, apenas de restritos, na área de gestão e informatização das escolas a profissionalização da gestão, assim como um eficiente sistema de acompanhamento e monitoramento de resultados que permita intervenções imediatas, têm sido comprovadamente apontados como fatores de bons resultados escolares. O PDE também não apresenta, em nenhum momento, uma discussão sobre o crescimento da evasão nas escolas brasileiras, principalmente no ensino fundamental, e, conseqüentemente, não há nenhuma ação mais contundente em relação ao seu combate. A criação do FUNDEF e do bolsa escola, depois substituído pelo bolsa-família, fizeram diminuir significativamente esse problema no Brasil. No meu caso, foi o salário escola, que também acabei adotando em função do programa de V. Ex^a., aqui em Brasília. Entretanto, a evasão escolar tem crescido nos últimos anos, como tem sido demonstrado pelos dados do senso escolar. Nesse item, senhor Presidente, eu também discorro um pouco mais, mas eu ficarei mais apenas nessa síntese. O problema mais sério apresentado no PDE, é, contudo, a falta de clareza, Sr. Presidente, sobre os recursos que vão financiar as ações. Normalmente define-se num plano as metas a serem atingidas, os resultados a serem buscados, alcançados, mas sobretudo os recursos necessários ao empreendimento e as fontes de financiamento desse projeto. O PDE parte essencialmente da premissa de aplico as dispensação recursos do Fundeb. Ora, o Fundeb, aprovado alguns meses atrás, não Gian rá o aporte de recursos necessários à superação dos graves e históricos problemas, gargalos da educação brasileira, pois não traz dinheiro novo para a educação. A contribuição da União ao fundo é insuficiente para atender as necessidades do sistema educacional brasileiro e vai continuar a surpresa ir recursos apenas em alguns estados do Nordeste. Alguns estudos mostram que os estados da região centro-oeste, sudeste e sul, alguns da região norte e nordeste, terão seu valor, aluno, rebaixado em valor ao valor de 2006. Isso porque a abrangência do Fundeb é para toda a educação básica e sem aporte de recursos novo por parte da União, estados e municípios vão continuar investindo os vinte e cinco por cento constitucionais, agora redivididos no âmbito de cada estado de acordo com o valor ou peso de cada etapa e o número de alunos matriculados na educação infantil no ensino al fundamental e no ensino médio. Eu ainda disco honro um pouco mais sobre esse tema, mas ficarei por aqui para contribuir com o tempo. Diante da análise feita apresento, modestamente, algumas sugestões, idéias e propostas para

o ensino fundamental brasileiro. Primeiro, responsabilizar a União na manutenção da educação básica, com definições claras de recursos a serem alocados e dos programas a serem contemplados. Nessa linha, é preciso retomar a meta prevista no plano nacional de educação de atingir sete% do PIB nacional, com investimentos efetivos em educação. Apesar de ser sempre um número aleatório, a história de superação de problemas educacionais crônicos em vários países em desenvolvimento ou desenvolvidos, mostra que os avanços só foram conseguidos pelos países que priorizaram e alocaram recursos significativos em relação ao seu produto interno bruto. Cabe lembrar que o Brasil é hoje um dos países, o seu perto, nível de desenvolvimento, que menos compromete recursos com a educação básica. Nós acabamos de ver, está hoje aqui no observatório de V. Ex^a., os resultados recentes do Brasil em relação à língua portuguesa e em relação à leitura. Nós somos lanterninhas no mundo, nessas filiais ações.

Estimam-se que em 4,2% do PIB, o investimento total em educação, incluindo os realizados por estados e municípios, e dos dezoito% dos impostos constitucionais de contribuição da União, setenta e cinco% são deferimentados apenas às universidades federais. A responsabilização da União para com a educação básica é condição essencial ao desenvolvimento do sistema educacional brasileiro e a superação de deficiências estruturais; 2) a adoção de padrões de construção e de equipamentos e recursos pedagógicos, a serem implantados em todas as escolas brasileiras, incluindo condições de energia e saneamento, estados e municípios que não possuírem recursos para implementação desses padrões terão linhas de financiamento e metas a serem cumpridas, não se permitindo até 2022 nenhuma escola sem estes recursos e equipamentos que possam penhorar a ala como uma escola a altura das necessidades da nossa população educacional. Essa padronização, além de garantir condições mínimas, idênticas, a todas as escolas, é isso que V. Ex^a. queria com o seu projeto quando Ministro da Educação, permitindo a elas a realização de seu projeto pedagógico, é essencial a implementação do segundo turno escolar e a avaliação comparativa dos resultados de aprendizagem. O Ministério da Educação, através do programa fundo escola, já tem experiência com padronização de prédio escolar para o ensino fundamental de primeiro ao quinto na gestão do Ministro Cristovam, no Ministério da Educação, também foi desenhada a proposta de escola ideal, que previa, dentre outras ações, a padronização de prédios escolares. Eu tive essa experiência com V. Ex^a. no meu estado. Em Goiás, na vigência do meu Governo, defini-

mos um padrão arquitetônico para as escolas públicas que incluem laboratórios de ciência com Jardim para cultivo de plantas medicinais e outras, laboratórios de informática, bibliotecas, laboratório de línguas e espaço de convivência coberto para a realização de eventos da comunidade. A beleza e funcionalidade do prédio, assim como a qualidade e o tipo de material de construção, foram definidos com muito critério, assim como o equipamento mínimo necessário a cada escola. Nessa padronização é preciso definir o modelo brasileiro de escolas, para todos os níveis de educação básica em regiões, atendendo para as diferenças clássicas e sobretudo para outras características regionais. A padronização das escolas precisa ser acompanhada de um programa de manutenção e conservação permanente dos prédios escolares. Essa é uma idéia que eu trago a essa Comissão, eu já tive essa experiência. Esse programa, além de responsabilização os gestores e comunidade escolar com a conservação do prédio e equipamentos da escola, também tem que prever a contínua recuperação destinos ou por meio do Poder Público ou através de programas terceirizados, com a iniciativa privada Guerino garantindo a pronta e permanente recuperação dos desgastes naturais e preparando o ambiente escolar a cada início de ano letivo. Informatização de todas as escolas públicas com a doação de um sistema de acompanhamento dos alunos matriculados através do controle de frequência e dos recursos de aprendizagem. Sistemas com essa característica já estão sendo implantados em escolas públicas de Minas Gerais, Goiás, dentre outros estados, para acompanhar o desenvolvimento dos alunos em processo de alfabetização. O instituto Ayrton Senna, desenvolveu sistema próprio para acompanhamento dos alunos matriculados nos programas apoiados por ele. A implantação de um sistema com este nível de detalho absolutamente vai exigir a organização local de um grupo de professores, supervisores, que apoiarão as escolas na superação de suas dificuldades. Assegurando intervenção imediata à percepção do problema. Esses grupos locais, deverão ter condições de trabalho, incluindo deslocamento até as escolas para observarem a atuação docente e a apresentarem propostas pedagógicas diferenciadas realizando inclusive treinamento em serviço. Definição de parâmetros curriculares nacionais para toda a educação básica. Esses parâmetros já existem, foram definidos na gestão do Ministro Paulo Renato e podem ser recuperados e aprimorados, se necessário. Acompanhando a definição dos parâmetros e sua publicação, devem ser elaborados programas de formação continuada, que capital em o professor a trabalhar com eles. Um programa de formação nessa linha também já existe no MEC acom-

panhado da experiência inédita de formação à distância, criando redes de formação e acompanhamento a partir de grupos de estudo nas próprias escolas. É o extinto programa parâmetros em ação e também o prova, destinado aos professores alfabetizadores. A definição de parâmetros é essencial também para a implantação do período integral nas escolas, que deve obedecer a um planejamento pedagógico consciente que ofereça aos alunos atividades educativas diferenciadas, variados e complementares à aquisição das habilidades cognitivas, afetivas e físico motoras a cada etapa do desenvolvimento do aluno. Estabelecimento de uma política de educação no campo que possibilite a organização de escolas de todas as etapas da educação básica nas zonas rurais, de mata e outras, com curriculum adequado à economia local e interesses dos alunos e equipados para oferecerem o EDA como instrumento de acesso a conhecimentos mais elaborados, como das áreas de ciências, cuja falta de professores é sobejamente comprovada até mesmo em grande centros urbanos e em formações rápidas e atualizadas de interesses locais. portanto, o ensino à distância seria fundamental. Aumento do valor do piso salarial nacional para equipe raros aos demais pisos de carreira de nível superior a ser implantado já em 2008, os municípios e estados que não tiverem condições de arcar com o seu custo, terão os professores remunerados pelo Governo Federal, através de convênio com o MEC. Responsabilização do professor com os resultados de aprendizagem de seus alunos, através do incentivo de planos de carreiras e salários diferenciados, com ênfase nos resultados, parem aí com bolsos de estudos ou com o 14º salário anual, cujo os alunos atingirem ou superarem as metas de aprendizagem definidas pelo Ministério da Educação, segundo parâmetros internacionais de aprendizagem. Nessa linha, implantar um sistema de credenciamento nacional dos professores, com avaliação ações de cinco em cinco anos, incluindo provas de conhecimento específicos e análise do conjunto dos resultados de seus alunos. o resultado das provas serão o norte das propostas de formação inicial e continuada de docentes, devendo ser discutida e adotado pelas instituições de educação superior, formadoras como elemento base al dos currículos dos cursos de formação de professores.

Como consequência desse credenciamento periódico, será garantido ao professor acesso a curso de formação continuada e a licença sabe particular para aprimoramento profissional.

Programa de capacitação de gestores em educação.

Incentivos financeiros a estados e municípios que adotarem sistemas de mérito e capacidade da escolha dos gestores escolares. O MEC, através do fundo escola, já possui algumas experiências com formação de gestores e planejamento estratégico para escolas que podem ser recuperadas e generalizadas. O consistência edifício também possui um programa muito bem aceito de formação de gestores. No entanto, é necessário financiamento para a organização dos cursos, tanto na produção de material, como na organização da infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos módulos de estudo, além disso, é preciso criar um sistema de parem aí às escolas e gestores bem sucedidos. O já proposto aumento das verbas do PDE para as escolas que acuso serem as metas intermediário lars do IDEB é um bom incentivo, mas é necessário criar esse mecanismo de ganho salariais também para os gestores que conseguirem superar os desafios de qualificarem suas escolas. Incentivos ao sistema de ensino escolas que Gian recém gestão escolar democrática, através de eleição de diretores com critérios técnicos bem definidos, dentre eles a capacitação anterior de programas de gestos ao e a apresentação de um plano de ação pedagógica. Implantação e funcionamento pleno dos conselho escolares com efetiva participação de pais e comunidade, inclusive o apoio dos empresários locais, e a organização e o funcionamento das entidades estudantis, incentivando o engajamento dos alunos na gestão da escola e na responsabilização sobre o processo de informação. Por último, Sr. Presidente, criação de bolsas de estudou poupança escolar, como já proposto pelo Senador Cristovam, quando Ministro da Educação, e realizado quando o Governador de Brasília, atualmente está sendo implementado em Minas Gerais pelo Governo dor Aécio Neves, para alunos de baixa renda que se destacarem não na aprovação, mas nas avaliações externas ou que apresentarem rendimento escolar superior durante dois anos consecutivos. Este recurso só poderá ser utilizado para a compra de livros, computador ou pagamento de cursos e complementação escolar, como línguas estrangeiras ou cursos profissionalizantes, avaliados ... pelo MEC, ou para financiamento do curso superior. É este o relatório, eu agradeço a V. Ex^a. e essa Comissão pela atenção. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço nome da Comissão, lembrando que o Senador Perillo foi o primeiro a entregar o relatório e logo no prazo devido, e, além disso, o relatório que como se vê bastante consubstanciado. Eu passo a palavra, agora, .

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só uma colocaçãozinha rápida,

Sr. Presidente. Eu queria, na verdade eu não posso deixar passar, eu tenho um carinho especial pelo Senador Marconi Perillo, e quando que foi Governador, realmente com o ensino superior o Marconi Perillo, o Senador Marconi Perillo fez um trabalho que foi incrível, primeiro ele criou uma bolsa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade, primeiro a criar bolsa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De duzentos e cinquenta reais, não importa o curso que você faça, que é a diferença quem vai pagar é o aluno, mas ele tinha um critério para ver realmente quem eram os necessidades, que precisavam dessa avaliado, ele dava duzentos e cinquenta reais. Então você pode escolher um curso de odontologia, que é caríssimo, medicina, é duzentos e cinquenta reais. Não só nessa linha com o ensino privado, que ajudou bastante, mas também ele difundiu, de tal maneira a universidade estadual de Goiás, criando campos e tudo mais, que eu não sei quantos alunos V. Ex^a. deixou a universidade de estado de Goiás, estadual.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Formados, pela bolsa universitária, formados, até a minha saída, setenta mil alunos, e beneficiados pela universidade quarenta e cinco mil alunos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, veja bem: ele teve a vontade de fazer, que não tinha, quando o Governador entrou não tinha nada disso. Ele teve a vontade de fazer e fez. O que está vindo depois eu, eu não sei se está havendo mudança, mas o que falta, Senador Cristovam, é a vontade de fazer. Se tiver vontade, se quer fazer, faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E foi logo no primeiro mandato, não foi? Eu me lembro que quando eu propus a criação do PRÓ-UNE, com o nome de pai, programa de apoio ao estudante, eu me referia à inspiração que eu tive com base no programa do Governador Perillo. A diferença é que no caso do pai, que ficou engavetado lá por muito tempo na Casa Civil até voltar como PRÓ-UNE, lá o aluno era obrigado a durante um semestre ser alfabetizador de adultos, o que.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, no nosso caso, todos os alunos bolsistas eram obrigados a prestar pelo menos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Serviços.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, dois anos de serviços.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De serviços depois, mas é um belo

programa que o Governo do Arruda agora vai implantar aqui. Bem, o Senador Valadares, eu ponho em votação o relatório do senador abril. Não havendo nada contra, está aprovado. O Senador Valadares estava aqui antes, pediu para sair e voltar. O senhor insiste, quero, agora eu posso passar para a Senadora Serrano, passo para ela.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pode passar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Não, porque tem que voltar mais, já votado ou. Bem, então eu passo para a Senadora Serrano, avisando que nós estamos em contato com o Plenário e ainda não nem terminou a sessão de homenagem à marinha. Acabou agora, então tementes ainda alguns minutos. Eu peço à Senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente, eu também quero cumprir á-lo e cumprimentar ao Júlio e toda a equipe da Comissão de Educação, cultura e esportes, e para facilitar um pouquinho a análise, eu fiz um power por conseguinte, PED para prepararem, só com os itens para facilitar e ser mais rápido que a nossa turma aqui que vai ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Senadora inovou.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A tecnologia de última, está esquentando ainda para pegar no tranco e dar certo (risos).

Então as idéias e propostas para a educação brasileira e o plano de desenvolvimento da educação. Eu quero só colocar que aqui nós achamos por bem, o consultor e nós de devido irmos aí naquilo que foi, o que existe no PDE e aquilo que está proposto, que foi proposto pela equipe toda que trabalho trabalhou aqui nesse tempo todo. O primeiro item, iniciativas do PDE. Então, o primeiro, estava certo, programas criados antes do PDE ou herdado de governos anteriores, foi o que nós discutimos aqui, que é a iniciativa que está no plano, o Fundeb que todo mundo conhece, que está no plano de desenvolvimento da educação, a relação PDE ensino médio, o foco nos professores e dentro disso, do PDE, nos temos o programa de bolsa institucional de iniciação a docência, o guia de tecnologias educacionais, ampliação do gesso que a, que é o programa de inclusão digital, o programa nacional de biblioteca da escola, a ampliação da distribuição de livros didáticos, o IDEB, que é o indecisa de desenvolvimento da educação básica, a ampliação das matrícula na educação profissional e tecnológica, a reorganização da rede federal de educação profissional e tecnológica. Eu quero dizer que tudo isso, que de alguma forma tem relação com o ensino médio, e que está no PDE. Então

isso daí é o que está Nhonhô PDE é que de alguma forma se relaciona com o ensino médio.

Ensino médio e o ciclo de Audiências Públicas. O que nós ouvimos aqui durante esse tempo? Ouvimos a falta de discussão com os interessados para a elaboração do PDE, isso nós ouvimos aqui dos técnicos e professores que estiveram conosco nesse tempo, o reconhecimento da importância estratégica do ensino médio e as discordâncias ensino médio versus ensino profissionalizante e dentro da formação de professores, do corpo docente, é a formação de professores reconhecida como problema, licenciaturas, desprestígio da profissão, falta de formação continuada, e também a discussão em cima da avaliação dos professores. Esses itens foram os itens que nós ouvimos aqui durante esses ciclos de Audiência.

Conclusões. O PDE, contém medidas promissoras apesar da apresentação de programas antigos, como se fossem novos. Destaque para a formação unilateral de elaboração do plano e sua desconsideração do plano nacional de educação. O plano nacional de educação não foi colocado como parâmetro para o PDE. A efetividade da prioridade à educação básica tão anunciada, se será realmente, e só será realmente confirmada com a execução orçamentária dos próximos anos. Então tudo que está colocado no PDE, nós vamos acompanhar nessa Casa e no país todo, é através da execução orçamentária dos próximos anos, para ver se isso realmente se efetivou.

Destaque para os programas de apoio à formação de professores. Aí eu PED que é o programa de bolsa institucional de iniciação à docência, principalmente aí aquilo relacionado à aquelas bolsas relacionadas à licenciatura e a pedagogia. A pró dos essência que é a melhoria dos cursos de licenciatura voltados para a educação básica e a universidade aberta do Brasil. Então são esses três itens que são destaques dentro do PDE. A criação do IDEB, que eu já mencionei, que é o índice de desenvolvimento da educação básica e a sua utilização para auxiliar os municípios com o desempenho mais fraco. São duas questões importantes que estão dentro do PDE.

A implantação de uma quarta série no ensino médio, que é optativa, com formação profissionalizante. Esta é uma questão polêmica, mas que foi colocada aqui, mais de uma vez nas discussões, que é essa implantação de uma quarta série do ensino médio. A implementação de um programa de concessão de bolsa de estudo para formação de docentes. Eu achei ótima essa idéia, que eu acho que nós devemos implementar aqui um programa de concessão de bolsa estudo para a formação de docentes, para que não só para superior, quando estiverem já formados, para pós

graduação, mas também para a formação. Revisão da legislação de contratação de professores. Essa é outra idéia polêmica que foi colocada aqui, mas que eu acho que tem que ser discutida por nós, que nós temos que enfrentar, é uma revisão na legislação, não só nossa aqui, como dos estados e municípios. A outra.

Implementar programas similar ao de residência médica para professores. O Senador Marconi Perillo já colocou isso também no ensino fundamental, mas é isso que foi colocado aqui também, que é também polêmico, mas como tem a residência médico para que os médicos depois de formados tenham um tempo de atuação profissional, para que eles tenham direito ao certificado, ao diploma, fazer o mesmo com professores, está aí uma proposta que tem que ser discutida. Programas de educação continuada à distância e presenciais para atualização de professores. Isso está sendo feito, mas foi colocado aqui com maior ênfase. Desenvolvimento e implantação de sistema de avaliação de desempenho dos professores. Está aí algo que o Brasil inteiro deveria fazer, e aí eu quero colocar a forma como ao meu estado também está fazendo, além de a Prefeitura Municipal de Campo Grande está pagando para os professores fazerem cursos de especialização, ainda implantando um sistema de avaliação de desempenho dos professores. Não é fácil, os professores relatam a serem avaliados, mas eu acredito que esse sistema é o sistema que tem que ser colocado no país. O Ciro Gomes, quando foi Governador do Ceará, ele começou isso. Até ele colocou, é o primeiro, eu lembro, que foi no estádio de futebol, os professores se recusaram a serem avaliados. É uma questão aí polêmica, e também foi colocado aqui a informação aos pais dos alunos dos resultados das avaliações de professores. Gente, essa daí é outro que se for colocado, eu acho muito correto, que os pais dos alunos acompanhem para saber que tipo de professor os seus filhos têm, mas essa é uma questão extremamente polêmica, vai dar um reboliço no País, se for colocado em prática, mas é algo que tem que ser discutido. Os pais acompanhar o resultado da avaliação dos seus professores, saberem que tipo de professor está dando aula para os seus meninos.

Gestão democrática para escolha de diretores. Aí eu quero falar um pouquinho. A semana passada o Governador do meu estado mandou para a Assembleia Legislativa, depois de uma guerra, os professores indo para a frente da Governadoria, ameaçando mil coisas, porque queriam apenas uma gestão democrática e a gestão democrática serviria apenas para a de professores. O que o Governador pediu? Pediu que além da eleição, os professores fizessem curso e uma prova, teria uma avaliação da capacidade dele de

ser diretor de escola. O que os professores não queriam? Fazer a prova, e nem o curso, eles queriam ser só escolhidos através de eleição. No final, chegou-se a um acordo e foi para a assembléia a forma, as duas formas, quer dizer, vão ser escolhidos através de eleição, mas só depois de fazerem o curso e fazerem a prova. Aqueles que forem aprovados, é que poderão entrar para a descolha escolha direta de alunos e outros professores da escola. Definição de programa de incentivo à formação de professores. Eu acho que essa é uma definição que tem que ser feita, de incentivo, que tipo de incentivos? Há questões sendo colocadas. No incentivo deve ser financeiro? Há pessoas e profissionais no país que não aceitam que têm que ser um programa de incentivo financeiro, a formação de professores, mas outros acham que tem que ser financeiro mesmo, é dar o dinheiro para o professor se formar, crescer na sua profissão, há um programa que deve ser colocado dessa forma. Promoção da articulação das políticas de saúde e políticas sociais com as políticas de educação. Deve a política de educação ser feita, discutida e colocada sozinha ou hoje em dia ela deve vir linearmente formada através de uma política de saúde e das políticas sociais? É uma questão a ser discutida. Incentivo às atividades sistemáticas de difusão científica. Essa é outra grande questão, e aí entra o problema das universidades. Fazer com que todas as pesquisas das nossas universidades sejam difundidas sistematicamente, e aquelas propostas melhores feitas pelas nossas universidades, pelas nossas secretarias estaduais de educação, pelas nossas secretarias municipais de educação que tem um incentivo para que a parte científica seja pilar da educação das nossas escolas. Descredenciamento de instituições e fechamento de cursos de licenciatura com avaliação negativa. É claro e evidente que isso depende, quando for universidades federais do MEC, mas vale também para as instituições superiores municipais e estaduais que existem no país.

Bom, terminamos. Eu quis colocar de uma forma muito estética, mas aí estão todas as propostas que foram levantadas daqui dessas nossas reuniões. Eu acredito, senhor presidente, que muitas deles merecem projetos dessa Comissão, que são questões que podem ser discutidas e podem ser encampadas por essa Comissão, e outras devem ser eu acho que objeto de discussão que são polêmicas, que são propostas que visam o futuro, mas que têm que se começar a discutir aqui. Fundamentalmente, formação dos professores, formação, avaliação dos professores. Isso ficou muito claro aqui no ensino médio, a parte de difusão científica e a discussão que tem que ser tomada de qual é o ensino médio que nós queremos.

Não há clarificação para ninguém que esteve aqui na mesa que tipo de ensino médio nós queremos. Nós é que vamos tomar uma decisão, vamos aportar ao Ministério da Educação a nossa proposta, que proposta de ensino médio e ensino profissional, propredêutico? É uma questão a ser discutida. O ensino, a educação infantil tem o eixo, o ensino fundamental tem o eixo, as universidades acho que estão pegando a idéia do ensino da educação à distância, acrescida da educação formal e presencial, mas o ensino médio está perdido. Eu não vejo aqui nenhum rumo específico, de qual é o ensino médio fundamental e principal que o Brasil deve seguir, nem a proposta do PDE tem isso muito clara. Eu acho que a nível de ensino que mais necessita de apoio desta Casa para que a gente possa talvez discutir no Brasil inteiro, talvez numa caravana, como V. Ex^a. fez, para discutir o ensino médio em todo o país e daí surgir uma proposta específica para que linha nós devemos seguir. Eram essas as minhas considerações, apesar de todas as dúvidas que esse ensino me trouxe, eu particularmente me propus a continuar estudando o ensino médio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigada à Senadora Maria Serrano. Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado. Nós temos dez minutos ainda, nos deu a mesa. Eu pergunto ao Senador Valadares se consegue fazer nesse tempo, e nós vamos ficar faltando duas, Marco Maciel, que está presidindo uma sessão, e o Flávio Arns, que pediu para substituir o relatório dele de última hora, mas não trouxe ainda o novo. Então eu passo a palavra ao Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu farei em dez minutos ou menos uma síntese das idéias e propostas para a educação brasileira e o plano de desenvolvimento da educação referente ao ensino superior, ensino e a sua extensão, é o relatório setorial para o qual fui designado por V. Ex^a.. O plano de desenvolvimento da educação, lançado pelo Presidente da República em 24 de abril de 2007, não contém muitas medidas especificamente voltadas ao ensino superior, pois quase todos se entrelaçam com as demandas da educação básica. Algumas medidas foram datadas em programas criados antes do plano, herdadas de governos passados, que de modo geral foram ou serão repensadas e transformadas. Certos temas são pontuais, como é o caso da implantação ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, é uma das metas do plano. Entretanto, as metas espalham-se

em múltiplas direções. O PDE oferece apoio financeiro à produção de conteúdos nacionais digitais, em formato multimídia, e tais produtos devem ser criativos e diversificados, serem utilizados por professores de língua portuguesa, matemática, física, química e biológica. Nesse caso, o Ministério de ciência e tecnologia entrou com parceria do Ministério, como parceiro do Ministério da Educação. O programa de bolsa institucional, de iniciação à docência, objetiva distribuir em 2008 vinte mil bolsas da fundação coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, CAPS, a estudo, estudantes de licenciatura das universidades públicas com vistas a apoiar a formação de professores para a educação básica e antecipar o ingresso graduado em ambiente escolar. As ações dirigidas à formação de professores constituem o cesso do PDE, para o ensino médio, esse incentivo será direcionado para desenvolver projetos em áreas com maior carência de professores, física, química, biologia e matemática. Sr. Presidente, eu gostaria de enfatizar, de registrar, a preocupação do PDE com a qualificação e a formação de professores de nível superior voltados, esses professores, voltados para o ensino básico, aliás, eu queria fazer um registro que quando eu fui secretário de educação e cultura do estado de Sergipe, lá pelo Pim da detecta de setenta, eu imprimi, eu institui uma programação realizada no interior para a formação de professores de nível superior pela primeira vez, esses cursos foram realizados com o apoio da universidade federal do Sergipe e onde professores até da zona rural, em períodos determinados, participavam dos cursos de licenciatura curta, de licenciatura plena, e obtiveram a qualificação, diploma necessário e passaram sem dúvida alguma a melhorar a qualidade do ensino no Estado do Sergipe. Portanto, eu quero enfatizar a preocupação do Governo no PDE quanto à formação de professores, de nível superior, voltados para o ensino básico. Passando às conclusões de vez que o relatório foi distribuído a todos os Senadores e a todas as Senadoras, o penal de desenvolvimento de educação contém medidas promissoras, embora também inclua planejamento de ações que já estão em vigor e a representação de ..., apesar da discussão de ampliá-los. Destacamos a forma unilateral de elaboração do plano, que pouco caso faz do PNE, sob a alegação da dificuldade de alcançar suas metas. A falta de discussões com a sociedade na associação de medidas tão relevantes, para o país, não representa o meio mais adequado de enfrentar as deficiências educacionais brasileiras. O exemplo sobre a gestão democrática do ensino precisa vir de cima. As exposições das audiências apontaram, no entanto, a necessidade de iniciativas mais abrangentes e ousadas para incentivar a

formação de professores, em decorrência do desprestígio da carreira e do gigantesco déficit de profissionais concentrados em algumas áreas do saber, como matemáticas, física, química, biologia e notadamente professores que estão lotados em áreas ou em zonas do interior do estado dos estados. Nenhuma sinalização foi feita no PDE sobre o descredenciamento de instituições e fechamento de cursos de licenciatura com a avaliação negativa. Mesmo na área de incentivo às licenciaturas as medidas adotadas parecem insuficientes para resolver a carência de professores. Por fim, é preciso lembrar que tramita no Congresso Nacional mais de oitenta proposições sobre educação superior e assuntos correlatos, que podem trazer aprimoramento a essa área de ensino, como indicamos em anexo. Em síntese, este relatório pode evidenciar que apesar de suas limitações, o PDE contido em medidas salutares e, portanto, bem-vindas. No entanto, não deve restar dúvida que a democracia dispensação... e das decisões a respeito dos impasses educacionais brasileiros, constituem o caminho mais adequado para superá-los, e levar o nosso país a níveis mais elevados e socialmente justos de desenvolvimento.

Sr. Presidente, o MEC, lista razões pelas quais considera necessária a reforma universitária. A expansão do acesso ao ensino superior, especialmente para a população de baixa renda, a necessidade de cuidar da qualidade da educação superior garantindo o papel social e político da educação, e colocando as universidades públicas como elemento de referência, a consolidação da gestão democrática e participativa para permitir um projeto de educação de qualidade social, e aqui na página 54, aqui existem vários itens que são propostas pelo Ministério da Educação, como aumentar de forma muito significativa os recursos públicos para as universidades, aumentar a autonomia das universidades públicas, aumentar o controle sobre a criação e a continuidade de instituições de nível superior, Jornal Nacional o modelo de eleições diretas e colegiados, incentivar, por ultra parte, o controle social sobre as instituições de ensino superior por meio de conselhos pergunto otários e sociais para garantir a sua relevância para o meio em que elas atuam, impedir o controle de instituições educacionais brasileiras por estrangeiros, residentes no país ou não. E Jornal Nacional a política de ação afirmativa, garantindo 50% das vagas em todos os cursos e universidades públicas para os estudantes de escolas públicas, além das cotas para a população de origem negra e indígena. São, senhor presidentes, em resumo, os aspectos que eu queria destacar nesse breve espaço de tempo, já que temos a sessão agora, neste momento, deliberativa para a eleição do novo Presidente do Senado

Federal, cujo sessão já foi aberta e nós estamos sendo chamados imediatamente para a votação. Agradeço a V. Ex^a., Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós que agradecemos e ponho em votação. Está aprovado. O Senador Paim vai ler o relatório de uma maneira muito resumida, como eu farei logo depois, do Marco Maciel, o relatório do Flávio Arns, aí nós vamos concluir.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, eu tive a satisfação de poder ler o relatório do Senador Flávio Arns, e como sempre ele faz com brilhantismo que lhe é peculiar. Principalmente nessa área da pessoa com deficiência, que o relatório setorial dele é sobre a educação especial. E eu, depois de ler, assinaria embaixo com a maior tranquilidade. Eu não queria que esse relatório fosse o relatório "ad-hoc", eu queria que eu lê-se simplesmente e a assessoria diz que é isso mesmo, eu apenas estou lendo o belíssimo trabalho feito pelo Senador Flávio Arns. Eu vou sintetizar, Sr. Presidente. O item um é educação especial no Brasil, caminhos percorridos e perspectiva, ele fala aqui da educação e desenvolvimento, as minorias e as desigualdades sociais, educação de pessoas com deficiência, lembra de marcos históricos, depois ele entra na diferença e a deficiência, aspectos conceituais, culturais e de relação e pedagógicos, explica com muita sabedoria e aponta caminhos no combate à discriminação e à exclusão social pela diferença, entra no protocolo egoísmo dos movimentos e organizações das pessoas com deficiência, à educação especial e o atendimento à peculiaridade dos educando-se com deficiência, depois fala sobre a legislação brasileira e a importância da educação especial, recorre ele a constituição de 1988, entra na LDB, enfim, senhor presidente, é um belíssimo relatório que eu aqui sem-teto isso, ele faz uma análise da lei dez mil oitenta setenta e dois, de 2001, propõe a definição de uma política explícita de acesso à educação para todos, organizada em três eixos, depois ele entra na Resolução nº dois, do conselho nacional de educação, estabelece diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, e depois eu diria, senhor Presidente, o que saio dados estatísticos da pessoa com deficiência do Brasil estão aqui muito precisos, no item quinto o atual plano de desenvolvimento da educação PED do Governo Federal e da educação especial, ele faz uma série de considerações importantíssimas, depois vai para as conclusões, apontando uma série de proposições tramitando no Senado Federal na área de educação especial e principalmente da atenção das

pessoas com deficiência e apresentando aqui algumas recomendações e proposições. Então parabéns ao Senador Flávio Arns, é com muita alegria que eu o substituí aqui nessa síntese do seu relatório. Era isso, Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Senador Paim. Ponho em discussão, ponho em votação. Não havendo ninguém contra, está aprovado.

O relatório do Senador Marco Maciel, ele faz uma revisão de tudo que o Governo está fazendo, e depois ele faz um lista de propostas que eu leio. Ampliação do papel das instituições públicas de ensino superior na forma ação de professores qualificados para o ensino fundamental e médio, descredenciamento de instituições e cursos de licenciatura com avaliação negativa do MEC, instituição de universidade aberta para o relaciona a oferta de cursos noto urnas com qualidade, desculpe, instituição de universidade noturna para a oferta de cursos noturnos com qualidade, otimização da oferta, otimização do acesso e da permanência, reestruturação da graduação com a substituição de departamento por circo últimos de fundamentação e profissionalização, utilização de critérios de admissão que leva em conta o potencial de aprendizado e rendimento, a diversificação das instituições públicas de ensino superior, política de contratação, retenção e interiorização de profissionais qualificados, adequação de quadros docentes das universidades às exigências da legislação educacional no que tange à titulação mínima, democratização da oferta de ensino e expansão da atividade de pesquisa por meio da criação de Campos de universidades consolidados, revisão urgente de curriculuns dos cursos superiores, aprimoramento do PRÓ-UNE, flexibilização do critério universal de renda, ou seja, a mudança do pró ultrapasso nenhum une, ele apresenta cinco itens, treze estabelecimentos de parceria entre universidade de uma mesma região visando a economia de esforço e atividade de pesquisa em Torres recíprocos, isso eu acho fundamental, o que eu chamo a anos de centros multiuniversitários de pesquisa, e, finalmente, estabelecimento de parcerias entre Poder Público e iniciativa privada para a utilização compartilhada de espaço e instalações. Eu ponho em discussão e ponho em votação. Está aprovado. Eu quero ler agora um requerimento do Senador Paulo Paim. Requeiro, nos termos do disposto do artigo cento e sessenta e dois, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado dois quatro, de 2007, que "escreve o nome de Fernão Cândido Felisberto, líder da revolução Chibata, no livro de heróis da Pátria", sendo encaminhado ao Plenário para a sua apreciação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, de forma muito rápida, devido ao nosso tempo, hoje nós temos uma sessão na casa de homenagem aos marinheiros. Mais do que justo, homenagem dos marinheiros, que a gente faça essa homenagem para o João Cândido. Nós estamos chegando aos cem anos da revolta da Chibata e como nós não temos, nesse momento, oportunidade de deliberar aqui no Plenário, aqui na Comissão, eu pediria que ele fosse remeto ido diretamente ao Plenário para a gente aprovar ainda nessa semana, até porque, Sr. Presidente, é comum, eu digno Congresso Nacional, infelizmente, início ambas que a gente tem, aqui no Senado, de estarem sendo repetidas na Câmara. Depois que o projeto foi aqui apresentado, um projeto idêntico foi apresentado na Câmara. Então para não haver aquela Deputada desnecessária, nós aprovamos aqui, e lá, com certeza, projeto da Câmara será apensado ao nosso e será aprovado e irá à sanção do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer, defendendo que nós estamos abrindo de certa maneira uma precedentes pela falta da votação na Comissão. Mas eu acho que o Senado tem que se defender, ontem mesmo eu soube que o projeto dessa casa, que eu iniciei, de piso salarial.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É justamente sobre isso que eu queria perguntar para V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está ameaçado de virar projeto, felizmente, para os professores, por medida provisória. Faltando horas para aprovar o projeto, porque assim que terminar a paralisia do trabalho da Câmara, pode votar, porque todos os líderes já pediram. Então eu sou favorável e consultado a Comissão se pudermos abrir mão da votação nominal e aprovarmos e enviarmos simbólica e levarmos adiante.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acredito que sim, pelo menos da minha parte, tem todo o meu apoio, que eu ia perguntar a V. Ex^a. justamente sobre o piso nacional, porque é um projeto que foi tão descuido, pronto, defendendo desses últimos acertos, e vem por Medida Provisória. Isso para nós é uma pancada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma pancada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É uma pancada no trabalho e na seriedade com que nós trabalhamos nessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação o requerimento do Senador Paim. Não havendo ninguém contra. Estão de acordo. Uma última coisa antes de ir. Eu recolhi assinatura ao longo de um certo tempo para uma CPI diferente, que seria a CPI do "apagão" intelectual. Isso eu tomei a iniciativa quando o sabes saiu com um resultado tão negativos. Entretanto, não dei entrada. Eu creio que com o resultado dos pisa e com o novo Presidente, eu gostaria de consultar os que estão aqui, se eu deveria dar entrada a essa CPI da educação. Uma CPI do bem, que não visa punir ninguém, não visa responsabilizar ninguém individualmente, não é contra governe. É para apurar, por que nós somos tão ruins em educação. Estão de acordo? Eu vou dar entrada hoje mesmo, ainda, ... hoje, mesmo que fique para o próximo ano.

E, finalmente, a partir de amanhã, todos esses relatórios já estão no nosso site, www.senado.gov.br. Finalmente, eu espero, no começo do ano, fevereiro, trazer tudo isso junto com o resumo que eu farei para que isso vire um livro, e eu gostaria que o resumo também fosse aprovado. Por isso, não vamos imprimir nada até fevereiro ou março. Parabéns a todos que fizeram, eu acho que esse foi um belo trabalho dessa Comissão. Parabéns a cada um dos relatores, e aos consultores que ajudaram nesse trabalho. Está encerrada a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da primeira Sessão Legislativa ordinária da 53ª legislatura. Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estariam de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado. Nós temos uma longa pauta e eu vou começar pelos não terminativos, cujos Relatores estejam aqui. O item nº 01, a relatoria é da Senadora Maria do Carmo Alves. Então eu passo a discutir o item nº 01. Projeto de Lei da Câmara 078/2007. Acrescenta parágrafos ao artigo 62 da lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (a União, o Distrito Federal, os Estados e os municípios) deverão promover a formação e a capacitação dos profissionais de magistério. Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Em exame nesta Comissão Projeto de Lei da Câmara de iniciativa do Poder Executivo que acrescenta os dois primeiro e segundo ao artigo 62 da lei 9394 de 20 de dezembro

de 96 que é a lei de diretrizes e bases da educação. O parágrafo primeiro garante que a União, Distrito Federal, os Estados e os Municípios deverão promover a formação inicial continuada e a capacitação dos profissionais do magistério, inclusive em regime de colaboração. O segundo permite o emprego de tecnologias e recursos de educação a distância para a capacitação e a formação continuada dos profissionais do magistério. Pelo artigo segundo, a lei que se transformar o PLC entrará em vigor na data da sua publicação. Não foram apresentadas Emendas ao projeto no prazo regimental. Então, a proposição em comento vem preencher uma lacuna que seria dificilmente suprida caso a União não interviesse nos Estados, Distrito Federal e municípios. A dificuldade administrativa e orçamentária dos entes federativos nessa área, mesmo levando em conta a Lei de Responsabilidade Fiscal e a assistência financeira prestada pela União, fica condicionado ao cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes dos governos beneficiados, somado a ausência de projeto educacional partilhado em âmbito nacional. Esses são alguns dos impedimentos a implantação definitiva de programas de formação inicial continuada e a capacitação dos profissionais do Ministério. Do magistério.

Dessa forma, percebe-se como indispensável a participação da União, não apenas de maneira supletiva, mas em regime de colaboração. Nos termos da proposição, o dever do Estado Brasileiro na oferta da educação torna-se transparente. A título... No título 9 da LDB das disposições transitórias, o artigo 87 inciso três cria a possibilidade de utilização da educação a distância e realização de programas de capacitação dos professores que estão em exercício. A lei de nº. 11502 de 11 de julho de 2007 que altera a lei 8405 de 09 de janeiro de 92 permite a continuação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, CAPES, subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte a formação de profissionais de magistério para a educação básica.

A referida lei ainda diz que no âmbito da educação básica a CAPES terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, Municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituição de ensino superior, públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério respeitando a liberdade acadêmica das instituições conveniadas.

Deve-se observar ainda, na formação inicial de profissionais de magistério, a preferência pelo ensino presencial conjugado com o uso de recursos e tecnologias de educação a distância. Tal ressalva deve ser

feita quanto a formação inicial, momento em que se deve priorizar o ensino presencial pelo papel exercido pelo currículo oculto, ligado a comportamentos, atividades e valores. A utilização de recursos e tecnologias da educação a distância deverá ser especialmente empregada na capacitação e na formação continuada de profissionais de magistério.

Com o atual desenvolvimento da educação a distância no país é importante garantir que o emprego dessa tecnologia atinja o maior público possível. Com vistas a aprimorar o projeto, propomos a retirada do termo, inclusive no inciso primeiro, a Legislação deve propor positivamente que os entes federados e o Governo central trabalhem em efetivo regime de colaboração por ínfima que pareça tal colaboração. A educação sairá enriquecida com essa interpretação.

O segundo, em virtude da fragilidade do termo especialmente após o modal poderão propomos uma redação que torne o sentido do texto mais claro. Adicionamos um parágrafo terceiro que trata da formação inicial dos profissionais de magistérios no molde da lei 11502/2007 de modo que não restem dúvidas quanto a sua inclusão no projeto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara com a seguinte Emenda. Emenda... Dê-se ao artigo 62 da lei 9394 de dezembro de 96 nos termos do que dispõe o artigo primeiro do PLC nº. 71/2007 a seguinte redação: Artigo primeiro. Artigo 62. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios em regime de colaboração deverão promover a formação inicial, continuada e a capacitação de profissionais de magistério. Segundo: A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologia de educação a distância. Terceiro: a formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial subsidiariamente fazendo uso dos recursos e tecnologias da educação a distância.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Essa é uma matéria de extrema relevância, de uma importância muito grande, Sr. Presidente, porque na realidade trata do aprimoramento, do aperfeiçoamento continuado dos profissionais de educação. Dos professores, aqueles que estão no dia-a-dia com as nossas crianças e jovens. E já que o Brasil está precisando dessa melhoria urgente da qualidade do ensino, nós estamos infelizmente colocados numa posição que nos deixa realmente envergonhados com relação à qualidade do ensino, haja visto todas as provas, as avaliações feitas e recentemente mais uma que nos deixou mais entristecidos, porque sem educação, como diz o nos-

so Presidente, sem a revolução da educação nós não conseguiremos jamais sermos um país forte, a condição de criar condições para que os professores para que possamos ter essa capacitação, o aprimoramento continuado dos nossos profissionais é de extrema importância. Então eu gostaria de colocar aqui a minha posição de parabenizar a Relatora e o autor da matéria, porque considero isso importantíssimo para a educação, para a qualidade da educação, para avançarmos e melhorar a educação no nosso Brasil. Obrigada, Sr. Presidente. Em votação a matéria. Quem estiver de acordo, fique como está. Aprovado. Passo a Presidência ao Presidente titular, Senador Cristovam.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço à Senadora Rosalba e passamos ao próximo item, não terminativo ainda, cujo Relator esteja presente que é mais um projeto cuja Relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves. O Item nº. 04, Projeto de Lei da Câmara nº. 095 tramitando em conjunto com o PLS 164/07. Modifica a lei 7210 de julho de 1984 que é a lei de execução penal para instituir o ensino médio nas penitenciárias. A matéria constou da pauta da reunião do dia 20/11, na reunião do 04/12 foi concedida vistas ao Senador Paulo Paim que eu creio que já conversou com a Senadora e eu passo a palavra então à Senadora Maria do Carmo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu, eu conversei efetivamente com a Senador Maria do Carmo sobre esse projeto e estamos construindo o seguinte entendimento. O Senador Mercadante entrou com pedido na Mesa para que o projeto dele seja desapensado do projeto do Deputado Paulo Rocha. Eu li o substitutivo da Senadora, acho que está muito bom, eu conversei com ela da seguinte forma. Nós desapensaríamos o projeto do Mercadante que seria então votado no momento adequado e nós permitiríamos que o substitutivo... Não é permitiríamos, temos concedido o acordo que o substitutivo da nobre Senadora que ficou muito bom, seria o substitutivo dela ao projeto Paulo Rocha e voltaria para Câmara naturalmente como teria que voltar. Esse é o entendimento, não sei como é que a Mesa pode encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de ouvir a opinião da Relatora. Se estiver de acordo não vejo nenhum impedimento para que isto seja feito.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Também não tenho maiores problemas para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não vê problema? Então a gente faria aqui o desapensamento. Haveria então a neces-

sidade de um Requerimento pedindo... Faz aí e nós aprovamos com o aval da Relatora. Está bem? Então com isso já podemos passar à votação? É, está certo. Fazemos a votação do desapensamento e voltamos depois a analisar esse projeto imediatamente. Claro. Por que não pode?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que ir para Mesa. Tem razão. Tá bom. Então eu ponho em discussão a proposta do Senador Paim de desapensar deste projeto, o projeto do Senador Mercadante. Havendo Requerimento feito, se alguém quer discutir... Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Requerimento do Senador Paim que vamos encaminhar à Mesa. Passamos ao próximo projeto que é o item 06, cujo Senador... Senador Gerson Camata que não está presente. O próximo item não terminativo cujo Relator está presente é a relatoria do Senador Geraldo Mesquita, que é o item nº. 08. Projeto não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº. 045/2007 que dá nova denominação a reserva federal que especifica, altera a denominação do parque indígena do Xingu para parque indígena do Xingu Orlando Vilas Boas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito justo inclusive, Presidente. O Deputado [ininteligível] Neto propõe algo como eu disse muito justo. A proposição foi apresentada na Câmara no dia 11 de março de 2003. Passou na Câmara, foi aprovada seguidamente e veio para essa Comissão onde recebeu Emendas no prazo regimental. A proposição preenche todos os requisitos da constitucionalidade, juridicidade, redação, etc. E aqui trata-se do inequívoco reconhecimento constado por Orlando Vilas Boas que construiu para alçar o Brasil no cenário internacional a condição de país que respeita os direitos de suas populações autóctones, embora os temas relacionados às áreas indígenas gerem com frequência conflitos envolvendo interesses econômicos e políticos, figuras como Orlando Vilas Boas simbolizam a determinação do brasileiro no sentido da preservação da herança cultural e dos valores humanísticos e ambientais que caracterizam o modo de viver dos nossos índios. Além dessas razões de caráter geral, que por si só motiva a deferência ora proposta, motivos específicos a ressaltar. Orlando Vilas Boas, juntamente com seus irmãos Cláudio e Leonardo veio a chefiar a famosa expedição Roncador Xingu criada pelo Governo Federal no início de 43. O mundo então vivia as tensões geradas pela Segunda Guerra e por determinação do Presidente Getúlio Vargas o grupo sertanistas partiu para o oeste do país com o objetivo

de desbravar as áreas sobre as quais pouco se sabia. Esse trio de sertanistas foi fundamental para que no contato com os indígenas se produzisse o germe de uma nova cultura sobre esses povos.

O atual parque indígena do Xingu foi criado em 61 como desdobramento dos trabalhos exploratórios realizados sob a direção de Orlando Vilas Boas e seus irmãos. Nada mais justo, portanto, do que a homenagem oportunamente proposta pelo ilustre Deputado [ininteligível].

Em função do exposto, nosso voto é pela aprovação do PLC, Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita. Ponho o assunto em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. O próximo item é não terminativo, cujo Relator está aqui, é o Relator Cícero Lucena que é o item 12, cujo Relator é o Senador Cícero Lucena do Projeto de Lei da Câmara nº. 060/2007 que dispõe sobre a prestação de serviço de psicologia e Assistência Social nas escolas públicas de educação de base. O projeto é de autoria do Senador José Carlos Elias e eu passo a palavra ao nosso Senador Cícero Lucena, o item nº. 12.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Sr. Presidente. O Projeto de Lei PL nº. 60/2007 do Projeto de Lei 3688/2000 na origem que dispõe sobre a prestação de serviço de psicologia e Assistência Social nas escolas públicas de educação básica.

Em seus três artigos, o projeto em destaque busca assegurar o atendimento psicológico de Assistência Social aos estudantes das escolas públicas de educação básica. Ele resulta de substitutivo da Comissão de Educação e cultura da Câmara dos Deputados a nove proposições que tratavam do assunto encabeçado pela mais antiga, o PL 3688/2000 que originalmente dispunha apenas sobre a presença de assistentes sociais nas escolas públicas.

O PLC prevê que o atendimento será prestado por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde e por assistentes sociais ligados ao serviço público de Assistência Social. Esses profissionais podem atuar nas escolas ou preferencialmente nos serviços de saúde, Assistência Social em qualquer caso serão fixados número de vezes por semana e os respectivos horários mínimos de atendimento.

É estabelecido ainda o prazo de um ano a partir da data da publicação da lei para que os sistemas de ensino, de saúde e de Assistência Social cumpram as novas normas.

Por fim, a data da publicação da lei em que se converter PLC é previsto para a data de sua publicação. Na análise, Sr. Presidente. Com efeito as instituições escolares, em especial aquelas voltadas para o atendimento do amplo contingente de estudantes geralmente deixam de lado as necessidades e dramas individuais de seus alunos. Problemas de comportamento, de aprendizado dos estudantes tendem a ser tratados de forma superficial e muitas vezes até ignorado por professores e outros profissionais da educação premidos pela sobrecarga de serviços e eventualmente convencidos de que pouco podem fazer nas suas condições de trabalho para mudar os supostos determinismos do meio social ou da herança genética que pesa sobre seus alunos.

Apesar dos esforços de muitos desses profissionais, apenas no momento em que se comportam anti-sociais perturbam seriamente o cotidiano escolar se identifica a necessidade de atendimento individualizado e especializado. Como, todavia, a maioria das escolas de educação básica pública não tem profissionais qualificados e/ou que disponham de tempo para oferecer apoio a esses estudantes e os serviços público de saúde e de Assistência Social frequentemente não são de fácil e rápido acesso, o tratamento que lhes é concedido tende a ser inadequado. Na verdade, considerável parcela das escolas particulares, principalmente das maiores já conta com psicólogos ou psicopedagogos e menos frequentemente com assistenciais.

Já no setor público, apenas algumas redes escolares tem esses profissionais em seus quadros, mas quase sempre em número reduzido, o que impossibilita a sua presença em todas as escolas, ou pelo menos na maioria delas.

Desse modo as normas contidas no PLC podem contribuir para que a escola tenha maior capacidade de compreender os dramas vivenciados por seus estudantes mediante a intervenção de outros profissionais qualificados, os psicólogos e os assistentes sociais.

Se esse trabalho for bem desenvolvido o consequente bem-estar individual e coletivo dos estudantes trará por certo efeitos positivos sobre o desempenho escolar e de modo geral contribuirá para a melhoria da qualidade de ensino.

Devido o Relatório ter sido anteriormente divulgado, Presidente, eu vou direto ao voto. Em vista ao exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 60/2007 acolhida a Emenda a seguir apresentada. Dê-se ao artigo primeiro... Parágrafo primeiro do artigo... Artigo primeiro do PLC 60 nº. 2007 a seguinte redação. O atendimento previsto nesse artigo será prestado preferencialmente por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde, SUS, e por assistentes

sociais vinculados aos serviços públicos e Assistência Social. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Cícero e ponho o assunto em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. O próximo item não terminativo é um Requerimento... Bem, aproveitando... O item não terminativo, cujo Relator está presente é o Senador Valter Pereira. É o item nº. 09. É o item não terminativo que se refere ao Projeto de Lei da Câmara nº. 061/2007 que denomina Ponte Ilha Grande a ponte rodoviária sobre o Rio Paraná entre os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. Eu passo a palavra ao Relator.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou direto à análise dispensando o relatório já que V.Ex^a. houve por bem fazer comentário sobre ele. Como bem alega o autor, Sr. Presidente, a denominação ponte ilha grande consentânea com a área de proteção ambiental em que se encontra, em muito facilitará a identificação geográfica dessa obra rodoviária de grande importância para o escoamento da produção regional destinado a exportação pelo porto de Paranaguá no Estado do Paraná. Plenamente justificado no mérito, o projeto disposto em boa técnica Legislativa encontra abrigo cumulativamente no artigo 2211 da Constituição Federal no tocante à reserva de competência Legislativa da União e nos artigos 48 e 61 relativamente ao âmbito da iniciativa parlamentar para proposição de leis. Encontram-se igualmente atendidos os requisitos de jurisdição e regimentabilidade. Regimentalidade. Voto. Ante o exposto, voto no sentido da aprovação do PLC nº. 61/2007. Concluído meu Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador. Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº. 061. Passamos à votação do item... É o item 20 porque o item 19, vamos esperar que o Senador Cícero Lucena regresse da outra Comissão que ele foi. Eu ponho em votação um Requerimento que é de minha autoria. Requeiro nos termos dos incisos 2 e 5 do artigo 90 do Regimento Interno realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de educação destinada a debater os problemas enfrentados pelos professores e alunos de altas habilidades, os chamados normalmente super dotados, bem como definir políticas públicas com vistas ao incremento das potencialidades desses alunos.

Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vista sobre a matéria o Ministro da Educação, Fernando Haddad, o vice governador do Distrito Federal Paulo Otávio, o secretário da educação do Distrito Federal José Luiz Valente, o Reitor da Universidade de Brasília, professor Timothy, a especialista no assunto, professora da Universidade de Brasília, Doutora Denise de Souza Freitas e o professor Isaac Roitmann, da agência de fomento CNPq. Obviamente é um Requerimento para uma audiência que só terá lugar no próximo ano. Eu ponho em discussão. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, pelo que eu estou entendendo, V.Ex^a. pretende talvez convidar essas pessoas citadas no seu Requerimento e mais os próprios alunos bem dotados. Ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que é uma excelente sugestão sua.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É porque eu estou mais interessado em conhecer um aluno muito bem... Super inteligente, bem dotado intelectualmente, etc., do que o Ministro da Educação, o Vice-Governador... E tal. Eu nunca conheci alguém bem dotado em termos de conhecimento, educação, inteligência, etc., etc., etc. Não sei se V.Ex^a., por acaso no seu longo trajeto no ensino já teve a oportunidade de ouvir um aluno bem dotado... Sabe de tudo. Geografia, história, português... Tudo. Gostaria até de saber de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou responder. A razão do meu Requerimento é que há aqui no Distrito Federal um acompanhamento especial para crianças e jovens com habilidades especiais. Ou seja, os super dotados. O contrário daqueles que tem deficiências. Senador Paim, que está preocupado. E a escola está sofrendo alguns problemas.

É exatamente em função desses problemas que muitos dos pais, dos professores pediram que a gente fizesse uma audiência. Só que em vez de ser para analisar apenas o caso do Distrito Federal, por isso o senhor vê que está tão concentrado, nós analisaríamos a situação geral. De fato vale a pena. Do Brasil e vale a pena trazer alguns dos alunos. Como já está em Brasília a experiência, como fica muito mais simples trazer as pessoas daqui, como há uma crise no setor local, eu concentrei em pessoas daqui. Mas podemos chamar, sim, alunos. Acho que é uma excelente idéia. Semana passada eles fizeram um encontro aqui e eu fui jogar xadrez com esses meninos. De fato o grande campeão deles felizmente não estava presente que ele jogava contra nove ao mesmo tempo. Eu joguei um a

um. Então não deu para sofrer tanta vergonha assim. Mas meninos de nove anos, dez anos. Então eu vou incluir na sugestão, se a Comissão estiver de acordo, a inclusão de alguns dos alunos ou um dos alunos, representante dos alunos que aqui esteja presente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Será uma ótima dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem. Não havendo mais quem queira discutir, aceito a sugestão do Senador Paulo Duque, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador... É o Raimundo Colombo? Por que eu não estou vendo, mas pela voz. Muito bem.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de pedir a V.Ex^a. para incluir na pauta, se for possível, o Requerimento de minha autoria e da Senadora Marisa Serrano que convida as pessoas envolvidas na criação da TV Pública e o propósito é debater a sua criação e o seu funcionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aceito o Requerimento extra pauta. Até isso precisa submeter à Comissão? É um excesso de democracia. Eu submeto ao pedido do Senador Raimundo Colombo como extra pauta o Requerimento que ele faz. Eu creio que o Senador Mesquita também vai querer incluir um Relatório... Um Requerimento extra pauta. É verdade?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O senhor tem razão. O senhor anda com bola de cristal.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita, primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador, é um Requerimento aqui nos termos do disposto do artigo 58 etc., estamos requerendo a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão com o objetivo de ouvir os esclarecimentos do Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, professor Fernando Haddad sobre a preocupante classificação dos estudantes brasileiros em 2006 no programa internacional de avaliação de alunos, PISA, assim como as necessárias [interrupção no áudio] Federal pretende adotar para a melhoria no desempenho de nossos

alunos. Gostaria de que fosse incluído extra pauta o Requerimento ora lido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Paim também tem um requerimento extra pauta?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. Eu só quero pedir a V.Ex^a., se possível, com a chegada do Senador Zambiasi de a gente fazer uma inversão para votar o item 13. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu vou pôr em votação primeiro os dois requerimentos extra pauta. Quem estiver de acordo, permaneçam como estão. Estão incluídos. Agora Senador Paim, eu proponho a inversão de pauta para um projeto do item 13. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado e vamos para o item 13 cujo Relator é o Senador Sérgio Zambiasi. Ah, não temos número para o terminativo. Bem, nesse caso então vamos ao projeto do Senador Cícero, que ele tinha saído. Bem, eu vou colocar em votação então o Requerimento do Senador... Dos Senadores Augusto Botelho e Cícero Lucena. É o item 19. Antes de colocar do Senador Mesquita e do Senador Colombo. Requeremos nos termos regimentais que seja realizado no âmbito da Comissão de Educação Audiência Pública com a finalidade de discutir o PLS nº. 026/2007 de autoria do Senador Tião Viana que altera a lei 7498 de 25 de junho de 1996 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares, técnicos de enfermagem e as parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem. Para tanto solicitamos... Fala o nome do Senador... Eu leio um documento do Senador Cícero e do Senador Augusto Botelho, solicitamos o convite das seguintes autoridades. Representante do Conselho Federal de Enfermagem, representante do Conselho Federal de Medicina, Doutora Maria Helena Machado, Diretora do departamento de gestão e regulamentação do trabalho e saúde do Ministério da Saúde, Dr. Antônio Carlos Figueiredo [ininteligível], Diretor da CONASEM, Conselho nacional dos secretários municipais de Saúde e secretário de saúde Município de Maringá, São Paulo. Representante da Federação Nacional de enfermeiros. Está em discussão o requerimento dos dois Senadores.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, só uma orientação. A demanda de entidades que pretendem discutir, então nós estaremos deixando em aberto esses nomes para fazer depois a

listagem. Era só essa colocação em meu nome e em nome do Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Então mantemos o Requerimento apenas sem os nomes. Eu ponho em discussão. Algum Senador quer se manifestar? Nenhum Senador querendo se manifestar ponho em votação. Não havendo nenhuma manifestação contrária, está aprovado o Requerimento do Senador Cicero e Senador Botelho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, agora acho que se o Senador Zambiasi fazer a leitura... Só falta um e está vindo aqui já o... Está vindo. Ela vai só pegar o óculos dela. Que não é um tema polêmico, é uma escola técnica inspirada inclusive numa iniciativa do Senador Papaléo Paes.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar então... Vamos votar o terminativo, aproveitar o quorum. Então eu passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi que vai dar o parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 609/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar a escola técnica federal de construção naval no Município do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Cristovam, Senador Paim autor do projeto a quem eu quero cumprimentar pela oportunidade. A cidade de Rio Grande está se transformando num dos grandes pólos navais sul-americanos e tem todas as razões para isso. Inclusive, porque é a terra natal, Presidente Cristovam, do Almirante Tamandaré que é o patrono da Marinha. E até sugiro ao Senador Paim que em caso de aprovação da escola instalada seja batizada e ganhe em homenagem a ele o nome do Almirante Tamandaré. Amanhã, hoje é dia 11, dia 13 é o aniversário de nascimento do Almirante Tamandaré e o dia da Marinha e é uma forma também de homenagearmos toda essa história naval que o Brasil tem--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Creio que o segundo centenário.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim. Nós estamos com isso homenageando, homenageando a história naval da cidade de Rio Grande, lá onde começou o Rio Grande do Sul, na realidade, foi ali que aconteceu os primeiros embates em que o Rio Grande do Sul incorporou-se ao Brasil, Almirante Tamandaré teve uma história fantástica, maravilhosa, nascida a partir dali das suas incursões pelo mar e pelas lagoas e neste dia 13 nós temos o dia da Marinha e celebramos o aniversário de nascimento do Almirante Tamandaré. São razões além do que significa em termos

de geração, de desenvolvimento, de emprego, renda para uma região que para nós é fundamental, a metade sul do Rio Grande do Sul que precisa de grandes investimentos e este do pólo naval é fundamental e a escola local é mais uma razão para desenvolvimento. Por esta razão, Presidente Cristovam, nosso parecer é com louvor favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão o projeto. Senador Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Para discutir. Queria parabenizar o Senador Paulo Paim, a dupla fantástica do Rio Grande do Sul. Eu apresentei há pouco tempo atrás um projeto no mesmo sentido para que o Governo Federal se compromettesse a instalar uma escola técnica federal de construção naval artesanal lá no Município de Cruzeiro do Sul. Senador Buarque, Cruzeiro do Sul, digamos assim, é a sede da região do Juruá. É uma região que por tradição, tem uma tradição já longa e histórica de construção de embarcações pequenas, médias e grandes. Essa escola, o que representaria para o incremento dessa prática, para o resgate dessa cultura de construção de embarcações que está se esborroando no tempo, está se perdendo. Essa escola resgataria toda essa tradição, toda essa cultura, formaria jovens aptos a trabalharem numa possível indústria forte de construção de embarcações naquela região, não só para suprir o Juruá, mas toda a região da Amazônia, inclusive países vizinhos que têm nos rios os seus meios de locomoção. Portanto eu queria parabenizar essa dupla fantástica de Senadores do Rio Grande do Sul, Senador Paim, Senador Zambiasi pela iniciativa e lembrar que nosso projeto também vai no mesmo sentido de fazer com que se crie lá na região do Juruá, na sede em Cruzeiro do Sul um pólo de desenvolvimento e de construção de embarcações como esse que estão propondo na região mencionada aqui do Rio Grande do Sul.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente. Eu gostaria de rapidamente parabenizar os Senadores Paim e o Senador Zambiasi. Até porque quando falamos de escola técnica eu sou uma entusiasta. Eu acho que quanto mais o Brasil puder ter em termos de escola técnica terá sempre do meu trabalho todo o apoio para que possamos crescer cada vez mais e nessa área é de uma importância muito grande. Porque a gente vê o quanto o Brasil poderia... Poderá avançar em termos de indústria naval. E o Rio Grande do Sul já com essa característica, criando os profissionais, preparando de escola técnica, com certeza os técnicos vai dar uma boa contribuição ao Brasil.

Então parabéns aos Senadores e gostaria de dizer que concordamos plenamente com o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, não havendo mais nenhum que queira se pronunciar, eu vou fazer a chamada dos Senadores para a votação. Senador Paulo Paim. Senador Sérgio Zambiasi foi o Relator, Wellington Salgado. Mão Santa... Senador Wellington, Senador Mão Santa, Senador Paulo Duque, Senador Geraldo Mesquita como vota? Senador Edison Lobão como vota? Senador Raimundo Colombo, Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Reafirmando, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes, Senador Antônio Carlos Valadares... Senador Valter Pereira, Senador Adelmir Santana, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esqueci algum? Não

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valadares que está presente e Senador Cícero, questão de ordem. Antes, para dizer que está aprovado o projeto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem. Já que se encontra o Relator terminativo do item 14 aproveitando o quórum e dando sequência depois do 13, eu pediria que fosse votado. Item 14.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Tem orador na Mesa. O Senador Cícero pediu uma inversão de pauta para aproveitar a presença do Relator Senador Papaléo Paes. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada a inversão. Vamos ao item 14.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Projeto de Lei do Senado 485/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar o centro federal de educação tecnológica de Patos no Estado da Paraíba. Senador...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É uma questão jurídica muito importante nesse projeto e que abrange outros que já foram aprovados e outros que aí virão. Eu, imagine V.Ex^a., que eu estou apresentando e virá a esta Comissão uma proposição autorizando um projeto autorizativo, autorizando a que o Governo do Distrito Federal doe ao novo Estado do Rio de Janeiro o antigo prédio do Ministério da Educação no Rio--

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu considero um bom projeto peço que faça a sugestão para que possamos --.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está ainda na Comissão de Justiça que o considerou injurídico. Veja V.Ex^a. Eu estou provando aqui, com esse projeto, que eu aplaudo esse projeto dos Senadores do Rio Grande do Sul, aplaudo o projeto, pode qualquer Casa do Congresso oferecer um projeto, uma proposição autorizativa, embora o Presidente da República já tenha essa autorização há muito tempo pela Constituição.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Na minha posição estou de acordo, vamos voltar a discutir isso, mas eu queria aproveitar o quorum que permite o projeto terminativo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): V.Exa. tem toda a razão.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas vamos votar agora. A palavra está com o Senador Papaléo Paes, para fazer a relatoria do projeto do Senador Cícero Lucena.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Projeto de Lei do Senado nº. 485/2007 de iniciativa do Senador Cícero Lucena. Autoriza o Poder Executivo a criar o centro federal de educação tecnológica de Patos, vinculado ao Ministério da Educação, o qual terá a sede no Município de mesmo nome no Estado da Paraíba. Nos termos do artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria objeto do Projeto de Lei do Senado nº. 485/2007 situa-se entre aquelas sujeitas à apreciação da Comissão de Educação. No que se refere ao mérito do Projeto de Lei do Senado 485/2007 de autoria do Senador Cícero Lucena impõe-se apontar a necessidade e a oportunidade de atuação mais efetiva do Governo Federal na expansão e interiorização da oferta de ensino tecnológico. Trata-se de investimento estratégico tendo em conta a demanda do mercado de trabalho dos profissionais altamente qualificados, essencial para o enfrentamento dos desafios da inserção competitiva do país na economia globalizada. Adicione-se a isso a constatação de que as nações bem sucedidas em reformas educacionais nas últimas décadas, investiram maciçamente nesse nível de modalidade de ensino, com o que conseguiram atrair empresas de tecnologia intensiva.

Cumpra lembrar, entretanto, a tendência a se considerar a inconstitucionalidade de projetos autorizativos voltados para a criação de estabelecimentos de ensino em face das disposições inseridas no artigo 61 parágrafo primeiro e segundo alínea 02 da Constituição Federal que atribui privativamente ao Presidente

da República iniciativa de leis de criação e extinção de órgão da administração pública vinculada ao Poder Executivo.

Ademais, tais projetos podem ser inquinados de jurídicos porque desprovidos de força coercitiva para obrigar o chefe daquele poder a cumpri-los. A propósito é esse o entendimento da Câmara dos Deputados sobre a questão. De qualquer maneira, o Senado Federal interpreta a matéria de forma distinta. Segundo o parecer 527 de 1998 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo como forma de colaboração a prática de ato de sua competência. Portanto, à luz do citado documento não caberia nesta Casa Legislativa a arguição e inconstitucionalidade do Projeto de Lei do Senado 485/2007 de autoria do Senador Cícero Lucena por vício de iniciativa. Então o meu voto, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 485/2007 de autoria do Senador Cícero Lucena, a quem eu quero repassar o reconhecimento da bela iniciativa para o Estado da Paraíba e cumprimentá-lo por ter tido esta iniciativa e eu a honra de relatar brilhante projeto de V.Ex^a. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra a Senadora Rosalba. Eu só quero pedir o máximo de concisão, mínimo de debates, porque tem outros projetos terminativos e um excelente quorum. Acho que temos mais quorum aqui hoje de que talvez no Plenário na hora de votar a CPMF. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu vou ser rápida. Dois minutinhos. Ta bom? Na realidade, o Senador Cícero está de parabéns e o Senador Papaléo como Relator. Porque esse projeto que fala do centro tecnológico para... Federal de educação na cidade de Patos, eu que sou norriograndense, vizinha da Paraíba, a cidade de Patos ela está numa posição geográfica que também vai ter uma importância grande para o Seridor do nosso estado mais uma escola técnica de formação para a juventude, para os nossos jovens. Então é de importância muito grande e vai beneficiar não somente a cidade de Patos, mas toda uma região onde também há uma... Já não existe limites entre a Paraíba e Rio Grande do Norte pela proximidade e pela convivência amiga dos dois Estados dessas regiões. Então quero parabenizar e desde já dizer que meu voto é com o Relator, favorável à matéria.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo à discussão. Está encerrada a discussão. Eu vou à votação. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu voto com o autor e com o Relator.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Também, Sr. Presidente, com o relator.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado. Como vota o Senador Wellington Salgado? Senador Mão Santa, saiu por um minuto. Senador Paulo Duque, como vota Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [Pronunciamento fora do microfone]. Que não procede de forma alguma os impedimentos que por vezes são suscitados na Comissão de Constituição e Justiça. Não há condição de se impedir que se vote um projeto autorizativo, embora o Presidente da República, o Poder Executivo já tenha esta prerrogativa. É como se fosse uma lembrança, mas é uma lembrança multiplicada por cem um projeto desse. Isso que o Governo tem que entender e a Comissão de Justiça também. A favor

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ta bom. Senador Paulo Duque a favor. Senador Geraldo Mesquita. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu voto com o Relator, mas eu queria dizer uma coisa muito interessante para nós aqui da Comissão de Educação. No Espírito Santo existia uma escola técnica, fundada por Nilo Peçanha. Priscas eras. Senador João Calmon, Presidente desta Comissão conseguiu, em 1976, a segunda escola técnica para o Espírito Santo. O atual Ministro da Educação, e aí cumprimento o Presidente Lula, está inaugurando esse ano e o ano que vem dez escolas técnicas. Parabéns ao Governo, numa hora que o Brasil precisa de educação técnica com o Relator, com o autor, parabéns.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo... Senador Edison Lobão. Senador Raimundo Colombo. Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Papaléo Paes, Senador Antônio Valadares. Eu peço que fiquem um pouquinho mais porque vamos... Senador Valter Pereira, Adelmir Santana, Cícero Lucena. [ininteligível]. Está aprovado o projeto. Eu passo... Na mesma página eu passo para o item nº. 16, cujo Relator é o Senador Cícero Lucena. Trata-se de um Projeto de Lei do Senado 433 que quero chamar a atenção que a descrição do projeto não coincide com o projeto. Senador [ininteligível]. É projeto que cria para os professores da rede pública o semestre sabático, nos moldes que tem os professores das universidades. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Início. Presidente, dizendo da minha satisfação e o prazer que tenho de relatar esse projeto de vossa iniciativa e procurando dar a nossa pequena contribuição para que ele possa atender os objetivos que todos nós desejamos. Vou direto à análise, Sr. Presidente.

A valorização dos profissionais de educação, entre os quais os professores, constituem com os pedagogos a categoria do magistério, preceito constitucional contido no artigo 206, parágrafo 5º que inclui a exigência do plano de carreira com acesso por meio de concurso público de provas e títulos. A lei nº. 9394 de 1996, a LDB, repetiu o princípio da valorização no seu artigo terceiro, inciso sexto, reservando uma Sessão inteira para as disposições sobre os profissionais de educação e o artigo 67 explicitamente para as normas gerais a serem observadas pelo sistema de ensino em seus planos de carreira referentes a categoria do magistério público. Essas normas resumiam de certa forma uma pauta de reivindicações que os educadores sindicalistas haviam tentado institucionalizar no projeto original da LDB, oriundo da Câmara dos Deputados.

Dizem respeito a concurso público, aperfeiçoamento profissional com afastamento remunerado, piso salarial, progressão funcional, horas de atividades extra-classe incluídas na carga de trabalho. Mesmo com a publicação da lei e com a entrada em vigor do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, os profissionais de educação em geral e a categoria do magistério em particular não conseguiram superar a situação de desvalorização, tanto salarial como funcional e social.

Em 2006, com a Emenda nº. 53 dirimiu-se dúvidas que perdurou por muito tempo sobre a abrangência dos termos profissionais de educação ficando claro que se trata de todos os que de forma permanente trabalham na educação escolar com titulação ou habilitação pedagógica de caráter docente ou não docente, incluídos entre os primeiros os professores e entre os últimos, os pedagogos com habilitação em administração, orientação, supervisão escolar e os funcionários da escola com habilitação de apoio escolar em nível médio ou superior. A exigência do plano de carreira também consta no artigo 40 da recente lei 11494 de 2007 que regulamentou o fundo de manutenção, desenvolvimento da educação básica e a valorização dos profissionais de educação, grifo nosso, FUNDEB, com os seguintes termos. Artigo 40, os Estados, Distrito Federal e Municípios deverão implantar planos de carreira e remuneração dos profissionais de educação básica de modo a assegurar primeiro: remuneração condigna dos profissionais de educação básica. Segundo. Integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da

escola. Terceiro. Melhoria da qualificação do ensino e aprendizagem.

O PLS 433/2007 do eminente Senador Cristovam Buarque que se distingue por sua defesa intransigente na educação pública e da valorização dos educadores chega em um momento importante no qual não somente a questão da licença sabática por ele proposta deve ser assimilada, mas toda a matéria que versa sobre a carreira dos profissionais de educação como elemento de sua valorização deve ser reinscrita na LDB.

Ademais, deve-se criar normas impositiva de prazo legal para a implantação dos planos de carreira nas redes de ensino federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, como sugerem especialistas e gestores preocupado com a inobservância do dispositivo constitucional pela maioria dos entes federais. Sem absolutamente retirado o Senador Cristovam Buarque a autoria desse projeto, assim como de outros que já foram aprovados nessa Casa, a exemplo do que trata do piso salarial, consideramos fundamental no momento consolidar e aperfeiçoar a Legislação infra constitucional a respeito da carreira dos profissionais de educação em todas as áreas de ensino público. O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do PLS 433 de 2007 na forma seguinte: Projeto de Lei do Senado 433 com substitutivo de 2007. Altera o artigo 67 da lei 9394/1996 que fixa as diretrizes e bases da educação. O artigo primeiro, o artigo 67 da lei 9394 de 20 de dezembro de 96 passa a vigorar com a seguinte redação. Artigo 67. Os sistemas e redes de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação básica pública, inclusive assegurando-lhes os, seus planos de cargo e carreira. Segundo, vencimento igual ou superior ao piso salarial profissional nacional no termo da lei Federal. Quarto. Sétimo. A cada sete anos de trabalho, licença das atividades normais com duração mínima de um ano. Artigo segundo. Os poderes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios tem prazo de um ano a contar da vigência desta lei para instituir ou adequar a Legislação pertinente em seus planos de cargo e carreira. Parágrafo Único. O ente federado que não cumprir o prazo disposto no caput não terá aprovado suas contas, sujeitando-se às penalidades legais. Artigo terceiro, essa lei entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente. Esse é o voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu fiquei com uma dúvida. A idéia central do projeto que é um só artigo de criar licença sabática está mantida no seu...?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Está mandato, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em que ponto?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Vou identificar aqui, Sr. Presidente. Porque quanto ao item, Sr. Presidente, da lei do aperfeiçoamento tentar localizar aqui, Presidente, mas eu tinha orientado nesse sentido. Artigo 67, inciso 7, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como é que está?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Você podia repassar aí por favor? A cada sete anos de trabalho a licença e atividades normais com duração do mínimo de um ano.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está escrito na redação? Está sim. Então muito bem. Eu ponho em discussão o projeto e não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Senador Paulo Paim. Como vota? Senador Sérgio Zambiasi. Senador Wellington Salgado. Senador... Senador Hélio Duque... Paulo Duque. Grande amigo meu. Vou lhe contar depois a história do Sr. Hélio Duque, um homem que foi pra Cuba nos anos 50 e ficou até morrer aos 90 anos. Senador Geraldo Mesquita, Senador Gerson Camata, Geraldo Mesquita, como vota? Senador Gerson Camata, como vota? Senador Edison Lobão, como vota? Senador Raimundo Colombo. Senadora Rosalba. Senador Papaléo Paes. Senador Antônio Carlos Valadares, como vota? Senador Valter Pereira. Senador Valter Pereira teve que se retirar. Senador Adelmir Santana. Senador Cícero Lucena é o Relator. Senador Eduardo Azeredo. Aprovado o substituto. A matéria será incluída em pauta na próxima reunião para apreciação em turno suplementar nos termos dispostos no artigo 282 combinado com o artigo 92 do regimento interno do Senado--

[falas sobrepostas].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 18, Sr. Presidente, eu faço, o item 18 eu faço o Relatório em 30 segundos. Para garantir o quorum.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cadê o quorum? Não é possível. Perdemos o quorum? Vamos aos não terminativos. Aqui tem o Senador Valter Pereira também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não tem o quorum?

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas faltam quantos para o quorum? Esses dois estão de volta, não? Peço... Vamos colocar... Enquanto esperamos, vamos colocar em votação os dois requerimentos do Senador Geraldo Mesquita e do Senador Raimundo Colombo. Senador Raimundo Colombo, com a palavra para justificar o seu Requerimento.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sr. Presidente, o Governo, pela Medida Provisória, 398 criou a TV pública. Existem países em que existe a TV pública e elas são um sucesso. Existem países onde ela é um cabide de emprego e totalmente desinteressante com nível de audiência zero. É interessante nós conhecermos qual é o pensamento, qual é a competência das pessoas que vão dirigir, que tipo de enfoque elas vão dar, não há um preconceito, mas há uma necessidade de aprofundar essa questão. Então por esta razão nós estamos fazendo um requerimento com uma Audiência Pública convidando o Ministro-Chefe da secretaria de comunicação social da Presidência da República, Franklin Martins, o Sr. Daniel Pimentel Slaviero que é Presidente da ABERT, Walter Vieira Senevita que é o assessor jurídico da Associação Brasileira de Rádio-difusores, da ABRA. Sr. Maurício Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, A B I, Cristofer Torto, Presidente da Associação Brasileira de TV por assinatura, ABTA, e Etevaldo Siqueira, colunista do jornal O Estado de São Paulo. Este é o Requerimento. Mas está o Franklin Martins, ela pode ser incluída também. Mas ela... A idéia é que o Ministro, por ser hierarquicamente superior, seja ele o convidado.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão o Requerimento do Senador Raimundo Colombo, a quem... Alguém querendo discutir, não havendo, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos votar agora o Requerimento do Senador Geraldo Mesquita, e do Senador Eduardo Azeredo. Eu peço ao Senador Eduardo Azeredo que justifique o seu Requerimento que tem por objetivo convidar o Ministro da Educação para discutir os últimos péssimos resultados do Brasil.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, a justificativa é exatamente no sentido de que nós possamos saber quais são as providências, os planos para que nós possamos ter a melhoria da qualidade. Nós tivemos uma melhoria na universalização da educação no Brasil, mas a questão da qualidade ainda carece de novas providências. Então o objetivo é esse, possamos discutir quais são os planos.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Me permita, Presidente, é um assunto importante principalmente nesse momento. Eu sou membro da Comissão de Assuntos Sociais e sou Presidente da Subcomissão de Saúde e hoje nós ficamos esperando o Sr. Ministro da Saúde, José Temporão para uma Audiência Pública, aonde o Sr. Ministro iria fazer uma exposição sobre o

PAC para a área da saúde. Então nós queremos aqui, eu fazer o registro aproveitando essa oportunidade para registrar que o Sr. Ministro não compareceu e eu vejo isso como muito grave, principalmente no momento em que nós queremos saber alguma coisa sobre a alternativa para área da saúde diante da discussão sobre a CPMF e o Ministro não compareceu, não mandou ninguém... Então quero fazer o registro da ausência do Sr. Ministro e lamentar a ausência dele, principalmente nós que somos da área da saúde. Muito obrigado.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim tem a palavra, mas...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sobre o mesmo tema. Só para justificar.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não é melhor votarmos logo o Requerimento?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Podemos votar sem problema nenhum.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação o Requerimento do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Geraldo Mesquita. Os que estiverem de acordo fiquem como estão. Está aprovado. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para justificar ao Senador Papaléo Paes, eu fui um dos que aprovou o Requerimento para que o Ministro viesse na Comissão de Direitos Humanos e também na Comissão de Assuntos Sociais. O Ministro só não veio, Sr. Presidente, porque ele estava com o excelentíssimo Sr. Presidente da República discutindo CPMF, que é um tema que está mexendo com toda a sociedade brasileira e que o próprio Congresso Nacional... O Ministro me ligou, eu falei com ele e ele assegurou que ele virá ainda esta semana ou a semana que vem, se necessário, para discutir PAC da saúde e também a CPMF. Respondo ao Senador Papaléo Paes, com todo o carinho e respeito que ele merece, é da área da saúde, é médico, entendo que está correta a cobrança que ele fez e eu me vi na obrigação de fazer a justificativa, já que o Ministro colocou pra mim que não poderia vir devido a isso.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu aceito a justificativa.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):... Casa, especialmente ao meu ilustre prezado amigo Senador Papaléo Paes que por acaso ontem o Ministro da Saúde,

Temporão, que mora no Rio, ele veio no último vôo, no mesmo avião que eu. Um vôo que chegou muito tarde aqui. Chegou mais ou menos meia-noite e meia. Eu não sei se isso terá influenciado de alguma maneira, de alguma circunstância para a ausência do Ministro, mas é um depoimento que eu quero lhe dar. Ele veio no último vôo do rio, no meu mesmo avião.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu vou passar a palavra ao item 06, que é não terminativo, cujo Relator é o Senador Gerson Camata, o autor é o Senador Tião Viana. Projeto de resolução do Senado 68/2007 que denomina ala Senador Antônio Carlos Magalhães a área que dá acesso às primeiras e segunda Vice-Presidência do Senado a entrada secundária da Presidência e aos gabinetes 4 e 5 do edifício principal no primeiro andar do edifício central do nosso Senado. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente eu acredito que eu não devo me demorar muito. Acho que é uma homenagem até singela, simples, pela figura que foi o Ex-Presidente, ex-Governador, ex-Ministro Antônio Carlos Magalhães para o Brasil e principalmente para esse Senado. E naquele local ali que ele transitava tanto, no gabinete nº. 05 que era o seu gabinete, o gabinete da Presidência, e aonde eu senti naquele dia daquele desmaio que ele teve ali que nós íamos perdê-lo e acabou infelizmente acontecendo.

O Senador Tião Viana, como Presidente do Senado interino teve a sensibilidade de colocar ali uma placa em homenagem ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Eu acho que é uma homenagem singela, simples, mas que o Senado e o Brasil devem a ele. É meu voto, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Camata coloca que realmente é uma homenagem singela ao Senador Antônio Carlos pela experiência que tinha, pela sua atuação aqui no Senado, sempre muito destemida, ele evidentemente merece várias homenagens. Mas esta é uma homenagem importante que vem exatamente nomear aquela ala porquanto ele passava sempre. Senador Antônio Carlos ele teve na sua bravura pessoal uma das suas principais características e esta homenagem é justa que o Senado lhe presta.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, não havendo mais ninguém que queira se pronunciar eu ponho em votação... Senador

Paim? Não. Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Eu reafirmo também que é uma homenagem até singela diante da figura e do tamanho que foi o Senador Antônio Carlos Magalhães nessa Casa e em toda a história do Brasil nos últimos 50 anos. Senador Paim --.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senhor Presidente, eu pedia só se pudermos ter urgência nesse projeto que se pudesse fechar o ano ainda com essa homenagem.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim. Está bom. Há um Requerimento de urgência que seja enviado à Mesa do Senado. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos enviar ainda hoje. Senador Paulo Paim. Pela ordem? Não. Tem ainda algum não terminativo? Não tem mais nada. Mas eu quero, antes de passar ao Senador Paim, insistir que amanhã vamos ter a nossa última reunião. É uma reunião que não vai ter nenhum projeto terminativo nem não terminativo, não vai precisar votação. Mas eu gostaria que fosse uma reunião de grande quorum porque amanhã cada um dos que ficaram de relatar um capítulo daquelas nossas audiências, cada um vai apresentar.

A Senadora Rosalba vai apresentar o Relatório da educação infantil, o resultado da discussão dos relatórios setoriais do ciclo de audiências e idéias e proposta para a educação brasileira e o plano de desenvolvimento da educação, PDE. O Senador Marcione Perillo vai apresentar o capítulo do ensino fundamental. Senadora Marisa Serrano o capítulo do ensino médio. O Senador Antônio Carlos Valadares vai apresentar o capítulo ensino e extensão. O Senador Maciel o ensino superior pesquisa e formação. O Senador Flávio Arns educação especial. O Senador Wellington Salgado educação a distância. O Senador Paulo Paim, ensino técnico e profissionalizante. Todos os relatórios já estão conosco e aprovados nós vamos cumprir aquela idéia de levar ao Presidente do Senado e depois do Presidente do Senado ao Presidente da República. Claro que não mais esse ano, mas nós estamos com o documento, e eu gostaria de amanhã ter o maior número possível de membros até para nos despedirmos e desejarmos mutuamente feliz natal e próspero ano novo. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se permitir, eu sempre digo que projeto bom é projeto aprovado, senão fica só na intenção. E devido a isso que eu não falei na escola técnica do Rio Grande. Só agradecer à Casa, especialmente a V.Ex^a. e ao Senador Zambiasi que relatou pela importância de termos aprovado aqui, embora autorizativo, a escola técnica do Rio Grande, pelas informações que tenho nessa área

nós vamos gerar até 2010 mais de 60 mil empregos no país, a metade sul do Rio Grande é a metade mais pobre, nós temos lá o porto do Rio Grande que tem potencial enorme e lá poderemos inclusive começar a construir os petroleiros. Então é nesse sentido que eu agradeço a Casa pela aprovação desta importante escola técnica que vem caminhar ao projeto que V.Ex^a. aqui muito bem fez o debate que é o Relatório que eu vou apresentar das escolas técnicas. É mais um agradecimento e dar meus parabéns a todo o povo do Rio Grande e ao meu Estado por essa vitória aqui tão importante com a criação da escola técnica de Rio Grande, Naval de Rio Grande.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, antes de encerrar faço três comunicados que nos chegaram. Um comunicado aos Srs. Senadores e Senadoras informando o recebimento do convite dos excelentíssimos Srs. Ministros de Estado Fernando Haddad e Sérgio Machado Resende para a cerimônia de anúncio do resultado da olimpíada brasileira de matemática nas escolas públicas. Outro comunicado do Sr. Ministro da Educação para a solenidade de com convite para a solenidade de assinatura de atos de ações complementares ao plano de desenvolvimento da educação com a presença do Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva a realizar-se no dia 12 de dezembro do corrente ano às 10h00 no salão nobre do Palácio do Planalto. E comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Sr. Deputado Armando Monteiro, Presidente da Confederação Nacional da Indústria informando que o Brasil representado por alunos do SENAI conquistou o segundo lugar no 39º *Word Skills Competition* de 2007 que é a maior competição mundial de formação profissional. Cabe ressaltar que os 24 alunos do SENAI que representaram o Brasil foram escolhidos através de um processo seletivo promovido a partir da olimpíada do conhecimento, evento realizado bi anualmente pela própria entidade, CNI.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Antes de V.Ex^a. encerrar a Sessão, é só para lembrar um fato. O Sr. Arquiteto Oscar Niemeyer completa cem anos, quer dizer, viveu um século, coisa rara nessa altura dos acontecimentos. E ele viveu sempre no Rio, é carioca, iniciou uma carreira brilhantíssima lá no meu Estado, na minha cidade, quando ainda foi criado a faculdade nacional de arquitetura que não existia, existia faculdade de belas artes, depois é que foi criada a de arquitetura sob a direção de Lúcio Costa.

Então ele vai ser homenageado, não sei se aqui em Brasília, não sei se V.Ex^a está a par dessa homenagem? É aqui em Brasília os cem anos do Oscar Niemeyer? Não sei se vai ser homenageado aqui. Foi a cidade que ele construiu, praticamente. E eu propus para o novo Estado do Rio de Janeiro uma vez que a capital Brasília foi transferida para cá há quase meio século que o grande projeto dele do Rio de Janeiro que foi a construção do Ministério, aquele imóvel que hoje é o palácio de cultura, na época ainda de Getúlio, Presidente da República e Ministro da Educação e Saúde, o ex-Deputado Gustavo Capanema. Durante oito anos aquele palácio que é uma obra-prima no seu todo, que marcou uma época na arquitetura mundial durante esse tempo todo esse palácio que já deveria estar no patrimônio do novo Estado da Guanabara, acha-se inaproveitado, deteriorando, um palácio que tem as obras dos grandes autores brasileiros, grandes artistas brasileiros e estrangeiros, tipo Portinari, tipo [ininteligível], tipo Celso Antônio e podia citar os outros. Pois as obras primas estão lá no palácio. Eu fiz um projeto autorizativo, autorizativo que está na Comissão de Justiça já há algum tempo, oito meses, por aí, doando, ou emprestando, ou cedendo esse palácio ao Estado do Rio de Janeiro para que ali fosse, seja instalada a secretaria estadual de educação e cultura. Nada mais adequado. O palácio está inaproveitado. O palácio está...O Palácio Gustavo Capanema hoje está entregue a meia dúzia de talvez funcionários aposentados. São 16 andares, o maior auditório da América do Sul, o melhor e eu gostaria que esse processo viesse para cá. Mas me repugna e muito andar atrás de um Relator, seja qual for, seja qual for, para pedir, pedir, pedir, pedir. E é autorizativo o processo. É um projeto autorizativo e está certo que aprovemos isso. Eu sei que o Governador, na própria lei da fusão dos dois Estados, ele tem esta autorização, o novo Presidente da República, o atual Presidente da República, de praticar esse ato. O Rio foi muito injustiçado, muito esquecido. Tudo virou para Brasília. Esqueceu-se do Rio de Janeiro, esqueceu-se do antigo Estado do Rio de Janeiro, esqueceu-se do antigo Estado da Guanabara e tudo girou em torno da nova capital. É natural, eu entendo isso, eu entendo isso. Mas chegou a hora de defendermos o Rio de Janeiro com vigor, com instância e esse é um projeto importante. Veja V.Ex^a. que o Rio hoje é o maior produtor de petróleo, mas não pode, ele não pode, o Rio de Janeiro, cobrar o imposto ICMS sobre o petróleo, embora seja o maior produtor disso. Está proibido. A cobrança do ICMS é no destino e não na origem como se faz com qualquer produto de maneira que se V.Ex^a. puder me ajudar nisso... Ao homenagear Oscar Niemeyer e vamos também fazer com que o

palácio Niemeyer, o palácio Gustavo Capanema, lá no Rio de Janeiro seja doado para a secretaria estadual de educação e cultura, e cultura.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, conte com o meu entusiasmo. Nada oponho porque eu considero que o prédio hoje é subutilizado. Quando eu fui Ministro da Educação, tive alguma vez apenas lá, belíssimo prédio, o Ministro tem um escritório ali que não usa nunca, aquele prédio pode ser muito melhor utilizado se ele ficar nas mãos do Governo do Rio de Janeiro. Eu não tenho dúvida disso. Conte com o meu apoio.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado.

PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada a Sessão.

Ata da 31ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada com as Comissões Finanças e Tributação-CD; Fiscalização Financeira e Controle-CD, E da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-cn, Dia 30 de Outubro de 2007, Terça-feira, às 10:00 Horas, no Plenário nº 2, do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia trinta de outubro do ano de dois mil e sete, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema: avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 1º semestre de 2007, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: – Deputados: Antônio Andrade, titular da CDEIC/CD, Antonio Palocci, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Armando Monteiro, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Asdrúbal Bentes, suplente da CMO/CN, Cláudio Cajado, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Colbert

Martins, suplente da CFT/CD, Daniel Almeida, titular da CMO/CN, Duarte Nogueira, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Edinho Bez, titular da CMO/CN, Fábio Ramalho, titular da CMO/CN e titular na CFT/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Fernando Coruja, titular da CFT/CD, João Dado, Suplente da CFFC/CD e titular da CFT/CD, João Leão, suplente da CMO/CN, João Magalhães, suplente da CMO/CN, José Pimentel, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Júlio Cesar, titular da CFT/CD, Luiz Carreira, suplente da CMO/CN, Manato, titular da CFFC/CD, Marcelo Castro, suplente da CMO/CN, Nelson Meurer, titular da CMO/CN, Paulo Rubem Santiago, titular da CMO/CN, Pedro Fernandes, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Renato Molling, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD, Rodrigo de Castro, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD, Vanderlei Macris, titular da CMO/CN, Vignatti, titular da CMO/CN, Virgílio Guimarães, titular da CFT/CD, Wellington Roberto, titular da CMO/CN e Zé Gerardo, titular da CMO/CN; – Senadores: Flexa Ribeiro, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF, Francisco Dornelles, suplente da CMO/CN e titular da CAE/SF, Jonas Pinheiro, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF e José Maranhão, titular da CMO/CN.. Compareceu, ainda, os Deputados Dr. Ubiali, Gilmar Machado, Olavo Calheiros e Wilson Santiago parlamentares não integrantes das Comissões participantes. ABERTURA: A reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador José Maranhão, que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica e Dr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro. Em seguida, o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser interrompido. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em datashow sobre o tema em referência. Às onze horas o Presidente passou a condução dos trabalhos ao Deputado Virgílio Guimarães, Presidente da Finanças e Tributação da Câmara dos

Deputados. Antes anunciou a presença do Deputado José Pimentel, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2008 e do Senador Francisco Dornelles, Relator da Receita da Proposta Orçamentária para 2008. O debate foi iniciado. Interpellaram o expositor os Deputados Júlio César, Dr. Ubiali e Duarte Nogueira. Às onze horas e doze minutos o Deputado Virgílio Guimarães assumiu a direção da reunião. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados pelo grupo de interpelladores. Participaram do segundo bloco de interpelladores os Deputados Renato Molling, João Dado e Marcelo Castro. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados. Do terceiro bloco de debatedores participaram os Deputados Daniel Almeida, Armando Monteiro e João Leão. Às doze horas e sete minutos o Presidente em exercício encerrou a lista de inscrição para o debate. O palestrante respondeu os questionamentos dos terceiro bloco. Foi assegurada réplica aos Deputados Daniel Almeida e Armando Monteiro. O quarto bloco de debatedores foi composto pelos Deputados Paulo Rubem Santiago, Fernando Coruja e Antônio Palocci. Em seguida o palestrantes respondeu os questionamentos. ENCERRAMENTO: o Presidente em exercício agradeceu a presença do Dr. Henrique Meirelles e, às treze horas e onze minutos, encerrou os trabalhos. Para constar, eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão)

– Declaro iniciada a 2ª reunião conjunta de audiência pública de 2007, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetárias creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao 1º semestre de 2007, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nosso convidado é o Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio também a presença do Diretor de Política Monetária, Dr. Mário Torós; do Diretor de Política Econômica, Dr. Mário Mesquita, e do Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Dr. Alexandre Antonio Tombini.

Convido os Srs. Presidentes das Comissões a compor a Mesa: o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Virgílio Guimarães; o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Wellington Fagundes; o 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Márcio Reinaldo Moreira. O Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Aloizio Mercadante, justificou sua ausência, tendo em vista a realização de reunião ordinária no mesmo horário desta audiência pública. Convido também a fazer parte da Mesa o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Leomar Quintanilha, e o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado no curso da manifestação.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo.

A lista de inscrições para o debate está aberta. Os Parlamentares interessados poderão proceder às inscrições.

Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo convite e pela deferência. Enfatizo minha grande honra e satisfação de estar novamente nesta Casa para prestar contas das atividades do Banco Central do Brasil e de toda uma ação de governo na área de políticas monetárias e cambiais.

O Banco Central tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico do País, a fim de consolidar o crescimento com melhor distribuição de renda e inclusão social.

No entanto, a experiência brasileira e a experiência internacional mostram cabalmente que não é possível estabelecer as bases para o crescimento econômico em um ambiente de instabilidade econômica ou de preços. Isto é, inflação baixa e controlada e estabilidade econômica são fundamentais para o crescimento.

É importante que isso seja cada vez mais enfatizado, porque, pela experiência internacional, os Bancos Centrais têm por finalidade, sim, promover o crescimento econômico. Mas a maneira de conseguir a promoção do crescimento econômico sustentado é por intermédio, em primeiro lugar, da estabilidade de preços, da estabilidade econômica. E a experiência brasileira, como a da maior parte dos países, confirma isso.

Antes de me voltar para a política monetária, acho importante tecer alguns comentários a respeito do cenário internacional e suas repercussões sobre a economia brasileira. Os mercados financeiros internacionais têm experimentado, como está sendo acompanhado por todos, uma relativa alta volatilidade desde junho do ano passado. A origem do problema é delimitada e está relacionado às dificuldades e ao aumento da inadimplência no setor imobiliário americano.

Os desdobramentos e as consequências desse problema, no entanto, são mais abrangentes e incertos. Não são tão delimitados quanto a sua origem. Em primeiro lugar, porque, tendo como base esses empréstimos imobiliários, feitos frequentemente para tomadores de crédito inadequado e/ou nível de renda relativamente baixo, muitos sem renda comprovada inclusive, conjuntos de operação de crédito imobiliário foram agrupados e comercializados no mercado de capitais norte-americano.

Esses pacotes ou cestas de financiamentos de empréstimos foram vendidos a bancos, fundos, investidores e instituições financeiras em geral por todo o globo. Isto é, apesar de a origem estar nos Estados Unidos, temos instituições financeiras e fundos na Europa e na Ásia que têm aplicações nesse mercado. Assim sendo, a inadimplência no mercado imobiliário americano pode ter impactos geograficamente disseminados.

Em segundo lugar, a inadimplência nos Estados Unidos ainda está em tendência de elevação. De fato, há muitos analistas que esperam que essa inadimplência venha a se elevar ainda substancialmente nos próximos trimestres, em virtude do aumento esperado das taxas de juros de hipoteca.

Isso significa que muitos contratos de hipoteca nos Estados Unidos foram feitos com taxa prefixada durante um tempo, 2 anos, por exemplo, e depois pas-

sariam a ser flutuantes, de acordo com o mercado e os *spreads* mais elevados. O que se espera é que, de acordo com esses contratos, muitas dessas prestações imobiliárias subam depois do segundo ano do contrato, o que começará a ocorrer fortemente a partir do ano de 2008. Sendo assim, a inadimplência nos Estados Unidos ainda está em tendência de elevação, como eu disse.

Cabe notar também que o aumento da percepção de risco quanto a essa exposição das instituições financeiras ao setor imobiliário norte-americano, acarretou dificuldades aos mercados interbancários dos Estados Unidos e da Europa. Essas dificuldades são caracterizadas por aquilo que, no Brasil, se chama de empoçamento de liquidez, e que persiste, isto é, não é que muitas vezes não haja liquidez no mercado. Há, mas como as instituições não sabem quais têm problema, as que têm liquidez recusam-se a emprestar às que podem estar com problemas de liquidez, portanto, existe o chamado empoçamento de liquidez.

Hoje ocorre alguma coisa, mas de forma menor, menos intensa do que houve em agosto, por exemplo. É importante, no entanto, mencionar que durante todo esse período o mercado interbancário no Brasil teve liquidez normal, bem como os mercados financeiros em geral no Brasil. Portanto, os mercados brasileiros têm funcionado com a mais absoluta normalidade durante todo o período, sem que tenha sido necessária qualquer tipo de intervenção por parte do Banco Central.

Voltando aos efeitos da crise imobiliária, nos Estados Unidos e na Europa foi necessária a intervenção dos bancos centrais, principalmente o *Federal Reserve* norte-americano, que teve de fato de fazer injeções importantes de liquidez nos mercados. Apesar disso, a expectativa é de que a economia mundial venha a se desacelerar um pouco no ano de 2008.

O FMI, por exemplo, diminuiu a sua expectativa de crescimento. Portanto, a chamada crise imobiliária e o aperto de crédito nas economias chamadas industrializadas engendraram um viés negativo e uma maior incerteza quanto às perspectivas de crescimento da economia mundial em 2008, apesar de que existe ainda uma expectativa de crescimento da economia mundial. Desacelerou-se, no entanto, o crescimento esperado, mais ainda há uma expectativa de crescimento.

Nesse estágio, no entanto, avalio que o aumento da turbulência financeira internacional ocorreu no momento em que o Brasil está muito melhor preparado para isso. Em função de diversas iniciativas do Governo e do Banco Central ou parte dele, alcançamos um grau mais adequado de proteção contra choques.

O Banco Central, seguindo a tradição de adotar ações normativas de caráter preventivo e prudencial,

introduziu, por exemplo, no início de junho, medidas que limitaram a exposição dos bancos brasileiros a flutuações da taxa de câmbio.

Isso foi muito importante, porque fez com que diminuísse a exposição do sistema financeiro brasileiro e, quando a crise ocorreu, o referido sistema não reverberou nem agudizou a crise, como aconteceu nos Estados Unidos, visando cobrir posições dos próprios bancos.

Mais importante, a crise aconteceu quando nossa economia dispõe de um nível de reservas internacionais de cerca de 160 bilhões de dólares, mais consistente com seus compromissos e seu grau de integração na economia global.

Além disso, o Governo virtualmente eliminou o endividamento doméstico indexado à taxa de câmbio. Com isso rompeu-se o ciclo entre depreciação cambial e dívida pública, que, em passado não muito distante, freqüentemente colocava em risco nossa economia que eventualmente ficava em situação difícil, isto é, no momento em que havia uma depreciação do câmbio, na medida em que boa parte da dívida pública era indexada ao câmbio, isso fazia com que a dívida pública subisse só porque o dólar subiu. Isso gerava uma preocupação com a dívida pública e já havia uma preocupação com o dólar: uma coisa alimentava a outra.

Agora inverteu-se o processo. Atualmente, se há uma crise internacional e o real se deprecia, isto é, o dólar sobe, a razão dívida/produto se reduz. Por quê? Porque a posição está invertida e o Governo tem uma posição credora em moeda externa, por isso, alivia o impacto fiscal.

Dessa forma, o custo de carregamento das reservas não deve ser analisado como se a tendência cambial observada nos últimos meses fosse perdurar eternamente. Afinal, se sabemos algo sobre o câmbio flutuante é que neste regime a taxa de câmbio de fato pode exibir grande variação ao longo do tempo, haja vista o dólar contra o euro. No início da existência do euro, ele começou a se desvalorizar e o dólar foi ficando mais forte. Chegamos a ter a cotação de 0,86 centavos de dólar para 1 euro. Depois, o euro começou a subir, chegou a 1,36 dólar, voltou para 1,20, um pouco abaixo, agora já está 1,43. É um ciclo, estamos em uma fase de desvalorização do dólar no mundo inteiro.

Portanto, o custo de carregamento das reservas não deve ser analisado como se essa tendência fosse perdurar. Segundo, cabe enfatizar que embora os custos de carregar as reservas caiam sobre o Banco Central, indiretamente sobre o Tesouro, portanto, sobre o setor público, os benefícios se espalham por toda a sociedade.

A onda de investimentos estrangeiros no mercado acionário brasileiro, por exemplo, o qual vem se tornando cada vez mais importante como forma de financiamento das nossas empresas, não seria possível em ambiente de instabilidade e vulnerabilidade a choques. Da mesma forma, a situação do crédito, o aumento do poder de compra do trabalhador, o aumento da demanda, o aumento do consumo etc.

Poucas agências de avaliação de risco, outrora céticas em relação ao Brasil, teriam mantido uma avaliação positiva em ambiente de crise externa, como está acontecendo agora, sem a proteção oferecida pelas reservas. O resultado é uma economia menos volátil, na qual brasileiros e estrangeiros se sentem mais seguros para investir.

Vamos fazer agora uma exposição rápida dos demonstrativos financeiros do Banco Central. Gostaria de mencionar que distribuímos aos Srs. Parlamentares uma demonstração completa, todos os números, não só os do Banco Central, mas da inflação, crédito, política cambial etc.

Vamos passar aos resultados contábeis do Banco Central no primeiro semestre de 2007. Podemos verificar que o Banco Central apresentou um resultado líquido negativo de 1 bilhão e 85 milhões de reais, resultado esse que são as operações próprias do Banco Central líquidas das variações cambiais e dos *swaps*. Isto é, sem o custo das variações cambiais e *swaps* relacionados diretamente às reservas e à política cambial. Portanto, as operações líquidas próprias do Banco Central, independentes dos *swaps* e reservas, deram um resultado negativo de 1 bilhão de reais. Esse resultado oscila muito – já houve resultados positivos de 12 bilhões, 8 bilhões, 1 bilhão. É um resultado que oscila em função da estrutura monetária.

Por ser o responsável pelo carregamento do seu ativo, dos recursos que compõem as reservas internacionais e pelos *swaps* cambiais, a apreciação do real frente às moedas estrangeiras gera resultado negativo para o Banco Central. Em contrapartida, o Tesouro Nacional obtém benefícios por ser o detentor do passivo cambial, da dívida, representada pela dívida externa pública. No momento em que o dólar cai, a dívida externa do Tesouro cai em reais, portanto, o Tesouro tem resultado positivo e a reserva, que está no Banco Central e é a contrapartida, também cai. Por isso, o Banco Central tem resultado negativo, que é o custo da variação cambial e do *swap*.

Esse custo para o Banco Central foi de 29 bilhões de reais. Conseqüentemente, eis o resultado do Banco Central: resultado de operações de mercado aberto, 10 bilhões; operações de moeda estrangeira, 19 bilhões, exatamente ao que estou me referindo; *swaps*,

4 bilhões, como eu disse; operações com o Governo Federal, 13 bilhões – é basicamente o custo da Conta Única, remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional no Banco Central; despesas do Banco, 3 bilhões de reais. Portanto, o resultado do período foi de 30. Tirando os 29, que é o custo da variação cambial e *swaps*, temos, portanto, resultado líquido de 1 bilhão.

A parcela do resultado referente à variação cambial, portanto, deve ser avaliada no contexto da política do Governo de redução da exposição do setor público aos movimentos da taxa de câmbio. Essa política implica, entre outras ações, acumulação de ativos atrelados à moeda estrangeira no balanço do BC, enquanto o Tesouro tem o passivo. Por que temos essa estrutura? Porque é assim que manda a lei. Em outros países não é assim. Muitas vezes, o passivo e o ativo estão no mesmo balanço. Estamos até estudando formas, talvez venhamos em algum momento a apresentar a esta Casa algumas propostas a fim de unificar isso para não termos essa distorção de ficarmos com o custo de um lado e a receita do outro, o custo no balanço do Banco Central e a receita no balanço do Tesouro. Mas isso vamos discutir em outra oportunidade, quando tivermos um projeto completo para apresentar.

Nesses termos, de acordo com a legislação aplicada, o resultado no período do primeiro semestre de 2007 será coberto pelo Tesouro Nacional até o décimo dia útil de janeiro de 2008 por meio de entrega de títulos públicos federais ao Banco Central.

O balanço patrimonial e as notas explicativas estão disponíveis na página do Banco Central na Internet.

Aqui temos mais demonstrações, exatamente para aqueles que queiram se aprofundar no assunto que está no material sobre como se chega a essas contas.

Prosseguindo, os fundamentos macroeconômicos brasileiros melhoraram constante e consideravelmente nos últimos anos, contribuindo para a redução progressiva na percepção de risco macroeconômico associado ao País. Especificamente a trajetória descendente de inflação, a desinflação, o excepcional desempenho do balanço de pagamentos, que foi poupado numa parcela sob a forma de reservas internacionais, e a manutenção do superávit primário do setor público em níveis adequados. Tudo isso reforçou a resistência da economia brasileira a choques.

Apesar das perspectivas mais negativas da economia mundial em 2008, há razões para continuar confiando na expansão da economia brasileira. Diversos fatores estão contribuindo para o crescimento da nossa economia, especialmente a expansão da massa salarial real em conjunto com a recuperação dos investimentos – isso é muito importante –, continuidade da

trajetória ascendente do crédito e os efeitos em curso da significativa flexibilização da política monetária implementada desde janeiro de 2005.

Esse conjunto de fatores sugere que a demanda doméstica deverá permanecer como elemento propulsor do crescimento nos próximos trimestres. Assim sendo, o crescimento da economia brasileira deve mostrar resistência face a uma possível desaceleração da economia global.

A ação preventiva não se restringe à política de acumulação de reservas, se estende também, e de forma fundamental, à política monetária. No caso brasileiro as metas para a inflação e os respectivos intervalos de tolerância são fixados pelo Conselho Monetário Nacional. Enquanto que ao Banco Central do Brasil, por intermédio do COPOM, compete definir e implementar a estratégia de política monetária com o objetivo de cumprir as metas fixadas. Dentro desse arcabouço, o COPOM adota estratégia que procura evitar uma trajetória de inflação volátil, isto é, inflações que sobem muito, depois o Banco Central tem de tomar providências, caem muito, gerando aquele padrão de arrancadas e freadas na economia brasileira que foi tão negativo no passado.

Tal abordagem e estratégia, isso é muito importante, leva em conta as defasagens dos mecanismos de transmissão de política monetária. E tem se mostrado a mais indicada para lidar com a incerteza inerente ao processo de reformulação de política monetária.

Cabe ressaltar que a preferência revelada dos bancos centrais no mundo todo tem sido por estratégias gradualistas, nas quais ajustes da política monetária são conduzidos de forma incremental. Existem diversas razões para essa opção. Primeiro, os choques que recaem sobre a economia tendem a ter certa persistência, ainda mais quando existem mecanismos formais ou informais de indexação à inflação passada. Em termos gerais, o próprio conjunto de informações examinadas pelos banqueiros centrais muda de forma bastante gradual, o que introduz certa persistência nas variáveis de política. E, adicionalmente, há de se considerar que os banqueiros centrais tomam decisões sob incerteza a respeito não só da conjuntura econômica, mas também quanto aos parâmetros de seus modelos.

Diante disso, a atitude mais prudente é, de fato, ajustar as variáveis de política de forma mais gradual do que seria o caso na presença de completa certeza sobre a economia e os parâmetros.

Movimentos consistentes são mais previsíveis, e portanto facilitam a coordenação das expectativas dos mercados, empresas e famílias, contribuindo para

uma evolução menos volátil da atividade econômica. Portanto, crescimento sustentado.

Finalmente, cabe notar que em um ambiente de incerteza o gradualismo minimiza as chances de que a política monetária tenha que sofrer reversões abruptas de curso. De uma forma objetiva, que o Banco Central em alguns momentos tenha que subir fortemente os juros para corrigir um curso que possa gerar um resultado negativo.

Sobre essa estratégia, as ações da política monetária devem ser voltadas para o futuro. Portanto, devem ter caráter preventivo. Nenhum banco central moderno toma decisões voltadas para afetar a inflação corrente. Essa é uma das coisas mais importantes hoje em dia que é necessário entender na ação dos bancos centrais. Os bancos centrais modernos, portanto, não tomam decisões voltadas para influenciar a inflação corrente ou do mês passado, que já passou, ou mesmo a atual. A inflação corrente resulta, entre outros fatores, de decisões da política monetária tomadas há vários trimestres. Dessa maneira, o mérito das decisões tomadas atualmente deverá ser avaliado no segundo semestre de 2008 e em 2009, quando essas decisões terão efeito pleno sobre a economia. Julgar decisões de política monetária pelo ritmo da inflação contemporânea induz inevitavelmente a substanciais erros de avaliação. Diversos países, inclusive o Brasil, já pagaram preço elevado por isso.

Finalizando, é evidente que, estando inserido no contexto econômico e financeiro internacional, o Brasil não está totalmente imune ao que se passa com seus principais parceiros externos. Mas a economia conta hoje com melhores fundamentos para lidar com conjunturas internacionais adversas, essencialmente: menor endividamento externo, mais sólida posição financeira do Estado e maior flexibilidade cambial.

Quero também mencionar, nos termos da lei, os resultados fiscais e os possíveis efeitos da política monetária sobre o desempenho fiscal no País. Gostaria de mencionar que o Banco Central do Brasil, fazendo a sua política monetária, influencia a atividade econômica e as taxas de juro de longo prazo. Mas é muito importante mencionar que o impacto direto das taxas de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. A política monetária tem impactos fiscais indiretos, por meio dos seus efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo.

Uma maneira de se avaliarem os efeitos fiscais da política macroeconômica e monetária é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Em 2002, a dívida líquida do setor público

era 56% em relação ao produto; 52,4% em 2003; 47% em 2004; 46,5% em 2005; 44,9% em 2006; 43,5% em setembro de 2007. Se olharmos os resultados, veremos essa queda de 44,9% em 2006 para 43,5% do produto em setembro de 2007. Esse 1,4% de queda da dívida pública teve como consequência, primeiro, que o superávit primário gerou uma queda da dívida de 3,5%. Os juros nominais, aumento de 4,6%. É importante dizer que os juros nominais, como componente, também estão caindo, gerando uma necessidade líquida de financiamento do setor público de 1,1%. Depreciação cambial, 0,8%, como já mencionei. Crescimento do produto, por outro lado, diminuindo a dívida em 3,5%. Ajuste, 0,1%. Portanto, como resultado líquido, a dívida caiu 1,4%. Este é o resultado da política econômica: a dívida pública está caindo.

O déficit nominal do setor público consolidado também está caindo. Já esteve a quase 8% do produto. Hoje está ao redor de 2% do produto, com uma tendência cadente do Produto Interno Bruto. Portanto, essa é uma avaliação da evolução da dívida pública como resultado da aplicação da política monetária e cambial.

Gostaria de encerrar dizendo que é muito importante enfatizar que bancos centrais hoje têm uma ação preventiva, e não reativa. Segundo, gostaria de dizer que a inflação do Brasil tem uma trajetória cadente. Temos uma inflação não só na meta, mas que tem uma expectativa, por parte dos agentes econômicos, de continuar na meta nos próximos anos. Temos uma dívida pública cadente. Temos reservas internacionais acima de 160 bilhões de dólares. O País está crescendo a uma taxa que o Banco Central prevê, este ano, de 4,7%. Já criou até setembro 1,6 milhão de empregos. Portanto, o Brasil tem uma trajetória de crescimento sustentável. Isso é que é importante para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Antes de iniciar o debate, passando a palavra aos oradores inscritos para suas interpelações, quero registrar a presença do Deputado Virgílio Guimarães, titular da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que deverá continuar no exercício da Presidência desta reunião, já que vou ter que me retirar para um compromisso na Comissão de Constituição e Justiça, e até como homenagem à Câmara dos Deputados.

Quero registrar a presença honrosa do nosso Relator-Geral, Deputado José Pimentel, do Relator da Receita, Senador Francisco Dornelles, e de todos os integrantes da Comissão na Câmara e no Senado.

Com muito prazer registro a presença do Deputado Armando Monteiro, Presidente da Confederação

Nacional da Indústria, que nos honra muito. S.Exa. está aqui não somente como Deputado Federal, mas sobretudo como Presidente de um órgão muito importante para a vida econômica e social do País.

Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho. (*Pausa.*) Lamentavelmente, desistiu.

Em seguida, o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. diretores, acompanhei atentamente a fala de V.Exa. sobre as reservas de 160 bilhões de dólares, a diminuição da dívida externa e a estabilidade da economia do País para enfrentar as crises mundiais. Mas me preocupo muito com o desequilíbrio que está acontecendo entre o percentual de crescimento das importações, que é bem maior, e o das exportações, que é menor, embora tenhamos ainda um saldo expressivo.

O que V.Exa. tem a dizer em relação às exportações, que estão diminuindo, e às importações, que estão aumentando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Antonio Palocci, V.Exa. levantou a mão? (*Pausa.*)

Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI – Sr. Presidente, como Deputado e não-entendido em economia nem na linguagem geralmente usada para explicações, apesar de terem sido bastante claras, quero fazer a V.Exa. algumas perguntas que me são feitas normalmente a respeito da política do Banco Central.

Primeiro, V.Exa. disse que temos uma reserva de 160 bilhões de dólares. Há uma preocupação das pessoas de que essa reserva esteja sendo feita em cima de endividamento, da nossa dívida interna, de que o Tesouro estaria emitindo títulos para produzir dinheiro para fazer essa troca pelo dólar. Portanto, o fato de se ter uma reserva tão alta, na verdade, estaria provocando um endividamento maior do Estado, uma vez que se compra e depois se empresta esse dinheiro a juros de 3%, sei lá quanto, e paga-se a taxa SELIC na aplicação dos papéis públicos. Gostaria de entender se isso é verdade ou não.

Pareceu-me que V.Exa. disse que a dívida interna está diminuindo. No entanto, temos informações de que, para rodar essa dívida interna, o Brasil está gastando 120 bilhões de dólares por ano. Isso não seria muito para o Brasil?

São essas as perguntas. Se V.Exa. pudesse me explicar melhor, eu gostaria de entender isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Vamos fazer um grupo de 3 perguntas? Depois o Ministro responde.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, acompanhei atentamente o pronunciamento de V.Exa. e o destaque dado à manutenção dos fundamentos da política econômica, carregados pelo Governo Lula ainda ao receber o Governo do Presidente Fernando Henrique.

No entanto, ao fazer o comentário da melhoria das reservas cambiais, de mais de 160 bilhões de dólares, V.Exa. também faz referência a que, se por um lado isso representa um tipo de ônus para a economia brasileira, por outro lado, pela apreciação do real, há um benefício na outra ponta.

No entanto, registramos que na última reunião do COPOM a decisão foi pela manutenção, e não mais pela redução na curva da taxa de juros SELIC. Pergunto a V.Exa. se esse tipo de comportamento é uma prudência do Banco Central em relação à política monetária em vigor ou é reflexo também de uma prudência devido a esse abalo temporário em função da crise imobiliária americana? Ou, de fato, a atual política econômica esgotou sua capacidade de produzir resultados, tendo em vista que há uma luz amarela sinalizando a redução do superávit primário e, ao mesmo tempo, uma revoada de dólares? Não sei se isso ocorre por natureza de transferência dos lucros das empresas multinacionais, que recentemente aconteceu, obtendo obviamente a isenção de Imposto de Renda, conforme a lei hoje permite. Conforme aqui exposto, isso pode ser afirmado ou comentado como um esgotamento, portanto, do avanço na redução das taxas de juros e de fato vamos continuar tendo altíssimas taxas em relação àquelas operadas por outras nações no resto do planeta?

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Combinamos um grupo de cada 3 Deputados. Então, o Ministro responde e, no próximo bloco, terão a palavra os Deputados Félix Mendonça, Renato Molling e João Dado. *(Pausa.)*

Retira? Então, fica o Deputado Marcelo Castro, na seqüência.

Tem a palavra o Sr. Ministro Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos, em primeiro lugar, à pergunta do Deputado Júlio Cesar sobre a questão do crescimento das importações.

Em primeiro lugar, Deputado, as importações de fato estão crescendo em percentuais maiores do que as exportações, mas como estão crescendo de uma base menor, apesar de percentualmente maior, não

necessariamente, nos últimos 2 anos, principalmente, isso tem-se refletido num volume financeiro maior, tanto que o saldo comercial, durante os últimos 2 anos, tem oscilado em cerca de 45 bilhões de dólares. Quer dizer, em volume financeiro, as exportações têm crescido de forma mais ou menos similar às importações. Como as importações são menores, então, percentualmente é maior.

Se olharmos a projeção, vamos ver isso com clareza. Em amarelo, o crescimento das exportações e, em azul, o crescimento das importações. Vamos ver que o diferencial tem-se mantido relativamente estável.

Se olharmos agora a preocupação que se manifesta muitas vezes quanto ao crescimento das exportações serem exclusivamente resultado do aumento de preço de *commodities*, em quantidade – manufaturados em vermelho claro e exportações totais em vermelho escuro –, veremos ver que os manufaturados, na realidade, estão crescendo, em totais, de uma forma parecida com o valor total de quantidades exportadas, em alguns momentos, até superior. Se olharmos a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, vamos ver que elas têm uma tendência ainda crescente.

Portanto, aquilo que eu estava mencionando a V.Exa.: o saldo da balança comercial, em 2006, por exemplo, foi estável em relação a 2005. Tinha subido muito em relação a 2004. Em 2007 também está mantendo certa estabilidade até o momento, o que significa, mais uma vez, apesar de o crescimento das importações ter um percentual maior, que o valor financeiro é estável e o saldo de conta corrente, que é o resultado líquido das contas todas do País, está positivo. Então, é um dado da maior importância, que devemos levar em consideração.

Esses 7,8 bilhões de dólares é uma projeção do Banco Central, mas, na realidade, os números efetivos até agora têm mostrado também certa estabilidade, apesar de que uma certa queda no saldo de conta corrente é absolutamente natural, algo que se pode esperar.

Em resumo, se voltarmos ao saldo comercial, vamos ver que ele continua sólido, e as exportações, em amarelo, continuam com tendência de crescimento, bem como as importações. Seria um processo natural, Deputado, que houvesse esse fenômeno. Se os percentuais de ambas fossem iguais nessa altura, teríamos uma abertura cada vez maior em valor financeiro no saldo comercial, o que demandaria custos importantes para o Governo Federal, a fim de tentar acomodar essa situação.

Vamos agora passar à pergunta do Deputado Dr. Ubiali sobre a questão das reservas e da dívida

interna. Eu vou passar rapidamente aqui à análise dessa situação.

Deputado, é muito importante mencionarmos que, quando o Brasil acumula reservas ou toma outras medidas que fazem com que o País fique mais sólido, isso diminui a percepção de risco, diminui o Risco-País. No que diminui esse risco, diminui o custo de carregamento não só de toda a dívida brasileira interna e externa, como também da dívida do setor privado.

Hoje em dia, empresas brasileiras conseguem emitir dívidas no mercado internacional, por exemplo, a custo muito menor do que sempre fizeram, ou mesmo captam nas bolsas recursos que antes não eram disponíveis, ou emitem debêntures, recursos que antes não estavam disponíveis. Em resumo, existe um benefício generalizado na economia muito superior ao custo especificamente do carregamento das reservas. Então, o que acontece? No momento em que o Tesouro Nacional capta recursos no mercado interno ou no momento em que o próprio Banco Central emite operações compromissadas no mercado interno – e o Banco Central compra reservas com isso –, o que acontece na realidade? Não há dúvida de que há transferência de uma dívida líquida externa para o aumento da dívida interna. A dívida líquida global do País não se modifica, porque nos endividamos de um lado mas aumentamos reserva de outro, e a dívida líquida fica igual.

Agora, em relação ao custo de captação interno, ele é maior, é verdade. Esse é o custo de carregamento de reservas de qualquer país, ou é o custo direto ou é o custo de oportunidade. Mas o ganho se dá não só sobre essa parcela, mas sobre a parcela geral. Por exemplo, a reserva é de cerca de 160 bilhões de dólares. A dívida do Governo como um todo é mais de 1 trilhão de dólares. Então o benefício é sobre a dívida como um todo.

No final, não há como analisarmos um fator desligado dos demais. O resultado abrange toda a política econômica, não só do carregamento de reservas. Não há como segregar. Temos o resultado do carregamento de reservas, o resultado da política monetária bem-sucedida, da desinflação, com inflação na meta, com queda de risco, com superávit primário. Com tudo isso junto, veremos que a dívida interna, como percentagem do Produto Interno Bruto, está caindo sistematicamente, o que significa que o País está, como resultado da política como um todo, repito, desendividando-se em termos líquidos. Não podemos nos fixar apenas em um desses parâmetros.

Respondo agora à pergunta do Deputado Duarte Nogueira em relação à manutenção da SELIC na última reunião. Basicamente, o Deputado pergunta, em termos

sumários, se essa seria uma atitude de prudência do Banco Central porque se esgotou a possibilidade da política econômica não só de continuar a flexibilização da política monetária, mas também para uma série de outras ações de política econômica, seja por questões internas, seja por questões externas.

Deputado, um dos pontos que mencionei na apresentação inicial foi a questão da defasagem da política monetária. Uma decisão tomada hoje só terá efeito vários meses à frente, no segundo semestre de 2008, talvez até, dependendo da situação, em 2009. Temos cortado juros desde setembro de 2005, e a economia está crescendo. São vários fatores em andamento.

Os Bancos Centrais, muitas vezes, têm que levar em conta, como mencionei, não só que há uma defasagem, mas também que há uma defasagem do comportamento de outros fatores econômicos, além de uma incerteza sobre esses fatores e sobre os próprios modelos de projeção.

Temos que trabalhar com esse nível de conhecimento. Não podemos trabalhar como se estivesse tudo matematicamente definido e soubéssemos precisamente o que acontecerá daqui a 9 meses. Por isso é que se diz que o Banco Central, por definição, tem que ter um pouco de prudência, qualquer Banco Central do mundo. Um Banco Central não pode tomar atitudes abruptas ou impensadas, não é verdade?

Eu gosto de usar o exemplo daquelas casas mais antigas, onde, muitas vezes, quando se abre a torneira da água quente no banheiro, demora um certo tempo para a água quente sair da caixa e chegar ao chuveiro. Muitas vezes estamos abrindo a água quente e vemos que a água está um pouco fria ainda, mas sabemos que tem mais água quente no cano. Então, às vezes, é prudente darmos uma olhada, esperar um pouco para ver quanto de água quente de fato já tem e quanto de água fria já entrou, se tivermos aberto a torneira de água fria também. Temos de ver o processo. A experiência diz que, de vez em quando, os Bancos Centrais devem tomar atitudes de prudência. Certamente não é um esgotamento do processo de normalização, de crescimento e de expansão da atividade produtiva da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Como não houve manifestação de réplica, vamos ao segundo bloco.

Com a palavra o Deputado Renato Molling.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING – Gostaria de cumprimentar o Presidente Henrique Meirelles, a sua equipe e os Srs. Deputados. Sou da região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Os setores intensivos de mão-de-obra, como o coureiro-calçadista, o moveleiro e o têxtil, que exportaram muito nos

anos 80, época em que começou o crescimento das exportações do nosso País, hoje estão atravessando seriíssimos problemas, principalmente em função do câmbio. E como são setores que empregam muito, a carga tributária fica muito pesada em cima deles.

Se analisarmos a isenção das aplicações financeiras do capital estrangeiro nos últimos anos, veremos que a tributação que, na média, era sempre de 12 bilhões, 15 bilhões e chegava a 20 bilhões de dólares, hoje passa dos 150 bilhões de dólares, segundo dados que temos.

Esse dinheiro é aplicado hoje tanto em papéis do Tesouro como em renda fixa ou em ações, mas amanhã pode sair. Com esses dólares todos que há no País isso não faz com que o dólar se desvalorize mais? Não seria o momento de se repensar essa política? Porque com os juros altos, mais a isenção desses tributos, é muito bom investir no nosso País, porque não há risco nenhum. Com isso, acredito que venham mais dólares para o País. E o câmbio sufoca hoje esses setores que não conseguem elevar o preço de seus produtos em dólares lá fora, porque sofrem uma concorrência muito desigual da China. Outros setores que conseguem majorar seus preços até conseguem sobreviver. Contudo, a exportação dos setores que citei está em perigo. O mercado interno até está aquecido, o que possibilita que esses setores ainda sobrevivam. Mas se a exportação passar mais algum tempo com o câmbio atual, com certeza esses setores vão quebrar, depois de levarem anos e anos para conquistar o mercado externo. O produto brasileiro é o melhor do mundo, mas não consegue competir.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem a palavra o Sr. Deputado João Dado, do PDT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o Banco Central possui a competência legal de regular o crédito no País. Temos hoje no Brasil liquidez maior do que no passado, fruto, inclusive, da política do próprio Banco Central. A Taxa SELIC vem caindo progressivamente nos últimos anos. A pergunta que faço a V.Exa. é a seguinte: o que o Banco Central poderia fazer, objetivamente, ou por meio de aumento do depósito compulsório – nem sei se ainda existe essa prática –, para determinar ao mercado bancário a redução das taxas cobradas do cliente, pessoa física ou jurídica, notadamente no cheque especial, o crédito a que mais se recorre no País?

Por que a pergunta? Porque vemos o aumento das taxas de juros aplicadas no cheque especial e em dívidas outras de forma geral e, em contraposição, re-

dução da Taxa SELIC. Poderia o Banco Central adotar política mais agressiva para o controle dos juros cobrados, ou seja, do *spread* cobrado pelas instituições bancárias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Castro, último interpelante deste bloco.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO – Sr. Presidente da Comissão, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, quando eu era criança ainda vi meu pai lendo um livrinho do Carlos Lacerda cujo título era *Um dia na vida do brasileiro*. Digo de passagem que meu pai não era lacerdistas, era juscelinista.

Naquele livro havia críticas e imagens que mostravam um brasileiro usando uma pasta americana. Uma das críticas que se fazia era que o juro mensal do Brasil correspondia ao juro anual nos Estados Unidos. Cinquenta anos depois, exatamente ontem, consultei meu saldo no Banco do Brasil, banco oficial, e verifiquei que a taxa de juros do Cheque Ouro é de 7,52% ao mês ou 138,71% ao ano. Parece-me que a taxa de juros americana está em 4,75%, com tendência de queda. As bolsas estão aumentando em função dessa queda prevista nos juros dos Estados Unidos.

Antigamente, havia pessoas mal vistas pela sociedade, os agiotas, os quais, segundo a formação católica, seriam pecadores. Aliás, conheço pessoas, amigos meus, que se atrapalharam com o juro do cheque especial e recorreram a um agiota para pagar o Banco Brasil, pagando juros de 2% ao mês, muito mais barato do que cobra o banco.

Passados 50 anos de história sobre de juros altos no Brasil, pergunto o seguinte: isso é inelutável? Isso está certo? Se eu viver mais 50 anos, a situação será a mesma, ou há perspectiva de melhorar no futuro?

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI – Sr. Presidente, se for permitido, gostaria de acrescentar uma pergunta às do Deputado João Dado.

Temos visto que os bancos têm tido rendimentos, em média, de 25% a 30% ao ano. Esses rendimentos não são muito altos? Eles não acabam encarecendo o produto, uma vez que o banco, teoricamente, seria um provedor de recursos para a indústria e para o comércio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI – É que a lucratividade dos bancos tem sido em torno de 30%, pelos demonstrativos que fizeram. Isso não seria uma forma de pressionar o custo da produção brasileira para o comércio e a indústria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder às perguntas relativas a este bloco.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Iniciarei respondendo à pergunta do Sr. Deputado Renato Molling.

Basicamente, S.Exa. pergunta até que ponto a isenção do Imposto de Renda na remessa dos juros para os investidores estrangeiros no Brasil não seria a grande responsável pela trajetória cambial, na medida em que possa atrair um fluxo muito grande de recursos.

Em primeiro lugar, gostaria de informar um dado pontual, no sentido de que a isenção do Imposto de Renda na remessa se dá apenas para investidores em títulos públicos, títulos emitidos pelo Tesouro. Ela não se aplica a títulos emitidos pelo setor privado, títulos de dívida do setor privado. Em segundo lugar, devo dizer que se olharmos a projeção, veremos em amarelo o fluxo comercial e em vermelho o fluxo financeiro. Notaremos então, Deputado, que o que tem de fato influenciado de forma importante o fluxo financeiro no Brasil, pelo menos até setembro de 2007, é o fluxo comercial, os saldos comerciais, e o investimento estrangeiro direito. Aí não cabe a questão do Imposto de Renda, porque o investimento estrangeiro direito vem, produz resultados, paga Imposto de Renda e tem procedimento normal.

Dito isto, devo acrescentar que de fato existe isenção do Imposto de Renda na remessa de juros para os aplicadores em títulos federais. Isso evidentemente não é da área do Banco Central. O que posso fazer a respeito disso é levar a recomendação de S.Exa. para as autoridades fazendárias. Apenas registro que o que influencia fortemente os fluxos cambiais no Brasil hoje são os fluxos comerciais e o investimento estrangeiro direito na produção. Mas vamos certamente levar a recomendação de S.Exa.

A pergunta do Deputado João Dado é: na medida em que o Banco Central regula crédito, o que pode fazer para baixar as taxas de juros dos bancos, aquelas cobradas especificamente pelos bancos, na medida em que a Taxa SELIC está baixando, mas os bancos ainda cobram taxas bem superiores.

Gostaria de começar com base em fatos. Nós no Banco Central temos que trabalhar sempre com números. Se analisarmos a projeção, veremos em azul a taxa cobrada de pessoas físicas, o *spread*, e como ele tem evoluído de 2003 até agora, 2007. Verificamos

que a taxa subiu um pouco em 2003 para num patamar bastante elevado, depois veio caindo. Estabilizou-se um pouco em 2005 e 2006 e, depois, continuou a cair. Então, temos uma trajetória de queda da taxa média real de juros. Em vermelho, vemos a taxa de juros de pessoa jurídica. Digo isso apenas para termos uma base de que a taxa está caindo. Mas para os padrões internacionais ainda é muito alta. Não há dúvida.

No exterior, trabalhei com taxas de juros. V.Exa. citou os Estados Unidos. Cheguei a dirigir uma instituição financeira naquele país e sei que as taxas lá são muito mais baixas.

Então, não há dúvida de que há muito trabalho a ser feito no sentido de que as taxas de juros no Brasil devam continuar a cair. E há várias razões para isso. Há razões de ordem relacionada à instabilidade da economia e ao reduzido volume de crédito. Tudo isso está mudando muito. Veja que os volumes de crédito no Brasil estão crescendo bastante. Por exemplo, o crédito consignado, cujas taxas são menores, está crescendo; o crédito livre de pessoa física está crescendo, enfim, em geral, o volume de crédito está crescendo bastante no Brasil para pessoas físicas e jurídicas.

O crédito livre e o crédito total como percentagem no produto, por exemplo, estão crescendo muito. Está havendo, portanto, uma queda de taxa.

Mostra a experiência internacional que o melhor caminho para isso é promovermos maior competição, maior transparência e a adoção de uma série de medidas, como as que já foram ou estão sendo adotadas nesse sentido. Como exemplo dessas medidas, cito a portabilidade do cadastro positivo, pois é importante que o cliente tenha capacidade de negociar com os bancos. Hoje, o fato de o cliente pertencer a apenas um banco durante 20 anos lhe dá um crédito histórico muito bom e todas as condições de ser um grande cliente. E, se amanhã, ele procurar outro banco, terá de começar como se tivesse atingido a maioria ontem, porque não terá esse histórico de crédito com aquele outro banco.

Em outros países, o histórico é propriedade da pessoa, não do banco. Imigrantes brasileiros têm muito essa experiência quando chegam a outro país e começam a tomar crédito para criar um histórico e ter condições de negociar.

Então, esse projeto está no Congresso, e é muito importante que seja aprovado, com as mudanças, se for o caso, feitas por V.Exas. É importante que o consumidor adquira a propriedade do seu cadastro. Com o cadastro na mão, ele vai a qualquer banco negociar a taxa mais barata.

Outra coisa muito importante é a conta-salário, que já está sendo implementada e, até o final de 2008,

deverá estar em todo o setor bancário, para todos os funcionários do setor privado. Os funcionários do setor público têm uma conta bastante parecida com a conta-salário, que já oferece muitos benefícios e está em processo de negociação.

O que quero dizer é que isso vai dar muito mais capacidade de negociação, porque, no momento em que o funcionário recebe sua conta em determinado banco, poderá dar uma ordem de transferência eletrônica automática, sem atraso e sem cobrança de tarifa alguma, para o banco que quiser.

Em resumo, não vou me alongar, mas existe, de fato, uma série de medidas que podem ser tomadas. E está sendo realizado pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional – sim, porque todas essas medidas normativas são do Conselho Monetário Nacional – trabalho que visa dar maior transparência a todo o setor. No caso de tarifa bancária, por exemplo, queremos explicitar que tarifa é essa e como se pode compará-la com a de outros bancos etc., para que, com as informações publicadas na página do Banco Central, seja facilmente verificado pelo cliente quem está cobrando o quê. A obrigatoriedade é reportar o custo real para dar maior capacidade ao cliente.

A partir daí, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o comportamento abusivo de qualquer instituição financeira deve ser tratado na esfera do Judiciário, na disputa individual. O Banco Central fez um convênio recente com a Secretaria de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, na órbita da Secretaria de Direito Econômico, em que estamos canalizando todas as reclamações para os PROCONs. Com esse convênio, os PROCONs nos fornecem um relatório com os produtos e instituições que estão sendo objeto de maior reclamação, para que o Banco Central possa detectar se existe algum comportamento sistematicamente abusivo por parte de alguma instituição, no sentido de não seguir as normas.

Evidentemente existem situações majorais, questões compulsórias e de ordem tributária, mas o mais importante é que estamos indo na direção correta e temos de persistir. Algumas ações são do âmbito do Congresso, algumas são do âmbito do Conselho Monetário Nacional, mas estamos caminhando e trabalhando duramente nessa direção.

Perguntou o Deputado Marcelo Castro se existe expectativa de melhorar, se temos chance, ou se estamos condenados a viver nesse clima de juros altos etc. A minha resposta é sim. Existe essa expectativa. Nesse processo de maior transparência etc., é importante mencionar que o consumidor também não só vai negociar entre bancos, mas vai saber escolher o melhor produto. Por exemplo, sabe-se que o produto

mais caro, porque a instituição tem de deixar uma linha de liquidez pronta – em qualquer lugar do mundo é caro e, no Brasil, é muito mais caro, infelizmente –, é o cheque especial. É um produto caro que o consumidor deve ser aconselhado a não usar, a não ser em último caso. O consumidor que sabe que vai precisar dele durante o mês, em tese, deveria ter condições de ir a uma instituição, fazer um pequeno contrato e sacar um empréstimo a ser pago em prestações, para não usar o cheque especial.

O cheque especial representa apenas 1,6% do crédito total, mas é um preço muito alto. Quem usa o cheque especial paga muito caro. Idealmente, o cliente que precisar usar o cheque especial deve sacar imediatamente um outro tipo de empréstimo e liquidar essa dívida. Tudo isso faz parte de processo resultante da transparência. Por isso estou falando em cadastro positivo, novas estruturas de publicação de custos e tarifas nas páginas do Banco Central etc.

Não quero me alongar muito porque é um tema muito extenso. Quero apenas acrescentar que há um diretor do BC liderando um grupo de trabalho sobre esse assunto, com o envolvimento da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, do Ministério Público Federal e do Ministério da Fazenda, além de outras áreas do Governo, e teremos toda a satisfação em receber os Deputados para debater com maior profundidade esse que é um assunto abrangente e que demanda um tempo maior para ser discutido em detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Não havendo nenhuma réplica, passamos ao último bloco.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, ainda não foi abordada a lucratividade dos bancos e seus reflexos na economia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Acrescento, então, a seguinte pergunta: há nesse estudo a hipótese de extinção do cheque especial?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A pergunta é se haveria a possibilidade de extinção do cheque especial. Em tese, há. No entanto, isso representaria um certo desserviço ao consumidor, porque, de vez em quando, o cheque especial é útil no caso de alguém que tenha uma despesa inesperada e não tenha tempo de ir ao banco negociar uma linha de crédito, e o cliente gosta da idéia de poder usar o cheque especial. Se proibir, muitos de seus eleitores poderão ficar zangados com V.Exa. Mas, de qualquer maneira, o uso desse instrumento de crédito deve ser desestimulado, porque custa caro para o cliente.

Quanto à questão do lucro dos bancos, evidentemente, com a normalização da economia brasileira,

existe um momento de lucratividade geral das empresas no Brasil. E, pela primeira vez, Deputado, em muitos anos, não vou nem me arriscar a dizer quantos, mas são muitos, o lucro das maiores empresas brasileiras cotadas em bolsas de valores está superando em percentual e em valor os lucros dos bancos.

De fato, os bancos estão obtendo bons resultados, mas, por outro lado, as empresas estão obtendo muito mais. Hoje, as indústrias de mineração, por exemplo, estão tendo resultados melhores que os bancos. Por quê? Porque a economia vai muito bem.

Os ganhos de massa salarial também estão muito fortes. A massa salarial está crescendo em percentual acima da inflação. Em resumo, todo o País vai bem. É importante mencionar que os lucros dos bancos estão menores, relativamente às grandes empresas, comparado com o que era no passado.

A maneira de assegurar melhor serviço ao consumidor e lucros adequados, justos, não excessivos, nem insuficientes, é a competição com transparência. E esse é o caminho normativo que estamos seguindo no Conselho Monetário Nacional, no Ministério da Justiça e nas discussões com o Congresso Nacional e com o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida, do PCdoB, da Bahia.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Sr. Presidente, nobre Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, esta discussão é muito importante, e devemos aproveitar a oportunidade.

Todos nós – mesmo os que, como eu, não são economistas – acompanhamos os movimentos macroeconômicos no País e sempre escutamos os empresários se referirem ao câmbio e à taxa de juros. Também ouvimos trabalhadores se referirem à taxa de câmbio, aos juros, aos impactos no desenvolvimento, no crescimento, na geração de emprego e na distribuição de rendas.

Nos últimos dias, li um artigo do ex-Diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas e, ontem ou hoje, um artigo do economista Delfim Netto, que abordou o câmbio, a política em curso e o risco de se ter isso como lei natural. Aliás, disse o ex-Deputado que isso não é uma lei natural, mas uma opção política que se faz nessa direção. Muitos analistas levantam dados que indicam que essa opção política já não produz os efeitos que se anuncia ou se espera.

Analisamos a trajetória de outros países emergentes que buscam ajustes e caminhos e cujos resultados são diferentes dos nossos. Essa política de elevadas taxas de juros e de câmbio, com a supervalorização do real, como verificamos hoje, tem impactos. Os núme-

ros apresentados aqui são positivos. Todas as análises indicam que há um momento favorável na economia internacional e que o Brasil está ficando com poucas possibilidades de aproveitá-lo melhor. Este é um debate da nossa conjuntura econômica neste momento. E os dados apresentados informam isso.

O Banco Central teve um prejuízo de 30 bilhões. Esse dinheiro está indo para algum lugar. É evidente que alguns estão ganhando com isso. Pergunto, então: quem está ganhando com isso? Para onde esse dinheiro está sendo transferido?

Os bancos privados estão tendo grandes lucros, e a economia está contida porque não há nada que possa dar o retorno que a aplicação no mercado financeiro tem dado. Isso é evidente.

Trouxe-nos o Presidente do Banco Central a figura do chuveiro aberto, do aquecimento da água que desce pelo chuveiro. Será que não estamos correndo o risco de não tomar banho porque a água está acabando ou não vai esquentar? Será que efetivamente a dosagem está adequada?

Precisamos dar continuidade a este debate. A sociedade brasileira tem discutido o assunto e possui a percepção exata de que alguns ganham muito com a opção adotada pela área econômica do Governo e que outros deixam de participar, de se beneficiar tanto quanto poderia ser possível neste momento.

Aproveito a oportunidade para solicitar ao Presidente do Banco Central que fale a respeito do assunto, sobre o qual ainda hoje muitos economistas se manifestaram.

Outra indagação, Sr. Presidente, é a respeito da concentração bancária. Acabamos de acompanhar, ou ainda está em curso, a fusão ou a aquisição do antigo Banco Real, o ABN, pelo Santander, que, com isso, se torna o segundo em ativos no Brasil. Há um movimento do Banco do Brasil para não perder espaço. Mas há muito pouco para ocupar. Boa parte do sistema financeiro público que estava sob o controle dos Estados foi liquidada. Que impacto terá uma presença maior de instituições internacionais no sistema financeiro brasileiro? O que isso pode provocar no crédito, um elemento importante no Brasil hoje?

Gostaria de ouvir do Presidente do Banco Central um pouco mais a respeito dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, indago sobre se há mais algum Parlamentar que deseje se inscrever. *(Pausa.)*

Então, na sequência, teremos o Deputado Armando Monteiro e, depois o Deputado Fernando Co-

ruja. Faremos um bloco com os últimos Parlamentares inscritos.

Com a palavra o Deputado Armando Monteiro.

O SR. DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO –

Presidente Henrique Meirelles, ouvi atentamente a sua exposição. Não há dúvida alguma de que a política monetária e a política cambial cumpriram importante papel nesse processo. Em razão de algumas características do ciclo de crescimento da economia internacional, eu diria que até mesmo os rigores da política monetária e da política cambial de alguma forma foram absolvidos por conta do momento que vive a economia internacional e do qual o Brasil tem se beneficiado também.

O que quero fundamentalmente indagar a V.Exa., Presidente Meirelles, é se está satisfeito com a política fiscal. Porque a gestão macroeconômica é produto do equilíbrio das políticas cambial, monetária e fiscal. Evidentemente, a política fiscal não é da competência, da alçada do Presidente do Banco Central. No entanto, a política monetária atua sobre ambiente em que a política fiscal é um componente fundamental.

Vivemos hoje política fiscal expansionista, cuja marca é o crescimento permanente do gasto corrente numa trajetória que não me parece sustentável. A minha aflição, meu caro Presidente, está nesse espaço que o câmbio deu à política monetária, ajudando a que houvesse um relativo abrandamento. Será que o câmbio continuará nesse processo daqui para a frente? Como imaginar isso com a política fiscal expansionista que temos? Quer dizer, será que podemos continuar flexibilizando a política monetária com essa política fiscal?

São as perguntas que eu gostaria de deixar ao Presidente Henrique Meirelles, acrescentando uma outra questão. O Banco Central do Brasil não cumpre verdadeiramente o papel de ser um órgão de defesa da concorrência no sistema financeiro ou de claramente coibir certos abusos presentes no sistema. Talvez nem devesse efetivamente exercer esse papel, na medida em que tem de cuidar fundamentalmente da saúde do sistema e, muitas vezes, essas questões são conflitantes.

Gostaria de indagar ao Presidente Meirelles se o Brasil precisa criar uma estrutura própria para poder fazer essa ação, se temos de instrumentalizar o CADE, se precisamos criar uma outra estrutura, uma espécie de estrutura reguladora do sistema financeiro, porque efetivamente o Banco Central não vem cumprindo esse papel. O Banco Central tem sido tímido nesse processo que vem resultando em práticas de caráter mais oligopolista ou onde o sistema financeiro se vale de uma circunstância para poder, dado o nível de concentração do sistema, introduzir essa rigidez

que está presente hoje no sistema e que se traduz até nessa questão dos *spreads* muito elevados que temos no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu nem precisava falar porque o nobre Presidente da Federação das Indústrias já fez a pergunta que eu tinha a fazer.

Só quero acrescentar o seguinte, caro Ministro: quando V.Exa. vai chamar a ajuda dos universitários? Quando digo universitário, refiro-me à Polícia Federal, porque os juros no Brasil hoje são um crime. Onde está a Lei da Usura? Qual é o limite dela? Que padrão tem o Banco Central de taxa de juros máximo? Afinal, esse padrão existe ou não? Será que é preciso criar uma agência reguladora, como disse o nobre Presidente da Federação, Deputado Armando Monteiro? Se for preciso, vamos votar nesta Casa um projeto de agência para regular os bancos. Acredito, porém, que essa Agência é o Banco Central.

Agora, não temos aquela taxa limite. Vemos uma série de financeiras neste País querendo acabar com o cheque especial, como disse o nobre Deputado Virgílio Guimarães. Vamos acabar com essa que é verdadeira farra, falando um português claro, Ministro.

Endosso suas palavras, meu nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Antes de fazer suas considerações finais, o Ministro, com a sua costumeira boa vontade, vai responder, na forma convencional, mantidos os limites, aos 3 últimos inscritos – Deputados Paulo Rubem Santiago, Fernando Coruja e Antonio Palocci. Dessa forma, ninguém fica prejudicado. As inscrições, porém, estão encerradas.

Com a palavra o Ministro Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Começo respondendo as perguntas do Deputado Daniel Almeida sobre o câmbio ser ou não ser uma opção política. Não. O câmbio não é uma opção política. O câmbio é resultado da sua livre flutuação, que, por sua vez, é resultado das diversas forças que atuam na economia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como opção política, ele já foi usado não só no Brasil, mas também em outros países. Temos um vizinho que adotou inclusive um câmbio fixo na lei, definido politicamente por seu Congresso Nacional. Esse país teve um desastre econômico de grande magnitude, e o próprio Brasil, que controlou administrativamente o câmbio, também teve um desastre econômico de grande magnitude.

Portanto, hoje, a opção da grande maioria dos países é ter um câmbio flutuante, e um câmbio flutuante que reage em razão das questões de mercado.

Se olharmos o resultado da taxa de câmbio no Brasil, por exemplo, desde janeiro de 1988, veremos que ela tem oscilado muito. O resultado mostrado é o de que não existe nenhum artificialismo ou opção política no câmbio. Na medida em que haja maior ingresso de recursos no País, o câmbio se move numa direção e, na medida em que reforça a confiança, o Risco Brasil melhora e os investimentos no País aumentam. Isso tem determinada influência sobre o câmbio. Se existe uma deterioração de confiança, como tivemos em 2002, quando houve insegurança em relação ao real, há fuga de dólares, como ocorreu em 1998 – e quantos debates houve no Congresso Nacional sobre a fuga de dólares do Brasil! Na realidade, a preocupação era outra, queriam segurar o dólar aqui, e o que aconteceu foi que num certo momento o dólar chegou a R\$3,96.

Em relação aos resultados do Banco Central, já mencionamos que o Banco adquire reservas, tem um custo disso; o custo da apreciação do real impacta o Banco Central, e uma boa parte do benefício da apreciação do real impacta positivamente o Tesouro, na medida em que a dívida externa é em dólares. Portanto, isso faz parte da contabilidade pública.

O importante é que a acumulação de reservas – posso afirmar – não visa baixar o dólar, mas reforçar o País. Então não há essa correlação que possa estar na cabeça de alguns. Não existe isso. A acumulação de reservas reforça o País, e o Banco Central está comprando dólar no mercado, e não vendendo. No passado, quando o Banco Central queria baixar o dólar, vendia essa moeda. Não é o caso.

Ainda em relação à atividade econômica, Deputado, diz V.Exa. que a economia está contida, porque nada compensa o rendimento dos juros. Isso é o passado. Tenho a grande satisfação de informar a V.Exa. que a situação atual da economia brasileira é outra. Por exemplo, no segundo trimestre de 2007, em comparação com o segundo trimestre de 2006, o investimento real cresceu quase 14%. O setor da economia brasileira que mais cresce hoje é o investimento, o que mostra que está sendo um bom negócio investir. Aquele período do passado em que o investimento não existia porque estavam todos aplicando em juros já passou.

O mesmo ocorre em relação a outros dados da economia, como a produção industrial, por exemplo. Veja V.Exa. o que está projetado de 2001 a 2007: a produção industrial está crescendo mais de 6% de um mês sobre o mesmo mês do ano passado. No passado, quando o juro prendia a atividade, a venda no varejo caía. Hoje, a venda no varejo está crescendo a

taxas que oscilam de 9% a até 14% ao ano, ou seja, não está contida. O salário real, a massa salarial está crescendo a mais de 5% ao ano, o que mostra uma economia em franca expansão. O pessoal ocupado está crescendo a mais de 3%, o rendimento médio está crescendo, e a massa salarial está crescendo. Se olharmos, vamos ver que a massa salarial está crescendo de forma constante, enquanto a taxa de desemprego está caindo. Em resumo, a economia está em franca expansão, não está contida.

Em relação à defesa da concentração bancária, no caso, esse é um assunto que está sendo analisado por mais de uma autoridade reguladora. O Banco Central vai examinar isso com a maior seriedade, e a Diretoria de Normas tem a responsabilidade de analisar os impactos na concentração bancária por qualquer movimento. Os documentos ainda não foram apresentados, porque essa fusão foi anunciada em Amsterdã, na Europa. Foi um movimento feito em termos globais, e ainda não há uma definição precisa de como pretendem fazer isso no Brasil. Quando definirem apresentarão ao Banco Central do Brasil todos os dados, e aí o Banco Central vai analisar com todo o rigor a concentração bancária, e teremos a satisfação de apresentar no fórum adequado aqui na Câmara os resultados desses estudos pelas áreas especializadas.

Quanto à pergunta do Deputado Armando Monteiro em relação à política fiscal, temos mais de um componente nessa política. Temos a solvência pública, a questão monetária e também o papel do Estado na economia, que talvez seja objeto de maior discussão hoje em dia – o papel do Estado, o tamanho do Estado etc. Em relação à política monetária especificamente, em determinados horizontes de planejamento mais curto, existem momentos em que a política fiscal é expansionista; em outros, pode vir a ser contracionista, da mesma forma que a política monetária.

Temos observado nas nossas atas que estamos num momento em que claramente a política monetária é expansionista, o Banco Central vem baixando os juros há 2 anos, então a política monetária é expansionista, e, nos últimos meses, registramos também um avanço da política fiscal na mesma linha expansionista. Não sabemos ainda como esses fatores vão se combinar lá na frente. Por outro lado, temos diversos outros fatores na economia, seja a importação, seja o dólar, seja o aumento de investimentos etc., que não são objetos dessa discussão e dessa pergunta. O importante, no entanto, é o seguinte: para o Banco Central nós temos de trabalhar com um dado fundamental: a hipótese de superávit primário. A longo prazo, isso é fundamental do ponto de vista do Banco Central – não estou dizendo do ponto de vista de outras discussões da sociedade.

Então, temos uma hipótese de trabalho de que o superávit primário será cumprido, da mesma maneira que tínhamos essa hipótese em 2003, 2004, 2005, 2006, e o superávit primário foi cumprido.

Então, estamos trabalhando com essa hipótese, e essa é a hipótese relevante do ponto de vista do planejamento político monetário de longo prazo. A curto prazo, sim, é preciso ver se é expansionista ou não, e aí o Banco Central tem de olhar isso do ponto de vista global: política monetária, política fiscal, preço do petróleo, dólar, preço administrado, investimento, e o Banco Central faz a sua análise global e toma a sua decisão. Em resumo, o Banco Central não pode nem deve, Sr. Deputado, condicionar a sua política a outros eventos macroeconômicos. Os bancos centrais de outros países que fazem isso têm problemas. O Banco Central tem de analisar todos os fatores, tomar a sua decisão e entregar a inflação na meta. Essa é exatamente a função do Banco Central do Brasil, que a tem cumprido até agora, e esperamos que continue a fazê-lo com sucesso.

Em relação à sua pergunta a respeito do câmbio de um lado inverso ao da expansão fiscal, é aquilo que eu mencionei, Deputado: há diversos fatores, e todos esses fatores são analisados pelo COPOM, existem modelos macroeconômicos, que, com relativo grau de incerteza, procuram calcular isso. Mas, no final, o COPOM faz a sua análise qualitativa, junta todos esses fatores – mencionei apenas alguns –, faz a projeção de inflação e toma a decisão.

V.Exa. pode ficar tranquilo, porque essa política de inflação na meta vai continuar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A política fiscal, como disse, do ponto de vista do Banco Central, é importante e integra o superávit primário.

Quanto ao problema da defesa de concorrência, vou mencionar esse assunto em que, como todos os demais, cabe um certo nível de tranquilidade. Vou responder juntamente com as perguntas do Deputado João Leão.

Em primeiro lugar, manifesto que respeito a avaliação de V.Exa., mas entendo que não só nesta gestão, mas também nas anteriores, o Banco Central tem feito um grande trabalho de defesa da concorrência no sistema financeiro.

Se analisarmos os índices de concentração do Sistema Financeiro Brasileiro comparado com outros sistemas financeiros – e podemos mandar isso para V.Exa. –, veremos que os índices brasileiros são compatíveis. Temos uma projeção em que há uma comparação do Brasil com um grupo muito grande de países e o índice de concentração bancário em relação aos 10

maiores bancos. Os nossos estão bastante aceitáveis, e o Brasil está até bem colocado no *ranking*, no sentido de ser menos concentrado do que países como o Canadá, a Inglaterra e a Alemanha, sem falar em países como Cuba, cuja concentração é de 100%.

Dito isso, não há dúvida de que precisamos melhorar muito a concorrência dos bancos do Brasil. Concordamos com isso. Não há dúvida que muito trabalho tem de ser feito, que as taxas de juros têm muito espaço para cair, a fim de aumentar a concorrência – e já mencionei uma série de medidas nesse sentido. Não há dúvida de que o aspecto normativo também é muito importante. Em nenhum momento quero deixar a impressão de que acho que as taxas de juros estão razoáveis ou que não precisamos continuar a trabalhar para baixá-las. Da mesma forma, temos muito trabalho pela frente para haver mais transparência e competição.

O importante é adotarmos as medidas adequadas e corretas para isso. Conforme já mencionei numa pergunta anterior, existe um grande elenco de medidas em andamento já tomadas ou a serem tomadas a esse respeito.

Gostaria de mencionar algo importante em relação à sua pergunta específica sobre CADE/Banco Central.

V.Exa. tem razão num ponto: existe um papel para o CADE. E esse assunto é debatido há muito tempo. A primeira medida que tomei quando assumi o Banco Central foi exatamente nesse sentido, fizemos um CADE consubstanciado num projeto de lei de iniciativa do Executivo, normatizando as funções do CADE, dando condições de aparelharmos o CADE para cumprir essa função. A proposta está em tramitação nesta Casa. Concordo em que há um lugar para o CADE. Portanto, dou todo apoio ao andamento desse projeto para que possamos ter o CADE cumprindo sua função dentro do processo. E V.Exa. tem absoluta razão: a função não é só do Banco Central. O Banco Central tem a sua função, o órgão de defesa da concorrência do CADE tem outra função, a Justiça também tem outra função.

E, aí, entro na pergunta do Deputado João Leão: *“Mas e a Lei da Usura? A Polícia Federal deveria ir atrás dos bancos que estão cobrando taxas muito caras”*. Essa é uma questão legislativa. O tabelamento da taxa de juros se dá por meio de projeto do Legislativo. As taxas de juros não são tabeladas no Brasil. Vivemos em sistema de livre mercado, de livre iniciativa, definido pelo Congresso Nacional.

Outra coisa: decisão recente do Supremo Tribunal Federal, em acórdão do Ministro Eros Grau, define com clareza que a solução de conflito de possível

abuso da lei de defesa do consumidor é da esfera do Judiciário. Portanto, se alguém acha que há comportamento abusivo de um banco, segundo determinação do Supremo Tribunal Federal, deverá ir ao PROCON ou mesmo ao PRODECON, ou até entrar direto com ação na Justiça.

O Banco Central tem um sistema de trabalho, um convênio com os PROCONs visando exatamente dar-lhe condições de exercer seu papel. O papel do Banco Central é fiscalizar se as instituições estão aplicando as normas do Conselho Monetário Nacional. Para violações específicas no caso de cada consumidor, existe o Judiciário e o CADE, que vai depender de aprovação dessa lei.

Em resumo, estamos caminhando no sentido de um aparato normativo moderno. E posso finalizar dizendo que esse projeto tem apoio total do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado, Ministro.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Sr. Presidente, tenho direito a réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O Regimento garante.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – É apenas para um comentário. Falei do câmbio como fruto de uma política e não como opção política, como já se fez. Mas o câmbio reflete uma política relacionada a juros etc. Foi a análise que quis fazer: o câmbio está inserido nesse contexto. Não tive a pretensão de sugerir que voltássemos a mecanismos adotados no passado, cujos resultados todos conhecemos.

Como comentário e sugestão, deixo a indicação – e devo fazê-lo por meio de requerimento – de realização de audiência pública com o objetivo de discutir concentração bancária, especialmente o aumento do papel das instituições financeiras internacionais, notadamente a fusão ou aquisição do Santander.

Sr. Ministro Henrique Meirelles, quanto ao que afirmei, continua sendo minha convicção: a política adotada pelo Banco Central é um elemento que contém o crescimento econômico. É uma sensação que toda a população percebe. Existe crescimento, há números muito positivos, mas fica uma certa sensação de que esses números existem a despeito da política de contenção, de barreiras que a política adotada pelo Banco Central impõe à economia brasileira. É uma sensação que não é só minha, mas de um conjunto da sociedade brasileira. Muitos números indicam essa direção. Acho que devemos continuar tratando desse assunto, inclusive olhando para algumas coisas que acontecem em outros cantos do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado, Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO – Meu nobre Presidente Deputado Virgílio Guimarães, peço apenas 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O Regimento garante a réplica. O Ministro teve a liberalidade de conceder um adicional. Espero que os 2 replicantes tenham em conta de que já estamos em certa prorrogação.

Com a palavra o Deputado Armando Monteiro e, na sequência, o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO – Presidente Henrique Meirelles, primeiro, quero agradecer a V.Exa. as considerações.

Disse V.Exa. que, para o Banco Central, o importante é a manutenção do superávit primário. É a instituição que, em última instância, assegura a trajetória cadente da relação dívida/PIB etc.

Não sei se o Presidente percebeu que, nos últimos anos, a manutenção do superávit foi, quase sempre, produto da elevação da carga tributária, também medida em relação ao PIB.

Pergunto: se o gasto corrente continua a crescer mais do que o crescimento do produto, e já não há, reconhecidamente, espaço para a elevação da carga tributária nos próximos anos, se nós não colocarmos freio nessa política expansionista, que deriva, inclusive, a meu ver, de uma visão de Estado equivocada... Quer dizer, está se passando a idéia de que resgatar o papel do Estado significa, necessariamente, gastar mais. A meu ver, deveria ser gastar melhor. O que o Estado brasileiro precisa é de eficiência, de melhor padrão de gestão etc. Eu quis sublinhar essa preocupação com o gasto corrente porque não sei se o superávit será sustentável, se a carga tributária poderá, pelo menos, estabilizar-se nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Com a palavra o nobre Deputado João Leão. S.Exa. dispõe de 30 segundos.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Está havendo transmissão de pensamento com o meu nobre Presidente.

Destaco, Sr. Ministro, em 30 segundos, a questão do limite. A pessoa precisa ter limite legal, limite moral.

Outro dia, eu estava em uma reunião, em uma cidade do interior da Bahia, e um sujeito me disse: “Aqui está um grande jurista da nossa região”. Pensei que ele fosse advogado. Perguntei onde trabalhava, onde advogava. Ele respondeu: “Não, ele não é jurista. Ele empresta dinheiro a juros”. A pessoa deixou até

de ser agiota. Agora é jurista. (*Risos.*) Disse: “*Ele tem uma factoring*”.

Então, quanto aos limites, realmente estão extrapolando, meu caro Ministro. O Banco Central deveria dar uma... O Banco Central tem condições de ir até esses limites. V.Exa. e toda a sua Diretoria sabem como agir nesse caso. Não precisa buscar a ajuda dos universitários. Basta dar um apertozinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado, nobre Deputado. Vou usar a economia processual com o Ministro. S.Exa. vai responder as 3 réplicas, mas junto com as 3 seguintes.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, Srs. Deputados, prezado Presidente do Banco Central, farei algumas observações. Algumas opiniões serão expressas de forma absolutamente impessoal.

Desde 2003 temos acessado e analisado, com muita frequência, os relatórios apresentados pelo Banco Central. Concluímos, há cerca de 1 mês, uma avaliação comparativa dos relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional, desde 2002. Já apresentamos, em parte, essa avaliação ao Ministro Paulo Bernardo, que esteve aqui há 2 semanas, falando sobre os projetos de lei do PPA e da Lei Orçamentária Anual para 2008.

Mais uma vez, registro o caráter impessoal da nossa observação. Estou convencido, Sr. Presidente, da total inutilidade da exigência contida na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à realização dessas audiências, quanto à avaliação das políticas monetária, creditícia, cambial, do impacto fiscal dessas políticas.

Na verdade, não há avaliação. São apresentadas as medidas da oscilação de um conjunto de variáveis. A avaliação deveria ser feita após a presença do Presidente do Banco Central. Até porque nós temos conflitos jurídicos que ainda não foram sanados. Vou dar um exemplo. O Presidente do Banco Central está aqui em função de uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei complementar de 2000. Essa lei complementar, entre outras normas, estabelece um conjunto de limites de gastos para as 3 esferas do Poder Público. Mas o art. 9º, § 2º, excetua do limite de gastos aqueles efetuados com os serviços da dívida, nos planos da União Federal, dos Estados ou dos municípios.

Refiro-me à inutilidade dessas audiências porque acima da Lei de Responsabilidade Fiscal está a Constituição Federal, que assegura, no art. 1º, parágrafo único, determinado papel aos integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Quanto a essas questões que envolvem as políticas econômica, macroeconômica, especialmente os aspectos da política monetária, creditícia, cambial e o impacto fiscal da execução dessas políticas, já disse na reunião anterior, na presença do Ministro Paulo Bernardo, que o Congresso Nacional não vale absolutamente nada – nem Deputado nem Senador –, porque a mesma Constituição que nos assegura a representação e o exercício do poder em nome da sociedade veda-nos, no art. 166, § 3º, inciso II, alínea *b*, a autoridade para que possamos avaliar e eventualmente alterar a divisão dos recursos do Tesouro, seja para investimento, seja para gastos correntes, seja para pagamento ou amortização da dívida pública, já que não podemos fazer diferença de estratificação entre o que seja despesas de pessoal, despesas de investimento, despesas de custeio e despesas de capital. É exatamente por isso que, na execução da matéria orçamentária, cada uma dessas despesas está enquadrada num grupo de natureza específica, sem qualquer ordem constitucional de estratificação.

Em segundo lugar, o que se apresenta nas audiências do Banco Central e nas audiências da avaliação do Tesouro Nacional são medidas. A avaliação deveria ser feita *a posteriori*. É evidente que, na esfera própria da autoridade monetária – repito: da política cambial, da política creditícia, do impacto fiscal da política monetária –, há variáveis intrínsecas ao exercício dessas políticas. Mas não há em nenhum compêndio de economia nenhuma teoria, nenhuma tese acadêmica, nenhuma resolução dos órgãos financeiros multilaterais que diga que a política econômica responde a si própria, independentemente do conjunto das políticas governamentais.

Pergunto ao Presidente do Banco Central que literatura, que teses acadêmicas, que resoluções dos órgãos internacionais afirmam, justificam e defendem que o papel primário do Tesouro Nacional é financiar a acumulação privada na esfera financeira. Desconheço alguma tese acadêmica, algum autor que justifique isso e que seja considerado autoridade acadêmica mundial sobre esse aspecto.

Vou, na prática, entrar nas demais considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – V.Exa. tinha um total de 3 minutos, Deputado Paulo Rubem Santiago. Seu tempo já se esgotou.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Tenho em mão os relatórios da execução orçamentária do Ministério da Fazenda, para me cingir apenas a esse aspecto. Vou me limitar a 2 programas.

Às vezes, quando se fala do impacto fiscal, das políticas monetária, creditícia e cambial, sempre os

aspectos negativos são justificados, em relação a um conjunto de outros fatores.

Em 2005, para o Programa Desenvolvimento da Educação Infantil, o Orçamento de 2005 aprovado pelo Congresso previu R\$16.629.600,00. Só foram executados, ao longo daquele exercício, R\$2.580.000,00, certamente como consequência das restrições fiscais, do contingenciamento e das metas do superávit primário.

Vou para outra esfera.

Para o Programa Desenvolvimento do Ensino Médio foram previstos na lei R\$300.692.927,00. Só foram executados R\$196.000.000,00.

Em 2006, para o Programa Educação na Primeira Infância, foram previstos R\$27.900.000,00. Só foram executados R\$1.700.000,00.

Para o Programa Desenvolvimento do Ensino Médio, foram previstos R\$ 107.000.000,00. Só foram executados R\$39.000.000,00.

Em 2007, para o Programa Desenvolvimento do Ensino Médio – dados de outubro do SIAFI – foram previstos R\$162.870.000,00. Só foram executados R\$21.547.000,00.

Para o Programa Educação na Primeira Infância, foram aprovados na lei orçamentária, com os créditos consequentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Paulo Rubem Santiago...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Vou concluir, Sr. Presidente. São tão poucas as possibilidades de se discutir a política macroeconômica! Dos 12 meses do ano, não nos resta 1 mês; das 4 semanas do mês, não nos restam 3; dos 7 dias da semana, só nos resta 1. Então, peço tolerância a V.Exa..

Então, dos R\$132.000.000,00 previstos para o Programa Educação na Primeira Infância, só foram executados R\$261.000,00.

O que concluímos, em relação aos relatórios do Tesouro Nacional? Em 2002, o percentual de títulos cujo prazo de vencimento atingiria 12 meses – de agosto de 2002 a agosto de 2003 –, chegou a 250,41 bilhões; saltou, em 2003, para 393,23 bilhões; e chegou, em 2007, a 902,75 bilhões, nos 3 primeiros anos de vencimento desse estoque.

Concluo, repetindo o que disse ao Ministro Paulo Bernardo, que são reconhecidas as oscilações positivas em relação a um conjunto de variáveis, mas estamos insistindo no erro de submeter ao Tesouro Nacional o papel de uma incubadora de financiamento na acumulação do patrimônio privado. Está errado.

Vou dar um exemplo: qual é a expectativa de aplicação de recursos do PPA em todo o conjunto de ações do Governo Federal de 2008/2011? Estão dis-

ponível na página do Ministério do Planejamento: 396 bilhões. Imaginemos todo o PPA, de 2008 a 2011, com todos os investimentos e ações somando 396 bilhões. Só o principal do estoque de títulos da dívida pública imobiliária federal interna, no mercado, que vence de agosto de 2007 a agosto de 2008, chega a 405 bilhões, ou seja, muito além dos 4 anos do PPA.

E mais: todo o PAC da área de infra-estrutura e logística para 2008 tem assinalados 9,6 bilhões para 2008. Isso é 15 vezes menos do que se assinala no Orçamento apenas para serviço da dívida pública: 152 bilhões.

Concluo dizendo, portanto, que temos questões primárias, não do superávit e da gestão das contas, mas de natureza conceitual. Nós continuamos tratando o Tesouro Nacional, em primeiro lugar, como a fonte de financiamento da acumulação de quem já tem um excedente no País.

Não trato como dogma a gestão da dívida pública. Não tenho nenhum preconceito com banco, nem com cheque especial. Aliás, nem o cheque fuleiro eu uso mais, quanto mais o cheque especial. Nem um nem outro, até para seguir o conselho que o Presidente do Banco Central compartilha aqui de que não se deve cometer o caminho do pecado caindo na conta do cheque especial.

Mas esses números aqui têm diversos impactos. Vamos votar a Emenda n.º 29, da saúde. Só os serviços da dívida levam 11,45% dos recursos do Tesouro. Todos os gastos federais para 2008 – saúde, educação, ciência e tecnologia, Bolsa Família e outras despesas discricionárias – vão ter 122 bilhões. E o impacto disso, entre outras razões, está aqui: mapa da violência nos Municípios brasileiros. Os homicídios de jovens de 14 a 24 anos cresceram 30% a mais do que o crescimento vegetativo da população brasileira.

Esse é o impacto fiscal que temos que avaliar independente da presença do Presidente do Banco Central, da autoridade monetária. A avaliação deveria ser uma atitude do Congresso após a explanação do Presidente do Banco Central. Sai a equipe do Banco Central e fica o Congresso, legitimado pelo art. 1º, parágrafo único da Constituição Federal, para avaliar. Senão ficamos digerindo medidas de variáveis, e isso não é avaliação.

Então, queria expor essa preocupação, porque acho que estamos chegando em uma situação em que, mais uma vez, uma pequena parcela da população, que vive do excedente e aplica no endividamento do Estado, tem o Tesouro a seu favor, em desfavor da produção industrial, em desfavor do aumento da participação da população nas categorias econômicas mais favorecidas do nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – A Mesa esclarece que foi bastante tolerante com V.Exa., que usou 9 minutos, quando o tempo normal é 3. Como ninguém excedeu nada, deu um total de excesso de 6 minutos para o conjunto. Está razoável.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Vou usar só 2 minutos para compensar, Sr. Presidente.

Saúdo a nossa Mesa e quero, de imediato, fazer algumas perguntas objetivas ao Presidente do Banco Central.

Quero saber do Presidente Meirelles: na opinião de V.Exa., se não for aprovada a CPMF, qual é o impacto na taxa de juros? Qual o impacto sobre a dívida pública, tendo em vista que está embutida também nos custos e títulos, e sobre os empregos no Brasil?

Apresentei um projeto para que os votos dos membros do COPOM sejam divulgados em público. Qual a opinião de V.Exa. sobre isso? Gostaria também de saber qual o motivo que levou à troca dos 3 membros do COPOM. O Presidente não ficou contente com a queda de juros da última sessão? Pretende ter mais controle sobre o COPOM? Pretende mudar a política de juros do País? Por que a troca?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) – Obrigado, Deputado, pela concisão.

Concedo a palavra ao último inscrito, o Deputado Antonio Palocci.

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI – Vou ser breve, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o Dr. Mário Mesquita; o Dr. Alexandre Tombini; os diretores aqui presentes, Altamir, Silveira, e todos os da equipe que têm prestado excelentes serviços ao País.

Quero fazer 3 observações e 3 perguntas ao Presidente Henrique Meirelles. A primeira é a seguinte: depois de um período em que, no mundo, mudou um pouco a forma de movimentar mercadorias e de se financiar – os países emergentes financiaram países desenvolvidos durante um longo período, mudando um pouco a mão dos fluxos de capital – os grandes países emergentes começaram a instituir fundos soberanos. Esse é um fenômeno relativamente novo. Parece-me que Singapura tem uma experiência um pouco mais longa, mas fundos soberanos volumosos me parece que têm surgido mais recentemente com a decisão da China e de outros países.

Eu queria saber a sua opinião sobre os riscos que possam estar embutidos nessas iniciativas. Se V.Exa. tem alguma preocupação com essa questão ou não e se enxerga nos organismos multilaterais alguma

preocupação sobre essa questão. Vimos na semana passada o G7 um pouco nervoso com o assunto. Eu queria saber a opinião de V.Exa.

A segunda pergunta que quero lhe fazer é a seguinte: de forma muito positiva o crédito no Brasil está-se ampliando em termos de tamanho e tempo. Isso é muito bom, porque um dos grandes problemas do nosso crescimento era o tamanho diminuto do nosso crédito. E o crescimento da proporção do crédito em relação ao produto é muito salutar para o País. Mas em alguns casos o crescimento do tempo do crédito – e nem estou incluindo aqui imobiliário, que é normal que seja longo, mas alguns outros produtos de bens duráveis – está ganhando expansão. O Banco Central tem alguma preocupação sobre se os bancos têm olhado adequadamente o lado do passivo e do ativo desses créditos? Esses créditos de longo prazo estão assentados em depósitos de longo prazo também ou não? Em suma: o Banco Central está tranqüilo com essa evolução? A fiscalização, as suas observações têm mostrado um bom equilíbrio ou o Banco Central tem alguma preocupação sobre isso?

E agora tenho aqui mais uma opinião do que uma pergunta, porque a resposta já foi dada, que é a questão que está sendo debatida aqui e em várias Comissões desta Casa, relativa as tarifas e os juros bancários. Penso que esse tema é importante e que tendemos a ir para o lado errado, que é o do controle de tarifas e de taxas de juros. Acho que esse é o lado errado. E digo isso porque nossa experiência no Brasil, por umas 17 vezes, já mostrou que controle de preços resulta em aumento de preço a longo prazo. Por quê? No caso de produtos, porque gera a falta deles, e no caso de serviços, pela questão dos tetos estabelecidos. Não sei se o Deputado João Leão está aqui, mas S.Exa. insiste em que o Banco Central coloque limites. Eu insisto em que o Banco Central não fale nisso, porque me parece que, se ele coloca um limite muito elástico, vai prejudicar fortemente o consumidor; se ele coloca um limite muito restrito, ele também vai prejudicar o consumidor, porque ele vai eliminar a concorrência dos pequenos e médios bancos, vai aumentar a concentração bancária e, portanto, vai reduzir a concorrência bancária e não aumentá-la.

Acho que o Brasil já nos ensinou e nesse aspecto temos a aprender com a nossa história. O Governo definir limites de preços historicamente provocou aumento de preços. Não vi nenhum exemplo, nem dentro nem fora do Brasil, em que o controle de preços exercido pelo Governo tenha reduzido o preço em médio prazo. Reduz, sim, num curtíssimo prazo, de forma maravilhosa, fantástica, impressionante. Mas no médio prazo sempre vem aumento de preços. Mas é

muito interessante e importante o debate da concorrência bancária. E a minha pergunta me parece que já foi respondida pelo Presidente Meirelles, que é a respeito do Projeto de Lei nº 334. Minha pergunta é se o Banco Central tem uma posição definitiva sobre esse modelo que está aqui, porque ele já está no plenário para ser votado. Acho que é uma decisão importante a Câmara votar esse projeto que diz respeito à concorrência bancária. Ele muda um pouco o sistema atual, ele passa o principal do dia-a-dia da concorrência para o CADE e não mais para o Banco Central, que atua nos casos de risco sistêmico. Minha pergunta simples e direta é se o Banco Central está consolidado nessa posição e se o Governo, o Ministério da Fazenda, tem uma posição consolidada, definitiva, porque acho que já passou a hora de ter uma votação sobre esta questão, que mexe no ponto fundamental que é a concorrência bancária.

Muito obrigado, Sr. Presidente e meus cumprimentos à equipe do Banco Central aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado.

Com a palavra o Ministro Meirelles, para as respostas finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, em relação à tréplica do Deputado Armando Monteiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Vai responder junto às réplicas e às 3 últimas arguições.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – É isso ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Correto, pode comentar as réplicas do Deputado Armando Monteiro, isso está incluso.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O.k. em relação à questão fiscal, portanto, Deputado, temos que trabalhar com uma hipótese. Entendo exatamente a sua preocupação, no sentido de que se houver um aumento de (*ininteligível*) e não houver sustentação do aumento da arrecadação, certamente teremos uma questão de comprometimento do superávit primário. A nossa hipótese de trabalho no Banco Central é que o superávit primário será mantido. Isso será cumprido e, portanto, essas contas vão se equilibrar, seja por uma mudança na trajetória, no ritmo de evolução das despesas, seja por uma manutenção da trajetória da arrecadação tributária.

Em resumo, o Banco Central tem de trabalhar com a hipótese de trabalho e é essa a nossa hipótese de trabalho. O superávit primário será mantido, mas a sociedade tem de discutir esse tipo de coisa. Se olharmos outros países, como Alemanha, e os países asiáticos,

veremos que essa é uma discussão da maior importância. É a política econômica na verdadeira acepção do termo, ou seja, como a sociedade quer alocar seus recursos, em última análise.

Em relação ao que disse o Deputado João Leão, de fato S.Exa. coloca com muita ênfase o fato de que deve haver um limite. O Deputado Palocci disse com muita clareza que não deve haver limite.

A pergunta, portanto, é dirigida ao Banco Central e eu diria que, independente de qualquer coisa, o Banco Central do Brasil não tem poder normativo. Portanto, não compete a ele fixar normas legais. Ele emite circulares com as quais regulamenta resoluções do Conselho Monetário Nacional ou leis emanadas do Congresso.

Cabe perfeitamente a esta Casa essa discussão sobre a tentativa de um tabelamento de juros – e a outros órgãos normativos. Essa é a resposta objetiva.

A experiência mundial diz sim, e demonstra isso, que a competição é a melhor maneira de conseguirmos taxas mais baixas. De fato, experiências de tabelamento de preços de mercadorias e, entre elas, juros, têm mostrado que isso gera, em última análise, aumento de preços, diminuição de eficiência e falta de disponibilidade de produtos. Mas, de qualquer maneira, é importante mencionar que os Congressistas têm todo o direito e a prerrogativa de discutir o assunto e propor qualquer tipo de decisão que julguem adequada.

Acho que há um trabalho grande, de novo, repito. Estamos fazendo e vamos continuar a fazer, para aumentar a competição, a transparência e a capacidade de negociação por parte dos clientes, visando a que os juros possam ser a cada dia mais baixos no Brasil, assim como as tarifas.

Em relação à pergunta do Deputado Paulo Rubem Santiago sobre a literatura que justifique o papel do Tesouro Nacional de financiar a dívida pública, em última análise, se entendi bem, a questão é saber se o Tesouro deve pagar a dívida, suas obrigações, ou direcionar os recursos para outros tipos de gastos correntes.

É uma discussão clássica. Todo devedor que um dia tomou um empréstimo questiona se deve pagar e, certamente, o Poder Público historicamente questiona isso. O Brasil já deu vários calotes, como veremos se olharmos nossa história, desde 1822. Várias vezes, o Brasil concluiu que não era boa idéia pagar a dívida pública. Até que equacionou a situação. Mas sempre achou boa idéia de tomar emprestado.

Mas a experiência não foi boa. Tivemos em passado recente no Brasil o episódio da insolvência de 1982, a moratória de 1987, o congelamento dos cruzados, cruzeiros. Congelou-se nossa moeda em 1990,

todas as dívidas ficaram prorrogadas por 30 meses. E os resultados não foram exatamente aqueles que a sociedade brasileira desejou. A década de 80 foi a chamada década perdida para o Brasil, porque o crescimento foi baixo etc.

Existe ampla literatura no mundo demonstrando evidências de que, quando o setor público não cumpre suas obrigações, os resultados são negativos, porque desorganiza a sociedade. Quem recebe o calote não são só os bancos, mas vastas parcelas dos trabalhadores, fundos de pensão, por exemplo, FGTS, fundos de pensão privados, toda a poupança nacional. A experiência mostra que isso representa impacto muito grande na sociedade, como mostrou o famoso Plano Collor. Portanto, hoje existe uma vastíssima literatura sobre o assunto. A última delas, publicada recentemente, é o livro de Alan Greenspan, que fala claramente, descreve os efeitos, inclusive no Brasil, do problema de inadimplência.

De modo que temos que trabalhar para que a taxa de juros seja a menor possível, os prêmios de risco sejam os menores possíveis. É importante a manutenção do superávit exatamente para que a dívida pública seja cadente; exatamente para que a carga de juros possa continuar caindo como percentual da dívida; exatamente para que o déficit nominal continue a cair; exatamente para que o País, os setores público e privado tenham maior capacidade de investimento. Isso sim, é absolutamente fundamental.

Agora, a pergunta do Deputado Fernando Coruja sobre o impacto da não-aprovação da CPMF.

Se o setor público deixar de ter uma fonte importante de receita, certamente isso causará impactos na despesa. É uma conta matemática da maior simplicidade. Eliminamos uma fonte importante de receita, teremos de eliminar uma fonte importante de despesas ou usos. Eliminando fontes, vamos eliminar usos, portanto, eliminar despesas importantes. Evidentemente, isso acarreta impactos grandes para a sociedade. Não podemos é nos iludir de que eliminando receita podemos continuar com despesas. Aí vamos cair exatamente naquilo que estávamos vendo, que é déficit, dívida crescente etc. Portanto, não há dúvida de que é importante a provação da matéria.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – A pergunta não foi sobre isso, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É sobre os juros, sobre a dívida pública e sobre os empregos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Entendi sua pergunta, Deputado, mas talvez tenha pulado e ido um pouco à frente. Voltemos um pouco.

Evidentemente, vai depender de toda uma série de outros fatores. Foi isso que disse. Por exemplo, tira-se uma fonte de receitas. O que se faz com as despesas? Essa é a pergunta. Portanto, se a eliminação de um determinado tributo levar, por exemplo, a uma eliminação – vou usar o exemplo do superávit primário – a uma diminuição etc. isso vai significar que a dívida pública vai continuar a crescer e que os juros vão aumentar a longo prazo.

Não há impactos diretos: faz isso, acontece aquilo etc., porque depende de todo um conjunto de coisas dentro da sociedade. É esse o papel, inclusive, do Congresso Nacional, que está discutindo de forma abrangente, intensa.

Do ponto de vista do Banco Central, o que mencionei foi que o superávit primário precisa ser garantido para que a relação dívida pública continue a cair; para que não haja necessidade de subir os juros na frente; e entre outras coisas, para que continuem a cair os juros reais da economia a longo prazo; para que no comércio exista mais dinheiro, recursos disponíveis para investimentos do setor público e do setor privado.

Em relação ao voto do COPOM ser divulgado, não é metodologia usada na maioria dos bancos centrais. Por quê? Porque o voto no COPOM não é algo como se fosse um julgamento em um processo judicial, onde um juiz faz um pronunciamento baseado em todo um estudo; ele já entra com a opinião mais ou menos formada. Ou não, ou pode mudar.

No COPOM é feita uma discussão durante várias horas, entre vários técnicos, que debatem toda uma série de dados. Não é que exista um voto predeterminado, ou seja, cada diretor chega ao COPOM com o voto pronto, antes da reunião. Não. Inclusive, é aconselhado a não fazer isso. Ao contrário, são 2 dias de reunião em que os diretores recebem apresentações de todos os dados da economia – macroeconômicos, microeconômicos. Depois, temos uma sessão de economia internacional, depois uma de mercados e, em seguida, vemos as projeções dos modelos macroeconômicos usados pelo Banco Central. A partir daí, sim, existe a formulação das opiniões de forma direta. Concluída a reunião, o COPOM divulga a sua opinião através da ata – divulgada com muito cuidado porque no regime de metas de inflação é muito importante que as mensagens para o mercado sejam muito claras. Qual é a dificuldade desse processo? É que diversos dados poderiam ser mudados durante a reunião. Terminada a reunião, cada diretor teria que aí, sim, de redigir o seu voto, porque o voto muda durante a reunião. Então, teríamos, quem sabe, 8 atas diferentes. Não é exatamente o sistema consagrado hoje.

Houve uma grande discussão no FED sobre a divulgação de gravação depois de não sei quantos anos. Quem leu o livro de Alan Greenspan nota que aquilo foi objeto de um acidente. Inclusive, ele próprio foi contra isso, mas não tinha jeito, porque uma questão anterior tinham feito, por um problema de facilidade operacional, uma gravação, coisa que na maior parte dos bancos centrais não existe e no COPOM também não. Não existe esse fenômeno de cada diretor redigir a sua ata e publicar 8 atas, depois de uma semana. Não seria o mais eficiente.

O motivo da troca de diretores é muito simples, Deputado. São 2 diretores, na realidade, que saíram. Um deles, o Deputado – desculpe, estou elogiando o Paulo Cavalheiro, chamando-o de Deputado –, o diretor Paulo Cavalheiro, que tem 31 anos de serviços prestados ao Banco Central do Brasil. É um funcionário de carreira. Tem quase 5 anos como diretor. Ele concluiu que sua missão estava completada no Banco Central – fez um grande trabalho na área de fiscalização –, que era o momento de cumprir sua quarentena e depois buscar outras oportunidades profissionais. É absolutamente legítimo, absolutamente justo. Já houve várias mudanças no Banco Central, mais ou menos nessa linha. É uma mudança rotineira, que faz parte da evolução da carreira profissional de cada um.

O outro diretor é Paulo Vieira da Cunha, em situação diferente. Paulo Vieira da Cunha é um profissional brasileiro também de alto calibre, teve carreira no exterior, na maior parte da vida. Morava no exterior, esteve no Banco Mundial, em instituições privadas, em universidades. Quando o convidei para o Banco Central, ele estava dando aula na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Veio para o Brasil a nosso convite, aprovado pelo Senado, depois de indicado pelo Presidente da República. Está longe da família há quase 2 anos. A mulher e os filhos moram no exterior. E ele concluiu, depois desse tempo, que já havia cumprido sua missão e era o momento de voltar ao convívio familiar. Não é um período de duração inusitado ou muito diferente de período de outros profissionais que estiveram nessa área nos últimos anos. O período é mais ou menos compatível. No caso de Paulo Cavalheiro é até muito superior, quase 5 anos na Diretoria, 31 anos na carreira de fiscalização, número bastante elevado.

Quanto aos 3 profissionais que estão entrando, são técnicos de grande mérito profissional e acadêmico, todos profissionais de carreira do Banco Central, com trabalhos divulgados na área. Em resumo, profissionais que são inquestionáveis. Isso ficará, espero, bem

demonstrado na sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Em resumo, é um movimento técnico, rotineiro, que deixa todos muito confortáveis. Inclusive, tive a satisfação de ver ontem a manifestação do Sindicato dos Funcionários do Banco Central demonstrando sua grande satisfação pela nomeação de funcionários de carreira.

Em relação às perguntas do Deputado Antonio Palocci, no que se refere ao fundo soberano, existem hoje diversos tipos de fundo soberano.

Há o fundo chinês, que tem por finalidade o investimento estratégico. Ou seja, a China está investindo muito, por exemplo, para assegurar fontes de matéria-prima, minerais, petróleo, energia etc., principalmente na África e em outros países. Existe a preocupação também, como o Deputado mencionou, do G7, de que possa haver um movimento de tomada de controle. Grande companhias ocidentais. Mas esse é um movimento chinês.

O caso do Chile e da Rússia. O caso do Chile é algo completamente diferente. O Chile tem um fundo soberano que visa aproveitar o alto preço do cobre para gerar um saldo nominal. O saldo nominal do Chile, ano passado, no setor público, foi de 7%. Eles tomam o saldo nominal e constituem uma reserva no exterior. A finalidade dessa reserva é um funcionamento contracíclico. Ou seja, no momento em que o preço do cobre cair, e o país tiver alguma dificuldade, ele será usado como fonte de recurso do Governo, no momento do ciclo desfavorável da economia. Então, é uma finalidade específica.

O fundo russo, algo similar ao petróleo, tem finalidades, *grosso modo*, similares ao do chileno, com regras um pouco diferentes.

Existem outros fundos, como o dos Emirados, do Qatar etc., alguns até bem antigos, chamados fundos soberanos de riquezas, fundos para as gerações futuras. Esse já é outro aspecto, refere-se a países que têm muita receita de petróleo, não têm como usar isso a curto prazo, preocupam-se com décadas, gerações à frente – se o país ficar completamente dependente apenas da receita presente do petróleo – e criam o fundo para usufruto das gerações futuras daquele país e aplicam de forma diversificada nos mercados etc.

Em resumo, cada país tem razões diferentes para o fundo soberano. No caso do Brasil, isso ainda não está definido. Por quê? Houve a idéia da criação de um fundo soberano e houve a opção de divulgação disso para se evitar rumores, boatos etc. Só agora as equipes técnicas estão trabalhando. Agora, já há algumas definições muito importantes, uma delas é

que isso não será parte das reservas administradas pelo Banco Central do Brasil, que tem regras internacionais, determinadas pela Lei nº 4.595. Não haverá nenhum tipo de interação. As reservas internacionais do País continuam e continuarão sendo administradas pelo Banco Central.

O fundo soberano terá uma administração diferente, uma regra de governança própria, estruturas de captação diferenciadas etc. Existem algumas definições muito preliminares que deverão ser em papéis financeiros etc., mas que é ainda preliminar e ainda não está definido.

Em relação à questão do crédito ampliado, é uma boa pergunta também. O tempo disso está crescendo de fato. Eu posso lhe adiantar, Deputado, que o prazo médio hoje da carteira de créditos dos bancos brasileiros é de 339 dias; veículos, 575 dias; crédito pessoal, um pouco maior: 444. No caso do crédito total e mesmo nos créditos novos, esse prazo ainda está compatível com os prazos possíveis de captação do Sistema Financeiro Brasileiro. Ainda estamos longe daquilo que está acontecendo nos Estados Unidos. A preocupação do Deputado deve estar fundamentada na crise americana atual, que foi exatamente esse problema. Mas o que houve lá? Eles emitiram títulos do mercado imobiliário de 30 anos, 20 anos, títulos de créditos muito arriscados, botaram esses créditos em companhias de propósito específicos e estas emitiram *commercial papers* com prazo curto, 1, 2 ano. Então, no momento em que houve aperto de liquidez, ocorreu claramente o problema. No Brasil não, porque estão nos próprios bancos, que têm muito mais fontes de liquidez do que essas companhias de propósito específico, acesso a uma série de outras formas de depósitos à vista, prazos etc.

Mas o Deputado tem razão, isso é algo que certamente a área de fiscalização do Banco Central está e estará monitorando nos próximos anos, para se assegurar que ativos e passivos estejam compatíveis.

Em relação à observação sobre controle de preços, já respondi. Sobre o Projeto nº 344, digo que sim, Deputado, a posição do Banco Central é consolidada. Este projeto representa de fato do nosso ponto de vista, a posição do Governo a respeito.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Agradeço ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, o comparecimento e a todos os outros técnicos e dirigentes do Banco Central, às Sras. e aos Srs. Deputados.

Declaro encerrada a presente reunião.

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 27 de Novembro de 2007, às 11:30 Horas.

Às doze horas e doze minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, EUCLYDES MELLO, WELLINGTON SALGADO, VALDIR RAUPP, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, GARIBALDI ALVES e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 44, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)”. **Autoria:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Resultado: Aprovado** com inclusão de informações ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). **Item 02) REQUERIMENTO Nº 45, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)”. **Autoria:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Resultado: Aprovado** com inclusão de informações ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). **Item 03) AVISO Nº 90, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1.827/2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de

2007, encaminhados pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal, conforme preceitua a Lei da Responsabilidade Fiscal e a Lei de Crimes Fiscais (TC 015.711/2007-6)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **RENATO CASAGRANDE**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 04) AVISO Nº 84, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 2021/2007 de 2007 – TCU 2ª Câmara, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, sobre Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento a determinação constante do subitem 9.3.6 do Acórdão nº 2.261/2005-TCU-Plenário (fl.4), em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio CRT/RS/8.009/1999 (TC 004.479/2006-0)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria, encaminhamento de cópia do Acórdão à "CPI das ONGs" e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 05) OFÍCIO "S" Nº 50, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que "encaminha ao Senado Federal o relatório das vistorias realizadas nos bairros Padre Ângelo (jaderlândia) e Perpétuo Socorro, com relação à construção das obras inacabadas de melhorias sanitárias domiciliares para controle de agravos, incluindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, assim como também os sistemas de abastecimento de água implantados no Município de São Miguel do Guamá – Pará, pelo Projeto Alvorada". **Autoria:** Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá – Pará. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Solicita ao TCU fiscalização das obras da FUNASA, no âmbito do Projeto Alvorada, em bairros do município de São Miguel do Guamá – Pará. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO** que "determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990". **Autoria:** Deputado **JOÃO HERMANN NETO**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que "altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**. **Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Apro-**

vado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO que "dispõe sobre o uso da palavra 'cancerígeno' em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Relator:** Senador **CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Aprovado o parecer. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 – TERMINATIVO**, que "acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores". **Autoria:** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**. **Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Retirado de pauta** para apreciar requerimento de audiência da CCJ. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2007 – TERMINATIVO**, que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**. **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CMA que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta** para apreciar requerimento de audiência da CCJ. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA**. **Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o

atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado:** **Adiado. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que “revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato”. **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **Adiado. Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESARENKO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** **Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO**, **CÉSAR BORGES** e **AUGUSTO BOTELHO**. Para deliberar o item 07 da pauta, o Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE** assume a presidência dos trabalhos enquanto o Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA** relata o Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2007. A Presidência dá conhecimento aos membros da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os Avisos de números 1632, 1674, 1747 e 1901 do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 01 da Pauta é um Requerimento. Os Itens 01 e 02 são Requerimentos apresentados pelo eminente Senador Augusto Botelho, que está a caminho, nós iniciaremos, então, a discussão do Item 03. Trata-se de Aviso nº 90, do Tribunal de Contas da União, que nos apresenta cópia do Acórdão 1.827, de 2007, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes aos Relatórios da Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2007, encaminhados pelos titulares dos poderes e órgãos de esfera federal, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Crimes Fiscais. Nós temos, como Relatora, a Senadora Fátima Cleide e eu solicito ao nobre Senador Renato Casagrande, que funcione como Relator *ad hoc* dessa matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, funcionando como Relator *ad hoc*, substituindo, aqui, a Senadora Fátima Cleide. No Aviso nº 90, de 2007, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão sobre Relatório de Gestão Fiscal dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União, referente ao 1º quadrimestre de 2007. Sr. Presidente, após a análise que a Senadora fez da matéria, conclui-se pelo Voto da seguinte maneira, da seguinte forma: Sr. Presidente, compete a essa Comissão, nos termos do Art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar e emitir Parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da Gestão Fiscal de que tratam os arts. 70 a 72 e 163, § 1º, inciso II, da Constituição Federal. O Relatório da Gestão Fiscal, instituído pela Art. 57, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos da administração pública. Constitui-se em documento fundamental para a transparência das contas públicas, na medida em que permite, ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e à toda sociedade, o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de créditos e concessão de garantias entre outros. No caso em apreciação, a análise procedida pelo Tribunal de Contas da União culminou no Acórdão 1.827/2007 e do respectivo Voto, no qual se consideram atendidas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, com base nessa conclusão, que também é do TCU e, principalmente, levando em conta a análise por nós efetuada, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2007 e demais documentos que

compõem o processo e, uma vez que não há providências a tomar, determine o seu arquivamento. Sr. Presidente, esse é o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Passaremos ao Item 04, que é também outro Aviso do TCU, de Relatoria do Senador Flexa Ribeiro, que encaminha, ao Senado Federal, cópia do Acórdão 2.021, de 2007, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, sobre Tomada de Contas Especial instalada em cumprimento a determinação constante no subitem 9.3.6 do Acórdão 2.261, de 2005, em razão de irregularidades na Prestação de Contas do Convênio CRT/RS/8.009, de 1999. Também de autoria do Tribunal de Contas da União. Eu solicitaria ao eminente Senador Sibá Machado, que funcionasse como Relator *ad hoc*. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu vou introduzir a abertura do Relatório do Senador Flexa Ribeiro e vou direto ao Voto. Da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso de nº 84 de 2007, Aviso de nº 380, CESES(F), TCU, 2ª Câmara, de 31 de 07 de 2007, na origem, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo de nº TC 004.479/2006-0, bem como o Relatório e o Voto que o fundamenta. Do Voto. Inicialmente, é importante considerar que o processo que aprecia, o Tribunal de Contas da União e que chega à conclusão e à reparação de danos ao erário, foi decorrente da ação de fiscalização iniciada pelo Congresso Nacional, por meio de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ressaltamos que a ITERRA, junto com a ANCA, Associação Nacional de Cooperação Agrícola e a CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária, foram consideradas como principais braços do MST, Movimento dos Sem Terra, já que o mesmo não tem personalidade jurídica. É importante, também, deixar registrado que este não é o único processo motivado por aquela CPMI, que chegou ao término e está produzindo importantes efeitos de recuperação de recursos públicos mal empregados.

O TCU recentemente condenou também o ITERA no Acórdão 214/2007-Plenário de 1968/2007, 2ª Câmara, por razões semelhantes, identificadas em outros convênios. Destacamos que, no nosso entendimento, a ação do TCU e do Congresso Nacional, no exercício do controle externo, no caso ora em análise, está sendo exercida. Porém, para a plenitude da atuação do controle externo, o previsto nos Arts. 70 e 71 da Constituição Federal e a preservação do erário, como

princípio republicano, sejam integralmente atingidos, cabe ao Congresso Nacional instar o Poder Executivo a estabelecer mecanismos preventivos. Nesse sentido, propomos que: A) Esta Comissão tome conhecimento do Acórdão ora em tela. B) Encaminhe cópia do inteiro teor deste Acórdão ao Presidente e Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada no Requerimento nº 00201 de 2007, Senado Federal, conhecida como a "CPI das ONGs", cuja finalidade é guardar(F) com relação, com a decisão da Corte de Contas, referente à Tomada de Contas Especial, em razão de irregularidades na Prestação de Contas do convênio entre o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o ITERRA, Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. C) Encaminhe os autos ao Arquivo, considerando que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento de nº 13 de 2003-Congresso Nacional, conhecida como "CPMI da Terra", que motivou a Tomada de Contas Especial, concluída com o Acórdão em questão, encerrou os seus trabalhos em novembro de 2005. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro. É o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Nós temos dois Requerimentos, que não gostaríamos de submeter à apreciação, em razão de não estarem presentes os seus autores. O Item 07 é um Projeto de Lei não Terminativo, do qual eu sou o Relator. Eu solicitaria ao eminente Senador Renato Casagrande, que assumisse a Presidência dos trabalhos, para que eu pudesse submeter à apreciação da Comissão, o Relatório. Passo a Presidência ao eminente Senador Renato Casagrande.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Passo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, para relatar o Projeto de Lei nº 504 de 2007, que Altera a Lei 11.445, de 15 de janeiro de 2007. Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Sr. Presidente. Trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2007, que altera a Lei 11.445, de 15 de janeiro de 2007 e que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências para incentivar a economia no consumo de água. O Projeto de Lei, de autoria do eminente Senador Antônio Carlos Valadares, é um projeto muito simples e objetiva, de uma parte, estimular aos usuários do saneamento, atitudes de moderação no consumo de água e, de outra, fixar critérios de proteção para os consumidores de baixa renda, es-

tabelecimentos de saúde, instituições educacionais e de internação coletiva, quanto ao custo do serviço e a interrupção da sua prestação. Claro que essa discussão é discussão que interessa a todos nós e ganha dimensão, e ganha relevo, porque trata, sobretudo, de um insumo cada vez mais importante na vida de cada um dos brasileiros, que é a água. Então, nós entendemos que a propositura com vistas a estimular o uso racional, o comedimento no uso da água, é algo que vem ao encontro dos interesses nacionais e de todo o povo brasileiro. De sorte que, ante essas afirmações expostas pelo eminente autor do projeto, Senador Antônio Carlos Valadares, só no resta propor o Voto pela aprovação de sua propositura.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão. Não havendo Senador que queira discutir a matéria, coloco em votação. Os Senadores que concordam com o Parecer proferido pelo Senador Leomar Quintanilha, permaneçam como se encontram. Aprovado. Devolvo a Presidência ao Senador Leomar Quintanilha.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço, ao Senador Renato Casagrande, a contribuição que nos dá na condução dos trabalhos e nós passaremos, então, ao Item 08. Trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, que dispõe sobre o uso da palavra "Cancerígeno", em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco. É um projeto de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e tem, como Relator, o eminente Senador César Borges, a quem confiro a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. É o Projeto de Lei 431, de 2007, de autoria da Senadora Serys, obrigando todos os produtos que utilizam tabaco como matéria-prima, a receber o nome "Cancerígeno" em sua designação. Assim, o § único, do Art. 1º, especifica as expressões admitidas para especificar os diferentes produtos. Como por exemplo, citamos: "Cancerígeno tipo bastão", para designar o cigarro; "Cancerígeno tipo bastão fino", para determinar... denominar cigarrilha; "Cancerígeno tipo bastão grosso", para identificar o charuto; "Cancerígeno em rolo", para o fumo em rolo e, por aí vai. O Art. 2º obriga a utilização dessa nova designação em documentos de comercialização, em normas infralegais e nos materiais didáticos do ensino básico.

O § único estende a obrigação aos documentos de comercialização de produtos importados. O projeto vem primeiro a essa Comissão do Meio Ambiente, de onde seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, onde receberá a decisão em caráter Terminativo. Ressalte-se que, no prazo regimental, não foram apresen-

tadas emendas. A despeito da proposição vislumbrar uma medida para desencorajar o hábito de fumar e reduzir o consumo dos produtos de tabaco, o que, a princípio, parece meritório, há objeções à sua aprovação. Primeiramente, o PLS nº 431, de 2007, contraria a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98, que exige que as disposições normativas tenham clareza e precisão. Assim, para a obtenção de clareza, a lei determina que se devem usar as palavras e as expressões de sentido comum, exceto quando a norma versar sobre assunto técnico. Ora, ao determinar substituição de termo de sentido comum pelas designações por ele criadas, o projeto contraria a disposição assinalada, apesar de não constituir uma norma sobre assunto técnico. Para obtenção de precisão, a lei recomenda evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto. Ora, as determinações do projeto, ainda que por si mesmo sejam claras, originarão imprecisão de termos em situações, produtos, normas e documentos destinados a serem lidos pela população. Não se pode imaginar que todas as pessoas compreenderão, por exemplo, que "Cancerígeno tipo bastão" queira dizer cigarro.

Também a Lei 8.078, de 11 de setembro de 90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, estabelece, como direito básico do consumidor, a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e sobre os riscos que apresentam e determina que a oferta e a apresentação de produtos devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas, em língua portuguesa, sobre as suas características, qualidade, quantidade, composição, entre outras, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde. Pois bem, o projeto em análise privilegia a informação acerca do risco e negligencia a clareza, a correção e a precisão dos dados sobre o produto. É significativo, também que, na própria justificação do projeto, a autora reconheça a dificuldade de as normas incorporadas pela população ao admitir a possibilidade de o povo continuar chamar o cigarro por esse nome. Dessa forma, a segunda objeção ao projeto é exatamente o desajuste entre a proposta e a sociedade à qual ela se destina. Isso ocorre, principalmente, porque os idiomas e os termos nele consagrados não são cabíveis de alteração imposta por via de norma legal.

Outro problema é que a substituição determinada pelo projeto utiliza uma designação que não se aplica a todos os casos. Nem todas as pessoas desenvolverão câncer em decorrência do hábito de fumar, pois a probabilidade do fumo causar câncer não é a de 100%. Assim, cigarro é sempre cigarro para todo mundo, mas não é cancerígeno para todas as pessoas, ou seja, o projeto comete a impropriedade de designar o todo

pela parte. Na verdade, o fumo é um fator de risco para o câncer, mas a grande maioria dos fumantes não irá desenvolver a doença. É mais adequado, portanto, manter-se a situação atual, em que o cigarro é apresentado como cigarro mesmo e são colocadas advertências sobre o risco de fumar, inclusive sobre a possibilidade de o tabaco causar câncer. Em termos epidemiológicos o risco cardiovascular que o tabagismo acarreta é mais significativo. Não faz sentido, contudo, designá-lo como trombogênico, cancerígeno, pois teríamos de estender essa medida para todo e qualquer produto que seja fator de risco para a doença. Por fim, o PLS nº 431, de 2007, pode ter efeito contrário ao pretendido: Em vez de reforçar o combate ao tabagismo há o risco de a proposta desmoralizar essa política de vital importância, já que sua leitura provoca comentários jocosos. Dessa forma e a despeito de sermos defensores das ações para reduzir o consumo de tabaco, as considerações de méritos aqui expedidas contra-indicam a aprovação do projeto. Pelas razões apresentadas, o nosso Voto é pela rejeição do PLS nº 431, de 2007. Esse é o relato.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o Relatório do Senador César Borges.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá, tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente. Coincidentemente, acho que quase todos os jornais de circulação nacional trataram um pouco sobre a questão do câncer, dando números alarmantes, assustadores. Vimos um número que ceifou 130 mil vidas. O câncer ceifou, não apenas o câncer originado do cigarro é claro, de todos os gêneros e aponta para que, no próximo número, isto suba para mais de 400 mil e alguns jornais falaram em até 1 milhão de casos. Eu entendo que a matéria relatada aqui pelo Senador César Borges careceria de uma melhor análise sobre aquilo a que ela se propõe. Então, no mérito, eu quero concordar com a autora, no mérito, porque eu acho que nós precisamos fazer um esforço muito grande no combate ao tabagismo, mas por outro lado, Sr. Presidente, eu fico, às vezes, pensando também, aqui, sobre outros tipos de objetos de uso considerados de vício humano, que...

Vamos usar o exemplo, aqui, da maconha e tantas outras drogas, que são terminantemente proibidas no Brasil, e que a gente não consegue dar um fim. Eu fico, aqui, imaginando se se proibir, terminantemente, o uso do cigarro, ou mesmo da bebida alcoólica como

o vinho, a cerveja e tantas outras, que resultado nós teremos no futuro, se nós vamos ter a nossa população livre desse tipo de consumo ou se nós vamos ter que conviver com mais um tipo de combate a crime, à ação criminosa, de usar esses objetos, que, no caso do cigarro, não tem um prejuízo imediato no comportamento da pessoa, como é o caso da bebida alcoólica. Imaginemos, aí, uma pessoa toma uma quantidade de álcool um pouco além daquilo do que o seu organismo pode absolver e, de imediatamente, essa pessoa muda de comportamento, vai dirigir um carro, pode agredir alguém na rua, na sua família ou coisa parecida. No uso de outras drogas, também, que eu também já vou considerar todas por igual, vamos ter a mudança de comportamento imediato. No caso do cigarro, ele não tem esta situação, não gera essa situação, mas sabemos que é um dos responsáveis por tantas pessoas que vem a morrer de câncer provocado pelo uso, aí, no caso de esôfago, pulmão e tantas outras possibilidades. Assim, eu queria saber do nosso Relator, se não a rejeição terminantemente, como ele coloca, se nós poderíamos, talvez, trabalhar melhor sobre um recrudescimento na contrapropaganda ao uso do cigarro, porque os indicadores mostram que o cigarro deixou de ser símbolo de heroísmo, como era assim que mostrava na televisão, o cigarro associado a um atleta, o cigarro associado a um campeão, a uma pessoa campeã e, com o passar do tempo, eu percebo e vejo e agora os números das estatísticas, mas também eu percebo que não há tanta indução ao uso do fumo, por conta da antipropaganda e da redução do espaço favorável ao uso do cigarro. Então, eu queria entender que, no mérito, a matéria requer um recrudescimento muito forte na contrapropaganda e é isso que eu queria sugerir ao Relator.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu quero esclarecer a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador César Borges com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Em primeiro lugar, eu quero me colocar, com muita determinação, antitabagista. Não fumo e nem ninguém de minha família fuma. E acho que o fumo faz mal à saúde humana e deve ser combatida, essa prática do fumo. Acho que hoje há uma advertência nos produtos que contém tabaco e uma advertência do mal que ele pode fazer à saúde. Então, isso não está em discussão, nem, muito menos, o tipo de propaganda, que sempre, hoje, já evoluímos bastante e a propaganda sempre termina com a advertência, do Ministério da Saúde, contra os riscos que o tabagismo pode trazer à saúde humana. A questão se prende ao projeto que

estamos analisando, porque o projeto, eu queria que o Senador Sibá olhasse bem, eu tenho a máxima boa vontade com a Senadora Serys e também com a luta pelo combate ao tabagismo. É que ela procura dar uma determinação que a população não entende totalmente, seria esdrúxula para a população. Para lhe explicar isso, eu vou ler o Art. 1º do projeto. “Os produtos que utilizam tabaco como matéria-prima devem receber a denominação de “Cancerígeno”, em substituição às palavras e expressões cigarro, cigarrilha, charuto, fumo em rolo, fumo em corda, fumo picado, fumo desfiado, fumo migado, fumo em pó, rapé, tabaco em folhas ou outras utilizadas para denominar os derivados do tabaco. § único. São admitidas as seguintes expressão para especificar o tipo de produto”. Então, cigarro, nós vamos chamar de agora em diante “Cancerígeno tipo bastão”.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): [manifestação fora do microfone]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É. Inclusive nas notas fiscais e tudo, deixa de existir no léxico brasileiro, no nosso dicionário, cigarro. A cigarrilha passa a ser “Cancerígeno tipo bastão fino”; charuto é “Cancerígeno tipo bastão grosso”; fumo em rolo, “Cancerígeno em rolo”; fumo em corda, “Cancerígeno em corda”; fumo picado, “Cancerígeno picado”; fumo desfiado, “Cancerígeno desfiado”; fumo migado, “Cancerígeno migado”; fumo em pó, rapé, “Cancerígeno em pó”; tabaco em folha, “Cancerígeno em folha”; cancerígeno, estrato de cancerígeno, “Cancerígeno tipo” para outros produtos derivados do tabaco.” Então, eu perguntaria a V. Exª., por exemplo, como é que nós vamos chamar cigarrilha daqui por diante?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: “Cancerígeno bastão fino”.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): V. Exª. decorou... [risos] “Cancerígeno bastão fino”. Então, veja, pode causar até uma confusão muito grande no consumidor e na própria população. Então, eu não tenho dúvida do mérito, da vontade da Senadora Serys, entretanto, não achei que tivesse uma aplicação prática que pudesse ajudar no combate ao tabagismo essa modificação. Além de que, cancerígeno nós temos—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Posso surgir a V. Exª.?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --muitos produtos, só para concluir, cancerígeno, nós temos muitos produtos que, eventualmente, podem causar o câncer e que você consome, desde álcool, enlatados e etc. Não é apenas o fumo, que é algo que causa, com maior incidência, o câncer, entretanto, nem to-

dos que usam do tabaco têm essa doença do câncer adquirida por conta do tabagismo. Muita gente usa o tabagismo a vida inteira e morre aos 90 anos sem câncer. Então, é muito melhor a propaganda e dizer que o uso do tabaco faz mal à saúde, ele coloca em uma situação de fragilidade diante de doenças, inclusive o câncer, como é feito hoje na propaganda. Foi a razão da minha rejeição não mais do que isso, não sei se esclareci a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Obrigado Presidente. Eu concordo com o raciocínio que a V. Exª. faz. A mudança desses termos aqui poderá simplesmente não ter o efeito imediato. Mas é que, na contrapropaganda que o próprio maço de cigarro traz, que tem o percentual do nível de propaganda favorável e um percentual para a propaganda desfavorável ao uso do cigarro, em alguns momentos, ela é muito tímida, assim, ela faz uma referência muito de leve. Eu queria saber de V. Exª. se pensava a idéia de afirmar, dentro do Projeto de Lei, como uma espécie de substitutivo, que reafirmasse um pouco mais contundente essa situação de que o cigarro pode causar câncer. Em todo o material de propaganda reafirmar isso de maneira obrigatória e não opcional como é utilizado, também, outros termos no sentido da contrapropaganda ao uso do cigarro. Eu só quero dizer isso a V. Exª., porque acho que é uma questão de, em um futuro muito breve, nós poderemos estar tratando aqui de outros produtos, como V. Exª. lembrou aqui. Outros produtos que podem ter um efeito parecido com o do cigarro e que leva uma pessoa a contrair câncer. Mas, pelos números que eu vi agora na imprensa, eu fiquei alarmado, muito assustado, Sr. Presidente, 130. 000 pessoas com *causa mortis* de câncer, né, nem todos, claro, originados da questão do cigarro. E pode apontar para 430. 000, 450. 000, ou seja, quase três vezes mais, três vezes mais. E podemos ainda, alguns analistas acham que, daqui a dois anos, se chega a 1 milhão de casos. Ou seja, o povo brasileiro caminhando, mais brevemente, para a sepultura, induzido por um consumo desordenado dessa natureza. Então, eu queria sugerir se era pensável usar o termo “Cancerígeno” de maneira obrigatória em todo e qualquer material de divulgação, em alusão ao uso do tabaco. É a sugestão que eu faço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Teria que ser outro projeto, Sr. Presidente, porque o projeto não é lavrado dentro desse—

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O escopo é outro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É, o escopo é totalmente outro. Eu até poderia sugerir ao Senador Sibá que verificasse como é que está saindo, porque as carteiras de cigarro, hoje, têm estampada até fotos de pessoas doentes [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Antes vinham fotos estimulantes, bonitas; hoje as fotografias dos maços de cigarros são terríveis.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): E até elaborar um projeto. É que o projeto da Senadora Serys, ele veio lavrado dessa forma que está aqui e não pensei em um substitutivo, porque essa é a proposta dela no mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E quem sabe o Senador César Borges, conjuntamente com o Senador Sibá, poderiam elaborar um novo projeto com o escopo definido [ininteligível].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): E agora, eu queria dizer ao Senador Sibá que a gente que tem oportunidade, muitas vezes, de viajar pelo mundo a fora, principalmente na Europa, nós verificamos que, no Brasil, a redução do número de fumantes é algo substantivo. Se compararmos com o grau de fumantes que encontramos em algum países da Europa, quase todos, mas principalmente na Espanha, por exemplo, na Alemanha, o Brasil evoluiu muito. Eu acho que a geração que nós temos hoje, nesse aspecto da propaganda, da advertência, não se vê, hoje, não se fuma em avião, não se fuma em recintos fechados, quer dizer, já houve um avanço que eu considero ser muito significativo. É claro que, quanto mais avançarmos, melhor. Mas acho que o País teve um avanço substantivo nessa questão. Agora, com relação ao projeto, se o Senador Sibá Machado acha por bem pedir vista e tentar redigir um substitutivo, não há nenhuma dificuldade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É, então outro projeto. Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Quería só usar a palavra um minutinho, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir, Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para usar o gancho do Senador César Borges. Que realmente houve uma redução substancial do fumo no Brasil. Mas ainda morrem 200.000 pessoas por ano de doenças conseqüentes do hábito de fumar, do tabagismo. Quer dizer, imagine se não estivessem fazendo essa campanha que estão fazendo, estaria morrendo muito

mais gente. No mundo, morrem 5 milhões de pessoas por problema de cigarro, em conseqüência do cigarro. Aqui no Brasil, com toda essa campanha, com essa educação que nós temos, graças a Deus, de respeitar as pessoas que não fumam. Os fumantes ainda morrem 200.000 pessoas de doença conseqüente do cigarro. Isso é dado do Instituto Nacional do Câncer. Então, eu também, nós estamos falando de cigarro aqui, eu vou puxar um pouquinho, vou dar uma cutucada no álcool também. Nós temos que trabalhar aqui para restringir a propaganda do álcool. Nós somos muito tolerantes com o alcoolismo e o alcoolismo é uma doença, provoca doença, é tão grave quanto o fumo. Mata mais gente do que o fumo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Porque mata o outro também, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mata no trânsito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mata diretamente e mata indiretamente, pelo trânsito e pela violência urbana, violência doméstica. O cigarro, ele mata a ele mesmo e mata, um pouquinho, o que está do lado, também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O fumante passivo também morre.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Morre, isso. Então, nós temos nos mobilizar aqui, para restringir o horário de propaganda de cigarro. O Ministério da Saúde está certo, têm reduzir isso aí. Porque é uma violência. Horário de propaganda de bebida, fazer como a gente fez no cigarro. No cigarro nós avançamos muito, mas na bebida nós estamos atrasados. Até denominação de bebida é discutível, tem o teor de álcool, aí, que eles ficam discutindo, diz que é esse ou aquele. Nós temos que mudar isso. É isso que eu queria falar, Presidente, só para lembrar que morrem 200.000 pessoas nesse solo nosso, aqui, do Brasil, em doenças causadas pelo cigarro, todo ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Senador Botelho. Alguém mais para discutir o Relatório do Senador César Borges? Não havendo quem queira discutir, em votação. Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. A matéria foi rejeitada. Passaremos, agora, a um Requerimento de autoria do Eminentíssimo Senador –

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Augusto Botelho.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só o Item 6, ainda, que é não Terminativo e eu sou o Relator,

não sei se eu faria antes do Requerimento ou depois do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Os itens 1 e 2 são de autoria do Senador Botelho.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ah, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós chegaremos já ao Item do qual V. Ex^a. é o Relator. Item 1: Requerimento. Nos termos do § 2º do Art. 50, da Constituição e do Art. 215, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado, que seja solicitado ao Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Relator, Senador Augusto Botelho, com a palavra para dar substância à propositura apresentada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É a propositura em relação à Prestação de Contas do Fundo Constitucional Centro-Oeste, que existe um projeto que eu estou relatando e nós precisamos esclarecer e embasar bem o projeto para poder emitir o Parecer. O que vale para o FCO vai valer também para o nosso FNO, não é? Então, é uma discussão boa, porque esses fundos são importantes para as nossas Regiões, o senhor pega o FCO e FNO, não é, o seu Estado de Tocantins, não é, meu Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pega os dois, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): FNO.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): FNO. Então, o objetivo é apenas esse. Esses dois Requerimentos visam esclarecer pontos do Projeto de Lei que tem, que regulamenta as prestações de contas desses Fundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Ex^a. faz menção já ao Item 2, ao outro Requerimento, com mesmo propósito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Todos os dois, é.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E, o primeiro é para ouvir o Ministro-Chefe da Controladoria Geral. No segundo, o Ministro de Estado da Integração Nacional. Para obter informações a respeito da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, FCO. Para discutir, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu não observei direito o teor do Requerimento do Senador Augusto Botelho, mas posso compreender que, baseado numa Audiência Pública que nós fizemos aqui com o Presidente do Banco do Brasil, fazendo um demonstrativo das aplicações do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o FCO, que é administrado pelo Banco do Brasil. Nós temos o Banco do Nordeste do Brasil que administra o FNE e o Banco da Amazônia que administra o FNO. Fundos criados em 1989 tão logo a promulgação da Carta Constitucional, porque acho é criado no próprio teor da Constituinte, que colocou esse dispositivo com sentido de financiar, com recursos mais baratos e melhor acessíveis ao desenvolvimento dessas três Regiões.

A pergunta que eu fiz e que eu acho que é importante, o Requerimento seria, talvez, muito salutar para essa Comissão aqui, Sr. Presidente, aprofundar o entendimento desses Fundos ao longo da sua história, o que foi o volume das aplicações e o sucesso dessas aplicações. Porque a gente vê aqui talvez uma explicação eminentemente financeira, do ponto de vista do gestor, do administrador, que é o Banco. Ele diz, eu apliquei, rendeu tanto, aí faz uma exposição eminentemente estatística. E eu queria, a sugestão que eu queria fazer, talvez, para gente fazer um Requerimento coletivo, é que os três Bancos pudessem vir aqui, simultaneamente, para colocar o ganho social que nós tivemos quanto a isso. Quantos empregos foram gerados em relação a isso? Quantas pessoas do campo migraram da situação de pobreza, ou de miséria, para uma situação melhor de vida? Não ficar, apenas, nas estatísticas financeiras do Banco. Então, eu acho que o Requerimento é provocativo, é muito importante o que o Senador Augusto Botelho está fazendo e já faço essa sugestão de que nós possamos trazer, no ambiente desta Comissão, um avaliação desta magnitude, com os três Presidentes das três instituições e aí quem sabe, no futuro, a gente até pedir a esses Bancos que divulguem um pouco melhor e que a sociedade possa saber melhor o que significam os recursos do Fundo Constitucional. É um dinheiro muito importante para o desenvolvimento das nossas Regiões e, portanto, a gente gostaria de fazer uma grande divulgação do salto de qualidade que nós tivemos com esses investimentos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador César Borges com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu queria apoiar o pronunciamento, agora,

do Senador Sibá Machado, que o Requerimento pudesse incluir, também, os outros Fundos Constitucionais, como aquele que mais me diz de perto, que é o Fundo Constitucional do Nordeste e que, realmente, seria muito bom que os Presidentes dos Bancos, no caso Banco do Nordeste, pudessem fazer esse tipo de explanação e esses dados, que nós sabemos da importância do Fundo Constitucional, do FNE, para o desenvolvimento da Região Nordeste, da forma correta como o Banco do Nordeste vem fazendo essas aplicações e que, também, podem ser sempre aprimoradas, ou melhoradas e devem ser discutidas, aqui, com o Senado, porque são fundos importantíssimos para a nossa Região. Portanto, eu quero apoiar, integralmente, aqui, o pronunciamento do Senador Sibá Machado e que pudesse ser incorporada a presença dos outros Fundos Constitucionais e dos Presidentes dos Bancos que são os responsáveis pela aplicação desses fundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Augusto Botelho, concorda com o...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Claro, concordo, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --o aditamento proposto ao Requerimento de V. Ex^a. ?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E, justamente, a provocação desse Requerimento, é assim: Que eles, quando apresentam... O TCU, quando apresenta para gente, ele bota uma coisa muito assim, contábil, muito contábil. E o FNO não foi feito só para contábil. Nós queremos saber o efeito que ele falou, o quê que ele mudou no Centro-Oeste? O quê que ele mudou no Norte? O quê que ele mudou no Nordeste, o dinheiro que foi aplicado. Está sendo aplicado corretamente? Se não mudou o perfil econômico da vida das pessoas, tem que ser revisto alguma coisa. Por isso nós fizemos essa provocação e acho que vai ficar melhor com essa idéia de incluir mais os três Bancos, que são os donos do dinheiro. Vai melhorar, mais ainda, a nossa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Requerimento do eminente Senador Augusto Botelho, com os aditamentos propostos pelos Senadores César Borges e Sibá Machado. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Nós vamos submeter à votação o Requerimento do Item 2, que já, sobre ele, já foi realizada a discussão. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Itens 1 e 2, requerendo aí essa discussão com os Fundos Constitucionais e os

respectivos agentes financeiros que os aplicam. Passamos ao Item 6, Projeto de Lei da Câmara nº 116 de 2006. Determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera a Lei 8.078, de 11 setembro de 1990. Projeto de autoria do Deputado João Hermann Neto e tem, como Relator, o Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente. O Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006, propõe acrescentar § 2º ao Art. 57 do Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer a divulgação mensal no Diário Oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, revertidos para o Fundo, na forma do que está previsto na Lei 7.347/85. O Fundo, de que trata o projeto, é responsável pelo apoio às atividades dos respectivos órgãos de defesa do consumidor a partir dos abusos cometidos contra o consumidor. Quero dizer, Sr. Presidente, que o Ministério da Justiça, inclusive em nota oficial a respeito deste projeto, já disse que, inclusive, esta transparência que o projeto busca já vem, de uma certa maneira, sendo obtida através da divulgação no site do Ministério da Justiça, bem como nas Atas das reuniões do Conselho Federal Gestor, publicadas no Diário Oficial.

Agora, analisando o projeto, chegamos à conclusão de que a proposição do Deputado João Hermann Neto visa conferir, legalmente, transparência à gestão dos Fundos e que a proposta também está em consonância com o Princípio da Transparência constante da política nacional das relações de consumo e, conseqüentemente, com a própria normal consumerista. Segundo o Relator, a iniciativa do Conselho Federal, aliás, desculpe: Segundo o Propositor, também buscando a transparência e de acordo com o nosso ponto de vista, a iniciativa do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça é louvável e a proposição, esta lei, garantirá essa boa prática administrativa por prerrogativa legal sendo, portanto, relevante e meritório. Portanto, meu Parecer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo que apresentei e que propõe: Primeiro lugar: Alteração na Lei 9.008, de 95, que criou o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, no âmbito do Ministério da Justiça e não no Código de Defesa do Consumidor. Dois: Excluí a obrigação, para Estados e Municípios, uma vez que não compete à legislação federal conferir tais atribuições, o que vai de encontro ao Princípio Federativo de Autonomia Municipal e

Estadual. Diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006, na forma do substitutivo. E lá aparece, no Art. 3º, inciso VIII: “Divulgar, mensalmente, os valores revertidos ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, no Diário Oficial da União e no sítio do Ministério da Justiça na Internet.” Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. A Presidência passa a dar conhecimento aos membros dessa Comissão sobre os seguintes Avisos oriundos do TCU. Aviso 1.632, trata-se de Requerimento 36, de 2007, da Comissão do Meio Ambiente, que solicita auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental do IBAMA em projeto do PNUD. Aviso 1.674, referente ao pedido de reexame interposto contra o Acórdão 574, de 2006. Aviso 1.747, referente ao Relatório de Auditoria no Programa Nacional do Controle da Dengue, na Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde. Aviso 1.901, referente ao Relatório de Auditoria de natureza operacional no Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Acórdão 2.040. Tais Avisos encontram-se na Secretaria desta Comissão, à disposição dos eminentes Srs. Senadores. Os demais itens desta pauta de hoje são itens Terminativos, exigem *quorum* qualificado. Visivelmente não contamos com esse *quorum*. Agradecendo, então, a presença dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h57.

Ata da 37ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 11 de Dezembro de 2007, às 11:30 Horas.

Às doze horas e onze minutos do dia onze de dezembro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **FÁTIMA CLEIDE**, **CÉSAR BORGES**, **EUCLYDES MELLO**, **WELLINGTON SALGADO**, **VALDIR RAUPP**, **HERÁCLITO FORTES**, **CÍCERO LUCENA**, **MARISA SERRANO**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESARENKO**, **GILVAM BORGES**, **GARIBALDI ALVES**, **GERALDO MESQUITA**, **LÚCIA VÂNIA**, **FLEXA RIBEIRO** e **SÉRGIO GUERRA**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência

declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta.

Item 01) REQUERIMENTO Nº 46, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO que “requer, nos termos regimentais, em atenção à indignação e revolta da população da região oeste do Pará, a ida de pelo menos três Senadores desta Comissão, acompanhados dos Senadores do Estado do Pará, ao Município de Santarém/ Pará, com o objetivo de verificar os motivos que vem impedindo o funcionamento pleno do Hospital Regional de Santarém, com grave dano social e desperdício do dinheiro público, considerando sua inauguração em dezembro de 2006”. **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Resultado:** Aprovado.

Item 02) OFÍCIO “S” Nº 50, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO que “encaminha ao Senado Federal o relatório das vistorias realizadas nos bairros Padre Ângelo (Jaderlândia) e Perpétuo Socorro, com relação à construção das obras inacabadas de melhorias sanitárias domiciliares para controle de agravos, incluindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, assim como também os sistemas de abastecimento de água implantados no Município de São Miguel do Guamá – Pará, pelo Projeto Alvorada”.

Autoria: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá – Pará. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Solicita ao TCU fiscalização das obras da FUNASA, no âmbito do Projeto Alvorada, em bairros do município de São Miguel do Guamá – Pará. **Resultado:** Aprovado. **Item 03) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO** que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio-ambiente), no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais”. **Autoria:** Deputado João Grandão e outro(s) Sr(s). Deputados(s). **Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE**. **Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de

Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA**. **Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** **Adiado.** **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado:** **Adiado.** **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que “revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato”. **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **Adiado.** **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** **Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **MARISA SERRANO** e **FLEXA RIBEIRO**. A Presidência dá conhecimento aos membros da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os Avisos de números 1851, 1855, 1877, 1898, 1901 e 1904 do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte sete minutos, lavrando eu, Airton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra

dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A pauta de hoje está eivada de projetos de caráter terminativo. Mas os dois itens iniciais, como não são terminativos nós podemos começar por eles. Item 01. Vamos começar pelo Item 01 da pauta.

Requerimento. Requer nos termos regimentais em atenção à indignação e revolta da população da região oeste do Pará a ida de pelo menos três Senadores dessa Comissão acompanhados de Senadores do Estado do Pará a Município de Santarém com o objetivo de verificar os motivos que vem impedindo o funcionamento pleno do hospital regional de Santarém, com grave dano social e desperdício de dinheiro público, considerando sua inauguração em dezembro de 2006. Tal Requerimento tem como autor o Senador Flexa Ribeiro. A quem concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadoras, Srs. Senadores. O objetivo desse Requerimento é devido a inoperância do Governo atual do Estado do Pará, com relação à questão da saúde. A saúde a nível nacional está passando dificuldades enormes. E no Pará a dificuldade é maior ainda porque nós temos um hospital de média e alta complexidade, com investimento de... Com recursos do erário estadual e financiamento do BNDES de mais de cem milhões de reais, com equipamentos de ponta como ressonância magnética, tomografia, a parte de oncologia com acelerador linear, e esse hospital que está pronto desde dezembro do ano passado, de 2006, ainda hoje não entrou em operação. Ele está apenas funcionando de segunda a sexta-feira pela parte do dia em atendimento ambulatorial. Ou seja, a nossa nação não pode se dar ao luxo de ter um investimento desporto para uma população carente, numa região que necessita de apoio na área de saúde e o Governo do Estado não põe esse hospital para funcionar plenamente. Há um ano ele está nessa forma. Então a proposta que faço através desse Requerimento se constitua uma Comissão de três Senadores, com os Senadores do Pará e possamos ir até a Santarém verificar as condições do hospital e saber o motivo, por que é que o hospital não entra em pleno funcionamento quando vidas es-

tão sendo perdidas exatamente por falta de atenção na área da saúde. Até o Ministério Público Estadual já se manifestou sobre o assunto também cobrando o pleno funcionamento daquela unidade de alta e média complexidade.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. A Mesa designará os membros dessa Comissão e agendará com a participação de V.Ex^a a data adequada para a visita.

Passamos ao Item 02. Ofício “S” nº. 50 encaminha ao Senado Federal o Relatório das vistorias realizadas nos bairros Padre Ângelo, Jaderlândia e Perpétuo Socorro com relação a construção das obras inacabadas de melhoria sanitária domiciliares de controle de agravos, incluindo o sistema de coleta e tratamento sanitário, assim como também os sistemas de abastecimento de água implantados no Município de São Miguel do Guamá, Pará, pelo Projeto Alvorada. Esse ofício é de autoria da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá, no Pará, e tem como Relator o eminente Senador Flexa Ribeiro. A quem concedemos a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadoras, Srs. Senadores. O Ofício “S” nº. 50 que vem a esta Comissão para parecer remetido pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá Estado do Pará encaminhando relatório das vistorias realizada em obras executadas pela Fundação Nacional de Saúde, FUNASA, no âmbito do Projeto Alvorada nos bairros do Padre Ângelo, Jaderlândia e Perpétuo Socorro naquele Município. O expediente informa que as obras de melhoria sanitárias e controle de agravos no sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário e sistema de abastecimento de água encontra-se inacabada.

Análise. Os arts. 70 e 71 da Constituição Federal dispõe. Art. 70 a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades de administração direta e indireta quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada poder. Aí vem vários artigos que tratam da mesma questão de que a fiscalização desses recursos, aplicação das subvenções será exercida pelo Congresso Nacional. Eu vou, Presidente, concluir aqui a análise dizendo que em função de todos os artigos que já estão aqui no parecer compete a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal solicitar ao Tribunal de Contas da União a apuração

das denúncias que chegaram à Casa. Os quadros que fazem parte do parecer obtido no SIAF em 21/09/2007 mostram as ordens bancárias emitidas pela FUNASA em favor da Prefeitura Municipal de São Miguel de Guamá no exercício de 2001 a 2003. No âmbito dos convênios 439363, melhorias sanitárias e domiciliares 439620 sistema de abastecimento de água e 439624 sistema de esgotamento sanitário. Todos referentes ao Projeto Alvorada conforme pode ser verificado foram liberados pela FUNASA 7 milhões, 632 mil, 978 reais e 75 centavos para o Município no exercício de 2002 e 2003. A liberação desses recursos está num quadro anexo. E o voto nosso, face ao exposto, submetemos à apreciação do Plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle proposta de solicitação ao Presidente do Tribunal de Contas da União, de fiscalização das obras executadas pela Fundação Nacional de Saúde, FUNASA, no âmbito do Projeto Alvorada nos bairros Padre Ângelo e Jaderlândia e Perpétuo Socorro no Município de São Miguel do Guamá, Pará nos termos do disposto do art. 70 e 71 da Constituição Federal e no art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão o Relatório. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, Sr. Relator, eu tenho estudado muito a questão da relação entre esta Casa e o Tribunal de Contas da União. E fiz um levantamento sobre todas as propostas que estão tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado envolvendo essa relação e a melhoria dessa relação. Eu acho que o futuro Presidente desta Casa terá a obrigação de neste ano interregno que nós vamos ter de um mandato tampão que o futuro Presidente possa olhar essa questão com um carinho especial e principalmente com o olhar voltado para as necessidades da população. Se o TCU é o nosso braço da fiscalização, se ele foi criado constitucionalmente para dar aos Senadores e a esta Casa condições para que a gente possa acompanhar a execução daquilo, dos recursos que nós votamos no orçamento, e a responsabilidade é nossa, é inadmissível que a gente não leve a análise do TCU, e aquilo que o TCU tem proposto para a boa execução do recurso público com uma celeridade maior, mas principalmente com a equidade maior. Portanto, Sr. Presidente, acho que é muito importante que a gente faça essa relação com o TCU. E que o TCU possa sim fiscalizar e acompanhar porque a função dela, nós que temos ao TCU e criamos o TCU para que ele tenha essa função de fiscalizar,

acompanhar e propor medidas saneadoras. Portanto nada mais justo que essa proposta seja aprovada e que nessa Casa e principalmente nessa Comissão a gente se debruce mais, eu pretendo fazê-lo no próximo ano nas questões envolvendo os relatórios do TCU, as propostas do TCU, e as questões que nós votamos aqui no orçamento todos os anos. Acho que a função nossa e a transparência dessa questão vai ser muito importante para que a sociedade veja o Senado com outros olhos. Para que a gente não tenha 80% negativo numa avaliação que a sociedade faz do Senado. Como se aqui nós não trabalhássemos, e nós trabalhamos e muito. Mas isso tem que chegar à sociedade de uma forma mais fácil. E talvez a forma mais fácil seja aquilo que a obra que está lá no seu Município como está nesse Município que o Senador Flexa Ribeiro acabou de apontar, então estar lá junto da população. Aí a população vai ter mais passividade e através disso ver a ação efetiva do Senado Federal. Eram essas minhas palavras.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Marisa Serrano, tão oportunas como próprias as observações de V.Ex^a, seguramente calarão fundo na consciência do futuro Presidente dessa Casa, do novo Presidente dessa Casa que ao seu lado o Senador Garibaldi acaba de ser escolhido pelo partido como candidato a essa função. Eu tenho segurança que a preocupação de V.Ex^a é a preocupação de todos nós, e há... Entendo que cada um de nós deverá fazer, dar a sua contribuição, fazer a sua parte para que a imagem do Senado seja vista pela população brasileira como o grande foro de debate dos grandes temas, das discussões que interessam a todos enquanto cidadãos brasileiros. Continua em discussão o Relatório do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu...

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria aqui parabenizar a Senadora Marisa Serrano e associar-me ao que aqui foi dito por ela. Quero parabenizar V.Ex^a, Presidente Leomar Quintanilha, que preside com eficiência, competência e denodo esta Comissão. Eu diria que é sem sombra de dúvida uma das Comissões mais importantes do Senado Federal. Trata de três questões vitais, eu diria hoje, para a sociedade. A questão ambiental, meio ambiente, a defesa do consumidor, que também é uma questão que aflige a toda a sociedade brasileira, e a fiscalização e controle que a Senadora Marisa Serrano tão bem se reportou agora. O Tribunal de Contas da União, como braço auxiliar do Congresso Nacional tem feito um trabalho

admirável. Tem colocado nos seus relatórios, apontado as falhas, indicando as soluções... Ainda estamos discutindo aqui no Senado Federal agora as alterações à Lei de Licitações Públicas, que precisamos fazer essas operações, Senadora Marisa, para que facilite inclusive o próprio trabalho do Tribunal de Contas da União no sentido de que os erros não se cometam na origem, ou seja, nos projetos inadequados, nos editais que são... Com dificuldades de que não dá acessibilidade às empresas... Porque quanto maior o número de participantes de uma licitação pública, melhor para a sociedade. Porque haverá disputa, haverá então um preço mais adequado. E aí vem a fiscalização. Se nós tivermos os projetos adequados, uma licitação em que haja uma disputa aberta, correta, e a fiscalização da execução, nós vamos diminuir e muito esse desvio, esse gasto inaceitável jogado fora do esforço de toda a sociedade brasileira ao contribuir com os impostos para a União, Estados e Municípios. Então V.Ex^a levanta uma questão de que esta Comissão, e fará com certeza absoluta, com a nova presidência do Senado uma aproximação maior com o Tribunal de Contas para que nós possamos juntos no sentido de não ter esse tipo de problema que aqui foi relatado nesse Ofício "S" que é coisa de 2001, 2003. Ou seja, o dinheiro, espero que não tenha acontecido, mas pelo que foi aqui visto e relatado, o dinheiro foi desperdiçado. Quando se houvesse o acompanhamento nós poderíamos ter evitado isso, ter sustado naquela ocasião. Então parabéns a V.Ex^a, e tenho certeza absoluta que nós vamos, associados ao Tribunal de Contas, fazer um trabalho importante nesta Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 03 foi retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. Os demais são de caráter terminativo, efetivamente nós não temos quórum suficiente. A Mesa passa a dar conhecimentos aos membros da Comissão sobre os seguintes avisos oriundos do TCU e que se refere a solicitações feitas pela Comissão. Aviso 1.851, referente a pedido de exame do acórdão 2.338/2006. Aviso 1.855, referente a informações sobre os contratos DT 085 e DT de 079/83. Aviso 1.877 referente a Relatório de auditoria nos projetos de assentamento do INCRA na Floresta Amazônica. Aviso 1.898 referente a relatório de auditoria sobre a construção do berço 100, alargamento do cais sul e ampliação do Porto de Itaqui no Maranhão. Aviso 1.901, referente a Relatório de auditoria sobre a dragagem dos berços 100 a 103

da retroárea dos berços 100 a 101 do Porto de Itaqui no Maranhão. Aviso 1.904, referente a Relatório de auditoria sobre a recuperação dos berços 101 e 102 e construção de retroáreas dos berços 100 e 101 do porto de Itaqui no Maranhão. Tais avisos encontram-se nessa Secretaria a disposição dos Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a participação de todos os Senadores, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h27.

Ata da 31ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 21 de Junho de 2007, Quinta-feira, às 09h00, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas do dia vinte e um de junho de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a **Presidência do Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras **Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Patrícia Saboya e Lúcia Vânia** e dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Wilson Matos, Heráclito Fortes, Jaime Campos, Cristovam Buarque e José Nery** e dos não membros Senadores **Augusto Botelho, Valdir Raupp e Magno Malta**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº. 32, de 2007, com a finalidade de “discutir a redução da maioridade penal, como desdobramento da audiência pública do dia 31/05/2007. Autor: Senador Paulo Paim. Convidados que compareceram: José Maria e Silva – Sociólogo e Jornalista; Herilda Balduino em representação à Raimundo Cezar Britto Aragão – Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Tito Amaral, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás; e Thereza de Lamare Conselheira do CONANDA, em representação de Carmem Silveira de Oliveira – Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Cristiano Paixão, Professor da UNB e Procurador do Trabalho. Resultado: Audiência Pública Realizada. O Senhor Presidente abre os trabalhos aprova a ata das reuniões anteriores e explica como a reunião será conduzida. Em ato contínuo, convida os debatedores a sentarem-se e, em seguida, são iniciados os debates. Encerrado as explanações dos debatedores, fazem uso da palavra os seguintes Senadores Cristovam Buar-

que, Wilson Matos, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia, Patrícia Saboya, Geraldo Mesquita Júnior e Magno Malta. O Senhor Presidente dá a palavra a um membro da sociedade civil organizada não relacionado na lista de convidados, o Senhor Luiz Antônio Amiranda, representante dos Salesianos do Brasil. **Extrapauta:** O Senhor Presidente ao final da Audiência Pública, informa que há três requerimentos a serem votados. **Item nº. 01 – Requerimento – CDH nº. 43, de 2007**, que requer a realização de Audiência pública para tratar do “Sistema de Adoção de Crianças no Brasil”. Com os seguintes convidados: Paulo Roberto Luppi, Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Vitória; Edílson Teodoro Amaral; Carlos José Silva Fortes, Promotor de Justiça, atuando na Infância e Juventude de Divinópolis – MG; Neuza de Oliveira Lima, Membro do Conselho da Mulher Empreendedora; Célia Regina Rocha, Tesoureira do Conselho da Mulher Empreendedora; Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item nº. 02: Requerimento – CDH nº. 44, de 2007**, requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLC 122, de 2006, que “Altera a Lei n.º 7716, de 05.01.1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei n.º 2848, de 07.12.1940, Código Penal, e ao art. 5º da CLT”, com os seguintes convidados: Pastor Silas Malafaia; Um representante da CNBB; Pastor Robson Rodovalho; e Um representante da Federação Espírita. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado Item nº. 03 – Requerimento – CDH nº. 45, de 2007**, requer a realização de “Seminário para tratar das questões atinentes às Zonas de Processamentos de Exportação – ZPEs, (na Cidade do Rio Grande/RS, Região do Vale dos Sinos e Região Norte do Rio grande do Sul) como foco de geração de Emprego na ótica dos Direitos Humanos, a ser realizado no âmbito da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Com convidados a serem definidos pela própria Comissão.”. Com convidados a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participa-

tiva, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Essa é mais uma audiência pública visando debater a questão da maioria penal. É uma audiência pública para discutir a redução da maioria penal com desdobramento da audiência pública de 30.05.2007, nos termos do requerimento da CDH 32/2007, de nossa autoria e de outros Senadores e Senadoras. Os convidados para essa audiência pública: a conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, Sra. Tereza Delamare; o senhor professor da faculdade de direito da UNB e Procurador do Ministério Público do Trabalho, Cristiano Paixão, que está aqui à nossa direita; o representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Erilda Balduino; o sociólogo e jornalista José Maria Silva, aqui à nossa esquerda; e aqui no centro esquerdo o Promotor de Justiça, Dr. Tito Amaral.

Com esse anúncio, com introdução que fiz, eu gostaria ainda, antes de passar a palavra aos convidados, que já sabem o ritual das audiências públicas e que nós estamos nesse momento falando ao vivo para o Brasil, a audiência pública visa aprofundar esse debate, que eu já anunciei, nós vamos dar o tempo de dez minutos para cada um dos convidados e com mais cinco, se necessário. É claro que a presidência será tolerante pela importância do tema que envolve a vida digamos da nossa juventude, de toda a nossa adolescência. O debate é sobre se a responsabilidade penal será dezesseis ou dezoito anos. Mas antes eu queria registrar aqui, para ficar nos anais da Comissão dos Direitos Humanos, um documento que recebi e que assinei também, lá do meu Rio Grande do Sul, é assinado por mim, pelo Senador Simon e pelo Senador Zambiasi, e ainda pelo Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza Pedra Redonda, Vilas Conceição e Assunção, Associação Comunitária Jardim Isabel Ipanema, Luciene Maria de Madeira Shuts, assina ainda a Aliança Solidária pela Cidadania, Vila e Liberdade. Senador Wilson, satisfação em estar aqui conosco, mais uma vez participando do debate. O Senador Wilson que é um educador, tem sua vida voltada para a universidade, e quero dizer, Senador Wilson, que vou lá visitar a universidade, vou lá visitar, verei as salas de aula naturalmente, todo complexo, e vou visitar também a caixa de bocha, embora uma pessoa não gostou muito que eu falei isso uma vez, que eu vou visitar e vou jogar lá uma partida. Quero também aqui dizer que o Instituto Cultural e Educacional Dr. Roberto Pellin também assina esse documento e Alcir Luiz de

Oliveira. É um documento dirigido à Ministra Marina, que tem como objetivo preservar o Rio Guaíba. Nós estamos com uma grande dificuldade no Rio Grande do Sul, felizmente mediante o entendimento que eu, graças a Deus, participei com a Ministra Marina Silva, com o Ministro da Cidade, Ministro Márcio Fortes e com a Ministra Dilma, nós teremos um grande investimento de recuperação das bacias do Rio do Sino e, naturalmente, também, do Rio Gravataí e vai beneficiar também o Guaíba. É que está havendo lá no Rio Grande do Sul um movimento para começarem a tirar areia do Rio Guaíba. E nós, que defendemos o meio-ambiente, somos totalmente contra, por isso eu assinei esse documento. Claro que não vou ler o documento aqui na íntegra, mas quero dizer que assinei o documento que foi dirigido à Ministra Marina e sei que teremos o apoio dela, não vamos concordar com a intenção de começarem a retirar areia do Rio Guaíba, que vai trazer um desequilíbrio ainda maior para a bacia das águas do Rio Grande do Sul, principalmente a do nosso querido Rio Guaíba. Então a campanha “Viva Guaíba” não aceitará pressão de alguns mineradores – está aqui o nosso Senador Mesquita Júnior, sempre presente aqui nos debates -, visando trazer essa situação de desconforto para todo o povo gaúcho e uma agressão, no nosso entendimento, ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Rio Guaíba. Faço esse registro para que farei a leitura na íntegra no Plenário do Senado.

Vamos de imediato, então, já com a presença aqui dos nossos Senadores, como sempre pontuais, mais uma vez cumprimento os dois Senadores que já se inscreveram aqui para participar do debate, o Senador Wilson e o Senador Mesquita Júnior. Eu passo a palavra ao professor da Faculdade de Direito da UNB. Se não me engano a Conselheira Tereza Delamare não chegou ainda. Então eu passo a palavra, pela ordem que eu recebi aqui, não tem nenhuma preferência de inscrição, pela ordem que eu recebi ao professor da Faculdade de Direito da UNB, Procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr. Cristiano Paixão. Dez minutos com mais cinco.

SR. CRISTIANO PAIXÃO: Bom dia Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, bom dia Srs. Senadores aqui presentes, meus companheiros aqui nesta mesa de audiência pública, Dr. Tito Amaral, Promotor de Justiça, José Maria e Silva, sociólogo. Eu quero inclusive entrar nesse espírito que o Senador Paulo Paim mencionou de um debate que seja vivo, rápido, ágil e ao mesmo tempo profundo. A minha idéia, a minha contribuição aqui do ponto de vista da maioria penal é abordar o assunto a partir do direito constitucional. Nós temos uma proposta de Emenda Constitucional tramitando na

Casa, uma PEC, que já foi votada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, num placar apertado, aprovando o relatório do Senador Demóstenes Torres pela redução da imputabilidade penal para dezesseis anos de idade, alterando o artigo 228 da Constituição da República. O meu ponto aqui, muito brevemente, muito sucintamente, é que essa proposta de Emenda Constitucional, ela é, em si, inconstitucional. O meu ponto aqui é que está tramitando no Senado Federal uma proposta que viola os preceitos fundamentais da Constituição da República. Então do ponto de vista do direito constitucional nós temos que refletir profundamente a respeito do que significa a Constituição da República e o que significa esse artigo 228 da Constituição da República. É um artigo que não pode ser interpretado isoladamente, fora do seu contexto sistêmico da Constituição. Quando o artigo 228 fala que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas de legislação especial, esse artigo não está solto na Constituição. Ele é fruto de um contexto nacional e internacional de defesa da infância e da adolescência. Ele é uma parte importante de um contexto muito maior em que a Constituição Brasileira é protagonista de prestígio, de valorização do direito ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Então o que eu gostaria de ponderar para os Srs. Senadores, para todos aqui presentes, para os colegas de Mesa, é que do ponto de vista da Constituição da República nós simplesmente não podemos alterar o artigo 228 da Constituição da República rebaixando a idade mínima de dezoito para dezesseis anos.

A nossa Constituição da República envolve um período, como todos nós sabemos aqui, o Senador Paulo Paim é uma protagonista dessa história, o Senador Eduardo Suplicy, é um período de redemocratização do Brasil, é um período de refundação das bases sob as quais são fundadas as nossas relações de comunidade, de sociedade e de corpo político. E é muito interessante notar que a Constituição de 1988, ela se insere numa onda de constitucionalismo que se alastra por toda a América Latina nos anos 80 e nos anos 90, que é uma nova onda que renova o constitucionalismo moderno, que traz preocupações que estavam no plano internacional para o nosso plano doméstico. A nossa Constituição, ela é paradigmática em vários sentidos, ela modifica uma série de campos em que o direito brasileiro ou era omissivo ou era ainda comprometido com estruturas antigas e revoluciona o sistema do direito. Não é diferente em relação ao tratamento da infância e da adolescência. É muito interessante notar, é muito interessante comparar o tratamento da infância e da adolescência na Constituição com os instrumentos internacionais que vigoravam e vigoram logo

depois da promulgação. Nós temos três instrumentos importantes que são: as regras mínimas das Nações Unidas para administração da justiça da infância e da juventude, são as Regras de Beijing, que são de 1985, da Assembléia Geral da ONU, temos a Convenção sobre os Direitos de Criança, de 1989/1990, e temos também as Diretrizes de Riad, Princípios das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. Nesses três instrumentos, 1985, 1989 e 1990, está eleita, está estabelecida a prioridade para o desenvolvimento e formação da criança e do adolescente. É uma preocupação internacional. A comunidade internacional, no contexto de refundação das suas próprias base de convivência e de tratamento do fenômeno da infância, resolve prestigiar a infância e adolescência como prioridades máximas no processo de civilização, no processo de desenvolvimento das sociedades como um todo. A nossa Constituição de 1988 está nesse mesmo aspecto, nessa mesma direção, nesse mesmo movimento de descobrir a importância da infância e da adolescência no processo civilizatório brasileiro. O resultado disso, ao meu entender, é todo um tratamento constitucional à infância e adolescência que não se resume à maioridade penal. Ela diz respeito, especialmente, à proteção contra o trabalho infantil. O nosso artigo 7º limita o trabalho apenas a pessoas com mais de dezesseis anos e proíbe o trabalho noturno, perigoso, insalubre até dezoito anos.

A nossa Constituição estabelece uma prioridade à educação, uma prioridade à cultura e uma prioridade à família. Esses três núcleos de sentido, educação, cultura e família, eles todos estão envolvidos nessa dimensão protetiva da infância e da adolescência, porque elas partem do pressuposto de que a infância e a adolescência são os momentos cruciais para a formação do indivíduo. Portanto, regras de Direito Penal que servem para pessoas já com o seu processo de desenvolvimento concluído, não podem ser aplicadas, segundo esses instrumentos internacionais que eu me referi, não podem ser aplicados a crianças e adolescentes. Elas não completaram seu processo de formação. E esse processo de formação pressupõe sempre o contato com a educação, o contato com a cultura e a mediação institucional do convívio desses adolescentes com a sociedade como um todo, ou seja, a mediação, não pode ser uma mediação que se dê pela violência e sim que se dê pelas instituições estabelecidas, pelas instituições construídas pela própria Constituição. Então se nós pegarmos, para resumir o meu ponto, se nós pegarmos esses instrumentos internacionais que são contemporâneos à nossa Constituição, se nós alcançarmos o sentido dessa proteção à infância e adolescência que se alastra por todo o texto constitu-

cional, vai dos direitos sociais à cultura, educação, ao desporto e à família, nós chegaremos à conclusão de que ela é praticamente obrigatória, de que essa idade de dezoito anos é tudo, menos arbitrária. É uma idade que está sintonizada com os instrumentos internacionais sobre o tema, que está sintonizada com a própria história jurídica brasileira e que está sintonizada com a preocupação do Brasil com a proteção da infância e da adolescência. Nesse sentido, essas sucessivas propostas de Emenda Constitucional que tramitam nesta Casa, elas, no meu modo de ver, a partir da minha observação da Constituição, elas violam essa proteção constitucional da infância e da adolescência e nesse sentido elas se chocam contra uma cláusula de intangibilidade. Aquilo que nós chamamos de cláusulas pétreas, significa as nossas opções fundamentais como Nação que estão expressas no texto constitucional. Essas opções continuam válidas, essas opções vinculam. Há no imaginário popular uma idéia de que a Constituição é uma carta de princípios, uma declaração de determinados compromissos, mas antes de tudo a Constituição é norma, ela vincula, ela vale para o futuro, ela limita ações contrárias à própria Constituição. E nesse sentido, eu acredito, que seja extremamente relevante a discussão desse tema numa Comissão de Direitos Humanos porque o que está em jogo aqui é justamente a nossa proteção dos Direitos Humanos ligados à infância e à adolescência.

Então a minha observação, para iniciar, depois poderemos voltar a isso, é que a Constituição da República estabelece uma proibição de alteração da norma constitucional que diz respeito à idade mínima de imputabilidade penal, e, com isso, eu não estou estabelecendo que o constituinte derivado não possa aperfeiçoar a Constituição. Pode e deve. Mas eu estou procurando interpretar a Constituição de uma maneira sistemática, de uma maneira harmônica com os princípios [*soa a campanha*] que nortearam essa própria Constituição. Concluindo aqui então, Senador, eu gostaria de frisar ainda que também circula, também orbita no imaginário popular a idéia de que o atual Estatuto da Criança e do Adolescente pressupõe, permite a impunidade. Esse tipo de argumento, ele não se sustenta diante da observação da realidade, diante da observação de que de fato não foram se quer implementadas as políticas que dizem respeito à aplicação do ECA. O ECA estabelece, no seu artigo 112, nada menos do que seis formas de medidas sócio-educativas. Normalmente só duas delas são aplicadas: semiliberdade e internação. Então o que nós precisamos, na verdade, do ponto de vista do direito, do ponto de vista da Constituição, o que nós precisamos é dar uma chance ao Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA, ele tem todo um

sistema de normas protetivas e que previnem o cometimento de atos infracionais. É importante notar que boa parte do Capítulo IV – Das Medidas Sócio-Educativas, envolvem determinadas normas que são muito parecidas com normas de Direito Penal e de Processo Penal. Se fala em devido processo legal, em garantias ao adolescente infrator, assistência jurídica, assistência judiciária, se fala na remissão da pena. Portanto, nós temos uma certa comunicação entre os institutos do direito penal e os institutos de proteção à infância e adolescência. Ao contrário do que uma determinada análise menos profunda pode querer pressupor, o ECA não pressupõe e não permite a impunidade. O ECA, na verdade, é um instrumento que se insere nessa onda de constitucionalismo, de que o Brasil é protagonista e fundador, e que precisa ainda ser implementado e aplicado. Na verdade está se partindo de um pressuposto de que o ECA ou não atuou ou não funciona sem que ele tenha, sequer, entrado completamente em vigência. Nós temos alguns números também, que são alguns números impressionantes, com eles eu concluo, que dizem no que diz respeito à reincidência: ela é hoje 20% na infância e adolescência e 60% no sistema penal ordinário. Dados do Ministério da Justiça revelam que da população carcerária adulta menos de 20% faz qualquer atividade voltada à educação e menos de 25% está ligada a qualquer atividade produtiva. Se nós pegarmos os números dos internados no sistema do ECA, 90% deles, dos adolescentes infratores, não completaram o ensino fundamental, muito embora já estivessem na idade de estar no ensino médio, e 51% deles simplesmente saíram da escola. É evidente que existe uma relação entre educação, cultura e prática de ato infracional pelo adolescente. É evidente que se nós inserirmos adolescentes de dezesseis anos, acima disso, no sistema prisional, estaremos triplicando a taxa de reincidência, estaremos superlotando um sistema que já está dando sinais de completa falência e isso não reverterá em nenhum benefício no sistema de segurança pública, apenas amplificará a máquina de julgar, vigiar e punir, que é hoje o sistema criminal brasileiro.

Então eu gostaria de deixar estabelecido esse ponto para discussão, como uma contribuição ao debate, agradecer a participação nessa audiência pública e reiterar o fato de que a Constituição da República de 1988, na maneira como foi concebida, na maneira como está em vigor, na maneira como se coloca no topo do nosso ordenamento jurídico brasileiro, simplesmente não permite que se altere uma disposição como o artigo 228 da Constituição. Há uma jurisprudência do Supremo, inclusive, no sentido de que a tramitação da emenda pode ser paralisada a qualquer momento. A

iniciativa de qualquer parlamentar, via mandado de segurança, pode inviabilizar a tramitação de uma emenda tendente a abolir direitos e garantia individuais, que é exatamente de que se trata. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. Cristiano Paixão pela sua exposição. Como a Dra. Erilda chegou nesse momento, para ela se situar, eu passo a palavra ao sociólogo e jornalista, na ordem que eu já havia aqui falado, ao sociólogo e jornalista José Maria e Silva. Em seguida volta para a Dra. Erilda [*soa a campainha*] e em seguida ao Dr. Tito. O senhor tem, por favor, Dr. José Maria e Silva, dez minutos com mais cinco. Antes, me permita, eu quero antes registrar a minha satisfação de estar aqui conosco já o Senador Mesquita Júnior, o Senador Wilson, o Senador Suplicy, a Senadora Fátima Cleide, o Senador Botelho e o Senador Flávio Arns. Vocês vejam que o tema, de fato ... e o Senador Crivella também já está aqui conosco. O tema é um tema que está mobilizando muito aqui o Senado da República e a importância dessa audiência. Por favor, o sociólogo e jornalista José Maria da Silva, dez minutos com mais cinco.

SR. JOSÉ MARIA E SILVA: Bom dia Senador Paim, bom dia demais Senadores, bom dia colegas da Mesa. O tema da minha palestra de hoje é: maioridade penal, redução ou barbárie. Sras. Senadores, Srs. Senadores, faz-se urgente reduzir a maioridade penal no Brasil. E eu quero acrescentar aqui que eu defendo a redução não apenas para dezesseis anos, mas de acordo com a gravidade do crime. Uma criança que mata aos catorze anos já deve responder como assassino, como eu pretendo demonstrar aqui. Mas isso não basta, ou seja, não basta reduzir a maioridade penal. Ainda mais urgente do que reduzir a maioridade penal é revisar o Estatuto da Criança e do Adolescente, que vem sendo usado sistematicamente como instrumento de proteção de criminosos em detrimento das verdadeiras crianças e adolescentes. E o que é mais grave: o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei profundamente machista, que usa dois pesos e duas medidas no tratamento de meninos e meninas. Eu poderia demonstrar isso, a exaustão, com artigos do próprio Estatuto, se houvesse tempo, mas não há, então vai ser uma fala resumida. A ilógica mentalidade que gerou o Estatuto da Criança e do Adolescente, e parece intoxicar toda a sociedade, só considera incapazes os menores do sexo masculino. As meninas, tão logo descobrem o sexo, são tratadas como mulheres adultas, sendo obrigadas a arcar com todas as consequências de seus atos. Prova disso é que a partir do próprio Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, que é contra a redução da

maioridade penal, ele é contra, vai se criando no País uma jurisprudência que tende a não mais considerar estupro as relações sexuais de um adulto com uma menor de catorze anos. Alegando que o Código Penal está ultrapassado, uma vez que é de 1940, muitos juízes sustentam que pelo fato de viverem no mundo em que os estímulos sexuais estão em toda parte, as meninas perdem a inocência mais cedo, adquirindo uma precoce consciência sexual. Conseqüentemente, quando praticam sexo antes dos catorze anos, já não se pode mais falar de presunção de estupro, no entender deles, porque elas saberiam o que estão fazendo. E repito: Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, que é contra a redução da maioridade penal, tem essa mentalidade.

Ora, senhoras e senhores, como já ensinava o sábio sociólogo francês Émile Durkheim, referendado pelo psicólogo suíço Jean Piaget, a lógica é condição precípua da moral e por extensão da própria injustiça. O raciocínio que vale para as meninas de hoje tem de valer também para os meninos de agora. Se dado o suposto grau de informação da sociedade as meninas já podem ser responsabilizadas pelo sexo que praticam precocemente, como pensam os ministros do Supremo criando jurisprudência no País, com mais razão os meninos têm de ser responsabilizados pelas armas que cruelmente disparam. Ou a evolução dos costumes, senhoras e senhores, só vale para penalizar mais uma vez as mulheres? E se houver alguma diferença na perda da inocência de meninos e meninas, ela se dá em favor das meninas, porque é muito mais fácil ser inocente nas questões sexuais, mesmo depois que se é adulto, e eu creio que cada um de nós já passou por provações que mostram isso, do que nas questões que dizem respeito à vida e à morte, mesmo quando se é criança. Se o sexo é um prazer a ser buscado e o prazer tende a ser subjetivo, a morte é uma dor a ser evitada e a dor tende a ser objetiva. O sentimento de que a morte é um mal, tanto para si como para outros, está praticamente inscrito no DNA de todas as espécies vivas, que em condições normais de sobrevivência sempre evitam matar o semelhante. Os senhores mesmos sabem que gado, quando morre um outro gado, cavalo, quando morre um outro cavalo, tem um certo sentimento de morte, até os bichos tem. Muito mais do que um mandamento bíblico inscrito na cultura judaico-cristã há quase quatro mil anos, "não matar" é um mandamento humano, praticamente um instinto que pesa sobre todas as culturas da face da terra indistintamente. Unfort(F), que é um dos teóricos da história das cidades mostra que nos mais remotos tempos da história humana, quando o homem ainda estava nas cavernas, ele já tinha o sentimento de

morte inscrito em si porque ele cultivava, ele cultuava os mortos, ele enterrava os mortos, ele já tinha o sentimento de morte dentro de si. Portanto, não é dado a nenhum ser humano, tenha a ele a idade que tiver, dizer que não tem plena consciência de que matar o próximo é um mal irreparável.

A força, reparem bem nessa expressão que eu vou falar aqui agora, a força física que possibilita matar o próximo, cresce junto com a consciência de que não se deve matá-lo. Eu reconheço que uma criancinha de três, quatro anos, se pudesse mataria um igualzinho a ela, só que ele não tem força para isso. A natureza é sabia. Estudos psicológicos mostram que a percepção da morte começa a se formar na criança muito precocemente, por volta dos três anos de idade. A princípio, como separação da mãe, depois, como certeza de que a morte é irreversível. E essa consciência da morte, segundo a psicologia, se completa na criança por volta de apenas nove anos de idade. Então o que é mais difícil discernir: o acerto de uma escolha sexual ou um direito que os outros tenham à vida? Amparado pela biologia e pela cultura, isto é, por instintos atávicos de valores milenares, o bom senso diz que é muito mais difícil discernir o erro ou o acerto de uma escolha sexual do que saber se a vida do próximo pode ou não ser tirada. Todavia, para o kafquiano Estatuto da Criança e do Adolescente, compreender que não se pode matar os outros é que é uma percepção mais difícil, mais complexa do que escolher o Presidente da República, ao que já se pode fazer aos dezesseis anos. Logo, se um menor do sexo masculino, mesmo faltando apenas quarenta e oito horas, quarenta e oito horas, reparem bem, para completar dezoito anos, é tratado como um incapaz depois de estuprar, assassinar e queimar pessoas como ocorreu no município goiano de Anicuns há alguns anos, porque o menor do sexo feminino, com apenas doze anos de idade, é obrigada a ser co-responsável pelos sexos que pratica com um assaltante, por intermédio do seu próprio pai, como também aconteceu dentro de um presídio do município de Anápolis, cidade vizinha aqui de Brasília, entre Goiânia e Anápolis. Eu até trouxe esse caso aqui para mostrar aos senhores, é um caso escabroso. Uma menina de doze anos foi estuprada no município de Anápolis por um assaltante. O pai dela, que é um homicida, com três assassinatos nas costas, autorizou a entrada nela no presídio. Como se isso fosse possível, um pai, que é um assassino, ter o direito de autorizar uma entrada de um filha de doze ou de catorze anos no presídio, e esse pai vendeu a filha dele para um assaltante de banco a troco de um mas de fumo trevo e a passagem de um ônibus que o assaltante pagou para ela ir ao presídio. O assaltante alugou uma sala para

estuprar a menina, tinha um som na sala, ele ligou o som para fazer barulho e ninguém ouvir os ruídos. Foi um estupro consentido, porque a menina foi lá porque quis. Ele ligou para ela do telefone do presídio, para ver o grau de imoralidade que é o presídio brasileiro. O bandido agencia uma garota de doze anos pelo telefone do presídio. E o que aconteceu com esse indivíduo na terra do Estatuto da Criança e do Adolescente que tanto orgulha os nossos intelectuais, como nós acabamos de ouvir. O que aconteceu com ele? Nada, nada. A justiça goiana o liberou, tanto ele quanto o pai. O próprio pai retirou a queixa que o diretor do presídio fez na Delegacia da Mulher de Anápolis, como se ele, assassinos três vezes, estava preso por agredir a mulher, tivesse o direito de retirar a queixa como se fosse um Direito Privado a ação que estava lá. O que o Ministério Público de Goiás fez? Nada, nada.

O Ministério Público só se importa em defender menor infrator. Por isso que eu digo: o Estatuto é um genocídio contra as mulheres. Eu tenho escrito isso sempre. Nós vamos continuar. Isso mostra o quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente esconde sob sua aparente modernidade um forte viés machista. O Estatuto submete as mulheres a uma servidão ética. Prova disso é que o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo, vinculado ao Ministério da Justiça, recomenda o que chama de direitos sexuais e reprodutivos para os menores infratores em regime de internação, que incluiu o direito de visitas íntimas, ou seja, a prática, o direito à prática de sexo por parte dos menores infratores. Eu quero fazer aqui uma observação. Direitos sexuais para mim é sinônimo de estupro. Quando um intelectual inscreve numa lei, como o Ministério da Justiça fez, “direitos sexuais”, ele está falando de estupro, porque eu não tenho direitos sexuais sobre a minha esposa. Sexo é dádiva, não é direito. Quem pratica sexo como um direito é estuprador. Quando se coloca isso numa lei, o País está perdido. Para dar um ar de seriedade à proposta, os defensores da medida alegam que ela será acompanhada de um amplo projeto educativo e que começará com a distribuição de preservativos, passando por um programa de planejamento familiar. Argumentam que os menores infratores levam uma vida sexual ativa antes de serem internados e, por isso, consideram um desrespeito aos seus Direitos Humanos negar lhes a prática de sexo durante o breve tempo em que ficam internados. Por outro lado também sustentam que as visitas íntimas *[soa a campainha]* vão reduzir as rebeliões, uma vez que segundo eles a prática do sexo poderia acalmar os menores. Como se vê, os defensores da medida em nenhum momento se perguntam pelos efeitos dela na pessoa que estará do outro lado da visita íntima, a

parceira sexual do menor criminoso. As parceiras dos menores infratores costumam ser mais novas do que eles, logo, deveriam ser ainda mais protegidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e não expostas por essa lei a uma situação de altíssimo risco para a sua formação.

SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Professor, só uma questão: o pronunciamento de V. S^a., perdoe interrompê-lo, é tão bonito que eu pediria que o senhor lê-se mais devagar para nós podermos acompanhar, que certamente o Presidente Paim vai dar mais tempo ao senhor. Eu estou prestando muita atenção, eu estou maravilhado com as suas palavras, mas está indo muito rápido e eu estou perdendo o seu raciocínio. Então é esse apelo que faço ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Atendendo ao apelo do Senador Crivella, eu solicito então que V. Ex^a., se puder, leia de forma mais compassada, mais devagar, porque depois mesmo dos quinze minutos, pelo seu pronunciamento, com certeza nós vamos ter um bom debate no Plenário. O senhor terá mais tempo depois, com certeza.

SR. JOSÉ MARIA E SILVA: Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas se puder resumir, dentro de mais cinco minutos.

SR. JOSÉ MARIA E SILVA: Eu farei o possível, muito obrigado Presidente, muito obrigado Senador. Como se vê os defensores da medida em nenhum momento se perguntam pelos efeitos dela na pessoa que estará do outro lado da visita íntima, a parceira sexual do menor criminoso. As parceiras dos menores infratores costumam ser mais novas do que eles, logo, deveriam ser ainda mais protegidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e não expostas por essa lei a uma situação de altíssimo risco para a sua formação. Ou trata-se de uma prática educativa, uma menina menor de idade, fazer sexo com um delinquente juvenil dentro de um presídio? Todas as pesquisas sérias realizadas no mundo são unânimes em reconhecer que a criminalidade violenta é praticada majoritariamente por pessoas do sexo masculino. A única violência que as mulheres praticam em maior escala é a violência contra si mesmas, a prostituição. A agressividade masculina tem raízes biológicas. Um estudo dos psicólogos Davis e Morris, com mais de quatro mil e quatrocentos veteranos de guerra dos Estados Unidos, publicado em 1990, mostrou que altos níveis de testosterona, o hormônio masculino, predispõe os homens à agressividade. Pesquisas realizadas com os macacos bonobos, das selvas africanas, muito próximos dos seres humanos, também associam agressão e masculinidade,

como se vê no livro *O Macho Demoníaco: as origens da agressividade humana*, dos pesquisadores Richard Wrangham e Dale Peterson.

A biologia comprova aquilo que qualquer um já observou ao seu redor: os machos, inclusive os da espécie humana, trazem em si uma agressividade latente, ou seja, pode-se dizer que os homens de um modo geral são biologicamente mais propensos à violência do que as mulheres. Somente o processo civilizatório, descrito pelo sociólogo alemão Norbert Elias, consegue frear esse instinto selvagem adormecido no interior de cada homem. Quando escapa aos freios da civilização, o homem tende a voltar ao seu estágio selvagem, como freqüentemente ocorre nas guerras, cenário comum de estupros em massa, praticados por soldados que antes da guerra eram cidadãos pactos. Mas não é só nas guerras que afloram o instinto selvagem do macho. Hoje se um biólogo quiser pesquisar as raízes da agressividade humana, ele não precisa mais se deslocar para a África para estudar os bonobos. Basta dirigir-se aos grandes centros urbanos que irá encontrar grandes juvenis com as mesmas características dos primatas. Nelas impera a lei do mais forte, que, obviamente, são sempre os machos. As meninas limitam-se ao papel de escravas de cama e mesa e costumam ser desvirginadas ainda crianças, às vezes antes da menarca. É o que mostra o livro *Filhos do Mundo*, da médica Simone Gonçalves de Assis e da psicóloga Patrícia Constantino, sobre a infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. As autoras entrevistaram meninas que foram desvirginadas aos doze, até aos dez anos de idade, por seus namorados, geralmente traficantes, alguns menores de idade, como elas, mas também por gerentes do tráfico de quarenta anos, donos de muitas mulheres. Quase sempre vítimas de violência doméstica, daí sua opção pelas ruas, essas meninas fogem de um calvário para cair em outro. São espancadas pelos namorados da mesma forma que eram espancadas pelos pais e padrastos. Os namorados logo se sentem seus donos e, como tal, consideram-se detentores de vários direitos sobre elas, relatam as autoras. Segundo elas, os namorados não abrem mão de usufruir de seus direitos masculinos, isto é, seus direitos sexuais, nem quando batem nas namoradas. Além disso, acrescentam as pesquisadoras, eles não se privam de ter outros relacionamentos, mas obviamente impedem as mulheres de ter.

Um estudo realizado em escolas públicas do Rio de Janeiro e publicado no livro *Escola, Galera e Narcotráfico*, a pesquisadora Heloísa Guimarães mostra como o namoro com bandidinhos, expressão coletada por ela junto aos estudantes entrevistados, significava um grave problema para as meninas. Diz a pesquisa-

dora: “era claro para todas as garotas da escola que o namoro com estes jovens, os chamados bandidinhos, estava submetido às mesmas regras que o ingresso no mundo do narcotráfico, representava uma viagem sem volta, marcada pela impossibilidade de ruptura, a menos que essa *[soa a campanha]* iniciativa partisse do namorado”. No livro, Heloísa Guimarães cita um caso trágico, muito trágico, ela diz: outras histórias relacionadas à questão do namoro com bandidinhos ocorreram durante a minha permanência na escola. A situação de Vilma, doze anos, criança, doze anos, foi muito comentada nas entrevistas. Vilma era representante de turma, sendo respeitada pelos colegas da escola pela forma como desempenhava a tarefa. Tendo sido namorada de um bandidinho, teve como única alternativa, para sair da relação, namorar com outro membro do mesmo grupo, mas mais graduado, um dos chefes da área. O problema surgiu quando ela se interessou por outro rapaz e tentou abandonar o chefe, que passou de forma discreta a rondar a escola para pegá-la. Segundo o depoimento de um dos colegas de turma, que dizia protegê-la, o garoto por quem ela se interessou foi morto e ela ficou ameaçada inclusive de morte. Vilma, senhoras e senhores, tinha apenas doze anos de idade, era uma criança, fazia a quarta série. Mas o Estatuto da Criança e do Adolescente nunca é usado para proteger meninas como ela, expurgando do ambiente onde ela está o menor infrator. Muito pelo contrário, o objetivo principal desse Estatuto da Criança e do Adolescente é exatamente inserir entre crianças inocentes os menores infratores na esperança de que as ovelhas convertam os lobos. E se depender do SINASE, o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo do Ministério da Justiça, crianças como Vilma, de doze anos, serão obrigadas a servir de repasto para seus namorados criminosos dentro dos presídios, nas chamadas hediondas visitas íntimas que essa gente do SINASE chama de direitos sexuais dos menores infratores. Entretanto, nem é necessário recorrer a pesquisas científicas para demonstrar o absurdo das visitas íntimas para presidiários, sobretudo para menores criminosos. Levando em conta que o jovem de classe média hoje cultua os mesmos valores das gangues do morro como o rap, o funk, a pele tatuada, e que muitos deles participam dos bailes funk *[soa a campanha]* escondido dos pais, qual seria, por exemplo, a reação de uma autoridade que defende as visitas íntimas se descobrisse que a sua filha namora um bandidinho, um daqueles descritos pela pesquisadora Heloísa Guimarães? Não tenho dúvida de que esse pai faria o que todo pai gostaria de fazer na mesma situação: procuraria afastá-la definitivamente do bandidinho, jamais admitiria que sua

filha comparecesse ao motel-albergue para servir de repasse sexual de um criminoso. Ora, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, por que então essas autoridades querem impor às filhas dos pobres algo que jamais aceitariam para suas próprias filhas? De onde vem essa insanidade instituída que não contente com os motéis-presídios dos criminosos adultos vai criar motéis-albergues para criminosos mirins? E só para encerrar, eu vou saltar aqui para outra pesquisa: a psicóloga Márcia Betman fez uma pesquisa com familiares de mulheres de presos e ela mostra uma situação estarecedora. As mulheres dos presos levam as crianças nos presídios para visitarem os pais, todo domingo tem visita, e essas crianças de três, quatro anos, são obrigadas a ficar na frente das mulheres nuas, que agacham-se três vezes para ver se cai alguma coisa de dentro das vaginas, e os menininhos de três, quatro, cinco anos, ficam junto das mães vendo tudo isso. Essa é a realidade dos nossos presídios que acontece em todos eles, todos os domingos nesse País está acontecendo isso.

E só para encerrar, eu vou ler o último parágrafo aqui: que País é esse que submete uma criança de três anos a ver sua mãe completamente nua no meio de um rebanho de mulheres também nuas, todas elas se agachando três vezes, com as vaginas escancaradas, enquanto alguma delas já marcadas por esse ambiente sórdido dizem palavrões para os guardas? Onde estão Promotores e Juízes que só se preocupam em garantir hotel cinco estrelas para Champinha e outros facínoras do gênero, deixando que essas infelizes crianças sucumbam como vítimas indefesas de um verdadeiro genocídio moral? Por isso o estupro da menina de doze anos no presídio de Anápolis não foi levado a sério pelas autoridades do meu Estado. É que o Estatuto da Criança e do Adolescente é, em si mesmo, um estupro moral da infância brasileira. Muito obrigado aos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao jornalista *[soa a campanha]* e sociólogo José Maria. Quero dizer aqui aos Srs. Senadores e Senadoras e àqueles que estão nos assistindo ao vivo pela TV Senado, que todos os convidados são indicação dos Srs. Senadores e Senadoras. Os Srs. Senadores e Senadores me procuraram e pediram que eu fizesse, eu prontamente acatei, que é o meu papel como Presidente, embora todos sabem que eu tenho posição: eu sou contra a redução. Mas aqui eu vou agir como Presidente, isso fique bem claro. As indicações terão um tempo necessário igual, inclusive o sociólogo teve em torno de vinte minutos, a pedido do Senador Crivella, para que ele pudesse concluir,

e que eu achei correto e dei o tempo. Por questão de ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador, eu quero saudar a oportunidade de nós termos aqui as mais diversas opiniões e que sejam apresentadas as opiniões contraditórias, as idéias, porque assim é que nós, Senadores, estaremos aprendendo, e, inclusive, haverá oportunidade dos próprios membros da Mesa, que tanto tem estudado este assunto, de também opor, contrapor as suas opiniões. Então eu cumprimento a presidência do Senador Paulo Paim pelo debate tão frutífero que está organizando, realizando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, pela ordem, e depois vou passar para a Dra. Erilda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero acrescentar também e reforçar o argumento do Senador Eduardo Suplicy, particularmente, para as pessoas que vem acompanhando pelo Brasil a audiência pública. O tema da diminuição da idade penal, da maioridade penal, como vem sendo falado, quer dizer, têm pessoas que são a favor e pessoas que são contra. Os argumentos apresentados numa audiência pública, podemos concordar ou não com eles, agora o fundamental é que na audiência pública realmente estejam presentes todos os pontos de vista, concordemos ou não com os pontos de vista. Então esta é assim uma atitude democrática também que deve ser seguida, porque seria muito inadequado, eu diria, termos só uma vertente de discussão sobre o assunto, o que impossibilitaria o debate na seqüência. Mas quero sempre parabenizar V. Ex^a., que V. Ex^a. tem isso assim muito claro também na sua encaminhada de vida, não é, e é isso que deve acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero ainda, mais uma vez, registrar a importância do debate, com a presença já do Senador Mesquita Júnior, o Senador Wilson, o Senador Suplicy, a Senadora Fátima Cleide, o Senador Botelho, o Senador Flávio Arns, Senador Cristovam, Senador Zambiasi e Senadora Patrícia. Passo, de imediato, a palavra à representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Dra. Erilda Balduino. Dez minutos com mais cinco e, se necessário, teremos a mesma tolerância.

SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, só para avisar que eu continuo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Crivella, meu amigo pessoal, Senador Crivella. V. Ex^a. sabe que eu nunca esqueci de V. Ex^a. e na relação que eu fiz aqui V. Ex^a. era o primeiro. Então V. Ex^a. está aqui, foi um dos primeiros a chegar inclusive nesse debate. Senador Crivella.

SRA. ERILDA BALDUÍNO: Sr. Presidente dessa Mesa, meus ilustres companheiros, excelentíssimos Srs. Senadores e demais pessoas que estão nesta audiência pública. Mais uma vez em cumprimento à determinação do Sr. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil estou representando a nossa entidade para trazer aqui a posição da OAB, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, que felizmente coincide com a minha posição pessoal. A Ordem dos Advogados do Brasil estuda esse assunto porque não é novo, há muito tempo, dessa forma a responder aos problemas difíceis da nossa sociedade com medidas mais simples e mais rápidas. Esse assunto não é novo, mas nós temos especialistas, os criminalistas, os processualistas, constitucionalistas, todos eles com formação nas várias vertentes das ciências de comportamento, das ciências humanas, e chegamos a muito àquela posição que não é apaixonada, como dizem, que não é utilitária, porque o direito não se compila(F) com utilidade, uma vez que não podemos medir a utilidade, qual delas é mais útil, para afirmar que somos contra qualquer projeto que vise diminuir ou aumentar, que vise modificar a questão da menoridade penal, que é doutrina já estratificada da nossa ciência jurídica na criminologia, na vitimologia e na política criminal. A Ordem dos Advogados, por que ela toma essa posição? Porque nós, os advogados, trabalhamos dia-a-dia com essa problemática social e sabemos, temos muito claro que dia-a-dia a criminalidade juvenil tem aumentado. Mas nesse País não é só isso que aumenta não. De jabuticaba a descoberta científica tudo aumenta nesse País, mas só que jabuticaba(F) e bobagem só dá aqui no Brasil. Então nós estamos tentando, com a nossa posição, trazer as causas, por que razão a sociedade, em momentos que se dizem críticos, levantam essas formas de talvez amenizar a desgraçada situação política social e econômica nesse País para que o povo, anestesiado, passe a pensar encontrar uma solução maravilhosa, encontrar a solução de acabar com a criminalidade juvenil. Mas isto é política criminal, isto não é direito criminal, isso não é a questão mais importante que nós teríamos que ter enfrentado há muitos anos.

Quero lhes dizer, Srs. Senadores, que tudo que nós estamos vivendo talvez seja a consequência de que nós não costumamos cumprir a nossa Lei Maior. Em 1988 fizemos uma Constituição onde os mais variados assuntos modernos da sociedade brasileira foram tratados, onde se organizou a sociedade civil apresentando segmentos que trouxeram à constituinte as dificuldades e as formas de enfrentá-las. Nós não estaríamos falando em criminalidade juvenil, 30% do Estatuto saiu dessa Constituição, vamos acabar com essa história de satanizar o Estatuto. O Estatuto é uma

lei orgânica que saiu da Constituição Federal, tudo que nele se contém foi aprovado aqui pelo povo brasileiro. E certamente algumas outras condições que se precisavam de fazer para interpretar o Estatuto, para viver o Estatuto, ainda não foram implementadas com a precisão e com a quantidade e a força moral e a força política da sociedade brasileira. Vou somente ler para V. Ex^a. para lembrar, porque isso, aqui está o problema que nós temos que enfrentar, e aqui a Ordem encontrou o fundamento de sua posição para que nós nos posicionássemos contra essas novidades de modificação de idade penal que visa apenas e tão somente, apenas e tão somente não é dar uma resposta não, é provocar uma situação social de vingança privada. Há muitos séculos que já saiu do nosso Código Penal e do Código Penal do mundo inteiro uma vingança para atender as questões emocionais, mais do que emocionais, de posições sociais, de moralismo e de conservadorismo. A Constituição diz no artigo 227: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade – Srs. Senadores, absoluta prioridade, norma cogente da Constituição Federal, da nossa Constituição, ela não botou ‘você podem fazer e deixar de fazer não’, absoluta prioridade – o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los – crianças e adolescentes – a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Não precisávamos mais de falar nada nessa audiência, Sr. Presidente Paulo Paim. Nós temos uma dívida com as crianças e adolescentes do Brasil. Não lhe demos nada disso e o que nós demos foi mal feito e mal aplicado e agora queremos lhe dar cadeia. Cadeia. Porque se passa para que aqueles menores de dezoito até dezesseis anos possam responder a crime, e é preciso que os juristas, os assessores, os jornalistas, façam e explicam o linguajar. Adolescente não comete crime, adolescente não tem pena de reclusão, adolescente não tem reincidência. Eles cometem atos infracionais que dentro da estrutura, de um estudo de Direito Penal, direito criminal e de sociologia e outras demais ciências, representam condutas sociais inadequadas. Não quis a Constituição, não quer o Código, não quer ninguém que entenda disso, dizer, porque crime é outra coisa, não é ato infracional. Para os atos infracionais o Estatuto trouxe a forma de enfrentá-los e aí é que está o grande problema que eu acho que deve ser muito bem pensado e refletido, das medidas sócio-educativas. Eu não disse pena, eu não disse reclusão, não disse detenção, não se faz prisão de

criança e adolescente, faz-se apreensão da palavra que nós não falamos mais “do menor”, como se diz, que é uma palavra absolutamente superada em toda ciência dos estudos da infância e da adolescência. Veja, então, que é preciso de passar a mentalidade, para a sociedade, não o discurso de vigiar e punir, porque esse discurso de vigiar e punir, ele denunciou exatamente os erros e não fez nenhuma alegoria de que deve ser assim. O filósofo francês, quando denunciou isso, foi uma das formas que mais trouxe ... que mais sacudiu a sociedade pensante e cultural daquela época na Europa. Vigiar e punir, nem a criminalidade dos maiores, daqueles que são responsáveis hoje, já não é mais nenhuma doutrina que nenhum criminalista, que nenhuma escola criminal esteja fazendo valer. Eu me referi à questão das medidas educacionais, das formas de como nós poderemos responder a esses atos infracionais. Eu tenho que dizer a V. Ex^{as}., confessar muito vencida que eu conheço muita pouca coisa nesse sentido. Não foi feito. Não se criou uma rede que pudesse examinar, criar essas medidas para que nós trouxéssemos esses adolescentes infratores para receberem um tratamento educacional, mas eu vou dizer, esse educacional, no sentido mais completo do que seja educação. Não precisamos aqui de elaborar que não tem escola. Quantas crianças, quantos adolescentes estão fora da escola? Esta escola deve ser uma escola que tenha certas formas diferentes.

Então o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça, já deviam de ter criado essas formas de execução dessas medidas numa medida educacional, mas ela não pára aí. E as medidas da saúde? Está aqui. As crianças abandonadas ao largo de toda a indigência de saúde. Não tem, não foi criado, não se gastou dinheiro para que a saúde pública atendesse esse seguimento tão importante, importante porque, nesses casos, mais de 70% desses infratores necessitam de um tratamento de saúde mental, aí vão dizer: “a Doutora está achando que os meninos são todos loucos”. Não, eu estou falando de saúde mental, não estou falando em doidos. São crianças desajustadas que vêm de lares desajustados, não são só aqueles que não tem lar não, aqueles que estão debaixo da ponte. Lar desajustado da classe média, mas da classe média e da mais baixa também. Os filhos da classe que dispõe não só do dinheiro, do poder econômico, mas que [soa a campanha], dispõe de uma cultura de se cuidar da saúde deles: têm psicólogos, têm pedagogos, têm remédios. Aqui não. Aqui é tudo pivete, bandidinho, não sei mais que nome, quem sabe muitos nomes aqui é o meu querido Senador Cristovam, que é dado a essas crianças. Medida sócio-educativa. A medida sócio-educativa na qualificação, cadê as nossas ... onde foi

feito, onde nós temos as escolas profissionais. E é preciso acabar com essa coisa que tem no Brasil de que escola profissional é para menino pobre. Eu não sei, quem não tem, para arrumar emprego. Não, as escolas profissionais... por que não escolas de música, de pintura, de criatividade nas artes, de esporte? Essas são medidas educativas. E uma outra, muito importante, a questão da segurança alimentar, que eles estão todos ... todos nós conhecemos, famintos na rua, na porta dos restaurantes, para conseguir aquele dinheirinho, aquele prato de resto de comida. Isso acontece no Brasil e isso não podia acontecer: ele tem prioridade absoluta nisso, para não passar fome. A questão das escolas, das Casas, sei lá o nome que quiserem dar, na comunidade, para que a comunidade perceba que ali tem uma porção de brasileiros, de cidadãos que têm que se integrar naquela vida [*soa a campainha*] de comunidade, passa a ele todos os valores, todas as nossas melhores tradições para que eles sejam cidadãos. Eu já estou passando do tempo, mas a discussão pode vir e eu quero só dizer, bem claro Senador, só mais um minuto para dizer por que é que nós somos contra. Primeiro porque isso não vai acabar com a violência. Isso é conversa para poder gente escutar vendo televisão e comendo pipoca. Violência não se acaba com lei, com prisão. Se tivesse acabado, não tinha violência no Brasil.

Talvez eu esteja até exagerando, mas eu gosto de ser exagerada. Arranjaram as prisões da mais alta segurança e, no entanto, dentro delas, apesar delas e com elas a criminalidade se organiza e fica cada dia mais requintada no Brasil. Nós não admitimos porque [*soa a campainha*] a adolescência é a fase de formação. Uma pessoa que for jogada nesses presídios – e não se pode estudar isso sem estudar a questão penitenciária do Brasil, que é outro assunto talvez de outra audiência – onde os valores, as ansiedades, as utopias estão se formando ainda para uma convivência negativa com as pessoas que não têm nenhuma expectativa de melhorar e não tem nenhuma expectativa, nenhuma esperança de uma recuperação e uma aceitação pela sociedade. Eu fico por aqui e estou à disposição depois para poder --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): -- Antes de passar pela ordem, eu agradeço primeiro à Dra. Erilda que fez essa explanação brilhante como todos aqui, eu quero só mais uma vez, por questão de justiça, que eu esqueci o nome antes, de dizer, que participam desse debate: o Senador Crivella, o Senador Mesquita Júnior, o Senador Wilson Matos, o Senador Suplicy, a Senadora Fátima Cleide, o Senador Botelho, o Senador Flávio Arns, o Senador Cristovam, Senador Zambiasi, a Senadora Patrícia e

o Senador Cícero Lucena, que também esteve aqui. Então eu acho que citei todos que estão presentes ou estão chegando à sala, indo atender outro compromisso e voltam aqui para participar do debate. Tinha me pedido pela ordem o Senador Cristovam e me pediu também o Senador Mesquita Júnior. Senador Cristovam, até porque, só para situar aqui os painelistas, o Senador a qualquer momento da reunião pode pedir a palavra. Pela ordem, Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim, no meu caso é porque às dez horas abre a Comissão de Educação e eu, como Presidente, tenho que estar lá. Embora eu tenha vindo aqui mais para escutar e vou voltar na medida do possível, eu não quero sair sem dar a minha posição. Eu estou de acordo com a Dra. Erilda de que estão tentando enganar o povo brasileiro ao dizer que a redução da maioria vai reduzir a criminalidade. Isso é uma mentira demagógica para enganar o povo brasileiro e eu quero dizer com clareza que o que vai reduzir a criminalidade é baixar a menoridade educacional e aumentar a maioria educacional. Se a gente tiver criança de quatro aos dezoito anos na escola e numa escola de qualidade, Dr. José Maria, vai reduzir a criminalidade sim. Acabar não, tem gente ruim em todo lugar, especialmente no meio de doutores. Agora é isso que vai reduzir, não podemos enganar o povo mais uma vez. Quando havia rebelião de escravos alguns diziam que era preciso aumentar a punição aos escravos ao invés de defender a abolição da escravatura. A abolição acabava com a rebelião dos escravos, mas queriam aumentar a repressão. Estão querendo fazer o mesmo com as nossas crianças hoje. Então eu não estou falando aqui em defesa apenas das crianças, mas contra a demagogia mentirosas mais uma vez nesse País de esconder a verdadeira causa do problema, que não é a idade penal, é a idade educacional. Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente, e espero voltar para ouvir e depois ter acesso às transcrições das falas e dos debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senador Cristovam. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, era apenas para... o Dr. José Maria fez aqui uma fala muito forte, muito enfocada, o Senador Crivella inclusive se ressentiu da rapidez da exposição e eu pediria permissão para consultar o Dr. José Maria se ele permite a reprodução do texto que ele leu e, no caso de permitir, se a presidência dessa Comissão pode mandar reproduzir e distribuir aos membros da Comissão.

SR. JOSÉ MARIA E SILVA: Eu permito sim, Senador, será uma honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então com a permissão do autor do documento eu já peço à assessoria que reproduza o documento para que seja entregue a todos os Srs. Senadores. E de imediato eu passo a palavra à Dra. Tereza Delamare, até porque ela vai ter que sair em seguida. A Dra. Tereza Delamare é a Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Tem a palavra por dez minutos, com mais cinco.

SRA. TEREZA DELAMARE: Bom dia a todos, é um prazer enorme estarmos aqui representando o CONANDA, o Conselho Nacional das Crianças e do Adolescente. Antes eu queria justificar a ausência da nossa presidenta, Dra. Carmem Oliveira, que é a atual subsecretária de direitos da criança da Secretaria de Direitos Humanos. Ela está em viagem exatamente representando o CONANDA nas conferências municipais dos conselhos municipais de direitos da criança, porque esse ano nós teremos a nossa conferência nacional dos direitos da criança, que o tema é exatamente o sistema nacional de atendimento sócio-educativo, o qual depois eu vou fazer uma breve apresentação para todos, eu acho que todos os Senadores precisam conhecer o que o CONANDA tem desenvolvido junto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e diversos Ministérios, e agradecer ao Senador Paim pelo convite e demais membros dessa Comissão por essa iniciativa tão importante num momento em que a sociedade brasileira discute a redução da maioridade penal. Eu acho que alguns dados são importantes. A gente, nessa discussão, nesse debate de idéias, a gente colocar alguns dados que eu acho que são extremamente significativos na realidade da infância e da adolescência em nosso País depois do Estatuto da Criança e do Adolescente, depois da nossa Constituição de 1988. São quinze anos, dezesseis anos de muita luta para que a gente possa garantir o Estado de Direito, que a gente possa garantir os artigos na nossa Constituição, inclusive o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com relação ao debate propriamente dito da redução da maioridade penal, eu acho que um dado é muito significativo nessa discussão. Hoje no País a cada ano morrem, por causa externas, em torno de cinquenta mil pessoas nesse País, devido principalmente à violência, aos homicídios. Desses cinquenta mil, 40% estão na faixa etária de quinze a dezoito anos. São negros, são jovens de classe pobre e, portanto, a gente tem ao mesmo tempo trinta e seis mil adolescentes nesse País, nessa mesma faixa etária, em conflito com a lei. Destes, em torno de quinze mil estão privados de li-

berdade. Portanto, vejam só a diferença entre vítima e algoz, quer dizer, nós temos aí uma realidade perversa, uma sociedade cruel, em que estabelece um domínio para a realidade social do nosso País que vem atingindo brutalmente a nossa população adolescente jovem e as nossas crianças também. Ao mesmo tempo hoje a gente tem no País quarenta e cinco mil crianças e adolescentes em abrigos por pobreza, pobreza essa que nós, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pretendíamos eliminar, quanto da doutrina da situação irregular, aonde a sociedade brasileira, há pouco tempo atrás, culpava, criminalizava a pobreza, mas parece que estamos ainda nessa mesma posição, quando temos hoje quarenta e cinco mil crianças nesse País abrigadas por pobreza, ou seja, porque suas famílias não tiveram ou não estão em condições de atender minimamente essas crianças, ou seja, que sociedade é essa? Será que não é essa a pergunta que a gente tem que se fazer ao vir à discussão da maioridade penal, como o Senador Cristovam colocou, como a advogada Erilda colocou aqui, representando a Comissão de Direitos Humanos da OAB. Essa é a questão central.

Então dentro desse debate não dá como a gente fugir, não tem como a gente fugir dessa realidade social, de situações de vários meninos que muitas vezes cometem delito por terem sido negados a eles a vida toda a escola, a educação, a saúde, como casos de meninos que estão em medidas sócio-educativas por a sua mãe não ter onde colocá-lo dentro de casa, porque a sua casa é tão pequena, tão pequena que esse menino não tem um espaço dentro da sua casa e é obrigado a ir para a rua, dormir na rua, porque dentro da sua casa ele não tem uma cama para dormir, e ele vai convivendo na rua até o ponto de cometer o seu primeiro delito. Então essa é a realidade, isso é que precisa ser debatido, quer dizer, até que ponto o Estado brasileiro, quer dizer, as políticas públicas deverão ser mais investidas, deverão ter mais recursos nas políticas sociais, porque são elas que garantem o direito, são elas que vão garantir o que está lá escrito na Constituição. Ao mesmo tempo a gente vê que a primeira causa de morte na idade de dez a catorze anos são os acidentes de trânsito, e isso para meninos; quando a gente vai pegar o sexo feminino, na idade de catorze anos, é a gravidez. Então são dados que vamos vendo, não é, essa perversidade da nossa realidade social. E aí eu gostaria de mostrar aqui, quer dizer, essa mesma sociedade também que tem essas questões contraditórias não está parada, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente tem cobrado bastante do Governo em relação a uma mudança, em relação a levar adiante com mais profundidade o que a criança do Estatuto da Criança e do

Adolescente coloca, como foi colocado aqui anteriormente, porque existem medidas sim para o ato infracional, muito bem colocado aqui pela Dra. Erilda, quer dizer, a questão do crime, tanto é que no Estatuto se coloca claramente que é no centro educacional, não é numa prisão, e por que não é numa prisão? Porque exatamente se verifica a realidade de adolescentes que estão... que é uma realidade em que é um indivíduo, uma pessoa que está em fase de desenvolvimento, que está em crescimento, em que suas faculdades psicológicas ainda não estão totalmente completas como um adulto, e, portanto, é necessário que a gente observe isso. Então nesse processo o CONANDA, junto com a Associação Brasileira dos Magistrados, do Ministério Público, trabalharam no anteprojeto de lei que o Governo Federal está encaminhando ao Congresso Nacional com o objetivo exatamente de regulamentar, de estabelecer claramente aquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente coloca nas medidas sócio-educativas. Então vocês podem ver, não só o Projeto de Lei de execução, como também, como eu já coloquei anteriormente, um sistema nacional de atendimento sócio-educativo que já está em execução. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos já está trabalhando junto com os Estados para a aplicação do sistema nacional de atendimento sócio-educativo, e fora uma série de outros setores da sociedade que estão juntos como vocês podem ver. Vamos passar brevemente, para vocês terem uma idéia.

Então com relação à União, o que compete o sistema nacional sócio-educativo, então é coordenar esse SINASE, elaborar o plano nacional de atendimento junto com Estados, Municípios e Distrito Federal, constituir um sistema nacional de cadastro de informação que possibilite o monitoramento e a avaliação de atendimento sócio-educativo e prestar assistência técnica aos Estados e Municípios, ou seja, a questão do adolescente infrator tem um peso muito forte no Governo Federal porque é a Secretaria Especial de Direitos Humanos a responsável por todo esse financiamento e essa política social em relação ao sócio-educativo. Em relação aos Estados, então, também coordenar e regular o sistema estadual, elaborar esse plano estadual, prestar assistência técnica, criar e manter e desenvolver programas de execução de medida de privação de liberdade, inclusive de internação provisória. Faço uma ressalva que como nós somos um País, uma Nação federativa, todos os três entes também devem participar desse financiamento, inclusive o CONANDA tem feito um movimento muito grande de que os municípios assumam as medidas em meio aberto, que são fundamentais para evitar a medida de privação de liberdade, como vocês vão ver aqui, na apresentação,

como ela aumentou brutalmente nos últimos anos. Pode passar. Bom, em relação aos municípios então, muitas vezes executar essa medida, também coordenar, os órgãos de deliberação do Conselho são os conselhos da criança e do adolescente, então tem o objetivo de acompanhar a implementação, de promover campanhas, deliberar pela utilização de recursos do fundo e o registro de entidades e inscrições de programas. Pode passar. Bom, o que então coloca o SINASE em relação a essa realidade?

Então há um marco legal e normativas internacionais de Direitos Humanos, então reforço aqui que o Brasil vem seguindo e vem sendo signatário de vários compromissos internacionais como a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o adolescente como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, afirmação da natureza pedagógica e aí sublinhado, bastante, a questão da medida sócio-educativa, é preciso que a gente entenda que esse adolescente, ele é responsabilizado sim pelo seu ato infracional, mas numa realidade de pessoa em desenvolvimento. A questão é que as nossas políticas públicas ainda não deram conta de cumprir aquilo que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. Então hoje no Brasil nós temos sim mecanismos, leis, que colocam claramente esse adolescente [*soa a campanha*], estabelecendo a sua responsabilidade no seu ato infracional. Pode passar. O nosso tempo já está apertado. Inscrição em programas, que isso deve estar sendo colocado, quer dizer, toda uma regulamentação em relação a quais programas vão ser estabelecidos para a criança, para os adolescentes. Pode passar. Esse plano individual de atendimento, fundamental no processo sócio-educativo, porque cada adolescente cometeu um tipo de delito, portanto, um tipo de ato infracional, então cada adolescente é um adolescente e não uma massa como se todos fossem iguais. Pode passar. As políticas. Então o SINASE --

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero dizer que pode ir mais devagar um pouco, porque foi estendido o prazo por mais cinco minutos ainda.

SRA. TEREZA DELAMARE: Muito obrigada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não tem problema.

SRA. TEREZA DELAMARE: Outra questão muito importante é que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente coloca a questão da incompletude institucional, então é preciso que a gente mude a nossa visão, o nosso olhar de que a unidade sócio-educativa, ou seja, as fundações, elas são responsáveis sim pela medida sócio-educativa, mas a saúde é responsável pela saúde daquele adolescente, mas a educação é responsável por aqueles meninos, portanto, as

políticas públicas sociais precisam estar integradas a essa medida sócio-educativa, senão a gente não vai conseguir obter o resultado que nós queremos, que é exatamente fazer um processo de ressocialização, de responsabilização desse adolescente para um novo projeto de vida. Pode passar. Aí alguns detalhes da realidade da saúde. Nós temos uma portaria com o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Direitos Humanos no qual o SUS estabelece um incentivo financeiro para os municípios aonde tenha unidades sócio-educativas para levar o SUS a esses meninos. Pode passar. A assistência social então fazendo todo o trabalho com os centros de referência de atenção à família, para que possa dar suporte à família, porque nós sabemos que esse adolescente, a maioria tem família, não são adolescentes que estão na rua, isso já são dados claramente divulgados por pesquisas. A questão do trabalho e do emprego é fundamental para a reinserção desse adolescente, a previdência social também como importante esteio para esse adolescente. Pode passar.

A cultura, então, fundamental para o trabalho lúdico dentro das unidades sócio-educativas, o esporte e o lazer também, a segurança pública é fundamental para a garantia desse cumprimento da medida sócio-educativa. Pode passar. Bom, o SINASE estabeleceu também como devem ser, do ponto de vista arquitetônico, as unidades sócio-educativas. Vocês vão ver aí um exemplo de qual seria o ideal da construção física, porque vocês sabem, em que pese que o Estatuto estabeleceu toda uma normativa, infelizmente as unidades sócio-educativas são verdadeiros presídios, esses meninos têm muito pouca atividade esportiva, de lazer, o que prejudica muito a sua medida sócio-educativa. Pode passar. Bom, então aí vocês vejam a nova unidade. Pode passar. Essa seria o ideal de uma unidade, então vocês vejam que há um espaço que tem toda uma segurança, mas com espaços mínimos de trinta meninos para cada local, aonde haveria divisão de faixa etária, aonde haveria a parte de saúde, a parte administrativa, enfim, um novo reordenamento conforme já havia sido estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Pode passar *[soa a campanha]*. Bom, aí alguns dados com relação a essa realidade, então houve um aumento da capacidade instalada para cento e noventa unidades para trezentos e sessenta e seis, 70% das unidades estão em conformidade com o que está estabelecido pelo SINASE, foram feitos oitenta e um convênios para reordenar fisicamente nos últimos dez anos, em São Paulo está havendo um incremento muito grande de novas unidades. Pode passar.

Bom, aí são alguns Estados com déficit de vaga, mostrando aí Minas Gerais, Paraná como lugares aon-

de ainda tem, Pernambuco, um déficit muito grande de vagas. Pode passar. Bom, aí é um dado que chama a atenção, vocês podem ver aí como aumentou as internações no Brasil desde 1996, então em dez anos a gente teve aí mais de 100%, podemos dizer, de aumento dessa *[soa a campanha]* dessa internação, quer dizer, a gente tinha quatro mil duzentos quarenta e cinco adolescentes em 1996 e hoje a gente tem quinze mil quatrocentos vinte e seis, conforme anunciei. Então tem alguma coisa errada, as medidas de meio aberto não estão sendo eficientes e as medidas de internação, muitas vezes o juiz acaba colocando como uma medida muitas vezes de proteção e não como de privação, no caso aí, porque não tem outras políticas públicas que vão dar conta desse adolescente. Então eu acho que essencialmente é isso, eu gostaria de agradecer muitíssimo por essa oportunidade, dizer que o CONANDA é contra a redução da maioridade penal e trazer a reflexão aqui para essa Comissão, desse debate, dessa realidade social de nosso País, da necessidade do investimento de políticas públicas. E gostaria de sugerir, Senador Paim, que essa Comissão pudesse acompanhar e fazer algumas audiências públicas no decorrer dos próximos anos em relação a esse sistema nacional de atendimento sócio-educativo para que os Senadores possam acompanhar o esforço das políticas públicas no sentido de que a gente rapidamente consiga reverter essa situação e que nunca mais, se pudermos dizer assim, possamos estar debatendo a redução da maioridade penal e sim as políticas públicas, e quando mais investimento temos que ter e comemorando os índices positivos e não índices negativos e indicadores negativos para a nossa população adolescente e jovem. Portanto, eu agradeço muitíssimo a participação e me desculpar, que eu vou ter que sair daqui a pouco por conta de outros compromissos já assumidos anteriormente, e também disponibilizo o material para os Senadores também.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Era exatamente nesse sentido que eu havia pedido permissão para o presidente para falar, que gostaríamos também de ter a cópia do material. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço à Dra. Tereza Delamare pela sua exposição brilhante, e por motivo de viagem o nosso sempre presente Senador Wilson Matos, um dos que mais tem prestigiado essa Comissão, pediu que eu nesse momento permitisse que ele usasse a palavra. Então eu passo a palavra ao Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Bem, nesse tema eu acho que a sociedade toda tem participado de forma intensa porque o crime --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): — Senador Wilson, por questão de justiça, eu sempre registro quando chega: a Senadora Lúcia Vânia já está conosco, é só registrar, é uma lutadora também por essa causa. Ela está aqui muito bem acompanhada ao lado da Senadora Patrícia, ambas praticamente nos lideram nesse debate, a mim, pelo menos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Senador Paim, eu acho que esse assunto a sociedade toda acompanha com muita expectativa porque a criminalidade no Brasil é um caso sério e cada dia mais a gente sente essa criminalidade se aproximando da nossa casa, do nosso espaço, do nosso meio. Ainda há doze dias atrás um jovem, estudante do terceiro ano de medicina foi assassinado em minha cidade, na cidade de Maringá, uma cidade tranqüila, calma, uma cidade de trezentos e cinquenta mil habitantes, brutalmente assassinado ao sair de uma festa, foi abordado na calçada por três delinquentes, dos quais dois eram menores e quem puxou o gatilho foi o menor. Eu inclusive levantei agora, durante essa audiência, o índice de menores que tenham participado de homicídios na minha cidade, é uma cidade que tem tido de trinta a quarenta homicídios somente por ano, felizmente essa cidade chama-se Maringá, mas 20% dos homicídios foram cometidos por menores. Então isso é grave, e eu trabalho com educação, conforme disse o Senador Paim no início, eu sou reitor de uma instituição, onde temos também ensino fundamental, médio, é um centro universitário, e eu convivo com milhares e milhares de jovens diariamente, convivia, agora eu estou mais aqui no Senado, e tenho percebido que um jovem de dezesseis anos, dezessete, dezoito, ele tem todo o seu conceito de razão já formulado, principalmente pelos estímulos que a sociedade, a criança, o adolescente, o jovem, recebe hoje, que é muito mais intenso do que na minha época, quando na década de 60 ainda praticamente não chegava nem televisão na minha cidade, a gente ia para o trabalho muito mais cedo, então a gente não tinha muitas oportunidades. Hoje a oportunidade de desenvolvimento mental, intelectual e de participação é muito grande.

Então para mim, o jovem, o adolescente, o de dezesseis a dezoito anos, ele tem consciência plena [*soa a campainha*] de seus direitos e de seus deveres. Eu tenho percebido plenamente isso numa convivência de mais de trinta anos com a juventude. É verdade, Dra. Erilda, que nós temos um problema sério de exclusão social nesse País e precisamos avançar muito na educação, eu digo que a escola brasileira é muito permissiva, ela não ocupa o jovem para valer, ela ocupa o jovem, o adolescente, a criança, parcialmente, a criança e o adolescente não levam quase atividades

para casa, ele fica só quatro horas na escola, e da forma que está estabelecida a educação no Brasil, ele na verdade é um projeto até de exclusão social, onde nos centros das cidades as escolas são melhores, mesmo as públicas são melhores, e nas vilas as condições são inferiores. Reconheço também, Senador Paim, o grande esforço deste Governo, também do Governo anterior, eu acho que a educação nos últimos doze anos avançou muito mais do que nos últimos oitenta anos. Ainda ontem eu estive lá no Palácio do Planalto acompanhando a assinatura pelo Presidente do FUNDEB, que é mais um grande avanço para a educação brasileira, um grande esforço está sendo feito para a melhoria da educação brasileira, nós temos que reconhecer. Agora uma coisa, eu acho que é difícil aceitar de que condição econômica e social é proporcional ao crime. Pobre não é criminoso, pobre não é criminoso. Eu estive no ano passado no Chile e o Chile ainda tem um índice de pobreza muito menor do que o nosso, mas ao passar por uma favela no Chile, em Santiago, eu falei lá com a pessoa que me acompanhava, algumas pessoas do Chile que me acompanhavam, quando eu olhei a favela eu falei: “você têm criminalidade aqui”, ele falou: “não temos criminalidade. Por quê?” “Mas eu estou vendo favela”, e ele me chamou a atenção de uma forma muito forte: “pobre não quer dizer que é símbolo de criminalidade”. Se assim fosse, até a década de 50, 60, onde nós tínhamos duas classes nesse País, uma rica e outra pobre e muito pobre, da qual eu fiz parte na minha adolescência, na minha infância, o índice de criminalidade seria muito maior do que hoje, no entanto a classe média cresce muito nesse País, cresceu muito nos últimos cinquenta anos, ela era inexistente e a criminalidade cresceu muito, Dra. Erilda. Então eu fico muito preocupado quando vejo pessoas querendo amenizar a questão do criminoso no País, jogando toda esta condição em cima da condição social econômica da sociedade, porque dá a impressão que vamos institucionalizar a criminalidade nesse País, porque a pobreza nós não vamos conseguir erradicar de uma hora para outra. Há grande esforço, estamos aí com tantos projetos para crescermos, para nos desenvolvermos, mas não podemos jogar a culpa totalmente na condição econômica e social que o País vive, porque nunca foi melhor do que hoje. Nós estamos vivendo os melhores tempos desse País, estamos avançando, na minha geração avançamos muito. Então eu, a princípio, sou a favor sim da redução da maioria penal. O Senador Cristovam disse que a redução não reduziria a criminalidade. Se não reduz, pelo menos o criminoso tem que ser punido, independente da redução ou não, porque nós temos que pensar no outro, no filho, na família, no pai e a mãe que perde um filho no

terceiro ano de medicina, assassinato cruelmente para que eles pudessem levar um relógio. O direito à vida é inegável o mais profundo dos direitos do ser humano, porque o dia que nós começarmos a aceitar de forma um pouco pacífica a um tirar a vida do outro, como é que nós vamos continuar vivendo nesta sociedade? Então é esta a idéia que eu gostaria de deixar aqui nesse excelente debate, Senador Paim, que o senhor conduz muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Senador Wilson. Eu passo a palavra de imediato, como o último painelista a usar a palavra, o Promotor de Justiça, Dr. Tito Amaral, e em seguida eu já vou remeter ao Plenário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero lembrar --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Que o Senador Wilson Matos inclusive é do Paraná e tem essa preocupação com esta área, eu também, e ele também está sempre presente nos debates aqui da Comissão de Direitos Humanos e também na Comissão de Educação, pessoa extremamente ativa, e esse caso que ele mencionou que aconteceu no município de Maringá, que é do meu Estado, que realmente chocou, como os outros crimes também chocam a população, e a mãe desse estudante, inclusive, é a Secretária da Ação Social do Município, que dizer, uma pessoa totalmente envolvida justamente para evitar que estes casos aconteçam, como, aliás, já aconteceu numa época atrás também no Paraná, onde o Dr. Antenor Bonfim, que coordenava a área da ação social, teve a filha assassinada também, e ele também era uma pessoa extremamente atuante nessa área. Mas só para a gente sempre pensar em função da fala, e mesmo para a população que campanha, a gente distinguir muito bem em impunidade, que é uma coisa, e inimizabilidade, que é outra coisa. Quer dizer, nós não queremos dizer que as pessoas fiquem impunes, quer dizer, tem que ter assim uma ação do Estado em relação ao crime praticado, agora inimizabilidade é outra coisa. Então, quer dizer, se a pessoa vai ser responsabilizada numa idade anterior ou não. Então eu acho que é um debate que tem que ser feito inclusive para esclarecer tudo aquilo que vem sendo pensado em termos de sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem Senador Flávio Arns. O Senador Wilson, como tem que viajar, abriu mão de fazer a réplica. Eu passo de imediato ao Dr. Tito Amaral, Promotor de Justiça, com quinze minutos, mais cinco e a tolerância necessária.

SR. TITO AMARAL: No máximo em meia hora eu termino. Presidente Paulo Paim, senhoras e senhores que integram essa Mesa, Senadora Patrícia, Senadora Lúcia Vânia, minha conterrânea, por quem tenho muita admiração, Senadores Arns, senhoras e senhores. Quando eu era acadêmico de direito, a atividade que eu mais gostava de fazer era freqüentar o Tribunal do Júri, e hoje eu sou Promotor do júri. Mas eu achava bastante interessante que o Promotor vinha e falava e eu ficava absolutamente ... todo mundo ficava absolutamente convicto de que aquele réu tinha que ficar preso, tinha que ser condenado, aquilo era o fim e pronto. Aí vinha a defesa, o advogado, usava os argumentos, eu falava: "não, pensando bem, eu acho que esse rapaz tem que ser absolvido". Aí vinha a réplica e a tréplica, a gente ficava meio perdido. Então eu sou um admirador do debate e nós vimos aqui hoje, não é, o Dr. Cristiano veio e falou que a Constituição está sendo rasgada e tal, eu fiquei ... é mesmo. Aí o professor, o José Maria veio e falou: "olha, esse Estatuto..." Na hora que ele estava falando, eu falei: "quando eu chegar em casa eu vou rasgar todos os exemplares do Estatuto que eu tenho lá, porque realmente isso não serve". Depois eu fiquei pensando: "não, mas, pensando bem, não é bem assim, eu acho que o Estatuto é bom". Então o debate se presta a isso, não é, e é bom quando ele vem de uma forma respeitosa como está sendo aqui. Se não fossem as divergências de opinião não precisaria de debate, se fosse uma coisa consensuada, se fosse unanimidade, embora o Nelson Rodrigues tenha dito que toda unanimidade é burra, mas aí vai debater o que? Então eu acho bastante interessante o debate.

Bom, a primeira coisa que eu tenho é que a redução da maioria penal como está se propondo, eu concordo com o que o Senador Cristovam disse, ela não vai resolver a criminalidade não, aliás, nada que se fizer vai acabar com a criminalidade. Por quê? Segundo a Bíblia, e eu falo isso em todos os debates que eu vou, segundo a Bíblia, quando nós tínhamos apenas quatro pessoas no mundo, Adão, Eva, Caim e Abel, quando Caim matou Abel, portanto nós tivemos o maior genocídio visto até hoje, porque 1/4 da população foi dizimada de uma vez só, não é? Então, quer dizer, nunca se matou tanto gente de uma vez só, quer dizer, então a estatística é interessante por isso. Então nós sempre tivemos a criminalidade e não vai ser por reduzirmos a maioria penal que nós vamos acabar com a criminalidade. Eu concordo com o que o Senador disse que é um absurdo, é uma bobagem imaginar que uma coisa só vai reduzir a criminalidade ou vai acabar com a criminalidade. Existem vários projetos aqui no Senado, eu tenho acompanhado, e um deles, aliás, até dois deles que eu tenho visto, um

é uma PEC e o outro propõe mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente tornando obrigatória a inserção do ensino médio e profissionalizante nas medidas de internação. É um projeto bastante interessante, que a Senadora Patrícia Saboya relatou, ficou inclusive com ele dois anos, quer dizer que não é tão prioritário assim, não é, e existe uma outra PEC que propõe a escola em tempo integral, a proposta até é do Senador Demóstenes Torres, e essa PEC que propõe a escola em tempo integral, ela foi proposta inclusive quando o Senador Cristovam era Ministro da Educação, e essa PEC ficou parada aí e tal durante quatro anos. Somente agora, com o assassinato daquele menino, do João Hélio, é que falaram: “olha, então nós temos que aprovar”, aprovou na CCJ e está aí, continua parada. Portanto, a redução da maioridade penal não vai reduzir a criminalidade, para o Governo e parece que para o Congresso a escola em tempo integral também não vai reduzir a criminalidade, a obrigatoriedade de se implantar o ensino profissionalizante e o ensino médio nas unidades de internação não vai resolver a questão da criminalidade, vigiar e punir não vai resolver a questão da criminalidade, tratar das questões sociais não vai resolver a questão da criminalidade. O que é que vai resolver a questão da criminalidade então? Quando se fala em comprar armas, em contratar novos policiais, também não vai resolver a questão da criminalidade. O que é que nós temos que fazer então? Eu acho que esses debates aqui são importantes para isso, para alguém parecer aqui, alguém, aparecer uma pessoa que diga o que é que vai resolver.

Agora nada disso resolve, mas eu acho que tudo isso resolve sim. Se nós conjugarmos, se nós somarmos tudo isso, aí sim vai-se pelo menos diminuir a problemática da criminalidade. Agora não adianta quando nós estamos discutindo um assunto dessa seriedade nós sermos desonestos, nós querermos enganar as pessoas que estão vendo, falar: “vai se reduzir a maioridade penal, a partir de amanhã não vamos ter criminalidade mais”. Isso é mentira. Agora é mentira também quando falam que “nós vamos colocar todas as nossas crianças na cadeia”. Nós temos que ser honestos, nós temos que ter um discurso coerente e honesto. Quem chega aqui e fala: “vamos colocar, a partir de amanhã, todas as crianças na cadeia”, isso é desonesto. Então nós temos que, baseado nas estatísticas, falar assim: nós temos no Brasil, aproximadamente, mil pessoas, entre dezesseis e dezoito anos, que praticam crimes hediondos. E o que a redução da maioridade penal busca fazer é colocar essas mil pessoas que estão matando outras dez, quinze, vinte mil, na cadeia. Nós não vamos acabar com a criminalidade amanhã porque estamos colocando quinhentas

as pessoas na cadeia. Agora as potenciais vítimas dessas quinhentas pessoas estarão a salvo enquanto essas quinhentas pessoas estiverem presas. “Ah, mas a cadeia não recupera ninguém”. Mas e as ruas, recuperam? Então o que é melhor? É eu deixar alguém que vai praticar um estupro, que vai praticar um crime hediondo, que vai praticar um homicídio preso ou eu deixo deixar essa pessoa na rua? Porque quando o Estado coloca alguém na cadeia, eu já disse isso várias vezes, o Estado está dizendo: “olha, eu falhei, por isso que eu estou colocando essa pessoa na cadeia”. Então quando se coloca alguém na cadeia é porque o Estado falhou mesmo, seja de dezessete, seja de trinta e sete, seja de setenta e sete anos. Quando se coloca alguém na cadeia é porque o Estado não conseguiu implementar as políticas que deveria ter implementado, e aí a pessoa comete o crime. Agora se cometeu o crime, se a cadeia vai recuperar aquela pessoa, o artigo 59 do Código Penal não fala em recuperação não, o artigo 59 fala em prevenção e repreensão ao crime. Então quando o juiz fixa uma pena, ele está dizendo para aquela pessoa que praticou o crime: “olha, você errou e você vai ter que pagar uma pena pelo crime que praticou”, e está dizendo também para a sociedade: “olha, esse daqui errou, está sendo preso em decorrência disso”. Os dois objetivos primordiais da pena, de acordo com o nosso Código Penal, são esses. Agora a cadeia tem que recuperar? Tem. Mas o índice de reincidência no mundo todo, inclusive no Canadá, que é um dos sistemas penitenciários mais perfeitos que existe, se é que existe sistema penitenciário perfeito, o índice de reincidência no Canadá é de 70%, ou seja, só 30% das pessoas que são presas é que voltam e não praticam mais crimes. Agora vir com argumentos também fantasiosos e mentirosos, dizendo: “olha, 80% das crianças e dos adolescentes são recuperáveis, não são reincidentes” [*soa a campanha*]. Isso é verdade. Agora não há nenhuma proposta e não há possibilidade de colocar alguém que praticou um pequeno furto na cadeia. A PEC que está em discussão diz que são apenas os crimes hediondos que serão apenados com cadeia.

Então alguém pode, uma pessoa de dezessete anos, pode cortar os dois braços, as duas pernas, as duas orelhas de alguém, isso é um crime de lesão corporal de natureza corporal gravíssima. A pessoa que fizer isso, ela vai ser condenada criminalmente por quê? Pela lei este não é um crime hediondo. Então nós temos que ter uma honestidade quando discutimos isso. Quando se diz que a redução da maioridade penal fere uma cláusula pétrea, ora, que cláusula pétrea é essa? Que cláusula é? Primeiro: a Constituição, lógico, é um contrato social e todo contrato é feito de cláusulas, e

algumas cláusulas são imutáveis. Agora dizer que a maioridade penal é uma cláusula pétrea, isso também é um argumento falso, porque da mesma forma que se mudou a previdência, lá existe uma idade, eu tinha direito até a pouco tempo de me aposentar com trinta e cinco anos de contribuição, hoje não tenho mais, hoje eu tenho que chegar aos sessenta anos, agora eu, pobre, comecei a contribuir para a previdência com quinze anos, eu vou ter que contribuir durante quarenta e cinco anos, até atingir os sessenta anos. Evidentemente que nós temos que ter uma idade mínima, agora se são dezoito anos, se são vinte e um anos ou se são dezesesseis anos, isso é uma questão de política criminal, isso não ofende a nenhum tratado ou convenção internacional, seja o de Beijing, seja o de Riad, seja qual for, porque o de Riad, por exemplo, diz que não se pode aplicar a pessoa menor de dezesesseis anos a mesma pena ao maior de dezoito anos. Agora quando o juiz aplica a pena, um dos requisitos lá das chamadas circunstâncias judiciais, do artigo 59, diz respeito à imputabilidade. Evidentemente que uma pessoa com menos de vinte anos, o grau de imputabilidade dela é menor do que alguém que tenha mais de vinte e um anos, então isso já é feito. Então não ofende, a redução para dezoito anos da imputabilidade penal não ofende a nenhum tratado ou convenção internacional. Eu desafio a qualquer pessoa falar: “olha, o artigo 2º desse tratado fala isso: não se pode reduzir a maioridade penal abaixo de dezoito anos”. Eu desafio qualquer pessoa a fazer isso. Agora quando se diz que nós temos que fazer a análise da Constituição como um todo e não apenas do artigo 228, eu concordo plenamente. Aliás, não é só a Constituição não, qualquer análise que nós formos fazer sobre qualquer coisa. Para eu ir embora para a minha casa, eu tenho que fazer uma análise da conjuntura para saber qual o melhor caminho, por qual caminho que eu tenho que ir, que às vezes eu nem tenho que ir pelo mesmo, e quando nós estamos discutindo uma questão como essa, é evidente que temos que analisar todos os outros artigos da Constituição, das leis. Isso é claro.

Bom, foi dito também sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu sou um defensor intransigente dele, eu acho que é uma das leis mais avançadas do mundo, e quando se fala em reduzir a maioridade penal, muita gente imagina que se pretende rasgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, muita gente imagina que reduzir a maioridade penal quer dizer não se aplicar em educação, não se aplicar em programas sociais, o que é uma falácia, o que é uma mentira. São coisas que coexistem. Nós temos sim que colocar aquelas pessoas entre dezesesseis e dezoito anos que praticam crimes hediondos separadas das outras pessoas, mas

nós temos que usar de todos os mecanismos, de tudo que o Estado dispõe para evitar que essa pessoa ingresse nesse sistema prisional perverso, é perverso mesmo. Até o nosso sistema de turismo é perverso, quer dizer, agora imagina o sistema prisional, ele não é um hotel *[soa a campanha]* cinco estrelas mesmo. Eu já concluo, Sr. Presidente. Quer dizer, o sistema prisional é perverso no mundo inteiro, agora muito mais perverso é quem mata, e há um número muito maior de adolescentes e de crianças que são assassinadas, que são estupradas todos os dias, do que os que matam, porque quem mata, mata várias vezes, agora quem morre, só morre uma vez. Então quando nós pregamos a defesa intransigente como a Constituição manda, a defesa intransigente da criança e do adolescente, eu estou defendendo aquela criança, que embora pobre, tem o mesmo direito, os meus anseios, as mesmas vontades que as crianças ricas, da classe média ou da classe A, B, C e D. E eu acho um absurdo, eu já disse isso várias vezes e repito, quando nós olhamos para uma criança pobre, quando nós olhamos para uma criança negra e vemos ali um bandido em potencial. Isso não existe, isso é um preconceito injustificável, aliás, todo preconceito é injustificável, mas temos essa mania: toda criança pobre que vemos, vemos uma criança pedindo esmola no sinaleiro, nós já vemos ali o bandidinho. Isso é um absurdo, nós não podemos aceitar uma coisa dessas. Agora quando você fala em reduzir a maioridade penal, já imaginam o seguinte: “olha, querem colocar todas as nossas crianças na cadeia”. E não é assim, nós queremos colocar em torno de quinhentas a novecentos, até mil pessoas na cadeia, que estão matando várias pessoas. Eu fiz uma acusação em um Tribunal do Júri num dia desses, têm poucos dias, em que o rapaz, ele não tinha dezenove anos ainda *[soa a campanha]*, ele já tinha matado três pessoas após completar os dezoito anos. E este rapaz, quando menor, entre os dezesesseis e os dezoito anos, já tinha matado quatro pessoas, só que a nossa legislação falou assim: “olha, meu filho, você vai ficar solto até você completar dezoito anos; você já matou quatro, mas você vai ter que matar mais um para você ser preso, porque antes dos dezoito anos você vai ficar por aí, você vai ficar internado três ou quatro meses”. Apenas para encerrar, Sr. Presidente, o professor José Maria disse aqui de um rapaz, que ele fez uma matéria que matou alguém que faltava quarenta e oito horas para completar os dezoito anos. Pois bem. Este crime ocorreu em Anicuns, cidade até onde nasceu o Senador Demóstenes Torres, eu era o Promotor de Justiça lá na época. Esse rapaz que praticou o crime *[soa a campanha]*, hoje eu já posso dizer o nome dele, ele está com quase trinta anos, ele se

chama Jamil, e esse Jamil, eu pejei com ele um ano, eu pejei com o Jamil um ano, o pai dele me procurou, não era pobre, era da classe média, “olha, mas eu não dou conta”. Esse Jamil era tão difícil, que lá em Anicuns tem um morro, que só vai assim, não tem como você vir do lado contrário, e esse Jamil pegava os amigos e ia lá para cima do morro com toca-fitas, com música evangélica e com a Bíblia, para consumirem droga lá. Quando a polícia olhava ali, que ia, eles jogavam a droga fora, ligavam o rádio na música evangélica e pronto, não tinha nada. Pois bem. Um dele dia, faltando então quarenta e oito horas para o Jamil completar dezoito anos, o Jamil matou um casal de namorados juntamente com outros três, estuprou a moça, praticou atentado violento ao pudor contra o rapaz, matou covardemente e enterrou num canavial e apareceu de bom moço no outro dia. O jornalista José Maria que fez toda a matéria, que acompanhou tudo. Eu não gosto de fazer discurso em cima de cadáveres, eu não gosto de generalizar o particular, mas nós temos que ter muito cuidado, e quando pensarmos em proteger as nossas crianças, proteger os nossos adolescentes, nós temos que encontrar meios de tirar do convívio das nossas crianças, de tirar do convívio dos nossos adolescentes, as pessoas que as matam, tenham, como disse, dezessete, trinta e sete ou setenta e sete anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não precisa nem pedir pela ordem, Senador Supply, que agora vamos iniciar os debates, e os Senadores farão o uso da palavra nesse momento. Estava inscrita primeiro a Senadora Patrícia, mas se ela permitir a gente inverte. Senador Supply com a palavra.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Afinal de contas, Senador, hoje inclusive é o aniversário do Senador Supply.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então aceite o parabéns coletivo da presidência, uma grande salva de palmas aí. Grande Senador da República, um orgulho para todos nós [palmas].

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aceite o abraço carinhoso eu tenho certeza de todo o Congresso Nacional e eu digo de todo o povo brasileiro.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado. Bem, eu quero muito cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos hoje por esta audiência, inclusive a V. Ex^a., mas a todos os que estão aqui, que estão se pronunciando, mas sobretudo pela qualida-

de dos depoimentos da Sra. Erilda Balduino, Cristiano Paixão, Tito Amaral e José Maria e Silva, que nos proporcionaram, nas suas visões, inclusive diferentes, os que defendem a diminuição da idade penal, os que avaliam que não é adequado, e eu estou procurando prestar atenção. Eu quero lhes dizer, como outros aqui, que em princípio formei já a minha opinião, eu sou favoravelmente a se manter a idade penal nos dezoito anos e eu acredito muito mais, para o propósito de diminuirmos a criminalidade violenta, em ações que possam assegurar as boas oportunidades de educação extensivas a todo o povo brasileiro, a todas as crianças, a todos os jovens, adolescentes, aos adultos que não tiveram boas oportunidades quando eram crianças. Batalha também para que haja o direito a uma renda básica com um direito à cidadania universal, incondicional para todos.

Há exemplos, como mencionaram, nem sempre a pobreza é que leva a ações de criminalidade violenta, nós temos exemplos de irregularidades que ocorrerem também, mas eu tenho uma afinidade enorme com pensadores como Thomas Mor, que colocou que muito mais eficaz do que infringir esses castigos horríveis – ele estava se referindo à pena de morte – do que fazer com que uma pessoa se torne um ladrão para depois ser transformado em cadáver é você assegurar a sobrevivência das pessoas, assegurar a boa educação e assim por diante. A Senadora Patrícia Saboya Gomes vai desenvolver ainda melhor estes argumentos, mas eu estou convencido, mas tenho assim o maior respeito e carinho e acho importantíssimo estarmos ouvindo as opiniões em contrário. Também estou de acordo com o professor Dalmo de Abreu Dallari, que tinha outros compromissos, mas está aqui convidado, que em seus pronunciamentos tem dito que na verdade a idade penal se constitui numa cláusula pétrea, conforme o Dr. Cristiano Paixão falou, e não poderia se quer ser objeto da consideração porque está dentre aqueles princípios constitucionais que os constituintes de 1988 colocaram como não podendo ser objeto de modificação, mas que os argumentos, que até com muita ênfase aqui nos colocaram, foram muito importantes. Infelizmente eu preciso sair, é capaz de eu voltar, mas agora eu tenho que estar votando na Comissão de Relações Exteriores aqui na sala ao lado, então eu vou pedir licença, mas cumprimento a todos pela contribuição tão positiva que nos deram. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Uma salva de palmas pelo pronunciamento, mas também um parabéns pelo encerrar, já que vai ter que sair [aplausos]. Senadora Patrícia, por favor.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Sr. Presidente, senhoras e senhores, Senadores. Em pri-

meiro lugar eu quero cumprimentar a todos da Mesa e falar da importância desse debate, mais uma vez é um debate tão importante e que traz de volta a essa Casa certamente opiniões muito diferentes, não é, sobre um tema que apaixonou a todos nós, principalmente aqueles que militam da bandeira da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e eu me incluo nesse grupo porque faço dessa defesa uma bandeira não mais de um mandato, mas de uma vida que eu tenho procurado me dedicar a esta causa, não por ser uma causa que talvez busque a simpatia da população, porque quando se trata de assuntos relacionados à criança e ao adolescente geralmente isso é um assunto que comove as pessoas, mas a minha dedicação é em função de realmente estar completamente convencida que esse País só poderá ser um País justo, um País mais igualitário, se nós formos capazes de cuidar, em primeiro lugar, de quem mais precisa, de quem é mais vulnerável na nossa sociedade, de quem é mais fragilizado na nossa sociedade, e eu acho que não há desacordo nenhum em considerarmos que a criança e o adolescente devem ser a nossa prioridade, até porque nós adultos, muitas vezes, podemos nos manifestar de diversas formas, mas muitas vezes crianças não podem se manifestar, não podem vir ao Planalto, não podem vir ao Congresso, não podem dizer aquilo que pensam, e precisam de representantes no Congresso brasileiro, nos Estados, nos Municípios, para que a gente possa falar por eles e defender os seus direitos fundamentais. Eu sou uma defensora também, como disse aqui o Dr. Tito, do Estatuto da Criança e do Adolescente, acho que ele é um documento que mostra que o Brasil deve e pode se espelhar naquilo que há de melhor na legislação e não se espelhar naquilo que há de pior na legislação.

Eu quero aqui mostrar alguns argumentos, eu já fiz esse debate em algumas ocasiões, em diversas ocasiões, aliás, eu não trouxe hoje dados precisos, mas eu acho que não é necessário porque eu acho que todos colocaram aqui dados fundamentais. Mas, por exemplo, no que diz respeito à cláusula pétrea, de que isso é uma cláusula pétrea, eu continuo afirmando que sim. Não é uma afirmação falsa como diz o Dr. Tito Amaral, de forma alguma, ela é verdadeira, e nós pudemos também provar que ela é verdadeira. Eu quero mostrar o seguinte: que de acordo com a Emenda 03/1993, do Supremo Tribunal Federal, definiu-se que os direitos e garantias individuais previstos no artigo 60 da Constituição de 1988, cláusula pétrea, não se restringe aos elementos do artigo 5º, que é provavelmente o artigo que o Dr. Tito está se referindo, devendo haver uma interpretação extensiva, que é justamente no inciso IV, do artigo 60, que fala: os direitos e ga-

rantias individuais. Nessa Emenda o Supremo reconheceu a anualidade tributária como cláusula pétrea. Que dirá, eu pergunto, o direito do menor de dezoito anos de ser julgado com base na legislação especial como diz o artigo 228? Então, com isso, eu continuo na defesa de que isso é uma cláusula pétrea. E explico até, coloco aqui à Comissão, porque enquanto eu dei uma saidinha até ali o Dr. Tito disse que eu não tinha relatado um projeto que ficou na minha mão durante dois anos --

SR. TITO AMARAL: A senhora relatou o processo.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Não, não relatei. Eu queria entender então. Eu posso pedir para o Dr. Tito falar? Porque eu saí e me disseram que o senhor teria falado que eu fiquei dois anos com o projeto.

SR. TITO AMARAL: Tem um projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, que segundo consta no andamento da página do Senado ficou com V. Ex^a. por volta de dois anos, quase dois anos, e agora, se não me engano, ele está eu não sei se na Comissão de Assuntos Sociais, mas a senhora esteve com ele sim durante esse tempo. Eu não sei o teor do relatório --

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): É o que eu estou dizendo: eu não relatei, eu estou confirmando aquilo que o senhor disse. Eu não relatei o projeto porque era ruim. Nós estamos discutindo, continuamos discutindo muito, eu já conversei isso com o Senador Demóstenes várias vezes, que é o Senador autor da proposta, e agora ele está com a Senadora Fátima Cleide, que está pedindo também uma audiência para a gente ver o que faz com o projeto, que é enorme, é uma coisa ... Eu só quero explicar para a Comissão, para deixar claro, que eu não fiquei com o projeto porque eu estava com preguiça de relatar não. Eu fiquei com o projeto porque ele era muito ruim.

Então, para começar, eu acho o seguinte: que esse debate sobre redução da idade penal é uma discussão muito difícil de ser feita porque é uma discussão apaixonada. O que eu não consigo entender, apesar de já ter participado de vários debates sobre esse assunto, é porque essa sede, essa ganância que a gente tem em mandar essas crianças mais cedo para a cadeia, com a idade de dezesseis anos, que eu nunca vi nenhum estudo ser feito, porque quando foi escolhida dezoito anos como a idade penal, nós sabemos, nós acompanhamos vários estudos e psicólogos que fizeram mostrando que dezoito anos era a idade, mas quando eu falo em dezesseis anos, eu digo: "por que não quinze? Por que não catorze? Por que não doze? Por que não sete como em alguns Países, por exem-

plo? Então dezesseis anos, não existe nenhum tipo de critério, é um critério político. E isso precisa ser deixado muito claro para a sociedade, porque nós corremos o risco, porque como disse aqui o Senador Cristovam Buarque, de nós estarmos enganando a sociedade, passando para a sociedade que essa situação, se for resolvida, nós vamos diminuir exorbitantemente a gravidade da violência no nosso País. E isso não é verdade. Se nós diminuirmos a idade penal, não significa que amanhã, no dia seguinte da redução da idade penal, nós, brasileiros, vamos poder passear livremente pelas ruas do Brasil porque não vamos ter mais meninos matando, porque não vamos ter mais meninos assaltando, e o que eu não consigo entender é essa lógica, essa lógica que a gente só parece que trabalha e acompanha quando são assuntos relacionados à economia, mas quando são assuntos relacionados à política social, à ausência do Estado brasileiro que comete crime quando deixa crianças fora da escola, que comete crime quando não dá acesso a uma escola boa e de qualidade aos nossos filhos, que cada vez marginaliza mais e mais.

Basta ver, por exemplo, me perdoe o Sr. José Maria, mas eu li o texto e eu estou completamente estarecida, estarrecida. Nós estamos vivendo em que época? Parece que estamos vivendo na época da pedra nesse texto, em que as crianças são criminalizadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente é um estupro moral às crianças? Eu não posso conceber uma coisa dessas, pelo amor de Deus. Que País é esse *[palmas]* onde pessoas ainda defendem esse tipo de coisa. Então me perdoe, Sr. José Maria, me perdoe mesmo, eu não conhecia V. S^a., mas eu estou impressionada com esse tipo de argumentação, porque esse tipo de argumentação é um atraso que se leva à sociedade brasileira, é uma coisa discriminatória, é uma coisa preconceituosa que o senhor praticou aqui hoje. Me perdoe. Eu escutei com muita atenção, porque eu procuro ouvir o debate, procuro ouvir as partes que pensam diferentes, mas eu não posso aceitar termos dessa forma que eu ouvi aqui, que eu peguei esse texto, ainda bem que o Senador Geraldo Mesquita pediu uma cópia desse texto para ser passada aqui para a Comissão, porque é uma coisa que me deixou completamente escandalizada e não tenho mais palavras para dizer o que eu já disse.

Então eu quero aqui, Senador Paulo Paim, só reafirmar a minha convicção de que não é reduzindo a maioria penal que vamos resolver o problema da violência dessa Nação. Eu acho, e eu não estou aqui para defender menino que comete crime, não estou, porque o Estatuto da Criança está muito claro na punição desse menino, e quem defende aqui a redução da

idade penal, em todos os debates que eu já vi que defende a idade penal, desconsideram que essa criança já está penalizada. Todo mundo que vem aqui e defende, vamos reduzir a idade penal para dezesseis, catorze, doze, seja lá para quanto for, ninguém aqui fala, por exemplo, que o menino pode ficar até vinte e um anos. Se ele tiver dezessete anos e nove meses, dez meses, ele pode ficar até vinte e um anos, Dr. Tito, ele não fica só um dia, ele não fica solto. E o menino que está lá, ele fica condenado, ele fica três anos, diferentemente de um adulto, de um adulto que pode responder em liberdade. Um menino que comete um crime, ele vai preso sim. Talvez os termos que a gente use a sociedade não entenda muito bem, unidade de internação, preso está detido, está preso, está preso, o menino está preso, ele fica lá três anos, se o juiz considerar que ele não está apto para conviver na sociedade, ele pode dar mais três anos e depois pode dar mais três anos, o menino pode ficar até nove anos, dependendo do juiz, daquilo que ele considere. Agora nós não podemos legislar, nós não podemos fazer leis em cima das exceções, em cima de exceções. Nós temos que trabalhar em cima das regras. Todos aqueles que colocaram aqui também disseram: os adolescentes, eles são mais vítimas do que algozes. Morrem nesse País dezesseis adolescentes por dia.

Como disse o Senador Aloízio Mercadante, é como se fosse um Boeing de cento e sessenta passageiros que cai nesse País, só que com adolescentes, com jovens, e nós não temos a obrigação, nessa Casa, de dar uma resposta à mãe e ao pai desses meninos que morrem? Que nós não sabemos quem são, que não aparecem no Jornal Nacional, que não aparecem nos canais de televisão, que não aparecem nos jornais? A mídia, ela foca e focaliza realmente aqueles crimes que são crimes bárbaros que acontecem, como foi o caso do menino João Hélio, que aconteceu no Rio de Janeiro. Eu não tenho palavras para dizer o que uma mãe ou um pai, o destroço que pode estar uma família dessa. Tem toda a minha solidariedade, porque não estamos aqui para defender quem comete crime, de forma alguma, de forma alguma. Eu quero que sejam punidos, mas eu quero que eles tenham o direito de se ressocializar. Eu quero que eles tenham a oportunidade de perceber que cometeram um erro grave ou um crime grave e que possam ter a oportunidade, porque já diz claramente que adolescente está numa fase de ebulição, uma fase da transgressão, e não é só as crianças pobres não, qualquer criança, pobre ou rica, não interessa a classe social, vai querer transgredir. Eu disse isso aqui num debate. Os nossos filhos transgridem todos os dias. Nós castigamos, colocamos limites, nós fazemos quilos que achamos. E para es-

ses meninos que muitas vezes não tem família, nós perguntamos de aonde é que eles vêm? De que família eles vêm? Quem é o seu pai, quem é a sua mãe, aonde que eles moram? Isso não justifica o crime que eles cometam, por isso tem o Estatuto da Criança e do Adolescente que justamente estabelece a punição para esse tipo de crime. Agora eu não posso estar aqui para condenar as crianças brasileiras, porque o Estado brasileiro, eu já disse isso, não cumpriu com a sua responsabilidade. O Estado brasileiro é omissor, o Estado brasileiro é ausente, o Congresso Nacional é ausente, o Judiciário é lento e é ausente, e porque nós não cumprimos o que tínhamos que fazer, porque nós não fizemos o nosso dever de casa, nós vamos penalizar a juventude brasileira, enganando a população ou passando para a população que essa é a solução de todos os problemas da violência? Como eu ouvi aqui vários Senadores, como eu vi aqui vários palestrantes, em diversas ocasiões, passando isso num debate público para a sociedade brasileira, que com razão quer a segurança, quer tranquilidade, não agüenta mais a sociedade brasileira viver nesse mundo de violência, onde os nossos filhos saem de casa e a gente não tem certeza se eles voltam. Nós pagamos impostos, nós queremos ver a solução da violência, mas eu reafirmo pela minha militância, pela minha experiência, por aquilo que eu já pude ver, por aquilo que eu acompanho das crianças, que essa não é uma solução. Nós vamos estar apenas punindo mais uma vez a quem já foi punido praticamente a vida inteira. É o que tinha a dizer, Presidente, obrigada [aplausos].

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para registrar que a Senadora Patrícia Saboya preside também a Subcomissão da Criança e do Adolescente e da Juventude. Eu quero também registrar que é por isso que eu disse que ela me lidera nesse tema, eu sigo a sua orientação. Senador Mesquita Júnior está com a palavra, depois volta para a Mesa em seguida.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu pediria ao Senador que me concedesse a palavra, pela ordem, porque eu tenho que presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional e --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho certeza que o Senador Mesquita Júnior vai permitir. V. Ex^a. está com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É rapidinho, Senador. Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a. por mais essa audiência pública a respeito desse tema, cumprimentar os expositores e de forma especial aos dois goianos que se acham

aqui presentes, o Dr. Tito e o José Maria, professor José Maria, bem como os outros expositores que aqui estiveram. Eu quero hipotecar total e absoluta solidariedade à posição da Senadora Patrícia, acredito, eu tenho debatido isso muito com o meu amigo Tito, eu acredito que o caminho não é esse e me causa muito tristeza ver esse tema ser debatido com tanta ênfase e com tanto entusiasmo e, no entanto, quando a gente vai para a Comissão de Orçamento para garantir a escola de período integral, quando a gente vai para o orçamento [aplausos] pedir apoio para a criança e o adolescente, não existe ninguém para debater, para defender, ninguém. A gente fica falando sozinha no deserto, e quando é para defender uma ponte, para defender um prédio, para defender uma estrada, têm milhares de pessoas para fazê-lo. Então eu não entendo que a gente possa penalizar a juventude brasileira se nós não demos a eles a oportunidade de se desenvolver, de crescer, com dignidade. E aqueles casos que são casos que tenha problema de ordem de saúde mental, ele tem que ter um tratamento especial e eu acho que existem pessoas capazes disso. E os nossos abrigos sócio-educativos, quem disse que eles não prendem? Eles prendem e podem prender.

Agora o que a gente não sente também é lá no orçamento brigando para que os abrigos sejam construídos nos Estados, para que eles funcionem, para que eles tenham uma estrutura digna, que os nossos conselhos tutelares sejam apoiados. Então, na verdade, sem que haja uma ação equilibrada entre as duas partes, não há como penalizar a criança brasileira pela omissão de todos os brasileiros que hoje deveriam fazer fila para aumentar a possibilidade das crianças terem uma melhor formação [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Satisfação, Senador Geraldo Mesquita Júnior, um lutador pelas causas sociais, com muito orgulho para a palavra a V. Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Caro amigo Senador Paim que preside essa audiência, colegas, Senadoras presentes, professora Erilda, ilustres convidados e expositores. Há temas que são tratados nessa Casa acerca dos quais eu procuro sempre as principais referências. Esse é um tema, uma discussão que eu creio que não terminará nunca nesse País, é uma discussão aberta, eu procuro refletir com uma certa frequência sobre o tema porque ele é um tema de fundamental importância, é um tema dolorido, é um tema que nos ocupa muito, mas eu tenho o cuidado de procurar ouvir com muita atenção os colegas parlamentares que sobre esses temas se ocupam, digamos assim, com mais intensidade, não é? Aqui eu fico sempre atento ao pronunciamento da

Senadora Patrícia, do Senador Demóstenes, do próprio Senador Paim, do Senador Arns, que são pessoas que se ocupam digamos com mais intensidade ao estudar a questão. Eu confesso a todos que eu não consegui ainda fechar na minha cabeça uma conclusão, Dr. Tito. Eu quando me encontro numa situação como essa, eu me utilizo de um mecanismo próprio da minha cabeça, quando eu chego num conflito eu procuro enxergar a questão fora desse conflito, procuro imaginar a possibilidade de uma situação que saia daquele contexto tão mastigado, tão enrijecido, não é, por um debate, e por isso eu respeito muito, eu compreendo a indignação da Senadora Patrícia em relação à fala do Dr. José Maria, eu compreendo a indignação, Patrícia, sua, mas eu respeito muito alguém que chega num ambiente como esse e tem a coragem de expor a sua opinião, seja ela qual for.

Eu acho, e eu aqui sem pedir permissão à Senadora Patrícia, eu tenho certeza absoluta que a indignação dela não pode e nem deve ser interpretada como talvez até um desacato, um desrespeito ao Dr. José Maria, eu tenho certeza absoluta que ela respeita muito todas as opiniões aqui. Ela não concorda e mostrou muito enfaticamente, mas eu acho que todos nós devemos... esse é um assunto assim tão doído mesmo, não é, porque diz respeito à aquelas pessoas que são, sem dúvida nenhuma, aquelas pessoas que estão no nosso universo das pessoas mais queridas, mais amadas do mundo, que são as crianças, os adolescentes, por isso que gera tanto às vezes e muita das vezes emoção no debate, mas eu queria me permitir aqui, também com uma certa coragem, assim como fez o jornalista e sociólogo José Maria, expor aquilo que eu estava falando: quando a coisa está assim, que eu não consigo fechar uma solução na minha cabeça, eu procuro uma variação. A variação que eu imagino e aqui eu coloco para reflexão, nem ela eu consigo imaginar como algo definitivo, mas eu fico imaginando se nós não estamos com essa discussão com o foco equivocado. Eu preferiria tirar essa discussão do foco da idade, sabe Patrícia, do foco da idade. Eu acho que o cerne da questão, o centro da questão, ao meu ver, modestamente eu quero aqui socializar com vocês essa reflexão, mas eu acho que é o ato delituoso, por exemplo, é o crime cometido, é o ato delituoso, entende? Eu acho que ele deve nos levar a adotar uma postura em razão dele, do cometimento do ato delituoso, seja por quem for, seja por quem for. Eu creio que qualquer pessoa, em qualquer idade, em qualquer circunstância, que cometa um ato delituoso – e aqui nós estamos falando tão somente daqueles atos delituosos que são graves, conturbam uma Nação inclusive, é desses atos delituosos que eu

me refiro, é a respeito deles que eu falo. Eu creio que independentemente da condição da pessoa, ele deve ser alvo de uma apreciação. Por quem? A quem a sociedade delegou a análise, a apreciação e a decisão acerca do cometimento de atos delituosos graves nesse País? Ao Poder Judiciário, com toda sua estrutura e seus colaboradores. Eu creio que... eu vou apenas situar, eu procuro fugir da questão da idade, mas a gente precisa referenciar aqui nesse debate: um menor de dezesseis anos comete um ato bárbaro. Eu creio que serenamente a sociedade deveria admitir a possibilidade de que esse ato seja apreciado, seja deliberado por aquele Poder a quem a sociedade delegou essa tarefa. Um cidadão de sessenta anos que cometeu, o mesmo raciocínio se aplicaria. Então no âmbito do Poder Judiciário, que essa questão seja dirimida. As condições pessoais de quem cometeu o ato, que sejam levadas em consideração. Os agravantes, os atenuantes, todas as questões que sejam minuciosamente ... em se tratando, por exemplo, daqueles que a gente costuma chamar de menor, que, por exemplo, se for ... que a apreciação, o julgamento de um delito como esse, o ambiente em que se der a apreciação e o julgamento, que tenha, além de representantes da sociedade, além do Magistrado, além do Promotor, que tenha assistência psiquiátrica, psicológica, educacional, social naquele ambiente, para que essa avaliação, essa apreciação, seja a mais consistente possível.

Eu creio que o que nos preocupa sobremaneira é uma segunda fase, é uma segunda etapa: como as pessoas devem cumprir ou ser objeto da punição estabelecida pelo Estado, Dr. Tito? Eu acho que aí que reside a grande questão, eu creio que aí é que devemos fazer a diferenciação, porque você não pode... vamos usar uma expressão aqui que a gente costuma usar numa discussão como essa: ninguém pode botar a todos num Carandiru da vida, entende? Há pessoas que precisariam estar no Carandiru, mas há outras em grande número que não deveriam chegar nem no portão. E eu acho que é como eu digo, eu repito aqui, isso aqui não é uma questão fechada na minha cabeça, mas é que eu me permiti tentar refletir e raciocinar fora dessa questão da idade, porque eu acho que isso é uma coisa... Eu acho que essa discussão é fora de foco, o foco não é esse, entende? Se a gente insistir nesse foco, jamais chegaremos a uma conclusão e se conclusão for tirada no nosso País, ela sempre será traumática, porque eu acho que ela não reflete a necessidade que a gente teria de discutir essa questão sobre outra ótica. Eu enxergo assim com muita nebulosidade a questão por essa ótica, Dr. Tito. Eu acho que a gente deveria pelo menos buscar, pensar um pouquinho, refletir um pouquinho, tirar essa discus-

são do foco da idade e imaginar outras possibilidades, outras alternativas como essa que eu aqui socializo com vocês. Eu acho o seguinte: cometeu um crime de natureza grave nesse País, deve ser submetido ao Poder Judiciário. Agora o cumprimento de uma eventual punição, de uma eventual sentença, é que deve ser de forma diferenciada. Eu acho que é aí que está o nosso... Eu acho que se a gente colocar o pé nessa discussão, eu tenho a impressão que a gente encontrará meios, alternativas, que nos permitam resolvê-la de forma mais consentânea como a realidade em que a gente vive.

Então eu peço desculpas pelo alongado, quero aqui apenas lembrar uma reportagem publicada acerca de dois dias atrás pelo Correio Brasiliense, eu infelizmente andava com ela inclusive, e hoje, lamentavelmente, na hora que eu deveria estar com ela, estou sem a dita reportagem, eu não sei se a professora Erilda chegou a ver, é uma pesquisa e um quadro muito triste, um levantamento feito de 2002 a 2006 acerca do cruzamento da criminalidade com medidas aplicadas a pessoas de até dezoito anos de idade mostrando a situação desses jovens aqui no Distrito Federal. O Distrito Federal aparece assim de forma destacada na quantidade de jovens sujeitos a punição num universo de dez mil jovens, e para minha tristeza inclusive a reportagem não tinha como objetivo mostrar esse quadro no meu próprio Estado, mas casou mostrando por tabela, que de 2002 a 2006 no meu Estado, pequenino estado do Acre, essa situação, o Estado do Acre, por exemplo, passou de nove em 2002, se não me falha a memória, para quinze em 2004 e para quase vinte e um jovens por dez mil jovens sujeitos as medidas e que se encontram nos estabelecimentos que o ECA prevê para eles, entende? Então a tradução que eu fiz, de imediato, foi que no nosso Estado, no Distrito Federal e certamente no nosso País, nós ainda não chegamos ao ponto de oferecer políticas públicas a essa faixa da população para evitar que a coisa tome um vulto dessa natureza. Então eu lembro o Dr. Tito falando aqui que não se trata de excluir o processo educacional, pelo contrário, eu acho que é porque a gente tem a mania de sempre raciocinar sobre um ponto excluindo outros. Não se trata disso. Mas com objetividade a gente deve tratar especificamente de um ponto, sem esquecer tudo em volta, todo o universo que cerca essa faixa da população e a população como um todo. Então aqui as minhas considerações, que eu deixo aqui com muita humildade nesse Plenário para que a gente possa, quem sabe, se valer dela para alimentar essa reflexão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A partir desse momento eu passo à Mesa para

que eles façam considerações sobre a fala dos Srs. Senadores. O Dr. Tito já pediu a palavra, em seguida o Dr. Cristiano e a Dra. Erilda, e, naturalmente, também o jornalista José Maria.

SR. TITO AMARAL: Bom, antes de mais nada, Senadora Patrícia, eu queria dizer a V. Ex^a. que eu não disse em nenhum momento que a V. Ex^a. ficou com o projeto por preguiça ou desídia. Eu sou testemunha que V. Ex^a. é uma das Senadoras mais atuantes aqui, e chamá-la de preguiçosa seria um absurdo sem tamanho. Agora eu disse apenas que não foi priorizado. Aí é lógico que a senhora tem tantas outras coisas, então não houve a priorização, o que é diferente. Agora sobre a qualidade do projeto, se é bom, se é ruim, o que se espera é o seguinte: na análise, se for ruim que se manifeste pela rejeição, se for médio que se faça emendas e se for bom que se manifeste pela aprovação. Mas eu até imaginava que a senhora tinha feito o relatório dele. Então, quer dizer, a senhora achou ruim, mas também não falou nada.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Sabe o que é. Dr. Tito? É que como eu achei ruim, eu não queria dar um parecer contrário, até eu conversei com o Senador Demóstenes sobre isso, e não queria fazer um substitutivo porque eu acho que é o projeto de direito é do Senador Demóstenes. Então eu e ele conversamos sobre esse assunto, tanto é que agora está a Senadora Fátima Cleide com o projeto.

SR. TITO AMARAL: Bom, mas apenas que fique claro que em momento algum eu pus qualquer dúvida sobre a sua atuação, isso daí --

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Obrigada, está ótimo, o esclarecimento foi muito importante para mim.

SR. TITO AMARAL: Não concordamos em algumas coisas, mas eu tenho por V. Ex^a. o maior respeito do mundo e a maior consideração.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Obrigada.

SR. TITO AMARAL: Sobre a questão da cláusula pétrea, do artigo 60, § 4º, inciso IV, da Constituição, que fala das cláusulas que não podem ser mudadas, o inciso IV é justamente o que se refere aos direitos e garantias individuais. Realmente não se pode mexer. Agora eu não vejo como direito e garantia individual, não vejo como direito a pessoa entre dezesseis e dezoito anos praticar crime e responder pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, isso como sendo uma coisa, como disse o Rogério Magri, imexível. O que ocorre é que essa idade pode ser mudada sim por uma questão de conveniência, de política criminal. Eu quero fazer também uma correção, eu que estou aqui dizendo que a gente tem que ser coerente e honesto

na discussão dessa questão, eu quero dizer que não é falso, veja, não é falso o argumento de que isso seja inconstitucional, é uma questão de entendimento doutrinário e jurisprudencial. Então eu não posso dizer que quem disse que é inconstitucional está falseando a verdade, está apenas compreendendo ... porque eu disse e retifico agora: é apenas uma compreensão, é um ambiente jurisprudencial, e eu entendo de forma veemente que isso não é inconstitucional. No entanto, eu não posso dizer que quem pensa de outra forma esteja sendo falso, da mesma forma que a parte não possa dizer isso, é apenas uma questão de entendimento sobre o que diz a Constituição.

O Senador Geraldo Mesquita disse, o que ele disse aqui em suma é sobre a individualização da pena, porque o Supremo Tribunal Federal recentemente reafirmou a necessidade e o império da individualização da pena quando julgou inconstitucional o artigo 2º, da lei 8.072, que é a que trata dos crimes hediondos. Exige-se sim a individualização da pena. E essa PEC que busca reduzir a maioria penal, ela individualiza a pena sim, até porque a lei exige, primeiro: serão apenados como os adultos apenas as pessoas entre dezesseis e dezoito anos que praticarem crimes definidos como hediondos e os a ele equiparados. Terá que ser feito um exame psicológico biológico. Então o Juiz vai determinar que se faça um exame para saber se aquela pessoa tem condições de compreender o caráter ilícito da sua conduta e de se determinar de acordo com esse entendimento, quer dizer, então não vai se colocar todo mundo no Carandiru, o que eu acho também que não se deva fazer, e também está previsto nessa PEC que as pessoas entre dezesseis e dezoito anos deverão cumprir a pena em local distinto dos demais. E sobre o que a Senadora Lúcia Vânia disse sobre o orçamento, eu concordo plenamente com ela, sou totalmente favorável à redução da maioria penal nos termos em que está posto, mas eu não vejo essa questão como a mais importante de todas. Eu concordo que a questão mais importante hoje para se reduzir a criminalidade, para se prevenir a criminalidade, é a escola em tempo integral, mas esse projeto, essa PEC, foi apresentada em 2003, como eu já disse, e só foi apreciada agora no começo de 2007, e a proposta original era para que a escola em tempo integral fosse implantada no Brasil até o ano de 2010, mas o Governo entendeu que para discutir, para discutir a PEC, ela teria que ser implementada até o ano de 2022, até porque em 2022 nós estaremos comemorando o bicentenário da independência.

O nosso Governo é de viés e esquerdista, mas poder é tudo igual, que criticou tanto o sesquicentenário da independência, está querendo que o bicentenário da

independência seja uma data emblemática. Mas que se implante a escola em tempo integral em 2010, em 2015, 2900, mas o importante é que a gente tenha a esperança, pelo menos, de que se implante essa escola em tempo integral. Ela não vai resolver não, mas é mais importante do que a redução da maioria penal sim, mas uma coisa, como eu disse, não exclui outra. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero registrar aqui a presença conosco do Senador Jayme Campos, José Nery e Magno Malta, que ligou falando que está vindo para cá, e a líder Ideli Salvatti, que está acompanhando a todos os debates na Casa, mas conseguiu, pela importância do debate, estar aqui. Eu passo a palavra, nesse momento [*soa a campanha*] à Mesa, e aqui na Mesa eu combinei o seguinte agora: cada um da Mesa vai ter cinco minutos para as respostas, aí volta para o Plenário. Então, nesse momento, o professor Cristiano Paixão, que tem cinco minutos.

SR. CRISTIANO PAIXÃO: Obrigado Senador, eu quero ser também bastante breve, mas eu quero dizer que o meu colega de Ministério Público, o Dr. Tito, que somos colegas de instituição, embora pensamos de forma radicalmente diferente, ele faz um desafio para que se aponte alguma norma internacional que proíba a mudança da maioria penal, e esse desafio já foi feito pela Senadora Patrícia Saboya no voto em separado da PEC da maioria penal. A Patrícia Saboya já apontou que nós temos várias normas internacionais que impedem a questão da redução da maioria penal. Obviamente se nós fomos procurarmos uma norma que diga assim: "não pode baixar a idade de dezoito para dezesseis anos", não vamos encontrar. Tudo isso depende de como nós interpretamos o direito, de como nós vemos o direito como produto da história, como nós vemos o direito constitucional como produto de uma história específica brasileira, uma história de luta pela liberdade, uma história de busca por um ordenamento jurídico mais justo e uma história de busca pelos princípios de liberdade e igualdade. Se nós interpretarmos a Constituição como um conjunto de princípios e normas, se nós interpretarmos a Constituição nacional como inserida no contexto internacional que se preocupa igualmente com a infância e com a adolescência, nós vamos extrair historicamente da Constituição uma preocupação que se traduz, que se plasma na forma de um direito fundamental, direito fundamental de toda a criança e adolescente de ter o seu processo de formação concluído. Então dezoito anos aí não significa um critério biológico, cronológico, arbitrário ou simplesmente aleatório; é, antes de tudo, uma homenagem há vários organismos internacionais

que estipulam a idade de dezoito anos, uma homenagem à história legislativa brasileira e uma homenagem à necessidade de um processo sólido e de formação da criança e do adolescente. É muito curioso a gente examinar, porque a Senadora Patrícia Saboya falou “por que as pessoas se preocupam tanto em colocar um adolescente infrator na cadeia? Por que há a necessidade de se criminalizar?” E isso, ao meu ver, passa por uma necessidade que não é muito racional, por uma mentalidade que circula muito forte na sociedade de que nós precisamos fazer alguma coisa.

A situação de segurança pública é uma situação alarmante, a situação de segurança pública é uma situação de fato preocupante para qualquer cidadão, e é comum que em momento de instabilidade, de maior elevação do grau de emoção do debate, nós procuremos alguns bodes expiatórios. Isto está presente na história da civilização, e isso, grupos vulneráveis, sempre são submetidos a esse tipo de rotulação. Se cria uma estética da perseguição, se eleger determinados alvos e esse alvos respondem pelos males que afligem uma determinada comunidade, e esse justamente nesse momento de comoção, é justamente nesse momento em que a racionalidade sede lugar à emoção e muitas vezes a um desejo de vingança, como disse aqui a Dra. Erilda, é que o direito deve atuar. O direito não é apenas um conjuntinho de normas escritas que se estabelecem de acordo com uma decisão qualquer. O direito é um conjunto de princípios, é um conjunto de normas que busca sempre estabelecer limites a esse tipo de intervenção, seja para aumentar, seja para diminuir. Por que é que nós precisamos de um bode expiatório? Por que é que nós precisamos eleger um determinado alvo? E isso é muito claro no voto em separado da Senadora Patrícia Saboya. O número de adolescentes foram responsabilizados por menos de 4% de infrações cometidas em 2003. Mais de 90% dos crimes são praticados por adultos no Estado de São Paulo. Na época da elaboração do voto existiam quinze mil e seiscentos adolescentes infratores internados, contra mais de *[soa a campainha]* trezentos e oitenta e cinco mil adultos presidiários, sem contar os trezentos e cinquenta mil condenados ainda soltos. A nossa média de 4% é abaixo da média mundial. Desse crimes cometidos, infrações cometidas por adolescentes, apenas 1% envolve homicídios. Então qual é a razão de elegermos esse grupo vulnerável, qual é a razão de escolhermos justamente esse alvo para mobilizar o Parlamento de uma Nação, para mobilizar uma Emenda Constitucional, que envolve um quorum qualificado, com o único objetivo de colocar pessoas na cadeia? Como se já não tivéssemos bastante pes-

soa na cadeia hoje, como se a cadeia funcionasse para alguma coisa.

Portanto, eu acredito que do ponto de vista histórico, psicanalítico, sociológico, teríamos que investigar por que precisamos de um bode expiatório e teremos que perguntar: “estamos a altura da Constituição que nós mesmo fizemos?” É o que eu tenho a dizer *[aplausos]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, nesse momento, à representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, a Dra. Erilda Balduino.

SRA. ERILDA BALDUÍNO: Ouvi atentamente as posições aqui colocadas, apesar de não estar de acordo com os fundamentos que foram trazidos para justificar essa Emenda Constitucional. Primeiramente é uma norma pétrea, não pode ser modificada, se isto acontecer é lógico que os segmentos mais progressistas da sociedade vamos encontrar as formas jurídicas para que isso não possa ir para frente, porque isso é coisa muito séria, isso não é brincadeira. O Brasil tem sim muitíssima responsabilidade perante o mundo, muitíssima. Pelos acordos, pelos trabalhos, pela nossa própria diplomacia, pelos nossos pronunciamentos na ONU. Nós temos um Código, todo mundo deve conhecer, que diz várias coisas, é preciso ser lido e ser compreendido: a Convenção de San José. Lá tem esses problemas, eles estão lá muito claros. Então eu acho que ficar discutindo isso, dizendo, primeiro, que não vai se mandar mexer nisso porque é uma causa pétrea, é direito sim, e dos direitos mais importantes, não podemos esquecer, senhor Promotor, é o direito à liberdade, está lá na nossa Constituição, e nós temos que respeitar isto por uma questão muito importante de ser um processo civilizatório. Quando nós colocamos essas posições dentro de determinadas ações do Estado para impor limites ao poder, e em Direito Penal, o senhor sabe que são todos limites claros e expressos. Não pode ser “eu acho”, “pode fazer assim”, “é relativo”. O Direito Penal não tem isso. Ou é ou não é. Outro problema que a gente... eu não falei nas estatísticas aqui porque eu já me coloquei em centenas de lugares aonde vai se falar na leitura, o pessoal lendo estatística. O Brasil hoje tem mais de duzentos milhões de habitantes, é um País grandão, com problemas grandões, com muitas coisas grandonas. Então as questões de estatísticas que examinam é uma gota d'água e estatísticas não são confiáveis. Nós não temos nesse País um departamento de estatísticas confiáveis. Agora quando a estatística é favorável a nós, Senadora Patrícia, elas são assim muito tênues. Nós temos quarenta e cinco mil crianças em abrigos, e não têm um processo de adoção nesse País para

que nós possamos, para que a sociedade brasileira possa atender a essas crianças. Elas vão ficando lá e quando fizer dezoito anos vai embora, solta. Quarenta e cinco mil, essa é a nosso favor. Não pode continuar. O Estado tem a obrigação de resolver esses problemas, mas desculpem a minha franqueza, como brasileiro gosta de falar que é caridoso [*soa a campanha*], que faz caridade, que está fazendo bem. Menino em abrigo não está fazendo bem para as crianças. Problema: vamos mandar para a cadeia. As penitenciárias estão lotadas.

Eu duvido e eu desafio esse Senado Federal a fazer, a tomar providência, fazer uma Emenda, uma lei, o que é que for, para descomprimir as prisões no Brasil. Quantas mil pessoas nós temos presas? Agora vamos: "não, vamos fazer uma prisão especial". Isso não é conversa séria. Não se faz prisão nem necessária, quanto mais as especiais. As verbas de construção de penitenciárias, durante eu não sei quantos anos, não foram gastas nem a metade, e os presídios estão aí caindo aos pedaços, sem lugar, gente pendurada, um em cima do outro. Nós vamos pegar agora também os jovens e botar eles lá para poder aumentar os números dos macacos. Essas histórias que se contaram, que trazem a colação, que todo mundo vê com muita atenção, isso é o espetaculoso, meus amigos. Mostrar que matou, que cortou o braço, que cortou a perna, estuprou a menina, eu não sei o que é, isso é história espetaculosa, isso não aprofunda a discussão dessas mazelas no Brasil. Esses crimes que são cometidos conforme essas descrições, eles não vão ser resolvidos apenas com Direito Penal. Ponham isso na cabeça. Não adianta botar o cara trinta anos lá no presídio para que a sociedade não mais venha a pecar, venha a delinquir. As formas de mudanças da delinquência são formas culturais. Então eu acho que nós temos uma responsabilidade de esquecer o espetaculoso [*soa a campanha*]. Eu não quero trazer aqui fatos, que como advogada eu conheço de crimes absurdos, de coisas absurdas, que repugna, mas também, Patrícia, eu quero deixar claro aqui que isso é uma questão de responsabilidade. Antes do Estatuto os nossos menores eram presos em todas as delegacias para serem torturados. Eu tirei muito rapazinho, muito menino lá nas delegacias torturados. A tortura corria. Graças a Deus, quando veio o Estatuto, nós começamos a ter meios de lutar contra isso, meios para lutar contra isso, contra a tortura contra crianças, crianças e adolescentes. Todo mundo que está aqui deve conhecer um caso desses, e isso é barbárie, e nós estamos querendo cada dia mais dar passos para acabar com a barbárie.

O Senador, ele disse que com dezoito anos ou dezessete o conceito de razão está formalizado. Eu só

vou dizer a ele que essa informação não tem amparo na psicologia, na psiquiatria, na antropologia e muito menos no Direito Penal. Nós não admitimos isso. Agora outra: foi falado aqui do grande esforço de educação. Teve um grande esforço na educação: encheram as escolas de alunos e não tem professor. Aqui em Brasília, até agora, as aulas não estão funcionando dentro da lei porque não tem professor. Então os meninos vão para lá, os adolescentes, e esses que realmente são mais ativos ficam lá presos uma, duas horas, depois jogam, batem uma bolinha, para casa. Até a hora da merenda, porque as crianças no Brasil vão na escola para comer. Agora quero deixar mais claro, porque eu não disse, não justifico que pobreza está ligada à criminalidade, é a causa da criminalidade. Vamos, como diz o outro, "fala sério, né". Tem muita gente pobre e os pobres são honestos [*soa a campanha*]. Quem criminaliza a pobreza não somos nós, que defendemos isso não. Quem criminaliza a pobreza é quem diz e vem contar esses casos falsos, horrorosos que acontecem. Eu tenho uma linha: a pobreza, ela não é aquilo que nós falamos, criminogênese, que cria crimes, mas é a causa de fomentação, é a causa social maior do aumento da criminalidade. Então não vamos, eu não estou defendendo, a Ordem dos Advogados não defende que pobreza é que causa, que gera crime. O estado de pobreza, a ausência... a falência daqueles que tem nada, nada tem, é um fomento para que as relações sociais que ali aconteçam sejam conflituosas, sejam violentas, e isso não é examinado e nem tratado no Brasil como política pública.

Eu quero deixar mais claro que, por exemplo, eu acho que nós temos, Senador, que ter muito cuidado com esse negócio dos discursos de oportunidade nas horas e os discursos de moralismo, os discursos de oportunismo para que nós não percamos algo muito importante que é a defesa do nosso sistema jurídico. Há que haver segurança jurídica. Se não tem norma para dizer qual é a idade da imputabilidade, como norma pétrea que foi colocada na Constituição, nós vamos ficar ao relento e tem aí uma Emenda, eu não li toda ainda, o Juiz vai mandar fazer a individualização da pena, vai examinar quem é que cometeu crime hediondo e não. Ora, vai ficar ao livro arbítrio do Juiz para fazer isso. Ou se trata igualmente todos ou não se pode fazer nenhuma exceção a ninguém. Essa emenda é perigosa, Srs. Senadores [*soa a campanha*]. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra --

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se V. Ex^a. me permite, até por conta das outras tarefas que a liderança me impõe, mas eu queria, em primeiro lugar --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Ex^a. está com a palavra. Em seguida eu passo para o sociólogo José Maria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Parabenizar a Comissão pela realização da audiência, às autoridades que aqui compareceram para contribuir com o debate, um tema extremamente delicado e controverso, e deixar aqui registrado, eu já tenho tido a oportunidade de fazê-lo inúmeras vezes, quando pude, que a redução da maioridade, ela pode, à primeira vista, se apresentar como uma solução e eu tenho o convencimento de que ela não soluciona nada, não soluciona nada. Então reduzir a maioridade de dezoito para dezesseis anos, ela não vai ser solução do problema, e talvez pelo que a gente conhece, pelo que se relata do nosso sistema penitenciário, ela poderá, muito pelo contrário, ao invés de reduzir agravar o problema, ou seja, colocar no sistema penitenciário, que sob vários aspectos é uma verdadeira escola de crime, não é, por não reassocializar, por não apresentar alternativas e até pela promiscuidade, pela integração, porque ao entrar no nosso sistema penitenciário, da forma como que ele está colocado, permitir até o aperfeiçoamento do crime do que a reassocialização, do que a reintegração, de nós estarmos ao invés de solucionar o problema agravando o problema. Eu tenho uma proximidade com a defesa da tese da não redução e talvez a pessoa que mais fortaleceu o meu posicionamento foi nada mais, nada menos do que um Promotor em Santa Catarina que hoje é o Procurador Geral do Estado, o Dr. Gersino Gomes, e quando este debate apareceu, foi a primeira e talvez uma das raras vezes que eu vi um Promotor ir para a rua e panfletar. O Dr. Gersino, ele encabeçou um movimento contra a redução da maioridade penal e ele promoveu várias panfletagens em Santa Catarina, exatamente com os argumentos dele, como Promotor Público, que viveu, ele na época era Promotor exatamente da Vara da Criança e do Adolescente, e porque ele acompanhava a diferença de quando você dá cumprimento às regras do ECA, às regras do Estatuto da Criança e do Adolescente e fazendo o atendimento do menor infrator em condições adequadas, ou seja, em pequenas comunidades, com o acompanhamento diferenciado, não equivalente, porque o que a gente tem hoje em muitas situações é o recolhimento numas Febens da vida, que é o equivalente quase ao sistema penitenciário, então você realmente não trabalha na reassocia-

ção do menor infrator, e ele dava e usava nos seus materiais, nos seus panfletos, os dados exatamente de que quando você segue as regras estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, você tem a reassocialização, e a reincidência, ou seja, a volta ao crime são em índices extremamente baixíssimos, o que comprova que se você der o tratamento adequado para o menor infrator, você retira em grande parte, quase que na totalidade da reincidência do crime, e você dá alternativa para este menor, ao invés de colocá-lo para o seu aperfeiçoamento na prática criminosa. Então se tem alguém responsável pela minha convicção de que a redução da maioridade penal não vai resolver o problema e vai agravar o problema, e se você fizer a tarefa de casa adequadamente, ou seja, se você der as condições para que o menor infrator possa ser reassocializado, você aí sim estará resolvendo o problema, e não reduzindo a maioridade penal.

Além disso, eu estou com a convicção de que nós estaríamos mexendo em cláusula pétrea, o que a Constituição nos impede de fazer, e, por último, quando aqui o assunto veio à baila e se fez várias tratativas e o debate e até a própria aprovação na Comissão de Constituição e Justiça para depois ir ao Plenário, um estudo que a nossa assessoria preparou, assim pelo menos no meu caso, me fez mais convencida ainda. Nós temos vários Países que já reduziram a maioridade para seis anos. Nós temos Países hoje onde menores, a partir de seis anos, já têm imputabilidade penal, já respondem criminalmente. E eu pergunto, porque é assim: se abaixar de dezoito para dezesseis, na lógica de que isto vai evitar de que os criminosos utilizem os menores para... eles vão utilizar de catorze. Se a gente abaixar para catorze, eles vão utilizar de doze. Se abaixar para doze, vão utilizar de dez. E nós vamos chegar aos seis anos, como outros Países já tem? Não é a saída, não é a solução, eu tenho este convencimento e espero que o Congresso Nacional, de forma muito especial o Senado, não opte por esta solução do meu ponto de vista simplista, porque não soluciona. A solução do menor infrator é dar as condições. Ele tem que ser sim, em determinadas situações, ter uma segregação, mas uma segregação num ambiente que lhe permita sair da tentação do crime ou da continuidade do crime. Não colocá-lo num ambiente onde, até por nós não termos tido... a sociedade não ter tido a condição de equacionar bem o sistema prisional, que o aprimore no crime, que o aprimore no crime.

Então é por esses motivos, Senador Paim, que eu não poderia deixar aqui de parabenizar a Comissão, da contribuição corajosa que V. Ex^a. faz ao trazer este debate, depois de um debate muito acirrado e conflituoso que foi na Comissão de Constituição e Justiça,

a Comissão de Direitos Humanos manter o debate aberto para subsidiar o Senado numa votação importante que nós teremos que fazer no Plenário da Casa, aí sim numa Emenda Constitucional que vai ter voto, para poder ser aprovado, de no mínimo 3/5. Então é muito importante que a Comissão realize este debate e eu queria deixar aqui os meus parabéns e a minha opinião, o meu histórico que me levou a ter uma convicção tão profunda, e acho até que a própria pesquisa que a Federação do Comércio fez, eu já tive a oportunidade até de trazer estes dados, a sociedade, ela é favorável à redução da maioria, mas toda vez que ela é confrontada, porque se você faz a pergunta sozinha: “você é a favor de que se reduza a maioria penal para poder condenar a partir dos dezesseis anos?” A opinião pública, a sociedade responde que sim. Mas quando ela é confrontada do tipo assim: “você é a favor da redução ou de condições sociais mais favoráveis, oportunidades de ressocialização, de emprego ou de programas sociais?” Sempre a opinião pública, a sociedade, responde com as outras soluções, com as outras alternativas e não com a redução, o que nos mostra, de forma indiscutível, de que a solução não é reduzir, a solução é fazer as medidas sociais, econômicas, educacionais, alternativas para evitar que a nossa juventude caia e pratique o crime. Então era isso, Sr. Presidente, eu peço mil desculpas por ter que me retirar em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço à líder que se deslocou das reuniões em que estava participando, está havendo uma série de debates aqui no Congresso, para vir aqui enfatizar a sua posição a favor da manutenção da responsabilidade penal aos dezoito anos. Eu passo a palavra de imediato ao jornalista e sociólogo José Maria e Silva.

SR. JOSÉ MARIA E SILVA: O Estatuto da Criança e do Adolescente é baseado, sobretudo, no artigo 13, da Convenção da ONU sobre os direitos da criança que diz o seguinte: “a criança terá o direito à liberdade...” dentre outras coisas é um declaração de direitos da criança e nessa declaração tem o artigo 13, inciso I, que eu gostaria de citar para os senhores. Esse inciso diz: “a criança terá o direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá liberdade para procurar, receber e partilhar informações e idéias de todos os tipos, independentemente de fronteiras, oralmente, por escrito ou na forma impressa ou de arte ou através de qualquer outro meio de escolha da criança”. Na minha dissertação de mestrado sobre violência nas escolas, que eu defendi mestrado em Sociologia da Educação na Universidade Estadual de Goiás, a respeito desse artigo da ONU eu escrevi o seguinte: eu disse que se nós aplicarmos ao pé da letra esse artigo da ONU,

nós vamos ver que ele confere às crianças o mesmo direito que confere aos adultos, ou seja, caso se leve a sério a declaração dos direitos da criança da ONU, uma criança tem o direito inalienável de dizer palavras de qualquer espécie, ou seja, direito à liberdade de expressão, ler manuais de tortura e distribuir panfletos racistas, ou seja, receber e partilhar idéias de todos os tipos, ver pela Internet cenas de pedofilia com crianças asiáticas e estupros cometidos nos Bálcãs, ou seja, procurar informações e idéias de todos os tipos na forma impressa ou de arte. O que eu estou querendo dizer ao citar esse artigo da ONU? E estou querendo dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como essa Convenção da ONU sobre os direitos da criança, ela é autodestrutiva em si, porque se ela for aplicada ao pé da letra, ela destrói o ente que ela tem a proteger, que é a criança. É inconcebível, porque criança, na definição do próprio Estatuto, é um ser de zero a catorze anos. O adolescente é de catorze a dezoito. Então como é que uma criança de zero a catorze anos pode ter todos esses direitos aqui que não são direitos humanos, são direitos civis. O adulto que pode responder penalmente pelos seus atos é que tem o direito à liberdade absoluta de buscar informações onde ele quer. Uma criança não pode ter esse direito. Esse direito pertence aos pais dela, que aí, evidentemente, tem que saber usá-los, aliás, esse direito tem que ser exercido pelos pais delas e eles têm que saber utilizá-lo. Evidentemente que se não o souber, aí é o caso da legislação penal tirar o pátrio poder deles, puni-los por isso, mas a criança em si não pode ser um sujeito de direitos como diz o Estatuto da Criança e do Adolescente por uma razão muito simples: ela não é sujeito de deveres. Um bebê de dois anos, uma criança de cinco anos, não é sujeito de deveres. Como é que pode ser sujeito de direitos? Isso é uma aberração lógica, uma aberração lógica. E o Estatuto comete essa aberração lógica que já é cometida pela Convenção da ONU sobre os direitos da criança.

Eu vou só dar um exemplo aqui. Eu citei a pouco que o sistema de medidas sócio-educativas prevê a construção de motéis-presídios para os menores infratores. Eu gosto de dizer as coisas mais rasgadamente para ficar bem claro isso, que são visitas íntimas de menores infratores. Eu trouxe aqui pesquisas que mostram que os menores infratores namoram com meninas menores de idade, que elas são vilipendiadas por eles, e que o Estatuto, ao invés de se preocupar em protegê-las, se preocupa em transformá-las em repasto desses menores-bandidos que estão presos, obrigando-as a ir à cadeia transar com eles lá dentro. Eu vou usar a palavra bem explícita mesmo. Pois é, é isto que o Es-

tatuto faz. Pois bem. Agora eles querem ir mais longe. Colocam lá no sistema de medidas sócio-educativas os tais dos direitos sexuais do adolescente. Veja bem, aqui nós temos vários juristas. Todo ser humano tem direito à defesa. Quando ele é incriminado, se ele não tiver advogado, o que o Juiz faz? Determina um advogado dativo para exercer o direito de defesa que é um direito humano que eu defendo obviamente, pode ser o criminoso mais absurdo do mundo, pode ser o Adolf Hitler, ele tem que ter o direito de defesa como teve no Tribunal de Nuremberg. Agora veja bem: se sexo for um direito ao cidadão, olha só que absurdo uma lei dessa, ela quer tornar o sexo um direito, como se o sexo foi algo unilateral, não é? Unilateral. Isso é a legalização do estupro, o Estatuto quer legalizar o estupro. Vou dar um exemplo. Se um menor infrator tem direitos sexuais, significa então que se não arrumar nenhuma que transe com ele, o Estado tem que determinar uma prostituta dativa para satisfazer esse direito? É o que deveria acontecer pela lógica. Nós não podemos perder de vista a lógica. Émile Durkheim, grande sociólogo francês, pai da sociologia, dizia isso. Uma sociedade que perde de vista a lógica, ela perde de vista a moral, ela se torna suicida, ela se torna anômica e o Brasil está se tornando cada vez mais anômico [*soa a campanha*]. Eu trouxe aqui vários casos, vários casos. Nós temos casos, por exemplo, eu citei vários casos aqui. Quase todos os presídios brasileiros tratam o criminoso como mais importante do que a família dele, do que a sociedade. Então o que acontece? Hoje em dia os presídios brasileiros, todo domingo tem visita íntima. Presídio do mundo nenhum tem isso, nenhum, todo domingo não, só se o bandido for um bandido de pena pequena. Estuprador, criminosos, homicida, ter visita todo domingo? Quantos trabalhadores moram longe dos pais e das mães e não conseguem visitá-los por falta de dinheiro? Aqui no Brasil todo Dia das Mães o bandido é mandado para casa, no caminho ele assalta, e quando ele chega em casa, ele leva intranquilidade para a família, porque esse indivíduo, se ele gostasse do pai e da mãe, ele não tinha virado criminoso. O que ele vai fazer visitando a família? Ele vai corromper os irmãos, vai atrapalhar a vida dos pais, a vida dos outros parentes. Então a sociedade brasileira hoje, a pretexto de ressocializar o criminoso, ela não protege nem a família deles dos males que ele pratica. E isso fica claro nas pesquisas que eu trouxe aqui. Todos os domingos neste País crianças de cinco, seis anos, estão entrando nos presídios às nove horas da manhã e saindo às dezessete horas, elas convivem com os presos como se aquilo fizesse parte de uma comunidade, e os teóricos que defendem isso são professores

universitários, as pesquisas que eu trouxe defendem isso, eles dizem que isso é bom para melhorar --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Professor, eu estou lhe concedendo mais dois minutos, depois o Senador Magno Malta vai fazer uso da palavra.

SR. JOSÉ MARIA E SILVA: Eles dizem que isso é bom para melhorar as condições do presídio. Eu pergunto: "é dever de uma criança de cinco anos recuperar o seu pai ou o seu pai tinha que ser penalizado por não lhe ter educado?" E para finalizar eu queria dizer o seguinte: em ciência nós temos um estudo abrangente e às vezes dentro desse estudo abrangente fazemos estudos de caso. Eu não trouxe aqui espetáculo, eu quero dizer para a representante da OAB, que deve ter jogado essa indireta para mim, eu sou muito franco. Eu não fiz espetáculo aqui. Eu trouxe estudos científicos, eu trouxe estudos científicos aqui e dentro deles eu apresentei estudos de casos corroborados aqui pelo Dr. Tito Amaral, que é bom que se diga, as duas vítimas do menor que ele citou de Anicuns, eram menores. A menina tinha catorze anos e o menino tinha dezessete. E aí eu queria também fazer uma observação aqui. O Estatuto é uma lei absurda [*soa a campanha*] que ele quer que nós mudemos a nossa própria linguagem. Isso é engenharia social típica de Hitler. Quando uma lei obriga uma mãe a ver o seu filho esquartejado no chão porque foi arrastado por um carro e ela é proibida de dizer que aquilo é um crime, ela tem que dizer que aquilo é um ato infracional, essa lei, eu diria aos senhores, ela não é nem estupro mais da infância, ele é um estupro da dignidade humana. O Estatuto, ao querer mudar a própria forma de nós nos expressarmos a respeito dos crimes bárbaros, ele estupra a dignidade humana. Obrigade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra de imediato ao Senador Magno Malta, que eu já havia inscrito. E como eu tenho feito em toda reunião, eu vou permitir que um representante da sociedade civil organizada possa fazer um depoimento.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela audiência e pedir a V. Ex^a., que na audiência passada, ainda não igualamos, porque na audiência passada eu cheguei aqui, tinha a mãe do João Hélio, o pai, cercado de todos os lados por quem é contra a redução e eles dois aqui feitos dois... encolhidinhos aqui, aí eu falei: "esse debate não é justo dessa forma". O Dr. Tito sentado, isso não é debate, sentado aí os catedráticos, intelectuais, filósofos, gente preparada e um pai e uma mãe sofrendo aqui de cabeça baixa, sem saber o que falar, curtindo a sua dor, o Dr. Tito tomando porrada de

todo lado aí, e eu tive a oportunidade de chegar na ocasião e ficar aqui um pouco, me pronunciar e pedir a V. Ex^a. que marcasse essa outra, que houvesse um certo equilíbrio e tal, até alguns se recusaram a vir, a voltar, porque... É um debate que a gente tem que fazer desarmado, eu queria cumprimentar o Sr. José Maria, sociólogo, jornalista, é um prazer grande, o Dr. Tito que é amigo da gente, é um orgulho aí de Goiás, Promotor de Justiça, é uma pessoa por quem eu tenho um carinho, um respeito, meu querido Presidente Paulo Paim que... o Paim dispensa, o Paim dispensa, o Dr. Cristiano Paixão, quero agradecer ao Procurador do Ministério Público do Trabalho, eu não ouvi a sua fala e certamente terei oportunidade, porque eu acho que esse debate ainda vai esticar um pouquinho mais por aí, a Dra. Erilda Balduino, queria cumprimentá-la também, quando cheguei estava no meio da fala, cumprimentar a representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Sr. Presidente, a minha posição é muito conhecida porque eu não tenho me furtado de ir onde sou chamado e tenho usado a tribuna do Senado para colocar a minha posição com muita clareza. Eu acho que é um debate que a gente tem que fazer desarmado, respeitando quem é contra e respeitando quem é a favor. O debate se dá dessa forma. Eu tenho tido debates assim muito nervosos, muito assim... as pessoas que são contra a redução, parece que elas se levantam assim e se põe numa postura de ataque àqueles que são a favor que é um negócio assim ... eu tenho participado de debates que eu normalmente não sou assim, eu sou um homem sangüíneo, mas para mim tem servido porque eu tenho exercitado da minha paciência, tenho ouvido, tenho ficado quieto e tal, até porque eu conheço com profundidade as razões pelas quais eu sou a favor. Aqui no Senado, quando a posição é muito conhecida e que está sendo televisionado, está sendo gravado, se fica repetitivo porque você participa de um monte de audiência, está na tribuna e normalmente falando a mesma coisa, normalmente falando a mesma coisa. Tem vinte e seis anos da minha vida que eu tiro drogado da rua, marginais das cadeias. Os recolho da mão do Ministério Público, da mão da justiça, dos conselhos tutelares, das entidades religiosas, e até tinha pedido a V. Ex^a. que fizesse uma audiência pública e, se a mim fosse permitido, que eu gostaria de trazer pelo menos cinquenta homens de dezesseis anos, cinquenta homens de quinze anos, que estão comigo hoje, que são filhos meus, que além do amor, do carinho, eu lhes coloco no ombro, me torno seus pais, eu e a minha esposa, e que são gente de alta periculosidade. Eu quando trato dessa questão, eu deixo claro que a minha posição não é uma posição meramente

intelectual e livresca. Tem vinte e seis anos da minha vida investido aqui e eu sei exatamente quando eu digo que dezesseis anos, quinze anos, nós estamos falando de homens, não estamos falando de criança, não estamos falando de menino. Sr. Presidente, é verdade quando se diz que a redução da maioridade penal não vai chegar a lugar nenhum ou que a redução da maioridade penal não traz a solução para o problema da violência do Brasil. Aliás, um item só, em qualquer área da vida, nada soluciona. A redução da maioridade penal faz parte de um conjunto de medidas. Quando eu vejo o... nós, V. Ex^a. é do PT, eu sou do PR, nós somos da base do Governo, mas quando eu vejo gente de Governo falar contra a redução da maioridade penal e atacar o sistema prisional vigente, ora, se é um conjunto de medidas, ao Governo, ao executivo cabe a maior responsabilidade. Então estão falando mal do próprio Governo.

Quem tem a chave do cofre não é o legislativo, quem recolhe imposto não é o legislativo, quem opera com o dinheiro não é o legislativo, quem tem que fazer as inclusões é quem tem a chave do cofre e esse é o Poder Executivo. O Poder Judiciário cumpre o seu papel e o Poder Legislativo cumpre o seu quando faz as leis, e o nosso é produzir um instrumento que faça parte dessa engrenagem, é um todo, não é coisa individual. Se nós falamos de redução de maioridade penal, olhando para ela como um elemento individual, nós temos condições de fazer os nossos argumentos, fazer ataques. Ao invés de estar falando de redução porque não melhora a favela, ao invés de estar falando de redução porque não põe computador para o menino da favela, ao invés de estar falando de redução porque não faz a inclusão social pela via da educação? Deixa eu falar algumas coisas. Eu dizia ao Ministro da Educação: a lei 6.368, que em agosto do ano passado foi revogada, quando a Comissão de Justiça votou a nova Lei de Narcotráfico, Dr. Tito, o senhor estava lá acompanhando, a 6.368 é lei do Brasil há trinta e quatro anos atrás, trinta e quatro anos. Ela manda instituir estudos sobre droga nas escolas do Brasil, ou seja, sua historicidade moral, sua historicidade psicológica, sociológica, todas as lógicas. Há trinta e quatro anos. Ninguém nunca colocou em prática. Quem teria que fazer isso? O Executivo, o Ministério da Educação. Essa inclusão é pela via da educação. Quando você informa, você forma. A falta de informação produz a deformidade, a deformidade. Então essa falta de informação, ao longo dos anos, produziu a deformidade. Por que eu estou falando? Porque o adubo da violência está no uso e no abuso das drogas hoje no Brasil, hoje no Brasil. Então é o Executivo. Quando você fala em sistema prisional, em penitenciária, qual é a parte que cabe aí ao Poder

Executivo? Ao Poder Executivo tudo, ao Legislativo quase que nada. O nosso é produzir o instrumento de lei. Quando você fala em criar presídios, e o Presidente Lula falou no primeiro mandato dele que iria construir cinco presídios de segurança máxima, e o pessoal lá fora ri quando você fala presídio de segurança máxima, porque presídio supõe que é de segurança, “nós vamos fazer o de segurança máxima, os nossos não são de segurança”, não saiu nenhum até agora. E eu propus que se fizesse então uma parceria pública privada para a segurança pública, um PPP, e chamasse o Itaú, chamasse o Bradesco, que no ano passado faturaram mais do que o produto interno bruto do Brasil só com o lucro, chamasse a FIESP, chamasse a Vale do Rio Doce, chamasse a Aracruz Celulose, chamasse as grandes empresas do Brasil e dissesse: “olha, nós precisamos de dez presídios de segurança máxima por essa e essa razão”. Essa gente tem empregado, essa gente anda com carro blindado, essa gente tem neto, tem funcionários, e eles, para construir um presídio de segurança máxima, seria mais ou menos como V. Ex^a. pagar uma Coca-Cola para mim, não ia mexer em nada nas suas economias, muito pelo contrário, isso é um bobagem, seria até uma alegria. Entregar isso para a iniciativa privada, mas não saiu. Aí fala: “o Legislativo está exacerbando”. O Executivo fala isso.

O Presidente deu uma entrevista e falou que é contra a redução da maioridade penal, só não falou o porquê. Porque o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma das boas coisas que lá tem, e aliás nada é tão bom na vida, absolutamente, que não precise de mudança, e o Estatuto precisa sim de mudança, claro que precisa de mudança. Mas fala dos Centros de Ressocialização e eu acredito nisso. Quando você fala em redução de maioridade penal, as pessoas falam: “é, vai pegar uma criança e colocar no Carandiru? Vai pegar um menino e colocar em Bangu I?” Calma, ninguém está falando disso, absolutamente. Eu, quando falo, não falo disso. Ninguém está falando disso, de pegar um menino e colocar em Bangu I, em Bangu II, mas é preciso saber quem é o menino, quem é o menino, quem é o menino. Quatro mataram o João Hélio, quatro. A Liana Friendebach foi estuprada há quatro anos atrás e a minha PEC, que pedia a redução para treze anos, tem o nome dela, Liana Friendebach, que foi estuprada e morta por quatro dias, e só dá para compreender realmente a situação dos outros, quem no lugar dos outros se coloca. Quem não se coloca no lugar dos outros, faz um debate frio. “Ah, não podemos debater isto na emoção”. Vamos debater quando? Se a coisa não começar na emoção, não entra na cabeça de jeito nenhum, que tudo que vem da cabeça não vai para o coração, não dá certo. E aí, quando a emoção

passa, vai para a gaveta, porque eu me lembro que eu fiz a PEC Liana Friendebach, e quando a emoção passou ela foi para a gaveta, sentaram em cima e só resolveram tirar quando o João Hélio foi arrastado, quatro anos depois. Pois bem. O crime está tão banalizado, já nos acostumamos, que fazemos esse tipo de defesa. O Ministro do Planejamento, Guido Mantega, foi assaltado, eu soube que foi por um menor, e ele nem registrou boletim de ocorrência porque ele disse que não tem jeito, para que registrar, não resolve nada. Aonde chegamos. Olha aonde chegamos. Ninguém vai colocar um menino no Carandiru, em Bangu I, mas vejam: os quatro que mataram o João Hélio, três maiores e um menor, três maiores e um homem chamado menor. Esses três maiores, assim que passar a instrução do processo, o processo está sendo instruído e eles estão no seguro. Para o povo que está em casa, o seguro é uma cela onde ficam os indivíduos que estão correndo risco de morte. Eles estão no seguro. Para os senhores que estão em casa assistindo, esses três maiores, o rodo deles está encomendado. Os senhores verão que na hora que forem mandados lá para dentro, o traficante, o bandido perigoso que tem família pelo lado de fora, tem filho estudando, eles odeiam estupro, não admitem estupro e nem crime bárbaro contra criança, criança, criança. Esses três estão encomendados, o rodo deles está encomendado, agora o menor não e vou dizer o porquê. Tem vinte e seis anos da minha vida, Dr. Tito, Dr. Cristiano, que eu tiro drogado da rua, independente da faixa etária, e gostaria de convidá-los a conhecer a minha instituição. O Senador Paim está atendendo o meu convite, dia três vai conhecer a instituição, o senhor vai conviver com esses homenzinhos --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para registrar, aceitei o convite e eu vou no dia 03 de julho lá para conhecer.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E vai ficar lá pelo menos cinco dias comigo. O senhor vai conhecer esses menininhos de treze anos, donos do bairro, que atiram de escopeta desde onze anos, que olha na sua cara e lhe chama de vagabundo, “mete a cara que eu te passo o rodo”. Te chama de vagabundo, ele é o dono da área. E a quadrilha dele tem sessenta, com gente de trinta anos, trinta e cinco, quarenta e dois, que não tem o sangue no olho que ele tem. Por que é que esse, chamado menor, que passou o rodo no João Hélio, esse vai ser diferente dos outros. Os outros, o rodo está encomendado dentro do presídio, agora ele não, porque o crime não trata com faixa etária, do outro lado não tem faixa etária, tem códigos a serem seguidos e respeitados, do outro lado. Então não trata com faixa etária. Esse menor, na hora que

passar a instrução do processo, entra no instituto penal para reabilitação, que não reabilita menor, ele entra com status de general. Os códigos do crime têm que ser cumpridos. Já existe ordem. Quando ele chegar, a ordem está dada, o poder tem que ser entregue a ele. Por quê? Por causa do seu grau de periculosidade. No crime não tem quinze anos, não tem vinte, não tem trinta, não tem treze. No crime tem um indivíduo que tem a capacidade de praticar o crime com o maior grau de periculosidade. O menino do Complexo do Alemão, que manda hoje, tem apenas dezesseis anos de idade. O Bem-te-vi tinha quinze. Tinha gente de sessenta na quadrilha, de setenta, é mula, é passador, é olheiro, é soltador de fogos, porque não tem sangue no olho para assumir o comando daquilo que é perigoso. Então o crime não trata com faixa etária. Nós ficamos batendo cabeça do lado de cá, falando de faixa etária, como se isso fosse o fim do mundo. E repito: eu estou falando porque eu estou acostumado a colocar no colo, eu estou falando porque estou acostumado a ir na cadeia e dizer “me entrega”. O juiz diz: “você assina um documento que fala que recebe, que tem lugar para ele?” Eu digo: “recebo, assino, dá aqui, me dê, me entrega”, levo para casa. Conheço essa situação por dentro, conheço essa situação por dentro, Senador Paim. Então vejam: o que o ECA fala desse Centro de Ressocialização, você faz um Centro de Ressocialização aonde o poder público se obriga a tratar da vida do menino desde a sua vida esportiva até a sua formação absoluta intelectual *[soa a campainha]* onde se pode dar, e aí eu já encerro, eu queria que o senhor me desse só mais dois minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou dar os dois minutos, só que temos três requerimentos para votar, inclusive dois de V. Ex^a. Eu dou mais dois minutos para V. Ex^a.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E se obriga a colocar nesses Centros de Ressocialização as escolas do melhor nível que se tenha na região onde o Centro estiver, que se tem convênio com SESI, com SENAI, com SENAC. O Governo tem isso tudo e não faz porque não quer. E dá formação, dá formação intelectual, profissional, e no Centro onde a família, onde tem um menino de treze anos, de catorze anos, e a família entre na sexta-feira e fique com ele até a segunda-feira, onde se tenha dignidade, onde não se tenha nem beliche, onde tenha-se cama nos quartos como são os presídios da Itália, com a engenharia voltada para o sol, isso tudo já foi inventado, onde não seja tratado como bicho e saia de fato ressocializado para a sociedade. É um conjunto de medidas, todo mundo tem que fazer parte disso, não é tão somente aprovar um lei que reduza. Quando você fala da lei sozinha,

parece que é o fim do mundo, “vão pegar as crianças, qual criança?” Champinha? Lá em Bangu I, se disser que vai botar o Champinha em Bangu I, os caras que estão lá, que tem cinquenta, sessenta anos, é que não quer ele lá. “Vai botar uma criança lá, vai voltar pior”. Não, os caras que não quer ele lá, os caras que tem medo de ficar pior com ele, de estar dormindo, ele sentar em cima e sufocar o cara. E quando a gente fala disso, Senador Paim, o que me dói é que parece que nós estamos falando que estamos fazendo uma lei para filho de pobre, por isso que eu comecei ironizando no começo, porque a gente só cita a favela, inclusão social. Quem matou o Índio Galdino não foi filho de pobre. Filho de pobre... Eu tenho o direito à palavra? Tem algum Senador aqui me apartando?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Magno Malta *[soa a campainha]*, fique tranqüilo que o que foi dito lá atrás é que não está --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas eu não disse ao senhor, eu não disse ao senhor que esse debate é complicado, porque quem é contra não sabe respeitar a posição de quem é a favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza nós vamos assegurar o --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Se eu estiver sendo a apartado por algum Senador, eu dou a palavra. Se tiver algum Senador me apartando, tem a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fique tranqüilo Senador Magno Malta, eu tenho lhe dado todo o tempo do mundo --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Filho de pobre, de favela, não vai para a balada, não faz pega de madrugada com carro importado. Nós não fazemos lei para partir da exceção para vir para a regra, nós temos que fazer a regra não olhando a exceção. A redução da maioria penal é para todos, para todos, e reduzir de dezoito para dezesseis não é nada. Eu já tive dezesseis anos e tive dezoito, sei que não tem diferença de nada, é bobagem. Isso é bobagem, não tem como não ser. Foi o máximo que se conseguiu, agora tem uma Emenda para o Plenário com trinta e duas assinaturas. E a minha Emenda diz o seguinte: que todo cidadão brasileiro que cometer crime com natureza hedionda, e a lei já elenca os crimes com natureza hedionda, é necessário se fazer incluir agora os seqüestros relâmpagos, eu não sei se ele foi incluído em crime com natureza hedionda, todo o cidadão brasileiro que cometer crime com natureza hedionda perca-se a sua menoridade, seja colocado na maioria para pagar as penas da lei, porque nem todo crime é hediondo. Existem crimes pequenos, menores, que são crimes corriqueiros que podem ser pagos

com pena alternativa, com ensinamento, com instituição, sei lá, um monte de coisa. Agora os crimes com natureza hedionda, que se perca a menoridade, que seja colocado na maioridade independente da idade que tenha. Se tiver com noventa dias de nascido, pegou uma escopeta, saiu atirando nos outros, acabou. Se pulou do peito da mãe, saiu ali, estuprou, perdeu. Crime com natureza hedionda. Esse debate tinha que ir mais longe, Sr. Presidente, porque, por exemplo: o trabalho infantil, que se fala, eu acho que quando um cara pega a criança e prende ele lá dentro da carvoaria e põe um menino pequenininho de doze, treze anos, sem acesso à escola, sem nada, para queimar madeira, fazer carvão, escraviza, sem alimentação [soa a campainha], isso é uma coisa. A outra coisa é um menino de quinze anos poder trabalhar, ter dignidade. Eu acho que o Presidente Lula tinha que lutar por isso, que faz parte até da erradicação da fome do Brasil. O menino trabalhar meio expediente, ter a carteira assinada, você dá para o empresário que contrata redução de imposto, o cara contrata, o menino tem dignidade, pode entrar no Shopping com o dinheiro no bolso, recebeu o pagamento, comprar o tênis dele, ter um namorada, entrar no cinema [soa a campainha]. Não, com dezesseis anos de idade ele não pode trabalhar, ele não pode trabalhar. Inventam uma lógica de primeiro emprego. Eu comecei a trabalhar com oito anos carregando feira na Bahia, chamam de carrego, as mulheres comprando e eu com a cesta na cabeça, e bota arroz, bota feijão, por isso que eu não tenho poçoço. Nunca morri.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Magno Malta, para concluir --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu já vou concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até para votar os seus requerimentos.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Por isso que eu estou falando, é um debate que tinha que se estender --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos continuar, vamos ter outras audiências públicas.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Aí tira do menino essa possibilidade, quem não pode ir para a escola, porque falta essa inclusão social mesmo de que foi quase o final da fala de dona Erilda, da OAB, essa inclusão pela via da educação, o que eles vão fazer? Eles têm estão à disposição do tráfico de drogas para comprar um tênis, para ter uma bermuda, para ir ao cinema, ganha dinheiro fácil, não há nada que lhe atraia para a dignidade, porque ele precisava trabalhar porque a honra do homem é o seu trabalho. Então se

você põe um menino de quinze, de catorze anos, que ele possa trabalhar meio expediente e estudar o outro, que ele seja acompanhado pela empresa e possa trazer o salário dele para dentro de casa e possa ir no Shopping no final de semana com o dinheiro do suor dele, de uma empresa que possa acompanhar e o Governo abrir mão de impostos, fazer renúncias fiscal para que se possa fazer isso, é isso que precisa fazer, é isso que precisa fazer. E o Governo cumprir o seu papel, não ficar fazendo discurso contra a redução da maioridade penal quando o governo não compre o papel. É triste. A Ministra do Supremo foi assaltada no Rio de Janeiro, depois dizem: "não, não podemos fazer esse debate na emoção". Que dia nós vamos fazer então? Fora da emoção? Quando? Como? Avassala, se nós quebramos todos os limites, não há mais. Os limites foram rompidos, as barreiras todas foram rompidas na questão da violência nesse País. Vivíamos um estado de exceção e eu sou daqueles que entendo hoje que se não fizemos uma lei de exceção para os próximos dez anos, para erradicar não, para aliviarmos essa violência que se estabeleceu no País, eu vou dizer ao senhor que daqui há um ano, daqui há um ano, essa coisa já começou, nós vamos ter que pedir autorização aos traficantes de drogas, aos meliantes, seja ele de que nível for, para autorizar que os nossos filhos vão à escola, independente do bairro em que morem ou do condomínio onde ele esteja.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Magno Malta, a presidência agradece pela sua exposição. Eu só tive que pedir a V. Ex^a. que concluísse, primeiro que os expositores ainda tenho que dar a eles o direito às considerações finais, aos quatro, e como eu sempre tenho feito, eu permito que um representante da sociedade civil possa fazer uso da palavra ainda no encerramento, e eu vou também permitir. Então eu vou para os encaminhamentos finais, eu começo com o jornalista José Maria da Silva. Eu peço a ele que no máximo dois minutos, e solicito ao Senador Magno Malta que permaneça no Plenário para que a gente possa votar os requerimentos. São dois seus e um meu.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu não vou sair não, tenho medo de apanhar.

SR. JOSÉ MARIA E SILVA: Eu não sei se eu posso, na condição de membro da mesa, concordar com o Senador Magno Malta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro que pode, fale o que você bem entender.

SR. JOSÉ MARIA E SILVA: Fazer minhas as palavras dele. Eu concordo plenamente, no meu entender a gravidade do crime é que deveria nortear a redução da maioridade penal. Claro que como eu sei que isso

é impossível essa redução para dezesseis anos já ajuda muito. A minha pesquisa sobre violência nas escolas, ela demonstrou um fato que também não é só ela que demonstra, todas as outras pesquisas do gênero também demonstram, que o Estatuto da Criança e do Adolescente, que às vezes eu sou contundente com ele por conta disso, ele tem acabado com o pátrio poder, tanto é que agora tem um projeto, no laboratório da criança da USP, que querem inclusive criar a lei da palmada, quer dizer, o pai não vai poder dar nem palmada no filho em casa, e aí vamos ter um índice de criminalidade muito maior ainda. Tem esse projeto desde a década de 90.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A Bíblia diz que um filho sem correção é a vergonha do seu pai e a decepção da sua mãe.

SR. JOSÉ MARIA E SILVA: Sem dúvida. Então nas escolas, por exemplo, todos os professores que eu entrevistei e outras pesquisas mostram isso também, os professores perderam completamente a autoridade sobre as crianças. Num País em que tanto se fala em cidadania, o professor hoje é um subcidadão, porque ele não tem mais autoridade pedagógica na escola. Ele não pode suspender um aluno, ele não pode expulsar um aluno [*soa a campainha*], ele não pode fazer nada com o aluno, e isso é muito grave, e a violência hoje começa nas escolas por conta, sobretudo, do Estatuto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou intercalar aqui. Eu vou passar a palavra para a Dra. Erilda Balduino, por dois minutos, para suas considerações finais.

SRA. ERILDA BALDUÍNO: Sr. Presidente, senhores que nos ouviram nessa proveitosa audiência. A discussão desse assunto, eles falam que é complexa e muito controversa. Eu acho que não se trata de nenhum assunto complexo e nem controverso. Trata-se de um assunto de absoluta necessidade da sociedade brasileira, num momento em que precisamos tomar decisões que não venham trazer o recuo das conquistas democráticas que nós estamos fazendo. Senador Paulo Paim, é muito difícil fazer democracia. A democracia traz sempre um jogo de que aquilo que está sendo colocado é o mais útil, é o melhor, mas a democracia, ela tem que ter presente que conduzir povos, conduzir as pessoas, não é simplesmente fazer uma [*soa a campainha*] imposição daquilo que nós achamos que naquele momento é o melhor. Não temos a pretensão, nem livresca e nem de catedráticos, de defender a nossa idéia. O que nós defendemos é exatamente um sistema aonde se respeite a dignidade das pessoas, e as pessoas não são iguais. Elas são tratadas diferentemente e o discurso aqui falou muito

bem disso, só que o discurso fala daqueles que têm mais direitos que os outros. É lamentável, Senador, que nós saímos do século passado, entramos no século XXI [*soa a campainha*] e não conseguimos resolver a problemática --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto para concluir.

SRA. ERILDA BALDUÍNO: A problemática dos nossos jovens, dos nossos adolescentes. Eu sempre disse: o Brasil não tem problema, a não ser o maior problema, que é o problema do menor. Não podemos nos curvar diante das críticas. Todas as idéias que aqui vieram são idéias importantes, elas batem na mesma tecla que nós defendemos: primeiro a responsabilidade do Governo, a responsabilidade da sociedade, mas em nome da responsabilidade do Governo, da responsabilidade da sociedade, da dívida que nós contraímos e eu falei aqui, eu não posso admitir que passamos ao sistema penal da vingança privada, um sistema penal que puna muito mais aqueles que precisam de assistência, que --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo a V. Ex^a., fiz o mesmo apelo com o Senador Magno Malta. Eu peço para a senhora concluir.

SRA. ERILDA BALDUÍNO: Mas vou terminar, solicitando de todas as pessoas que estão aqui, que nós façamos uma reflexão importante sobre um assunto importante, e espero que o Senado da República do Brasil tenha a condição de fazer a opção ou uma plena democracia ou uma oligarquia de Poderes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu passo a palavra ao Dr. Tito Amaral. Vamos fazer o seguinte, Dr. Tito: como eu havia permitido a alguém do Plenário, eu só peço a esse que vai falar aqui agora antes do senhor, que é o senhor o Sr. Luiz Antônio Miranda, como é um praxe que eu adoto sempre aqui na Comissão, eu permito que alguém do Plenário, que ficou aqui o tempo todo assistindo, e foi o caso de V. Ex^a., que foi o primeiro aqui a chegar, que o Sr. Luiz Antônio Miranda, que é salesiano do Brasil, possa fazer uso da palavra, e eu peço que seja de uma forma muito sintética e objetiva, para ajudar para os encaminhamentos dos dois painelistas que faltam usar a palavra. Eu vou lhe dar cinco minutos.

SR. LUIZ ANTÔNIO MIRANDA: Sim, logo em seguida eu vou aí.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É que você vai ficar de costas para eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Magno Malta está ajudando aqui na organização dos trabalhos, mostrando que é um de-

mocrata, convidando V. Ex^a. a estar ao lado dele aqui para dar o seu depoimento.

SR. LUIZ ANTÔNIO MIRANDA: Eu agradeço a possibilidade de estar falando, fico muito feliz, aprendi muito e agradeço ao Senador Paulo Paim e toda a Mesa, que foi uma verdadeira aula de sociologia e de política. Eu represento o Salesianos no Brasil e me coloco, já tenho essa convicção muito grande, a minha instituição também tem essa convicção, sou contra a redução da maioridade penal. Se já era fã da Patrícia, da Senadora Patrícia, continuo mais fã ainda e fiquei assim muito admirado e fã tanto do Cristiano Paixão quanto da Dra. Erilda Balduino. Gostei também da argumentação do sociólogo José Maria e do Dr. Tito. Eu vejo que a pessoa humana – e eu gosto de falar de pessoa humana realmente –, independente de idade, ela tem que ser respeitada em todos os seus aspectos, e de modo especial a criança e o adolescente tem que ser o foco central da vida da nossa Nação. Quando educarmos as crianças, já dizia um outro filósofo, teremos adultos e uma sociedade mais feliz e mais competente. Focou, foi citado várias vezes, o vigiai e punir, e eu gostaria de colocar um outro livro dele, uma outra teoria, que é a Microfísica do Poder, e aí ela mostra um pouco como é feita essa coisa. Primeiro escreveu o livro do Vigiai e Punir, depois ele fez a Microfísica do Poder e tentou de alguma forma dar algumas soluções dentro do poder. E à medida em que o nosso Governo – quando eu digo Governo é toda a população brasileira – trabalhar mais intensamente diante das políticas públicas voltadas para a educação, quando trabalharmos com a nossa juventude, com as nossas crianças, com os nossos adolescentes, de uma forma preventiva, eu acho que nós teremos uma solução mais tranqüila, mas eu acho que teremos que fazer toda a sociedade civil e toda a sociedade política se unir e realmente ter aquilo que a nossa Constituição diz, é prioridade absoluta a criança e o adolescente, é prioridade a pessoa humana, e dentro das medidas sócio-educativas, nós temos muitos exemplos no Brasil inteiro, e eu digo dos Salesianos, que estão aqui há quase duzentos anos no Brasil e passaram por todos os ramos da educação, e eles começaram, quando vieram ao Brasil, foi para fazer o ensino profissionalizante, e ainda trabalham muito em cima disso, e hoje temos muitas obras nossas no Brasil inteiro, mais de cento e cinquenta obras, trabalhando com medidas sócio-educativas. Temos alguns convênios muito interessantes com Municípios, com Estados e com a Nação. Um dos exemplos de preventividade é um convênio que nós temos *[soa a campanha]* a respeito do Segundo Tempo com o Governo, e atendemos trinta e cinco mil crianças no Brasil, de norte a Sul do Brasil, e isso --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor tem um minuto para concluir.

SR. LUIZ ANTÔNIO MIRANDA: E isso mostra então que há a possibilidade de fazermos um trabalho preventivo e abrimos assim um leque de possibilidades para que nós não precisemos ficar punindo as crianças, os adolescentes, mas sim darmos condições que eles possam ser bons adultos, bons cidadãos e honestos cristãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço a V. Ex^a., ao equilíbrio, a tranqüilidade para que não se suscitasse nenhuma outra polêmica. Eu cumprimento a V. Ex^a. que teve uma atitude construtiva, de apontar políticas preventivas, e ao mesmo tempo eu me sinto contemplado pela questão do ensino técnico *[soa a campanha.]* Eu que sou apaixonado por esse tema ... a campanha tocou para mim agora, e eu tenho certeza que vocês vão ajudar muito para nós aprovarmos aprovar aqui o FUNDEP, o Fundo de Investimento para o Ensino Técnico Profissionalizante, de nossa autoria, que está em debate na Casa, que deve ganhar seis bilhões de reais para investimento nessa área. Então parabéns a V. Ex^a.. Eu passo de imediato ao Dr. Tito para suas considerações finais, por dois minutos, e em seguida vamos à votação de alguns requerimentos.

SR. TITO AMARAL: Senador Paulo Paim, eu agradeço a mais esse convite feito por V. Ex^a., por ter essa oportunidade de estar aqui, agradeço ao Senador Magno Malta, meu amigo, pelas palavras elogiosas e as referências dirigidas a mim. Eu estava vendo a Dra. Erilda falar, ela me lembrou o nosso saudoso Brizola. Ela é firme nas convicções e não respeita tempo de jeito nenhum, se tocar a campanha para ela é bobagem, ela vai falando e... O Brizola era desse mesmo jeito, “Brizola, chega” “Não, espera aí, eu estou concluindo”. Bom, mas quero dizer à Dra. Erilda, que ela falou: “olha, isso é uma coisa séria, está se referindo a direito à liberdade”. Sim, a liberdade é uma cláusula pétrea, é claro. A liberdade da criança, do jovem, do adolescente, do adulto, do idoso. A liberdade *[soa a campanha]* é um bem inalienável, isso daí não resta dúvida. Sobre as crianças, os então menores, que nós chamamos até hoje os infratores de menores – adolescentes são os nossos filhos, criados com danoninho –, mas os infratores são menores ainda, infelizmente, e os menores que eram torturados nas delegacias, eu sempre combati a tortura a qualquer pessoa, não é só o menor que não pode ser torturado não, ninguém pode ser torturado por motivo de crença, por ideologia, por conduta. Sobre a democracia que V. Ex^a. disse que temos que ter cuidado, que é difícil exercer a democracia, eu não acho que seja não, é muito fácil, basta

que respeitemos as opiniões divergentes da nossa, o que como muito bem disse o Senador Magno Malta, se prega muito a democracia desde que pensem como nós pensamos. A partir do momento que aparece alguém que divirja do que pensamos [*soa a campanha*], a democracia – e já concluo, Sr. Presidente – aí já não vale tanto mais, mas a democracia é exatamente a vontade da maioria. Sobre algo também que a Dra. Erilda disse, conforme ela mesma disse, ela não leu a PEC, não leu o projeto, então embora tenha só cinco ou seis linhas, mas --

SRA. ERILDA BALDUÍNO: Eu não li com profundidade.

SR. TITO AMARAL: Mas são cinco ou seis linhas. Então é o seguinte: eu acho que V. Ex^a. cometeu um equívoco: não ficará ao arbítrio do Juiz estabelecer quais os crimes são considerados hediondos. V. Ex^a., como advogada, sabe perfeitamente que isso é um critério objetivo, está no artigo 5º, inciso XLIII da Constituição, a previsão dos crimes hediondos e os a ele assemelhados, e a lei 8.072, ela estabelece exaustivamente quais são os crimes hediondos. Portanto, não caberá a Juiz nenhum do Brasil estabelecer quais são os crimes hediondos. Isso é objetivo [*soa a campanha*]. Então eu agradeço uma vez mais e queria apenas reafirmar, Sr. Presidente, que eu falo em nome próprio e não em nome do Ministério Público do Estado de Goiás, é em nome próprio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra para o professor Cristiano Paixão. Mas, me permite, professor, dizer que essa audiência foi uma audiência para mim muito importante. Senador Magno Malta, eu agradeço a V. Ex^a. que está aqui prestigiando até o último minuto, me avisou que viria e veio mesmo e fez aqui um depoimento bem claro da sua posição, e me convidando inclusive, eu já aceitei, eu estou falando só para lembrar, o pessoal está assistindo, eu estarei no dia 05 lá visitando a sua instituição. Ficam todos convidados também. Essa audiência teve a participação do Senador Crivella, Mesquita Júnior, Wilson Matos, o Senador Suplicy, a Senadora Fátima Cleide, o Senador Botelho, o Senador Flávio Arns, o Senador Cristovam, o Senador Zambiasi, a Senadora Patrícia, Cícero Lucena, Lúcia Vânia, Jayme Campos, José Nery, Magno Malta, Ideli Salvatti, Valdir Raupp e Senador Heráclito Fortes, que esteve aqui agora nos cumprimentando. Passo a palavra de imediato ao professor Cristiano Paixão, por dois minutos.

SR. CRISTIANO PAIXÃO: Obrigado, Senador Paulo Paim. Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que V. Ex^a. está de parabéns pela iniciativa e condução dessa audiência pública. Eu acho que ficou muito clara a diferença de posições dos dois lados da Mesa,

mas houve igualdade absoluta de tempo e de oportunidades para todos exporem seus temas de forma respeitosa e democrática. Eu considero que isso é fundamental, num tema como esse, que é um tema que tem sido muito mal conduzido na mídia, um tema que não tem sido suficientemente aprofundado nos meios de comunicação de massa. Então é fundamental que o Senado Federal, ele realmente seja inserido nesse debate e que ele seja protagonista desse debate, que é um debate que vem dividindo o País. O que chama a atenção, além da ordem de divisão da Mesa, no sentido de que uma parte da mesa, eu e a Dra. Erilda somos completamente contrários, por algumas razões, outras parecidas e outras não, à redução da maioria, e a outra parte da Mesa favorável, é o fato de que a própria Casa do Senado Federal está dividida. Os pronunciamentos dos Senadores aqui presentes foram, em ambos os lados, muito contundentes, ambos muito... em todos os casos muito fáticos, mostra que há uma cisão quanto a esse tema.

O que aconteceu é que eu cheguei convencido da minha tese e saí um pouco mais convencido dessa tese, mas de toda maneira foi muito instrutivo, a gente sai diferente do que entrou, com certeza o aprendizado dos pronunciamentos aqui é um aprendizado histórico, é fundamental que o Senado Federal tenha essa iniciativa, mobilize seus meios de transmissão, como a TV Senado, para esse objetivo. Por isso mais uma vez eu parabeno o Senador Paulo Paim, na minha modesta condição de convidado. Eu quero também dizer muito rapidamente ao Sr. Luiz que eu me sinto feliz de alguém estar aqui representando o Salesianos, porque eu estudei dez anos no colégio Dom Bosco em Brasília, então eu conheço toda a história de Dom Bosco, os sonhos de Dom Bosco, que é muito associado com a nossa cidade de Brasília. E concluir dizendo que independente do posicionamento, o que é que gera a motivação tanto do Ministério Público do Trabalho quanto da Faculdade UNB, que representa aqui o meu grupo de pesquisa, é a idéia de que a infância envolve um sonho para o futuro. Quando eu me refiro [*soa a campanha*] tanto à Constituição – e de fato estou concluindo, quando eu me refiro à Constituição eu me refiro à idéia de que a Constituição faz uma aposta no futuro que possa ser diferente do presente e do passado, e que no final do Século XX, o pós-guerra, redescobriu a infância como uma possibilidade de um futuro melhor. Então é importante essa energia que estamos todos despendendo aqui nesse tema, que seja sempre voltada para essa idéia de que a Constituição aspira um futuro melhor e a infância e a adolescência são os maiores símbolos desse futuro, que possa ser diferente. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço a todos e quero dizer que o Sr. Osvaldo Russo me pediu a palavra, o Dr. Osvaldo Russo, porque gostaria de falar sobre um ato público contra a diminuição da maioridade penal. Eu vou apenas, se V. Ex^a. concordar, porque eu já extrapolei aqui toda a boa vontade dos convidados e dos Senadores, se V. Ex^a. me disser a data, eu anuncio aqui quando será a data. Então Sr. Osvaldo Russo, qual é a data do ato público que V. Ex^a. está propondo?

SR. OSVALDO RUSSO: Dia 11 de julho, na rodoviária aqui do Plano Piloto de Brasília, às quinze horas, promovido pelo movimento em defesa do ECA aqui de Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está dado o informe. Nesse momento eu agradeço a todos os convidados, quero mais uma vez dizer da minha alegria desse debate, quero cumprimentar o Senador Magno Malta que veio aqui, como sempre faz. Senador Magno Malta, eu gosto de V. Ex^a. e V. Ex^a. sabe disso, pela clareza de suas posições. V. Ex^a. nunca fica em cima do muro e defende aquilo que acredita com convicção. Isso é muito bom para o debate.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Se V. Ex^a. quiser, esse tema... esse tema, eu tenho cento e cinquenta lá que deve estar almoçando agora, deve estar acabando de almoçar agora, que eu fui buscar na cadeia, tirei da rua, que me chama de pai, que eu beijo na cara deles, boto no colo, entendeu? Então eu fico muito à vontade. Esse tema para mim não tem conversa não, eu fico muito à vontade. As minhas convicções são baseadas no debate com eles. Eu boto na roda, sento no meio: “me conta, me fala, o que tu pensa disso?” “Aqui o senhor está certo, mas nisso o senhor está errado”. “E nisso aqui?” “O senhor está certinho, é desse jeito que acontece”. As minhas convicções vêm daí, são vinte e seis anos. Quando as minhas filhas nasceram, eu tenho duas filhas, uma de vinte e uma de vinte e três anos, nasceram nos braços dos drogados. Eu já tinha drogado em casa. Eu tinha três peças quando casei: onze colchões, dez colchonetes e um colchão de casal e um fogão de quatro bocas, há vinte e seis anos atrás que a minha vida está metida nesse negócio. Então eu fico muito à vontade. Agora só para dizer que eu gosto muito mais de citar a Bíblia: ensina a criança no caminho que deve andar; quando for grande, não se desviará dele”. A Bíblia fala isso, olha, não é gente nova que escreveu isso para agora. Jesus disse que quem faz aos pequenininho, a mim mesmo me faz. Na verdade não estava só falando de pequenininho porque é criança não, ele está falando de quem tem menos do que a gente, e quem como eles não se tornar, dizia ele, não pode ver o reino de Deus.

Quando você ensina a criança no caminho que deve andar, hoje o sujeito vai preso, com dezesseis anos, e eles faz assim na mão do policial: “tira as mãos de mim que eu conheço os meus direitos, eu sou menor”. Conhece. Se você ensinar ele aprende, ele aprende. Agora se o menino cresce dentro de casa ouvindo a mãe dizer: “tu não pode estuprar, você não pode matar, não pode fazer seqüestro seguido de morte, você não pode, meu filho, se não você perde a sua menoridade e —”

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aqui eu faço um apelo para a gente poder --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele vai aprender, vai crescer com essa natureza, não vai estuprar ninguém, não vai fazer crime seguido de morte, não vai fazer seqüestro, e se fizer vai ter que perder.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então antes mesmo de nós aqui já encaminhar a parte final, dispensando os nossos convidados, se vocês me permitirem, eu vou aproveitar a presença de vocês aqui e já vou entrar diretamente na votação dos requerimentos. Então eu tenho aqui três requerimentos na mesa que eu gostaria de botar em votação. São três requerimentos, chamados extrapauta. Eu estou abrindo exceção, Senador Magno Malta, porque havia me comprometido com V. Ex^a. da aprovação dos três requerimentos. Então eu farei a leitura rápida dos dois solicitados por V. Ex^a. e um de minha autoria. O primeiro requerimento, Senador Magno Malta: nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, c.c o artigo 90, incisos II e V e artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com os convidados abaixo solicitados para tratar sobre sistema de adoção de crianças no Brasil. É um tema de fato apaixonante.

E aqui o Senador já lista e naturalmente os outros Senadores que quiserem listar outros convidados poderão: Dr. Paulo Roberto Lupi, Juiz de Infância e Juventude de Vitória, Dr. Edílson Teodoro Amaral, Dr. Carlos José Silva Fortes, que é Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Minas Geras, Dr. Núbio de Oliveira Parreira, Juiz da Infância e Juventude também de Minas Geras, Neuza de Oliveira Lima, membro do Conselho da Mulher Empreendedora e Célia Regina Rocha, tesoureira do Conselho da Mulher Empeendedora. Então os Srs. Senadores que concordam com esse requerimento que foi encaminhado à Mesa pelo Senador Magno Malta, mas que eu também assinei, permaneçam como se encontram. Aprovado. Sem prejuízo de outros convidados, se assim a Comissão entender. O segundo requerimento do Senador Mag-

no Malta: nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, c.c. o artigo 90, incisos II e V e o artigo 90, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito dessa Comissão com os convidados abaixo listados, com o propósito de instruir o Projeto de Lei nº 122/2006. Aqui diz todo o motivo, mas é isso, é instruir o projeto 122, que todo mundo sabe do debate que estamos tendo sobre o tema. Como convidados ele lista aqui, para esse momento: o pastor Silas Malafaia, o representante da CNBB, o pastor Róbson Rodovalho, representante da Federação Espírita, e outros também que a Comissão assim entender para esse debate. Os Srs. Senadores que coordenam com esse requerimento, permaneçam como se encontram. É assinado pelo Senador Magno Malta e esse Senador também assinou. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora de minha autoria, assinado também por mais Senadores, é o requerimento para uma audiência pública onde o eixo do debate vai ser ZPS(F) como fonte geradora de emprego, fonte geradora de emprego na ótica dos Direitos Humanos. E aqui eu listo os objetivos, enfim, faço toda a justificativa e o seminário poderá ser realizado, pela proposta que eu encaminhei, inclusive no Rio Grande do Sul. Os que concordam com esse encaminhamento feito, permaneçam como se encontram. O requerimento também está aprovado, já que de pronto ninguém quis discutir o mesmo. Então os requerimentos estão aprovados. Mediante aprovação dos referimentos eu encerro esta sessão, sem deixar de agradecer muito mesmo ao sociólogo e jornalista José Maria e Silva, e dizer, sociólogo, com muita clareza: V. Ex^a. explicitou aqui o seu ponto de vista, e daqueles que pensam também como V. Ex^a., e isso é muito bom, porque ruim é quando as pessoas se escondem e não explicitam a sua posição, e é isso que permite que a gente vá construir inclusive uma proposta que atenda ao interesse da média do pensamento da sociedade brasileira. Então eu agradeço muito a sua presença aqui. Dr. Tito Amaral, na mesma linha, cumprimento o Dr. Tito, não é a primeira vez que V. Ex^a. vem para esse debate e com a maior tranquilidade faz um debate no mais alto nível, como foi aqui também o Dr. José Maria. Isso é muito bom para a democracia, é bom para todos nós, é assim que a gente vai crescendo, aprendendo e com certeza o que vai prevalecer no fim desse debate é a vontade da maioria, não é? É a vontade da maioria que será representada na decisão final que dará o Plenário da Câmara e do Senado.

Quero também agradecer muito ao professor da UNB, Procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr. Cristiano Paixão, pela forma também apaixonada

da que fez aqui a sua defesa e das suas convicções. Com certeza nos ajudou muito e quero também dizer que o bom é assim mesmo, é vir para o debate como os senhores estão vindo. Á Dra. Erilda da direção dos Direitos Humanos da OAB, que é conhecida de longas trajetórias, de longas batalhas em defesa dos direitos humanos, eu mais uma vez agradeço a ela pela firmeza, pela convicção, e como que aqui foi dito, defendendo o seu ponto de vista às vezes até ultrapassando o tempo, e como o Senador Magno Malta faz e às vezes eu também faço, Senador Magno Malta, é um defeito nosso. E gostei aqui da lembrança do Brizola. Todo mundo sabe que eu fui um grande simpatizante do Brizola, o meu pai era Brizolista, um... [inaudível], o meu pai era Getulista e eu aprendi muito, acho que naquela encaminhada, ambos gaúchos, e tanto é que eu estou aqui com um pronunciamento para fazer hoje lembrando a morte do grande Leonel Brizola.

SRA. ERILDA BALDUÍNO: Eu achei que nessa sessão iríamos ter comemoração a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois é, mas como eu não pude fazer pela manhã, por estar presidindo, eu farei o meu pronunciamento agora na primeira hora da tarde, lembrando aqui esses homens públicos, para mim brilhantes e por ser hoje a data de aniversário da morte do Brizola, eu encerro essa sessão dizendo que, para mim, sempre, sempre, os Direitos Humanos estarão em primeiro lugar e eu sei que é isso que vocês também pensam. Muito obrigado, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h04.

Ata da 32ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 27 de Junho de 2007, Quarta-feira, às 09 Horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e sete, na sala dezenove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a **Presidência do Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras **Ideli Salvatti e Maria do Carmo Alves** e dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Wellington Salgado, César Borges, Cícero Lucena, Wilson Matos e Heráclito Fortes**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº. 34, de 2007, para “debater a Portaria nº 264, do Ministério da Justiça, que trata do processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas

à televisão e congêneres. Autor: Senador César Borges e outros. Convidados que compareceram: Antônio Carlos Biscaia, Secretário Nacional de Justiça em representação ao Senhor José do Ministério da Justiça; José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça; Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Joelson Dias, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Marcus Vinicius Aguiar Macedo, Procurador Regional da República, do Ministério Público Federal em representação à Ela Wiecko Volkmer de Castilho – Subprocuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. O Senhor Presidente abre os trabalhos com a solicitação da dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloca em votação e esta é aprovada. Expõe a respeito de como será o andamento da audiência pública. Convida os debatedores a sentarem-se e inicia-se os debates. Encerra-se as explanações dos debatedores. Fazem uso da palavra os seguintes Senadores César Borges, Wilson Matos e Ideli Salvatti. Durante os debates o Senhor Presidente passa a Presidência a Senhora Senadora Ideli Salvatti e às onze horas e dezessete minutos devolve ao Senador Paulo Paim. **Extrapauta:** O Senhor Presidente ao final da Audiência Pública, às doze horas e treze minutos, informa que há dois requerimentos a serem votados. **Item nº. 01 – Requerimento – CDH nº. 46, de 2007**, que requer a realização de Audiência pública para tratar das “questões atinentes à violência contra o jovem”. Com os convidados em lista anexa ao requerimento. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item nº. 02: Requerimento – CDH nº. 47, de 2007**, requer a realização de Audiência Pública para tratar do “Programa Brasil Afroatitude”. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a integra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Senhores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item único. Essa audiência pública tem objetivo de debater a Portaria 264, do Ministério da Justiça, que trata do processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres, nos termos do Requerimento da CDH nº 34 de 2007, do nobre Senador César Borges e Senador Arthur Virgílio e outros.

Antes mesmo de convidar os nossos painelistas a assumirem seus lugares na mesa, eu queria rapidamente, dizer que na abertura dessa sessão da Comissão de Direitos Humanos, eu que sou autor do Estatuto da Igualdade Racial e tenho trabalhado muito em cima também do PL 73, que trata da Política de Cotas que está em debate na Câmara dos Deputados; fui surpreendido esta semana num debate muito acirrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre as políticas de cotas, políticas afirmativas. Política de cotas essas que está sendo implementada pelo Governo do Presidente Lula, as políticas afirmativas e que a UNB e mais de 40 instituições no Brasil já adotaram.

Eu falei a questão de minutos antes de iniciar esta audiência pública, com o Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ele me explicava que esse debate já vem a dois anos dentro daquela universidade. E, que há o propósito da universidade de efetivamente construir uma política de ações afirmativas junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Então é natural que num primeiro momento o clima esteja acirrado segundo ele, mas que tenho certeza que será construída uma proposta que vai representar a média de pensamento da sociedade. Foi criado um Conselho que está debatendo o tema.

Nós acertamos com ele e com a Deputada Maria do Rosário, que iremos numa comitiva Câmara e Senado visitar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul amanhã à tarde para conhecer mais os fatos e, na verdade, deixar registrada a nossa posição da importância desse debate na universidade e da construção das políticas afirmativas naquela universidade também, que já é realidade em grande parte dos Estados do nosso País.

Quero também dizer que demonstro aqui a minha indignação, tenho certeza todo o povo brasileiro, num documento publicado e divulgado no dia de hoje pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e, que farei na mesma linha aqui no Senado e a Deputada Maria do Rosário fará na Câmara, contra as frases racistas que estão sendo colocadas em volta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tipo essa “que lugar de negro não é aqui é na senzala”. Enfim,

aquelas frases de cunho nazista e fascista que o Brasil todo condena.

Por isso eu faço na abertura da reunião da Comissão de Direitos Humanos, esse registro mostrando a indignação dessa Comissão, eu tenho certeza de toda a sociedade brasileira, porque ser contra ou a favor é uma ou coisa às políticas de cotas, agora toda e qualquer posição preconceituosa racista e até com cunho nazista, tem com certeza o repúdio de toda a sociedade brasileira.

Eu tenho certeza que o debate será qualificado amanhã à tarde e também na sexta. E, será então votado como serão implantadas lá as ações afirmativas que é uma decisão da universidade do seu Corpo Docente, dos alunos. Nós estaremos lá em nome do Senado e falarei com o Presidente Renan e, tenho certeza que a Deputada Maria do Rosário em nome da Câmara, apenas registrando o nosso apoio ao debate. E da importância da construção e da implantação das políticas afirmativas naquela importante universidade.

Com esse rápido informe eu começo aqui a fazer a montagem da nossa mesa. Convido para a mesa o Exmo. Sr. Secretário da Secretaria de Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, representando aqui o Ministro da Justiça Tarso Genro, que está fora do País. Embora ele não quis que eu colocasse o título, eu chamaria aqui o meu ex-colega da Câmara dos Deputados e Deputado Federal durante longo período comigo e, hoje, Secretário desse importante Ministério, representando o Ministro da Justiça Antônio Carlos Biscaia como Ministro em exercício, no momento que o Ministro Tarso Genro está fora do País.

Convido também, o Sr. José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação Títulos e Qualificação do Ministério de Justiça; convido também o Sr. Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão – ABERT e Vice-Presidente de Relações Internacionais das Organizações Globo, representando conforme informação que recebi aqui, o senhor Daniel Pimentel Slaviero, Representante da ABERT.

Eu não sei se há alguma mudança, se houver mudança... É isso mesmo? Então, está bem. Convido também o Sr. Joelson Dias, representando aqui o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil a OAB. E ainda, Marcos Vinicius, Procurador da República do Estado do Acre, representando Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Subprocuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Com os convidados já a mesa e, com o Senador Wilson Matos já aqui presente, sempre pontual e prestigiando os trabalhos dessa Comissão, os Sena-

dores César Borges e Arthur Virgílio, que são signatários do requerimento pediram que eu atrasasse um pouquinho. Eu atrasei em torno de 20 minutos, mas estão se deslocando para essa Comissão. Eu queria só informar ao Plenário, que esta audiência está sendo transmitida para todo o Brasil e será também, com certeza, será mais uma vez divulgada para todo o País pela querida TV Senado.

Eu passo de imediato, a palavra ao Sr. Antônio Carlos Biscaia, Secretário, representante aqui do Ministro da Justiça Tarso Genro. V.Ex^a, dispõe do tempo de dez minutos com mais cinco, se necessário e, com a tolerância da mesa. Está com a palavra.

SR. ANTÔNIO CARLOS BISCAIA: Eu cumprimento o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, Sr. Evandro Guimarães, aqui representando a ABERT, Sr. Marcos Vinicius do Ministério Público Federal, Sr. Joelson Dias, representando a Ordem dos Advogados do Brasil e os demais participantes e o Senador Wilson, que também integra esta Comissão.

Bom, eu estou aqui convidado pela Comissão para me manifestar sobre o tema, que estava de alguma maneira afastado de um debate público, mas ultimamente passou a ser uma pauta que tem provocado inúmeras discussões. Discussões democráticas e que foram originadas a partir de uma decisão do Ministro Tarso Genro, no sentido de que pela relevância do tema ele mereceria um amplo debate em toda a sociedade. Isso tem acontecido em Audiências Públicas realizadas no Ministério da Justiça. Nós temos assistido como no programa Roda Viva dessa segunda-feira, um debate sobre o tema e hoje estamos aqui no Congresso Nacional, no Senado, para mais uma vez tratar dessa questão.

É importante que se faça um pequeno histórico da Portaria 264, que foi editada no dia 13 de fevereiro deste ano, pelo então Ministro de Justiça Márcio Thomaz Bastos. Esta portaria, ela é o resultado de uma discussão que foi se processando no âmbito do Ministério da Justiça, por mais de dois anos. As partes interessadas no tema, tiveram a oportunidade de apresentar seus pontos de vista, suas colocações e defender aquilo que consideravam como o mais adequado para o cumprimento de uma norma, ressalte-se, que é constitucional.

Na mesma medida em que a Constituição Federal diz: “que é vedada qualquer forma de censura a manifestação de expressão, que é uma livre garantia de cidadania”, ela estabelece um dever ao Governo, representado pelo Ministério da Justiça, de classificar, de indicar a classificação às obras audiovisuais. É uma regra estabelecida constitucionalmente e uma regra que

ainda está prevista na legislação infraconstitucional no Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, é muito importante Presidente, que isso fique muito claro.

Quer dizer, não se trata aqui de uma iniciativa governamental, feita por uma decisão de natureza política. Não. É um dever que a Constituição impõe ao Governo Federal, representado pelo Ministério da Justiça que indique quais as obras audiovisuais a serem vinculadas pelo rádio, pela televisão e até no cinema, qual é a indicação, isto é, qual é a faixa etária para que aquela obra audiovisual seja recomendada ou não.

Então, a partir desse amplo debate foi editada, repito, no dia 13 de fevereiro deste ano, a Portaria 264. Ela estabelece um prazo de *vacatio*, dizendo que ela teria sua vigência dentro de 90 dias, isto é, 13 de maio do corrente ano. Todos sabemos que no dia 08 de março houve mudança no Ministério da Justiça e, aí, assumiu aquela Pasta o Ministro Tarso Genro. E entre as diversas questões da responsabilidade do Ministério, evidente que ele teve preocupação com esse tema que é um tema afeto ao Departamento de Classificação que está ligado à Secretaria Nacional de Justiça, cuja titularidade ocupo neste momento.

E, atendendo a mais um apelo da ABERT, o Ministro Tarso Genro considerou que, apesar da portaria ser o resultado de mais de dois anos de amplos debates seria importante que mais uma vez, como demonstração de que todas as questões importantes para o País, para a sociedade, no caso, para a infância, para a adolescência, pudessem ser mais uma vez discutidas. E uma portaria editada naquela oportunidade concedeu um novo prazo de 45 dias suspendendo a vigência daqueles dispositivos que por consideração da própria ABERT eram os mais polêmicos. Então, foi concedido um prazo de 45 dias para que o debate fosse reaberto, reiniciado.

Nesse prazo realizamos uma audiência com os representantes da ABERT das emissoras. Em seguida, uma outra audiência com os representantes das entidades em regra vinculadas aos direitos da criança e do adolescente, representações parlamentares. O Deputado Luiz Couto como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, representantes do Ministério Público e de outras entidades. Então, fizemos duas reuniões separadamente com cada uma destas partes e em seguida uma Audiência Pública no auditório do Ministério da Justiça com amplo debate, mais uma vez insisto, plenamente democrático.

Então, paralelamente a ABERT ofereceu por solicitação nossa, no texto da portaria diversas sugestões quando há uma redação propondo alterações de alguns dispositivos, nós acolhemos e nos debruçamos sobre

essas sugestões. Então, a matéria está mais uma vez subordinada a uma outra decisão. Nesta linha, nós tivemos alguma dificuldade final de interpretação de alguns dispositivos, Presidente Senador Paulo Paim, porque a matéria, também, ela está sendo questionada junto ao Poder Judiciário.

Existia uma ação de inconstitucionalidade com relação à portaria aforada no Supremo Tribunal Federal, ao mesmo tempo, em que um outro agravo de uma decisão encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça com liminar concedida, também, naquela Corte Superior.

Na segunda-feira essa decisão do Supremo quanto à constitucionalidade, ela estava empatada. Havia cinco votos no sentido de que o Supremo deveria enfrentar a matéria e cinco votos no sentido contrário, faltava o voto de desempate da Presidente, Ministra Ellen Gracie e ela proferiu este voto na segunda-feira. O voto é lógico, ele vai ter interpretações diversas de outros advogados, que o [soa a campainha] Direito, Presidente, o Direito permite que se interpretem regras neste ou naquele sentido.

Mas a interpretação adequada que pode ser dada àquela decisão, é no sentido de que o Supremo ele não deve apreciar inconstitucionalidade de portaria, porque as portarias em regra são dispositivos regulamentares de uma lei: o que tem que ser questionado é a inconstitucionalidade da lei. Então, o voto dela de desempate foi afastando a competência daquela mais alta Corte do País, para examinar questões dessa natureza. Mas no curso da argumentação dos fundamentos do seu voto, ela expressamente diz que: “enquanto não forem questionados os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelecem essa exigência de uma classificação indicativa, não se pode questionar a Portaria 264”. Então, o que tem que ser atacado nos Tribunais, aquilo cuja constitucionalidade tem que ser discutida é o Estatuto da Criança e do Adolescente e, não a Portaria 264. A Presidente do Supremo Tribunal Federal deixa isso muito claro.

Por força desta questão que é relevante e, adianta, considerando o nosso objetivo de atender justas postulações da ABERT em diversos dispositivos, eu posso lhe dizer que, das 24 impugnações feitas pela ABERT, 15 já foram acolhidas pela nossa análise do Ministério da Justiça, outras nove nós estamos examinando, sempre no enfoque daquilo que está submetido a decisão judicial; porque a ABERT ela impugna essencialmente uma vinculação da idade, da recomendação a faixa etária que possa ser veiculada, então, esta é a questão. Como algumas das sugestões têm implicação nisso, nós podemos ainda decidir.

Por isso, ontem, no exercício do cargo de Ministro da Justiça, eu editei uma portaria dando um prazo de mais 15 dias para termos uma definição final. Fiz uma comunicação com o Ministro Tarso Genro que estava em Madri e depois tomei essa deliberação. Mas agora é um prazo que eu quero deixar bem claro, absolutamente final, porque nós já temos... Só temos que analisar alguns aspectos jurídicos para reeditarmos esta portaria e isso será feito até o dia 13 de julho, porque esta prorrogação do prazo foi estabelecida na portaria que ontem eu assinei que deve ser publicada hoje ou amanhã. Um prazo de mais 15 dias.

E nesse meio também, eu vou procurar fazer ponderações Presidente, com as entidades que cuidam do interesse da criança e do adolescente e da ABERT, eu acho que existem pontos ali convergentes. Então, caminhando para minha conclusão, eu quero dizer exatamente isso. Quer dizer, nós estamos cumprindo no Ministério da Justiça um preceito constitucional e uma determinação legal de estabelecer uma classificação indicativa.

Ela é uma recomendação que é feita e, por isso, que eu quero manifestar uma declaração veemente de repúdio a qualquer insinuação de que isso signifique uma censura. Nós não podemos aceitar que se considere o cumprimento de uma disposição legal relacionada com a classificação indicativa que isso seja censura prévia. Quer dizer, a história de vida de todos nós, Presidente, ela revela que nós nunca iríamos admitir que a censura do período que esse nosso País de arbítrio, violência e ditadura que esse País enfrentou fosse restabelecida. É uma recomendação. Recomendação.

O Ministério da Justiça sequer tem qualquer poder impositivo. Vamos admitir para exemplificar que um determinado programa, depois de classificado seja estabelecido como não recomendado para menores de 18 anos e, conseqüentemente, só podendo ser exibido depois das 23h00; vamos admitir que a emissora veicule esse programa às duas horas da tarde, embora a recomendação indicativa, diga que é depois das 23h00. O que pode fazer o Ministério da Justiça com relação a isso? [soa a campainha] Nada, a não ser encaminhar a matéria para que o Ministério Público examine e, se entender que é o caso, ele ingressar ao Poder Judiciário.

Então, é completamente diferente esta obrigação de classificação indicativa de qualquer medida que possa, ainda, que de leve, significar uma censura ou uma violação a garantia constitucional de livre expressão que nós todos queremos garantir. E concluindo, eu tenho convicção. Nós temos mais duas semanas aqui.

Eu sei que os representantes da ABERT, vou conversar com eles, mais uma vez e vamos afastar pequenos detalhes e vamos editar uma portaria que represente um entendimento que todos buscamos e, em defesa da sociedade. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges, já está presente. Quer dizer, que o seu pedido de Audiência Pública, teve prestígio total. 100% dos convidados estão aqui na mesa presentes para participar desse debate.

Usou a palavra por 15 minutos o Dr. Antônio Carlos Biscaia, representando o Ministro da Justiça. E na verdade, ele é o Ministro Substituto nesse momento, porque o Ministro Tarso Genro está no Exterior e já fez a sua explanação.

Eu passo de imediato seguindo aqui a ordem, inclusive, ao Sr. José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça Classificação e Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça. Em seguida, falará o Sr. Evandro Guimarães.

SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO: Bom dia senhor Presidente. Bom dia Senadores aqui presentes, Senadoras. Aos colegas de mesa, bom dia ao senhor Secretário. Gostaria de agradecer a oportunidade e o convite.

A oportunidade de discutir por mais uma vez a classificação indicativa nessa Casa, já por outras ocasiões estivemos presentes as Comissões do Senado, da Câmara e do Parlamento e, sempre após as audiências conseguimos contribuições expressivas para aprimoramento do nosso trabalho.

Mas quero apenas dizer que fico à disposição para questões apresentadas. Creio que o Secretário já fez com detalhes e, com a consistência necessária uma explicação de como se deu a elaboração da Portaria 264 e, me coloco à disposição para esclarecer o que mais for necessário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. José Eduardo Elias Romão.

Passo a palavra, então, de imediato ao Sr. Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão – ABERT, Vice-Presidente de Relações Internacionais das Organizações Globo, representando o Dr. Daniel Pimentel Slaviero, ABERT.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Obrigado Senador Paim. Cumprimento os Senadores, as demais personalidades e interessados presentes, Secretário de Justiça, hoje Ministro Biscaia, ao Secretário do Dejus, do Ministério da Justiça, ao representante da OAB e, ao Procurador do Ministério Público Federal, no Estado do Acre.

A ABERT agradece, novamente, esta oportunidade de publicamente manifestar as suas crenças com relação à questão da classificação de indicativa. De antemão, a ABERT declara, como tem tentado fazer a cada manifestação pública, que é integralmente favorável a classificação indicativa.

A classificação indicativa constitucionalmente prevista é um serviço ao telespectador que os órgãos de comunicação, os espetáculos, as empresas especialmente como a televisão aberta brasileira que atinge quase 97% dos lares no Brasil, devem e tem o prazer de realizar, ou seja, avisar a audiência que o programa que vêm a seguir é inadequado para menores de determinada faixa etária.

Esse sistema de classificação indicativa consagrado na Constituição de 88, mas já praticado há muito mais tempo anteriormente, é um sistema que permite que pais e responsáveis administrem e orientem os menores e adolescentes, para programação que pareça inadequado a seus olhos naquela determinada faixa etária consideradas obviamente a inequívoca autonomia individual dos pais para a liberalidade ou rigores na questão da assistência, da audiência, a programa de televisão que contenham cenas anteriormente classificadas como inadequadas para menores daquela mesma faixa etária.

Ou seja, todos nós conhecemos já que ao princípio de cada programa é exibida uma claquete como chamamos em televisão, em torno de cinco segundos, em que se diz “este programa é inadequado para menores de dez anos, ou para menores de 18 anos”. Esse trabalho as emissoras que compõem a ABERT, as dez emissoras de televisão têm o máximo prazer em realizar e consideram que ele continuar e deve ser permanentemente aperfeiçoado. Ou seja, os pais e responsáveis devem saber a que se presta esse aviso de classificação indicativa.

É um serviço obrigatório e um serviço necessário para que essa troca de energia entre as televisões especialmente e o público, se faça de maneira civilizada, se faça com crescente processo civilizatório, segurando um santo sem derrubar outro, ou seja, preservando a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, alimentando a capacidade de decisão dos pais e responsáveis nos respectivos lares. A ABERT também entende que a classificação indicativa não é censura, enquanto indicativa ela não pode ser censura. Repito: é um serviço prestado pelos órgãos de comunicação às famílias.

A nuance que freqüentemente diferencia o aspecto de ser indicativo ou não é numa portaria, que devo revelar não contemplou esse aspecto neste Governo, nem no Governo passado – mas isso vem desde o

segundo mandato do Governo anterior a 2003 – através de uma portaria do então Ministro José Gregori, estabeleceu-se uma vinculação obrigatória entre exibição nos horários, passando a ser estes horários os horários únicos determinados ou liberados, para que se exibissem determinados conteúdos.

Essa vinculação pareceu a ABERT, que na época ingressou no STJ com devida representação que gerou uma liminar, é que nos pareceu, digamos assim, ultrapassar o limite da razoável na questão do indicativo. E nos pareceu acima de tudo, um princípio ou o início de uma questão que poderia ser inadequada para os preceitos gerais de responsabilidade social das emissoras e de liberdade de expressão.

Então, na verdade, o que freqüentemente causa emoção entre os produtores intelectuais, entre os artistas, os músicos, os autores, é a questão de vinculação, ou seja, de determinar que determinado programa, parece tem conteúdos inadequados para menores de determinada idade e, portanto, só podem impositivamente ou obrigatoriamente ser exibido a partir de determinado horário.

Esta questão é a única questão que divide. E, como muito bem relatou o Secretário Biscaia, essa questão está sub judice. Essa questão está digamos assim, aforada, está para ser apreciada no STJ, assim como existe uma ação direta de inconstitucionalidade a ser apreciada pelo Supremo, com relação a uma característica que deriva do ECA – o Estatuto da Criança e Adolescente – que estabelece uma determinada punição para o não cumprimento da rigorosa indicação versus a vinculação impositivo daquele determinado horário. Mas essa minha participação, ela precisa partir agora para um grande agradecimento.

Eu quero agradecer ao Ministro Tarso Genro e ao Secretário Biscaia e, também ao Diretor do Departamento, que é o Dr. Romão, a oportunidade que foi dada nesses últimos 45 dias, de mais uma vez se discutir alguns outros aspectos que contém a portaria publicada pelo Ministério da Justiça em 13 de março; aspectos esses que nós consideramos de natureza de inadequação às vezes operacional ou inadequação de linguagem.

Todas essas observações voltadas para que o instrumento seja como este Governo quer transparente e incapaz de ferir o que nós chamamos liberdade de expressão, um dos pilares centrais da democracia. Me compete nesses três minutos que me restam, falar um pouquinho do modelo da televisão brasileira que também está presente nesta questão da classificação indicativa.

Como os senhores sabem o Brasil é um País extenso, é um País continental. O Brasil tem entre suas

principais ferramentas de integração nacional, para este senso comum de ser brasileiro de que desfrutamos hoje esse mercado homogêneo, essa cidadania brasileira bem entendida, tem a televisão aberta em tempo real como um dos seus principais elementos, principais ferramentas.

Essa é a razão pela qual a partir de 1981, com a inauguração pela EMBRATEL, então estatal dos Sistemas Brasil SAT I e II, o País vê televisão em tempo real – nós estamos falando de um assunto que já tem 25 anos. Ou seja, qualquer destacamento de fronteira, qualquer escola na fronteira, na extensa fronteira terrestre ou nas ilhas brasileiras recebe a televisão em tempo real. Assiste televisão que é difundida via satélite nas famosas parabólicas que são hoje mais de uma dezena de milhões de parabólicas. E, particularmente nos espaços demograficamente diversos do Sudeste como são no Centro-Oeste e na Amazônia, as pequenas comunidades, os pequenos distritos e localidades só recebe televisão via parabólica; via recepção de um sistema que na verdade não é um sistema de radiodifusão, é um sistema de transporte de sinal ponto a ponto que dada a característica essencial brasileira ele se transformou num instrumento de integração nacional.

Essa é a razão pela qual a classificação indicativa freqüentemente, ou seja, as emissoras freqüentemente são abordadas por quê? Como o País tem necessidade a cada ano de se proteger de picos de consumo de energia especialmente no verão, além dos Estados do Centro-Oeste que tem fuso horário de uma hora diverso de Brasília, se estabelece no Nordeste, também, não por questões de iluminação, não por questões digamos assim, da vida do mundo real, da questão dos movimentos de translação e rotação, mas por necessidade de evitar picos de consumo de energia que possam desligar as rotas de capacidade de auto-transmissão, se estabelece também um horário de verão em alguns Estados.

E, nesse momento em que isso se estabelece se acentuam os fusos horários diversos, que são os fusos horários da Região Amazônica e da Região Centro-Oeste, que são os fusos horários com diversidade uma hora. Quem conhece e quem vive nessa região, percebe que com exceção do Estado do Acre todos os outros se acomodaram praticamente a hora de Brasília.

Em relação ao Estado do Acre é muito saudável lembrar que tramita aqui nessa Casa, no Senado, projeto do Senador Tião Viana, que estabelece, que homogeneiza a questão do fuso de Rio Branco, a questão do fuso do Estado para o fuso de Manaus, ou seja, para uma hora de Manaus, portanto, passaríamos a ter

no Brasil apenas dois horários. Um horário onde está contemplado com fuso cerca de 11% da população, que são esses que hoje detêm o fuso de uma hora, mais o Estado do Acre. E temos do outro lado, 90% da população que tem o fuso de Brasília e, só não tem este fuso durante os três meses e meio, quatro meses em que se estabelece o horário de verão por questões obviamente energéticas.

Nesse sentido, eu quero dizer que boa parte da população nessas localidades em que tem fuso, já se acostumou em todo esse período a assistir a programação em tempo real. A ABERT entende – que residimos particularmente no Estado do Acre, que temos um problema concreto, um problema da realidade, um problema geográfico – contra a geografia que é um dado da realidade não há argumentos – em que nós precisamos fazer um esforço conjunto para divertir a população, que as classificações e as exibições se dão com horário de Brasília.

Mas digamos, este é – novamente no circuito de agradecimento ao Ministério da Justiça, ao Ministro Tarso Genro e ao Secretário Biscaia – esse é mais um trabalho de obra conjunta. Queremos nos estreitar, nos aproximarmos da demanda social existente para que encontremos no prazo possível, num menor prazo possível, uma solução em que as questões sejam atendidas. Sejam elas questões de oferecer ao brasileiro, entretenimento, informação, educação, informação político partidário e eleitoral de alta qualidade e com senso comum de ser brasileiro, com responsabilidade social do radiodifusores e, ao mesmo tempo, encontrar questões que possam amenizar eventuais problemas que ainda sobreviva.

Renovo a minha expectativa de que essa revisão que o Ministério da Justiça se dispõe a fazer, informado agora pelo Ministro da Justiça que teremos mais 15 dias para examinar, ela consiga resolver praticamente todos aqueles problemas que a gente considera de natureza operacional, ou redacional; com afirmativa de que as emissoras de televisão têm todo interesse que a população receba a informação da classificação indicativa e, que nós possamos cumprir, também, o nosso papel cidadão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. Evandro. E, passo de imediato a palavra ao Dr. Joelson Dias, que aqui representa o Presidente da OAB.

SR. JOELSON DIAS: Obrigado, Sr. Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento a todos os presentes. E queria inicialmente em nome do Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, César Brito, registrar a impossibilidade da sua presença, do seu comparecimento a esta tão impor-

tante Audiência Pública, em virtude de compromissos profissionais anteriormente assumidos, inclusive, no exterior. E, dizer também da satisfação, da honra, que é o Conselho Federal da OAB, por intermédio de seus representantes participar de iniciativas como esta do Congresso Nacional.

O tema é de extrema importância, de extrema relevância e tem um significado muito especial para a OAB, porque foi por iniciativa dela que o Supremo Tribunal Federal concluiu a apreciação, na última segunda-feira, como já inclusive antecipou o Dr. Biscaia, da ADIN 2398, que tinha por objeto Portaria anterior a 264 de 2007; ou seja, a Portaria 796 de 2000, exatamente pelo fato do Conselho Federal da OAB entender aquele momento, ainda no ano de 2000, quando a Ação Direta de Inconstitucionalidade foi proposta, que falecia competência ao Ministério da Justiça, para efetivar a classificação indicativa. Outras gestões na OAB se sucederam, desde a propositura desta ADIN no ano de 2000.

E, finalmente, agora, neste mês de junho na última reunião do seu Conselho, a OAB decidiu analisar uma vez mais a questão, submetendo o tema a sua Comissão de Direitos Humanos para que posteriormente o Plenário possa se manifestar mais especificamente, agora, a respeito da Portaria 264 de 2007. Definitivamente há um novo marco legal que define esta questão a partir da decisão tomada pelo Supremo na última segunda-feira.

Será objetivo então de análise pela OAB, justamente também esta decisão do Supremo que entendeu que o poder regulamentar invocado, reclamado pelo Ministério da Justiça, decorre justamente do Estatuto da Criança e do Adolescente. Isto é de fundamental importância, porque uma primeira impugnação que se fazia, era justamente a falta de lei, a falta de um diploma normativo, votado, decidido por este Congresso Nacional, que facultasse, autorizasse o Poder Público, o Ministério da Justiça a realizar a classificação indicativa.

Com esta decisão do Supremo, esta discussão obviamente deverá ser refeita, este tema deverá ser ponderado porque o Supremo, inclusive, na verdade, reiterou, afirmou uma decisão anterior sua na ADIN 392, que examinava a Portaria 773 de 1990, dizendo que o poder regulamentar decorreria justamente do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mais precisamente do artigo 74, do Estatuto da Criança e do Adolescente que não fez mais do que reproduzir disposição expressa do inciso I, do parágrafo 3º, do art. 220 da Constituição Federal, que atribuía à lei a competência para regulamentar e dispor sobre a classificação indicativa

e, inclusive, sobre os horários em que a programação deveria ser veiculada.

Então, um dos entendimentos possíveis desta decisão do Supremo é justamente este, de que o Ministério da Justiça tem competência definida em lei sim, que seria o Estatuto da Criança e do Adolescente. E, por força inclusive do que está na Constituição, no art. 220, parágrafo 3º, inciso I e, também, no art. 21, inciso XVI, que atribui competência justamente a União, para realizar a classificação indicativa.

Este é um dado de fundamental importância, porque muitos também discutem que esta classificação indicativa deveria ser objeto apenas de uma mera auto-regulação pelas próprias emissoras de televisão. E, segundo o que se depreende da própria Constituição, o Brasil por força então deste mandamento constitucional estaria no rol daqueles países, segundo o qual não basta apenas a auto-regulação pelas emissoras de televisão. Que a classificação indicativa realizada pelo Poder Público, também se faz, se mostra necessária por força de disposição constitucional.

E são estes os dois regimes que efetivamente constatamos no mundo. O sistema apenas da auto-regulação em alguns países e, em outros, além da auto-regulação, também a classificação indicativa realizada pelo Poder Público. E é extremamente relevante notar que esta discussão que hoje fazemos sobre a classificação indicativa é realizada, não somente por determinação, mandamento constitucional, mas pela própria inexistência de uma auto-regulação pelas emissoras, ausência de um código das próprias emissoras auto-regulando essa questão, como vimos em vários países do mundo.

Essa questão também pode estar sendo apresentada dessa maneira pelo fato da sociedade civil, o próprio Poder Público não ter cobrado a implementação da Lei 10.359 de 2001, que estabelecia justamente a obrigatoriedade de todos os aparelhos de televisão, a partir daquela data, virem já com um dispositivo eletrônico que permitisse aos pais, que permitisse à família, dispor sobre a exibição desses programas considerados inadequados para as crianças e adolescente.

E é justamente esses dois regimes que esta análise no Direito Comparado permite evidenciar, países considerados desenvolvidos, considerados com democracia já consolidada há muitos anos, que mais do que auto-regulação vão também realizar a classificação indicativa pelo Poder Público e, inclusive, com a imposição de sanção no caso de descumprimento de leis. É isso que vamos ver na Suécia, é isso que vamos ver na Inglaterra, é isso que vamos ver na França, é isso que vamos ver na Holanda, no Canadá, nos Estados Unidos. O que muitas vezes, se difere é a maneira como

esta classificação, a maneira, a competência para a realização dessa classificação indicativa.

A Constituição Brasileira resolveu atribuir essa competência ao Poder Público e, o ECA atribuiu essa competência à leitura que se fez do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi que essa competência residiria no Ministério da Justiça. Esta é outra discussão que se apresenta. É este tema, também, certamente que a OAB estará examinando nos próximos meses, a quem efetivamente deve ser a atribuída esta competência da classificação indicativa. Se mesmo ao Ministério da Justiça, ou se seria o caso de ampliar o órgão que deteria a competência para o exame desta competência, garantindo uma composição, talvez, tripartite, com a presença das próprias emissoras e, sobretudo, da [soa a campanha] sociedade civil organizada.

E estou concluindo Sr. Presidente, apenas para dizer que esta questão, na verdade, suscita e este Congresso Nacional já sem debatendo e, com certeza continuará com estes temas na sua Ordem do Dia, se a classificação indicativa deve realmente se resumir apenas ao conteúdo e a faixa horária, ou se não seria o caso, também, como temos na Inglaterra e na União Européia de uma certa maneira, de contemplar a própria questão do respeito dos direitos humanos, da dignidade humana também na definição da adequação ou não desses programas.

E mais do que se ficar decidindo sobre o conteúdo negativo, aquilo que não poderia eventualmente ser veiculado em determinado horário, de se buscar também incentivar a produção de programas que contribuíssem efetivamente para o desenvolvimento social, o desenvolvimento moral das crianças e adolescentes. Que se buscasse incentivar também uma programação educacional, uma programação que possibilitasse a formação do caráter, dos jovens e das crianças.

E com isso se estaria, então, compatibilizando o que a Constituição afirma que diz respeito ao respeito aos preceitos democráticos, que exigem que essa proteção contra a programação inadequada às crianças e adolescentes seja feita. Mas também indicando os conteúdos, garantindo os direitos humanos, buscando assegurar a diversidade, buscando assegurar que não se tenha uma programação com preconceito, com discriminação, com xenofobia. Enfim, que se possibilite realmente também uma análise positiva desses conteúdos.

E talvez, quanto à questão dessas faixas horárias se chegará a conclusão um dia de que isto, na verdade, estará prestigiando as programações regionais, estará prestigiando as emissoras nos Estados que eventualmente, terão que obedecer a questão do fuso horário e, com isto, melhorando a qualidade da programação

da televisão e incentivando a realização desses programas a regionalização da programação, que também segue um outro mandamento constitucional.

São essas as ponderações, Sr. Presidente e, senhores presentes, que se encontram obviamente sendo analisadas, examinadas pelo Conselho Federal da OAB, sobretudo, após esta última decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADIN 2.398. E acompanhando claro, muito de perto a discussão que vem sendo realizada no âmbito do Ministério da Justiça, que vem sendo realizada no âmbito deste Congresso Nacional. E, se colocando claro, sempre à disposição para participar de eventos e Audiências Públicas tão importantes como está. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. Joelson Dias. De imediato passamos a palavra, ao Dr. Marcos Vinicius, Procurador da República do Estado do Acre, representando aqui, a Sub-Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal. Tem dez minutos, com mais cinco.

SR. MARCOS VINICIUS AGUIAR MACEDO: Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar inicialmente Senador Paulo Paim, cumprimento aqui os demais Senadores presentes, Senador Heráclito, Senador Wilson, aqui conosco. O Secretário Biscaia conosco a mesa; o Dr. Romão, do Departamento de Classificação Indicativa; o Dr. Evandro da ABERT e, o Dr. Joelson da OAB.

Excelências, com essa textura que foi dada ao Ministério Público a partir de 88, o Ministério Público Federal, a especialmente teve a necessidade de se especificar, nós hoje somos uma Instituição, que tem quase 1000 integrantes. E, para quem conhece a Instituição sabe que nós praticamente nos dividimos em alguns departamentos especializados, alguns cuidando da só da questão criminal, outros cuidando só da questão de meio ambiente.

No âmbito do Ministério Federal, o departamento, digamos assim, que cuida da questão de direitos humanos, assim como a Câmara e o Senado tem sua Comissão de Direitos Humanos, o nosso departamento que cuida disso se chama PFDC, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Esta Câmara, por dizer assim, ela é titularizada pela Dra. Ela Wiecko, que não pôde comparecer aqui hoje e pediu que eu a representasse.

Mesmo no trato da questão, da importante questão dos direitos humanos, a PFDC criou alguns grupos de trabalho com algumas questões específicas que tem uma interface muito importante com a questão de direitos humanos. Um desses grupos de trabalho é efetivamente o grupo de trabalho ao qual eu estou vinculado,

que é o grupo de trabalho de comunicação social, que reúne cinco ou seis Procuradores que atuam em todo o Brasil nessa específica área de comunicação social. Cada um deles é especialista em uma área.

Um deles especialista na questão da TV Pública, um outro especialista na questão da TV Digital, que está sendo implantada no Brasil, outro especialista na questão da classificação indicativa, que já existia no Brasil e que se tentou aprimorar pela nova portaria, que foi recentemente editada. Enfim, eu faço parte então desse grupo de trabalho e efetivamente trabalho no Acre, em que pese esteja na profissão há oito anos, iniciei a minha carreira no Rio Grande do Sul, sou gaúcho e estou no Ministério Público há onze anos.

Excelências, temos efetivamente estudado a Portaria 264 de 2007, que ela inova um pouco em relação a portaria anterior. Em relação a portaria que existia até então, a Portaria 769, porque entendemos que a televisão esta invenção do século XX, do meio do século XX, ela adquiriu, mesmo passados esses anos todos, ela adquiriu a condição do mais poderoso instrumento de formação de opiniões e entretenimento no mundo inteiro.

Eu sou do tempo em que a televisão não tinha transmissão o dia inteiro. Sou do tempo ainda em que a televisão só era transmitida em preto e branco, hoje estamos falando em TV Digital, ou seja, vai haver inclusive a participação até de interação entre aquele que assiste a televisão com o próximo aparelho. Então vejam a modificação que houve na própria configuração desse poderoso instrumento.

Não há dúvida de que esse poderoso instrumento, ele acaba tendo uma influência em todos os níveis de cultura, mais ainda no Brasil, em que nós temos conhecidamente níveis de alfabetização muitos baixos. Há estudos segundo os quais a média de assistência a televisão de uma criança num País desenvolvido é de três a quatro horas. No Brasil esta média chega a oito horas numa favela de uma grande cidade, oito horas de uma criança por dia, na frente de uma televisão. Então, essa é uma particularidade bastante importante.

E não para menos que em 88, a mesma Constituição que deu essa configuração ao Ministério Público de tratar também com direitos humanos, ela tratou lá no seu art. 221, de prever especificamente uma norma imperativa dizendo o seguinte: "a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão – atenderão, a norma é impositiva – atenderão aos seguintes princípios; inciso IV, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família".

O grupo de trabalho ao qual pertenço ele teve uma atuação, na verdade, atuação mais incisiva, a partir de um programa que foi repassado há algum tempo

atrás. Um programa dominical importante, transmitido numa das emissoras mais importantes deste País, em que houve ali em que foi ali forjada uma entrevista com membros de uma facção criminosa ligada a presídios de São Paulo. E a partir dali, efetivamente é que o grupo de trabalho do Ministério Público passou a atuar judicialmente na efetividade daquilo que prevê o art. 221. Naquele episódio especificamente o Poder Executivo através de seu Ministério das Comunicações, multou a emissora no valor de um mil 782 reais, foi este o valor. O valor da multa não chegou a dois mil reais, portanto.

E questão acabou sendo judicializada junto ao Poder Judiciário, ou seja, a questão do dano moral coletivo em virtude da apresentação daquele tipo de programação televisiva. O Judiciário arbitrou a questão e demandou aquela mesma emissora na oportunidade, a multa no valor de um milhão e 200 mil reais. E foi partir daí, foi a partir de pouco tempo atrás, portanto, que se passou de forma mais incisiva a discutir-se inclusive a questão da qualidade da televisão. O que nós estamos aqui discutindo hoje não é bem isso, não é qualidade de televisão é classificação indicativa, mas vejam que sempre há uma interface entre esses fatores e subfatores que dele fazem parte.

O art. 221 da Constituição, foi ele que acabou dando asas sim, ao ECA como ele é hoje, ao Estatuto da Criança e Adolescente. Porque eu já ouvi dizer numa dessas Audiências Públicas de que eu já participei, inclusive com artistas de televisão de que no Brasil qualquer um deve assistir qualquer coisa na hora que quiser. Ouvi de um importante ator essa expressão numa de nossas Audiências Públicas, Juca de Oliveira, a audiência foi pública. Enfim, ele disse isso e nós não concordamos com isso. Entendemos que isso vale sim para adultos, mas não vale para crianças e jovens, cuja personalidade está em formação.

E não sou quem digo isso, não é o Ministério Público quem diz isso. O Constituinte disse isso no seu art. 220, 221 e, no seu artigo, em especial 76 do ECA, editado a partir da Carta Constitucional. O artigo 76 do ECA é expresso ao referir: "as emissoras do rádio e televisão, somente exibirão no horário recomendado para o público infanto-juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas", ou seja, lei.

A Lei 8069/90, o Estatuto da Criança e Adolescente é imperativa no sentido de que quando nós temos crianças e adolescentes à frente da TV, com os pais trabalhando comumente é isso que acontece no Brasil, a programação da TV deve ser eminentemente cultural e recreativa. Então não. No nosso ordenamento constitucional e legal, não é verdade que qualquer

um, qualquer pessoa possa assistir qualquer coisa a qualquer tempo, porque isso não vale para a criança, enfim, o público infanto-juvenil. Assim o quis o legislador Constituinte, assim o quis o Congresso Nacional através da edição do ECA. Se quisermos pensar diferente, vamos ter que mudar no mínimo o ECA.

E foi a partir do ECA que apareceu, então, a primeira portaria regulando o tema, a Portaria 769, que já criava sim, uma vinculação com uma programação televisiva, cada programa com relação a cada horário que ele devesse ser estabelecido e uma vinculação sim, com a idade. A Portaria 769, já fazia isso, a portaria anterior.

A portaria nova, essa que se discute aqui hoje a Portaria 264, 267, praticamente repete isso, porque ela faz azo às disposições da portaria anterior. Mas ela inova no seu art. 19, ao prever que isso vale [soa a campainha] Senador Heráclito, não só para São Paulo, Rio e Porto Alegre, mas vale também para o Acre, para o Amazonas, para Roraima, onde nós temos um fuso diferenciado. Eu trabalho no Acre há oito anos, estou no MP há 11. Estive três anos no Rio Grande do Sul, Uruguiana, estou lá há oito.

Lá no Acre nós sim, temos um problema diferenciado, porque originariamente estamos com duas horas de diferença em relação ao Brasil. Agora, aqui são 10 horas e 20 minutos, lá são oito horas e 20 minutos. Quando estamos no horário de verão – no Acre não tem horário de verão – o nosso fuso horário são três horas de diferença. Significa dizer, que quando lá em São Paulo estão assistindo *Sexy Time* à meia-noite, porque o *Sexy Time* só pode ser transmitido após a meia-noite na TV Bandeirantes; lá no Acre nós estamos assistindo o mesmo programa às 09h00 da noite, quando obviamente está toda a família acreana reunida a frente da televisão, crianças, jovens, enfim.

Este é um problema sério a partir do momento em que as emissoras e retransmissoras, elas não têm uma unificação quanto ao seu horário de transmissão no Brasil inteiro.

Ex^{as}, nós achamos e quando eu digo nós, são as autoridades vinculadas à questão do trato infanto-juvenil, Juízes da Infância e Juventude, Procuradores da República, Promotores, Comissários de Menores, Delegados que atuam nessa área, nós achamos que isso que acontece lá no Acre, ou seja, essa transmissão num horário extremamente irregular de programas que têm uma afetação muito grande com sexualidade e violência. Nós achamos que isso explica em muito os números diferenciados que o Acre tem em relação ao Brasil.

Números que dizem com violência infanto-juvenil, números que dizem com gravidezes precoces, meninas

de nove, dez, onze anos, engravidando porque, repito, a criança, o adolescente tem uma tendência a repetição de conduta, tem uma tendência a buscar satisfazer sua curiosidade. E números também bastante diferenciados em relação ao Brasil inteiro, no que diz com doenças sexualmente transmissíveis, doenças sexuais e especialmente Aids, porque somos também um Estado pobre. E enfim, que orientação sexual, poderá ter uma criança de nove, dez, onze anos? Achamos isso, não temos ainda nenhuma pesquisa sobre o tema.

Estou sabendo que o Ministério da Justiça, agora, vai financiar uma pesquisa sobre isso. Até que ponto afinal de contas esses programas, a programação televisiva influencia isso, a questão da violência no Brasil? A questão da apelação ao consumo? Que leva quem não tem dinheiro a cometer violência para poder consumir?

Então, eu talvez não pudesse dizer isso, não pudesse dizer que há uma relação necessária porque não sou técnico na área, mas costumo sempre fazer menção a um texto de um técnico de todos conhecido creio eu, Médico, Dr. Dráuzio Varella, tem até um programa regular, num desses nossos canais televisivos aos domingos. E ele num texto – estou terminando senhor Presidente – num texto publicado na Folha de São Paulo, ele diz basicamente o seguinte – e eu seleciono o que considero importante – ele diz, ele pergunta: “até que ponto a banalização de atos violentos, exibidos nas salas de visita pelo País afora diariamente dos desenhos animados aos programas de mundo cão, contribui para a escalada de violência urbana?” Ele pergunta. E, então ele responde: “essa questão é mais antiga do que se imagina. Surgiu no final dos anos 40, assim que a televisão atenção entrou nas casas de família, desde então – vejam só – a literatura médica já publicou sobre o tema 160 estudos de campo, que envolveram 44 mil, 292 participantes e 124 estudos laboratoriais. Absolutamente todos, demonstraram a existência – vejam só – de relações claras, entre a exposição de crianças à violência exibida pela mídia e o desenvolvimento de comportamento agressivo – e ele finaliza – apesar do consenso existente entre os especialistas, de que há muito está caracterizada a relação de causa e efeito entre a violência exibida pelos meios de comunicação de massa e a futura prática de atos violentos pelos espectadores, o tema costuma ser abordado com superficialidade irresponsável pela mídia. Como se essa associação ainda não estivesse claramente estabelecida”. É ele quem diz isso, especialista na área [soa a campainha] enfim, com texto publicado na Folha de São Paulo.

Ex^{as}, em nosso País, um País democrático não há direito que não esteja sujeito a restrições. E nós

entendemos que liberdade de expressão – e isso não significa censura – ela deve ser sim, que reverente aos princípios da dignidade da pessoa humana e da prevalência dos direitos humanos.

E, portanto, nós apoiamos a portaria nova que foi editada sobre o tema exatamente como ela está inclusive com o art. 19, que prevê que a aplicação dos termos da portaria se dê em todo o território nacional, independente do fuso horário coisa que não havia na portaria anterior.

É isso, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. Marcos Vinicius. De imediato eu passo a palavra ao Senador César Borges, que é o signatário principal do requerimento para esta Audiência.

E se permitir, na sequência ao Senador Wilson Matos, depois a mesa fará suas considerações e, permitindo naturalmente o debate, se assim o Plenário entender.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero saudar a todos os participantes dessa Audiência Pública, agradecer em primeiro lugar a V.Ex^a, que tão prontamente atendeu o requerimento que nós fizemos a esta Comissão e, em função do alto nível dessa audiência eu me sinto gratificado, porque trouxe o assunto ao debate e acho que no local correto, que é a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal.

Então, eu quero agradecer a V.Ex^a por essa prestadas, isto mostra a sua determinação e vontade de realização sempre o trabalho com muita seriedade, aqui na Comissão de Direitos Humanos. Agradecer o atendimento e o prestígio da presença dos convidados.

Vejo que até o Ministério da Justiça, na verdade, o nosso requerimento fazia um convite ao Sr. José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça do Ministério, veio com a presença do Deputado Antônio Carlos Biscaia, hoje Secretário do Ministério da Justiça, mostrando eu diria do prestígio dessa Comissão e do Senado Federal e do reconhecimento por parte deste Ministério, trazendo aqui inclusive um representante hierarquicamente superior ao Diretor a um Secretário. Então, também, eu quero agradecer por isso.

Sr. Presidente, acho que pelo nível das exposições que aqui assistimos esse é um tema complexo. É um tema que sem sombra de dúvida, traz opiniões bastante polêmicas, a imprensa, a mídia aqui já foi dito inclusive tem se posicionado com relação a essa portaria. Eu tive duas grandes preocupações.

A primeira eu diria com a constitucionalidade, preocupação que também se manifestou também através da OAB, porque olhando também a Constituição

Federal e o seu art. 220, ela coloca muito claramente no seu parágrafo 3º: “que compete à lei federal – a lei federal – regular as diversões, espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequados”. Então, para mim a Constituição impõe uma lei.

E, muitas vezes eu tenho visto aqui, o nosso Congresso Nacional ser usurpado do seu poder de legislar pelo Executivo. O exemplo mais claro que nós temos sobre isso, são as edições de Medidas Provisórias a todo o momento, a toda hora. A questão das Instituições Brasileiras, dos pesos e contrapesos entre Poder Executivo e Legislativo, acho que essa questão por ser polêmica, por ser apaixonante. Por ter maior interesse da sociedade em ver ela de forma corretamente resolvida, o Congresso Nacional é que deveria ser chamado a realmente fazer uma lei que pudesse dirimir todas essas questões, se há inovação ou não do direito de expressão, da liberdade de expressão, porque é essa uma questão de fundo, então o Congresso Nacional é que deve discutir.

Porque no momento em que o Executivo começa a se arvorar e, neste específico dessa Portaria 264, o Governo se escora no ECA, no estatuto, não é? Então, ele desconhece também aqui, no caso, a Constituição Federal, porque ela já impõe anteriormente no seu art. 220, a competência da lei federal, que só poderia ser irmanada do Congresso Nacional.

Veja V.Ex^a, que apesar de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, essa decisão não foi unânime. O Supremo se dividiu meio a meio. A decisão se deu por um voto de minerva da Presidente, Ellen Gracie. Eu vou até ler a decisão que saiu ontem, ler o que saiu na imprensa dia 26: “o julgamento começou em fevereiro passado. Na ocasião cinco Ministros, Marco Aurélio Mello, Eros Grau, Carmem Lúcia Antunes Rocha, Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa, entenderam que a portaria entrou no campo da liberdade de expressão e, portanto, deveria ser derrubada pelo Tribunal por ser inconstitucional”. São cinco respeitáveis Ministros, Deputado Antônio Carlos Biscaia, não é o Senador César Borges. Cinco respeitáveis Ministros.

Muito bem, outros cinco Ministros, também respeitáveis do mesmo modo, Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, Celso de Mello, Sepúlveda Pertence e Gilmar Mendes, concluíram que a portaria é ato regulamentar e, por isso, não é assunto constitucional capaz de ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Eles votaram pelo arquivamento da ação da OAB, contra a portaria. Então, Ellen Graice, resolveu pedir vista antes de desempatar a questão. “O debate sobre a classificação

indicativa deverá ser retomada nas Instâncias Inferiores da Justiça. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV – ABERT conseguiu em abril, liminar para conseguir suspender os efeitos da classificação indicativa no Superior Tribunal de Justiça, por isso, as regras atuais estão suspensas. A portaria atual vincula os horários de programação à faixa etária. Apenas o horário das 06h00 às 20h00 é livre para todas as idades”. Isso aqui está na mídia.

Mais uma vez eu acentuo o fato polêmico desse assunto e que merece exame muito detido por parte de todos nós. Então, o próprio Supremo mostrou uma divisão meio a meio e precisou desse voto, não sei qual será o passo seguinte da OAB.

Pelo que eu entendi do Dr. Joelson Dias, a OAB vai se aprofundar e verificar que tipo de posicionamento tomará doravante, com relação a essa questão da inconstitucionalidade do Ministério através de portaria, estar sobrepondo aqui o positivo constitucional que é a meu ver não é ultrapassado pelo ECA. A minha opinião pessoal e de cinco Ministros, não seria ultrapassado pelo ECA. O ECA é importante, mas ele por dar essa atribuição da regulamentação do Ministério da Justiça, não pode prescindir da lei federal.

Então, essa é a primeira questão que eu acho que continua e vai continuar ainda no debate, ela não está plenamente resolvida.

A segunda questão aí você já entra é no mérito realmente. No mérito, se há ou não um avanço por conta da classificação indicativa, ela em determinado momento não ser indicativa, mas impositiva. Impositiva.

Então, essa é uma questão que também nos preocupa. Nos preocupa, porque sem sombra de dúvida esse tema de você através de meios de comunicação invadir a privacidade, ir contra valores éticos, morais, excesso de sexo, de violência, claro que preocupa a todos nós. Nós achamos que a população tem seus direitos. Entretanto, nós não pudemos imaginar que partir do manto de uma tese que é verdadeira e que e abraçada e esposada por todos nós possa, através disso, começar a se decidir em nome da própria sociedade brasileira. Então, seriam poucos burocratas do Ministério da Justiça, que passariam agora a decidir pela população, o que a população deve ou não deve ouvir.

A mídia publicou artigos os mais diversos. Aqui eu tenho um artigo de Rodolfo Machado Moura, diz: “É tentar atribuir a meia dúzia de burocratas a decisão contra o horário no qual a população brasileira irá assistir a determinados programas”. E que isso contraria não só o dispositivo acima mencionado – que é o art. 220, da Constituição – mas afronta todo o espírito que norteia a atual Constituição Brasileira, inclusive Parti-

dos Políticos como o PPS, foi ao Supremo. Eu disse: “Vá ao Supremo contra censura prévia, imposta pela Portaria 264”.

E aí, Sr. Presidente, Deputado Biscaia, agora no Ministério da Justiça, nós nos recordamos que no Governo Militar que foi combatido aqui, eu acho que senão foi por unanimidade, mas por a maioria, talvez, dos que estejam aqui, ele instituiu a censura. E, veja que neste Decreto Lei 1.077, de 26 de janeiro de 70, as razões atribuídas na época para a censura: “o Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 55, inciso I, da Constituição e, considerando que essa norma visa proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e, assegurar formação sadia e digna da mocidade; considerando, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas de televisão contrários a moral e aos bons costumes, decreta: art. 1º. Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias a moral e aos bons costumes, qualquer que sejam os meios de comunicação”.

Então, senhor Presidente, há um manto de uma tese que é verdadeira, que é tranqüilamente defensável. Entretanto, nós temos muito receio que sobre esse manto venha a mão pesada do Estado, tentar limitar o direito que está assegurado pela Constituição de expressão. Então, Ministro Biscaia, é essa a nossa preocupação. Eu vejo que até em algumas entrevistas, inclusive o Dr. José Eduardo Romão, deu entrevistas e perguntado sobre a censura prévia ele disse: “a idéia da censura prévia está sempre associada a possibilidade de autoridade ter o corte, impedir que seja exibido. O Ministério nessa portaria, transformou análise prévia numa decisão das emissoras. É uma exceção. Se a emissora solicita a dispensa da análise prévia e não justifica a razão pela qual classificou como livre um conteúdo como cenas inadequadas, como sexo explícito ou grave violência, cabe ao Ministério reclamar que a emissora apresente conteúdo para ser examinado”.

Mas aí, Sr. Presidente, o que é cena inadequada? Quem julga o que é cena inadequável? Será o Dr. Marcos Vinicius Aguiar Macedo, que vai estar sentado na sua carteira de burocrata do Ministério da Justiça? Não. Porque V.Exª estará na Procuradoria Regional da República. Também não será o Dr. Antônio Carlos Biscaia. Não será o Evandro Guimarães, com certeza. Quem vai tomar essa decisão é um burocrata, mediante instruções que receberá e aqui eu acabo de... Classificação indicativa, um material rico, custou alguns milhões ou milhares de reais, pelo Ministério da Justiça.

Aqui há um manual. O burocrata vai ler o manual e, vai decidir o que pode ser visto no horário que vai das

06h00 às 23h00, que seria o horário aquele específico que poderia atingir os adolescentes e as crianças. Ora, 06h00 às 23h00, atinge a todos os telespectadores, porque nós só assistimos televisão nesse horário. Só talvez dona de casa, que esteja fazendo algum afazer interno na sua residência, possa estar com a televisão ligada. Aqui o Dr. Marcos Vinicius falou, uma criança que não estaria na escola ou nos estudos assistindo a televisão.

Dr. Marcos Vinicius é extremamente difícil um pai de família – e eu sou um e, tenho um filho menor de doze, de treze anos – fazer esse controle. Hoje, o acesso através de um DVD alugado. E, eu diria o novo meio que toma conta de todas as comunicações e cada dia mais se torna popular que é a Internet, o computador. Como é que nós temos o controle?

Aí eu fico a me perguntar, Dr. Antônio Carlos Biscaia, será que não seria muito mais correto, que o Governo trabalhasse para que em lugar da Portaria 264, pudesse a Lei 10.359, que é de 2001, entrou em vigor, agora, em 30 de junho de 2004. Que ela pudesse sim, fazer a obrigatoriedade de que a televisão tivesse o dispositivo eletrônico que permite usar ou bloquear a recepção de programas transmitidos pelas emissoras. Porque daria o direito a cada pai de família a escolher os programas e bloquear, só que essa lei já está voltada, só que ela não tem eficácia. Não tem eficácia e nada é feito, ou seja, houve o papel do Legislativo e o Executivo não pôs em prática.

Eu lutei muito nessa Casa pelo Estatuto do Desarmamento. Tive o apoio do Ministério da Justiça, da OAB e de tantas entidades nesse País, hoje está quase no esquecimento o Estatuto do Desarmamento, a Rede Globo deu um apoio muito grande. Agora, que culpa nós temos? Nós fizemos a legislação, mas quem executa, quem põe em prática, quem pode exercer e a lei diz isso, exercer, o que foi votado em lei é o Executivo.

Se o Ministério da Justiça não cuida de aparelhar as polícias, não cuida de fazer convênio com os Governos Estaduais para batidas para o efetivo desarmamento e, quem usa arma ilegal é o bandido não é o cidadão de bem, esse não usa arma ilegal ou numa pequena minoria, a lei simplesmente é letra morta. Se o Judiciário também como alguns Juízes, foram contra o Estatuto do Desarmamento disse: “não, nós não podemos aplicar, não vamos aplicar”. Também fica difícil para o legislador, mas nós cumprimos o nosso papel.

Então, o que eu quero dizer nesse momento é que o Executivo podia retomar a Lei 10.359. E impor e aqui alguém já falou desse bloqueador e, dar essas condições aos pais de fazer essa limitação. Porque lamentavelmente o mau uso não vamos entrar no as-

pecto apenas da radiodifusão, mas, por exemplo, na Internet, é incontável hoje. Todos nós temos esses problemas em casa. Você acessa a sua Internet, daí a pouco um site obscuro aparece na sua tela. Então, é algo que tem que ser estudado, pensado.

Agora, diante da comoção que nós tivemos recentemente e aqui esse Senado experimentou isso Sr. Presidente. Experimentou, inclusive o assunto também foi muito polêmico, o que aconteceu aqui no País vizinho, irmão, Venezuela, que sob o argumento também lá muito parecido começou assim. Começou assim, Sr. Presidente, era classificação indicativa, “vamos proteger a criança e o adolescente”. Lá o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, fechou uma emissora de televisão a RCTV.

Esse Senado aqui, de forma muito educada aprovou um requerimento do Senador Eduardo Azeredo, para que ele pudesse rever e ele disse que nós éramos aqui “papagaios do Congresso Americano”, coisa mais louca. E lamentavelmente, eu também vi dubiedade nas autoridades federais, inclusive o Presidente Lula, com relação à defesa de uma Instituição tão importante como o Congresso Nacional, diante desse ataque recebido pelo Presidente Hugo Chávez.

Então, lá: “de acordo – eu tenho aqui um dado – com o Governo Venezuelano, a RCTV violou 652 vezes, uma tal de Lei Resorte – eu não conheço bem, talvez alguns dos senhores possam conhecer a Lei Resorte – estabelece a classificação por faixa etária dos programas de TV, na Venezuela”. Então, Sr. Presidente, são essas questões que eu coloco e acho que essa Audiência Pública foi rica, para colocar as posições.

Acho que o objetivo principal que era trazer esclarecimentos a essa Casa, debate e continuar esse debate, que não se encerra aqui de forma nenhuma, apenas uma pequena etapa, no curso desse debate está cumprido. A pergunta efetiva eu não teria nenhuma específica, porque eu já vi a posição de cada um, que tem a sua posição e sua linha de raciocínio bastante clara. E nós vamos manter a nossa também, para que esses pontos de constitucionalidade e de que a classificação indicativa não seja censura prévia ou impositiva, ela não se efetive.

Eu vejo com muito bons olhos de que essa questão segundo a ABERT, aqui colocada pelo Conselheiro, Evandro Guimarães, está em canal de diálogo aberto com o Ministério da Justiça, procurando esclarecer esses pontos obscuros. O que nós queremos também é o melhor para a nossa sociedade, é o melhor para os nossos jovens e nossas crianças, mas o melhor também para a nossa democracia. E, que não possa o Executivo se arvorar em defensor dos direitos, quando às vezes não cumpre também as suas obrigações como, por

exemplo, de colocar em prática a Lei 10.359 de 2001 e, que poderia ter sido um avanço na questão.

São essas as minhas considerações Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao Senador Wilson Matos, para que faça também suas considerações, daí eu remeto à mesa, para que todos os nossos convidados possam fazer comentários e os Senadores, naturalmente, poderão também fazer considerações sobre as posições assumidas pela mesa, posterior à fala do Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Eu quero cumprimentar ao Senador Paim, Presidente dessa Comissão aqui do Senado, que tem feito um excelente trabalho na área dos direitos humanos. Também os demais componentes da mesa.

Dizer que no mérito, eu concordo com o Senador César Borges, no que tange a questão de liberdade e também o risco de entrarmos no campo ideológico. Entretanto, eu tenho que me pronunciar no sentido de minha vivência. Eu sou educador. Eu sou gestor de um Centro Educacional que tem todas as faixas etárias, crianças, adolescentes, jovens e adultos. E como educador, e uma educação que tenta construir uma sociedade melhor, mesmo entendendo que nós vivemos numa sociedade em constantes mudanças, em constantes transformações.

Nós temos que preservar, sobretudo, os valores morais, comportamental da sociedade e, não podemos admitir que tenhamos uma mídia que possa estar aí difundido o estímulo à sensualidade, a sexualidade, a comportamentos morais inadequados a qualquer momento e a qualquer hora. Nós pautamos sempre pelos princípios éticos e os principais pilares da ética é o direito à vida, a verdade, a liberdade e a propriedade.

Mas quando falamos em liberdade, eu acho que não existe liberdade absoluta porque nós somos seres sociais, nós convivemos socialmente, isso faz parte da natureza do ser humano. Então, todo o nosso ensinamento como educadores, como construtores de uma sociedade têm que estar pautado de fato nos princípios ético, mas sempre na perspectiva de que somos seres sociais.

E, por outro lado, ninguém tem o direito também de estimular o indivíduo, o individual, aquilo que é inato do ser humano, porque tudo isso vai se desenvolver e aflorar na hora certa, principalmente, o instinto humano. Ninguém tem o direito de estimular e, sim, de estar ajudando que cada um controle os seus instintos em função de sermos seres sociais.

Então, eu creio que mesmo sendo da parte do Governo a regulamentação desse item, através da

Portaria 264 e, faltou oportunidade conforme disse o Senador César Borges, ao longo do tempo para que o Congresso pudesse tomar iniciativas como esta. Eu acho que é necessário termos pelo menos a classificação indicativa.

Eu tenho percorrido alguns países pelo mundo. Fui ao Japão recentemente há cinco anos atrás, seis anos e logo liguei a televisão, mesmo sem entender aquela língua já procurei ver as imagens que ali eram oferecidas à sociedade. É uma sociedade extremamente moderna, mas que a alto-regulação é muito forte. Eu não vi violência na televisão. Eu não vi sexualidade, mesmo para vender roupas íntimas, não se usa uma mulher nua ou seminua. Há um respeito à sociedade, às faixas etárias etc.

Aqui no Brasil, às vezes, nós confundimos um pouco, modernidade com falta de limites e, modernidade não quer dizer isto. Nós para construirmos uma boa sociedade, preservar realmente os valores morais comportamentais. E quais são esses valores? É difícil detalharmos isso, mas de qualquer forma, já disse que nós vivemos numa constante mudança, principalmente, no que tange a ciência, tecnologia etc e isso leva a determinadas ações, a certas mudanças na forma das ações do ser humano.

Mas de qualquer forma, como educador, eu tenho preservado pelos valores em que nós devemos ensinar. E o que é que nós devemos ensinar? Nós vivemos na face da Terra em quatro gerações pelo menos. Eu sou um exemplo puro disso, eu tenho lá minha mãe, nítida, participando, debatendo, tenho meus filhos e meus netos, vivemos em quatro gerações na face da Terra. Praticamente é uma diferença de quase cem anos entre uma geração e outra na faixa etária e estamos aqui.

Então, eu tenho procurado fazer uma análise dessa média entre os meus netos e a minha mãe, o que cada um pensa? E aí nós fazemos uma média, para podermos estar tendo limites sem, no entanto, não permitir avanço. É verdade, também, que pelo modelo educacional que temos que deve muito à sociedade e a criança fica somente quatro horas na escola em média hoje, ela se expõe demais à televisão.

Por isso, a classificação indicativa eu acho importante, porque nos países desenvolvidos a criança fica sete, oito, nove horas na escola e, ainda, leva uma série de atividades para casa. A Educação oficial toma tempo da criança. E no Brasil, não. Também, vejo a dificuldade dos pais em estar controlando o que o filho deve assistir ou não. Nesse mundo chamado moderno, o pai e a mãe foram ao trabalho, foram à luta.

Até o século XIX, início do século XX, nós podíamos dizer que tal pai, tal filho, mas no mundo moderno

as interferências são muito grandes. Eu não vejo erro nisso, por isso nós devemos ter cuidado naquilo que é possível expor durante o dia para nossas crianças, os nossos adolescentes, para que nós possamos manter uma sociedade com valores elevados.

Então, eu também ouvi que todos os debatedores, houve só defesa aqui da classificação indicativa. Também quero dizer, finalizando que como educador, acho que tem que ter algo pelo menos indique aos pais e às crianças o que ele pode assistir ou não. É verdade que nós temos o computador a Internet, mas no computador fica ali rastreado. Quando o pai chega se ele quiser verificar aonde o filho andou pela Internet ele é capaz de ver. Na televisão, nós não temos essa possibilidade de controle ainda. Quem sabe com a tecnologia hoje disponível isto terá possível e, aí, certamente permitirá a família ter um acesso maior sobre aquilo que a criança e os filhos adolescentes estão ouvindo.

É isso Senador, a minha contribuição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Wilson Matos. Eu passo de imediato, a palavra a Líder do Bloco de apoio ao Governo, Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeça Senador Paulo Paim. Mais uma vez, volto a elogiar a Comissão que V.Exª preside, por não ter nenhuma dúvida de trazer ao Senado da República, os temas polêmicos.

Nós tivemos agora recentemente a questão do reconhecimento das terras dos quilombolas. Tivemos agora da redução da maioridade penal e, hoje estamos com a classificação da programação da nossa comunicação, principalmente das nossas TVs. E quero dizer que esta coragem de trazer para a Comissão o debate com as posições que se confrontam, eu acho que engrandece a Comissão de Direitos Humanos, engrandece o mandato que V.Exª tem ao presidi-la. E é profundamente sempre esclarecedoras, as Audiências públicas permitem que nós possamos, na controvérsia e no contraditório, trazermos os esclarecimentos devidos.

Eu quero dizer que classificar fazer uma classificação indicativa, confundir isto com censura é algo que eu tenho um entendimento bastante claro de que não tem nada a ver. Não tem nada a ver, não é. E inclusive até porque a classificação ela é uma obrigatoriedade legal. O Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece no seu art. 76, diz de forma muito clara: “as emissoras de rádio e televisão, somente exibirão no horário recomendado para o público infanto-juvenil, programas com finalidades, educativas, artísticas, culturais e informativas”.

Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente ele estabelece de forma muito clara, que num determinado horário, no horário... Primeiro, terá uma recomendação e esta recomendação, para um determinado horário de exibição de programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Portanto, o ECA impõe a legislação que estabelece o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece a recomendação. Estabelece a recomendação e de que tipo de programação deve ser feita.

Mas se não fosse o Estatuto da Criança e Adolescente, nós temos uma lei que é a Lei 10.359 que é 2001, portanto, é uma lei para a qual não pode pairar nenhuma dúvida. Porque a vira e mexe há insinuação, de que o Governo Lula quer estabelecer censura. Vira e mexe nós temos esta guerra político partidária estabelecida. Então, a lei é de 2001. A lei, portanto, ela foi aprovada anteriormente ao atual Governo.

E a lei no seu art. 3º estabelece: “competirá ao Poder Executivo, ouvidas as entidades representativas das emissoras especificadas no art. 1º, proceder a classificação indicativa dos programas de televisão. Parágrafo Único: a classificação indicativa de que trata o caput, abrangerá obrigatoriamente a identificação dos programas que contenham cenas de sexo ou violência”. Portanto, é a Lei de 2001 que estabelece que nós tenhamos que ter a classificação indicativa.

Portanto, a gente que é mãe, espera ser avó o mais rapidamente possível, estou nesta campanha, a gente sabe... Faço parte do movimento dos sem neto. Então, é um movimento intenso, Senador Paim, não sei se V.Exª, já aderiu a esse movimento, mas... Já tem neto, então veja bem, até V.Exª, já tem neto. Eu ainda, não... Eu estou isolada. César Borges acho que V.Exª, já tem neto também? Então.

A nossa grande preocupação é porque cada vez mais os pais não estão neste longo período que as crianças ficam expostas, crianças e adolescentes ficam expostas a programação, não estão presentes. Portanto, não podem por mais que queiram, exercer a sua competência, a sua tarefa de recomendar ou não e de minimamente monitorar. Portanto, a exibição dos programas tem que ter a ação de classificação, porque determinados programas serão exibidos a partir de um determinado horário, onde a probabilidade dos pais estarem em casa é muito maior.

Portanto, os pais poderão exercer com muito mais presença o discernimento, se os seus filhos poderão ou não assistir aquela programação. Mas durante o dia, durante a maior parte do período que as crianças estão – e a informação que nós temos é de que inclusive já foi realçado aqui nesta Audiência – de que temos indicadores de que as crianças chegam a fico

até oito horas ao longo do dia expostas a programação. Portanto, nada mais justo do que na grande probabilidade da ausência dos pais naquele período, que a classificação contribua para não expor às crianças e os adolescentes a programação que poderá incidir na sua formação e, a partir de cenas de violência, de cenas de sexo, influir na educação de forma – eu tenho o entendimento negativo.

Então, eu acho que a classificação não tem em hipótese alguma o caráter de censura. É atendimento a determinação legal, leis que foram aprovadas pelo Congresso Nacional, seja o Estatuto da Criança e do Adolescente ou a Lei 10.359 de 2001 e, portanto, legítima. Legítima, a portaria indicativa de classificação indicativa.

É claro que tem que ser feita dentro do bom senso, tem que ser feita como a própria legislação estabelece ouvidas as entidades representativas das emissoras, dos veículos de comunicação. Agora, o bom senso que deve estar presente na portaria feita de comum acordo e em conjunto com as emissoras nos obriga, o bom senso inclusive nos obriga, a ter um mínimo de classificação. A ter um mínimo de controle do que é veiculado, conforme o horário, porque tudo poderá ser veiculado. Tudo. Portanto não há censura. Tudo poderá ser veiculado.

Agora, a classificação com os horários adequados para sua veiculação, busca preservar as nossas crianças, os nossos adolescentes esta preservação. Inclusive a veiculação sem censura em determinados horários, onde provavelmente, ou o pai ou a mãe estará em casa, estará acompanhando a programação e poderá com o alerta dado pela classificação, decidir se os seus filhos vão estar ou não, em condições de acompanhar aquela programação.

Por isso que, mais uma vez eu tenho reiterado(F), inclusive, a decisão ontem do Supremo, acho que foi bastante positiva nesse sentido, contribui, colabora para que a gente possa chegar a bom termo, sem que pare qualquer dúvida, de qualquer ato autoritário, porque não tem autoritarismo nenhum. Classificar não é censura, nem autoritarismo.

Classificar é buscar atender os ditames legais, às leis que estão em vigor, seja o ECA, seja a 10.359. E mais do que isso, a classificação busca – que eu acho que tenho o entendimento que todos os Parlamentares, todos os membros desta Comissão, buscam preservar nossas crianças e os nossos adolescentes; sem que traga qualquer tipo de prejuízo ou buscar prejudicar, nem a nossa liberdade de imprensa, a nossa liberdade de divulgação de toda e qualquer ordem de idéia. E, também não busca – tenho esta convicção – preju-

dicar os meios de comunicação que são os veículos das idéias no nosso País.

Então, era isso Sr. Presidente. E, mais uma vez, quero parabenizar a coragem de trazer mais uma polêmica aqui para o Senado, com o contraditório salutar para que a gente possa estar dando elementos, dando condições para que qualquer deliberação ou apoioamento ou pronunciamento de qualquer Parlamentar, seja feito a partir do bom debate das idéias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Ideli, só para ficar claro, a iniciativa foi do Senador César Borges e essa Presidência acatou de imediato, porque na linha que V.Ex^a colocou, de que vamos fazer o debate independente do tema.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu quero aqui fazer um elogio público, para que não pare qualquer dúvida a iniciativa do Senador César Borges, que tomou a iniciativa de fazer o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De provocar o debate e, que a Comissão acatou de pronto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu estava sem esta informação, mas já quero corrigir de imediato, o lapso de não ter feito o elogio pela solicitação, pelo requerimento do Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço a Senadora, mas foi na linha da sua fala mesmo. O Senador provocou, a Comissão acatou de imediato, porque entendeu que o assunto merecia o debate que está tendo nesse momento.

Eu de imediato, conforme combinado, passo a palavra ao Dr. Antônio Carlos Biscaia, Secretário do Ministério da Justiça, que está aqui oficialmente representando o Ministro Tarso Genro, que está no exterior. E aí vamos estender a todos os nossos convidados, o direito a fazer suas considerações sobre as falas dos Senadores e Senadoras.

SR. ANTÔNIO CARLOS BISCAIA: Sr. Presidente, eu também, na linha do que a Senadora Ideli Salvatti assinalou, eu quero enaltecer a iniciativa que é da Presidência, acatando o requerimento do Senador César Borges. Eu acho que é muito importante que essa oportunidade de discutir um tema dessa relevância, venha também para o âmbito do Congresso Nacional.

Foi com este objetivo que o Ministro Tarso Genro concedeu 45 dias de prazo, adiando a vigência dos principais. E ainda, com essa disposição que ontem no exercício do Ministério, como Ministro da Justiça, concedi uma prorrogação de mais 15 dias. Então, 60 dias para que o tema seja amplamente discutido pela sociedade, pelo Congresso e, por todas as pessoas envolvidas nesta questão.

É importante registrar aqui Presidente, que todas as intervenções dos integrantes da mesa e dos representantes da nossa Federação, os Senadores da República, foram na linha de defender a classificação indicativa. Eu acho que esta é uma conclusão inquestionável. Todas as intervenções registraram a importância de que este poder-dever, do Governo Federal seja exercido.

Então são pequenas divergências, pequenas interpretações que devem ser sanadas. Eu não tenho dúvida de que a alcançaremos a isso. V.Ex^a, ainda não tinha chegado a esta Audiência Pública, quando eu registrei que das 24 observações e sugestões apresentadas pela ABERT, já de início 15 foram acatadas pelo Ministério da Justiça. A ABERT sugeriu alterações na portaria.

Então, nós verificamos que estavam corretas aquelas objeções e corrigimos já num texto novo que vai ser editado. As outras envolvem aspectos que são mínimos. Na realidade, a ABERT sempre tem se posicionado: “queremos a classificação, instale uma linha, um compromisso até de divulgar o tema”. Tem divulgado o tema como nunca foi divulgado. Eu acho que isso é muito bom. A divergência apenas está – hoje eu não tenho dúvida – a vinculação entre a faixa etária recomendada e o horário da veiculação.

Este é o único aspecto da divergência e que foi levado pela entidade de representação das emissoras ao Superior Tribunal de Justiça e o Ministro Noronha suspendeu esse dispositivo, que na realidade ainda é o art. 2º, da primeira Portaria, 796 de 2000. O art. 2º, foi reincluído no artigo 19 da 264. E o que foi suspenso foi o art. 2º, por isso até que a decisão final não pôde ser tomada ontem.

Eu acho que nós temos que aproveitar a oportunidade aqui, para definitivamente deixar de lado a portaria só 796, seu art. 2º, que fala de forma indevida “será vedado peremptoriamente”. Nós temos que encontrar uma forma de afastar essa vedação peremptória, que não é da Portaria 264, que o Ministro Márcio Thomaz Bastos baixou em 2007, mas é da portaria editada pelo então Ministro, José Gregori, em 2000.

Então eu acho que por esta razão, ontem no exercício do cargo de Ministro da Justiça, eu não editei uma nova regulamentando tudo, afastando essas questões. Porque isso poderia parecer a ABERT, às emissoras, um procedimento de deslealdade que eu nunca adotaria. Por isso que nós temos 15 dias aí, para de alguma maneira buscarmos esse entendimento, para que até o dia 13 de julho aí sim, um novo diploma legal acolhendo as sugestões, afastando as divergências, vai ser editado pelo Ministro Tarso Genro.

Quero apenas assinalar, naquilo que o eminente Senador César Borges registrou de que também estamos de acordo que a Lei 10.359 prevê o dispositivo eletrônico bloqueador. Quer dizer, eu apenas não concordo Senador, que a não fabricação de televisões com esse dispositivo de forma obrigatória, possa ser da responsabilidade do Poder Executivo. Mas de qualquer maneira, eu acho que como iniciativa nossa, eu vou propor ao Ministro Tarso Genro, que encaminhe um aviso ao Ministro das Comunicações, que é o Senador Hélio Costa, no sentido de que procure avaliar essa questão no âmbito do Ministério das Comunicações. Se for o caso, daqui para frente estabelecer uma exigência, para que todas as televisões a serem fabricadas contenham esse dispositivo. Eu não tenho dúvida disso.

E por último, ainda, eu quero dizer a V.Ex^a, que nós não podemos Senador, de forma alguma nem de leve, imaginar que uma portaria do Ministério da Justiça, do Poder Executivo, do Governo do Presidente Lula, possa ser igualada a iniciativa do Governo da Venezuela, de forma alguma. Eu tenho insistido muito nisso, a tradição e a posição política e histórica de todos nós que integramos o Partido dos Trabalhadores, demonstra que nós jamais aceitaríamos qualquer tipo de leve ofensa à garantia constitucional de absoluta liberdade de expressão, de pensamento, de censura e de crítica. Isso faz parte das nossas histórias de vida.

Mas eu quero encerrando, mais uma vez, cumprimentar a V.Ex^a. Eu acho que é do debate democrático que surgem as propostas adequadas. E, a partir da solicitação da ABERT, que provocou adiamento e de Audiências Públicas no Congresso Nacional como essa, é que nós vamos aprimorar o texto que atenderá aquilo que a sociedade brasileira exige. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Agradeço. Ainda te chamo de Deputado, ainda, viu Biscaia? Mas está aqui na condição de Ministro da Justiça. Queria já passar para o Doutor Evandro Guimarães. Pois não? Falar primeiro? Então, tá.

Eu já vou passar a palavra ao Dr. José Eduardo e, queria apenas fazer um pequeno registro. A Senadora Patrícia Saboya não teve condições de comparecer a Comissão, mas a Assessoria me passou duas questões que eu considero importantes.

Primeiro. A pesquisa da CNT/Census, que foi divulgada ontem e está publicada hoje na Folha de São Paulo, coloca que 58% dos brasileiros são a favor da classificação indicativa. Então, um dado importante que eu acho que vale a pena fazer o registro.

E uma provocação ao Evandro Guimarães, porque isso que a Assessoria Senadora Patrícia nos passou

– eu gostaria até depois de saber se isso confere – que a ABERT tem um Código de Ética que está aprovado desde 93, com regras que são inclusive mais rígidas com as das portarias. E, que este Código talvez fosse bom, inclusive, porque parece que não está no site da ABERT, mas que seria bom inclusive divulgar, porque no comparativo com a portaria, as exigências da própria Associação são bastante firmes, bastante rígidas. Pois não, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr^a Presidente, eu quero afirmar que no nosso entendimento, eu gostaria até de ouvir aqui o Presidente da ABERT, a classificação indicativa existe, ela está, as emissoras estão fazendo classificação indicativa, apenas é que elas fazem – as próprias emissoras. E agora, passa a ser o Diretor do Departamento de Justiça, do Ministério da Justiça; que dentro uma burocracia interna que está detalhada, inclusive muito burocrática mesmo com diversos passos, é que o Ministério do Poder Executivo, o Ministério da Justiça é que vai fazer isso. Ninguém aqui se posicionou e o Deputado Biscaia já colocou isso muito bem, contra a classificação indicativa.

Essa portaria é que está trazendo para dentro do Ministério da Justiça, para no âmbito da burocracia do Ministério da Justiça, se fazer a classificação indicativa. Eu gostaria até que pudesse ser esclarecido, se é exatamente isso ou não. Quer dizer, sai do âmbito das emissoras que têm a responsabilidade e podem efetivamente responder, caso não façam a classificação adequada e, passa agora a ser algo da atribuição interna dos burocratas do Ministério da Justiça.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador César Borges, antes de passar para o Dr. José Eduardo, eu acho que a própria ADIN que foi julgada ontem, já desmonta esta argumentação de V.Ex^a, pela seguinte questão.

A ADIN julgada ontem era de uma portaria, se não me falha a memória do Ministro José Gregori, do Governo anterior, portanto, do Ministro da Justiça do Governo anterior. O que estabelece que a Lei de 2001, já conferia ao Poder Executivo e, o Governo que antecedeu já executava, já agia na forma de portaria do Ministério da Justiça a classificação.

Portanto, eu acho que não cabe essa questão de que, “agora, o atual Ministro, o atual Ministério”. Não. A portaria, a julgada ontem e desconsiderada, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente já estabelecia e, a Lei de 2001 também já estabelecia que a portaria de classificação, de comum acordo com as emissoras deve ser uma atitude do Executivo, do Ministério da Justiça.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Senadora Ideli Salvatti, V.Ex^a, às vezes, na paixão partidária e

do Governo, em defesa do seu Governo, do Presidente Lula, nós não estamos tratando aqui do Governo A ou do Governo B. Nós estamos aqui falando em tese, sobre uma questão que realmente é muito importante para toda a sociedade.

Então, não é uma questão política, mas o que foi –

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu também não estou falando em tese, eu falando de uma legislação--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não, mas a ADIN. Não, mas a Adin, veja bem, é uma questão que nós levantamos aqui inicialmente da inconstitucionalidade, porque a Constituição prevê no art. 220, que compete a lei federal e, na verdade, está sendo uma portaria do Ministério da Justiça.

Então, a ADIN--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas uma portaria em cumprimento a uma lei federal, traz aqui de novo pra mim o--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não, mas em cumprimento ao ECA, mas nós achamos que o Estatuto da Criança e do Adolescente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas não é só o ECA--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não sobrepõe o art. 220.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não é só o ECA.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Essa é a questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador César Borges, eu vou fazer... Eu já vou.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Inclusive, o Supremo, só uma questão para V.Ex^a, o Supremo Tribunal Federal ficou dividido, foi o voto de minerva da Presidente que decidiu a questão, mas houve uma divisão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador César Borges eu vou passar--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Meio a meio, cinco a cinco dos senhores Ministros.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu vou ler e depois imediatamente, passar ao Dr. José Eduardo, que com certeza--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Ninguém está--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mais do que eu terá condições de fazê-lo. Aqui, Lei Federal 10.359, que de 2001, art. 3º: “Competirá ao Poder Executivo ouvidas as entidades representativas das emissoras especificadas no art.

1º, proceder a classificação indicativa dos programas de televisão”.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Então, eu vou ler para V.Ex^a, o artigo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Então, compete ao Poder Executivo--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): 220 da Constituição. Parágrafo 3º: “Compete à lei federal regular as diversões, espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias”. Mas compete a uma lei federal, não há uma lei federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): É a 10.359, de 2001.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não. Veja bem, seria uma lei federal específica, para poder--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Eu estou passando ao Dr. José Eduardo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): É uma lei específica--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Que poderá, com certeza.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Para que desse ao Executivo como exercer, no caso como está previsto na Constituição, o regulamento das diversões, espetáculos públicos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Então, vamos passar ao Dr. José Eduardo Elias.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): A OAB foi quem fez, exatamente, calcada nessa interpretação constitucional.

SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO: Me permite esclarecer, Senadora. Esse é um ponto bastante interessante ou importante nessa discussão. E creio eu, possa fazer alguns esclarecimentos.

Não é pela primeira vez que o Supremo Tribunal Federal, se manifesta sobre a existência da lei federal que é na verdade, o Estatuto da Criança e do Adolescente a Lei Federal 8.069 de 90. Pela terceira vez.

A primeira ocasião se deu, quando Jarbas Passarinho então Ministro da Justiça, publicou a sua portaria regulamentando a classificação com vinculação horária, porque assim ele estava obrigado pelo Estatuto da Criança e Adolescente, publicado meses antes em 1990. A 773, a primeira portaria sobre a classificação trazia já vinculação horária e, foi apreciada no Supremo, por uma Ação Indireta de Inconstitucionalidade. O Supremo pela primeira vez disse: “a lei que regulamenta a classificação indicativa no Brasil é o Estatuto da Criança e adolescente”, porque a pretensão regulamentar,

porque a finalidade de se regulamentar a classificação é a proteção absoluta a criança e adolescente.

Pela segunda vez, o Supremo Tribunal Federal se manifestou quando do julgamento da 796. A 796 foi avaliada e julgada, numa primeira discussão a pedido da Ação Direta de Inconstitucionalidade. Mais uma vez, o Supremo Tribunal Federal em voto o acolhido por todos seus integrantes, disse que: “a lei que regulamenta a classificação indicativa é o Estatuto da Criança e Adolescente”.

No entanto, quando o julgamento se deu a pedido da OAB, para que não mais restasse dúvida de que havia lei federal e, de que essa regulamentação só se dá em portaria, depois de estabelecido e fixada em lei federal, o Governo anterior editou, publicou em 2001, a Lei 10.359, aqui lembrada por todos nós.

Então, hoje Senador, há duas leis federais que regulamentam a classificação indicativa. A Lei 8.069 que estabelece com evidências, dispositivos do princípio que devem nortear a ação do Poder Público e, também de emissoras, tanto quanto das entidades, no que diz respeito a regulamentação.

E, quando havia dúvidas sobre os critérios definidos, os critérios a serem obedecidos pelo Poder Público na análise dos conteúdos audiovisuais, a Lei 10.359 foi publicada e pacificou essas dúvidas ou essas dificuldades que se tinha. Então, é preciso que se tenha claro que o que o Ministério na Justiça hoje, faz aqui com a Portaria 264, é avançar, aprimorar esse longo processo que tem início em 1990. Eu diria até em 1988.

Os Srs. Senadores poderiam consultar os anais da Assembléia Nacional Constituinte, lá se travou intenso debate. O Deputado Florestan Fernandes à época, dizia não se podia admitir o ingresso da classificação indicativa na Constituição e no texto, porque não se sabia exatamente o que era a desclassificação. Corria-se o risco de se praticar a censura com esse novo dispositivo.

E, e depois de um longo, longo e produtivo debate em que participou o Deputado Nelson Jobim, o Deputado José Genoíno, enfim, vários Deputados de diferentes Partidos, se decidiu que a classificação ingressava no texto para radicalmente abolir a censura, sem contudo afastar a responsabilidade das emissoras.

E, com esse pequeno *flashback*, eu quero dar o salto para a nossa situação de hoje. É exatamente o que faz a classificação indicativa na Portaria 264. Portanto, me permita discordar de V.Ex^a, mas é justamente o contrário do que o senhor afirmou.

A portaria nova, ela deixa, afasta a análise prévia a competência do Ministério, como regra. O Ministério da Justiça deixa de fazer o que foi feito até agora nos

últimos 17 anos, que é analisar tudo aquilo, analisar previamente tudo aquilo que será exibido. O Ministério da Justiça modificou essa regra, atribuindo às emissoras a responsabilidade pela análise daquilo que elas produzem.

E ao atribuir, ao reconhecer a responsabilidade das emissoras para fazer a classificação, a auto-análise do seu próprio produto que nós estamos chamando de classificação, é reservado ao Poder Executivo a obrigação de classificar ou de monitorar depois de exibido. É importante que se diga que esclareça, porque essa é também a experiência dos diferentes países do mundo.

É importante que se diga que nas democracias consolidadas, a análise prévia foi sendo paulatinamente extinta. E é necessário que criemos mecanismos para garantir ao Poder Público e à sociedade, que as emissoras responsáveis pelos conteúdos que produzam não cometam abusos. E os abusos estão postos com as diferentes ações judiciais existentes, com ação do Ministério Público e também com a portaria da classificação indicativa.

Então, eu gostaria de esclarecer que quanto à constitucionalidade, pela terceira vez na decisão de segunda-feira, o Supremo Tribunal diz, que: “não se trata de uma inconstitucionalidade, regulamentar a classificação indicativa pela portaria do Ministério da Justiça”. Seria sim, seria sim, deixaria sim, de cumprir suas funções se o Ministério não fizesse.

Agora, o Supremo Tribunal Federal nos coloca diante da grande questão. O que nós faremos para proteger crianças e adolescentes de programas considerados abusivos ou lesivos aos seus interesses ou a sua formação? Essa pergunta o Estatuto da Criança e Adolescente nos dá uma resposta, no seu art. 254. O que nós faremos? Estabeleceremos a vinculação horária.

Importante notar no que art. 18, da Portaria 264, no seu inciso II, o Ministério já prevê a possibilidade ou a inclusão de dispositivos de bloqueios na TV do Brasil. Com os avanços, com a tecnologia digital, o Ministério da Justiça prevendo os avanços, o inefável avanço tecnológico, disse: “quando houver condições dos pais decidirem rigorosamente ou com eficácia, aquilo que chegará nas suas TVs, aquilo que seus filhos poderão assistir, não há mais necessidade da vinculação horária”. Eu quero que isso fique claro.

Se os pais pudessem sair da casa, decidir que a sua TV não receberá um filme de sexo explícito estaria resolvido o problema, mas isso não foi não é possível nesse momento. Então, para que a criança não fique sujeita a disputa, às vezes, predatória dos níveis de audiência é necessário que se tenha um único dispositivo

de proteção a criança. E esse dispositivo nos termos do Estatuto da Criança e Adolescente é a vinculação horária, até que se tenha outra forma de proteção.

Eu vou concluindo aqui, apenas a—
[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para... Não precisa orientá-lo, o Senador César Borges, a qualquer momento pode.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, se V.Ex^a, me permite. É porque a leitura da Portaria nº 264, de 09 fevereiro de 2007, ela trata a análise prévia como exceção e V.Ex^a, colocou isso até numa entrevista.

SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO: Sim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): E, efetivamente, aqui está a leitura *ipsis literis* da Portaria 264: “da autotclassificação pela dispensa de análise prévia, art. 9º. O titular ou representante legal da obra audiovisual que apresentar requerimento rigorosamente instruído, especificamente com descrições fundamentadas sobre o conteúdo e o tema, pode solicitar dispensa da análise prévia realizado pelo Dejus/SNJ. Parágrafo 1º. O ato emanado em até cinco dias da coordenação de classificação indicativa, COCIND/Dejus, que deferir ou indeferir a dispensa da análise prévia, será publicado em sítio eletrônico: www.mj.gov.br/classificacao. Parágrafo 2º. O ato de atribuição da classificação indicativa emanada pelo Diretor do Dejus/SNJ, que convalidar ou modificar a decisão prevista no parágrafo anterior, será publicado em até 60 dias no Diário Oficial da União. Art. 10, a reclassificação de obra anteriormente classificada por sinopse ou documento assemelhado, fica condicionada a apresentação de compromisso do requerente de adequá-la a categoria de classificação no qual se pretende a reexibição, sem prejuízo dos demais documentos regularmente exigidos”. É a leitura.

Então significa, no meu entendimento Sr. Presidente, que essa análise prévia, ela permanece porque apenas fica em cinco dias no CONCID/Dejus a se manifestar, deferindo ou indeferindo a dispensa de análise prévia. Então, haverá sim uma análise, sempre precedente a veiculação que será feita. Então, sempre o Ministério vai opinar. E, isso aqui ainda é tratado como uma exceção.

Eu quero que fique claro como é que está aqui. Eu aqui acabei de ler exatamente o texto da Portaria 264, então, isso aqui é restritivo.

SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO: Sim.

SR. ANTÔNIO CARLOS BISCAIA: Eu ia pedir ao Presidente, licença para me retirar, exatamente porque eu tenho que atender a outros compromissos. Mas quero esclarecer a V.Ex^a, Senador, que entre as sugestões que a ABERT nos encaminhou, uma delas

é esta. E já há uma decisão de alterar quanto a isso. Já há. Nós apenas estamos vendo qual é a melhor maneira, mas eu estou interessando nisso.

Nós vamos afastar desse texto, quer dizer, qualquer coisa que possa significar análise prévia. Estamos estudando isso. E aí, haverá um entendimento para que a nova portaria a ser editada, represente aqui efetivamente o consenso entre as partes envolvidas. Obrigado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito obrigado. Espero que V.Ex^a consiga chegar a bom termo com esse novo texto.

SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO: Sr. Presidente, eu apenas posso fazer menção, fazendo menção a pesquisa hoje veiculada, que nós do Ministério da Justiça, apesar da maioria ter adotado, se posicionado favoravelmente a censura prévia, o Ministério é contrário a análise prévia e, assim temos demonstrado reiteradas vezes.

Foi bastante feliz a intervenção do Secretário Antônio Carlos Biscaia, para dizer que não há qualquer pretensão do Ministério de reforçar o aspecto da análise prévia, muito antes e pelo contrário é de afastá-la.

O que eu gostaria aqui apenas de sublinhar, Senador é que a análise prévia como exceção havia sido mantida no texto, por exemplos, que acho, creio eu, que podem ilustrar o nosso debate. Há casos como um filme, eu não me lembro, eu não me recordo mesmo qual emissora que o exibiu chamado "Intenções Cruéis". O filme continha cenas de estupro, sexo explícito, assassinato e, foi por nós analisado como inadequado para exibição antes das 23 horas, portanto inadequado para menor de 18 e, a emissora o classificara como livre.

Se a autoclassificação vigora sem qualquer possibilidade de análise prévia, esse filme teria sido exibido em qualquer horário e não nos horários em que há vinculação estabelecida pela portaria. Mesmo diante desses casos, acho que estamos diante dessas diferentes oportunidades, dessas diferentes possibilidades, ainda assim, não há como deixar de defender o fim ou a extinção completa da análise prévia da portaria, fazendo com que ela combine a responsabilidade existente entre emissoras, Ministério e sociedade civil.

Quero um último comentário ainda sobre o que foi aqui apresentado e, tentando esclarecer trabalho que realiza o Ministério da Justiça, o trabalho dos burocratas. Eu fiz concurso não para estar onde estou, mas por concurso público ascendi a Administração Federal e, hoje tento colaborar com o aprimoramento desse trabalho, garantindo antes de mais nada, que o trabalho não dependa de burocrata algum. Que o

império das leis se aplique neste País, dispensando a virtuosidade ou as virtudes de quem os aplica.

A democracia nesse País se estabeleceu em 1988, se restabeleceu, garantindo a todos processos de participação, procedimentos, meios e modos de que as pessoas exercessem a sua capacidade de decidir, que pudessem opinar sobre os rumos do seu País, ou sobre o projeto de futuro que cada qual, cada um de nós carregamos. E foi esse o trabalho exaustivo que o Ministério realizou ao longo desses últimos quatro anos.

Eu olhava para o meu copo d'água aqui na mesa, e é inevitável dizer que o trabalho do Ministério da Justiça, se eu perguntasse a todos vocês: o que é isso? Certamente alguns diriam que: "é um copo d'água, que contém água", pela percepção que vocês fazem, como fariam como telespectadores. Agora, se eu dissesse a cada um, se eu perguntasse: "quanta água tem nesse copo?" Vocês teriam palpites, ou os presentes a esta audiência, também teriam palpites, impressões.

O trabalho do Ministério é dizer exatamente qual a quantidade de água, do que é feito o copo e o que contém. Se o Ministério disser que a água é pela metade, nós não nunca faremos o que fazia a ditadura antes de 88, que é dizer que o copo está meio vazio. O debate se o copo está meio vazio ou meio cheio é um ideológico, que não cabe ao Ministério fazê-lo.

O Ministério tem obrigação pelos métodos estabelecidos, de dizer exatamente ou qual é a natureza daqueles conteúdos que são veiculados pela TV. Se é bom ou ruim, não será o Ministério que a fará, não pode ser o Ministério que o faça. Isso está posto desde o primeiro momento em que decidiu, em que se discutiu a elaboração de uma metodologia que assegurasse a todos – assegurasse a todos a objetividade da análise e a ampla participação. E, assegura mais, assegura o cumprimento das leis com a presença do Ministério Público.

Sublinho, finalizando. O Ministério Público, presente em todos os atos praticados pelo Ministério da Justiça, ele assegura que não haja, pelo Ministério da Justiça, qualquer desvirtuamento ou qualquer arbitrariedade na prática ou na execução de suas responsabilidades.

Eu teria mais algumas observações, mas certamente poderia fazer depois dos debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar para o Dr. Evandro, que quer fazer algumas considerações--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, é só que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Depois de uma consideração e uma tergiversação do Dr. Eduardo Elias Romão a gente tem que contestar, porque efetivamente se fosse tão auto-aplicável não precisaria de um manual que vai ser lido e interpretado pelo burocrata.

E burocrata aqui não vai nenhum demérito não, mas é um burocrata, efetivamente na acepção própria da palavra. É um burocrata que vai avaliar o manual e começar a julgar, por critérios que são subjetivos – subjetivos – o que é que ele aceita ou não. A nível de chegar aqui, eu estava lendo aqui rapidamente de colocar em percentuais de cenas que poderão ser excluídas ou não para recomendação. Tem tabelinhas a serem preenchidas com avaliações subjetivas.

Estão aqui, deixa ver se eu localizo a tabelinha, mas está muito claro aqui, no manual apresentado aqui pelo Ministério da Justiça para se fazer a classificação. Quando a gente procura não encontra aqui, mas eu vi--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou tentar ajudá-lo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Ajude que tem um manual aqui que diz: “proporção, identificação contra um conteúdo violento, incluindo todo tipo de ato criminoso e acidentes. Proporção de conteúdo violento entre 30 e 50% do material analisado”. Como é que ele vai codificar de 30 a 50% o que é o ato violento ou não é mais ou menos? É um julgamento subjetivo. Ninguém poderá me dizer que isso aqui é objetividade. É subjetivo.

Então, essa tergiversação--

SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO: Não há tergiversação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): É lamentável que seja uma tentativa de dizer que vai ter objetividade, mas será sempre subjetivo. E é por isso que se insurge a sociedade, inclusive os artistas brasileiros têm se insurgido contra isso, porque manifestação artística é eminentemente subjetiva não é uma coisa objetiva, que pode ser avaliada de 30 a 50%.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu passar a palavra para o Dr. Evandro Guimarães, sem prejuízo do debate continuar, tanto por parte do Senador, como pela mesa. Dr. Evandro.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Eu gostaria de começar dizendo que as preocupações do Senador César Borges, foram às mesmas preocupações que mobilizaram de maneira muito intensa a classe artística, desde que a utilização desses instrumentos de classificação indicativa foram divulgados para funcionar inicialmente – o Dr. Romão me corrigirá – para outras

mídias que não televisão. Parece que inicialmente foi utilizado para isso.

A razão de novo Senador, não nos cabe classificar a intenção. Eu tenho certeza que tanto o Dr. Romão quanto os burocratas e burocracia não é pejorativo, burocracia é de acordo com Weber, é a organização complexa, tanto quanto os demais componentes não queremos classificar. Pelo contrário. Eu parto do pressuposto que todos temos objetivo comum de proteger criança e adolescente, sem deixar de lado a constituição de uma verdadeira e madura sociedade democrática.

Mas situações como essa a ABERT deixou de considerar, porque ficou digamos assim, desde a publicação da portaria original, sobre promessa do Ministro Márcio Thomaz Bastos, a época, considerado como algo absolutamente interno do Departamento e, não um conjunto de informações que pudesse significar um certo dirigismo artístico ou cultural.

Então, nós também para fazer um *flashbeck* ou um retrospecto, nós temos tido nesse processo que já dura uns dois anos, nós temos tido troca de calor com os diversos níveis e acho – quero dar esse testemunho – de que a gente tem evoluído. Eu espero com as declarações recentes aqui faladas pelo Secretário de Justiça, pelo Secretário Antônio Carlos Biscaia, que a gente vá amadurecer.

Estamos confiantes e depositando, de que a gente considerará revelar e ressaltar nas modificações que o Ministério poderá acolher no novo texto da portaria, ressaltar que aspectos impositivos são de natureza, não devem ser... Não são aceitáveis nesse momento da vida brasileira. Aspectos que envolvam análise prévia ou apreciação prévia de mérito devem ser tratados com muito cuidado, para que não repercutam como indicação, sugestão ou dirigismo. E devem partir do pressuposto que as emissoras de televisão têm os endereços mais conhecidos do Brasil.

Eu queria dizer o seguinte – o Dr. Romão poderá ter isso que ele tem estatísticas. São pouquíssimos os casos na história recente, pouquíssimos, pouquíssimos contam-se nos dedos da mão, os casos em que as emissoras deixaram de exibir programas de acordo com o horário da sugestão de classificação indicativa, porque isso é daquele bom senso médio geral.

E nenhuma concessionária em regime privado de rádio e televisão tem interesse sistematicamente de chocar. Não é assim que se faz audiência, não é assim que se cumpre a missão. Quer dizer, para ter uma idéia programas eventualmente classificados como inadequados para menores de 14 anos ou de 12 anos, quando são exibidos em horário diverso daquele originalmente exibido são adaptados, são readaptados.

Ou seja, as emissoras também têm responsabilidade social, porque sem responsabilidade social o prejuízo é imediato. A troca de calor se faz 24 por dia, todos os dois da semana.

Quem sistematicamente exhibe algo inadequado paga por isso e os telefones das emissoras funcionam melhor do que qualquer percepção que se possa imaginar num instrumento administrativo.

Mas então, o meu voto e a minha expressão é de absoluta convicção de que aspectos impositivos, aspectos de análise prévia e aspectos que possam parecer interferência ou dirigismo na programação e na produção do conteúdo cultural e audiovisual brasileiro, não participarão, não serão acatados no novo diploma que o Ministério pretende nos próximos 15 dias editar.

Eu estou confiante – e essa audiência faz parte disso – e a bom tempo mostrou-se que a sociedade brasileira está muito atenta, por um processo civilizatório moderno e com liberdade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou encaminhar da seguinte forma, porque já são 11 horas e 38. Eu vou dar cinco minutos para um dos membros da mesa para suas considerações finais e, naturalmente permitir ao nobre Senador, que é o autor do requerimento que também faça suas considerações e daí vamos para o encerramento.

Eu começo com o Dr. José Eduardo.

SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO: Esclareço mais uma vez, que há pouco tempo atrás o Presidente da Associação dos Roteiristas que se manifestou contrário ao manual, que é tipo de indicação ou de instrumentos para indicação que o Ministério possa produzir ou tenha produzido e diz: “que há um excesso de objetividade o nosso trabalho”.

E essa discussão com diferentes artistas e categorias, ela não se inicia agora, teve início em 2006, os diferentes aspectos foram analisados esse material. Sobretudo num aspecto talvez de interesse especial ao Departamento Jurídico das Emissoras é que o manual, que é na verdade um extrato desse conjunto de publicações que aqui apresenta o Ministério da Justiça em parceria com a ANDE, produziu as publicações que os Srs. Senadores e Sr^{as}, Senadores receberam em seus gabinetes.

Esse manual ele tem uma grande pretensão – e aqui faço menção – de tornar não só objetivo, mas fazer com que o ato do Departamento de Justiça, o Departamento do Ministério seja um ato vinculado, isso significa passível de ser controlado pelo Poder Judiciário. Essa é uma mudança radicalmente distinta e de qualidade superior e democrática do que havia antes ou havia na censura.

O ato não é mais um juízo de oportunidade e conveniência do departamento, do burocrata de plantão. O ato é um ato vinculado passível de ser analisado. E, apenas fazendo menção a idéia, a imagem da burocracia aqui criada, nunca houve... Mais uma vez, burocracia ela não pode se confundir com burocracia, aquela imagem do paquiderme criada no início da década de 90.

Apesar da burocracia é garantida a legalidade, da impessoalidade, não há tratamento privilegiado ou favorecido, seja qual for a emissora, seja qual for o cidadão, da publicidade dos dados – e o nosso trabalho é de garantir a ampla transparência de tudo que é feito. Toda e qualquer relação mantida com interesse particular, ou interesses comerciais, o da eficiência e o da moralidade pública.

Essa é a garantia que a burocracia esse conjunto de métodos mais uma vez insisto, definidos e explicados nesse manual, com a participação de diferentes atores, com o apoio e as manifestações da Pastoral da Criança, do CONANDA, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que exaustivamente apreciou o trabalho do Ministério creio eu. E, com a contribuição que certamente trouxe e continua nos oferecendo a ABERT, a ABRA, a ABRATEL, esse trabalho ou esse Sistema Nacional de Classificação, sistema de garantias a direitos da criança e adolescente, mas também garantias da democracia e ao bom funcionamento das instituições do Brasil.

Para finalizar, ainda quero fazer comentários ao que disse o Dr. Joelson Dias, quando explicou que há modelos de auto-regulação--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para atualizar eu combinei aqui com a mesa, é cinco com mais cinco. Então, o senhor tem mais dois e com mais cinco ainda.

SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO: Muito obrigado. Então, terei um pouco mais de tempo. Apenas para comentar o que o Dr. Joelson disse é que há modelos de auto-regulação em alguns países, países europeus, países americanos, que não funcionaram adequadamente.

O que houve ou o que há hoje em dia são os denominados modelos de co-regulação em que leis, autorizam que as emissoras divulguem seus critérios, façam modelos próprios ou constituam modelos próprios de análise, criando ouvidorias. Não apenas serviço de atendimento ao consumidor, mas criando ouvidorias que publicizem as reclamações.

Enfim, há modelos conjuntos de regulação do conteúdo ou de proteção da criança e do adolescente que têm funcionado a contento. O que o Dr. Marcos Vinicius aqui nos explica com mestria, fazendo menção ao texto

do Doutor Dráuzio Varella que há impacto, me permita só usar. Na página 92 desse livro que foi distribuído, que está à disposição no site do Ministério da Justiça há uma manifestação da Associação Americana de Pediatria e que diz a força da co-relação entre violência na mídia e comportamento agressivo, abro aspas: “É maior do que a relação entre consumo de cálcio e a massa óssea, [soa a campainha] ingestão de chumbo e baixo QI, a negligência no uso de preservativos e infecção por HIV, ou o consumo ambiental de tabaco e câncer de pulmão. Associações aceitas pelas comunidades médicas, nas quais a medicina preventiva se fundamenta sem questionamento”.

Então essa vinculação que é evidente e que foi fartamente investigada nos outros países, não seria diferente no Brasil. De qualquer forma em benefício da dúvida, o Ministério cria agora formas de financiar pesquisas que nos permitam avaliar, qual a conexão entre cenas de violência e o aumento da violência ou a reprodução da violência.

E o que é pior em se tratando de cenas de sexo. Qual é a conexão que se estabelece, quando nós infantilizamos ou sexualizamos a infância e os aumentos dos casos de pedofilia ou os aumentos de abuso, ou de exploração sexual contra crianças e adolescentes? Será que não há relação possível? Será que quando a Constituição nos obriga a proteger absolutamente a criança e o adolescente, não nos adverte para o que há de mais caro em nossa sociedade – ao lado, sem quaisquer ressalvas da liberdade de expressão.

Será que a nossa Constituição e os Parlamentares à época, a nossa sociedade, não nos legou um modelo que nos obrigue a equilibrar princípios igualmente relevantes, a proteção a liberdade de expressão e proteção a criança e ao adolescente? O Ministério da Justiça tem certeza que sim. E é essa responsabilidade de equilibrar direitos e garantir a democracia, garantir princípios que são igualmente caros a nossa sociedade, é que nós vamos levar a cabo na reformulação da portaria.

Então eu quero aqui, ao mesmo tempo tentar produzir alguns esclarecimentos e oferecer uma mensagem que tranquilizem alguns e reforce entendimento às contribuições que a sociedade civil tem encaminhado fartamente ao Ministério da Justiça. Muito obrigado, mais uma Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. José Eduardo. Passo de imediato a palavra ao Dr. Joelson. Cinco minutos com mais cinco, também.

SR. JOELSON DIAS: Obrigado, Sr. Presidente. Como palavra de encerramento, eu queria trazer em nome do Conselho Federal da Ordem dos Advogados

do Brasil, saudação ao Senador César Borges pela iniciativa que teve de trazer o debate o tema, e da acolhida que esta Comissão deu a proposta.

Não poderíamos ter fórum mais adequado para discutir uma questão tão polêmica como esta que o Congresso Nacional, junto aos nossos representantes, junto aos nossos Parlamentares. E, com certeza a efetiva participação da população brasileira, na medida em que essas Audiências Públicas são transmitidas e depois retransmitidas pela TV Senado.

Em primeiro lugar, cabe um esclarecimento sobre a ADIN que foi proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil. A ADIN que foi proposta pela OAB, não diz respeito a Portaria 264 de 2007. A ADIN proposta pela OAB, diz respeito à Portaria 796, do ano de 2000. Foi uma ADIN, proposta pela OAB no ano de 2001, que somente agora veio a ser julgada, ou seja, nós temos apenas uma mera coincidência.

Justo na hora em que a atual gestão do Ministério da Justiça, decide editar a Portaria 264, o Supremo se debruçou para julgar a ADIN proposta pela OAB, no que diz respeito a Portaria 796 de 2000. Então, foi uma mera coincidência entre o que estava realizando o Ministério da Justiça ou está realizando o Ministério da Justiça e o que acabou sendo decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Agora, de qualquer sorte com a decisão do Supremo Tribunal Federal, uma das leituras possíveis desta decisão – e é justamente sobre isso que a OAB e, certamente toda a sociedade vai se debruçar, para analisar os efeitos, as consequências dessa decisão do Supremo Tribunal Federal, por mais apertada que tenha sido a votação: seis a cinco. É no sentido, de que o poder regulamentar reclamado pelo Ministério de Justiça, estaria sim, respaldado em lei e esta lei, no caso, seria o Estatuto da Criança e do Adolescente e mais precisamente o art. 74.

Eu digo que essa é uma das interpretações possíveis, porque obviamente isso ainda vai ser objeto análise. E a primeira discussão que teremos será justamente esta: é esta mesma conclusão, que se pode extrair dessa decisão do Supremo Tribunal Federal? De que o Ministério da Justiça está agindo segundo os ditames constitucionais e legais, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente?

E a partir disto uma outra discussão que eventualmente poderá surgir e, isto será objeto de análise – e é sobre isso que a OAB já está se debruçando. É o sentido, o alcance da expressão “Poder Público”, contida no art. 74 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa expressão “Poder público”, combinada com o que temos hoje na Lei 10.359 de 2001, que

estabelece, que estipula a obrigatoriedade dos dispositivos eletrônicos.

Esta acepção “Poder Público”, é combinada com a 10.359, diz respeito apenas o Poder Executivo, diz respeito apenas ao Ministério da Justiça? Ou essa acepção “Poder Público” deveria [soa a campainha], ser entendida de maneira mais ampla? E é isto, que com certeza a OAB também vai estar se debruçando, porque a reivindicação de que o controle social efetivamente seja garantido, seja efetivamente assegurado.

De repente, Poder Público na acepção do próprio Estatuto da Criança e Adolescente não é apenas o Ministério da Justiça. Poder Público aí, talvez signifique a participação em um comitê, em uma Comissão, em um Conselho, de obviamente autoridades governamentais, representando as emissoras de televisão, mas também da sociedade civil.

O Ministério da Justiça ouviu efetivamente a sociedade civil, na discussão desta Portaria 264 de 2007, a OAB inclusive participou, acolheu o convite do Ministério da Justiça, para participar do grupo de estudo, grupo de trabalho que acabou resultando na edição dessa Portaria 264 de 2007, mas agora a sua implementação, na sua implementação se estabeleceu que: competirá apenas ao Ministério da Justiça exercer a classificação indicativa.

Então, obviamente, que reivindicando sempre a maior participação social, reivindicando sempre o maior controle social sobre o espectro que é público, esta é uma questão que a OAB estará também analisando.

E claro que com isso, aproveitará para mais do que tão simplesmente apontar os problemas, os conteúdos inadequados, ver de que maneira esse tipo de discussão, esse tipo de debate, esse tipo de proposta pode significar o aumento, a melhoria na qualidade da programação da televisão brasileira, o respeito aos direitos humanos. E, como decorre de própria Constituição, também, uma oferta mais ampla de atrações educacionais e informativas ao público infanto-juvenil.

E com certeza, até por já termos um instrumento legal vigente, que é a Lei 10.359 de 2001, a OAB estará analisando também de que maneira se poderá cobrar do Poder Público, que esta lei seja colocada em vigor. Sejam esses aparelhos de televisão, então, já fabricados com os dispositivos eletrônicos, permitindo que os pais, as famílias, possam exercer o controle desse conteúdo inadequado, por vezes, veiculado.

Com essas observações eu queria, então, mais uma vez enaltecer a iniciativa deste Congresso Nacional, basicamente do Senado Federal e da sua Comissão de Direitos Humanos, na convocação de uma Audiência Pública de tamanha importância.

E claro, em nome do Presidente Nacional da entidade, César Brito, colocar o Conselho Federal da OAB, a disposição dos senhores Parlamentares para continuar, como é certo, o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço ao Dr. Joelson Dias. Passo a palavra ao Dr. Marcos Vinicius, para que também faça suas considerações. Cinco minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. MARCOS VINICIUS AGUIAR MACEDO: Eu dizia aqui quando da minha fala inicial, de que efetivamente essa questão já chegou em alguns Estados a serem judicializada a questão da aplicação dos ditames da aplicação dos ditames da classificação indicativa, seja sob a égide da portaria anterior, seja da nova, que aliás está judicializada junto ao STJ.

Essa questão da censura efetivamente tem sido levantada em sede de defesa, quando da discussão em sede judicial sob aspectos que envolvam a classificação indicativa. Nós do Ministério Público Federal, temos defendido de que não se trata de censura eu particularmente sou de 64, vivi bem os tempos de então. E, me parece que o que havia lá, ou seja, a proibição a vedação a obras literárias, a filmes, a edição de discos, não é nada do que se pretende com a classificação indicativa.

Não está proibida a apresentação de nenhuma obra televisiva. O que se faz aqui é a classificação para apresentação dessa obra em determinado horário é isso que a classificação faz. Exemplificativamente eu aponto aqui, que há duas semanas atrás foi apresentado numa televisão em grande rede nacional, o filme “18 Milímetros”. Há duas semanas atrás, num sábado, no horário apropriado, após as 23 horas.

Há ali nesse filme, “oito milímetros”, perdão, disponível obviamente em DVD, uma cena ali em que uma mulher ela é retalhada, ela é cortada com uma faca e essa cena ela é televisionada. Fico eu pensando, se nós fossemos admitir o que alguns artistas pensam que qualquer obra, possa ser apresentada em qualquer lugar e em qualquer horário. Ou seja, uma obra, um filme desse apresentado, por exemplo, às duas da tarde em sessão da tarde, para que todas as crianças e adolescentes pudessem assistir.

Será efetivamente? Nós não temos ainda nenhum estudo sobre isso, será que um filme deste porte, sem nenhuma adaptação? Será que ele não teria nenhuma influência, sobre um tipo de violência específica nas nossas grandes cidades? É isso que nós temos discutido e é sobre isso que tem havido acertos aqui ou ali em sede de alguns processos judiciais que nós temos promovido.

Particularmente no Estado da Acre, como eu disse a questão é grave, porque lá nós temos uma questão de fuso horário importante, uma diferença de até três horas de diferença em relação ao Brasil. Lá repito: o Programa *Sexy Time*, que é São Paulo, Rio, Brasília, Porto Alegre ele é apresentado à meia-noite, lá é apresentado às nove da noite.

Acho que nessa discussão, eventualmente, se perde uma característica fundamental da radiodifusão televisiva, que é o aspecto da característica de serviço público. Televisão é serviço público, em que pese o serviço público delegado via concessão, via permissão. Mas não é possível que em sede de serviço público, atente-se ainda que pela via transversa – ainda que pela via transversa, não direta – contra os direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes.

Lembro que a legislação ela já faz algumas aplicações práticas, no sentido de que nenhum direito é absoluto e nem mesmo o direito a livre expressão. Ou seja, a Lei Eleitoral faz especificamente – trago a lume especificamente este exemplo. A Lei Eleitoral proíbe, por exemplo, que nos Estados que tem fusos diferenciados, Acre, Amazonas, Roraima e outros, [soa a campainha] Seja objeto de apresentação antes do final das votações naquele Estado as pesquisas de boca de urna.

Ou seja, no Estado da Acre não é possível antes do final da votação no Acre, cinco da tarde, que será eventualmente no resto do Brasil ou sete da noite ou oito da noite, não é possível a apresentação do Brasil inteiro das pesquisas de boca de urna exatamente em função da Lei Eleitoral. Ou seja, será que haveria também uma Lei Eleitoral aí uma espécie de censura?

Nós usamos esse exemplo Legislativo, para demonstrar de que a classificação indicativa prevista em portaria, a partir da ECA não se trata de censura. Quando muito, nós entendemos que – e é o que dizem alguns autores constitucionalistas: quando muito haveria aí um confronto de valores constitucionais, ou seja, vedação da censura em confronto com a defesa intransigente dos direitos humanos em especial de crianças adolescentes e, que nesse confronto deve prevalecer a defesa da criança e do adolescente.

Eu lembro por último e foi falado aqui, desse exemplar que tem sido distribuído pelo Ministério da Justiça. A página 238, vejam só Ex^{as}, a página 238 e, com certeza esse Código de Ética da ABERT, que está na folha 238, também é disponível no site da ABERT, aqui está a transcrição literal do Código de Ética da ABERT, aprovado em 93, em Assembléia Ordinária, no Hotel Nacional aqui em Brasília, no dia 08 de julho de 93.

Para quem tem esse exemplar a mão, veja o que está previsto no art. 15. No artigo 15 e, nas páginas 240 e 241, dividido em praticamente quatro itens, está lá nada mais nada menos, do que praticamente a transcrição quase que literal do que nós temos na Portaria 264. Ou seja, observem o Item 04, o que é que diz no Item 04, do Código de Ética da ABERT? “Poderão ser exibidos após as 23 horas, os programas e filmes, dois pontos: que apresentem violência, que não apresentem sexo explícito, nem exibam em *close* as partes e órgãos sexuais de seres humanos, que utilizem palavras chulas ou vulgares”. Ou seja, a própria ABERT através do seu Código de Ética, ela reconhece expressamente que há que se ter uma classificação horária, para aquilo que se vai apresentar em sede televisiva.

Ora, *mutatis mutandis*, a Portaria 264, que está em discussão, nada mais é do que a aplicação disso que a própria ABERT reconheceu já, em sua assembléia ordinária, consignou no seu Código de Ética, para que sejam aplicadas às televisões.

Por último, também, nesse exemplar, eu lembro o que se encontra a página 124, e seguintes, dizendo que a classificação indicativa, não é uma experiência isolada uma criação brasileira. Ou seja, isso que nós temos na nossa classificação indicativa, a partir, lá consignado na Portaria 264, *mutatis mutandis* guardadas as proporções, pequenas diferença aqui ou ali, como se vê lá na página 124, desse exemplar. Nada mais é do que aquilo que se faz no Canadá, nos Estados Unidos, no México, no Chile, na Inglaterra, na Alemanha, na França, na Itália, na Espanha, em Portugal, na Holanda, e na Austrália, ou seja, não estamos aqui inovando, criando.

Vejam só Ex^{as}, nos Estados Unidos a maior democracia do mundo, lá *mutatis mutandis*, aplicam-se dispositivos parecidos com aqueles que se quer implementar no Brasil.

Quero finalmente agradecer o convite. Estou aqui representando a Dra. Ela, titular da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. E quero também elogiar, porque sou um espectador e, lamentavelmente, eu tenho que pagar para assistir, sou espectador da TV Senado, considero que a TV Senado e a TV Câmara, são dos maiores exemplos de TV Pública deste País. O lamentável é que essas duas TVs, a TV Senado e a TV Pública, não sejam, ainda, acessíveis em TV aberta, ou seja, nós que pagar para que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguns canais nós já conseguimos. Estamos levando para o Rio Grande do Sul, ainda, esse ano.

SR. MARCOS VINICIUS AGUIAR MACEDO: Ah, é? Parabéns. Então, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já bem sei que você vai para lá.

SR. MARCOS VINICIUS AGUIAR MACEDO: Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A TV Senado, está disponível na parabólica.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na parabólica, está.

SR. MARCOS VINICIUS AGUIAR MACEDO: Mas tem comprar antena.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu agradeço [soa a campainha] Dr. Marco Vinicius. Passo de imediato ao Dr. Evandro Guimarães, para que ele faça suas considerações, cinco minutos com mais cinco.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Bom, eu novamente quero agradecer e renovar a minha expectativa de que a portaria, o texto final, sobre o qual está trabalhando o Dr. Romão e a equipe do Ministério da Justiça e, também com a participação do Secretário Biscaia e do Ministro Tarso Genro conseguirá, até porque são pouquíssimos exemplos.

Como disse os radiodifusores têm responsabilidade social, eles não têm interesse em chocar permanentemente em desrespeitar. São pouquíssimos os casos em que os programas vêm sendo, desde nos últimos 20 anos exibidos fora dos horários indicados. Eu diria que são muito poucos exemplos.

E assegurar que do ponto de vista dos radiodifusores, os esforços por uma auto-regulamentação progressivamente atualizada, serão desenvolvidas pela ABERT. A questão do Código de Ética várias vezes difundida, eu quero lembrar a ABERT divulgou este Código de Ética, o próprio Dr. Romão lembrou, quando houve uma cisão entre várias entidades a ABRATEL, mais tarde a ABRA e a ABERT, este Código de Ética ele foi cancelado.

E não progrediram os esforços feitos na época, com o Dr. Gregori, para que fosse feito um trabalho de auto-regulamentação do novo trabalho. Trabalho esse sobre o qual estamos agora debruçados. Muito obrigado. Obrigado, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço ao Dr. Evandro Guimarães, também. Passo de imediato a palavra ao Senador César Borges, autor do requerimento para que faça também suas considerações finais.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, como V.Exª pôde ver esse é um assunto palpitante e polêmico. O que eu lamento, muitas vezes, é que você possa trazer, usando até um termo da televisão clichês pré-estabelecidos, para tentar dramatizar determinadas situações.

Nós todos somos responsáveis pela sociedade brasileira em particular com as nossas crianças e adolescentes, ninguém de forma nenhuma quer sujeitar essa população que precisa essencialmente de Educação, de escola de qualidade, de segurança, de emprego, de trabalho. Porque sobre os jovens é que recai hoje – inclusive a própria televisão divulgava, que todos os índices que você analisa a nível de criminalidade, de desemprego, se revela em cima exatamente da juventude, por falta da Educação.

Então, o Executivo tem essa competência de prover, já que extrai da sociedade recursos, prover Educação que é extremamente necessária, até para o julgamento do que você vai assistir ou não e partir dali, se você vai inferir aquilo para o seu comportamento pessoal ou não. Nós assistimos pessoas de classe média, até classe média alta, praticando crimes e agressões. Então, essa é uma questão que não pode receber clichês.

O que nós estamos aqui, além de defender a sociedade brasileira que é nossa obrigação e, ninguém vai defender melhor do que os que estão aqui representando. Não será o Executivo, nenhum burocrata do Executivo que vai se sentir neste papel. Nós temos legitimidade muito maior, porque somos representantes e eleitos pela população, não somos vitalícios.

O nosso trabalho será submetido às urnas de quatro em quatro anos ou de oito em oito, Senadores. Então, a legitimidade recai aqui nesta Casa, Sr. Presidente. E o que nós estamos fazendo aqui é ecoar o que a sociedade tem se manifestado, receosa de que o Estado que se agiganta cada vez mais, que é hipertrofiado, possa querer dizer a cada um o que deve fazer ou não. O que pode ouvir ou não. Esse é o cuidado.

Mas isso não, de forma nenhuma exclui que nós queremos defender a sociedade, nossas crianças e nossos adolescentes. Eu não abro mão disso, Sr. Presidente! Ninguém pode se arvorar aqui de defensor da criança e adolescente. Eu posso me arvorar como pai, como cidadão e, como representante da população e eleito fui para isso. Então, essa questão tem que ser debatida.

Eu fiquei extremamente satisfeito aqui com as posições que foram colocadas, especialmente pelo Deputado Biscaia, no Ministério da Justiça, que disse que há um canal aberto de diálogo, está se revendo posições. Porque que se há possibilidade de se rever é porque se chegou à conclusão de que havia ali, motivação para uma revisão. É natural, é a posição inteligente.

Então, a autorização prévia, seria algo que poderia se aproximar uma censura. E, aí já não se desejava, já há possibilidade de se reformular essa resolução,

essa Portaria 264, do Ministério da Justiça. E essa sociedade se manifesta de todas as formas, Sr. Presidente. Eu estava com esse artigo que cheguei a falar do PPS, Partido inclusive de esquerda, tem como Presidente o Deputado Roberto Freire. Ele também está representando contra a portaria 264, que ele considera uma censura prévia, está indo para o Supremo Tribunal Federal.

E ele chega a usar a palavra como “Estado policaresco”, na própria representação: “o Partido acusa o Governo de que com essa análise prévia, confessar uma visão policiaresca sobre o princípio da livre manifestação de pensamento. A Constituição estabelece que a expressão da atividade intelectual artística e de comunicação é livre e independe de censura ou licença. Não se pode negar que a análise prévia criada pela portaria, se encontra em clara contradição com o disposto no dispositivo constitucional. O Partido acusa o Governo de estar exercendo o controle estatal com a análise prévia das obras e ressalta que, nos caso em que houver eventuais abusos do exercício da liberdade de expressão cabe à Justiça a reparação devida, jamais um controle preventivo e censurador”.

E manifestação também de preocupação até com a autocensura que começa a existir dentro das próprias radiodifusoras televisivas. E, que muitas vezes coíbe até a liberdade do autor quando vai fazer a sua obra, porque ele vai ficar preocupado se pode estar criando um problema. Se ele vai estar dentro do manual aqui, que tem umas classificações E, 2E, 3E, 5Es entendeu? Com percentuais de proporção de conteúdo violento, de menos de cinco, de cinco a dez, de dez a trinta.

Eu fico a imaginar como é o sujeito vai fazer a continha de cenas violentas ou não, para poder aplicar esse manual que está aqui, agora, apresentado para nós. E por fim, a preocupação com o dirigismo também. O dirigismo que pode existir.

Há uma preocupação aqui, eu vou citar o nome do autor, Stefan Nercessian, que o Vereador do Rio de Janeiro, do PPS, que eu não tenho... Eu sou de outro Partido, mas vejo uma preocupação válida, que é importante que possa contribuir, também, para a discussão nossa desse assunto e da nossa formação de juízo com relação a isso.

Ele pergunta, porque aqui é uma previsão quanto a expor humilhação às minorias, aos negros, aos nordestinos, e eu sou um nordestino. Mas qual é esse conceito? Será que Vidas Secas, de Nelson Pereira dos Santos, teria feito? E Escrava Isaura, não teria trechos nos quais os escravos são surrados, condenados? Ele não vê lógica nisso. Então, bom senso, a razão e, ninguém se arvorar em falar individualmente na sua posição pessoal, ideológica, sua formação ao

longo de toda a sua vida, para querer impor isso a sociedade e discutir isso nos fóruns apropriados, como agora, nós vamos fazendo aqui, no Senado Federal, a vista de toda a nação.

Eu acho que é isso que nós temos que fazer sempre procurando que no final, prevaleça o interesse da sociedade, sempre presidido pelo bom senso e pela razão e pela lógica, senhor Presidente.

Eu quero agradecer V.Ex^a, a atenção que deu ao nosso requerimento, eu acho que contribuiu. Agradecer a todos que participaram a favor ou contra. E no fim dizer o seguinte, não é direito de ninguém se arvorar e dizer assim: “Eu que sou defensor de criança e adolescente, eu que só estou preocupado...”. Todos nós estamos preocupados. Não vejo um Senador aqui, que não esteja preocupado. Todos nós somos cidadãos, todos nós somos pais, somos avós e temos essa preocupação.

Agora, também temos preocupação com a democracia. Temos preocupação com o Estado agigantado. Com o Estado que possa ter veleidades ou viés autoritário. Temos sim, e vamos continuar expondo, porque é o nosso direito e é o nosso dever. Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero antes de encerrar, agradecer especialmente ao Senador César Borges, que apresentou o requerimento e suscitou o debate. Eu quero garantir todos aqui na mesa, que o debate continua. E isto é muito bom.

No meu ponto de vista aqui, não como mediador e simplesmente de presidir a sessão, ficou muito claro que o diálogo para o entendimento, para o acordo está dado por parte do Ministro Tarso Genro, aqui representado pelo Secretário, Antônio Carlos Biscaia. E eu consultava aqui, e o Dr. Evandro me reafirmava: de 24 sugestões, 15 já foram acatadas e o diálogo continua.

Então, eu queria agradecer muito, mas agradecer muito mesmo ao Dr. Antônio Carlos Biscaia, ao Dr. José Eduardo Elias Romão, pela forma firme e convicta também que defendeu o seu ponto de vista e isso é bom, porque suscita o debate.

O Dr. Evandro Guimarães aqui também defendendo o seu ponto de vista, o Dr. Joelson Dias, também aqui representado a OAB, o Dr. Marcos Vinicius, representando aqui a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

A Audiência Pública para mim como todas dessa Comissão, para mim muito positiva, propositiva, afirmativa e, o debate sobre esse tema com certeza há de continuar. Assim eu encerro essa parte da nossa reunião de hoje, já permitindo, ou com certeza convidando,

os nossos painelistas a continuarem ou não na mesa, porque nós vamos votar dois requerimentos ainda de minha autoria. Eu peço ao Senador César Borges, que continue no Plenário para que eu possa votá-los.

Muito obrigado a todos. Fiquem à vontade. Se quiserem podem continuar, senão estão liberados. Muito obrigado pela presença a todos aqui.

Senador César Borges rapidamente, eu estou propondo dois requerimentos a esta pauta. Se V.Ex^a, concordar eu coloco em votação. Havendo a concordância, Requerimento nº 346, para que a gente realize uma Audiência Pública em relação a violência contra o jovem.

Quero dizer Senador César Borges, que estive recentemente na Bahia, recebi de lá um dossiê e me perguntaram: se eu não podia fazer uma Audiência Pública especificamente sobre a violência contra o jovem na Bahia? Eu disse que não, porque a violência contra o jovem é em todo o País e, não só na Bahia.

Então, faremos aqui um debate sobre a violência contra o jovem no aspecto nacional e cada Estado vai colocar seu ponto de vista, suas pesquisas e o que nós podemos fazer. Esse é o primeiro requerimento, se eu puder contar inclusive com a assinatura de V.Ex^a será muito importante.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, eu farei com imenso prazer. Esta é uma questão fundamental, que deve estar presidindo nossos pensamentos, nossas ações.

Eu fiz um discurso há pouco tempo, fazendo uma correlação Sr. Presidente, entre o baixo nível educacional da nossa juventude. Pelo baixo nível educacional, essa juventude não tem acesso ao mercado de trabalho. Então, o maior índice de desemprego é exatamente sobre os jovens de 15 a 24 anos. E aí o que é que redonda e que é dramático, Sr. Presidente?

Os índices de criminalidade e homicídios e de violência, recaem exatamente em cima dessa faixa etária. Quer dizer, o que temos de melhor no País, o futuro do País, os nossos jovens, especialmente de 15 a 24 anos, é que estão sofrendo isso.

Então, eu parabeno V.Ex^a, e colocarei com muita satisfação e orgulho nossa assinatura no seu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com esse depoimento eu coloco em votação o requerimento. Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O outro requerimento Senador é para debater um programa chamado Programa Brasil AfroAtitude e V.Ex^a conhece, também. Esse requerimento no nosso entendimento é muito importante, para combater os preconceitos.

Então, os Senadores que concordam também com esse requerimento em votação. O requerimento é considerado também aprovado.

Eu pediria ao Senador César Borges, já que eu estou presidindo, que ele assinasse embaixo também desse requerimento.

Concluo esta nossa Audiência Pública e a votação de dois requerimentos em pauta extraordinária, Senador César Borges, dizendo que hoje à tarde, eu colocarei em votação no Plenário do Senado, um voto, apresentarei ao Plenário do Senado, um voto de repúdio contra os atos racistas que estão acontecendo lá no meu Estado no Rio Grande do Sul.

Está em debate lá a política de cotas, a política de cotas já aprovada no seu Estado, infelizmente em torno da universidade apareceram uma série de frases “lugar de negro é na senzala, lugar de negro é na cozinha, voltem para a África”, enfim. Eu acho muito lamentável.

O Rio Grande do Sul tem uma história bonita, já teve um Governador negro, teve o primeiro Deputado Federal negro. Eu que sou negro fui eleito pelo Estado do Rio Grande do Sul, eu sei que isso não é posição da ampla, ampla maioria do povo gaúcho. Tanto que a Assembléia Legislativa fez uma moção já de repúdio por unanimidade, todos os Partidos assinaram.

Nós vamos encaminhar também esse voto de repúdio contra essa ação preconceituosa em relação ao povo negro, que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – eu conversava hoje de manhã com o Reitor, que de forma correta, está fazendo o debate das ações afirmativas. E, fruto do debate, a Universidade, seu Conselho, o Corpo Docente e os estudantes é que vão decidir qual o percentual das cotas, enfim, das ações das afirmativas.

Então, com esse depoimento rápido e foi o depoimento que eu abri, inclusive, essa Audiência da Comissão de Direitos Humanos, eu encerro a nossa sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h18.

Ata da 33ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 3 de Julho de 2007, Terça-feira, às 14h00, na Sala de Reuniões nº. 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia três de julho de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a **Presidência do Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjuntamente com a Comissão de Assuntos Sociais com a presen-

ça dos **Senhores Senadores Flávio Arns, Arthur Virgílio e José Nery**. O **Senhor Senador Marcelo Crivella** justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº. 31, de 2007, de autoria dos Senadores Flávio Arns e César Borges, com a finalidade de abordar projetos de lei em tramitação no Senado que tratem de políticas públicas de atenção à saúde, com enfoque no PLS nº. 219 de 2007, *que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS)*. Autor: Senador Tião Viana. Relator na CAS: Senador Paulo Paim. Convidados que compareceram: Sérgio Henrique Sampaio – Presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose (Fibrose Cística) – ABRAM; Luis Eduardo Garcia Próspero – Usuário de Medicamento; Carlos Henrique Martins Lima – Procurador da República no Distrito Federal; Dirceu Barbano – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Fausta Cristina Panquestor Nogueira – usuária de medicamento; Dirceu Raposo de Mello – Diretor-Presidente da ANVISA; René Moreira Santos – Coordenador Técnico do CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Osmar Terra – Presidente do CONASS/RS; Reinaldo Felipe Nery Guimarães – Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Raymundo Paraná Ferreira Filho – Médico, Professor da Universidade Federal da Bahia e Doutor em Hepatologia; Marília Casseb – Presidente da Associação Brasileira de Câncer. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova as atas das reuniões anteriores e explica como a reunião será conduzida. Em ato contínuo, os convidados são chamados para formarem três mesas de debatedores, seqüencialmente, e procederem às suas exposições. Encerradas as explanações dos debatedores. A Presidência passa a palavra ao Deputado Federal Vincentinho, para fazer suas considerações sobre o tema, em seguida, ao Senador Flávio Arns. Dando prosseguimento à Audiência Pública, o Presidente convida os Senadores Tião Viana e Flávio Arns para comporem a quarta mesa de debatedores e tecerem suas considerações sobre o PLS nº. 219/07, de autoria do Senador Tião Viana e o PLS nº. 338/07, de autoria do Senador Flávio Arns. Encerradas as explanações dos Senhores Senadores, o Senhor Presidente concede dois minutos para as considerações finais de cada um dos convidados. Encerradas as falas dos senhores convidados, o Presidente faz suas considerações finais e acorda com os Senhores Senadores

Tião Viana e Flávio Arns a realização de reunião, na terça-feira, dia 10 de julho de 2007, às 14:00 horas, na sala da Vice-Presidência do Senado, com a finalidade de discutir os pontos de convergência dos dois projetos e consolidá-los, juntamente com a participação dos autores, de representantes do Ministério Público Federal, dos usuários de medicamentos, das entidades da sociedade civil que defendem os interesses dos doentes crônicos, do Ministério da Saúde, do CONASS – Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde e do CONASEMS – Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. **Extrapauta: Item Único – Requerimento – CDH nº. 48, de 2007**, que requer a realização de Seminário, com vistas **a tratar das questões Quilombolas/RS: saúde, escola, financiamento e a titularidade de suas terras entre outras**, em parceria com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Com os seguintes convidados: representantes dos Quilombolas, da SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do INCRA, da Fundação Palmares, do Governo do Rio Grande do Sul e Ministério Público. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e um minuto, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em conjunto com a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Solicito a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e as coloco em votação. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

Vamos, de imediato, à formatação dessa Audiência Pública. Essa Audiência Pública é um item único, nos termos do requerimento nº. 31 da CDH, de 2007, para abordar Projetos que tramitam no Senado, que tratam de políticas públicas de atenção à Saúde. Nesse caso, o PLS 219 de 2007, que altera a lei 8.080, de 19 de setembro de 90, que dispõe sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde, de autoria do Senador Tião Viana. E que está sendo relatado por esse Senador. O fornecimento da medicação de alto custo e de dispensação continuada pelo SUS, que já

está sendo acompanhado por essa Comissão, tem sido objeto de números debates. Também nós vamos debater o Projeto do nobre Senador Flávio Arns, que vai no mesmo sentido. Na verdade, a Audiência Pública vai relatar os dois Projetos. Eu estava lendo uma síntese aqui da assessoria, e agora eu vou fazer um pequeno histórico, desde que essa Comissão se envolveu nesse debate tão importante que está... Tem tudo a ver com a vida, no mínimo, de milhares e milhares de brasileiros.

Então, um breve histórico sobre essa questão. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em março do corrente ano, recebeu o ofício nº. 12 de 2007, por meio do qual é formalizada denúncia com o título: "Denúncia de extermínio, homicídio coletivo autorizado". O ofício foi encaminhado pelas seguintes entidades: Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose; 2) Associação Brasileira de Amigos e Familiares de Portadores de Hipertensão Arterial Pulmonar; 3) Associação Brasileira de Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica; Associação dos Transplantados de Minas Gerais; Associação Nacional dos Portadores de Artrite; Associação Paranaense dos Doentes Reumáticos; Associação Paranaense dos Familiares e Amigos de Portadores de Esquizofrenia; Associação Paranaense de Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica; Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo; Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacaridose; Instituto Canguru; Instituto Girassol e Movimento Nacional dos Pais de Deficientes com Diabetes.

Recebido o documento, ofício 12/2007, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, na forma regimental, a transformou em uma proposição intitulada petição da CDH nº. 02/2007, a qual foi distribuída à relatoria do nobre Senador Flávio Arns. A denúncia foi motivada por recente decisão da Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos da suspensão de tutela antecipada nº. 91, publicada no Diário da Justiça de 05 de maio de 2007, que limitou a responsabilidade do Estado de Alagoas ao fornecimento dos medicamentos de uso continuado. A Comissão promoveu, no dia 04 de abril de 2007, uma Reunião de trabalho, da qual participaram um representante das entidades signatárias da denúncia, o Sub-Procurador-Geral da República e representante do Ministério da Saúde. Os participantes enfatizaram a necessidade de que o assunto seja discutido por todos os interessados, especialmente o Poder Legislativo, o Ministério Público, o Ministério da Saúde e os representantes dos portadores de doenças crônicas.

Foi... Ficou sob a responsabilidade do Senador Flávio Arns coordenar esse grupo. O parecer do Senador Flávio Arns culminou pela realização das seguintes ações. Senador Flávio Arns, depois, pode me corrigir, eu estou fazendo o resumo passado pela assessoria. Primeiro, que o objetivo dessa petição passe a ser acompanhada... Acompanhado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado; 2) que a Comissão de Direitos Humanos do Senado solicite Reunião com o Ministério da Saúde para abordar aspecto da portaria 2.577, de 27/10/06 e demais encaminhamentos havidos na Reunião do dia 04 de abril, recomendando, então, sua revisão; 3) que, na mesma Reunião com o Ministério da Saúde, a Comissão de Direitos Humanos do Senado solicite iniciativa junto aos gestores estaduais do sistema de Saúde para que continuem fornecendo medicações de dispensação excepcional ou de alto custo aos pacientes acometidos por graves doenças crônicas; 4) que a Comissão de Direitos Humanos do Senado solicite Reunião com a Ministra Ellen, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para apresentar considerações acerca das consequências e do desdobramento... E desdobramentos da suspensão da tutela antecipada para as políticas de Saúde pública do país; 5) que a Comissão de Direitos Humanos do Senado realize Audiência Pública para aprofundar o assunto, objeto dessa petição, com a presença do Ministério da Saúde, de representante do Ministério Público e de representantes de entidades que compõem o movimento pela vida "Brasil Mostra a Sua Cara".

Devidamente aprovado o parecer do Senador Flávio Arns, a CDH realizou duas Reuniões com o Ministério da Saúde, Sua Excelência... Sua Excelência Ministro José Gomes Temporão, juntamente com os secretários de Saúde estaduais e demais interessados no assunto. Alguns secretários. A Reunião com a Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie também se realizou, além da monitoração dos andamentos da denúncia e novas outras que chegaram a essa Comissão.

Ao tempo em que se discutiam essas questões, foram apresentadas duas propostas sobre o tema, que já anunciamos antes e repito agora, uma de autoria do Senador Tião Viana, PLS nº. 209/2007, e o outro de autoria do Senador Flávio Arns, PLS 338/2007. Foi indicado como Relator este Senador, que pediu que os dois Projetos fossem apensados, que se encontra na Mesa. Conjuntamente a essas medidas, a Comissão de Direitos Humanos realiza essa audiência pública, onde participam todas as partes envolvidas: usuários de medicamentos, Ministério Público, Governo Federal, Legislativo e representantes da sociedade civil. Tudo isso para amplamente discutirmos o assunto, a fim de

dirimir, de forma permanente, e buscar saídas para o impasse, se é que ele existe.

Terminamos com essa fala. É nossa intenção que, no transcurso dessa audiência, possamos fazer um bom debate e, democraticamente, construirmos um grande entendimento, onde o usuário dos medicamentos possa ter preservado o seu direito, o direito à vida, e, ao mesmo tempo, inibirmos os abusos daqueles que os cometem.

Eu fiz um breve resumo, só para termos uma introdução, eu iria solicitar aqui, agora, à Mesa, que me desse a lista dos convidados, que eu até a tinha aqui. Eu vou chamar os convidados e, depois, Flávio Arns, se você quiser fazer uma introdução desse resumo, eu te passo a palavra, de imediato, ao Senador Flávio Arns.

Então, nós vamos convidar para fazer parte da Mesa... Nós temos aqui, Sr. Dirceu Barbano, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; o Sr. Carlos Henrique Martins Lima, Procurador da República do Distrito Federal; o Sr. Sérgio Henrique Sampaio, Presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose e, ainda, o Sr. Luiz Eduardo Garcia Próspero, usuário do medicamento. Esses quatro... Depois, teremos uma outra Mesa com mais quatro outros convidados, que eu tenho aqui, conforme já combinado no primeiro momento.

Eu começo passando a palavra ao Procurador da República do Distrito Federal, Dr. Carlos Henrique Martins Lima. O senhor tem 10 minutos. Eu vou pedir a todos, já que nós vamos ter provavelmente, eventualmente, três Mesas, que cada um use, no máximo, 10 minutos, com mais dois. Eu quero também registrar a presença aqui conosco dos Parlamentares que estão presentes. Os Parlamentares estão presentes... Deputado Vicentinho e o Senador Flávio Arns e os outros Parlamentares que estiverem chegando, nós anunciaremos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, que é quem coordenou o grupo de trabalho no momento em que o tema chegou a essa Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só indago –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E que é o autor do requerimento dessa audiência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Junto com o Senador César Borges, da Bahia. Eu considero, em primeiro lugar, essa Audiência Pública fundamental

para que se pense no direito, como V.Exa. colocou, à vida e à Saúde da pessoa que tenha a doença crônica e que necessite de medicamento excepcional. Como nós recebemos, só por uma... Até eu indago aos participantes da Mesa, que todo esse trabalho começou com uma denúncia que foi apresentada... Não sei se os demais componentes da Mesa concordam, mas eu sugeriria que a primeira fala fosse, ao invés de ser do Dr. Carlos Henrique, não sei o que é que acham, só que fosse assim, as pessoas que, inclusive, trouxeram a denúncia e está presente o Luiz Eduardo que, na verdade, o Sérgio também, além de autor da denúncia, é pai também de uma pessoa, quer dizer, representa a família, o Luiz Eduardo representa, ele próprio, auto-defensor, auto-advogado e, depois, nós teremos as duas falas, tanto do gestor federal como do Ministério Público, como defensor da cidadania, dos direitos do cidadão, para as ponderações. Quer dizer, eu só penso assim –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dessa presidência, tranquilo. A Mesa concorda –

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até peço desculpas, porque a palavra havia sido dada ao Dr. Carlos Henrique –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bom. Então, conforme a orientação passada à Mesa, e com a total concordância de todos os convidados, passamos a palavra para o Sr. Sérgio Sampaio.

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Obrigado, Senadores. Eu gostaria de... Obrigado –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 10 minutos, com mais dois.

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Sim. Eu gostaria de agradecer o convite e a disponibilidade da Comissão de Direitos Humanos em estabelecer essa Audiência Pública para que a sociedade civil possa se representar, junto ao Poder Legislativo, as dificuldades que nós estamos enfrentando, nesse momento, em relação à tutela constitucional da Saúde. Então, eu vou fazer uma breve apresentação do que ocorreu, de março para cá, no segmento de atenção à Saúde pelo Governo Federal. Pode seguir o próximo, por favor.

Então, veja, nós, a partir de uma decisão da Ministra do STF, a Ministra Ellen Gracie, nós nos deparamos com uma nova situação com relação à atenção à Saúde e, na sequência dessa decisão da Ministra, nós também tomamos conhecimento do trâmite de um Projeto de Lei, com nº. 219/2007, do Senador Tião Viana, e também temos conhecimento do trâmite do Projeto de lei nº. 338/2007, do Senador Flávio Arns, do Paraná. Próximo, por favor.

O que aconteceu? No dia 02/03, a Ministra do STF, ela concedeu uma decisão referente a uma suspensão de tutela do Estado de Alagoas, de nº. 91, onde ela determinou a responsabilidade de atenção do Estado na atenção aos doentes crônicos, transplantados renais e renais crônicos somente aos medicamentos constantes na lista de medicamentos excepcionais do Governo Federal. Eu só queria dizer que essa lista é uma lista que tem 105 medicamentos e estava, há quatro anos, sem nenhuma revisão, sem nenhuma adequação de inclusão e exclusões de novos tratamentos. Adiante, por favor.

Essa decisão, ela teve um rito extremamente célere dentro do Supremo Tribunal Federal, ela iniciou... Esse processo subiu para o STF no dia 14/12, e foi concluído no dia 30 de março, determinando, com isso, que a responsabilidade do Estado seriam somente os medicamentos constantes na lista de medicamentos excepcionais, ou seja, aqueles 105 medicamentos. Num primeiro momento, nós fizemos uma análise sobre essa decisão e deduzimos que seria uma decisão pontual em relação à atenção à Saúde, mas, para nossa surpresa, isso não se efetivou. Próximo, por favor. Por quê? Porque a decisão da Ministra, ela remetia atenção à portaria 2577, que aqui ela foi reeditada em 27 de outubro de 2006, só para destacar, quatro dias antes do pleito eleitoral do ano passado, e republicada no dia 10/11 de 2006. E essa portaria, ela não trouxe grandes avanços em inclusão de terapias, de novos medicamentos e atenção ou a patologias que não estavam contemplados, o que ela trouxe sim foram algumas surpresas para os pacientes portadores de doenças crônicas. Adiante, por favor. Como por exemplo, um filtro que o Ministério da Saúde instituiu, onde ele limita aqui a quantidade de medicamentos a serem dispensados mensalmente para os pacientes; isso é só um exemplo em relação a um contexto da portaria. Isso aqui é o medicamento para fibrose cística, quando limitou aqui a quantidade máxima mensal a 480 cápsulas e enzimas. Só para vocês terem uma idéia, o uso médio dos pacientes com fibrose cística é em torno de 900 cápsulas por mês. Adiante, por favor.

Posto isso e após a decisão da Ministra, os gestores de Saúde... Os secretários de Saúde estaduais passaram a usar essa decisão da Ministra como uma nova interpretação constitucional e isso alardeado claramente na imprensa. Aqui eu trouxe um recorte do Valor Econômico do 05/03, onde o assessor jurídico da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, ele coloca aqui: "Encaminhou a decisão para a Procuradoria do Estado para que o precedente comece a ser anexado aos processos do Governo Gaúcho sobre o tema". Ou seja, o comove do Rio Grande do Sul

simplesmente pegou a decisão da Ministra e interpôs recursos de apelação em todas as ações que estavam tramitando naquele Estado. Adiante, por favor.

Paralelo a isso e nós, ainda pensando que fosse uma situação pontual, nós deparamos com uma manifestação aqui do Ministro da Saúde, o Agenor Álvares, que é onde ele fala claramente que era aguardada essa decisão e diz que uma recente liminar do Supremo Tribunal Federal indica uma mudança na política de assistência farmacêutica e, aqui, a fala do Ministro: "a decisão da Ministra Ellen Gracie nos ajuda a administrar o orçamento". Isso nos trouxe muita preocupação, por quê? Porque, diariamente, nós passamos a nos deparar... Adiante, por favor. Como novas interpretações, inclusive o próprio Ministério da Saúde, posterior à manifestação do Ministro Agenor, ele editou uma nota técnica, dando interpretação à decisão da Ministra, como realmente, se de fato fosse uma nova interpretação. Fazendo um pouquinho de confusão entre integralidade, que a Constituição se refere, no contexto de competência de ação na área da Saúde. Adiante, por favor.

E aqui, faticamente, os Estados... Aqui, um recurso do Estado do Paraná, onde a Procuradoria do Estado interpôs diversos recursos de apelação, invocando a decisão da Ministra Ellen Gracie, no sentido de que a sua responsabilidade ficasse somente no que diz respeito aos medicamentos constantes da portaria de excepcionais. Adiante, por favor. Mas isso não foi de graça não; essa armação de subir para o STF, existe uma decisão de Corte Superior, ela era fruto de um evento que foi realizado em Porto Alegre, em 2005, onde o atual Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Dr. Osmar Terra, ele dá essa fala aqui, olha: Foi sugerido que elevasse essa discussão ao Congresso Nacional e ao STF, no sentido de que, neste evento do qual eu participei, os gestores de Saúde, eles questionaram a quantidade que o Governo vinha gastando no sentido de propiciar atenção a esses doentes; eles não estavam querendo dar sequência nesse atendimento e já vinham cogitando, naquele momento, a redução da responsabilidade. Isso aqui foi feito em 2005 e, vejam, nós tivemos uma decisão de corte superior. E isso nós acompanhamos, aqui no STF... Adiante, por favor. Logo depois da denúncia da decisão da Ministra, nós encaminhamos uma denúncia de extermínio para o Senado Federal, que foi acatada pela Comissão de Direitos Humanos, e nos mobilizamos, enquanto sociedade civil, agregando diversas representações no sentido de defender os direitos constitucionais dos pacientes. Adiante...

E queria até agradecer ao Senado, o Senador Flávio Arns foi extremamente solícito, entendeu a nos-

sa requisição e abriu os trabalhos para a discussão. Tivemos diversas Reuniões aqui nessa Casa. Adiante, por favor. Inclusive, procuramos a Ministra Ellen Gracie, aqui acompanhados pelo Deputado Federal Vicentinho, que nos acompanhou nessa audiência e que está presente, e nós estivemos com a Ministra e questionamos se ela tinha conhecimento da portaria, se ela sabia que essa portaria, ela era extremamente limitada e limitante. E ela nos confidenciou que ela não tinha esse conhecimento.

Então, veja, tanto que nós explicamos, levamos um dossiê para ela, mostrando diversas patologias sem atenção, a questão do filtro que o Ministério havia colocado na portaria e ficamos preocupados. Por quê? Porque ela manifestou um novo entendimento, mas não havia ainda externado esse novo entendimento. Adiante, por favor. Aqui a mesma Reunião. E, logo na sequência, subiu um outro processo para o STF e era a possibilidade de a Ministra expressar sua decisão. Antes disso, nós estivemos no Ministério Público Federal, conversando com o Subprocurador, Dr. Gurgel, onde ele coloca que a posição do Ministério Público Federal, a propósito de tais casos, aliás, uma notícia segura de que, em verdadeira malversação hermenêutica, para dizer o mínimo, órgãos do setor de Saúde, federais, estaduais e municipais, estariam brandindo o pronunciamento da Procuradoria-Geral da República e a decisão dessa Procuradoria, STA nº. 91, como definidores de nova política pública concernente aos medicamentos, marcada pela limitação absoluta da obrigação do Poder Público aos fármacos constantes da lista do Ministério da Saúde. Trata-se de conclusão que, a toda evidência, a argumentação desenvolvida no parecer e os fundamentos da decisão não autorizam e, para esse novo processo, o nº. 166—

[soa a campanha].

O nº. 166, o Ministério Público Federal, ele deu parecer contrário ao recurso. Adiante, por favor. Posto isso, nós fomos, com a Comissão de Direitos Humanos, com a Procuradoria da República e o Ministério Público presente, a uma nova audiência com a Ministra Ellen Gracie. Adiante, por favor. E, logo em seguida, a Ministra proferiu mais duas decisões no que concerne à tutela da Saúde pelo Governo Federal. E aqui ela fala que Supremo Tribunal Federal decidiu que os Estados do Rio Grande do Norte e Amazonas devem continuar fornecendo medicamentos às duas portadoras de doenças graves, que necessitam de remédios que não constam da portaria 1318 do Ministério da Saúde, Programa de Abdicantes Excepcionais. A decisão foi tomada pela Presidente, ao indeferir duas suspensões de segurança SS 3158 e 3205, na quais os Estados pediam a suspensão das decisões dos Tribunais de

Justiça nos Estados respectivos, um acórdão, no caso do Rio Grande do Norte, e uma liminar, no caso do Amazonas. Adiante, por favor.

Em mais um pronunciamento da Ministra, ao decidir sobre os pedidos de suspensão, a Ministra lembrou, mais uma vez, a sua preocupação com a interpretação ampliativa que vem sendo dada a decisões dessa Presidência, em relação à questão da obrigação do fornecimento de medicamentos pelo Estado. Ellen Gracie lembra que os pedidos de suspensão são examinados caso a caso e que as decisões proferidas se restringem ao caso específico analisado, não se estendendo em seus efeitos e as suas razões a outros casos, por se tratar de medida tópica pontual. Adiante, por favor.

Na sequência ainda, a Ministra salientou que a discussão em relação à competência para a execução de programas de Saúde e distribuição de medicamentos não pode sobrepor ao direito à Saúde, assegurado pelo artigo 196 da Constituição Federal, que obriga todas as esferas de Governo a atuarem de forma solidária. Adiante, por favor.

Posto isso, nós pensamos, sociedade civil organizada, que as pessoas que teriam um pouco de paz e tranquilidade, mas o Governo, Executivo Federal, ele tinha um plano B, me permitam usar esse termo, que era a alteração da lei 8080, uma lei infraconstitucional que dá uma regulamentação a um artigo 196, e este é o Projeto de Lei do Senador Tião Viana, onde ele pede a alteração do artigo 6º, que garantia ou garante, até o momento, assistência farmacêutica integral, limitando a oferta de procedimentos terapêuticos ambulatoriais e hospitalares—

[soa a campanha].

--Constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do SUS, realizada em território nacional, a serviço próprio, conveniado ou contratado; dispensação de medicamento prescrito em serviço próprio, conveniado ou contratado, cuja prescrição esteja em conformidade com as diretrizes terapêuticas instituídas pelo gestor federal do SUS, em protocolo clínico e para o agravo da Saúde a ser tratado. Na falta do protocolo a que se refere o inciso II do *caput*, a dispensação limitar-se-á aos produtos constantes de relações de medicamentos essenciais, e a medicamentos de dispensação excepcional, elaborados pelo gestor federal do SUS. Voltamos, então, à decisão da Ministra, desde que efetivada essa alteração da lei 8080. Adiante, por favor.

Se isso realmente se implementar no Brasil, nós não vamos ter a atenção à Saúde; nós vamos ter realmente um extermínio, porque não vai sobrar outra alternativa para determinados doentes crônicos, que não seja este... Essa realidade aqui. Adiante, por favor. Ou esta: Pacientes portadores de doenças crônicas,

que não são atendidos pelos gestores e pelo Governo. Adiante, por favor. Isso vai imputar uma demanda de óbitos, de doenças, e eu trouxe aqui algumas doenças que não são atendidas por essas portarias, em sua plenitude, como pessoas com 14 anos, portadoras de doenças genéticas progressiva... 10 anos... Adiante, por favor. Seis anos de idade, aguardando a inclusão de medicamentos e esse caso aqui, ele é muito emblemático para nós porque é um paciente de seis anos, que as duas doenças que ele tem não foram contempladas na reedição da portaria de medicamentos excepcionais, que são mucopolissacaridose e hipertensão pulmonar arterial. E o Governo também destaca uma judicialização da Saúde. Ora, gente, se há uma judicialização da Saúde é porque não existem programas efetivos de atendimento a esses pacientes. Vejam este caso aqui: Essa criança, com 11 anos de idade, ela se encontrava desta forma. Aos 18, sete meses depois, ela ficou nesse Estado aqui. Você sabe por quê? Vocês acham que houve um programa do Governo? Um programa do Governo, que atendesse esse paciente?--

[soa a campanha].

Não ocorreu isso, aqui ocorreu realmente a judicialização da Saúde; a família dessa criança entrou com uma ação, solicitando os medicamentos. E foi contemplada, e olha o Estado que essa criança passou a ficar. Adiante, por favor. Aqui, o mesmo caso. Adiante... Aqui, eu só queria lembrar um pouquinho o nosso peito, ele é extremamente legítimo e está pautado na Constituição Brasileira, onde o artigo 1º fala que "(...) constitui Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a dignidade da pessoa humana". O artigo 5º diz que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros dentro do país a inviolabilidade do direito à vida". O inciso 13º: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais". Por que é que eu coloquei isso aqui? Estabelecer que os médicos não têm liberdade de prescrição, como estão condicionando a receitar somente o que está nos protocolos? Protocolos que, muitos deles sequer foram submetidos a consultas públicas?

Então, coloco isso porque essa ação do Ministério, ela já infringe outros artigos, que não só se destinam a proteger a vida do cidadão brasileiro, o inciso XXXV: "A lei não excluirá--

[soa a campanha].

Da apreciação ao Judiciário lesão ou ameaça ao direito, direito à vida". Então, dizer que a sociedade civil está judicializando a Saúde é um grande equívoco. Nós estamos respaldados pela Constituição, buscando o nosso direito--

Só para encerrar, Senador.

O artigo 6º diz que são direitos sociais: a Educação, a Saúde, o trabalho, moradia, lazer e segurança, a Previdência Social, proteção à maternidade e à infância, a assistência dos desamparados, na forma da Constituição. E o artigo 60 diz que a Constituição poderá ser emendada mediante proposta. E o § 4º diz que "não será objeto de liberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais". Gente, o direito à vida, o direito à Saúde... É cláusula pétrea da Constituição Federal. Então, nós temos que ter muito cuidado, nesse momento, quando um Senador da República se dá ao desfrute de colocar, tramitando dentro do Senado, uma lei que vai restringir a atenção e o direito dos cidadãos brasileiros, ta? E, para finalizar, eu gostaria, só mais uma vez, de ler o artigo 196: "A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Muito obrigado a todos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou passar a palavra para o Luiz Eduardo e, já adiantando que a Mesa lhe concedeu 15 cinco minutos... A Mesa será tolerante, ninguém aqui vai ter problema de falar, é que depois teremos o debate para que a questão fique muito clara e que todos possam expressar o seu ponto de vista. Luiz Eduardo, você tem 10 minutos, com mais dois, se necessário.

SR. LUIZ EDUARDO GARCIA PRÓSPERO: Posso falar? Então, primeiramente, eu queria agradecer pela oportunidade. Eu sou Eduardo, eu tenho 17 anos, sou portador de mucopolissacaridose e, antes do remédio, a minha vida tinha sido muito difícil, muito sofrimento porque a minha doença, quanto mais eu vivia, mais eu sofria. E eu tinha uma vida muito limitada, eu não tinha Saúde para fazer nada. A partir do momento em que eu comecei a tomar o remédio, é como se eu tivesse me tornado outra pessoa, eu ganhei uma nova chance de viver, uma chance de buscar os meus sonhos porque hoje eu tenho Saúde para isso. Eu tenho Saúde para conseguir lutar por aquilo que eu acredito. É por isso que eu também estou aqui. Eu queria colocar algumas coisas sobre esse assunto. Que alegam que, se pagar remédio para algumas pessoas, vai faltar para a vacina. Eu acho que, sinceramente, isso não vem ao caso. Porque... Eu vou usar uma fala como exemplo: Para quem é pai e mãe, tem 2 filhos ou mais e esses filhos precisam de um remédio, você vai escolher qual filho vai viver? Você vai escolher: "Ah, não. Esse vai viver porque eu não tenho dinheiro para pagar para

os dois". Eu acho que isso é um absurdo, afinal nós pagamos imposto para que seja revertido para nós, e o Projeto do Sr. Tião Viana, eu acho que também é um absurdo porque ele está tentando tirar o que é nosso de direito. É nosso e ele não pode fazer isso, ele não tem poder para decidir quem vai viver ou não.

Então, eu queria colocar assim, falar lá, na fala do Governo, nas propagandas eleitorais: "Brasil, um país de todos". Até queria deixar essa pergunta: Até que ponto é um país para todos? Até que ponto nós temos direito à vida? Até que ponto nós temos direito a ter alguma coisa? Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): O Luiz Eduardo compensou aqui o teu tempo, viu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode falar, pode falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele ainda tem mais sete minutos que são dele. Ele, efetivamente, abriu mão do seu tempo e, se quisesse, ele teria mais sete minutos ainda. Então, eu passo, nesse momento, ao Sr. Carlos Henrique Martins Lima, Procurador da República do Distrito Federal.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA:

Boa-tarde. Bom, os senhores, que são basicamente o público-alvo ou os representantes do público-alvo dessa discussão toda vão ouvir aqui, durante esse debate, informações que os senhores já estão acostumados a ouvir, em diversos outros fóruns, que causam uma certa paixão, de um lado e de outro, e que nós precisamos continuar discutindo para tentarmos avançar e tentarmos melhorar a prestação do serviço público de Saúde, que é tão importante para todos nós. Pois bem, dentro desse contexto, os senhores estão cansados de ouvir ou já ouviram, os gastos que são colocados com a aquisição e dispensação de medicamentos excepcionais... Medicamentos excepcionais. O que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Carlos Henrique, me permite só--

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Comissão de Justiça, a assessoria me lembrou,

o Senador Tião Viana vem para o debate; ele não está aqui nesse momento porque ele está ainda presidindo a Mesa, em toda essa polêmica que os senhores estão acompanhando, da situação do Presidente Renan Calheiros, e o Senador Tião Viana é Vice-Presidente

da Casa, por isso que ele não está aqui, mas, logo que terminar a Reunião, ele virá. Eu vou descontar o seu tempo.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Sem problema. Os medicamentos ditos excepcionais assim o são muito pela questão dos valores. Nós estamos falando, de regra, de medicamentos que atingem públicos bastante restritos, espalhados pelo país, e que têm um valor bastante elevado. Então, os senhores vão ver, é provável que hoje ainda se apresente isso, que os custos com a aquisição de medicamentos excepcionais, nos últimos anos, vem sendo elevada: Eram 300 milhões, passaram para 500, 600, 1um bilhão... Acredito que esteja em algo em torno de dois bilhões. Na última Reunião que eu fui, foi o último número que eu ouvi; confesso que eu não fiquei até o final da Reunião, pode ter subido. Mas, acredito que o número esteja próximo a esse.

E essa questão econômica é de menos importância? Não é. Não é. Essa questão de como o Poder Público trata o nosso dinheiro, ela é importante sim e a ela deve ser dado o devido valor. Agora, a Constituição traz outros normativos, outras imposições. O artigo 196 da Constituição, já foi dito aqui pelo Dr. Sérgio, ele fala que a atenção à Saúde é universal e integral. Essa discussão, ela se restringe basicamente à questão da integralidade. O que é integralidade? Se nós estamos falando de integralidade, nós estamos falando de respostas, basicamente de respostas. Quais as respostas o Poder Público oferece a todos os tipos de patologia? Nós precisamos saber. E é necessário e, aí, a Constituição impõe, é necessário que o Poder Público dê respostas a todas as patologias. Isso é integralidade. Ou seja, um gestor poderia perguntar: "Então, na verdade, eu não tenho espaço para administrar, não há decisão a tomar, é uma questão mecânica?" Não, não é. Entre dois medicamentos que se substituam e que causem o mesmo efeito e que tenham a mesma eficiência, a mesma eficácia e que tenham preços diferentes, não tenham dúvida, na verdade, eu acho até... O administrador sequer teria espaço; ele teria sim que optar pelo medicamento mais barato. Mas, em alguns momentos, essa realidade não se impõe. Em alguns momentos, o que ocorre é que há apenas um medicamento e vão ocorrer, vão ocorrer vezes em que a colocação e a dispensação de um único medicamento se impõe, e se impõe por força da Constituição. Vou criar um exemplo, vou tentar criar um exemplo: Imaginemos que nós tenhamos diversos medicamentos que tratem uma determinada patologia e que surja a cura. Dentro do limite, evidente que a cura, que o medicamento que fornece para a população a cura vai se impor; nós não vamos poder ficar tratando as patologias quando nós

já temos a cura. E outros diversos casos se impõem entre um limite e outro, ou seja, na verdade, em alguns momentos, nós vamos precisar sim fornecer os medicamentos mais caros.

Nós ouvimos também, e ouvimos diversas vezes já, que há essa questão da judicialização da Saúde. Essa questão da judicialização da Saúde sempre trazida com termo pejorativo. E ela é ruim para a gestão da Saúde? É ruim! É ruim para a gestão da Saúde. Agora, evidente que, quando ela é a única válvula de escape, o cidadão tem mais do que o direito, o cidadão tem a obrigação de se socorrer da Justiça. Nós ouvimos falar, diversas vezes também, da questão de doses elevadas, medicamentos experimentais, nós já ouvimos dizer, inclusive, que a busca, que a judicialização da Saúde seria uma briga por xampu e mel. Eu já ouvi essa frase diversas vezes.

Pois bem, nós, e acredito que os senhores também não, não estamos aqui brigando por xampu e mel. Não estamos aqui brigando por doses mais altas do que as necessárias e não estamos, de regra, brigando por medicamentos experimentais nem tratamento em Cuba. Nós estamos falando, via de regra, por medicamentos que já detêm registro na ANVISA. Portanto, já comprovaram sua eficácia, já comprovaram sua eficiência. Ou seja, a ANVISA também já fez o papel dela de pedir, de solicitar toda essa comprovação e, se não o fez, está errada, porque deveria ter feito. Para que o medicamento detenha registro na ANVISA e, via de regra, a judicialização se refere a medicamentos com registro na ANVISA, ele tem que ter comprovado eficácia e eficiência e ele tem que ter comprovado que ele pode fornecer respostas.

Pois bem, nós, então, tivemos, do final do ano passado para o início desse ano, um embate acerca da primeira decisão da Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, que já foi aqui noticiado, em decorrência da qual se procurou normatizar ou procurou-se mudar todo um histórico que vem depois da Constituição de 88, ou seja, nós já estamos aí quase completando a segunda década de Constituição, e essa vinha caminhando de uma forma mais ou menos uniforme e, em determinado momento, como uma questão pontual, com uma decisão pontual, monocrática para um Estado, dos menores da federação, é como se tudo tivesse sido apagado e buscou-se uma nova política de Saúde. A notícia boa é que, posteriormente a isso e é um trabalho que demandou bastante esforço, demandou bastante organização, é... Já foram, já foram publicadas, pelo menos três decisões em sentido contrário à primeira, ou seja, nós voltamos o trem para o trilho. Nós voltamos a andar da mesma forma que vínhamos andando até então. E, aí, passamos a discutir o Proje-

to de Lei do Senador Tião Viana. Há um outro Projeto de Lei, do Senador Flávio Arns, que foi recentemente apresentado, que debatem assuntos similares e que procuram normatizar as mesmas coisas.

Bom, o Projeto de Lei sobre o qual nós estamos aqui discutindo, ele tenta inserir como texto legal... Boa-tarde, Senador—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como eu havia anunciado, o Senador Tião Viana já está aqui, vai acompanhar todo o debate, vai participar, como também o outro autor do outro Projeto, que é o Senador Flávio Arns.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Pois bem, o texto do Projeto de Lei nº. 219, ele coloca: “A integralidade da assistência farmacêutica, a integralidade da assistência terapêutica, inclusive farmacêutica, de que trata, alínea tal, inciso tal, consiste em...” Ou seja, voltamos para aquela questão, nós estamos discutindo a integralidade e, mais do que isso, nós estamos definindo em lei a integralidade. Aí vem dispensação de medicamento prescrito em serviço próprio... Tá-tá-tá tá-tá-tá. O § 1º desse mesmo projeto, desse mesmo artigo, prevê: “Na falta de protocolo”--

[soa a campainha].

--“A que se refere o inciso II, a dispensação limitar-se-á aos produtos constantes das relações de medicamentos essenciais e de medicamentos de dispensação excepcional, elaborados pelo gestor federal do SUS. Ou seja, nós... Em texto legal, esse Projeto de Lei visa, primeiro, definir o que seria integralidade e, segundo, ele diz que a integralidade é o que há no protocolo e, não havendo protocolo, se restringe àquelas em que há protocolo. O que é que nós estamos fazendo aqui? Primeiro, nós estamos tornando uma palavra com pouca densidade a integralidade prevista na Constituição. Porque a integralidade prevista na Constituição não pode ser uma palavra vazia, vazia de sentido. Ainda que nós precisemos expressar, numa lei, o que ela quer dizer, por óbvio, por óbvio, que ela não pode desdizer o que está previsto na Constituição.

No momento em que nós colocamos que, na falta de protocolos, a dispensação de medicamentos se limita às relações do Ministério da Saúde, algumas indagações devem ser feitas. Primeira: Há protocolos para todas as patologias? Não há. Segundo: As listas do Ministério da Saúde abrangem todas as patologias? Não abrangem. Então, nós esvaziamos sim aquela densidade da integralidade prevista na Constituição Federal e, mais do que isso, há uma inversão de valores. Na verdade, no momento em que tenhamos isso aqui vigorando, nós passamos a... A portaria passa a ser a Constituição Federal e a Constituição Federal passa a ser a portaria, por quê? Porque o alcance da

Constituição passa a ser dado pela portaria, que é assinada pelo Ministro da Saúde. Então, vejam, nós tivemos uma constituinte, nós tivemos uma eleição para a aprovação da Constituição Federal... É um sufoco, os senhores Senadores devem saber disso; qualquer emenda à Constituição Federal é um sufoco, é um trabalho hercúleo. Nós precisamos de aprovação em cada Casa, 3/5 de cada Casa, uma a discussão diversos representantes da sociedade... Tudo isso para acabar na portaria do Ministro da Saúde. Ou seja, a portaria do Ministro da Saúde é que vai dizer o que o trabalho de todas essas pessoas, representantes de toda a sociedade, quiserem dizer, com uma palavra.

Eu tenho a impressão de que eu trago... Evidente que nós não temos posições unânimes, mas, provavelmente, eu trago a posição mais consensuada(F), dentro do Ministério Público Federal. E, dentro do Ministério Público Federal, essa previsão não encontra respaldo, o que é ruim—

[soa a campanha].

O que é ruim e o que é bom que esclareçamos por que. Porque eu acredito que, uma vez aprovado esse texto, da forma em que ele se encontra, ele terá que ser discutido na Justiça. Ou seja, ao invés de pararmos de judicializar a questão da Saúde, nós vamos estar judicializando mais, de novo, tendo que discutir esses contornos. Eu não tenho muita dúvida e não posso falar pelo Procurador-Geral, que seria quem estaria legitimado à propositura de uma ADIN, mas tenho a impressão de que isso aqui seria levado para o Supremo para discutir os limites dessa previsão e para saber se isso aqui é constitucional ou não.

Bom, eu vou me deter por aqui os debates continuam e eu continuo também à disposição.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra ao Dr. Dirceu Barbano, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

SR. DIRCEU BARBANO: Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Senador Paulo Paim, Senador Tião Viana e às demais pessoas aqui presentes na Mesa, boa-tarde a todas e a todos, Deputado Vincentinho, deputado do meu Estado de São Paulo. Eu gostaria, acho que enquanto representante do Governo aqui na Mesa de buscar proporcionar aos nobres Senadores que se envolveram com essa questão, seja o Senador Tião Viana, que certamente não por um plano B do Governo, mas pelo seu compromisso, que é o de todos nós, em relação ao desenvolvimento da nossa sociedade, num ambiente onde o bem-estar de todos nós seja a busca constante, enquanto cidadãos, enquanto Parlamentares, enquanto gestores de políticas públicas,

que se envolveu, propondo ao Congresso Nacional um esclarecimento, que nós todos, enquanto sociedade, entendemos seja importante em relação à lei 8080, o Senador Flávio Arns, que tem estado muito preocupado com a situação que vivencia e vê mais de perto, de determinadas pessoas de determinadas pessoas que não conseguem encontrar, ainda, no Sistema Único de Saúde, uma solução aos seus problemas, que são graves. O Deputado... O Senador Paulo Paim, que é o Relator dos Projetos, solicitou que o Projeto de Lei do Senador Flávio Arns fosse apensado ao Projeto de Lei do Senador Tião Viana.

Então, eu gostaria de, na verdade, buscar fazer algumas considerações que podem e devem contribuir com o debate. Primeiro, buscando desconstruir(F) uma situação onde fica parecendo que os gestores do SUS se colocam de um lado, os representantes do Poder Judiciário de outro e, por consequência, a sociedade de outro lado. Nós todos temos que, primeiro, reconhecer que o Congresso Nacional é o espaço legítimo para que a sociedade tome as decisões que precisa tomar e que dêem a perspectiva de desenvolvimento e de rumo do desenvolvimento... Da sociedade brasileira como um todo. Segundo, nós temos que reconhecer que este assunto não é um assunto que antagoniza(F) o Governo Federal ou os gestores estaduais e os municipais à própria sociedade. Acho que nós estamos falando de um assunto de interesse coletivo, que trata da estruturação do Sistema Público de Saúde e que eu tenho absoluta certeza que todas as pessoas que estão nesta sala e que utilizam o sistema público, que saem de manhã da sua casa, que buscam a Unidade Básica de Saúde mais próxima para fazer o seu pré-natal e entendem o quanto que é importante a disponibilidade do enfermeiro para fazer o exame do pré-natal, o quanto que é importante a disponibilidade daquela unidade de Saúde, o quanto que é importante a existência do Sistema Público de Saúde numa questão que é aparentemente simples, como nós reconhecemos que as doenças mais graves precisam de ambientes para o seu tratamento, como nós devemos reconhecer que qual brasileiro que usa o Sistema Público de Saúde precisa de uma cirurgia cardíaca e consegue uma cirurgia cardíaca, um transplante de fígado, um transplante de rim, somos todos pessoas interessadíssimas, como estávamos, em 1988, quando defendemos esse princípio na Constituição, de que ele seja preservado e seja mantido. Acho que estamos todos do mesmo lado quando pensamos que o Sistema Público de Saúde é um patrimônio que não é do nosso Governo, que não é do Poder Legislativo e que não é do Poder Judiciário, é um patrimônio para a

sociedade brasileira e, como tal, precisa ser pensado, estruturado e planejado.

Nesse ambiente, quando nós falamos da disponibilidade de medicamentos, nós já vivemos várias fases: A fase em que o Governo Federal decidia por si só aquilo que deveria estar disponível e que, por meio da Central de Medicamentos, mandava os medicamentos para os Estados e Municípios. Vivemos o ambiente de estruturação de uma política nacional de medicamentos, onde houve um peso muito grande para a questão da atenção básica, o suporte ao tratamento da hipertensão, do diabetes, a disponibilidade dos medicamentos dentro do Programa de Saúde da Família, um acerto enorme com a sociedade brasileira que houve, no sentido da estruturação daqueles programas que são estratégicos e que garantem tratamento universal aos pacientes que têm tuberculose, que têm hanseníase, que sofrem de malária, que são portadores da AIDS, que tratam a AIDS com coquetel de 18 medicamentos diferentes, de maneira universal, estruturada, e onde os gestores da Saúde assumem a sua responsabilidade e cumprem o seu papel, não apenas na disponibilidade do medicamento, mas na disponibilidade do diagnóstico, do melhor diagnóstico, do melhor exame, do melhor procedimento e do melhor tratamento. Então, houve um avanço muito grande nisso.

Nesse ambiente é que surgiu essa questão dos medicamentos de alto custo, com a preocupação de um novo ambiente que precisaria ser também olhado pelo Sistema Público de Saúde; doenças mais raras, medicamentos mais caros, normalmente medicamentos sob proteção de patentes em lançamentos recentes pelas indústrias farmacêuticas e nós, sociedade, estamos no momento de aprender a conviver com isso. Claro que, do ponto de vista da gestão do sistema e do ponto de vista do Governo e do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula, medidas importantes foram tomadas, no sentido de possibilitar à sociedade que nós estivéssemos melhor preparados para essa nova fase de estruturação do Sistema Público de Saúde, a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a mudança da lei que tratava da regulação de preços, criando a Câmara de Regulação de Mercado e de Medicamentos e definindo o poder desse órgão público, órgão do Estado em definir os preços dos produtos quando são registrados; a política de assistência farmacêutica, redesenhada com aumento de financiamento para dar suporte à crescente demanda de novos pacientes, novos brasileiros que utilizam o Sistema na sua plenitude e que não vivem uma relação com o sistema, entendendo que ele é uma prateleira, onde nós precisamos de produto e vamos lá e buscamos produtos, mas compreendendo que esse sistema

se inicia com essas pessoas que acordam de manhã e vão para a porta das Unidades Básicas de Saúde, eu tenho certeza de que, como muitos da minha família, muitos aqui nessa sala vivem esse cotidiano e passam por isso.

Tivemos a questão do fomento à produção pública, quando os laboratórios farmacêuticos do Estado brasileiro se prepararam para produzir aqueles medicamentos utilizados no tratamento das principais doenças, inclusive, dessas doenças para as quais as indústrias farmacêuticas, que descobrem grandes saídas para doenças, muitas vezes, raras, investem muito pouco no tratamento da tuberculose, da malária, da hanseníase, da doença de Chagas e, aqui no Brasil, nós não podemos deixar a sociedade desconhecer o fato de que nós temos uma rede de 18 laboratórios públicos que produzem esses medicamentos, mas que de nada adiantaria os medicamentos estarem disponíveis se o Sistema Público de Saúde não fosse capaz de fazer o seu trabalho, no sentido de diagnosticar, acompanhar e tratar essas pessoas.

Mais recentemente, nós tivemos o estabelecimento do coeficiente de ajustamento--

[soa a campanha].

--De preço, estabelecendo uma redução obrigatória, um desconto obrigatório para a compra pública de medicamentos, no âmbito do SUS, favorecendo a uma posição dos órgãos públicos em relação a quem detém o poder econômico, na hora de fazer a venda dos produtos. Esse é o ambiente, não é? Não é um ambiente de disputa, não é um ambiente onde o Governo quer que a decisão da Ministra Ellen Gracie seja uma decisão que penalize o cidadão, onde o apoio ao Projeto de Lei do Senador Tião Viana não significa a exclusão, em nenhum momento, a perspectiva de diminuir direitos das pessoas; muito pelo contrário, nós temos um entendimento muito claro e muito tranquilo de que o Projeto do Senador Tião Viana estabelece o dever do Estado em assumir a responsabilidade, de maneira definitiva, e por meio, claro, de um órgão, que é o Ministério da Saúde, no sentido de estabelecer as formas de tratamento das doenças, com recursos públicos do SUS, entendendo que essas formas de tratamento devam respeitar os princípios da universalidade e da integralidade. O que significa dizer que nós precisamos que um órgão de Estado brasileiro tenha o dever e tenha a estrutura e as condições necessárias para poder dizer à sociedade brasileira, com base na ciência, aquilo que é o mais apropriado para o tratamento e para o cuidado com a vida de todos nós. Numa perspectiva de que o sistema tem que ser capaz de tratar a todos nós, de maneira igualitária, naquilo que ele tem de muito bom

e naquilo que ainda nós não conseguimos, enquanto sociedade, estruturar de maneira—
[soa a campanha].

--Apropriada e adequada. Mais um minuto, Senador Paulo Paim.

Então, o meu entendimento aqui, é o entendimento de que nós, ao analisarmos essa questão, precisamos reconhecer aquilo que o Sistema Público de Saúde já disponibiliza, de maneira efetiva, para os Estados brasileiros; reconhecer que o sistema está em estruturação e, para tanto, precisa de muito cuidado e muita responsabilidade da sociedade no sentido de que o Estado brasileiro seja o guardião dessa política pública, no sentido de estabelecer aquilo que pode e deve ser ofertado para que, aí sim, sejam garantidas a universalidade e a integralidade do sistema. A manutenção do SUS e a sua... O seu avanço não é responsabilidade do Governo apenas; é responsabilidade de todos nós. O fortalecimento das estruturas, no sentido de zelar pela sua efetiva implantação, garantindo, de forma igualitária, o acesso à Saúde também é responsabilidade de todos. Por isso, nós temos que analisar, com muito cuidado, muito zelo, a vida das pessoas, temos que analisar, com muito cuidado, com muito zelo as pressões que são exercidas, principalmente pelo setor que mais tem força nessa relação, que é a indústria que produz inovação, com muito cuidado, o entendimento que nós todos teremos, ao modificar a lei 8080, no sentido de que qualquer mudança venha a fortalecer o Sistema Público de Saúde. Nós entendemos que o Projeto de Lei do Senador Tião Viana faz isso, na medida em que responsabiliza o Estado e não deixa a sociedade, de maneira frágil, à mercê de informações que nem sempre são aquelas que nós precisamos para tomar decisões, enquanto gestores ou cidadãos, e sim atribua a um órgão de Estado essa—

[soa a campanha].

--Responsabilidade e possa torná-lo cada vez mais forte e efetivo. Eram essas as contribuições iniciais. Eu acho que podemos discutir em profundidade o nosso entendimento e o papel do Ministério da Saúde nessa questão. Obrigado, Senador.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento, eu convidaria os painelistas a retornarem ao Plenário e vamos montar uma outra Mesa. E já convidando, agradecendo a todos, naturalmente, e já convidando para essa outra Mesa a Sra. Fausta Cristina Panquestor Nogueira, usuária de medicamentos; também o Sr. Dirceu Raposo de Melo, Diretor-Presidente da ANVISA... Está aqui conosco já a Sra. Fausta Cristina, também o Diretor da ANVISA está aqui conosco, está aqui conosco e agora não sei

se está presente, pela ordem, eu estou chamando pela ordem aqui, o Gilmar Terra, Presidente da CONASS-RS, representando está aqui o Sr. René Moreira dos Santos, Coordenador técnico do CONASS, Conselho Nacional de Secretaria da Saúde. Então, esses três, depois ficam mais três numa outra Mesa. [interrupção no áudio] Só para situar, na próxima Mesa, então, teremos o Sr. Reinaldo Felipe Nery Guimarães, Secretário de Ciência e Tecnologia, Insumos Estratégicos e Administrativos de Saúde; depois, o Sr. Raimundo Paraná Ferreira filho, professor da Universidade Federal da Bahia e Doutor em patologia e, por fim, ainda, a Sra. Marília Casseb, Presidente da Associação Brasileira de Câncer. Vamos [interrupção no áudio].

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Meu nobre Presidente, meu nobre Presidente Paulo Paim, há apenas uma questão de ordem—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Deputado Vicentinho, V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Tem aqui um atrevido aqui nessa Plenária de Senadores, mas eu peço permissão, meu nobre Senador, para fazer um breve pronunciamento, em função de que, na condição de vice-líder da bancada, eu estou coordenando a bancada no Plenário da Câmara. Vão começar a Sessão... A Ordem do Dia daqui a pouco. Eu queria pedir permissão apenas para fazer um breve... Enquanto os nossos nobres palestrantes—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exa., como nosso convidado, tem o direito a fazer o seu pronunciamento.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Obrigado, meu querido companheiro Paulo Paim, saúdo nosso querido companheiro Tião Viana, nossa solidariedade pelo drama que essa Casa vive... Ocorre lá, ocorre aqui. Um dia não vai ocorrer em lugar nenhum, se Deus quiser. Eu quero saudar aqui os palestrantes Dirceu Raposo Mello, Diretor da ANVISA; a Fausta Cristina e o senhor, que eu peço desculpas, não gravei o nome do senhor... O senhor René. E os senhores que participaram, há uma saudação especial ao Dudu; o Dudu é um menino que eu acompanho a sua vida. O Dudu, eu participei desde pequeno, até por uma relação quase que familiar. Dudu é sobrinho de uma moça que é casada com o meu cunhado, e por isso a gente já teve momentos juntos e o exemplo de vida do Dudu, dos seus pais, é um exemplo que emociona qualquer um, não por pena, porque ele não quer pena, não é isso, pela altivez, pela altivez, pelo ânimo, eu acho que esse ânimo do Dudu e de outros que passam por esse drama é um ânimo que há muito mais vida longa a esses seres humanos iluminados e fantásticos. O único de-

feito do Dudu é que ele é palmeirense, mas não tem problema. Foi logo com o meu Corinthians, que foi perder para o Palmeiras nessa última semana. E eu tenho, senhores Senadores, participado, inclusive, de congressos de grupos que lidam com essa questão, sobretudo no caso da mucopolissacaridose, é um nome difícil, que até veio errado aqui escrito também; quanto mais complicada a doença, mais difícil a sensibilidade para elas, em vários lugares da sociedade.

Eu não posso omitir nenhuma opinião a respeito dos Projetos dos nossos nobres Senadores, mas por serem os dois, por ser a história de vida, eu já o vejo com muita boa vontade. O meu único drama, a minha única preocupação, como Parlamentar, como pessoa que lida com a vida, é como é que o Estado não tem a sensibilidade de cumprir a sua própria legislação e desconhece alguns casos, que não é sabonete, que não é perfume, que não é algo que vem de fora, de maneira exótica, que passou pelo crivo e pela aceitação da ANVISA, como é que a gente assiste às pessoas com o risco de morte a cada dia, a cada momento. Então, esse senhor... Por isso que eu os acompanhei e os acompanharei, aonde quer que seja, lá, junto à Ministra Ellen Gracie, ela talvez não medisse a irresponsabilidade dos outros que pegaram uma decisão localizada, individual e, com isso, fizeram disso um cavalo de batalha. Eu sei que o interesse econômico permeia em todos os lugares. Sei, inclusive, que os laboratórios deste planeta... É inconcebível qualquer tipo de remédio que custe dois, cinco, 10 mil reais, se a matéria-prima é da natureza, se não é ouro nem é diamante. Isso é inconcebível. Qual é o papel que o Estado brasileiro deve adotar, nos encontros internacionais, nos tratados internacionais, nas convenções, para não permitir que o Estado e a sociedade fiquem subjugados e submetidos a interesses econômicos. Portanto, nós do Brasil ou qualquer nação, pela soberania e pelo compromisso com a vida, devemos ter mecanismos para não impedir que isso ocorra nem enveredar por este caminho, porque a questão da Saúde, o direito à vida é algo fundamental. Por isso, Sr. Presidente, eu queria apenas propor que essa Comissão discutisse, no âmbito internacional, que papel o Brasil deve atuar, teve tanta coragem de quebrar protocolos, coragem de combater a questão da AIDS, nesse Brasil, de maneira digna, belíssima, hoje, a solidariedade na África, inclusive, não pode deixar os seus entes aí como estão.

Por isso, eu queria aqui me colocar inteiramente à disposição, como uma pessoa solidária, como um Parlamentar que, como os senhores, tem uma história de vida, e eu torço muito para que, após esta Audiência

Pública, a gente tenha, por aí, os melhores caminhos. Obrigado Presidente, obrigado senhores.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Deputado Vicentinho, sempre dando uma grande contribuição e apontando caminhos. Que a gente consiga construir, com os dois Projetos, a proposta que atenda ao conjunto da sociedade brasileira. Passo a palavra, de imediato, à Sra. Fausta Cristina Panquestor Nogueira, usuária de medicamentos.

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Boa-tarde a todos. Eu sou portadora de hipertensão arterial pulmonar desde 2003. Em fevereiro, apresentei os primeiros sintomas da hipertensão pulmonar. Sem diagnóstico, eu recorri há vários especialistas, cardiologistas, gastroenterologistas, pneumologistas e, sem diagnóstico preciso, o meu quadro se agravou, de tal forma, que eu fui, em agosto de 2003, internada em UTI. Fiquei internada 32 dias, usando, inclusive, suporte de oxigênio. A hipertensão pulmonar é uma doença grave, progressiva e fatal; a sobrevida média é de dois a três anos, quando sem tratamento. Ela não possui cura, mas, uma vez que o tratamento é instituído, adquire-se uma melhora considerável na qualidade de vida. Prova disso é que eu estou aqui hoje. Para aqueles que desconhecem, o principal sintoma da pretensão pulmonar é a falta de ar. Parece uma coisa muito simples a falta de ar, parece que não é nada, mas a gente só sabe dar valor as coisas simples quando a gente é privado delas. Vocês já se imaginaram com dificuldade para respirar? Eu diria que é impossível descrever esse sintoma, a agonia de você não conseguir respirar. Para que os senhores possam ter uma idéia de tal sensação, eu vou me apropriar de uma descrição que foi feita pelo jornalista Guilherme Goulart, numa entrevista que eu dei ao Correio Brasileiro, em 2006, quando ele disse: "Prenda a respiração por alguns segundos. Se conseguir, segure-a por um minuto. Quando voltar ao normal, você perceberá que o seu coração está acelerado e os seus pulmões se esforçam para recuperar o ar perdido. Imagine a mesma sensação prolongada por dias, meses e anos, sem interrupção. Tente supor o sofrimento de quem vive em busca do oxigênio. Isso é apenas parte do que sente um portador de hipertensão arterial pulmonar".

A minha batalha pela vida começou em fevereiro de 2003 e, para enfrentar essa batalha diária, eu conto com os meus familiares, com meus amigos, com meus médicos e com todos aqueles que me querem bem. Eu tenho como grande aliada a minha imensa vontade de viver. Mas a minha principal arma é o medicamento; sem ela, a minha batalha está perdida, todo o resto é

em vão. Para manter o meu quadro clínico estável, eu preciso utilizar oito medicações diariamente; dessas, eu não tenho condições de arcar com duas. O custo mensal delas está em torno de 16 mil reais por mês de tratamento. Eu recebi essa medicação, até dezembro de 2006, através do laboratório, porque eu fiz parte de um estudo clínico, no INCOR, em São Paulo. Hoje, eu recebo através da Secretaria de Saúde de São Paulo, do Distrito Federal. Mas, o caminho até aqui foi muito longo e muito árduo. Apesar de aprovada pela ANVISA, a medicação que eu necessito, desde 2003, ela até hoje aguarda a sua inclusão na lista de medicamentos no Ministério da Saúde. Inicialmente, eu tentei o fornecimento dessa medicação no âmbito administrativo da Secretaria de Saúde, mas eu não obtive nenhuma resposta. Então, recorri aos meios judiciais. Mesmo amparada por uma decisão judicial, enfrentei já atrasos na entrega dos medicamentos, o que é extremamente desgastante, tanto do ponto de vista emocional, quanto físico. Sem o medicamento, o meu quadro clínico rapidamente entra em declínio: Eu volto a sentir os terríveis sintomas da doença e o fantasma da morte volta a me assombrar.

Quem me vê hoje trabalhando, estudando, vivendo, andando normalmente por aí, não imagina quando eu fiquei quando eu estava sem o tratamento adequado. Para vocês terem uma idéia, me imaginem com quase 10 quilos a menos, com a face pálida, o olhar fosco, as extremidades arroxeadas, sem conseguir caminhar, utilizando o suporte de oxigênio e necessitando de uma cadeira de rodas. Esse era o meu Estado em 2003, sem a medicação. E é o Estado que eu estou condenada a ficar caso fique sem o tratamento e daí para pior, até chegar a óbito. Depois de tantas batalhas, de tantas superações, desespera-me vislumbrar a perda da guerra por falta de dinheiro para o meu tratamento.

Os argumentos utilizados para não fornecimento de uma medicação, para quem quer que seja o paciente, qualquer que seja a doença, estão sempre relacionados a números, é o que eu tenho visto, é o que eu tenho acompanhado. Nunca, em nenhum momento, em relação ao paciente, à pessoa, à vida, à dignidade. O que vejo sempre são estatísticas e números. Só que eu não quero ser mais um número nas estatísticas dos mortos por falta de medicamento. Eu quero ser referência de que a vida continua com qualidade, quando implantado o tratamento adequado. Como negar medicamentos, alegando falta de verbas, quando temos visto constantemente, nos meios de comunicação, notícias sobre fraudes e a CPMF, criada com pretexto de custear gastos emergenciais com a Saúde, hoje não tem nada a ver com a Saúde; ela ajuda a pagar

o Bolsa Família, as pensões do INSS e até folhas de pagamento do Governo. No ano passado, o Tesouro arrecadou 32 bilhões de reais com a CPMF. Esses valores foram retirados da Revista Veja, em março de 2007. Recentemente, numa citação sobre os gastos com medicamentos de dispensação excepcional, eu li a seguinte afirmativa, muito triste por sinal: "O tratamento para o *Mal de Gaucher*, de um só portador da doença, com 60 quilogramas de peso corporal, representa um custo de mais de 800 mil reais por ano". Aí, eu comecei a questionar quando que vale uma vida.

Abrindo um breve parêntese, vocês deveriam, depois, se não conhecem, observar um paciente com a *doença de Gaucher*, como é que fica um paciente com essa doença sem tratamento adequado. É fácil falar em número estatísticas quando não se está envolvido emocionalmente. Será que esses mesmos números teriam a mesma importância caso fosse um ente querido acometido pela doença? Mesmo não tendo nenhum vínculo afetivo com portadores de doenças crônicas recuso-me a acreditar que as pessoas e os órgãos responsáveis pela Saúde, nesse país, são incapazes de se comover diante quadros de sofrimento e de dor. Não podemos ver nossa luta por medicamentos, comprovadamente eficazes, ser banalizada, generalizada e ridicularizada; nós não estamos lutando por "xampu e requeijão"; eu estou citando aqui a mesma do Dr. Carlos Henrique, quando ele citou "xampu e mel", é a mesma citação que nós lemos. A nossa citação é justa, nós estamos lutando pela vida.

O medicamento que eu utilizo, e que até hoje não consta da lista de medicamentos excepcionais do Ministério da Saúde, ela já foi aprovada pelo ANVISA, sob todos os critérios... Todos os critérios foram... Foram atendidos. Eu fiz parte do protocolo clínico de estudo dessa medicação, em agosto de 2003, e a medicação é comprovadamente eficaz porque eu estou aqui nesse Estado hoje. Nós pedimos apenas o necessário comprovadamente eficaz para a manutenção de uma vida digna. Nós não temos tempo a perder. Nós precisamos de agilidade no processo de recebimento das medicações porque são doenças crônicas, com seqüelas graves e o óbito é rápido e doloroso, quando não tratadas.

Vale ressaltar que, sob o tratamento adequado, nós somos indivíduos produtivos, em contrapartida, iremos lotar os leitos hospitalares, principalmente os leitos da UTIs, uma vez que somos portadores de doenças crônicas; é o meu caso, se ficar sem medicação. É a regressão do quadro, até o leito de UTI, até óbito. Muito importante a todo esse processo, de como resolver a problemática do fornecimento das medicações--

[soa a campainha].

--Mas a solução deverá ser benéfica para todas as partes. Não se esqueçam, em momento algum, que estamos lidando com vidas. Nós temos o direito à vida plena, e temos direito à plenitude da vida. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra ao Dr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da ANVISA, 10 minutos, com mais dois.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Obrigado, Senador Paulo Paim, Senador Tião Viana, Senador Flávio Arns, nobres Senadores, Parlamentares, senhoras e senhores, eu vou, nos 10 minutos que eu tenho, eu vou procurar vou fazer uma apresentação bastante técnica, do ponto de vista de dizer qual é o papel, do ponto de vista da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para subsidiar as decisões das esferas de Governo. Se apagasse um pouquinho a luz, ali, acho que fica um pouquinho melhor.

Bom, eu vou, em um *slide* só, eu vou colocar... O próximo, por favor. Eu vou dizer o que é a Agência, eu acho que, no contexto, todos nós temos claro qual é o nosso papel, mas ela tem independência administrativa e autonomia financeira; é vinculada ao Ministério da Saúde; seus dirigentes têm mandato e estabilidade durante esse período. O que nos pauta, do ponto de vista das nossas decisões, são critérios eminentemente técnicos e a tendência, com relação a esse clima de estabilidade, é conferir previsibilidade ao processo regulatório. Nós somos a maior, dentre as Agências do Brasil, nós somos a maior Agência reguladora e temos aí oito anos de existência, desde a criação em 1999.

A Agência, a ANVISA tem uma característica que é singular, ela... Bom, primeiro, ela atua na proteção da defesa do consumidor, também, outras Agências atuam nesse campo; ela coordena o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e integra o sistema, o SUS, somos componentes do Sistema Único de Saúde; atua em todos os setores relacionados a produtos e serviços que envolvem a Saúde da população brasileira, mas uma questão marcante, uma singularidade marcante, é fazermos também parte do processo de regulação de mercado e, além da regulação sanitária que é... Que é um componente do nosso... Do nosso trabalho.

Estamos falando de medicamentos, então, eu vou... De medicamentos, especificamente, mais nós temos também uma atuação importante com relação ao registro de outros produtos, que não medicamentos, e, quando falamos nisso, falamos em incorporação de tecnologia, mas eu vou me deter a medicamentos, com relação ao registro desses produtos. Quer dizer,

quais são as... Os requisitos necessários exigidos para o registro de medicamentos no Brasil, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária? Então, nós exigimos que estudos pré-clínicos tenham sido feitos; estudos clínicos, estudos clínicos dividem-se em quatro fases para o registro no Brasil nós exigimos que 3 dessas fases estejam concluídas: a fase I, a fase II e a fase III. A fase IV do registro é uma fase que nós chamamos de fase pós-mercado, é o acompanhamento do registro por, pelo menos, cinco anos, depois que ele já está sendo liberado, comercializado e utilizado pela clínica, não é?

Além desses... Dos requisitos dos estudos pré-clínicos e estudos clínicos, a metodologia tem que ser declarada e é examinada. A metodologia do controle de qualidade, os métodos de fabricação, incluindo as boas práticas de produção, exigências com relação à rotulagem e bula, e os estudos de estabilidade para a utilização do medicamento.

Então, nesse *slide*, eu vou mencionar duas coisas então: Qual é o objetivo, quando se registra o produto, o medicamento, no Brasil? Primeiro, do ponto de vista da ANVISA: Garantir a segurança, a eficácia e a qualidade do produto, sem esquecermos que todo produto, todo medicamento oferece risco potencial e, por isso, ele é acompanhado, inclusive, no pós-mercado. E a outra característica que é importante da Agência, aqui no Brasil, a exigência de estudos conclusos de fase III, diferentemente de algumas Agências, em outros países, em que o mecanismo conhecido por *fast track*, que é o mecanismo de concessão antecipada desses produtos, de alguns medicamentos, é aplicado, não é? Nos Estados Unidos, o *fast track* é aplicado e, em alguns outros países, também.

Este ano, a Agência Nacional, a Diretoria Colegiada editou uma resolução, que é de Resolução 28, que usa um instrumento de priorização da análise técnica de petições com base na relevância pública do medicamento, do produto. Então, medicamentos que são necessários, não é? Serão utilizados para doenças negligenciadas, medicamentos ditos órfãos, doenças emergentes ou "reemergentes", o prazo de registro é um prazo menor, sem, no entanto, desconsiderar os critérios anteriores por que é que o prazo é menor? Porque ele, na verdade, entra na Agência e recebe uma pontuação diferente. E, ao ser pontuado diferente, ele é analisado à frente de uma lista, que a lista... Que nós chamamos de "fila", que é a fila que nós temos para a análise desses produtos dentro da Agência Nacional.

Com relação aos produtos que nós estamos falando, a maioria deles é... Espera aí, acho que eu pulei algum *slide*. Ah, sim, a ANVISA também faz parte da

Câmara de Regulação da CEMED, e a ANVISA, na CEMED, exerce a Secretaria Executiva, subsidiando... A Câmara é um órgão interministerial; o Ministério da Saúde, de Justiça, Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Casa Civil fazem parte desta Câmara, cujo objetivo é regular mercado e definir preço. E a ANVISA é a secretaria desta Câmara. Nós fazemos... Trabalhamos com... Na definição de preço de entrada em mercado e dos reajustes anuais de preço para os produtos farmacêuticos.

Com relação à categoria de medicamentos, nós temos seis categorias de medicamentos. Aqui, predominantemente, do ponto de vista de interesse dos Projetos de Lei, os medicamentos que... Dos quais nós estamos tratando, estão principalmente na categoria de medicamentos novos, que correspondem às categorias I e II. Então, para... Segundo os nossos critérios, um novo medicamento é aquele que apresenta ganhos terapêuticos em relação aos medicamentos existentes para a mesma indicação terapêutica? Se sim, ele está na categoria II; se não, ele está na categoria I. Se ele for classificado como medicamento, então, que apresenta ganhos terapêuticos em relação aos medicamentos existentes, a definição de preço é a partir da comparação entre nove países. Dentre esses nove países, é feita lá toda uma conta, tem uma fórmula que se aplica, e é o menor preço levantado nesses nove países.

Cabe mencionar aqui que, ao contrário do que, do que normalmente se divulga, muitas vezes, nós não conseguimos preço nos nove países porque a Agência Nacional de Vigilância Sanitária consegue analisar estes produtos e ter... E é óbvio que, quando se vai definir o preço, a concessão do registro já foi dada, a ANVISA já concedeu registro à frente de muitos desses nove países. Então, nem sempre nós temos nove preços, de nove países, porque a Agência—

[soa a campainha].

Repito, ao contrário do que se divulga, analisa mais rápido do que países, do que outros países, que não o Brasil. Eu tenho participado de vários debates e, aparentemente, o que se fala é que a Agência demora para a análise etc.. Muitas vezes, nós não encontramos nove preços, porque alguns dos outros países ainda, que nós utilizamos, eu os tenho aqui, se for de interesse: Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Itália, Portugal, Espanha, França e Grécia. Muitos desses países, às vezes, não têm registro e, portanto, nós não conseguimos preço nesses mercados.

Com relação à categoria II, o preço com base nos tratamentos dos medicamentos já existentes; se ele não melhora, não incorpora nenhum benefício, não pode ter preço maior e esse é o mecanismo para

que a gente evite que qualquer mudança na molécula, que não traz um... Um benefício, um custo/benefício ou um custo/eficácia melhor, do ponto de vista do ingresso do produto, ele não ingresse com um preço diferenciado mais alto e, portanto, aumentando o custo do tratamento.

E, por fim, eu vou citar, mas, com certeza, o Dr. Reinaldo vai mencionar, a ANVISA faz parte da Comissão de Incorporação de Tecnologias, que trabalha com regras para a incorporação de tecnologias do Sistema Único de Saúde, baseado em evidências científicas e em conceitos de avaliação econômica. Dentre... No escopo desse trabalho, as informações obrigatórias requeridas por essa Comissão, isso é um relatório técnico, estudo de avaliação econômica e estimativa de impacto econômico, no sentido de avaliar o impacto nos tratamentos disponíveis para a população brasileira.

Eu, como prometi, concluí antes dos meus 10 minutos—

[soa a campainha]—

Em cima da hora. Eu procurei aqui dar, do ponto de vista técnico e formal, quais são os requisitos para que não pare nenhuma dúvida com relação aos critérios técnicos do registro de medicamentos e da composição de preços desses produtos no Brasil. Eu estou à disposição dos senhores para, eventualmente, os debates e permanecerei aqui. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Mesa tinha aqui a indicação do Deputado Federal e Secretário Osmar Terra, para que fosse o painedista nesse momento. E, na falta do mesmo, que não tinha chegado ainda, foi indicado o Dr. René Moreira dos Santos. Eu pergunto: Mantém o Dr. René, querem dividir o tempo? Para a Mesa, é indiferente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, Dr. René, com a palavra.

DR. RENÉ MOREIRA SANTOS: Quero agradecer, em nome do CONASS, o convite esta para estarmos nessa Reunião Comissão, saudar o Senador Paulo Paim, Senador Tião Viana, Senador Flávio Arns. Para o CONASS é extremamente importante podermos estar nessa Audiência Pública, tratando de um assunto para o qual o CONASS já tem, há muito tempo, buscado discuti-lo e debatê-lo em vários fóruns. Inicialmente, eu quero aproveitar, um pouco na linha que o Dirceu colocou na sua fala, para que a gente faça uma reflexão e, até muito oportuna, a partir do próximo ano, da importância do Sistema Único de Saúde no Brasil, os 20 anos

que o Sistema Único de Saúde brasileiro era completar no próximo ano, e, principalmente, reconhecer as suas conquistas; conquistas que foram feitas praticamente em todas as áreas da Saúde Pública no Brasil. Há 20 anos atrás, nós provavelmente estaríamos discutindo aqui, antes do advento da Constituição de 88, uma Saúde que era limitada a ações que, necessariamente, não reconheciam o direito do cidadão. E hoje nós temos consolidado um Sistema Único de Saúde, que reconhece totalmente o direito do cidadão à Saúde e o dever do Estado para provê-la dentro desse grande arcabouço legal, que se chama Sistema Único de Saúde e que ao ver do CONASS, representa a maior conquista da sociedade brasileira e, com certeza, o maior Projeto de inclusão social desse país.

Notadamente em relação ao assunto colocado em pauta, a assistência farmacêutica também se insere dentro dessa conquista de Sistema Único de Saúde, e eu quero relembrar, com foco em que foi colocado aqui na discussão a questão dos medicamentos e de dispensação excepcional, que esse programa, dito programa, ele existe desde de 93, com... À época, uma característica que se chamava dispensação em caráter excepcional, ou seja, era uma excepcionalidade. Não abrangia nem grande parte das patologias e, em geral, garantia-se, talvez, na época, dois ou três medicamentos. Passados 20 anos, praticamente do SUS, e com o incremento havido na percepção da importância da Saúde e especificamente da ciência farmacêutica, nós, hoje, estamos diante de um cenário que mostra a evolução e a preocupação que teve a implantação do SUS nessa área.

Eu acho importante, realmente, a gente falar de números, mas números que representem esse compromisso que tiveram os gestores, a sociedade, com o Sistema Único de Saúde, por exemplo, na questão dos medicamentos de dispensação excepcional, em 2001, eram pouco mais de 100 mil pacientes; hoje são cerca de 450 mil pacientes. Pessoas que, antes do advento do SUS, nem imaginariam a possibilidade de ter acesso a medicamentos na faixa de 16 mil reais por mês e que hoje não têm acesso só a esses medicamentos, mas a um conjunto de procedimentos que colocam o Brasil, com certeza, entre os países que melhor oferecem assistência no mundo, haja vista a nossa posição em relação a número de transplantes e outros procedimentos. Mas, obviamente, isso requer também que nós possamos estar avaliando, a cada momento, situações que precisam ser enfrentadas, e enfrentadas de que forma? Olhando claramente e se balizando claramente pelos princípios constitucionais, mantendo-os e é por isso que a assistência farmacêutica está sendo o ponto de pauta dessa dis-

cussão. Porque a assistência farmacêutica, em todos os países do mundo, no Brasil não seria diferente, é sem dúvida alguma um ponto chave no processo de assistência à Saúde. A maioria dos países, quando faz a sua análise do que estabelece em relação à Saúde, ela vê a Saúde como um todo, mas se preocupa hoje, particularmente, com a assistência farmacêutica. Por quê? Porque o mercado mundial, talvez, tirante a indústria bélica, depois disso, os grandes interesses corporativos mundiais, com certeza, estão na área da assistência farmacêutica e, estrategicamente, nenhum país poderá deixar pensar nisso, até no sentido de garantir sua soberania e, principalmente, garantir os direitos que a sua sociedade conquistou. Por isso, questões, por exemplo, como o dilema entre propriedade intelectual, acesso a medicamento e interesses públicos têm que estar em debate no Congresso Nacional e na sociedade. Por isso questões importantes, por exemplo, como a atenção farmacêutica com questão estratégica para a sustentabilidade do SUS, também tem que estar em debate com a sociedade, porque ela representa, nesse conjunto, outros interesses que aqui nós estamos vendo gestores e sociedade se manifestando que não estão só colocados nessa Mesa, há outros interesses econômicos que não estão colocados nessa Mesa, mas que precisam ser avaliados que, muitas vezes, esses próprios interesses podem prejudicar o conceito do Sistema de Saúde como um sistema universal equânime e, principalmente, integral à população brasileira. Por esse motivo, o CONASS, já de há muito tempo, defende a idéia de que é preciso algumas ações, principalmente na área da assistência farmacêutica.

Primeiro, a utilização de protocolos com caráter vinculativo na questão do acesso. Todos os países do mundo que buscaram ampliar os direitos do cidadão na área da Saúde se basearam nessa lógica de que os protocolos não são restritivos, pelo contrário, eles são instrumentos qualitativos. Numa área em que geralmente, geralmente a possibilidade de que você tenha uma indução de uso de um determinado medicamento não passa simplesmente na relação médico/paciente, mas passa por toda uma relação de mercado que pode ter interesse de colocar esse medicamento na utilização, principalmente num país, talvez um dos poucos países do mundo que garantem a integralidade.

Segundo, a necessidade da regulamentação desse acesso, por quê? Não para restringi-lo, mas para qualificá-lo, para aplicar um dos princípios que estão lá na Constituição, que é da equidade. Equidade é igualdade de tratamento para todos. E é por isso que se precisa de uma regulamentação para que o Poder Público possa, a partir dessa regulamentação,

garantir o processo que equilibre as relações e, principalmente, que transforme o acesso numa questão de igualdade para todos.

Nesse ponto, o CONASS tem colocado claramente o apoio que tem em relação ao Projeto do Senador Tião Viana. Porque tem o Poder Público que chamar para si esse processo de regulamentação para qualificá-lo, para possibilitar a segurança aos usuários, para possibilitar a segurança sociedade de que o Poder Público está aqui, diante de um cenário que, sem regulamentação, pode, inclusive, levar a problemas em relação à sustentabilidade do SUS, mas, mais principalmente, pode trazer problemas até para a própria Saúde do usuário. Eu acho que esse é o ponto chave dessa discussão. O que está em discussão aqui não é especificamente uma discussão geral de acesso; nós estamos discutindo uma questão específica do Sistema Único de Saúde. Aqui, eu quero chamar atenção, apesar de nós estarmos muito falando de medicamentos, que o Projeto do Senador Tião Viana é mais amplo; ele fala do Sistema de Saúde, em relação à assistência terapêutica, uma forma clara de que nós possamos regulamentar esse processo e qualificá-lo.

E qual é a posição do CONASS? Primeiro, o CONASS defende intransigentemente o atendimento integral. Entende que o atendimento integral ao seu cidadão, inclusive, da assistência farmacêutica, é um direito do cidadão e que nós temos que conseguir avançar para que esse direito se amplie. E prova disso é a evolução que nós estamos produzindo na área de medicamentos excepcionais, como eu já citei, praticamente em três, quatro anos, quadruplicou-se a quantidade de pacientes atendidos.

Segundo, disponibilizar medicamentos seguros e eficazes, nós temos que garantir que a assistência farmacêutica não seja vista apenas como prover o medicamento de qualquer forma, mas prover com qualidade, com segurança, principalmente porque o objetivo final é o restabelecimento da Saúde do paciente. Terceiro: Não deixar de lado a discussão de que existem outros interesses que, porventura, em alguns momentos, perpassam essa discussão e, às vezes, ficam fora; nós sabemos que há interesse da indústria farmacêutica, inclusive por causa do grande crescimento do processo de incorporação tecnológica, de estar expandindo cada vez mais os seus mercados e nós temos, inclusive, a responsabilidade de fazer com que isso se dê de uma forma que seja regulada pelo próprio Estado, para quê? Para garantir que o usuário não fique refém desse processo. E nós sabemos que, muitas vezes, não só o usuário fica refém desse processo, até o próprio prescritor. Nós temos que ter mecanismos para regulamentar essa questão.

Outro ponto importante: A importância dos protocolos, e aí eu acho que é importante salientar que os protocolos clínicos que hoje o Ministério da Saúde utiliza, todos eles foram submetidos à consulta pública e o protocolo tem que representar um conceito da sociedade científica no sentido do que é o procedimento mais adequado, medicamento mais adequado àquela determinada patologia. Isso não é cercear o direito da prescrição, mas é orientar o interesse público no sentido de se oferecer a melhor opção para o tratamento do paciente. Dessa forma—

[soa a campainha].

Tem questões que realmente nos preocupam, por exemplo, nós temos situações, e isso foi colocado aqui em alguns momentos, de medidas judiciais, por exemplo, que demandam medicamentos experimentais e sem registro na ANVISA. Eu vou me portar pelo seguinte ponto: Nós temos que reconhecer, aqui está representante da ANVISA, que nós reconhecemos a capacidade e a qualidade técnica e a independência do Brasil de definir qual é o produto que ele entende que seja o mais adequado. No passado, não tão remoto, recente, nós vimos medicamentos que foram aprovados em outros países, que vêm a pressão séria de sua inclusão no Brasil e que, recentemente, foram identificados como nocivos, mesmo tendo sido reconhecidos, talvez pelo organismo internacional mais *top* de linha para essa questão. Nós temos que reconhecer e confiar na capacidade brasileira de ter autonomia nessa questão da regulamentação dos medicamentos no Brasil.

Por que regulamentar o acesso? O objetivo do CONASS, ao propor a regulamentação do acesso-- [soa a campainha].

--É preservar a vida e a defesa do interesse público. Regulamentar, para o CONASS, significa garantir a equidade, tratamento igual a todos, garantir a qualidade, preservando a vida e, principalmente, fazendo com que aquela pessoa que está fazendo a utilização do medicamento tenha o resultado positivo para a sua necessidade e garantir a segurança da população nesses medicamentos e isso é papel do Poder Público sim, que ele não pode deixar de fazer, sob o risco de se submeter às possibilidades das influências externas que vão atuar sobre prescritores, sobre pacientes, gerando, ao final, muitas vezes, expectativas que não se cumprem diante da utilização do interesse público.

E, para concluir, o CONASS reitera a defesa dos princípios do SUS, reitera a defesa dos princípios da universalidade, a defesa do princípio da integralidade e a defesa do princípio da equidade. E entende que a regulamentação busca justamente qualificar esse processo para que esse SUS, que vai—

[soa a campanha].

--Completar 20 anos, tenha realmente a continuidade que a gente espera, no sentido de, cada vez mais, ampliar o acesso a toda a população brasileira.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como estava previsto, eu vou permitir ao Deputado Federal e Secretário, hoje, do Rio Grande do Sul Osmar Terra, da Saúde, que ele use da palavra por cinco minutos, e peço a V.Exa. que fique, se possível, dentro dos cinco minutos.

DEPUTADO OSMAR TERRA (PMDB-RS): Está bom. Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Tião Viana, Dirceu Raposo, da ANVISA, o René e a representante, usuária de medicamentos, a Fausta, Senador Flávio Arns, enfim, todos que estão aqui, o Secretário Reinaldo. O CONASS, eu acho que o René já colocou a linha de pensamento do CONASS, eu apenas queria reforçar alguns pontos e fazer algumas colocações. Na verdade, nós estamos trabalhando numa fronteira do conhecimento, numa fronteira de avanços tecnológicos importantes e necessários e não somos contra que se dê o remédio mais importante, por pais caro que ele seja, ao paciente que necessita dele. Então, eu acho que essa é... Tem que ficar clara essa diferença aqui de qualquer outro discurso que possa desqualificar a posição que nós defendemos. Nós estamos defendendo também o... Só defendemos, dentro desse direito, o direito de esse paciente ter as garantias do uso que esse remédio que ele está tomando vai, efetivamente, fazer o efeito que desejado. Para isso, nós estamos buscando os protocolos, estamos buscando o consenso das especialistas no país todo, para definir que aquele medicamento, para aquele caso específico, vai fazer o efeito desejado.

Senador Paim, se o senhor se internar no hospital de referência, o Mãe de Deus ou Moinhos de Vento, no Rio Grande do Sul, todos os remédios que forem prescritos vão ser seguindo protocolos. Nenhum médico no hospital Moinhos de Vento, nenhum médico no Albert Einstein, nenhum médico no INCOR em São Paulo, nenhum médico no hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre, estou dando alguns exemplos de hospitais conhecidos, tem o direito de receitar o que ele quer; ele tem que reiterar o remédio que faz efeito para aquela doença, segundo a pesquisa científica. É isso,... É essa a questão crucial desse debate nosso. Como observo SUS garante, na Constituição, o direito à Saúde, e o dever do Estado, o direito a todos à Saúde é dever do Estado, o que está se colocando aqui é que, ao não ter uma regra clara nessa ponta da tecnologia, nós podemos abrir os cofres públicos para gastos imensos e sem resultado nenhum para a

população. Remédios experimentais, a gente sabe que o remédio experimental, de cada 100 medicamentos experimentais, dois dão resultado. Então, o laboratório cobra mais caro aqueles dois porque ele diz que gastou dinheiro com pesquisa em 100 medicamentos, então, ele tem que cobrar mais caro dos dois.

Hoje, os laboratórios, de alguma maneira, estão induzindo o sistema público a pagar pela experiência; nós estamos dando remédios que não fazem efeito nenhum para milhares de brasileiros, caríssimos, caríssimos. Medicamentos que custam centenas de milhões de reais para uma pessoa experimentar, ser efeito garantido. Eu tive, eu vou dar vários exemplos aqui, eu tive um paciente da minha cidade, que foi me procurar, e que me trouxe uma receita do médico e disse o seguinte: "Olha aqui. Eu estou com câncer, daqui a seis meses eu vou morrer, o médico me disse que eu morro em seis meses se eu não tiver esse remédio aqui". Deu-me o nome do remédio, custava 225 mil reais. Eu, Secretário de Estado, conhecia a pessoa, inclusive, acho que foi de propósito, fizeram por causa disso, e eu fui fazer a pesquisa—

[soa a campanha].

Se esse remédio, se esse medicamento realmente fizer efeito, nós temos que dar, tem que dar. Nós fizemos uma pesquisa, e uma equipe do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, da PUC do Rio Grande do Sul, que fazem, inclusive, fizeram boa parte dos protocolos que hoje o Ministério usa, pesquisaram no mundo inteiro, não tinha um trabalho científico provando o efeito daquele medicamentos. Aí, eu fui obrigado a dizer isso para a pessoa, se coloque no lugar da pessoa que está com câncer, o desespero dela. Eu disse para ele: "Olha, esse remédio não faz efeito. Eu não tenho como usar dinheiro público num remédio que não faz efeito". Aí, ele: "Então, eu vou entrar na Justiça". Entrou na justiça e ganhou. Nós demos 225 mil reais para essa pessoa, são muitos casos, eu estou citando um. 225 mil reais, ele comprou o remédio nos Estados Unidos, que não tinha no Brasil, e morreu em dois meses. Não fazia efeito mesmo.

Então, essa regra que nós queremos, Senador Paim, nós queremos—

[soa a campanha].

Uma regra, que o Projeto Senador Tião Viana estabelece, de maneira criteriosa, ouvindo os gestores, ouvindo os pacientes, ouvindo todo mundo que realmente precisa, nós queremos garantir o remédio. Agora, um remédio que faça efeito, não queremos jogar dinheiro público pela janela porque é precioso o dinheiro público; hoje, nós estamos gastando, no mínimo, uns 20%, talvez mais, dos recursos, dos dois bilhões e pouco que nós temos, para 450 mil pacientes,

portanto, para 0,3% da população que precisa e tem que receber os remédios, nós estamos jogando, no mínimo, 20% desse dinheiro pela janela, pela falta de regras. Então, o CONASS referenda tudo o que René falou. Nós estamos nessa linha de pensamento, junto com o Ministério da Saúde, defendendo o Projeto do Senador Tião Viana.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento, a gente desfaz essa Mesa e já convidamos a próxima Mesa. Dr. Reinaldo Felipe Guimarães, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; SR. RAIMUNDO PARANÁ FERREIRA FILHO, professor da Universidade Federal da Bahia e doutor em—

SR. RAIMUNDO PARANÁ FERREIRA FILHO: Hepatologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Hepatologia, está errado aqui. Já me ajudou aqui e, ainda, agora, a Sra. Marília Casseb, Presidente da Associação Brasileira de Câncer. De imediato, passamos a palavra ao Dr. Reinaldo Felipe Nery Guimarães.

SR. REINALDO FELIPE NERY GUIMARÃES: Bom, boa-tarde. Eu queria saudar o ilustre Senador Paulo Paim pelo convite, Senador Tião Viana, Senador Flávio Arns, Deputado Federal Osmar Terra. Eu queria, Senador Paim, que me desse a indulgência de, antes de começar a falar, ler aqui uma moção de apoio, que foi aprovada--

[soa a campanha].

--Que foi aprovada na Sessão de encerramento do 23º Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que terminou no final da semana passada, em Joinville. Os gestores Municipais de Saúde, reunidos na Assembléia Final do 23º Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde, no dia 30 de junho de 2007, em Joinville, manifestam total apoio ao Projeto de Lei do Senador Tião Viana, que altera a lei 8.080 e disciplina a dispensação de medicamentos de alto custo, prescritos em serviço próprio ou conveniado ao Sistema Único de Saúde, com o objetivo de garantir o direito de acesso dos cidadãos à assistência farmacêutica, em conformidade com a prescrição de medicamentos feitas a partir de diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos instituídos pelo SUS.

Os gestores municipais de Saúde, eram mais de dois mil secretários que aprovaram essa moção, entendem a necessidade urgente de uma Lei Federal que possa orientar o Ministério Público e o Poder Judiciário e evitar as medidas judiciais que, muitas vezes, obrigam os gestores a atender a prescrição de produtos de alto custo, muitos deles recém lançados

em outros países e ainda não disponíveis no Brasil. O *lobby* da indústria e do comércio de produtos farmacêuticos, junto a associações de portadores de certas doenças, e o intenso trabalho de *marketing* junto aos médicos, fazem com que tantos os usuários quanto os prescritores passem a considerar imprescindível o uso de medicamentos novos. Em regra, esses produtos são de altíssimo custo, como já mencionado, mas nem sempre são mais eficazes que outros de custo inferior, indicados para a mesma doença.

Assim, o Gestores Municipais de Saúde não têm dúvida quanto à pertinência e à oportunidade colocada no presente momento para a aprovação do citado Projeto de Lei que, sem dúvida, pode contribuir para a ampliação do acesso e a garantia de respostas aos problemas de Saúde referentes aos temas abordados pelo Projeto para a maioria da população brasileira. Eu vou passar às mãos do Senador Paim a moção.

Bem, eu acho que essa Audiência Pública, esse debate, até o momento está, do meu ponto de vista, cumprindo plenamente os seus objetivos. Estamos tendo a oportunidade de debater um assunto da maior complexidade, com serenidade, com um contraditório fundamentado, e isso me dá muita alegria e me dá a certeza de que vamos chegar a um final feliz. Para quem já está iniciando a 3ª Mesa, confesso que fica difícil pegar o problema por um ângulo inteiramente novo; muito já foi dito e fiquei pensando de que ponto de vista poderia abordar, tentando contribuir com alguma coisa nova nesse debate.

Eu gostaria de, para me orientar, pegar o final da introdução que o Senador Paulo Paim fez, com relação à apresentação aqui da Audiência Pública de hoje, quando ele disse que a essência desse problema era o direito à vida e os abusos cometidos. Eu acho que esse é um enquadramento correto, não é? E que a mim me apraz comentar. Isto é: Qual é o dever do Estado frente ao direito à vida, por um lado, e aos abusos cometidos para a defesa desse direito, de outro? E queria, como primeira, primeiro ponto para debate, discutir algo que é comumente abordado por vários dos debatedores que normalmente são oriundos de associações de portadores de certas enfermidades, que é a necessidade de respeitarmos a relação médico/paciente.

Muitas vezes, o Ministério da Saúde tem sido acusado de que, no afã de regulamentar a dispensação de medicamentos de alto custo, de medicamentos excepcionais, ele desrespeita a prescrição de um médico, que é dada na intimidade de uma relação singular, que é uma relação médico/paciente. O que eu quero dizer é o que Ministério da Saúde não tem, e jamais se arrogou o direito de interferir na liberdade de um

médico ter de prescrever qualquer medicamento, fazer qualquer prescrição, em qualquer posologia, para um paciente seu. Isso é um direito do médico e as transgressões a esse direito, no campo ético e técnico, elas estão circunscritas ao Conselho Federal e aos conselhos regionais de medicina. O Ministério da Saúde não tem e não pretende ter o poder de interferir nisso.

Agora, se por um lado a relação médico/paciente é uma relação singular e privada, em qualquer ambiente que esteja, mesmo que num ambiente público, não é? Por outro lado, quando a conta a pagar é de obrigação do Estado, aí a questão muda de figura. E aí quero me reportar à intervenção do Presidente do CONASS, do Deputado Federal Osmar Terra, quando já mostrou, e eu insisto que, neste caso, quando a conta é paga pelo Poder Público, exatamente para que os preceitos dos SUS sejam respeitados, é necessário que as prescrições, as posologias sejam baseadas em evidências daquilo que os bioeticistas chamam a melhor ciência. Vejam bem, hoje em dia, a melhor ciência são os testes clínicos, os ensaios, não é? As revisões sistemáticas, e isso, é preciso entender, que nem todo o teste clínico, nem toda a pesquisa clínica que hoje, na grande maioria das vezes, é patrocinada pelos próprios laboratórios farmacêuticos que desenvolvem os medicamentos, ela não é isenta de conflito de interesses. Há literatura especializada absolutamente séria e absolutamente firme, quando se denuncia que um número extremamente importante de pesquisa clínica, patrocinada pelos laboratórios farmacêuticos, particularmente os laboratórios multinacionais, que de regra, são os que fabricam estes medicamentos de altíssimo custo, elas são investigações clínicas dirigidas, quase que exclusivamente, ao marketing destes produtos, que vão ser lançados no mercado.

Não quero fazer uma crítica ao sistema, agora, é uma constatação que há, cada vez mais, tensão existente entre os interesses da indústria farmacêutica e os interesses da Saúde pública. E não há porque nós não espantarmos com isso. A indústria farmacêutica, a indústria multinacional, ela, como qualquer empresa, grande empresa, ela quer duas coisas: quer minimizar risco e quer aumentar lucro. E tem que responder aos seus acionistas. A Saúde pública tem uma outra lógica e isto, cada vez mais, estabelece tensões. Eu quero lhes dizer que, do meu ponto de vista, não é? A fronteira entre o direito à vida e ao abuso, como nos lembrava o Senador Paim, hoje se estabelece exatamente na linha que se separam esses interesses da indústria farmacêutica e os interesses da Saúde pública.

O nosso Procurador, ilustre Procurador da República, ele mencionava aqui que ele sempre ouve falar dos números, e eu vou lhes repetir os números—

[soa a campainha].

--Vou lhes repetir os números. Nós aumentamos, o Ministério da Saúde aumentou os seus gastos, as suas despesas com medicamentos excepcionais, de 500 milhões de reais, em 2003, para um bilhão e 800 milhões de reais, em 2007. Isto eu gostaria que não se entendesse como uma acusação àqueles que precisam de medicamentos de alto custo. De maneira nenhuma, isso não é uma acusação aos pacientes que necessitam. Mas sim, isto é uma acusação entre... A essa colisão de interesses da indústria farmacêutica multinacional e os interesses da Saúde Pública. E isto tem que entrar na conta do legislador no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e, para o gestor federal, que é o chapéu que eu visto nesse momento.

Eu quero dizer que, hoje em dia, em quase todos os países do mundo, não é? Eu creio que o Dr. Dirceu Raposo já mencionou isso aqui, existe regulação de medicamentos. Praticamente em todos os países, países de mercado farmacêutico mais organizado, existe essa regulação. Agora, em poucos países do mundo, a Constituição prevê, como no Brasil, não é? A dispensação gratuita e universal de medicamentos. Do meu ponto de vista, é importante que, para defender essa conquista da distribuição universal de medicamentos e gratuita de medicamentos, nós saibamos dirimir essa fronteira que o Senador Paim nos aponta com correção: o direito do paciente e o abuso.

Eu quero dizer, eu quero fazer uma confissão para terminar. Quando eu vejo aqui, como já vi outras vezes—

[soa a campainha].

--Que estive tratando desse assunto, tanto aqui no Senado quanto na Câmara. Quando eu vejo, gente como o Eduardo ou como Cristina Fausta, tratando dos seus interesses, dos interesses de sua vida, e é aquilo que eu estou falando aqui, eu lhes digo, eu sinto um mal-estar danado! Eu sinto mal-estar como pessoa humana, como ser humano. Agora, eu quero dizer com este mal-estar que, na posição do gestor, nós vamos ter que resolver o problema de gente como Fausta e como Eduardo. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Agora, estou absolutamente convencido que o caminho para resolver isto não é abrir o mercado de medicamentos de alto custo para a indústria multinacional. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Raimundo Paraná Pereira—

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Ferreira Filho... Só um minutinho. Depois, nós vamos ter debate e todos que usaram a palavra vão poder participar do debate. Eu passo a palavra, nesse momento, ao Raimundo Paraná Ferreira Filho, professor da Universidade Federal da Bahia e doutor em...

SR. RAIMUNDO PARANÁ FERREIRA FILHO: Hepatologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Hepatologia. Aqui está patologia.

SR. RAIMUNDO PARANÁ FERREIRA FILHO: Boa-tarde, Senador. Senador Paulo Paim. Boa-tarde, Senador Tião Viana. Senhores componentes da Mesa, senhores presentes, todos os senhores aqui presentes. Eu sou médico, sou médico da linha de frente de um Hospital Universitário, que é um serviço de excelência e de referência no atendimento de pacientes portadores de doenças de fígado, portanto, eu estou trazendo aqui uma visão diferente, a visão do médico, do médico que lida com Sistema Público de Saúde. Eu, inicialmente, quero colocar, eu fiz algumas anotações, que a minha geração tem uma responsabilidade muito grande porque foi a... Foi essa geração nossa que lutou pelas Diretas Já, que lutou pelo fim do *apartaid* do acesso à Saúde no Brasil, quando quem tinha carteira assinada ia para os hospitais privados, os hospitais do INAMPS, quem não tinha, ia para o "Irmã Dulce"; eu estou citando um exemplo lá da Bahia.

Então, a nossa responsabilidade em manter esse sistema gigantesco, o maior programa social do mundo, eu desconheço algo semelhante ao SUS, essa responsabilidade é nossa também, usuários, médicos, todo e qualquer cidadão. É um sistema gigantesco, mas é um sistema que dá uma cobertura de Saúde Pública que não existe no mundo. Eu estou dizendo isso aos os senhores porque eu tenho pacientes no meu ambulatório do SUS, americanos, tenho pacientes europeus, que se tratam no Brasil, são casados, portanto, com brasileiros, têm o direito ao acesso e se mudam para receber o tratamento no Brasil porque não teria essa oportunidade nos Estados Unidos porque não tem Saúde Suplementar. E, lá, quem paga é a Saúde Suplementar, não é a Saúde Pública.

Então, eu me sinto na obrigação dessa defesa, e acho que as posições maniqueístas não... Traçam um desserviço a essa discussão. Não posso concordar na demonização de um Projeto que tem um lado muito positivo, que é um lado de trazer a regulamentação, a normatização de algo que está frouxo e que permite hoje que se faça o que se quer, não há... Isso não existe em país nenhum do mundo e eu posso dizer isso porque, na semana passada, atendi um paciente, eu vou falar muito aqui de hepatites, porque essa

é a minha área. Eu atendi um paciente, encaminhado pela Secretaria de Saúde do meu Estado, é raro isso aconteceu no meu Estado, é raro, mas aconteceu. Esse paciente, ele tinha tratado com uma determinada medicação, com um determinado Interferon peguilado, que é uma medicação que custa muito caro, tratamento de mais ou menos 600, 800 reais por semana, e ele não respondeu ao tratamento, e ele veio com uma liminar para tratar com outro interferon peguilado, que tem um efeito similar, sem nenhuma documentação científica que um "retratamento" desse paciente, portanto, algo em torno de 35 a 40 mil reais por mês, pelo tratamento, nenhuma documentação científica de benefício sobre esse tratamento, mas nós fomos obrigados a prescrever. Eu coloquei tudo isso ao paciente e, no imaginário do paciente, ele tinha dito: "Pôxa, doutor, mas eu tomei um de 12 quilodaltons, vou tomar agora o de 40 quilodaltons". Porque uma medicação tem 12 quilodaltons e a outra tem 40 quilodaltons. Eu disse: "Olha, isso não significa a potência do medicamento; isso, no seu imaginário, 12... 40 é maior do que 12, mas não é a potência do medicamento que está em jogo, o que está em jogo são as evidências científicas, que a substituição de um pelo outro pode lhe trazer algum benefício e isso não existe, portanto... Eu não posso concordar, tenho que aceitar, é uma recomendação judicial, tenho que aceitar, mas não posso concordar com isso, até porque eu olho lá fora a fila de meus pacientes comendo, tomando o ki-suquinho, comendo o seu pãozinho, porque chegam de manhã, na fila, para serem atendidos e percebo que esse dinheiro faz falta; esse dinheiro mal gasto faz tanta falta quanto o dinheiro da corrupção nesse país. Para mim, é igual, porque ele penaliza da mesma maneira o paciente, da mesma forma.

Portanto, esse Projeto, ele tem um lado muito positivo, e eu acho que ele precisa ser defendido sim; não pode continuar como está, mas, por outro lado, acho que existem ações administrativas e políticas que precisam acompanhá-lo. E eu vou falar especificamente na questão das hepatites virais, Dr. Reinaldo e Senador Tião Viana. O que eu percebi aqui é que se houvesse uma agilidade maior do Ministério na incorporação dessas novas tecnologias, talvez não houvesse necessidade de uma discussão tão ampla e tão profunda. No caso específico das hepatites virais, eu posso dizer ao os senhores, da hepatite B, não incorporou nenhuma nova tecnologia nos últimos sete anos e nós temos, no país, um sem número de pacientes resistentes à lamivudina, porque a lamivudina barata foi jogada... Não foi nesse Governo não... Foi jogada, passada, sobretudo na Amazônia, onde ela é fácil de administrar, e esses indivíduos se tornaram já resis-

tentes. Nós não temos com que tratá-los hoje. Esses pacientes estão morrendo na Amazônia. O senhor sabe disso, Senador Tião Viana. O senhor sabe, que o senhor é médico, foi dos que mais lutou pelo Programa Nacional de Hepatites Virais nesse país, que é uma grande conquista.

Na hepatite C, também temos um protocolo de 2002, que não foi atualizado, isso penaliza muitos os Estados que estão assumindo a... Pela pressão, porque já existem evidências científicas de que há a necessidade de tratar esses indivíduos. Portanto, é necessário que essa ação política administrativa se faça, esse compromisso junto ao Ministério da Saúde é necessário também e, aí eu vou falar aqui de um assunto que me incomoda muito, mas eu não vi ninguém falar aqui, nessa Mesa, que é a Saúde Suplementar. Isso me incomoda sobremodo; o Brasil é o único país da América Latina que tem Saúde Suplementar e que a Saúde Suplementar é isenta de pagar tratamento de alto custo. Por que isso acontece? Por que é que isso acontece? Agora, eu vou dizer para os senhores, na Bahia, 70% dos indivíduos que, em 2004, estavam tomando Interferon peguillado, tinham plano de Saúde; no ambulatório público, 40% tinham nível superior. Não eram os meus pacientes, esses que estão com ki-suco e pão, aguardando desde a manhã... Não eram esses pacientes que estavam chegando lá, como também não são os pacientes das liminares que estão tendo acesso ampliado. Esses indivíduos que estão... Nós estamos num processo de elitização do SUS, perverso; o que funciona no SUS é muito bem utilizado na forma de *by pass*, pela saúde suplementar. O que não funciona, tudo bem, essa fica conosco. Esse é um modelo que o Brasil precisa definir urgente e essa Casa, eu acho que tem obrigação de rever, eu posso dizer aos os senhores que a Agência Nacional de Saúde Suplementar está com a consulta pública aberta hoje. Eu acho que todos nós brasileiros deveríamos entrar na página da ANS para cobrar da nossa Saúde Suplementar a incorporação dos medicamentos de alto custo, para que seja coberto pelos planos de Saúde, que isso vai diminuir, em muito, o custo do Estado e vai corrigir essa distorção.

Bom, por fim, a última, a minha última palavra em relação a isso é que esse entendimento, ele vai ter que acontecer, ele precisa acontecer, senão nós vamos só jogar o problema para um pouco mais adiante e, no momento em que esse problema explodir um pouquinho mais adiante, ele vai atingir a todos. É a forma mais perversa de atingir, de matar um modelo, que é um modelo que a gente precisa preservar a todo custo. E pode ter certeza, não há país do mundo, eu conheço todos, não há país em desenvolvimento, que ofereça

o que o Brasil oferece em relação à Saúde Pública. Conheço vários países africanos, da América Latina toda, em relação a programas de assistência médica, não existe nada semelhante ao que nós chamamos de SUS e, nos países em desenvolvimento, todos eles adotam algum tipo de normatização para conter esses abusos, que esses abusos põem em risco o modelo de assistência pública. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra à Sra. Marília Casseb, Presidente da Associação Brasileira de Câncer. Registre-se que a sua indicação à Mesa, eu acatei, foi pela Senadora Lúcia Vânia.

SRA. MARÍLIA CASSEB: Boa-tarde a todos. Primeiro, eu gostaria de cumprimentar os Senadores Paulo Paim e Tião Viana, à Mesa, os demais presentes, e a todo o público e agradecer, especialmente, à Senadora Lúcia Vânia, que me permitiu a presença aqui hoje.

Eu gostaria de expressar aos os senhores que eu me vi na contingência de vir aqui representar a... Propriamente os pacientes com câncer e as pessoas tocadas pelo câncer, de todo um país, muito embora minha organização seja sediada em São Paulo, mas tem uma amplitude nacional, trabalha com informação, educação e com suporte de... Aos direitos do paciente oncológico e atende à população nacional através de uma revista, de um *site* de assessoria jurídica. Nós chegamos a 480 mil pessoas, leitores das nossas revistas, e mais de 360 mil pessoas acessando o nosso site. E respondemos normalmente a mais de 1500 respostas/ano de pacientes. E o maior clamor de todos os nossos pacientes diz respeito ao acesso a medicamentos. Isso, porque, na verdade, nós temos uma realidade do câncer, que talvez não seja observada pelas nossas autoridades; nem do Poder Executivo, tão pouco do Legislativo, isso, logicamente não diz respeito a todos os seus representantes. Mas eu gostaria de falar alguns dados para os senhores, como por exemplo, que, no período entre 1963 e 1997, nós tivemos um aumento de 50% na incidência de casos de câncer; são mais de 470 mil novos casos de câncer ao ano, no país; é a segunda doença que mais mata o brasileiro e nós não temos uma política voltada à assistência integral desse paciente, como por exemplo, o paciente de AIDS, graças a Deus e felizmente, nós lutamos para que continue tendo, têm esse atendimento. Por outro lado, nós temos uma realidade muito importante em relação às drogas, muitas dessas drogas, novas drogas, eu tenho uma, desculpa, uma crítica, eu represento sociedade civil, movimento organizado, eu não entendo por que é que uma sociedade possa se dar com uma belige-

rância entre o Poder Público, o Setor Privado e a sociedade civil. Eu não entendo que os laboratórios são inimigos do Poder Público brasileiro, não são inimigos da população; eles têm sido responsáveis pela maior amplitude das pesquisas clínicas nos últimos 15, 20 anos. Nós temos inúmeras drogas que vêm atendendo e dando sobrevida a muitos brasileiros, não só no câncer, mas em inúmeras patologias.

Então, eu deixo o meu protesto, eu acho uma aberração nós colocarmos dessa forma perante a população. Nós, eu digo como brasileira e como representante de uma organização da sociedade civil que tem 16 anos, que nasceu dentro do hospital, que, depois, passou a fazer um atendimento assistencial à população, sempre com gratuidade, e hoje tem uma atuação diferenciada, tentando, trabalhando, inclusive, com mobilização. Porque o brasileiro, ele é desprovido da capacidade de mobilização e articulação política, porque nós todos sabemos a história que o nosso país tem, inclusive, desde a ditadura, da qual a minha geração é uma grande vítima, razão pela qual hoje as organizações da sociedade civil têm um papel tão importante na regulação da nossa sociedade.

Então, eu venho aqui representando essa população, que eu sinto completamente abandonada no Projeto do Senador Tião Viana, porque, por exemplo, nós não levamos em consideração que, nos últimos 15 anos, em média duas novas drogas contra o câncer foram lançadas por ano, e que nenhuma dessas drogas praticamente faz parte de qualquer lista do Ministério da Saúde. Portanto, um paciente com câncer que efetivamente necessite de uma droga dessas para sua sobrevida, para diminuir a sua dor, porque muitas vezes isso não é levado em consideração, não se trata só da sobrevivência, mas a sobrevivência com dignidade; um ser humano não precisa conviver com a dor, ele não precisa, na verdade, que tenham escolhido, que escolham por ele se ele vai viver ou se ele vai morrer, se ele vai viver com menos dor, se ele vai viver com mais dor, porque todos nós somos cidadãos e, pelo que eu aprendi desde criança, a Constituição assegura a todos os brasileiros os mesmos direitos.

Então, eu questiono, aqui, à Mesa e ao redator do Projeto, por que é que alguns brasileiros são melhores do que os outros? Por que é alguns brasileiros estarão contemplados nessa lista taxativa e outros brasileiros não estarão contemplados e quem serão os escolhidos? Talvez nós também sejamos listados, talvez pelo nosso RG, pela CPF, pela cor dos nossos olhos, pela raça, sei lá, por tantos critérios. Eu acho extremamente perigoso um Projeto tão restritivo. Ao mesmo tempo, eu gostaria de fortalecer sim... Deu-me um alívio, graças a Deus, eu falo um alívio, não só por mim, mas por todos

os e-mails de inúmeros pacientes que nós recebemos na ABCâncer, eu gostaria de reforçar a proposta do Projeto de Lei do Senador Flávio Arns. Eu agradeço pela sua sensibilidade, por o senhor ter contemplado inúmeros requisitos que não foram contemplados no Projeto do Senador Tião Viana, como, por exemplo, a questão dos protocolos, que são essenciais para que venham a ser integrados novos medicamentos nessa listagem do Ministério da Saúde, pois, há 10 anos, os protocolos de câncer não são... Essa lista de medicamentos excepcionais não é atualizada.

Então, se os pacientes com câncer não forem à Justiça, como eles terão acesso a esses medicamentos? E, mais um detalhe, pelo que eu sei, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes, me parece que essa é a premissa de uma sociedade democrática. Então, por que é que parece que o Poder Judiciário é tão execrado, como se todos os juízes de direito estivessem extremamente com o seu tempo disponível para ficar horas e horas dando pareceres, dando, junto com o pobre do Ministério Público, que também não tem nada para fazer, porque ele tem poucas pilhas de processos de inúmeras demandas que o Brasil oferece, por ser um país ainda tão caótico em suas instituições, por que é que esses juízes estariam lá com uma disponibilidade enorme de tempo e, sei lá, ancorados por quem, para dar, para decidir que esses medicamentos sejam acessados não só pelos pacientes de câncer, mas por outros pacientes de doenças crônicas? Eu acredito que estes juízes, se estivessem amparados por peritos habilitados, no caso do câncer, temos que ter peritos especialistas em oncologia, das várias especialidades de oncologia, assim como as outras patologias aqui representadas teriam que ter os seus peritos que conhecessem bem a matéria e que pudessem amparar esse Juiz de Direito.

Então, eu acho que nós devemos lutar pelo aprimoramento dessas várias instâncias e que o Judiciário atue, de fato, na exceção. Porque, se o Judiciário brasileiro não está atuando na exceção para dar acesso a esses medicamentos, é porque algum outro está falhando na sua função. Eu acredito que esse seja o Poder Executivo e, infelizmente, no caso, aqui amparado também, de certa monta, por alguns legisladores que, talvez, não tenham as informações necessárias para que tenham a sensibilidade, a responsabilidade de prover Projetos que, de fato, amparem o brasileiro. O brasileiro é um povo desamparado, que não tem acesso à educação, não tem acesso à Saúde básica. Eu não critico aqui todas as maravilhas que o nosso Sistema Único de Saúde tem, não critico as instâncias regulatórias da ANVISA; nós temos inúmeros órgãos com técnicos habilitados, mas, toda vez que se vá de-

cidir um novo protocolo, que se vá decidir que medicamento vai ser incluído numa lista, tem que se ouvir todos os atores da sociedade. Eu pergunto: Onde a sociedade civil é ouvida no Projeto do Senador Tião Viana? Onde o Poder Público é poderoso, um Deus, que consegue decidir: Esse medicamento entra para essa lista excepcional, enquanto que este outro não. Não sei por que. Cadê os médicos, os cientistas que estudaram anos para poder dar o seu posicionamento? E a sociedade civil? E essa moça que está aqui representada, um outro rapaz, que sofrem na pele? Eu não tenho câncer. Eu posso falar com tranquilidade: eu não tenho câncer, eu não sofro, não padeço da doença pela qual eu mesma luto; eu luto porque eu sou brasileira, porque eu sou cidadã e porque todos nós devemos ter acesso aos mesmos direitos e às mesmas regalias. E eu defendo que a lei tenha que ser respeitada. Nossa Constituição, ela tem menos de 20 anos. Isso é muito pouco. Ela deveria ser suscetível a pouquíssimas modificações se nós vivêssemos, de fato, num Estado de direito que desse estabilidade, paz e tranquilidade ao cidadão brasileiro. Nós somos cobrados em nossos impostos, pagamos fielmente; os que não pagam, é porque sequer têm acesso a emprego. São mais de 50% da população brasileira no trabalho informal. Eles não pagam imposto não porque eles não querem, mas porque eles não têm como pagar, eles não são incluídos no sistema. Então, por que esses brasileiros serão punidos? Por que os brasileiros têm que ser punidos pelo Sistema Único de Saúde, pelo Poder Público? Nós temos que ser amparados pelo Poder Público, temos que ser amparados pelo Judiciário, temos que ser amparados pelos nossos legisladores.

Eu até me encontro hoje um pouco emocionada e é a primeira vez na minha vida que eu coloco os pés no Senado Federal brasileiro que, para mim, sempre foi uma figura distante, como se não representasse a mim. E eu sei que vários brasileiros têm a mesma sensação. Na verdade, nós fazemos parte, sim--

[soa a campanha].

--Desse Brasil, com igualdade, queremos todos ser respeitados, queremos que a lei seja respeitada, mas que haja critérios para todos.

E gostaria apenas de fechar a minha fala, dizendo que, nós da sociedade civil, defendemos sim uma integração entre os setores da sociedade e não uma luta armada entre os setores, em que um acuse o outro, em que o médico não possa mais prescrever o medicamento, em que o Juiz não possa mais se manifestar sobre o processo, em que o Executivo diga, soberano, respaldado pelo Legislativo, o que nos diz respeito. Este país não é o país que eu aprendi na

escola, na faculdade, não foi o país que eu aprendi a respeitar. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento, eu convido aos painelistas que retornem ao Plenário. Convido o Senador Flávio Arns a vir para a Mesa. É a última Mesa. Vai ser a exposição do Senador Flávio Arns e do Senador Tião Viana; cada um vai fazer a sua exposição sobre o tema. E eu peço que um dos convidados use o lugar do Flávio Arns e os outros dois... As cadeiras estão sendo já colocadas. O senhor, por favor, aqui.

Democraticamente, os dois autores aqui, eu sou o Relator, eu já deixo que eles escolham quem quer fazer a primeira exposição. Tanto faz.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Tanto faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, o Senador Tião Viana diz que V.Exa. foi escolhido--

[risos].

Ele disse que tanto faz. Então, com a palavra, o Senador Flávio Arns, que é o autor de um dos Projetos e que aqui, na Comissão de Direitos Humanos, ele, com um grupo de trabalho, se dedicou, por meses, sobre esse tema. E o Senador Tião Viana, em seguida, que é um estudioso sobre esse tema também, e que apresentou um Projeto e que a mim foi destinada a relatoria. Insisto que eu apensei os dois Projetos num só e a minha intenção é fazer um Projeto que, queira Deus, seja a média de pensamento dessa Audiência Pública, que contemple, efetivamente, a todos. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Paulo Paim, que tem se dedicado intensamente à questão dos Direitos Humanos, o Senador e amigo Tião Viana, cumprimentar todos que estão aqui também, do Ministério da Saúde, Ministério Público, representantes de doenças, de associações, os amigos. E dizer que nós estarmos aqui na Mesa não significa que nós queiramos, de alguma maneira, competir entre os Projetos. Isso tem que ficar muito claro. Nós queremos que todos nós sejamos competentes o suficiente, sensíveis o suficiente, para chegarmos a uma conclusão que atenda à pessoa que apresente uma doença. Então, não tenho, assim, a mínima intenção de competir com o Projeto do Senador Tião Viana. E tenho certeza absoluta de que este é o desejo do Senador Tião Viana também: caminharmos para uma legislação em que a pessoa possa dizer: "Eu estou amparada na lei". Quer dizer, se eu tenho uma doença, se eu tenho um problema, a lei está me ajudando. Sou cidadão, não pre-

ciso ir para a Justiça, não é verdade? Para ter o meu direito assegurado.

Então, nós temos que chegar, temos que ser bons, sensíveis para chegarmos a este ponto. Então, neste sentido, como o Senador Paulo Paim colocou, nós recebemos a denúncia, na Comissão de Direitos Humanos, constituímos grupo de trabalho, e fizemos, eu diria, dezenas de Reuniões neste grupo de trabalho, com representantes das doenças, do Ministério Público, fomos várias vezes ao Ministério da Saúde, ao STF, Supremo Tribunal Federal, com a Presidente Ellen Gracie, e dissemos, assim, quais os problemas que vêm acontecendo. Quais os problemas que a área vem enfrentando? E vamos colocar isto no Projeto de Lei.

Então, o Projeto de Lei prevê, não é? Em primeiro lugar, protocolos, quer dizer, protocolos nós até tivemos um debate sobre a necessidade de ter tabela, protocolo ou não, e se chegou à conclusão de que o protocolo é uma boa medida de gestão. Mas isso não significa que as pessoas não possam ter outros caminhos para assegurar os seus direitos, além do protocolo.

Então, foram colocados lá remédios que estão nos protocolos, não é? Quer dizer, como que isto, quer dizer, como que isto deve ser feito? Mas foi colocado também, e o Dr. Raimundo abordou muito bem isso também, assim como a Marília também, no final, colocou também, e os medicamentos que não constam das tabelas do SUS, e daí? O Eduardo veio aqui, deu o depoimento e a doença dele não consta da tabela do SUS, o medicamento também não. A Fausta veio aqui e a doença dela não consta, já está, desde 2003, autorizado na ANVISA, não é? E o medicamento nem a doença... A Marília foi clara ao colocar que tantas doenças, nesses últimos 15 anos, também não constam da tabela e daí? Fica por isso mesmo, não é? Em outro dia, nós estávamos no Ministério da Saúde, com o Hospital de Clínicas do Paraná, porque os doentes de câncer e o Hospital de Clínicas do Paraná é uma referência no Brasil, precisavam do medicamento Glivec e também não estavam tendo acesso ao medicamento. E aí o que é que acontece? Aí, nós vamos na linha do Dr. Raimundo, dizendo: "Precisamos ter flexibilidade, agilidade, pensar nessas coisas". Ninguém, em nenhum momento, fala de medicamento experimental ou de tratamento experimental. Isso não consta do Projeto de Lei e nem constou das discussões. Não tem isto de tratamento experimental ou medicamentos experimentais. Nós colocamos, no Projeto de Lei, que isso é um processo administrativo, inclusive, com três fases que têm que ser observadas, não é? O início, a instalação do processo, a instrução do processo e o julgamento do processo. E, nesses documentos todos, inclusive

se coloca para vocês verem, assim, a responsabilidade em relação a isso; relatório técnico, apresentando evidentes científicas, acatadas pela ANVISA. Porque, quando a ANVISA autoriza o medicamento, vai autorizar com base em evidências científicas de registro da referida droga, relativas à eficácia, acurácia, efetividade, segurança, comparativas em relação a tecnologias já incorporadas. Então, não tem o argumento de dizer que um medicamento custa 100 e o outro custa 20 e fazem o mesmo efeito também e que, com isso, vai ser acatado. Quer dizer, como é que esse medicamento é melhor que o outro? Estudos de avaliação econômica, custo efetividade, custo utilidade, custo benefício, estimativas de impacto econômico, estão colocados... Os doentes, o Ministério Público, pediram para colocar isso, dizer... Nada de fazer, no chute: "Não, porque agora o sujeito quer o medicamento que custa 400 mil reais, que está sendo experimentado e o Juiz vai determinar". Se o Juiz tiver esse subsídio aqui, ele vai poder inclusive pensar melhor nas decisões que der. No julgamento do pedido, quer dizer, a instalação, instrução, julgamento, nessas fases todas, a sociedade tem que participar. Está escrito. Consulta pública, prazo determinado para que as pessoas não fiquem discutindo quatro anos, cinco anos para ver se o medicamento vai ser incorporado, não é verdade? Então, nesse sentido, o prazo determinado, com a possibilidade de toda a sociedade participar. E, para o julgamento, tem que estar inscrito lá. Levará em consideração necessariamente existência de evidências científicas acatadas pela ANVISA, para efeito de registro do medicamento; estudos de avaliação econômica; parecer da Câmara técnica. Inclusive, colocamos, mais para frente, e isso a ANVISA tem que explicar, porque nós estamos debatendo para ver se isso, de fato, tudo acontece, quando colocamos para a ANVISA a respeito das drogas órfãs; no Projeto de Lei, procuramos resguardar a autoridade da ANVISA, no que diz respeito à necessidade de registro no referido órgão do medicamento, para que venha a ser utilizado no país, como premissa para a possibilidade de dispensação.

Existem também situações onde os laboratórios fabricantes de fármacos, sem interesse em fabricar o produto no país, não requerem o registro do medicamento na ANVISA, mas esse medicamento é necessário ao paciente. Então, há a previsão, no Projeto de Lei, da possibilidade do medicamento ser dispensado, quando já tiver sido avaliado como droga órfã pela ANVISA, registrado na UFDA ou na União Européia. Ou seja, mesmo quando o laboratório ou interessado não ingressem com o pedido de registro, se o medicamento já tiver apreciação pela ANVISA, ele poderá ser dispensado, ou seja, não é? Tentou-se prever todas

as situações que os doentes apresentaram e achando soluções para isso.

Quando se coloca que se gasta um bilhão e 700 milhões por ano, para dispensação de medicamentos excepcionais, eu quero dizer, de maneira muito clara, que, na audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministério da Saúde foi enfático, quando afirmou que o problema não é falta de recursos; foi enfático, dizendo: "Não é falta de recursos". Um bilhão e 700 milhões por ano. Quando a gente vê aquelas fotografias e o pessoal no hospital, a gente diz: "Eles vão gastar, talvez, muito mais se não tiverem o medicamento". E eles vão retribuir para a sociedade, como a Fausta colocou, trabalhando, participando, tendo uma vida ativa, não é? Também nesse sentido, e lembrando, principalmente em termos de medicamentos, que nós temos 40... 37 bilhões de reais, que estão sendo arrecadados com a CPMF. E a CPMF só foi criada, no Brasil, para pagamentos de despesas de Saúde. Então, se este valor aumentar para dois ou três bilhões, a gente tem que também prever que isto está atendendo o direito à Saúde.

Então, eu acho que há diferenças significativas entre o Projeto do Tião Viana e o Projeto que foi apresentado, decorrente do trabalho desse grupo que se instalou na Comissão de Direitos Humanos. Agora, eu acho que todos nós temos que ter a sensibilidade para convergirmos no sentido de dizer: "Como é que esses Projetos podem levar em conta os interesses da sociedade?" Isso eu acho que é o fundamental. Porque me preocupa muito o fato de todos os gestores públicos, federal, estaduais e municipais terem um ponto de vista e todos os doentes e Ministério Público terem outro ponto de vista. Então, existem dois pontos de vista antagônicos até, eu diria. Então, qual que é a responsabilidade de um Senado Federal? Chamar as partes, discutir e convergirmos para um entendimento que atenda, assim, à necessidade.

Então, não... Tudo baseado em pesquisa científica, como eu disse, nada de experimental, nessas coisas todas, não é? Que a gente tem essa preocupação também, quer dizer, remédios que façam efeito... Quando alguém diz que o remédio não faz o efeito, está dando um atestado de incompetência para a ANVISA. "Ah, o remédio não tem eficácia nenhuma, não é bom, é só caro, não faz a mesma coisa que o outro e tal, não sei o quê". Então, a ANVISA, está sendo, com isso, dito que a ANVISA é incompetente. Porque a ANVISA, dentro das suas atribuições, que têm que ser preservadas, e a gente quer, como uma necessidade para o Brasil, lógico, que a ANVISA se posicione sempre em relação à eficiência, segurança, acurácia e todos os

aspectos necessários para que esse remédio chegue à população.

Mas o mais importante de tudo, o que me preocupa é: Que nós temos que chegar a uma conclusão, não é? Temos que chegar a uma conclusão. Quero enaltecer o Ministério Público Federal, não é? O Dr. Carlos Henrique, que tem participado, o Dr. Gurgel, que participou também nesses debates todos, mas a gente tem que dizer, no Brasil, que bom que temos o Ministério Público, no Ministério Público, figuras como o Dr. Carlos Henrique. Isto é fundamental para que a democracia, a cidadania prevaleçam. Que bom que os doentes vieram aqui também, os portadores de doenças crônicas, que precisam do medicamento, porque nada melhor do que a auto-defensoria, a auto-advocacia, colocar a sua posição. E que bom que o Ministério da Saúde está aqui também, Secretários Estaduais e Municipais, Conselho Nacional de Saúde, que está aqui representado também, para que possamos, com clareza, com conceito de cidadania, que todos nós temos, não é? Todo mundo quer chegar a um bom termo para, no final, dizermos: "Que bom! O doente está sendo bem atendido." Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Tião Viana, para a sua exposição.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Boa-tarde a todos. Eu quero dizer da minha satisfação de estar nesse debate aqui, ao lado de uma figura como o Senador Paulo Paim, ao Senador Flávio Arns, tantos conhecidos aqui que representam as instituições e a sociedade, que representam o Poder Público e o povo brasileiro em si, um debate que eu julgo da maior seriedade, da maior responsabilidade porque diz respeito ao direito à vida e à responsabilidade do Poder Público em assegurar a proteção da sociedade. Então, esse debate, para mim, é muito sério por essa razão.

Eu quero dizer que ouvi atentamente a todos que pude chegar; não pude ouvir o Sr. Eduardo e o outro, que me antecederam, porque eu estava numa Reunião da Mesa, tomando decisões que eu era obrigado a tomar, e procurei aprender muito, absorver muito do que foi colocado. Do que diz o Senador Flávio Arns, eu só gostaria de colocar que, quando ele responsabiliza de modo direto a ANVISA, não é bem assim, porque, em 2007, até o mês de maio, dos 189 produtos liberados por ação judicial, 80% não têm registros na ANVISA, e eles são importados pelo preço de mercado americano, já que não está regulamentado o preço no Brasil. Então, isso demonstra que é um canal de captação de recursos muito grande, que está e que, às vezes choca com o direito à vida, como tão bem colocou a Fausta

aqui, com toda a legitimidade e com todo o direito, que eu pude ver aqui.

Eu tenho acompanhado esse processo, há muitos anos; já tenho pelo menos 26 anos que eu acompanho esse debate diariamente na minha vida, pela atividade de estudante da medicina, de médico, de pós-graduado, andando em todas as regiões desse país. No dia 20, eu estarei dentro de um avião monomotor, fazendo 04h30 de um aviãozinho, para fazer um atendimento voluntário a uma comunidade isolada, lá no interior da Amazônia, aonde muita pouca gente vai, ouvindo, entendendo que, às vezes, um cidadão que chega com quatro filhos que remou de barco ali, sete dias para poder ver um médico a primeira vez na vida.

Então, eu tenho profunda sensibilidade para ouvir, para entender o que são direitos verdadeiros e o que é um debate que, muitas vezes, pode ter, por trás, a manipulação, usando a inocência de algumas pessoas. Procuo discernir, com toda a responsabilidade, isso. Eu olho, por exemplo, para esse país, que me preocupa que nós tenhamos, por exemplo, o câncer de útero, que teve uma entidade que falou em nome dos pacientes de câncer, que todos sabemos que prevalece, na causa do câncer de colo de útero, um vírus chamado HPV, e que se constitui numa doença evitável, e que se nós olharmos com uma letra fria da realidade dos números, nós observamos em torno de 10 mil mortes por ano, causadas por essa doença. O que significa em torno de 66 aviões *Boeing* cheios de gente, caindo todo o ano, de maneira silenciosa, e eu fico olhando a gente, quando vê o avião da Gol, que caiu, que teve aquela tragédia, nós nos chocamos, meses a fio, com sensibilidade e com dor, pelo que estava havendo. Mas, só no câncer de colo de útero, 66 *Boeing* lotados estão caindo, todo o ano, e a gente não fez o levante que deveria para mudar essa história, garantindo a prevenção, garantindo a proteção, garantindo o tratamento efetivo para essas pessoas.

Uma vez aqui, num debate nesta Comissão, na Comissão de Constituição e Justiça, Dr. César Peluzo, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, disse: "Somente 35% dos brasileiros não têm acesso à Justiça". Tão somente 35% não têm direito à Justiça. Aí, quando nós olhamos para essa realidade do câncer de colo de útero, eu fico pensando, talvez, esses aí não sejam reconhecidos pela sociedade porque são pobres, talvez, porque são esquecidos, porque não têm discernimento intelectual. Aí, eu vou olhando mais um pouco, a situação das próteses nesse país. Olho lá o Instituto Nacional de Traumatortopedia do Rio de Janeiro. As pessoas estão esperando, no mínimo, 36 meses; são milhares para conseguir uma prótese, para ver se conseguem dar alguns passos. Imaginemos es-

sas pessoas numa cama, todo dia, de segunda-feira a segunda-feira, sem ter acesso. Aí, dentro dos hospitais desse país, às vezes, nós olhamos o profissional, o cirurgião buço-maxilo-facial, que está lá para fazer uma prótese, ele briga atrás de alguns doentes, porque tem uma empresa canadense que custeia a passagem para ele ir passear num Congresso Mundial, todo o ano, que dá o bom hotel, que dá uma boa diária, que dá uma ajuda de custo, e nós não enxergamos essa realidade no dia-a-dia. É muito dinheiro que se esvazia do Sistema Único de Saúde por esse comportamento mafioso, paralelo, que funciona dentro da rede pública desse país. E nós achamos que estamos sendo injustos, quando queremos apenas dar direito que as coisas sejam feitas dentro da legalidade e dentro do suporte científico.

Esse debate precisa ser levado adiante. Eu olho os portadores das hemodiálises, meu Deus, aquela quantidade de pessoas, milhares nesse país, que têm que ir, três vezes por semana, estar sujeitos, de madrugada ou a qualquer hora, fazendo a sua hemotransfusão, para usar uma eritropoetina caríssima, porque nós não asseguramos, nesse país, que fosse feito o controle da simples hipertensão arterial, lá no módulo de Saúde da Família, porque faltou dinheiro para o Município. Porque, antes da Emenda 29, os municípios não eram responsabilizados, porque o Estado viveu o drama da Reforma Tributária de 1967, absorver toda a concentração de recursos para a União e "desresponsabilizar" socialmente os Municípios e as unidades federadas. E, agora, o modelo de luta democrática que nós travamos procura recuperar a responsabilidade e o direito a ter a riqueza do país partilhada para que o Município faça a sua parte, o Estado a sua e a União a sua.

Esse debate tem que ser colocado de maneira clara. Eu vejo as UTIs. Aqui, alguém falou no drama do que é chegar a uma UTI, dali ter que sobreviver a qualquer custo. Mas, se nós olharmos, nós não temos mil municípios nesse país que tenham UTI. 4500 não têm UTI sequer para as pessoas pobres chegarem até ele... Até ela, na hora de uma necessidade. E parece que é uma briga, os pobres como não estão organizados, não estão com a força, nós não conseguimos dizer que é tão forte e tão dramática essa situação também, porque morrem lá, por falta de um partozinho, com dificuldade, no interior da Amazônia, lá no semi-árido nordestino, mas, nós ficamos numa situação de tranquilidade; o câncer dos pobres, o câncer de colo de útero, o câncer do pênis, o câncer de estômago, parece que é uma briga que o levante é menor; o levante é menor quando é o câncer do rico? Não. Aí, as brigas na ANVISA estão com muita força, consolidadas, assegurando o acesso, porque eles têm

direito à Justiça. Acesso, graças a Deus, que têm, que é um princípio da universalidade que nós temos que ter, mas os pobres, infelizmente, não têm e nós olhamos como se não fosse uma responsabilidade efetiva da sociedade e do Estado.

Então, eu fico olhando para esse debate; olha, eu atendi a um cidadão que fez mais de 30 anos de atendimento com a mais elevada grandeza, no meu Estado, irlandês, que migrou para a Amazônia e fez um trabalho com a hanseníase, durante 30 anos. Ao chegar lá, a nossa prevalência era de 110 casas por cada 10 mil habitantes. Hoje, nós estamos com... Em torno de um; vamos eliminar, estamos eliminando este ano, se Deus quiser, agora, já estamos proclamando a eliminação, criamos a maior estatística do mundo, esse cidadão, me falando, ele contraiu hepatite B, e teve o remédio dispensado pelo Estado, para tratar a sua hepatite B, pelas andanças nas áreas de floresta, subindo e descendo do rio, puxando o barco e descendo barco, recebeu o título de cavaleiro da Coroa Inglesa, da Rainha Elizabeth, pelo trabalho contra a hanseníase na Amazônia. Esse cidadão, me dizendo, que estava com o irmão com uma patologia cardíaca e que teria que esperar, no Reino Unido, três anos para poder ter acesso à sua cirurgia cardíaca; cirurgia de vesícula demora em torno de um ano e meio; hemodiálise, quando é menos de 65 anos, entra na hemodiálise; quando é mais, vai para a diálise peritoneal assistida, CAPD, e nós não podemos aceitar isso certo lá, e não podemos aceitar isso certo aqui. Mas é uma realidade que nós não podemos fugir dela; são fatos e contra fatos não devemos discutir.

E aí eu vejo esse debate posto, como se desse a impressão de alguém que quer tirar direito das pessoas. Pelo contrário, nós queremos é assegurar direito às pessoas. Eu acho que se nós nos uníssemos com o Ministério Público Federal, nós, sociedade, se nós nos uníssemos com a Magistratura e nós estabelecêssemos um pacto com o Ministério da Saúde e os gestores, para que os protocolos não estivessem desatualizados, nós ganharíamos toda e qualquer guerra, mas nós queremos dizer que será aquele que vai ter acesso a advogado, aquele que vai ter acesso a uma liminar, que vai vencer a guerra, esquecendo todos os outros que têm direitos e não alcancem esses direitos, nós estamos no caminho errado. É o cachorro correndo atrás do rabo dele; nós não vamos resolver isso nunca. Vai aumentar cada dia o número de excluídos, o número de pessoas que gostariam de ter direito ao Sistema Único de Saúde e não têm.

Então, o Projeto de Lei que eu apresento, ele tem a responsabilidade de querer fazer Justiça. Quando eu vi aqui o meu colega Osmar Terra, Secretário

do Rio Grande do Sul fazer, apresentar os exemplos que apresentou sobre rotinas e protocolos, eu fico olhando, quando o Dr. João Mendonça, do Hospital do Servidor de São Paulo, estabelece a rotina para usar antimicrobiano, tem que usar com absoluta liberdade; pode usar o remédio do Japão, da China ou de quem quer que seja, mas vai ter que justificar tecnicamente aquele antimicrobiano, é tudo que eu gostaria de ouvir, quando o assunto foi dispensação de medicamentos, mas não é o que nós fazemos. São medicamentos, às vezes, como alguns que estão na lista aí, que não eram aprovados no Brasil, que não eram aprovados nos Estados Unidos, foram usados por força de liminar, e depois foram condenados lá e foram condenados aqui. Então quem ganhou com isso? O laboratório. Quem perdeu com isso? O doente. Coitado do doente que foi usado por força de uma ação subliminar para que ele fosse atendido, numa ilusão de benefício, e ele estava perdendo qualidade de vida porque não se sabe das consequências de um medicamento desses.

Então, a associação da rotina, da norma dentro do SUS, com o amparo da ANVISA, isso significa responsabilidade e valorizar o dinheiro público para que ele possa atender mais gente. Eu não tenho dúvida de que pessoas numa condição de doença hipertensiva pulmonar poderiam, se nós estivéssemos usando melhor o dinheiro, não jogando fora para atender a volúpia de multinacionais, poderia ter assegurado o canal de avanço de tecnologia de tratamento para transplante pulmonar e tudo, de maneira muito mais preciosa e de muito mais valiosa nesse país. Mas nós preferimos, às vezes, nos render à ganância de uma multinacional, fazendo de conta que nós estamos percebendo a guerra que está por trás disso; ganha um indivíduo que está... Se organizou e lutou e que tem direito de se organizar e lutar, todo o cidadão tem, mas perdem aqueles coitados que não têm a informação como instrumento. Dra. Marcia Engel, uma cidadã americana, que está entre as 10 personalidades mais respeitadas nos Estados Unidos, diz que o grande perigo que nós vivemos é que os estudos com os medicamentos e insumos nesse planeta, eles são feitos por quem os patrocina e quem dá sua conclusão, eles não passam por um crivo crítico da sociedade, nós não temos o Ministério Público, que é tão digno e independente, com estrutura, ainda, nesse país, para ter o seu comitê científico para analisar se há respaldo científico ou não na conclusão dos trabalhos; nós não temos, no juiz que dá liminar, uma fonte segura para ouvir, ele age, muitas vezes, pelo seu coração, e, muitas vezes, envolvido submetido a uma máfia para ganhar dinheiro, como nós vimos... Se vendem sentença para jogo de bicho, por que não podem vender sentença para

liminar? Está aqui um documento: "Procuradores do país reforçam denúncia de Requião sobre remédio". O Governador do Paraná, denunciando que o esquema de envolvimento e liminares, e indústria de liminares, é grave no Estado do Paraná; um advogado só, vendendo mais de... Se colocando à disposição de defender causos, casos, melhor dizendo, causas de pacientes, onde ele colocava apenas um remédio, ele aceitava aquela ação para defender os pacientes, porque o remédio era 1000% mais caro do que os outros remédios iguais, com a mesma base medicamentosa, química, com o mesmo benefício. Isso está posto no debate, dentro dos tribunais hoje. E será que é justo que nós possamos pegar um Juiz inocente, um Procurador inocente, na sua boa-fé, um doente inocente, na sua boa-fé, e deixar que eles sejam manipulados pela sabedoria mafiosa de uma multinacional para ganhar dinheiro às custas de uma doença ou da morte de uma pessoa? Nós não vimos, agora, o exemplo que ocorreu lá na Nigéria, se eu não estou enganado, foi na Nigéria, onde muitas pessoas ficaram danificadas por um experimento com meningite, sem autorização dos comitês éticos, sem autorização de um suporte científico definitivo e tantas mortes, tantas crianças perderam o direito à dignidade porque ficaram marcadas para sempre. Nós não vimos o que está ocorrendo na África? Por que é que 35 mil crianças morrem de fome todo dia na África? Por que é que 95% das crianças com menos de cinco anos que morrem estão no terceiro mundo, até os cinco anos? E por que 80% dos recursos para a pesquisa estão colocados para as doenças de primeiro mundo e só 20% para as doenças da pobreza, que são as nossas?

Então, se nós não nos unirmos pela verdade, se nós formos nos render à tentação da vaidade, porque meia dúzia está avaliando e aplaudindo uma conduta, nós poderemos estar fazendo mal a uma sociedade inteira. Eu acho que a intenção do Senador Flávio Arns é legítima e é digna porque eu acredito na seriedade e na honradez dele. Agora, eu não posso aceitar que se diga que não é legítimo e digno querer disciplinar, com amparo da ANVISA, e com normas do SUS, para fazer o melhor pelo doente. Então, eu acho que se nós usarmos a responsabilidade social, entendendo a política como um canal de seriedade para quem é sério e que cada vez que mais pessoas como as que estão aqui se aproximarem da política, ela será mais séria, nós vamos conseguir estabelecer um resultado bom, de um processo desses, um processo democrático, porque um Projeto de Lei, ele, ao ser apresentado, ele se mostra nu, para receber toda e qualquer conhecimento e toda e qualquer contribuição ética e de boa-fé da sociedade. Eu estou pronto para ouvir toda e qualquer

aconselhamento. Agora, eu não vou mudar as minhas convicções nunca para me render a aplausos de quem quer que seja. Isso aí eu não vou fazer nunca. Eu vou fazer um por sentimento de justiça, porque a minha consciência ética me determina a isso. E acho que o Senador Flávio do mesmo jeito.

Agora, nós temos que sentar numa Mesa e achar a solução. E não procurar nos render, em absolutamente nada, a interesses de multinacional. Nós conhecemos... Eu criei a primeira organização não-governamental de hepatite nesse país, lá no meu Estado, em 1990. Comecei a criação dela, e eu vi momentos lindos, naquela ONG, defendendo a vida, defendendo o direito a medicamentos, e eu vi momentos tristes, de influência externa, perigosa, que tentava sugerir a rendição ao lucro. Eu vi isso, vi com os próprios olhos. E acho que a gente tem... Criei a primeira CUT da Saúde, que foi a CADE no meu Estado, a Central das Associações das Entidades de SAÚDE, que tem o propósito de se reunir e discutir de maneira livre, aberta, que envolve do câncer às doenças órfãs, o debate para que o dinheiro do SUS seja aplicado com dignidade e possa trazer benefício às pessoas.

Agora, nós desviarmos para a rendição, não dá; quem não conhece, nesse país, dos 300 milhões de exames laboratoriais que são feitos por ano, um discurso chamado: "Olha, Doutor, se você comprar esse aparelho para fazer exame por consignação, você vai atender 20 mil vezes mais doentes nesse seu Estado e você vai, não vai ter problema, porque só paga pelo que usou". E nós sabemos que nós não precisaríamos fazer 10% dos 300 milhões de exame que fazemos por ano nesse país porque nós não estamos usando o rigor científico e a responsabilidade do conhecimento para defender a vida do doente. Nós estamos sujeitos a uma idéia do lucro subliminar que uma multinacional que vende os insumos está colocando, porque ela sabe que, no Ministério da Saúde, tem, no mínimo 10 bilhões de dólares por ano para fazer com que o Governo compre produtos que têm que ser vendidos por eles para poder fazer o atendimento.

Eu estava lá, Dr. Paraná, lá no interior do Acre, em Feijó, visitando um hospital, lá no meio, onde pegam um aviãozinho, vai e desce com muita sorte, que nem homologada a pista era, até um mês atrás, o meu amigo, Dr. Paraná, conhece. Quando eu chego lá no hospital, Dr. Osmar Terra, tem pelo menos uns 200 frascos de albumina, albumina humana. Cada frasco custa 100 dólares. E não tinha dipirona, não tinha paracetamol, que custam aí centavos. Eu perguntei: "Escuta, esse remédio aqui, você usa quantas vezes por ano essa medicação?" Ela disse: "No máximo uns dois vidros por ano". De 200 que estavam lá; 100 dólares cada um. E

nós sabemos hoje, pelas normas científicas modernas, que a albumina humana não serve para nada, para nada, não traz benefício nenhum a ninguém. Mas nós estamos sujeitos a essa rendição.

Então, a única coisa que esse Projeto quer é defender o direito à vida de verdade. Não é ser envolvido pela emoção, porque alguém usou a inocência e a boa-fé de uma pessoa para fazer com que ela possa ser rendida por uma volúpia de uma multinacional. Se nós trabalharmos com honestidade, nós vamos construir um belo entendimento e ter um resultado legislativo que entenda as dificuldades dos Secretários Estaduais de Saúde, porque eu não posso dizer que um Secretário de Saúde que deu sua vida numa escola, sua vida num trabalho, que luta por um país melhor, que ele, de repente, é bandido, porque não gosta de atender pobre, quer matar os pobres. Eu não posso dizer que um Secretário Municipal de Saúde é assim também. E eu não posso dizer que quem está numa ONG é assim também. Porque eu tenho que entender que quem está numa ONG está fazendo um lindo trabalho; se tem um setor que vai ajudar a mudar esse mundo, é o terceiro setor, é o setor que está organizado nas organizações não-governamentais, mas que nós vamos ter que corrigir o percurso, vamos. Eu tenho teses claras. No meu entendimento, a Constituição de 88 trouxe um avanço fantástico na integralidade, na universalidade, na equidade e outros princípios. HumanizaSUS, o Pacto pela Vida, o pacto de gestão do SUS, tudo está perfeito, mas eu acho que esse país precisa fazer mais justiça, vai ter que ter coragem de um dia para enfrentar o debate e dizer que quem tem muito—

[soa a campainha].

--Muita gente, com muita posse, não precisa chegar à porta de um Sistema Único de Saúde e tirar um dinheiro, que não está dando para atender todo mundo. Senão, não estaria morrendo gente com câncer de útero, não estaria morrendo gente pela falta da eritropoetina, não estaria morrendo gente por outras doenças aí evitáveis. Então, o princípio da Justiça vai ter que ser constituído por todos nós. E eu acho que o sentido desse debate vai ter que ser esse. Eu só espero que nós possamos desarmar uma visão maniqueísta e possamos colocar a responsabilidade, um sentido de amor verdadeiro pela vida, pela pessoa humana e pelo Poder Público, como aquilo que é mais sagrado numa Democracia. O que é público é como se ele pudesse servir sempre à família, pudesse servir ao pobre, pudesse servir a todas as pessoas que não conseguiram se organizar melhor na cidade. Então, não pode ser o inimigo nosso; tem que ser um aliado e nós temos que tratá-lo com absoluto respeito. Então, eu tenho certeza de que esse debate fugirá—

[soa a campainha].

--Do comportamento passional. Ele será ético e ele será responsável. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nessa Audiência Pública, usaram da palavra 10 convidados; cinco mais pró a um Projeto e outros cinco mais pró, digamos, a outro Projeto. Dizendo que, no meu entendimento, por tudo que eu vi aqui, dos dois autores do Projeto, as posições não são antagônicas, como tivemos um debate outro dia, no Ministério da Saúde. Percebi, da fala de ambos, que é possível construir um grande entendimento.

Então, nessa linha, sem prejudicar o debate, nós vamos encaminhar agora da seguinte forma: os 10 que fizeram uso da palavra terão o direito porque eles foram convidados para falar efetivamente, embora outras pessoas remeteram à Mesa um pedido. Não há possibilidade. Essas 10 pessoas, eu vou dar dois minutos para cada um, para que eles possam ou fazer uma fala, como entenderem ou fazerem pergunta a qualquer um dos Senadores que fizeram a exposição. E, no final, ambos farão as suas considerações finais. Eu vou inverter a ordem de como começou. Começo, primeiros dois minutos com a Sra. Maria Casseb, Presidente da Associação Brasileira de Câncer. V.Exa. tem dois minutos. Eu vou fazer um apelo, não é outra exposição, dois minutos, se preferir, faça a pergunta a qualquer um dos Senadores, ou use os dois minutos para fazer sua fala.

SRA. MARÍLIA CASSEB: Eu gostaria, então, de formular uma pergunta para o Senador Tião Viana. Objetivo não é provocativo, Senador, mas é uma questão de entendimento. Eu questiono ao senhor se nós não podemos acreditar que o seu Projeto, comparando com sua fala que, de alguma forma, coloca a indústria farmacêutica como uma vilã, coloca os juizes, alguns como desavisados e outros, talvez, como vítimas de corrupção, algum tipo de favorecimento, e uma população rica, que eu gostaria de saber quem é essa população rica que está acessando medicamentos não registrados pela ANVISA, judicialmente, não é? Se o senhor não estaria a considerar que o gestor público do SUS, na pessoa do Poder Público propriamente, é o único ator legítimo, confiável e ético para decidir o destino dos pobres cidadãos brasileiros, todos, talvez, manipulados por ONGs, que são manipuladas por laboratórios, eu acho tudo isso muito confuso e eu queria que o senhor fizesse a gentileza de fazer o seu posicionamento.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece pelo tempo, usou somen-

te um minuto, inclusive. De imediato, passo a palavra ao Sr. Raimundo Paraná Ferreira Filho, professor da Universidade Federal da Bahia, e doutor em Hepatologia. Dois minutos.

SR. RAIMUNDO PARANÁ FERREIRA FILHO:

[pronunciamento fora do microfone] posicionamento. Pois bem, a minha colocação é no sentido de reforçar que existe sim, sem dúvida, e eu estou falando aqui como médico, que atua no SUS, uma elitização do acesso aos medicamentos de alto custo no Brasil. Isso é inegável. É inegável e é documentado numa tese do Programa de Hepatites Virais de Salvador, que é considerado um modelo, eu já coloquei, anteriormente, 70% dos pacientes que recebem interferon peguado, em Salvador, têm planos de Saúde, enquanto que 0% dos que freqüentam o meu ambulatório não têm plano de Saúde. De maneira que não são os pacientes do meu ambulatório e do Hospital Universitário aqueles que estão chegando para receber a medicação e eu tenho motivos para imaginar que isso aconteça em outras áreas também. Não seja algo única e exclusivamente da questão das hepatites virais. Então, esse é um aspecto que precisa ser enfrentado sim.

Agora, a colocação que eu volto é a questão do Ministério da Saúde, o Ministério da Saúde possui câmaras técnicas--

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Tem mais um minuto.

SR. RAIMUNDO PARANÁ FERREIRA FILHO:

E possui intercessões importantes com as sociedades de classe, com as sociedades médicas; no caso da Sociedade Brasileira de Hepatologia, de Infectologia e de Medicina Tropical, todas elas têm representação na Câmara Técnica do Programa Nacional de Hepatites Virais. Na verdade, o que se precisa, eu acho, Senador Tião, para que a sua lei realmente tenha esse senso de justiça, que eu tenho certeza que o senhor quer e que nós todos queremos, porque defendemos a mesma causa, é a agilidade do Ministério para que esses... Esses protocolos sejam atualizados, pelo menos, anualmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passar a palavra, de imediato, ao Senador Reinaldo Felipe Nery Guimarães.

SR. REINALDO FELIPE NERY GUIMARÃES:

Obrigado, Senador. Eu queria fazer três brevíssimos comentários, nos dois minutos. Primeiro, não se trata, ninguém disse aqui que a indústria é inimiga da Saúde. Não existe isso. Agora, me parece que é absolutamente curial que tem, que existe uma crescente tensão entre os interesses da indústria e os interesses da Saúde pública. Eu não estou fazendo a acusação,

não há inimizade, não é? Agora, a indústria pela sua lógica, ela precisa minimizar risco e maximizar lucro. Isto é da ordem da empresa e, do ponto de vista da Saúde Pública, a questão é outra: é cuidar da Saúde dos cidadãos. E há uma tensão crescente nisso. Pode ser que não seja sentida em algumas organizações não-governamentais, não sei. Agora, do ponto de vista, digamos, do cenário geral da Saúde, isso me parece claro. Segundo comentário: O Senador Arns, tentando definir os campos, colocou o Ministério Público e os doentes de um lado. Eu quero dizer, Senador, com todo o respeito, eu não sei qual é a posição do Ministério Público--

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exa. tem mais um minuto.

SR. REINALDO FELIPE NERY GUIMARÃES: -

-Conforme o ilustre Procurador Carlos Henrique mesmo disse, a opinião do Ministério Público é expressa pelo senhor Procurador-Geral da República. Eu não conheço a posição do Ministério Público, portanto, acho que nós deveríamos deixá-lo, digamos, não sei em que lado, não é? É para ser definida a posição do Ministério Público ainda. E, terceiro lugar, quero dizer o seguinte: O Dr. Paraná tem toda a razão, o Ministério da Saúde tem que melhorar, não é? Eu já mencionei essa questão, quer dizer, que a mim causa um enorme mal-estar eu não ter condições, já ter resolvido o problema dos medicamentos para pessoas como a Fausta, não é? E como o nosso Eduardo. De modo que este compromisso, independentemente da solução que o Senado dê e o Congresso aprove e o Presidente sancione, isso é um compromisso que o Ministério da Saúde tem que ter e não vai fugir dele. Obrigado, Senador.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É só o Ministério da Saúde--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Osmar Terra, Deputado Federal sempre, não é? E Secretário da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO OSMAR TERRA (PMDB-RS): Eu

queria só registrar que a nossa... Primeiro o nosso apoio ao Projeto de Lei do Senado Tião Viana, porque nós todos que estamos defendendo hoje, a maioria dos Secretários Estaduais, até uma parte dos Governadores, boa parte dos Deputados que estão hoje defendendo, Deputados e Senadores, defendendo uma proposta como essa, lutaram para existir o Sistema Único de Saúde. Eu cliniquei no interior, há 20, 30 anos atrás, quando metade da população brasileira não tinha direito a nada. Ficava num porão de hospital, ganhando o que sobrava das amostras grátis, por caridade, e a

maioria dos hospitais tinham nome de caridade. Nós construímos um sistema que acabou com isso, que garantiu como direito de cidadania a internação hospitalar para todos, gratuita, universal, o medicamento gratuito e universal, e somos nós que estamos reivindicando que tem que se dar essa garantia à população. Agora, tem que ter regra, porque é dinheiro público, não pode jogar pela janela. Eu não vi ainda nenhuma ação... E aí é importante dizer isso, contra laboratórios que cobram preços exorbitantes. Eu defendo a patente, eu acho que tem que ter patente, o laboratório tem que ter o direito da propriedade intelectual. Mas a ação contra laboratório que está cobrando, nós provocamos isso, no Rio Grande do Sul, o Ministério Público do Rio Grande do Sul fez isso. O laboratório cobrava duas, três vezes, no Rio Grande do Sul, o que cobrava em São Paulo. E nós--

[soa a campanha].

--O Ministério Público entrou com uma ação--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): V.Exa. tem mais um minuto--

DEPUTADO OSMAR TERRA (PMDB-RS): Então, eu quero dizer, só para terminar, Senador Paim, eu quero dizer que nós estamos defendendo aqui regras científicas, o Direito, o Ministério Público do Rio Grande do Sul defende isso também, defende os protocolos. Os juízes do Rio Grande do Sul, a AJURIS tirou uma posição em assembléia defendendo os protocolos, defendendo os protocolos, defendendo o Projeto de lei do Senador Tião Viana, fazendo até algumas sugestões, mas defendendo o Projeto de Lei; os juízes e os promotores do Rio Grande do Sul. Não é uma posição só, porque tem responsabilidade com o recurso público. Então, eu nunca, eu não vi, é inegável que o poder econômico tenha uma influência nessa pressão, é inegável. Eu nunca vi uma mobilização para garantir atendimento à Saúde da Família; eu nunca vi ações organizadas por advogados para garantir o direito à Saúde da Família, o atendimento preventivo, o direito à vacina no posto. Eu nunca vi, eu só vejo em coisas que custam muito caro.

Então, eu acho que está na hora de sentar, eu acho que o Senador Tião Viana tomou uma decisão importante, indicou um caminho importante de a gente procurar unir esforços, em termos de garantir esse direito; não queremos tirar direito da patente dos laboratórios--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Para concluir, Deputado--

DEPUTADO OSMAR TERRA (PMDB-RS): -- Não queremos tirar direito... O direito das pessoas de terem medicamento, mas o medicamento certo, com o recurso adequado e com... Outra discussão que vai

se fazer sobre o custo dos medicamentos, que não é isso que nós estamos discutindo agora. Agora é o direito da população, com regras e com direito ao atendimento certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da ANVISA.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Eu queria aproveitar esses dois minutos. Eu tenho alguns dados e vou tentar... Primeiro, eu queria dizer o seguinte: Em que pese que a ANVISA, como qualquer instituição, não deva, mas eventualmente possa errar, o efeito, a eficácia e a segurança do medicamento não estão ligados só às questões do seu dossiê, mas também estão ligados às indicações precisas dos médicos e, por isso, acho necessário o protocolo, a via de administração e as condições de administração, a dose adequada e o tempo de uso adequado.

Então, se o medicamento não for usado com uma indicação precisa, em condições precisas, ele não necessariamente vai fazer, vai ocasionar o benefício a que se propõe. E é por isso que eu acho que o protocolo é fundamental. Nós temos casos, neste país, de mulheres que estão na fila, não estão infelizmente, elas morreram por falência hepática, porque médicos utilizavam medicamentos para câncer de próstata para tratar crescimento de cabelo para elas, medicamento *off-label*. E estamos aos borbotões com solicitação desses medicamentos lá para uso que não é o uso recomendado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e que, portanto, não pode ser autorizado nesse sentido. Uma outra questão--

[soa a campanha].

É a questão, por exemplo, do medicamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Mais um minuto--

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: --Que eu não vou citar o nome para não fazer propaganda, o tratamento de câncer que o Senador mencionou. Esse medicamento não foi aprovado aqui no Brasil; o meu pai teve câncer de pulmão; faleceu de câncer de pulmão e tentavam registrar um produto que acomete 0,2% dos pacientes que têm câncer de pulmão e, para saber se eles tinham, efetivamente, se esse medicamento era eficaz, era indicado para eles, precisava fazer um exame que não existia no mundo todo, Senador. E aí, qual era a recomendação? Use-se o medicamento para todos; àqueles que melhorarem, o medicamento é indicado. Os outros 99,8% que morrerem é porque o medicamento não é indicado. E, nesse sentido, o medicamento, depois, foi rejeitado pelas autoridades de outros países.

Por final, a gente não é e deve se considerar, nessa discussão, que existem patrocínios de laboratórios à organização de pacientes, a profissionais. Nós tivemos, até há pouco tempo, uma ação que correu... A ANVISA trabalhou ativamente para cassar uma liminar de um medicamento que, até pouco tempo, era patente; depois de algum tempo, o Brasil consegue produzir para transplante e a defesa que já não tinha mais a patente, era detentora desta, anteriormente, tentou desqualificar o seu concorrente; num Congresso de médicos, a ANVISA, através da minha pessoa, foi acusada: "Os senhores estão fazendo com que os pacientes corram risco etc."—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir, Senador. E aí eu perguntei: "Quais são os casos relatados pela clínica médica, pelos senhores transplantadores, de falência ou de perda de órgão, por conta do medicamento que está sendo utilizado?" "Nenhum". Então, eu acho que isso não pode ser desconsiderado. E acho que isso deve ser levado na discussão, porque isso, com certeza, embasa o Projeto de que nós devemos, efetivamente, regulamentar a dispensação, enfim, o fornecimento racional desses produtos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato, passamos a palavra à Sra. Fausta Cristina Panquestor Nogueira.

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Em primeiro, rapidamente aqui, eu queria... Uma coisa que me chamou a atenção, parece que a exceção virou regra; quando se fala de medicamentos que não foram autorizados, que são experimentais, isso não é regra, não é isso que a gente está querendo. O que a gente está querendo são medicamentos que foram, participaram de protocolos clínicos e que têm a sua eficácia comprovada.

Eu não sinto amparo no Projeto do Senador Tião Viana, não me sinto amparada por ele, a partir do momento em que ele está limitando a uma lista; essa lista, ela está excluindo pacientes, está excluindo doenças, está excluindo medicamentos. Vou repetir, mais uma vez, comprovadamente eficazes, tanto no Brasil, quanto no exterior. Os protocolos, eles são necessários, mas a gente precisa de critérios para esses protocolos. Elogio aqui, aproveito a oportunidade, para elogiar o Projeto do Senador Flávio Arns, que muito bem explicou e... No Projeto de Lei dele, com relação a prazos, à participação, principalmente de representantes dos diversos órgãos, inclusive da sociedade civil, salientando aqui a importância dos prazos, porque os pacientes, nós, não temos tempo a perder; tempo para a gente é vida. Então, enquanto se discute como vai ser feito um protocolo, a gente está morrendo. Então a gente

precisa de agilidade e, mais uma vez, Senador Flávio Arns, muito obrigada e é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato, senhor Luiz Eduardo Garcia Próspero.

SR. LUIZ EDUARDO GARCIA PRÓSPERO: Eu queria fazer uma pergunta para o Sr. Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul e o Sr. Tião Viana. Vocês já pararam--

[soa a campainha].

--Para se perguntar quantos pacientes já morreram enquanto vocês ficam com birra de laboratório, vocês já pararam para pensar que o dinheiro não é do Governo porque é pago por nós, então, deveria ser usado para nós? E também vocês estão falando de democracia, vocês estão nos excluindo. A democracia é um Governo do povo para o povo e não o Governo de alguns. Então, eu quero colocar isso. Nós vamos lutar pelos nossos direitos.

SRA. REGINA: Muito bem--

[palmas].

E eu queria fazer uma pergunta, como mãe do Luiz Eduardo. Vocês falam muito em--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O seu nome, por gentileza.

SRA. REGINA: Regina. Vocês falam muito em protocolo clínico--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só dizer que a senhora está dentro do tempo dele. Então, toca lá.

SRA. REGINA: É, não, vou correr. Vocês falam muito protocolo clínico de laboratório, de multinacional, tá. Para o Dudu entrar no protocolo, a ANVISA autorizou; se a ANVISA autorizou--

[soa a campainha].

E vocês estão condenando o laboratório, porque o laboratório entrou, então, vocês estão condenando o próprio sistema que vocês criaram. O Dudu está aqui hoje comprovadamente por um efeito do remédio. Eu só estou pedindo que ele tenha direito à continuação de vida, assim como a Fausta também. O remédio dele está, há dois anos, esperando para entrar na lista de medicamento de alto custo e, cada dia que a gente vai para Brasília pedir que entre esse medicamento, vem uma desculpa. Eu gostaria de saber o que é que vocês vão fazer, de imediato, para resolver essa situação?

SRA. REGINA: É só tirar o dinheiro do imposto do cheque--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A senhora concluiu? A senhora tem 20 segundos ainda, por favor.

SRA. REGINA: Eu quero pedir que vocês agilizem, antes de entrar essa lei que vá proibir o meu fi-

lho de tomar o remédio. Então, eu gostaria que vocês agilizassem para que o remédio deles entrasse na listagem, deles e de todos aqueles que estão aguardando há tanto tempo. Não é só limitar a listagem; é incluir, incluir para que outros também tenham a oportunidade de vida. Eu não sou contra a sua lei não, Deputado. Eu sou contra a limitação da sua lei. Você vai excluir o meu filho, você está matando o meu filho. E eu não posso ficar a favor disso, assim como você está matando outros que estão aqui também. Então, você tem que ampliar, melhorar um pouquinho. Junta com o Senador Flávio Arns, que a dele, pelo menos, não nos exclui. Não sou contra ninguém, eu sou favor, a favor da vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece. A senhora ficou dentro do tempo, viu? A Presidência agradece a V.Exa. Conseguiu sintetizar bem o seu ponto de vista. Passamos a palavra ao Sr. Sérgio Henrique Sampaio.

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Eu gostaria de expressar, como representante da sociedade civil, nós não somos contra a regulamentação, de forma alguma. Até, quando nós trabalhamos no grupo de trabalho proposto pelo Senado, nós defendemos a criação de protocolos e diretrizes terapêuticas e não sou contra o seu Projeto de Leis sua alteração da lei 8080, Senador Tião Viana. Porque acho que ela é extremamente pertinente, a partir do § 2º, mas, na questão dos medicamentos, ela limita. Realmente, o que a Regina falou, ela está coberta de razão. Entendo, como representante da sociedade civil, já conversei com o Senador Paulo Paim sobre isso, que os Projetos podem se fundir perfeitamente e determinar uma nova gestão na área da Saúde brasileira.

O nosso encaminhamento é que não haja essa restrição e essa limitação; nós sofremos muito em decorrência da decisão da Ministra, que determinou, de forma imperativa, a tensão pela lista de medicamentos excepcionais, e aí nada contra os gestores de Saúde, mas eles incorporaram isso como uma nova interpretação constitucional. Então, eu tenho receio que, desde que passe o seu Projeto lei, isso realmente venha a se tornar norma, a lista, a lista, que já foi qualificada, dentro dessa Casa, pelo Senador Álvaro Dias, como a "Lista de *Schindler*", se você tem o seu medicamento dentro da lista, você vai viver; se você não tem, você está fadado à morte. É isso que eu queria dizer. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece pela forma sintética e passamos a palavra ao Procurador da República, Dr. Carlos Henrique Martins Lima.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Bom, eu queria, primeiro, parabenizar os dois subscritores aí dos Projetos de lei. Tenho certeza e confio na sinceridade das intenções de ambos. Eu queria lembrar que eu realmente vejo problemas aí no Projeto de Lei apresentado pelo Senador Tião Viana, em especial nessa questão da limitação, e por dois aspectos principais. Primeiro: Não há protocolos clínicos, reconhecidos pelo Ministério da Saúde, para todas as patologias. Isso fere a integralidade, já que a gente, nós não teremos resposta a todas as patologias. E a segunda, que decorre dessa primeira, é que nós... Que não constam na Portaria medicamentos que dão respostas a todas as patologias. Sob esse aspecto, eu não sei se seria o caso da agilidade na confecção ou na atualização dos próprios protocolos que poderiam resolver o problema. Porque são, na verdade, nós não temos protocolos para tudo e não constam respostas para todas as patologias e isso, a meu ver você, fere sim--

[soa a campainha].

--A questão da integralidade. Quando eu citei a questão da posição do Ministério Público Federal sobre isso, eu coloquei que, na verdade, a posição que eu trago me parece, hoje, é a mais consensuada(F), dentro do Ministério Público Federal, inclusive foi assinada pelo Procurador-Geral na ação que subiu para o Supremo. Ele opinou, o Procurador-Geral, opinou contra o deferimento, contra o deferimento da suspensão da segurança, pelo qual o Secretário de Saúde, o CO-NASS e o Ministério da Saúde estavam mobilizados. Então, essa posição, na verdade, é conhecida.

Só para finalizar, eu acho que nós temos aqui mais consensos do que dissensos. Nós não queremos, não estamos brigando por essa questão de medicamentos excepcionais ou os medicamentos sem registro ou gasto desnecessário de dinheiro público. Na verdade, não é essa a briga e jamais foi. Agora, quando nós, as conclusões nos parecem precipitadas. O fato de não estarem de queremos medicamentos registrados não nos impõe que nós devamos aceitar os medicamentos que estão restritos a uma lista. Esse passo nós não concordamos e por isso nós estamos, nesse momento, em lados opostos do balcão. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Dirceu Barbano para suas considerações finais.

SR. DIRCEU BARBANO: O Senador Flávio Arns refere-se a uma fala que realmente eu fiz na Reunião com a Ministra Ellen Gracie e reafirmo aqui. Fosse problema de recursos, nós, enquanto sociedade, brasileira, não teríamos chegado até aqui com o SUS. O problema não é falta de recursos; o problema é o que

fazer com os recursos e, como disse o Eduardo, não é meu nem é do Governo, é da sociedade e o Estado precisa se manter, enquanto guardião, com estruturas sólidas, independentes, no sentido de fazer com que esse recurso seja adequadamente aplicado. Nós temos emblemas importantes, que o SUS oferece tratamentos caríssimos a brasileiros e continuará oferecendo. A questão é buscar a melhor ciência, em uma estrutura sólida do Estado, para possibilitar com que esse recurso seja devidamente apropriado. Acho importante e vou fazer uma fala aqui buscando exemplificar como é que--

[soa a campainha].

--Subliminarmente as coisas acontecem. O SUS oferece tratamento para todos os pacientes de oncologia. Hoje há uma pressão articulada dos laboratórios farmacêuticos no sentido de retirar o tratamento de oncologia, do que nós fazemos com protocolos, que são autônomos, do INCA e dos hospitais que tratam câncer, e incluir na lista de alto custo. É estranho ouvir uma fala como essa à questão do câncer porque o câncer é tratado, nós temos uma rede de oncologia estruturada para tratamento do câncer e custeamos, através da APAC— Onco, todo o tratamento de oncologia.

E eu gostaria, para finalizar, de dizer o seguinte: Eu também concordo com o Dr. Carlos Henrique, nós temos muitos consensos. Eu acho que um consenso que nós temos e que dificulta muito o nosso entendimento em relação ao Projeto do Senador Flávio Arns, é que os protocolos, eles servem para proteger a sociedade. Nós não podemos abrir uma possibilidade de que o SUS, como sugere o Senador Flávio Arns, no seu artigo 19, "I", dizer o seguinte: "Olha, que tenham os protocolos, mas que, na ausência dos protocolos, tudo seja ofertado para a dispensação, incluindo aí os produtos para a Saúde". Então, nesse sentido eu acho que nós temos que avançar sim num debate, a partir do que nós temos de consenso, sempre entendendo que a questão do protocolo é algo fundamental e que se serve e preocupa de um lado, existindo em dificultar o acesso das pessoas; de um outro lado, deve nos preocupar, em não existindo, de deixar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir--

SR. DIRCEU BARBANO: --O papel de definir aquilo que será ofertado a quem, ao poder econômico ou a nós mesmos, enquanto sociedade? Eu acho que, nesse sentido, o que propõe o Senador Tião Viana remete à sociedade a responsabilidade de fazer isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos para o Senador Tião Viana para

as suas considerações finais. Em seguida, o Senador Flávio Arns.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): De maneira muito objetiva, a Sra. Marília fez uma indagação importante. Eu penso que o Dr. Paraná já respondeu, em si, quando falou que 70% dos pacientes estariam vinculados. Gostaria de lembrar que, quando eu apresentei o Projeto, a Senadora Lúcia Vânia que a indicou aqui, externou total respeito e solidariedade ao mérito do meu Projeto. O Dr. Paraná deixou claro algo que eu julgo muito importante, ouvindo aqui o nosso Procurador Federal também, é que os protocolos devem ser atualizados anualmente. Eu acho que cabe ao Relator, por exemplo, na construção do que é uma matéria legislativa, que ela tenha o seu tempo, que ela tenha o seu amadurecimento, que nós pudéssemos estabelecer, como norma legal, que o Ministério Público, o Conselho Estadual de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde, Conselho Nacional de Saúde acompanhariam a atualização de lista anualmente, exigiriam a atualização da lista anualmente e, ao mesmo tempo em que qualquer caso excepcional, como um caso de uma Fausta, de um Eduardo, tivesse um prazo fixo para um parecer sobre entrada ou no protocolo. Eu acho que resolveria toda a ansiedade que eu pude ver diversificada aqui; não ficaria ninguém de fora do seu direito. Eu entendo, porque a sua preocupação foi o prazo; não foi o protocolo. E eu acho que isso pode ser um termo da lei. Não vejo qualquer problema quantos a isso.

A única coisa que eu não posso concordar é com a desonestidade de uma multinacional em tirar dinheiro através da doença e da inocência de alguém. Isso eu não vou concordar, mesmo que tenha que ouvir uma injustiça, como da Sra. Regina, que fala na emoção, mas eu acho que é melhor que cometam uma injustiça comigo do que o cometam com alguém. Então, eu estou absolutamente tranquilo de consciência pelas razões do meu Projeto, que é humanista, que é ético e que está em defesa da vida, de maneira plena. E acho que jamais o Eduardo deverá... Alguém do Estado brasileiro deverá deixar que falte, por um dia sequer, a tranquilidade para ele ter certeza de que tem que ter direito o remédio. É isso que eu luto a vida toda e é isso que eu lutarei a vida toda.

Agora, a sua consideração é um direito; eu só não quero levar na minha consciência um entendimento de que algum dia eu cometi injustiça com alguém porque isso não é bom para a minha consciência; eu gosto de dormir em paz, certo de que procuro ajudar, todos os dias, as pessoas e luto todos os dias para fazer algo de bom pela vida das pessoas.

Então, se errar, posso até errar, mas posso... A minha intenção é sempre acertar. Um Projeto de Lei

não é uma obra acabada; ele vem sendo aperfeiçoado, porque assim é um belo processo democrático. É assim que tem que ser. Quando nós tivermos sempre políticos que atuem na lei pelo correto, pelo acerto, muitos Projetos que aparentam ser perfeitos de início sofrem transformações e outros não, por exemplo, a lei da proteção dos medicamentos contra a AIDS, no começo, tanta gente achou que aquilo era ruim, que era uma obrigação absurda, desnecessária... Quando se implantou, se viu que reduziu a mortalidade, que deu a qualidade de vida, que reduziu a despesa nos hospitais para tratar os doentes. Foi uma bela lição do processo legislativo, que teve o debate, que teve as divergências todas. Eu acho que se nós construirmos, nesse espírito, vai ser melhor do que julgamentos precipitados de um lado contra o outro. Eu sempre respeitei as opiniões divergentes aqui e acho que é melhor dessa maneira.

Então, acho que o Dr. Sérgio Sampaio deixa claro que defende o protocolo e é contra lista, e eu acho que, se ele tiver a certeza de que a lei obriga o protocolo, num tempo certo, para que não prejudique, ele não vai ser contra. Temos tudo para nos entender num substitutivo, num Projeto intermediário, que o Senador Paim apresente, entre o meu e do Flávio Arns, e não haverá divergências entre nós porque eu quero a mesma coisa. Eu só não quero é que se aprove um remédio por desonestidade para atender o lucro de uma... Eu sei que os senhores também não querem.

Então, é esse debate que está posto aqui. Então, o Dr. Carlos, do Ministério Público Federal, acho que expressa uma vontade de que essa lei venha a servir a população, que não necessariamente seja o meu Projeto, mas que possa ter um avanço entre o que é o do Senador Flávio Arns e o que vai ocorrer de debate aqui e na Câmara dos Deputados. É isso que eu quero. Eu não quero a autoria de uma lei, eu quero um resultado que beneficie a sociedade.

Então, no mais, eu quero dizer que é uma alegria participar desse tipo de debate porque ele foi honesto e ele teve a boa-fé de propósito de todos que aqui debateram. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): De imediato, a palavra para o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero também dizer que, novamente repetir que este Projeto de Lei, que foi novamente apresentado, algum Senador tem que apresentar. E como eu coordenei esse grupo de trabalho, acabamos apresentando, mas é fruto do debate que envolveu todos os setores que nós já mencionamos. E, com um sentido de seriedade, eu diria

extraordinário, extraordinário. Por exemplo, todos os representantes de doenças, dizendo: "Nós queremos o protocolo, nós queremos a tabela". Ninguém está dizendo que não quer. Por quê? Porque é um instrumento de gestão muito importante. Só que nós temos que pensar o seguinte: Como é que nós colocamos um medicamento, uma doença, na tabela? Como é que é esse processo? Então, lá na consta, no Projeto de Lei, nessa discussão, que é um processo administrativo. Iniciação do processo, instrução do processo, julgamento do processo, quem é que decide sobre isso? Por que só o Poder Público decidir? Por que não ter uma consulta pública? Por que não ter um Conselho? Por que a sociedade não participar, de acordo com aquilo que a Marília, inclusive, colocou?

Então, isto está na lei também. Vamos ficar discutindo quatro anos, cinco anos, 10 anos o processo? Não pode. Quer dizer, você acaba com a vida, a pessoa morre no meio tempo. Então, está escrito aqui no Projeto de Lei que você tem o prazo de 180 dias para terminar o processo, positiva ou negativamente. Porque pode se chegar à conclusão, no final de um processo também, de não atender aquilo. Não é verdade? Então, está tudo definido para a sociedade saber, e a lista tem que ser renovada, está aqui, anualmente, não pode ficar quatro, sete, 10 anos, seja lá o que for, sem atualização dessa lista.

Então, estas eram as preocupações: não se coloca medicamento experimental, tem que ser autorizado. Agora, eu quero dizer que a mãe do Eduardo, a Regina, ela está coberta de razão. E se o medicamento não constar da lista? Por exemplo, é um medicamento importante e não consta da lista. Aí, o Dr. Dirceu falou e a gente abriu para outras possibilidades, dando a entender, eu quero que fique claro, tudo dentro de muita responsabilidade, não é abrir para qualquer medicamento. Está escrito na lei: "Tem que ter prescrição médica, tem que ter o registro na ANVISA", não é? "Tem que ter o laudo médico que ateste risco de vida ou seqüela grave". Está escrito na lei também. Então, a gente dizer que os laboratórios estão fazendo e, claro, ninguém vai negar aqui *lobby* de laboratório, interesse econômico de lucro e tal, que a gente sabe, não vamos ser ingênuos em dizer que isto não acontece. Acontece, mas qual que seria o antídoto para isto ficar em níveis, assim, adequados? Transparência na legislação. Transparência, processos claros, democráticos, como já li antes, e não releio agora, assim, no sentido de dizer: "Olha..." Quer dizer, nós estamos discutindo, se quer que a nova, o novo medicamento faça parte da lista. Então, se tem que observar os seguintes aspectos, tem 10 elementos lá que tem que ser observados. Qualquer pessoa, na sociedade, pode, desde que apresente

aqueles documentos, pleitear o acesso à lista. O que falta, no fundo, eu diria, é, assim, um processo conhecido, participado, transparente, onde as pessoas sejam valorizadas. A Fausta já teria morrido, já teria morrido, porque o remédio dela não consta da lista. E daí? O Eduardo estava praticamente cego e surdo, com 11 anos de idade; está com 17 anos. Recuperou boa parte da audição e recuperou um pouco da visão. A Fausta está trabalhando. Quando falam do Glivec, que o Presidente da ANVISA falou, nós estamos deixando claro, nós queremos uma ANVISA forte, respeitada, atuante, mas, quando fala do Glivec, parece que a coisa está banalizada, na forma como ele colocou. Por que isto? Porque Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, que veio aqui discutir o Glivec é referência internacional em tratamento de câncer. É referência em transplante de medula óssea. Como é que alguém vai me dizer que os médicos que atuam no Hospital de Clínicas do Estado do Paraná estão sendo afoitos, rápidos, subordinados, eventualmente, a interesses escusos ou trata de qualquer forma o paciente? Isso é impossível, gente. Quer dizer, tem alguma coisa errada no sistema, que precisa ser corrigida.

Agora, que nós queremos que toda a Saúde melhore, que o SUS seja consolidado, que haja medicamentos acessíveis para as pessoas, que os hospitais atendam, que não atendam só a coisa especializada, mas também o cotidiano das pessoas, isto não há dúvidas nesse sentido, que nós queremos que isso aconteça. Então, nesse sentido, termos um processo transparente, claro, democrático, que tudo que foi levantado, foi levantado nesses grupos de trabalho. Mas, com base num preceito fundamental, que o Dr. Carlos Henrique levantou antes, quer a gente goste ou não. A pessoa pode dizer: "Ah, mas eu não gosto disso". Então, mude a Constituição porque, na Constituição, está escrito que o atendimento é universal e integral. "Ah, não pode ser!" Então, mude a Constituição, daí a gente discute a situação de novo.

Agora, nós não podemos ficar restringindo o conceito de integralidade, não é verdade? Quer dizer, integral só é aquilo que eu estou colocando aqui. Não, nós vamos discutir, vamos ver, vamos chegar e, com isto, nós daremos luzes para o Judiciário, quero enaltecer a participação, nesses episódios todos, da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, que foi muito precisa, dizendo: "Olha, eu...", na audiência, inclusive, e nas falas dela, nas falas dela, posteriores: "Eu decidi, no Estado de Alagoas, em função de uma situação específica, em que o Estado, mais ou menos, requeria, numa ação civil pública, o atendimento para um conjunto de pessoas". Quando a necessidade é individual, para uma pessoa, para outra pessoa. E a

Ministra Ellen Gracie, depois, inclusive, disse, em outras palavras: "Estão usando a minha decisão indevidamente". E eu escutei pessoas, inclusive, dizendo que isto foi um estelionato, para usar a palavra que eu escutei também. Um estelionato da decisão da Ministra para tentar justificar ações estaduais. E foi citado o Estado do Paraná, por que é que o Ministério Público está atuando e atuando numa outra linha? Porque, no Estado do Paraná, o Ministério Público Estadual, que é muito bom e muito atuante também, está na Justiça, com um conjunto de ações contra o Governo do Estado, porque o Governo do Estado não vem assegurando o direito ao medicamento por parte da população, inclusive, por uma displicência do Paraná e de outros Estados que não aplicam os 12% do orçamento, constitucionais, na área da Saúde, quando têm que aplicar. E o Governo Federal também, que deveria aplicar a CPMF e não aplica na área da Saúde, e o Brasil acaba aplicando muito menos que países menos desenvolvidos, vizinhos do Brasil.

Então, nós temos que chegar a uma conclusão. Por isto que eu até quero propor ao Presidente Paulo Paim e ao colega Senador Tião Viana que nós queremos fazer com que esta área seja bem regulamentada, do ponto de vista do doente... Do ponto de vista da doença, quer dizer, se a gente está aqui, o Parlamentar, o Ministério Público, como guardião dos interesses do cidadão e o Poder Público, nós queremos que o cidadão doente seja bem atendido, com regras claras, bem definidas, dinâmicas que atendam às suas necessidades, não é verdade?

Por isso que eu quero, assim, dizer para o Presidente, para o Senador e, como eu disse no começo, e amigo Tião Viana, companheiros de lutas também, vamos nos sentar, vamos chamar--

[soa a campainha].

--As associações, o Poder Executivo, vamos chamar o Ministério Público, e vamos chegar a uma conclusão que atenda a esses princípios. E aí eu diria que o Congresso estará realmente legislando, quer dizer, regulando as relações para que a cidadania prevaleça, não é verdade? Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [interrupção no áudio] Eu, não como Presidente, agora como Relator, eu saio convencido da seguinte questão dessa Audiência Pública, primeiro: Os Projetos não são antagônicos; os Projetos se completam. Conseqüentemente, eu não vejo motivo nenhum de nós não trabalharmos de forma coletiva e quero aqui, de preferência, já marcar um dia para elaborarmos aquilo que foi dito aqui pelo Senador Tião Viana e também pelo Senador Flávio Arns, para mim, não im-

porta a palavra, se é substitutivo, Senador Tião Viana. Não precisa ser substitutivo, aprova o Projeto com as emendas, conseqüentemente, mantém o Projeto original de quem encaminhou.

Eu quero é ajudar para o grande entendimento. Aqui foi dito, uma vez por ano, por exemplo, atualizar as listas,; ninguém é contra. Sem prejuízo das exceções, inclusive em casos individuais que, no meu entendimento contempla, aquelas questões consideradas aqui por muitos mais polêmicas. O que eu estou percebendo? Há uma grande boa vontade de nós construirmos um entendimento, garantir a vida, que foi a fala que eu fiz, Senador Tião Viana, quando eu abri essa Audiência Pública. Agora, inibir, coibir e proibir sim os abusos daqueles que querem faturar em cima dos doentes. Eu sei que ninguém quer isso aqui. Nós queremos é defender a vida e isso, para nós, vai estar em primeiro lugar. Queria dizer que recebi, inclusive, aqui, do fórum onde... ONG AIDS, do Rio Grande do Sul, eles fizeram uma análise de dois Projetos. Eu vou só resumir o que está aqui. Eles pedem efetivamente que os Projetos sejam aprovados na forma de um substitutivo porque entendem eles que ambos se completam, que se faça uma caminhada, que se construa esse grande entendimento. Em resumo, eu proporia já, devido ao pouco tempo que temos, devido ao recesso que, na próxima terça-feira, a gente tivesse uma Reunião, se assim, podem também o Senador Flávio Arns e o Senador Tião Viana, poderia ser até lá na Vice-presidência, ali na sala do Senador--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Eu só sugiro que nós tenhamos a presença de um representante das entidades sociais e um representante do CONASS também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Há acordo quanto a isso? E nós acertamos quanto à--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O CONASS aceita e só proponho que seja de tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, terça-feira, à tarde, na sala do Vice-presidente, Tião Viana. Eu sei porque eu tive orgulho de ser Vice-presidente antes dele; é uma bela sala, tem um bom espaço lá. Então, a próxima terça-feira, duas da tarde, na sala do Vice-presidente Tião Viana, só um pouquinho, na sala do--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Esqueceram de um representante do Ministério da Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho. Então, numa próxima terça-feira, às 14 horas, na sala do Vice-presidente Tião Viana, nós teríamos uma Reunião para construir o grande enten-

dimento, e, Oxalá, a gente possa votar ainda naquela mesma semana.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sugeriria a inclusão também de representantes das Secretarias municipais de Saúde, e o CONASSEMS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser o Secretário de Saúde, Ministério Público pediu também e a senhora pediu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu pedi o Ministério da Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Ministério da Saúde? OK. E o Ministério Público também, está assegurado. Eu termino, com essa fala, essa parte de Audiência Pública, só peço ao Senador Flávio Arns que permaneça aqui e ele assuma a Presidência, porque eu vou votar o requerimento, que é um outro tema, que essa parte da Audiência Pública está encerrada. Muito obrigado a todos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A pedido do Senador Paulo Paim, eu solicito aos senhores Senadores e Senadoras presentes inclusão extra pauta do requerimento a ser lido. Não havendo objeção, passo a ler o requerimento: "Requeiro realização de seminário, com vistas a tratar das questões quilombolas, Rio Grande do Sul Saúde, saúde, escola, financiamento e a titularidade de suas terras, entre outras, em parceria com a Assembléia Legislativa"--

[soa a campainha].

--Do Rio Grande do Sul, devendo ser convidados representantes dos quilombolas, da CEPIS, do INCRA, da Fundação Palmares, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Ministério Público, entre outros, a serem definidos pela própria Comissão. Assinado, Senador Paulo Paim. Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. Retorno a palavra ao Presidente Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a aprovação desse requerimento, nós encerramos a Audiência Pública, agradecendo a todos e, na certeza de que vamos, na terça-feira, construir um grande entendimento. Obrigado, e está encerrada.

Sessão encerrada às 18h02.

Ata da 34ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 14 de Agosto de 2007, Terça-feira, às 15h00, na Sala de Reuniões nº. 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia quatorze de julho de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa com a presença dos **Senhores Senadores Flávio Arns, Romeu Tuma, Marcelo Crivella, Cristovam Buarque, Inácio Arruda e Geraldo Mesquita Júnior e da Senhora Senadora Ideli Salvatti**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, **convocada na forma de Audiência Pública**, atende ao **Requerimento – CDH nº. 42, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, com a finalidade de debater o tema “**Trabalho e Direitos Humanos**”. Convidados que compareceram: Artur Henrique da Silva Ramos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional; Carlos Alberto Grana – Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT e Milton Viário – Presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul – FEM/CUT – RS. O Senhor Presidente abre os trabalhos, com a solicitação da dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloca em votação e esta é aprovada. Antes de passar a palavra aos convidados, se manifesta favoravelmente a todas as reivindicações das entidades sindicais presentes. Em ato contínuo, passa a palavra aos convidados para procederem às suas explanações sobre o tema proposto. Encerradas as explanações dos debatedores, fazem uso da palavra os Senadores Inácio Arruda e Geraldo Mesquita Júnior e a Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, o Presidente concede, por dois minutos, a palavra aos trabalhadores membros de entidades sindicais que acompanharam as exposições, a saber: Eremi Melo – CNM/CUT; Alcindo – Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina – RS; José Eustáquio Barão – Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem/MG; Antônio Carlos Spis – CUT Nacional; Jacy Afonso de Melo – Sindicato dos Bancários do DF; Juvândia Moreira Leite – Sindicato dos Bancários de SP; Vagner Freitas – CONTRAF/CUT; Darcy Beck Filho – CUT Nacional e Marcelo Toledo – CNM/CUT. Antes de encerrar a sessão, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Artur Henrique da Silva Ramos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional, para suas considerações finais. Encerradas as falas dos senhores convidados, o Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezessete horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a integral do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Boa tarde a todos e a todas. É com satisfação que

nós realizamos mais uma reunião, esta extraordinária, a pedido da Central Única e dos metalúrgicos da CUT para discutirmos o tema “Trabalhadores e Direitos Humanos”, tendo como enfoque uma pauta que eu já recebi e que aqui cada um dos dirigentes vai fazer a sua exposição sobre o tema. Eu, de pronto, quero dizer que já recebi aqui inclusive o questionário e o meu voto é totalmente favorável, viu Milton, você que é da minha base, olha aqui o meu voto, o meu voto é concordando com todos os itens, desde o número 1, manutenção do veto do Presidente à Emenda 3, a retirada do PL nº 1, a retirada do projeto da Fundação de Estatais de Direito Privado, o 092, mudança na política econômica com redução dos juros e superávit primário para aumentar o orçamento da União com políticas sociais e geração de emprego; o item 5, alteração do artigo 522 da CLT visando garantir a liberdade e autonomia sindical; o item 6, o pleno direito de greve, fim do interdito proibitório, negociação coletiva do serviço público, previdência pública universal com ampliação de direitos, o fim do fator previdenciário, reforma agrária e incentivos à agricultura familiar com aprovação da atualização do índice de produtividade, fortalecimento e ampliação da educação pública gratuita e de qualidade com a aprovação do piso salarial profissional nacional conforme proposta CNT e CUT, redução da jornada sem redução do salário, recomposição das perdas dos aposentados e aumento real do salário do trabalhador. Eu quero aqui entregar, em mãos, que eu concordei com todos os quinze itens e está entregue para divulgação. Então está entregue aí, pode divulgar (*aplausos*) a minha posição, que eu tenho certeza que será a maioria dos Senadores. Então vamos à nossa Audiência Pública. Nos termos do requerimento nº 42, aprovado em 14.02.2007, de autoria desse Senador, para tratar da questão Trabalhadores e Direitos Humanos, nesse caso específico numa provocação positiva feita pela Central Única dos Trabalhadores.

Nesse sentido já está aqui conosco na mesa o Carlos Alberto Grana, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT, o companheiro também Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores e o Milton Viário, Presidente também, companheiro lá do meu Estado, do Rio Grande do Sul, Milton Viário que é Presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT – FEM/CUT Rio Grande do Sul. De imediato eu passo a palavra para o Artur Henrique da Silva, Presidente da Central Única dos Trabalhadores. Em seguida, vai falar o companheiro Grana.

SR. ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS: Bom, boa tarde Presidente dessa Audiência Pública, boa tarde meu companheiro Grana, o meu companheiro

ro Milton. Eu queria em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, agradecer de pronto a sua acolhida à nossa sugestão, à nossa reivindicação de realizar uma Audiência Pública no Senado, nós estamos trabalhando com mais uma mobilização, uma mobilização bastante grande durante essa semana inteira aqui em Brasília, os companheiros e companheiras metalúrgicas de todo o país estão aqui acampados, o Grana e o Milton com certeza vão falar um pouco mais sobre isso, e nós resolvemos, na direção nacional da CUT, construir uma mobilização para o dia de manhã com uma marcha na parte da manhã até a hora do almoço fazendo um abraço, um abraço não no sentido digamos amigável, mas no sentido da pressão, um abraço no sentido de fazer pressão ao Congresso Nacional para que nós tenhamos a manutenção do veto do Presidente da República à Emenda 3. Este é o simbolismo desse ato que nós vamos estar realizando amanhã pela manhã aqui em Brasília e deve reunir aí em torno de quinze mil trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil, de todos os nossos ramos, das várias CUTs Estaduais, para debater uma pauta, Presidente, que é uma pauta bastante concreta, quer dizer, ficamos satisfeitos com a leitura e o voto do Presidente, do Senador Paulo Paim, a essa enquête que a CUT está realizando, e essa enquête é, na realidade, o que coloca para o conjunto da classe trabalhadora do Brasil as demandas e as reivindicações que estão na Ordem do Dia desses trabalhadores.

Aqui nós não estamos discutindo uma pauta genérica, uma pauta contra ou a favor àquele ou este Governo, contra ou a favor àquele ou este Ministro, contra ou a favor àquele ou esse Ministério ou contra ou a favor àquele ou este Poder, seja o Poder Judiciário, o Poder Legislativo ou o Poder Executivo. Aqui a idéia é de fazer realmente uma grande marcha a favor dos trabalhadores, a favor da pauta do conjunto da classe trabalhadora, e uma pauta que tem, como eu disse, tudo haver na realidade dos trabalhadores, e, aproveitando este momento, eu queria também passar às mãos do Senhor uma agenda dos trabalhadores pelo desenvolvimento. Essa agenda foi constituída a partir de um amplo debate feito inicialmente pela CUT, depois com a incorporação e o debate com as demais Centrais Sindicais coordenadas também pelo DIEESE, onde resolvemos também colocar na Ordem do Dia o debate sobre o desenvolvimento econômico. Nós vivemos num país que tem, finalmente na pauta política do país, está se discutindo a questão do crescimento econômico, mas nós não queremos qualquer crescimento, nós queremos um crescimento que venha junto com a inclusão social, com respeito ao meio ambiente, com desenvolvimento, com distribuição de

renda e, principalmente, com valorização do trabalho. Nós sabemos da luta histórica que tem sido travada aqui no Congresso Nacional e em tantas frentes para manter e ampliar os direitos dos trabalhadores, e é por isso que nós estamos aqui fazendo essa sequência de manifestações, atos, participando de audiências nos três Poderes.

Ontem os companheiros metalúrgicos já estiveram em várias audiências, hoje também pela manhã, nós estivemos agora com o Ministro Dulce, estaremos à tarde agora com o Ministro da Saúde, Ministro da Educação, temos uma agenda no STF, no TST, ou seja, tem um agenda que incorpora a pauta dos trabalhadores, mas ligada aos três Poderes. Vamos estar fazendo audiências, pressão e mobilização tanto sobre o Congresso, quanto em relação ao Poder Judiciário como também em relação ao Poder Executivo através dos seus Ministérios. Eu queria, rapidamente, pegar em alguns pontos aqui, porque eu tenho certeza que outros companheiros vão poder detalhar outras questões, mas pelo menos detalhar algumas questões que nós consideramos como imprescindíveis dessa jornada de luta que os trabalhadores e as trabalhadoras estão fazendo em Brasília no dia de hoje. Eu começaria, evidentemente, pela Emenda 3, porque a luta, na nossa opinião, contra a Emenda 3 e a favor do veto do Presidente da República é uma luta que envolve o conjunto da classe trabalhadora nesse país, não só a manutenção do trabalho dos fiscais em poder fiscalizar as empresas que não cumprem com a legislação, mas também a possibilidade de manter os trabalhadores e as trabalhadoras com carteira assinada, quer dizer, não jogar a carteira de trabalho no lixo, podendo, em tese, contratar todos os trabalhadores através de pessoa jurídica, prestadores de serviço. Então essa luta que a gente já vem realizando, fizemos três grandes manifestações no Brasil em abril e em maio, e agora estamos aqui novamente nessa quarta grande manifestação colocando como centro da pauta também a questão da Emenda 3, a luta pela manutenção do veto do Presidente da República.

Nós temos, Senador, e eu acho que essa Casa deve receber, esperamos, em breve, uma mensagem do Executivo, porque nós temos duas, pelo menos duas grandes convenções da Organização Internacional do Trabalho que com certeza terão que ser aprovadas pelo Senado, como é a legislação do Brasil, para que elas tenham, sejam ratificadas pelo Governo brasileiro, que é a Convenção 151 que determina a garantia da negociação coletiva do setor público, para nós é um assunto essencial que isso esteja garantido na legislação, a regulamentação da negociação coletiva na nossa opinião vai propiciar a muitas das negociações

que hoje apenas são feitas após dois, três meses de greve, os trabalhadores do setor público são obrigados, nas várias esferas, tanto no setor federal, estadual e municipal, a fazer dois, três meses de greve para pressionar, para que o gestor público receba a pauta, não é uma situação igual a que a gente tem no setor privado. Portanto, a regulamentação da negociação coletiva no setor público é uma bandeira histórica da CUT, o Senhor como fundador da Central sabe disso, e que nós queremos ver implementado nesse processo de debate aqui no Congresso Nacional. Assim como a convenção 158, da OIT, que também é uma Convenção importantíssima do ponto de vista da pauta, o Grana com certeza vai falar mais sobre isso, e a situação da alta rotatividade que a gente tem da mão-de-obra no Brasil.

Eu queria levantar três pontos, Presidente, um deles que, na nossa opinião, poderia já ter sido resolvido há muito mais tempo, mas parece que temos uma dificuldade muito grande em acelerar algumas questões internas no Governo e no próprio Congresso, que é o aumento da democratização e da participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Nós temos uma proposta de eleição direta dos trabalhadores no Conselho de Administração das Empresas controladas pelo Estado. Eu acho que essa é uma possibilidade de avançar na democracia, no controle social, eu tenho dito aí que não custa dinheiro, portanto, dificilmente a gente vai ter obstáculos por parte de equipe econômica, porque isso não tem digamos assim uma relação direta com o orçamento, é uma questão política, na nossa opinião, de ampliação dos espaços de democracia, de controle social, várias empresas públicas ou autarquias ou empresas mistas têm o Governo, tem o Estado brasileiro como a maioria das suas ações, e nós poderíamos ter, como já existem em outras empresas privadas, em outras empresas estatais, a garantia da eleição de um representante dos trabalhadores no Conselho de Administração dessas empresas, eleito diretamente pelos próprios trabalhadores. As outras duas questões, uma delas é a atuação que vem sendo feita, uma ação por parte de empresários, de Governos, com relação à organização para o local de trabalho.

Nós estamos aqui numa audiência que trata da questão de Direitos Humanos, direitos dos trabalhadores, a questão da liberdade e da autonomia sindical passa necessariamente por também ter liberdade de organização e liberdade de manifestação, e nós temos sentido, ao longo desses últimos anos, uma campanha muito forte por parte dos empresários e dos Governos em estabelecer o chamado interdito proibitório, que é uma forma de utilização de um item do Código Civil, da Justiça Civil, que acaba sendo utilizado pelos empresá-

rios para não permitir, ou por Governos, empresários ou Governos, não permitirem que os trabalhadores possam fazer manifestações, greves, paralisações em frente à empresa. Então nós temos tido aí, ao longo dos últimos anos, uma quantidade muito grande de interditos proibitórios que, na verdade, acabam por ser um processo contra a própria organização, a livre organização dos trabalhadores, que devem ter a liberdade para poder decidir sobre a paralisação e mesmo assim garantir os serviços essenciais à população. E por fim, mas não menos importante, eu queria me deter um pouco na questão que é uma verdadeira arma contra os trabalhadores e as trabalhadoras nesse país, que foi colocada na época pelo Governo anterior, numa situação em que todos os trabalhadores são prejudicados, que é o fator previdenciário. Nós temos uma situação no Brasil hoje, temos o debate que está acontecendo no Fórum Nacional da Previdência, onde, na nossa opinião, a questão do fator previdenciário é ponto central. O fim do fator previdência se coloca como um elemento central para nós, trabalhadores, nesse debate de mudanças na previdência. Nós queremos sim alteração na forma de pagamento das empresas, discutir, estudar uma forma de que as empresas, ao invés de pagar pela folha de pagamento, passem a pagar também ou parte pelo faturamento, eu acho que é um debate importante a ser feito, com muita profundidade, com muito debate na sociedade para que nós tenhamos uma garantia de sustentabilidade da previdência no futuro.

Temos feito debates no Fórum da Previdência de colocar a questão da seguridade social como um conceito, resgatando todo o debate que foi feito pelo Brasil na Constituinte de 1988 e a seguridade social e suas receitas serem efetivamente garantidas pela seguridade social, ou seja, para a questão da previdência, assistência e saúde. Todo o debate que nós temos feito, por exemplo, à maioria do povo brasileiro, a maioria dos povos no Brasil não consegue se aposentar por tempo de contribuição. Os trabalhadores não conseguem se aposentar porque não conseguem atingir trinta e cinco anos de contribuição, no caso de homens, e trinta anos no caso de mulheres. Os trabalhadores acabam sendo compelidos a se aposentar por idade, a grande maioria se aposenta por idade no país, e se aposenta por idade porque não tem condições de somar trinta e cinco anos de contribuição, ou seja, os trabalhadores trabalham dois anos, perdem o emprego, fica dois anos desempregado, depois arruma emprego, fica mais dois anos trabalhando, perde o emprego, e esse período, esse vácuo que o trabalhador fica desempregado, ele não contribuiu com a previdência, evidentemente, mas ele também não conta esse tempo como tempo de contribuição. Portanto, dificilmente com a alta ro-

tatividade que nós temos no Brasil, alguém consegue atingir trinta e cinco anos de contribuição, no caso de homens, ou trinta anos no caso de mulher.

E o fator previdenciário, ele é um instrumento que, na verdade, impõe para o conjunto da classe trabalhadora uma visão totalmente alterada daquilo que está na própria Constituição do ponto de vista da previdência social, ou seja, ele introduz mecanismos e instrumentos, através da fórmula do fator previdenciário, que são na prática instrumentos de uma regra, de uma previdência complementar, de uma previdência não pública, universal, como é a defesa que a CUT e seus sindicatos filiados tem feito historicamente com relação a isso. Portanto, o debate sobre o fim do fator previdenciário se coloca como central nesse debate da reforma da previdência que está sendo debatida no Fórum Nacional da Previdência. E, evidentemente, a manutenção da diferença entre homens e mulheres. Nós temos assistidos aí alguns defenderem que é possível reduzir a idade de aposentadoria das mulheres, reduzir não a idade, reduzir... hoje você tem trinta e cinco anos para o homem e trinta para a mulher, o que eles querem é ampliar de trinta da mulher para trinta e cinco, não é reduzir do homem de trinta e cinco para trinta, mas é de manter uma igualdade que nós não assistimos na sociedade brasileira. Então nós temos defendido a tese de que nós não temos nenhum problema em trabalhar e construir paulatinamente as condições de igualdade desde que nós tenhamos, por exemplo, nas empresas creche, desde que nós tenhamos nas empresas as mesmas condições de trabalho, de acesso, de cargo, de chefia, mesmo salário para a mesma função entre homens e mulheres, que é a bandeira da igualdade, de oportunidades que nós temos defendido ao longo do tempo.

Agora enquanto isso não existe na sociedade brasileira e nem a diferenciação das tarefas domésticas, das tarefas de casa, como se diz, nós não podemos admitir que homens e mulheres tenham as mesmas condições de tempo de aposentadoria. Então essas questões são todas questões que preocupam o conjunto da classe trabalhadora e a gente queria aqui aproveitar este momento mais uma vez para agradecer a oportunidade de receber a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, a Central Única dos Trabalhadores, os vários dirigentes de outras Confederações que estão aqui presentes, companheiros da CONTRAF – Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, companheiros da executiva nacional da CUT. Então nós estamos aqui nessa jornada e eu queria terminar dizendo que os incansáveis na luta por melhores condições de vida e de trabalho estão nas ruas novamente, os incansáveis estão aqui em Brasília

e nós vamos, diferentemente daqueles que já estão cansados de alguma coisa, nós não temos tempo para ficar cansados, então nós estamos aqui em lutada, com muita energia, muito força, para garantir melhoria nas condições de vida e de trabalho para conjunto da classe trabalhadora. Obrigado (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou tomar a liberdade só de dizer que como, não digo ex, mas como sempre sindicalista, eu sempre digo que eu tenho o maior orgulho de dizer que sou filho do movimento sindical, o Milton conhece a palavra, e eu assino embaixo de tudo que você falou aí, me dá essa liberdade de dizer isso, o meu ponto de vista exatamente na minha atitude que você expressou, e de imediato eu passo a palavra, então, para o Carlos Alberto Grana, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

SR. CARLOS ALBERTO GRANA: Bom, cumprimentar primeiro o meu Presidente da Federação do Rio Grande do Sul, dos Metalúrgicos, o companheiro Milton Viário, no qual eu quero cumprimentar a todos os metalúrgicos do Brasil que estão aqui presentes, de Norte a Sul, Manaus, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): — Só para lembrar que essa nossa audiência vai para todo o Brasil, em dois ou três horários.

SR. CARLOS ALBERTO GRANA: Perfeito. Então hoje a gente tem muito carinho, muito orgulho de estar aqui com todos os metalúrgicos, representado todos os metalúrgicos de norte a sul do país. Cumprimentar o meu Presidente Artur Henrique, da nossa Central Única dos Trabalhadores, do qual eu quero cumprimentar a todos os demais companheiros da nossa Central e das demais categorias, da Federação do Comércio, dos companheiros bancários, e, com muito orgulho, cumprimentar o nosso Senador, o Presidente da Comissão do qual temos muito orgulho e nos sentimos muito bem representados aqui no Senado pelas suas posições, pela sua coerência e pelo compromisso de quem tem uma história política que, junto com a Central Única dos Trabalhadores, foi também Secretário Geral da CUT, e, se me permita, Senador, a primeira vez que o vi pessoalmente, foi no Congresso de jovens em 1983, foi no TUCA, não é verdade? Então a primeira vez que nós nos conhecemos e nós ficamos muito felizes de estarmos muito bem representados aqui no Senado. Agradecer por ter dado essa oportunidade, esse espaço aqui no Senado, até porque a nossa agenda e o nosso objetivo, ele não se iniciou hoje, faz parte de uma trajetória que vem ao longo, desde a redemocratização do nosso país, mas em particular para a nossa Confederação dos Metalúrgicos da CUT, faz

parte de uma estratégia de a gente poder avançar em questões fundamentais para a nossa categoria representada, principalmente porque nós observamos que nos últimos quatro anos o emprego tem aumentado significativamente no setor metalúrgico.

Nós éramos, em dezembro de 2002, um milhão e quatrocentos mil metalúrgicos em todo o país. Hoje nós temos um milhão oitocentos e quarenta e seis mil, ou seja, um crescimento muito significativo, um crescimento muito significativo do emprego. Tivemos também nos últimos quatro anos, através dos nossos sindicatos filiados à Confederação em todo o país, uma recuperação nos acordos coletivos. Além da inflação aumento real, que está inclusive fora da pauta nos anos aí onde estava perpetuando uma política neoliberal no nosso país. Porém, é preciso registrar, e esse é um dos objetivos centrais, central da nossa mobilização, é que em que pese esses dois indicadores que são positivos, nós estamos com um problema muito grave que é justamente a rotatividade aplicada pelo setor privado. No ano passado, somente os indicadores do CAGED, foram contratados no país, em 2006, quinhentos e sessenta mil metalúrgicos, só que por um outro dia lado foram demitidos quatrocentos e noventa mil. Ah, tem um saldo de setenta mil metalúrgicos, porém esse mecanismo de rotatividade, como a empresa, com o poder de mando absoluto sobre o trabalhador, ela promove rotatividade justamente para retirar os nossos ganhos e os nossos avanços, além de ser um elemento impeditivo de organização, de mobilização, de luta, de avanço para os metalúrgicos. Esse é o nosso setor. Agora é claro que isso tem afetado o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Então eu quero evidenciar que, mais do que importante, é fundamental a retomada do debate no Executivo, no Legislativo, como estamos fazendo aqui no Senado, no Judiciário, a questão da ratificação da Convenção 158, quer dizer, ela está na Ordem do Dia, é fundamental, é uma das questões que evidentemente não é uma estabilidade no emprego, mas é um mecanismo que vai nos dar condições de fazer uma relação mais igual no que se refere à permanência no mercado de trabalho. A média, na maioria dos outros países da Europa, é de que um trabalhador metalúrgico ele permanece no seu emprego cerca de dez anos, em média. No Brasil é três anos e meio. Então prova mais do que suficiente a necessidade de criarmos este mecanismo, e todos nós sabemos que o Brasil chegou a ratificar a Convenção 158, em 1995, e foi depois renunciada, ou melhor, foi denunciada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Claro que nesse meio teve uma ADIN, impetrada pela CNT e pela CNI, e que evidentemente esse debate acabou com a retirada, ou

melhor, com a denúncia, pelo Governo Federal, esse assunto ficou parado no Supremo. Então essa é uma questão fundamental, eu acho que nós estamos conseguindo fazer esse debate, é um debate fundamental para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Nós não podemos mais permitir esse nível de abuso praticado pelas empresas, sem contar o próprio prejuízo ou digamos assim o que interfere também, Ministro, na própria política de seguro desemprego.

Além de ser Presidente da Confederação eu sou Conselheiro do FAT, representando a CUT, e nós aprovamos, no CODEFAT, um orçamento prevendo que, em 2008, já serão demitidos, ou melhor, já terão direito ao seguro desemprego mais de seis milhões de trabalhadores, que terão direito, não quer dizer que serão demitidos, porque o número de demitidos será muito superior, porque aqueles que não terão direito, porque foram demitidos, e que, portanto, não tem um inquérito com relação ao direito do seguro desemprego, ou seja, nós estamos pensando algo em torno de dez milhões de trabalhadores, há um custo, somente para o seguro desemprego, de treze bilhões de reais. Então isso é algo que interessa também ao Governo, ao Executivo, interessa muito ao Legislativo, porque é preciso resolver esta questão, porque em tese, como o Governo denunciou e a própria CNI, a CNT, desistiu do andamento do processo, em tese há uma resolução na OIT que é preciso a manifestação de dois Poderes, do Executivo, mas também do Legislativo, e o Legislativo não se posicionou até agora. Então esse debate é muito importante, eu tenho certeza que o Senador, como em outros momentos já tratou e já defende essa questão, pudesse colocá-lo na Ordem do Dia. Segundo, eu queria dar ênfase a um tema que se diz respeito à questão do interdito proibitório. Nós estamos sofrendo uma prática, além de todas as práticas anti-sindiais de demissões, de perseguições, em alguns casos de assassinato, nós estamos recebendo uma ofensiva, por parte das empresas, através do interdito proibitório, que proíbe o sindicato sequer de realizar uma assembleia e de diálogo para com os trabalhadores. Isto não está sendo apenas no setor bancário, que creio eu que começou um pouco no setor bancário, mas hoje já está afetando a todo o movimento sindical, no setor industrial, de metalúrgicos, e assim por diante.

Então vai virando um verdadeiro câncer nas relações de trabalho porque sequer o sindicato tem o direito a poder influenciar. Terceiro, Senador, nós gostaríamos também de fortalecer a idéia da contratação coletiva nacional. Nós acabamos de realizar uma pesquisa, foi feita em cinquenta e quatro municípios do país, pesquisamos mais de mil e quinhentos estabelecimentos comerciais, vinte e cinco mil produtos, em que havia

uma certa dúvida ou um argumento empresarial de que os salários no Brasil são diferentes porque o custo de vida no Brasil é diferente. Então o trabalhador, de uma determinada região, recebe menos porque o custo de vida daquela região era menor. Pois bem, Senador Paim. Nós acabamos de lançar esse estudo, é um trabalho muito bem feito pela equipe do DIEESE, da Confederação, em convênio com o DIEESE do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com o DIEESE da CUT Nacional, e que pegamos apenas três setores: automobilístico, siderúrgico e de autopeças. E nesses cinquenta e quatro municípios pesquisados, onde há indústria e há trabalhadores desses três setores, nós constatamos que o preço, a variação, é mínima, praticamente inexistente. Pode ter uma promoção aqui ou ali, mas o preço, ele é nacional, ele não tem diferença, é mínimo, algo de 3% a 4% de variação para mais ou para menos. Porém, os salários, quanto diferença! Os salários, são absurdos a diferença, e eu vou entregar para o Senador, para que pudesse inclusive no momento que queira, para a gente poder aprofundar, mas as diferenças salariais são brutais, são três, quatro vezes a diferença de um salário de uma região ou para outra, e trabalhadores de uma mesma empresa, e trabalhadores de uma mesma empresa. Se compararmos os salários dos trabalhadores da General Motors, que está aqui o meu companheiro Marcelo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, e comparar os salários praticados pela General Motors em Gravataí, e o preço em São Caetano e o preço do custo de vida em Gravataí, são, pela pesquisa, nessa cesta, se apresentam quase que se idênticos. Se nós vamos para a Fiat de Sete Lagoas e comparar com os salários das montadoras, é um absurdo. Então essa defesa que nós estamos realizando é uma jornada de luta para conquistarmos uma contratação coletiva nacional. Fizemos a entrega de pauta nos Sindicatos Patronais porque eles são organizados nacionalmente.

As montadoras têm a ANFAVEA, as empresas de autopeças tem o SINDPEÇAS, tem o SINDMAC. Os meios negociadores que estão muitas vezes na negociação no Rio Grande do Sul, são os mesmos que vão fazer a negociação salarial desses mesmos sindicatos em Manaus, no Espírito Santo, em São Paulo, em Minas Geras. Tentam fazer barganha, inclusive, e tentam passar essa idéia de que “não, aqui o custo é diferente”. Não é. Nós desafiamos qualquer Sindicato Patronal em estabelecer efetivamente qual é essas diferenças. Então, portanto, é muito importante, nos dá uma condição, e é claro que para responder a esse desafio é preciso construir, justamente, a negociação coletiva, não que substitua a convenção coletiva ou o acordo coletivo, mas que criamos, neste processo, pa-

râmetros mínimos de piso salarial, de jornada máxima de trabalho, de direitos sindicais, de organização dos trabalhadores no local de trabalho, de saúde e segurança, de proteção ao trabalhador, ou seja, questões mínimas para que todo metalúrgico – o Senhor, como um metalúrgico, sabe muito bem que nós precisamos ter, porque, afinal de contas, as relações de trabalho e as diferenças é um conflito permanente.

Então eu gostaria de concluir, dizer que nós vamos ainda hoje, a partir das dezessete horas, gostaríamos de convidar o Senador dentro da sua possibilidade, estamos aqui em Brasília com dois mil metalúrgicos, estamos aí inclusive alojados desde ontem e até por uma série de dificuldades hoje, durante o almoço, nós não pudemos, de estrutura na verdade, não é nenhum problema político, de poder se deslocar, porque pela manhã nós realizamos uma grande passeata da CNI até o Ministério do Trabalho, e tem, até este momento, esta jornada atingindo os seus objetivos, e estar aqui na Comissão presidida pelo Senador Paulo Paim para mim é um orgulho e eu acho que é orgulho de todos nós metalúrgicos do Brasil filiados à Central Única dos Trabalhadores. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento o Presidente Grana pelas suas palavras, dando um quadro para todo o Brasil, como eu dizia antes, já que essa Audiência Pública será transmitida em horário nobre, podem ter certeza, para todo o país, sobre a realidade da situação dos trabalhadores, nesse caso específico dos metalúrgicos, enfatizando inclusive a questão da alta rotatividade, o que reduz a massa salarial da classe trabalhadora, e aí destacando outros pontos. Quero também dizer, a exemplo do que falei antes, Grana, que eu concordo integralmente e estou aqui à disposição para poder encaminhar projetos de debate sobre esse tema que interessa a todos nós. De imediato eu passo a palavra ao Milton Viário, Presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT – FMN-CUT-RS, e dizer, Milton, que eu tive alegria lá no Estado, eu acho que um evento com cerca de quinhentas lideranças de todo o Estado participaram, e convidei os outros dois Senadores, um pelo menos pode estar presente, e nós participamos do primeiro debate sobre essa grande proposta de caráter nacional, agenda dos trabalhadores pelo desenvolvimento. Você sabe do nosso compromisso com essa pauta e já naquela oportunidade eu dizia que na Comissão Mista que fez o debate aqui sobre salário mínimo e previdência, que eu fui relator, eu já praticamente aprovei, na Comissão Mista, propostas muito semelhantes a essas, o que é muito bom, só que só a proposta não adianta, não é? Vocês trazem

a proposta, mas querem vê-las aprovadas no Plenário da Câmara e do Senado, senão ficamos somente na fala. O bom mesmo é que os Senadores e Deputados aprovem tudo aquilo que vocês estão trazendo aqui. Então com muita alegria, Milton, nós que temos uma história de vida na região do Vale dos Sinos durante décadas eu diria, vou ficar em décadas, mas não vou dizer quantas décadas, senão vão dizer que eu estou com a idade muito avançada. Com a palavra, Milton.

SR. MILTON VIÁRIO: Obrigado, Paim. Boa tarde companheiros e companheiras, todos trabalhadores e trabalhadoras, a nossa saudação também aqui à mesa, vou começar pelo nosso companheiro Senador gaúcho Paulo Paim, o Presidente da nossa Central Sindical, o companheiro Artur, e o nosso Presidente da Confederação. Então nos cabe aqui, pelo Presidente da CNM aqui, o companheiro Carlos Grana, de nós falarmos um pouco sobre a redução da jornada de trabalho e, num segundo momento então, nós falarmos um pouco desse último enfoque que o Senador Paim deu a respeito da agenda que nós tivemos no Rio Grande do Sul com os Senadores, e existe aí já então de iniciativa do Senador Paim a frente parlamentar pela valorização do trabalho, fruto dessa audiência que já tem os três Senadores do Rio Grande, que assinam, mas têm cerca de sessenta parlamentares que já assinaram e a idéia é trazer para dentro da estrutura, não é, da instituição Congresso Nacional, uma frente, e a frente parlamentar aí de valorização do trabalho, ela ser bem mais ampla do que propriamente os trabalhadores, mas uma... uma... uma forma de nós enfrentarmos o modelo econômico, o neoliberalismo, essa forma de supervalorização da exploração do sistema financeiro é nós retomarmos de novo a valorização do trabalho, da produção, da produção da riqueza, porque é a partir da produção da riqueza que tu pode ter, inclusive, a própria riqueza para ser distribuída.

Bem, então já falando um pouco sobre isso, mas sobre a redução da jornada de trabalho, alguns minutos da atenção de todos, primeiramente o que estamos defendendo então é a necessidade, nós temos hoje não apenas uma reivindicação da classe trabalhadora, a redução da jornada de trabalho, mas ela é uma necessidade e nós vamos procurar explicar um pouco o porquê dessa necessidade, primeiramente dizendo então que a última... o Brasil praticamente viveu dois momentos em termos de definição de jornada de trabalho. Nós passamos praticamente quatrocentos anos de trabalho escravo, em que não havia uma jornada definida ou a jornada que havia era tempo integral, não é, os trabalhadores escravos que prestavam serviço integral. Nós tivemos aí no final do Século XIX para o Século XX uma luta intensa para poder regulamentar a

jornada numa jornada diária de oito horas, não é, oito horas diárias que nós conquistamos lá pelos anos 40, com as quarenta e oito horas semanais, que veio para a Constituição, para a lei, então aí a primeira regra que nós tivemos, vamos dizer assim, que reduziu jornada e fez uma adequação, e o próprio princípio, quando se estabeleceu a jornada de oito horas diárias, ela era no princípio de oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de repouso, sono, para dormir.

Era um pouco, inclusive, a forma de se pensar como o ser humano, como que o corpo humano consegue sobreviver, suportar, não é, uma atividade produtiva, então já incorporando um pouco nesse período, já um pouco, vamos dizer assim, da distribuição da riqueza produzida, mas incorporando um pouco já do espírito da cidadania, digamos nos afastando bastante do trabalho escravo, daquele trabalho sem remuneração, aquele trabalho sem contrapartida, sem regras, sem jornada, então já estabelecendo, estabelecendo com esse princípio de oito, oito e oito horas. E depois nós tivemos então, na Constituição de 1988, o segundo momento na história do nosso país, em que aconteceu a redução da jornada de trabalho de quatro horas, reduzimos das quarenta e oito para as quarenta e quatro horas semanais. Bom, o pleito, o que nós estamos querendo? Nós estamos querendo um Projeto de Lei, que era do Deputado Paim, hoje Senador Paim, e era também, em co-autoria com o Deputado Inácio Arruda, que hoje também é Senador, também Senador – vocês estão vendo que Deputado que propõe reduzir jornada está se dando bem, está se elegendo Senador aí com certa facilidade nos Estados. Muito bem. Esperamos mais Senadores, mais Deputados na lista aí. Então aquela proposta que previa uma redução de 10% na jornada, passava de quarenta e quatro para quarenta horas no primeiro ano, e depois progressivamente iria reduzir até as trinta e seis horas semanais, então faria um processo, senão estou enganado, de dois anos adiante --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: -- Uma hora por ano.

SR. MILTON VIÁRIO: -- Uma hora por ano, uma hora por ano, faria então para chegar das quarenta às trinta e seis. Então o que nós estamos, nessa jornada nacional da CUT, que é a jornada pelo desenvolvimento com valorização do trabalho, nós metalúrgicos pegamos essa jornada e estamos implementando, como o Presidente Grana falou alguns pontos, alguns eixos dessa grande jornada, nós estamos evocando então a redução da jornada como um ponto e o que queremos é fazer esse processo de aceleração. Esse Projeto de Lei então do Senador Paim e Senador Inácio Arruda, é um projeto que ele foi aprovado na época na Câmara,

ele foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado por unanimidade, e ele espera uma tramitação na Câmara para que se constitua uma Comissão Especial que tem que analisar especificamente esse projeto, depois de analisado especificamente esse projeto ele vai para o trâmite do Plenário para a votação. Então o que –

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): — Falou mal do Inácio, o Inácio chegou.

SR. MILTON VIÁRIO: — O Inácio Arruda chegou, veio para assinar. Está aí o Senador Inácio Arruda, é um prazer ter o Senador aqui com nós. Então é da tramitação, e isso que o Senador Paim falou, ou seja, não basta ter o Projeto de Lei, porque essa Casa, como o Congresso, a Câmara e o Senado, ele se movimenta com a pressão popular, quer dizer, a Constituição de 1988 foi fruto de um longo processo de luta que nós tivemos no Brasil desde o final dos anos 1977, 1978, então são quase dez anos de luta que consolidou um conjunto de leis e reivindicações, e não será diferente. A estratégia da CNM, dos metalúrgicos, é levar para as ruas, levar para as fábricas o conflito e a necessidade, a reivindicação da jornada, porque quem tem que pagar essa conta são os empresários e a gente vai mostrar do porque que os empresários têm condições de pagar esse pequeno custo que vai representar uma redução da jornada. Então o nosso interesse, o nosso propósito nessa jornada que estamos em Brasília é impulsionar esse processo e desencadear, a partir daí, um jogo combinado, por isso a frente parlamentar de valorização do trabalho vai ser estratégica, e a gente pretende acompanhar, não é Grana, com o Presidente Artur também, acompanhar de forma permanente com os dirigentes que nós temos aqui em Brasília, acompanhar permanente e com o processo de mobilização lá embaixo. Bom, a segunda, reduzir num primeiro momento quatro horas de trabalho, segundo o DIEESE, nós poderíamos gerar, automaticamente, um milhão oitocentos e dezessete mil novos postos de trabalho, isso reduzindo então quatro horas, significando 10% do tempo de trabalho, isso dá em torno de quase quatro horas de cada trabalhador, sendo reduzido, colocaria de forma direta, de forma no mercado formal, com carteira assinada, cerca de dois milhões de trabalhadores.

O custo, o custo que levantamos, isso na indústria, falando um pouco da indústria no nosso caso, indústria de transformação, aonde o salário, ele varia, a folha de pagamento varia de 18% a 20%, 22% do custo, portanto, nós estamos falando que reduzir quatro horas de trabalho aumentaria o custo da folha de pagamento em cerca de 1,99%, e se nós formos ver os dez últimos anos, pelo menos contando do ano de 2005

a 1996, se nós contarmos a produtividade, os dados do DIEESE, levantados do IBGE, diz que o índice de produtividade da economia brasileira, principalmente do setor industrial, está na ordem de 4,84% ao ano. Crescimento de produtividade vocês sabem o que significa. Produtividade significa que com as mesmas máquinas, com os mesmos trabalhadores tu produz 4,84% a mais em cada ano. Isso é o rendimento que cada trabalhador dá em termos de produtividade, e o último dado é de que ... é ... a necessidade... então isso é só um quadro comparativo em termos do que gera de postos de trabalho, o custo que isso daria na folha de pagamento, mais o quanto os empresários já se beneficiaram em termos de produtividade, nós queríamos falar da última questão que é o problema das doenças ocupacionais. Então nós estamos com uma epidemia muito grande, nós, em termos do número de trabalhadores que são afastados para tratamento, não apenas os considerados acidentes do trabalho, aqueles com fratura exposta, mas aqueles que lutam para serem reconhecidos como acidente do trabalho, que são todos afastamentos para tratamento de saúde, as doenças como LER/DORT e tantas outras já conhecidas e muitas ainda não reconhecidas, nós temos uma população que varia de 5% até 10%, dependendo das indústrias, das empresas. Em Canoas, Paim, que é o teu território, nós levantamos lá em vinte e três empresas metalúrgicas de Canoas, numa população de quase sete mil trabalhadores, em torno de trezentos e vinte, trezentos e trinta trabalhadores se encontravam afastados, isso nós levantamos dois anos atrás, isso dá uma população de 5%, e isso já se pode considerar uma epidemia, 5% de uma população contaminada ou afetada por uma mesma causa, não é, isto poderia pegar sarampo, rubéola, caxumba, qualquer doença, a doença ocupacional ela dá para dizer que ela é quase uma epidemia, fruto do ritmo do trabalho, extremamente acelerado, um ritmo... essa produtividade de 4,84% ao ano não são robôs que estão em larga escala no processo de produção, na indústria, isso aí é ritmo de trabalho, isto aí é a esteira com ritmo maior, é processo de produção acelerado e o trabalhador que está indo atrás, portanto, uma condição de saúde que a única forma dela ser amenizada é com a redução da jornada de trabalho.

Então terminamos por aí, colocando muito claramente o impacto que daria uma redução imediata de quatro horas em benefício de postos de trabalho, o custo insignificante para quem está ganhando quase 5% de produtividade [ininteligível]. Então era isso, e o processo então que pensamos, não é, os companheiros já colocaram antes, desencadearam a nossa vinda a Brasília nesse dia 14, dia 15, amanhã, com a

atividade da CUT, que nós fecharemos aqui a nossa mobilização, ela é uma seqüência, mas um ponto de partida muito forte para o que nós queremos instruir, um novo momento, um novo cenário de mobilização e de luta nesse país em torno das nossas bandeiras. Obrigado. (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns ao companheiro Milton Viário, Presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos lá do Rio Grande, e dizer, Milton, que sempre é uma satisfação ver você falar. Eu tenho acompanhado o teu trabalho no Estado e, sem sombra de dúvidas, é um orgulho muito grande para todos nós, inclusive a mobilização permanente, nós termos como esse que você expôs aí, que é a redução de jornada, e em matéria de redução de jornada, nada melhor do que o parceiro, digamos, nós somos co-autores de uma PEC que trata desse tema. Depois de uma brilhante exposição do Milton, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De forma breve, Senador Paim, aos nossos convidados todos eu quero registrar o apressso nosso à mobilização. Se nós não tivermos uma forte mobilização, particularmente em relação a essa matéria, porque essa matéria toca ... é uma espécie de calcanhar de Aquiles. Então não é uma matéria fácil às vezes de mobilizar, mas quando mobiliza, ela toca no calcanhar de Aquiles desse modelo que nós vivemos no Brasil, desse modelo de produção brasileira, aonde a produtividade tem se alargado, e a jornada de trabalho também, quer dizer, apesar de você ter uma jornada máxima de trabalho, os mecanismos múltiplos que eles têm encontrado aumentaram substancialmente a jornada de trabalho. Se você pegar o comércio, mesmo os setores industriais no Brasil, sem falar no campo brasileiro, quer dizer, a jornada dos brasileiros é uma jornada extenuante, e o facilitador do outro lado, quer dizer, nós não vamos convencer o nosso amigo José Pastore a fazer uma defesa na nossa mesa, acalorada, de que a redução vai gerar bem-estar, abre novos negócios, o turismo vai ganhar, a cultura vai ganhar, a qualidade de vida vai ganhar, o stress diminui, menos hospital, menos profissionais da saúde voltados para atender as doenças do trabalho, quer dizer, isso nós não vamos conseguir. Para a gente compreender a batalha, essas grandes instituições corporativas dos empregadores do Brasil, eles vão manter uma posição firme deles, radicalizada, contrária, com mil argumentos.

Eu vi um argumento assim, o cara disse o seguinte – isso era com relação ao comércio de domingo: “você imagine, eu estou aqui no prédio, no 48º andar, aqui nos Jardins, e o comércio fechado no dia de domingo? Como que eu vou conseguir uma bucha

para pendurar o meu quadro na parede?” Pôxa, vai no bairro da periferia que você tem bucha a vontade, em qualquer dia, em qualquer hora. Mas no 48º andar dos Jardins ele fica mais difícil ele achar essa bucha no dia de domingo. Ele tem que esperar a segunda-feira de manhã, conseguir uma buchazinha e colocar lá o quadro dele. Quer dizer, você vai encontrando argumento de todo tipo para querer dificultar a redução da jornada de trabalho no Brasil. Têm muitos exemplos da Europa, mesmo da Ásia, essa Ásia acelerada, tigres, dragões e etc, eles têm reduzido a jornada de trabalho, mas reduzido na compreensão de que precisa reduzir para ampliar a margem dos empregados, para empregar mais gente e para reforçar novos negócios, mesmo no mundo capitalista. É no mundo capitalista que estão fazendo isso. Então eu acho que nós teríamos que trabalhar ainda arduamente aqui no nosso país, com jornadas como essa, reforçar essas jornadas dos trabalhadores, realizando atividades em Brasília e também atividades cominadas nos Estados. As maiores mobilizações nossas foram aquelas que conseguiram cominar a vinda a Brasília com ações nos Estados, que tem ganho repercussão.

Às vezes no que a mídia nacional não abre espaço, a mídia local abre o espaço, ela dá uma primeira página na mídia local, que dificilmente vai dar na mídia nacional, que é muito conservadora, é uma mídia muito majoritariamente de direita no Brasil, de um conservadorismo atroz, e se a gente ficar só na expectativa dessa mídia a gente vai ter muita dificuldade de ganhar posições nesse terreno. Eu acho que tem espaço sim para nós, a Comissão pode entrar em ação imediatamente na Câmara, a matéria nossa está na Câmara já discutida, já trabalhada, é você fazer um parecer e oferecer ao plenário da Câmara dos Deputados para a matéria vir ao Senado, tem que buscar um acordo no Senado, agora tudo isso tem que ser com muita pressão, muita mobilização popular. Digamos assim que os trabalhadores, porque nós vamos atingir principalmente o trabalhador urbano, os trabalhadores urbanos têm que fazer marchas como os sem-terras em determinadas grandes bandeiras, porque têm as nossas bandeiras do dia-a-dia, é a reposição de salário, às vezes um tipo de equipamento que a gente quer alterar para melhorar as condições de trabalho, é o refeitório, são os sanatórios, quer dizer, as reivindicações locais, agora você pode pegar uma grande bandeira e em torno de uma grande bandeira nós podemos fazer uma manifestação popular muito forte para que a gente possa fazer essa conquista, e colocar isso como uma causa dos trabalhadores. Nós aqui estamos nesse sentido. O Paim é um trabalhador. Eu também sou um trabalhador, lá da ponta. Então queremos que

essa causa saia vitoriosa, precisa desse empuxo. Se não tiver esse empuxo nosso de mobilização social e de agregar outros setores, principalmente urbanos, que serão beneficiados diretos da redução da jornada de trabalho, se a gente conseguir isso, se a gente fizer essa mobilização, fazer entender.

O movimento comunitário, por exemplo, pode compreender isso e pode agir junto com o movimento sindical, e a gente ganhar também setores na academia, porque tem muitos números. Então o DIEESE levanta um número, mas daqui a pouco um economista de um curso de USP ou de Campinas levanta um questionamento sobre o número, aí já cria uma polêmica contra você, e nós precisamos ganhar esses setores dentro da academia brasileira porque eles são importantes na batalha que nós travamos nesse instante no plano do Congresso Nacional, mas que é uma batalha popular. Isso na verdade é uma grande batalha de rua que vai se materializar depois com a votação no Congresso Nacional, mas essa batalha é uma batalha de campo, ela é de rua, eu acho que é assim que nós temos que entendê-la, porque senão ela nunca terá êxito se depender apenas dessa correlação de forças que nós temos no Congresso Nacional. Só altera essa correlação de forças se ela for vista com gente na rua. Se tiver gente na rua começa a olhar. "Pôxa vida, tem uma movimentação, tem um povo aí que está querendo isso mesmo".

Então aqui começa a se compreender também qual é o significado dessa proposta. Então eu queria agradecer, Senador Paim, nós temos agido em conjunto nessa matéria há um bom tempo e vamos trabalhar muito ainda aqui no Senado e na Câmara Federal, articulando com o Presidente da Câmara Federal e da Comissão Especial para que a gente possa ter êxito nesta discussão. Eu vou pedir licença ao nosso Presidente e aos Senhores da mesa porque aqui nós estamos nessa correria, desde manhã que estamos em reunião permanente, em Comissões diferentes, já percorremos cinco Comissões, e agora temos ainda aqui a Comissão do Mercosul, que eu saí de lá e tenho que voltar, porque uma das matérias que está sendo discutida é uma das matérias que eu fiz de integração energética para o Mercosul, que está na nossa responsabilidade. Então se eu não volto lá eu já fico como irresponsável na Comissão do Mercosul e eu não posso cometer esse erro. Então eu agradeço, Paim, obrigado pela atenção de todos (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Grande Inácio. O Inácio é parceiro de todas as horas, pessoal, muito bom que ele chegou aqui no Senado. Pessoal, nesse momento eu vou fazer o seguinte. Nós vamos abrir ao Plenário, cinco minutos

para cada um, é claro que a mesa será tolerante. Eu estou aqui me orientando pela agenda de vocês, por mim não há problema nenhum, se precisar ficar aqui até às dez, eu fico, viu, agora são dez inscritos, cinco minutos para cada um com a tolerância de mais dois, se for necessário. Qual é o tema? O tema é esse: direitos dos trabalhadores, Direitos Humanos, com o eixo na pauta que os expositores aqui fizeram. Vocês podem fazer, expor o seu ponto de vista sobre o tema ou podem caminhar alguma pergunta à mesa, tanto aos três e, dentro do limite, para esse Senador também, mas de preferência para os painelistas. Então a primeira pessoa inscrita é Eremi Mello, CNM, em seguida é o Alcindo, Sindicato de Horizontina.

Esse relatório que vocês receberam é uma publicação oficial do Senado, é o relatório final da Comissão Mista do Salário Mínimo, a CUT esteve aqui fazendo depoimento sobre esse tema, eu acho que a maioria das Centrais estiveram, e aí nós aprovamos eu acho que cinco questões básicas: o aumento real do salário mínimo, que está na pauta de vocês, a questão dos benefícios dos aposentados e pensionistas, o fim do fator previdenciário, a transferência da contribuição do empregador de forma equilibrada, como o Artur colocou, aos poucos, da folha para o faturamento, e, ainda, nós insistimos um pouco com a questão da participação dos trabalhadores no lucro das empresas, mas é um outro tema que a gente profunda num outro dia. Eremi, com a palavra.

SRA. EREMI MELLO: Boa tarde ao Senador, boa tarde aqui ao Presidente da Central Única dos Trabalhadores, ao Presidente do CNM e também da Federação lá do meu Estado. Deputado, eu sou, além de ser Secretária da CNM, também venho da direção de um dos sindicatos maiores lá do Estado, o Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, e assim, eu acho que o que traz nós aqui, além de toda a pauta que já foi apresentada, mas tem duas coisas que vem incomodando muito a gente lá. Uma das questões é que a gente teve, agora nos últimos dias, eu acho que um dos maiores índices em termos de interditos proibitórios promovidos lá pela Patronal e também pela Justiça do Trabalho. Além de nós estarmos proibidos a chegar às portas de fábrica, a gente tem uma multa no caso se a gente cometer o tal ato de chegar próximo às portas de fábrica, ainda a entidade tem que pagar uma multa, coisa e tal. Então eu acho que isso é uma prática que vem acontecendo lá e a gente gostaria, aqui por parte da sua pessoa, que fosse de fato então tentado de alguma forma de que a gente de fato possa exercer a nossa democracia, que é a luta para com os trabalhadores de conversar, enfim, de fazer o nosso trabalho.

Uma outra questão é a questão da previdência, que isso também para nós tem incomodado muito, que é aonde que os nossos trabalhadores chegam até a previdência, depois são descartados da previdência, são descartados da empresa, enfim, ficam naquele processo, e o sindicato hoje se torna um local aonde o trabalhador vai, mas também nós estamos na verdade não conseguindo dar resposta para esses trabalhadores. Então eu acho que acabar com o tal de fator previdenciário, eu acho que para a classe trabalhadora e principalmente para nós, metalúrgicos, eu acho que seria uma coisa muito boa nesse momento. Sabendo também que eu acho que nós vivemos um bom momento no país. Eu acho que o PAC é um bom momento, mas ele precisa vir com essa valorização do trabalho e, para nós, nós entendemos valorização do trabalho é a redução da jornada de trabalho, é um bom salário para os trabalhadores e eu acho que a questão da saúde, porque quando reduz jornadas, eu acho que tu contribuiu na questão da saúde dos trabalhadores e com certeza das trabalhadoras, porque hoje não é só as doenças físicas, mas também as psíquicas que levam cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras a ter esse nível de doença.

Enfim, eu acho que o que nós traz aqui nesse momento, eu acho que isso é um apelo já do nosso Presidente de que a gente precisa colocar os trabalhadores na rua, eu acho que sem os trabalhadores na rua eu acho que não avança mesmo, então eu acho que esse é o nosso papel, trazer aqui as nossas reivindicações eu acho que é o papel nosso, eu acho que o dever aqui dos Senadores que foram eleitos, então, lá no meu Estado, com certeza eu votei no Senhor, então eu acho que a gente precisa aqui cobrar, mas também contribuir. Então é isso, obrigado (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois é, Eremi, eu tinha acompanhado a mobilização dos metalúrgicos de Caxias, inclusive falei com a Siza(F) agora no último movimento e entendo que essa mobilização é fundamental, somente a partir daí que efetivamente se senta para negociar. Eu passo a palavra ao Alcindo, Sindicato de Horizontina, também lá do Rio Grande do Sul.

SR. ALCINDO KEMPFER: Em primeiro lugar eu queria cumprimentar a todos os companheiros e as companheiras que têm nos acompanhado nessa jornada, não é, e dizer que para mim, com a experiência do movimento sindical que eu tenho há mais de vinte anos, de experiência no movimento sindical, para nós essa mobilização, essa atividade, a exemplo daquela mobilização que nós fizemos no mês de junho em São Paulo, está sendo um marco histórico para nós, um marco histórico não só pelo volume de trabalhadores,

mas pela agenda que nós estamos construindo, pela pauta que nós estamos construindo e pela capacidade de unificação da nossa luta que nós estamos construindo. Então isso, para nós, é muito gratificante. Segundo, eu queria cumprimentar então o nosso Presidente da Central Única, o Sr. Artur Henrique, cumprimentar o nosso Senador do Rio Grande do Sul, no qual eu me orgulho de ter participado desde a primeira eleição dele como Deputado e candidato a Deputado Federal em 1986, cumprimentar o nosso Presidente da CNM, o companheiro Grana, e o nosso companheiro guru, a nossa chefia lá do Rio Grande do Sul, que o Paim brincou com ele que décadas e décadas de luta, mas eu acho que então ele estava nas fraudas, porque um cara jovem desse daí (*risos*).

Então eu acho que ele começou no berçário, na creche, mas isso é bom, isso é bom. Eu quero tratar hoje aqui, quero reforçar dois temas aqui, não é, e que sei que o Senador Paim tem tratado desses dois temas de forma muito eficiente e de forma muito competente e tem se dedicado a esses dois temas, e que eu não sei por que cargas d'água, se o Congresso, enfim, é tão fisiológico e etc, que não tem feito modificações que venham, essas modificações que a gente tem proposto e o próprio Senador Paim tem proposto, tem sido aprovado, que trata da questão que está diretamente relacionada ao local de trabalho, à nossa atividade profissional, principalmente na nossa atividade profissional metalúrgica, não é, que trata da questão dos adicionais de insalubridade, dos adicionais de periculosidade para quem trabalha em ambiente insalubre, perigoso, e que trabalha também em funções e ambientes penosos, não é, que infelizmente na Emenda Constitucional que foi feita da reforma da previdência, a Emenda Constitucional nº 19, a Emenda Constitucional nº 20, que tratou desse tema, nos garfearam isso, nos garfearam isso, entende? Saiu da esfera da Constituição o trabalho penoso como um direito de receber um adicional de insalubridade e com o direito de receber, de ter o direito à aposentadoria especial, não é?

Também está muito relacionada a questão das doenças profissionais, das doenças ocupacionais esse tema. Logo após vem o decreto 3.048 que estabelece uma nova regra para a questão das aposentadorias especiais, não é, e que está dificultando cada vez mais, mesmo você tendo condições de comprovar tecnicamente e juridicamente que você trabalhou vinte e cinco anos em atividades insalubres, em atividades perigosas, mesmo tendo preenchido o PPP, que é o Perfil Profissiográfico Previdenciário, o INSS tem negado, o INSS tem negado e resta, para nós, recorrer para a justiça. E a gente tem uma pesquisa lá e a gente consegue comprovar isto, não é, que para sair esse resultado da

justiça lá vai sete anos e meio, oito anos, nove anos, dez anos, e tem gente que acaba recebendo a sua aposentadoria viúva – e a gente não tem nada contra deixar dinheiro para a viúva, mas acontece que isso não é justo. Então isso tem ocorrido para nós. Na mesma lógica tem a questão da questão dos acidentes de trabalho relacionados principalmente nas doenças profissionais e nas doenças ocupacionais, como é a questão da LER/DORT, que é questão, o problema do stress, da depressão, é comum na nossa região, principalmente, o INSS não aceitar nem a CAT fornecida e articulada pelo sindicato. Não é nem as empresas que não estão aceitando, é o próprio INSS que manda devolver para nós dizendo que não aceita porque foi feita uma perícia médica, não é, e o perito médico da previdência constatou que aquela doença não está relacionada ao trabalho, sem no mínimo ir verificar no local de trabalho se não está diretamente vinculada à questão do trabalho. Então esse para nós é um tema extremamente importante.

E a questão também que está relacionada, não é Paim, à questão do fator previdenciário, que eu sei que há algum tempo você está trabalhando fortemente sobre isso, mas quando se trata da questão nossa, e pego a questão do fator previdenciário, na nossa avaliação o fato de eu não ter o direito à aposentadoria especial e ainda entrar no fator previdenciário, eu estou sendo duplamente penalizado, duplamente penalizado porque eu só consigo ter o direito à aposentadoria especial até dezembro de 1998, tem que ser feita a conservação para a aposentadoria comum, tempo comum aos trinta e cinco, e entro no fator previdenciário. Ora, gente, quer dizer, nós estamos com uma lei que está tratando de forma igual os desiguais e isso não é possível. O segundo tema que eu queria colocar aqui, eu não sei se eu tenho tempo, está relacionado à questão dos benefícios da previdência, em especial a questão dos benefícios do aposentado, do pensionista, da pensionista, e está relacionado aos demais benefícios da previdência. Com esta regra que foi estabelecida a partir de 1995, também com uma garfeada do Governo Fernando Henrique Cardoso, desvinculando, não é, o custeio e os benefícios do salário mínimo todos os benefícios da previdência, com a regra apenas do reajuste uma vez por ano pelo índice do INPC e IBGE, tem trazido prejuízo para todos os trabalhadores e trabalhadoras, inclusive para aqueles que não estão aposentado hoje. E a gente tem como comprovar isso. Só no setor metalúrgico nós temos como comprovar de trabalhador que se aposentou e trabalhadora com seis anos, oito anos de aposentadoria, que se aposentou com seis salários mínimos, com sete salários mínimos ou oito salários mínimos e

recebe 50% só, não é? Está recebendo aí três salários mínimos, quatro salários mínimos no máximo. Então eu acho que essa regra tem que começar a mudar, e evidentemente que o Senhor também tem um projeto dessa natureza e nós estamos reforçando essa idéia, não é, desse projeto. De mais, eu acho que o meu tempo já está esgotado, mas comungo com a idéia de que só é possível isso com mobilização de massa. Sem mobilização de massa, sem povo na rua, sem nós de fato incorporarmos a idéia de que nós temos todas as condições de construir um país mais socialmente justo com inclusão social e com distribuição de renda é que nós vamos ter de fato um Brasil democrático. Obrigado

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem. Eu quero só justificar que o companheiro Vicentinho estaria conosco, ele só não está porque está numa missão em nome da Câmara dos Deputados em Rio Grande do Norte, lá num evento no Rio Grande do Norte. Eu passo a palavra ao José Eustáquio Barão, BH – Contagem, e em seguida ao Spis, Antônio Carlos Spis. Primeiro o José Eustáquio.

SR. JOSÉ EUSTÁQUIO BARÃO: Eu gostaria de cumprimentar aos companheiros Milton, grande amigo de vários anos de luta, companheiro Grana que se ausentou no momento, o Artur e, Senador, apesar de não ser gaúcho, de ser mineiro, mas nós, os mineiros, também confiamos muito no Senhor. O Senhor pode estar certo que o Senhor é um dos nomes mais falados lá em Minas Gerais, o qual a gente confia, dentre poucos que a gente pode confiar aqui, infelizmente, é o que a gente tem a dizer, que é poucos nomes que a gente pode confiar, daquelas pessoas que a gente elegeu e a gente pode confiar em poucos. O Senhor é um dos poucos que nós confiamos muito. Apesar de não ser gaúcho, como todo mundo aqui, só gaúcho fala, não é Milton? Mas o Senador que saiu, que se ausentou, foi muito claro, como no nosso Congresso da CNM o Presidente foi lá e nos disse que só vamos conseguir as coisas com a movimentação, ou seja, com a mobilização. Isso nós sabemos fazer muito bem e a prova está aqui em Brasília, não é, que nós sabemos fazer, como fizemos em São Paulo na entrega da pauta, como fizemos no dia 25 lá em Belo Horizonte quando entregamos a pauta, não é Milton, lá nós fizemos uma grande movimentação e mobilizamos parte da capital, paramos parte da capital.

Agora o que nós precisamos não é só a nossa movimentação, porque nós movimentarmos, nós corremos, nós nos mobilizarmos, nós fazemos, mas se não tivermos o apoio do Senado e da Câmara nós não vamos conseguir nada nunca para que possamos levar

uma lei, botar na Ordem do Dia, tudo isso que foi dito. Eu acho que eu não vou, eu não preciso repetir aqui, que os companheiros que me antecederam disseram tudo. O que eu peço ao Senhor é que bote na Ordem do Dia e que leve isso à frente e conte conosco. Toda hora que precisar de uma movimentação, nos anuncie que nós vamos estar presentes. É só isso que nós precisamos. Eu acho que, repetir tudo que os companheiros disseram, eu acho que é besteira, e ficar batendo água mole em pedra dura. Muito obrigado (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passo a palavra então ao Antônio Carlos Spis, da CUT Nacional, que também é décadas de décadas, viu (*risos*).

SR. ANTÔNIO CARLOS SPIS: Não fala quanto.

Eu queria saldar primeiro a categoria metalúrgica pela excelente mobilização, com certeza é um referencial dentro do Dia Nacional de Luta da CUT, com o acampamento, e essa pauta muito oportuna da Convenção 158 do interdito proibitório. Eu estou me inscrevendo, Paim, para fazer um registro que é sobre a Convenção 158. Nós temos um acordo coletivo petroleiro, não é, que o Fernando Henrique denunciou em 1995, nós incorporamos em 1996, no Governo Fernando Henrique, talvez até com receio de uma outra greve, logo um ano depois da greve a gente incorporou. Na categoria petroleira a gente tinha uma cláusula de garantia no emprego, que a chefia tinha como um ponto de honra a derrotá-la, porque achava, era uma cláusula de compromisso, mas que enraizou na categoria e na gerência de que não poderia haver demissão. Então eles aceitaram a incorporação da 158 no acordo petroleiro. Eu trouxe uma cópia, amanhã eu vou entregar para o Grana e para o Milton para eles socializar com os parlamentares e com os outros autores para ajudar nessa reconquista da ratificação da 158, digamos assim. Mas é uma coisa muito... muito forte que o Governo, seguramente, tem, e teria muita dificuldade para recuar. Se você tem, na maior empresa brasileira, onde o Governo tem o poder acionário, como não ratificar?

Como ele pratica na maior empresa brasileira, desde 1996, não é de ontem, e nós fizemos uma adaptação que é o seguinte: nenhuma gerência da PETROBRAS, e está aqui o Hélio, nosso coordenador nacional, o Dario é gaúcho, da REFAP aqui de Canoas, da sua base, nenhuma chefia petroleira está demitindo ninguém, nós temos a tranquilidade aqui, porque ele tem que demandar a intenção de demitir, abre quarenta e oito horas de prazo, e aí é claro que o trabalhador corre no sindicato. Se ele for com um militante, um combativo, nós mobilizamos, nós vamos em cima, há o direito ao contraditório, abre um deba-

te na empresa sobre a possível demissão. Demissão não pode. É claro que muitas vezes o companheiro é demitido, a companheira é demitida, a gente não consegue segurar, mas às vezes segura e às vezes transfere para outra base por incompatibilidade talvez de convivência ali naquela unidade operacional. O Hélio está me dizendo aqui que a Comissão, monta-se uma Comissão de três pessoas lá na região para fazer esse debate. Então há esse precedente, eu acho que é um precedente importante, não é, onde o Governo tem um papel fundamental e ele pratica isso na empresa, então eu acho que fortalece muito nessa busca dos companheiros metalúrgicos, de outras categorias, para tentar garantir realmente para o conjunto da classe trabalhadora essa reivindicação tão importante. Muito obrigado (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passo a palavra de imediato, para ganhar tempo aqui, ao nosso, eu não vou dizer centenário, mas também de longa jornada, Jacy Afonso de Melo, do Sindicato dos Bancários, longos tempos na direção nacional.

SR. JACY AFONSO DE MELO: Paim, Senador, eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim, a CUT e especialmente os companheiros metalúrgicos que no seu Congresso tirou essa jornada, eu acho que é uma jornada importante do ponto de vista de não se resumir apenas a um ato público, mas procurar aqui várias atividades durante esses três dias. Eu também estava ali na mesa, eu que sou memorialista, o companheiro Luizinho Azevedo, que foi o nosso primeiro Presidente da CUT Regional Grande São Paulo, da capital lá, da época do MONSP(F), na capital de São Paulo. Mas, Senador, eu tive o prazer de compartilhar um ano aqui, quando assessorava o Deputado Luiz Gushiken e o Zé Pinto assessorava V. Ex^a, de um trabalho que o Senhor liderou aqui do ponto de vista principalmente na questão do salário mínimo.

E, também lembrando, eu acho que vivendo um momento histórico, vivenciando julho de 1993, quando o Congresso aprovou um Projeto de Lei do Deputado do PT do Maranhão e que o Senhor, junto com ele, eu esqueci o nome dele agora, o companheiro lá do Maranhão, que foi até depois... o Saboya, que apresentou um projeto que dava um reajuste integral da inflação todo mês para o salário mínimo, e o Congresso Nacional aprovou e numa negociação com o então Presidente Itamar Franco, ele abriu um prazo de quinze dias antes de apreciar se vetava ou não, um debate sobre uma agenda de desenvolvimento.

Eu acho que é o que está repetindo agora, ou seja, é a possibilidade, a partir do acordo, que durante anos o Senhor liderou aqui o movimento pelo reajus-

te do salário mínimo de sempre valorizar o trabalho do trabalhador brasileiro, e a partir desses debates, o conjunto das Centrais Sindicais teve no ano passado um acordo permanente de reajuste, de reger a questão do salário mínimo, tanto do salário mínimo como a questão da correção da tabela do Imposto de Renda. Mas isso significa que a importância daquele acordo é o maior acordo salarial do mundo, não existe contrato coletivo igual àquele que nós fizemos para reajustar para milhões de trabalhadores, sejam aposentados ou que ganham um salário mínimo, uma contratação desse porte que foi feito pelas Centrais Sindicais, liberadas, inclusive, pela iniciativa do então Presidente da CUT Luiz Marinho, daquelas marchas iniciadas em 2004.

Então a partir do momento desse acordo, significa que nós podemos discutir outros assuntos, e essa é a possibilidade, essa é a agenda que os metalúrgicos estão apenas apresentando e que a CUT está apresentando, ou seja, discutir a redução da jornada do trabalho, a Convenção 158, os interditos proibitórios. E aí, Grana, só para lembrar um pouco aqui, é o seguinte: nessa negociação de agenda de desenvolvimento do então Governo Itamar Franco, que foi fruto logo após aquele processo que a CUT e várias outras entidades lideraram no processo do movimento da ética pela política, um dos compromissos que se desdobrou dessa agenda do desenvolvimento foi então o Presidente Itamar Franco ratificar a Convenção 158, ou seja, foi o Presidente Itamar Franco que ratificou a Convenção 158, e uma das primeiras medidas do Governo Fernando Henrique, em 1995, foi denunciar o acordo. Então, eu acho que isso é um dado importante.

Para nós, da categoria bancária, a questão da 158 ela se coloca, e para outras categorias, importante em função principalmente da questão da fusão dos bancos, dos processos de fusão, ou seja, tanto de bancos estaduais que foram privatizados e foram dizimadas a categoria bancária ou de processo de fusão, por exemplo, agora está se discutindo, provavelmente o Barclays ou o RBS Bancos Ingleses poderão comprar o ABN Mundial que poderá ter consequências gravíssimas na categoria bancária no Banco Real aqui no Brasil. E várias outras empresas, a fusão, a Petrobrás acabou de comprar a Suzano Petroquímica, a Refinaria Ipiranga, cada dia nós estamos vendo processos de unificação e talvez inclusive da questão com o sistema telefônico, e se você não tiver a questão da proteção do emprego nos poderemos perder extremamente milhares de empregos. Então eu acho que esse é um dado importante para a categoria bancária. Um outro dado que eu não poderia deixar de registrar, que na questão da redução da jornada de trabalho, na categoria bancária coloca-se o inverso, que é o mecanismo que

os bancos, tanto os privados como os bancos públicos, de tentar desrespeitar a nossa conquista histórica da jornada de seis horas, ou seja, ampliando para a sétima. Nós temos jornada de seis horas, cinco dias, trinta horas semanais, e os bancos tentam hoje fazer com que você trabalhe uma sétima e oitava hora e, conseqüentemente, o nosso amigo Plínio aqui, que é o secretário de saúde da nossa Confederação, tem os estudos para mostrar o tanto que a categoria bancária está adoecendo.

Aquilo que o Senador Inácio Arruda falou, ou seja, a partir do momento que você tem redução da jornada de trabalho você possibilita melhores condições de trabalho, saúde e assim por diante. Então a categoria bancária está adoecendo em funções de metas abusivas, de assédio moral, mas pela extrapolação da jornada da categoria bancária. E a questão do interdito proibitório, em todas as nossas greves, o nosso Presidente Wagner, a Giovândia(F) pode falar, mas eu só queria registrar que a questão do interdito proibitório é tanto em empresa privadas como, surpreendentemente Senador Paim, aos bancos públicos: Banco do Brasil, Caixa Econômica, esses bancos têm se utilizado desse mecanismo na nossa greve. Por último eu queria levantar dois outros elementos. Nos relatórios que o Senado apresenta, um dos mecanismos que tem para corrigir o fator previdenciário, essas questões, é inclusive a própria inversão do imposto sobre... da contribuição, ao invés de ser sobre a folha, ser sobre o faturamento.

Acho que essa Casa está discutindo a questão da CPMF e nós não podemos, nós, enquanto trabalhadores, espero que a CUT debata na sua reunião da direção nacional no dia 16 e 17, que ao extinguir a CPMF ou a tentativa que a direita faz de reduzir a questão desse imposto, que pega os grandes capitais, que pega os grandes traficantes, o sucesso de operações financeiras ... das operações da Polícia Federal é exatamente a partir do rastreamento da fonte do CPMF, a partir do momento em que deixa os grandes aplicadores, os grandes correntistas desse país deixarem de contribuir sobre o CPMF vai desonerar a redução da receita da seguridade social e, conseqüentemente, vai dificultar para nós a discussão do fator previdenciário e a mudança do fator da contribuição sobre o faturamento e não sobre o folha. Então eu acho que nós, trabalhadores, não podemos entrar no engodo daquela reunião que aconteceu ontem, não é, de tentar impedirmos a CPMF como um mecanismo e tal. Então eu acho que é uma forma de tributar os que ganham muito nesse país, a questão da CPMF.

E, por último, eu também, infelizmente o Senador Inácio Arruda não está presente, mas ele falou muito da

unidade, da pressão das centrais sindicais, da unidade nossa aqui para o que o Congresso, não só apresente as leis, aprove, mas que o Presidente da República também sancione essa lei, e nós tivemos agora uma recente importância que foi o veto que o Presidente da República, o Luiz Inácio da Silva, fez com relação à Emenda 3, que é uma coisa importante para nós. A Emenda 3 é uma reforma trabalhista em três linhas, em apenas uma Emenda fez uma verdadeira reforma trabalhista. E, para concluir então, sobre o Senador Inácio Arruda, essa importância da unidade da classe trabalhadora é fundamental nessa Casa, na Câmara dos Deputados, e ao enfraquecer ou ter a possibilidade de parcelas importantes de sindicalistas que estão aqui presentes que fazem parte da direção da CUT, e se, portanto, ter uma visão de construir mais uma Central Sindical no país, não contribuiu com a nossa organização e com a nossa possibilidade de conquista nessa Casa e nesse país. Muito obrigado (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Jacy, e eu concordo com você que o CPMF inclusive é um instrumento de combate à corrupção, e eu queria, antes de passar a palavra aqui para o Senador Mesquita, me dirigir ao companheiro Luizinho. O Luizinho, ex-Deputado Estadual, ex-sindicalista e um assessor aqui da nossa bancada de muita qualidade, tem dado uma bela contribuição e pode ter certeza sempre-sempre ao lado dos trabalhadores. Eu vou pedir uma salva de palmas para o Luizinho aqui, um daqueles lutadores que simbolicamente você aqui representa na assessoria, e dizer para vocês que ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A palavra está a tua disposição se quiser, você sabe disso. Eu quero passar a palavra ao Senador Mesquita Júnior, ele foi eleito agora Presidente da Representação do Brasil no Mercosul, e dizer para vocês com a maior tranquilidade, eu sou muito franco nas minhas posições. Este Senador aqui, se tiver qualquer projeto de minha autoria ou não que for para defender os trabalhadores, os aposentados e os servidores, dá para mim, Paim, que eu relato, e relata sempre favorável. Então é com alegria que eu vou passar a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, é parceiro mesmo de todas as horas, não teve um projeto encrencável aqui, que para os trabalhadores sempre é encrencado, não é, que eu dê-se para ele e que ele, além de relatar, não conseguisse aprovar. Então com a palavra o Senador (*aplausos*).

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu quero saudar a todos vocês com muita alegria, cumprimentar o meu querido companhei-

ro Senador Paim, os integrantes da mesa, os demais integrantes, e registro aqui de início uma coincidência para mim muito feliz. Eu quero crer que os dois únicos metalúrgicos que atuam no Senado Federal é o Senador Paim e aqui o companheiro de vocês, o Senador Geraldo Mesquita.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais uma vamos cumprimentar ele então (*aplausos*).

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu sou torneiro mecânico, me informei na escola lá do Benfica, no Rio, e atuei durante muitos anos na profissão, com muita satisfação inclusive, e aqui também, pelo que o Paim me falou, a platéia é constituída também de bancários, petroleiros, por coincidência também fui bancário muitos anos, quer dizer, já passei por algumas, e estamos aqui hoje no Senado Federal, e aqui acontece uma coisa muito interessante: há temas, há assuntos que nós temos um parlamentar como referência. Quando o assunto diz respeito aos interesses dos trabalhadores, suas aspirações, suas reivindicações, o parlamentar da primeira hora, o parlamentar do primeiro movimento, o parlamentar da primeira iniciativa chama-se Paulo Paim, é o parlamentar referência para esse assunto no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que ele é meu amigo, viu (*risos*).

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, não sou eu que reconheço, eu acho que é o país que reconhece, vocês reconhecem, eu acho que nós precisamos, antes de mais nada, sermos justos no nosso reconhecimento, e eu, desde o início, desde que cheguei aqui, antes de chegar aqui já via o Paim nessa empreitada, nessa tarefa, nessa missão, e ao chegar aqui me profilei como um companheiro dele de luta, não é, de vocês, nessa Casa, para o que der e vier. É verdade, é parcialmente verdade aquilo que ele diz. Eu procuro, não é, nos projetos do Paim emprestar a minha modesta colaboração quando os projetos caem na minha mão para relatar, o meu parecer, olha, é sempre favorável porque as proposições do Senador Paulo Paim, elas são... elas primeiro calam no nosso coração, elas fazem com que a gente se realize, não é, e portanto os pareceres são sempre favoráveis mesmo, e ao lado dele e de alguns outros colegas aqui que nós temos a gente consegue fazer aprovar, pelo menos nessa Casa, temos tido sucesso nessa empreitada.

Eu peço desculpas por chegar somente agora, eu estava até agora numa reunião da representação. Nós tínhamos aqui uma Comissão, quando nós tínhamos a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul,

nós tínhamos uma Comissão Mista do Mercosul reunindo Deputados e Senadores, e com a instalação do parlamento Mercosul, do qual eu faço parte, com mais nove Senadores e mais nove Deputados, essa Comissão deixou de existir porque perdeu a sua finalidade e hoje nós acabamos de instalar e eleger a direção da nova representação do parlamento brasileiro, que será a interface do parlamento brasileiro com o parlamento do Mercosul, e acabei de falar, acabei de dizer, exatamente há poucos minutos, que vou sentar com os companheiros que fazem parte da nova direção, dessa representação, estabelecermos um programa de trabalho e colocarmos essa representação como um grande fórum de debates, atraindo as centrais de trabalhadores, atraindo a sociedade organizada para um grande debate acerca do Mercosul, do parlamento do Mercosul, e tenham a certeza de que vocês serão ouvidos e terão participação nessa discussão.

Eu vou encaminhar essa programação, a partir do Senador Paim, e quero fazer chegar a vocês, desde já, um convite, vamos marcar para a frente para que a gente possa sentar com os parlamentares que fazem parte dessa Comissão e os trabalhadores brasileiros poderem expor a sua impressão acerca do parlamento Mercosul e emprestar a sua colaboração. Eu, ao mesmo tempo em que peço desculpas pelo atraso, peço desculpas também por ter que se ausentar. Eu vim aqui porque não poderia deixar de vir. Eu estava ali ao lado, mas atento ao que estava acontecendo aqui, e em homenagem a vocês, ao Senador Paim, vim aqui apenas para cumprimentá-lo, depois eu colho com a assessoria do Paim ou com ele mesmo o que foi aqui tratado para que a gente possa irmanamente dar continuidade aí na nossa tarefa e no nosso trabalho aqui no Senado Federal. Um grande abraço a vocês e me perdoem porque terei que me retirar agora para dar continuidade inclusive com o pessoal administrativo da Comissão algumas tarefas que nós temos que cumprir. Muito obrigado pela atenção (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo de imediato a palavra à líder do bloco de apoio ao Governo, a companheira Ideli, que também tem sido parceira nas lutas aí do fórum permanente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu vou entrar no mesmo discurso do Senador Geraldo Mesquita. Eu vim aqui só para te ver, entende, porque nós estivemos até agora em audiência com a Ministra Ellen Grace para tratar de assuntos aqui do processo penal, que nós estamos numa Comissão para agilizar a tramitação de vários projetos que estão na Comissão de Constituição e Justiça, e agora eu tenho que ir receber o Ministro da Saúde, que está chegando agora nos próximos minutos, eu tenho que aguardá-lo para

uma outra reunião importante que nós temos aí com Hospitais e Santas Casas lá do Estado de Santa Catarina. Então eu queria apenas parabenizar mais uma vez o Senador Paulo Paim, que tem sido um Presidente dessa Comissão extremamente zeloso, extremamente operoso, tem realizado Audiências Públicas fantásticas, nós temos entrado, através das audiências que o Senador Paulo Paim tem propiciado aqui no Senado, em temas sempre... temas muito... a Emenda 3, a questão do reconhecimento das terras de quilombo, das áreas indígenas, ou seja, a gente tem entrado em bolas bastante divididas, até porque todos sabem que a correlação de forças aqui no Senado da República é uma correlação muito mais acirrada e mais difícil do que a da Câmara, não é, até porque esta Casa, ela representa, ela tem uma ocupação, digamos assim, os Senadores e Senadoras que aqui chegam na sua grande maioria já ocuparam muitos postos, Governadores, Ministros, Presidentes da República, esta é a Casa que eu chamo sempre uma Casa aonde cada Senador é uma instituição.

Então, às vezes, é muito difícil tratar determinados assuntos aqui, e, portanto, a coragem de trazer e fazer audiências com assuntos com este grau de polêmica precisa ter coragem, que é coisa que não falta ao Senador Paulo Paim e eu quero parabenizar ele pela realização e quero deixar o meu abraço fraterno, extremamente carinhoso, e eu, como ex-dirigente da CUT, fui tesoureira da CUT, eu não preciso dizer assim o grau de dificuldade da CUT de Santa Catarina num período onde a gente tinha muito mais dificuldade ainda de administrar, porque foi logo no início da Central, no começo, mas tenho muito orgulho de ser uma das fundadoras desta que é, indiscutivelmente, eu não tenho nenhuma dúvida, a principal Central Sindical do Brasil e também da América Latina. Então vocês me perdoem, eu vim aqui só para te ver e vou embora. Tchau, beijo grande (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Ideli. O Guilherme me avisa aqui que já iniciou lá praticamente a Plenária na Tenda e eu tenho ainda quatro inscritos aqui. Eu gostaria de passar a palavra para os quatro, de uma forma muito resumida se puderem, para gente poder encerrar essa Audiência Pública com a fala ainda da mesa aqui. Não a minha, eu já falei bastante, mas eu digo os que quiserem falar aqui. Eu passo a palavra a Juvândia Moreira Leite, do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

SRA. JUVÂNDIA MOREIRA LEITE: Boa tarde a todos, queria cumprimentar e agradecer já ao ilustríssimo Senador Paulo Paim, porque de fato essa é uma oportunidade muito importante para os trabalhadores. Em nome dos bancários a gente agradece. Queria sau-

dar o Presidente da CUT, companheiro Artur Henrique, o companheiro Grana, o companheiro Milton e a todos aqui do Plenário. Eu queria falar em especial aqui de um tema que para nós bancários é muito caro, que são os interditos proibitórios. Então, por exemplo, em 1999 a gente tinha interdito, alguns exemplos aqui, porque eu acho que o exemplo nos ajuda a ver a gravidade disso para a nossa categoria, em 1999 a gente teve o interdito do Banco do Brasil, a multa era de mil reais, mas nós tivemos interditos aí, ao longo desses anos todos que se seguiram, tem interdito do Banco do Bradesco de quinhentos mil reais dia a multa. Tem interdito do Banco ABN de cem mil reais dia a multa. E por quê? Porque o sindicato dos bancários, a pedido muitas vezes, sabendo que a categoria desejava e queria e pedia para a gente fazer essa conversa e pelo fato da gente não ter, na maioria das vezes, acesso ao local de trabalho, a gente vai fazer reunião na porta do local de trabalho para discutir a campanha salarial e, em troca disso, a gente tinha os interditos proibitórios. E a gente teve decisões, eu estou falando aqui montantes que são altíssimos, agora nós temos decisões absurdas no sentido de, por exemplo, a matriz do ABN fica na Avenida Paulista, para quem não conhece, Senador, e na Avenida Paulista passa o metrô logo ali embaixo, então tem uma saída que sai diretamente em frente ao prédio do ABN, e num desses interditos nós fomos condenados a ficar quinhentos metros de distância, ou seja, a gente não podia nem passar no metrô. Nós não poderíamos tomar o metrô, se a gente fosse cumprir à risca da decisão judicial a gente não poderia mais tomar o metrô, nenhum dirigente do sindicato poderia passar ali naquelas estações da Paulista porque estaríamos cumprindo uma decisão judicial, tão absurda, e se nós tivéssemos que pagar todas das multas e fôssemos condenados a pagar todas essas multas, o sindicato pagaria mais de três milhões em multas, porque está exercendo um direito constitucional, um direito de greve, para o senhor ver como que isso é grave para a nossa categoria.

E isso não é só em São Paulo, é no Brasil inteiro que a gente tem esses problemas, e os bancários já há muito tempo sofrem com isso, e os banqueiros, em contrapartida, todos os bancos, e o companheiro aqui Jacy Afonso falou isso inclusive dos bancos públicos, não é, em muitos momentos aí também se utilizavam desse instrumento contra a luta dos trabalhadores, e a gente espera contar mais uma vez aí com o seu apoio nessa luta pelos direitos de greve e contra esses interditos, esse instrumento que tem, enfim, uma outra finalidade, foi criado para uma outra finalidade e está sendo desvirtuado para combater a luta dos trabalhadores contra os trabalhadores, infelizmente, e a

gente pede o seu apoio e sabemos que com certeza contaremos com o seu apoio nessa luta.

E outro tema, que também está colocado aqui, para nós é fundamental, é muito importante, é em relação à Convenção 158 da OIT, e para ser breve, eu queria dizer assim que a rotatividade na categoria bancária, apesar de ser um seguimento da economia que mais lucra, que todo mundo acompanha, sabe aí, os lucros são publicados, os balanços são publicados, os jornais dão conta de anunciar o lucro dos bancos, a rotatividade na categoria bancária é muito grande, muito grande, então temos muitas demissões e é por conta da redução de custo, quer dizer, os banqueiros fazem isso, apesar dos lucros altíssimos, dessa rentabilidade crescente, ano a ano se a gente acompanhar o lucro é crescente, as demissões também acontecem de maneira desrespeitosa, não é, eu acho que desrespeitosa para a sociedade como um todo, e nesse sentido a Convenção 158 viria a acabar com essas injustiças, seria fundamental. A gente vê na categoria bancária, só para o Senhor ter uma noção do quadro que acontece na nossa categoria, nos bancos privados é muito difícil você ver que um trabalhador consiga se aposentar. Os bancos não permitem que os trabalhadores, no geral, se aposentem, não é? Demitem antes que eles adquiram tempo para a aposentadoria.

Então são poucos os privilegiados que conseguem esse feito e, nessa conjuntura, a gente pode classificar assim como "privilegiados", e é por conta do custo, eles demitem os trabalhadores que tempo um tempo maior de banco, um salário mais alto, contratam um trabalhador pelo piso, com salário menor, não é, e aí a gente vê essa injustiça ano a ano. E também mais uma vez agradecemos aqui esse espaço e gostaríamos de contar com seu apoio, como o Senhor tem dado sempre aí para os trabalhadores, e gostaríamos de entregar um documento, que o Senhor recebesse aqui em nome da Casa, do Senado, um documento que retrata um pouco essa realidade dos bancários. Tem números, o Senhor pode perceber. Eu vou aí à frente, peço licença para ir aí entregá-lo (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu recebi aqui do Grana também na mesma linha um documento, eu recebo nesse momento dos bancários (*aplausos*). Vamos lá então, em seguida é o Sr. Vagner Freitas, CONTRAF CUT.

SR. VAGNER FREITAS: Boa tarde meu Presidente Grana, Presidente da CNM, Milton, Presidente Artur Henrique, Senador Paim. Primeiro, parabéns à mobilização dos companheiros metalúrgicos. Nós estamos aqui, os bancários também do Brasil inteiro em apoio a essa manifestação, andando juntos por esses vários espaços onde nós podemos erguer a nossa voz

contra as injustiças que acontecem nesse país, e aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, Senador, é o lugar apropriado para nós levantarmos alguns temas, como Jacy Afonso e Giovândia já descerraram bem sobre a questão do 158, do interdito proibitório, eu gostaria de usar esses meus cinco minutos para falar, já que nós estamos aqui na discussão de Constituição e Justiça e Cidadania, a um atentado que se está fazendo, que se está praticando por essa elite branca, como diz o Cláudio Lembo, não são palavras minhas essa elite branca excludente, quem diz é o Cláudio Lembo, ex-Governador do Estado de São Paulo, não é, contra o direito de greve, com essa questão da 158, do interdito proibitório, mas fundamentalmente é importante nós discutamos, e nós estamos aqui para levar a seguinte denúncia: por trás do debate da Emenda 3, que parece apenas uma questão econômica dos empregadores que querem contratar como PJ e não contratar diretamente na CLT para diminuir encargo trabalhista, parece que os desavisados podem achar que é só isso, é uma questão de diminuir custo com a contratação de mão-de-obra. Mas não é.

O que se pretende com isso, de forma bastante explícita e clara, é calar a voz dos sindicatos, é acabar com o conceito de trabalhador que se organiza em sindicatos, é acabar com o conceito de classe, de conjunto que significa sindicato, é você instituir o individualismo, é o trabalhador ser um PJ, automaticamente ele não tem mais companheiro, ele não tem mais classe, não tem categoria, ele é um trabalhador individual que não tem conexão, não tem sentido de classe, Senador. É por traz disso que se esconde essa atrocidade da Emenda 3, a chamada Emenda Globo. E por que é que acontece isso? É importante que nós discutamos. Essa mesma elite excludente, preconceituosa e absolutamente enraivecida pela derrota nas eleições percebe que o movimento social brasileiro é muito forte, muito organizado, o movimento social, o movimento sindical, e que tem a capacidade de fazer valer os seus interesses.

Nós não só nos engajamos num projeto político que era diferente do projeto que foi derrotado, como quando foi preciso ir às ruas para dar sustentação a esse projeto político lá estava o movimento social brasileiro cumprindo o seu papel, fazendo parte da democracia, na construção da democracia. Não tem democracia sem divergência, não tem democracia sem opinião contraditória, e essa elite quer transformar o Brasil em uma única opinião, sem que haja vozes discordantes que possam se erguer e se imobilizar contra a sua sanha tradicional e costumeira de exploração. E por trás da Emenda 3 tem essa sutil, porque agora se faz com mais sutileza, com menos truculência e

mais sutileza, não é, essa característica de ir(F). Na hora que você acaba com o conceito de trabalhador organizado você acaba com o conceito de trabalhador. É por isso que agora, Senador Paim, nós não somos mais tratados como trabalhadores, o senhor está percebendo, agora somos colaboradores. Nós somos trabalhadores, nós vendemos a nossa força de trabalho para uma empresa do setor público ou privado e nós somos trabalhadores, temos um conceito de um espírito de classe.

E eu acho que nós devemos, foi muito difícil e é muito difícil construir a democracia no Brasil, nós lutamos muito contra várias ditaduras sucessivas e a última, por mais de vinte e quatro anos, para ter o direito da livre expressão, e nós não temos dúvida nenhuma de que as entidades sindicais, os sindicatos constituídos, são instituições na defesa da democracia, na defesa que você tem de ter uma sociedade que tenha o contraditório, que se organiza para defender os seus direitos, e se nós assim não tivermos isso você vai ter uma sociedade sem democracia porque não há democracia sem igualdade, não há democracia sem a possibilidade inclusive do enfrentamento, da divergência. E eu tenho levantado muito a minha voz contra isso. A intolerância, a intolerância da classe dominante nesse país está chegando a patamares insuportáveis, que faz inclusive uma série, que eu acho que é até justa a manifestação, a livre manifestação de entidades empresariais, de entidades da elite brasileira, querem transformar um atentado, um acidente lamentável que todos nós nos solidarizamos com as famílias, que aconteceu com o avião da TAM, numa tentativa de golpe, obviamente uma tentativa de golpe contra o Presidente da República, contra o resultado eleitoral acontecido na última eleição. Então eu acho que contra essa intolerância é que nós nos insurgimos, e o Senado da República, o Parlamento da República, não é, deve ser um eco e um defensor intransigente da democracia e do direito que nós temos de exercer o contraditório, e é por isso que nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar passar a Emenda 3. Além dos prejuízos mais evidentes, tem por trás disso essa arapuca que é um atentado contra a democracia. É por isso que nós queremos contar essa sua voz e com a voz do Senado brasileiro para não permitir que isso aconteça. Muito obrigado (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Só faltam dois, o Grana está aqui me cutucando quase.

SR. CARLOS ALBERTO GRANA: Eu vou ter que sair, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então vai. Se o Grana tiver que sair, pessoal,

eu vou concluir com esses dois companheiros: o Dary Beck Filho, da CUT Nacional, em seguida o Marcelo Toledo. Se o Grana tiver que sair, se ele quiser se despedir, eu --

SR. CARLOS ALBERTO GRANA: Realmente nós já estamos no limite lá. Eu pediria até aos companheiros que aguardassem um pouco, vão acompanhando com o Milton, só para mim chegar pelo menos lá, Senador, que estão em torno de dois mil metalúrgicos e metalúrgicas sentadinhos lá em pleno gramado. Eu agradeço mais uma vez e convido a todos os dirigentes sindicais aqui presentes para também participarem agora mais à noite para com a gente. Obrigado, hein.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço ao grana, uma salva de palmas (*aplausos*) pela sua participação e passo a palavra ao Dary Beck Filho.

SR. DARY BECK FILHO: Bem, eu queria saudar o meu Senador do Rio Grande do Sul, companheiro Paulo Paim --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em mais cinco minutos nós vamos encerrar.

SR. DARY BECK FILHO: Eu queria saudar o companheiro Artur, Presidente da Sindical Única dos Trabalhadores, o companheiro Milton da Confederação dos Metalúrgicos, saudar a iniciativa dos metalúrgicos dessa atividade que já está demonstrando seu sucesso, e também dessa grande mobilização que a Central Única dos Trabalhadores está fazendo hoje aqui e amanhã, no dia 15, na defesa dos direitos dos trabalhadores no nosso país. Eu queria fazer uma relação com os assuntos debatidos aqui pelos palestrantes. Primeira questão a questão da redução da jornada. Eu acho que é importante, além de nós estarmos trabalhando e lutando pela redução da jornada, a necessária regulamentação da hora extra no nosso país, porque a gente viu que com a Constituição de 1988, as quarenta e quatro horas, o que houve, o que o capital, o que as empresas fizeram? Foram cada vez mais aumentando a jornada através da hora extra, a hora extra é muito barata. Isso quando ela paga mais, quando ela não força o trabalhador a trabalhar a hora e paga o mesmo valor da hora normal. Então é importante combinar esses dois aspectos, tanto o aspecto da redução como o da regulamentação da hora extra. O segundo ponto que eu queria comentar, a minha função lá na direção da CUT Nacional é relacionada com a saúde do trabalhador.

Então a redução da jornada, a diminuição da rotatividade, todos esses assuntos impactam na saúde do trabalhador, porque hoje nós temos claro que o nível de aumento da quantidade de trabalho que à classe trabalhadora no nosso país está colocado, tem

cada vez mais aumentado o número de acidentados e de doentes do trabalho no nosso país. Eu tenho os dados aqui de 2005, foram meio milhão de trabalhadores adoentados no nosso país. O custo calculado anual de prejuízo para o país é de trinta e dois bilhões por ano, fora o custo pessoal de cada trabalhador e trabalhadora que adoece se e que se acidenta, que esse não tem como calcular, esse é incalculável. Então a partir disso houve uma iniciativa do Governo, do Presidente Lula, de mandar uma Medida Provisória sobre a criação do nexa técnico epidemiológico previdenciário, que é um passo, um pequeno passo com o objetivo de combater esses acidentes e essas doenças do trabalho. Infelizmente a gente recebeu a notícia que na semana passada a CNI, a Confederação Nacional da Indústria, entrou com uma ADIN contra a lei do nexa técnico epidemiológico, que é uma forma que existe para se combater subnotificação. O que hoje é que a gente tem? O que acontece é que nós temos uma quantidade de doenças de acidentes bem maiores do que as aquelas que realmente chegam para a previdência ou que são notificadas. O nexa técnico, apesar dos seus problemas, ele no seu primeiro mês triplicou o número de doentes do trabalho com doenças relacionadas ao trabalho, demonstrando a subnotificação que havia nessa questão, e é por isso que a CNI está entrando com essa ADIN e a gente está trazendo também a esse debate aí para o Senador e para a Comissão aqui de Direitos Humanos, Constituição e Justiça do Senado para estar atenta, porque esse sim é um instrumento, é mais um instrumento que os trabalhadores conseguiram conquistar nesses últimos anos para melhorar as suas condições de trabalho e que está sendo combatido pelas empresas. Muito obrigado (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O último inscrito, companheiro Marcelo Toledo, CNM/CUT.

SR. MARCELO TOLEDO: Boa noite a todos os companheiros e companheiras. Eu sei que está cansativo, mas fiz questão de intervir, primeiro em dizer que é uma oportunidade rara e grata para mim, Senador Paim, que pela segunda vez tenho essa oportunidade de escutá-lo. A primeira foi há vinte e cinco anos atrás no Congresso da Metalúrgicos na Baixada Santista, no qual ainda jovem militante sindical, delegado por Santo André, e no qual esses anos todos acompanhando a esplêndida militância de V. Ex^a na defesa dos trabalhadores, assim como também do companheiro e meu camarada de partido Inácio Arruda, e queria expressar que é um ganho importante para o povo brasileiro, dos trabalhadores, tê-los como representantes desta Casa, no Senado Federal. Expressar

rapidamente, nesse debate, o trabalho no Brasil está sendo duramente atacado, bombardeado e por vários flancos. Um pelo próprio capital, que é a sua natureza de classe, e quero dizer que penso e creio que nós vivemos um período contraditório, com tanto desenvolvimento tecnológico aplicado no processo produtivo e que queria condições de precarização do trabalho que se equipara, na minha opinião, aos primórdios do capitalismo na revolução industrial na Inglaterra, no Século XVIII, Século XVI, porque há uma destruição fenomenal das forças produtivas, e o outro flanco que infelizmente nós deparamos, é por um pedaço do Estado brasileiro, representado pelo INSS, que de forma incompreensível também ataca o trabalho de outra forma, porque há denúncias e mais denúncias de trabalhadores seqüelados que são obrigados a retornar ao seu posto de trabalho, sem ter a mínima condição de exercer a continuidade da sua profissão.

Eu creio, Senador, que se de um lado do movimento sindical organizado tem que se ter a maior anuidade possível de todas as ramificações do movimento sindical, de fato comprometido com o movimento dos trabalhadores, creio que é importante que haja também um amplo e forte movimento parlamentar em defesa do trabalho, desde as Câmaras Municipais até o Senado Federal, um amplo movimento nacional em defesa e pela valorização do trabalho, porque o que nós estamos vivendo, eu sou metalúrgico de uma grande multinacional automotiva, a General Motors de São Caetano do Sul, sou ferramenteiro especializado, cipeiro há mais de dez anos, juntamente com o meu companheiro que está aqui na minha frente, o Marcelo Oliveira, Vice-Presidente da CIPA na mesma empresa, e o que nós assistimos de companheiros seqüelados pelo processo produtivo, doentio, é um negócio que dói o coração e afeta a nossa consciência, e nós precisamos movimentar a sociedade. O ataque ao trabalho é um ataque à sociedade brasileira, como bem disse o companheiro que antecedeu, e nós precisamos fazer um amplo movimento nacional em defesa do trabalho. Para que V. Ex^a compreenda, e V. Ex^a compreende, a juventude que adentra no processo produtivo num período de não mais do que dois anos já são obrigados a fazer cirurgias dos ombros e muitas vezes das mãos no processo caótico produtivo para se produzir carro nesse país, na aceleração constante da rotatividade, num processo constante da aceleração da linha de produção como o companheiro Nilton relatou na sua exposição.

Então nós estamos vivendo uma verdadeira guerra de destruição das forças produtivas e nós vivemos num período contraditório porque justamente aparentemente estamos numa situação que isso não é visto.

A impressão que fica para o movimento, para nós que estamos no chão de fábrica, isto dá a impressão que não é visto pela sociedade, e nós temos aí milhares de companheiros e companheiras sendo seqüelados no processo produtivo desumano e caótico. Eu tenho certeza que para mim eu acredito que o caminho é a luta, a organização do povo, dos trabalhadores, dos parlamentares comprometidos com as causas mais nobres da sociedade e do socialismo, é que nós vamos equacionar e resolver esses problemas a contento, mas penso que é urgente, Senador. V. Ex^a, com outros parlamentares comprometidos com essa causa, puxar o movimento nacional em defesa do trabalho, ganhar a sociedade para esse grave e profundo problema que nós vivemos, crônico, como bem disse o companheiro, que é um câncer que está atingindo a classe operária e os trabalhadores de forma geral, e eu queria deixar aqui essas palavras de consideração e congratular pela forma com que V. Ex^a tem representado muito bem os trabalhadores no Brasil em defesa do trabalho, em valorização do trabalho. Muito obrigado (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço. Para encerrar as considerações finais do nosso companheiro amigo Milton Viário, Presidente da Federação dos Metalúrgicos da CUT/Rio Grande do Sul.

SR. MILTON VIÁRIO: Bem, o companheiro Grana se retirou em função de que nós estamos começando já uma Assembléia Nacional dos Metalúrgicos, estamos aproveitando reunir aí cerca de dois mil de todo o Brasil e vamos agora exatamente nessa nossa assembléia pensar um pouco daqui para frente. Então o lançamento dessa jornada, nós estamos pensando no dia nacional agora de paralisação, aonde tem as campanhas salariais do mês de setembro, mês de outubro e, dentro dessa jornada com a pauta dentro do Congresso Nacional, com a pauta para o Governo Federal e a pauta entregue também no Judiciário, nós desencadeamos um processo de mobilização junto aos trabalhadores nas fábricas e fazer então essa combinação para ver se a gente encerra o ano de 2007 num outro patamar, com uma outra qualidade do movimento social e, quem sabe, se desafiando a gente construir e escrever novas páginas, não é, de luta, de resistência, mas quem sabe agora de conquista, e eu não tenho dúvida nenhuma que a gente tem aqui no Paim, no Senador Paim e nessa Comissão, essa trincheira, e eu acho que a gente vai ter que trabalhar muito, mas além do que já se comentava na luta contra a Emenda 3, nós vamos ter que trabalhar de forma mais articulada, mais articulada aos companheiros do parlamento com a luta social para a gente poder escrever na lei aquilo que a gente quer transformar e modificar.

Aquilo que fica permanente é o que se escreve na lei, essa é a nossa cultura, e esse é o movimento que nós vamos ter que fazer intenso aqui para dentro do Congresso Nacional. Obrigado, Paim, por esse espaço, então da CNM, que a gente pode estar aqui trazendo um pouco essa nossa demanda toda, essas nossas propostas, apresentando um pouco, e nós vamos intensificar e com certeza nós vamos ocupar o Senado, o Congresso aqui, a Câmara, mais vezes para fazer de forma pacífica aqui uma pressão muito intensa. Muito obrigado a todos vocês também (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Para encerrar essa Audiência Pública eu passo a palavra ao Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da CUT.

SR. ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS:

Bom, eu queria, em nome da Central Única dos Trabalhadores, agradecer mais uma vez ao Senador Paulo Paim pela acolhida e a nossa audiência, a nossa pauta dos trabalhadores, a agenda dos trabalhadores, aproveitar para também passar às suas mãos um estudo que a CUT realizou a respeito da hora extra no Brasil e essa necessidade de limitar as horas extras no Brasil em conjunto com a proposta de redução da jornada de trabalho, dizer que a marcha do final do ano, conhecida aí já como um calendário de lutas e de mobilização da classe trabalhadora no final do ano, que foi conhecida como a Marcha do Salário Mínimo, vai ter continuidade esse ano. Com certeza nós vamos estar realizando a quarta marcha no final do ano e incorporando temas que na nossa opinião são temas importantes para a agenda dos trabalhadores, um deles esse que a gente chegou aqui a debater, que é a questão da necessidade da redução da jornada de trabalho, se transformar efetivamente numa bandeira dessa marcha do final de ano e ao mesmo tempo num processo de negociação com o setor privado, com o setor público, com o Governo, com o parlamento, para que a gente consiga alcançar essa vitória no sentido de reduzir a jornada de trabalho sem redução de salário. E, por fim, dizer que a CUT, cada vez mais, está enxergando a necessidade de ter uma aproximação e uma articulação com o parlamento, com a Câmara dos Deputados, com o Senado. Aprovamos nessa gestão, Paim, uma reformulação do escritório de Brasília com uma manutenção e a permanência aqui de dois dirigentes sindicais da executiva nacional da CUT, que mudaram para Brasília, estão aqui morando em Brasília ao longo desse período, já estamos em processo de contratação de uma assessoria parlamentar, de uma assessoria jurídica, e a idéia é trabalhar o escritório em Brasília para que o escritório da CUT tenha, evidentemente junto com as nossas Confederações, as CUTs Estaduais e

esse processo de mobilização cada vez mais uma articulação mais forte com o Senado, com o Congresso, para que a gente possa avançar nas lutas e nas conquistas dos trabalhadores desse país. Obrigado mais uma vez (*aplausos*).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Com a palavra do companheiro Artur, eu agradeço também ao Milton e o Grana, o Presidente da Confederação e da Federação Estadual dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, agradeço a vocês, a todos que estiveram aqui, não só metalúrgicos, bancários, petroleiros e tantos outros, e dizer para vocês que para nós é uma alegria muito grande um movimento como esse, e dizer também, Artur, quando você fala do escritório da Central aqui em Brasília, isso para mim é fundamental, porque às vezes eu falo lá no interior do Rio Grande, lá na minha Matias ou lá no Guajuvira, o velho Guaju de guerra lá, que é uma ocupação que fizemos lá de dez mil moradias e hoje ser tornou uma cidade dos trabalhadores, de que eu tenho muito clareza que uma "leizinha", por menor que a gente aprove aqui no Congresso Nacional, ela repercute lá na vida do trabalhador, lá no Nordeste, no Sul, enfim, em todo o país, e a pressão do movimento sindical organizado aqui no Congresso ela é fundamental. A gente não aprova nada aqui se não tiver pressão da sociedade organizada e o movimento sindical joga este papel. Eu falo com muito carinho e muito respeito que foi esse movimento sindical que foi fundamental para nós elegermos um ex-sindicalista, para dizer metalúrgico, Presidente da República desse país, reeleito e com uma aceitação inquestionável, embora alguns tentem jogar pedra, mas a aceitação dele é inquestionável em todo o país.

Então eu quero dizer que eu estou muito feliz por esse evento aqui, o papel fundamental da sociedade dos nossos sonhos que eu entendo que joga o movimento sindical brasileiro. Eu encerro essa Audiência Pública onde o debate foi Os Trabalhadores e Direitos Humanos, e esses dezesseis ou quinze pontos que eu recebi aqui podem ter certeza que nós vamos levar para o debate permanente na Comissão de Assuntos Sociais, nessa própria Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Direitos Humanos, e dizer para mim que esse tal de palavrão, que é quase um palavrão, se perguntar para o trabalhador o que é interdito proibitório... no meu tempo do movimento sindical isso não existia. Eu perguntava para o Artur: "mas quando é que começou isso, Artur?" "Ah, foi lá para 1995, 1996". Como eu estou aqui desde 1986 eu acabei não pegando, mas pode saber que o que depender de mim aqui no Congresso Nacional, em matéria de legislação, nós vamos começar a trabalhar já com

a assessoria que vocês poderão nos dar para a gente tentar de uma forma ou de outra acabar com esse parlavrão chamado interdito proibitório, que na verdade é uma proibição do direito de ir e vir dos trabalhadores organizados no momento em que eles querem fazer as justas manifestações, que sempre fizemos no tempo da história, até no tempo da ditadura. Com essa fala rápida eu quero dizer que vamos trabalhar juntos e vamos acabar com esse interdito proibitório o mais rápido possível. Viva os trabalhadores do campo e da cidade e vamos em frente na sociedade, os nossos sonhos (*aplausos*).

Sessão encerrada às 17h37.

Ata da 35ª Reunião (Extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 16 de Agosto de 2007, Quinta-feira, às 9:00 Horas, na Sala de Reuniões nº. 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e um minuto do dia dezesseis de agosto de dois mil e sete, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras **Patrícia Sabóya Gomes, Fátima Cleide, Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko** e dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, César Borges, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Valter Pereira e Heráclito Fortes** e do Senhor Senador não membro **Augusto Botelho** e do Senhor Deputado Federal **Cláudio Dias** do Rio Grande do Sul. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão e justifica sua ausência o Senhor Senador Romeu Tuma. Item nº. 01: **Sugestão n.º 01, de 2007**. Assunto: “Altera a Lei n.º 9.342, de 1997, com vistas à ampliação do prazo de isenção do Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou destino sejam as Regiões Norte e Nordeste”. Autoria: Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE. Relatoria: Senador Sibá Machado. Parecer: Voto pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: **Concedido vista à Senadora Fátima Cleide**. Item nº. 02: **Sugestão n.º 05, de 2007**. Assunto: “Adequa temas de registro público (dispõe sobre a emissão de certidão de óbito)”. Autoria: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – Condesesul. Relatoria: Senador Gilvam Borges, Ad Hoc pelo Senador Cezar Borges. Parecer: Voto pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 03: **Sugestão n.º 11, de 2007**. Assunto: “Cria normas gerais para os plantões

no sistema jurídico.” Autoria: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL. Relatoria: Senador Paulo Duque, Ad Hoc pelo Senador Flávio Arns. Parecer: Voto pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado a pedido do relator Ad Hoc. Item nº. 04: **Ofício “S” nº 08, de 2006** (Ofício Externo nº 133 de 19/06/2006, na origem). Assunto: “Encaminha deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006”. Autoria: Sr. PERLY CIPRIANO. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha, Ad Hoc Senador Geraldo Mesquita. Parecer: Para conhecimento da CDH, do Ofício “S” nº 8 de 2006, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e por sua remessa ao arquivo. Resultado: **Retirado de Pauta para reexame**, o relator manifesta a importância dos Senhores Senadores estudarem o documento e acata a sugestão do Senador Flávio Arns para remeter o documento a Subcomissão do Idoso para análise e providências que aquela Subcomissão entender necessárias. Item nº. 05: **Projeto de Lei do Senado nº. 490, de 2003**. Assunto: “Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”. Autoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação das Emendas nº 1 CCJ e 2 CCJ. Resultado: **Adiado**. Item nº. 06: **Projeto de Lei do Senado nº. 50, de 2005**. Assunto: “Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente”. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Senadora Patrícia Sabóya. Item nº. 07: **Projeto de Lei do Senado nº. 163, de 2003**. Assunto: “Dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar da localidade, nos termos do artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente”. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy, Ad Hoc pelo Senador Geraldo Mesquita. Resultado: **Adiado**. Item nº. 08: **Projeto de Lei do Senado nº. 216, de 2007**. Assunto: “Permite que trabalhador com mais de sessenta anos de idade saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP”. Autoria: Senador Paulo Paulo. Relatoria: Senador Geraldo Mesquita. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com 3 Emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 09: **Projeto de Lei de Decreto Legislativo (SF) nº 1494, de 2004**. Assunto: “Convoca plebiscito a respeito dos temas especificados, a se realizar no primeiro domingo do mês de outubro de 2005”.

Autoria: Senador Gerson Camata e outros . Relatoria: Senador Paulo Duque. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com as alterações aprovadas na CCJ, e com uma Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. O Senhor Presidente ao iniciar os trabalhos aprova a ata das reuniões anteriores e coloca em votação e aprova a inversão de pauta, para serem deliberados os itens da na seguinte ordem: Item 07, Item 08, Item 06, Item 05, Item 04, Item 03, Item 02 e Item 01. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, César Borges, Patrícia Saboya Gomes, Geraldo Mesquita, Siba Machado, Leomar Quintanilha e Jonas Pinheiro e o Senhor Deputado Federal Cláudio Dias Segundo-Vice Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, por consentimento do plenário da Comissão, para informar que o Senador Geraldo Mesquita Júnior foi eleito, por aclamação, Presidente daquela representação, que substituiu a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Considerada aprovada com a orientação do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senadores e Senadoras, a Audiência Pública de hoje, Senador Sibá Machado também, se destina a apreciar os seguintes itens. Item nº. 01, que altera a Lei 9.342/97 com vistas à ampliação do prazo de isenção do adicional de frete para renovação da Marinha Mercante, sobre as mercadorias cuja origem e destino seja a região nordeste. Autoria, Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco. Relatoria: Senador Sibá Machado. O Parecer do Senador Sibá Machado nós poderemos em seguida encaminhar.

A questão nº. 02, trata de adequar tema de registro público, dispõe sobre inclusive emissão da certidão de óbito. Autoria: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, CONDESESUL. Relatoria Senador Gilvam Borges.

A questão 03, cria normas gerais para os plantões no sistema jurídico. Também do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, CONDESESUL. Relatoria, Senador Paulo Duque.

O próximo Item encaminha deliberação da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília nos dias 23 e 26 de maio de 2006. Autoria, Sr. Perly Cipriano. Relatoria, Senador Leomar Quintanilha.

O próximo Item, Item 05, é o Projeto de Lei do Senado nº. 490/2003, terminativo. Que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos e especialmente no que tratam as mulheres, crianças e adolescente. Autoria desse projeto é da Senadora Patrícia Saboya Gomes, Relatoria Senadora Fátima Cleide.

Projeto de Lei do Senado nº 50/2005, terminativo. Cria a Agência Nacional de Proteção à criança e adolescente. Autoria, Senador Cristovam, Relatoria Senadora Patrícia Saboya Gomes.

E o penúltimo Item, Projeto de Lei do Senado 163/2003 que dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes no Conselho Tutelar da Localidade, nos termos do art. 13 do Estatuto da Criança e Adolescente. Autoria Senadora Lúcia Vânia, Relatoria, Senador Suplicy.

E o último Item, não terminativo, é o que permite via o Projeto de Lei do Senado 216 que o trabalhador com mais de 60 anos de idade saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP. Autoria, Senador Paulo Paim, Relatoria Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Esse projeto também não é terminativo. Que consequentemente ele vai para outras Comissões.

Eu aproveitaria a presença do Senador Sibá Machado para que lesse de imediato o seu Parecer, já que é o Item 01, e a gente vai botar em votação após a leitura quando o número de Senadores estiverem presentes para permitir esse segundo ato, ou seja, a votação do seu parecer. Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, a sugestão sob exame apresentada pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, FIEP, em junho de 2006 visa ampliar o prazo de vigência e da isenção do adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante incidente sobre as mercadorias com origem ou destino às regiões norte ou nordeste, mediante alteração da Lei 9.432/97. O proponente argumenta que a isenção foi concedida com o objetivo de propiciar maior competitividade aos produtos daquelas regiões, a fim de compensar as desigualdades inter-regionais existentes com a extinção do adicional

em janeiro de 2007, teme que advenha prejuízo para a economia do norte e do nordeste.

Da análise, a solicitação da FIEP é objeto da Medida Provisória 340 B de 2006 que ampliou pelo prazo da isenção para as mercadorias com origem ou destino nas regiões nordeste e norte, exceto para a navegação de longo curso. A referida MPV foi aprovada na Câmara dos Deputados na forma do Projeto de Lei de Conversão nº. 12/2007 que depois aprovado no Senado Federal foi encaminhado à sanção presidencial em 17 de maio deste ano. Tendo em vista que a sugestão já foi atendida por Legislação provisória, que deverá em breve ser convertida em norma definitiva entende-se que por economia processual a matéria não deve continuar em tramitação.

Do voto: Visto do exposto, voto pelo arquivamento da sugestão de nº. 01/2007 nos termos no art. 102 E, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Feita a leitura pelo Relator da matéria, Senador Sibá Machado, nós colocaremos em votação no momento em que tivermos o número suficiente de Senadores presentes. Entendo eu que não é matéria polêmica. E o voto é pelo arquivamento da sugestão.

Eu passaria nesse momento a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para fazer a leitura também de um Projeto de Lei do Senado, não terminativo, 216/2007 aquele que permite ao trabalhador com mais de 60 anos de idade o saque de seus recursos acumulados do Fundo de Participação PIS/PASEP. Esse projeto também é terminativo nós só colocaremos em votação no momento que tivermos o número de Senadores suficiente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Feita a Não terminativo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paulo Paim, Senador Sibá Machado, é de sua autoria, Senador Paim, o Projeto de Lei do Senado nº. 216 que tem o objetivo de permitir que o trabalhador com mais de 60 anos de idade saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP. Isso implica reduzir em dez anos a idade mínima para saque dos recursos hoje definida em 70 anos. A Lei Complementar nº. 26 que unificou os fundos constituídos com os recursos Programa de Integração Social e do programa de formação do patrimônio do servidor público, instituídos pelas leis complementares 78 de 7 de setembro de 70, e 3 de dezembro de 70, dando origem ao Fundo de Participação PIS/PASEP.

O Decreto 4.751 de junho de 2003 que hoje regulamenta a matéria dispõe sobre o Conselho Diretor responsável pela gestão dos recursos a quem cabe a representação ativa e passiva do fundo e que tem entre suas atribuições a resolver os casos omissos, inclusive quanto aos pedido de saque. Ao mesmo tempo, o disposto no § 1º do art. 239 na Constituição Federal a ser referido aos critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas conduz a interpretação jurídica de que as situações passíveis de gerar direito ao saque integral da cota individual só podem ser estabelecidas mediante leis específicas.

A Lei Complementar 26 que hoje possui status de Lei Ordinária dispõe que a aposentaria, a invalidez e a transferência para reserva remunerada ou reforma dão direito ao saque integral dos recursos acumulados na conta individual. Ou seja, a retirada por motivo de casamento foi revogada pela Constituição de 88. Além disso, duas leis também específicas concedem o direito de saque àqueles acometidos por Aids ou câncer. São as leis. 7.670/88 e a Lei 8.922/94.

Em 1997 o Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP equiparou a aposentadoria por invalidez ao benefício assistencial de prestação continuada devido ao portador de deficiência e ao idoso. E em 2002, buscando a equivalência com as normas que regem o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, autorizou a liberação do saldo das contas dos participantes com idade igual ou superiores a 70 anos. Com isso, mais duas situações passaram a permitir o saque total dos recursos. Ou seja, o amparo assistencial ao idoso ou ao portador de deficiência e idade igual ou superior a 70 anos. Ocorre que essas duas últimas situações não foram definidas em lei, mas sim pelas Resoluções 3 e 6 do Conselho Diretor do fundo. Se ao que tudo indica a edição de tais resoluções, baseou-se na interpretação elástica do art. 8º, inciso XIII do Decreto 4.751. Este último, não a lei, estaria delegando ao Conselho Diretor a competência para instituir novas situações de saque. Já que tal competência, é conforme já mencionado, privativa da lei, conclui-se que tanto o Decreto quanto as resoluções ultrapassaram suas respectivas competências legais. Isto posto, ressalta-se que não há discordância quanto à oportunidade e conveniência da possibilidade de saque em casos de percepção de benefício assistencial e de idade avançada. Pelo contrário. É justo e recomendável que os portadores de deficiência e idosos pobres, bem como aqueles com 70 anos de idade, possam sacar os recursos acumulados em suas contas junto ao PIS/PASEP. Mais justo ainda é que a participação do fundo não tenha que completar 70 anos de idade o participante, melhor dizendo, não tenha que completar

70 anos de idade para efetuar tal saque. Como bem argumenta o autor do projeto, Senador Paulo Paim, a expectativa de vida do brasileiro atinge 71.9 anos. Em média. O que significa dizer que em média os trabalhadores não poderão usufruir plenamente os saques efetuados aos 70 anos. Esse é um dado importante e fundamental para a compreensão da proposição em tela. Ou seja, se a idade mínima permanecer para saque no FGTS dos idosos 70 anos, a idade média do brasileiro impede que essas pessoas usufruam do benefício previsto em lei. Já que a expectativa de vida média do brasileiro é de 71.9 anos.

Assim concorda-se plenamente com antecipação de 10 anos na idade mínima para saque integral dos recursos acumulados na conta do PIS e do PASEP.

Em vista do disposto, propõe-se que o Projeto de Lei além de preservar o mérito da proposta original, sanando ao mesmo tempo a falta de amparo jurídico do direito de saque por idade avançada e também regularize o direito ao saque integral por parte do beneficiário da renda assistencial concedida pelo INSS.

Por fim, há que se efetuar ajuste na redação da proposta de forma a fazer referência ao Decreto 4.751/2003 que revogou e substituiu o Decreto 78.276 de 17 de agosto de 76.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 216/2007 com as seguintes Emendas: A primeira. Dê-se à Emenda do PLS 216 a seguinte redação. A Ementa. A Ementa ficaria então redigida da seguinte forma. Permite-se que o trabalhador com mais de 60 anos de idade e aquele que receba benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência ou ao idoso de que trata a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 93, saquem seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP. A segunda Emenda altero o art. 1º do PLS com a seguinte redação: Art. 1º. Fica autorizada a liberação do saque das contas do Programa de Integração Social PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, PASEP, ao participante que tenha idade igual ou superior a 60 anos e receba benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso de que trata a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 93. E a última Emenda dá ao Parágrafo Único do art. 1º do PLS a seguinte redação: O Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto 4.751 de 17 de junho de 2003, regulamentará o disposto neste artigo. É o nosso parecer eminente Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior, como autor do projeto queria cumprimentar V.Exª, não só pelo brilhante

Relatório feito, mas também pelos duas Emendas apresentadas, que com certeza melhoraram e muito, tanto no aspecto técnico, no aspecto jurídico e também no aspecto social o projeto por mim apresentado. E dizer, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que esse projeto que agora apresentei e V.Exª relatou vem de encontro inclusive ao que manda o próprio Estatuto do Idoso. O Estatuto do Idoso ele assegura ao cidadão, homem ou mulher com mais de 60 anos o direito a receber todos os benefícios que a ele sejam destinados, a partir dos 60 anos. E infelizmente nesse caso ele teria que esperar até os 70 anos. Conseqüentemente com esse projeto, nós vamos apenas corrigindo uma lei que acabava ferindo a Lei Maior nesse caso que é o Estatuto do Idoso, já que em inúmeros debates que participei está comprovado e está aqui o Senador Flávio Arns que é o Relator que fez um substitutivo no Estatuto da Pessoa com Deficiência que o estatuto tem mais força que uma lei isolada.

Então, não dava para continuarmos com uma lei isolada se contrapondo àquilo que diz o Estatuto do Idoso. Que os direitos assegurados à pessoa idosa devem ser já a partir dos 60 anos. Por isso que eu cumprimento V.Exª pelo Relatório, tenho certeza que ele será aprovado, não é terminativo, naturalmente vai para outras Comissões, o debate continua, e lembro mais, que há um projeto do Senador Quintanilha onde ele avança. Ele diz que para ser coerente, a questão dos 60 anos é para o homem. E 55 anos para mulher. No princípio de que a mulher se aposenta cinco anos antes do homem.

Então, na verdade, a mulher, se nós analisarmos friamente, e eu sou favorável à proposta do Senador Quintanilha, que será votada na Comissão de Assuntos Sociais, creio eu a semana que vem, que haja também essa diferença. Já que o princípio da aposentadoria assegura a mulher cinco anos antes que o homem. E nesse caso específico nos estamos simplesmente segurando só 60 anos para homem e também para as mulheres.

Então mediante essa exposição feita por V.Exª, e eu fiz rápidas considerações, o projeto está em discussão, Senador Flávio Arns, é aquele que diminui de 70 para 60 anos o direito do idoso poder retirar o seu PIS/PASEP. Continua em discussão a matéria. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero só me associar à argumentação toda já externada por V.Exª e pelo Senador Geraldo Mesquita e também me colocar favoravelmente à tramitação dentro dos aspectos mencionados. Eu acho que a gente ter alternativas para a pessoa idosa é algo assim essencial. Inclusive nós temos aqui na Comissão de Direitos Humanos, a

Subcomissão Permanente da Pessoa Idosa. E é fundamental que achemos assim os caminhos para que a pessoa idosa tenha os seus direitos assegurados. Porque são tantas as dificuldades que... Em toda a discussão ocorrem pelo Brasil, seja na área da saúde, seja na área da educação, na área da habitação, na área do trabalho também, pessoas idosas que estão em lares de idosos também com os lares não recebendo qualquer tipo de recurso--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E às vezes estão com o PIS/PASEP trancado lá e não podem retirar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é. Do Poder Público. E mesmo aqueles idosos que estão em lares de idosos, e que têm o BPC, que é o Benefício da Prestação Continuada, e que teriam direito porque estão inclusive nos lares de idosos, e a gente até faz essa chamada de atenção das pessoas, mas isso é insuficiente, a gente vê hoje em dia, quer dizer, o salário mínimo teríamos que repensar assim como também V.Exª vem debatendo porque isso é insuficiente para a manutenção da pessoa idosa.

Então, medicamentos, por exemplo, está escrito na Constituição Federal que o atendimento é integral, é universal e é gratuito. Mas a gente vê as pessoas todas pelo Brasil comprando medicamentos. Em outros países, países desenvolvidos, a gente vê que a pessoa não precisa pagar pelo medicamento. Ou se paga pelo medicamento um outro País paga um percentual bastante baixo. Então iniciativas dessa natureza, com esta atenção que todos nós temos que dar para a pessoa. Eu até fico às vezes constrangido de falar pessoa idosa, porque muitas pessoas nessa faixa etária já brigariam comigo também. Mas dizer assim, olha, tem que realmente ter uma política, uma atenção e o projeto é muito bem vindo. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges... Então, como há o entendimento de todos e a assinatura agora também da Senadora Ideli Salvatti, nós botaríamos em votação os não terminativo no dia de hoje, no momento em que tivermos o número suficiente de Parlamentares já aqui para a votação.

Eu convidaria o Senador César Borges a fazer a leitura do Relatório em nome do Senador Gilvam Borges, de um projeto do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, CONDESESUL, que faz... O objetivo é adequar temas de registro público. Dispõe sobre a emissão de certidão de óbito. O voto é pelo arquivamento da sugestão, houve um amplo diálogo sobre o tema e virou praticamente unanimidade. Praticamente, não, é unanimidade. Eu solicitaria a V.Exª se pudesse

fazer o Relatório e logo em seguida nós podemos botar todos em votação.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Pois não, Sr. Presidente. Atendendo a solicitação de V.Exª, eu passo a ler o relato do Senador Gilvam Borges sobre a sugestão nº. 05/2007, que adequa a temas de registro público a emissão de certidões de óbitos. A Comissão passa ao exame da sugestão 05/2007 que apresenta como justificção o objetivo de simplificar questões rotineiras atinentes aos registros públicos adequando-as à Constituição Federal. A sugestão tem o seguinte teor. A certidão de óbito deve ser emitida no local do falecimento ou no local de residência do falecido. Inclusive pelo Sistema Único de Saúde, SUS. Devendo o tabelião comunicar o fato em 30 dias ao cartório de registro de nascimento. As uniões estáveis devem ser registradas no cartório de registro civil e os interessados podem lavrar no cartório documento especificando as obrigações do casal. Salvo suspeita de fraude, a conversão da união estável em casamento poderá ser feito no cartório de registro civil. Deverá ser averbado em cartório como transexual a mudança de sexo autorizada judicialmente. Compete ao Juiz de paz homologar habilitação para o casamento.

Quanto à análise, preliminarmente cumpre-se esclarecer que a alteração no ordenamento jurídico vislumbrado pelos integrantes do CONDESESUL atende aos requisitos formais e materiais, inclusive o de constitucionalidade. Pois a iniciativa popular está prevista no inciso III do art. 14, § 2º do art. 62 da Constituição Federal e também encontra amparo no inciso I do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria registro público e justiça de paz, por ser ramo do Direito Civil se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional em conformidade com o caput do art. 48 da Carta Magna sendo por isso de livre iniciativa dos Deputados e Senadores para sobre ela disporem.

A sugestão nº. 05/2007 mostra-se, porém vulnerável quando submetido ao exame de juridicidade e mérito. De fato a juridicidade de uma norma pode ser aferida como sucedâneo nos seguintes critérios: Adequação do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados. Generalidade normativa que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetido ao comportamento normativo comum. Inovação ou originalidade da matéria em face das normas jurídicas em vigor. Coercitividade potencial e compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio e com os princípios especiais de cada ramo da ciência jurídica. Na hipótese examinada, ainda que fossem adotados os meios adequados à apresentação da matéria sobre a forma de Projeto

de Lei, faltaria originalidade a sugestão nº. 5 para tornar possível aos interessados lavrarem documento com a definição de direitos e obrigações. Pois o art. 1.725 do Código Civil já dispõe que na União estável, salvo contrato escrito entre os companheiros aplica-se as relações patrimoniais no que couber o regime da comunhão de bens. A conversão da União estável em casamento civil também já é objeto de realização cotidiana com amparo no art. 1.726 do Código Civil que assim prevê. A União estável poderá reverter-se em casamento mediante pedido dos companheiros ao Juiz e assento no registro civil. Essa previsão esvazia esse tópico da proposta contida na sugestão nº. 05/2007. Falta também originalidade à sugestão igualmente no que tange ao registro de mudança de sexo, pois o tema está pacificado pela jurisprudência que recomenda a simples aplicação das disposições da lei de registros públicos para averbação do novo sexo no registro de nascimento conforme se observa a título de exemplo no acórdão em recurso especial de 21 de maio de 2007 do Superior Tribunal de Justiça do qual foi Relator o eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Quanto à certidão de óbito passar a ser expedido no local de residência do de cujus, contrata-se de alteração que se constituiria no retrocesso. Pois hoje consoante do que dispõe o art. 79 da lei de registros públicos, considera-se competente para o registro o ofício do local do óbito, onde são colhidas as informações pertinentes ao fato. Não havendo razão para deslocar-se esse registro para o lugar de residência. A propósito, o deslocamento do registro da certidão de óbito para o local de residência prejudicaria o registro de óbitos ocorridos a bordo de aeronaves e navios no exterior ou durante missões militares cujas circunstâncias orientam o direito às pensões.

Por fim, a sugestão de que o Juiz de paz homologue pedidos de habilitação para o casamento, deixa de considerar impossibilidade de a União mediante lei Federal interferir em assuntos de alçadas dos entes da federação. Nos termos da respectiva lei de organização judiciária. Além disso, a atribuição de competência aos juízes de paz para a homologação de pedidos de habilitação para o casamento adentraria tema afeto à magistratura, pois de maneira geral juízes togados em exercício de suas atividades nas varas de registros públicos são competentes para decidir sobre impugnações formuladas pelo Ministério Público. E sobre suspensão de impedimento suscitada por particular. Se acolhida à hipótese, o Juiz de paz iria muito além da previsão legal de casamentos e passaria a atuar como Juiz togado, o que não seria adequado.

Diante das considerações expendidas, nada obstante o mérito da iniciativa do CONDESESUL, versa-

do na sugestão nº. 5/2007 sobreleva os aspectos de juridicidade que recomendam a sua rejeição. Por isso, o voto com base nas presentes considerações é pela rejeição da sugestão nº. 05/2007. Esse é o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Se não há quem queira discutir, nós passaríamos para o Item próximo, e botaremos em votação no momento que tivermos o número de Senadores presentes para deliberar. Agora a leitura do Relatório. Nós estamos já fazendo.

Então passamos para o Item 03. Sugestão nº. 11/2007 que cria normas gerais para os plantões no sistema jurídico, autoria também do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, CONDESESUL. Relatoria ad hoc seria o Senador Paulo Duque. Passamos para o Senador Flávio Arns. Está com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão a sugestão nº. 11/2007 propondo a criação entre aspas de normas gerais para o plantões no sistema jurídico encaminhado pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul sediado no Município de Estrela do Sul Minas Gerais. Seus três primeiros artigos estabelecem que os plantões no sistema jurídico serão realizados no horário mínimo das 13h às 18h em locais a serem divulgados. Conjuntamente com outras informações pertinentes ao serviço pelo site eletrônico do órgão responsável pelo plantão devendo ser remetido o Relatório acerca de tal plantão aos órgãos correccionais respectivos. Os dois últimos artigos propõem a regulamentação da lei no prazo de 180 dias e a sua entrada em vigor na data da publicação revogadas as disposições em contrário. A matéria segue-se cópia do Ofício nº 70 de 20 de maio de 2007, subscrito pela Presidência do referido Conselho encaminhando a sugestão a esta Comissão acompanhada de cópia da Ata da Assembléia Geral de 21 de março de 2006 quando se deu eleição da direção da referida entidade e do seu estatuto a fim de comprovar que se trata, entre aspas, de Associação Civil de Direito Privado. Na justificação da matéria argumenta-se que se faz necessário um melhor mecanismo de prestação do serviço de plantão nos órgãos jurídicos, pois atualmente há uma grande quantidade de órgãos em plantão, mas os profissionais costumam ficar em suas casas, o que traz pouco resultado à eficácia, bem como dificulta o acesso ao povo.

Análise. O art. 102 E, do regimento interno do Senado Federal prevê o recebimento pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa de sugestões legislativas formuladas por associações com possibilidade de serem transformadas em proposições legislativas na hipótese de receberem parecer favorável.

Ou encaminhados ao arquivo se o parecer for contrário. Não há, portanto, óbice quanto a admissibilidade da matéria para exame da Comissão uma vez que a cópia do estatuto da entidade comprova que se trata de associação civil de Direito Privado um dos entes legitimados a apresentar sugestões nos termos no disposto no inciso I do art. 102 e do Regimento Interno. Não obstante no que concerne a forma, a matéria teria que se adequar melhor à técnica Legislativa, pois a minuta de projeto encaminhada não contém epígrafe nem preâmbulo, a sua Ementa imperfeita, o seu art. 5º não atende às recomendações da Lei Complementar nº. 95 de 26 de fevereiro de 98 que em seu art. 9º expressamente dispõe que a cláusula de revogação deverá numerar expressamente as leis ou disposições legais revogadas, ficando assim vedada a cláusula revogatória de caráter geral. Outrossim, a mesma Lei Complementar no caput do seu art. 7º estabelece que o primeiro artigo do texto indicará objeto da lei, e o respectivo âmbito de aplicação. O que não foi observado na elaboração da minuta em análise. Merece menção em outro aspecto que emprego do termo jurídico na minuta do projeto aditivando o sistema ou plantão dá uma abrangência imprópria e demasiadamente vasta ao âmbito de aplicação da norma proposta, uma vez que esse vocábulo tem a ver com tudo que diz respeito ao direito, ao passo que o termo mais adequado a nosso ver deveria ser judicial. Que é empregado comumente para indicar ou exprimir todos os atos ou todas as coisas que se fazem em juízo ou segundo a autoridade do Juiz e que pertencem à justiça. Contudo, a mais grave falha constatada diz respeito à constitucionalidade formal. A teor do que dispõe o art. 96 inciso I, alínea A da Constituição Federal, segundo a qual compete privativamente aos tribunais dispor sobre o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos, de maneira que fica vedado ao Congresso Nacional propor ou sequer apreciar matérias legislativas com esse propósito, como a matéria vertida na sugestão em apreço.

Voto: Evidenciada a existência de vício de inconstitucionalidade formal na proposta de que trata a sugestão nº. 11/2007, opinamos pelo seu encaminhamento ao arquivo. Este é o parecer do Relator Senador Paulo Duque, e que eu estou relatando como Relator ad hoc.

Queria fazer algumas considerações, Sr. Presidente, porque existem, no meu ponto de vista, óbices, vamos dizer, quanto à elaboração do projeto. Eu acho que como o próprio Relatório coloca, esse não seria o motivo para a rejeição do projeto. Porque até a gente pode imaginar que por se tratar de uma Comissão de Legislação Participativa, e a sociedade poder opinar,

propor, que eles não têm a obrigação de terem também todos aqueles requisitos para apresentar um projeto na formalidade exigida pelo projeto. Mais importante ver, eu diria a idéia, a idéia que vem da sociedade, se for uma idéia boa até a Assessoria do Senado pode colaborar para colocar isso numa formatação adequada. Porém, existe o óbice formal constitucional, que não compete ao... Quer dizer, ao Congresso Nacional emitir opiniões dessa natureza porque é uma competência privativa dos tribunais dispor sobre isto. Contudo, pessoalmente, eu acho que a preocupação é muito pertinente em relação a plantões, inclusive em função daquela notícia que saiu num dos jornais de abrangência nacional onde a Juíza foi para fora do prédio fazer plantão na frente do prédio. Porque o prédio estava fechado, não poderia funcionar naquela hora, e pelo que eu me lembro, assim, era uma Juíza que era da área da infância da criança e do adolescente. E naturalmente ela teria que prestar o serviço dela de noite porque ela iria fazer investigações, ou visitas, em locais onde as pessoas, jovens principalmente adolescentes, não poderiam estar de acordo com a lei. E não poderia fazer isso.

Então, eu sugiro retirarmos, eu pediria, não sei qual seria o procedimento, até pergunto para a Secretaria, para encaminharmos esta preocupação talvez para o Conselho Nacional de Justiça. Para que o Conselho Nacional de Justiça faça uma recomendação ou o que for necessário dentro dos regimentos do Conselho Nacional de Justiça para que estas preocupações sejam levadas em conta no debate que se faz no Conselho Nacional de Justiça.

Então, minha opinião, Sr. Presidente, como Relator ad hoc, eu diria, vou retirar de pauta para reexame da matéria para fazer um encaminhamento de natureza diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com esse encaminhamento proposto por V.Exª, essa matéria nós não votaremos hoje. Ela sai de pauta e na próxima reunião V.Exª apresenta então essa sugestão que nós com certeza aprovaremos e encaminharemos para o órgão competente.

Eu vou solicitar de imediato à Senadora Patrícia Saboya que convoque seu ponto de vista sobre o PL que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e Adolescente, já que ela é Relatora. O Item 6.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu já fiz inclusive meu parecer sobre essa matéria. Acho que ela tem um mérito muito importante e tive já conversando com o Senador Cristovam Buarque, mas eu fui procurada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança, o CONANDA, que me pediu para analisar com pouco mais de detalhamento,

de rigor esse projeto porque eles têm algumas ponderações a fazer. Tenho certeza que o Senador Cristovam Buarque não irá se importar, pelo contrário, acho que é mais uma forma de tentar aperfeiçoar o seu projeto. Portanto, eu peço a V.Ex^a, se possível, que retire de pauta para que eu posso fazer essa análise ao lado do Conselho Nacional dos Direitos da Criança que eu tenho todo o respeito e tem orientado e me ajudado muito no meu mandato, em todos os sentidos, todas as proposições que eu faço acho muito importante ouvir o Conselho Nacional dos Direitos. Então como eles têm feito essa ponderação, eu peço a V.Ex^a que, se possível, retire de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Atendido a solicitação de V.Ex^a. O projeto sai de pauta. E como a Senadora Lúcia Vânia comunicou que não vai poder estar nessa reunião, embora esteja no Congresso ela é autora de um projeto e o Senador Eduardo Suplicy é Relator, o Senador Eduardo Suplicy pediu que nós colocássemos em votação, também não é votação nominal, é só uma adequação de redação. Então eu pediria ao Senador Mesquita Júnior se pudesse apresentar em nome do Senador Eduardo Suplicy que esteve neste momento aqui, mas está numa reunião da bancada do bloco com o Ministro Tasso Genro, é uma leitura simples porque não será polêmica, inclusive foi uma recomendação da Secretaria-Geral da Mesa que a gente fizesse uma adequação de redação.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, por favor. É o Item nº. 07, Projeto de Lei do Senado nº. 163/2003.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Passo a ler então o Relatório proferido pelo Senador Eduardo Suplicy. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu o Projeto de Lei do Senado 163/2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia para reapreciação desta Comissão em razão da adequação ao projeto aos termos do inciso III do art. 7º da Lei Complementar 95/98, que dispõe sobre a elaboração à redação alteração e consolidação das leis conforme determina o Parágrafo Único do art. 59 da Constituição Federal, estabelece normas para consolidação dos atos normativos antes de enviá-la à revisão da Câmara dos Deputados.

A referida proposição altera os artigos 13 e 136 da Lei 8.069 de julho de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para dispor que a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao Conselho Tutelar da localidade e dá outras providências. O PLS 163/2003 tramitou e foi aprovado aqui nessa Comissão e na Comissão de Constituição e Justiça com Emendas respectivamente em fevereiro de 2007 e em setembro de 2005 determina que os casos suspeitos ou confirmados de

maus-tratos contra criança ou adolescente são obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade. Definindo, outrossim, o conceito dos mencionados maus-tratos onde se incluem as agressões físicas, psicológicas e sexuais, as sevícias físicas, o abuso sexual, a crueldade mental, a tortura, a negligência, o abandono, a privação de alimentos e o rapto, retornando à Comissão de Direitos Humanos para adequação à técnica legislativa. A tipificação do que se entende por maus-tratos baseia-se na classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde da Organização Mundial de Saúde, adotado oficialmente em nosso País.

Não foram oferecidas Emendas e a análise dá conta de que em que pese a proposição atender aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, na votação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, e já tendo sido analisado o mérito e relevância da proposição, tanto na CCJ como na CDH nos... A observação do Senador Suplicy é de nos determos tão somente à recomendação de que trata o Ofício 656/2007 de abril de 2007 a presidência do Senado solicitando a adequação do texto da matéria aos termos do inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº. 95/98. Antes de enviá-la à revisão da Câmara dos Deputados que determina:

Art. 7º: O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito da aplicação observados os seguintes princípios. III) O âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico científico da área respectiva.

Pelo exposto, Presidente Paim, e Srs. Senadores e Sr^a. Senadora, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nos termos das Emendas a seguir:

Emenda nº. 01. A Ementa do Projeto de Lei do Senado nº. 163/2003 passa a ter a seguinte redação. Altera os artigos 13 e 136 da Lei 8.069 de 13 de julho de 90, Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao Conselho Tutelar da localidade e dá outras providências. Emenda nº. 02. O art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº. 163 passa a ter a seguinte redação. Os artigos 13 e 136 da Lei 8.069 de 13 de julho de 90 passam a vigorar com as seguintes alterações. Art. 13: Os casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra criança ou adolescente são obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.

§ 1º. São alcançados pela obrigação de que trata o caput as pessoas encarregadas por razão de ofício ou ocupação do cuidado, assistência ou guarda de

crianças ou adolescentes. Os professores e as escolas de todos os graus. Os trabalhadores de saúde e os serviços de saúde, as autorizadas policiais. Em suma, essas pessoas estão vinculadas ao cumprimento dessa determinação.

§ 2º. A comunicação de que trata o caput se fará independentemente do atendimento que se fizer necessário à criança ou adolescente maltratado e sem prejuízo de outras providências legais.

§ 3º. Para os efeitos desta lei, caracterizam-se como maus-tratos quaisquer atos que causem sofrimento físico ou psíquico indevido, tais como: agressões físicas, psicológicas e sexuais, sevícias físicas, abuso sexual, crueldade mental, tortura, negligência, abandono, privação de alimentos e o rapto.

§ 4º. O Ministério Público Federal com base no que dispõe os incisos II e IV do art. 8º da Lei Complementar 75 definirá o sistema de informação necessária a observação sistemática e ativa dos casos de maus-tratos a crianças e adolescentes no mínimo quanto a seus propósitos, princípios organizadores, meio materiais, atividades, sistemas e modalidades operacionais.

§ 5º. O Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal coordenarão no âmbito de suas respectivas atribuições o sistema de informação de que trata o caput, executando de forma complementar as ações que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento. O inciso XII do art. 136 implantar, operar e manter o sistema de informações necessário à observação de casos de maus-tratos à criança e adolescentes comunicados no termo do art. 13. E o art. 2º dispõe sobre a entrada em vigor do dispositivo. É esse o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a leitura dos relatórios das matérias em pauta, a não ser que alguma nós tenhamos ainda que encaminhar, eu vou a partir desse momento encaminhar a votação sem primeiro deixar naturalmente de pedir a todos que no momento da votação eu possa fazer uma inversão de pauta, começando por esse Relatório, o último lido, em seguida, que é o sétimo, em seguida o oitavo, depois o 6, o 5, o 4, o 3, o 2 e 1. Se concordam com essa inversão de pauta...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Desculpa, Senador Paulo Paim, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu fiz a leitura dos relatórios para termos o número suficiente de Senadores para votarmos os projetos não terminativos. E nesse momento aproveitando o último Relatório lido, eu começaria, claro, vamos ter a discussão, a votação pelo Item 7. Em seguida votaríamos o Item 8, também não terminativo, depois o 6,

o 5, o 4, o 3, o 2 e o 1, claro, atendendo a solicitação daqueles que vão sair de pauta mediante a...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Eu queria fazer só também mais uma ponderação, viu Senador Geraldo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero aprovar a inversão de pauta. Ninguém é contra a inversão de pauta? Inversão de pauta aprovada, continua em discussão o Item 7.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Para discutir o Item 7, eu concordo com tudo que está aqui no Relatório, mas a própria consultoria do Senado me pede, Senador Geraldo Mesquita, que tem mais alguma coisa que precisa ser feita em relação à técnica legislativa de redação.

Então, eu pediria se fosse possível encaminhar não sei se pode... Se esse trâmite pode acontecer, encaminhar novamente à consultoria.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu tenho certeza absoluta que o Senador Suplicy não se oporia em que, eu como Relator ad hoc, retire o projeto para que a gente submeta na próxima Sessão para atender a solicitação de V.Exª.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Eu agradeço, Senador Geraldo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Atendida a solicitação da Senadora Patrícia, o Senador ad hoc, o Senador Geraldo Mesquita Júnior vai encaminhar para a redação final ficar muito clara junto à consultoria e votaremos na próxima Sessão. Para discutir a matéria Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): [pronunciamento fora do microfone]... sobre a matéria estiver encerrada, eu queria falar um assunto sobre uma outra matéria que eu não estava presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos botar agora pela inversão de pauta por mim apresentada o Item 8. O Item 8 também foi o Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior que permite que o trabalhador com mais de 60 anos de idade saquem seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP. Também não é terminativo. Se sobre esse tema alguém quiser ainda se posicionar, nós votaríamos esse primeiro Item. Daí vamos para o Item 6 e V.Exª falará no momento que entender adequado Item por Item.

Então em votação o Item 8, Projeto de Lei do Senado não terminativo que permite ao trabalhador retirar o PIS/PASEP com 60 anos. Senadores e Senadoras que se encontram... Favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. O Item 7 saiu de pauta, não será votado. O Item 6 saiu de pauta por sugestão da Senadora Patrícia Saboya Gomes, vamos para o Item 5. O

Item 5 foi o Relator Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos especialmente dos que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. Esse projeto é terminativo, Senador Flávio Arns. Na verdade é da Senadora Patrícia Saboya Gomes. A Relatora é a Senadora Fátima Cleide. Eu ia dar para V.Ex^a fazer o Relatório ad hoc. Mas como ele é terminativo nós não poderemos votar. Então esse nós não votaremos. Vamos agora para o Item 4 também não terminativo. Esse eu vou encaminhar como Relator ad hoc ao Senador Mesquita Júnior, que trata o Item 04, ofício S nº. 8 de 2006, ofício externo nº. 133 de 19/06/2006, na origem. Encaminha deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos Da Pessoa Idosa realizada em Brasília no período de 23 a 26 de maio de 2006. Autoria, Sr. Perly Cipriano. Relatoria, Senador Leomar Quintanilha. Eu pediria que o Relator ad hoc, Senador Geraldo Mesquita Júnior, faça a leitura e coloque o seu parecer para que a gente possa em seguida deliberar sobre a matéria. Já informo que a decisão do Relator principal é pela remessa ao arquivo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Isso. O Relator é o Senador Leomar Quintanilha e com muito prazer profiro a leitura do seu Relatório, que vem a exame dessa Comissão o ofício S nº. 8/2006 da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Esse documento é assinado pelo Sr. Perly Cipriano, Presidente do Conselho Nacional do Direito dos Idosos, e encaminha ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, as deliberações da primeira Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Além do preâmbulo, o documento constitui de oito partes que sistematizam as deliberações relativas às ações efetivação dos direitos da pessoa idosa, violência contra os idosos, saúde da pessoa idosa, Previdência Social, assistência social à pessoa idosa, financiamento e orçamento público, educação, cultura esporte e lazer e controle democrático. Eu tenho certeza absoluta que trata-se de um condensado de grande importância para todos nós e... As 290 deliberações constantes do documento em exame cuidam principalmente de matéria típica de iniciativa do Poder Executivo nas três esferas do Governo conquanto contemplem também assuntos afetos à competência dos demais poderes. No que concerne ao Poder Legislativo Federal, expressivo número de deliberação tratam de assuntos que são objeto de proposições ora em tramitação nas duas Casas. Exemplo desses fatos são Projeto de Lei da Câmara nº. 83/2006 que institui o Programa Disk Idoso. O projeto 129 que modifica a Lei 10.741 de 2003 para reservar em favor dos idosos 5% das unidades

residenciais dos programas habitacionais públicos, ou subsidiá-los com recursos públicos. E o PL 6.015/2005 que cria o Fundo Nacional do Idoso. A mais significativa contribuição do Congresso reconhecimento de que as pessoas idosas devem receber tratamento especial da sociedade é sem dúvida a aprovação do Estatuto do Idoso. A Lei 10.741/2003 que trata dos direitos dos idosos de forma abrangente e nas mais diversas áreas. A propósito recordamos que tramita no Congresso Nacional 18 proposições de alterações do mencionado estatuto, com a finalidade de adequar as disposições de proteção à pessoa do idoso, que constituem esse importante diploma legal.

Em razão do exposto, opinamos pela manifestação de que essa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tomou conhecimento do Ofício nº. 8 da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e por sua remessa ao arquivo. Complemento apenas sugerindo, Senador Paulo Paim, que todos nós nos debruçemos sobre o apanhado de toda essa Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, porque tenho certeza absoluta que se constitui indicativos e subsídios importantes para que aprofundemos o nosso conhecimento acerca de tema tão fundamental e tão importante que é o tema dos idosos no nosso País. É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu queria perguntar a V.Ex^a porque nós temos aqui na Comissão de Direitos Humanos a Subcomissão Permanente do Idoso. E o que o Conselho Nacional da Pessoa Idosa coloca é um conjunto de sugestões em termos das mais diversas áreas. E realmente receber um documento dessa importância, magnitude e tomarmos conhecimento e mandarmos para o arquivo, acho que a gente poderia fazer mais coisas. Entre elas eu diria assim remeter esse documento para debate e alguma coisa para a... Antes de mandar para arquivo, mandar para a Subcomissão Permanente da Pessoa Idosa para que ela faça a tomada de providências que for necessário em função do documento. Talvez chamar o Conselho Nacional da Pessoa Idosa para explicar, discutir, nos aprofundarmos. E claro, depois de tomadas as providências, o documento vai para o arquivo.

Então, queria sugerir para o Relator ad hoc, Relator Geraldo Mesquita, que talvez a gente pudesse... Tomou conhecimento do ofício da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e na Presidência da República, e por sua remessa à Subcomissão Permanente da Pessoa Idosa para análise, discussões e providências.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tenho certeza que o Senador Geraldo Mesquita

Júnior acata o seu encaminhamento. Ele está propondo que esse Relatório primeiro seja remetido à Subcomissão do Idoso e depois da apreciação volte ao Plenário para aí sim nós encaminharmos ao arquivo. Como um documento à Casa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Flávio Arns sempre com muita precisão colocando sua preocupação. Muito justa. É claro, sem qualquer óbice ao encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acatado pelo Relator, o Relator faria uma nova consideração no seu Relatório no momento apresentado ad hoc, e nos faríamos a apreciação no momento adequado. Será remetido a partir do Relator para Subcomissão do Idoso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, eu queria aproveitar a oportunidade para mencionar a presença no nosso Plenário Deputado Cláudio Diaz, do Rio Grande do Sul da sua terra, eminente amigo e membro do Parlamento do Mercosul e que hoje participa de uma Comissão absolutamente de extrema importância, reunindo Parlamentares dos países que fazem parte do Mercosul para tratar da questão da aftosa nas nossas fronteiras. Deputado Cláudio Diaz tem se havido com muita propriedade, muita eficiência nesse trabalho e me traz agora notícias importantes, resultado do seu esforço e do seu trabalho no apanhado dessa situação, e no esforço da proteção que o País exerce no combate, esse é um assunto de muito interesse do Senador Jonas, tenho certeza, está aqui o Deputado Cláudio Diaz. Membro do Parlamento do Mercosul e Vice-Presidente da nossa representação brasileira no Parlamento do Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado, primeiro a alegria de recebê-lo aqui conosco, nesse momento. Também dizer da nossa alegria de saber que o Senador Mesquita Júnior foi eleito Presidente da representação do Parlamento Brasileiro no Mercosul, e V.Ex^a é Vice-Presidente, V.Ex^a que é um estudioso também desse tema da agropecuária. E conseqüentemente nós nos vimos prestigiados nesta Sessão e eu quebrando o protocolo, atenderia se V.Ex^a quisesse fazer uma saudação a esta Comissão, V.Ex^a está com a palavra.

DEPUTADO CLÁUDIO DIAZ (PSDB-RS): Um bom dia a todos os Senadores. A honra, satisfação, o privilégio de poder estar aqui com os senhores, estar a serviço do Senador Geraldo Mesquita nesse trabalho importantíssimo que foi a criação do Parlamento do Mercosul, a integração sul-americana que sem dúvida deverá trazer frutos, Senadores e Senadora, da mais alta importância e significado. A própria criação da

Comissão que trata da erradicação da febre aftosa no Cone Sul traz para o Brasil e para os países membros a possibilidade de uma relação melhor na questão comercial das proteínas de origem animal como a bovina e a suína que somos punidos por taxas e sobretaxas que o mercado comum europeu estabeleceu e outros mercados, e nós estamos através desse projeto trabalhando no sentido de diminuir essas diferenças, de estabelecermos um sistema sanitário correto e para com isso termos melhores condições na Mesa de negociação. Eu fico, meu caro conterrâneo Paim, Senador do qual eu tenho profunda admiração, a oportunidade de estar nesta Comissão a satisfação e a disposição dos senhores para quando necessário e ser tratado assuntos dessa área estar a serviço também do Senado Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Cláudio Diaz. Vice-Presidente da representação do Mercosul no Parlamento. É uma alegria enorme recebê-lo aqui. V.Ex^a que representa muito bem o Rio Grande do Sul e o Brasil nesse tema tão importante e deixo aqui meus cumprimentos pela posse de V.Ex^a na Vice-Presidência da representação do Parlamento brasileiro no Mercosul.

Então como saiu de pauta o Item 4, nós vamos para o Item 3. O Item 3 foi aqui relatado pelo Senador Flávio Arns como Relator ad hoc, ele cria normas gerais para os plantões do sistema jurídico. E a sugestão, o Relatório principal feito pelo Senador Paulo Duque é pelo arquivamento da sugestão. Se algum Senador ainda quer discutir a matéria, senão nós vamos colocar em votação. Relator ad hoc com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que eu havia solicitado, Sr. Presidente, como Relator ad hoc que o Item fosse retirado de pauta para haver uma sugestão daqui para talvez o Conselho Nacional de Justiça. Então eu solicitei a retirada de pauta--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Retirado de pauta então o Item 3. Por sugestão do Relator ad hoc.

O Item 2, o Relator foi o Senador César Borges. Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, votou pelo arquivamento da sugestão. É uma sugestão que adequa temas de registros públicos. Dispõe sobre a emissão de certidão de óbito. Em discussão a matéria. Não há quem queira discutir, vamos à votação. Em votação o Relatório do Senador César Borges. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Relatório.

Vamos agora ao Item 1. O Item 1 foi o Relatório foi feito aqui na Sessão pelo Senador Sibá Machado, a autoria Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, que diz altera a Lei 9.342 de 97 com vistas

à ampliação do prazo de isenção do adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante. Sobre as mercadorias cuja origem e destino sejam as regiões norte e nordeste. O voto foi pelo arquivamento. Em discussão. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, só uma questão inicial. Quem relatou foi o Senador Sibá Machado hoje aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Hoje pela manhã. Fez a leitura do seu relatório. Só que eu não votei sem a presença... Para debater a matéria.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): O Senador Sibá Machado não pode estar presente nesse momento, eu gostaria de discutir essa questão porque inclusive eu tenho um projeto que está na Comissão de Assuntos Econômicos com relação a este assunto. E há uma justeza muito grande da proposta da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, e o meu projeto é no sentido de atendimento. E explico porque, Sr. Presidente. Quando foi criado o adicional de frete para a renovação da Marinha Mercante na Lei 9.432/1997, esse adicional não foi cobrado sobre as ações de Marinha Mercante na região norte e nordeste. Pelo entendimento de que essa região não poderia estar pagando um adicional do transporte aquaviário para que fosse subsidiado o desenvolvimento da Marinha Mercante que se dá essencialmente nos Estados do sudeste, em especial no Rio de Janeiro. Então, não seria justo que o norte e nordeste que tem uma diferença histórica, do ponto de vista de desenvolvimento econômico com as outras regiões mais desenvolvidas que pagasse adicional. Foi dada isenção por dez anos. Essa isenção está agora se extinguindo no ano de 2007. Haja vista que a lei é de janeiro de 1997.

Pois bem, a nossa luta, e isso foi encampando na Câmara dos Deputados e depois aqui, era no sentido de que essa isenção fosse prorrogada por mais 10 anos. Entretanto, não foi esse o entendimento do Governo. O Governo ele encaminhou uma Medida Provisória que foi transformada em projeto de conversão nº. 12 onde não dava a prorrogação para a região norte e nordeste. Depois de alguma negociação o Governo resolveu acatar e deu a prorrogação apenas para operações relativas à cabotagem, que é a navegação que se dá entre os portos nacionais, e o aquaviário, através das nossas hidrovias internas no norte e nordeste. Mas, em relação a longo curso, as exportações e importações onde o nordeste brasileiro cresce e procura crescer cada vez mais até no esforço nacional de exportar e de importar, está, Senadora Patrícia, o nordeste obrigado a contribuir e isso acresce em entorno de 20 a 30% do custo do frete marítimo para o exporte(F) dessa região

do norte e nordeste. Nós achamos mais uma injustiça cometida com o norte e nordeste. Tanto que eu tenho um projeto que está na CAE, está lá inclusive para o Senador Tasso Jereissati ser o Relator na CAE. Espero que ele possa agilizar esse trâmite. Onde toda essa explicação está dada na justificativa do nosso projeto. E essa consequência de impactar 25 a 30% do custo do frete marítimo das nossas exportações e importações eu acho injustiça que queira se desenvolver a indústria da Marinha Mercante da construção naval no Rio de Janeiro, e em outros Estados, poderia ser argumentado: Não, agora vai se fazer um pequeno navio da PETROBRAS no Estado de Pernambuco. Mas veja bem, a Federação da Indústria de Pernambuco que solicita a essa Comissão que possa ela articular no sentido de que a referida isenção seja estendida por mais alguns anos. A nossa proposta é que seja estendida por mais dez anos como foi inicialmente em 1997.

Então, Sr. Presidente, eu acho que... como nordestino e aqui eu encontro com Senadora Patrícia que também é do nordeste, que nós pudéssemos acatar essa, na verdade uma proposição da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco com a sugestão, e pudesse articular. Eu tenho um projeto, houve já aprovação dessa Medida Provisória transformada em projeto de conversão. Entretanto, acho que podemos fazer algo. Não vamos desistir. Então eu não gostaria que fosse pelo arquivamento. Essa é uma proposição com certeza que tem méritos e eu sou contrário. Eu queria defender aqui e pedir o apoio aqui desta Comissão para que nós pudéssemos acatar essa sugestão da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco e o encaminhamento acredito que teria V.Ex^a de sugerir qual seria o encaminhamento mais correto para a sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está em discussão a matéria. Em seguida eu dou o encaminhamento que eu entendo mais adequado no momento. Está em discussão a matéria.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Eu concordo com o Senador César Borges. Eu acho que não devemos arquivar. É uma sugestão importante que terá um impacto muito importante e fundamental para os Estados do nordeste. Estados do nordeste que vêm sofrendo ao longo de tanto tempo aí a discriminação, de dois países, um rico e outro pobre, nós agora mesmo o Ceará continuamos lutando por uma siderúrgica, em que já por diversas vezes teve o compromisso e a palavra do Presidente Lula, e estamos vendo claramente uma resistência por parte da PETROBRAS em instalar... Ou seja, não da PETROBRAS para ser mais exata, mas do Presidente da PETROBRAS, o Sr. Gabrielli, para a instalação dessa siderúrgica que será a

primeira do nordeste e irá gerar um impacto muito importante no nosso Estado, e em todo o nordeste, em função de que ali nós vamos produzir placas de aço, iremos exportar, porque ali nós iremos conseguir um impacto importante na geração de renda, de emprego, criação de novos empregos, e o nordeste, mesmo com essa determinação que tem dado o Presidente Lula e já fez em praça pública, continua sem ser atendida pela PETROBRAS.

Então, eu acho que nós temos que estar muito atentos, nós nordestinos que representamos os nossos Estados, em relação a esse tipo de coisa. Eu concordo com o Senador César Borges e já que ele tem um projeto que está tramitando na Comissão, eu também sou contra o arquivamento dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Continua em discussão a matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, sem sombra de dúvida nós precisamos apoiar todas as iniciativas que possam diminuir a desigualdade regional e favorecer nossos Estados mais pobres. O fato é que o Brasil precisa ressurgir a sua navegação de cabotagem. Não faz sentido nenhum nós termos hoje, por exemplo, um frango vendido no Rio Grande do Sul, e ser entregue no interior da Bahia, ou no Ceará de caminhão. Até porque a nossa infraestrutura ela é extremamente precária. E faltam recursos para ampliá-la e mantê-la em boas condições. De tal maneira, Sr. Presidente, é que eu acho que... que essa é uma matéria já, vamos dizer assim, já objeto de uma Medida Provisória que seguramente será aprovada. Mas há objetivos nacionais... Queria apenas fazer essa observação. Que deve unir o esforço de todos os brasileiros. Até porque, Sr. Presidente, a região sudeste acaba sendo um grande refúgio. Uma fonte para muitos irmãos nordestinos. Caso da minha família, que veio do nordeste em busca de condições melhores.

E Sr. Presidente, na verdade determinadas ações de infra-estrutura no País requer que todos nós possamos estar unidos. O Presidente Lula tem tido esse esforço. Quer dizer, nós discutimos muito aqui levar uma refinaria de petróleo para a região nordeste. Discutimos também e que tem o apoio de todo o Congresso. Discutimos também levar a indústria naval para Pernambuco. O Brasil nos próximos anos vai investir pesado na sua indústria naval. Embora que Pernambuco seja apenas um Estado do nordeste, em breve certamente vai precisar de recursos no fundo de Marinha Mercante. Nós precisamos também, por exemplo, nesse esforço de explorarmos energia da biomassa brasileira, um esforço nacional. Vai, vamos dizer assim, ter grande impacto na região do centro-oeste brasileiro. Nessa região do centro-oeste brasileiro essa iniciativa vai

precisar de recursos, de incentivos para, vamos dizer assim, deslanchar.

De tal maneira, Sr. Presidente, que sem sombra de dúvida acho que precisamos apoiar todas as iniciativas que diminuam a desigualdade regional. Vivi no sertão, trabalhei no sertão, apliquei os recursos dos meus direitos autorais numa obra do sertão, o Senador César Borges sabe disso, quanto eu amo e respeito nossos irmãos sertanejos e só gostaria de lembrar de que há determinados esforços de interesse nacional que vai requerer seguramente o esforço de todos porque o benefício também, Sr. Presidente, será o de todos. Agora, concordo de que a indústria naval precisa ter também seus estaleiros desenvolvidos na região nordeste até porque, Sr. Presidente, há uma grande quantidade de funcionários dos estaleiros do sudeste que são de origem nordestina. E é, portanto, nada mais natural, Sr. Presidente, de que os estaleiros também se desenvolvam lá na região nordeste.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, eu poderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, está inscrito o Senador Jonas Pinheiro, Senador Quintanilha, e depois o Senador César Borges. Só para ajudar... Teríamos dois encaminhamentos. Ou vista... Agora também se o Plenário entender que deve ser votado, vai ser votado. Senador Jonas Pinheiro, Senador Quintanilha e Senador César Borges.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr. Presidente, nós estamos envolvidos numa Comissão composta pelo Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, as organizações das cooperativas brasileiras, a Confederação Nacional da Agricultura, dois Senadores e cinco Deputados Federais tratando do alto endividamento do agronegócio brasileiro. E nós dividimos essa negociação em três partes. A primeira parte é a negociação dos produtores que devem às empresas fornecedoras de insumos. Isso já faz parte de uma Medida Provisória que está sendo já votada aqui no Senado. A segunda parte da dívida são as dívidas de investimentos junto aos agentes financeiros. Também já foi negociado e eu como Relator da Medida Provisória que trata de endividamento já consegui incluir essa negociação segunda dentro do texto do projeto de conversão. E a terceira fase da negociação dessa dívida é dívida que vai acima de 30 bilhões de reais. É de fato baixar o custo de produção para que o produtor tenha renda na sua atividade. Os produtores do Rio Grande do Sul têm produzido cada vez mais, porém está ficando cada vez mais pobre. Por quê? Porque o custo de produção é maior do que a receita que ele

tem na sua atividade. E com certeza o preço de frete, de cabotagem no Brasil é muito alto.

Então, eu entendo que esse assunto é um assunto que nós estaremos discutindo como um dos fatores de aumento de custo de produção das atividades agrícolas do Brasil. Portanto, eu sou plenamente a favor de que esta isenção continue, sobretudo, no norte e no nordeste, como está especificado. Portanto, o meu voto é pelo argumento do Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Quintanilha, para discutir a matéria.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eminente Srs. Senadores, eu manifesto aprovação e caminho na direção da opinião expendida aqui pelo eminente Senador César Borges de que a questão, e esse assunto merece uma discussão mais ampla antes de ir para o arquivo. O que diria quem representa um estado mediterrâneo, com relação à navegação, sobretudo navegação de cabotagem. Mas nós no Tocantins esperamos construir a nossa estrutura de transporte embasada também na modal de transporte mais barata que é o sistema aquaviário e que nos permitirá uma integração com os portos brasileiros, principalmente os portos da região norte. E aí sim a navegação de cabotagem da região norte poderá beneficiar o Estado de Tocantins. E eu entendo que esse esforço que nós deveremos fazer não será com a ampliação de impostos que nós poderemos consolidar essa estrutura de transporte aquaviário. [soa a campainha]

Portanto, Sr. Presidente, nós queríamos nos manifestar aprovação e apoio de que esse assunto deve ser melhor discutido antes de ir para o arquivamento.

Gostaria de fazer outra manifestação com relação ao Item 4, cuja sapiência orientou o eminente Flávio Arns a propor a remessa do Relatório da 1ª Conferência Nacional sobre os Direitos da Pessoa Idosa para a Subcomissão onde ele permitirá os membros da Subcomissão tomar um conhecimento, conhecer mais aprofundadamente as deliberações, as decisões, as sugestões, as idéias ali contidas, e que efetivamente enriquecerá muito o trabalho e o conhecimento dos membros daquela Comissão. Era o que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir a matéria, Senador Mesquita Júnior e em seguida o Senador Flávio Arns...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que eu achava que o Senador Leomar Quintanilha fosse o último inscrito. Mas eu só quero dizer que da minha parte eu também concordo com os argumentos levantados por todos os Senadores, particularmente pelo Senador César Borges, no sentido de não se encaminhar

o pleito para arquivo, e inclusive também, se o Senador Sibá Machado estivesse aqui talvez dissesse que na verdade ele não é contra a proposta da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco. Porque ele considerou na análise, quer dizer, parecer favorável, porém na compreensão dele achando que o objeto do pleito já estivesse contemplado na Medida Provisória. Mas, pela argumentação do Senador César Borges, quer dizer, a extensão da idéia não foi completamente atendida na Medida Provisória e merece sem dúvida mais de partes. Eu diria que toda esta questão do custo é algo que deve ser discutido, até eu sugeriria, na sequência depois em termos de Brasil. Porque Paraná, Santa Catarina, São Paulo, acho que se nós tivéssemos alternativas menos onerosas em termos de exportações, principalmente por sistemas independentes dos atuais, valorização, consolidação dos portos, da Marinha Mercante e esses aspectos todos, eu acho que o Brasil todo se desenvolveria mais. Então eu também sou favorável.

Agora, sempre que vem uma proposta da Federação das Indústrias essa proposta tem que se transformar se aceita em proposição legislativa. Na verdade, então a Comissão de Direitos Humanos tem que aceitar e no próprio Relatório dizer que aceitou e fruto do debate já existe o projeto em tramitação e a Comissão dar o apoio ao projeto em tramitação. Acho que isso me parece que formalmente deveria constar. Porque caso contrário, teria que ser transformada a proposição, quer dizer, a sugestão, o pleito da Federação das Indústrias em proposta legislativa. Só que já temos uma proposta. Então, não vamos... Eu acho que a pior coisa do mundo é ficar concorrendo. Se já existe, vamos aproveitar a proposta e debater a proposta que existe. Então dizer que ao invés de fazer uma proposição legislativa, a Comissão de Direitos Humanos encaminha o apoio ao debate, a discussão, o aprofundamento do Projeto de Lei do Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior para discutir a matéria.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, eu também me filio aí as preocupações e a tese do Senador César Borges por razão muito simples. Na hipótese de aprovarmos o Relatório do Senador Sibá, como muito bem disse o Senador Arns, vota pelo arquivamento da sugestão tão-somente porque na sua compreensão a matéria já é objeto de tratamento legislativo, mas a tramitação do projeto do Senador César Borges sinaliza para o fato de que esse assunto não está esgotado. Que a sua conformação final carece ainda de uma discussão e de um aprofundamento do tema. E na hipótese de

a gente aprovar o arquivamento da sugestão ficaria muito... Pelo menos inadequado ou constrangedor lá na frente estarmos discutindo um projeto quando votamos pelo arquivamento de uma sugestão que tratava do mesmo assunto.

Então, o princípio da prudência nos diz que devemos rejeitar o voto do Senador Siba, com as considerações já feitas, obviamente, e a sugestão e encaminhamento do Senador Arns é muito pertinente. Ou seja, informar a federação de que já há tramitando no Congresso matéria que trata do assunto. Porque senão a Comissão... A gente teria que transformar isso numa proposição legislativa que não é o caso, como diz bem V.Ex^a, não há porque concorrermos com o projeto do Senador César que já traz a matéria para discussão. Portanto, meu voto também antecipo que é contra o arquivamento da sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges para discutir a matéria.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, eu queria agradecer a compreensão que eu acho que os Senadores estão tendo nesse momento com essa questão, e apenas para explicar um pouco mais ainda, o próprio relato do Senador Sibá Machado fala que a solicitação da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, que é objeto da Medida Provisória 340 B/2006 que ampliou pelo prazo de cinco anos a isenção exceto para navegação de longo curso. Então, apenas manteve uma isenção de cinco anos para cabotagem. Mas não para a navegação de longo curso. E todo o norte e nordeste têm exportações para outros países e importação. Então você teria aí um custo adicional de 25 a 30% do custo do frete. O meu Estado em particular a Bahia tem aumentado muito as suas exportações. Nós hoje exportamos automóveis para a Venezuela, para o México. Tudo fica acrescido.

Agora, o Senador Crivella, sendo um representante do Estado do Rio de Janeiro, eu sei do seu interesse de reforçar esse fundo porque lá no Rio de Janeiro se concentra talvez 90% da indústria naval. Agora, ele como homem de Deus, há de compreender também que tirar dos pobres para dar aos mais ricos é algo antinatural. É essa posição que eu peço a compreensão dele que não é justo, que o Governo se quer desenvolver e nós aprovamos aqui cinco... Contra o meu voto, mas cinco bilhões para TRANSPETRO, e que se dá a construção de um ou dois navios em Pernambuco, não é suficiente para penalizar toda a economia dessa região com um adicional de frete marítimo. Porque esse adicional serve exatamente para financiar a indústria naval. Então está tirando de uma

região que já é carente para uma região que é muito mais desenvolvida.

Então, a minha proposição, muito dentro também da linha do Senador Flávio Arns, mas aí eu deixo com a Presidência, é que nós votemos contra o arquivamento, e a Presidência possa decidir qual o encaminhamento melhor. Eu tenho um projeto na CAE, que é exatamente prorroga por 20 anos a lei que foi aprovada em 97. Então, na verdade são mais dez anos. Porque dez anos já foram cumpridos em todo o adicional de frete para a renovação da Marinha Mercante, que inclui todas as operações de frete, seja de longo curso ou de cabotagem. É essa a explicação que eu gostaria de dar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges, vou fazer uma ponderação ao Plenário. Me informa aqui a Assessoria, porque aqui nós nunca rejeitamos um parecer do Relator e até hoje. É a primeira vez aqui nessa Comissão. O que eles me informam? Nesse caso específico, se nós rejeitarmos o parecer do Relator, a sugestão será transformada num Projeto de Lei da Comissão de Direitos Humanos e começa a tramitar na Casa. Só para colocar os encaminhamentos. Esse seria um encaminhamento. Outro encaminhamento seria simplesmente a retirada de pauta e dialogarmos com o Relator da matéria que não se encontra presente. Terceiro encaminhamento um pedido de vista.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vista coletiva e com voto em separado... do Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Podíamos pedir vista nesse momento e teríamos voto em separado noutra Sessão. Por quê? Eu acho que abriria um espaço, quem sabe, Senador César Borges, até para dialogarmos com o Relator e com setores do Governo em cima do seu projeto. Sem precisarmos encaminhar um outro projeto a partir da Comissão de Direitos Humanos. Só não votaríamos hoje. Mas pelo que percebo aqui, se votássemos seria por unanimidade percebendo o Plenário pela rejeição do Relatório. Mas teríamos todo um outro procedimento. Agora o Plenário é que decide. Eu como Presidente não poderia nem sequer dar a minha opinião.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não há possibilidade, por exemplo, da prejudicialidade da sugestão na evidência de um projeto já tramitando na Casa?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ou podemos apensar... Uma matéria ou outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Relatório diz isso. Acho que o melhor, não sei, a minha opinião--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Relatório não diz isso, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É pelo arquivamento, é pela prejudicialidade.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas é por razões outras.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, eu tenho certeza que o seu primeiro encaminhamento é o mais correto. Esse assunto foi exaustivamente debatido no Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados inclusive alterou a Medida Provisória, alterou a Medida Provisória e colocou isenção por mais dez anos para toda a navegação. De cabotagem e de longo curso. Veio aqui ao Senado e foi negociado. E o Governo só aceitou ficar só a navegação de cabotagem isenta. Foi uma posição de Governo. Acho que a posição do Senador Sibá Machado reflete posição de Governo. Nós não tivemos lamentavelmente, tenho que dizer, não é porque sou oposição, é porque sou nordestino, que lutamos. Mas houve, o Governo teve esse entendimento. Precisamos engrossar a contribuição do adicional do frete marítimo. Precisamos de mais dinheiro para financiar a construção naval no País.

Então o nordeste também vai ter que dar agora a sua contribuição. Já foram dez anos de isenção. Esse é o entendimento que eu quero dizer que é entendimento do Governo. Muito claro. Não estou aqui me esquivando desse entendimento. Porque eu participei dessas negociações. Lamentavelmente fomos votos vencidos. E tenho esse projeto que já tramitava porque o vencimento seria em 7 de janeiro de 2007. Nós já estamos em agosto. Então essa é uma situação que foi discutida no ano passado. Meu projeto está tramitando. Lamentavelmente nós sabemos, é de 9 de agosto de 2006 o meu projeto. 9 de agosto de 2006. Lamentavelmente o projeto ainda está na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, acho que V.Ex^a colocou muito bem. A minha proposta, já que eu estou aqui contra o Relator, seria de que nós votássemos contra o arquivamento e a Comissão encaminhasse o projeto. Está ótimo. Que vai se encontrar com o meu. E não há problema nenhum. Eu defendo essa posição. Aí fica certa a posição aqui hoje da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]... Encaminhamento. Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Sr. Presidente, eu queria apenas tirar uma dúvida. Se a Comissão abrir mão de fazer um projeto, a Comissão pode abrir mão de fazer o Projeto, e apenas regimentalmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não pode. Rejeitado o parecer, a informação que recebi aqui, vai ser transformado num projeto da Comissão e vai tramitar normalmente.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Poderia sugerir que a Comissão apóie o projeto do Senador César Borges? Pode?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Podemos sugerir, mas daí aprova o Relatório do Sibá Machado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Não. A idéia é o seguinte. Rejeitar o Relatório do Senador Sibá Machado, e ao invés de propormos um Projeto de Lei da Comissão, como já existe um, e se for esse o entendimento do Plenário, nós apenas diríamos que estamos rejeitando o projeto e apoiando o projeto, a discussão do projeto do Senador César Borges, que tramita na outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então vamos fazer o seguinte, se me permitirem. Vamos dar o encaminhamento regimental, que é a votação. Na votação vai ser pela rejeição. Aprovado a rejeição, o Relator formaliza um novo Relatório, que será o Senador César Borges. Aí o seu Relatório será apreciado na próxima Sessão. Que pode ser quem sabe até a sua sugestão.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Presidente, eu queria também só contrapor aquilo que o Senador, com todo respeito Senador Crivella falou, mas é uma coisa que me incomoda muito quando eu escuto, por exemplo, no Rio de Janeiro ou em São Paulo alguém falar que afinal de contas recebemos os nordestinos com muito carinho, com muito amor, como se os nordestinos tivessem indo apenas para passear ou para fazer lazer no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Na verdade nós somos responsáveis pela construção desses lugares. Pela construção. Acho que o nordeste deu uma grande contribuição ao sul e ao sudeste do País. E eu concordo com o Senador Marcelo Crivella de que quando pensamos sobre determinados assuntos, devemos pensar na União do nosso País. Mas, se nós inconscientemente falamos de que os nordestinos são bem acolhidos no sul do País, Senador, isso pra mim gera um mal-estar muito grande. Porque eu vejo que não é de V.Ex^a, de forma alguma, mas que ainda existe preconceitos em relação a esse tipo de coisa. De que nordestinos muitas vezes saem para o sul do País, e acabam criando demandas muito grandes e isso acaba... Até questão de violência eu já ouvi se acusar o nordeste do País ou as pessoas do nordeste do País.

Então, eu faço esse apelo a V.Ex^a em nome dos nordestinos, e em nome do meu Estado, o Estado do

Ceará, porque a contribuição e a trabalho, a esperança que leva cada um de nós muitas vezes a ser obrigado a ser expulso da nossa terra pela falta de condição. Mas, muitas vezes, vamos ao sul do País para ajudar a construir esses Estados.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

V.Exª tem toda razão. Se me expressei mal peço perdão. Meu nome é Marcelo Bezerra Crivella. Esse Bezerra vem do centro do nordeste. Minha família toda vem do nordeste. E o Rio de Janeiro foi construído com o suor, com o sangue, com as lágrimas das famílias nordestinas. César Borges já visitou o trabalho que tenho no sertão da Bahia e sabe o amor, respeito e carinho que sinto pelo povo nordestino. O que apenas quis dizer, Senadora, é que nós temos que ajudar o nordeste, mas sem prejudicar o sudeste. Porque ali também é refúgio. Foi para minha família, de tantos trabalhadores que vieram para construir o País grandioso que é o nosso Brasil. Mas pode ter certeza V.Exª [risos] que sinto-me tão nordestino quanto V.Exª. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Agora com a chegada do Relator, Senador Sibá Machado. Nós temos debatendo o Item nº. 01 que V.Exª foi o Relator, e há uma discordância em relação ao seu Relatório por parte principalmente de argumentas aqui colocados pelo Senador César Borges. E nós queremos que... Como a votação nesse projeto não é nominal, é simbólica, a tendência até esse momento seria a votação e vou colocar V.Exª a par pela rejeição do seu Relatório e pela aprovação da sugestão aqui encaminhada. Por isso que foi importante que V.Exª chegue e teça as suas considerações sobre o tema.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas eu pergunto a V.Exª se nós temos um pedido de vistas, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Ainda não tem. Mas tem direito a qualquer Senador fazer o pedido de vistas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Então eu sugiro esse encaminhamento. Para ficar melhor, porque a gente teria um tempo formal para ver. Porque o Governo alega que nós já temos legislação que atende essa reivindicação. Portanto, acho que é uma sobreposição legal. E aí nesse caso eu posso... eu pediria que nós não votássemos, V.Exª poderia conceder a vistas do projeto—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu peço vistas do projeto--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --e a gente pode a partir dessa vista fazer um entendimento se há ou não sobreposição legal sobre essa matéria. Em princípio--

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Senador Sibá Machado, V.Exª diz no seu Relatório exceto para navegação de longo curso. A Medida Provisória apenas prorrogou a isenção para cabotagem e para a navegação das hidrovias. Mas não com a navegação de longo curso. Então--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Nesse caso o que é navegação de longo curso? Seria...

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Exportação em geral.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Exportação em geral. Para Europa, Estados Unidos e tal... Mas eu quero ainda assim, por conta desta dúvida, eu também fiquei com essa dúvida aqui. Mas eu não quero aqui fazer... Não quero prejudicar. Eu sugiro que pudéssemos então analisar sob pedido de vistas e aí em seguida--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Pedido de vista feito pela Senadora Fátima Cleide, a Mesa regimentalmente acata o pedido de vistas e tenho certeza que na próxima Sessão da Comissão a gente delibera. A favor ou contra a sugestão. Acatado o pedido de vista da Senadora Fátima Cleide. Como era o último Item, nesse momento declaramos encerrada a...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O Item 5. Estou aqui para... é muito rapidinho, Sr. Presidente, até porque já foi relatado anteriormente. E nós tivemos... é um projeto da Senadora Patrícia Saboya e nós tivemos o oferecimento de duas Emendas. O Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): O Item 5... O Item 5 saiu de pauta, a pedido da própria Senadora...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE):

Não, é o Item 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): O Item 5 saiu de pauta porque é terminativo. Como é terminativo, nós não podemos votar no dia de hoje. Então saiu de pauta. Ok?

Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 10h41.

Ata da 36ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 23 de Agosto de 2007, Terça-feira, às 09h00, na Sala de Reuniões nº. 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Huma-

nos e Legislação Participativa com a presença dos **Senhores Senadores Cícero Lucena, Flávio Arns, César Borges, Patrícia Sabóya, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi**. Os Senhores Senadores **Inácio Arruda e José Nery** justificaram ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, **convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº. 38, de 2007**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, com a finalidade de instruir Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. Convidados que compareceram: Elizabeth Saar – Gerente de Projeto da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, representando Nilcéa Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Marlene Libardone – Diretora Executiva da Agende (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento); Myllena Calazans de Matos – Membro da equipe de Assessoria Parlamentar do CFEMEA, representando Guacira César de Oliveira – Diretora do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) e Maria Ednalva Bezerra de Lima – Secretária de Mulheres da CUT. O senhor Presidente abre os trabalhos, com a solicitação da dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloca em votação e esta é aprovada antes de passar a palavra às convidadas. Em ato contínuo, passa a palavra às convidadas para procederem às suas explanações sobre o tema proposto. Encerradas as explanações das debatedoras, faz uso da palavra a Senadora Patrícia. Em seguida, ocorre uma pequena apresentação teatral que atenta para a importância da amamentação. O Presidente afirma ter parecer favorável a todas as emendas do referido Projeto de Lei e, em seguida, passa a presidência da audiência para a Senadora Patrícia Saboya que concede a palavra ao Senador Geraldo Mesquita. A Senadora Patrícia Saboya convida para compor a mesa o Doutor Dioclécio Campos Jr. – presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria que expõe suas idéias. Encerradas as falas das senhoras convidadas, a Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião tem como objetivo nós debatermos como item único, nos termos do requerimento nº 38 de 2007, aprovado em 14 do 06 de 2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 281 de 2005 que cria o programa de empresa cidadã destinado à prorrogação da licença maternidade, a prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.

Foram convidados para essa que já é a terceira audiência pública sobre esse tema, a Sra. ELIZABETH SAAR, Gerente de projeto da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, representando a Ministra Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Convidada também a Sra. Marlene Libardone, Diretora Executiva da Agenda, Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. Convidado ainda a Sra. MYLLENA Calasans de Matos(F), membro da equipe de assessoria parlamentar do CFEMEA, representando Guacira César de Oliveira, diretora do CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Assessoria e ainda a Sra. Maria Ednalva Bezerra de Lima, Secretária das Mulheres da Central Única dos Trabalhadores.

Eu, como Presidente dessa sessão e como relator do projeto da Senadora Patrícia Saboya, é com muita satisfação que hoje, Senadora Patrícia, estamos aqui para mais uma vez debatermos um tema tão importante para todos nós.

Esse tema que amplia a licença maternidade está sendo discutido graças a uma ampla mobilização feita pela Senadora Patrícia Saboya, praticamente, em todo o país. Eu, como relator da matéria, espero que depois desta audiência pública eu possa dar o parecer final que será construído, naturalmente, num amplo entendimento com a relatora. A relatora que tem se destacado no país em diversas áreas de atuação. Mas eu diria, se me permitisse ela, Senador Mesquita Júnior, principalmente na defesa das crianças, adolescentes e da juventude brasileira. Então... o projeto da Senadora que está em debate no seu art. 1º diz que fica instituído programa de empresa cidadã destinado a prorrogar por 60 dias a duração da licença maternidade prevista no art. 7º, 18º da Constituição Federal e aí vão mais seis artigos que acaba regulamentando a intenção do art. 1º que é o eixo de todo esse debate, já com a presença do Senador Mesquita Júnior, Senador Zambiasi, eu... já assinaram também o livro o Senador Lucena e o Senador Flávio Arns que se encontram aqui na sala ao lado. Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vou pedir licença para comparecer a Comissão de Ciência e Tecnologia onde o Ministro Gilberto Gil já se encontra presente e é um debate sobre o qual, sobre um projeto do qual eu sou o relator, então é importante que eu acompanhe a discussão e ouça as opiniões dos técnicos e do Ministro que está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exa. me represente lá porque eu sou relator aqui. [risos].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gauchada se entende.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a compreensão dos colegas, dirijo-me à Comissão de Ciência e Tecnologia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu, de imediato, então, convido para assumirem aqui seus lugares na Mesa a Sra. ELIZABETH SAAR. Está certo? É Sar(F)? A minha pronúncia é danada, mas eu faço força... Sar(F), Gerente de Projeto da Secretaria Especial de Política para as Mulheres representando a nossa Ministra Nilcéia. Convido também a Sra. Marlene Libardone, Diretora Executiva de Agenda, Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. Convido também a Sra. MYLLENA Calazans de Matos, membro da equipe assessoria parlamentar, tinha lido antes, representando Guacira César de Oliveira, CFEMEA. E convido também a Sra. Maria Ednalva Bezerra de Lima, representando a Secretaria das Mulheres da CUT. Eu, de imediato, passo a palavra à primeira convidada, a senhora Elizabeth. Nós vamos deixar à sua disposição 15 minutos, com mais cinco se necessário.

SRA. ELIZABETH SAAR: Bom dia, bom dia a todas e todos aqui no auditório, Srs. Senadores, Senador Paulo Paim. A Ministra Nilcéia gostaria muito de estar presente, mas como vocês sabem, nós da Secretaria de Política para as mulheres saímos de uma conferência na segunda-feira onde estavam presentes em Brasília três mil mulheres, em torno de três mil mulheres representando outras 160 mil mulheres que participaram das conferências Estaduais, Municipais e chegaram à Conferência Nacional. Por isso ela não pôde estar presente, mas ela pediu que eu trouxesse o abraço, o agradecimento pelo convite e os parabéns pela iniciativa, tanto da Senadora Patrícia, quanto do relator, Senador Paim, pelo projeto.

Nós, da Secretaria, bom... apoiamos, evidentemente, o projeto porque acreditamos que esse período de seis meses para amamentação é fundamental. Ele é fundamental para as crianças, para as mães, para a relação entre mãe e filhos e filhas e acreditamos que

isso vá refletir em todo o resto da vida das pessoas nesse período.

E acreditamos que isso deva ser um... um direito, um direito das mulheres, uma pena eu, pessoalmente na época que fui mãe, a gente só tinha 84 dias de licença e isso foi muito difícil, embora não tenha conseguido amamentar todo os três meses, quase três meses, mas foi fundamental para mim, isso é um relato pessoal, foi fundamental para a minha relação com os meus filhos que hoje já são quase... já estão quase me dando netos. [risos]. Mas eu, bom... nós da Secretaria apoiamos, evidentemente, o projeto porque acreditamos na importância dele e sabemos que o projeto ainda não atende a todas as mulheres.

Eu acho que isso é uma ressalva importante da gente colocar, ele ainda é um projeto que limita algumas empresas, as empresas que tomarem a iniciativa. Mas já temos no Brasil algumas iniciativas em algumas empresas que estão por sua própria conta entendendo que esse direito é importante, não só para as mulheres, mas importante para a sociedade. Eu acho que é nesse sentido que quem trabalha com políticas públicas tem que estar voltado, voltado para... para... no que isso é importante para a sociedade, é a reprodução, a reprodução é importante para as pessoas, importante para os casais, importante para a sociedade. Então, nesse sentido as políticas têm que alcançar o maior número de pessoas e maior nesse caso, maior número de mulheres. Então, entendemos que isso deva ser uma política universal.

Não é ainda o proposto pelo projeto e o nosso apoio ao projeto é pela iniciativa que eu acho de grande... de grande poder, trazer essa discussão para a sociedade. Eu acho que um dos grandes méritos do projeto é que ele está lançando essa discussão. E eu me recordo quando o lobbie do batom, na época da Constituinte, lançou os quatro meses de licença, as empresas e camadas da sociedade diziam que isso iria atrapalhar a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Isso é um grande mito, na nossa opinião isso é um grande mito, porque não é isso que vai impedir que as mulheres estejam no mercado de trabalho. E como deve ser, inclusive, um grande argumento, eu imagino, toda vez que a gente quer estender limites, direitos, limites não, estender direitos, essa discussão, no caso das mulheres, ela reaparece. Então, eu... para nós da Secretaria isso é um grande mito, a luta pelos seis meses de licença maternidade é fundamental, inclusive, foi uma proposta que saiu dessa segunda conferência de política para as mulheres. As mulheres reunidas em plenário aprovou, aprovaram essa proposta de extensão para todas as mulheres. E eu lanço aqui a expectativa de que essa possibilidade, essa extensão de direitos,

ela possa alcançar os homens também. Acho que a licença paternidade é muito pouco discutida no Brasil, ela não é encarada como uma... como um direito ou como uma coisa fundamental para a relação também dos pais com os seus filhos e filhas. Então, essa é a palavra da Secretaria, gostaríamos muito que isso fosse bastante discutido como está sendo. Essa é a segunda, não sei, terceira audiência...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Terceira aqui. A Patrícia já fez dezenas pelo país.

SRA. ELIZABETH SAAR: Pois é. Eu... aqui no Senado, eu espero que isso seja bastante discutido, inclusive, com essa possibilidade, por que não a gente incluir os homens nessa relação que é tão falada e proclamada com as mulheres e a gente sabe da importância dos homens nesse momento também para as mulheres. Obrigada e eu gostaria muito de que me perguntassem, estou disponível para isso, está bom? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço a fala da senhora Elizabeth e dizer que eu estava lá na Constituinte. Era exatamente o que a senhora aqui relatou. Todo o discurso é que aquele artigo que beneficiava as mulheres ia causar um desemprego em massa. Pelo contrário. Aumentou o número de mulheres nos postos de trabalho, no mercado de trabalho. Então, há uma concordância, de minha parte, quanto da sua sugestão, de inserir também os homens na licença paternidade que eu não tenho nada contra, mas a minha orientadora para o relatório vai ser a Senadora Patrícia. [risos]. A Senadora Patrícia que vai nos orientar no momento da conclusão dos trabalhos e claro que é uma sugestão positiva que chega e que os homens agradecem de forma muito tranqüila.

Nós passamos a palavra nesse momento, só para dizer que eu recebi agora mesmo a Senadora Patrícia por parte do bloco de apoio ao Governo, uma posição do Ministério da Saúde onde o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, deixa muito claro que apóia na íntegra o seu projeto, espera que a construção final atenda principalmente o objetivo de seu projeto e a verdadeira cruzada nacional que a Senadora Patrícia está fazendo a nível nacional e que só vai passar para mim qual deve ser o relatório final, que eu tenho o maior orgulho de fazer o relatório final exatamente nos moldes que V. Exa. entender que deva ser feito.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Eu queria só, Presidente, Senador Paulo Paim, dizer que o... inclusive o Ministro Temporão, ele tem ido além, ele tem dito que essa é uma questão de saúde pública, a questão da licença maternidade, seis meses

da licença maternidade. Então, eu acho que o nosso projeto ganha uma força muito grande a partir do momento que eu tenho dito o Ministro que ele tem sido meio garoto propaganda do nosso projeto, porque ele, em todas as ocasiões, entrevistas, que ele tem dado, ele tem reforçado a necessidade desse projeto, como disse a Dra. Elizabeth, que seria o ideal que nós pudessemos logo, logo ter essa garantia de direitos que são fundamentais, tanto para as crianças, como para as mulheres, também garantido para todas as mulheres brasileiras.

Apenas o que nós temos tentado iniciar essa discussão como... a senhora falou, iniciar essa discussão, trazer essa discussão para a agenda do país e eu acho que um ano de debate pelo país inteiro, mais de 400 mil assinaturas recolhidas pela sociedade brasileira de pediatria que está aqui presente Dr. Dioclécio, que é Presidente da sociedade brasileira de pediatria e, na verdade foi a sociedade que ofereceu esse projeto, que confiou no nosso trabalho, na disposição, na vontade, na garra de cada vez mais dar mais oportunidade as nossas crianças e por mim, então, um privilégio e eu quero mais uma vez, porque não deixo de agradecer publicamente a sociedade brasileira de pediatria e meu querido amigo, Dr. Dioclécio, tanto pela sua presença, como pela sua idéia e o seu entusiasmo. E eu quero agradecer também ao Senador Paulo Paim que tem todo o direito de mexer e remexer nesse projeto, mas tem tudo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com sua autorização.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Tem tido uma atitude de uma grandeza fora do comum que eu não tenho nem como agradecer, espera todos os momentos que a gente faça propostas e a gente tem recolhido essas propostas, Senador Paulo Paim, inclusive, nós já fizemos uma relação, tanto da consultoria, como de todas as audiências, as sugestões que foram dadas para que possa lhe ajudar no seu relatório final com mais subsídios e com idéias e sugestões que vão só melhorar o nosso projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só adiantar que em hipótese nenhuma eu apresentarei substitutivo. O projeto com as emendas da relatora, essa será meu parecer, aprovado o projeto com as emendas da relatora. Então, de imediato eu passo a palavra a Sra. Myllena Calazans de Matos, membro da equipe de assessoria parlamentar da CFEMEA, representando a senhora Guacira César de Oliveira. V. Exa. dispõe de 15 minutos, com mais cinco se necessário.

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Muito obrigado, Senador. Bom dia a todos aqui presentes, a

todas, aos Senadores, as Senadoras, Senador Paim, a companheira Elizabeth Saar, representante da Secretaria especial de políticas para as mulheres.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao convite e ressaltar a importância desse debate e de estar presente numa audiência com OS demais representantes do movimento de mulheres que não se fizeram presente, mas que demonstra a intenção do gabinete da Senadora e do Senador Paulo Paim estar discutindo essa proposta com o movimento de mulheres. O centro feminista de estudos e assessoria é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos que trabalha pela cidadania das mulheres, pela igualdade de gênero. Ele existe há 18 anos, já maior de idade e todas as suas fundadoras trabalharam no período da Constituinte e depois disso se sentiram na obrigação de trabalhar pela regulamentação daqueles direitos conquistados no *lobbie* do batom durante o período da Constituinte que foram consagrados na Constituição de 88, entre eles a licença a maternidade.

O tema em questão é de fundamental importância para as mulheres e para as crianças recém-nascidas, mas essa discussão tem ressurgido após a apresentação do Projeto de Lei, o 281 de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, e que tem o mérito já aqui já ressaltado, tanto pela Elizabeth Saar, quanto pela Senadora, mas que a gente precisa discutir algumas questões. Há toda uma discussão no interior do movimento de mulheres em relação a essa proposta da necessidade de encarar esse importante momento do cuidado do bebê, tanto para a mãe, quanto para os pais e familiares, como uma questão de reprodução social. Assim o bom desenvolvimento do bebê deve estar aliado ao bom exercício da maternidade, da paternidade, além de políticas de ações empresariais que dêem suporte ao pleno exercício desse direito, creche, segurança, estabilidade no emprego, dentre outras questões que pontuaremos a seguir.

O debate surgido após a apresentação do projeto é intenso. Nós temos acompanhado a discussão um pouco no blog, de olho nas eleições de Patrícia Galvão e em menos de quatro meses, foram 76 entradas de sugestões de mulheres querendo a aprovação do Projeto de Lei perguntando se esse projeto já tinha virado lei e do interesse dessa questão virar lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou apanhando por tabela por causa disso. [risos]. É só uma brincadeira. Eu concordo que a pressão do relator é muito grande e eu respondo de forma equilibrada que eu estou esperando a orientação final da autora, daí o pessoal diz: “Ah, então está certo.”

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Então, tem toda, toda uma discussão que nós acompanha-

mos nesse blog, com intervenções muito interessantes, questionamentos ao projeto, interesse de conhecer mais o projeto, eu acho que é algo que precisamos investir na divulgação do conteúdo do Projeto de Lei e da própria intenção do projeto que, cada vez mais, tem se estendido para acatar sugestões que o Senador, em seu relatório, deve acatá-las. Então, o debate está posto e precisamos articulá-lo com as condições de trabalho das mulheres brasileiras, da necessidade do Estado, garantir equipamentos sociais, bem como da família, incluindo os homens, dividir a responsabilidade de cuidado com os filhos e filhas. E aqui eu aponto algumas questões que acho que já foram pontuadas aqui e que, certamente, também a Senadora Patrícia Saboya e o Senador Paulo Paim também estarão abertos para incluir isso no relatório se já não está consenso determinadas propostas. Então, perdão que posso estar me repetindo em algumas questões. Então, vamos às pontuações.

Para além da saúde do bebê, temos de pensar nas condições que as mulheres e famílias terão para garantir o melhor desenvolvimento da criança. É dever do Estado fornecer equipamentos e políticas públicas que dêem o suporte necessário para que as mães e pais tenham condições de exercer a maternidade e paternidade sem riscos para a saúde, sem medo de serem demitidos e sem sobrecarga de trabalho como lembra Sônia Corrêa no blog Mulheres de Olho, temos de estar atentas para alguns entraves. Em primeiro lugar a possibilidade que uma política voltada apenas para as mulheres acentue a responsabilização que já pesa sobre elas com relação a serviços na casa, sem retirar do assunto... “sem retirar do assunto sua relevância, uma política dessa natureza precisa ser entendida em sua complexidade para ter eficácia e para que não se converta em mais uma carga de risco para as mulheres. O tema da divisão sexual do trabalho interno ao domicílio é importantíssimo, mas não temos lidado com ele através de políticas adequadas e essa proposta pode se articular com essas políticas”. E ainda ela completa. “Podemos não... não se pode esquecer também a realidade do trabalho informal.”

Todo e qualquer projeto de ampliação de direitos trabalhistas, entre os quais se insere a licença maternidade, precisa ser pensado face a realidade do mercado de trabalho. No Brasil predomina a informalidade onde as mulheres são maioria. A licença maternidade beneficia quem está no trabalho formal enquanto que a maioria não dispõe de nenhum recurso para lidar com a situação da pós-maternidade.

O exercício da maternidade é um direito de todas as mulheres e não apenas das mulheres trabalhadoras de empresas privadas. Assim sendo, este pode

ser o primeiro ponto a ser questionado no Projeto de Lei em apressão. pois à tensão de mais dois meses de licença, passando assim para seis meses, será uma garantia apenas para uma parte das trabalhadoras, daí que nós apontamos a sugestão de ousarmos nisso e posteriormente estar discutindo a universalização da ampliação da licença maternidade.

Sabemos que as mulheres trabalhadoras recebem salários inferiores para trabalhos de igual valor quando comparada aos homens. Cerca de 30% de diferença a menos. Diferença essa que aumenta se agregarmos o quesito raça, cor. As mulheres negras chegam a ganhar 60% a menos que os homens brancos. Assim, o projeto poderia propor, além da extensão da licença maternidade, um plano de equidade de gênero e de raça para as empresas, isonomia salarial, acesso a cargos de chefia, garantia de creche para as mães e pais e não somente para mães, jornada flexível para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares, isto é, além de estender essa licença de para dois meses, completando seis meses, poderia se colocar também essa sugestão da empresa adotar um plano de equidade onde se estaria colocando melhores condições de trabalho para as mulheres e também assegurando a divisão da tarefa do cuidado dos filhos com a discussão que seria uma sugestão posterior da ampliação da regulamentação da licença da paternidade.

Vale lembrar que acabamos de passar pela realização da 2ª Conferência Nacional de políticas para as mulheres onde isso foi discutido e essa proposta foi aprovada na conferência para estender para seis meses. E já temos também notícias que já foi pronunciada aqui, da intenção do relator Paulo Paim de incluir as servidoras públicas e a nossa sugestão é que isso também se torne universal, Senador, essa proposta.

Nós chamamos a atenção a essa preocupação, por quê? Se não tivermos o cuidado, nós ainda temos as trabalhadoras informais e até as próprias trabalhadoras que são comissionadas aqui do Senado e da Câmara que não têm acesso à licença maternidade garantida, quer dizer, a licença de quatro meses. Também temos as trabalhadoras domésticas que somam mais de 6 milhões de trabalhadoras e que apenas 27% dessas mulheres têm carteira assinada. Então, também não tem esse acesso garantido à licença maternidade por não ter a carteira de trabalho assinada nessa regulamentação formalizada.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senhora MYLLENA, só fazer uma pergunta: Você falou que não... aqui no Senado que não tem? Você falou?

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Na Câmara. Não caso da Câmara tem esse problema das

trabalhadoras, quem tem cargo comissionado não ter esse acesso garantido da licença maternidade.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Mas mesmo com a lei de quatro meses?

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Sim. Mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois é. O que ela levanta, o que ela levanta procede, inclusive a assessoria do Senador Suplicy está propondo e me encaminhou prontinho, porque essa relação do mundo do trabalho, que eu apresentasse uma Emenda Constitucional assegurando aos cargos de confiança, no caso os funcionários dos nossos gabinetes e da Câmara e do Senado, porque eles não têm direito a nada, não têm direito a aviso prévio, não têm direito a FGTS, não têm direito a nada. No momento que eles são demitidos... olha, você está demitido. Nem aviso prévio eles tem direito. Olha bem. Então, eu me propus a aceitar essa PEC e vou coletar a assinatura e aí você, procede o que ela está dizendo. Inclusive, esse é um dos artigos que está lá na PEC assegurando aos comissionados que não têm a carteira de trabalho os direitos mínimos como esses, por exemplo, isso que procede em tese a sua denúncia. [risos]. Em tese.

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: E ainda temos o caso das trabalhadoras rurais que ainda tem que cumprir uma carência de dez meses ou então de comprovar o exercício da maternidade durante dez meses. Então, nós temos, digamos, quatro categorias... teremos agora com a ampliação da licença maternidade para seis meses, se ficar nas... para as trabalhadoras da iniciativa privada teremos uma quarta categoria. Daí a necessidade de propor a universalização desse direito, o que eu acho também que já é quase um consenso nesse... nesse debate do Projeto de Lei. Além... e também o... da importância do Projeto de Lei que está... que traz toda uma discussão, não só do aumento da licença maternidade, como também da discussão da divisão sexual do trabalho, dos cuidados com os filhos, que eu acho que retoma com força esse debate, principalmente da licença paternidade que estava quase que esquecido dentro desta Casa e até mesmo dentro do próprio movimento das mulheres, para ter mais ênfase em estar propondo isso. Isso é um mérito já do projeto de levantar essa discussão. Mas seguindo algumas também, de pontos a serem colocados para fomentar o debate de contribuição, gostaria de lembrar que na questão do aumento do tempo de licença maternidade o projeto também deveria propor a ampliação da estabilidade gestante e isso porque como a licença, a estabilidade da gestante, ela é até aos cinco meses, depois que ela... do momento da confirmação da gra-

videz até cinco meses após o nascimento do bebê, no caso a mulher retornando com a licença de seis meses estaria desprotegida.

Daí a necessidade também de mexer na garantia da estabilidade à gestante, nesse prazo. E também nossa preocupação, Senadora, é quanto a questão de desobrigar as empresas a não fornecerem creches para as crianças nesse período que tiver da licença maternidade, da ampliação da licença maternidade. Aí eu acho que seria um ponto a ser discutido no projeto. E essa questão das... essa questão da...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): É que o projeto não obriga o direito a creche de forma alguma.

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Ele fala que não tem que manter na creche.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A criança não poderá ser mantida em creche --.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Se ela tiver com a licença ela terá porque o objetivo do projeto, na verdade, não trata só da amamentação, mas do fortalecimento dos laços afetivos.

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Isso. Ah-hã.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Então, as mulheres que estiverem com seis meses da licença não deverão estar com a criança na creche porque senão perde o sentido do vínculo, do fortalecimento do vínculo afetivo. É diferente, por exemplo, do Rio, no Rio de Janeiro que tem o projeto da licença, eu acho que o Dr. Dioclécio sabe disso, mas que é só para as mulheres que estiverem amamentando. Não é o caso do nosso projeto, por que não obriga a amamentação, ela deve vir com a licença, mas o principal, o eixo principal do projeto é justamente o fortalecimento dos laços afetivos. Por isso que nesse momento a criança não pode estar na creche, porque senão o projeto perde o sentido. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não é que não possa ter creche. Tem que ter a creche. O projeto aponta que nesse momento a criança vai ficar com a mãe.

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Isso. Mas a nossa preocupação é que isso cause, da própria empresa estar se desobrigando de oferecer a creche e a pré-escola nesse momento e também uma preocupação de restringir que a mulher exerça atividade remunerada durante esse período de licença.

Embora o projeto não fale que se essa atividade remunerada é no âmbito formal, mas digamos o seguinte, tem muitas mulheres, quer dizer, isso é comum, de que complementam sua renda com o trabalho in-

formal, seja vendendo algum produto da Natura, ou da Avon, ou fazendo bordados, algum desses tipos de trabalho. Então nossa preocupação também é isso, as vezes ela faz esse... tem o trabalho formal e faz alguma outra atividade que complemente sua renda. Não sei se isso estaria incluído, eu espero que não, dentro da questão do que... claro que eu acho que o projeto se refere mais ao aspecto do trabalho, da atividade remunerada no trabalho formal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Lá na carteira de trabalho.

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Na carteira de trabalho assinada. Mas embora isso não deixe como trabalho remunerado e reconhecendo a ampliação de que o trabalho informal também é uma espécie de trabalho para não ter essa interpretação restritiva. E nós, ressaltamos também a importância no caso dessa... da creche porque é uma política, uma política pública que, tanto favorece a criança, quanto também que é um direito da criança, quanto também favorece a família, nesse caso as mulheres porque estão mais responsáveis pelo cuidado das crianças que a desobrigam e concede mais tempo para que ela possa exercer a atividade, ter aumento até de renda. Por isso a necessidade de articulação com essa política. E outra questão a regulamentação da licença paternidade que aqui já foi falado, eu também já toquei, de incluir isso na proposta e pensar no aumento dessa licença... da paternidade que até o momento não foi regulamentada.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): A proposta é de quanto?

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Pensa no mínimo de um mês concedido. E como última sugestão, nós temos alguns pontos. Regulamentação e ampliação da licença paternidade, a garantia de fornecimento, pelas empresas, de equipamentos sociais como creches e pré-escolas, o aumento do prazo da estabilidade à gestante, a garantia de todas as mulheres e não apenas para as trabalhadoras das empresas privadas e servidoras públicas, o estabelecimento de um plano de equidade de gênero nas empresas que pode ser até um requisito para que, se ficar com a concessão da renúncia fiscal, que ela tenha isso como requisito, além da concessão dos dois meses, que esta empresa também apresente um plano de equidade de gênero e raça na sua empresa. Então, para que tenha a isonomia salarial, as mulheres também tenham acesso a cargos de chefia, que é hoje um dos problemas das mulheres.

Embora, as mulheres tenham hoje mais anos de estudos, estejam no mercado de trabalho, mas se tenha a presença do chamado teto de vidro que faz

com que ela não alcance os cargos de chefia, ou que estejam em atividades mais classificadas como atividades femininas. Também sugerimos que se possa ser incluído que as empresas e também possam promover dentro do seu âmbito da sua esfera a questão das campanhas que promovam a co-responsabilidade entre mães e pais sobre a criação do cuidado dos filhos e filhas, bem como da divisão das tarefas domésticas. E sugerimos que seja debatido no âmbito do aumento da licença para seis meses a proposta de alternância entre mãe e pai de uma parte dessa licença.

Caso sendo concedida essa licença de seis meses que se comece esse debate da proposta de alternância que eu cito o exemplo da Suécia onde a licença maternidade é longa, acho que uma realidade bem diferente da nossa, que pode chegar até um ano, mas, após três meses do início da licença o casal pode optar e definir quem deverá ter essa licença, se o pai ou a mãe, mesmo que a mãe ainda esteja amamentando.

Essa questão é bastante polêmica ainda dentro até mesmo, dentro do movimento de mulheres, mas que merece ser discutida. E para finalizar acho que essas são as nossas, as contribuições do CFEMEA para o debate, gostaria de agradecer novamente o convite e aproveitar para falar que o CFEMEA está a disposição para... [soa a campainha]

Para contribuir, para contribuir nesse debate bem como para divulgar a proposta para o movimento de mulheres feministas e para toda a sociedade com seus meios de comunicação. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A partir desse momento a gente vai abrir o debate com o plenário. De imediato eu passo a palavra ao Senador Mesquita Júnior e, logo em seguida, Senador Mesquita Júnior, infelizmente, quinze para as dez eu vou ter que sair devido um processo que a Senadora está acompanhando e o senhor também que meu filho fez uma operação, ficou 35 dias na UTI, eu estava previsto viajar, inclusive, com o presidente, que vai para o Rio Grande do Sul amanhã, mas vou ter que ir hoje. É mais para falar com os médicos, não é o que o quadro se agravou, já que eu sei que todos acompanharam o caso. Então, quinze para as dez eu tenho que sair.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Por que o senhor não faz logo a sua intervenção?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, mas a minha intervenção está dentro do previsto aqui. Eu vou ficar para ouvir V. Exa. e o teatro V. Exa., na Presidência coordena, o teatro. Prefere agora o teatro? Eu até gostaria de assistir. Então, vamos permitir que --.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): É porque elas vieram, na verdade, fazer um apoio ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois a gente abre o debate com o plenário.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Então, se o Senador puder aguardar...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu posso ficar até as 10, só para assistir.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Está bom. Muito obrigado. Então, elas já estão podendo entrar. Você pode anunciar a chamada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E quanto a minha opinião, o meu relatório vai ser o relatório da Patrícia. [risos].

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, não tem problema.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Então, pode convidá-las. Elas estão esperando só o seu convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu gostaria de convidar, então, as mulheres, enfim, as atrizes que se encontram aqui para que venham ao plenário da Comissão de Direitos Humanos para fazer uma apresentação em defesa do projeto da Senadora Patrícia que amplia de quatro para seis meses a licença maternidade. E só peço aqui a nossos painelistas que deixem por escrito, de preferência, todas as contribuições que vai servir para nós que vamos fazer o relatório juntos, eu, a Senadora e, com certeza, o Senador Mesquita Júnior também. [risos].

"Não tá bom... [ininteligível] [risos]. [aplausos].

Lá, lá, lá, lá, lá...

Jesus mamava no colo de Maria... Jesus mamava no colo de Maria...

Dorme neném, mamãe tem que fazer... Lavar e engomar camisinha para você...

Dorme neném, seu sono sossegado... Mamãe tá costurando bem juntinho ao seu lado...

Dorme filhinho, papai foi trabalhar... Navega no barquinho onde o céu abraça o mar...

Dorme neném, estrelinha lá do céu... Menino Jesus, meu anjinho Gabriel... Menino Jesus, meu anjinho Gabriel..." [aplausos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não esqueça das mães, hein, Senadores, e dos bebês... [aplausos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Apoio a iniciativa, necessidade de dar ampliação a todas as mulheres trabalhadoras nesse país, aos funcionários públicos e a todos os segmentos da sociedade. Obrigado. [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em nome da Comissão de Direitos Humanos eu queria agradecer muito, tanto a atriz, como as mães que vieram aqui fazer essa bela apresentação, que com certeza sensibiliza cada vez mais a todos nós. Meus parabéns, parabéns Senadora Patrícia pela forma e pela criatividade na divulgação desse projeto, enfim, de um tema que interessa a todos nós, porque é um tema que está em jogo a vida das nossas crianças, do nosso futuro, da nossa gente e do nosso país.

Nesse momento, por ter que viajar eu... mas com muita alegria eu passo a Presidência dos trabalhos à nossa autora, eu diria que co-relatora do projeto que amplia a licença maternidade para seis meses e com certeza eu deixo aqui meu ponto de vista que a Senadora já sabe, todos já sabem o meu parecer é favorável com todas as emendas que a Senadora assim entender que devam ser colocadas ao projeto.

Recebemos já dezenas de sugestões, mas naturalmente vamos fazer um estudo coletivo em harmonia com todos aqueles que trabalham nessa área para construirmos uma proposta que seja efetivamente aprovada e aplicada pela sociedade brasileira, porque desde o primeiro momento quando eu dizia para a Senadora Patrícia que eu era totalmente favorável de imediato, darei o parecer favorável, ela me dizia: Muito obrigado, Senador Paim, pela disposição de imediato dar um parecer. Mas eu quero fazer um debate com a sociedade para ganhar a sociedade, para aplicar a lei e não somente aprovar a lei. Por isso, mais uma vez, parabéns, a presidência está com V. Exa., uma salva de palmas à nossa Senadora aqui. [aplausos].

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Eu queria, mais uma vez, agradecer as palavras tão gentis do Senador Paulo Paim, que tem sido um verdadeiro pai [risos] aqui, um pai muito carinhoso, um Paim, Paim, painho mesmo, muito carinhoso com esse projeto, tem cuidado dele com muito zelo, tem, a toda hora me pergunta, me pede orientação de como encaminhar e eu realmente tenho pedido de que a gente não tivesse essa votação acontecendo ainda, porque nós queríamos discutir com toda a sociedade.

Nós gostaríamos de discutir com toda a sociedade, ouvir as críticas, as sugestões que possam melhorar o nosso projeto. Essa é só a nossa intenção. Então, qualquer sugestão ou qualquer crítica será muito

bem-vinda para que a gente possa melhorar cada vez mais o projeto, dando oportunidade a tantas mulheres e a tantos homens. Eu vou... eu também gostaria de falar até para, talvez, alguns questionamentos, eu poder colocar no final da sessão, porque eu gostaria, primeiro, de ouvir o Senador Geraldo Mesquita, depois nós vamos ter outra oportunidade para que as debatedoras possam se manifestar novamente, claro, e eu passo, portanto, a palavra e antes de agradecer, Senador Geraldo Mesquita, mais uma vez a esse grupo, as mães que vieram até aqui, ao teatro que foi belíssimo, que nos apresentou e certamente nos alegrou, mas também nos emocionou muito. Muito obrigado a todos vocês que vieram aqui hoje. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, com muito prazer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senadora Patrícia. Quero cumprimentá-la com muito entusiasmo e alegria, às nossas convidadas também, Senador César Borges, às pessoas que estão aqui no auditório, que tenho certeza absoluta, todas muito preocupadas com o assunto. Por sinal queria iniciar dizendo que a Ministra Nilcéia perdeu uma grande oportunidade de estar aqui hoje, assistindo o nosso teatrinho, eu respeito a decisão da Ministra mas não sei que assunto mais importante seria esse para ela não estar aqui se aqui eu tenho a impressão que se aqui nós estivéssemos discutindo CPMF, talvez esse auditório estivesse cheio, não é Patrícia, tanto de parlamentares, como de Ministros. É um negócio que me deixa muito preocupado.

Uma das cenas que mais me impressionou, assim, na vida, Patrícia, foi, muitos anos atrás, uma colega que hoje tem mais ou menos a minha idade, eu fui visitá-la, ela já casada, com filhos, e a gente conversando na sala e de repente uma criança dela entrou já andando, quer dizer, já devia ter um ano, dois anos, sei lá, a Beth sentada, a criança sentou na cadeira, no braço da cadeira, puxou o vestido dela, pegou do seio e ficou mamando. Achei aquilo um negócio fantástico. Achei um negócio fantástico. E uma outra... e uma outra situação, não digo cena, mas situação que eu tomei contato com a situação dessa, assim, com uma frequência assustadora de mães que pela pressão do emprego, do trabalho, introduziram e se preocuparam em introduzir de imediato a mamadeira, porque pela pressão. Olha que coisa impressionante. Devia ser o contrário. E a carga social, o emprego, o trabalho pressionando para que essas mães substituíssem a amamentação natural pela mamadeira por uma questão de estética, por uma questão de tempo, por uma questão de várias razões que todas elas juntas, inclusive, jamais poderiam se sobrepor aquela razão inicial da amamentação do seu filho. Eu, eu... eu conversando há pouco aqui

com a Senadora Patrícia e depois da saída dela eu refletia, inclusive, com relação a fala da Dra. Myllena. Dra. Myllena eu acho o seguinte, olha... são muitas as questões, são muitos os direitos que devem ser conquistados. Mas eu creio que nesse, em particular, nós devemos focá-lo com exclusividade. Se nós alterarmos esse projeto para introduzir novas, novas conquistas, novos direitos que eu não digo que não sejam trabalhados e buscados, mas eu creio que o ideal é que eles sejam feitos em apartado, em outro projeto, esse, em particular, deveria, deveríamos nos concentrar nessa conquista, porque nessas Casas Legislativas ocorre uma coisa muito... muito interessante.

Quando o assunto... e um assunto como esse de fundamental importância, a gente começa a agregar emendas, dispositivos, a gente está conduzindo esse processo para o cadafalso, para o insucesso. Entende? Porque aí a coisa começa a se misturar muito, a se complicar e eu... e eu defendo a tese, em particular, desse projeto aqui, Senadora Patrícia, de que a gente deve deixá-lo enxuto e exclusivamente tratando da licença maternidade, da extensão da licença maternidade de seis meses, da forma como está formulado sob pena de a gente ver esse processo da sua aprovação atropelado.

Que façamos as considerações, as ponderações e os encaminhamentos necessários com vistas a obtenção de outros direitos, mas em apartado, em outros projetos para que a gente tenha a tramitação desse aqui célere e com vistas a obter o sucesso da sua aprovação. Eram essas as considerações que eu queria fazer, Senadora Patrícia.

Eu vou até dar um exemplo. Eu estava falando aqui no início da CPMF, se essa reunião tratasse de CPMF, isso aqui estava lotado de Ministros, de parlamentares, de muita gente. Entende? Olha a estratégia do Governo. O conjunto dos direitos que as mulheres e os trabalhadores de uma maneira em geral precisam obter e perseguir, ele é enorme. Entende, Senadora Patrícia? Deixa eu fazer aqui um paralelo. O sistema tributário nacional é algo também vasto, extenso, complexo. Mas o Governo, hoje, por exemplo, trata da discussão pontual de uma questão que lhe interessa: CPMF. Se o Governo vem aqui discutir CPMF no bojo do sistema tributário nacional estaria fadado a um redundante fracasso. Entende? Eu estou me referindo exatamente a isso. Eu não sei se eu me fiz entender.

Com relação a esse projeto, se nós introduzirmos nele através de emendas outras garantias, outros direitos, nós estamos conduzindo esse projeto à possibilidade de fracasso no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Portanto, eu advogo a necessidade da gente tratar com exclusividade essa matéria, eu diria,

assim, preliminarmente até a questão da extensão do direito aos homens, eu acho que não deveria constar aqui. Não deveria constar aqui. Deveria ser tratado em outro contexto, em outro dispositivo para que a gente assegure com absoluto sucesso a aprovação desse projeto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Eu estou, inclusive, Senadora Patrícia, absolutamente solidário a senhora e já declinando aqui publicamente o meu voto, meu voto e meu entusiasmo, meu aplauso à sua iniciativa e as pessoas, como bem citou V. Exa., que lhe inspiraram, que lhe trouxeram subsídios e informações e confiaram na sua sensibilidade, no seu trabalho, para encaminhar um projeto de tão grande importância para as mulheres desse país e para o país de uma maneira em geral.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Bom, eu quero agradecer mais uma vez ao Senador Geraldo Mesquita que já havia, em outra oportunidade, também trazido essa manifestação de apoio em diversas ocasiões e isso, para nós, é de fundamental importância pela sua importância, pelo trabalho que V. Exa. tem realizado e é claro que é importante que numa audiência pública nós possamos recolher essas sugestões e buscar acolher dentro do possível, dentro do projeto, desde que não cause nenhum tipo de empecilho para aprovar o projeto. Então, dentro disso eu acho que o Senador relator Paulo Paim vai saber conduzir da melhor forma, porque são muitas sugestões que ele tem recebido, e eu procurei, achei que era de fundamental importância ampliar cada vez mais essas discussões para que a gente pudesse ter um projeto, como disse o Senador Paulo Paim, que na prática realmente desse essa condição às mulheres e às crianças.

A nossa intenção não era só votar e aprovar um projeto, mas fazer com que, na prática, ele pudesse acontecer e de forma alguma fosse um empecilho ou atrapalhasse a condição da mulher já no mercado de trabalho que nós sabemos já é tão difícil. Por isso a importância desta audiência pública de hoje para ouvir justamente as entidades que representam os anseios das mulheres como um todo e ouvir das entidades aquilo que for necessário.

Eu quero aqui fazer a defesa da Ministra Nilcéia porque tem sido uma grande parceira, em outras ocasiões já esteve presente, já, inclusive, trouxe empresários do Brasil que têm essa prática e servem como exemplo, portanto, hoje ela não pôde estar aqui, mas ela tem, Senador Geraldo Mesquita, eu tenho aqui o dever de justiça de falar da Ministra Nilcéia, não sei qual foi o seu compromisso, mas eu sei que algo que lhe impediu, mas ela, ao longo do projeto, ela tem procurado nos ajudar, inclusive trazendo pessoas que possam

agregar cada vez mais e demonstrando publicamente já esse seu interesse, o empenho, que o projeto possa ser aprovado, inclusive, contra a orientação da própria Secretaria da Fazenda, do Ministério da Fazenda, que tem uma orientação contrária ao projeto. Então, ela e o Ministro José Gomes Temporão, mesmo com essa orientação que é contrária da Fazenda, têm insistido de que essa é uma questão vital para o fortalecimento das relações entre pais e filhos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora, eu reconheço que a Ministra Nilcéia é parceira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Eu sei.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu disse apenas que ela perdeu uma grande oportunidade de se fazer presente hoje aqui, inclusive, trazendo as mulheres que com elas estão discutindo lá outros assuntos, oportunidade, trazia todo mundo para cá para essa audiência, enriqueceria a audiência e ela, talvez, saísse daqui hoje feliz da vida, por ver um assunto desse discutido tão...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Eu tenho certeza disso, Senador. Eu entendo também a sua preocupação porque é a mesma minha. Geralmente quando a gente trata de questões que não estão relacionadas, vinculadas objetivamente à questão da economia, nós sempre temos dificuldade de agregar mais pessoas, mais parlamentares. Mas isso não vai impedir de forma alguma o nosso trabalho porque eu acho que quem está aqui hoje são pessoas bastante representativas, pessoas que têm um interesse em colaborar com esse nosso projeto.

Eu, antes de passar novamente a palavra... eu gostaria de convidar o Dr. Dioclécio, Presidente da sociedade brasileira de pediatria para também compor a Mesa, registrando aqui a presença da minha querida pediatra Raquel Disque(F) que também está aqui conosco, companheira de todas as horas, de todas as lutas. Dr. Dioclécio, prazer tê-lo aqui também mais uma vez. E eu fiz algumas anotações, e... eu queria fazer uma explicação para que todos pudessem entender qual foi, a princípio, a idéia de fazer um projeto que, na verdade, ele é voluntário.

Nós gostaríamos... nós tínhamos a intenção, e essa foi a intenção da sociedade brasileira de pediatria, de levantar essa questão no nosso país. A princípio nós sabíamos que podíamos ter algum tipo de resistência, como tivemos e conseguimos superar muitas dessas resistências. Mas por parte de alguns empresários, uns com boa-fé, outros com má-fé, que diziam que isso podia ser um retrocesso, no acesso a mulher ao mercado de trabalho. E foi justamente, essa foi uma das nossas

preocupações. Portanto, o projeto, ele é voluntário, ele busca criar uma nova cultura no país, em primeiro lugar, de respeito às nossas crianças, de considerar os nossos filhos e as crianças brasileiras como principal e o maior patrimônio do nosso país. Então, o projeto, ele não obriga a que as mulheres amamentem porque nós somos conscientes que algumas mulheres têm as vezes algum motivo, por algum motivo têm uma resistência ou uma questão psicológica ou mesmo algum tipo de problema, que não podem amamentar. Mas já está comprovado, e isso o Dr. Dioclécio pode falar muito melhor do que eu, eu apenas aprendi com ele ao longo de todo esse período, de que como é essencial e fundamental para o desenvolvimento físico, intelectual e emocional de uma criança os seis primeiros meses de vida que ela esteja ao lado da sua mãe ou de quem cuida dessa criança.

É esse fortalecimento dos laços afetivos, é o contato, é o sussurro da mãe, as palavras de carinho de uma mãe, o carinho que uma mãe pode fazer, a voz de uma mãe, o tato que vai fazer com que essa criança possa ter esse desenvolvimento. Já está também comprovado cientificamente de que os seis primeiros meses de vida de uma criança é quando o seu cérebro se desenvolve com mais rapidez. Então, nós não podemos correr o risco de nesses seis primeiros meses de vida de uma criança estarmos longe dela, sabendo que isso vai ser vital para o seu desenvolvimento. Além do mais, evidentemente, o afeto que ali vai acontecer.

Eu ouvi já muitas declarações de muitas mulheres, recebi muitos e-mails, recebi cartas, telefonemas de apoios e me lembro quando a Maria Paula, nossa querida Maria Paula, madrinha do nosso projeto também que é a atriz que faz o Casseta e Planeta, que esteve também em todos os momentos. E ela falando assim. Eu não consigo compreender como é que algumas pessoas ainda pensam em números, em contas, porque quando você fala no impacto financeiro que o projeto dessa natureza pode causar que a nossa consultoria levanta, talvez, em torno de 500 milhões, se todas as empresas do Brasil, grandes, médias, pequenas e microempresas aderissem ao projeto, esse seria, mais ou menos, o que custaria aos cofres públicos, tendo uma visão ainda daqueles que trabalham apenas com números e se esquecem que atrás dos números existem pessoas, de que isso iria acarretar um problema muito grave para o Governo Federal, sendo que não se preocupam em se levantar um único dado que é fundamental, que é saber que o SUS gasta por ano em torno de 300 milhões de reais apenas em internações de crianças com doenças, por exemplo, doenças respiratórias e isso poderia ser completamente evitado se

nós tivéssemos a licença maternidade de seis meses garantida a todas as mulheres.

A minha intenção, a minha vontade, o meu desejo é que todas as mulheres brasileiras pudessem ter esse direito já que nós estamos conscientes... [aplausos]... da importância... da importância disso para a vida das mulheres e das crianças. Mas, as vezes na política a gente precisa buscar conciliar para tentar trazer uma idéia e colocar essa idéia, pelo menos para ser debatida e discutida.

Se nós fôssemos fazer um projeto que colocasse, desse esse direito a todas as mulheres brasileiras e, num futuro muito próximo, se Deus quiser, nós estaremos chegando lá porque essa vai ser a minha determinação, é a nossa orientação da sociedade brasileira de pediatria, mas nesse momento nós teríamos que apresentar uma emenda à Constituição e isso traria uma resistência muito grande, tanto por parte da iniciativa privada, como por parte também do Governo. Então, nós resolvemos, tomamos a decisão de fazer isso gradativamente.

Em primeiro lugar conquistando a sociedade brasileira para essa luta que deve ser de todos os homens e mulheres que acreditam na importância disso e como isso é fundamental para a vida, como um todo, como isso é precioso na vida de uma mulher, seja ela a mãe biológica ou a mãe adotiva, e nós não gostaríamos de ver simplesmente uma proposta dessa sendo vetada ou sendo desaprovada pelas duas Casas.

Por isso, o nosso entendimento de que nesse primeiro momento nós deveríamos conquistar parte da sociedade, pelo menos, em torno dessa questão que é um direito de todas as mulheres e num momento muito próximo poder, então, já com a sociedade preparada para isso e aguardando que isso possa acontecer, oferecer uma emenda à Constituição que realmente todas as mulheres brasileiras possam ver garantido esse seu direito. Mas eu devo ser muito franca, sincera e transparente, e isso passou pela nossa cabeça. Em alguns momentos quando eu via entusiasmados alguns defendendo o projeto, eu dizia: Puxa, Dr. Dioclécio, a gente devia ter feito logo uma emenda à Constituição. E com a sua inteligência ele sempre me disse: Calma Senadora, cada passo tem o seu momento. E esse, é esse o momento que nós vamos ganhar toda a sociedade brasileira e a partir de então, garantir que esse direito seja de todas as mulheres, enfim, para tentar aprovar o projeto.

Eu acho que o projeto não vai encontrar resistências aqui nessa Casa, no Senado, com todos os Senadores que já participaram das audiências, Senadoras, com todos com quem eu tenho conversado, há uma simpatia muito grande. Nós já fizemos audi-

ências onde trouxemos também as entidades empresariais onde alguns empresários, inclusive, já adotam essa licença de seis meses sem nenhum tipo até de incentivo do Governo, nós temos uma preocupação e é uma preocupação importante que é a questão das micro e pequenas empresas que hoje significam, acho que 65% dos empregos das brasileiras e dos brasileiros e nós sabemos que o tipo de incentivo que está colocado no projeto, ele não vai contemplar as micro e pequenas empresas porque são aquelas que mais empregam, mas como nós falamos de dedução do Imposto de Renda nos dois meses excedentes, quer dizer, nos dois meses até completar os seis meses, isso pode atrair, deverá atrair as grandes empresas. Mas as pequenas e microempresas não. Portanto, nós... ontem estamos praticamente fechando uma nova proposta que é aquela que vai tentar atrair as pequenas através do Super Simples.

Isso está sendo ainda concluído pela consultoria, mas eu acho que se nós conseguirmos colocar mais, talvez, uma emenda que busque corrigir, talvez, essa falha, dentro do projeto, nós vamos conseguir no final das contas, até pelo exemplo que tem dado alguns empresários brasileiros, nós vamos conseguir atrair mais e mais empresas. A FIESP esteve aqui, que é uma entidade representativa de empresários, não se contrapôs ao projeto, pelo contrário, nós tivemos aqui representantes da, acho que da FECOMERCIO, da Confederação do Comércio e não tivemos, então, resistência. Tivemos aqui o seu Pastor que, como consultor, colocou algumas dificuldades que ele encontrava dentro do projeto e algumas dessas dificuldades nós já estamos, inclusive, estudando como sugestões para o projeto. Mas ninguém até agora disse: Não, esse projeto é inviável, esse projeto não é bom ou esse projeto não presta. De forma alguma. A gente tem conseguido mobilizar mais e mais pessoas.

Eu quero agradecer a Myllena, quero agradecer também a Elizabeth por terem vindo até aqui, aceitado esse convite de discutir, de trazer algumas sugestões ou até algumas críticas ao projeto que são legítimas e eu entendo todas elas e nós vamos procurar, dentro daquilo que eu disse, de não atrapalhar, mas de conseguir que o projeto seja aprovado da forma mais perfeita possível. Quanto àqueles que tratam da questão do problema da mulher no mercado de trabalho, do acesso a mulher ao mercado de trabalho, eu tenho dito que, talvez, esteja na hora da gente mudar a mentalidade do Brasil, talvez, tenha esse projeto uma forma de refletir também sobre isso, de se respeitar as mulheres brasileiras.

Tenho dito que não é uma frase minha que nós somos 52% da população e os outros 48% são nossos

filhos. Então, tá na hora de se respeitar a mulher brasileira. Será que alguém que vive durante 75 anos, uma média de 80 anos, não tem o direito a ficar com seus filhos nos seis primeiros meses de vida dando aquilo que é tão importante e essencial para que ele tenha vida, para que ele seja feliz, para que ele possa crescer um cidadão com dignidade, com afeto, com carinho, no momento em que a gente luta por uma cultura de paz num mundo tão cheio, marcado de violência, onde os nossos filhos e as nossas crianças são as principais vítimas desta violência? Muitas vezes está no afeto a... a expulsão dessas crianças para a rua, para a batalha, para as drogas, para a exploração sexual, para o tráfico, para tantas e tantas outras coisas, pela falta de oportunidade, pelas faltas de oportunidades, tanto da infra-estrutura que tocou muito bem aqui a Myllena, quando busca na sua fala garantir os direitos que são fundamentais às nossas crianças e às mulheres.

Nas políticas sociais que eu tenho, aqui no Senado, buscado tratar dessa questão de forma muito veemente, até, muitas vezes de forma intransigente porque não consigo entender como é que um país que tem um patrimônio tão maravilhoso como os nossos filhos faz com que as políticas para as crianças sejam políticas tão pobres, políticas tão pequenas, políticas tão mesquinhas que não levam em conta os sonhos, que não levam em conta a energia, a adrenalina que tem na juventude, a vontade de conhecer o mundo, de abarcar o mundo com as pernas para poder ter a curiosidade de conhecer esse mundo e infelizmente as políticas sociais não entendem essas coisas, não entendem esses sentimentos, não entendem nada disso e passam ao largo de tudo e muitas vezes é o braço do crime organizado, é o braço do tráfico, é o braço da exploração sexual que chega muito mais rápido que a Política Social do Governo que poderia ajudar a libertar os nossos filhos e as nossas crianças.

Repito também uma mesma frase que ouvi aqui nessa mesma sala de um homem que eu tenho uma admiração muito grande que é o padre Renato Kiera(F) do Rio de Janeiro, que cuida de atender jovens envolvidos com drogas, com tráfico, com a violência muito grande e ele levantava aqui de uma forma muito emocionada ele dizia: "Que país é esse que a gente antigamente levantava as mãos para os céus e dizia que era uma bênção de Deus quando nascia uma criança e hoje a gente chora ou lamenta dizer que é mais uma criança que vai sofrer, ou que vai ser violentada, ou que vai praticar algum tipo de violência". Então, eu acho que está na hora de todos nós refletirmos sobre isso.

Esse projeto é um projeto que tem me mobilizado pessoalmente muito, eu sou muito grata a sociedade brasileira de pediatria por ter confiado em mim essa

tarefa que tem ajudado ao meu mandato, que tem destacado cada vez mais essa vontade, esse desejo de continuar lutando pelas crianças por um mundo melhor porque eu estou convencida de que isso não é só uma bandeira simpática, mas deve ser uma causa e uma missão de todos os homens e mulheres de boa-fé que acreditam nesse país, que acreditam no futuro do nosso país.

Então, tenham certeza de que nós vamos nos dedicar muito até a votação desse projeto para tentar juntar aquilo que mais puder nesse momento, nesse momento e eu gosto de ser muito franca em tudo aquilo que eu estou dizendo, que for possível, desde que isso não protele ou não nos faça perder uma conquista que vai ser tão importante, pelo menos para parte das mulheres.

Num país como o nosso as essas vezes essas mudanças não são tão rápidas como a gente sonha, como a gente deseja. Talvez, eu que batalhe tanto, que lute tanto por essa área, talvez, seja aqui dentro da pessoa que mais deseja ver todas as mulheres, com seus filhos, amamentando, felizes, vendo seus direitos respeitados. Mas eu devo ter a paciência e para ver, pelo menos, parte disso aprovado para que isso ganhe uma força ainda maior e muito em breve a gente possa ter isso como realidade para todas as mulheres brasileiras.

Eu vou... [aplausos] obrigado. Eu vou passar agora a palavra a Elizabeth Saar que é Gerente do projeto da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e em seguida eu vou passar também para a Myllena, que é aqui membro da equipe de assessoria parlamentar do CFEMEA e depois se... desculpa. Eu queria, só antes, Elizabeth, se me permite, passar a palavra ao Dr. Dioclécio para que ele pudesse também fazer os seus comentários.

SR. DIOCLÉCIO: Ilustre Senadora Patrícia Saboya, que preside os trabalhos dessa audiência, a saudação da sociedade brasileira de pediatria, os ilustres Senadores aqui na figura do Senador Geraldo Mesquita, saudação ao ilustre Vereador de Bagé, autor do projeto de prorrogação da licença maternidade naquele Município, as mães que aqui compareceram, as ilustres representantes, a Elizabeth, Gerente do projeto, da Secretaria de Projetos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Myllena, assessora parlamentar do CFEMEA, eu quero inicialmente agradecer a honra do convite de estar nesta Mesa, nesta audiência que trata da prorrogação da licença maternidade para seis meses no Brasil.

E ao fazê-lo não poderia deixar de destacar o que representou e representa para a pediatria brasileira a figura da Senadora Patrícia Saboya. Para nós, pediatras

desse país, inegavelmente um verdadeiro oceano de sensibilidade humana e compromisso social que permitiu levar adiante a idéia que surgiu como um sonho e que progressivamente se converte em realidade.

Essa audiência foi marcada para ouvir as representações legítimas do movimento das mulheres brasileiras. Para ouvir a manifestação de um dos segmentos mais importantes, essenciais, envolvidos no Projeto de Lei, mas também terminou sendo, Senadora, uma audiência que reuniu um segmento, o segmento central do direito assegurado pela prorrogação da licença maternidade. O lactente que aqui esteve e que fico imaginando o que diria se lhe fosse passado o microfone. O que diriam os recém-nascidos e lactentes que integram esse segmento central do projeto? Creio que poderíamos fazer um exercício de imaginação verdadeira.

Seguramente estariam aqui falando para agradecer uma iniciativa que começa a retirar da maternidade o verdadeiro estigma, a maldição que lhe foi imposta por uma evolução equivocada da sociedade brasileira e transformá-la na manifestação mais genuína do sinal de vida na sociedade. Também se manifestariam orgulhosos os recém-nascidos, se aqui pudessem falar, por verem o reconhecimento no Congresso Nacional da sua condição de sujeitos de direitos, porque a licença maternidade é seguramente um direito fundamental da criança, do recém-nascido, do lactente.

Um direito que precisa ser assegurado, uma vez que o seu destinatário não tem como manifestar-se, por toda a sociedade brasileira, por todas as instituições, entidades, a fim de que, de fato, o direito seja assegurado. Mas também aqui estaria o recém-nascido falando, claro que com a sua linguagem, que é o choro, e também o sorriso, para agradecer a possibilidade de tantas sinapses de qualidade que se estão estabelecendo no seu cérebro em formação a fim de que possa estruturar a base de formação da sua inteligência, do seu desenvolvimento mental, da sua personalidade, do seu equilíbrio afetivo, da sua condição plena de evoluir para cidadão, sereno, saudável, pacífico, equilibrado, no país. E seguramente também estaria aqui agradecendo o representante do segmento dos recém-nascidos e lactentes a oportunidade de acesso a amamentação como fonte incomparável de suprimento de nutrientes de qualidade, mas também de um número ilimitado de componentes que o protegem das infecções nos primeiros tempos da sua existência, assim como de doenças que vão se manifestar mais tardiamente quando não tem acesso a esse direito. Mas certamente também aqui estariam recém-nascidos de famílias adotivas para agradecer a acolhida, o ninho inicial dos seis primeiros meses de vida que

transborda proteção, que transborda segurança para que o ser humano possa de fato inscrever-se no novo ambiente onde se inicia, de fato, a consolidação do seu potencial de ser humano ao nascer. E finalmente o recém-nascido aqui estaria falando, não chorando, mas sorrindo, com olhares de plena vivacidade para comemorar o avanço da idéia, antes mesmo da aprovação do projeto pelo Senado Federal, o avanço da idéia, produto desta verdadeira Maratona cívica que a Senadora empreendeu e vai empreender ainda pelo país, defendendo a idéia, levantando a discussão, os lactentes estariam comemorando.

O fato, [pigarro], perdão, de que a Sociedade Civil já se apropriou do projeto, já se sente também autora do projeto e passa a implantá-lo em todos os pontos do Território Nacional. São hoje 53 Municípios onde a licença maternidade de seis meses já é uma lei em pleno vigor. São cinco Estados da Federação onde o Projeto de Lei foi aprovado, está em vigor e é licença maternidade, não é licença amamentação. Porque a licença amamentação, com todos os benefícios que traz ao assegurar o aleitamento materno, não assegura o acesso pleno à estimulação indispensável dos primeiros seis meses de vida e, além do mais, submete a mulher ao constrangimento de ter de provar aos gestores do sistema de saúde que de fato está amamentando a sua criança.

Por tudo isso, registro em nome da sociedade brasileira de pediatria e de todos os pediatras brasileiros que cuidam de todas as crianças do país, que têm relação estreita com as mães, com os pais, com as famílias, registramos a imensa satisfação de participarmos de mais esta audiência e de percebermos, e de termos a certeza da aprovação do projeto que, imaginávamos, devesse ser feita logo após a primeira audiência, mas a Senadora nos alertou. “Não, precisamos discutir ainda e muito o projeto”. E a discussão foi feita, foi desencadeada e aprendi que é verdadeira a frase de uma das canções imortalizadas por Elis Regina quando ela diz que “viver é melhor que sonhar”, porque viver nos permite conhecer tantas opiniões, tantos conceitos verdadeiros aqui trazidos de representantes dos distintos segmentos da sociedade, tantas evidências da realidade brasileira que, as vezes nos escapam, e que nos permitem, ao final, amadurecer o projeto e lhe dar, no momento da aprovação, a versão mais ajustada à realidade brasileira, a versão que assegura a aprovação e que mantém essa caminhada cívica, patriótica, humana para assegurar ao longo de sua duração todos os demais direitos aqui sugeridos que são inegáveis, incontestáveis e que serão certamente conquistados etapa por etapa, ajustados ple-

namemente a evolução da nossa própria realidade. Muito obrigado. [aplausos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Quero agradecer mais uma vez a presença e as palavras que são sempre muito bom de poder escutar do Dr. Dioclécio, que cada vez estimulam mais a gente e ganha mais força aqui por tudo o que ele fala.

Eu quero passar a palavra agora então a Dra. Elizabeth e em seguida a Dra. MYLLENA e se alguém desejar se manifestar, nós também estaremos aqui. Quero agradecer ao Senador Geraldo Mesquita que está aqui acompanhando desde o início essa nossa audiência, mais uma vez, muito obrigado. Quero também cumprimentar o Vereador Dudu Colombo que está aqui, que também é autor em Bagé, é o primeiro projeto no caso do Estado. Não é isso? Então, agradeço muito, é uma força enorme e seja muito bem-vindo à nossa Comissão. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora, era só para registrar. A assessoria preparou aqui um material e a gente, eu confesso que não abri de imediato, mas ela gentilmente veio nos mostrar aqui os Municípios onde essa proposta já virou lei. Eu agradeço aqui. E eu queria destacar aqui que o Estado do Ceará e o Estado do Espírito Santo são campeões. O Estado do Ceará e o Estado do Espírito Santo com o terceiro lugar aqui para o Estado do Paraná, viva! São muitos Municípios, são cerca de 50 Municípios que já adotam essa norma e outros mais aqui em vias de tramitação e aprovação. Era só para fazer o registro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Eu queria falar, Senador Geraldo Mesquita, que isso aí eu e o Dr. Dioclécio ficamos ligando para o Governadores, ligando para Prefeitos, já tem a licença maternidade? Já tem isso? Já tem aquilo? Nilcéia também tem nos ajudado nisso. Então, eu acho que cada vez mais eu acho que nós temos um papel importante, até como Senadores representando o nosso Estado, de buscar estimular dentro dos nossos Estados, nossos Municípios, que mais e mais Municípios possam aderir aos seis meses de licença maternidade. E aí, quem sabe, daqui a pouco nós teremos isso como... como uma meta também para vários... é... diria... não sê-lo, porque não posso dizer, não posso me antecipar a isso, mas isso como uma garantia fundamental e uma responsabilidade de todos os gestores Municipais e Estaduais e do Governo Federal que a gente possa ter isso como uma garantia a todas as mulheres. A palavra a Dra. Elizabeth Saar.

SRA. ELIZABETH SAAR: Eu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senadora Patrícia, só um minuto. Eu sou missionária, vivo em Recife fazendo um trabalho [ininteligível] entregar umas cartas para os Exmos. Senadores, porque eles estão querendo uma lei agora para tirar a Bíblia Sagrada que fala da palavra de Deus que diz que é pecado...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Deixa eu só lhe falar uma coisinha... É porque agora a gente está na audiência, você só deixa aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, eu só vou deixar para vocês...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Porque como é outro assunto, a gente trata depois, eu lhe dou a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas é parecido também, porque isso aí é a defesa da família.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Tá bom. Com a palavra a Dra. Elizabeth Saar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí eu vou agora deixar...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Só pode deixar, mas tem que fazer silêncio porque a Dra. Elizabeth agora vai falar. Com a palavra a Dra. Elizabeth. A senhora pode se sentar.

SRA. ELIZABETH SAAR: Obrigada. Eu gostaria só de nesse mesmo exercício que o Dr. Dioclécio estava fazendo dos agradecimentos dos bebês, eu tenho certeza que eles também agradeceriam às mulheres do país, porque são elas que sempre lutaram para que a licença maternidade fosse crescente e são elas que fizeram e garantem na nossa Constituição hoje o que temos, na nossa CLT. Acho que a gente não pode esquecer, também, que as mulheres sempre lutaram por isso.

As mães e as não mães sempre entenderam que a importância da amamentação e a gente falou muito aqui também hoje da licença paternidade, eu acho que a gente devia falar disso por que... eu estou falando do lado do campo da Secretaria de Políticas para as Mulheres em que a gente fala de políticas para as mulheres, mas são políticas para a sociedade e que a gente inclui, pensa uma sociedade diferente porque pensam homens diferentes. Então, é importante a gente sempre lembrar, e eu acredito, Senadora Patrícia, que todo esse esforço do Senado, de garantir essa discussão de extrema importância. Sem discussão a gente não avança na sociedade.

E eu queria lembrar como a Myllena levantou a possibilidade de um projeto de equidade, um plano de equidade das empresas, eu queria lembrar que a Secretaria de Políticas para as Mulheres têm um programa

de, um selo de equidade para as empresas que já está no seu segundo momento, que começou, é um plano de equidade de gênero para o seu primeiro ano, para as empresas Estatais em que o comitê de equidade levantava todas essas questões que foram levantadas aqui como uma implantação dentro das empresas.

Hoje, o projeto da Secretaria, ele está no seu segundo momento que, além das Estatais, ela já está chegando a empresas privadas. Então, eu acho importante a gente também divulgar isso e quem sabe até poder incorporar essa sugestão da licença maternidade às empresas que estão trabalhando nesse pró-equidade ou ligar a possibilidade da implantação dessa licença de seis meses e, ao mesmo tempo, levantar toda a questão da pró-equidade que é extremamente importante que visa modificar, não só o ambiente de trabalho, mas a vida das pessoas dentro das empresas, dentro do possível, evidentemente.

Queria agradecer à Senadora, aos Senadores, infelizmente a Ministra não pôde vir, realmente eu acho que ela sempre prestou, ela esteve presente nas audiências em que foi chamada, são poucas as situações, mas elas existem, em que ela não pode estar presente e ela já prestou apoio ao projeto pessoalmente à Senadora Patrícia e me pediu que viesse aqui e falasse do apoio que ela dá ao projeto e não é só nessa situação, nessa ocasião, mas em todas as outras ocasiões em que ela tem a oportunidade ela fala, ela fala do projeto e essa é uma proposta da Secretaria de ampliação da licença maternidade, ainda mais agora depois que 3 mil mulheres se reuniram e pediram, aprovaram essa proposta. Então, eu só queria dizer que a Ministra não está aqui por uma incapacidade... não possibilidade por ter outros compromissos, mas que ela apóia o projeto e está à disposição para outros momentos, a Secretaria está presente. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada também. [aplausos].

Passo a palavra agora à Myllena que é membro do CFEMEA, fazer suas considerações finais.

SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS: Gostaria aqui de registrar que nós mulheres, as mulheres organizadas sonham e sonham alto, porque se não sonhássemos muitos dos direitos não estariam aqui garantidos. Desde as campanhas pela creche na década de 70, início de 80, das mulheres trabalhadoras que iam às ruas pedir essa, pedir a creche, num primeiro momento ainda como direito da mulher, mas que também tem avançado na concepção de que a creche é um direito da criança e um direito que garante a autonomia das mulheres para o mundo do trabalho. Então, são dentro, assim, desses avanços que colocam enquanto direito da criança e direito da mulher.

E é por isso que nós colocamos essas sugestões que são amplas, que algumas delas podem ser incluídas no projeto, mas outras, até mesmo pela questão do âmbito formal que demanda um outro tipo de proposição, ou PEC, ou Projeto de Lei Complementar que necessitaria de uma mudança no próprio projeto, nesse âmbito formal, mas tenho certeza que isso também pontuamos como necessidade de incluir no debate da preocupação, por exemplo, se garante a extensão da licença maternidade. Mas vamos também já fomentar uma discussão para que essa questão dessa preocupação da empresa não se estenda, não fique na concessão da licença maternidade, que tenha a garantia das creches, que articule a fomentação das creches, de campanhas para divisão sexual do trabalho.

Recentemente o PENUD divulgou uma pesquisa que 90% das mulheres se dedicam ao trabalho doméstico, trabalho doméstico não remunerado que não é contabilizado para as finanças públicas ainda, mas que se fossem, corresponderia quase 12% do PIB nacional, enquanto que os homens, a contribuição dos homens para o trabalho doméstico ainda está em 10% que faz esse tipo de trabalho. E já apontando a preocupação dessa pesquisa que as mulheres podem ter uma terceira jornada de trabalho que hoje é o trabalho fora de casa, junto com o trabalho dentro de casa, cuidado da criança e posteriormente com o envelhecimento da população que é o cenário que está sendo traçado vai ter essa jornada com o cuidado dos idosos.

Então são questões que a gente aponta, sugere, Senadora, para que sejam colocadas também já com essa preocupação da divisão do cuidado entre os pais, daí a importância da licença a paternidade, da preocupação também de associar essa idéia da empresa cidadã que também se garanta essas outras... esses outros direitos que as mulheres até agora, embora tenham conquistado formalmente, mas que precisa se materializar. Então, nós, digamos... há várias discussões, há Projetos de Leis já na Casa com a questão que propõe uma proposta de Emenda Constitucional, que está na Câmara, que propõe a extensão da licença maternidade e acreditamos, assim, do mérito mesmo do projeto que já levanta essa discussão política que já fomenta isso e podemos fazer esse pacote de projetos para que tenhamos esse direito garantido, de discutir com o Executivo, no âmbito que está tendo agora da discussão da Previdência Social, do fórum de Reforma da Previdência Social, o movimento de mulheres todo está acompanhando essa discussão, está fazendo propostas para incluir novas garantias, novos benefícios, mas também para assegurar, inclusive, a questão da licença maternidade que não seja diminuída, da diferença de 5 anos que tudo isso se soma e proporciona

também uma tranquilidade para a mulher, para a família e principalmente para a criança, para que se mantenha esse laço afetivo e o desenvolvimento saudável da criança nos seus primeiros meses de vida.

Então, são essas as nossas sugestões que temos, nos colocamos à disposição para divulgação do projeto, para que ele seja debatido e registro ainda aqui da nossa preocupação, Senadora, de que há necessidade dele vir acompanhado com essas outras medidas para equiparar e universalizar a proposta e também a gente tem uma meta de nivelar o acesso das mulheres para a licença maternidade, para que não esteja mulheres sem licença... sem licença, com licença, que depende de carência e aquelas que têm licença passarão a ter licença de seis meses. Então, é isso e muito obrigada. [aplausos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Quero agradecer a presença de todas, de todos, quero agradecer a presença da Myllena, agradecer a presença da Elizabeth, do Dr. Dioclécio como Presidente da sociedade brasileira de pediatria, a todas as mulheres grávidas que vieram aqui nesse momento de tanta beleza à nossa audiência, o carinho, a dedicação, a representação do teatro que aqui foi feito que certamente emocionou a todos nós, a todos os técnicos, ao Vereador Dudu, que também está aqui conosco, enfim, a Dra. Raquel, a todos os convidados, agradecer pelas contribuições. Tenham certeza que nós iremos buscar o máximo, aproveitar todas elas porque são todas elas proposições muito sérias, são proposições certas, são proposições que levam a um caminho de uma vida melhor, de mais justiça e da garantia dos direitos fundamentais das crianças e das mulheres. Portanto, eu agradeço a todos e declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado. [aplausos]

Sessão encerrada às 10h51.

Ata da 37ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 06 de Setembro de 2007, Quinta-feira, às 9:00 Horas, na Sala De Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e cinco minutos do dia seis de setembro de dois mil e sete, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senhora Senadora **Serys Slhessarenko** e dos Senhores Senadores, **Flávio Arns**, **Geraldo Mesquita Júnior**, **Wellington Salgado**, **Romeu Tuma**, **José Nery**, **Eduardo Suplicy**, **Sérgio Zambiasi**, **Heráclito Fortes** e **Jayme Campos**. O Senhor Senador **Cristovam Bu-**

arque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Item nº. 01: **Requerimento nº. 49, de 2007.** que requer, nos termos regimentais, especialmente amparado no artigo 90, inciso X e artigo 102-E inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa se manifeste junto ao Governo do Estado da Bahia para que o mesmo tome as providências cabíveis visando a apuração do assassinato da líder comunitária Aurina Rodrigues Santana, 44 anos, do seu companheiro Rodson da Silva Rodrigues, 29 anos e do seu filho Paulo Rodrigo Rodrigues Santana Braga, 19 anos. A família foi vítima de uma chacina na Comunidade do Calabetão, cidade de Salvador, Estado da Bahia no último dia 14 de agosto. A principal suspeita de autoria do assassinato recai sobre policiais militares que estavam sendo investigados devido a prática de tortura contra o jovem Paulo Rodrigo e sua irmã de 13 anos, ocorrida no dia 21 de maio de 2007". Autoria: Senador José Nery d Azevedo. Resultado: **Aprovado**, com os encaminhamentos de dar ciência ao Executivo e ao Ministério Público, ambos do Estado da Bahia, com o acompanhamento dos desdobramentos pela Comissão. bem como, este Requerimento seja aditado ao Requerimento Nº 8 de 2007, para que faça parte do tema de discussão das Audiências Públicas já agendadas. Item nº. 02: **Requerimento nº. 50, de 2007.** que requer a retificação do nome da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo para denominar-se Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo. Autoria: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 03: **Requerimento nº 51, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública com o escopo de discutir o projeto de Lei da Câmara nº 122, que "altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências", de autoria da ex-Deputada Iara Bernardi." Com a presença das seguintes autoridades: Maria Berenice Dias, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Dalio Zippin, Advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB; Celso de Mello, Ministro e Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal; Paulo Mariante, Advogado do Grupo Identidade Edith Modesto e do Presidente do Grupo de Pais de Homossexuais. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Resultado: **Aprovado**, com o encaminhamento para que os convidados sejam incluídos no rol dos convidados da audiência pública no dia 13 de setembro. Item nº. 04:

Sugestão nº. 01, de 2007, “que Altera a Lei nº 9.342, de 1997, com vistas à ampliação do prazo de isenção do Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante – AFRMM, sobre as mercadorias cuja origem ou destino sejam as Regiões Norte e Nordeste”. Autoria: Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE. Relatoria: Senador SIBÁ MACHADO. Parecer: Voto pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: **Adiado**. Item nº. 05: **Sugestão nº. 11, de 2007**, “que cria normas gerais para os plantões no sistema jurídico.” Autoria: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL. Relatoria: Senador Paulo Duque, Relatoria: *ad hoc* Senador Flávio Arns. Parecer: Voto pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: **Adiado**. Item nº. 06: **Ofício “S” Nº 08, de 2006**, Ofício Externo nº 133, de 19/06/2006, na origem, que “Encaminha as deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006”. Autoria: Senhor Perly Cipriano. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Relatoria: “*ad hoc*” Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: Para conhecimento da CDH, do Ofício “S” nº 8 de 2006, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e por sua remessa ao arquivo. Resultado: **Aprovado** o parecer reformulado com o voto pelo encaminhamento do processado, para análise da Subcomissão Permanente do Idoso, no âmbito desta Comissão. Item nº. 07: **Emendas nº 01-CCJ E Nº 02-CCJ ao Projeto de Lei do Senado nº. 490, de 2003** – terminativo – que “Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”. Autoria: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação das Emendas nº 1 CCJ e 2 CCJ. Resultado: **Adiado**. Item nº. 08: **Projeto de Lei do Senado nº. 50, de 2005** – terminativo – que “Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente”. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **Adiado**. Item nº. 09: **Projeto de Lei do Senado Nº. 163, de 2003** – terminativo – que “Dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar da localidade, nos termos do artigo 13, do Estatuto da Criança e do Adolescente”. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatoria: “*ad hoc*” Senador Geraldo Mesquita Júnior. Resultado: **Adiado**. Item nº. 10: **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 1494, de 2004**, que “Convoca plebiscito a respeito dos temas especificados, a

se realizar no primeiro domingo do mês de outubro de 2005”. Autoria: Senador Gerson Camata e outros. Relatoria: Senador Paulo Duque. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com as alterações aprovadas na CCJ, e com 1 Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Extrapauta:** Item nº. 01: **Requerimento nº. 52, de 2007**, que “requer a realização de Audiência pública para discutir a proteção do trabalho do idoso, a luz do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, que apontam para as medidas a serem adotadas com relação às dificuldades suportadas pelos idosos no mercado de trabalho, bem como os temas: saúde, segurança, igualdade de tratamento e de não discriminação. Os convidados serão definidos oportunamente”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 02: **Requerimento nº. 53, de 2007**, “que Requer a realização de Audiência Pública com vistas a discutir a violência contra a criança, adolescente e juventude”. Com convidados que representem órgãos governamentais e não governamentais cujas atuações sejam atinentes ao tema. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 03: **Requerimento nº. 54, de 2007**, “que requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com vistas a discutir a importância das relações do Estado brasileiro com as representações dos povos africanos, na ótica dos Direitos Humanos. Para tanto convida os Embaixadores dos Países Africanos no Brasil, representantes do Itamaraty, do Ministério da Justiça e da SEPIR”. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente ao iniciar os trabalhos aprova a ata das reuniões anteriores e, em ato contínuo, põe em votação a pauta da reunião. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, José Nery, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita e Serys Slhessarenko. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata das Reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados. Passamos à Pauta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Flávio Arns. Em seguida, vamos entrar na Pauta, onde temos dois requerimentos do José Nery, já aqui também presente. Senador Flávio Arns, pelo tempo que entender necessário, para fazer sua primeira ponderação sobre a Sessão de hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma ponderação rápida, Sr. Presidente, porque o item 05 da Pauta, a partir de uma sugestão da sociedade, pede que haja normas gerais para os plantões no sistema jurídico. E houve um debate, na nossa última Reunião deliberativa, porque, de maneira bem fundamentada, esta proposição está sendo arquivada pela inconstitucionalidade, porém, nós aqui, discutindo, nesta Comissão, achamos por bem mandar esta sugestão para o Conselho Nacional de Justiça e, discutindo com as pessoas envolvidas, achamos por bem também enviar a mesma sugestão da sociedade para o Supremo Tribunal Federal porque não existe Lei Complementar, que é da competência do Supremo Tribunal Federal a sua proposição, no sentido de funcionamento dos horários do sistema judiciário. Então, como isso não ficou claro, assim, no meu texto, assim, porque eu pedi vistas desse processo e como nós ainda estamos ainda detalhando um pouco mais para mandar, apesar de o Conselho Nacional de Justiça já ter definido essa questão do plantão judiciário, nós achamos por bem mandar essa sugestão da sociedade também para o Conselho Nacional de Justiça para que aquele Conselho perceba a grande preocupação da sociedade em relação a esse assunto, também ao Supremo Tribunal Federal.

E, por fim, pedir o arquivamento porque não compete a essa Comissão fazer... Tomar iniciativas além dessas que vêm sendo propostas. Por isso que eu peço a V.Exa. que retire de Pauta esse item 05 para que, na próxima Reunião, possamos já, com esse tipo de encaminhamento, ter, assim, assim, eu penso, uma abordagem adequada para essa sugestão da sociedade. E quero destacar também, Sr. Presidente, que eu acho que a sociedade ainda precisa, assim, ficar bastante consciente de que ela pode mandar para esta Comissão sugestões que pensem serem importantes. Tantas coisas que vem sendo discutidas na sociedade e as associações, entidades, as pessoas não sabem como proceder.

Então, esses debates podem perfeitamente vir para esta Comissão, que é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Isso significa a participação da sociedade; mandar para esta Comissão que o assunto vai ser obrigatoriamente analisado. Se houver, assim, a... Se houver também um embasamento, uma necessidade de que aquele assunto seja,

assim, tenha desdobramentos, prosseguimentos, a Comissão, a partir da sugestão da sociedade, tem que elaborar um Projeto de Lei que vai ser elaborado, vai ser analisado pelas comissões e pelo Senado.

Eu diria, Sr. Presidente, que é uma forma extremamente rápida, muito mais rápida do que a outra alternativa constitucional, que é uma propositura de lei, por iniciativa popular, que precisa ter um milhão de assinaturas, aqui não precisa ter um milhão de assinaturas, e pode ser, nós estamos aceitando, assim, várias sugestões que vêm da sociedade, transformando as sugestões em Projetos de Lei de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, depois, tendo a tramitação.

Eu tenho a impressão que seria muito bom se todos nós pudéssemos, nas nossas falas no Plenário, aqui mesmo, enfatizar isto, para que a sociedade perceba que é um canal, assim, interessante, bom, rápido, onde muita coisa pode ser debatida, nesse entrosamento que tem que haver. Mas, eu peço a V.Exa. que, em função dos argumentos nessa Sessão, que tire de Pauta o nº. 05, para que ele volte, já na próxima Sessão desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A Comissão acata a sugestão do nosso querido Senador Flávio Arns e o item nº. 05, que cria normas gerais para os plantões no sistema jurídico, de autoria do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESUL – que teve como Relator o Senador Paulo Duque, Relator *ad hoc* o Senador Flávio Arns, seja, no dia de hoje, então, retirado de Pauta. E faremos, com certeza, no momento adequado, todos os encaminhamentos propostos pelo Senador Flávio Arns, que sei que não terá nenhuma posição contrária do Relator Paulo Duque, já que V.Exa., como Relator *ad hoc*, avançou na forma, não de querer simplesmente o arquivo, mas, antes de encaminhar para o arquivo, que seja remetido a todos os setores, às áreas que V.Exa. entende de competência, pela importância das sugestões apresentadas por essa entidade.

Então, voltamos à nossa Pauta, o item 05, então, nós estamos retirando, não vamos deliberar sobre ele. O item 01... O item 01 é o Requerimento nº. 49/2007, que requer, nos termos regimentais, especialmente amparados no artigo 90, inciso X, art. 102, "e", inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, que essa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tão bem destacada aqui pelo Senador Flávio Arns, da importância da sociedade organizada remeter a essa Comissão propostas, que a gente possa transformar, então, em legislação e passe a tramitar nas outras comissões.

Enfim, diz o requerimento que essa Comissão se manifeste junto ao Governo do Estado da Bahia para que o mesmo tome as providências cabíveis, visando à apuração do assassinato do líder, da líder comunitária, Aurina Rodrigues Santana, 44 anos; do seu companheiro, Rodson da Silva Rodrigues, 29 anos, e de seu filho Paulo Rodrigo Rodrigues Santana Braga, 19 anos. A família foi vítima de uma chacina na comunidade de Calabetão, cidade de Salvador, Estado da Bahia, no último dia 14 de agosto. A principal suspeita de autoria do assassinato recai sobre policiais militares que estavam sendo investigados devido à prática de tortura contra o jovem Paulo Rodrigo e sua irmã de 13 anos, ocorrido no dia 21 de maio de 2007. Senador José Nery, V.Exa. está com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, apresentei esse requerimento, atendendo a uma solicitação de entidades comunitárias e do movimento da periferia da capital da Bahia, Salvador, em razão do fato, que o próprio requerimento descreve, de que policiais militares teriam praticado crime bárbaro, assassinando três pessoas de uma única família; depois, esses policiais estavam sendo investigados, inclusive pelo Ministério Público, sobre a suspeita da prática de crime de tortura contra um dos membros, de um jovem membro dessa família.

Entendemos que a Polícia Militar e, no geral, não podemos fazer generalizações, a Polícia existe para cumprir o dever constitucional de garantir segurança aos cidadãos, mas, quando membros dessa mesma Polícia se tornam assassinos de trabalhadores, de lutadores sociais, como é o caso da líder comunitária Aurina Rodrigues Santana, líder do Movimento dos Sem-Teto na Periferia de Salvador, é algo que nos preocupa, indigna e que, portanto, trazemos à consideração da Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida por V.Exa., no sentido de que nos manifestemos junto ao Governo da Bahia, junto ao Governador Jacques Wagner, no sentido de que todas as providências legais sejam adotadas para identificar e punir, na forma da lei, esses assassinos que, de alguma forma, às vezes, praticam esses crimes, confiando na impunidade dos seus atos.

Portanto, o clamor que vem da comunidade do Calabetão, um bairro popular da periferia de Salvador, manifestado a mim através de várias lideranças do Movimento dos Sem-Teto na Bahia, especialmente de Salvador, no sentido de que este crime bárbaro, que atingiu três membros de uma família, a Sra. Aurina Rodrigues Santana, seu companheiro Rodson da Silva Rodrigues, e seu filho Paulo Rodrigo Rodrigues Santana Braga, de 19 anos, que foram vítimas dessa

chacina incompreensível, inaceitável e que, portanto, nós podemos solicitar todas as providências do Governo da Bahia no sentido de, inclusive, Sr. Presidente, além de manifestar pelo pedido de providências, solicitar também que esta Comissão, presidida por V.Exa. seja informada dessas providências para que possamos acompanhar o desenrolar das investigações e as conclusões a que possam chegar os órgãos policiais da Bahia, no sentido de identificar, processar e punir os autores dessa chacina que, sem dúvida, comoveu a Bahia, tal a repercussão que teve em todos os jornais da capital baiana, e, sem dúvida, um motivo de tristeza e de dor para todos que conviveram com essas lideranças desse movimento tão importante e que quer nada mais, nada menos do que o direito constitucional assegurado a todos os brasileiros, o direito à moradia em condições de dignidade.

Então, o requerimento tem esse teor, esperando a aprovação para esses encaminhamentos junto ao governo da Bahia e, evidentemente, depois do informe a essa Comissão de Direitos Humanos sobre os procedimentos adotados para que esse caso tão grave não fique, não seja mais um que conste da longa lista de impunidade a que o nosso país tem assistido. Principalmente, Senador Flávio Arns, quando esses crimes acontecem contra pessoas simples do nosso povo, contra cidadãos comuns. Então, esse é o pedido, é essa a solicitação, esperando aqui o apoio e a aprovação por parte dessa nossa Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, em debate o requerimento do Senador José Nery sobre uma violência cometida contra toda uma família no Estado da Bahia e as posições que essa Comissão deve assumir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero também apoiar o requerimento e toda a argumentação do Senador José Nery, e também dizer que o que nós desejamos é que as forças de segurança sejam, cada vez mais, prestigiadas, sejam boas, sejam capazes, e qualquer denúncia que venha em relação a esse... A estes princípios que nós desejamos ver consolidados, tem que ser naturalmente investigado profundamente, não haver dúvidas, as pessoas punidas, se for o caso, para que a população sinta, nas instituições de segurança, assim, a preservação de valores, de proteção e que essas forças de segurança sejam, inclusive, mais prestigiadas ainda pelo Poder Público.

Eu cito a Polícia Militar lá do Paraná, por exemplo, onde também podem acontecer episódios assim; se acontecerem, têm que ser investigados, pessoas punidas, a população prestigiada. O que é que acontece

lá na... Lá na Polícia Militar do Paraná, a gente tem o Colégio da Polícia Militar, que é um dos mais respeitados em Curitiba e no Paraná. A Academia Militar do Guatupê, quer dizer, as pessoas vão para a Academia Militar do Guatupê para se tornarem oficiais; fazem o vestibular, o mesmo vestibular da Universidade Federal do Paraná, e é o segundo vestibular mais concorrido; depois de medicina, vem o vestibular para entrar na Academia Militar do Guatupê.

Então, mas, mesmo assim, podem ocorrer problemas, e, se ocorrerem problemas, as coisas têm que ser investigadas. E essa Comissão de Direitos Humanos pode não só propor isso, mas acompanhar esse processo todo, logicamente, para que os resultados que venham sejam, assim, que atendam a essa demanda da sociedade, principalmente, como o José Nery falou, em relação à população economicamente mais vulnerável. Esta também tem que receber apoio porque se não fosse, se fossem outras circunstâncias, já estariam com advogados, tribunais e mecanismos e tudo, e a população precisa sentir que essa Comissão aqui dá o apoio necessário para que esse esclarecimento seja feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, Senador Flávio Arns, eu quero me somar à defesa desse requerimento, e eu aqui, nesse momento, recordava com a assessoria que eu estive no Estado da Bahia recentemente, falando sobre o Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto do Idoso e do Deficiente e fui... E participei de uma audiência com Deputados Estaduais, onde me trouxeram um dossiê de um histórico da violência na Bahia em relação, inclusive às forças públicas, contra a juventude e naturalmente parte da população. Eles me pediram, naquela oportunidade, me lembro eu aqui agora, que seria muito importante que fizéssemos aqui uma Audiência Pública.

Eu tomei a liberdade de consultar aqui a assessoria, além de aprovar o seu requerimento, eu estarei propondo que a gente então pegue um requerimento já aprovado, que trata, nº. 08 que trata da violência contra o jovem, e eu dizia, lá na Bahia, que eu entendia que não tinha que ser uma audiência pública específica sobre a Bahia, mas sim a violência contra a nossa juventude, enfim, os familiares, e pegando como eixo questões como essa que o Senador José Nery, no momento, apresenta.

Então, eu queria deixar também a minha posição totalmente favorável a que a Comissão tome todos os procedimentos e que a situação da Bahia seja um dos convidados nessa Audiência Pública para discutir esse tema específico que o Senador lembra, e muito bem defendido também pelo Senador Flávio

Arns, dessa Audiência Pública. Então, como tem já um dossiê montado da questão da repressão na Bahia, nós temos situações, não digo iguais, mas semelhantes, no Estado do Rio e em São Paulo, não faríamos uma Audiência Pública para discutir especificamente a questão da Bahia, mas esse seria um dos pontos que serão tratados nessa Audiência Pública, se os senhores concordarem. Aprovamos o seu requerimento e já existe um outro requerimento aprovado sobre a violência contra a juventude, que nós vamos, então, marcar essa Audiência Pública, entendo eu, por solicitação, se os senhores concordarem, de nós, que estamos aqui nesse Plenário, o mais rápido possível. Que aproveite para fazer uma reflexão a nível nacional e esse caso também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tudo que está aqui no requerimento nós vamos fazer; tudo que o Senador José Nery pediu nós vamos encaminhar junto ao Estado da Bahia. Eu quero dizer que, independentemente de acatar o seu requerimento na íntegra, nós também aproveitamos o requerimento nº. 08, já aprovado, e agora suscitado o caso que o José Nery, que o Senador lembra, nós faremos o mais rápido possível também essa Audiência Pública. Senador José Nery, com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu queria incluir no requerimento também a solicitação de pedido de providência e devido acompanhamento por parte do Ministério Público Estadual da Bahia, como parte desse requerimento que apresentamos aqui agora, para que o Ministério Público da Bahia acompanhe—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acompanhe esse caso e talvez venha se fazer presente na Audiência Pública.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E quero concordar inteiramente com o requerimento apresentado por V.Exa., que trata de forma mais ampla a violência contra a juventude do nosso país, sobretudo a violência que envolve a retirada de vida por forças do Estado, por policiais, e outras formas de violência às quais a nossa juventude está submetida. E dizer a V.Exa. que terei todo interesse de participar, apoiar essa sua iniciativa, a iniciativa de V.Exa., que já está sob a forma de um requerimento aprovado e creio que esse fato grave da Bahia se some a tantos outros, como disse V.Exa., que o Brasil assiste e que quer ver essas questões discutidas, apuradas e, principalmente, que o Estado brasileiro assuma posição cada vez mais proativa no sentido de criar as condições, com a adoção de políticas, de ações que ajudem a melhorar

a violência do país. Agradeço a V.Exa. todo o apoio a esse requerimento em relação a esses fatos graves que aconteceram na Bahia, e me somo aos esforços dessa Comissão, presidida por V.Exa. no sentido de fazer com que a Audiência Pública que vai discutir a violência contra a juventude seja coroada de êxito, no sentido daquilo que possamos aprovar aqui e indicar aos órgãos públicos no sentido de melhorar a violência contra a nossa juventude. Muito obrigado ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Requerimento nº. 01 continua em discussão. Não tendo mais ninguém que queira discutir, aprová-riamos, com o adendo proposto pelo Senador José Nery, para que o Ministério Público da Bahia também participe e acompanhe esse processo, como também, como aqui V.Exa. suscita, o Governo do Estado da Bahia. E, no desdobramento, a partir desse debate que eu entendo muito, muito importante, estamos tratando de vidas de milhões de brasileiros, a gente, então, faça aquela Audiência Pública, já aprovada, para debater essas questões que terão, pelo dossiê que já recebi, como foco, digamos, não somente, também a Bahia. Concorde, Senador?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Portanto, Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos ao item nº. 02. Item nº. 02, requerimento nº. 50/2007, também do Senador José Nery: “Considerando a apresentação do requerimento nº. 06/2007 para a criação da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, subscrito pelo Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim e outros, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovada em 1º de março de 2007, requeiro, na qualidade de Presidente daquela Subcomissão temporária, a retificação do nome da Subcomissão, a fim de que ele passe a se chamar Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo.

Senador José Nery, eu quero, antes passar a palavra a V.Exa., primeiro me cumprimentar... Olha bem a minha ousadia, Senador Mesquita Júnior e Senadora Serys, me cumprimentar, porque eu tive a ousadia de... Não segundo os que apresentaram para que fosse criado a Subcomissão do Trabalho Escravo, que eu assinei, a Senadora Serys assinou, o Mesquita assinou, o Senador Flávio Arns assinou. Então, eu quero me cumprimentar pelo excelente trabalho que V.Exa. está fazendo, como Presidente da Subcomissão, inclusive com muita insistência, inclusive, junto a essa Comissão, para que V.Exa. possa viajar nos Estados; foi recentemente ao... Fez uma viagem ao Maranhão,

o resultado foi excelente. A Comissão de Direitos Humanos tem sido elogiada pelo trabalho que V.Exa. está fazendo à frente da Subcomissão do Trabalho Escravo. Então, com esse preâmbulo, eu passo a palavra para defender o seu requerimento. Olhem bem, primeiro eu elogiei a mim porque indiquei V.Exa., mas o mérito é de V.Exa. Parabéns ao José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, Senador Geraldo Mesquita, Senadora Serys, o nosso Presidente, tão generoso, porque, na verdade, como ele disse que fazer, então, no auto-elogio, na verdade, não era para ele, né? Então, o senhor, incomparável na—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por isso que ele é craque.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Por isso que ele é craque. É incomparável na gentileza porque, quando ele disse que se auto-elogiava, na verdade, ele estava fazendo o elogio a mim, talvez não mereça tanto. Mas, o mérito de o Senado Federal estar hoje discutindo com maior... Com muito maior profundidade, o tema grave, triste, do trabalho escravo, deve-se à iniciativa do requerimento subscrito pelo Senador Paulo Paim, autor do requerimento, Senador Paulo Paim, subscrito por vários senhores e senhoras Senadores e Senadoras, que permitiu que a criação de uma Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo.

Essa Subcomissão foi considerada por todos os membros da Comissão de Direitos Humanos como uma iniciativa importante no contexto dessa luta contra aqueles que, irmãos e irmãs nossos, que são submetidas a condições análogas à de escravo. E esse requerimento, apenas, quis considerar a importância de afirmar, no próprio nome da Comissão, que ela é de combate ao trabalho escravo; a Comissão do Trabalho Escravo poderia ser uma afirmativa que pudesse ir de encontro ao nosso grupo de trabalho, que é justamente de combater, erradicar, e é claro que foi esse o compromisso, a intenção do Senador Paulo Paim, de todos os que assinaram. Mas, como não ficou evidenciado no nome da Comissão, então, fizemos questão de apresentar o requerimento no sentido de assinalar, com muita clareza, que esta Comissão de Direitos Humanos, que criou a Subcomissão Temporária seria uma Comissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, como bem referiu o nosso Presidente, há duas semanas atrás, fizemos uma importante viagem de diligências aos Estados do Maranhão e do Pará, onde tivemos a oportunidade de encontrar com governantes; fomos recebidos pelo Governador da Bahia, Governador Jacques Wagner; fomos recebidos pela Governadora Ana Júlia, do Pará; tivemos contatos, reuniões com Secretários de Direitos Humanos do Pará e do

Maranhão, e um conjunto de entidades, Sr. Presidente, aproveito, inclusive, esse momento da discussão sobre esse requerimento para minimamente prestar informações oficialmente à nossa Comissão; tivemos a realização de dois seminários em duas regiões de maior incidência do trabalho escravo. No Maranhão, reunimos no Município de Açailândia e, no Paraná, no Município de Marabá.

Em ambos os Municípios, promovemos dois seminários, com ampla participação das entidades que se dedicam à causa dos Direitos Humanos, no Maranhão e no Pará, entidades governamentais, delegacia regional do trabalho, Ministério Público do Trabalho do Estado, desses Estados, bem como tivemos a presença e a participação de trabalhadores que são egressos do trabalho escravo. E tivemos a oportunidade, Senador Paulo Paim, de, no Município de Açailândia, conhecer uma experiência pioneira, que trabalha a atenção às vítimas do trabalho escravo, aqueles que foram libertados; visitamos a Cooperativa pela Dignidade, onde egressos do trabalho escravo produzem brinquedos para poder, com isso, gerar renda e, além do acompanhamento que é feito a essas famílias, a essas pessoas, do ponto de vista da assistência social, para que elas possam recuperar a sua auto-estima e poderem ser reinseridas no mercado de trabalho, são preparadas, treinadas para isso. Uma iniciativa pioneira do Centro em Defesa da Vida e Direitos Humanos de Açailândia, que conta com o apoio de organismos da cooperação internacional, e que, em ambos os Estados, percebemos o quanto houve, assim, de reconhecimento, Senadora Serys, a essa decisão da Comissão de Direitos Humanos, de incluir, entre a sua Pauta de problemas e preocupações de atuação concreta, uma atuação mais incisiva contra essa chaga social que, há 119 anos após abolida a escravatura, ainda é presente em nosso país.

Hoje, Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, no Plenário da Casa, no início da Sessão da tarde, pretendo fazer um balanço dessa visita para dar conhecimento ao Plenário do Senado e ao país, de forma mais ampla, desse trabalho da Comissão de Direitos Humanos, através da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. E queria, de pronto, Senador Paim, agradecer o empenho de V.Exa. e dos demais membros da Comissão de Direitos, para apoiar a nossa... A essa nossa iniciativa nesse trabalho; tivemos a participação do Senador Inácio Arruda na etapa da visita ao Maranhão. Tivemos a participação do Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão, que nos acompanhou na etapa de visita àquele Estado, representando, na ocasião, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. E, no Pará, contamos com a participação

do Deputado Federal Paulo Rocha, no Seminário realizado na Assembléia Legislativa de Belém; além... Em Belém, contamos com a presença de dois Deputados Estaduais na Sessão, na Reunião ocorrida na Assembléia Legislativa do Estado.

Portanto, essa visita serviu, eu encerro com isso, Sr. Presidente, para estabelecer um diálogo mais direto do Legislativo brasileiro, do Senado Federal, da mais alta Casa Legislativa do país, que tem interesse em contribuir na luta pela erradicação do trabalho escravo. Foi uma oportunidade de diálogo com os Governos, com o Ministério Público do Trabalho, com as entidades da sociedade civil que se dedicam a essa luta; o fortalecimento a esses segmentos, setores que, a nível local e regional, sentem-se, muitas vezes, distantes dessa... E, muitas vezes, isolados numa discussão, porque, para muitos, essa seria uma discussão extemporânea, desnecessária, mas o que nós vimos concretamente aqui é que a presença da Comissão de Direitos Humanos, nesses Estados, serviu para fortalecer a convicção de que essa causa precisa ser cada vez mais abraçada por toda a sociedade, pelos organismos de Governo, para que o Brasil, daqui a poucos anos possa, enfim, declarar oficialmente e definitivamente o fim da erradicação do trabalho escravo.

Foi importante constatar que o Maranhão e o Pará... O Maranhão já adotou, através do decreto do Governador Jackson Lago, a quem nós agradecemos de público o apoio recebido ao trabalho que realizamos no Estado, foi realmente uma acolhida em um tratamento dispensado a esta Comissão de Direitos Humanos, criou a COETRAI, a Comissão Estadual, e anunciou ao Maranhão, no último mês de julho, o Plano Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo. No Estado do Pará, a Governadora Ana Júlia anunciará formalmente, no próximo dia 27 de setembro, a criação da Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo. E já publicou um documento para consulta a órgãos governamentais e à sociedade civil paraense, no sentido da elaboração do Plano Estadual de Combate ao Trabalho Escravo, que será apresentado ao povo do Pará no próximo mês de novembro.

São essas as informações, Sr. Presidente, que eu queria prestar à nossa Comissão e, além de dizer... E contamos, na visita aos dois Estados, com a presença de dois assessores dessa Comissão, que foram dedicados, trabalhamos dia e noite, o Marcos e o Cristiano, foram impecáveis no acompanhamento ao trabalho da Comissão, e me diziam da experiência positiva de verificar a situação lá onde, na realidade, como ela é de fato. E, sem dúvida, isso só engrandece e enriquece o trabalho dessa Comissão.

Muito obrigado ao senhor pelo acolhimento, a aprovação do requerimento, que transforma, apenas... No conteúdo, sempre foi isso, mas, do ponto de vista da identificação da Comissão, esta é uma Comissão que efetivamente, essa é uma Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão o requerimento. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador João Nery, a todos os membros dessa... José Nery—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É verdade. O Senador José Nery, tão dedicado ao assunto da erradicação do trabalho escravo, infelizmente, eu tive um contra tempo e não pude estar presente, embora, tivesse me programado, e expliquei ao Senador Nery e... Mas eu espero poder estar participando de outras atividades. Gostaria... Da Subcomissão da maneira como aconteceu dessa... Nessa visita. Sr. Presidente, relacionado ao requerimento que acabo de também assinar, que V.Exa. está apresentando relativamente a estarmos realizando audiências públicas que possam significar a maior interação nossa com o que acontece com os povos da África, tendo em conta que às 10h00, estará nos visitando o Presidente de Moçambique, estou pensando alto aqui na seguinte hipótese: de estarmos presentes na recepção, às 10h00, inclusive, V.Exa., como Presidente... O Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Heráclito Fortes, inclusive, pediu que eu estivesse lá na ocasião, acho que... Acredito que será no Salão Negro. Mas eu aventaria a hipótese de, se ele tiver algum tempo, de convidarmos para que, na Sessão Conjunta da Comissão de Relações Exteriores e da de Direitos Humanos, poderemos ouvir mais formalmente e dialogarmos com o Presidente de Moçambique; é a sugestão que eu deixo, sem prejuízo dos trabalhos, que temos ainda quase 20 minutos até as 10h00.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos encaminhar a Pauta e, dentro do possível, essa Presidência terá muita satisfação de acatar a sua proposta de a gente estar no Salão Negro, recebendo o Presidente de Moçambique e, se possível, inclusive, nessa audiência conjunta das duas Comissões, para ouvi-lo. Com certeza, vai contribuir muito para a relação Brasil e países do continente africano.

Eu vou encaminhar o requerimento do Senador José Nery, então, à votação, nesse momento, primeiro

dizendo da minha concordância da inclusão da palavra “combate ao trabalho escravo”, para que não fique nenhuma dúvida e, mais pela simbologia, inclusive, porque a prática, V.Exa. tem demonstrado esse é o objetivo da Comissão. Mas quero também cumprimentar o Senador José Nery pelo balanço que fez aqui. Isso é bom. Tomara que, toda a vez que tivéssemos uma missão fora do Congresso Nacional, seja no Brasil ou no exterior, os Parlamentares destinados àquela missão possam, na Comissão correspondente, apresentar um relatório detalhado, como V.Exa. fez.

E cumprimento também, Senador Mesquita Júnior, o nosso Senador, porque, durante todo o período, ele lá falou muito da importância da Comissão de Direitos Humanos. Ele fez... Essa é uma Subcomissão da Comissão de Direitos Humanos e fez, inclusive, justificativas da não presença de outros membros como, por exemplo, dessa Presidência, mostrando a grandeza do nosso Senador José Nery. Então, com esse rápido esclarecimento, eu coloco em votação. Todos aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento nº. 02, do Senador José Nery.

O requerimento... O item nº. 05 é o requerimento número... Item nº. 03 é o requerimento nº. 51. Eu fui para o 05 do 51. Item nº. 03. Requerimento nº. 51/2007. O assunto: “Audiência Pública a fim de discutir o Projeto de Lei da Câmara 122, que altera a Lei 7716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça, cor, dá nova redação ao § 3º do artigo 140 do Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, e o art. 5º da CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 43, e dá outras providências.”

O Projeto em debate é da autoria da ex-Deputada Ieda Bernardes. Seriam as seguintes autoridades convidadas: Maria Berenice Dias, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Dalio Zippin, advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB; Celso de Melo, Ministro e Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal; Paulo Marante, advogado do Grupo Entidade, advogado do Grupo Identidade; Edith Modesto, Presidente do Grupo de Pais de Homossexuais”. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Concedo, de imediato, a palavra à nobre Relatora para defender o seu requerimento.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu diria que esse requerimento, só pela leitura que o Sr. Presidente já fez, ele já está defendido. Realmente, eu diria que é de extrema importância, Presidente, a presença dessas autoridades, tanto do mundo jurídico, e profissionais que trabalham na questão da sexualidade humana; é

importante que essas personalidades sejam ouvidas, uma vez que as dificuldades que estão sendo vivenciadas para a aprovação desse Projeto são muitas. A gente discute muito a questão do... Discute muito, assim, paralelamente e até institucionalmente, as questões de preconceitos etc. Mas, na hora da gente aprovar Projetos que transformem, que mudem essa situação, que venham a incriminar ou qualquer tipo de coisa, a situação fica bem difícil.

Então, ao pedirmos essa Audiência Pública, a gente acredita que, a partir de um debate amplo, aberto e com profissionais realmente que tenham um conhecimento aprofundado, tanto na área jurídica quanto na sexualidade humana, isso se tornará mais fácil. É esse o objetivo do requerimento desta Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Serys, antes de encaminhar a votação do requerimento, eu queria fazer um esclarecimento a essa Comissão. Eu recebo milhares de e-mails, aqui na Comissão, para que a gente delibere, de uma vez por todas, sobre o Projeto de Lei da Câmara 122. Se V.Exa. concordar, nós já estávamos apontando uma audiência para o dia 13; eu vou incluir o seu requerimento com os convidados também para o dia 13. Eu não tenho problema nenhum; podemos iniciar às 9h00 da manhã e terminar às 10 da noite; todos serão ouvidos, para que não fique nenhuma dúvida da forma democrática e transparente como essa Comissão se posicionou sobre esse tema. E essa será, daí, a última Audiência Pública; quem quiser pedir vista, ou seja, é um direito, no momento adequado, mas, em matéria de Audiência Pública, já fizemos aqui quase uma dezena.

Então, nós... Eu, de minha parte, gostaria de encaminhar a votação, no sentido de que a Comissão acate a sua proposta, com os nomes indicados, e eles seriam comunicados que estariam aqui para participar de uma Audiência Pública que vai iniciar às nove da manhã, até que o último convidado possa ser ouvido. Creio que, nesse dia, vamos ouvir em torno de 15 convidados, sem problema nenhum; faremos tantas Mesas quantas forem necessárias, até que esse tema seja exaustamente debatido e todos possam ter, digamos, a sua visão muito clara do dia da votação. E, quem sabe, nesse próprio dia, nós já marcamos a data da votação para que ninguém também diga que, em tal dia, em tal hora, votaram sem que a sociedade brasileira fosse avisada de um tema que todos nós sabemos que é polêmico, mas cada um aqui... E o voto aqui é aberto e transparente, vai assumir a sua posição. E, se der empate, com certeza, também a Presidência votará com a maior tranquilidade contra o seu ponto de vista.

Então, em discussão. Se alguém mais quiser discutir, senão, vamos, de imediato, à votação. Em votação o requerimento nº. 51, da nobre Senadora Serys Silhessarenko, nos moldes por mim lidos e por ela justificado. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 04. Item 04 é sugestão nº. 01/2007, que “altera a Lei nº. 9.342, de 1997, com vistas à ampliação do prazo de isenção do Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou destino sejam as Regiões Norte e Nordeste”. Autoria: Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco. Relator: Senador Sibá Machado. O voto já foi lido. Em discussão.

Após a leitura do Relator, quero lembrar que já foi lido, em Reunião anterior, a Presidência concedeu vistas à Senadora Fátima Cleide, que o devolveu sem manifestação escrita. O parecer é pelo arquivamento da sugestão, a não ser que nenhum outro Senador, no Plenário, tenha uma posição diferenciada, eu sei que a matéria foi até fruto de um amplo debate na última Reunião; se ninguém se posicionar, eu terei que botar a matéria em votação, já que temos *quorum* para deliberar. Então, em votação--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, por ocasião da discussão dessa sugestão nº. 01, restaram dúvidas e preocupações acerca do arquivamento da matéria, tendo em vista que tramita nessa Casa proposição que trata do assunto, de autoria do Senador César Borges, se não me engano, e, naquela oportunidade, cogitou-se de que o simples arquivamento da sugestão colidisse com a possibilidade de essa Casa discutir amplamente o assunto e, então, é uma pena que a Senadora Fátima não se encontre no momento, para que fique totalmente explicitada a questão e a dúvida manifestada pela Senadora, mas, eu, inclusive, desde aquela ocasião, me posicionei contrário ao arquivamento tão somente com relação a esse aspecto, não é? Tendo uma matéria, tendo uma proposição aqui na Casa tramitando, o arquivamento seria desconfortável para a própria Comissão, inclusive. Então, eu queria apenas renovar aqui o meu posicionamento, já explicitado anteriormente, contrário ao arquivamento da sugestão aqui do item 04.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Senão, eu vou propor o encaminhamento ao Plenário. Essa matéria foi polêmica, na última Reunião; o Senador César Borges, inclusive, tinha uma posição diferente daquela apresentada no momento pelo Senador Sibá Machado. Ficamos de conversar sobre o tema. A assessoria aqui me propõe dois encaminhamentos, e eu quero submeter ao

Plenário, primeiro: um deles seria que houvesse uma oitiva na Comissão de Assuntos Econômicos, já que não seria arquivado, nós vamos remeter para assuntos econômicos, depois ele volta para lá; o outro seria simplesmente tirado de Pauta. Eu submeto ao Plenário qual das duas mais atende, Senador Mesquita Júnior, que tratou do... Senão nós adiaremos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu creio que a retirada de Pauta, até que a gente possa se reunir com a presença dos dois Senadores, o que propõe o arquivamento e o que tenha o Projeto, seria conveniente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bom. Sai de Pauta o item 04, sugestão nº. 01 dessa própria Comissão e volta na próxima Reunião, com a presença do Relator Sibá Machado e do Senador César Borges, que é autor de um Projeto semelhante. Então, sai de Pauta.

Item 06. Ofício Externo nº. 133, de 19/06/2006, na origem, que “encaminha deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006”. Autoria: Senador Perly Cipriano. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: Para conhecimento da CDH, do Ofício “S” nº. 08 de 2006, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e por sua remessa ao arquivo, [ininteligível] do idoso. Com a palavra, o Relator *ad hoc*, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concedo a palavra ao Relator para proferir o relatório reformulado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não. Não, a preocupação, Senador Paim, é que antes do arquivamento, essa matéria fosse à Comissão, à Subcomissão do Idoso para conhecimento. Então, nesse sentido, o nosso voto é para que a matéria seja do conhecimento da...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Da Subcomissão do Permanente Idoso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Da Subcomissão. Opinamos, inclusive, nesse sentido, para que... Para que o Projeto vá à análise da Subcomissão Permanente do Idoso, que faz parte dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É o voto, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Se ninguém quiser discutir a matéria, vamos colocar a voto, nos moldes do relatório lido, aqui defendido pelo Senador Geraldo Mes-

quita Júnior, que é o Relator *ad hoc*. Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 07. Emenda nº. 01 ao Projeto de Lei do Senado, nº. 490/2003, terminativo, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”. Autoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Como esse é terminativo, nós não colocaremos em votação.

O item 08 é também terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e Patrícia Saboya Gomes, também não será colocado. O item 09... Esse tem como Relator... “Dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar da localidade, nos termos do artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente”. Senador Suplicy, a autoria desse Projeto está com a Senadora Lúcia Vânia, V.Exa. é o Relator, mas, como o Relator está presente, se V.Exa. quiser apresentar o relatório, pode apresentar, só que... Só que nós não faremos a votação no dia de hoje. Ou, se V.Exa., entender que... O processado parece que não se encontra na Comissão, teremos, então, que tirar de Pauta. Não se encontra aqui, Senador. Então, adiamos, adiamos também.

O item 10, a própria Senadora Serys Slhessarenko alertava que, pelo mesmo motivo, também sai de Pauta. Temos, ainda, os dois requerimentos extra Pauta, assinados por todos os Senadores presentes. Um dos requerimentos, que é de nossa autoria, junto com outros Senadores, então, é de todos os Senadores presentes, diz o seguinte: “Com fundamento no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição, c/c o art. 90, inciso II do Regimento da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir a violência contra criança, adolescente e juventude. Para tanto, gostaria que fossem convidados representantes dos órgãos públicos e organizações não-governamentais atinentes ao tema, dentre outros a serem devidos pela própria Comissão”.

Senador José Nery, esse vai nos moldes daquela sua proposta original. Como nós fomos verificar que o requerimento nº. 08, já aprovado, não contempla, na íntegra, na verdade, esse requerimento é que vai fazer que se faça um amplo debate sobre a violência no Brasil, inclusive, apresentarei naquele dia, e estará presente um Deputado Estadual que irei convidar, do Partido dos Trabalhadores da Bahia, que fez o dossiê e que vem agora culminar com mais uma denúncia de V.Exa.; é nos moldes que foi combinado. Então, o requerimento está em discussão. A quem queira discutir, em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Fui informado de que o Presidente Renan Calheiros receberá, na Presidência, o Presidente de Moçambique, e eu pediria licença para estar acompanhando, que ele pediu para estar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós iremos. Eu quero só, se me permitir, rapidamente, fazer o requerimento... Então, o primeiro requerimento, por mim aqui lido já, eu coloco em votação. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Só tem mais um requerimento e nós vamos encerrar esta Sessão atendendo, inclusive, à proposta de V.Exa. e vamos, junto à Comissão de Direitos Humanos, à Presidência do Senado para acompanhar—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Primeiro no...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Iremos agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ...No salão nobre para receber.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. E depois acompanhamos até a Presidência do Senado, conforme o convite que essa Presidência também recebeu do Senador Renan Calheiros. E tenho certeza de que todos acompanharão.

“Sr. Presidente, em cumprimento ao artigo 58 e artigo 90, inciso II do Regimento Interno da Casa, requer organização de Audiência Pública...” Mas esse aqui eu já li e já aprovamos; agora é o outro. Esse aqui está lido e aprovado. “Nos mesmos moldes, requereiro a realização de Audiência Pública para discutir a proteção do trabalho idoso, à luz do Projeto de Lei do Senado nº. 315/2007, que apontam com as medidas a serem adotadas em relação às dificuldades suportadas pelos idosos no mercado de trabalho, bem como no sistema de saúde, segurança, igualdade de tratamento, a não discriminação para todos e gostaríamos que fossem convidadas autoridades que são especialistas no tema”.

Esse trata sobre o idoso e a sua inserção no mercado de trabalho, mediante o Projeto de Lei nº. 315. Em discussão, as Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Eu não li ainda a questão do requerimento sobre a questão da África, esse eu não li, não chegou às minhas mãos para eu ler.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro, todos assinaram. Ta, é esse aqui. Senador José Nery, só para terminar os requerimentos... É um outro requerimento que vai nos moldes dos outros que eu fiz a leitura e já foram aprovados, que trata da importância das relações com as representações dos povos africanos com o Brasil, na ótica dos direitos humanos. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades representativas do continente africano, sediadas em território nacional. Estamos nos referindo principalmente aos embaixadores dos países africanos que, se eu não me engano, são 24 embaixadores. Nós convidaríamos para essa Audiência Pública os 24 embaixadores para dialogarmos. Confesso a vocês, inclusive, em relação a esse requerimento, que aqui eles falarão de alguns episódios de discriminação contra embaixadores dos países africanos no Brasil. Por isso que veio para a Comissão de Direitos Humanos. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela aprovação? Aprovado. Senador José Nery, com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, em relação a uma... Eu queria falar em relação à Audiência Pública que nós aprovamos aqui, no mês de julho, para ouvirmos os representantes do Projeto “Relatores Nacionais de Direitos Humanos, econômicos, sociais, culturais”, a chamada... Para a chamada Plataforma DhESCA (Direitos Humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), aprovamos a Audiência Pública para ouvir os representantes desse Projeto, “Relatores de Direitos Humanos Nacionais”, e gostaria que nós pudéssemos, ainda no mês de setembro, início de outubro, agendar essa Reunião porque, inclusive, esse balanço que o Projeto “Relatores de Direitos Humanos” pode nos ajudar a discutir iniciativas e ações que tenham a ver, inclusive, com uma discussão mais geral sobre orçamento público, em relação às diversas áreas aqui mencionadas. Então, solicitava a V.Exa. a possibilidade de realizar essa Audiência Pública ainda no mês de setembro, no máximo no início do mês de outubro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência acata a sua recomendação, e vamos combinar aí com a assessoria qual o dia adequado para fazermos essa Audiência Pública. Quanto a isso não há problema nenhum. Eu queria, ainda, me referir ao requerimento aprovado anteriormente, dizendo que nós convidaríamos, que fique registrado em Ata, para essa Audiência Pública, os embaixadores dos países africanos, o representante do Itamaraty, é

fundamental e do Ministério da Justiça, para esse debate aqui. E eu tomaria a liberdade também de tentar fazer essa Reunião em parceria com a Comissão de Relações Exteriores, já que envolve, sem sombra de dúvida, uma relação do Brasil com outros países.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Poderia agregar também, Sr. Presidente, a presença da Secretaria Especial da Igualdade Racial. Seria importante isso também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, fica também inserida já no requerimento a recomendação da aprovação da Ministra da CEPIR. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convidando todos os membros da Comissão de Direitos Humanos para, em nome dessa Comissão, recebermos o Presidente de Moçambique e acompanhá-lo, inclusive, à Presidência do Senado da República. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 10h04.

Ata da 38ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 13 de Setembro de 2007, Quinta-feira, às 9:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e quatorze minutos do dia treze de setembro de dois mil e sete, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senhoras Senadoras **Fátima Cleide e Maria do Carmo Alves** e dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvan Borges, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Siba Machado, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Edson Lobão e Jaime Campos** e o Senador não membro **Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. Item nº. 01: **Sugestão nº. 01, de 2007**, “que altera a Lei nº 9.342, de 1997, com vistas à ampliação do prazo de isenção do Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou destino sejam as Regiões Norte e Nordeste”. Autoria: Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE. Relatoria: Senador **SIBÁ MACHADO**. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 02: **Emendas Nº 01-CCJ e Nº 02-CCJ, ao Projeto de Lei do Senado Nº. 490, de 2003**— terminativo — “que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”.

Autoria: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**. Relatoria: Senadora **Fátima Cleide**. Resultado: **Adiado**. Item nº. 03: **Requerimento Nº 55 de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes aos anistiados, devendo ser convidadas às entidades representativas a serem definidos pela própria comissão. Autoria: Senador **Paulo Paim**. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 04: **Requerimento nº 56 de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir sobre o voto aberto, no caso previsto do art. 55 da Constituição Federal e demais casos que exige votação secreta, em dia, hora e convidados a serem definidos por esta comissão. Autoria: Senador **Paulo Paim**. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Flávio Arns, Geraldo Mesquita, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Siba Machado, Valter Pereira e Jaime Campos**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. — Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, como se encontram. Já que não há nada em contrário, segundo o próprio Senador **Flávio Arns**, está aprovado.

Na verdade, esta Reunião de hoje, ela estava prevista para discutirmos o PL 122, que trata das discriminações, e o eixo principal era a questão da homofobia, PL 122, como eu dizia antes, em a que Relatora é a Senadora **Fátima Cleide**. Em diálogo acontecido na Casa, no dia de ontem, entre a Senadora **Fátima Cleide**, Senadora **Serys Slhessarenko**, Senador **Magnó Malta** e Senador **Crivella**, foram os Senadores que indicaram as pessoas que aqui fariam a defesa da sua visão, enfim, das suas teses, em relação a esse tema, se chegou ao entendimento de que essa audiência deveria ser suspensa, devido ao momento que passa o Senado da República, até que se resolvesse, de forma definitiva, a votação que aconteceu no dia de ontem.

E, depois de muito diálogo entre as partes interessadas, se chegou, então, ao entendimento de suspender a audiência pública, já que inúmeras audiências públicas sobre o PL 122, que trata do combate a todo o tipo de discriminação e, repito, como eixo, a

homofobia, que não se realizará, então, essa audiência pública, até que se chegue a um entendimento ou de uma outra audiência pública ou mesmo do dia da votação da matéria.

Informamos que o dia da votação da matéria será... Serão todos avisados, de forma antecipada, para que, naquela data, então, previamente agendada, com uma antecedência, se depender de mim, no mínimo de 15 dias, todos saibam que dia será votado o PL 122.

Alguns que participaram desse diálogo, entendem, inclusive, que não há mais nem necessidade de termos mais audiências públicas, e que o ideal seria marcarmos uma data para a votação de um tema que é polêmico. Nós todos estamos recebendo, eu diria, milhares, milhares, milhares mesmo, de correspondências, de todo o país, tratando desse tema.

Eu quero agradecer, de público, a presença, que havia sido já confirmada, das seguintes pessoas, que viriam hoje aqui se não fosse o pedido por parte dos Senadores e Senadoras para que eu suspendesse aquela audiência pública já agendada. Agradeço ao Ministro e Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, agradeço aos representantes evangélicos, Deputado Robson Lemos Rodovalho, Otávio Brito, vice-Procurador Geral do Trabalho e a Coordenação Nacional da Promoção da Igualdade e Eliminação e Discriminação no Trabalho também; o Deputado Robson aqui, que estava representando, então, o setor evangélico. Otávio Brito, aqui, vice-Procurador Geral do Trabalho e Procurador Nacional da Promoção da Igualdade, Oportunidade, Eliminação e Discriminação no trabalho; Pastor Silas Malafaia, depois o... Também o Presidente da Federação Espírita Brasileira, Sr. Nestor João Masotti. Depois vinha o representante da CNBB, Kildare Araújo Meira; também a Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Benice Dias; o Advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Dálzio Zippin e, ainda, o advogado do Grupo das Entidades, do Grupo Entidade, Paulo Mariante, e Edith Modesto, Presidente do Grupo de Pais de Homossexuais.

Enfim, aqui estava mais ou menos equilibrado. Eram oito convidados; quatro falariam defendendo o PL 122 e quatro falariam contra o PL 122. Mas todos foram avisados, mas eu faço questão de agradecer, de público, porque estariam aqui se a audiência fosse mantida. Mas, mediante o acordo feito com todos os participantes, nós suspendemos, então, essa audiência pública e, pela vontade, pelo que eu entendi dos Senadores e das Senadoras, provavelmente não haverá mais audiência pública e nós vamos diretamente para o voto, onde cada Senador, no dia previamente

agendado... Quero dizer que isso é tanto a posição, pelo menos ontem, na conversa comigo, da Relatora, Senadora Fátima Cleide, como também do Senador Magno Malta, que é contra o parecer da Relatora. Ambos estão entendendo que o ideal seria marcarmos uma data para começarmos a discutir com os Senadores e Senadoras a matéria e, enfim, pode acontecer pedido de vista, o processo regimental será... O ritual será respeitado na íntegra.

Estava avisando, Senador Flávio Arns, que hoje o objetivo era discutir o PL 122 da homofobia e todas as discriminações, mas que foi suspenso, a pedido daqueles mesmos que solicitaram, porque, na verdade, quem solicitou foi o Senador Magno Malta e o Senador Suplicy, Serys e Fátima Cleide. Eu assinei como Presidente, mas eu, nessa questão, respeito todas as posições e vamos aqui dirigir o debate, de forma que prevaleça a vontade da maioria dos Senadores e Senadoras.

Mediante isso, Senador Flávio Arns está com a palavra, para falar sobre esse tema.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu só quero dizer, Sr. Presidente, que, neste tema, a Senadora Fátima Cleide, como Relatora do Projeto, ela vem, independentemente da audiência pública, fazendo reuniões que se chamam reuniões de trabalho, não é?

E fora, inclusive, do horário estipulado para esta Comissão de Direitos Humanos e já são inúmeras as reuniões de trabalho realizadas com a participação de vários setores da sociedade, objetivando chegar, convergir, na medida do possível, para uma situação que estabeleça um certo consenso, porque há pontos bastante polêmicos, não tanto no Projeto de Lei da Senadora Iara Bernardi, mas, particularmente, no substitutivo ao Projeto de Lei aprovado na Câmara dos Deputados. E que causou, assim, bastante dificuldade. Eu acho que está bastante clara para todo o Senado a necessidade de não haver discriminação das pessoas, de pensarmos na pessoa humana, nos direitos, em todas essas necessidades inerentes à cidadania da pessoa humana, do ser humano.

Então, o Projeto de Lei, esse grupo de trabalho tem por objetivo, na medida do possível, ver o que é que pode ser feito em termos de aparar arestas, de convergir para um texto melhor.

Agora, ficou até acertado, que eu me lembro, originalmente, em relação a esse Projeto que haveria, ao final, uma audiência pública também, mas, eu até gostaria de perguntar a V.Exa. se a Senadora Fátima Cleide já disse em que ponto que está o Projeto, em termos de... De aprovação ou não? Gostaria de ter alguma informação nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu conversei com a Senadora Fátima Cleide, ela disse que o seu relatório estaria pronto e em condição de ser votado a qualquer momento que a Comissão entender que seja adequado. Ela quer fazer uma... A votação em comum acordo com todos os Senadores e Deputados. Cada um se movimente, e faça, digamos, a sua mobilização para votar contra ou a favor. Mas, ela disse que dificilmente haverá entendimento quanto à redação final, conversava com ela ontem, e que vai ter que ser no voto mesmo a decisão a ser tomada nessa Comissão. Aqui não é terminativo, mas, com certeza, vai ser pedida verificação de votação. E o Projeto ainda vai para a CCJ. E, na CCJ, ele continuará o debate e, se houver alterações, o Projeto, então, voltará para a Câmara dos Deputados. Sabendo, só como informação, que pode ser pedida vista no dia em que for marcada a votação, como pode ser votado e, se aprovado na CCJ, provavelmente é um tema que irá ainda para o Plenário do Senado porque percebo que, sobre essa matéria, é muito, muito difícil a construção de um entendimento. Não é impossível. Não é impossível. Mas, pela conversa que eu tenho tido com aqueles que pensam diferente sobre o tema, percebo que é um tema, como é que eu diria? Polêmico, para não usar nenhum outro tema, um tema polêmico. E, respeitando todas as posições, como diria o inesquecível Ulysses Guimarães, eu só estou repetindo uma frase que é dele, da época da Constituinte, vamos a voto, Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Quando não há entendimento, a decisão é no voto. E essa questão aqui, percebo eu, que embora não seja terminativo, será decidida nessa Comissão também no voto porque quem é a favor como quem é contra, vai ter que expressar o seu ponto de vista. Aí, vamos para a CCJ e, depois, para o Plenário e, provavelmente, o Projeto deve voltar à Câmara dos Deputados. Ou... Se for recusado, não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até gostaria de sugerir a V.Exa. que estabelecessemos também um diálogo com a Senadora Fátima Cleide, no sentido de verificarmos o que é que pode ainda ser feito, em termos de negociação e de entendimento, porque sempre é muito mais preferível a haver assim o conflito e o contencioso porque, às vezes, as pessoas pensam que um tempo está sendo perdido para a aprovação do Projeto de Lei, mas eu sempre digo que, se houver um entendimento, esse tempo se recupera, assim, multiplicadamente na seqüência. Porque a gente tem que pensar o seguinte, inclusive, eu gostaria, assim, até de saber, assim, fruto dessas reuniões, no que é que existe convergência e no que é que existe divergência. Porque eu diria, assim, o Projeto de Lei que

originou esse debate, que é de autoria, como eu disse, da ex-Deputada, não sei se ela retornou à Casa, Iara Bernardi.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É ex-Deputada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ex-Deputada Iara Bernardi, quer dizer, existe um consenso em relação ao Projeto de Lei da Deputada Iara Bernardi. Quer dizer, todo mundo concorda com o Projeto. Existem divergências em relação a mudanças que foram feitas no substitutivo. Aí, então, eu acho que vamos a votos, assim, de uma forma organizada, eu penso, penso, assim, numa forma organizada para dizer: "Não, existem aspectos que merecem ir para votos, mas existe um texto longo que não precisa ir a voto". Para nós não perdermos, eu imagino, todo o trabalho, em função de alguma divergência também. Porque eu, inclusive, eu falei também com o próprio movimento, para a gente discutir, quer dizer, o que é que é essencial no Projeto de Lei. O que é que é essencial? Eu já fiz muitos debates no Paraná também dizendo: "Olha, o que é que nós consideramos essencial? Não discriminação". Por exemplo, eles falando: "Valorização do ser humano". Estar diante de alguém e dizer: "É um cidadão de direitos". E ser cidadão de direitos precisa ter políticas bem definidas de trabalho, de educação. Evitar-se, inclusive, situações que foram levantadas aqui, de agressão, de violência contra homossexuais, por exemplo. Quer dizer, isso é um absurdo. Quer dizer, todo mundo, há um consenso, é um absurdo absoluto.

Então, só para a gente ter muito claro o que é que significa convergência porque, se a gente chegar à conclusão, nós vamos ver que a maior parte da discussão é convergente. Existe a divergência em relação a aspectos que precisam ser bem colocados aqui. "Não, isso aqui vamos aprovar isso, que isso todo mundo concorda". Ótimo, é um avanço. E esses outros aspectos que, na verdade, por uma razão ou por outra, vamos dizer, inclusive, existem polêmicas entre os próprios juristas, que eu participei, assim, de... Assim, de reuniões desse grupo de trabalho. Então, tem que ser ponderado, ver o que fazer também. Eu acho que ainda há espaço e não perda de tempo, para deixar bem claro. Não quero, com isso, ficar dizendo: "Não, vamos empurrar com a barriga". Não é isso. Vamos chegar a consenso. Porque eu vejo assim, outros Projetos de lei, por exemplo, eu sou Relator de um Projeto de Lei que é de autoria da Fátima Cleide, da Senadora Fátima Cleide, ela é a autora, da acupuntura. Foi... Quer dizer, foi um debate enorme também. Mas, agora, eu acho que depois de muito... De muitas pessoas se engalfinharem em lutas e tal, a gente está chegando a um denominador comum, que me parece, vai atender os

setores todos e, aí, pode ser aprovado também com calma, com tranquilidade. Eu sei que V.Exa. sempre defende esse ponto de vista também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V.Exa. me permitir, eu quero cumprimentar V.Exa. porque um dos temas mais polêmicos e nós estamos construindo o entendimento, principalmente por obra de V.Exa. e o Senador Tião Viana, que são os dois autores do Projeto que regulamenta a questão dos remédios—

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A excepcionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Excepcionais. Então, V.Exas., como autores dos Projetos, estão conversando muito e eu, como Relator, talvez tenha a honra de redigir a redação final, mediante o entendimento. E um tema que, num primeiro momento, todos consideravam inconciliáveis, ou seja, não haveria entendimento, em hipótese alguma, pela visão dos doentes e o interesse do Estado. Em resumo, eu diria que seria isso. Mas, estamos caminhando para um grande acordo. E V.Exa. é um dos principais articuladores desse acordo porque V.Exa. é que coordenou, o Senador Mesquita, acho que participou de algumas Reuniões, que coordenou o grupo de entendimento para esse tema. Por isso que eu ouvi, com muito carinho e respeito, as ponderações, pela prática de V.Exa. Vou conversar mais uma vez com a Senadora Fátima Cleide, na perspectiva de uma Reunião, quem sabe numa Reunião conosco, Senadores, quem sabe, ela mostre onde estão as divergências. E, aí, vamos ver se há a possibilidade ainda de construir um entendimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É. Só quero... Até já estou me prolongando demais, mas isso que V.Exa. mencionou, a denúncia da falta de medicamentos excepcionais de alto custo veio para esta Comissão de Direitos Humanos. E... E realmente, eu tenho a impressão de que nós vamos, vamos conseguir autores, Relator, doentes, Ministério Público e Ministério da Saúde, convergirmos para um texto que signifique a não judicialização da Saúde, na garantia do direito do cidadão a ter os medicamentos.

Então, esse apelo eu faço a V.Exa., para que... Senão, eu fico imaginando, a gente sempre fica pensando na frente, fico imaginando que vai ser uma guerra na Comissão e isso não vai... Quer dizer, as pessoas, a gente sempre tem que ficar pensando, as pessoas que precisam de uma boa lei precisam ter uma lei tranquila também, que garanta... E, se a gente conseguir fazer esse trabalho, vai ajudar, aí, a, assim, milhões de brasileiros que precisam de uma boa lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior, que tem nos ajudado muito também na mediação de inúmeros Projetos no campo social aí, contribuindo para o entendimento. Com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, caro amigo, Presidente Senador Paim. Quero... Quero dizer, inicialmente, que a ponderação feita, há pouco, pelo Senador Arns que, por sinal, é um dos Parlamentares que sempre colocam seu poder de reflexão, a sua aguçada inteligência, sempre a serviço da busca do melhor que podemos produzir nessa Casa. De fato, Senador Arns, esse Projeto, como V.Exa. falava, requer, ainda, que... Como disse V.Exa., separemos o que já é de consenso e nos debrucemos sobre aqueles pontos que ainda se apresentam na forma de pequenas, grandes ou médias divergências, para, exaustivamente, encontrarmos saídas, de preferência, consensuais. Essa é uma questão que tem muito de cultural. O simples fato de esse Projeto já estar tramitando nessa Casa, no Congresso Nacional, eu já considero um grande avanço, porque essa Casa é meio refratária a alguns temas, a alguns assuntos. E o fato de esse Projeto já estar tramitando aqui eu considero já um grande avanço.

Creio que... Creio que ainda há, sim, claro, ainda há questões que alimentam o debate, questões que ainda se apresentam na forma de divergências, por vezes, até irreconciliáveis. Mas, como disse o Senador Arns, não podemos, de forma alguma, nos conformar com isso. Devemos avançar até o limite na busca de um maior entendimento porque, como se trata de uma questão que tem muito de cultural, é uma questão também de convencimento. O convencimento, por vezes, é um processo demorado. O convencimento, por vezes, é um processo demorado. Mas, eu creio que devemos esgotar, ao máximo, nessa Comissão, também concordo com isso, Senador Arns, essa busca de um maior entendimento possível para que, na próxima Comissão, esse Projeto já chegue mais ou menos arredondado e que, lá, não provoque, mais uma vez, intensa discussão, tendo já saído daqui de uma forma muito--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só quero informar que chegou a Senadora Fátima Cleide, que é Relatora desse Projeto, que nós estamos dialogando sobre ele.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Exatamente, Senadora Fátima Cleide, que é uma... Que é uma Parlamentar incansável na busca... Ela que coordena toda essa operação; tem tido um equilíbrio impressionante a Senadora Fátima. Tenho participado com ela de Reuniões em que os debates, por vezes, se tornam muito acalorados,

e ela tem demonstrado um equilíbrio muito grande, porque a sua compreensão, também, creio que deva ser idêntica à nossa. Trata-se de uma matéria, de um assunto, de um tema que requer, ainda, muita reflexão da sociedade brasileira. Requer muito convencimento. É um tema que tem muito de cultural e, por vezes, é difícil removermos alguns... Alguns tabus, alguns obstáculos. Isso... Isso requer muita conversa, muita busca de convencimento.

Portanto, eu acho que, concordando aqui com o Senador Arns, se pudermos... Como ele mesmo sugere, de forma prática, separarmos o que já é de bom encaminhamento, próximo do consenso, daqueles pontos, e acredito que pouquíssimos pontos, que ainda suscitam divergências, para que, quem sabe, nos debruçarmos mais uma vez sobre elas na tentativa de enviarmos esse Projeto, de forma mais arredondada possível, para a próxima Comissão. Não havendo possibilidade, é como disse o Senador Paim, lembrando inclusive o saudoso Ulysses Guimarães, na impossibilidade, vamos a voto e, quem sabe, lá na frente, não tenhamos sucesso nessa busca, nessa procura.

Era, no momento, o que eu tinha a dizer sobre o assunto, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar para o Senador Eduardo Suplicy, Senadora Fátima Cleide, é que eu anunciei aqui, a senhora não estava ainda, V.Exa. não estava, de que nós, mediante acordo com os Senadores e Senadoras que têm posição, inclusive, divergente em relação ao Projeto, nós suspendemos, devido à votação que tivemos na Casa no dia de ontem, a audiência de hoje, agradeço a todos os convidados que foram informados, conseqüentemente, mas, que estariam aqui se a audiência fosse mantida.

E, ao mesmo tempo, eu dizia, e quero repetir na sua presença, que existe já, digamos, um acordo inicial, ou os primeiros passos foram dados até, quem sabe, em vez de continuarmos com audiências públicas, marcarmos uma data para a votação nessa Comissão. Aqui não é terminativo. Bom, se pedirem verificação, será nominal. Pode ter pedido de vista, teremos um outro dia, então, e, depois, vai para a CCJ e, depois, para o Plenário, provavelmente.

Mas, o Senador Flávio Arns levantou onde está pegando mais. Já que eu disse que eu vi... Eu, de minha parte, embora não seja Relator, eu tomei a liberdade de dizer que estava vendo muita divergência, ainda, em relação à redação final e que a decisão final teria que ser no voto, no meu entendimento. E o Senador Flávio Arns fez um apelo, ainda, para tentarmos construir um entendimento. Então, eu disse que iríamos conversar, dialogar sobre o tema.

E, nesse momento, está inscrito, só para situar V.Exa., o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu terei uma audiência, às 10h00, com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, por determinação, solicitação do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, juntamente com os Senadores Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti, sobre a invasão do espaço aéreo, recentemente ocorrida na região de Roraima. E, então, vou precisar pedir licença. Mas, gostaria de externar aqui meu ponto de vista a respeito do item 4º da Pauta, o requerimento de V.Exa., assinado por todos nós Senadores aqui presentes, que propõem a realização de audiência pública, com vistas a discutir sobre o voto aberto, no caso previsto do art. 55 da Constituição.

Esta iniciativa de V.Exa., que já teve... Foi precedida de outra no mesmo sentido, por parte do nosso Vice-Presidente, Senador Tião Viana, em 2003, ela acabou não sendo aprovada, por número insuficiente de votos, mas, muitos daqueles que, naquela ocasião, votaram contrariamente, modificaram, e isso é positivo, o seu ponto de vista. De tal maneira, que o ambiente, hoje, no Senado, inclusive refletindo muito a opinião pública, é inteiramente favorável a que possamos modificar este item da Constituição.

E eu gostaria aqui de expressar que esta iniciativa guarda relação com a outra, que também V.Exa. assinou, com todos nós, 41 Senadores, até ontem, havia já, até anteontem, haviam assinado, trata-se do Projeto de Resolução para tornar aberta a Sessão, quando se examina um processo de cassação de um Parlamentar.

E... Gostaria de ressaltar que foi muito importante, ontem, a decisão do Supremo Tribunal Federal, de assegurar aos Deputados Federais que também pudessem estar, confirmando a decisão anteriormente tomada, de manhã, pelo Ministro Lewandowski.

Quero ressaltar que os próprios Ministros do Supremo Tribunal Federal, ontem, na discussão, expressaram palavras que são condizentes com a iniciativa de V.Exa., como, por exemplo, o Ministro Marco Aurélio de Mello que ao discutir e defender que a Sessão fosse aberta, não só a todos os Parlamentares, mas também à sociedade, expressou que “não concebo o funcionamento de qualquer Parlamento, de qualquer Casa Legislativa, de forma secreta, como se estivesse a lidar com coisas ligadas à seita e não com algo que interessa sobremaneira aos cidadãos em geral. Eu próprio, como cidadão, estimaria assistir à Sessão; não posso estar lá, muito embora a Constituição me autorize, o Regimento Interno do Senado me proíbe”, que é o que nós queremos modificar. “Até mesmo aos autorizados

pelo Ministro Lewandowski, houve necessidade de se lançar mão do esforço físico”. Celso de Mello ainda ressaltou: “A cláusula constitucional da transparência não pode conviver com a prática do mistério e do sigilo, notadamente em uma sociedade aberta, fundada em bases democráticas. A Constituição prima pela transparência. Hoje tudo vem à tona. Não faria sentido que o Congresso deliberasse a portas fechadas. Logo, o Congresso, que é o poder de maior representatividade popular”. Aqui o Ministro usa as palavras do Ministro Aires Brito, também na mesma direção.

Assim, Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo e aqui, de pronto, apoiar a proposta que nossa Comissão também expresse e V.Exa. pode ter a certeza aqui, pelo que percebo, nós seremos unânimes em apoiar a iniciativa de V.Exa. que, aliás, também assinamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós estávamos discutindo, como o Senador Suplicy apenas fez rápidas considerações sobre o item 04, que é a questão do voto secreto—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre o item—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Voltamos ao item 01.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se pudermos votar até 10 para as 10, aí, eu terei condições de também votar no item do qual a Senadora Fátima Cleide é Relatora. Agradeço se pudéssemos fazê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): São, na verdade, ponderações sobre o encaminhamento do PL 122 e todas as votações serão simbólicas porque não teremos votações terminativas no dia de hoje. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Apenas agradeço o relato feito por V.Exa. à Comissão, em função da discussão havida ontem com o Senador Magno Malta, proponente da audiência pública de hoje; nós chegamos a um entendimento que esgotamos as audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos.

Nós teremos, ainda, uma outra Comissão, que também analisará esse Projeto, que é a Comissão de Constituição e Justiça, onde lá teremos também a oportunidade de fazermos grupos de trabalho, audiências públicas quantas forem necessárias.

E quero dizer que me encontro, já, pronta e determinada para apreciar esse Projeto, Senador Paim, porque já está há um ano aqui e, sinceramente, eu não quero correr o risco de passar para a história como “engavetadora” de Projeto. Muito pelo contrário, tenho a maior, não seria nem boa vontade, tenho o compromisso público e político de ver este Projeto aprovado.

Acho que já tivemos todas as conversações que foram possíveis de serem feitas. Sabemos de todas

as... As contradições e divergências que existem a respeito desta matéria. Acho que a gente pode apresentar o relatório e ele tramitar normalmente, ter pedido de vista, voto em separado, tudo aquilo que o Regimento prevê. Mas, acredito que a gente já teria que, enquanto Comissão de Direitos Humanos, dar uma resposta para a sociedade com relação a este Projeto. E, aí, tudo o que for de divergência deve ser assegurado no processo regimental, de acordo com o Regimento da Casa.

E eu acho que a gente poderia passar para a Pauta, até por conta da... Da vontade que tem o Senador Eduardo Suplicy de discutir a matéria do qual sou Relatora, que é o item 02.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Voltamos à nossa Pauta. O item 01, que nós poderíamos colocar em votação, não está presente o Senador Sibá Machado. Como já foi lido o relatório e a Senadora Fátima Cleide devolveu sem manifestação, nós já adiamos essa votação por duas ou três vezes, se não me engano, eu pergunto aos Srs. Senadores se querem ainda discutir sobre o item nº. 01 ou vamos colocar a votos?

Eu havia avisado àqueles que tinham posição divergente ao Senador Sibá Machado que, no dia de hoje, a matéria seria votada.

Então, se ninguém tiver...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se puderem ficar por dois minutos, nós teremos sim número para terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos lá, então. Se ninguém é contrário, se todos já se sentem esclarecidos, eu encerro a discussão do item 01, que já foi lido e iniciamos a discussão na última Reunião. E vamos à votação. Aqueles Senadores que acompanham o relatório do Senador Sibá Machado permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 02. O item 02 é terminativo. Não poderemos, então, votar no dia de hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não, precisam...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Talvez tenham um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Precisam 10 Senadores. E a Senadora Fátima Cleide é o único terminativo, Senadora Fátima Cleide. E a Senadora...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, votamos os seus requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Senadora Fátima Cleide está presente;

é de autoria da Senadora Patrícia Saboya. Mas não tem *quorum*, não tem como. Então, deixamos para a próxima Reunião. Vamos para o item 03, que não é terminativo, será votação simbólica.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O três e quatro, acho que podem votar conjuntamente, que são ambos requerimentos de audiência--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pública.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Apoiamos inteiramente o propósito, tanto o relativo aos anistiados--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu, tanto um como o outro são duas matérias, terei que votar um de cada vez.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Separadamente. Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos votar primeiro o item nº. 04. O item nº. 04 é fruto de uma Reunião de trabalho que essa Comissão realizou com os anistiados, que foram, na verdade, demitidos durante o Governo Collor e que, na verdade, não retornaram para as suas atividades, embora a Lei dos Anistiados, a Lei nº. 8878/94 e o Decreto Lei 3363, que reforça a Lei, criou uma Comissão interministerial para o reexame dos processos de anistia e, infelizmente, grande parte desses trabalhadores estão numa situação muito, muito difícil. Fizeram um apelo ao Deputado Paulo Rocha, na Câmara dos Deputados, para que ele realizasse uma audiência pública conjunta, Comissão de Trabalho da Câmara e Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, para ver se buscamos a alternativa que permita a eles voltarem ao trabalho e, conseqüentemente, agilizar os processos.

Então, é nesse aspecto que eu proponho a votação do item nº. 03, que trata das questões atinentes aos anistiados. Aqueles Senadores que querem discutir a matéria... Encerrada a discussão. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item 04 eu quero abrir a discussão, Senador Flávio Arns, sobre esse tema, dizendo que não pode soar para ninguém que quer debater esse tema, nesse momento, é em cima do quadro que se deu nos últimos quatro meses praticamente, quanto à votação que culminou ontem no Plenário do Senado. Eu queria dizer, Senador Supply, que desde o... Que cheguei ao Congresso Nacional, como Deputado Federal Constituinte, o primeiro discurso que fiz na Assembléia Nacional Constituinte, Senador Mesquita Júnior, fui contra o voto secreto.

Briguei, durante a Constituinte, de 86 a 88, para que não tivéssemos, em nenhuma instância do Parlamento, a possibilidade do voto secreto. Perdi, naquela

oportunidade. Reapresentei, como Deputado, a proposta. Também perdi, na Câmara dos Deputados. E, aqui no Senado, há dois anos, eu já reapresentei a seguinte Emenda Constitucional, eu vou resumir a Emenda. Ela diz o seguinte, art. 1º: "A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do art. 50 – A: 'Nas deliberações, no âmbito do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal e suas comissões, que demandem votação, do colegiado ou não, é expressamente vetada a ocorrência de votação secreta'. Ou seja, pela nossa Emenda, a Emenda Constitucional nº. 50, coerente à minha posição ainda na Assembléia Nacional Constituinte, eu sempre defendi que não haja Sessão e, muito menos, Sessão e, conseqüentemente, à votação secreta.

Eu acho que, ao homem público é dada uma procuração pela população. E como é que a população vai acompanhar a postura daquele que elegeu, se ela não sabe o resultado das votações em todos os casos? Eu quero dizer que se nós não aproveitarmos para debater esse tema, dentro do prazo Regimental, como foi a Emenda Tião Viana. Queria lembrar aqui que não estou inventando a roda. Nós já trabalhamos com a Emenda Tião Viana e não conseguimos aprová-la. Reapresentamos a Emenda nos moldes que eu tinha apresentado na Câmara dos Deputados. Acho que podemos aprová-la, debatendo aqui, numa audiência pública em parceria com a CCJ. Vou propor ao Presidente da CCJ que a gente tenha uma audiência pública com a participação da OAB, da CNBB, das entidades civis, enfim, dos movimentos sociais, para que a gente vote com muita tranqüilidade essa Emenda Constitucional que, no meu entendimento, o voto secreto, ele teria alguma lógica no tempo ainda de exceção, na ditadura. Alguém me levantou, há um tempo atrás, um debate que fiz em Plenário, defendendo o fim do voto secreto: "Não, mas é alguém do Tribunal de Contas?" Mas, e daí? O Tribunal de Contas tem direito a votar, independente de qualquer questão, como nós temos, e cada um assumir a responsabilidade do seu voto. Ministro do Supremo, a mesma coisa; Embaixador, a mesma coisa. E até uma matéria que seja ou não do interesse do Executivo, cada um tem que votar com a sua consciência e prestar conta à população.

Por isso eu quero só fazer a introdução, como já apresentei o requerimento, Senador Supply, já que V.Exa. pediu, vou passar a V.Exa., posso complementar, num segundo momento, dizendo que V.Exa. também apresentou, e nós todos assinamos, esse requerimento que vem de encontro ao que propõe a Emenda Constitucional, para que não fique nenhuma dúvida--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O Projeto de Resolução.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Projeto de Resolução vem de encontro ao que pede também a Emenda, no que tange à Sessão Secreta. Eu tive a preocupação de ler um pouco mais sobre o tema; alguns juristas chegam a dizer o seguinte: "São Paulo já acabou com o voto secreto". "Paraná acabou com o voto secreto". "Rondônia acabou com o voto secreto". "Inúmeras câmaras de vereadores acabaram com o voto secreto". Mas há juristas que dizem que essas decisões, nas Assembléias e Câmaras de Vereadores, poderão ser questionadas no futuro se o comando da Carta Maior, que é a Constituição, também não deliberar pelo voto aberto.

Por isso que eu acho que tem que abrir esse debate, que leva em consideração as decisões das Câmaras, das Assembléias e, naturalmente, do Congresso Nacional.

Senador Suplicy, para discutir o requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como último ponto de Pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --acho muito importante a sua iniciativa, inclusive, redigida de uma forma que não deixa dúvidas; tem que ser aberta a Sessão, tem que ser aberto o voto.

Alguns, ontem, chegaram a afirmar que se Senadores expressassem o seu voto, que poderia isto estar anulando a decisão e, entretanto, tantos Senadores ali se expressaram abertamente perante todos e, ao sair, também disseram o seu voto. E eu quero aqui dizer... Eu votei e expressei o meu voto: Votei sim pela cassação pelas razões que expressei durante a Sessão reservada, que eu gostaria que tivesse sido aberta. Com todo o respeito ao Presidente no qual eu votei, Senador Renan Calheiros, com quem dialoguei por uma hora e pouco antes, na véspera, para ouvir as suas razões. Mas, eu, sinceramente, transmiti a ele e a todos os meus colegas, e ao povo brasileiro quero expressar que considereei que, pelo fato de ter sido assinada uma Emenda, pelo Senador Renan Calheiros, para a obra do cais ali de Maceió, que era construída pela... Realizada pela Construtora Mendes Júnior, onde estava Cláudio Gontijo que, de alguma, que era o Diretor daquela empresa e que lhe prestava um serviço importante, como amigo, ali, caberia ao Presidente do Senado transmitir ao amigo que seria melhor que outra pessoa fizesse isto para, depois, não haver qualquer conflito ético. E também pelo fato de não ter declarado um empréstimo à Receita Federal, dizendo que, por razões de discrição, não poderia fazê-lo. Ora, aquele que legisla, que é Presidente do Senado, na minha avaliação, isso não precisaria maior prova

do que esta. Deveria esse ser o primeiro a dizer que a lei precisa ser cumprida e não, por razões pessoais, deixar de fazê-lo.

Por esta razão, sinceramente, eu disse, caberia haver o voto "sim" e, assim, tomei a decisão e a torço pública, Sr. Presidente. E avalio que é muito importante que, daqui para frente, tenhamos sempre o procedimento aberto, proposto por V.Exa. E aprovo, portanto. Peço licença, aqui, voto favoravelmente ao seu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está em discussão o requerimento assinado por todos os Senadores, que até o momento eu procurei, gostaria de dizer que nenhum Senador se negou a assinar esse requerimento entre todos que eu procurei. Todos. Estou deixando muito claro que não é uma posição individual desse ou daquele Senador. Em debate a aprovação do requerimento que pede que as votações sejam abertas, em todos os casos. Eu farei ponderações depois, inclusive na questão do veto, que eu sou radicalmente contra apreciar veto em Sessão Secreta.

Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, em Sessão Secreta o veto não, com voto secreto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, com voto secreto na questão do veto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Na questão do veto. Eu quero dizer a V.Exa. que eu concordo inteiramente também com o requerimento, com a realização da audiência e com os argumentos todos. No dia de ontem, mostrou-se claramente, para todos nós, a necessidade de duas mudanças de Regimento e uma de Constituição. De Regimento, no sentido de se dizer que é uma absoluta excrescência haver Sessão Secreta. Quer dizer, não tem o menor cabimento haver uma Sessão Secreta, como está escrito no Regimento. Inclusive, no caso, não se utilizando microfone porque senão haveria, as pessoas escutariam os argumentos que estariam sendo expostos. Então, este Regimento, essa coisa de Sessão Secreta é um absurdo absoluto e os Ministros do Supremo Tribunal Federal, nas opiniões que externaram, Senadores, a sociedade, todo mundo é contra. Não vi uma pessoa defender Sessão Secreta.

O segundo aspecto do Regimento é a necessidade de afastamento de qualquer pessoa da Mesa Diretora que tenha algum processo em andamento no Conselho de Ética, encaminhado ao Conselho de Ética. Não que a pessoa vá ser culpada ou inocente, mas não há condições éticas de alguém que tenha um processo no Conselho de Ética continuar dirigindo a Casa. E este foi o argumento principal, utilizado no dia

de ontem, em relação ao Senador Renan Calheiros, que subordinou os interesses pessoais, as necessidades pessoais, de defesa, de articulação e tudo, subordinou tudo isto, quer dizer, subordinou não, sobrepos, quer dizer, tornou maior do que a própria Casa. Quer dizer, é uma Casa dos seus 180 anos, mais ou menos, subordinada às necessidades de uma pessoa física. Um absurdo. Então, isso tem que mudar. E V.Exa. propõe, com toda a razão, e não é de hoje, a questão da mudança do voto secreto. Porque aí é uma mudança constitucional, que depende de aprovação aqui, na Câmara. Então, é um processo naturalmente mais demorado.

Mas, eu acho que esse pleito vai ser reforçado a partir do dia de ontem porque foi... O Correio Brasiliense colocou de uma maneira muito clara o sentimento. O Correio Brasiliense colocou como título, que eu vi hoje cedo: "Vergonha nacional". É uma vergonha nacional o que aconteceu ontem. Uma vergonha porque houve uma votação no Conselho de Ética de 11 a quatro, com voto aberto. Alguém deve ter votado pensando: "Não, eu vou votar de um jeito aqui porque eu acho que, lá no Plenário, vou votar secreto, vou votar diferente". Quer dizer, uma falta de ética se alguém tiver feito isto. Já essa pessoa deveria saber que faltou com a ética, que não tem moral para exercer um mandato; no Conselho, na Comissão de Constituição e Justiça, 20 a um, 20 a um, ou seja, pessoas com falta de ética, que votaram na Comissão de Constituição e Justiça de uma maneira... Respaldados na covardia do voto secreto, na covardia do voto secreto.

Então, é uma vergonha nacional. Uma vergonha para esta Casa o que aconteceu no dia de ontem e, com toda a razão, a população tem todo o direito de dizer: "Olha, vocês não merecem um pinga de respeito porque vocês foram realmente muito levianos com a questão de democracia no país. Com a representação da Casa no país".

Então, acabar com essa vergonha, com essa covardia de pessoas que se expressam de uma maneira publicamente e de maneira covarde, de maneira diferente, no Plenário, essas pessoas não merecem, realmente, respeito e a sociedade merece o respeito para saber, pelo menos, como é que os seus representantes estão votando. Então, enalteço. Eu acho que o sentimento de indignação, no dia de hoje, da sociedade é um sentimento extremamente justo e faço coro à manchete do Correio Brasiliense que diz: "Vergonha". Vergonha porque tem gente covarde que, de público, age de uma maneira e, no voto secreto, age... No público, de uma maneira, sabendo que haverá o voto secreto, e vai agir de outra maneira. Essas pessoas

não merecem um pinga de respeito de quem quer que seja, na sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Sibá Machado, que chega nesse momento, eu vou passar a palavra ao Senador Mesquita Júnior, dizendo que, nesse momento, está em discussão uma solicitação de audiência pública, que nós todos apresentamos, V.Exa. chegou agora e assinou também, pedindo que se abra o debate do voto secreto numa audiência pública, até, quem sabe, conjunta, entre a CCJ e essa Comissão, que é de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Por isso que entendemos que pode ser feito esse debate em audiência conjunta.

Quero deixar claro só que nós não estamos fazendo desta Sessão uma extensão do debate que aconteceu lá no Plenário, secreto, embora todos nós discordemos, que aconteceu. Nós, aqui, livremente, cada um expressa o seu ponto de vista. Nós aqui estamos discutindo a importância de acabarmos com o voto secreto em todas as instâncias. E para que ninguém diga lá fora, Senador Flávio Arns, Mesquita Júnior e Sibá Machado, por que é que não fizeram antes? Bom, nós estamos debatendo o voto secreto há 20 anos. Infelizmente, houve Emendas de outros Senadores, do Tião Viana, eu apresentei uma na Câmara também, não foi votada. Reapresentei hoje, há praticamente dois anos atrás, e até hoje não foi votada. Então, é o momento para que, no futuro, nesta fala do Senador Flávio Arns, não tenhamos posições dúbias. Eu digo que é ruim para todos. Uns dizem que você não pode abrir o voto. Se você não abre o voto, mas diz que encaminhou o seu ponto de vista de acordo com o resultado da Comissão, sempre fica a dúvida, queiramos ou não, para a sociedade.

Então, para que não fique nenhuma dúvida só tem uma saída. Hoje, vou dar um exemplo para vocês, com toda a sinceridade, mas vai na linha que você falou. Um jornal do meu Estado, os três Senadores do Rio Grande juram que votaram junto pelo afastamento do Senador, será que votaram? Então, a dúvida sempre fica. Então, não é bom para ninguém. Não é bom para ninguém, efetivamente, que o voto seja secreto. Porque, se o voto for aberto, cada um vai para a Tribuna e terá a obrigação de explicar porque é que votou de uma forma ou de outra. Fica mais fácil para ele, fica fácil para a sociedade, fica transparente e a democracia que ganha.

E, Senador Sibá, antes de passar para V.Exa., eu só quero dizer, Senador Sibá, V.Exa. faz parte da CCJ. Eu quero também dizer, de público, que já mandei, não é porque V.Exa. chegou aqui agora, porque sei a sua posição contra o voto secreto, uma solicitação ao Senador Presidente daquela Comissão, Marco

Maciel, onde eu pedi, onde eu a ele solicitava, naquele meu ofício, que V.Exa. fosse indicado como Relator da PEC 50, que acaba com o voto secreto. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, eu assinei, subscrevi o requerimento proposto por V.Exa. Por absoluta solidariedade. Mas, me permita, eu acho que não há mais nem necessidade de audiência pública. V.Exa., olha, acabou dizer, eu ia chutar 10 anos, mas V.Exa. acabou de dizer que esse assunto está sendo objeto de proposição há 20 anos. Quer dizer, V.Exa. é uma pessoa coerente, há 20 anos, V.Exa. tenta quebrar o voto secreto, a Sessão Secreta, seja lá o que for secreto. Há Parlamentares que só recentemente aderiram à tese porque, até pouco tempo atrás, eram contrários à propositura. Mas, olha, todo mundo tem o direito de ser convencido, num determinado momento, pelas circunstâncias ou pelos fatos, a mudar o seu entendimento sobre a questão.

Nós estamos, Senador Paim, tirando esses 20 anos, vamos nos concentrar nesses últimos 100 dias. Nós estamos 100 dias no país, não é no Congresso Nacional, discutindo essa questão. Mais concretamente agora nos últimos 30 dias. Uma audiência pública talvez arredonde a questão, enriqueça a questão, mas eu acho que absolutamente já é dispensável. Acho que deveríamos submeter a proposição a voto já, entende? A voto... Porque há momentos, por exemplo, houve um momento em que essa Casa compreendeu que não havia mais espaço para conviver com a figura, por exemplo, da... Da remuneração da convocação extraordinária, por exemplo. Não é isso? E abolimos essa figura, em consonância com a aspiração popular etc., a pressão da opinião pública. É legítimo. E fizemos isso.

Eu acho que esse momento agora, a sociedade se envolveu nessa discussão, a imprensa se envolveu nessa discussão, as Casas se envolveram nessa discussão. Todos nós nos envolvemos nessa discussão. Acabamos por realizar uma Sessão Secreta, com uma votação secreta, porque isso é o que determina ainda a Constituição, o Regimento do Senado e tal, mas, sob constrangimento de muitos que, publicamente ou não, expressaram isso de forma veemente.

Eu creio, Senador Paim, que é como eu digo, vou acabar por onde eu comecei; assinei, subscrevi o requerimento por absoluta solidariedade a V.Exa., para despertar o assunto aqui, mas eu acho dispensável essa audiência pública, tal é o acúmulo já de discussão existente, tal é a proporção do convencimento, dentro dessa Casa, inclusive, de que essa é uma figura que deve ser descartada, abolida, extinta nessa Casa,

nesse Parlamento, nesse Senado, nessa Câmara e nesse país. Como outras coisas... Como outras coisas, consideradas excrescências, como disse o próprio Senador Flávio Arns. Eu me permito, não quero aqui interferir em outros poderes e tal, mas são coisas que um dia terão que, quer dizer, com todo o respeito à Magistratura, mas eu acho, por exemplo, o uso da toga no Poder Judiciário, eu acho uma excrescência, eu acho um negócio do século XVII ainda, entende? Que deveria ser... Eu vejo aquilo e não enxergo qualquer correspondência com alguma coisa de prática, de útil. Quem sabe um dia o Poder Judiciário vai intuir que isso é uma... Ou a sociedade compreenda que... Entendeu, Senador Paim? Eu acho que estamos vivendo um momento desses, aqui no Congresso Nacional. O acúmulo de convencimento é tal que até uma audiência pública já é dispensável nesse caso, entendeu, Senador Arns?

Acho que devemos encaminhar as proposições para onde elas devem se dirigir, encaminhar a votação e quem tem opinião contrária, que vote contrariamente e quem tem opinião favorável, que vote favoravelmente. Eu acho que, talvez, a audiência, o prolongamento do debate talvez enriqueça um pouco mais. Mas, eu acho que nós já acumulamos o suficiente para levarmos a voto uma questão, como essa como V.Exa. ainda agora lembrou, até resgatando palavras do saudoso e ilustre Ulysses Guimarães, “que vamos a voto”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra para o Senador Sibá Machado e queria lembrar que recentemente o próprio Presidente da República, em declaração ao país, disse: “Se lá eu estivesse, eu votaria de forma aberta, declararia o meu voto e assumiria o meu voto”. Ora, se nós temos o apoio do Presidente da República, temos o apoio, pelo que percebo, de todos os Senadores e Senadoras da Casa, que entendem que tem que cada um tem que assumir o seu voto. Se cada um tem que assumir o seu voto publicamente, a melhor forma, Senador Sibá Machado, eu tive a liberdade de indicar o seu nome porque eu sei que V.Exa. é favorável também que não tenha voto secreto. E cada um assume, de forma clara, a sua posição. Então, com satisfação, eu passo a palavra a V.Exa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Em primeiro lugar, quero agradecer a V.Exa. pela indicação, aceito de bom agrado. Estava aqui lendo a matéria da Folha de São Paulo, Presidente. O pessoal da Folha diz que fez uma enquete ainda ontem, depois da votação, e diz aqui que “ouvidos pela folha ontem 43 Parlamentares disseram ter optado pela cassação, mas o painel registrou apenas 35 votos”.

Então, realmente, a idéia, o instituto do voto secreto, segundo informações que eu obtive aqui, foi criado por conta de uma preservação do Parlamentar durante o regime militar. E, por conta desta preocupação que se tinha muito de preservar também aqueles que tinham uma opinião diferenciada do Governo daquele regime usaram do instituto do voto secreto. E, de lá para cá, não se sustenta mais, esta situação mudou. Hoje nós estamos com um país muito tranquilo. Não se sustenta mais esse tipo de preocupação. Acredito que podemos analisar, segundo a preocupação de alguns, se ainda cabe alguma matéria, aqui pelo Senado que ela se sustente que seja um voto secreto. No caso, declaração de guerra, votação de autoridades, coisas desse tipo, alguns ainda defendem que determinados tipos de votos se sustentaria que fosse um voto secreto. Mas, no geral da regra, em casos como esse de ontem e outros tantos casos, não se sustenta nem o voto e muito menos a Sessão.

Mas eu quero ainda aqui dizer que o Senador Tião Viana cumpriu à risca o que determina ainda o procedimento legal e o que nos leva à responsabilidade de ter que tomar uma providência o mais urgente possível. E ontem, nos debates, a maioria que se pronunciou, sugerindo que a gente tomasse todas as atitudes necessárias para que desse celeridade à tramitação dessas matérias.

Então, quero acreditar que a audiência pública é boa até mesmo para a gente nivelar um pouco todas essas preocupações e pedir a celeridade e a urgência de votação dessa matéria. Aceito de bom agrado a relatoria, se assim o Presidente da CCJ, o Senador Marco Maciel, aceitar a indicação de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero passar para o Senador Flávio Arns. Mas eu estou participando do debate e dizer que eu conversei com muitos Senadores, Senador Geraldo Mesquita Júnior, e não é consenso. A forma como eu redigi, como eu redigi, como nós redigimos a PEC 50, que é o fim do voto secreto em todos os casos. Tem alguns Senadores, que eu respeito, inclusive, muito na Casa, que têm posição que não deveria ser em todos os casos. E, aí, é o debate que vai demonstrar quais os casos e aqueles que não devam ser. Por isso que, talvez, uma audiência pública, com OAB, CNBB, talvez Ministros do próprio Supremo Tribunal Federal, sendo convidados, o Ministro Tarso Genro, por exemplo, por ser Ministro da Justiça hoje, outros representantes do Executivo, e nós fazermos um bom debate aqui. Porque eu me lembro, e aí, Senador Valter, quando eu era Deputado, que eu tive esse debate, lá na Câmara dos Deputados, eu perdi lá a votação porque muitos diziam, na época, que, de fato, era um instrumento também

importante para preservar, em alguns casos, a atuação Parlamentar. Claro que houve muita discordância e eu perdi por um número de votos muito pequeno.

Senador Flávio Arns, por isso que talvez eu insista com a importância da audiência pública com as duas Casas.

Senador Valter Pereira, que eu acho que tem uma posição que ajudará até o debate aqui.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente Paulo Paim, toda vez que ocorre um fato que chama a atenção da opinião pública, que às vezes traz até aquele clamor social, como nós estamos percebendo no dia de hoje, quando a imprensa de todo o país se insurge contra o voto secreto, contra a Sessão Secreta, há uma tendência muito forte do Parlamento de reestudar regras e de, às vezes, adotar novos procedimentos para esses obstáculos. Todavia, sempre que se decide na emoção, podem-se cometer deslizos, podem-se cometer novos erros, novos equívocos.

Acredito que, aqui no Senado, há necessidade de regras mais claras, não só com relação ao voto, mas com relação a uma infinidade de procedimentos que o Regimento Interno da Casa não prevê. Tive oportunidade de apresentar um Projeto de Resolução no sentido de criar um regulamento para o Conselho de Ética, por quê? Curiosamente e inexplicavelmente, até hoje, aquele órgão funciona sem uma regra própria, sem uma norma que preveja todas as condições de funcionamento de um Conselho que é fundamental para o julgamento desses casos rumorosos que, de vez em quando, aparecem no Congresso Nacional, especialmente no Senado.

Todavia, entendo que essa norma que propus tem que ser avaliada, discutida e votada com serenidade e, só após esses eventos, é que nós teremos a serenidade necessária para fazê-lo.

Quanto ao voto, digo a V.Exa. que qualquer tipo de exagero é prejudicial. Essa pregação de um voto aberto generalizado pode ser também um grande equívoco. Entendo que o Parlamento está sujeito a pressões. Está sujeito a pressões, ora da sociedade, ora da imprensa, e ora do Governo.

Os detentores do poder, geralmente, são aqueles que mais procuram exercer a pressão. E, às vezes, ao fazê-lo, acabam confiscando a independência que deve orientar o ato de cada um de nós, que temos a responsabilidade de representar a Federação nesta Casa. E a independência do eleitor é fundamental para o bom exercício e para a legitimidade dos atos aqui praticados.

Por que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nós lutamos tanto pelo voto secreto para escolher o Presidente da República, o Governador do Estado, o Prefei-

to? O voto secreto, em tais circunstâncias, também é o voto da proteção, aliás, é a modalidade de proteção que tem para a vontade do eleitor. Imagine V.Exa. se, de repente, o voto fosse aberto. Como é que se controlaria a ação do poder econômico?

Nós sabemos que hoje o processo eleitoral é duramente contaminado pela ação do poder econômico, a despeito do voto ser secreto, a despeito de ter essa garantia para que o eleitor tenha independência e, no entanto, o poder econômico, mesmo assim, age e traz, às vezes, resultados a seu favor. De sorte que nós não podemos partir para uma generalização. Acho que essa questão do voto, no que for--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Permita-me só para ajudar o debate, como percebe, Senador Mesquita Júnior, são importantes as audiências públicas--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Tantas quantas forem necessárias porque há, efetivamente, posições divergentes sobre a amplitude do voto secreto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Mesquita Júnior, está inscrito já em seguida.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O voto secreto é importante na medida em que não confisque a independência do eleitor e do próprio voto. O voto tem que ser independente; para ser independente, a vontade do eleitor tem que ser preservada. Não pode ser submetida à execração. A única forma que existe para se garantir a independência do voto é o voto secreto, essa modalidade.

Então, eu acho que essa discussão é boa. Acho que a audiência pública trará muitas luzes para se amadurecer a idéia. Entendo que a sociedade exige a maior transparência possível, nos negócios públicos, isso faz parte do jogo democrático. A sociedade quer conhecer o ponto de vista, a conduta de cada um daqueles que detêm delegação para representá-la. Mas, sempre tem que ter em vista que o Parlamento é suscetível à pressão; às vezes, a pressão social pode ser até benéfica. Mas, às vezes, para você atender essa pressão social, acaba caindo na cilada de uma pressão dos detentores do poder. E essa, sim, pode ser perniciososa à sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Senador Mesquita Júnior, registro a presença, conosco aqui, do Senador Jayme Campos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Queria iniciar, pegando o gancho aqui do meu querido companheiro e me permita, não se trata de discordância, apenas considerações. V.Exa. trouxe à baila uma questão muito interessante: o voto de quem detém mandato público e o voto do cidadão. É uma... É uma questão muito interessante. A única coisa que eu observo, Senador, é que o cidadão, em regra, por que a ele é garantido o direito do voto secreto para a escolha do seu Prefeito, por exemplo? É porque, em regra, ele, não estando investido de mandato público, nós, investidos de mandatos públicos temos determinadas imunidades; o eleitor comum não tem. O eleitor comum não tem. Nós temos determinadas imunidades, que já nos preservam da ação do poder econômico, do poder político, de qualquer tipo de pressão. O eleitor comum não tem imunidades ou as imunidades que nós temos.

Por isso eu acho que a eles deve ser conferido e continuar sendo conferido o direito ao voto secreto e, em relação a nós, detentores de mandatos públicos, não. Exatamente... Essa é uma das razões pelas quais eu me coloco favoravelmente à extinção desse instituto, do voto secreto, da Sessão Secreta. A Sessão Secreta, então, é uma excrescência que não tem tamanho, negócio de doido. Constrangimento ontem, nessa Casa, não é?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

V.Exa. tem razão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Um constrangimento nessa Casa, um constrangimento terrível.

É uma coisa que... Ela... Permita-me uma retificação, Senador Paim, mas eu acho que ela não deve ser mais passível de discussão nenhuma, de audiência nenhuma porque é um negócio que tem que acabar de uma vez por todas. Talvez a semana que vem já.

Agora, o voto secreto, as considerações feitas após a minha fala, eu me rendi à necessidade de que devamos levar à frente. Se bem que 20 anos de acúmulo de discussão, eu acho que seria mais do que suficiente para que todos aqui já tivessem fixado o seu entendimento acerca dessa questão.

Mas, veja, ontem, aconteceu uma coisa interessante no Plenário. A Senadora Ideli começou a sua fala, dizendo que, quando foi eleita Senadora, jamais imaginava ter que um dia exercer o papel de Juiz nessa Casa. Eu acho que ela quis dizer, na verdade, que ela jamais desejaria isso, porque, na verdade, como uma pessoa cônica dos seus direitos e obrigações, ela sabia que... Ela sabia que essa previsão estaria dentro do seu universo de atuação. O Senador Suplicy, inclusive, retificou isso de alguma forma. E a fala dela

e essa circunstância me levaram a uma reflexão que me impõe a seguinte conclusão, por exemplo, Hoje é... Hoje, quando a gente se candidata, quando a gente se elege, a gente sabe que, ao chegar nessa Casa, para mudar a Constituição, nós precisamos de um *quorum* super qualificado, não é isso?

Foi aquilo que a gente chama no Direito, foi o marco fixado para a alteração da Constituição, hoje ninguém discute isso. No dia que, Senador Sibá, que saiu há pouco daqui, ele lembrou um... Ele trouxe aqui à baila um argumento, que tem todo o sentido, de que o voto secreto, já nem falo de Sessão Secreta, mas o voto secreto foi instituído durante o regime militar, trouxe o Senador Sibá essa reflexão aqui, esse fato, para que os Parlamentares se precavessessem, tivessem uma certa proteção e independência em razão do império, não é isso?

Isso leva a gente a concluir que antes não existia o voto secreto. Como foi que nós convivemos com a inexistência do voto secreto? Porque, de repente, ele foi instituído, não é isso? Foi instituído por uma determinada circunstância. Ela hoje... Não vivemos sob uma ditadura, vivemos sob um regime que coloca, no cenário político, pressões de toda a ordem e de toda a natureza.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permite... V.Exa. permite uma apartezinho?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com toda a certeza.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Gostaria de dar aqui um exemplo prático da--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, Senador, veja como é importante isso, que só para o debate do requerimento, está sendo um debate do mais alto nível e importante para o país, no meu entendimento. Gostaria de cumprimentar os Senadores e vamos continuar a discussão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, qual é o exemplo? O caso concreto que ocorreu ontem. Os partidos políticos, inclusive o PMDB, que é o meu partido e é o partido do qual faz parte também o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, liberou a bancada para votar, para que todos os Parlamentares votassem de acordo com a sua consciência. O mesmo fez o partido de V.Exa. E outros partidos. Então, aí vai uma indagação: Se, por acaso, o voto fosse inteiramente livre, será que esses partidos políticos que hoje têm o compromisso com o Governo liberariam os seus Parlamentares para votar de acordo com a sua consciência? Essa é uma... É uma questão. Quer dizer, que tem também outras implicações. Vem a questão da disciplina partidária, vem a questão da... Dos estatutos aos quais todos os Parlamentares estão su-

bordinados. Nós lembramos aqui muito bem, por que é que a Senadora Heloísa Helena foi expulsa do PT? Foi pressão. Foi pressão política.

Quer dizer, então, nós temos que considerar que nós, Parlamentares, estamos sujeitos a todo tipo de pressão. E o voto secreto nos protege. Por exemplo, no dia de ontem, eu me senti protegido pelo voto, porque eu fiquei imaginando, de repente, o PMDB fechar questão, dentro de uma posição que poderia não ser a minha posição. Como é que eu faria, exatamente quando a minha história política foi de muita disciplina partidária, foi de muita coerência com a orientação do meu partido, como é que ficaria? Eu ficaria indiscutivelmente numa saia justa. E, felizmente, o voto era secreto e o partido entendeu que devesse liberar. Mas, liberou porque o voto era secreto. Nós não podemos nos iludir aqui que o PT ia manter o voto em aberto se, por acaso, a votação fosse livre, não tivesse... Fosse aberta também.

Então, essa... Essa discussão realmente é uma discussão muito rica e acho que essa idéia da audiência pública vai trazer muitas luzes para aclarar aqui as nossas decisões.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria apenas concluir. Só concluindo.

Eu estava aqui, a minha última reflexão foi no sentido de que existem situações e marcos com os quais nós já estamos familiarizados e habituados. Lembrei aqui, por exemplo, para Emendar a Constituição você precisa de um *quorum* super qualificado. Quando a gente se elege, a gente entra aqui sabendo disso, não é? Não há discussão com relação a isso. No dia que nós abrimos o voto, como propõe V.Exa., de forma completa e absoluta, nós vamos nos habituar com isso. Nós vamos nos habituar com isso. Quando formos eleitos, se formos eleitos, nós viremos para essa Casa sabendo dessa circunstância, entende? Não é... Não é, depois que estivermos aqui, que nós vamos nos preocupar com isso; nós vamos nos preocupar com isso antes, talvez até muitos deixem até de se candidatar por uma razão dessas, não é? Mas, na verdade, é que, ao chegarmos aqui, nós... E ao nos candidatar, inclusive, nós vamos saber que aqui tudo vai se passar de forma transparente e cristalina. Entendeu, Paim?

É aquela questão, eu acho que há um acúmulo já de discussão, como eu lembrei aqui, há 20 anos, você, de forma coerente, trabalha no sentido de abrir esse voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para lembrar, foi meu primeiro discurso que eu fiz, quando cheguei ao Congresso Nacional—

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Olha só.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Há 21 anos atrás, fui à Tribuna e disse como seria bom se todos os votos fossem não secretos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Então. Lembramos aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois apresentei a Emenda.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Lembramos aqui que há Parlamentares, e, com todo o respeito, não digo isso aqui na forma de crítica não, há Parlamentares que ontem entendiam que o voto deveria permanecer fechado e hoje entendem que não, mudaram de opinião. Uma coisa legítima. Eu acho que todos têm esse direito de, um dia, serem convencidos de que o que pensavam ontem não estava exatamente em consonância com aquilo que deve ser. Mudaram de opinião.

Então, nesses últimos 30 dias, nós acumulamos não só no Senado, não só no Congresso Nacional, mas no país, uma discussão pesada com relação a isso. É por isso que eu disse, antes de vocês dois chegarem, eu disse ao Paim: "Olhe, eu vou assinar, vou subscrever o requerimento por solidariedade, porque eu acho que a audiência, inclusive, seria dispensável". Mas fui convencido, está vendo como as coisas mudam? Fui convencido aqui, no decorrer da nossa própria Sessão, de que talvez devamos levar a efeito mais uma discussão e mais uma audiência pública para tratar da questão.

Peço licença e permissão para ir à Comissão de Relações Exteriores, que já está funcionando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, ilustres, queridos Senadores Flávio, Geraldo e Valter Pereira, eu estou ouvindo aqui e passei a fazer uma observação em relação às suas falas. É um assunto que não podemos desconhecer que ele é extremamente complicado, na medida em que nós não podemos desconhecer que o voto secreto, ele dá uma maior independência aos Parlamentares, tanto na Câmara como no Senado.

Todavia, é aquela velha história, o cidadão diz: "Olha, eu gostaria de fazer o meu voto, que fosse aberto". Ele já é aberto, a bem da verdade, quantas e quantas votações que se faz aqui no Senado, praticamente todas são abertas. Um caso especificamente, como foi da Sessão de ontem, em relação ao assunto Renan Calheiros, é que nós tivemos, eu acho que, eu tenho quase, faço hoje 56 anos, melhor dizendo, Paim. Confesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Hoje?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, aceite os parabéns da Comissão de Direitos Humanos, tenho certeza, não só do Senado e todo o Congresso Nacional.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado. O que é que ocorre? Eu confesso a V.Exas. que eu me senti pequeno diante da forma que eu acho que... Antidemocrática, primeiro aquela Sessão de mentira que foi secreta, tendo em vista de que ali, me parece, pelo que vi nos jornais hoje, na imprensa, ontem também acompanhando, toda... Tudo o que ocorreu ali no Plenário da Casa, acho que não passava de um minuto ou dois minutos, toda a imprensa, toda a sociedade brasileira já sabia ao vivo e a cores.

Por outro lado, eu acho que, no princípio do Estado Democrático de Direito, nós não podemos permitir, em hipótese alguma, que o Senado, que é a representação da Federação, que nós temos a obrigação de fazermos tudo de forma transparente, sobretudo de forma responsável, nós não podemos, em hipótese alguma, permitir que aconteça o que aconteceu no dia de ontem. Por outro lado, quando vários Senadores propõem o voto aberto, ele é saudável. Todavia, Senador Valter Pereira, V.Exa. tem a consciência que, muitas vezes, você também tem a ditadura de liderança dos partidos. Nós não podemos desconhecer isso aí.

Na medida em que você, quando o partido fecha a questão, ele não te dá o direito de você votar com a sua consciência, com a sua liberdade, tendo em vista que se você votar contra a liderança, ou seja, a orientação partidária, você corre o risco de ser expulso do partido. Então, é um assunto polêmico. Nós temos que discutir com maior profundidade possível para nós buscarmos a exatidão, ou seja, a exata proporção que nós podemos atuar. Agora, nós não podemos desconhecer de que fatos como esses que aconteceram no dia de ontem, com certeza a sociedade teria que saber quem votou de fato a favor ou contra. Para não ficar hoje, porque, me desculpe, hoje, o Senado está em baixa total. Não podemos desconhecer. A opinião pública está contra o Senado. Achando que isso aqui é um espírito de corpo, que nós não respeitamos a opinião pública, o desejo do povo brasileiro, mas a sociedade tem que entender que isso é regimental, é um direito que assiste. É um direito que assiste, nas condições do Renan Calheiros, o nosso Presidente, que ontem

tinha o direito também. Porque muitos acham que ali a discussão era política, eu acho que não era política, Valter, também; ali, era uma questão jurídica. Nós não podemos desconhecer também esse fato.

Então, nós não podemos também condenar, de forma aleatória, de forma irresponsável, qualquer que seja, nós não temos esse direito. Nós somos os juízes ali. Nós somos jurados também. Isso é um direito líquido e certo. O jurado, Senador Paulo Paim, ele vota secreto também. O voto do cidadão que participa do Júri, Valter, o senhor que é advogado—

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Por causa da independência.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Por causa da independência. V.Exa. vem com um assunto interessante, vamos para a audiência pública, para nós discutimos nessa Comissão uma audiência pública, para nós achamos um meio, acharmos um meio, acharmos um instrumento que certamente vai nos dar a garantia absoluta que também, amanhã ou depois, quando nós, de forma clara, transparente, por nosso voto, também não possamos ser penalizados, sermos, às vezes, perseguidos. É bom que se esclareça. Falam que o Brasil vive um Estado de Democrático de Direito, democracia plena, às vezes também não é bem assim. Nós não podemos desconhecer, Valter. Às vezes, quando você não coaduna com a atitude dos governantes do momento, às vezes, você é perseguido pelos meios que ele tem na mão, seja ele com a Receita Federal, seja ele com a Polícia Federal etc. etc. Nós não podemos desconhecer. Eu, particularmente, tenho muita vivência, já fui Prefeito duas vezes, já fui Governador, hoje sou Senador, e confesso a V.Exa., Senador Paulo Paim, de que é um assunto bastante polêmico e acho que, no momento exato, o senhor está propondo aqui essa audiência pública para discutir, de tal forma, que nós busquemos instrumentos e meios para nós, com certeza, ficarmos também, ficarmos blindados, na medida em que nós também não podemos ficar execrados diante da opinião pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadores, vejam como esse assunto é polêmico. Eu, ontem, conversava com algumas pessoas que trabalham com essa matéria. Qual é a informação, Senador Valter, que recebi? São muito poucos... Chegou alguém a me dizer que não sabe qual o país do mundo que ainda tem voto secreto no Parlamento. Então, é um tema que, de fato, merece todo o carinho de nossa parte. Um. Dois. Que, para mim, já que eu sou autor da PEC 50, que diz que em todos os casos será proibido o voto secreto. Eu só vou dar o meu ponto de vista, de forma muito resumida. Eu entendo que, no momento em que você é eleito, a população te passa

uma procuração. Você representa aqui o povo do teu estado e do país, naturalmente. E, de posse dessa procuração, eu tenho que prestar contas para ele. Eu tenho que prestar contas para o povo que me mandou para cá. Pode ser que uma votação minha, o Executivo não goste, bom, mas eu tenho que prestar conta é para o povo que me mandou para cá. Pode ser que uma votação minha o Tribunal de Contas não goste ou eu vote contra uma indicação do Supremo Tribunal Federal, mas eu tenho o direito de, pelo menos, explicitar publicamente porque é que assim eu votei.

Então, eu quero dizer que—

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador, um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A minha Emenda não é uma Emenda fechada, seria, digamos, achar que eu fosse o dono da verdade. Apresento a Emenda, vamos fazer o bom debate, mas as ilações, a forma como se interage com o voto secreto, eu acho que ela traz prejuízo muito maior—

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a devida vênia, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Onde os inocentes podem ser considerados culpados e culpados podem ser considerados inocentes. Não quero aqui dizer que a minha posição é uma posição fechada, nunca tive isso, e não terei. Apresentei para o debate. Mas, como é que eu a apresentei? Nessa ótica. Eu recebi uma procuração, eu tenho que prestar conta. Bom, se uma votação X ou Y minha terá repercussão nas instâncias do partido, no momento que assim eu votar, eu estou ciente do meu ato e da responsabilidade que terei num, segundo momento, pegando a questão específica partidária.

Então, me parece que é um bom debate. Por isso que eu poderia chegar aqui hoje e, aí sim, sob o calor da emoção, do momento de ontem, que não é o nosso caso, porque é um tema que eu venho tratando, eu disse, há 20 anos, começar a pedir aí uma urgência para votar a PEC que apresentei. Não. Vim e pedi com a maior tranquilidade uma audiência pública, duas audiências públicas são necessárias, em acordo com a Comissão de Justiça, para começarmos a debater esse tema para, quem sabe, daqui a dois, três anos, numa outra votação, numa situação dessas, eu vou... Permite-me só... Ou de um veto. Eu conto sempre uma história. Como eu estou aqui há 21 anos no Congresso, eu sou um dos Parlamentares mais velhos em idade dentro do Congresso, viu? Em presença no Congresso. Nunca saí daqui, outros foram e voltaram, por motivos... Ser Secretário, Governador, Vice-Presidente, enfim, e até mesmo Presidente.

Teve uma oportunidade em que eu consegui aprovar, por unanimidade, uma proposta de reajuste do salário-mínimo. Unanimidade. E ainda repito, fazendo honra ao já falecido, o único Deputado, na época, que foi à Tribuna e disse o seguinte, foi o ex-Deputado, falecido, Eduardo Magalhães, ele disse o seguinte: “Paim, eu vou liberar a minha bancada, mas eu sou contra”. Resultado: Foi vetado no futuro. Faz muitos anos. E o veto foi mantido. Como é que, numa situação como essa, uma proposta unânime, praticamente na Câmara, no Senado não me lembro, mas se não me engano foi aprovado também. Então, eu acho que mesmo o veto para mim, o veto não pode ser apreciado secretamente porque você não pode ter uma posição pública, demonstrando que você pensa... Peguei especificamente uma proposta de grande repercussão social e, depois, no veto—

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, V.Exa. focou um aspecto que serve para aclarar um pouco mais essa nossa posição. A questão do veto. Imagine V.Exa. um Governo que tem uma base aliada forte, como hoje o Presidente Lula tem. Nessa circunstância, se--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V.Exa. permitir, não fugindo do debate, eu estou no momento recebendo um telefonema do Governador aqui do Estado, e como o primeiro turno é transparente, o Governador me pediu um aparte aqui.

[risos].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Pensei que V.Exa. estava... Mas, então, imagine V.Exa., se abolir, se abolir o voto secreto generalizada-mente, qual é a oportunidade que tem o Senador de derrubar um veto que efetivamente o Congresso entenda que é necessário derrubar? Todos nós sabemos a pressão que o Governo tem capacidade de exercer sobre os Parlamentares. O Senador Jaime colocou, até com bastante explicitação, ele pode jogar toda a máquina pública em cima do Parlamentar, certo?

Então, o que eu quero dizer é que se nós tomarmos uma deliberação em função de um acontecimento pontual, corremos o risco sim de, de repente, adotarmos um remédio inadequado para outra circunstância que poderá ser mais importante do que essa. Então, toda cautela é pouco. Essa decisão é uma decisão que tem que ser realmente muito amadurecida. Acho que trazer à colação essa discussão, através de audiências públicas etc., eu acho que é fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senhor Presidente, eu só quero dizer que, nessa discussão, existe um ponto fundamental, que a gente não pode

esquecer: que o eleitor tem o direito de saber como que a pessoa em quem ele depositou o voto está se posicionando em relação a todas as questões. Esse é o ponto de partida. É como V.Exa. colocou no debate, ele está dando uma procuração e quer saber como é que a pessoa que recebeu essa procuração está se saindo, qual que é o posicionamento, o que é que está fazendo, para o eleitor ou eleitora ver se vai votar de novo nessa pessoa, se essa pessoa merece o voto ou não merece.

Todos os acontecimentos dos últimos tempos mostram que, na verdade, tem que ser o voto aberto, além desse princípio. Por que isto? Nós chegamos numa situação agora, aqui no Senado, em que, na Comissão de Constituição e Justiça, por 20 a um, 20 a um, os Senadores e Senadoras disseram que o processo deveria ir para o Plenário. Quer dizer, 20 a um. Por que é que os Senadores e as Senadoras votaram dessa maneira? Porque sabiam que lá seria o voto secreto. Votaram de um jeito abertamente e de outro jeito secretamente. Ou seja, o eleitor tem o direito de saber. Se o Senador soubesse que, no Plenário, o voto seria aberto, claro que ele justificaria, ele ponderaria e faria uma série de coisas para não se esconder, se esconder atrás do voto fechado.

Conselho de Ética: 11 a quatro, 11 a quatro. Será que todas as pessoas que votaram a favor da cassação, a favor do relatório, votaram da mesma maneira no Plenário? Ou votaram de um jeito no voto aberto, sabendo que depois teriam o voto secreto para se esconder atrás do voto secreto? Um absurdo! Autoridades, recentemente, os meios de comunicação e a sociedade vêm questionando o Senado como é que nós aprovamos certos nomes para certas Agências Reguladoras, que não têm, vamos dizer, o desempenho, a competência necessária para desempenhar adequadamente. Ora, voto secreto. Então, faça o voto aberto... Voto aberto para que o Senado realmente debata, questione, veja quem é quem, para se chegar a uma conclusão.

O Senador Valter Pereira falou agora há pouco, dos vetos. Qual que é a razão para... Não consigo enxergar uma razão pela qual a gente tenha que votar vetos de maneira secreta. É um absurdo. Nós já votamos a lei aqui. Aprovamos a lei. Eu sei que o Presidente vai vetar e, depois, o veto nunca mais, aliás, como nunca é apreciado, isso é uma outra excrescência que a gente devia ter um prazo para a apreciação de vetos. “Ah, porque o Executivo vai fazer uma pressão sobre a sua bancada”.

Na verdade, o que acontece, se a gente não tivesse o voto secreto, nós melhorariamos o contexto político porque a lei seria mais discutida, o veto seria mais discutido. Nós nem sabemos por quais, apesar

de sermos da base do Governo, V.Exa. e eu, inclusive do partido do Presidente, é vetada alguma coisa e não recebe uma satisfação pela qual aquilo foi vetado. Não existe. “Não, vetou”. “Mas, vetou por quê?” “Não, está aqui a razão”. Mas a razão não se sustenta. Quer dizer, a relação política é da pior qualidade possível, ou seja, deveria haver uma articulação: “Olha, está aprovando isto. Vamos discutir bem este parágrafo, esse artigo, essa alínea para ver se pode aprovar ou não”. Há responsabilidade de todos os atores na aprovação da lei porque o Executivo também diz isso: “Deixe que eles aprovem. Eu veto na sequência e o veto só vai ser apreciado daqui a 20 anos”. É isso que acontece na prática ou os Parlamentares dizem: “Ah, deixa assim mesmo, vamos aprovar, que depois é vetado e bota a responsabilidade em cima do Executivo”.

Quer dizer, nos dois lados, existe, assim, uma... Eu diria, uma deturpação do que deva ser um processo legislativo coerente, adequado. Então, o voto não secreto ajudaria a aprimorar essas relações todas. Então, só vejo vantagens. Não vejo desvantagens--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O que aprimora a democracia é a transparência total.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aprimora a democracia, a transparência, mas não... Quer dizer, eu dei todos esses exemplos, mas, partindo do princípio, o princípio mais fundamental, o eleitor e a eleitora têm o direito de saber como aquela pessoa que recebeu deles uma procuração está se posicionando.

Então, ontem, por exemplo, essa vergonha nacional, que aconteceu ontem, o eleitor tem que saber. Quer dizer, qual foi o seu voto? E aquilo que V.Exa. colocou, aí, a pessoa desconfia, claro, e tem todo o direito de desconfiar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Legítimo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Legítimo direito de desconfiar. “Não, mas foram 35 votos”. A Folha de São Paulo já fez a enquete hoje de novo e procurou e perguntou e 43 disseram que votaram sim. Ou seja, é assim... Quer dizer, é uma questão de ética. No fundo, é uma questão de ética porque a ética não é só aquilo que se coloca em público. A gente vê como tem muita gente que não tem ética e não tem decoro Parlamentar porque não é no público que você vê a ética é no individual, no seu posicionamento, na sua consciência. Quer dizer, você ter o comportamento ético sem necessidade de demonstrar isso publicamente.

Então, no mínimo, oito pessoas deveriam estar tendo seus mandatos cassados hoje, no mínimo, no mínimo oito, porque foram 35 e 43 disseram, no mínimo oito, deveriam estar sendo cassados por falta de ética

e decoro Parlamentar. Os eleitores cassariam. Diriam: “Bom, se votou desse jeito não posso mais votar em você, cassa”. Quer dizer, se não cassou aqui, cassa no voto, na sequência.

Então, só existem razões positivas para que a sociedade saiba como é que você se posiciona. E ser transparente, com mais responsabilidade, e eu acho que esta vergonha nacional que aconteceu ontem vai, Deus queira, com o apoio da sociedade, para ficar firme, atenta e acompanhando, que os procedimentos dessa Casa possam ser alterados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, a partir da sua defesa da PEC, pelo que eu entendi, nº. 50, que eu assino e V.Exa. também assinou, V.Exa. é um dos que assinaram essa PEC, eu acho que faremos um belo debate. Não só dessa e de outras PECs que, porventura, surjam na Casa. E até alguma PEC que seja até mais antiga do que a nossa.

Com certeza, a audiência pública será esclarecedora. Eu quero, mais uma vez, repetir que a audiência pública será na linha do debate que V.Exa. aqui fez a defesa, e muito bem. Ou seja, o que é que diz a PEC 50? Quero repetir para encerrar esta nossa Reunião de hoje da Comissão de Direitos Humanos. “Art. 1º – a Constituição Federal passa a vigorar acrescida do art. 50 – A. Nas deliberações no âmbito do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal e suas Comissões, que demandem votação do colegiado ou não é expressamente vetada a ocorrência de votação secreta”.

É isso que diz a PEC, que vai ser o eixo, no meu entendimento, da audiência pública que vão participar a OAB, CNBB, entendo eu as entidades civis todas que estão no debate, aí, principalmente da transparência. Eu quero enfatizar que eu tenho o mesmo entendimento que V.Exa. O eleitor, eu uso muito esse termo que V.Exa. também usou, ele passou uma procuração; eu tenho que responder a ele cada um dos meus votos, seja veto ou seja escolha de autoridades.

E quero aqui enfatizar que eu não vejo problema nenhum de que essa PEC seja aprovada ainda esse ano. E quero também destacar, não pela emoção da votação de ontem, é porque esse tema está em debate há mais de 20 anos na Casa. Não há por que não continuar o debate, o que agora não pode é alguém nos dizer que não pode discutir a matéria nesse momento. Seria muito ruim para a Casa, isso sim, dizer que: “Olha, passou o episódio, agora esqueceram de novo as PECs que apontam para que o voto não seja mais secreto”.

Eu espero que, efetivamente, a gente consiga deliberar, realizar tantas audiências quantas forem

necessárias, mas, ainda esse ano, esse ano ainda, a aprovação da PEC que termina com o voto secreto e me comprometo, na próxima Reunião da Comissão de Direitos Humanos, a trazer quais os países do mundo, se existem os, que ainda têm o voto secreto. Segundo informação que recebi ontem, no Plenário, eu acho que é o Brasil e mais um país. Se existem mais, primeiro eu vou pesquisar, e dizer que inúmeras Assembléias Legislativas já acabaram com o voto secreto. E está dando certo lá. Tanto que aqueles que foram, de uma forma ou de outra, derrotados nas votações abertas, não questionaram ao Supremo, que poderiam até questionar, se submeteram à decisão dos Estados. Se as Assembléias podem votar de forma aberta, ou seja, sem voto secreto, Câmara de Vereadores, que recebi inúmeras aqui, que já decidiram também pelo fim do voto secreto, por que é que o Congresso não pode?

E estão chegando aqui, Senador Flávio Arns, os representantes da COBAP, da Confederação de Aposentados e Pensionistas, que eu tenho certeza que eles também pensam assim, que Projetos como o PL 58, que é o grande sonho que eles pregam que seja aprovado, seja votado com voto aberto sempre. E que não tenhamos mais, em hipótese nenhuma, a votação secreta. Isso é o que pensa também a COBAP, por manifestações que já recebi da direção da COBAP, e que percebo também das Centrais Sindicais.

Com essas rápidas considerações, eu encerro a Reunião. E, lembrando que alguém me ligou aqui para me corrigir, “ilações”. Então, está corrigido em tempo ainda. Quando eu falei aqui, a palavra foi “ilações”.

Colocado em votação. Os que concordam com o requerimento para que tenhamos Sessão de audiência pública para discutir, que não tenhamos mais voto secreto, em nenhuma hipótese, dentro do Congresso Nacional, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 10h59.

Ata da 39ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 20 de Setembro de 2007, Quinta-feira, às 9:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas do dia vinte de setembro de dois mil e sete, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras **Patrícia Sabóya e Maria do Carmo Alves** e dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mes-**

quita Júnior, Wellington Salgado, Elizeu Resende, César Borges, José Nery, Eduardo Suplicy, Edson Lobão, Jaime Campos e Cristovam Buarque e o Senador não membro **Augusto Botelho**. O Senhor Senador **Romeu Tuma** justificou sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. Item nº. 01: **Requerimento nº. 57, de 2007**, requer a “Realização de um ciclo de Audiências Públicas, uma a cada mês, preferencialmente na última quinta-feira do mês, com vistas a tratar das questões atinentes à construção da cidadania à luz da legislação participativa, conforme temas relacionados a seguir e convidados a serem definidos pela Comissão: Crianças; Emendas Orçamentárias de comissão; Preconceitos; Dia da Juventude; Movimento Sindical; Meio Ambiente; Idoso; Código de Defesa do Consumidor (Procon/Idec); Empresários; Componentes do Judiciário; Pessoa com Deficiência; Mulheres; Desemprego; Movimento sem Terra; Prefeitos.”. Autoria: Senador Paulo Paim, Resultado: **Aprovado**. Item nº. 02: **Sugestão nº. 11, de 2007**, sugere “Normas gerais para os plantões no sistema jurídico”. Autoria: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul/MG (Condesesul). Relatoria: Senador Flávio Arns. Resultado: **Aprovado**. Item nº 03: **Sugestão nº, 12, de 2007**, sugere projeto de lei “ para anistiar as multas por atraso de Declaração do IR das Entidades”. Autoria: Federação dos Trabalhadores Circulistas do Estado do Rio Grande do Norte. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Pela aprovação parcial na forma do PLS que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº 04: **Emendas Nº 01-CCJ E Nº 02-CCJ ao Projeto de Lei do Senado nº 490, DE 2003** – terminativo – “Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”. Autoria: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação das Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. Resultado: **Adiado**. O Senhor Presidente expõe para a sociedade os detalhes da participação legislativa. Às nove horas e quarenta e quatro minutos o Presidente passa a presidência para a Senadora Patrícia Sabóya Gomes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Geraldo Mesquita, Eduardo Suplicy e José Nery. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**,

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à pauta. Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Flávio Arns, essa sessão tem quatro itens na pauta, mas eu diria que o item mais importante na sessão de hoje, na minha avaliação, é nós discutirmos a importância dessa Comissão no que tange à Legislação Participativa. Essa Comissão é Direitos Humanos e Legislação Participativa. Nesse sentido, para que o Brasil conheça um pouco mais do que significa esta Comissão de Direitos Humanos ser também de Legislação Participativa, eu passo a fazer aqui uma introdução. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foi inicialmente concebida como Comissão de Legislação Participativa, através da Resolução do Senado Federal nº 64, de 2002, de autoria da então Senadora Marina Silva, hoje Ministra do Meio-Ambiente. Posteriormente teve sua competência ampliada para tratar de Direitos Humanos, passando, então, a ser conhecida como Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por meio da Resolução nº 01, de 2005. Possibilita que o Senado Federal receba da sociedade civil organizada sugestões a fim de ampliar a participação popular no processo legislativo. Trata da demanda legislativa referente aos Direitos Humanos. Enfim, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa compete opinar sugestões legislativas, pareceres técnicos, exposições e propostas apresentadas por associações, órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, entidades científicas e culturais, entidades religiosas, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional, fiscalização e acompanhamento, avaliação, proteção e controle, ainda das políticas governamentais relativas aos Direitos Humanos, direito das mulheres, ao direito das minorias sociais e étnicas, ao direito dos estrangeiros, à proteção e integração social das pessoas com deficiência, à infância e juventude, aos idosos, proteção da família, enfim, a todos os discriminados.

Agora é que vem o ponto que eu quero aprofundar na sessão de hoje. O que são as sugestões legislativas? As sugestões legislativas são pré-projetos que têm seu impulso processual legislativo a partir de uma idéia apresentada por entidade da sociedade civil organizada. Uma vez admitidas como sugestão, essas

idéias poderão ou não ser acatadas no mérito e/ou na forma e transformadas em propostas legislativas, cuja autoria será da CDH caso a entenda pertinente. Em resumo, aqui nesse espaço, a sociedade civil poderá apresentar propostas sem ter que recorrer à Constituição, onde precisariam ter lá cerca de um milhão de assinaturas. Normalmente as sugestões encaminhadas à CDH são feitas por Organizações Não Governamentais – ONGs, que são entidades formadas por pessoas da sociedade civil organizada e que desenvolvem um trabalho de interesse público e sem fins lucrativos. Quem pode fazer sugestões legislativas à CDH: as pessoas jurídicas de direito privado que juridicamente são constituídas em forma de associação ou fundações, as chamadas ONGs – Organizações Não Governamentais e outras, as organizações religiosas, os partidos políticos sem representação no Congresso Nacional, órgão de classe, sindicato, entidades científicas, e repetimos que no caso das ONGs estrangeiras só poderão propor sugestões se seus atos constitutivos forem aprovados pelo Governo brasileiro.

O que são órgãos de classe? São entidades juridicamente constituídas para exercer funções de defesa dos interesses de uma classe profissional ou de empresários, como, por exemplo, o Conselho de Arquitetos, Engenheiros, a Ordem dos Advogados, as Confederações de Trabalhadores, as Federações de Trabalhadores, o Sindicatos de Trabalhadores, as Confederações e Federações e Sindicatos da Indústria e Comércio e dos Bancos, como também dos setores empresariais do primeiro, segundo e terceiro setor, os Sindicatos e demais Órgãos Sindicais do sistema existente hoje na legislação.

O que são entidades científicas? As entidades científicas são, por exemplo, as Universidades Públicas ou Privadas, a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Escola Nacional de Advocacia e outros centros de pesquisa.

Pertinência temática. Não podemos esquecer da pertinência temática. Solicitamos que para a entidade, a sociedade civil organizada, sugerir uma minuta de projeto, observe a pertinência temática que é definida como a relação de pertinência entre a defesa do objeto de interesse específico da entidade e o objeto da minuta que virá como sugestão. No entanto, há exceção à pertinência temática quando se tratar de partido político, repetimos, sem representação no Congresso, Congresso Nacional ou da OAB, pois estes têm legitimação ativa universal em virtude de sua situação.

Senhores e Senhoras, eu faço essa introdução porque o primeiro item da pauta do dia de hoje, eu quero já, se me permitirem, antes de eu abrir a palavra para o Plenário, ele trata de um requerimento assinado por

mim e por outros Senadores, que requer, com fundamento nessa proposta, ou seja, no disposto no artigo 58, § único, inciso II, da Constituição Federal, c.c. o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, a realização de um ciclo de Audiências Públicas, uma a cada mês, preferencialmente na última quinta-feira do mês. Qual é o objetivo? Tratar de questões atinentes à construção da cidadania à luz da Legislação Participativa, conforme temas relacionados a seguir e que eu passo a fazer a leitura. Então qual é a intenção, deixando mais essa parte técnica, mas também é importante para que a sociedade saiba como que ela pode vir aqui e apresentar um Projeto de Lei, aqui na nossa Comissão, na nossa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então a nossa intenção, por exemplo, Senador Mesquita Júnior e Flávio Arns, ainda no mês de outubro, em 11 de outubro, porque 12 de outubro é o Dia da Criança, nós realizarmos aqui uma Audiência Pública com as crianças e entidades que têm o direito a apresentar um projeto aqui presente. Eu não gostaria, e quero debater com vocês, que não fosse mais uma Audiência Pública. Será uma Audiência Pública onde essas crianças e as suas entidades serão avisadas com antecedência de um mês, lá eles vão debater um projeto de interesse das nossas crianças e virão aqui apresentar nessa Audiência Pública. Digamos que a Audiência Pública seja numa data estimativa. Qual é a última quinta-feira do mês de outubro? Deve ser lá para 27, 25, cálculo eu. 11 ou 12 não pode ser. Então na última quinta-feira do mês de outubro --

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 26.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): 26. Então essas crianças, se nós aprovarmos hoje --

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): -- Exatamente, a assessoria está me ajudando e tinha razão quando me assopraram aqui e eu duvidei. Então parabéns para a assessoria, um para a assessoria, zero para mim. A primeira Audiência Pública já está sendo preparada, claro que depende dessa aprovação, seria na véspera do Dia da Criança, seria no dia 11 de outubro, porque no dia 12 de outubro é o Dia da Criança. Então nesse dia, depois a próxima seria no dia 25, nesse dia nós faríamos aqui um debate com as crianças sobre um projeto que elas entendam que devam apresentar aqui nessa Comissão. Será debatido entre as crianças e os Senadores, e no fim do dia, na hora que terminar a audiência, eles vão protocolar aqui a sua proposta e essa Comissão acata, vai indicar um Relator e ele passa a tramitar. Essa seria a primeira. Depois a próxima que nós pretendíamos fazer, se vocês

concordarem, é quanto às Emendas orçamentárias da Comissão. Eu vou confessar para vocês que eu fiquei meio constrangido nas duas vezes que eu trabalhei nessa questão. Eu fiquei como Relator, uma indicado pelo Senador que presidia na época, mas eu sei que por duas vezes eu fui Relator. O que aconteceu? Eu recebia grupos em meu gabinete e acabava, conforme a pressão organizada que recebia, sugerindo, eles me sugeriam Emendas e eu encaminhava, como acontecia também com diversos Senadores. As Emendas de Comissão. Qual é a nossa intenção? Realizar no dia 25 de outubro uma Audiência Pública com as entidades da sociedade civil, por exemplo, pessoas com deficiência, idosos, negros, índios, enfim, aqueles que possam apresentar propostas que são Emendas de caráter nacional. Eles aqui vão defender as Emendas e os Senadores então acatarão ou não para apresentá-las como de sua autoria. Eu acho que é uma forma diferente de discutir as Emendas da Comissão no espírito, Senador Suplicy, que conhece muito bem, do orçamento participativo. Então a sociedade civil vem -- e já vou abrir o debate agora porque eu já fiz a introdução que eu queria -- e apresenta as suas Emendas, a Comissão debate. São Emendas de caráter nacional, e nós então aprovaremos aqui o que a sociedade quer, não aquilo que o Paim quer, que o Joãozinho quer, que o Robertinho quer -- eu estou dando alguns exemplos de Senadores naturalmente.

Então eu gostaria de abrir o debate sobre a importância da Legislação Participativa e com esses enfoques. Se me permitirem só uma leitura rápida, seria a Emenda orçamentária, num outro dia seria sobre os preconceitos, um debate sobre os preconceitos, e a sociedade civil, no fim da audiência, apresenta uma proposta, outro dia seria sobre a juventude, teríamos um movimento sindical, teríamos com os empresários numa outra oportunidade, meio-ambiente, idoso, Código de Defesa do Consumidor, Judiciário, pessoas com deficiência, mulheres, desempregados, movimento de sem teto, sem terra, Prefeitos também que poderão aqui apresentar a sua Emenda, como também os idosos. Está aberto o debate sobre o item nº 1.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, Senador Paulo Paim, eu agradeceria se puder nos dar a informação sobre qual é a possibilidade desta Comissão de Direitos Humanos apresentar Emendas de bancada, se há ... Emendas da Comissão, do ponto de vista de recurso, e quais são as diretrizes, as finalidades, até para que as entidades da sociedade civil possam compreender e saber dessa possibilidade que V. Ex^a. aqui coloca de maneira inédita no espírito da prática do orçamento participativo, que teve justamente em Porto Alegre uma das práticas mais saudáveis,

reconhecida inclusive internacionalmente e com grande repercussão para outros Municípios brasileiros que seguiram o exemplo de Porto Alegre, desde a primeira gestão do Prefeito Olívio Dutra, depois o Prefeito Tarso Genro e de todos que se seguiram.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E mais um.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que um deles repetiu, se não me engano foi o Tarso que repetiu.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, mas tem mais um, que eu me lembro, mas V. Ex^a. saberá mais do que eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os titulares foram esses três, depois teve um que assumiu, que era Vice, assumiu quando o Tarso foi candidato a Governador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato. Pois bem, mas foi uma experiência tão positiva e muitas vezes nós temos aqui colocado o quão bom seria se o princípio do orçamento participativo pudesse ser colocado em prática tanto a nível dos Governos Estaduais, o que obviamente é mais difícil do que ao nível de um Governo Municipal, mas até ao nível da União. Ora, não é tão fácil ter a prática do orçamento participativo a nível da União, mas quanto melhor a sociedade, a sociedade civil estiver influenciando as decisões do orçamento da União, melhor. Então que nós possamos, em cada Comissão, abrir o debate para que sugestões cheguem a nós, é muito importante. Por isso que se por ventura V. Ex^a. tiver já uma informação sobre quais os limites e quais as diretrizes que poderíamos considerar e até estar informando as entidades da sociedade civil, isto é importante.

Dentre aquelas atividades que avalio que poderíamos potencialmente pensar, ainda hoje, Sr. Presidente, o Ministério do Trabalho e Emprego está realizando aqui em Brasília um simpósio que vai durar de hoje até amanhã, até inclusive fui convidado, está sendo a abertura nesse instante pelo Ministro Carlos Lupi, sobre o microcrédito. Como V. Ex^a. sabe, há inúmeras entidades, o Por do Sol de Porto Alegre foi uma dessas entidades que em cooperação com o Governo Municipal, com o Governo Estadual, com o Governo da União, tem realizado experiências muito importantes na área do microcrédito. Hoje há uma diversidade muito grande de experiências nesse sentido, por exemplo, em Fortaleza, no Bairro Palmeiras, há a experiência do Banco Palma, até eu não sei se V. Ex^a. conhece, mas é uma das experiências mais inovadoras de microcrédito.

Eu estive em julho último em Bangladesh, onde visitei o professor Mohammed Yunus, que foi o pioneiro do *Granny Minibank*(F) e que foi laureado, juntamente com o *Granny Minibank*(F), chamado Banco do Vilarejo, para o Prêmio Nobel da Paz, exatamente porque ele, quando voltou dos Estados Unidos, em 1974, ao lecionar na Universidade de Chittagong, segunda maior cidade de Bangladesh, observou, porque Bangladesh estava vivendo momentos de enorme dificuldade, de fome crônica, e quando ele ia passear ou andar a pé na Vila de Jobra(F), que ficava ali perto da Universidade, ele ficou pensando: “pôxa, mas os meus ensinamentos de teoria econômica sobre microeconomia, macroeconomia e sobre o plano quinquenal de desenvolvimento pouco estão sendo relevantes para transformar a vida dessas pessoas”. E foi então que conversando com uma moça, uma senhora, que estava ali vendendo um artesanato de bambu, ele teve um diálogo e verificou que aquela senhora estava nas mãos de um agiota que lhe emprestava os recursos para a compra da matéria-prima, ela vendia o produto e entregava o produto da venda para o próprio que lhe vendeu a matéria-prima, mas com uma margem que não lhe dava o sustento suficiente. Foi então que ele disse: “quem sabe se eu lhe emprestar cinquenta cents de dólar – naquela época – você poderia ter possibilidades”, ela se comprometeu a pagar, e ele então, com os seus colegas e alunos estudantes, assim diagnosticou quarenta e duas pessoas que precisaram em média de cinquenta cents, totalizou vinte e sete dólares e começou assim a atividade deste Banco que em 1983 por medida legal foi criado, e hoje o *Granny Minibank*(F) tem sete milhões e duzentas mil pessoas que emprestam recursos, normalmente modestos, a taxa de juros baixas, e já foram emprestados mais de seis bilhões de dólares, e mais de 60% dos que obtiveram estes recursos conseguiram superar a linha oficial da pobreza e com uma experiência muito significativa. É possível que no Brasil entidades da sociedade civil gostariam de apresentar experiências positivas de superação das suas condições de vida inadequadas e que pudessem então vir também a essa Comissão. Eu cito isso como um exemplo, mas --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Entendi, é um exemplo dá força da sociedade civil organizada, enfim, da população, que apresenta a sugestão e virou num projeto belíssimo como esse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Então eu agradeceria, se não hoje, mas quem sabe na próxima reunião V. Ex^a. possa nos dar uma melhor informação sobre o potencial de possibilidades que esta Comissão de Direitos Humanos pudesse examinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Suplicy, eu vou dar a palavra ao Senador Flávio Arns e em seguida a consultoria já dá as diretrizes básicas de como a sociedade civil vai poder, aqui nessa Comissão, apresentar Emendas ao orçamento, e que se referendada pelo Plenário vai ser encaminhada. Ele vai dizer os limites, enfim, vai balizar num segundo momento. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a V. Ex^a. e antes do Dr. Cristiano também fazer a exposição, eu só gostaria assim de dar o palpite de que esses limites são ilimitados, quer dizer, são extraordinários quando a gente pensa Legislação Participativa. Então se, por exemplo, a área da pessoa de deficiência, através das suas Federações, que não deve ser assim uma iniciativa individual, tem que ter uma associação com CNPJ e tudo, mas seja o cego, surdo, deficiente físico, deficiente mental, seja lá quem for, eles chegam à construção de dizer: “olha, a gente precisa ter – vamos supor – uma lei do IPI, Imposto Sobre Produtos Industrializados, para importar produtos para as pessoas com deficiência diferente, porque nós estamos tendo problemas, dificuldade e tal”. Então manda a sugestão para cá. Esta Comissão é Direitos Humanos e Legislação Participativa. Vou pegar um outro exemplo. O deficiente físico, hoje em dia, tem a possibilidade de ter assim uma independência de locomoção muito maior usando as cadeiras de rodas motorizadas, e cada cadeira dessa custa na faixa de três a quatro mil reais, ou seja, muitas pessoas não podem adquirir, mas isso significa a independência da pessoa. As Associações de Deficientes Físicos, Paraplégicos, Tetraplégicos, Paralisados Cerebrais ou outras deficiências se sentam, discutem e enviam a sugestão aqui, quer dizer, é um problema, é uma dificuldade, manda-se para cá. Ou a gente vê nos concursos públicos ainda, pegando só uma área da pessoa com deficiência, quantas pessoas que têm visão que se chama monocular, cego de um olho, enxerga com o outro olho. Vamos fazer muitos concursos e as pessoas dizem: “não, você não pode fazer esse concurso porque exige-se visão e não pode ser a visão monocular”. Nas outras vezes, quando vai fazer o concurso para cotas, para pessoas com deficiência, eles dizem: “não, você não pode porque você não é deficiente”. Então fica aquela discussão, se bem que o STF já tenha tomado posição nesse sentido. É um problema na área visual, como é um problema, seria um problema na área auditiva, surdo total de um é deficiente, não é deficiente, pode entrar na quota, não pode entrar. Então esse debate, a Associação se reúne, discute, para que a sugestão represente assim a idéia de um grupo, não só a idéia de uma pessoa, porque aí fica muito frágil, a pessoa diz: “não, eu vou

mandar”. Não, tem que ser uma entidade maior, uma Associação. Então Legislação Participativa, eu diria, eu estou dando exemplos só da área da pessoa com deficiência, mas poderia ir seguindo com exemplos assim em quantidade muito grande, mas é a mesma coisa para o idoso, a mesma coisa para a agricultura familiar, a mesma coisa para o agricultor, mesma coisa para o professor, para o médico, seja lá o que for, dentro dessa idéia de que quem pode propor uma lei pode ser a sociedade. Na verdade isso é uma coisa bonita, ele não precisa, como V. Ex^a. colocou, na outra alternativa, legislação de iniciativa do povo, popular, onde se necessita de um milhão de assinaturas. Aí fica difícil realmente porque tem que ... a não ser que seja um assunto assim que envolva, às vezes é bom ter um milhão de assinatura para que isso represente para o Congresso: “olha, um milhão de pessoa assinaram essa proposta”, mas independente disso pode mandar essas propostas. Agora até o Dr. Cristiano vai falar, mas eu diria que legislação infra, vamos dizer assim, legislação, não é legislação, mas a normatização infralegal também, porque muitos dos problemas que o Brasil vem enfrentando é porque a lei é regulamentada de uma maneira equivocada, ao arrepio muitas vezes, inclusive, do que a própria lei diz. Para dar um exemplo, o deficiente tem direito a ter o salário mínimo, que é o BPC – Benefício da Prestação Continuada, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entende que quando a pessoa recebe o benefício, o salário mínimo, isso passa a constituir renda da família, mas não é renda, é benefício, por quê? Porque se a família tiver um segundo filho com deficiência ... é o interesse que está atrás disso, quer dizer, o segundo filho não recebe o salário mínimo porque o primeiro já está recebendo e aí a renda da família aumenta. Então não é renda, é benefício. Só para dar mais um exemplo ainda, saiu um Decreto, por exemplo, no mês de agosto, assinado pelo Presidente Lula, que vai, ao pé da letra, inviabilizar os movimentos sociais no Brasil, inviabilizar, quer dizer, vão passar uma pá de cal em cima de movimentos de uma maneira geral. Eu até fico pensando: eu acho que o Presidente Lula não foi alertado sobre isto, porque deve ser algum núcleo que tenha influência sobre ele --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Senador Flávio Arns, se me permitir, o que V. Ex^a. relata, eu também não estou a par, eu acho que é grave, gravíssimo. Eu espero até que V. Ex^a. consiga me deixar claro, pois aos movimentos sociais todos nós somos ligados e eu fiquei preocupado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): — Algum núcleo que diga assim, que tenha a idéia de estatizar, quer dizer, tem que ser público, estatizante, esque-

cendo a sociedade. Em que sentido? Saiu o Decreto, no mês de agosto, dizendo o seguinte: que nenhuma entidade social, criança, adolescente, idoso, deficiente, agricultura familiar, seja lá o que for, vai receber qualquer tipo de recurso se entre seus dirigentes houver uma pessoa, até segundo grau, parente de autoridade do Legislativo, do Judiciário ou do Executivo. Isso significa o que em outras palavras? Porque o que significa, por exemplo, eu tenho uma sobrinha, casada com o meu sobrinho, que é Juíza Federal, e o meu sobrinho, então, é até o segundo grau e por afinidade. Então se ela estiver em alguma entidade, a entidade não pode receber recurso de qualquer maneira. Se V. Ex^a. tiver um primo, um primo seu que seja dirigente de uma entidade lá no Estado do Pará, essa entidade não vai receber qualquer recurso porque ele tem um primo que é Senador pelo Rio Grande do Sul, quer dizer, não tem cabimento algum, é uma loucura, uma insanidade. Ou você não pode receber recursos porque, por exemplo, o seu parente, o seu tio, a sua tia, é funcionário do Estado. Você não pode dirigir qualquer entidade, mesmo em outro Estado, mesmo no Município, recebendo ou não o recurso dele, porque você tem um parente. Então, por exemplo, a minha família é lá de Santa Catarina, do meu pai, lá de Forquilha, perto de Criciúma. Vamos supor, às vezes nem conheço mais, mas um primo meu, de Forquilha, vai querer ser presidente da APAE. Não pode porque ele tem um primo, às vezes nem sabe que tem esse primo, que é político lá no Paraná, ou que é Vereador não sei aonde, ou que é Deputado Estadual não sei aonde, ou que é Funcionário Público, e isso está escrito no Decreto do Presidente, assinado, a partir do ano que vem. Então isto é Legislação Participativa, a sociedade dizer: é uma insanidade, é uma aberração, quer dizer, naquela tentativa de dizer: “não, o Deputado é Presidente dessa Comissão, desta entidade, vamos tirar e tal”, eles simplesmente vão passar uma pá de cal em cima de uma das riquezas da nossa sociedade que é esse envolvimento das pessoas nos movimentos sociais. V. Ex^a. entende o drama que isto pode acarretar? Se V. Ex^a. tiver, quer dizer, a pessoa quando assumir, ela nem sabe se tem algum parente que é Vereador em algum outro Município, em algum outro Estado ou coisa semelhante. Então Legislação Participativa eu só quero dizer a V. Ex^a. que é fundamental tanto na lei quanto na regulamentação da lei.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, Senador Supply, o Dr. Cristiano está aqui na Mesa, ele quer dar um rápido esclarecimento só, inclusive que atualiza a todos sobre

o debate, daí em seguida volta ao Plenário, inclusive as suas duas perguntas primeiro.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois não.

SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA: Bom, a sociedade civil pode participar do processo orçamentário através da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa apresentando sugestões sem limitação material, ou seja, ela pode apresentar qualquer tipo de proposta orçamentária sem limitação material, mas ela tem que levar em consideração que é necessário ter caráter nacional e institucional, e ela pode apresentar em qualquer área. Apesar de ser Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ela não está limitada ao direito material dos Direitos Humanos, não tem que tratar só das crianças, dos idosos, não, qualquer área, como sugestão. Nas outras Comissões do Senado Federal só quem apresenta as Emendas são os Senadores. Aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a sociedade participa, tem que ser a sociedade civil organizada, porque ela tem que ser uma Associação, uma Fundação, uma Organização Não Governamental, que apresenta, por escrito, ela tem que ter inscrição no Cartório de Registro competente para aquilo, ela tem que apresentar esses comprovantes, tem que ter idoneidade moral, tem que ter uma história, e ela deve apresentar também levando em consideração a pertinência temática. Uma Associação de motoqueiros, por exemplo, ela não pode falar sobre armamento, ela não pode. Por quê? Porque a gente quer que a sociedade participe falando daquilo que ela conhece, então ela deve levar em consideração essa pertinência temática, com o objeto da sua entidade e aquilo que ela está apresentando, o objeto daquilo que ela está apresentando.

No orçamento, especificamente, todo tipo de sociedade civil organizada, todo tipo de Organização Não Governamental pode apresentar à Comissão, e o Colegiado, os Senadores, o Sr. Presidente vai definir um Relator, que vai entender se é pertinente ou não aquela sugestão, e --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nas Emendas ao orçamento.

SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA: -- Nas emendas ao orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E não tem limite?

SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA: Não há limite em questões de valores. A limitação é que deve ser caráter nacional e institucional. A Associação Chonin de Cima não pode apresentar uma Emenda para construir uma ponte numa estrada vicinal lá no Município deles. Eles têm que apresentar uma Emenda de

caráter nacional, que atenda ao país, não apenas ao Município, ao Estado dele, tem que ser nacional. Então assim, não há limitação material, não há limitação de valores e todas as entidades que quiserem apresentar essa sugestão, esse pré-projeto, porque ainda não é uma sugestão, é um pré-projeto, só passa a ser sugestão a partir do momento que o Senador diz que pode ser uma sugestão, e aí vai tramitar e, sendo aprovado, se transformaria numa Emenda ao orçamento. Então é uma idéia, a sociedade civil passa uma idéia para a Comissão. Então só lembrando: as entidades civis que quiserem apresentar sua sugestão devem encaminhar isso por escrito ao Senado Federal, ao Presidente Paulo Paim --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na Comissão de Direitos Humanos.

SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA: -- Na Comissão de Direitos Humanos, nós vamos receber isso, nós da Secretaria da Comissão vamos receber esse documento, encaminhar ao Presidente que vai definir um Relator. Faça isso por escrito, encaminhe junto com essa sugestão a cópia do estatuto da entidade para a gente saber qual que é a pertinência temática da situação, vai se fazer uma análise da pertinência temática para entender se ela está regularmente constituída, nós vamos receber isso e isso pode se transformar numa idéia para o orçamento, pode se transformar numa Emenda do orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA: É, as Comissões, elas têm uma limitação de cinco Emendas. Agora quantas sugestões nós vamos receber, isso é ilimitado, nós poderemos receber uma quantidade enormes de sugestões e nós vamos triar, fazer uma triagem e definir quais são as Emendas que vão merecer o devido cuidado da Comissão de Orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por exemplo, podemos receber, digamos, duzentas propostas sobre meio-ambiente, que vai ser uma Emenda só.

SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai tudo numa Emenda só e vamos trabalhar com esse objetivo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, infelizmente eu preciso me ausentar para uma palestra a convite da FIAN sobre a Renda Básica que começa às dez horas em ponto, fora aqui do Senado, mas eu gostaria de alertar para algo que é de grande interesse de V. Ex^a. Eu estou lendo na imprensa hoje que o Supremo Tribunal Federal está considerando o Congresso omissivo sobre a questão do direito de greve,

que precisa ser regulamentado, e vai dar um prazo de sessenta dias para o preenchimento dessa legislação. O direito de greve está dentre os Direitos Humanos, então ainda ontem nós dialogamos a respeito com o indicado para o Conselho Nacional de Justiça, que é Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, e V. Ex^a. mostrou a sua preocupação de conhecimento sobre como é que vai ser a regulamentação do direito de greve. Eu queria dizer que esta Comissão certamente vai interagir sobre este assunto inclusive com o Ministro do Trabalho e as entidades sindicais --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, para ajudar, às vezes quando --

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): -- E de Assuntos Sociais também, é o local onde então poderia haver eventualmente uma audiência conjunta desta Comissão com a de Assuntos Sociais --

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, vamos fazer também.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): -- Mas dada essa informação, isso significa que a Câmara, primeiro, e depois o Senado, mas em sessenta dias tem que cuidar deste assunto. Então eu queria chamar a atenção porque nós --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, só para ajudar já no encaminhamento, é que muitas vezes as pessoas falam: "bom, vem o Paim dizendo que já tem o projeto". É que eu estou há vinte e um anos nessa Casa e então não tem como eu não ter um Projeto de Lei de Greve. Então eu já tenho o projeto, na Câmara e no Senado, na Câmara ele está há dezoito anos, é o Projeto nº 01 depois da Constituinte e a Câmara não aprovou. Aqui eu apresentei a regulamentação do direito de greve na área pública e na área privada. O parecer do Relator já está pronto, na CCJ, depois veio para Assuntos Sociais. Então nós podíamos pegar o Relator e fazer uma Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais, inclusive com o olhar em cima dos projetos que já existem, e entendo que não é só o meu, devem ter outros.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Claro, nós poderemos pedir ao Presidente Marco Maciel, da CCJ, para --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Relator é o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): -- Para que esteja pronto e seja colocado em pauta na próxima quarta-feira --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Podemos trabalhar nesse sentido já.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- o projeto, dado ao prazo dado pelo supremo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero dizer que o Expedito Júnior fez um substitutivo que no meu entendimento ficou bom. Como o meu sempre era muito radical, ele abriu alguns espaços para outras áreas consideradas onde há risco à vida. Senadora Patrícia e em seguida --

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Eu só queria concordar, Senador Paulo Paim, colocando a nossa Comissão de Assuntos Sociais para que a gente possa também debater esse assunto. Se for necessário fazer uma audiência em conjunto, essa já tem sido uma prática nossa na Comissão, as duas Comissões sempre fazendo audiências em conjunto. Eu acho que nós podemos pedir realmente para que esse parecer seja apressado, colocado na pauta da CCJ e imediatamente possa ir na Comissão de Assuntos Sociais para que nós possamos fazer essa Audiência Pública, discutir o projeto de V. Ex^a. e quem sabe os outros também que podem estar tramitando. É só para dizer da minha concordância.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senadora Patrícia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação sobre o projeto da Senadora Patrícia Gomes. Como nós precisamos de dez Senadores presentes para votá-lo e está na pauta já há algumas semanas --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O dela é terminativo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- eu sugeriria quem sabe possamos conversar com todos os membros da Comissão para garantir --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na próxima semana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- na próxima quinta-feira o quorum necessário para a votação em caráter terminativo do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, vamos fazer isso. Nós estamos em debate ainda ao item 1, sobre a Legislação Participativa. Senador José Nery e Senadora Patrícia. Senador José Nery com a palavra. Se aprovarmos, teremos uma série de Audiências Públicas, eu quero resumir aqui, na última quinta de cada mês para discutirmos propostas Legislação Participativa, como é o caso, com a sociedade. No fim da Audiência Pública eu avisarei a entidade correspondente um mês antes e no fim da Audiência Pública eles apresentarão um Projeto de Lei

fruto daquela audiência. Aí entram as mulheres, enfim, todos os setores que essa Comissão tem atuado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, Senadora Patrícia Saboya, este requerimento que o Senhor apresenta à consideração da Comissão de Direitos Humanos, dá conta de integrar um dos elementos fundamentais dessa Comissão -- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e ontem o Senhor comentava comigo de que na temática específica dos Direitos Humanos esta Comissão tem oferecido a melhor contribuição em todos os temas --

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ... mudar o nome da Comissão, era SubComissão de Trabalho Escravo, agora é SubComissão do Combate ao Trabalho Escravo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paim, o senhor é sempre insuperável na sua capacidade de gentileza, é mais uma manifestação que o senhor acaba de demonstrar nesse sentido. Então essa Comissão tem tido uma grande participação em todos os temas ligados a Direitos Humanos, e o senhor, sem dúvida, é o grande timoneiro dessa luta. Quando o senhor me dizia ontem: mas nós precisamos incluir de forma mais decisiva a questão específica do que se refere aos aspectos da Legislação Participativa, ou seja, é o protagonismo da sociedade, das entidades no seu conjunto, ligada às mais diversas temáticas, de poder efetivamente contribuir com a elaboração de propostas, leis, bem como de propostas inclusive relacionadas a uma questão fundamental que está a cargo dos legisladores, do Parlamento, que são as propostas relativas ao orçamento. Quando há pouco o senhor tratava da importância da sociedade civil participar da elaboração do orçamento oferecendo sugestões, idéias, que aqui possam ser transformadas em Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, creio que nós temos aí um elemento fundamental para fazer, aliás, para continuar fazendo desta Comissão, dando maior amplitude a esse trabalho, parabenizar o Senhor pela iniciativa desse requerimento, e queria dialogar com o Senhor propondo que aquela reunião de Audiência Pública com os Relatores nacionais de Direitos Humanos que incluem o relato, uma observação sobre Direitos Humanos nas mais diversas áreas, que nós pudéssemos fazer essa Audiência Pública, com os Relatores nacionais de Direitos Humanos, antecedendo a esse círculo de Audiências Públicas atinente à construção da cidadania à luz da Legislação Participativa, nas quais são previstas a participação de várias entidades, de vários movimentos ligados à criança e aos adolescentes, direitos do consumidor,

componentes do judiciário, pessoa com deficiência, mulheres, desemprego, movimento sem-terra. Então a proposta é que nós pudéssemos realizar um balanço dos Direitos Humanos no Brasil justamente nessas diversas áreas da qual fala o requerimento em relação à proposição de propostas no sentido de melhorar a legislação, bem como aquela relacionada ao orçamento. Então a proposta, Sra. Presidente Patrícia Saboya, é que sendo autor de um requerimento para que fosse apresentado aqui no âmbito da Comissão de Direitos Humanos um balanço dos Direitos Humanos no Brasil realizado pelos Relatores nacionais em Direitos Humanos, um projeto que conta com a participação de várias entidades nacionais, temos então aqui o requerimento aprovado, então eu gostaria de solicitar a realização dessa Audiência Pública com os Relatores nacionais de Direitos Humanos, inclusive nos oferecendo uma enorme contribuição para o debate desses temas que estão relacionados aqui no requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim. Creio que essa iniciativa viria contribuir no levantamento, nas indicações, nos diagnósticos dos Direitos Humanos em várias áreas, em várias temáticas, para então dar seguimento com esse conjunto de Audiências Públicas que seriam realizadas mensalmente, de preferência na última quinta-feira do mês, atinente aos temas que o Senador Paulo Paim lista em seu requerimento. Nesse sentido, Sra. Presidente, eu creio que poderíamos fazer essa audiência já no mês de outubro e, em seguida, tratarmos das audiências dos temas que estão constantes aqui no requerimento. Quero dizer à Sra. Presidente que logo em seguida irei participar de um seminário promovido sobre a segunda etapa da Reforma do Poder Judiciário, promovido pela ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrado do Trabalho, no Auditório Nereu Ramos, e que a nossa participação nessa reunião se encerra nesse momento, na medida em que tenho que chegar lá para a abertura desse seminário, mas agradecer desde já a atenção que possa ser dada à realização dessa Audiência Pública antecedendo as audiências propostas aqui no requerimento do Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Senador José Nery, o Senador Paulo Paim teve que se ausentar nesse momento, me pediu que assumisse a presidência da Comissão, em função daquilo que todos nós já estamos acompanhando, que é o problema de saúde do seu filho, que graças a Deus já está bem e ele está agora indo pegá-lo, buscá-lo no hospital, para levá-lo para casa. Então eu acho que já é um alívio muito grande para o nosso querido Presidente dessa Comissão. Eu tenho

certeza que a sugestão de V. Ex^a. será acatada por essa Comissão, eu considero importante esse balanço que V. Ex^a. acaba de sugerir, e eu quero, mesmo na ausência do Senador Paulo Paim, parabenizar por essa iniciativa de um requerimento que trata de questões tão importantes, tão relevantes para a sociedade brasileira e abre uma possibilidade de que a sociedade possa participar efetivamente através desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então eu quero apenas aqui dar a minha pequena contribuição, dizendo que vamos apreciar esse requerimento e parabenizar mais uma vez por essa iniciativa. Eu acho que são temas muito importantes, temas muito relevantes, eu vejo aqui a lista de alguns assuntos, como a questão das crianças, Emendas Orçamentárias da Comissão, Preconceitos, Dia da Juventude, Movimento Sindical, Meio-Ambiente, Idoso, Código de Defesa do Consumidor, Empresários, Componentes do Judiciário, Pessoa com Deficiência, Mulheres, Desemprego, Movimento sem Terra, Prefeitos. Enfim, há um leque bastante diversificado de temas em que nós poderemos nos debruçar, eu acho que isso é importante para essa Comissão, é a função, o objetivo principal dessa Comissão. Eu vou passar a palavra ao Cristiano para que ele possa complementar.

SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA: Só para complementar, a sociedade civil organizada, as Organizações Não Governamentais, que tiverem interesse então de encaminhar as idéias para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pode através do site do Senado Federal, na página da Comissão, colher as informações necessárias para fazê-lo, tem na página da Comissão o ato regulamentar que trata dessa participação popular e lá nessa página você vai ter a oportunidade de ter as informações necessárias, o endereço da Comissão e demais informações necessárias para isso. A Comissão está à disposição na pessoa aqui do Secretário, o doutor está aí, e o resto da Secretaria da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Obrigada, quero agradecer ao Dr. Cristiano também por essas informações que trouxe, pelo clareamento desse requerimento. Não havendo mais quem queira discutir, estamos colocando em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão. Muito obrigada, Dr. Cristiano.

Agora nós passaremos ao item 2 da pauta. Sugestão nº 11, de 2007. EMENTA: Normas gerais para os plantões no sistema jurídico. Autoria: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul/MG (CONDESESUL). Relator: Senador Flávio Arns, que está presente. Eu

concedo a palavra ao Relator, Senador Flávio Arns, para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, justamente trata-se também de sugestão legislativa, é exatamente o tema que debatemos até agora, encaminhada pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul/MG, para a criação de normas gerais de plantões no sistema jurídico. A Constituição Federal define no artigo 96, inciso I, alínea "a", competência privativa aos Tribunais para dispor sobre funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos. Portanto, não compete à gente, como Congresso Nacional, propor normas gerais de plantões no sistema jurídico. Isto já havia sido lido em outra ocasião, no relatório do Senador Paulo Duque, e eu, como Relator *ad-hoc*, na época, eu pedi para retirar de pauta para que, além de dizer que não seria o caso do Congresso Nacional legislar sobre esse assunto, se a Constituição Federal diz que isto é específico da área jurídica, nós sugerimos que isto fosse enviado para o Conselho Nacional de Justiça tomar conhecimento deste assunto e também para o Supremo Tribunal Federal, porque para esta finalidade existe a necessidade de que o Supremo Tribunal Federal, o STF, encaminhe uma sugestão para o Congresso Nacional de Lei Complementar para que esta iniciativa seja assim considerada. Então nós estamos sugerindo, apesar disto não constar aqui do texto, eu não sei, até eu peço permissão para a assessoria, porque o texto que eu mencionei depois, para que fique ... então o voto é o seguinte: evidenciada a existência de vício de inconstitucionalidade formal na proposta de que trata a sugestão nº 11, de 2007, que é uma sugestão que veio da sociedade, não é possível dar tramitação porque a Constituição não permite, mas opinamos pelo encaminhamento da sugestão do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul/MG, opinamos pelo seu encaminhamento ao arquivo com a concomitante remessa de expedientes ao Supremo Tribunal Federal e ao Conselho Nacional de Justiça, dando-lhes ciência do teor do assunto abordado nessa sugestão para as providências que julgarem pertinentes. Inclusive, Sra. Presidente, quando fizemos o primeiro debate sobre esse assunto, levantamos aquela situação da Juíza do Estado do Rio de Janeiro que montou vamos dizer uma mesa em frente ao Tribunal, porque era Juíza se não me falha a memória da Vara da Infância e da Adolescência, e precisava trabalhar de noite para ver o objeto da investigação deles, de acompanhamento aí das crianças e adolescentes em coisas noturnas, inadequadas para o desenvolvimento dessas crianças e jovens, e ela não tinha nenhuma infra-estrutura no Tribunal. Então o Tribunal tem que ter normas específicas, não somos nós que vamos

dizer como que o Tribunal vai funcionar, mas o Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal devem dar essas orientações para que aquela Juíza, e todos os outros Juizes do Brasil que tenham essa dificuldade, possam ter o subsídio, o respaldo, a infra-estrutura para exercerem bem o seu trabalho. Lamento só informar que naquele caso específico, pelo menos pelo que os meios de comunicação informam, abriu-se processo contra a Juíza, eu não sei por quais razões, mas eu acho que conviria inclusive a esta Comissão de Direitos Humanos acompanhar o processo para ver o que está acontecendo --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Mostrar a nossa solidariedade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): -- Do que ela está sendo acusada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): De trabalhar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é, ela está sendo acusada de trabalhar, de montar uma mesa, de querer acompanhar a criança e do adolescente, de dizer: "olha, eu sou Juíza, eu sou dessa área, é de noite, eu preciso ir lá". Mas esse então é o parecer com relação à proposição, como eu mencionei, do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul/MG.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada ao Senador Flávio Arns. Em discussão essa matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório do Senador Flávio Arns, que vota pelo arquivamento da sugestão, mas remessa de expedientes ao Supremo Tribunal Federal e ao Conselho Nacional de Justiça dando-lhes ciência do teor do assunto abordado.

Infelizmente o terceiro item da pauta, o Relator ainda não se encontra, e como nós temos claramente um quorum muito baixo Senador Flávio Arns, Senador César Borges que acabou de chegar e melhorou o nosso quorum, a Bahia chegou 100%, mas infelizmente o item 3, tanto o Relator não está presente, como o próximo item da pauta, inclusive o projeto da minha autoria que "dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos Direitos Humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes", mas ele é um Projeto de Lei terminativo. Portanto, nós não temos quorum suficiente. Eu, portanto, sugiro a esta Comissão que nós possamos encerrar a sessão e votar esses outros itens, o terceiro e o quarto item, na próxima sessão, que provavelmente nós temos um quorum maior. Não havendo mais quem queira discutir eu encerro essa sessão, agradecendo a presença de todos. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 09h58.

Ata da 40ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 27 de Setembro de 2007, Quinta-feira, às Nove Horas, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos **Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Cícero Lucena, José Nery, Serys Slhessarenko e Eduardo Suplicy**. Justificou ausência o **Senador Sérgio** Zambiasi. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. Deixa de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº. 55, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, com a finalidade de debater o tema “Anistiados Trabalhistas”. Comparecem os seguintes convidados: Mário Barbosa – Assessor Especial do MTE; Marcelo Lavagnere Machado – Representante jurídico dos anistiados; Ulisses Borges – Representante jurídico dos anistiados; Carlos Alberto Fernandes de Alencar – Representante do Sindsep/DF; João Luiz Batista – Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT/DF; Cláudio Santana – Secretário Sindical do PT/DF; Edivaldo Pereira dos Santos – CONAB; Luiz Gonzaga Freire Carneiro – CURD; Roberto Faria de Mattos – ABIN; Paulo César dos Santos – Anistiado – Representado por Wilza Maria Ferreira de Sá; Jorge Muniz – BNCC; Ricardo José S. N. Silva – CAEEB – Representado por Augusto César; e José Augusto – Prólogo. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicitação da dispensa da leitura da ata da reunião anterior, em ato contínuo, a coloca em votação e a aprova. Em suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública exprime-se favoravelmente a todas as reivindicações das entidades sindicais presentes. Em seguida, passa a palavra aos convidados para procederem às suas explanações sobre o tema proposto. Encerradas as explanações dos debatedores, fazem uso da palavra os Senadores Inácio Arruda e Geraldo Mesquita Júnior e a Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, o Presidente concede, por dois minutos, a palavra aos trabalhadores membros de entidades sindicais que acompanharam as exposições, a saber: Eremi Melo – CNM/CUT; Alcindo – Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina – RS; José Eustáquio Barão – Sindicato dos Metalúrgicos de

Contagem/MG; Antônio Carlos Spis – CUT Nacional; Jacy Afonso de Melo – Sindicato dos Bancários do DF; Juvândia Moreira Leite – Sindicato dos Bancários de SP; Vagner Freitas – CONTRAF/CUT; Darcy Beck Filho – CUT Nacional e Marcelo Toledo – CNM/CUT. Antes de encerrar a sessão, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Artur Henrique da Silva Ramos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional, para suas considerações finais. Encerradas as falas dos senhores convidados, o Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a integral do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhores e senhoras, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a colocação em votação. Senador Geraldo Mesquita Júnior faz sinal com a cabeça que aprovada. Grande Senador. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item Único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento da CDH nº. 55/2007, aprovado em 03/09/2007 de autoria do Senador Paulo Paim e Mesquita Júnior e outros com vistas a tratar das questões atinentes aos anistiados demitidos durante o Governo Collor.

Convidados, tem uma série de convidados, e nós vamos chamar já a primeira Mesa. Vamos tentar dividir aqui a Mesa em dois... Dá para dividir até em três momentos. Cada companheiro que vai fazer uso da palavra terá o direito de 10 minutos com a tolerância da Mesa de cinco minutos. É a nossa intenção, em primeiro lugar, fazer dessa Audiência Pública uma Audiência Pública produtiva, e que a gente possa no fim dessa Audiência Pública ter alguns encaminhamentos para buscar aquilo que é o sonho de todos vocês, eu diria o direito de todos vocês que é garantir efetivamente a anistia, ou seja, o direito ao trabalho. Eu quero dizer de... E vou falar de forma muito carinhosa e respeitosa a cada um de vocês que chegaram a levantar pra mim que eu deveria suspender essa Audiência Pública porque aqui poderia dar algum tipo de confusão. Eu disse que comigo na Presidência não dá confusão nenhuma, até porque eu tenho plena confiança em vocês. [pal-

mas]. Nós estamos aqui abrindo espaço para vocês, a maioria de vocês que estão aqui eu conheço a história, muitos sentaram comigo e conversaram com a minha Assessoria e insistiram que essa Audiência Pública efetivamente saísse. Houve um desentendimento no início sobre os encaminhamentos entre Câmara e Senado, eu apenas respondi o seguinte, Senador Mesquita: Eu quero ajudar. Se não é para ajudar eu fico fora. Eu tenho que entrar para ajudá-los. Então não tem porque nós estarmos aqui reunidos com vocês. Eu fiz um apelo para que as Assessorias da Câmara e do Senado conversassem, conversassem com as lideranças do movimento, chegassem a um entendimento e o que me foi informado é que chegaram a um acordo inclusive com os Deputados e lideranças, para que a reunião fosse mantida no dia de hoje e eu naturalmente fiz a minha parte. Eu sou aqui instrumento dos movimentos sociais.

Então, se os movimentos sociais entenderam que essa audiência tinha que ser mantida, nós mantivemos. Então de nossa parte não houve vacilação em nenhum momento. Foi apenas buscar um entendimento entre o movimento que vem eu dirá já desde a época que eu presidia a Comissão do Trabalho e Serviço Públicos da Câmara dos Deputados. E que naquela época nós numa longa discussão eu me lembro o saudoso e inesquecível Amauri Müller, já falecido, o Paulo Rocha, enfim, e tantos outros que trabalharam na concepção dessa lei que infelizmente até hoje não foi implementada como vocês esperavam e nós também esperávamos.

Então é mais do que justo essa mobilização, é mais do que justo o movimento de vocês e nós estamos aqui para fazer essa Audiência Pública e fazer que o resultado dela chegue efetivamente no Governo. Eu tenho dito também o seguinte, quando a gente faz uma Audiência Pública como essa, enfim, acho que não é só nessa audiência, tem pautado a minha vida sempre dizendo, eu não estou agindo contra ninguém, estou agindo a favor da causa. Nós aqui estamos agindo a favor da causa de vocês e não contra ninguém, e sim a favor porque entendemos que é mais do que correto esse movimento que vocês estão fazendo. Por isso ninguém precisa ficar armado que nós estamos contra ciclano, beltrano. Aqui ninguém está contra ninguém. Nós estamos a favor dos companheiros anistiados. Estou certo ou estou errado? Estamos a favor da causa. [palmas] Então ninguém pense que isso... Alguns ficam com medo como se isso fosse, Senador Mesquita Júnior, fosse um ato de hostilizar esse ou aquele setor ou aquele Ministério. Não é isso, não. Claro que é legítimo que o movimento cobre o cumprimento da lei. Senão não tinha porque fazer Audiência Pública. Isso

não significa ser contra a alguém, mas sim a favor de que se consiga efetivamente fazer com que os companheiros, que eu sei que muitos já relataram para nós, estão com problema até de alimentação, de ônibus, de colégio, de aluguel, de prestações atrasadas. Porque nós que somos trabalhadores e aqui todos nós somos trabalhadores que não tem nenhuma diferença entre o público e o privado, nesse caso não tem diferença, todos somos trabalhadores, nós sabemos o que é o desemprego, o que é você ficar sem salário. Ficam aí batendo de porta em porta e numa expectativa de uma lei que me garanta o retorno ao trabalho. Então acho que é justo que a gente faça aqui uma Audiência Pública de alto nível e que tenhamos conclusão de encaminhamento no final com o objetivo de assegurar que daqui para frente nós avançaremos, sempre de acordo, espero eu, espero não, tenho certeza, com os Deputados que estão fazendo também a sua parte nessa longa caminhada.

Eu diria que essa é uma Sessão Conjunta, de Deputados e Senadores preocupados com a situação dos senhores. Pelo menos alguns Deputados confirmaram, eu espero ainda a presença deles aqui, estamos apenas iniciando a reunião. Nós sempre iniciamos, o nosso Senador Geraldo Mesquita Júnior é nosso fiel escudeiro das causas populares aqui, sempre iniciamos às nove horas. Antes de passar para o Senador Mesquita Júnior, que já é o primeiro inscrito, eu quero dizer que nós temos um telão na sala 13, aqui ao lado, e outro na sala 2. É tudo nesse corredor. Porque nós sabemos que existem mais de 400 companheiros que estão aqui e a sala não suporta mais do que 100, 150. E nesse telão as pessoas estão assistindo ao vivo tudo que estão acontecendo aqui.

Então antes mesmo de formar a primeira Mesa eu passo a palavra para o Senador Mesquita Júnior, que já está inscrito.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Prezado amigo Senador Paulo Paim, Senador Lucena...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mesquita, me permita, eu queria convidar o Vice-Presidente da Comissão, Senador Lucena para ficar na Mesa com a gente aqui.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Acho justo. [risos] Justíssimo. Eu quero saudar as amigas e os amigos aqui presentes, e quero rapidamente Senador Paim, dizer que compareci mais uma vez aqui pontualmente à sua convocação, à sua liderança, o propósito da minha fala é curtíssima, é apenas para dizer da minha... Do meu engajamento absoluto e me colocar à sua inteira disposição. V.Ex^a tem a minha total solidariedade, as pessoas que estão

aqui sofridas, tem a nossa solidariedade, Paim. Paim, eu estava aqui, enquanto você falava eu estava refletindo acerca desse embate cruel no nosso País. Vamos situar o nosso País. Entre as forças que representam o capital. E eu não diria o trabalho, não. Eu diria os trabalhadores. É o embate que talvez a gente não conte nos dedos momentos em que os trabalhadores tiveram vitórias. Veja V.Ex^a que nesse embate... A inflação, Paim, esse período, e eles são vítimas de um período em que vivemos a questão econômica de forma muito aguda, muito intensa, eles antes de serem anistiados eles foram descartados. É bom que se diga. Antes de serem anistiados eles foram descartados. Assim como o capital descarta os zeros da nossa moeda no caso do combate e controle à inflação.

Então, os trabalhadores que hoje estão aqui na condição de anistiados, eles antes foram descartados. O capital faz seguinte, quando quer resolver a questão econômica, descarta zeros. Eles aqui foram colocados na condição de zeros. Porque foram antes descartados. Descarta-se os zeros da moeda, descarta-se os trabalhadores para do ponto de vista do capital, tentar se resolver uma questão que os incomoda.

Então eu quero... E quero concluir, Senador Paim, inclusive pedindo a sua permissão para daqui a pouco poder me retirar. Tenho um compromisso ligado à questão da nossa representação, do Parlamento Mercosul, na qual não posso me safar. Mas tão logo possa concluir o que iremos tratar lá voltarei aqui para acompanhar essa audiência que é de fundamental importância para o Senado e para os trabalhadores, e concluir dizendo a V.Ex^a, às amigas e os amigos aqui presentes, que é justíssima a luta reivindicação de todos porque veja V.Ex^a no nosso País até a questão dos anistiados sofre discriminação. Tem anistiados e anistiados. Tem anistiados às vezes até por motivos banais que hoje recebem gordas pensões do Estado. Gordas pensões do Estado. Às vezes por motivos banais. Recebem gordas pensões do Estado. E há anistiados, que como diz V.Ex^a, depois de serem descartados de empresas, de vínculos empregatícios, hoje penam, a maioria fora do mercado de trabalho, penam para dar solução aos problemas que afligem a todos.

Portanto é uma luta justa, V.Ex^a mais uma vez com a extrema sensibilidade que lhe é comum, abre o Senado Federal para receber as pessoas para que elas venham aqui e não só os palestrantes, para que elas venham aqui declinar da sua angústia, da sua aflição, em busca de solução para um problema que se arrasta e nos dá a impressão até que o Governo Brasileiro de fato não quer resolver. Parece até que uma vez descartados sempre descartados. É um absurdo que isso esteja acontecido até hoje e na em

égide de um Governo que deveria pegar um assunto como esse com absoluto carinho e dar-lhe uma solução definitiva. Em outros não, em outros... creio até que a falta do compromisso fazia com que as coisas fossem se arrastando mesmo. Mas nesse Governo agora, particularmente nesse Governo eu creio que era um dever, um dever, pegar um assunto como esse, com toda franqueza e com toda sinceridade e dar uma solução definitiva.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu, cumprimentando também o Senador Suplicy, de imediato vamos montar a Mesa aqui. Eu convido o Sr. Marcelo Lavanere Machado, representante jurídico dos anistiados. Estou chamando aqui, estando presente vem direto para Mesa.

[palmas]

O Sr. Ulisses Borges representante jurídico também dos anistiados, que vai falar da sua posição e da situação como se encontra. [palmas] E convido também o Sr. Mário Barbosa, Assessor Especial do Ministro do Trabalho e Emprego. Eu quero dizer a vocês, pessoal, se me permitirem, que o Ministério do Trabalho foi aquele que de pronto, imediatamente, mandou um representante. Por isso eu queria uma salva de palmas aqui, não vacilou, está aí o Barbosa. Não tem problema. Vamos lá, vamos discutir. Enfim, Barbosa, meus cumprimentos. Eu acho que isso é bonito. Não tem que ter receio de conversar com os trabalhadores. É porque alguns vacilam. Ah, não sei, pois é, talvez... Barbosa, uma salva de palmas de novo para o Barbosa, pessoal. [palmas]

Então, montada essa Mesa eu passo a palavra de imediato, se me permitir pela liberdade histórica do meu grande amigo também Ulisses teu pai, sabe que tenho um carinho muito grande por ele, você vai iniciar a nossa conversa aqui com os trabalhadores e como estamos ao vivo também com certeza para o Brasil todo. Dr. Ulisses Borges, representante jurídico dos anistiados.

SR. ULISSES BORGES: Bom dia a todos, queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento toda a Mesa [interrupção no áudio]... Companheiros anistiados, essa é uma luta antiga e que se Deus quiser vai ter um desfecho positivo para todos.

Primeiro lugar, Sr. Senador Paulo Paim, eu gostaria de destacar que eu acho que é muito importante em nome dos anistiados que aqui represento, a gente mencione que o Governo tem demonstrado uma imensa sensibilidade em relação a essa questão dos anistiados. Quem viveu os oito anos do Governo FHC em relação a esse tema não pode deixar de reconhecer

que tem havido vontade política do Governo e efetivamente graças a essa vontade política vários servidores anistiados da Lei 8.878/94 já retornaram a seus empregos. E outros tantos precisam retornar.

Então, efetivamente eu não gostaria de estar aqui a fazer uma crítica ao Governo como se o Governo não estivesse fazendo nada. Efetivamente várias são as situações que nós poderíamos pontuar e que fica clara e evidente essa vontade política.

Agora, a estrutura governamental ela é ampla, ela tem toda a sua burocracia, e nem sempre essa vontade política é suficiente para que se chegue ao resultado com a velocidade que a intenção, especialmente manifestada pelo Presidente da República em relação a esse tema seria desejável.

Então, em primeiro lugar a primeira grande crítica que eu gostaria de fazer em relação a essa situação dos anistiados, diz respeito aos prazos de requerimentos. Vejam os senhores e as senhoras que a Lei 8.878 ela estabeleceu um prazo na época de 30 dias a partir da formação da Comissão de Anistia e das Subcomissões setoriais para que as pessoas requeressem. Mas a maioria dos anistiados não tomou conhecimento desse prazo. E está de fora em relação ao benefício dessa anistia.

Vejam que o Superior Tribunal de Justiça ele firmou a jurisprudência no sentido inclusive em questão de anistia, de que as pessoas não podem ser intimadas para prazos por meio do Diário Oficial da União. E no caso, aquelas Comissões que foram criadas, viu Senador Paim, eu me refiro inicialmente à questão dos prazos. A maioria dos anistiados ficou de fora porque não atendeu ao prazo legal para fazer seu requerimento. Mas não atendeu por quê? Porque não tem o dom da adivinhação. O STJ ele reconhece que a parte não pode ser intimada pelo Diário Oficial para apresentar sua defesa, mas ela também não pode ser intimada para apresentar seu requerimento inicial. Como está na própria Lei 8.878.

Então é necessário que especialmente falando aqui para os legisladores presentes que se atente para o fato de que a maioria não requereu. Por quê? Demitidos em 90, 91, todos foram em busca da sobrevivência. Muitos mudaram de localidade, mudaram de endereço, e não ficaram mobilizados. E efetivamente até hoje aparece gente que teria total condição para ser anistiado, mas não requereu na época porque não sabia. E hoje esses requerimentos têm sido desprezados.

A mesma coisa ocorre em relação ao Decreto 515 aí já a CEI que é a comissão criação criada pelo Governo Lula e que tem prestado um relevante serviço em relação a essa matéria. Mas a CEI ela não tem to-

mado conhecimento dos requerimentos fora do prazo. Vejam os senhores e as senhoras que houve um novo Decreto prorrogando o prazo até, se não me engano 30 de novembro de 2004 para que as pessoas requeressem a revisão daquelas decisões proferidas ou pela CERPA ou pela COINTER. E a maioria também não apresentou requerimento e está de fora.

Então, seria de grande importância o restabelecimento desses prazos. Se a gente for olhar a Comissão da anistia que o Dr. Marcelo Lavanere conhece tão bem, já presidiu, ela não tem prazos. A anistia da constituição a qualquer tempo até hoje o Ministério da Justiça recebe requerimentos. Só que os anistiados demitidos do Governo Collor eles estão impossibilitados de fazer esses requerimentos porque esses prazos já passaram. Não requereram porque não são adivinhos.

Então em termos legais seria de grande importância o restabelecimento do prazo. Uma lei que restabelecesse esse prazo. E por Decreto o Presidente da República poderia restabelecer junto à CEI também prazo por requerimento porque a maioria está simplesmente de fora. Viu Senador Paim, a maioria ficou simplesmente de fora.

Bom, não quero me estender muito, mas pontuei alguns aspectos para o debate, para a discussão. Então acho que o primeiro deles é esse. A maioria está de fora. Simplesmente está de fora. E a jurisprudência do STJ não admite intimação para prazos sem que a pessoa receba pessoalmente essa intimação. Muito bem.

Então, seguindo aqui uma pequena ordem dos tópicos que eu separei para mencionar, o segundo ponto que ganha relevo é que tem aparecido elementos complicadores para o retorno que eles são absolutamente injustificáveis. Surgiu uma Instrução Normativa nº. 01 e depois isso aparece no Decreto que orienta o trabalho da CEI que quem saiu no PDV não teria direito ao retorno pela lei da anistia do Governo Collor. Vejam que não houve nenhum PDV antes de 1996. E o prazo da Lei 8.878 é até 28 de setembro de 1992. Portanto, não há como a pessoa ter saído no PDV. E existem alguns casos como, por exemplo, na ELETRONORTE que as pessoas iam para rua mesmo, já estavam demitidas, já estava definido o grupo que seria afastado por imposição daquela política tão desastrosa do Governo Collor e efetivamente essas pessoas ganharam lá um plus, uma remuneração extra como assim um auxílio. Isso não se confunde com PDV que a pessoa manifestou a sua vontade de sair. E hoje a CEI ela está criando obstáculo em relação a isso. Então também seria importante que em termos legais ou por Decreto se esclareça esse aspecto que não há como se afastar o direito à anistia nessa lei porque a Lei 8.878 ela não exclui quem tenha recebido uma outra gratifica-

ção. E efetivamente as pessoas não tiveram escolha. Elas foram afastadas pura e simplesmente. E algumas decisões de diretoria nessas empresas mandaram pagar um plus salarial assim como um auxílio para que a pessoa buscasse a sua reinserção no mercado de trabalho. E hoje a CEI está entendendo que isso era PDV. Efetivamente não é PDV, não teria como ser porque primeiro o PDV é de 1996 e essas pessoas estão sendo impedidas de retornar por conta efetivamente de terem recebido um plus salarial, às vezes menos até de que uma remuneração para o seu retorno. Então esse é um ponto que está exigindo um certo ajuste, um certo conserto.

Bom, o Decreto 6.077 desse ano 2007 que é uma evidência clara da vontade política do Presidente Lula de que os anistiados do Governo Collor retornem efetivamente, ele é muito claro ao estabelecer que o Ministério do Planejamento tem condição de encaminhar os casos em que a CEI reconheceu que essas pessoas devem retornar diretamente para os seus respectivos órgãos, mas já para haver o retorno. E o que é que tem acontecido? Vários órgãos têm tentado interpretar a decisão da própria sei CEI. Nós temos uma situação absurda no Ministério de Ciência e Tecnologia, por exemplo, que o Ministro Sérgio Resende baixou um Decreto dizendo que era para arquivar os processos que nada daquilo valia e que a decisão da CEI estava errada. Como se ele tivesse competência para isso.

Efetivamente o Decreto 6.077 é muito claro ao dizer que cabe ao órgão onde a pessoa está vinculada efetivar o retorno. E não encaminhar para a Consultoria Jurídica, para pareceres, em cima de pareceres, em cima de pareceres. Então a própria CEI ela está sendo desrespeitada. E o próprio Ministério do Planejamento também está sendo desrespeitado nas suas decisões.

E finalmente, com relação aos que já retornaram e que estão na eminência de retornar, aí penso eu por equívoco realmente o Decreto 6.077 fala que o retorno dar-se-á no regime jurídico que a pessoa estava vinculada à época. Isso também é um grave erro. Por quê? Porque essas demissões elas na maioria ocorreram antes de 12 de dezembro de 1990 quando foi editada a lei 8.112 com regime único. Essas pessoas eram do regime trabalhista. Mas caso não tivessem sido afastadas, teriam sido transpostas para o regime estatutário. Então essas pessoas hoje retornarem no regime trabalhista é um erro. Agora, ainda recentemente dia 2 de agosto de 2007, o Supremo Tribunal Federal declarou a [soa a campanha] inconstitucionalidade do caput do art. 37 com a alteração que foi dada pela Emenda Constitucional nº. 19 que passou a permitir a

contratação em regime diverso no próprio regime da CLT. Mas a Emenda além de estar afastada ela efetivamente ela diz que a carreira toda teria que passar para o regime trabalhista. Não permitindo voltarmos à situação anterior quando o legislador constituinte se deparou com 85% dos servidores regidos pela CLT e 15% pela antiga 1.711 e às vezes num único ambiente de trabalho, numa mesma carreira tinham servidores CLT e tinham servidores estatutários. Aí me parece também que é um erro.

Eu encerro minha fala aqui apenas pontuando sem querer fazer uma crítica ao Governo, mas demonstrando que alguns aspectos realmente precisam ser aperfeiçoados para que a própria vontade política do Governo tantas vezes manifestadas se implemente com o retorno de todos os demitidos do Governo Collor e que se possa corrigir esse equívoco histórico cometido naquele momento. Era o que tinha a dizer.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passo de imediato a palavra ao Dr. Marcelo Lavanere Machado também representante jurídico dos anistiados para em seguida ouvirmos o nosso companheiro Mário Barbosa, que aqui representa o Ministério do Trabalho.

SR. MARCELO LAVANERE MACHADO: Eminente Senador Paim, que em boa hora traz essa Audiência Pública, Senador Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena, Dr. Ulisses Borges meu colega, Dr. Mário Barbosa, companheiros e companheiras anistiados da Lei 8.878.

Senador, esse pessoal que está aqui não quer pensão, não. Quer trabalhar. [palmas] Todos estes que estão aqui são cidadãos prestantes em idade de produzir para a Nação e que foram afastados de seus empregos públicos, de seus cargos públicos numa desvairada pseudo-reforma administrativa que só trouxe problemas para o nosso País, [palmas] e que agora estão batendo aqui às portas do Congresso Nacional, da Comissão que V.Ex^a preside porque os ouvidos de parte do Governo são moucos. Tenho com o Dr. Ulisses Borges uma amizade enorme. Mas vou além do que ele disse. Se dependesse de Decreto do Presidente da República todos vocês estariam trabalhando. Mas o Ministério do Planejamento, Senador Paim, não tem a menor sensibilidade a respeito dessa matéria. É lá que está o nosso problema. [palmas] Incrustada nas estruturas do Ministério do Planejamento estão vozes antigas, coisas velhas do tempo do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso que brigou com o Presidente Itamar Franco porque como Ministro da Fazenda não queria a Lei 8.878. E o Presidente Itamar Franco conseguiu a remos e a vara aprovar essa lei

e as velhas raposas do tempo do Ministro Fernando Henrique Cardoso que não queria que os trabalhadores brasileiros trabalhassem, que os cidadãos brasileiros tivessem o exercício de seus cargos.

Então, o que aconteceu? Essas estruturas velhas contaminam as estruturas novas que estão lá. Ministro Paulo Bernardo e outros que são incapazes, Senador, de dar cumprimento às ordens de seus chefes. Os Decretos do Presidente da República são esquecidos como é se fosse letra morta. O Decreto 5.115, o Decreto 6.077 que já era para estar cumprido. [palmas] Penso, Senador Paim, que esta Sessão aqui... Vou dizer mais, Senador Paim. Serve, esta Sessão aqui hoje serve sim. Mas cadê o Advogado-Geral da União? Não sei se virá mais tarde? Cadê o Ministro do Planejamento, ou o seu representante, o Secretários de Recursos Humanos ou alguém do Planejamento? Dr^a. Edir, quem quer que seja. Dr^a. Edir nós até temos simpatia por ela, só que ela não manda. Decide a anistia e não se dá seqüência.

Para V.Ex^a ter conhecimento, Senador Paim, o Ministério do Planejamento e os Ministérios não cumprem sequer Ordem Judicial transitado em julgado. Há acórdãos do Superior Tribunal de Justiça determinando a reintegração de servidores anistiados pela Lei 8.878 e que não são cumpridos. Por incrível que pareça, há 20 dias, 30 dias, o Ministério de Minas e Energia, o Ministro baixou uma Portaria reintegrando 43 servidores da CAEEB, estou vendo aqui alguns da CAEEB, alguns do BNCC, alguns da CONAB, pois bem. Reintegrando. E fica por isso mesmo. Eles têm uma Portaria, “estão reintegrados de forma precária – é verdade esse abuso que colocaram da Portaria – estão reintegrados...” e não chamam para trabalhar. Decisão transitado em julgado do STJ, ou uma Portaria do Ministério de Minas e Energia e o planejamento absolutamente alheio a essa circunstância. Temos insistido junto à Casela, junto à... Finalmente, todas as estruturas do Ministério do Planejamento e eles não estão tomando conhecimento dessas mulheres e desses homens que querem somente trabalhar e produzir para nosso País.

De modo que sem a presença do Governo aqui, na base recalcitrante, na base recalcitrante do Governo não é a base política do Senado, no Congresso não, estou me referindo a Ministério do Planejamento, estou me referindo alguns Ministérios que não cumprem as decisões do Presidente da República.

É preciso que chegue a Sr^a. Dilma, é preciso que chegue o Presidente Luis Inácio Lula da Silva essa informação que os seus auxiliares estão descumprindo. Não estou nem dizendo Ordem Judicial. Não estão cumprindo os seus Decretos. De modo que aqui estão pessoas que estão anistiados, eu até entendo, Dr.

Ulisses, que no momento eu me preocupo até mais com aqueles que já foram anistiados e que continuam anistiados como é o pessoal da CONAB que nunca tiveram a sua anistia desfeita, e outros que tiveram a sua anistia desfeitas durante o Governo anterior, que não queria saber de anistiados da Lei 8.078, mas que tiveram a sua anistia restaurada, está aqui o pessoal do BNCC, por exemplo, são setecentos e tanto, oitocentos e tanto, e apesar de ter o quadro jurídico pronto, eu até penso que não precisaríamos de lei ou de novos Decretos. Só precisaria de uma canetada do Ministro do Planejamento “reintegre-se”. [palmas] Mais nada. Mais nada do que isso. Não precisava mais nada do que isso, porque as estruturas políticas estão prontas, havia a lei, o Governo editou dois Decretos, criou as comissões, as comissões restauraram a anistia, tem 700 pessoas do BNCC, tem mil e tantas pessoas da CONAB. É verdade, que algumas pessoas da CONAB já foram até atendidas, mas tem ainda uma quantidade enorme que não foi atendido. De modo que esses três, quatro, cinco, seis mil pessoas que já estão em condições de amanhã estarem trabalhando, essas pessoas não estão trabalhando simplesmente pela burocracia terrível, pela falta de decisão de setores do Governo, pela insensibilidade dessas autoridades que aqui nesse momento eu estou denunciando a V.Ex^a. [palmas]

De modo que a força de V.Ex^a, da Comissão de Direitos Humanos, do Senado da República, com tantos Senadores aqui presentes e a sensibilidade poderia, Senador, poderia num contato com o Ministro Paulo Bernardo que também é dessa Casa, do Congresso Nacional, chegar Ministro que eu sei, não tem só problema de anistiado para resolver. O Ministério do Planejamento tem uma série de problemas graves pra resolver. Mas isso não significa que ele não... Que deixe de lado, deixe num escaninho esquecido e trancado, bolorento e mofado todos os processos que estão prontos, essas pessoas podem trabalhar amanhã. Não precisam de lei. [palmas] Não precisam de lei, não precisam de Decreto. Precisam só de que o Ministério do Planejamento que é quem tem a competência para decidir quem volta a trabalhar e quem não volta, os outros Ministérios, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura, finalmente aqueles outros Ministérios que estão ligados a alguns dos servidores aqui, essas pessoas, esses Ministérios, se o Ministério do Planejamento disser assim: É para reintegrar fulano, beltrano, aqueles que estão com a situação jurídica pronta. Pronta. E eu iria um pouco mais além, se a Advocacia Geral da União tivesse também o mínimo, o mínimo de sensibilidade para não atrapalhar, para não dificultar, para não criar problemas ou não existem. Há um descompasso entre a atuação da

Advocacia Geral da União e o Governo. No tempo que o Governo editou o Decreto 5.115 que dizia assim, é para se restaurar a anistia que aqueles que tiveram a sua anistia irregularmente desfeita pela COINTER, me desculpe eu falar um palavrão aqui, pela COINTER ou pela CERPA, são duas palavras que para nós é um palavrão, pois bem foram duas comissões engendradas para que fosse desfeita a anistia dessas pessoas que estão aqui, então o STJ vem e diz assim: Olha, está anistiado sim o ato de que anulou a anistia está errado por isso, por isso e por isso. Aí vem a Advocacia Geral da União e entra com ação rescisória no mesmo dia que sai o Decreto anistia para desfazer a decisão do STJ. Quer dizer, parece que é um diálogo de surdos entre a Advocacia Geral da União e o Governo. A cúpula do Governo, Presidência da República e o diálogo de surdos entre a Presidência da República e o Ministério do Planejamento.

De modo que V.Ex^a com prestígio da sua biografia e outros Senadores aqui presentes [soa a campanha] tenham sim a possibilidade de fazer um favor a centenas, milhares de famílias que estão esperando para trabalhar. Não querem uma pensão aqui. Quem tem direito a pensão, e daqui a pouco vou ter direito também, já sou até aposentado, não estou criticando quem é aposentado ou quem tem pensão, não. Mas essas pessoas aqui querem trabalhar, querem prestar seus serviços à Pátria e nós estamos certos, Senador, de que essa reunião, a atuação de V.Ex^a será extremamente eficiente e eficaz para resolver uma coisa que pra gente é enorme. A inconsistência, a insensibilidade e a burocracia do Governo. Mas que para o senhor, para V.Ex^a é muito fácil porque faz parte do partido que apóia o Governo e outras pessoas aqui também que tem prestígio junto ao Governo e poderão dizer: Vamos resolver esse problema porque é fácil de resolver e pode estar resolvido amanhã. Agradeço a V.Ex^a e aos companheiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Quero registrar com satisfação a presença já conosco também do Deputado Federal Celso Maldaner. Palmas para o nosso Deputado também que está aqui. [palmas] Tenho certeza representando a Câmara dos Deputados.

Eu passo a palavra de imediato ao Mário Barbosa, me permite companheiro Mário Barbosa, da caminhada sindicato ainda, Assessor Especial do Trabalho e Emprego.

SR MÁRIO BARBOSA: Muito obrigado cumprimentar o Presidente Paulo Paim, os colegas, Ulisses, representante dos anistiados também o colega Marce-

lo, Senador Cícero, os companheiros e companheiras, Senador Suplicy, Parlamentares.

Dizer da minha satisfação de estar aqui nessa audiência para tratar, para acompanhar um tema de tal importância como já ficou demonstrado pelas palavras dos oradores que me antecederam destacando aquilo que já foi dito efetivamente o compromisso que o Governo Lula tem demonstrado desde o primeiro momento com a afirmação dos direitos trabalhistas, dos direitos sindicais, fundamentais dos trabalhadores, em consonância com os princípios da Organização Internacional do Trabalho e com base na nossa própria realidade, nossa própria experiência.

Particularmente eu tive a oportunidade de ser dirigente militante, dirigente sindical no Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo, o Paim foi companheiro da mesma época, o Senador Suplicy esteve conosco em várias oportunidades, nós tivemos a oportunidade também de passar por episódios também de demissão de trabalhadores, de dirigentes inclusive. Portanto, pessoalmente tenho uma sensibilidade e uma compreensão em relação ao tema. Mas eu trago aqui especialmente uma mensagem do nosso Ministro Carlos Lupi, para dizer que o Ministério do Trabalho é e continua sendo um parceiro de primeira linha na frente dessa batalha, no sentido de buscar restabelecer a justiça em relação aos anistiados.

Ainda essa semana o Ministro determinou que a sua equipe levante a situação dessa questão dos anistiados, conhecer as leis, os passos que foram dados até agora e a mensagem é clara no sentido de que o Ministério do Trabalho tudo fará para garantir que efetivamente a justiça seja restabelecida no caso dos anistiados e que possamos, portanto, equacionar esse problema como já foi referido aqui, de modo a fazer com que a vontade política do Presidente Lula, a vontade política do Ministro do Trabalho e demais autoridades possa efetivamente se traduzir em ações concretas no sentido de equacionar esse problema que aflige milhares de pessoas que se encontram nessa situação.

O Ministro determinou também que a nossa Consultoria Jurídica também já examine os processos que estão hoje para a Comissão, inclusive, avaliar. Nós temos várias situações, situações inclusive de representantes sindicais e, portanto, não estaria aqui hoje de entrar no mérito, mas principalmente dizer da solidariedade e da disposição do Ministério do Trabalho de estar junto nessa luta, Senador Paim, estaremos acompanhando os passos dessa Comissão e no âmbito das atribuições do Ministério do Trabalho estejam certos de que tudo faremos para o êxito dessa missão e dessa caminhada que faremos juntos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria, para continuar como havíamos combinado, pedir aos nossos convidados que retornassem ao Plenário se poderia até sentar aqui na primeira fila e convidaria nesse momento para que viessem fazer uso da palavra, na ordem aqui de inscrição os seguintes convidados. Carlos Alberto Fernandes de Alencar, representante do SINDSEP/DF. [palmas] Pessoal, eu... queria o representante do Ministério do Trabalho, companheiro Barbosa, ele vai ter que se retirar, mas eu queria de pronto agradecer a presença dele aqui e dizer que a gente entendeu a mensagem, que o Ministro Lupi vai ser parceiro nessa discussão. Quem sabe nos encaminhamentos, Barbosa, claro, eu vou ter a liberdade de propor alguns encaminhamentos. A gente de repente possa fazer uma reunião inclusive com os Ministérios envolvidos, e talvez na própria sala do Ministro Lupi. O Ministro Lupi convoca, convida os Ministérios envolvidos para a gente tentar dar um passo a frente [palmas] e por tudo que eu vi aqui seguindo a orientação inclusive do Presidente Lula.

Então a gente agradece o Ministro Lupi, sabemos que ele será parceiro desses próximos dias nessa longa caminhada, que a gente esperam que não seja mais longa. Tá bom meu amigo, um abraço, uma abraço ao Ministro Lupi. [palmas] João Luiz Batista representante da CUT/DF. O Cláudio Santana. Também está aí? O Cláudio Santana não está. Então Edivaldo Pereira dos Santos da CONAB. [palmas]

Eu passo de imediato a palavra ao Sr. Carlos Alberto Fernandes de Alencar, representante do SINDSEP/DF.

SR. CARLOS ALBERTO FERNANDES DE ALENCAR: Bom dia Srs. Parlamentares, Srs. Senadores, Srs. Deputados, bom dia especialmente aos meus companheiros de luta aqui, esses anistiados, bravos companheiros pais e mães de família que estão aqui presentes, [palmas] numa luta aguerrida, uma luta antiga que estamos pleiteando. Eu como um dos diretores do SINDSEP/DF estou aqui nessa luta para colaborar, espero que a gente colabore isso com os Senadores para que o atendimento da nossa reivindicação principal que é o retorno desses companheiros ser atendido.

Eu quero lembrar que a gente, a Lei 8.878 que representa o retorno imediato dos nossos companheiros que estão aqui, a gente sabe aqui que foram 57 milhões de votos ao Presidente Lula. Acho que a grande maioria aqui votou e confiou nesse Governo. E Exm^o. Sr. Paulo Paim, a gente continua acreditando nisso que os votos que tiveram, acho que foi a grande maioria aqui que a gente vai ver atendido essa reivin-

dicação que é o nosso retorno dos nossos anistiados. A gente quer lembrar que essas pessoas que tiveram até na campanha junto trabalhando dia e noite, noite e dia debaixo de sol, acreditando nesse Governo e na reeleição do Presidente Lula, num discurso dele ele colocou que era um dos objetivos nesse segundo mandato dele seria o retorno imediato. Ele teve o compromisso, está gravado em discurso do retorno imediato dos anistiados. Então a gente acredita que os Parlamentares aqui estarão empenhados nessa luta para que seja cumprido isso.

Nós do SINDSEP/DF, foram os próprios anistiados que nos procuraram num momento de desespero que não vê atendido essa volta ao trabalho. Então nós nos reunimos, criamos uma Comissão que tem um representante de cada órgão, todos que estão aqui presentes, CONAB, ABIN, BNCC, CAEEB, se esquecer de algum, BNDES, são vários. Nós temos essa Comissão que está aí representando os anistiados e nessa luta eles colocaram, gente, foi colocado, eles me chamam de Carlão. Nós precisamos fazer alguma coisa. Então eles decidiram em Assembléia, não sei se é de conhecimento dos Srs. Parlamentares que esses trabalhadores estão ali acampados na frente do Ministério do Planejamento deve ter mais de 30 dias. Inclusive nós fizemos até um pólo de aniversário lá comemorando 30 dias de acampamento na frente do Ministério do Planejamento. E até agora não vimos nenhum retorno desses anistiados. Muitas promessas, eu quero aqui até dizer que sou funcionário também do Ministério do Planejamento, espero que meu chefe depois não me demita pelas palavras que estou colocando aqui. [risos] Porque realmente não foi atendido. Então marcamos reuniões, conversas com o Secretário de Recursos Humanos, com o Dr. Duvanier, com a própria CEI. Então a gente coloca alguns questionamentos pra gente começar essa luta. A gente quer saber, por exemplo, como funcionará a CEI a partir da criação do Decreto 6.077 que centraliza todo o retorno dos anistiados inclusive em contato com os próprios órgãos e a gente ficou sabendo que essa nova Comissão, além de centralizar isso, por exemplo, se o órgão de cada companheiro que está aqui não tiver necessidade desses companheiros, existem já pedidos de outros órgãos para redistribuição desses companheiros. A gente quer lembrar que inclusive na AGU foi colocado que tem muitas vagas para companheiros que precisam do trabalho lá e que estão lá.

Então, a AGU que às vezes coloca algum tipo de impedimentos para a volta desses companheiros, necessita desses companheiros. Interessante essa dicotomia.

Outro problema que a gente coloca aqui muito que acontece junto com a gente. Parece que as consultorias jurídicas dos órgãos trabalham contra. É engraçado. O Chefe Maior da Nação que é o Sr. Presidente Lula, deu a ordem, criou a lei e chega na CONJUR e encontra impedimentos. A gente vê que os despachos dos próprios órgãos que os companheiros têm que retornar sempre colocam impedimentos. O companheiro Luiz Borges colocou muito bem que a gente não entende porque não está se cumprindo isso. Quando chega na CONJUR os Advogados que têm lá, não criticando a profissão, mas tem um impedimento legal em todas as consultorias jurídicas dos órgãos que nós temos que votar. A gente não entende porque acontece esse impedimento. Acho que a lei está aí, foi criada, cumpria-se. Isso que tem que se colocar.

Outra coisa que eu queria colocar, que já foi colocado aqui brilhantemente pelo Dr. Luiz Borges que representa o nosso sindicato lá, esses pareceres da AGU também. Acho que está havendo realmente uma falta de comunicação, não sei de que forma, porque os pareceres são demorados são 17 anos que os companheiros anistiados já estão aqui para votar. O criador, quem criou isso, o Ex-Presidente Fernando Collor já está de volta. Os companheiros aqui anistiados ainda estão aqui querendo trabalhar. [palmas] É muito engraçado isso. É interessante. É interessante que quem fez isso já voltou a trabalhar, né?

Então, acho que interessante a gente procurar estabelecer isso. Algumas coisas a gente não entende. Por exemplo, ano passado só citando como exemplo, a CONAB teve uma Portaria 014 de setembro de 2006 já com o cronograma de volta dos anistiados da CONAB. Especificamente da CONAB. Se hoje tivesse sido cumprido essa Portaria não tinha hoje nenhum trabalhador da CONAB sem trabalhar. Porque eles voltavam em fevereiro, março, até o mês de julho estariam todos reintegrados. Eu gostaria que levantasse. Cadê os trabalhadores que foram reintegrados da CONAB? Levante a mão aí quem é da CONAB. Estão tudo aqui. Não foi nenhum reintegrado. Porque simplesmente não se cumpriu a Portaria 14. O organograma foi colocado, voltaria em fevereiro, março, e não foi cumprido. Aqui os servidores só querem que seja cumprido e isso que foi estabelecido em lei. Isso é claro. E eu queria, gente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CARLOS ALBERTO FERNANDES DE ALENCAR: É. O quadro ainda foi alterado para a volta desses servidores e os servidores continuam aqui. O companheiro passou aqui o quantitativo efetivo dessa Portaria aqui que foi a Portaria 14 que eu gostaria

de passar às mãos dos Parlamentares para que isso possa ser observado.

Então, gente, que o nós estamos aqui realmente pedindo, acho que foi uma idéia muito boa essa audiência, capitaneada pelo Senador Paulo Paim, a gente sabe que a gente queria contar algumas histórias, são várias histórias que temos de companheiros, por exemplo, às vezes até aqui em Brasília tem uma situação melhor. Mas tem companheiros aí que inclusive estão chegando de caravanas de Estado de Goiânia, Pará, Rio de Janeiro, tem companheiros aí no nordeste, Senador Paulo Paim, que estão passando fome. Literalmente passando fome. Eu tenho colegas lá do Mato Grosso que eles descreveram a situação de penúria que esses servidores estão passando.

Então, há casos de companheiros que procuraram até o suicídio. Teve no Mato Grosso, se não me engano, que foi-me relatado dois companheiros que nesse desespero de volta ao trabalho, legítima, houve, acho que duas ou três mortes.

Então eu quero sensibilizar esse Governo que a gente ainda acredita nesse Governo, esses trabalhadores que estão aqui em massa nas outras salas, tem companheiros que ainda estão chegando, a caravana de Goiânia ainda não chegou que acreditam nesse Governo. E a gente aqui solicita como cidadão brasileiro, cidadãos que somos, como eleitores desse Governo que seja atendida essas reivindicações que são claras, simples: cumpra-se a lei. A lei que foi determinada pela autoridade máxima do País que é o Presidente da República. Então é só isso que a gente quer. A gente sabe que tem um empenho, a gente vai ter o empenho desses Parlamentares nessa luta.

E eu queria fazer aqui num gesto simbólico o que a gente realmente quer dos Srs. Parlamentares que estão aqui presentes eu queria fazer simbolicamente que vocês, Srs. Parlamentares, vistam a camisa dos anistiados que retornem esses pais de família para o trabalho. O que eles querem é trabalho.

[palmas]

SR. CARLOS ALBERTO FERNANDES DE ALENCAR: Obrigado, pessoal. Só isso, Senador Paulo Paim.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Presidente, pela ordem. Eu sei que deve ter inscrito aí, Presidente, mas se V.Ex^a permitir pela ordem que eu tenho que ir na Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós temos aqui ainda mais dois...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Só queria dar uma idéia a V.Ex^a que tem liderado todos os movimentos, os menos favorecidos e principalmente esses que estão sendo relegados a um segundo plano com

direitos adquiridos e não correspondidos pelo Governo, que V.Ex^a prepare... [palmas] Que V.Ex^a como Líder dessa situação, sempre o respeitei por essa dedicação permanente pelos menos favorecidos que prepare um projeto que proíba toda e qualquer criação de cargo enquanto eles não forem absolvidos. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós estamos recebendo todas as sugestões--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Nós anulamos os 600, por que é que não aproveitar os 600? Porque você remover o funcionário de um setor, CONAB, de onde quer que seja para uma Secretaria, o problema é ter o trabalho, é produzir, é receber o seu salário e os seus direitos. Não importa se ele vai voltar para o mesmo lugar ou se ele vai trabalhar num outro setor.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu depois vou explicar, pessoal, essa questão dos projetos que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ela permite que as entidades apresentem diretamente aqui na Comissão projetos. Então se vocês entenderem tem algum projeto que venha a atender de uma forma ou de outra as reivindicações, vocês poderão registrar aqui na Comissão, eu despacho de imediatamente para o Relator e o Relator vai dar seu parecer em cima daquele projeto. Mas vamos pegar todas as sugestões e dar um encaminhamento no final.

Passo a palavra ao Sr. João Luiz Batista, representante da CUT/DF. E dizer também que já está conosco a Senadora Fátima Cleide que é uma lutadora também por essa causa. [palmas] Só para ficar claro a presença, Senador Romeu Tuma, Cícero Lucena, aqui na Mesa, Eduardo Suplicy, Mesquita Júnior, Flávio Arns que já esteve aqui conosco também e também aqui o nosso Deputado Celso Maldaner de Santa Catarina. Meu amigo João Luiz Batista.

SR. JOÃO LUIZ BATISTA: Sr. Presidente, Paulo Paim, nobres Srs. Senadores, o meu colega operador de direito, Dr. Ulisses Borges e o eminente Dr. Marcelo que também externou com coragem, com clareza a real situação com que convivemos hoje. E em Deus que tudo pode espero humildemente e com fé que ele atinja na mente e nos corações das autoridades para que cumpra o projeto, para que faça justiça e retorne o mais rápido possível os companheiros anistiados que vivenciam um verdadeiro calvário. E que minha fala inicial seja em homenagem aos companheiros que tombaram pelos caminhos da luta. Injustiçado pelas cassações de seus empregos, pelo exílio, por dezenas, centenas de mortes em face dessa crucial situação. E não poderia deixar de dizer que estou aqui em nome

da Central Única dos Trabalhadores, a maior central da América Latina que tem a força do aço que não se dobra. E que está empenhada diuturnamente em defesa do retorno dos companheiros anistiados. E que vamos cobrar, exigir do Governo Lula que realmente retorne esses contingentes de companheiros que estão realmente passando por essa situação de agrura.

Eu quero dizer que a situação realmente não é fácil. É dolorosa. É uma verdadeira via-crúcis, e que se nós tivéssemos na Europa, na América do Norte, o descumprimento da legalidade do Decreto, sobretudo, o Ministro do Planejamento e os seus Assessores certamente já tinham sido demitidos e trocados pelos outros que cumprissem com a legalidade. [palmas] Mas lamentavelmente nós estamos no Brasil, o que é lamentável. Que as leis não são cumpridas! Mas eu espero que realmente as autoridades se sensibilizem e passem a cumprir a lei. Porque na Europa, na América do Norte é o império da legalidade. Apesar dos pesares.

Portanto, companheiros, nós esperamos realmente que os nobres Senadores, os Deputados aqui presente, tomem essa situação como verdadeira cruzada em prol do retorno dos companheiros que já não agüentam mais ao longo de quase duas décadas essa situação realmente infâmia, e que inclusive o companheiro bem colocou muitos suicídios, e para não me alongar-me muito, nós continuamos nessa luta até o nosso retorno em frente ao Bloco K do Planejamento. [palmas]

E eu quero dizer e relembrar do calvário de Tira-dentes. Quando estava eminente ele se dirigia realmente à força, e ele com a coragem que lhe era peculiar disse e se dirigiu à Nação com os seguintes pensamentos: Podem acorrentar meus pés, tapar a minha boca, amarrar os meus braços, mas o meu coração vai gritar por liberdade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. Edivaldo Pereira dos Santos, CONAB.

[palmas]

SR. EDIVALDO PEREIRA DOS SANTOS: Companheiros, companheiras, Exm^o. Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, a qual nós queremos agradecer muito a oportunidade, demais autoridades, Srs. Parlamentares.

Antes de começar minha falação aqui, colocar aqui na Mesa pra mim tomar um cafezinho. Mas em solidariedade a muitos companheiros que chegaram de viagem agora, que sequer sabem o que é um café da manhã hoje, eu não beberei. Em solidariedade a vocês, companheiros, que eu tenho certeza que muitas

vezes deixou a casa de vocês que não tem nenhum pão para os seus filhos comer. Eu não beberei esse café. Não beberei. [palmas]

Eu quero dizer a todos companheiros e companheiras que vieram dos Estados, obrigado pela presença de vocês aqui junto nessa Audiência Pública.

Eu fui contemplado com várias falas aqui, mas eu gostaria de relembrar, viu Dr. Marcelo. Que no Governo Lula nós queremos sim como o Dr. Borges colocou também, agradecer porque nós tivemos um avanço significativo. Porém, nós gostaríamos que o Governo cumprisse essa lei na sua totalidade, e que lamentavelmente nesses últimos anos o que se tem feito para que realmente a gente não consiga voltar a nossos postos de trabalho é brincadeira o que se faz dentro do Ministério do Planejamento. É covardia o que se faz dentro do Ministério do Planejamento.

Então, eu gostaria de fazer um apelo a esta Comissão de Direitos Humanos, que abrace de fato essa questão. Porque nós sentamos, no nosso caso especificamente, Senador, e está aí nas mãos do senhor como já tem visto, nós sentamos com esse Governo, com a empresa e fizemos esse acordo e publicaram isso no Diário Oficial. O Presidente da CONAB à época, após o acordo que fizemos com eles, eles fizeram esse acordo conosco na Mesa. Ele sai daqui, vai no Mato Grosso, vai na Bahia, mas especificamente no Mato Grosso que estão precisando demais dos nossos trabalhadores lá na CONAB, ele sai daqui num gesto de irresponsabilidade, manda chamar os trabalhadores para fazer exame admissional, para poder trazer a carteira de trabalho, muitos estavam trabalhando no serviço de bico, trabalhando em outros tipos de serviço pediram conta para voltar para a CONAB e não voltaram. E não voltaram. Hoje estão todos desempregados, todos passando as piores situações que os senhores podem imaginar.

Então é um absurdo que tem feito conosco. A cada momento diz que vai editar um Decreto, vai editar uma Portaria, agora o parecer da AGU, enfim, hoje nós tomamos uma decisão, não só a CONAB, mas diversos órgãos, nós temos representantes dos mais diversos órgãos, estamos acampados há 38 dias no Ministério do Planejamento. E como bem colocou aqui o companheiro Cocada, estamos acampados e vamos continuar acampados. Porque ou o Ministério do Planejamento nos respeite ou vamos permanecer lá até que a coisa realmente a coisa comece a acontecer. Nós não vamos arredar o pé. [palmas] Porque tudo quanto que é documento que pudéssemos ter produzido ao longo dessa luta nossa que não é fácil nós já produzimos. Há uma vontade política sim do Presidente da República de resolver essa questão. O problema é lá embaixo, o

problema é o pessoal que vive fazendo com que nós não consigamos devolver às nossas famílias a dignidade. Porque aqui não sofre só, Senador Paulo Paim, eu. Mas sofre a minha mãe, a minha esposa que está aqui comigo e meu filho. Sofre toda a família e a família de todos esses anistiados. Então não é só 20, 30 mil anistiados, são muito mais de 150 mil nesse País afora que sofre a falta do emprego e sendo que nós temos o nosso direito, o nosso espaço para poder devolver às nossas famílias a dignidade.

E então faço esse apelo e digo mais aos senhores, nós, a nossa exposição hoje é de sairmos daqui e gostaríamos de ter audiência sim com o Presidente da República. Porque nós queremos levar a ele, ao Presidente Lula, ao qual todos nós aqui, eu tenho certeza absoluta, vestiu a camisa, trabalhou, lutou, lutou para que ele fosse eleito e reeleito para que ele saiba das nossas bocas aquilo que estão fazendo conosco. E eu gostaria mesmo de agradecer a bancada do Partido dos Trabalhadores, porque se essa bancada hoje é uma bancada expressiva nessa Casa também foi com nossos votos, foi com o nosso suor, sem cobrar um centavo que nós elegemos os senhores aqui para esse mandato. [palmas]

Então nós fazemos esse apelo, pedimos imensamente, Senador Paulo Paim e demais autoridades Srs. Parlamentares, que nos ajude. Nós não agüentamos mais esse sofrimento, nós não agüentamos mais passar e ficar ali sol a sol, chuva a chuva que dentro de breve vai entrar passando fome, passando necessidade, tentando sensibilizar os senhores e as autoridades e essa sociedade das injustiças e da desumanidade que estão cometendo conosco. É lamentável. Agora, e eu digo mais aos senhores. Eu espero que a partir dessa reunião de hoje quando nós já tivermos tantas outras na Câmara e queremos também de público agradecer a todos os Deputados que está envolvido conosco nesse processo a Comissão de Direitos Humanos também da Câmara dos Deputados que também está envolvido conosco esses Deputados, mas nós já tivemos outras audiências, nós já tivemos outras reuniões, nós denunciemos tudo isso à bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. E até agora, depois que foi editado esse Decreto que já vai fazer seis meses prometeram para nós que assim que editasse o Decreto as empresas que tivessem com condições de serem homologadas, ia ser homologado esse processo, os trabalhadores iam começar a trabalhar. Já faz seis meses e nada acontece. É só mentira que tem dentro daquele Ministério. É brincadeira. [palmas] Então, nós já tivemos aqui nessa Casa e vamos voltar quantas outra vez forem. Porque essa Casa é do povo, e senhor, muito obrigado, porque queriam bar-

rar a nossa entrada aqui. E o senhor liberou. Porque tem que liberar mesmo. Porque se essa é a Casa do povo, o povo tem que estar nela reivindicando seus direitos. [palmas]

Portanto, só as últimas palavras minhas, é o seguinte. Nós já tivemos aqui diversas vezes em diversas Comissões, e lamentavelmente a gente não vê as coisas acontecer na velocidade que a gente gostaria que acontecesse. Então eu volto a afirmar e fazer esse apelo. Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, nos ajude, porque o desespero é grande, a fome é grande e não dá mais para esperar porque diante da fome, muitas coisas podem acontecer e o desespero aumentar e eu não sei aonde nós vamos parar porque todas às vezes as pessoas nos pedem paciência, calma que as coisas está se resolvendo. Mas paciência tem limite e o nosso limite acabou! Acabou, companheiros!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):... Atual Mesa, vou convidar aos outros três, mas vou passar a palavra em seguida ao Senador Eduardo Suplicy. Senador, se V.Ex^a permitir, só vou convidar os três e V.Ex^a será o primeiro a falar antes dessa Mesa. Pode ser, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Senador Suplicy. Então eu convido agora o Luiz Gonzaga Carneiro, CURD, Roberto Faria de Mattos, ABIN e Paulo César dos Santos em nome da base dos anistiados. É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então manda para cá. Poder vir. Como é o nome dela? D^a. Ilze, então, por favor, são os convidados nesse momento, outros três já podem ir sentando e de imediato a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Senador Paulo Paim, Senador Cícero Lucena, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero cumprimentá-lo pela iniciativa junto com diversos Senadores membros da Comissão de proporcionar esta Audiência Pública com aqueles que ainda não tiveram o seu direito de... anistiados desde o Governo Fernando Collor de Mello, e que precisariam ter esse direito assegurado.

Gostaria de transmitir aos presentes, a V.Ex^a, que me incorporarei aos passos que V.Ex^a estiver dando, inclusive junto ao Ministro Paulo Bernardo, à Ministra Dilma Rousseff, ao Presidente Lula, ao Ministro do Trabalho que aqui se fez representar pelo Barbosa mostrando que está sensibilizado com respeito às

reivindicações aqui expostas. Acho que é importante o esclarecimento que aqui está sendo prestado, inclusive pelo Dr. Marcelo Lavanere Machado e também pelo Dr. Ulisses Borges ao expressar que desejam os presentes aqui nesse movimento estarem, sobretudo, trabalhando nos diversos órgãos de onde foram desligados ainda que com a disposição de colaborar para que o setor público brasileiro realize as suas funções da melhor maneira possível.

Sr. Presidente, eu tenho agora que ser o Relator na Comissão de Relações Exteriores, de Diplomatas que serão argüidos nesse instante, então vou precisar me ausentar. Mas me solidarizo aos propósitos dessa audiência e aos passos que vierem a ser dados. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só queria convidar o Sr. Cláudio Santana, que é o Secretário Sindical e aqui vai representar o Partido dos Trabalhadores. Cláudio Santana aí completamos essa Mesa e teremos depois a última Mesa que será pelo Jorge Muniz pelo BNCC, Augusto César pela CAEEB e José Augusto. Antes vamos passar a palavra ao nosso Vice-Presidente, sempre com a gente aqui tocando essas batalhas com a mesma firmeza de sempre.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Quero desejar um bom dia a todos e aproveitando para reconhecer da importância dessa Sessão pela iniciativa do nosso Presidente, Senador Paulo Paim, e dizer que aqui, de uma forma muito objetiva, eu acho que todos já têm a sua consciência do que precisa ser feito.

Ouvindo os que aqui me antecederam, em particular o Sr. Marcelo Lavanere, acho que ele colocou com muita objetividade, embora eu faça ressalva de que nós temos que não politizar a busca da solução do problema dos anistiados. Nós tínhamos que resolver o problema da condição que eles precisam de trabalhar de que ficou isso muito claro. Não querem pensão, não querem apenas o recurso financeiro, querem a oportunidade de retornar ao trabalho para desenvolver a sua capacidade, não só nos órgãos que possam retornar, mas até mesmo ser relocados para outros órgãos que o Governo precisa tanto.

Eu acho que isso que ficou fundamental aqui. Eu gostaria de dizer que ele falou do surdo, do Governo surdo, da conversa de surdo, que não precisa mais de legislação, e que o Presidente tem a vontade de fazer. Isso me pareceu uma história curta, Senador Paim, que contam do folclore político na Paraíba. Diz que tinha um determinado Governador que quando alguém pedia algo a ele, ele fazia um bilhete para o seu Secretário, para o seu auxiliar, e tinha um código com seus auxiliares para no final da assinatura botar

um pingo ou não na assinatura. Se tivesse o pingo era para o Secretário cumprir a determinação. Se faltasse o pingo o Secretário enrolasse a determinação e não cumprisse. E um belo dia alguém fez o pedido ao Governador. E ele fez e não botou o pingo. E ele olhou então essa pessoa e disse: "Está faltando aqui o pingo no "i". Aí botou. Foi atendido.

Então, o que nós precisamos, e acho que aqui foi colocado com muita propriedade, não quero politizar, não sou do PT, da base de sustentação do Governo, sou oposição ao Governo, não quero fazer disso aqui um cavalo de batalha contra o Governo, eu quero fazer a favor dos anistiados. [palmas]

Então eu tenho certeza que essa Casa já que não precisa de legislação, pelo que eu entendi, precisa da nossa pressão política e aí nós devemos fazer, [palmas] e repito, devemos fazer suprapartidariamente, Senador Paulo Paim, eu me coloco à disposição como eu tenho certeza absoluta que outros Senadores da Casa se colocarão assim que forem acionados e que nós tivermos uma estratégia de ação. Porque eu tenho certeza absoluta que aqueles que por ventura vão votar a favor da CPMF se disserem que só votam a favor se vocês retornarem ao trabalho, vocês na próxima semana, sem aumentar o custo do Governo, sem fazer negociata, sem comprar ninguém, eu tenho certeza que vocês estarão no emprego no próximo mês. [palmas]

Por isso eu me coloco à disposição, surgiria ao representante do sindicato Carlos no documento que vai entregar mais tarde ao Presidente dessa Casa ou a qualquer autoridade que faça, que nós só votemos qualquer assunto do Governo em relação à cargo, a gratificação, se eu soubesse disso antes eu não teria votado ontem por aumento de cargos comissionados. [palmas] Então nós temos condições, Senador Paulo Paim, e a bancada do PT que com certeza o Governo Lula escuta, de a gente fazer essa pressão, a pressão do bem, a pressão da justiça, a pressão da conquista daqueles que precisam.

Eu peço desculpa a vocês por não continuar, mas eu tenho certeza que até agora foi muito enriquecedor. E independente de qualquer coisa podem contar com a gente para que esse problema seja solucionado. Muito obrigado.

[palmas]

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitirem, eu vou passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, mas como efetivamente o Senador demonstrou é uma reunião suprapartidária. E nós não vamos partidizar porque não interessa a

ninguém. Se vamos entrar numa de que o PT, o PSDB, o PDT, nós vamos dividir o movimento e dividir inclusive o plenário. Então acho que o Senador foi feliz quando ele mostrou que essa é luta a favor dos demitidos. Não é contra ninguém. Nós só queremos a reintegração e ponto. Já que falou de ponto. [palmas]

Senadora Fátima Cleide, se me permite passar a V.Ex^a, V.Ex^a vai falar agora, eu só queria dizer que é suprapartidária que o Senador Cristovam mandou aqui o seguinte... Pediu que eu lesse aqui, vou ler pelo respeito aos demais Senadores que é a posição do PDT. "Senador Paim, peço que informe total apoio à anistia justa aos servidores que foram demitidos na reforma administrativa, Governo Collor. Lamentavelmente estou presidindo... Lamentavelmente ou infelizmente estou presidindo a Comissão de Educação nesse momento, por isso não posso me ausentar. Mas logo que puder sairei desta reunião e irei aí dar o apoio irrestrito do PDT a esse movimento". Senador Cristovam. [palmas]

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Paulo Paim, senhores anistiados aqui presentes. Senador Paulo Paim, eu só gostaria de em primeiro lugar registrar a minha solidariedade ao movimento dos anistiados. Nós temos acompanhado esta luta através do nosso gabinete e que todo o País assim como no seu gabinete também nós ajudamos aqueles que nos recorrem, mas realmente chega o momento em que não dá para ficar ajudando de um a um. É preciso resolver todos os problemas o mais rápido possível.

E eu queria dizer, Senador Paim, concordo plenamente que essa não é uma luta que deve ser partidizada ou politizada até porque já houve, e aqui nas falas anteriores eu vim no deslocamento de Casa para cá ouvindo alguns depoimentos e já há também por parte das pessoas que deram o seu testemunho aqui, a compreensão de que há sim por parte do Presidente Lula a intenção de resolver esse problema e da parte dele já foi resolvido com a emissão da determinação de que seja feita o retorno de todos aqueles que foram anistiados. A gente acompanha essa luta não é de hoje. Eu sou... A minha origem é sindicalista assim como do Senador Paulo Paim e nós tivemos nas ruas naquele momento da dimensão também. Então essa história nós conhecemos na pele.

E queria dizer, Senador Paim, que também tenho as minhas restrições à forma como agem as diversas consultorias jurídicas, dos diversos Ministérios com relação, não apenas à questão dos anistiados, mas em grande parte quando se trata de benefício para os servidores públicos, quando se trata de reconhecer direitos. Infelizmente nós temos isso e é bom a gente lembrar que boa parte desses consultores são servi-

dores públicos que já estão na Casa há muito tempo e muitos deles infelizmente contaminados por uma orientação neoliberal para quem o serviço público e os servidores públicos não tem que ser valorizados. Então a gente tem que compreender essa situação também para entender por que é que as coisas estão tão amarradas.

Mas eu quero aqui, Presidente Paim, me colocar também à disposição como sempre estive, a bancada do Partido dos Trabalhadores também, para que a gente possa após essa audiência acertarmos um cronograma de ação, uma agenda, montarmos uma Comissão entre Parlamentares e anistiados para irmos ao Ministério do Planejamento tratar desta questão... [palmas] Trataríamos dessa questão porque o que nos interessa é que o direito que está sendo assegurado pelo Presidente Lula seja cumprido imediatamente.

Então, contem comigo, contem com a Senadora Fátima e a bancada do Partido dos Trabalhadores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, se me permitir... Quando houve algum questionamento se essa audiência deveria ou não acontecer, eu conversei com a Senadora Fátima Cleide que disse: "Faça a audiência que eu estarei lá". Então parabéns pela sua firmeza.

[palmas]

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Paim, pelo registro. Mas eu só queria informa que vou precisar me ausentar porque nós estamos numa outra luta também nesta Casa, acirrada, porque há neste momento uma tentativa de retroceder com relação a direitos adquiridos, direitos em que nós ainda estamos tentando resolver com relação ao trabalho escravo e nós temos daqui a pouco uma audiência com o Ministro do Trabalho para fortalecer o Grupo de Trabalho Móvel junto com o Senador José Nery, e nós temos uma Sessão solene agora.

Então em função das nossas agendas aqui na Casa, nós não podemos ficar o tempo inteiro aqui na audiência. Mas saibam que todos nós somos solidários e estaremos junto com o Senador Paim, com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara buscando a resolução imediata para esse problema. Obrigada, Senador Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais uma vez eu quero dizer que estão participando dessa audiência Senador Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Mesquita Júnior, Flávio Arns, Fátima Cleide, e agora aqui o Senador José Nery que é um lutador nosso aqui. Está aqui na Mesa com a gente. E dizendo que eu confir-

mei há poucos minutos, e já falei aí com a coordenação da Comissão, que às 13h40 eu tinha já marcado essa Audiência Pública, só precisava da confirmação, tudo que nós decidirmos aqui nós vamos botar num documento e vamos entregar às 13h40 ao Presidente do Congresso como uma posição dessa Audiência Pública. [palmas] Então a Comissão toda está convidada, o Presidente já confirmou que vai nos receber e eu tenho certeza que é um momento bom para que a gente apresente as reivindicações. E dizer que nesse momento passamos a palavra à nova Mesa.

Passo a palavra ao Cláudio Santana, que já havia chamado anteriormente e que entrou nessa Mesa, Secretário Sindical do PT/DF.

SR. CLÁUDIO SANTANA: [pronunciamento fora do microfone] ...Paulo Paim, Presidente da Comissão, demais companheiros Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, o Senador Casagrande, que eles vão achar que você chegou e não vai voltar. [palmas] Eu só quero dizer pra vocês, o Senador Casagrande também é parceiro em todas essas lutas. Ele só vai numa Comissão e vai voltar aqui para dar seu apoio ao movimento. Ok Senador Casagrande? Vamos esperar o senhor aqui agora. [palmas] Está com a palavra o Cláudio Santana.

SR. CLÁUDIO SANTANA: Bom dia, Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, companheiros anistiados e anistiadas. Companheiros presentes. Eu acho que não conheço a posição hoje, mas duvidaria muito se o ex-Presidente Collor de Mello estivesse aqui hoje se ele votaria ou assinaria leis e Decretos demitindo trabalhadores hoje do serviço público. Não sei onde ele está hoje, mas acho que foi uma insanidade --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele está em licença. Ele é Senador, mas está em licença. Por isso ele não sabe exatamente onde ele se encontra. Ele está licenciado.

SR. CLÁUDIO SANTANA: Então eu acho, companheiros, quero dizer que isso foi uma atitude errada da administração pública naquela época. Por quê? Porque a administração pública estava num processo de crescimento e de recuperação de alguns órgãos públicos importantes para o País. Porque nós somos um País com oito milhões e meio de quilômetros quadrados, 17 mil quilômetros de fronteira, com essas praias, com esse mar todo, e você para ocupar esse País por uma questão de soberania, você precisa de servidor público. Estávamos num período de crescimento de ocupação da mão-de-obra do serviço públicos porque o Brasil e a população precisa de saúde, precisa de infra-estrutura urbana, precisa da Reforma Agrária, e como é que

você vai fazer isso? Com iniciativa privada você não vai fazer Reforma Agrária, você precisa de trabalhadores do INCRA. Não vai fazer infra-estrutura se não tiver o DNOCS, se não tiver o DNOS que foi extinto.

Nós tínhamos aqui também empresas importantes, empresas públicas como a EMBRATER que foi extinta. Tínhamos um órgão de cooperação de criação de cooperativa como o BNCC, com uma longa história do cooperativismo e foi extinto. E além do mais, a covardia que imperou naquele processo, jogavam o servidor um contra outro dizendo quem daquela sala seria o próximo a ser demitido. Botava os servidores, os funcionários para brigar entre si.

Nós chegamos a conhecer o meu sindicato, o SIN-DSEP/DF que fundou a coordenação nacional junto com outras entidades, nós chegamos a ver companheiros que lamentavelmente chegaram ao óbito pelo desespero. Se suicidaram aqui em Brasília. O qual devemos guardar respeito a uma homenagem eterna a esses companheiros. Mas Senador Paulo Paim, demais companheiros aqui presentes, acho que o problema não é só ausência de legislação. Legislação tem várias. Desde a 8.878 a 5.515, e a última, o último Decreto assinado que é o 6.077 de 10 de abril de 2007 manda todos os órgãos públicos que tem servidor anistiado ou em processo de anistia manda que esses órgãos públicos instalem as comissões setoriais, Senador Paim, e eles não obedecem ao Decreto assinado pelo Presidente da República. O Presidente da República uma vez disse em campanha, já para assumir o segundo mandato, ele disse: Esse segundo mandato será marcado pela seguinte linha: Eu só vou assinar algum Decreto, alguma legislação, quando eu tiver certeza que isso será cumprido lá na ponta. Não é possível, vou dizer aqui para os senhores os órgãos que infringem a lei. A ABIN procrastina, enrola, tem dinheiro, e aí começa a fazer serviço público. A Márcia tá me chamando atenção ali, eu sei, vou falar agora. O MCT, Ministério de Ciência e Tecnologia. É lamentável. Chega a ser angustiante ver a situação desses companheiros. Acompanho de perto, quase que dia-a-dia a situação desse pessoal. Eles tentam desconstruir o que já foi decidido lá atrás, inclusive por decisão do STJ. Nós tivemos cinco companheiros aqui que é do meu sindicato que acompanhou o caso de companheiros que tiveram decisão favorável, nós levamos um ano para poder readmitir com decisão, com liminar do STJ. Com a Ministra do STJ Laurita Vaz, dizendo que... a servidora que aqueles quatro companheiros deveriam voltar e o MCT ficou enrolando, fazendo contestando através da sua Secretaria, a Secretaria Jurídica do MCT. Além de desrespeitar aqui o Decreto passava por cima da liminar concedida por um órgão como o STJ.

O BNCC eles alegam que o órgão foi extinto, são quase 500 companheiros, o órgão foi extinto e não tem mais como absorvê-lo. É mentira, porque o Ministério da Agricultura tem uma Secretaria que cuida dessa área, do cooperativismo, os companheiros são mão-de-obra treinada, capacitado, o Estado não vai gastar nada. Tem que vir para dentro. É uma questão de economicidade. Economia. A EMBRAPA, aqui também um outro flagrante desrespeito. As EMBRAPA são 115 companheiros. O erro começou Senador Paim, quando lá em 92 ao constituir a Comissão Setorial, o senhor quer saber quem foi presidir a Comissão Setorial, o Presidente da empresa. Que não podia. O Sr. Murilo Flores foi presidir a Comissão Setorial e não acatou os companheiros. Tiveram que fazer o recurso subiu para a CEI e na CEI ele interferiu de novo para impedir que esses companheiros voltassem. A EMBRAPA hoje diz que não os quer, que não quer esses 125 companheiros. A CAEEB do mesmo jeito. O Presidente da República fala que vai fazer esse projeto de acompanhamento de obras aí na área de Minas e Energia. Nós temos lá 480 companheiros esperando a vez de chegar. Estão todos habilitadíssimos. Esses órgãos aqui que todos eles--.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você pode me ajudar, porque eu recebi um telefonema numa questão de minuto, a DATAMEC como é que está a situação?

SR. CLÁUDIO SANTANA: Está no mesmo processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mesma coisa?

SR. CLÁUDIO SANTANA: Mesmo processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para saber que nós falamos da DATAMEC que está na mesma situação.

SR. CLÁUDIO SANTANA: São poucos companheiros que o Governo poderia ter num apanhado geral nós vamos chegar no máximo 3.000, 3.500 companheiros. Porque a peneira foi tão grande que sobraram 3.500 companheiros, e mesmo assim o que há Senador Paim é um preconceito contra os companheiros anistiados que deveria ter voltado há muito tempo. [palmas] É um preconceito político. Aqui os companheiros estão sendo penalizados, três, quatro, cinco seis vezes. Porque uma decisão da Comissão de anistia montada no Ministério do Planejamento ela está sendo revista hoje. Não aceita. Não acatam. Correios e Telégrafos também. O que é que eles querem? Eles querem que o servidor, que os nossos Advogados vão buscar as barras dos tribunais. O senhor sabe que a justiça nem sempre a gente consegue convencer o Juiz da necessidade. Que aqui a questão é mais que uma

questão política, é questão humanitária, companheiros. Como vários já relataram aqui, passam fome, tem dificuldade, dividem a marmitinha, fica no sindicato, a gente ajuda, a gente faz de tudo. Mas companheiros, a questão é uma questão de você... O Estado Brasileiro precisa desses companheiros. Precisa do retorno deles. Há agora uma recuperação no serviço público de preenchimento de quadros e vagas, é claro que o retorno desses companheiros voltando, nós teríamos uma economia, já disse uma economia para o Estado Brasileiro real. E tem mais, essa mão-de-obra treinada qualificada, nós precisamos para poder ser repassada para novos servidores que estão entrando. Precisamos dessa mão-de-obra.

Então, veja, o Decreto, esse 6.077, o que tem que se fazer daqui, Senador Paim [soa a campainha], o que temos que fazer aqui é além dessa Comissão de Parlamentares, ela tem que ser, sugiro aqui, que essa Comissão de Parlamentares faça um balanço semestral de quantos órgãos públicos estão trazendo e aplicando a legislação e trazendo esses companheiros de volta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Trimestral.

SR. CLÁUDIO SANTANA: Tanto faz. Eu acho que uma Comissão Mista de Câmara e de Senado Federal. Porque historicamente isso aqui no meu partido já é de conhecimento desde o começo. O PCdoB também é desde o começo. Não vou falar o nome dos companheiros para não querer ser injusto. Mas também tenho certeza que essa questão de anistiados ela extrapola a questão ideológica e político-partidária. Extrapola muito. Porque quando se fala do problema do camarada não ter o que comer, não ter o emprego e saber que houve um erro da administração pública e nós comprovamos isso que quando fomos entregar o processo no antigo Ministério de Administração nós fizemos uma "burreata" para mostrar primeiro para o Governo o erro e para mostrar para o Collor de Mello que ele foi um burro em ter colocado pais e mães de familiares para o meio da rua e acabando com o serviço público. [palmas] Nós achamos então, portanto, Senador Paim que não é mais uma lei, nem Decreto que vai--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem um minuto para concluir.

SR. CLÁUDIO SANTANA: Para concluir. Reafirmo aqui a necessidade de que Câmara e Senado constituem uma Comissão de Parlamentares para que a gente junto com a Comissão de anistiados a gente possa estar mostrando os flagrantes desrespeitos à legislação que órgão público como EMBRAPA, Ciência e Tecnologia ABIN, BNCC, CAEEB vêm fazendo todos os dias desrespeitando e não aplicando a legislação

para pelo menos ouvir e saber como é que está a real situação desses servidores anistiados que só vai ser resolvido com a readmissão conforme a legislação toda tem mandato desde 1994. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra, depois do Cláudio Santana que representa o PT aqui no DF eu quero registrar a presença também conosco nesse momento do nosso amigo companheiro Deputado Federal longas jornadas, inclusive redução de jornada que já é emprego. O nosso Senador Inácio Arruda está com a gente já aqui [palmas] E logo após essa Mesa vai fazer uso da palavra. Passo a palavra de imediato à Sr^a. Ilza Maria de Sá. Está com a palavra por 10 minutos mais cinco. Agora.

SRA. ILZA MARIA DE SÁ: Bem, companheiros, eu quero parabenizar pela iniciativa desses companheiros que... pessoal da CONAB, porque eu estou nessa luta desde o início, desde 93 e nós ficamos durante um longo do tempo, praticamente impossibilitados de fazermos alguma coisa. E de repente vem essa... Eu sei que foi com muita luta, muita garra que esses companheiros nos trouxeram até aqui, e conseguiram essa maravilha, porque eu estou encantada com isso, estou emocionada porque nós sofremos muito e a gente tem uma Comissão de Anistiado que está lá revendo todo o trabalho que já foi feito anteriormente e essa Comissão, ela não faz nada. O que é que acontece? Eu não sei o que está acontecendo com a CEI, que a CEI não responde nem a documentos nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero também, se permitir um apartezinha, o Senador Salgado que vai nos acompanhar naquele encontro com o Presidente Renan levando as reivindicações de vocês. [palmas] Eu falei com ele e ele conta comigo lá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem que botar sal na luta. O Salgado chegou já.

SRA. ILZA MARIA DE SÁ: [risos] Chega de sal. Vamos botar um pouquinho de açúcar. Vamos misturar. Ele pode vir, mas deixa o sal para lá.

Então, o que é que acontece? Essa luta a gente já vem sofrendo há 17 anos, e o Senador Paulo Paim sabe disso que ele sempre esteve junto com a gente como os demais, o nobre Deputado, pra gente chegar num momento onde a gente dava tudo que a gente tinha, achando que com esse nosso Governo nós iríamos conseguir resolver rápido. Mas é um rápido no Governo atual. Porque 17 anos é uma vida. Perdemos companheiros que estiveram junto com a gente desde o início, como foi o caso do companheiro João Cândido que veio nessa luta desde o início, faleceu a pão e água

sem ter um médico para atender. Eu sou funcionária da INFRAERO, eu sou anistiada, já voltei a trabalhar, e a discriminação continua, gente. Não só aqui fora, não. Depois que a gente volta a discriminação continua. Salário é o ralé da empresa, nós não temos direito a muita coisa, continuamos sendo discriminados, existem pessoas que... Existem processos dentro da CEI, é Casa da Moeda, INFRAERO, que foram analisados, a CEI separou.

Então, o apelo que eu faço aos Parlamentares é o seguinte, que olhem de imediato a todos os processos que estão dentro da CEI. Porque a partir do momento que definir... Espera aí querida, um minutinho só. Que definir a questão dentro da CEI, vai andar toda essa luta. Nós temos a VALE DO RIO DOCE... [palmas] Obrigada. Nós temos a companhia VALE DO RIO DOCE, me perdoe o companheiro Gonzaga que estou até atropelando, esses companheiros, eles foram enganados porque a VALE DO RIO DOCE na época deu um documento para eles incentivando a receber um salário a mais e prometendo aos companheiros de recolocá-los no mercado de trabalho. A empresa não fez isso. E agora estão os companheiros aí jogados, pessoas até com nível de escolaridade um pouco mais baixa, e eles estão, o pessoal de Itabira, vamos dar esse exemplo que só sabem fazer aquilo. Cuidar de minério. E agora vão fazer o quê? E o Collor de Mello voltou e está aqui numa boa... Porque gente, eu daria minha vida para ele estar aqui agora. Porque eu não ia bater, eu não ia fazer nada. O que eu ia era falar o que estou falando aqui agora porque por mais Parlamentar que seja, por mais dinheiro que tenha, quando você faz uma coisa existe um momento que a hora que encosta a cabeça no travesseiro para poder pensar o que foi que eu fiz, meu Deus? Com milhares de chefes de família. E isso agora continua. Eu voltei a trabalhar vai fazer seis anos porque a Dr^a. Sônia Nogueira ela queria me jogar contra as pessoas e eu saí dali, denunciei tudo que vi e nada foi feito naquela época.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Continua assessorando.

SRA. ILZA MARIA DE SÁ: Continua? Isso era uma coisa que eu não sabia. Mais desgraça ainda para o nosso País. E a doutora... E agora essa Comissão nós temos INFRAERO, Casa da Moeda, porque é bom registrar que os servidores públicos federais se deram, estão no prejuízo. Mas o maior prejuízo que tem são as empresas estatais que não conseguem nada, e quando conseguem é o mínimo.

Por isso meu apelo, para dar uma guinada na CEI porque nós temos setor telefônico, setor elétrico, INFRAERO, Casa da Moeda, SERPRO, MCT... Todos os órgãos estão lá dentro. Parados. A INFRAERO, vou

dar um exemplo, ela mandou um documento para a CEI pedindo às pessoas, os 25 processos que a CEI separou. Gente, eu estou desde setembro do ano passado. Estamos fazendo um ano agora enviando documento, vou entrar com mais um documento que eu já entreguei documento a gato, cachorro, papagaio, Deputado, Ministro, Senador, e resposta nenhuma vem.

Então, a falta de respeito com a gente está muito grande. A discriminação é muito grande. Eu concordo plenamente com o companheiro que sempre esteve junto com a gente quando ele fala na discriminação e realmente é verdade. Nós precisamos dar uma guinada nisso, nós precisamos fazer alguma coisa. Porque senão esse ano vai terminar e nada será feito. Nós precisamos de alguma posição. E eu quero mais uma vez parabenizar ao Senador Paulo Paim e agradecê-lo por mais uma vez estar junto com a gente e tentando resolver essa questão. E parabenizar a todos os companheiros que estão aqui, porque hoje pra gente foi um dia marcante. É o resgate dessa luta. E eu tenho certeza que a partir de hoje nós vamos começar a caminhar para o caminho da vitória. Gente, muito obrigada de coração e parabéns a vocês.

[palmas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dessa Mesa só faltou falar o Luiz Gonzaga. Se o Senador Inácio Arruda concordar, fala o Luiz Gonzaga, passo a V.Ex^a, e depois eu monto a última Mesa. Pode ser?

Então, como sempre compreensível Senador Inácio Arruda, o Senador fala a hora que quiser. É praxe na Casa. Mas fala V.Ex^a primeiro conforme entendimento com o Senador. Então fala o companheiro Luiz Gonzaga Freire Carneiro, CURD. Alguém mandou um aviso só que faltou falar da SIDERBRAS. Estão aí presentes também. Vamos cuidar aí.

[palmas]

SR. LUIZ GONZAGA FREIRE CARNEIRO: Senador Paulo Paim, em nome de quem saúdo todos os Senadores aqui presentes, antes de mais nada agradecer a V.Ex^a que historicamente nos acompanha desde que esse movimento começou, desde que se instalou a plenária que criou a coordenação nacional dos anistiados demitidos do Governo Collor. O então Deputado Paulo Paim, junto com Deputado Paulo Rocha, Deputado Amari Müller. É muito ruim a gente falar em nome que a gente vai esquecer alguém. [palmas] A então Deputada Maria Laura, Jandira Feghali. São nomes que historicamente sempre estiveram conosco. Senador Suplicy que saiu agora há pouco. Então esses nomes marcam o movimento dos anistiados.

Eu gostaria de dizer que falo aqui representam os anistiados demitidos da VALE DO RIO DOCE, parabenizar também os companheiros de Itabira que hoje estão em grande número aqui, viajaram a noite inteira e estão aqui presentes nessa luta, os companheiros da CONAR e do MCT que se somam nessa luta que desde 1994 até hoje não voltaram aos seus postos de trabalho.

O interessante é observar é o seguinte, caros amigos. É que essa lei foi publicada em 11 de maio de 94. Aí vem a sucessão de Decretos que não foram cumpridos até hoje. Essa é a via-crúcis de todos nós. Para dar cumprimento a esse Decreto, a essa Lei 8.878 foi editado o Decreto 1.153 de 11 de julho de 94, que dizia em seu art. 6º § 3: Se o recurso do anistiado foi admitido, o processo será encaminhado imediatamente ao órgão de recursos humanos respectivo que fará adotar as medidas previstas no caput de seu artigo para retorno imediato de seu trabalho. Dizia esse Decreto no Governo Itamar. Em 8 de julho de 94. Mas nós tivemos a infelicidade de ter depois do Itamar Franco, o Presidente Itamar Franco, termos Fernando Henrique Cardoso como Presidente. Esse foi o grande inimigo dos anistiados. Tenho certeza. Ele baixou dois Decretos, o 1.498 e o 1.499 que, com esses Decretos instituiu as comissões de anistia novamente para revisar toda a anistia concedida pelo Decreto 1.153. A pretexto de procurar irregularidade que nunca teve irregularidade naquelas anistias. Foi um trabalho sério. Está aqui o companheiro Neliton que eu e ele fomos os representantes anistiados naquela Comissão no Governo Itamar Franco. Foi um trabalho que nos custou dias e noites de trabalho com todos os anistiados que não estava na Comissão trabalhando estava do lado de fora aguardando o resultado da sua anistia. E até hoje nós não tivemos esse trabalho recompensado. Porque não... Esse número imenso de trabalhadores que estão aqui anistiados não retornaram a seus postos de trabalho.

Ontem cheguei na parte da tarde, sou do Espírito Santo, e fui à Procuradoria Geral da República porque esse Decreto 1.498 e 1.499 foram criados a pedido do Ministério Público através da Portaria 7 de fevereiro de 1995 para apurar suposta irregularidade. Só que para... Senador Paim, Senador Inácio Arruda, Senador Nery e todos os companheiros anistiados, esse inquérito civil público está parado desde 1995 na Procuradoria Geral da República e nada se faz. E por causa disso esse inquérito civil público que iria apurar as irregularidades está parado nas gavetas do Ministério Público. E, no entanto, por essa falta de fundamento se ele não andou é porque nada tem para apurar. Nada existiu de irregular. E nós estamos aqui pagando alto preço

dessa insegurança jurídica, dessa injustiça que estão fazendo conosco. Pois bem.

Agora o grave, Senador Paim, Senadores e companheiros, é que no Governo Lula foi editado o Decreto 5.115, 5.954 que revalida e dá toda a legalidade aos Decretos 1.498 e 99 do Governo Fernando Henrique. Esses Decretos editados no Governo Lula validam todas as decisões daquelas das comissões do Governo Fernando Henrique. Tanto, Senador Paim, está muito claro, Decreto 5.115. Fica instituída... Início do Governo Lula. "Fica instituída a Comissão Especial para a revisão dos atos administrativos ratificados pela Comissão criada pelo Decreto 1.498 e 1.499 de 24 de maio de 95". Então esse Decreto 5.115 ratifica todas as decisões do Decreto do Governo Fernando Henrique. É com isso que nós não podemos concordar. Temos a certeza que como foi dito aqui pelo Advogado Lavanere e por outros também, que o Presidente Lula não está sabendo a real situação do que acontece. Porque é um Governo voltado para as dificuldades das pessoas. E ele não pode compactuar com isso aqui. Que ele deve estar sendo levado por Assessores do governo passado. Esses Decretos e ele não está tendo conhecimento a detalhe, a fundo do que está sendo assinado pelo seu Governo. Porque isso aqui é uma aberração. Veja, esse Decreto 5.115, e 5.954 eles excluem os trabalhadores anistiados das empresas extintas e privatizadas. As extintas e a privatizadas, a lei de fato fala em extintas e privatizadas. Mas as que já estivessem privatizadas em 11 de maio de 94. Mas não as empresas que foram privatizadas depois. Caso do BNCC, caso das privatizações do setor elétrico, do setor telefônico, foram todos depois da lei. Então esses companheiros não podem ser prejudicados. Eles estão excluídos os que foram privatizados e extintos antes da lei. Mas depois da lei, não. Quando a lei entrou em vigência esses companheiros eram de empresas pública. A VALE DO RIO DOCE era uma empresa pública, a CAEEB era uma empresa pública, a ELETRONORTE era uma empresa pública. Então porque excluir esses companheiros? Qual o motivo, qual o fundamento jurídico para isso? Então Dr. Ulisses, Dr. Lavanere, nós estamos diante de uma aberração jurídica com o Decreto eles querem fazer o Decreto maior que a lei. Aonde se viu isso? Aonde se viu esse entendimento? Não é verdade? [palmas]

Então, é com isso, é isso que nos move na luta. E nós não devemos desanimar nunca. Esse acampamento que em boa hora se fez em frente ao Ministério do Planejamento, ele tem que continuar até o último anistiado seja reintegrado ao seu posto de trabalho. [palmas] Estão de parabéns esses companheiros que permanecem na luta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permitam uma pequena homenagem à luta de vocês e às pessoas que faleceram. Que a gente possa dizer aqui, eu vou dizer e vocês vão dizer presente. Ramon.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: Presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Maurício.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: Presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Efigênia.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: Presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Lucas.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: Presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ramiro.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: Presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Genésio.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: Presente.

[palmas]

SR. LUIZ GONZAGA FREIRE CARNEIRO: Pois bem. É triste ver isso. E isso são os companheiros de Itabira. Em Vitória vários da VALE DO RIO DOCE também já morreram. Já não existem mais. Morreram na luta. E assim acontece com a CONAB, MCT, CORREIOS, todas as categorias aqui representadas. [soa a campanha]

Então a proposta é que deixo, Senador Paim, Senadores e companheiros, é que esse Decreto 5.115 e 5.954 seja revogado. Ele está agredindo a Lei 8.878. Porque... [palmas] Tem que ser revogado imediatamente esses Decretos. Eles não podem permanecer. Veja só, extrapolando um pouquinho o tempo, aí a companheira Ilza falou da recolocação no mercado de trabalho. Ontem fui num processo ali no TST e vi o dinheiro que a VALE gastou contratando duas empresas em São Paulo para recolocar os companheiros no mercado de trabalho quando demitiu no Governo Collor. Então dizia a VALE que oferecia certos benefícios mais a promessa de recolocação no mercado de trabalho. Não há, não tenho notícia, acho que os companheiros de Itabira não tem, de nenhum trabalhador demitido na VALE que tenha sido recolocado nas empresas. Devo dizer que atualizando o que foi gasto naquela época na contratação das empresas para recolocar companheiros no mercado de trabalho hoje em valores atualizados chegam a 5 milhões, 855 mil reais. Até hoje ninguém foi recolocado. Por isso que esses Decretos

tem que ser revogados, porque exclui os incentivados, que até hoje não foram recolocados, e exclui as empresas privatizadas. Parabéns, continuemos na luta. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra o nosso Senador Inácio Arruda, em seguida o Senador Wellington Salgado e Senador José Nery.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Nery, Senador Wellington Salgado, Deputados Celso Maldane, Deputado Rodrigo Rollenberg, nossos companheiros sindicalistas e das organizações que têm lutado em defesa da anistia em função das demissões do Governo Collor e que permaneceram quase que intactas durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, o chamado príncipe, o príncipe que manteve intacta essa necessidade dos companheiros serem, digamos assim, recepcionado nas suas empresas já que a anistia tinha sido aprovada. É uma situação dramática, porque os órgãos públicos, o Senador Paim acompanha isso aqui todo dia, nós acompanhamos, nós não vamos deixar de votar a criação de nenhum cargo público, não. Que é importante para o funcionamento do setor público. Os cargos comissionados são importantes porque precisa remunerar bem os servidores públicos e aqueles que são convocados para trabalhar no serviço público. Nada disso nós vamos deixar de fazer. É demagogia fazer isso. Vou deixar de votar isso e isso porque precisamos resolver a anistia. Não, vamos votar a criação dos cargos, dos concursos públicos. Agora, não pode é o Poder Público estar convocando os concursos novos para quase todos esses órgãos quando você tem os anistiados. [palmas] Que já foram concursados e que foram demitidos por uma regra absurda do Governo Brasileiro que admitiu um tal de programa de Consenso de Washington. E o tal neoliberalismo que emplacou no nosso País pelas mãos primeira do Presidente Collor, mas que continuou com muita força no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse é um Governo draconiano contra os trabalhadores do serviço público. Há dificuldades no atual Governo? Sim. Existem dificuldades. Mas nós temos um Presidente que tem grande dificuldade com a nossa causa. E isso é muito significativo. Acho que nós podemos somar forças, Senadores e Deputados com os anistiados, temos trabalhado muito ao longo desse tempo. O meu partido tem participado de quase todas as atividades, na Câmara e agora no Senado que nós não tínhamos vaga no Senado. Ocupamos essa vaga agora. Neste período recente. Mas quando Deputado, muitas vezes eu e o Senador Paim e muito aos companheiros do

PCdoB tem acompanhado a jornada dos companheiros anistiados. Acho que é uma luta que nós temos que abraçá-la. Com essa consciência, agora mesmo muitos desses órgãos têm aberto concurso público. Se tem aberto concurso público...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pronto, se vai para dois mil, tem bem menos de duas mil aqui. Então nós vamos ao Ministro do Planejamento, vamos à Casa Civil, vamos ao Ministro do MCT está aqui o pessoal, é um pessoal concursado, preparado, capacitado, que em uma semana, um mês de trabalho vai estar em pé de igualdade com todos esses servidores do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Portanto nós precisamos reforçar. A luta é conduzida por vocês e nós digamos assim somos aqueles que têm obrigação de abrir as portas para que vocês possam retomar o lugar que vocês conquistaram. Embarquem algumas empresas que sumiram do mapa. Como a VALE DO RIO DOCE que foi vendida por três milhões. Não teve nem investigação, não teve nenhum órgão da mídia brasileira, essa tal mídia sensora que está aí, nenhum deles fez campanha ou pediu que a gente abrisse a caixa-preta, ou melhor dizendo, a caixa escura, a caixa suja da privatização no Brasil. Nenhum. Nunca quiseram saber disso. Vendida por três milhões, vale mais de 120 bilhões a companhia VALE DO RIO DOCE. Mas não é mais empresa estatal. Como é que nós vamos voltar para a companhia VALE DO RIO DOCE? Esse embaraço, a própria categoria já encontrou. Já tem os meios. Tem os órgãos que são empresas estatais que tem, digamos assim, compatibilidade com aquela empresa e que tranquilamente nós podemos alocar esses companheiros. Não há dificuldade. O próprio DNPM depois de longo período sem fazer concurso público também abriu concurso público. Então sinceramente, CPRM. Todos esses órgãos. Então não existe razão suficiente por nenhum desses órgãos para não cumprir aquilo que está sendo determinado pelo Presidente da República. E há uma determinação do Presidente da República, esses órgãos têm que encontrar a melhor maneira de cumprir e nós estamos aqui para apoiar. Eu vou pedir desculpas porque aqui nós temos essa multiplicidade. No Senado nós temos a obrigação de fazer tudo que os nossos colegas da Câmara fazem com 513 Deputados, e aqui os 81 têm que fazer tudo que vem de lá com os 81 que são os representantes dos Estados, e mais as atribuições específicas aqui da Casa.

Eu agora tenho Sessão da Comissão de Relações Exteriores que está sabatinando Embaixador e temos também a Audiência Pública da Comissão de Educa-

ção que é um tema que nós temos debatido muito que é relativo aos estudantes brasileiros.

Eu quero agradecer Senador Paulo Paim a oportunidade e dizer que vocês contam com o Partido Comunista do Brasil para ajudar nessa grande batalha dos anistiados para que eles se reintegrem ao quadro do ensino público brasileiro. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só registrar a presença conosco dizer que os Deputados Federais também podem fazer uso da palavra no momento que entenderem mais adequados. Quero dizer que está conosco além do Deputado Celso que é Deputado Federal por Santa Catarina, Deputado Federal Rodrigo Rollenberg, que inclusive é o Presidente da Frente Parlamentar em defesa do servidor público. Senador Wellington Salgado.

[palmas]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Paulo Paim, demais componentes da Mesa, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu confesso que o Senador Paim tem conduzido muito bem essa Comissão da qual ele é Presidente, Comissão aqui e ele tem... Eu passei hoje realmente para dar uma presença e uma força e dar uma olha. O que acontece? Eu chego aqui e encontro um ato do ex-Presidente Itamar Franco, que na verdade não está sendo respeitado, encontro membros que faleceram e que me deixou tremendamente emocionado o olhar do Ramon, é impressionante, um olhar como se ele tivesse feito para hoje. Estou esperando até hoje e não... Essa foto demonstra realmente... me impressionou bastante. E Itabira de Minas Gerais. Então eu quero dizer, Senador Paim, conte comigo para o que precisar. Ir a Ministério lutar, manifestar, caminhar porque V.Ex^a sabe como conduzir melhor do que ninguém esse problema que nós temos aqui. E então vou ser seu soldado nesse momento. V.Ex^a será meu General irei acompanhá-lo com todo esse Exército que está presente aqui. [palmas] E uma briga boa V.Ex^a sabe que eu gosto. Aquela que demora um pouquinho então é gostosa, mas vamos resolver essa rápido. Então queria dizer que estou apoiando. É um prazer muito grande ver também ao lado de V.Ex^a o Senador Nery que sempre está lutando pelas causas similares a essa, lutando também pela questão que está no momento sendo muito discutido lá no seu Estado.

Então, Senador, me dá um prazer muito grande estar aqui nessa Casa que muitas vezes a gente não sente esse calor humano, muitas vezes só nos vêem na televisão, colocam que essa Casa está num caminho contrário à sociedade. E ela pode até ir contrário à sociedade, mas acaba voltando porque não tem como

ser diferente. Essa Casa tem que ser o eco da sociedade. E aqui hoje me dá um prazer muito grande sentir esse cheiro de gente. [palmas] E sinceramente, Senador Paim, eu passei a minha vida inteira em escola e sentindo as pessoas. Eu vejo ali naqueles... Nas pessoas que faleceram que são companheiros dos senhores, o olhar de quem quer trabalhar. Um olhar de quem quer só sair de casa, ter o seu trabalho e voltar para casa com a sensação do dever cumprido. E não estão dando esse direito. Tiraram esse direito de trabalhar. E o que é pior, ainda fazem concurso deixando essas pessoas que querem trabalhar de fora. Quer dizer, é um absurdo total. Uma incoerência, uma falta de lógica.

Então Senador Paulo Paim, eu queria mais uma vez reforçar que diante de todas essas incoerências que nós estamos vendo aqui nós temos que colocar tudo no devido lugar. Vou repetir, V.Ex^a é meu General nessa luta, serei seu soldado e vou estar ao seu lado. Só isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou passar a palavra ao Senador José Nery e em seguida ao Senador Renato Casagrande, que nos disse, palavra é palavra. Foi e voltou. Já está aqui com a gente. E já faço uma composição da nova Mesa, pedindo aos três que retornem ao Plenário e convido o José Muniz, BNC, Augusto César, CAEEB e José Augusto Prólogo. Está com a palavra.

DEPUTADO RODRIGO ROLLENBERG (PSB-DF): Senador Paim, queria me inscrever também.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meu caro Senador Paulo Paim, Senador Casagrande, Senador Wellington Salgado, Srs. Deputados, senhores e senhoras representantes das diversas entidades dos servidores públicos anistiados. Sinto muito que esteja ausente nessa Casa o hoje Senador Collor de Mello, que aqui deveria estar presente para testemunhar o crime que cometeu contra servidores públicos do nosso País. [palmas] Uma política nefasta de desmonte do Estado, desmonte do serviço público, de ataque ao direito dos trabalhadores, de ataque ao direito do povo brasileiro foi responsável entre outros tantos crimes, por esse, que vitimou e vítima milhares de servidores públicos, concursados, trabalhadores, honestos, que deveria ter do Estado Brasileiro o respeito devido. Portanto, queremos nos solidarizar com todos e com todas que tem conduzido essa luta. Quantas famílias desestruturadas, quantos perderam a própria vida lutando para ver resgatado o seu direito?

Portanto, solidário com essa luta venho aqui, Senador Paim, para dizer que me integro em todo trabalho que seja realizado para a reconquista do direito ao trabalho dos anistiados, de todos os órgãos públicos

federais, me incluindo e participando das iniciativas sobre a sua direção, Senador Paim, o senhor que é dos maiores exemplos de dedicação à causa pública e ao dirigir essa Comissão de Direitos Humanos tem permitido aqui, garantido aqui o mais amplo debate dos mais diversos temas que interessam a sociedade, os trabalhadores e o povo brasileiro. Para dizer que nos somamos a esse esforço declaramos a nossa solidariedade participando efetivamente de todas as lutas que sejam empreendidas a começar por aquela, essa iniciativa da entrega do documento com as reivindicações, ao Presidente do Congresso no dia de hoje, além daquelas iniciativas que possamos fazer junto à Procuradoria da República conforme a denúncia feita pelo companheiro que aqui representou a VALE DO RIO DOCE na Mesa, bem como o tratamento dessa questão junto ao Ministério do Planejamento e aos demais Ministérios para que seja revista de forma urgente e imediata essa injustiça perpetrada contra trabalhadores honestos que querem único e simplesmente ter garantido o direito, a sua dignidade ao trabalho como uma questão de cidadania. [palmas]

Dito isso, dizer que estarei me retirando em seguida para cumprir uma missão na Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, por iniciativa do Senador Paulo Paim. Como vocês podem perceber, quase 120 anos depois da abolição oficial da escravidão temos nós no Brasil de criar comissões nacionais de combate pela erradicação do trabalho escravo, que a Câmara e o Senado tenha na Comissão de Direitos Humanos o tratamento, a abordagem do trabalho escravo ainda existente em nosso País. E no momento em que esse trabalho para erradicar essa chaga social que envergonha a todos os brasileiros que tem dignidade, ainda é uma prática comum infelizmente em várias regiões do País, especialmente na Amazônia, no Estado do Pará que represento aqui nesta Casa, e estou saindo como sabe o Senador Paim, ele também estaria presente daqui a pouco como já convidei também o Senador Casagrande, para uma audiência com o Ministro do Trabalho e a Secretaria de Estado e Direitos Humanos, para discutir a retomada das ações do grupo móvel que são grupos de auditores fiscais do trabalho que realizam em todo País as ações de fiscalização para coibir o trabalho escravo, esse grupo os últimos dias sofreu duros ataques quanto ao exercício das suas prerrogativas, e com isso nos mobilizou a todos na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de trabalho escravo e com o apoio de diversos Senadores e Senadoras para que seja retomado imediatamente esse trabalho para continuar a combater o trabalho escravo, eu tenho certeza que essa luta também é

dos servidores públicos, é de todo o povo brasileiro que não admite que a dignidade humana nos dias de hoje seja colocada em xeque. Especialmente com o trabalho escravo. [palmas]

Então ao mesmo tempo que queremos e eu tenho certeza, Senador Paim, Senador Casagrande, Srs. Deputados, Rodrigo Rollenberg e Celso Maldaner, tenho certeza que nós precisamos aqui unir todas as forças que não admitem esse tipo de situação para corrigir essas injustiças, garantir o retorno imediato desses trabalhadores do serviço público aos seus postos de trabalho e fazer toda a pressão junto aos órgãos de Governo a quem possa merecer e ser endereçado nosso trabalho para o resgate dessa luta de vocês, uma luta muito digna. O nosso apoio, a nossa solidariedade a luta pelo respeito àquilo que pertence ao Estado e não há nada mais caro no Estado Brasileiro do que seus servidores. Por isso o nosso apoio, solidariedade, com a certeza de que vamos vencer essa luta. Um grande abraço, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): De imediato passamos a palavra ao Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Senador Paulo Paim. Senador José Nery, senhoras e senhores, representantes dos anistiados aqui presentes, primeiro parabenizar o Senador Paulo Paim pela realização da Audiência Pública, Senador Paulo Paim é um Senador que está sempre envolvido nessas causas, e, portanto, cada movimento que V.Exª faz merece o nosso aplauso pelo seu comprometimento.

Quero dizer, Senador, que eu estou envolvido nesse debate dos anistiados desde o momento que fui eleito Deputado Federal na Legislatura passada. De lá para cá eu tenho recebido o contato permanente da Comissão do meu Estado, o Estado do Espírito Santo, que está aqui presente hoje com comuns dos membros que eu cumprimento pela persistência, persistência dos capixabas e a persistência dos brasileiros que trabalham na busca do cumprimento da legislação aprovada nessa Casa promovendo a anistia dos demitidos, então eu acompanho já algum tempo este assunto e quero fazer alguns registros.

Primeiro registro é que o Congresso aprovou uma legislação. Promovendo a anistia. Enquanto a anistia não for de fato realizada por completa, o Congresso está sendo desautorizado e desmoralizados. Então o Congresso Nacional está com problema porque não faz valer a legislação que aprovou aqui há anos atrás. [palmas]

Segundo, que não é um assunto que se resolve facilmente. Se fosse fácil resolver, já tinha sido resolvido. Então vocês estão na luta há quantos anos? 17 anos.

Então, se fosse um assunto que se resolvesse fácil, na compreensão de quem está lá no Governo, já teria resolvido.

Então, os nossos pronunciamentos aqui precisam ser bastante equilibrados porque nós precisamos compreender a dificuldade já histórica de 17 anos, e sabemos concretamente o que nós podemos fazer de forma mais efetiva e com mais intensidade a partir desta Audiência Pública. Carta ao Presidente da República, carta ao Ministro do Planejamento, carta à Ministra da Casa Civil eu já fiz dezenas. Já fiz diversas a pedido da Comissão. Contato por telefone com essas autoridades eu já fiz diversas vezes também sem sucesso. Sem sucesso.

Então, esta audiência pode demarcar um novo momento de ação. Uma nova forma de atuação. Aqui devem ter passado uns 10 Senadores, aproximadamente. V.Exª está coordenando a atividade, pode a partir de agora e se já discutiram isso eu peço desculpas, porque eu cheguei atrasado, a gente acaba passando nas atividades e acaba não participando de todo o debate. Mas deveríamos pedir uma audiência ao Presidente da República com esses 10 Senadores. [palmas]

Acho que nós podemos assinar um documento patrocinado por V.Exª, e fazemos uma visita ao Presidente Lula que dos Presidentes que o Brasil já teve é o mais sensível naturalmente à causa dos trabalhadores. Se já nós não resolvermos no mandato do Presidente Lula não sei se a gente tem condições de resolver em outro mandato. Então nós não queremos esperar mais três anos e pouco. Queremos resolver antes. Mas acho que o ponto primeiro é que nós possamos pedir audiência ao Presidente. O Presidente possa nos atender. 10 Senadores pedindo. 10 ou quem mais. Às vezes alguém não veio aqui porque não pôde vir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passaram 12 Senadores aqui hoje.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 12 Senadores. Então acho que a gente poderia fazer um documento com esses 12 ou quem mais quiser para a gente participar de uma audiência para tratar desse assunto. Não é de nenhum outro assunto. Só deste assunto para a gente não desviar o foco com relação ao tema. [palmas] Tem assuntos referentes diretamente ao Governo, das empresas públicas, e tem já empresas como a VALE DO RIO DOCE que é privatizada já. No meu Estado tem muitos ex-funcionários da VALE DO RIO DOCE anistiados, tem uma placa... Então tem muitos ex-funcionários da VALE DO

RIO DOCE que são funcionários, foram anistiados por lei que o Governo tem que intermediar uma solução com essas empresas privadas.

Então nós temos dois tipos de problema, precisa encaminhar, resolver, já tem essa Comissão no Governo está debatendo, já deve ter... Há propostas avançadas. Mas acho que é agora é uma questão política do Presidente e deveria ir lá. Então queria me colocar à disposição dos anistiados, não me colocar disposição não, porque eu não quero colocar tudo nas suas costas, na sua responsabilidade o trabalho. Mas juntos a gente poder trabalhar para que possamos chegar a um resultado mais rápido possível. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra aqui já inscrito ao Deputado Federal Celso de Santa Catarina, e em seguida o Deputado Rodrigo Rollenberg.

DEPUTADO CELSO MALDANER (PMDB-SC):

Senador Paulo Paim, a gente lhe conhece pela sua sensibilidade, pelos assuntos que a gente acompanha. Defende os excluídos, os aposentados, tantas injustiças que acontecem. E eu gostaria de... Vim aqui voluntariamente e queria lhe parabenizar por esta Audiência Pública. Eu fui Prefeito três vezes na pequena cidade de Maravilha em Santa Catarina, quando você tem um problema lá, você procura o Vereador. Se o Vereador não resolve você vai ao Prefeito. E aqui para essas Audiências Públicas, pra gente ouvir e tentar encontrar a solução. Muitas soluções aqui foram apresentadas e eu quero prestar a nossa solidariedade.

Quando fala-se em anistiados, me parece que essa palavra não podia perder o sentido dela. Porque todos os políticos que foram anistiados que foi cometido injustiça, foram cassados, eles receberam a anistia e voltaram para o País. A história mostra isso. Não é verdade? [palmas]. Então nós estamos aqui parece será que a lei ficou inócua? Quer dizer, é uma injustiça muito grande falar em anistiados e eles não voltaram para o trabalho. E sendo que a legislação existe para dar cobertura.

Eu acredito muito na sensibilidade dos Senadores. Até porque a legislação, para ser Senador são pessoas maduras, com mais de 35 anos, que passaram pela faculdade da vida, então conhecem a realidade. Porque geralmente se a gente age só pela emoção, a gente pode cometer uma injustiça. Mas eu acredito no alto grau de racionalidade aqui dos Senadores e também dos Deputados Federais nos colocar à disposição, porque é interessante aqui na face da terra tem muitas pessoas que só agem pela razão. Talvez aquelas pessoas que só agem pela razão elas até sofrem menos aqui na face da terra. Elas não usam

de empatia, não se coloca no lugar das outras pessoas, mas essas pessoas que só agem pela razão com certeza sofrem menos. Mas eu tenho certeza que elas sonham menos e amam menos. E tem pessoas que têm mais sensibilidade, aqui eu sinto quando eu falo no Paulo Paim, estou falando todos os Senadores, as pessoas que têm tanta experiência na vida, essas pessoas têm mais sensibilidade. E as pessoas que têm mais sensibilidade, elas sofrem muito mais. Porque elas usam de empatia, se colocam no lugar das pessoas que estão sendo injustiçadas, mas em compensação essas pessoas sonham mais, amam mais e são mais felizes. [palmas] Por isso que eu acredito na solução do problema. Aqui foi dada a solução muito interessante ir ao Presidente da República, e nós que ficamos até as duas e meia da madrugada, eu que sou do PMDB, estou na base do Governo, em Santa Catarina colocaram lá um banner de 12 metros de tamanho colocaram lá os 12 apóstolos que traíram o povo de Santa Catarina e votamos a favor da CPMF. Porque votamos a favor da CPMF porque sou homem de partido, estou na base do Governo e acredito que a CPMF está resolvendo, ajudando a questão da saúde para pagar o SUS na média e alta complexidade, e está pagando, dando dinheiro para seguridade social que temos mais de sete milhões de aposentados que recebem um salário mínimo nesse País, nossos pequenos agricultores, e também na questão social, os programas sociais. Por isso nós votamos convictos e estamos apoiando. Esperamos que agora também o Governo tenha essa sensibilidade e atenda essa questão dos anistiados que é uma grande injustiça. Muito obrigado, Senador. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Deputado Rodrigo Rollenberg, por favor.

DEPUTADO RODRIGO ROLLENBERG (PSB-

DF): Prezado Senador Paulo Paim, Presidente dessa Comissão, quero cumprimentá-lo pelo trabalho desenvolvido, quero cumprimentar o Deputado Celso Maldaner, quero cumprimentar a todos os anistiados aqui presentes e instituições representantes dos anistiados, e me solidarizar com essa luta e reforçar a proposta feita pelo Senador Renato Casagrande de uma Comissão de Senadores e eu gostaria de sugerir também de Deputados, fossem ao Presidente da República tratar deste tema. Eu como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público quero me colocar à disposição para participar. Porque considero, Sr. Presidente, que de fato nós precisamos ter uma decisão do Presidente da República que possa, digamos assim, pautar todo o Governo. Porque eu tive a oportunidade quando Secretário de Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia, de receber por algumas ve-

zes uma Comissão de anistiados daquele Ministério, pessoas que foram anistiadas e que buscavam a sua reintegração e havia por parte do Ministro Sérgio Resende a disposição de reintegrá-los, mas havia a Consultoria Jurídica do Ministério colocava empecilhos a essa reintegração. Dando o entendimento diverso do que tinha sido dado, por exemplo, no MDIC, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio.

Me disse agora o dirigente Cláudio Santana de que há uma decisão já do Superior Tribunal de Justiça mandando reintegrar cinco servidores daquele Ministério. O que abre um precedente, enfim, já em função de decisão judicial de que todos os outros devem ser integrados. Hoje mesmo tem uma audiência com o Ministro Pedro Brito que nós estamos sugerindo que aquele Ministério que é um Ministério novo possa absorver, reintegrar os servidores anistiados da SIDERBRAS, mas como a gente percebe [palmas] que existe, existem entendimentos diversos nos Ministérios, alguns Ministérios reintegraram pessoas na mesma situação de outras que não foram integradas por outros Ministérios, acho que é necessário sim uma determinação definitiva do Presidente da República para resolver essa questão. [palmas]

E eu quero, primeiro, solicitar àqueles que são do MCT, eu gostaria de ter em mãos essa decisão do Superior Tribunal de Justiça em relação à decisão de reintegrar os servidores para que eu vá àquele Ministério para mostrar que aquilo que a gente defendia na época já tem base jurídica para isso, mas acho que é necessário essa ida ao Presidente da República para que seja determinado a todos os Ministérios, a todas as empresas, enfim, ao Governo de uma forma geral que resolva essa questão definitivamente que não é possível que uma decisão do Congresso de 17 anos atrás não tenha sido cumprida integralmente. Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento passo a palavra ao Sr. Mansueto Mesquita, representando o BNCC.

SR. MANSUETO MESQUITA: Primeiramente eu quero agradecer a iniciativa do Senador Paulo Paim, e a possibilidade que ele está criando em formar um grupo de Parlamentares, Senadores e Deputados no sentido de que uma lei seja cumprida. E por uma questão cultural, elitista que permanece ainda enraizada nesses Ministérios, inclusive em todo o País, ela vem sendo descumprida. É triste a gente tomar conhecimento e saber que uma lei em um País como o nosso no exercício da sua democracia nós precisamos reunir Deputados e Senadores para que uma lei seja cumprida. Senador Paim, eu vou citar como exemplo o BNCC, a CAEEB, que têm seus processos formaliza-

dos, fundamentados juridicamente desde julho de 2006, cuja nossa devolução à anistia se deu em fevereiro de 2006, e em julho de 2006 todos esses processos do Ministério da Agricultura, todos organizados, formatados, embasados juridicamente, quando de posse de toda essa documentação pensávamos que a Portaria fosse editada, como era época de eleição levantaram a questão de que nós não poderíamos ser readmitidos porque nós estávamos às vésperas de uma eleição, só poderia ser possível após, antes de três vezes é meses e depois de três meses. Expirados esses prazos nos colocaram um outro instrumento protelatório que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em que pese a própria lei, em seu artigo se não me engano 24 e 25, numa ela não permite e noutra ela permite. Que nós superássemos os possíveis entraves impostos pelo Ministério. Superada este impasse, pensávamos que a Portaria fosse editada, foi-nos criado um outro instrumento protelatório que foi a sucessão trabalhista. E o que é que se verifica em todas essas demandas criadas pelo próprio Ministério? É exatamente, é uma má vontade, é uma má vontade, ou uma falta de compromisso público. Nós compreendemos que na instituição pública e privada a burocracia é necessária. Mas quando ela é excessiva, ela se torna injusta, penaliza os mais fracos. Se transforma no instrumento de terror. E o que está ocorrendo hoje, Senador, é o terrorismo com todos nós. Famílias desprotegidas financeiramente, e emocionalmente, sentimentalmente. É um terrorismo que está se fazendo contra os anistiados.

Eu queria aproveitar a oportunidade para pedir a essa sugestão do Senador Casagrande que fosse feita uma Comissão de Parlamentares para ir ao Presidente que essa Comissão de Parlamentares fosse incluída o Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal, acompanhados pelo menos de um membro dos anistiados. Para com o Presidente expor a realidade que os anistiados vem vivendo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Augusto César, representando a CAEEB.

SR. AUGUSTO CÉSAR: Senador Paulo Paim, demais Parlamentares, companheiros anistiados... Senador, todos que aqui estiveram bateram na mesma tecla. Cumprimento de lei. A Lei 8.878 é uma lei perfeita. Nenhuma vírgula foi mudada desde a sua criação. Vários Decretos regulamentando a lei foram criados. Inclusive substituição de terceirizados. As empresas, segundo a Lei 8.878, antes de fazer qualquer tipo de concurso elas teriam obrigação de colocar os anistiados que estivessem com as suas anistias revigoradas, o que nesse País a gente acha uma coisa

incrível. Uma anistia ser revogada segundo o patrono dos Advogados, a minha anistia não se revoga. Acho que só nesse País. Certo, doutor? Então, no caso específico da CAEEB, nós fomos anistiados em 90, 94, já tivemos três Portarias. Somos tri-campeões, vamos agora para tetra, se Deus quiser. Só falta o nosso retorno. Já estivemos em várias reuniões com o Dr. Caela, o Dr. Emanuel, estão tão perdidos que eu tenho na minha pasta, infelizmente não trouxe, eu tenho um documento do Secretário de Recursos Humanos, Dr. Duvanier, me requisitando os processos da CAEEB que estariam a meu poder. Como eu um anistiado vou estar com os processos da CAEEB? Os processos estão aqui no Ministério de Minas e Energia. Eu tenho esse documento. Então você vê que eles estão meio perdidos.

E Senador, somente os Parlamentares, somente vocês aqui da Casa vão ter condições de desatar esse nó. Foi sugerido aqui que se votasse a CPMF depois que os anistiados retornassem. Foi sugerido aqui pelo Senador Romeu Tuma que não se votasse mais a criação de cargos em comissões. Basta cumprir a lei e o Decreto. Não pode ter concurso enquanto o anistiado não retornar. Todos os Ministérios já assinaram o TAC. Acho que todos os Ministérios já assinaram o TAC, Termo de Ajuste e Conduta. Tem que colocar até dezembro. Só no Executivo são 33 mil terceirizados. Nós somos muito menos que isso, Senador. Basta cumprir a lei. Em reuniões com o Ministério do Planejamento, foi-nos informado que o Governo tem 75 milhões para gastar com os anistiados até dezembro. E caso não seja gasto esse valor, isso vai entrar em exercício. Senador, falta só a vontade política. O Presidente Lula já expressou essa vontade. Nós tivemos com o Presidente Lula lá na Unibennett no Rio, acho que o Senador também esteve presente em apoio ao Sérgio Cabral e nos prometeu lá na frente de vários Senadores e Deputados que a gente retornaria. O mais breve possível. Foi editado o 6.077 e até agora nada.

Então, vocês têm a condição de colocar a gente para dentro. Basta seguir as propostas aqui dadas. Só se votar a CPMF com retorno dos anistiados. E só se abrir concurso em empresa do Governo com retorno dos anistiados. [palmas] Gostaria de ver isso... Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento ao Sr. José Augusto Prólogo.

SR. JOSÉ AUGUSTO PRÓLOGO: Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhores presentes. Bom, acho que muita coisa aqui já foi falado. Acho que a maioria dos nossos problemas, principalmente pelo

Dr. Marcelo, que brilhantemente expôs toda a questão que está emperrando esse nosso retorno. Mas eu queria deixar em evidência, Senador, a sua estrela em não ter permitido que essa audiência e o nosso retorno fosse brecado por aquelas pessoas que há muito tempo vem querendo atrapalhar o interrompo retorno, a nossa volta dos anistiados. Porque daqui para frente, Senador, essa doença seja retirada do nosso caminho. Que os senhores permitam, junto com a Câmara dos Deputados, nossos Deputados, que nós possamos retornar. É isso que nós estamos pleiteando, é isso que nós estamos querendo. Que uma lei seja cumprida, uma lei que foi na sua matéria exaustivamente analisada pelo Congresso. E que posteriormente foi brecada por outro Presidente.

Então, o que nós estamos querendo é que essa condição de nós voltarmos a trabalhar, aliás, uma vez me falaram que nós estávamos sendo empurrados devido ao tempo que nós temos. Aí eu me olhei no espelho, eu não acreditei nisso não, eu me olhei no espelho e vi. Pôxa, acho que pode ser por aí mesmo. Quer dizer, uns vão se aposentar, outros vão falecer, outros vão ficar impedidos. Eu não acreditei, Senador. Mas depois que eu me vi no espelho, minha barba branca, os problemas que eu enfrentei, os problemas que eu tenho que enfrentar, e hoje a nossa companheira Ilza ela ratificou uma coisa que eu coloquei um problema que eu coloquei para os meus colegas e na época até alguns acharam meio estranho, que nós seríamos colocado numa salinha caso nós voltássemos lá atrás, num departamento, numa... Numa salinha qualquer. E me criticaram a respeito disso. E hoje você, agradeço por você ter reforçado aquilo que eu falei. Porque, Senador, nós não queremos só voltar, não. Nós queremos trabalhar. Ter o respeito. [palmas] Nós queremos ter a nossa dignidade restabelecida. Não é simplesmente chegar numa sala e ficar escrevendo qualquer coisa não. Xerox, qualquer coisa, não. Nós queremos produzir, nós temos condições para isso. Hoje eu vejo que a minha barba está branca, mas eu sou forte por dentro também, como todos os nossos colegas aqui. Só que não estão acreditando nisso. E queremos pedir, até exigir pela questão da lei porque uma lei está aí para ser cumprida, que o nosso retorno seja efetivado. Que nós voltemos a trabalhar, que nós voltemos a produzir. Que seja reconhecida a nossa capacidade sim. Que nós não sejamos relegados a um fundo de uma sala, atrás de uma mesa pura e simplesmente. Mas que seja reconhecida a nossa capacidade, é isso que nós queremos. Que a nossa dignidade seja levantada. Chega de sofrer tanto, chega de esperar, chegar de ser empurrar com a barriga, como falam. Ilza, obrigada mais uma vez.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ AUGUSTO PRÓLOGO: É isso aí. Então, Senador, agradeço aí a oportunidade, mais uma vez eu reitero e agradeço ao Dr. Marcelo pelas palavras, e todos aqueles que tiveram aqui reforçando esse nosso retorno, querendo esse nosso retorno. Estamos acreditando no Governo Lula. Para isso muitos de nós votamos, acho que até a maioria, esperando que o nosso caso realmente fosse resolvido. Contamos com essa Casa que daqui para frente esse elo que está nos emperrando, nos impedindo de voltar, que ele seja realmente quebrado. Que aquelas pessoas que não querem o nosso retorno, que estão nos brecando, que eles reconheçam isso. Que sejam forçados a reconhecer também. E que principalmente, Senador, essa lei seja cumprida, que nós esqueçamos Decretos, tudo que vieram depois. Porque maior é uma lei. Não é possível.

Então, agradeço agora pela oportunidade, muita coisa realmente teria que ser falado, mas aqui já foi exposto acho que a maioria. Acho que a questão daqui para frente vai ser repetitivo. Só queremos uma coisa, o nosso retorno. Já.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero dizer agora rapidamente que a Senadora Serys Slhessarenko também esteve aqui e dando todo o apoio ao movimento, deu uma saída, mas volta, então nossos cumprimentos também à Senadora Serys. E nesse momento o Deputado Federal Magela, que tem uma história também com essa causa que não é de hoje, Deputado Magela, como eu vou para os encaminhamentos, eu vou como os outros Deputados Federais tiveram, dar a V.Exª a oportunidade de fazer a sua manifestação.

DEPUTADO MAGELA (PT-DF): Exmº. Sr. Senador Paulo Paim, demais integrantes da Mesa, autoridades aqui presentes, servidores de todos os órgãos que aqui estão.

Sr. Senador, eu quero inicialmente pedir desculpas a V.Exª e a todos que estão aqui, porque cheguei agora em função do atraso de toda a agenda já que nós saímos da Câmara dos Deputados, isso já deve ter sido dito aqui, por volta das três da madrugada de hoje que lá ficamos votando.

Essa questão que os senhores discutem aqui certamente só terá uma solução se houver pressão. Eu não tenho dúvida disso. Eu sou um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, e, portanto, acompanho por ser de Brasília e por estar morando na Capital da República onde como cidade comunidade da federação certamente é o local que mais foi atingido

com as demissões da época do Governo Collor e mais acompanho o dia-a-dia nós os moradores e os Parlamentares da cidade, mais acompanhamos o dia-a-dia dos pais e mães de família que foram atingidos por aquela arbitrariedade. E certamente nós sabemos das dificuldades que essas pessoas têm passado ao longo desses anos e ao mesmo tempo da esperança que nutrem numa solução rápida.

Quando o Presidente Lula ganhou a eleição e assumiu o compromisso de reincorporação, de reintegração dessas pessoas, desses servidores, certamente essa esperança aumentou e muito. Mas aí nós começamos a deparar com a burocracia, com a incompetência e com a má vontade especialmente com a má vontade de alguns servidores que, aliás, muitos podem ter sido inclusive aqueles que demitiram servidores em outros momentos. [palmas] Estes, que infelizmente no Governo que eu apoio, que eu dou integral e incondicional apoio são mantidos às vezes em cargos que não deveriam ser. Porque neste caso específico só fazem tentar impedir o retorno dos trabalhadores.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que a minha vinda aqui ela tem que ser mais do que somar. Porque somar já seria algo positivo, mas acredito que seria insuficiente. Eu quero assumir o compromisso com V.Exª Presidente desta Comissão, e com todos os Parlamentares que por aqui passaram e com estes servidores e servidoras, que a partir de agora nós só temos que usar um termo e adotar uma postura. É pressão. Pressão. Porque se o Presidente quer, se as condições legais estão absolutamente garantidas, se estão dadas as condições e o que é melhor, nesta condição toda, é que o serviço público precisa do retorno deles. A solução encontrada pelo Ministério do Planejamento que eu considero positiva da unificação da chamada, precisa andar. Precisa andar. Então eu quero dizer que a partir de agora nós temos que estabelecer a trincheira e só sair dela quando o último anistiado tiver reassumido seu posto no serviço público. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu desfaço a atual Mesa e eu convidaria de forma simbólica os dois Advogados que iniciaram a primeira Mesa para que retornem à Mesa e também que o Deputado Magela ficasse aqui na Mesa simbolicamente representando a Câmara dos Deputados para que a gente possa ir para os encaminhamentos. E que dele, a Dª Ilza... Dª. Ilza, senta aqui em nome dos anistiados. [palmas]

Meus amigos e minhas amigas, primeiro dizer da minha satisfação de ter presidido essa Sessão. Sabe que eu estava convidado para três eventos no mesmo horário. Um deles era ir ao Ministério do Trabalho junto

com os Senadores, essa questão do trabalho escravo. Mas justifiquei ao Ministro e ele entendeu. Outro era lá na Câmara dos Deputados num grande evento, envelhecer com dignidade, já que eu trabalho tanto com o Estatuto do Idoso. E outro evento era no Plenário onde hoje está se fazendo uma homenagem às mulheres e o debate do turismo inclusive com a Ministra. Mas, por questão de opção, tem momentos que você tem que optar. Eu resolvi ficar aqui com vocês. Acho que... [palmas] Acho que de todos esses três momentos acho que a decisão de vocês é a mais... Eu diria quase que desesperadora. Porque eu sei, a Assessoria me passou que nós estamos com três salas lotadas aqui e os que estão nos corredores, me ajuda o Deputado Magela. Sei quem está desempregado, como é que consegue deslocar de um Estado para outro? Eu digo o esforço que eu sei que vocês fizeram. Deve ter feito listinha para cá e para lá, um ajudou, a família ajudou, para poder estar aqui. Sei disso. Sei disso. [palmas] E sei que vocês estão apostando muito na responsabilidade dos Deputados e Senadores. E a nossa... O nosso compromisso com vocês é muito grande. Eu sei que eu estou falando aqui também por todos os Deputados, não é Magela? E não só nós aqui no Senado não, há uma história bonita na Câmara dos Deputados, o Magela está aqui representando todos, de inúmeros Deputados, Comissão de Direitos Humanos também da Câmara, Comissão do Trabalho, Deputados de outras Comissões que tem também o mesmo compromisso. E com certeza aqui esses passaram 13 Senadores aqui, firmaram também esse mesmo compromisso.

Então eu queria dizer para vocês que eu concordo na íntegra. Vou pegar a última fala que foi do Magela. Eu aprendi isso também até porque a nossa experiência também é sindical. Sem pressão não leva. Se alguém pensa que vai levar no grito, não leva. Leva se pressionar. Só ficar lá em casa e dizer que está brabo, gritando não resolve. Tem que pegar o trem, a bicicleta, a carreta, e vir fazer o que vocês estão fazendo. [palmas] Tem que fazer mesmo, não adianta, a vida é assim. E vocês podem saber que essa nossa Audiência Pública que foi transmitida ao vivo por mais de quatro horas, ela tem a sua repercussão a nível nacional e sei também que todas as pessoas envolvidas com o tema direto ou indireto estão sabendo que aqui nós falamos e não é segredo. Por isso que é bom a transparência, por isso que é bom saber que a TV Senado transmitiu a maior parte do tempo essa audiência direta para o País.

Eu tentei sintetizar aqui porque não adianta nós fazermos uma fila de proposta e acharmos que um monte de proposta vai resolver. Como nós não temos a caneta na mão, nós temos que pegar os encaminha-

mentos e ver o que nós conseguimos fazer para que vocês possam voltar ao trabalho. Só isso. Só voltar a trabalhar. Trabalhar. Ninguém quer emprego. Querem trabalho. Querem ter o direito a voltar ao trabalho.

Então, algumas medidas que vamos tentar sintetizar aqui. Uma que eu já acertei, porque quero dizer para vocês que independente de qualquer coisa isso não está em debate. Eu já marquei para as 15h40 e já confessei com a Comissão. A Comissão junto comigo, nós vamos ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Renan Calheiros, entregar as reivindicações de vocês e pedindo inclusive que ele também interfira junto ao Presidente Lula para audiência com o Presidente da República. Essa é a primeira decisão. [palmas] Além da carta das reivindicações ainda ao Presidente Lula.

Terceiro ponto. Que aqui foi pedido, e nós vamos encaminhar como solicitação nas vias competentes, que não hajam mais concursos públicos ou mesmo... Foi isso que eu entendi, se errado que me digam, ou mesmo votação em cargo Comissão sem o retorno dos anistiados. Pelo menos foi isso que eu entendi. [palmas] Isso é o que vocês estão pedindo. É isso? Tenho que botar o que vocês pediram. Então está aqui. Que haja uma Comissão de Senadores e Deputados para acompanhar e aqui foi dito no mínimo de três em três meses para acompanhar... Claro que nós queremos o retorno já, mas por precaução essa Comissão vai ficar vigilante, e uma Comissão de Deputados e Senadores para que a gente possa, quem sabe de mês a mês. Enfim, acompanhar se efetivamente está sendo cumprido a lei e está havendo o retorno. É isso? [palmas] E aquela proposta que eu coloquei no início que me recorro aos Advogados. Que se assim os anistiados entenderem que a Comissão de Legislação Participativa receba um projeto que seria entregue aqui pelas entidades apontando saídas alternativas para hoje e sempre em defesa dos anistiados. A gente discute junto qual seria esse projeto, como é que poderia fazer acontecer e vocês entregam em nome das entidades, eu recebo em nome da Presidência da Comissão de Direitos Humanos e despacho de imediato para o Relator que tem o compromisso com vocês. Correto? [palmas]. E eu farei com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos um requerimento oficial, isso não precisa nenhuma preocupação, esvai ser encaminhado ao Plenário do Senado e vai ao Ministro do Planejamento. Vou pedir a vocês me ajudar a formular o requerimento, porque é que não está sendo cumprido na íntegra a decisão do Presidente, da Lei e dos Decretos. E aí nós queremos resposta por escrito. [palmas] Acho que com esses encaminhamentos, que às vezes eu sempre digo o seguinte Magela, Audiên-

cia Pública é importante porque dá visibilidade para a causa que a gente abraça. E eu dizia, Magela, aqui, e faço questão que você ouça como um dos líderes do Partido dos Trabalhadores que também é meu partido, que não fique nenhuma dúvida. Essa Audiência Pública ao contrário do que alguns tentaram vender a imagem que era contra o Lula, que era contra o PT, que era contra os partidos da base do Governo, contra os Ministérios. Eu disse no início e foi referendado com o Plenário com palmas que essa audiência não é contra a ninguém, é a favor do retorno ao trabalho dos demitidos. [palmas] E fique claro isso. Que ninguém se sinta ofendido porque nem pode. Se o povo está na rua desesperado e eu diria me desculpe a expressão, passando até fome, eles têm que fazer isso mesmo. Vir ao Congresso, vir à Câmara dos Deputados e pedir pelo amor de Deus, peçam só para cumprir a lei. E é isso que nós estamos fazendo nessa Audiência Pública. [palmas]

Acho que com essa pequena fala eu vou encerrar e peço então para Comissão, que a Comissão possa... Que a Comissão fique com a gente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou preocupado de não abrir tudo de novo. Fale.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] O último Decreto que a CEI está utilizando, 5.915, esse Decreto ele tem como origem uma Portaria constituída, chamada de Portaria nº. 01 que traz um grave equívoco em relação ao texto da lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os Advogados recebem e vão me ajudar a encaminhar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Precisa fazer no mínimo a correção desse Decreto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fica como proposta, correto? O Advogado me ajuda a formular. [palmas]

Então meus amigos e minhas amigas, eu quero agradecer muito a vocês. Sei que vocês... Tem aqui uma lista de entidades, não vou ler todos as entidades. Sei que todos vocês estão contemplados. Eu acho com esse momento histórico que foi uma iniciativa que quero dizer, da Câmara e do Senado. Não foi só do Senado. Foi amplamente discutido lá com a Câmara também, tanto que está aqui o Magela representando a Câmara dos Deputados. Eu quero agradecer, sei que o retorno para alguns vai ser longo, mas faz parte da luta e da vida. Sei que outros tantos vão continuar acampados aqui. Eu acho que é o momento importante. Eu saio muito animado e

esperançoso, que a gente possa... Eu já avisei aqui que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara ajudou a formular esse movimento e esse momento. Que a gente possa efetivamente ter uma resposta concreta o mais rápido possível, para que vocês não venham aqui no futuro e dizer: lembra daquela Audiência Pública tal dia e tal hora? Ficou tudo também no papel. Eu não quero ouvir isso. Confesso que eu não quero ouvir isso. [palmas] Eu quero ouvir que dessa Audiência Pública nós encaminhamos e vamos fazer de tudo para que efetivamente chegue ao Presidente Lula ou encaminhamento propostos aqui de forma democrática por todos vocês. Eu não vou abrir, pessoal. Se eu abrir de novo, eu peço o seguinte, eu vou reunir com a Comissão, vou reunir com os Advogados, para nós darmos os procedimentos aqui que eu só anotei de forma muito de rascunho. Eu estou preocupado que se eu abrir de novo nós vamos reiniciar o debate. Todos aqueles que tiverem coloquem aqui na Mesa agora na Comissão e com os Advogados.

Então pessoal, nesse momento nós encerramos oficialmente esta reunião da Comissão de Direitos Humanos, da primeira parte do objetivo dessa Comissão, mas ainda, se vocês me permitirem eu tenho que dar o encaminhamento técnico aqui. A segunda parte deliberativa dessa Comissão é o requerimento nº. 58/2007, requeremos no art. 93 a realização de Audiência Pública para tratar sobre a situação de milhares de famílias que percebem benefício do Fundo Aerus. Vocês devem acompanhar, o Aerus, o está praticamente sem nada a receber, os aposentados e pensionistas daquele fundo. Quem está propondo é o Senador Marcelo Crivella e esse Senador que nós temos mais uma Audiência Pública. E aqui ele lista todos aqueles que serão convidados para participar dessa Audiência Pública, para resolver de uma vez por todas a situação dos aposentados e pensionistas do Aerus que estão tão desesperados quanto vocês. Eles são aposentados e pensionistas e a partir de outubro e novembro passam a receber zero. Porque não tem mais o Aerus, o fundo que devia ter sido administrado corretamente e a devida fiscalização.

Eu submeto ao Plenário a aprovação desse requerimento, aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Está encerrada a presente Audiência Pública. A Comissão dos Advogados continua conosco. Um abraço a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h04.

Ata da 41ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 27 de Setembro de 2007, Quinta-feira, às Quatorze Horas, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às treze horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessarenko e Eduardo Suplicy**. Justificou ausência o Senador **Sérgio Zambiasi**. Deixa de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. A presente reunião, **convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº. 04, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, com a finalidade de dar seqüência ao “ciclo de debates sobre violência urbana, tendo como centro a violência, direitos humanos e setores discriminados”. Comparecem os seguintes convidados: Dojival Vieira – Coordenador do Movimento Brasil Afirmativo, da Coordenação do Fórum SP da Igualdade Racial e Editor de Afropress – Agência Afroétnica de Notícias; Frei Antonio Leandro da Silva – Diretor Executivo da Educafro e Coordenador do Fórum SP da Igualdade Racial; Ricardo Patah – Presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e presidente nacional da UGT – União Geral dos Trabalhadores; Marco Antonio Zito Alvarenga – Presidente da CONAD – Comissão do Negro e Assuntos Anti-Discriminatórios da OAB; Inês da Silveira representando Maria Helena – Embaixada do Samba Paulistano; e Ivonete Carvalho – Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Em suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública exprime-se favoravelmente a todas as reivindicações das entidades sindicais presentes. Em seguida, passa a palavra aos convidados para procederem às suas explanações sobre o tema proposto. Encerradas as explanações dos debatedores, faz uso da palavra o Senador **Cristovam Buarque**. Encerradas as falas dos senhores convidados, o Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal,

juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, já me chegou todo o material aqui, então a partir desse momento, avisando inclusive o pessoal que está filmando, eu declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a colocação em votação. Aprovado.

Vamos à nossa Audiência Pública, é item único dessa Audiência Pública. Nos termos do Requerimento da CDH nº 04, de 2007, aditada pelo Requerimento CDH nº 08, de 2007, autoria desse Senador e outros Senadores, foram aprovados ambos, um no dia 15.02.2007 e o outro no dia 1º.03.2007, respectivamente, para discutir o item Violência Urbana, Direitos Humanos e Discriminação. Convidados: Dojival Vieira, Coordenador do Movimento Brasil Afirmativo, da Coordenação do Fórum São Paulo da Igualdade Racial e Editor da AFROPRESS – Agência Afroétnica de Notícias, Frei Antônio Leandro da Silva, Diretor Executivo da EDUCAFRO e Coordenador do Fórum São Paulo da Igualdade Racial, Ivonete Carvalho, representando a Ministra Matilde, da SEPPIR, o Sr. Marco Antônio Zito Alvarenga, Presidente da CONAD – Comissão de Negro e Assuntos Anti-Discriminatórios da OAB, Inês da Silveira, representando o Fórum do Alto Tietê.

Muito bem. Eu queria, se vocês me permitirem, na abertura dos trabalhos, com toda a tranquilidade, não pensem vocês que alguém gostou do que aconteceu infelizmente lá na Câmara dos Deputados, mas isso é um pouco para vocês entenderem como é difícil a nossa luta, inclusive dentro do Congresso Nacional. Eu não vou comentar o que aconteceu lá porque eu fiquei muito chateado, eu acho que não merece comentário, não vou comentar, mas confesso que a indignação de cada um de vocês não é diferente da minha. Nunca aconteceu isso nessa Casa. A forma como vocês foram tratados, eu estou aqui há vinte e um anos, Dojival, e eu nunca vi ninguém, nem negro, nem índio, nem judeu, nem palestino, nem alemão nem polaco, nem italiano, de etnia nenhuma, ser tratado da forma que infelizmente eu assisti, porque eu estava adentrando a porta quando se deu aquele incidente. Isso é lamentável, é lamentável num país onde 50% da população, sem dúvida, é afrodescendente, e eu, apenas, digo a vocês que entendam qual foi a minha posição, procurei falar o mínimo e pedir para vocês pegarem as assinaturas e virem aqui para a Comissão de Direitos Humanos, onde a gente graças a Deus tem

cumprido aqui com muito orgulho o nosso mandato em defesa de todo nosso povo e de toda a nossa gente. Aqui nessa Casa, brancos e negros, pelo menos, a gente pode dizer que nunca aconteceu um incidente tipo esse. Eu lamento, eu lamento. Só fico por aqui e não quero aprofundar mas esse debate, mas é bom vocês entenderem que o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado aqui por unanimidade e não houve nenhum incidente, nenhum. Eu não sei por que essa resistência maluca lá na Câmara dos Deputados, até deles receberem um abaixo-assinado pedindo aprovação. A política de quotas, aqui no Congresso Nacional, no Senado, foi aprovada há muito tempo e foi para a Câmara de Deputados. As principais leis que esse país tem, aqui no Senado, na linha de combate ao racismo, foram aprovadas. Eu não sei por que, e vocês sabem, naturalmente, porque dessa resistência tão forte lá na Câmara dos Deputados. Só tem uma forma no meu entendimento da Câmara dos Deputados não deixar passar essa impressão para a sociedade: é aprovando sim o PL 73 e o Estatuto da Igualdade Racial [palmas]. A Câmara de Deputados está com essa dívida conosco e a melhor forma de não passar a impressão disso que vocês estão pensando e que eu estou pensando em relação ao que aconteceu lá só tem uma forma: é aprovar rapidamente o Estatuto da Igualdade Racial. Eu vou passar a palavra à mesa, mas podem saber vocês, voltem para os seus Estados, principalmente eu sei que é São Paulo, voltem tranquilos. Meu amigo Frei, a vinda de vocês aqui não foi em vão, não foi em vão, ficou marcado nessa Casa esse dia que vocês estiveram aqui e na presidência da Câmara dos Deputados. Podem ter certeza que a repercussão nessa Casa há de ser positiva para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Eu queria que esse tema, quanto ao que aconteceu lá, a gente procurasse encerrar aqui, mas queria também de público pedir desculpas para você especificamente.

SR. SINVALDO FIRMO: O que é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero, me permita isso, aceite, pedir desculpa em nome do Congresso Nacional, porque a forma que [palmas] se dirigiu a você, Sinvaldo, a forma como alguém te disse – eu vou usar esse termo educadamente – para você parar de falar, sinceramente me doeu aqui dentro. Eu nunca disse --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas não importa, não importa, aceite essa minha solidariedade, porque eu nunca, nunca, nunca me dirigi a uma pessoa dessa forma quando eu queria pedir gentilmente que ela parasse de falar. A forma foi

grave, mas vamos encerrar. Quero que aceite as nossas desculpas em nome do Congresso Nacional e eu quero supor... bom, vamos torcer para que isso nunca mais aconteça. Então nesse momento eu vou passar a palavra para os nossos convidados e vou começar com a minha amiga Ivonete, que vai falar aqui em nome da SEPPIR. Eu vou pedir, se possível, que cada um fale no máximo dez minutos, porque nós estamos também correndo contra o tempo devido à agenda de vocês. Então dez minutos, com a tolerância de mais cinco, se necessário. O assunto: o Estatuto, o Fundo, que é a PEC 2, e o PL 73.

SRA. IVONETE CARVALHO: Uma boa tarde a todos e a todas. Eu queria, inicialmente, saudar o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nosso companheiro e grande aliado Paulo Paim, que tem sido um instrumento extremamente importante aqui dentro do Senado, foi na sua estada na Câmara dos Deputados, e hoje no Senado também tem dado continuidade a esta luta, então saudando também os demais companheiros e companheiras aqui da mesa e a todos que estão aqui vivenciando esse momento histórico, porque hoje, sem dúvida alguma, nós tivemos um momento histórico nas nossas vidas. Eu acredito que é a primeira vez de cada um. Eu não vivencio nas minhas caminhadas, nas minhas trajetórias de movimento social, eu nunca vivenciei um momento como este, para mim está sendo o primeiro, trágico, e mais dolorido ainda, companheiro, que a gente vivenciou lá o “cala a boca”, mas dolorido ainda sabendo que é um companheiro nosso, um companheiro de luta. Então eu acho que isso é que dói mais, quando tu leva um tapa, quando você leva um tapa de alguém que não te representa, eu acho que a dor não é tanto, agora quando tu leva um tapa de alguém que se diz teu aliado, é como se estivesse levando um tapa de alguém de dentro da tua casa, de alguém de dentro do teu segmento. Então não tem como passar a borracha em cima desse momento histórico que nós vivenciamos hoje. Mas eu quero destacar, neste curto espaço de tempo aqui, e agradecer ao Senador Paulo Paim por ter essa oportunidade de a gente fazer essa reflexão, eu quero colocar aqui a solidariedade da Ministra Matilde, porque ela já está sabendo, ela já teve um relato de tudo que aconteceu aqui, e ela está solidária e pediu que eu transmitisse esta mensagem a todos e a todas da sua solidariedade, porque ela acabou de recebê-los lá na SEPPIR e está assim como todos nós chocada com o que a gente acabou relatando para ela que aconteceu aqui.

Mas eu gostaria de chamar a atenção de todos e todas para esse momento que deva ser um grande momento de motivação, deva ser um momento motiva-

dor para todos nós, motivador para nós que estamos no Governo, motivador para nós que estamos no movimento social, para nós que estamos no Parlamento. Isso demonstra o quanto nós temos ainda que caminhar e nos somar nesta luta que nós estamos em tudo que é canto desse país. Estamos nos quilombos, estamos nas periferias das grandes cidades, estamos no meio da criminalidade, estamos na exclusão e nós precisamos sim formar essa grande corrente. Então este momento aqui tem que ser um momento extremamente positivo, porque é histórico sim esta agenda que está sendo feita, e eu gostaria de parabenizar a organização do evento, as lideranças do movimento social que estão aqui por este momento importante, porque é isso que nós temos que fazer sim, nós temos que ter mais caravanas em Brasília, porque é aqui que está o Poder, aqui que está a cúpula do Poder e a gente sabe que, lamentavelmente, nós ainda não fazemos parte dessa cúpula. Nós, negros e negras, ainda não estamos no Poder, mas nós temos que disputar esse Poder, porque quem sabe mais adiante nós não vamos ter um negro lá na Câmara dos Deputados como Presidente da Câmara para nos receber, com certeza o atendimento, a recepção será diferente. Então nós precisamos refletir sobre isso, companheiros e companheiras, nós precisamos disputar sim esse poder, e disputar e defender o Estatuto de Promoção da Igualdade Racial, o Estatuto da Igualdade Racial, defender o Decreto 4.887, que é um Decreto estabelecido, instituído pelo Presidente Lula que faz com que os quilombos sejam reconhecidos nesse país, que as terras, que os territórios das nossas comunidades sejam de fato reconhecidos, lutar por esses instrumentos legais é uma estratégia sim de nós conseguirmos avançar na nossa luta de Promoção da Igualdade Racial, da nossa luta de igualdade, na nossa luta de protagonismo. Nós não queremos mais do que ninguém, nós queremos apenas igualdade, equidade, e aí o Estatuto da Igualdade Racial é sem dúvida esse instrumento. Ele é um instrumento que deva ser defendido sim, e nós vivenciamos isso, embora seja uma experiência muito recente, porque eu estou muito recente na SEPPIR a convite da Ministra pela experiência que nós tivemos no Rio Grande do Sul, em quilombos, projetos em quilombos, eu vim somar à equipe da SEPPIR a convite da Ministra, então é muito recente a minha estada na SEPPIR, no Governo Federal, mas eu quero dizer para vocês que a nossa caminhada, ela não se constitui agora, ela se constitui de uma trajetória de militância no Rio Grande do Sul. Embora muitos companheiros possam achar que no Rio Grande do Sul só tenha italianos e alemães, lá 14% da população são afro-brasileiros, e muito agueridos. Nós temos um movimento

muito articulado no Rio Grande do Sul, a exemplo de grandes outras capitais como São Paulo e outras capitais do país, e eu quero colocar aqui que o Estatuto da Igualdade Racial é um instrumento extremamente importante para nós avançarmos na nossa luta, e aí ações como essa que estão acontecendo no dia de hoje são estratégicas, nós temos que estar sim dentro desses espaços, temos que estar lá com a Ellen Grace, com a Ministra Ellen Grace, temos que estar com os demais Ministros, onde está o Poder nós temos que estar lá discutindo sim como fazer a diferença, como nos incluir, como promover a inclusão social. Nós somos a metade da população no Brasil, isso declaradamente, segundo o IBGE, mas sabemos que somos muito mais do que a metade da população brasileira e a sociedade brasileira tem uma dívida com o nosso povo negro e ela precisa reparar essa dívida. Então aprovar o Estatuto da Igualdade Racial é uma forma de reparar, de iniciar o processo de reparação.

Muitas outras ações terão que acontecer, como foi dito aqui, minimamente o orçamento da SEPPIR, a SEPPIR tem um orçamento mínimo para tocar as políticas de promoção da Igualdade Racial, para reparar um dano de quinhentos anos ao nosso povo, mas é um instrumento extremamente importante e nós temos que ser muito solidários à ação do Presidente Lula, à ação do Governo Federal ao criar a SEPPIR. Entendemos que a SEPPIR é fruto do movimento social, da articulação e da construção do movimento social. Se não fosse a trajetória do movimento social brasileiro com certeza nós não teríamos um instrumento dentro do Governo para tocar as políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Agora a demanda, ela é tão urgente e tão grandiosa que nós precisamos, além de um instrumento SEPPIR, precisamos sim de mais parlamentares negros, precisamos sim de um Estatuto aprovado, precisamos sim de um PL 73 e tantos outros instrumentos que a gente vem construindo na caminhada. Então eu queria deixar aqui uma palavra de muita força e axé para todos nós, e que nós possamos, que este ato de hoje possa ser um ato motivador para continuarmos na nossa caminhada, que eu tenho certeza que cada um e que cada uma que está aqui não está começando um movimento hoje, não está começando essa luta hoje, nós já estamos há muito tempo nessa caminhada, então isso deva servir para nos unir ainda mais, nos fortalecer ainda mais, e podem sempre contar com essa estrutura chamada SEPPIR e com esta Casa [soa a campainha] aqui com o Senador que tem sido um grande aliado nosso. Um grande axé a todos e uma boa agenda em Brasília para todos e todas. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra de imediato ao Frei Antônio Leandro da Silva, Diretor Executivo da EDUCAFRO e Coordenador do Fórum São Paulo da Igualdade Racial.

FREI ANTÔNIO LEANDRO DA SILVA: Boa tarde a todos e a todas. Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, meu querido Dojival Vieira, homem batalhador, Exmo. Sr. Dr. Marco Antônio Zito, da CONAD, que tem desempenhado um papel fundamental e importante nesta luta, uma luta aguerrida, propositiva e, ao mesmo tempo, comprometida com a nossa luta. Minha querida Inês, pelo seu trabalho no Fórum de Tietê, Alto do Tietê, uma mulher também aguerrida, firme na luta e batalhadora, quero parabenizá-la. E também a minha querida assessora aqui da SEPPIR, representando a Ministra Matilde, Ivonete, fica registrado aqui também a sua presença como uma mulher e, com certeza, está trazendo esse apoio ao Fórum.

Meus queridos quilombolas, amigos e amigas, nós somos vitoriosos neste dia, fomos vitoriosos, somos vitoriosos. Não podemos perder de vista esta luta por tudo que ocorreu. A saga da viagem desde ontem, dezesseis horas, passando as dificuldades, até esse momento em jejum, demonstra a nossa firmeza, a nossa força que não pára por questões tão pífias ou com incidentes irrelevantes por causa talvez da incompreensão do Presidente da Câmara dos Deputados Arlindo Chinaglia. Essa luta começa agora, vamos às ruas, vamos continuar firmes, altivos, porque não é de hoje que os espaços sociais foram nos negados. Mais de trezentos anos ficamos na senzala e a senzala hoje, no imaginário do nosso povo preto e pardo, representa o morro, as favelas. Continuamos, meu querido Dojival, na senzala, e quando saímos da senzala e ocupamos espaços outros em que uma elite branca sempre esteve presente, manda nos calar. Mas jamais nos calaremos porque nós acreditamos no axé, na força que brota do nosso povo, que brota da nossa luta desde os quilombos, desde Zumbi dos Palmares, cujo ideário era construir uma sociedade em que todos pudessem de igual forma ter acesso aos bens dessa sociedade.

Portanto, eu conclamo nesta manhã ou nesta tarde para darmos continuidade a esta luta nossa que não pára por aqui. Sairemos daqui com certeza vitoriosos. Senador Paulo Paim, parabéns pelo seu empenho, pela sua forma de agir e pela sua atitude frente à realidade sócio-racial em que vive a nossa população afrodescendente. O senhor está de parabéns pela sua postura de homem público e comprometido com a sociedade brasileira e, especificamente, com nós, pretos e pardos, nesta luta. Todos nós sabemos e conhecemos

o seu trabalho veemente nesta Casa através dessa Comissão dos Direitos Humanos, e o senhor, como o mentor intelectual do Estatuto da Igualdade Racial, merece todo o nosso apressado e reconhecimento, e a sua forma pela qual nos acolheu agora mesmo da presidência do nosso Arlindo Chinaglia, um homem que entra e traz a compreensão, o sentido da empolgação de homens e mulheres que não tiveram e não tem espaço de falar, e hoje, naquele nosso intuito espontâneo, manifestamos a nossa vitória, estávamos ali a cotejar a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial cujo os artigos rezam o direito à saúde, o direito à educação de qualidade, o acesso ao ensino superior nosso, cujo os índices pífios de 4% dos nossos jovens pretos estão na universidade, que em comparação com a população de mais de 50% entre pretos e pardos é vergonhoso para uma sociedade que se diz democrática, e, além do mais, Senador, temos que democratizar os meios de comunicação social, temos que democratizar as Instituições de Poderes, aí sim teremos espaços viáveis nesta sociedade.

Sr. Presidente dessa Comissão, eu quero deixar registrado nesta Casa, pela primeira vez tomado pela emoção, pelo sentimento ao mesmo tempo de alegria em poder estar falando neste coletivo, o debate vai continuar, ele não pára, não podemos baixar a nossa cabeça por conta de eventual incidente que ocorrerá nesta manhã, devemos continuar o debate em São Paulo, na base, nas Instituições, vamos fazer uma campanha de e-mails divulgando esse fato desta amanhã [palmas]. É isso, vamos fazer uma campanha mostrando a atitude de Arlindo Chinaglia em como recebeu o nosso povo, mandando líderes, líderes reconhecidos e que tem compromisso com a nossa causa, que se calassem. Jamais nos calaremos diante de uma elite opressora e mesmo naqueles que dizem que vem da base e que, quando estão no Poder, ao invés de nos acolhermos, compreendendo esta população, terminam nos ameaçando mais ainda. Mas venceremos, faremos esta campanha via e-mail.

Dr. Zito, a sua presença muito nos empolga, nos anima pela sua atitude, pela sua sinceridade e compromisso neste momento em que iniciamos a partir de agora, e o senhor será o nosso parceiro nesta luta, bem como a EDUCAFRO, com certeza, e aqui vamos tirar essa pauta, quem sabe, com o Senador Paulo Paim, para que possa agendar com o Arlindo Chinaglia uma reunião conosco em São Paulo para que ele se explique dessa sua forma [palmas] e tenha conhecimento do Estatuto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

FREI ANTÔNIO LEANDRO DA SILVA: Isso, muito obrigado, isso nos empolga também, dizendo o seguinte: que terça-feira todos, todas as Instituições, e eu faço questão de citar a APNs – Agentes de Pastoral Negros, Fala Preta, Sindicato dos Comerciantes, muito obrigado, na pessoa aqui da Isabel, do Sr. Patah, que tem também vindo nesta luta somar conosco [soa a campanha], o Instituto Padre Batista, na pessoa da nossa companheira, na pessoa do Sinvaldo, que também representa o Deputado José Cândido, que tem dado uma força, tem participado das nossas reunião, tem ido às ruas acolhendo, coletando assinaturas. Obrigado também à presença da Dra. Regina, da CONAD, que sempre esteve presente no fórum, nas ruas, na campanha. Obrigado ao nosso irmão aqui Babalorixá(F), de matriz africana, Paulo Paim, que com certeza o Estatuto também reza a respeito das matrizes africanas e o respeito que devemos ter às matrizes africanas. Obrigado aos nossos jovens da EDUCAFRO que tem batalhado, seja na baixada santista, seja no interior, com afinco, acreditando na luta em favor das quotas e queremos quota para hoje, não para amanhã ou daqui há cinquenta anos, um estudo de ensino fundamental e médio de qualidade, mas queremos quota hoje nas nossas universidades públicas, aliás, já são quarenta universidades públicas federais e estaduais que já adotaram de uma forma ou de outra alguma ação afirmativa, entre outras, as quotas e, por esta razão, a luta não pára, ela continuará, Dojival, e vamos às ruas apostando nesse nosso potencial. E eu lanço um desafio: vamos sair daqui de cabeça erguida, porque nós acreditamos na luta [palmas] e esse é um povo que luta porque tem vida, tem fé e acredita na superação.

Sr. Presidente Paulo Paim, a primeira vez que eu o encontrei — [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Segura peão, é a emoção [palmas].

FREI ANTÔNIO LEANDRO DA SILVA: — Muito bem, obrigado. Obrigado, depois a gente fala mais, eu estou sem condições.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se batermos uma salva de palmas bem forte ele volta [palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Axé.

FREI ANTÔNIO LEANDRO DA SILVA: Axé, irmão, axé [palmas]. A questão é do compromisso, porque a forma pela qual o Senador Paulo Paim nos recebera, tanto em São Paulo, na OAB, no encontro solicitado pela CONAD na pessoa do Dr. Zito, e aquele homem, o Senador Paulo Paim, nos passava tanta energia, positividade, uma luta pró-ativa, acreditando na base, e nós, tão empolgados, coletamos tudo isso,

cem mil assinaturas. Foi um outro pólo da coisa pela forma pela qual Arlindo Chinaglia não compreendia o movimento. Pudera muito bem ter sentido o clima, considerado, elogiado e ao mesmo tempo compreendido aquela situação, mas, acredito eu, que esta força aqui é que vai nos mostrar que a luta não pára, ela continua, e que nós temos com certeza determinação interna de voarmos, alçarmos vôos em busca da aprovação do Estatuto, em busca da aprovação de quotas, PL 73/99 e também da proposta à Emenda Constitucional 02/2006. Seremos vitoriosos e cantaremos essa vitória com certeza, e aquela elite, uma elite branca de classe média que utiliza da mídia para descaracterizar o nosso movimento e inclusive líderes do movimento negro que se colocam contrário a esta luta é porque entraram na ideologia de uma classe dominante que sempre dominou e deseja dominar este país, e não deseja que nós, como pretos e pardos, indígenas, mulheres, sejamos promovidos e tenhamos oportunidades. Mas nós venceremos, venceremos porque se tivéssemos nesse Senado, como também na Câmara dos Vereadores, 50% de líderes comprometidos com a causa do povo negro, o Estatuto já teria sido votado [soa a campanha] como foi votado o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Mulher, o Estatuto da Criança, e ficamos mendigando aquilo que é de direito nosso, nós tivemos os nossos direitos ao longo de todo esse tempo alijados, mas nós venceremos porque saberemos com quem contamos neste momento. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato passo a palavra à Sra. Inês da Silveira, representando aqui o Fórum da Igualdade do Alto Tietê, ela é a Coordenadora Geral.

SRA. INÊS DA SILVEIRA: Boa tarde a todos e a todas, ao Senador Paulo Paim obrigado por ter nos recebido nessa Casa --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permite, por falha minha aqui, eu quero registrar a chegada conosco aqui do Ricardo Patah, que é o Presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo [palmas], Presidente Nacional da UGT – União Geral dos Trabalhadores, e me permita, Ricardo, dizer que a sua demonstração aqui na mesa e o trabalho que você está fazendo lá na sua Central Sindical e junto aos trabalhadores do comércio é uma demonstração que essa luta é uma luta de todos, de brancos e negros. Que ninguém entenda ou acha que nós vamos vender a imagem de que não há negros e brancos comprometidos com essa luta. Eu sempre dou o exemplo do tempo que eu estive na África do Sul, no tempo quando o Mandella estava ainda no cárcere, eu estive lá com a Winnie Mandella, fui em inúmeras reu-

niões com negros e também brancos comprometidos, e aqui você representa esta posição dos brancos e negros comprometidos efetivamente com a igualdade, com a liberdade, com a justiça e a não discriminação como houve hoje infelizmente [palmas].

SRA. INÊS DA SILVEIRA: Boa tarde ao Senador Paulo Paim, aos companheiros de mesa e à SEPPIR, que tem como representante a Ivonete, e a todos os presentes. Estou falando aqui em nome da mulher. Nós, mulheres temos um papel muito importante nessa luta contra a discriminação a favor do Estatuto e a favor do PL 73/99. É importantíssimo que nós passemos às mulheres que ainda não têm consciência da nossa luta do quanto a nossa luta representa a igualdade social e a busca de uma Nação para esse país. Porque ainda nós, enquanto mulheres, temos que buscar o nosso espaço, porque nessa Casa são poucas as mulheres que atuam e nessa Casa são poucas as mulheres que abraçam a nossa causa. Por isso é importante que nós falemos com todas elas, as que estão no Poder e as que não estão, porque as que não estão é que vão fazer a alavanca da conscientização das mulheres que vão para o Poder, porque elas só estão no Poder porque nós a colocamos lá.

É lamentável que hoje nós tenhamos sido recebidos dessa forma pelo Presidente da Câmara, é lamentável que uma pessoa que deveria o equilíbrio tenha perdido o equilíbrio ao receber pessoas de várias comunidades do maior Estado do Brasil, que é o Estado de São Paulo, e com representantes de outros Estados, como o Vice-Prefeito de Santa Catarina. É lamentável isso, mas nós não devemos nos esmorecer. Para nós é um ganho também, porque a gente sabe com quem a gente está lutando, quem são os nossos parceiros e quem não são e qual o caminho que nós devemos seguir para que esses parceiros abram o caminho contra esses que não são nossos parceiros, porque são brasileiros também e eles poderão mudar de decisão e de posição, mas vai caber muito a nós, ao nosso trabalho. Portanto, a nossa vinda aqui não foi em vão, ao contrário, é mais uma luta e nós vamos continuar lutando, nós vamos vencer essa batalha. Nós temos várias batalhas a perseguir e a percorrer, essa daqui é uma delas, e a gente sabe que a gente tem os nossos companheiros aqui, a SEPPIR, o Senador Paulo Paim e outros representantes e outros aliados da Casa, mas para isso é necessário que nós não nos abalemos com esses acidentes e incidentes e esses fatos horríveis que acontecem na nossa trajetória de luta.

A mulher negra vem hoje sofrendo inúmeras consequências de operações mal feitas, ela é mal atendida na saúde, mal atendida no trabalho, e o Estatuto

da Igualdade Racial, através da Lei 10.639, ela vem com a história da África nos curriculuns escolares, a ajudar muito nesse resgate. Toda a população brasileira vai ganhar, mas quem vai ganhar mais vai ser a mulher, porque vai mostrar que a mulher negra, ela sempre foi o berço e o esteio da casa. Ela sempre foi a que mandou e comandou toda a trajetória, mas ela nunca apareceu nessa trajetória, e essa consciência nem mesmo a mulher tem, por isso que é necessário que nós, mulheres negras, passemos essa consciência aos menos esclarecidos. É importante que essa conscientização da mulher negra na batalha do dia-a-dia, na somatória de todos os seus afazeres, não seja esmorecido por atos que aparecem como pedras no nosso caminho. E é importante também que as mulheres tenham consciência que somos a maioria na eleição. Escolher os parceiros que nos representam de fato, como os nossos colegas aqui de mesa já disseram, não basta a cor da pele. Temos que ter aliado de cor de pele e conscientizá-lo também, porque muitos, quando sobem um degrau, esquece que é negro, mas ele sabe perfeitamente que a sociedade branca não o acolhe, mas ele finge porque o poder econômico que nós não podemos ignorar, que é o capital que nós vivemos, proporciona uma certa estabilidade temporária, mas ele sabe que a todo momento ele sempre é visto de maneira diferente, e fingir não deve ser o nosso caminho, porque é muito importante ser feliz, e nós, povo negro, sempre fomos felizes, mesmo na pobreza, mesmo na riqueza sempre fomos felizes porque nós trazemos essa genética da felicidade, a busca pela sociedade, a coletividade que vivemos, nós negros sabemos viver em coletividade e isso é a nossa marca que faz a gente buscar sempre a paz, a igualdade, e essa busca da paz e da igualdade através do Estatuto da Igualdade Racial nós vamos conseguir, por isso não podemos esmorecer.

As mulheres negras com dez, doze anos, estão sendo muito atingidas pela falta de orientação, por isso esse Estatuto é muito importante. Com o conhecimento a pesquisa já diz: a mulher que tem mais conhecimento, ela tem menos tempo de ser mãe fora da sua idade. A mulher que tem menos instrução, ela passa a ser mãe mais jovem e aí ela perde todo o seu sonho, e essa busca da identidade brasileira negra é muito importante para nós mulheres, para nós mulheres como um todo e, principalmente, para nós mulheres negras. Eu agradeço à mesa pela oportunidade. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra nesse momento ao nosso sempre amigo, companheiro, Marco Antônio Zito Alvarenga, Presidente da CONAD – Comissão de Negros e

Anti-Discriminatórios da OAB/SP, e dizer também para ti, me permite Zito, da minha chateação, pela forma e o carinho com que vocês me tratam quando eu vou a São Paulo. Dizer também a você, Dojival, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Comerciantes, Metalúrgicos, me tratam com carinho, eu vou lá e falo em nome do Congresso Nacional. Sou tratado lá como se fosse... eu diria que sou tratado da melhor forma possível que eu poderia imaginar, e quando vocês vêm à nossa Casa eu tenho que estar pedindo desculpas para vocês. Então, mais uma vez, aceitem também os dois as minhas desculpas com relação ao que aconteceu na Câmara dos Deputados.

DR. MARCO ANTÔNIO ZITO ALVARENGA:

Senhoras e senhores, boa tarde, membros da mesa, Senador Paulo Paim, Ricardo Patah, o chamado negro de todas as cores, representante do SEPPIR, a colega que terminou de se manifestar agora com brilhantes palavras, Frei Leandro e Dojival, um guerrilheiro. Só que as pessoas acham que guerrilheiro é aquele que luta atrás do mato, da moita, no sentido de atacar por de trás. Dojival não é assim, Dojival tem um perfil diferenciado, ele fala de pronto, como dizia a minha saudosa mãe, na lata. E essa liderança forte e contida, mas escorada em movimentos sociais, em participação efetiva, é que faz dele um grande representante do nosso movimento. E por ter certeza que essa amizade aqui não foi construída só com afagos, não é Dojival? Nós batemos, discordamos, mas estamos juntos porque a causa é única, Dojival. A estratégia pode ser diferente, mas jamais será de esquecer aqueles que estão conosco nessa luta.

Senador Paulo Paim, já disse isso, já disse essas palavras quando V. Ex^a. esteve pela segunda vez na Ordem dos Advogados, querendo fazer justiça, inclusive por solicitação nossa, mas por articulação básica no movimento que hoje se apresenta onde demos o pontapé inicial e com a participação do Dojival. Na primeira vez, Senador, o senhor emocionou e ficou emocionado. E emocionou quem? Emocionou conselheiros, senhor, pessoas que não eram na verdade afeitas à discussão da questão do tema racial, e não me esqueço que a mesa composta tinha atrás uma segunda composição só de conselheiros de outra origem, que naquele momento, há quase quatro anos atrás, eram contra as quotas, eram contra especificamente porque na verdade eles rotulam especificamente o Estatuto como Estatuto da quota, mas ele é mais amplo, não há o que se discutir. Emocionou e ficou emocionado e em seguida o senhor deu força à Comissão, a Comissão começou a ser vista de outra forma, de uma forma efetiva que me faz hoje estar aqui presente [palmas]. Podem ter a certeza, eu lembro da

história de grandes líderes que me antecederam e que por circunstância de agenda de Comissões não conseguiram levá-lo, que tiveram uma história bonita de condução maravilhosa, mas jamais quando emoldurada pela sua participação. É uma obra clara, que é de coragem, é no sentido de enfrentar aqueles que muitas vezes não nos compreende, vou ser bondoso para com eles, não nos compreende. E V. Ex^a. voltou a segunda vez, e antes disso V. Ex^a. fez um evento e fez um convite, e a Vice-Presidente, que é a Dra. Márcia Milaré, até para rebater alguns termos colocados em um momento não tão agradável que antecedeu a essa reunião, ela disse e pontuou: "Marco, você vai, mas com o compromisso do Senador voltar, com o compromisso do Senador retomar a discussão sobre o tema posto naquele momento há três anos atrás". Conseguimos fazer isso. Infelizmente faltou tempo e as atividades de V. Ex^a. fez com que o retorno com certeza se distanciasse um pouco, mas que nós nunca perdêssemos o foco ou o vínculo. Eu me lembro muito bem de uma questão muito pessoal, eu acho que talvez eu seja o mais beneficiado dessa relação com V. Ex^a. Alguma das pessoas aqui não sabem, mas eu fui indicado para Desembargador Federal do Tribunal Regional da Terceira Região, passei na arguição da Ordem, passei na arguição da Ordem em Brasília, fui o segundo mais votado no Tribunal Regional Federal [palmas], com aquelas notas: "mas o senhor tem esse curriculum?" Tenho, faz parte na verdade, esse curriculum na verdade é produto da labuta, da luta da minha avó, da minha mãe, do meu pai e de toda a minha família. E voltei, vim. Fui o segundo colocado. O primeiro colocado foi o Dr. Antônio Carlos Sedenho(F) com trinta e cinco votos e eu vim com trinta e quatro num Colegiado de quarenta, com cinco abstenções, o terceiro lá embaixo. Eu participei, e o primeiro apoio, porque na verdade o procedimento, após essa fase, é levar o nome ao Presidente da República, e o primeiro apoio que eu tive nesta Casa foi de V. Ex^a., V. Ex^a. era à época Vice-Presidente do Senado. Nós tivemos uma relação mais forte e isso me deu força, corri todos os gabinetes, consegui apoio, mas quis Deus que a opção do Executivo fosse outra e cá estou como representante da Ordem dos Advogados. Então esse vínculo com V. Ex^a. fez com que eu amadurecesse e enxergasse a luta que nós temos que travar, luta essa que quando você sai dos limites dos nossos meios, dos nossos semelhantes, dos nossos iguais, em proporção de melanina, você toma paulada, desculpe o termo, você muitas vezes é achincalhado, e isso também experimentei numa entrevista que dei a um determinado site jurídico, dispo de peito aberto, porque é tão difícil a mídia muitas vezes dar publicidade às nossas lutas, e a Ordem tem

feito isso. Na medida que aqui estou, como coloquei, na verdade faz com que a Ordem não só venha a reivindicar e dar apoio no enfoque legal para as reivindicações mas também faz com que eu, em decorrência da minha origem, tenha a oportunidade de verbalizar, de levar a todos a nossa posição, que mais solidificou, e hoje a Comissão é um braço forte. Se aqui estou, estou com a anuência da diretoria. Se aqui estou é porque comungo das idéias, numa luta que não é partidária, haja visto que recebemos “Ns” Deputados do Governo ao Governo em situações, Senadores, porque lá é uma Casa de debate. E se esquecem na verdade, Senador e senhoras e senhores, que o que nós pedimos é o que vem sendo negado. Primeiro nós pedimos o que? Que seja votado, que cada um com o seu livre arbítrio manifeste a sua posição e mostre a sua cara. Essa é a questão, que diga --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aqui o voto não é secreto.

DR. MARCO ANTÔNIO ZITO ALVARENGA: -
– Exatamente, e que se diga na verdade: “não quero, não quero por causa disso”, e que tenha, na verdade, um posicionamento claro e assuma a sua responsabilidade [soa a campainha]. A partir daí queremos a aprovação sim, e por que queremos a aprovação? Queremos a aprovação do Estatuto porque, na verdade, seguindo as palavras de Dojival, hoje eu reli o Estatuto, o Dojival numa viagem anterior disse: “eu li o Estatuto e quem é contra é um absurdo”. Não tem nada que possa culminar com chamado embute entre raças. E mais do que isso, ele é constitucional, por que é constitucional? Porque uma série de universidades têm adotado, aliás, mais exatamente, quarenta e sete universidades têm adotado o regime de quotas, [ininteligível] com peculiaridades, com características próprias, seguindo a legislação estadual, mas com base na Constituição, e o Judiciário, pontualmente, tem manifestado favorável ou contrário. Então essa Casa tem que dizer o que ela quer: se ela quer na verdade o desconhecimento da história do povo negro ou se ela quer na verdade o reconhecimento e a inclusão do nosso trabalho, do trabalho dos nossos antepassados, da construção maravilhosa da qual todos nós participamos. Então não há como, na verdade, se assustar com os movimentos iguais ao que nós presenciamos, que se de um lado encontramos alguém que é contra e agindo, porque ser contra é uma situação que se respeita, o que não se pode ser é desrespeitoso, o que não se pode ser é mal educado, o que não eu não posso é ser aviltado [palmas] na minha integridade física, na minha integridade moral, na minha integridade na verdade, pois os que aqui estão se encontram em decorrência do nosso voto, do nosso voto. Já se dizia

lá atrás, na Grécia antiga, repetido nos mais diversos alfarrados(F), legislações, livros vai, que o Poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido. Nos receber não passa nada mais do que uma obrigação, é dever, pois quando desejam o nosso voto é cafezinho, água, promessas aos borbulhões. Então nos receba com educação, porque quando os recebemos em nossa Casa e muitas vezes até desacordando de posicionamento, é tratado com respeito e dignidade, e é dignidade que o povo negro quer, é respeito que o povo negro quer, é reconhecimento que o povo negro quer, e não quer na verdade que esse respeito decorra do afastamento da sociedade, quer sim ser incluído, reconhecido, quer ter mais Deputados nesta Casa, quer ter mais Senadores nessa Casa, quer ter participação efetiva no Executivo, não só numa Secretaria maravilhosa como a SEPPIR, mas também em outras Secretarias, Ministérios, que na verdade possam manifestar e demonstrar que temos capacidade. E temos, Senador, só que os nossos talentos continuam a ser colocados à margem porque não querem nos respeitar, não querem reconhecer a nossa força. Num mundo moderno, do terceiro milênio, posições arcaicas continuam a serem postas goela abaixo do seguimento de parte da nossa sociedade.

Por isso, Senador, a luta daqueles que aqui estiveram trazendo cem mil assinaturas, vão voltar felizes [soa a campainha] para as suas casas, sabedores do cumprimento de terem cumprido a sua missão, ficam reconhecidos e emocionados pela sua atitude. Sabemos que a luta não será fácil, mas lutaremos, lutamos. V. Exa. cita muito bem os anseios do Rio Grande do Sul, que lutaram até a morte em troca da liberdade e pouco foram reconhecidos e a história pouco diz. Estivemos em outros momentos, mas muitas vezes, todas as vezes para ser mais exato, não lembrados. E, por isso, senhoras e senhores, podem ter a certeza que a Ordem dos Advogados do Brasil Federal está conosco, tanto é que criou uma Comissão específica para discutir e promover a questão da promoção da igualdade. Unanimidade não teremos, mas seremos voz(F). A Ordem dos Advogados de São Paulo, através da CONAD, estará presente sim a todo o momento possível, estaremos em busca da inclusão social para afastar de forma contundente do nosso meio a discriminação racial, o preconceito e toda forma de exclusão. Meu muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, nesse momento, ao nosso companheiro de lutas sindicais Ricardo Patah, Presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e Presidente Nacional da UGT – União Geral dos Trabalhadores, só para dizer que eu estive lá a convite de toda essa mesa aqui para visitar o belíssimo trabalho

que estão fazendo lá, da conquista das quotas e dos espaços para o povo negro mediante a sua liderança. É muito importante eu dar esse depoimento aqui, que você deve ser o único caso no Brasil de ter botado num acordo coletivo a política de quotas para o povo negro. Então os meus cumprimentos, é com alegria que eu lhe passo a palavra.

SR. RICARDO PATAH: Ilustre Senador, quero cumprimentar a dona Ivonete, a dona Inês, o meu amigo Frei Leandro, o Zito, o meu companheiro Dojival e principalmente aquelas pessoas, mulheres, homens, que lotam este Plenário da Sala III, isso realmente deixa o nosso coração apertado e a nossa responsabilidade aumentada.

Mas quando eu estava saindo lá de São Paulo veio uma companheira lá, colaboradora do sindicato, apesar de eu ter cinquenta e três anos eu não gosto que me chame de senhor, a Cléo sabe, sendo que ela disse: "Sr. Patah, Sr. Patah, o senhor está indo lá para o Senado, não esqueça de levar, tem mais essas assinaturas, não esqueça, não esqueça", quer dizer, é o compromisso, não é Cléo, é o compromisso que não é do Ricardo Patah, não é da Cléo, da Isabel, das pessoas que vieram, do Rogério, dos companheiros dos Comerciantes que aqui estão, mas é de todos aqueles que estão imbuídos efetivamente num caminho que é da democracia, porque não existe democracia onde não há igualdade e oportunidade, não existe. Todo mundo fala: "democracia é votar, é fazer isso". Tudo bem, tudo faz parte, mas a democracia é quando a gente anda e nós todos somos respeitados da mesma forma, independente da nossa origem.

Mas Senador, amigos e amigas, hoje é um dia muito especial para mim, e até quando as coisas conspiram, eu sempre falo, conspiram contra, mas hoje conspiraram a favor, porque são dois eventos importantíssimos que eu estou participando e que são eventos sonhados e muitos deles construídos, como é o caso do Sindicato dos Comerciantes ser o único, provavelmente ainda, infelizmente, Sindicato a ter quotas para o trabalho. Mas hoje nós estamos tendo na nossa colônia da Praia Grande um evento dos rurais. Quando nós tivemos o nascimento da UGT, no dia 21 de julho, dois fatores foram fundamentais para nós: a questão da igualdade e oportunidade, essa que eu vou falar rapidamente aqui com os senhores e com as senhoras, e principalmente com a questão dos excluídos, e para mim não existe mais atentado com relação a trabalhadores e pessoas como no mundo rural, para mim não existe pessoas mais excluídas, e pode ter a certeza, aqui todos sabem, que muitos que estão lá são negros, muitos dos que estão lá, mas são os maiores excluídos hoje, que vivem, mexem na terra, fazem da

terra florir, fazem da terra nos alimentar e são aqueles que menos alimento têm, menos espaço para moradia têm e menos capacidade de possibilidade de vida têm, porque inclusive hoje é uma coincidência, porque não era para ser hoje esse evento, era para ser dia 12, não é isso? Então eu tinha marcado dia 27 porque no dia 12 eu estaria aqui de qualquer jeito, mas foi marcado exatamente no mesmo dia, então dois fatos fundamentais na minha vida e na vida da UGT nós estamos trabalhando e trilhando.

No que tange hoje à questão do Estatuto e que eu coloco que a partir, não de agora, mas hoje com muita mais força, tanto o Sindicato quanto a UGT serão defensores enfáticos tanto no site, jornais, dessa questão, porque enquanto essa questão não for resolvida nós não vamos parar de ... a Cléo está aí, a Cléo é a nossa diretora que está sempre nas lutas, nós não vamos sair das ruas no sentido não só de colher as assinaturas [palmas], mas vamos ... Mas por que, meus amigos e amigas, nós, Comerciantes, nós da UGT, estamos nessa atividade e que nos orgulha profundamente? Porque há alguns anos, eu vou falar muito rapidamente para que vocês saibam por que nós estamos fazendo esse trabalho com tanto afinco, com tanto amor, porque há alguns anos atrás, numa atividade que fizemos com o DIEESE, descobrimos que na área do comércio, em São Paulo, nós tínhamos dois graves problemas. O primeiro é que quando o negro está trabalhando ele recebe 54,7% do branco, quase a metade, quer dizer, no mesmo trabalho o branco ganha o dobro praticamente do negro. Isso já é um problema de uma dimensão que nós não conseguimos absorver até hoje. E o segundo é que muitos empresários preferem pagar o dobro para o branco e não contratar um negro. Quando nós soubemos disso, Senador, foi um susto, nós falamos: "não é possível", porque tinha sempre o tal do achismo, nós visitamos Shopping e etc e nunca percebíamos realmente o negro trabalhando, mas uma coisa é o achismo e outra coisa é uma pesquisa científica, é uma verificação da realidade, e essa realidade nos deixou realmente muito impressionados e muitos preocupados. A partir daí nós iniciamos um processo de tentar despertar no meio empresarial a possibilidade de diminuir ou acabar, logicamente, com essa discriminação odiosa, e conseguimos num primeiro momento com as Lojas Colombo e depois num segundo momento com as próprias Casas Bahia, várias empresas, elas foram muito atentas e participaram conosco desse grandioso desafio e, depois, o maior de todos, uma Convenção coletiva de todos os supermercados de São Paulo. Como nós estamos em negociação agora no mês de setembro e o Estado de São Paulo inteiro está participando, nós

colocamos isso como um desafio para o Estado inteiro de São Paulo, para que a assinatura da Convenção que deverá ser daqui uns dez dias tenha a quota de negros no Estado de São Paulo inteiro.

Isso será, Senador, uma grandiosa vitória [palmas]. Senador, quando se pega uma tabela feita pelo DIEESE e vê nas capitais quem está desempregado, aí a gente percebe Belo Horizonte, 36% dos não negros está desempregado, e dos negros, 63% dos negros em Belo Horizonte estão desempregados. Mesmo quando se pega mesmo aqui na nossa capital, a gloriosa capital do nosso país, 31,6% dos não negros estão desempregados, 68,4 % dos negros estão desempregados. Quando se pega Recife, 20,8% dos não negros estão desempregados, e os negros, 79,2% dos negros estão desempregados. E Salvador? Salvador, 9,7% dos não negros estão desempregados e 90% dos negros estão desempregados. Mas meus amigos, minha amigas, Senador, como é que nós podemos ficar com esses números, que não são meus, são do DIEESE, uma entidade tão reconhecida no nosso país, como é que nós podemos permitir essa situação? “Não, não tem discriminação. Patah, você com essa quota quer criar a luta de raça, quer criar a luta, a luta”. Mas meus amigos, minhas amigas, será que nós queremos criar a luta ou essa questão que está posta dessa forma já não nos deixa de forma absolutamente... é... não tem palavras, qual é a palavra diante de números dessa dimensão? E é por isso, Senador, componentes da mesa e principalmente as pessoas que estão na platéia, porque essas pessoas que estão na platéia são aquelas pessoas que estão na rua colhendo assinaturas, que estão de porta em porta colocando essa mensagem [palmas], são essas pessoas que aqui estão, e esse número que aqui está é um número que nós estamos a cada momento potencializando um aumento. Nós vamos fazer realmente um grande exército, é o exército da igualdade, da oportunidade, é o exército que estará servindo o nosso Senador nessa trilha do caminho da democracia que sonhamos e são essas pessoas que estarão colocando a voz da paz, a voz da igualdade, porque quando nós iniciarmos um processo de mudanças nesse aspecto, onde esses números estarão alterados, o Brasil será outro, o Brasil não será esse da corrupção deslavada onde quase todas as Casas, infelizmente, Casas essas que governam o nosso país tem a podridão.

Nós estamos aqui exatamente no caminho de tirar isso, o mal pela raiz. Qual é o mal? É a discriminação, a discriminação que gera corrupção [palmas], a corrupção que gera desemprego, e nós não vamos piro ir isso. O movimento sindical e com certeza todos os movimentos articulados e sob a orientação e sob

o seu comando, porque, Senador, o senhor é um homem que não só nessa batalha é fundamental, mas é um homem que teve a coragem de rasgar a Constituição quando queriam mudar o salário mínimo. Quem é que fez isso no nosso país? Teria que ser um Senador como esse daí, é um Senador que quando é para lutar pelo salário mínimo, quando é para lutar pelo povo, ele está sempre presente, e é por isso que nós temos o orgulho de estar trabalhando ao seu lado e temos o orgulho de estar fazendo dessa atividade uma atividade cívica, como já tivemos as Diretas Já, como nós já tivemos inclusive a democratização do nosso país, em princípio, porque para mim ainda não existe, mas vamos ter agora a igualdade e a oportunidade, e é através disso, é isso, é esse documento que vai trazer ao Brasil o respeito por todos nós, isso é que vai trazer ao Brasil o fim da corrupção, isso que vai trazer ao Brasil o início da distribuição de renda e o respeito pela população brasileira. Com isso, meu Senador querido, eu tenho muito orgulho, principalmente sempre tivemos um apressado ao seu trabalho, mas na oportunidade em que estive na sede dos Comerciantes de São Paulo, as suas palavras ecoam até hoje. O seu olhar, o seu sentimento, até hoje é sentido por todos que lá estiveram, e principalmente por mim, como Presidente daquela entidade, e é por isso que nós estamos aqui, não só eu, têm vários companheiros do Sindicato e vários companheiros de várias atividades, EDUCAFRO, entre outras entidades que estão nessa luta, e nós queremos é estar no seu comando, lutar mais para fazermos efetivamente democracia no país. Meus companheiros, eu tenho na realidade é um prazer muito grande de estar aqui e agradeço vocês me ouvirem e me dar oportunidade de usar o microfone da democracia do país. Obrigado, pessoal [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora vamos ouvir o nosso companheiro e amigo Dojival Vieira, que é o Coordenador do Movimento Brasil Afirmativo, da Coordenação do Fórum São Paulo da Igualdade Racial e Editor da AFROPRESS – Agência Afroétnica de Notícias. É com alegria, Dojival, que a tribuna do Senado da República está à sua disposição, e quero te dizer que para mim foi uma grata satisfação também te conhecer nessa bela encaminhada de todos nós. Está com a palavra.

SR. DOJIVAL VIEIRA: Obrigado. Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a todos vocês que estão com fome, como nós todos aqui, mas que viajaram a noite inteira, com pneu furando, Senador, e está todo mundo aqui firme, e queria cumprimentar a mesa. Começo pelo nosso companheiro Zito e agradeço, Zito, de coração, a generosidade das suas palavras. Eu só acredito em amizades verdadeiras, Senador, basea-

das na verdade. Por mais duros que sejam os nossos embates, eles, se são verdadeiros, eles servem para que mutuamente crescamos, e quando a nossa causa é nobre, é a nossa causa que nos orienta. Por isso, Zito, eu tenho muito orgulho, quero dizer para você do meu enorme orgulho e quero registrar aqui publicamente, nós que já tivemos enormes divergências, está certo, mas sempre pautados por essa nossa grande causa. Você hoje, Zito, diante da truculência, diante da violência de um sujeito que ou estava visivelmente desequilibrado, aliás, quero confessar aqui para vocês que eu já estranhei quando, ao cumprimentá-lo, ele se dirige dizendo que eu já tinha sido mais elegante. Ao contrário, eu me considero hoje muito mais elegante. Eu acho estranho alguém cumprimentar uma pessoa, “você já foi mais elegante”. Vocês ouviram isso, mas ou foi movido pelo desequilíbrio ou foi movido por aquilo que eu classifico, Senador, como a cobra no quarto escuro que é o racismo brasileiro, é o racismo invisível, camuflado, basta que alguém o toque que ele reage violentamente.

A manifestação que nós tivemos hoje lá foi uma manifestação de truculência e de violência desnecessária, desapropriada, impertinente, deseducada, o que não fica bem para um parlamentar e muito menos ainda para um Presidente de uma Casa que representa o parlamento brasileiro. Zito, eu fiquei calado porque você falou por nós, fiquei calado porque nosso ânimo era o ânimo de quem está aqui, Senador, pedindo apoio, pedindo ajuda, pedindo solidariedade. Nós não viemos aqui para polemizar, para debater. Então, Zito, eu quero registrar aqui do meu orgulho, você representou com a maior dignidade todos nós [palmas] ao se insurgir com altivez diante da violência, compreendeu, desnecessária, diante da violência gratuita que todos nós sofremos aqui hoje. Frei Leandro, eu quero dizer do nosso orgulho de estar ao seu lado é sob o seu comando. Você nos comanda, você nos comanda à frente do grande exército de irmãos e irmãs da Rede EDUCAFRO, essa organização que eu me orgulho sempre de dizer, Senador, é um orgulho para o povo negro brasileiro porque vai às ruas, porque não é uma organização que fica de seminário em seminário, de oficina em oficina, de conferência em conferência. É uma organização que vai para as ruas levar as nossas bandeiras.

Então, Frei, eu tenho muito orgulho disso, de estar sob o seu comando. Quero cumprimentar a nossa companheira Inês, valorosa mulher, guerreira, a companheira Ivonete, representando aqui a Ministra Matilde Ribeiro, quero cumprimentar o meu amigo Ricardo Patah, e quero dizer, Patah, que você é fundamental nessa luta, você é fundamental nesse processo, é você

quem encoraja a sua equipe, Cleonice, Isabel, e tantos outros companheiros, é sob o seu comando [palmas] que essa equipe vai às ruas ecoando as palavras sábias e fundamentadas que você acabou de nos dirigir aqui. E eu deixei por último, propositadamente, o meu querido irmão de raça, irmão de luta, Senador Paulo Paim. Senador, eu tenho muito orgulho de privar dessa nossa relação fraterna de amizade, de companheirismo e, sobretudo, de luta. Eu sei do momento inclusive difícil que o senhor passa, e muita gente não sabe, porque muitas vezes a gente num processo de luta acaba esquecendo de uma coisa fundamental: nós não perdemos a nossa humanidade, nós sentimos, nós temos sentimento, nós temos problemas. E o Senador, já há alguns meses, passa pela dificuldade de ter um filho, três meses, de ter um filho correndo grave risco de vida, passando vários dias na UTI, ainda hospitalizado, e eu, um dia, peguei o telefone, tomei essa liberdade, Senador, liberdade que o senhor me deu ao conceder o seu celular, e ligar para o Senador Paim e naquele momento eu tenho certeza, Senador, que eu passei a vibração de toda essa gente que está aqui [palmas] e dos milhões que eles representam, para lhe dizer da nossa torcida, da nossa vibração, do nosso axé para que o seu filho Jean Paim em breve esteja conosco na luta para que você tenha tranquilidade, esteja com o seu espírito como sempre aguerrido e como sempre sereno, mas com esse problema a menos, porque evidentemente que é uma situação extremamente delicada e complicada.

Senador, é com muita satisfação, com muito orgulho que eu registro que do mesmo modo como aqui todos somos comandantes, todos, todos somos, Dr. Zito no meio da advocacia, como líder da OAB, Frei Leandro, a Inês, a Ivonete, o nosso querido Ricardo Patah no movimento sindical e da UGT, que já nasceu, não é Patah, com essa inspiração, e, portanto, nasce grande, gás eu não posso deixar de registrar aqui, Senador, que desses comandantes todos, aqui têm comandantes de base, aqui têm lideranças de bairro, aqui têm lideranças de entidades, gente de São Carlos, eu gostaria que levantasse aí para que o Senador conhecesse [palmas], está presente, gente da Baixada Santista, de Cubatão, de São Vicente [palmas], gente de Botucatu, que eu acredito que está aqui [palmas], que são companheiros que vieram do interior do Estado de São Paulo e nos somaram a homens e mulheres, negros e não negros, imbuídos dessa luta, deste desejo de mudar esse país verdadeiramente. Eu homenageio todas as mulheres presentes aqui na figura ilustre, combativa, presente, participante, ativa, da Dra. Regina, representando a OAB de São Paulo [palmas].

Eu quero, Senador, eu não ia realmente atendendo até ao apelo que foi feito aqui, falar desse episódio que, ao invés de nos abater, nos enche de coragem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso mesmo.

SR. DOJIVAL VIEIRA: Ao invés de nos deixar tristes, eu vi aqui o meu irmão Thiago e o meu irmão Heber, eu não sei se o senhor percebeu, que eu me dirigi até a eles lá para abraçá-los carinhosamente porque choravam, choravam silenciosamente ali. Eu estou aqui diante do meu irmão Sinvaldo, que está com o coração machucado, porque não se diz um “cala a boca” a ninguém e muito menos aos herdeiros da tradição heróica do povo negro brasileiro [palmas]. “Cala a boca” não se diz por educação a ninguém. O nosso povo é sofrido, o nosso povo tem essa história trágica de desvantagem, de discriminação, mas o nosso povo sabe valorizar, sabe valorizar o respeito, o nosso povo não destrata ninguém quando recebe em sua casa, por mais humilde que seja o nosso povo não tem atitudes truculentas como nós sofremos aqui no gabinete da Câmara dos Deputados, por parte de quem deveria representar com dignidade o parlamento brasileiro e hoje o parlamento brasileiro está de luto com essa atitude truculenta, violenta, gratuita e que terá resposta, terá resposta.

O Frei Leandro já deu o comando aqui, daqui para frente, além das nossas reivindicações, nós exigimos um pedido de desculpas deste truculento, deste violento, deste desrespeitador, porque nós aqui, meus irmãos, nós não estamos representando nós, aqui nós estamos representando essa história, aqui nós estamos representando trezentos e cinquenta anos de escravidão que penalizaram os nossos ancestrais, os nossos antepassados foram seqüestrados na África e foram trazidos para esse país para trabalhar forçados e construíram tudo, construíram tudo. No ciclo da cana-de-açúcar estava lá a mão do trabalho escravo, no ciclo da extração do ouro estava lá a mão do trabalho escravo, no ciclo do café estava lá a nossa mão e a mão dos antepassados. O processo de industrialização no Brasil não se faria, nada se faria sem o nosso trabalho. Então nós não admitimos sermos desrespeitados dessa forma, não admitimos que alguém do alto da sua truculência, de um poder provisório, de um poder provisório venha a nos afrontar, venha a vilipendiar a nossa história, venha a desonrar os nossos antepassados como fez na manhã de hoje tristemente o Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, o Sr. Deputado Arlindo Chinaglia. O Sr. Arlindo Chinaglia receberá a resposta do povo negro brasileiro e do povo de São Paulo.

Por isso, meu irmão Sinvaldo Firmo, companheiro de luta, advogado brilhante, lutador, o “cala a boca” que ele disse para você, meu querido, gratuitamente, ele não sabe que nosso povo não “cala a boca”, que não se diz “cala a boca”, que não se diz “cala a boca” aos herdeiros de Zumbi, que não se diz “cala a boca” àqueles que sustentaram esse país, inclusive esses que se aproveitam do nosso trabalho para nos afrontar, para nos violentar. Eu quero dizer isso, Senador, com todo o sentido de respeito, porque vejam vocês uma coisa: o Senador Paim demonstrou a qualidade que lhe caracteriza, serenidade e liderança. Hoje é um dia histórico para o povo negro brasileiro, porque se de um lado fomos afrontados, se de um lado fomos atacados, se de um lado sofremos o vilipêndio desta violência gratuita, por outro lado saímos sob o comando do nosso líder Senador Paim por esta Casa dizendo aquilo que ninguém nos calará: nós exigimos quotas, nós exigimos a aprovação do Estatuto, porque esse país, como bem diz o meu amigo Ricardo Patah, jamais será uma país democrático enquanto continuar discriminando metade da população brasileira que é negra. Esse país só será uma democracia digna desse nome quando resolver, Senador, este impasse com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

E talvez, me ocorre aqui, Senador, um dado que é importante que vocês saibam. Esse Projeto foi votado e foi aprovado pelo Senado da República. Nós estamos falando aqui não é de um Projeto que ainda será apreciado, será votado. Nós estamos falando aqui de um Projeto que já foi aprovado por unanimidade dos Senadores da República. Só que há um ano, há um ano, e quem sabe isto explique o descontrole, não justifica, mas explica o descontrole e a truculência do Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, porque há um ano ele, como Presidente da Casa, está sentado em cima do Estatuto, sequer nomeou até agora o Relator, o Relator do Projeto aprovado pelo Senado não foi nomeado ainda, há um ano. O mesmo cidadão que nos recebeu com truculência e violência é o mesmo que há um ano atrás recebia com cafezinho e água a Sra. Ivone Maggi, o Sr. José Carlos Miranda e o Sr. Militão, que vieram aqui sabe fazer o que? Defender que o Congresso Nacional abandone, rejeite, jogue fora o Estatuto da Igualdade Racial. Vejam que eu dizia no início: ou é desequilíbrio ou então é o velho racismo de guerra se manifestando. Os racistas desses países nos querem calados, como pretende o Sr. Deputado Arlindo Chinaglia. Os racistas desse país se incomodam todas as vezes que deixamos de fazer só conferências, só oficinas, só seminários e fazemos o que nós estamos fazendo hoje aqui. Então eu quero dizer que esse é um dia histórico para nós todos, para nós todos.

E, por fim, Senador, dizia o Dr. Zito e eu tive o cuidado, eu já li o Estatuto pelo menos três vezes, pelo menos três vezes, e eu fico me perguntando como é possível que alguém que se diz do movimento negro, que se diz liderança, se coloque contra este Estatuto. Este Estatuto fala do direito à saúde e define na série de definições, disciplina uma série de medidas fundamentais para o povo negro brasileiro. Esse Estatuto fala do direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer e também estabelece um conjunto de direitos. Esse Estatuto fala do direito à liberdade de consciência, de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos, aqui o nosso irmão das religiões de matrizes africanas, este Estatuto disciplina isso, porque nós sistemas da discriminação odiosa que paira sobre os sacerdotes e sacerdotisas de religião de matriz africana, proibidos, por exemplo, de frequentar os hospitais, proibidos de frequentar os velórios.

Então nós temos um Estado laico que não vale para os religiosos de matrizes africanas. Este Estatuto fala do financiamento das iniciativas de Promoção da Igualdade Racial, esse Estatuto fala dos direitos da mulher afro-brasileira, que é quem ocupa a base da pirâmide social, a mais discriminada, a mais massacrada, o Estatuto procura vir a corrigir isso. Esse Estatuto fala do direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos, das suas terras, e não custa lembrar que hoje estas comunidades estão sendo objeto e alvo do ataque feroz dos latifundiários com a Rede Globo à frente e os grandes meios de comunicação para tentar desacreditar esta luta histórica do povo negro brasileiro. Este Estatuto fala do mercado de trabalho, Patah, que você tem liderado a luta pelas quotas, o Estatuto trata disso. Este Estatuto fala do sistema de quotas, este Estatuto fala dos meios de comunicação, para que a TV brasileira represente a nossa diversidade étnico-racial e não se pareça televisão da Noruega ou de qualquer país escandinavo como é hoje. Esse Estatuto estabelece ouvidorias permanentes nas Casas Legislativas. Esse Estatuto trata do acesso à justiça e eu me pergunto: “como que alguém pode ser contra esse Estatuto?” Infelizmente alguns irmãos nossos, absolutamente equivocados, cometem um erro político gravíssimo ao pedir a retirada de um instrumento fundamental para a luta no sentido de avançarmos para uma democracia real nesse país.

Porém, Senador, eu termino aqui dizendo que o seu exemplo, a sua liderança para nós, como diz o Dr. Zito, é motivo de inspiração, porque hoje nós não sairemos dessa Casa [soa a campainha] abatidos, nós sairemos com coragem, com ousadia, com a cabeça erguida porque somos altivos e não ficaremos nessas cem mil assinaturas que serão entregues

daqui a pouco ao Presidente do Senado, onde tenho certeza que seremos muito melhor recebidos do que estamos sendo agora. Eu quero aqui lançar, Senador, primeiro lançar o apelo para que o senhor continue sendo o nosso exemplo, continue liderando essa luta no Brasil, expandindo esses Fóruns da Igualdade Racial, expandindo esta mobilização, porque hoje nós viemos aqui com cem mil, mas nós queremos no dia 20 de novembro, e lanço aqui a proposta, nós vamos continuar coletando assinaturas, indo para os bairros, indo para as preferências, discutindo com a população, ganhando a opinião pública, porque no dia 20 de novembro, na grande manifestação de 20 de novembro, nós queremos chegar às quinhentas mil assinaturas e depois voltaremos aqui [palmas] para entregar as quinhentas mil assinaturas. E fundamentalmente, Senador, se ainda assim formos recebidos na Câmara dos Deputados com desdém e com a violência de hoje, voltaremos aqui com um milhão, voltaremos com um milhão e meio, voltaremos com dois milhões [palmas] e não cessaremos, não vamos sossegar um minuto sequer, ao contrário, vamos dobrar essa luta com altivez, com coragem e sob a sua liderança, Senador, vamos e haveremos de ser vitoriosos.

O senhor disse uma frase em São Paulo que eu faço questão aqui de repetir: nós não temos do que nos envergonhar, nós temos muitos do que nos orgulhar, de vocês, dos nossos antepassados, dos nossos filhos, da nossa vida digna, quem tem que se envergonhar são aqueles que mantêm o nosso povo nessa situação, são os escravocratas. Alguém lembrará de algum escravocrata nesse país? Ninguém, mas lembra-se do exemplo de Luiz Gama, lembra-se de Zumbi, lembra-se de todos aqueles que lutaram pela casa da liberdade e da igualdade. Senador, é um grande prazer revê-lo e eu espero que Deus e os orixás lhe dêem inspiração para que continue nos liderando. Nós estamos sob o seu comando e sob a sua liderança, e um dia, Senador, nós queremos ver você não apenas Senador do Rio Grande do Sul, nós queremos ver você Presidente do Brasil, um negro na Presidência da República [palmas]. É isso que nós queremos do Senador Paim, o Senador Paim é um negro que merece o nosso respeito, a nossa consideração, a nossa reverência pelo exemplo desde sempre, desde o movimento sindical. Nenhum outro Senador, que eu me lembre, tem a sua história. O senhor é o único negro nesse Senado da República, e nesse Senado da República você tem honrado os nossos antepassados, você tem honrado a nossa presença e você é honrar o nosso futuro. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero nesse momento cumprimentar a todos e

dizer que o Presidente Renan Calheiros já avisou que está nos esperando lá para receber toda a delegação e faz questão que a gente leve inclusive as assinaturas, que infelizmente na Câmara não foi bem recebida. Mas eu quero nesse momento, se você me permitir, tem um aliado nosso, Patah, não é você só que é, eu não sei se o Cristovam vai gostar disso, mas eu vou dizer, não é só você que é branco, guerreiro e é lutador por essa causa. Tem um homem aqui, que está aqui no fundo do Plenário bem quietinho e que tem sido parceiro nosso nessa luta de dia e de noite, ele é um grande companheiro, e eu fico muito feliz, Cristovam, de poder te dar a palavra nesse momento. Você é o autor comigo do requerimento [palmas] dos cento e vinte anos da luta da abolição não conclusa(F), de tantas histórias bonitas que eu tive a alegria de caminhar com você. Ainda ontem eu pedi para o Cristovam para ser o Relator da UNIPAMPA e também das Escolas Técnicas, o Cristovam falou: “Não tem problema, Paim, isso é uma luta que você toca a tempo e eu coordeno a educação no seu conjunto, isso você vai relatar”, eu dei para um outro lá, mas deu certo, aprovamos as Escolas Técnicas. Eu só quero resumir, Cristovam, isso é um pequeno exemplo para dizer que você é o nosso parceiro. É com alegria que nós queremos te ouvir, depois vamos ao Presidente do Senado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Bem, eu não vou tomar muito tempo [palmas], porque eu creio que essa ida ao Presidente do Senado é muito importante. De qualquer maneira quero começar dizendo que sou parceiro, mas você é um general e eu sou um soldado nessa causa, e vamos falar com toda a franqueza, você tem a naturalidade para isso, até pela sua cor. Então eu sou um parceiro e como parceiro é que eu estou aqui em primeiro lugar para manifestar a minha solidariedade contra o que aconteceu hoje de manhã. Eu não sabia o que tinha acontecido, eu ouvi aqui [palmas] e considero isso um absurdo completo, até porque eu ainda perguntei: “Foram os seguranças?”, disseram: “não, foi o próprio Presidente que foi duro”. Aí é muito mais grave, porque o segurança, às vezes, a gente pode dizer que ele saiu por alguma razão da linha. Mas o que eu quero aproveitar para dizer aqui a vocês, é que na sexta-feira passada eu fui fazer uma visita à UNIPALMARES. Eu não sei quantos de vocês já tiveram a oportunidade de fazer essa visita. Aquilo deveria ser um ponto turístico para dar consciência do problema racial nesse país. Eu tive uma dupla sensação estranha, duas, duas estranhezas. A primeira é que eu disse: “Caramba, eu estou na África”. A segunda é que eu disse: “Caramba, estranho é quando eu entro numa universidade brasileira e só vejo branco”. E eu não estranho quando eu entro numa universidade e só

vejo branco, porque no Brasil ficou natural que branco tem como lugar as boas universidades, negros a gente sabe que dificilmente entram ali. Então esses dois estranhamentos, um natural, o outro é de uma reflexão. Mas isso se confirmou quando durante o debate que eu tive, um jovem, que eu não pedi o nome dele, eu fiz um discurso falando disso, ele levantou e disse que não queria fazer perguntas, ele queria dizer o que ia lá dentro dele, que estava entalado na garganta, e ele disse: “Eu não sou Brasil”, essa é a frase, porque eu fui propor uma revolução que eu defendo por meio da educação nesse país. “Eu não sou Brasil”. Esse é o Brasil de vocês, e de fato, por incrível que pareça, lamentavelmente, ele tem razão. O Brasil dele, dos negros, e dos pobres excluídos brasileiros também, mesmo quando não são negros, não é o Brasil da TV Câmara, dos discursos da gente, não é o Brasil da TV Senado, não é o Brasil do sistema Judiciário nem mesmo das prioridades do Poder Executivo. Aquela frase daquele jovem me tocou profundamente, como quem diz: “Isso é coisa de vocês”. É claro que eu disse a ele que ele não tem futuro se ele não assumir que é brasileiro e tentar mudar o Brasil, para que o Brasil seja dele também. Eu não vejo futuro a gente dividir a Nação em dois grupos, eu não vejo futuro em dividir em pedaços, a gente tem é que construir o país respeitando a diversidade, acabar também com essa história de que o país é mulato. O país é mulato, é branco, é negro, é índio, é japonês até. Eu fiquei muito tocado com a liderança do Professor José Vicente que consegue levar adiante aquela universidade. Eu estou falando com a maior franqueza, porque eu sei que de vez em quando existem disputas internas em grupos e de repente ele é visto diferente por aí. Por isso que eu falo com o peito aberto, eu fiquei orgulhoso de ser brasileiro e estar numa universidade que tem quotas para brancos, porque lá tem quotas de 10% para brancos, e vi, saí dez e trinta da noite e vi as salas de aula todas cheias, dez e trinta da noite, sexta-feira, ao lado da torcida do Corinthians onde tem uma escola de samba e estava ensaiando já para o próximo carnaval, dos Gaviões, onde eu tinha passado antes, e os jovens ali estudando. Eu fiquei orgulhoso e acho que a gente deveria fazer vídeo, filme e colocar essa experiência para todo o Brasil ver, e dar auto-estima para os brasileiros e dar auto-estima ao povo negro. “Eu não sou brasileiro, eu não sou Brasil”, essa é uma frase que a gente precisa refletir muito quando ela está no coração de um jovem brasileiro.

Então era só essa mensagem que eu queria dizer para vocês. Ontem eu fiz um discurso sobre isso, estava aqui agorinha revezando um artigo que eu publico toda semana no O Globo, que eu vou colocar essa minha

experiência desse contato com ele, em que esse jovem disse “eu não sou brasileiro”. Ou a gente resgata ele, para ele sentir-se brasileiro, ou o Brasil não tem futuro. Por isso eu estou ao lado da luta de vocês para que todos nós sejamos brasileiros com a diversidade que nos caracteriza [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permitam rapidamente registrar que Jefferson Silva está representando aqui o mandato da Vereadora Elzinha, de Ribeirão Pires, e o Édson Nascimento representando a vereadora Claudete Alves, de São Paulo. Nós vamos nesse momento encerrar a nossa Audiência Pública. O Presidente Renan Calheiros me ligou, agora veio ainda pela assessoria, ele está nos esperando, faz questão que todos os senhores, todos e não somente uma Comissão se desloquem até lá e ele vai receber as assinaturas que são pela aprovação do Estatuto da PEC 2 do Fundo e também do PL 73. Parabéns a todos vocês, coragem, muita luta, certeza na vitória. Está encerrada a presente Audiência Pública. Axé [palmas].

Sessão encerrada às 15h35.

Ata da 42ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 04 de Outubro de 2007, Quinta-feira, às 9:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e um minuto do dia quatro de outubro de dois mil e sete, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Cristovam Buarque, José Nery, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado e Jayme Campos**. O Senhor Senador justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta: Item nº 01 – **Requerimento, nº 59, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes a “pagamento de precatórios e seus impactos na vida do idoso”, com seguintes convidados: Julia de Oliveira Camargo – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul/RS – (SINAPERS); Nadja de Paula – Presidente do Sindicatos dos Técnicos Científicos do Estado do Rio Grande do Sul/RS – (SINTERGS); Adroaldo Rodrigues – Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul/RS – (SERVIPOL); Clênio Fagundes – Presidente do Sindicato dos Portuários do Rio Grande

do Sul/RS; Alberto Agostini – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Carreira de Nível Superior do Grupo Tribulação, Arrecadação e Fiscalização do Estado do Estado do Rio Grande do Sul/RS – (SINTAF); Rogério Macanhão – Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual – (FENAFISCO); Felippo Scolari Neto – Presidente do Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares – (MADECA); Julio Bonafonte – Presidente da Federação Nacional dos Servidores Públicos do Poder Judiciário dos Estados e Distrito Federal – (FENASJ); Ricardo Luiz Maçal Ferreira – Representante Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo/SP – (FESPESP); Edison Guilherme Haubert – Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas – (MOSAP); Flavio José de Souza Brando – Presidente da Comissão de Precatórios OAB/SP e Vice-Presidente da Comissão de Precatórios (OAB nacional); Marcelo Gatti Reis Lobo – Representante da Federação das indústrias do Estado de São Paulo/SP – (FIESP); Márcio Kayatt – Representante da Associação dos Advogados de São Paulo/SP – (AASP); Ulisses Riedel de Resende – (Advogado); Berenice Gazoni – Presidente da Federação das Associações Sindicais dos Servidores do Município de São Paulo/SP – (FASP). Aatoria: Senador PAULO PAIM. Resultado: Aprovado. Item nº 02 – **Sugestão nº 12, de 2007**, que “Solicita anistia das multas por atraso de Declaração do IR das Entidades”. Aatoria: Presidente da Federação dos Trabalhadores Circulistas do Estado do RN. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Voto pelo aproveitamento parcial da Sugestão nº12, de 2007. Resultado: **Aprovado**. Item nº 03 – **PDH nº. 03, de 2007**, que “Informa e pede providências acerca de suposta fraude de venda de laudo pericial de identificação de paternidade (laudo de DNA – cível ou criminal), com o uso do nome da Universidade Federal de Viçosa e realizado por pessoa imperita e que teria atingido centenas de pessoas em todo o Brasil”. Aatoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH (SF). Relatoria: Senador Wellington Salgado. Parecer: Voto pelo arquivamento da PDH. Resultado: **Aprovado**. Item nº 04 – **Emendas nº 01 – CCJ E nº 02 – CCJ, ao Projeto de Lei do Senado nº. 490, de 2003** – terminativo – “Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”. Aatoria: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação das Emendas nº 1 CCJ e 2 CCJ. Resultado: **Adiado**. Item nº 05 – **Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2007**, que “Altera o Art.12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e se-

guros privados de assistência à saúde, para permitir a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso, regulamentando o Art. 16 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)". Autoria: Senhora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. EXTRAPAUTA: Item nº 01 – Requerimento, nº 60, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, com vistas a debater o PLS 84 de 2007 (Regulamentação do Direito de Greve de Servidores Públicos). Os convidados serão indicados posteriormente. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: **Aprovado. Item nº 02 – Requerimento, nº 61, DE 2007**, requer a realização de Audiência Pública com vistas debater as políticas permanentes para o reajuste anual do salário mínimo, em tramitação nesta Casa Legislativa (PLC 42/2007). Com os seguintes convidados: Presidentes das Centrais Sindicais, Ministros de Estados e empresários, a serem definidos posteriormente". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº 03 – Requerimento nº 62, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública com vistas debater as políticas permanentes para o reajuste anual do salário mínimo, em tramitação nesta Casa Legislativa (PLC 42/2007). Com os seguintes convidados: Presidentes das Centrais Sindicais, Ministros de Estados e Empresários, a serem definidos posteriormente. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº 04 – Requerimento, nº 63, de 2007**, que requer a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal encaminhe expediente ao Ministro do Planejamento, solicitando que os dias descontados dos servidores do Banco Central que entraram em greve neste ano, por decorrência da campanha salarial iniciada em 2005, sejam pagos com a efetiva compensação por parte dos servidores quanto aos dias de paralisação que foram descontados. Apesar dos entendimentos para a reposição salarial da categoria terem sido iniciados em 2005, as demandas foram atendidas apenas parcialmente, e a categoria iniciou em 2007 novos diálogos que resultaram na deflagração de greve, quando ao final foram descontados sete dias de trabalho. Considero que a reposição do serviço interrompido em regime de compensação, 0, com esforço concentrado por parte dos servidores, é preferível por evitar a ocorrência de prejuízos aos serviços do Banco do Central e, por extensão, à sociedade brasileira. Autoria: Senador Flávio Arns. Resultado: **Aprovado. Item nº 05 – Requerimento, nº 64, de 2007– CDH**, que requer realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o

objetivo de debater sobre a Luta pela paz e a defesa da soberania das Nações. Com os Seguintes convidados: Sr Francisco Whitaker Ferreira, Secretário Executivo do Fórum Mundial Social; Sr. Orlando Fundora, Presidente do Conselho Mundial da Paz; Sra Socorro Gomes, Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – CEBRAPAZ e; Sr. Carlos Alves Moura, Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz. Autoria: Senador Inácio Arruda e outros. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Sibá Machado, José Nery, Eduardo Suplicy, Jayme Campos e Leomar Quintanilha. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Flávio Arns encerra a reunião, às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 42ª reunião da Comissão de Direitos humanos e legislação participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. **Aprovado**.

Passamos à pauta. Senador Flávio Arns, Senador José Nery, que está chegando, Senadora Lúcia Vânia, que tem um projeto que, entendo, que vai querer votar em seguida que é não terminativo. O primeiro item da pauta é um Requerimento que diz o seguinte: Com fundamento o disposto no artigo 58, § 2º, inciso 2º da Constituição Federal combinado com o artigo 90 e Segundo o Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes ao pagamento dos precatórios e seus impactos na vida dos idosos.

Nós já realizamos uma Audiência Pública nesse sentido, agora mais uma vez, todos aqueles que têm direito a receber dívidas que seriam pagas via precatórios estão muito preocupados pela morosidade, enfim, e até por uma proposta que está tramitando na Casa que, praticamente, viabiliza deles receberem, na íntegra, o que eles têm de direito. Aqui eu listo então uma série de entidades e convidados para que a gente possa discutir aqui a questão dos precatórios. Srs. Senadores e Senadoras que querem ou queiram discutir o Requerimento, não há ninguém que queira discutir que já é assunto que nós tratamos em uma outra audiência. **Aprovado**. Eu considero aprovado. **Aprovado** por unanimidade o protejo que garante uma

Audiência Pública para discutirmos os precatórios e aqui fica a lista de todos os convidados. O item número 2 da pauta é uma sugestão que solicita anistia das multas por atraso [ininteligível] o imposto de renda das entidades. É uma iniciativa da Federação dos Trabalhadores Circulistas do Estado Rio Grande do Norte, o Senador Jayme Campos é o Relator, como ele ainda, nesse momento, não está presente, nós vamos para o Item 03.

O Item 03 informa e pede providências a cerca de suposta fraude de venda de laudo pericial de identificação de paternidade. Autoria do Senador Fernando Machado Furtado, Relator Wellington Salgado que pede o arquivamento, mas como ele não está presente eu vou em frente. Item número 4 dispõe sobre a difusão por órgãos públicos, dos direitos fundamentais, dos direitos humanos, principalmente que tratam as mulheres. Esse é um projeto de iniciativa da Senadora Patrícia Saboya Gomes, Relatora é a Senadora Fátima Cleide. Vota pela aprovação das Emendas da CCJ, número um da CCJ e 2 da CCJ de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy. A Senadora Fátima Cleide pediu que deixássemos para a próxima reunião e o item número 5, a autora é a Senadora Lúcia Vânia, Relator Senador Leomar Quintanilha, estamos esperando aqui a chegada da Senadora Lúcia Vânia que está vindo e daí botaremos em votação porque, ela inclusive, não é terminativa. O Senador Flávio Arns, eu queria propor, primeiro, explicar à Casa que nós tínhamos hoje uma Audiência Pública para discutir a situação dos aposentados e pensionistas da AEROS(F). Explico que Audiência Pública não se realizou hoje a pedido dos interessados, os aposentados e pensionistas da AEROS(F) entenderam que para uma mobilização maior é uma iniciativa do Senador Marcelo Crivella, que eu assinei em conjunto com outros Senadores para que a gente possa, de uma vez por todas, já que o Supremo Tribunal Federal, já que a justiça, não está no Supremo, já decidiu que aqueles três bilhões e meio que teriam direito a VARIG a receber de dívidas atrasadas e seriam usadas para o pagamento dos aposentados e pensionistas, nós, nessa Audiência Pública, íamos interagir no sentido de que esse pagamento se faça e efetivamente se vá para os aposentados e pensionistas. Como eles pediram para que fosse adiada, nós adiamos, mas o faremos em momento adequado que os aposentados e pensionistas da AEROS(F) assim entenderem. O Senador Flávio Arns quer falar sobre esse tema?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim. Não, eu só quero dizer que eu concordo amplamente com a realização dessa Audiência Pública, fui procurando também por diversas vezes pelos pensionistas e

aposentados da AEROS(F) também e com uma preocupação muito grande que, inclusive as dificuldades deles servindo como um alerta, pudessem ser, haver dificuldade semelhantes em outros fundos. Então é fundamental, eu diria, a realização dessa audiência, da minha parte, inclusive, eu vou entrar em contato com todas as pessoas e profissionais que já me procuraram sobre esse assunto para que esta Comissão aborde esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concordamos ainda com V.Ex^a. e vamos providenciar para que ela saia ainda no mês de outubro, agora eu vou solicitar, Senador Flávio Arns, já aproveito para dar a palavra a V.Ex^a, que a gente tem aqui um, dois, três, quatro requerimentos extra pauta e um de V.Ex^a. Então os Srs. Senadores que concordam que a gente possa deliberar sobre esses 5 requerimentos extra pauta, permaneçam como se encontram. Aprovado e, de imediato, eu passo a palavra a V.Ex^a. para o seu Requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu até leio: “Em atenção à solicitação recebida do sindicato nacional dos funcionários do Banco Central que segue em anexo aqui, eu requeiro que a Comissão de direitos humanos e legislação participativa do Senado Federal encaminhe expediente ao Ministro do planejamento solicitando que os dias descontados dos servidores do Banco Central que entraram em greve neste ano, por decorrência da companhia salarial iniciada em 2005, sejam pagas, com efetiva compensação por parte dos servidores quanto aos dias de paralisação, que foram descontados. Apesar dos entendimentos para a reposição salarial da categoria terem sido iniciados em 2005, as demandas foram atendidas apenas parcialmente e a categoria iniciou, em 2007, novos diálogos que resultaram na deflagração de greve quando ao final foram descontados sete dias de trabalho. Considero que a reposição do serviço interrompido em regime de compensação, com esforço concentrado por parte dos servidores, é preferível por evitar ocorrência de prejuízos aos serviços do Banco Central e, por extensão, a sua sociedade brasileira.” Então eu estou requerendo que seja encaminhado expediente ao Ministro do planejamento com esse objetivo, não é simplesmente não descontar, mas possibilitar que os funcionários do Banco Central do Brasil que, aliás, vem prestando um serviço de alta relevância para o país, como não poderia deixar de ser, que eles, através de uma carga horária especial possam repor aqueles dias parados. Eu ouvi o pronunciamento de V.Ex^a. ontem no Plenário e quero dizer que está, inclusive, de acordo, com o que V.Ex^a., inclusive, sugeri, que também foi

procurado, V.Ex^a. utilizou o microfone no Plenário para, justamente, discutir essa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu quero endossar o propósito de V.Ex^a., eu vou colocar já em votação porque é importante lembrar que os funcionários do Banco Central não estão pedindo que os dias sejam pagos sem trabalho, eles querem simplesmente compensar, eles estão dispostos, se calcula o número de horas não trabalhadas e eles compensarão. Eu acho que é mais do que justo e sempre fez parte de um processo histórico de negociação entre as partes. Por isso eu coloco em votação a sua solicitação, Sras. Senadoras e Senadores que concordam, com a proposta encaminhada pelo Senador Flávio Arns, permaneçam com se encontram. Eu vou continuar com os requerimentos e vou solicitar aqui que, se possível, passar para os Senadores assinarem esses requerimentos, eu boto o primeiro em votação. O primeiro Requerimento é do Senador Inácio Arruda e de outros Senadores. Requeiro nos termos do artigo 93, inciso segundo do Regimento Interno, só pedir para eles assinarem ali que eu já faço. Requeiro nos termos do artigo 93, inciso segundo, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública nessa Comissão de Direitos Humanos e legislação participativa com o objetivo de debater sobre a luta pela paz e a defesa das soberanias das nações. Para tanto, sugerimos convidar o senhor Francisco Ferreira, Secretário Executivo do Fórum Mundial Social, o Sr. Orlando Fundoura(F) Presidente do Conselho Mundial da Paz, Sra. Socorro Gomes, Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade Pelos Povos de Luta Pela Paz, CEBRAPAZ, e o Sr. Carlos Alves Moura, Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz. É uma Audiência Pública para discutir a paz, a paz no mundo, tem tudo a ver com a Comissão de Direitos Humanos, por isso que eu, particularmente, sou totalmente favorável ao Requerimento, não sei se os Srs. Senadores querem discutir, senão eu coloco de imediato em votação. Então em votação o Requerimento do Senador Inácio Arruda e de outros Senadores. Eu peço que passe ali para eles assinarem, se eles concordarem também e em seguida eu passo a ler os outros requerimentos.

Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e legislação participativa com fundamento no artigo 98(F), § 2º, inciso 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso 2º do Regimento interno da Casa requeiro a realização de Audiência Pública conjunta, Senador Flávio Arns, V.Ex^a. assina aqui com as Comissões de assuntos sociais e Comissão de justiça para debater o PL 84 da regulamentação do direito de greve sobre o serviço público. Para

tanto, gostaríamos que fossem convidadas pessoas a serem indicados por essa Comissão e as outras duas de parceria. Eu já adianto, Senador Flávio Arns, isso aqui vai muito na linha dos argumentos de V.Ex^a. V.Ex^a. concordou ontem com a aprovação do projeto para dar o primeiro passo para sinalizar a sociedade que nós queremos aprovar o direito de greve para o servidor público e ali mesmo firmamos um acordo que faríamos Audiências Públicas. Eu entendi que é justo que a Comissão de Direitos Humanos também esteja junto nesse belo debate para a gente regulamentar de forma definitiva o direito de greve. Esse é o Requerimento, V.Ex^a. me assina e se concordam eu coloco e votação. Então em votação o Requerimento para debater o direito de greve com o olhar no PL 84, junto com outras duas Comissões já lidas. Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Segundo Requerimento, com fundamento do disposto do artigo 58 § 2º, inciso 2 do Senado Federal, combinado com o artigo 90, inciso 2º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, convido a debater a política permanente para o reajuste anual de salário mínimo em tramitação nessa Casa Legislativa a PL 42.

Para tanto, gostaria que fossem convidados os Presidentes de Centrais Sindicais, Ministros de Estado, empresários cedidos pela própria Comissão. Essa também é uma matéria que eu estou colocando em votação e vamos fazer parceria com a Comissão de assuntos sociais que já entramos lá com o Requerimento ao Plenário, porque veja bem, nós temos definido nesse PL, Sr. Flávio Arns, que nós estamos decidindo a política do salário mínimo, até, se não me engano, pelos próximos 20 anos e é inadmissível, que a Comissão de assuntos sociais não debata esse tema. A Comissão correspondente ao mérito do salário mínimo, Senador Jayme Campos, é Comissão de Assuntos Sociais e eu entendo que o salário mínimo também tem a ver com direitos humanos. Claro, podemos estar discutindo lá na Comissão principal, mas vamos debater que política de salário mínimo para os próximos 20 anos o Congresso pode aprovar e a Comissão de Assuntos Sociais e direitos humanos terá que participar, no meu entendimento. O Requerimento já está no Plenário desde o mês de agosto, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, então quando o Requerimento retornar à Comissão de Assuntos Sociais nós vamos nos somar àquela Comissão para fazer uma Audiência Pública lá naquela Comissão. Os senhores que concordam com o Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O outro Requerimento: Solicitamos com fundamento no artigo 58 do inciso 2º da Constituição Federal,

combinado com o artigo 90 do inciso 2º do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública com o fim de debater o estatuto do esporte. Também faremos em sintonia com a outra Comissão em tramitação no legislativo. Isso é uma solicitação de todos os setores ligados ao esporte para que a gente também aprofunde já o debate do estatuto do esporte que está chegando ao Senado Federal. Os Srs. Senadores que concordam, querem discutir a matéria, ninguém para discutir, os que concordam, permaneçam com o se encontram. Aprovado. Eu sei, ele já defendeu e eu já aprovei. O Senador Flávio Arns fez a leitura do sindicato, o da solicitação e nós já aprovamos, e foi o primeiro Requerimento já aprovado, também. Estão aprovado todos os requerimentos? Foram 4, voltamos à nossa pauta original. Já está presente o Senador Jayme Campos, que é do item número 12.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, V.Ex^a. me concede a palavra? Só para fazer aqui uma sugestão ao senhor, a V.Ex^a. e aos demais. É que fui membro titular dessa Comissão no momento em que Magno Malta era o Presidente e o número de pessoas e entidades que encaminhavam proposições para esta Casa e por desconhecimento da regra básica de como apresentar essas proposições, nós sempre fomos obrigados a rejeitar, quase que por unanimidade, estes projetos. E eu queria solicitar a essa Comissão que nós pudéssemos divulgar melhor, explicar melhor para a sociedade brasileira o que fazer e como fazer para apresentar as suas sugestões. Não sei se poderíamos apresentar isso em forma de cartilhas a ser divulgadas para a sociedade, mas explicar melhor qual é o procedimento, pelo menos para as instituições que representa as chamadas, a nossa sociedade organizada. Então essa era uma sugestão que faria a V.Ex^a. A outra é que a gente pudesse também aproveitar de momento para discutir um assunto, Sr. Presidente, que tem me provocado muito, que é sobre o que significa melhor essa figura chamada desenvolvimento local sustentável.

Nós temos riquezas e experiências muito importantes que a gente poderia também dar uma explorada, sei de uma experiência do Rio Grande do Sul, que eu não conheço pessoalmente, mas por leitura, sei de experiências no Espírito Santo, Pernambuco e de outras, mas que a gente pudesse, talvez, ter um diálogo melhor com os Prefeitos, nós vamos ter debates sempre eleição no ano que vem, que isso possa até servir como base de plataforma para a situação eleitoral para quem vier a ser eleito no próximo período, trabalhar melhor essa situação e são essas sugestões que eu queria fazer a V.Ex^a. para que essa Comissão, talvez, avançasse um pouco mais em cima da sua respon-

sabilidade de direitos humanos e a própria legislação participativa, que é uma coisa que eu acho que é um feed back muito importante entre o Senado Federal e a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Sibá Machado, eu vou já encaminhar ao Plenário as suas sugestões e em seguida o Relator da matéria, presente [ininteligível], dará o seu parecer sobre essa proposta que solicita mexer nas multas por atraso [ininteligível] das entidades, só um segundinho, que veio da federação dos trabalhadores circulistas do estado do Rio Grande do Norte. Mas então rapidamente, só já encaminhando a proposta e vamos submeter ao Plenário. Primeiro, nós teríamos agora no dia 11, a próxima quinta-feira, a primeira Audiência Pública com esse objetivo. Aqui as entidades vão estar presentes para apresentar proposições relacionadas ao mundo das crianças. No fim da Audiência Pública eles vão registrar o projeto e eu, na hora, já quero indicar o Relator do projeto apresentado, mas a sua proposta vem, digamos, no momento adequado, dessa comissão, eu acho que é uma forma divulgar mais a importância dos direitos humanos e legislação participativa. Eu quero dizer que me somo a V.Ex^a, eu acho que é fundamental as entidades não perceberem ainda a importância desses espaço. Aqui qualquer entidade pode apresentar diretamente que o projeto na Comissão de legislação participativa e direitos humanos, eu indico, nós indicamos o Relator e a matéria passa a circular, mas por motivo que todos estão sabendo, que eu ainda continuo lá peleando com o meu menino no hospital, eu vou ter que me retirar agora, vou para o aeroporto e eu convidaria já o Senador Flávio Arns para... já tinha conversado com ele, que ele presidisse já a reunião, que eu tenho que sair 9 e 20. Vamos torcer para que não tenha mais uma operação nesse fim de semana. Fora isso, com sentimento, mas sempre naquela linha, se há vida, sempre há esperança. Sempre na luta. Senador Flávio Arns, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, eu queria aproveitar aqui a sua presença por alguns segundos, primeiro desejar que tudo corra muito bem com o seu filho que está no caminho do pleno restabelecimento e que quem sabe possamos realizar um esforço na próxima quinta-feira para conseguirmos aprovar o item que necessita, por ser decisão terminativa, o quórum da nossa Comissão. Então se todos realizarmos um esforço nesse sentido poderíamos aprovar o Parecer sobre o projeto da Patrícia, da Senadora Patrícia Saboya Gomes, quem sabe pedindo o esforço da Secretaria para que todos nesse, nesse horário, até 9 e 20, cheguemos aqui e dar o quórum. Então essa é a sugestão, Sr. Presidente.

[troca de presidência]**SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS**

(PT-PR): Muito bem. A sugestão, só quero dizer, Senador Suplicy, que a sugestão de V.Ex^a. é importante, o Senador Paulo Paim já está saindo porque como ele mencionou, o seu filho está já há quase 4 meses hospitalizado e passando por muitas cirurgias e ele foi chamado lá para Porto Alegre porque provavelmente passará por mais uma nova cirurgia nesse final de semana. Então todos nós que acompanhamos o trabalho do Senador Paulo Paim desejamos, sem dúvida, a ele e ao filho e a família, força e que a saúde, haja o pronto restabelecimento da saúde do filho.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Pois não, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores aqui presentes, antes mesmo de adentrarmos na pauta eu queria pedir permissão a V.Ex^a. para fazer alguns comentários rápidos sobre questões que eu considero importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu até, o Senador Paulo Paim, no exercício da presidência até já havia encaminhado o Item 02 da pauta. Então se V.Ex^a. concordar, passamos para o Item 02 da pauta e depois nós teremos tempo também para as discussões, comentários, porque o Senador Jayme Campos é o Relator da matéria, está presente, como também é o Senador Cristovam Buarque, Suplicy, Sibá Machado, mas sem dúvida, teremos o tempo suficiente para os debates aí que devem acontecer. Então o item número 2 da pauta é a sugestão nº 12 de 2007 que, entre aspas, solicita anistia das multas por atraso de imposto de renda das entidades. Autoria é da federação dos trabalhadores circulistas do estado do Rio Grande do Norte, o Relator é o Senador Jayme Campos, o Parecer, o voto é pelo aproveitamento parcial da sugestão número 12 de 2007. Concedo então a palavra, com prazer ao Senador Jayme Campos para proferir o relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr.

Presidente, Senador Flávia Arns, Srs. Senadores, o relatório nosso diz o seguinte: Vem em exame dessa Comissão a sugestão número 12 de 2007, subscrita pelo Presidente da federação dos trabalhadores circulistas do estado do Rio Grande do Norte, que solicita a anistia das multas por atraso de declaração de imposto de renda das entidades. A proposta encaminhada por meio do ofício nº 013 barra 07 expedido pela referida entidade tem por objetivo a Projeto de Lei para conceder a anistia das multas aplicada pelo fisco as en-

tidades sem fins econômicos que não apresentarem tempestativamente a declaração de imposto de renda. A minuta do Projeto de Lei que acompanha o ofício, compõe-se de dois artigos: O primeiro determina que seja anistiado das multas por atraso e não declarado o imposto de renda de todas entidades comunitárias e outras afins filantrópicas, sem fins econômicos. O segundo artigo estabelece que a lei entre em vigor na data de sua publicação, sendo que a anistia deverá estender-se até o exercício de 2006. Análise: Do ponto de vista formal, a opção por um Projeto de Lei ordinária está correta posto que a pretendida anistia só pode ser concedida por esse meio conforme preceitua o artigo 150, § 6º da Constituição Federal. Tratando-se de multa decorrente de descumprimento de obrigação tributária, acessório da competência da união, a teor dos artigos 241 e 153 terceiro, ambos da C F, a União é a entidade competente para a edição de mencionada lei. A matéria não está reservada a lei complementar e não é de iniciativa privada do Presidente da República, artigo 61, § 1º da C F, não está no hall das competências exclusivas do Congresso Nacional, nem de qualquer de suas Casas isoladamente, nos termos dos artigos 149, 51, 52 da Carta Maior.

A minuta que acompanha a sugestão não pode, contudo, ser aproveitada posto que diverge dos ditames da lei complementar 95 de 26 de fevereiro de 98 por conter inexistências, entre as quais a imprecisão quanto as entidades beneficiadas por não especifica-las com autorização das expressões em vocábulos constantes no artigo 44 da lei número 10 mil 406 de 10 de janeiro de 2002 do novo Código Civil. No que refere ao mérito, acreditamos ser sempre legítima a pretensão de se dispensar tratamento tributário, diferenciar das pessoas jurídicas de direito provado sem fins lucrativos, ante, ante a inegável dimensão da importância social do qual se reveste. Porém, a mera anistia de forma ampla e incondicional, não nos parece justa, razão pela qual advogamos a adoção alternativa de um mecanismo de estímulo temporário a regularização por parte dessas entidades no atraso do cumprimento de sua obrigação de declarar, bem como a redução das multas doravante cobradas equiparando, para os efeitos de tais ações, as entidades sem fins lucrativos a pessoa física, a pessoa jurídica inativa e a pessoa jurídica optando por regime de tributação simplificada para as quais a multa mínima por atraso da apresentação de declaração de informações econômico fiscais da pessoa jurídica, da declaração de débitos e créditos tributários federais, ou seja, desse T F, da declaração simplificada de pessoa jurídica, da declaração de imposto de renda retido na fonte, DIRF, e do departamento demonstrativo de apuração contribuições sociais da Câmara, hoje cor-

responde a dois quintos do valor aplicado aos demais inadimplentes conforme dispõe o artigo 7, § terceiro, primeiro e segundo da Lei nº 10426 de 24 de abril de 2002. Voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Ante o exposto, concluímos pelo aproveitamento parcial da sugestão nº 12 de 2007 na forma do seguinte: Projeto de Lei do Senado, número 2007 modifica o inciso primeiro, § 3º do art. 7º da lei 10426 de 24 de abril de 2002 e dispõe sobre a isenção de multas tributárias nos casos específicos ao Congresso Nacional decreta, artigo primeiro: O inciso primeiro do § 3º do art. 7º da lei 10426 de 24 de abril de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 7º, § terceiro. Primeiro 200 reais tratando de pessoa física, jurídica, pessoa física, pessoa jurídica sem fins lucrativos, pessoa jurídica inativa e pessoa jurídica optando pelo regime de tributação previsto na lei 9317, de 1996. Artigo segundo: Pelo prazo de 180 dias ficam isentas as penalidades aplicadas pela Secretária da Receita Federal em função tem de atraso da apresentação de declarações as pessoas jurídicas de direito privado sem fim lucrativo, desde que regularizem nesse prazo suas obrigações de declarar não cumpridas em prejuízo dos devidos processos de apuração e cobrança dos respectivos tributos porventura devidos. Artigo terceiro: Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação. Esse é o nosso relatório e o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não Senador Jayme Campos. Então o Parecer do Senador Jayme Campos é pelo aproveitamento parcial da sugestão número 12 de 2007 da federação dos trabalhadores circelistas do estado do Rio Grande do Norte. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação a matéria. Os que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Eu quero destacar, em função, inclusive da observação do Senador Sibá Machado e da resposta já dada pelo Senador Paulo Paim, que esta foi, este é um exemplo novamente de legislação participativa. A sugestão veio da federação dos trabalhadores circelistas do estado do Rio Grande do Norte, não pode ser acatada na sua totalidade, na sua plenitude, mas houve um aproveitamento parcial da sugestão desta federação pelo Relator da matéria, Senador Jayme Campos. Então eu só quero novamente destacar, além das sugestões que V.Exª fez em relação a esse assunto, para divulgar, a população saber como participar, seminários, também publicações, na semana que vem, como o Senador Paulo Paim já colocou, vai haver um debate sobre legislação em relação a criança, porque é também a véspera desse dia. Então para a gente ver que é um caminho muito mais fácil, muito mais rápido do que a coleta de um milhão

de assinaturas na sociedade, o que torna o processo, assim, difícil de ter uma legislação que venha da sociedade e que possa ser apreciada pelo Congresso Nacional. Muito bem, eu passo a palavra ao Senador José Nery que havia solicitado anteriormente. Só um minutinho Senador José Nery, é que eu não havia observado a presença do Senador Leomar Quintanilha, me desculpa, inclusive, mas é que no item 5 da pauta nós temos o Projeto de Lei do Senado número 317 de 2007, de natureza não terminativa, cujo o Relator é o Senador Leomar Quintanilha, então vamos apreciar, se V.Exª. não se opuser, em primeiro lugar o número 5, então o número 5, Senador Leomar Quintanilha, o Projeto de Lei do Senado, número 317, que altera o artigo 12 da lei 9656, de 3 de junho de 98, que dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde para permitir a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso regulamentando o artigo 16 da lei número 10741 de primeiro de outubro de 2003, que é o estatuto do idoso. A autoria do projeto é da Senadora Lúcia Vânia, Relatoria do Senador Leomar Quintanilha, o Parecer é pela aprovação da matéria. Quero destacar também que o Senador Leomar Quintanilha é o Presidente da Subcomissão permanente da pessoa idosa dessa Comissão de Direitos Humanos e legislação participativa. Passo então a palavra à V.Exª, Senador Leomar Quintanilha, para preferir o relatório do item 5 da pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Senhor Presidente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Presidente, Sr. Presidente, Srs. Membros ilustres dessa Comissão. A propositura apresentada pela eminente Senadora Lúcia Vânia dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, exatamente para permitir a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso, regulamentando o artigo 16 da lei 10741 de primeiro de outubro de 2003.

De acordo com a autora, a proposição destina-se a cumprir com o disposto art. 16 da lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, que é o estatuto do idoso suprimindo lacunas existentes do ordenamento jurídico uma vez que o lei dos planos de saúde não prevê a cobertura das despesas com os acompanhamentos de pacientes idosos, conforme dispõem o estatuto. A proposição foi encaminhada para ser analisada para esta Comissão de direitos humanos e legislação participativa e em caráter terminativo pela Comissão de assuntos sociais, não tendo recebido emendas no prazo regimental. A proteção do idoso é assunto de grande relevância e alvo da preocupação dos legisladores, pois já é sabido que o país passa por grandes e rápidas transformações

demográficos, com o aumento expressivo da população idosa. Assim, são necessárias políticas públicas capazes de suprir de forma adequada as demandas dessa população. Foi nesse contexto que se aprovou o estatuto do idoso como forma de assegurar direitos sociais a esse segmento populacional. Faz parte do hall dos direitos assegurados ao idoso ao de ser acompanhado por alguém de sua rede social quando estiver internado em estabelecimento de saúde. É preciso considerar que o paciente idoso em geral é uma pessoa acometida de incapacidade funcional e de limitações de diversas ordens, físicas, cognitivas e sensoriais e que demandam uma atenção especial.

Assim, manifestando a nossa inteira concordância com a autora da proposição contra a necessidade de preencher a lacuna existente no ordenamento jurídico no tocante a obrigatoriedade dos planos de assistência a saúde cobrirem despesas referentes ao acompanhante dos pacientes idosos até o momento a referida lei é omissa em relação a essa questão. Nesse sentido definindo expressamente a obrigação dos planos de saúde, é medida necessária para concretizar o direito prescrito do estatuto do idoso. Em face do exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Senado número 317 de 2007, Senador Flávio Arns, exatamente porque o projeto é algo muito simples, auto explicativo, de fácil compreensão que prevê o cumprimento de uma lacuna que existe hoje no estatuto do idoso, que é a cobertura das despesas do acompanhante do paciente idoso, quando internado. Então, esse é o voto, voto pela aprovação da proposição apresentada pela Eminente Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Leomar Quintanilha. Está em discussão a matéria. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero cumprimentar a iniciativa louvável da Senadora Lúcia Vânia, como também cumprimentar o Relator Leomar Quintanilha, tendo em vista que eu o relatório meritório na medida em que nós vamos preencher uma lacuna que existe hoje lamentavelmente nesse caso. E nós precisamos, Senador Flávio Arns, defender os interesses dos mais idosos nesse país. Nós mesmo ontem na Comissão de assuntos sociais, V.Ex^a., que é membro daquela Comissão, e ali estávamos relatando um projeto, do ilustre Senador Efraim de Moraes também na defesa dos mais idosos. Sobre tudo aqueles que contribuíram sobremaneira com o nosso país, com os seus estados, com as suas cidades, e lamentavelmente não temos políticas públicas definidas nos interesses dessas pessoas. Sobre tudo daqueles que tem acima de 65 anos, que muitos dedicaram no

longo da sua vida na defesa intransigente do país, de um país que possamos conter amanhã ou depois uma plenitude num todo em relação a cidadania, de melhor qualidade de vida, e etc., etc., de tal forma que esse é um projeto em boa hora.

Eu tenho visto em meu Estado do Mato Grosso, Senador, quantas e quantas vezes pessoas, não só para ficar acompanhando nos hospitais locais, mas aquele para deslocar para os outros grandes centros do país, que alguns não tem a passagem para acompanhar tendo em vista, que a Secretaria de saúde, através dos recursos do SUS, ele apenas paga o quê? Lá no internamento, ou seja lá em São Paulo, ele consegue locomover, pagar a transferência, uma passagem de avião, uma passagem de ônibus. Porque na verdade o sistema único de saúde quando o cidadão sai de Cuiabá, vai ao estado de São Paulo, capital de São Paulo para receber o melhor atendimento médico, ele vai pelo SUS. Todavia, ele não tem o direito de levar um seu acompanhante e eu pergunto a V.Ex^a., como é que vai ficar um idoso, como bem disse o Senador Leomar Quintanilha, aqui, desprovido de qualquer possibilidade, de qualquer meios, para ficar acompanhando o cidadão nos grandes centros desse país, que as pessoas dependem, no caso de Mato Grosso, Tocantins, do Pará, do Acre. Eu tenho visto isso aí e sofro junto, até porque muitas vezes recorrem a nós políticos para ajudar a dar a nossa contribuição, seja pouca, seja bastante. De forma que eu quero cumprimentar. É meritório este projeto, o Relator está de parabéns e certamente a nossa Comissão vai aprovar para que nós possamos dar condições de vida melhor aqueles que contribuíram muito para o nosso país, que hoje são os nossos idosos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Senador Jayme Campos, o Senador José Nery quer discutir a matéria. Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, senhores Senadores. Primeiro cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, o Relator, Senador Leomar Quintanilha, por esta, pela iniciativa e pelo relatório, porque os idosos brasileiros que a cada dia vem afirmando a luta pela garantia de seus direitos básicos, do seu direito de cidadania. Creio que no momento em que o idoso se encontra doente, e aqui fala-se especificamente do idoso que tem planos de saúde, de assistência saúde de grupos de instituições privadas. A importância de se permitir a cobertura das despesas com acompanhante para esses idosos em situação de assistência a sua saúde é algo fundamental dentro desse princípio, da garantia da cidadania, da dignidade da pessoa humana e aqui

especial da dignidade da pessoa idosa. Portanto, manifestar as minhas congratulações com o projeto, com a Relatoria e com a decisão que deve ser tomada de forma unânime por esta Comissão de direitos humanos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado José Nery, Senador Sibá Machado com a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Senhor Presidente, no Brasil historicamente nunca conseguimos chegar perto da solução definitiva dos problemas de saúde de nossa população. E quando se trata desse setor da sociedade, por natureza já precisa de ajuda de terceiros, imagina quando está com problema de saúde. Nós temos a dificuldade de interiorizar os serviços mais de média, e alta complexidade. Então o SUS já foi uma tentativa muito boa de ter pelo menos já se enraizado em todos os rincões do país um serviço básico, mas é notório que as regiões norte e Nordeste se dirijam ao centro Sul em busca de um serviço mais adequado. O centro Oeste também já tem essa dificuldade.

Então, a gente até brincou durante muito tempo lá no Acre que Goiânia é o principal hospital do Estado do Acre. E agora nós temos tido uma luta muito grande, uma incansável luta do Governo, especialmente aí do Senador Tião Viana, de levar para o estado minimamente essas condições de atendimento e esperamos que num espaço de tempo muito breve a gente possa solucionar pelo menos o mais difícil desse atendimento. E esse projeto vem a dizer que enquanto esse dia não chega, a gente possa pelo menos ir fazendo o que é possível, que é garantir a despesa de um acompanhante para as pessoas necessitadas quando se deslocam atrás de um atendimento médico. Então, nesse caso, eu quero concordar plenamente com a idéia pedindo aqui a atenção de todos nós porque é uma justiça mínima que se possa fazer com as pessoas mais carentes e tratando-se especialmente desse setor da nossa sociedade que são os pessoas com a idade um pouco mais avançada. Portanto, de pleno concordo com o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Sibá Machado, quero destacar também a importância do debate sobre os direitos, a cidadania, concretização, a transformação das leis em ações concretas para a favor dos idosos. Quero também destacar que esta Comissão tem uma Subcomissão permanente para de atenção a pessoa idosa, cuja presidência está com a Senador Leomar Quintanilha. Além disso, nesta semana, na terça-feira nós tivemos uma Sessão solene aqui no congresso, no Congresso Nacional, não só no Senado Federal,

mas junto com a Câmara dos Deputados para celebrar, comemorar o dia nacional e internacional da pessoa idosa. Muito bem. Não havendo mais então, quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação o relatório do Senador Leomar Quintanilha pela aprovação do Projeto de Lei. Os senhores Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao item 3 da pauta que o Senador Wellington Salgado que é o Relator, não está presente, eu pediria ao Senador José Nery, que atuasse como Relator ad hoc, é o PDH, número 03 de 2007. Informa e pede providências a cerca de suposta fraude de venda de laudo pericial de identificação de paternidade. Laudo de DNA cível ou criminal, com o uso do nome da Universidade Federal de Viçosa e realizada por pessoa imperita e que teria atingindo centenas de pessoas em todo o Brasil.

A gente se lembra da novela recentemente concluída pela Rede Globo, com problema de exame do DNA. Vamos ver então qual que seria esse problema. A autoria Comissão de direitos humanos e legislação participativa. Relatoria do Senador Wellington Salgado e passo então a palavra ao Senador José Nery para, como Relator ad hoc. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhor Presidente, senhores Senadores. A Comissão, essa denúncia encaminhada a Comissão de direitos humanos e legislação participativa, sua petição número 3 de 2007, por meio da qual é formalizada a denúncia com o título Crimes Contra Menores, subscrita pelo cidadão Fernando Machado Furtado, do município de Tombos, Minas Gerais. Venho a essa Comissão para análise nos termos do art. 520, inciso 7, do Regimento Interno do Senado Federal a petição da Comissão de direitos humanos e legislação participativa, por meio da qual é formalizada a denúncia contra crime, com o título crimes contra menores subscrito pelo cidadão Fernando Machado Furtado.

O Senador Wellington Salgado discorre em seu Parecer a cerca das atribuições Comissão da legislação correlata ao assunto constante da denúncia para emitir a sua análise, quando se remete então as atribuições da Comissão de direitos humanos, dizendo que não há que se falar assim, qualquer providência que esta Comissão poderia adotar para interferir no trabalho próprio do poder judiciário fazer valer a alegada competência da justiça federal. Nesse sentido, Sr. Presidente, após discorrer sobre a análise da petição encaminhada pelo cidadão Fernando Furtado do município de Tombos, o Relator da matéria, em sua análise, conclui e vou direito ao voto. Conclui que em face dos argumentos expostos naquilo que se refe-

re as atribuições desta Comissão em específico que propomos então, Sr. Presidente, o arquivamento da petição da Comissão de direitos humanos e de legislação participativa número 3 de 2007. É o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT- PR): Muito bem. Está em discussão o voto do Senador José Nery. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Votação. O relatório. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. O item número 4 da pauta de natureza terminativa, a Relatora a Senador Fátima Cleide, também fará esse relatório na semana que vem e inclusive, todos nós atendendo a conclamação do Senador Eduardo Suplicy para que na semana que vem a gente possa votar este projeto de natureza terminativa e que é fundamental para essa área de direitos humanos. Se bem que hoje nós até tivemos um quorum bastante bom, porque o Senador Paulo Paim teve que sair, o Senador Sérgio Zambiasi esteve aqui presente, também. O Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Tivemos quorum, precisamos ter simultaneamente, então, com um pouco de esforço na próxima quinta, conseguiremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT- PR): Isto, e nós queremos que o Senador Paulo Paim esteja aqui presidindo já com o filho em recuperação, que é o principal. Passo a palavra ao Senador José Nery que havia solicitado antes também, não é, Senador. Então com a palavra V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, senhores Senadores. Primeiro eu queria comunicar a esta, a nossa Comissão de direitos humanos que ontem estive participando de uma importante reunião da Comissão nacional de erradicação do trabalho escravo com a presença do Sr. Ministro Paulo Vanuque, Secretário nacional de direitos humanos, oportunidade em que discutimos essa crise que se estabeleceu há poucos dias com a aprovação e a realização de uma visita, de uma Comissão do Senado a empresa Pagrisa no Estado do Pará, acusada de manter trabalhadores em situação análogas a de escravo. Essa situação levou a suspensão temporária das atividades do grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho que entendeu aquela iniciativa como uma interferência na suas atividades. Informar que o debate de ontem corrido no âmbito da CONATRAE Comissão nacional de radicalização do trabalho escravo, demonstrou a necessidade da urgência da retomada das atividades ao grupo móvel e na ocasião a CONATRAE recomenda ao Ministro do trabalho e em especial aos auditores fiscal a retomada de suas atividades

para que o importante programa do Governo brasileiro que, desde 95, quando foi reconhecida a existência do trabalho escravo no Brasil, vem desenvolvendo e tendo uma atuação exemplar. Trabalho esse reconhecido no âmbito internacional, servindo a experiência brasileira de referência para outros países que convivem com um problema muito parecido com o nosso, inclusive, nos países da América latina.

E foi com bastante satisfação que discutimos lá e obtivemos o compromisso de que da parte do Ministério do Trabalho, nos próximos dias, Sr. Presidente, será anunciado o retorno ao trabalho e é claro com a garantia de mais segurança e de mais mecanismos que proteja o trabalho dos auditores fiscais no Brasil, especialmente os que estão relações na luta de combate e fiscalização de trabalho escravo em nosso país. Faço questão de fazer esse comunicado a Comissão de direitos humanos porque esse é um tema que está afeito as tarefas, as atribuições desta Comissão aqui no Senado Federal. Segundo, queria comunicar, Sr. Presidente, senhores Senadores, da apresentação de um projeto de resolução ontem de nossa autoria a Mesa do Senado, no sentido de incluir mais uma atribuição dentre aquelas se compõem as tarefas da Comissão de direitos humanos do Senado. Trata-se, Sr. Presidente, senhores Senadores, do acréscimo de um inciso no art. 102 em relação as atribuições de Comissão de direitos humanos e legislação participativa no sentido de, do recebimento, avaliação e investigação de denúncia relativa a ameaça ou violação de direitos humanos. Essa proposição se justifica, Sr. Presidente, porque muitas denúncias recebidas diariamente na Comissão de direitos humanos a depender da sua natureza, terá que se transformar num Requerimento, numa petição e a exemplo mesmo do relatório que fez a pouco sobre a denúncia de um cidadão de Minas Gerais que poderia, na medida em que tivesse regulamentado essa forma de atuação da Comissão de direitos humanos, do tratamento das denúncias que sejam a essa Comissão, sem necessariamente transformar isso numa matéria Legislativa para apreciação e debate no Plenário da nossa Comissão. Essa experiência e essa atribuição já o tem a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Na verdade nos inspiramos naquela experiência para propor essa alteração na medida em que, se aprovada essa resolução, nós teremos então, depois de compor um corpo técnico para auxiliar e dar um tratamento a cada denúncia que seja a Comissão, sem necessariamente se transformar em matéria Legislativa para a deliberação por parte do Plenário da nossa Comissão.

Creio que é uma iniciativa que fortalecerá a participação direta efetiva desta Comissão no tratamento e

encaminhamento concreto de graves denúncias contra os direitos humanos em nosso país. Espero então o apoio de todos os senhores Senadores e Senadoras para aprovação dessa matéria, dessa resolução, no sentido de garantir aí maior, uma atuação cada vez mais efetiva, mais consistente como tem sido destacado a atuação da Comissão de direitos humanos do Senado. Senhor Presidente, por último queria comunicar ao plenário da Comissão que recebi um convite de uma comunidade da periferia de Salvador, na Bahia, inclusive um assunto já tratado aqui na âmbito dessa Comissão, uma comunidade que tem vários dos seus membros participando da luta do movimento dos trabalhadores sem teto, dos que lutam por uma habitação digna na cidade de Salvador e tivemos no mês de agosto o assassinato de três membros de uma mesma família. Ao que tudo indica, essa chacina praticada por membros, a denúncia vai nesse sentido, por membros, da polícia militar da Bahia. Nesse sentido essa Comissão aprovou o Requerimento e nosso Presidente, Paulo Paim, encaminhou o ofício com o pedido de providência ao Governador Jackson Wagner e ao Secretário de segurança na Bahia.

Mesmo assim a comunidade de Calabetão, na periferia de Salvador, juntamente com algumas entidades de direitos humanos, solicitou a nossa presença em Salvador para acompanhar de perto essa denúncia e apuração desse fato. Nesse sentido solicitamos Audiência ao Governador Jackson Wagner para próxima segunda-feira e ao secretário de justiça e Secretaria de direitos humanos. O Governador Jackson Wagner nos informou da impossibilidade por estar participando de um evento no Rio de Janeiro, mas delegou ao Secretário de segurança e Secretário de justiça a tarefa de nos receber e depois tratar disso junto a comunidade afetada por graves denúncias de envolvimento de Policiais Militares, é bom que se diga, é uma parcela, não estou aqui generalizando no sentido de condenar a Polícia Militar da Bahia. Mas alguns de seus integrantes são acusados de participar de uma chacina contra membros do movimento popular, do movimento social que luta pelo direito, pelos direitos, pelo direito a moradia. Nesse sentido, Sr. Presidente, também queria se fosse autorizado por V.Ex^a., por essa Comissão, de na oportunidade em vez de falar apenas em nome do nosso mandato lá naquela ocasião, na Audiência com o Secretário de Estado e com a comunidade e com o entidades do direitos humanos da Bahia, me pronunciar em nome desta Comissão de direitos humanos do Senado Federal. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado ao senhor pela condução dos trabalhos e a certeza de que aqui faremos avançar a luta, todos os

dias, a luta pelo respeito do direitos humanos no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT- PR): Agradeço a V.Ex^a, Senador José Nery, sempre atuante, combativo e competente na luta pela questão dos direitos sociais no Brasil. Quero fazer pequenas observações em relação aos três itens, em relação ao primeiro Item, que é a Constituição do grupo de trabalho e as dificuldades pelas quais o grupo de trabalho do Ministério do trabalho que combate, que fiscaliza, que verifica o trabalho escravo no Brasil, passou por esses últimos dias. Eu concordo inteiramente com V.Ex^a. que o trabalho vem sendo exemplar e se houve o problema, de fato a gente tem que se debruçar sobre esse problema, verificar o que aconteceu e que sirva assim como motivo para inclusive, consolidar e ampliar e dar mais instrumentos, como V.Ex^a. mesmo colocou, para que esse grupo de trabalho se torne ainda mais efetivo. Porque se houve o problema, de fato houve problema e discussões que levaram, inclusive, a interrupção dos trabalhos por esta equipe do Ministro do trabalho, mas que isso sirva de motivação para avançarmos ainda mais nessa área, inclusive, porque V.Ex^a., inclusive, é Presidente aqui nesta Comissão de uma Subcomissão temporária de combate ao trabalho escravo. Então, eu quero como na condição de Presidente eventual dessa Comissão, dizer que compartilharmos, queremos, a sociedade quer e todos nós queremos ver eliminada esta chaga em nosso sociedade, do trabalho escravo. O segundo aspecto em relação--.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sobre esse aspecto se o senhor me permitir um rápido comentário ainda para fazer?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT- PR): Pois não Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Flávio Arns, eu agradeço nosso Presidente para registrar o apoio decisivo do Senador Sibá Machado que agora se retira aqui da nossa Comissão, Senador Suplicy, da Senadora Serys, Fátima Cleide, Cristóvam, Senador Cristóvam Buarque, Senador Inácio Arruda, que nesses dias alguns, como parte integrante, como membro integrante da Subcomissão de combate ao trabalho escravo, ou como alguns dizem, como membros afetivos e parte da causa do combate ao trabalho escravo, estiveram nesse dia e nessas última semanas mobilizados participando de audiências no Ministério do Trabalho, de Audiências aqui no Senado Federal. Então, dizer que essa participação nessa outra semana foi decisiva para reafirmar isso que o senhor acaba de dizer. A importância de fortalecer o combate a essa chaga social e desta crise que eventualmente tivemos que enfrentar nos últimos dias, resulta algumas iniciativas

importantes. Entre elas a reafirmação da necessidade de uma ampla mobilização nacional pela aprovação de várias medidas legislativas na Câmara e especialmente na Câmara e no Senado, no Congresso Nacional em relação ao endurecimento de uma legislação mais impositiva no sentido de inibir, combater e contribuir para erradicar o trabalho escravo no Brasil. Muito obrigado ao senhor mais uma vez pela sua tolerância e desculpe ter interrompido a sua, a intervenção do senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, foi muito importante que V.Ex^a. complementa e exemplifica e dá uma dimensão ainda maior a esta necessidade de o Brasil ver erradicado o trabalho escravo que é uma chaga que assola ainda o nosso país, infelizmente e que o grupo de trabalho do Ministério do Trabalho vem tendo assim, como já foi discutido, inclusive, nessa Comissão, assim um trabalho exemplar. O segundo aspecto que V.Ex^a. levantou, é a questão do projeto de resolução para mudar as atribuições desta Comissão de direitos humanos e legislação participativa para incluir o acompanhamento, a investigação e o debate sobre casos de violação de direitos humanos. Quero concordar inteiramente, eu sei que a Câmara dos Deputados já procede dessa maneira e o Senado pode proceder também. Temos mecanismos para, ou pessoalmente, ou através de comissões, ou através de audiências, ou de acompanhamento de casos no Brasil, exercermos este novo objetivo que V.Ex^a. pleiteia para a essa Comissão, quero concordar inteiramente.

Agora em relação ao caso específico da Bahia, que V.Ex^a. colocou e inclusive o Senador Paulo Paim, como foi dito, já escreveu, já requereu ao Governador e ao Secretário de Segurança o acompanhamento e V.Ex^a. coloca, inclusive, as dificuldades, a inquietação daquelas pessoas, a agonia daquelas pessoas, eu até pediria que V.Ex^a. formalizasse essa situação para esta Comissão, porque ao invés de ser então uma iniciativa pessoal, até poderia ser uma iniciativa da Comissão de ter uma Comissão, talvez, especial em função do caso, se essa for a deliberação depois do Plenário para acompanhar esse caso. Então, haveria uma formalização para, já, vamos dizer, no roteiro que, inclusive, o projeto de resolução pretende de acompanhamento de uma situação específica e isto pode acontecer para dar assim a tranquilidade, a segurança e certamente o povo da Bahia, que é um povo também então tão bom, então acolhedor, gostará muito de ver que as coisas sejam sempre transparentes, cidadãos e a favor, assim, de questões sociais que deve revelar a cidadania do povo.

Então, eu só solicitaria de V.Ex^a. que na sequência formalizasse isto para a Comissão, para que inclusive, seu pleito tivesse mais força ainda no sentido

daquelas pessoas terem um acompanhamento desta Comissão de direitos humanos. Nada mais havendo a tratar agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente Sessão. Obrigado.

Sessão encerrada às 10h02.

Ata da 43ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 11 de Outubro de 2007, Quinta-feira, às Nove Horas, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas do dia onze de outubro de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessarenko e Eduardo Suplicy**. Justificou ausência o Senador **Sérgio Zambiasi**. Deixa de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. A presente reunião, **convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº. 57**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 20/09/07, para discutir item do ciclo de debates sobre as “questões atinentes à construção da cidadania à luz da legislação participativa, tendo como centro as crianças”. Comparecem os seguintes convidados: as crianças Saron Rodrigues de Medeiros, Diego Pereira da Costa, Gleydson Bruno Viana Pinheiro, Caio Lopes do Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 02 do Paranoá e o Diretor Gilberto Vieira Rios; as crianças Beatriz Raimundo Gomes, Estephany Aimeê de França Pinheiro, Stephane Clemente Lemos, Joseany Antônia Moreira da Silva Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 05 do Gama e o Vice-Diretor Edgard Rogério de Siqueira Vasconcelos; as crianças Washington Siqueira Brandão Filho, Déborah Evangelista Nobre, Lyliane Matos Sena, Lineker dos Santos Fernandes do Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 16 de Ceilândia e o Diretor José Luiz de Oliveira Pereira; as crianças Gean da Silva Ribeiro Martins, Natália Anastácia Fonseca Mota, Isabelle Matheus Ribeiro Lacerda, Ronywerisson Veras Dantas da Escola Classe 425 de Samambaia, a Diretora Márcia Maria Viana Coimbra e a professora Vânia Maria Valadão; a Senhora Eva Ferras Fontes e o Senhor Evangelos G. Maniatakis, ambos Assuntos Públicos da ONG Mãos que Ajudam da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e o apresentador

de televisão (MTV) e músico João Gordo. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, em ato contínuo, a coloca em votação e a aprova. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública e em seguida, convida as crianças a comporem à primeira mesa e passa a palavra às crianças convidadas para procederem às suas explicações sobre o tema proposto. O Senador Sérgio Zambiasi sugeriu que fosse formada uma comitiva para encaminhar ao Governador do Distrito Federal a proposta da “Escola Aberta”. A ONG Mãos que Ajudam entrega uma Sugestão ao Senhor Presidente que o recebe e o lê, em ato contínuo, indica o Senador Cristovam Buarque para relatar a Sugestão. O Senhor Presidente informa que será encaminhada uma cópia em DVD para as Seguintes Autoridades: Governador do Distrito Federal, Ministro da Justiça, Ministro dos Esportes, Ministro dos Transportes e Ministro da Educação. Encerradas as explicações dos debatedores, fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Leomar Quintanilha, José Nery, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho. Também usa da palavra o Suplente do Senador Cristovam Buarque, Ex-Senador Eurípedes Camargo e o Sub-Chefe de Gabinete do Senador Cristovam Buarque, João Rios. Encerradas as falas dos senhores convidados, o Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Os senhores e senhoras que concordem permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único dessa Audiência Pública. Nos termos do requerimento da CDH nº 57, de autoria desse Senador e de outros que aprovaram o mesmo documento, essa Audiência Pública tem o objetivo de discutir “Um ciclo de debates sobre as questões atinentes à construção da cidadania à luz da legislação participativa”. No dia de hoje nós começamos esse ciclo de debate com as crianças. Teremos outros setores da sociedade que virão na última quinta-feira de cada mês. Por que fizemos hoje com vocês, nossos convidados especiais

aqui? Pode ver que eu estou falando para as crianças, eu estou esquecendo inclusive as outras autoridades presentes, que hoje é o dia de vocês. Essa homenagem é uma homenagem ao Dia da Criança, que é amanhã, que o Senado da República entende que deveria fazer, e na minha fala vocês vão perceber que vocês estão sendo pioneiros, pois é a primeira vez que o Senado da República, no longo da sua história, faz esse tipo de encaminhamento, uma Audiência Pública que no final dela as crianças vão protocolar dois Projetos, um na área do combate à violência e outro na área do lazer para as crianças.

Se vocês me permitirem eu vou fazer, antes mesmo de montar a Mesa, a minha fala que escrevi rapidamente agora pela manhã ainda, pela manhã correria aqui na Casa. Senhores e senhoras, inicio esta Audiência agradecendo a todos os que colaboraram para a realização desse evento aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Começo agradecendo ao Programa Mãos que Ajudam, da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, representado aqui pela Diretora de Assuntos Públicos, Eva Ferraz Fontes e também Evângelos Mariatux(F). Então está registrado também já aqui no nosso pronunciamento. Cumprimento também o Centro de Ensino Fundamental nº 02 do Paranoá, que as crianças estão aqui no Plenário. Cumprimento o Centro de Ensino Fundamental nº 16 da Ceilândia – se tiver algum erro aqui vocês ajudem, já estamos na Audiência Pública. Cumprimento o Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama. Cumprimento também a Escola Classe 425 de Samambaia. Agradeço também a todos os funcionários do Senado que não mediram esforços e dedicação para que esse evento acontecesse. Digo a vocês que vocês terão o lanchinho, eu quero fazer essa homenagem simbólica, esse lanchinho foi uma contribuição dos funcionários do Senado, não é que nós pegamos dinheiro da Casa não, os funcionários mesmo é que patrocinaram. Então eu quero também agradecer aos funcionários do Senado por essa fórmula amiga, solidária, de trabalhar nessa Audiência Pública.

Aqui eu falo um pouquinho da história para vocês do Dia da Criança. Meus amiguinhos e minhas amiguinhas: amanhã, 12 de outubro, é dia de Nossa Senhora da Aparecida, a padroeira do Brasil. Também celebramos nessa data o Dia da Criança. Outros países lembram o Dia da Criança em datas diferentes da do Brasil. Na Índia, por exemplo, a data é lembrada em 15 de novembro; em Portugal e em Moçambique a comemoração acontece no dia 1º de junho; em 05 de maio é a vez das crianças da China e do Japão. Há muitos países que lembram o Dia das Crianças em 20 de novembro, já que a ONU reconhece esse dia como

o Dia Universal das Crianças. Por essa data também é lembrada a aprovação da Declaração dos Direitos das Crianças, e lembrar também que 20 de novembro é o dia nacional que lembra a morte do líder Zumbi dos Palmares, que é o herói da pátria e que deu a sua vida pela libertação dos escravos no nosso país. Entre outras coisas essa Declaração dos Direitos Humanos estabelece que toda criança deve ter proteção e cuidados especiais antes e depois do nascimento.

Creio, meus amigos e minhas amigas, que hoje, 11 de outubro, é um dia histórico para esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, e também podem ter certeza que vai ficar na memória no longo das suas vidas. A vocês, crianças que estão aqui, pela primeira vez esta Comissão realiza uma Audiência Pública com a participação das crianças, com o poder – vocês terão o poder aqui hoje – de Senadores e Senadoras, vocês vão apresentar oficialmente Projetos de Lei à Casa. Eu vou pedir que no final cada criança assine, inclusive, numa folha a sua participação. É um momento para nós muito importante, e eu gostaria de dizer ainda que vai ser um ciclo de debate, aqui virão todos os seguintes da sociedade para apresentar a sua proposta, mas eu digo que eu poderia ter escolhido os idosos para estarem aqui hoje e apresentarem os Projetos, eu poderia ter chamado as pessoas com deficiência, eu poderia ter chamado os moradores de rua, eu poderia ter chamado os trabalhadores, os sindicalistas, os empreendedores, eu poderia ter convocado os negros, os índios, as mulheres, os desempregados, os discriminados, mas resolvemos escolher vocês, resolvemos escolher as crianças porque vocês são o princípio de tudo, vocês são o início da vida, vocês com certeza vão dirigir esse país no futuro, vocês é que vão elaborar políticas públicas para todos os setores que eu aqui citei e outros que eu não citei. Eles também terão a oportunidade de estar aqui, mas hoje o dia não é deles, não é nem nosso, hoje o dia é de vocês. Que Deus permita que tenhamos um bom trabalho no dia de hoje. Vou terminar essa minha introdução com a liberdade de alguém que, além de trabalhador, metalúrgico e hoje Senador, tem a mania de escrever algumas poesias. Às vezes as pessoas me dizem: “é poesia ou um conto?”. Eu digo: “eu não sei”, mas eu sei que eu tive a ousadia dos poetas de jogar no papel e falar o que eu escrevi. Eu escrevi em 2001 uma poesia aqui, que eu intitulei poesia, chamada “Menino de Rua”, ela é bem curtinha, eu vou ler para vocês e com isso eu termino a minha fala. *“Já fui um menino de rua, das ruas. Já fui um menino que brincava, jogava bola, pescava nos rios, nadava e ia cedo para casa. Era uma casa simples. Meu pai trabalhador, um homem firme e forte. Minha mãe sensível*

e lutadora. Ambos já faleceram. Ambos recebiam um salário mínimo. Eu tive um lar... Éramos dez irmãos, estudando e ajudando em casa. Hoje quando atravesso as avenidas da Capital, paro no sinal e observo quantos meninos que deveriam estar em casa ou jogando bola com os amigos, enfim, o lazer, o brincar, e indo para a escola, mas não, estão na rua, pedindo, suplicando, às vezes implorando. A maioria deles nunca teve um lar. A sociedade condena, discute, leis são modificadas, instituições ampliadas, muros levantados. Agora temos que pensar no que fazer, e por isso vocês estão aqui. De onde vem a violência contra as nossas crianças? Eu respondo: homem, a violência é fruto de ti mesmo. É fruto da tua sociedade egoísta que desagrega, que discrimina, que sonega os recursos que deviam ir para o social. Que não educa, que não emprega, a violência é fruto do berço que faltou, da inocência perdida e da busca de um pedaço de pão. Homem, abra os olhos enquanto é tempo, busque os teus valores perdidos, governa para o teu povo para que amanhã as crianças possam voltar a brincar e sentir a segurança no próprio olhar. Quero que os adultos possam sonhar e que a nossa gente possa envelhecer, ao lado das crianças, com dignidade no conforto do lar”. Muito obrigado, está feita a abertura. [palmas]

Eu vou formatar a Mesa, mas vou em seguida, porque faço questão, o Senador Suplicy está aqui já na abertura dos trabalhos, eu sei que ele tem também uma bela participação, como sempre teve, em todas as Audiências Públicas e na história de vida bonita dele e do próprio Congresso Nacional. Esse é um Senador que nós temos orgulho de dizer que caminhamos ao lado dele, tenha a certeza, Senador Suplicy, hoje e sempre. Então nós vamos convidar a primeira Mesa e, antes de eu passar a palavra para os painelistas, o Senador Suplicy fará a sua primeira fala. O Senador Zambiasi também chegou aqui, vai sentar ao lado do Senador Suplicy.

Primeira Mesa, convidamos Yasmin Pereira da Silva, estudante da 8ª série do Centro de Ensino fundamental nº 02 de Paranoá. Está aí a Yasmin? Venha para a Mesa então. Convidamos Beatriz Ramalho Gomes, estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama. Beatriz é convidada a vir para a Mesa, olá Beatriz. Convidamos Washington Siqueira Brandão Filho, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental da 12ª da Ceilândia. Está aqui o Washington. E convidamos Ítalo Guimarães Almeida, estudante da 4ª série da Escola Classe 425 da Samambaia. Esses serão os primeiros painelistas. Nós temos quatro Mesas. Então antes de passar a palavra aos nossos convidados que vão fazer a exposição do seu ponto de vista sobre os Projetos que entendem

que o Congresso deva aprovar e que nós, no fim da Audiência, vamos indicar já os Senadores Relatores, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Prezado Senador Paulo Paim, é uma alegria para nós hoje estarmos recebendo aqui estudantes do Centro de Ensino Fundamental de Paranoá, de Ceilândia, do Gama, de Samambaia, e tendo essa oportunidade de as crianças e estudantes jovens estarem conhecendo o Senado Federal, conhecendo afinal de contas o que é Senador. Até eu acho que seria interessante para eles, eu vou até perguntar-lhes: todos vocês sabem bem o que é ser um Senador? Quem de vocês pode definir o que é ser um Senador ou uma Senadora? Levante a mão quem sabe. Vocês gostariam de saber?

ESTUDANTES: Sim.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Olha, cada Estado da Federação e também o Distrito Federal, portanto, vocês sabem que o Brasil tem vinte e seis Estados e um Distrito Federal. Então essas vinte e sete unidades da Federação escolhem cada um três Senadores. É o povo de cada uma destas unidades que escolhe. Então o Distrito Federal escolhe três, o Estado do Rio Grande do Sul escolhe três Senadores, como o Senador Sérgio Zambiasi, o Senador Pedro Simon e o Senador Paulo Paim, o Estado de São Paulo escolhe três Senadores, eu sou um dos três, e nós temos principalmente três funções.

A primeira é de representar o povo, ou seja, em cada ação nossa, seja quando estamos aqui falando, seja lá da tribuna do Senado e em qualquer lugar que estejamos, a palavra, por exemplo, do Senador Paulo Paim hoje dirigida a vocês é uma palavra de quem está representando o povo, expressando o sentimento do povo e ele tem sido escolhido porque o povo acha que ele é um porta-voz que sabe dizer dos momentos em que o povo sente indignação, então ele mostra a sua indignação. Se o povo está contente porque no Brasil aconteceu algo importante, seja lá no Rio Grande do Sul ou porque ganhamos a Copa do Mundo ou algo assim, então o Senador expressa o seu contentamento, e, portanto, é quem representa o povo nos seus sentimentos de alegria, de tristeza, de indignação e também para estar fazendo propostas. Depois nós temos a responsabilidade de legislar, seja de votar as Leis que o Governo Federal ou que os nossos colegas, sejam os Deputados Federais do Congresso Nacional ou os nossos colegas Senadores apresentam, ou então nós temos também o direito de apresentar propostas, Projetos de Lei. E em terceiro lugar nós temos a responsabilidade de fiscalizar os atos do Executivo, seja quando estamos na oposição ou na situação, qualquer ação incorreta que por ventura exista nós temos

a responsabilidade de apontar e os instrumentos para fazer isso. Vocês compreenderam bem o que é ser um Senador? Então hoje nós estamos recebendo vocês com muita alegria para dialogar sobre os direitos das crianças e o que podemos fazer para melhorar.

Eu queria, caro Senador Paulo Paim, dizer que neste momento o Senado Federal também está recebendo a visita do João Francisco Benedan, que todos conhecem como João Gordo da MTV, que hoje vem aqui fazer uma visita ao Senado, e num momento que até as crianças trazem alegria e felicidade para nós, porque o João Gordo está testemunhando com seu programa, e se o Presidente Paulo Paim permitir em algum momento que ele até formule uma pergunta, uma consideração, eu sugiro que possa fazê-lo no momento que achar adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, a Presidência de imediato acata a orientação do Senador Suplicy e V. Ex^a., no momento que entender, o microfone está na sua frente, V. Ex^a. poderá fazer um depoimento ou uma pergunta mesmo as crianças no momento que entender mais adequado.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Quando for a hora você aperta aí o botão, já sabe como é. Então muito obrigado, Presidente, parabéns pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senador Suplicy, que explicou para as crianças qual o papel de um Senador da República.

Nós vamos de imediato abrir a palavra aos nossos convidados para que eles possam fazer a sua exposição. Fiquem bem à vontade, vocês estão em casa aqui, se sintam como se estivessem em casa. Podem ler, podem falar, é esse o microfone. Eu vou começar aqui pela ordem que eu recebi. Então a Yasmin Pereira da Silva, estudante da 8ª série do Centro do Ensino Fundamental nº 02 de Paranoá tem direito à palavra de cinco a dez minutos, como assim entender.

ALUNA YASMIN PEREIRA DA SILVA: Eu queria agradecer por vocês terem aberto esse espaço para a gente falar, porque viver estudando assim em escola pública não é muito fácil, né, porque tem muitas dificuldades, os ladrões, as coisas, todo mundo já sabe disso. Então eu queria que vocês pensassem assim numa ... para garantir a segurança da gente dentro da escola e também fora, porque acontecem muitas coisas desagradáveis na escola que não chegam ao conhecimento de vocês, mas a gente está aqui para dizer um pouco e, se eu pudesse falar, eu queria dizer um caso que aconteceu. Essa semana ainda um menino foi roubado na escola do lado da minha, bateram nele, deixaram ele pelado, ele teve que correr para a

escola. Então isso eu não gostaria que acontecesse, é para isso que a gente está aqui, é para pedir para vocês fazerem uma medida de segurança e que a comunidade decida como ela vai ser aplicada de maneira adequada para a gente. Eu agradeço por estar aqui falando, desculpa por algum erro porque eu não tenho o costume de falar assim em público, e obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Parabéns para a Yasmin, que tem o poder de síntese, não é Senador Zambiasi? V. Ex^a., na hora que quiser usa a palavra, viu, porque nós temos a mania de falar, falar, falar. O Senador Suplicy foi brilhante, conseguiu dar uma aula sobre o Senado em três minutos. Parabéns Senador. De imediato eu passo a palavra à Beatriz Ramalho Gomes, estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama.

ALUNA BEATRIZ RAMALHO GOMES: Bom dia Srs. Senadores, presentes da mesa, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, componentes da Mesa, demais Senadores presentes e todos os telespectadores que nos assistem nesse momento. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui falando um pouco para vocês e nós hoje vamos falar um pouco sobre as propostas, sugestões e comentários que iremos colocar nesta Audiência, que se referem às questões relacionadas à segurança, cultura, esporte e lazer nas grandes cidades e comunidades das periferias.

Temos assistido diariamente, através da imprensa, notícias sobre o aumento significativo da violência nas cidades e essa violência a cada dia chega mais próximo dos estabelecimentos de ensino público causando muita preocupação e medo. Há relatos inclusive da existência da violência nos mais diferentes níveis da área interna das escolas. Muitas vezes a violência se deve à prática do uso de drogas que também aumentou significativamente nos últimos anos. As campanhas publicitárias e o uso de repressão têm se mostrado ineficazes ou incapazes de erradicar o uso e o tráfico de entorpecentes, deixando os jovens e seus familiares apreensivos, tendo em vista a facilidade e os mecanismos com que os traficantes se aproximam dos jovens para atingir seus objetivos de formar mais direitos e devido à proximidade. Restam-nos duas alternativas: assistir de braços abertos, praticando as mesmas ações ineficazes e nos debruçando sobre o problema, ou então nos aproximando dos jovens praticando ações contrárias na tentativa de resgatá-los ou impedi-los de entrar para o mundo do crime. O Estado, através dos Deputados e Senadores, devem propor medidas que visem aumentar a segurança nos estabelecimentos de ensino de todo o país, medidas essas que atinjam a base, ou seja, onde os fatos acontecem.

Propomos uma descentralização de planos voltados à manutenção da segurança no âmbito dos estabelecimentos de ensino. As ações poderiam ser atribuídas pelos conselhos escolares de gestão de segurança nas escolas em conjunto com o Estado. A outra ponte que observamos é a falta de fazer para a maioria das populações carentes, levando principalmente o jovem ao desânimo, à falta de ocupação que pode desamparar para outros rumos, como, por exemplo, a prática de delitos e atos infracionais. Por outro lado, a escola como um espaço físico tem se mostrado obsoleta e não tem sido explorada em todo o seu potencial. Propomos que as quadras de esportes, laboratórios de informática, bibliotecas e auditórios sejam utilizados nos finais de semana como um espaço de recreação e desenvolvimento da cultura. Que as crianças desse país sejam obrigadas a ter de verdade e que possam de fato pegar um livro na prateleira da biblioteca e folheá-lo de verdade e que suas pesquisas não sejam copiadas de resumos de artigos da Internet. Célebres palavras da ilustre escritora e poeta ucraniana erradicada no Brasil, Clarice Lispector: *“E não me esquecer, ao começar o trabalho, de me preparar para errar. Não esquecer que o erro muitas vezes havia se tornado o meu caminho. Todas as vezes em que não dava certo o que eu pensava ou sentia – é que se fazia enfim uma brecha, e, se antes eu tivesse tido coragem já teria entrado por ela. Mas eu sempre tivera medo de delírio e erro. Meu erro, no entanto devia ser o caminho de uma verdade: pois só quando erro é que saio do que conheço e do que entendo. Se a ‘verdade’ fosse aquilo que posso entender – terminaria sendo apenas uma verdade pequena, do meu tamanho”* – Clarice Lispector. Desejo que o meu país seja um exemplo de revolta positiva de mudança da esperança e da justiça. Muito obrigado a todos [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Passamos de imediato a palavra ao Washington Siqueira Brandão Filho, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16 da Ceilândia, e em seguida vai ser o Jean.

ALUNO WASHINGTON SIQUEIRA BRANDÃO

FILHO: Eu queria desejar um bom dia aos Srs. Senadores, convidados e colegas das escolas aqui presentes. Hoje estamos aqui para tratar de um assunto não muito bom, mas sério, que é a segurança nas escolas. As escolas de um modo geral hoje do Brasil não estão tendo muita segurança. Aqui no Distrito Federal, como eu vejo muito, andam ocorrendo muitas ocorrências de casos pela falta de segurança. Algumas dessas ocorrências são: roubo de alunos e professores, pichações no interior e no exterior da escola, roubo de objetos dentro do recinto escolar, uso e tráfico de drogas, bri-

ga entre gangues, ameaças aos alunos e vandalismo, destruição dos prédios e móveis da escola.

Bem, estamos aqui hoje para pedir aos Srs. Senadores que colocassem isso em questão. Nós precisamos da segurança nas escolas, a escola deve ser um lugar seguro para todos, não um lugar de medo de se estar. A escola deve ser um lugar bom que você goste de estar presente. Alguma das nossas propostas discutidas na escola em grupo para melhorar a segurança nas escolas foi o reforço de policiais dentro e fora das escolas, a instalação de um circuito interno de segurança, treinamento de vigias, formação de seguranças comunitárias, autonomia para as escolas discutirem e executarem as medidas de combates às violências, com palestras, shows, competições nas escolas, danças com o apoio do Governo. Incentivo para a atuação dos conselhos escolares e grêmios estudantis. Precisamos nos proteger e proteger as escolas para que elas sejam um ambiente seguro, agradável e um local de aprendizado e lazer. Com isso, nossas escolas poderiam ser mais seguras, assim dando conforto e bem-estar aos alunos, dando-nos prazer a frequentarmos as escolas e não nos envolvermos com o que não presta. Sendo assim, é de extrema importância a segurança no recinto escolar e na sua área extrema para diminuir os casos de criminalidade e o descaso com os membros das escolas. Por isso, sugerimos que os senhores nos ajudem a criar leis que combatam a violência nas escolas, garantindo a segurança, colaborando para a nossa formação. Eu e meus colegas de escola e todos os estudantes do país queremos estudar num ambiente seguro e prazeroso, por isso queremos contar com o apoio de V. Ex^{as}. Muito obrigado pela oportunidade e a atenção dos senhores [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento passo a palavra ao Sr. Jean da Silva, dez anos, estudante da quarta série da Escola Classe 425 de Samambaia. Com a palavra o Jean.

ALUNO JEAN DA SILVA RIBEIRO MARTINS: Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa, demais componentes da Mesa, Senadores presentes e demais pessoas dessa Assembléia. Bom dia. Meu nome é Jean da Silva Ribeiro Martins, tenho dez anos e estudo na quarta série da Escola Classe 425 de Samambaia, Distrito Federal, e estou aqui representando todos os alunos de norte à sul do Brasil para defender a melhoria de educação física e o ensino da informática nas escolas públicas.

Levando em conta que o ser humano resulta da perfeita interligação entre o corpo e a mente, essas duas áreas, educação física e informática, merecem destaque pela sua importância na formação do homem de hoje, mas não vem sendo tratadas com a devida

relevância que merecem. A educação física muitas vezes é considerada em segundo plano, como uma atividade inferior às outras disciplinas, pois é executada de qualquer maneira, com os recursos disponíveis. A maioria das escolas públicas brasileiras não possuem uma estrutura adequada para a educação física. Seria necessária a construção de quadras poliesportivas em que os alunos pudessem treinar diversos esportes, como o futebol, voleibol, basquete, handebol e outros, pistas de atletismo, piscinas, tatames e muitos outros espaços. Não possuem nem mesmo um local adequado e seguro para a prática das atividades, sem falar nos materiais para uso nas aulas como bolsa, redes, colchonetes e etc. A prática da educação física remonta à antiguidade, onde já se sabia da importância de se cuidar do corpo e educá-lo, trazendo vários benefícios para a saúde humana. Os esportes em grupo trabalham a socialização e a cooperação. Os individuais ensinam a determinação e a superação de limites, sem falar no lazer e no bem-estar que essas atividades proporcionam. Nas séries iniciais do ensino fundamental ensinar a educação física fica também a cargo do professor regente da sala, além de todas as outras disciplinas. Deveria haver um outro profissional habilitado nessa área específica para trabalhar a educação física com esses alunos. O erro está sendo tratar a educação física apenas como lazer com brincadeiras e joguinhos nessa fase, pois estar-se perdendo uma ótima oportunidade de formar atletas. Em países desenvolvidos essa formação começa logo no início da escolaridade.

Já o caso da informática é um pouco mais complicado porque não faz parte do currículo obrigatório nas escolas. A comunicação e a tecnologia vêm evoluindo rapidamente no mundo e a maioria dos alunos das escolas públicas estão ficando para trás, sem acompanhar essa evolução pela falta de um projeto de implementação da informática nas escolas.

Algumas iniciativas de inclusão digital vêm sendo executadas, porém são bastante inferiores à real necessidade dos alunos. Hoje o mundo gira em torno da comunicação *on-line*. A vida moderna impõe um conhecimento informatizado e os nossos alunos estão sim excluídos desse conhecimento. Com essa exclusão as pessoas ficam com dificuldades até para exercer sua cidadania, destino dos seus direitos, por não conseguirem vencer barreiras que a sociedade informatiza e lhes impõe. Em cada escola desse país deveria ter um laboratório de informática para dar suporte às aulas e em cada biblioteca pelo menos um computador conectado à Internet para pesquisas escolares. Também seria preciso ter profissionais capacitados para orientarem todo esse processo. O computador é um aliado precioso na busca da aprendizagem, pois é um

elemento do campo de interesse dos alunos, desperta a motivação, possui infinitos recursos audiovisuais e modos de utilização. Precisa ser incorporado à realidade escolar para não correremos o risco de ficarmos para trás no progresso da humanidade.

Hoje em dia, em qualquer lugar que você for, é exigido um conhecimento mínimo da tecnologia. Na busca por um emprego então nem se fala, pois por mais modesta que seja a vaga preenchida exige-se um determinado grau de intimidade com o computador. Não ter esse conhecimento implica em ficar fora do mercado de trabalho, que está cada vez mais seletivo e ao mesmo tempo carente de mão-de-obra qualificada. Um projeto de inserção da informática nas escolas também deveria primar por esse aspecto, o da capacitação profissional, pois os níveis de desemprego no país são alarmantes e isso gera todo tipo de injustiças sociais, como a pobreza, fome, abandono, desestrutura familiar e etc. Se nós queremos um país justo temos que dar oportunidades iguais a todas as pessoas e o acesso à tecnologia é um fator de inclusão social. Quem não tem condições financeiras de adquirir um computador fica em desvantagem. A escola tem esse papel de tentar minimizar as diferenças sociais.

Enfim, os projetos de educação física nas escolas e de implantação de laboratórios de informática têm um objetivo em comum: formar cidadãos capazes para exercer seus direitos, ou seja, mentes desenvolvidas em corpos saudáveis, e nesse meio fica a auto-estima das crianças e dos adolescentes que se sentem valorizados na sociedade da qual fazem parte e com esperanças verdadeiras de uma vida melhor. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já registro a presença conosco também do Senador José Nery, o Senador Cristovam eu sei que está vindo para cá também. Na verdade ele manda justificar que hoje ele não poderia vir nesse momento, mas eu queria ainda, antes de chamar a próxima mesa e passar a palavras já a V. Ex^a., mais uma vez faço questão de destacar aqui o Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 02 de Paranoá, na figura do seu Diretor Gilberto Vieira Rios, por todo o apoio que está dando a essa atividade, o Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 16 de Ceilândia, o Diretor José Luiz de Oliveira Pereira pelo mesmo motivo, Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama, Vice-Diretor Edgar Rogério de Siqueira Vasconcelos, professor responsável Vaneti Paulo de Novaes e depois a Escola Classe 425 de Samambaia, Diretora Márcia Maria Viana Coimbra, professoras responsáveis Vânia Maria Valadão e Daniela. Então eu agradeço mais uma vez a todos e aos parceiros desse evento, Projetos Mãos que Ajudam

– Igreja de Jesus Cristo dos Santos Últimos Dias, a quem eu cumprimento nas figuras da Sra. Eva Ferraz Fontes, de assuntos públicos, e o Sr. Evângelos Maniatax(F), assuntos públicos. Então uma salva de palmas a todos os parceiros desse evento, que eu já vi que a nossa Audiência é um sucesso [palmas].

Eu desfaço a atual Mesa, convido os meninos e meninas a retornarem ao Plenário, eu convido a segunda Mesa e em seguida eu passo a palavra ao senhor conforme acordo feito aqui com o Senador Suplicy. Então eu convido, nesse momento, a formação da segunda Mesa: Débora Evangelista Nobre, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16 da Ceilândia, convido também Stefany Aimê de França Pinheiro(F), estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05 de Gama, Diego Duarte, estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02 de Paranoá, e Natália Anastácia Fonseca Motta, estudante da 4ª série da Escola Classe 425 de Samambaia.

Agora o nosso convidado especial com a palavra, que pediu nesse momento, que é o senhor –

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): João Francisco Benedan, que é o João Gordo, que muitas das crianças o conhecem porque ele é um apresentador sobretudo de música na MTV, tem um diálogo muito intenso com telespectadores do Brasil inteiro e ele poderá nos falar um pouco da relação entre a música e as crianças e o que é que ele veio fazer hoje aqui no Senado Federal, para conhecer, porque ele muitas vezes esteve aqui cantando com a sua banda em Brasília, mas nunca tinha estado no Congresso, é a primeira vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então ele veio num bom momento.

SR. JOÃO FRANCISCO BENEDAN (JOÃO GORDO): Realmente. Primeiramente eu queria agradecer ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Paulo Paim por estar aqui presente. Bom dia criançada, são crianças mesmo, e eu estou feliz de estar aqui, de ser bem recebido pelo Senador na Casa dele e de ter visto, de estar aqui nesse lugar que está recebendo muitas críticas, cara, e ver que no meio de tanta lama e tanta sujeira tem uma luz no fim do túnel, cara, sabe [palmas]. Ontem eu vi as propostas do Senador, ele falou pra caramba ontem, foi bem legal, passei mal de tanto que ele falou na minha orelha, gostei muito.

Agora assim sobre esse lance de violência nas escolas, eu como morador de periferia que fui lá em São Paulo, eu acho que um grande problema nos centros urbanos, tipo Vitória, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, é de como evitar que a repressão nas escolas se tornem ... se extrapole, saca? Esse é uma preocupação minha, a polícia tem que reprimir sim, mas como faz

para a polícia não extrapolar, saca? De chegar no estudante mesmo e ultrapassar as barreiras do normal. É uma pergunta que eu tenho, é uma pergunta que eu tenho assim, eu acho que é um desafio de vocês, Srs. Senadores, tipo de desenvolver um trabalho que possa resolver esse assunto de tráfico de armas, tráfico de drogas e exploração sexual de crianças nas escolas ou nas cidades. Vocês têm um grande trabalho pela frente, eu quero só ver, meu, quero só ver se vocês conseguem, porque eu mesmo nunca vou me candidatar porque eu não tenho capacidade, cara, mas se eu pudesse ... Para encerrar é isso, meu [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só informo ao Senador José Nery, ao Senador Zambiasi e ao Senador Suplicy, nós vamos fazendo o rodízio nas Mesas e no momento que os Senadores entenderem que devem fazer uso da palavra, a palavra estará sempre à disposição dos Senadores. Então nesse momento eu passo a palavra de imediato à Débora Evangelista Nobre, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16 da Ceilândia.

ALUNA DÉBORA EVANGELISTA NOBRE: Bom dia a todos, bom dia Sr. Presidente. Eu sou a Débora, aluno do Centro de Ensino Fundamental nº 16 da Ceilândia e agora apresentarei algumas propostas que surgiram após uma observação que o partido fez, não só na nossa escola, mas também –

[interrupção no áudio]

ALUNA DÉBORA EVANGELISTA NOBRE: Pronto? São necessidades que devem ser supridas imediatamente.

Primeira proposta: tornar o lazer acessível para todos. Como isso é possível? É essencial que todas as escolas possuam quadras poliesportivas com materiais bons, com bons materiais. O motivo? É porque o lazer é um tema muito esquecido, porém muito importante, e que muitas vezes faz a diferença. Sabendo que o esporte desvia os jovens dos caminhos errados, como vandalismo e crimes mais graves, é fundamental que a escola ofereça esses recursos que podem ajudar na formação de cidadãos.

Segunda proposta, que já até foi dita por outros colegas: a construção de laboratórios de informática para que os alunos não utilizem só como lazer, mas também como para pesquisas, porque de fato é uma boa proposta. A partir do momento que o aluno percebe que aquilo está sendo utilizado em benefício dele, ele vai zelar pelo material, ou seja, ele não vai ver motivo para destruir os computadores e outras coisas. O lazer na escola desperta o interesse dos jovens até pelos estudos, então com certeza a ausência dele causa grandes problemas.

Terceira proposta: a inclusão dos portadores de necessidades especiais na prática desportiva e a capacitação dos professores de educação física. É muito importante que eles tenham os mesmos direitos, as mesmas atenções que são voltadas para nós, e se é difícil para nós, não portadores de deficiência, encontrarmos lazer, então é muito mais difícil para eles, que necessitam de locais especiais, de materiais especiais, pessoas treinadas.

Quarta proposta: que as escolas sejam abertas aos finais de semana. A escola é o ponto de referência de todos nós, alunos. É lá que nós conhecemos pessoas novas e que nós passamos aproximadamente $\frac{1}{4}$ do nosso dia. Então a escola tem sim grande participação na nossa vida. Com a abertura dela aos finais de semana seria uma oportunidade da gente poder estar utilizando essa quadra poliesportiva, de ler um livro, se reunir com os amigos, e tudo isso é lazer, sendo que isso poderia ser feito até com monitoramento de alunos voluntários.

Quinta proposta: a construção de centros desportivos em todas as cidades para o incentivo ao esporte e a descoberta de novos atletas. Com a construção desses centros existiram, quem sabe, até competições entre as cidades.

Sexta proposta: campanhas de inclusão de meninos de rua em atividades desportivas que prevenirá o envolvimento dessas crianças e adolescentes em gangues para evitar que pratiquem vandalismo e outros crimes.

Enfim, Sr. Presidente, quero dizer que o lazer não deve ser tão raro como ele é hoje. Encerro aqui a minha interlocução [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tive um auxílio aqui da minha interprete aqui para ler corretamente o nome dela, ela me ajudou, é Stefany Aimê de França Pinheiro(F), estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama com a palavra.

ALUNA STEFANY AIMÊ DE FRANÇA PINHEIRO(F): Bom dia a todos, primeiramente ao Exmo. Senador Paulo Paim e depois a todos os Senadores presentes nessa Audiência.

Bom dia a todos, meu nome é Stefany Aimê, eu sou estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama. Agradeço a oportunidade de estar aqui e eu vou, irei propor, sugerir e comentar neste momento sobre o esporte e lazer. Dentre as principais destacam-se a abertura das escolas públicas durante os finais de semana, feriados e recessos escolares como fontes de lazer para a comunidade e para os alunos. Isso seria melhor do que o menor estar fazendo infrações no meio da rua, sendo que ao

invés dele estar no meio da rua ele vai lá para a escola se divertir.

Também destinar todas as modalidades esportivas aos alunos e seus familiares, partindo do pressuposto de que o esporte é uma excelente alternativa de resgate social, como várias vezes já foi comprovado.

Disponibilizar um laboratório de informática, como já foi dito pelos meus colegas, com acesso ao uso de computadores com Internet e sob orientação de professores contratados ou voluntários da comunidade para ministrar cursos de curta duração, nas diferentes áreas de informática, destinados aos alunos, aos pais e a toda a comunidade, para que realizem pesquisas e tenham acesso aos avanços tecnológicos e até como lazer, em meios de comunicação, inclusão digital.

Criar cursos por meio de projetos ou programas sociais de oficina de aprendizagem destinada à população de baixa renda e para os diferentes níveis de escolaridade, ministrando curso de artesanato, tricô, crochê, macramê, pintura em tecido e em tela, fuxico em cerâmica, computação gráfica, entre outros.

Também desenvolver atividades esportivas de diferentes modalidades e aos finais de semana nos turnos matutinos e vespertinos nas escolas que possuam quadras de esporte e que possam beneficiar a comunidade carente e mais precisamente crianças e adolescentes com problemas de disciplina e comportamento, dando-lhe a oportunidade de fugirem de assédio dos traficantes do mundo das drogas e da criminalidade como um todo.

Contratando professores de educação física, aumentando a oferta de progrido para esta área de formação e orientando a população jovem para a mudança da qualidade de vida.

Também disponibilizar os programas de TV que tratem de questões relacionadas ao meio-ambiente, preservação ambiental, esporte, lazer e cultura, tais como o Globo Ecologia, Globo Ciência, demais programas televisivos de nível científico, documentários e etc, em horário diurno que é para que a população possa ter condições de assistir.

Propor que a disciplina de educação física seja ministrada em horários contrários aos horários convencionais, porque muitas vezes os alunos saem da aula de educação física, saem soados e vão para outra aula, e isso também causa um incômodo. Também propor que a disciplina de educação física seja ministrada em horários contrários, por exemplo, se o aluno estuda de manhã, ele vai fazer educação física à tarde, isso é bem melhor.

Também descentralizar os poliesportivos, tal como o Defé(F), criando unidades poliesportivas nas cidades

circunvizinhas, para que toda a população jovem possa ter acesso às diferentes modalidades esportivas.

Também oferecer aulas de música, de dança, de artes cênicas e artes plásticas, preferencialmente folclóricas e gratuitamente a toda a comunidade das proximidades e da escola, com a criação de escolas pólo, aumentando também a oferta de vagas de empregos aos profissionais formados nestas áreas e que possam se encontrar desempregados.

Bom, e eu gostaria de encerrar com o pensamento de um sábio chinês: *“se teus projetos são para um ano, semeie um grão; se são para dez anos, plante uma árvore; se são para cem anos, instrua o povo. Semeando uma vez o grão, colherás uma única vez; plantando árvore, colherá dez vezes; instruindo o povo, colherá cem vezes. Se deres um peixe a um homem, ele comerá uma única vez; se, porém, o ensinares a pescar, ele comerá a vida inteira”*. Muito obrigado a todos [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Quero informar também a cada escola que cada escola receberá uma cópia na íntegra dessa Audiência Pública para passar inclusive lá no seu Centro de Educação, como as entidades também que colaboraram com esse evento. Eu passo a palavra nesse momento ao Diego Duarte, estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02 de Paranoá. Diego com a palavra.

ALUNO DIEGO DUARTE: Primeiramente bom dia a todos. Bom, prioridade é a proteção dentro e fora da escola, porque não adianta ter segurança só dentro da escola e lá fora muita violência. Nos sábados e nos finais de semana, aos domingos, a escola está começando a ser aberta para os alunos ter um pouco de lazer, atividades culturais para os alunos e pais, para toda a comunidade. A comunidade escolar é que deveria escolher como a segurança seria aplicada na escola e como deveria ser exercida. O batalhão escolar também deveria estar mais presente na escola ou então algumas pessoas designadas para a proteção dos alunos. A escola está com muita violência, os alunos estão sendo agredidos, roubados, assaltados, na escola estava tendo paralisação semana passada porque os alunos estavam sendo assaltados dentro da escola. A escola foi invadida à noite, está toda pichada, feia, foi pintada recentemente, mas não adiantou nada, porque já picharam tudo de novo. Eu gostaria de agradecer a todos pela oportunidade [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): A última dessa Mesa, a nossa amiga Natália Anastácia Fonseca Motta, estudante da 4ª série da Escola Classe nº 425 de Samambaia com a palavra.

ALUNA NATÁLIA ANASTÁCIA FONSECA MOTTA:

Bom dia a todos os presentes. O meu nome é Natália Anastácia Fonseca Motta, tenho dez anos e estudo na 4ª série da Escola Classe 425 de Samambaia, Distrito Federal, eu estou aqui representando os meus colegas para defender a educação ambiental nas escolas públicas.

O tema meio-ambiente tem sido bastante discutido atualmente por causa dos efeitos climáticos que já vem sendo sentidos devido ao mau uso dos recursos da natureza: aquecimento global, efeito estufa, enchentes, escassez de água potável, desertificação, poluição, desmatamento, queimadas e etc são alguns dos problemas que podemos citar, mas o mais importante é que cada um deles muitas vezes é resultado de pequenas ações ou omissões individuais que contribuíram para a formação desse cenário triste e desolado em que vivemos. É aí que entra a educação ambiental, pois é preciso conhecer todo esse processo pelo qual passa o planeta, entender as relações entre a natureza e os seres humanos, conscientizar acerca das consequências de tudo que se faz num meio-ambiente, formar cidadãos críticos e capazes de modificar efetivamente sua postura e ações para melhorar a qualidade de vida de todos.

Apesar dessas discussões, pouco se tem feito de modo concreto para chamar a atenção para a importância da educação ambiental. Nas escolas geralmente esse tema fica restrito nas aulas de ciências naturais e biologia, sem um projeto mais profundo e comprometido para a conscientização e com as mudanças de atitudes.

Uma das atividades propostas seria a implantação em todas as escolas da coleta seletiva de lixo, onde seriam disponibilizados os recipientes para cada tipo de lixo. Os alunos aprenderiam na prática a importância dessa atividade, levariam essa idéia para as suas próprias casas, onde no futuro inevitavelmente teremos também uma coleta seletiva. A escola deve ser o berço desse tipo de ações, preparando as crianças e os adolescentes para a necessidade da vida moderna. Outra atividade seria a reciclagem e o reaproveitamento do lixo, onde a escola faria parcerias com empresas diárias e funcionaria como centro de coleta desse material, o que poderia gerar também fonte de renda para a própria escola.

Uma proposta totalmente viável seria o plantio das árvores nas escolas, seriam enviadas sementes para as escolas que se encarregariam de plantá-las e cuidar delas até que se tornem fortes e frondosas, sendo que instituições como EMBRAPA e EMATER e outras forneceriam os suportes técnicos para que o resultado fosse o melhor positivo, através das palestras

dos alunos ou encaminhamento de material impresso para a escola. Além das árvores toda escola deveria ter uma horta, plantada e cuidada pelos alunos, que além de aprenderem as técnicas do cultivo ainda se beneficiariam com um lanche mais reforçado. O Governo financiaria todos os recursos materiais e humanos para a implantação desse projeto que com certeza resultaria em vários outros benefícios. Toda escola utiliza uma grande quantidade de papel e grande parte dele é descartada. Seria também importante propor parcerias com empresas de reciclagem de papel para reaproveitamento desse material.

O cuidado com o meio-ambiente deve ser uma preocupação de todos nós que habitamos o Planeta Terra. Na escola essa preocupação deveria ter uma dimensão muito maior, pois, além de ensinar e educar, a tarefa da escola é disseminar hábitos e atitudes positivas, discutir temas polêmicos e alertar sobre possíveis eventos decorrentes de um mau uso do recurso da natureza. Campanhas sobre a economia de água e energia e o reaproveitamento doméstico, a contenção do consumo exagerado, o rodízio do trânsito e outros devem fazer parte da rotina das escolas e de uma maneira que possa atingir também toda a comunidade. Se cada escola conseguir conscientizar efetivamente um bom número de crianças e adolescentes já teremos um bom começo para pensarmos num futuro melhor, mas além disso é preciso formar cidadãos críticos que possam cobrar das autoridades medidas que ajudem a salvar o Planeta, por exemplo: a maior parte da poluição do ar e dos rios é causada pela indústria. É preciso investir em pesquisa para o desenvolvimento de combustíveis não poluentes para os automóveis, ajudar a combater a pobreza nos lugares castigados pela seca ou pelas enchentes e outras soluções de grande porte que demandam coragem para contrair interesses contrários para a vontade política.

Enfim, a educação ambiental presente nas escolas é um passo importante em direção a uma consciência crítica e ética. Somos todos de raça humana e habitamos a mesma morada, o Planeta Terra, que precisa ser cuidado e preservado. Muito obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Meus cumprimentos aos nossos painelistas da segunda Mesa. Eu só faço um apelo a todos os estudantes que se puderem deixem o documento junto à mesa, porque nós vamos encaminhar num segundo momento e vamos preparar uma separata também que vocês, cada escola receberá uma quantidade depois. Então se puderem deixar os documentos fruto da leitura ou de comentários ou mesmo alguém que fez uma síntese do seu ponto de vista, se a escola quiser mandar

o complemento, fica em nome da aluna, em nome da escola, para ir nessa separata que será reproduzida. Então eu agradeço a vocês quatro, retornem aos seus lugares, muito obrigado [palmas].

Convidamos a terceira Mesa. Começar por Liliâne Mário Sena, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16 da Ceilândia. Convidamos Stefany Clemente Lemos, estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama. Convidamos Cleidison Bruno Viana Pinheiro, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02 de Paranoá. E, por último, Isabelle Matheus Ribeiro Lacerda, estudante da 4ª série da Escola Classe 425 de Samambaia. Então Liliâne, Stefany, Cleidison e Isabelle. Estão aí?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Paim, enquanto a Mesa se acomoda, primeiro eu --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Zambiasi, se me permitir eu vou falar de V. Ex^a. Eu quero dizer que poucos sabem, mas ele tem um belo trabalho de centro de recuperação de crianças e jovens com dependência química lá no Rio Grande do Sul. Ele quase não fala nisso, mas eu quero dar esse testemunho. Senador, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Paim, pela referência, é um compromisso que todos nós como cidadãos temos de resgatar, de promover a inclusão social. Eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa, as escolas, as entidades, as instituições, e me chamou a atenção um aspecto, há uma diversidade de assuntos, mas principalmente um que me impressiona muito realmente que é a violência nas escolas. Aliás, infelizmente não é um fenômeno apenas nosso. Quem assistiu hoje pela manhã o noticiário cedo viu uma escola americana onde um jovem, aluno de uma escola da Fundação Bill Clinton, é inclusive uma proposta nova, bastante arrojada da Fundação de inclusão social com jovens de periferia e de família escolhidas para frequentar essa escola, assim uma das escolas com menor índice de violência no país, ontem um menino entra com uma arma, atira nos colegas e professores e depois suicidou-se. Então é um fenômeno que realmente nos chama a atenção --

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em que cidade?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu não lembro a cidade americana, mas aconteceu ontem nos Estados Unidos.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Nos Estados Unidos?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É, foi um destaque, os noticiários televisivos da manhã mos-

travam as cenas parecidas com tiros em Bombaim(F). Foi uma coisa assim chocante, e ao ouvir o depoimento desses meninos e meninas, adolescentes, eu reforço as minhas convicções que realmente nós temos que ouvir mais, Senador Paim, permitir que na cidadania se manifestem aqui nessa Casa, que esta Casa fique mais aberta para a sociedade, que receba mais, que tenha mais Audiências Públicas para que nós possamos saber mais. O grau de desinformação digamos assim das ditas autoridades é muito grave exatamente pelo distanciamento entre onde a cidadania se faz efetivamente e as Casas que tem lá, o compromisso e a responsabilidade de produzir leis ou de executá-las. Então eu vi que um dos apelos assim de praticamente todas as manifestações foi a questão da escola aberta, experiência que a Marta fez em São Paulo, que o Fortunati abriu no Rio Grande do Sul, nós temos uma experiência de escola aberta lá no Estado nos finais de semana, que é um absoluto sucesso, e nas regiões onde a escola aberta funciona aos feriados, feriados e final de semana a violência se reduziu a praticamente zero, porque a própria sociedade passa a ser co-responsável pela segurança da escola, dos seus alunos, enfim, há uma perfeita integração.

Lembrei de outra experiência que nós fizemos lá na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a experiência do "Deputado por um Dia", em que jovens de escolas que se inscrevem durante o ano tomam conta do Plenário, Suplicy, e apresentam, discutem nas escolas os Projetos, formam seus partidos em sala de aula, o Partido da Humanidade, o Partido do Meio-Ambiente, enfim, produzem os seus Projetos, levam até a Assembléia, são votados em Plenário e aqueles aprovados são levados à Comissão de Constituição e Justiça da Casa para se transformarem em Lei de iniciativa popular, de iniciativa destes estudantes.

Eu acho que essa iniciativa, Paim, ela tem que ser repetida, olha, se puder fazer todos os meses, ela nos revela uma realidade com a qual muitas vezes nós aqui ficamos distanciados, ela nos impacta, mas é a realidade, é o cotidiano que eles estão convivendo em suas comunidades, em suas escolas, enfim, e nos trazem essa realidade, a realidade fica escancarada aqui à nossa frente, às vezes mesmo nós nos sentimos muitas vezes impotentes diante disso, mas poder dividir, poder ouvir assim essas manifestações, elas nos acrescem muito realmente, muito.

Então eu tenho que cumprimentar a todos pela iniciativa, as escolas, as entidades envolvidas e ao meu querido Senador Paulo Paim pela iniciativa de trazer aqui essa oportunidade desse debate aberto, plural, amplo e que amplia o grau da nossa responsabilidade no sentido de fazermos esta troca de experiência.

Com certeza o Projeto da escola aberta, quem sabe a própria Comissão faça uma Audiência com o Governador Arruda, porque é de responsabilidade do Governo do Distrito Federal essa proposta ... o João Gordo está se despedindo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, se me permite, é que para ele não perder o avião eu preciso acompanhá-lo por um instante. Só queria então cumprimentar a todos, quero dar a cada uma das escolas aqui presentes um livro da Renda Básica de Cidadania e à Eva Ferraz Fontes, coordenadora do Mãos que Ajudam, e cumprimentar o Senador Paulo Paim por essa iniciativa tão positiva de dar voz às crianças de nosso país. O Senador Zambiasi falou da experiência dos CEUs, a Prefeita Marta Suplicy colocou em prática muitas das proposições que as crianças estão aqui apresentando. Meus parabéns e se desejarem que um dia eu possa visitar a escola de vocês para falar, conversar com vocês um pouco mais, podem me convidar que com muito prazer e alegria estarei lá. Um abraço [palmas].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu quero deixar então, para encerrar, eu acho que nós hoje temos que ouvir muito, mas eu não poderia deixar de pegar essa idéia agora e propor, que a Comissão de Direitos Humanos, sob sua presidência, já consiga recolher algumas propostas que podem ser executadas sem Projeto de Lei, como esta da escola aberta, e levar como Comissão, como grupo, ao Governo aqui do Distrito Federal. Eu estou encerrando com essa proposta, para que já se transforme em prática, para que esta prática já transforme esse dia-a-dia, esse cotidiano dessa gurizada que vem fazer esse apelo tão candente, tão possível de ser executado. Obrigado, Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos encaminhar da seguinte forma: nós só temos mais duas mesas e em seguida os professores, diretores, orientadores que estão aqui vão poder também dar o seu ponto de vista. Então daí vai ser um momento de vocês darem a sua contribuição de como é que estão vendo esse momento importante, e claro, nós estamos inclusive na mão já com a minuta do Projeto de Lei final que será fruto de entendimento nosso nessa Audiência, e que a partir de hoje ele é protocolado e já indica o Relator para começar a tramitação na Casa, sem prejuízo da proposta do Senador Zambiasi, que eu achei muito interessante, que as inúmeras propostas aqui apresentadas a gente resuma, como essa da escola aberta, e a gente pode apresentar no caso aqui específico de Brasília para o Governador. Então está aceito o encaminhamento do Senador Zambiasi.

Então nesse momento eu passo a palavra a Liliane Mário Sena, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16 de Ceilândia.

ALUNA LILIANE MÁRIO SENA: Srs. Senadores bom dia, Sr. Presidente bom dia. Hoje estou aqui representando os alunos do Centro de Ensino Fundamental nº 16 de Ceilândia e até mesmo os jovens do Brasil, pois os problemas que afligem são os mesmos em qualquer lugar. Eu gostaria de colaborar na discussão a respeito da violência nas escolas e na falta de lazer para nós jovens e sugerir novas normas que reforcem a LDB.

Todos sabem como anda a situação das escolas. Reforçando o que os meus colegas falaram, a nossa segurança está um caos. Ultimamente estão acontecendo muitos casos de morte de estudantes e violência contra professores e funcionários. Uma proposta é de colocar câmeras no interior do colégio com o objetivo de evitar a entrada de pessoas estranhas, pichações, e quando houver furtos identificar os ladrões, é uma solução. Cada escola deveria ter a liberdade de adotar medidas de proteção e gostaria de contar com o apoio de V. Ex^{as}.

Gostaria também de dizer que a falta de lazer é outro fator que contribui para a violência nas escolas e redondezas, pois a falta de lazer interfere diretamente na violência entre os adolescentes e crianças que ficam sem nada a fazer e entram nos caminhos errados. Não há espaços públicos para que os adolescentes e crianças se divirtam. O único local em que ainda nos sentimos um pouco seguros é o colégio. Por isso é bom que invista nas quadras de esportes, nos laboratórios de informática, nas bibliotecas. Para isso, mais uma vez, precisamos do apoio de V. Ex^{as}. Se as escolas estiverem boas, elas podem ser abertas nos finais de semana para que nós e nossos familiares possamos brincar, jogar, dançar, competir, trazer pessoas para fazerem apresentações e outras coisas mais. Poderíamos até servir de monitores para que a comunidade usufruísse dessas atividades. Outra proposta é o incentivo para que as crianças de rua pratiquem o esporte. Como? Dando a elas a oportunidade de participarem de eventos culturais na escola, não só no meio de semana, mas sim também nos finais de semana, também com o propósito de distanciar-las do mundo das drogas, da violência e do tráfico.

A falta de acesso para os deficientes físicos para o lazer também é outro problema que abrange todas as escolas. É necessário colocar professores especializados para ensiná-los e adequar as escolas às necessidades dos deficientes, com rampas, banheiros e etc.

Quero agradecer a todos os senhores por estarem dando essa oportunidade de vir aqui dar essas sugestões e mostrar a importância do lazer e da segurança. Espero que V. Ex^a. analise as nossas propostas, pois elas são necessárias para todos nós. Aqui termino a minha interlocução [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento a Stefany Clemente Lemos, estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama.

ALUNA STEFANY CLEMENTE LEMOS: Primeiramente bom dia a todos, eu agradeço a oportunidade que vocês me deram e eu vou falar sobre segurança.

Primeiro tópico: criar a disciplina Direitos e Deveres e Segurança Pública a ser ministrada no currículo da educação básica das escolas públicas do DF e do Brasil no ensino fundamental, bem como no ensino médio e que seja trabalhada nas escolas públicas como uma disciplina obrigatória. Por quê? Se o aluno estudar sobre a segurança, ele irá aprender coisas que o mundo passa de errado e ele obterá mais segurança para ele mesmo.

Segundo tópico: abrir concurso público para aumento do efetivo policial do batalhão escolar, para manter o policiamento nos estabelecimentos escolares e nas suas imediações, nas grandes e médias cidades, e principalmente onde os níveis de criminalidade sejam elevados, como forma de coibir as ações que perturbem ou estimulem a violência na área externa e interna das escolas. Se o Governo abrir mais concursos públicos para o curso de policiamento, as escolas terão mais chance de ter mais e mais policiais onde os alunos terão a sua própria segurança.

Terceiro tópico: adequar as escolas quanto ao uso de equipamentos de segurança, tais como câmeras, detector de metais, revistas periódicas pelos policiais, etc. Com as câmeras nós podemos obter a máxima segurança e com o detector de metais também. Por quê? O detector de metais ajudará na entrada da escola. Já vi muitos alunos entrar com facas, com revólveres, etc. Então isso também ajudará na segurança tanto da escola como do aluno. Muito obrigada a todos [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Cleidison Bruno Viana Pinheiro, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02 de Paranoá.

ALUNO CLEIDISON BRUNO VIANA PINHEIRO: Primeiramente bom dia Sr. Senador e bom dia a todos aqui presentes. Agradeço a todos os Senadores por ter dado essa oportunidade a nós alunos, das escolas públicas do DF, a falarmos sobre o que está acontecendo nas nossas escolas.

Eu queria falar um pouco sobre a violência na minha escola. No começo do ano passado houve uma ocorrência lá que os alunos estavam sendo ameaçados para vender droga dentro da escola. Portanto, eles passavam de sala em sala oferecendo drogas. Felizmente esse ano a direção da escola e o pessoal lá da escola conseguimos, como que se diz, remediar mais isso, porque eles não estão mais dentro da escola, eles estão fora, eles estão oferecendo drogas fora da escola, e isso é muito ruim para nós alunos, porque deveria ter segurança dentro e fora da escola, não só dentro. É só isso, obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento a Isabelle Matheus Ribeiro Lacerda, estudante da 4ª série da Escola Classe 425 de Samambaia.

ALUNA ISABELLE MATHEUS RIBEIRO LACERDA: Exmo. Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa, demais componentes da Mesa, Senadores presentes e demais pessoas dessa Assembléia, bom dia.

Meu nome é Isabelle Matheus Ribeiro Lacerda, tenho dez anos, estudo na 4ª série da Escola Classe 425 de Samambaia, Distrito Federal, e estou aqui representando os meus colegas para defender o policiamento nas escolas públicas e a sinalização de trânsito nos seus arredores. Uma escola é um dos pontos mais sensíveis de um bairro ou de uma cidade porque inclui uma aglomeração de muitas pessoas, principalmente crianças e adolescentes, necessitando assim de um cuidado especial, de uma atenção prioritária. Quando os pais deixam os filhos na escola, querem ter a certeza de que estão em segurança, protegidos, e que se algo de errado acontecer serão prontamente socorridos. Nos dias de hoje a escola se tornou um centro atrativo para marginais e traficantes que aliciam menores para a criminalidade. Além disso, problemas de rixas pessoais, brigas de gangues e outras coisas que acontecem fora da escola são trazidas para dentro das salas de aula, dando origem a acidentes, tragédias e muitas vezes vitimando pessoas inocentes. A verdade é que alunos estudam e professores e funcionários trabalham na maioria das vezes com medo, pois sem a presença da polícia ficam a mercê de bandidos e pessoas mal intencionadas. Se tivesse pelo menos dois policiais em cada escola com certeza nos sentiríamos mais seguros e mais tranquilos. Em muitos casos, até a aprendizagem melhoraria. Muitos alunos que estudam no turno noturno param de estudar muitas vezes por insegurança na hora de ir para a escola ou voltar para casa.

Vivemos em sociedade e precisamos da representação da presença do Estado para impor a lei e a ordem. Em lugares em que a presença diária e cons-

tante de dois policiais não for possível, que pelo menos haja a construção de postos policiais em pontos estratégicos da cidade ou do bairro para que caso haja alguma ocorrência a chegada da polícia aconteça em poucos minutos e contemple várias escolas, isso sem deixar de acontecer as rondas periódicas e visitas frequentes às unidades escolares.

Uma sugestão seria a contratação de vigilantes como acontecem agências bancárias e órgãos públicos, como forma de precaver a violência contra a vida e contra o patrimônio. Os assaltos às escolas são cada vez mais frequentes e causam um transtorno enorme, pois já faltam tantas coisas e o que tem os ladrões levam. Assim não dá.

Um outro tipo de violência que acontece nos arredores das escolas é a violência do trânsito. Ruas mal planejadas e mal sinalizadas, falta de fiscalização dos órgãos competentes ao abuso da velocidade e do álcool ajudam a aumentar as estatísticas de morte no trânsito e os alunos são alvos fáceis. Muitos chegam à escola ou vão embora sem a companhia de um adulto, ficando vulneráveis quando vão atravessar a rua. Deve haver uma preocupação maior das autoridades com os arredores das escolas. Lugar onde tem escola é lugar que tem criança. Construir quebra-molas, colocar placas de sinalização, pintar faixas de pedestre e designar um agente de trânsito para orientar o fluxo de automóveis e de pessoas nos horários críticos, que são na entrada e na saída dos alunos, é o mínimo que podemos exigir do Poder Público. Acreditamos que com essas medidas irá diminuir o número de acidentes e atropelamentos que vemos quase todos os dias e nos sentiremos mais seguros de ir para a escola.

Para complementar essas ações um projeto educacional deverá ser desenvolvido para a prevenção da violência e dos acidentes, programas como PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência da Polícia Militar deveriam acontecer todos os anos nas escolas, pois esclarecem as crianças e os adolescentes dos perigos das drogas, incentivam a dizer não quando lhe oferecem drogas ou bebidas alcoólicas e buscam estabelecer uma relação de confiança entre policial e aluno.

A escola também deverá oferecer uma educação para o trânsito, onde nós alunos iremos aprender a respeitar os sinais de trânsito e como nos comportarmos para sermos pedestres ou motoristas conscientes, afinal muitos de nós estaremos atrás de um valente no futuro. Para colocar em prática esse projeto será necessária uma parceria entre Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança Pública e Departamento de Trânsito, e os recursos dessas áreas seriam investidos conjuntamente, afinal os impostos que pagamos no

Brasil, que possui uma grande carga tributária, serve para isso, não é mesmo? Se o Governo cortar gastos desnecessários, investir o que foi arrecadado na sua devida destinação e combater a corrupção com certeza teremos dinheiro em caixa para implantar idéias estão simples, mas tão importantes como essas que apresentamos aqui. Gastar dinheiro na educação e em todas as suas formas não é uma despesa, mas um investimento num futuro melhor para todos nós. Gastamos para agora para economizar lá na frente.

O que estamos fazendo aqui nessa Audiência é lutando para melhorar a vida da população brasileira e exercendo os nossos direitos, e isso se chama cidadania. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem sombra de dúvidas estamos recebendo uma aula de todos, de todos que aqui falaram. Então eu agradeço, Liliane, Stefany, Cleidison e Isabelle. Convido vocês a retornar ao Plenário e nós vamos, agora, para a última Mesa.

De imediato eu convoco para a última Mesa e em seguida vamos para o debate, e aviso que no debate, se tiver um ou outro estudante que quiser fazer uso da palavra, vão poder fazer. Vocês vão ter o microfone aí na mesa onde sentam os Senadores, se quiserem dar algum complemento poderão dar. Então a quarta mesa e última dos nossos convidados começam com Lineker dos Santos Fernandes, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16 da Ceilândia. Convido então o Lineker e em seguida o Caio Lopes, estudante da 5ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02 de Paranoá. Convido também Josiane Antônia Moreira da Silva, estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama. E, por último, Ronierison Veras Dantas, estudante da 4ª série da Escola Classe 425 de Samambaia. As professoras me ajudaram aqui rapidamente para pronunciar o seu nome. De imediato passamos a palavra ao Caio Lopes, estudantes da 5ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02 de Paranoá.

ALUNO CAIO LOPES: Primeiramente eu queria agradecer por estar aqui usando a palavra e depois dizer bom dia ao Presidente e para todas as pessoas que compareceram aqui.

Primeiramente eu vou falar dos projetos que a nossa escola faz nos finais de semana. Ela está projetando cursos de oficinas, como de break, esses tipos de coisa, que as pessoas de hoje fazem, e não só dentro das escolas também, mas o Poder Público, ele também tem que não só fazer mudança dentro da escola, mas também fora, como fazer quadra poliesportivas, o acesso de deficientes a lugares, entre outros. Também como já outras pessoas aqui falaram, que o

acesso dos estudantes à escola para atravessarem ruas, eles tinham que repintar faixas e tal, como fazer aulas de químicas, não só laboratório de química, não só no Centro de Ensino Médio, mas como no Centro de Ensino Fundamental, pois a gente também merece. É só. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu quero registrar a presença conosco do Senador Quintanilha, o Senador Quintanilha preside aqui a SubComissão do Idoso, é uma SubComissão importantíssima. Eu sempre digo que a criança de hoje é o idoso de manhã. Então o Senador Quintanilha está aqui fazendo essa ligação de gerações. E o Senador José Nery preside a SubComissão de Combate ao Trabalho Escravo, é um trabalho importantíssimo que o Senador José Nery vem fazendo aqui nessa Comissão. E dizer que o Senador Cristovam, ele justificou a sua não presença porque ele se encontra na Argentina falando exatamente sobre educação, mas fez questão da sua assessoria me informar, justificou e vai mandar uma bandeirinha para vocês, parece que a bandeirinha diz "Progresso e Educação", é algo assim que me disseram que ele vai remeter para cá.

Então eu passo a palavra, nesse momento, ao Lineker dos Santos Fernandes, estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16 da Ceilândia.

ALUNO LINEKER DOS SANTOS FERNANDES:

Bom dia a todAs as V. ExªS., aos professores E alunos do Distrito Federal. Meu nome é Lineker, do Centro de Ensino Fundamental 16 de Ceilândia, e venho até aqui com os meus colegas da escola alertar quanto ao problema de segurança e a falta de lazer nas escolas. Eu acho que após ouvir todas as escolas aqui presentes estarei falando a mesma coisa, mas é bom que eu fale também para reforçar o pedido para elaborar leis que diminuirão a falta de segurança nas escolas e que tenhamos mais espaço no esporte e lazer e para a cultura. Durante meses nos reunimos na escola com o Projeto de Exercício de Cidadania, onde discutimos vários assuntos e questões de esporte e lazer e segurança.

É importante termos leis para garantir um mínimo de proteção aos alunos, aos professores, aos servidores e aos nossos pais quando vamos às escolas, quando passamos o dia e retornamos para casa. Ninguém agüenta mais ouvir ou ver colegas sendo agredidos por gangues, sendo ameaçados e sendo roubados. Ninguém agüenta mais ver as escolas sendo destruídas, pichadas e roubadas.

Também precisamos de laboratório de informática, uma biblioteca decente, uma quadra de esportes e um auditório, mas para isso precisamos de segurança também dentro das escolas e de leis que assegurem

as exigências deles na estrutura da escola. Hoje não temos nenhum computador para usarmos, não temos uma simples quadra de esporte e a nossa biblioteca tem poucos livros e os que existem estão desatualizados e velhos. Gostaria que fossem acrescentados na LDB artigos que garantissem esses espaços nas escolas para que os adolescentes e a comunidade pudessem utilizá-las e que isso fosse contribuído para os alunos que se ocupassem com as coisas boas ao invés de se envolverem com os bandidos e ficarem ns redondezas das escolas.

A nossa escola hoje é um ponto de referência e um local onde estaremos nos formando para nos tornarmos bons cidadãos. Eu queria sair daqui hoje com a esperança de que os senhores estejam junto com a gente nessa luta e que nos ajudassem a elaborar essas leis voltadas para a segurança nas escolas e no lazer para os jovens. Esse é o nosso apelo e o nosso desejo e, por isso, ouçam a comunidade. Obrigado a todos e desculpem, que eu estou muito nervoso [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Show de bola [palmas].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós também ficamos, não é Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ter certeza que dá sempre um friozinho na hora de ir para a tribuna.

Eu quero também registrar, por questão de justiça, a Naila(F) me ligou, a Senador Patrícia Saboya Gomes, ela é Presidente da SubComissão nessa Comissão da Criança e do Adolescente. Ela está no Estado por motivos particulares, mas quero dizer também que ela estava de aniversário, então ela ficou no Estado pelo aniversário e também porque tinha atividades lá com as crianças e adolescentes. Então eu registro aqui a presença indiretamente da nossa querida Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Passo a palavra à Josiane Antônia Moreira da Silva, estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama.

ALUNA JOSIANE ANTÔNIA MOREIRA DA SILVA:

Bom dia a todos, bom dia Sr. Presidente da Mesa, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, demais companheiros componentes da Mesa, demais Senadores presentes, demais presentes nessa Audiência e a todos os telespectadores que nos assistem nesse momento. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e o tema que irei propor, sugerir e comentar neste momento é a cultura.

Primeira sugestão: deveria se criar a disciplina História da Arte e da Cultura Brasileira no curriculum da educação básica das escolas públicas do DF e do Brasil, no ensino fundamental e no ensino médio, e que

seja trabalhada nas escolas públicas como uma disciplina obrigatória, com no mínimo uma hora por aula na semana, cujo os temas, assuntos e conteúdos a serem ministrados sejam previamente escolhidos, debatidos e determinados com participação do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação, do professores e da comunidade escolar, e que abordem a cultura brasileira como um todo, principalmente por regiões.

Segunda sugestão: garantir que todas as crianças e os adolescentes do nosso país tenham conhecimento, estudem e participem de movimentos artísticos e culturais típicos do nosso país.

Terceira sugestão: garantir que a nossa tradições sejam preservadas e nosso ritmos, nossos estilos musicais e nossas danças, assim como o samba, sejam transformados em patrimônio cultural do Brasil.

Quarta sugestão: garantir que todas as escolas públicas tenham acesso a movimentos culturais por meio de shows gratuitos, preferencialmente de todas as regiões do Brasil, dos grandes nomes da música popular brasileira, de grupos teatrais, grupos de danças folclóricas e que a nossa cultura não seja alvo apenas de divulgação nos outros países, como shows já realizados em Nova Iorque e em Paris, quando povos de outras culturas assistem aos shows, muitas vezes gratuitos, enquanto o nosso país, para se assistir um show do cantor e compositor Lenine, por exemplo, se faz necessário gastar um valor alto, absurdo, para garantir o ingresso.

Quinta sugestão: que o Governo Federal possa determinar por força de Lei ou Emenda Constitucional, mecanismos, pois fomento(F) de censura quanto aos estilos musicais, ritmos, jogos eletrônicos, dança de outros países, de outros povos e de outras culturas que constantemente são cultuados pelos jovens e crianças de nosso país e que nada tem de cultura brasileira e que pode estar contribuindo para a extinção das riquezas culturais e para o aumento da violência no nosso país.

Sexta sugestão: a criação de movimentos e pólos culturais para divulgação e para a prática de estudos de ritmos, danças, músicas e confecção de instrumentos musicais. Isso serve para desenvolver e despertar nos estudantes do Brasil o interesse pela cultura brasileira, divulgando os diferentes ritmos, danças e estilos musicais nas diferentes camadas da sociedade.

É compromisso de todos, sobretudo do Governo, despertar nos nossos jovens o valor pela cultura do nosso país, e antes de darmos valor à cultura dos outros povos é importante valorizarmos a cultura do nosso país. A cultura do nosso país é muito rica e o nosso povo pouco conhece. Quando perguntamos aos nossos jovens se eles conhecem os ritmos regionais

como o Frevo, o Maracatu, o Samba de Coco, o Boi-Bumbá e o Bumba-Meu-Boi, a Catira, a Moda de Viola, a Cavalgada, Cavalhadas, Folias de Reis, Festa do Divino, Cirandas, Cantigas de Rodas, festas verdadeiramente juninas, e com verdadeiros Forrós, Xote, Rastapés, ritmos da região sul, Anu, Balaio, Cana-verde, Caranguejo, Chimarrita, Chula, Fandango do Paraná, Samba de Roda, entre outros, estes ficam abismados e dizem não conhecer. A nossa cultura tem se resumido em Axé, Pírim pom pom, quem é o gostosão daqui, Hap ou Hip-Hop, bem como Funk.

Divulgar a verdadeira música popular brasileira, os seus mais importantes nomes, intérpretes, cantores e compositores, tais como Lenine, Paulinho Mosca, Fagner, Zeca Baleiro e outros ainda desconhecidos, e estudar a cultura do nosso país como meio de incentivo e de resgate dos nossos valores morais, éticos e culturais, na tentativa de construirmos uma sociedade mais digna e mais soberana.

Concluindo, *“aprender uma coisa significa entrar em contato com um mundo do qual não se tem a menor idéia. É preciso ser humilde para aprender”* – Paulo Coelho. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra a Ronierison Veras Dantas, estudante da 4ª série da Escola Classe 425 de Samambaia.

ALUNO RONIERISON VERAS DANTAS: Bom dia ao Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, aos demais componentes da Mesa, aos Senadores presentes e demais pessoas constantes dessa Assembléia.

Meu nome é Ronierison Veras Dantas, tenho onze anos e estudo na 4ª série da Escola Classe 425 de Samambaia, Distrito Federal. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui representando as crianças de todo o Brasil para defender a abertura das escolas públicas nos finais de semana para a comunidade local. A realidade em que eu vivo não é diferente da realidade de outros milhões de brasileiros, em que as oportunidades de lazer e cultura são mínimas. A nossa situação econômica não nos permite ir além da nossa quadra. Então, ficamos sem objetivos na vida, sem perspectivas e sujeitos a aceitar o chamado das drogas e da criminalidade.

É preciso experimentar coisas novas, procurar algo para exercitar o corpo e a mente, sorrir e confraternizar e fazer amigos. A escola é um lugar perfeito para isso, porque é uma estrutura conhecida dentro da comunidade, uma referência que congrega a todos, sem distinção. Abrindo as suas portas estaria cumprindo a sua função social, além de estar proporcionando momentos de intenso aprendizado. A idéia é que se faça um projeto onde a Secretaria de Estado da Edu-

cação manteria uma estrutura para dar suporte às diversas atividades selecionadas de acordo com as necessidades da comunidade ali presente. Na nossa opinião algumas dessas atividades seriam aulas de dança, onde os alunos aprenderiam a linguagem corporal, os movimentos, sincronismos, danças folclóricas e sensação de liberdade. Poderiam formar grupos de dança e se apresentarem para a comunidade. Aulas de música, onde os alunos aprenderiam a teoria musical e a tocar um instrumento. Aulas de pintura, onde os alunos aprenderiam sobre a história da arte, sobre cores, nuances e diversas técnicas de desenho e pintura. Aulas de teatro, onde os alunos mergulhariam no mundo da representação e poderiam produzir espetáculos baseados na cultura local. Aulas de capoeira, onde os alunos exercitariam o corpo e a mente através da técnica deixada pelos nossos ancestrais africanos e que simbolizam a luta de um povo pela sua liberdade. Aulas de diversas atividades esportivas, como o futebol, vôlei, basquete e handebol. Um país que quer ser campeão e ganhar medalhas precisa começar cedo a treinar. Aulas de natação, onde houver piscina.

Atualização da biblioteca. Além da leitura e o empréstimo de livros, as pesquisas escolares seriam viabilizadas levando a um melhor rendimento na aprendizagem.

Acesso à Internet nos laboratórios de informática. Para a população de baixa renda seria o único momento em que poderiam estar ligados ao mundo da informação.

Oficina de artesanato. Seriam oferecidos cursos onde posteriormente os objetos confeccionados seriam vendidos e ajudariam no orçamento familiar.

Cursos profissionalizantes. A comunidade teria acesso a uma formação profissionalizante e poderia mais tarde entrar para o mercado de trabalho, que tanto necessita de mão-de-obra capacitada.

Palestras instrutivas sobre temas relevantes para a comunidade, como o planejamento familiar, saúde da família, prevenção de acidentes domésticos, direito do consumidor e do cidadão em geral, etc.

Em muitas outras atividades poderiam ser organizados esses projetos envolvendo a contratação de pessoal, adequação na estrutura escolar, suprimento de materiais e muitas outras providências, porém, perfeitamente realizável desde que haja empenho e boa vontade política.

A verba para implementação desse projeto seria aquela destinada à educação que não estaria saindo da sua finalidade e, ainda, contribuindo à melhoria da qualidade de vida das crianças. Além disso, com certeza, os alunos estariam melhorando sua capacidade física, intelectual, os benefícios seriam inúmeros.

Poderíamos contar também com as parcerias de ONGs, Amigos da Escola e da iniciativa privada em troca de incentivos fiscais ou publicidade.

É claro que muitas escolas hoje não estão preparadas para a realização de um projeto como este porque estão num estado caótico, sucateadas e esquecidas. Por isso, primeiro, precisariam ser reformadas e entregues à comunidade com o mínimo de condições de uso.

Sempre vemos as escolas servindo como um ponto de referência na comunidade, por exemplo, como locais de votação, postos de vacina e etc. Por que não extrapolar esses hábitos e colocar a escola como um centro de valorização, de inclusão social? Depende de vocês. Eu e os meus colegas contamos com isso. Obrigado [palmas].

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem Presidente, pela ordem Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou conceder pela ordem ao Senador Quintanilha, mas registrando já a presença conosco também do Senador Garibaldi. O Senador Garibaldi sempre na linha de frente das questões sociais, é uma alegria saber que ele está conosco nesse momento e dizer que já estiveram conosco aqui o Senador Flávio Arns, o Senador Inácio Arruda, o Senador Quintanilha está aqui, o Senador José Nery está aqui, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Zambiasi, a Patrícia, a nossa Senadora que preside a SubComissão registrou, o Cristovam registrou porque foi à Argentina, o Senador Garibaldi, e agora, pela ordem, o Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Paulo Paim, eu pedi a palavra, pela ordem, para saber em que momento que eu poderia fazer uma intervenção nessa Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É agora, o Senador pediu, falou.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Senador Presidente Paulo Paim, meus colegas Senador José Nery e Garibaldi Alves, que tem comigo o privilégio de participar desta Audiência Pública fenomenal. Senador Paulo Paim, meus cumprimentos por ter proporcionado à nossa Comissão e ao Senado da República uma sessão de Audiência Pública tão bonita, tão bonita e enriquecedora como é esta da qual nós estamos participando. Ledo engano aquele que imagina que só os mais vividos, os mais experientes, têm lições a dar. Quantas lições nós estamos recebendo aqui dos jovens e dos adolescentes brasileiros. Eu ouvi poucas manifestações, lamento não ter ouvido todas, mas as que eu ouvi me enriqueceram muito e me deram a oportunidade de conhecer como

é o pensamento do adolescente de hoje da nossa realidade, da realidade da sociedade brasileira.

Mas eu queria, preliminarmente, cumprimentar os professores, agradecer esse interesse em trazer os seus alunos para essa participação e abraçar o Lineker dos Santos Fernandes, o Ronierison Veras Dantas, a Josiane Antônia Moreira da Silva e o Caio Lopes, e em nome deles cumprimentar todos os seus colegas das diversas escolas que enriquecem esse debate. Esse debate é fundamental, é muito importante que nós que estamos hoje no Congresso Nacional tenhamos um compromisso de fazer um esforço enorme para entregar para a posteridade, para as novas gerações, um país melhor do que o que nós recebemos, e nada mais importante para que nós tenhamos a consciência do que é que nós precisamos fazer para que o país seja melhor hoje e amanhã do que ouvir as pessoas, os diversos extratos sociais, os diversos segmentos econômicos, ouvir os idosos, a força produtiva deste país, homens e mulheres que se dedicam hoje à labuta para a construção da economia nacional, mas também da juventude, da adolescência e da juventude que se prepara nessa seqüência natural como a força intelectual e produtiva que vai conduzir o país doravante.

Eu fico feliz em ver aqui os alunos da rede pública de ensino. Senador Paulo Paim, eu sou aluno da rede pública de ensino, egresso de um berço muito humilde, como é a grande maioria dos brasileiros. Minha mãe era professora primária e o meu pai em homem da roça, e hoje me vejo investido de uma função de representação nobilitante, mas sobretudo de uma responsabilidade muito grande que jamais me fez esquecer as minhas origens, jamais me fez esquecer a educação básica que foi fundamental para o desenvolvimento da minha vida.

Eu vi colocações muito importantes dos alunos que agora estão à Mesa. A Josiane, especialmente, fez uma colocação que eu entendo estar na direção de uma proposta que eu tenho defendido, de que é preciso que nós criamos uma programa nacional de proteção, de amparo, de apoio, de sustentação, de orientação ao cidadão brasileiro na sua fase de formação. Qual é a sua fase de formação? A criança de zero de idade até aos dezoito anos. O dia que nós conseguirmos fazer isso nós teremos, seguramente, um país muito melhor. A Josiane comentou, ainda que parcialmente, sobre essa hipótese, quando num programa nacional, com orientação nacional nós teríamos a proteção às crianças para que elas tivessem educação de qualidade. Além da educação com qualidade a orientação para outras atividades que são importantes e úteis à sua vida fora da sala de aula. Ela mencionou aqui as atividades culturais, as atividades recreativas e até

atividades desportivas. Se o nosso cidadão de zero a dezoito anos tivesse um programa adequado à sua faixa etária nós seguramente teríamos um cidadão preparado para as vicissitudes da vida, e se o país atentar para isso vai verificar que nós estamos gastando montanhas de dinheiro com repressão ao crime, com força e aparato policial, com construção e manutenção de presídios em quantidade cada vez crescentes, e a escalada da violência não diminui. Se o país tiver esse programa de apoio ao cidadão na sua fase de formação, seguramente o desvio comportamental será uma exceção à regra, não será essa multiplicidade que nós estamos vendo hoje. A criminalidade sobretudo no Distrito Federal, a onda de violência sobretudo no Distrito Federal nos assusta a todos e eu acho que é dever nosso, do país, criar essa rede de proteção para dar, para manter o cidadão na sua fase de formação ocupado, ocupado com coisas importantes, benéficas, que trarão resultado para a sua vida pessoal, para a vida essa sua família, para a vida da sua comunidade e para a vida do país.

A Josiane nos traz essa lição com os seus colegas e sei que aqueles os antecederam também trouxeram sugestões importantes numa reunião onde o Senado estava precisando dessa reoxigenação, dessa renovação de idéias, desses momentos delicados que estamos vivendo aqui. Com tanta coisa difícil e complicada vem esses adolescentes inteligentes, de mente aberta, o futuro deste país, presente deste país, nos trazer essa contribuição inestimável, inestimável para que o Senado retome o diálogo, a conversação, a discussão, o debate, e a elaboração de leis e o aprimoramento das já existentes para que nós possamos oferecer às novas gerações um país de melhor qualidade do que aquele que nós recebemos.

Mais uma vez, Senador Paulo Paim, meus cumprimentos, meus elogios por esta extraordinária iniciativa. E meus parabéns aos professores e aos alunos por essa bela contribuição que dá a essa Audiência Pública [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Comissão de Direitos Humanos e tenho certeza que todos que organizaram esse eventos, os diretores, professores, alunos, agradecem a sua fala que foi educativa, elucidativa e fortalece a cidadania, da importância do Senado cada vez mais se aproximar daquilo que nós chamamos da democracia participativa direta. É o que nós estamos fazendo aqui nesse momento e a sua fala ilustrou esse momento. Obrigado, Senador Quintanilha.

Nesse momento a gente não vai desmanchar essa Mesa. Como eu disse que hoje é o Dia das Crianças, vocês foram o último time a chegar, então os últimos

serão os primeiros. Vocês ficarão até o fim aqui na Mesa comigo. Nós vamos abrir agora a participação do Plenário, permitindo a palavra aos Senadores, aos professores, aos diretores e àqueles que ajudaram a organizar o evento, sem prejuízo. Se um aluno entender que tem uma contribuição a dar, vai poder falar, vai apertar o botãozinho na sua frente, quando acender a luz verde vai dizer o seu nome e dar a sua contribuição. O Senador Quintanilha pediu ainda um complemento.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, até seria desnecessário eu falar novamente, que eu iria exatamente perguntar a V. Ex^a. se os alunos teriam, mesmo aqueles que já falaram, se teriam a oportunidade de se manifestar novamente. Era uma preocupação da Stefany, então V. Ex^a. esclareceu. Qualquer aluno que quiser se manifestar pode novamente emitir a sua opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato o nosso Presidente da SubComissão de Combate ao Trabalho Escravo, Senador José Nery. Senador Eurípides saiba também que V. Ex^a. pode usar a palavra se entender.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Quintanilha, senhores diretores de escolas, professores, e em especial uma saudação a toda as nossas crianças e adolescentes que participam desta Audiência Pública. Mais uma vez, Senador Paim, o senhor consegue trazer para esta Casa, e em especial para a Comissão de Direitos Humanos, temas, questões que envolvem de fato a necessidade de ampliação da cidadania e da participação direta das pessoas, da comunidade, nos diversos segmentos sociais, na construção da cidadania brasileira.

Sem dúvida é fantástico, é excepcional ouvir aqui, e fiz questão de ouvir a exposição de quase todas as mesas compostas por estudantes do ensino fundamental, para ouvir suas considerações sobre a realidade educacional das escolas, mas não apenas isso, das próprias comunidades onde essas crianças e adolescentes, jovens, estão inseridos. E as idéias que trouxeram aqui, sem dúvida, poderiam compor um excelente Plano de Governo, mas também uma orientação segura para as diversas esferas do parlamento brasileiro, seja o parlamento aqui representado pelo Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, sejam as nossas Assembléias Legislativas, sejam as Câmaras Municipais, as Câmaras de Vereadores, porque nesse curto espaço de tempo essas nossas crianças, esses nossos jovens e adolescentes, trataram dos mais diversos problemas, dos mais diversos temas que inte-

ressam à construção de um Brasil mais justo e mais vinculado às necessidades, ao dia-a-dia do sofrimento, das lutas do nosso povo. Falaram aqui da segurança pública, da segurança nas escolas, da segurança no bairro em redor da escola, da educação para o trânsito, da preocupação de uma questão fundamental que é a questão ambiental, sem a qual a humanidade não terá um futuro sustentável se nós não incorporarmos em todos os segmentos da sociedade e nas escolas em particular a idéia, a discussão, a conscientização sobre a questão ambiental que se torna cada vez mais atual, sob pena de o nosso futuro comum não ser aquele que nós desejamos, mas ser um futuro em que os desastres ambientais, as catástrofes venham a se avolumar de tal medida que a vida no planeta fique de fato sustentável, e nós não queremos isso.

Portanto, os temas que vocês trouxeram da valorização da educação, Senador Leomar Quintanilha, eu acho que um dos nossos jovens expositores disse de forma muito clara: a educação como o centro de inclusão social, transformar a escola neste centro onde possamos ter uma participação, uma integração mais direta com as comunidades, e que a escola esteja aberta às comunidades nos finais de semana, nos feriados e nos momentos em que não tenhamos aulas formais. Eu creio que os municípios brasileiros que já descobriram essa forma de integração escola-comunidade, e existem vários exemplos pelo país afora de escolas que para além de ministrar as aulas com o seu conteúdo programático, etc e tal, com toda uma pedagogia adequada, se preocupam em incluir a comunidade em atividades culturais, esportivas, que de fato aproximem escola e comunidade. Isso é importante, Senador Paulo Paim, porque no nosso país, mesmo com os avanços que temos conseguido em termos de participação popular, temos muitas experiências, mas precisamos avançar muito mais, e eu creio que a escola pode ser e deve ser uma grande referência para a construção dessa sociedade participativa na medida em que nas escolas tenhamos eleições diretas para os diretores das escolas públicas, na medida em que nós tenhamos grêmios estudantis, como vocês aqui disseram, a importância da participação do jovem, das crianças, dos adolescentes na sua organização própria, que são os grêmios estudantis, hoje permitido por lei, garantido por lei. Há algum tempo atrás, crianças, jovens, há vinte anos atrás os nossos estudantes eram proibidos de se organizar nas escolas. Hoje não são, a lei é que garante esse direito à organização dos estudantes, e os grêmios, Senador Paulo Paim, Senador Quintanilha, senhores diretores, senhores professores, podem ser uma grande escola de formação de lideranças para

as nossas comunidades, para os nossos municípios, para os nossos Estados.

Portanto, vocês trazem aqui propostas em relação à segurança, mas teve uma questão que pontuou quase todas as falsas, quase todas as intervenções, que foi a necessidade da escola de qualidade que nós queremos deve ter um padrão próprio para acolher bem aos nossos jovens, as nossas crianças, os adolescentes, a escola que nós queremos precisa ter quadra poliesportiva, essa foi uma reivindicação geral de todos, deve ter laboratório de informática, deve ter biblioteca, ou seja, dotar a escola dessas condições é fundamental para fazermos essa escola de qualidade. Creio que podemos traçar, Senador Paulo Paim, um conjunto de proposições, talvez até sob a forma de Projeto de Lei, em que qualquer escola a ser construída no país com recursos do Governo Federal, do Ministério da Educação, obrigatoriamente nós tenhamos esses espaços como algo fundamental para a formação adequada e cidadã da nossa juventude, das nossas crianças, bem como pelo que esses espaços podem proporcionar numa relação mais direta, uma integração mais direta entre escola e comunidade.

Essa Audiência também é importante pelo próprio momento político que nós vivemos aqui no Senado Federal: um momento de tristeza, de constrangimento, de dificuldades, e a presença de vocês aqui com brilhantes idéias, com proposições interessantes, com um verdadeiro programa de Governo para os interesses da educação e da juventude brasileira, essa participação de vocês aqui só nos incentivam, só nos conduzem à idéia de trabalhar muito mais para que a verdadeira cidadania seja a marca em nosso país, e num país ainda que também nós precisamos ter essa dimensão, um país ainda muito desigual, um país ainda muito violento, em que os mais ricos têm tudo, mas a grande maioria da população tem muito pouco e muitos tem nada ou quase nada. Também aprender e compreender e analisar criticamente essa realidade ajuda a gente a se comprometer com a construção de um Brasil mais justo e mais honesto, inclusive onde não tenhamos irmão nosso vivendo à condição de semi-escravo, porque vocês aprenderam nas lições de história que a escravidão foi abolida há quase cento e vinte anos no Brasil. No entanto, brasileiros ainda vivem sob essa condição, a chamada escravidão contemporânea, onde as pessoas têm um trabalho degradante, desumano, indigno, e nós precisamos acabar com isso. A participação de toda a sociedade é fundamental para construir essa cidadania, a Comissão de Direitos Humanos exemplarmente oferece essa possibilidade de chamar aqui a sociedade, a comunidade, as entidades, para propor e construir os novos caminhos que farão

do nosso país um país mais justo, igualitário, sem exclusões, onde todos tenham vez, onde todos tenham voz, onde todos tenham participação. Muito obrigado, Senador Paulo Paim, por esta brilhante Audiência, e a vocês pelas lições que nos trouxeram na manhã de hoje [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado Senador José Nery, brilhante como sempre, colocando com muita clareza o seu ponto de vista da importância da educação, da formação, e fez uma síntese já de um dos Projetos que essa Comissão poderia apresentar em nome dos alunos, enfim, das nossas crianças, da nossa juventude.

Tudo que foi dito aqui vai ficar nessa fita gravada, nesse DVD, nós vamos remeter para as escolas, vamos remeter para o Ministério da Educação e também para o Ministério da Justiça, e naturalmente também, entendo eu, para o Ministério dos Esportes, que essa idéia de um centro esportivo em cada Centro de Educação eu acho que é algo importantíssimo que o nosso Governo vai ter que olhar com muito carinho.

Mas, nesse momento, eu vou passar a palavra ao primeiro que pediu a oportunidade de se manifestar, ainda quando falava o Zambiasi, eu diria que num segundo momento, que é o diretor Gilberto Vieira Rios, em seguida eu vou passar para os professores e outros representantes da entidade aqui, inclusive ao nosso sempre Senador que está presente aqui, que é o Senador Eurípides.

SR. GILBERTO VIEIRA RIOS: Senador, apenas para reforçar o que o Senador Zambiasi falou do escola aberta, e o próprio Senador Suplicy que registrou que isso havia sido implantado no Município de São Paulo, várias escolas do Distrito Federal, com verba do Ministério da Educação passada pelo FNDE, a sua autarquia, desenvolve nos finais de semana atividades de lazer e cultura para a comunidade em geral, pais, inclusive de formação profissional a pais, alunos, irmãos. O dinheiro é pouco, mas dá para fazer alguma coisa. É um cisco no financeiro do FNDE, mas já dá para a escola fazer muita coisa. A nossa escola começou no mês passado a fazer isso, a receber essa verba do FNDE aqui no Distrito Federal. As escolas do Paranoá, as grandes escolas da semana passada para cá, todas foram assaltadas, exceto a nossa, porque a comunidade estava presente. Então isso mostra como que a participação e abrir a escola para a comunidade já por si reduz a violência, mas isso tem que ser, conforme foi salientado pelos próprios alunos e que faz parte da proposição, definido pela própria comunidade, o que vai fazer ou não, daí a grande importância disso, e uma outra coisa que me chamou muito a atenção foi falado pela Isabelle Matheus, eu acho que da Escola

425 de Samambaia, porque é evidente que o Governo, o Estado, ele não consegue colocar policiais em todas as escolas. Conversando com o Tenente-Coronel, Capitão, por exemplo, do batalhão escolar do Distrito Federal, se fosse fazer isso ele teria que colocar 2/3 do efetivo de todos os policiais militares nas escolas. Seria ótimo, claro que reduziria a violência, mas é economicamente inviável. Mas essa aluna, por exemplo, ela propôs de que houvesse uma recomendação, por exemplo, que se colocasse vigilantes, claro que não armados, porque arma em escola não dá, isso sai muito mais barato e dá uma tranquilidade para os pais e professores que estão trabalhando, e eu gostaria, somente para finalizar, de agradecer de público aqui ao senhor pela oportunidade e assim por diante, mas também agradecer a essa Instituição mencionada, essa Associação Mãos que Ajudam, que é uma prova da participação da comunidade, de como a comunidade pode ajudar as pessoas e as escolas. Em um final de semana essa Associação produziu uma reforma inteira na nossa escola com as famílias trabalhando gratuitamente no dia 07 de setembro [palmas]. Obrigado e, mais uma vez, parabéns ao senhor por essa iniciativa de trazer representantes diferentes, não que os Senadores não sejam importantes, muito pelo contrário, orgulhosamente nós temos grandes Senadores no Brasil, embora muitas vezes não sejam os que parecem nos noticiários, mas trazer essas pessoas, alunos, jovens, com idéias frescas, joviais, mas sérias e importantes é fundamental, por isso eu parabeno ao senhor e à Comissão [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero registrar a presença conosco também do Senador Mão Santa, um Senador que tem mostrado todo o seu compromisso com essa causa. Senador Mão Santa, eu estou muito feliz de vê-lo aqui, sei que V. Ex^a. vai fazer o uso da palavra no momento adequado para fazer a sua saudação, enfim, as suas colocações para os jovens que estão aqui participando dessa tão importante e pioneira Audiência Pública. Nesse aspecto, no fim da Audiência Pública, nós já estamos aqui com o Projeto de Lei fruto desse debate, construído tecnicamente agora pela consultoria do Senado, porque nós vamos ao final fazer a leitura dele. Eu disse apenas um, mas outros poderão surgir pela quantidade de material que vocês deixaram aqui. Eu digo um porque são duas iniciativas: lazer e segurança, mas que estão contemplados num único Projeto com os dois objetivos.

Eu passo a palavra, nesse momento, ao Sr. Evângelos Mariatax(F), assuntos públicos, que é um dos parceiros junto com a Sra. Eva Ferraz Fontes nesse evento aqui representando aqui o Projeto Mãos que

Ajudam e também a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Dr. Evângelos com a palavra.

SR. EVÂNGELOS MARIATAX: Muito obrigado, Senador Paulo Paim e demais Senadores, diretores de escolas, professores e todas as pessoas que estão nos ouvindo hoje.

Nós, como Igreja, nos sentimos honrados por essa Audiência e principalmente pela oportunidade que tivemos de participar realizando no dia 07 de setembro a reforma em mais de duzentas e oitocentas escolas no Brasil inteiro, todas realizadas no mesmo dia e --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Duzentas e oitenta escolas?

SR. EVÂNGELOS MARIATAX: Exatamente, duzentas e oitenta e nove para ser mais preciso. Nós realizamos projetos como esse há vários anos, há mais de dez anos, inclusive essas idéias que nasceram aqui no Brasil hoje estão sendo realizadas em todo o mundo e essa marca Mãos que Ajudam está sendo mostrada no mundo inteiro, mostrando que na verdade é um dever de todo o cidadão de participar do cuidado do local onde se vive, do local onde se mora. Nossas escolas precisam da ajuda, várias instituições precisam da ajuda e o Mãos que Ajudam estará sempre presente para ajudar.

Como Igreja nós colocamos também nossos estabelecimentos à disposição, vários de nossos prédios dispõem de palco, salões culturais, é prática nós termos bailes, apresentações teatrais, shows musicais, enfim, onde houver qualquer coisa virtuosa, amável ou louvável nós procuraremos e colocamos isso à disposição dos nossos colegas, principalmente os diretores das quatro escolas que participaram conosco em parceria: a Escola do Paranoá, Samambaia, Gama e Ceilândia.

Eu gostaria apenas de parabenizar, para concluir as minhas palavras, a oportunidade que foi dada a essas crianças de poderem expressar suas idéias. É comum vermos na Igreja as crianças subirem ao púlpito e falarem porque todos os membros na Igreja falam abertamente, tem essa oportunidade, não temos um clero remunerado, todos lá participam, e essas crianças aqui falaram, discursaram com muita propriedade e foram brilhantes realmente. Parabéns às crianças e parabéns aos Senadores [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra à Sra. Eva Ferraz Fontes, assuntos públicos das instituições parcerias para esse evento.

SRA. EVA FERRAZ FONTES: Eu só gostaria de realmente agradecer a oportunidade. Quando fomos convidados a conversar com os assessores do Senador Paulo Paim não fazíamos idéia do que era, mas para

a gente foi uma oportunidade muito grande de estar ampliando os nossos contatos, os nossos amigos que fazemos a cada projeto que realizamos, e principalmente estreitar os laços com os amigos que fizemos no 07 de setembro, com as escolas. Aqui no Distrito Federal foram oito escolas no 07 de setembro, cada escola tinha em média cem, cento e trinta voluntários presentes, famílias inteiras, e eu lembro de uma frase que o meu filho caçula de sete anos falou. Quando ele estava na escola do Paranoá, ajudando a pintar, ele perguntou assim: *“mãe, pena que na segunda-feira a gente não vai poder estar aqui para ver a cara deles quando chegarem e forem a escola limpinha e bonita, né”*. [palmas]. Então nós podemos ver que os nossos filhos, quando tem oportunidade, eles também gostam de demonstrar e eles também podem demonstrar que querem fazer parte, que podem dar o que podem, mesmo que seja pouco, mesmo que pareça pequeno, mas que faz toda a diferença para aquelas pessoas que vão utilizar aquele serviço. Eu fico muito lisonjeada e feliz de participar, e como o Presidente Maniatax(F) falou nós estamos à disposição para outros eventos, para outros projetos que venham a aparecer e que nós possamos também levar os nossos voluntários a contribuir de maneira positiva para um melhor país, para uma melhor cidade, para um melhor lugar onde podemos viver. Obrigada [palmas].

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ... por algum motivo tiver que ter saído. O diretor José Luiz de Oliveira Pereira quer fazer uso da palavra? V. Exa. está com a palavra nesse momento.

SR. JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA PEREIRA: Eu também queria agradecer a oportunidade de nós estarmos aqui, dizer da minha satisfação, da minha alegria em ver os nossos estudantes se pronunciarem aqui, mostrarem as expectativas de cada um, os anseios, e a surpresa que nós tivemos ao desenvolver esse trabalho junto com eles, da consciência que eles têm e da possibilidade de exercer a cidadania no seu pleno sentido. Agradecer a equipe do Mãos que Ajudam, a equipe do Senador também que colaborou com a gente, que deu todo o apoio para estarmos aqui, e para ser bem claro, para ser bem objetivo, estamos na respectiva de que o que foi proposto aqui, o que foi apresentado aqui, realmente se transforme em lei e que essa lei seja realmente aplicada para o bem dos nossos jovens. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem eu vou chamar o Vice-Diretor Edgar Rogério de Siqueira Vasconcelos. Está com a palavra.

SR. EDGAR ROGÉRIO DE SIQUEIRA VASCONCELOS: Bom dia a todos, bom dia Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, demais Senadores, os colegas aqui presentes, professores, diretores, os alunos. Quero aqui saudar o Centro de Ensino nº 16, que na oportunidade de 1996 tive a oportunidade de estar lá como professor, trabalhei muitos anos na Ceilândia e hoje, em quinze anos de profissão, totalizam-se com o CEF nº 05 atualmente vinte e três escolas em todo o Distrito Federal. Então eu conheço muito de perto a realidade que passa a escola pública, eu acompanhei como estudante, toda a minha formação praticamente se deu em escola pública, e assim como professor são quinze anos trabalhando em escola pública também. Então para mim é uma satisfação muito grande estar aqui, é uma honra ter esse privilégio de estarmos aqui presentes.

Eu represento uma parte da sociedade ansiosa que tem um conjunto de anseios, de metas a serem alcançadas. Infelizmente hoje a escola pública do nosso país, mais precisamente a nível de Distrito Federal, que é o que eu conheço bem, ela passa por uma série de problemas. Eu acho que o principal deles é a desestrutura familiar. Eu acho que nós precisamos resgatar um pouco mais da nossa dignidade, dos nossos valores morais, dos nossos valores éticos, porque o que eu tenho observado é que nós, enquanto escola, vivemos um ambiente de profundo desrespeito e este desrespeito começa em casa com os próprios pais que transferem esse desrespeito aos filhos e conseqüentemente toda a sociedade desvaloriza hoje o papel do profissional que somos nós professores. Nós sabemos da nossa importância para a sociedade, nós sabemos do nosso papel, nós ainda temos excelentes professores e saio aqui em defesa deles, nós temos realmente pessoas preocupadas com a educação deste país, mas o que nós estivemos vivenciado realmente é alarmante e é preocupante.

Há quatro anos atrás eu tive a oportunidade de ir na Santa Maria, lá tinha um aluno que tinha tudo para ter um futuro promissor, e num determinado momento ele desacatou uma colega, professora, em sala de aula diante de todos os alunos. Nós enquanto professores, isso é até um depoimento, nós enquanto professores, nós nos reunimos e entendemos que os laços de amizade, de relacionamento professor/aluno foram afetados. Este aluno então deveria estar procurando um outro turno, ainda na própria escola, para estar estudando, porque a professora ficou tão abalada psicologicamente que ela não teria as mesmas condições para estar trabalhando naquele ambiente. Sendo assim feito, o pai entendeu que tinha que recorrer ao poder público para que o seu filho fosse mantido na

mesma série, na mesma turma, no mesmo turno e com os mesmos professores. Bem, a justiça entendeu que isso era automaticamente viável e aí nós ficamos com aquela dúvida: bem, até que ponto a Promotoria de Justiça, os Juízes, não analisando detalhadamente o caso, poderiam permitir que tal decisão fosse tomada? E este aluno voltou e voltou dizendo para a professora e para todos nós professores: “olha, estão vendo, eu estou aqui de volta e sob a orientação do meu pai eu vou fazer o que eu bem entender, o que eu quiser e – na linguagem dos jovens de hoje – não vai dar nada”. Nós temos ouvido isso constantemente, e qual não foi a nossa surpresa, este aluno, na ocasião, ele tinha por volta de quinze anos de idade, hoje ele estaria então com dezenove, mas infelizmente no ano passado, em função do apoio dado pelo pai que o orientou de forma completamente equivocada, não lhe impondo limites, nem determinações, nem boa postura em matéria de disciplina e comportamento, este aluno foi assassinado. Isso é uma realidade que nós temos vivido hoje aqui a nível de Distrito Federal, que os nossos jovens já não têm mais respeitado a escola da forma que deveriam. Nós enquanto diretores, vice-diretores de escola, nós temos vivido um problema sério, e isso é uma coisa que vem se arrastando há décadas e a gente não vê providências. Hoje os nossos alunos, eles têm total conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, eles sabem na plenitude dos seus direitos, mas como a começar em casa eles estão aquém dos seus limites, eles não estão tendo noção, talvez porque os pais não estão sabendo transferir isso, não estão tendo noção do seu real papel. Então hoje nós convivemos com uma realidade dura, que é o aluno chegando atrasado na escola, é o aluno que não tem compromisso com as suas atividades, é o aluno que vem de uma desestrutura familiar, o pai é alcoólatra, o pai violenta a mãe em casa, o pai violenta o filho em casa, o irmão, etc, o filho não tem um uniforme, o filho não tem uma carteirinha, ele não quer muitas vezes, e por não ser orientado, seguir com os seus deveres. Então hoje é um problema muito sério, eu gostaria muito que assim os nobres Senadores e também os nossos ilustres Deputados pudessem rever as nossas leis, já é tempo de se rever a nossa Constituição Federal, até mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente, e procurarmos divulgar um pouco mais que a sociedade não só tem direitos não, ela tem uma série de deveres e nós não podemos fugir disso porque infelizmente nós, enquanto professores, somos ainda uma massa muito pequena e que de amor a gente não vive, a gente não vive apenas só de amor. Mas infelizmente, ainda, é o combustível que nos move.

Muito obrigado pela oportunidade em nome de todos os alunos da cidade satélite do Gama, da direção regional de ensino do Gama, da nossa diretora e de todos os meus alunos do CEF nº 05 eu quero agradecer profundamente a oportunidade que nos foi dada e muito obrigado a todos. Bom dia [palmas].

SR. GILBERTO VIEIRA RIOS: Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao professor, só um rápido comentário, que ao mesmo tempo que nós estamos aqui com as crianças falando com os alunos, ele fez algumas ponderações que eu entendo também importantes em relação aos professores, tão machucados nesse país, tão mal pagos, tão sofridos e também agredidos, é real, eu tenho informações também que vão na linha que V. Ex^a. coloca, e entendo também que tem que ter limites. V. Ex^a. está correto, eu sou pai também, se não der limite pode saber que é pior. Nós estamos falando aqui para todo o Brasil, então eu acho que nós temos essa responsabilidade, porque eu sei que as crianças tiveram e vocês estão tendo, e eu quero me somar, digamos, naquilo que eu acho que é o eixo da sua fala, que é a estrutura familiar. Agora tem que dar limites, se não der limites para a nossa gurizada pode saber que não estamos ajudando eles, aí vem toda essa folia que a moçada aqui falou muito bem, inclusive da tendência à dependência química, que se não der limites estamos incentivando eles a procurar o sem limite, e todas as crianças falaram aqui de forma muito categórica nesse sentido. Eu vou passar em seguida a V. Ex^a. Os que ainda não usaram da palavra, o professor responsável Vaneti Paulo de Novaes. Professor, vai fazer uso da palavra ou não? Não. Então eu passo já para o nosso Gilberto Vieira Rios, que já havia falado, mas pediu um complemento, e eu tenho já três alunos inscritos e tenho também o assessor do Senador Cristovam que quer dar também uma pequena mensagem, temos o ex sempre Senador Eurípides e o Senador Mão Santa, que vai fazer o encerramento aqui para nós, não é Senador Mão Santa? Posso contar? Tá bom.

SR. GILBERTO VIEIRA RIOS: Senador, apenas para reforçar, porque essas situações, por exemplo, relatadas por ele de alunos, a escola, ela não tem dentro da legislação atual a possibilidade ... o Juiz dentro da lei agiu corretamente, tenho total certeza disso, mas dentro da legislação atual a escola não tem autonomia para decidir, por exemplo, se vai transferir ou não o aluno de sala ou de escola para uma escola que possa lhe dar uma educação adequada, porque óbvio que um jovem violento ou que está envolvido em tráfico de drogas, ele não precisa de cadeia, ele não precisa de recolhimento ao CAJE, simplesmente só em algumas circunstâncias, mas de uma escola adequada e com

professores adequados para dar educação. Nessas oficinas que temos nos finais de semana, uns dos nossos instrutores era destes alunos que causavam sérios problemas. Até viram conversando comigo este rapaz na sala da direção, assustaram, quase chamaram a polícia pensando que ele estava me assaltando. Não, ele está lá prestando um serviço para a comunidade. Mas veja: essa proposição, essa proposta que tem sobre a sua mesa de alteração da LDB, vai permitir que por meio dos conselhos de segurança possa, por exemplo, por questão de segurança, por questão de melhor educação, se transferir aluno de turno ou de escola, coisa que não temos essa autonomia, ou seja, falta-nos autonomia até para fazer a nossa função que é educar da maneira correta, adequada, os diferentes de acordo com as suas diferenças.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu tenho aqui na ordem de fala ainda a diretora, está tomado nota aqui direitinho, eu não esqueci não. É que quando o professor lá atrás abriu mão de falar eu dei mais oportunidade para vocês, mas na minha sequência está aqui ainda para fazer o uso da palavra a diretora Márcia Maria Viana Coimbra, ela abriu mão da fala, a professora responsável Vânia Maria Valadão. Então com a palavra a nossa professora responsável Vânia Maria Valadão.

SRA. VÂNIA MARIA VALADÃO: Bom dia a todos. Eu gostaria de deixar registrado aqui a minha satisfação, minha e dos meus alunos de estarmos aqui participando desse evento, me sentindo privilegiada, eu e os meus alunos, eu gostaria que todos eles, são trinta e cinco alunos, pudessem ter tido essa oportunidade de estar aqui também, agradecer ao pessoal do Mãos que Ajudam, que a nossa escola foi uma das beneficiadas com o projeto, os alunos aqui mesmo podem testemunhar o quanto foi bom chegar na segunda-feira e ver a escola reformada, uma escola que está provisória há mais de quinze anos, esperando para ser construída, e até hoje nada. Quero dizer que está sendo para mim muito mais especial porque está sendo uma aula, eles estão fora da sala de aula, mas para eles está sendo uma aula maravilhosa, e principalmente para eles, da 4ª série B, a minha turma, porque desde o início do ano eu faço um projeto com eles, desenvolvo um projeto que se chama "Direitos e Deveres", tecendo a consciência crítica nos pequenos cidadãos. Então nós começamos com primeiro eles elaborando os seus próprios direitos e deveres dentro da sala de aula, não só direitos, mas também os deveres, depois nós estudamos o regimento escolar da nossa escola para eles saberem os direitos e deveres que eles têm, depois nós passamos a estudar as legislações, estudamos o Estatuto da Criança e do

Adolescente, estudamos a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aí vamos para passar para o Estatuto do Idoso, Direitos do Consumidor, a própria Constituição, isso assim na linguagem deles, no nível de uma 4ª série. Então assim para eles está sendo a culminância de um projeto que a gente já vem trabalhando desde o início do ano, então para eles está sendo assim de uma importância assim fundamental.

E também nós estudamos, antes de começar a estudar essas legislações, nós estudamos como é que uma lei chega a ser promulgada, então todo o caminho que leva desde a sua elaboração, o trâmite que ela percorre até chegar a virar uma lei, e nós estudamos sobre a participação aí dos Três Poderes, que o Judiciário é o que faz cumprir, que o Legislativo é que o elabora e o Executivo executa. Então nós vimos tudo isso e agora está sendo assim na prática. Nós vimos na teoria e agora eles estão vivenciando na prática, porque eles estão aqui participando de um momento histórico na elaboração de um Projeto de Lei da iniciativa popular, então eles estão cientes que eles podem, se organizando eles podem, é um caminho que está aberto para eles, e eu tenho plena certeza que esses alunos, também os outros que ficaram na escola, eles serão cidadãos assim críticos, porque é isso que a gente está trabalhando, e eles vão ter essa consciência de que eu posso, se eu juntar força eu posso, eu consigo. Então para a auto-estima deles exercer o direito, exercer a cidadania está sendo assim maravilhoso. Então para mim está sendo fantástico estar aqui, agradeço a oportunidade e bom dia a todos. É só isso [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria cumprimentar a professora Vânia. Eu acho que a sua fala final assim é marcante para essa moçada e para todo o Brasil que está nos assistindo. Eu posso, eu consigo. Eu posso, eu consigo. Eu posso, eu consigo. As palavras são suas, mas desde que estude, estude, estude e se prepare para enfrentar o mercado de trabalho, que é difícil para todos, mas se ele tiver esse pensamento positivo com certeza ele chega lá. Eu quero talvez num segundo tomar liberdade na sua fala. Eu era metalúrgico, Grupo Tramontina no Rio Grande do Sul, eu trabalhava na boca da fundição, é ferro quente, era uma caloria que você não imagina durante todo dia, eu via passar os aviões lá em cima, eu era um menino, eu dizia: um dia eu vou andar nesse aviões. Eu ando tanto de avião hoje, devido às minhas viagens, que eu ando cansado, quer dizer, a palavra é essa: eu posso, eu consigo; eu posso, eu consigo. Parabéns pela sua fala. Me permita mais uma salva de palmas [palmas]. Eu acho que essa moçada tem que acreditar que eles podem chegar lá.

Agora eu passo a palavra, nesse momento, ao meu amigo e ex-Senador Eurípides, que é suplente do Senador Cristovam, que é aqui de Brasília, conhece a realidade do DF e pediu para nesse momento se expressar.

SR. EURÍPIDES CAMARGO: Sr. Presidente Paulo Paim, senhores professores e professoras, diretores de escolas presentes, a ONG aqui presente. Eu não tenho muita coisa a colocar não, até porque foram colocadas coisas muito importantes aqui, que se a gente souber trabalhar esse conteúdo, a gente tem a carta brasileira, o principal da Constituição brasileira elaborada a partir dessa Audiência aqui hoje. Mas têm duas questões aqui que me deixaram assim pensando: é a capacidade que tem os alunos, os jovens, de não ter egoísmo. A sinceridade com que eles colocaram a suas questões sem egoísmo, pensando no coletivo, então isso demonstra que a gente tem esperança, porque existe essa vontade coletiva de realizar as coisas e de pensar as coisas coletivamente. A outra coisa são as escolas trabalharem no sentido de além das quatro paredes. Eu acho que isso é fundamental, isso é a extensão da escola, indo para a comunidade, indo além dos seus muros. Isso é fundamental. Eu acho que isso tem que fazer o sentido, o verso e o inverso desse processo, colocar a comunidade dentro da escola e a escola também poder sair dos seus próprios muros para ir para a sociedade, para o mundo. Eu acho que isso é fundamental. A outra questão que me deixou aqui assim pensando é a questão que as pessoas não sabem que podem, não podem vir aqui, não sabem se podem vir aqui, não sabem se esse espaço está possibilitado e na verdade não é bem assim, não está tão possibilitado assim. Têm muitas amarras, para chegar até aqui não é fácil, têm algumas amarras sim. Agora graças à sensibilidade de uma pessoa que vem de uma origem do Senador Paulo Paim, que entende que é preciso colocar o povo aqui dentro, então parabéns a S. Ex^a. por essa iniciativa, que é a característica do seu mandato, a característica da sua forma de ver o mundo e da sua própria vivência, trazendo a sua experiência de vida do dia-a-dia, do seu sofrimento, da sua origem, para o Congresso Nacional. Eu me sinto feliz por ter como parceiro a importância do seu mandato nesse processo de Brasil. Parabéns, Senador, parabéns aos professores, aos alunos, e isso mostra que tudo é possível se a gente assim decidir que será.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Eurípides, obrigado pelas considerações. Eu vou permitir também uma fala ainda rápida do subchefe do Cristovam, que também era suplente do Cristovam, agora é um companheiro que trabalha diretamente com o Senador Cristovam,

que pediu também para dar uma mensagem rápida, depois eu vou abrir para essas duas crianças que se inscreveram e daí o Senador Mão Santa encerra, depois nós vamos ter apenas o protocolo, e eu quero apenas dizer que o fruto dessa reunião, eu já estou com o Projeto de Lei, dentro da técnica legislativa, aqui na minha mesa. Eu vou ler daí sem prejuízo para outras iniciativas que a gente poderá construir baseado nessa quantidade de informação que essa Audiência Pública trouxe, não só ante a nós, mas também ao país. João Rios com a palavra.

SR. JOÃO RIOS: Bom dia Senador Paulo Paim, bom dia demais Senadores e Senadoras, alunos, alunas, professores e professoras aqui presentes. Eu sou o João Rios, subchefe de gabinete do Senador Cristovam Buarque, o Senador Paulo Paim já justificou que o Senador está na Argentina com outros Senadores, empresários, até domingo discutindo a educação. O Senador Sarney inclusive faz parte desse encontro lá.

O Senador Cristovam pediu para distribuímos para os alunos e os professores essa bandeira aqui. Vocês receberam um envelope, mas ele pediu para eu pedir a palavra e mostrar, porque como nós não temos disponível para o Brasil inteiro, para todos os professores e alunos, que eu mostrasse. Está escrito aqui em lugar de "Ordem e Progresso", "Educação e Progresso". Fizemos uma pesquisa aqui na rodoviária para sabermos se poderíamos substituir essa bandeira pela outra, o que as pessoas achariam. A pergunta era: o que vocês acham de substituir? Eu tenho aqui o resultado: 74 % das pessoas votaram pela substituição de "Ordem e Progresso" por "Educação e Progresso". 23% das pessoas discordaram, acharam melhor deixar como está.

Um outro cartaz que ele pediu para mostrar é esse daqui para os professores, em homenagem ao Dia dos Professores, dia 15 de outubro. Na segunda-feira ele fará um pronunciamento no Plenário em homenagem aos professores e pediu para os professores, se puderem acessar a TV Senado, que ele é o segundo inscrito, então por volta de duas e meia, três horas no máximo, eu creio que ele estará falando.

Essa foto que tem aqui no meio foi tirada no dia 07 de setembro, quando houve uma caminhada do movimento Educação Já, que ele está viajando o país e divulgando esse movimento Educação Já.

Então, fechando, ele pediu para parabenizar os alunos, as crianças, que amanhã é o Dia das Crianças, e através de mim ele está mandando um abraço a todos. Obrigado, é só isso [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou aqui simbolicamente, Senador Garibaldi, vocês me permitirem, faltam os senhores dois falarem

ainda, mas se vocês me permitirem, como esse projeto tem muito a ver com a educação, viu João Rios, eu queria que você prestasse atenção, mas como esse projeto tem muito a ver com a educação, que na verdade é lazer e segurança nas escolas, conseqüentemente educação, se o Plenário assim entender, eu que como Presidente não gosto de tomar decisão sozinho, eu daria para relatar o Projeto, que é fruto dessa Audiência, para o Senador Cristovam. Se o Plenário concordar, que batam palmas [palmas]. Então já temos, democraticamente o Projeto que trata desse tema, o Senador Cristovam é membro dessa Comissão, tem participado ativamente, fez questão que você estivesse aqui dando a sua opinião sobre esse debate e --

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): -- Então o Relator será o Senador Cristovam. Depois do ato que a gente vai protocolar via a entidade parceira, que quem está mandando esse Projeto para cá, em nome da Audiência Pública, é a entidade, é a Igreja e o Projeto Mãos que Ajudam. Então oficialmente o Projeto é entregue hoje aqui, é protocolado, e segunda-feira já vai estar na mão do Senador Cristovam como Relator do fruto dessa Audiência que você acompanhou do início ao fim. Acertado? Então o Senador --

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, é que avião não espera por ninguém e no caso eu preciso viajar. Eu queria deixar só uma palavra aqui, eu sei que o Mão Santa ainda vai falar, e o Eurípides, o ex-Senador Eurípides falou, e outros Senadores, mas eu queria dizer do meu entusiasmo pelo que está acontecendo aqui, pela maneira como V. Ex^a. está conduzindo os trabalhos, e eu nunca vi V. Ex^a. tão bem acompanhado como hoje [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Gostei dessa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aliás, eu sou vizinho de V. Ex^a., eu, o Senador Pedro Simon, mas reconhecemos, eu pelo menos reconheço que V. Ex^a. hoje está numa vizinhança bem melhor, e quero dizer que isso precisa continuar, isso que nós estamos fazendo agora, esse intercâmbio, essa integração dos jovens, dos adolescentes, das crianças com o Poder Legislativo, que afinal de contas é o Poder hoje mais vamos dizer assim incompreendido, mal julgado, com um julgamento muito negativo infelizmente, e que talvez esse julgamento ocorra pela falta de

maior intimidade de pessoas como esses estudantes que estão aqui e que logo serão eleitores. Ninguém pense que esses estudantes que estão aqui, alguns vão demorar mais um pouco, mas outros, outros logo irão votar e terão que compreender o que significa um Poder como esse para a democracia, para a liberdade, para o bem-estar do cidadão.

Eu quero parabenizar os diretores que estão aqui, os professores das diversas instituições que estão aqui e dizer que eu hoje passei uma meia hora muito agradável ali atrás, porque quando eu era criança eu queria ser adulto, e eu acho que essas crianças também talvez tenham na cabeça a mesma idéia. Quando eu era criança, eu queria ser adulto. Agora, Sr. Presidente, quando os anos estão pesando, não é, estão deixando as suas marcas nos meus cabelos, agora sim eu estou é querendo ser criança [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem um poeta que dizia o seguinte, eu vou só voltar aqui para dizer o que dizia o poeta. O poeta dizia que quando nós somos mais novos, as esperanças vão passando à frente e os desencantos vão passando para trás, e quando nós ficamos mais velhos os desencantos vão passando para frente e as esperanças vão ficando para trás. Mas em horas como essa eu acho que as esperanças vão passando para frente [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar ao Senador Mão Santa, eu tenho aqui dois inscritos: é a aluna Daiane da Silva Monteiro, Centro do Ensino Fundamental nº 16 de Ceilândia, e a aluna Bárbara Barreto, Centro de Ensino Fundamental nº 05 do Gama. Eu vou permitir que ambas usem a palavra, é só pegar o microfone onde vocês se encontram e apertar essa tecla preta que vai acender uma luz verde e vocês falam.

ALUNA DAIANE DA SILVA MONTEIRO: Bom dia, eu só gostaria de complementar algumas coisas que tinham que ser melhoradas nas escolas que precisa muito: o aumento do muro na escola por causa que no ano passado acertaram uma pedra na professora, a reformação do jardim escolar, o reaproveitamento com o jardim e utilizá-lo como horta, alimentos saudáveis para os alunos, promover eventos como os de cantos, festivais e etc, passeios, bebedouros nas quadras de esporte, grafite nos muros da escola para evitar pichações e câmeras para deixar a escola mais segura. É só isso, obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Agora passamos à Bárbara Barreto e em seguida ao Senador Mão Santa.

ALUNA BÁRBARA BARRETO: Obrigada. Eu gostaria de agradecer pela maravilhosa oportunidade de estar aqui presente nessa Audiência e debater sobre a nossa cidadania. Eu gostaria de fazer um breve comentário sobre não tão somente a educação, mas também sobre a cidadania.

A cidadania se forma através do cidadão e pelo modo ético com que ele passa a viver, seja de modo oculto ou aberto para que todos percebamos, e gostaria de finalizar com uma frase minha: *“tudo que um dia certificamos de ter aprendido servirá de exemplo para os que no cercam. Se demonstramos nos importar a quem está ao nosso redor, mostramos o ato de aprender e ensinar”*. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Mão Santa, como último orador inscrito, daí vamos para o protocolo do fruto dessa Audiência Pública, que é um Projeto que contempla lazer e segurança para as crianças e escola.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente dessa Comissão, Senador Paulo Paim, professoras e professores, estudantes do meu Brasil.

Esse Senado tem cento e oitenta e três anos e eu acho que esse é o dia mais bonito desses cento e oitenta e três anos. Aí está o Paulo Paim e para reafirmar essa grandeza, a minha geração cresceu e tinha um poeta que dizia: “criança, não verás nenhum país como este”. Evidentemente nós temos poetas, mas eles não vão começar assim ...

Nós vivemos um momento de dificuldade, mas nós temos que ter esperança. Ernest Hemingway, no seu livro “O velho e o mar”, ele diz: “a maior estupidez é perdemos a esperança”. O homem não nasceu para ser derrotado, ele pode até ser destruído. Então a esperança nós temos e achamos que esse é o momento e vamos viver aquele momento decantado por Bilac: “criança, não verás nenhum país como esse”. Talvez aqui seja o início, Paim.

Eu estava olhando aí esses Senadores todos, brilhantes homens, fizeram leis boas e justas. Ali tem um do meu Estado, ele fez a Lei da Anistia que possibilitou o perdão aos políticos vítimas da ditadura e fez renascer a democracia. Ali está outro que fez a Lei do Divórcio, para aqueles cujo casamento estava abalado e buscasse a felicidade. Ali está outro que relatou essa Constituição, que é um conjunto de leis, de normas, mas de todos esses nenhum tem feito por essa Casa tanta grandeza que aquele que trouxe as crianças aqui e os estudantes, o Paulo Paim. Ele reportou as dificuldades dele no começo, mas eu queria dizer que o grande estadista dessa democracia que definiu como é um “governo do povo, pelo povo ou para o povo”, Abraham Lincoln, também ele era pobre, e queria dizer

que Juscelino Kubitschek, que fez isso tudo, ele era pobre. Paim, ontem eu recebi um e-mail de Maristela Kubitschek. Quando eu fazia aquele pronunciamento inspirado, aquele que foi o grande mestre Sócrates, não é, da civilização grega, dizia Sócrates que só tem um grande bem: o saber. Só tem um grande mal: a ignorância. E a filha de Kubitschek dizia que ele era educado, ele pobre, ele viu o seu pai morrer com quatro anos de idade, não podia nem vê-lo porque era tuberculoso e naquele tempo tinha um contágio, morava próximo, viu o caixão passando, então órfão, filho de professora órfão, duas, mas ele disse no e-mail que nós recebemos, a Maristela, de ontem, e ressaltava, eu vou ler a poesia que a minha mãe fez quando eu era criança, e a Maristela Kubitschek dizia que Juscelino lhe pedia: que a minha mãe – a mãe de Juscelino -, viúva, professora, dizia para ele: “não tenha vergonha de ser pobres, tenha vergonha de ser ignorante”, quer dizer, é isso que nós vemos. Agora: criança, não verás nenhum país como este. Eu como Senador aqui eu digo: “criança, o país está precisando de vocês”. E eu digo porque o próprio Cristo reconheceu a força da criança quando ele disse: “deixai vir a mim as criancinhas”. E foi mais: “ai daquele que escandalizar uma criança. É melhor botar uma pedra no pescoço e se atirar ao fundo do mar”. Então era essa a esperança.

Eu quero dizer que o país precisa de vocês. Nós estamos vivendo o momento mais difícil dos que quinhentos e sete anos de Brasil. Eu acredito em Deus, eu acredito no amor que acimenta a família, que é a instituição mais importante, que foi ressaltado aqui, acredito no estudo e no trabalho. O país está precisando. Paim tem que fazer as palavras de Cristo: “vinde a mim as criancinhas”. Ele fez e trouxe aqui os estudantes. Primeiro aqui foi tudo dito: os professores, a quem nós temos que render homenagem, e vai já ser o Dia dos Professores. Em todos os percalços lembre-se que a única profissão, não Presidente da República, não Senadores, não os ricos, banqueiros e empresários, mas só eles são chamados de mestres, igual a Cristo. O que foi dito aqui é o seguinte: Deus nos orientou, deu um quadro, é claro, disso mandou o seu filho aí, fez várias tentativas e não melhorava o mundo, aí ele mandou o filho predileto, mas ele não desgarrou, ele botou numa família, então nós temos que salvaguardar essa instituição, a família, foi dito aqui, a família, e vocês é que é o amor, é o sorriso da criança que une a família, é vocês que são as flores da família. Então vocês são responsáveis também, é o menino que prende, vocês que tem culpa também, mas eu queria dizer o seguinte: Deus não desgarrou ele não, botou Jesus numa família: Jesus, Maria e José

sagrada, e cada um que procure criar da sua família uma sagrada família.

E eu ia na prática, Paim, Napoleão Bonaparte, o estadista, ele estava numa reunião e do lado uma professora dele. Aí a professora conhecia o Napoleão como os professores conhecem vocês, os alunos, ela disse: “Napoleão, você está muito tristonho”, aí ele se virou para a professora e disse: “eu não sei o que fazer na França, eu me esforço, eu faço muito investimento pela educação, mas cada vez a França está mais mal educada”, como nós estamos hoje. Esse é o país mais mal educado do mundo, isso é uma barbárie, e bem aí na Argentina não é assim, no Chile não é assim, nós vivemos uma barbárie, essa é a realidade, constrangido, mas nós estamos aqui. O Senador deve ser o pai da pátria, nós temos esse dever. Então a professora olhou para o Napoleão e disse: “Napoleão, eu invisto nas escolas, tento melhorar”, aí ele falou: “faça uma escola de mães”. As mães, vocês vão ser mães, muito bem, e tem mães, tem tia, tem irmã, “faça uma escola de mães”, quer dizer, a primeira estrutura, a primeira escola é o lar. É o lar, nós temos que preservar, temos que dar exemplo, Paim. O Paim está aí com essa moral porque ele construiu essa família que engrandecesse e que faz respeitar não só os gaúchos, hoje o Brasil por ele. Eu vi o sentimento e o sofrimento dele com as dificuldades que um filho está tendo em sucessivas cirurgias. Então vamos salvaguardar o lar, a escola. A escola, nós aprendemos, que é um segundo lar, e eu não iria buscar, eu não teria inteligência. Einstein foi o homem mais inteligente do mundo e ele tem um livro, senhores professores, Maturidade, que é uma página, uma página dedicada à educação. Ele disse que educação não é aquilo que a gente aprende e decora na escola não, mas é aquilo que depois da gente esquecer, a gente fica, É a disciplina, é o respeito, é o saber estudar, é o deferir o bem do mal, é o saber conquistar e lutar, o que o Paim andou dizendo aí. Então na escola, eu na idade de vocês, eu aprendo e rezo aquela Canção do Tamoio: *“não chores, meu filho; não chores, que a vida é luta renhida: viver é lutar. A vida é combate, que os fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar”*. Isso é a vida, do poeta Gonçalves Dias. Então essa valorização da escola, e o Einstein disse, Paim. Temos que entender, mostrar ao Luiz Inácio da Silva isso. Ele foi um privilegiado. Esse negócio dele dizer que criou, que nada, ele pegou foi escola boa, ele teve a felicidade de estudar num SENAI. Esse país era um país organizado, esse país teve extraordinários responsáveis e idealistas Presidentes da República. Ele teve uma escola do SENAI que era boa, nós conhecemos. Está aí o Paim, ex-aluno. Então o Luiz Inácio, ele foi um privilegiado, ele pegou esse país

organizado. Está aí o Paim, era da escola do SENAI. Eu sei bem, o meu tio padrinho fundou as escolas do SENAI do Piauí, então é isso que está faltando. Mas o Einstein, Paim, ele diz o seguinte: a escola é o único instrumento que a civilização tem para pinçar todos os conhecimentos da história do mundo e oferecer às crianças. Então isso é o Einstein, nós temos que fazer o Luiz Inácio entender isso, a valorizar a escola, e a Igreja que foi dito aí e Deus, a Igreja.

Eu vi um depoimento nessa sala que eu quero trazer agora. A violência que você vê aí, isso é uma barbárie, isso não existe, isso daí não existe, não existe, nós estamos vivendo uma barbárie, é um matando o outro, odiando, nós estamos é numa barbárie, nós temos que ver isso para melhorar. Mas a Igreja, foi um depoimento aqui, Paim, um jornalista falando em violência. Cada um dava a sua idéia, vamos botar a polícia, comprar canhão, botar o exército, força, cadeira elétrica, cada um dava uma hipótese. Aí um jornalista falou e disse: “olha, eu costumo, pela minha profissão, ir às favelas, ir à Rocinha e tudo, e eu vi que aonde tem uma Igreja em torno dela tem paz, tem melhor vida”. Então nós temos, seja qual for, se aproximar de Deus, todas elas são boas.

Então essas são as nossas últimas palavras e eu queria aqui lembrar como a professora de Napoleão: “mães, mães do meu Brasil”. Eu posso dizer isso porque eu tive ... eu não sou Mão Santa, de jeito nenhum, eu estou consciente, fui um cirurgião que as mãos guiadas por Deus salvaram, mas sou filho de mãe santa, Terceira Franciscana, e quando eu era do tamanho de vocês ela escreveu isso a mim: *“meu pequeno Chirubim. Filho, tu és o elevo e o amor de minha vida, dos sonhos que sonhei tu és a realidade, é a visão formosa, abençoada, descida do céu para aumentar a minha felicidade, estreitando-te no colo em preces entretidas peço a Deus que te faça um anjo de piedade, pois a vida só vale a pena ser vivida por quem sabe visar da alma à imortalidade, como linda avezinha a esvoaçar contente, qual borboleta azul trevica(F) e buliçosa vive tu, filho, a rir e a saltar sorridente; às vezes a ralhar repreendo-te queixosa, tu és feliz demais, e depois, mais paciente, tu és um Chirubim nadando em mar de rosa”*. Que todas as mães do meu Brasil tenham o amor aos seus filhos como a minha mãe teve a mim. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Meus amigos, agora nesse momento, depois dessa bonita fala do Senador Mão Santa, que termina com um poema que a sua mãe escreveu dirigido às crianças, porque na época ele era uma criança, nós vamos para a parte final da nossa Audiência Pública. Vocês têm que entender que é protocolar, mas é im-

portante, que normalmente você faz uma Audiência Pública e fica nos anais da Casa. Hoje é diferente, é o primeiro dia no Senado que isso acontece. Nós vamos apresentar agora o Projeto de Lei fruto do debate dessa Audiência Pública. Eu vou despachar em seguida, vou ler o Projeto como ficou, foi construído pela consultoria do Senado mediante a contribuição que vocês deram, e eu vou despachar o Relator será então, voltado à educação, o Senador Cristovam. Eu vou começar pela justificativa, em seguida eu leio como que ficaram os artigos do Projeto.

Justificação do Projeto que vocês estão apresentando e que a consultoria técnica do Senado elaborou: entre as questões que tem afetado diretamente a realidade dos jovens, em especial dos estudantes de escolas públicas, merecem destaque o crescente problema da falta de segurança nos estabelecimentos de ensino e as reduzidas oportunidades de lazer e de participação em atividades esportivas e culturais. Para que as autoridades responsáveis do Poder Público, em articulação com a sociedade, possam ser levadas a agir de forma mais eficaz na solução desses desafios, apresenta-se como de relevância a proposição de normas que fornecem as responsabilidades do Estado com a educação e o bem estar da população estudantil. Com esse propósito o presente Projeto sugere a inserção de duas normas na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Base de Educação – LDB. A primeira diz respeito à garantia de ofertas de serviços de segurança pública nas escolas e nas imediações. Como diversos estudos acadêmicos e materiais jornalísticos têm mostrado, as manifestações de violência urbana invadem cada vez mais o universo escolar. Além do perigo físico para os estudantes e os profissionais da educação – leia-se professores e funcionários das escolas -, esse fenômeno é responsável por danos e motivos de diversas profundidades e por imenso desperdícios de recursos públicos que poderiam ser mais bem aplicados.

Naturalmente o desempenho escolar dos estudantes também é afetado por esta situação, que está a exigir ações mais pertinentes da sociedade e do Poder Público, em reconhecimento da diversidade de situações sociais existentes no país, bem como em respeito ao princípio constitucional da gestão democrática do ensino. A prestação de serviço de segurança pública deve ser decidida pela própria comunidade interessada, mediante, por exemplo, o trabalho dos Conselhos Escolares. Essa determinação de certo trará mais flexibilidade na implantação de medidas requeridas. Assim, a comunidade escolar poderá optar entre os recursos disponíveis para garantir sua segurança, como câmeras, detectores de metais e forma distinta

de policiamento e alterá-los diante de acordo com o resultado obtido em eventuais mudanças no padrão de violência identificado. Já a segunda sugestão, referente à carência de espaços destinados ao lazer, às atividades culturais e à prática de esportes, reside na abertura dos estabelecimentos de ensino nos finais de semana, a escola aberta que foi tanto aqui falado, em feriados e períodos de recesso escolar. Com essa medida a infra-estrutura das escolas, como quadras e materiais esportivos, bibliotecas, laboratórios de informática, serão postos à disposição dos estudantes e da comunidade local, o que poderá aumentar significativamente as oportunidades de reforço escolar, de lazer, de acesso cultural e de integração social na maioria das localidades brasileiras. A respeito dessa sugestão também cabe ter em mente a diversidade do país e, por conseguinte, de necessidades sociais. Desse modo, a abertura das escolas, nos termos do presente Projeto, será incentivada, não imposta. Por fim, cumpre ressaltar que as normas sugeridas observam a competência da União de legislar nacionalmente sob diretrizes e bases da educação.

Desse modo, elas respeitam a autonomia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao mesmo tempo em que se revestem de eficácia para mudar a realidade socialmente injusta com o aumento das oportunidades de inserção social da juventude brasileira e o fortalecimento de sua cidadania. Dadas as razões respostas, esperamos contar com o apoio dos senhores congressistas para a transformação desse Projeto em Lei. O Projeto será assinado pelo Programa Mãos que Ajudam – Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias como signatários em nome da entidade. O Projeto de Lei como ficou. O Projeto de Lei do Senado altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para promover na rede pública de ensino o fortalecimento da segurança escolar e a oferta de atividades culturais, esportivas, de lazer e de reforço escolar. O Congresso Nacional decreta, artigo 1º – O artigo 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X – Artigo 4º, inciso X: serviços de segurança pública nos estabelecimentos de ensino e em suas imediações, conforme a demanda da comunidade escolar. Artigo 2º: O artigo 12 da Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § único: Artigo 12, § único – Os sistemas de ensino estimularão a abertura dos estabelecimentos de ensino nos finais de semana, feriados e períodos de recesso letivo para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas, de lazer e de esforço escolar voltadas para a comunidade. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Como nós aqui não votamos, o apelo que eu faço mais uma vez é pela simbologia do Projeto que será protocolado a partir desse momento e já encaminhado ao Senador Relator, que será o Senador Cristovam Buarque, que poderá ainda, a partir dele, receber contribuições da sociedade. Se vocês concordam com esse encaminhamento de forma simbólica, eu pediria que batam palmas ou não [palmas]. Pelas palmas eu entendo que o objetivo, o eixo está atingido, e lembro a todos que isso não significa que, mediante todas as contribuições que vocês aqui deixaram, nós Senadores não deixaremos de apresentar outros Projetos que atendam às reivindicações aqui elencadas tanto pelos diretores, pelos parceiros, como os professores, como também pelos alunos.

Digo ainda que o DVD dessa Audiência Pública será encaminhado ao Ministério da Justiça, relacionado à segurança, vamos encaminhar ao Governador de Brasília, ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte, pensando na importância dos centros de lazer esportivos que é um apelo que eu senti muito forte aqui de todos.

Não vamos esquecer a questão dos computadores, podem ter claro isso, vamos tratar com muito carinho também a questão dos computadores.

Nesse momento, antes de encerrar ainda essa Audiência Pública – depois vamos assinar os protocolos formais aqui com as entidades -, eu pediria então que entrasse a essa sala uma pequena lembrança que nós vamos deixar com cada um dos participantes desse evento. O que é essa lembrança? É um tick onde estão reunidos os estatutos que estão em débito nessa Casa, tem também uma pequena lembrança para cada aluno, eu pediria que fosse entregue para cada um os estatutos, o lanche às crianças, que poderão fazer o lanche onde se encontram nesse momento, e eu gostaria de receber a xícara, só para demonstrar aqui o que é que diz, é uma pequena lembrança da Comissão de Direitos Humanos, e o que é que diz? “Amigos e amigas, vocês são o presente e o futuro de nossos sonhos”. É isso que fica a partir desse pequeno mimo que vocês levarão no Dia das Crianças. Claro que aqui dentro dessa xícara estão três bombons, que é um carinho do Senado da República a todos vocês, diretores, professores e professoras, diretoras, alunos e alunas.

Podem ter certeza que esta foi também para nós uma Audiência histórica. A partir desse momento a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado entra num novo momento, é o momento da Audiência Pública que culmina com a apresentação de Projetos de Leis que de imediato passarão a tramitar na Casa como a vontade popular. Com essa pequena

manifestação eu encerro a presente Audiência Pública, parabéns a todos vocês. Muito obrigado [palmas].

Sessão encerrada às 12h30.

Ata da 44ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 18 de Outubro de 2007, Quinta-feira, às 9:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e três minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e sete, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Patrícia Sabóya, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, César Borges, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valter Pereira e Heráclito Fortes**. A Senhora Senadora Serys Slhessarenko justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta: **Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº. 281, de 2005 – Terminativo** – que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. Autor: Senadora Patrícia Sabóya. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: são aprovadas as cinco emendas de Relator e rejeitada a emenda nº 01. Resultado: **Aprovado**. Item nº 02 – **Emendas nº 01– CCJ e nº 02– CCJ ao Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2003 – Terminativo** – que “Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”. Autora: Senadora Patrícia Sabóya. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: é aprovado as Emendas nº. 01 CCJ e nº. 02 CCJ, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Resultado: **Adiado. EXTRAPAUTA**: Item nº 01 – **Requerimento nº 65, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública para tratar da problemática inerente à demissão arbitrária de dirigentes sindicais, em data a ser definida, devendo serem convidados os representantes da OIT– Organização Internacional do Trabalho, Secretaria de Recursos Humanos da Presidência da República, do TST– Tribunal Superior do Trabalho e TEM– Ministério do Trabalho e Emprego e outros a serem definidos pela própria Comissão”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº 02 – **Requerimento nº 66, de 2007**, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento CDH, nº 30, de 2007 que solicita audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006”. Autor:

Senador Eduardo Suplicy. Resultado: **Aprovado**. Item nº 03 – **Requerimento nº 67, de 2007**, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento CDH, nº 44, de 2007 que solicita audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº 04 – **Requerimento nº 68, de 2007**, que requer retirada, em caráter definitivo, do Requerimento CDH, nº 51, de 2007 que solicita audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº 05 – **Requerimento**, requer, nos termos do art. 222 combinado com o art. 223, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhe ao Plenário do Senado Federal voto de solidariedade e congratulações pelo trabalho de alta significação nacional e internacional realizado pelo padre Júlio Lancelotti, conhecido por sua atuação em defesa de moradores de rua e dos direitos humanos”. Autor: Senador Eduardo Suplicy. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente, às nove horas e sete minutos passa a presidência para o Senador Geraldo Mesquita Júnior para poder relatar o PLS 281 de 2005. O Senhor Presidente, Geraldo Mesquita, após a leitura e aprovação do Item nº 1 da pauta devolve às dez horas e quatorze minutos a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senador Eduardo Suplicy apresenta oramente requerimento de Voto de Solidariedade ao Padre Lancelotti para a Comissão encaminhe ao Plenário do Senado Federal. A presidência solicita ao Senador Eduardo Suplicy que, posteriormente, formalize o requerimento junto à Mesa. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Patrícia Sabóya, Geraldo Mesquita, Eduardo Suplicy, José Nery, Heráclito Fortes, Sérgio Zambiasi e Jaime Campos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às dez horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Cumprimento já aqui o Senador César Borges, o Senador Mesquita Júnior, hoje teremos uma importante votação de um projeto que amplia a licença maternidade da nobre Senadora Patrícia Saboya

Gomes. Eu faço um apelo a todos Senadores, se puderem, o Senador César Borges já garantiu que estará aqui para debater e votar o projeto que amplia a licença maternidade. Eu faço o apelo a todos os Senadores que se encontram das dependências da Casa para que venham à Comissão de Direitos Humanos, é um projeto terminativo, Senador Mesquita Júnior já está aqui e vai ser o primeiro a fazer uso da palavra, que amplia a licença maternidade de quatro para seis meses. O importante que esse projeto construído pela Senadora Patrícia em que eu tive a alegria, Senador Mesquita Júnior, de ser indicado por ela mesma como Relator, é fruto de um longo debate com toda a sociedade brasileira. E não há porque alguém ser contra, na minha avaliação, não estou falando como Relator, mas sim como Presidente. Já que é um projeto optativo. As empresas que quiserem terão incentivos fiscais para que possam então aderir a esse programa que vai fortalecer toda a formação, eu diria, intelectual e mesmo física das nossas crianças porque ficarão um tempo maior em contato direto com as crianças.

Então esse é o grande debate que nós teremos aqui hoje, que eu entendo que será o projeto aprovado por unanimidade. Eu só vou ler a pauta e vou passar em seguida ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Projeto de Lei do Senado nº 281/2005 que cria o Programa Empresa Cidadã destinado à prorrogação da licença maternidade, mediante a concessão de incentivo fiscal. Autora, Senadora Patrícia Saboya, Relator Senador Paulo Paim, o meu parecer é pela aprovação da matéria com cinco Emendas. Emendas que, repito, foram conversadas com a Senadora Patrícia. Essas Emendas são fruto de um entendimento da Senadora com os mais variados setores da sociedade.

Concedo a palavra nesse momento... Eu vou ainda apresentar o que nós vamos... Temos como pauta depois do Item 01. Temos também como Item 02, Emenda nº. 01 – CCJ e nº. 02 – CCJ ao Projeto de Lei do Senado nº. 490/2003, terminativo. Que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e direitos humanos, especialmente que tratam das mulheres, crianças e adolescentes. Também a autora Senadora Patrícia Saboya, Relatora Fátima Cleide. Também o projeto é terminativo. Nós pretendemos também aprová-lo no dia de hoje. O projeto foi aprovado nessa Comissão em caráter terminativo, em 24/2007, retornou a essa Comissão para a Relatora pudesse dar parecer sobre as Emendas, a Emenda nº. 01 e nº. 02 de autoria do Senador Eduardo Suplicy

Antes mesmo de começarmos a leitura do Relatório eu gostaria de passar a palavra para o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Geraldo Mesquita, V.Exª quer fazer algumas considerações para que...

Em seguida eu lerei o Relatório, e daí sobre o Relatório iniciaremos efetivamente a discussão. Prefere que eu leia primeiro? Vamos fazer a leitura do Relatório de imediato.

Já estamos no Item 01. Eu gostaria de solicitar ao Senador Mesquita Júnior que assumisse nesse momento a Presidência para que eu possa... Farei aqui ao seu lado mesmo, a leitura do Relatório.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a palavra o Senador Paulo Paim para a leitura do Relatório de sua autoria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo, de imediato, a fazer a leitura do Relatório do Projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que trata sobre a ampliação da licença maternidade de quatro para seis meses.

Esse Projeto de Lei da Senadora é de nº. 281/2005 que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença maternidade e conseqüentemente por opção, a concessão de incentivo fiscal.

Relatório. Em análise nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº. 281/2005 acima ementado, de autoria da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, repito, a Senadora Patrícia que construiu esse projeto como também todas as Emendas. Eu faço questão de dar esse destaque, que sou o Relator de uma construção coletiva que a Senadora fez e eu acatei todas as Emendas que ela em discussão com a sociedade entendeu que devia remeter a esse Senador.

Então, todo mérito tanto do projeto como das Emendas é da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Vamos lá.

O projeto vazado em seis artigos cria benefício fiscal para as empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, o qual possibilita a prorrogação por mais 60 dias da licença maternidade previsto no art. 7º, nº. 18 da Constituição Federal, que nos moldes da legislação atual é de 120 dias. Nos termos da iniciativa para a trabalhadora fazer jus à extensão da licença maternidade, recebendo seu salário integral, nos moldes do que é pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social é necessário que concorram os seguintes requisitos:

Primeiro, que a empresa na qual a empregada labora tenha aderido ao programa, por isso que eu dizia que é optativo. Ninguém está engessando ninguém, empresários nenhum precisa ficar preocupado que ele é obrigado a aderir. Não é. Vai aderir quem quiser. Isso mostra pra mim que não pode ter na minha ava-

liação nenhuma posição contra esse projeto tão bem formulado pela normal Senadora.

Segundo. Que a prorrogação seja requerida até o final do primeiro mês após o parto;

Terceiro. Que seja concedida imediatamente após a afuição da licença maternidade previsto no art. 7º e 18 da Constituição Federal.

Quarto, que durante o período da prorrogação da licença maternidade a empregada não exerça qualquer atividade remunerada sob pena de perder o benefício.

E quinto e último, que a criança não freqüente creche ou instituição similar no período, também sob o perigo da perda do benefício. Aqui é para que não esteja ocupando o espaço de uma outra criança numa creche já que ela vai ficar diretamente com a mãe durante esse período. Acho que mais do que justo essa recomendação, já que tudo é autorizativo que faz a Senadora, mas aqui deixar muito claro e eu acatei que quem infligir essa norma poderá perder o benefício.

Em contrapartida, a concessão da prorrogação da licença maternidade, conforme diz o art. 4º da proposição, estabelece que a pessoa jurídica que voluntariamente aderir ao Programa Empresa Cidadã terá direito enquanto perdurar a adesão à dedução integral no cálculo do Imposto de Renda da pessoa jurídica do valor correspondente à remuneração integral da empregada nos 60 dias da prorrogação de sua licença maternidade.

Como vemos, ninguém perde nada. É apenas quem ganha são as crianças. Fica muito claro que para deduzir de forma integral do Imposto de Renda.

O Senador Cícero Lucena, aí eu começo já comentar as Emendas, apresentou uma Emenda no art. 4º, acima mencionado, para que o abatimento seja feito do montante da contribuição sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos de natureza financeira CPMF ou outro tributo que venha substituí-lo. Foi realizado no âmbito da CDH três Audiências Públicas para instrução da matéria das quais foram ouvidas diferentes setores da sociedade.

Análise. Compete a essa Comissão nos termos do Regimento Interno do Senado Federal manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa em mérito das matérias que lhe são submetidas.

No aspecto formal a iniciativa satisfaz o prescrito no art. 22, número 23, 61 e 201 do § 1º da Constituição Federal. Não contraria princípio geral do direito. De direito. Não padece, portanto, de vício algum de inconstitucionalidade ou de injuridicidade.

No mérito a iniciativa é bem-vinda e pertinente, na medida que reconhece o descompasso entre a previsão

da licença maternidade de 120 dias que equivalem a aproximadamente quatro meses, e a recomendação da Organização Mundial da Saúde de que as crianças devem sempre que possível ser alimentadas exclusivamente no leite maternidade durante os seis primeiros meses de vida que é exatamente o que propõe a nobre Senadora.

Atualmente a legislação de regência no Brasil nega essa possibilidade à mãe trabalhadora. E naturalmente a criança. Nessa medida é alvissareiro a proposta de viabilização dessa diretiva da nobre Senadora. É ainda necessário salientar que conforme explica o Dr. Dioclécio Campos Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Pediatria. Diz ele. Está aqui presente. É bom lembrar que o Dr. Dioclécio Campos Júnior está aqui presente, se a Câmara puder focar, Dr^a. Raquel também, estão aqui, ajudaram no debate e na elaboração desse projeto e conseqüentemente do relatório sempre com a orientação da nobre Senadora Patrícia. Foi sempre combinado com ela cada vírgula que foi colocado nesse Relatório. Diz ele, Dr. Dioclécio Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Pediatria. "O leite materno é uma verdadeira vacina capaz de prevenir diversos males do primeiro ano de vida, como pneumonia, diarreia e doenças alérgicas. Com isso, em médio prazo a tendência é o Estado gastar menos com a hospitalização de crianças. Só com o tratamento hospitalar de crianças até um ano em pneumonia, o Sistema Único de Saúde depende em torno de 400 milhões de reais anuais. A licença de seis meses com o conseqüente estímulo ao aleitamento materno exclusivo tende a melhorar esse quadro". Outro aspecto positivo da iniciativa é a criação de um programa de incentivo fiscal de adesão voluntária, por parte dos empresários que poderão, dessa forma, avaliar as suas possibilidades econômicas, financeiras e sociais para adotar ou não a medida. Ao permitir o desconto no Imposto de Renda do valor pago a título de extensão da licença maternidade do salário percebido pela trabalhadora nesse período a iniciativa pretende aliviar o custo da mão-de-obra feminina evitando que a medida implique na sua sub valorização. Isso quer dizer que o abatimento se dirá de forma justa e equânime, visto que a imposto devido consiste em dedução efetiva.

Assim, por não possuir limite global é indiferente se a pessoa jurídica tributada com base no lucro real que aderir ao programa não tem direito à outra dedução de qualquer espécie, pois o direito a essa dedução se dirá de forma garantida.

Ressaltamos ainda que em função do disposto no art. 10º da Lei 9.532 de 10 de dezembro de 97, a dedução a título de incentivo fiscal somente poderá

ser feita por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

Outra observação que fazemos e que não há previsão para as empresas que aderirem ao programa possam dele se retirar nem mesmo se sofrerem deteriorização em suas condições financeiras. Tal situação não condiz com o espírito do projeto que é de adesão voluntária e pretende ser um estímulo para que o empresariado tenha um atendimento maior dos benefícios indiretos. Tanto sociais como de produtividade, decorrente de uma postura socialmente responsável no que importa a mãe trabalhadora em período de amamentação. Mas essa interrupção no gozo da prorrogação não deve ser imediata para as empregadas que já estão em gozo do benefício, devendo ser gradual para que tenha o tempo necessário para organizar suas rotinas e para o retorno antecipado para o trabalho. Com a finalidade de tornar o programa mais atrativo ao empresariado, aumentando ainda mais suas chances de sucesso, deve-se incluir no programa a isenção dos encargos sociais referentes às empregadas que estejam fluindo da prorrogação da licença maternidade.

Outro ponto que merece e ser aperfeiçoado e diz respeito à inclusão das microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples, garantindo-lhes também a oportunidade de ingressarem no programa. Apresentamos também uma Emenda com vista a garantir o acesso ao benefício às mães adotantes.

Outra contribuição que fazemos ao projeto é extensão do... é a extensão do direito à licença maternidade prorrogada para o maior número de trabalhadores possível. Não podemos esquecer as servidoras públicas que também serão contempladas por essa proposta. Por essa razão apresentamos uma Emenda que não obstante sua natureza autorizativa terá cremos um condão de sensibilizar o Executivo para essa demanda nobre, justa e urgente.

Senadora Patrícia, comecei lendo o Relatório de V.Ex^a. Fiz questão de dizer que cada vírgula aqui tem o pensamento da nobre Senadora. Eu fui instrumento com muita alegria na elaboração de seu parecer. V.Ex^a é autora e também eu diria à pessoa que construiu com a sociedade brasileira o Relatório, que eu tenho alegria nesse momento por determinação de V.Ex^a de fazer a leitura do Relatório e fiz questão de dizer no início que é obra integral de V.Ex^a. Parabéns pelo trabalho, eu vou concluindo o Relatório que V.Ex^a construiu e pediu que eu fosse... Quem apresentasse o Relatório.

Finalmente, no que importa a Emenda nº 01 da CDH, em que pese os louváveis argumentos do nobre Senador Cícero Lucena, entendemos que vincular o principal benefício do programa a CPMF não representa

solução adequada nesse momento principalmente se considerarmos o momento atual em que a prorrogação ou não dessa contribuição vai ser discutida no Congresso Nacional. Ainda que se prorrogue a cobrança de CPMF ela terá caráter provisório e o programa ora busca estabelecer vínculo definitivo e ficaria vulnerável. Tampouco ia responder a questão do enunciado de que caso se extinga a CPMF a extensão deverá recair sobre outro tributo que vier a substituí-lo pelo grau de incerteza jurídica ainda que se reveste.

No voto, pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 281 da nobre Senadora Patrícia com as Emendas apresentadas a mim por ela em discussão que ela fez com a sociedade. E rejeitamos, já conversamos com ele e ele entendeu, somente a Emenda nº. 01. A primeira Emenda.

Acrescenta-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado 281/2005 o seguinte § 2º renumerando-se o atual para o primeiro... O Parágrafo Único para o primeiro. A prorrogação será garantida na mesma proporção também à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção da criança. Segunda Emenda, acrescenta-se ao PLS 281/2005 o seguinte art. 2º renumerando-se os demais. Art. 2º. Fica a administração pública direta ou indireta e funcional autorizada a instituir o programa que garanta a prorrogação da licença maternidade também para servidoras como prevê o art. 1º. A outra Emenda, a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido em cada período de apuração o total da remuneração integral da empregada paga nos 60 dias da prorrogação da licença maternidade, vedada a dedução como despesa operacional. E a outra Emenda, no dispor desse artigo, aplica-se às pessoas jurídicas enquadradas no regime de lucro presumido e as optantes pelo sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas, e empresas de pequeno porte, Simples. E a última Emenda. Art. 6º. Alínea E, do § 9º do art. 28 da Lei 802/91 passa a vigorar acrescido do seguinte art. 10. Recebidas a título de prorrogação da licença maternidade no âmbito do Programa Empresa Cidadão sem prejuízo da contagem do tempo de contribuição da segurada. Vocês devem ter visto que aí no art. 6º nós suprimimos da Emenda 06 a parte final da Emenda mediante acordo depois de uma longa conversa entre a Senadora e aqueles que tinham postulado num primeiro momento a Emenda.

Esse é o Relatório, eu quero dizer que dou meu parecer com muita alegria. Não rejeitei nenhuma Emenda da Senadora. Todas Emendas que a Senadora me apresentou mediante conversa com a sociedade eu acatei e enquadrei no seu projeto original. Eu poderei fazer comentário no segundo momento, mas de ime-

diato, lido o Relatório, eu abro o debate da proposta da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes que eu tive muito orgulho de ser o instrumento da Relatoria. Feito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Prezado amigo Senador Paim, antes de devolver a Presidência a V.Exª eu quero ter o prazer, me permita, de passar a palavra àquela que junto com V.Exª, com o Dr. Dioclécio, Drª. Raquel e com tantas pessoas sérias desse País... Vou passar para você. Elaboraram um projeto e um Relatório em várias mãos que é uma ferramenta que permite à sociedade brasileira salvar vidas, Senadora Patrícia. Salvar milhares de vidas nesse País. Olha que coisa emocionante isso.

Eu quero ter o prazer de passar a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, autora desse importantíssimo projeto que ora tramita na Comissão de Direitos Humanos dessa Casa.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Meu querido Senador Geraldo Mesquita, Senador Paulo Paim, Senador Suplicy, minha querida Drª. Raquel que está aqui conosco, Dr. Dioclécio, responsável na verdade pela apresentação desse projeto. Hoje pra mim é um dia radiante. Um dia muito feliz. Talvez um dos momentos mais importantes inclusive do meu mandato. E eu quero antes de qualquer coisa, já agradecendo ao Dr. Dioclécio, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Ordem dos Advogados do Brasil por terem confiado em mim e entregado esse projeto em minhas mãos para que eu pudesse aqui no Senado ser autora, eu já terei essa gratidão pelo resto da vida porque é algo que eu venho sonhando pela minha vida, durante a minha vida que era assegurar esse direito às nossas crianças e aos nossos filhos.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, não tenho nem palavras, Senador Paulo Paim, para dizer quanto V.Exª foi de uma grandeza como é o seu caráter, como é o seu costume, como é aqui o exercício do seu mandato. Eu fico até sem palavras para lhe agradecer a seriedade com que tratou esse projeto, a delicadeza com que tratou esse projeto, a sensibilidade, acolhendo, aguardando em todos os momentos e colocando sempre como se fosse a minha orientação que pudesse lhe orientar...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Mas eu quero agradecer porque V.Exª desde o primeiro momento teve o entusiasmo que contagiou a todos nós que defendemos os direitos da criança e do adolescente, fez um Relatório marcado para uma data importante

que é o mês de outubro, onde se comemora, onde se lembra o dia da criança--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita um aparte? E o mês do seu aniversário.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): E o mês do meu aniversário. Ainda me deu esse presente maravilhoso. [risos]

Portanto, Paulo Paim, quero agradecer do fundo do coração, acho que hoje é um momento não de formalidades, mas muito mais de colocar o coração à frente que é o que eu estou sentindo nesse momento. Nós vamos aprovar se Deus quiser daqui a pouco um projeto que vai dar oportunidade, vai garantir um direito que na verdade é dos nossos filhos de estar em contato com as suas mães ou com a pessoa que cuida dessa criança.

Ao longo de mais um ano, eu, o Dr. Dioclécio, todos os Presidentes, a Dr^a. Raquel, da Sociedade de Pediatria, dos Estados, principalmente no meu Estado, também do Ceará, nós conseguimos mobilizar a sociedade, conseguimos mais de 400, 500 mil assinaturas também apoiando e a solidariedade em relação esse projeto. O que mais me encanta é poder garantir que uma mãe, uma mulher na hora que tem um filho, na hora que dá a luz, que é eu diria talvez o momento mais maravilhoso, mais... Não sei nem explicar, que uma mulher pode ter na vida. Eu tive essa oportunidade quatro vezes. Em ser mãe quatro vezes. E cada uma delas você vai aprendendo, você vai amadurecendo, vai... Mas o primeiro filho é sempre o mais difícil, o primeiro filho é sempre mais complicado porque a gente ainda não tem experiência, eu ainda tive a minha muito novinha com 19, 20 anos de idade, então é um momento que você precisa ter tempo para curtir mesmo. Para ficar ao lado do seu filho, para proteger, para dizer as palavras de alguém que você durante nove meses carregou dentro do seu ventre, na sua barriga. É difícil quando a gente fala sobre aspectos econômicos, sobre números, quando se fala de vida, não é Senador Suplicy, eu percebo, às vezes, uma certa resistência, às vezes por parte da Fazenda ou então de alguns empresários, que me deixa até chocada. Não porque eu acho que de má-fé agem, mas porque precisam pensar para frente, precisam imaginar que uma sociedade ela só pode ser justa, só pode ser digna, as pessoas só podem ser livres quando esses seus direitos são garantidos. E o primeiro direito está aqui no nosso ventre. E esse que tem que ser respeitado. E acho que o Senador hoje aprovando esse projeto que garante mais dois meses de licença maternidade para as mulheres, nós vamos conseguir um feito muito importante, no mesmo sentido que V.Ex^a disse, Senador Geraldo Mesquita, de ajudar a salvar a vida

de milhões de crianças. O UNICEF diz em seu Relatório que se todas as crianças brasileiras pudessem ser amamentadas, nós diminuiríamos em 10% a mortalidade infantil. Isso é um milagre. É um milagre. Não se pode ser contra, não é porque é meu projeto, aliás, não é meu, é da sociedade brasileira--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, a senhora vai falar um longo período hoje, mas eu quero justiça que eu esqueci e a assessoria me lembra, que o seu projeto eu recebi aqui a orientação, tem todo apoio do Ministro José Gomes Temporão e da Ministra Nilcéia Freire.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com certeza. Participaram e inclusive vou chegar e quero falar que foi muito importante a participação, tanto do Ministro Temporão como da Ministra Nilcéia, foi extraordinária a participação. Quando o Ministro Temporão resolveu abraçar o projeto publicamente nós ganhamos muitas adesões no Brasil inteiro, de prefeituras municipais, hoje já seis Governadores já concedem a licença maternidade para as funcionárias públicas estaduais, seis meses, hoje mais de 70 municípios também já oferecem a licença maternidade para as funcionárias públicas municipais que é um trabalho que a gente vem fazendo fora a parte do projeto, mas tentando sensibilizar Governadores, Prefeitos e Prefeitas do Brasil inteiro da importância de um projeto dessa natureza que, como disse o Senador Geraldo Mesquita, vai ajudar a salvar a vida de tantas e tantas crianças brasileiras.

Alguns dizem que isso é muito moderno para um País que é tão pobre, para um País que é tão cheio de dificuldades, onde tem tantos miseráveis. Mas aí que o projeto deve ser aprovado. Porque esse projeto precisa entender, o Governo, que ele não significa nenhum gasto. Esse projeto significa investimento. É investir nas nossas crianças, é investir no nosso País, é investir no futuro do nosso País. Garantindo a essas crianças aquilo que é essencial para o seu desenvolvimento físico, para o seu desenvolvimento intelectual, para sua... Para que essa criança possa crescer uma criança mais saudável, mas ao mesmo tempo mais pacífica. Os estudos mostram, os cientistas mostram a toda hora, já provaram e comprovaram que uma criança quando nasce, nasce com seis bilhões de neurônios. Esses neurônios precisam estar ligados entre si. E o que estimula essa sinapse é justamente os estímulos que a criança recebe. E nada mais estimulante, nada mais precioso nesse momento nos seis primeiros meses de vida de uma criança de que o contato, a amamentação, do que a palavra, o carinho, o afeto, tanto é que o projeto, Senador Paulo Paim, como V.Ex^a viu, o projeto ele não trata especificamente, não obriga a

amamentação. Nós sabemos que o leite materno é a melhor vacina que existe no planeta para combater as principais doenças na primeira infância. Nós sabemos disso. Mas, ao mesmo tempo, o que nós queremos é provar que o afeto, que o fortalecimento do laço afetivo é o verdadeiro responsável pelo desenvolvimento das crianças. Isso já foi comprovado através de estudos de pesquisas, inclusive de grupos que são acompanhados hoje, adultos que foram acompanhados desde a sua primeira infância, que foram amamentados, que freqüentaram a primeira escola, e a conclusão sempre é a conclusão de que a primeira infância deve ser preservada, que a primeira infância deve ser cuidada, que essa responsabilidade de todos nós, homens e mulheres de bem, que acreditam numa sociedade mais justa, que acreditam numa sociedade melhor, nós fizemos as contas, se todas as empresas do Brasil aderissem à licença maternidade de seis meses, Senador Suplicy, o custo disso seria em torno de 500 milhões por ano. O SUS gasta por ano 300 milhões de reais só para cuidar de crianças com menos de um ano de idade com doenças respiratórias que poderiam ser evitadas justamente com seis meses de licença maternidade.

Portanto nós estamos contribuindo para fazer até uma... Se vamos falar de número, uma grande economia para esse País. Porque é justamente os seis meses do vínculo do fortalecimento dos vínculos afetivos, da amamentação que vai garantir que essa criança se previna de doenças respiratórias, de doenças alérgicas, de doenças de obesidade, de doenças cardíacas, enfim, de tantas doenças que essa criança pode estar livre, Senador Tuma, porque nós vamos dar a garantia de que os nossos filhos serão cuidados.

Outra queixa, outra ponderação que me faziam ao longo da discussão do projeto, provavelmente também ao Senador Paulo Paim, é de que isso iria prejudicar o acesso da mulher ao mercado de trabalho. Porque empresários que não tenham a sensibilidade necessária não iriam mais querer contratar mulheres. Essa discussão, Senador Paulo Paim deve lembrar muito bem, em 88 foi a mesma coisa, quando se garantiu os quatro meses de licença maternidade. Que ia ser um caos. Que ninguém ia querer mais contratar as mulheres. Como se as mulheres, inclusive cheguei a ouvir de alguém, como se as mulheres tivessem filhos com o objetivo de ter uma licença do trabalho. Quer dizer, é a pequenez nesse momento que não entende a grandeza da vida. A grandeza de uma vida humana. E como qualquer esforço que se faça ainda é pouco para se salvar ou se construir, ajudar a se fazer uma vida de uma criança, de um ser humano se tornar um cidadão digno, se tornar um cidadão feliz. É essa a nossa

intenção com esse projeto. A esses empresários que ainda pensam dessa forma eu tenho dito aquilo que eu ouvi se não me engano da Senadora Serys uma vez logo que cheguei aqui, que é preciso que o Brasil comece a respeitar mais suas mulheres. Nós mulheres. Nós somos 52% da população brasileira. E os outros 48%, Senador Suplicy, são os nossos filhos que são os homens. É a nossa vida. Se somos 52%, os outros 48% são nossos filhos.

Portanto, se não fôssemos nós mulheres, não existiria... A humanidade não existiria. Então, a esse apelo àqueles empresários que procurem entender que nós estamos investindo no País, nós estamos investindo também na economia, nós estamos investindo em todos os segmentos e setores a partir do momento que nós estamos fazendo isso.

Tem uma notícia muito boa, Senador Paulo Paim, a NESTLÉ que fez parte de uma audiência nossa, aderiu à licença maternidade para seus funcionários, assim como a FERSOL que veio trazer o depoimento do empresário, mostrando como ele conseguiu recuperar a sua empresa de uma falência no Estado de São Paulo, a FERSOL que é uma indústria de química, como ele estava praticamente falindo, quebrando, resolveu mudar completamente a gestão da sua empresa, resolveu contratar mulheres, resolveu conceder licença de seis meses há muito tempo, resolveu conceder agora licença paternidade de dois meses na empresa dele. E ele tem conseguido se recuperar e hoje se destaca no meio empresarial como um dos empresários muito bem sucedidos. E assim outras e outras empresas que já voluntariamente fazem isso, sem nenhum tipo de estímulo do Governo, de incentivo do Governo, principalmente as empresas que trabalham com mulheres, alguns argumentam que já está garantido que a mulher quando ela tem um filho ela pode ir e voltar para amamentar pelo menos duas vezes por dia. Ora, quem conhece a realidade, Senador Paulo Paim, do trabalhador, da trabalhadora brasileira, sabe que nenhuma mulher tem condição de sair do trabalho, pegar um ônibus que o trabalho é distante da sua casa para ir amamentar e voltar. O que acontece é que geralmente as mulheres acabam perdendo a oportunidade de amamentar e seu leite que é tão precioso acaba sendo desperdiçado ou jogado fora.

Portanto, eu quero apenas mais uma vez Dr. Dioclécio, Dr^a. Raquel que estão aqui representando os médicos, agradecer a todos, Senador Heráclito, Senador Suplicy, principalmente ao Senador Paim novamente pela sua grandeza, pela sua sensibilidade, eu tenho certeza que nós vamos hoje aprovar esse projeto, vamos dar uma notícia para o Brasil muito boa, que os nossos filhos vão ter seus os direitos garantidos.

E, se Deus quiser, muito em breve, que essa realidade seja a realidade de todas as mulheres brasileiras. Muito obrigada, Senador Paulo Paim, muito obrigada Senador Geraldo Mesquita, a todos os Senadores que contribuíram tanto com esse projeto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Antes de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma que solicitou formalmente...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Patrícia, é que eu sempre me emociono com os projetos que V.Ex^a apresenta nessa Casa e o vigor com que os defende. É interessante esse projeto. Ninguém pode imaginar o valor que ele representa para a dignidade da mulher. Para o respeito que ela passa a ter pelo filho. Que, às vezes, não tendo creche, porque o Estado não oferece creche, não oferece condições. A criança às vezes fica à mercê de uma criança com um ou dois anos a mais tomando conta. Eu me lembro da minha esposa, Senadora. Ela engravidou por quatro vezes. Professora. Ficava até a véspera de dar os sinais que tinha que dar a luz trabalhando. E qual era o argumento dela? Eu ficava bravo. "Tira a licença, você tem direito". "Não, eu vou tirar licença depois do parto, que o meu filho vai precisar de mim". Então eu tirava os 120 dias no dia seguinte do parto para ela poder ter um tempo maior de ter a primeira condição de amamentação, de orientação, de dar à criança aquele calor humano que só a mãe pode dar.

Então, é um projeto que talvez com atraso vem a tempo de demonstrar que o Brasil raciocina com a cabeça como tem pessoas como V.Ex^a dentro do Congresso Nacional. Que Deus a abençoe e que a gente possa vencer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, enquanto eu falo aqui queria fazer um apelo aos demais membros da Comissão de Direitos Humanos que estão nos ouvindo porque falta apenas um para dar o quórum e podemos votar esse projeto tão importante da Senadora. Então gostaria de pedir... Obrigado, Senador Romeu Tuma, mas é importante que seja o Senador José Nery, seja Senadora Fátima Cleide, e outros que tem sempre estado aqui conosco que possam comparecer o quanto antes para dar o quórum e possamos votar.

Quero cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya Gomes pela sua proposição, também a Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio campos Júnior, a Dr^a. Raquel Nesque(F) que aqui se encontra pela

colaboração que deram a este projeto, onde a Senadora Patrícia Saboya Gomes, com a sua sensibilidade e percepção da importância dos cuidados maternos para com as crianças, e, sobretudo, nos primeiros seis meses de vida, e a importância de se garantir a amamentação e a proximidade da mãe junto ao neném, e percebendo o quão isso significa economias de longo prazo para a sociedade como um todo, para cada família, e, portanto, se trata de uma destinação de recursos aqui previstos através da isenção do Imposto de Renda no equivalente ao salário desses dois meses que as empresas poderão ter como benefício, como algo que se justifica. Portanto, sou inteiramente favorável e cumprimento a Senadora Patrícia. Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com prazer passo a palavra ao Senador Heráclito, fazer uso...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu serei bem breve. Quero apenas parabenizar o Ceará. Esse Estado extraordinário que teve a felicidade de mandar para o Senado essa figura fascinante que é a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senadora Patrícia tem um compromisso com as questões sociais permanente. É sua marca desde que chegou aqui ao Senado da República. Aliás tem enfrentado momentos difíceis quando defende causas nas quais acredita e recebe pressões, mas não se abate. Essa vitória que ela acaba de ter dessa Comissão que com certeza será consagrada no Plenário é apenas mais uma etapa dessa sua caminhada em buscas de conquistas para suas convicções.

Eu quero parabenizar a Senadora Patrícia por ter sido pertinente e buscado esta vitória que é uma vitória consagradora. Portanto, não tenho nenhuma dúvida em reafirmar que o Ceará está em parabéns em tê-la mandado para cá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Podemos votar? É terminativo, Sr. Presidente. Os dois projetos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como Relator, eu queria fazer duas considerações rápidas. O Senador chegou aqui, o Senador Zambiasi e o Senador... O Presidente da Comissão está nesse momento fazendo um contato com ele, e a nossa intenção inicial, o processo de votação, eu pensei na seguinte forma, Senador César Borges, para que outros Senadores que estão vindo possam chegar em tempo de nós termos o quórum para efeito de votação nominal. Nós iniciáramos o processo de votação e cada Senador além de votar poderia declarar o seu voto. Fazer uma declaração do voto. Eu tive vendo regimentalmente, não tem nenhum problema. Que nem, o Senador Flávio Arns esteve aqui comigo agora, assinou o livro,

estava com compromisso, mas fez questão de dizer qual era o seu voto. Então ele fez uma declaração de voto, só que essa declaração de voto cada um poderá fazer no microfone.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós precisamos de 11 votos aqui. 10 votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Nery, estamos discutindo um importantíssimo projeto proposto pela Senadora Patrícia, relatado pelo Senador Paim, tenho certeza absoluta que V.Ex^a deseja se manifestar sobre ele.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, em especial meus cumprimentos à Senadora Patrícia Saboya por essa importante iniciativa que trata da criação do Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, além dos 120 dias já previstos constitucionalmente essa licença conforme adesão da empresa se estenderia por mais 60 dias.

Sem dúvida, esse projeto é de iniciativa da Senadora Patrícia. Só reafirma para todos nós o compromisso desta Casa, do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos, e em especial da Senadora Patrícia, sem dúvida, uma das baluartes da luta em defesa de direitos de criança e adolescente no nosso País. Tal qual tem sido o seu esforço para acompanhar, monitorar, denunciar, propor ações das mais diversas naturezas que tenha por objetivo garantir a cidadania, os direitos elementares fundamentais de crianças e adolescentes. Essa iniciativa se reveste da maior importância, porque sabemos que o acompanhamento da mãe, o aleitamento materno nos primeiros meses de vida é fundamental para a formação--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Nery, me permita. Nós estamos com problema de constituição de quórum. Alguns Senadores têm o compromisso inadiável. Eu peço a permissão de V.Ex^a para interromper e retorno a palavra em seguida para a gente iniciar o processo de coleta de votos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sem dúvida, Sr. Presidente. Sob o seu comando aqui atendemos a todas as suas orientações.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Isso aqui é uma operação salva-vidas.

[risos]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Literalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu colho de imediato o voto do Senador Heráclito Fortes, que é o que tem mais premência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator e com a Relatora também. [risos] Relatoria de várias mãos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Geraldo Mesquita, sim, voto com o Relator e de acordo--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Suplicy, sim. Senador Heráclito, sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas gostaria de reiterar porque logo cheguem aqui os Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nós estamos em contato com vários deles. Eles estão a caminho, além de V.Ex^a a quem a Mesa agradece muito. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu voto com a autora e com o Relator, com os cumprimentos da Nação brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator e com a Relatora, parabenizando a ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O voto do Relator é conhecido. Devolvo a palavra ao Senador José Nery. O processo de votação está em curso. Os Senadores que chegarem vão declarar seu voto.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, continuando as minhas considerações sobre o projeto que estamos aqui votando nesta manhã. E para seguir a ordem de sua convocação, não bastasse a autora, ser a Senadora Patrícia Saboya, com o seu declarado e imenso compromisso na defesa dos direitos fundamentais de nossas crianças e adolescentes, o projeto tem como Relator o Senador Paulo Paim, outro expoente da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, pela defesa dos trabalhadores, e que em seu Relatório traz argumentos, considerações fundamentais para mostrar a importância dessa iniciativa, a importância dessa decisão para contribuir com o bem-estar das nossas crianças, dos seus pais, pai e mãe, quando esse projeto estende a licença maternidade por adesão das empresas por mais 60 dias além daquele já estabelecido constitucionalmente.

E ao lembrar aqui uma outra questão ligada ao direito das nossas crianças, sabemos da batalha que travamos nessa Casa em prol da defesa do direito de crianças e adolescentes, não permitindo a sua criminalização como pretende o projeto já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, dizer que essa luta contra a... Aquela luta contra a redução da maioridade penal. Também tem na Senadora Patrícia e daqueles que defendem os Direitos Humanos no Brasil, especialmente nesta Casa, uma brilhante defensora. E nós só podemos orgulhar de estarmos aqui nesta manhã, Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, que conduz os trabalhos e o Senador Paulo Paim, brilhante Relator dessa matéria, e aqui aproveitar, Sr. Presidente, para declarar meu voto favorável ao projeto pelo mérito, pela importância e parabenizar o Senador Paulo Paim pela Relatoria e o Brasil, as nossas crianças que com essa decisão podem, a partir da decisão das empresas de aderirem a esse programa, podem efetivamente ajudar a construir um futuro melhor. Porque todo o empenho na formação dessas nossas crianças a partir dos primeiros meses de vida é fundamental para que nós tenhamos pessoas com condições de exercer melhor o seu papel na vida social e na sociedade em que vivemos.

Então, essa possibilidade de mais tempo da mãe com a sua criança amamentando, dedicando a ela todo carinho é fundamental para construir, para constituir uma pessoa física, mental e psicologicamente equilibrada. Então todo apoio à iniciativa, voto com louvor ao parecer do Relator Senador Paulo Paim, com os cumprimentos à Senadora Patrícia por mais essa brilhante iniciativa.

E aqui saudando o Senador Sérgio Zambiasi que está chegando, vai fazer os seus comentários e com certeza proferir também o seu voto favorável a um projeto tão meritório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Nery. Queremos agradecer o Senador Zambiasi que saiu de uma reunião importantíssima agora para prestigiar a Senadora Patrícia, Senador Paim, nessa votação tão importante. Com a palavra e já com a declaração de voto, Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Paim, Presidente Mesquita, Senadora Patrícia e colegas. Efetivamente eu fui designado sub Relator para área da justiça e nós estávamos neste momento tratando de algo que tem muito a ver com a luta da Senadora Patrícia. O PRONACE, que para tratar da reeducação, reencaminhamento social de jovens, do trabalho fundamental de integração social de jovens em situação de risco e que através do

PRONACE receberam o apoio necessário para a sua reintegração social, a sua recuperação, enfim, o resgate da sua cidadania. Mas o grupo de técnicos entendeu a importância da... A importância do projeto da Senadora Patrícia e, enfim, que promove mais uma alternativa de inclusão social que eu acho fundamental. E por esta razão, com a licença dos técnicos que lá estão trabalhando, estudando alternativas de apoio a esses projetos sociais importantes que o Governo está fazendo, cumpro aqui a minha missão além de completar o quórum necessário, oferecer meu voto favorável a esse importante projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu quero pedir que os Senadores que já declararam seus votos em relação ao projeto, que o façam também em relação às Emendas. Sr^{as}. e Srs. Senadores que votaram no projeto, consulto se o mesmo voto pode ser consignada em relação às Emendas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Há cinco Emendas favoráveis e uma contra. Essa é a indicação do Relator. Pergunto quem vota com o Relator em relação às Emendas consignadas no projeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator. Todos votam com o Relator?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator, Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ótimo. Obrigado. Com a palavra o Senador Paim para tecer novas considerações acerca do projeto que estamos aqui apreciando.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na verdade, Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu vou também declarar o meu voto. Vou aqui querer ter o mesmo direito dos outros Senadores e Senadoras que no momento de votar puderam declarar o seu voto. Vou declarar o meu voto fazendo um pequeno comentário. E nesse comentário, eu faço questão, Senadora Patrícia, já na abertura dos trabalhos falei do seu trabalho magnífico, mas quero aqui também fazer uma rápida leitura de um resumo que eu recebi aqui por parte do Ministério da Saúde.

O Ministro da Saúde José Gomes Temporão lançou em agosto a Semana Mundial de Amamentação no Brasil. O tema da campanha deste ano tem o ob-

jetivo de estimular o aleitamento materno na primeira hora de vida do bebê. Segundo o Ministro, a ação no Brasil pode salvar a vida de aproximadamente sete mil bebês a cada ano.

Senadora Patrícia, eu acho que essa campanha que o Ministério nesse momento lança em todo País tem tudo a ver, eu diria até inspirado no seu projeto. E esse dado, sete mil bebês a cada ano poderão ser salvo nesse processo que seu projeto está deflagrando, eu diria.

Então eu faço questão de mais uma vez demonstrar que esse projeto tem todo apoio do nosso Ministério da Saúde. Diz mais, o leite materno é o único alimento capaz de oferecer todos os nutrientes na quantidade exata que o bebê precisa para seu crescimento e desenvolvimento. Razão pela qual não deve ser substituído em hipótese alguma. A amamentação também garante ao bebê proteção contra infecções, alergias e outras doenças, e a mãe menos chance de desenvolver câncer de mama. Inclusive a mãe é beneficiada, interessante também essas considerações. Diabetes, anemia, pela diminuição do sangramento pós-parto. Além da saúde a amamentação fortalece o vínculo efetivo entre mãe e filho. Que foi tão falado aqui nas Audiências Públicas o aspecto psicológico da formação do bebê de hoje, do adolescente de amanhã e do adulto que vai dirigir esse País no futuro. Então o seu projeto, na verdade, tem uma abrangência eu diria infinita em matéria de ganhos para nosso povo, toda nossa gente. Por isso que é uma proposta que ganha adeptos em outros países do mundo, e o Brasil felizmente graças à iniciativa de V.Ex^a está caminhando nesse sentido.

Enfim, aqui diz pelas conclusões, pelos argumentos acima, repito de novo isso, o Ministro José Gomes Temporão e a Ministra, acho que é importante, Nilcéia Freire estão empenhados em buscar apoio à prorrogação da licença maternidade a todas as trabalhadoras brasileiras. Faço por uma questão de justiça essa leve consideração.

Ainda, Senadora Patrícia, podemos continuar dialogando, eu não estou concluindo ainda o meu voto e dou um aparte a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Patrícia, quero aproveitar, não colhi ainda o seu voto. Peço que--b

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Ah, é verdade. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Peço que declare seu voto...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E com uma declaração primeiro.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Paulo Paim, com muito orgulho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A assessoria está orientando aqui que autora não vota.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não pode votar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas conta a presença. Para efeito de quórum.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Paulo Paim, eu queria também aproveitar, até para fazer aqui uma saudação muito especial ao Ministro Temporão. Pra mim ele tem se destacado como um dos Ministros mais ousados no sentido de buscar, trazer a sociedade para assuntos até polêmicos. E o Ministro tem dito em todos os jornais, em todos os meios de comunicações que isso é uma questão de saúde pública.

Portanto, ao abraçar essa causa, eu acho que o Ministro deu uma relevância ainda maior ao nosso projeto e eu quero aqui dizer e eu digo brincando para ele que ele virou garoto propaganda do projeto porque todos os lugares que ele vai ele fala da importância dos seis meses na licença maternidade.

Portanto eu quero aqui agradecer ao Ministro Temporão, quero agradecer muito a interna Nilcéia Freire que esteve conosco em Audiências Públicas, inclusive me apresentou empresários que já trabalham com a licença maternidade de forma voluntária, e quero aqui cumprimentar alguns artistas que têm feito parte, não só da campanha dos seis meses da amamentação, que foi a nossa querida Maria Paula, que é mãe da neta do Senador Suplicy, sua nora, que foi maravilhosa conosco, esteve em todos os momentos no lançamento da campanha, na Mangueira, esteve lá comigo, o Dr. Dioclécio, a Raquel, estivemos lá todos juntos, e ela tem de um entusiasmo porque a forma como ela fala da questão da licença maternidade é com todo coração. Ela coloca que... Da necessidade desse contato afetivo, que isso é uma descoberta, principalmente o primeiro filho é uma descoberta para nós mulheres. É um ser que está ali, que depende de nós para poder sobreviver, literalmente depende de nós, e ela coloca isso de uma forma muito delicada, muito bonita que contagia também todos nós. Então eu quero agradecer dar um beijo bem grande na Maria Paula por todo carinho que ela teve com esse nosso projeto. Quero agradecer a Flávia também da Mangueira que nos ajudou que é uma trabalhadora que mora na Mangueira, que esteve conosco, fez parte da campanha de amamentação, agradecer o Thiago Lacerda, a Vanessa Lóes, quero agradecer também a Cássia Kiss, a Isabel Filardini,

enfim a todos os atores que buscaram também nos ajudar e estimular--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, só para ilustrar, digamos, a minha memória aqui. Aquela empresa que esteve aqui--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): A FERSOL.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eles convidaram inclusive, eu quero dizer de público que é a nossa intenção, um dia desses pedir a Comissão de Direitos Humanos, dentro do possível, para os Senadores e Senadoras que a gente vá visitá-lo.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Ali vale a pena porque ele conseguiu fazer uma verdadeira revolução no pedaço dele. Mas ele cumpre todas as... Enfim, todas as condições para dar oportunidade e para fazer com que as pessoas que estão excluídas da nossa sociedade possam estar incluídas. Então é um exemplo fantástico que deve ser conhecido. Acho que a Comissão vai fazer um grande papel [corte no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Patrícia, eu aqui lanço uma espécie de desafio às empresas brasileiras. Que tão logo optem por ingressar nesse programa proporcionado pelo projeto de V.Ex^a que transmita a informação a V.Ex^a, Senadora, para que semanalmente S.Ex^a possa da Tribuna do Senado ler a relação de empresas que aderiram ao programa, se a relação for muito grande, nós todos ajudaremos a V.Ex^a a fazer a leitura da relação.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com certeza, Senador Mesquita. Vai ser uma ótima idéia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu estou aqui fazendo um apelo às empresas brasileiras, que nos ouvem nesse momento para que informem a Senadora Patrícia, ao Senado Federal semanalmente quando aderirem ao programa para que os seus nomes possam ser declinados da Tribuna do Senado pela Senadora Patrícia. O processo de votação está aberto. Eu quero aqui colher a declaração de voto Senador Paulo Paim que ainda não declarou em relação inclusive as Emendas da forma como foram formuladas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, quero dizer a V.Ex^a que o processo de votação --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda, só o seguinte. Como eu estava declarando meu voto e vou votar, mas como sou Relator, eu vou permitir que V.Ex^a declare primeiro o seu voto e depois eu declaro o meu. [risos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero declarar meu voto que estabelece quórum que já há número suficiente se quiser encerrar a votação com a Relatoria das Emendas já podemos fazê-lo. E uma consideração breve, nós tivemos oportunidade de discutir em Audiência Pública esse projeto de autoria da Senadora Patrícia Saboya. Do seu alcance, o seu significado para as crianças e para as mulheres. Para as mães.

Então, quer dizer, ele tem um duplo alcance. E acho que é muito importante que possamos propagá-lo, divulgar ao máximo pelos instrumentos que o Senado da República dispõe, que a Câmara dos Deputados dispõe para que haja uma efetiva integração com as empresas, e que o Governo Federal, os governos estaduais e Governos Municipais, muitos já tomaram iniciativas, mas que esses entes públicos inclusive empresas estatais tomem iniciativa de aderir ao programa. Empresa estatais, Governos Municipais, Governos Estaduais e Governo Federal porque é esse exemplo que vai estimular também o setor privado a aderir com mais rapidez a um programa que as incentiva e vai, digamos assim, duplamente beneficia a sociedade porque beneficia a crianças e beneficia as mães e mulheres, mas beneficia também as empresas. Porque a medida que elas têm um benefício, a produtividade, a vontade, a disposição das mulheres para o trabalho nessas empresas também vai ser muito maior. Então acho que elas também são beneficiadas. Não é só o benefício fiscal, é o benefício da qualidade do trabalho que eu tenho a convicção que será alcançado com a aprovação desse projeto. Obrigado Sr. Presidente, parabéns Senadora Patrícia Saboya.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Já colhi o voto do Senador Inácio Arruda nessa operação salva-vidas. Senadora Ideli Salvatti, por favor, com a palavra. Peço a V.Ex^a que declare o voto que o nosso processo de votação está em curso, em aberto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já vou declarar meu voto que já é conhecido também de todos. Eu sei que estava aqui um parto difícil para concluir, alcançar o quórum. Uma pressão muito grande. Eu estava numa reunião lá na liderança do bloco e estava com dificuldade de subir. Mas quero aqui em primeiro lugar parabenizar a Senadora Patrícia pela iniciativa, as mulheres do Brasil inteiro estão com uma expectativa muito grande de que seja aprovado o projeto e como não poderia deixar de ser, o nosso voto é favorável ao projeto. Sabemos que tem o apoio do Ministério da Saúde, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e para variar o parecer contrário da Fazenda. Mas como essa história de fazendo filho, fazendo

filho é responsabilidade nossa e nós queremos fazer os filhos com responsabilidade, com tranquilidade, com condições de cuidá-los bem, principalmente nos primeiros momentos de vida que é tão imprescindível a presença dos pais e da mulher, da mãe de forma muito especial, é que apesar da Fazenda não fazer, nós que fazemos somos favoráveis à licença, o projeto de licença maternidade que na prorrogação que a Senadora Patrícia está apresentando.

Então, quero parabenizar também o Senador Paulo Paim que vivenciou agora momentos muito difíceis com o seu filho que todos nós torcemos muito, já está em franco restabelecimento, e só quando a gente está numa situação às vezes delicada com o filho que a gente sabe quanto são imprescindíveis para a nossa vida e imprescindíveis para a nossa tranquilidade e poder cuidá-los bem é algo que tem que fazer parte aqui da nossa preocupação central aqui no Parlamento.

Por isso parabéns à Patrícia, parabéns ao Paim e parabéns a todos homens e mulheres que desta forma com a prorrogação da licença maternidade vão ter mais condições de cuidar dos nossos queridos filhos e filhas quando eles chegam aos nossos braços.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu quero agradecer às Senadoras e os Senadores que aqui acorreram, por solicitação dessa Comissão para participarem dessa histórica votação. Dessa operação salva-vidas. Quero agradecer ao Senador Valter Pereira, que acaba de chegar e a quem eu passo a palavra. O processo de votação está em aberto, Senador Valter Pereira, e nós estamos aqui ansiosos para colher seu voto. Com a sua declaração.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu também acompanho o voto dos demais colegas que já me antecederam, especialmente porque o Relator, Senador Paulo Paim, é um Parlamentar sempre atento a essa questão da cidadania que está embutido no coração desse projeto, projeto que cria o programa de Empresa Cidadã destinado à prorrogação da licença maternidade, mediante concessão de incentivo fiscal. Acho que isso aqui restabelece uma prática que torna mais palatável a execução de metas dessa natureza. Portanto, tem a minha aprovação aqui o parecer do ilustre Relator Paulo Paim, é um projeto de tamanha envergadura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado. Antes de passar novamente a palavra ao Senador Paulo Paim, quero concluir este histórico processo de votação e declarar o resultado. Senador Valter, posso contar com seu voto, não é isso? Resultado da nossa votação. O projeto está aprovado e merece uma salva de palmas.

[palmas]

Coloco em votação em bloco as Emendas do Relator de números 2 a 6. Os Srs. Senadores... Consulto se os Srs. Senadores repetem a mesma votação.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Confirmamos. Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Confirmado. Emendas aprovadas. Em votação Emenda nº. 01 com parecer contrário. Quem acompanha essa Emenda... Rejeitada. Portanto, o Projeto está aprovado, Emendas acolhidas e a única Emenda sugerida pelo Relator pela rejeição também teve o voto de todos os Senadores. Devolvo a palavra ao meu querido amigo e ilustre Senador Paulo Paim.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao Senador Mesquita Júnior que é o nosso Presidente na representação no Mercosul que com a competência de sempre organizou aqui e votação desse importante projeto que eu tive a alegria de ser o Relator.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu gostaria de aqui na Comissão de Direitos Humanos expressar a minha solidariedade e acredito de todos Senadores da Comissão com respeito ao Padre Júlio Lancelotti da Pastoral da Criança criador da Casa Vida que cuida de crianças de pais aidéticos, muitas vezes órfãos aonde ele abrigou ao longo desses anos inúmeras crianças e eu visitei, ele tem sido uma das pessoas mais preocupadas em São Paulo a respeito de todos aqueles que são os moradores de rua, os catadores de papel, uma pessoa extraordinariamente dedicada a causas sociais com enorme sensibilidade, presença. Todos nós temos acompanhado, o próprio Presidente Luis Inácio Lula da Silva, desde o seu primeiro mandato, tem Estado presente no Natal dos moradores de rua justamente a convite do Padre Júlio Lancelotti. Ontem e hoje nós estamos acompanhando as repercussões relativas ao fato de que um rapaz que foi interno da FEBEM que procurou... Que quando estava preso na FEBEM, que havia sido inclusive objeto de dificuldades, de maus-tratos e tudo, então recebeu a atenção do Padre Júlio Lancelotti. Pois bem, esse rapaz quando saiu da FEBEM acabou solicitando de maneira crescente ajuda, o Padre Júlio Lancelotti até providenciou que pudesse ter uma oportunidade de trabalho, uma acolhida, mas posteriormente este mesmo rapaz acabou realizando um processo longo de extorsão até que o Padre Júlio Lancelotti se viu na eminência de revelar à polícia o que estava ocorrendo e isso está sendo revelado.

Pois bem, nós vemos hoje a expressão de solidariedade por parte do Cardeal Odílio Scherer, do ex-Ministro da Justiça e Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Município de São Paulo, José Gregori, Mário de Oliveira Filho, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Rose Nogueira, Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais e do Conselho de Direitos da Pessoa Humana do Estado de São Paulo, Floriano Pesaro, Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Henri Sobel, o rabino, Ariel de Castro Alves, Secretário Geral do Conselho Estadual de Defesa de Direitos da Pessoa Humana, todos dando seu testemunho sobre a história de vida e integridade do Padre Júlio Lancelotti e muitas vezes, Senadora Patrícia, Senador José Nery, Senador Valter Pereira e Senador Paulo Paim, nós que estamos acostumados até pela natureza de nossas funções como Senadores a ouvir pessoas em necessidade, por vezes nos vemos sujeitos a situações de abuso de pessoas. E infelizmente aqui aconteceu isso e o Padre Júlio acabou por sua solidariedade sempre ao longo de toda sua vida sendo vítima de uma extorsão.

Eu quero aqui registrar isso, Senador Paulo Paim, a minha solidariedade ao Padre Júlio Lancelotti cuja história de vida sempre foi de modo a trazer de nós toda a solidariedade. Aqui está Dom Odílio Scherer no Globo de hoje, "sinto muita dor pelo Padre Júlio Lancelotti", se solidarizando também pelo fato de ter sido chantageado, pressionado por uma situação de injúria. É esse o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência se soma ao Senador Suplicy, Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Queria somar as palavras do Senador Suplicy também em relação ao Padre Júlio Lancelotti. Fiquei ontem também estarecida, como todo mundo, todo mundo acho que conhece a sua dedicação, o seu entusiasmo com que trata as questões principalmente dos adolescentes, e eu trago também, eu quero apenas trazer o meu abraço de solidariedade também ao Padre Júlio Lancelotti. Sei que está na sua terra, em São Paulo, se estiver com ele dê-lhe um abraço muito forte, e que Deus esteja ao lado dele e que ele possa ter ao lado dele toda a sociedade solidária com esse absurdo que infelizmente aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, quero me somar à manifestação de solidariedade ao Padre Lancelotti, aqui manifestada pelo Senador Eduardo Suplicy, pela Senadora Patrícia Saboya, dizer que infelizmente muitas pessoas

que se dedicam à causa dos mais pobres, dos desvalidos, excluídos, em algumas circunstâncias pela própria situação de miséria, de violência que as pessoas são submetidas, acabam às vezes por envolver indevidamente pessoas que têm uma história, uma trajetória de vida inatacável. E com certeza a todos nós, comove a todos nós o exemplo de vida e dedicação às crianças e ao seu futuro dedicado pelo Padre Júlio Lancelotti e sugeriria, Sr. Presidente Paulo Paim, de uma manifestação oficial da Comissão de Direitos Humanos, mas que pudesse, Senador Suplicy, a partir do seu pronunciamento fazer uma carta, uma manifestação escrita por nós Senadores que conhecemos a luta do Padre Júlio Lancelotti e sabemos do seu compromisso em defesa da vida, da cidadania, dos Direitos Humanos e em especial de crianças e adolescentes, sobretudo dos moradores de rua também porque parte do seu compromisso em defesa da vida. Creio que poderíamos fazer uma manifestação oficial da Comissão, não sei se assim seria possível, mas uma manifestação dos Senadores e Senadoras que apóiam a causa, a luta do Padre Júlio Lancelotti e sabem do seu compromisso, da sua retidão no tratamento, no encaminhamento de questões tão importantes para o resgate da cidadania de pessoas abandonadas e morador de rua, de crianças e adolescentes da nossa juventude.

Então eu queria além de manifestar a solidariedade e com a fala inicial do Senador Suplicy, sugerir que possamos enviar uma carta, um documento, uma manifestação formal a esse grande lutador em defesa dos Direitos Humanos no Brasil, em especial em São Paulo onde desenvolve o seu ministério sacerdotal cidadão em prol do nosso povo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nessa linha de sugestões, talvez se o Senador Suplicy assim entender, o Senador Suplicy apresentar no Plenário um voto de solidariedade de aplauso com a assinatura de todos nós e dizer inclusive que vai como recomendação da Comissão de Direitos Humanos, o Plenário deve aprovar e a gente remete a uma forma de nesse momento tão difícil na vida desse lutador que é o Padre Lancelotti ter o apoio da Comissão e do Plenário. Se assim V.Ex^a entender, a sua Assessoria formularia... senão eu posso formular.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Podemos então colocar em votação, Sr. Presidente, uma manifestação de apreço e solidariedade ao Padre Júlio Lancelotti que em conjunto podemos estar redigindo e apresentarmos conjuntamente em nome da Comissão de Direitos Humanos para ser apreciado e votado em Plenário hoje à tarde. Está bem?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srs. Senadores e Senadoras que concordam com

o voto de solidariedade a essa manifestação da Comissão de Direitos Humanos a ser submetida ao Plenário permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos o segundo ponto da pauta, é também da Senadora Patrícia, e como sempre tratando das mulheres, das crianças, dos adolescentes, enfim, do povo brasileiro. Eu até poderia colocar em votação, porque o projeto já foi aprovado, Senadora. O que está em momento discussão são duas Emendas do Senador Suplicy. Também com o parecer favorável. Mas, como a votação é nominal, e para que ninguém diga que a gente não respeitou o princípio dos Senadores declararem efetivamente seu voto, eu vou ter que infelizmente deixar o projeto para um outro momento com a presença da Senadora Fátima Cleide. O voto de solidariedade a Assessoria lembra, seria bom que V.Ex^a remetesse à Mesa, mas todos os Senadores assinam, nós vamos depois remeter ao Plenário.

Eu queria ainda que esse Requerimento não há necessidade da presença porque não é terminativo e é Extrapauta, a aprovação de um Requerimento, submeto aos Srs. Senadores e Senadoras se concordam como Extrapauta a aprovação de um Requerimento de Audiência Pública. Se concordam permaneçam como se encontram. Vou fazer a leitura do Requerimento.

Sr. Presidente, da Comissão de Direitos Humanos, com fundamento no artigo... Inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno requeiro a realização de Audiência Pública com vista a tratar dos problemas inerentes às demissões arbitrárias de dirigentes sindicais em data a ser definida devendo ser convidados os representantes da OIT, Organização Internacional do Trabalho, Secretaria de Recursos Humanos da República, Tribunal Superior do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego. Isso aqui vou explicar o que é que é. É uma declaração que inúmeros dirigentes sindicais fizeram na OIT. A OIT acatou a reclamação das demissões arbitrárias. Mandou essa posição da OIT para o Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho mediante uma delegação entendeu que já virou uma questão de Direitos Humanos. A forma arbitrária como os dirigentes sindicais estão sendo afastados das suas funções tanto na área pública como também na área privada. Lá na Comissão de Assuntos Sociais onde V.Ex^a preside nós até já aprovamos um projeto para garantir a estabilidade do dirigente sindical. Que está tramitando na Casa, é um recurso, mas faz parte de um jogo democrático e voltará de novo para uma Comissão.

Então se os Srs. Senadores entenderem, nós faríamos um debate aqui com olhar voltado na questão de direitos humanos, com a presença inclusive da OIT. Talvez, Senadora Patrícia, aqui lembrando e cla-

ro que a gente tem que ter muito cuidado, a senhora tem inclusive me alertado nessa questão quando há a possibilidade de fazermos ou não a audiência conjunta. Se a senhora concordar, já que está presente, eu acho que tem tudo a ver com a Comissão de Assuntos Sociais. Nós poderíamos fazer a audiência conjunta e aprovaríamos num segundo momento lá também o Requerimento no mesmo molde no momento que V.Ex^a entender mais adequado. Os Senadores e Senadoras que concordam com esse Requerimento permaneçam como se encontraram. Aprovado e buscaremos o entendimento para fazer também de forma conjunta na Comissão de Assuntos Sociais o debate sobre essa questão com olhar da OIT sobre esta questão da demissão dos dirigentes.

Antes de terminar, de encerrar a nossa Audiência Pública,... Não sei se o Senador Suplicy queria falar...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, mais no sentido de um diálogo com V.Ex^a e os membros da Comissão, parece que há a intenção de ser colocado na próxima quarta-feira o projeto da Senadora Fátima Cleide a respeito, e havia pedido de requerimentos de audiências. Eu acho que se trata de uma questão que precisa ser objeto de reflexão, de diálogo. É possível que haja um entendimento inclusive com o Executivo no sentido de que o Presidente da República se aqui aprovada a matéria iria tomar algumas iniciativas relativamente a veto de parte do projeto e--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, para ajudar na--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Gostaria que isso pudesse ser objeto de um diálogo entre nós para se ter a devida responsabilidade no que diz respeito ao assunto. Podemos dialogar em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou tentar colocar como é que está a situação. É um projeto polêmico, é o Projeto 122, e a Senadora Fátima Cleide está fazendo um excelente trabalho nessa questão, dialogando muito com todos setores, e eles chegaram a um entendimento e apresentaram pra essa Presidência que eu tinha também o pedido de uma Audiência Pública. Retiraríamos todos os pedidos de Audiência Pública, mediante a vontade das partes envolvidas, os contra e a favor o projeto 122, na próxima quarta-feira nós botaríamos em votação o projeto, já está previamente acordado que vai ser pedido vista, o projeto sairá de pauta novamente e voltará à pauta no momento que as partes entenderem que deva ser votado. Porque o pedido de vista é legítimo, não tem como proibir a vista, e uma das partes me disse que ia

pedir vistas. Então eu tenho como Presidente apenas atender. Não tem como. A melhor forma é jogo franco. Vai vir na próxima quarta, se V.Exª concordar em tirar o pedido de Audiência Pública, eu de minha parte já concordei. Entra para votação, uma das partes eu sei que vai pedir vista, que é legítimo, não tem como, até me avisaram antes... Tudo bem, pode botar em votação, vamos pedir vista, mas vai ter que voltar novamente na próxima Sessão.

Bom, e nesse período se construirmos um entendimento para votar, melhor. Senão construirmos, vamos votar e cada um vai aqui expressar a sua opinião sobre o projeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tendo em vista esse entendimento e esse esclarecimento de V.Exª, então eu concordo tendo em conta o testemunho de que houve das partes um entendimento no sentido de que retiro o pedido de audiência para então as partes se entenderem com respeito ao assunto na forma como V.Exª está propondo. E agradeço essa forma clara de fazer as coisas como Presidente V.Exª faz muito bem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Eu incluo Extrapauta os três Requerimentos de pedido de Audiência Pública já que ambos setores entenderam de Audiências Públicas já tivemos diversas e atendeu, digamos, as posições quanto a favor ou contra. Nós entraremos agora num processo efetivamente de votação dentro do que manda o próprio regimento da Casa. Ou seja, com o pedido de vista daqueles que assim entenderem no momento adequado e daí numa outra Sessão vamos efetivamente para a votação.

Então, nesse momento eu coloco em votação os três requerimentos. E eu passo à leitura. Nos termos do art. 2º do regimento interno requeiro a retirada em caráter definitivo do Requerimento CDH nº 30/2007, solicitando a Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara 122/2006. Todos que se encontram de acordo... Aprovado. Retirado.

Outro. Nos termos no art. 256 do Regimento Interno requeiro a retirada em caráter definitivo do Requerimento da CDH nº 94/2007 que solicita Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 122. Os que concordam com a retirada permaneçam como se encontram aprovando assim o Requerimento. Está aprovado.

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno requeiro a retirada em caráter definitivo do Requerimento CDH de 2007, que solicita Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara 122/2006. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam

como se encontram. Retirado. Estão retirados os três requerimentos. Nós vamos para a votação na próxima quarta, repito, o pedido de vista é uma questão regimental. O Presidente não pode dizer que aceita ou não aceita. Ele tem que acatar a vontade do Plenário. E já explicito que há um setor que vai pedir vista. E se for vista coletiva obviamente nós atenderemos.

Senadora Patrícia Saboya Gomes, eu quero dizer que essa para mim foi uma Sessão histórica como a gente gosta de dizer, efetivamente pra mim foi. Quero dizer que durante esses anos todos, veja bem que o projeto de V.Exª é de 2005. 2005. Foi amplamente debatido com toda a sociedade. Sei que V.Exª viajou por esse País, discutiu com todos os setores, e me trouxe a fim como Relator inúmeras sugestões que eu acatei todas que V.Exª me apresentou de forma de Emenda. Cumprimento também a sua Assessoria. Sua Assessoria com certeza ajudou muito. Eles me subsidiaram, ajudaram a escrever o Relatório e pra mim é muito bom. O meu gabinete também agradece. Essa construção coletiva dizendo que o projeto de V.Exª é uma revolução no campo da formação das nossas crianças e do processo inclusive de educação.

Eu estou muito orgulhoso de ter sido indicado por V.Exª, V.Exª me indicou como Relator, eu não avoqueei o projeto. V.Exª: "Paim eu quero que V.Exª relate esse projeto". Algumas Senadoras: "Pô, Paim, por que você não deu pra mim relatar?" "Eu não, porque ela me indicou". [risos] Então eu peço desculpas a algumas Senadoras, fiz questão de relatar pela sugestão da nobre Senadora Patrícia e eu quero dizer que a alegria não é só minha, a alegria é dos homens e mulheres desse País. Porque esse projeto não entende somente, como alguns pensam interesses das mulheres, mas principalmente o interesse das crianças. Homens e mulheres.

Eu tinha que terminar essa Sessão ela teria que encerrar fazendo uma homenagem a V.Exª. E minha homenagem é nessa pequena fala porque todos os Senadores já homenagearam. E dizer que seria muito bom que V.Exª fizesse uma fala de encerramento, que nós todos dizemos a V.Exª muito obrigado por saber que nesse País existem pessoas como a senhora.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Paulo Paim, um beijo no seu coração e beijo em todos. Muito obrigado, mesmo e viva nossas crianças. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 10h36

Ata da 45ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 24 de Outubro de 2007, Quarta-feira, às 09:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Sabóia, José Nery, Geraldo Mesquita, Magno Malta, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. 1ª Parte – Item único – **Projeto de Lei da Câmara, nº 122 de 2006**, “que altera a Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art.140 do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940– Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”. Autor: Deputada Iara Bernardi. Relatora: Senadora Fátima Cleide Resultado: **Adiado. 2ª parte** – Item único: **Requerimento nº 57, de 2007 – CDH**, que requer a realização de Audiência Pública, para discutir item do ciclo de debates sobre as questões atinentes à construção da cidadania à luz da legislação participativa, tendo como centro a apresentação de Emendas ao Orçamento. Autor: Senador Paulo Paim. Comparecem os seguintes convidados: Sônia Malheiros Miguel – Secretária de Articulação Institucional (SPM) – representante da Excelentíssima Senhora Nilcéa Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres (SPM); Alexandro Reis – Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR – representante da Excelentíssima Senhora Matilde Ribeiro – Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Marcos Cordeiro Bandeira – Conselheiro Titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) – representante do Ministério dos Transportes no Conselho – representante do Senhor Alexandre Carvalho Baroni – Presidente do CONADE; Liliane Cristina Gonçalves Bernardes – Assessora Técnica da CORDE – representante da Senhora Izabel de Loureiro Maior – Coordenadora da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE); Jurilza Maria Barros de Mendonça – Secretária Executiva do CNDI – representante do

Senhor Paulo Roberto Barbosa Ramos – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI); Toni Reis – Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). **Extrapauta** – Item único – **Requerimento nº 69, de 2007**, que requer “a realização de Audiência Pública com vistas a debater o reconhecimento das Centrais Sindicais e Imposto Sindical na forma discutido no projeto do Governo federal (PL 1990/2007 na Câmara), a ser realizando no dia 01/11/2007 às 09:00 horas, para a qual serão convidadas, para reunião conjunta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, devendo ser convidados representantes da categoria, e outros a serem definidos pela própria comissão.”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente ao iniciar os trabalhos aprova a ata das reuniões anteriores e, em ato contínuo, põe em votação a pauta da reunião. O Senador Marcelo Crivella faz Questão de Ordem, na qual informa o descumprimento do prazo de dois dias úteis antes da Reunião para entrega da pauta, conforme o que dispõe o parágrafo único do art. 108, do RISF, uma vez que a Relatora só entregou o relatório momentos antes do início da 45ª reunião. O Senhor Presidente, em resposta à Questão de Ordem, decide acatá-la e retirar de pauta o item único da primeira parte. O Senhor Presidente, às nove horas e cinquenta minutos, encerra a primeira parte da reunião e convida os Senhores Senadores e convidados para participarem da segunda parte, Audiência Pública. Em ato contínuo convida para tomarem lugar à mesa os convidados e iniciam os debates. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Marcelo Crivella, Magno Malta e Geraldo Mesquita. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Flávio Arns encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Direito Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos à pauta. Eu esclareço a todos que esta Comissão inicia os trabalhos sempre exatamente às 9h. Hoje só não iniciou Senador Marcelo Crivella. E o

Senador tinha me procurado perguntando e deputados também se ia iniciar às 9h e eu havia confirmado às 9h. Acontece que todas as centrais sindicais e as confederações de trabalhadores tiveram uma audiência à 9h com o Presidente João Viana sobre aquele projeto que veio da Câmara dos Deputados que legaliza as centrais sindicais. E foi pedido ao próprio presidente e também à Patrícia, a nossa presidente da Comissão de Assunto Social que eu ficasse na relatoria na Comissão de Mérito desse tema que trata da questão sindical, já que eu fui centenas, algumas dezenas de anos sindicalista, inclusive, da Central.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Paim, o senhor pare de muita explicação porque o senhor tem um crédito ilimitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então está justificado, por isso que eu atrasei, já encerrou lá a reunião e houve, só para informar, que houve compromisso de, no máximo, até o dia 15 nós votaremos o projeto que veio da Câmara e ele retorna então para a Câmara com as modificações adequadas. Até porque, só para informar, mesmo àqueles que tenham uma posição favorável ao fim do imposto vão verificar que a emenda aprovada do nobre Deputado Augusto Carvalho apenas modifica a forma de arrecadação, mas não mexe em nenhum momento na contribuição chamada do imposto sindical. Então não resolve nada nem para quem é a favor e nem para quem é contra, só aumenta a burocracia, digamos, da forma do trabalhador pagar. Mas isso nós vamos fazer e vamos aprovar aqui hoje ainda e os deputados estão também convidados uma Audiência Pública no dia 1º, dia 1º 9h da manhã teremos uma Audiência Pública com a presença do DIAP, do setor dos juízes do trabalho, a MATRA vai estar presente, as centrais, confederações, representantes de empresários também para que a gente, de uma vez por todas, acerte uma redação e vote por acordo nas duas casas, porque eu acho que ninguém é contra o reconhecimento das centrais sindicais.

Então avançamos bem. Então com essa explicação, e já dei tempo também para chegar o Senador Magno Malta. Com esta explicação nós iniciamos a nossa pauta de hoje. Item único Projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2006 que altera a Lei nº 7.717 de 05 de janeiro de 1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940 do Código Penal e o art. 5º da CLT aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 e dá outras providências. Autora é a Deputada Iara Bernardes, relatora a Senadora Fátima Cleide.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente eu estava conversando com a nossa nobre Relatora Senadora Fátima Cleide. Ela acabou de me dar aqui o seu relatório feito com maior esmero, com espírito democrático, ouvindo a todos, procurando elaborar um relatório que apresente um consenso, Senador Flávio Arns, entre o que é proteção aos direitos humanos, são todos os cidadãos, sobretudo, também, nesse caso, aos homossexuais, mas também aos direitos à liberdade de pensamento, ao direito de culto. Ocorre, Sr. Presidente que nós recebemos isso agora e não houve tempo, sequer de ler.

O art. 108 do nosso Regimento Interno diz o seguinte: “as comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros”. E § Único: “a pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima de dois dias úteis aos titulares suplentes da respectiva comissão mediante protocolo”.

Como, Sr. Presidente, esse relatório foi elaborado exaustivamente pela Senadora Fátima Cleide, mas que só ficou pronto hoje, eu queria pedir a V. Exa. para tirar o item de pauta e a gente poder ler o relatório, discutir e construir uma solução de consenso. Se nós pudéssemos tirar de pauta.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide está com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente eu tenho toda compreensão da exposição feita aqui pelo Senador Marcelo Crivella, mas eu gostaria de fazer um apelo até para que eu pudesse ler o relatório hoje. A gente tem, regimentalmente, o direito ao pedido de vistas, mas para que a gente agilizasse desde já a leitura do relatório e aí poderíamos fazer essa leitura, inclusive coletiva para agilização da tramitação única e exclusivamente, até porque, Sr. Presidente eu terei alguns problemas pessoais daqui a quinze dias para resolver e me ausentarei um pouco do Senado do mês de novembro, então apenas para agilizar o processo de tramitação eu gostaria de fazer a leitura hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para evitar o debate no plenário, eu sou obrigado a orientar o que manda o Regimento e a assessoria me passa aqui. Eu não sou um regimentalista, diz o seguinte: art. 108: “as comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros”. § Único: “a pauta do trabalho da comissão, salvo em

caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima de dois dias úteis aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo". Ou seja, a questão de ordem do Senador Marcelo Crivella procede, tem procedência e a mesa é obrigada a acatar, a não ser que haja um entendimento mediante ao apelo que foi feito pela Senadora Fátima Cleide.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu gostaria de atender, mas não há possibilidade, Sr. Presidente, porque aqui nesse plenário há diversos pastores e representantes da comunidade gay e a precisa sentar, conversar e discutir; nós precisamos ler esse relatório com tempo. Então eu peço a V. Exa. que retire de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero ser muito objetivo. Eu passo a palavra, em seguida, para os que quiserem discutir a matéria, mas de pronto eu vou atender a questão--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Só um pouquinho. Eu quero já responder a questão de ordem que foi provocada pelo Senador Marcelo Crivella. E eu, de pronto, sou obrigado a atender amparado no regimento, respeitando o regimento e a matéria volta para a próxima reunião. Nós já deixamos agendado que na próxima quinta-feira essa matéria estará na pauta. Quanto a essa questão está resolvida. Pela ordem o Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu pedirei na próxima semana vistas e eu vim para fazer vistas, na verdade, já tinha sido alertado pelo meu assessor sobre o Regimento e o Senador Marcelo Crivella, de pronto, me disse que eu o faria. Eu acho que essa matéria depende de muito amadurecimento, depende de muita fala, porque, na verdade, nós não estamos discutindo preconceito a nada, nós estamos discutindo o PL 122, só isso. Nós estamos discutindo essa matéria. Preconceito é nefasto, é indigno, é imoral a qualquer pessoa, a qualquer situação. Nós estamos discutindo o PL e nós precisamos amadurece-lo para não colocarmos nesse texto alguma coisa que nos arrependamos depois. V. Exa. [[ininteligível]]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero apenas, mais uma vez, repetir que a matéria volta na próxima quinta-feira, porque na próxima quinta-feira ela já cumpriu o que manda o regimento. Senador Flávio Arns.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): E eu gostaria de fazer um registro, Senador, que nós trabalhamos durante todo esse período de sete meses em que estou na relatoria deste projeto buscando conversar com todas as forças envolvidas.

Houve um problema que aqui é coletivo com relação à questão do relatório, mas eu acho que isso não se justifica. Nós estamos cansados de chegar e, inclusive, colocarmos assunto extrapauta. Não é esse o assunto. Eu vou, inclusive, acatar aqui o entendimento, mas devo dizer que a partir de agora me sinto na responsabilidade também de cobrar sempre o regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Justa razão de V. Exa..

Toda vez que o Regimento for avocado a Presidência tem que respeitar o Regimento. Sempre faremos o apelo para o acordo e o entendimento.

Eu vou passar para o Senador Flávio Arns e em seguida eu quero dar um encaminhamento porque no próximo dia 1º nós teremos uma Audiência Pública das três comissões que tratam da regulamentação das centrais sindicais e que nós ficamos na relatoria, por isso eu farei aqui o encaminhamento no final desta reunião se no dia 1º será pela manhã ou pela tarde. Mas vamos manter a votação no dia 1º. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, V. Exa. já encaminhou a questão de ordem e ela está já definida, inclusive, com encaminhamento para a próxima semana.

E eu gostaria só, até para gente pensar um pouco sobre o assunto em conjunto, de repetir um argumento que eu, inclusive, já tinha trazido em outra reunião da Comissão de Direito Humanos aqui em plenário mesmo, e por isso me sinto absolutamente tranquilo de repeti-lo. Eu acho que nós estamos chegando num ponto em que o sentimento da Casa, eu diria, geral é de fazer com que haja respeito à cidadania, respeito à dignidade; uma condenação à violação de direitos humanos, um não à discriminação. Eu tenho a impressão que todo mundo concorda com isso. E eu acharia numa pena muito grande a gente chegar num ponto de votação em que a gente tivesse que votar ou a favor ou contra em função de algum detalhe, de algum detalhe da legislação com a qual às vezes por razões mais contundentes, com mais veemência alguns grupos defendem.

Então nós tínhamos, inclusive, colocado na outra reunião que a gente gostaria, sim, de ter clareza no que é que se avançou em termos do Projeto de Lei. Eu acho que isto vai ser apresentado na semana que vem e onde é que estão os pontos de conflito para que a gente possa já ter uma clareza de dizer: "não, temos muita coisa na qual nós já avançamos", mas tem alguma coisa que está emperrando ainda e que, inclusive, na outra reunião eu fiz essa argumentação para dizer: olha, será que é o caso da gente não discutir [soa campanha], melhor, não dar um tempo maior, inclusi-

ve, numa reunião, duas reuniões. Não estou dizendo que é procrastinar seis meses, um ano; não, uma reunião, duas reuniões, três reuniões, se for o caso para se chegar a uma conclusão. Porque se nós olharmos o artigo do Ministro do STF Marco Aurélio Mello que, inclusive, foi distribuído aqui pela assessoria do nosso Partido com a carta do Ministro do Supremo Tribunal Federal: "a igualdade é colorida". Marco Aurélio Mello. E ele coloca: cem homicídios anuais em função porque pessoas foram trucidadas, quer dizer, todos nós somos totalmente a favor de que isso não aconteça, que isso seja penalizado, não tenha dúvida.

Lá no Rio Grande do Sul, no artigo houve uma decisão do Judiciário do Rio Grande do Sul reconhecendo no caso do falecimento de um dos parceiros o direito do outro ao patrimônio, é herança, reconhecendo uma situação estável. E eu diria assim, todos nós concordamos com isso, não há dúvida. E vamos para frente ainda. No próprio artigo do Ministro ele coloca em que dois parceiros em São Paulo foram permitidos que adotassem quatro irmãos. Quando as pessoas adotam crianças o que se observa na adoção é se a pessoa tem uma relação estável, se pode dar uma vida boa, uma vida digna àquelas crianças. Da minha parte, por exemplo, não vejo qualquer objeção a isso, sou favorável a que isso aconteça dentro dos critérios que envolvem a adoção de qualquer criança, seja por parceiros com uma orientação sexual diferente ou seja por um casal, quer dizer, existem critérios, pré-requisitos que são universais em relação à adoção de crianças, discriminação homofóbica, discriminação em função disso. Sou também a favor de que isso não aconteça, retirada da homossexualidade no rol das doenças, quer dizer, tratar isso como se fosse um problema psiquiátrico. Todos nós podemos, em algum momento, ter problemas psiquiátricos de distúrbios mentais, de distúrbios psíquicos e não é em função da orientação sexual que a pessoa tenha algum distúrbio mental, algum distúrbio psíquico, ou seja, o que eu quero colocar é que todos os argumentos do Ministro Marco Aurélio Mello para justificar, vamos dizer, um novo debate, uma nova discussão, uma nova compreensão do assunto, Sr. Presidente, eu só quero dizer que eu concordo amplamente com os argumentos apresentados.

Então eu acharia uma pena, quer dizer, tem tanta coisa, tanta coisa em que se pode avançar em termos assim de dizer não à discriminação, de dizer sim a direitos humanos, sim à cidadania que de repente tenha alguma coisa colocada indevidamente no projeto e que acabe prejudicando um conjunto de avanços que se pode ter. Por isso que eu acho e eu falo isso com tranquilidade, porque, inclusive lideranças do movimento são do Paraná e estão aqui presentes. E eu já fiz reunião,

inclusive, lá na liderança e uma das lideranças, inclusive, hoje cedo a quem eu conheço já há muitos anos e outro também eu conheço há muitos anos que, inclusive, foi meu aluno na Universidade Federal do Paraná, eu posso dizer assim com a absoluta tranquilidade que nós temos que trabalhar a favor de direitos, igualdade de cidadania. Eu só acharia uma pena que em função de um avanço grande que a área pode ter que, de repente, num detalhezinho a gente acabe prejudicando o conjunto da lei. Então nesse sentido que se a gente chegar [soa campanha] às vezes a gente pensa, Sr. Presidente, eu sei que eu estou me alongando, mas só para deixar assim um pouquinho mais claro e não costume também me alongar, eu acho horrível quando um parlamentar ou qualquer pessoa fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exa. está fazendo uma exposição e eu noto que algumas pessoas estão entendendo que começou o debate do projeto. E se me permitir porque eu vou permitir que V. Exa. continue. O que eu estou entendendo que o Senador Flávio Arns está fazendo um apelo para que a gente construa um grande acordo, um grande entendimento e que vote a matéria por unanimidade. Isso que eu estou entendendo, até na próxima quinta-feira. E todo apelo nesse sentido eu confesso que é um apelo que a presidência vê com bons olhos, se nós construirmos um acordo e poder votar a matéria com tranquilidade.

Eu confesso a vocês, se me permite, Senador Flávio Arns, que às vezes me dizem: vamos construir o acordo na CCJ. Eu confesso, minha nobre Senadora, V. Exa. que é relatora aqui nesta Comissão. Claro que para a Comissão de Direitos Humanos vocês vão entender que teria uma simbologia muito grande se nós conseguíssemos aprovar aqui por unanimidade. Não é para o Paulo Paim, mas sim para a Comissão e pelo trabalho da relatora, que eu sei o trabalho que ela está fazendo, às vezes o mal entendido em relação às posições que ela, às vezes, adota, mas eu sei que o objetivo dela final seria construirmos e, de fato, uma redação que todos os segmentos estariam contemplados. Esse é o apelo que o Senador Flávio Arns fez e, por isso eu permiti que, talvez, como V. Exa., nunca fez, alongasse um pouco mais a sua fala.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só mais um minuto. Eu até perguntei, enquanto V. Exa. estava falando, para o Senador Geraldo Mesquita se eu estava dando a impressão, na minha fala, que estivesse falando no sentido contrário. Ele disse: não, eu estou entendendo também que é um apelo no sentido de um consenso, de um entendimento.

Então o apelo que eu faço que às vezes as pessoas pensam: nós vamos perder uma semana, duas

ou três semanas, mas se por um acaso com todo o trabalho que a Senadora Fátima Cleide fez e que ela disse que, quer dizer, a gente chega num ponto que se não for possível no final tem que ir para voto, lógico, ou é a favor ou é contra. Mas essa aparente perda de tempo, se for possível ainda conduzir um pouco mais seria um ganho de tempo extraordinário em termos da Comissão de Constituição e Justiça do plenário e mesmo que fosse para a Câmara que se houvesse em retorno é um consenso que há, e o consenso sempre tem muito mais chance de sair vitorioso. Mas eu quero dizer, usando as palavras de V. Exa., eu sou favorável a que não haja discriminação, que haja cidadania, que haja políticas públicas, que haja todos os argumentos que o Ministro do STF usou e eu sou favorável a todos os argumentos utilizados, quer dizer, não tem. Então, eu fico pensando onde é que vamos pegar, quer dizer, existe muito consenso, existe muito pouco dissenso. Então vamos olhar esse dissenso que existe e chegar a uma conclusão para o encaminhamento do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Relatora legitimamente com a palavra, porque foi feito um apelo reconhecendo e muito o trabalho dela, que ela avançou bastante para que ela possa, enfim, fazer mais uma ponderação se há.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não Sr. Presidente eu só queria colocar que eu também tenho trabalhado nesses sete meses, eu acho que todos são testemunhas disso, no sentido de realmente construir um grande acordo. Agora teve um momento que nós ficamos sem interlocução por parte de um segmento, e sem interlocução não há diálogo. Não é verdade? Sou defensora de que nós façamos um acordo sobre consensos, dissensos; agora que esse acordo valha, efetivamente, em todo o tramitar do projeto, que não seja aqui na Comissão de Direitos Humanos um posicionamento, chega lá na Constituição e Justiça se arruma mais um quilo de dissensos para modificar, enfim... Que o acordo que a gente possa construir nessa Comissão de Direitos Humanos ele possa valer até a sanção do projeto. Contem comigo para isso como eu sempre estive à disposição.

E quero também, inclusive dizer que tenho uma esperança muito grande. Quero cumprimentar os pastores do meu Estado que estão aqui na pessoa do pastor Severino, pastor Wilson, pastor Joel Elder, Holder, aliás, e dizer que nós estamos travando um diálogo no Estado muito interessante, o pastor Leão presente e dizer que a gente tem uma esperança de que as pessoas levem as mensagens da forma como elas acontecem no dia-a-dia, porque infelizmente não é bem isso que acontece e a gente tem visto equívocos sendo divulgados e seguidamente, insistidamente as

pessoas investem no equívoco e aí a gente não sente por parte de quem está trabalhando dessa forma uma vontade de dialogar.

Hoje de manhã eu tive a oportunidade de conversar com o Deputado Henrique, com o Deputado Bispo Rodovalho e com o Senador Marcelo Crivella e então senti que há possibilidade da gente estreitar, enfim, os nossos consensos e acordos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exa. vai encerrar essa primeira parte. Mas o Senador Magno Malta não vai fazer defesa, todo mundo sabe a sua posição, a defesa da posição dele.

Ele quer só registrar os pastores que estão aqui presentes no momento e que são os seus convidados, eu acho que legitimamente.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Até não tem porque fazer defesa porque eu sempre condenei qualquer tipo de discriminação. Eu acho que a coisa só no texto, precisamos limpar para chegar no consenso. Eu acho que qualquer tipo de discriminação é criminosa, absolutamente criminosa.

Eu quero registrar a presença dos pastores que vieram lá do meu Estado, o pastor João Brito Nogueira que é o líder da Frente Cristã, não é um pastor de evangélicos, mas sim de todos os seguimentos que professam fé cristã, o pastor Eli Brunk(F) e o pastor Alcemir que veio lá da Espírito Santo representando a Frente Cristã do Estado do Espírito Santo. Eu quero registrar com muito prazer, muito carinho, inclusive estive no debate muito respeitoso ontem na TV Gênese tratando dessa questão e colocando da forma como tem sido colocado por todos, ninguém quer ver ninguém sendo humilhado, massacrado e empurrado contra a parede porque isso, de fato, não faz bem a nenhum de nós. Nós precisamos é limpar esse texto para não termos dissabores amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria pedir desculpas, inclusive, aos deputados que já pediram a palavra, mas como nós temos uma outra audiência. Porque nós não sabíamos, a gente joga aqui muito franco na comissão que hoje não teríamos votação e todos foram avisados porque as pessoas que pensam diferente me avisaram: Paim nós vamos pedir vista. Eu achei que esse seria o processo, mas baseado no art. 108 houve outra posição que foi na mesma linha, não houve votação. E eu como sabia disso e querendo aproveitar o dia de hoje eu já tenho uma segunda parte que é uma audiência pública e os convidados estão todos aí.

Então eu peço desculpa a todos e encerro essa primeira parte da nossa sessão e vamos para a Audiência Pública com item único. Vamos para a segunda parte. A segunda parte é uma Audiência Pública

como item único nos termos do requerimento da CDH nº 57 de autoria desse Senador e outros Senadores. Aprovamos que hoje iniciáramos a discussão sobre as questões atinentes à construção da cidadania à luz da legislação participativa, tendo como centro a apresentação de emendas ao orçamento. Convidados: Sônia Malheiros Miguel [soa campanha] representando a Ministra da Secretaria Especial de Política Para as Mulheres, Nilcéia Freire. Eu a convido para que venha à mesa. [soa campanha].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu entendo. Eu entendo e acho que é positivo. Mediante o apelo feito pelo Senador Flávio Arns e que eu me somei, está havendo já um entendimento para uma reunião na busca de um acordo entre os dois segmentos que é louvável. Se ajudaria eu diria também que, recentemente, as centrais sindicais e confederações aqueles contra ou a favor do imposto sindical construíram um grande entendimento que eu espero que nessa questão também a gente chegue lá.

A Senadora Fátima Cleide irá coordenar essa reunião de entendimento como relatora. Mais uma vez, não é Senadora? Isso é importante. [soa campanha]. Eu convido para a mesa o Sr. Alessandro Reis, Subsecretário de Política de Ações Afirmativas representando a Ministra Matilde, Ministra da Secretaria Especial de Política e Promoção da Igualdade Racial. O Sr. Marcos Cordeiro Bandeira, Conselheiro Titular do CONADE, representante Alexandre Carvalho Baroni Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE. CONVIDO também Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Assessora Técnica da CORDE, representando Izabel de Loureiro Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Convido também Joilza Maria Barros de Mendonça, Secretária-Executiva da CNDI representando Paulo Roberto Barbosa Ramos, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos. E também ainda Antônio Luiz Martins dos Reis, Presidente da Associação Brasileira de Gays e Lésbicas, Bissexuais, Travestis e transexuais.

Espero que todos estejam já acomodados à mesa para que a gente possa iniciar esse debate.

Eu vou tentar sintetizar qual é o objetivo desta reunião. Nós já iniciamos um ciclo de debate da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para que a sociedade civil organizada possa apresentar propostas, inclusive, de projetos de leis como foi o caso da última Audiência Pública que tivemos onde os jovens apresentaram propostas a essa presidência

depois da Audiência Pública que já foram, inclusive, encaminhados dois projetos para o Senador Cristovam no que tange à educação, principalmente, a questão da educação, da segurança nas escolas e também na questão do lazer.

Qual é o objetivo hoje? Hoje nós convidamos diversas entidades para que coloquem qual a sua visão, qual a sua expectativa em relação a esta Comissão levando em conta que nós poderemos aqui apresentar emendas de comissão na linha dos direitos humanos e, principalmente, envolvendo, claro, os setores que são mais discriminados neste país. Por isso esta Audiência Pública tem esse objetivo.

Então, de imediato, eu vou passar a palavra ao Alessandro Reis que representa aqui a Ministra Matilde para que ele faça a sua exposição. Eu faria um apelo que cada um ficasse, no máximo, dez minutos para a gente permitir que depois os Senadores também ponderem sobre essa questão. Alessandro Reis com a palavra.

SR. ALESSANDRO REIS: Bom dia a todos e todas.

Agradecer o convite do Exmo. Senador Paulo Paim, um grande militante e articulador também da luta de promoção da igualdade racial e que é um parceiro muito especial da CEPIR no sentido de abrir diálogo com esta casa, abrir diálogo com os setores da sociedade e tem ajudado bastante num encaminhamento político e das ações da CEPIR. Também agradecer a presença dos Senadores e Senadoras que estão aqui presentes por entender que é uma oportunidade grande de articularmos a partir do orçamento, a partir dessa discussão ampliação e fortalecimento das ações e políticas da CEPIR. E saudar aqui todos os representantes aqui da mesa, Senadores, companheiros, eu não tenho o nome aqui de todos, mas queria fazer saudação em nome do Senador Paulo Paim e todos que estão aqui na mesa.

Então vou apresentar aqui esse *slide* sobre a CEPIR e as nossas ações em dez minutos.

A Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial que foi implementada em 2003 tem a missão de acompanhar e coordenar política de diferentes Ministérios e outros órgãos do Governo Federal para a promoção da igualdade racial; articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação e organismo público privado nacionais e internacionais e ainda acompanhar e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinadas pelo Brasil que digam respeito à promoção da igualdade racial e combate ao racismo.

A CEPIR e o Governo Federal se orientam por esses quatro princípios que constituem base política

de atuação da CEPIR. A convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação, o plano de ação de DUBA, a conferência que ocorreu em 2001 na África do Sul que instou todos os estados signatários de política e promoção da igualdade racial, é um instrumento importante. E nós já estamos junto com a ONU organizando a quarta conferência e um processo de avaliação que aconteça aqui no Brasil no próximo ano. E, por último, o outro princípio é o CONAPIR que foi a primeira Conferência Nacional de Promoção e Igualdade Racial, aconteceu em 2005 ano nacional e promoção da igualdade racial e que envolveu mais de 90 mil pessoas, mais de 25% dos municípios brasileiros e ali nessa conferência a sociedade civil mais de mil delegados conseguiram tirar 1.080 propostas que nós estamos apresentando agora em novembro o Plano Nacional de Política e Promoção da Igualdade Racial. Outros princípios também que balizam as ações da CEPIR, a transversalidade que pressupõe o combate à desigualdade racial e a promoção de igualdade racial passa a constar como premissa e como pressupostos a serem considerados no conjunto das políticas do governo. Então essa transversalidade articulando com todos os outros Ministérios que é super importante.

Centralização implica em modo de gestão que comprometa os demais entes da federação. Então a partir CEPIR hoje existem mais de 480 municípios e estados brasileiros, órgão congênere a CEPIR. Então coordenação de igualdade racial, Secretarias nos estados e municípios descentralizando a política e fazendo a articulação, a transversalidade na base em loco.

Gestão democrática e participativa, espera-se que as instituições da sociedade civil assumam um papel ativo de protagonista na formulação, implementação e monitoramento da política.

Em termos estratégicos o importante instrumento de gestão democrática é o Conselho Nacional e Promoção da Igualdade Racial composto por representantes governamentais da sociedade civil, a qual caberá contribuir para definir os rumos e as prioridades da política, bem como potencializar os esforços de transparência. Também um princípio importante que tem balizado as políticas da CEPIR.

Eu já vou tratar logo das ações prioritárias da CEPIR considerando os dados socioeconômicos do IBGE, CNADE, DIEESE que comprovam que a desigualdade racial, o racismo desestrutura a sociedade brasileira e a população afro-descendente, população afro-brasileira que tem um sofrimento muito grande por conta dessas desigualdades.

E aí a partir disso nós estamos trabalhando com essas metas que é articulada com os demais Ministé-

rios. Então na área de educação a partir desses dados nós temos como objetivo prioritário ampliar o atendimento a crianças negras de 0 a 6 anos de idade pela educação infantil com equidade e aí a nossa meta é atendimento de 100% das crianças negras de 0 a 6 anos na educação infantil e com qualidade. Ampliar a participação de jovens adultos e negros na educação profissional e tecnológica. Ampliar o acesso e permanência da população negra e jovem no ensino médio, bem como sua permanência. Ampliar o acesso e a permanência da população negra ao ensino superior, bem como, a sua permanência.

Na saúde nós estamos também com as prioridades: reduzir a mortalidade precoce da população negra, reduzir a proporção e mortalidade infantil da população negra por doença infecciosa e parasitária, reduzir a proporção de mortalidade materna da população negra, reduzir a taxa bruta de mortalidade por agressão, homicídio da população negra [ininteligível] de 15 a 49 anos.

Segurança: reduzir a mortalidade precoce da população negra, reduzir a taxa bruta e mortalidade por agressão, homicídio da população negra do sexo masculino. Inclusive a CEPIR junto com o Ministério da Justiça coordenam, a CEPIR é uma das instituições que faz parte da coordenação do Plano Nacional de Segurança Pública ou Cidadania. É importante e a CEPIR tem um papel fundamental de articular, identificar e ajudar na resolução desse grave problema brasileiro.

Na área de terra: ampliação e regularização fundiária das áreas ocupadas por população negra de baixa renda; regularização das áreas ocupadas pela população urbana, negra de baixa renda; regularização das áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas; reconhecimento e regularização das áreas ocupadas por religiões de matriz africanas; melhora nas condições de habitação e saneamento para população negra, urbana de baixa renda; promover o domicílio urbano da população negra de baixa renda com serviço de água, esgoto e coleta de lixo; melhorar as condições de habitação, saneamento para a população negra das comunidades quilombolas; promover os domicílios das comunidades quilombolas com água tratada, esgoto, destinação de lixo adequado.

Trabalho: aumentar a participação da população negra no crescimento econômico do país, na geração do PIB e no consumo; aumentar a renda média domiciliar percapita da população negra; ampliar a qualificação profissional da população negra para o mercado de trabalho; ampliar a qualificação profissional, educacional das profissionais domésticas negras filiadas à sua entidade representativa.

Acho que não é preciso nós tratarmos dos dados socioeconômicos, escolaridade. E, por fim, eu estou aqui representando a Ministra Matilde Ribeiro por conta de uma agenda [soa campainha] já anteriormente marcada, ela teve que ir aos Estados Unidos justamente articular apoio para um dos nossos programas importantes que é o Projeto Diversidade. Então esse é um projeto importante que é uma articulação com os municípios, com os governos estaduais e com o mercado de trabalho, no sentido de ter acesso, garantia e ascensão vertical dos profissionais negros no mercado de trabalho. Então, por esse motivo a Ministra não está aqui presente, mas nós estamos aqui trazendo essas informações. É importante. E fazendo um apelo para que os Srs. Senadores possam apresentar emendas na área da educação, saúde e nos programas e projetos que a CEPPIR coordeno e orienta. E aí eu encerro aqui essa primeira fase de participação, eu acho que no próximo momento eu posso dialogar mais sobre esses assuntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente agradece o Alessandro que ficou exatamente nos dez minutos. Senador Mesquita Júnior e depois o Senador Flávio Arns se assim entender e Fátima. Só para alertar que os Senadores falam a hora que quiserem. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Alessandro, companheiro, olhe palavras o tempo leva. Nós estamos numa fase que você pode dar uma grande contribuição à CEPPIR, inclusive, trazendo, exibindo para gente, não precisa nem quantificar, mas traga o modelo, inclusive, da emenda com os projetos que a CEPPIR entende que são prioritários, porque nesse momento o que a gente precisa é disso. Quais são os projetos prioritários da CEPPIR? E traga mesmo, tem que ser objetivo nessa hora.

Eu teria imenso prazer, por exemplo, se você encaminhasse para o meu gabinete já o formato da emenda: Olha, Senador, a gente gostaria de recursos nessa área, nesses projetos e tal, a emenda é essa, o elemento orçamentário e etc. Não precisa nem quantificar, porque aí dependente do que a gente vai... Entende? Seja objetivo. Diga para a Ministra que seja bastante objetivo nesse sentido, porque nesse momento o que vale é isso aqui. É uma sugestão que eu te dou.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só quero informar a todos que essa exposição é para que a CEPPIR, efetivamente, mostre a expectativa, que os convidados mostrem a expectativa. Mas o Senador Mesquita Júnior lembra bem, não esqueçam, pintem o quadro, enfim, mas apresentem depois de forma concreta que a assessoria pode ajudar, embora, não abriu o espaço ainda para a LDO, mas seguir

ali na primeira semana de novembro, calculo eu, as emendas terão que ser encaminhadas, por isso que o Senador Mesquita alerta. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero lembrar e até agradecer a presença dos expositores, mas dizer que nós estamos discutindo também, além das emendas, legislação participativa. Isso significa, de acordo com a Constituição, que a gente não precisa ter aquele um milhão de assinaturas para termos uma lei boa tramitando aqui dentro do Congresso Nacional, basta uma associação, seja na área da pessoa com deficiência, da igualdade racial; seja de que área for, enfim, apresentar o projeto, que esse projeto será apreciado por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A sociedade ainda não se deu conta de que esse é um instrumento muito importante para que a lei tramite aqui dentro. O Senador Paulo Paim, de maneira muito adequada, eles vão uma vez por mês destinar um espaço para que a sociedade diga: olha, na minha área se tivesse essa lei, aquela lei, aqui 100% de crianças negras na educação infantil de 0 a 6 anos. Então, o que é que a gente teria que mudar na LDB ou não só criança negra, mas criança pobre que, normalmente, a criança negra, na sua grande maioria, é uma criança pobre. Então como é que a gente podia trabalhar numa legislação que permitisse essa mudança de realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O Senador Flávio Arns esclarece, mais uma vez, a importância da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Passamos a palavra, nesse momento, à Sra. Sônia Malheiros Miguel que representa aqui a Ministra Nilcéia Freire da Secretaria Especial de Política Para as Mulheres. 10 minutos também.

SRA. SÔNIA MALHEIROS MIGUEL: Bom, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite em nome da Secretaria Especial de Política Para as Mulheres e justificar a ausência da Ministra Nilcéia Freire que, infelizmente, quando chegou o convite ela já tinha uma agenda, a agenda dela já estava comprometida, mas tendo em vista a importância da participação nesta Comissão e desse diálogo eu vim aqui representá-la.

Gostaria de cumprimentar Senadores e Senadoras presentes, a toda a mesa.

E eu acho importante a gente associar o tema da construção da cidadania à luz de uma democracia participativa também, quer dizer, pensando a questão da legislação vinculada a essa concepção de uma democracia não somente representativa, mas participativa também. E essa tem sido a política desenvolvida por esse Governo e pela Secretaria Especial de Política

Para as Mulheres a partir da realização das conferências nacionais de política para as mulheres.

Então, as políticas que a gente tem implementado em articulação com os outros órgãos de governo, com outros Ministérios têm sido pensadas num diálogo permanente como o Movimento Feminista, com o Movimento Social de Mulheres e a partir de um processo de realização de conferências.

Então nós tivemos a I Conferência Nacional de Política Para as Mulheres realizada em 2004 onde tivemos o envolvimento direto de mais de 120 mil mulheres brasileiras que participaram de conferências municipais, que participaram depois das conferências estaduais e do Distrito Federal realizadas nas 27 unidades da federação e desse primeiro processo resultou o Plano Nacional de Política Para as Mulheres. E na elaboração desse plano, esse plano foi constituído em cinco eixos fundamentais de atuação. Agora esse ano de 17 a 20 de agosto nós tivemos a realização da II Conferência Nacional de Política Para Mulheres e que um processo que cresceu, essa II Conferência envolveu cerca de 195 mil mulheres diretamente, realizamos conferências municipais e/ou regionais envolvendo mais municípios e mais mulheres, realizamos novamente conferências estaduais e do Distrito Federal atingindo as 27 unidades da federação. E o objetivo dessa II Conferência tinha dois objetivos básicos: fazer uma avaliação do Plano Nacional de Política Para Mulheres que vinha sendo implementado desde 2004 como resultado da I Conferência e discutir um outro novo tema que a gente entendeu muito importante que era a participação das mulheres nos espaços de poder. E o resultado dessa II Conferência está sendo agora trabalhado para a elaboração do que a gente está chamando do Segundo Plano Nacional de Política Para as Mulheres.

É importante a gente ver que novos temas surgiram com força para se pensar e articular a questão da igualdade de gênero, do enfrentamento a discriminações que as mulheres sofrem e é um pouco nesse ponto que a gente queria focar a importância de a gente ter dessa Comissão o apoio para novos recursos para implementar o Segundo Plano Nacional de Política Para as Mulheres. No Primeiro Plano Nacional de Política Para as Mulheres nós tínhamos, e esses foram reafirmados, é claro, porque são temas centrais no enfrentamento das igualdades, nós tínhamos um primeiro eixo então do plano: autonomia e igualdade no mundo do trabalho e cidadania. Esse eixo foi reafirmado como uma questão central para o enfrentamento às desigualdades entre homens e mulheres no nosso país, associado sempre a um tema da questão da desigualdade racial também e étnica porque a gente entende que essas duas desigualdades estão intrin-

secamente relacionadas e é fundamental que a gente trabalhe também o enfrentamento dessas desigualdades de maneira articulada.

Um outro eixo fundamental que já existia no primeiro plano é da educação, inclusive não seccista e foi marcado nessa II Conferência a gente focar também mais claramente a questão da educação anti-racista não lesbofóbica e não homofóbica. O terceiro eixo que já existia no plano é o eixo da saúde das mulheres de direitos sexuais e direitos reprodutivos; o quarto: enfrentamento a toda forma de violência com as mulheres; e o quinto eixo que já existia no primeiro plano é gestão e monitoramento do plano.

Agora os novos eixos que surgiram, e aí eu acho que é o grande desafio, quer dizer, esses primeiros eixos que existiram no plano eram eixos que, tradicionalmente, o Movimento Feminista e o Movimento de Mulheres vinham discutindo e vinham pensando política para eles. Os novos eixos colocam com mais força ou novas questões a serem pensadas ou o desafio de se articular com mais eficácia essa questão da desigualdade de gênero com esses temas. Então os novos eixos que vão agora ficar claros nesse novo Plano Nacional de Políticas Para Mulheres é o eixo de participação das mulheres nos espaços de poder, que a gente viu que gente hoje em dia a questão educacional temos problemas ainda? Temos, mas estamos no sistema educacional. Temos discriminação no mercado de trabalho? Temos, mas estamos no mercado de trabalho. Agora a grande questão é a ocupação das mulheres nos espaços de poder e essa Casa aqui já é um exemplo disso, o número de mulheres senadoras ainda é pequeno para o número de mulheres na população brasileira, o número de deputadas ainda é pequeno para o número de mulheres que participam das políticas e tudo mais então essa representação, e isso se repete em todos os espaços de direção. Então esse é um tema central para o segundo plano. Outro tema que veio com força e que se constituirá um eixo do novo plano é o desenvolvimento sustentável no meio rural e urbano. A questão do direito das mulheres à terra e à moradia e aos direitos de cidadania, de uma maneira geral; o eixo de cultura, comunicação e mídia não discriminatórias que a gente cada vez mais entende ou se a gente articula com uma mudança cultural profunda; ou é difícil se incidir no enfrentamento do tema da desigualdade, ela tem que ser vista também do ponto de vista cultural pensado na sua maneira mais ampla; outro eixo é enfrentamento do racismo, seccismo e lesbofobia; e, por último, enfrentamento das desigualdades geracionais. Então a questão da infância, das meninas, das adolescentes e a questão das mulheres idosas também surgiu com força.

Então nós entendemos que esse tema é central. E nesse sentido entendemos também que na estrutura que temos hoje de formulação de orçamento se consegue reforços importantes com emendas que venham de comissões ou mesmo de parlamentares, mas, fundamentalmente, de comissões, são reforços importantes para os orçamentos, por exemplo, que a Secretaria Especial de Política Para as Mulheres têm.

No ano passado nós praticamente dobramos o orçamento da Secretaria a partir do entendimento correto de comissões dessa Casa, da Câmara Federal de que era fundamental ampliar os recursos para o trabalho que a Secretaria desenvolve. E nesse sentido nós entendemos que para esse ano voltamos então a fazer esse apelo que a opção por reforçar programas e ações do Governo no sentido de enfrentamento das desigualdades sejam objetos de uma definição importante dessas Casas.

Por parte da Secretaria Especial de Política Para as Mulheres nós trouxemos uma proposta de emenda, uma sugestão, na verdade, de proposta de emenda que pode ser incorporada pelas senhoras e senhores no sentido de apoiar uma ação que nós temos no Programa Cidadania [soa campanha] e Efetivação de Direitos dentro da Secretaria Especial de Política Para as Mulheres de apoio a iniciativas de referências nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas Para Mulheres e a nossa intenção é reforçar exatamente a construção de políticas nesse novo eixo.

Temos depois e podemos encaminhar sugestões para outras ações do Plano Plurianual da Secretaria que seria importante reforçar e tivemos um reforço importante, isso é importante colocar com um lançamento recente do pacto nacional pelo enfrentamento à violência com as mulheres, uma ação central da Secretaria que é essa questão do enfrentamento à violência contra as mulheres; teve um reforço de orçamento a partir da conjugação da ação de vários Ministérios. Então achamos importante agora reforçar o Plano Nacional nesses novos eixos. Temos essa sugestão aqui e podemos depois encaminhar outras. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço à Dra. Sônia que também ficou exatamente nos dez minutos. E passamos ao Sr. Marco Cordeiro Bandeira, Conselheiro Titular do CONADE representando Alexandre Carvalho Baroni, Presidente do Conselho da Pessoa com Deficiência – CONADE.

SR. MARCO CORDEIRO BANDEIRA: Bom dia a todos. Muito obrigado, Senador Paulo Paim pelo convite para estar presente aqui na Comissão. E para mim é uma honra também, mais uma vez, estar presencio com o Senador Paulo Paim e com o Senador Flávio Arns que já nos conhecemos a um bom tempo nas lutas na

área da pessoa com deficiência. E peço a todos que não me conhecem que eu sou uma pessoa com deficiência auditiva e eu tenho uma pessoa oralizada(F) e que tenham um pouquinho de paciência para entender as minhas palavras e eu gosto de conversar de uma maneira mais informal para expor as nossas necessidades como pessoa com deficiência.

Eu gostaria de fazer as pessoas entenderem que o trabalho que a gente desenvolve na área de deficiência tem a finalidade de permitir a nossa inclusão nos meios, ou seja, oferecer meios para que nós deficiente auditivo, deficiente visual, cadeirante, deficiente mental e todo os segmentos(F) de deficiência para que a gente possa se integrar na sociedade desenvolvendo os nossos trabalhos como profissionais, desenvolvendo a oportunidade de poder falarmos como ser humano nessa parte cultural, na parte artística, na parte de locomoção de todas as formas que a gente possa se integrar na sociedade. Então o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem procurado desenvolver todo o programa legal, todo o arcabouço legal de forma e que possa integrar toda a pessoa com deficiência em todos os espaços na sociedade sobre o aspecto de transporte a fim de permitir que o cadeirante possa sair da casa dele sem a necessidade de qualquer tipo de suporte e que ele possa chegar no local de destino por meio de transporte, por meio de todas as formas sem a necessidade de um suporte de uma pessoa, assim como uma pessoa como deficiente auditivo que ele possa chegar nos lugares e possa compreender o que as pessoas estão falando e se integrar, expor suas idéias. Então o que é que o CONADE fez? O CONADE... Nós somos um país que temos 14,5% da população brasileira no total de 25 milhões de pessoas, de acordo com o censo do IBGE do ano de 2000. E se nós formos hoje observar que nós temos uma população de 200 milhões de habitantes considerando 15%, nós teremos 30 milhões de pessoas com deficiência. Se cada pessoa com deficiência precisa de uma ou duas pessoas que possam servir de suporte, nós teremos num universo de 200 milhões de pessoas 90 milhões de pessoas envolvidas direta ou indiretamente na questão da pessoa com deficiência. Outra coisa que eu tenho experiência é que como profissional na área de orçamento há muitos anos eu tenho observado que a grande dificuldade que nós temos é gerar um recurso para atender aos nossos programas. No caso do Ministério do Transporte gerar recursos para as estradas, para os portos, para os diversos setores de infra-estrutura, então quando a gente pensa na questão da área de deficiência essa prioridade não é a mais importante, ela não fica evidente a prioridade, mas se você observar um sistema de trans-

porte, uma infra-estrutura de estrada e que você tenha uma estrada que não tenha buraco, você vai permitir facilidades para as pessoas com deficiência nessa locomoção. Se você tem uma estrada com buraco você vai agravar a situação. Esse é um ponto. Então o que eu queria dizer é que nós somos ricos em termos de legislação, mas o grande problema que nós temos é que é difícil que essa legislação seja cumprida, é difícil de tornar realidade. Eu cito um exemplo, realidade de legislação na questão de deficiência auditiva filme nacional legendado. Existe uma legislação que fala sobre isso, mas o setor do Ministério da Cultura precisa ter um suporte orçamentário para que possa tornar realidade um filme nacional legendado. O Ministério das Comunicações precisa ter um suporte orçamentário financeiro para que os programas de televisão sejam legendados. O Ministério das Cidades precisa ter um suporte financeiro para que o sistema de transporte seja acessível a todas as pessoas com deficiência. O sistema de vias públicas seja acessível a todas as pessoas com deficiência. Da mesma forma o Ministério da Educação nos programas voltados para pessoas com deficiência, no caso da deficiência visual, o que nós estamos procurando introduzir é a possibilidade das pessoas com deficiência visual terem um *lap top* e com ele poder desenvolver os seus trabalhos de educação e se integrar na sociedade.

A pessoa com deficiência auditiva um aparelho de audição, hoje em dia nós temos um aparelho de audição mais moderno do mundo que vem com microfone e o microfone fica na lapela do professor, e na medida em que o professor vai falando o deficiente auditivo vai acompanhando por meio da audição, a presença de um intérprete de libras nas salas de aula; tudo isso é extremamente importante para o segmento da deficiência. O grande problema é o investimento tornar realidade. Agora o que é que o CONADE tem procurado desenvolver? Tem procurado desenvolver a convenção internacional. O Brasil é um dos países que aderiu à Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência. Nós estamos com um Projeto de Lei para o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Vai haver uma compatibilização do Estatuto da Pessoa com Deficiência na Convenção Internacional. Nós precisamos tornar realidade.

Eu me lembro, na ocasião, a palestra do Senador Flávio Arns quando ele coloca bem claro que é extremamente importante o dia nacional da luta da pessoa com deficiência, ele coloca bem claro: é extremamente importante o segmento da pessoa com deficiência desenvolver um trabalho na área de orçamento, ser mais atuante na área de orçamento para que torne realidade todas essas legislações que nós temos, nós

somos um dos países mais ricos do mundo em termos de legislação. É preciso sensibilizar todos os parlamentares da importância da aprovação da aceitação das emendas que foram sendo apresentadas na questão da pessoa com deficiência. É preciso que seja muito claro quanto a isso.

O CONADE com a finalidade de ampliar o nosso trabalho. O que é que o CONADE tem feito? O CONADE está desenvolvendo a formação de conselhos estaduais e conselhos municipais tentando desenvolver nesses últimos meses a formação desse conselho. Recentemente houve uma reunião para a formação de conselho no Estado da Bahia, no Estado de Sergipe e, se não me engano, no Estado de Alagoas, não tenho certeza. Nesse mês de novembro vai ser desenvolvido um trabalho para a formação do conselho no Estado de São Paulo. É um trabalho de formiguinha que nós estamos fazendo para que em cada município você tenha o seu conselho e tenha os seus representantes e que cada um de nós pessoa com deficiência possamos colocar o que é que a gente precisa. E que para cada um dos parlamentares aqui tenham consciência do que é que é necessário para ter em todas as cidades quem são representantes [soa campainha]. É isso que eu preciso sensibilizar, é essa a finalidade das minhas palavras, é sensibilizar vocês todos quanto a isso. Nós vamos trazer emendas, vamos trazer propostas, mas gostaria que houvesse essa sensibilidade quanto a isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra à Sra. Joilza Maria Barros de Mendonça, Secretária-Executiva da CNDI, representando Paulo Roberto Barbosa, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI.

SRA. JOILZA MARIA BARROS MENDONÇA: Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar, em especial, o Senador Paulo Paim pelo compromisso com as políticas de direitos humanos e, em especial, com a política do idoso.

Gostaria de colocar aqui que hoje já são 19 milhões de pessoas com 60 anos e mais de idade, 11% da população e segundo projeções, nós vamos ser o sexto país do mundo em população idosa em 2025.

Eu gostaria de colocar aqui alguns dados em relação à violência e maus tratos contra a pessoa idosa no país. Segundo o sistema de informações do Ministério da Saúde em 2002 morreram 14.973 pessoas idosas por acidente e violência no país, significando por dia 41 óbitos. O mesmo sistema de informações hospitalar do SUS revela que em 2004 houve 104.169 internações por violência e acidentes, sendo que 55% foram quedas, 19% acidentes de trânsito, principalmente, atropelamentos, 3%; 18% provocados por lesões

traumáticas, 6% feridas, luxações e amputações. Além, de impressionar a magnitude dos números relativos aos 14.973 pessoas mortas por violência e acidente em 2002 e 108.169 cerca de 296 por dia que foram internadas por lesões e violência no mesmo período os maus tratos contra as pessoas idosas são em número muito mais elevados. Esses dados se referem aos que chegam ao sistema de saúde ou segurança pública. Em pesquisa recente em 2006 a Fundação Perseu Abramo identificou 35% das pessoas idosas entrevistadas já sofreram algum tipo de violência.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos preocupada com essa questão da violência implantou em 2006 o plano de ação para prevenção à violência contra as pessoas idosas. Esse plano são diversos órgãos que integram e para colocarmos em prática, realmente a situação dos idosos no país os asilos são verdadeiros depósitos de velho, a violência contra as pessoas idosas nessas instituições foi detectada pela Caravana dos Asilos realizadas em 2001 pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Então precisamos tomar medidas para que as pessoas idosas tenham um atendimento digno. O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso tem envidado esforço também, tem representação de quatorze instituições de âmbito nacional, essas instituições da sociedade civil e quatorze representantes do governo. Então estamos trabalhando a conferência, a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa realizada em 2006 cujo tema foi: Construindo a rede de proteção e defesa da pessoa idosa. Foram oito eixos discutidos. Dentre eles a questão da violência e maus tratos contra a pessoa idosa. Agora fica muito difícil nós implementarmos ações com os recursos insignificantes previstos no Projeto de Lei para 2008 para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos implementar as ações 300 mil reais, para 2009 314.707 uma meta de 662 pessoas. Se 35% das pessoas idosas já sofreram algum tipo de violência isso significa em torno de 7 milhões de pessoas e uma meta de 600 pessoas para o entendimento. Então realmente precisamos do apoio da Comissão, inclusive, já encaminhamos uma proposta de emenda. Por que como nós vamos implementar as ações? Realmente sem recursos é impossível de implementarmos.

Então temos o plano estratégico das deliberações da Conferência Nacional da Pessoa Idosa, o plano de ação para o enfrentamento da violência. Nesse plano consta a violência que temos que enfrentar, a violência institucional, a familiar, a violência no âmbito público, e dado o aumento da expectativa de vida estão aumentando também as doenças crônicas degenerativas das pessoas idosas e essas pessoas com fragilidade

são pessoas, também, na sua maioria mal tratadas. Precisamos investir na capacitação de cuidadores de idosos para a prevenção da violência, investir na capacitação de recursos humanos das instituições de longa permanência. Geriatrias no país, nós só temos em torno de quinhentos e poucos geriatrias, então muito poucos. Precisamos investir na capacitação na área de gerontologia, de geriatria; investir nas instituições de longa permanência, estruturar rede de proteção e defesa das pessoas idosas. Essa rede constituindo instituições de longa permanência com atendimento digno. Os centros de convivência para pessoas idosas onde nós vamos estimular autonomia e a capacidade funcional desses idosos.

Então esperamos ter o apoio da Comissão de Direitos Humanos para que possamos realmente dar um atendimento, assegurar os direitos humanos às pessoas idosas do nosso país que muito contribuíram. E o que é que percebemos? A fragilidade nas três esferas de governo, na atenção à pessoa idosa, porque ainda há muito preconceito. Pensa-se: "idoso vai morrer. Então não vamos investir". Mas eles muito contribuíram para o nosso país. A expectativa de vida está aumentando, hoje já 71%, na região Sul essa expectativa de vida é muito maior.

Então esperamos o apoio de todos para que possamos implementar, ter uma agenda social do Governo, mas para isso precisamos de recursos para implementarmos essas ações e darmos um atendimento digno à população idosa. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos também a Sra. Joilza pela forma de síntese que conseguiu fazer a sua argumentação. E passamos, de imediato, ao Sr. Antônio Luiz Martins dos Reis, Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

SR. ANTÔNIO LUIZ MARTINS DOS REIS: Bom dia a todos e a todas. Bom dia meu professor Flávio Arns, meu saudoso, uma pessoa maravilhosa que tem nos acompanhado nessa luta. Saudar o Senador Paim que, realmente, nesse um ano que nós estamos acompanhando o PLC 122 tem se destacado como um grande diplomata. Eu acho que é difícil a sua posição, muitas vezes, mas o senhor, realmente, como disse o meu companheiro Alexandre, o senhor é um ícone na luta pelas questões raciais e nós estamos vendo que isso também pela questão dos direitos humanos. Saudar a Ideli Salvatti essa que tem uma trajetória de luta em Santa Catarina, nossa grande aliada, nossa guerreira aqui, a Senadora Fátima Cleide que realmente tem dedicado um grande esforço para estar acompanhando a nossa causa e o José Nery nosso Senador

do PSOL que tem nos ajudado muito nessa causa. Saudar os nossos outros companheiros.

Paulo Paim, eu estava fazendo as contas aqui, você está com uma mesa, realmente nós temos 25% das pessoas portadoras de deficiência, 19% de pessoas idosas, 49% das pessoas afro-descendentes, 51% das mulheres e 10% da comunidade GLBT, realmente, é uma mesa bastante representativa e eu acho que é importante essa discussão, principalmente, num item: orçamento. Eu acho que é muito importante protocolo de intenções, é muito importante as propostas, mas nós precisamos de recursos para estar executando isso.

Estou aqui enquanto ABGLT. A nossa associação foi fundada em 95 com 31 grupos, hoje temos 203 grupos em todos os estados brasileiros e somos parceiros do Governo Federal dentro do programa de cemofobia(F) que eu vou estar falando um pouco sobre isso. Temos pelo relatório Kinsen(F), somos 10% da população. Em outros tempos eu estaria aqui lamentando e fazendo um discurso vitimistas: nós somos vítimas, nós somos vítimas. Eu acho que isso é consenso. E hoje eu fiquei muito feliz pelas falas dos Senadores e Senadoras que é o consenso que há homofobia no Brasil, há preconceito e nós vamos ter que trabalhar e cima disso. Eu vou colocar alguns dados para ser suscito e colocar as nossas propostas. Nós temos nos últimos anos 2.745 casos de assassinatos bárbaros. Isso o grupo gay da Bahia tem feito um levantamento, a cada dois dias um homossexual é barbaramente assassinado no país. Isso é importante para gente ter em vista. Nós tivemos a Unesco que é uma organização internacional com uma credibilidade muito grande. E ela fez uma pesquisa com 16 mil estudantes, 3 mil educadores e 4.500 pais. Colocou que 40% dos estudantes não gostariam de conviver com uma pessoa que fosse homossexual na sala de aula e 60% dos professores não sabem lidar com a situação. Então vocês imaginem a situação. Eu tive a possibilidade de estudar, de frequentar escola e tive energia pela minha família, pelo suporte, enfim, pela minha religião, tive o suporte de frequentar a sala de aula. O Dr. Flávio, o professor Flávio Arns viu a nossa organização. Nós temos hoje a questão das travestis e transexuais que dentro da nossa comunidade são as pessoas mais discriminadas, elas não têm acesso à educação, isso a maioria. Então nós temos, inclusive, a nossa diretora hoje do Grupo Dignidade a dificuldade dos professores e professoras e os colegas de aceitar essas pessoas dentro da escola.

Temos dentro das paradas e nós organizamos e apoiamos, hoje nós temos 177 paradas gays em todo o Brasil, em todas as capitais, inclusive, a próxima semana será em Porto Alegre, lá nós temos duas. É

interessante. Nós temos dia 11 e dia 19. Nós fizemos o CLAM – Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos fez uma pesquisa nas capitais: Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo detectou 70% da nossa comunidade já sofreu algum tipo de discriminação. E aí as travestis, novamente, são o nosso segmento que mais sofre. Então, por isso nós precisamos de políticas públicas.

E é nesse sentido que nós numa articulação muito interessante com o atual Governo, com o Governo Lula que se comprometeu, nós conseguimos estabelecer o Programa Brasil sem Homofobia que no primeiro mandato conseguimos fazer, mas não alocou recurso e que se não fosse as questões das emendas das Comissões nós não tínhamos executado muitos dos trabalhos que nós estamos fazendo.

Hoje, Senador Paulo Paim, nós temos 47 centros de referências com psicólogo, assistente social, advogado e estagiário que atendem as pessoas. E é muito importante. Eu estava vendo aqui como é importante essa interlocução com os outros movimentos. Porque os nossos centros atendem, muitas vezes, o idoso, uma questão da mulher, a questão dos negros, porque tem outras discriminações também, a questão da pessoa obesa, enfim. Então é importante e nós queremos que seja acatada a emenda não para a ABGLT, a ABGLT eu acho que nós temos que mandar para o Governo, tem que ser políticas públicas, tem os convênios tudo através dos editais conforme manda a lei.

A nossa prioridade. A prioridade hoje para nós aqui no Parlamento é a aprovação de leis que protejam. Nós somos a única minoria que não tem uma lei, que cita a questão da orientação sexual e identidade de gênero. Prioridade nossa é o PL 122 e o 6.818 que está lá na Câmara dos Deputados.

Porque nós temos num levantamentos feito pela revista Super Interessante do 2004 37 direitos são negados, comparando uma pessoa heterossexual e uma pessoa homossexual 37 direitos são negados à nossa comunidade. Por isso nós formamos a frente parlamentar pela cidadania GLBT que é importante. Hoje temos 223 parlamentares, 16 Senadores, inclusive, os três Senadores aqui presentes fazem parte da nossa organização para gente garantir a questão das leis, para nos defender e também essa questão do orçamento.

Conclusão: e aí fazer um pedido. Eu acabei de falar com a nossa líder Ideli Salvatti. Nós fizemos no ano passado as emendas aqui para o Brasil sem homofobia, 4 milhões e 200 e contingenciou. E nós estávamos falando com a questão dos idosos da mesma forma, a questão dos deficientes, portadores de deficiência também, e nós precisamos descontingenciar

porque senão nós vamos fazer novamente a emenda e nós precisamos porque nós não vamos ter tempo hábil para fazer essa aplicação dos recursos.

Então nós vamos ter que fazer, Senador Paim, uma forma para descontingenciar.

Concluindo: gostaria de pedir então o fundamental que a Comissão de Direitos Humanos aprove uma emenda para o Brasil sem homofobia destinado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos para que a gente possa estar executando as ações, para que a gente possa estar diminuindo o preconceito e a violência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço também ao Sr. Antônio Luiz Martins dos Reis pela brevidade. E passamos, de imediato, a palavra para a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Assessora Técnica da CORDE, representando Izabel de Loureiro Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional pela Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência.

SRA. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES: Bom dia a todos. Agradeço em nome da Dra. Izabel esse convite. Infelizmente, ela não pôde estar aqui porque está em viagem a trabalho.

Mas muito me honra estar aqui para expor essa questão relacionada à pessoa com deficiência. O Conselheiro Marcos já falou bastante aqui a respeito do tema. Então eu creio que vou ser breve. Como ele disse, o percentual de pessoas com deficiência no Brasil é 14,5% da população que é um percentual significativo.

O trabalho da CORDE juntamente com o CONADE visa a inclusão social dessas pessoas que é um tema transversal, porque há pessoas com deficiência do sexo feminino, há pessoas com deficiência negras, há pessoas com deficiência também homossexuais. Então é um tema bastante transversal e que pega toda a gama de pessoas que estão aqui nessa mesa. Então é interessante colocar aqui a importância de se voltar a atenção para essa população que, infelizmente, ainda continua excluída de vários espaços públicos, justamente porque não há mecanismos acessíveis, não há equipamentos acessíveis para que essas pessoas estejam nesses ambientes sociais coletivos.

Com o plano social, a agenda social lançada pelo Governo Federal no dia 26 de setembro nós teremos várias ações voltadas para a pessoa com deficiência, mas infelizmente os recursos não serão suficientes para garantir várias das ações que nós temos previstas e que são suporte para esse plano também.

Nós teremos nesse plano, nesse programa de inclusão das pessoas com deficiência, concessão de órteses e próteses, teremos ações voltadas para ha-

bitação social de interesse social acessível, a escola acessível, transformações também nos transportes que quer dizer não apenas o ônibus acessível, mas toda a infra-estrutura, os pontos de parada, o acesso até esse ponto de parada; também na escola, o entorno das escolas têm que ser acessível para que essas pessoas possam ter o acesso não apenas lá dentro da escola, mas para chegar até a escola de forma independente com autonomia. Temos também a questão da inserção no mercado de trabalho que é fundamental porque assim a pessoa com deficiência terá plena autonomia.

E eu gostaria de solicitar aqui aos parlamentares presentes que voltem sua atenção para essa população. Gostaria de colocar que nós já temos emendas, propostas de emendas que já foram enviadas para a Comissão de Direitos Humanos. E o tema principal que a gente identificou, que nós identificamos como frágil é a questão da capacitação de agentes sociais nesse tema de acessibilidade, que é um tema que é um pouco complexo, não é qualquer pessoa que sabe lidar com isso, têm várias regras técnicas, inclusive, regras da A BNT. Então é necessário que haja uma capacitação desses agentes sociais para que eles possam no nível municipal, no nível estadual buscarem pelos direitos da pessoa com deficiência, fiscalizar os órgãos públicos e todos os órgãos de acesso público para que essas pessoas possam ter acessibilidade, para que as pessoas com deficiência possam ter acessibilidade plena e possam exercer a cidadania. Que atualmente, apesar da legislação brasileira ser muito boa e ser reconhecida internacionalmente, infelizmente, faltam recursos para que essa legislação possa ser aplicada plenamente. E esse é o nosso apelo aqui aos Srs. Parlamentares que essas emendas tanto do CONADE como da CORDE, da Secretaria Especial de Direitos Humanos na área da pessoa com deficiência possam ser acatadas.

A nossa expectativa é que a gente possa formar 40 mil agentes sociais, conselheiros municipais na área da acessibilidade para que eles possam ter capacitação técnica para lidar com esse tema junto aos prefeitos, junto aos vereadores, aos deputados estaduais, nas assembleias legislativas para que esse tema não passe batido como vem acontecendo há vários anos.

Legislação nós temos, o que precisamos é de recursos para que essa legislação se faça ser cumprida. E agradeço a atenção de todos vocês. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço a Liliane

Se o plenário assim se permitir, é que nós estamos com problema de horário muito grande hoje, nós temos 11h a Comissão de Assuntos Sociais. Qual era a intenção? É que as entidades fizessem uma exposição da sua ex-

pectativa em relação, principalmente, à LDO já que o PPA já está aí, enfim, nós abrimos algum espaço maior para que eles possam apresentar num segundo momento as emendas. Se o plenário assim entender eu encerro esta Audiência e vamos em seguida abrir uma nova sessão com o objetivo de discutir. Eu estou apenas vendo como é que eu faria. Eu vou encerrar esta sessão e vamos ter uma outra sessão para discutir as iniciativas do PPA. Pode ser assim? Então antes de encerrar a presente reunião, eu quero apenas botar em votação o requerimento que eu anunciei aqui já na abertura dos trabalhos visando fazer que no dia 1º a gente tenha também aqui e vamos fazer em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais e Legislação Participativa mediante entendimento feito hoje na presidência do Senado com todas as centrais sindicais e todas as confederações uma Audiência Pública para discutir a regulamentação definitiva das centrais sindicais e também o imposto sindical.

Se V.Sas. concordam que eu coloque extrapauta nesse momento. Se concordam está aprovado. Então em aprovação o requerimento com esse teor que eu entendo que deveremos aprovar da mesma forma lá na Comissão de Assuntos Sociais ainda no dia de hoje. Em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Está em encerrada a presente sessão. E com isso eu libero os nossos convidados dizendo que foi importantíssima a contribuição que eles deram aqui para a LDO.

E nós vamos agora, num segundo momento, eu vou convidar o Senador Flávio Arns para assumir a Presidência porque eu falei um relatório de 10 minutos, no máximo, sobre o PPA e nós encerraríamos a sessão e daí iríamos para a outra sessão de assuntos sociais.

Muito obrigado a todos pela participação.

Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 10h54.

Ata da 46ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 24 de Outubro de 2007, Quarta-feira, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Patrícia Sabóya, José Nery, Geraldo Mesquita, Magno Malta, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Heráclito Fortes e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **PAUTA: ITEM ÚNICO – Discussão e votação das EMENDAS DE AUTORIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 31/2007-CN – PLANO PLURIANUAL (PPPA PARA O PERÍODO 2008/2011).** Relator: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente ao iniciar os trabalhos aprova a ata das reuniões anteriores e, em ato contínuo, passa a presidência ao Senador Flávio Arns. O Senhor Presidente Flávio Arns passa a palavra ao Relator das emendas ao PPPA, Senador Paulo Paim, que lê o relatório. Após a discussão da matéria o Senhor Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é **APROVADO**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PPPA 2008/2011, conforme tabela abaixo:**

ATENDIMENTO: SENADOR – Nº DA PROPOSTA	U. O.	códigos programa – AÇÃO: descrição programa – ação	CATEGORIA ECONÔMICA VALOR PROPOSTO (ANO: R\$ 1,00)	UNIDADE DE MEDIDA META
ATENDIDA INTEGRAL: PAULO PAIM, 01	SP- PIR	1432 – NOVA: PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATI- VAS PARA A IGUALDADE RACIAL – APOIO À DIVUL- GAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA	GND 3: 2008: 10.000.000 2009: 11.000.000 2010: 12.000.000 2011: 13.000.000	INICIATIVA APOIADA 2008: 100 2009: 100 2010: 100 2011: 100
INTEGRAL: PAULO PAIM, 02	SEDH	1404 – NOVA: PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CAPA- CITAÇÃO DE CUIDADORES DE IDOSOS EM INSTITUI- ÇÕES PÚBLICAS DE LON- GA PERMANÊNCIA	GND 3: 2008: 1.000.000 2009: 1.100.000 2010: 1.200.000 2011: 1.300.000	PESSOA CAPACITADA 2008: 500 2009: 500 2010: 500 2011: 500
INTEGRAL: CRISTÓVAM BUARQUE, 03	SEDH	0073-8788: ENFRENTAMEN- TO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – APOIO A COMITÊS DE ENFREN- TAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	GND 3: 2008: 80.000.000 2009: 1.227.355 2010: 1.291.070 2011: 1.347.788	COMITÊ APOIADO 2008: 100 2009: 20 2010: 21 2011: 22
INTEGRAL: FATIMA CLEIDE, 05	SEPM	1453 – NOVA: PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI – APOIO À CRIAÇÃO DE CENTROS DE PERÍCIA MÉDICO – LE- GAL ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DO- MÉSTICA	GND 3: 2008: 50.000 2009: 50.000 2010: 50.000 2011: 50.000 GND 4: 2008: 1.500.000 2009: 2.000.000 2010: 2.500.000 2011: 3.000.000	UNIDADE DE ATENDI- MENTO IMPLANTADA 2008: 5 2009: 7 2010: 9 2011: 11
INTEGRAL: FATIMA CLEIDE, 10	SEDH	0155 – NOVA: GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS – REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIO- NAL GLB	GND 3: 2008: 700.000 2009: 100.000 2010: 800.000 2011: 100.000	AÇÃO REALIZADA 2008: 1 2009: 1 2010: 1 2011: 10

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Eduardo Suplicy e Patrícia Sabóya. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Flávio Arns encerra a reunião, às onze horas e doze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passemos à pauta. Item único: discussão e votação das emendas do Projeto de Lei 31.207 PPA. Relator Senador Paulo Paim. Então nesse momento eu passo a palavra ao nosso Presidente Senador Flávio Arns.

Senadora Patrícia, eu estou fazendo aqui um encaminhamento rápido para gente ir para a reunião de imediato. Exatamente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Paulo Paim a deferência de me concedo, provisoriamente, a Presidência da Comissão de Direitos Humanos para que nós possamos apreciar as emendas de Comissão ao PPA – Plano Plurianual, portanto, para os próximos anos. Esta Comissão tem o direito de apresentar para apreciação da Comissão posteriormente as cinco emendas de comissão e o Senador Paulo Paim por ser o relator então apresentará suas conclusões a esta Comissão. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para lembrar a todos que eu apenas estou lendo aqui o espaço que nós estamos abrindo no PPA para outras propostas que depois na LDO que nós vamos, efetivamente, apresentar as emendas da Comissão e que, com certeza, pela minha avaliação todos os setores que aqui hoje falaram estarão contemplados.

E quero dizer, se me permitir, Sr. Senador Flávio Arns, se V. Exa. entender indicar que V. Exa. já fica acertado que será o relator da LDO se assim concordar aqui na Comissão. Então o Senador Flávio Arns será o relator da LOA aqui na Comissão que serão as emendas que nós vamos aprovar definitivamente. Nós estamos abrindo espaço, e por isso que devido à brevidade e da pressa que V. Exa. sabe que nós ti-

vemos que eu tive que avocar a relatoria para poder fazer rapidamente.

Então análise das propostas, primeiro: importante, de forma preliminar, ressaltar que a CDH, como disse o Senador Flávio Arns, nos termos do art. 971 da Resolução nº 01 de 2006 pode apresentar cinco emendas relativas às matérias que lhe sejam afetadas regimentalmente. A análise por nós empreendida focalizou inicialmente o exame da adequação das propostas e emendas apresentadas à disposição das legislações vigentes e, especialmente, quanto à disposição do art. 43, 44 e 100 da Resolução nº 01 de 2006 do Congresso Nacional. Ao final o mérito de cada uma delas. O exame da proposta. Permitimos constatar que as propostas do PPA 2008/2011, 2011/2012 não podem ser admitidas por envolver matéria que não afeta regimentalmente a CDH e contraria o disposto no art. 43 da Resolução nº 01 de 2006. Dois: as demais propostas e emendas atendem a exigência da Resolução nº 01 de 2006 do Congresso Nacional. Critérios para a seleção de emendas da CDH: o número de sugestões de emendas admissíveis é maior do que o número de emendas alocadas à CDH. Embora, todos sejam de inegável mérito. Propõe-se a adoção dos seguintes critérios para a seleção das cinco emendas a serem apresentadas aqui na CDH. Primeiro: considerar a abrangência e a importância social e institucional da ação proposta. Segundo: distribuir as emendas de forma a beneficiar o máximo de unidades orçamentárias que exerçam ações intituladas no âmbito da atuação da CDH, especialmente, Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de Política Para as Mulheres. Com base nesse critério propomos a seguinte distribuição de emendas a serem apresentadas pela CDH à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Vamos às emendas. A emenda nº 01: políticas afirmativas para a igualdade racial, apoio à divulgação e preservação de cultura indígena por quê? Nós notamos que o PPA não havia nenhuma janela para a questão dos povos indígenas. Então abrimos aqui um espaço que vai permitir que no momento de discutirmos a LOA a gente possa então ter essa janela para trabalhar também com os povos indígenas. Segunda emenda: a 1.404 vai na linha da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, capacitação e cuidadores de idosos em instituições públicas de longa permanência. A terceira emenda: para ampliarmos o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Apoio a comitês e enfrentamento da violência sexual das crianças e adolescentes. Matéria tão discutida aqui sempre pela Senadora Patrícia Sabóya e também pelo

Senador Cristovam. E a outra emenda é um programa novo, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, apoio à criação de Centro de Perícia Médico Legal especializados no atendimento à mulher vítima da violência doméstica. Também a Senadora Fátima Cleide trabalha tanto nessa área e as outras Senadoras como a Patrícia que está aqui nesse momento. E a Fátima Cleide também apresenta uma emenda nova. Gestão de política de direitos humanos no sentido da realização da Conferência Nacional GLB. Estas são as cinco propostas que foram apresentadas à mesa durante o período que permitiu que esse Senador pudesse fazer aqui esta síntese.

Eu entendo que, na verdade, embora, conste aqui o nome de alguns Senadores que eu não estou nem lendo. Tem emenda minha, tem do Cristovam, tem da Fátima Cleide. O importante é que essas emendas abram novos espaços para que na LOA a gente possa avançar. Quero deixar muito que as pessoas com deficiência estão contempladas. Até porque o relator, eu acho que é uma forma, Senador Flávio Arns, de nós resolvermos aquele probleminha que houve, o relator será o Senador Flávio Arns. Então não tenho nenhuma dúvida quanto a isso que lá nós vamos ampliar.

Então a assessoria lembra. Eu fiz uma síntese aqui das propostas que nesse escopo aqui apresentado todos os Senadores que apresentaram emendas estão, de uma forma ou outra, aqui contemplados.

Seria isso. Se V.Exa. quiser botar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço então ao Senador Paulo Paim pelo relatório.

Eu quero, antes de abrir a palavra para discussão, só dizer que já que foi mencionada a pessoa com deficiência, como colocado na mesa anterior, até pela representante da CORDE, Liliane. A pessoa com deficiência está incluída também no grupo de idosos, está incluída também no grupo de mulheres, está incluída no grupo de negros, está incluída no grupo dos GLBT. Então também está incluída em todas as áreas. E uma das grandes preocupações hoje em dia para muitas famílias no Brasil que tem filhos com deficiência mais acentuada, necessidades mais acentuadas e que não conseguiram a independência necessária. Quem é que vai cuidar dessas pessoas idosas quando os pais morrerem. Então é uma política também que estar incluída nos idosos, nas mulheres, nos, negros; em todas as áreas. Então, vamos dizer, é um aspecto transversal, uma interface com todos os setores e a gente não pode esquecer disso. Mulheres com deficiência, quer dizer, muitas vezes, discriminadas duplamente ou triplamente negra, mulher e com deficiência, quer dizer, é uma

discriminação, muitas vezes, múltipla, não é nem só de uma área, mas de outras áreas.

Mas de qualquer forma é só em função da observação do Senador Paulo Paim. E ver com muita calma, porque a gente quer aqui na Comissão de Direitos Humanos fazer também na LOA que é a Lei Orçamentária Anual uma discussão bem tranqüila, segura para que as prioridades sejam apontadas.

Está em discussão o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu

gostaria de perguntar ao Senador Flávio Arns se nessa preocupação com os deficientes se, porventura, há sugestão de destinação de recursos também para a ACD? Se houve a consideração disso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Em relação à ACD – Associação de Apoio à Criança com Deficiência lá de São Paulo e no Brasil, porque agora se expandiu para o Brasil também. Não. Nesta Comissão ainda não, porque nesta Comissão por se tratar de Secretaria de Direitos Humanos, o enfoque está, essencialmente, nesses órgãos que articulam os direitos humanos como Secretaria da Mulher, Secretaria do Negro da Igualdade Racial, do Idoso. Mas a ACD, sem dúvida alguma, eu diria, pode ser objeto de apreciação na nossa Comissão de Assuntos Sociais onde o tema saúde, inclusive, nós sempre trabalhamos muito com emendas na área da habilitação e reabilitação que é o caso específico da ACD e do Hospital Sarah também.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E lá ainda há tempo para, eventualmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): No Plano Plurianual as emendas ainda não foram apreciadas no Plano Plurianual, mas depois do Plano Plurianual o passo seguinte importante é a LOA, a Lei Orçamentária Anual para a destinação de recursos concretos ao orçamento deste ano. O Plano Plurianual é sempre a visão de quatro anos em que se tenha o recurso e a complementação de recurso se a Comissão achar necessária. Então não é propriamente a destinação de recursos, é uma visão de longo prazo a ênfase que se pretende dar. Agora na seqüência, no mês de novembro nós vamos apreciar na Comissão tendo quatro emendas de Comissão, no caso, para complementação à Lei Orçamentária Anual.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar. Eu já designei que o relator será o Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Nesta Comissão, mas lá na Comissão de Assuntos Sociais onde o tema é abordado também

nós vamos ter que fazer esse debate sobre hospitais que objetivem a habilitação e a reabilitação, como é o caso do Sarah Kubitschek, da ACD e de outras entidades, porque em Goiás, por exemplo, existe um centro de reabilitação também muito importante, em Goiânia e é uma organização social instituída pelo Governo Estadual.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Permita-me só... Eu quero cumprimentar a sua preocupação dentre tantos assuntos, mas também com a criança com deficiência, a pessoa com deficiência. E é muito importante que todos os seres humanos tenham essa preocupação e, sobretudo, nós na hora de estarmos definindo recursos.

Eu quero aqui dizer uma coisa, por exemplo, eu tenho três filhos extraordinariamente saudáveis, felizmente nunca tive essa preocupação na minha família. Mas de quando em quando observo que mesmo nas famílias onde as pessoas são saudáveis, de repente, nesta família acontece, seja com uma criança, com um adulto um acidente, às vezes de motocicleta, às vezes de automóvel, às vezes a pessoa um pouco mais velha tem um derrame e passa a ter a necessidade premente da assistência em locais tais como o Hospital Sarah Kubitschek.

Eu pude acompanhar um caso recentemente, a vida da família mudou completamente por causa da pessoa que então teve o derrame e, felizmente, houve o atendimento no Hospital Sarah Kubitschek de pessoas que, por exemplo, se deslocou de São Paulo. Soube que a ACD, por exemplo, tem uma extraordinária fila de pessoas que precisam.

Então eu pude estar presente no último sábado no Teleton que o SBT e o Silvio Santos promove para captar recursos e conseguir um sucesso muito grande para, inclusive, se abrir mais uma unidade da ACD, por exemplo, em São José do Rio Preto e, assim por diante.

Mas eu cito isso, mais uma vez, louvando a sua preocupação e dizendo como isso é importante. Às vezes nós que temos as pessoas na família que estão bem, de repente, nos damos conta de que isso é essencial e vital para tantas famílias e, por isso a preocupação que todos deveremos ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Quero enaltecer a fala de V. Exa. e é isso mesmo que acontece. Podem ser deficiências congênitas, já nascidas, crianças que já nascem, pode ser adquiridas posteriormente, podem ser pessoas adultas, idosas, diabetes, por exemplo; quantas pessoas que ficam cegas por causa de diabete; quantas pessoas que adquirem uma deficiência em função como V. Exa. colocou, um acidente, uma queda. Eu conhe-

ço um jovem lá no Paraná que caiu, bateu a cabeça e ficou com muitas dificuldades e que precisam de um trabalho de reabilitação, no caso, fornecido pela ACD. E quero parabenizar a iniciativa, aproveitar a ocasião do Silvio Santos porque isso tem contribuído significativamente para a construção da cidadania que a pessoa tem que se reabilitar e continuar participando da vida da sociedade. Mas tem que ter a oportunidade, o local, a chance.

Muito bem. Não havendo mais quem queira discutir. Coloco em votação então o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Parabenizo o Senador Paulo Paim. E retorno a Presidência a V. Exa..

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois da brilhante presidência do Senador Flávio Arns, e como nós temos compromisso agora com a Senadora Patrícia que é a Comissão de Assuntos Sociais, eu declaro encerrada a presente reunião.

E somente lembrando que ficou para a próxima quinta-feira, 9h da manhã o projeto sobre homofobia e em seguida vamos ter então o debate sobre a questão relacionada à central sindical e imposto sindical.

Sessão encerrada às 11h12.

Ata da 47ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 1º de Novembro de 2007, Quinta-feira, às 9:00 Horas, no Auditório Petrônio Portela, Anexo II.

Às nove horas e três minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e sete, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella e Lúcia Vânia**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente ao iniciar os trabalhos aprova a ata da reunião anterior e coloca em votação os itens da pauta: Item 01 – **Requerimento nº 70, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes as “aposentadorias especiais e cidadania”, com convidados representantes da categoria e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item 02 – **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006**, que altera a Lei nº.

7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940— Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”. Autor: Deputada Iara Bernardi. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas. Resultado: **Adiado. EXTRAPAUTA** – Item nº 01 – **Requerimento nº 71, de 2007**, que “requer a realização de diligências e reuniões na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de verificar in loco as condições de trabalho da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. As diligências deverão ser acompanhadas pelos membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e pela Secretaria da Comissão da CDH, pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, por representantes da Entidade de Classe da Brigada Militar e por representantes do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. As diligências realizar-se-ão no dia 08 de novembro de 2007”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº 02 – Requerimento nº. 72, de 2007**, que “requer a realização de Diligências e reuniões na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de verificar in loco as condições de vida do Povo Indígena Charrua/RS. As diligências e reuniões deverão ser acompanhadas pelos membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e pela Secretaria da Comissão da CDH, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara de Vereadores da Cidade Porto Alegre – RS. As diligências realizar-se-ão no dia 09 de novembro de 2007”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item n. 03 – Requerimento nº. 73, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das graves denúncias quanto à adulteração do leite e seus reflexos na linha de consumo e saúde pública. Para tanto devendo ser convidada caso julgue ser de seu interesse, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para participar conjuntamente desta audiência, bem como, representantes de Cooperativas do ramo, representantes de empresas comercializante de leite, representante do Ministério da Justiça, representante do Ministério da Agricultura, ANVISA e PROCON e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Faz uso da palavra o Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, às nove horas

e dezesseis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, bom dia. Alegria recebê-los mais uma vez aqui no Congresso Nacional, aqui na Comissão de Direitos Humanos, que faz Audiência Pública em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais, da qual eu sou Relator do PL que regulamenta, o PL 88, regulamenta as centrais sindicais e ao mesmo tempo dá uma nova forma na distribuição da chamada contribuição sindical, especificamente no que tange as centrais sindicais, ou seja, aqueles 20% que estavam destinados para o Ministério do Trabalho, 10% ficariam então com as Centrais Sindicais.

Quero também informar a todos que a nossa Sessão de hoje, ela terá dois momentos. E eu vou para o primeiro momento.

Declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a colocação em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. **Aprovado**.

Passamos a pauta. Requerimento nº. 70 de 2007. Esse Requerimento requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes as aposentadorias especiais, que envolve o conjunto dos trabalhadores desse país. Com convidados, representantes de categorias e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autoria é deste Senador e outros Senadores. Aqueles que concordam com essa Audiência Pública, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

O item 2 da pauta era o Projeto de Lei nº. 122 da câmara, que altera a lei nº. 7116 de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça, ou de cor, da nova redação ao parágrafo 3º, e art. 140 do decreto lei nº. 2848, de 7 de setembro de 1940, ainda, código penal. E também ao art. 5º da CLT aprovada pelo decreto lei nº. 5452, de 1º de maio de 1943, da outras providências. Esse projeto é de autoria da ex-deputada Iara Bernardi. Relatora, Senadora Fátima Cleide, que até o momento manteve o seu parecer pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas. Senador Flávio Arns, senta com a gente aqui.

Lembramos a todos que esse projeto é o projeto que trata da liberdade, enfim, a livre opção sexual. É um projeto polêmico, e própria Relatora Senador Fátima

ma Cleide, pediu que eu tirasse de pauta hoje. Então, esse projeto não será discutido hoje, ela teve, inclusive, que viajar, e está tentando ainda construir um entendimento com todos os setores, há uma divergência grande entre os setores mais ligados a igrejas, e aqueles que defendem a plena liberdade da opção sexual. Ou resumindo só, porque não vamos nem debater esse projeto. Mas o Senador Flávio Arns que está aqui comigo já fez um apelo, e eu fiz também, para que haja um diálogo amplo entre todos os setores, porque eu tenho certeza que ninguém, ninguém, quer ver ninguém discriminado por motivo nenhum. Só temos que construir é um entendimento na redação final. Então, a pedido da própria Relatora, o projeto saí de pauta.

Temos ainda três Requerimentos extrapauta, o Requerimento 71, o 72 e o 73. Aqueles que concordam que eu possa encaminhar os três requerimentos como extrapauta, permaneçam como se encontram. Nos números conforme eu li aqui. Está aprovado.

Vamos à leitura dos requerimentos. Requeiro nos termos do art. 90, inciso XIII, o art. 142, a realização de diligências e reuniões na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com a finalidade de verificar *in loco* as condições de trabalho da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul. As diligências deverão ser acompanhadas mediante acordo, e deve se encontrar aqui já, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, e o Deputado Marquinho Lang, que está aqui a minha esquerda. Deputado Marquinho Lang, já aprovou esse mesmo requerimento que será então um misto de Assembléia e Senado, uma Audiência Pública e diligência para verificar as condições de trabalho e salário da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que se encontram acampados em frente ao Palácio Piratini, e também a assembléia praticamente, né, Marquinho? Já que uma é do lado da outra.

E eu estive lá, o deputado também esteve, estamos preocupados, só esse ano 39 policiais morreram no confronto e as condições de trabalho deles, de fato, são precárias. Nós das Comissões de Direitos Humanos que defendemos sempre todo o tipo de injustiça, entendemos que também é o nosso papel verificar as condições de trabalho e salário dos profissionais da segurança no Rio Grande do Sul, no caso da Brigada Militar. Lembramos que para esse evento serão convidados desde representante do Governo do estado, especialmente eu diria o Secretário de segurança, o comando da Brigada Militar, as entidades de classe dos policiais militares, enfim, todos os setores envolvido com esse movimento, que é um movimento propositivo, afirmativo, de que todos, todos, sejam respeitados e efetivamente haja uma política humanitárias

para todos, sendo da segurança ou mesmo aqueles que por um motivo ou outro, sejam punidos por um delito cometido.

Quem concorda com o atual requerimento, permaneçam como se encontram, lembrando que esse evento é o dia 8, dia 8, dia 8 lá na Assembléia Legislativa em parceria com a Comissão Direitos Humanos do Senado e da Assembléia Legislativa. Quem concorda permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Requerimento nº. 72/2007. Requeiro nos termos do art. 90, inciso XII, do art. 142, a realização de diligências, isso é aqui é o mesmo eu acho... Diligências, reuniões na cidade de Porto Alegre, com a finalidade que verificar *in loco* a condição de vida do povo indígena, Charrua. Nós que lutamos tanto aqui, e eu dizia antes, contra qualquer tipo de discriminação, estamos levando, inclusive, a FUNAI, porque estamos na linha de que o povo indígena Charrua, seja efetivamente reconhecido e tenha a titularidade das suas terras. Essa Audiência Pública se dará em parceria também com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Que é liderada ali nessa área, pelo Vereador Comassetto. Vereador Comassetto também já provou requerimento no mesmo sentido. Aqueles que concordam que a Comissão do Senado participe nessa atividade de valorização dos nossos indígenas, do povo indígena. Eu sempre digo que nós todos falamos da discriminação, mas ninguém, ninguém nesse país é tão discriminado como os indígenas. Uma que eles foram praticamente dizimados, podemos dizer, que milhões e milhões foram assinados, e nós estamos aí, resgatando, querendo dar qualidade de vida para os povos indígenas, nesse caso aqui o povo Charrua.

O último requerimento. Colocamos em votação então aí da Comissão do Senado a participar desse evento para a valorização dos povos indígenas, no caso o povo Charrua, lá em Porto Alegre. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Isso aqui está que nem aquelas assembléias, que a gente está louco para terminar logo, não é? Em vez de dizer, os que concordam levantem o braço, a gente diz: "os que os que concordam fiquem como se encontram". Não é mais fácil? Estou certo, essa é tática. Então vamos lá pessoal. Uma outra aqui que é a última agora.

Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos. Com fundamento no art. 52, também § 2º, inciso II, da ação federal combinado com o art. 90 do Regimento Interno da Casa. Requeiro a realização de Audiência Pública, com vista a tratar das graves de-

núncias, quanto à adulteração do leite e seus reflexos em todos os derivados e a linha de consumo, enfim, a saúde pública. Para tanto, deve ser feito em parceria com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Já acertamos com o Senador Quintanilha essa denúncia do leite. Só no Rio Grande do Sul, ontem 700 mil litros de leites foram encontrados enterrados, e me parece que isso está se espalhando por todo o Brasil. Nós convidaremos todos os setores, desde os empresários, as cooperativas, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, o Ministério da Agricultura, convidaremos também o Ministério da Saúde, a ANVISA, ao PROCON, enfim, todos serão convidados. Já está conosco aqui também, o Senador Mesquita Junior, Senador que tem também um compromisso enorme exatamente como Flávio Arns, Senadora Serys. Senadora Serys também está chegando nesse momento aqui. Todos aqui têm o mesmo compromisso que eu tenho com a luta dos trabalhadores do campo, e da cidade, aposentados e pensionistas e todos os discriminados. Me permito uma salva de palmas para os quatro que estão aqui. Eu me incluí nessa, os quatro sou eu.

[Aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, viu. E coloco em votação o atual requerimento, que é uma Audiência Pública para discutir a fraude, o desvio, eu digo a sacanagem mesmo, não é? De estarem misturando soda no leite e vendendo a população como uma forma de ampliar a validade do leite. É soda e água oxigenada, não é? E por isso, nós entendemos que é fundamental que a Comissão de Direitos Humanos, que a Comissão de Defesa do Consumidor faça esse debate. Já sabemos, e quero dizer que nós aqui já assinamos, a já uma iniciativa, que inclusive, eu anunciei ontem no Plenário, em parceria com a própria câmara dos deputados de termos, ou até mesmo uma CPI. Inicia com Audiência Pública, mas pode saber que vai se instalar uma CPI, para que se vá a fundo nessa questão.

Concluído a votação dos requerimentos. Vamos agora para... Já coloquei em votação os requerimentos.

Mas repito, se tiver dúvidas aqui para efeito de gravação. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Está encerrada a presente reunião. E nesse momento vamos a Audiência Pública, como item único.

Sessão encerrada às 09h16.

ATA DA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 1º

DE NOVEMBRO DE 2007, QUINTA-FEIRA, APÓS A 47ª REUNIÃO, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, ANEXO II.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Edson Lobão e Lúcia Vânia** e dos Senadores não membros, **Aloísio Mercadante, Francisco Dornelles, Renato Casagrande e Valdir Raupp**, também dos Deputados Federais **Paulo Pereira da Silva, Nelson Marquezelli, Augusto Carvalho, Roberto Santiago e Daniel Almeida**. Deixa de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. A presente **reunião convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento – CDH, nº 69, de 2007**, “com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno, para debater o reconhecimento das Centrais Sindicais e Imposto Sindical na forma discutido no projeto do Governo federal (PL 1990/2007) (na Câmara) para a qual serão convidadas, para reunião conjunta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal”. Comparecem os seguintes convidados: Luiz Antônio Medeiros – Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, representando Carlos Roberto Lupi – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Augusto Carvalho – Deputado Federal; Raimundo Nonato dos Santos – Diretor de Representação Internacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, representando José Augusto – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Denise Motta Dau – Secretária Nacional de Organização Sindical/CUT, representando Artur Henrique da Silva Santos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Pascoal Carneiro – Diretor do Movimento Por Uma Central Classista e Democrática, representando João Batista Lemos – Presidente do Movimento por Uma Central Classista e Democrática Corrente Sindical Classista; Antônio Fernandes dos Santos Neto – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Francisco Canindé Pegado – Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores – UGT, representando Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Luciano Athayde Chaves – Vice-presidente da

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, representando Cláudio José Montesso – Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Lúcia Rondon – Consultora da Confederação Nacional da Indústria – CNI, representando Armando de Queiroz Monteiro Neto – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Roberto Nogueira Ferreira – Consultor da Confederação Nacional do Comércio, representando Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC; José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central; Hélio Stefani Gherardi – Consultor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP. Augusto Carvalho – Deputado Federal Paulo Pereira da Silva – Deputado Federal. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública e em seguida, convida as autoridades para tomarem lugar à mesa e fazerem suas explanações. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Aloísio Mercadante, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Sibá Machado, Cristovam Buarque e Lúcia Vânia. Encerradas as falas dos senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que concordam permanecem como se encontram. Aprovado.

Item único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento da CDH nº 69/2007 com fundamento no disposto no art. 58, § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno da Casa, quer requerer realização de Audiência Pública para debater o reconhecimento das centrais sindicais e imposto sindical na forma discutido no projeto do Governo Federal PL 1990/2007 na Câmara, para qual serão convidados para reunião conjunta a Comissão também de Comissão de Constituição e Justiça,

assuntos sociais, do Senado Federal, e convidamos também o Senador Dornelles, que foi indicado como Relator na Comissão de Assuntos Econômicos. Quero dizer que convidei também o Relator na Comissão de Justiça. Falei ontem com o Senador Marco Maciel, que é o Presidente, ele me disse que não estava consolidado ainda de quem seria o Relator, mas haveria grande possibilidade de ser a Senadora Lúcia Vânia, que havia sido já previamente, digamos, convidada por alguns dirigentes. Lembramos que está aqui já o Senador Cristovam Buarque. Eu o convido para vir para a Mesa, Senador Cristovam.

[palmas]

Eu quero lembrar a todos, Senador Cristovam já está aqui na Mesa conosco, que a Senadora Serys... Nós não vamos debater isso aqui hoje, mas ela é a favor... Ela é Relatora do Projeto 248 que eu não estou preocupado com o nome, mas o nome que ficou naquela audiência que fizemos nesse Plenário aqui, e foi aprovado o 248 que é de uma vez por todas não deixar dúvida quanto à contribuição assistencial, aquela que é discutida efetivamente no Plenário que eu chamo que é a Assembléia dos Trabalhadores, o 248 ela é Relatora e o seu parecer é favorável.

[palmas]

Hoje vamos tratar, como havia dito antes, somente dessa questão. Eu quero dizer... Vou fazer a leitura dos convidados para essa Audiência Pública para fazer uso da palavra aqui na Tribuna. Convidados Luiz Antônio Medeiros, Secretário de Relação do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego representando o Ministro Carlos Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego que se encontra no exterior. Convidado também o Deputado Augusto Carvalho, Deputado Federal que foi o autor da Emenda que alterou o projeto original na Câmara dos Deputados, que dará aqui também o seu ponto de vista sobre o tema. Deve estar chegando. Convidamos também o Deputado Antônio Carlos Pannunzio, Deputado Federal que apresentou também aquela Emenda e terá aqui a oportunidade de expor o seu ponto de vista quanto ao Tribunal de Contas. Convidado também o Deputado Vicente Paulo da Silva, que é Deputado Federal e foi o Relator do projeto na Câmara dos Deputados. Convidamos também o Sr. Raimundo Nonato dos Santos, Diretor de representação internacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Convidamos também Denise Mota Dau, Secretária Nacional da Organização Sindical, representando da Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores. Pascoal Carneiro representando João Batista Lemos, Presidente do Movimento por uma Nova Central Classista e Democrática. Pode ver que eu convidei todo mundo. Não há restrição a

ninguém. Então ninguém me diga que alguém não foi convidado. Eu tentei convidar a todos. Todas as sugestões que me encaminharam eu digo: “Não há problema. Podem convidar”. Então até conversei hoje de manhã com algumas pessoas dizendo que não barro ninguém. Todos que quiserem estarão aqui no Plenário e todos aqueles que forem indicados para mim foram convidados. Nem todos puderam vir, pelo que vejo. Mas todos foram convidados.

Foi aqui também por indicação, além do Pascoal, agora Paulo Pereira da Silva, que é Deputado Federal e Presidente da Força Sindical. Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Francisco Canindé, representando Ricardo Patah que me disse que está no exterior, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT. Luciano Athayde Chaves, Vice-Presidente da ANAMATRA. Eu gostaria de convidar para Mesa o nosso ex-líder, mas sempre nosso orientador, o Senador Mercadante e também o Senador Suplicy, ambos, podem ter certeza, que têm demonstrado todo o seu compromisso com essa causa.

[palmas]

Convidamos também nesse momento, registramos também Luciano Athayde Chaves, Vice-Presidente da ANAMATRA, representando Cláudio José Montesso, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, ANAMATRA. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC. E mandamos também convite para o Presidente da CNA. Chamamos também aqui para a Mesa o Senador Crivella, por favor, Senador Crivella aí também. Aqui para Mesa.

[palmas]

Pelas informações que nós temos o Plenário efetivamente vai estar lotado. E é bom que esteja lotado. Eu sempre digo que bom aqui no Congresso é quando as lideranças da sociedade estão aqui para debater os temas e que a nossa vontade de Senadores e Senadoras é representar essa vontade. Essa vontade do povo aqui presente defendendo o seu ponto de vista. Então, nós estamos aqui com esse objetivo.

Gostaria de encaminhar, recebendo aqui o Mercadante, de encaminhar da seguinte forma: Como os Senadores estão aqui para prestigiar o evento vão ficar na Mesa, eu convidaria a cada um que vai fazer uso da palavra para usar a Tribuna. Então da Tribuna cada um que eu vou começar a chamar em seguida, que vai desde o José Calixto, a Patrícia, a Lúcia, o Dornelles, enfim, todos aqueles vão usar a palavra usarão a Tribuna, os nossos convidados. E os Sena-

dores usarão a palavra a qualquer momento. Senador usa a palavra a qualquer momento e em seguida nós daremos a palavra também para que os Deputados possam expressar seu ponto de vista sobre esse tema. Pela conversa preliminar que nós tivemos, nós íamos começar essa Audiência Pública, e se assim os senhores concordarem, dando a palavra em primeiro lugar ao representante da ANAMATRA, que tem uma avaliação, inclusive, do projeto que veio da Câmara e que eu, pelo menos logo que percebi e fui a fundo, passei a concordar com essa avaliação. Mas naturalmente apenas concordar. Eu sempre digo que aqui ninguém é dono da verdade, mas seria muito bom que o representante da ANAMATRA, que é o Sr. ... Está aí o representante da ANAMATRA? Em seguida... Só para dizer que o representante da ANAMATRA, que vou convidá-lo em seguida para usar a Tribuna, estou me situando aqui, é o Luciano Athayde Chaves, Vice-Presidente da ANAMATRA, representando o Cláudio José Montesso, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho. Então, nesse momento, antes de eu chamar o primeiro que vai fazer uso da palavra sobre esse tema, eu vou facultar – naturalmente conceder com muita satisfação – a palavra se algum Senador ou Senadora porque eu sei que alguns têm outros compromissos, mas fizeram questão de vir aqui dar o seu depoimento, em seguida.

Mas antes mesmo de passar a palavra ao Senador Suplicy que foi o primeiro que pediu a palavra, eu gostaria de só dar o seguinte enfoque em primeiro lugar. Em primeiro lugar: Primeiro, dizer a todos senhores e senhoras que esse tema da legalização das centrais sindicais e da contribuição sindical é um tema que todos nós conhecemos muito bem. E viemos debatendo ele, os dois temas, há algumas décadas. É só lembrar quando foram criadas as primeiras centrais sindicais. Então, é um tema que todos nós conhecemos. E que os Senadores na sua ampla maioria, também acompanham. O que eu gostaria de pedir na abertura dos trabalhos? Primeiro, vamos fazer o que a gente chama, pode ser até alguma coisa que diz, mas isso é carimbado. Vamos fazer um debate no mais alto nível. Permitindo que quem pense diferente expresse aqui o seu ponto de vista. Podem ter certeza que nós vamos respeitar a vontade soberana do Plenário. Mas é importante que aqueles Deputados ou Senadores que pensam diferente, têm o direito de se expressar. E o debate para mim vai ser no campo das idéias, e que prevaleça a idéia que representa efetivamente o melhor para o conjunto do Movimento Sindical Brasileiro. Porque eu tenho o entendimento daquilo que for o melhor para o conjunto do Movimento Sindical Brasileiro é o melhor também para todos os trabalhadores

desse País. Então é nessa ótica que eu espero que a gente aqui faça esse bom debate. E que o Senado reflita o resultado desta reunião. Eu quero dizer que há entendimento, até o momento pelo menos, que os três Relatores apresentem o mesmo parecer em Plenário. Isso eu conversei com o Senador Dornelles que concorda com esse parecer. Só falta confirmar se efetivamente será a Senadora Lúcia Vânia. A Senadora Lúcia Vânia me adiantou que se for ela indicada, ela vai acompanhar também o mesmo parecer que faremos de forma articulada os três Senadores.

Quero dizer também que quando recebi aqui da direção da Casa, e corretamente o seguinte documento que eu vou ler, eu assinei com a maior satisfação; “Senador Paulo Paim, prezado senhor, tenho o prazer de comunicar-lhe que no âmbito do processo encaminhado a V.Ex^a., autorizei a Sessão do Auditório Petrônio Portela do Senado Federal para o dia 1º de novembro 2007 para realizar Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa em parceria com as outras comissões. Fica sob inteira responsabilidade do solicitante” – no caso do Senador Paulo Paim – “eventual mau uso ou qualquer dano que porventura ocorram nesse espaço. Faço voto de que o importante evento obtenha o êxito desejado”. Isso aqui é protocolo, pessoal. Tem que ser assim mesmo, eu assinei. Mas quero dizer que eu assinei com maior orgulho que eu tenho certeza que nós faremos uma grande Audiência Pública nesse auditório, no mais alto nível, pacífica, mas também cada um aqui firmando com muita convicção o seu ponto de vista. Está então aberta oficialmente a partir dessa pequena introdução, que eu sei que será um grande debate, e tem dois Senadores inscritos. O Senador Mercadante, Senador Suplicy, e em seguida o Senador Crivella. Qual dos dois tem mais urgência? Senador Mercadante tem que sair em seguida? Então passo a palavra, se o Senado Suplicy me permitir, ao Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu queria agradecer a gentileza da Mesa. Nós temos agora uma Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça com quatro Ministros de Estado e eu tenho obrigatoriamente que estar presente. Mas queria saudar a todos os Senadores que estão aqui presentes nessa Audiência Pública, Senador Paulo Paim, com toda a sua história de luta sindical, sua coerência ao longo de toda a vida parlamentar, saudar o Senador Geraldo Mesquita, Senador Cristovam Buarque, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Flávio Arns, Senador Eduardo Suplicy, Senador Marcelo Crivella, Senadores que têm compromisso com os trabalhadores e que estarão seguramente ajudando a construir com vocês uma saída para essa agenda de reestruturação

sindical. Eu queria saudar Paulo Pereira da Silva e em nome dele todas as centrais sindicais presentes, e não só um sindicalista com muita história, mas também um parlamentar bastante atuante.

Eu quero ser muito curto e grosso. Eu tenho uma longa militância sindical, fui Vice-Presidente fundador da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, da ANDES, que hoje é o Sindicato Nacional, fui presidente de associação de professores, e durante quase uma década fui assessor sindical. Comecei minha vida de militância muito cedo, mas uma parte muito importante da minha vida eu passei dentro dos sindicatos. Assistindo às campanhas salariais, analisando o papel fundamental que os trabalhadores tiveram a luta contra a ditadura, pela distribuição de renda, e os sindicatos são seguramente uma das instituições mais importantes na construção de uma sociedade mais justa e solidária no Brasil. Nós ainda somos um País muito desigual. É verdade que nos últimos quatro anos a renda dos 50% mais pobres dessa sociedade cresceu 32%. Um terço a mais de poder de compra. Que o salário mínimo se recuperou. E que a maioria das categorias hoje tem reajuste acima da inflação coisa que há muito tempo não acontecia em nosso País. Só o salário mínimo teve um crescimento de 31%, real. Acima da inflação. Poder de compra. Mas para dar avanço a esse processo, os sindicatos têm que ter força e capacidade de imobilização. Há um tema de reestruturação dos sindicatos? Há. Há uma agenda de reforma sindical? Há. Agora, essa agenda tem que ser construída com os sindicatos. O que nós não podemos aceitar...

[palmas]

O que nós não podemos aceitar é, depois de um acordo construído com as centrais por um primeiro passo que estava tramitando na Câmara dos Deputados, uma Emenda que propõe uma alteração apenas para os de baixo, para os trabalhadores que não toca nos interesses das entidades patronais. Portanto, já não é uma proposta de reestruturação sindical. Se nós queremos discutir reestruturação sindical, nós temos que discutir para entidades empresariais, para entidades dos trabalhadores. Portanto, não tenho nenhum compromisso com essa Emenda. Acho que nós devemos aprofundar esse debate. É uma excelente oportunidade que esse debate seja feito no âmbito do Senado Federal. Sei que as centrais já estão no Fórum Sindical Nacional, no Fórum Trabalhista, em uma proposta avançada de construção de mudanças mais profundas, inclusive no financiamento das centrais. Mas, isso não pode ser feito de forma açodada e atropelada por parte do Senado Federal. Portanto, acordos se cumprem e a construção de uma solução tem que ser feita nego-

ciadamente, transparente com o debate com vocês. E acho muito bom que a gente inicie esse debate. Mas o Senado tem que cumprir o que foi acordado e nós não teremos nenhum compromisso com uma Emenda que não foi discutida com os trabalhadores e só quer mexer, mais uma vez, com aqueles que estão na porta da fábrica, lutando por distribuição de renda, por contrato de trabalho. Acho que imposto sindical é uma forma de financiamento que vem lá dos anos 30, nós devemos pensar formas mais modernas, mais eficientes que possam substituir esse mecanismo de financiamento, mas isso não pode ser feito nem com atropelo nem com Emendas no final do processo de negociação. Acordos se cumprem e nós vamos cumprir o acordo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Queria informar aos Deputados se estiverem presentes, todos os Deputados Federais e Senadores ficarão aqui na Mesa. Se tiver algum outro Deputado que não está aqui na Mesa, que venha que nós vamos providenciar cadeira para que todos os Deputados Federais e Senadores... Quero dizer com alegria que está chegando o Senador Dornelles que o Senador Mercadante já indicou como Relator e disse que vamos fazer um Relatório em conjunto. Então, Senador Dornelles, está chegando nesse momento é o Relator na Comissão de Economia.

[palmas]

Então, nesse... Na ordem da forma como pedi-ram a palavra, eu passo a palavra ao Senador Suplicy e em seguida ao Senador Crivella. Eu faço um apelo para que todos os Senadores, claro que Senador não tem tempo, mas que todos ficassem mais ou menos em cinco minutos. Dá para dar um bom recado que ao meio-dia temos que encerrar nossa atividade. Temos que encerrar, mas claro, se tiver que ampliar, vamos ampliar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezado Presidente Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos do Senado, quero saudar a todos os Senadores e representantes das mais diversas centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, servidores de todo Brasil, e dizer quão importante é que nós, sobretudo, tenhamos a oportunidade de ouvir os seus argumentos a respeito desta modificação que está sendo considerada na forma da contribuição dos sindicatos. Digo-lhes e sabem todos que nós do Partido dos Trabalhadores, até a Central Única dos Trabalhadores, avaliamos que podemos caminhar na direção de termos um dia a contribuição voluntária. Entretanto, avalio que será importante que isto seja construído no diálogo com vocês. Que eu acho que, inclusive, o próprio pro-

ponente, o Deputado Augusto Carvalho que colocou isso, avalia que seja importante este diálogo que nós Senadores estamos tendo, abrindo a possibilidade de ouvirmos e tomarmos uma decisão que leve em conta as suas preocupações e sugestões e também que haja equidade na forma como vai acontecer para com as representações patronais em relação à representação dos trabalhadores. Eu também, como o Senador Aloizio Mercadante, tenho a responsabilidade como membro titular da Comissão de Constituição e Justiça de estar presente na audiência sobre a CPMF. E aqui também falo em nome da Senadora Serys Slhessarenko, que precisou se ausentar de pronto e disse que a sua decisão, como a minha, será em consonância com aquilo que todos vocês estiverem trazendo e construindo juntamente conosco, Senadores, e daí a importância de termos aqui os Senadores que são os Relatores, como o Senador Francisco Dornelles e outro. Eu também transmiti ontem ao Deputado Paulinho da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, a vontade de estarmos levando em consideração tudo que vocês estiverem nos transmitindo. Muito obrigado. Eu mais tarde estarei aqui após a audiência com os Ministros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Eu passo de imediato a palavra ao Senador Dornelles por permuta Senador Crivella, já que o Senador Dornelles tem vôo 10h30. Mas faz questão de deixar seu ponto de vista como Relator da matéria em uma das três Comissões. Lembramos, eu relato na Assuntos Sociais, e o Senador Dornelles na Comissão de Economia indicado pelo Senador Mercadante. Senador Dornelles com a palavra. Lembramos mais uma vez se tiver algum parlamentar, Deputado ou Senador, no Plenário estão convidados para ficar na Mesa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Eu agradeço ao meu companheiro Senador Crivella de ter-me cedido esse espaço, que eu tenho avião agora às 10h40 para Belo Horizonte e não poderia deixar de estar aqui. Eu quero cumprimentar o Presidente, o Senador Paulo Paim, na sua pessoa todos os Senadores e todos os parlamentares aqui presentes. Paulinho, Presidente da Força Sindical, e cumprimentando o Paulinho todos os sindicalistas aqui presentes. Eu quero dizer aos senhores que os senhores têm o privilégio de ter como Relator dessa matéria a Comissão de Assuntos Sociais, um dos Senadores de maior espírito público, de maior capacidade de luta e cuja vida é uma bandeira de disputas e vitórias em favor do sindicalismo brasileiro, que é o Senador Paulo Paim.

[palmas]

Eu queria dizer aos senhores que como Relator da Subcomissão de Assuntos Econômicos, o meu Re-

latório será elaborado, diria, a quatro mãos, junto com o Senador Paulo Paim porque realmente eu considero extremamente um verdadeiro absurdo que no mês de novembro, 45 dias do final do ano, se mudem todas as regras afetando no coração o movimento sindical brasileiro.

[palmas]

Uma matéria dessa natureza só poderia ser modificada dentro de um quadro de uma ampla discussão. Dentro de um quadro de exame das conseqüências que, muitas vezes, à primeira vista nem sempre aparece, mas que podem ter efeitos extremamente negativos para os sindicatos e conseqüentemente para a classe de trabalhadores. Eu venho aqui trazer a vocês todos um abraço muito grande, dizer que nós vamos trabalhar juntos, e que nós vamos fazer o Relatório juntos com o Senador Paulo Paim e estou certo que vamos corrigir as distorções hoje no projeto que no último momento sofreu modificações na Câmara dos Deputados. Um abraço para todos vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Agradecemos ao Senador Crivella, Relator também da matéria, e passo a palavra ao Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Meu companheiro Senador Paim, Senador que fez o Requerimento para essa Audiência Pública, que enriquece o Senado Federal. A presença dos senhores aqui é uma honra para todos nós. Quero saudar em nome do Senador Paim todos os nossos Deputados e Senadores que compõem a Mesa. E quero saudar também, na pessoa do Sebastião, lá do meu Estado do Rio de Janeiro, companheiro, guerreiro que luta pelos trabalhadores no Sindicato da Limpeza, e Calixto, Presidente da Nova Central, a todos os demais participantes do nosso Fórum, da nossa Audiência Pública.

Eu tenho uma preocupação. Acho que o nosso debate, Senador Paim e ilustres companheiros, precisa passar também pela discussão do repasse das verbas. É uma preocupação nossa. É uma preocupação de todo o Senador que conhece a realidade brasileira, o interior, e as questões de desigualdade no nosso País. Que a maior preocupação nossa é que a renda, que a participação dos salários na renda nacional, 50 anos está caindo no País. Essa é uma realidade cruel, ponto fundamental para o progresso do País, interesse concreto de cada um de nós e do futuro dos nossos filhos, das próximas gerações. A renda do trabalho, a participação dos salários na renda nacional tem caído há 50 anos. No momento em que se fala ainda em flexibilizar os direitos trabalhistas e mexer no movimento sindical, tudo isso nos preocupa muito. O trabalhador

brasileiro não pode estar agachado, intimidado. O trabalhador brasileiro não pode diante desse quadro de desigualdades sociais que impere em nosso País estar fragilizado. Eu acho que nós precisamos discutir, Senador Paim, recursos. Quer dizer, se temos 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 20% sendo que 10% do Governo vão para as centrais, há um detalhe na lei que me preocupa. É o seguinte: Os sindicatos que não indicarem suas federações e confederações, os senhores devem ter prestado atenção, se não houver essa indicação esse recurso proporcional que caberia à federação e à confederação volta para a conta salário e emprego do Ministério do Trabalho. Isso significa que o Governo quer abrir mão de 10, pode no final ficar com 30. Porque os sindicatos poderão ou não indicar. É uma questão importante. Eu sei que a discussão hoje gira muito em torno da contribuição obrigatória descontada no salário de um dia do trabalhador que é uma coisa importante também, e que nós precisamos debater para que não se fragilize o movimento sindical, porém é muito importante também que a gente não retire recursos do Movimento Sindical que no final vão parar no superávit primário.

[palmas]

Eu quero lembrar que a única esperança que nós temos de no futuro os trabalhadores brasileiros, de cabeça erguida, rasgarem nos horizontes sem fim da esperança da nossa pátria, um futuro, a perspectiva iluminada do seu destino, é ter um Movimento Sindical altivo que inclua a participação de suas federações, das suas confederações, de suas centrais no verdadeiro debate na distribuição da riqueza do nosso País. Contem comigo e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu quero de imediato também, por compromissos assumidos na Casa, passar a palavra à líder Senadora Ideli Salvatti que desde o primeiro momento também trabalhou, inclusive, para que eu assumisse essa Relatoria dando enfim um parecer que contemplasse a média de pensamento do Movimento Sindical Brasileiro.

Então eu passo a palavra nesse momento à líder, o Bloco de apoio ao Governo e também do PT, Senadora Ideli Salvatti e ao mesmo tempo, damos uma salva de palmas para a Senadora Ideli Salvatti.

[palmas]

E quero também, se me permitirem aqui rapidamente, está aqui na Mesa já o Roberto, o Deputado Roberto Santiago. Eu quero também cumprimentá-lo e dizer que junto com ele está também o Deputado Federal Augusto Carvalho.

Eu queria pedir para vocês, daquela forma que nós iniciamos, e me permita o Roberto Santiago que eu sei que tem posições divergentes, que a gente desse aqui uma salva de palmas para os dois que vai prevalecer aqui a vontade da maioria.

[palmas]

O Roberto Santiago disse que olha que: "Paim fez essa comigo!", pessoal vamos lá. Nós falamos no início, o Augusto não estava ainda. Eu pedia a vocês e sei que será um debate do mais alto nível, cada um colocando a sua posição, mas pode ter certeza que a Audiência Pública há de respeitar sempre para a sua redação final a vontade da maioria. Senadora Ideli Salvatti, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Meu bom dia a cada um e cada uma, eu quero saudar o Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, Senador Paulo Paim, que conduz esta audiência. Acho que é uma das audiências públicas maiores que já vi aqui no Senado tanto que veio para o Petrônio Portela para a sua realização. Eu acho que o debate, inclusive, o Senador Paulo Paim está fazendo esta audiência com a participação e a colaboração também da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Assuntos Econômicos, está aí o nosso Senador Cristovam Buarque também que preside a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. E dizer que nós vamos honrar o acordo feito com as centrais.

[palmas]

Esta é a orientação. O PT sempre defendeu o fim do imposto sindical, mas para que isto aconteça precisa ter um processo negociado como foi feito entre o Governo e as centrais, por isso é que nós vamos honrar o acordo e aquilo que foi acordado com as centrais será defendido e será o voto que a Bancada do PT fará na tramitação aqui no Senado.

[palmas]

Além disto, para nós é uma luta de muito tempo o reconhecimento das Centrais Sindicais, portanto, o que depender da Bancada do PT para que as Centrais Sindicais finalmente sejam reconhecidas na estrutura sindical do nosso País, também terá o apoio da Bancada do PT e nós estaremos trabalhando com os demais líderes do Bloco de apoio ao Governo também para a sua aprovação definitiva, deste reconhecimento das Centrais Sindicais na sua estrutura.

Tem algo que também veio para a nossa apreciação, que eu já quero de antemão colocar, eu acho que todos os recursos que são angariados, seja pelo Poder Público, seja pela iniciativa, seja pelas instituições que se organizam no País, precisam de fiscalização. Nenhum recurso que é angariado para ser utilizado em

nome de, seja na forma governamental, organizativa ou produtiva, pode ficar sem fiscalização.

Agora eu achei tão estranho que queiram fiscalizar a contribuição do Sindicato dos Trabalhadores e deixar sem qualquer tipo de fiscalização a Patronal.

[palmas]

Estranhíssimo, estranhíssimo. Por isso que, ontem na Mesa de negociação da CPMF, da Emenda nº 29, da desoneração tributária, da questão dos precatórios, ou seja, toda esta negociação ampla da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo limite de endividamento da União, seja esta negociação ampla, que está sendo feita entre Governo, Partidos políticos, bancadas da Câmara e do Senado, ontem foi colocado a questão do Sistema "S" porque o Paulo Skaf, trouxe ontem um milhão e 300 mil assinaturas contra a CPMF, só que é bom lembrar que o Sistema "S" arrecada, onerando a folha de pagamento com 3,5% sobre a folha de pagamento, arrecada mais do que um terço da CPMF, 13 bilhões.

[palmas]

E o Sistema "S" atualmente não é aquele que ofereceu o curso de torneiro mecânico ao Presidente Lula sem cobrar nada, hoje os cursos do SENAI, do Sesi, são cobrados e não valores pequenos.

[palmas]

Então eu acho muito bom que a gente coloque no debate a questão do Sistema "S" não para que ele seja extinto, muito pelo contrário, é importante, é fundamental, presta um excelente serviço, mas talvez a gente pudesse com o mesmo empenho que o Paulo Skaf fez o abaixo-assinado contra a CPMF, os empresários contribuam com uma pequena redução da carga tributária também no Sistema "S". Talvez seria uma participação do setor empresarial para isso.

E já que eles querem fiscalizar a contribuição sindical só dos trabalhadores, quem sabe a gente possa conseguir uma fiscalização nos 13 bilhões que eles arrecadam.

[palmas]

Então é mais ou menos isso que a gente gostaria de deixar para todos e mais uma vez reafirmar o nosso compromisso com o acordo que foi feito entre o Governo e as centrais, este será honrado pela Bancada do PT no Senado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero registrar a presença conosco aqui também do nosso colega, companheiro, ex-Deputado, ex-sindicalista e hoje representando nessa Mesa o Ministro Lupi, o nosso ex-Deputado Federal Medeiros, uma salva de palmas para o Medeiros e para o Paulinho que eu não tinha registrado ainda.

[palmas]

Alguém me disse: “Você não registrou o Paulinho”, então uma salva de palmas também para o Paulinho também, fico assegurado.

[palmas]

Nós vamos começar porque aqui na Mesa eu combinei o seguinte: A Mesa fala a hora que ela bem entender e aqui muitos pediram para falar no segundo momento ouvindo os primeiros debatedores, enfim, os nossos convidados. Então como eu havia anunciado, e eu sei que está esperando, eu queria chamar o Dr. Luciano Athayde Chaves, Vice-Presidente da ANAMATRA representando Cláudio José Montesso, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, ANAMATRA.

V.Ex^a. dispõe da palavra, por dez minutos.

SR. LUCIANO ATHAYDE CHAVES: Sr. Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, demais Senadores, ilustres Deputados já nominados, Sr^{as}. e Srs. que participam dessa Audiência Pública, trabalhadores do Brasil.

É com muita honra que a ANAMATRA se faz presente nesse momento, nessa Audiência Pública para um debate de tão grande relevância. O Movimento Sindical, a estrutura sindical brasileira sofre críticas há muitos anos, há muitas décadas e a reforma sindical precisa ser feita, essa é uma aspiração de todo o povo brasileiro e também a nossa aspiração. Nós que integramos a Justiça do Trabalho, a Magistratura do Trabalho, e principalmente agora que estamos lidando ainda mais de perto com os problemas da representação sindical que por força da Emenda nº 45, são agora da competência da Justiça do Trabalho, portanto, esse é um debate que nós temos todo o interesse de participar.

A nossa presença aqui Sr. Presidente, tem uma justificativa, me parece, muito clara e diz respeito ao problema da fixação do imposto sindical. O debate em torno da contribuição sindical que é objeto da Emenda aprovada na Câmara dos Deputados, incidentalmente ao projeto na sua tramitação, Emenda de autoria do ilustre Deputado Augusto Carvalho aqui presente. E a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, há muito tempo, vem em uma relação extremamente institucional e amistosa com o Congresso Nacional, participando desse debate e dando sua contribuição, porque entendemos que aqui é um fóro para se debater as alterações do Direito do Trabalho, do Direito Brasileiro e que nós temos algo também a contribuir.

Nesse espírito, sucedeu que nossa entidade, examinando os termos do projeto, entendeu que se ao debate que foi travado na Câmara dos Deputados foi no sentido de aprovar a Emenda do ilustre Deputado para extinguir o imposto sindical, a contribuição

sindical, nos parece que o texto precisa de algum aperfeiçoamento. Evidente que o Direito é uma ciência muito complexa. A literatura e a filosofia do Direito diz que há uma vontade do autor do texto, depois há uma vontade do texto e depois há uma vontade do leitor do texto. Essa dificuldade semântica que os textos da lei muitas vezes provocam, deságua em um lugar muito conhecido, no Poder Judiciário.

Considerando essas características, essas circunstâncias, a Associação fez chegar ao Congresso Nacional uma ponderação de que o texto a rigor, ele não ataca o fim da contribuição sindical, porque a contribuição sindical está prevista na CLT, os arts. 578, 579 e seguintes, mas especialmente esses dois primeiros é que estabelece a obrigatoriedade da contribuição, ou seja, a fixação da obrigação jurídica de se pagar a contribuição sindical está principalmente nesses dois dispositivos.

O 578 diz que: “As contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias econômicas profissionais serão sobre a denominação de contribuição sindical pagas, recolhidas e aplicadas na forma deste capítulo”. Aqui está a fonte obrigacional da contribuição.

O projeto ele altera especialmente o art. 582, que especifica apenas a obrigação do substituto tributário que seria a empresa de descontar em folha e recolher aos cofres do Sindicato. Portanto, imaginemos que se o projeto passa como está, pode haver, pode haver, e a nossa presença aqui é apenas uma ponderação do que pode suceder, pode haver um conflito de se interpretar no sentido de que foi extinta, na verdade, foi extinta a obrigação da empresa recolher compulsoriamente, mas não a obrigação do empregado pagar ao Sindicato o imposto, a contribuição sindical.

E aí poderia suceder que os sindicatos ainda nesse cenário, imaginemos que fosse aprovado o projeto como está, que os sindicatos mandariam a cobrança para cada um dos trabalhadores, eles ainda assim seriam obrigados a pagar e dessa cobrança poderia surgir uma cobrança judicial e aí nos preocupa, Presidente, sobremaneira a pleora de processos judiciais que podem surgir com cobrança e execução de contribuição sindical.

Então, embora a nossa entidade tenha nos seus congressos anuais e bianuais posição histórica pelo fim do imposto sindical, da contribuição sindical, mas entendemos como já foi assentado aqui dessa tribuna, que esse uma debate que tem que envolver toda a sociedade, é um debate que tem que passar por provas como essas, audiências públicas, é um debate que tem que ser amadurecido no Congresso e se essa for a vontade do Congresso, de extinguir a contribuição

compulsória do imposto, entendemos que essa extinção deve ser feita de forma tecnicamente mais apropriada para que doravante, no futuro, não venha a Justiça brasileira, especialmente a Justiça do Trabalho, receber centenas, milhares, milhões de processos, discutindo única dúvida razoável, uma dúvida jurídica que entendemos razoável em torno dessa matéria.

Portanto, é uma visão política, é uma visão soberana do Congresso Nacional, mas que entendemos deve ser conduzida de modo a, se a decisão for nesse sentido, que o texto seja aperfeiçoado e a nossa entidade nós estamos aqui para colaborar nesse sentido. Eu gostaria de agradecer o convite, Presidente, e encerro porque sei que há uma lista de oradores bastante extensa, no sentido de colaborar com a própria audiência seria essa a nossa mensagem, muito agradecido, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos passar a palavra nesse momento ao Deputado Federal e também Presidente da Força Sindical o Deputado Paulo Pereira da Silva. Está também com o tempo de dez minutos. Paulo com palavra.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Quero cumprimentar a todos os dirigentes Sindicais que vieram dos mais distantes Estados do Brasil, cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimentar o Senador Geraldo Mesquita, meu companheiro de Partido e meu amigo, Senador Cristovam Buarque. Senador Luiz Antônio de Medeiros representando o Ministro Carlos Lupi que está em viagem em Portugal. Cumprimentar a todos da Mesa.

Companheiros essa Audiência Pública, para nós é de grande importância, não só pelo debate que provavelmente vamos travar aqui hoje, mas também para ir ficando claro quem nesse Congresso defende realmente os trabalhadores. Ou aqueles que estão aqui para tentar destruir as organizações dos trabalhadores.

Essa Emenda aprovada, as duas Emendas aprovadas na calada da noite, ali no meio do jogo do Brasil, Emenda de Plenário que ninguém conhecia, eu fiquei me perguntando: “A quem interessa uma Emenda que tira os recursos só dos sindicatos? A quem é que interessa quebrar todos os sindicatos rurais do País, na medida em que os sindicatos rurais do País vive exclusivamente do imposto sindical? A quem é que interessa destruir as confederações e as federações do Brasil inteiro e enfraquecer os sindicatos? O que está por trás dessa manobra feita na calada da noite pelo Deputado Augusto Carvalho?”

Está por trás sabe o quê, companheiros? E o Senador Paulo Paim acompanhou, recentemente aqui nessa Casa aprovaram a Emenda nº 03 que tirava todo

e qualquer direito dos trabalhadores, tirava todos os direitos dos trabalhadores, também no mesmo esquema, na calada da noite, tanto é que o Senado nem sabia, aprovaram até por unanimidade no Senado porque o Senado não sabia, os Senadores, uma emendazinha, que entrou ali no meio e que foi para a Câmara, nós também fomos pegos de surpresa e tentaram aprovar a Emenda nº 03.

Graças ao Movimento Sindical organizado dos trabalhadores, nós enfrentamos na rua a Emenda 03. Fomos ao Presidente da República e o Presidente vetou a Emenda nº 03, depois teve todo um movimento para tentar votar o veto da Emenda nº 03, nós não deixamos com greves e manifestações pelo Brasil. Então o que está por trás da Emenda do Deputado Augusto Carvalho é isso, por quê? Na votação, vocês podem pegar a lista, ele se juntou com tudo que não presta dessa Casa.

[palmas]

Ele se juntou com o Deputado Ronaldo Caiado, conhecido nosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Paulinho, me permite Paulinho, eu queria fazer um apelo a todos, as palmas livremente, mas vamos deixar cada orador até para a gente entender bem o ponto de vista de cada um, agora as palmas são livres, batam palmas quantas vezes quiserem ou não batam.

[palmas]

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Obrigado. Eu quero citar apenas alguns de que se juntaram naquela calada da noite, Roberto Santiago, que nós acompanhávamos ali, aflitos. Juntou com o Deputado Ronaldo Caiado, conhecido de todos nós, líder da UDR que querem quebrar os sindicatos rurais para poder dominar o campo e meter trabalho escravo como a gente tem acompanhado o trabalho duro do Ministro Carlos Lupi, como foi o trabalho do Ministro Marinho para combater o trabalho escravo.

Juntou-se com Pannunzio, dirigente da Fiesp de São Paulo, por isso que fizeram uma Emenda contra nós, não fizeram contra eles, por que não enquadraram o imposto sindical patronal que, inclusive, é maior que o nosso? Por que não enquadraram o Sistema “S”? Vieram só em cima do nosso. Quando nós falamos, quando nós reagimos, ele disse, vamos falar a verdade, com a maior cara de pau: “Eu vou fazer um projeto para tirar do patronal”. Vocês sabem quanto demora a aprovar um projeto nessa Casa? 30 anos, tira o nosso agora e do patrão daqui a 30 anos.

Então, tem que ficar claro o que está por trás e os trabalhadores que em um primeiro momento imaginam que é uma coisa boa, ele vai deixar de pagar o imposto sindical que é 3.3 de um salário mensal e

que se nós dividirmos por ano dá 0,25 por mês. Com a média salarial de mil reais no País, dá R\$ 2,50 por mês. É isso que um trabalhador paga para a estrutura sindical para manter os seus direitos. É isso que nós temos que falar para os trabalhadores e mostrar quem são os “cabos Anselmo” aqui dessa Casa.

[palmas]

Eu quero então companheiros, que a gente deixe claro para a sociedade brasileira o que está por trás e é isso que nós temos feito desde ontem, desde anteontem aqui com o Calixto, com os companheiros da CUT, da Nova Central, da UGT, da CGTB, da CTB, conversando e explicando para os Senadores. Não teve um Senador que nós conversamos que não teve essa compreensão do que está por trás, o que vem depois.

E o que vem depois nós sabemos: É tirar as férias, tirar o décimo terceiro, acabar com a aposentadoria do trabalhador, é isso que está por trás, é isso que o trabalhador sabe e tem que saber que a Emenda do Deputado que parece que vai favorecer, mas por trás vai acabar com os direitos conquistados, com a luta de muitos que estão aqui e muitos que até morreram para defender os direitos dos trabalhadores.

[palmas]

Por último, até para cumprir aqui os dez minutos, fizeram uma outra Emenda e bom lembrar de quem? Do Pannunzio, Diretor da Fiesp, para fiscalizar as Centrais Sindicais. Mas o patronato não, a Fiesp dele, não. Nada. Nem o Sistema “S”, só o nosso. Agora, alguém de nós já ouviu falar se em algum lugar do mundo o Governo fiscaliza trabalhador? Não tem lugar nenhum do mundo um negócio desse, ninguém tem medo de fiscalização, ninguém tem medo de ser fiscalizado.

Agora o que nós não podemos concordar é só fiscalizar a nós e muito mais fiscalizar pelo Governo, nós temos que ser fiscalizados pelos trabalhadores. O trabalhador é que tem que saber se o dirigente sindical presta ou não presta, se não presta tira de lá.

[palmas]

Então Senadores, companheiro Senador Paulo Paim, por último eu queria só lembrar uma coisa que eu já lembrei publicamente: O Deputado Augusto Carvalho foi Presidente do Sindicato dos Bancários aqui de Brasília. Quando ele foi Presidente ele não devolveu o imposto sindical que ele chama de sujo, hoje.

[palmas]

Se ele fosse, e ele disse que tem princípio, que faz isso por princípio, se tivesse princípio devolvia o imposto sindical lá atrás, por que não devolvia? Depois foi Presidente da Associação dos Trabalhadores do Banco do Brasil e obrigava todos os trabalhadores a serem sócios. Trabalhador que não seria ser sócio

tinha que ir lá ao DP sob risco até de ser demitido para dizer que não queria ser sócio.

Então é muito fácil depois que vira Deputado vir aqui e querer acabar com a organização dos trabalhadores.

[palmas]

Senador Paulo Paim, para não tomar o tempo dos outros, eu quero te agradecer e pedir que os Senadores nos ajudassem a aprovar o acordo que foi feito em mais de cinco anos de negociação, como lembrou o Antônio Neto, entre as Centrais Sindicais e o Governo. O acordo que legaliza as Centrais Sindicais e que passa uma parte dos recursos que já é nosso, porque dinheiro do imposto sindical é do trabalhador para organizar os trabalhadores e não para ficar com o Governo. Nós ainda deixamos 10% para o Governo e não deveria nem ter deixado porque aquele dinheiro é para organizar trabalhador e não para dar para o Governo.

Então, Senador Paulo Paim, gostaríamos que o seu Relatório refletisse o acordo das Centrais Sindicais com o Presidente Lula, com o Ministro Carlos Lupi, com o Ministro Luiz Marinho que é o acordo que todos nós aqui estamos de acordo. O acordo que legaliza as centrais e que dá representatividade às Centrais Sindicais. Portanto, nós gostaríamos que as duas Emendas feitas na calada da noite fossem rejeitadas por essa Casa. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Meus amigos me permitam, para ajudar nos trabalhos. Meus amigos, eu queria aqui que vocês me ajudassem a conduzir os trabalhos, como sempre fizemos em outros momentos que eu estive em Assembléia dos trabalhadores. Eu queria dizer que todos aqui na Mesa são meus convidados, ninguém veio aqui obrigado, e a todos em garanti, em nome de vocês, que todos iam aqui expressar livremente a sua opinião sobre o tema. E como fez agora o Paulinho, eu queria que vocês me ajudassem que como é uma Audiência Pública do Senado, os Senadores precisam ouvir a todos e vão ouvir a todos.

Eu peço a vocês e repito: Vamos ficar com as palmas, e quero dizer para vocês que eu sei muito bem o que eu estou dizendo, conheço muito bem o Senado, conheço mais o Senado em cinco anos do que 16 anos que fiquei lá na Câmara. Se nós encaminharmos a audiência na forma que estamos encaminhando, a não ser pequenas incidentes que eu não quero nem comentar. O importante é que vocês saibam: Podem aplaudir livremente, quantas vezes quiserem, mas evitem outro tipo de manifestação.

Isso ajuda a Audiência Pública, e vai fazer que a vontade da maioria no resultado final que é o que interessa, seja respeitado. Posso contar com vocês não é?

[palmas]

Passo a palavra ao ex-Deputado Federal Luiz Antônio Medeiros, Secretário de Relações do Trabalho, da Pasta de Trabalho e Emprego, representando aqui o Ministro Carlos Lupi.

Eu quero só lembrar também que quando eu citei aqui o Deputado Federal, estava aqui na minha frente, foi falha minha, lembrar também que ele é Vice-Presidente da UGT, a União Geral dos Trabalhadores, o Deputado Federal Roberto Santiago. Dez minutos, representando o Ministro, companheiro Medeiros.

SR. LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS: Cumprimentar ao meu companheiro camarada Senador Paulo Paim, nosso amigo, grande dirigente sindical, grande Deputado, grande Senador, nós temos orgulho da atuação do Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim não pertence ao Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim pertence ao Brasil, tal a identidade dele com os trabalhadores, então, meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim e na pessoa do Senador Paulo Paim, eu queria cumprimentar a todos os Senadores, especialmente os que estão na Mesa, o nosso querido Professor Senador Cristovam Buarque, batalhador da educação, Senador Geraldo Mesquita, cumprimentar ao Paulinho, o Roberto Santiago, Augusto Carvalho, enfim, todos os companheiros que estão na Mesa e cumprimentar a todos os companheiros do Plenário e dizer que o Ministro Lupi mandou um abraço a todas as pessoas, a todos os sindicalistas que estão aqui presentes.

O Ministro Lupi está cumprindo uma missão do Presidente da República, mas se há um Ministro que tem compromisso com o sindicato, com os trabalhadores, ele se chama Carlos Lupi. Ele não tem meias palavras, ele está do lado do Sindicato, do lado dos trabalhadores e é isso que eu vou procurar expressar aqui.

Nós acreditamos que o Brasil precisa, o Brasil precisa de sindicato forte, sem sindicato forte, nós não temos democracia, sem sindicato forte nós não temos a defesa dos direitos coletivos dos trabalhadores, verdadeiramente não há democracia sem Partido e sindicato forte.

Eu vinha no avião quando vinha para cá e vinha conversando com uma jornalista de que nós acreditamos em sindicato forte, mas eu dizia para ela o sindicalismo brasileiro vive certa crise no momento que nós estamos vivendo. E ela me dizia como é que o sindicalismo brasileiro vive uma crise, ela disse, cri-

se financeira eu tenho certeza, tenho certeza que os sindicatos não vivem. E aí conversávamos e ela disse: “Olha, os sindicatos têm quatro tipos de arrecadação: Tem a mensalidade, tem o assistencial, tem o confederativo e tem o imposto sindical”. Eu disse para ela: “Olha, realmente é contraditório, mas os sindicatos nunca viveram uma crise financeira tão grande quanto vivem agora”.

Eu comecei a explicar para ela que é realmente um grupo pequeno, há uma minoria que abusa das mensalidades, abusa do sindical, abusa das cobranças, mas isso é uma minoria não é a maioria. A principal fonte de renda, Senador, do Sindicato até um tempo atrás se chamava a cobrança negocial ou assistencial, essa era a principal fonte das rendas dos sindicatos. Os sindicatos tinham que fazer grandes mobilizações nas suas datas bases, alugar som, manifestações em portas de fábricas, grandes Assembléias, os sindicatos gastavam muito em grandes campanhas salariais. Quando o Sindicato fazia o acordo ele retirava um percentual de todos os trabalhadores beneficiados com o acordo.

O que aconteceu? Não sei por que e é bom que se diga, aconteceu uma verdadeira perseguição aos sindicatos que cobravam assistencial no País. O Sindicato dos Bancários de São Paulo renunciou ao imposto sindical, e para viver cobrava só a assistencial votada em Assembléia. O Ministério Público do Trabalho abriu um processo contra o Sindicato dos Bancários de São Paulo e o Sindicato dos Bancários de São Paulo está sendo obrigado a devolver todo o assistencial que ele cobrou nos últimos sete anos, todo o assistencial.

Não tem um Sindicato, pelo menos no Estado, que eu conheço que consiga cobrar a assistencial de todos os trabalhadores porque o Ministério Público dá em cima e impede que isso se faça, isso é verdade ou não é isso?

[palmas]

Olha, situação grave, situação grave aconteceu em Barretos. Lá o Ministério Público, junto com alguns fiscais do trabalho que o Ministro já tomou ciência, chamaram todos os escritórios de contabilidade e disseram: “Vocês estão proibidos de descontar assistencial dos trabalhadores”, fizeram um verdadeiro cerco, fizeram um verdadeiro cerco ao sindicalismo de Barretos.

Não teve um sindicato, Senadores, não teve um sindicato que não demitiu trabalhadores nos últimos tempos e em uma situação dessa em que vocês não pode cobrar o assistencial, você não pode cobrar o confederativo em uma situação dessa dizer o seguinte: “Também não pode cobrar o imposto sindical”. É fechar o Sindicato. É melhor fechar o Sindicato.

[palmas]

É melhor fechar o Sindicato! Não é só porque diz que é só dos trabalhadores, não. Só pegaram o andar de baixo, esqueceram do andar de cima.

Não vou levantar suspeição sobre o Augusto Carvalho, não vou levantar suspeição, não. Mas mesmo que acabasse com os dois, não é aceitável nesse momento fazer isso. Fazer isso nesse momento é fechar a porta dos sindicatos

[palmas]

A medida acaba com o negócio que é fundamental em toda a democracia que é o desconto em folha, pessoal! Isso acaba com o desconto em folha, acabou com o desconto em folha acaba até com a mensalidade do Sindicato, desconto em folha é uma conquista dos trabalhadores aonde tem democracia.

[palmas]

Nos Estados Unidos, tem desconto em folha, na França tem desconto em folha. A ditadura não acabou com o desconto em folha. Vai acabar agora? É um atentado contra o Sindicato. Eu acho... Eu sou daqueles que advogo no Ministério do Trabalho, eu estou falando pelo Ministro Lupi, nós temos que fazer mudança no sindicalismo, sim. Temos que fazer. O mundo mudou, o Brasil mudou, tudo mudou, nós também temos que mudar. E tem gente que reage à mudança, mas tem que mudar, por isso o Ministério do Trabalho está discutindo com as Centrais Sindicais, qual que é a primeira coisa? A primeira coisa é legalizar as Centrais Sindicais, está certo?

[palmas]

No Brasil as Centrais Sindicais não são legalizadas, podem falar, mas na hora de entrar no Supremo a Força não pode entrar, ela entra disfarçada através da CNTM; a CUT não pode entrar com nenhuma medida entra disfarçada, nós queremos legalidade, nós queremos agir à luz do dia. Então na negociação com o Paulinho, com o Roberto Santiago, com todos, primeira coisa: Vamos legalizar as Centrais Sindicais. E fazer com que as Centrais Sindicais participe desse processo de arrecadação sim, por que não? Está legalizada e a contribuição é legal, 10% para a arrecadação das Centrais para que para que elas possam trabalhar, mas o Ministério do Trabalho junto com as Centrais disse: "Vamos acabar com o imposto sindical". "Como?" "Paulatinamente, no prazo de três a cinco anos", isso está escrito, isso está negociado.

[palmas]

O que nós não podemos fazer é acabar abruptamente, tudo no Brasil é negociado, Senador? Toda a transição no Brasil é negociada, só a nossa que não? Só a nossa que é na base da... Como foram libertos os escravos? Você está liberto, mas você não tem ter-

ra, você não tem trabalho, se dane. Você não queria liberdade, se dane.

[palmas]

Não é assim que nós queremos, não é essa a nossa posição.

Então, o Ministério do Trabalho nós temos uma posição, nós queremos acabar com o imposto sindical com uma transição negociada que vai de três a cinco anos negociado, mas queremos uma outra contribuição que é a contribuição negocial ou assistencial que seja tirada nas Assembléias dos trabalhadores, que os trabalhadores possam dizer, possam negociar nas suas Assembléias e que no acordo coletivo, isso negociado em assembléia, votado em Assembléia, todo mundo que se beneficiou do acordo tem que contribuir, também é assim no mundo todo.

[palmas]

Também é assim no mundo todo. O Senador Paulo Paim sabe, que quem se beneficia do acordo tem que contribuir, aqui estão dizendo: "Não, não pode, só pode tirar dos associados", isto aí é incentivo à desassociação sindical. Se todo mundo tem um acordo e só os associados pagam, por que eu vou me associar? Então eu queria trazer essas reflexões. A sua proposta, Deputado, em outro momento poderia até ser aceita em um acordo grande, em um acordo de transição, mas não jeito que está, do jeito que está se eu não conhecesse o seu passado eu ia dizer outras coisas, mas não vou dizer isso.

Eu acho que é um grande equívoco. Nós precisamos sim, acabar com o imposto sindical, claro, mas precisamos de uma transição para não acabar com o Sindicato porque acabando com o Sindicato nós acabamos com a democracia, esse é o apelo do Governo.

[palmas]

Esse é o apelo do Ministro Carlos Lupi, estou falando aqui como Governo é claro, mas estou falando como cidadão, estou falando como trabalhador, democracia precisa de Sindicato forte. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria informar ao Plenário que eu havia convidado também o Deputado Vicentinho que foi Relator do projeto original e ele, infelizmente, não está aqui conosco porque ele está com diabetes e a diabetes dele acelerou, então, ele pede desculpa, mas disse que está com a posição, que fez questão de dizer, que se cumpra o acordo. Essa é a posição do Deputado Vicentinho.

Nesse momento eu quero passar a palavra para o representante do DIAP, passo a palavra ao consultor técnico do DIAP, Dr. Hélio Stefani Gherardi, dispõe também de dez minutos, todos estão respeitando os

dez minutos. É muito bom porque o Plenário não falou. Nós temos mais de dez dirigentes Sindicais previamente inscritos que vão fazer uso da palavra.

SR. HÉLIO STEFANI GHERARDI: Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srs. Deputados, companheiros e companheiras do plenário. O DIAP apresenta a questão técnica em relação ao projeto apresentado, em relação às Emendas apresentadas, mais especificamente e em relação ao § 1º do art. 5º. São flagrantes das inconstitucionalidades presentes.

As alterações apresentadas e o § 1º do art. 5º não contribuem para a organização sindical dos trabalhadores, ao contrário, criam dificuldades adicionais por Movimento Sindical e para os próprios trabalhadores. Há um absurdo em uma Emenda apresentada da fiscalização, volta da intervenção da época da ditadura, negação à própria autonomia dos trabalhadores.

Confundem as Emendas e o § 1º do art. 5º, confundem as lideranças sindicais, traz a insegurança para os empregados, o setor patronal curiosamente não é afetado, esquecem que a Fiesp e a CNTI são entidades sindicais patronais, aniquila o sistema confederativo, portanto, a opinião técnica do DIAP é no sentido de que tanto as Emendas apresentadas quanto o § 1º, do art. 5º não podem ser aprovadas para a própria evolução do Movimento Sindical e que para as Centrais Sindicais tem uma posição tranquila e possam atuar em nome dos trabalhadores. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos eu informo sempre que aqui na Mesa os Senadores e Deputados quando entenderem que é o momento adequado, eles farão uso da palavra.

Então, nesse momento eu vou seguir a ordem aqui pessoal e a ordem não é de preferência nenhuma, a Assessoria me distribuiu aqui. De imediato o nosso Senador Renato Casagrande, tem sido um lutador pela causas populares, uma salva da palmas, está com a tribuna, dez minutos, Senador.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bom dia Srªs. e Srs., Senador Paulo Paim, em nome do Senador Paulo Paim cumprimentar a todos os membros da Mesa, Deputados, presentes, presença minha aqui como Líder do PSB no Senado, é para manifestar nossa opinião com relação ao projeto que regulamenta o funcionamento das Centrais Sindicais, de que depois de um debate feito com o nosso Partido, com a nossa Secretaria sindical coordenada pelo Joilson, pelo sindicalista Joilson, o nosso Partido vai fazer a defesa naturalmente do acordo feito entre as Centrais Sindicais e o Governo Federal.

[palmas]

Compreendemos que há a necessidade de um debate mais profundo sobre o projeto, respeitamos a Emenda que o Deputado Augusto Carvalho fez na Câmara dos Deputados, mas nós sabemos que essa relação capital-trabalho é uma relação que precisa de equilíbrio e, infelizmente ou felizmente, o financiamento das representações dos trabalhadores precisa acontecer para que nós possamos fazer a mobilização dos trabalhadores do País. Então, nós vamos fazer essa defesa aqui no Senado para que o acordo seja respeitado.

Com relação à fiscalização dos recursos, acho que é um assunto que nós poderemos avançar senão for agora, mas que seja em um Projeto de Lei específico que a gente possa avançar com relação a esse tema. Mas o que é fundamental nesse momento é que nós não desequilibremos essa relação entre os trabalhadores e as empresas e para não desequilibrar acho que é importante que a gente possa manter a decisão e o acordo feito entre vocês e o Governo Federal e que o Congresso agora deve avaliar esse acordo. Bom trabalho e conte conosco.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu passo a palavra ao Senador Valdir Raupp que é o Líder do PMDB, e tem sempre aqui em todas as matérias que são de interesse dos trabalhadores, caminhado conosco. É uma alegria passar a palavra ao Senador Valdir Raupp.

[palmas]

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, que tem sido o nosso professor nessa matéria de direitos sindicais na área social, cumprimentar os demais membros da Mesa, cumprimentar a todas as Srªs. e Srs., os dirigentes sindicais do Brasil aqui presente na pessoa do Antônio Neto que é do meu Partido, Presidente da CGTB, dizer que a Bancada do PMDB, é claro, na hora oportuna vai sentar, vai reunir para discutir essa matéria, é uma matéria nova que está chegando no Senado e o Senado hoje conta com mais de 30 matérias em pauta, mas diante dos entendimentos, dos acordos firmados, é claro que este ano, com certeza, essa matéria tramitará e será votada no Senado Federal.

Dizer que eu sempre tive uma boa convivência com os sindicatos, como Executivo por duas vezes Prefeito e Governador do meu Estado sempre tivemos um bom diálogo, um bom entendimento com as forças sindicais do meu Estado e do meu Município. Contem com a Bancada do PMDB, eu já vejo aqui na Mesa o Senador Geraldo Mesquita que é da nossa Bancada, ontem mesmo um grupo esteve com o Presidente Sar-

ney que também foi um grande incentivador quando Presidente da República, eu tenho conversado individualmente já que a minha Bancada é a maior do Senado, são 20 Senadores a Bancada do PMDB e, às vezes, existem divergências, mas eu acredito que a grande maioria hoje já pensa de forma como esses que estão na Mesa aqui perfilados de apoiar esta matéria aqui no Senado Federal.

[palmas]

Eu deixo aqui o abraço de toda a Bancada do PMDB e me comprometendo a reunir a minha Bancada e orientar principalmente, ouvindo esse grande líder que é o nosso conselheiro nessa matéria que é o Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu passo a palavra agradecendo ao Líder do PMDB Senador Valdir Raupp, que tem sempre dialogado conosco e ajudado sempre no encaminhamento aqui na Casa, ele que é o Líder da maioria. Com certeza o PMDB é decisivo para qualquer votação aqui no Senado da República, naturalmente em parceria com muito diálogo com todos Partidos.

Passo a palavra ao Senador Sibá Machado que também está no debate da CPMF, mas fez questão de deixar aqui também sua posição.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Em primeiro lugar eu quero dar um bom dia a todos vocês, representantes do Movimento Sindical de Trabalhadores do Brasil, dirigentes, saudar a Mesa na pessoa do nosso Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim e do Deputado Paulo Pereira que também é Presidente da Força Sindical.

A reflexão que eu queria fazer é muito simples porque analisando a história da organização dos trabalhadores no mundo eu nunca vi um momento de tranquilidade. As conquistas obtidas até então, nestes mais de 200 anos de experiência sindical, no mundo nunca tivemos colher de chá.

Eu ajudei no momento da criação da CUT, fui Presidente da CUT no Estado do Acre por dois mandatos e hoje estamos diante de uma coisa que parecia que era tão simples de resolver que é a legalização das Centrais Sindicais. Não há argumento que se justifique para a democracia de um País como o Brasil, demorar mais um dia para que tenhamos a regulamentação de uma instância legitimamente conquistada há 200 anos pela luta dos trabalhadores.

[palmas]

O que foi o 1º de maio? Foi violência física contra os trabalhadores. O 08 de março, contra as mulheres.

Então, é incabível, é impensável que a gente ainda permita que se demore mais um dia para a re-

gulamentação de um espaço democrático de negociação. Agora, não há organização no mundo, não há movimento social no mundo, de qualquer natureza, que não precise de um financiamento e aí acho que é o ponto da nossa reflexão, precisa de um financiamento, claro e objetivo.

Então, eu vejo alguns argumentos, inclusive, pejorativos que se colocam contra dirigentes sindicais que eu acho que desvirtua o entendimento do verdadeiro ponto, nós precisamos sim, da legalização das centrais, precisamos do marco regulatório, agora precisa deixar claro o financiamento. Quando a gente faz um acordo coletivo ali são beneficiados os sindicalizados e os não sindicalizados, então você está também oferecendo um ganho para aquelas pessoas que não pretendem se sindicalizar.

Mas a contribuição sindical que foi criada por Getúlio Vargas em uma hipótese autoritária, converteu-se também em uma via da mão dupla dos benefícios conquistados pela própria organização. Então os sindicatos oferecem uma conquista para o não sindicalizado e o não sindicalizado oferece indiretamente para o Sindicato o seu financiamento para continuar a sua luta e a sua organização.

Portanto, no meu entendimento eu, com todo respeito, quero discordar que deixe livre pelo seguinte propósito: Vale para a questão do voto, até mais agora eu estou discutindo no Senado também a questão do voto ser livre ou se o voto pode ser obrigatório. Nesse momento para o amadurecimento da democracia do Brasil eu tenho dúvida se o voto deve ser livre, facultativo, como também essa questão de que deixe livre para que os trabalhadores possam ir lá pagar na boca do caixa a sua contribuição.

Neste caso eu quero concordar aqui com a avaliação do nosso Deputado Medeiros. Se deixar dessa maneira nós vamos entender que nós não queremos mais a organização sindical no Brasil, isso daí é colocar digamos assim, um fechamento nas relações democráticas do mundo do trabalho e que enquanto existir economia do mundo, eu quero entender que vai existir capital e trabalho e essas relações são permanentes, são perenes e aí nós devemos deixar claro em lei que a relação tem que ser da forma que nós sempre vivemos.

Portanto, eu quero aqui dizer que está em boas mãos o Relatório na mão do Senador Paulo Paim e tenho certeza que a partir dele, com a nossa ajuda, esta situação estará definitivamente resolvida.

Parabéns a luta dos trabalhadores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu passo a palavra a pedido aqui

do Senador Cristovam Buarque que ficou aqui pacientemente ouvindo a todos e agora vai dar o seu ponto de vista. Digo ao Senador Cristovam Buarque também como todos os outros Senadores são daqueles que é comprometido com a caminhada, eu diria, de todo o nosso povo, Senador Cristovam Buarque.

[palmas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Bom dia a cada uma e a cada um de vocês.

Eu creio que a gente deve definir em primeiro lugar, certos pontos de partida para a discussão que, pelo menos esse mérito, teve a Emenda trazer essa discussão. Primeiro que a democracia precisa de três instituições do Estado: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Todos três financiados pelos trabalhadores através dos impostos. E os impostos a gente não paga voluntariamente e uma parte vai...

[palmas] Para financiar tudo isso aqui. Segundo, que duas instituições da sociedade civil são fundamentais para a democracia compondo as cinco instituições: Três do Estado e duas da sociedade civil, os Partidos e os sindicatos.

[palmas]

Sem essas duas instituições nós não temos democracia. Os Partidos são financiados em parte por contribuições dos seus filiados, meio voluntário ou meio obrigatório, e por um fundo estatal que é o Fundo Partidário. Os Partidos recebem um bom dinheiro do Governo que é dinheiro nosso.

[palmas]

Que é uma contribuição nossa. Os sindicatos, entretanto até para não serem pelegos do Estado, até para não serem dependentes, eles não são financiados pelo Estado, eles têm que ser financiados por alguma entidade, por alguma atividade, por alguma pessoa. A contribuição obrigatória foi a forma encontrada para dar esse financiamento. A gente tem que analisar que a democracia não sobrevive senão houver fontes de financiamento para os Sindicatos, porque sem Sindicato, sem Partido, sem Judiciário, sem Legislativo, sem Executivo, não há democracia.

[palmas]

Agora tem um outro ponto de partida que é fundamental nesse nosso debate. Sinceramente eu quero deixar aqui claro esse lado que é o problema do debate, da discussão. Sou militante da política no Distrito Federal e o Deputado pode ter cometido um ou outro erro, a Augusto Carvalho, na sua vida como eu também, pode até ter cometido um erro ou não nesse momento. Eu até acho que dá maneira como está disse a ele é um desastre para o Movimento Sindical e para a democracia, agora acho que tem que ser um ponto de partida nosso tratá-lo com respeito devido.

[palmas]

Para que a gente possa dialogar com ele. Não adianta tratá-lo como se fosse um inimigo, ele pode ser um amigo muito equivocadamente até, mas não dá para tratá-lo como inimigo.

[palmas]

E aí a questão da gente discutir como fortalece a democracia fortalecendo os sindicatos e há muitas alternativas. Sinceramente, e o Augusto sabe, da maneira como está a Emenda não seria um fortalecimento, não seria, seria um desastre completo. Eu até acho que seria um desastre também, e muitos aqui não vão gostar, parar a CPMF de uma vez também. Até acho, a mesma coisa.

[palmas]

Então, o que a gente tem que discutir é o que fazer? Por exemplo, dar um tempo para suspender as contribuições obrigatórias cinco, seis, dez anos que seja até chegar a esse ponto? Fazer com que haja uma redução da contribuição, mas mantendo uma parte obrigatória mesmo que reduzida. Conseguir as contribuições no momento das negociações coletivas em questão da gente discutir a maneira correta ou continuar como está também, não podemos eliminar continuar como está. Eu creio que a gente tenha que debater qual é a melhor maneira.

A Emenda do Deputado Augusto Carvalho trouxe uma vantagem, sinceramente, é vocês estarem aqui e nós estarmos aqui discutindo qual a maneira certa de financiar a democracia dando o financiamento necessário para que os sindicatos funcionem bem. Nós estamos aqui, despertamos para um problema que estava debaixo do tapete e que a opinião pública estava de olho e que muitos trabalhadores também pagam descontentes. Vamos descobrir uma forma de que eles paguem sem ser descontentes, mesmo que não sendo voluntários. Tem contribuições que você paga sem ser voluntário, mas você paga com certo contentamento porque sabe que vai receber um serviço dessa contribuição.

E eu pessoalmente para não perder a mania da minha nota só, eu gostaria que nessas discussões a gente colocasse que uma parte da contribuição obrigatória fosse dirigida a programas educacionais dos Sindicatos para os seus servidores.

[palmas]

Até porque se vocês não ajudarem, sobretudo com o Estado meio omissivo na educação, se vocês não ajudarem na educação dos filiados, vocês vão perder filiados porque vão ficar desempregados e alienados do setor de trabalho. Com a dinâmica do mercado quem não está se reciclando está perdendo emprego.

Vocês vejam como é amplo o tema e como é que a gente vai ter que encontrar o caminho que no final seja melhor do que está hoje ou por ser diferente ou porque é o mesmo de hoje, mas legitimado pela discussão que a Emenda está propiciando e nos obrigando. E eu fico tranquilo porque nas mãos do Senador Paulo Paim esse diálogo vai ser possível, com a pressão de vocês, mas com uma pressão respeitosa sempre que preciso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu passo a palavra nesse momento para o Deputado Federal Nelson Marquezelli para ele fazer uma saudação, já que ele tem um compromisso em seguida.

Deputado Marquezelli com a palavra para fazer sua saudação.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP):

Muito bom dia a todos. Cumprimentar o Senador Paulo Paim e cumprimentar o [ininteligível] e cumprimentar a Mesa toda composta.

Meus amigos, eu quero ser solidário com os senhores, com as Srs., com todo o sindicalismo brasileiro, essa grande vitória. A regulamentação das Centrais, eu creio que para o Brasil foi um passo gigantesco para o aperfeiçoamento do relacionamento do capital e trabalho. Ao fortalecermos mais a representação dos trabalhadores é uma oportunidade que nós temos de evoluir, reforçar o que Getúlio Vargas criou no passado e modernizar esse relacionamento para que a gente possa ter o equilíbrio entre o capital e o trabalho, daqui para frente para a população brasileira.

Marx lá atrás provocou o debate, lá atrás ele provocou confronto, a evolução do mundo através da tecnologia, nos força a fazer uma modernização. Como o Presidente da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público, aonde eu tenho lá a felicidade de ter o Paulinho comigo, o Roberto, e um grupo grande de Parlamentares que os representam, representa o trabalho no País, é uma oportunidade que nós temos de dar um passo à frente.

Ninguém quer tirar direitos, pelo contrário, direito não se mexe, direitos podem crescer, mas não mexer. O que nós temos de fazer é que com a população hoje quase 190 milhões de brasileiros, nós não seremos tragados por terceirizações que o capital cria para poder pagar menos ao trabalhador e ter um rendimento maior no relacionamento capital e trabalho.

Poucas pessoas, poucas pessoas no País e talvez no mundo, não conseguiram ainda tributar, avaliar a evolução que houve com o aparecimento da tecnologia no trabalho. O capital ganhou. O trabalho, com raríssimas exceções, faturou em cima dessa tecnologia.

Trabalhadores que no passado faziam oito horas de trabalho, hoje o mesmo trabalho através de um computador, de uma tecnologia, ele faz em 30, 40 minutos, uma hora. Ainda não foi, esse ganho ainda não passou para o trabalhador. O Governo ganha, o País, o capital fatura, mas o trabalhador ainda não conseguiu ter um rendimento na mesa de negociações.

[palmas]

É necessário criar uma nova opção sem mexer nos direitos, mas abrir uma porta para se conseguir novos direitos, novos ganhos em uma nova opção. Cartão magnético, trabalhador recebendo bruto seu salário para ele escolher suas aplicações, suas opções. Reduzir carga horária de trabalho aonde a tecnologia chegou. Mais garantias à família, à sociedade que trabalha em determinadas empresas. São discussões que a Comissão de Trabalho, tanto no Senado como na Câmara, está tendo a vanguarda de discutir.

E a oficialização das Centrais é um ponto preponderante na conquista de novos horizontes, na modernização do capital e do trabalho em benefício do trabalhador.

Parabéns! Estamos juntos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Meus amigos como eu havia anunciado no início, eu faço questão de deixar claro que Deputado e Senador falam na hora que quiserem. E daí combinando aqui na Mesa, eu perguntei, inclusive, para o Deputado Augusto Carvalho qual o momento e ele disse: "Você é que manda". Então, eu queria nesse momento, naquilo que nós combinamos que é o direito do contraditório, nós vamos dar a palavra ao nobre Deputado Augusto Carvalho. Eu quero dizer para vocês que vamos manter... Pessoal, eu vou fazer um apelo pessoal, tem duas formas de nós encaminharmos esse debate: É ouvindo ou não ouvindo. Os Senadores precisam ouvir. Nós precisamos ouvir as duas posições.

Eu vou pedir ao Deputado Augusto Carvalho que use o seu tempo com a maior tranquilidade e que ao fim os Senadores terão sua posição firmada mediante os argumentos de ambos os lados. Por favor, Deputado Augusto Carvalho, eu faço mais uma vez ao silêncio que no grito ninguém ganha nada aqui no Senado pessoal, então, o apelo que eu faço, é um apelo, não ainda gritar, não resolve, não resolve, entendam que isso é um apelo que eu estou fazendo.

Por favor, Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF):

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento todos os ilustres membros da Mesa.

Meus parabéns, Senador Paulo Paim, por propiciar esse debate e espero seja democrático. Não são cartazes de intimidação nem ameaças de espancamento, lamentavelmente, divulgadas no jornal O Globo pelo Deputado Paulo Pereira, por quem eu tinha respeito até porque foi meu candidato a Vice-Presidente da República na chapa com Ciro Gomes em 2002. Não é com esse tipo de tentativa de interditar o debate que nós vamos buscar os caminhos de enfrentar os novos desafios que estão postos para o Movimento Sindical. Até porque esse cartaz que me coloca como inimigo dos trabalhadores... Eu posso dizer para os mais afoitos, que podem os que estão apupando ter tanta autoridade quanto eu, mais do que a minha autoridade, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Plenário, faço mais uma vez o apelo ao Plenário.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Nos tempos difíceis da Ditadura Militar, eu jovem em 1972, saído de Patos de Minas, vim a Brasília em busca de emprego e de estudo, passei no concurso do Banco do Brasil em 1972, 18 anos. Com 20 anos, em 1974, tive a coragem de organizar a primeira chapa de oposição ao Sindicato dos Bancários de Brasília enfrentando Lei de Segurança Nacional clandestino no Partido Comunista Brasileiro com muito orgulho desse meu passado. Quando muitos não tinham coragem de sair debaixo da cama, para discutir o quê? Já naquela ocasião, liberdade democrática, plena autonomia sindical, fim do imposto sindical. Estava na minha plataforma de candidato a Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília em 1974.

Em 77 fomos derrotados de novo. Em 1980, por maioria esmagadora, conquistamos a Presidência do Sindicato dos Bancários de Brasília, e juntamente com lideranças como Luiz Gushiken, Presidente do Sindicato de São Paulo; Olívio Dutra, Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, em 1983 fizemos a primeira greve nacional dos bancários após a ditadura militar. Então esse passado, me desculpe quem não conhece a história, ninguém é obrigado a conhecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais uma vez eu faço um apelo ao Plenário, o Deputado Augusto está com a palavra.

Deputado Augusto Carvalho, continue com a palavra.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): É assim que começa o fascismo, com a ameaça, intimidação, com a ameaça violência. É assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, vamos permitir que ele exponha seu ponto de vista.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF):

Quero dizer que tive o orgulho de nesse passado estar na companhia da estrela mais fulgurante do sindicalismo brasileiro que tinha coragem de enfrentar e de colocar claro as mazelas do sindicalismo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que lá na frente das fábricas do ABC, nós aqui no Planalto central em frente aos escritórios do sistema financeiro, nós brandíamos a luta pela liberdade nesse País e o fim do imposto sindical.

Talvez por essa militância que me orgulha muito, eu tive o privilégio pela primeira vez que tivemos eleições para representantes do povo de Brasília de integrar a primeira Bancada de Deputado Federal em Brasília em 1986, pelo Partido Comunista Brasileiro. E lá na Constituinte, pude ser avaliado pelo Departamento Intersindical de Assuntos Parlamentares, o DIAP, o nosso querido DIAP, como Constituinte nota dez, por quê? A minha defesa dos trabalhadores. Aliás, a Emenda que estendia aos trabalhadores rurais os direitos dos trabalhadores urbanos, é desse que vos fala.

Em 86, retomamos a discussão da necessidade, mas antes disso eu fui Presidente do Sindicato de 80 a 86 e lá, me perguntaram aqui: "Você devolveu o imposto sindical?" Nós que tínhamos uma categoria com apenas 495 sindicalizados quando conquistei o Sindicato, saltamos para 15 mil sindicalizados ao final do meu mandato, 95 % de sindicalização em razão das lutas que nós dirigimos naquele período e aí tivemos a coragem, ainda na ditadura, vocês se lembram, o colégio eleitoral e foi em 85, eu deixei de ser Presidente do Sindicato em 86, mas lá naquela ocasião o imposto sindical significava apenas 10% da nossa receita e nós abrimos os cofres dos sindicatos para devolver o imposto sindical para quem quisesse.

Demos esse exemplo, demos esse exemplo de que esse dinheiro precisava ser rediscutido, mas em 86 esse tema não é novo. Esse tema não é novo. Esta aí o Medeiros que sabe quanto que nós do PCB, ele era muito próximo a nós, como que nós apanhamos do PT emergente como força no Movimento Sindical nos idos de 70 e finalzinho da década de 70, quando organizamos a primeira conferência das classes trabalhadoras, a CONCLAT, com vistas a criar a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, a única mesmo, não esta que existe hoje, já tem seis, mas tem uma que se fala, tem uma que proclama como única.

Essa foi a nossa participação. Sempre dizendo que o sindicalismo tinha de acertar contas com seu passado, tinha de enfrentar os seus novos desafios com autonomia plena, libertando-se da tutela do Estado que não pode ser cúmplice dessa sangria do bolso do trabalhador. A Emenda, vamos à Emenda. Em 86...

O meu salário é o mesmo que o Deputado Paulo da Silva recebe como Deputado Federal.

Em 1986 tive como co-autor da proposta que visa extinguir o imposto sindical, o ex-Deputado Federal Luiz Gushiken, antes de virar réu no processo contra o mensalão estava lá Luiz Gushiken, do Governo do PT, defendendo o fim do imposto sindical como antes era Lula, como antes. E continua, agora, Meneguelli que deu declarações muito claras, inequívocas sobre essa questão.

Bom, 86...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço mais um apelo ao Plenário, vai ser dado ao Deputado Augusto Carvalho o mesmo tempo que foi dado aos outros.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Que bom seria, que bom seria se esses que gritam, se tivessem feito Assembléias nas suas categorias para trazer para cá a posição sobre o imposto sindical.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, me permita, Deputado Augusto Carvalho me permita, pessoal eu faço um apelo a todos vocês.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): O que será que os trabalhadores dessas categorias falam sobre o imposto sindical? Seria bom que tivesse auscultado a categoria de cada um dos senhores que gritam--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só quero dizer para vocês o seguinte: A quem interessa--

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): --para saber o que os trabalhadores desse imposto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, a quem interessa--

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): --imoral, ilegítimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A quem interessa dar impressão que não foi dada a oportunidade para que outros possam falar? Eu quero dizer nem que vocês, de uma forma ou de outra, como o cartaz foi levantado e o Deputado Augusto Carvalho na sua fala faça alguma coisa que vocês entendam que vai tudo aquilo contra o que vocês pensam, espere que em seguida os Presidentes das Centrais Sindicais vão falar e vão poder responder a ele. E vão responder com a maior tranquilidade.

[palmas]

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Obrigado, Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, Deputado Augusto Carvalho, conclua a sua fala.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF):

Obrigado. Em 86 a Emenda foi derrotada. O argumento era o mesmo: "Vão acabar com os sindicatos, vão abrir espaço para que se derroguem os direitos dos trabalhadores". Aí, em 89, apresentei um projeto de lei que previa a extinção gradativa do imposto sindical de tal maneira que em cinco anos, teríamos uma redução ano a ano de 20%, ao fim dos quais nós teríamos extinto o imposto sindical e o Movimento Sindical teria a chance nesse período de se preparar para esses novos desafios, para essa nova forma de financiamento das suas atividades como é no mundo inteiro, autonomamente, soberanamente, independente de Governo, qualquer que seja o Governo.

O Projeto de Lei recebeu o parecer favorável do Deputado Senador Paulo Paim, meu colega àquela ocasião que, infelizmente, não pôde estar presente àquela sessão da Comissão do Trabalho onde foi votado e foi relatado pelo seu colega de Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Paulo Rocha, favorável. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e veio para o Senado em 1992. Aqui sofreu duro ataque, não pôde prosperar, não foi apreciado, sendo arquivado sete anos depois, ou seja, o tema não é novo.

O tema esteve sempre na Ordem do Dia de todos aqueles que defendem um Sindicato livre da tutela do Estado, de patrões, de Governo e de Partidos Políticos como é o caso da unicidade sindical que nós temos no Brasil. Resumindo. Aí o meu projeto, eu passei oito anos fora do Parlamento, retornei esse ano, no mês de março reapresentei o projeto que previa a extinção gradativa do imposto sindical.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, nós temos dez Presidentes de Centrais Sindicais que vão fazer o contraditório, o Deputado Augusto Carvalho tem direito a dez minutos, vamos deixar pelo menos que ele possa expor durante o seu tempo, é o mínimo que nós podemos dizer que foi um encontro democrático, é o mínimo.

Deputado Augusto Carvalho, por favor.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Falaram aqui da manobra na calada da noite, Emenda apresentada no meio do jogo do Brasil. Gente, paciência, calada da noite é acordo costurado com o Governo, com Centrais Sindicais, com sindicatos que o Parlamento, poder soberano, não avalizou, vamos respeitar a voz, a decisão de um poder soberano que é o Legislativo ou então, revogue-se o Legislativo, dissolva-se o Parlamento, eu tenho certeza que não é nada disso que as Sr^{as}. e os Srs. pretendem para o nosso País.

Mas estava tramitando na Comissão do Trabalho, o Deputado Nelson Marquizezelli, Presidente, sabe muito

bem, o nosso projeto que previa a extinção, retomando uma batalha de 15 anos atrás. Extinção gradativa do imposto sindical. Veio o Governo e baixou o projeto 1990 que previa a regulamentação, o reconhecimento das Centrais Sindicais pela qual todos nós lutávamos na clandestinidade, inclusive, com muito orgulho, Deputado e Senador Paulo Paim.

O que aconteceu? O Governo imprimiu ao projeto a urgência urgentíssima que atropelou todos os projetos que a ele foram apensados. Inclusive o projeto que nós prevíamos para a extinção gradativa retomando a velha tese, Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Vou concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer um apelo ao Plenário e também ao Deputado Augusto Carvalho--

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Estou concluindo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que conclua para que a gente possa continuar com o debate que é devido o nosso horário que tem que encerrar ao meio-dia. Deputado Augusto Carvalho, por favor, encaminhe para a conclusão.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Estou concluindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, só um pouquinho Augusto. Não adianta, senão deixarem-no falar, eu vou aumentar o tempo. Não ainda, eu vou aumentar o tempo. Ou vocês deixam falar ou eu dobro o tempo dele, vamos deixá-lo concluir sua exposição, Augusto Carvalho conclua, por favor, nobre Deputado.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Não é assim que os trabalhadores se comportam nas Assembléias, vocês sabem muito bem, a democracia sindical ela exige tolerância, respeito, deixar aquele que tem a idéia mais divergente respeitar a sua opinião.

Mas Senador Paulo Paim o projeto da nossa autoria foi novamente atropelado pelo Governo em razão da urgência urgentíssima, apresentamos não na calada da noite daquela votação a que se referiram alguns oradores, apresentamos primeiro na Comissão do Trabalho, a Emenda que tornava facultativo já que ninguém tem medo de povo aqui, já que ninguém tem medo de trabalhador aqui, já que ninguém tem medo de auscultar as Assembléias soberanas da categoria, já que ninguém tem medo de ter negado a contribuição daqueles que acreditam naquela entidade e no sindicalista verdadeiro que atua em favor de sua categoria.

A Emenda foi apresentada vários dias antes daquela votação. E foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): E foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Plenário tem que ajudar.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Eu estou na companhia--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ajudar para ele pode concluir.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Eu estou na companhia... A Emenda foi aprovada Senador Paulo Paim, por Deputados honrados, oito Deputados do PT votaram comigo, bravos Deputados do PT que tiveram coragem de coerentes com a sua opinião do passado, votaram com as nossas posições de sempre. Vários democratas do PMDB, do PTB, votaram apoiando o nosso projeto e o que queremos agora Senador, para concluir, que o Senado não para esperar o novo projeto que eu dei entrada, é verdade, mas aqui no Senado é a Casa revisora para corrigir as imperfeições argüidas pela ANAMATRA, pelos companheiros que no Senado podem fazer estender aos arts. 579 da CLT, o mesmo tratamento aos sindicatos patronais, apenas não fizemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Augusto Carvalho eu peço que conclua, eu quero só informar o Plenário... Pessoal, eu faço um apelo, Deputado Augusto Carvalho, eu faço um apelo ao Plenário, o Deputado Augusto Carvalho está na tribuna, eu dei a cada um dez minutos, porque eu não quero que amanhã não saiam dizendo que nós fomos antidemocráticos. O Deputado Augusto Carvalho está indo agora para 20 minutos, é exatamente o dobro do que cada um falou aqui. Eu faço questão de dizer isso para que não saia amanhã dizendo que aqui quem pensava diferente não pôde falar, dei propositalmente.

Então, eu faço um apelo ao Deputado Augusto Carvalho que nesse momento conclua sua fala para que outros possam também expor seu ponto de vista.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Senador Paulo Paim, tenho por V.Ex^a. todo o respeito e V.Ex^a. sabe que jamais eu sairia daqui acusando V.Ex^a. de ser antidemocrático, coisa que todos nós reputamos que V.Ex^a. é um grande democrata.

Mas demorei Senador Paulo Paim porque estou sendo interrompido a todo o momento. Mas no Senado é o momento da revisão, e estendendo aos sindicatos patronais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele está concluindo pessoal.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF):

O direito de escolherem se querem contribuir ou não com as suas entidades. Eu espero que o Senado da República consagre definitivamente esse direito do trabalhador de optar pelo seu Sindicato, pela sua liderança, que ele efetivamente pela qual ele tenha respeito. E por isso nós na Câmara dos Deputados estaremos para confirmar a posição do Senado da República. Muito obrigado.

[vaias]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria passar a palavra nesse momento ao nobre Deputado Roberto Santiago.

Está com a palavra nesse momento o nobre Deputado Roberto Santiago para expor o seu ponto de vista. Em seguida voltaremos aos Presidentes das Centrais Sindicais.

Roberto Santiago com a palavra.

DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO (PV-SP): Sr. Presidente, companheiro e amigo Senador Paulo Paim, meus companheiros Parlamentares, meu companheiro Paulinho da Força, eu quero saudar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo ao Plenário se vocês não ajudarem o Deputado Roberto Santiago que tem uma posição diferente, tem todo o direito de fazer o contraditório ao Deputado Augusto Carvalho, é incrível que vocês não queiram ouvir o Deputado Roberto Santiago, claro que vocês querem ouvir, por isso faço o apelo.

Eu faço um apelo àqueles que estão no Plenário para que ouçam nesse momento o Deputado Roberto Santiago.

Mais uma vez eu me dirijo ao Plenário que esse movimento interessa quem é contra o Movimento Sindical. Mas é isso que vocês não podem entrar no jogo, eu entendo que líderes Sindicais experientes estão entrando na provocação daqueles que são contra os trabalhadores, é o mínimo de experiência que eu espero que os sindicalistas demonstrem nesse Plenário. Entrar no jogo de qualquer provocação depõe contra o Movimento Sindical.

Eu quero fazer um apelo para que ninguém aceite provocação, que as provocações feitas nesse momento são daqueles que são contra o Movimento Sindical. Aceitar provocação é entrar no jogo deles, é isso que eles querem.

Quem quiser fazer provocação que vá para o lado de fora, que faça ali fora a provocação. Opinião diferente aqui na tribuna, vão para a tribuna, eu pedi para todos que fiquem no Plenário e respeitem a todos oradores. Há orador na tribuna, eu faço um apelo mais uma vez a todos os sindicalistas aqui presentes que ouçam o Deputado Santiago como nós ouvimos até

o momento o Deputado Augusto Carvalho. Eu peço a todos que sentem inclusive. Só um momento, Augusto. Peço a todos que sentem, vamos sentar e vamos ouvir o Deputado Santiago que fará aqui o contraditório.

Quando o Deputado Augusto estava na tribuna, eu fiz um apelo e vocês ouviram, 91% do Plenário ficou ouvindo, eu estou estranhando que venha um provocador agora quando o Santiago vai fazer o contraditório para evitar o debate, isso não é em democracia! Por isso eu faço um apelo a todos vocês que a gente nesse momento dê uma salva de palmas ao Deputado Santiago que ele possa aqui fazer o contraditório.

DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO (PV-SP): Vamos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um pouquinho. Eu estou com a palavra.

DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO (PV-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E nesse momento eu quero que a gente ouça o contraditório do que foi o debate lá na Câmara do Deputado Santiago. Deputado Santiago V.Ex^a. está com a palavra.

DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO (PV-SP): Obrigado Presidente Senador Paulo Paim, solicito ao pessoal do som aumenta um pouco o som que a gente dá uma abafada nas falas aqui.

Eu quero saudar os Presidentes das Centrais Sindicais, companheiro Calixto da Nova Central, companheiro Neto da CGTB, companheiro Pegado da UGT, o companheiro Paulinho da Força Sindical, companheira Denise da CUT que está aqui. E quero lamentar. A minha linha de discurso não seria no sentido de falar diretamente aquilo que foi dito aqui pelo nobre Deputado Augusto de Carvalho. Mas eu quero destacar aqui, Deputado, que eu aguardava ansiosamente a sua fala, como vários outros companheiros, e de uma linha de argumento no sentido de dizer o porquê do fim da contribuição sindical.

E que nós assistimos aqui foi uma história de um passado, aliás, muito bonito e reconhecido tanto é que os trabalhadores de Brasília reconhecem esse seu passado e o elegem Deputado Federal, mas a linha de argumentação quanto ao final da contribuição sindical, quanto ao fim da contribuição sindical me parece que em função até das manifestações que foram colocadas, V.Ex^a. não conseguiu produzir.

Quer destacar tempo a V.Ex^a., que não é monopólio do Deputado Augusto de Carvalho a luta pelas liberdades neste País porque muitos companheiros e companheiras que estão neste Plenário aqui hoje, lutaram com a contribuição sindical... [palmas] Por luta da liberdade no nosso País. Então não é monopólio

de V.Ex^a. E também contra-argumentar com referência aos projetos que V.Ex^a. apresenta desde 1984, se não me engano na sua primeira Legislatura, se há 30 anos não se conseguiu passar nas Comissões, não se conseguiu passar no Parlamento o fim da contribuição sindical em um processo democrático o qual a V.Ex^a. participou para que a gente pudesse ter liberdade e tivesse Parlamento, se essa liberdade não autorizou o fim da contribuição sindical V.Ex^a. não pode usar isso como argumento no sentido de tentar exterminar com ela.

[palmas]

Quero também informar ao Plenário que a nossa Assessoria está preparando um Projeto de Lei aonde nós vamos propor também que o imposto de renda e a CPMF que são descontados dos trabalhadores também seja opcional, não seja mais obrigatória.

[palmas]

Indo para a linha de argumento porque eu acho que a questão, e respeitando democraticamente a posição do Deputado Augusto de Carvalho, de apresentar a sua proposta.

Agora ao apresentar a sua proposta e tenho certeza de que este Plenário está reagindo a algumas falas do Deputado porque você argumentar uma proposta e que eu respeito e repito e têm vários companheiros e companheiras aqui que respeitam. Agora argumentar a proposta agredindo as pessoas é que causa esse tumulto.

[palmas]

Então, eu quero dizer destacando também porque foi dito aqui, V.Ex^a. citou que foi um dos articuladores da primeira CONCLAT, eu quero dizer que vários companheiros que estão aqui, eu inclusive, fui um dos articuladores da CONCLAT para que nós pudessemos organizar o Movimento Sindical do nosso País. E quero ressaltar também que essa CONCLAT àquele momento também foi construída com dinheiro da contribuição sindical.

[palmas]

Eu estou dizendo isso para ressaltar a minha linha de argumento porque a linha de argumento daqueles que estão se pondo contra a contribuição sindical é linha de argumento de que uma parcela do Movimento Sindical se utiliza desse dinheiro de maneira errada. Eu não vou entrar aqui em detalhes porque não é essa a nossa linha de argumento e é verdadeiro isso, com certeza é verdadeiro, nós temos problema na estrutura sim, claro que temos problema da estrutura, com certeza absoluta.

Nós temos que rediscutir a organização sindical do País, temos que rediscutir, claro. Só que você propor o fim da contribuição sindical do dia para a noite,

isso tem um nome, isso se chama golpe na classe trabalhadora.

[palmas]

Ora, nós temos sim que construir o fim da contribuição sindical, mas também temos que construir como é que nós vamos cobrar a confederativa ou a negocial que foi discutida no Fórum Nacional do Trabalho. Ora qual é o trabalhador, qual é o empresário, qual cidadão deste mundo pagaria imposto voluntariamente? E propor isso seria propor o fim do Movimento Sindical que tem história de luta, a história de luta não é só de V.Ex^a. A história de luta é de uma grande maioria do Movimento Sindical que é combativo, que é trabalhador, que lutou pela democracia desse País até para que a gente pudesse estar aqui hoje fazendo esse debate e essa discussão.

[palmas]

Eu quero salientar que se nós fossemos nos pautar pela minoria, pelos problemas que a minoria causa, nós teríamos outro problema a debater aqui hoje, nobre Deputado. Nós teríamos que discutir, depois do mensalão, depois do sanguessuga que aconteceu neste Congresso, nós teríamos que discutir o fechamento do Parlamento, se fosse essa linha de raciocínio.

[palmas]

Portanto, me parece, que a linha de argumentação está equivocada e as coisas foram feitas às pressas, claro que foram feitas às pressas porque se assim não o fosse, teriam se colocado também o pagamento voluntário dos patrões, das empresas. Não é? A ansiedade e a vontade de querer marcar certa posição, no meu entendimento, equivocada fez com que esse projeto ficasse manco e ficasse sem linha de argumentação. Como é vai vir aqui defender a contribuição voluntária do trabalhador senão vai aqui defender a comissão voluntária das empresas? Fica manco o argumento, não tem argumento que se sustente.

Portanto, esse é um apelo que nós estamos fazendo ao Senado nessa Audiência Pública, que não acate aquilo que foi aprovado na Câmara porque não tem pé e nem cabeça, é manco, é projeto um manco. É um projeto de objetivos pessoais, não é um projeto que ajuda a reestruturar o Movimento Sindical, é um projeto irresponsável, esse é verdadeiro.

[palmas]

Portanto, eu quero aqui reafirmar a nossa posição e acho que o Deputado Augusto de Carvalho e daqueles que apoiaram também a sua Emenda na Câmara Federal. Acho que ele atirou no que viu e acertou no que não viu. Não é?

[palmas]

Porque quando eu digo acertou no que não viu, eu tenho dito isso em algumas falas pelo nosso País,

eu acho que esse momento em que todas as Centrais Sindicais estão aqui lutando para que não se exploda o Movimento Sindical, também deve servir como momento de reflexão.

Nós precisamos tratar de reorganizar o Movimento Sindical, nós precisamos da mesma maneira com que nós estamos aqui com a unidade para o reconhecimento das centrais, para que se busquem recursos para as centrais, nós temos que sentar para rediscutir o Movimento Sindical, isso se faz fundamental e urgente para que nós não fiquemos a cada momento de crise tendo que correr atrás do rabo.

Nós precisamos conversar e discutir a reestruturação do Movimento Sindical, isso é verdadeiro e essa reflexão nós temos que fazer, para provocar que isso termine no começo de 2008 com certeza absoluta não interessa ao trabalhador, não interessa ao Brasil e ninguém soube explicar até agora a quem interessa esse PL. Um grande abraço.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento, representando a Confederação Nacional da Indústria, a CNI, representando o Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, a Sr^a. Lúcia Rondon.

Eu quero de novo fazer um apelo aqui ao Plenário para que a gente mantenha o silêncio para que a gente possa ouvir a todos. Nesse momento vai falar uma representante do setor do empresariado que gentilmente acatou o nosso convite.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Senador Paulo Paim, tem uns funcionários, inclusive a mulher do Deputado Augusto Carvalho, esposa dele que está ali junto com os funcionários, parecem seguranças, que estão provocando todo mundo ali, não é possível um negócio desses, eu passei lá e fui provocado.

Então se eles querem assistir a sessão, se eles quiserem assistir a sessão ninguém tem nada contra, agora fica provocando, aqui são dirigentes Sindicais, são trabalhadores que a gente não pode admitir que funcionários de gabinete do Deputado, funcionários do Deputado, inclusive, a esposa dele provocando todo mundo.

Eu acho que ele deveria, como cidadão que ele diz que tanto fala, ele poderia pedir para o segurança dele ir embora que ninguém vai bater nele não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha aqui, eu vou passar nesse momento a palavra para a representante da CNI e vou dizer só para os meus amigos e minhas amigas de que qualquer tipo de discussão da forma que eu vejo que duas Sr^{as}. estão fazendo ali no fundo, não interessa a ninguém.

Desculpe a expressão. Quem está aceitando qualquer tipo de provocação de um lado ou outro é sinal no mínimo de incompetência, ser incompetente é aceitar provocação, vamos ao nosso debate.

Vamos voltar ao nosso debate. É incompetência rapaz como é que tu vai aceitar provocação, sinceramente, hein? Aceitar provocação de três pessoas... Desconheçam a provocação, sentem e vamos continuar o debate. Eu passo a palavra novamente a representante da CNI para que faça a sua fala.

Os meus amigos que estão de pé não estão ajudando nada, mas olha, tudo dirigente de cargo, experiente, alguém faz provocação, eles vão tudo atrás. Sinceramente. Não aceite a provocação e senta. Sentem e vamos ao debate, os que estão de pé não estão ajudando nada! Estão aceitando a provocação. Vamos sentar aí pessoal.

Eu passo a palavra à representante da CNI, V.Ex^a. está com a palavra.

SRA. LÚCIA RONDON: Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Secretário Luiz Antônio Medeiros, Sr^{as}. e Srs. A minha manifestação é bem breve. Eu vim para dizer que a CNI apóia o projeto original encaminhado pelo Poder Executivo que é o mais --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo para que todos sentem.

SRA. LÚCIA RONDON: Que é aquele que se adequa a nossa realidade. Essa questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais uma vez a senhora me permite? Eu quero fazer aos amigos que estão de pé que sentem. Os que estão de pé não estão ajudando. Dá para sentar? Olha se as pessoas que não estão de pé, eu vou pedir que aqueles que estão de pé saiam da sessão e vão lá fora bater boca, quem está de pé, por favor, que se retire da sessão. Eu vou fazer um apelo à segurança que pegue quem está de pé que encaminhe lá para fora, quer bater boca vai bater lá no botequim da esquina.

[palmas]

Vamos retomar os trabalhos dentro da normalidade. Eu pediria o silêncio e passo a palavra à representante na CNI. A Sr^a. pode usar a palavra.

SRA. LÚCIA RONDON: Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos sentar pessoal.

SRA. LÚCIA RONDON: A minha manifestação é bem breve, eu gostaria de colocar a posição da Confederação Nacional da Indústria no sentido de apoiar o projeto original.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu peço que o som seja ligado aqui para a representante da CNI. Vamos sentar pessoal.

Pessoal, é impossível que os senhores não entendam que aqueles que querem demonstrar para a imprensa que a audiência não foi boa, que houve tumulto, tem dois, três provocando os líderes Sindicais em Plenário.

Eu peço que a gente retome os trabalhos dentro da normalidade daquilo que fizemos até o momento. Passo a palavra à representante da CNI.

SRA. LÚCIA RONDON: Enfim, a CNI apóia o projeto original, oriundo do Poder Executivo porque fruto de ampla e demorada negociação. Obrigada, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é impossível, mas vocês estejam dando atenção para uma pessoa que está tumultuando os trabalhos, é impossível, vamos sentar e retomar os trabalhos. É tudo que eles querem. Eu peço a todos que sentem, vamos retomar os trabalhos.

Eu passo a palavra ao Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, CGTB, Sr. Antônio Fernandes dos Santos Neto.

O Neto está com a palavra. Antônio Fernandes Neto está com a palavra.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Companheiras, companheiros, eu quero em primeiro lugar saudar esse combativo brilhante companheiro, Senador Paulo Paim, o Senador dos trabalhadores.

[palmas]

Sei que para essa platéia aqui não preciso ter loas à sua pessoa porque cada um e todos aqui sabem o compromisso que o companheiro tem com a classe operária, com os trabalhadores, com o povo brasileiro em geral.

Quero saudar o Senador Cristovam Buarque... [palmas] Saudar os Deputados Federais aqui presentes, saudar o companheiro Santiago, o companheiro Paulo Pereira da Silva, saudar os Presidentes das Centrais Sindicais co-irmãs, o companheiro Calixto, a companheira Denise representando a CUT, eu acho que o companheiro Pegado irá representar a UGT, o companheiro da CTB e em especial a este Plenário e mais especial ainda os companheiros sindicalistas da CGTB que comparecem aqui para prestigiar esse importante debate sobre a questão mais importante do momento que é a questão da sobrevivência, ou seja, do Movimento Sindical.

Eu quero começar dizendo e muitos aqui já disseram: Não há democracia forte sem um Movimento Sindical forte. Isso está claro a cada dia. Tão claro que a Constituição Brasileira considera o Sindicato uma

Instituição fundamental para a democracia e para o equilíbrio das relações do trabalho e da democracia.

Por isso que assegura que o custeio das entidades Sindicais é uma responsabilidade de todos os trabalhadores assim como faz com todos os Partidos Políticos, faz com o Congresso Nacional, ou seja, são contribuições para que se sustente a democracia. Sem Sindicato é a lei da selva, é colocar novamente nas relações do trabalho o clima da era da escravidão, da era da velha República, quando até um ex-Presidente dizia que questão sindical, questão social é questão de polícia.

E hoje o nosso Movimento Sindical tem dado grandes contribuições para o País. Ajudamos a derrubar a ditadura. Só nós que temos aqui os cabelos brancos, que olhamos para essa platéia e vemos companheiros que ao longo de mais de 20 anos durante a ditadura militar enfrentaram as baionetas, enfrentaram aquele momento para restaurar o Estado Democrático nesse País. Demos ao País um Presidente da República e esse Presidente resgatou o papel do Ministério do Trabalho que até então era submetido às questões financeiras econômicas e que o trabalhador que se lixasse, que se danasse.

O patrão ficou muito acostumado durante o tempo da ditadura que o Ministério do Trabalho e suas Delegacias eram para intervir nos sindicatos, era para tirar liberdade de organização, o direito de greve, era isso que servia o Ministério do Trabalho. Esse não. Esse combate a escravidão, esse dialoga com o Movimento, esse organiza em conjunto com as centrais a recuperação do salário-mínimo. Esse é o novo papel do Ministério do Trabalho.

Nós do Movimento Sindical conquistamos recentemente o maior aumento real para o salário-mínimo dos últimos 30 anos, 26 %. Nosso apoio tem sido muito importante, para não dizer preponderante, para a retomada do desenvolvimento nesse País. Esse é o papel que nos acabe. E se hoje ainda temos uma Previdência Pública, uma Previdência dos trabalhadores, não fora esses companheiros do Movimento Sindical entrincheirados na defesa dos direitos dos trabalhadores, tudo isso já tinha rodado. Como também tinham rodado as nossas conquistas trabalhistas.

Apesar de tudo isso, apesar de elegermos um Presidente operário oriundo do Movimento Sindical, ainda existem falhas. Por exemplo, nós Centrais Sindicais, existimos de fato e não existimos de direito. E estamos aqui juntamente com as demais centrais e por cinco anos, Deputado Augusto Carvalho, cinco anos de debate. Esse projeto que está aqui no Senado hoje, ele passou por um processo de discussão com o Movimento Sindical com lideranças políticas, lideranças

partidárias, lideranças governamentais por cinco anos. Todas as centrais tiveram que ceder.

Esse projeto não representa a vontade de uma central, representa o consenso possível nesse momento da história da política sindical brasileira. Todos nós... [palmas] Sem exceção tivemos que ceder. Getúlio com a revolução de 30 que aquela que industrializou o País, aquela que fez com que o Brasil desenvolvesse e crescesse nos maiores índices, até a década de 80 o País que mais cresceu no mundo procurou garantir ao criar as relações capital-trabalho na CLT, criar a questão sindical, garantiu a sustentação financeira para que os sindicatos pudessem se organizar e fazer o enfrentamento ao capital, diferentemente do que falam dessa cantinela idiota daquelas que não sabem história e que repetem por querer repetir que a Carta CLT é cópia da Carta Del Lavoro, que o imposto sindical é fascista.

[palmas]

Está na hora, aqueles que repetem diuturnamente isso e ler a história pelo menos saber quem é que escreveu a CLT, pelo menos saber quem inspirou a CLT e lembrar a cada dia o papel precursor do desenvolvimento, o papel da importância do Estado que Getúlio teve na história contemporânea do Brasil, essa é uma diferença que nós temos que atentar.

Na verdade, nós podemos ter tudo, agora a CLT ainda é um dos melhores instrumentos de defesa dos trabalhadores na relação capital-trabalho. Diminuí-la nunca, ampliá-la sempre, esse é o papel que devemos ter. A Constituição de 88, tão democrática e acho que o companheiro Deputado Augusto Carvalho participou dessa Constituinte, referendou a estrutura sindical brasileira, referendou a contribuição compulsória sindical, aperfeiçoou libertando do Estado quando diz que o Estado não interfere mais na Fundação, na criação dos sindicatos, é signatário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir, Presidente Neto.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Está um pouco difícil companheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É que nós temos mais dez dirigentes ainda.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Então, nós pedimos aqui para dizer aos companheiros, em especial aos Senadores, para avançar ainda mais que chegou o momento do reconhecimento das Centrais. Nós discutimos no acordo com governos, lideranças partidárias e sindicais e foi aprovado correndo na Câmara por três Comissões e por consenso absoluto.

Mas aí chegou a surpresa, na queima roupa e vou repetir embora ele negue aqui, na calada da noite

sim, porque o projeto que ele colocou lá foi recusado na Comissão do Trabalho. Uma Emenda que desfigura completamente o projeto. É uma tentativa de golpe contra toda a organização sindical é isso que nós temos que ter claro.

[palmas]

Portanto, mais um golpe contra os trabalhadores, contra a democracia e repito tudo isso feito na sombra, de maneira furtiva, como é comum dos farsantes.

Temos que ter claro quem são os nossos inimigos e é bom que eles apareçam e se exponham. Diz a Emenda de uma forma hipócrita que o imposto sindical era para ser autorizado pelos trabalhadores. Contribuição compulsória e imposto são decisões coletivas que os indivíduos se obrigam a cumprir e o endeusamento do individualismo como preconiza essa emenda, é uma medida sórdida, conspira contra a democracia e contra a organização de um povo.

[palmas]

Vou mais longe. Ela é discriminatória, é só para os trabalhadores, não adianta vir aqui agora e dizer: "Senado, amplie, aperfeiçoe". Não. Escreveu rapidamente sem saber que artigo mexia, mas tinha o intuito: Destruir a organização operária no Brasil e contra isso nós insurgimos, contra isso nós... [palmas] Vamos dizer a cada um e a todos o que representa e que papel está cumprindo. Foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Volto a fazer um apelo ao Presidente Neto.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Vou encerrar. Ele não olhou e quando disse que a Emenda de extensão dos direitos aos rurais, ele não olhou que primeiramente com essa medida ele acaba com todos os sindicatos rurais. O primeiro que acaba todos os sindicatos rurais e aí vem com as federações, com confederações, com a espinha dorsal do movimento operário, essa é a grande arma colocada por ele aqui dentro, o crime cometido. A destruição da espinha dorsal.

Então companheiros, esse Sr. Deputado Augusto Carvalho tem a pretensão de fazer através de um golpe o que nem a ditadura, o que nem o neoliberalismo, nem essa mídia carcomida contra os interesses do Brasil, dos brasileiros, dos operários conseguiram fazer com o Movimento Sindical. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos nesse momento, para que fique bem claro que aqui nós convidamos todos os setores e todos puderam expressar o seu ponto de vista, eu chamo mais um representante do setor empresarial que gentilmente aceitaram o nosso convite e vieram aqui participar do debate. Chamo representando o Sr.

Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, o Dr. Roberto Nogueira Ferreira. V.Ex^a. tem a palavra por dez minutos.

[palmas]

SR. ANTÔNIO JOSÉ DOMINGUES DE OLIVEIRA SANTOS: Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Deputado Paulo Pereira, Deputado Augusto Carvalho, Deputado Daniel Almeida, prezados companheiros do Movimento Sindical. Eu estou aqui representando uma entidade patronal do comércio, eu gostaria de dizer que não me sinto absolutamente um peixe fora d'água nesse Plenário composto basicamente de representantes do Movimento Sindical dos trabalhadores, mesmo porque é esse o Movimento Sindical dos trabalhadores e o Movimento Sindical patronal que compõe aquele sindicalismo ou aquele vetor importante a que se referiu da democracia o nosso Senador de Brasília, Senador Cristovam Buarque.

Quer dizer, em conjunto nós fazemos parte desse processo de desenvolvimento democrático. Nós temos aqui presentes, já estive com alguns Presidentes de Sindicatos dos Comerciantes, Presidente de Federação dos Comerciantes e a palavra do Presidente da CNC, Antônio Oliveira Santos, que me pediu que eu o representasse aqui nesse momento é de solidariedade ao Movimento Sindical dos Trabalhadores nessa questão... [palmas] Nessa questão colocada. Nós respeitamos o Deputado Augusto Carvalho, respeitamos todos os Deputados e Senadores, porque esse é um dever de qualquer cidadão respeitar um outro cidadão e ainda mais investido na sua função, mas entendemos que qualquer alteração dessa natureza deve ser precedida de um debate mais profundo e deve requerer aquilo que o Medeiros falou que é um longo processo de transição.

A nossa posição de defesa da redação original do projeto de lei que chegou à Câmara, ela tem uma simples razão é porque ela decorreu de um conjunto de acordos de negociações, inclusive, com a participação do sindicalismo patronal porque as grandes confederações participaram e defenderam a regularização das Centrais Sindicais.

Então eu queria dizer que estamos felizes e honrados com o convite do Senador Paulo Paim, já tivemos oportunidade de participar de outras audiências que ele patrocina ou das quais ele tem iniciativa e são todas com muita coerência política e social.

Para encerrar Senador, eu quero gostaria de dizer apenas que a pergunta que eu mais ouvi aqui nesse momento, desde nove horas que eu estou aqui, é a quem interessa essa modificação imediata. Eu queria dizer que à classe patronal não é. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria informar ao Plenário, é importante esse aviso, eu peço a todos que escutem um pouquinho. O Senador Marco Maciel foi procurado por inúmeros setores do Movimento Sindical e eu tive o cuidado de falar com a Senadora Lúcia Vânia para não criar para ela nenhum constrangimento, se ela aceitaria ser Relatora na CCJ que é uma das Comissões mais importantes da Casa.

Eu quero dizer para vocês que fui informado que a Senadora Lúcia Vânia será a Relatora na CCJ e fará o Relatório a seis mãos.

[palmas]

Então uma salva de palmas. Quer dizer que a Senadora, desde quando nós falamos com ela disse: "Olha, se for um trabalho coletivo e nós trabalharmos os três relatores juntos, contem comigo para a gente chegar ao Plenário de forma unitária e defender o que seja melhor para organização dos trabalhadores", então, eu não tinha como não expressar, Senadora, a minha alegria de ver que o Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão atendeu ao pedido de todos nós.

Nesse momento eu passo a palavra ao Deputado Federal Daniel Almeida ao qual eu peço também aqui uma salva de palmas... [palmas] Que está aqui conosco desde o início, esperando o momento de fazer uso da palavra e a Senadora falará no momento que ela entender mais adequado.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): Cumprimentar o Senador Paulo Paim pela realização desta Audiência Pública, agora Relatora Senadora Lúcia Vânia Senadora, o Senador Cristovam Buarque, aos Deputados Paulo Pereira que tem trabalhado de forma muito intensa para o êxito da aprovação desta matéria no entendimento que interessa aos trabalhadores e ao Movimento Sindical Brasileiro, ao Deputado Augusto Carvalho, ao Deputado Roberto Santiago, cumprimentar a todos trabalhadores e trabalhadoras do Movimento Sindical deste País.

Dizer que vim aqui para dizer do meu empenho, da minha concordância na manutenção do acordo que foi firmado entre as Centrais, o Governo, o Movimento Sindical, em torno dessa matéria.

[palmas]

Considero que nós pudemos e devemos debater sobre a estrutura sindical do nosso País, podemos e devemos debater a respeito do financiamento da estrutura sindical brasileira. Mas devemos fazer isso com o horizonte do fortalecimento do Movimento Sindical do nosso País, sempre olhando para o caminho que já percorremos e fizemos muito nessa trajetória de resistência que os trabalhadores sempre tiveram e

da defesa das bandeiras mais importantes de valorização do trabalho.

E buscando preservar direitos e ampliá-los, jamais caminhando para trás. O projeto de reconhecimento das Centrais é um dever da sociedade brasileira e desse Congresso que representa essa sociedade. Porque as Centrais Sindicais conquistaram esse espaço, já são legitimadas pelas lutas e pela trajetória que construiu, quer apenas o reconhecimento legal e tem direito a esse reconhecimento legal. E tendo o reconhecimento legal quer fazer parte dos recursos que são disponíveis para a estrutura sindical do nosso País, é isso o que acordo estabeleceu.

É isso que foi possível avançar nesse entendimento e é isso que nós devemos buscar preservar. Tenho convicção que o Senado da República restituirá aquelas condições que foram acertadas e que a partir daí nós possamos travar um debate sim, sobre quais as tarefas, qual o papel e qual a estrutura sindical que o Brasil necessita. Mas em torno de bandeiras como fez o Movimento Sindical e a Centrais Sindicais em defesa de um salário-mínimo fortalecido, um salário-mínimo recomposto, com a valorização do salário-mínimo.

E nós temos que atribuir a esta política permanente do salário-mínimo ainda limitada, mas que produz avanços, a organização e a luta dos trabalhadores brasileiros e o papel das Centrais Sindicais. Nós temos que discutir bandeiras como a redução da jornada de trabalho que está em debate no Congresso Nacional e precisa ser posta como uma bandeira para a valorização do trabalho.

Para a efetivação dos direitos previsto na nossa Constituição, a Constituição de 88 completa logo, logo, 20 anos e muitos dos direitos fundamentais que estão lá não têm efetiva aplicação. Devemos fazer uma campanha para defender a nossa boa CLT e fazer com que a nossa Constituição Brasileira tenha efetiva aplicação. Devemos travar o debate sobre a necessidade de fazer reforma nesse País, mas fazer reformas de olho no desenvolvimento, na distribuição de renda, na valorização do trabalho.

A reforma tributária deve ser uma bandeira dos trabalhadores, mas uma reforma tributária progressiva onde aqueles que efetivamente têm renda, têm lucros possam pagar tributos para produzir uma sociedade mais justa do ponto de vista da igualdade entre as pessoas e da igualdade entre as regiões.

Devemos discutir temas como a democratização dos meios de comunicação para que os trabalhadores, nesse processo de fortalecimento da democracia brasileira, possam cumprir o seu papel, ocupar seu espaço que os trabalhadores têm como destino e como vocação ser vanguarda, ser dirigente ser condutor de

um processo de construção de uma sociedade mais justa e mais igual e não se faz isso sem organização, sem estrutura sindical forte, sem participação ativa dos trabalhadores.

O reconhecimento das Centrais joga um papel fundamental nessa trajetória, portanto, Senador Paulo Paim, parabéns pela Audiência Pública, meus companheiros do Movimento Sindical porque eu também sou sindicalista, ainda hoje sou dirigente sindical, fui também dirigente sindical da CUT, conheço, participo, componho essa luta há mais de 20 anos e queria aqui deixar a minha palavra de apoio ao acordo feito, ao entendimento feito e da convicção de que isso vai acontecer no debate que vocês estão produzindo aqui no Congresso Nacional.

Êxito, força para o Movimento Sindical, vamos continuar avançando e não dando passo para trás.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, eu passo a palavra nesse momento ao Sr. Pascoal Carneiro, representando João Batista Lemos, Presidente do Movimento da Central Democrática e Classista, Eu peço a ele que assuma nesse momento a tribuna.

Eu vou fazer mais um apelo ao Plenário, é importante a gente ouvir todos os oradores. Eu sei que alguns querem conversar algum tema importante e dialogar sobre a própria questão, mas eu faço um apelo que esses que queiram conversar dão uma saidinha lá fora, tem um amplo *hall* ali, e continuem conversando ali para que a gente possa ouvir a todos com a maior tranquilidade. Esse é o apelo que eu faço ao Plenário.

SR. PASCOAL CARNEIRO: Senador Paulo Paim, Sr^{as.} e Srs., Senadora Relatora importante desta Comissão, Srs. Deputados, Srs. Senadores que aqui estão presente, companheiros sindicalistas. Eu venho aqui falar em nome da CTB, movimento por uma Central Sindical que nós estamos fundando agora no mês de dezembro com a participação de inúmeros sindicatos no Brasil afora, os companheiros da SSB, companheiros sindicatos do campo, companheiros sindicalistas independentes que não estão hoje em Central Sindical nenhuma, estamos formando este movimento.

Eu estou aqui para dizer o seguinte: Há uma falácia com relação ao imposto sindical e que no Brasil é necessário acabar qualquer tipo de desconto em folha de pagamento para os sindicatos. Esse negócio de dizer que os trabalhadores mandam um documento assinado para que a patrão desconte ou não seu imposto sindical, significa dizer o seguinte: Hoje o patrão é obrigado a descontar o imposto sindical. Se ele não descontar o Sindicato entra na Justiça para que o

patrão pague isso, desobriga o trabalhador de pagar e quem paga é o patrão.

Como está hoje o patrão não desconta como está nessa Emenda do Deputado, o patrão não desconta e se o trabalhador não for ao Sindicato pagar ele fica devedor, inclusive, com o Fisco. Portanto, é uma medida para beneficiar os empresários.

Eu quero perguntar ao Deputado se ele fez uma análise mais detalhada de como fica o sindicato rural? Porque o Movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que é um movimento muito sério nesse País e é um dos mais bem organizados, o que vai acontecer é o seguinte: Como está essa decisão já que os patrões vão ter que pagar só os trabalhadores que não pagam, o que vai acontecer, Deputado, é que a CNA, que é a Confederação Nacional da Agricultura vai entrar na Justiça para que os trabalhadores da agricultura familiar todos paguem imposto para o patrão e não para os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que hoje paga para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

[palmas]

Eu queria só perguntar ao Deputado porque no Brasil existem 15 mil 963 sindicatos. Desses 15 mil, quatro mil 609 sindicatos apenas são de empresários, aliás, dizer para o Deputado o seguinte: Que no mundo inteiro só existe Sindicato de empresário no Brasil. Não tem em nenhum outro País do mundo. Por que o Deputado não fez uma Emenda nesse projeto para acabar com as instituições sindicais dos empresários, só dos trabalhadores?

[palmas]

O que está por trás dessa Emenda do Deputado? Precisa ser questionado. Porque vir aqui relatar a história, falar da história e dizer que esse Plenário aqui não entende nada, isso é fácil, agora, eu quero saber é na atual como é que se encontra. Porque Deputado mande sua Assessoria fazer uma análise no mundo inteiro como se dá a contribuição de sustentação financeira dos sindicatos. No mundo inteiro, nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos, todos são obrigados desconto em folha de pagamento, não tem esse negócio de ser à vontade, individual, de um ou de outro trabalhador, não.

Você pega a Argentina, têm três taxas Sindicais lá, todas obrigadas a descontar em folha. Pega a Itália, são três taxas de imposto sindical, todos descontados em folha, duas de todos os trabalhadores e uma só de associados. Pega a Espanha, são três formas de sustentação financeira, duas obrigatórias e desconto em folha de todos os trabalhadores e uma de solidariedade desconta como quiser. Portanto, vamos parar com essa conversa que é só aqui no Brasil. Vamos dizer que isso é só para trabalhador. Eu queria perguntar ao

Deputado que votou favorável também a fiscalização dos Sindicatos pelo TCU, como que a história dele ele joga isso fora?

Porque é o seguinte, hoje, o imposto sindical que vem 700 milhões está nos dados do Deputado, isso é conta precisa ser feita melhor, 700 milhões. Agora o Sistema "S" que é um imposto descontado dos trabalhadores que é 1% sobre a folha de salários dos trabalhadores, o ano passado Deputado, foi 12 bilhões de reais que foram para os cofres dos empresários porque no Sistema "S" não participa sequer Governo ou trabalhadores, são só os empresários, e foram 12 bilhões e isso não foi cortado nessa Emenda do Deputado, esqueceu.

E é muito fácil dizer o seguinte: O Senado é revisor, pode revisar. Quem me garante que lá você não vai trabalhar para derrubar novamente já que ficou claramente que você está aqui defendendo uma situação... [palmas] De uma classe que explora os trabalhadores, portanto, para fazer isso Deputado, é necessário discutir com os atores quem constrói a riqueza desse País são os trabalhadores, são os operários, são as donas de casa, por que não sentou com o Movimento Sindical para discutir?

Foi sim, na calada da noite, em um jogo do Brasil, onde a maioria estava assistindo o jogo, Deputado, e você usou a seguinte expressão: Que esse dinheiro do imposto sindical é um dinheiro sujo. Eu quero dizer a você o seguinte Deputado: Esse dinheiro é descontado do trabalhador que sua para ganhar esse dinheiro no dia-a-dia sem ter desonestidade.

[palmas]

Dinheiro sujo é dinheiro que vem de lavagem de tráfico e trabalhador não é traficante Deputado, precisa aprender a respeitar os trabalhadores, esta foi a expressão usada por você que isso é um dinheiro sujo.

[palmas]

Portanto, eu queria conclamar aqui e queria pedir a todo o Movimento Sindical que mobilize porque o acordo nosso, Deputado, vai além disso, vai além de acabar o imposto sindical, o acordo nosso que está discutido com o Movimento Sindical no Brasil e com todas as Centrais Sindicais, com as confederações e com os sindicatos é de discutir o sistema de sustentação financeira dos Sindicatos, mas discutir o acordo onde os trabalhadores participem desse acordo. E a sustentação financeira do Sindicato passa para que decisões de Assembléias de trabalhadores sejam respeitadas, não como é hoje, que a decisão do desconto assistencial discutida e aprovada em Assembléia dos Sindicatos hoje os patrões estão fazendo prática anti-sindical e alguns Ministros aqui do Supremo Tribunal do Trabalho estão entrando nessa de dizer o seguinte:

“Só pode pagar quem é sócio, quem não é não pode descontar”.

Isso é prática anti-sindical que nós precisamos discutir sim, abertamente e claramente com todos, é nesse sentido o acordo que nós estamos discutindo e vamos trabalhar para que aqui no Senado e com certeza vai manter a proposta original discutida pelas Centrais Sindicais, o Ministro do Trabalho e muitos Deputados que participaram dela. Muito obrigado a todos vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra à Denise Motta Dau, Secretária Nacional de Organização Sindical, representando o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique da Silva Santos.

Denise com a palavra por dez minutos, falando pela Central Única dos Trabalhadores.

[palmas]

SRA. DENISE MOTTA DAU: Bom dia companheiros, companheiras, boa tarde acho que já quase, Senador Paulo Paim, Presidente da Sessão, os demais companheiros Parlamentares, Paulinho, companheiro Santiago que estava até agora a pouco aqui presente, e demais Parlamentares presentes.

A CUT veio aqui neste Plenário hoje para deixar muito claro a sua posição pela manutenção do acordo político feito entre as Centrais Sindicais e pelo conteúdo original do PL 1990 [palmas]. Por quê? Bom durante todos os debates do Fórum Nacional do Trabalho, nós, junto com as demais Centrais Sindicais, fizemos todo um debate da importância da mudança da estrutura sindical brasileira, de alterações da democratização da estrutura sindical brasileira.

Elaboramos a PEC 369 o anteprojeto que iria regulamentar o que a PEC constitucionalizava de mudanças, inclusive, prevendo o fim do imposto sindical com uma transição responsável para contribuição negocial em três anos. Contribuição negocial definida em Assembléia coletivamente com teto. Infelizmente a Câmara não apreciou essa proposta e a proposta ficou lá paralisada, não avançou.

As Centrais Sindicais fizeram todo um debate de que no mínimo, já que a reforma sindical preservando-se as divergências que temos entre nós não avançou, nós deveríamos chegar a um acordo para o reconhecimento das Centrais Sindicais no Brasil, que o Brasil tivesse a figura legal de uma entidade sindical que representasse o conjunto da classe trabalhadora, todas as categorias unificadamente e ramos de atividade, para negociar questões gerais de interesse da classe trabalhadora: Previdência social, salário-mínimo redução da jornada de trabalho que no mínimo esse

ponto deveria avançar e fizemos várias reuniões para chegar nesse acordo.

O que o acordo prevê? Prevê a participação das Centrais Sindicais proporcionalmente à sua representatividade nos fóruns tripartites, a participação das Centrais Sindicais nas negociações de interesse geral da classe trabalhadora que dos 20% do imposto sindical que vai para o Governo para a conta empregos e salário, 10% seria destinada às Centrais Sindicais que o Sindicato indicar como a Central Sindical a qual está filiado e que o Sindicato indicaria também a federação ou confederação a qual estiver vinculado.

Este é o conteúdo do acordo e também critérios de representatividade para esse reconhecimento, 5% dos sindicalizados do País em um primeiro momento e em um segundo momento, daqui a dois anos, 7% dos sindicalizados do País. Este foi o acordo possível, onde quem defendia o fim do imposto sindical como a CUT, imediatamente, o fim do imposto sindical como a CUT fez um acordo no sentido de que neste momento o imposto sindical não acaba, a gente reconhece as centrais e imediatamente após o reconhecimento das Centrais Sindicais cria-se um grupo de trabalho com a participação das Centrais Sindicais todas, para debater a transição. Na verdade debater toda a revisão do financiamento do Movimento Sindical Brasileiro, porque como outros companheiros já disseram aqui, nós estamos com problemas na taxa assistencial, também.

Portanto, faríamos uma revisão com negociação, com diálogo, com busca de acordo, agora, encaminhar o fim do imposto sindical, Deputado Augusto, sem negociar com as Centrais Sindicais, sem uma transição que dê tempo do Movimento Sindical buscar uma forma alternativa de financiamento, sendo optativo só para os trabalhadores e não para os empregadores é querer acabar com o Movimento Sindical Brasileiro [palmas]. Isso nós não vamos aceitar.

Um processo negociado, um processo democrático ele é legítimo saudável e todas as Centrais Sindicais se dispõem a debater, agora, nesse formato é um formato que não fortalece o Movimento Sindical, tanto é que nós que estávamos até meia-noite assistindo a votação na galeria da Câmara vimos como Parlamentares, representantes dos latifundiários, dos ruralistas, dos empresários, portanto, dos patrões, defenderam veemente esta Emenda. Então nesse formato é um formato que destrói o Movimento Sindical, porque não tem alternativa, não coloca nada no lugar, não aponta para uma transição e também porque é só para nós.

Além disso, vem a interferência, a fiscalização do Tribunal de Contas da União nas entidades Sindicais, nas Centrais Sindicais que são entidades dos trabalhadores e são aos trabalhadores que nós devemos

prestar contas. Então nós entendemos que a forma como foi encaminhada a proposta é muito ruim. Entendemos também que o Sr. Deputado Augusto, na sua defesa do fim do imposto sindical está confundindo muito uma luta partidária, uma luta de ataque, em especial à Central Única dos Trabalhadores quando coloca quadros como Arlindo Chinaglia que presidiu a CUT São Paulo, Berzoini que presidiu o Sindicato dos Bancários, o companheiro João Felício que presidiu a Central Única dos Trabalhadores, o próprio Presidente Lula, dando declarações de fim do imposto sindical e tentando dizer o que eles diziam como se eles não honrassem mais os seus compromissos com a classe trabalhadora.

Agora eles sabem muito bem o que é honrar compromisso com a classe trabalhadora [palmas]. E honrar compromisso com a classe trabalhadora é ter um Movimento Sindical, forte atuante, que tenha condições de, na correlação de força com os patrões, representar com força, com firmeza, com combatividade essa classe trabalhadora e para isso precisa de estrutura e de financiamento para mobilizar e para conseguir fazer política.

O senhor também reproduz editoriais da Folha de São Paulo contra a Central Única dos Trabalhadores, portanto, pega ataques que a imprensa faz, as entidades Sindicais e reproduz, eu não acho que isso seja papel de um Parlamentar que tenha compromisso com a classe trabalhadora [palmas], portanto, o Sr. está partidizando a disputa com foco em especial nos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores ou em especial no Presidente Lula que teve uma bela ascensão na sua trajetória política que começou como sindicalista e hoje é nosso Presidente da República com apoio, inclusive, de várias entidades Sindicais que estão aqui respeitados por elas e que diz só vai encaminhar e por isso encaminhou o PL 1990 à Câmara. O que tiver acordo, no que diz respeito à reforma sindical, o Sr. tenta denegrir a imagem dessas pessoas, desqualificar e foca o Partido dos Trabalhadores e a CUT nesses ataques, ao invés de entrar no mérito do debate, por que só para nós é optativo e não para os patrões? Por que não buscou uma alternativa, uma negociação com as centrais, ao invés, de na calada da noite votar Emenda daquela forma?

[palmas]

Nesse sentido a Central Única dos Trabalhadores mantém o seu compromisso em defesa do acordo, entende que é fundamental que ele seja mantido, porque se uma entidade sindical quiser alterar o conteúdo do acordo ou Parlamentares ligados a essas entidades Sindicais todas vão se sentir no direito de então passar a defender a sua concepção, a sua visão literal porque

todo mundo teve que, vamos assim dizer, flexibilizar um pouco a sua posição para esse acordo sair. Não foi fácil, não foi fácil, então todas tiveram que flexibilizar sua posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir, Denise. Para concluir.

SRA. DENISE MOTTA DAU: Ok, um minuto. Se o acordo é rompido todas as entidades, as centrais se vêem no direito de romper e aí o que nós queremos convocar e fazer um desafio aos nossos Parlamentares, Deputado Augusto, inclusive incluindo o Sr. que fez a proposta da Emenda, é que nós queremos sim, no próximo período discutir uma reforma sindical democrática. Aliás, já têm muitas propostas tramitando lá. Agora não é só para financiamento, nós queremos discutir financiamento, a transição para a contribuição negocial, mas nós queremos a garantia da organização sindical a partir do local de trabalho, a punição, a prática anti-sindical [palmas]. O direito de negociação coletiva para os servidores públicos e para o setor privado, o direito de greve respeitado e o fim dos interditos proibitórios.

Nós queremos a ratificação da Convenção 151 que dá direito a negociação para os servidores públicos, a 158 contra demissões imotivadas, queremos uma proposta de regulamentação das terceirizações que barrem as terceirizações e a precarização das relações de trabalho em nosso País [palmas], é esse desafio que nós fazemos ao Sr. e aos demais Parlamentares da Câmara, que se quer discutir reforma sindical, vamos discutir, vamos discutir toda e não vamos discutir por partes e que essas partes não sejam partes que venham a colocar o fim das entidades Sindicais no nosso País e sim o fortalecimento e a democratização dessas entidades.

Pela manutenção do acordo, muito obrigada Senador Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento ao Presidente da Nova Central, companheiro José Calixto Ramos. Em seguida teremos só mais dois dirigentes e vamos para os encaminhamentos, inclusive, com a palavra da nobre Senadora Relatora, Senadora Lúcia Vânia, dizer que o Senador Dornelles que é também Relator na Comissão de Assuntos Econômicos já esteve aqui também e disse que nós faríamos o relatório coletivo.

Dez minutos com o Presidente da Nova Central, José Calixto.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Ilustre Senador Paulo Paim, Presidente desta Sessão, ilustre senhora Senadora Lúcia Vânia, eu queria já agradecer a V.Ex^a. por ter aceitado a Relatoria da Comissão de

Constituição e Justiça, depois de muitos pedidos ao Presidente da Comissão, Senador Marco Maciel, meu caro Senador Cristovam Buarque, Deputado Augusto Carvalho, minhas companheiras e meus companheiros das Centrais Sindicais, das mais diversas entidades Sindicais do País, sindicatos, federações, confederações, companheiras e companheiros.

Eu queria iniciar dizendo que esta não é a primeira, não é a segunda e com certeza não será a última batalha que nós travamos no sentido da extinção da contribuição sindical. Nós já tivemos esse debate antes da Constituinte, tivemos durante a Constituinte, tivemos cinco anos depois uma mini reforma da Constituinte, estamos tendo agora e com certeza vamos continuar exatamente porque existem o Movimento Sindical Brasileiro dois grupos bem distintos do Movimento Sindical. Um que propugna pela manutenção do regime da unicidade com a contribuição compulsória e outro grupo que defende o regime da pluralidade sindical com a extinção da contribuição compulsória.

Eu não teria, Sr. Deputado, necessidade de me referir a V.Ex^a. tendo em vista o que todos os companheiros que por aqui passaram já referiram. Então não há necessidade de fazer mais nenhuma referência a não ser para dizer a V.Ex^a. que extinguindo a contribuição sindical hoje, seria o mesmo que convidar os trabalhadores ao enfraquecimento da organização sindical e em consequência convidá-los à desorganização e a baderna que seria muito prejudicial à classe trabalhadora.

V.Ex^a. sabe que a classe trabalhadora desorganizada, sem a sua entidade que possa orientá-la exatamente a função precípua da estrutura ou do Movimento Sindical ou do Sindicato, é orientar e não apenas defender, V.Ex^a. sabe que sem essa Instituição, na verdade, nós não saberíamos e nem poderíamos e nem teríamos condições de apaziguar os ânimos que naturalmente poderiam surgir a partir do momento que seus direitos fossem traçados pela classe patronal.

Seria bom que todos soubessem que essa contribuição que nós defendemos hoje, que hoje ainda chamam de imposto sindical, é bom recordar um pouco que o Decreto-Lei nº 27 de 14 de novembro de 1966 acresceu à Lei 5172 de 25 de outubro nesse mesmo ano o art. 218 naquela Lei. E o art. 218 dizia exatamente o seguinte: "As disposições desta lei notadamente aos dos arts. 17 e 74, § 2º e 77, bem como a do art. 54 de 10 de junho de 66, não exclui a incidência e a exigibilidade Item nº 01, da contribuição sindical denominação que passa a ter o imposto sindical de que trata os arts. 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho".

Então é bom desprezar essa questão de imposto sindical que já desde aquela época foi mudado exatamente para contribuição sindical. Desde a data de surgimento daquele imposto, iniciaram-se intermináveis discussões sobre a obrigatoriedade do recolhimento de vez que assim concebido para todos os componentes de categorias representadas pelos sindicatos. Atualmente, 67 anos depois de sua Instituição permanecem os debates, como disse antes, agora assumidos por dois grupos. O grupo dos que defendem sua permanência como nós nas confederações, se não me falha a memória, e dos que advogam a imediata ou até a gradativa extinção.

Para estes últimos o argumento básico tem sido o mesmo, entendem que deve ser extinta porque atentatória contra a liberdade sindical. Afirmam que consagrando a Carta Magna, a liberdade de filiação, o Sindicato deve compor-se apenas dos que a ele espontaneamente se associam e a contribuição sindical é vertida apenas por ele.

Os que defendem a permanência como nós, alegam que o regime sindical brasileiro é monista, significando que em uma mesma base territorial somente pode existir um Sindicato representando a mesma categoria econômica ou profissional. O direito de representação ou de representatividade acarreta para o ente classista o dever de prestar serviços à totalidade dos integrantes da categoria representada, importando para eles a obrigação de contribuir.

Esse fundamento que produziu o Presidente Vargas a criar o imposto sindical, hoje contribuição sindical que é obrigatória, é devida por todos os integrantes da categoria representada pelo Sindicato. E somos favoráveis à permanência dessa sistemática baseados no princípio de que todos são favorecidos com os serviços do Sindicato e justo que todos contribuam para o custeio das despesas, não seria justo que alguns contribuissem enquanto a totalidade é beneficiada. Haveria, sem dúvida, verdadeiro enriquecimento ilícito.

O argumento de que o Sindicato deve sobreviver com contribuições somente dos associados é próprio do regime pluralista que a Constituição Federal rejeitou frontalmente ao adotar o monismo sindical. Sobre esse enfoque cabe ponderar que os mais de 40 anos de vivência sindical conduzem à conclusão de que o monismo é o regime que mais se adequa ao Brasil, um País continente com um povo que carece de proteção tanto nos melhores centros urbanos como nos mais longínquos rincões do território pátrio. No monismo o Sindicato presta serviço a todos, ainda que operante nos lugares mais remotos. No regime pluralista os serviços se estendem apenas aos associados impor-

tando concluir que boa parte de nosso povo estaria a desabrigo da proteção sindical.

Desejar que o pagamento da contribuição sindical seja um ato espontâneo e individual dos trabalhadores, seria o mesmo que convidá-los a enfraquecer a organização sindical brasileira e em consequência convidá-los à desorganização e convidá-los para a própria baderna.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir, Presidente Calixto.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: É com base nesses princípios fundamentais da maior importância para o povo brasileiro, que defendemos a permanência da contribuição sindical obrigatória devida por todos integrantes da categoria. Consideramos como forma mais justa, mas razoável, mais positiva levando em conta os interesses de toda a sociedade brasileira.

Com relação às Centrais Sindicais, não temos dúvida de que é chegada a hora do seu reconhecimento formal e é chegada a hora também de nós considerarmos que tendo em vista que em vários países do mundo o sindicalismo vive também a ajuda de verbas públicas não seria demais que no caso das Centrais, 10% que é destinado a conta emprego-salário em consequência ao Estado Brasileiro, seja destinado às Centrais Sindicais e inclusive não se trata de uma verba pública porque ela é oriunda diretamente da classe trabalhadora.

Só creio Presidente, que para o reconhecimento formal das Centrais, nós, talvez tenha sido um lapso nosso, não deveríamos ter adentrado aos arts. 582, ao art. 591 da CLT. De qualquer forma nós estamos também incumbidos pela Nova Central Sindical de Trabalhadores e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de apoiar finalmente o acordo que foi promulgado. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Informo ao Plenário que estamos nos encaminhando para o encerramento desta Audiência Pública, só faltam mais dois sindicalistas.

Então eu passo a palavra ao Francisco Canindé Pegado, representando o Presidente da UGT, o Sr. Ricardo Patah. Faço também o apelo para que fique nos dez minutos.

SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO: Eu quero cumprimentar a todos os dirigentes Sindicais aqui de todas as centrais, e cumprimentar também a todos os Parlamentares da Mesa e agradecer pela concessão dessa Audiência Pública.

Inicialmente, dizer que a UGT é fruto de uma unificação de três Centrais Sindicais que eram a CAT, a CGT e a STS e mais um grupo expressivo de sindicatos

independentes, e todas essas entidades, todas essas organizações em torno da UGT defendiam e defendem o sistema confederativo sindical brasileiro.

[palmas]

Em nome do companheiro Ricardo Patah e da nossa executiva, nós primeiramente, também queremos dizer que neste momento, nesta Audiência Pública, Srs. Senadores, Srs. Deputados e demais dirigentes Sindicais, nós estamos assistindo algo que é muito difícil de acontecer entre as Centrais Sindicais, que é uma unidade de ação real em torno de um objetivo que é de derrubar aqui no Senado as Emendas que foram aprovadas na Câmara dos Deputados adendadas ao Projeto 1990 de reconhecimento das Centrais Sindicais.

Por isso os senhores Parlamentares podem ficar certos de que se uma ou duas Centrais Sindicais quando se unem já são fortes, há totalidade das Centrais Sindicais, unidas, fiquem certos os senhores que nós vamos impor aqui a derrubada dessas Emendas.

[palmas]

Mas eu não quero também dizer que nós ficamos surpresos apenas com uma Emenda, o problema é mais grave. O problema é que o resultado daquela votação no Plenário da Câmara dos Deputados trouxe três Emendas ao projeto 1990.

A primeira Emenda, Emenda nº 21, de autoria do Deputado Augusto Carvalho, uma segunda Emenda que foi justamente uma Emenda que passou batido por muitas entidades Sindicais e principalmente aqueles companheiros que estavam acompanhando todo o processo que era justamente a subemenda substitutiva à Emenda nº 25 que tinha sido aprovada, tinha sido aprovada não, tinha sido apresentada, tinha sido rejeitada a 25, mas foi apensada a subemenda substitutiva a essa Emenda nº 25.

Essa subemenda ela simplesmente modifica o texto do projeto original em uma parte importante que dizia o seguinte no seu § 1º da modificação do art. 589, que dizia: "O Sindicato indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a federação e a confederação a que estiver vinculado e no caso os trabalhadores a Central Sindical que estiver filiado", etc. Essa subemenda aqui ela veio para colocar a seguinte palavra, quando o setor patronal percebeu que se deixasse somente sindicato poderia abranger também o sindicato patronal, o texto veio com a seguinte alteração: "O Sindicato de Trabalhadores", ou seja, jogou exatamente em cima das Sindicais de Trabalhadores o problema, os empresários souberam se livrar do assunto.

Esta emenda foi admitida em Plenário, essa subemenda, e ela traz realmente a convicção de que a Bancada empresarial funcionou muito atentamente,

muito fortemente lá dentro do Plenário da Câmara dos Deputados. E com isso, eu quero também afirmar que nós não podemos simplesmente chegar aqui e dizer que um Parlamentar foi o responsável por tudo não. Sabe por quê? Porque nós tivemos 215 Parlamentares votando contra os trabalhadores. Esses 215 Parlamentares, eles foram contra a organização sindical. Eles foram contra o Movimento Sindical Brasileiro que tem na sua estrutura organizativa sindicatos federações e confederações combativas e que fazem justamente um dos tripés da nossa sociedade, é a classe trabalhadora organizada.

Quero informar que a terceira Emenda, a que remete justamente a fiscalização dos nossos recursos, recursos das Centrais Sindicais ao Tribunal de Contas da União, essa foi um golpe, um golpe rasteiro, um golpe baixo onde também tivemos quase 200 Parlamentares na Câmara dos Deputados votando contra os trabalhadores. Então companheiros e companheiras a coisa é muito mais séria do que nós imaginamos, não é somente questão de Emendas, é questão de quem está contra os trabalhadores, é questão dos Parlamentares que estão convictos que têm justamente de acabar com o Movimento Sindical Brasileiro atingindo justamente na sua estrutura de sustentação financeira.

Queremos companheiros, dizer que esses recursos que muitas vezes são mal interpretados o seu uso pelo Movimento Sindical como a contribuição sindical ou a contribuição assistencial, nós perguntaríamos a qualquer um cidadão, a qualquer um trabalhador brasileiro se ele está disposto ou se ele de sã consciência ou ele por interesse próprio liberalmente falando, se ele tem interesse em estar pagando qualquer tipo de imposto, é claro que não vai ter uma resposta positiva.

Do mesmo jeito que se perguntar aos trabalhadores e à sociedade se elas livremente estariam dispostas a contribuir com seu imposto para sustentar qualquer uma Instituição, inclusive o Congresso Nacional, faça uma enquete para ver se vai ter uma maioria sobre isso também. Então colocar para que os trabalhadores decidam sobre algo que já está altamente sacramentado e o trabalhador exige da entidade sindical não só representação na defesa de seus interesses, mas também no assistencialismo, assistencialismo que o Estado não dá e que as entidades sindicais fazemos isso muita muito bem, submetida a Assembléia Geral dos trabalhadores. Esses recursos da contribuição sindical, esses recursos da contribuição assistencial servem justamente, inclusive, para tapar esses buracos deixados pelo Estado que não dá justamente essa condição de que o trabalhador e sua família possam ter dignidade e possam ter boas condições de trabalho. Então esse é um recurso bem usados companheiros.

[palmas]

Esse é um recurso bem usado, esse é um recurso que é submetido às Assembléias Gerais Ordinárias, esse é um recurso que passa por questão de orçamento, que passa por questão de votação em Assembléias sobre as contas que são efetivadas pelas entidades Sindicais, são recursos que não são mascarados, são recursos que são utilizados em defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros assim como o Supremo Tribunal Federal, Srs. Parlamentares, já reconhecem que as Centrais Sindicais já deveriam há muito tempo terem sido reconhecidas porque a comprovação do papel de defesa e de ação das Centrais Sindicais há muito tempo nesse Brasil já dava a condição e a possibilidade delas serem reconhecidas legalmente, formalmente participando da estrutura sindical brasileira. Isto é uma opinião dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

E quando nós chegamos aqui nesta Casa, neste Poder e vemos justamente uma posição contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir.

SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO: Porque ser contra é justamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Companheiro Pegado.

SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO: Concluindo, Senador. Vi contra, justamente, vi nesse bojo também de atacar as condições de sobrevivência financeira das entidades.

Nós vamos buscar, companheiros e companheiras, essa vitória aqui dentro do Senado Federal e vamos sim, também buscá-la na Câmara dos Deputados quando retornar e vamos também submeter até mesmo reforma ao texto do próprio Projeto de Lei 1990. Nós defendemos o sistema confederativo, faz parte da nossa estrutura, mas com a Central Sindical também participando dela e financiada de forma democrática com o dinheiro e os recursos do trabalhador brasileiro e não do Tesouro Nacional como em muitos países acontecem. Esses recursos são nossos e eles servem para a defesa da democracia e a sustentação da luta dos trabalhadores neste País que é um País democrático. Muito obrigado companheiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao companheiro Raimundo Nonato dos Santos, Diretor do Fórum Sindical dos Trabalhadores que é o último painelistas inscrito aqui. E em seguida falará a Senadora Lúcia Vânia que é Relatora na Comissão das mais importantes da Casa que é a CCJ.

SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS: Bom dia Senador Paulo Paim, no qual eu cumprimento a Mesa. Companheiros e companheiras, dirigentes sindicais do Brasil aqui presentes nessa Audiência Pública, que é importante nós estarmos discutindo o nosso problema.

Nesse momento em que o Movimento Sindical está sendo contra-atacado por uma minoria no desmonte da luta da classe trabalhadora, todo o Movimento Sindical tem que estar unido. Queremos dizer claro: O Fórum Sindical dos Trabalhadores não é contra a legalização das Centrais pelo contrário, queremos que elas venham também se legalizar para fortalecer a luta da classe trabalhadora brasileira, porém tem algumas questões que nós gostaríamos de estar discutindo também.

O Senado como uma Casa revisora deveria, tenho certeza que vai fazer revisão do acordo inicial até porque foi colocado aqui pelo meu orador que me antecedeu, a questão da Emenda nº25, então, para mim esse acordo já quebrou a partir do momento que foi criada a Emenda nº 25 quando foi colocado da subemenda substitutiva da Emenda 25. Quando tira os sindicatos e põe Sindicato dos Trabalhadores livrou os patrões.

Eu fico preocupado quando alguns Deputados ficam defendendo a classe patronal. A classe patronal desse País não precisa de defesa, não precisa de defesa. Por que não precisa de defesa? Porque eles já têm os órgãos deles, eles já têm os caixas deles, eles fazem o que fazem contra nós trabalhadores, e nós trabalhadores nós temos quem? Nós temos os sindicatos, as federações, as confederações, e agora vai vir o reconhecimento das Centrais que está vindo de bom grado nesse momento porque é a soma da luta da classe trabalhadora para a gente poder enfrentar esses que estão querendo passar por cima de nós.

Qual é o patrão que até hoje, em um País como o Brasil, senta em uma mesa de negociação aonde ele vai discutir o que é melhor para o trabalhador? Ele vai discutir o que é melhor para ele. Desmontar o Movimento Sindical agora para alguns é o melhor negócio. Mas ninguém está querendo discutir o problema do Sindicato patronal, o sindicato patronal sempre tratou as entidades da classe laboral da pior forma, desrespeitosa inclusive.

E aí eu coloco porque, nós enquanto dirigente sindical que negociamos as negociações coletivas de trabalho, a gente sabe como é que o patrão trata dirigente sindical, com deboche, não respeitando a pauta de reivindicação dos trabalhadores, então, é muito fácil desmontar a Movimento Sindical agora. Agora o que nós queremos que o Senado, que esta Casa, faça-se

a revisão. Revisão do acordo a partir do momento que nós tenhamos assento também. Manter o art. 8º da Constituição no sistema confederativo onde está lá o sindicato, a federação, a confederação e agora as centrais. Queremos que elas sejam reconhecidas.

E também nós defendemos que os Movimentos Sindicais têm que ser bancados e custeados mesmo é pelos trabalhadores, porque as entidades dos trabalhadores nós não queremos que patrão banque sindicato não. Nós não queremos que patrão banque central, nós não queremos que patrão banque sindicato, nós não queremos que patrão banque confederação e nem federação, não. Quem tem que bancar suas organizações são os trabalhadores porque nós temos independência, enquanto independentes nós podemos dizer de que forma nós devemos custear nossas instituições.

Então, nós somos o Fórum Sindical dos Trabalhadores, Sr. Senador, somos solidários a Emenda nº 28, pela suspensão da 21 e nós queremos discutir que seja a modificativa o § 1º do art. 5º, do Projeto de Lei 1990 que está lá colocado que o Sindicato dos Trabalhadores indicará o Ministério do Trabalho e Emprego a Federação com Federação, nós queremos discutir isso.

Então, Sr. Senador, eu acho que nesse momento os trabalhadores através de suas entidades, das suas instituições sem a presença dos Sindicato da classe na defesa de seus interesses será uma presa fácil para a classe patronal e nós não queremos isso. Nós queremos nos fortalecer, nos organizar, trabalhar pela unidade, defendendo a unicidade sindical na defesa intransigente da classe trabalhadora porque só assim a gente consegue avançar nas relações de capital e trabalho.

E queremos dizer por que estão querendo desmontar o modelo sindical? Porque o modelo sindical no Brasil ainda é, por todos os problemas que ele passa, tendo suas imperfeições, ele ainda é um dos modelos mais modernos e mais eficientes na defesa da classe trabalhadora brasileira. Então por que estão querendo quebrar? Exatamente porque ainda somos fortes, somos respeitados. O Movimento Sindical organiza os trabalhadores na base, discute com os trabalhadores, o seu financiamento nós temos que ser aprovado em Assembléia Geral da forma mais democrática aonde todos os trabalhadores são chamados para sua prestação de contas.

Nada é negado na frente dos trabalhadores, porque o Movimento Sindical tem responsabilidade, o Movimento Sindical tem respeito na sociedade, o Movimento Sindical organiza e conscientiza os trabalhadores, o Movimento Sindical qualifica e orienta os trabalhadores através do curso de formação. O Movimento Sindical,

às vezes, faz o papel do Estado. Nesse momento nós temos que nos pautar pela luta da classe trabalhadora e pela organização desses trabalhadores.

Por isso, Sr. Senador, nós gostaríamos que cabe ao Senado, na condição de Casa revisora da República, a responsabilidade de corrigir a impropriedade cometida e restabelecer o necessário equilíbrio que deve existir na relação capital e trabalho, aprovando as Emendas modificativas sugeridas pelo SFT no sentido de restabelecer a compulsoriedade da contribuição sindical e retirar a necessidade do Sindicato indicar ao Ministério do Trabalho e Emprego, a federação e confederação para a queda de contribuição sindical.

Essa é a nossa participação e gostaríamos que essa Casa visse isso de bons olhos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra a Senadora Lúcia Vânia, eu quero também registrar o apoio que recebemos da Senadora Patrícia Saboya que é a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que nos indicou para relatoria. Também cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante que indicou a pedido do Movimento Sindical, o Senador Francisco Dornelles, como relator na Comissão de Economia. E também o Senador Marco Maciel que indicou a Senadora Lúcia Vânia como Relatora naquela Comissão, a qual nesse momento eu passo a palavra.

[palmas]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, nosso colega, companheiro. Cumprimento o Presidente da Comissão de Educação, Senador Cristovam Buarque. Cumprimento o Deputado Federal Augusto Carvalho que foi também meu colega na Câmara dos Deputados. E cumprimento o Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

Eu gostaria de abraçar os dirigentes Sindicais do Estado de Goiás e abraçando-os eu quero abraçar todos os dirigentes e trabalhadores aqui presentes.

[palmas]

Eu gostaria de dizer aos senhores que recebemos essa missão, sabemos que é uma missão de grande responsabilidade, mas estamos tranquilos, tranquilos porque vamos fazer um trabalho conjunto, um trabalho colegiado os três Senadores, vamos fazer um trabalho o mais democrático possível e vamos naturalmente ter um bom resultado como tivemos em outros projetos polêmicos que fomos relatores.

Para que os senhores me conheçam um pouco melhor eu quero dizer que já fui Deputada Federal por três mandados, fui Secretária nacional de Assistência

Social responsável pela implantação da LOAS e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, fui Relatora de um projeto extremamente polêmico que é o ato médico aprovado por unanimidade, com acordo total das partes e fui Relatora ultimamente do Regimento Interno do Conselho de Ética do Senado da República e hoje recebo esse Relatório como um dos mais importantes da minha carreira aqui no Senado.

Portanto, quero agradecer a confiança que todos depositam em mim, podem ter certeza que vamos trabalhar com a maior seriedade possível, com a maior responsabilidade e quero que os senhores se sintam tranquilos, porque vamos fazer um trabalho colegiado, um trabalho que eu tenho certeza poderá agradar a todos que precisam de tranquilidade para trabalhar.

Portanto, eu deixo aqui o meu abraço, deixo aqui o meu carinho por aqueles que insistiram na minha presença, eu acredito que talvez seja porque sempre militei na área social, fui Presidente da Comissão de Assuntos Sociais no Senado e hoje presido a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Portanto, eu quero agradecer essa confiança e principalmente agradecer a confiança do meu companheiro, Senador Paulo Paim, nós que fazemos uma dobradinha sempre aqui no Senado da República quando se tratam das questões sociais. São poucos os Parlamentares que se dedicam a essa área e nós temos tido muita alegria de fazer esse trabalho conjuntamente, e fazer com que a área social seja também prioridade dentre tantas prioridades que temos aqui no Senado da República.

Portanto, quero deixar aqui essa fala, quero cumprimentar também o Relator da Comissão de Assuntos Econômicos. Quero agradecer ao Senador Marco Maciel essa confiança que ele deposita em mim. A Comissão de Justiça, como eu disse para alguns dirigentes Sindicais que me procuraram, é uma das mais tradicionais, é um das mais conservadoras, mas eu tenho certeza que juntos vamos fazer um trabalho que vai sem dúvida nenhuma corresponder a essa confiança que foi depositada em mim. Muito obrigada, uma boa tarde e um abraço.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se vocês me permitirem como Relator na Comissão de Assuntos Sociais, eu quero fazer uma fala muito rápida. Primeiro cumprimentando aqui os Parlamentares que estão na Mesa: Deputado Augusto Carvalho, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lúcia Vânia e o Deputado Paulinho.

Dizer para vocês que nós estamos nessa caminhada do Movimento Sindical com muito orgulho, eu diria mais de 30 anos. E têm uma frase que eu usei

no início, enfim, desta longa jornada que eu gosto de repetir sempre: A minha vida é a luta em defesa dos trabalhadores, da área pública, da área privada, dos aposentados e pensionistas e de todos aqueles que são discriminados.

E toda vez [palmas] que eu vou para um Fórum de debate com o Movimento Sindical eu tenho o maior orgulho das minhas origens. Perguntarem para mim de onde vieram os meus antepassados eu digo: "Vieram da África". Quando perguntam para alguém de origem italiana eu digo: "Diga que vieram da Itália, da Alemanha, enfim, do mundo árabe". Eu acho bonito isso. E eu quero dizer para vocês que eu jamais vou deixar de dizer se fui Deputado durante 16 anos e Senador da República é porque eu me considero também filho do Movimento Sindical, senão não teria [palmas], não teria chegado aqui.

Dizer também para vocês que a gente debate muito a estrutura sindical e claro que vamos debater e não termina hoje, mas essa estrutura sindical, que eu sei que a gente tem que debater, só que ela é tão ruim assim que permitiu que dezenas e dezenas de sindicalistas se elegessem Vereadores, para não dizer centenas, Prefeitos, Deputados Federais como o Augusto, por exemplo, e o Paulinho que vieram do berço do Movimento Sindical, ali que eles foram embalados, ali que eles se projetaram para a vida pública.

Nós elegemos inúmeros Senadores, poderíamos lembrar aqui o Inácio Arruda e tantos outros, nós elegemos homens que no debate político que cresceram hoje são Ministros da República e foi esse Movimento Sindical que elegeu um Presidente da República, será que não é por causa disso que alguns querem diminuir a capacidade [palmas] de influência do Movimento Sindical no País? E porque nesse momento, Senadora Lúcia Vânia, nós estamos aqui independente de linha partidária.

O Senador Marco Maciel é do PFL, é do DEM, e ele atendendo a um Movimento Sindical indicou a Senadora Lúcia Vânia que é do PSDB. O Senador Dornelles é do PP, eu sou do PT, enfim, no diálogo que tivemos essa semana aqui no Senado o que percebi é que há uma grande unidade em cima desse debate e essa Audiência Pública tem esse objetivo, é claro que aqui eu não vou dizer exatamente porque vamos dialogar muito, exatamente como será o nosso Relatório.

Mas podem ter certeza vocês, eu não me prestarei e tenho certeza que os outros dois Relatores também não, e tenho certeza falo aqui pelo Senador Cristovam Buarque e outros tantos Senadores que não estão aqui, que nós vamos aceitar uma única vírgula que prejudique a organização dos trabalhadores nes-

se País. Nesse País, uma única vírgula que venha em prejuízo da organização dos trabalhadores.

[palmas]

Quero dizer para vocês que me sentiria mal, que me sentiria mal ao chegar em casa, olhar lá para meus filhos e eles dizerem para mim o seguinte: "Pai o teu relatório esculhambou com a organização dos trabalhadores". Esses que defenderam e de forma muito bonita a luta do salário-mínimo e todos nós somos testemunhas que muitos falavam que era uma luta de dois, três, quatro, cinco ou seis, mas no momento que o Movimento Sindical encampou a luta não se falou mais em 100 dólares, se falava em 200 dólares, estamos lutando agora para ultrapassar os 300 dólares e o Movimento Sindical não cumpriu um papel [palmas] fundamental quando entabulou a processo de discussão e negociação?

Poderia falar de outros momentos, mas lembro aqui a reforma da Previdência, quando eu tive que ir à tribuna e dizer nós contávamos os votos e esses dois Senadores aqui, eu falo em nome de tantos outros, sabiam para onde ia. E nós construirmos a PEC paralela e PEC paralela que poderia nunca mais ser votada se o Movimento Sindical não saísse à rua, não pressionasse e disse: "Não ao engodo, nós queremos a aprovação da PEC paralela, ela é aprovada, é lei, é vitória do Movimento Sindical". Senão não teria PEC paralela meus amigos de servidores público.

E a Emenda nº 03, e a Emenda nº 03 que todos nós dançamos. Sinceramente nem vimos como é que foi aprovada. Foi o Movimento Sindical que foi às ruas e aqui foi falado, pressionou, articulou, foi ao Presidente, pressionou pelo veto, ele garantiu o veto, o Movimento Sindical voltou a Casa e pediu para todos os Senadores e Deputados, de forma respeitosa, mas muito firme que não deixasse derrubar o veto do Presidente.

E aquela pressão que tomou as ruas de milhares e milhões de trabalhadores é que permitiu que o veto não fosse apreciado. Construimos praticamente um entendimento aqui em todos Partidos a partir do Movimento Sindical para Emenda nº 03 que flexibiliza sim, os direitos dos trabalhadores não fosse aprovada e não foi o veto votado. De quem é a vitória? É do Movimento Sindical.

Então os trabalhadores têm que entender e eu sei que eles entendem, perguntaram para mim: "Ah! Você apresentou o 248 que vai fazer que lá na Assembléia possa ser deliberado e a contribuição vá direto para os trabalhadores sem direito de oposição". Apresentei e defendo porque o dissídio, o acordo é para todos [palmas] não é só para sócio, não precisava nem falar isso aqui, apresentei e defendo e aqui no Senado, Senadora Lúcia Vânia e Senador Cristovam Buarque,

nós já aprovamos em todas as Comissões, em todas, e por unanimidade o 248.

Houve um recurso. Eu respeito, faz parte da democracia e ele vai de novo a Plenário, mas o 248 que, na verdade, quem é que se inspirou no 248, o Paim? O Paim coisa nenhuma, foi o Fórum de vocês que apontou o caminho e eu fui instrumento aqui dentro quando vocês disseram: "Vamos regulamentar a contribuição assistencial no máximo 1% para acabar com essa história que Ministério do Trabalho, que fiscal de trabalho e empregador comece a tirar até o patrimônio, a sede das entidades alegando que houve o contraditório dentro das empresas".

Esta lista dentro das empresas é um banditismo, é um banditismo, o que é que faz o empresário? Obriga o trabalhador e vocês sabem disso, nós todos aqui fomos sindicalistas, quem me dizer que é diferente está mentindo, olhe mentir é quebra de ética. Quem dizer que é diferente está mentindo. O que os empresários fazem? Pressiona o trabalhador a assinar a lista dizendo que não quer contribuir para o Sindicato, se ele não assinar ele acaba demitido, claro que ele assina.

Essa história de lista dentro das empresas a favor ou contra uma contribuição para manter vivas as entidades sindicais isso é banditismo e nós temos que acabar com isso. Tem que acabar com isso. [palmas] Tem que acabar com isso! Nem decisão, eu não queria falar muito, mas nem decisão de Assembléia se respeita mais, como alguém disse aqui eu estava ouvindo e é verdadeiro, a Assembléia delibera, cumpre tudo, mas naquele artigozinho ali que é a contribuição da categoria para os sindicatos, aquele não, aquele tem que ter o tal de direito de oposição. No meu projeto não tem direito de oposição coisa nenhuma, quer fazer oposição, monta oposição e derruba a Diretoria do Sindicato e enfim toma outra decisão.

Enfim, meus amigos, eu confesso que eu fiquei preocupado, eu gostaria que hoje aqui a gente nessa grande, eu diria, grande Assembléia, nessa grande Audiência Pública, a maior que nós já fizemos aqui, que vocês vieram dos Estados de origem, nós poderíamos estar discutindo 40 horas, poderíamos estar discutindo o turno de seis horas, a questão dos dirigentes Sindicais que estão sendo demitidos covardemente, demitidos covardemente porque eles alegam [palmas] que só pode ser sete. Agora virou sete. Poderíamos estar discutindo aqui até a CPMF por que não? Qual é a visão dos trabalhadores na CPMF. Reforma tributária, reforma política porque nós queremos interagir mesmo no País, nós estamos aqui infelizmente de um tema que seria pacífico e aí me desculpem todos, me desculpem todos.

E olhe eu vou dizer para vocês, mudar de posição eu sempre digo o seguinte, embora eu fale aqui com muita convicção, eu fui fazer uma palestra para estudantes: "Você fala com tanta convicção que a gente fica meio assustado na hora de fazer o contraditório". Eu quero dizer para vocês que mudar de opinião não é nenhum crime quando me convencerem que eu estou errado, eu posso estar errado naquela convicção eu mudo com a maior tranquilidade. Mas nessa questão eu não mudei de opinião, não.

Se vocês pegarem e eu deixo cópia para vocês, o meu projeto 1002 de 1988, o que eu digo? "Não tem que ir dinheiro dos trabalhadores para Governo nenhum, toda a contribuição sindical está aqui tem que ir para entidades sindicais". [palmas] Está aqui o projeto, está aqui e não é projeto de hoje, não é projeto de hoje.

Claro que eu sei que o debate que vocês fizeram e continuam fazendo e respeito quem pensa diferente é um debate produtivo qualificado de alto nível.

O que eu percebi no acordo? Há um acordo sim, mas me digam se é diferente: O Movimento Sindical pediu um período, é isso Paulinho? É ou não é? Para que apresente uma proposta definitiva sobre a questão qual será a contribuição para os trabalhadores.

Então nesse momento eu entendo que há um período de transição e nós temos que ter um período de transição até que o conjunto do Movimento entenda e não estou aqui definindo nada, qual o melhor caminho para manter as entidades dos trabalhadores. Eu nem vou entrar aqui naquela história porque seria repetitivo, Partido pode, Sistema "S" pode, Governo pode, enfim, todo mundo pode, mas trabalhador não pode. Essa história de vocês querer se organizar e defender qualidade do trabalho e defender o melhor salário e querer ter inclusive representante no Parlamento. O que é isso? "Parem com isso, isso vocês não podem". Claro que eu estou aqui dizendo que é inacreditável que só os trabalhadores não podem ter a contribuição para sua entidade.

Eu encerro dizendo somente o seguinte a vocês: Eu sei, eu sei que a única divergência em 99% dessa Audiência Pública tem uma divergência lá no art. 5º § 1º, sei disso porque eu estou convivendo, o que eu peço a todos vocês que nós, os três relatores, estamos totalmente tranquilos para ouvir e acertar o passo. Eu quero que a gente faça do Relatório aquilo que seja efetivamente a vontade do conjunto, do Movimento Sindical.

Para mim não tem Relator dono da verdade e nem proposta dona da verdade. Eu entendo que o acordo que vocês construíram ele pode ser aperfeiçoado, mas a linha do acordo não pode ser alterada. Não pode jogar um Relator pegar e dizer: [palmas] "Não, eu tenho

um projeto". É como se eu chegasse aqui e dissesse: "Não, agora eu vou botar um 248 aqui, eu vou botar aquele outro que acaba com a demissão do dirigente sindical, mesmo do Conselho Fiscal ou do suplente", não é o momento, esse é um outro momento em que nós faremos esse grande debate.

Enfim, meus amigos e minhas amigas, esse informe é importante, eu vou encerrar, se depender de nós, e não tiver nenhuma força oculta, nós queremos votar até no máximo na próxima quarta-feira nas três Comissões e encaminhar o projeto para o Plenário.

Viva a organização dos trabalhadores. Um abraço a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h07.

Ata da 49ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Em Conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 7 de Novembro de 2007, Quarta-feira, às 11 Horas, na Sala de Reuniões nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Senadores **Leomar Quintanilha, Jonas Pinheiro, Sibá Machado, Heráclito Fortes e Jaime Campos**. Deixa de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. A presente **reunião convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atende ao Requerimento nº 73 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 01/11/2007, do Requerimento – CRA, de autoria do Senador Neuto de Conto e do Requerimento – CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, a serem apreciados, com a finalidade de analisar e discutir as notícias referentes à contaminação de leite por produtos nocivos a saúde, tais como água oxigenada e soda cáustica, com a presença dos seguintes convidados. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, em ato contínuo, a coloca em votação e a aprova. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública e em seguida, convida as autoridades para tomarem lugar à mesa e fazerem suas explanações. Comparecem os seguintes convidados: Reinhold Stephanes – Ministro

de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Rodrigo Sant'Anna Alvim – Representando Jorge Rubens – Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite – Leite Brasil; Ricardo Morishita Wada – Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Maria Cecília Martins Brito – Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, representando Dirceu Raposo de Melo – Presidente da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nelmon Oliveira da Costa – Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA.. Fazem uso da palavra os Senadores Senadora Kátia Abreu, Sibá Machado e Leomar Quintanilha. Encerradas as falas dos senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião conjunta da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 33ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a 49ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Sobre a Mesa requerimento: "Nos termos do art. 93 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, com a finalidade de analisar e discutir os fatos e notícias referentes à contaminação do leite por produtos nocivos à saúde".

Requerimento em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, CLA, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Partici-

pativa, CDH, com a finalidade de analisar e discutir os fatos e notícias referentes à contaminação do leite por produtos nocivos à saúde, com a presença dos senhores palestrantes que convido desde já comporem a Mesa: O Deputado, eminente Deputado e Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Reinhold Stephanes, que já se encontra à Mesa; o Dr. Jorge Rubez – Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite, Leite Brasil, gostaria que viesse à Mesa; Ricardo Morishita Wada – Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Maria Cecília Martins Brito, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Dr. Rodrigo Alvim, Presidente da Comissão Nacional e Pecuária de Leite da CNA.

Para darmos abertura em conjunto com os requerimentos feitos pelos eminentes Senadores que compõem as Comissões, o Senador Leomar Quintanilha, e o Senador Paulo Paim, cumprimentando-se as Senadoras e os Senadores, gostaríamos de ouvir em primeiro momento, a palavra do nosso Ministro que tão solícito veio à nossa Comissão e tenho a oportunidade, grande, para dizer ao Brasil os problemas que ouvimos, que sentimos, que aconteceram nesse importante componente da vida, da sociedade brasileira que é o leite e, certamente, os esclarecimentos serão de extrema valia e de uma importância para toda a sociedade brasileira.

Com a palavra o eminente Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Caro Senador Neuto De Conto, é um prazer estar aqui novamente, cumprimento os demais Senadores aqui presentes. Componentes da Mesa, jornalistas. Há pelo menos quatro anos o Ministério vem implantando uma nova norma conhecida por todos como a Norma 51, no sentido de melhorar a higiene e a qualidade do leite.

Essa norma está dentro dos padrões internacionais. É uma norma correta, é uma norma adequada, isso começou a ser implantado a partir do Sul do Brasil e terminou, ou esta ainda em implantação, no Norte do Brasil nesse momento. De lá para cá, se realizam exames periódicos para testar a qualidade do leite que sai do produtor. Só para ter uma idéia da grandeza, desde que essa norma está em implantação, já se realizaram quase dez milhões de análises com laudos expedidos sobre a qualidade e a higiene do leite do nosso produtor, quer dizer, é uma quantidade efetivamente grande, são 10 milhões de análises feitas todas elas com laudo estabelecendo.

Realizam-se nesse momento, diariamente, dez mil análises em nível de produtor, através de laboratórios credenciados em vários registros do Brasil. En-

tão, do produtor até chegar à usina de produção, nós temos um sistema que pode ser considerado bom, ele ainda, eventualmente, pode ter algumas falhas, mas é um sistema bom, está em implantação e produzindo resultados excelentes em termos de qualidade e em termos até de educação do nosso produtor para melhorar sua qualidade do leite. À medida que isto entra nas unidades da produção, nós até aqui vínhamos tendo um sistema, que é o mesmo sistema que vem sendo adotado para carnes e outras formas de inspeção, onde nós temos um técnico que acompanha a qualidade desse leite. Toda a indústria, obrigatoriamente, tem que ter um responsável técnico e tem que ter seu laboratório que também faz sua análise de entrada e sua análise de saída do seu produto.

A mudança que nós introduzimos agora, que era uma mudança já prevista e ela não é só para o caso do leite, ela é para todo o sistema. Essa é uma mudança que estava prevista há praticamente seis meses, mas ela agora acabou sendo implantada inicialmente no leite e, logo em seguida, se implantam nos frigoríficos ou nas demais unidades produtoras. É efetivamente resgatar a responsabilidade da cada unidade de produção pelo seu produto, ou seja, ele tem que ter um responsável técnico que, aliás, ela tem, mas esse responsável técnico tem que assumir sua responsabilidade. Ela tem que ter os laboratórios que analisam a entrada e analisam a saída do produto.

E o Ministério da Agricultura ao invés de manter o técnico lá dentro, passa a fazer a fiscalização sobre os procedimentos e também sobre a qualidade, ou seja, ele vai fazer auditorias no sentido de verificar se as normas estão sendo obedecidas, se a qualidade está sendo obedecida, se os exames de laboratórios estão sendo obedecidos, quais foram os resultados e também retira as amostras para conferir se as análises são sendo corretas. Nós passamos a ter um sistema novo, mais moderno, o outro sistema vigora há quase um século, evidentemente está esgotado como sistema, como forma de fiscalização e é o padrão que se usa na grande maioria dos países do mundo.

Nós acreditamos que isso nós vamos chegar a uma segurança maior, não obstante, tem que ficar muito claro, o sistema já vinha funcionando com eficiência muito boa, tivemos desvios no sistema sim, são desvios que nós acreditamos pelas análises que são pontuais, o Ministério já vinha fazendo análises além dessas 10 mil amostras que tinha outro dia, análises específicas no sentido de verificar eventuais desvios que estariam acontecendo. Efetivamente foram detectados alguns desvios, são desvios graves, são desvios criminosos, são desvios que atentam contra o nosso consumidor e atentam a toda as normas, quer dizer, não foi erro

de produção, foi efetivamente desvio e, nesse caso, foram até organizados em nível de quadrilha.

Mas, eu gostaria de pedir permissão para fazer uma rápida exposição através de um técnico nosso, através de um vídeo de 10 minutos, mais ou menos, no sentido de deixar mais claro como esse sistema está sendo operado nesse momento.

SR. NELMON OLIVEIRA DA COSTA: Eu agradeço a oportunidade do Ministro. Sou o Nelmon Oliveira da Costa, sou Diretor do Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal, que é o órgão que coordena os serviços de inspeção federal no Brasil todo.

Eu vou dar uma breve resenha, como o Ministro comentou, de uma forma muito rápida, de que forma atua o Ministério da Agricultura nessa área da inspeção e, depois, eu vou abordar especificamente o problema que foi levantado pela Polícia Federal em Minas Gerais.

O serviço de inspeção federal, tem uma atuação no País que já completa e está preste a completar 100 anos, desde 1914. Ele atua junto das indústrias que processa o produto de origem animal, de acordo com a Lei 7889, quer dizer, o Ministério tem a responsabilidade pelos estabelecimentos que fazem o comércio interestadual e internacional, e os Estados, naqueles estabelecimentos que fazem comércio em nível de Estado e os Municípios naqueles que fazem dentro do Município.

A área do abate, nós temos uma metodologia de trabalho aonde os próprios técnicos do Governo efetuam a inspeção, antes põs morte e nas demais categorias de estabelecimentos, a forma de nós trabalharmos, do SIF trabalhar, é aditando os programas das empresas. Boas práticas da fabricação, higiene operacional e análise de perigo e pontos críticos de controle.

Só para dar uma idéia da nossa atuação, esses pontos no mapa do Brasil são o número de municípios aonde tem pelo menos uma indústria sob a fiscalização do SIF, e os números gerais, em torno de 1700 na área de leite e derivados, sendo praticamente 400 na área da usina de beneficiamento de leite. Na área de carne são 1334, pescados e derivados 357, mel e derivados 207, ovos e derivados 134. Um total de 3700 estabelecimentos.

Esse é o organograma do DIPOA, que tem duas coordenações, uma que cuida mais dos assuntos da área da exportação, ali a CGPE, e a outra que cuida da Coordenação Geral de Inspeção. Nós temos cinco divisões que cuidam especificamente de assunto, por exemplo, a DICAR, Divisão de Carne de Bovinos; a DICAQ de Carnes de Aves, a DICS de Carne de Suínos, a DILEI dos Assuntos do Leite e a DIPS, dos Assuntos da Pesca.

Em função de que o Brasil na atualidade exporta para mais de 150 países os seus produtos, é comum nós recebermos mais de uma vez por mês, em média, missões internacionais que venham aditar o serviço brasileiro, isso dá, em média, vinte missões internacionais. Ontem nós tivemos o prazer de receber a missão da União Européia, que veio pela sexta vez esse ano ao Brasil. Uma missão que é composta por nove profissionais que vão formar três equipes e estão a campo hoje.

Esse Departamento, o DIPOA, acaba sendo aditado por todos os nossos parceiros externos e ele tem a função de fazer as normas e as nossas superintendências federais de agricultura, nos âmbito dos Estados, executam através do SIF junto às empresas essas normas.

Como o Ministro falou em sua manifestação, nós temos implantado um programa nacional de melhoria da qualidade do leite, aonde nós queremos na realidade sair dessa situação, que essas fotos mostram, para uma situação mais adequada, mais moderna e mais dentro dos parâmetros internacionais. Hoje o Brasil convive com ambas as situações. Nós temos leite de excelente qualidade, que atende padrões internacionais e nós temos, infelizmente, ainda, leite obtido de uma forma inadequada, com animais com problemas de genética, de saúde, de alimentação e o ambiente da colheita desse leite, ainda não atende perfeitamente as normas.

Esse programa da IN 51, veio promover a melhoria da qualidade do leite, oferecer ao consumidor um produto de melhorar qualidade, aumentar a renda do produtor rural por pagamento, por qualidade, e isso já está acontecendo, agregar valor ao produto e melhorar a eficiência e o rendimento industrial.

Essa IN entrou em vigor na Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste em julho de 2005, portanto, temos dois anos de presença nessa área e o objetivo dessa instrução normativa inicialmente é fazer um trabalho educativo, porque nós temos ações para fazer essa melhoria, para promover essa melhoria da qualidade do leite que extrapola o âmbito do Ministério da Agricultura. Nós temos que trabalhar com eletrificação rural, com a melhoria das estradas vicinais, trabalhar com parceria com a MDA, no apoio a agroindústria familiar. Então tem ações que extrapolam o âmbito da competência do Ministério da Agricultura. Por isso, que ela tem uma implantação em caráter educativo inicialmente.

E, agora, em julho desse ano, ela entrou em vigor para a região Norte e Nordeste do País, também de uma forma educativa e isso aí o próprio mercado vem se ajustando. O nosso Governo não está adotando, por enquanto, medidas de caráter punitivo em quem não

atende o produtor, que não consegue atender essa normativa, ele está orientando, capacitando, promovendo a educação sanitária, promovendo a capacitação, porque só uma melhoria da qualidade da higiene e da ordenha você já consegue um avanço significativo.

Como o Ministro bem falou, esse programa começou em 2005. Nós temos em média três milhões de análises realizadas por ano, já se somam nove milhões e meio de análises até setembro desse ano, atestando, verificando, checando a qualidade do leite, com amostras colhidas uma vez por mês, em cada fornecedor, em cada produtor rural.

Em complemento a esse trabalho da 51, nós temos também implantado desde 2004, um programa nacional de controle de resíduo contaminante, que também monitora uma série de produtos que podem chegar no leite por formas acidentadas, os pesticidas, organoclorado, antiparasitário, antimicrobianos. Esse número de itens de ensaio é baseado em uma recomendação do CODEX, nós já estamos desenvolvendo esse trabalho desde 2004.

E nós vamos entrar rapidamente no que o nosso regulamento que é de 52 estabelece. O art. 11 ela fala: "que a inspeção federal seja instalada em caráter permanente ou periódico" e o § Único define: "os estabelecimentos que recebem e beneficiam leite e o destinam todo ou em parte ao consumo público, tem que ter inspeção permanente". Com o crescimento do agronegócio brasileiro, na realidade, há mais de uma década nós não conseguimos manter um fichário dentro, pelo menos, um naqueles 400 estabelecimentos que beneficiam leite.

Nós temos hoje, a nossa realidade, são 212 fiscais para somatória de estabelecimento na área de laticínio, praticamente 1700, então, nós já não vínhamos praticando mais a inspeção permanente, mas nós estamos fazendo uma alteração nesse procedimento. Esse programa que o Ministro também comentou é um programa específico de combate à fraude, que foi implantado em 2003, até 2006 nós realizamos cerca de 4 mil análises e já posso me antecipar e responder a pergunta que deve estar na maioria, a dúvida que gera na maioria dos senhores, como é que o Ministério da Agricultura realizou quase quatro mil análises e não conseguiu detectar essa fraude.

Quando eu comentar da operação da Polícia Federal, os senhores vão ver que na realidade, essa fraude foi cometida por algumas empresas que tivessem a intenção de fraudar. Elas se cercaram de uma assessoria de profissionais da área, de tal forma, que ajustaram todos os parâmetros do leite para justamente não ser detectado em uma análise de rotina nossa, depois eu comento mais à frente. E aqui uma

coisa interessante, os dados da condenação de leite na rotina da atividade da SIF, esses são dados apenas do ano de 2006.

Para não parecer que a única vez que se condenou leite no País, foi essa ação da Polícia Federal. O ano passado, em 2006, nós tivemos 21 milhões de litros de leite condenados no âmbito das usinas de beneficiamento. Ou por iniciativa do próprio serviço ou por iniciativa do controle de qualidade da empresa, de qualidade da empresa, em uma rotina de trabalho aonde você analisa o produto, está fora da especificação, tem duas alternativas: condena-se sumariamente, quer dizer, não aproveita para o consumo humano ou 113 milhões destina-se para o chamado aproveitamento condicional.

Por vezes, o produto não está com nada que ofereça risco à saúde do consumidor, ele não está com produto que indique uma fraude ele, está fora do parâmetro desejado, então, ele pode ser desejado para fazer um doce de leite e para fazer outros produtos em que ele atende a especificação de regulamento técnico.

Só para enfatizar, em média no ano, 21 milhões de litros de leite condenados e 113 milhões com aproveitamento condicional, isso é rotina do nosso trabalho que, obviamente, não é divulgado, isso nós não vamos para a imprensa toda vez que se condena um caminhão de leite, é rotina, é nossa obrigação como inspetor. Nós temos esse ano trabalhando em cima de um programa específico de índice de CMP para detectar fraude com soro no leite.

O soro causa, às vezes, uma aflição na população e é importante que se esclareça que o soro obtido nas condições normais, ele é consumido, é destinado ao consumo humano. Nós temos uma série de produtos industrializados que usam o soro. Ele não pode ser utilizado como mecanismo para baratear o custo do leite, fraudar o leite e enganar o consumidor como uma fraude econômica. Ele é um produto derivado da própria composição do leite, que sai no processamento de queijo, etc, e ele é utilizado, autorizado e consta no rótulo do produto, uma grande série de produtos industrializados.

Para desmistificar que parece que o soro, como uma parte dele é destinado à alimentação animal, parece que nós estamos tirando um produto que é só para destinação animal e destinando para o consumo humano. Não é, é um equívoco nesse conceito. O soro é um produto sim que pode ser aproveitado e é aproveitado dentro das normas.

Eu agora vou dar um rápido enfoque sobre três slides: a operação da Polícia Federal e o que a Polícia Federal conseguiu, e esse trabalho a gente, em nenhum momento, quer desmerecer, em nenhum momento, nós

temos a menor crítica a fazer dessa ação, muito pelo contrário, ela veio a fortalecer os órgãos e veio nos ajudar. E tanto é que os senhores vão poder analisar que o último item, do último slide, reforça essa parceria e isso começa em uma reunião a ser realizada aqui no Ministério Público, amanhã, em Brasília.

A polícia partiu de uma denúncia de um ex-funcionário, que falou que deu detalhes, que a empresa tinha socorrido de auxílio de um profissional e desenvolvido uma fórmula mágica, entre aspas, para fraudar o leite e que não seria detectado em nossa análise de rotina. Foi um trabalho de profissionais, houve uma intenção, houve dolo, houve má-fé, houve intenção premeditada de fraudar e tomar todos os cuidados para que essa fraude não passasse pelo crivo, não fosse detectada na nossa rotina de trabalho.

A polícia, utilizando-se do seu serviço de inteligência, de investigação e de seu próprio poder de polícia, desencadeou uma ação na empresa denunciada e direcionou essa análise para o foco da denúncia, até então, as nossas análises, aquelas quatro mil análises de rotina para a pesquisa de fraude, nós pesquisávamos o que vinha sendo denunciado sim, pelo setor privado, mas nós tínhamos denúncia de fraude por sacarose, por amido, por soro, por água, sim, e a gente vinha pesquisando, mas não pesquisávamos a tal da soda cáustica, porque é um produto que está dentro dos laticínios e é autorizado pelo Governo para fazer a higienização das instalações e equipamentos.

É um dos poucos produtos químicos que tem eficácia em retirar aquela incrustação do leite que fica em tubulações. É um produto que tinha uma finalidade específica, não era intenção nossa pesquisá-lo para detectar ele sendo adicionado de forma criminosa ao leite.

Como o próprio Ministro comentou, um processo que já vinha em execução foi agora acelerado, que é uma reavaliação do sistema de inspeção. Na realidade a inspeção passa a ser realizada, isso já está em fase de implantação em alguns Estados, na forma de auditorias aleatórias, não mais por uma pessoa que fica o tempo todo de suas oito horas por dia dentro do estabelecimento, mas por uma equipe composta de, no mínimo, três profissionais, dois fiscais federais de ordem pecuária, médico veterinário e um agente de inspeção e o objetivo é melhorar a eficácia do serviço com uma inspeção que vai estar menos freqüente na empresa, mas quando freqüente, muito mais minuciosa, muito mais criteriosa, até porque é um trabalho da equipe e também se socorrendo do auxílio de laboratórios.

E as ações complementares que foram desencadeados por esse episódio. As empresas que tiveram produto fora do padrão do regulamento técnico são

submetidas a um regime especial de avaliação e controle isso, demanda a retenção da produção. Nós já fizemos isso nessas empresas que tiveram uma amostra fora do padrão, nós já retivemos a produção até que a empresa apresente um programa de controle efetivo na qualidade da matéria-prima do produto elaborado e que acompanhado de análise laboratoriais efetuados pela própria empresa.

Após esse procedimento, a empresa, o SIF, através de medidas laboratoriais, ela avaliação previamente a qualidade do produto antes da sua liberação para sua comercialização. Esse critério já foi aplicado e está sendo aplicado em outras empresas à medida que vão sendo detectados problemas não conformidade do produto no mercado. Encaminhar ao Ministério Público os processos administrativos instaurados, isso nós já tínhamos esse procedimento na área da carne e estendemos na área de leite.

No momento em que você encerra o processo no âmbito administrativo do mapa, aonde nós aplicamos a multa máxima de 16 mil reais apenas e isso não inibe ninguém de cometer a fraude. Nós encaminhamos o processo ao Ministério Público e o Ministério Público apura a responsabilidade civil e criminal do empresário e pode sim, aplicar uma multa complementar, como já vem acontecendo em alguns Estados. A publicação do site no mapa com a lista das empresas que forem autuadas por fraude. Nós já temos o nosso site em outros assuntos. Essa lista de empresas, nós estamos estendendo para a área do leite e vamos promover e estimular a integração de ações, com a Polícia Federal e Ministério Público, no sentido de fortalecer as ações da parte técnica.

A apresentação foi muito rápida, mas eu fico a disposição dos senhores para qualquer questionamento que houver. Muito obrigado.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Somente para encerrar. Eu gostaria de informar que efetivamente esta questão preocupou muito o Ministério, principalmente porque o prejuízo acaba ficando com os produtores, nós temos mais de um milhão de produtores. E aqui também na exposição, eu acho que é bom que fique claro nós temos ainda basicamente dois sistemas de produção: Aquele sistema de produção que atende ao nível local e aquele sistema de produção que atende já em escala industrial, é claro, que o rigor em relação aquele sistema que atende em escala industrial, é muito maior e, efetivamente, já esta dentro do sistema, quando ele fala que o sistema é educativo, eu não diria que ele é educativo para aqueles que trabalham no sistema industrial, mas ele é educativo para aqueles que trabalham para o fornecimento de leite a nível normal de Município, que não participam

de uma estrutura maior de produção. Já que em uma estrutura maior de produção, ele tem que obedecer a critérios muito mais rigorosos de gênero e de qualidade para que atinja o comércio. De qualquer forma, a nossa posição, evidentemente, é de transmitir, adotar medidas que transmitam segurança ao nosso consumidor e que mantenha a cadeia produzindo com higiene e qualidade. Esta é a ação e esta é a preocupação principal e acho que esse objetivo está sendo atingido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministro Reinhold Stephanes. De imediato ouviremos o Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

SR. RICARDO MORISHITA WADA: Muito bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Neuto De Conto, meu caríssimo Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Senador Leomar Quintanilha, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Srs. Senadores, Sras. e Srs. presentes.

Inicialmente eu quero agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui para relatar um pouco das ações que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor vem empreendendo, portanto, eu queria fazer o registro e agradecer ao Senador Renato Casagrande, registrar o agradecimento pelo requerimento que foi encaminhado.

Eu queria também cumprimentar o Exmo. Ministro de Estado da Agricultura, Reinhold Stephanes, porque, inclusive, na sua gestão, nós pudemos realizar uma ação inovadora no que diz respeito ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Eu gostaria de começar exatamente por aí.

Quando nós falamos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor nós estamos falando basicamente de um lado da área pública dos PROCONs estaduais, dos PROCONs municipais, do Ministério Público que é um importante colaborador do Sistema de Defensorias Públicas e das entidades civis, neste ano, no dia 30 de maio de 2007, nós tivemos a oportunidade de celebrar uma ação, um termo de ação conjunta entre o Ministério da Justiça, o Departamento da Proteção e Defesa do Consumidor, e o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, DIPOA, vinculado a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.

Essa ação conjunta tem por objetivo, basicamente, fazer a análise dos produtos que se encontram nas gôndolas de supermercado. Os senhores sabem que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor tem uma competência bastante delimitada, não nos compete

verificar a cadeia de produção, mas principalmente aqueles produtos que se encontram a disposição do consumidor.

Essa ação conjunta foi celebrada exatamente com o objetivo de colaborar com todo um sistema que o Ministério da Agricultura vem desenvolvendo, mas que também permite do outro lado, ter um acompanhamento de outras instituições, de outro Ministério e, também, com o foco mais específico de resguardar as informações corretas e adequadas para os consumidores. O objetivo dessa ação conjunta foi desde a apreensão dos produtos nas gôndolas de supermercado e nos pontos de venda, que é onde nós temos a atribuição para intervir e promover apreensão e coleta de produtos e verificar a veracidade, a correção e a adequação da informação do rótulo com efetivamente aquele produto que é entregue até o consumidor.

Isso foi celebrado no dia 30 de maio e imediatamente no mês de junho, nós procedemos a uma ação nacional. Nós contamos com a colaboração dos Sistemas Nacional de Defesa do Consumidor especialmente os PROCONs estaduais. Em junho nós trabalhamos juntos com os PROCONs do Estado de Goiás, do Estado da Paraíba, o Procon de Santa Catarina, o Procon de São Paulo e o Procon de Tocantins. O nosso objetivo era a coleta de produtos nos pontos de venda e, posteriormente, a essa coleta, o envio ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal que iria proceder à análise desses produtos e, portanto, ao final iria encaminhar o resultado dessas análises.

Foi recolhida e apreendida nessa operação, por volta de 57 amostras, e o resultado dessas amostras nós recebemos e pudemos concluir que 18 produtos apresentavam uma desconformidade com o regulamento técnico de identificação e qualidade do Ministério da Agricultura, portanto, de uma fiscalização cuja competência é própria é originária do Ministério da Agricultura. Mas, no entanto, afora essas irregularidades, nós também pudemos constatar, segundo o laudo encaminhado pelo DIPOA, que oito produtos especificamente estavam em desconformidade e sete produtos, sete marcas de produtos, havia uma duplicidade de produtos, haviam constatado o descumprimento do Código de Defesa do Consumidor, motivo pelo qual nos levou essa ação conjunta com os PROCONs e aqui especificamente dos três Estados aonde as amostras foram recolhidas e se verificou a irregularidade, que é o Procon de Goiás, da Paraíba e o Procon de Santa Catarina, nos levou a instauração de processos administrativos para verificação das fraudes.

Com relação especificamente um produto que foi coletado pelo Procon de Santa Catarina, o leite UHT integral da marca Cedrense, nós verificamos, segun-

do o laudo do DIPOA, que ele apresentou uma informação enganosa com relação a sua rotulagem. Ele apresentou 30.23% a mais de carboidratos, 11.18% a menos de proteína e 17.44 a mais de gordura. Lembrando que a ANVISA tem um relacionamento, a RDC que admite uma variação de 20% a mais e por uma interpretação da ANVISA de 20% a menos, o que nós leva a uma irregularidade de 10.23% com relação ao carboidrato. Ele informava no rótulo para o consumidor uma determinada quantidade, quando na realidade, ele tinha a mais dessa qualidade, esse é com relação ao produto Cedrense.

No caso do Procon de Goiás e no Procon de Tocantins houve uma coincidência nessa apreensão. Foi verificado que o leite UHT integral da empresa Marajoara também apresentou irregularidades. No caso da coleta do Procon de Goiás, segundo o laudo do mapa, ele apresentou 25.7% a menos de proteína e 10% a mais de gordura, sempre lembrando a resolução da ANVISA e a interpretação da ANVISA que estabelece um limite de 20% a mais e a menos de tolerância com relação a essas informações. O que nós dá 5.1% menos de proteína, neste caso da coleta do Procon Goiás.

Na coleta do Procon de Tocantins, que foi também realizada pelo nosso estimado Procon de Tocantins, também nós tivemos o mesmo resultado, uma informação que para o consumidor garantia que ele deveria ter um determinado percentual de proteína, quando tinha, na realidade, menos e ainda considerando os 20% dá uma quantidade de 5.1% menos de proteína, do que aquela que deveria conter este produto.

A outra apreensão, o outro processo diz respeito à marca Cilpe da empresa Big Leite, nesse caso, aqui foi uma apreensão do Procon da Paraíba e nós tivemos aqui um percentual de 52.89% a menos de proteína, do que informava a rotulagem, de novo o segundo laudo do Ministério da Agricultura se nós descontarmos a variação da ANVISA de 20%, nos dá uma diferença de 32.89% com relação aquilo que é informado ao consumidor.

Na prática isso significa que há uma enganosidade, é por isso que nós estamos instaurando o Processo Administrativo, claro que a empresa tem a possibilidade, tem toda a ampla defesa para estabelecer seus argumentos, mas me parece que algo bastante objetivo, embora ela tenha essa possibilidade, foi uma constatação técnica realizada em conjunto com o Ministério da Agricultura.

O outro produto que também nos foi objeto de apreensão, de instauração é o produto, é o leite em pó integral, esse é o caso do leite em pó não apenas o UHT, mas também leite em pó da marca LEBOM,

esse foi o caso da apreensão do nosso querido Procon do Estado da Paraíba onde ali, de novo, se verificou várias irregularidades, mas a principal delas, que motivou a instauração do processo, foi 47.05% a menos de proteína do que aquilo que deveria ser, do que se informava o consumidor através da rotulagem.

Descontando o percentual 20%, nós temos 37.05% a menos de proteína do que aquilo que foi informado, segundo o laudo do Ministério da Agricultura. E, por último, nós tivemos ainda no Estado da Paraíba a apreensão de mais dois produtos, leite UHT integral da Parmalat e o outro o leite UHT integral da Alimba. Nesses dois casos também foram constatadas irregularidades. No caso da Parmalat foram verificados 47.02% a menos de carboidratos, se nós fizermos o desconto da ANVISA de 20% dá 27.2% a menos do que se informava na rotulagem. E o leite UHT integral, Alimba, 44.6% a menos de carboidrato, o que dá 24.6%, além da regulamentação tecnicamente, da tolerância admitida tudo com base nos laudos emitidos pelo Ministério de Agricultura.

E o último diz respeito ao leite UHT integral total que foi uma apreensão de todos os Estados aqui e se verificou um percentual de 28% a menos de proteína, dá um percentual de 8% além da tolerância admitida.

Essas ações dizem respeito em um primeiro momento, a instauração de processos, a violação do Código de Defesa do Consumidor está diretamente relacionada à obrigação da informação veraz, da informação correta, essas constatações foram importantes, esta é uma ação importante que foi desenvolvida entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Agricultura. Essa participação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, claro, que em um primeiro momento diz respeito às coletas dos produtos que estão nos pontos de venda, mas ao final do processo, nós não descartamos as outras possibilidades que também se mostramos bastante valiosas.

Eu queria recordar aqui uma das ações que nós fizemos em conjunto com o Ministério da Agricultura, que é uma forma de potencializar a aplicação das sanções que são efetivamente transitadas em julgado no âmbito do Ministério da Agricultura, porque uma vez o assunto já discutido do ponto de vista administrativo pode fundamentar uma ação Civil Pública buscando uma reparação maior para todos os consumidores, inclusive, para coletividade dos consumidores nesses casos.

Imagino que a mesma metodologia possa ser aplicada nesses casos e me parece que foi um grande avanço essa intervenção do Ministério da Justiça, do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e, especificamente, desses PROCONs envolvidos nessa

operação. O Procon de Goiás, Procon de São Paulo, de Santa Catarina e o Procon do Estado de Tocantins, foram uma ação articulada, o objetivo é a ação da informação do consumidor, claro que nosso objetivo não foi verificar o risco à saúde e a segurança.

Esses laudos dizem respeito especificamente a enganabilidade e a informação adequada aos consumidores. Eram essas as informações que eu queria compartilhar com os senhores. Sr. Presidente, muito obrigado novamente pelo convite e pela oportunidade e estamos a disposição aqui para as eventuais perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Dr. Ricardo. Ouviremos agora a Dra. Maria Cecília Martins Brito, diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Com a palavra.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Bom dia a todos. Senador é um prazer. Muito obrigado pelo convite. A ANVISA agradece, lembrando e nós entendemos como é muito importante mesmo a nossa presença aqui. Faz parte do escopo das nossas responsabilidades.

A área de proteção da saúde no País sempre cresceu a partir das tragédias, foi assim com o césio, foi como um medicamento falsificado, foi assim com aditivos nos sucos e nós entendemos que esse episódio, com certeza, também terá grandes avanços à Vigilância Sanitária, antes da tragédia, antes que isso tudo se torne apenas um episódio nefasto, mas a Vigilância Sanitária de todo esse País tem responsabilidade sobre a saúde de todas as coisas que interfere na saúde das pessoas, de alguma forma abrangência de nosso trabalho é muito grande e nós temos a partir da Lei Orgânica da Saúde e da própria Constituição, a definição do poder de polícia, alguma coisa diferente de todos os outros lugares do País, porque nós do mundo, porque nós temos esse poder de polícia.

Nós apreendemos, nós prendemos coisas, ao mesmo tempo nós também seguimos o direito sanitário uma peculiaridade da Vigilância Sanitária, seguimos o Processo Administrativo, precisamos instaurar um processo administrativo para darmos condução a qualquer ilícito e segundo a nossa legislação maior, a 6437 de 77, ela diz que o ilícito sempre obtido através de análises laboratoriais oficiais, isso significa que são laboratoriais oriundos do Ministério da Saúde, são os laboratórios que nós fornecem laudos oficiais a partir dos quais a ANVISA, a Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, lavram seus processos, seus autos e processos administrativos.

Nesse evento nós nos apossamos do princípio da precaução da competência da Vigilância Sanitária e com base nos laudos do LANAGRO fizemos uma

resolução, definimos a pronta interdição cautelar e estamos no aguardo dos laudos oficiais dos laboratórios oficial do Ministério da Saúde para as atitudes então que virão.

É preciso ressaltar que nós temos o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária de uma forma totalmente descentralizada compete o monitoramento desse leite, de todos os produtos no mercado.

Nós trabalhamos na coordenação. É atribuição da ANVISA coordenar esse Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Estados e Municípios tem programas sistemáticos, alguns Estados tem programas sistemáticos alguns outros trabalham de forma esporádica com amostragem diferenciada e não só para o leite, mas para todos os outros produtos também que dizem respeito à saúde das pessoas

Nós temos hoje com base nas especificações definidas pelo Ministério da Agricultura, aproximadamente 4% de desvio de qualidade que consta nos nossos relatórios. Desta forma, Estados e Municípios conduzem toda essa monitoração no mercado. Ela é feita por Estados e Municípios e nós temos de alguma forma respostas um pouco mais contundentes principalmente dos Estados onde essa atividade de leite é permanente, é intensa, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Nós temos esses dados de posse.

A partir do momento em que nós recebermos os laudos dos nossos laboratórios oficiais, acredito que brevemente, teremos a análise pela Câmara Técnica de Alimentos, uma Câmara formada de professores, de colaboradores da saúde, que vêm trabalhando conosco diuturnamente em vários assuntos. Nós nos debruçaremos sobre os laudos, teremos, com certeza, novas propostas e novas ações através das ações RDC ou RE da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Teria muito mais coisa para dizer para vocês, mas acredito que a parte mais importante será a que se segue às nossas falas e fico a disposição. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Maria Cecília. Ouviremos o Dr. Rodrigo Alvim, Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNT.

SR. RODRIGO ALVIM: Boa tarde Srs. Senadores, Presidente. Boa tarde Ministro, Dra. Maria Cecília, Dr. Ricardo Morishita. Nós gostaríamos de falar um pouco aos senhores sobre um assunto que o Ministro já se reportou a ele e o Dr. Nelson também, um programa de qualidade do leite no Brasil que foi implementado pelo Ministério da Agricultura a partir de 2005 nas regiões: Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e a partir de 2007 no Norte e Noroeste brasileiro.

Antes disso, nós queríamos tecer alguns comentários sobre alguns antecedentes de relação às ações da Comissão Nacional de Leite da CNA e a nossa Câmara setorial junto ao Ministério da Agricultura, sobre as tratativas que tivemos junto ao Ministério da Agricultura e outro órgão de Governo de relação à ação da fraude.

Primeiro dizer aos senhores que esse processo começou de forma mais veemente desde 2001 quando foram implantada no Brasil cinco CPIs de leite em cinco Assembléias Legislativas, em cinco Estados, inclusive, do senhor, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, já naquela época os Deputados Estaduais diziam que havia índices de fraudes no leite brasileiro. Isso foi, inclusive, fruto de uma PFC, de um trabalho feito pelo Deputado Moacir Micheletto, aqui na Câmara dos Deputados, que condensou os cinco relatórios dessas cinco CPIs e que nesse relatório ele apontava 16 problemas na pecuária leiteira brasileira,

Desde a questão da formação de cartel na formação do preço da cadeia, até a questão da fraude. Nos anos de 2003 e 2004, seis entidades da iniciativa privada brasileira, representando não só produtores como alguns setores da indústria, desde o leite em pó, sindicatos de indústrias de alguns Estados, enfim, as cooperativas, nós criamos um termo de cooperação técnica entre o setor privado e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para intensificar as ações na fiscalização da fraude.

Naquela época, nesses dois anos de 2003, 2004, foram coletados no primeiro ano, 1975 amostras, 1570 negativos e 339 pelos relatórios que nós foram fornecidos pelo Ministério da Agricultura, estavam com algum tipo de desconformidade, eram, portanto, 17,2% das análises feitas naquele ano. E no ano seguinte, vejam o resultado dessa ação, veja o tanto que se inibiu a fraude simplesmente pelo fato do Ministério da Agricultura estar mais atuante e mais presente, inclusive, trazendo resultados. As pessoas que tomavam conhecimento deles e que, portanto, minimizavam suas ações criminosas com relação à fraude no ano seguinte, apenas 7.8% das amostras tinham algum tipo de desconformidade. No final de 2004 mais de 70% dos processos foram arquivados por alguma falha nos procedimentos administrativos. Alguns deles, por exemplo, dizia respeito à contra prova.

Nós entendemos, Sr. Ministro, a dificuldade que o Ministério da Agricultura tinha naquela época de ser rigoroso, de ser ágil, de ser mais dinâmico nessa situação, por todo um arcabouço de Legislações e Normativas que não permitiu ao Ministério da Agricultura andar. Essa era a nossa reclamação na época. Nós

queríamos, inclusive, contar um fato que o ex-Ministro Roberto Rodrigues dizia, que a agropecuária mundial é cíclica, ele tem oito anos de uma situação boa e oito anos de uma situação ruim, isso há muitos anos se dizia, dos sete anos da vaca gorda e dos sete anos da vaca magra, mas o Ministro da Agricultura dizia que não precisava dos 4 anos dele ter sido em um período ruim, nesse sentido, eu queria dizer aos senhores que tem cinco anos que nós estamos trabalhando nesse sentido, infelizmente Ministro.

O senhor, nós sabemos da sua boa intenção, da sua capacidade de gestão, a exemplo de outros órgãos e outros Ministérios que o senhor já esteve à frente, isso caiu no colo do senhor nos seus primeiros meses de Governo e de gestão em frente ao Ministério. Felizmente, porque estamos vendo ações rápidas no sentido de se trabalhar de forma a coibir isso.

Mas nos anos de 2005 e 2006, a CNA encaminhou ao Ministério da Agricultura, diversos documentos solicitando ações mais eficazes com relação ao combate a esse tipo de fraude na nossa cadeia. No ano de 2006, um estudo apresentado no segundo Congresso Brasileiro da Qualidade do Leite em Goiânia, nós fomos chamados por um professor da Universidade Federal de Viçosa, que nós disse: "Rodrigo agora não é mais soro, agora é água", porque descobriram uma formulazinha que colocando o açúcar junto com a água, mascara o resultado da colposcopia.

Poderia ser, inclusive, naquela época, ser essa fórmula que foi agora deflagrada e no ano de 2007, uma reunião no início desse ano, uma reunião no Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor, com o Dr. Ricardo Morishita que está aqui presente, pode ter sido o que desencadeou, na realidade, o que o Dr. Ricardo mencionou aqui, de uma parceria de ação conjunta, com o Ministério da Agricultura. Queria dizer aqui Ministro, seus técnico que sabem disso, não fomos procurar o Ministério da Justiça, sem antes dizer ao Ministério da Agricultura que estávamos tomando aquela providência, no sentido de ajudar, no sentido exatamente de buscar dinamizar mais esse processo.

Falando um pouco da questão do problema nacional da qualidade são dois slides mais, nós queremos primeiro, o objetivo disso é promover a melhoria e garantir a qualidade do leite e dos seus derivados, garantir a saúde da população, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros no nosso mercado e no mercado internacional. Na medida em o que Brasil tem se tornado um País exportador, a partir desse ano, dessa década de 2000, fomos o segundo maior País importador de produtos lácteos do mundo, a década de 90 foi uma década desastrosa da pecuária leiteira

nacional, com a concorrência dos produtos importados que vinham carregados de subsídios da sua origem, mas, enfim, estamos transformando em um País exportador e podemos ser, com certeza, um dos maiores players senão o maior players no mercado internacional, também na área de laticínios como já somos de outros produtos da agropecuária.

Naturalmente que na visão do produtor, investir em qualidade é o que nós temos feito insistentemente nos últimos cinco anos, sobretudo, a partir de 2005 é ter a valorização de um produtor de qualidade superior. O que o produtor deseja, é um pagamento diferenciado pela qualidade. Afinal de contas, o produtor assumiu parte do custo que era da indústria, que era refrigeração do leite. O leite ia à temperatura ambiente para os laticínios e lá, o primeiro processo era a sua refrigeração. Agora, 80% do leite no Centro-Sul brasileiro estão sendo refrigerados na propriedade do produtor rural, está sendo transportado a granel em caminhões isotérmicos e esse custo da refrigeração ficou em cima do produtor, que nem sempre, como vocês vão ver, está recebendo um adicional e um plus, pela qualidade que está ofertando ao mercado.

Naturalmente que o produtor estimulado, pode se especializar ainda mais e ir à busca de mais qualidade. O processo está se iniciando, temos muita coisa a fazer, apesar de termos avançado muito, é importante entender a realidade brasileira, um País continental que produz leite nos seus praticamente 5 mil e 650 e tantos municípios, todos os municípios brasileiros produzem leite, são pequenos produtores, na sua grande maioria, que tem dificuldades de se inserirem nesse programa, mas que estamos avançando muito e como vocês vão ver, melhorou muito à qualidade do leite brasileiro.

Nós pegamos os resultados da clínica do leite que é um dos oito laboratórios oficiais da Rede Brasileira de Qualidade do Leite, que faz parte do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, são laboratórios que estão invariavelmente em universidades, não são laboratórios que estão dentro de indústrias, são laboratórios fora da cadeia, credenciados pelo Ministério da Agricultura.

E por que pegamos o laboratório da ESALQ, da Clínica do Leite? Porque 38% das análises analisadas nesse laboratório vêm de Minas Gerais, 47% dessas análises vêm do Estado de São Paulo, portanto, essa região está no foco do que hoje está acontecendo com relação à desconformidade dos produtos lácteos no mercado.

Esse é um quadro do nosso laboratório da ESALQ, comparando a qualidade do leite brasileiro, com a qualidade do leite americano. Eu quero dizer aos senhores que os americanos demoraram 15 anos para reduzi-

rem, por exemplo, a contagem de células somáticas de 1 milhão para 750 mil e o Brasil com apenas dois anos da implantação da normativa 51, no Centro Sul brasileiro, estamos com uma média de 496 mil células somáticas, o máximo tolerado pela IN 51 é um milhão e, portanto, estamos muito próximos dos americanos que têm aí mais de 40 anos trabalhando a qualidade, sem nunca ter faltado, com certeza, para os Ministérios desenvolvidos nesse processo nos Estados Unidos, dinheiro para trabalhar os seus laboratórios, para montar seus laboratórios, nunca tiveram seguro-dinheiro de Defesa Agropecuária de seus Ministérios, mas nós avançamos muito e muito se compararmos os americanos ao produto imposto in natura brasileiro.

Em relação à contagem bacteriana total, naturalmente que há uma diferença gritante, os Estados Unidos tem em média 25 mil unidades formadora de colônia na sua contagem bacteriana, nós estamos com uma média alta de 462 mil, absolutamente dentro daquilo que é tolerado pelo Ministério da Agricultura, nessa primeira parte do controle de qualidade, que naturalmente ele é progressivo, mas também a tolerância aqui é de um milhão, estamos muito abaixo da tolerância. Portanto, isso aqui está muito ligado, enfim, a você trabalhar o produtor, você orientar o produtor, você treinar o produtor, porque isso aqui está ligado há assepsia, higiene na hora da ordenha.

Com relação a traços de antibióticos, os Estados Unidos tem 0,1% das análises com traços de antibióticos, nós temos apenas 1,1% é muito pouco se considerarmos que esse programa está sendo implementado há pouco mais de dois anos.

Com relação à gordura, os americanos têm uma média de 3.7%, nós temos uma média de 3.54%, de proteína os americanos tem 3.4, nós temos 3.17 e com relação aos sólidos totais do leite, os americanos tem 12.8 e os brasileiros estão, nessas análises da Clínica do Leite, com a média de 12.14.

Aqui é a importância da qualidade do leite na visão do produtor, dentro daquele quadro que nós colocamos do produtor querer ser remunerado pela qualidade que está imputando a seu produto, veja a comparação desses dois cenários: um cenário com um produtor com 550 mil células somáticas e um produtor com 200 mil. Esse produtor de 200 mil pode estar afeirando 3 centavos a mais, ao final do seu produto que ele entrega à indústria.

A mesma coisa na contagem bacteriana, ele pode estar auferindo mais quatro centavos na gordura, mais 0,015 centavos na proteína e assim por diante. Isso aqui significa que um produtor de 250 litros de produção diária, pode aferir 762 reais, a mais, na sua renda no final do mês e um produtor de dois mil litros pode

estar aferindo até 6 mil e 100 reais a mais em sua renda até o final do mês. É esse tipo de coisa que se pretende ver, de forma mais ampla no Brasil, a partir, sobretudo, desse momento agora em que vem à tona essa discussão da qualidade, de forma tão veemente, porque é assim que nós vamos avançar, remunerando a qualidade dos produtores.

Na Clínica do Leite, de 202 indústrias que são analisadas naquela Clínica, apenas 11 indústrias pagam pela qualidade, outras 191 indústrias fazem qualquer plus no pagamento, qualquer agregação de valor ao produto de um produtor que está preocupado em buscar mais qualidade. Isso significa que na questão da contagem bacteriana total, apenas 93 mil unidades formadoras de colônia, nessas 11 que pagam por qualidade, e aquelas que não pagam por qualidade têm uma contagem bacteriana muito maior, porque os produtores podem investir muito menos na atividade.

É o que eu tinha a colocar, Srs. Senadores e estou à disposição para qualquer outro esclarecimento adicional. Eu queria apenas concluir dizendo que o segmento de produção primária de leite do Brasil tem feito sua parte e não tem sido barato fazê-la. É um investimento importante, nós temos dificuldades como dissemos, porque são 70% dos produtores brasileiros são produtores de economia familiar.

Temos que trabalhar esses produtores, no sentido deles estarem se organizando, criando os seus tanques comunitários para não serem excluídos desse processo, mas de qualquer maneira temos feito à nossa parte. Por isso, a nossa irritação durante tanto tempo, enquanto aplicávamos recursos importantes dos produtores na questão da melhoria da qualidade, nós víamos sempre a ameaça do produto produzido com tanto zelo e com tanto cuidado, por grande parte dos produtores, estar sendo de alguma forma adulterado ao chegar à mesa dos consumidores. Esse era o motivo da nossa irritação. Sabemos do custo de tudo isso que está acontecendo, esse custo foi avaliado na Comissão Agropecuária de Leite no momento em que resolvemos trabalhar a qualidade do leite no Brasil, mas é o processo que tínhamos que passar, esse é o ônus que deveríamos ter para vencermos, para virarmos essa folha, e para trabalharmos para o Brasil ser o maior player no mercado internacional de produtos lácteos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Rodrigo Alvim. Agora ouviremos os Srs. Senadores e pela ordem de inscrição, a eminente Senadora Kátia Abreu está com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada Presidente. Eu quero cumprimentar nosso Ministro

da Agricultura Reinhold Stephanes, o representante da CNA, representante da Comissão do Leite, Rodrigo Alvim, Dra. Maria Cecília da ANVISA. Eu não estou conseguindo ver até o final, Dr. Ricardo Morishita, muito prazer de estar aqui, Ricardo, e o Diretor do DIPOA, que apresentou agora há pouco em nome do Ministro.

Ministro, o senhor está há seis no Ministério, e está herdando uma herança maldita, uma herança de mais ou menos cinco anos de denúncias por parte das entidades de classe, como aqui foi falado de muitos laticínios e cooperativas pedindo socorro por não estarem conseguindo conviver, concorrer com aqueles laticínios, com as cooperativas que usavam da prática, que não essa de hoje, dessa fórmula da denúncia de hoje, mas soro, enfim, outros produtos que nem todos de mal à saúde, mas que alteraram a nutrição do leite afetando a recomendação de saúde humana e trazendo um estrago, um prejuízo muito grande a todo o setor e a sociedade, principalmente, ao consumidor.

Então são cinco anos de batalha contra essas fraudes. Nós temos na CNA, 21 Comissões de temas variados das cadeias mais importantes do País, como carne, soja, algodão, milho e uma delas, uma das mais importantes é do leite. Eu tenho acompanhado o trabalho do Dr. Rodrigo Alvim e sempre, em todas as reuniões ao longo dos anos, o principal tema desta Comissão é exatamente o combate à fraude do leite.

Nós representamos os produtores rurais, nós sabemos o prejuízo que o produtor terá conseqüentemente a uma adulteração, a uma frase praticada por uma cooperativa ou por um laticínio, sempre sobra para um produtor, por conta da diminuição do consumo como está ocorrendo agora e, normalmente, à sociedade, às vezes, por falta de uma informação, talvez, mais precisa de nós mesmo, da categoria que não temos o recurso da mídia para colocar isso à sociedade, a culpa sempre fica, a imagem do produtor afetada.

Então são cinco anos, mais de cinco anos de luta junto ao DIPOA e o Diretor que agora há pouco apresentou que já está lá na chefia do DIPOA há mais de quatro anos ou quatro anos, sabe dessas questões tão bem quanto todos nós. Agora, Ministro, nós temos 1700 laticínios sifados, com SIF, que deveriam e estão sob a guarda do DIPOA. Nós temos 1700, para 212 fiscais. Em um Brasil continental onde as distancias são imensas, 212 fiscais é a informação que eu tive. Além desse número terrível, nós ainda temos uma execução orçamentária difícilíssima, muito complicada.

Nós estamos aqui com a apresentação e a tabela do CIAF no que diz respeito ao programa de ações referentes ao controle e qualidade dos produtos de laticínios e outros. Nós temos um total de 4 programas com a dotação autorizada de 30 milhões de reais e

uma execução de cinco. Especialmente a fiscalização contra a fraude e a clandestinidade de produtos de origem agropecuária, um orçamento de dois milhões e meio e uma execução de 1,250. É isso que desanima Ministro, sem dinheiro não se faz defesa. É isso que eu quero estender para todas as outras áreas, animal e aftosa. As visitas que nós recebemos, as possibilidades de exportações que nós temos do leite, nós somos um grande produtor, mas estamos praticamente consumindo tudo no nosso País.

Nós estamos com uma exportação pífia e nós temos grandes possibilidades. É muito simples. São só esses organismos internacionais pegaram no CIAF, e em qualquer lugar que é público, e ver a execução orçamentária, que sabe que as coisas não estão bem, basta olhar a execução orçamentária. Eu quero dizer ao Diretor do DIPOA que está lá muito mais tempo que o Sr. Ministro, o senhor chegou agora há seis meses e eu quero aqui reiterar a minha consideração e admiração por V.Ex^a. e do seu compromisso com esse setor, que tem tantos problemas para serem resolvidos, mas todo o setor que representa um terço dos indicadores mais importantes do País, não pode ter pouco problema, um terço do emprego, um terço das importações e um terço do PIB, claro, que uma grandeza dessa significa grandeza de problemas e que tem que serem resolvidos.

Legislação falha, fiscalização de minuta, fraudes antigas, eu atribuo ao DIPOA essa grande responsabilidade de uma ação mais eficaz nessa ordem. O prejuízo que isso pode trazer ao País, especialmente ao agronegócios, aos produtores de leite. Esses serão os mais afetados no seu preço e na sua renda que já está baixíssima. Eu acredito Ministro que aqui o senhor me desculpe à franqueza, mas em qualquer lugar do mundo esse Chefe do DIPOA não ficaria onde está diante dessa crise e da gravidade do que está acontecendo com o setor do leite. Isso aqui é crime de responsabilidade, de má gestão e administração deixar que nessa altura do campeonato nós possamos estar em todos os veículos de comunicação do País, expostos da maneira como estamos.

Não é um foco de aftosa, de repente apareceu em algum lugar, são cinco anos de denúncias, de fraudes com relação há esse assunto, há essas misturas, essas alterações do leite no Brasil inteiro. Nós estamos falando de 800 mil produtores comerciais que esse País tem. Na realidade dos cinco milhões de produtores no País, dos cinco milhões, todos têm o seu leitinho do consumo, mas nós temos 800 mil produtores comerciais que serão brutalmente atingidos com essa situação.

O senhor sabe das nossas discussões e da nossa preocupação com relação à defesa sanitária como

um todo, do nosso planejamento de defesa sanitária, que nós precisamos com urgência efetivar no País. Nós temos uma legislação que não é ruim, mas que está muito sobrepostas por normas, por circulares, por instruções normativas, por dificuldades da execução, mas normas e Leis que foram aprovadas ainda quando o Paulinelli era Ministro, Leis que não são ruins, mas que nós temos que verticalizar, nós temos que dar uma limpada nessa legislação, porque não é mais possível há quantidade de legislação que os Ministérios estão fazendo não é só o Ministério de V.Ex^a., mas as instruções normativas e as circulares sobrepondo legislações aprovadas pelo Congresso Nacional. Nós precisamos ordenar isso o mais rápido possível.

Na realidade, se nós formos apertados pelo Presidente da República e ele nos pedir o custo da defesa agropecuária neste País, o custo exato, quanto é que ela custa de verdade? Eu tenho minhas dúvidas, se nós saberemos responder com precisão, eu tenho minhas dúvidas e nós precisamos ter esse número. Eu acho que todos nós temos a responsabilidade de levantar esses custos, porque eu acho que contra os argumentos técnicos é difícil rebater. É o caso da CPMF não consegue ninguém do Governo justificar porque ela não pode acabar, não tem argumento técnico, e nós estamos com esse mesmo caso.

Se nós soubermos de verdade quanto custa Ministro, com técnicos, com chancela, de quanto custa à defesa, é muito mais difícil o Governo contingenciar. Eu acho que é possível fazer isso, eu acho que o setor todo está pronto para contribuir. Houve em 2003 um pequeno convênio, confesso que acho um pequeno convênio, 250 mil reais, mas que foi suficiente para alinhar às estatísticas com relação ao que o Dr. Rodrigo mostrou aqui agora há pouco.

Agora nós precisamos da nossa agência de defesa agropecuária, nós precisamos ter essa coragem da fazer e eu sei que V.Ex^a. tem coragem suficiente para isso, porque todos os Estados tem agência de defesa agropecuária e nós não podemos ter na União, o Governo Federal resiste em implementar não só esse Governo, os governos anteriores também, porque resiste em criar a agência de defesa agropecuária. Uma agência independente, eficiente, que funcione na hora certa, principalmente na hora dos riscos, na hora das dificuldades, mas a máquina estatal é burocrática, ela tem suas imposições que são intransponíveis, nós não podemos sequer fazer propaganda na televisão de brucelose ou contra a aftosa no período eleitoral, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Isso é uma burocracia de Estado que temos que respeitar e que a agência de defesa agropecuária poderia superar tudo isso.

E o Ministério tem esse planejamento e tem essa agência montada e criada no papel, iniciou com o Ministro Roberto Rodrigues. Eu sei que V.Ex^a. já apreciou esse trabalho, eu acho que seria uma grande solução nós enfrentarmos o corporativismo e eu sei que ninguém gosta de perder poder, eu não estou dizendo o caso de V.Ex^a. Ministro, que não tem apego a isso, mas a própria entidade não quer dividir poderes e a agência de defesa agropecuária, reconheço que divide poderes, sim, mas vai ser eficiente e vai ser muito boa para o País.

Eu gostaria muito que o Sr. Diretor do DIPOA, Ministro, pudesse ser mais incisivo nas explicações, não adianta organograma, eficiência ali mostradas, o resultado está aí, o resultado está na imprensa, esse é o resultado da DIPOA. Eu tenho um amigo que dizia que o leite tem duas fases ou está ruim ou está muito ruim, agora está péssimo, conseguimos uma terceira categoria para o leite no que diz respeito, quando eu digo ruim é o faturamento do produtor é a renda do produtor baixíssima. Quando ele consegue dar um suspiro e uma folga como foi nos últimos meses acontece um desastre desses, isso é um desastre, é um desastre que nós vamos levar anos Ministro para recuperar diante da sociedade, anos e anos e uma ação de marketing pesadíssima do setor para poder reverter esse prejuízo monstruoso que o Brasil sofreu agora.

Não tem diferença esse episódio nenhum do que aquele quanto ocorre um foco de aftosa e que se espalha pelo mundo afora. Não tem diferença do prejuízo do que isso significa para o País. Agora eu entendo as duas dificuldades Ministro com relação ao orçamento e eu estou cansada da dizer, claro que não sou dona da verdade e nem isso pretendo. Enquanto o Brasil, o Governo Brasileiro não encarar o agronegócios como uma questão da Estado nós não vamos ter sucesso. Como disse agora há pouco o setor que representa esses três indicadores, esses setores não mais do Ministro Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura e não é mais dos produtores rurais não e nem da CNA e nem da UCB, um segmento que representa esses três índices, ele tem que ter a consideração de uma questão de Estado Brasileiro que influencia na economia, que tem que ser priorizado, porque representa fortemente a economia. Tira o agronegócios da balança comercial, experimente tirar para ver o que acontece.

Nós não podemos ser tratados com esse descaso. Nós não estamos querendo benesses, nós só queremos retribuição ao que nós estamos fazendo, nós estamos super evitando a balança, nós estamos dando em progresso, nós só estamos exportando, só está superavitária as exportações e importações, porque nós estamos garantindo isso. Nada mais justo do que nos

dê o tratamento à altura, porque todo esse agronegócio que muita gente implica é o que está dando os impostos que o Governo tanto gasta. É com o nosso setor que nós estamos movimentando impostos.

Nós pagamos os nossos impostos, nós só queremos o dinheiro do Ministério da Agricultura, do Ministro Reinhold Stephanes, para executar as ações que vão garantir a continuidade dessa economia do agronegócios e vai dar resultado para o Governo Federal. As propagandas do Governo de todo o Governo são as colheitadeiras rodando, são os tratores plantando, é a boiada saindo do curral, é o leite sendo tirado do curral, como se aquilo ali tudo nascesse sozinho, que não precisasse de gente, como senão tivesse uma pessoa que estivesse tocando tudo aquilo. Um produtor rural sofrendo e precisando de ajuda, de ajuda não, precisando que o Estado Brasileiro cumpra com a sua obrigação, porque nós estamos cumprindo com a nossa da porteira para dentro, da porteira para fora que é responsabilidade de infra-estrutura, Sr. Ministro tem ciência disso e temos discutido muito a respeito. Nós sabemos que à parte do Governo não tem sido feita, principalmente no que diz respeito à defesa agropecuária, ao orçamento da defesa agropecuária e a questão da logística nesse País.

Porque na verdade a nossa obrigação é produzir. Nós não temos a obrigação de produzir e compensar a falta da estrada, de hidrovia, de ferrovia, isso é responsabilidade do Estado. A nossa obrigação é produzir, nós não temos a obrigação de produzir e compensar a falta de estrada, de hidrovia e de ferrovia. Isso é de responsabilidade do Estado e eu quero muito que o Governo pudesse responder Ministro, quem vai arcar com esse prejuízo? Quem vai arcar com esse prejuízo pela falta da defesa, pela falta de recurso, pela falta de orçamento, pela falta de gente. Pela falta de equipamentos nos laboratórios, quem vai pagar essa conta? Será que é de novo os produtores rurais vão pagar essa conta?

Essa conta não é nossa e nós não admitimos pagar essa conta. Eu quero aqui Ministro deixar a minha indignação e o meu apoio de sempre que o senhor teve e terá para que nós possamos resolver os problemas do setor e, especialmente, este agora, e os produtores rurais não têm a menor responsabilidade sobre esse ato praticado no Brasil.

Gente ruim tem em todos os setores, não é só no agronegócios não. O que acabe ao Estado é identificar essas pessoas que trabalham contra o Brasil, que cometem fraudes e cometem crimes e tirar do caminho. Agora nós não podemos responsabilizar aquelas pessoas que não responsáveis. Eu quero aqui encerrar a minha participação Ministro, dizer da minha indignação

e da minha tristeza de ver essa ré que o leite brasileiro vai dar, nós que temos tantas perspectivas de exportação, nós vamos ter que começar tudo de novo e uma luta árdua para recuperar a imagem do leite brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Senadora Kátia Abreu, ouviremos agora o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, autoridades que estão aqui, dirigentes da ANVISA. Eu lamento apenas como registro que um debate tão importante no Senado tenha tão poucos Senadores aqui, vai ver que tem muita coisa para ser feita em paralelo a esse debate. Tem um Ministro, tem um escândalo de repercussão e concordo com a fala da dirigente da ANVISA, quando diz que nós temos que tirar lições, por incrível que pareça, da adversidade.

Mas, eu quero focar mais nessa questão. Focar. Nós temos que falar aqui das duas cooperativas, nós temos que falar aqui da Coopervale e da Casmil, porque a gente acaba falando do orçamento do Governo, a gente acaba falando da CPMF e não mete o dedo na irresponsabilidade dos dirigentes da cooperativa. E o discurso acaba envolvendo todos os produtores, embora se faça um corte de que não é dos produtores, tem que dar o nome dos dirigentes e das cooperativas é não generalizar, porque nós estamos fazendo, está tratando de forma desigual o esforço, a luta do setor do leite.

Dar nome dos irresponsáveis, dos dirigentes das duas cooperativas, de quem está preso, de que nesse sentido, eu quero fazer uma pergunta ao Ministro Stephanes, sobre as multas. Das penalidades e eu quero fazer uma pergunta para o Ricardo. Nós temos que dizer aqui, aqui no Senado da República. Eu gostaria de saber o nome do Presidente das duas cooperativas tanto da Casmil, como da Coopervale, para ficar bem claro nesse debate.

O tempo dessas cooperativas, eu não quero tratar nesse exato momento embora tenha co-relação das políticas do Governo. Nós temos é que ir lá na cooperativa e dizer do mal, do desrespeito ao consumidor brasileiro. Das crianças, do prejuízo para as crianças, para a dona de casa, para as famílias. E tirarmos lições nesse sentido.

Não pode haver impunidade para essas pessoas, não pode haver impunidade e nós vamos estar ajudando o setor leiteiro do nosso País e dizer com tranquilidade para o Rodrigo, para V.S^a., porque nesse exato momento, nós temos que sarjar, fazer a cirurgia sem anestesia. Quando V.S^a. diz que fica irritado é pouco, é muito pouco. É muito pouco. Tem que dizer mais do

que ficar irritado. Não é? Porque é corporativismo, tem que ir além disso, temos que ir além, pedir à prisão, mesmo responsabilizar.

Ver da Ação Civil Pública qual é o objeto da Ação Civil Pública? Que V.S^a. falou? Qual é o objeto? Que é uma Lei específica. Precisa focar de forma muito precisa. Não é? Trabalhar o Ministério Público nesse sentido. Porque V.S^a. não precisou, mas eu gostaria até de fazer essa pergunta como que seriam as ações de reparação ao consumidor combinando com as multas. Combinando com as multas, eu acho que deveria ter uma combinação, porque tem que punir, dessa forma nós vamos ajudar a setor leiteiro.

E perguntar ao Ministro se todos os lotes, se o Ministério da Agricultura já pôde identificar todos os lotes que chegou até o mercado, com leite adulterado se já foi possível fazer isso. Se já dá para a população ter a tranquilidade de que não tem nenhum lote de leite no mercado adulterado e que cause prejuízo ao consumidor primeiro.

O que eu coloco aqui é uma voz de um Senador em defesa dos direitos do consumidor. Perguntar para o Ministro, se o Ministério recebeu, se isso repercutiu em nível internacional, se já há alguma coisa contra o setor. Porque é irresponsabilidade com o setor que trabalha com dificuldade, com certeza, mas superando as dificuldades e aí gerente, técnicos, se envolvem em uma adulteração que não foi feita por pessoas não qualificadas.

Essa adulteração foi feita sob medida, com olhar técnico, tem que manter argumentos, pessoas presas, manter essas pessoas na prisão, culpar com rigor, tratar a multa, a penalidade com rigor, porque eu volto a repetir, nós vamos ajudar o setor leiteiro do nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Pedro. Ouviremos agora o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, ao Dr. Ricardo, Dr. Rodrigo e a Dra. Maria Cecília, nosso Presidente da CMA, Senador Omar Quintanilha.

O assunto realmente que tomou de conta o País esses dias agora, e requer uma medida um pouco mais ágil, ao máximo possível, e eu começaria falando para o Dr. Rodrigo que gostei da sua explanação, dos esforços que o setor tem tido para tentar, digamos assim, se equiparar o mínimo possível de atender não só a demanda nacional, mas quem sabe até uma visão de exportação.

Isso é muito bom, porque nesses últimos dois anos, eu me aproximei um pouco mais do setor da produção do leite lá no meu Estado, e embora é um

dos Estados incipientes, está muito aquém de produzir a sua auto-sustentação, mas vejo o trabalho que dá e o principal trabalho é da confiança. Você tem um produto na prateleira que tem a confiança do público e seus derivados em geral, não só o leite para consumo imediato. E isto nestes dois anos tem me dado uma grande dor de cabeça, mas é prazeroso, porque à medida que a coisa está andando, por pouco que ande, os números estão mais ou menos naquela linha que V.Ex^a. já apresentou.

É claro que quando uma empresa aceita fazer um trabalho da forma que foi feito ali, eu fico impressionado, porque um engenheiro químico chega a uma fórmula e eu ouvi as explicações da ESALQ que me impressionaram, porque quanto à cor, sabor, textura e têm outras variáveis da qualidade do leite, para uma pessoa que é leiga do assunto ou mesmo para um profissional do ramo que não esteja de posse de uma análise de laboratório, não ia poder identificar com tanta precisão, eu fico, às vezes, até pensando, eu digo esse cara é um gênio, do mal, é claro, porque colocar soda cáustica em uma fórmula daquela e pouca gente descobrir, me chama a atenção uma coisa como essa.

Mas, eu não queria tratar sobre a veemência de uma ação jurídica, porque creio que a autoridade judicial vai ter a obrigação de tratar esse este assunto, cabe a nós aqui tomar as providências administrativas. Eu pergunto ao Sr. Ministro, porque eu cheguei atrasado da sua exposição que a gente pudesse ver dentro da instrução normativa 51, que me chegou aqui no final da sua explanação, que lá está mais educativa do que como uma regra básica, é obrigatória de ser levada a cabo.

Eu queria ouvir essa sua explicação, porque isso no meu entendimento já vai servir na linha do que foi a exposição do Dr. Rodrigo.

Segundo. Uma pergunta para a Dra. Maria Cecília. A ANVISA divulgou e vi isso na televisão, eu até fiz o teste na hora, na hora eu tinha acabado de comprar uma caixa de leite da Parmalat, eu digo, eu já quero saber se essa caixa de leite tem a ver com o lote que a ANVISA anunciou na TV e não consegui o número do telefone, não atendeu, não funcionou e eu fiquei, acabei tomando aquele leite com ou sem o ingrediente em discussão. Mas no meu entendimento é o seguinte, não ficou claro o que fazer para o consumidor, o que o consumidor ia fazer com o leite que pudesse estar adulterado.

Ainda uma pergunta para o Ministro, se tem uma providência no caso da empresa que está com produto na prateleira, se o lote foi identificado, o supermercado, ou seja quem for, o comerciante daquela área, eu não sei se essa é uma pergunta que o Ricardo pode

responder. Qual é a alternativa que o comerciante daquele produto teria que fazer? Porque para mim, no meu caso, eu não consegui resolver o problema. Você imagina uma pessoa que, talvez, nem a televisão tenha acesso àquela informação.

Se não era mais ágil, mais rápido, ter dito o lote é esse, está distribuído nos supermercados, mas fulano de tal e, portanto, esses lotes têm que ser recolhidos imediatamente. É o que eu imaginei que poderia ter sido feito. E queria ainda uma, não sei ainda nem para quem fazer essa pergunta, mas no caso o acréscimo de água ou o aproveitamento de leite vencido. Eu queria saber qual foi à regra mesmo de uso? Que no momento em que as entrevistas eram dadas eu pensei que fosse: "Não, está adulterando, colocando água e usando uma fórmula química para não perder a aparência da qualidade. Ou se é aproveitamento de leite, de lotes de leite vencidos, porque mesmo na caixinha, o UHT tem um prazo maior, mas chega o momento que ele também vence".

E já me foi me dito que uma das maiores dor de cabeça dos laticínios é quando devolvem um leite que não foi usado. O que fazer com esse leite? É para uso animal, se é para aproveitamento de outros na área de queijo, de outros subprodutos ou mesmo fazer uma reciclagem para um aproveitamento para o consumo imediato?

Eu queria entender melhor e a gente pudesse até, quem sabe, aqui ter uma alternativa que possa ser encontrada para não se reusar um leite de caráter vencido. Era isso, por enquanto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Sibá Machado. Ouviremos agora o eminente, Senador Leomar Quintanilha, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente, da Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, CMA e que também é autor da sua Comissão, foi autor do requerimento para esta Audiência Pública. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Neuto De Conto, Srs. Senadores, eminentes convidados para esta Audiência Pública, ilustre Ministro Reinhold Stephanes da Agricultura, Sra. Maria Cecília Martins Brito, Diretora da ANVISA, Sr. Rodrigo Santana Alvim, da Associação Brasileira de Produtores de Leite, também representando aqui a CMA e o Dr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Dr. Nelson Oliveira da Costa Diretor de DIPOA.

Sr. Ministro, três Comissões dos Senado preocuparam-se com a repercussão da dimensão, da repercussão das questões relacionadas com o leite, na

fraude praticada na industrialização e comercialização do leite aqui neste recentemente País. E esta Audiência Pública, visava exatamente poder conjuntamente com os diversos segmentos que se envolvem com a produção, comercialização, fiscalização, e os próprios consumidores pudessem ter uma noção exata da dimensão do problema.

É claro que a maioria das dúvidas que eu tinha sobre a questão, eu já ouvi sendo colocadas aqui, não só na exposição do Ministro, da representante da ANVISA, de alguns Senadores que me antecederam, mas seguramente Sr. Ministro, é preciso registrar a indignação e a enorme preocupação que temos exatamente pela conseqüências dessa verdadeira crise que se abate sobre a setor.

Não é um fato isolado, é um fato recorrente, tanto é que V.Ex^a. revelou aqui que essa fraude foi detectada exatamente observando uma atitude especializada, uma atitude, porém, ditada por parte dos fraudadores exatamente para burlar a fiscalização já existente hoje no País, mas os fatos têm se repetido com danos inestimáveis para a economia nacional, para o setor do agronegócios e, sobretudo, para o produtor, que certamente é quem vai pagar a parcela mais alta dessa conta.

Agora Sr. Ministro, a defesa do consumidor seguramente estaria colocando uma pergunta que a grande maioria do povo brasileiro, distante do setor de produção, das dificuldades que tem o produtor para suprir a sua mesa desse bem essencial à vida que é o leite, qual é a garantia que o produtor tem de que está consumindo um produto seguro? Que não está consumindo um produto contaminado? Que pode realmente trazer conseqüências danosas a sua saúde, da sua família e a sua própria vida? Na verdade essa crise expõe extremas fragilidades do Governo com o orçamento mínimo, com a estrutura de fiscalização muito reduzida, em face de enorme demanda e ao gigantismo deste País, em uma atividade que remonta da história do próprio Brasil.

Desde que o Brasil foi descoberto, que aqui se planta se cria gado, cria-se gado para obter a carne, o leite.

São questões que não eram de se admitir, mais que elas se repetissem com a frequência que vêm se repetindo e, às vezes, sem que tenham o olho clínico da defesa sanitária acompanhando para proteger o consumidor. Nós gostaríamos de saber Sr. Ministro, nós vimos algumas colocações, mas quais as medidas necessárias para que nós pudéssemos superar essas dificuldades, tivéssemos uma fiscalização eficaz adequada para que fraude dessa natureza não pudessem voltar a se repetir.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Agora não tem mais nenhum Senador que queira se manifestar. Nós passamos para as respostas e também para o encerramento da participação, pela ordem da fala anterior, passamos de imediato para o Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Em algumas colocações eu terei algumas dificuldades em respondê-las, e a dificuldade é porque elas foram colocadas muito em tese. Eu quero dizer que falando em tese, eu em grande parte concordo com todas as colocações que foram feitas.

E até diria, até no caso da Senadora Kátia Abreu, de que o apoio que ela dá ao setor de agricultura e o apoio que ela dá ao Ministério da Agricultura são extremamente importantes e fundamentais para o nosso trabalho e que angustia que ela tem e muitos outros Senadores colocaram essa angustia e esse tristeza, evidentemente, nós compartilhamos dessa angustia e dessa tristeza, quanto a isso não há nenhuma dúvida, agora eu apenas teria um ponto de vista um pouco diferente em relação há algumas questões que foram colocadas.

Uma delas é que eu não diria que há uma crise no setor do leite. Eu acho que não há uma crise, nós tivemos foram desvios pontuais e desvios que têm que ser tratados como desvios. Eu acho que o setor como um todo, é um setor que tem vigor em toda a sua cadeia produtiva até o nível de consumidor, e acho que há um trabalho muito forte e isso vêm se acentuando a cada ano. Quando a gente vai fazer a análise do que acontecia, três, quatro, cinco, seis anos atrás e o que acontece hoje há uma evolução positiva extremamente grande e há um trabalho conjunto integrado e isso também é importante que se diga entre vários setores que atuam, quer dizer, entre a ANVISA, entre o Procon, entre o Ministério da Agricultura há um trabalho muito integrado ou quando não é integrado se completa. É um trabalho forte.

Hoje quando você olha a ANVISA são 38 mil pessoas que está lá na ponta, defendendo o consumidor. Então, assim como também acho, que os prejuízos causados, infelizmente, serão de pouca duração. Quer dizer, aqui quando você falou em aftosa, que foi uma outra questão que criou um impacto muito grande, mas com muita rapidez o setor de carnes nunca exportou tanto e cresceu tanto, como está crescendo.

Cresceu o ano passado, cresceu esse ano e está crescendo mais de 25% esse ano em cima do ano passado, ou seja, claro que temos questões de Estados que foram alterados, prejudicados e que tem que ser considerado e respeitado.

Felizmente, no Mato Grosso do Sul conseguimos liberar ontem novamente para os mercados, mas sofreu durante dois anos, como a Paraná sofreu durante dois anos, como repercussões que aconteceu em São Paulo e Goiás e, assim por diante, mas no todo, o setor mostrou capacidade de recuperação de imagem.

Assim como eu acredito que o setor do leite vai mostrar uma capacidade rápida de recuperação da imagem. Eu acho que todos nós temos que trabalhar para isso, e aí colocou muito à questão: será que nós temos condições de garantir ao nosso consumidor que ele tem um leite de boa qualidade?

Eu diria temos, sim. Eu acho que a ANVISA tem, eu tenho e os PROCONs têm e nós trabalhamos no sentido de criar todos os mecanismos para que o nosso consumidor tenha essa segurança e eu dividiria a discussão em dois tipos de segurança: um é em relação a sua saúde. Quanto a isso eu não tenho nenhuma dúvida que nós temos condições, talvez, ainda tenhamos algumas dificuldades. Às vezes, em relação à qualidade que foi aqui muito bem colocada, a desconformidade entre aquilo que se coloca e aquilo que se efetivamente está se vendendo dentro de proteínas, gorduras e outros sais, mas de qualquer forma, eu acho que a estrutura está agindo bem e está agindo com muita rapidez em relação a isso.

Eu apenas, cara Senadora, a questão da herança maldita, eu não colocaria a questão de forma tão dramática. Eu acho que eu peguei alguns problemas bastante sérios e acho que nessa área da defesa. Tínhamos problemas sérios e ainda temos alguns problemas sérios, é uma área que nós estamos investindo muito, estamos tratando muito dessa área, inclusive, em caráter pessoal. Eu acho que avançamos bastante, mas eu também quero acreditar que eu também recebi muita coisa boa. Recebi muita coisa boa. Eu não gostaria de colocar nisto, que eu agora estou salvando.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ministro pela ordem, um aparte, um minutinho por favor. Quando eu disse em herança maldita, é exatamente o caso do leite especificamente que há cinco anos nós sabíamos que alguma coisa ia acontecer e o senhor está lá só há seis meses, não sabia de toda essa trajetória e essa luta ao longo desse período, é especificamente a respeito do leite.

Tenho certeza absoluta que muita coisa ficou extraordinária, principalmente porque Roberto Rodrigues foi um excelente Ministro, com as limitações impostas pelo próprio Governo, mas fez um belo trabalho, estava querendo dizer, repito a respeito especificamente do leite. Obrigada.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Agora em bloco, eu gostaria de responder a todos que levan-

taram a questão Srs. Senadores, em relação à questão dos recursos do Ministério da Agricultura. Eu sou um pouco da tese de que o problema do Ministério da Agricultura não é falta de recurso e nem falta da pessoal, eu tenho essa tese.

E levantei isso até como exemplo na questão da aftosa, conversei com o Governo, conversei com o Presidente Lula, conversei com a Ministra Dilma, conversei com o Ministro Paulo Bernardo, em uma reunião conjunta tomou-se uma decisão, não faltarão recursos para a defesa sanitária animal, tomou-se essa decisão e sempre que houvesse necessidade eu teria que requer os recursos que imediatamente seriam colocados à disposição, como aliás, foram no Mato Grosso do Sul de forma imediata e a metade dos recursos sobraram, mas foram colocados à disposição, porque não podiam faltar recurso.

E acabamos descobrindo o seguinte: ninguém mais pediu recurso, o problema, na verdade, não era falta de recurso, eram outros tipos de ações e outros tipos de atitudes que nós estamos procurando tomar e não falta de recursos. Eu acho que toda essa questão que aconteceu no leite agora em Minas Gerais não foi nem falta de pessoal e nem falta de recurso, nos casos da Casmil e da outra que o Senador citou, as duas não foi nem falta de fiscal que estava lá 24 horas por dia dentro e nem falta de recurso, foi outra coisa.

Agora, evidentemente, que nós temos que mobilizar recursos sempre que for necessário. Eu acho que há setores que precisam de mais recursos na área da agricultura. Eu concordo com isso, nós estamos trabalhando para isso, mas antes de tudo está faltando capacidade, planejamento e capacidade operacional. No caso da fiscalização, há mudança do sistema que era um sistema de 1914, evidentemente, eu acredito que vai dar uma outra dinâmica e uma outra forma operacional que dê condições de, efetivamente, tratar com mais profundidade as questões.

Deixa-me ver se faltou aqui uma questão. O Deputado João Pedro levantou-se a questão das penalidades no caso específico, eu diria que isso agora é uma questão de polícia, uma questão da Justiça, quer dizer, afinal é uma quadrilha, efetivamente é uma questão de polícia, é claro, todos os resultados que vieram agora do inquérito serão aplicados tanto em relação aos servidores que foram envolvidos através do ritual próprio, como as penalidades, a Justiça vai determinar que devam ser tomadas e de preferência que elas sejam extremamente rigorosas e, agora, evidentemente existem as Leis a serem aplicadas.

Quanto aos lotes efetivados, todos os lotes foram retirados das prateleiras, é claro que a ANVISA vai falar nesse assunto, o Procon vai falar nesse assunto. O

Ricardo também vai falar nesse assunto, mas todos foram retirados. E os demais lotes que estavam, foram feitos exames específicos laboratoriais dos demais, das mesmas empresas, foram feitos e constatado que não apresentavam nenhum vício, foram mantidos nas prateleiras, mas o que estavam naquelas citações, foram todos efetivamente retirados.

Agora qual é o destino que se dá ao leite vendido? Normalmente a ração animal. É retornado para ração animal. É o leite. Ele é retirado e normalmente é ração animal.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Essa sobra de leite é usado para ração animal?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Ração animal. É tenho a impressão que eu respondi mais ou menos todas as perguntas que aqui foram colocadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, bem rapidamente, das duas cooperativas, da Coopervale e Casmil, quem mais cometeu essa fraude?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Veja bem. A Polícia Federal está com o inquérito todo. Quer dizer, eu já me reuni, já estive junto com a Polícia Federal, aliás, junto a ANVISA também, nós tivemos uma reunião os três.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A ANVISA pode responder isso?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não. Mais quem foi envolvido? Têm alguns que estão em segredo e outros que foram divulgados, quer dizer, foram os diretores e funcionários do Ministério da Agricultura também e foram funcionários da empresa e o químico que todos já conhecem. São 18 pessoas que estão envolvidas nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Ministro. Vamos ouvir a Dra. Maria Cecília para suas considerações finais também.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Primeiro falar sobre as multas e penalidades, independente das autuações das outras instituições, a ANVISA, através das Secretarias estaduais e municipais, com certeza, estarão fazendo um Processo Administrativo culminando com penas de infração, forem encontradas nos laudos oficiais. A nossa multa varia de dois mil a um milhão e meio, isso nos Estados e Municípios também podem estar correndo, e de forma cumulativa na ANVISA sem nenhum problema, além disso, ela ainda pode ser em conjunto com outras penalidades como interdição, como a interdição cautelar, recolhimento do produto no comércio.

A questão também que eu gostaria de estar ressaltando aos senhores, a nossa atenção para que a questão da responsabilização do profissional e o seu Conselho de classe ser chamado a tomar também atitudes em relação ao profissional. Nós temos verificado e eu compartilho com os senhores da preocupação em relação à impunidade, não basta que os órgãos fiscalizadores, normatizadores tenham ações efetivas se as impunidades permanecerem e nesse questionamento, os Conselhos de classe podem trabalhar muito e podem estar colaborando.

Senador Sibá Machado que pena que o nosso número de ligações tenha impedido que o senhor falasse, com certeza, os nossos profissionais iam ficar muito felizes, de todo jeito e quero colocar para os senhores à disposição do disque saúde, onde lá temos as perguntas mais frequentes, estamos trabalhando para estar sempre atualizando as perguntas mais frequentes no 0800.611997 e, com certeza, a ANVISA tem uma ouvidoria muito atuante e vocês também podem acessar através de ouvidoria@anvisa.gov.br.

Também qual a informação que o consumidor tem, como ele deve se comportar? Nós estamos identificando algumas necessidades para que o consumidor utilize as informações que estão disponíveis na própria imprensa, no site da ANVISA.

Recomendamos, por medida cautelar, a não utilização dos lotes que estão descritos e quem já consumiu, sem muito desespero, tenha em mente a preocupação com os sintomas. Acredito que nessa conjuntura já foram recolhidos todos os lotes e a partir das nossas análises com a nossa Câmara Técnica de alimentos, com certeza, teremos novas orientações e quem sabe, até de estar reduzindo o problema mesmo.

Eu queria dizer para os senhores que o Estado do Ministro tem uma experiência valorosa no trabalho conjunto de Vigilância Sanitária, PROCONs e a Secretaria de Agricultura existem um projeto exitoso lá no Paraná, em que a ação conjunta mudou radicalmente o desempenho dessa área lá no Estado e que nós esperamos que esse desconforto dessa competência, tão mal distribuída, seja reduzida pedagogicamente como eu falei.

Ao mesmo tempo, eu quero dizer para os senhores que a ANVISA está atenta as questões relacionadas principalmente a redução da nutrição, da capacidade nutricional que tem sido oferecido e também em relação às doenças não transmissíveis que são as doenças que mais preocupam o Sistema Único de Saúde, nesse momento, como diabetes e hipertensão e toda a situação que podem ocorrer em função de algumas não conformidades que encontrarmos, com certeza, estaremos de forma transparente colocando

para todos os senhores. Muito obrigada. Obrigada pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Maria Cecília. Convidamos para suas considerações finais o Dr. Rodrigo Alvim.

SR. RODRIGO ALVIM: Senador, dizer apenas da nossa grande expectativa de que tomemos um rumo diferente nessa questão do controle da qualidade de nossos produtos lácteos no Brasil. A grande esperança que temos nessas novas ações do Ministério da Agricultura e dizer que por outro lado, Sr. Ministro, nós não perderemos o foco e ficaremos sempre atentos na tentativa de lhe ajudar naturalmente o nosso Ministério, para estar cada vez mais, rigoroso com relação a essa ação.

Por fim, Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, eu tenho aqui um conjunto de documentos, eu não sei se é de interesse dessa Comissão tê-lo à mão. Eu poderia deixar com o senhor, gostaria de relatar apenas dois documentos que nós achamos importantes pela tentativa de organização do setor leiteiro brasileiro. Primeiro um documento que foi criado dentro da nossa Câmara Setorial Direito e Derivados, logo no início dessa Câmara nós fizemos um trabalho grande, um trabalho que envolveu muitas pessoas do Brasil inteiro na alternativa de leite de longo prazo para adequar a produtiva do leite no Brasil.

Já nessa época, e esse trabalho é de 2004, já dizíamos da necessidade de se monitorar melhor a questão da qualidade do leite no País.

E por último, uma carta que foi entregue ao Sr. Ministro da Agricultura, carta essa que surgiu de dentro de uma Seminário, de um Congresso no exterior do Estado do Paraná, em Foz de Iguaçu, quando de novo nós falávamos da nossa preocupação com a questão do monitoramento da qualidade do leite no País.

Portanto, são documentos esses, o último do Sr. Presidente da República, foi entregue no ano de 2002, são documentos que externam de forma objetiva e clara a preocupação da nossa Comissão de Agricultura, de Pecuária Leiteira da CNA e da nossa própria Câmara setorial junto ao Ministério, com relação ao assunto.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui junto com os Srs. Senadores e continuo a disposição dos senhores a qualquer momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Dr. Rodrigo Alvim, ou seja, os documentos serão muito úteis certamente para o trabalho desta Comissão. Ouviremos agora nessa parte final, o Dr. Ricardo, o nosso palestrante também do dia.

SR. RICARDO MORISHITA WADA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria utilizar essa minha intervenção final para agradecer as perguntas do Senador João Pedro e Senador Sibá Machado que nos dá a oportunidade de falar um pouquinho mais sobre a efetividade das multas e das sanções a serem aplicadas nesses casos se constatadas de fato todas as irregularidades.

Em um primeiro momento, eu queria registrar que todas as infrações ao Código de Defesa do Consumidor resultam em multa que vão de 200 a 3 milhões de reais, isso é o patamar estabelecido em relação ao Código de Defesa do Consumidor e, portanto, a aplicação que é possível em um segundo momento, eu queria registrar também toda a preocupação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor com a interpretação que o comerciante faz da sua responsabilidade.

Eu queria deixar absolutamente claro, que o comerciante, a partir do momento em que a notícia pública do produto defeituoso, do produto que causa risco à saúde e a segurança é noticiado, que o próprio comerciante não deve mais comercializar esse produto, ele tem a responsabilidade de retirar esse produto.

Se o comerciante continua a comercializar esses produtos, ele própria comerciante, pode responder por uma sanção própria, ele pode responder multas que vão de 200 a três milhões de reais, isso é importante, não só no caso de alimento, mas é principalmente também em todos os produtos que passam por um processo de chamamento, por um processo de convocação, de recall no sistema nacional de defesa do consumidor.

Se um carro é sujeito a chamamento, ele tem um defeito e, posteriormente, o lojista continua vendendo esse carro de maneira inadequada, ele também responde pelas sanções, se o dono do supermercado continua a vender esses lotes, coisa que eu não imagino que possa ocorrer no dia de hoje, mas se for encontrado esses leites interditados pela ANVISA ou pelo Ministério da Agricultura, o comerciante irá responder essa sanção.

Fica claro para os consumidores nos lugares em que eles adquiriram, reafirmo, eles podem fazer a denúncia, porque o estabelecimento fica sujeito à sanção, isso é uma das formas de agir do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

As reclamações podem ser encaminhadas os Procons e eles poderão aplicar essa sanção, como já o fazem rotineiramente. Com relação à ação, Senador João Pedro, parece muito estratégico, muito adequado que Os órgãos federais possam aproveitar suas ações. Se o Ministério da Agricultura constata uma irregularidade, aplica a sanção, o fornecedor se defende, e a

final paga o valor estipulado como a multa, há também o efeito extra Ministério da Agricultura, desse Processo Administrativo.

Na medida em que a sanção foi aplicada, a conduta foi reconhecida, e após o devido processo legal, o processo transitou e terminou no Ministério da Agricultura, essa sanção, essa conduta, que foi materializada lá, pode sim ser o substrato, pode ser o fundamento a uma ação coletiva de reparação de danos dos consumidores. Vamos fazer um exercício hipotético, imagina que os 18 casos da ação conjunta entre o Ministério da Justiça e Agricultura resultem em autos da infração transitados em julgado no Ministério da Agricultura. Esses casos poderão dar origem não apenas as multas que serão aplicadas pelo Ministério da Agricultura de 16 mil reais, mas eles poderão fundamentar uma ação coletiva de reparação e a gente poderia estar falando de valores muito mais significativos envolvendo todo o lote, toda a quantidade de produtos colocados no mercado, poderia se estipular, inclusive, o valor da reparação, o valor em dobro dos produtos comercializados como uma forma de reparação coletiva dos direitos dos consumidores.

Isso está previsto no Código de Defesa do Consumidor que foi aprovado por este Congresso em 1990 de uma forma unânime.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Dr. Ricardo. Isso pode ser entendido como retirar a empresa do mercado. É isso?

SR. RICARDO MORISHITA WADA: Claro que a natureza da ação reparatória não é uma natureza de confisco, até porque isso é vedado constitucionalmente, mas é claro que a gente está falando em uma efetividade maior e a gente está falando de valores que o Poder Judiciário vai decidir através de uma ação proposta, ajuizada por um dos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A gente está falando dos PROCONS, do Ministério Público ou mesmo das defensorias públicas ou de uma entidade civil.

Parece-me que é uma maneira do Estado trabalhar de uma forma articulada, de uma forma estratégica, de uma forma inteligente, porque esse conflito e levado ao Poder Judiciário e é estipulado no Poder Judiciário o valor da reparação. É claro que o valor da reparação não pode ter a natureza de confisco, mas ele tem que ser suficiente para demonstrar que aquela conduta não vale a pena, não pode ser feita porque há uma ofensa de toda a sociedade brasileira.

É essa ação que nós, de uma maneira tímida, realizamos no ano passado, que esse ano se mostrou valiosa e me parece que nesses 18 casos é algo para ser trabalhado e ao final do processo do Ministério da Agricultura nessa articulação inteligente, nós pode-

mos dar uma resposta também a toda a coletividade da forma de reparação, porque esses valores uma vez pagos, serão recolhidos ao Fundo Federal de Direitos Difusos e podem ser utilizados posteriormente em ações educativas, em ações preventivas, em ações de saúde de várias outras formas.

Parece-me ser algo bastante inteligente. Eu agradeço a pergunta do Senador João Pedro. Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós agradecemos imensamente gratificados pelas explicações de tão importante tema, quando nos parece que as nossas Comissões estão mais para defender os produtores e os consumidores e o problema ficou no caminho dos grandes problemas que criaram para a sociedade brasileira e os esclarecimentos aqui dados pelo Dr. Ricardo, que eu quero agradecer pela presença e pelas informações, Dra. Cecília igualmente, Dr. Alvim, e o nosso Ministro que sempre está com nós, presente, trazendo toda as informações que a Comissão precisa. Eu quero agradecer penhoradamente em nome das Senadoras, dos Senadores, das Comissões de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente que também faz parte e, principalmente, da Comissão da Agricultura. Muito obrigado.

Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h27.

Ata da 50ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 13 de Novembro de 2007, Terça-feira, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia treze de novembro de dois mil e sete, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores, **Paulo Paim, Patrícia Sabóya, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Jonas Pinheiro, Cícero Lucena, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, Maria do Carmo Alves e Papaléo Paes**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **PAUTA: ITEM ÚNICO** – Discussão e votação das **EMENDAS DE AUTORIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 30/2007-CN – Orçamento Geral da União 2008**. **Relator: Senador Geraldo Mesquita**. O Senhor Presidente ao iniciar os trabalhos aprova a ata da reunião anterior e, em ato contínuo, passa a presidência à Senadora Patrícia Sabóya. A Senhora Presidente Patrícia

Sabóya passa a palavra ao Relator das emendas ao PLOA, Senador Geraldo Mesquita, que lê o relatório. Após a discussão da matéria a Senhora Presidente põe em votação o Relatório do Senador Geraldo Mes-

quita, que é **APROVADO**, indicando que a **Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLOA 2007, conforme tabela abaixo:**

UO	AÇÃO	VALOR (R\$1,00)
20126 – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	APOIO A INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	300.000.000
20121 – SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS	APOIO À IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ESTADOS E MUNICÍPIOS	300.000.000
20122 – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	APOIO A INICIATIVAS DE REFERÊNCIA NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	300.000.000
TOTAL		900.000.000

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Patrícia Sabóya e Geraldo Mesquita Júnior. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Patrícia Sabóya encerra a reunião, às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos, Comissão Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior. Os que concordam permaneçam como se encontram.

Discussão e votação das Emendas de projeto da lei 30 de 2007, do Congresso Nacional, lei orçamentária, foram apresentadas 59 Emendas. Com a palavra o Relator, para apresentar o seu Parecer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Senador Paim, Senadora Patrícia, senhoras e senhores. Cabe aqui a essa Comissão fazer a reivindicação das Emendas ao orçamento da união para o exercício de 2008. Conforme já dito pelo Presidente Paim, foram apresentados as 59 propostas de Emendas dos senhores parlamentares que compõe essa Comissão. O critério, logicamente não preciso dizer que todas as Emendas, todas as indicações meritórias, na Comissão o Relator precisou se debruçar e utilizar e valer-se de critérios, o critério adotado para a escolha e a eleição das emendas a serem contempladas, Senadora Patrícia, foi o, primeiro, o de maior incidência de indicações parlamentares. Segundo cruzar esse critério com a necessidade de

prestigiarmos a atuação de secretarias importantes que vem prestando relevantes serviços no âmbito da presidência da república. Assim procurou-se dentro das naturais limitações utilizar tais critérios que se configurar mais relevante no momento atual. Diante do exposto, o voto é para que essa Comissão delibere pela apresentação das seguintes Emendas, Senadora Patrícia: A primeira delas é apoio e iniciativa para a promoção da igualdade racial, alocada na secretaria especial de políticas de promoção da igualdade social, no valor de 300 milhões. A segunda Emenda em ação é de apoio à implantação de conselho de direito das pessoas com deficiência em estados e municípios a ser alocada na secretaria especial dos direitos humanos. E a terceira ação é de apoio a iniciativas de referências nos eixos temáticos do plano nacional de políticas para as mulheres, tema, por sinal, que mereceu indicação de vossa Excelência, Senadora Patrícia, e tema que se configura aqui nessa Casa uma de suas principais bandeiras. Propomos ainda que a secretaria da Comissão de Direitos Humanos seja incumbida de proceder as adequações que se fizerem necessárias à formalização de apresentação das Emendas de apropriação junto com a Comissão de orçamento e é esse o nosso Parecer e o nosso voto, Senadora. Repito, as três ações seriam o apoio e iniciativa para a promoção da igualdade racial no valor de 300 milhões, apoio à implantação de conselho de direitos das pessoas com deficiência em estados e municípios, também no valor de 300 milhões e apoio a iniciativa de referências nos eixos temáticos do plano nacional de políticas para as mulheres, também no valor de 300 milhões. É o voto, Senadora.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PÁTRICIA SABOYA (PDT-CE): Senador Geraldo Mesquita, antes de

colocarmos em votação eu quero parabenizar vossa Excelência, mais uma vez, pelo relatório, a todos aqueles que estão nos ouvindo, esse é um momento muito, na maioria das vezes muito difícil para nós, que somos membros de uma Comissão, porque todos os assuntos são muito importantes, todos os assuntos de todos os Senadores que trouxeram as suas propostas são assuntos relevantes que Cabem a essa Comissão, portanto, na hora do Relator ter que selecionar, dentre tantas necessidades, três, apenas três Emendas, eu queria parabenizar o Senador Geraldo Mesquita porque conseguiu colocar dentro do seu relatório critérios objetivos que começam, como ele próprio disse, não só pela necessidade, e aquilo que é conveniente a essa Comissão de Direitos Humanos e legislação participativa, mas ao mesmo tempo aqueles projetos que tiveram uma demanda maior, por parte dos senhores e Sras. Senadoras. Evidentemente, nós não poderemos contemplar a todos, mas Senador Geraldo Mesquita, eu queria apenas cumprimentar aqueles que estão presentes, aqueles que vieram aqui também no esforço de buscar um entendimento e a aprovação de uma Emenda, está aqui a Regina, a Milena, a Valéria, o doutor Antônio, do meu estado, procurador do trabalho, e nós vamos buscar atender a todas essas outras demandas de outra forma.

Portanto, eu quero parabenizar mais uma vez a V.Ex^a., pelo critério, pela seriedade, pela transparência, pela disposição, pela luta que fez para selecionar, eu estava dizendo agora pouco, parece que a gente está aqui na escolha de Sofia, ter que escolher entre tantas necessidades, aquelas nesse momento mais relevantes.

Portanto parabéns a V.Ex^a. por esse esforço, ao Senador Paulo Paim, que teve nesse momento o compromisso urgente, que teve que se retirar e eu já coloco, então, em votação. Aqueles que concordam com o Parecer do Senador Geraldo Mesquita permaneçam como se encontram. Aprovada as três Emendas, com o Parecer favorável do Senador Geraldo Mesquita.

Está encerrada essa sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 10h50.

Ata da 51ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 22 de Novembro de 2007, Quinta-feira, às Nove Horas, na Sala de Reuniões nº 9, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e seis minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e sete, na sala nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão

de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Senadores **Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, Patrícia Sabóya, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Jaime Campos e Maria do Carmo Alves**. O Senhor Senador **Flávio Arns** justifica sua ausência. Deixa de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta: **Item único – Audiência Pública Conjunta** – A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, Conjunta, **atende ao Requerimento CAS/CDH nº 66/2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 14/11/2007, com a finalidade de tratar dos impactos e benefícios do programa social “Desenvolvimento & Cidadania Petrobras”. Com os Seguintes convidados: Luis Fernando Nery – Gerente de responsabilidade Social da Petrobrás; Lídia Colaço Pereira, Oficiala de Alianças Corporativas, representando a Senhora Marie-Pierre Poirier – Representante da UNICEF no Brasil; Roberto Laureano da Rocha – Representante do Movimento Nacional dos Catadores; Salette Valesan Camba, Diretora de Relações Institucionais, representando o Senhor Moacir Gadotti – Diretor-Geral do Instituto Paulo Freire; e Claudia Maria Jeunon Sousa – Assessora de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan. Resultado: **Audiência Pública conjunta Realizada. EXTRAPAUTA** – Item 01 – **Requerimento nº 74, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim e outros. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador José Nery que faz a leitura de Requerimento para a realização de Audiência Pública para tratar de fatos relativos a violência contra uma jovem no Pará. A presidência convida os as autoridades a tomarem seus lugares à Mesa e durante a explanação do primeiro palestrante, às nove horas e cinquenta e oito minutos, é exibido um vídeo institucional da Petrobrás sobre o assunto da Audiência Pública. Após a exibição do vídeo, às dez horas e cinco minutos, é dada a palavra aos demais convidados. Às dez horas e vinte e um minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Patrícia Sabóya. A Senhora Presidente, passa a palavra aos demais convidados. Fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Patrícia Sabóya, e Serys Slhessarenko. Encerradas as falas dos senhores convidados, a Senhora Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e dez minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 51ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 46ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

A presente reunião atende ao Requerimento nº. 66/2007 da CAS, que trata dos impactos e benefícios sociais do Programa Social Desenvolvimento, Cidadania PETROBRAS. Quero dizer que essa reunião é uma reunião conjunta. Os dois requerimentos que eu apresentei foi um na Comissão de Direitos Humanos e um nessa Comissão de Assuntos Sociais. Então essa é uma audiência conjunta das duas Comissões. Direitos Humanos e Assuntos Sociais.

A Senadora Patrícia me informou pelo celular que está a caminho, então em seguida ela vai estar conosco aqui e nós vamos dividir a Presidência dos trabalhos. Senador Eduardo Suplicy já está aqui conosco.

Então, a partir desse momento eu gostaria de imediato de chamar os nossos convidados para fazer a sua exposição. Convidamos primeiro o Sr. Luiz Fernando Nery, Gerente de Responsabilidade Social da PETROBRAS. Chamamos também o Sr. Roberto Lauriano da Rocha, Movimento Nacional dos Catadores. Chamamos também Srª. Cláudia Maria Jeunon Souza, Assessora de Responsabilidade da FIRJAN, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Chamamos ainda a Srª. Lídia Colaço Pereira, Oficial de Alianças Cooperativas da UNICEF, e por último chamamos também a Srª. Salete Valesan Camba, Diretora de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire.

Nós vamos distribuir o nosso trabalho da seguinte forma. Espero que haja concordância do Plenário e dos nossos convidados. Eu daria 10 minutos para cada um, se necessário mais 5, até 15 minutos para que cada um faça a sua exposição desse projeto que, com certeza absoluta, tem a simpatia, o carinho e o apoio de todo o povo brasileiro. E tenho certeza dessas Comissões aqui do Senado que já tiveram a oportunidade de receber parte dos documentos da proposta que foi lançada pelo Exmº Sr. Presidente da República no dia de ontem. Então de imediato eu passo a palavra--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Se me permitir. Quero saudar

a todos que vêm aqui para expor o Programa Desenvolvimento e Cidadania da PETROBRAS, mas gostaria de até aqui fazer um apelo público no sentido de que possa diante do debate havido ontem no Senado Federal, inclusive do fato de V.Exª como Presidente da Comissão de Direitos Humanos ter expresso que ainda hoje aguardaria uma resposta de definição da Governadora Ana Júlia Carepa diante do que ocorreu, e tendo em conta aquilo que... Inclusive os três Senadores pelo Estado do Pará, e o Senador José Nery que inclusive foi um dos membros dessa Comissão apresentou, mas também os Senadores Flexa Ribeiro e Mário Couto fizeram observações. Seria importante que no momento que a Governadora Ana Júlia Carepa possa transmitir a V.Exª como Presidente da Comissão de Direitos Humanos quais foram às decisões tomadas pelo Governo do Estado e pela Governadora, ela ontem se disse chocada como mulher, como Governadora, e tendo instaurado inquérito para apurar responsabilidades, mas acho que será importante ela até por ter sido nossa colega aqui no Senado, que possamos o quanto antes ter a resposta que o Senado solicitou que ela pudesse nos transmitir dada a repercussão do episódio. Era só esta observação que queria fazer, Senador Paulo Paim, sabendo que V.Exª está tomando iniciativas nessa direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, respondendo V.Exª, em seguida passo para... tenho certeza ao José Nery que é do mesmo Estado, que vai querer fazer uma consideração sobre esse tema, que nós já tomamos todas as providências. Eu fiz contato com a Governadora estamos tentando um novo contato para termos resposta hoje pela manhã, estamos em dificuldade para esse contato, mas independentemente de falarmos ou não com a Governadora, nós aprovaremos hoje tenho certeza um Requerimento Extrapauta marcando uma Audiência Pública onde nessa Audiência Pública estamos chamando desde o Ministro Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, alguém pelo Ministério da Justiça, estamos chamando o Presidente da OAB a nível nacional, o Presidente da OAB do Estado do Pará, o Secretário de Segurança do Estado do Pará e o Delegado envolvido no caso. Porque independente das respostas que nos der, a Senadora é um caso da maior gravidade, foi uma violência que choca todo o País. Eu hoje falei com uns 10 Estados pela manhã, sobre esse tema e anunciava que eu tinha certeza que a Comissão de Direitos Humanos vai aprovar o Requerimento. Colocar uma jovem, não importa se é prostituta, se não é prostituta, se é de maior, se é de menor, isso não me interessa. Colocar uma mulher junto de um prédio público uma delegacia de polícia, numa prisão, com 20

homens, e ela foi violentada, estuprada, espancada, não tem nada que me convença, eu diria, e eu entendo que também a V.Ex^a. também é essa a sua posição também, de não fazer essa Audiência Pública. Esse é um caso que tem que ter mesmo a repercussão nacional, é inadmissível quando nós estamos a 120 anos daquilo que eu chamo de libertação dos escravos, a abolição não conclusa, nós estamos vendo uma mulher tornada escrava de 20 homens sob a proteção policial, no caso. Isso... E onde ela diz que foi espancada e acabou sendo violentada por inúmeras vezes, enfim, e ainda chantageada com a comida. Então é tão grave a situação que percebo que o País está chocada. Está tão chocada quase quanto aquele caso, eu diria, que aconteceu recentemente no Rio de Janeiro em que o jovem foi também assassinado. É um crime hediondo e nós vamos ter que fazer esse debate aqui e quem for responsável vai ter que ser punido com a maior dureza possível, com a maior severidade possível, mediante o fato acontecido.

Por isso que eu vou colocar o Requerimento Extrapauta, tenho certeza que terá a assinatura de todos os Senadores no momento em que nós avançarmos aqui na nossa Audiência Pública.

Por isso, Senador Suplicy, acho que com essa resposta vai, digamos, caminhando na mesma linha daquilo que V.Ex^a pensa. Mas estou fazendo questão também de falar com a Governadora para que eu possa... Como eu falava hoje pela manhã. Me permita esse esclarecimento. Não permitir nenhum oportunismo político. Eu chamaria. Nenhuma desqualificação da Senadora Ana Júlia, foi Senadora conosco, é uma mulher, uma mulher comprometida com os Direitos Humanos, que esse fato se aconteceu com certeza não tinha como ela saber. Eu cheguei a dar um exemplo, se me permite, Senador José Nery, antes de passar a palavra a V.Ex^a, digamos que no Rio Grande do Sul, um funcionário meu, que nós temos funcionário nos Estados, cometa um crime lá no interior do Estado, ele cometeu um crime. Eu não posso ser responsabilizado por estar na atividade do meu mandato. O que eu quero demonstrar com isso é que aqui não é um debate político partidário contra ninguém. Eu diria no aspecto ideológico, de situação, e de oposição. É contra, sim, aqueles que cometeram o crime. Esse é com eles mesmos. E nós queremos que a sociedade brasileira, todas as suas instituições tomem todas as providências cabíveis para que eles sejam punidos da forma mais severa possível. Esse tem que ser uma punição exemplar. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, senhores convidados e convidadas, Srs. Senadores

e Senadoras. Este fato que envolve a denúncia de uma jovem que foi mantida por mais de 30 dias na cadeia, numa cela em comum com 20 detentos no Município de Abaetetuba, no Estado do Pará, próximo de Belém, inclusive a tristeza é maior, Senador Suplicy, Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita, porque eu sou oriundo de Abaetetuba, é o meu Município, onde trabalhei por vários anos, dedicando inclusive nossa militância à causa e a defesa direito de crianças e adolescentes, lá no Município tive a oportunidade de ser por mais de três vezes membro efetivo do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, trabalhado para implantar em 1997 o Conselho Tutelar de Abaetetuba, que inclusive que é o órgão responsável por tornar pública essa denúncia e a cobrança das devidas responsabilidades. Eu queria também dizer que tenho absoluta certeza do empenho da Governadora Ana Júlia no tratamento dessa questão porque diferentemente de outros que acho que ela pode responsabilizar diretamente, não tenho esse entendimento porque ninguém nomeia quem tem a responsabilidade, não nomeia um agente público, um delegado, um investigador, um agente carcerário, alguém do sistema penal com anuência de que ele possa vir a praticar crimes e possa ter concordância com isso. Não se trata de politizar a questão sobre esse aspecto.

Porém, a situação é tão grave que exige medidas enérgicas do Governo do Estado do Pará, do Sistema de Segurança Pública, que expõe não só o Estado do Pará, Presidente Paulo Paim, mas em relação a todo o Brasil a situação em que se encontra o sistema carcerário, o sistema penal, ou as cadeias públicas do nosso País, quando a maioria delas e essa é a situação do Estado do Pará, não tem uma cela ou não tem... Não dispõe de delegacia especializada tanto para atendimento a criança e adolescente como para atendimento especializado às mulheres, e Abaetetuba, mas essa é uma realidade não só de Abaetetuba, de vários Municípios paraenses que não têm na cadeia pública não têm celas específicas para mulheres que cometeram delitos e que por isso precisa sofrer toda a investigação e devido o processo legal.

Portanto, Sr. Presidente, mais do que oportuno que essa Comissão de Direitos Humanos aprove Requerimento para ouvir a todos os envolvidos, e aqueles que... As autoridades que têm responsabilidade com essa área, inclusive talvez esse fato nos faça debater no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública, bem como no âmbito do sistema carcerário adotar medidas mais enérgicas no sentido de adequar esse sistema para o acolhimento das pessoas que cometeram delitos, mas que precisam ao estar sob a guarda do Estado precisam ter preservado seus direitos e ga-

rantias individuais fundamentais. O que aconteceu em Abaetetuba é repugnante, hediondo, e revolta a todos nós, mas mais do que revoltar, é necessária uma tomada de atitude à altura desse crime. Portanto, creio que essa Comissão envolverá todos os envolvidos e com isso colaboraremos no sentido de não só esclarecer, mas tomar as medidas para punir a todos os envolvidos nesse crime hediondo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, vou passar em seguida ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, para que V.Ex^a. me faça uma ponderação, eu estou me negando a acreditar, mas vou comentar. A Assessoria me passa aqui no momento que já é o segundo caso lá no Pará semelhante a esse, e pior de tudo, vejam vocês, a falta de sensibilidade da delegada. Eu estou me negando a acreditar. Vamos aprofundar o caso. Veja bem o que eu disse, da delegada que mandou colocar essa mulher nesse local. É mais grave ainda. Pra mim e por isso que eu como eu me nego a acreditar, não vou nem falar o nome aqui da delegada, ela está sendo convocada. Delegada ou Delegado está sendo convocado aqui no Requerimento que vamos botar em apreciação aqui em seguida. Senador Geraldo Mesquita Júnior, por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pelo que eu sei, Senador Paim, ela inclusive já foi afastada da função. Mas eu queria pegar um gancho da sua fala, que eu achei fundamental a observação que V.Ex^a fez e que não importa a condição dessa moça. Se é menor, se é maior, se é prostituta, se é trabalhadora, se é branca, se é preta. Não importa. Sabe porque, Senador Paim? Porque eu temo se não estivermos atentos ao que aconteceu, e vigilantes, eu temo como acontece não raro nesse nosso País querido, que a situação se inverta, que ela acabe sendo acusada, culpada de ter provocado 20 homens dentro de uma cela. É bom a gente estar atento. Então não importa a condição dessa jovem, e precisamos estar atentos para que essa relação não se inverta. Ao contrário do que aconteceu, essa moça seja alvo de insinuações, de observações que ela esteve lá, provocou 20 dias dentro de uma cela. Não foi isso? 20 dias dentro de uma cela. Um mês.

Então, eu achei importante a sua observação, Senador Paim, para que nos acautelemos e estejamos vigilantes com relação a esse fato porque a rigor no Brasil em se tratando de uma jovem, numa condição como essa, a relação se inverte. A relação normalmente se inverte e é bom que a gente esteja atento a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma e em seguida botaremos em votação o Requerimento se assim todos entende-

rem que ele possa entrar Extrapauta e depois vamos aos nossos convidados. Senador Tuma, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa V.Ex^a pelo atraso, mas eu não poderia... Isso está me amargurando muito este fato que não é a pela primeira vez segundo o relato dos jornais. É claro que essa cautela é devida à gravidade do caso. Eu digo que V.Ex^a um homem dedicado à defesa dos direitos humanos está aí a clara prática do crime contra os direitos humanos. E vindo de uma autoridade policial, ela se torna gigantesca pelo exemplo discriminatório e de violência em que se caracterizou. Ontem ainda ouvindo um policial, diz que lá não tem lugar para ninguém. Só tem um xadrez. Tem que jogar todo mundo. Então tem uma cadeia de responsabilidade nesse fato. Agora, a individualização é clara do crime da Delegada se mandou realmente pôr e não tomou a cautela de ver o que estava acontecendo. Ficou 40 dias, se não me engano. Isso sim é um crime contra os direitos humanos claro que caracterizaria até uma prisão preventiva se fosse o caso comprovado da Delegada para responder o processo crime. Porque eu conheço um pouco o índice de criminalidade na região do Pará. Ela é histórica. Entre a violência e trabalhadores e invasão de terra. Ela tem uma cultura fora dos padrões normais que deveriam ter. E hoje a gente tem que andar corrigindo. Então um fato desse nos faz pensar que estamos recuando. De uma velocidade incrível, porque não há nem raciocínio. Porque a Delegada dizer assim: Recolha a prisão, e joga no xadrez com dezenas de homens, não teve nem cabeça. Ou que nem diz a mãe da moça, será que ela é mulher? Eu não quero ofender ninguém, acho que não, mas já temos que levar os fatos que já foram relatados durante esta ocorrência. E concordo plenamente com V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu farei a leitura do Requerimento, que eu já considero e vou passar em seguida, assinado em seguida por todos os Senadores da Comissão, o Requerimento diz seguinte. Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno da Casa, requeremos a realização da Audiência Pública com vistas a tratar da grave denúncia ocorrida segunda-feira, dia 19 no interior do Pará onde se constatou que uma adolescente 16 anos estava presa há cerca de um mês em uma cela da carceragem da polícia civil com 20 homens. Ponto. Para tanto devem ser convidados Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará – a Delegada está aqui – a delegada plantonista é de fato a Delegada, responsável pelo flagrante e pela ação, o representante da OAB, representante do Ministério Público, representante do Ministério da

Justiça e o Ministro de Direitos Humanos da Presidência da República, o Paulo... Ministro Paulo Vannuchi que tem sido lutador em defesa dos direitos humanos sem sombra de dúvida. E outras autoridades que assim essa Comissão entender que devam ainda esta semana aqui serem convidados. Está em votação o Requerimento. Está aprovado por unanimidade e em seguida, se os Senadores entenderem que deva ser colocado mais algumas pessoas fica aqui da forma que foi redigido que poderá ser indicado os nomes. Inclusive do Conselho Tutelar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu pediria a V.Ex^a, se fosse o número de presenças, porque é um esclarecimento que tem que ser rápido. Mas convocação...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aqui são seis pessoas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): São autoridades envolvidas. Teriam que responder e mostrar as providências. E restante a gente poderia fazer outra. Essa é para esclarecimento e providências.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Presidente Paulo Paim, eu sugeriria em razão da urgência como bem mencionou o Senador Tuma, seria importante que nós pudéssemos agendar essa reunião para o início da próxima semana, terça-feira ou quarta-feira, justamente para que o fato não caia no esquecimento e todas as medidas necessárias sejam tomadas a contento e a seu devido tempo. Portanto, sugeriria a V.Ex^a que nós pudéssemos agendar para o início da próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acato. A situação é grave e a tempo sim, enviar umas correspondências hoje e proponho que seja na próxima terça-feira, já. Próxima terça-feira, às 9h da manhã, na Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Permita. Bem, uma... Primeiro que gostaria de sugerir que dentre as autoridades, como virá a delegada que está envolvida para dar explicação, mas possivelmente autoridade superior que no caso avalio seja imagino o Secretário de Segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele está inserido. Secretária de Segurança é a primeira pessoa a ser convocada.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Muito bem. Então tá bem. Agora, gostaria de lembrar que como segunda-feira é dia de Sessão deliberativa, uma alternativa poderia ser ao final da tarde de segunda-feira, porque nós estaremos aqui segunda-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu propus que fosse terça pela manhã. Nove horas. Então já fica marcada a reunião da Comissão

de Direitos Humanos terça-feira às 9h da manhã para discutir esse crime hediondo cometido no Pará contra uma jovem.

De imediato passamos a palavra aos nossos convidados. Passo a palavra em primeiro lugar com dez minutos com tolerância de mais cinco, ao Sr. Luiz Fernando Nery, Gerente de Responsabilidade Social da PETROBRAS.

SR. LUIZ FERNANDO NERY: Bom dia a todos e a todas presentes. Eu gostaria de dirigir inicialmente um especial agradecimento ao Senador Paulo Paim extensivo obviamente a todos Senadores presentes, Senador Geraldo Mesquita Júnior, José Nery, Senador Suplicy, Senadora Serys, Senador Tuma. Porque me foi recomendado e faço por obrigação e também por crença pelo nosso Presidente José Gabrielli de Azevedo, e pelo nosso Gerente de Comunicação Institucional e Coordenador do Comitê de Gestão de Responsabilidade Social da PETROBRAS, Wilson Santa Rosa, que antes de dirigir a as palavras voltadas para essa apresentação que me traz aqui, sublinhasse que esse é um momento que entra para a história da PETROBRAS. Pela primeira vez, em 53 anos de vida, a PETROBRAS tem a oportunidade de apresentar ao Senado através da Comissão de Direitos Humanos um programa social que foi organizado e estruturado com participação da sociedade civil de inúmeros representantes da nossa sociedade e se organiza com o mesmo grau de importância na companhia que o seu próprio plano de negócios. Tanto no seu horizonte temporal quanto na sua organização de processo de gestão.

Desde já esse dia faz parte da história da PETROBRAS. É um momento de aprimoramento do nosso processo de transparência na gestão, certamente oferecido pelo convite que nos foi dirigido pelo Senador Paulo Paim.

Esse programa, motivo da fala de hoje, ele não nasce simplesmente da criação de algumas pessoas da PETROBRAS e da enorme contribuição de seus parceiros no campo social. Mas nasce, antes de qualquer coisa, da análise e avaliação e aprimoramento de um processo que foi iniciado lá em 2003, em primeiro de setembro de 2003, quando a companhia lançou o Programa Petrobras Fome Zero. Pela primeira vez um esforço de unificação e orientação das suas ações sociais que se desenvolvem desde que ela foi criada lá em 1953, para objetivos coordenados e organizados de uma forma sistemática. Esse Programa Petrobras Fome Zero ele organizou as ações sociais da companhia em três grandes linhas de atuação. Geração de trabalho e renda, educação e qualificação profissional de jovens e adultos, e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Nós estabelecemos naquela época

um período de tempo de 40 meses para execução das ações previstas que foi de primeiro de setembro de 2003, como já mencionei, a 31 de dezembro de 2006. Prevíamos, e estabelecemos como meta perseguimos esta meta o investimento de 303 milhões de reais buscando um atendimento total de quatro milhões de pessoas no conjunto das ações sociais que chegaram a mais de 2.500 projetos. Ao final do processo, para a nossa felicidade, nós constamos resultados que foram além das metas. Nós tivemos a capacidade de investir nesse período no campo social, cerca de 386 milhões de reais. Boa parte desse recurso, e eu sempre faço questão de explicar, não significou um estouro nem aumento de orçamento, mas simplesmente o fato de termos projetado lá em 2003 uma aplicação de recursos no Fundo da Infância e Adolescência, com base no nosso resultado de 2002 e felizmente em 2003, 2004, 2005 e 2006 a PETROBRAS bateu recorde sucessivo de resultado alcançando um aumento da lucratividade bastantes expressivo que permitiu, de acordo com a legislação vigente, que se ampliasse significativamente o aporte de recurso ao fundo de infância e adolescência, chegando então a esse valor. Com esses recursos fomos capazes de atender diretamente a 2.4 milhões de pessoas. E se nós utilizarmos o índice de ampliação de resultados ou avaliação de resultados totais no atendimento indireto que é o índice oficial utilizado pelo IBGE que é de 3.5, nós chegamos a quase oito milhões de pessoas somados a 2.4 um total de 10.7 milhões de pessoas atendidas contra a meta inicial de 4 milhões. Nós acreditamos que esse sucesso se deveu estratégia estabelecida de não desenvolver nenhum projeto, portanto, nós não tivemos nenhum dos 2.500 projetos desse programa desenvolvido exclusivamente pela PETROBRAS. Pelo contrário, todos só foram projetos e alguns ainda em vigência, projetos da sociedade civil nos quais a PETROBRAS teve a oportunidade de participar. Com isso se constituíram 18 mil parcerias e a capacidade de atuação em 2.300 Municípios brasileiros quase 45% dos Municípios do nosso País. A experiência desse projeto ela foi à matéria-prima e nos levou após um processo de análise e avaliação do programa e dos seus resultados, tanto análise por parte dos inúmeros, das centenas de gestores internos na PETROBRAS desse programas e desses projetos, e também por uma auditoria e consultoria externa que nós contratamos junto ao Instituto Fonte, instituto com notória especialização e análise de resultados de programas sociais, nos levaram a base desse novo programa, o Programa Desenvolvimento Cidadania da PETROBRAS. Nós realizamos internamente com participação de todos os órgãos da companhia coordenados pela comunicação insti-

tucional, mas todos as áreas de negócios e serviços da companhia, as subsidiárias, passando um conjunto de oficinas que levaram a formulação desse programa um programa que foi debatido no comitê de gestão de responsabilidade social da companhia numa reunião específica no dia 14 de setembro deste ano, vale dizer para quem não conhece os detalhes do modelo de governança corporativa da PETROBRAS, o comitê de gestão é composto pelos gerentes executivos, a primeira linha executiva abaixo da diretoria da companhia, os representantes de todas os órgãos da companhia debateram exaustivamente esse programa ao longo de todo o dia 14, fizeram algumas recomendações de aprimoramento, essas recomendações foram incorporadas e levadas ao Comitê de Negócios da companhia, visto que pela primeira vez da história da companhia nós temos um programa social que é incorporado ao seu plano de negócios. Ela foi apreciada pelo comitê de negócios a proposta do programa no dia 27 de setembro, e uma vez aprovada encaminhado à Diretoria Executiva que no dia 10 aprovou conforme registro na Ata que ali está citada.

Esse processo, e a gente traz não para mostrar algumas características da burocracia interna da PETROBRAS, mas para explicitar aqui no Senado de que não é um programa que foi constituído por um grupo de pessoas ou por um grupo de órgãos da companhia. É um programa que teve uma vasta discussão por um longo período na companhia e uma grande participação de parceiros externos na sua constituição.

Duas assertivas a gente traz porque elas foram muito fortes nesse processo de construção. A primeira delas, de que se tínhamos finalizado um programa de sucesso como o Programa Petrobras Fome Zero o novo programa devia ter como premissa assegurar a continuidade das ações sociais deste programa anterior avaliadas como bem sucedidas ou aquelas promissoras com a capacidade de sucesso futuro. E que deveríamos ser capazes de estabelecer parâmetros para o aprimoramento da gestão das gestões sociais mantendo o patamar de investimento do exercício deste ano corrente, do ano de 2007. Acreditávamos e continuamos acreditando fortemente que o aprimoramento do processo de gestão nesse campo, na execução das atividades da PETROBRAS será um fator fundamental da capacidade de aumento de atendimento dos recursos ali empregados.

Nós buscamos na medida em que passamos a ter um programa alinhado e integrado ao plano de negócios, fazer esse alinhamento ao planejamento estratégico da companhia que hoje tem horizonte 2020. Esse planejamento estratégico nós temos bem claro a missão da companhia, em que responsabilidade so-

cial e ambiental está no mesmo patamar da atuação segura e rentável. Temos muito claro que na visão da companhia, neste planejamento estratégico está definida a preferência pelos nossos públicos de interesse, e evidentemente que a representação da sociedade é o público maior de interesse, fundamental de qualquer companhia, [soa a campainha] que foi formulado um desafio de responsabilidade social para a companhia em que ela pretende ser referência internacional em responsabilidade social na gestão dos negócios. E que esse processo desenvolvido um planejamento estratégico gerou um objetivo no [ininteligível] que é a nossa metodologia de acompanhamento da implementação do planejamento estratégico que tem hoje formalmente definido investimentos sociais em geração de renda e oportunidade de trabalho, educação para qualificação profissional e garantia dos direitos da criança e do adolescente. E por que essas três linhas? Porque elas se integram à visão deste novo programa, que é buscar o desenvolvimento com igualdade de oportunidades e valorização das potencialidades locais e com o seu objetivo que é contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional gerando uma inserção social digna e produtiva de pessoas e grupos que vivem em risco ou em desvantagem social no País reduzindo a pobreza e a desigualdade.

Essas três linhas de ação elas estão organizadas, mas a experiência do Programa Petrobras Fome Zero nos levou a sistematizar os projetos a serem desenvolvidos nesse novo programa em três grandes grupos. No Programa Petrobras Fome Zero desenvolvemos uma série de ações de muito sucesso, mas nós tínhamos no processo de gestão um tratamento igual em projetos que geravam atendimento direto, em projetos que geravam difusão de informações para a cidadania e projetos que geravam fortalecimento de redes. Nós agora nesse novo programa aprimorando o processo de gestão criamos três grupos que serão acompanhados de forma diferenciada. O principal e maior deles é o grupo que nós denominamos investimentos em projetos sociais. Sejam de abrangência nacional, regional ou local, são os projetos que têm beneficiários diretos. Aqueles onde o público trabalhado no projeto é um público excluído socialmente. Agora entendemos que nesse processo de aprimoramento social a PETROBRAS tem uma contribuição no fortalecimento de redes e organizações sociais. Muito importante para que aquele primeiro grupo de projetos possa ser desenvolvido de uma forma mais eficiente. E além disso, também atuamos por exemplo na divulgação do disque cem, um canal de denúncia e de contribuições para garantia dos direitos da criança e adolescente, que não é um trabalho nem de desenvolvimento de um projeto

social em si, nem fortalecimento de rede. Mas é um trabalho de difusão de informações para cidadania que tem uma outra natureza de execução e, portanto, tem que ter uma outra natureza de gestão.

Dentro desses três campos de organização, um conjunto de diretrizes como respeito à diversidade, a prioridade à juventude, a colaboração para o desenvolvimento local, atuação em sinergia com políticas públicas, a busca de ações que sejam estratégicas, sistêmicas e multi-institucionais, o estímulo ao protagonismo social, ao cooperativismo, ao trabalho em rede, a forte contribuição que esperamos dar para a erradicação do analfabetismo, e a busca fundamental da sustentabilidade dos resultados dos projetos a serem desenvolvidos. Projetos esses como eu falei estão organizados e serão desenvolvidos em três linhas de atuação. Que são as três linhas de atuação oriundas dos outros programas. Nós acreditamos que foram linhas bem organizadas, nós acreditamos que é fundamental a questão da continuidade no desenvolvimento de ações no campo social, e acreditamos que esses projetos se organizam com resultados em tempos diferentes. No curto prazo, a linha de geração de renda e oportunidade de trabalho é aquela da qual nós esperamos resultados mais fortes. Mas não podemos deixar de entender que é preciso olhar para o médio prazo e trabalhar em projetos de educação para a qualificação profissional. Permitindo que pessoas que hoje não têm condições ainda que oportunidades lhes sejam oferecidas venham no futuro a ter. Sem descuidar evidentemente uma visão de longo prazo que é o trabalho de garantia dos direitos da criança e do adolescente para que a gente tenha no futuro número menor ou se possível o número tendendo a zero de pessoas que venham a necessitar de projetos de educação e qualificação profissional específicos. Essas linhas de ação se complementam com temas transversais. Estaremos sempre atentos e desenvolvendo projetos ligados a questão de gênero, igualdade racial, pessoas com deficiência, e especificamente povos e comunidades tradicionais entre os quais destacamos pescadores, um segmento extremamente importante no relacionamento numa companhia como a PETROBRAS que extrai 70% da sua produção em campos marítimos.

Vou passar a falar aqui para terminar minha fala, Senador, sobre as obrigações que a PETROBRAS se impõe nesse projeto através de um conjunto de metas e indicadores e que faz questão de tornar pública para que possamos ser cobrados. A cobrança de resultados pelo trabalho da PETROBRAS certamente é algo que muito nos ajuda e impulsiona na realização e na obtenção de resultados.

Nesse programa estabelecido para o horizonte de 2007 a 2012, nós temos a previsão de aplicação de recursos de quase 1.3 bilhões de reais. E eu saliento, Senador Paim, demais Senadores, que pela primeira vez a PETROBRAS inverte o processo de atuação social. Antes nós tínhamos um orçamento previsto dentro do ano fiscal e que de acordo com as projeções financeiras resultado, nós definimos o que nós poderíamos fazer no campo social. Dessa forma, nós tratamos agora a atuação no campo social como nós tratamos a atuação no campo de exploração e produção, no refino e na comercialização. Nós estamos aqui definindo os recursos e compromissos, e ano a ano vamos buscar esses recursos aonde eles forem possíveis de serem obtidos, recursos próprios e a estes recursos nós esperamos somar recursos de números de parceiros, alguns inclusive presentes aqui na Mesa e outros tantos que vem buscando a PETROBRAS como parceira na realização de projetos sociais. A este conjunto de recursos, nós pretendemos associar projetos que sejam capazes de gerar o atendimento direto a quase quatro milhões de pessoas gerando um atingimento indireto de 13.7 milhões de pessoas, o que nos levará, pretendemos a um atendimento total de 17.6 milhões de pessoas. Aquelas pessoas, que como eu disse daquele primeiro grupo de projetos de investimento social, pessoas beneficiadas pelos projetos. Agora, somados às pessoas que participarão dos projetos de fortalecimento de redes e terão acesso a informações dentro do campo de difusões de informações para cidadania, nós entendemos que seremos capazes de atingir um total de 27 milhões de pessoas diretamente impactadas por essas ações no campo social da PETROBRAS.

Mas essas metas quantitativas e globais, elas não são suficientes para que a gente possa externar à sociedade quais são os nossos compromissos e de que forma devemos e poderemos ser cobrados. Então nós estabelecemos um conjunto de metas específicas para grupos de projetos. Dentro do conjunto total de projetos, na linha de priorização à juventude, nós estamos estabelecendo a meta de no mínimo 50% do público total daquele público lá de 17.6 milhões de pessoas estando na faixa etária de 15 a 29 anos que é a faixa definida pelo Conselho Nacional da Juventude como a faixa de jovens desse País. Nós entendemos que será possível através da implementação dos projetos desse programa gerar 10 mil empregos formais diretamente associados à implementação dos projetos. E especificamente na linha de renda e oportunidade de trabalho nós pretendemos que ao final de cada parceria da PETROBRAS, com cada instituição desenvolvedora do projeto tenhamos contribuído para a formação de

no mínimo 70% de projetos com planos de negócios estruturados porque acreditamos que essa é uma grande contribuição da PETROBRAS nesse processo, não são apenas os recursos, mas é a possibilidade de interação com agentes sociais aprimorar o processo de gestão de projetos e no campo de geração de renda e oportunidade de trabalho não se pode acreditar em sustentabilidade se ao final do processo não tivermos planos de negócios de cada projeto. Então no mínimo 70% dos projetos nessa linha com planos de negócios estruturados. 60% no mínimo de projetos com acréscimos, com incremento de tecnologia ou infra-estrutura incorporados à organização ou as organizações gestoras. E pelo menos 60% de elevação de renda per capita entre os participantes desse projeto.

Já na linha de educação para a qualificação profissional, nós estabelecemos uma curva de crescimento que vai de 5% nos projetos iniciados ainda este ano, até 20% nos projetos iniciados a partir de 2010. Dos públicos participantes dos projetos de qualificação profissional sendo inseridos no mundo de trabalho imediatamente após a sua formação. E uma meta de no mínimo 80% dos participantes de cursos profissionalizantes, dos projetos de alfabetização com certificados de conclusão.

Gostaria de saudar a Senadora Patrícia Saboya também uma das responsáveis pelo convite para estarmos aqui presentes que muito nos honra. Dizia eu, Senadora, que nos projetos voltados para a educação para a qualificação profissional temos como meta também que 60% do público participante tenha certificados através de cursos que sejam reconhecidos pelo Sistema Nacional de Certificação Profissional que é uma forma de agregar maior valor ao trabalho de estudo e qualificação que essas pessoas desenvolverão. E que pelo menos 30% dos participantes dos projetos voltados para a qualificação profissional eles apresentem evolução de escolaridade dentro da sua... Do seu processo de qualificação formal.

Quase finalizando, Senador, na linha de garantias dos direitos da criança e adolescente, nós acreditamos que junto com os nossos parceiros seremos capazes de desenvolver e garantir que 60% dos participantes em atividade de educação complementar apresentem melhoria na sua educação formal. Nós temos inúmeras experiências de projetos de educação complementar, mas faremos um acompanhamento individual desses jovens, dessas crianças e adolescentes, para que possamos verificar qual o impacto dessa educação complementar dentro da educação formal, e no mínimo 60% com evolução na sua escolaridade. Assim como pelo menos 80% dos participantes que estarão integrados dentro do projeto de proteção concluindo o período total

de atendimento. Nos diz a UNICEF, nos diz a ABRINQ, nos o CONANDA, nos diz a Senadora Patrícia Saboya várias pessoas que militam nessa área que um dos problemas sérios é a participação de crianças e jovens em programas de atendimento e proteção, mas que não concluem seu período total de atendimento estamos estabelecendo aqui uma meta desafiadora. Assim como também estabelecendo a meta de que 70% dos profissionais que participarem dos projetos de direitos adolescentes devam participar de atividades de formação apoiados pela companhia.

Naquele segundo grupo que nós chamamos de fortalecimento de redes e organizações sociais, nós estamos propondo a meta de 60% dos integrantes das equipes técnicas dessas redes e organizações também concluindo projetos ou cursos de capacitação. E dentro do grupo de projetos voltados para difusão de informação para a cidadania nós estabelecemos três metas que vão ser acompanhadas dentro do meio internet, dentro do meio web visto que hoje é grande meio de integração e difusão de informação para cidadania. E tem um processo de acompanhamento bastante controlável. Nós estamos estabelecendo e criando uma série de fóruns temáticos nessa área e 5% de manifestações recebidas é o mínimo que se espera ao público total de convidados. Assim como o mínimo de 30% de e-mails lidos pelas campanhas de difusão para a cidadania e o retorno de acessos ao site do programa de no mínimo 10%.

Eu finalizo, então Senador, falando do processo de escolha de projetos. Nós hoje temos um processo natural de qualquer organização empresarial que é o contato direto com uma série de instituições e eles geram projetos e parcerias muito importantes. Mas nós estamos cada vez mais aumentando os recursos destinados a processos de seleção pública. Processos que nós acreditamos permitam o acesso democrático de recursos as mais diferentes organizações sociais sejam governamentais ou não-governamentais do nosso País que queiram ser parceiros da PETROBRAS nesse programa. Assim como um processo que é desenvolvido visando dar maior transparência na escolha, inclusive tendo a maioria das pessoas julgadoras dos projetos que serão escolhidos nessa seleção como pessoas externas à PETROBRAS. Pessoas de entidades governamentais de diferentes esferas do nível federal, estadual e municipal, pessoas de entidades internacionais, entidades nacionais de diferentes naturezas e composições, mundo acadêmico, e também pessoas da PETROBRAS, um grupo menor, minoritário, mas que também representa a diversidade da PETROBRAS, diferentes unidades da federação, diferentes unidades

de negócios da PETROBRAS, homens e mulheres de diferentes idades.

Esse processo, por exemplo, nós estimamos uma participação de mais de 100 pessoas. Algo em torno de 30 pessoas da PETROBRAS, 70 pessoas de fora da PETROBRAS, representante de alguma forma da sociedade civil. E pela primeira vez, teremos um segmento específico da sociedade civil que a gente acredita que agregará grande valor nesse processo que é a participação de jornalistas. A participação da imprensa não só acompanhando o processo o que já foi possível nos processos anteriores, mas atuando como julgadores dos projetos. Segundo a metodologia que nós desenvolvemos.

Esse processo de seleção pública nós lançamos ontem e ele estará aberto para inscrições até o dia 11 de janeiro de 2008 e nós aguardamos inscrições da ordem de 4.500 a 5.000 projetos. Alguns critérios de seleção eu trouxe apenas para não ser cansativo, são vários outros critérios que são previamente definidos estão disponíveis no nosso site, assim como o processo de orientação para a organização dos projetos. Mas nós valorizamos a coerência dos projetos apresentados, obviamente com as linhas de atuação desse programa, [soa a campainha] assim como a participação da comunidade na construção do projeto, a organização de dados que nos permita avaliar a viabilidade técnica, financeira e operacional com vistas a busca da sustentabilidade, e também interação com políticas públicas no nosso País. Que ações fazemos para garantir esse acesso democrático. Não basta abrir inscrição. A gente sabe que hoje inúmeras organizações sociais no País são muito eficientes na implementação dos projetos, mas tem às vezes dificuldade na formulação e na organização formal das suas ações. Então nós realizamos uma série de caravanas por todos os Estados do País, fazendo oficinas que a história recente nos mostra a participação de 400, 500 instituições em que nós mostramos como eles podem montar os projetos para poder concorrer da melhor forma possível nesse processo seletivo. Este ano inovamos criando também além das caravanas presenciais, caravanas virtuais, teremos instrutores no site da PETROBRAS disponíveis 24 horas por dia a partir do dia 26 para também por internet orientarem na formulação dos projetos e teremos, como eu já citei a participação da sociedade civil no próprio processo de seleção com destaque no sentido de ser uma novidade a participação de representante da imprensa nesse processo seletivo.

Nós acreditamos que esse programa pode vir a ser uma grande contribuição da PETROBRAS para a redução de desigualdade no nosso País, eu gostaria então de finalizar a apresentação com um vídeo de

três minutos que vai falar com um pouquinho mais de detalhes e trazer aos representantes do nosso Senado e todos os demais presentes algumas informações [soa a campainha] um pouco mais quantitativas sobre o processo de seleção pública.

Queria antecipadamente agradecer a atenção de todos e ficar a disposição ao final para elucidar qualquer dúvida que porventura tenha existido.

[palmas]

[apresentação em vídeo]

>> A PETROBRAS está novamente realizando uma importante contribuição para o desenvolvimento do País. Com o objetivo de somar esforços para o combate à pobreza e as desigualdades sociais, está lançando o Programa Desenvolvimento e Cidadania PETROBRAS. O programa visa o desenvolvimento com igualdade de oportunidades e a valorização das potencialidades locais. Com o Programa Desenvolvimento e Cidadania PETROBRAS, a companhia aprofunda seu compromisso com o desenvolvimento do País. Cerca de 18 milhões de pessoas serão atendidas direta e indiretamente. O investimento previsto até 2012 é de um bilhão e duzentos milhões de reais. Uma das ações do programa é a seleção pública de projetos. Um processo democrático e transparente. A PETROBRAS vem aumentando os recursos destinados à seleção pública. Em 2007 serão 27 milhões de reais. Os projetos inscritos devem se enquadrar em pelo menos em uma das três linhas de atuação do programa. Geração de renda e oportunidade de trabalho, educação para qualificação profissional, garantia dos direitos da criança e do adolescente. Organizações governamentais, não-governamentais e comunitárias de todo o País poderão inscrever seus projetos, desde que estejam legalmente constituídas e não tenham fins lucrativos. O valor de cada projeto patrocinado será de até 690 mil reais. O programa Desenvolvimento e Cidadania PETROBRAS dará prioridade aos projetos que atendam jovens com idade entre 15 e 29 anos. As inscrições poderão ser feitas até 11 de janeiro de 2008, pelo site WWW.PETROBRAS.COM.BR/DESENVOLVIMENTOECIDADANIA. O processo de seleção tem quatro etapas. A primeira é a triagem administrativa. Nessa fase será verificado se a documentação está de acordo com o regulamento. Em seguida na triagem técnica seja analisados se os projetos atendem aos critérios de seleção estabelecidos. Verificam-se se o alinhamento do projeto, as linhas de atuação do programa, sua viabilidade técnica, financeira e operacional, a participação da comunidade, seu potencial de sustentabilidade e sua interação com políticas públicas. Na terceira etapa, os projetos serão encaminhados para a Comissão de Seleção. Composta por profissionais

de reconhecida competência no terceiro setor e no mundo acadêmico. Essa Comissão será responsável pela escolha dos projetos que serão encaminhados ao Conselho Deliberativo. O Conselho Deliberativo instância final do processo seletivo indicará os projetos que serão patrocinados. A PETROBRAS acredita num País com mais justiça social e dignidade para seus cidadãos. Desenvolvimento e cidadania PETROBRAS, um compromisso com o Brasil.

[final da apresentação em vídeo]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Sei que os comentários são no final. Mas eu quero fazer um pequeno comentário, Senadora Patrícia, nós estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Sociais e a PETROBRAS ali no vídeo nos deu uma pequena lição, que é a linguagem de sinal. Que nós deveríamos estar aqui nesse momento, já que somos a voz direta do Brasil, com a equipe de profissionais da Casa. Mas não sei porque... A não ser que eu não esteja me situando bem aqui, eles não estão aqui.

Então, meus parabéns à PETROBRAS [palmas] que botou a linguagem de sinais ali e nós não estamos aqui para que o público também pudesse assistir. Nós temos todo dia. Por isso que eu fiz o comentário.

SR. LUIZ FERNANDO NERY: Senador, me permita, por favor, Senador, eu gostaria de salientar que não é por acaso que está ali a tradutora da LIBRAS. A PETROBRAS apóia diversos projetos ligados à difusão da linguagem de LIBRAS, vindo aqui ao Senado não poderia de deixar de trazer a sua exposição com essa característica, mas principalmente não poderíamos de deixar isso numa Comissão presidida por V.Ex^a que tem todo um trabalho dedicado a defesa dos direitos pessoa com deficiência, junto com a Senadora Patrícia Saboya que atua nessa área e também uma forte batalhadora dos trabalhos ligados a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Eu passo de imediato a palavra ao Sr. Roberto Lauriano da Rocha, do Movimento Nacional dos Catadores. Só antes, eu tenho que... Eu e a Senadora Patrícia já acertamos, às 10h30 eu tenho uma audiência com o Ministro Mantega, para discutir a crise do Rio Grande. Inclusive com a Governadora que é do PSDB, demonstrando que essa questão não é partidária, como a gente fala sempre, e o Ministro Mantega e sua equipe vai receber nós lá para discutir a crise do Rio Grande. Eu vou até lá e com certeza voltarei aqui. Já estou justificando no momento que eu tiver que sair, mas só vou sair daqui 10h29. Que em um minuto eu vou lá.

Com a palavra o Sr. Roberto Lauriano da Rocha, do Movimento Nacional dos Catadores.

SR. ROBERTO LAURIANO DA ROCHA: Na verdade também a minha explanação vai ser bastante rápida. Primeiro cumprimentar a todos os Senadores aqui, a todos os presentes, e parabenizar por esse evento, por esse momento que historicamente vai ficar na história, tanto da PETROBRAS quanto de nós catadores e catadoras também que estamos aqui pela primeira vez aqui num Senado, podendo falar um pouco sobre as questões.

Mas na verdade, assim, o Brasil tem muito a comemorar com questões de reciclagem, etc, que a gente vê falar muito com relação a reciclagem, e tudo mais, questão de alumínio, etc, etc, mas também temos muito a avançar com relação ao trabalho dos catadores e catadoras nesse Brasil todo. Hoje estamos numa população aí de aproximadamente um milhão desses trabalhadores que ainda estão em um... Estão boa parte deles estão no processo de desorganização dentro dos lixões, nas ruas, atrelados aí aos ferros-velhos, então a gente tem muito a avançar, esses trabalhadores, falando dentro de uma Comissão de Direitos Humanos, a gente tem muitas situações de catadores que estão sendo... Estão sofrendo grandes ameaças dentro dos lixões por conta de atravessadores, até ameaça de morte, depois queria ver como é que a gente poderia apresentar na verdade para essa Comissão algumas situações nesse sentido--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se permitir um aparte, para ajudar no seu raciocínio, nós temos na Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Sociais, e aqui na Comissão de Assuntos Sociais já tem um projeto que eu apresentei em nome dos catadores para regulamentar e valorizar a atividade dos catadores que seria muito importante que você depois possa contribuir. Quando apresento o projeto, é só idéia, naturalmente no debate que a gente vai chegar na redação final adequada que atenda seus interesses.

SR. ROBERTO LAURIANO DA ROCHA: Ok. Obrigado Senador. Mas na verdade aqui também estamos aqui também um pouco colocando essa questão também da importância desses projetos sociais que vêm apoiando todo esse processo de organização e humanização desses trabalhadores em todo o nosso Brasil. E aí a gente tem essa questão desse projeto, dessa linha de que vem apoiar aí essa questão da PETROBRAS, desenvolvimento E cidadania da PETROBRAS que vem na verdade de encontro. Já vem de encontro há muito tempo, não sei qual é a edição, esse é a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ROBERTO LAURIANO DA ROCHA: 40 meses. Exatamente. Para a 5ª seleção, e a gente tem muitos resultados importantes porque isso contribui uma questão que o Nery colocou muito interessante que é a questão dos planos de negócios, as questões da gestão dos trabalhos dos trabalhadores, etc, que esses projetos vêm contribuindo muito nessa linha da organização.

Então, na verdade com poucas palavras que eu quero deixar aqui na verdade nesse momento aqui seria na verdade de fato mais uma vez parabenizar a PETROBRAS por todo esse processo e olhando pela camada mais necessitada desse nosso Brasil que são não só os catadores, mas muitos jovens, outras pessoas que têm essa... Têm grandes necessidades, e como eu coloquei ontem que com pouco recurso eles conseguem fazer milhares, avançar em milhões e milhões de vezes. Então só tenho na verdade que agradecer e parabenizar por todo esse trabalho, agradecer por esse espaço aqui e é isso. Vamos... Que nós vivemos de fato numa cidadania e um desenvolvimento na verdade pleno para todos esses que necessitam no nosso Brasil. É isso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimos o Sr. Roberto pela exposição, e com certeza vamos trabalhar muito aí nessa linha de regulamentar o direito dos catadores.

E passamos de imediato a palavra para a Srª. Cláudia Maria Jeunon Souza, Assessora da Responsabilidade da FIRJAN, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

SRA. CLÁUDIA MARIA JEUNON SOUZA: ...Senadora Patrícia Saboya, obrigada pelo convite de estar aqui nessa Comissão. Srs. Senadores, senhores presentes. O sistema da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, um dos objetivos dele, aliás, está na sua missão é promover a responsabilidade social e a competitividade e a gente entende essas duas palavras competitividade e responsabilidade social e empresarial como aliados no objetivo comum de melhoria do desenvolvimento do Brasil. A PETROBRAS, o nosso sistema de governança da responsabilidade social, nós temos um Conselho formado por grandes empresas do Rio de Janeiro, da qual a PETROBRAS faz parte, e núcleos regionais formados por empresários de todo o Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de promover a difusão e a mobilização para a prática da responsabilidade social. E a gente fez questão de estar aqui hoje com a PETROBRAS porque a gente considera fundamental o exemplo que a PETROBRAS

está dando como administrar recursos do seu investimento social privado que a gente sabe que as empresas investem na comunidade, mas a gente orienta e mobiliza, e esse exemplo da PETROBRAS certamente vai contribuir para maior eficácia e eficiência desse investimento empresarial, aliás, qualquer investimento social deveria tê-lo. Que são objetivos, metas, indicadores e controles para que a gente possa aumentar a eficiência desse investimento.

Então, esse modelo da PETROBRAS ele traz isso, ele traz também a projeção de investimentos sistemáticos e a longo prazo, e ao tratamento desse investimento da mesma maneira que qualquer empresa faz os seus investimentos em outras áreas. Hoje uma empresa, para estar no mercado, ela precisa ser economicamente viável, mas ela precisa ter também reputação. Reputação não é ela falando dela mesma, mas são as suas partes interessadas, os seus funcionários, os seus clientes, os seus fornecedores, a comunidade como parte dessa... Desse conjunto de stakeholders.

Então, hoje as empresas, principalmente as empresas industriais, elas têm investido e a PETROBRAS é uma das pioneiras nisso também, investido na gestão de responsabilidade social não só na questão do investimento social privado que é esse investimento que se faz à comunidade, mas a PETROBRAS também é pioneira junto com outras grandes empresas brasileiras no estímulo a seus fornecedores e sua cadeia produtiva ter essa gestão de relação com suas partes interessadas nesse conjunto de stakeholders. E a gente quer colocar aqui nessa Comissão que a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, através do seu sistema SESI, SENAI, IEL e CIJE(F) vêm trabalhando esse tema de responsabilidade social de forma integrada e você pode contar que a gente vai continuar sendo parceiro aí, ainda mais num programa que está altamente estruturar e que vai ao encontro das necessidades de todo o investimento social não só do Rio de Janeiro, mas do País como um todo. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra à Sr^a. Lídia Colaço Pereira, Oficial de Alianças Cooperativas da UNICEF, pelo tempo também de 10 minutos com mais cinco, se necessário.

SRA. LÍDIA COLAÇO PEREIRA: Senador Paim, obrigada. Senadora Patrícia, Senador Nery, Senadores, senhoras e senhores colegas. Me pediram que eu viesse aqui em nome da UNICEF para falar um pouco do que representa para nós, para a UNICEF e para a PETROBRAS esse programa. Eu pensei muito e talvez a melhor forma de os senhores entenderem a impor-

tância de um programa como esse do qual a UNICEF cada vez mais está numa parceira, numa verdadeira parceira com a PETROBRAS, era talvez a possibilidade de chamar os quase 10 milhões de crianças e adolescentes do semi-árido brasileiro onde nós estamos trabalhando juntos. E eu fico muito emocionada porque eu nasci num paisinho do norte que tem uma população total exatamente de 10 milhões de pessoas. Então quando eu penso em 10 milhões de crianças e adolescentes apenas numa região de crianças de uma região das mais excluídas e que nós estamos tendo a possibilidade de trabalhar de uma forma realmente de parceria estruturada e estruturante, realmente eu me emociono muito.

Então tudo que eu possa dizer aqui fica muito aquém do que uma criança do semi-árido que está sendo beneficiada nesse momento por um programa dessa envergadura com essas características inovadoras e com uma consciência, hoje se fala muito em responsabilidade social. Mas a verdadeira responsabilidade social a PETROBRAS está conseguindo ser um exemplo não só para o Brasil, mas para internacionalmente. Eu fico muito contente e muito emocionada de estar aqui hoje. Nós estamos justamente reforçando cada vez mais a nossa parceria. O meu anseio, enfim, de toda a equipe do UNICEF, nós que trabalhamos com a área de responsabilidade social, sempre dizemos que gostaríamos de ir ao setor privado brasileiro colocando a criança e adolescente no DNA do seu negócio, a PETROBRAS está conseguindo fazer isso. Por mais que nós vejamos cifras enormes, o recurso é importante, realmente o recurso é importante, mas mais importante que o recurso é o entendimento e o comprometimento de verdadeira parceria.

Então eu agradeço essa exposição, vamos continuar sendo cada vez mais sendo mais parceiros, e na realidade a importância maior são esses 10 milhões de crianças que vivem no semi-árido brasileiro que correspondem a uma população inteira de Portugal de onde eu vim. Muito obrigada e parabéns.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como eu vou ter que sair 10h25, Senadora Patrícia vai assumir a Presidência, eu só queria dizer duas ou três palavras antes de sair. Primeiro cumprimentar a PETROBRAS, e se eu estivesse numa pesquisa qualitativa, e me perguntasse o seguinte: O que é que você lembra quando ouve a palavra PETROBRAS. Eu lembro petrodólares, lembro bilhões de reais, lembro petróleo, gasolina, gás, biocombustível, enfim, mas eu não lembrava desse belo projeto que vocês estão agora apresentando e daqui para frente quando eu for ler num posto de gasolina ou num painel, num outdoor a palavra PETROBRAS, vou lembrar

de corte da diferença, vou lembrar de responsabilidade social, eu vou lembrar de criança e adolescente, eu vou lembrar de negros, índios, mulheres, de deficientes, de idosos, pelo programa que vocês aqui hoje estão apresentando. Pode ter certeza que a Comissão de Direitos Humanos quer ser parceiro naquilo que vocês chamarem para ajudar. [palmas] Só isso que nós queremos porque é um belíssimo projeto. V.Exª viu que eu não lhe dei 10 minutos, acho que 30 minutos. E fosse preciso eu dava mais 30 você para continuar com a sua exposição e com os depoimentos que eu recebi aqui dos outros painelistas. Peço desculpas por ter que sair. Gostaria de ficar até o encerramento. Mas pode saber que a Senadora Patrícia vai presidir a reunião com muito mais brilhantismo e a capacidade que ela tem e a responsabilidade social que a mesma tem e aqui com esses dois Senadores que são pra mim ícones da política brasileira. E eles sabem que eu não estou rasgando seda, [risos] que é o Senador Cristovam Buarque e o Senador Eduardo Suplicy. São referências podem ter certeza para a minha própria caminhada. E por isso que eu quero cumprimentar a todos vocês, é muito bom mesmo como aqui foi dito, responsabilidade social da iniciativa privada, todos setores, iniciativa pública ser feita mesmo e não só a palavra como aqui foi colocada. E é fácil dizer eu pratico a responsabilidade social. Mas eu quero ver o exercício efetivo que aqui foi mostrado.

Por isso quero dizer também que gostei muito da palavra ali e eu comentava aqui com o Sr. Luiz Fernando quando vi uma frase dizendo igualdade de oportunidades. Porque a gente fala tanto de dar o corte da diferença, políticas iguais para todos. O próprio estatuto que apresentei, o Estatuto da Igualdade, mas muito mais que o Estatuto da Igualdade pra mim é igualdade de oportunidades. Que aí que está a discriminação. Quando não dão a igualdade de oportunidades a todos. Por isso meus parabéns mesmo a todos vocês que elaboraram esse belíssimo programa, e eu provavelmente estarei lá na Bahia. Agora com muito... Já me fez um convite formal aqui quero dizer, no evento que vai ter da PETROBRAS, e com muito orgulho e satisfação passo a palavra e a Presidência à minha querida Senadora Patrícia Saboya Gomes, que quero render a ela, se me permitir, Senadora, a mesma referência que dei aos dois Senadores. Eu disse que os dois aqui são ícones da política. V.Exª pra mim é ícone na política, e uma referência para minha atuação, principalmente na área de Direitos Humanos e Assuntos Sociais. Parabéns a V.Exª. Muito obrigado a todos e passo a Presidência à Senadora.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Sobre o assunto da Ministra? Tá certo. Tá bom. Pois não.

Bom, vamos continuar nossa Audiência Pública e eu antes de mais nada quero pedir desculpas pelo meu atraso, mas agora eu sou mãe novamente de uma criança de dois anos e eu tinha meus compromissos hoje pela manhã com ela na escola. Então eu tive que... Acabei sacrificando aqui de ouvir detalhadamente toda a exposição do trabalho social que o Dr. Luiz Fernando faz pela PETROBRAS, mas quero também assim como o Senador Paulo Paim parabenizar porque eu sou testemunha desse trabalho que a PETROBRAS vem desenvolvendo na área social. E quero aproveitar e lançar aqui um desafio já que nós recentemente aprovamos aqui no Senado o projeto que prorroga a licença maternidade de quatro para seis meses. E quem sabe a PETROBRAS nessa linha de desenvolvimento social, de investir nas nossas crianças quem sabe pode assumir a empresa, a PETROBRAS poderia assumir que para suas funcionárias elas também pudessem ter esse direito de quatro para seis meses. Acho que seria um passo muito importante, seria um exemplo muito importante para todo o Brasil para que outras empresas possam acompanhar.

Acho que nada melhor que nós pudéssemos fazer o nosso dever dentro de casa e quem sabe trazer cada vez mais empresas brasileiras que acreditem que é investindo na primeira infância que vamos poder construir um País melhor, um País mais justo e quem sabe nos livrar de tantas mazelas como essa de hoje que o Senador Suplicy acaba de passar ao telefone na nossa querida Governadora Ana Júlia sobre o caso dessa adolescente que foi colocada, e eu vi, acompanhei pelo rádio, na Rádio Senado aqui a Audiência Pública que nós faremos e eu também quero como Presidente da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e Adolescente dizer aqui da minha indignação e ao mesmo tempo da minha preocupação porque práticas como essa infelizmente acontecem no nosso País. Muitas vezes... Alguma vez elas se tornam visíveis, mas infelizmente na maioria das vezes isso é invisível, nós não sabemos o que está acontecendo, a maioria da sociedade não percebe que isso está acontecendo, e as crianças muitas vezes acabam sendo de vítimas, acabam sendo consideradas algozes. Eu vi isso muito claramente na CPI que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil por parte de muitas pessoas conceituadas, inclusive de juízes que têm essa compreensão de que as meninas muitas vezes de 12 anos ou de 13 anos pela forma como se vestem ou pela maquiagem que utilizam são elas as algozes, são elas as responsáveis por seduzir

adultos, homens com família, que tem filhos inclusive da mesma idade dessas crianças que são violentadas e exploradas sexualmente.

Então acho que essa é a oportunidade para que todo o Brasil possa se mobilizar, possa entender que esse tipo de violência acontece permanentemente. Não é só a violência física, não é só a violência sexual, mas é aquela violência talvez que o Senador Cristovam Buarque saberia falar muito melhor que eu porque é uma violência simbólica. É na hora que a criança não tem direito e nem acesso à educação, não tem acesso à saúde, acesso ao esporte, ao lazer, à cultura, a tudo aquilo que nós queremos proporcionar para nossas famílias, para os nossos filhos, mas infelizmente a realidade brasileira é uma realidade muito dura e muito perversa.

Portanto, eu quero aqui ressaltar o trabalho importante que vem fazendo a PETROBRAS. Sou testemunha disso porque no meu Estado, o Estado do Ceará, na minha cidade aonde eu nasci, Sobral, existe um projeto social da PETROBRAS de enfrentamento e combate a exploração sexual de crianças e adolescentes que nós conseguimos trazer para a nossa cidade certamente tem um impacto muito importante lá dentro e a gente sabe que dá certo.

Então eu parabeno aqui em nome da Frente Parlamentar pelo trabalho que vem cumprindo a PETROBRAS principalmente nessa área social. Pois não, Sr. Luis.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Senadora, só pela ordem. Estão cobrando aqui a presença minha e do Senador Suplicy na Comissão ao lado onde três Embaixadores estão esperando para serem sabatinados. Eu e ele somos Relatores. Cada um é Relator de um nome.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): V.Ex^a quer só de dar uma palavrinha?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Quero. E tentar voltar depois que eu relatar. Quero apenas dizer sobre o último assunto que nós não podemos deixar de tomar uma posição muito dura e minha maior preocupação é se esse caso é único ou não. Eu desconfo muito que não seja caso único.

Segundo, desviar essa idéia de que é apenas porque é menor. Não importa a idade como disse a própria Governadora. Agora, sobre a [ininteligível] eu sou um admirador obviamente da PETROBRAS e um orgulhoso brasileiro da PETROBRAS, mas eu gostaria de estar aqui para a gente debater porque a gente não concentrar ao máximo o esforço da PETROBRAS na sua eficiência e lucratividade que tem na educação. Hoje em dia virou um tabu comparar qualquer coisa com

que faz o Presidente Chávez. Além disso não dá para comparar um País que é exportador de petróleo com um País que é beneficiador, embora vai ser exportador em algum momento. Mas eu gostaria de explorar uma possibilidade que não era tirando da responsabilidade social através de colaboração, contribuição.

Por que é que os royalties, isso não depende só da PETROBRAS, mas eu gostaria de ver a repercussão da PETROBRAS. Por que é que royalty vai para o Estado, pro Município, mas não é um royalty que vá para educação no Brasil inteiro. Por que a criança que nasce no Estado, que não tem petróleo, não tem direito a se beneficiar de royalty do petróleo que é, sobretudo, do Brasil? Eu sei que como Pernambucano eu sei que lá não tem petróleo, por isso que eu estaria falando isso. Mas não importa. Por que é que não é um royalty para a revolução educacional que o Brasil precisa? Era muito pouco royalty para a gente resolver o problema da educação no Brasil. Sinceramente. E aí nem ficava em cima da PETROBRAS porque ela transferiria isso para os custos. Era problema de nós todos pagarmos. Mas a PETROBRAS entraria como entidade que administra essa riqueza brasileira, não é de um Estado ou outro, que é o petróleo bruto.

Então, o royalty sobre o petróleo bruto no Brasil, com a destinação para as crianças brasileiras através da educação, eu creio que complementaria a responsabilidade social da PETROBRAS de uma maneira muito maior e eficiente além de tudo isso que é feito hoje. Esse é o recado que não deveria até por uma questão de gentileza fazer isso aí. Mas são os chamados ossos do ofício. Eu espero que de lá depois que um de nós tenha lido o seu Relatório possa voltar para cá porque tem mais repercussão no futuro do Brasil esse debate que qualquer outro hoje que esteja acontecendo nesses corredores. Era isso que eu tinha a dizer, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Obrigada, Senador Cristovam Buarque. Passo a palavra imediatamente ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Desculpe, Senadora Patrícia Saboya, mas eu tenho que... Deveria ter começado às 10h a Comissão de Relações Exteriores onde eu sou Relator. Preciso estar lá presente. Quero informar que a Governadora Ana Júlia Carepa, do Pará, comunicou-se Comissão agora, com o Presidente Paulo Paim da Comissão de Relações Exteriores, enviou uma nota a todos os Senadores e ao Senado sobre a preocupação dela informando que a Secretária da Segurança foi inclusive Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e está tomando todas as providências de responsabilização e junto também

à justiça sobre o episódio da moça, ou menina que esteve detida ali junto com 20 homens para que todas as responsabilidades sejam apuradas e de forma alguma isso possa se repetir no sistema carcerário do Pará, ou aonde for. Peço licença. E meus cumprimentos à PETROBRAS e todas as entidades pelos projetos aqui apresentados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Muito obrigada também ao Senador Eduardo Suplicy, hoje é um dia de várias Comissões e por isso eu peço desculpa aos nossos convidados, mas nós temos muitas Comissões para poucos Senadores. Às vezes nós temos que estar em três, quatro Comissões ao mesmo tempo. Mas como disse tanto o Senador Cristovam Buarque como também o Senador Eduardo Suplicy, nenhum desses encontros eu acho que tem tanta relevância e tanta importância como esse que nós aproveitamos para debater um tema que para todos nós brasileiros é tão caro que é a situação que vivem as nossas crianças e nossos adolescentes. Eu passo a palavra, portanto, ao Sr. Luiz Fernando e depois em seguida à Sr^a. Salete.

SR. LUIZ FERNANDO NERY: Senadora Patrícia Saboya eu não poderia ME furtar de assumir algumas responsabilidades em cima da sua proposta. Eu falava no início da minha apresentação, esse programa e todas as ações sociais da PETROBRAS não são objetos de tratamento de um órgão específico da companhia, mas de toda a companhia E que se apresenta através de um Comitê de Gestão Responsabilidade Social e Ambiental que se reúne mensalmente. Então aqui pessoalmente em nome do Presidente Gabrielli eu assumo o compromisso de levar a sua proposta em relação à licença maternidade para a pauta da próxima reunião do Comitê de Gestão para que ele possa ser no âmbito da PETROBRAS discutido e detalhado quanto a análise da possibilidade da sua implementação o mais rápido possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Eu vou bater palmas porque sou garota propaganda da licença maternidade. [risos]

[palmas]

SR. LUIZ FERNANDO NERY: No que diz respeito ao episódio já tratado e também referenciado por V.Ex^a, eu queria dizer que a PETROBRAS um dos orgulhos que tem no campo social é ter se engajado especificamente na campanha que é uma campanha de 365 dias por ano, mas que se materializa de forma mais evidente no trabalho dos 16 dias de combate à violência contra a mulher. Nós teremos no próximo dia 26, agora segunda-feira da próxima semana no Rio de Janeiro um evento com a participação da PETROBRAS,

inúmeras organizações da sociedade civil, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres no Governo Federal, Secretarias do Rio de Janeiro, Estado e Município, participando de um grande ato no Canecão, e certamente esse episódio será um tema que infelizmente mostrará a importância de se dar maior luz possível a esse tipo de trabalho. E também não poderei deixar de comentar a observação feita pelo Senador Cristovam Buarque é que também nos estimula muito no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos no campo de educação já apresentado como uma das três linhas prioritárias de atuação da PETROBRAS. Eu gostaria de esclarecer apenas que nós comungamos, e eu pessoalmente gostaria de colocar, comungamos da visão do Senador de que quanto mais recursos para educação melhor se construirá o futuro do nosso País. Só queria deixar claro que a PETROBRAS não tem nenhuma, absolutamente nenhuma ingerência sobre a distribuição dos royalties oriundos do petróleo. A PETROBRAS ela gera os royalties. Ela, ao produzir e comercializar, ela recolhe royalties que são por orientação da Agência Nacional de Petróleo distribuídos conforme a legislação vigente. Então a PETROBRAS ela não tem e nem pode ter nenhum tipo de gerência sobre a aplicação dos recursos. Mas que de alguma forma, o Senado, o Parlamento, o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais acordarem que a maior parte dos royalties venham a ser orientados para a área de educação, certamente nós que atuamos no campo social ficaremos muito felizes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Que bom. [risos]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr^a. Presidente, pela ordem. Eu faço uma consulta a V.Ex^a se me permite fazer duas perguntas aos convidados, sobretudo, ao representante da PETROBRAS aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Senador, nós temos só mais uma convidada que ainda não se pronunciou. Se V.Ex^a pudesse só esperar a exposição dela, com todo prazer dou a palavra a V.Ex^a. A não ser que precise sair agora.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Também, que eu sou Relator de uma matéria na Comissão de Desenvolvimento Regional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Pois não. Pode falar.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Quero antes de mais nada cumprimentar os demais convidados aqui e dizer da louvável atitude dessa Comissão junto com a CDH, de convidar as autoridades que compõem a Mesa aqui. Mas Sr. Luiz Fernando Nery, queria fazer três perguntas bem curta e objetiva. Quando do

anúncio do programa em 2003 a PETROBRAS comprometeu-se investir até final de 2006 algo parecido em torno de 303 milhões. Eu pergunto a V.S^a se esta meta foi integralmente cumprida. Eu não sei se esse assunto já foi falado aqui na Mesa. Se já foi, não precisa ser respondido. Segunda. Quais são os principais indicadores que demonstra a eficácia do programa ao longo dos quatro anos de atividade? Terceira. Que critérios têm sido adotados para examinar projetos das prefeituras ou das entidades civis se que se vem candidatando aos recursos do programa. Evidentemente queria falar mais aqui, até apartando o ilustre Senador Cristovam Buarque, todavia teve que se retirar, deixamos para uma próxima oportunidade na medida em que estamos propondo objeto desses próximos dias em relação a TV Escola na medida em que os últimos anos nós estamos com certeza diminuindo o índice de professores, sobretudo, no interior do Brasil, por falta dos cursos de magistério e com isso dificultando sobremaneira naturalmente a contratação de professores para o interior do Brasil. Mas de qualquer forma, se V.S^a puder me responder as perguntas que eu lhe fiz, ficarei muito grato. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PDT-CE): Senador, eu vou passar antes a palavra para a Dr^a. Salete, e também justificando que o Sr. Luiz Fernando ele fez realmente uma exposição com muitos detalhes e eu acho que talvez nesse... Dessa documentação da apresentação que está sendo distribuída ele coloca muito claramente todos os critérios. Mas ele responderá a V.Ex^a logo em seguida a Sr^a. Salete que terá a palavra. Dr^a. Salete e Gerente de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire.

SRA. SALETE VALESAN CAMBA: Bom dia a todos e a todas. Em nome da Senadora Patrícia cumprimento as outras autoridades presentes. E também em nome da Senadora Patrícia dizer que nós mulheres realmente estamos ainda precisando fortalecer nossa luta e a conquista dos nossos direitos como cidadãos e cidadãs nesse País. Gostaria de parabenizar a Comissão de Direitos Humanos por essa oportunidade de apresentação do programa e também das nossas entidades parceiras da PETROBRAS. O Instituto Paulo Freire tem como missão dar continuidade ao legado de Paulo Freire, as suas lutas, causas sociais, as causas dos direitos humanos, em especial a causa da educação, e a causa da emancipação dos sujeitos desse planeta que a atuação dele não foi só no Brasil. E nós temos como área de atuação a educação, cultura e comunicação. E por essa sensibilidade de atuação que se deu a afinidade de parceria com a PETROBRAS de acordo com a própria sensibilidade da empresa que em sua natureza tem o movimento social como ação

se nós formos resgatar o movimento do petróleo nosso e o surgimento de toda empresa e é por isso que ela tem compromisso muito grande com o Brasil e com as causas sociais.

A importância do programa, desse programa da PETROBRAS que é o programa social ele se dá muito pela questão da garantia dos direitos humanos e a garantia dos direitos humanos ela prevalece dentro do programa na diversidade dos projetos e na diversidade do público participante e do público que é atendido. O fortalecimento da cidadania de todos os sujeitos do Brasil que participam e que são atendidos direta ou indiretamente desse programa, e a conquista de uma melhor dignidade de vida para esse cidadão e para essa cidadã brasileira.

O Senador Cristovam citou a questão da educação aqui. Então minha participação aqui se dá justamente no campo da educação. E eu gostaria de iniciar dizendo que a educação é responsabilidade do Estado e da família. Mas é um compromisso da sociedade. E especialmente em países como o nosso, que ainda estão em desenvolvimento a sociedade tem um papel muito importante para fazer no campo dos direitos das políticas públicas de fortalecimento das conquistas dessas políticas, mas especialmente passando pelo campo da educação que é um País sem educação formal e não formal, dificilmente supera seus índices de desenvolvimento tão alarmantes quanto é o nosso, se pensarmos que temos ainda 16 milhões de pessoas analfabetas nesse País. E é com esse compromisso da sociedade que a federação única dos petroleiros com todos seus sindicatos e seus associados a PETROBRAS que é uma empresa brasileira que tem sua natureza o movimento social e o Instituto Paulo Freire que tem como missão a educação, se juntam para organizar e desenvolver o Projeto Mova Brasil que faz parte do programa PETROBRAS agora PETROBRAS Desenvolvimento e Cidadania. Esse projeto é um projeto de alfabetização de educação de jovens e adultos que não se limita ao campo de alfabetizar apenas e de viabilizar aos participantes desse projeto as letras e os números. Mas ele vai muito além. Ele tem como missão também a articulação e organização social das comunidades e das pessoas que dele participam. Tem um veio muito forte com a questão da emancipação do sujeito para sua sustentabilidade e que é a geração de trabalho e renda a partir do momento que as pessoas adquirem um acesso maior ao conhecimento, à informação e à educação, eles passam a ter uma participação muito maior na sociedade e uma conquista do seu espaço cidadão, o que dá a viabilidade a ele também de ter e se organizar na questão do trabalho e renda.

Ele tem também como grande objetivo não apenas formar os alunos que participam desse programa, mas também formar educadores, formar os professores, formar os coordenadores para que eles depois que passam por esse projeto, por esse programa eles possam também abrir um outro campo de atuação, outro campo de trabalho que é o campo da educação regular ou participando da rede pública de ensino ou de outras entidades e de outros programas e de outras associações, tanto no campo da educação como no campo de qualquer outro programa social.

Esse programa atendeu de 2004 a 2007, 65 mil alunos e atendeu 3.600 educadores formando tanto os alunos quanto os educadores respeitando a diversidade, respeitando a participação e respeitando o nível e o acesso de cada um tanto ao conhecimento como ação social. Nós atuamos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. E para o período de 2007 a 2012 temos... Estamos projetando uma meta de atendimento entre 120 mil a 130 mil alunos, e ainda estamos desenhando para além desses Estados quais são os outros Estados que serão atendidos. E acho que é isso que eu gostaria de falar. E parabenizar a todos.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PDT-CE): Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores gostaria de registrar algumas presenças muito importantes que estão aqui conosco. Sr. Fábio Meireles, jornalista da Escola de Comunicação e Inclusão, Mônica Rodrigues da Fundação Roberto Marinho, Gerente de Desenvolvimento Institucional, Sr. Luis Antônio Correia de Carvalho, Coordenador de Inclusão Digital, Rede de Informações para o Terceiro Setor, Dora Negreiros, Presidente do Instituto Baía de Guanabara, Pedro Paulo Belga, Presidente da ONG Guardiões do Mar, Rita de Cássia Gonçalves Viana, Presidente do Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania, CEADec, Wilson Santos, Presidente da Associação Vira-Lata, Ary Aloraldo Coordenação ADS, Jefferson de Souza, da PETROBRAS, Angela Maria Gonçalves, Instituto Terraguá, Hildebrando Cruz Pires, Coordenador Administrativo, Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, Piauí. Juliana de Melo, Coordenadora do Projeto Rede Jovem de Cidadania, Manual Arnold Peixoto, da CUT, representante da CUT Ceará. Minha terra. Desculpa, Veet Vivarta. Secretária Executiva da ANDI, Agência de Notícia da Infância. Armando Almeida, Presidente da Fundação Onda Azul.

Pronto são esses os registros que eu gostaria de fazer. Agora, como todos os nossos convidados já falaram, eu passo a palavra... Não sei se o Senador

José Nery gostaria de dar uma palavrinha para encerrar para que nós pudéssemos fazer as considerações canais finais.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr^a. Presidente, se é possível o Dr. Luis responder minha pergunta, até porque eu tenho Relatoria, uma matéria para relatar. Se é possível, por gentileza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PDT-CE): Com certeza. Com a palavra então o Luiz Fernando para que possa responder algumas perguntas que foram feitas pelo Senador Jayme Campos, membro dessa Comissão participativo e assíduo aqui.

SR. LUIZ FERNANDO NERY: Exm^o. Senador Jayme Campos, a gente fica contente com cada pergunta que chega. Porque apesar do Senador Paulo Paim ter sido muito generoso nos dados, 30 ao invés de 10 minutos iniciais, na verdade essa é nossa vida de trabalho e quanto mais tempo pudermos falar melhor nos sentimos.

Eu dizia no início da apresentação que nós tivemos como meta no programa que antecedeu o Desenvolvimento Cidadania PETROBRAS agora lançado nós tivemos como meta no Programa Petrobras Fome Zero lançado em primeiro de setembro de 2003, com horizonte temporal de 40 meses, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2006, a aplicação de recursos da ordem de 303 milhões de reais. Essa meta foi superada amplamente. Nós aplicamos 386 milhões de reais no período. E nós somos muito disciplinados na aplicação de recursos na PETROBRAS. Eu sempre faço questão explicar que foi bom termos tido mais recurso, mas não significou nenhum estouro de orçamento. Parte daqueles 303 milhões inicialmente previstos dizem respeito à aplicação de recursos no fundo da infância e adolescência, oriundo do Estatuto da Criança e Adolescente. É um mecanismo que permite as empresas aplicação de recursos com até 1% do seu Imposto de Renda devido e quando nós fizemos a estimativa da aplicação de recursos nós tínhamos como base o recurso possível de aplicação do exercício de 2002, que foi de 9 milhões e 120 mil reais. Felizmente, acho que para todos nós a PETROBRAS teve nos exercícios de 2003 a 2006, sucessivos recordes de lucratividade, ampliando e muito a possibilidade de aplicação de recursos. Então contra os nove milhões de 2002 projetados, por exemplo, nós tivemos 32 milhões no ano de 2003, 23 milhões no ano de 2004, 40 milhões ou cerca de 41 milhões quase 41 milhões no ano de 2005 e quase 48 milhões no ano de 2006. Esse crescimento de recursos aplicados no fundo da infância e adolescência onde levou a um total de quase 386 milhões de reais.

Então essa foi a primeira questão. Então cumprimos e de certa forma ultrapassamos essa meta.

Com relação aos resultados de projetos, nós temos uma avaliação de projetos que de cada um dos projetos nesse período de tempo da sua indagação, que foi o período do Programa Petrobras Fome Zero, nós desenvolvemos cerca de 2.500 projetos. Entre projetos nacionais, projetos regionais e projetos locais. Esses projetos eles têm uma mesma metodologia de acompanhamento. O que diferencia óbvio é a complexidade em função do porte. Todos esses projetos eles são apresentados à PETROBRAS por alguma instituição da sociedade civil, a maior parte deles por mais de uma instituição, nós para esse conjunto de 2.500 projetos formamos 18 mil parcerias, média de 9 parcerias por projeto, e esses parceiros executores eles apresentam na hora da proposição do projeto um modelo que tem dez campos de informação que estão explicitados nesse documento que foi distribuído especificamente no item 05, que trata da forma de avaliação. Por quê? Para que haja a avaliação final é preciso que esteja confirmado projeto a projeto, os compromissos a serem cumpridos. Então nós temos uma planilha com indicadores e metas que são pré-definidos tanto do ponto de vista de processo quanto do ponto de vista de resultado, quanto do ponto de vista que a gente chama de impacto. Ou seja, a gente avalia como o processo de gestão está se dando de cada projeto, como é que o resultado está sendo alcançado e como é que esse resultado impacta esperamos positivamente a sociedade.

Então, temos indicadores quantitativos e qualitativos. Há cada três meses em contratos que são contratos de um ano renováveis por mais um ou dois anos, os gestores desses projetos enviam relatórios aos gestores de acompanhamento da PETROBRAS que avaliam trimestralmente, cada um item processual, e anualmente o projeto como um todo. Nós fizemos também além da avaliação desses gestores que são gestores da PETROBRAS, a contratação de consultorias com notório conhecimento na área social para fazer uma avaliação externa. Notadamente nós fizemos ao final do processo a contratação do Instituto Fonte que é uma instituição voltada para análise de programas e projetos sociais que por amostragem selecionou 263 dos 2.500 projetos, avaliou alguns in loco, alguns a distância, e nos enviou um Relatório como um análise tanto dos projetos tanto do programa com um todo com uma série de recomendações que foram utilizadas inclusive para a formulação desse novo programa. Tanto apontando pontos fortes como apontando pontos para melhoria fundamentalmente no campo de gestão. Esse processo então é o processo natural de avaliação da

PETROBRAS tanto de projetos quanto de programas e assim que a gente verifica os resultados. E de certa forma eu abordei também a terceira questão, mas vou entrar com pouco mais de detalhe que é sobre a questão de critérios para escolha das Prefeituras ou instituições que recebem os recursos. Então é importante sublinhar que a PETROBRAS ela não escolhe o parceiro. Ela não escolhe a Prefeitura, ela não escolhe a instituição. Ela escolhe o projeto. E esse projeto evidentemente tem quem se comprometa a realizá-lo. A comparabilidade sempre para a PETROBRAS é entre projetos. E novamente essa comparabilidade se dá a partir das propostas para as quais nós temos esse modelo padrão utilizado na seleção pública e também para as propostas que são enviadas diretamente. Se alguma instituição envia à PETROBRAS uma proposta em outro modelo, a primeira coisa que nós dissemos é a seguinte: Gostaríamos muito de analisar o seu projeto, mas, por favor, preencha esse modelo que é para facilitar a comparabilidade. E com esse modelo nós avaliamos segundo os critérios que também são pré-definido, eu relacionei 5 aqui na apresentação, mas na verdade é um número bastante maior de critérios esses critérios são pontuados, sistema de seleção pública, todos os projetos lidos na etapa que a gente chama de triagem técnica lida por dois analistas, analistas que em sua maior são pessoas de fora da PETROBRAS, convidados em rodízio ano a ano, são representantes de poderes públicos em indiferentes esferas federal, estadual e municipal, diferentes regiões do País, de ONGs, do mundo acadêmico, seja universitário, ou de nível médio, escolas técnicas, enfim, pessoas que atuam de alguma forma no dia-a-dia da área social e mais alguns gestores externos da PETROBRAS. Cada um desses dois analistas lê cada projeto e pontua cada critério numa nota de um a quatro. Quando não há discrepância maior que dois, ou seja, quando um analista dá nota um em determinado critério e outro dá nota quatro, nós entendemos que houve algum erro de interpretação. De alguns dos analistas ou dos dois. E aí entra um terceiro analista, e que a gente chama de analista sênior e dá naquele critério uma nota de desempate. Esse conjunto de notas faz com que aqueles melhores pontuados passem para a etapa seguinte de avaliação que a gente chama de Comissão de Seleção. Essa Comissão de seleção também tem convidados externos, a grande novidade esse ano é que estamos convidando também representantes da imprensa, não só para acompanhar também para darem notas julgarem, ajudarem no julgamento dos projetos. E na Comissão de Seleção esse grupo novamente se reúne, relê todos os projetos que são... Que chegam à Comissão de Seleção, novamente pontuam os mesmos critérios

da triagem técnica e mais alguns critérios extras que são próprios da Comissão de Seleção e escolhem um conjunto de projetos, uma carteira de projetos que nós orientamos que seja da ordem de 150% do valor total definido para seleção pública daquele ano. Esse conjunto é que é então enviado para a etapa final chamada Conselho Deliberativo. Que como o nome sugere, delibera então os projetos que finalmente serão apoiados pela PETROBRAS.

Eu queria na mesma linha da Senadora Patrícia Saboya que saudou inúmeras instituições que estão aqui presentes, queria saudar João Sucupira, Diretor do IBASE, que teve a oportunidade e nos honrou com a participação no processo seletivo anterior, não esse que nós lançamos agora, participou inclusive do Conselho Deliberativo e outras pessoas do IBASE participaram de outras etapas do processo e inclusive nos deram uma série de recomendações que nós utilizamos aprimorar o processo que ora lançamos. E essas pessoas no Conselho Deliberativo se reúnem por um dia e a nossa orientação é que olhem para esses projetos como projetos de excelência. Para ser ter uma idéia, nós tivemos no último processo seletivo 4.600 inscrições e chegaram ao Conselho Deliberativo cerca de 130 a 135 projetos. Então o entendimento é que se houvesse recursos ilimitados todos deveriam ser contratados. Mas como os recursos infelizmente sempre são limitados, o Conselho Deliberativo escolhe então aqueles que considera mais representativos da diversidade. Busca diversidade de perfil de instituições, diversidade de porte financeiro do orçamento, diversidade de atuação geográfica, diversidade de tema a ser trabalhado... Enfim, por exemplo, na última seleção pública chegou a dos 135 que foram analisados chegou uma carteira de 76 projetos que foram então incorporado ao conjunto de projetos já apoiados pela PETROBRAS. É dessa forma que a gente seleciona tentando ser o mais amplo democrático e transparente no processo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT-CE): Obrigada mais uma vez Dr. Luiz Fernando, e passo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senadora Patrícia, Sr. Fernando Luiz Fernando Nery, demais ilustres convidados. Primeiro, queria dizer da importância dessa Sessão, dessa audiência para a socialização de informações sobre os projetos sociais que a PETROBRAS vem desenvolvendo. Mas gostaria, e sei da seriedade da seleção, conheço entidade que têm apresentado projetos, algumas têm obtido sucesso, outras não. Inclusive, o fato de muitos projetos não serem acatados, não serem acolhidos e evidentemente finan-

ciados, está relacionado justamente a uma enorme dificuldade que entidade da sociedade civil e até governos especialmente governos municipais das regiões mais distantes do País, fala em especial da Amazônia e do Estado do Pará, em que existe muito pouco planejamento e muito pouco equipe, muito poucas equipes de elaboração de projeto para captação de recursos. Essa é uma deficiência muito grave, sobretudo, os poderes públicos locais que estão nos Municípios na elaboração de projeto. Eu queria perguntar e ao mesmo tempo fazer uma proposta. Se a PETROBRAS e, sobretudo, a Gerência de Responsabilidade Social tem realizado algum esforço, no sentido, algum trabalho específico no sentido da capacitação de agentes públicos e de entidade da sociedade civil no sentido da socialização da informação, e da capacitação para a elaboração dos projetos. Se isso vem sendo feito é só para saber, se não vem, a sugestão que para a próxima etapa de 2008 segundo ano dessa etapa de planejamento que vocês estão apresentando aqui, do projeto, do Programa Desenvolvimento e Cidadania, se em 2008 poderíamos pensar, tenho que fazer uma sugestão para o Brasil, estamos tratando com atuação no nível nacional, mas queria me referir especificamente à Amazônia onde a informação chega com mais dificuldade, onde tudo é mais difícil, a possibilidade de pensarmos em realizar um seminário de capacitação e gestão de projetos de orientação a Prefeituras municipais, e organizações da sociedade civil no sentido dessa capacitação para que essas instituições tenham mais condições de apresentar projetos que possam disputar em algum grau de similaridade e disputa com outros entes que estão muito mais aparelhados e com muita mais possibilidade de elaborar projetos que chegarão ao Conselho Gestor e que ao final deliberam sobre a aprovação dos projetos. Primeira questão.

A segunda, considerando o aspecto das macro-regiões brasileiras, esse Brasil com enormes diferenças, intra-regionais e inter-regionais, considerando as grandes, macro-regiões brasileiras, como é que se dá hoje a distribuição, o senhor poderia nos apresentar qual o percentual de recursos direcionado considerando esse aspecto da regionalização brasileira. Qual o percentual de recurso que vai para o norte, nordeste, o sul, é possível nos dar um parâmetro dessa distribuição de recursos.

Ao fazer essas duas considerações e duas perguntas e sugestões, dizer da nossa mais absoluta confiança no trabalho que vem sendo feito porque temos acompanhado inclusive projetos exitosos. Mas gostaríamos que através da informação e da capacitação nos agentes públicos de organizações não governamentais pudesse ampliar de fato a capacidade de captação dos

recursos, sobretudo, pelos Municípios que estão mais distantes e que têm mais dificuldade de captar recursos para realizar e garantir a execução de projetos sociais. Muito obrigado aos senhores e senhoras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PDT-CE): Muito obrigado também ao Senador José Nery. Vou passar logo a palavra ao Dr. Luiz Fernando e em seguida nós encerraremos a Audiência Pública, a não ser que faço a consulta aos dois membros da Mesa se desejam ainda fazer alguma colocação. Então passo a palavra ao Sr. Luiz Fernando.

SR. LUIZ FERNANDO NERY: Senador José Nery, a sua preocupação é nossa também. A gente vem ao longo dos últimos anos com a experiência do Programa Petrobras Fome Zero desenvolvendo algumas ações nesse sentido, de propiciar não só a oportunidade através da... No oferecimento de recursos pela seleção pública, mas também condições que essa oportunidade seja de fato aproveitada. Por as mais diversas instituições. E estamos aprimorando constantemente esse processo. Algumas novidades a gente tem esse ano e algumas idéias que esperamos sejamos capazes de transformar em ações concretas neste intervalo de tempo 2007/2012.

O que já fazemos, eu destaco o que a gente chama de as oficinas realizadas em caravanas regionais. Nós vamos a todos os Estados da federação com uma divulgação prévia, com gestores da PETROBRAS em que se faz uma oficina usando essa metodologia e esse planejamento que está descrito nesse documento. Esse é um documento de referência pra gente no processo, e realizarmos oficinas que tem a participação como eu citei 400, 500 instituições entre representantes de secretarias municipais, organizações da sociedade civil, representante de universidades, escolas técnicas, escolas agrotécnicas e mostramos como é o modelo que se pretende que os projetos sejam apresentados à PETROBRAS para que se permita essa melhor compatibilidade.

Várias vezes algumas instituições tomam o primeiro contato com o modelo de organização de projeto. Porque muitas são extremamente competentes, eficientes no desenvolvimento do trabalho, mas às vezes apresentam alguma dificuldade no planejamento e na organização formal. A gente sabe que isso não significa incompetência. Várias vezes são mais competentes do que várias outras instituições que montam bons planejamentos, mas carecem de uma interação com a sociedade não conseguem executá-los tão bem. Então nós temos essa preocupação já eu diria quase que histórica, realizada nos últimos três para quatro anos. Este ano o que nós tivemos de novidade é que além das caravanas presenciais nós criamos através

do nosso site, estará no ar no próximo dia 26 o que a gente está chamando de caravana virtual. Nós teremos pessoas como tutores orientadores através da internet para que as pessoas que não podem estar presente fisicamente nas caravanas, mas têm acesso de alguma forma a internet podem acessar o site e ter uma orientação pela internet através de um processo que eu vou chamar assim com licença dos educadores, entre aspas, de educação a distância instantânea para a elaboração de projetos. São duas formas no sentido de qualificar. No sentido de divulgar nós estaremos lançando agora no dia de amanhã uma campanha de divulgação pelos meios de informação, no formato de publicidade nós priorizamos o meio rádio. Porque a gente entende que esse é o meio que permite a melhor interiorização da informação em alguns lugares às vezes é o único meio de comunicação que chega com mais detalhes, visto que a televisão tem uma ampla cobertura no País, mas pela natureza do meio às vezes tem dificuldade para detalhar informações. E contamos, efetivamente temos contado com divulgação da própria imprensa regional dos mais variados títulos. Então é esse o processo no que diz respeito a primeira observação do Senador.

No que diz respeito a distribuição de recursos por região e por Estado, nós temos no processo de seleção de alguma forma uma representação ainda que não perfeita, uma representação lá no grupo final de projetos, do quantitativo de projetos por Estado e por região que entram lá, como se distribui mais ou menos os 4.600 que entraram, se distribuiu mais ou menos os 76 que saíram. O que nós fazemos para garantir o mínimo de participação é um item do regulamento que obriga que cada unidade da federação tenha pelo menos um projeto escolhido, e aqueles Estados que têm o menor índice de desenvolvimento humano tenham pelo menos dois. Então isso garante... Não é o ideal, é uma curva forçada. Normalmente os estatísticos não gostam de curva forçada, mas para garantir o mínimo de equidade nesse processo. Mas o que nós temos procurado é crescer o número de caravanas naqueles Estados que nos anos anteriores têm o menor número de projetos apresentados. Crescer o investimento em mídia na divulgação daqueles Estados que têm o menor número de projetos apresentados. E nós temos, não só por região, como por unidade da federação a distribuição do histórico de recurso de projetos apoiados ao longo do programa anterior do PETROBRAS Fome Zero. Nós não temos uma previsão de distribuição de recursos por Estado ou por região neste novo projeto, porque como a escolha se dá pela seleção pública e pela interação entre as partes, nós não temos nenhuma meta para o Estado tal tanto de recur-

so. Isso vai depender fundamentalmente do processo de organização da sociedade civil visto que como eu sublinhei, nenhum projeto é projeto da PETROBRAS. São projetos que a PETROBRAS apóia, projetos que são apresentados pela sociedade civil organizada ou pelo Poder Público constituído.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PDT-CE): Bem, eu quero agradecer a presença de todos, principalmente aqui o Sr. Luiz Fernando, Gerente Responsabilidade da PETROBRAS que fez a sua exposição e trouxe essa informação que para nós certamente é muito importante. Quero cumprimentar a Sr^a. Lídia Colaço Pereira, Oficial de Alianças Corporativas da UNICEF, e cumprimentar em seu nome também Marrie Pierre, coordenadora, mandar nosso abraço carinhoso. Sr. Roberto Lauriano da Rocha do Movimento Nacional dos Catadores, agradecer a sua presença a exposição que fez também, Sr^a. Cláudia Maria Souza, Assessora de Responsabilidade da FIR-JAN, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Sr^a. Salete, Diretora de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire, a todos os convidados aqui presentes de diversas instituições, colocar a nossa Comissão de Assuntos Sociais assim como também a Presidência pelo Senador Paulo Paim da Comissão de Direitos Humanos sempre uma Comissão aberta a receber novos desafios para um País onde evidentemente todos nós temos que lutar por uma sociedade muito mais justa e ela eu estou cada vez mais convencida começa pela atenção às nossas crianças, aos nossos adolescentes. Acho que só assim nós seremos capazes de viver num mundo melhor e num País muito melhor.

Antes de finalizar quero também comunicar aproveitando a audiência da TV Senado que o nosso gabinete também encaminhou a todas as entidades, a todos os órgãos competentes a denúncia em relação à adolescente do Pará, que ficou presa ao lado de 20 homens, quero aqui reafirmar a nossa indignação e esperar que isso sirva de lição para que nunca mais aconteça fatos tão graves como esse da clara demonstração da violação dos direitos fundamentais, do direito das nossas crianças que eu considero o melhor e maior patrimônio do nosso País. Portanto, enfim, depois de fazer essa comunicação, dizer que teremos uma audiência também em conjunto para discutir esse tema e que a Frente Parlamentar pelos direitos da criança também tomará as atitudes convenientes para apurar com muito rigor aquilo que aconteceu no Estado do Pará, conhecendo a Governadora Ana Júlia pela militância que ela tem principalmente na área social, sabedora que ela já tomou e irá tomar as providências pela... Não só pelo cargo que ocupa, mas acho que por ser mulher, por ser mãe e saber como isso é doloroso,

por ter sido da Comissão de Inquérito que investigou a rede de exploração sexual que eu tive o privilégio de presidir, eu tenho certeza que essa nossa luta, essa nossa manifestação vai no sentido de colaborar e de fazer desse nosso País um País cada vez mais justo.

Quero parabenizar mais uma vez a PETROBRAS, o seu... Principalmente o seu lado social de investimento na área social pelo trabalho que vem realizando que é orgulho certamente para todos nós brasileiros. Sem ter mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos e está encerrada a presente Sessão. Muito obrigada.

[palmas]

Sessão encerrada às 11h08.

Ata da 52ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada Para o Dia 27 de Novembro de 2007, Terça-feira, às Nove Horas, na Sala de Reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Heráclito Fortes, Jaime Campos e Mário Couto** e dos Senadores não membros **Augusto Botelho, Aldemir Santana, João Pedro e Valdir Raupp**. Deixa de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. A presente **reunião convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 74/2007 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, aprovado em 22/11/2007, com a finalidade de “tratar da grave denúncia ocorrida no interior do Pará, no município de Abaetetuba, na qual constatou-se que uma mulher esteve presa juntamente com homens, em uma cela da carceragem da Polícia Civil do Estado do Pará, por cerca de um mês, sofrendo toda sorte de abuso a sua condição humana”. Comparecem os Seguintes convidados: **Raimundo Cezar Britto Aragão** – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal; **Paulo Vannuchi** – Secretário Especial da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; **Nilcéia Freire** – Secretária Especial da Secretaria Especial de Política para as Mulheres; **Gilberto Valente Martins** representando o Senhor Geraldo de Mendonça Rocha – Procurador-

Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará; **Vera Lúcia Marques Tavares** – Secretária de Estado de Segurança Pública do Governo do Estado do Pará; **Raimundo Benassuly**, Delegado-Geral de Polícia do Estado do Pará, representando o Senhor Celso Irã Corvil Viana – Delegado titular da Delegacia de Polícia de Abaetetuba e a Senhora Flávia Verônica Monteiro Pereira – Delegada de Polícia e ainda das seguintes autoridades, **Ana Júlia Carepa**, Governadora do Estado do Pará, **Mary Cohen**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA, **Carlos Roberto Mariath**, Coordenador do Departamento Penitenciário Nacional, Maria Elisabete Pereira, Diretora na Secretaria Especial de Política para as Mulheres e **Sandoval Bittencourt de O. Neto**, Superintendente do Sistema Penitenciário. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública e convida as autoridades para tomarem lugar à mesa e fazerem suas explanações. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senador Flávio Arns que informou não ter instalado na sala da Comissão câmera da TV Senado para as intérpretes de libras e solicitou ao Senhor Presidente que tomasse as providências cabíveis. O Senhor Presidente em resposta ao Senador Flávio Arns pediu à Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal que tomasse as providências para que o fato não se repetisse. O Senador José Nery solicitou que conste nos anais da Comissão a íntegra do Ofício SF/GSJN nº 590/2007, endereçado à Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, no qual é relatado um elenco de providências e propostas de ações demandadas pela sociedade civil do município de Abaetetuba, em face dos fatos que demandaram esta Audiência Pública. Fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Eduardo Suplicy, José Nery, João Pedro, Flexa Ribeiro, Ideli Salvatti, Valter Pereira e Mário Couto, e Serys Slhessarenko e Fátima Cleide. Encerradas as falas dos senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, como é de praxe nessa Comissão, eu abri ela com um minuto de atraso, hoje, meu Presidente da OAB aqui. Nove horas e um minuto.

Havendo número regimental declaro aberta a 52ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Solicito a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à pauta. Item único. Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº. 74/2007 da CDH, assinada por esse Senador e outros Senadores e Senadoras dessa Comissão. Eu diria que todos os Senadores e Senadoras da Comissão assinaram esse Requerimento, com vistas a tratar da grave denúncia ocorrida segunda-feira, dia 19, no interior do Pará, onde se constatou que uma adolescente, eu não vou entrar no mérito da idade, porque um fala que é 15, outro fala que é 16, outro fala que é 18 e outro fala que é 20. Mas que uma mulher estava presa a cerca de um mês em uma cela da carceragem da Polícia Civil com 20 homens.

Mediante a repercussão do caso, eu diria a nível nacional e internacional, eu mesmo posso já informar aos meus convidados dei entrevistas para alguns órgãos de imprensa de outros países preocupados com a situação e fomos constatando que não é o único caso no Brasil, nosso Secretário de Segurança aqui e nos preocupou ainda mais a partir do momento em que diz que dezenas de casos semelhantes a esse já aconteceram aqui no Brasil. Bom, mas vamos ao debate.

Eu quero ser muito direto, fortalecer a presença dos nossos convidados, agradecendo a todos, porque todos confirmaram, o próprio Ministro Paulo Vannuchi está vindo do aeroporto, a própria Ministra Nilcéia, das mulheres está vindo também, e já temos aqui na Mesa conosco... Pedir que ele já sentasse aqui ao meu lado para podermos iniciar o debate, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Raimundo César Brito Aragão. Também está conosco já a senhora Dra. Vera Lúcia Marques Tavares, secretária de Estado de Segurança Pública do Governo do Estado do Pará. Eu entendo que nós poderíamos, de imediato, abrir a palavra para os nossos convidados. Serão nove convidados que vão fazer uso da palavra, já estão aqui diversos Senadores, Senador Suplicy, Senador João Pedro, Senador Flávio Arns e outros Senadores já estão deslocando para cá porque me informaram. Então antes de passar a palavra ao Presidente da OAB, eu concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, a Sra. Secretária Vera Lúcia Marques Tavares, secretária de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará se faz acompanhada do Superintendente do sistema penitenciário, o Sr. Sandoval Bittencourt

de Oliveira, e também do Delegado Geral da Polícia Civil, a senhora pode citar o nome, por favor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Raimundo Benassuly.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Raimundo?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Benassuly [ininteligível].

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): No momento que eu passar a palavra à secretária, secretária, eu quero lhe deixar a disposição, se a senhora entender que algum deles deva fazer algum complemento, eles poderão fazer dos microfones que estão aqui na Mesa. E os dois podem ficar bem a vontade. O Delegado Geral do Estado do Pará, o Raimundo... É o senhor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então está certo. Esse está chegando. Então vamos de imediato passar a palavra pelo período de... Eu vou dar 10 minutos com mais cinco, mas aqui nós faremos um bom debate. Não se preocupem se precisar dez mais cinco eu dou, se precisar mais cinco eu vou dar também. Teríamos no máximo um tempo de 20 minutos se assim entender necessário. Então... Isso, até lá nós vamos aprofundar o debate com a responsabilidade e o tempo que o tema merece. Então de imediato eu passo a palavra ao Dr. Raimundo César Brito Aragão, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

SR. RAIMUNDO CESAR BRITO ARAGÃO: Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Srs. Senadores, secretária Vera Lúcia, colegas que nos assistem e que aqui estão presentes. O episódio do Pará que envolve uma adolescente e depois descobre-se várias mulheres também presas junto com, em celas masculinas com presença de homens ali detidos, não é, na nossa compreensão, fato isolado no Brasil.

Não é um fato que choca por si mesmo por ter acontecido com a adolescente. O que impressiona no episódio, Senador, é que quando se descobre oficialmente que havia uma adolescente presa, a reação das autoridades envolvidas na questão, tanto autoridades policiais, quanto autoridades judiciais e do Ministério Público, fora de revolta não porque era uma mulher ali presa, mas porque era uma adolescente. Como se tivesse atestar para todos que as mulheres podem ser presas no sistema prisional brasileiro misturado com

homens e que o erro estaria em ser uma adolescente ali detida.

E o que nos impressiona é que todas as autoridades envolvidas neste caso específico da adolescente eram do sexo feminino. Com isso, fazendo uma análise mais aprofundada, nós só podemos chegar a uma conclusão: É que caiu a máscara da hipocrisia da sociedade brasileira no que se refere ao sistema prisional.

Há muito se dizia, há muito se falava que o sistema prisional era dedicado aos pobres, aos negros e às prostitutas. E ninguém falava nada. E todo mundo achava que isso era normal porque a sociedade não liga para essa camada da sociedade. Preso fosse um rico ou a filha de uma classe média, de uma elite, nós estaríamos aqui fazendo o Brasil desmoronar. Há muito nós falamos isso e, portanto, quando se atinge proporção nacional e internacional, V.Ex^a. tem razão, também vários órgãos de imprensa nos procuraram nesse sentido, é que nós começamos a demonstrar para todos que ali não é um caso do Governo do Pará ou desse Governo do Pará. É um sistema perverso que vai permeando na sociedade, demonstrando que pobre não pode ser tratado com dignidade, de que pobre não tem direito a defesa, pobre não tem direito a ser chamado de ser humano.

É essa a hipocrisia que esse caso faz revelar que bem está simbolizado na declaração de que "ah, eu não sabia que era uma adolescente. Eu sabia que era uma mulher. Eu sabia que aquele sistema carcerário tinha 20 homens quando o outro tinha 70. Isso eu sabia, isso pode." Na regra do jogo isso é possível. Só não podia ser se fosse uma adolescente.

Se nós olharmos todo o complexo como nós estamos tratando essa matéria no Brasil, nós vamos confirmar mais uma vez esse triste quadro que atinge a sociedade brasileira. Por exemplo, um dos reflexos de nós termos vários pobres presos e prostitutas presas é porque nós não cumprimos uma regra constitucional que diz que os pobres e os necessitados têm direito a assistência judiciária gratuita que é a Defensoria Pública e os Estados não investem em defensorias públicas. Os Estados tratam os defensores públicos como se fosse uma coisa pequena. Pode até remunerar melhor os Procuradores, os advogados que defendem o governante e o Estado, mas não dão o mesmo tratamento aos defensores públicos porque pobre não merece o direito de defesa e não rende voto da assistência judicial. É assim no Pará e assim vários estados da nação por muitos anos, não de agora. É assim a solução que nós encontramos e essa Casa está a debater para combater a violência, dizendo que a melhor forma de combater a violência é reduzindo a idade penal. E aí

nós estaríamos absolvidos, porque essa adolescente de 16, 15 anos poderia estar lá, já que o que choca não é ser mulher, o que choca é ser adolescente. E aí todo mundo ficaria tranqüilo, reduzimos a idade penal e podemos trancafiar no sistema prisional brasileiro os pobres, os pretos e as prostitutas desde que tenha mais de 16 anos de idade.

É assim também quando nós discutimos aqui nesta Casa a forma de interrogatório via teleconferência. Isso significa que são esses mesmos públicos que vão ser utilizados como forma de ser interrogados por juízes que, como neste caso, diz que as mulheres podem estar presas junto com homens porque não está lá no sistema prisional para testar o sistema de degradação que hoje está a atingir a sociedade brasileira. Portanto, o caso do Pará, ele só terá uma simbologia muito forte se a nossa reação, se a nossa compreensão não se resumir a da proteção àquela adolescente que foi vitimizada porque isso está sendo feito. Tão logo se descobriu ao público essa realidade camuflada aos olhos de quem quer e de quem não quer enxergar, tão logo se descobriu as assistências chegaram, a AOB está lá presente o tempo todo, o Governo do Pará deu assistência àquela adolescente como está dando aquelas outras cinco mulheres que foram reveladas.

Mas esse não é o problema grave da questão. O problema é o nosso sistema prisional. É o nosso preconceito em relação aos pobres, o nosso preconceito em relação às mulheres. Agora há pouco está acontecendo uma reunião na Câmara dos Deputados que eu também terei a honra de participar que nós estamos discutindo a permanente violência contra as mulheres no Brasil que é a lei Maria da Penha. Então nós temos que pensar e essa é a grande função do Parlamento e a importância dessa Comissão que trata do direito das pessoas humanas, é enquadrar o tema no Brasil. É desmascarar essa farsa de que as pessoas acham que devemos combater... que bandido bom é bandido morto, pobre no sinal é um marginal em potencial, meninas de rua são prostitutas e, portanto, podem ser jogadas no sistema prisional para servir de lucro para aqueles carcereiros de plantão ou por sadismo daquelas pessoas, porque são meninas de ruas e meninas de ruas não têm direito no Brasil.

É compreendermos de vez definitivamente que o direito de defesa é fundamental na democracia que nós não devemos fortalecer tão-somente o conceito da acusação em que o Ministério Público cada vez é mais forte, ou cada vez mais se fortalece a polícia e cada vez mais se desprotege o cidadão. É aproveitarmos esse tema para buscarmos soluções definitivas para o país. É aqui esta Casa fazer valer a Constituição Federal quando garante a Defensoria Pública, quando

diz que o sistema prisional é de reeducação. Não se investe, não se investe no sistema prisional e não se investe na reeducação. E o argumento utilizado para perpetuar essa desigualdade, essa gravidade, é justamente a de inexistência de presídios femininos ou local para se colocar adolescentes lá no Estado do Pará, como em qualquer outro Estado do Brasil.

Ora, é dever do Estado, é função do Estado, quem assim não cumpre, comete ato de improbidade. Pode ser preso porque não alocou recurso no cumprimento da Constituição ou porque desvia esses recursos públicos. Eu não tenho dúvida que nós faríamos bem e bastante bem se nós não fugirmos, se não fugirmos dessa questão a adolescente do Pará e Governo do Pará e achar que essa questão é localizada, se nós acharmos que é isso, com o devido respeito a todos, nós estamos dando o que podemos dizer na linguagem popular, um tiro no pé, porque não compreendemos que o pé da sociedade é que admite esse tipo de ações que está lá.

O chocar momentâneo, a revolta dos jornais e quando tudo passar volta-se ao estado anterior. Ou nós compreendemos que o Brasil tem que respeitar as pessoas, ou nós não vamos mudar o Brasil. Ou nós compreendemos que o sistema carcerário brasileiro é uma verdadeira escola para o crime, nós não vamos mudar o Brasil. Ou nós compreendemos que as delegacias são depósitos de seres humanos, nós não vamos mudar o Brasil. Se nós não compreendermos que o preconceito contra a mulher permanece, nós não mudamos o Brasil. Se nós não compreendermos que as defensorias públicas estão abandonadas, nós não vamos mudar o Brasil. Se nós não compreendermos que os adolescentes no Brasil são encarados, principalmente os meninos de rua, são encarados como possíveis marginais, casos perdidos, irrecuperáveis, nós não vamos mudar o Brasil. É esse o tema que nós temos que colocar. Tirar a hipocrisia da sociedade, a hipocrisia dos governos que fazem de conta de que estão investindo sem investir a espera de um novo escândalo para buscar reações.

O Brasil não pode ficar no emocionalismo da resposta a cada crise. Ele tem que pensar enquanto um país permanente e tem que aproveitar essa alegação de que pelo menos agora nós temos bons caixas para investimento e que os PACs e os planos de investimentos têm que ser destinados à pessoa humana e não ao capital financeiro. O capital financeiro não sofre numa cadeia. O capital financeiro não é aprisionado nas delegacias da vida. Aliás, nas delegacias da vida se fosse os nossos filhos lá presos já teríamos resolvido o problema, já não teríamos mais crises a assustar o Brasil e o mundo. O problema, repito, para encer-

rar, é que ainda, ainda infelizmente para todos nós, os pobres, os pretos e as prostitutas são os grandes fregueses do sistema penitenciário. São os grandes fregueses das delegacias e os Direitos Humanos ausentes, os grandes ausentes dos presídios brasileiros. Todos sabem disso, todos falam disso e chega-se e vou repetir para que todo mundo compreenda a crise do Pará, chega-se ao ponto dessas autoridades, principalmente do judiciário, não obstante a condição feminina, dizer que não sabia que era adolescente, mas sabia que era mulher. Não sabia que ali estava alguém a serviço por ser adolescente do sexo, mas se fosse adulta, poderia estar.

Essa é uma gravidade muito forte. Esse... Esse é um caso que envolveu todos os... Toda a cadeia encarregada de zelar pelo Poder Judiciário. Pela segurança e dignidade da pessoa humana nos presídios, desde o Delegado de polícia, não, desde o carcereiro, o delegado de polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário. É a prova clara, mais cabal que se pode ter do descaso com a pessoa humana no Brasil.

Portanto, Srs. Senadores, Sra. Secretária do Pará, é o momento de mudarmos a história do Brasil. É o momento de darmos um basta punindo quem fez. Aliás, se nós não punirmos quem assim fez, vamos estar estimulando pela impunidade quem assim praticou tal crime. Tanto no que se refere ao Executivo quanto ao judiciário e ao Ministério Público. Eu acho que desta Casa nós temos que sair não só a revolta contra o fato, não só a constatação de uma realidade triste que atingiu o Brasil, mas também punirmos quem assim perpetua, quem assim faz acontecer e fazer do descaso e do preconceito uma política estatal.

É hora também de mostrarmos que a nossa indignação tem a contra prestação da punição, tem a contra prestação do afastamento de todos aqueles que compreendem e mantêm essa política de discriminação no Brasil. Srs. Senadores, meu tempo chega, fico à disposição ainda, tenho que comparecer na discussão da Maria da Penha que tem uma relação muito próxima do que nós estamos discutindo aqui para demonstrar que não é um caso isolado do Pará. Lá também estamos discutindo a violência contra a mulher que chega no ápice, no caso do Pará, porque diz aqui que elas podem ser estupradas, elas podem ser prostituídas, elas podem ser violentadas para a manutenção do sistema carcerário brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor pode ficar quanto tempo ainda, Dr. César? Ah, então está bom! Então o Dr. César Brito pode ficar mais uns 40 minutos, 50 conosco, então nós vamos, nesse momento, abrir a palavra já para a Dra. Vera Lúcia Marques Tavares, secretária de Esta-

do de Segurança Pública do Governo do Estado do Pará. Tem dez minutos com mais cinco e mais cinco se necessário.

SRA. VERA LÚCIA MARQUES TAVARES: Bom dia a todos e a todas, Srs. Senadores, presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, Dr. Raimundo César Brito Aragão, Presidente da Ordem dos Advogados de quem eu tive a honra de ser membro da Comissão de Direitos Humanos no Rio de Janeiro e também no meu Estado e Conselheira do meu Estado. Eu acho que foi bastante ilustrativo e sábia a --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Doutora Vera, me desculpe, mas foi um erro meu, eu quero já registrar a presença conosco do Dr. Gilberto Valente Martins, que é Promotor de Justiça do Estado do Pará.

SRA. VERA LÚCIA MARQUES TAVARES: Foi bastante sábia, continuando a exposição, meus parabéns, porque eu acho que dá um retrato cruel, mas real, do que é hoje o sistema prisional brasileiro. Ontem eu estava lendo o Relatório da Comissão, eu acho que CEGI (F) ou mais algumas instituições da sociedade civil que apresentaram na OEA sobre a realidade do sistema penitenciário em relação às mulheres no Brasil.

As violações são gritantes e não são deste ano, são violações que vem ocorrendo há muitos anos. Nós estamos diante de um caso emblemático, no meu ponto de vista, de um caso em que desde o primeiro momento nós reafirmamos a nossa indignação porque é um caso extremamente violento de violação dos direitos de uma mulher. É um caso de violação grave dos Direitos Humanos de uma mulher. O caso que aconteceu no Pará, eu acho que demonstra e já foi dito o circo de horrores e até mesmo retrata esse sistema meio kafkiano que é a burocracia do sistema de justiça criminal.

Eu acho que é um caso exemplar porque como bem disse o Presidente da OAB, ele começa no fato é um fato criminoso, a tentativa dessa jovem de furtar, porque alguns casos são oito processos na verdade, acho que isso é interessante a gente observar porque não é um processo só, não é só este caso, são oito processos. A moça foi processada oito vezes. Em todos com assistência da Defensoria Pública a quem neste Governo, Dr. César, a Governadora já concedeu autonomia administrativa e financeira e já chamou do concurso público mais de cem defensores públicos. Então a gente tem investido de alguma forma, já neste ano, na questão do sistema de justiça criminal. Mas o caso, volto a dizer, é um caso emblemático porque houve sim, são oito processos, oito ações, a moça está sob liberdade provisória, essa é uma situação aonde

durante todo o devido processo legal não se constatou o fato de ela ser menor ou não, o que nesse caso agora só mudaria o procedimento jurídico, mas não o fato em si, a gravidade de ter sido a violação dos direitos dessa jovem, dessa mulher. É um fato grave.

A nossa situação é mais grave ainda. Eu acho que não é só do norte o meu Estado. Na verdade, pelo próprio Relatório realizado e entregue na Comissão de Direitos Humanos da OEA, eu acho que na corte interamericana, cita cinco Estados da federação. Cinco ou seis dos mais graves casos encontrados em seis Estados da federação. E não foi só no norte do Estado, foi no sul e no sudeste onde se tem uma estrutura muito maior que nos nossos Estados. Aonde devido a própria proporção do tamanho do que são os Estados do norte, tanto o Amazonas como o Pará, se tem uma presença do Estado ou se tinha de alguma forma muito mais restrita, o que sempre se clamou. Aonde talvez às vezes nós temos a Polícia Militar presente em todos os Estados, aonde às vezes a presença do Estado se traduz na presença do agente policial. Então essa é uma situação grave.

No caso da jovem de Abaetetuba, é bem verdade que não se tem nenhuma justificativa porque não há como justificar um fato real e concreto, a não ser demonstrar a nossa indignação desde o primeiro momento. Todos sabem e todos que me conhecem sabem, eu sou militante de Direitos Humanos há mais de 30 anos. Eu sou fundadora e fui Presidente da sociedade paraense de Direitos Humanos com muita honra. Estou evidentemente afastada porque estou ocupando cargo público, mas tão logo conclua a minha missão eu estou retornando para as mesmas hostes de onde eu sempre fui. E evidente que por conta disso eu também conheço um pouco a realidade do meu Estado andando quase que eu conheço o Estado todo. E a situação é grave, é grave e imaginem vocês que nós herdamos um Estado aonde dos 143 Municípios nós só temos 132 delegacias de polícia. Então, 11 municípios sem delegacia. É grave porque a exemplo de outros Estados e como tão bem falou o Presidente, há um investimento muito mínimo nesse sistema carcerário, no sistema prisional.

É grave porque um dos nossos maiores problemas hoje no Estado é o próprio capital humano na área de agentes de segurança. Nós não temos, é verdade, se nós tivéssemos que abrir todas as nossas seccionais e delegacias nós teríamos um restrito número de delegados para cumprir e seria uma sobrecarga porque nós não temos policiais suficientes para cobrir todos os turnos. Esse é o Estado que nós temos. Esse é o Estado que nós recebemos. Estamos tentando com todas as nossas possibilidades fazer uma inversão nesse

processo aonde dentro do nosso plano de Governo o eixo principal é o eixo da segurança cidadã. É o eixo voltado não só para se equipar as nossas polícias, civil e milita, e toda a infra-estrutura, dotar o Estado de infra-estrutura que para tal já preparamos, desde um primeiro momento, várias projetos com o Governo Federal, além de que a própria Governadora descontingenciou o nosso orçamento, nós temos tentado fazer uma inversão nessa lógica e nós temos uma preocupação muito grave, sim, com a questão de gênero, com a questão feminina. E digo que nesse caso onde se poderia falar que como é que corre violação de Direitos Humanos e de direito das mulheres, da violação dos Direitos Humanos das mulheres, onde um Estado governado por mulher, que tem a secretária de segurança como mulher, que tem a Presidente do Tribunal como mulher, que tem a Defensoria Pública uma mulher na sua direção e que o caso passou a nível da esfera do judiciário por duas juízas mulheres.

Diria até que esse é um problema que não é uma questão de gênero. O problema é mais grave ainda porque não é questão feminina do poder feminino ou não. É uma questão estrutural que precisa com muita urgência ser mudada. A Governadora e esta secretária tem feito todos os esforços no sentido de que a gente possa inverter essa lógica e é com muita perplexidade e indignação que nós recebemos o caso, tomamos todas as medidas cabíveis e necessárias que o caso requer, inclusive não só no sentido do afastamento e da punição quando concluir evidentemente o devido processo legal administrativo, observado todas as formalidades que ocorrera a punição. Mas diria também que a Governadora, no sentido de inverter e dar mais agilidade publicou um Decreto que promove, que desloca, inclusive, a competência do próprio judiciário por se tratar de que quando se está na polícia, desloca eu estou explicando, porque tem um provimento na Corregedoria do Tribunal emanado pela Corregedoria do interior do Tribunal de Justiça do meu Estado, em que determina que ó pode haver deslocamento de presos e presas a partir da autorização da Corregedoria. Então, o Juiz da comarca tem que notificar, informar a Corregedoria e pedir autorização para fazer essa remoção.

Nesse sentido, para que possa dar mais agilidade a partir dessa denúncia, é bem verdade, reconhecemos, pode até ser que foi atrasado, mas foi um fato concreto, é uma decisão da governadora em que muitos acham que é redundante, mas na verdade eu acho que nem leram o documento na íntegra porque não conhecem o provimento do Tribunal, pelo Decreto da Governadora desloca essa competência, quer dizer, a partir do momento em que as mulheres são presas, ela, imediatamente, ao comunicar o juízo mantendo

a flagrância, serão removidas porque nós temos uma penitenciária feminina no Estado do Pará. Só uma e que se situa na capital.

Temos mais alguns espaços em algumas penitenciárias, deslocadas eu acho que quatro ou cinco penitenciárias, a Major Bitencourt, que são distribuídas pelo Estado aonde há espaços femininos, mas não se pode dizer que são penitenciárias femininas e que são espaços dignos também de abrigar uma mulher. Precisa sim haver uma grande adaptação para que esses prédios possam receber mulheres.

As delegacias não foram feitas, é bem verdade, como disse o nosso Presidente, abrigam só os PPPs, como se fala, os pretos, as prostitutas e os pobres. Essa é uma realidade e dentro disso diria mais, há uma invisibilidade total da questão da mulher. Total. Não tem espaço em nenhum lugar e creio eu, a nível de Brasil, para que haja abrigo, mesmo que temporário, às mulheres. Então essa é uma realidade de que nós estamos trabalhando, que nós estamos tentando inverter essa lógica perversa e cruel, não só no sistema carcerário e penitenciário, mas em especial como se trata desta audiência no que diz respeito a questão dos Direitos Humanos das mulheres presas encarceradas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Dr. Gilberto Valente Martins, promotor de justiça do Estado do Pará. Só me permita aqui que já se encontra conosco o Dr. Raimundo... Raimundo Benassuly(F). Eu estava aqui buscando a pronúncia. Dr. Raimundo Benassuly(F), Delegado Geral do Estado do Pará que vai fazer uso da palavra em seguida, daí nós já vamos permitir que alguns Senadores possam usar a palavra até porque o Presidente da OAB vai ter que se retirar daqui uns 40 minutos e faremos uma segunda Mesa. Por favor. Dr. Gilberto.

SR. GILBERTO VALENTE MARTINS: Excelentíssimo Sr. Senador Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim, na pessoa de quem homenageio todos os Senadores aqui presentes, todos os parlamentares, excelentíssima Sra. Secretária de Segurança Pública do Estado do Pará, Dra. Vera Tavares, também na pessoa de quem homenageio todas as autoridades aqui do Estado do Pará e também o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

A situação carcerária brasileira não é diferente da do Estado do Pará. Durante muitos anos se investiu muito pouco na área de Segurança Pública e principalmente no sistema penal. Certamente que em razão de fatores óbvios que até hoje se sustenta de que se justifica muito mais investir em educação, em saúde e infra-estrutura que promove desenvolvimento do

que em sistema penal, em sistema de cadeia. E hoje nós temos, com certeza, um déficit de vagas no sistema penal muito grande exatamente em decorrência da política que sempre se adotou e que se priorizou nesse país.

Não estaria aqui dizendo que seria errado ou correto essa política, mas o fato é uma constatação. Investir em área de segurança nunca foi área prioritária do Poder Público e hoje, como a Dra. Vera Tavares disse, no Estado do Pará, somente na capital existe um presídio exclusivamente para atender as presas do sexo feminino. Então se deparam as autoridades, seja do judiciário, seja do Executivo, da Polícia Civil, em situações que quando há necessidade de se manter a custódia de uma presa, não ter o adequado local para mantê-la custodiada. Essa é uma realidade. E aqui eu não vou ficar fazendo, e não é papel do Ministério Público, até porque acredito que todos que estão participando dessa Audiência Pública têm uma parcela de responsabilidade quanto a esse fenômeno, esse fato que está constatado de que o problema é muito grave.

Certamente que a ausência de presídios específicos para presas do sexo feminino, ela não pode ser embaraço para que se mantenha a regularidade da lei, o cumprimento da norma, quando essas pessoas transgridem o ordenamento jurídico. O que a gente pode fazer, e aqui desde já, estando até presente o Superintendente do sistema penal, Coronel Bittencourt, é justamente que se adéque todas as unidades, pelo menos regionais, com alas específicas para presos provisórios do sexo feminino porque nós temos duas atuações que tem que ser primeiro distinguidas: Presos sentenciados e presos provisórios. Certamente que o presídio específico para atender sexo feminino que hoje só tem na capital do Estado, ele certamente deve ser para atender as presas de caráter definitivo, já julgadas e condenadas. Até porque a própria Constituição e a lei de execuções penais prevê que os presos devem cumprir a pena no domicílio da culpa. Aonde o preso tem que estar recolhido é nas proximidades aonde ele praticou o delito e também aonde ele vai ter a assistência mais próxima de seus famílias com relação as visitas, facilitando dessa forma a sua recuperação. Então, aqui já como sugestão e aqui temos dois representantes desta área que custodiam as pessoas que transgridem a norma penal, além da secretária de Segurança Pública, o Delegado Raimundo Benassuly, o Delegado geral e o Superintendente do Sistema Penal, é que se adote, no mínimo, algumas alas das celas e dos presídios específicos para mulheres.

O que é inaceitável, totalmente absurdo é se admitir compartilhamento da mesma cela de pessoas de

sexos opostos. E o mais grave do que isso também é a situação de estabelecimentos próprios de recuperação para adolescentes. O caso que se apresentou no Estado do Pará e hoje está submetido a discussão, ele é uma sucessão de erros e equívocos que ocorreram em toda a estrutura da justiça. Não só começando no âmbito do Executivo, no âmbito da Polícia Civil, não diria ali qualquer tipo de má-fé, ou desídia, mas sucessivos erros, equívocos que ocorreram, até porque é importante deixar muito claro aqui que é muito difícil acontecer um caso dessa natureza. O Dr. Raimundo Aragão, que é Presidente da Ordem, sabe muito bem que a regra quando a pessoa é presa e ela está nessa faixa intermediária transição da imputabilidade para a putabilidade pela maioria é justamente o inverso, Senador. É a pessoa dizer que ela é de menor e ela ser de maior. Ela dizer, ela argumentar para a autoridade policial que ela tem 16 ou 17 anos e na verdade possui já 18 ou 19.

É muito difícil se dar uma situação em que a própria pessoa que é de menor não declarar esse fato ou dizer que é de maior. Ela ficar omissa ou mais, confirmar, não, eu sou de maior. E no caso que se apresentou no Estado do Pará se deu exatamente dessa forma. Ela se apresentava como maior porque ela não queria ser entregue aos seus familiares e voltar para uma região rural do interior do Estado. Ela não queria voltar para a guarda dos seus pais. Ela queria se manter naquela situação de irregularidade. E ela não se declarava menor, ela não se dizia menor justamente por essa razão. Mas isso é um problema secundário.

Na verdade houve sucessivos fatos que mantiveram essa moça custodiada de forma irregular. Não só pelo fato de ser menor, mas também pelo fato de ser do sexo feminino e ser mantida numa cela que era compartilhada com homens e com uma quantidade relativamente alta de homens e essa é a realidade brasileira. Lamentavelmente durante muitos anos se investiu muito na área do sistema penal. Hoje, acredito que no Estado do Pará, com o esforço que tem sido feito para a construção de novos presídios, nós vamos correr atrás de um prejuízo aí pelo menos de uns três ou quatro anos para conseguir manter uma estrutura penitenciária satisfatória. Mesmo porque, além desses requisitos de separação por características da pessoa, como o sexo, a Constituição impõe outras regras também que é a separação em decorrência do tipo penal transgredido. Aquele que está sendo custodiado, ele deve ser mantido em ala própria para o tipo penal que está lhe sendo imputado. Se ele transgredir normas do Código Penal que trata de proteção do patrimônio, hoje no Brasil inteiro e eu fiz durante muitos anos atividade de fiscalização de presídios e controle externo

da atividade policial através de visitas carcerárias e a gente vai encontrar certamente presos que estão sendo acusados de tráfico de entorpecentes com presos que são acusados da prática de furto ou presos que estão sendo acusados de crime contra os costumes, como o caso de crimes de proteção... Contra a liberdade sexual. Então isso é um outro absurdo também. Então aqui nessa audiência, Senador, acho que é momento oportuno para começar a se discutir o sistema carcerário nas suas peculiaridades, inclusive nessas observâncias da norma que exigem a separação, não só pela peculiaridade da pessoa como pelo tipo do crime que está sendo imputado. E no caso que se apresentou lá no Pará, como já foi esclarecido aqui pela secretária, ela causou indignação a todos. E no âmbito administrativo, nós temos conhecimento até porque o Ministério Público está acompanhando essa fase do PAD, do processo administrativo disciplinar perante a Corregedoria que foi instaurado, para responsabilizar e apurar responsabilidades daqueles que não observaram essas regras, o Ministério Público já instaurou procedimento administrativo investigatório para apurar a responsabilidade criminal das pessoas que estão envolvidas, o Poder Judiciário, da mesma forma, instaurou o procedimento também para ver qual o grau de responsabilidade dos seus magistrados. E acredito que pelo clamor social que isso causou, o mais breve possível a sociedade vai ter respostas concretas sobre essas faltas que se sucederam no caso em epígrafe com relação à menor.

A gente está aqui disposto esclarecendo a todos os presentes, ao Senador que também está presente aqui, além do Promotor de Justiça do caso que é o Dr. Lauro Freitas, o Presidente da associação do Ministério Público do Estado do Pará e fazendo uma pequena correção, Dra. Vera, até porque por fins de registro na área de informática do judiciário, ela não... Ela não respondia na verdade a oito processos. Ela respondia a cinco processos. Porque as comunicações de flagrantes, e faria até uma correção, me desculpe, ela não respondia até a nenhum processo. Ela não estava respondendo ainda processo judicial. Existiram quatro flagrantes e quatro procedimentos de Inquérito Policial instaurados em decorrência do flagrante. O flagrante que foi comunicado, ele é registrado e quando se chega ao inquérito, o judiciário faz novo registro e acaba havendo uma duplicidade. Então o primeiro flagrante às vezes ele se refere a um segundo inquérito e ela respondia a procedimentos de Inquérito Policial a quatro. Entre os quatro, dois já haviam sido arquivados por Requerimento do Ministério Público. O Ministério Público entendendo o menor potencial ofensivo, e inclusive deixando claro aqui que em ne-

nhum momento o arquivamento se deu pelo fato de entender que era questão de inimizabilidade por se tratar de menor, mas tão-somente por entender que não era fato para ser denunciado à justiça por princípio da insignificância, pelo menor potencial ofensivo e já havia sido requerido o arquivamento de dois casos. E o terceiro caso que estava ainda para ser encaminhado ao Ministério Público decorria exatamente do fato que ensejou a prisão da menor. Nós do Ministério Público do Estado do Pará, agradecemos o convite e estamos aqui à inteira disposição, o Dr. Lauro também está presente para prestar qualquer esclarecimento que a Comissão entenda relevante e agradecemos a oportunidade. Muito obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só quero só registrar a presença já conosco do Ministro Paulo Vannuchi agradecer a ele que ele desmontou toda a agenda dele para poder estar aqui e me informaram a minutos atrás que a Ministra Nílceia também virá. Ela está se deslocando do aeroporto para também participar desse evento. Então depois que essa Mesa concluir o seu trabalho nós passaremos a palavra então para os dois Ministros. O Senador José Nery pediu pela ordem? Flávio Arns, Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu só quero naturalmente depois a gente saúda oficialmente todos os componentes da Mesa, mas eu queria dizer o seguinte, já faz algum ponto, Sr. Presidente, que todos nós estamos nos empenhando aqui no Senado para que a pessoa com deficiência participe de todas as atividades, tenha acesso a todos os setores do Senado, que não haja qualquer obstáculo a qualquer tipo de realização de direito por parte da pessoa com deficiência e também o acesso à informação. E nós temos, neste momento, na Comissão de Direitos Humanos, as intérpretes de libras presentes aqui nesta Comissão impossibilitadas de trabalhar porque não existe uma Câmara específica para que a imagem das intérpretes de libras possam, essa imagem possa ser transmitida para o Brasil. Então a população surda não vem tendo acesso a esse debate que é fundamental para todo o Brasil, é uma questão de Direitos Humanos o debate. Agora, ter o acesso à informação é uma questão de Direitos Humanos também. Então eu pediria a V.Ex.^a que requisita-se da TV Senado a instalação de uma Câmara para que esta Câmara, não só nessa Sessão, mas em todas as sessões do Senado que nós já avançamos nesse sentido no Senado, houve a contratação de profissionais para que houvesse a Câmara filmando as intérpretes de libras para que o surdo tenha acesso a informação desse e

de qualquer outro debate que se realize nessa Casa. Obrigado Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu acato de pronto o seu questionamento e a sua reclamação indignada e com razão. Quero dizer que na última Audiência Pública que tivemos com a PETROBRÁS apresentando um belíssimo programa social para todo o país, nós fizemos a mesma reclamação daqui e depois fiz de Plenário. A informação que eu tive é que se teria tomado as providências para que isso não se repetisse. Lamentavelmente nós estamos nesse momento ao vivo a todo o Brasil e temos que acatar de pronto o seu questionamento e fazer um apelo então à nossa TV Senado que providencie uma Câmara para que a linguagem de sinal de libras possa ser transmitida para todo o país. Meus cumprimentos a V.Ex. pela firmeza da cobrança dessa questão. Eu passo a palavra de imediato ao Dr. Raimundo Benassuly, Delegado Geral do Estado do Pará.

SR. RAIMUNDO BENASSULY: Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Inicialmente gostaria de destacar que desde o início do Governo, por orientação da própria Governadora Ana Júlia, nós fizemos uma avaliação de toda a situação das estruturas das delegacias e seccionais que existem no Estado do Pará. A primeira coisa que foi constatado foi justamente a necessidade de você fazer projetos, realizar projetos voltados para a identificação das infrações e que você também, após a identificação dessas infrações, colocasse as pessoas separadas de acordo com o seu potencial ofensivo.

Atualmente no Estado, nós não possuímos, com exceção de duas delegacias, celas separadas. O que ocorre no Estado do Pará é que as celas que são utilizadas por mulheres são celas improvisadas. Isso, ao longo dos anos vem acontecendo no Estado do Pará e em razão disso foi que nós fizemos alguns projetos justamente para a construção e reformas de delegacias, estão em andamento cerca de 13 reformas e construções onde nelas estão projetadas as salas, as celas para as mulheres e também as salas destinadas a aguardar a transferência de um menor apreendido em ato infracional.

Quando você observa o que está acontecendo hoje em nosso Estado, a gente tem que fazer o seguinte questionamento: Como não se conseguiu no caso específico de Abaetetuba, e por isso que foi instaurado o procedimento disciplinar pela Corregedoria e Inquérito Policial para apurar, como não se conseguiu, no caso dos delegados, observar que essa moça tinha característica de uma pessoa menor de idade?

Ontem eu cheguei a conversar com uma das delegadas que está acompanhando o caso, delegadas da Corregedoria, que mantiveram contato com os médicos e também com a odontóloga, eles afirmaram que o laudo levaria algum tempo para ser concluído, mas eles afirmavam que essa dificuldade era em razão justamente do estado de desnutrição daquela moça. Então, pelas delegadas elas me relataram o seguinte: Bastava olhar para a jovem que se observava que era uma pessoa que indicava ser menor de idade. Então a investigação que nós estamos realizando é justamente também para poder observar essa situação. Como os delegados que estavam diretamente ligados à situação não tiveram essa sensibilidade? Em razão disso já foram coletados alguns depoimentos de presos que estavam na carceragem de Abaetetuba e relataram em que situação realmente ela se encontrava e até de... Da questão da violência sexual.

A maioria nega, lógico. Entretanto existe algum que assume manter relações sexuais com a moça e esses depoimentos que foram colhidos pela corregedoria da Polícia Civil demonstram também o que o Dr. Gilberto falou, a responsabilidade de todos os órgãos envolvidos. Até porque houve, ocorreram visitas carcerárias e de acordo com o relato dos presos houve contato com promotores que estiveram no local e teriam conversado com a moça em questão. Entretanto, isso daí ainda é objeto de uma conclusão da investigação, todos esses fatos serão repassados pela Corregedoria para o Ministério Público e para o judiciário. Nada, é verdade, vai justificar o que ocorreu. Em razão disso que houve o afastamento cautelar, por determinação da Governadora, dos dois delegados envolvidos no caso, bem como a delegada que efetuou a prisão em flagrante delito.

Aqui eu tenho a cópia dos procedimentos que foram realizados e dentro deles está a manutenção dos flagrantes no caso dos crimes de maior potencial ofensivo que poderiam ensejar a prisão em flagrante delito, houve a manutenção. E também nós temos aqui uma dificuldade que deve ser registrada que é o provimento da Corregedoria do interior do Tribunal de Justiça, provimento 001/2007 que veda a transferência de presos provisórios. Somente a autoridade judicial poderá requerer a transferência do réu preso. O desembargador, o Corregedor do interior já havia reunido com a Polícia Civil e o próprio sistema penal reclamando que delegados solicitavam a transferência de presos, não só de mulheres, mas como também de homens em razão das precárias condições de salubridade que as delegacias apresentam. Até porque elas não são destinadas para manutenção dessas pessoas. E esse provimento é que foi objeto de um Decreto da Gover-

nadora para poder autorizar que os policiais ou mesmo o sistema penal--.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De quando o provimento?

SR. RAIMUNDO BENASSULY: — Ele é de 2007, março de 2007. Então esse provimento ele dificultou e dificulta... Estava dificultando a remoção dessas pessoas.

Nós conseguimos, através do Decreto da Governadora, fazer a transferência das presas, das mulheres, e também identificação de algum adolescente em situação irregular também deveria ser transferido do local onde se encontrava. Nós esperamos, no caso a Polícia Civil, que esse episódio sirva de exemplo para que nunca mais aconteça. Até porque é inadmissível, você pode passar a responsabilidade para quem quer que seja, mas a responsabilidade é de todos. Existe a responsabilidade primária que é da autoridade policial, isso é inegável. Entretanto, acho que é um momento que a gente tem que aproveitar e colocar para a sociedade civil, para a sociedade brasileira que o sistema carcerário desse país está falido. Que em delegacia não é lugar de preso. Não se admite quem prende faça a guarda do preso. Não se admite que quem prenda mantenha contato e relação com as pessoas e familiares daqueles que foram presos, já é uma relação difícil. Para isso existe sistema penal. Então investimento necessário se faz na construção, na ampliação de vagas.

Na própria capital do Estado do Pará, em Belém, na região metropolitana, nós vivenciamos isso nas delegacias. Só para os senhores terem uma idéia, hoje nós possuímos 1671 pessoas presas em delegacias no interior do Estado e 291 presas nas delegacias seccionais na capital de Belém. Essa situação se agravou muito nesse ano em razão de que se prendeu nesse ano quatro vezes mais que no ano passado. Isso por si só já causa um transtorno muito grande nas dependências carcerárias das próprias delegacias que não foram preparadas para isso. Para os senhores e as senhoras terem uma idéia, essas celas que falei ainda há pouco e que são improvisadas, na grande maioria das delegacias do interior do Estado do Pará você possui três celas e um corredor que dá acesso para essas três celas e um outro corredor que dá acesso para esse corredor. O que é que se faz? Se coloca as presas numa cela e as outras duas são utilizadas pelos homens. Quando existe a necessidade de ela utilizar o banheiro, ela é retirada da cela e levada para o banheiro da delegacia que não é usada pelos presos que são aqueles buracos. Então, há necessidade até que se retire ela para fazer necessidade fisiológica e até tomar banho e na grande maioria os policiais são

homens. Então isso tudo é uma situação que se arrasta há muitos anos. Tenho quase 17 anos de Polícia Civil, como Delegado, a primeira delegacia que eu fui trabalhar não tinha nem banheiro dentro da cela. Os presos defecavam num buraco, num buraco no fundo da cela. Nós tínhamos que abrir a cela para tomarem banho, fazer as necessidades fisiológicas, isso implicava até em algumas fugas.

Eu espero sinceramente que tudo isso sirva de exemplo, não só para aqueles policiais que observaram que estava acontecendo e não tomaram nenhuma atitude, como também aquelas pessoas ligadas diretamente no processo legal, na estrutura jurídica, judiciária desse país. Porque como você pode admitir que uma pessoa fique nessa condição e cruzar os braços como aconteceu com praticamente todo mundo? Eu até acredito, não sou médico legista nem tenho formação na área, mas eu acredito que essa moça ela tem com certeza algum problema, alguma debilidade mental porque em nenhum momento ela manifestou a sua maioridade, a sua menor idade. Ela foi qualificada e a sua qualificação foi mantida em todos os inquéritos e nos procedimentos que foram seguidos para justiça. É isso que eu tinha a falar. Eu acredito que a justiça vai ser fazer, a apuração está sendo realizada como a secretária Dra. Vera falou, os policiais envolvidos certamente serão punidos após o devido processo penal. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convidaria para a Mesa a Ministra Nilcéia da Secretaria Especial de Política para as Mulheres que também, a exemplo do Ministro Paulo Vannuchi, fez toda uma adequação da sua agenda para estar neste momento aqui conosco pela importância desse tema que chocou todo o país. Eu queria só também antes de passar a palavra para o próximo convidado dizer que as informações que me chegaram à Mesa, só para situar, já que nós estamos ao vivo para todo o país, segundo uma pesquisa da Secretaria Especial de Direitos Humanos, SEDEC, e do Conselho Nacional do Direito da Criança e Adolescente, CONANDA, pelo menos 17 Estados no Brasil não têm unidades de internação ou semi-liberdade especiais para meninas. E esse mesmo documento que eu recebo mostra aqui que é gritante o número de meninos que ficam na mesma situação. Violentados, estuprados, agredidos, que convivem com adultos também presos. Esse documento está aqui na minha Mesa. Então de imediato--

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu só registrar aqui que de imediato vou passar a palavra ao Coronel Sandoval Bittencourt que

é Superintendente do sistema penal. Então, Coronel Sandoval, você vai poder usar esse microfone depois que eu atender o Senador Supley pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Sr. Presidente, infelizmente eu tenho que estar na comissão de assuntos econômicos onde se inicia a discussão sobre os projetos de cooperativas e eu sou o autor de um dos projetos e preciso estar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se o Senador Supley permitir, nós vamos permitir aqui numa extensão na Mesa aqui da nossa Secretaria de Segurança, ele vai usar a palavra por cinco minutos e daí eu vou abrir o Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Está bem. Mas eu tenho que pedir licença, Sr. Presidente. Talvez possa voltar ao terminar lá, mas como sou parte decisória eu tenho que estar ouvindo. Eu quero apenas deixar aqui uma sugestão a um Requerimento se for o caso, até acho que o Ministro Paulo Vannuchi e as autoridades e a Dra. Vera Lúcia podem esclarecer o estágio em que se encontra a jovem Lidiana depois de ter passado por todos aqueles problemas, eu sei que ela está sob proteção, inclusive do Governo Federal, mas se por ventura pesar sobre ela alguma condenação ou de... Porque a fez estar detida, aqui apresento Requerimento, se for o caso, para que possa ser considerado pelo Presidente da República indulto para a jovem Lidiana depois de tudo que ela acabou sendo submetida então nessas circunstâncias. Então eu encaminho à Mesa inclusive para apreciação do Ministro Paulo Vannuchi e da Dra. Vera Lúcia e demais autoridades, inclusive da Governadora Ana Júlia. Então eu deixo essa sugestão. Então peço desculpas que eu preciso estar lá também por obrigação. Termos que ser dois, três ao mesmo tempo no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Mesa recebe... Vamos com certeza, Senador Supley, no encerramento dos trabalhos, aprovar o seu Requerimento de forma simbólica e vamos remeter para as autoridades competentes.

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Eu submeto a consideração de ambas para que possam verificar se é o caso. Porque Senador José Nery me informa que talvez ela já esteja em liberdade, salvo, além de estar --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Supley, o nosso promotor Gilberto Valente quer fazer uma consideração sobre essa proposta.

SR. GILBERTO VALENTE MARTINS: A sua preocupação é bem plausível, mas é só para esclarecer que ela é de menor e as medidas que se adotam para menor elas são medidas sócio-educativas,

de reeducação, medidas de proteção ao menor e em nenhum momento medidas de sanção ou punitivas. Essa é a filosofia que rege toda estrutura do ECA, do estatuto da criança e do adolescente. E aí ela tem uma medida de proteção. Não que ela tenha transgredido alguma regra.

[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O espírito é que ela possa se recuperar e em liberdade assistida pelas autoridades competentes para essa finalidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Assim mesmo a Mesa recebe já com o esclarecimento devido feito pelo promotor Gilberto. Nesse momento chegou conosco aqui a Governadora do Estado do Goiás... Pará. Calma, calma, não fiquem nervosos. É porque aqui na minha lista, pessoal, Goiás também está com problema, é por causa disso! Isso. Eu convidaria a Senadora Ana Júlia a fazer parte da Mesa, a ex-Senadora e Governadora Ana Júlia, que ela também fizesse parte aqui da nossa Mesa e se assim ela entender, mesmo antes do Coronel Sandoval... Governadora, a sua secretária de segurança gentilmente disse que ela se desloca para o Plenário para a senhora fazer uso da palavra nesse momento... já que não estava previsto aqui na nossa... entre os convidados a presença da Governadora e ela chegando aqui nesse momento por sugestão, inclusive da própria Mesa, nós abríamos de imediato a palavra para a Governadora, já que me informaram que em seguida ela vai ter que deslocar porque está com uma audiência com o Presidente Lula. Então eu concederia a palavra, nesse momento, à Governadora e em seguida para a Ministra Nilcéia e o Ministro Paulo Vannuchi.

SRA. GOVERNADORA ANA JÚLIA CAREPA: Em primeiro, um bom dia a todos Senadores e Senadoras. Obrigada, Senador Paim, pela deferência. Estou voltando a esta Casa. Bom dia Ministra Nilcéia, bom dia Dr. Gilberto aqui representando o Ministério Público, Paulo Vannuchi, o Presidente da OAB, Delegado Geral. Eu achei importante vir aqui já que hoje tenho uma audiência com o Presidente da República e achei importante vir a esta Casa, a Casa que eu fiz parte durante quatro anos e que sei da importância desta Casa para as ações que possam, nessa situação específica, melhorar a situação do sistema prisional, especialmente o feminino, que no Brasil apresenta imensas carências. Então a primeira questão que eu queria aqui registrar. Todos, vários aqui que conhecem, imaginem, imaginam como nós nos sentimos ao nos depararmos com uma barbaridade daquele tipo acontecendo e nós tivemos o cuidado de tomar as imediatas providências. Quando assumimos o Estado eu acho

que a Dra. Vera já deve ter dito, dos 132 Municípios onde existe delegacia no Estado do Pará, apenas 123... Aliás, perdão, ao contrário. Apenas nove. São 123 que não têm espaço adequado para as mulheres. 123 não têm espaço adequado.

Nós fizemos um planejamento, e o nosso planejamento com projetos que o próprio Ministério da Justiça, este ano, considerou o nosso planejamento como modelo. Está sendo apresentado como modelo para o Brasil. Nós, em poucos meses de Governo, dobramos as vagas para o sistema carcerário feminino. Dobramos as vagas que não tinha sido feito em tantos anos. Nós o fizemos em poucos meses. É um Estado que nós encontramos com muitas, mas muitas carências em todas as áreas. Com dívidas, inclusive, na área da Segurança Pública muito grandes. Nós, esse ano, já iniciamos a reforma de cinco e a construção de seis novas delegacias, todas com espaço adequado para as mulheres. E nós pretendemos que no nosso Governo isso não mais aconteça, não só a barbaridade, mas que nós tenhamos espaços reservados para as mulheres quando elas precisam ser tolidas da liberdade. Então, Presidente, Senador Paim, nós esperamos...

Nós reconhecemos que esse fato é uma barbárie e eu digo que é uma sucessão de erros graves, de equívocos graves, porque nós vemos que não é um caso isolado. Mas que ele sirva também de exemplo para que isso possa de vez ser extirpado no Brasil porque isso demonstra também que o próprio sistema judiciário, o sistema foi extremamente falho, desde o Delegado, a justiça, o Ministério Público, a defensoria, então que todos possam também apurar suas responsabilidades.

A diferença que eu não tenho medo de enfrentar as nossas responsabilidades: Eu fui eleita também não só para anunciar programas como o bolsa trabalho, que dito pelo Banco Mundial o maior programa de inclusão de jovens no mercado de trabalho. Não só para fazer o navega Pará, que é o maior programa de inclusão digital do Brasil, em parcela com a ELETRONORTE, levando informações para a população das regiões mais distantes daquele Estado, mas também para enfrentar os problemas. Para enfrentar com firmeza para resolvê-los.

De um modo geral, os Governadores não gostam de aparecer quando é um problema sério. Quero dizer que não temo porque fui eleita para resolver estes problemas. Eu só não posso fazê-lo em dez meses e meio resolver 100% do que eu encontrei de tantos e tantos anos de uma cultura, inclusive, que quando casos semelhantes aconteceram em outros momentos, em outros governos, a postura foi completamente distinta.

Quando um Governo, quando acontece a mesma coisa, um Governo não afasta, arquiva o processo, ele está sinalizando para os outros agentes públicos que isso, para aquele Governo, é banal. Pois eu digo que para nós, eu já disse e vou repetir: No nosso, se algum Governo achava que era banal, nós não achamos. Então, por isso nós não vamos tolerar, nem esse e nem outra situação e vamos agir para que isso não fique impune. E queremos também que haja uma ação firme de todos os outros poderes porque eu sei que a Presidente do Tribunal, eu a conheço, é uma mulher também e é uma mulher que tem toda a competência e a sensibilidade e jamais ela ficou tão indignada quanto nós ficamos.

Portanto... Mas às vezes é impossível você saber o que acontece nas pontas. Mas quando eu fui no nosso processo de planejamento participativo que nós fizemos em todos os Municípios do Pará, eu dizia sempre para a população: Sejam os meus olhos. Sejam os meus olhos, ouçam, sejam meus ouvidos e falem e denunciem. Porque muitas vezes independe da nossa vontade, mas se a denúncia chegar e nós comprovarmos, nós vamos agir com a firmeza que... E com a... Com toda a... Com toda a mobilização em termos do sistema de segurança para que essa situação não se repita.

Nós pegamos um efetivo baixo, nós já fizemos concurso público, aliás, para a polícia, nós já chamamos os delegados que estavam concursados, mas não tinham sido chamados, nós chamamos, esses delegados vão assumir agora no mês de dezembro, vão ser 91 novos delegados, mas também são papiloscopistas, investigadores, estava faltando investigadores, são vários outros agentes que passaram, inclusive, por uma formação onde já nessa formação nós tivemos a matéria dos Direitos Humanos. Então nós reconhecemos o erro do agente público do Poder Executivo, a barbaridade, o equívoco grave e agimos imediatamente afastando, processando e não vai ser arquivado o processo como foi em outras situações. Mas não interessa mais o que aconteceu. Eu fui eleita para que nós possamos resolver o problema. Por isso eu fui eleita Governadora do Pará e nós vamos fazê-lo. Tanto é que nos primeiros meses já dobramos as vagas de mulheres no sistema prisional. Mas esse é um sistema, como vocês conhecem, e eu só queria dizer o quanto foi importante o nosso Decreto. O nosso Decreto, que para quem não conhece, quem não lida nessa área da justiça penal, não sabe a importância do que foi o Decreto que nós editamos.

Não sabe por que lá a mulher que estava dormindo lá na delegacia de São João de Pirabas, por uma decisão judicial, veja bem, foi uma decisão judicial, o

Juiz deu uma sentença de que ela deveria, ela estava presa em Capanema, no outro Município, o Juiz deu uma sentença de que ela deveria trabalhar durante o dia em São João e dormir na delegacia. Ela não dormia junto com homens, é verdade, mas ela não tinha lá um local que fosse adequado. A partir do momento que nós editamos o Decreto, o Delegado pôde transferir esta presa para o centro de recuperação feminino, conforme orientação do Poder Executivo. E para quem não sabe, no Pará, o Tribunal de Justiça determina que, primeiro, só transfere preso com autorização da justiça e o Juiz da comarca ou a Juíza da comarca precisa pedir autorização para o Juiz Corregedor do interior. Então, para quem não conhece acha que é simples, acha que aquele Decreto poderia... Mas com certeza jamais prejudicaria se não fosse tão importante ele jamais teria prejudicado. Mas mesmo assim eu reafirmo, ele foi fundamental já para resolvermos várias situações de pendência onde os delegados já haviam questionado, já haviam solicitado à justiça a transferência e não tinham nenhuma resposta. Então nós determinamos que não fiquem mais presas em situação inadequada em nenhuma delegacia do Estado do Pará.

Portanto eu agradeço. Nós temos clareza das nossas responsabilidades e vamos enfrentá-las com a coragem e com também a determinação para resolver esses problemas muito porque nós temos que cuidar, agora, eu tenho que cuidar não só dessa situação, mas de tantas outras, seja na área da saúde, a partir do ano que vem nós já vamos ter o programa de saúde da mulher lá na prisão, nós já fizemos, já está em licitação o berçário feminino para a penitenciária feminina, vamos fazer um berçário na penitenciária. Então, é lógico que temos um Estado com poucos recursos, mas dentro do possível nós estamos fazendo tudo o que nós podemos fazer, Senador, tenha certeza. E eu quero dizer que eu recebo as comissões lá no meu Estado de braços abertos com todo respeito e com a atenção que merece e deve ter tanto a Comissão do Senado, quanto a Comissão com a Câmara e que possam também ajudar a resolver em outros lugares do Brasil. Isso é muito importante porque nem sempre tem governos que têm essa mesma postura de enfrentar, de resolver, de agir firmemente, de punir, nem sempre. Então é importante também que o Congresso Nacional cumpra a sua parte.

Eu agradeço muito, Senador Paim, agradeço muito mesmo essa oportunidade, a oportunidade, inclusive, de abraçar alguns meus colegas, minhas colegas Senadoras, alguns chegaram depois, vou abraçá-los depois e eu sei da importância dessa Casa para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro e para nós superarmos essa chaga. No fantástico domingo

dizia que apenas um terço dos presídios ou dos locais onde têm espaço, um terço só onde existem prisões no Brasil existe espaço para mulheres. Um terço. Então nós precisamos mudar essa realidade e eu sei que nós vamos ser parceiros nesse processo, inclusive parceiros na hora de alocar recursos também. Então, agradeço essa oportunidade e vou ao Presidente da República apenas para pedir, inclusive, agilidade nos nossos projetos e mais recursos até para poder, digamos, consertar, reformar com mais agilidade essas 123 localidades que não existe espaço adequado. Não só isso, outras situações, mas no mínimo essas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Governadora Ana Júlia, do Pará, a Presidência agradece a sua presença, V.Ex^a. fique a vontade, eu vou passar de imediato já a palavra à Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Política para as mulheres, e em seguida ao Ministro Paulo Vannuchi, e depois vamos para o Plenário. Por favor, Ministra, com o tempo que V.Ex^a. entender necessário.

SRA. MINISTRA NILCÉIA FREIRE: Bom dia, Srs. Senadores, bom dia Sr. Presidente Paulo Paim, Sras. Senadoras, Governadora Ana Júlia, Ministro Paulo Vannuchi, demais convidados a essa Audiência Pública.

Eu queria em primeiro lugar me desculpar pelo atraso, mas foi como o Senador Paulo Paim disse, uma adequação de agenda, eu deveria estar em São Paulo nessa hora assinando um convênio com a Prefeitura de São Paulo para alocação de recursos, para o enfrentamento da violência contra a mulher. Então eu mandei outra pessoa para lá para que eu pudesse vir para cá.

Primeiro lugar é importante e eu acho importante que outras pessoas nessa Mesa já mencionaram e a própria Governadora Ana Júlia colocou na sua fala que esse caso é um caso que pode ser emblemático, é um caso que nos deixa absolutamente indignados, mas não deveria deixar surpresos tal é a situação de abandono em que durante muitos anos foi deixada a situação dos presídios femininos, das carceragens femininas do sistema prisional de maneira geral. Tanto é que no âmbito do Congresso Nacional se estabeleceu uma Comissão para verificar a situação do sistema prisional.

Eu, na coordenação e na Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, em fevereiro deste ano, comparecemos juntamente com o Ministério da Justiça através do departamento penitenciário e a secretaria de Direitos Humanos a uma audiência na corte interamericana de Direitos Humanos para apresentar as providências que estavam sendo tomadas do ponto de vista do sistema prisional feminino no Brasil a partir de uma denúncia do sistema prisional do Estado de São

Paulo, onde haviam sido assassinadas três mulheres dentro do sistema prisional do Estado de São Paulo.

Muito embora não houvesse uma responsabilidade direta do Governo Federal pelo sistema prisional, no âmbito do Estado, nós comparecemos à corte interamericana de Direitos Humanos e, no nosso retorno, propusemos, levamos já algumas medidas que vínhamos tomando, para que os senhores tenham idéia, primeiro indulto de natal a mulheres foi provocado por nós porque as mulheres encarceradas, as mulheres que vivem em situação de prisão não têm e não tinham os mínimos direitos.

Retornamos dessa audiência na corte interamericana de Direitos Humanos e propusemos a criação de um grupo interministerial para fazer a revisão do sistema prisional feminino no Brasil. O Presidente da República instituiu o Grupo de Trabalho através de um Decreto de 25 de maio de 2007, este grupo foi constituído e a partir de junho de 2007 nós trabalhamos com a seguinte metodologia: Nós trabalhamos com concursos de diferentes Ministérios, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, fizemos oitivas com as organizações da sociedade civil que trabalham, por exemplo, a pastoral carcerária esteve nessas oitivas, os operadores de direito, as operadoras de direito, visitamos, segundo critérios estabelecidos pelo grupo Interministerial, vários Estados visitando os estabelecimentos prisionais femininos desses Estados eu menciono Rio e São Paulo que concentram 60% da população carcerária feminina. Espírito Santo e Rondônia por denúncias de maus-tratos, denúncia de ambientes inadequados, inclusive do ponto de vista de higiene onde essas mulheres estavam presas e o Grupo de Trabalho encerra as suas funções agora em dezembro e emite o seu Relatório final em janeiro.

Em função do trabalho deste grupo é, tanto na agenda social intitulada que o Governo do Presidente Lula vem lançando as agendas sociais ao longo desse ano, tanto na agenda social da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, coordenada pela secretaria, com o concurso de outros Ministérios que é o pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher quanto o Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania, em função da situação já verificada pelo Grupo de Trabalho, ações destinadas a incidir sobre o sistema prisional feminino.

No Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania, inclusive houve ontem uma reunião solicitada e provocada pela Governadora Ana Júlia no âmbito da Casa Civil para reforçar a alocação de recursos e a possibilidade de antecipação dos recursos previstos no PRONACE para a reforma dos estabele-

cimentos prisionais femininos, esses recursos já estão previstos e alocados no PRONACE, no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, e no âmbito do pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher dentre quatro áreas estratégicas de atuação. Uma das áreas estratégicas de atuação é a promoção dos Direitos Humanos das mulheres em situação de prisão.

Promover os Direitos Humanos das mulheres em situação de prisão não é somente evitar do ponto de vista físico que situações como essa ocorram. Mas é também promover o acesso à justiça porque muitas dessas mulheres ficam anos em situação de prisão, muitas vezes sem que suas penas sejam revistas, sem que suas penas sejam retrabalhadas quando elas teriam direito a isso.

Promover os Direitos Humanos das mulheres em situação de prisão significa não afastá-las dos seus filhos precocemente antes que elas terminem o período de aleitamento materno. Promover Direitos Humanos das mulheres em situação de prisão significa permitir visitas íntimas, significa não discriminá-las segundo sua orientação sexual, significa ter local adequado para que elas tomem banho de sol, façam esporte, tenham direito a serem efetivamente, enquanto em situação de prisão, preparadas para se reintegrem à sociedade quando libertadas. Portanto, eu quero lhes dizer, na semana que nós estamos numa verdadeira cruzada pelo país, os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, essa situação nos indigna, nos revolta, mas não nos surpreende por que já estávamos trabalhando sobre ela.

E o Governo Federal sabendo dos limites das suas atribuições, porque não vamos intervir nas esferas de atribuição dos Estados. Tampouco vamos ultrapassar os limites das atribuições que cabe ao Executivo e aquilo que cabe ao judiciário, mas sabemos da nossa responsabilidade de olhar para esse país. De olhar para esse país e olhar como eu disse, no seminário que foi feito na semana passada, no Congresso, a respeito da Amazônia e na Mesa que trabalhava a questão da inclusão social na Amazônia, onde eu disse na Amazônia infelizmente estes novos Governadores, como a Governadora Ana Júlia encontram uma situação onde o Estado democrático de direito não se faz presente.

A presença do Estado Brasileiro na região amazônica é absolutamente frágil e precária. Nós fizemos um levantamento dos serviços destinados ao atendimento às mulheres em situação de violência no país, seja violência institucional, seja a violência doméstica intra-familiar, seja o tráfico de mulheres, seja a exploração sexual de meninas e adolescentes e é na região amazônica, na Amazônia legal onde há o menor núme-

ro de serviços disponíveis. Onde até pouco tempo não existiam organismos encarregados de pensar, discutir e formular políticas adequadas do ponto de vista dos Direitos Humanos das mulheres.

No pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher, 11 Estados foram eleitos como prioritários, coincidindo com os territórios prioritários do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e com o programa de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes que posteriormente o Ministro Paulo Vannuchi vai falar.

Um dos Estados é o Pará, onde já estávamos agendando com a Governadora Ana Júlia até dezembro o acerto final do projeto estadual para a alocação de recursos nessas quatro áreas estratégicas. Primeira área estratégica, porque todas estão interligadas, a ampliação da rede de serviços de atenção às mulheres em situação de violência, então a primeira área estratégica é a consolidação da Política Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher e a implementação definitiva da lei Maria da Penha aprovada por unanimidade por essa Casa, a segunda área estratégica a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a implementação do Plano Nacional para deter a feminização da Aids que se cruza com a violência contra a mulher, violência contra a mulher e Aids o aumento da infecção pelo HIV em meninas principalmente se cruza com a violência contra a mulher, a terceira área estratégica o enfrentamento à violência sexual e o tráfico de mulheres, meninas e adolescentes, e a quarta área estratégica a promoção dos Direitos Humanos das mulheres em situação de prisão.

Desde a semana passada e o governo da Governadora Ana Júlia como ela bem colocou, abriu todas, todas as portas para que as comissões, tanto da secretaria de Direitos Humanos, quanto a coordenada pela secretaria de políticas para as mulheres desse grupo interministerial pudessem visitar as prisões, pudessem visitar a carceragem, não vamos confundir uma carceragem, precisamos ter estabelecimentos prisionais e não carceragens improvisadas, puderam visitar, puderam se reunir com o Ministério Público, puderam se reunir com o Executivo, portanto vou dizer aqui o que todos os senhores sabem: Para além de recursos financeiros, nós precisamos e é o tripé sobre o qual se assenta a Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, seja ela de que natureza for, nós precisamos porque é complexa a sua solução, portanto, nós precisamos de políticas articuladas e integradas entre União, Estados e Municípios. E precisamos também do mesmo nível de articulação com o Poder Judiciário e todas as instâncias da justiça.

Ao mesmo tempo que temos que reconhecer entre nós todos e todas aqui, que é preciso capacitar, treinar para mudar a cultura que na sociedade, durante anos, autorizou tacitamente a violência contra as mulheres, autorizou a violência que acontece dentro de Casa, a violência institucional porque as mulheres tratadas como cidadãs de segunda categoria. As mulheres jogadas nos estabelecimentos prisionais sem os seus direitos garantidos. As mulheres, como no meu Estado, no Rio de Janeiro, uma trabalhadora doméstica foi agredida por jovens de classe média que disseram: Ah, não, mas nós pensamos que ela era uma prostituta. E aí estava autorizado a agredí-la. Então essas falas todos nós e todas nós estamos escutando. E por que é que essa violência é autorizada tacitamente? E foi autorizada tacitamente durante anos pela sociedade e não fosse o movimento de mulheres, não fossem as mulheres desse país a empreenderem a sua luta seguiria sendo autorizada e invisibilizada porque de certa maneira ela mantém a ordem. Ela mantém a ordem patriarcal. Ela mantém a ordem machista que ainda existe na nossa sociedade.

Evidente que um episódio como esse poderia ter acontecido com um jovem também dentro de um estabelecimento sem condições de segurança. Mas as mulheres e por isso é preciso enfatizar que a questão do gênero é importante, as mulheres estão submetidas adicionalmente a violências e expostas a violências das quais os homens não estão. Portanto, eu queria dizer aos Srs. Senadores, muito embora nós não tenhamos concluído ainda o Relatório do grupo interministerial, que as providências estão sendo tomadas, mas que estão franqueados a partir de hoje e nós estaremos liberando se assim for requisitado por essa Comissão, o que já foi levantado pelo grupo interministerial do ponto de vista da revisão do sistema prisional feminino no nosso país. Quero enfatizar que na denúncia enviada à organização dos Estados Americanos, o Pará não era um dos Estados mencionados e esses casos não estavam incluídos no Relatório apresentado.

Eu queria agradecer a oportunidade de estarmos aqui falando com os senhores e tendo a possibilidade de, justamente nessa semana, no dia 25 de novembro, no domingo, foi o dia internacional da não violência contra a mulher, podermos tratar desse caso emblemático. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministra Nilcéia, a Presidência e a Comissão agradece e de imediato passamos a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: Muitíssimo obrigado, Presidente Paim, Sras. Senadoras, Srs. Se-

nadores, Governadora, querida amiga, companheira, Ana Júlia, Ministra Nilcéia, Presidente César Brito, o Delegado Geral do Pará, Dr. Gilberto Valente, senhoras e senhores.

Agradeço a oportunidade dessa convocação, deste convite para exercer aqui o meu papel contribuindo num momento importante de um diálogo, de um processo de debate entre poderes pilares da República, o Legislativo, aqui representado pelo Senado, que age prontamente, assim como a Câmara também aprovou a Constituição de uma Comissão Externa que se dirige ao Pará para entender que o momento de hoje é o momento em que o Brasil, ele se debruça para examinar o panorama de respeito ou desrespeito aos Direitos Humanos no Brasil.

Não vejamos o ocorrido sob a ótica menor de uma interpelação ao Pará, porque o que ocorre no Pará, seguramente ocorre em escalas comparáveis ou proporcionais com inúmeros outros Estados, o sistema pericial brasileiro tem casos na OEA a começar do meu Estado, o Estado de São Paulo, o Estado mais rico da nação, presídio de Araraquara, o sistema FEBEM, há presídios do Rio, há presídios de Rondônia, famoso urso branco que nos levou duas vezes ao Estado para um diálogo com o Governador Ivo Cassol, são dezenas de outros casos e a postura tem que ser a postura que o Brasil vem firmando há muitos anos no contexto da ONU e da OEA.

Transparência, humildade, serenidade, reconhecimento de que os Direitos Humanos seguem violados no Brasil, embora isso não corresponda a vontade das autoridades governantes. Então se trata de nesse diálogo de hoje aprovarmos idéias, trilhas, exigências, cobranças mútuas para fazer do episódio em que uma jovem que completará 16 anos daqui a duas semanas e na confusão de registro civil de um país que tem ainda enormes desafios no campo do registro civil, provavelmente estaremos dia 6 de dezembro, o Presidente da República em Breves, Pará, Ilha de Marajó, para entre outros eventos o Plano Nacional, chamado PAC social, um dos quatro que ficou sob autoridade dos Direitos Humanos que é o de enfrentamento do sub-registro civil de nascimento. Trezentos e setenta e cinco mil crianças no Brasil não são registradas antes de completar um ano, enviesando, atrapalhando todo o sistema de controle da mortalidade infantil, dos programas sociais de saúde.

O Governo Lula iniciou esse número no patamar que era o dobro, era de 20% o sub-registro. Em quatro anos derrubamos para 10,5 o plano social visa a derrubar para 5% até 2010 e ninguém pode se orgulhar de 5% ser um número bom, porque estaremos falando ainda de quase duzentas mil crianças que pela

distância, pela falta de cartórios em algumas centenas de Municípios, e a falta de um plano como esse que agora será lançado, permite que um elemento fundamental do direito humano, ser pessoa, ter nome, seja negado a esse contingente vulnerável e desprotegido de crianças.

Isso se reflete nos anos seguintes na confusão da idade da menina, explode uma terrível metáfora e que pelo sobrenome essa menina se chama Brasil. Então nós estamos discutindo uma menina chamada Brasil e essa audiência ela é uma audiência que vale com chance de mais uma vez tentar reverter o senso comum dos Direitos Humanos como defesa de presos e de bandidos, defesa, Direitos Humanos da defesa da vida, da vida no respeito à lei, à diversidade, Direitos Humanos é a vigilância para que não se repitam casos como esse nunca mais, dentro de uma percepção de que o Brasil constrói ao longo de vários governos e eu reitero em cada chance que tenho, que como em outras políticas públicas em Direitos Humanos por Excelência não se trata de fazer o enfrentamento porque ninguém tem o telhado suficientemente forte para sair de dedo em riste cobrando nada dos outros.

É preciso haver o pacto federativo entre os três entes, a Prefeitura de Abaetetuba está chamada a esse debate, o seu Prefeito, o seu Presidente da Câmara, as suas autoridades locais do judiciário, da comarca, o Governo do Estado está, o Governo Federal está, a nação brasileira está e, nesse enfoque, o episódio é um episódio que deve ser enfrentado com propostas concretas em que todos nós temos tarefas a cumprir, quero fazer um breve relato das tarefas que nós buscamos cumprir e temos tentado cumprir, sem nenhuma arrogância, sem nenhuma pretensão de dizer que agimos com Excelência, porque se Excelência houvesse, o episódio não teria ocorrido.

Se trata, portanto, de uma vez ocorrido e numa postura humildade correr atraso para, em cooperação com a autoridade estadual, num intercâmbio entre os três poderes, daí a nossa decisão de estar aqui hoje porque não seria difícil telefonar para o amigo Presidente Paulo Paim e dizer que a agenda de hoje estava muito sobrecarregada, a Ministra Nilcéia teria um outro evento em São Paulo que ela acabou de relatar, igualmente importante, mas para que não pairasse dúvida de que a posição do Estado Brasileiro internamente e externamente é uma posição de sentar e reconhecer que há problemas, transplantando o tema de qualquer disputa mesquinha, menor, para a reafirmação da agenda nacional que tem longo percurso, passou por vários Governos Federais, as políticas de Direitos Humanos não nascem no atual Governo, dão os passos vigorosos que são necessários, mas nós estamos

de uma grande agenda suprapartidária, uma agenda que unifica partidos que colidem na arena da política eleitoral imediata.

Nesse contexto, segunda-feira receberemos no Brasil a alta comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a mais alta autoridade do sistema ONU, canadense Luiza Arbur(F) sucessora do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, mártir herói morto no Iraque, e ela virá atendendo a um convite reiterado que fizemos e para que durante três dias a imprensa brasileira, as organizações da sociedade civil, ONGs, o Poder Legislativo, judiciário, as autoridades do Executivo pudessem dialogar, ouvir, mantendo a postura do chamado standing invitation, o convite permanente. O Brasil é um dos raros países do mundo que mantém para qualquer Relator, acaba de visitar o Brasil o Relator das Nações Unidas para execuções sumárias extra judiciais arbitrárias, Felipe Huistoon(F) 12 dias de viagem, alguns pequenos entreveios, alguns desentendimentos com algumas autoridades estaduais, mas é nesse campo que o Brasil, de ano para ano, ele assume com mais coragem um papel que é de reconhecimento, o país foi o segundo mais votado no mundo na composição do atual Conselho de Direitos Humanos que nasceu no ano passado, o mais votado das Américas. E nesse panorama, assim que tomamos conhecimento do episódio, passamos a monitorar a partir das nossas instâncias, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Ela é sobretudo um órgão de articulação interministerial, agir junto com o Ministério da Justiça, agir junto com a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, a SEPPIR e vários outros e nesse sentido farei uma breve leitura de uma nota que já no dia 22 prestava conta das nossas iniciativas:

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, diante das notícias envolvendo a prisão ilegal da adolescente que ficou presa durante um mês numa cela com 20 detentos adultos em Abaetetuba no Pará, sofrendo violências sexuais tomou as seguintes providências. Constituiu uma força tarefa para viajar ao Pará na data de hoje, eu faço um parênteses, uma Força Tarefa de alto nível, com três pessoas titulares de áreas, o ouvidor geral de Direitos Humanos Firmino Fecho(F) pelo Coordenador-Geral do programa de proteção aos defensores dos Direitos Humanos, Fernando Matos, e pela secretária adjunta da subsecretaria dos direitos da criança e do adolescente Márcia Ustra Soares, aqui presente Márcia, e que pode prestar esclarecimentos mais detalhados no momento da participação da Sra. Senadora e Srs. Senadores no debate.

Com a finalidade de propor e viabilizar em conjunto com a Governadora do Estado todas as medidas necessárias para garantir a integridade e proteção da adolescente e de seus familiares determinou os integrantes dessa Força Tarefa a ter como uma de suas prioridades o contato direto com a jovem e seus familiares para assegurar-lhes todos os recursos de proteção e defesa que envolvam o âmbito da autoridade federal.

Três. Solicitou à Polícia Rodoviária Federal, parceira da Secretaria Especial dos Direitos Humanos no programa de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes porque o caso é inteiramente enquadrado no âmbito desse programa, houve sim exploração sexual da jovem, ela alega ter mantido relações sexuais em troca de comida, engajamento imediato na atividade de apoio e proteção a jovens e seus familiares, o que já foi concretizado através de escolta permanente.

Iniciou os trâmites legal para integrar imediatamente a jovem ao programa de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, PPCAM, acionou a rede de garantias de direitos de atendimento a criança e ao adolescente do Estado do Pará para garantir atendimento emergencial à jovem, seis, requisiu a ouvidoria de polícia do Estado do Pará cópia de todos os procedimentos de apuração que já tenham sido iniciados, sétimo e último, agendou reunião com a secretária de segurança do Estado com a própria Governadora para amanhã visando amanhã, sexta-feira passada, visando integrar as iniciativas de âmbito estadual e federal para garantir rigorosa apuração e responsabilização criminal de todos os envolvidos nesse intolerável episódio de violação do estatuto da criança e do adolescente das normas mais elementares de proteção aos Direitos Humanos.

O Grupo tarefa permanece em Belém, a Márcia veio para essa audiência e eu quero fazer referência a dois ou três tópicos, aproveitando inclusive a presença do Delegado Geral de polícia, do representante do Ministério Público Estadual, de que aprender com o episódio é uma obrigação cívico republicana de todos nós. Então, por favor, evitemos de pronto repetir o episódio das hesitações sobre idade. Então é muito ruim que tenha havido alegações iniciais de que não havia prova e mesmo eu acabo de ouvir o Delegado Geral com a alegação embora não seja médico de fato, levanta alguma possibilidade de distúrbio psíquico da jovem e nós não temos a atribuição profissional para fazê-lo.

Eu proponho que evitemos esse tipo e façamos sempre através das instâncias profissionais, funcionais e institucionais adequadas. Há uma indagação, e nes-

se momento ela é, sobretudo ao judiciário paraense, judiciário paraense, sim, que recentemente nos deu uma excelente prova de reciclagem histórica com a condenação em prazo recorde dos assassinos da Irmã Dorothi Stank(F) para que o tema provavelmente não fique restrito à idéia de um afastamento dos responsáveis porque o afastamento ele pode se encerrar na próxima segunda-feira, em 15 dias, e isso é tarefa do judiciário levar adiante o processo de investigação, de prossecução, houve, dos registros mais notórios, apenas a interação da Presidente Ministra Ellen Gracie do Supremo Tribunal e do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Justiça que esta Casa aprovou no final de 2004, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2005 pela primeira vez na história do país um órgão de controle sobre o judiciário e que já fez uma manifestação oficial interpelando as autoridades judiciárias pela sua eventual responsabilidade por omissão que seja no evento, choca no noticiário da imprensa a referência a participação de uma Juíza e de uma delegada no episódio com a possibilidade que tinham, com a sua sensibilidade de mulheres, de ter agido com mais presteza e num contexto em que repito, é preciso cooperar entre as autoridades dos três poderes, cooperar os três entes federados para aprender com o episódio e tomar medidas novas, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos está aqui para ouvir recomendações, propostas, cobranças, que levaremos a diante com serenidade, com muita humildade e quero registrar também que nas atividades que Márcia Ustra Soares coordenou houve o recorte, o zelo especial pela proteção à menina. E foi graças à presença dela que conseguimos interromper um processo que eu reconheço como natural nesses episódios que é o enorme interesse da imprensa por ela que queria levá-la para repetidos programas e mesmo de diferentes instâncias de autoridades, uma delegada quis ouvi-la às dez e meia da noite e só não ouviu porque foi convencida pela Márcia por telefone, por favor, senhora, a senhora não pode fazer isso. Ah, mas eu quero fazer o exame de Aids.

Os exame já foram feitos, já foram realizados, e felizmente através do PPCAM que foi solicitado pela Dra. Socorro, membro do Ministério Público Estadual que requisitou ao Procurador Lauro Freitas Júnior, porque o PPCAM ele tem apenas três portas de entrada que é o pedido do Conselho Tutelar, o pedido do Ministério Público ou da autoridade judicial.

Feito o pedido, a coordenação do programa de Brasília porque o PPCAM ele já está estruturado em São Paulo, Rio, Minas, Espírito Santo, está em fase de estruturação Pernambuco, Bahia e Pará, então não houve a possibilidade de já fazer o pronto atendimento

com o sistema em implantação no Pará e nesses casos é sediado em Brasília o PPCAM federal cuida dos Estados onde o programa não está implantado ainda.

Até hoje o programa existe desde 2003, mas ele só se formalizou com o Decreto presidencial esse ano, no dia 11 de outubro, véspera do dia da criança quando houve o lançamento do plano social criança e adolescente pelo Presidente Lula. Até hoje já atendeu 1430 pessoas, são 650 crianças e adolescentes, 780 familiares. Hoje estão no programa 465, sendo 181 crianças e adolescentes e 284 familiares. Então, eu agradeço a dedicação e contribuição da minha equipe, Márcia Ustra Soares que conseguiu então prontamente a jovem já não se encontra no Estado, se encontra em companhia de um dos familiares, o programa é um programa que tem uma estrutura e sigilo e segredo de proteção e aproveitamos a presença do Delegado para recomendar também medidas cautelares de proteção contra a mãe da jovem que ainda está sujeita a ameaças reiteradas, a carros que rondam localidades, quero, além dos membros do Ministério Público Estadual, que prontamente agiram e que já agradeço e fiz referência, agradecer também a pronta intervenção da Polícia Rodoviária Federal, através do seu Superintendente estadual, Doutor Isnar Alves Ferreira, que por ser parceiro da secretaria estava credenciada para fazer imediatamente a escolta que fez, a Polícia Rodoviária Federal, Dr. Denis Calli e quero fazer referência especial às autoridades estaduais, às autoridades dos direitos humanos dos três poderes para o papel fundamental da Sra. Diva Andrade, aquela dona de casa, aquela mãe, aquela Sra. de Abaetetuba que teve a coragem de dar os primeiros passos, membro que é do Conselho Tutelar de criança e adolescente e que também já referiu telefonemas, ameaças, possibilidade porque começamos na audiência a tomar as medidas que impeçam o agravamento do caso trágico. E também a advogada do Conselho Estadual dos direitos da criança e adolescente, CEDECA EMAUS que é a Dra. Celina Amoi já no passado ameaçada de morte por outras intervenções em proteção aos Direitos Humanos e repito o agradecimento à Sra. Governadora pela firmeza, pela coragem, pela franqueza com que aqui nos damos as mãos todos para juntos tirarmos desse episódio todas as lições para que com toda urgência adotarmos iniciativas para que isso não se repita mais. Muito obrigado Presidente Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço. Nesse momento a Governadora vai ter que se deslocar porque tem uma audiência com o Presidente Lula, mas a Ministra e o Ministro continuarão conosco. Eu vou em seguida abrir o Plenário e ainda permitindo, se assim entenderem, que façam uso da

palavra o Dr. Carlos Alberto Marietta (F) coordenador do departamento penitenciário nacional, e também o Coronel Sandoval que é Superintendente do sistema penal. Eu passo de imediato a palavra ao primeiro orador inscrito que é o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores e Senadoras, Ministro Paulo Paulo Vannuchi, Ministra Nilcéia Freire, Governadora Ana Júlia, Delegado Raimundo Venasuli, Delegado Geral da Polícia Civil, Sr. César Brito, Presidente Nacional da OAB --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, me permita, que vai ficar na Mesa respondendo pelo Governo do Estado a nossa secretária de Estado e Segurança Pública do Estado do Pará que é a Dra. Vera Lúcia Marques Tavares. Por favor, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhora Secretária de Segurança Vera Tavares, Dr. Gilberto Valente, queria cumprimentar também as outras autoridades do Estado do Pará que se encontram presentes, seja do Ministério Público, Dr. Lauro Freitas, promotor em Abaetetuba, Dr. César Mata, Presidente da associação do Ministério Público do Estado do Pará, bem como demais assessores do Governo do Estado aqui presentes. Este fato expõe de forma contundente a falência do sistema penal e carcerário brasileiro, porque o fato que vem a público a partir da denúncia do Conselho tutelar de Abaetetuba, cidade onde desenvolvi minhas atividades políticas nos últimos anos, acompanho com vivo interesse a realidade social e política daquele Município, daquela região, bem como todo o nosso Estado do Pará, mas o fato ocorrido em nosso Estado tristemente se estende a outros Estados brasileiros e é fruto da ausência de investimento do Estado e na adoção de políticas que efetivamente possam dotar o sistema penal de condições de mínima dignidade para a pessoa que envolvida em um crime, em um delito e que precisam estar sob a guarda do Estado no sistema prisional brasileiro, essa situação é conhecida por toda a sociedade brasileira, por todos os entes do Poder Público, por todos os poderes. Portanto, não há como em hipótese alguma negar de alguma forma que todos nós em todas as esferas do Parlamento ao Executivo judiciário, o Ministério Público, sabe da humilhação que é a mais grave das torturas que são praticadas no sistema, principalmente na polícia judiciária, fato inclusive que levou a ONU nesses dias a recomendar, a recomendar e concitar o país a indenizar as vítimas de torturas em prisões brasileiras. Porque a tortura ainda existente é pra mim uma das mais graves violações dos Direitos Humanos sob a tutela do Estado que não cria e que não tem ainda, me

parece, mecanismo adequado para coibir esse crime contra os Direitos Humanos.

Esse fato que envolve a adolescente Ellen assim ou como disse o Ministro Paulo Vannuchi, a adolescente Brasil porque ela acaba simbolizando e denunciando a situação em que estão violentadas, estupradas de toda a sorte de humilhação a que estão submetidas milhares de mulheres, de jovens no sistema penal e carcerário brasileiro. Mas o grave foi a tentativa da Polícia Civil, e aqui a dos delegados de Abaetetuba, a tentativa criminosa de tentar acobertar o crime que cometeram quando tentaram conseguir uma certidão... uma certidão de nascimento, Flexa Ribeiro, uma certidão de batismo para confrontar com a certidão civil que ela tinha para tentar demonstrar que ela, na verdade, tinha maioridade de 19 anos.

Não importa aqui a idade. Mas houve uma tentativa de conseguir uma certidão de batismo para tentar acobertar o crime que cometeram. Além do mais, pressionaram o pai da menina para que dissesse publicamente que ela tinha 19 anos. Isso o pai acusou depois claramente os responsáveis por esses fatos e aqui já foi dito por todos. Aqui não importa a idade, mas o fato comprovado é que é uma menor que completa 16 anos no dia 10 de dezembro. Dia internacional dos Direitos Humanos. Estaremos completando no dia 10 de dezembro 59 anos da declaração universal dos Direitos Humanos, inclusive Presidente Paulo Paim, propor que possamos diante das graves violações dos Direitos Humanos em nosso país nos mais diversos segmentos, propor que tenhamos aí um ano de debates, eventos, celebrações, seminários, o incentivo para que a questão dos Direitos Humanos seja tema transversal, tema obrigatório em todo o sistema de ensino, em todo o sistema educacional da educação fundamental até o nível superior. Porque há, de certa forma, uma cultura de convivência com o ilícito, com o desrespeito, com a violência que historicamente vai se reproduzindo e eu acredito que a educação é a melhor forma de tratar, de reeducar as pessoas, de nos reeducarmos a todos nós para primeiro não sermos coniventes com os crimes porque se a menina ficou quase 30 dias na prisão junto com detentos, além de saber, as autoridades, a polícia, o Poder Judiciário do Pará, o Ministério Público que, segundo foi avisado, é inadmissível que não tenham tomado as medidas para preservar, garantir os direitos de uma adolescente. E o que é mais grave, a tentativa de a todo custo... [soa a campanha]

Eu queria pedir, Sr. Presidente, que o senhor me concedesse um maior. Então a omissão é a marca deste fato. Mas não é a omissão apenas no Pará ou Abaetetuba. É a omissão que acontece que se espa-

lha por esse Brasil afora e necessita e esperamos que a partir desse fato possamos efetivamente mobilizar todas as instâncias, todos os poderes da República para responder afirmativamente com medidas efetivas para coibir esses fatos. Mas não posso deixar de dizer que Abaetetuba, se colocar num local estratégico, acaba e a situação geográfica permite, Ministro Paulo Vannuchi, que ao longo dos últimos anos tenha sido rota do narcotráfico e do contrabando, já denunciemos várias vezes esse fato à Polícia Federal, ao Ministério da Justiça, há muito lutamos pela instalação de uma delegacia, de um posto da Polícia Federal em Abaetetuba. Esse ano mesmo fiz contato no início do ano com o Ministério da Justiça que fez duas operações esse ano junto com a Polícia Civil, mas prenderam apenas raia miúda. Os grandes agentes do narcotráfico todos continuam operando ilegal e publicamente sem que se tome as medidas adequadas necessárias.

O jornal de ontem, a Folha de São Paulo denuncia: Abaetetuba, cidade das 400 bocas de fumo. Uma cidade com 132 mil habitantes. Mas essa, a pecha como muitos disseram, de cidade do narcotráfico, tem que ser nominada, identificada, apenas aqueles que se envolvem com essa atividade criminosa e não pode estender essa [ininteligível] a uma população trabalhadora, ordeira, lutadora, que não pode sofrer as consequências daqueles que praticam esses crimes. Mas já fomos, Sr. Presidente Paulo Paim, vítimas, o povo todo daquela cidade, da nossa cidade, vítimas em outras situações danosas e graves, como em 99 o escândalo nacional, a partir da também denúncia do Conselho tutelar, órgão criado no Município a partir de 97, inclusive naquele meu primeiro mandato de Vereador da cidade, quando apoiamos a criação e a instalação do primeiro Conselho tutelar de Abaetetuba, e assim o fizemos sucessivas vezes naquele trabalho, denunciou o trabalho infantil na região das ilhas com a mutilação de crianças através da maromba nas olarias, inclusive resultado dessa denúncia que provocou também comoção nacional, lá realizamos Audiência Pública, duas, com autoridades das diversas esferas de Governo e lá conseguimos, entre outras tantas medidas, implantar o programa de erradicação do trabalho infantil sendo o primeiro Município no Estado do Pará a ser contemplado com esse programa. Mas passamos por outras tragédias como o quebra-quebra, o quebra-quebra que levou a destruição das sedes de todos os poderes constituídos em 99, quebra-quebra que levou à destruição da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, eu era membro à época, já era membro da Câmara, do Poder Judiciário, o fórum, todos os processos viraram pó e a casa do Prefeito. Então já vivemos outras tragédias, mas a luta do nosso povo, mesmo com muita

difficuldade as suas organizações da sociedade civil foram resistindo e construindo alternativas, algumas delas estão lá.

Medidas existem, mas muito insuficientes para dar conta de responder a uma situação estrutural, Senador Paulo Paim, porque lá, Abaetetuba e o baixo Tocantins é vítima da implantação de um grande complexo industrial da Companhia Vale do Rio Doce que é que lá tem várias empresas, Albrás, Alunorte e tantas outras, que arrigimentou-se para a região um conjunto de trabalhadores de várias cidades brasileiras e lá a migração inchou as cidades.

Temos cidades hoje como Barcarena com mais de 40 ocupações urbanas. Abaetetuba que há dez anos atrás tinha 10 bairros, hoje tem 14. E a população vai sobrevivendo na miséria, na forma mais difícil de sobrevivência que a dignidade humana exige. Portanto, quero primeiro dizer que essa questão não é nova e nem a situação prisional não é nova para as autoridades do Estado do Pará, porque eu quero aqui fazer referência ao... Peço mais uma vez ao meu caro Presidente, eu sei que há outros Senadores que querem se pronunciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E depois nós teremos as considerações por isso.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas a sua paciência eu sei que é tão grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu terei a paciência necessária, já que a Mesa também.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Queria só dizer, pedir aos nosso ilustres convidados dessa amanhã, dessa Audiência Pública, para lembrar aqui um Requerimento que apresentei em 5 de novembro de 97, quando Vereador honrosamente Vereador à Câmara Municipal de Abaetetuba, denunciando justamente a situação prisional nos seguintes termos e me dirigi ao Presidente da Câmara à época: "Sr. Presidente, senhores Vereadores. A situação prisional de Abaetetuba é mais do que caótica. É deplorável. A delegacia de Abaetetuba construída há 15 anos quando a população de Abaetetuba teria aproximadamente 70 mil habitantes, naquela época para abrigar 20 presos. Hoje a população de Abaetetuba, hoje em 97, é de aproximadamente 110 mil habitantes." Hoje são 132 mil. O que nos leva a crer que os problemas com a violência dobrou. Na delegacia de polícia local não há fornecimento regular de alimentação. Há presos doentes sem assistência médica, há ainda as péssimas condições ambientais, naquela época constatada por mim porque fui lá ver. Sem sanitário, superlotação, pois tem capacidade para 20 presos e abriga hoje 40 em quatro celas. Isso lá em

97. O hoje aqui é de 97. E o pior ocorreu nesta semana. O envenenamento de seis presos resultando na morte de um preso de justiça. E convocava o Secretário de Estado de Segurança Pública, o Dr. Paulo Sete Câmara, o secretário de justiça, Doutor Clodomir Araújo, o Juiz criminal da comarca, Doutor José Arrifano(F) para comparecer ao Legislativo para discutir e definir soluções para a questão prisional no Município. Sessão realizada, discutida, proposta apresentada e até hoje a situação, como se vê, continua a mesma dez anos depois, Presidente César Brito.

Por isso anteontem estive em Abaetetuba, reuni com diversos segmentos da comunidade, dos conselhos de direito da criança e do adolescente, Conselho Tutelar, Conselho de saúde, representantes de vários órgãos públicos, de organizações não-governamentais e lá naquela reunião chancelada por outra reunião ocorrida no dia de ontem, apresentamos à Governadora Ana Júlia uma pauta de questões para serem levadas ao Presidente da República, inclusive na audiência que nesse momento ela está, que é concedida a Governadora do Pará, Governadora Ana Júlia.

Primeiro. Porque aqui temos que tratar das medidas concretas, que é tratar do nível do Poder Executivo, mas também tem aquelas medidas do judiciário e também as medidas que envolvem o Ministério Público. Mas em relação concreta, primeiro sugerir, Sr. Presidente, que e aqui na presença da Ministra Nilcéia Freire, defender a demolição da atual delegacia de polícia de Abaetetuba, construir evidentemente uma nova delegacia em condições adequadas de receber as pessoas, os presos do sistema carcerário, os presos temporários e naquele local seja construída, em caráter de urgência, um centro integrado de atendimento à mulher e que esse ato possa representar mais do que um simbolismo ao compromisso efetivo de todos nós, em todas as esferas, de que o atendimento a pessoas, especialmente as mulheres, terão prioridade e atenção devido do Poder Público.

Creio que apenas isso, Sr. Presidente Paulo Paim, é uma... Seria um simbolismo de avançarmos nessa luta para combater a violência contra a mulher, contra as jovens principalmente a exemplo dessa adolescente que estamos aqui motivo e razão dessa Audiência Pública.

Também solicitar a implantação imediata da delegacia especializada em atendimento à criança e ao adolescente e da delegacia especializada de atenção à mulher. O funcionamento ininterrupto, Sr. Presidente, da defensoria do Ministério Público e do judiciário, porque a realidade é que contamos com a presença desses órgãos apenas três ou quatro dias da semana. A lei não é obedecida em relação à permanência

dessas autoridades no Município conforme manda a nossa Carta maior. E uma situação de Abaetetuba. Também solicitamos, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, os Senadores estão fazendo um apelo pois não vão conseguir falar e os Ministros vão ter que sair. Então eu quero entender o objetivo de V.Exa. com propostas concretas. Mas se pudesse sintetizar nos ajudaria muito.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu estou falando as propostas concretas por que estas, se não houver compromissos públicos inadiáveis inarredáveis com propostas objetivas e efetivas que possamos evitar esforço para que elas possam efetivamente ocorrer, de pouco terá sido... De pouco terá serventia todo o esforço que estamos encetando para que a questão seja objetivamente discutida e consigamos ter as respostas adequadas e necessárias à gravidade desse fato.

Também a implantação de um posto da Polícia Federal no Município para atender aquela região, bem como a implantação para atendimento exclusivo de uma Vara especializada da infância e da adolescência, bem como a implantação da bolsa trabalho do Governo do Estado que não foi atendida nessa primeira etapa que possa ser estendido ao Município de Abaetetuba, bem como a garantia da implantação de um centro de atenção psicossocial para atendimento a alcoólatras e drogaditos, cabe saber incluir o atendimento de crianças e adolescentes. Essas são questões sobre, há outras, mas eu sei que eu não posso abusar do tempo, e já o fiz, mas é porque ao conviver, Ministra Nilcéia Freire, com essa realidade de forma muito intensa, porque no Pará tenho atuação política, residência, compromisso e lutas em favor do povo de Abaetetuba, daquela região e creio que precisamos sair daqui com medidas, com orientações muito seguras para que fatos tão graves como esse não volte a se repetir no Estado do Pará e no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem aqui o Senador agora inscrito era o Suplicy, que (?) o Suplicy, José Nery, João Pedro, seguido do Senador Flexa Ribeiro, Senadora Ideli, Senadora Serys, Fátima e tenho certeza, Senador Couto também. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras--.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos fazer um apelo, se puderem ficar em 10 minutos para que todos possam falar, seria muito bom.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu serei rápido. Estou apresentando aqui um Requerimento, quero saudar a Ministra Nilcéia, ao Paulo Vanucci,

enfim, a OAB, os dirigentes do Governo do Pará e dizer primeiro da minha indignação como de todos os brasileiros acerca deste episódio. Segundo, é isso. Um Estado democrático, um Estado que tem compromisso com a cidadania, com os direitos humanos tem que tomar as providências que foram tomadas. Que foram tomadas.

Eu quero destacar aqui a iniciativa do Secretário Paulo Vanucci, acho que ele tratou essa questão e está tratando com o devido zelo e a responsabilidade, e a responsabilidade. Mesma forma do Governo Federal. A secretária Nilcéia também eu quero parabenizar porque vem tratando essas questões, tratando essas questões. O meu Requerimento, Sr. Presidente Paulo Paim, é no sentido da nossa Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Ellen Gracie informar para o Senado e sei e nós sabemos já de alguns procedimentos que foram tomados já pelo Conselho Nacional de Justiça. Mas eu estou fazendo aqui um, estou apresentando um Requerimento no sentido de informar para nós todos os procedimentos.

Conhecendo pela imprensa esse episódio lamentável, me chamou a atenção, me chamou a atenção da postura da Juíza. Me chamou a atenção a postura da Juíza. Como me chama atenção a postura do Ministério Público que foram quase 30 dias desta moça na delegacia. Ou seja, por mais precário que fosse e que é e os diagnósticos isso não é uma particularidade de Abaetetuba, no sentido de algumas providências está aí nesse... Lá no Pará tem uma providência tomada. Tem uma senhora presa de justiça que está na sala do Delegado. Não é o espaço adequado, mas é uma providência para evitar os fatos que chocaram o Brasil. Providência no limite das condições. Então o Requerimento é nesse sentido, Sr. Presidente, de que o Conselho Nacional de Justiça nos informe todos esses procedimentos no sentido de nós apurarmos.

Eu não quero de forma alguma fazer nenhuma pirotecnia, tirar proveito de um fato que nos envergonha, que nos envergonha, que compromete o país, enfim. Então o meu Requerimento é nesse sentido e eu espero que nós possamos tirar lições com maturidade, mas isso expõe, isso expõe o sistema carcerário no Brasil. Está hoje num grande jornal um Delegado dizendo, dizendo das vistorias que são feitas lá numa penitenciária no Rio de Janeiro que a lei não proíbe que o policial faça a vistoria no presídio, nas celas. Ou seja, então o homem pode colocar as presas nuas para fazer um inventário, enfim. É um absurdo isso. Isso envergonha principalmente quem luta em defesa dos Direitos Humanos e do respeito que nós devemos tratar as pessoas sem essa coisa que é menor, é maior, a idade é essa... Não é isso não. Então nós precisamos

tirar, o Estado de direito precisa tirar lições, eu tenho certeza que o encontro da Governadora Ana Júlia, que é uma mulher pública, conhecida no Estado, conhecida no Brasil porque passou pelo Senado da República, repudiou de pronto essas atitudes, tomou os procedimentos que qualquer dirigente de um Estado deveria tomar, tomou e tenho certeza que o compromisso a cidadã Ana Júlia governa o Estado do Pará herdou essas mazelas. Ora, um Estado tão importante, o diagnóstico é esse, alguns Municípios não têm delegacia sequer. Alguns Municípios no Estado do Pará não têm delegacia. Ou seja, nós precisamos, sim, tirar lições, tomar providências urgentes no sentido de reverter esse caos que é a situação dos presídios, das penitenciárias, da população carcerária no Brasil. Segundo dados, 5% da população carcerária no Brasil são mulheres. Uma população de 22 mil mulheres presas no Brasil em condições precárias com raras exceções.

Eu penso que o Governo do Presidente Lula, o nosso Governo, ele encara essa situação, mas como a Governadora Ana Júlia, é um Governo recente para pôr fim à mazelas seculares que temos na sociedade brasileira, na nação. Muito obrigado, Sr. Presidente. E eu apresento aqui o Requerimento nesse sentido do Conselho Nacional de Justiça prestar ao Senado --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se puder fazer a leitura dele, Senador. Pode fazer a leitura, se quiser, Senador. Eu já lhe encaminharei.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É muito simples. Assinado aqui pela Senadora, por mim, o Senador Suplicy, Senadora Fátima Cleide, Serys... É nos termos do artigo 216, do inciso primeiro do regimento do Senado seja oficializado à Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Ellen Gracie, para informar a esta Comissão as providências tomadas no sentido de apurar as responsabilidades do Poder Judiciário no caso da jovem que foi encarcerada com cerca de 20 presos homens por período de 30 dias na comarca de Abaetetuba, no Estado do Pará. Esse é o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Mesa recebe o seu Requerimento, que é assinado por outros membros dessa Comissão e dará o encaminhamento devido. Nesse momento está inscrito para usar a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Vossa Excelência poderia me inscrever?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já lhe inscrevi aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Paulo Paim, Sras. Senadoras, Srs. Se-

nadores, Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Política para as mulheres, Ministro Paulo Vanucci, da secretaria de Direitos Humanos, Dr. Raimundo César Brito de Aragão, Presidente da OAB, Doutor Raimundo Benasuli, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará, Dra. Vera Lúcia Tavares, secretária de Estado de Segurança Pública, Doutor Gilberto Valente Martins, Promotor de Justiça do Estado do Pará. A todos os... As autoridades e pessoas que vieram do Pará para assistir esta Audiência Pública e também quero saudar a Governadora Ana Júlia que, por compromissos outros já assumidos, teve que se ausentar desta audiência. E dizer a todos que é com muita tristeza que participo dessa Audiência Pública, Senador Paulo Paim.

Ainda na terça-feira, quando fiz o pronunciamento, quarta-feira, aliás, quando fiz o pronunciamento no Plenário do Senado Federal, quando na terça já tinha feito a denúncia porque foi quando saíram as primeiras notícias dos jornais, e V.Ex^a. de pronto, na mesma altura ao solicitar um aparte ao meu pronunciamento, declarou que faria um Requerimento para que pudéssemos fazer essa Audiência Pública e eu o parabeneizei e disse que apesar de não ser membro da Comissão de Direitos Humanos, mas que estaria presente a essa iniciativa.

Eu digo que é com pesar, porque o noticiário, não só nacional, mas internacional coloca o Pará, o meu querido Pará, e infelizmente o Brasil numa situação bastante vexatória. Porque nos leva a atrair para o país a atenção internacional sobre um crime que é inaceitável ter ocorrido. E digo por que inaceitável. Por que ele parte de um pressuposto de que por mais de 20 dias esta menor ou maior, não interessa a idade biológica da presa, ela passou encarcerada numa cela com 20 outros presos homens.

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. César Brito, ele usou um termo dizendo que o crime era hediondo e intolerável. Eu diria mais: É lamentável que uma delegada de polícia, e aí nós temos que mudar a regra geral de não assumir os erros, de não assumir os fatos, e buscar a justificativa no passado, buscar a justificativa naquilo que o discurso é fácil de dizer de não ter sido feito. Mas pode não ter cela especial para presa, como não tem no resto do Brasil. Nós aqui no Senado Federal, Senador Paulo Paim, fizemos, quando do lamentável crime que foi perpetrado contra aquela criança no Rio de Janeiro, que foi arrastada por quarteirões, houve uma convulsão nacional e o Senado Federal aqui fez uma Comissão especial na Comissão de Constituição e Justiça, aprovamos vários projetos, vários projetos, inclusive projetos que determinavam a construção de presídios com áreas para... Com áreas que definissem o grau de periculosidade dos presos

para não colocar um infrator primário com um... contumaz delinqüente. Porque transformaria o sistema prisional brasileiro numa universidade do crime.

Atendendo a necessidade do atendimento do ECA, o estatuto da criança e adolescente, atendendo a necessidade da questão das mulheres, tudo isso está aprovado, impedindo, criando normas para impedir a comunicação dos prisioneiros, dos presos dentro das cadeias com o mundo exterior.

Está tudo aprovado pelo Senado Federal. Dorme na Câmara. Lamentavelmente. Falta o quê? Falta uma ação do Governo no sentido de fazer a base do Governo na Câmara que é reconhecidamente majoritária, aprovar aqueles projetos que por aqui passaram. E passaram num tempo bastante curto. Então, se é verdade que há interesse do Governo, Ministro Paulo Vanucci, se há interesse do Governo de fazer valer aquilo que já é lei, nós não estamos criando nada, nós estamos apenas fazendo valer o que o estatuto dos Direitos Humanos já define internacionalmente e que o Brasil é subscritor. Então, se isso é verdade, por que é que o Governo não se empenha da mesma forma que se empenha para aprovar a CPMF, para tirar esses projetos da Câmara e transformar em lei?

Esta é uma questão que confunde não a mim como Senador, mas confunde a todo o cidadão brasileiro que continua lamentavelmente sujeito às violências. A Dra. Vera Lúcia Tavares tem uma vida dedicada à causa dos Direitos Humanos. Assume hoje o cargo de secretária de Estado de Segurança Pública. Já teria o diagnóstico ao longo da sua vivência do que existe e que teria que ser feito. Não é preciso 11 meses para que você possa fazer um diagnóstico de algo que V.Ex^a. já estudou durante décadas e de forma competente, e de forma competente. Então, eu acho... Nós falamos aqui de um caso apenas. Nós falamos aqui do caso que aflorou e que guardadas as proporções, teve o mesmo efeito na sociedade que o do lamentável... A lamentável morte do garoto no Rio de Janeiro. Mesmo efeito. Logicamente que não teve perda de vida, mas teve perda de honra, de falta de dignidade. Então, novamente a sociedade brasileira se entra em convulsão para esse processo que lamentavelmente, e é uma pergunta que vou fazer à Dra. Vera Lúcia e ao Dr. Raimundo Benasuli(F), quais foram as providências tomadas nos outros casos que ocorrem lamentavelmente no Estado do Pará? Me parece que Paraopebas, me parece que Tucuruí, e teria mais um outro... Pirabas. Ou seja, isso que já foram detectados. Quer dizer, ora, se não há uma delegacia, se não há uma área para o... Guardar a presa, que se coloque como foi dito aqui pelo Senador João Pedro, que se coloque numa área especial até no gabinete do Delegado se

for preciso. Só não pode ir para a carceragem. Só não pode ir para a carceragem porque aí é lamentavelmente o que aconteceu com a polícia do Estado do Pará? Quis se usar como argumento do crime cometido, do delito cometido quis tirar a dignidade da pessoa humana da presa dizendo que ela não era de menor, era de maior, primeira justificativa da delegada. Segundo, que ela era prostituta. Como se o fato de ser prostituta pudesse dar direito à delegada de a colocar com 20 prisioneiros para ela ser sim estuprada como foi. E ser levada como declaração do próprio pai, intimidada pela própria polícia do Estado do Pará no sentido de fazer uma declaração ou apresentar um atestado de batismo de que ela seria de maioridade. Não interessa. Não interessa a idade da presa. Não interessa. Interessa é que foram cometidos delitos pela própria polícia, pela própria polícia. Isso foram 20 dias. Aí eu começo a fazer os questionamentos. Primeiro. Dra. Vera Lúcia, Dr. Benassuly: Durante os 20 dias entre a prisão da menor e a denúncia pelo Conselho Tutelar, não houve por parte das autoridades policiais do Estado do Pará nenhuma informação aos seus superiores hierárquicos, ao Delegado Geral e à secretária de segurança de que havia esta... Este caso acontecendo em Abaetetuba e nos outros?

O jornal Liberal, o jornal Liberal de sábado, dia 24, publica aqui que Governadora ficou sabendo do caso da menor através da imprensa. Ou seja, V.Exas., como secretários, não informaram a Governadora do que estava ocorrendo no Pará? Ela teve que tomar conhecimento pela imprensa como diz o jornal lá do nosso Estado?

Como eu disse, como eu disse e eu quero aqui fazer um testemunho, Senador Paulo Paim, conheço a Governadora Ana Júlia. Tenho relação de amizade de família com a Governadora Ana Júlia, convivi com a Governadora Ana Júlia aqui por dois anos. Nunca seria capaz de dizer aqui que foi com conhecimento ou com autorização da Governadora Ana Júlia que ocorreu aquele fato no Estado do Pará. Evidentemente que a Governadora não teve conhecimento e nem ordenou, diferentemente do que foi feito no passado que todos os casos que infelizmente ocorreram no passado foram colocados como sendo de responsabilidade do Governo de então. Que teria sido o Governador que mandou fazer, que teria sido o Governador que seria o responsável e eu não quero dizer isso e não vou dizer isso.

A Governadora Ana Júlia não tem... Não tinha conhecimento e nem autorizou isso. Então, eu quero que isso fique bastante claro. Agora, o que me admira é que a Governadora Ana Júlia só tenha tomado conhecimento três, quatro dias depois de toda a nação

brasileira já ter tomado conhecimento, lamentavelmente pela imprensa, lamentavelmente pela imprensa. E aí foi dito aqui, não me lembro por quem, que se ganhou... Aí vem aquela história da herança maldita. Tudo é herança maldita. Esse governo é herança maldita, é herança maldita. É importante que seja dito que quando em 95 o Estado do Pará foi governado pelo Governador Almir Gabriel, tinham 712 vagas no sistema prisional. Agora para, foi entregue em 96, em 97 para a Governadora Ana Júlia com 5.122 novas unidades prisionais no Estado do Pará. Resolveu o problema? Lógico que não. Lógico que não. Lamentavelmente que não.

Há um incremento da violência a nível nacional. Já está dito que o problema da segurança não é... E da violência não é localizado. Ele é nacional e a obrigação de resolver é do Governo Federal. O Governo do Estado do Pará aplicou nos últimos anos oitocentos e cinquenta milhões de recursos próprios do Tesouro Nacional. Ministro Paulo Vanucci, Ministra Nilcéia, sabe quanto o Governo Federal transferiu nesses anos para o Estado do Pará? Trinta e dois milhões. Um Estado pobre como é o Estado do Pará, aplica oitocentos e cinquenta milhões de Segurança Pública e só aplicou mais do que em Segurança Pública no estado em educação e saúde. E o Governo Federal transfere apenas trinta e dois milhões. Então, não vamos também dizer o que foi para trás, vamos fazer para frente.

Eu tenho dito que a Governadora Ana Júlia tem que fazer um Governo melhor do que foram feitos os três últimos governos no Estado do Pará, porque a população paraense merece isso, merece isso. Até porque quem a suceder vai ter o desafio de fazer melhor do que o dela. Então é um avanço da sociedade, isso é um avanço que a população tem que ganhar. Mas eu pergunto à Dra. Vera também, e ao Dr. Benasuli, lamentavelmente eu acho que ele teve que se ausentar, foi dito aí que [soa a campainha] seis, seis delegacias estão em reforma e mais... Me parece cinco reformas e seis em construção. Então eu gostaria de saber as datas do início dessas reformas, em que Municípios elas estão e o que comporta isso. Quando começaram, quando... E o que é que vai ser feito o valor dessas reformas e construção de novas delegacias? Eu espero que essas delegacias sejam nos 11 Municípios que ainda não tenham... Dos 132 que a Governadora falou para os 143 Municípios. Quiçá sejam nos 11 que ainda não tinham a possibilidade de ter uma delegacia. Eu perguntaria à Ministra Nilcéia: Ministra Nilcéia, o jornalista Ricardo Noblar ele fez um comentário que eu diria até... [soa a campainha] Eu diria até muito cáustico em relação a V.Ex^a. Porque ele diz: "A Nilcéia "Ministra" perdeu a oportunidade de tomar pose no cargo criado especialmente para ela. Ministra, qual foi a declaração

de V.Ex^a. ao longo desse tempo, declaração oficial sobre o caso específico do Estado do Pará? V.Ex^a. agora falou aqui durante uns 20 minutos e fez uma observação em passant em vôo de pássaro sobre o caso do Pará. Falou de todos os programas que a secretaria de V.Ex^a. está sendo... Está produzindo, está implementando, em mais posição em relação ao Estado do Pará fez um comentário breve. Gostaria de saber assim como o Dr. Paulo Vanucci leu uma declaração que mandou à imprensa, a Governadora fez também a declaração, fez até um Decreto que o comentarista, jornalista Arnaldo Jabor fez um comentário no jornal, na coisa dizendo que é proibido proibir aquilo que já é proibido. Não, não é infeliz não, Dra. Vera, não é infeliz não, porque o Decreto só foi feito inclusive quatro dias depois de ser dado o noticiário.

Se haveria necessidade do Decreto teria que ser feito na segunda-feira, quando foi descoberto o caso da menina. Aí sim poderia até proibir aquilo que já estaria proibido. Teria outras perguntas, mas o Senador Paulo Paim não me dá o mesmo tempo, não me dá o mesmo tempo que deu ao meu nobre e querido colega Senador Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas vou lhe dar. Se V.Exa. quiser eu vou lhe dar, ele falou em torno de 30 minutos, V.Ex^a. está em 20 minutos, mas se quiser eu lhe dou mais 10 sem nenhum problema.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não vou cansá-lo. Se houver uma possibilidade de um segundo questionamento eu gostaria também de estar inscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Ideli Salvatti, pela seqüência, depois da Senadora Ideli a Senadora Serys Slhessarenko, Fátima Cleide e Senador Mário Couto. O nosso Ministro vai ter que se retirar porque tenho tem uma audiência, mas deixará no seu lugar respondendo a Dra. Márcia Ustra Soares que também trabalha com ele na secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E que integrou a Força Tarefa que foi ao Pará. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço Senador Paulo Paim, quero cumprimentar ainda com a presença do nosso Ministro Paulo Vannuchi, também a nossa Ministra Nilcéia a secretária de segurança do Estado do Pará, Dra. Vera Lúcia, e todos os demais componentes desta Audiência Pública. E a rapaziada lá na minha terra, eu acho que no Brasil todo usa uma expressão quando a coisa é abusada demais, eles têm uma expressão--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria fazer um apelo ao meu Senador. Meu

Senador, Senador José Nery, é que não dá. Senador José Nery, só porque não dá para nós ficarmos... Isso, só para ajudar o encaminhamento aqui. Obrigado Ministro, obrigado Senador.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço. Bom, Senador Paulo Paim, então como eu estava dizendo, eu acho que é uma expressão meia extensiva, acho que toda a rapaziada usa no Brasil inteiro, mas lá em Santa Catarina eles usam bastante. Quando começa a ficar muito abusivo, eles dizem assim “pó Pará”, “pó Pará”. E eu acho que esta é uma situação aonde tem que ser esse grau de indignação que essa expressão tem. Porque assim ó, é “pó Pará” não é só para que pare de ocorrer situações como esta, mas também porque infelizmente o caso do Pará trouxe à tona. Trouxe a público esta situação. Mas veja só como é estranho. O Relatório que as entidades que trabalham a questão da violência contra a mulher, e são entidades inclusive que não têm nada a ver com o Governo. É nada mais nada menos que o centro de justiça e Direito Internacional, o grupo de estudos e trabalho das mulheres encarceradas, como também a pastoral carcerária nacional.

Foram estas as instituições que não são governamentais, são instituições ligadas às relações de igrejas, de movimentos sociais fortes e reconhecidos que encaminharam à organização dos Estados Americanos o Relatório da situação carcerária feminina no Brasil. E estranhamente, em março quando foi entregue este documento aparecia problemas de mulheres dividindo celas, mulheres sendo abusadas, mulheres vivenciando no cumprimento da pena situações absurdas como esta que aconteceu no Pará e veio a público, mas dava em vários outros Estados. Rio Grande do Norte, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo... E estranhamente o Pará sequer era citado. Apesar de noticiários darem conta de que essa situação tinha acontecido outra vezes em anos anteriores. Então, eu acho que a expressão “pó Pará” não é só para pararem de dizer que esse é um problema do Pará. Porque infelizmente, infelizmente talvez até fosse bom que fosse de um Estado só, mas não é.

Esta é uma realidade que infelizmente está colocada, eu tive a oportunidade já de algumas vezes visitar o presídio feminino lá em Florianópolis, a situação é calamitosa, não tem cela conjunta, mas muito da condição de ressocialização e de condição inclusive de recuperação das presas é circo de horrores. Eu acho que é isso que a gente entende. É um circo de horrores, é um circo de horrores. Estava aqui comentando anteriormente com o Senador Adelmir Santana que esteve durante um momento aqui, durante um período aqui durante a... E ele relatando assim. As pessoas não

podem imaginar o que é que deve ter sido, sido estes dias que esta menina compartilhou a cela servindo de pasto, de pasto porque este é o termo talvez que mais explicita, entende? A que condição foi submetida. Agora o lamentável é de que isso não é uma coisa, parece que isso não é uma exceção à regra. Parece que, entende? Pelos dados inclusive do levantamento feito pela equipe que entregou as diversas entidades que entregaram o Relatório para a OEA, é exatamente uma demonstração muito clara, muito clara e inequívoca de que esta é uma situação que não é de exceção. Parece quase que esta é a regra. E aí a ex Senadora Ana Júlia e agora Governadora do Pará, muita polêmica a respeito do Decreto, nós estamos aqui há seis meses tentando modificar o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil, Tribunal de Júri, obtenção de provas e tudo é mais importante, menos isto, está lá, os projetos estão prontos a quase dois meses já tem projeto que está na pauta do Plenário do Senado para votar para a gente poder modificar o processo para ter agilidade e não se consegue. Então, quando a Governadora Ana Júlia baixa um Decreto três ou quatro dias depois para que o Delegado não se submeta, o delegado ou a delegada não se submeta a esperar da justiça a decisão se pode ou não pode transferir a pessoa presa que está correndo risco de vida, está numa situação de perigo extremo, ou seja, é um Decreto absolutamente necessário, sim. Necessário, sim. E talvez não pudesse ser feito no mesmo dia. Talvez precisasse de dois ou três dias até para poder identificar de que no caso da menina o Delegado comunicou a justiça.

A justiça comunicou ao Corregedor e não teve resposta para fazer a transferência em tempo hábil até que o escândalo viesse a público. Então, eu acho que desta reunião, Senador Paulo Paim, infelizmente a Comissão de Direitos Humanos já tem Subcomissões no número que não permite nós criarmos novas. Então eu estou com o Requerimento pronto, vou apresentar na Comissão de Assuntos Sociais aonde vários dos parlamentares desta Comissão também participam para que nós possamos imediatamente criarmos uma Subcomissão Permanente, inclusive que a gente possa monitorar. Que a gente possa estar acompanhando.

A Senadora Serys propôs a criação de uma Comissão Externa para que a gente pudesse acompanhar o caso do Pará. Senadora Serys, não é só o caso do Pará. Essa Comissão Externa tem que fazer mais ampla para todos. Nós... Eu assinei aqui o Requerimento do Senador Nery para que pudéssemos oficiar ao judiciário brasileiro as providências. Nós sabemos que a Ministra Helen Greycki pediu imediata apuração a respeito do comportamento --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Ideli, só para esclarecimento da Mesa o que seria o seu Requerimento?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, o meu requerimento eu vou apresentar na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas o que é que seria?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É para a criação de uma Subcomissão Permanente para a defesa da mulher. Para a questão da defesa da mulher, dos direitos da mulher.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que é nessa Comissão. Direitos Humanos teria que ser aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois é, mas o problema é que aqui nós já estamos, Senador Paulo Paim, com todas as Subcomissões permanentes já criadas. Então nós não temos mais regimentalmente como criar. Se nós tivéssemos alguma que pudesse ser readequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É isso que vou readequar por que tem algumas que, isso é um problema que existe. O pessoal pede para montar Comissão e depois ela nunca funciona. Eu acho que a sua... Se assim a Senadora entender, encaminharia a essa Comissão... eu acho que Direitos Humanos seria competência --.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A minha disposição era inclusive de propor aqui. Aí a assessoria que disse que aqui não caberia, se tiver esta providência --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que se quiser encaminhar nós vamos tentar adequar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esta providência eu encaminho de certeza até aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E a coordenação já ficaria com V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A assessoria inclusive está me retificando que o Requerimento que eu assinei com relação ao judiciário é do Senador João Pedro e não do Senador Nery. E ainda por último, porque é o seguinte, tudo isso precisa ser revisado, precisa ter providências, apurar responsabilidades em todas as esferas. No judiciário, no Ministério Público, na defensoria, nas instituições penitenciárias, nos sistemas... Nas secretarias de segurança de todos os Estados aonde nós temos as denúncias do cometido, e Ministra Nilcéia, o trabalho da Secretaria Nacional de políticas para as mulheres é um trabalho que eu não tenho dúvida que engrandece e nos dá guarida. Porque é importante registrar.

Nós nunca tivemos, nunca neste país, não gostam quando falam nunca antes, mas nós nunca tivemos neste país na esfera, na mais alta esfera do Governo Federal uma estrutura, uma estrutura que pudesse cuidar única e exclusivamente da questão de políticas públicas para as mulheres. Foi o Presidente Lula que teve essa sensibilidade como teve para a questão racial, como teve para a questão de Direitos Humanos. Portanto, se tudo não pôde ser feito ainda é porque as políticas públicas para as mulheres nunca foram prioridade, nunca tiveram espaço, nunca tiveram poder, orçamento e perspectiva de poder evoluir. Então eu quero dizer o seguinte, as responsabilidades, se algum ato falho foi cometido, deve ser assumido, mas que pelo menos tenham a coragem de reconhecer que nós tivemos, enquanto Governo, a coragem de assumir que este país tem, sim, discriminação de gênero, tem discriminação de raça, tem discriminação contra portador de deficiência...

Este país infelizmente para poder se chamar uma democracia para valer tem muito a superar e tem muito a fazer para que todos os brasileiros e brasileiras possam ser tratados com igualdade. Eu volto a reprimir aqui o que já usei na Tribuna, já usei no Programa do Jô, volto a dizer.. É a mesma lei. Não tem duas. É uma só. A mesma lei colocou a menina encarcerada lá numa cela com 20 homens ou mais servindo de pasto. A mesma lei pega um jornalista réu confesso, assassino que matou a sua namorada Gomide há sete anos, e este jornalista que tem poder econômico, que tem condição social diferenciada da menina, ele está cumprindo a pena em liberdade. Tem o direito de cumprir a pena em liberdade porque ainda não está definitivamente transitado e julgado o caso dele. Ou seja, como os advogados muito competentes e bem pagos tem recursos e vão recorrendo, recorrendo, o réu confesso assassino cumpre a pena em liberdade. E uma menina pega com... Fruto. Furto de um celular fica sem julgamento, sem julgamento colocada numa cela nesta condição. A lei é a mesma. Esse país só pode se chamar democracia quando a mesma lei for aplicada de forma idêntica para quem quer que seja. Quem tem dinheiro, quem não tem dinheiro, quem é branco, quem é negro, quem é pobre, quem é homem, quem é mulher, quem é travesti, quem é homossexual, para todos. É uma lei só. Não é duas. Por isso que eu acho que nós temos muito a fazer e eu estou muito, assim, convencida de que essa audiência, Senador Paulo Paim, como sempre V.Ex^a. tem pegado pela unha problemas entende graves, delicados, tem tido a coragem de trazer o debate pra a gente poder atuar. E eu acho que é muito importante que nós tenhamos esse entendimento.

O problema não é do Pará, o problema é do sistema penitenciário brasileiro como um todo, tem problema no Ministério Público, tem problema no judiciário, tem problema na defensoria, tem problema nas secretarias públicas de segurança de todos os estados, tem problema no nosso Ministério da Justiça, tem problema no sistema penitenciário Federal como um todo e a nossa responsabilidade é enfrentar todas essas deficiências no conjunto das ações que eu acho que aqui no Parlamento nós temos condições de implementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Ideli, eu já consultei aqui a Mesa, nós vamos acatar o seu Requerimento e vamos criar que é competência da Comissão de Direitos Humanos. Nós vamos fazer a adaptação e V.Ex^a. já está inclusive designada por este Presidente para ser a coordenadora dessa Subcomissão Permanente a não ser que V.Ex^a. indique uma outra. Mas enfim, pela iniciativa... Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhores da Mesa, a nossa Ministra.

Eu gostaria antes de começar minha fala de dizer, Ministra, que a senhora não precisa de ninguém que advogue no trabalho que a senhora faz. Eu gostaria de falar para o nosso Senador Flexa Ribeiro, a quem eu tenho maior respeito e ele sabe disso, que em que pese, Senador, o fato do senhor ser oposição, eu acho que citar uma frase sem sentido de jornalista, achei sem sentido de jornalistas que não querem se informar. Não é pertinente no caso da pasta da Secretaria Especial de Mulheres pelo trabalho desenvolvido por essa secretaria. É uma secretaria enxuta, é uma secretaria competente, comprometida com a causa da mulher, uma secretaria que conseguiu fazer em tão pouco tempo duas conferências nacionais, vindo realmente de um debate da base com mais de cento e vinte na primeira vez e mais de duzentas mil mulheres participando na base dos Municípios deste país que conseguiu, óbvio, junto com as organizações das mulheres e com o Congresso Nacional, nós todos votamos por unanimidade, inclusive, a lei Maria da Penha, mas que veio realmente brotou a partir daí.

Essa secretaria, pela primeira vez, óbvio, foi criada pelo Presidente Lula, pela primeira vez teve representação na OEA com a nossa Ministra lá presente, com posse em fevereiro de 2004, eu diria que nesses três anos se fez coisa que nunca foi feita na história do Brasil e eu disse Ministra que a senhora não precisa de Advogado de defesa pelo trabalho que a senhora faz, mas eu tinha que fazer uma defesa.

Eu queria rapidamente aqui dizer que essa questão do Pará é uma questão que, lógico, abalou o Brasil

inteiro, todos nós, é um caso emblemático, eu acho que o... Eu não vou repetir a fala da Senadora Ideli que ela disse que tem problemas de todo lado e citou inúmeros, eu não vou citar porque ela já citou, em tantas entidades, tantas organizações que têm responsabilidade pela mesma questão muito semelhante e não desempenham o seu papel. Mas isso não quer dizer que todos nós não tenhamos que estar presentes nessa situação. Claro, com certeza. A Governadora aqui já falou da situação de dificuldades lá, da existência de tantos Municípios, etc., sabemos que essa situação não é só do Pará, já temos denúncias na Bahia, em Pernambuco, Amazonas, pelo menos como me foi passado aqui de algum jornal, Mato Grosso do Sul, bom, enfim, vários Estados brasileiros. Inclusive o nosso Requerimento é para que essa busca seja no geral no Brasil como um todo e não só no Pará.

Infelizmente Sr. Presidente, senhora Ministra, senhores que estão na Mesa e senhoras que estão na Mesa infelizmente nós não conseguimos aprovar uma Emenda minha para a construção da Emenda de Comissão. Construção de delegacias de mulheres. Não consegui na CCJ. Não consegui. Quer dizer, aquela história, todo mundo se abala, todo mundo se preocupa, todo mundo não sei o quê, mas na hora de buscar as condições reais e concretas a gente encontra uma dificuldade enorme. Eu fiz o que pude, nadei até no seco, como diz o outro, para tentar conseguir aprovar Emendas com relação a algumas necessidades da nossa Secretaria Especial para mulheres, para as políticas públicas para as mulheres. Estou tentando --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Comissão de direitos humanos, inclusive com o aval de V.Ex^a. aprovou aqui uma Emenda que ultrapassa 300 milhões. E V.Ex^a. foi contemplada.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu ia chegar, mas o senhor já falou, já vamos adiantando, mas na CCJ eu não consegui, inclusive estou atuando junto ao relator geral do orçamento, o nosso grande José Pimentel, para ver se consegue. Já havia o diretor, o Relator-Geral do orçamento algum recurso porque é muito importante. No entanto, eu já dizia aqui que eu considero que essa questão que aconteceu no Pará, com essa menina, revela problemas em todas as instituições. Eu diria que em todas praticamente e é um horror, já foi falado aqui e o Senador... Senador Flexa Ribeiro falou com muita competência, Senador Flexa, o senhor falou competência quando falou do Delegado que disse que ah, é maior de idade, ah é prostituta. Pelo amor de Deus, isso é um absurdo. Eu estou aqui dizendo que o senhor falou com muita competência quando falou nessa parte, entendeu? Justificar que a prisão da menina, ah, se é uma prostituta. Meu Deus,

que país seria esse desse Delegado? Desse delegado. Quer dizer, porque a pessoa é uma prostituta pode ser submetida a todo tipo de barbárie e seus direitos não estarem assegurados. A mesma coisa se for maior de idade. Pra mim não muda nada, para mim essa história de idade menor ou maior, prostituta ou não, exatamente o crime é do mesmo tamanho. É do mesmo tamanho. É uma forma eu diria de desqualificar a mulher. É a eterna discriminação contra a mulher e eu sei que tem Estados que tem um pouco mais de condições, mas mesmo assim eu diria que nós não podemos... Nós temos que ficar extremamente atentos. Eu diria que o caso lá do Pará aconteceu, agora tem que ser apurado às últimas consequências, as punições têm que ser rigorosas porque é crime mesmo. Eu diria que para mim é crime hediondo. Agora, é preciso preparar pessoal, é preciso a gente ter mais condições, nós não temos dúvida disso. Agora, que nós dessa Comissão pelo menos que eu estou pedindo e que tem a assinatura do Senador Flexa, do... Vários Senadores já assinaram, o Senador Nery, as Senadoras todas estão assinando, enfim, os Senadores estão assinando.

Foi uma iniciativa nossa para acompanhar as investigações sobre a situação de mulheres presas em cadeias públicas brasileiras. É do Brasil inteiro como a Senadora Ideli acabou de dizer. O problema não é só do Pará. Com vistas --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Talvez seja a primeira missão da secretaria agora criada. Endossando seu Requerimento naturalmente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com vistas a analisar os problemas ocorridos no Pará e em outros Estados brasileiros onde fatos semelhantes ocorreram e continuam ocorrendo. Informações que nós temos já de vários Estados, não vou ler aqui a justificativa, porque é o óbvio mais ou menos de tudo aquilo que eu já falei.

Eu queria aqui para aproveitar para convidar para a Sessão solene pela eliminação da violência contra a mulher amanhã às dez horas no Plenário da Câmara. Convidar a todos que nos ouvem, a todos que estão aqui, é iniciativa nossa, do Senado, das Senadoras e das Deputadas, mas é de todo o Congresso Nacional e dizer também, esses dias eu ouvi a fala de uma parlamentar que me entristeceu. Ela dizendo, eu ouvi pelo rádio no meu carro estava ligado e ela disse assim: "Não sei para que é que vão fazer esta Sessão no Congresso Nacional pela eliminação da violência contra a mulher." Uma Sessão de homenagem. Não entendeu nada. De comemoração. Não entendeu nada. Cá para nós, não entendeu nada. Isso me entristeceu muito porque não é Sessão de comemoração, é uma

Sessão dentro dos 16 dias que aqui para nós são 20 dias de ativismo no combate à violência contra a mulher que aí tem inúmeras datas que eu não vou citar aqui por que são muitas, começando dia 20 de novembro com a... Dia da consciência negra, e terminando 10 de dezembro com a declaração universal de Direitos Humanos então não é comemoração nenhuma. Pelo amor de Deus, é dar viabilidade à problemática para que o país inteiro, para que através do papel da imprensa que é fundamental, decisivo e determinante para a gente superar esse tipo de coisa.

A violência contra a mulher ser superada em todos os sentidos, não é só no sistema prisional, é a discriminação contra a mulher na política, discriminação contra a mulher no trabalho, discriminação contra a mulher na família, gente, que é uma coisa terrível, camuflada, horrível. Que os menininhos deste tamanho, pequeninhos mal estão conseguindo entender das coisas vêem um homem agredir uma mulher e a discriminação na família é uma coisa terrível por que ela é muito camuflada ainda, apesar da lei Maria da Penha já está contribuindo muito, Ministra, muito, muito mesmo no Brasil como um todo, especialmente no Estado do Mato Grosso, que está sendo um estado hoje, é bom que se saiba, que o Brasil inteiro saiba que a reincidência sobre a violência contra a mulher na área doméstica é uma calamidade. Quem faz uma vez, faz duas, três, quatro e até que aconteça uma desgraça maior ou então hajam uma, se tome uma atitude e haja uma separação. Mas em Mato Grosso, nós temos o dado que após a lei Maria da Penha o menor índice de reincidência de violência contra a mulher é no Mato Grosso. Então convido a todos e a todas para que amanhã estejam conosco no Plenário da Câmara às 10h00, numa Sessão especial para a eliminação da violência contra a mulher. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senadora Serys, de imediato a Senadora Fátima Cleide e em seguida e último Senador ou Senadora, Senador Mário Couto, para passarmos para o Dr. Carlos.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Paulo Paim, Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, Srs. Convidados para essa audiência. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de manifestar também minha indignação com o fato ocorrido, mas eu penso que a gente não pode ficar apenas na indignação e no discurso fácil.

Eu quero inclusive parabenizar a proposição desta Comissão de Direitos Humanos de realizar esta audiência e aqui repito as palavras do Dr. Gilberto, eu acredito que esta audiência é uma oportunidade para que a Comissão de Direitos Humanos possa propor

também um trabalho e buscar melhorias, um trabalho que busque efetivamente melhorias no sistema penitenciário para mulheres e também para homens. Para jovens, para adolescentes, infratores, não infratores, enfim.

Nós temos um caos que existe neste país que está diagnosticado por todo mundo. Agora, como agilitar é que é o nosso desafio. Eu queria parabenizar a Ministra Nilcéia, faço minhas as palavras da Senadora Serys, a senhora não precisa que nós advoguemos o seu trabalho, mas é necessário que nós reafirmemos todos os dias. O trabalho feito pela Secretaria Especial de Políticas de mulheres neste país tem tido uma inegável contribuição para a melhoria da qualidade de vida das mulheres deste país e não pode ser diminuído a sua qualidade e o seu reconhecimento. Então eu quero também dizer que concordo com as suas palavras quando a senhora diz que as fragilidades e a precariedade da presença do Estado na Amazônia contribui para que estes fatos, fatos como estes venham a ocorrer, a ocorrer e não apenas no Estado do Pará. E eu queria aqui dizer que concordo também com a Dra. Vera quando ela fala que existe, sim, um histórico de descaso com os Direitos Humanos no Estado do Pará assim como existe um descaso com os Direitos Humanos em todos os Estados da Amazônia, infelizmente na maioria dos Estados brasileiros. Portanto, é justo, sim, dizer que tem uma herança. Agora, tem uma herança e eu fico feliz com a presença da Governadora Ana Júlia que vem aqui para mostrar que não ficou apenas com o discurso da herança em 10, 11 meses o Estado do Pará já vem praticando, já vem realizando ações no sentido de superar esse Estado de descaso e isso é o que importa. Está se fazendo alguma coisa e não é justo negar o que está sendo feito, assim como eu acredito que não é justo apenas querer imputar culpabilidade a quem está chegando e a quem chega com a vontade política de realmente fazer a diferença e que tem feito.

Eu também quero dizer que ontem ouvi também a fala de uma Senadora no Plenário com relação à Sessão solene que nós fazemos realizar todos os anos por conta da campanha dos 16 dias de ativismo e por conta do 25 de novembro que para quem não sabe é um dia de luta, um dia de luta e de combate à violência contra a mulher. Achei uma falha infeliz no sentido de criticar o fato de que nós estamos querendo comemorar e nós não temos nada a comemorar. Aliás, o que temos a comemorar é a vontade política do Governo Federal, da secretaria de política de mulheres, de efetivamente realizar ações no sentido de modificar essa realidade.

Agora, aqui no Plenário do Congresso Nacional o que nós fazemos é celebrar um dia de luta dentro dos 16 dias de ativismo que é uma campanha realizada há 17 anos. Portanto eu lamento, eu lamento que alguém que se elege para o Senado Federal não tenha conhecimento de toda essa luta histórica das mulheres brasileiras, que resulta naquilo que a gente tem de mais importante hoje desta luta, que é a lei Maria da Penha. Então, eu quero, Sr. Presidente, dizer também que espero aqui ouvir o departamento penitenciário nacional porque este é um setor do Governo que produz estatísticas com base nas informações dos Estados sobre a população carcerária feminina e masculina existente no sistema penitenciário, não só no sistema policial e estou aguardando e queria já fazer algumas indagações para que quando o Dr. Carlos Roberto Mariath vai fazer sua fala já dê pra gente alguns esclarecimentos.

Eu queria saber quantos são os presídios femininos existentes no país, se eles atendem o crescimento da demanda que se verifica na população carcerária feminina, o que o DP está fazendo para auxiliar os Estados na melhoria da estrutura física dos presídios femininos. Ontem também ouvi no Plenário uma fala que dizia que no meu Estado de Rondônia havia uma penitenciária feminina e eu também fiquei um pouco surpreendida porque nota uma... porque isto denota o desconhecimento de o que é um presídio feminino de Porto Velho. Não existe presídio, existe o que era uma delegacia central que tem um porão e neste porão se colocam as mulheres infratoras, às vezes como sardinha enlatada. E eu fico muito feliz de... Porque é uma situação que a gente denuncia há tempos e hoje a secretária especial de política para as mulheres, a Ministra Nilcéia Freire, aqui coloca que o estado de Rondônia é um dos estados que foi inspecionado em função das denúncias que se fazem há muito tempo sobre essa situação. Então eu queria também saber, Dr. Carlos, se o Relatório que foi entregue à OEA em março sobre mulheres encarceradas em cinco Estados onde foram detectados esses abusos, resultou alguma medida por parte do Ministério da Justiça. Se os Estados citados foram acionados pelo Governo Federal. Então, Sr. Presidente, é isso. Eu aguardo o pronunciamento da Dra. Márcia e o Dr. Carlos também e se for necessário me inscreverei novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao Senador Mário Couto, como último Senador inscrito.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Primeiro, Presidente, quero parabenizar V.Ex^a. por ter programado essa Audiência Pública. Em seu nome e da Ministra Nilcéia, quero cumprimentar todas as autoridades da

Mesa. Presidente, é lamentável que o Pará, meu Estado, esteja novamente sendo notícias nacional, internacional, com casos deprimentes. Infelizmente.

O Estado do Pará hoje atravessa uma fase crítica em termos de violência. E se não bastasse agora o caso dessa criança de 15 anos de idade. Não é necessário mais, Presidente, citar a todos o que aconteceu com a menina, que queimaram-lhe os pés, que arrancaram-lhe os cabelos, isso já é fato conhecido de toda a imprensa. Queria poder ter a Governadora aqui para questionar alguns assuntos com a nossa Governadora. Infelizmente a Governadora se ausentou. Eu gostaria então, Presidente, de lembrar V.Ex^a.

Primeiro, no dia 24 de maio de 2007, eu fui à Tribuna do Senado. E questionei V.Ex^a. V.Ex^a. lembra que eu disse que no Pará as meninas de 11 a 14 anos estavam sendo violentadas. Quantos meses fazem? Maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, Presidente. Novembro. Eu acho que nenhuma autoridade ouviu minha voz. Até porque acho que sou um Senador novo, não tenho tanta voz nesse Senado como ex-presidentes, como ex-Governadores... e talvez não tenha sido escutado, Ministro.

Ministra, olhe pra mim, Ministra. Meninas de 11 a 13, 14 anos trocando sexo na ilha do Marajó, por comida. As barcaças que levam materiais para Macapá, de Belém, passam por Melgaço, breve rumo ao Amapá. As crianças encostam nessas barcaças e trocam os seus sexos por comida e dinheiro. Induzidas, Ministra, induzidas pelas mães. Será que no mundo todo existe isso? Eu questiono. Será que no mundo existe uma notícia disto? E eu questionei, secretária, secretária, se V.Ex^a. mandar para Abaetetuba mesmo, o Senador Nery está me ouvindo e eu sou profundo conhecedor do interior do Pará, talvez um dos Senadores que mais conheça o interior do Estado do Pará. Tive mais de um milhão de votos no interior do Estado do Pará. Votos de livre e espontânea vontade. Visito constantemente, jamais me afastei do interior do Pará, agora mesmo vim de lá, agora mesmo estou voltando para lá para o oeste do Pará. Sei, conheço na palma da minha mão todos esses problemas. Não é o único caso de uso de adolescentes em Abaetetuba. Na própria Abaetetuba, se nós fizermos aquilo que a polícia chama de pente fino, nós vamos encontrar vários e vários e vários casos de uso de adolescentes. Se nós formos em outras cidades do Marajó, Presidente, nós vamos encontrar homens de 50 anos de idade morando, convivendo com meninas de 11 anos de idade. Eu mostro. E eu denunciei isto aí. O bispo do Marajó já denunciou. A promotora da cidade de Portel já denunciou. O Ministério Público já denunciou. E não é um caso só, Ministra, de homens de mais de 50 anos, 40 anos, convivendo com meninas

de 11 anos. Sabe por que, Ministra? Porque o próprio pai e a mãe induzem a menina a fazer isso para que o cara que convive com ela, me permita chamar assim, possa sustentar a família do pai e da mãe. Isso é normal, comum na ilha do Marajó.

Este fato veio permitir que eu viesse hoje aqui porque o Presidente me deu essa oportunidade de vir relatar na frente de V.Ex^a. e eu espero que tenha alguma providência para ser tomada. Ministra, muitos questionaram aqui... Eu respeito o questionamento de todos, mas não se tem o que se questionar nesse caso. Tem que se punir neste caso. Aqueles que foram irresponsáveis terão que ser punidos. Não adianta nós aqui, Presidente, questionarmos que foi no Governo de A, de B, de C e de D, que também existiam casos semelhantes. Não adianta questionarmos isso. Aí eu perguntaria se é para questionar. Sim, a Ana Júlia não tem ainda um ano, mas o Lula não tem um ano? Não adianta. Se formos por este caminho é pior.

A nossa Constituição é muito clara. Constituição paraense. Eu não vou nem para a federal. Artigo 299-1. É dever do Estado criar mecanismo de proteção às mulheres e às crianças. Eu pergunto ao Estado do Pará: Que mecanismo? E uma pergunta que eu quero fazer à secretária. Sem indução, sem querer criar polêmica, secretária. Estou aqui até questionando aquilo que é favorável a nós paraenses para que a gente possa consertar os erros. Consertar os erros O que foi feito, que mecanismos foram criados no Estado do Pará, se é que tinha erros anteriores, nunca ouvi falar, nunca ouvi falar, mas se é que tinha erros anteriores e que se chegou num Governo dizendo que ia se combater a violência, quais os mecanismos que se criaram de proteção às mulheres e às crianças quando as crianças do Marajó estão sendo violentadas diariamente? E aí este caso patente. Artigo 299-2, garantir a imagem social da mulher como trabalhadora, mãe e cidadã. Aí eu pergunto à Ministra: Minha operosa Ministra, o que é que foi feito durante os 16 anos de proteção à violência contra as mulheres? Artigo 301 parágrafo um. É dever do Estado assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral. Essa é a Constituição paraense, a Constituição do meu Estado. A federal. Artigo 5, inciso terceiro, ninguém será submetido à tortura e nem a tratamento desumano ou degradante. É muito clara a Constituição. Para que Decreto? É verdade, para que Decreto? A Constituição é muito clara. Não há o que questionar, Presidente, não há o que questionar. Agora, sinceramente é procurar solucionar um problema grave. É tão grave que esta menina, Presidente, esta menina gritava pela janela que dá acesso à rua, gritava.

É impossível entender, é impossível entender, não cabe na cabeça de nenhum cidadão brasileiro que uma criança abatida como estava, sofrida, torturada, usada, gritando pela janela de uma delegacia, e delegacia não é lugar para preso, lugar para preso é em presídio, seja mulher ou homem, delegacia é para Delegado para pegar depoimento e tratar da Segurança Pública do interior, não é para prender e não pode confundir as coisas. Assim que eu entendo, Presidente. Como é que uma criança gritando por socorro, por comida, será que nenhum Delegado ou Delegada, será que nenhum... Como é que chama? Investigador, ouviu esta criança sofrida gritar por socorro? Não dá para atender. É deprimente. Aí outras delegacias também têm mulheres presas? Tem sim, não é só em Parauapebas, não é só em Pirabas. Se eu fizer parte dessa Comissão eu vou mostrar onde tem. Se eu fizer parte dessa Comissão nós temos que andar muito. Temos que ir lá no final do Marajó. Lá nas ruas de Abaetetuba à noite, à noite. Ver crianças drogadas de 11, 10 anos de idade.

Droga correndo a solto. E a maioria dos consumidores são crianças. São adolescentes. Meninos e meninas cheirando cola e consumindo drogas de todos os tipos e eu tenho até receio, Presidente, de falar isso porque já tive duas bombas na garagem da minha casa que quase perco a minha filha e isto vou hoje à Polícia Federal, na garagem da minha casa, aqui em Brasília, mais de 50 centímetros, uma bomba caseira, aqui, quase eu perco a minha filha de três anos de idade. Eu tenho estilhaços da bomba lá no meu gabinete que estou entregando hoje ao meu Advogado. Duas seguidas. E eu tenho até receio de falar isso.

Estou falando isso com muita determinação, Presidente. Com muita determinação. Mas isso é a grande realidade. Eu não torço por desgraça. Eu não torço, secretária, fique certa disso, eu não torço para o Governo da Governadora Ana Júlia não dar certo. Saiba disso, tenha convicção disso. Eu quero que dê certo para o bem do nosso Estado. A senhora quer, todos nós paraenses queremos. Agora, é preciso medidas enérgicas imediatamente. Imediatamente. Eu não sei se eu poderia fazer, mas, se eu fosse Governador do Estado do Pará num caso deste, eu não sei se eu ia responder depois, mas imediatamente, imediatamente eu punia todos aqueles que trabalhassem na delegacia de Abaetetuba. Todos foram culpados, todos sabiam, todos sabiam. Isso era a primeira providência que tinha que ser tomada exatamente na hora que a denúncia chegou. Na hora que a denúncia chegou. E será que isso não é um flagrante, Senador Flexa?

Sinceramente, Presidente, eu... Eu fico muito constrangido por ter acontecido no meu Estado. Eu queria que a gente pudesse comemorar no Estado do

Pará fatos que viessem realmente trazer a sensibilidade de cada paraense no nosso progresso, na nossa produção, no nosso PIB, que o paraense pudesse viver mais feliz, que o paraense pudesse comemorar o crescimento do seu Estado. Infelizmente não é isso que estou vivendo. Eu não culpo e recebi uma correspondência da Associação dos Delegados, delegadas do Pará e eu quero deixar bem claro aqui, Delegado, Delegada, de que eu respeito muito a classe. Eu sei que isso não se pode generalizar.

Os delegados do meu Estado ganham pouco, são mal pagos, como a Polícia Militar é mal paga, isso é um dos fatos, isso é um dos fatos também, toda a polícia brasileira, isso é um fato, mas são homens que cumprem com sua obrigação e com seu dever. Alguns são irresponsáveis como é o caso aqui. Alguns são irresponsáveis como é o caso aqui. Não são todos, não, respeito a classe e tenho uma consideração especial por ela. Este fato, Presidente... Já é pra mim encerrar, né? Esse fato, Presidente, eu espero que não aconteça mais. Eu fiz críticas à Governadora Ana Júlia. Não é mal para a Governadora. Sei que alguns podem achar que eu estou fazendo uma agressão à Governadora quando falei que ela só foi tomara e eu queria dizer aqui à Governadora isso, para o bem dela, não é para o mal dela. Como vou na Tribuna aplaudir a Governadora no dia que ela merecer e eu não fiz como sentido de fazer palhaçada, crítica, circo, nada disso. Foi com crítica contundente mesmo exatamente para a Governadora perceber que o fato é grave. Gravíssimo. Notícia internacional e eu lamentei quando passei no salão negro desta Casa, três dias depois do acontecido e vi a Governadora dançando carimbó.

Eu lamentei isso. Lamentei. Eu não gostaria de ter visto aquela cena. Não gostaria. Sei que muita gente ficou chateada eu externar esse pensamento e sei que vão ficar chateados de eu estar externando aqui, mas não estou externando no sentido de fazer uma crítica destrutiva a ela. Ao contrário. Estou questionando para que ela se posicione com firmeza neste caso e leve a sério este caso. Porque fatos como esse não podem mais acontecer, não só no nosso Estado, mas no nosso país, no Brasil que vivemos hoje que é um país de violência, vamos pelo menos proteger as nossas crianças brasileiras. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu antes de passar a palavra ao Senador Suplicy, a Ministra Nilcéia, ela quer fazer uma fala porque ela tem que ir para a audiência em seguida. Depois falará o Senador Suplicy e o Senador Valter Pereira com certeza também.

SRA. MINISTRA NILCÉIA FREIRE: Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Eu queria antes de me

despedir, foram feitas várias considerações pelos Srs. Senadores e eu gostaria apenas de fazer algumas observações finais. A primeira delas eu gostaria de começar pela intervenção do excelentíssimo Sr. Senador Flexa Ribeiro, dizendo que efetivamente eu não me sinto na obrigação de vocalizar a qualquer colunista aquilo que venho fazendo porque a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres foi criada pelo Presidente Lula para que nós trabalhemos, tomemos medidas concretas e não temos nenhuma vocação para o espetáculo.

Quando tomamos conhecimento do fato, tomamos as providências que deveríamos tomar sem atropelar a Governadora ou o Governo do Estado do Pará, solicitamos informações, medidas já estavam sendo tomadas pela secretaria de Direitos Humanos, pertencemos a um Governo, pertencemos a um Governo que tem diferentes órgãos e setores com atribuições que se combinam e que se complementam. E é dessa maneira que trabalhamos.

Enviamos um release, uma nota à imprensa no momento adequado, dando conta da Comissão coordenada pela secretaria do grupo interministerial que foi ao Pará em conjunto com a secretaria de Direitos Humanos, cada um na sua área de competência tomou as providências que nos cabem tomar. No entanto, também gostaria de dizer que eu sinto muito que nós estivéssemos já trabalhando na matéria antes que esse fato tivesse acontecido. Eu sinto muito se não é agradável ouvir que no nosso país, para além do Estado do Pará, existe uma situação lamentável nos presídios femininos. Eu sinto muito que tenhamos sido acionados e tenhamos ido ao OEA responder denúncia feita por Organizações Não-Governamentais que diziam respeito aos maus-tratos das mulheres em situação de prisão nos presídios de São Paulo. E por isso digo não temos medidas a tomar exclusivamente para esse caso. Temos medidas a tomar para os casos de mulheres que têm seus Direitos Humanos violados nas prisões brasileiras. E estas já têm recursos, inclusive, orçamentários na proposta orçamentária do Governo Federal, no PPA 2008/2011 e, tanto na agenda social lançada pela secretaria de Direitos Humanos, quanto pelo PRONACE e tanto pela Secretaria Especial de Política para as mulheres. E é dessa maneira que nós continuaremos trabalhando, sem nenhum gosto pelo espetáculo, sem nenhuma intenção de tirarmos qualquer proveito político de um caso lamentável como esse.

Eu queria dizer quando se falou da postura da Juíza aqui, da postura da delegada... Evidentemente nós lamentamos a postura, tanto da Juíza, quanto da delegada, e isso só vem a reforçar aquilo que mencionei antes: Que temos que trabalhar para mudar a

cultura do nosso país. Temos que trabalhar para que a percepção da violência pelas autoridades possa distinguir em cada momento a que tipo de violência e complexidade que ela tem.

Quero dizer que não há justificativas nesse caso, como não há justificativas a serem feitas em nenhum outro caso. Com toda a humildade, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, como disse o meu colega Paulo Vanuchi, quero... E já tinha dito anteriormente, não sei se fui compreendida, quero deixar aqui à disposição aquilo que já foi levantado pelo grupo interministerial que trabalha a situação prisional das mulheres encarceradas no nosso país. Quero deixar à disposição dessa Comissão, Senador Paulo Paim, porque isto é trabalho. Isto não é espetáculo. E continuarei e continuaremos trabalhando desta maneira no Governo do Presidente Lula. Sou uma servidora pública, de carreira com muito orgulho e como servidora pública de carreira, estou aqui e estarei em qualquer circunstância para prestar quaisquer esclarecimentos que sejam necessários nessa Comissão ou em qualquer outra como temos vindo, não por convocação, mas espontaneamente a muitas comissões do Congresso Nacional.

Mais uma vez, antes de me retirar, quero agradecer a oportunidade que a Comissão nos proporcionou, quero agradecer a colaboração que temos tido do Congresso Nacional no sentido da apresentação de Emendas que ampliem o orçamento da secretaria especial de políticas para mulheres que é uma secretaria que tem a função de articulação e coordenação de uma política no âmbito do Governo, quero agradecer a colaboração dessa Casa na aprovação de legislações que puderam e que podem melhorar a situação das mulheres no nosso país como a lei Maria da Penha e as recentes revisões que foram feitas no Código Penal brasileiro, onde a expressão mulher honesta autorizava como outras tantas autorizava em tribunais que as vítimas muitas vezes passassem de vítimas a reis dos crimes perpetradas contra elas, como quis ou como quiseram na justificativa do que ocorreu a esta jovem, a esta menor no Estado do Pará dizer que ela era uma pessoa, uma menor que vivia na prostituição. Então eu só tenho a agradecer, me despeço, a minha secretaria continuará aqui presente até o final da audiência, a senhora Elizabeth Pereira, que foi uma das pessoas, por favor, Gerente, diretora de projetos da secretaria que esteve em missão no Estado do Pará juntamente com a nossa colega de Governo Márcia Ustra, eu solicitaria que ficasse aqui em meu lugar até o final da audiência. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho, Senador Flexa Ribeiro. Pela ordem. Pela ordem. Eu só quero esclarecer ao

Plenário que a Ministra ela está aqui, ela trocou toda uma agenda dela...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É 30 segundos, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não. Eu só quero dizer que eu faço um apelo ao Plenário para que ela possa se retirar, vou atender V.Exa. pela ordem com certeza absoluta para que seja o mais breve possível para que ela possa assumir o compromisso. Nesse momento. Desde que ambos... fica o apelo, 30 segundos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu apenas quero reafirmar o apreço e respeito que tenho pela Ministra Nilcéia. Eu li apenas um comentário do jornalista Ricardo Noblar. V.Ex^a. evidentemente não concorda com o comentário dele. Agora, a pergunta que eu fiz a V.Ex^a., V.Ex^a. não me respondeu. Eu lhe perguntei se no caso específico do episódio lamentável do Pará, se V.Ex^a. como Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres tinha se pronunciado oficialmente ou uma nota oficial, ou uma declaração na imprensa ou uma declaração na televisão... V.Ex^a. disse que teve um release da secretaria que foi publicado na imprensa. Quero saber se V. Exa. De voz própria fez declaração a respeito disso que o jornalista falou.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ela falou aqui, até está com a nota inclusive aqui oficial.

SRA. MINISTRA NILCÉIA FREIRE: Gostaria de passar às mãos do Senador. Melhor do que cansar os outros que tenha já ouvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem Senador Mário Couto --.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu tenho a que lamentar, Sr. Presidente. Eu quero deixar aqui um voto de repúdio. Eu venho para um debate de um assunto tão importante, aí a Governadora sai, aí o Ministro sai, aí a Ministra sai...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pela ordem, Presidente. A Governadora não foi convidada. Ela veio --.

[falas sobrepostas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): É um assunto que interessa ao Estado do Pará e ao Brasil. Como é que a Governadora não está aqui?

[falas sobrepostas].

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): E a Ministra devia ficar até o fim.

[falas sobrepostas].

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): É um assunto sério para o país. Não é só para o Estado do Pará, não. É para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Mário Couto, está registrado o seu projeto, seu protesto. Eu nesse momento mais uma vez agradeço a Ministra Nilcéia pela sua presença neste momento... Senador Flexa Ribeiro, deixa eu dar um encaminhamento, nós vamos continuar o debate. Podemos amanhecer, eu não tenho pressa nenhuma. A Ministra veio aqui, trocou toda a sua agenda, iniciou, está aqui desde as nove horas da manhã, está saindo nesse momento... Vamos continuar e vamos continuar. Então nesse momento Ministra Nilcéia, quero agradecer muito a V.Ex^a., está liberada... Mas com certeza absoluta, essa é a liberdade que todos nós temos. Senador Suplicy com a palavra nesse momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado Sr. Presidente, agradeço a atenção, a determinação da Ministra Nilcéia Freire como Ministra especial para política para as mulheres e gostaria, Sr. Presidente, de tendo havido problema que eu precisei estar lá como autor do projeto sobre as normas cooperativas, não pude assistir todo o debate, mas é possível até que tenha sido respondida aquilo que eu gostaria. Mas, tendo tomado conhecimento que, sobretudo, a senhora Márcia Ustra Soares teve a oportunidade de dialogar com a jovem de nome Lidiana, ou L, que eu agradeceria muito se puder nos relatar como foi que a encontrou, o seu Estado de espírito, o que ela relatou que efetivamente aconteceu, uma vez que na imprensa eu, por exemplo, li relatos mais diversos. Uns contraditórios em relação aos outros. Então eu acho que seria importante que como a senhora teve a oportunidade de... Se foi isso, dialogar com ela, que nos diga qual foi o relato. E depois, se puder nos dizer um pouco da sua história, se... Porque essa história dela pode nos ajudar a compreender um pouco que razões levaram esta menina, esta moça a chegar a tal ponto de estar precisando, segundo a secretária Vera Lúcia Marques Tavares que há pouco estava aqui, que... Precisa trocar a... É que eu olhei para onde estava a sua placa. Perdão. A senhora... Que eu vi que mudou atrás. De maneira... A senhora nos... Não, eu estava olhando certo, mas a placa tinha mudado.

A senhora nos relatou que esta moça tinha já oito registros. Mas então, que razões teriam levado esta jovem se 16 anos ela tinha, com tão pouca idade, já ter diversas passagens? Essa história poderá nos levar a compreender por que é que acontece isso ainda. Ou situações como a que o Senador Mário Couto relatou que jovens são submetidas a condições às vezes até instadas por seus pais para sobreviver. Não sei se pôde já ser esclarecido aquele ponto, mas quem sabe a própria Dra. Márcia possa nos dizer. Então, a menina, a jovem L estará agora sob a proteção especial

da secretaria dos Direitos Humanos num determinado programa.

Mas eu gostaria de saber em que medida ela já pode estar sendo considerada como em liberdade e uma vez realizado este programa de assistência, de recuperação, de orientação, se ela poderá e terá um encaminhamento para em efetiva liberdade poder continuar a ter a devida assistência? E quando é que isto vai ocorrer? Que tipo de orientação podemos estar seguros que a autoridade governamental irá prover a ela nesta direção? E se tantas pessoas neste país são levadas a criminalidade, a... Até por falta de condições de sobrevivência, por esta razão dentre outras que eu tanto venho batalhando para que se institua o mais brevemente possível neste país uma renda básica como um direito à cidadania, até encaminhei à secretária Vera Lúcia que irá compreender melhor o meu livro a respeito. Então é a indagação que eu tenho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valter Pereira, como último Senador inscrito e retornamos à Mesa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de ponderar o seguinte. O Senador Suplicy fez uma intervenção e pediu uma resposta. Eu gostaria que fosse dada a resposta a ele e em seguida como eu sou o último, eu faria uma intervenção também...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então vamos fazer da seguinte forma, que falta ainda um dos nossos convidados a fazer uso da palavra. Então vou passar a palavra ao Dr. Carlos Roberto que falta um ainda aqui da Mesa e aí começaríamos pela Dra. Márcia respondendo ao Senador Suplicy e o Senador Valter Pereira usará a palavra no momento que entender mais adequado. Por favor, Dr. Carlos Roberto, Coordenador do Departamento Penitenciário Nacional.

SR. CARLOS ROBERTO: Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais autoridades presentes. Eu vou ser breve, eu vou, eu estou ouvindo aqui ao longo dos vários relatos, a situação caótica que se encontra o sistema penitenciário nacional. Então, eu vou começar a fornecer dados para a gente efetivamente ter condições de mensurá-los. No Brasil hoje nós temos cerca de 420 mil pessoas presas. Nós temos um déficit de vaga girando em torno de 130 mil. Estima-se ainda que existam 500 mil mandados de prisão a serem cumpridos --.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu pediria a gentileza de informar se nesse número que V.Ex^a. citou estão também considerados os menores infratores.

SR. CARLOS ROBERTO: Não, senhor.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): E se tem também um número relativo aos menores infratores. Ou é outra área?

SR. CARLOS ROBERTO: É outra área, Senador.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ta bem. Mas no Estado do Pará depois eu agradeço se as autoridades puderem informar os mesmos números do sistema penitenciário e do sistema onde estão os menores infratores, porque esse é um dado relevante para o caso que levou a esta audiência.

SR. CARLOS ROBERTO: Ok. Esse cenário, ele ainda fica mais sombrio quando a gente verifica que 50% dessa massa carcerária são de presos provisórios. Mais especificamente em relação ao caso do Pará, recentemente mês de outubro o departamento penitenciário enviou uma Comissão ao Estado do Pará a fim de implementar as ações do Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania. Então até pra gente aqui um representante aqui da Comissão.

Bom, lá respondendo especificamente ao Senador, nós, a massa carcerária é de nove mil presos sendo que 7200 estão na superintendência do sistema penitenciário com o sistema prisional propriamente dito e 1800 em delegacias. Como disse, no Brasil são 50% no Estado do Pará a situação é pior. São 70% dessa massa são presos provisórios, sendo 4.700 de homens e 230 mulheres. O déficit de vaga no Pará gira em torno de três mil, dá mais ou menos uns 34%. Só que em relação à mulher, lá nós temos uma... São apenas 87 mulheres encarceradas nesse regime fechado e semi-aberto. No Brasil, de uma forma geral, como o outro Senador colocou, nós temos 5% apenas de mulheres presas no Brasil e essas mulheres não cometeram crimes violentos, mas de certa forma estão encarceradas.

Onde eu estou querendo chegar com isso? Com essa minha retórica? É que a gente, nós não podemos imputar ao sistema penitenciário toda uma culpa pela não capacidade do Estado em evoluir nessa área. O grande problema que nós encontramos hoje, primeiramente é a não... o não cumprimento da LEP, da lei de execução penal. A LEP, por exemplo, ela prevê uma Comissão Técnica de classificação para justamente separar, avaliar e classificar as pessoas que são efetivamente perigosas, as pessoas que cometeram crimes primários, etc. e tal. Então nós temos um grande problema de fazer cumprir a lei, nós temos problemas da demora do judiciário e defensorias públicas enfraquecidas. Então hoje quando a gente olha para esses números alarmantes, a gente, no primeiro momento entende que o necessário para a resolução do problema seria a criação de novas vagas. Mas isso não

é verdade porque quanto mais vagas nós tivermos, mais presos nós teremos. Então, nós temos fazer na verdade uma reavaliação de todo o nosso sistema penal para evitar efetivamente o ingresso de pessoas no sistema penitenciário.

Respondendo especificamente à Senadora, no Brasil nós temos 1136 estabelecimentos penais, sendo que para mulheres apenas 55. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, ele contempla estabelecimentos penais femininos inicialmente nas 11 regiões metropolitanas que tem maior incidência criminal. O que é que o DP faz na melhoria... Especificamente na melhoria desse sistema? Nós, a partir do momento que detectamos algum problema nas unidades federativas, nós, por meio da ouvidoria, nós comunicamos essa unidade da federação os problemas que lá estão sendo vivenciados, comunicando especificamente o Ministério Público, a Defensoria Pública, ao pessoal... Ao pessoal do Poder Executivo, em suma, essas medidas são adotadas. Agora, uma coisa é o departamento penitenciário nacional encetar essa unidade da federação a fim de que elas cumpram a LEP, outra coisa é efetivamente a LEP ser cumprida. E daí vem a pergunta: Então como é que o departamento penitenciário nacional pode fazer com que a LEP seja cumprida se existe um pacto federativo e cada Estado tem o seu poder de se auto governar, auto determinar?

A única sanção efetivamente que nós temos é não repasse de recursos, mas aí cabe uma pergunta: Como não repassar recursos se a situação já está deplorável? Em suma, nós temos que, como eu disse inicialmente, nós temos que rever alguns conceitos de que não só a Constituição de estabelecimentos penais e criação de vagas vão resolver os nossos problemas.

Especificamente em relação ao Estado do Pará, até 2006 foram repassados pelo FUPEM, fundo penitenciário, que é o fundo que é gerenciado pelo departamento penitenciário nacional, trinta e quatro milhões de reais. Desde a criação do fundo até 2006. Desses trinta e quatro milhões, trinta e três milhões foram para a construção e reforma de estabelecimento final. Agora em 2007 são trinta e quatro... Foram trinta e quatro milhões até 2006 repassados do FUPEM, fundo penitenciário nacional para o Estado do Pará. Desses trinta e quatro milhões, trinta e três foram para a construção e reforma de estabelecimentos penais. Agora em 2007 há uma previsão de repasse de quatorze milhões de reais para o Estado do Pará. Sendo desses quatorze milhões, doze milhões para a construção e reforma de estabelecimento prisional. Então, finalizando, o que nós temos mesmo... O que nós temos que ter em mente é que [soa a campainha] As leis elas... Nós não pode-

mos depositar todas as nossas esperanças em leis, em normas e no escrito. Nós temos que fazer cumprir aquilo que já é bom. A LEP é boa, o ECA é bom e não apenas criar novas leis, criar novos mecanismos para cumprir o que já deveria estar sendo cumprido.

A LEP data de 1984 e nós já estamos há mais de 20 anos afrontando a LEP diuturnamente. Mais especificamente em relação às mulheres, as mulheres elas são duplamente agredidas. Uma quando elas estão inseridas no próprio sistema penitenciário e a outra quando elas vão visitar seus maridos, seus filhos, etc. e tal e são submetidas a revistas vexatórias, revistas íntimas, etc. Então, em suma nós temos é que fortalecer as instituições existentes, por exemplo, a Defensoria Pública, porque com a Defensoria Pública forte, uma OAB forte, comunidade, sociedade ofertada, nós temos que, nós vamos ter possibilidade de diminuir esse percentual de presos provisórios, com isso vamos enxugar o sistema penitenciário e a partir daí criar uma nova política no sistema penitenciário nacional. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. A Senadora Patrícia Saboya Gomes que está acompanhando no Ceará esse debate pela sua importância comunica... Comunicou a mim e pediu que e informasse ao Plenário que via frente parlamentar em defesa da criança e do adolescente ela tomou uma série de medidas junto ao Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e lembra que o disque denúncia nacional para esses casos é o disque 100. E só não está aqui porque ela está recebendo uma homenagem nesse momento na Assembléia Legislativa do Ceará pelo trabalho que tem feito nessa situação e principalmente pela lei Maria da Penha. Passo a palavra para complementar as informações, ao Coronel Sandoval Bittencourt, Superintendente do sistema penal. V.Ex^a. dispõe de vinte e cinco minutos.

CORONEL SANDOVAL BITTENCOURT: Excelentíssimas senhoras e senhores, vou fazer uma explanação superficial rápida sobre a realidade crítica do sistema penitenciário do estado do Pará, pontuando a superlotação e de que forma o sistema vem comprometendo a atuação da Polícia Civil. A população penitenciária do Estado cresceu nos últimos dez anos oito vezes. A ampliação de vagas não acompanhou este ritmo e nós iniciamos o ano de 2007 com cerca de 8500 presos para 6000 vagas. Hoje nós já estamos com nove mil presos. Desse total, como já foi antecipado, 1800 presos provisórios se encontram nas Delegacias de Polícia justamente porque o sistema penitenciário não tem capacidade, alimentação e material de abrigá-los dentro do sistema.

Do total de nove mil presos que nós temos, nós contamos com apenas 1700 presos que têm a sua sentença definitiva. Os demais ou são provisórios por completo ou tem uma sentença, mas aguardam outras. E isso compromete diretamente o cotidiano nas unidades penitenciárias, porque aquele preso que não sabe o tempo que vai ficar no cárcere tem o comportamento distinto, é intranquilo, causa indisciplina.

O que se constatou no início dessa gestão é que o sistema, ao longo do tempo, se transformou num depósito de presos e as medidas de ressocialização que são tão pregadas não foram efetivadas. Restava então trabalhar nessa área de imediato, buscar fazer contato com todos os atores envolvidos para dinamizar os processos e reconstruir a ressocialização. Mas aí veio uma outra questão que nós nos deparamos logo de partida. Não nos foi deixado recursos para investimento. Nós entramos na gestão com zero no cofre para investimentos e isso obrigou um esforço enorme do Governo para redirecionar recursos para ações realmente emergenciais. Era só com isso que nós poderíamos contar.

Com esses recursos limitados, nós duplicamos como foi bem falado já pela nossa Governadora, o número de vagas do centro de recuperação feminino, nós adquirimos viaturas que são necessárias para comparecer às audiências, com a finalidade da celeridade processual, ao caso dos provisórios e estamos promovendo a ampliação, também emergencial, em uma unidade da região metropolitana para diminuir a pressão que hoje é sentida nas unidades da Polícia Civil, mas tudo isso com recurso muito limitado.

Por outro lado, para complementar essa falta de recursos, nós concentramos esforços para apresentar ao Governo Federal, ao departamento penitenciário nacional uma série de projetos buscando a ampliação de vagas e a construção da ressocialização. O Estado do Pará foi o primeiro Estado a finalizar e entregar seu Plano Diretor, que não é um plano simples. Ele, na verdade, traça passos concretos que já estão sendo realizados de um redirecionamento do sistema para que ele finalmente obedeça a lei de execução penal.

As metas estão traçadas, são monitoradas pelo departamento penitenciário nacional e pelo sistema estadual e já começam a se concretizar.

Com base nesse plano, o investimento já está sendo firmado e nós já temos previstos para o primeiro semestre a construção de pelo menos três unidades. Outros convênios estão sendo tratados pela Governadora, mas o que eu gostaria de pontuar então nesse pequeno, nesse final de fala, é que ao lado dessa questão e tão importante quanto, é necessário uma observação atenta à questão dos provisórios.

Hoje no cárcere do Pará um preso provisório passa... Isso foi uma estimativa feita em amostragem. O sistema penitenciário não tem como garantir essa exatidão, mas é indicador. Tem, o preso passa em média um ano e meio para ter seu processo julgado, em média, tem casos extremos. O tempo para a primeira audiência estimado nessa forma também gira em torno de 60 a 90 dias a primeira audiência. Tem casos também extremos. [soa a campainha] Tudo isso compromete muito o sistema penitenciário.

Se nós fôssemos pensar para finalizar, o sistema tem hoje seis mil vagas. Conta com 1600, 1500 sentenciados. Nós teríamos então quatro vagas para cada sentenciado. Se eu fosse considerar ainda aqueles que já foram sentenciados, mas respondem processo provisório, seria pouco mais de três mil. Ainda assim eu teria duas vagas para cada preso. Se eu acompanhar uma estatística que foi feita para a América do Sul pelo jurista e pesquisador Eugênio José(F), ele estima que do total de presos provisórios, quando julgados, 75% serão absolvidos. Estimativa dele em pesquisa dele.

Nós fizemos uma amostragem num presídio da região metropolitana e chegamos a um montante de 72%. Mas se só para finalizar, Presidente, [soa a campainha] Se isso fosse ao contrário e se 30, 40% que seja desses presos que hoje estão aguardando julgamento fossem inocentados, ou não inocentados, mas que o próprio tempo da prisão já foi suficiente para o crime que ele cometeu e tem muitos casos assim, nós estaríamos com a nossa capacidade suficiente. Isso é importante ser levado em conta porque o investimento numa penitenciária é investimento alto. Passa os vinte milhões. Então não basta apenas, como foi bem falado pelo Sr. Carlos Roberto, não basta se pensar apenas na ampliação. Isso vai tirar recursos de outras áreas. É necessário focar a questão dos presos provisórios no Pará. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai começar a fazer as suas considerações finais, eu vou começar pela Dra. Márcia por que ela ao mesmo tempo já responderá ao Senador Suplicy. O Senador Valter fará uso da palavra no momento que ele entender adequado como foi combinado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [Pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA USTRA SOARES: Senador Paulo Paim, demais autoridades da Mesa, Srs. Senadores, eu me reporto neste momento aos questionamentos feitos pelo Senador Suplicy, o Ministro Paulo Vannuchi já fez seu pronunciamento em nome da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, eu me encontro aqui justamente para responder as perguntas dos senhores.

Num primeiro momento eu gostaria de começar pelo fim, lhe respondendo acerca do sistema sócio-educativo no sistema sócio-educativo do Brasil hoje nós temos cerca de 60 mil adolescentes no sistema, sendo que 15 mil dos quais em unidades de internação.

No Pará os dados de dezembro de 2006 apontam... Apontavam, que haviam 231 internos em unidades de internação no Pará. O Pará tem 17 unidades de restrição de liberdade entre internação, semi-liberdade e internação provisória e existe lá uma unidade específica para meninas.

O sistema todo do país hoje aponta como que 94% do sistema é composto por adolescentes meninos, 6% aproximadamente de meninas. Eu queria também retificar um dado que foi apresentado aqui todos os Estados brasileiros possuem unidades de internação feminina. O que não existe em 17 Estados são unidades de semi-liberdade feminina. Isso também por uma baixa demanda, tendo em vista que o judiciário pouco aplica essa medida. Então só para fazer... Prestar os primeiros esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [Pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA USTRA SOARES: Agora vamos, agora vamos ao caso do Pará. A menina estava em cadeia não porque não havia espaço no sistema sócio-educativo. Ela sequer ingressou no sistema sócio-educativo. Ela foi tida, e por isso eu gostaria de ressaltar, evidentemente que do ponto de vista da violação de direitos sexuais e reprodutivos e Direitos Humanos do indivíduo não faz diferença se ela tem 12, 11 ou 25 anos. Agora, neste caso faz diferença, sim, ela ter menos de 18 anos por que ela deveria ter ingressado no sistema sócio-educativo que é sistema que não atribui pena, mas, sim, medida sócio-educativa. Essa menina jamais ingressou no sistema sócio-educativo.

As três denúncias feitas contra ela e as três ordens judiciais dizem respeito à justiça criminal comum. Portanto essa menina não tem condenação juízo da infância e juventude que é um juízo competente para lhe julgar. Esta é a gravidade do fato e faz diferença, sim, ela ter menos de 18 anos e não é por acaso, não é por pouco que algumas autoridades policiais e algumas pessoas locais se imbuíram do instinto de tentar provar que maior de idade ela era quando estava claro que não era. A menina era civilmente identificada, ela tinha certidão de nascimento, ela não precisava de outra identificação. Ela tem certidão de nascimento comprovando que ela é menor de idade.

Não bastasse isso foram feitas, construídas provas periciais de arcada dentária cujo resultado saiu na sexta-feira, o laudo não foi entregue, nós fazemos aqui um apelo para que esse laudo venha até os autos, mas

o Diretor de I M L declarou que o laudo demonstra que essa menina tem entre 15 e 16 anos, então não resta dúvida sobre a maioridade dela e isso é importante porque ela está sendo julgada pelo sistema judicial inadequado. Então isso eu acho que é a primeira coisa a ser esclarecida.

Em segundo lugar, nós tivemos, sim, contato com a menina, seus pais, essa menina vem de um histórico de violação de direitos, um histórico que não é desconhecido a nenhum cidadão brasileiro, um histórico que é recorrente nesse país, esta menina é filha de uma mãe e de um pai que trabalhava na carvoaria, trabalhou sua vida inteira, tem uma saúde absolutamente debilitada, tem um pulmão só, ela não foi registrada quando nasceu, ela viveu dos cinco aos quinze anos com o pai e com a madrasta a quem ela se reporta como mãe, quando tinha 10 anos a mãe que tem um outro companheiro, o pai estava gravemente adoentado no hospital à beira de morrer, a mãe pediu então autorização para que o companheiro dela registrasse a menina ao que o pai consentiu. Então esta menina ela é registrada pelo padrasto e filha, enfim, desse senhor com que está com ela agora que é de fato com quem ela fez vínculo.

Ela refere que em dado momento da vida dela ela tinha um vínculo forte com o avô que faleceu e que isso, de alguma forma, e eu não tive tempo porque nós ficamos 24h00 no Pará e tivemos que trabalhar muito e muito rápido para proteger a vida dessa menina, ela refere que nesse momento, ela refere isso também nos depoimentos que nesse momento então ela passa a habitar mais as ruas.

Quando ela tinha próxima de 15 anos então a mãe chama ela, ela fica um pouco com a mãe, aí decide morar um pouco com o tio e aí às vezes morava com o pai, e existe uma situação de negligência no cuidado com essa menina e vejam bem, eu não quero responsabilizar pai e mãe porque nós entendemos a situação que essas pessoas vivem, mas existe, tanto que essa menina passou 30 dias em restrição de liberdade e ninguém sentiu falta.

Essa menina passou pelas ruas, essa menina, e eu gostaria também de deixar registrado, crianças e adolescentes nesse país não se prostituem, elas são exploradas sexualmente, então ela passou por uma situação de exploração sexual comercial, ela refere que teve em alguns momentos vendeu algumas coisas na rua, então ela é uma menina que também passou pela situação de trabalho infantil, então ela tem uma violação de direito, ao direito a convivência familiar e comunitária, ela teve uma violação de direito quando se trata da exploração sexual infantil, ela tem violação do direito quando ela trabalha e estava fora

da escola, então há uma sucessão de violações de direitos que envolvem essa criança que nós sabemos que infelizmente não é o único caso do país. Por isso provavelmente ela se envolveu, ela teve envolvimento com o tráfico em dado momento, porque parece que a cidade lá é uma cidade que é rota de tráfico, ela refere ter sido usuária de droga, ela inclusive se encontrava numa agitação muito própria, segundo a médica da abstinência, pela droga, isso foi um relato, eu não sou médica, não posso atestar. Foi um relato que eu ouvi. Por isso ela deve ter se envolvido com pequenos furtos. Porque o que refere até hoje eu não tive acesso a nenhum processo, a nenhum documento que informe que ela foi processada oito vezes.

O único documento que eu tive acesso são depoimentos, inclusive depoimentos da Corregedoria que informam que ela teve, sim, três denúncias. Duas das quais ela não, não foi detida, sendo que a última ela foi detida, registre-se por uma denúncia de furto. Eu sequer tenho notícia de que foi comprovado o furto. É uma denúncia de furto, estávamos na fase de inquérito, portanto ela não pode ser considerada culpada.

No sistema sócio-educativo que é o sistema próprio para atendimento de adolescentes em conflitos com a lei, o furto não autoriza a internação. Só o que autoriza a internação no sistema sócio-educativo são crimes cometidos com ameaça a pessoa, com violência à pessoa humana ou grave ameaça ou em alguns casos de descumprimento reiterado de medida por Juiz. Então furto não autoriza internação, só pra gente ter noção da distinção entre um sistema e outro.

SR. GILBERTO VALENTE MARTINS: [pronunciamento fora do microfone] Como se denúncia peça inicial da ação penal. Vamos deixar claro que ela não foi... Nenhuma vez ELA foi denunciada. Não existe processo judicial... Os inquéritos inclusive que chegaram ao Ministério Público, os dois primeiros, eles foram arquivados.

SRA. MÁRCIA USTRA SOARES: Não se abriu denúncia contra ela. Bom, continuando sobre a situação da adolescente, quando eu a encontrei ela já se encontrava mais tranqüila porque ela estava já sob a proteção da Polícia Rodoviária Federal por uma solicitação nossa, se encontrava com sua mãe, seu pai, sua madrasta, todos sob proteção da Polícia Rodoviária Federal.

Nós entrevistamos a todas essas pessoas para poder decidir quais seriam os rumos do trabalho com essa menina e seus familiares. Eu gostaria de dizer que nós fomos para lá num primeiro momento para resguardar a integridade física dela, de sua família tendo em vista que chegaram a nós inúmeras denúncias de ameaças a essas pessoas. O que eu creio

que conseguimos fazer com algum êxito. Ademais o que posso informar sobre o programa de proteção, o Sr, quer --.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presentemente e como ela está e a perspectiva justamente, por favor.

SRA. MÁRCIA USTRA SOARES: Certo. Então vou explicar um pouco como é que funciona. Eu coordeno, eu sou coordenadora do programa federal de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, uma das iniciativas do Governo para proteger a vida de crianças e adolescentes. Esse programa iniciou em 2003, ele inicialmente estava implantado nos quatro Estados do sudeste, tendo em vista que o mapa da violência demonstrava e demonstra até hoje que são os Estados mais emblemáticos de alta letalidade para crianças e adolescentes.

Nós quando essa menina ingressa no programa ela ingressa a pedido do Ministério Público, ela ingressa com o seu pai e com sua madrasta, ela continua, permanece na companhia deles. O que acontece agora é que ela está sob a proteção da Polícia Federal num dado Estado do país, ela vai passar por um ou dois Estados até que ela chegue a seu Estado de destino. Quando isso acontece, como é que funciona o programa? O programa não trata somente de dar refúgio, de retirar crianças e adolescentes do local de ameaça.

O programa trata de fazer o que chamamos de inserção social segura dessas pessoas. Por quê? Porque diferente do programa de proteção à testemunhas, estamos tratando com adolescentes. O que significa hoje neste programa nós temos aproximadamente 465 pessoas em proteção. [soa a campainha] Das quais dos adolescentes próximo a 70, 75% dos pedidos de ingresso no programa é por envolvimento com o narcotráfico. O que significa que um adolescente por ser um segregário, por ser uma pessoa em desenvolvimento, o que faz com que se coloque em risco num lugar faz com que ele continue colocando em risco em outro lugar. Então proteger um adolescente não é simples. O que é que nós precisamos fazer para efetivar essa proteção? E aí eu já lhe respondo a sua preocupação. Essa criança tem que é que ir para a escola, ela fica acompanhada pelo Conselho tutelar, ela tem uma equipe multi disciplinar que faz o acompanhamento, o pai e a mãe quando ela ingressa com o pai e com mãe que para nós é muito mais simples porque está com seus responsáveis é providenciado um trabalho regular para essas pessoas dentro de suas características, isso significa que esse pai ele trabalhava na roça hoje eu não posso colocar ele num grande centro urbano para trabalhar numa fábrica.

Eu explico isso para nós termos a dimensão da complexidade de um programa desta natureza. Ele é um programa complexo, ele é um programa difícil, é um programa muito caro, porém muito necessário como podemos ver nesta ocasião.

Importante que se diga que isso tudo é feito sempre com a anuência do juizado da infância e da juventude como é que nós sabemos que essa criança e esse adolescente permanece bem do caso dele bem e a evolução do caso dela? Primeiro porque temos equipe que nos presta informação, segundo que essa informação é prestada periodicamente ao judiciário. Então quando essa menina chegar ao local de destino vai ser, nós vamos, vai se abrir um processo lá, nós vamos informar ao Juiz local que aquela menina está lá sob proteção, ele vai passar a acompanhar o caso através, também de seus técnicos, dos técnicos do judiciário, o Ministério Público é informado e, fundamentalmente o Conselho tutelar é quem faz o acompanhamento direto. Não sei se eu já lhe respondi a todas as perguntas? Neste momento elas se --.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite fazer uma sugestão então que possa a senhora Márcia Ustra Soares como secretária especial dos Direitos Humanos, poder transmitir à nossa Comissão de Direitos Humanos, digamos, numa periodicidade até que ela complete 18 anos, digamos, a cada seis meses ou algo assim, porque isso significaria o nosso interesse de saber de que ela vai ter esse desenvolvimento que esperamos seja bem sucedido das medidas sócio-educativas que estão sendo implementadas. É a sugestão que eu formulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero ver como é que eu encaminho por que eu estou um pouco preocupado com o horário. De qualquer jeito aqui as duas horas tem que terminar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, mas então fica a sugestão para que ela possa transmitir a V.Ex^a., como nosso Presidente, e assim todos seremos informados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero lembrar que falta falar o Senador e toda a Mesa tem que falar e aí nós estamos com problema de horário. Então eu faço um apelo aqui para que a Dra. Márcia conclua.

SRA. MÁRCIA USTRA SOARES: Eu concluo nesse momento. Eu queria renovar o compromisso da Secretaria Especial de Direitos Humanos com o acompanhamento desse caso e com a promoção e defesa de direitos de todas as crianças e adolescentes deste país e dizer que nós trabalhamos no Estado do Pará sempre com a colaboração da Dra. Vera Lúcia, que é uma pessoa que todos já sabem, com uma longa e

respeitável história na defesa dos Direitos Humanos que todo esse trabalho foi possível porque contamos sempre, trabalhamos sempre em colaboração, contando o tempo todo com o apoio dela e de sua equipe, a quem eu agradeço de público. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dra. Márcia. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, vou procurar ser muito objetivo e vou me dirigir especificamente à Dra. Vera Lúcia que é secretária de Segurança Pública. A imprensa noticiou que foi... Que as autoridades policiais que atenderam o caso consumaram a prisão dessa jovem em função de desconhecer a idade que ela tinha. Eu gostaria que V.Ex^a. confirmasse se efetivamente essa foi a alegação das autoridades policiais à secretaria de Segurança Pública. Gostaria que respondesse e depois vou fazer outra pergunta em seguida.

SRA. VERA LÚCIA MARQUES TAVARES: Como já me antecederam antes, já sabem que a jovem já passou oito vezes, já teve oito flagrantes contra ela. A alegação é que ela é presa, é comunicado ao Juiz que mantém o Estado de flagrância. E durante esse período todo a moça foi dada como maior de idade. Segundo os policiais que a acolheram, ela dizia... Segundo eles, ela dizia que tinha mais de 18 anos. O que não justifica evidentemente, eu quero que todos, estamos tratando de idade, não estamos falando sobre a colocação dela na cela com outros homens. Isso está, digamos, é indiscutível. Mas esse dado foi colocado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois bem, foi presa outras vezes, portanto. Numerosas outras vezes. Foram oito vezes segundo a senhora afirma. A segunda indagação que eu faço é o seguinte: A autoridade policial do Pará tem liberdade para prender as pessoas e não exigir a identificação?

SRA. VERA LÚCIA MARQUES TAVARES: Evidentemente que não. Mas, e aí vou me reportar, todas as vezes, inclusive eu estou com uma sentença aqui, aonde a moça também, eu não estou querendo assumir ou negar, justificar algo injustificável. Mas este fato que aconteceu com esta adolescente, ele foi levado ao conhecimento do judiciário e da Defensoria Pública que assistiu a moça. Então, o caso, e aí eu reporto que é muito mais grave porque além da moça só dizer que tinha, só afirmar o que tinha, o flagrante foi confirmado todas as vezes anteriores e existe uma petição e eu tenho um processo aqui, aonde a própria defensoria pede a liberdade provisória da moça. Então é verdade que se... E aí a Dra. Márcia tem toda a razão, que se existe um processo aonde se pede a liberdade pro-

visória que foi concedida, nesta petição deveria ter a qualificação da jovem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É porque veja o seguinte, eu já advoguei no crime. A senhora é advoga também?

SRA. VERA LÚCIA MARQUES TAVARES: Sim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já advoguei no crime e já assisti muitos inquéritos e muitos flagrantes e acompanhei muitas ações penais. E do meu Estado, por exemplo, quando se faz a qualificação, exige-se a exibição do documento. O documento de identidade, certidão de nascimento, qualquer um documento que identifique a pessoa. Lá no Pará não faz assim?

SRA. VERA LÚCIA MARQUES TAVARES: Aliás, não deve ser só no seu Estado por que a qualificação é uma exigência legal. Todo o processo do código de processo. Evidentemente que se faz e esse caso não pode ser colocados apenas como que se todos os delegados estivessem na mesma situação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não. O que me causa espanto é que se a moça foi presa oito vezes, nessas oito vezes ela teve que se identificar. Ela teve que exibir a sua documentação. E durante esses eventos todos, a polícia passou batida? Ou é uma praxe da política agir acima da lei? Porque veja o seguinte, poderia num caso, numa hipótese, aconteceu que o Delegado pontualmente, pontualmente por excesso de trabalho, ou por um momento inoportuno ele pode ter cometido esse deslize. Mas se ela foi presa oito vezes e a polícia não teve capacidade para identificar a menor idade dela, como é que justifica esse procedimento?

SRA. VERA LÚCIA MARQUES TAVARES: Excelência, a sua indignação e a forma, eu compartilho com ela. Eu acho que é um caso grave de violação de Direitos Humanos, a Governadora já externou isso, esta secretária também e compartilho isso. Esse questionamento que o senhor está fazendo nós estamos fazendo devido o processo legal para apurar o que é que aconteceu. Porque há, o que é mais grave nesse caso, é que há um problema do sistema de justiça criminal. E aí quando o senhor fala só a polícia e reafirma, parece até que é só a polícia que errou nesse caso. Nós assumimos.

[falas sobrepostas].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A primeira identificação se dá na abertura do inquérito, no flagrante. Agora veja o seguinte, houve uma primeira vez, houve uma primeira vez para identificação, houve uma primeira... Uma segunda vez também para se identificar, houve uma terceira e houve uma oitava, se-

gundo a senhora mesmo colocou essa questão. Então foram oito vezes, oito ocorrências em que essa moça teve que fazer, se submeter a uma qualificação. Teve que apresentar a sua documentação. E nessas oito vezes a polícia mostrou-se negligente, o que pressupõe o quê? Que existe uma rotina por parte da polícia que é tranqüila de não se fazer a identificação do preso. Porque a mim não me convence.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou encaminhar da seguinte forma: Só para ajudar o encaminhamento, está todo mundo preocupado, todos estão com horário e eu farei da seguinte... mas eu vou ajudar. Dar a palavra a V.Ex^a. Eu farei da seguinte forma, o Senador Valter que é também um jurista conhecido, ele fará todos os seus questionamentos, as suas colocações, daí eu passo para a Mesa e cada um da Mesa falará por cinco minutos. Você vai poder falar --.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma outra indagação. Obviamente lá deve ter uma Corregedoria da secretaria de Segurança Pública, uma Corregedoria da Polícia Civil. Por acaso a senhora tem conhecimento enquanto Secretária de Segurança se essas Corregedorias percorrem os presídios, fiscalizam, procuram saber se lá tem irregularidades que devam ser anotadas e que devam ser punidas? Então essas são as indagações que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Feitas as indagações, vamos às considerações finais.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu gostaria de ouvir a opinião do Ministério Público --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, Senador Valter. Nós vamos agora permitir que cada um da Mesa fale por cinco minutos. Começamos pelo Dr. Gilberto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite só acrescer às indagações e quem sabe acrescer num dado. Porque há informação de que esta moça Lidiane teria apenas um metro e quarenta e 35 quilos. Em isso sendo verdade, as indagações que o Senador Valter Pereira faz de repetição da polícia não ter observado, pôxa, mas é uma menina... Ela tem a estatura, a complexidade física de uma menina, o que deveria levar a uma maior preocupação de verificar se a idade dela não era de fato de uma adolescente, de uma menina de 15 ou 16 anos, dado o tamanho dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos as considerações finais começando pelo Doutor Gilberto, cada um disporá o tempo se assim entenderem, quem não quiser falar também não pre-

cisa usar o tempo de cinco minutos. Doutor Gilberto, por favor.

SR. GILBERTO VALENTE MARTINS: Só fazer um esclarecimento. A colocação do Senador, ela dá oportunidade até de perguntar: Será que as oito... Primeiro vamos esclarecer. Não foram oito vezes que ela foi presa. Ela foi presa quatro vezes. Os inquéritos que se chegaram após os flagrantes eles foram registrados como se fosse uma forma autônoma de responsabilizá-la. Não, ela foi responsabilizada pelo flagrante que é o termo inicial da abertura de um inquérito. E o que acontece provavelmente na rotina e isso eu diria na rotina da polícia não seria diferente da rotina do Ministério Público e da rotina do Poder Judiciário, de que no momento que aceitou pela primeira vez a condição dela de maior e abriu uma qualificação, certamente que os sucessivos erros que se cometeram posteriormente eles se deram em decorrência do primeiro que provavelmente na qualificação que foi utilizada no primeiro flagrante, Excelência, provavelmente tenha sido o mesmo que tenha sido aproveitado no segundo, no terceiro e no quarto. Então provavelmente já constando na delegacia uma qualificação, um termo de qualificação em que identifica as condições pessoais daquela que estava na condição de indiciada e não na condição de menor, ela permitiu que os sucessivos atos procedimentais de investigação que se deram nos outros flagrantes se aproveitasse do primeiro. Eu não estou aqui querendo justificar a posição --.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso é uma negligência da polícia... No primeiro, no segundo, no terceiro. Todas as ocorrências houve uma flagrante negligência, o que leva a crer que há uma rotina. É um tipo de rotina deplorável numa organização policial. E com um agravante apontada pelo Senador Eduardo Suplicy de que a compleição física da moça já denunciava por si só que se tratava de uma menor.

SR. GILBERTO VALENTE MARTINS: Com certeza. Isso aí é uma situação inexplicável nesse particular.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora eu gostaria de fazer uma indagação também a V.Ex^a, Sr. Promotor. O Ministério Público tem o hábito de visitar também as prisões para saber o --.

SR. GILBERTO VALENTE MARTINS: Estou aqui até inclusive com o... Isso faz parte da rotina do Promotor de Justiça fazer visita carcerária.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E tem nessas ocasiões deparado com fatos semelhantes?

SR. GILBERTO VALENTE MARTINS: Certamente se tivesse deparado, imediatamente teria adotado alguma providência. A visita carcerária naquele

estabelecimento, ele se deu exatamente três dias antes no dia 17 de outubro, se deu a visita carcerária, data em que ela ainda não estava presa. E passado exatamente três dias, não é isso? Ela foi presa. E certamente que essa rotina de visita carcerária ela não se dá semanalmente, até porque a contingência de trabalho não permite.

Muitas comarcas inclusive não estão atendidas por força da Lei de Responsabilidade Fiscal elas não estão atendidas por promotores de justiça que impe- de hoje vários ministérios públicos brasileiros de contratar novos promotores de justiça. Isso é uma briga que aqui vem sendo travada pelo Conselho Nacional de Procuradores gerais da Lei de Responsabilidade Fiscal que limitou em 2% o gasto da receita líquida do Estado com pessoal. Mas, há sim, essa visita carcerária de forma regular, mas que algumas brechas podem acontecer justamente naquele período em que não está lá o promotor. Fora a visita ordinária que é feita, todas as vezes que o Ministério Público, o Promotor de Justiça recebe alguma reclamação de particulares ou de parentes de pessoas que estejam sendo vítimas de algum tipo de abuso na sua liberdade, é rotina também o Promotor de Justiça fazer a visita específica para a constatação desses fatos. [soa a campainha] Mas não tenho registro --.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você tem um minuto para concluir.

SR. GILBERTO VALENTE MARTINS: -- De situações dessa natureza. Mas como aqui eu disse desde o início da minha intervenção de que acho que deveríamos sair com propostas concretas de melhoria do sistema, principalmente do sistema penitenciário, sistema carcerário, eu alinhei aqui durante esse período algumas propostas que, já pelo exíguo tempo, eu não sei se convém fazer a leitura ou só repassar para a Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que seria melhor V. Exa. encaminhar à essa Presidência. Com certeza vamos olhar cada uma delas.

SR. GILBERTO VALENTE MARTINS: Certamente que dentre essas apresentadas muitas outras poderiam ser incluídas para aprimoramento do sistema carcerário, mas desde já apresento algumas sugestões, só destacando duas em especial.

A criação de salas específicas em pólos regionais, a criação também de estabelecimentos para cumprimentos de medidas sócio educativas para adolescentes do sexo feminino e, por último, fazer uma reivindicação inclusive que é do Poder Judiciário e do Ministério Público e da própria estrutura do sistema penal que é a aprovação da lei do interrogatório virtual

através de internet para que barateie, não só a questão de transporte, mas questões de transferências de preso, o que permitirá agilizar em muito o processo judicial, projeto esse que se encontra, me parece que ainda nessa Casa e que certamente se aprovado vai trazer um grande benefício para a estrutura da justiça penal. Muito obrigado e o Ministério Público aqui do Estado do Pará agradece a oportunidade de estar nessa Casa prestando esses esclarecimentos e colocamos à disposição para qualquer tipo de perguntas ou indagações referente ao papel do Ministério Público. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dra. Maria, por favor, Dra. Maria, sendo que V.Ex.^a também dispõe de no máximo cinco minutos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de formular uma pergunta derradeira e comprometo-me a não repetir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valter, V.Ex.^a como Senador sempre terá direito à palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Coronel, como é que é o nome dele? O coronel Bitencourt alegou que tem em andamento no Ministério da Justiça um Plano Diretor que prevê a implantação de outros presídios. Eu gostaria de perguntar ou a ele ou a Secretária de Segurança, se nesse Plano Diretor há a previsão, há o protocolo de um presídio feminino para atender a essa demanda?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na sequência ela responde. Dra. Maria, por favor. Dentro do seu tempo de um minuto.

SRA. MARIA: De um minuto [risos]. Sem dúvida nenhuma saudar a todos os Senadores e à Mesa, dizer aqui que reforçar que o Grupo de Trabalho está à disposição de todos vocês, dizer o seguinte: Que o projeto arquitetônico dos novos presídios femininos, ele está elaborado, vai sofrer algumas alterações em termos de adaptação de local para trabalho, lazer e educação, porque as alas, os pavimentos ficaram muito pequenos e também vai sofrer uma diferença de tamanho por região. Porque nós não podemos prever um presídio feminino de 250 vagas numa região onde a demanda é de 15, por exemplo. Quer dizer, então nós vamos fazer uma escala para poder otimizar os recursos imediatos e poder fazer uma implantação mais rápida. Então, mais uma vez nos colocamos aqui à inteira disposição de vocês todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Dra. Vera, por favor. Seu um minuto que pode ser dois.

SRA. VERA LÚCIA MARQUES TAVARES: Obrigada. Instada eu falar, a Governadora me autorizou eu

vou falar em nome do Estado do Pará e da secretaria de Segurança Pública. Nós entendemos que para mudar a realidade nós precisamos enfrentá-la e sendo redundante, de frente.

Isso significa que ao analisar os cenários atuais nós entendemos que precisamos ir fundo e mais fundo ainda não só na efetivação de políticas na área de segurança, política essa que já é orientação desse Governo de se trabalhar não só políticas punitivas, mas também ações sociais para que a gente possa reverter, inverter esse quadro de exclusão, em especial no caso das mulheres lá no Estado do Pará. O Estado é conhecido nacionalmente como um Estado violador de Direitos Humanos. Isso tem sido sempre na questão do trabalho escravo, das mortes no campo, e também no sistema penitenciário.

Um dos compromissos da Governadora Ana Júlia e também dessa secretária, como militante de Direitos Humanos, é fazer uma inversão em que esse Estado possa passar de hoje, ainda violador de Direitos Humanos, num Estado promotor de Direitos Humanos e quando direitos violados ser um Estado reparador cumprindo o que determina todos os tratados e acordos internacionais de que o Brasil é signatário.

Esse é um compromisso de Governo e nós queremos ainda, no final deste Governo, talvez, quem sabe, vir numa Sessão especial para comprovar, provar tudo o que nós estamos nos propondo a fazer agora. Respondendo a sua pergunta, Senador, dentro do nosso plano está sim previsto duas penitenciárias femininas em duas regiões do Estado. E mais, nós já estamos em processo de licitação e já estávamos numa reforma da única penitenciária feminina que nós temos no Estado que se encontra no Município de Ananideua, na região metropolitana de Belém, onde nós estamos trabalhando a reestruturação com berçário, enfim, adequando a toda a Legislação e as demandas que são feitas, inclusive pelo movimento de mulheres e no geral.

Por fim, eu agradeço a participação também, eu acho que é uma coisa que esse Governo tem compromissos com a transparência, o envolvimento de todos os órgãos da sociedade civil na busca pelo aperfeiçoamento das instituições. Nós entendemos como saudável, salutar e compreendemos que nós só vamos começar a aperfeiçoar as instituições brasileiras, as instituições do Estado com a efetiva participação da sociedade civil na avaliação, no monitoramento e no controle das políticas públicas. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra para a Dra. Márcia. Então, passamos a palavra... Dra. Mary para seus dois minutos. Considerações finais.

SRA. MARY COHEN: Obrigada. Senador Paulo Paim, cumprimento em nome da Mesa, Srs. Senadores. Eu quero aqui parabenizar a iniciativa importante. É isso que nós... Para isso que nós trabalhamos e em nome da ordem dos advogados, por delegação do Presidente César Brito dizer que nós continuaremos a fazer denúncias.

O fato é que uma menina de um metro e meio, 35 quilos foi estuprada durante 24 dias, seis vezes ao dia. A OAB denunciou o caso acatando apelo do Conselho Tutelar e abriu-se uma ferida e essa ferida descortinou o Ministério Público do Estado do Pará, o Poder Judiciário do Estado do Pará e o sistema carcerário.

O Poder Executivo começou a fazer o mea-culpa. Falta o Ministério Público e o Poder Judiciário. Falta eles virem e falar que também são responsáveis pelo que aconteceu com aquela garota.

Eu acho que todos nós estamos esperando isso. Isso é muito importante que seja feito e a Ordem dos Advogados vai parar. Ela vai continuar enquanto não virarmos essa página com dignidade. Esse é o nosso recado. Essa é a nossa voz. Obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Passamos ao Dr. Carlos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois queria um minuto para fazer uma consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos torcer para que fique no um minuto. Dr. Carlos, por favor.

SR. CARLOS ROBERTO: Sr. Presidente, só agradecer a oportunidade do departamento penitenciário nacional se ver aqui representado e por fim dizer que o Estado do Pará está fortemente comprometido com a situação do sistema penitenciário sendo o primeiro Estado a ser contemplado com um Plano Diretor que consiste num Plano Diretor, diria até audaz, são 22 metas que serão alcançadas, então finalizando, o Estado do Pará realmente tem esse compromisso e em parceria com o DEPEN esperamos que até em breve soluções estejam por vir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigada. Senador José Nery. Seus 30 segundos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, foi denunciado claramente aqui a situação do sistema penal hoje com nove mil presos, capacidade para seis mil vagas e claramente identificado que grande parte, sete mil e trezentos presidiários dependem de decisão judicial para a conclusão dos seus processos que levem à condenação, sejam sentenciados ou que sejam libertados por não se comprovar os crimes de que são realmente acusados.

Gostaria de propor aqui ao Ministério Público, ao TJE que não enviou a esta Sessão, não enviou um representante, o Tribunal de Justiça do Estado convidado, não enviou um representante, registra-se. Queria ao Governo do Estado e o Governo Federal, acho que através do Ministério da Justiça propor o seguinte: Um mutirão dessas instituições durante 120 dias, a partir do início de 2008, no sentido de realizar, concluir esses processos desses presidiários que estão no sistema carcerário, inclusive muitos deles não serão apenados com penas definitivas e serão libertados com certeza como tem sido e comprova os estudos. Então queria propor formalmente a criação de um mutirão para tratar da situação prisional no Estado do Pará. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou encerrar essa Audiência Pública e até em reconhecimento a toda a Mesa e ao Plenário, eu vou fazer a leitura, promotor Gilberto das propostas que V.Ex^a. encaminhou para que todos tomem conhecimento.

O promotor Gilberto encaminhou as seguintes propostas à Mesa que nós vamos dar o encaminhamento à ala correspondente em cada Ministério, enfim, ao Governo. Primeiro: Adaptar alas próprias para custodiar mulheres em pólos regionais. Está certo? Dois. Criação de centros regionais de recuperação de adolescentes do sexo feminino para cumprimento da medida sócio-educativa e internação. Que já tem processo em andamento. Construção de novos presídios federais de segurança máxima para presos perigosos. Parceria com a iniciativa privada para dar oportunidade de trabalho para presos que cumpram pena em regime semi-aberto. Acelerar a votação do projeto que regulamenta o interrogatório via internet, virtual, evitando os riscos e elevados custos de transporte, transparência de presos. Também aqui foi colocado, esse aqui também do promotor, implantar bloqueadores a serem usados nos presídios. A criação da Subcomissão das mulheres na Comissão de Direitos Humanos, iniciativa da Senadora Ideli que a Mesa acatou, quero lembrar aqui a iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão Especial do Senado, que vai viajar em todo o país para ver a situação nos presídios, principalmente no caso que foi destacado das mulheres. E por último, além das propostas que o Senador José Nery já encaminhou a Mesa fez a leitura, essa última o mutirão para em 120 dias averiguar, realizar e concluir os processos que envolvem milhares de presos em todo o país que iria desafogar a situação hoje nos presídios. Com essas propostas encaminhadas à Mesa que nós vamos continuar naturalmente debatendo e encaminhando para os canais competentes, eu dou por encerrada

essa reunião agradecemos a todos os convidados e também aqueles que estiveram no Plenário.

Sessão encerrada às 13h56.

Ata da 53ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Convocada para o Dia 28 de Novembro de 2007, Quarta-feira, às Quinze Horas, na Sala de Reuniões nº. 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quinze horas e dezoito minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e sete, na sala dezoito, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senhora Senadora **Patrícia Saboya** e dos Senhores Senadores **Magno Malta** e **Geraldo Mesquita Júnior** e dos parlamentares a Deputada Federal **Solange Almeida** e o Deputado Federal **Chico D'angelo**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta. **A presente reunião convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento CDH nº 43**, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Magno Malta, aprovado em 21/06/07, para discutir sobre o Sistema de Adoção de Crianças no Brasil. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, em ato contínuo a coloca em votação e a aprova. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública e em seguida, convida as autoridades para tomarem lugar à mesa e fazerem suas explicações. Antes, porém, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senador Magno Malta que discorre sobre o tema da Audiência Pública e é aparteado pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Alternaram-se na condução dos trabalhos os Senadores Paulo Paim e Magno Malta. Comparecem os seguintes convidados: **Edílson Teodoro Amaral** – Advogado; **Carlos José da Silva Fortes** – Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Divinópolis – MG; **Sávio Bittencourt**, Promotor de Justiça e Presidente da ANGAAD – Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, representando Núbio de Oliveira Parreiras – Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal de Divinópolis – MG; **Denize F. Santos Lara**, Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora/MG, representando Neusa de Oliveira Lima – Membro do Conselho da Mulher Empreendedora; **Célia Regina Rocha** – Tesoureira do Conselho da Mulher Empreendedora, **José Messias** – artista e jurado de TV (programa do Raul Gil), **Rogéria Evangelista Soares**, mãe adotiva de filho com deficiência e **Sandra Amaral** – Vice-Presidente do Conselho da

Mulher Empreendedora. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Magno Malta e Geraldo Mesquita Júnior. Encerradas as falas dos senhores convidados, o Senador Magno Malta, no exercício da presidência, faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às 18 horas e 16 minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Solicito a dispensa e aprovação da Ata da reunião anterior. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à pauta. Item único: “No termo do Requerimento da CDH nº 43, de autoria do nobre Senador Magno Malta e desse Senador, aprovado em 21.06.2007, para discutir sobre o Sistema de Adoção de Crianças no Brasil”. Foram convidados para esse evento, por indicação do nobre Senador Magno Malta, as seguintes pessoas: o Dr. Paulo Roberto Luppi, Juiz de Direito Titular da Vara da Infância e da Juventude de Vitória/ES; Sávio Bittencourt, Promotor de Justiça e Presidente da ANGAD – Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, representando Núbio de Oliveira Parreiras, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Divinópolis/MG; Carlos José da Silva Fortes, Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Divinópolis/MG; Edílson Teodoro Amaral, advogado; Neusa de Oliveira Lima, membro do Conselho da Mulher Empreendedora; e, ainda, Célia Regina Rocha, tesoureira do Conselho da Mulher Empreendedora. De imediato eu convoco para fazer parte da mesa o Dr. Sávio Bittencourt, Promotor de Justiça e Presidente da ANGAD – Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, representando Núbio de Oliveira Parreiras, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Divinópolis/MG. Seja bem-vindo, doutor. Em seguida, convidamos também o advogado Edílson Teodoro Amaral para que venha fazer a sua exposição aqui na mesa, e, ainda, convidamos a Sra. Célia Regina Rocha, tesoureira do Conselho da Mulher Empreendedora. O Dr. Carlos já está chegando, sendo que eu peço que no momento que ele chegue, que venha direto à mesa para também fazer o seu pronunciamento. A Senadora Patrícia Saboya Gomes, que é uma lutadora também por esta

causa, informa que está neste momento no Auditório Petrônio Portela participando de um debate, mas até às dezesseis horas ela acha que poderá estar aqui conosco para este momento.

Eu gostaria de, na introdução, dizer da satisfação dessa Audiência Pública, que foi suscitada, foi provocada pelo nobre Senador Magno Malta para discutir o Sistema de Adoção de Crianças no Brasil. Num momento como esse, em que mais do que nunca a gente sabe que a violência campeia, se alastra por todo o Brasil nas mais variadas áreas, é fundamental o fortalecimento dos laços da criança com a família. Senador Magno Malta, nós estávamos fazendo a introdução da importância dessa sua iniciativa, o Sistema de Adoção, para que as crianças possam ter um lar, enfim, uma família para o convívio diário, o que vai ser muito bom para todo o povo brasileiro e, principalmente, num momento como esse que a gente vê violências absurdas. Toda violência é hedionda e absurda, como essa que aconteceu, participamos ontem, daquele caso do Pará, onde uma menina ficou durante um mês na mesma cela com vinte presos, vinte homens. Eu recebi, Senador Magno Malta, um outro extremo, uma denúncia hoje à tarde, até fui entrevistado pela TV Record sobre esse tema, que aqui numa prisão chamada Cidade de Céu Azul, nos arredores de Brasília, se encontra uma senhora com oitenta e quatro anos presa em greve de fome, porque na casa dela, no momento que prenderam um senhor em torno de trinta e poucos anos e uma filha da senhora em torno de trinta e poucos anos, ela se encontra presa lá. O que eu estou fazendo, em nome da Comissão de Direitos Humanos, é fazer um Requerimento à Defensoria Pública, ao Ministério Público, que investiguem a situação. Eu duvido que foi a mulher, com oitenta e quatro anos, que tinha arma em casa ou algum tipo de ato que fosse considerado ilícito, que fosse ela, com oitenta e quatro anos. Mas dizem que como ela não fala, ela está presa. É impossível, até se fosse um rico, com certeza, desculpem a expressão, já teria um advogado conseguido, pelo menos para ela, uma chamada absolvição provisória ou respondendo fora da prisão. Então essas coisas vêm acontecendo no nosso país e é claro que nós temos que aqui na Comissão de Direitos Humanos demonstrar toda a nossa indignação. Eu não quero dar uma de Juiz e nem de Advogado, porque não o sou, ou de Delegado, mas eu acho que é fundamental que a Defensoria Pública vá nessa delegacia aqui de Céu Azul e veja efetivamente o que está acontecendo, por que é que essa senhora, com oitenta e quatro anos, se encontra presa junto com outro senhor e uma senhora com mais de trinta anos. Claro que estão em celas separadas, mas é preciso

que a justiça se movimente para não permitir, até em respeito ao Estatuto do Idoso, que situações como essa continuem acontecendo.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, registro aqui a presença do nosso sempre presente Senador Geraldo Mesquita Júnior e do autor da provocação positiva desse evento, que é o Senador Magno Malta, a quem eu passo a palavra, primeiro a ele, e depois aos nossos convidados. Senador Magno Malta, por favor.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Senador Paulo Paim, público de casa que nos assiste pela TV Senado. É verdade que nesse momento o Plenário que está sendo transmitido é Regimento da Casa, mas essa Audiência Pública certamente irá ao ar para o Brasil, e eu quero cumprimentar as pessoas de casa para dizer da importância da relevância desse encontro. Imagino que de todos os encontros e de todas as Audiências Públicas ocorridas no seio dessa Comissão, que tenho o orgulho de ter sido o seu primeiro Presidente, essa se reveste de uma importância quem sabe acima de algumas que já aconteceram por aqui. Todas têm a sua importância, mas toda e qualquer Audiência Pública ou toda e qualquer manifestação em favor da vida humana, sem dúvida alguma, se torna de um significado inigualável.

Esse é um momento importante, Sr. Presidente, para todos nós, é um momento importante para a Nação, um momento importante para nós que estamos no Parlamento brasileiro. Eu tenho certeza que se fosse um outro tipo de coisa, uma apresentação de folclore ou um outro tipo de Audiência para falar de cinema, com artistas de cinema ou com ícones da MPB, sei lá o que, ninguém ia poder entrar nessa sala, de tanta gente. Mas a verdade não tem o mesmo sentido para a vida humana. E por mais que nós queiramos lamentar, o nosso lamento, por mais que ele ecoe todas as vezes que tratarmos do mesmo tema, nós amargaremos da mesma forma. Mas há que se entender que nessa Casa, quando tudo acontece e acontece ao mesmo tempo, ou às dez horas da manhã ou às duas ou às quinze, tudo ao mesmo tempo, nós estamos vivendo um momento diferenciado de fato no Senado Federal nesse momento. Nós estamos vivendo o momento da CPMF, muita movimentação, uma briga de estica-estica, uma queda de braço, uma competição de força entre o Governo e a oposição, vivemos também um momento em que hoje a CCJ votou o pedido de cassação do Presidente licenciado dessa Casa, o Senador Renan Calheiros, o Plenário nesse momento discute a CPMF, a discussão já está instalada. Então há uma movimentação diferenciada, mas o importante de tudo isso é o que nós vamos tratar. E

em contato com o Brasil, em contato com as pessoas, até porque eu falo desse assunto e, quando falo, falo daquilo que me é próprio, até porque sou pai adotivo, eu tive a oportunidade de conviver com essas figuras que estão aqui. Embora eu tenho convidado outras figuras operadoras do direito do meu Estado, tanto do Ministério Público quanto o Juiz da Infância da capital do meu Estado, e que por conta de um evento dessa natureza, ou seja, que trata da questão da criança, não pode se fazer presente, mas eu estou muito feliz. Feliz, Senador Paim, porque está conosco o Dr. Sávio Bittencourt, que é Promotor de Justiça e Presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção no Brasil, ele fala em nome desses grupos, e conhece a realidade em profundidade, até porque é pai adotivo também, é pai do coração, mergulhou nessa questão e têm subsídios importantíssimos para nos dar. O Dr. Carlos José da Silva Fortes, que é Promotor de Justiça de Divinópolis, que juntamente com o Juiz Dr. Núbio, que não pode aqui estar, tem feito um trabalho diferenciado a partir de um trabalho de pressão feito por uma organização chamada Conselho da Mulher Empreendedora de Divinópolis, que está a Célia na mesa aqui representando, e as outras representantes que são a Sandra e a Denise que estão sentadas aqui, que vieram de Minas Gerais e que são mais do coração e que conhecem muito bem, e também o Dr. Edílson Teodoro Amaral, que é advogado, que milita junto na questão. Eu fiz questão de convidar uma pessoa ilustre que eu gosto muito, gosto muito por admirá-lo, ele já deu uma palavra ali atrás agora, que eu ia dizer que gosto dele da infância, mas não é não, eu gosto dele desde a minha adolescência, José Messias, um letrista, um compositor dos mais renomados do país, um jurado assim que todo mundo está acostumado a ver, aliás, o Presidente Lula, na semana passada, eu estive com ele, eu fui chegando e ele foi me abordando sobre o Programa do Raul dizendo: “está no programa, nem fala no meu nome. Diga a Raul que eu também canto”, aí eu falei: “mas você estava vendo o programa, Presidente?”, ele disse: “eu não perco os calouros e essa safra não está tão boa não”. É verdade que já tivemos safras melhores mesmo, mas é uma boa safra também, e tenho tido o privilégio de ser jurado com Messias algumas vezes no Programa do Raul, de poder chamar o Zé Messias de colega e, também por ser compositor, conviver com ele, e me emociona saber, quando soube do próprio Raul, num programa ao vivo, no ar, de que Messias era um pai adotivo e numa situação diferenciada, que nós vamos ter a oportunidade de ouvir, eu tenho certeza que a sua fala, Zé Messias, vai entrar no coração do Brasil.

Desde a movimentação que nós começamos a fazer, as pessoas começaram a passar e-mails para mim. A gente não sabe como essa TV Senado é vista, como as pessoas param para ouvir, Senador Geraldo Mesquita, e vêem a TV Senado, e a partir dos meus pronunciamentos a respeito de adoção, os grupos de adoção no Brasil, mães e pais, homens e mulheres que querem adotar uma criança e tem tido grande dificuldade por causa dessa burocracia imposta, fazendo prisioneiros crianças, meninos e meninas, lhes impondo uma pena que eles não devem, para depois saltarem o muro do abrigo aos catorze, quinze anos, por falta de adoção, e virarem marginais. Uma pena que eles não devem, fabricando bandidos que tomam conta de abrigos e sobrevivem das cestas básicas, vendendo elas, usando essas crianças como instrumento de sobrevivência, e até de muito conforto para alguns. Então essas crianças, é como o que a Constituição Federal não as amparasse. Ela é uma produto que pertence hoje ao Juiz e ao Promotor, dependendo do caráter do Juiz ou do Promotor eles irão buscá-la, buscar um colo e buscar uma cama onde essas crianças possam fazer xixi, alguém que lhes possa trocar a fralda, e dependendo do caráter essas crianças serão prisioneiras para serem vendidas facilmente para o exterior, com uma legislação que não facilita a vida do brasileiro para adotar, mas facilita a vida do estrangeiro para adotar. Não é coisa nova. O que nós queremos é arrebentar esses muros, o que nós queremos é arrebentar essas correntes, com uma legislação que seja factível, que não seja draconiana, que seja responsável e que minimamente dê às pessoas a condição de adotar por amor tão somente. Então, meu Presidente, eu tive o prazer também de convidar essa mãe, essa jovem mãe com essa criança bonita que está ali rindo para mim e para você. Eu estava falando em Limeira neste fim de semana, em São Paulo, e eu assisti e todo o Brasil assistiu, eu quero lembrar um caso emblemático, que um Juiz do Rio de Janeiro, Dr. Siro Darlan, tomou uma criança de uma mãe do Rio de Janeiro, ela usava uma criança paralítica para benefícios pessoas, na rua, a maior grosseria. Então ele tirou essa criança e uma dessas auxiliares do cidarla(F) ficou com o menino, e se tornou mãe do menino, que é esta jovem senhora que aí está, e que já fez nove cirurgias nesse menino, nove cirurgias nele. Essa criança feliz desse jeito já fez nove cirurgias e tem gente se lamentando da vida com perna, braço, tendo comida, tendo casa para morar, sem nunca ter ido a um centro cirúrgico. Nove cirurgias. Pois essa senhora ainda não conseguiu da justiça ser mãe dele, eles não dão a guarda do menino a ela. Que mundo é esse que nós estamos vivendo? Então essa Audiência Pública sei que vai mexer com a emoção das

peessoas e peessoas serão estimuladas a adotar. Aliás, quando uma mulher não engravida, e o marido quer ser pai e ela quer ser mãe, faz todo tipo de tratamento e não acontece. Quando resolve abrir o coração e ter uma gravidez pelo coração e adotar uma criança, no momento seguinte o útero se abre para a vida e ela engravida. E eu disse, Zé Messias, aqui uma frase que eu cunhei que é das que eu mais gosto de tudo que eu já escrevi nas minhas músicas, que a adoção é a única chance que o homem tem de dar à luz.

Então que essa Audiência Pública possa tocar corações, possa tocar sensibilidades, que as propostas trazidas aqui pelos operadores do direito para nós, Senador Geraldo Mesquita, há um projeto sendo votado na Câmara, nós sabemos que a Câmara é muito mais morosa que nós, lá da nossa querida Deputada do seu grande Rio Grande do Sul, a Deputada Maria do Rosário e a Deputada Solange, a quem eu quero cumprimentar, está aqui conosco, está de mãos dadas conosco engrossando esse exército, fazendo coro com aqueles que querem ver crianças sorrindo, que querem ver criança fazendo xixi em sofá de couro, fazendo xixi em tapete e mãe achando graça, pai gostando disso. É converter pais que põem nome de gente em cachorro e que cachorro faz xixi na cama dele, dá nome de gente, beija na boca e trata como filho, e não tem coragem de por uma mão numa criança. Aqui é tudo errado, tudo errado. Cachorro tem nome de gente, come ração de primeira, vai para cabeleireiro e fica em hotel. Nós abrimos todos os sites sobre adoção, sendo que, de todos os sites que nós abrimos, mais de 50% era site de adoção de animal. Você tem que tratar animal bem? Claro, claro. Tratar animal bem, mas tratar como animal, não como gente. Gente é que tem que ser tratada como gente, não pode ser tratada como animal. Falava o Senador Paim a respeito dessa barbaridade ocorrida com essa menina lá no Pará e de uma certa forma tentaram colocar na conta da Governadora Ana Júlia, que nem faria isso, nem viu fazendo e não deram a ela o conhecimento de que isso existia. Não pode botar na conta dela. É preciso que ela tome providência daqui para frente. Barbaridade é quem colocou, e ninguém pode achar que são inocentes aqueles que dentro da cela estavam, que raspam a cabeça dela para não ser identificada como uma menina para usá-la o tempo que quisesse. Inocentes não são, também precisam ser punidos novamente pela indignidade e barbaridade que cometeram com essa menina, mas num país em que um animal vale mais que gente, eu tenho medo que esse país se torne um grande canil, mas não como uma grande Nação. Um país em que faca tem medalha na testa e cavalo que ganha prêmio, que viaja de avião, come ração importada e tem dois

homens para tomar conta dele, vale mais que gente, nós podemos um dia nos tornar um grande curral, mas nunca uma grande Nação. Jesus disse que das crianças é o reino do Deus e, quem como elas não se tornar, não pode ver o reino de Deus. Falar em futuro de criança sem que tenhamos disponibilidade de coração para poder permitir que elas nos chamem de pai e ter o privilégio de chamá-las de filho.

Então eu acho que nós faremos um bem a nós mesmos hoje à tarde em tratar desse assunto. Não estaremos exercendo qualquer tipo de misericórdia alheia dizendo que vamos fazer o bem para uma criança ou que fizemos o bem para uma criança, muito pelo contrário, isso é a melhor besteira. Quem adota recebe o bem. Eu fico olhando para a minha filha, Messias, Senador Paim, me perguntando assim: “o que seria de mim sem essa menina, o que seria de mim sem essa menina”. E eu, como gosto muito de fotografar ela dormindo, eu vejo ela dormindo, eu vejo ela dormindo, ficou assim olhando e falando: “meu Deus do céu, o que seria de nós sem essa menina?” E vejo tanto gente solidária, gente que vive na solidão e com muito dinheiro no banco, juntamente tesouro onde a traça e a ferrugem comem, diz a Bíblia, e a Bíblia diz: louco, se hoje pedir a tua alma, o que tem preparado, para quem será? Portanto, dinheiro guardado e sem ter qualquer tipo de gesto misericordioso para estender a mão e fazer a sua própria felicidade.

De maneira que eu entendo, Senador Geraldo Mesquita, que essa Audiência, embora não tenhamos aquela disputa que tivemos hoje na sessão, na CCJ ver se cassa Renan, não cassa Renan, mas certamente será um dos momentos mais significativos da história desse parlamento. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria, Senador Paim, eu peço permissão para rapidamente saudar V. Ex^a. que preside uma das Comissões mais importantes dessa Casa e que está ao lado de um cidadão brasileiro que também é nosso colega desse Senado. Aliás, vocês dois encarnam a figura daqueles homens públicos que defendem causas com conhecimento de causa e com a prática efetiva. Eu respondo por mim: é verdade, o Senador Malta diz que a Casa está convulsionada, muitos compromissos e tal. Mas eu fiz questão de vir aqui, é uma humilde homenagem ao Senador Malta que, desde que eu cheguei nessa Casa, fala do assunto, clama em torno do assunto, se vale de todos os mecanismos que ele dispõe nessa Casa para reverberar esse assunto. É pai centenas de vezes, esse assunto adoção eu creio que ele acorda, trabalha, anoitece,

ele dorme, sem tirá-lo da cabeça. É uma causa, uma causa das mais nobres, Senador Magno Malta. V. Ex^a. quando nos fala do Plenário ou em particular ali, quando a gente está sentado na Tribuna dessa Casa, ali nas nossas cadeiras, dos dois assuntos que ocupam o seu coração, a sua mente, a adoção de crianças, o ato de estender a mão para aquela criança que eventualmente se desviou, que é refém do tráfico de drogas, e quantas e quantas crianças o senhor já não nomeou para todos nós aqui. “Olha, fulano eu tirei com tantos anos e hoje é um profissional disso e daquilo”. Vários exemplos V. Ex^a. têm declinado para todos nós, e eu gostaria de nessa oportunidade, inclusive, passar a vossas mãos, e V. Ex^a. inspirou isso daqui, devo dizer, V. Ex^a. inspirou. Isso daqui é a história de um rapaz lá no Acre, hoje já casado, com filhos, pobre, sofrido, que foi refém da cocaína, foi refém do tóxico por muito tempo. Num esforço sobre humano se valeu da ajuda de Instituições que temos lá no Estado, de amigos, de profissionais, e saiu dessa vida, como ele diz, e a forma que ele encontrou mais próxima dele de tentar contar a sua história e tentar ajudar de alguma forma a que outros sejam resgatados também dessa prática, dessa vida doida, foi dar vazão à sua veia poética.

Eu tenho no meu gabinete algumas publicações. Eu instituí, Senador Magno Malta, a coleção biblioteca popular. Regularmente eu reedito obras clássicas da literatura brasileira, de dois em dois meses praticamente nós fazemos isso. Uma obra clássica da literatura brasileira que já está aí sob domínio público, a última agora Dom Casmurro, e paralelamente eu trago alguma coisa produzida por alguém lá da minha terra. A última foi uma história que tinha como cenário a ida dos nordestinos lá para a nossa terra, aquela coisa dramática que foi a ocupação dos seringais do Acre, da Amazônia, para coleta de seringa, e dessa vez, digo a você com toda a sinceridade, isso daqui foi inspiração sua também, pois quando esse rapaz me abordou, me procurou, eu li o que ele escreveu e eu tive a feliz idéia de incluir, essa publicação dele, a coletânea de poemas dele, nessa coleção. Eu queria passar a vossas mãos como uma homenagem muito modesta, muito sincera para alguém que elegeu na sua vida, como V. Ex^a., e aproveita todas as oportunidades que se lhe apresenta de, como eu digo, estender a mão para uma criança, para um jovem, seja na condição que ele esteja, ou seja com adoção ou seja com abrigo na Instituição que V. Ex^a. mantém, para que essa criança e essas crianças tenham minimamente uma oportunidade na vida. Então eu queria lhe dar um afetuoso parabéns pela sua luta, pela sua grandeza de eleger como tema de vida, como assunto para ser meditado e ser trabalhado pelo seu mandato, pela sua

experiência de homem público, essa questão da adoção, da extensão da entrega da mão e do coração para centenas de crianças que estão nesse país, milhares de crianças, de fato como disse V. Ex^a., abandonadas. Eu vou fazer uma singela dedicatória e lhe passo às mãos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou passar de imediato agora aos nossos convidados, depois do Senador Mesquita Júnior fazer o seu pronunciamento, e, só para confirmar, a Sra. Denise Santos Lara já está na mesa? Então eu convido-a para vir para a mesa, eu peço aqui ao pessoal da mesa que providencie aqui as cadeiras devidas. Todos aqui estão na mesa.

Eu vou nesse momento anunciar a forma que vamos fazer o nosso debate. Vai ser dado dez minutos para cada um dos convidados, com uma tolerância de mais dois, se necessário, ou mesmo mais cinco, e, posterior a isso, eu abro a palavra aos Senadores e Senadoras e Deputados e Deputadas que poderão fazer o uso da palavra livremente nos microfones que estão na mesa.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu peço que sejam ouvidos o José Messias e aquela mãe lá também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

O Senador propõe que eu ouça também, num segundo momento, o José Messias, que é o jurado da TV, e o depoimento da mãe também, que vão ser importantes para os nossos trabalhos. Eu quero dizer também que eu recebi aqui, que está presente conosco, o Valter Gomes, psicólogo, chefe do serviço de adoção da Vara de Infância e Adoção, representando o Sr. Juiz Renato Rodovalho. Dizer também a todos que como essa Comissão é a Comissão de Direitos Humanos e Legislativo Participativa, se tiver alguma proposta que os senhores entendam que ela possa ser transformada em Projeto de Lei, a Comissão acata, manda para um Relator que dará o parecer, favorável ou não, às iniciativas que surgirem desse próprio debate. Então, pela ordem aqui que a mesa me encaminhou, de imediato eu passo a palavra ao Dr. Sávio Bittencourt, Promotor de Justiça.

SR. SÁVIO BITTENCOURT: Muito boa tarde a todos, eminente Senador Paulo Paim, Presidente, pai adotivo Senador Magno Malta, é uma grande honra receber o convite e estar aqui presente para debater esse tema que nos é tão caro, aos demais amigos da mesa o meu cordial boa tarde, senhoras e senhores, Deputada Solange, do meu Estado, é uma grande honra poder falar e debater com V. Ex^a. Eu queria cumprimentar também, em nome de todos os presentes, a Rogéria e o Gabriel, vindo de tão longe para dar o seu

depoimento, que é um depoimento que de certa forma corporifica a luta de doze anos do movimento nacional contra a institucionalização de crianças no Brasil, que é traduzido pelos Grupos de Apoio à Adoção. Os Grupos de Apoio à Adoção há doze anos, com capilaridade no Brasil inteiro, com mais de cem grupos organizados, luta pelo direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes abrigados hoje.

Eu costumo dizer que a criança abrigada no Brasil, a criança de tenra idade que vai para um abrigo por situações de falência das relações familiares, ela tem menos direitos do que um homicida. Aqueles que são responsáveis pela colocação dessa menina numa cela com homens e deixá-la lá dias a fio sendo sequestrada sexualmente, sendo afrontada em sua dignidade de mulher, dignidade de ser humano, eles terão mais direitos do que uma criança abrigada tem na prática hoje no Brasil. Por mais hediondo que seja um crime, por mais revoltante, aquele que o comete tem direito ao devido processo legal, à ampla defesa, à nomeação de defensor público ou advogado à sua livre escolha, à entrevista com o juiz através do interrogatório que é o momento que ele narra a sua história e não pode ser punido inclusive se mentir, ele pode mentir em sua defesa sem que isso signifique que ele possa ser punido por isso, ele tem direito a prazo máximo de prisão processual, se não o habeas-corpus pode soltá-lo a qualquer momento, ele tem direito, até se condenado for, a um prazo máximo de pena. Esse é o nosso estado de direito que funciona para o criminoso, e assim que deve ser, nós garantimos isso na nossa democracia. O que nos falta é estendê-la a crianças abrigadas, que não cometeram crime algum, não são adolescentes infratores, que também tem lá um processo punitivo. São pessoas que são colocadas em tenra idade, em idade de formação de sua personalidade em abrigos e lá permanecem anos a fio. Qual a razão dessa realidade que atinge mais de oitenta mil crianças no Brasil, condenadas à morte civil e varridas para debaixo do tapete da sociedade? É um genocídio civil de sua cidadania a partir do momento em que elas entram em abrigos e suas histórias passam a ser omitidas da sociedade, que tem a obrigação de salvá-las de lá.

Hoje nós temos esse grande número e nós temos uma grande dificuldade para a concretização do processo de adoção. Se de um lado temos crianças nos abrigos, do outro lado temos pais adotivos esperando em longas filas, nos Juízos de Infância e Juventude, e as explicações são várias, sendo que o meu tempo é curto e eu vou tentar sintetizá-las. Se costuma dizer que o adotante brasileiro é preconceituoso, quer crianças brancas até seis meses de idade, quer reproduzir o que a biologia eventualmente tenha negado,

no caso do adotante ser estéril ou ter problema de procriação natural, mas essa realidade tem sido transformada pelos Grupos de Apoio à Adoção, que cada vez mais tem preparado os pais adotivos através de debates e eventos, grupos reflexivos, para que possam completar esse desejo de constituir sua família com uma criança que não preenche o perfil biológico que teria ele se houvesse procriado naturalmente. Portanto, cada vez mais nós estamos conseguindo as adoções necessárias, aquelas adoções inter-raciais, adoções de grupos de irmãos, adoções de crianças mais velhas, que nós chamamos de adoções tardias, crianças que tiveram um longo período de institucionalização, e cada vez mais adoções de crianças portadoras de necessidades especiais, ou crianças com deficiência. Cada vez mais caminhamos nessa direção a partir da luta da sociedade civil organizada. É importante refletir que essa mudança social que estamos construindo, e que queremos ampliar, nasce da sociedade civil para as Instituições, e agora atinge as Instituições. A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, fez um concurso recentemente sobre adoção e ampliou abrigos e magistrados que escrevessem. “Adoção, mude um destino” foi o seu slogan, e diz esse projeto, que se transformou num concurso, esse movimento que essa Associação faz, que eles querem propor um diálogo com a sociedade brasileira para ampliar a capacidade do brasileiro de adotar.

Esse diálogo é muito bem-vindo, mas é necessário se dizer que a magistratura brasileira tem um papel fundamental na mudança de procedimentos e na uniformização de procedimentos, como o Ministério Público tem um papel fundamental na mudança de paradigma de sua atuação em infância e juventude para dar à criança abrigada a real prioridade que tem. No Estatuto da Criança e do Adolescente se diz que o abrigo é uma situação provisória. O tempo médio de abrigamento no Estado de São Paulo, que é um Estado rico e organizado, é de cinco anos, quatro anos e seis meses, para ser exato, segundo pesquisa do IPEA que está na Internet, realizado em 2003. Esse tempo de abrigamento de quatro anos e seis meses, cinco anos, é quase a metade de uma infância, num Estado organizado que tem condições, Senador, de fazer a pesquisa, porque há Estados que nós não sabemos o número de crianças abrigadas, não sabemos o número de abrigos. Esta mesma pesquisa do IPEA constatou que mais de 40% das crianças abrigadas não tem procedimento nos juizados, o que vale dizer que estão numa caixa preta, sem que a autoridade que tem o dever de zelar pelo seu direito à família, tenha pelo menos ciência que ela se encontra abrigada, porque é abrigada pela mãe, é abrigada pelo

Conselho Tutelar, às vezes não há comunicação, uma falha de comunicação. Portanto, é necessário que as Instituições tenham um compromisso declarado na mudança de comportamento institucional para dar a essas crianças a real prioridade.

Eu tenho defendido a tese, vai ser tese de Congresso agora, que cada criança abrigada tenha um direito fundamental à família sonegado. Cada criança abrigada tem a sua dignidade humana ofendida, porque cresce, e nós ouvimos hoje aqui num evento que está acontecendo aqui no Senado, que é “Políticas para a primeira infância”, amanhã o senhor vai participar abrindo, e é um evento maravilhoso, os dois primeiros conferencistas falaram dos danos que são causados na primeira infância. Ora, a história do abrigamento começa na primeira infância e o abandono vai se dando lentamente, com tentativas reiteradas de reinserção familiar às vezes improváveis, às vezes inconseqüentes. O abandono se protraí no tempo, o abandono são vários abandonos, são vários encontros desastrosos, e a partir desse processo doloroso que assassina a auto-estima da criança, desse processo que nós podemos dizer é que é medieval. Ela deixa de ser visitada quando perde seu gracejo de criança para ser um garoto de sete, oito anos, perde seus dentes, e a partir daí o adotante brasileiro é preconceituoso [soa a campainha] e não quer adotá-lo.

Caminho para o encerramento. Para colocar o problema na sua dimensão real é necessário dizer que o sistema atual do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei bem-vinda, uma lei libertária, mas que não pode ser canonizada, porque nenhuma lei pode ser canonizada e sim os valores que ela defende. Ela precisa esclarecer para o aplicador da lei que esse abrigamento deve ter um prazo exíguo. Lá já está dizendo que ele é excepcional, ele é transitório, mas na prática não é. Ele precisa dizer que essa criança tem direito a se entrevistar com o juiz, porque lá não está dito isso. Pode se dizer que é intuitivo, mas não se aplica. É necessário dizer que ela não pode passar lá e que nós não podemos consagrar, em nome de um argumento demagógico, que é a pobreza brasileira, que as pessoas têm o direito de pegar aquela criança em formação, aquele ser que é o principal sujeito de tutela do direito, e colocar num abrigo porque os adultos têm problemas. Ora, vamos colocar esses adultos em todos os programas. Nós temos lutado, os avanços sociais estão aí hoje no jornal. Nós temos avançado pouco, mas temos avançado, e não podemos creditar à pobreza, só à pobreza o abrigamento de crianças, porque 98% dos pobres brasileiros criam os seus filhos diante das maiores dificuldades e vencendo todos os desafios do dia-a-dia. É um desrespeito com eles, que

colocam em colégio público, que enfrentam as greves, que lutam pelas creches, pelas vagas, que fazem fila para arrumar emprego, e mantém seus filhos com uma relação de amor. Portanto, o que nós queremos é que o principal sujeito de direito dessa relação, a criança [soa a campainha], não seja tratado como uma coisa que pertence à sua família ou à sua comunidade, porque não pertence a quem quer que seja, porque é um ser humano.

Todos nós podemos reverter essa situação a partir do momento que nós nos transformemos, como o Senador Magno se transformou, na transformação que ele quer para o mundo. Ele é a transformação a partir do encontro que ele teve com a “princesa africana” que lhe chama de pai. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra de imediato ao Dr. Carlos José da Silva Fortes, Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Divinópolis/MG.

DR. CARLOS JOSÉ DA SILVA FORTES: Senador Paulo Paim, meus cumprimentos. Senador Magno Malta, o cumprimento e agradeço profundamente a oportunidade de aqui estar presente e poder tratar desse assunto de tamanha importância. Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, senhoras e senhores. Um cumprimento especial a essas mulheres esforçadas e trabalhadoras, dedicadas ao Conselho da Mulher Empreendedora de Divinópolis, muito bem representada aqui pela Denise, pela Célia, pela Sandra, que muito tem ajudado tanto a Vara da Infância e Juventude quanto o Ministério Público na Curadoria da Infância e Juventude na Comarca de Divinópolis. Eu gostaria de fazer um cumprimento também ao meu mais novo amigo, o Gabriel, foi uma pessoa que eu conheci à uma hora e já me conquistou, já me emocionou. Bem, isso demonstra muito bem, as minhas palavras eu acho que serão rápidas.

Não existe, depois de Deus, não existe nada mais importante no mundo do que criança e adolescente. Isso eu acho que é óbvio, é intuitivo, está além de qualquer imposição social, ética, moral, legal ou de qualquer natureza. A nossa Constituição de 1988, no seu artigo 227, usa a expressão “absoluta prioridade” para garantia dos direitos da criança e do adolescente. É a única vez em que essa expressão se encontra na constituição. Refletindo isso, o que todos nós sabemos, no fundo do nosso coração, é que nada há de mais importante do que a criança e o adolescente.

Um dos direitos garantidos no artigo 227, aqueles que são “absoluta prioridade”, a única prioridade absoluta da Constituição Federal, é o direito à convivência familiar. Nós consideramos esse direito especial, em relação aos demais, porque é a raiz dos outros direi-

tos: direitos à saúde, à educação, à alimentação, à vida, ao lazer, porque a criança que está inserida no seio de uma família responsável, essa família fará por onde garantir a ela os seus direitos fundamentais. A adoção é o meio correto, é o único meio de garantir esses direitos, principalmente da convivência familiar, que pode ser a raiz dos demais direitos, às crianças e adolescentes abandonadas por todos o Brasil, como disse o meu colega, Dr. Sávio, que nós sequer temos noção de quantas são. Isso é o único fator, eu acredito, que possa trazer uma real melhoria, uma melhoria perene na situação da sociedade brasileira em todos os sentidos, até mesmo no combate ao crime. Se fala tanto, se discute a redução da idade penal, por exemplo, mas muito mais importante é que nós façamos a prevenção, tratando das crianças. No fórum ao qual o Dr. Sávio se referiu e eu estive lá na companhia dele, a primeira palestra tratou da influência das condições externas ainda na vida intra-uterina das crianças. Então precisamos sim investir no futuro do Brasil, tratando de garantir os direitos da criança e do adolescente.

Bem, em nossa Comarca – busco aqui trazer a nossa singela experiência – procuramos tratar disso, especialmente estimulando a adoção, inclusive através da criação de Grupos de Apoio à Adoção, com o apoio do Dr. Sávio inclusive, tratando de acelerar os processos e diminuir ao máximo o tempo de permanência da criança e do adolescente no abrigo. Com base nessa nossa experiência, bem, eu sou Promotor de Justiça há dezesseis anos, o Dr. Núbio que trabalha conosco é Juiz há mais de dez anos, e nós procuramos colher as sugestões de várias pessoas, inclusive do Conselho da Mulher Empreendedora, e trouxemos, e já entregamos ao Senador Magno Malta, algumas sugestões para que a lei trate de assuntos como, por exemplo, a permanência da criança, do adolescente, em abrigo. O Dr. Sávio acabou de dizer que não se tem noção do Brasil de quantas crianças e adolescentes estão abrigados. Não há um limite legal para a permanência em abrigo. Nós estamos propondo, já apresentamos, os Senadores têm conhecimento, da criação de um prazo para a permanência, um prazo máximo de permanência da criança e do adolescente no abrigo, prazo este após o qual o responsável pelo abrigo terá a obrigação de se justificar perante o Ministério Público, perante a Autoridade Judiciária a respeito daquela criança, daquele adolescente, por que ele está lá naquele abrigo a tanto tempo, por que não foi definida a situação dele ainda naquele prazo. Na ausência de justificação ou de comunicação da existência da criança e do adolescente no abrigo, de acordo com a nossa sugestão isso seria considerado até uma infração administrativa. Talvez até seja modesta a proposta, isso realmente é

um crime, esquecer uma criança, deixar uma criança reabandonada, ela já está no abrigado porque não foi devidamente tratada, não teve a assistência toda que merecia, e lá no abrigo ela não pode, mais uma vez, ser esquecida.

Bem, propomos também a criação de um registro de adotantes, de possíveis adotantes, e pessoas, crianças e adolescentes, disponíveis à adoção, um registro estadual e um registro nacional, para, através desses registros, se fomentar o encontro das pessoas. Uma pessoa do Amazonas pode vir a adotar uma criança de Minas Gerais ou vice-versa. Eu acho que é uma sugestão de se criar uma forma de promover este encontro, inclusive usando os meios que nós temos hoje à disposição, até a Internet. Claro que sempre colocando a criança e também a pessoa que quer adotar de uma maneira que jamais fira a sua dignidade, com todo o respeito e todo o decoro, mas usando de todos os meios que nós temos hoje em dia para dizer: “olha, nós temos crianças aqui que precisam de pais”, e os pais vão dizer: “olha, eu quero um filho”. Então a nossa sugestão vai baseada nisso, na criação desse registro estadual e nacional para facilitar esse encontro. Inclusive, também, para que nós promovamos a adoção nacional em detrimento da adoção internacional. Eu acho que devemos privilegiar a adoção dentro do Brasil. Todos nós aqui que trabalhamos com isso sabemos que é comum a pessoa vir do exterior e adotar às vezes um grupo de irmãos, inclusive a partir do momento em que a adoção é deferida, que passa a ser oficialmente filho daquela pessoa, não há um acompanhamento. É uma coisa até para se discutir, se deve haver esse acompanhamento, porque eu acho que é viável, pois a pessoa vem, pára na Comarca, às vezes aluga uma casa, vive com a criança durante algum tempo [soa a campainha] no estágio probatório e, depois disso, feita a adoção, a leva para o exterior e nós muitas vezes não temos notícia dessa criança, da vida dessa criança lá, se ela foi realmente bem tratada.

Um prazo para finalização dos processos de adoção. Tudo bem, eu sei, eu vou ouvir, existem vários prazos na lei toda que não são cumpridos, mas se nós tivéssemos estabelecido um prazo para o processo de adoção, pelo menos haveria uma base sobre a qual se reclamar. O caso do Gabriel com a dona Rogéria e o pai dele, que é o senhor Miguel – dois anjos, Miguel e Gabriel –, o caso deles é realmente um absurdo. Dois anos e meio com sucessivas guardas [soa a campainha], a dona Rogéria me mostrava lá guarda deferida de cento e vinte dias, guarda deferida de cento e oitenta dias, e no final das contas não se dá a adoção. Por quê? Não tem nada que justifique isso, a lei não pode justificar uma situação dessa, porque a

lei não é um fim em si mesma. A lei é um objeto que deve servir a uma finalidade que é a justiça, que é o bem-estar social. Eu conversei muito com o Gabriel e com a dona Rogéria ali no seu gabinete e a gente vê o carinho dela, o trabalho que ela teve, passar por nove operações, ela nos mostrou as fotos. Só uma mãe de verdade para dar este apoio, que ele retribui, e é um menino corajoso, é um exemplo para todos nós [soa a campainha]. já estou encerrando, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fique à vontade.

DR. CARLOS JOSÉ DA SILVA FORTES: É um menino muito corajoso, imagine só passar por isso tudo, às vezes a gente passa por muito menos do que isso e reclama. Ele é um exemplo para todo mundo, é um herói. Passar por tantas operações e está aí sorrindo, feliz, amoroso. Ele me abraçou, eu fiquei emocionado. Eu abaixei um pouco a cabeça, sabe, para não ficar dando mole para você, viu Gabriel. Desculpem, mas é realmente emocionante conversar com essa pessoa aqui.

Bem, já encerrando, eu acho que eu já extrapolei o tempo, eu só queria dizer que nós trazemos essas sugestões, elas estão entregues ao Senador, são sugestões minhas, são sugestões do Dr. Núbio Parreiras, Juiz da Infância e Juventude de Divinópolis, são sugestões da Denise, da Célia, da Sandra e de outras pessoas que também não estão aqui, simplesmente são singelas, mas são uma contribuição, a nossa humilde contribuição para tratar dessa causa que, depois de Deus, eu repito, não há nada mais importante, mais urgente, do que se tratar da criança e do adolescente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já registramos que a Senador Patrícia já se encontra aqui, ela também que é mãe adotante e tem um belíssimo trabalho nessa área. Passamos a palavra ao Dr. Edílson Teodoro Amaral, advogado. Senadora Patrícia, eu havia aqui já anunciado a sua presença, da sua história, da sua luta, e que é um exemplo, digamos, nesse momento aqui, junto com outras mães adotantes. Então uma salva de palmas a todas as mães adotantes [palmas], aos pais também e à Rogéria e o Gabriel também. Doutor, por favor.

SR. EDÍLSON TEODORO AMARAL: Eu queria cumprimentar ao Exmo. Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Paulo Paim, ao Senador Magno Malta, aos componentes da mesa e demais autoridades.

Como já foi relatado pelos ilustres colegas Promotores, há um problema de prazo para a adoção no nosso país. O nosso direito processual, que é o direito que dá o prazo a todas as instruções que se fazem dentro do processo, ele é um direito flexível, porque existe

na área criminal um prazo que o Juiz tem de noventa e cinco dias para instruir um processo criminal, e não temos o mesmo prazo para instruir um processo que se trata de uma vida, de uma pessoa que se vê sem defesa, sem ninguém para promover a sua dignidade, a sua capacidade e mostrar para as pessoas o seu próprio valor. Eu, na minha vida prática, como advogado, tenho assessorado juridicamente em vários processos de adoção, sendo que nunca coloquei preço para esse tipo de processo por achar pessoalmente que isso não tem preço. Sou hoje, também, um candidato à adoção com a minha inscrição em quatro comarcas da minha região, e vejo que vou passar por várias e várias etapas, se Deus me der essa graça que eu também pretendo de poder dizer que eu sou pai [palmas].

Então, senhores, eu me espelho nas pessoas que buscam na nossa realidade os caminhos mais curtos e mais práticos para que a gente alcance o nosso objetivo. Eu sou uma pessoa prática, eu não sou muito teórico, e me espelhei aqui no Senado, há uns seis anos atrás, numa frase de um Senador que disse: “antes a gente ter excesso de rigor do que excesso de tolerância”, e essa frase é o que me impulsiona em estar aqui hoje participando dessa Audiência Pública pelo convite do nobre Senador Magno Malta, com esse papel brilhante, e o Senador Paulo Paim que dirige essa Comissão de Direitos Humanos, que também acho que é a Comissão mais importante que se possa ter no Senado, numa Assembléia ou numa Câmara, porque é ela a última opção daquelas pessoas que não têm ninguém por si. Então precisamos ver e rever essa legislação onde que para um preso tem noventa e cinco dias, e para uma criança, como disse o Dr. Sávio, em São Paulo há uma média de quase cinco anos de espera. Quem será que está preso nessa história? Será que é esse réu, com noventa e cinco dias no máximo, ou será que é essa criança com cinco anos num abrigo? Além de advogado eu sou professor universitário e fundador de uma faculdade onde, por enquanto, adotei a todos os alunos dessa faculdade como se fossem meus filhos, e acho que precisamos, Sr. Senador Paulo Paim, de medidas de rigor, medidas imediatas, que se faça valer o mesmo direito do preso para uma criança em questão de prazo.

Também rever o que foi dito sobre a estrutura de manutenção de alguns abrigos que venham por hoje estar com excesso de crianças, que haja uma fiscalização em cima disso para saber o motivo, se é motivo de recebimento de cestas básicas, de ajudas, como se faz nos Juizados Especial Criminais, onde transferem as multas que são estipuladas, como por uma pessoa que está conduzindo um veículo sem habilitação, que deposita em nome desses abrigos, que deposite em

nome dessas classes, para que isso não se torne uma manutenção de uma casa que queira aumentar o número de crianças, aumentar o valor do seu trabalho. É preferível que nós tenhamos abrigos vazios, sem nenhuma criança, porque Deus não me deu a graça de conceber uma vida a alguém, mas se nós todos nos colocarmos à disposição e lutarmos para mecanismos que efetivamente funcionem nesse país, seria muito melhor a gente dizer que é pai de mil, dois mil, três mil filhos, que às vezes ser pai de um filho único.

Então eu venho clamar ao Sr. Presidente essa providência, que se faça valer nessa Casa. É a colaboração que eu tenho para essa Comissão. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço. Passamos a palavra de imediato à Sra. Denise Santos Lara, Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora, sendo que no momento começou a votação nominal lá no Plenário do Senado. Então eu combinei com o Senador Magno Malta, eu vou lá, voto e volto, ele vai e volta e nós continuamos o nosso debate. Então eu passo a presidência para ele e ao mesmo tempo a senhora está com a palavra.

[troca de presidência]

SRA. DENISE SANTOS LARA: Boa tarde à todos, eu cumprimento o Senador Paulo Paim que está de saída e o nosso amigo Magno Malta.

Eu gostaria de salientar assim que tudo que já foi dito em termos de lei, em termos de tudo que está aqui, que a nossa proposta, quando a gente começou isso, foi por um trabalho voluntário. Eu não tenho conhecimento de lei, eu não tenho nada de técnico para falar. O que eu tenho para falar são experiências de vida, de visitar abrigos, de visitar crianças e saber da situação de crianças que entram às vezes num abrigo com dois meses, três meses de idade, e completam catorze, quinze anos nesse mesmo abrigo, e quando completam dezoito saem de lá, como o Dr. Sávio falou, para a rua, e depois da rua para as Casas de Acolhimento de Menores Infratores. Isso a gente vive na nossa cidade e tivemos também lá o presente de receber o Dr. Núbio, que é um Juiz muito humano, e o Dr. Casé, o Dr. Carlos José, que é o Promotor, que tem tentado diminuir isso, tentado fazer com que as crianças não cheguem às vezes até a ir a um abrigo, que seja resolvido o problema dela antes.

Quando se fala em adoção, a gente quer um processo de adoção coerente, com famílias que realmente querem adotar, que realmente querem um filho. Não é simplesmente pegar uma criança, como o Magno falou, como se pega um cachorro, como se pega um gato. São crianças que estão ali abandonadas. Se você leva isso para casa, você está levando uma vida, então

você tem que ter disponibilidade para essa vida. Para a gente falar em lei, para mim que é leiga, é complicado. O que a gente quer é que eles sejam todos recebidos com carinho, que seja feito ... nós vivemos lá situações, como foi o caso do Gabriel, que dá a guarda provisória, depois se toma essa guarda provisória e devolve a criança para o abrigo. Como que fica a cabeça de uma criança de quatro anos, de dois anos, que fica cento e vinte, cento e oitenta dias, às vezes seis, sete meses numa casa com pai, com a mãe, com irmãos, depois é retirado e isso é devolvido para um abrigo? É uma vida, é um ser humano, não é um objeto que você vai e transporta de uma casa para outra, de um lugar para outro e de um abrigo para outro. "Ah, não vamos separar irmãos; se são três, se são quatro, ou se leva todos ou não se leva nenhum". Por quê? Que família que ele tem? Três ou quatro irmãos. E aonde está o pai, aonde está a mãe? Por que não separar e dar aos quatro pais e mães, pais e mães coerentes, que não são responsáveis por abrigos que fazem lá o seu serviço, dá banho, dá comida, coloca para dormir. Mas e o carinho e o afeto, aonde é que está?

Então quando a gente entrou nessa briga, que a gente entrou nessa luta com total apoio do Magno e depois com o presente do Carlos José e com o presente do Núbio na nossa Comarca, é que a gente viu a importância de estar lutando por isso para que não haja abrigos lotados, para que não haja adolescentes saindo de abrigos e se tornando problema numa sociedade caótica que trata a adoção como um problema, e adoção não é um problema, é uma solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito obrigado à Denise. Eu vou passar a palavra à Célia e, em seguida, nós vamos ouvir o Messias, vamos ouvir todos. Eu acho que todos contribuem, eu acho que o gesto do afeto vale mais do que a operação do direito, do jurídico, e mesmo aqueles que estão investidos nessa causa e quando falam tão bem, como o Dr. Sávio, o Dr. Casé, que é Dr. Carlos, mas é Casé porque é jovem Promotor, mas quando falam da operação do direito com o coração na frente da operação do direito, essa coisa fica melhor, fica mais bonita, mais significativa, como o Dr. Edílson aqui, candidato a pai, vai dar à luz, ele está grávido no coração, essa coisa fica muito boa, e aquilo que nós vamos ouvir, a gente vai ouvir a Denise aí que é mãe, o Messias, a mãe do nosso querido Gabriel, vamos ouvir também o Doutor ali que representa o Juiz, o Dr. Rodovalho, a nossa querida Deputada, e aquilo que nós vamos construir aqui, não vamos ... eu já fui Deputado Federal e sei que a Câmara é muito morosa, muito lerda nas coisas, mas nós vamos adiantar o nosso lado aqui com muito serenidade, até porque o Senador Geraldo Mesquita falou

aqui o que eu já plantei no coração dos outros Senadores, para que a gente possa de fato quebrar esses muros que se estabeleceram, fazendo com que essas crianças fiquem permanentemente plantadas dentro de abrigos, que resolvamos o problema do acompanhamento, até essa é uma imoralidade que eu nunca vi na minha vida, pois você vai embora para o exterior e você não tem direito a acompanhamento. Eu tenho a minha filha que tem três irmãos na Itália, aí eu fui procurar o Juiz e a Advogada falou: “eles não podem se encontrar mais”. “Como?” “São filhos de outros agora, é como se não fossem mais irmãos, não se podem ver”. “Você está é doida, você está é doida que não pode ver. Vai ver, vai ver sim, ainda que seja na marra vai ver”. A minha filha sabe que tem irmãos, irmãos de sangue que estão com outros pais do coração lá na Itália, e ela vai ver, e se eles lá estiverem escondendo isso dela aqui, eles vão ficar sabendo, porque a minha mãe chegar e vai falar, até porque a cara não nega, não vai ter jeito, na hora que bater um olho no outro não tem como. Então precisamos quebrar isso, essa coisa do acompanhamento, senão a criança vai embora daqui e ninguém acompanha mais, ninguém sabe nada. Alguns já saem daqui vendidos, mortos, com o rim vendido, com o olho vendido, com a córnea vendida, com o pulmão vendido, e vão rápido, é uma adaptaçãozinha de sessenta dias, vão rápido. Tem que dar facilidade para o nacional, para o tupiniquim adotar, e a única coisa que alguém precisa mostrar para o Juiz que está pronto à adoção é só uma cena dessa, o resto depois tudo vem. O cara só precisa ter uma cena dessa para mostrar, esse menino se roçando no pescoço dessa mulher, essa mulher se roçando nele o tempo inteiro. O que eles precisam provar mais, para quem? Então só precisa de uma cena dessa. O Promotor, não é Dr. Carlos, e o Juiz, como está se fazendo em Divinópolis.

Eu tenho um caso, Messias, de Adriano, que foi pego no tráfico de drogas com trezentas gramas de maconha, deu artigo 12 para ele, ele fumava. O Juiz prendeu ele, Dr. Luiz Guilherme, a mãe foi chorando, ele falou: “eu sei que o seu filho não é bandido, ele é usuário, seu filho é perfeitamente recuperável, mas a lei diz que ele caiu no 12 e eu não posso fazer nada”. Ela continuou chorando na porta, ele falou assim: “vai atrás do Magno Malta. Se ele ficar com o teu filho preso na casa dele, eu entrego ele, o seu filho, mas para ficar cinco anos com ele”. Ela veio atrás de mim, aí eu falei: “eu fico com ele”. Ele atravessou a lei porque há momentos na vida que a graça tem que ser maior do que a lei, e pela graça ele entregou o menino a mim. Adriano hoje é homem e dirige uma outra Casa de recuperação de drogados sozinho, ele é o diretor da

Casa, porque ele resolveu fazer justiça terapêutica antes que a lei dissesse que já tem justiça terapêutica, que veio anos depois. Então nessa questão os Juizes, os Promotores, estão entendendo a questão da criança, que a graça num determinado momento da vida tem que ser maior do que a lei. Eu estou aqui vendo essa cena e, para mim, Juiz não precisa mais do que isso, porque a minha mãe dizia que onde come dez, dá para comer doze, a minha mãe falava; onde dorme seis, dá para dormir sete, aperta um pouquinho que dorme. Então essas coisas, são que são tão sutis, elas precisam realmente ser melhoradas. Célia, tem a palavra.

SRA. CÉLIA REGINA ROCHA: Boa tarde a todos. Senador, o nosso agradecimento pela oportunidade de expressar os acontecimentos da nossa cidade, onde nós vivenciamos o problema da adoção. Muitas vezes lá em Divinópolis a gestação para a adoção tem se tornado um aborto. Você vai num abrigo, você se apaixona, a criança se apaixona por você, e a burocracia aborta essa gestação, o que é traumático. Eu já passei por dois abortos e isso é traumático. É traumático para quem vai e traumático para quem fica. Há algum tempo atrás eu e o meu marido estivemos num abrigo onde as crianças que lá estão, estão porque são judiadas pelos pais, maltratadas pelos pais. Que pais são esses? Biológicos. E que amor é esse. Onde o Dr. Sávio, um homem muito sábio, nós estávamos comentando sobre o assunto, e ele falou de Salomão, naquela passagem bíblica, que quis a partir a criança para entregá-la cada pedaço à mulher que disse ser a mãe da criança. E ele entregou para a mulher verdadeira, para a mãe verdadeira, mas em no momento nenhum falou-se que a mãe verdadeira era a mãe biológica, porque a mãe verdadeira não quer matar o seu filho, ela prefere que ele fique com outro a vê-lo morto. Então essa é a verdadeira mãe, independente dos laços de sangue.

Não justifica uma mãe biológica apagar cigarro na sua filha porque ela chora, que foi o caso da nossa amiga que adotou essa criança, que a mãe apagava cigarro na menina toda vez que ela chorava. Isso é mãe verdadeira? Mãe biológica, gente, o amor, o amor nasce, ele brota.

Eu ia adotar uma criança há uns tempos atrás, eu e o meu marido, que tinha metade do braço devido ao uso contínuo de droga que a mãe dela usava, sendo que a criança ficou com várias seqüelas. Como ela tinha vários irmãos, a minha gestação foi mais uma vez abortada, a minha gestação para adoção foi abortada. Na época a criança tinha dois anos, hoje a criança está com sete e continua no abrigo junto com os seus irmãos, em outro abrigo. Então o que é que justifica isso? Nós estamos aqui para lutar, para dar uma família, um lar

para essas crianças. Você já imaginou o seu filho, os nossos filhos, quantas dores, quantos medos, quantas tristezas eles têm, e quando eles estão assim, eles vêm para o nosso colo para pedir apoio, para pedir carinho, para pedir um aconchego para se fortalecer. E uma criança que está abrigada, vai para o colo de quem? Ela sofre seus medos, suas decepções, suas desilusões, tudo sozinha. Então nós não podemos deixar, e isso é muito cômodo para o Conselho da Mulher Empreendedora de Divinópolis, simplesmente passar por cima desses problemas sociais. Não é um problema da minha casa, é um problema social, mas é um problema nosso, é um problema de cada um de nós. São crianças, são o nosso futuro, e o que a gente vê é frustração por lado de pais, frustração por lado de criança. Você entra num abrigo, eu não sei quem aqui teve a oportunidade de ir a um abrigo, é muito triste você chegar num abrigo, uma criança pegar na sua mão e falar: “você veio me levar para casa?” Uma casa que ela não conhece, mas ela quer uma casa.

Então eu acho que o quanto antes a gente mudar o destino dessas crianças, melhor será para o nosso país, e eu agradeço a todos aqui, que não são muitos, infelizmente, mas felizmente o Brasil vai ter a oportunidade de ouvir os nossos depoimentos e pensar um pouco mais. Agradeço muito ao Dr. Carlos José, que junto com o Dr. Núbio tem mudado a realidade da adoção na nossa cidade, que a prioridade é sem dúvida nenhuma dar condições à adoção de irmãos para quem tem condições de adotar aqueles irmãos. Seria bom se eles ficassem juntos, mas o segundo passo, e não pode ser um passo muito demorado, seria separar essas crianças. A criança que eu queria para mim, se ela estivesse comigo, se eu conseguisse dar a ela um bom estudo, uma boa educação, uma boa vida para ela poder ser alguém, ela poderia resgatar os outros irmãos se caso eles ainda estivessem em massa condições, mas não dar oportunidade a nenhum deles é muito injusto.

Vocês já viram um reality show, um Big Brother? Nós também comentamos isso. Os confinados, eles ficam desorientados a partir de um certo tempo de confinamento. Imagine uma criança. A gente vê o desequilíbrio desses confinados direto nesses realitys shows. E as crianças que estão no abrigo? Então eu acho que isso daí não pode ser a passos largos não, nós temos que diminuir, resolver o quanto antes esse problema da adoção, tentar mudar a realidade da adoção no Brasil e dar prioridades. O prazo dessas crianças, a adoção primeiro para irmãos não conseguiu ser feita, então vamos procurar família para essas crianças o quanto antes. Não conseguiu aqui, procura fora, procuram lá.

Eu gostaria de agradecer a todos pela oportunidade de eu ter dado o meu depoimento, expressar a nossa indignação quanto a isso, e que nós vamos continuar lutando, doa a quem doer. Essa é a nossa causa e nós vamos levar em frente, enquanto nós não conseguirmos nós não vamos parar. Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Agradecer à Célia pela sua fala, agradecer pelo que faz também, esse Grupo de Mulheres Empreendedoras de Divinópolis, que tem se dedicado, e não é gente desocupada não, é gente ocupada e que se coloca à disposição dessa causa que eu sou testemunha ocular do que tem sido lá, e mais uma vez registrar e parabenizar a ação do Juiz e do Promotor com relação a essa causa, que foram agarrados e puxados para dentro por causa da ação dessas mulheres, que é o que precisa de fato acontecer pelo Brasil afora. Eu queria registrar a presença do Deputado Chico D'Ângelo, do PT do Rio, ele acabou de chegar, e já dizia aqui o Dr. Sávio para mim assim: “é do nosso grupo, é da nossa luta, é da nossa praia”. Eu fico feliz, V. Ex^a. daqui a pouco terá a palavra. Eu queria ouvir e passar a palavra à nossa Deputada.

DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ):

Eu quero agradecer por essa palavra, vou ver se eu fico o maior tempo possível para continuar ouvindo os depoimentos, apesar de ser assim extremamente emocionante, o que me emocionou muito aqui foram ver homens com essa sensibilidade, porque a gente normalmente vê muitas mulheres, a gente trabalha na parte social, a gente lida muito com mulheres, e a gente ver homens com esse grau de emoção, com esse grau de adoção, realmente é o que nos faz acreditar nesse país. A gente vem para a Câmara, eu sou nova aqui na Câmara, nunca fui deputada, eu fui Vereadora, Prefeita, num Município pequeno em que a gente, tudo que a gente faz, a gente vê diretamente o que a gente fez, o resultado, se foi bom, se foi ruim, você vê imediatamente em Município pequeno. E aqui fica parecendo que a gente não vale nada, que não conta nada ou que não vai conseguir realmente mudar esse estado de coisas que a gente vê num Brasil tão rico como o nosso. Mas o que nos faz acreditar que a gente vai conduzir mudar é por causa desse povo brasileiro, um povo maravilhoso, um povo como a mãe do Gabriel. Eu tenho vários exemplos, eu que vivo muito com as pessoas, com as famílias nas comunidades, eu tenho vários exemplos. Eu tenho exemplo de um casal de Itaboraí, morando na Reta Velha lá de Itaboraí, é um dos lugares mais violentos do Município de Itaboraí, que é um dos Municípios mais pobres do meu Estado, um casal, ela com setenta e nove, ele com oitenta

e dois, e com duas gemeazinhas de sete anos, aí eu falei: “que bonitinha, são netas?” “Não, há seis anos atrás o pai pediu que eu ficasse com seis filhos dele para ele poder enterrar a mãe e ele nunca mais voltou”. Eles ficaram com seis, vivendo com um salário mínimo e alguma coisinha, sem nenhuma ajuda de Poder Público nenhum, com medo de procurar a justiça e de tirarem as crianças deles. Essa é a realidade que a gente vive.

Eu queria saber aqui o seguinte: nós estamos hoje sujeitos à sensibilidade, ao coração, ao amor, à adoção, ao caráter, como disse o Senador, de Juizes e Promotores. Não tem nada que nos proteja dentro da lei, que a gente não precise ficar somente ... que só se faça justiça como esse Juiz na sua cidade fez quando encaminhou esse menino para tratamento, quando a pessoa que está do lado de lá, quando está do outro lado da mesa, quando está com a sua toga, que ele tenha essa sensibilidade.

A gente está vendo aí agora essa questão que está mobilizando o Brasil, o Congresso Nacional, que é a questão lá do Pará, dessa menina, o que é uma atrocidade, é uma coisa que a gente toma conhecimento e fica indignada, mas isso acontece todos os dias e em vários lugares do nosso país. Acontece violência sexual em meninas, crianças, adolescentes, vivendo isso diariamente, muitas vezes dentro da sua própria casa. Quem é que vai punir o Juiz, quem é que vai punir o Delegado, vem vai punir o Promotor, quem vai punir as autoridades, os políticos, os governantes que permitem esse estado de coisas? Eu, ouvindo aqui o depoimento, o que foi falado da mãe do Gabriel, se não me engano é Rio de Janeiro, o nosso Estado abençoado que, graças a Deus, nós temos hoje o Dr. Sávio que está com um trabalho imenso em todas as cidades do Rio, tentando sensibilizar os Promotores, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e a Associação dos Magistrados para o que acontece no Rio de Janeiro. Eu lá, quando fui Prefeita, a gente tinha um abrigo na minha cidade. Uma mãe que já tinha adotado uma criança no Paraná, ela foi para o Paraná adotar que em Rio Bonito não conseguia se habilitar, depois que ela adotou o menino no Paraná ela conseguiu se habilitar e pegou uma criança de três anos na Casa da Criança, a gente chamava de Casa da Criança, não chamava de abrigo, sendo que ela pegou essa menina e todo final de semana ela pegava, na segunda-feira ela tinha que devolver a menina. Ela ficava chorando do lado de fora e a menina chorando do lado de dentro. Eu fui na Promotora pessoalmente, a cidade é pequena, eu falei: “Doutora, eu coloco uma Assistente Social todo dia na casa dela vendo se essa criança está sendo maltratada ou não”, e a Promotora

dizia: “eu não posso falar fazer nada porque é a lei”. A gente tem “N” casos assim.

Então eu acho que esse Grupo de Apoio, que agora lá em Rio Bonito também já têm pais adotivos se mobilizando para fazer, que leva muitas pessoas a viajarem milhares de quilômetros, como foi o caso de uma mãe agora que está com neném de três meses, pegou uma criança no Pará, Esperança é nome da cidade, está lá efusiva, uma pessoa até discreta, é uma coisa muito linda que a gente vê, porque essa moça é uma moça enfermeira, formada, responsável pelo Setor de Vacinação da Prefeitura, e ela é uma pessoa muito contida, muito reservada. Ela está assim efusiva, deslumbrante, ela falou: “eu acho que eu amo mais do que se fosse meu”. Então são as coisas que a gente sabe que pode ser resolvida, não acontece só com quem pegou um bebê recém-nascido, acontece com pessoas que adotam crianças maiores, crianças com portadoras de necessidades especiais, como eu vi lá em São Gonçalo um casal que foi no hospital, o marido foi lá, conheceu lá uma criança, abandonaram a criança, a criança com mielomeningocele, e eles adotaram já com os filhos criados, e assim é uma coisa, gente humilde. Quando se fala em adotante, parece que quem adota são pessoas de posses. Muitas pessoas, famílias humildes, famílias carentes de recursos financeiros, mas com muito amor, querem adotar e adotam.

Eu agora apresentei, Senador, e como ao o senhor disse as coisas são muito lentas, eu estou votando Projetos de Lei de 1999, de 1998, infelizmente um de 1991, mas a gente aqui, a coisa é muito morosa. Eu apresentei um Projeto de Lei em cima de uma experiência que o Dr. Sávio me contou, em cima de um questionamento da minha filha, para que os pais adotivos que quiserem adotar dois irmãos ou mais fariam jus a um auxílio do Governo, porque muitas pessoas querem ficar com todos os irmãos, mas não tem condições financeiras. Às vezes tem um sítio, tem um parente próximo que fica com dois, mas fica mais dois no abrigo porque não tem condições de ficar com o resto. Então eu apresentei, que faria jus, aquele que solicitasse, não são todos, não é imediatamente você adotou e você vai fazer jus, mas você pegou dois irmãos, você tem um direito a um salário mínimo, pegou três tem direito a dois salários mínimos, que é uma ajuda financeira. O Dr. Sávio me contou de um casal que chegou no abrigo e, por causa de pessoas sem sensibilidade, que não entendem que é melhor você fazer o bem a uma criança do que não fazer a nenhuma, como colocou aqui a Célia, ele me contou que o casal chegou lá, se encantou com o menino, dali a pouquinho vem o menino com mais um, mais outro, com mais outro, foram quatro, não é Dr. Sávio, e eles

foram para casa, “quanto você ganha, quanto eu ganho”, foram lá e buscaram os quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu acho que por sermos poucos, podemos até dar a seta, entrar e fazer o debate, sobretudo pelo que a Deputada ela está colocando aí, realmente isso muito ruim. E mata sonhos. Você vem para o Parlamento fazendo sonhos, faz planos, discursa na sua cidade, “eu vou para lá lutar por isso”, chegando aqui os seus sonhos são mortos. Você faz um projeto, você nem sabia que aquele troço bate numa Comissão, se tiver um lobby ali de interesse contrário ele nunca mais sai dali, entendeu, e ele vai, outro apensa a outro para criar problema para ele, quer dizer, você chegou agora, primeiro mandato, está votando de 1991, é um negócio de maluco isso, quer dizer, essa sua proposição, o que nós temos que fazer é o seguinte: nós temos que criar a Frente da Adoção. Tem Frente da Criança e do Adolescente? Tem. Tá bom. Mas nós vamos criar a Frente da Adoção para poder --

DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ): Nós temos na Câmara, que foi o Deputado João Matos, que depois de perder um filho adotivo em acidente, ele criou a Frente Parlamentar de Adoção e aí a gente já está fazendo contato com ele, também convidei o Deputado Roberto Brito, o Deputado Edmilson Valentim, que são pais adotantes. Então existe a Frente, a gente precisa revigorá-la e começar a trabalhar com ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ela é do Congresso Nacional ou só da Câmara?

DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ): Eu não sei, eu vou ver isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Porque eu acho que a gente pode, a gente pode, porque muito mais do que a lei, se cria um movimento de criar sensibilidade para que o Juiz entenda, e o Promotor, que a graça é maior do que a lei, você foi nessa Promotora e falou: “mas eu boto a Assistência Social”, ela falou assim: “eu sei, mas é a lei”. Mas no caso da criança a graça tem que ser maior que a lei, a graça tem que ser maior que a lei. Agora no caso de Juízes e Promotores que fazem reféns essas crianças, e nós conhecemos e sabemos de “N” casos que se utilizam quadrilhamente, eu não sei nem se esse nome existe, que são verdadeiros quadrilheiros para poder colocar crianças à disposição de quem faz o tráfico de crianças e algumas saem mortas do país, eu acabei de dizer isso aqui, o Conselho Externo do Ministério Público e o Conselho Externo de Justiça, é preciso que tenha gente tão organizada para essa causa de serem capazes de denunciar, capazes de denunciar, porque essas aberrações acontecem porque não tem

denúncia nenhuma, não tem denúncia nenhuma. Eu acho que nós temos casos tão gritantes dessa questão de crianças que saíram e desapareceram que cabe uma CPI forte, bem investigada com relação a isso, que daria todo o subsídio para a gente começar a estourar esse tipo de coisa. Agora para quem é que nós vamos recorrer? A Deputada perguntou e eu fiquei com vontade de entrar na orla desse debate. Nós vamos ter que recorrer ao Conselho Externo do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça para poder denunciar. Agora como faz isso? E ele falava isso ontem, Dr. Sávio, falava assim: “quem é que vigia o Magistrado, quem é que vigia o Promotor Público, quem é que faz ele dar celeridade?” E ele dizia: “não, o facínora(f) (1:27:58) não é não, o advogado do cara está em cima, mas a crianças não. Quem? Então se nós nos juntarmos dessa maneira, e acho que desse debate tem que sair alguma coisa dessa maneira, e tivermos a coragem de fazer essa denúncia ao Conselho de Justiça, ao Conselho do Ministério Público, para que o cara responda qual é a razão pela qual, responda, ninguém está querendo desgraçar a vida de ninguém, mas é preciso pelo menos responder, é preciso pelo menos responder. Desculpa eu ter --

DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ): E, só para finalizar, é colocar isso que o senhor colocou aqui, a questão que nós temos que derrubar esses muros, tirar essas amarras, e o Dr. Sávio tem feito um trabalho lá no meu Estado que é justamente que as crianças abrigadas não fiquem aprisionadas, que elas tenham o direito de interagir com a sociedade, não somente na escola, mas interagir com a sociedade, porque tem muitos abrigos em que é proibida a visita, eles proíbem a visita de outras pessoas. Então que a gente possa oferecer a essas crianças um convívio social e que isso aí vai despertar ... e eu acho até que se for feito um cadastro nacional de pessoas que têm vontade de adotar, eu acredito que até não tenha criança suficiente para suprir essa quantidade de pessoas que têm essa vontade. Então que dentro dessa sugestão do Dr. Sávio, que a gente possa até transformar isso em lei, que seja proibido a proibição da sociedade interagir com a criança abrigada.

Então eu quero parabenizar, dizer que eu estou muito feliz de estar aqui, talvez se eu não estivesse no Congresso, não tivesse conseguido vir para cá, não tivesse participado disso tudo, não tivesse conhecimento de tantas pessoas que têm lutado para que as crianças tenham efetivamente seus direitos e que a gente não pode, como foi colocado aqui, colocar isso na conta da pobreza, porque não é, não é, os pobres não são marginais, os pobres não são criminosos, eles não maltratam os seus filhos. O que eles têm é assim

falta de direitos, falta de condições de criar adequadamente seus filhos.

E eu, agora, para finalizar, eu estou com um caso lá na minha cidade, em Rio Bonito, que a moça me procurou no domingo, em que ela foi transferida do local de onde ela trabalha, ela trabalhava ao lado da casa dela, por uma questão qualquer transferiram ela do local, ela tem três filhos pequenos, é zeladora, e ela está com problema no Conselho Tutelar com a filha de treze anos, que arrumou um namorado de vinte e um, que já saiu de casa, ela já foi lá e já buscou, e o Conselho Tutelar diz a ela que ela tem que ficar em casa tomando conta dos filhos dela. A quem é que compete um caso desses? Quer dizer, a gente fica meio perdido, o que você vai dizer para essa mãe, como é que ela vai poder ... porque aí é uma questão social, ela não tem onde deixar essas crianças, ela não tem acesso a nenhum tipo de política pública que lhe dê o direito de poder trabalhar e sustentar com dignidade seus filhos. Esse é um país que a gente vive, é um país tão rico, um país que a gente vê aí que nós temos hoje cento e oitenta bilhões de dólares de reserva cambial, estamos navegando em águas tranquilas em termos econômicos, mas infelizmente esse recurso não tem chegado na ponta, onde ele é tão necessário como as nossas crianças. Então eu quero dizer para vocês que eu estou à disposição, como coloquei para o Dr. Sávio, municiem a gente, estamos aqui, três advogados, municiem a gente de Projetos de Lei, de coisas que a gente possa brigar, levar nas mãos. Vamos também fazer uma Audiência Pública dessa lá na Câmara também para procurar sensibilizar, e, para finalizar, gostaria de convidar também para um tema muito importante que é o Estatuto do Nascituro, no dia 13, às nove e meia da manhã, haverá uma Audiência Pública para debater o Estatuto do Nascituro, do qual eu sou Relatora. Então realmente quem puder, dia 13, às nove e meia da manhã, quem puder estar presente, porque as atrocidades começam a acontecer muito antes das crianças poderem ter uma certidão e serem considerados cidadãos. Então muito obrigada mesmo, foi um prazer muito grande, eu já lhe conheço muito, é um prazer muito grande estar aqui presente e trabalhar um tema dessa importância, dessa relevância. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço à Deputada, sua fala tão importante e tão significativa, e que certamente vai somar ao debate. Eu vou dar uma mesclada aqui, acabamos de ouvir um Parlamentar, eu vou passar a palavra ao meu amigo Zé Messias, esse jurado tão conhecido, tão querido, tão tudo, viu Zé, tão tudo.

SR. JOSÉ MESSIAS: Eu queria dar uma de Tim Maia aqui, eu quero retorno [risos]. Bom, no tempo que

nos é dado, eu começo fazendo uma reivindicação. O tempo que nos é dado é dez minutos, mas eu quero inverter isso, eu estou pedindo uma hora de tolerância [risos], porque o tema é fascinante.

Muitas coisas bonitas foram ditas aqui. Eu ia até dizer, enquanto estava aí o Paulo Paim, eu sou mineiro, cidadão benemérito do Estado do Rio de Janeiro, ganhei minha vida no Estado de São Paulo, Medalha Tiradentes, que você conhece bem, que é o maior prêmio que o Estado do Rio dá, sou membro da Academia Nacional de Letras e Artes, sou medalha de ouro da Sociedade de Autores da SOCIMPRO, que é a Sociedade Representante dos Intérpretes, sou fundador do Sindicato dos Compositores, o Dia do Compositor Brasileiro foi escolhido em minha homenagem, é o dia do meu aniversário, quer dizer, eu tenho muitos diplomas pendurados na parede do meu coração, mas o maior título que eu tenho é o de pai adotivo, e eu sou pai biológico, sou pai biológico.

Começo dando uma sugestão que não foi lembrado aqui, que é uma recomendação. Quem adotar uma criança, conte para a criança, é muito importante contar. Eu conheço vários casos que não deram certo por isso, porque contar depois causa um desastre, uma tragédia, aquele filho adotivo começa a fazer planos diferentes, achando que a vida dele poderia ter sido melhor. Então adote e assumam.

Muita gente, muitos casais, acontece que o casal não está dando certo, é aquele conflito, marido e mulher não dá certo, aí o amigo chega e fala: "adota um filho", que é para o filho consertar o casal. É um erro também isso. Não pode adotar uma criança para a criança resolver o problema dos pais. Não.

Eu era diretor-geral do Programa Flávio Cavalcanti, a maioria absoluta aqui não se lembra desse tempo, eu tinha uma certa força nesse país, estava muito bem de vida e estava vivendo com uma moça muito bonita, minha paixão, e eu resolvi, com ela, falei assim: "não vamos nos casar", porque eu já vinha de um primeiro casamento que não deu certo, eu disse assim: "já que o casamento não deu certo, vamos viver a vida toda amantes". Amantes ficamos por algum tempo e o filho não veio. Aí eu estava muito bem de vida, ela também bem, eu disse assim: "agora o que nos falta? Um filho. Vamos dividir tudo que nós temos com alguém que precisa". Fui ao Juizado de Menores para adotar uma criança, combinando com a minha esposa, mas eu queria uma criança deficiente. Criança deficiente, tem um pavilhão lá, trouxeram então uma criança e puseram no colo da minha esposa. Muito magrinha, aquela criança muito triste, aí a irmã de caridade lá disse assim: "leva, fica com vocês duas semanas para ver se vocês gostam dessa criança e se a criança gosta

de vocês". Eu achei aquilo até interessante. Levamos. Só que no dia seguinte a gente já gostava da criança e acho que a criança também já gostava da gente, ficamos com a criança por três meses, aquele velho problema do projeto dos três meses. Mas antes nós fizemos um teste no Juizado de Menores para provar se nós merecíamos ou não uma criança, se nós tínhamos amor para dar a uma criança ou não. Quando foi revelado que nós não éramos casados, aí complicou mais, "ah, não pode adotar porque não são casados". Eu estava esperando o resultado dos exames que eu tinha providenciado do menino. Aí o neurologista disse assim: "olha, uma junta médica amanhã para a gente examinar esse menino". Examinaram o menino e disseram: "olha, o menino tem hidrocefalia. Vocês sabem o que é isso?" Eu na hora não sabia, nome novo para mim, hidrocefalia. "O que a gente faz?" "Você tem que internar esse menino, tomar uma providência urgente". Ele estava com três ou quatro meses. Vou internar o menino, mas como internar o menino se eu não tenho documento nenhum? Eu não podia internar. Mas como eu era o diretor do mais importante programa da televisão brasileira naquele tempo, o Programa Flávio Cavalcanti era um terror, aí eu tive acesso ao diretor do hospital, fui falar diretamente com o diretor do hospital. Quando ele viu o resultado do exame, ele disse: "está vendo, vocês jornalistas, vocês pressionam a gente, olha a fila que está lá fora de pessoas precisando de internação, e você, só porque é o Zé Messias, está aqui na minha sala e veio ocupar uma vaga, quer internar uma criança que só vai sair daqui morta". Eu disse: "Doutor, então o senhor não pode internar a criança?" Ele disse: "não posso internar". Como eu não tinha tempo, eu joguei um papel timbrado do hospital e disse assim: "agora passou a ser a visita do jornalista". Era o diretor do hospital de Bom Sucesso, você conhece bem, joguei lá na frente dele e disse assim: "você não vai internar a criança. Escreva isso e assina". Ele disse: "eu não posso assinar". Eu disse: "se você não pode assinar, você pode internar". Aí ele ligou para os médicos depois de uma discussão, que eu quero adiantar o assunto aqui, chamou os neurologistas, quatro neurologistas, ele disse: "olha, eu estou sendo pressionado aqui – pressionado – para cuidar desse menino que tem esse caso aqui, ele é deficiente, tem hidrocefalia e eu não posso internar. O que vocês têm a dizer?" Isso para os neurologistas. Ninguém falou nada. O diretor virou para mim e disse assim: "olha, Messias, eu sinto muito, mas eu não posso internar. Olha, eles são os neurologistas", e eu disse para o diretor: "o senhor não ouviu porque o senhor não sabe ouvir lágrimas. Tem um dos neurologistas que está chorando, olha lá, porque ele conhece o caso" Ele olhou para o neurologista e

disse assim: "você aceita o desafio?" O neurologista, com muito medo, que ele era novo no hospital, ele tinha medo de perder o emprego, ele disse: "se o senhor me der recursos eu aceito", aí eu falei: "então está bem, pronto". "Recursos eu não tenho". Eu disse assim: "então o senhor continua podendo internar, porque os recursos eu vou buscar". Aí você imagina a situação, eu saí, naquele tempo eu tinha também um programa na Rádio Nacional, até isso vale muito porque nós temos uma Audiência qualificada na TV Senado muito importante, principalmente neste caso. Bom, esse menino, ele está com trinta e um anos hoje, trinta e um anos, e é a primeira vez que eu venho a público falar disso, porque acho esse projeto aqui muito bonito. Eu saí, fui à Rádio Nacional e disse assim: "olha, eu não vou poder fazer o programa hoje, eu tenho um problema, assim, assim e assim", eu contei a história do menino e a direção botou a Deise Lúcidí, que foi colega de vocês também, para fazer o programa no meu lugar, e a Deise explicou: "olha, o Messias não veio fazer o programa hoje", ela explicou as razões, contou a história do menino, aí eu disse: "e agora, como que vai ser?" Quando eu cheguei na Santa Casa, que era o único lugar que tinha os recursos, já tinha uma pessoa me esperando na porta, que era o Dr. Dahas Zarur, eu quero que seja registrado esse nome, ele disse assim: "Messias, os recursos eu mando". Abrimos a cabeça desse menino, colocamos uma válvula com drenagem do líquido da cabeça para o aparelho digestivo, e, resumindo a história, nós já trocamos essa válvula cinco vezes, o que significa que abriu a cabeça dele cinco vezes e a barriga cinco vezes. Agora a drenagem já é feita por esta veia do coração, que é muito mais perigosa, e a expectativa de vida vegetativa dele, no hospital, era de dezessete meses. Ele está lá em casa com trinta e um anos de idade. Tem problema? Tem. Problema não. Ele é diferente dos outros? É. Mas se faltam algumas coisas nele, sobram outras, porque há casos dessas pessoas especiais que são superdotadas. O meu filho é superdotado. Ele tem problemas, mas ele conta a história do Oscar com os mínimos detalhes, quem fez a iluminação, quem fez o cenário, quem fez o roteiro, não é só o protagonista não. Tudo do cinema ele sabe, tudo num inglês maravilhoso. Só que no meio disso a gente pergunta para ele: de onze, tira cinco, quanto fica? Aí os olhos dele viram porque ele tem problema de cálculo, mas ele é uma vitória. Nós salvamos esta pessoa, esta criança maravilhosa, para nós é uma criança ainda, ele vai ver isso, ele é uma criança ainda maravilhosa. Agora eu quero um documento que esse filho é meu. "Não tem como, não tem como". Ah, tem um outro detalhe. Quando eu voltei no Juizado de Menores, isso é importante – para você

que está aí emocionada -, voltei no Juizado de Menores para pedir um documento porque eu precisava internar o menino, falaram: “não, Messias, diante deste quadro que está aí, deixa esse aí e leva outro, deixa esse aí e leva outro”. Eu disse: “não, eu não vim aqui comprar uma geladeira que está com defeito e quero levar outra. É uma pessoa”. E continuou o problema, aí eu continuei investindo e fazendo tudo que eu e a minha mulher pudemos fazer por esse filho adotivo. Eu precisava de um documento. Eu estou fazendo uma revelação agora aqui muito perigosa, para mim é perigosa, eu vou precisar da ajuda de vocês de repente, porque eu registrei esse menino no meu nome. Fui no peito, fui lá e registrei, menti, menti para fazer um bem. “Esse menino nasceu lá em casa, tantas horas, assim, assim e assim”. Aí um Juiz, um Juiz de Petrópolis, que conheceu a história também, ele disse: “mas vocês não são casados”. “Está aí, bem lembrado, o senhor poderia fazer o seguinte: no mesmo dia o senhor nos casa e registra o menino”, ou seja, foi o menino que me casou.

Então deixo aqui para o Presidente da mesa esse depoimento, essa declaração. Eu tenho oitenta anos de vida, não tenho nenhum problema de saúde, nenhum, oitenta anos de vida. Qual é o segredo? Eu sou pai adotivo [palmas].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Messias, eu acho que as palmas aqui do Plenário demonstram toda a emoção e o compromisso que nós estamos tendo com essa causa, e o seu exemplo, queira Deus, seja seguido por tantos homens e mulheres nesse país.

SR. JOSÉ MESSIAS: Sr. Presidente, eu falei que de repente eu posso precisar da ajuda de vocês porque é ilegal o que eu fiz, não é? O filho não é meu, eu registrei no meu nome, é ilegal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou fazendo uma.

SR. JOSÉ MESSIAS: Sim, mas eu estou fazendo uma declaração pública, de repente podem falar: “não, eu vou lá tomar esse menino porque ele não —”

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tenha a certeza que todo apoio que precisar o senhor terá dessa Comissão de Direitos Humanos, tenho certeza que falo eu aqui em nome de todos os nossos convidados, se for necessário até nos mobilizaremos dentro do Senado para caminhar ao seu lado nessa bela caminhada.

SR. JOSÉ MESSIAS: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra, nesse momento, à Sra. Rogéria Evangelista Soares para fazer o seu depoimento.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Boa tarde a todos. Eu queria estar agradecendo principalmente ao Senador Malta, que não está aqui, que é meu irmão em Cristo, graças a Deus, e a minha indignação maior é porque a gente não consegue entender, eu e o meu marido, que lei é essa, que país é esse que nós vivemos. Quando eu graças a Deus tive o privilégio de ter dois filhos, eu tenho mais dois filhos, adolescentes, dois rapazes, então foi opção nossa adotar o Gabriel deficiente, tá, mas não deixa de ser um presente de Deus para a gente porque edificou muito a nossa vida, e antes de adotar o Gabriel eu já era habilitada, eu passei por um processo enorme de Assistente Social na minha casa, meus filhos passavam por psicólogo, todo aquele processo, e eu já habilitada, para mim, seria muito mais fácil adotar o Gabriel. Eu apadrinhei o Gabriel num abrigo, onde o primeiro abrigo que ele viveu é um depósito de criança, porque é só de crianças deficientes, que não andavam, crianças com hidrocefalia, crianças com microcefalias, com deficiências, que estavam ali, vivem ali, tem uma vida vegetativa, e não achei justo para o Gabriel e consegui, graças a Deus, tirar ele dali e levá-lo para um abrigo onde ele permaneceu por um tempo menor, que foi quando o meu marido foi transferido de um Estado para o outro e nós resolvemos, vimos que não tinha como a gente ir e deixar o Gabriel, pois o Gabriel já fazia parte da nossa vida. As lutas foram grandes e todas essas lutas são registradas, o Juiz sabe que eu passei dois anos da minha vida, anulei a minha vida, para poder cuidar da vida do Gabriel, correr contra o tempo com a vida do Gabriel. Essa criança perdeu rins, essa criança urina através de sonda, eu tenho que fazer cateterismo a cada quatro horas, para evacuar é um processo enorme, de uma hora e quarenta e cinco no vaso, porque eu tenho que instalar equipo de soro nessa criança, eu faço um trabalho de enfermagem. Antes disso, sem saber, porque a gente tem um plano e Deus tem outro, eu fiz sim curso de auxiliar de enfermagem e sou enfermeira do Gabriel, e tudo isso é registrado, essa criança passou por nove cirurgias em um ano e dez meses, cirurgias de dez horas, de quinze horas, cirurgias de seis horas, cirurgias que foi assim a mão de Deus que trouxe ele de volta para a gente, e amor, porque eu ouvi da voz de um médico que essa criança, ele vive e ele passou por tudo aquilo ali simplesmente por amor, porque ele é uma criança amada, e a gente conseguiu passar para ele tanto amor que eu acho que ele esqueceu a falta de amor que ele viveu na vida dele, tudo que ele viveu de ruim na vida dele foi esquecido. Só que agora, isso incomoda a gente, porque até então não estava ali prejudicando o Gabriel, essas guardas, estava vindo a cada seis meses, a cada cento e vinte dias, tudo bem,

só que agora psicologicamente está maltratando o meu filho, porque eu tenho mais dois filhos, como eu falei, e a mesma criação que eu dou para os meus filhos eu dou para o Gabriel, que o Gabriel é meu, é sangue meu, e os meus filhos sentem a mesma coisa. Então quando o Gabriel tem que ser punido por desobediência, eu tem coragem de punir como eu puni porque ele desobedeceu a professora e respondeu à professora, ela ficou indignada pelo Gabriel, pois ele é uma criança amorosa, eu falo que ele é um chiclete, eu fui analisar o que estava acontecendo e, em uma conversa com ele, ele se calou e começou a chorar, aí eu parei, não insisti mais em querer saber. Uns dois dias depois a professora me falou que ele estava agressivo porque ele falou para ela que a guarda dele estava acabando e ele tinha muito medo de ter que voltar para o Rio, viver naquele depósito aonde ele viveu, e voltar para a mãe, para coisa que ele não quer nunca. E o que é que eu faço? Psicologicamente o que eu posso fazer para ajudar essa criança? Mostrar para ele que ele tem pai, que ele tem mãe e que ele é nosso, porque a gente fala para ele que quem tira ele da gente é só Deus, ninguém mais tira, mas infelizmente tem a lei do homem aqui e a gente está tentando seguir a lei do homem corretamente. Eu já tive a mesma idéia que o senhor teve, passar por cima da lei e registrar, mas o meu marido não permitiu. A gente quer fazer as coisas certas, mas eu quero que haja justiça, que a justiça seja feita, que essa criança já sofreu bastante. Para que sofrer com mais essa tortura por causa de um papel, de um nome, já que ele tem tudo registrado, tudo que essa criança passou, tudo que nós passamos, com essa criança tratando em um outro Estado, eu tive que deixar os meus filhos, o meu marido, por um período de dois anos, para cuidar da vida do Gabriel. Não me arrependo de nada que faço. A cada dia ele para mim é um exemplo de vida, mas eu não entendo a lei, e isso assim ao meu marido também entristece muito, porque o meu marido queria que eu fosse para o Juizado de Menores do Rio de Janeiro, me instalasse lá e não saísse mais enquanto não descem a guarda definitiva do Gabriel para a gente e ponto final, porque ele é nosso, ele pertence à gente. O que é que está faltando para que isso seja concluído? A quem eu devo recorrer, o que eu posso fazer para que o meu filho pare de ser torturado? Porque, para mim, isso para ele agora isso é uma tortura. Eu disse para ele, quando eu comecei a tratar ele, devido a tantas cirurgias que ele ia passar, eu falei: "Gabriel, você é um vasinho quebrado, mas a mamãe vai te moldar", e graças a Deus ele está moldado, acabaram as cirurgias, então falta acabar a tortura de um papel, que eu acho que

é desnecessário tudo isso que a gente também está passando. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência também cumprimenta a mãe Rogéria pela sua história bonita de luta não são pelos dois filhos, mas também pelo terceiro filho, legítimo, legítimo. Eu tenho certeza que tanto a senhora como o seu marido vencerão também essa batalha e o nosso querido Gabriel aí, de fato o Gabriel é uma graça, o tempo todo sorrindo.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Ele é lindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E lhe fazendo carinho, que nem sempre a câmera pode mostrar, mostra o carinho que ele tem com a senhora, esse amor de mãe e de filho mesmo, ninguém tem dúvida quanto a isso.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Ele esteve uma época na UTI, ele ficou muito ruim, mas muito ruim mesmo, e eu podia ver ele, e no momento que ele conseguiu sair, parou de ser sedado, o médico só não permitiu que eu ficasse próximo dele porque o tempo todo ele só queria me agarrar, me agarrar, me agarrar, e eu disse para o médico: "você sabe quando ele vai melhorar? No dia que ele vai conseguir me amarrar".

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, com certeza, essa energia, esse carinho, move montanhas.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Teve momentos que ele não podia se movimentar, ele fez nove cirurgias em uma, então não podia mesmo, e graças a Deus, no dia que ele me deu o primeiro abraço, que ele pode me beijar, que foi fotografado dentro da UTI, dali para lá ele teve uma melhora assim divina.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente vê daqui o brilho nos olhos dele quando a senhora está falando. É um brilho especial. Olha só, olha só, a câmera tem que filmar mesmo.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: O meu chicletinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E é natural, porque ele ficou o tempo todo fazendo esse movimento que ele está fazendo com a senhora agora, todo o período da Audiência Pública.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Eu ponho ele atrás no carro, ele vem com a mãozinha assim, até ele conseguir chegar aqui no meu cabelo, chegar no meu ombro, até ele conseguir chegar aonde ele quer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, muito bom, parabéns. Bom, nesse momento, eu não sei se vai ter mais alguma fala no Plenário,

senão eu daria a palavra para a mesa fazer as suas considerações sobre o que foi exposto até o momento. Eu não sei se tem alguma colocação que gostariam de fazer. O senhor pode identificar o seu nome e fazer o uso da palavra.

DEPUTADO CHICO D'ÂNGELO (PT-RJ): Eu sou o Deputado Federal Chico D'Ângelo, do PT do Rio, fui Secretário de Saúde em Niterói durante quatro anos. Eu vou ser breve, até porque já tivemos vários depoimentos aí feitos que sensibilizaram a gente.

Eu estou aqui para dar só um depoimento objetivo, dizer que em função do meu relacionamento em Niterói com o Promotor Sávio, eu que como várias pessoas da sociedade que lidavam com essa questão de uma maneira de apoio, mas um apoio só de expectativa, após um contato mais próximo com ele e com experiências que a cidade vive nessa área, Niterói tem uma SubSecretaria de Adoção, fruto do trabalho deles, que tem uma entidade que desempenha um papel na cidade, no Estado e já no país até hoje reconhecida, o Quintal da Casa da Ana, que me fez, pós a minha eleição, colocar como uma das questões de prioridade do mandato também o apoio irrestrito a essa causa, e acho que a melhor maneira para a gente sensibilizar o Judiciário, o conjunto de Parlamentares que agilizem as questões burocráticas e jurídicas que impedem que pessoas com esses depoimentos aqui, que possam desempenhar essa lição de vida objetiva em relação à questão até do concreto, da maneira mais assim sublime de amor nesses depoimentos, seja o do Zé Messias, seja o da Rogéria, que eu acho que é a gente primeiro ouvir para aprender até, a gente está aqui até para aprender, que são lições de vida, e com o mandato na mão eu acho que a melhor maneira é a gente engrossar as fileiras, sensibilizar os Parlamentares, e acho que a coisa mais objetiva são esses depoimentos. Eu de certa forma sempre apoiei, mas resolvi me empenhar de uma maneira mais objetiva após conversas com o Sávio, que me fez deu exemplos de vida, de depoimentos como esses que eu ouvi aqui, para fazer do meu mandato, no que puder contribuir de uma maneira singela e humilde como Parlamentar, para que essa causa, seja no setor Judiciário, no Legislativo, dado uma prioridade que precisa mais objetiva.

Eu gostaria de parabenizar aí o Presidente da Comissão, o Senador Paulo Paim, e dizer que parabeno a causa aí e quero colocar o meu mandato disponível aí para desempenhar bem as funções relativas à adoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos ao Deputado Chico D'Ângelo, que veio aqui e deu esse belo depoimento também, botando o seu mandato, enfim, a essa causa tão im-

portante, uma causa não só nobre, mas uma causa que mexe com todos nós, mexe com a solidariedade, a igualdade e a justiça de permitir que a mãe tenha o direito de adotar o seu filho, a mãe e o pai, como foi dito muito bem aqui. Então eu passo a palavra, nesse momento, à Dra. Sandra Amaral, Vice-Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora, e passo a presidência para o nosso líder aqui. Eu vou lá votar, estamos na correria.

[troca de presidência]

SRA. SANDRA AMARAL: Eu queria agradecer ao senhor, Senador, já conversei com o senhor pelo telefone, já orei pelo seu filho e estou muito feliz, agradecer também a Deus por estar aqui nesse momento com as pessoas certas, no lugar certo, por ter colocado Magno no meu caminho, porque ele entende a minha língua, por ele ser um pai adotivo, o Dr. Sávio também entende, eu acho que são pessoas que passam por essas experiências, nós conhecemos um ao outro, por isso que eu acho muito importante a mudança da lei, porque nós não somos melhores, mas nós somos diferentes. Então tem que ter leis diferentes para pessoas diferentes.

Eu tenho dois filhos biológicos e era o meu sonho adotar uma criança, era o meu sonho. Não era do meu marido, nem dos meus filhos, mas era meu. O meu marido respeitou o meu desejo, mas ele amou a minha filha, na hora que ele viu ela. Eu adotei a minha menina sem conhecê-la. Eu passei por um momento para mim triste, mas hoje eu acho que Deus faz tudo muito certinho, pois se não fosse por eu ter passado o que eu passei, hoje eu não estaria aqui, hoje eu não estaria falando com o senhor, com a pessoa humana que o senhor é, eu tenho certeza que não vai ficar por aqui, eu tenho certeza que hoje Deus está fazendo maravilhas, eu tenho certeza absoluta. Então se eu não tivesse passado tudo que eu passei para lutar pela Letícia, hoje eu não estaria aqui, hoje lá na minha cidade não estariam separando grupos de irmãos, não por maldade, mas há exemplos de pais separados que podem se amar mesmo convivendo em tetos separados, mas essa pessoa ser feliz, e eu explicava isso para o Juiz, eu acho que ele pensava que eu era doida, eu falava assim: "mas se você estiver num naufrágio, se estiver todo mundo afogando, você não vai tirar um, ou você vai deixar todos afogar, todos morrerem?". Não, o impulso da gente é salvar o primeiro que tem. Então hoje a minha cidade faz isso, eu acho que hoje Deus colocou um anjo, que é o Dr. Núbio, junto com o Dr. Carlos, que são pessoas boníssimas, de um grande amor pelo ser humano, porque se não tiver um grande amor não vai fazer nada, e precisa fazer alguma coisa. É preciso que as pessoas sejam

felizes e, fazendo as pessoas felizes, essa felicidade chega na gente primeiro.

Eu sou tão feliz com a Stéfani porque, vendo a foto dela aqui agora, eu ainda pensei: “aonde eu cheguei, aonde eu ainda vou chegar mais”, não por ela, mas por ver a felicidade dela na minha casa e o tanto que eu sou feliz com ela, o tanto de gente que quer essa felicidade e é tão simples, e tanta burocracia, como entrar num abrigo, por que é que você está escolhendo uma criança. A minha eu adotei sem ver. Eu nem sei se é justo adotar sem ver, mas eu quis adotar a Stéfani, eu não conheci a Stéfani. Eu adotei ela, ela tinha dois anos e meio, pesava nove quilos, veio carequinha, a mãe a queimava todinha de cigarro. O Juiz, com três dias, me deu a guarda dela, ele me ligou e falou comigo: “você não exigiu, você falou que queria de dois a três anos, você não exigiu”, mas não foi na minha cidade, foi em outra cidade fora, na minha cidade eu não consegui nem chegar perto para conversar. Foram tantas portas fechadas que o Dr. Sávio sabe como ele foi recebido na minha cidade a primeira vez que ele foi lá, que eu o convidei, na segunda ele já viu que foi muito diferente. Por quê? São pessoas diferentes, pessoas de Deus ou um Deus muito grande. Então eu tenho certeza que aqui hoje vai ter um Deus muito grande, presente, e ele já está aqui.

Zé Messias, se eu te adorava, se eu gostava de você, hoje muito mais eu te admiro pelo seu carinho. O filho é seu, ninguém vai te tomar, Deus nos dá, e o que Deus dá para a gente ninguém toma. O dia que eu cheguei na sala do Juiz, ele falou comigo assim: “a senhora vai levar a criança?” Porque o relatório da menina não tinha como ser pior, ele fez assim com a folha, eu falei: “vou sim. Agora eu estou levando sem ver; antes do senhor me dar a folha, eu não devolvo”. Ele só arregalou o olho para mim e fez assim com a folha, porque ela era minha filha. Deus não ia me dar algo que eu não merecesse, que eu não desse conta. E quando eu fui no abrigo buscar a menina, assim o meu amor por ela foi imenso, foi na hora, e dela por mim, nós duas nos abraçamos com tanta força, e ali naquela hora nasceu um amor imenso, e a cada dia ele é mais. Por ela eu sou capaz de fazer tudo, e pelos que ficaram, os amiguinhos dela, porque ela fala: “mamãe, você vai ter que tirar, mamãe, esse menino do abrigo, o abrigo é triste”. “Ah, mas o Juiz, Stéfani, fez devolver”. “Mãe, vou mandar prender esse Juiz no abrigo, deixar ele lá uma semana para ver se ele agüenta ficar no abrigo”. Então você estar numa cadeira, você estar num conforto, é uma coisa. E você estar preso sem ter cometido um crime, que crime que eles cometeram? Foi de nascer errado, em barrigas erradas? A Stéfani, ela é minha, eu sempre fui segura que ninguém nun-

ca ia me tomar ela. Ela ficou três anos e meio só com a guarda provisória, eu implorando ao juiz que desse para mim para ela ser minha filha, não só por mim, porque ela já era, mas para ela ter os documentos dela, ter a segurança dela. E na escola eu também não aceitei que colocasse o nome antigo dela, porque os pais dela era eu e o Mozart. Como é que ia por para assinar pais diferentes da criança? Por isso que nós demos sugestões do nosso Juiz, do nosso Promotor, de ter um tempo determinado no abrigo para a criança, e depois que se der a guarda, um prazo rápido, porque a criança, ela se sente nula, ela já está sem sobrenome, mas ela tem um pai aqui, como que ela vai assinar? E a escola obriga que assine o nome antigo, sendo que isso é uma tortura, é um pecado, é um crime, e tudo nós temos que pegar na criança, que é a base. Depois que já está grande, mexendo com drogas, revoltado, fugindo de abrigo, se prostituindo, não adiantada mais. Nós temos que salvar vidas.

Então hoje eu estou muito feliz, eu estou muito emocionada, eu tenho certeza, Senador, que o senhor é um homem de coração enorme. Eu trouxe para o senhor, eu faço questão de entregar na sua mão, uma simples lembrancinha, mas de muito carinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Aliás, poderia aproveitar e entregar a todos aqui, até para que as pessoas que precisam sair por qualquer pouca coisa não percam a oportunidade de receber.

SRA. SANDRA AMARAL: Eu quero lhe dar um abraço, passar às suas mãos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ela fica emocionando a gente.

SRA. SANDRA AMARAL: O senhor é uma pessoa muito humana.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou guardar com muito carinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu acho que poderia entregar para todo mundo. Alguém pode ajudá-la? As meninas aqui, por favor, ajudem ela ali a entregar. Sandra, você poderia entregar essa lembrancinha a todos aqui, inclusive ao pessoal que está lá, a nossa Secretária aqui da Comissão vai lhe ajudar. Doutor, enquanto ela entrega, o senhor pode falar.

SR. EDILSON TEODORO AMARAL: Eu fiquei muito sensibilizado com o depoimento do Messias e, dentro do meu humilde conhecimento na área jurídica, que eu exerço há vinte e um anos, eu gostaria de te tranquilizar com relação à lei. Estamos com a presença de dois Promotores aqui, mas nós temos na lei, na parte da lei, que fala sobre o estado de necessidade. É como o caso de uma legítima defesa, que a pessoa

não pode ser punida pela lei, sendo que no seu depoimento o estado de necessidade supera qualquer ato contrário que poderia advir a te prejudicar. Então eu creio que você está muito seguro, tranqüilo, e coloco a minha pessoa, como o meu escritório, o meu corpo jurídico, os meus associados, à disposição caso seja necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Obrigado. O senhor concluiu sua fala? Eu quero agradecer a lembrancinha muito bonitinha feita lá em Divinópolis --

SRA. SANDRA AMARAL: Foi pela esposa do Dr. Carlos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A esposa Dr. Carlos, do Promotor?

SRA. SANDRA AMARAL: Sim, ela é uma artista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Empório, lá em Divinópolis. Eu tiro o prazer --

Posso fazer um registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pode, pode, faça.

SR. SÁVIO BITTENCOURT: A frase “Adoção, destino na sua mão”, que aqui está “Adoção, destino em suas mãos”, é de um menino de onze anos de Niterói que venceu o concurso que o Grupo de Apoio à Adoção e que o Quintal de Casa de Ana fez com toda rede educacional de Niterói para que a adoção deixasse de ser um mito, que pudesse ser falada e gritada aos quatro cantos e a todos os ventos. Então ele sintetizou, aos onze anos de idade, da Escola Salesiano, Colégio Salesiano de Niterói, essa idéia de “Adoção, destino em sua mão”, que foi depois foi adotada pelo programa da Prefeitura da SubSecretaria de Adoção de Niterói.

O outro registro é que há um Projeto de Lei, o 6.222, hoje relatado pela Deputada Maria do Rosário, chamado Lei de Adoção, que mais do que isso é uma lei que garante à criança a sua convivência familiar, seja por adoção, seja por reintegração familiar. O que se defende aqui não é uma em detrimento da outra, mas a família que seja possível à criança, seja a sua família de origem, seja a sua família de adoção como família substituta, e com a família substituta a adoção protege mais juridicamente e protege mais afetivamente do que as outras soluções.

O Quintal da Casa de Ana, em Niterói, tem um projeto que está sendo financiado pela Petrobrás, financiado porque o Quintal da Casa de Ana inscreveu esse projeto num concurso com outros quatro mil projetos, setenta e cinco foram escolhidos, e a Petrobrás, dando uma contribuição social relevante, escolheu setenta e cinco desses projetos e um deles permite que, associa-

do ao Juizado da Infância de lá, ao Ministério Público, a equipe técnica montada pelo Quintal da Casa de Ana, com psicólogos e assistentes sociais, façam a história de vida de cada uma das crianças abrigadas. Numa cidade do porte de Niterói, com cerca de quinhentos mil habitantes, é um projeto absolutamente inédito, onde a sociedade civil organizada abre a “caixa preta” dos abrigos, com a concordância das instituições, portanto, em comunhão com as instituições, para que cada uma das crianças tenha o estudo social atualizado feito e que tenhamos uma grande visão de qual a realidade daquelas trezentas crianças abrigadas na sociedade niteroiense, por que estão abrigadas, qual o seu perfil, e mais, que todos os relatórios sejam enviados ao Ministério Público para que as soluções individuais das suas tragédias, dos seus abandonos, possa ser solucionado, ou com a reintegração familiar, se for o caso, quando possível, e sempre que possível, ou com a sua colocação em adoção. Portanto, o que defende, e eu quero dizer que esse Projeto de Lei de Adoção sofreu uma forte resistência de setores mais conservadores, mas que os Grupos de Apoio à Adoção, por dois ENAPAS – Encontros Nacionais de Grupos de Apoio à Adoção, em Goiânia e Niterói, em dois anos seguidos, afirmam o apoio dos Grupos de Apoio à Adoção ao projeto. Então que o projeto fosse, pela Câmara, é o nosso pleito, que fosse pela Câmara dos Deputados tomado como prioritário, fosse votado e viesse ao Senado, porque é significativo ter o Projeto de Lei de Adoção. Dizer que a adoção é um direito da criança, sim; que a criança tenha direito à sua família biológica, mas quando essa família biológica não tem condições de criá-la de uma forma saudável, ela tem direito a uma outra família que a adote, que seja completamente vinculada.

Para terminar eu queria dizer, para evitar generalizações, que há Juízes e Promotores de Justiça extremamente dedicados no nosso campo. Eu conheço muitos deles, heróicos, como há equipes técnicas, com psicólogos e assistentes sociais, extremamente dedicados. O que os Grupos percebem é que esses Juízes e Promotores, extremamente dedicados e que se comovem, que despertaram para a criança abrigada como a prioridade, a principal prioridade, eles precisam ter um procedimento homogêneo para que, aqueles que ainda não foram tocados por essa luta, possam ser efetivamente cobrados. Portanto, eu quero evitar generalizações por parte dos Grupos de Apoio à Adoção. O problema é institucional. A Magistratura e o Ministério Público precisam ter essa prioridade, e talvez uma lei que esclareça os procedimentos para a criança abrigada possa trazer essa prioridade de forma mais clara para que não fique apenas ao pruden-

te arbítrio dessas pessoas que às vezes podem ser criados com alguns preconceitos em relação à filiação adotiva, sempre procurando uma família ampliada, sempre procurando um parente para deixar a criança, às vezes parentes que não foram nem submetidos à avaliação, e por quê? Porque pelo vínculo biológico nós queremos crer que eles têm mais condições de criar do que o pai adotivo, o que não significa, necessariamente, ser verdadeiro, porque o pai adotivo que está sendo avaliado, já foi avaliado pelas equipes técnicas, já passou por essas avaliações, tem plenas condições de exercer, quando o parente afastado talvez não as tenha. Então são as questões que eu quero trazer e, por último, a questão delicada da chamada adoção ilegal ou adoção à brasileira, até eu não uso esse nome porque eu acho preconceito com os brasileiros. A adoção ilegal, nós não podemos apontar um dedo moralista para as pessoas que fizeram essa opção de amor, principalmente há tempos atrás, onde o sistema conseguia ser pior do que o de hoje. O que nós temos que dizer hoje é que os Grupos de Apoio à Adoção, o Ministério Público, a Magistratura, as equipes técnicas, fazem da adoção legal um sacerdócio, porque hoje as pessoas não convivem com o medo. Se elas adotam legalmente, essa opção que o seu marido fez questão de ter, que a senhora fez questão de ter, é hoje o momento correto. Vamos enfrentar, vamos contratar advogados competentes, vamos buscar os nossos direitos, vamos vencer as questões pontuais onde há injustiça, com luta, com as instituições democráticas como essa Comissão, trazer aqui os problemas para que possa haver pressão de fora, com os Conselhos de Controle Externo das Instituições, mas fazer opção pela adoção legal hoje, no dia de hoje, é necessário para que o pai adotivo fique tranquilo e nunca mais tenha os receios de ser processado, de se buscar a criança mais tarde, etc. Então é um preço que se paga seguir a regra legal, é um preço que se paga para a tranquilidade, sem apontar nenhum dedo moralista para quem não fez. Aqueles que não fizeram, nós não defendemos que essas crianças devam voltar para lugar nenhum, porque quando nós tratamos da questão adotiva, Senador, nós queremos o melhor para a criança. Eu não posso dizer que para o Gabriel vá surgir um pai biológico que apareça no processo e fale assim: "eu quero o Gabriel de volta", quando eu sei que o melhor para ele é ficar com a mãe verdadeira dele, que é a mãe adotiva. Então nós temos que relativizar as burocracias e garantias do processo adotivo sempre tendo em mente que nós não estamos entre disputas de adultos por uma coisa, que é a criança. Nós estamos buscando a melhor solução para a criança. Então não se justifica um processo demorar anos e anos a fio, querendo citar

por edital uma mãe que foi achado que fugiu com um atirador de facas, que foi para o Maranhão, enquanto a criança está abandonada no Rio de Janeiro. Nós temos que dar a solução para ela que é a melhor solução, e isso basta para a ordem jurídica atual. As pessoas têm direito de defesa, mas não a ser exercido de ponto a prejudicar a criança, porque senão o processo está sendo usado contra o Estatuto da Criança e do Adolescente e contra a Constituição Federal, no seu artigo 227. Então dizer que isso é a lei, não é não. Essa é a péssima interpretação da lei. A boa interpretação da lei é que o processo seja instrumento de garantia do direito da criança, que é o principal sujeito. Os outros, pais adotivos e pais biológicos, são inferiores a ela na tutela jurídica que o Estado deve dar.

São só essas as considerações que eu queria fazer nos debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu gostaria de agradecer ao Dr. Sávio, eu acho que para nós que estamos envolvidos e querendo envolver tantos outros é tremendamente valioso e importante o que temos ouvido e recebido. Eu não ouvi o testemunho do Messias, já conhecia por causa da nossa convivência, estamos sempre um tempo juntos, quando acabamos de gravar o Raul vamos embora para os Prazeres da Carne, sentamos lá e ficamos lá até uma hora da manhã conversando, pela gentileza do nosso irmão Baltazar. Eu já conhecia a história do meu Gabriel Miguel ali --

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Miguel é o pai.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): — Miguel é o pai, o Gabriel é o filho, mas é anjo demais numa casa só, era até desnecessário. Eu quero agradecer ao Prefeito de Limeira, que prontamente atendeu o meu pedido para que mandasse mãe e filho aqui, e tenho certeza que o Dr. Sávio, com o conhecimento que tem no Rio, a ligação no Rio de Janeiro, o nosso querido Deputado vai lhe ajudar agora diretamente, Dr. Sávio, com o seu conhecimento, com a sua vivência para que definitivamente --

SR. SÁVIO BITTENCOURT: Até já ofereci, se ela quiser se representar pelo ... agora o Dr. Edílson, com a sua competência, já se colocou aqui à disposição do nosso nobre pai adotivo que abriu o seu coração de forma extremamente corajosa, e eu acho que o seu exemplo, para todos os outros que estão na mesma situação, também fazer isso, vamos trazer isso para o debate, nós fizemos isso porque fizemos por amor, e o advogado do Quintal da Casa de Ana, que é o Grupo de Apoio à Adoção, que eu tive a honra de fundar, não presido mais, mas tive a honra de fundar, o Felipe Fernandes é especializado em Infância e Juventude e

está à sua disposição graciosamente para pleitear o que for de direito nos processos que existirem lá, fazer uma avaliação total do que está lá, porque falar de processo que a gente não conhece, não leu, fica difícil para o operador do direito para não fazer pré-julgamentos. Então ele está à disposição para defendê-la e com certeza eu acho que o carinho de vocês é o maior juiz que pode existir e que já dá o testemunho de como pode ser a única solução possível para o principal sujeito, que não é a senhora, é o Gabriel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Eu vou pleitear ao Prefeito de Limeira, quero falar isso aqui, está sendo gravado, isso vai ao ar, a população de Limeira certamente vai ouvir, pleitear aos Parlamentares de Limeira, até porque ela faz um tratamento com ele em Curitiba, ela tem que se deslocar sempre, sempre, sempre e sempre, e não tem o direito de ser mãe ao menos uma vez, vai com ele para Curitiba, para que o Poder Público, que se movimenta com o dinheiro público, que é o imposto das pessoas, que é o nosso imposto, que é o seu imposto, e eu tenho certeza que o Prefeito, nesta causa sensibilizado, até porque eu encontrei com ele foi na Igreja, com a Bíblia debaixo do braço, e senão tiver a sensibilidade com Bíblia debaixo do braço eu não espero mais nada. Então eu espero que ele vá se sensibilizar para lhe ajudar nessa questão.

Eu gostaria de relatar que no dia 25 de maio, que é o dia da luta, da vitória, dos enfrentamentos, das festas, Dia Nacional da Adoção no Brasil, nós vamos preparar também um grande evento aqui no Congresso Nacional, e as pessoas que nós convidamos, que não puderam vir por conta de estarem gravando novela, um dos principais que viriam estava fazendo duas cenas no exterior, e gente simples, gente de classe média e gente do mundo da arte, como o Messias, que gostariam de estar conosco, nós vamos fazer um grande movimento no dia 25 de maio aqui em Brasília, para que o movimento a cada dia mais se fortaleça. Eu liguei para um amigo meu para dar uma outra frase para ele, mas essa eu vou dar para o Messias, eu vou lhe entregar, porque você é compositor, eu disse, escrevi aqui: “quem um dia adotou uma criança teve o privilégio de descobrir que o coração tem útero”. Então eu vou lhe entregar, porque você é compositor, o resto é com você. Eu saí daqui, dei uma outra frase para um compositor amigo leu, eu liguei para ele e falei: “eu estou te dando essa frase, veja o que você faz com ela”, e eu tenho certeza que vai sair coisa boa disso aqui.

Eu quero também registrar que a minha Secretária Mônica, lá no Espírito Santo, está vivendo os seus dias de drama, porque adotou uma criança. Eu liguei para o Doutor, nosso Juiz da Infância, Dr. Paulo, por-

que ela recebeu o direito de levar a criança em casa no final de semana e outro final de semana, em seguida lhe tiraram o direito e a criança começou a não comer, com um ano e oito meses, sendo que não comia, tinha febre, chorava e chamava mamãe, e o desespero dela, porque sofre a criança lá e sofre ela em casa. Então eu liguei ao Juiz pedindo a ele misericórdia, ele se empenhou, eu quero acreditar no empenho do Dr. Paulo de que ligaria ao Juiz lá da Comarca para que pudesse agilizar esse processo para pelo menos dar a ela primeiro a guarda provisória, essa de seis meses, sendo que o menino é a cara do Adriano, do Imperador, centroavante da Internacional de Milão, lá em Roma. O menino não é filho dele porque ele nunca esteve no Espírito Santo, mas se aquele menino vier a jogar bola como o Adriano joga, eu falei para ela: “você, além de ter saciado seu coração, esse menino vai te dar mais felicidade do que você está dando para ele”. Eu espero que o Dr. Paulo faça isso.

Eu quero cumprimentar o meu amigo Gilberto Abad, lá em Porto Seguro. Depois de ter chegado com a minha “princesa africana”, como diz o Dr. Sávio, ele atravessando a balsa, que ele mora lá em Arraial D’Ajuda, é um empresário, ele encontrou uma índia, enfermeira da balsa, que cumprimentou ele, por ser uma pessoa muito conhecida, e ela estava tirando um menininho do abrigo de apenas alguns dias de nascido, eu acho que seis meses, ela disse: “eu estou levando esse menino ali para o pronto-socorro para morrer, porque eu não tenho condições de ficar com ele, esse menino está muito doente”, aí ele falou: “então o menino é meu”. Eu lamento os problemas familiares que ele enfrentou por causa desse menino, mas ele ficou com o menino. Eu lamento, poderia ter ficado todo mundo junto, mas ele ficou com o menino, sendo que hoje mora ele e o menino, a índia que lhe deu o menino, e eu estive lá no final de semana próximo passado, o neguinho está forte, forte e bonito, andando, chama papai e repete tudo que o pai fala, fala igual a um papagaio, o molequinho, então eu quero cumprimentar o meu amigo Gilberto Abad por essa iniciativa.

Quero também cumprimentar as minhas tias, eu sou de uma família extremamente pobre do interior da Bahia, e todas as minhas tias e minha mãe, todas têm filho adotivo, e minhas tias todas são pessoas imortais, minhas tias não tem onde cair mortas. Meus tios são imortais, eles não têm onde cair morto, mas todos eles têm um filho adotivo, todos, e em alguns casos tem mais de um. Todos, todos, todos os meus familiares têm. Da minha mãe ao meu tio Waldomiro, o meu tio Cosme, a minha Maria, a minha tia Lili, em cima da cama, amputada, cega, pobre, tem um filho adotivo. Mas todas elas e todos eles têm muito coração, muito

amor para dá, descobriram que coração tem útero e deram à luz muito cedo, fizeram a felicidade dessas crianças. De maneira que eu quero cumprimentar a minha família, empolgado com esse Quintal de Ana. Eu tenho sido assim, desde ontem, inquietado pelo Espírito Santo, o Espírito Santo sempre me inquieta muito com essas coisas. Eu me lembro que em 1990 eu tinha uma casinha de BNH, tinha trinta e dois drogados numa casinha de dois quartos, ficava metade dentro e metade fora, de noite embolava tudo dentro, nos colchonetes, para fechar a porta, eu não tinha onde cair morto. Eu recolhia osso em açougue para fazer sopa, vendendo boné, vendendo camiseta, em 1990, e me lembro que o choro de uma mãe em Divinópolis, a cidade de vocês, eu terminei de fazer uma palestra sobre drogas numa escola, em seguida numa Igreja ela me pediu: “o meu filho morreu com overdose de élitros(F), um xarope que se bebia muito em Minas Gerais naquela época, foi tirado de circulação porque era um alucinógeno, e eu falei assim: “olha, eu vendo o almoço para comer a janta, eu não tenho condições de tocar nem o meu lá”, mas cheguei na minha casa, o Espírito Santo me inquietou, me inquietou, compartilhei com a minha esposa, na quinta-feira eu peguei um ônibus para Belo Horizonte, em Belo Horizonte peguei outro ônibus para Divinópolis, lá me encontrei com o Wilson e três dias depois eu abri o Projeto Quero Viver de Divinópolis, em Minas Gerais, em 1990, que é uma grande casa de recuperação de drogados hoje, tão bem comandada pelo Wilson, pela Joana, por Maressa(F), por Priscila, por Lemoel, pela família, pois ele fechou a empresinha dele e foi para dentro daquela instituição para tomar contas daqueles adolescentes, jovens. Eu estou sendo inquietado aqui, alguns nomes vêm na minha cabeça. Eu vou acabar fazendo isso lá no Espírito Santo e, se eu fizer, tem até o nome, que é Casa de Jas, que Jas é a minha filha, a Jasmim(F), minha filha adotiva, minha filha do coração, seria Casa de Jas ou Jardim de Jas ou Neta de Dadá, sei lá o que, que Dadá é a minha mãe. Casa de Dadá seria uma boa Casa, e Dadá adotou muito cedo, acolheu muito cedo, minha mãe tem uma história de luta. Nós não vendo esse Plenário cheio, mas nós não temos noção dos milhões de pessoas que vêm essa televisão e do que isso vai significar, do retorno disso e daquilo que nós vamos nos juntar mais ainda para poder oferecer à Nação brasileira.

Eu quero agradecer, eu não sei se alguém mais gostaria de usar a palavra, está franqueada a palavra. Ainda gostaria de --

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Senador, eu gostaria de estar fazendo uma pergunta para o Dr. Edílson.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sim, fique à vontade.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Eu não tenho conhecimento total sobre o processo do Gabriel, cada vez que acaba a guarda é uma novidade para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É um outro parto.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: É. Então o problema é que a justiça está exigindo atestado de óbito e a mãe não apresenta, então para a justiça esse pai é vivo, e a última agora foi que a mãe está protestando. Então aí vem a nossa preocupação, a gente não entende a justiça, para mim a justiça é injustiça, ela está sendo injusta com a gente, e vem a nossa preocupação. O que é que ela quer? Se ela está ali reivindicando, reivindicando o que? Tem chance dela vir e querer, de algum modo, porque a cada seis meses, quando o Gabriel estava no abrigo, ela via, a cada seis meses. Ele foi tirado dali, acredito eu que ela foi comunicada, e existe o documento que as Assistentes Sociais, quando iam até a favela da Rocinha, porque o abrigo que eu coloquei ele, que foi o segundo que eu retirei, quando veio comigo, morar comigo, foi um abrigo que tentou fazer com ela uma reintegração, eles trabalham muito para a reintegração da família, dá total apoio, e nesse processo está que ela disse que se as Assistentes Sociais subissem, que não iriam mais descer, isso lá na favela da Rocinha. Então mesmo assim o Juiz vê que tem toda essa ameaça e ela está ali agora reivindicando, e infelizmente a gente, eu tenho certeza que o Deus que eu sigo, ele não vai permitir que o Gabriel saia de mim, a não ser que vá para a glória, daí ele vai e eu vou ficar feliz, mas não para a mãe dela. A lei do homem é injusta, então eu queria que o senhor me tirasse essa dúvida, por favor.

SR. EDÍLSON TEODORO AMARAL: Eu creio que o que o Dr. Sávio pronunciou com relação ao advogado ter acesso a esse processo, esse é o primeiro passo, mas também eu acho que, dentro da minha concepção, dentro do meu humilde entendimento de direito, eu creio que você também não tem muito que se preocupar com relação à legalização dessa sua situação, porque no âmbito do direito, tanto na parte de contratos, nós temos contratos tácitos e contratos expressos que têm a mesma validade, e tem a questão de ato e fato. O fato é registrado, mas o fato seu é real. Então o seu fato também, de outra maneira, até fora dos ditames da lei, você pode registrar o fato que está ocorrendo na sua vida, através de documentação de visita da Assistência Social à sua casa, os seus atos com relação à criança, os seus acompanhamentos ao hospital, a sua atividade. Então você deve registrar os

seus atos como forma documental para que você legalize a guarda do Gabriel.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Tudo isso eu tenho, tá, eu tenho tudo registrado, desde todas as cirurgias, todas as internações, eu guardo tudo comigo, até tenho também, que na cidade que eu moro existe um repórter, que eu fiz uma campanha, porque eu tive que fazer uma cirurgia da coluna do Gabriel, porque o Gabriel não sentava, e essa cirurgia, apesar da gente ter plano de saúde, ele foi incluído no plano de saúde, mas o médico não era credenciado e eu paguei dezessete mil e trezentos por essa cirurgia, então eu tive que infelizmente expor o meu filho lá, na TV da cidade, para através dessa campanha eu conseguir o dinheiro para fazer essa cirurgia nele. Então tudo dele eu tenho guardado, até mesmo por ter medo da justiça de ser injusta com a gente.

SR. EDÍLSON TEODORO AMARAL: As condições que se presume de fato, da lei, a pessoa que dá mais amparo, que tem mais condições, não que seja dizer financeiras, mas mais condições de dar estrutura de vida ao seu próprio filho. Então transforme os seus fatos em atos para que eles sirvam para a instrução processual, após a análise do advogado que for conduzir essa ação.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu tenho certeza também que ... eu me esqueço o nome dele, mas é aquele senhor que me acompanhou em Limeira, que me levava para o hotel com a esposa dele, ele é ex-Vereador, é um médico.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: É o ortopedista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele me disse que uma das melhores clínicas de Limeira é dele. Ele tem que tomar conta desse menino. Eu vou ligar para ele hoje, não justifica você ficar pagando dezessete mil reais, através de campanha, com o Sara Kubitschek aqui. Até eu falo com conhecimento de causa porque o Sara é essa referência mundial, tem estado de portas abertas, e eu quero me colocar à disposição, porque eu acho que o Sara Kubitschek é lugar para tratar Gabriel, sendo que tenho certeza que ele será recebido, bem recebido, você e ele, aqui no Sara Kubitschek. Eu me empenho aqui de poder marcar essas consultas dele no Sara Kubitschek para que as equipes do Sara, que são tão especializadas, vejam tudo, e me empenho também, eu tenho certeza que o Prefeito não se furtará de poder lhe ajudar a que esse menino num Panamericano desse daí que a gente estiver comendo pipoca, numa Paraolimpíada dessa a gente vê o menino ganhando

do medalha lá para a gente ficar alegre, em qualquer modalidade, com essa esperteza dele, com essa disposição dele. Então comigo pode contar, o assessor já está nas suas costas aí querendo tomar os dados seus e tudo, porque a gente vai, nós vamos nos juntar. Eu acho que a nossa luta vai ficando forte, nós vamos engrossando essa fileira, eu tenho certeza que com a ação do Dr. Núbio, do Dr. Sávio, juntamente no Rio de Janeiro, eu não sei se quiserem me orientar se couber alguma coisa dessa Casa ou minha, pessoalmente, como membro da mesa dessa Casa, ao juiz, certamente o farei.

O doutor me deu uma informação aqui que um livro agora vai ser lançado e ele é um dos autores desse livro com diversos autores, cujo título do livro é "Cuidado como valor jurídico", porque o que vale nisso é o seu cuidado. O Juiz só precisava ver esse menino se roçando, se cheirando aí, entrando debaixo do seu pescoço o tempo inteiro para ele resolver essa questão, porque não tem o porquê não fazer, não tem o porquê não fazer. Ele está sentadinho ali, mas ela precisa colher o urina dele de quatro em quatro horas, tirar com a sonda.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Está quase na hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está quase na hora, tem uma sonda, precisa tirar a urina dele. Então é coisa difícil de entender, é coisa difícil de entender, mas nós vamos chegar a bom termo.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Às mães, eu queria dizer que essa cirurgia que o meu filho fez, no Brasil não fazia, só fazia nos Estados Unidos, e o Gabriel, quando foi para fazer lá em Curitiba, foi feita a primeira vez, sendo que como ele tinha um problema de coluna, ele não sentava, não deu certo, tivemos que fazer a segunda e aí deu certo. Geralmente as mães, elas passam três meses internadas, porque elas têm que aprender a tratar da criança, a tirar aquela urina, a saber colocar a --

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A sonda.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: -
– A sonda, o equipo, tudo, e eu passei com o Gabriel, graças a Deus, só vinte e nove dias, porque eu me empenhei ao máximo de tirar logo ele dali, porque eu queria ele em casa, eu disse para o médico: "em casa você pode ter certeza que a recuperação vai ser melhor", e ele falou: "Rogéria, eu não tenho dúvida de que você vai saber cuidar do teu filho", que de todas as crianças que operaram, com o mesmo problema que o meu filho tem, graças a Deus o único que não

voltou com problema nenhum por infecção, por febre, por doença, foi o Gabriel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Deus é --

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: É fiel, eu tenho certeza, graças a Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): — Deus é fiel. Eu quero, eu não sei se alguém mais quer se pronunciar, o Messias, a Sandra, alguém mais?

SRA. SANDRA AMARAL: Rogéria, você vai levar uma fita dessa para o seu juiz, eu tenho certeza que ele vai ser tocado pelo Espírito Santo e você vai abrir porta para muita gente.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Se Deus quiser.

SRA. SANDRA AMARAL: Porque ele não foi tocado ainda, e assim, só de você falar, eu acho que você tem que ficar muito tranqüila, porque ele é um presente de Deus, olha o tanto que ele é especial, e eu aprendi que um presente de Deus ninguém nos toma, ninguém vai te tomar ele. Eu acho que você tem mais é que ficar tranqüila, ter pena do seu juiz, você mandar uma fita dessa para ele, ele vai ser tocado, e através disso ele vai ter noção de outras coisas, ele vai abrir mais espaço, ele vai se ver um homem diferente, eu tenho certeza disso.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Eu acho que isso daqui é válido até também para outras pessoas que acham que não é capaz de cuidar de uma criança dessa, eu falo para você: eu não tenho trabalho.

SRA. SANDRA AMARAL: A gente não vê o que você está fazendo. Então nós somos diferentes, não somos melhores, por isso as pessoas têm que nos ver diferente.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Ele não me dá trabalho. Ele é especial assim em tudo. Eu procuro procurar entender porque é que Deus escolheu a mim.

SRA. SANDRA AMARAL: Porque você é especial, tanto quanto ele.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Eu tenho um filho adolescente que é hiperativo, passei por vários médicos no Rio de Janeiro, sabe, e esse garoto tem um amor pelo Gabriel assim que ninguém entende, até foi um dos fatos que levou a gente a adotar, porque o meu filho dizia: "mãe, me coloca no abrigo junto com o Gabriel se ele não puder ir com a gente".

SRA. SANDRA AMARAL: Eu tenho a filha do coração e o amor é inexplicável, é inexplicável. Eu acho que você ainda vai nos dar boa notícia desse juiz, porque eu acho que hoje ele vai ser tocado.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Se Deus quiser.

SRA. SANDRA AMARAL: Ele vai fazer coisas boas não só para o seu menino, mas para os outros, eu tenho certeza.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Eu estou escrevendo um livro da vida do Gabriel, desde o início, agora eu já vou aproveitar e pedir autorização do meu irmão em Cristo, o Magno Malta, para que eu coloque o seu nome, porque você também está sendo usado, foi usado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Com muita honra.

SRA. ROGÉRIA EVANGELISTA SOARES: Inclusive naquele dia eu não ia à Igreja, porque eu tinha feito uma cirurgia na boca, eu estava sentindo muita dor porque tinha andado muito, não tinha feito repouso, e pela carne eu não fui, mas pelo espírito eu fui, eu fui para receber a benção, porque Deus usou você lá para me trazer aqui. Graças a Deus eu tenho fé em Deus e creio que a situação do Gabriel, a partir de hoje, está resolvida, e é mais um fato para estar entrando no livro, e, concluindo, com um final que para mim já é o final, é da adoção definitiva do meu filho a partir da data de hoje, se Deus quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito honrado, pode, com certeza. Doutor, pode usar a palavra aqui.

DR. CARLOS JOSÉ DA SILVA FORTES: Senador, senhoras e senhores, é muito rápido, eu acho que o assunto foi bem tratado. Eu já disse aqui hoje e realmente acredito que a lei não é um fim em si mesma, a lei só existe para chegar a um objetivo. Acho que nós temos que trabalhar para que a nossa lei chegue mais perto daquilo que está certo, chegue mais parte da perfeição e da justiça para que não aconteçam casos como o da Rogéria, para que não haja possibilidade daqueles profissionais que, por acaso não estejam comprometidos com a causa, se esconderem atrás da lei para não dar andamento ao que realmente é necessário. Eu até acredito que seja uma minoria, acredito até que a maioria dos que a gente conhece são pessoas boas, estão empenhadas, embora possam ter uma ou outra idéia diferente. Então só dizendo, Senador, nós temos que trabalhar para que a lei sirva ao seu real objetivo e não se permita que existam profissionais que se escondam atrás dela, talvez para não atingir o objetivo dela, no caso, por exemplo, da Rogéria.

Temos aí projeto da Deputado Maria do Rosário, temos as nossas humildes sugestões aqui do Conselho das Mulheres Empreendedoras, do Dr. Núbio Parreiras e minhas, algumas coisas baseadas no que o Sávio nos disse quando foi lá para a instalação do Grupo de

Apoio à Adoção, e, Senador, senhoras e senhores, precisamos disso com urgência.

Eu só queria encerrar falando uma frase de Gabriela Mistral, que é uma poetiza, educadora e diplomata, vencedora do Prêmio Nobel de literatura, ela é chilena: “muitas coisas que precisamos podem esperar. A criança não pode. É exatamente agora que seus ossos estão se formando, seu sangue é produzido e seus sentidos estão se desenvolvendo. Para ela, não podemos responder amanhã. Seu nome é hoje”. Obrigado.

SR. JOSÉ MESSIAS: Eu gostaria de dar uma palavra rápida. Nós temos até excesso de leis. Nós temos que fazer uma lei para que a lei justa seja cumprida, e, graças a Deus, o mundo é feito do preto, do branco, do sim, do não. A gente vive a vida em alternância permanente, a gente leva a vida num fio de navalha, vai levando. Felizmente existe sempre a justiça, a justiça sempre acaba acontecendo, ainda que a gente caminhe por caminhos tortos, como é o meu caso. Eu encaminhei por caminhos tortos, mas agora eu estou ouvindo aqui do Dr. Edilson, eu não tenho dúvida do que é isso, que ele acabou de repetir para ela também, que o processo de defesa que a gente tem é transformar os fatos em atos e provar. E ela acabou de dizer aqui, como é o seu nome mesmo?

SR. SANDRA AMARAL: Sandra.

SR. JOSÉ MESSIAS: A Sandra passou a régua na conta que a gente estava fazendo no seu caso permanente e até do meu também, porque de certa forma, doutor, o senhor já fez a minha defesa. Se um dia eu for processado, eu for levar essa fita, o senhor já fez a minha defesa, e essa história sua contada aqui hoje nesta fita também, com certeza é um documento que valerá para a posse desse menino encantador que é seu e a justiça vai ser feita. O que é preciso é uma frase, que é bíblica: é preciso que os homens de boa vontade tenham ouvidos de ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero agradecer a todos, quero agradecer ao Senador Geraldo Mesquita que esteve conosco, teve que se ausentar por conta desse turbilhão, quero agradecer à Senadora Patrícia que passou por aqui, nosso querido Senador Paim, Presidente dessa Comissão, lutador dos Direitos Humanos, conhecido nesse país, os Deputados que passaram por aqui também, que fazem parte dessa luta, e quero agradecer aos nossos convidados. Quero registrar o meu carinho ao Gabriel, sua mãe, agradecê-los por ter vindo fazer coro conosco, e vamos continuar fazendo coro onde puder, onde houver qualquer movimentação e tivermos condições de nos deslocarmos para estarmos juntos, seja em Congresso, fora disso, seja em encontros, seja em

palestra, onde nós pudermos, eu acho que nós temos uma contribuição muito grande a dar, não tão somente do ponto de vista para alterarmos a lei ou darmos uma lei melhor, até porque nós temos que trabalhar para isso, o Parlamento, mas nós contribuiremos para mexer com o coração e a sensibilidade das pessoas, e não é contribuir com as crianças, é contribuir com as pessoas mesmo, é contribuir com as famílias, é com os adultos, e nós o faremos.

Eu faço o meu registro de agradecimento e aí estendendo ao Prefeito e a todos que facilitaram a sua vinda, ao meu amigo Zé Messias, pessoa que eu amo de coração, tenho admiração, por quem tenho um carinho muito grande, pude participar do seu livro, sempre admirei o Zé Messias, esse homem de televisão, criador de tantos quadros que a gente ainda vê hoje. As pessoas em casa não sabem que esse quadro do Chapéu, do Raul Gil, você criou isso e registrou, que lhe pertence há tantos anos, almoço com as estrelas, aquela coisa da Lolita Rodrigues, é tudo do Zé Messias, é uma pessoa conhecida e que tem uma lição de vida. Quem ouviu o que ele falou sabe absolutamente e sei que nós vamos contar com ele nessa movimentação por todos os lugares. Leve o nosso abraço ao nosso guerreiro Raul Gil, querido nosso. Quero agradecer à Sandra por ser tudo que é nessa luta, por representar tudo que representa nessa luta, pela sensibilidade, pelo carinho, pela disposição, pois não é uma desocupada, é uma mulher que toma conta de uma rede de supermercado e que acha tempo para poder se colocar à disposição dos mais simples, dos mais necessitados. O pastor Wilson que o diga lá com a instituição de recuperação de drogados como elas são tão importantes para ele, além dessa luta das crianças, da adoção. Quero registrar aqui à Denise a minha gratidão, que também não é uma desocupada, e elas fazem esse Grupo de Mulheres Empreendedoras exatamente porque não são desocupadas mesmo, ela faz parte da diretoria de uma grande empresa, toma conta da família, leve um abraço à família, grato por ter vindo, por ter participado com a gente, vamos continuar lutando, vamos estar perto sempre. Quero agradecer à Célia pela sensibilidade, pela disposição, pelo que falou, pelo que acrescentou a nós aqui. Ao Dr. Edilson, candidato a pai, certamente que ele segue antes do dia do Natal para você poder fazer uma festa maior, você e a sua esposa, e a festa vai ser tão grande que ela engravida no dia seguinte [risos]. Leve um abraço, muito grato pela orientação que passou aqui, sei que essas pessoas realmente poderão contar, e quem sabe essas pessoas, com essa orientação, abrirão a porta para tantos outros que vão precisar de orientação desse serviço.

Agradecer ao Dr. Sávio por aquilo que já representa nessa luta no país, por aquilo que já falou, já escreveu, por aquilo que assume, por aquilo que continua escrevendo, pela contribuição ao nosso Projeto de Lei aqui, que eu tenho elaborado com a minha assessoria, e com a colaboração que tem chegado, colaboração sua, colaboração tanto emocional, porque como pai adotivo conhece a prática e traz ela para dentro do campo jurídico, mistura e faz uma operação jurídica mais sensível, mais misericordiosa, mostra que a lei não é tão dura para quem quer operar com o coração. Quero agradecer ao Dr. Casé, jovem Promotor, quando a gente vê jovens Promotores à disposição da verdade, à disposição da luta, poderia ser um jovem Promotor a serviço dos holofotes como tem acontecido com alguns que não trocam de chinelo para detonar a honra alheia sem qualquer fundamento, mas sim em busca de produzir para a vida, produzir para a vida, isso é importante, produzir para a vida. Essa causa a gente produz para a vida. Então eu quero ser grato, grato pelo carinho a todos, vamos nos encontrar no dia 25 nesse grande movimento que vamos fazer, e quero encerrar em nome de Deus essa Audiência Pública que nos juntou a nós pelo conteúdo e pela proposição em si. Não dá nem para discutir o volume de pessoas, mas o volume daquilo que se acrescentou para uma Nação inteira que certamente estará nos vendo. Eu agradeço a todos, pedi ao Gláucio que pudessem conduzi-los à ala lá do Plenário, eu queria fazer um registro lá no Plenário, há uma discussão intensa de votação, o Plenário está lotado, do registro da presença de todos vocês aqui, do que vieram fazer aqui, até porque nós estamos trabalhando com a graça nesse momento, porque o Regimento Interno diz que quando começa o processo de votação suspende-se qualquer atividade na Casa, e tudo aquilo que for evocar a legalidade vira ilegal se estiver sendo feito na hora da votação, ou seja, na hora da Ordem do Dia. Mas como ninguém evocará a ilegalidade desse ato legal que nós estamos fazendo aqui, é que nós nos despreocupamos com o que poderia acontecer e tocamos essa sessão com esse encontro aqui, essa Audiência Pública tão significativa. Eu ganhei esse livro do Senador Geraldo Mesquita, ele ajudou um ex-drogado que se liberou a fazer esse livro de poesia daquilo que viveu, e aí eu quero encerrar lendo essa reflexão de nº 59, o Dr. Sávio já havia lido e me deu aquilo. Ele escreve aqui esse ex-drogado: “me pediram para calar, não falar o que vi e fingir que não vi nada aliado ao errado. Se calar, serei culpado. Não aceito, vou falar. Temos todos que ser livres, não concordo com o errado. Inocente quero ser. Se calar, serei culpado” [palmas]. Está encerrada essa Audiência Pública, muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 18h16.

MOÇÃO DE APOIO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS – CDH, DO SENADO FEDERAL, ÀS RECOMENDAÇÕES DA OIT AO ESTADO BRASILEIRO, SOBRE AS DEMISSÕES ARBITRÁRIAS DE DIRIGENTES SINDICAIS

A Educação, atividade pública de fundamental importância nos Direitos Humanos, tem que primar nos seus objetivos universais de educar para a Paz, Democracia, Desenvolvimento e Justiça Social (Declaração de Viena, 1993).

Nas Instituições particulares de Educação Superior vêm ocorrendo constantemente desrespeitos aos Direitos Humanos que afastam os citados objetivos. Dessa forma, as Instituições particulares citadas na declaração do ANDES-SN à OIT, e que a mesma pede para que o Estado brasileiro verifique os casos e tome as devidas providências em conformidade com as Convenções de 98 e 87 da OIT, acusadas de desrespeitar o direito à livre associação sindical, carecem da ação do Estado no sentido de se averiguar os casos denunciados, como primeiro e fundamental passo para se tomar as providências sugeridas pela OIT, ou seja, a reintegração dos docentes demitidos e a adequação da legislação correspondente.

Para realizar a efetiva investigação dos fatos, é que, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal – CDH, e os representantes da OAB, da OIT, Organização Internacional do Trabalho, MPT – Ministério Público do Trabalho, da ANDES-SN e parlamentares aqui presentes nesta Audiência Pública apresentam esta moção de apoio para que sejam realizadas, pelas devidas Instituições do Estado, as recomendações da OIT, e as recomendações encaminhadas nesta audiência pública:

1) Investigação das motivações que levaram às demissões denunciadas pelo ANDES/SN na representação à OIT;

2) a reintegração dos docentes dirigentes sindicais das Seções Sindicais do ANDES-SN aos seus locais de trabalho nas instituições da qual foram demitidos;

3) uma legislação que assegure o reconhecimento da organização no local de trabalho como componente da autonomia e liberdade sindical, assim como a necessidade de revogação do artigo 522, da CLT;

4) investigação dos fatos, in loco, através de um “júri” composto pelas entidades que presidiram essa audiência, junto às comunidades universitárias, para averiguar a real motivação da demissão de docentes, a política trabalhista e sindical nas citadas universidades, o respeito aos Direitos Humanos, mormente ao direito de livre associação sindical e de livre docência.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2007.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 1174 PÁGINAS